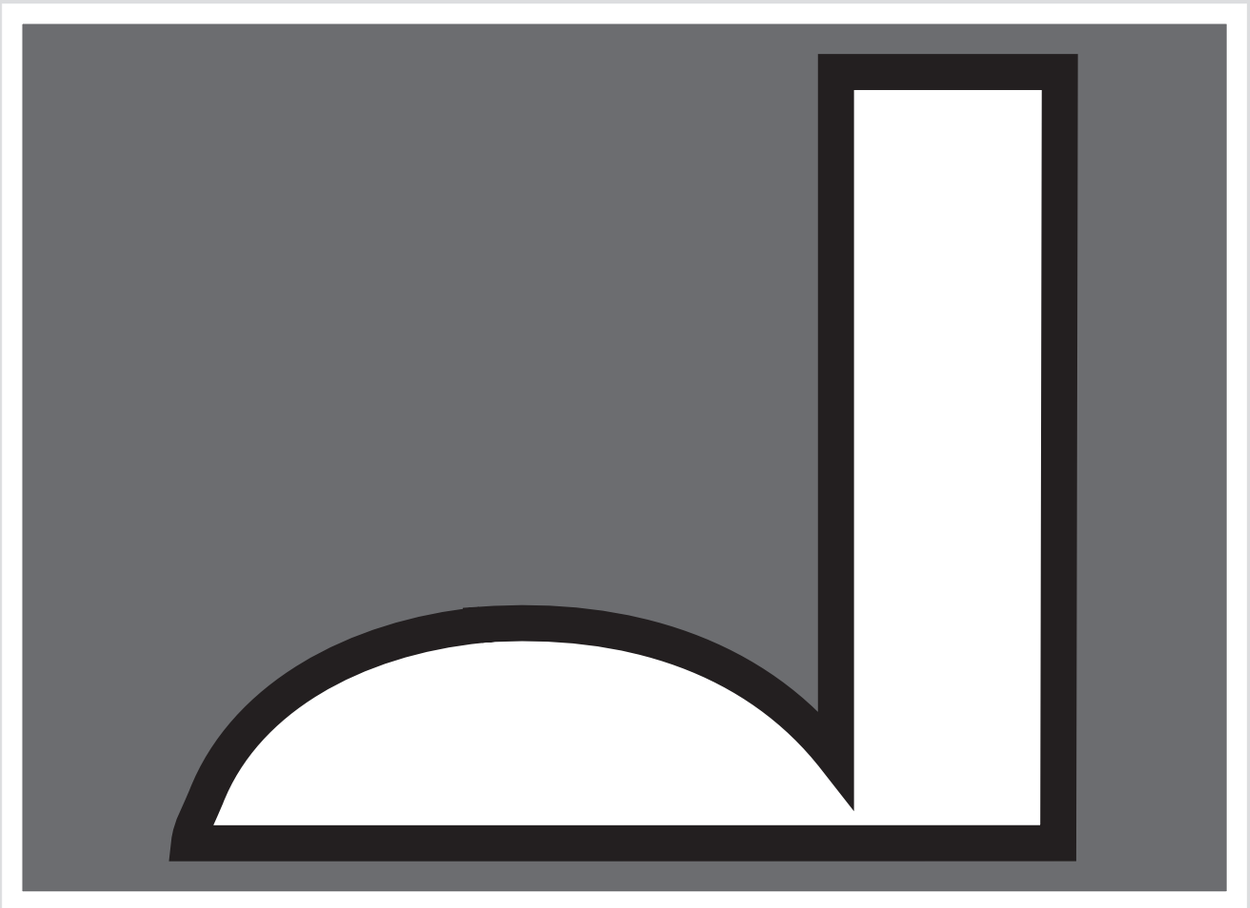
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 31 de outubro de 2009)
e
Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

VOLUME II/III

ANO LXIV – SUP. AO Nº 172 – QUARTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2009 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2ª VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO
Mão Santa - (PSC-PI) [7]
4ª SECRETÁRIA
Patrícia Saboya - (PDT-CE) [6]

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

Maioria (PMDB/PP) - 18

Líder
Renan Calheiros - PMDB

Vice-Líderes
Valdir Raupp
Paulo Duque
Lobão Filho
Francisco Dornelles
Gilvam Borges
Gerson Camata
Geraldo Mesquita Júnior

.....

Líder do PMDB - 17
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Wellington Salgado de Oliveira
Almeida Lima
Valter Pereira
Gilvam Borges
Leomar Quintanilha (4)
Neuto De Conto

Líder do PP - 1
Francisco Dornelles

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19

Líder
Aloizio Mercadante - PT

Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella

.....

Líder do PT - 11
Aloizio Mercadante

Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns (3)

Líder do PR - 3
João Ribeiro

Vice-Líder do PR
Expedito Júnior (5)

Líder do PSB - 2
Antonio Carlos Valadares

Líder do PRB - 2
Marcelo Crivella

Líder do PC DO B - 1
Inácio Arruda

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 28

Líder
Raimundo Colombo - DEM (1)

Vice-Líderes
Alvaro Dias
Kátia Abreu
Flexa Ribeiro
Gilberto Goellner
João Tenório
Rosalba Ciarlini
Lúcia Vânia
Adelmir Santana

.....

Líder do PSDB - 15
Arthur Virgílio

Vice-Líderes do PSDB
Alvaro Dias
Lúcia Vânia
Cícero Lucena
Papaléo Paes

Líder do DEM - 13
José Agripino

Vice-Líderes do DEM
Jayme Campos (2)
Antonio Carlos Júnior
Rosalba Ciarlini
Efraim Morais

PTB - 8

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Sérgio Zambiasi
Romeu Tuma

PDT - 5

Líder
Osmar Dias - PDT

PSOL - 1

Líder
José Nery - PSOL

PV - 1

Líder
Marina Silva - PV

PSC - 1

Líder
Mão Santa - PSC

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
João Pedro
Gim Argello
Romeu Tuma

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária 17 de setembro de 2009.
5. Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 23 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 29 de setembro de 2009.
6. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
7. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 31 de outubro de 2009)

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal 10

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 71

– Secretaria de Comissões..... 80

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 42ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de setembro de 2009, terça-feira, às 10 horas. 232

Ata da 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 6 de outubro de 2009, terça-feira, às 10 horas. 245

Ata da 44ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, e 33ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada, em conjunto, em 7 de outubro de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos. 265

Ata da 45ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de outubro de 2009, terça-feira, às 10 horas. 288

Ata da 46ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de outubro de 2009, terça-feira, às 10 horas. 301

Ata da 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de outubro de 2009, terça-feira, às 14 horas. 343

1.2.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de junho de 2009, terça-feira, às 16 horas. 371

Ata da 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de junho de 2009, terça-feira, às 10 horas. 382

Ata da 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de junho de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos. 388

Ata da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de junho de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 18 de junho de 2009, quinta-feira, às 10 horas. 390

Ata da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de junho de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 25 de junho de 2009, quinta-feira, às 10 horas. 513

Ata da 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 1º de julho de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 2 de julho de 2009, quinta-feira, às 10 horas..... 590

Ata da 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 8 de julho de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 9 de julho de 2009, quinta-feira, às 10 horas, e 14 de julho, terça-feira. 640

Ata da 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 15 de julho de 2009, quarta-feira, às 10 horas..... 716

Ata da 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 5 de agosto de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 6 de agosto de 2009, quinta-feira, às 10 horas..... 753

Ata da 25ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 28ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de agosto de 2009, quarta-feira, às 10 horas..... 781

Ata da 26ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 25ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de agosto de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 791

Ata da 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de agosto de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 18 de agosto, terça-feira, às 9 horas. 829

Ata da 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de agosto de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 20 de agosto, quinta-feira, às 10 horas..... 967

Ata da 29ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 27º Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de agosto de 2009, quarta-feira, às 11 horas..... 1001

Ata da 30ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 28º Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de agosto de 2009, quarta-feira, às 11 horas..... 1034

Ata da 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de agosto de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 18 de agosto, terça-feira, às 9 horas, e 27 de agosto, quinta-feira, às 10 horas..... 1050

VOLUME II

Ata da 32ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 31º Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 1º de setembro, terça-feira, às 11 horas..... 9

Ata da 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 2 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas. 64

Ata da 34ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 48ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 3 de setembro de 2009, quinta-feira, às 10 horas. 83

Ata da 35ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas. 95

Ata da 36ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 17 de setembro, quinta-feira. 155

Ata da 37ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 34ª Reunião da Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e 29ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de setembro de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 210

Ata da 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de setembro de 2009, quarta-feira, às 9 horas. ... 224

Ata da 39ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas. . 241

Ata da 40ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 30 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 1º de outubro, quinta-feira..... 294

Ata da 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de outubro de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 388

Ata da 42ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de outubro de 2009, quarta-feira, às 10 horas. 416

Ata da 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de outubro de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 15 de outubro, quinta-feira, às 10 horas. 435

Ata da 44ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de outubro de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 15 de outubro, quinta-feira, às 10 horas 495

1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 55ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de setembro de 2009..... 513

Ata da 56ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão

Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 30 de outubro de 2009..... 530

Ata da 57º Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 6 de outubro de 2009..... 557

Ata da 58ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de outubro de 2009..... 580

Ata da 59ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de outubro de 2009..... 606

Ata da 60ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de outubro de 2009..... 626

Ata da 61ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de outubro de 2009..... 668

Ata da 62ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 15 de outubro de 2009..... 687

Ata da 63ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de outubro de 2009..... 724

1.2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de setembro de 2009, terça-feira, às 11 horas e 30 minutos..... 753

Ata da 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de outubro de 2009, terça-feira, às 11 horas e 30 minutos. 761

Ata da 34ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, conjunta com a 40ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de outubro de 2009, terça-feira, às 11 horas e 30 minutos. 774

1.2.4.1 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014

Ata da 1ª Reunião, de Instalação, da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de setembro de 2009, terça-feira..... 800

Ata da 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de outubro de 2009, terça-feira..... 801

1.2.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada em 15 de julho de 2009, quarta-feira, às 9 horas. 811

Ata da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 12 de agosto de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 821

Ata da 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 18 de agosto de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 850

Ata da 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 2 de setembro de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 871

Ata da 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 3 de setembro de 2009, quinta-feira, às 10 horas. 875

Ata da 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 10 de setembro de 2009, quinta-feira, às 10 horas. 918

Ata da 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 17 de setembro de 2009, quinta-feira, às 10 horas. 956

Ata da 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 23 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas..... 976

Ata da 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 29 de setembro de 2009, terça-feira, às 10 horas. 983

Ata da 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 1º de outubro de 2009, quinta-feira, às 10 horas. 997

Ata da 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 8 de outubro de 2009, quinta-feira, às 10 horas. 1030

Ata da 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 14 de outubro de 2009, quarta-feira, às 10 horas..... 1056

Ata da 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 21 de outubro de 2009, quarta-feira, às 10 horas..... 1064

VOLUME III

1.2.6 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI

Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 7 de maio de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 9

Ata da 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 14 de maio de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 49

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 21 de maio de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 75

Ata da 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 15ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 9ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 27 de maio de 2009, às 10 horas. 89

Ata da 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 10ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 28 de maio de 2009, às 10 horas. 116

Ata da 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 4 de junho de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 147

Ata da 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 18ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 16 de junho de 2009, às 9 horas e 30 minutos 164

Ata da 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 2 de julho de 2009, às 8 horas e 30 minutos.. 188

Ata da 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 9 de julho de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 221

Ata da 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 6 de agosto de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 259

Ata da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 10 de agosto de 2009, às 18 horas. 280

Ata da 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 13 de agosto de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 308

Ata da 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 17 de agosto de 2009, às 18 horas. 360

Ata da 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 20 de agosto de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 385

Ata da 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 24 de agosto de 2009, às 18 horas. 397

Ata da 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 27 de agosto de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 437

Ata da 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 31 de agosto de 2009, às 18 horas. 454

Ata da 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 3 de setembro de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 486

Ata da 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, conjunta com a 38ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada dia 10 de setembro de 2009, às 08 horas e 30 minutos. 515

Ata da 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 14 de setembro de 2009, às 18 horas. 560

Ata da 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Le-

gislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 17 de setembro, às 8 horas e 30 minutos..... 583

Ata da 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 21 de setembro de 2009, às 18 horas. 593

Ata da 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, conjunta com a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, realizada dia 23 de setembro de 2009, às 8 horas e 30 minutos. 611

Ata da 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, conjunta com a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, realizada dia 29 de setembro de 2009, às 8 horas e 30 minutos. 630

Ata da 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 1º de outubro de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 661

Ata da 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 5 de outubro de 2009, às 18 horas..... 674

Ata da 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 8 de outubro de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 703

Ata da 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 19 de outubro de 2009, às 18 horas..... 720

Ata da 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 22 de outubro de 2009, às 8 horas e 30 minutos..... 747

1.2.7 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 15 de julho de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos. 757

Ata da 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 5 de agosto de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos. 760

Ata da 17ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 12 de agosto de 2009, quarta-feira, às 10 horas..... 768

Ata da 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 19 de agosto de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos. 801

Ata da 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 26 de agosto de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos. 809

Ata da 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 2 de setembro de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos. 837

Ata da 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 23 de setembro de 2009, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos. 842

Ata da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 30 de setembro de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 856

Ata da 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 14 de outubro de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 858

Ata da 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 14 de outubro de 2009, quarta-feira, às 10 horas e 30 minutos. 866

1.2.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 29 de setembro de 2009..... 874

Ata da 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária,da 53ª Legislatura, realizada em 30 de setembro de 2009..... 905

Ata da 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária,da 53ª Legislatura, realizada em 7 de outubro de 2009..... 930

Ata da 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária,da 53ª Legislatura, realizada em 14 de outubro de 2009..... 956

Ata da 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Conjunta com a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 30 de setembro de 2009..... 979

Ata da 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 21 de outubro de 2009..... 1007

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ata da 32ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 31ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 1º de setembro de 2009, terça-feira, às 11 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às onze horas e vinte minutos do dia primeiro de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Demóstenes Torres, Jayme Campos, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Lobão Filho, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Efraim Morais, Adelmir Santana, José Agripino, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Flávio Torres e das Senadoras Marina Silva, Ideli Salvatti, Kátia Abreu, Lúcia Vânia e Serys Slhessarenko reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta: ITEM ÚNICO: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2009 (PL. 05498 / 2009, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – "Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral." Autoria: Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES e outros senhores Deputados. Relatoria na CCJ: Senador MARCO MACIEL. Relatoria na CCT: Senador EDUARDO AZEREDO. Parecer: Favorável à matéria com vinte (20) Emendas de relator que apresentam e pela aprovação das Emendas CCJ de nºs 1, 6, 12, 13, 20, 23, 40, 48, 54, 57, 72, 73, 75 e 76; e das Emendas CCT de nºs 1, 2, 5, 6, 11, 14 e 15; pelo acatamento parcial, nos termos de subemendas, das Emendas CCJ nºs 2, 4, 5, 8, 14, 16, 17, 21, 24, 25, 50, 52, 58, 61, 62, 63, 64 e 67; e das Emendas CCT de nºs 3, 9, 10, 12, 13, 20, 21, 22, 23, 33 e 34; pela rejeição das emendas CCJ de nºs 7, 9, 10, 11, 15, 18, 19, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 53, 55, 56, 59, 60, 65, 66, 68, 69, 70 e 74; e das Emendas CCT de nºs 4, 7, 8, 16, 17, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32; pela prejudicialidade da Emenda CCJ nº 49 (subemenda à Emenda CCJ nº 3, retirada pelo autor, Senador Tasso Jereissati). Obs: – Em 12/08/2009, foi realizada a 1ª Audiência Pública para instruir a matéria, conforme Requerimentos nºs 56, de 2009-CCJ, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro; 58, de 2009-CCJ, de iniciativa do Senador Marco Maciel; 59, de 2009-CCJ, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres; 60, de 2009-CCJ, de iniciativa do Senador Inácio Arruda; 61, de 2009-CCJ, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres; e Requerimento nº 26, de 2009 – CCT, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro; – Em 19/08/2009, foram aprovados os Requerimentos nºs 66, de 2009- CCJ, de autoria do Senador Marco Maciel e 30, de 2009-CCT, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, requerendo nos termos do art. 113, do Regimento Interno, que o PLC nº 141, de 2009, seja analisado em conjunto pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; – Em 20/08/2009, foi realizada a 2ª Audiência Pública para instruir a matéria, conforme os Requerimentos n° 63, de 2009-CCJ, de iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko; 64 e 69, de 2009-CCJ, de iniciativa do Senador Flávio Torres; e Requerimentos nº 28, de 2009-CCT, de iniciativa dos Senadores Renato Casagrande e Flávio Torres, e Requerimento nº 29 de 2009-CCT, de iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi; – Até 01/09/2009, foram apresentadas perante a CCT: Emendas nºs 1 a 21, do Senador Arthur Virgílio; nºs 22 e 23, do Senador Sérgio Zambiasi, n°s 24 a 32, do Senador Cristovam Buarque; Emenda n° 33, do Senador Marcelo Crivella; e Emenda n° 34, do Senador Delcídio Amaral; e perante a CCJ: Emendas nºs 1, 3 e 4 do Senador Tasso Jereissati; nº 2, do Senador Inácio Arruda; nºs 5 e 6, do Senador Antonio Carlos Júnior; nº 7, do Senador Osmar Dias; nºs 8 a 10, dos Senadores Sérgio Guerra e Jarbas Vasconcelos; nºs 11 a 15, do Senador Francisco Dornelles; nºs: 16 a 19, do Senador Antonio Carlos Valadares; nºs 20 a 23, do Senador Renato Casagrande; nºs 24 a 26, da Senadora Lúcia Vânia; nºs: 27 a 39, do Senador Eduardo Suplicy; e Emenda n° 40, do Senador César Borges; Emenda nº 41, do Senador Eduardo Suplicy; n°s 42 a 46, da Senadora Serys Slhessarenko; nº 47, do Senador Valdir Raupp; nº 48, do Senador Alvaro Dias; nº 49, da Senadora Kátia Abreu; e nº 50, do Senador Eduardo Suplicy; Emendas nºs 51 e 52, do Senador Marcelo Crivella; Emendas nºs 53 a 57, do Senador Pedro Simon; nºs 58 a 62, do Senador Valter Pereira; nº 63, do Senador

Lobão Filho; Emendas nºs 64 a 70, do Senador Pedro Simon; Emenda nº 71, da Senadora Serys Slhessarenko; Emendas nºs 72 e 75, do Senador Antonio Carlos Valadares; Emendas nºs 73 e 74, do Senador Aloizio Mercadante; e Emenda nº 76, do Senador Eduardo Suplicy; – Em 26/08/2009, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais; – Em 01/09/2009, foi encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. – Em 02/09/2009, são aprovados Requerimentos de Destaque para Votação em Separado das Emendas de Relator CCT/CCJ n.ºs 1, 2 e 6; Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda CCT n.º 33; Requerimentos de Destaque para Votação em Separado das Emendas CCJ n.ºs 2, 7, 25, 29, 31, 32, 34, 35, 38, 46, 50, 60 e 76. É Aprovado o Requerimento, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, para votação pelo processo nominal referente aos destaques para as Emendas CCJ n.ºs 29 e 50. É aprovado o Relatório, na CCT e na CCJ, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo (CCT) e Marco Maciel (CCJ), ressalvado os destaques, que passa a constituir Parecer CCT/CCJ, favorável ao Projeto, com vinte (20) Emendas de relator que apresentam e pela aprovação das Emendas CCJ de nºs 1, 6, 12, 13, 20, 23, 40, 48, 54, 57, 72, 73, 75 e 76; e das Emendas CCT de nºs 1, 2, 5, 6, 11, 14 e 15; pelo acatamento parcial, nos termos de subemendas, das Emendas CCJ nºs 2, 4, 5, 8, 14, 16, 17, 21, 24, 25, 50, 52, 58, 61, 62, 63, 64 e 67; e das Emendas CCT de nºs 3, 9, 10, 12, 13, 20, 21, 22, 23, 33 e 34; pela rejeição das emendas CCJ de nºs 7, 9, 10, 11, 15, 18, 19, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 53, 55, 56, 59, 60, 65, 66, 68, 69, 70 e 74; e das Emendas CCT de nºs 4, 7, 8, 16, 17, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32; pela prejudicialidade da Emenda CCJ nº 49 (subemenda à Emenda CCJ nº 3, retirada pelo autor, Senador Tasso Jereissati). A Senadora Serys Slhessarenko retira a Emenda CCJ nº 71. São retirados, pelos respectivos autores, os Requerimentos de Destaque para as Emendas CCJ nºs 2, 25, 31, 32, 34, 35 e 38. É rejeitado o Destaque, de iniciativa do Senador Marcelo Crivella, referente à Emenda CCT nº 33. Votam vencidos os Senadores Osmar Dias, Roberto Cavalcanti, Aloizio Mercadante e Eduardo Suplicy. É rejeitado o Destaque, de iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko, referente à Emenda CCJ nº 46. São rejeitados os Destaques, de iniciativa dos Senadores Osmar Dias e Valter Pereira, referente às Emendas CCJ nº 7 e 60, respectivamente. Votam vencidos os Senadores Osmar Dias, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira e Francisco Dornelles. Procedida a votação nominal, é rejeitado o Destaque, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, referente à Emenda CCJ nº 29. Procedida a votação nominal, é rejeitado o Destaque, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, referente à Emenda CCJ nº 50. É rejeitado o Destaque, de autoria do Senador Inácio Arruda, referente à Emenda de Relator nº 1 CCT/CCJ. Votam vencidos os Senadores Inácio Arruda, Renato Casagrande, Pedro Simon e Eduardo Suplicy.Vota pela abstenção a Senadora Marina Silva. São rejeitados os Destaques, de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda, Osmar Dias e Flávio Torres, referentes à Emenda de Relator nº 2 CCT/CCJ. Votam vencidos os Senadores Inácio Arruda, Osmar Dias, Pedro Simon e Wellington Salgado de Oliveira. É rejeitado o Destaque, de iniciativa do Senador Inácio Arruda, referente à Emenda de Relator nº 6 CCT/CCJ. Vota vencido o Senador Inácio Arruda. São acolhidas, parcialmente, as Emendas CCJ nºs 2 e 25. É aprovado, na íntegra, o Destaque referente à Emenda CCJ nº 76. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-CCT-CCJ a 64-CCT-CCJ. A Comissão aprova o Requerimento nº 97, de 2009-CCJ (de iniciativa do Senador Aloizio Mercadante) de URGÊNCIA para a matéria. A Presidência declara encerrada a Reunião às catorze horas e quinze minutos; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

32ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Conjunta com a 31ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura, Realizada nos dias 01 e 02 de Setembro de 2009, às 11 Horas e 20 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 31ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação do Item único. Projeto de Lei [soa a campainha] da Câmara nº 141 de 2009, conforme requerimento nº 66 de 2009, CCJ, de iniciativa do Senador Marco Maciel,

e requerimento nº 30 de 2009, CCT, de iniciativa do Senador Eduardo Azeredo.

A proposição recebeu, até o momento, 34 emendas na CCT e 63 emendas na CCJ.

Como é do conhecimento dos Srs. e das Sras. Senadoras foram designados relatores da matéria o Senador Eduardo Azeredo, na CCT, e o Senador Marco Maciel, na CCJ. Reiterando a informação apresentada na reunião anterior, a matéria será instruída nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal que dispõe: Art. 113: O estudo de qualquer matéria poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais Comissões por iniciativa de qualquer delas, aceita pelos demais, sob a direção do Presidente mais idoso. Ou ainda, nos termos do art. 492, Parágrafo Único: Nas reuniões conjuntas observar-se-ão as seguintes normas. 1. Cada Comissão deverá estar presente pela maioria dos seus membros. 2. O estudo da matéria será em conjunto, mas a votação far-se-á separadamente, na ordem constante do despacho da Mesa. 3. Cada Comissão poderá ter o seu Relator, se não preferir Relator único. 4. O parecer das Comissões poderá ser em conjunto, desde que consigne a manifestação de cada uma delas, ou em separado, se essa for a orientação preferida, mencionando, em qualquer caso, os votos vencidos, os em separado pelas conclusões e os com restrições.

Senhoras e senhores, hoje o Brasil perdeu um dos seus grandes juristas, o Ministro do supremo Tribunal federal Carlos Alberto Menezes Direito, jurista e também professor representante na área educacional. Participou de programas de televisão, de programas em que instruía diretamente a população sobre questões jurídicas. Por muito tempo foi membro do Superior Tribunal de Justiça, e já de algum tempo enfrentava uma doença que resistia historicamente, mas nessa madrugada ficamos sem o nosso Ministro.

O Senado Federal, por seu Presidente, designou a mim e ao Senador Marco Maciel para que pudéssemos representar o Senado no velório e no sepultamento que acontecerá às 16 horas. Então, nós faremos a sessão e em seguida, tanto eu quanto o Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, eu estendi o convite ao Senador Mercadante e ao Senador Pedro Simon, mas que têm outros compromissos e não poderão comparecer. Então, outros Senadores, outros Srs. Senadores, se desejarem ir a esse velório prestar uma última homenagem em nome próprio e em nome da Casa seriam muito bem-vindos a essa comitiva.

De sorte que registro aqui todo esse momento, a consternação nossa, que tivemos... Eu tive a oportunidade de conviver com o Ministro Direito por muito tempo. Uma pessoa extraordinária, lhana como poucos, extremamente cortês, um homem firme, um jurista que encontrou o ápice de sua carreira merecidamente no Supremo Tribunal Federal.

Nós, dessa legislatura, tivemos aqui a oportunidade de sabatiná-lo, tivemos a oportunidade de averiguar os seus conhecimentos, de aprová-lo, e a orientação feita pela Comissão de Constituição e Justiça, então presidida pelo Senador Marco Antônio Maciel, foi seguida na íntegra pelo Plenário da Casa, que acabou referendando o seu nome.

De sorte que ao comunicar essa designação por parte do Presidente da Casa, à qual especialmente me sinto bastante honrado em poder representar o Senado nesse último ato do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, tenho certeza que os Srs. Senadores também têm uma palavra de conforto para a família, e especialmente de engrandecimento dessa personalidade pública que foi o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria também de expressar o nosso sentimento de pêsames à família e as nossas homenagens a esse jurista importante que tanta contribuição deu à vida pública brasileira: desempenhou cargos executivos, contribuiu na jurisprudência, deu pareceres que definiram soluções, eu diria, definitivas para questões complexas no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Queria prestar minha homenagem a Carlos Alberto Menezes Direito e tenho certeza que é o sentimento de todos os Senadores. Tivemos a oportunidade de ver a sua competência na sabatina do Senado e a sua atuação irreparável no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Queria, portanto, desejar que essa delegação realmente represente o Senado nessa oportunidade e gostaria de fazer uma sugestão de encaminhamento sobre essa matéria complexa que é a Lei Eleitoral.

Eu, ao estudar a matéria, verifiquei que--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, como alguns outros Senadores ainda querem falar sobre o primeiro tema, em seguida eu concedo a palavra a V. Exa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Perfeito. De qualquer forma registro meus pêsames e espero fazer [ininteligível] no âmbito do Plenário do Senado nós deveremos votar hoje um voto de pesar e de homenagem e que, seguramente, V. Exas. poderão encaminhar à família nessa visita que farão representando todos os Senadores da Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Caro Senador Demóstenes Torres; caro Senador Eduardo Azeredo, Relator na CCT do Projeto de Lei Eleitoral oriundo da Câmara; Sra. Senadora Serys Slhessarenko; Sr. Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante; Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Pedro Simon; Sras. e Srs. Senadores. Eu desejo, em rápidas palavras, referendar aquilo que acaba de dizer o nobre Presidente Demóstenes Torres a propósito do passamento, para nós tão doloroso, do Ministro Carlos Alberto Direito.

Tive a ventura de conhecê-lo nos idos de 70, quando ele era, à época, Chefe do Gabinete do Ministro da Educação Ney Braga. A partir daí, estreitamos o relacionamento e nos transformamos em amigos, e, por isso mesmo, acompanhei, ao longo desses trinta e poucos anos, a sua proba e digna vida pública, tendo sido elevado a diferentes cargos no plano do Executivo Federal e Estadual, posto que ele foi Secretário de Estado no Rio de Janeiro, mas também sendo, posteriormente, elevado à condição de Ministro do Superior Tribunal de Justiça e finalmente alçado aqui, com os votos quase unânimes da Casa, ao Supremo Tribunal Federal.

A sua morte nos deixa tristes, mas, por outro lado, nos recompensa saber que ele, embora ainda podendo oferecer relevantes serviços ao país e às suas instituições, nos deixou muitas lições, não somente no campo jurídico, mas também no campo cívico, porque o Ministro Carlos Alberto Direito era, antes de tudo, um patriota naquela mais genuína e expressiva definição do que é ser patriota.

E, por isso, eu gostaria de, circundando aquilo que já foi dito pelos que me antecederam, inclusive o Senador Mercadante, eu gostaria de, mais uma vez, associar-me ao sentimento de pesar que eu acho que pervade não somente o Senado Brasileiro, o Congresso Nacional, mas a todos aqueles que com ele conviveram, com ele ou com sua família. Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra ao ilustre Senador Aloizio Mercadante para fazer a sugestão de encaminhamento de votação.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, eu verifiquei... Eu tinha contado 50 novas emendas, mas é mais do que isso que os relatores receberam e ainda estão recebendo.

Nós precisamos conhecer o parecer dos dois relatores sobre as emendas que foram apresentadas. E eu queria fazer a seguinte sugestão de encaminhamento: que nós fizéssemos, hoje ainda, uma reunião dos dois relatores com um representante de cada uma das Bancadas para discutirmos e tentarmos um entendimento sobre o projeto. Porque algumas matérias, não é um problema político, é um problema operacional, é um problema de adaptação, de construção, que nós poderemos chegar em um entendimento.

Se nós formos iniciar a votação agora, com tantos destaques e desconhecimentos, nós não só não concluiremos a votação como eu acho que será muito difícil nós resolvermos as questões pendentes.

Então, eu sugeriria ao Senador Marco Maciel e Eduardo Azeredo uma reunião hoje, no final da tarde, e nós poderemos aguardar o retorno do Senador Marco Maciel, às 19 horas, por exemplo. Poderia ser na sala da Presidência, na sala do gabinete do Senador Demóstenes. Um representante de cada Bancada, ou os outros que quiserem participar também estariam convidados, e nós faríamos a discussão ponto a ponto para tentar construir um entendimento para votarmos amanhã. Aquilo que houver consenso a gente vota em bloco e os destaques a gente organizaria para a votação. Porque como não houve essa negociação, a chance de nós gerarmos uma sessão muito difícil, eu acho que é o mais provável.

Então, eu solicitaria o parecer dos relatores sobre as emendas já apresentadas, das novas emendas, que já está disponível, e nós poderíamos, às 19 horas, nos sentarmos e buscarmos o entendimento para votar o que há acordo, e simplesmente organizar, também, os destaques onde for haver disputa no voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Passo a palavra ao Senador Marco Maciel, mas eu acho que é razoável. Como a matéria é muito complexa, nós poderíamos fazer essa discussão e amanhã faríamos uma sessão prévia, as nove, para, justamente, essa reunião conjunta, e, em seguida, faríamos a reunião da Comissão de Constituição e Justiça e assim concordar os Srs. Relatores.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Presidente, eu só sugeriria que nós lêssemos o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, sim. Nós faríamos toda a discussão agora e poderíamos afinar a posição e amanhã já viríamos para a votação. Se houver algum pente-fino para fazer, algum ajuste...

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu acho que isso daria, inclusive, racionalidade ao processo, porque obviamente as Sras. e Srs. Senadores já teriam conhecimento do parecer dos relatores.

E, de minha parte, com relação à reunião durante à noite, também não há problema, porque eu espero

que às 19 horas, mais tardar 19h30, nós estejamos de volta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então nós faremos da seguinte forma: como é uma reunião conjunta, cabe outra Vista, após a leitura nós faremos a concessão de outra Vista coletiva e amanhã voltaremos já para o processo de votação.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria só... Diz que o óbvio é aquilo que não se faz, por isso eu gostaria de fazer uma observação, com a devida anuência do Presidente e do Relator Senador Eduardo Azeredo. É que nós estamos lutando contra o calendário. O prazo para a sanção, quer dizer, uma vez apreciado no Senado e com emendas que certamente serão acolhidas, a matéria volta à Câmara. E posteriormente, uma vez aprovado na Câmara, segue para o Poder Executivo para sanção ou veto. Hoje é dia 1º de setembro. O último dia de prazo para a publicação da lei com... Exatamente, na realidade, se formos precisos, 02 de outubro, porque, se eu não me engano, 03 de outubro é um domingo, não há Diário Oficial. Eu posso estar equivocado, vou pegar meu calendário aqui. Mas então isso torna o espaço menor. Então, eu faria um apelo para que nós tentássemos...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Até porque, no Plenário pode haver emenda e retorno para cá.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Dia 03 de outubro é um sábado, não há Diário Oficial.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas se tiver emenda de Plenário pode fazer em Plenário mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode se houver dispensa de oitiva da Comissão, mas a regra é fazer aqui nas duas, até porque é esse conjunto. Se puder, melhor ainda.

Por isso que eu acho que a ponderação do Senador Aloizio Mercadante é correta, porque nós poderemos suprimir essa fase, ao menos de fato. De direito, todo mundo tem direito de reapresentar suas emendas, mas, se nós nos ajustarmos, poderemos evitar as emendas de Plenário e o projeto seguirá mais rapidamente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Presidente, mas votaríamos em Plenário, então, amanhã?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se nós encerrarmos pela manhã, como está previsto, imediatamente eu remeto para o Senador Sarney e, dependendo dos líderes, nós podemos votar no período da tarde.

Então, Item único. Projeto de Lei da Câmara nº 141 de 2009. Altera as leis nº 9.096, de 19 de setembro de 1995; Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelece normas para as eleições; 4.737, 15 de julho de 65, Código Eleitoral. Autoria: Deputado Henrique Eduardo Alves e outros Srs. Deputados. Relatoria na Comissão de Ciência e Tecnologia: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria na Comissão de Constituição e Justiça: Senador Marco Maciel. Parecer: favorável, com, inclusive, algumas emendas que já foram relatadas, outras foram julgadas prejudicadas e outras com parecer favorável.

Houve Audiências Públicas e, por fim, foi concedida Vista. Alguns Srs. Senadores retiraram as suas emendas e outras foram apresentadas.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se há manifestação decorrente do pedido de Vista. Não havendo, concedo a palavra aos Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Relator na Comissão de Ciência e Tecnologia, e Marco Antônio Maciel, Relator na Comissão de Constituição e Justiça, para proferirem o relatório conjunto. E os dois podem se ajustar para ver, como fizeram da outra vez, qual fará a leitura ou se os dois farão a leitura de uma parte do relatório. Com a palavra, V. Exas.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras. Após a leitura do relatório, que altera aqui na última semana, foi concedida Vista coletiva, como já lembrado. As novas emendas ao projeto de... Surgiram, entretanto, uma na CCT, nº 34, e aqui na CCJ mais 30, 29 emendas, mais duas hoje. Portanto, já somadas as 74 anteriores, já passamos do número de 100. E existem, também, novas emendas de Relator, colocadas nessa Comissão.

Então, na análise, as discussões foram realizadas, as discussões ainda ontem à noite. Então, nós temos as subemendas, que estão listadas, e também as emendas em si, com a sua avaliação.

Leríamos cada uma delas, Presidente? Leremos?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Talvez seja bom.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Então vamos lá. Primeiro a subemenda à Emenda nº 4 da CCT. No § 4º do art. 2º do PLC nº 141, propõe acrescentar ao art. 28 da Lei 9.096 a substituição da palavra devem por podem, e a palavra mediante pela palavra salvo, passando o referido dispositivo a ter a redação seguinte. Despesas realizadas por obras partidárias municipais ou estaduais, ou por candidatos majoritários nas respectivas circunscrições, podem ser assumidas e pagas exclusivamente pela esfera partidária correspondente, salvo acordo expresso com órgão de outra esfera partidária.

Uma outra subemenda é a subemenda à Emenda nº 12, também da Ciência e Tecnologia, alterando a redação do art. 23, passando a ter a seguinte redação: Pessoas físicas poderão fazer doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais obedecido o disposto nessa lei. § 2º: As doações a candidatos, partido ou coligação exigirão, a cada transação, a identificação do doador e a emissão, segundo modelo constante do anexo, do respectivo recibo, que deverá ser: 1. Entregue impresso ao doador quando o pagamento for feito pessoalmente, ou 2. Remetido por via postal ou eletronicamente, situação em que fica dispensada a assinatura do doador.

No § 4º: as doações de recursos financeiros somente poderão ser efetuadas na conta mencionada no art. 22 dessa lei, sendo válidos quaisquer meios de pagamento que atendam aos dispositivos nesse artigo, inclusive o sistema disponível em sítio do candidato, partido ou coligação na Internet, permitindo o uso de cartão de débito ou de crédito. E no item quatro a autorização de débito em fatura de serviço de telefonia.

A subemenda à Emenda nº 14 diz que o Parágrafo Único do art. 31 da Lei 9.504 de 97 é mantido nos termos do PLC 141 de 2009. O comando da emenda sugere que o seu autor propõe, além da mudança no *caput*, também a supressão do parágrafo.

Nova subemenda: subemenda às Emendas nº 4 da CCJ, nº 17 da CCJ e nº 22 da CCT, dando nova redação ao inciso I do art. 36 A da Lei 9.504 de 97. E o art. 36 A passa a ter a seguinte redação: A participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão, no jornal, na revista e na Internet, e nos programas de propaganda partidária a que se refere o art. 45 da Lei 9.096, inclusive com a exposição de plataformas, projetos políticos e críticas político-partidárias, desde que não haja pedido de votos, observado pelas emissoras de rádio e televisão o dever de conferir tratamento isonômico.

E no art. 2º, ainda do Item 2 do § 1º, a divulgação de propaganda de candidatos, ressalvado o que dispõe no art. 36 da Lei 9.504 e a defesa de interesses pessoais ou de outros partidos e a divulgação de interesses estranhos ao programa partidário, isso no item de proibições.

A modificação do parecer quanto a emendas. Então essas são as subemendas de Relator. Agora, a modificação do parecer quanto às emendas. Na Emendas nº 6, da CCJ, reformula-se o parecer à Emenda nº 6, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, para acolhê-la. Desse modo, permanece o art. 99 da Lei 9.504, com o texto hoje vigente, e se transfere o texto proposto para o art. 99 em questão pelo art. 3º do PLC 141, substituindo no seu *caput* a expressão nesse artigo pela expressão nessa lei, se refere à questão de compensação fiscal às emissoras que transmitem o horário gratuito. Acredito que não há necessidade de ler mais o item que se está alterando.

Novas emendas de Relator. A emenda de Relator nº 9, nº 10, 11, 12, 13, 14, 15. São as novas emendas de Relatores.

A Emenda nº 9 apela para excluir o inciso V do art. 2º do PLC 141. A adoção da nova redação impõe a exclusão do Inciso V, porque o substitui. A emenda de Relator nº 10, exclua-se a expressão irrelevantes, na redação dada pela subemenda à emenda da CCT nº 13.

Na emenda de Relator nº 11, portanto só questões mais de redação. Na emenda de Relator nº 11 fica mantido o § 2º do art. 37 em razão da retirada da Emenda nº 3, pelo autor, Senador Tasso Jereissati.

Emenda de Relator nº 12: O art. 57 C, no *caput*, na forma de parecer, emenda de Relator nº 1, é alterado para adequar a linguagem ao veículo de propaganda, a Internet, substituída a expressão inserções por exposições por até 24 horas, e também excluída a expressão datas diversas.

Emenda de Relator nº 13, também mudando a relação do art. 57 F, aplicam-se ao provedor de conteúdo de serviço multimídia que hospeda a divulgação de propaganda eleitoral de candidato, partido ou coligação, as penalidades previstas nessa lei, se no prazo determinado pela Justiça Eleitoral, contado a partir da notificação da decisão sobre a existência de propaganda irregular, não tomar providências para a cessação dessa divulgação.

E a emenda de Relator nº 14. Acrescenta aos art. 30 da Lei nº 9.504 o que está no § 4º. Vencido o prazo do *caput* desse artigo, sem a manifestação do interessado, a representação poderá ser apresentada pelo Ministério Público Eleitoral no prazo de cinco dias. Essa foi uma sugestão do Senador Demóstenes Torres.

Ainda uma emenda de Relator nº 15, inserindo o § 4º do art. 44 da Lei 9.504, cuja redação é dada pelo art. 3º do PLC 141, com a seguinte redação: A obrigação de veicular propaganda eleitoral estende-se a todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas do serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, buscando atingir, inclusive, as rádios comunitárias e TVs educativas comunitárias, ou seja, todos aqueles que têm, que são concessão ou permissão ou autorização estariam obrigados a transmitir o programa eleitoral.

E passamos à análise das novas emendas. Análise das novas emendas. Emenda nº 34, apresentada

pela CCT, e de nº 41 a 70, apresentadas perante a CCT. Hoje é que chegaram a 71, 72 e 73 aqui. Aqui está a análise, já, portanto, de todas essas outras emendas.

A Emenda 34, do Senador Delcídio Amaral apresentada na Ciência e Tecnologia foi acatada nos termos de subemenda, basicamente dando ao Inciso III, do § 4º, do art. 23, a seguinte redação: O mecanismo disponível em sítio do candidato, partido ou coligação na Internet, permitido o uso de cartão de crédito ou cartão de débito, boleto, transferência bancária e outros meios eletrônicos de pagamento, que deverão atender aos seguintes requisitos: identificação do doador e emissão obrigatória de recibo eleitoral para cada doação realizada. Está sendo acatado, portanto, nos termos da subemenda.

A Emenda nº 41 do Senador Eduardo Suplicy é rejeitada. Embora destinada a alterar o Código Eleitoral, a emenda trata, na verdade, de inelegibilidade, matéria tratada em Lei Complementar, não podendo ser tratada em Projeto de Lei Ordinário, por força do disposto na Constituição Federal.

Emenda nº 42, da Senadora Serys Slhessarenko, é também rejeitada. A emenda reduz a quantidade máxima de candidatos que pode ser registrada por partido ou coligação. A justificação, entretanto, fala no propósito de aumentar esse número.

Emenda nº 43, também da Senadora Serys Slhessarenko. Rejeitada. Trata-se de emenda que propõe pena de advertência, pena pecuniária e cassação do registro de candidatos de partido que não cumprir cota de candidatura do sexo feminino. Entendemos que o meio utilizado não se afigura adequado para realização dos fins colimados pela emenda, apesar da nobre intenção.

Emenda nº 44. Senadora Serys Slhessarenko. Rejeitada. Propõe que seja negado o registro dos candidatos masculinos e femininos do partido que não consiga cumprir plenamente a cota de candidatura do sexo feminino. A clara desproporção entre a falta e a pena, e prejuízo para todos, mesmo as candidaturas registradas do sexo feminino.

Emenda 45, também da Senadora Serys Slhessarenko. Acatada parcialmente nos termos de subemenda. Determina que nos formulários de requerimento de registro de candidatos deve constar o campo reservado à informação sobre raça e sexo, de preenchimento obrigatório. Propomos que o preenchimento dessa informação fique a critério do candidato, o objetivo é mais estatístico, para estudos sobre o resultado das eleições. Então fica da seguinte forma: Nos formulários de requerimento de registro de candidato, deve constar campo de preenchimento, por opção do candidato, reservado à identificação de raça ou cor, conforme critérios adotados pelo IBGE. O TRE dará divulgação, mediante campanha institucional educativa, sobre a proporção de candidatos em conformidade com os critérios desse artigo.

A Emenda nº 46, também da Senadora Serys Slhessarenko, também é rejeitada. Propõe que seja alterado o percentual mínimo de recurso do fundo partidário destinado à difusão da participação feminina. Opinamos pela manutenção do texto acordado durante exame da matéria na Câmara, com a participação da Bancada e de entidades femininas, mantendo, portanto, o que está na Câmara, e tivemos também aqui a presença da Ministra da Igualdade Nilcéa Freire, que também defende essa manutenção.

Emenda nº 47, Senador Valdir Raupp. Foi rejeitada. O relatório propõe a supressão do art. 6º do PLC, que trata do voto em trânsito, porque entendemos, após entendimentos com o Tribunal Superior Eleitoral, que a adoção de tal medida poderia ensejar problemas técnicos e de segurança difíceis de estimar. A matéria é altamente meritória e deve ser objeto de lei especial para uso no futuro.

Emenda nº 48, Senador Alvaro Dias. Ela é aprovada. Trata-se de aperfeiçoamento formal e substancial do que dispõe o art. 11 da Lei Eleitoral. Quanto à quitação: estimula a agilidade do processo, como quer o texto aprovado pela Câmara, e cerceia a impunidade.

Emenda nº 49, da Senadora Kátia Abreu. É prejudicada. Trata-se de substância de uma subemenda à Emenda 3 do Senador Tasso Jereissati. Como o Senador Tasso retirou a Emenda 3 fica prejudicada a Emenda 49.

Emenda 50, Senador Eduardo Suplicy. Acatada parcialmente nos termos de subemenda, de maneira que ficaria a seguinte redação: Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar pela Internet, no dia 06 de agosto, 06 e 30 de setembro, relatórios discriminando os recursos em dinheiro, ou estimáveis em dinheiro, que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral e os gastos realizados, isso em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim, exigidos a indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores doados somente na prestação de contas final de que trata os Incisos II e IV do art. 29 dessa lei. Portanto, é acatada parcialmente. Hoje a lei fala em dia 06 de agosto e 06 de setembro. Está se acatando uma terceira data, que é a data de 30 de setembro, nas vésperas da eleição.

A Emenda nº 51, do Senador Marcelo Crivella, é rejeitada. Trata-se da eliminação de critério fundamental utilizada para distribuição das sobras quando

da aplicação dos quocientes eleitoral e partidário. É matéria complexa, que altera substancialmente o sistema eleitoral. Deve ser objeto de debate e elaboração específica. Portanto, ela não é acatada. A Emenda 51 do Senador Marcelo Crivella propõe que no cálculo do quociente, na hora das sobras também se distribua por todos os partidos, independentemente de terem alcançado uma vaga ou não.

A Emenda nº 52 do Senador Marcelo Crivella é acatada parcialmente, acrescendo à Lei 9.504 o art. 77 A: Nos seis meses que antecede ao pleito, é vedada a propaganda institucional ou eleitoral relacionada à inauguração ou ao lançamento de pedra fundamental de obras públicas.

A Emenda nº 53, Senador Pedro Simon, que propõe a aprovação, que é rejeitada. A aprovação do que propõe essa emenda, como menciona a sua justificação, depende de alteração a ser promovida na constituição, necessária para fornecer a mudança que se pretende fazer na Lei Ordinária e o seu necessário fundamento de validade constitucional.

A Emenda 55... A 54 está retirada. Emenda 55. Também é rejeitada. A emenda impõe à Justiça Eleitoral obrigação de divulgar, aos domingos, durante a campanha eleitoral, os nomes dos candidatos que sejam réus em processos criminais ou que respondam a representações por quebra de decoro Parlamentar. Ocorre que além de existir diversos processos criminais que correm em segredo de Justiça por determinação legal, existem outros que, embora públicos, em princípio podem ter o segredo de Justiça determinado a qualquer momento por decisão do Juiz ou Tribunal. Além disso, o amplo leque de legitimados para a apresentação de representações por quebra de decoro Parlamentar pode tornar todos os candidatos que ocupam cargo no Legislativo objeto desse tipo de representação.

A Emenda nº 56 da CCJ, Senador Pedro Simon, rejeitada. A Lei Eleitoral vigente já proíbe o uso de trucagens e o faz de maneira bastante rigorosa. O Senador Pedro Simon propunha exatamente essa mesma visão, de proibição de trucagens de imagens.

A Emenda nº 57, Senador Pedro Simon. Rejeitada. Prevê inscrever na lei a exigência de idoneidade moral e reputação ilibada para o registro de candidatos, que pode ser uma iniciativa contraproducente com relação à proposta, claro, do eminente autor da emenda, que é fortalecer a moralidade dos processos eleitorais. É que as noções jurídicas abertas e indeterminadas, ou pouco determinadas, podem ensejar uma dificuldade de tipificação nesse caso. Assim, ao invés de proteger o processo eleitoral de pessoas inidôneas, se estaria lhes conferindo atestado de idoneidade pelo só fato de inscreverem-se como candidato.

A Emenda 58, do Senador Valter Pereira, é acatada parcialmente nos termos de subemenda. Está no art. 97: Compete ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público fiscalizar o cumprimento dessa lei pelos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais, determinando de ofício, ou mediante provocação, a abertura de procedimento disciplinar para a apuração de irregularidades que verificarem, especialmente descumprimento dos prazos estabelecidos para a tramitação dos processos na Justiça Eleitoral. Portanto, é acatada parcialmente a emenda do Senador Valter Pereira.

A Emenda nº 59, também do Senador Valter Pereira, é rejeitada. A possibilidade de ações judiciais nesse caso, apresentadas durante a campanha eleitoral, poderá provocar judicialização do processo político-eleitoral em prejuízo de sua autonomia política. Entendemos que a representação, nesse caso, deve ser apresentada após a diplomação, nos termos da lei vigente.

A Emenda nº 60 da CCJ, também do Senador Valter Pereira, é rejeitada. Além do abuso de poder econômico que o outdoor expressa, há que observar, quanto a esta matéria, [soa a campainha] as políticas públicas municipais, destinadas a tornar a cidade limpa, que podem ser prejudicadas pelos outdoors eleitorais. Não foi possível chegar a um consenso sobre esse assunto, existindo, realmente, a decisão de manter o que foi decidido pela Câmara dos Deputados.

Emenda nº 61, do Senador Valter Pereira. Acatada parcialmente nos termos subemenda. Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos, salvo se manifestamente protelatórios e assim declarados na decisão que os rejeitar.

Emenda nº 62, da CCJ, Senador Valter Pereira. Acatada parcialmente nos termos de subemenda à Emenda 16 da CCJ, do Senador Antônio Carlos Valadares. O presente relatório já contempla norma pela qual todas as referências a UFIRs na Lei Eleitoral serão convertidas, mediante critério a ser adotado pelos TSEs, em reais.

Emenda 63, Senador Lobão Filho. Acatada parcialmente nos termos de subemenda. No art. 16, § 1º: até a data prevista no *caput* desse artigo, todos os pedidos de registro de candidatos, inclusive os impugnados e os respectivos recursos, devem estar julgados em todas as instâncias da Justiça Eleitoral e publicadas as decisões a ele relativas. Busca, exatamente, acelerar o processo de julgamento de recursos.

Emenda 64. Eu estou caminhando para o fim, que são 70. A Emenda 64, do Senador Pedro Simon, é acatada parcialmente, nos termos subemenda, colocando no art. 40 B a seguinte redação, suprimindo-se

o Parágrafo Único: A representação relativa à propaganda irregular deve ser instruída com as provas da autoria ou do prévio conhecimento do beneficiário, e tramitará no rito estabelecido no art. 22 da Lei Complementar 64 de 18 de maio de 1960.

A Emenda 65, do Senador Pedro Simon, é rejeitada. O texto proposto pelo art. 39 A, que se pretende suprimir com a emenda, apenas permite a manifestação silenciosa e individual da preferência do eleitor no dia da eleição. Tal permissão deve ser mantida, a nosso juízo.

Emenda 66, também do Senador Pedro Simon. O art. 36 A, na forma do projeto, sem afastar a competência da Justiça Eleitoral para o julgamento das lides e a organização das eleições, resgata a competência do Congresso para legislar sobre o Direito Eleitoral, competência esta que é exclusiva e assim delegável. Por tal razão deve ser preservada, portanto rejeitando a Emenda 66.

A Emenda 67 é acatada parcialmente, nos termos de subemenda, também de proposta do Senador Pedro Simon. Dando as alíneas A e E do Inciso IV, do § 3º, do art. 58 da Lei 9.504, a redação apresentada pelo art. 3º. Dando a seguinte redação: Deferido o pedido, a divulgação das respostas dar-se-á no mesmo veículo e espaço – trata-se de direito de resposta -, mesmo veículo, espaço, local, horário, página eletrônica, tamanho, caracteres e outros elementos de realce usados na ofensa, mediante procedimento iniciado em até 24 horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido. E no item E: não sendo possível em tempo hábil para que o efeito de resposta produza o efeito desejado, a identificação do responsável direto pela geração ou edição do conteúdo da mensagem considerada ofensiva, a Justiça Eleitoral poderá notificar a empresa responsável pela hospedagem da página que contém a devida mensagem, para que providencie a retirada daquela página do ar, sem prejuízo da aplicação infrator das penas previstas nessa lei.

A Emenda 68, também do Senador Pedro Simon, é rejeitada. Embora o uso lícito e saudável das tecnologias e serviços disponíveis na Internet seja um desafio para todas as atividades e setores da economia e da vida política de uma ação, pois normalmente impõe rupturas aos processos sociais já estabelecidos, não é possível ignorar a existência da rede, as mudanças de hábitos, de práticas e de regras sociais provocadas por seu uso disseminado. A rigor, doações e pagamentos pela Internet já são uma realidade, e essa tecnologia permitiu que os custos e a velocidade dessas transações fossem modificadas drasticamente. Da mesma forma, a veiculação da propaganda partidária pela Internet, quando feita por qualquer pessoa natural, que exerce seu direito de livre manifestação do pensamento, também nunca foi vedada. Assim, julgamos que é adequada a utilização da rede com propósito eleitoral, dentro de regras jurídicas que retratem práticas sociais geralmente aceitas, não prescinde da aprovação de normas legais. Em nossa sociedade, trata-se do legítimo processo de validação e legalização de práticas sociais, que evoluem à medida da evolução tecnológica. Considerando válida, então, a doação de recursos para campanhas eleitorais mediante a Internet, conforme aprovados já pela Câmara. Embora sejam compreensíveis as preocupações do Senador Pedro Simon em relação ao mau uso da rede com fins eleitorais, não será possível coibir tais práticas. Ao contrário, devemos definir o que é permitido, para que se possa sancionar, justamente, o malfeitor.

A Emenda 69, nesse caso, como de resto, em toda disciplina que consta nesse Projeto de Lei, não se trata de invadir competência de outro Poder, mas de resgatar as atribuições do Poder Legislativo. Também é rejeitada.

A Emenda 70 também é rejeitada. A emenda pretende a supressão do art. 2º do PLC 141 destinado a promover mudança na Lei dos Partidos Políticos. Ocorre que tais mudanças são necessárias para melhor adequação dessa lei às outras mudanças aqui propostas para promoção de condições técnicas especialmente para reafirmação da natureza constitucional dos partidos políticos.

O Senador Marco Maciel, então, vai fazer a leitura do voto.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu vou ler aqui emendas. Agora eu vou fazer a leitura das emendas que foram apresentadas agora e, consequentemente, ainda não possuem a nossa opinião, o parecer escrito. Todavia, eu gostaria de fazer uma ressalva com relação à emenda do Senador Pedro Simon, que hoje de manhã houve uma conversa sobre esse assunto. E a Emenda 53, CCJ, que já havia sido rejeitada passou a ser aprovada com a nova redação que foi dada.

Então, eu vou excepcionar para ler a emenda como ficou. A emenda 54, CCJ, Senador Pedro Simon: Esta Comissão de Constituição e Justiça aprovou o Projeto de Lei do Senado 688 de 2007, de autoria do Senador Pedro Simon, autor desta Emenda 54, que exige reputação ilibada para os candidatos às eleições tal como ocorre nos termos constitucionais com os Ministros dos Tribunais Superiores, Embaixadores e Servidores Públicos. A matéria encontra-se na Câmara dos Deputados.

Entendemos que este projeto é mais uma oportunidade para consagrar em lei esta exigência fundamental. Daí porque o nosso parecer é favorável.

As demais emendas eu vou lê-las, mas não há parecer, posto que foram apresentadas hoje pela manhã. São mais quatro.

São a emenda 73, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que diz o seguinte: Dê-se ao § 11, do art. 73, da Lei 9.504 de 1997, alterado pelo art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 141 de 2009, a seguinte redação: Art. 73, § 11. No ano de eleição, os programas sociais de que trata o § 10º não poderão ter critérios novos de ampliação e não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida.

A justificação diz o seguinte: A redação ora proposta tem por escopo a necessidade de combinar o necessário rigor na concessão de benefícios de assistência social em anos eleitorais, de forma a se evitar a nefasta prática do clientelismo com os imperativos de justiça social. A pobreza e a marginalização não deixam de existir nos anos eleitorais e sua erradicação constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, nos termos do § 3º, inciso III da Constituição Federal.

Assim, entendemos ser absolutamente legítimos os expedientes de reajuste geral de benefícios em face da inflação pretérita apurada, e de forma individualizada a correção de benefícios em razão de erros diagnosticados e a ampliação ante o preenchimento de requisitos que habilitam o cidadão à sua obtenção.

Então, eu li e gostaria de dizer que o sentimento do Relator é no sentido de acolhimento da presente emenda que guarda compatibilidade com a prestação dos serviços sociais sem prejuízo, porém, de buscar a fazer com que eles sejam administrados observados os princípios republicanos.

A emenda a seguir, que também foi agora apresentada, trata-se de iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko que faz Emenda nº 71 e diz o seguinte: O art. 10 da Lei 9.504 de 97 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo: § 6º: A não observância do estabelecido no § 3º deste artigo implicará em: A) Advertência pública, na primeira vez do descumprimento do estabelecido no § 3º deste artigo, e acréscimo de 20% sobre o tempo disposto no inciso IV, do art. 45 da Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995. B) Aumento em 50% dos repasses para o disposto no inciso V, do art. 44 da Lei 9.096 de setembro de 95, na reincidência, mais o disposto na alínea anterior, de forma cumulativa. C) Reserva do tempo disposto no art. 47, 20% superior ao das candidaturas do sexo em vantagem numérica para o sexo em desvantagem numérica, no partido ou coligação, além da aplicação das sanções previstas nas alíneas anteriores de forma cumulativa quando do descumprimento do estabelecido no § 3º desse artigo ocorrer pela terceira vez. D) Indeferimento do pedido de registro das candidaturas do partido ou coligação no pleito subsequente quando do descumprimento do estabelecido no § 3º desse artigo ocorrer pela quarta vez, somado às penalidades previstas nas alíneas anteriores de forma cumulativa.

A justificativa diz, basicamente, o seguinte: É importante que o desrespeito à Lei Eleitoral, no que tange à participação feminina, tenha sanções que impliquem na real aplicação da lei. Entendemos que a punição positiva, quer dizer, que se reverta em benefício para as mulheres do partido ou coligação, significará um ganho para o sistema partidário brasileiro, cuja punição pelo descumprimento não se reverterá em ônus para as próprias mulheres, atingirá apenas aqueles que descumpriram a regra de forma deliberada ou não, fortalecendo a participação feminina nas agremiações partidárias. Hoje a não observância não gera qualquer ônus aos partidos. Senadora Serys Slhessarenko.

Emenda 72, do Senador Antônio Carlos Valadares. Dê-se ao inciso IV, do art. 36 A, da Lei 9.054 de 30 de setembro de 1997, de que trata o art. 4º do Projeto de Lei da Câmara 141 de 2009, a seguinte redação: Art. 4º. A seguir, art. 36 A, inciso IV: A divulgação de atos de Parlamentares e debates legislativos, bem como do trabalho dos filiados ao partido que exerçam cargo no primeiro escalão da Administração Pública direta ou indireta, desde que não se mencione a possível candidatura ou se faça pedido de votos ou de apelo ou de apoio eleitoral.

Justificação: A emenda busca viabilizar que não seja caracterizada propaganda eleitoral antecipada tanto a divulgação dos atos Parlamentares e debates legislativos como também o do trabalho daqueles que exercem cargo no primeiro escalão da Administração Pública direta ou indireta.

Não são raras as vezes em que as ações judiciais logram suspender as propagandas partidárias e com isso impedir a divulgação do programa partidário na forma como ele é executado no Legislativo e no Executivo por seus filiados. Ocorre que não é razoável pensar que um Parlamentar, seja ele Senador, Deputado ou Vereador, ou mesmo Ministro, Secretário Estadual ou Municipal, ou ainda, outro agente público que desenvolva uma atividade pública em nome do partido, na Administração indireta, não possa divulgar seu trabalho em nome do partido ou como parte da execução do programa partidário.

A divulgação do trabalho realizado em nome do partido ou na qualidade de membro filiado ao partido

é legítima e não pode ser impedida sob o argumento de se tratar da defesa de interesses pessoais se o trabalho é alinhado ao programa partidário.

Agora uma emenda, e acho que é a última, a emenda... E por fim temos a emenda, também de autoria do nobre Senador Antônio Carlos Valadares, a Emenda 75 ao PLC 141 de 2009: Acrescente-se o § 10º ao art. 39 da Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, na forma de que trata o art. 4º do Projeto de Lei da Câmara nº 141 de 2009, com a seguinte redação: Art. 4º. Art. 39, § 10º: Nos comícios eleitorais é permitido projetar em telões trabalhos, propostas e discursos dos candidatos a cargos para o Poder Executivo e para o Legislativo, inclusive vídeos e músicas de campanha.

Justificativa: A presente emenda busca permitir a divulgação, durante os comícios eleitorais, de vídeos e músicas de campanha dos candidatos, bem como de suas propostas, seus projetos e discursos. Autor: Senador Antonio Carlos Valadares.

São essas as emendas, portanto--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, Relator, eu apresentei uma emenda, também, a 97 A, § 2º do 97 A. Sobre o problema de eleição direta, cassação de mandatos e eleição direta. Gostaria só que fosse dado conhecimento.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É Emenda 74, não é Senador Aloizio Mercadante? Dê-se ao § 2º, do art. 97 A, da Lei 9.504 de 97, acrescido pelo art. 4º do Projeto de Lei da Câmara 141 de 2009, a seguinte redação: § 2º. Vencido o prazo de que trata o *caput*, inciso I, será aplicável o disposto no art. 97, sem prejuízo da representação ao Conselho Nacional de Justiça. 2. Sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, serão aplicáveis as sanções de cassação de registro, diploma ou mandato em caso de processo que envolva eleição majoritária, se ante a decretação judicial de vacância nos dois primeiros anos do período de exercício do cargo Executivo, ou faltando mais de 15 meses para o término do mandato de Senador for possível a realização de eleição em 90 dias depois de aberta a vaga mediante voto direto, secreto, universal, em âmbito da circunscrição eleitoral, devendo os eleitos completar o período de seus antecessores.

A justificativa é a seguinte: A emenda que ora apresentamos – que é de autoria do Senador Aloizio Mercadante – tem por escopo reforçar a preocupação de se imprimir maior celeridade à jurisdição eleitoral, sem que se fixem graves impedimentos à adequada prestação jurisdicional como sanção pela demora do julgamento.

Aqui se estabelece que a restrição mais draconiana só deixará de ser observada se não puder ser assegurado o primado da soberania popular, que se respeita na proposta pela convocação de nova eleição no prazo de 90 dias.

São estas as emendas apresentadas que ainda não têm, portanto, parecer dos Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão, Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, Senador Alvaro Dias.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Gostaria, também, de participar da discussão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em seguida, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente e senhores, Sr. Presidente Senador Demóstenes Torres [soa a campainha], Srs. Relatores Marco Maciel e Eduardo Azeredo. Eu gostaria de, em primeiro lugar, formular uma indagação sobre o que me parece estar ausente das preocupações desse projeto, mas não ausente daquilo que é uma realidade que pode acontecer. Eu me refiro, e gostaria de lhes perguntar.

Os Relatores Marco Maciel e Eduardo Azeredo consideraram a hipótese da regulamentação de prévias que, eventualmente, os partidos venham a realizar? Por exemplo, qual o tratamento dado, se porventura houver uma... A prévia que se imagina pode ou não acontecer, vamos supor, em um partido de oposição ao do PT, entre os Governadores Aécio Neves e José Serra. Ou se, porventura, surgir, no âmbito do Partido dos Trabalhadores, seja nacionalmente ou em algum Estado, a possibilidade de realização de prévias. Poderão os pré-candidatos se declararem pré-candidatos? Poderão os meios de comunicação, eventualmente, transmitir debate entre aqueles pré-candidatos? Que tratamento será dado?

Eu considero esta questão de grande relevância, porque acredito que o processo de realização de debates em prévias pode se tornar em processo de grande relevância para a democratização de decisões entre a população, entre os eleitores interessados. Então, eu pergunto se não deveria haver esta preocupação e uma previsão da eventual hipótese de realização de prévias precedidas de debates. E, portanto, poderá aquele que é um pré-candidato se declarar abertamente pré-candidato até que depois se torne candidato para efeito da realização de prévias? Que tratamento a Justiça Eleitoral dará se houver omissão da nossa legislação?

É essa a preocupação, Sr. Presidente, que eu acho que deveríamos lidar hoje, inclusive antes do prazo de término para a apresentação de emendas. Me disporia, inclusive, mas gostaria de ter a colabo-

ração dos Relatores, pensar junto a respeito, porque se trata de um assunto de interesse comum de todos os partidos. Então, eu indago se foi pensado isso e se não é o caso de efetivamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu respondo a V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Infelizmente, o projeto que veio da Câmara ele é mais uma reforma eleitoral pequena, diminuta, do que uma reforma política. Infelizmente, a conclusão que nós chegamos, e até será composta uma Comissão, se V. Exa. quiser participar será um orgulho para todos nós, assim que encerrar esse processo. Porque para o ano que vem não adianta ter ilusão que não vai aprovar mais nada, a não ser a possibilidade dessa lei. Então, os outros temas, como prévias, coligações partidárias, fidelidade partidária, voto fechado em lista, financiamento público, etc., nós vamos iniciar uma discussão logo em seguida ao encerramento do prazo eleitoral, a fim de que... Porque muita coisa já foi aprovado nosso e foi para a Câmara e não andou, e isso seria o ideal.

Então, o que nós estamos imaginando? Com os atuais Parlamentares, nós não vamos conseguir aprovar nada. Então, após encerrado esse período, já para aplicação nas eleições de 2012 ou 2014, haverá uma chance de aprofundarmos nessas discussões. Então nós ficamos restritos ao que veio da Câmara, porque se nós aprofundarmos a discussão aqui, não vai sobrar possibilidade de aprovação de nenhum tema polêmico. Então, mesmo esses temas, nós estamos aqui há mais de um mês em um processo de discussão, e talvez só amanhã encerraremos essa fase na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Ciência e Tecnologia, porque resolvemos fazer o estudo conjuntamente. Caso contrário, nem isso daríamos conta.

De sorte, Senador Suplicy, que encerrado esse período, encerrada a discussão desse Projeto de Lei, nós vamos tentar fazer uma reforma política que valha para 2012 ou para 2014, porque, quem sabe, nós poderemos conseguir sensibilizar os Parlamentares para que possam ir adiante essas ideias como as de V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria ainda de mencionar dois tópicos diferentes deste. O primeiro refere-se à proposição que fiz, que foi parcialmente acatada, referente à informação que os partidos e candidatos devem dar com respeito às contribuições, sejam elas do fundo partidário, de pessoas físicas ou jurídicas.

Mas os Relatores avaliaram que a divulgação das respectivas contribuições só deverão ser tornadas públicas depois da realização das eleições.

Eu gostaria de ponderar, Sr. Presidente, que--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O senhor poderia fazer o outro questionamento, que os Relatores... V. Exa. disse que tem mais dois pontos. Esse é um, e o segundo? Porque aí nós já faremos o--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A ponderação que eu quero fazer é que me parece que é muito importante – o Senado já havia aprovado antes das últimas eleições, isso é a Câmara que retirou – que pudéssemos fazer até 30 de setembro a divulgação das contribuições que cada candidato e partido recebe. Por que não dar transparência a isso?

Alguns Senadores ponderaram: "Mas quem sabe isto poderá inibir doadores de darem aqui ou ali?". Mas será que não é muito mais democrático se saber de antemão quais as contribuições, e será que é isto que vai inibir os doadores, já que depois vai se saber mesmo? Então--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E o outro questionamento, Senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, eu coloco para os Relatores a indagação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O segundo ponto, que havia também nas minhas emendas, refere-se àquilo que o Senador Pedro Simon tanto tem aqui explicitado, e que... Inclusive a CNBB, nesta campanha, está procurando fazer, no sentido de... E havia a minha Emenda 41, no sentido de obrigar que somente candidatos com fichas judiciais limpas possam concorrer nos pleitos eleitorais e também--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Passou a emenda do Senador Pedro Simon, que aceite só candidatos com reputação ilibada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está aprovado? Então eu estou satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foi acolhido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E solidário à proposição do Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Temos, pela sequência, Senador Flexa Ribeiro, Senador Antonio Carlos Valadares e Senador Pedro Simon.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas eu pedi, juntamente com o Senador Suplicy, eu havia pedido a palavra, Sr. Presidente, juntamente com ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, em seguida, o Senador Alvaro Dias, que tem razão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Demóstenes Torres, Srs. Relatores, Srs. Senadores.

O objetivo desse projeto que está sendo competentemente relatado pelos Senadores Marco Maciel e Eduardo Azeredo, é fazer, como bem disse o Senador Demóstenes Torres, uma reforma que não é uma reforma, é algo emergencial para que possamos melhorar o processo eleitoral do ano que vem. Então, nós temos que votá-lo, daí porque fizemos em conjunto a reunião da CCT com a CCJ, um relatório único entre os dois Relatores, para que tivéssemos economia processual.

Nós temos que terminar a votação nas Comissões para que possamos discuti-lo em Plenário e retorná-lo à Câmara a tempo de ser sancionado até o dia 03 de outubro. Se não fizermos isso, nós não vamos ter nada. Nós não vamos ter nem o bom contra o ótimo--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A Câmara ficou três anos com esse projeto. Tem mais de 10 projetos aprovados pelo Senado que estão na gaveta. Agora manda, às vésperas de eleição um requerimento, e nós temos que votar correndo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda a razão. Agora, o que nós precisamos é alterar, então, o regimento, dividindo, de forma isonômica, os prazos da Câmara e do Senado, porque o que ocorre é que sempre o Senado tem que votar de forma acelerada, em pouco tempo, porque a Câmara fica com os projetos lá até o limite. Ou o limite é imposto por uma Medida Provisória, por um projeto que tramita em regime de urgência, ou, no caso aqui, pelo processo que define o regime eleitoral que tem que ter alteração até um ano antes das eleições.

Então, Senador Demóstenes Torres, V. Exa. compreende? Na CCJ nós poderíamos estudar uma forma, o Senador Pedro Simon tem razão--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Oportunamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --para que não estejamos sempre tendo que votar de forma açodada no Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Presidente, Srs. Senadores. Disse bem o Presidente Demóstenes Torres que trata-se de uma reforma eleitoral insuficiente, apressada e em momento inoportuno, que ignora a existência de tantas propostas já aprovadas [soa a campainha] pelo Senado Federal e que poderiam compor uma reforma política que viesse a conferir ao país um modelo político moderno, compatível com a realidade e as aspirações políticas da sociedade brasileira.

Eu, particularmente, não tenho muita esperança que o Congresso possa aprovar uma reforma política, a não ser que o Presidente da República, eleito em 2010, assuma a liderança desse processo. Nesse presidencialismo forte, o Presidente da República é o grande legislador. Se ele lidera um processo de reforma, pode ocorrer. Sem que o Presidente da República se interesse por uma reforma de amplitude, certamente teremos dificuldades aqui no Congresso Nacional.

Imagino que é uma tarefa a ser liderada pelo Presidente da República no início da sua gestão, logo após a consagração popular. Desta forma, certamente nós vamos alcançar os objetivos de uma reforma política, de atender às aspirações do povo brasileiro em ter um modelo político capaz de reduzir, inclusive, o impacto das ações de corrupção que começam quase sempre durante a campanha eleitoral e prosseguem depois durante o exercício do mandato, especialmente na Administração Pública. Mas é o que temos, é essa reforma eleitoral. É bom enfatizar isso, para não gerar essa falsa expectativa. Acho que temos o dever de esclarecer sempre a opinião pública sobre o que estamos aprovando e o que pretendemos com o que estamos aprovando, aonde queremos chegar.

Não vamos chegar muito longe com essa reforma eleitoral. Não vamos promover grandes alterações, é uma reforma pífia. A reforma política foi, mais uma vez, relegada a um segundo plano, fica para as calendas. Nós vamos aguardar um novo período Legislativo, com a eleição de 2010, para alimentarmos a esperança de termos um novo modelo político no país, porque esse realmente é retrógrado, é superado, tem sido condenado reiteradamente em todas as eleições. E, certamente, é um desestímulo a que pessoas talentosas, vocacionadas para a vida pública se afastem desta atividade.

Sr. Presidente, eu aproveito o ensejo para fazer apenas duas considerações [soa a campainha] dirigidas aos dois relatores ainda a tempo, sei que debaterão a possibilidade de alguma alteração até a deliberação final.

A primeira é relativamente a outdoor. Eu não considero outdoor um instrumento para que se abuse do poder econômico. Há uma regulamentação que pode ser mais ou menos rigorosa. E, sobretudo, há uma regulamentação que pode ser liderada pela Administração

Municipal, no âmbito do Município, já que há iniciativas como a de São Paulo, Capital, de limitar a utilização de *outdoor* como veículo de publicidade. Portanto, Sr. Presidente, eu acho que nós deveríamos considerar melhor. Substituir outdoor por placas, aí sim me parece não só emporcalhar as cidades, e isso é possível que ocorra, não há possibilidade de um controle mais rigoroso em relação à quantidade de placas utilizadas. Aí sim é possível até se estimular o abuso de poder econômico: quem pode mais, coloca um número maior de placas, até porque é praticamente impossível essa fiscalização.

Eu creio que nós estaríamos reduzindo a possibilidade de abuso de poder econômico com o outdoor, e estaríamos possibilitando, inclusive, uma propaganda mais limpa, a cidade limpa. Nós estaríamos possibilitando uma propaganda mais moderna.

Acho, Sr. Presidente, que é possível rever isso e é o apelo que eu estou formulando. Temos várias emendas, emenda do Senador Jarbas Vasconcelos, emenda do Senador Valter Pereira, emenda do Senador Osmar Dias, parece que várias emendas com o mesmo objetivo.

E a outra questão diz respeito a uma proposta do Deputado Silvio Torres na Câmara dos Deputados. O Deputado Silvio Torres foi Relator de uma CPI que investigou a CBF. No Senado Federal eu fui Presidente de uma CPI do futebol, que também investigou a CBF e outras entidades esportivas. E a conclusão é de que a CBF patrocina campanhas eleitorais.

O que nós devemos indagar? Por que a CBF patrocina campanhas eleitorais? Qual é o propósito desse patrocínio? Tem direito o Presidente da entidade de utilizar-se de recursos que não são seus para patrocinar candidaturas da sua preferência?

Eu não quero fazer ilações, até porque não seria inteligente, já que o objetivo é eliminar isso que nós consideramos um equívoco. As entidades esportivas, em que pese o fato de serem consideradas entidades privadas, que não manipulam recursos públicos, reiteradamente manipulam recursos públicos de forma direta ou indireta. A CBF, sobretudo, administra um patrimônio cultural do povo brasileiro que é a Seleção Nacional. É da nossa Constituição. A Seleção Brasileira é parte do patrimônio cultural do povo brasileiro. E, evidentemente, os recursos manipulados pela CBF, que têm origem em espetáculos oferecidos pela nossa Seleção em campos do mundo, esses recursos devem ser considerados, de forma direta ou indireta, recursos públicos, oriundos de uma atividade que passa a ser pública na medida em que a Seleção Brasileira é um patrimônio cultural do povo desse país [soa a campainha].

Isso nós discutimos amplamente na CPI do futebol. Mandados de Segurança remetidos ao Supremo para impedir a CPI de funcionar foram rejeitados exatamente porque se considerou a CBF uma espécie de paraestatal, e como talo tal deve ser tratada, inclusive deveria prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

Portanto, Sr. Presidente, esse texto deve ser claro. As entidades esportivas não podem patrocinar campanhas eleitorais. Nós estaremos, se permitirmos, ensejando corrupção, sim. É por isso que, de quando em vez, se noticia a existência da chamada bancada da bola. Não há como evitar o favorecimento se nós possibilitarmos que alguém, eventualmente, presidindo essa entidade, a CBF, possa escolher a quem financiar aleatoriamente, em função dos seus próprios interesses, para obter, futuramente, apoio político.

Portanto, eu faço esse apelo para que os Srs. Relatores possam atender este pleito do Deputado Silvio Torres, que só o apresentou exatamente por conhecer em profundidade o que ocorre nos bastidores do futebol brasileiro, especialmente nos bastidores das entidades que administram o futebol do nosso país.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Relatores, esse é o apelo que eu formulo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares. [soa a campainha].

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em seguida, V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria de indagar do nobre Relator na Comissão de Justiça, Senador Marco Maciel, como ficará, então, a redação da Emenda 17, que eu apresentei e V. Exa. acatou. Eu tenho uma curiosidade, porque é fundamental, uma vez que nós estamos, Sr. Presidente, alterando duas leis: a 9.096, que é a Lei dos Partidos Políticos; e a Lei 5. 094, que é a Lei das Eleições.

Então, eu acho que se a gente não fechar essa questão dos dois lados, em uma lei e na outra, vamos deixar alguma brecha para o Ministério Público continuar proibindo, ou seja, entrando com ações contra os partidos políticos.

Então, o meu desejo é que nós não deixemos nenhuma brecha, tanto em uma lei quanto na outra, repetir praticamente a mesma coisa. De vez que são leis que uma trata dos partidos políticos e a outra trata das eleições. Então, vamos... O que eu estou propondo é colocar mais ou menos a mesma redação nas duas leis, modificando o art. 36 e modificando o

art. 2º, modificando o art. 45 da outra lei, da Lei dos Partidos Políticos.

Então, o que eu gostaria de saber é como ficará esta redação com as emendas que eu apresentei, inclusive possibilitando não só detentores de mandatos eletivos, mas também ocupantes de cargos no Executivo, na Administração direta ou indireta, a aparecerem na televisão fazendo a divulgação do seu trabalho? O Ministério Público tem dado em cima disso, o que eu acho um absurdo, mas tem dado em cima disso.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Será que V. Exa., como tem questionamentos também do Senador Alvaro Dias e Eduardo Suplicy, talvez fosse melhor, se V. Exa. concordar, de ouvirmos por último o Senador Pedro Simon--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então eu teria outra indagação a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não. Então faça, que responde em conjunto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tudo bem, Presidente.

Visando dar, de forma expressa, aos candidatos a cargos eletivos, na Lei 9504, que é a lei que trata das eleições, a possibilidade de projetar, mediante telão, os seus trabalhos.

Por exemplo, o senhor faz um programa de televisão, suponhamos, de três minutos. É repetir mais ou menos aquele programa de televisão em um telão em um comício eleitoral. O que tem? Isso não está bem... A Lei Eleitoral não explica essa questão do telão. Não proíbe nem expressamente deixa essa possibilidade. Então, o que eu estou propondo? É que na Lei Eleitoral se permitam os candidatos projetar em telões os seus trabalhos. Por exemplo, o discurso do Senador Marco Maciel que proferiu em defesa da Defensoria Pública, suponhamos--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Aloizio Mercadante apresentou uma emenda nesse sentido que foi acolhida pelos Relatores, possibilitando nos comícios--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas eu gostaria de saber, então, quando o senhor me responder, qual a redação da emenda proposta pelo Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já foi lida, mas leremos novamente.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de informar muito conciso, dizer o seguinte: com relação ao art. 2º, art. 45, § 1º, inciso I, já havia comunicado a V. Exa. que nós tínhamos acolhido a emenda, e aqui se encontra, já: A divulgação da propaganda de candidatos, ressalvado o que dispõe no art. 36 A da Lei 9.504, a Lei das Eleições, de 30 de setembro de 1997, e a defesa de interesses pessoais ou de outros partidos e a divulgação de interesses estranhos ao programa partidário. Essa foi a proposta que V. Exa. fez.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, eu não falei em interesses pessoais. Eu falei em interesses estranhos.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não, interesses estranhos ao programa partidário. Interesses estranhos ao programa partidário.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então V. Exa. aceita?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Essa foi acolhida.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Alterou o art. 2º?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Que corresponde ao art. 45 da...?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente, isso já foi acolhido e já tinha passado a V. Exa., inclusive ontem, quando nós conversamos, mas--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas é porque eu não encontrei aqui no relatório.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Mas está aqui e foi lido.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não estou duvidando da palavra de V. Exa., longe de mim.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não, eu sei disso, mas apenas queria reiterar--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pelo contrário, o texto sempre... O seu comportamento e a sua conduta é ética e decente com os colegas.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, muito obrigado. E sabe da recíproca.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Passaremos a palavra, então, ao Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, se me fosse permitido eu gostaria de falar dois assuntos. O segundo é a matéria que nós estamos falando, mas antes eu gostaria de perguntar a V. Exa.: nós, da Comissão de Constituição e Justiça... Eu queria... Deu?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu continuo ouvindo V. Exa., como sempre.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, eu não queria atrapalhar o telefonema de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não atrapalhou, não atrapalhou. Fique tranquilo que V. Exa. não atrapalhou e nem eu atrapalhei a fala de V. Exa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Fico satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Fique à vontade. Continuo ouvindo V. Exa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Um grupo de Senadores entrou com recurso no Supremo Tribunal com relação ao fato da decisão tomada pela Comissão de Ética da qual, da rejeição da Comissão de Ética, se fez o recurso à Mesa e a Mesa, através do seu Presidente, passou para o segundo vice-Presidente. Não sei se o primeiro estava ou não estava, para que a questão fosse decidida com a rapidez impressionante na sexta-feira. E decidiu pelo arquivamento.

Dessa decisão, um grupo de Parlamentares recorreu ao Supremo Tribunal. No sorteio caiu um ilustre Ministro que se deu por suspeito. O segundo estava de licença e a licença terminava... Terminaram ontem, segunda-feira.

Eu respeito, eu não conheço as regras internas do Tribunal, mas eu não entendi por que entrou o terceiro, se tinha alguém que tinha sido sorteado e que segunda-feira assumiria.

Esse Ministro praticamente arquivou a nossa decisão. Eu quero dizer, com todo respeito, eu também não entendi, assim como eu não entendi a decisão do Presidente do Senado que, não querendo decidir, é normal que não decidisse, deu para o primeiro vice, mas em uma sexta-feira apareceu a segunda vice. Eu acho que o normal é ficar com o primeiro vice e o primeiro vice teria um prazo de 48 horas para tomar a decisão.

Com todo respeito ao Supremo, e quem sou eu para entrar em assunto interno do Supremo, mas eu também não entendi. Dando-se por suspeito e não querendo decidir o primeiro sorteado; o segundo a licença terminava ontem, terminou ontem, ele estava aqui; fazer um novo sorteio para que o assunto obrigatoriamente tivesse que sair na sexta-feira.

A pergunta que eu faço a V. Exa.: se, pelo menos por uma questão de seriedade, de equilíbrio, nós não deveríamos discutir e V. Exa. marcar uma data para discutir na Comissão o assunto em si, debater essa questão? No momento em que a Comissão de Ética praticamente desapareceu, porque a maioria dos membros... Os membros de oposição renunciaram, e o próprio Presidente do Senado é a favor da extinção da Comissão, então ela praticamente não tem mais significado.

Então, eu não consigo entender... Podemos até decidir que não se fale mais no assunto, mas nós temos que decidir. Eu acho que em cima de uma decisão surpreendente do Presidente do Senado, que a gente sabe que se ele tivesse entregue para o primeiro Presidente a decisão podia ser uma, entregou para a segunda. Eu não consigo entender... Calma Senador, deixa eu terminar, depois V. Exa. entra. Não fica nervoso. Não, V. Exa., a tropa de choque já está preparada. Calma. Deixa eu expor primeiro.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Nem pedi a palavra. Eu nem quero trabalhar--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Depois, V. Exa., com o conhecimento importante e jurídico que tem, fará a sua exposição, mas vá com calma.

Eu acho, eu falo com toda a sinceridade... Foi aprovada uma proposição absurda dizendo que decisões da Comissão de Ética não têm recurso para o Plenário. Um despacho negativo do Presidente pode ser recurso para a Comissão, mas o despacho é negativo e da Comissão está arquivado, não vai para o Plenário. Mas essa decisão tomada... Esse Senado é fantástico! Ela foi tomada à época em que... Nem quero discutir porque é muito delicado, envolve o Senador Renan, ex-Presidente, mas a verdade é que essa decisão não resolve nada, não alterou nada. Porque tem um artigo no regimento do Senado e o regimento do Senado é muito mais importante do que o regimento da Comissão de Ética. E esse artigo diz o seguinte: De todas as Comissões cabe recurso ao Plenário.

Se de todas as Comissões cabe recurso ao Plenário, a Comissão de Ética, que é uma Comissão, dela também cabe recurso ao Plenário. E esse artigo está em vigor, esse artigo existe. De todas as Comissões cabe recurso ao Plenário. O que é a Comissão de Ética? É uma Comissão. Das decisões dela cabe recurso ao Plenário. Isso é o que foi feito. Isso é o que foi feito.

O Presidente Sarney não tomou a decisão e fez muito bem, devia passar o primeiro vice. Era uma sexta-feira, mas não estava o primeiro vice, nem podia adivinhar. Apareceu a segunda vice e tomou a decisão de pura e simplesmente mandar arquivar. Pura e simplesmente mandar arquivar.

Eu defendia, Sr. Presidente, eu defendia que nós deveríamos ter entrado com recurso desse despacho da segunda vice-Presidente para o Plenário, para nós discutirmos no Plenário. Mas os juristas acharam melhor entrar no Supremo, e houve essa decisão do

Supremo. Com todo o respeito ao Supremo, eu acho estranho. É claro que nós sabemos que o Supremo, e está correto o Supremo, a tese do Supremo é não entrar nas brigas internas do Senado e da Câmara. Não é o Supremo que vai entrar nos fuxicos, nas brigazinhas internas na Câmara e no Senado. Correto. Mas há momentos que não é bem isso. O próprio Supremo deu um exemplo. Quando o Senador Sarney, o Senador Renan e o líder do PT não deixaram criar a CPI que deu no "mensalão", porque a minoria pediu. Foi instalada, instalada não foi, mas foi criada, o Presidente do Senado mandou os líderes indicarem. Os líderes não indicaram, e não só não indicaram como deram uma nota. O líder do MDB, do PT e outro deram uma nota dizendo o seguinte: CPI só se instala aqui quando tiver aprovação da maioria. Nós somos contra e não vamos indicar nome. Nós recorremos ao Presidente, pelo regimento, se não o regimento do Senado é o regimento do Congresso. Se as Bancadas não indicam, compete ao Presidente indicar, e ele não quis indicar. Entramos no Supremo e ganhamos.

O Supremo Tribunal... O querido Senador do Amazonas, falecido, e eu entramos com a rescisão e o Supremo mandou instalar. Aquela foi uma decisão importante, onde, a rigor, o Supremo entrou na economia interna do Senado, mas entrou para defender uma causa importante, uma causa justa, que era o direito da minoria de instalar uma CPI. Agora, eu não entendo... Arquivar uma decisão do Conselho de Ética e não aceitar que venha para o Plenário?

E outra, com todo o respeito, Sr. Presidente, um Conselho de Ética que já foi composto de uma maneira profundamente triste, em vez de ser composto em fevereiro, junto com todos os órgãos da Casa, foi se instalar no meio da crise. Então, as pessoas que foram compor o Conselho de Ética já eram pessoas comprometidas, marcadas. Eu estranho, com todo o respeito, eu estranho a decisão do Presidente Sarney de entregar para a segunda vice, porque o normal era o primeiro vice, e não precisava ser na sexta-feira, podia ser na segunda.

Eu estranho a decisão do Supremo, onde quem foi indicado não aceitou e fez bem em não aceitar, ele tinha sido indicado Ministro do Supremo pelo Presidente Sarney, teve uma atitude até elegante, muito respeitável. Mas sortearam o segundo, e o segundo está lá segunda-feira, segunda ele chegou. Porque o terceiro, eu não entendo.

Então, o que eu estou pedindo a V. Exa., Sr. Presidente, é, com todo o respeito, eu acho que V. Exa., como Presidente, devia marcar uma reunião nossa para debater essa matéria, para debater. Podemos arquivar, podemos dizer: "Olha, não tem mais o que fazer", mas eu acho que é um absurdo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon, só para prestar esclarecimentos a V. Exa.--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O que eu acho um absurdo é a Comissão de Constituição e Justiça não discutir a matéria. Vamos discutir, vamos debater. Querem arquivar, arquive: "Não tem mais o que falar", mas vamos discutir a matéria. Vamos passar pela Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Justiça vai discutir a matéria. A decisão que quiser tomar eu não quero nem discutir. Agora, vamos discutir a matéria. Essa é a coisa, Sr. Presidente--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. me permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Deixa eu só fazer um esclarecimento antes de passar a palavra a V. Exas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu peço, por favor, primeiro dar a palavra para o nosso ilustre representante do Maranhão, que ele quer mostrar serviço.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Veja bem, Senador Pedro Simon. Nós estamos exatamente do mesmo lado nessa briga. Nós assinamos as representações, nós assinamos os recursos do Conselho de Ética para a Mesa da Casa e o Plenário da Casa, e, em seguida, nós ajuizamos a ação no Supremo Tribunal Federal. Agora, nós entendíamos, V. Exa., juntos, que o Regimento Interno da Casa, no art. 254, é claro: toda a deliberação de Comissão, quando um décimo dos Senadores resolvem recorrer, essa decisão deixa de ser terminativa.

Muito bem. Se deu o apelido àquela Comissão de Conselho de Ética, mas nada mais é do que uma Comissão. Tanto é que a constituição não fala em Conselho de Ética. A Comissão fala em Mesa e fala em partido político com direito de [soa a campainha] representar. Foi o que nós fizemos. Recorremos e quando nós perdemos, definitivamente, em um "tratoraço" patrocinado dentro do Conselho de Ética, nós resolvemos fazer o recurso. Então, nós recorremos. Recorremos para a Mesa. Também não gostei, nenhum de nós, da maneira como a coisa foi feita, mas foi mais ou menos o que fez o Supremo Tribunal Federal. Na quinta-feira nós entramos com recurso. O recurso foi repassado ao primeiro vice-Presidente. Não estando o primeiro vice-Presidente foi distribuída à segunda vice-Presidente, que resolveu arquivar.

Contra esse recurso não há qualquer previsão regimental de um outro recurso administrativo, mas ainda assim nós poderíamos tentar. Nós resolvemos,

em uma reunião em que V. Exa. também esteve presente, entrar diretamente no Supremo Tribunal Federal. Na reunião, nós avaliamos o quê? Que o Supremo Tribunal Federal poderia, muito bem, como vem decidindo há vários anos, decidir que não entraria nessa questão, por ser uma questão regimental. Enquanto que na questão mencionada por V. Exa., em relação à CPI, há um mandamento constitucional para que o Supremo proceda daquele jeito. E até para que internamente nós procedamos daquele jeito. É o art. 58, § 3º, que diz o seguinte: *As Comissões Parlamentares de Inquérito que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado...* Então, aí veio o Regimento Interno e disse o seguinte: o líder partidário vai indicar os membros. E o líder se recusou a indicar.

Muito bem. O líder não é superior à Constituição. Por isso que o Supremo se manifestou. No caso do Supremo, o Ministro Celso de Melo se deu por suspeito, uma vez que foi indicado pelo Presidente Sarney para ser membro do Supremo. Perfeito, como disse V. Exa., mas, de licença, o Ministro Joaquim Barbosa, que era o seu substituto, para quem foi distribuído, o Ministro Joaquim Barbosa se encontrava de licença médica, e foi distribuído o recurso, então, para o Ministro Eros Grau. Também não gostei da decisão do Ministro Eros Grau, mas não podemos deixar de dizer que ela é regimental. É assim que funciona aqui, ou seja, nós não podemos dizer que a Senadora Serys Slhessarenko agiu errado. Por quê? O Senador Marconi Perillo foi procurado e não estava na Casa. V. Exa., como eu, achamos que foi açodado, que podia ter sido decidido de outra forma. Assim como achamos, também, que o Ministro Joaquim Barbosa poderia ter decidido, e não o seu substituto, mas também não podemos dizer que eles descumpriram o regimento.

Há alguma reação ainda? Podemos entrar com agravo regimental, mas como nós também ponderamos naquela sessão: pode o Supremo, como tem decidido sempre os seus Ministros, dizer: "Nós não entramos em questão regimental". Nós não podemos interferir na autonomia de um outro Poder. O Poder decidiu daquele jeito. Também não vou gostar dessa decisão, mas não podemos dizer o que Supremo está agindo de uma forma equivocada.

Muito bem. Administrativamente, como é que nós vamos proceder? Nós, primeiro, saímos do Conselho de Ética, porque, como V. Exa. disse, entendemos que é um Conselho feito de maioria. E aí é tribunal de inquisição, não importa quem for julgado, quem for julgado, se estive quer a maioria, por maior que seja o pecado cometido, será absolvido. E aquele que, às vezes, não cometeu nada, será condenado, porque faz parte de uma minoria. Saímos do Conselho. Pedimos ao Senador Antonio Carlos Júnior, que é Relator de três projetos de Resolução, agora quatro, se não me engano, para que ele fizesse, de forma urgente, um parecer para que nós pudéssemos discutir aqui amanhã, tratando, obviamente, do passado recente, e tratando de como nós podemos revitalizar o Conselho de Ética.

Quais são essas medidas? Entre elas é uma que nós já apontamos, e o próprio Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior concorda, é que deve ficar explícita a possibilidade de se recorrer do Conselho de Ética para o Plenário da Casa quando houver um arquivamento. A Casa decidir, assim como outras modificações quanto à formação de maioria. O Conselho não terá mais proporcionalidade de Bancada, mas a indicação de um membro que, por sua vez, deve ser, como V. Exa. fez introduzir agora na Lei Eleitoral, uma pessoa de reputação ilibada, que não tenha problemas na Justiça, que não tenha...

Então, acredito que amanhã, um item que está extrapauta, mas vou incluir como item 1, para que nós possamos concluir essa discussão. Ou seja, o que decidir, decidiu, não é verdade? Nós vamos mostrar a nossa indignação, a Casa terá como refazer esse procedimento para o futuro e, quem sabe, os próximos Conselhos possam julgar de uma forma mais equilibrada, digamos assim.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu agradeço a V. Exa. e concordo, principalmente, com a conclusão. Quer dizer, vamos fazer uma discussão singela, onde pelo menos nós estamos mostrando que se fez alguma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não é que não aconteceu nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Essa discussão será feita amanhã.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pode ser até a conclusão que V. Exa. está apresentando: "Não tem mais o que fazer", mas vamos tomar essa decisão. Eu agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. também. Com a palavra o Senador Lobão Filho. Em seguida, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Pedro Simon, eu, diferente do Senador Demóstenes

Torres, não estou do mesmo lado dessa querela política que vocês estão envolvidos, pelo contrário, estou do lado oposto.

V. Exa. cassou minha palavra liminarmente por presunção, achando que eu ia fazer a defesa do Presidente Sarney.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não cassei.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu estou falando. Eu posicionei o microfone para fazer um comunicado de que amanhã a Comissão de CCT não irá se reunir em função de uma nova reunião conjunta com a CCJ. Mas, já que V. Exa. cassou minha palavra preliminarmente, eu quero dizer que acho estranho, porque nós estávamos aqui discutindo reforma política com dois Senadores fazendo seus relatórios sobre um tema e uma pauta importante para o país, que é a reforma política, e, de repente, de forma surpresa, o tema muda novamente para o assunto José Sarney.

Aqui, eu acho que... Eu estava aguardando os Senadores deliberarem sobre reforma política. Não sei por que V. Exa. puxou, do fundo do baú, novamente, o assunto Sarney. Fico triste, de novo, pela segunda vez manifesto a V. Exa. a minha tristeza de ver V. Exa., especificamente, puxando, novamente, esse assunto no bojo de uma discussão tão importante como reforma política. Um assunto, este, que já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, que V. Exa. colocou em dúvida a decisão do Ministro Eros Grau, de forma injustiça. O Ministro decidiu regimentalmente, legalmente. Não sou professor de Direito, mas melhor aula de direito do que o próprio Senador Demóstenes Torres acabou de dar sobre a decisão do Ministro Eros Grau, impossível.

Então, eu queria fazer esse registro. Eu ia fazer apenas o aviso da CCJ e da CCT. Fica dado o aviso aos membros da CCT de que amanhã não haverá sessão, conforme a Secretária--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não tem reunião da Comissão.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Lobão, só para esclarecer esse ponto. Presidente Demóstenes, então como fica a nossa sessão de amanhã para votação da--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Às nove horas faremos uma reunião conjunta da CCJ e CCT e, em seguida, CCT, com o Item 1 da pauta, com V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra V. Exa., e já pediu, também, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu me atrevi a dizer que tinha dois assuntos. Pedi a V. Exa. se podia falar o primeiro, V. Exa. concordou. Agora, então, sobre a matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra, V. Exa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Meu querido Senador do Maranhão, eu apresentei mais de 40 emendas, mais de 40 emendas. E é uma matéria que eu estou aqui ainda, no tempo do seu pai, no tempo do seu avô já estava discutindo essa matéria aqui.

Vamos ser sinceros, Sr. Presidente. Eu quero felicitar os nossos dois Relatores. Realmente, a competência, a capacidade e a dedicação, nota mil. Mas, vamos ser muito claros, nós temos que ser muito claros.

O Senado há algum tempo vem tentando, com muita coragem, apresentar emendas de reforma política e de reforma eleitoral. Há muito tempo nós viemos fazendo isso. Por exemplo, verba pública de campanha, a Comissão aprovou por unanimidade, está lá na Câmara há não sei quantos anos. Fidelidade partidária, nós aprovamos por unanimidade, está lá na Câmara, eu não sei há quantos anos. Há uma série enorme de projetos de reforma eleitoral e de reforma política, as mais importantes, que essa Casa já votou. Todas estão na gaveta da Câmara.

Falando com alguns Senadores, e eu já disse isso com o Senador Marco Maciel, falando com alguns Parlamentares, eles dizem o seguinte. Que nós votamos essas matérias, realmente matérias corajosas, de mudanças profundas, mas eles dizem que nós votamos essas matérias porque nós confiamos no patriotismo da Câmara, patriotismo entre aspas, porque nós sabemos que a Câmara vai ficar lá, e, na verdade, tem acontecido isso.

Há um problema sério, e quando se falar na extinção ou não extinção do Senado, não por esses motivos que estão aí, mas pela validade ou não, um dos argumentos a serem analisados é esse. Nenhum projeto importante, nenhum projeto que tenha consequência, se sai desse Senado, fica na gaveta da Câmara. Eu não me lembro, e gostaria que vocês me lembrassem, de algum projeto polêmico que tivesse saído do Senado, votado na Câmara, apresentando emenda na Câmara, e voltado para essa Casa para essa Casa dar a última palavra. Essa Casa não dá nunca a última palavra. Já aconteceu, mais de uma vez, e eu tenho feito esse levantamento mais de uma vez, projetos importantes que são votados pelo Senado, aprovados pelo Senado, vai para a Câmara, fica na gaveta da Câmara e um ano depois um Deputado apresenta um projeto igual e vem para essa Casa. Vota lá, votamos aqui, ou votamos como eles querem.

Ou apresentamos emenda que vai para a Câmara e a Câmara resolve. A Câmara não deixa, jamais, a última palavra ficar com o Senado. Esse é um problema que eu já levantei nessa Casa, e eu achei que devia haver uma reunião das duas Mesas e os líderes para discutir aonde isso ia conduzir.

Então, emenda política, da reforma política, emenda da reforma eleitoral, essa Casa tem apresentado. Estão lá na gaveta. Aí vem esse projeto para cá. Vamos ser sinceros. Aqui não tem reforma política coisa nenhuma. Esse projeto que está aqui, e a imprensa tem publicado, é uma autodefesa da Câmara. Dizem até, alguns, eu não quero chegar lá, que é com medo do futuro Presidente do Tribunal Eleitoral, que esse futuro Presidente do Superior Tribunal Eleitoral teria uma série de teses, de ele entrar lá no vazio onde o Congresso Nacional, desde a Constituinte até hoje não regulamenta. São projetos, são dispositivos que estão na Constituição, dependem de Lei Complementar e essa lei não sai. E o Supremo tem tomado as decisões, como foi a questão referente à fidelidade partidária, onde eles estão fazendo o nosso papel. Eles estão legislando no nosso lugar, e nós perdemos a autoridade, porque de 20 anos nós não fizemos nada.

Então, dizem que o que está acontecendo nesse projeto é uma série de medidas que eles estão correndo para votar com medo que, se não fizerem agora até setembro, o Tribunal, por lei, por disposição do Tribunal, faça aquilo que nós não fizemos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Senador, me dá um aparte, só, por favor? Eu só queria dizer que, na verdade, são mais de 100 emendas. Nós estamos analisando as emendas com interesse de acertar o processo eleitoral. Não tem nada a ver com o futuro, de mudança do TSE, não tem nada a ver com isso, não. Pelo menos da parte minha e do Senador Marco Maciel, nós estamos analisando as emendas com interesse eleitoral, para fazer a legislação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Nem me passa pela cabeça, e até quero fazer justiça a V. Exa. e ao Senador Marco Maciel, que melhoraram e aprimoraram, inclusive agradeço ao Senador Marco Maciel com relação à emenda que V. Exa. concordou hoje, que diga-se de passagem é uma emenda que nós já votamos, que nós já aprovamos e está lá na Câmara dos Deputados. Vai ser muito interessante, porque agora, votando aqui, a Câmara vai ter que discutir. Ou ela aprova ou ela rejeita. Provavelmente ela vai rejeitar. Eu tenho quase a convicção que vai rejeitar, mas vai ter que tomar uma posição.

Eu acho que o trabalho do Senado, nota 10, e o trabalho que nós estamos fazendo nesse trabalho aqui, no trabalho de V. Exa., Presidente, o trabalho dos Relatores, o trabalho dos dois Presidentes das duas Comissões, nota 10. Eu acho que Senado está dando uma demonstração de grandeza, de humildade, de espírito público que merece respeito. Quer dizer, nós estamos tentando pegar o que vem e vamos melhorar. Eu acho isso correto, não pense que estou achando... Estou fazendo algum tipo de recessão a isso. Eu acho o nosso trabalho magnífico. Quer dizer, nós temos que pegar a matéria-prima que nós temos, o que vem para nós. É isso que nós temos. Dentro disso nós estamos aprimorando e tentando fazer. Agora, eu não tenho nenhuma dúvida que isso não houve lá, do lado de lá houve o sentido...

Por exemplo, eu vejo mexer na Lei Orgânica. Cá entre nós, não era hora de mexer agora. Mas por que mexer correndo, assim, na Lei Orgânica Partidária? Com algumas questões que se leva a muitas interrogações de qual o motivo de fazer uma coisa dessas. De repente, não mais que de repente, correndo, na última hora, estamos alterando os artigos, os mais profundos da Lei Orgânica Partidária. Era hora de fazer isso? Sinceramente, eu não sei [soa a campainha]. Eu, mesmo assim, apresentei 40 emendas. Fiz o que a minha consciência disse que eu devia fazer.

Eu agradeço a emenda aprovada, porque essa é muito importante. E acho que vamos tentar, pelo menos, fazer algumas coisas.

Eu faria aos Srs. Relatores, para a reunião de amanhã, tem alguns itens que estão, exageradamente, no sentido de facilitar o trabalho para alguns Parlamentares. Eu acho que tem algumas coisas que, no sentido de evitar que o Tribunal venha, os caras estão fazendo, na minha opinião, com todo exagero. [soa a campainha] Eu acho que aí nós tínhamos que opinar.

Por exemplo, eu vejo, na parte referente, nós defendemos e aprovamos a emenda do financiamento público de campanha, a Câmara não quer. Mas eu vejo alguns itens aqui liberalizantes, onde facilitam ainda mais, facilitam ainda mais a questão do dinheiro público. Eu acho que, se for possível fazer algumas correções, até porque não quer dizer que as correções que nós vamos fazer aqui vão ser aprovadas lá. Provavelmente, a informação que eu tenho, foi dita pessoalmente a mim quando eu entrei com muitas emendas, Parlamentares e meus amigos vieram dizer: "Olha, para com essa história, que você pode até aprovar lá, aqui não passa". Até por isso eu acho que algumas medidas para, pelo menos dar o sentido que o Senado tem da coisa pública, seria muito importante, porque a impressão e a imagem que ficou desse projeto na Câmara dos Deputados foi muito negativa. Que bom que o Senado está diferente, que bom que nós esta-

mos fazendo um trabalho profundamente diferente. E eu o felicito por isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito obrigado. V. Exa. ainda deseja usar a palavra?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, Sr. Presidente. Rapidamente. Primeiro, eu queria dizer que amanhã solicitarei destaque para a Emenda 29, que inviabiliza a chamada doação oculta, pois obriga que os partidos, ao distribuírem as doações por eles recebidas aos seus candidatos, informem o doador original na mesma linha da transparência que vinha colocando.

Quero informar que, na linha do que eu propus, encaminhei há pouco a V. Exa., à Mesa, em tempo hábil, portanto--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já foi entregue aos Srs. Relatores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --uma emenda pela qual os partidos políticos poderão realizar prévias com a realização de debates públicos entre os pré-candidatos inscritos, de acordo com as normas partidárias, e, Parágrafo Único, os meios de comunicação, inclusive a rede mundial de computadores, Internet, poderão transmitir esses debates.

E relativamente à preocupação do Senador Pedro Simon e de V. Exa., com respeito ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eu acabo de transmitir ao Relator Antonio Carlos Júnior. Ele pediu para que eu, então, encaminhasse a proposição de emenda no seguinte sentido.

No início do ano Legislativo, cada Senador, no início do período Legislativo... Uma proposta do jurista Pedro Dallari, que deu uma entrevista à CBN que eu achei muito interessante. Propondo o seguinte: cada Senador, no início do período Legislativo, escolherá até três nomes, dentre os seus pares, para se tornarem membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Digamos que, no primeiro mês, deveremos todos escolher os três mais... E, inclusive, assim se considerará a proporcionalidade, porque, digamos, um partido como o DEM, como o PMDB, todos os seus Senadores estarão votando, mas dentre os 81 membros, cada um escolherá quais aqueles três que mais avaliam deveriam ser membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Os mais votados, os primeiros sete serão os titulares, os segundos sete, os suplentes.

Então, é uma ideia, Sr. Presidente, porque aí estaria a palavra, o voto de todos nós, sobre os Senadores que melhor consideramos que procederão da forma mais adequada, sem que haja o conhecimento, naquele período, de quais os Senadores sobre os quais, eventualmente, possa haver representações, a não ser que surja no primeiro dia de... Mas eu acho que assim seria um procedimento que com o qual certamente o Senador Lobão Filho vai achar uma boa ideia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Essas propostas mais ou menos exóticas me lembra uma história do Bernard Shaw. Bernard Shaw, extremamente feio e capacitado, inteligente, e uma mulher maravilhosa, atriz, chegou a ele e falou: "Olha, precisamos ter um filho para nascer com a minha beleza e a sua inteligência". Ele falou: "E se der o contrário?".

[risos]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Bem, me parece que essa é uma solução de bom senso, mas V. Exa. considerou exótica.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não entendi. A beleza de quem, a beleza de quem?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Da atriz, com a inteligência do Bernard Shaw, que era muito feio.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É que V. Exa. disse: "A minha beleza" e apontou para o peito, eu me assustei.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. me ama, V. Exa. me ama.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas, Presidente, para resolver o impasse entre o Senador Lobão Filho e o Senador Pedro Simon, há uma solução que é de bom senso. Que apesar de todas as decisões havidas no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e no Supremo Tribunal Federal, se, porventura refletir bem o Presidente José Sarney e simplesmente disser: "Olha, dada toda essa polêmica, eu acho que poderíamos, então, examinar a representação no âmbito do Plenário, assim ele faz ali a sua exposição detalhada, dirime todas as dúvidas e daí o Plenário considera", e isso poderia ser até de ponte própria do próprio Presidente José Sarney. Não é tão exótica essa proposição, mas--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Senador Suplicy acredita em Papai Noel.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já disse o Presidente Lula, mas, às vezes, é bom acreditar em Papai Noel, Sr. Presidente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Suplicy, não há nenhuma coisa entre eu e o Senador Pedro Simon, esse assunto é um assunto démodé, não há nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Os Srs. Senadores e os Srs. Relatores desejam fazer, ainda, alguma consideração para encerrarmos? Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nem o Senador Eduardo Azeredo, pelo que ele me falou, nem eu pretendo fazer nenhuma consideração. Apenas eu gostaria de registrar que foram apresentadas mais duas emendas, ambas de autoria do Senador Eduardo Suplicy. E, de minha parte, então...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então prosseguiremos--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria apenas, também, de manifestar o meu sentimento de pesar pelo falecimento do Ministro Carlos Alberto Direito, já expresso por diversos colegas. E, se ainda está de pé, o convite que V. Exa. me fez, eu me disponho a acompanhar, se já não foi...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Lamentavelmente, Senador Suplicy, fomos informados que os aviões que a Aeronáutica dispunha já partiram, então--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem, tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): --ficamos, também, só na intenção de ir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero associar-me, também, ao voto de sentimento pela morte do Ministro Direito, inclusive de família paraense, ele próprio nascido lá e tendo feito a sua carreira no Rio de Janeiro. Eu estou tomando conhecimento e quero associar-me às manifestações de pesar por essa perda bastante significativa para o Brasil.

E aproveitando, Sr. Presidente, também informar que a CCT suspenderá esta sessão, encerrando a discussão da matéria, para que retornemos amanhã, às 9 horas da manhã, em sessão conjunta com a CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já foi comunicado, então, pelo Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Amanhã, portanto. Nós encerramos a discussão nesse momento. Qualquer alteração só poderá ser feita pelo Relator, as emendas não poderão mais ser apresentadas. E suspendemos a sessão conjunta para que ela tenha reinício, seja reaberta amanhã, às nove horas. Em seguida, a Comissão de Constituição e Justiça fará sua reunião, após deliberar sobre esse projeto.

Agradeço a V. Exas. e está suspensa, portanto, a Sessão.

[Sessão suspensa no dia 01/09/2009 às 13h17].

[Sessão reaberta no dia 02/09/2009 às 11h20].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Declaro reaberta a 32ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 31ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Daremos continuidade à presente reunião conjunta que se destina a deliberação do item único. Projeto de Lei da Câmara nº 141/2009.

Eu vou pedir a todos os senhores que estão de pé que se retirem, por favor, da sessão, para ficar apenas os assessores. Os demais vão assistir no telão, porque, infelizmente, o silêncio aqui é necessário. Então, quem estiver sentado, permaneça; quem estiver de pé e não for assessor, cinegrafista ou da imprensa, por favor, se retirem, para que possam assistir no telão, a fim de que a ordem aqui seja mantida e nós consigamos fazer a votação.

Faremos da seguinte forma: todos os senhores receberam aí o avulso com a matéria que veio da Câmara. Os senhores têm aqui, dentro da pauta, o que veio da Câmara. Também todas as emendas estão distribuídas. Acabou de ser distribuído o relatório final, analisando todas as emendas. Quem tiver discordância sobre algum tema, faça o destaque do tema que tenha discordância. Ao final do relatório, nós faremos a votação global. A discussão foi encerrada ontem, mas os senhores têm direito de fazer o encaminhamento da matéria. Portanto, nós vamos adotar o seguinte procedimento: os relatores vão ler o que eles estão propondo. Ao final, nós votaremos os relatórios, ressalvados os destaques, e aí, nos destaques, nós iremos discutir os pontos polêmicos. Todos de acordo com esse encaminhamento?

Então, com a palavra os senhores relatores. Pela Comissão de Constituição e Justiça, Marco Maciel; pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Eduardo Azeredo.

Com a palavra os Srs. Relatores.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Conforme já explicado pelo Presidente, o material está aí, então, em mãos, o primeiro relatório, que foi lido em 26/08, o segundo que foi lido ontem, 01/09, o projeto da Câmara, e, agora, esse último que foi distribuído hoje, que é o parecer sobre as últimas emendas que foram apresentadas. No total, foram 110 emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Peço à polícia do Senado que identifique quem está de pé, quem não for assessor e quem não estiver aqui, trabalhando, não for jornalista, por favor, os senhores vão assistir do telão. Então, fechem as portas, e quem não estiver nessas categorias, por favor, serão os senhores retirados daqui. Peço a polícia do Senado que faça esse serviço.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, após a leitura do relatório ao Projeto de Lei da Câmara 141/2009, que altera a Lei das Eleições, a Lei dos Partidos Políticos, e o Código Eleitoral, em sessão conjunta das duas Comissões, realizada em 26 de agosto, foi concedida vista coletiva aos membros das duas Comissões, não houve nenhum voto em separado, marcada nova reunião para discussão e apresentação do relatório sobre a matéria e sobre as novas emendas apresentadas, que se realizou ontem, em sessão conjunta, no dia primeiro de setembro. No total, foram apresentadas, como já mencionei, 76 emendas na CCJ e 34 emendas da CCT e ainda 17 emendas de relator. O presente relatório resulta nas discussões promovidas do exame das novas emendas e de reunião realizada com a participação de lideranças partidárias na tarde de ontem. Passo à análise. As alterações efetuadas por esse relatório são destacadas a seguir: 1) foi acolhida a emenda nº 73 da CCJ, do Senador Aloizio Mercadante, que altera a normatividade relativa aos programas sociais em ano de eleição, o que implicou a rejeição da reformação do parecer, para rejeitar a emenda nº 17 CCT do Senador Arthur Virgílio, com a concordância do Senador Arthur Virgílio, que tinha sido acolhida anteriormente; portanto, em consenso, nós modificamos essa parte que diz respeito à proibição do lançamento de novos programas, sendo permitido o reajuste dos programas já existentes. A emenda CCJ nº 21--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso qual artigo? Só para que nós todos--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A emenda nº 73.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está alterando qual artigo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --da CCJ, que altera... Tem que pegar a emenda aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Os senhores acompanhem, porque, se quiserem fazer algum destaque, o momento é agora. Art. 4º, do PLC 141, § 6º.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente.

Posso continuar, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode. Por favor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O item 2, a Emenda à CCJ nº 21, do Senador Renato Casagrande, que proíbe candidatos comparecerem, nos três meses que precedem o pleito, à inauguração de obras públicas, lançamento de pedra fundamental de obras públicas ou atos de assinatura de ordem de serviço para realização de obra pública, havia sido rejeitada em parecer anterior, passando, agora, a ser acatada, em virtude das negociações dos entendimentos, com o prazo de seis meses, nos termos de subemenda que está listada nas mãos dos senhores. Ou seja, é proibido a qualquer candidato comparecer nos seis meses que precedem o pleito a inaugurações de obras públicas, lançamento de pedra fundamental de obra pública ou nas alíneas anteriores... Ou no ato de assinatura de ordem de serviço para realização de obra pública. No ponto 3, decidiu-se acolher a reivindicação da chamada bancada feminina, mas que tem o apoio de todos nós, para prever penalidades em caso de descumprimento da regra eleitoral que determina o mínimo de 30% para candidatura de cada sexo, nos termos de subemenda à emenda 71 da CCJ, apresentada pela Senadora Serys Slhessarenko.

Eu vou ler, então, essa primeira modificação, que está nas mãos dos Srs. Senadores, que diz o seguinte: "Que acrescente ao art. 10º, da Lei 9.504, de 30 de setembro de 97, nos termos do art. 4º, do PLC 141/2009, o seguinte § 6º: a não observância injustificada no estabelecido do § 3º, deste artigo – ou seja, o não cumprimento de 30% de candidatas nas eleições -, se for de forma injustificada, implicará em advertência pública na primeira vez do descumprimento do estabelecido e acréscimo de 20% sobre o tempo disposto, o tempo de propaganda, não da propaganda eleitoral, mas da propaganda partidária. Aumento em 50% dos repasses para o disposto, também, no inciso V, do art. 44, na reincidência, mais o disposto na alínea anterior, de forma cumulativa, e ainda a reserva do tempo disposto no art. 47 em 20% superior ao das candidaturas do sexo em vantagem numérica para o sexo em desvantagem numérica no Partido ou Coligação, além da aplicação das sanções previstas". Ainda... Já no Item 4, houve uma troca no grampeamento. Alterou-se a subemenda...

Então, é isso aí. Do ponto de vista da questão das mulheres, é essa a posição, ou seja, um incentivo a que os partidos cumpra o percentual de 30%, e esse incentivo se dará de forma a que, na propaganda partidária, aquela propaganda não a eleitoral, possa aumentar o tempo para as mulheres, para os partidos

fazerem o chamamento às mulheres para participar do processo eleitoral.

O ponto 4 de alteração é que altera essa subemenda às emendas nº 4, do Senador Tasso Jereissati, 17, do Senador Antonio Carlos Valadares, da CCJ, e nº 22, da Ciência e Tecnologia, do Senador Zambiasi, para permitir a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão, no jornal, na revista, na internet e nos programas de propaganda partidária a que se refere o art. 45 da Lei 9.096, inclusive com a exposição de plataformas, projetos políticos, críticas político-partidárias, desde que não haja pedido de votos, observado pelas emissoras de rádio e televisão o dever de conferir tratamento isonômico nos termos que estão descritos a seguir. Ou seja, repetindo o que eu coloquei, então, o art. 36A passa a ter a seguinte redação: a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão, no jornal, na revista, na Internet e nos programas de propaganda partidária, inclusive com a exposição de plataformas, projetos políticos e críticos político-partidários, desde que não haja pedido de votos, observado pelas emissoras de rádio e televisão o dever de conferir tratamento isonômico.

E ainda o Item 5 onde está previsto. Esse não está distribuído para os senhores. Ele está aqui colocado. A participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em encontros, reuniões ou eventos festivos e comemorativos, desde que não faça pedido de votos ou de apoio eleitoral com o parágrafo único de que o filiado ou pré-candidato não poderá ser responsabilizado por quaisquer manifestações espontâneas de terceiros, no sentido de pedido de voto ou de apoio eleitoral. O objetivo é exatamente de esclarecer essa questão que, por vezes, tem entendimento diferente nas várias regiões do Brasil. Ou seja, os pré-candidatos podem comparecer à televisão, podem dar entrevista em rádio, televisão, Internet; ele não pode pedir voto, mas ele pode comparecer e falar do dia a dia, dos problemas do país e das questões político-partidárias. E, por outro lado, se ele estiver numa reunião e alguém lá lançar a candidatura dele, quiser pedir voto, não é culpa dele, é o terceiro que é responsabilizado. Está claro eu acho que isso aí.

Ponto 5, que modificou a subemenda, as emendas nº 12 e 34 da CCT, para permitir a doação para campanha eleitoral também por meio de cartão de débito. Que se falava só no cartão de crédito. Então essas subemendas... As emendas nº 12 são do Senador Dornelles, e a nº 34, da CCT, do Senador Delcídio Amaral. Altera-se a redação do art. 23, da Lei 9.504, nos seguintes termos: art. 23: pessoas físicas poderão fazer doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais, obedecido o disposto nesta lei. As doações a candidato do Partido ou coligação exigirão, a cada transação, a identificação do doador e a emissão, segundo modelo constante do anexo, do respectivo recibo, que deverá ser: 1) entregue impresso ao doador quando o pagamento for feito pessoalmente, ou remetido por via postal ou eletronicamente, situação em que fica dispensada a assinatura do doador. As doações de recursos financeiros somente poderão ser efetuadas na conta mencionada no art. 22 desta lei, ou seja, aquela conta específica que é aberta para eleição, sendo vedados quaisquer meios de pagamento que atendam ao disposto nesse artigo, inclusive – aí vem novamente a explicação – mecanismo disponível em sítio do candidato, Partido ou Coligação na Internet, permitido o uso de cartão de crédito ou cartão de débito, boleto ou transferência bancária e outros meios eletrônicos de pagamento que deverão atender os seguintes requisitos: a identificação do doador e a emissão obrigatória de recibo eleitoral para cada doação realizada, e ainda, também, a questão de autorização de débito em fatura de serviço de telefonia, ou seja, a doação por telefone, o sistema 0800, ou outro tipo de sistema. Como a alteração 6, também, foi alterada a subemenda, a emenda nº 23 da CCT, para ampliar de 12 para 24 o número de exposições referentes à propaganda paga na imprensa escrita e respectiva reprodução na Internet. A emenda é do Senador Zambiasi nº 23. Essa subemenda, portanto, coloca a possibilidade. Por que 24? Porque são doze semanas de propaganda. Então, seriam, no máximo, duas propagandas por semana. A Câmara tinha aprovado o máximo de dez. Então, está se alterando, colocando dessa maneira.

Permanece, como está aqui, no art. 43. São permitidos, até antevéspera das eleições, a divulgação paga na imprensa escrita e a reprodução na Internet de jornal impresso de até 24 anúncios de propaganda eleitoral, por veículo, em datas diversas, para cada candidato, no espaço máximo por edição de 1/8 de página de jornal padrão ou 1/4 de página de revista ou tablóide. No seu § 1º, o órgão de imprensa deverá comunicar à Justiça Eleitoral, sempre que solicitado, a tabela de preços em vigor à data da edição, isso exatamente para que não haja risco de preços majorados artificialmente com preferência partidária. Portanto, os jornais, revistas têm que mandar a tabela de preços para a Justiça Eleitoral.

No processo de discussão da matéria, se formou a convicção de que a propaganda paga na Internet deveria ser adotada, inicialmente, apenas na eleição para Presidente da República, porque não se encontrou

um caminho que assegurasse tratamento isonômico a todos os candidatos, aos demais cargos que, no caso do deputado estadual, pode chegar a milhares e, no caso de vereadores, também. Portanto, foi alterada a emenda de relator nº 01, que trata de propaganda paga na Internet, para limitar tal espécie de propaganda às eleições para Presidente da República apenas, e para ampliar também, conforme foi colocado na imprensa escrita, de 12 para 24 o número de exposições permitidas. A lei atual não tem nenhuma limitação, ela permite o número indefinido de propagandas pagas.

Então, essa alteração da emenda de relator nº 01 passa a ter a seguinte redação: art. 57C: "É permitida, até antevésperas das eleições, a divulgação de propaganda eleitoral paga em sítios de provedores de Internet que sejam destinados a veiculação de notícia e informações ao público em geral, inclusive por meio de serviço de busca em datas diversas para cada candidato, limitada a 24 inserções. § 1º: o espaço total de propaganda eleitoral não deve invadir espaço de conteúdo e não pode exceder em cada tela, a cada momento, a 1/8 ativo do espaço total. § 2º: o espaço dedicado à propaganda eleitoral em qualquer sitio ou página da Internet não pode ser reservada exclusivamente a um único partido ou candidato. § 3º: a hospedagem e veiculação da propaganda eleitoral paga só pode ser contratada junto à empresa instituída sob as leis brasileiras, devidamente registrada junto à Receita Federal do Brasil e ao Tribunal Regional Eleitoral, da circunscrição em que se localiza a sua sede e cuja infraestrutura esteja instalada no país. § 4º: a propaganda eleitoral será exibida somente em páginas em que todo conteúdo for de responsabilidade editorial do próprio provedor com o qual se contrata, excetuada a propaganda comercial, eventualmente presente ou em sítio de busca de informações. § 5º: é vedada qualquer tipo de propaganda, ainda que veiculada gratuitamente em sítios, 1: de pessoas jurídicas ou sem fins lucrativos, cuja principal atividade não seja oferta e serviço previsto no caput; 2: sítios oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. § 6º: a propaganda paga na Internet que trata desse artigo abrange apenas eleição para Presidente da República. Isso é que foi, então, incluído.

Eu tinha proposto, nós tínhamos proposto, o Senador Marco Maciel e eu, que fosse para todos os candidatos. Entretanto, existe uma discussão se será possível para todos, neste momento. É um assunto novo, e teriam, por exemplo, os provedores que são nacionais. Como é que ficaria a propaganda dos Estados.

Então, em virtude disso é que definimos por fazer apenas para Presidente da República. E o § 7º, que trata de penalidades para quem não cumprir o que está previsto na lei.

Portanto, eu quero aqui, ainda, só, finalmente, dizer que esse assunto da Internet é, obviamente, um assunto novo, é uma tecnologia, um meio de comunicação novo. Eu pediria àqueles que são críticos, muito afoitos, que, pelo menos, lessem o que está acontecendo, soubessem o que tem sido feito, entendessem que a legislação atual, por falta de uma lei feita pelo Congresso, o TSE proibiu até a Internet. Nós, então, fizemos, a Câmara fez um avanço importante, permitindo a propaganda em Internet, em blogs, em sites pessoais, por e-mails, e nós estamos dando um passo a mais, também, no caso da propaganda paga, nesse caso, apenas para presidente.

E eu digo, Srs. Senadores e Senadoras, porque é lamentável que alguns continuem criticando o Congresso gratuitamente, dizendo que nós estamos num processo de atraso, quando nós estamos é o contrário, nós estamos é avançando, nós temos a legitimidade do voto para legislar. É isso que eu quero insistir, que nós estamos cumprindo a nossa obrigação aqui, de maneira que eu acho que é um avanço que nós possamos ter, sim, um novo meio, que é a Internet.

De maneira, Presidente, que eu passaria agora ao Senador Marco Maciel para continuar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu gostaria só de...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só um instantinho. Nós não terminamos ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos fazer as observações depois desse esclarecimento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós não terminamos. Agora, tem o item 08, que é emenda de relator nº 11, que foi alterada com relação a placas, pinturas e inscrições.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Eduardo Azeredo, V. Exa. já terminou o relatório?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. O Senador Marco Maciel.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não. Apenas por uma economia processual falo um pouquinho, o Senador Marco Maciel fala mais um pouco, enquanto eu bebo uma água.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Sr. Senador Flexa Ribeiro, Presidente da CCT, Sr. Relator na CCT, Senador Eduardo Azeredo, Sras. e Srs. Senadores.

Eu vou começar agora a ler a parte do relatório a partir da página 9, na realidade, da página 9, alteração de emenda de relator nº 11. Dê-se ao § 2º, do art. 37, da Lei 9.504, de 1997, nos termos do PLC nº 141/2009, a seguinte redação: art. 37: em bens particulares, independe de obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral, por meio de fixação de faixas e cartazes não colantes, que não excedam a 4 metros quadrados, proibida a pintura de muros e paredes externas e observada a legislação eleitoral, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas no § 1º do pré-falado dispositivo. Art. 37. Alterou-se a emenda de relator nº 15 para excluir as TVs por assinatura da obrigação de veicular a propaganda eleitoral. Alteração da emenda de relator nº 15. Insira-se o § 4º no art. 44, da Lei 9.504, de 1997, nos termos da redação do art. 3º, do PLC nº 141/2009, art. 44, § 4º: a obrigação de veicular propaganda eleitoral estende-se a todas as concessionárias permissionárias e autorizadas dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. § 5º: inclui-se no disposto no § 4º as aplicações de vídeo, oferecidas por meio de serviços de telecomunicações. 10: a emenda de relator nº 16 substitui a expressão "cinco anos" pela expressão "quatro anos", conforme entendimento consensual obtido em reunião de líderes, ontem realizada, com o objetivo de agilizar a apreciação da prestação de contas dos partidos pelo juízo competente, isto é, federal, estadual ou municipal. Emenda de relator nº 16º. No § 3º, do art. 37, da Lei 9.096, acrescentado pelo art. 2º, do PLC nº 141/2009, substitua-se a expressão "cinco anos" pela expressão "quatro anos", pelas razões que já acabamos de expor. 11: propõe-se nova emenda de relator de nº 17 para permitir o pagamento de multas eleitorais, com títulos da dívida pública. Emenda de relator 17. Acrescente-se ao art. 367, da Lei 4.737, de 1965, Código Eleitoral, § 6º, com a seguinte redação: "art. 367: a imposição e a cobrança de qualquer multa, salvo no caso das condenações criminais, obedecerão as seguintes normas: § 6º: as multas eleitorais de pessoas, partidos, coligações ou candidatos poderão ser pagas com títulos da dívida pública". Item 12: Propõe-se nova emenda de relator de nº 18 para garantir que o parcelamento, concedido ao pagamento de multas eleitorais, seja considerado para todos os efeitos nos termos da lei. Emenda de relator nº 18: acrescente-se ao art. 11 da Lei 9.096 de 95 o seguinte § 12, art. 11, § 12: o parcelamento concedido ao pagamento de multas eleitorais será considerado para todos os efeitos nos termos desta lei.

Vou ler também a emenda 19 que agora chega. Dê-se nova redação ao § 2º do art. 45, da Lei 9.504. Art. 45, § 2º: sem prejuízo do disposto no parágrafo único, do art. 55, a inobservância do dispositivo neste artigo sujeito a emissora de pagamento de multa de 4 mil reais a 200 mil reais, duplicada em caso de reincidência.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Terminou, Presidente?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Estou terminando. Eu gostaria de chamar para um esclarecimento, saber a essa multa. A que se refere, trata-se de uma emenda do Senador Lobão Filho. E gostaria de saber a que se refere essa multa para esclarecimento do plenário. Essa emenda foi apresentada agora. É o art. 45, § 2º, da Lei 9.504. É a correção de UFIR que já não existe mais para o valor monetário agora em real pela nova lei. E também diminuição do valor mínimo da multa para que os pequenos veículos possam pagar também, e eles não poderiam fazê-lo se a multa continuasse elevada.

Então, agora, vou para a fase final do relatório. Ante o exposto é voto é... E gostaria de pedir a atenção das Sras. e Srs. Senadores. Ante o exposto, o voto é pela aprovação das emendas CCJ nº 01, de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati, e que vou passar a ler. Vou passar, então, a ler a emenda que estava acolhida parcialmente e que, agora, será pelo relator acolhida integralmente. Emenda 01 CCJ do Senador Tasso Jereissati.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está na página 64.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O voto, após a reunião com os líderes, é pela aprovação do texto integral da emenda 01, CCJ. Portanto, a emenda 01, CCJ, passa para o rol das emendas aprovadas integralmente e não parcialmente.

Sr. Presidente, nós adotamos o paradigma federal aos Estados e Municípios, e se aplicando também, lógico, ao Distrito Federal, que é o ente federativo. Então, com isso, nós damos certa... Nós perfilamos certa compatibilidade entre o modelo estabelecido com as eleições de Presidente e vice-Presidente da República aos Estados, Municípios e, obviamente, o Distrito Federal. Acredito que esse foi o melhor caminho e que, de alguma forma, insisto estar compatível com o texto da Emenda Constitucional nº 11.

Então, é esse o meu parecer.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E agora eu gostaria de fazer uma observação que acabo de receber uma emenda do nobre Senador Valdir Raupp e que vou examiná-la agora para a viabilidade de seu acolhimento.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem para esclarecer...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, depois do Senador Mercadante, também para esclarecimento, por favor.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu quero pela ordem também, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós vamos conceder a palavra para esclarecimentos, perguntas aos relatores. Então, Senador... Primeiro, Mercadante...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Valadares está aqui.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Espera aí só um instante, Senador. Valadares, Wellington.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Enquanto faço as inscrições, o Senador Marco Maciel conclui o seu voto.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de dizer que, além da Emenda nº 01, a que já me reportei, do Senador Tasso Jereissati, nós estamos acolhendo as emendas 6, 12, 13, 20, 23, 40, 48, 54, 57, 72, 73 e 75, e das Emendas CCT: 01, 02, 05, 06, 11, 14 e 15. Pelo acatamento parcial, nos termos de subemendas das emendas CCJ 01, a que já me reportei, 04, 05, 08, 14, 16, 17, 21, 24, 50, 52, 58, 61, 62, 63, 64, 67 e 71. E das emendas CCT nºs 03, 09, 10, 12, 13, 20, 21, 22, 23, 33 e 34. Pela rejeição das emendas CCJ: 02, 07, 09, 10, 11, 15, 18, 19, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 53, 55, 56, 59, 60, 65, 66, 68, 69, 70, 74 e 76. E das emendas CCT de nº 04, 07, 08, 16, 17, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32. Pela prejudicialidade da emenda 49 CCJ, subemenda à emenda 03 CCJ, retirada pelo autor, pela retirada da emenda nº 03 CCJ, conforme solicitado pelo autor Senador Tasso Jereissati. Pela aprovação das seguintes emendas de relator: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18. Este é, portanto, Sr. Presidente, o parecer que, ora, tenho a... A emenda 19 não estava devidamente assinalada e foi uma emenda que chegou agora, razão pela qual eu incorporo a Emenda nº 19, aqui, no relatório, que acabo de oferecer às Sras. e aos Srs. Senadores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, para esclarecimento, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tenho inscrito, então, os Senadores Mercadante, um; Valadares, dois; Wellington, três; Dornelles, quatro; Serys, cinco; Suplicy, seis, e Raupp, sete; Valter Pereira, oito; Lúcia Vânia, nove. Mais alguém deseja se inscrever? Alvaro Dias, dez. Pedido de esclarecimento. Dez, Alvaro; Pedro Simon, onze. Suplicy já está inscrito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já está inscrito. Mais alguém quer se inscrever? Nº 7. Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, primeiro, eu queria parabenizar os relatores por terem permitido uma negociação que eu acho que construiu um caminho mais convergente e que permitirá que a gente aprove uma lei mais aprimorada, apesar de ser uma lei eleitoral que, evidentemente, não é a reforma política que todos nós esperávamos. Não foi possível.

Eu queria os seguintes esclarecimentos. Primeiro em relação a debates eleitorais. Eu, hoje, vi uma crítica dura do jornalista Fernando Rodrigues aos relatores e a mim, por ter participado da reunião de ontem, quando tinham dez senadores na reunião sobre um tema que foi discutido na reunião e que tem uma posição crítica em relação ao projeto da Câmara. Fiquei surpreso, mas não é uma novidade o que tem acontecido, às vezes, com alguns articulistas da imprensa.

Sobre o debate, eu gostaria do seguinte esclarecimento. Foi acatada a emenda do Senador Antonio Carlos Júnior, que restringe a 2/3 dos candidatos a obrigatoriedade de convite para debate? Eu sou totalmente simpático à emenda. Eu só proporia um aperfeiçoamento. 2/3... É a emenda cinco. Portanto, emenda 5. 2/3 é um critério aleatório. Por exemplo, tem três candidatos, um pode ser excluído: Qual o critério? Então eu ponderaria que seria mais razoável que nós utilizássemos como critério a obrigatoriedade de convidar todos os candidatos majoritários que pertencem a partido ou coligação com o mínimo de dez parlamentares no Congresso Nacional. Ou seja, o critério da representação institucional. Com isso, nós eliminaríamos aqueles candidatos, chamados nanicos. Que, muitas vezes, o sujeito é candidato a presidente para ser vereador na outra eleição, ou, então, ele vai para um debate por motivações sempre escusas para atacar um candidato em benefício do outro, e isso prejudica o debate, a democracia e o eleitor que quer ver exatamente os candidatos que têm representatividade, que têm consistência disputarem eleição. Então, eu acho, eu concordo com a preocupação do Sena-

dor Antonio Carlos Júnior, mas sugeriria esta minha formulação.

Segundo ponto de esclarecimento.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu queria só fazer um aperte. A intenção foi um debate com mais de seis candidatos--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É impossível.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Essa foi a intenção...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por isso que eu tenho o mesmo objetivo, mas eu acho que a minha forma é mais qualificada, porque é uma representação mínima no Congresso Nacional.

Segundo esclarecimento. Se o proponente da emenda aceita a sugestão, se for possível...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Acho que a Marina fica fora dos debates?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não. O PV tem mais de dez parlamentares... Mesmo partidos que não tenham--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Estou só perguntando.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não é obrigatório, não quer dizer que não será convidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode ser.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas ela, pelo critério de dois terços, também poderia ficar fora, mas nenhum programa de televisão excluiria a Marina do debate, não vejo como. E o PV tem mais de dez Parlamentares, espero que a coligação tenha mais de dez Parlamentares. Então,

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Até o final de setembro? Até o final de setembro tem.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Esse risco não existe, esse risco não existe. Então, as candidaturas representativas serão convidadas.

Os veículos não têm porque não convidar, mas o critério da obrigatoriedade, o mínimo 10 Parlamentares faz uma exigência de representação, é uma cláusula de barreira para não prejudicar o pleito. Tem que fazer o debate com 10, 12 candidatos, seis, sete, oito não representam nada, não vão ter voto. Então, ali, para uma promoção pessoal ou outros objetivos escusos, que só prejudicam a democracia brasileira. Então, vamos estabelecer um critério de representação, no mínimo 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Esse é o primeiro questionamento.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Primeiro questionamento. Segundo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa proposta é fundamental.

Hoje, o debate para Governador e para Presidente da República é ridículo. No Rio Grande do Sul, o debate é zero, porque tem candidatos que não representam nada e, na verdade, eles terminam funcionando um levantando a bola para o candidato do lado de lá e o outro levantando a bola para o candidato do lado de cá.

Eu acho que tem que ter um número X de Parlamentares, vai dar seriedade ao debate, e ao contrário de hoje, candidatos para debate de Governador e Presidente não tem significado pelo exagero de candidatos, eu acho que seria algo realmente altamente positivo. Eu acho que é uma das melhores medidas que nós vamos tomar para o debate partidário é exatamente essa proposta do Senador ACM, aperfeiçoada com a inversão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu só gostaria de fazer uma observação, tem questão das coligações.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É, partido ou coligação, está escrito isso, partido ou coligação. É, mais de 10 partidos ou coligação. Portanto, a coligação três partidos que cada um tem três, quatro Parlamentares têm o direito a participar. Eu acho que a gente recuperaria o espírito da cláusula de barreira, que infelizmente prejudicou a qualidade do processo democrático no Brasil.

Segundo questionamento. A Câmara aprovou o dispositivo que, no meu ponto de vista, é inconstitucional, e é indevido, ou seja, todos os processos eleitorais têm que ser julgados no máximo em um ano. Isso para mim é completamente indevido e acho que inconstitucional.

Eu pergunto se esse dispositivo está mantido no texto ou não. Porque quando nós estamos tratando da Emenda 74, que eu apresentei, ou da 19, dizendo que nos dois primeiros anos haverá eleição direta e nos dois últimos eleição indireta, que é o princípio constitucional, nós estamos quebrando esse princípio de todos os processos serem julgados no primeiro ano. Está certo? E está implícito que não prevalece a decisão de apenas um ano para julgar todas as demandas eleitorais.

Então, eu sugiro a revogação explícita desse dispositivo de obrigatoriedade de julgamento em apenas um ano de todas as demandas eleitorais, o que vai gerar impunidade. Porque os advogados vão fazer recurso, recurso, recurso e não vai ter tempo para julgar

sejam as eleições municipais ou estaduais. Eu acho completamente inconstitucional e indevido.

Pergunto, portanto aos relatores se esse dispositivo foi retirado do projeto.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu acho que era melhor V. Exa. concluir suas considerações, ao final daremos resposta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está certo.

Terceiro esclarecimento. Nós discutimos ontem a Emenda 4, da Comissão de Constituição e Justiça, da CCT, Ciência e Tecnologia, com emenda do Senador Arthur Virgílio, que dizia o seguinte, é o problema da dívida do candidato, por exemplo, a Prefeito ou Diretório Municipal. Muitas vezes, ele sai candidato, faz uma dívida imensa, sai do partido e depois quem tem que pagar essa conta é o partido nacional regional.

Então, a emenda era que quem tem que pagar essa conta é o candidato ou o partido local. A não ser que a instância superior avoque a dívida. Porque entende que aquilo é uma dívida partidária.

A emenda do Senador Arthur Virgílio diz que pode, na nossa emenda, na Emenda da Câmara, diz que deve. Eu quero saber se ficou deve ou pode, ou seja, se foi acatado a emenda do Senador Arthur Virgílio ou prevaleceu a redação da Câmara, que me parece a melhor redação. Então, eu gostaria desse esclarecimento sobre a Emenda 4 da CCT.

Porque como está dito que acatou parcialmente, eu pergunto se nós votamos, podem ou devem. Porque se não, fica ambíguo o texto e vai continuar o problema jurídico.

Meu quarto esclarecimento, também é uma emenda do Senador Arthur Virgílio, que diz respeito à prestação de contas. Prestação de contas, nós discutimos isso ontem e ficou acertado que essa emenda seria rejeitada. Eu pergunto se foi rejeitada ou não.

Quinto comentário sobre Internet paga. Eu acho que nós construímos um passo importante, que é reconhecer o direito de esses veículos receberem a publicidade paga, mas sem quebrar o princípio do acesso de todos os candidatos a essa possibilidade. Como são, se estima 20 mil candidatos, era inviável imaginar que os portais nacionais poderiam abrigar. Então, ficou só para Presidente.

Só que o texto, Sr. Presidente, o texto fala o tempo inteiro em publicidade paga só num parágrafo lá na frente fala exclusivo para Presidente.

Então, eu proporia mudar, já no primeiro artigo dizer: "É permitida apenas para as eleições presidenciais", e aí segue o texto na íntegra. Porque da forma que está, tudo fala de publicidade paga e lá no finalzinho fala só para Presidente. Então, eu proponho já no primeiro artigo chamar o § 6º que está lá no final para dar clareza. Apenas para as eleições presidenciais e segue o dispositivo.

E proponho um adendo, e proponho um adendo que só pode para portais, para hospedagem e leis brasileiras, ou seja, entidades registradas na Receita Federal do Brasil e no Tribunal Regional Eleitoral. Ou seja, não pode ter publicidade paga hospedados fora do país, porque a Internet, isso seria permitido. Então, só aquilo que está registrado na Receita ou no Tribunal Eleitoral. Estou propondo esse aperfeiçoamento, que eu acho fundamental que seja assegurado.

Para concluir. Sobre aquela questão da publicidade, das despesas de anúncios pagos em veículos, jornais ou Internet. Falou em tabela, mas ficou explicitado o quanto foi pago pelo anúncio, como veio da Câmara? Então, eu gostaria desse esclarecimento.

A Emenda 23 da CCT. Para finalizar, essa emenda de multa, que foi anunciada aí, eu não conheço, gostaria que fosse lido para saber o que essa alteração de multa, que passou agora a ser o valor nominal mínimo etc., gostaria de ter conhecimento.

Então, esses são os meus esclarecimentos, para que depois a gente possa fazer destaque ou não no processo de votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra, os Srs. Relatores.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de, com relação ao primeiro item, suscitado pelo Senador Aloizio Mercadante, dizer o seguinte.

Com relação ao debate, a participação de dois terços. Eu gostaria de mencionar que esse dispositivo [soa a campainha] foi aprovado na Câmara dos Deputados. E nós estamos mantendo dentro do pressuposto que é mais ou menos o evidente, que o debate se coloca muitos debatedores, fica praticamente um não debate, fica inviável o debate.

Então, eu acho que essa regra que foi estabelecida na Câmara dos Deputados, ela, a meu ver, como Relator, sou pela manutenção dessa regra, que foi uma regra aprovada na Câmara dos Deputados. E a meu ver, disciplina o debate de tal maneira que ele possa ocorrer, possibilitando ao espectador, vale dizer, ao eleitor, tomar conhecimento correto do que pensa cada candidato.

Na hora que nós multiplicamos a presença de candidatos, nós, de alguma forma, terminamos por fazer o não debate, ou seja, porque não se consegue extrair opinião de todo o universo exposto pelos debatedores. Daí porque eu sou a favor pela manutenção desse dispositivo que, aliás, já vem da Câmara dos Deputados.

Com relação ao Item 2º, que o Senador Aloizio Mercadante suscitou, eu quero dizer que esse o dispositivo foi mantido e não foi rejeitado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A emenda não veio da Câmara, é do Senador Antonio Carlos Júnior e há acordo entre a gente para fazer um aprimoramento no texto. Nós estamos fazendo um dispositivo mais rígido. 10 Parlamentares de partido ou 15 de coligação. Mais restritivo ainda.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu quero de fato retificar a informação que eu tinha recebido é que tinha vindo da Câmara dos Deputados, retifico a informação, e espero que o Senador Antonio Carlos Júnior [soa a campainha] possa rapidamente trazer a proposta.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Isso já está acertado com o Senador Aloizio Mercadante. Esse novo critério já foi ao acordo, foi de um acordo meu com o Senador Aloizio Mercadante.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Somariam os dois critérios?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Partido político 10, e coligação 15.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas tirando dois terços?

[falas sobrepostas]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, vamos colocar ou partido ou coligação, com pelo menos 15 Parlamentares do Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ou seja, continua do mesmo jeito. Claro ué! Coligação você junta um com outro, todo mundo. Você faz uma Coligação do PT com o partideco(sic), aquele partideco(sic) pode participar.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por isso que nós estamos botando exigência de 15 Parlamentares. Os pequenos, esses nanicos não têm 15 Parlamentares no Congresso Nacional.

Agora, eu não quero prejudicar partidos como o PV, o PPS, partidos que têm representação política e que podem ter um candidato a disputar um cargo eleitoral.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O cálculo que fez aqui o Senador Eduardo Azeredo, é que tem no mínimo 15 partidos que tem mais de 15 Parlamentares, ou seja, nós continuaríamos com um grande número de participantes. Eu acho que dois terços.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou fazer esse levantamento e voltaremos ao final. Vamos fazer um corte que seja representativo, mas que não impeça o debate democrático. Eu sou favorável. 20 Parlamentares, eu sou favorável, eu acho que tem que ter o corte de representação. A partir da coligação, com 20 Parlamentares.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Por que não as duas regras? Dois terços, no mínimo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Porque você tem 15 nanicos que se inscreveram e três candidatos competitivos. Quando você fala dois terços, você vai ter que botar sete ou oito. Simplesmente vai aumentar o número, vai participar do debate.

Não é uma regra, porque o critério da representação no Congresso é um critério de representação nas urnas. Quem alcançou certo patamar de legitimidade eleitoral, tem o direito de disputar participando dos debates, que é o mesmo princípio da cláusula de barreira, que nós tínhamos criado.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Aloizio Mercadante, por economia processual, me perdoe, eu gostaria de concluir, se não, nós não terminamos as intervenções.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou fazer o levantamento e fazer uma proposta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu concederei a V. Exa., posteriormente.

Então, o Item 3º, a emenda foi rejeitada, Senador Mercadante. E Item 4º. Eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo que se manifestará posto que foi emenda apresentada na CCT. E penso que com isso, as colocações de V. Exa. foram devidamente atendidas, salvo no que diz respeito a essa regra do debate que V. Exa. apresentará posteriormente.

Com a palavra, então, o nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Com relação a essa questão do Presidente da República, propaganda paga na Internet, eu não vejo problema, podemos pegar o § 6º e transformá-lo no *caput*, ou seja, no caput teria que a propaganda paga seria apenas para Presidente da República.

Essa aqui, agora já com a outra sugestão, Senador Aloizio Mercadante, da retirada aqui do ponto em que diz que a infraestrutura esteja instalada no país, o problema é que isso vai dificultar o processo de busca e apreensão se a infraestrutura estiver instalada fora.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, mas, por exemplo, se pegar os sites de busca, em vez de dizer que tem que ser instalado no Brasil, que tenham registro na Receita Federal do Brasil e tem, ou e no Tribunal de Contas Regional. Então, colocando nessa forma, não importa onde está, ele tem vínculo no Brasil, porque paga os impostos e está registrado na Receita Federal. Aí elimina o problema.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Sim, pois é, mas aqui já está assim: "Ao hospedar veiculação de propaganda paga só poderá ser contratada junto à empresa instituída sobre as leis brasileiras, devidamente registrada junto à Receita e junto ao Tribunal Regional Eleitoral".

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está ótimo. Está contemplado. Então, eu estou de acordo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, o meu primeiro esclarecimento é a respeito da alteração da Subemenda às Emendas 4 e 17, da CCJ e 22 da CCT. Está na página cinco do relatório de V. Exa., que diz assim: "Divulgar os trabalhos dos filiados ao partido que detêm o mandato eletivo, os que exerçam o cargo no primeiro escalão da Administração Pública direta e indireta".

Então, ao invés de, da palavra "os", vamos colocar "e dos" que exerçam. Houve um equívoco aqui quando a Assessoria fez a redação. É só uma questão de redação.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nós vamos retificar já, agora.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Divulgar o trabalho dos filiados do partido que mantenham o mandato eletivo, vai ficar assim, e dos que exerçam cargo no primeiro escalão da Administração Pública direta ou indireta.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Está atendida a sua colocação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exa.

Segunda observação é a seguinte: A Emenda 75, Relatoria da CCJ acatou, como também a da Ciência e Tecnologia. Emenda 75, que fala que nos comícios eleitorais é permitido projetar em telões trabalhos, propostas e discursos dos candidatos a cargos para o Executivo e para o Legislativo, inclusive vídeos e música de campanha.

Eu queria sugerir às duas relatorias o seguinte, que nós acrescentássemos entrevistas, debates. Onde tem: "Em telões, trabalhos, propostas", nós acrescentaríamos entrevistas, debates, e terminaríamos em discursos, só isso.

É uma emenda, é uma sugestão para que esta emenda seja mais ampla possível e não dê margem ao Ministério Público. O candidato apresentando, por exemplo, uma cópia do debate travado num canal de televisão, no telão, o Ministério Público diz: "Ah, mas aqui não está escrito que debate pode colocar no telão".

Então, eu gostaria que acrescentasse as expressões: Entrevistas e debates. Ok?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Está entendido.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tem uma outra aqui, observação, para melhorar a redação do projeto.

Os relatores aceitaram e com muito, dentro da lógica a Emenda nº. 19, que trata da substituição de um índice de correção monetária pelo real.

Acontece que, anteriormente, nós apresentamos uma emenda de CCJ, a de nº. 16, que atualizava todos os índices. Ao invés de UFIR, nós colocávamos em reais todas as multas que fossem conferidas aos canais de televisão e rádio, que não observassem a Legislação, ou seja, a partir de 1º de julho, os canais de televisão e as emissoras de rádio tem que observar, em determinadas entrevistas com candidato não pode acontecer sob pena de multa. Então, as multas estão em UFIR. UFIR me parece que já é uma correção defasada.

O que é que nós estávamos propondo?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): UFIR já não mais existe, UFIR já foi extinto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Defasada. Não existe.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não existe mais.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O que estamos colocando? Na Emenda 16, nós estamos colocando [soa a campainha] tudo real, como V. Exa. colocou na 19. Então, para não haver uma distorção em relação à Legislação Eleitoral, V. Exa. está adotando aqui real no art. 45, da 9.504. E aqui, nós estamos adotando no art. 3º, o real também. A Emenda 16. Para não haver uma, vamos dizer assim, porque fica então uma lei. Hein?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Disparidade de tratamento.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agora, eu gostaria de pedir a V. Exa. que nos ajudasse, por uma razão muito simples. V. Exa. alterou um dispositivo que nós já tínhamos acolhido, dando nova redação. E eu gostaria então, que V. Exa. me ajudasse primeiro fornecendo essa nova alteração, mas também dizer que nós não podemos--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Está aqui.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): --que nós não podemos estar alterando depois do voto oferecido.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Na verdade, V. Exa. rejeitou. Eu só estou apenas sugerindo que, através de uma emenda de Relator, seja restabelecida uma igualdade de tratamento na Legislação. V. Exa.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com relação à questão da UFIR, da UFIR, eu acho que com isso não há nenhum problema. Nós temos que adotar o modelo. Já que não existe mais o UFIR, nós devemos tratar tudo em real.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Exatamente.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Como acontece a Emenda 19, de autoria do Senador Lobão Filho, se eu não estou equivocado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Desculpe Relator, mas o art. 3º, do Projeto de Lei 141, não faz essa observação. Eu vou entregar a V. Exa. aqui como sugestão, para que a redação última do art. 3º observe essa questão do pagamento da multa ser em real, e não em UFIR. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, encaminhe então à Mesa, que nós verificaremos. Senador Wellington Salgado de Oliveira, para pedidos de esclarecimentos e sugestões.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria, Sr. Presidente, para que não haja um 'destempo' na informação, eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer o seguinte. Que a Subemenda à Emenda 16 da CCJ, do Senador Antonio Carlos Valadares e a Emenda 62 do Senador Valter Pereira, diz o seguinte. Artigo: "O Tribunal Superior Eleitoral estabelecerá o critério monetário de substituição da UFIR, que está extinta, já há bastante tempo, nos casos em que houver necessidade de adequação observada a Legislação pertinente". Eu acho que isso resolve a questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É, passou para o TSE.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Está claro e evidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado de Oliveira. Com a palavra, Senador Wellington Salgado de Oliveira. [soa a campainha]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu pediria [soa a campainha] à Assessora da Senadora Serys Slhessarenko, um pouquinho para a esquerda só.

Eu queria um esclarecimento do Senador Eduardo Azeredo, sobre um fato. V. Exa. sabe muito bem que num acordo feito pelo nosso querido Governador, com o Marcos Lacerda, que acabou tirando a Prefeitura do PT que estava na mão do PT em anos em Belo Horizonte, eu tive oportunidade de assistir os pequenos vídeos do Tom Cavalcante, e esses vídeos eram vídeos que acabavam ironizando o nosso candidato, que é o Leonardo Quintão.

E esse vídeo foi assistido por um milhão de pessoas, mostrado para mim, que eu fui visitar o Senador Heráclito Fortes, o grande comediante Tom Cavalcante é amigo do Senador, tivemos oportunidade de conversar no hospital. Como é que fica essa situação, diante da Legislação que estamos aqui apresentando? Porque ele pegou simplesmente, como é o trabalho dele, fez uma, ironizou uma caricatura, mas não é bem caricatura, ele personalizou, não é? O nosso candidato e botou lá no **YouTube** e ficou. E com isso, visto por um milhão de pessoas, já que ele é um bom ator.

Como é que fica uma situação, nesse sentido, com a nova Legislação que V. Exa. é o Relator?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Senador Wellington Salgado de Oliveira, permanece como está, não há nenhum impedimento a esse tipo.

Na verdade, o houve ali foi um e-mail, o e-mail mandava para as pessoas pesquisarem aquele determinado site onde tinha no *YouTube* o filme. Agora, o candidato que se sentir ofendido, ele pode entrar na Justiça Eleitoral. Esse é o caminho. Não há como proibir a Legislação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não há como aplicar uma multa ao ator?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): A Justiça Eleitoral tem que entrar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem que entrar com uma ação?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Sim exatamente. Tem que entrar com uma ação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas a Legislação não prevê nada disso?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Não, o que está aprovado inclusive pela Câmara e está mantido é que a propaganda que for considerada difamatória e suntuosa, ela poderá ser objeto de ação. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Francisco Dornelles.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Esclarecimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Presidente Senador Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inscreverei V. Exa.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador Eduardo Azeredo, o § 6º, do art. 23 do projeto diz o seguinte: "Na hipótese de doações realizadas por meio da Internet, as fraudes ou erros cometidos pelo doador não ensejarão a responsabilidade destes, nem a rejeição de suas contas eleitorais". [soa a campainha] Eu pergunto se não seria o caso de dizer na hipótese de doações realizadas por meio da Internet ou de cartões de crédito, as fraudes ou erros cometidos pelo doador sem conhecimento dos candidatos não ensejarão a responsabilidade desses.

Porque, muitas vezes, esse erro que pode ser feito pela Internet pode ser por vários motivos feitos também pelo cartão de crédito. É a consideração que eu apresento. É a § 6º do art. 23. Se não seria o caso de botar também a expressão Internet ou cartão de crédito e débito.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu acho que V. Exa., nobre Senador Francisco Dornelles, tem razão, e aí V. Exa. domina muito bem o tema. E sua observação é procedente.

O que eu gostaria de fazer era justamente agora consultar um especialista no assunto, para encontrar o melhor caminho. Porque V. Exa. tem razão ao suscitar essa questão que pode efetivamente ocorrer.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. tem a redação que propôs? Por escrito?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não, eu apenas vi, agora eu apenas a propus, porque não tem redação por escrito. Eu propus a exclusão da palavra, da expressão: "Internet ou cartão de crédito ou débito", só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Internet ou cartão de crédito ou débito.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Porque no § 6º, já está dizendo, na hipótese de doações realizada por meio da Internet, as fraudes.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Aí é que eu coloco pela Internet ou cartões de débito e crédito e continuarão como está.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Está bom, o resto continua: "As fraudes cometidas pelo doador, sem conhecimento"...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Só incluir cartão de crédito ou débito. Só incluir essa expressão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Serys Slhessarenko, para esclarecimento.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Especialmente, os nossos relatores, Senador Marco Maciel, Senador Eduardo Azeredo.

Com relação à Emenda 71 de nossa autoria, que traz uma chamada a não observância do estabelecido no § 3º desse artigo implicará em, seriam aquelas punições que a gente chamou de punições positivas.

Com a nossa emenda, diz que a não observância do estabelecido. Como entrou a palavra: "A não observância injustificada", como surgiu a palavra injustificada na nossa emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Como nós sugerimos ontem--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Como foi sugerido ontem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): --e acatado, inclusive por V. Exa.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Pois é, mas a busca das várias organizações de mulheres e da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, nós estamos pedindo a retirada da emenda, porque o Movimento de Mulheres e a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, realmente avaliam que perde totalmente o efeito a emendas. Então, nós estamos pedindo a retirada da emenda.

E, como temos algumas conquistas nessa proposta da reforma política, temos alguns ganhos na lei, nós vamos tentar ver se esses ganhos ampliam a participação da mulher na política. Se isso não acontecer, mais tarde, nós buscaremos por outros caminhos, talvez, mais duros, mais fortes, tentar realmente fazer com que a participação das mulheres seja uma participação realmente de conquista. Nós estamos retirando a emenda.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senadora Serys Slhessarenko, nós vamos acolher a solicitação de V. Exa. e quero louvar o trabalho que V. Exa. fez no sentido de estimular a participação da mulher na vida pública brasileira. Isso eu acho que estamos todos de acordo, e vamos acolher o seu pedido de retirada da proposição e acredito que o projeto em debate, ele incorpora grandes conquistas, importantes conquistas para a qual V. Exa. muito contribuiu, assim como tam-

bém a Senadora Lúcia Vânia, vi a intervenção dela dias atrás pela TV Senado, eu estava no gabinete [soa a campainha], assim também a Senadora Kátia Abreu, Senadora Marina Silva, enfim. Eu acho que essa é uma luta que está sendo bem recebida no projeto que tramita aqui no Senado Federal, o Projeto 41, PLC da Câmara dos Deputados. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy, para, se for matéria de destaque, Senador, vamos deixar a discussão para a matéria de destaque.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, as minhas observações são sobre destaques. Então, peço para ser inscrito na hora adequada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dos destaques, perfeito. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, a minha proposta, eu tinha uma emenda, que é do voto e entrância, mas já foi rejeitada, mas eu sugeri as dois relatores, ao Senador Marco Maciel e Senador Eduardo Azeredo, [soa a campainha] para inserir nos seus relatórios o show, não show de artistas, mas o audiovisual, a música eletrônica antes.

Porque o comício não caiu de moda, ele enfraqueceu, mas o povo ainda gosta de ver, de ouvir e assistir o candidato falar nas praças públicas em todo o país, mas que tivesse pelo menos colocar o som no telão, porque fica morto e nem tirar o som, aqueles técnicos que ficam montando o palanque, eles não conseguem nem colocar uma música, para que o Promotor, o Juiz local, manda lá e manda cancelar tudo, manda parar tudo. O áudio não era permitido na Legislação anterior. Então, a minha sugestão é que pudesse colocar uma música eletrônica sem custo de shows, não é?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Senador Valdir Raupp. Eu recebi a emenda de V. Exa. e conversei com V. Exa. sobre uma forma de atender, penso, a sua preocupação, mas ao mesmo tempo, não contrariar o espírito da lei, a vertebração da lei que nós estamos discutindo e votando.

A redação ficaria o seguinte. Art. 39, § 11. § 11: "Durante a campanha eleitoral, é permitida a exibição de material audiovisual assegurado o pagamento dos devidos direitos autorais". Eu cortei a expressão apresentação de artistas mediante, cortei essa parte, porque isso está vedado em vários dispositivos de Código Eleitoral, da Legislação Eleitoral e Partidária. Eu não sei se isso satisfaz V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu acho que, me permita, eu acho que a emenda que apresentou o Senador Antonio Carlos Valadares já é completa, porque permite debate, discurso, tudo e tal.

As músicas de campanha, etc. Então, me parece que a emenda do Senador Antonio Carlos Valadares é mais completa.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu participo do sentimento do Senador Demóstenes Torres.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): A música eletrônica, o *jingle* da campanha.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O *jingle* sim. Esse é permitido.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É, o *jingle*. Nós poderíamos fazer o seguinte.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Um videoclipe não?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Videoclipe sim, desde que não tenha artista, não tenha, mas um debate aqui no Senado, um trabalho de um.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Quer dizer, a música está proibida num comício, mesmo que o artista não esteja lá, que não tenha sido contratado o show?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. A música nossa é permitida. O *jingle* do candidato, de todo mundo que está lá.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O que eu estava querendo estender para música eletrônica, porque o comício fica muito morto, fica muito morto, até a hora que começa, não fica, sabe? Ninguém. Para rodar uma música antes.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Isso não tem como controlar, é difícil demais.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Me permita insistir, Senador Valdir Raupp, que sabe acolher aquilo que já está na emenda do Senador Antonio Carlos Valadares.

Nós, eu na condição de Relator, poderia tentar aqui, com o apoio da Assessoria Técnica também do Senador Eduardo Azeredo, de compor uma redação que abrigasse a sua preocupação e fosse acolhida na emenda do Senador Antonio Carlos Valadares, que já está devidamente incorporada ao texto. Eu acho que aí chegaríamos a um denominador comum.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Ok, está certo. Tranquilo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira. [soa a campainha] Senhores, agora a balbúrdia é dos Assessores. Senhores, por favor. Srs. Assessores, vamos moderar. Continuamos conversando, mas em som menor.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu quero inicialmente felicitar os dois relatores, pelo trabalho exaustivo e construtivo que realizaram.

Indiscutivelmente, o texto é o texto que recebeu um aprimoramento significativo e nós sabemos do esforço que foi desenvolvido pelo Senador Marco Maciel e pelo Senador Eduardo Azeredo, para chegar a um consenso.

Mas, eu diria até o seguinte. O consenso, na verdade, acabou não sendo encontrado. Aproximou-se dele, aproximou-se daquilo que é possível. Aliás, realizou-se aquilo que é possível, mas eu ainda tenho, o Senador Valdir Raupp acabou de dizer aqui que a preocupação é que o comício fique muito morto, com as restrições que foram impostas. E eu diria o seguinte, a campanha será muito apática com as regras que foram estabelecidas. Há restrições aos *outdoors*, há restrições à Internet.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas essa é matéria de destaque, tem muitos destaques. Então, daqui a pouco nós vamos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Inclusive eu gostaria de ponderar exatamente isso. Eu vou discutir no momento apropriado.

Mas eu gostaria de ponderar, Senador Marco Maciel e Senador Eduardo Azeredo, que nesses últimos momentos que antecedem a votação, que seja, e que sejam observadas algumas regras, não é? Algumas propostas. Por exemplo, me preocupa quando nós, na Legislação, deixamos, prevemos, por exemplo, a inflação, mas deixamos para o Tribunal dosar o tipo de penalidade que vai ser aplicada a ela.

Eu acho que na Legislação, se aquilo que nós identificarmos como infração tem que ser acompanhada da sanção, porque é a única forma que tem de se tornar eficaz a lei.

No caso específico, eu estou respondendo, estou sugerindo até, Senador Eduardo Azeredo, a hipótese aventada pelo Senador Wellington Salgado de Oliveira, certo? Que é um fato real, que pode acontecer e que é preciso sim prever a sanção, se não a lei vai ser inócua.

Mas eu gostaria de ponderar, Senador Marco Maciel, com relação ao *outdoor*, por exemplo, eu acho que--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, essa matéria já está destacada.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --vou apresentar o destaque, no momento apropriado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E pode apresentar o de V. Exa., no momento adequado nós discutimos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Era só essa ponderação, que eu gostaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Faça um relatório. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. Relatores, em primeiro lugar gostaria de cumprimentar os relatores pela matéria. E quero dizer que em relação às mulheres, eles não foram nenhum pouquinho generosos, o que veio da Câmara ficou e ainda queriam tirar mais um bocadinho.

Eu acho que eu vou entrar com destaque dessa matéria, principalmente, no que diz respeito ao fundo partidário. Eu acho que poderíamos avançar mais, porque a justificativa de que a Lei de Cotas não preencheu, não foi preenchida pelos partidos em função das dificuldades, mas é preciso que os Srs. Relatores entendam que essa dificuldade se trata da forma com que a mulher é tratada dentro do partido.

Nós não estamos na Executiva dos partidos, não têm direito ao voto, os partidos mais conservadores, como os grandes partidos, PMDB, PFL, etc., tem um segmento feminino, por exemplo, PSDB Mulher, que é uma aberração [soa a campainha], porque ele é bom enquanto mobilização, mas enquanto participação efetiva da mulher, isso não existe, porque a mulher tem que estar dentro da Executiva do partido e ter direito a voto, para que ela possa realmente participar.

E da forma com que a maioria dos partidos trata essa questão da mulher, nós vamos continuar da mesma forma, [soa a campainha] dar 5% do fundo partidário para as questões relativas às mulheres é um negócio muito complicado.

Então, eu vou entrar com o destaque para ver se isso chega a, pelo menos, 10% do fundo partidário, porque os fundos partidários é uma caixa preta também. Ninguém sabe quanto é, como é aplicado, e quem é que usufrui deles. Enquanto a mulher não tiver participação nesse fundo, também, nós vamos continuar à margem do partido. Por isso, eu vou entrar com o destaque, para sugerir que seja de cinco para 10% a participação do fundo partidário, em relação às mulheres [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias. Senador Pedro Simon. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sr. Presidente, primeiro o meu apoio à Senadora Lúcia Vânia. Eu acho que nós temos que apurar todos os mecanismos que possibilitem às mulheres participar

mais ativamente da política. Especialmente, as camadas populares que têm mais dificuldades de ascender nas estruturas partidárias do nosso país.

Quero dizer que no nosso partido, Partido Comunista do Brasil, nós temos feito um esforço muito grande e o resultado é positivo. Nós temos conseguido eleger entre os candidatos um bom número de mulheres para a Câmara Federal, para as Assembleias Estaduais, para as Câmaras Municipais, e espero que, brevemente, o número de mulheres comunistas no Senado seja expressivo.

Mas quero tratar de um tema, que é muito caro para todos nós. É uma espécie de novidade eleitoral que ganhou expressão mais forte com a campanha americana, porque grosso modo, a mídia ocidental é uma mídia americana. Então, isso ganhou muito relevo com a eleição de Obama, que é a questão da Internet.

Eu discordo absolutamente de nós tratarmos a Internet como propaganda paga, seja para Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Federal, Governador, ou Presidente da República. Esse é um espaço que surgiu na vida política também de maior equidade. Esse é o espaço de maior equidade. Todos têm direito a constituir a sua página na Internet, todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas isso está assegurado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Por que eu tenho que introduzir também na Internet a propaganda paga? Que estava restrita exclusivamente a jornais e revistas? Que já é um problema, já é um problema. Porque você tem que ter recurso e ter meios para poder trazer as suas inserções nos jornais e revistas. E quando não aparece no jornal e na revista, há um questionamento do eleitor por que você não apareceu. Porque é paga, e porque é cara, não é barato não, é muito caro.

Quem foi candidato sabe disso, que é muito caro você fazer uma inserçãozinha ali no jornal, pequenininha. Imagina na Internet quanto é que vai ser cobrada? Porque nós estamos determinando que é paga, mas ninguém está dizendo qual é o preço, e isso, com certeza, não é coisa barata.

Então, eu quero dizer que vamos destacar, eu vou destacar esse aspecto, acho que a Internet é um instrumento de maior liberdade que surgiu na vida política no nosso país, e no mundo, todos têm, todos podem fazer a sua página. Sinceramente, para quê?

No jornal eu não posso ter a minha página no jornal, eu não tenho a minha página na revista, não tenho não. Revista tem dono, não tem a página do Inácio Arruda, não tem a página da Marina, não tem a página do Mercadante, não tem a página do Flávio Torres, nossos colegas do Ceará. Lá no jornal não tem não. Na revista não tem não. É caro, é pago. Por que eu tenho que introduzir esse instrumento na Internet?

Eu acho que isso é absurdo, favorece [falha no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas pode, no momento adequado, na hora do destaque eu vou dar as palavras.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Eu estou fazendo o destaque, porque todos falaram até agora sobre aquelas questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não sobre os destaques, os destaques serão no momento oportuno. V. Exa. quer falar agora?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Mas Presidente, está aberto para o debate ou não está?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Destaque não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Eu acompanhei as intervenções já de todos, todos opinaram sobre esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não destaque.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Por último, eu quero questionar esse problema dos candidatos nos debates. O que ocorre? É que mesmo com a tal famigerada cláusula de barreira, que felizmente caiu no Supremo Tribunal Federal, e espero que não seja reintroduzida no nosso país, que é absurda. Nós já temos uma cláusula de barreira draconiana chamada de cociente eleitoral, mas os caras querem introduzir uma outra, mais perniciosa à vida democrática brasileira.

O que ocorre no debate na TV? É que, constitucionalmente, você não pode dizer que é partido que tem 10, 15, 20 ou 30 Parlamentares, porque a constituição assegura a participação de todos os partidos, tenham assento ou não no Congresso Nacional nas eleições majoritárias. Todos os partidos podem ter candidato a Presidente, não precisa ter Parlamentar, não precisa ter Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, essa que é uma garantia inconstitucional, cláusula pétrea, ninguém vai mudar, nem Emenda Constitucional.

Então, se nós criarmos um instrumento que vai dizer, "Olha, só pode participar de debate se tiver 10, 15, 20, 30", vai cair. Não vai ser sustentar. Não tem como se sustentar. Eu acho o que problema dos debates é de outra natureza.

O sucesso ou não de um debate na televisão, no rádio, ou em uma revista, em um jornal, é de outra natureza, é o conteúdo de cada candidato, é como cada

candidato se apresenta. Qual é o problema de ter mais um candidato ou menos candidato?

E nós, do PC do B, pelas propostas que foram apresentadas até agora, digamos, não estamos fora. Tanto pelo critério de 10, como pelo critério de 15 em coligação, ou 20, nós poderíamos participar de todos os debates, eu não estou tratando do meu partido, eu estou tratando de uma regra constitucional que hoje já é assim. Todo partido pode ter candidato, independente de ter presença ou não no Congresso Nacional.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Inácio, só um minutinho?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Pois sim.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O grande problema é que um debate com mais de 10 candidatos é impossível, ele se inviabiliza.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Isso tem sido resolvido, os meios de comunicação que querem fazer debate, que desejam fazer debate têm feito sorteios para poder ter um número menor e um aproveitamento maior do debate. Eles sorteiam X candidatos, quatro ou três [soa a campainha] participam do primeiro dia, mais três no segundo, e assim sucessivamente.

O que eu estou dizendo é que essa regra não vai se sustentar, mesmo que a gente possa desejar que para um melhor aproveitamento fosse assim, mas ela não se sustenta porque tem um vício de constitucionalidade flagrante, que vai bater no Supremo Tribunal Federal e talvez o TSE já resolva isso de antemão, não precisa nem chegar no Supremo Tribunal Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Era em relação à questão da emenda que trata do recorte para participação dos debates, que me parece tem a emenda do Senador Aloizio Mercadante, que faz o recorte até 10 Srs. Parlamentares. E a emenda do Senador Antonio Carlos Júnior, que está propondo que as coligações até 15. Eu queria entender se ao colocar as coligações até 15, quem não conseguir as coligações se está salvaguardado nos 10, é isso que eu quero.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senadora, no acordo ficou dois terços assegurados a participação dos partidos que tenham mais de 10 Parlamentares na Câmara dos Deputados, partidos.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Independente de coligação?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Independente de coligação.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Ok.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Eu queria só propor que sejam Parlamentares eleitos, não é? Para não ter aquela coisa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eleitos, no caso dessa eleição, eleitos em 2006, tomaram posse 2007, eleitos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Cícero Dias, por último. Senador Cícero Lucena, perdão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, Presidente.

A minha preocupação, também é um grande cidade em artes plásticas, nossa Paraíba e Pernambuco.

Presidente, eu gostaria de chamar atenção a essa Comissão, nessa Sessão, porque na Legislação, Senador Marco Maciel, nós tivemos algumas mudanças ao longo dos anos e entre elas, eu identifico ainda um resquício do período da ditadura.

Quando se começou os guias eleitorais, a propaganda política chamada, inicialmente, se iniciou apenas com os grandes blocos, em horários específicos. Depois, se abriu para as inserções, o que nós chamamos propagandas dentro da grade normal da programação das TVs e rádios.

Ocorre que, no princípio, havia muitas restrições para a produção dos guias, dos blocos, e também das inserções. Foi mudado, hoje é permitido imagem externa para os blocos, mas ficaram, no caso específico das propagandas, as mesmas amarras que estabelecia, Senador Marco Maciel, a condição de que a propaganda tinha que ser produzida em estúdio, e sem efeitos de computador. Sem efeitos tecnológicos.

Ora, vivendo o momento que nós estamos vivendo, o avanço do setor de comunicação, em especial de propaganda, você produzir nas inserções políticas uma qualidade abaixo daquelas que estão sendo vinculadas pelo setor privado, ou mesmo pelo setor público que, no caso, no período, estará suspenso, você em vez de abrir uma oportunidade para que a propaganda seja instrumento de divulgação daquilo, da sua proposta, daquilo que você está querendo comunicar ao eleitor, você está elevando a condição de muita concorrência desleal.

Porque você imagine uma bela propaganda produzida com os efeitos tecnológicos, com a qualidade que hoje são produzidos os comerciais, e, de repente, entra um político pedindo voto de forma atrelada, Senadora Marina Silva, apenas com o seu discurso, sem poder levar a mensagem também de forma moderna, de forma eficiente, no novo método de comunicação.

Então, nós tínhamos uma dificuldade muito grande, e aí eu gostaria de trazer esse assunto, para que nós pudéssemos inserir a possibilidade da mesma liberdade

que é dada ao bloco de propaganda, ser dado também à inserções que entram no horário comercial da grade da programação dos veículos de comunicação.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. Encerrado os pedidos de esclarecimento.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, CCT, para que possa votar em bloco, possa votar o relatório, ressalvados os destaques.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Eu quero só fazer um complemento aqui.

No item, no art. 44, que trata da questão que está sendo colocada de que as rádios comunitárias também devem transmitir o programa eleitoral, isso é uma modificação da redação, de maneira que fique mais claro. Então, ficaria assim, § 4º. É obrigatória a inserção da propaganda eleitoral na programação nas concessionárias, permissionárias e autoridades no serviço de radiodifusão de sons e imagens e dos canais sob responsabilidade de órgãos estatais ou de empresas públicas de Comunicação Social, mesmo quando conteúdo for exibido por meio de serviço de telecomunicações.

No § 5º é que estaria quem não precisa. A obrigação que se refere ao § anterior não se estende às demais programações do serviço audiovisuais oferecido por meio de serviços de telecomunicações. Então, é apenas uma redação mais clara desse aspecto, ou seja, as TVs tipo TV Senado, essas estarão também obrigadas, que está no serviço a cabo, você tem o canal, tem o pacote básico, digamos assim, e tem as TVs públicas. Essas todas teriam que transmitir o programa eleitoral. E, no caso das rádios, as rádios também as comunitárias. Então, só para esclarecer. Então, estaria incorporado ao voto, não é Senador? Essa parte aqui.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Isso, aliás, responde a uma reivindicação que foi apresentada na Comissão de Ciência e Tecnologia presidida pelo Senador Flexa Ribeiro, entendida aqui como seu Relator, o Senador Eduardo Azeredo, e algo aqui, a meu ver, corresponde o interesse também de via rádios comunitárias, se dar também condição de participação dos interessados nos debates, na veiculação dos programas, etc. Então, eu acho que de fato é uma conquista que, a meu ver, vai produzir resultados positivos, sobretudo levando em consideração a imensidão do território brasileiro e ao grande número de cidades e povoados que existem em todo território nacional.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em votação na Comissão de Ciência e Tecnologia, o requerimento de destaque para votação em separado. "Requeiro nos termos regimentais destaque para votação, em separado, da Emenda nº. 33, de 2009, da Comissão de Ciência e Tecnologia, que altera a redação do art. 33, da Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997, Lei das Eleições. Sala das Comissões, 22 de setembro de 2009, Senador Marcelo Crivella". Em votação o requerimento de destaque.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu fiz esse destaque.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós não vamos discutir, é só para aprovar o requerimento, a discussão é posterior. Só para aprovação do destaque.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Está bom, então vamos aprovar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): As Sras. e Srs.Senadores que concordam com a aprovação do destaque lido, permaneçam como se encontram. Aprovado o destaque. Retorno a Presidência ao Senador Demóstenes Torres, para aprovação do destaque na CCJ.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Votação em bloco dos requerimentos de destaque, para votação em separado, feitos pelo Senador Inácio Arruda, Senador Gim Argello, Senador Romeu Tuma, Senador Osmar Dias, Senador Eduardo Suplicy, Senador Eduardo Suplicy, Senador Eduardo Suplicy, Senador Eduardo Suplicy, Senador Eduardo Suplicy, Senador Valter Pereira e Senador Eduardo Suplicy.

Dois da Senadora Serys Slhessarenko. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovados.

Votação em conjunto. Destaque para votação em separado CCT e CCJ. Senador Inácio Arruda, Senador Inácio Arruda, Senador Flávio Torres, Senador Osmar Dias, Senador Inácio Arruda. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Requerimento. "Requeiro nos termos do art. 294, do Regimento Interno do Senado Federal, que as vota-

ções relativas aos destaques para votação em separado das Emendas nº. 29, CCJ, e 50, CCJ, ao PLC 141/2009, sejam realizados na CCJ pelo processo nominal". As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Volto a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para votação do Parecer.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Demóstenes Torres.

Apenas para fazer um reparo. Na aprovação do destaque do Senador Marcelo Crivella, não foi, nós não aprovamos o destaque, aprovamos o requerimento. O destaque será discutido após a votação do Parecer.

Em votação o Parecer na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Ciência e Tecnologia ressalvados os destaques. Os Srs. e Sras. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o Parecer na CCT. Retorno ao Senador Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação o Parecer na Comissão de Constituição e Justiça, ressalvados os destaques. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. O Parecer está aprovado, ressalvados os destaques.

Agora, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para votação do destaque na Comissão de Constituição e Justiça.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Votação do destaque do Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, serei breve.

O meu discurso, a minha emenda, ela tem uma preocupação. É fato notório, todos nós políticos sabemos que determinados meios de comunicação escolhem um instituto de pesquisa para estar ligado. E a esse instituto de pesquisa dão toda distinção, ou dão todo destaque.

Isso, Sr. Presidente, não é saudável para a democracia, porque pode ocorrer que aquele instituto de pesquisa tenha uma pesquisa diferente da de outros. Isso é comum ocorrer. E, às vezes, apontam tendências que outros institutos não apontam.

Ora, se cada candidato tem que ter um tratamento isonômico pela mídia, por que não as pesquisas, Sr. Presidente? As pesquisas, pelo menos os institutos que registram a pesquisa e que tem pelo menos 10 anos de funcionamento no país...

Sr. Presidente, pede para haver silêncio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria silêncio [soa a campainha] para que o Senador Marcelo Crivella possa defender o seu destaque.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Então, Sr. Presidente. Os institutos registrados no país há mais de 10 anos, portanto, que tenham notório saber daquilo que estão fazendo, devem ter o mesmo tratamento isonômico.

Então, suponha. O Jornal A resolveu publicar só pesquisa do Data Folha. Então, por que não do Ibope? Por que não do Sensus? Por que não do... Isso é uma coisa isonômica, é uma coisa justa dar destaque a todos, isso dá mais informação aos leitores. Os leitores poderão ter uma visão completa do que dizem todos os institutos, ao invés de serem levados a acreditar, induzidos a crer de que aquele instituto tem a palavra final.

Recentemente, no Rio de Janeiro, eu quero citar um exemplo prático. Havia uma grande diferença entre as pesquisas feitas pelo Data Folha e pelo Ibope. E o jornal [soa a campainha] que, normalmente dava destaque às pesquisas do Ibope, passou a dar só do Data Folha.

E, com isso, o que ocorreu é que o Data Folha e o Ibope, no Rio de Janeiro, na última eleição, se desentenderam completamente, um brigou com outro e foi notícia de jornal. O que ocorreu, Sr. Presidente, é que muitos eleitores foram influenciados por uma pesquisa, porque só aquela foi publicada.

Então, eu acho que é justo, é democrático, constrói a república, é bom para os candidatos, é bom para os institutos de pesquisa, é bom para a mídia que haja tratamento isonômico aos institutos de pesquisa, pelo menos. Não se pode dar a todos, porque são muitos institutos de pesquisa, mas pelo menos aqueles que já estão funcionando há 10 anos. Registrou pesquisa, na hora da divulgação, dá-se tratamento isonômico a todos os institutos.

É esses, Sr. Presidente, essa a minha emenda, que eu peço a compreensão dos meus companheiros, para que a gente possa aprovar.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Flexa Ribeiro, Senador Demóstenes Torres, V.

Exas. estão comandando essa reforma eleitoral com a maior justiça, com a maior justeza. Eu diria que esse tema abordado pelo Senador Marcelo Crivella é de vital importância.

Eu faço parte, V. Exas. sabem, minha área de atuação empresarial é comunicação e, por diversas vezes, nós vemos que determinados órgãos de imprensa geram danos irreparáveis, irreversíveis em campanhas eleitorais, exatamente pela força da mídia e pela força de participação nas áreas que atuam e da escolha de determinados institutos de pesquisas. E, muitas das vezes, esses substitutos têm resultados completamente divergentes, da realidade, do resultado eleitoral ou divergente entre si.

Acho que algo tem que ser feito, eu não tenho uma proposta concreta, mas V. Exas. podem criar um instrumento, que permita que esse tema que foi abordado pelo Senador Marcelo Crivella, com tanta clarividência, possa ilustrar e demonstrar preocupação eu acho que de todos nós. Cada um de nós pode ter sido vítima de eleitorais passadas. É isso que eu teria a agregar ao depoimento do Senador Marcelo Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Roberto Cavalcanti. Vou passar a palavra ao Relator Senador Eduardo Azeredo, para que possa fazer o seu Parecer sobre o destaque apresentado pelo Senador Marcelo Crivella. Senador Eduardo Azeredo. [soa a campainha]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro, o comentário é que foi acatado o § 7º, como Subemenda. Agora, a questão dos itens do § 4º, do 5º e do 6º, eles não foram acatados, também. Foi acatado o Item 4º. O 4º e o 7º. § 7º.

A dificuldade, Senador Marcelo Crivella, é que, legalmente, constitucionalmente, obrigar o jornal a publicar a pesquisa com a mesma caracterização, com o mesmo tamanho, não nos pareceu adequado, foi mais nesse sentido. Eu entendo que acontece sim, evidentemente que todos nós somos políticos, já disputamos eleição, sabemos que às vezes acontece de uma pesquisa ser divulgada de maneira com mais realce do que outra, mas obrigarmos um órgão de imprensa a publicar a pesquisa de outro instituto, não nos pareceu adequado. Foi mais nesse aspecto da questão.

A própria proibição de pesquisa, quer dizer, a França tem uma proibição uma semana antes. Aqui no Brasil, já há o entendimento de que não se pode proibir a divulgação de pesquisa, porque seria inconstitucional. Então, foi mais nesse raciocínio, que nós realmente optamos por acatar parcialmente a emenda, no que diz exatamente que o plano é mostrar a ponderação quanto a sexo, idade, tem que ser aqueles do IBGE, para não haver manipulação também na amostra. E dessa maneira, que acatamos parcialmente.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Flexa Ribeiro, V. Exa. e nobre Senador Marcelo Crivella, sabem que há algumas empresas de pesquisas que têm contratos com respectivos jornais, ou televisões, ou rádios, ou que então faz com que isso seja algo um pouco complexo de ser cumprido.

Agora, com relação ao modelo francês, nós sabemos que a França veda, mas Luxemburgo, Bélgica, que estão ali ao lado, divulgam os resultados e os franceses tomam a informação quase online das pesquisas feitas. Aí, então, razão pela qual o Senador Eduardo Azeredo, pela CCT, resolveu acolher como subemenda o § 4º e o 7º e acho que dessa forma de Subemenda, V. Exa. está sendo atendido e está prestando uma boa colaboração nos nossos trabalhos. Eu agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Parecer do Senador Eduardo Azeredo é pela rejeição do destaque, pelo fato de já ter sido acatado parte da Emenda 33, como já foi aqui, como Subemenda. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Apenas à época, Sr. Presidente.

Eu agradeço muito ao Relator, ele fez uma grande contribuição ao acatar isso. Por que como é que os institutos manipulavam a pesquisa? Eles acrescentavam, por exemplo, para prejudicar um candidato, um número maior de eleitores de alta renda. Então, aquele candidato que tem votação na base popular, fica prejudicado.

Essa foi a controvérsia que ocorreu na eleição do Rio de Janeiro, nessa última eleição a mais recente, em que o Ibope disse, declarou nos jornais, que o Data Folha tinha alterado o plano amostral.

Agora, por essa emenda acatada pelo Senador Eduardo Azeredo, o Data Folha não vai poder mais fazer isso, ele não vai poder inchar o número de eleitores com nível superior, e inchar o número de eleitores de classe A e B, porque agora ele tem que seguir o plano amostral dado pelo IBGE, isso é um grande avanço e eu quero agradecer o Relator por isso.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Gostaria muito que houvesse o tratamento isonômico, ou seja, que ainda assim todas as pesquisas fossem publicadas, porque já há tratamento isonômico com a cobertura, não é? Todo candidato tem que ter um tratamento isonômico na cobertura que os jornais fazem da campanha. Era nesse sentido que apresentei o destaque.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Marcelo Crivella. Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É que o Senador Eduardo Azeredo, o Relator, falou que é inconstitucional proibir a pesquisa uma semana antes, ou 15 dias, o que seja.

Eu fiz um Projeto de Lei, ele até que foi aprovado, porque duas histórias. Dois mísseis. Eu fui candidato a Governador do Paraná. O Ibope, eu vou citar o instituto, na véspera da eleição, deu que eu estava 10 pontos atrás, a diferença foi 0,018. E aquele, aquela pesquisa da véspera, foi fatal para o resultado da eleição. 10%, a diferença de um candidato para outro.

No primeiro turno, o Ibope deu que por 14% não teria segundo turno. O segundo turno no Paraná ocorreu com uma diferença pró segundo turno, de 14%, eles erraram exatamente do outro lado.

Agora, o Vox Populi, eu vou citar o instituto, porque não é possível isso. O Vox Populi, na última semana de julho, fez uma pesquisa no Paraná e me deu, em relação a outro candidato, 19 pontos de vantagem, na última semana de julho, de junho. Na primeira semana de julho, até o mesmo partido, o mesmo partido que não se satisfez com o resultado da Vox Populi, na última semana de junho, encomendou uma outra pesquisa na primeira semana de julho. E o resultado foi sete pontos de desvantagem para mim. Eu que estava 19 numa semana, passei a ficar atrás do candidato do partido que encomendou a pesquisa sete pontos. Dá 26 pontos de diferença em uma semana. Só se eu cometi uma tragédia na rua, para que isso acontecesse.

Então, as pesquisas, longe da eleição, são um terror, porque não tem nenhum compromisso em acertar e acertam mais para quem encomenda a pesquisa.

E na época da eleição, elas distorcem, elas induzem o resultado, porque há cientificamente comprovado que 12% dos eleitores em quem vai ganhar. Se o resultado sai na véspera 10% dando vantagem para um candidato, quando era o contrário que estava acontecendo, o resultado acabou sendo 0,018 porque houve muita gente que deixou de votar em quem poderia ter vencido a eleição.

Então, até o próprio Governador do Paraná tem uma frase, que é bastante explicativa do que eu estou falando, ele dizia lá na campanha, lá atrás, não quando disputou comigo, lá atrás, em 2002. Ele dizia: "Se eu quero peixe, eu compro na peixaria. Se eu quero comprar uma pesquisa, eu compro" e citava o instituto de pesquisa, que agora eu não vou citar porque foi ele que disse, isso ele disse publicamente.

Então, essa Legislação aqui, para mim ela teria muito mais valor se nós tivéssemos modificado essa regra das pesquisas, para proibir mesmo, pelo menos 10 dias antes da eleição, e se é inconstitucional, que se torne constitucional, que se reforme a constituição. Foi isso que eu fiz, não consegui aprovar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço o Senador Osmar Dias. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Senador Osmar Dias, eu quero só dizer que eu mencionei aqui o TSE tem já decisões nesse sentido. Então, nós teríamos que fazer modificação e de antemão, digo que assino junto a Proposta de Emenda Constitucional, nesse sentido. Eu realmente acho que o sistema da França poderia ser utilizado aqui. Agora, nesse momento, não houve nenhuma emenda e seria impossível publicar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu vou elaborar a proposta de emenda constitucional e apresentar e pegando a assinatura de V. Exa. como segunda assinatura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, poderia então fazer aqui então um texto de conciliação, publicar três pesquisa se houverem, três, três pesquisas se houverem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marcelo Crivella, como já foi dito pelo Relator, é difícil você impor a publicação em toda a mídia da pesquisa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Tratamento isonômico.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque alguns, alguns institutos com veículos de comunicação tem contratos de exclusividade, de exclusividade.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Agora, podíamos proibir isso também, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acho que isso tem que ser visto na reforma que nós precisamos fazer da Lei Eleitoral, não o que nós estamos fazendo agora, emergencialmente, mas como colocou o Senador Osmar Dias, com muita propriedade, eu acho que todos, todos, em todos os Estados, já passaram pela situação que o Senador Osmar Dias aqui relatou, de haver influência no resultado da eleição em função de uma pesquisa colocada na véspera, com o resultado que não corresponde à realidade da vontade do eleitor, Então, isso eu só acho que nós temos que fazer uma reforma completa do Código Eleitoral.

E, neste momento, o Relator é pelo acatamento, como já disse, parcial da sua emenda, Senador Mar-

celo Crivella, e pela rejeição do destaque que V. Exa. apresentou.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vamos ao Plenário, vamos ao voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em votação o Parecer do Relator com relação ao Regimento, ao destaque do Senador Marcelo Crivella, pela rejeição do destaque. Os Srs. Senadores, Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam com a rejeição, que é o Parecer do Senador Eduardo Azeredo, permaneçam como se encontram. Aprovado, por voto contrário do Senador Osmar Dias, Senador Marcelo Crivella, Senador Roberto Cavalcanti, Senador Aloizio Mercadante e Senador Eduardo Suplicy. [soa a campainha]

Retorno a Presidência ao Senador Demóstenes Torres, para votação dos destaques na CCJ. E passo a Presidência da CCT, Senador Demóstenes Torres, ao nosso vice-Presidente Senador Lobão Filho.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento Senadora Lúcia Vânia, Senadora Serys Slhessarenko. Destaque para votação em separado da Emenda 25. Agora é a votação em separado. Pode argumentar, Senadora.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

No projeto consta 5% do fundo partidário para visibilidade às mulheres, vamos resumir.

A Emenda 25, a emenda da Senadora Lúcia Vânia, [soa a campainha] que ela já fez uma fala sobre isso aqui a pouco e houve o entendimento de que passe para 10% o fundo partidário. Então, eu assinei junto com ela, ela não pode estar presente nesse momento, mas é uma emenda da maior importância para a mulher brasileira, para as mulheres de nosso país.

A emenda da Senadora Lúcia Vânia consta um aumento de 20% [soa a campainha]. Nós reduziremos para 10%, é esse o acordo que estamos propondo. 10% o fundo partidário para as mulheres.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senhores, com Parecer, Senador Marco Maciel. Contra ou a favor?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu acho que, em função da declaração da Senadora Serys Slhessarenko, nós podemos acolher o destaque feito, e acredito que isso ajuda também a formar um grande acordo que estamos fazendo para que a lei seja a mais representativa possível, dentro dessas limitações que estamos atravessando.

O Parecer.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Para 10%.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Acatando que reduz para 10%.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Acatando a emenda da Senadora Lúcia Vânia 25, que está assinada por mim e por ela, que consta 20 reduzindo para 10%. Era cinco no projeto. Então, na verdade, aumentando para 10, mas reduzindo a emenda para 10 também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, houve o entendimento?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Houve entendimento.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, na realidade, passa a ser emenda dos relatores, vamos retirar o destaque de votação, porque eles estão acolhendo. Porque se fosse votar teria que ser para 5%, como é para 10%--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim, perfeito. Desde que acate 10% o fundo partidário para as mulheres.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, houve entendimento. Emenda dos relatores, acolhendo em parte.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Estamos de acordo, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agora, destaque de votação em separado para Emenda 46.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Emenda 46 é de nossa autoria, também combinado com a Senadora Lúcia Vânia, onde a gente pedia o aumento em 20% do tempo de rádio e TV para promoção da mulher na política. Foi acatado 10%, a gente está solicitando 15%.

[risos]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Tem meu apoio, Senadora Serys Slhessarenko, de imediato.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Senador Inácio Arruda.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Se com relação à emenda anterior, com relação à segunda, já fica mais difícil, não é? Eu acho que V. Exa. compreenderá as dificuldades, já que está fazendo um grande avanço.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Podíamos negociar para 12%, Senador, ao invés de 10, aumentar um pouquinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parecer é pela rejeição. As Sras.

e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado, ou seja, rejeitado o destaque.

É só levantar a mão, pronto. Três. Senador Pedro Simon, Senador Eduardo Suplicy, Senador Wellington Salgado de Oliveira, Senador Inácio Arruda. Pronto. Rejeitado.

Requerimento de destaque em votação em separado. Senador Inácio Arruda, "Requeiro nos termos do art. 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº. 2, CCJ, de minha autoria", vocês têm que ficar atentos, se não vão cochilar e vão perder, eu não vou voltar a votação não.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Senador, mas eu só gostaria.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): 19 de setembro de 95, que dispõe... Se os Srs. Relatores quiserem acolher, está acolhido. Aí é com eles. O destaque foi rejeitado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Já está dobrando de cinco para 10, já é um grande avanço. 100% que a Câmara aprovou. Nós todos somos favoráveis às mulheres, não venha um ou outro querer dizer que é mais não, que nós todos somos.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): E com relação ao recurso? A nossa emenda que estaríamos votando não era mais com relação ao recurso, era com relação ao tempo, que está em 10% no projeto, nós pedimos 20, estávamos querendo negociar 12 ou 15%. Era só isso.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Já foi um grande avanço, nesse outro campo.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Vamos votar, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já votou, já perdeu. Agora, se os relatores quiserem, aí é com eles. Eles têm, o único que tem poder regimental agora são os relatores.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Houve a contagem dos votos?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Senadora Serys Slhessarenko, eu proponho que V. Exa. levante a questão no Plenário na hora da votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso, exatamente. Muito bem.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, vai para o Plenário. Obrigada, negociador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra, V. Exa., por três minutos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): V. Exa. poderia arguir os relatores, qual é a opinião dos relatores em relação ao nosso destaque?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Então, o destaque, então, o Senador abre mão de falar. Opinião, Emenda nº. 2. Destacou Emenda nº. 2.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Emenda nº. 2.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Emenda da CCJ, Senador Eduardo.

Sr. Presidente, esse destaque que eu apresentei diz respeito ao problema dos provedores, que levantou-se que os provedores têm que ser de conteúdo e, ao mesmo tempo, estabelecidos no país. Eu fiz um destaque [soa a campainha] apoiando que venham da Câmara, por quê? Porque, dificilmente, essa regra encontrará condições de aplicabilidade. Você exigir que sejam provedores estabelecidos no país.

Ontem, o Senador Eduardo Azeredo e o Senador Marco Maciel estavam examinando a possibilidade de, mesmo que ele não fosse, mesmo que ele não fosse um provedor estabelecido no país, mas se ele estiver credenciado pela Justiça Eleitoral, ele pode se credenciar, você pode então ter a sua página lá nesse provedor.

Por que vai assumir esse destaque? Para que a gente não amarre as páginas dos candidatos na Internet, porque os provedores de conteúdo chamados provedores de conteúdo não são tão largos assim. O número de provedores de conteúdo é ainda limitado no Brasil. Em alguns Estados, são dois, três. Então, a gente precisa ter essa ideia para não fechar demais o espaço da participação de todos os candidatos, que aqui nós estamos tratando da participação dos candidatos nas suas páginas [soa a campainha], é gratuito. Então, eu acho que era preciso a gente tratar de uma formo mais ampla.

Eu considero que a Câmara tratou de forma mais ampla. Por isso eu fiz o destaque para preservar o da Câmara. Modificando o da Câmara. Emenda modificando.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria dialogar no seguinte sentido.

Primeiro, nós estamos tentando construir uma Legislação, que diminua a poluição, que nós tínhamos até então. Antigamente, tudo era permitido, e era um estrago na cidade, um desperdício de recursos, uma desorganização visual completa.

Então, nós estamos buscando fortalecer a publicidade gratuita em rádio e televisão, que é a mais

importante, disciplinamos com muita rigidez todas as outras formas de publicidade, que signifiquem imagem pública, somos bastante severas, inclusive com muro, com todas as outras formas de publicidade, e estamos liberando toda a campanha no âmbito da Internet, direito absoluto de se expressar, ao contrário do que nós tínhamos na Legislação anterior.

Agora, um portal de notícia não é a mesma coisa que o portal que o candidato dispõe. Porque o acesso no portal do candidato é absolutamente significante diante dos acessos num grande portal.

Então, se nós pegarmos o G1, se nós pegarmos UOL, nós temos um milhão e meio de acessos diários. E nenhum Candidato Parlamentar vai ter nada próximo a isso. Então, não é verdade que é igual.

Da mesma forma que a publicidade no jornal e na revista. Por que o jornal e a revista? Porque o jornal tem uma tiragem de um milhão de exemplares, 300 mil, 500 mil. O candidato pode ter o seu jornal também. Ele pode ter seu jornalzinho, mas vai ter 10 mil, 20 mil, 30 mil. Por que a publicidade paga? Para atingir um público mais amplo.

Assim, o que nós estamos falando? Ou nós acabamos com publicidade em jornal e revista, ou nós estendo esse à mídia eletrônica, porque é um jornal ou uma revista editada eletronicamente, e cada vez mais ser mais eletrônica. A tendência é o fortalecimento do espaço eletrônico. Então, está correta a posição.

Deveria ser extensivo também a Governadores e Senadores. Como não é possível ainda a isonomia do tratamento para os outros cargos, nós estamos dando o primeiro passo para Presidente da República [soa a campainha] e no futuro resolveremos o resto. Portanto, eu queria apoiar a iniciativa, respeitando a intervenção do Senador Inácio Arruda, eu acho que ele está colocando ponderações bastante razoáveis, mas a construção desse entendimento veio nessa perspectiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A partir de agora, nós vamos rejeitar, vamos cumprir o Regimento, ou seja, fala o autor do requerimento do destaque, e fala os Srs. Relatores. Com a palavra, Srs. Relatores.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Eu quero, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero dizer que não há realmente nenhum inconveniente, quer dizer, existe só o risco de que numa busca e apreensão do material que tenha sido divulgado, por exemplo numa matéria ofensiva, se o site não tiver, se não tiver hospedado no país, pode ter uma dificuldade, mas, da minha parte, eu não teria problema maior em acatar então, não precisaria nem do destaque, poderíamos atacar mantendo o que está na Câmara em relação a essa parte de hospedagem.

Com relação à questão da propaganda paga--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Eu modifico o que está na Câmara, permitindo que você tenha a possibilidade.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Sim, da possibilidade de hospedar no exterior.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Eu aproveito para dizer, mais uma vez, o seguinte. Na Internet, a Câmara já avançou e nós estamos mantendo a liberdade em todos os sites de candidatos, em todos os blogs, é permitido fazer entrevista, é permitido que você mande e-mails como quiser, isso tudo está liberado na Internet. O que nós estamos colocando apenas na restrição é na parte da paga, que na verdade não é restrição, é um avanço com relação à Câmara, que aí teria a propaganda paga também para Presidente da República, apenas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): É outro destaque.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Mas só esse ponto. Então, para ficar claro que não se está equiparando a Internet que só pode ser como é na rádio e televisão. É igual rádio e televisão a questão de debates. O restante pode ser utilizado a Internet, da mesma [soa a campainha] maneira que se utiliza hoje em sites, entrevistas, em blogs.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parecer é pela rejeição.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Não, não, ao contrário, pela aprovação, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Estou acatando.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Pela aprovação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Estou acatando. Acatando o destaque de retirar a colocação de que tem que ser exclusivo, site instalado no país.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Exclusivo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Com certeza. Ele poderia dar... Ele tem que ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem, a emenda é nesse sentido, porque é o Relator que está fazendo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Continue: "Sítio do candidato, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral, em sítio partido, por meio de mensagem eletrônica, por meio de blogs", isso tudo permitido. Eu estou retirando só a parte que

estava dizendo que tinha que ser com a infraestrutura instalada no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. concorda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): De acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, está retirado o destaque, V. Exa. assume como Relator, porque se não tem que votar inteiro, está bom assim?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Retirando a expressão estrutura instalada no país, só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. Os relatores admitem.

Requerimento do Senador Romeu Tuma e Senador Gim Argello. Nenhum dos dois estando presentes, segundo o Regimento, mantém-se o relatório.

Senador Osmar Dias, Emenda nº. 7. Com a palavra, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu fiz a Emenda nº. 7, para voltar, se possível, a apresentação de *outdoor*, para fins de propaganda eleitoral, mas apenas para as eleições majoritárias, Presidente da República, Governador, Senador e Prefeito. Com a ressalva, já que o Senador Aloizio Mercadante disse que tem cidades que ficavam contaminadas visualmente pela propaganda e há cidades que colocaram regras até em período fora da eleição.

Então, eu coloquei aqui: "Ficam ressalvadas as legislações municipais e do Distrito Federal, restritivas, proibitivas e regulatórias do uso de *outdoor"*. Então, o que eu estou propondo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Voltar o *outdoor*.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Por quê? Porque tem partido que tem pouco tempo de televisão, como o meu, que precisa mostrar mais a cara do candidato, principalmente quando o candidato tem boa aparência, não é Presidente? [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Especialmente, especialmente. Com a palavra, os relatores.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Só para eleição majoritária.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se não tiver, o *Photoshop* ajuda.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): A Câmara não aprovou a volta do *outdoor* e nós estamos mantendo pelo aspecto realmente do custo, que seria realmente mais elevado.

Essa sugestão de que seria o *outdoor* apenas para eleições majoritárias, que teriam regras mais rígidas do ponto de vista de sortear aqueles pontos já existentes, 30 dias antes, a questão de que não poderia ter o *outdoor* pirata, digamos, aquele *outdoor* instalado só para eleição, são evidentemente algumas questões colocadas, mas nós não conseguimos chegar no consenso que possibilitasse a volta do *outdoor*, nem entre, com a reunião de líderes ontem à tarde, esse assunto na reunião de líderes onde não foi objeto de consenso. Então, o que eu quero fazer é esse comentário. Quer dizer, evidente, que já utilizei também **outdoor** em campanhas, [soa a campainha] mas não houve consenso na volta do *outdoor*.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parecer é pela rejeição.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Essa também é a minha opinião, já foi expressa na reunião de ontem à tarde.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para discutir, Senador Wellington Salgado. Embora não possa, mas vou abrir uma exceção para V. Exa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu já senti qual é a tendência da Casa e a tendência dessa Comissão.

Agora é totalmente incoerente, nós não podemos usar *outdoor* quando se usa gráfica, se usa tudo, não se pode fazer *outdoor*. Se há um erro de fiscalização, o problema não é nosso. Agora, o que eu não acho justo é deixar de fora alguém que tenha uma questão mercadológica nesse sentido, de vender espaço de *outdoor*. Eu acho isso injusto, queria deixar aqui a minha manifestação. Se não há como acompanhar, se não há como fiscalizar, esse problema não é nosso.

Agora, o que eu acho injusto é tirar alguém que faz o trabalho, gera emprego, tem oportunidade de mercado, nesse momento, e nós simplesmente por uma canetada, tiramos esse direito de geração de emprego, de geração de mercado, tiramos com uma canetada. Eu acho injusto.

Se nós não temos condições, Senador Azeredo, de fiscalizar, esse não é problema nosso, esse é problema do Tribunal Eleitoral. Agora, nós simplesmente tirarmos, eu acho injusto isso. É a manifestação que eu queria dizer, mas a vontade dessa Casa é que não volte.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu abri exceção para o Senador Aloizio Mercadante, tive que abrir para o Senador Wellington Salgado de Oliveira, posso até abrir para V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu só quero dizer a V. Exa. e à Comissão, que a Legislação anterior que é vigente, que está ainda em vigor, ela proibiu o uso de *outdoors*. Como também proibiu a utilização de shows artísticos como propaganda eleitoral. Ou seja, durante a realização dos comícios. Isto reduziu substancialmente essa duas medidas, reduziram substancialmente as despesas, os custos de campanha.

Eu, muito embora eu seja favorável a que todos os Senadores e membros dessa Casa não tenham restrições à propaganda eleitoral, entretanto, no que diz respeito a *outdoors* e à realização de shows artísticos, já que isso resulta na arrecadação de muito dinheiro, de muito, talvez no Sul do país não tenha esse problema, mas lá no nosso Nordeste tem esse problema, eu voto pela rejeição, mas estou sempre ao lado do Senador Osmar Dias, menos neste aspecto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sr. Presidente, eu compreendo que o Senador Osmar Dias está dizendo no sentido de que ele quer ter a oportunidade para que aqueles que não conseguem se expor com algum equilíbrio, o possa fazer, mas não acho que seja o meio mais adequado. E eu vou justificar por que.

A razão econômica já foi dita pelo Senador Antonio Carlos Valadares, tem custos e custos muito altos, que nem todos podem acompanhar. No entanto, nós já temos avanços em algumas cidades no Brasil, inclusive cito aqui São Paulo, em que houve um processo de limpeza da cidade em relação à propaganda que causava uma verdadeira poluição visual. São Paulo hoje é um exemplo para o Brasil.

Eu acho que seria um grande contra senso, depois de termos um exemplo positivo, nós os políticos contribuirmos para poluição visual, por uma questão do nosso interesse na hora de fazermos a nossa propaganda, quando nós achamos que não é justo fazer a propaganda dos produtos. Em que o nosso produto político é melhor do que o produto daqueles que querem anunciar?

De sorte que não devemos dar esse exemplo, no sentido de que a limpeza durante a campanha em termos visuais é algo muito importante para o eleitor, e ainda não é equilibrado, porque quem pode fazer os grandes reclames da sua imagem, farão. Agora, os que não podem, ficarão devendo e ainda sofrendo a poluição visual para o eleitor e para o cidadão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parecer portanto é pela rejeição.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, nós vamos transformar a eleição num funeral, daqui a pouco, porque não tem graça nenhuma, Presidente.

[falas sobrepostas]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tem o *outdoor* móvel, colocar carro de som e deixar funcionando.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, só me dá um minuto, porque eu preciso falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Primeiro, o Senador Valter Pereira. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eleições Diretas Já sem Fafá de Belém não existe, não existiria, Senador Pedro Simon.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É o seguinte. Há uma emenda de minha autoria de nº. 60, que também está destacada, e que trata de uma proposta parecida com essa. Eu gostaria de solicitar autorização de V. Exa. para discutir em conjunto, até por economia processual, que eu acredito que ela pode trazer aqui solução de consenso para o desate dessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pronto, está aqui. Pode argumentar. Se é igual, faremos em conjunto.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, é diferente, ela tem diferenças, mas com o mesmo objeto.

Veja o seguinte, Sr. Presidente. A Senadora Marina Silva tem razão quando fala na poluição visual. Eu aplaudi o Prefeito de São Paulo, o Prefeito Kassab, no momento em que ele promoveu aquela grande limpeza visual.

No entanto, é preciso entender que de município a município, a poluição visual se apresenta de forma diferente. Aquilo que havia em São Paulo era efetivamente um alto grau de poluição. Acho que o Prefeito agiu corretamente. E acho que tem que se reservar ao município o direito de fazer aquilo que o Município de São Paulo fez por quê? Porque a poluição tornou-se insuportável.

No entanto, Sr. Presidente, é preciso se considerar as distinções que existem. E.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu acho que é a mesma emenda do Senador, porque ele colocou respeitado onde os municípios e tal, a mesma emenda.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A emenda que nós estamos propondo ela diz o seguinte: "Depois da realização do sorteio pela Justiça Elei-

toral, será permitida a propaganda eleitoral por meio de *outdoor* nas cidades – eu gostaria atenção aqui, Senadora Marina Silva [soa a campainha] – nas cidades onde esse tipo de publicidade não for vedada para fins eleitorais". Então, nós estamos dando ao município esse direito.

Até porque, Senadora Marina Silva, se não forem utilizados esses espaços para propaganda eleitoral, eles estão assegurados para propaganda comercial. Portanto, nós não estaremos aqui combatendo a poluição visual. É um ledo engano.

Outra questão, Sr. Presidente, que eu gostaria de ressalvar aqui é o seguinte. A Senadora Marina Silva ponderou pelo alto custo da propaganda. Historicamente, o que tem se observado [soa a campainha] é que há manobras, há artifícios que permitem que determinados partidos acabem se valendo dos direitos dos pequenos partidos para veicular as suas propagandas, no momento em que se promove a redistribuição.

Aqui, há um mecanismo, na emenda que apresentei, vazado nos seguintes termos: "É vedada a redistribuição de *outdoors* não utilizados pelos partidos e coligações", é um freio para evitar que o poder econômico se imponha neste momento.

E a outra, e o outro freio, Sr. Presidente, está aqui no § 11, que diz o seguinte: "O preço para veiculação da propaganda eleitoral de que trata este artigo não poderá ser superior à média dos valores cobrados nos últimos 12 meses para publicidade não eleitoral". Então, os mecanismos de proteção contra esses males que têm sido apontados aqui, estão aqui nesta emenda, portanto, eu gostaria de sugerir ao Senador Osmar Dias, e a V. Exa., Sr. Presidente, e aos Relatores, que fundíssemos essas duas emendas, a fim de que com a redação final dada a elas, nós pudéssemos evitar que a campanha eleitoral se transforme naquilo que o Senador Wellington Salgado de Oliveira apontou: Um grande velório.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osmar Dias. Precisamos votar. Olha, nós precisamos votar para mandar ainda hoje para o Plenário.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu vou ser bem rápido.

Primeiro, em relação aqueles que contestam focando em cima do custo do *outdoor*, mas meu Deus do céu, os programas de televisão para serem produzidos, se paga uma Produtora ou a um Coordenador de Marketing, milhões de reais. Então, vamos proibir também a propaganda na televisão, se for esse motivo. Fica muito mais barato você divulgar o *outdoor*, do que você pagar uma Produtora para fazer o seu programa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu tenho emenda nesse sentido, propaganda de televisão tem que ser ao vivo, sem agência de publicidade. Ao vivo o candidato fala.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Aí eu concordo.

Segundo, Senadora Marina Silva, quando V. Exa. fala da poluição visual, os *outdoors* que estão espalhados pelo Estado na campanha eleitoral, eles ocupam apenas e tão somente os mesmos painéis que se ocupa com outras propagandas. [soa a campainha] então, não haverá poluição a mais do que os *outdoors* que já estão espalhados com propagandas comerciais. São os mesmos pontos.

Na minha emenda está escrito que cidade onde está é proibido *outdoor*, continua proibido. Então, esse argumento de V. Exa. não serve.

E de mais a mais, a gente tinha que também ver a poluição sonora, a poluição sonora nas campanhas eleitorais. E quando eu digo sonora, principalmente as coisas que a gente houve de promessa que se faz e não cumpre depois, aquela baboseira que se fala na campanha eleitoral.

Então, se for para ir contra a poluição visual, tem que ir contra a poluição sonora também, Presidente. Agora, não polui mais do que se polui com a propaganda comercial, porque os pontos são os mesmos e a minha emenda diz que onde está proibido, continua proibido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Parecer é pela rejeição. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A partir da próxima não haverá exceção. O autor do requerimento e o Relator. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. lembrou de falar isso quando eu vou falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, V. Exa. tem prestígio sempre.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Falaram 20, V. Exa. vem falar na minha vez?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. tem prestígio sempre. Tem muito crédito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, cá entre nós, se nós tivermos a coragem de analisar, não tem explicação essa nossa reunião.

O Brasil inteiro dizia, o Fernando Henrique quando assumiu no primeiro ano de Governo, a reforma política

e a reforma eleitoral, não fez. Na reeleição, a reforma política e a reforma eleitoral, não fez. O Lula a mesma coisa. E agora está reconhecendo que ou é no primeiro ano ou não é nunca. De repente resolveram fazer isso que está acontecendo aqui. Cá entre nós não é reforma política, não é reforma eleitoral.

Já se disse e eu repito aqui que o que se afirma é que a Câmara dos Deputados, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal vem aumentando a sua ação, e vem legislando naquele vazio do Congresso Nacional, onde nós não regulamentamos as leis que na Constituição, os artigos que na Constituição dizia de acordo com Lei Complementar, como é o caso de que o mandato pertence ao partido e não [soa a campainha].

É difícil, Sr. Presidente, é muito difícil mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Silêncio, por favor. Agora são só os Assessores.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É muito difícil.

O que se diz é que com medo do Ministro Joaquim Barbosa, que vai ser o Presidente da Comissão de, perdão do Tribunal Superior Eleitoral, a Câmara está entrando com essa para brecar o Tribunal Superior Eleitoral legislar sobre isso. Então, a Câmara está saindo na frente.

Eu não sei, pois nessa hora nós estamos aqui nas vésperas das eleições entrando na Lei Orgânica dos partidos. Eu não consigo entender. Eu não consigo entender. Eu, com toda sinceridade, acho que toda a questão [soa a campainha] com relação à Internet, é de uma gravidade, é de uma profundidade, que eu acho que nós estamos decidindo aqui brincando.

Eu acho que a argumentação apresentada pelo nosso líder do PC do B é absolutamente correta. De repente, vamos botar matéria financeira, pagar essa questão relativa.

Agora, com toda a sinceridade, vim para cá projeto da Câmara para nós Senadores voltarmos à questão dos painéis? É piada, é piada, porque não dá para entender. Isso já aconteceu, já foi um grande debate, foi considerada uma grande vitória, foi altamente positivo, não é apenas no sentido visual, é no sentido financeiro, é no sentido de quem tem dinheiro, de quem não tem dinheiro. Então, foi uma conquista.

Agora, de repente, nós vamos votar aqui, além da Câmara, a Câmara não tocou nessa matéria e o Senado vai tocar nessa matéria voltando ao painel?

Ora, Sr. Presidente, cá entre nós, nós estamos numa situação muito ruim, Câmara, Senado, Congresso Nacional. E essa reforma toda que nós estamos fazendo está sendo interpretada ridiculamente pela sociedade.

A imprensa diz, os comentaristas dizem com todas as letras, que nós estamos legislando em causa própria. Nós estamos fazendo as causas para nos defender, para nos salvar, para nos garantir. E fruto disso, me perdoem, graças a Deus, eu não sou candidato nem nessa eleição que vem nem nunca mais, mas eu até que não gostaria de ser candidato na próxima eleição, porque é uma antipatia geral contra nós. E isso que nós estamos fazendo aqui está aumentando essa antipatia, porque está dando a entender que nós precisamos fazer...

Voltar painel? Mas a custo de quê? É um assunto que não se fala mais, que não se discute mais! A imprensa toda aplaudiu em respeito de todos. Eu não vi ninguém que não dissesse que foi uma medida altamente positiva em todos os sentidos. Vamos voltar a criar agora, Sr. Presidente?

E o Senado, a Câmara não fez, nós é que vamos fazer? Mas nós Senado é que vamos criar uma medida dessa natureza? [soa a campainha] Com todo respeito, Sr. Presidente, o mínimo que nós vamos poder fazer é arquivar essa medida.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parecer é pela rejeição das duas emendas. Quem concorda com o Parecer, pela rejeição dos destaques, melhor dizendo. Quem concorda com a rejeição permaneça como se encontra. Aprovado com os votos, ou seja, rejeitado com os votos em contrário do Senador Osmar Dias, Senador Valter Pereira, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Osmar Dias e Senador Francisco Dornelles.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É que o Senador Pedro Simon foi tão enfático que eu resolvi nem votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Abstenção, então, do Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ele quase me convenceu, então, na dúvida, eu deixei de votar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, pela ordem, falta muita coisa? Que realmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós temos que mandar para o Plenário.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --não dá para ganhar de V. Exa.,

Senador Marcos Maciel e Senadora Marina Silva. Eu não consigo ganhar no regime, eu não consigo ganhar.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pretendemos voltar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Temos que mandar para o Plenário, ainda. Destaque para votação em separado da Emenda 29 do Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy para sustentar. E a votação é nominal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, pergunto se eu reduzi só a três emendas, quer que fale as três de vez?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, fale sobre essa logo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, a primeira diz que: "Em ano eleitoral, os partidos políticos poderão aplicar ou distribuir pelas diversas eleições o recurso financeiro recibo de pessoas físicas e jurídicas informando na distribuição quem é o doador original e observando o disposto no § 1º, no art. 23, no art. 24 e no § 1º do art. 81, da Lei 9.504, de 30 de setembro de 97, bem como os critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias".

Ora, esta emenda tem por finalidade modificar a redação do § 5º do art. 39, para esclarecer quem são os doadores originais dos recursos recebidos pelos partidos e pessoas físicas e jurídicas e aplicados nas campanhas dos seus candidatos, pois como está a redação original, fica permitido o tráfego de dinheiro do partido para candidato sem indicação do doador, caracterização a chamada doação oculta, pois essa emenda tem o propósito de eliminar a doação oculta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem. Parecer dos Srs. Relatores. Ou não desejam dar Parecer?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Eu quero só repetir o que eu coloquei ontem lá na reunião das lideranças, que o TSE decidiu o que mandato do Parlamentar é um mandato do partido. As eleições majoritárias são feitas em nome dos partidos e coligações. Por isso, é que é válido realmente as doações partidárias, são doações para os partidos arcarem com os custos da campanha majoritária e também da campanha proporcional, no sentido de que quanto maior o número de Deputados, melhor para o partido e assim por diante.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só para discutir. Senador Eduardo Suplicy, um candidato que é pouco conhecido, Senador Demóstenes Torres, ele vai ter dificuldade de arrecadar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós resolvemos não abrir mais exceções.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok, vou cumprir porque V. Exa. tem razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quem vota com o Relator pela rejeição vota não. Quem vota com o Senador Eduardo Suplicy vota sim. Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Com Senador Eduardo Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eduardo Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Senador Eduardo Suplicy. Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Pedro Simon. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel, Relator. Senador Antonio Carlos Júnior, com o Relator. Senador Osmar Dias, Senador Eduardo Suplicy. Senador Inácio Arruda, com o Relator. Senador Lobão Filho. Senador Roberto Cavalcanti, não. Senador Pedro Simon, sim. Senador Eduardo Suplicy. Então, tivemos... Sim, já votou.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Foi equilibrado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não ficou equilibrado não. Os relatores, só para computar os votos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quanto foi? Eu nunca ouvi. Ah, está equilibrado mesmo, então. Resultado apertado. Vamos ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sete não, cinco sim? Não, três, tem mais de três. O autor do requerimento não conta. Então.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não conta o meu voto?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, V. Exa. é o autor do requerimento. Então, Senadora Marina Silva, Senador Pedro Simon e Senador Aloizio Mercadante e Senador Osmar Dias. Quatro votos. Sete não e quatro sim. A matéria foi rejeitada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A próxima, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Próxima de V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): 50.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): 50. Essa também é nominal?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, essa é nominal.

Essa refere-se à transparência antes da realização das eleições, ou seja, os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados durante campanha eleitoral divulgar pela Internet nos dias 06 de agosto, 06 e 30 de setembro, relatório discriminando os recursos em dinheiro ou estimados em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral, a indicação dos nomes dos doadores, sejam de origem do fundo partidário, de pessoas físicas ou jurídicas e os respectivos valores doados e os gastos que realizarem em sítios criados pela Justiça Eleitoral para esse fim, mas e que isso possa, portanto, ser divulgado não só após a realização das eleições, mas até 30 de setembro.

É outra coisa. É outra coisa. Se saber quanto cada um recebe antes da realização das eleições, Sr. Presidente. É isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadores Relatores, com a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Gostaria de solicitar ao Senador Eduardo Suplicy, que leu as duas emendas, confere? Está certinho. Então, essa é última. E aí eu gostaria de fazer um parênteses.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, tem mais uma só.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Por favor, leia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, vamos nessa nominal, porque a outra não é nominal.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, só para um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Quer dizer, agora a gente fica sabendo um ano depois, quanto é que a empreiteira tal deu para fulano, para beltrano, essa coisa toda. O que ele está querendo é que antes de começar a eleição, antes da apuração, a gente fique sabendo, cá entre nós, hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo, Senador Marco Maciel, com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): A emenda foi acatada parcialmente. Atualmente, a prestação da contas tem que ser feita 06 de agosto e dia 06 de setembro. Está se aceitando mais uma data, que seria 30 de setembro. Essa é acatando parcialmente, sob esse aspecto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Satisfaz V. Exa.?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É, mas o que eu gostaria é que a divulgação fosse dia 30 de setembro também. Estar lá no sítio para todos saberem. Antes do primeiro domingo de outubro, quanto se realiza as eleições, se sabe, conforme o Senador Pedro Simon aqui ressaltou, a relevância de se saber antes do primeiro domingo de outubro, quando se realiza a eleição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, pronto, o Parecer é?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Contrário. Senadora Marina Silva. Senador Aloizio Mercadante. Senador Eduardo Suplicy. Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Pedro Simon. Senador Francisco Dornelles. Senador Valter Pereira. Senador Wellington Salgado de Oliveira. Senador Marco Maciel, Relator. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Inácio Arruda. Senador Lobão Filho. Senador Eduardo Azeredo, Relator.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Foi esclarecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. não vota porque o titular está aí.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu não votei.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renato Casagrande, o desempate é com V. Exa. Está cinco a cinco. Exatamente. Pode.

O Senador Eduardo Suplicy está propondo e os relatores são contra, que as matérias, ou seja, que os doadores de campanha sejam conhecidos concomitantemente com a doação. Já tem três momentos. No dia, quais são os momentos, Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Hoje é dia 06 de agosto e 06 de setembro. Nós acatamos também dia 30 de setembro, na véspera da eleição. Quanto gastou, quanto recebeu e quanto já gastou.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E os valores são conhecidos *a posteriori*.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Qual é a dúvida? Porque se acatou dia 30.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Ele quer que divulgue antes da eleição o nome de cada doador. O doador é esclarecido na prestação de contas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Mas ele tinha acatado, já antes?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Ele tinha acatado antes, não houve modificação nenhuma. Os doadores são conhecidos na prestação de conta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem. Nós não temos *quorum* para votar nominalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Temos *quorum* para votar nominalmente, estamos votando.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Cinco a cinco não é *quorum*.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, é porque eu não voto, eu completo o *quorum*. E o autor não vota.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E os Relatores votam?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim votam, naturalmente. Então, nós temos **quorum** para votar. Eu só voto para desempatar.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Aloizio Mercadante, eu queria fazer um apelo a V. Exa., que colaborasse com o desenvolvimento da nossa...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu não acompanhei o debate, não estou em condições de votar.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Se abstém?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Me abstenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu voto com os relatores.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, agora, eu gostaria de fazer um apelo ao Plenário, já que o Senador Mercadante disse que o *quorum* está cada vez mais reduzido e é, em parte, verdade isso. Eu gostaria de fazer um apelo que nós concluíssemos essa votação, para que nós possamos levar a matéria para o Plenário. Possamos cumprir assim o desejo--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, só tenho a última. A última sem ser nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Qual é a última de V. Exa.?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Os partidos políticos poderão organizar as prévias com a realização de debates públicos entre os candidatos inscritos, de acordo com as normas partidárias, os meios de comunicação, inclusive, a rede mundial de computadores poderão transmitir esses debates. Só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem. Parecer pela... Dos senhores relatores.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria uma explicação melhor, Senador Suplicy. Porque eu estou meio atraído por essa sua... O que... Podia explicar melhor?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ora, se V. Exa. avalia como positivo. Se, porventura digamos, no PSDB tem Aécio Neves... Os Governadores Aécio Neves e José Serra resolverem realizar prévias, que possa haver debates entre os mesmos, serem transmitidos. Se, porventura, no Partido Verde surge um candidato ou uma candidata para debater com a pré-candidata Marina Silva, que possa haver o debate e que possa haver a transmissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Qual é o número da emenda? Só isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É 76. Está aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É só isso? Srs. Relatores, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, da parte do PSDB não há nenhum... Aí eu falo pelo partido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se não há objeção, por que não aprovar?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não há nenhuma objeção, não. Agora, é um assunto partidário, um assunto que cabe a cada partido.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu concordo com a opinião do Senador Eduardo Azeredo. Isso é problema de economia interna de cada partido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Perdão, me permita Senador Marco Maciel e Senador Eduardo Azeredo, notem só... Um momentinho. Se...

[pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas é o seguinte. Presentemente, se há uma... Se uma pessoa...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode concluir, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Hoje, Sr. Presidente, Srs. Relatores, enquanto não houver a convenção que a pessoa se declara candidato, ele pode, se houver esta regulamentação, inclusive, se candidatar ou se colocar como um pré-candidato. Isso estará previsto em lei. Então, o pré-candidato, digamos, José Serra e o pré-candidato, digamos, Marco Maciel, para falar... Quem sabe Senador Marco Maciel queira também, Senador... O Governador Aécio Neves. Eles podem dizer: Olha--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Governador Aécio Neves está pedindo prévia no PSDB. Eu não estou entendendo qual é--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem. Eu não entendo por que a objeção. É possível que haja prévias em São Paulo para candidato a governador. Então, é só para prever, a Lei Eleitoral prever que possa haver prévias e com uma regulamentação que é de bom senso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer, portanto, é favorável?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Favorável. Eu sou favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parecer favorável.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu só vejo, Senador Suplicy, só vejo um risco. Se houver interesses dos órgãos de comunicação em transmitir debates fictícios de candidatos que vão dizer que são candidatos, vão fazer prévia só para usar os veículos de comunicação. Mas aí deixa para lá.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não. Para fazer debate sério mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): As Sras.. e Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Agora os destaques conjuntos. Senador Inácio Arruda.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A minha opinião é coincidente com a do Senador Eduardo Azeredo, até mesmo porque o TSE, se não estou equivocado, entendeu em certo momento que isso podia ser antecipação de campanha. Mas, de toda maneira, da nossa parte, nada a opor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Emenda de Relator nº. 01, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu já... Como não... Eu não pedi votação nominal, nem quero criar dificuldades para o *quorum*, mas essa é a emenda que eu considerei mais significativa, porque trata da propaganda paga na internet. Eu sou contrário a nós estabelecermos essa regra de propaganda paga na internet. Eu acho que ela não... Ela não atende ao princípio democrático. Pelo contrário, ela desequilibra, na internet também, a eleição. Por isso nós somos contrários e peço apoio aos nossos colegas para que a gente possa rejeitar a propaganda paga na internet. Acho que a propaganda, cada um tem o seu sítio, cada um tem a sua página. Eu acho que nós deveremos rejeitar essa proposição.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): [soa a campainha] Eu gostaria de fazer um apelo aos senhores membros da Comissão, das Comissões, que permaneçam, para que nós concluamos o nosso trabalho. Será significativo se nós concluirmos hoje. E dará condições também para que a Câmara possa se manifestar tempestivamente, mesmo porque, depois da apreciação pela Câmara, a matéria vai ser encaminhada à sanção ou veto do Presidente da República. Então, faria um apelo para que nós concluamos nosso trabalho e aproveitemos hoje à tarde para votar no Plenário a proposição. E gostaria, portanto, que todos permanecessem presentes, já que ficamos aqui desde nove horas da manhã.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Aguenta a mão aí.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Estamos concluindo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu quero apoiar a manifestação do Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pronto. Já é um apoio. Parecer dos relatores.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Pedro Simon também já manifestou apoio.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós temos normalmente críticas, dizendo que a internet devia ser ampla, que a internet é um novo meio de comunicação, que não se pode colocar restrição à internet. Nós estamos exatamente acatando parcialmente essas críticas, ou seja, estamos abrindo um novo meio de comunicação que é a propaganda paga na internet, apenas para Presidente da República, conforme a reunião de ontem, das lideranças. Só para Presidente da República a propaganda paga.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer é pela rejeição.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto contrário à posição do relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Consignado o voto. V. Exa. não vota porque o Senador Osmar Dias, titular, está presente. Senador Flávio Torres. Quatro votos contrários. Abstenção? Senadora Marina, abstenção. Relator. A Emenda de relator nº. 02 já foi votada, então está prejudicada.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Simon votou favoravelmente, Casagrande... Sr. Presidente, mesmo que eu não tenha pedido votação nominal, mas as pessoas são concretas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foram consignados os votos. Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Renato Casagrande. Pronto. Com esses votaram. E a Senadora Marina, abstenção. Já estão consignados esses votos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E o resultado final do senhor foi quanto? Cinco?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. A votação não é nominal. Mas só a Mesa derruba essa votação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas essa Mesa não pode derrubar nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então... Emenda do relator... Emenda do relator nº. 02.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já está claro, V. Exa. é contra a internet.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Por favor. Emenda do relator, nº. 02. Senador Flávio Torres e Osmar Dias. Essa matéria já foi julgada, foi o primeiro... Primeiro item apresentado pelo Senador Inácio Arruda. Primeira votação.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Presidente, só um esclarecimento. A emenda nº. 02 que foi analisada pelo Inácio, não foi a emenda do relator. Foi a Emenda nº. 02...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. tem razão. Então, para sustentar, o Senador Osmar Dias.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Correto, Flávio.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu transfiro a responsabilidade ao Senador Flávio Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É que, como o PDT só tem um representante, então V. Exa. teria que se ausentar para que ele pudesse--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não. Não me ausento de jeito nenhum, Presidente. Eu vou... Embora... Eu estou aqui--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas, na qualidade de suplente, ele pode ter a palavra, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode falar. Mas quem tem que fazer a sustentação--

[sobreposição de falas]

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu vou falar. Presidente, eu confesso que eu já fui lá fora, já almocei e voltei. Porque, quando eu vi V. Exa. e o Senador Marco Maciel, eu achei que não ia ter almoço.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas o que nós estamos defendendo é uma defesa do PDT muito antiga, é a questão da urna eletrônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O voto impresso.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): O voto impresso. O que o ex-Presidente do nosso partido, o falecido Leonel Brizola, colocou, sempre, é que a urna eletrônica deixava dúvidas. E ele defendia isso claramente. E eu também penso que nós temos que tirar a prova dos nove na questão da urna eletrônica. Até achava que 2% era pouco de voto impresso, para fazer essa contraprova do voto impresso. Então, nós estamos defendendo isso de uma forma partidária até, essa é uma questão que o PDT defende, porque sempre defendeu, o Leonel Brizola, essa posição. E nós vamos continuar defendendo, embora possam achar

que eu esteja sendo ultrapassado, que a tecnologia não permite que haja qualquer fraude na urna eletrônica. Mas eu tenho minhas dúvidas, Presidente, e eu tenho motivos para ter minhas dúvidas. Então, eu estou aqui defendendo essa emenda no sentido de que a gente tenha, pelo menos, 2% de voto impresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Considerarei a palavra agora, como suplente, ao Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu até achei que eu podia falar, porque eu fiz o pedido de destaque pela CCT, que eu sou membro titular. Depois é que o Senador Osmar assinou. Mas tudo bem, o senhor me concedeu a palavra, eu lhe agradeço. Eu queria pedir a compreensão dos relatores para essa questão, até porque eu tenho assistido muitas entrevistas dizendo que o voto impresso é um retrocesso. E eu queria pedir permissão para dizer que eu não concordo com isso. E tomo a liberdade para dizer que no relatório dos relatores, tem uma informação que eu acho também que não corresponde precisamente, quando diz o seguinte, que o objetivo primordial do voto impresso não é, entretanto, dar certeza ao eleitor do que ele votou, mas permitir uma auditoria. O que diz o artigo da lei, no Art. 5º, ao contrário do que está dizendo no relatório, é o seguinte. "Fica criado, a partir das eleições de 2014, inclusive, o voto impresso conferido pelo eleitor." Então, o eleitor confere o voto dele na urna.

Então, esse é o objetivo. Confere o voto. Hoje, quando ele aperta o botão, ele ouve uma buzina. Ele não vê o voto dele impresso. Então, a nossa ideia não é o retrocesso, porque o modo de apuração continua eletrônico, não vai andar para trás para contar voto manual, a gente só acha que isso daria uma legitimidade à eleição. Peço a permissão para dar a minha opinião. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, é que a minha emenda... A emenda que eu fiz nessa mesma matéria, ela não foi examinada ainda. Eu apenas--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então vamos agrupar. Com a palavra V. Exa..

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Agrupar. Porque, o que eu faço? Reestabelece o da Câmara. Que permite auditar, garante auditagem... Eu sou a favor de encontrar um mecanismo de maior velocidade tecnológica, desde que a gente esteja protegido. É uma necessidade que nós temos. Então, acho que restabelecer o da Câmara é mais confortável para todos os partidos no nosso país. É um método mais adequado, eles mandam imprimir uma parte dos votos e auditar. Então acho que isso é mais justo, mais correto, e necessário--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [ininteligível] manda imprimir todos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para encaminhar a votação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A Câmara manda imprimir todos. Todas as urnas eletrônicas.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para encaminhar, Presidente. Só queria de forma muito breve dizer o seguinte.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu proporia que nós sugeríssemos ao relator, pelo menos, uma parte desses votos serem impressos para que a gente possa ter mais segurança no processo.

[sobreposição de falas]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para encaminhar a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não tem...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para encaminhar a votação. Art. 308 do Regimento. De forma muito objetiva e breve. De forma muito objetiva e breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou indeferir, então, porque o art. 308 não permite. Eu até abriria exceção novamente para V. Exa., para o destaque de votação em separado, não.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, o art. 308 permite encaminhar qualquer matéria no âmbito da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Destaque de votação em separado tem--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Anunciada a votação de qualquer matéria... Presidente, "anunciada a votação de qualquer matéria, é lícito ao senador usar a palavra por cinco minutos para encaminhá-la". Primeiro, é lícito. Segundo, V. Exa. permitiu que todos falassem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Bom, aí eu posso fazer. Nesse caso, sim. Porque... Nesse caso, eu posso abrir exceção. Porque no artigo... Porque aí V. Exa.... Art. 300, Inciso XVII. Porque eu iria indeferir a palavra de V. Exa..

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): 308.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tem matéria específica. "Anunciada a votação de dispositivo ou emenda destacada, se o autor do requerimento destaque não pedir a pa-

lavra para encaminhá-la, considera-se-á como tendo o Plenário concordado com o parecer e tal." Então, só fala o autor da matéria.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, Presidente, isso aí é quando o autor não está presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, quando o autor não está presente, está prejudicado. Porque é o único que tem a palavra. Então, vou abrir a exceção para V. Exa., de novo. Mas abrirei a exceção para V. Exa..

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero ponderar o seguinte--

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de ponderar ao Senador Aloizio Mercadante que, após a presente reunião, nós vamos ter consolidado todo o texto para submetê-lo à tarde ou à tardinha ao Plenário. Então, gostaria que fosse conciso, para que nós possamos aproveitar esta semana que...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só quero ser bem objetivo. É evidente... Pediria só silêncio. [soa a campainha]. É evidente que a votação eletrônica tem riscos. Como também tinha riscos à votação em cédula. Nós tivemos fraude em votação em cédula. Inclusive, na contagem do voto da cédula. Portanto, o risco sempre existe em qualquer regime. Agora, o que está sendo proposto aqui é uma opção tecnologicamente viável, tão segura quanto à impressão do voto. Que é o registro digital do voto pelo prazo de seis meses. Quando você escreve o texto no computador, no Word, você faz um *backup* ali, você imprime no CD, aquilo ali é o texto imprimido. Se você fizer na impressora ou não, é a mesma questão. O que nós estamos fazendo é fazendo um *backup* da eleição, vamos ter ali o registro digital do voto que poderá ser auditado por um período de seis meses.

É a mesma eficiência da impressão. Só que para quem tem uma cultura do papel, parece que o que está impresso é mais seguro do que está digitalizado. Não é. É a mesma passagem de informação, seja no disquete, seja na impressora. Por isso está absolutamente seguro o direito de auditagem com a proposta que os relatores encaminharam.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadores relatores.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sou contra o destaque.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela rejeição. Em votação. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Rejeitado. O Osmar... Está. Então... Três votos contrários, Senador Osmar, que não se registra, por ser o autor. Pedro Simon, Inácio Arruda e Wellington Salgado. Uma última matéria ainda, Senador Inácio Arruda.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A última matéria. Vamos concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Emenda de relator nº. 06.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, trata-se do voto em trânsito, porque você veja, nós terminamos aprovando que, no caso da internet, pode ser paga para Presidente. Mas no voto em trânsito não pode nem para Presidente. Porque não se encontrou o meio tecnológico para resolver esse problema. Você imagina como uma tecnologia tão avançada, nós não conseguimos acatar o texto que já veio da Câmara, com o voto em trânsito, que eu acho que, tenho a opinião de que ele tem, sim, condições tecnológicas para a gente responder a esse problema, de fazer o voto em trânsito, pelo menos, para Presidente da República. Não há razão para a gente impedir que os eleitores no Brasil inteiro, pelo menos, para a eleição presidencial, possam votar. Então, por isso eu quero sustentar de que é possível, sim, tecnologicamente é possível, tem ciência para isso, se pode pagar na internet, imagina votar em trânsito.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador, me perdoe. O Ex-Deputado Federal e atual Ministro da Defesa, Nelson Jobim, quando aqui compareceu, deixou claro que era absolutamente impossível garantir o voto em trânsito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que já faz tempo que o Ministro Jobim saiu do TSE.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não, semana passada. Duas semanas atrás.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu sei. Mas a questão é que faz tempo que ele saiu do TSE. Agora está na Defesa, é outra coisa.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E mais, que também... A se adotar, sim, essas cautelas, poderíamos ter ocasião de muitas fraudes. Isso ele deixou muito claro e nos convenceu.

[sobreposição de falas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É porque é feito em rede. A votação do Brasil inteiro teria que ser feito em rede. É uma chance para fraude muito grande.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Em rede, não teria. O problema é em não sendo em rede, poderia hipoteticamente ter fraude. O eleitor estando fora, votar numa fronteira, passando de uma fronteira para outra. Mas ele vai ter que registrar o seu título de eleitor na hora. Então, quer dizer, não tem...

[sobreposição de falas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer é contrário.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O parecer é contrário. Só explicar, porque é evidente que tecnologia existe. O que acontece é que nós não temos as urnas eletrônicas interligadas. Então, alguém poderia sim, votar aqui em Brasília de manhã, e votar em Goiânia de tarde. Então, evidente que esse risco de fraude é muito grande. Não há condição de fazer o voto trânsito hoje. Eu sou favorável ao voto trânsito, no futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer é contrário. As senhoras e senhores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. Rejeitado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Registre meu voto, Sr. Presidente. Contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Obviamente. V. Exa. é o autor do requerimento. Então, diante disso... Nada mais havendo...

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Vamos votar a matéria principal. Peço que permaneçam. É só uma votação simbólica. Para que nós possamos fazer a consolidação do texto, quem sabe, votar no fim da tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião conjunta, convocando os membros--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tem que votar o texto final e a urgência. Pediria a votação do texto e a urgência. Texto final consolidado e a urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O texto final já foi aprovado, uma vez que nós votamos o texto ressalvados os destaques.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, eu peço urgência à Plenária.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o regime de urgência.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de aproveitar a ocasião para agradecer a presença de todos e cumprimentar o Presidente Demóstenes Torres, o relator, Senador Eduardo Azeredo e também fazer um agradecimento à Assessoria Técnica do Senado Federal. Ao Arlindo Fernandes de Oliveira, ao Fernando Antônio Trindade, ao Igor Vilas Boas de Freitas, Eliane Barros, que se empenharam em dias e dias e, às vezes, virando a noite no acompanhamento da tramitação da proposição e, também, na análise das emendas. Portanto, nós queremos aproveitar a ocasião em nome do Presidente Demóstenes Torres para agradecer a colaboração da Assessoria Técnica do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião conjunta, convocando os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a continuação da audiência amanhã, às 10h00. É isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Convocando os membros da Comissão... Ou seja, está encerrada esta sessão e a da CCJ. Amanhã é reunião conjunta com a CE, tem que ter *quorum* específico. Agradeço a V. Exa.. Encerrada esta e a da CCJ também.

Sessão encerrada às 14h15.

Ata da 33ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 2 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e cinco minutos do dia dois de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Sergio Guerra, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Lobão Filho, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Efraim Morais, Adelmir Santana, José Agripino, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Arthur Vírgilio, Flexa Ribeiro, Flávio Torres e das Senadoras Marina Silva, Ideli Salvatti, Kátia Abreu, Lúcia Vânia e Serys Slhessarenko, reúne-se a presente Comissão. Deixa de comparecer o Senhor Senador Jayme Campos. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da **Primeira Parte** da Reunião: **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO**

SENADO Nº 95, DE 2006 – COMPLEMENTAR – NÃO TERMINATIVO – "Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para excluir do benefício do sigilo bancário as pessoas que menciona e acrescenta parágrafo ao artigo 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993." **Autoria**: Senador PEDRO SIMON. **Relatoria**: Senador ALMEIDA LIMA. **Relatoria Ad hoc**: Senador INÁCIO ARRUDA **Parecer**: Contrário à matéria. **Obs**.: Em 26/08/2009 foi concedida vista aos Senadores Pedro Simon e Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais. **Resultado**: Aprovado o Parecer contrário à matéria. Vota vencido o Senador Pedro Simon. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2009 (PL. 02277 / 2007, na origem)** – TERMINATIVO – "Acrescenta à Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, o Capítulo II-A, que estabelece a disciplina processual da ação direta de inconstitucionalidade por omissão." **Autoria**: Deputado FLÁVIO DINO. **Relatoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Parecer**: Favorável à matéria com a Emenda de redação que apresenta. **Obs**.: – Em 02/09/2009, o Senador Demóstenes Torres reformula o Relatório, retirando as duas Emendas de Relator anteriormente apresentadas e concluindo pela aprovação do Projeto com uma nova Emenda, de redação. **Resultado**: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 12**)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2005 – COMPLEMENTAR – NÃO TERMINATIVO – (Tramitam em conjunto os PLS's nº 19 e 397, de 2005; 66 e 72, de 2008; 298 e 414, de 2007 – Complementares) "Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica." Autoria: Senador RODOLPHO TOURINHO Relatoria: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, DE 2005 – COMPLEMENTAR – NÃO TERMINATIVO – "Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas de investimentos em equipamentos das forças armadas." Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA Relatoria: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2008 – COMPLEMENTAR – NÃO TERMINATIVO – "Altera o art.

- art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para estabelecer, entre as atribuições do conselho de gestão fiscal, as de acompanhar a evolução da carga tributária e de propor medidas para sua redução." **Autoria**: Senador ADELMIR SANTANA **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. TRAMITA EM CONJUNTO COM O **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2008 – COMPLEMENTAR** – NÃO TERMINATIVO – "Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para incluir as despesas dos Fundos Especiais como não passíveis de limitação de empenho. (dispõem sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios)." **Autoria**: Senadora MARISA SERRANO. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. TRAMITA EM CONJUNTO COM O **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, DE 2007 – COMPLEMENTAR** – NÃO TERMINATIVO – "Altera Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, de forma a extinguir a possibilidade de limitação de empenho e movimentação financeira e criar fundo destinado a suprir recursos financeiros que assegurem o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal quando verificado que a realização da receita poderá ficar abaixo do valor estimado na lei orçamentária anual." **Autoria**: Senador MARCELO CRIVELLA **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. TRAMITA EM CONJUNTO COM O **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 414, DE 2007 – COMPLEMENTAR** – NÃO TERMINATIVO – "Altera o art. 57 da Lei Complementar nº 101, de 2000, para determinar aos Tribunais de Contas e à comissão mista permanente referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente das Casas Legislativas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que enviem os pareceres das contas de governo ao Ministério Público." **Autoria**: Senador MOZARILDO CAVALCANTI. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável aos PLS's nº 19, de 2005, 414, de 2007 e 66, de 2008, nos termos da Emenda Substitutiva que oferece ao PLS nº 19, de 2005; e contrário aos PLS's nº 397, de 2005, 298, de 2007 e 72, de 2008. **Obs**.: As matérias serão apreciadas também pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado**: Retirado de Pauta para realização de Audiência Pública em data oportuna, conforme Requerimentos nº 77, de 2009 – CCJ. **ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2008** – TERMINATIVO – "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tornar crime a falsificação, adulteração ou fabricação de cigarro em desacordo com a legislação sanitária." **Autoria**: Senador ROMERO JUCÁ. **Relatoria**: Senadora KÁTIA ABREU. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: Votação nominal. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **ITEM 26**) **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2003** – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 4728, de 14 de julho de 1965, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, a fim de estipular novas regras sobre a aliena-

ção fiduciária." **Autoria**: Senador DELCÍDIO AMARAL. **Relatoria**: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Contrário à matéria. **Obs**.: Votação nominal. **Resultado**: Concedida vista à Senadora Serys Slhessarenko, nos termos regimentais. **ITEM 30**) **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2006** – TERMINATIVO – "Acrescenta o art. 790-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para impedir que autor, co-autor, ou partícipe de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra o segurado seja beneficiário da indenização, e dá outras providências." **Autoria**: Senadora SERYS SLHESSARENKO. **Relatoria**: Senador MARCO MACIEL. **Parecer**: Contrário à matéria. **Obs**.: Votação nominal. **Resultado**: Rejeitado o Projeto. **ITEM 33**) **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2008** – NÃO TERMINATIVO – "Altera o art. 155 da Constituição Federal para instituir hipótese de não-incidência do ICMS nas operações interestaduais de fumo em folha cru quando destinado à industrialização e posterior exportação." **Autoria**: Senador SÉRIO ZAMBIASI e outros Senhores Senadores. **Relatoria**: Senador FRANCISCO DORNELLES. **Parecer**: Contrário à matéria. **Resultado**: Concedida vista ao Senador Pedro Simon, nos termos regimentais. **ITEM 41**) **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, DE 2008** – TERMINATIVO – "Inclui, entre os servidores que desenvolvem atividades exclusivas de Estado, os servidores do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)." **Autoria**: Senador CRISTOVAM BUARQUE. **Relatoria**: Senador ROMEU TUMA. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: – Em 18/06/2009 foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria conforme Requerimentos nºs 33 e 36, de 2009-CCJ, de iniciativa do Senador Romeu Tuma; – Em 26/08/2009, foi concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy e Inácio Arruda, nos termos regimentais; – Votação nominal. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **ITEM 46**) **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, DE 2008** – TERMINATIVO – "Acrescenta o art. 1.124-B à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para autorizar pedidos de separação e divórcio por meio eletrônico." **Autoria**: Senadora PATRÍCIA SABOYA. **Relatoria**: Senadora SERYS SLHESSARENKO. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: Votação nominal. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **EXTRAPAUTA: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2009** – NÃO TERMINATIVO – "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e dá outras providências." **Autoria**: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. **Parecer**: Favorável à matéria. **Resultado**: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1)REQUERIMENTO N° 74, DE 2009-CCJ** "Requeiro, com base no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado n° 480, de 2007. Para a realização da audiência pública deverão ser convidados: Ministro da Educação; o Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE); o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); O Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. **Autoria**: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. **Resultado**: Aprovado. **2) REQUERIMENTO N° 75, DE 2009-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 93, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, a dispensa da audiência pública aprovada por esta Comissão, em 13 de novembro de 2008, conforme Requerimento nº 38, de 2008-CCJ, aprovado em 13 de novembro de 2008, referente ao PLS nº 686 de 2007, que 'Dispõe sobre a criação do Pólo de Desenvolvimento Integrado da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul'." **Autoria**: Senador OSMAR DIAS. **Resultado**: Aprovado. **3) REQUERIMENTO N° 76, DE 2009-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 93, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, a dispensa da audiência pública aprovada por esta Comissão, em 13 de novembro de 2008, conforme Requerimento nº 37, de 2008-CCJ, aprovado em 13 de novembro de 2008, referente ao PLS nº 261 de 2007, que 'Institui na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação'." **Autoria**: Senador OSMAR DIAS. **Resultado**: Aprovado. **4) REQUERIMENTO N° 77, DE 2009-CCJ** "Requeiro nos termos do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para instruir o PLS nº 19/2005-Complementar, o PLS nº 397/2005-Complementar, o PLS nº 66/2008-Complementar, o PLS nº 72/2008-Complementar, o PLS nº 298/2007 Complementar e o PLS nº 414/2007-Complementar, que tratam de contingenciamento orçamentário, com os seguintes convidados: Representante do Ministério da Fazenda; Representante do Ministério do Planejamento. **Autoria**: Senador LOBÃO FILHO. **Resultado**: Aprovado.

A Presidência declara encerrada a Reunião às onze horas e vinte minutos do dia dois de setembro de 2009, ficando adiados os demais itens, a saber: e, para

constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

33ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, Da 53ª Legislatura Realizada no Dia 02 de Setembro de 2009, às 10 Horas e 04 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens nºs 1 a 50.

Faço um esclarecimento a esta Comissão. Como o parecer enviado pelos senhores relatores acerca da reforma das leis eleitorais, o Parecer veio com incorreções, os senhores relatores pediram para retificá-lo. Então, o Parecer está sendo retificado, em seguida ele será impresso, distribuído para os senhores. Eu imagino que isso deva durar de 30 minutos à uma hora. Enquanto isso nós faremos a sessão, um pedaço da Sessão da Comissão de Constituição e Justiça Ordinária. Quando ficar pronto o Parecer e for impresso e distribuído aos senhores, eu suspendo a reunião da Comissão de Constituição e Justiça e nós passaremos então a fazer a reunião conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia. Com esse esclarecimento iniciarmos a ordem, os itens da pauta.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de solicitar, Sr. Presidente, haja vista que o Item 01 da pauta não se encontra aqui nem o relator e nem o autor, que nós pudéssemos passar para o Item 02 que é sobre a demarcação de terras indígenas que é uma matéria da maior importância para o Brasil, e pedir também a inversão para o projeto do Item 17 da pauta que eu sou relatora que trata e estende o trabalho temporário para a área rural, que também é um projeto, Presidente, que está trazendo muitas dificuldades, muita insegurança para o campo. Então, eu peço aos colegas que nós possamos apreciar não só o Item 02, como o primeiro e o Item 17 passaria a ser o segundo.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Atenderei a V. Exa. assim que nós encerrarmos a votação dos projetos consensuais. Então, são apenas sete projetos, em seguida, passarei ao Item 02 e 17, conforme solicitado por V. Exa.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 25 da pauta, página 357. Projeto de Lei do Senado nº 220/2008. Altera o Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940, Código Penal para tornar crime a falsificação, adulteração ou fabricação de cigarro em desacordo com a legislação sanitária. Autoria: Senador Romero Jucá, relatoria Senadora Kátia Abreu, parecer favorável à matéria.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Kátia Abreu para proferir o seu relatório. Página 357, Item 25. Com a palavra Senadora Kátia Abreu.

Peço aos Srs. Senadores silêncio, por favor, e a plateia também. Item 25, página 357.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, vem a esta Comissão para análise em caráter terminativo nos termos do art. 101, inciso II do regimento interno do Senado, Projeto de Lei do Senado nº 202/2008 que altera o Decreto Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940 do Código Penal para tornar--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só um pouco, Senadora. Os senhores desejam ficar aqui ou não? Hoje nós vamos começar diferente. Se não quiserem eu já vou pedir para os senhores se retirarem. Quem quiser ficar aqui é para fazer silêncio. Querem ficar aqui são nossos convidados. Eu peço à polícia do Senado para que venha. Hoje eu não vou tolerar esse tipo de comportamento dos senhores. Os senhores da plateia querem ficar aqui em silêncio? Ótimo. Não querem. Eu pedirei para que se retirem e assistam pelo telão lá fora.

Então, com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Só pede para a polícia do Senado pedir com calma.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com toda delicadeza.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --Lei do Senado nº 220/2008 que altera o Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940, Código Penal para tornar crime a falsificação, adulteração ou fabricação de cigarro em desacordo com a legislação sanitária de autoria do Senador Romero Jucá. Relato pela apro-

vação do Projeto de Lei do Senado nº 220/2008, Sr. Presidente, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Votação nominal. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Kátia relatora. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O projeto foi aprovado pela unanimidade dos presentes. E a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 30 da pauta, página 426. Projeto de Lei do Senado nº 169/2006. Acrescenta o art. 790 à Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 que institui o Código Civil para impedir que autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso ou tentativa deste contra o segurado seja beneficiário da indenização e dá outras providências. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko, relatoria Senador Marco Maciel, parecer contrário à matéria.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel para proferir o seu relatório. Item 30, página 426. Senador Marco Maciel, página 426.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Submete-se a exame desta Comissão em caráter terminativo o Projeto de Lei do Senado 169/2006 de autoria da Senadora Serys Slhessarenko que acrescenta o art. 790 à Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 que institui o Código Civil, como V. Exas. sabem para impedir que o autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso ou tentativa deste contra o segurado seja beneficiário da indenização e dá outras providências. Trata-se de alteração da seção 3 do seguro de pessoa do capítulo 15, do seguro do capítulo 6 das várias espécies de contrato do livro 1, do direito das obrigações da parte especial do Código Civil. A justificação que acompanha a proposta em exame diz que a reforma do Código Civil não poderá omitir-se quanto ao dever de impedir que criminosos se beneficiem economicamente com seus crimes, esclarecendo que ainda existe previsão legal, expressa no Código Civil em vigor que desobrigue a seguradora a pagar indenização ao beneficiário autor, coautor ou partícipe de homicídio contra o segurando. No prazo regimental não foram, como V. Exas. podem verificar compulsando o processo, no prazo regimen-

tal não foram oferecidas emendas. Passo, portanto, para a análise do projeto. Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal analisar a propulsão legislativa sobre os aspectos da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e da técnica legislativa, bem como emitir parecer quanto ao mérito nos termos do art. 101, inciso I e II, letra B do regimento interno do Senado Federal. A proposta em análise versa sobre o Direito Civil, como é notório, matéria de competência privativa da União nos termos do art. 22, inciso I e da atribuição do Congresso Nacional nos termos do caput do art. 48 todos da Carta Magna da Constituição de 1988, portanto.

A matéria objeto não se circunscreve dentre as reservas do § 1º do art. 61 da Constituição Federal sendo, portanto, a propulsão legislativa constitucional e lavrada em boa técnica legislativa. Entretanto, quanto à juridicidade a matéria já se encontra regulada pelo art. 762 que está inserido no capítulo 15 do seguro seção 1 disposições gerais que assim dispõe in verbis, "art. 762. Nulo será o contrato para a garantia de risco proveniente de ato doloso do segurando do beneficiário ou de representante de um ou de outro". Assim é que se extingue o contrato por nulidade advinda de ato doloso do segurado de um beneficiário ou de seus respectivos representantes a qualquer tempo, seja na data da contratação do seguro, seja em datas anteriores ou posteriores à celebração do mesmo. O homicídio do doloso do segurado seja pelo beneficiário, seus coautores ou demais partícipes é hipótese já contemplada pela nulidade prevista no dispositivo legal acima transcrita sendo desnecessária a inovação da ordem jurídica para disciplinar matéria regulada por outro dispositivo legal vigente.

Por esta razão, Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, impõe-se a rejeição do PLS nº 169/2006. O voto é em consequência no sentido de dizer que diante do exposto votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 169/2006 por tratar-se de matéria já devidamente regulada. Esse é o meu relatório, consequentemente, também o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Senador Aloizio Mercante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não. Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares. Senadora Ideli Salvatti. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, com o relator não.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, eu voto com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, sim com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O projeto foi rejeitado e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 06 da pauta. Aliás, Item 33 da pauta. Relator Senador Francisco Dornelles. Página 450. Altera o art. 155 da Constituição Federal para instituir hipótese de não incidência do ICMS nas operações interestaduais de fumo em folha crua quando destinada à industrialização e posterior exportação. Autoria Senador Sérgio Zambiasi e outros Srs. Senadores, relatoria Senador Francisco Dornelles, parecer contrário à matéria.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles para proferir o seu relatório. Página 150.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, a proposta da emenda à Constituição 38/2008 altera art. 155 da Constituição para instituir hipótese de não incidência do ICMS nas operações estaduais de fumo em folha crua quando destinada à industrialização e posterior exportação.

Eu entendo, Sr. Presidente, que essa proposta estabeleceria quase um quadro de exceção para o fumo em relação a outros produtos, de modo que a minha posição é contrária à aprovação da medida.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Pedro Simon pede Vista. Então, Vista concedida ao Senador Pedro Simon.

Senador Wellington, por gentileza, só presidir enquanto eu atendo o Secretário de Justiça de São Paulo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Item 08 da pauta. Como não está presente o Senador Almeida Lima, o relator *ad hoc* seria o Inácio Arruda, mas não está presente. Eu pediria ao Senador Raupp se poderia relatar *ad hoc* o Item 08 da pauta. Página 142, Senador. Projeto de Lei do Senado nº 95.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Já pode?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, Senador. Foi concedida Vista ao Senador Pedro Simon e Antonio Carlos Valadares nos termos regimentais. Consulto os Senadores Pedro Simon e Antonio Carlos Valadares se há manifestações decorrentes do pedido de Vista?

Senador Pedro Simon, não? O Senador Inácio Arruda não está presente. Desculpe, Senador Raupp, já foi lido o relatório, e então não teremos relator *ad hoc*, passaremos direto à votação. Em discussão. Coloco em discussão a matéria. É o Item 08 da pauta, Senador Dornelles. Vou dar um tempinho para V. Exa. Página 142, Senador. V. Exa. está muito pressionado na questão do pré-sal. Vou tratar V. Exa. bastante sem pressão, sal da pressão alta. Deseja fazer algum comentário a respeito, já que está em discussão, Senador? Não havendo quem queira discutir. Encerro a discussão. Em votação o parecer. Senadores que estão de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O parecer é pela rejeição. Voto contrário, Senador Pedro Simon? Voto contrário do Senador Pedro Simon.

Item 06. Substitutivo da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei do Senado nº 10/2000, PL nº 03996/2000 na origem, obriga hotéis, albergues, pousadas e outros meios de hospedagem em todo país a reservar acomodações em áreas para hóspedes não fumantes. Autoria do projeto Senadora Luiza Toledo, relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior que não está presente. Parecer contrário ao substitutivo mantendo o texto aprovado no Senado Federal.

Vou aguardar e ver se o Senador Antonio Carlos chega, já que ele é o relator.

Passaremos aqui ao Item 46 da Senadora Serys que está presente. Projeto de Lei do Senado nº 464/2008 terminativo, acrescenta a art. 1.124B à Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil para autorizar pedido de separação e divórcio por meio eletrônico. Autoria a nossa querida e saudosa Senadora Patrícia Saboya, relatoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Não, não. Estamos com saudade. Não morreu. O que é isso.

Parecer favorável à matéria. Votação nominal já que o projeto é terminativo. Autoria de uma senadora e relatoria de uma senadora. Tem a palavra, V. Exa. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. É autoria da Senadora Patrícia que está licenciada, mas a relatoria é nossa. O projeto é integrado por dois dispositivos: o art. 1º acompanhado do Parágrafo Único serve a parte normativa, e o art. 2º a cláusula de vigência coincidente com a de publicação.

Ao justificar a proposição sua autora ressalta que a Constituição Federal revolucionou os fundamentos jurídicos que a precederam, sobretudo, no campo do

direito de família, reconhecer as uniões estáveis e as entidades monoparentais, antes por séculos discriminadas e que urge ser empreendida nova revolução nesse campo com o uso dos meios eletrônicos para a solução formal dos casamentos que chegam ao fim. A análise da proposição é autorizada pelo art. 101, inciso I e II alínea D do regimento interno desta Casa que atribui à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos termos que lhe são submetidos por despacho do Presidente do Senado. O projeto goza de juridicidade, porquanto se apresenta sob a forma de lei ordinária que é o meio adequado.

O objetivo pretendido. A matéria nele versada tem o potencial para inovar o ordenamento jurídico, está presente o atributo da generalidade, é dotada de potencial coercitividade e revela-se compatível com os princípios gerais do direito.

No mérito o PLS nº 464/2008 destina-se a modernizar os procedimentos mediante aplicação da Lei nº 11.411/2006 que disciplina a informatização do processo Judiciário. Certo é que num ambiente judicial os recursos eletrônicos vêm sendo utilizados em progressividade razoável, como se observa na Justiça Federal, em especial, e na Justiça do Trabalho. Esse quadro é explicado pela garantia de autenticidade, integridade de documentos mediante o uso de procedimentos lógicos, sistemas de segurança com a geração de chaves eletrônicas, além, de regras práticas operacionais estabelecidas pelo Poder Público a partir da instituição da infraestrutura de chaves públicas brasileiras, o ICP Brasil. Portanto, a medida preconizada representa mais um passo no sentido de se informatizarem nos procedimentos judiciais e de reduzir a [ininteligível] de papéis no interesse da própria administração pública. Soma-se a esse aspecto outro de igual relevância que é o de assegurar a acessibilidade ao Poder Judiciário a partir de um ponto eletrônico e, portanto, sem deslocamento em tráfego congestionado, poluição ou estresse.

Voto: Ante o exposto opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 464/2008. É esse o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senadora Serys. Eu queria pedir atenção porque essa é uma questão muito importante.

Em discussão a matéria. Senador Mercadante pretende discutir a matéria?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Apesar de eu ser casado há 26 anos e espero não usar esse recurso, reconheço que agiliza àqueles que, como V. Exa., já fizeram várias separações ao longo da vida. Sou favorável ao parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Essa eu considero uma declaração de amor à esposa de V. Exa. Espero que ela esteja ouvindo. V. Exa. foi muito bem--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E um apelo a V. Exa. que tenha mais juízo no próximo casamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): No próximo não, no atual. Estou muito feliz.

Continuando em discussão. Não havendo quem queira discutir. Passaremos à votação. Senador Aloizio Mercadante, voto conhecido. Acompanha a Senadora?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Acompanho.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse é do meu grupo, não é Senador?

Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Gilvan Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nem havia notado que V. Exa., chegou calmamente.

Senador Francisco Dornelles como vota V. Exa.?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Kátia Abreu? É sobre a lei do divórcio.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Sobre a separação pela Internet.

Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a relatora Senadora Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marcelo Crivella. Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Neuto que trouxe aquela maçã maravilhosa para o seu Estado, plantou. E estamos com saudade daquela maçã. Acho que não está na época.

Senador Efraim Moraes como vota V. Exa.?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador José Agripino? Não está mais. Saiu.

Senador Eduardo Azeredo, como vota V. Exa.? Presta atenção nesse voto. A esposa de V. Exa. está acompanhando lá.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flávio Torres, como vota V. Exa.?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Falei que estava com saudade da Senadora, mas V. Exa. também é um agradável acompanhamento nesta Comissão.

Então foi aprovado por unanimidade. Desculpe. Senador Flexa Ribeiro como vota V. Exa.?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. é dos meus. Então, foi aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 26 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 229/2003, página 365, para os senadores que desejam acompanhar. Altera a lei 4.728 de 14 de julho de 1965 e o Decreto Lei nº 911 de outubro de 69 a fim de estipular novas regras sobre a alienação fiduciária. Autoria Delcídio Amaral, relatoria do ilustre senador, um membro desta casa, ilustre, Senador Marco Maciel. Parecer contrário à matéria, projeto terminativo.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel para proferir o seu relatório. Tem a palavra V. Exa.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, Sras. e Srs. Senadores. Submete-se a esta Comissão para apreciação de sessão e decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado 229/2003 do Senador Delcídio Amaral que altera a Lei 4.728 de 14 de julho de 1965 e o Decreto Lei 911 de 1º de outubro de 1969 a fim de estipular novas regras para alienação fiduciária. A proposição tem por finalidade modificar as normas que regem o contrato de alienação fiduciária em garantia. As modificações propostas são em bloco as seguintes: deixa de ser permitida a venda esta extrajudicial do bem objeto de alienação fiduciária, passando a admitir-se apenas a venda judicial. Exclui-se do texto da lei a menção ao direito do credor e abater do valor a ser restituído ao devedor as despesas decorrentes da cobrança de seu crédito. Fica expressamente prevista a atualização monetária das parcelas pagas pelo devedor para fins de apuração do valor do saldo final de sua dívida--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pediria a V. Exa. só para eu retornar a Presidência. Não, desretornou a Presidência. Continuo eu.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): --o crédito deixa de abranger comissões e taxas, revoga-se o dispositivo que determina a aplicação de sanção penal ao devedor que alienar ou der em garantia a terceiros coisa que já leiloou fiduciariamente. Passa-se a exigir a notificação do devedor do vencimento de suas obrigações em virtude da mora ou inadimplemento. Deixa de ser obrigatória a concessão de liminar da busca e apreensão, eleva-se o prazo para contestação ou purgação da mora de três para dez dias, exclui-se o dispositivo que limita a matéria de defesa na contestação ao pagamento do débito vencido ou ao cumprimento das obrigações contratadas. A purgação da mora passa a ser admitida independentemente do montante já pago pelo devedor, eleva-se o prazo para pagamento de dez para 20 dias, substitui-se a conversão da ação de busca e apreensão e ação de depósito pela propositura de ação em depósito.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pediria silêncio porque tem um Senador com a palavra, senão o Senador Demóstenes tem razão, senão fica difícil aqui relatar os processos.

Desculpe, Senador, tem a palavra V. Exa.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agradeço a V. Exa. Finalmente exclui-se do texto legal o dispositivo que no caso de o credor optar pela execução em lugar da ação de busca e apreensão, afasta a impenhorabilidade de livros, máquinas, utensílios e instrumentos úteis ao exercício profissional e dos materiais necessários para obras em andamento. Não foram apresentadas emendas ao projeto. Análise: o projeto dispõe sobre matéria inserida na competência legislativa da União nos termos do inciso I do art. 22 da Constituição Federal. O Congresso Nacional é competente, como sabem V. Exas., para dispor sobre a matéria e a iniciativa parlamentar é legítima, tendo em vista, não estar a matéria objeto do projeto entre as reservadas a iniciativa privativa do Presidente da República, tudo em conformidade com os arts. 48 e 61 da Constituição de 1988. A alienação fiduciária em garantia tem sido largamente utilizada na concessão de crédito, sua criação se originou da necessidade de oferta e de crédito para financiamento da indústria nacional com vistas ao desenvolvimento econômico do país. Um dos meios utilizados para atingir esse fim foi disponibilizar para o credor um instrumento que consistisse em garantias mais eficientes do que as disponíveis no sistema legal vigente até então. Nesse contexto surgiu a alienação fiduciária em garantia com ampla utilização pelo mercado. As medidas propostas pelo projeto, em sua maioria, retiraram facilidades conferidas ao credor por este instrumento. Na justificação da proposição o seu autor alega que as normas que pretende alterar estariam em descompasso com a Constituição de 88, tendo em vista, entre outros motivos, beneficiário apenas o credor fiduciário. Assim a proposição teria por objeto primordialmente restituir a igualdade entre as partes e excluir do texto legal "as aberrações" e as normas "inaceitáveis", "inadmissíveis" nos termos usados pelo autor do projeto.

Em que pese a preocupação do ilustre autor da proposição é preciso lembrar que o Poder Judiciário vem interpretando que a legislação que trata de alienação fiduciária em garantia não infringe a Constituição, havendo divergência apenas no que diz respeito à possibilidade da prisão civil do devedor que vem sendo negada nos julgados mais recentes do STJ – Superior Tribunal de Justiça. Também o Poder Legislativo, mesmo após a Constituição de 88, editou normas que adotam o instituto da alienação fiduciária nos moldes estabelecidos no Decreto Lei 911/1969. Em 1997 veio ao mundo jurídico a Lei 9.514 de 20 de novembro daquele ano que dispõe sobre o sistema de financiamento imobiliário instituir a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.

O Código Civil vigente a Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 trata nos arts. 1.361 e 1.368 da propriedade fiduciária autorizando o credor na hipótese de inadimplemento do devedor a vender judicial ou extra-judicialmente a coisa dada em garantia, bem como ressarcir-se das despesas de cobrança, tal como prevê o diploma legal já citado em 1969, 1º de outubro de 1969, se não estou equivocado. E mais recentemente foi editada a Lei 10.931 de 02 de agosto de 2004 que promoveu diversas alterações nos diplomas legais que tratam da alienação fiduciária. Não há que se falar, portanto, em constitucionalidade da legislação que rege a alienação fiduciária em garantia. Havendo extrajudicial--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente, não está dando para ouvir o relato do relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu já pedi silêncio. Agora o Senador Alvaro reclama que não dá para ouvir o Senador Marco Maciel falando ao microfone e está na altura máxima aqui. Acho que nós poderíamos ter um pouco... Falar um pouco menos, aguardar um pouquinho que daqui a pouco vai e entrar a reforma eleitoral, mas vamos terminar a pauta.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Só tem uma saída, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Só tem uma saída. O som do microfone tem que ser som alto, tão alto que abafe o lado de cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas aí não é possível.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas é o jeito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É uma questão de educação.

Vamos tentar ouvir o Senador Marco Maciel. Tem a palavra V. Exa. pela terceira vez.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então prosseguindo, Sr. Presidente. A venda extrajudicial o vencimento antecipado das obrigações do devedor em virtude de mora ou inadimplemento independentemente de notificação, a concessão liminar de busca e apreensão e a convenção da ação de busca e apreensão em ação de depósito todos são instrumentos que caracterizam o instituto da alienação fiduciária em garantia e que possibilitam mais celeridade na realização do credor fiduciário.

As medidas propostas no projeto retirariam estas facilidades que a lei propicia ao credor, desnaturando, a meu ver, o instituto e muito provavelmente teria um efeito bastante negativo no mercado, provocando redução na oferta de crédito. Deve-se ressaltar que o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei que se converteu na Lei 10.931 a que já aludi de agosto de 2004 posterior, portanto, ao projeto sob análise que ao contrário do que se pretende com a referida proposição reforçou ainda mais a posição do credor no contrato e alienação fiduciária com vistas a estimular a concessão de crédito. Entre as principais alterações promovidas por aquela lei estão a antecipação do momento em que ocorre a consolidação da propriedade e da posse plena do bem no patrimônio do credor. E agora se dá cinco dias após cumprida a liminar de busca e apreensão e não mais com a sentença como previa a lei anteriormente. E a impossibilidade de purgação da mora somente sendo possível a restituição do bem mediante o pagamento da integralidade da dívida no prazo de cinco dias após cumprido a liminar. Por outro lado, em favor do devedor exclui-se da lei a limitação da matéria de defesa ao pagamento do débito vencido ou ao cumprimento das obrigações contratadas, elevou-se prazo para defesa de três para 15 dias e determinou-se a aplicação de multa de 50% do valor financiado a ser paga pelo credor ao devedor fiduciário no caso de a sentença decretar improcedência da ação de busca e apreensão e de o bem já ter sido alienado. No que diz respeito aos valores a serem pagos ao credor fiduciário é razoável que este seja ressarcido das despesas que foi levado a efetuar para cobrar ao devedor em mora ou inadimplente. Assim como não há porque proibir a contratação de taxas e comissões desde que com amparo legal. Vale lembrar que as cláusulas abusivas ou excessivamente onerosas para o devedor poderão ser declaradas nulas em virtude da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, o CPC. Por outro lado, Sr. Presidente, nos termos do Decreto Lei 911 a atualização monetária poderá ou não ser convencionada pelas partes. Portanto, ao se apurar o saldo final da dívida deve se adotar o mesmo critério em relação às parcelas pagas e não pagas, ou seja, se foi convencionada a correção, tanto umas como outras deverão ser atualizadas, caso contrário se não houve a convenção nenhuma delas deverá sofrer atualização.

A alteração proposta implica promover a atualização monetária das parcelas pagas pelo devedor em qualquer hipótese, o que poderá vir a representar tratamento desigual e prejudicial ao credor no caso de não ter sido estipulada a correção monetária. O caráter inovador é inerente à norma legal, ou seja, uma nova lei pressupõe a modificação do sistema vigente. Assim a revogação dos possíveis que determina a aplicação da pena prevista para o crime de estelionato na modalidade de exposição de coisa alheia como própria para o devedor que alienar ou der em garantia coisa que já alienara fiduciariamente reputado inútil pelo autor da proposição, poderia ensejar a interpretação de que o legislador pretendeu discriminalizar a conduta, o que não é o caso, é importante salientar esse ponto.

A exclusão do dispositivo que afasta a impenhorabilidade de livros, máquinas, utensílios e dos instrumentos úteis ao exercício profissional e dos materiais necessários para obras em andamento no caso de o credor optar pela execução em lugar da ação de busca e apreensão retira do credor fiduciário a vantagem que a lei lhe confere em relação à execução prevista no Código de Processo Civil.

Desse modo, Sr. Presidente, estou concluindo, entendemos que com a execução das propostas contidas no projeto já introduzidas na legislação vigente pela Lei 10.031/2004 ampliação da matéria de defesa e alongamento do prazo para sua apresentação, as demais, como já salientamos, além de desfigurar o instituto da alienação fiduciária em garantia repercutiram negativamente nos cálculos do custo do crédito no Brasil, em virtude da fragilização dos mecanismos de proteção existentes dificultando a recuperação de créditos no caso de inadimplemento contratual.

Em última análise, os maiores prejudicados seriam os consumidores, em virtude da restrição de crédito e da elevação de seu custo que fatalmente resultariam das medidas na proposição que discutimos.

O voto, portanto, Sras. e Srs. Senadores. Em vista do exposto é no sentido da constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado 229/2003 e no mérito pela sua rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão a matéria.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Apesar de concordarmos com parte significativa do relatório do nosso Senador Marco Maciel, tenho algumas dúvidas em alguns aspectos, e como eu gostaria de votar com o Senador eu peço Vistas essa semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pedido de Vista à Senadora Serys. Passaremos ao próximo item. Item nº 1.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente. V. Exa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos tentar organizar. Com a palavra Senador Marcelo Crivella e depois Senador Aloizio Mercadante. Tem a palavra V. Exa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V. Exa. não poderia ir para o Item 28 que é o seguinte para nós fazermos o relatório, projeto do Senador Gerson Camata?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem acordo no Item 28?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Nós ainda estamos nos projetos de consenso, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esses são de consenso? Vamos começar agora os polêmicos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu já tinha solicitado ao Senador Demóstenes que pudesse após o Item 02 da pauta colocar em apreciação o Item 17 como terceiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está na minha ordem, Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Será o próximo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós temos um prazo muito exíguo para concluir a reforma eleitoral. Ela tem que ser publicada, o Senador relator Marco Maciel já advertiu, até 02 de outubro, ela ainda volta para a Câmara no momento em que há obstrução e medidas provisórias trancando a pauta. Nós precisaríamos votar essa reforma hoje na Comissão e em Plenário, já são quase 11 horas. Eu começo a me preocupar se nós teremos, de fato, capacidade de cumprir esta tarefa. Então, eu pediria se não haveria possibilidade de nós iniciarmos, imediatamente a discussão e a votação da reforma eleitoral porque há um parecer anterior e nós só aguardaríamos o parecer final naquilo que ele vai ser alterado, porque muita coisa aqui não foi alterada, nós poderíamos ir organizando o sistema de votação e iniciarmos imediatamente esse processo. Caso contrário eu temo por não haver tempo hábil para nós concluirmos a aprovação da lei eleitoral.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Mercadante, quero dizer para V. Exa. que eu obedeço critérios, organização. Então, o Senador Demóstenes está acabando de discutir com o Ministro da Justiça de vosso partido uma questão sobre o Item 09 para poder entrar em pauta, porque se não colocar agora na sessão deliberativa não poderá entrar em pauta. Há interesse do Governo na discussão desse item.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, o Item 09 nós temos acordo para votar. Falei com o Presidente do Supremo, Gilmar Mendes, nós temos acordo para votar. Pode colocar na pauta e votar, há entendimento para votar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou passar a Presidência de volta ao Presidente desta Comissão, ao Senador Demóstenes. Mas que estava numa conversa com o Gilmar, o Ministro da Justiça, sobre esse Item 09, por isso que estava atrasando um pouco.

Senador Mercadante. V. Exa. me convenceu, colocarei em pauta o Item 9, mas como o Senador Demóstenes é o relator do Item 09 eu continuo na Presidência.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem Antonio Carlos Valadares. Tem a palavra V. Exa. Pois não, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu conversei ontem com o Senador Demóstenes Torres...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que se encontra ao meu lado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sobre o projeto PLC da Defensoria Pública, e S. Exa. me garantiu que hoje estaria na pauta dos trabalhos. Mas eu estou procurando aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A vantagem de ser presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É o 16.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valadares...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não está na pauta. Eu gostaria que incluísse na pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valadares, V. Exa. que é presidente de Comissão sabe que colocar extrapauta é prerrogativa do presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não é extrapauta. Na verdade, o Presidente Demóstenes Torres--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele não está na pauta, é extrapauta, se o presidente assim o aceitar. Deixa-me só relatar o Item tem 09 que aí o Senador Demóstenes assume outra vez a presidência e decide com V. Exa. como vai ficar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu aguardo a decisão do presidente, porque eu tenho certeza que é um democrata.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos lá. Item 09. Projeto de Lei da Câmara nº 132/2009, PL 02277/2007 na origem, terminativo. Acrescenta à Lei 9.868 de 10 de novembro de 1999 o capítulo 2A que estabelece a disciplina processual da ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Autoria do Deputado Flávio Dino, relatoria Senador Demóstenes Torres. Parecer favorável à matéria com duas emendas que apresenta. Observação: serão feitas duas votações nominais. Atenção Srs. Senadores, sendo a primeira para projeto e a segunda para as emendas.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, Presidente desta comissão Para proferir o relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Presidente só aqui rapidinho na Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Azeredo com uma gravata e, com certeza, foi a esposa de V. Exa. que escolheu, não foi V. Exa. Mas tem a palavra V. Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, o relatório está pronto, se pudesse já distribuir o relatório da questão da lei eleitoral, enquanto vota esse último item.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Fazer a consulta aqui ao Presidente. Está autorizada a distribuição do relatório sobre a reforma eleitoral.

Item 09. Tem a palavra V. Exa., Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só um instante. Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, esse é um projeto da maior relevância e faz parte do chamado pacto republicano. A Constituição estabelece que determinadas normas tenham que ser complementadas...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Atenção! Vamos fazer silêncio, por favor, para que possa um relatório de tamanha importância como esse.

Eu vou fazer o seguinte, eu vou mandar acabando esvaziar realmente, porque não tem condições dessa maneira. Tem a palavra V. Exa. pela segunda vez.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então essa matéria trata do julgamento da ação direta de inconstitucionalidade por omissão, e nada mais faz do que dar a legitimidade a quem já tem para propor ação declaratória de constitucionalidade e ação direta de inconstitucionalidade.

Qual a razão da polêmica? A razão da polêmica é que eu tinha suprimido os arts. 12H e 12F e 12G; 12H, 12F e 12G que na minha opinião dava um poder excessivo ao Supremo Tribunal Federal podendo dar até liminarmente algumas decisões com matéria ainda não legislada pela Casa. Acontece que o próprio Ministro da Justiça e também os senadores de oposição e de situação entendem que é adequado, porque se há muito tempo a norma não está em vigor, se há uma omissão, evidentemente, o Supremo pode dar um liminar corrigindo essa omissão. De sorte que eu mantenho o texto que veio da Câmara. E é esse o meu parecer.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Coloco em discussão a matéria. Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Apenas eu não entendi no que o relator mudou, o que é que o levou a mudar?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Mercadante permite que volte a palavra ao presidente para explicar ao Senador Pedro Simon?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Lógico.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Veja só. O que é que diz o art. 12F. Em caso de excep-

cional urgência e relevância da matéria, o Tribunal por decisão da maioria absoluta de seus membros observado o disposto no art. 22 poderá conceder medida cautelar após audiência dos órgãos ou autoridades responsáveis: Ministério Público, e etc., pela omissão inconstitucional que deverão se pronunciar no prazo de cinco dias, ou seja, existe uma norma, por exemplo, que disciplina a greve no serviço público, nós nunca fizemos uma lei aqui que disciplina greve no serviço público, vem o Supremo e manda aplicar da iniciativa privada por quê? Porque nós nunca fizemos a lei sobre greve no serviço público. Eu concordo que tem que haver essa declaração, eu concordo perfeitamente que ela tem... Mas achei, inicialmente, que era demais que isso pudesse ser feito por uma medida cautelar. Já uma omissão, já está substituindo, de certa forma, o Congresso Nacional, é claro que a doutrina internacional aceita inconstitucionalidade por omissão, mas via de medida cautelar eu achei que era um pouco demais, mas como a grande maioria que quer aprovar dessa forma, o Governo quer assim, o Supremo dizendo que farão com cautela e etc., eu mantenho o texto da Câmara.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem a palavra V. Exa., Senador Mercadante.

Por sinal, Senador Mercadante, admirei muito ontem o discurso de V. Exa. sobre o pré-sal. Queria colocar aqui.

Tem a palavra V. Exa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Presidente.

Eu queria ponderar a seguinte questão, primeiro, evidentemente, por se tratar de um projeto do pacto republicano, e conversei pessoalmente com o Ministro do Supremo, Ministro Gilmar Mendes a quem tenho grande apreço e presta um grande serviço público ao país, evidentemente, nós aprovaremos a matéria. Mas a minha ponderação vai na seguinte direção, nós já temos decisões de mora do Legislativo feita pelo Supremo Tribunal Federal mais de trinta decisões, algumas são de 92, só nesse ano de 2009 tiveram dezessete decisões apontando omissão... Eu pediria silêncio ao plenário. Se V. Exa. pudesse tocar a campainha.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou dizer sinceramente, veja bem, se eu pedir para tirar vai parecer que eu estou sendo descortês, antidemocrático, mal educado; mas é a quinta vez que eu falo, e eu vou pedir para tirar para não ter que expor o presidente a fazer o que eu vou fazer antes. Porque não é possível. Eu acho que está todo mundo ansioso pela reforma eleitoral, eu também estou, mas vamos ter um pouco de paciência e ouvir o Senador que tem a palavra. Tem a palavra V. Exa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria chamar atenção que o Supremo já decretou mora do Poder Legislativo, ou seja, há um vazio legislativo, há uma omissão legislativa, exemplo concreto, direito de greve do funcionalismo público, não foi regulamentado. Então, nós temos aqui 30 decisões do Supremo desde 92 dizendo que há um vazio na legislação. O que é que nós estamos fazendo hoje? Nós estaremos instituindo a ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Então, o Supremo vai dizer: por omissão não há decisão sobre essa matéria. Agora o que é que eu acho que ficou faltando nesse encaminhamento? É que não basta declarar omissão, tem que ter um passo além, tem que ter algum encaminhamento para que o Congresso seja provocado e dê prioridade ao tratamento dessas matérias porque são direitos da cidadania que estão sendo prejudicados, que não estão sendo respeitados, não estão sendo contemplados por uma omissão do legislador, do Congresso Nacional de não regulamentar princípios constitucionais. Eu vou voltar a dizer, já temos 30 decisões do Supremo nessa direção, e hoje nós estamos referendando ação direta de inconstitucionalidade por omissão O Supremo vai dizer impedido por omissão, o Congresso não legisla. E como é que fica o cidadão, o setor, ou a atividade econômica, o que quer que seja que está prejudicado nos seus direitos? Então, eu acho que deveria ter um passo a mais, ele declara a omissão, mas imediatamente se reporta ao Congresso Nacional que tem que ter um prazo para tratar dessa matéria.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas é assim. Veja V. Exa. o art. 12H § 1º: em caso de omissão imputável ao órgão administrativo, as providências deverão ser adotadas no prazo de 30 dias ou em prazo razoável a ser estipulado excepcionalmente pelo Tribunal, tendo em vista, a circunstância específica do caso ou interesse público envolvido. E no 12H: declarada a inconstitucionalidade por omissão com observância disposto no artigo será dada ciência ao poder competente para adoção das providências cabíveis.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas, Senador Demóstenes, no caso da instância administrativa tem um prazo de 30 dias para superar a omissão, mas no caso do Poder Legislativo não se estabelece prazo algum, e eu estou falando que já tem decisão do Supremo de 92 que nós não resolvemos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós criamos aqui uma comissão cujo Presidente é o

Senador Renato Casagrande que é uma comissão mista que participa também o Pedro Abramovay do Ministério da Justiça, inclusive, alguns assessores do Supremo nós estamos concluindo todos esses projetos de omissão, de competência do Poder Legislativo, e em seguida nós vamos apresentá-los aqui, o que já tiver correndo nós vamos andar para que possa haver imediatamente essa conclusão e mais, nos casos de competência exclusiva do Poder Executivo nós estamos apresentando uma proposta de emenda à Constituição dizendo que se o Executivo também não fizer no prazo X a competência subsidiária passa a ser do Poder Legislativo, quer dizer, então não haverá mais a omissão. O Poder Judiciário vai cobrar, o Poder Legislativo vai ter que fazer, e no caso do Poder Executivo nas matérias que são de sua competência originária e exclusiva, caso o Executivo não faça, nós também estamos elaborando a proposta de emenda à Constituição, dando ao Poder Legislativo essa competência subsidiária, no caso de omissão do Poder Executivo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por isso eu só queria concluir o seguinte: se quiser aprovar agora nós votaremos favoravelmente. Acho que esse mecanismo vai retirar a responsabilidade do Supremo que, na realidade, não são deles, e é legítimo que assim seja, mas não estabelece o procedimento para superar a omissão no que se refere ao Poder Legislativo, ao Poder Executivo, apenas nas instâncias administrativas. Por isso se V. Exa. quiser aguardar uma semana para ver se nós conseguimos aprimorar o projeto nós estaremos interessados em buscar construir o passo adiante. Caso não seja possível, nós votaremos como está, mas eu faço advertência que eu acho que não resolve o problema do fundo que nós precisamos equacionar.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu proponho a V. Exa. e aos demais Senadores uma emenda de redação. V. Exa. está dizendo 30 dias, eu acho que em 30 dias nós não vamos conseguir elaborar uma lei nunca.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, 30 dias não, 30 dias é para instância administrativa, o Poder Legislativo tem que ser 180 dias.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, vamos colocar aqui uma emenda de redação dizendo que o prazo passa a ser... Emenda de redação porque o § 1º já fala em 30 dias, se o parágrafo estipula um prazo, como é que o caput não estipula?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): São 180 dias para regulamentar aquilo que o Supremo já decidiu?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, que ele declarou omissão da legislação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Declarada pelo Supremo?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. Declarada a omissão nossa, nós temos um prazo de 180 dias para fazer uma legislação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu quero a palavra depois, V. Exa.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se os senhores concordarem, isso é concordância de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Casagrande para discussão, inclusive, é o Presidente desta Comissão que é uma posição importante.

Tem a palavra, V. Exa., Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Wellington. A matéria é muito importante, e é um assunto que nós não conseguimos resolver aqui na Casa ainda, apesar da Constituição ser de 88 diversos dispositivos, em torno de cem dispositivos da Constituição Federal ainda não foram regulamentados, Sr. Presidente. E algumas decisões também, decisões tomadas já e avaliadas pelo Supremo Tribunal Federal e que o Congresso, a Câmara e o Senado também não conseguiram regulamentar. Aqui foi dita a questão do direito de greve ou regulamentação do direito de greve. Está é uma matéria que está pendente de apreciação, que o Supremo já decidiu, já julgou, e diversas outras matérias que estão pendentes de votação do projeto aqui na Casa. Agora é importante que V. Exa. saiba, Sr. Presidente, Senador Demóstenes--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Casagrande, eu acho que não é pendente de votação nesta Casa, eu acho que não tem legislação sobre o assunto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, não, não. Tem projetos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em alguns casos têm.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em alguns casos sim.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Os primeiros dez mais importantes que eu já avaliei, estou para apresentar o relatório aqui na Comissão, todos os projetos polêmicos já têm propostas tramando com relatores definidos. O que nós temos que fazer, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Demóstenes Torres tem que chamar esses relatores e tem que pedir para que eles apresentem

esses relatórios, depois Senador Demóstenes, mas só para argumentar de que de fato este é um assunto importante. Por exemplo, o que foi dito aqui a questão do direito de greve do servidor público, o autor é o Senador Paulo Paim, o relator é o Senador Expedito Júnior. Então já tem projeto tramitando, tem autor e cabe agora que a gente possa fazer as votações dessas matérias, apreciação e debate dessas matérias, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Casagrande, tenho certeza que essa Comissão como presidente V. Exa., vai solucionar esse problema.

Meu líder Raupp tem a palavra. V. Exa. pediu a palavra?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não. Sr. Presidente, agora não, eu prefiro deixar para discutir depois da hora que tiver no...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está bom. Então continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira mais discutir. Passaremos à votação.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a emenda de redação. Senador Mercadante, concorda com a emenda de redação?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Concordo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então fica a emenda de redação: art. 12H, onde termina "adoção das providências necessárias", emenda de redação "no prazo de 180 dias".

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então teremos que fazer primeiro a votação do projeto e depois a votação da emenda, é isso Senador Demóstenes?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, vamos primeiro votação do projeto. É terminativo, votação nominal. Quero dizer que se algum Senador não for chamado é porque já atendeu a proporcionalidade da Casa os que eu chamei antes.

Senador Aloizio Mercadante, como vota V. Exa.?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Gilvan Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. está bem afeiçoado.

Senadora Kátia Abreu, como vota V. Exa.?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com o relator Demóstenes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Sérgio Guerra, Presidente do PSDB.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E oportunidade de vê-lo na tribuna ontem. Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Osmar Dias. V. Exa. também está bem cuidado, bem afeiçoado.

Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Onde é que se encontra V. Exa.?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Estou aqui escondido.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Senador Valdir Raupp não pode votar porque já atingiu a proporcionalidade. Senador Efraim Moraes?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Adelmir Santana?

Meu querido Senador Eduardo Azeredo como vota V. Exa.?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Essa gravata foi escolhida pela Eloísa?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu vou ter que dar a gravata para ele, ele já elogiou a segunda vez a gravata.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quem escolheu foi a esposa, com certeza.

Senador Flexa Ribeiro, como vota V. Exa.?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Concorda que quem escolheu foi a esposa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com absoluta certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, foi aprovado por unanimidade o relatório. Passaremos à votação da emenda, Senador Demóstenes?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só pede para repetir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Queria saber se todos repetem o voto para a emenda?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Votos mantidos para a emenda. Então, está aprovado o projeto. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da mesa para as providências cabíveis. E já vem escrito aqui embaixo: devolva a Presidência ao Senador Demóstenes.

[troca de presidência]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem. Eu proporia nós entrarmos imediatamente na discussão da lei eleitoral para que tenha tempo hábil de votar na Comissão e no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos suspender a sessão, vai haver tempo hábil.

Em relação... Eu faço uma ponderação ao Senador Neuto De Conto. Nós já fizemos Audiência Pública sobre Defensoria Pública, então eu sugiro a V. Exa., já até conversei com representantes do Ministério Público Federal, em vez de fazermos uma nova Audiência Pública, daremos a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, ele faz o relatório, V. Exa. pede Vista, vem com as emendas que serão construídas e nesse período a gente tenta fazer um entendimento. Melhor do que ficarmos adiando o tempo todo, realizando audiências públicas. Se V. Exa. insistir eu sou obrigado a fazer isso.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, não estamos insistindo, é que já foi dado Vista coletiva, esse projeto 43, e não houve Audiência Pública neste projeto, o que houve Audiência Pública foi no 137.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. O 43 não foi nem colocado em pauta, nós sempre retiramos.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Está na pauta de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Hoje eu vou colocar extrapauta. Eu estou sugerindo porque a matéria é correlata

que V. Exa. em vez de fazer Audiência Pública, peça vista que nessa semana nós construiremos um entendimento com o relator.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É possível fazer a solicitação de Vistas, já houve uma coletiva?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, nesse caso não houve pedido de Vista, esse projeto jamais entrou em pauta.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O 43 está na pauta, nós estamos falando do outro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O PLC 137 da Defensoria Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, é que há uma confusão aí, são dois projetos e V. Exa. tem razão. O 43 que eu relato nesta Comissão e o 137 que é relatado pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Em relação ao 43 que sou o relator houve um pedido de vista e há um voto em separado apresentado pelo Senador Inácio Arruda. Em relação ao 137, pelo que eu tenho na lembrança, não foi pedido Vista ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não foi nem colocado em pauta.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então, o que está hoje para ser apreciado é o 43 que eu sou o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Então se V. Exa. concordar nós colocaremos extrapauta o projeto do Senador Antonio Carlos Valadares e V. Exa. pede Vista, eu concedo a Vista e até semana que vem nós construímos um entendimento.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Mas, Sr. Presidente, nós não pedimos nada do projeto relatado pelo Senador Valadares. O nosso requerimento é de outro projeto, consequentemente, é o 43. Isso eu concordo, sim, na discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos deixar os dois para votar a semana que vem, e aí eu dou a palavra, coloco extrapauta o 137, já para podermos votar, e V. Exa. pede Vista no 137.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares para fazer o seu relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sua assessoria me entregar aqui o relatório que eu entreguei na secretaria ontem, o que eu tenho aqui é o da semana passada, e eu fiz uma alteração no parecer. Agradeço.

Sr. Presidente, tramita nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Projeto de Lei da Câmara nº 137/2009 complementar de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei Complementar nº 80 de 12 de janeiro de 1994 que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, prescreve normas gerais para a sua organização dos Estados e dá outras providências. De acordo com a exposição de motivos nº 24 do Ministério da Justiça, o projeto tem como principal objetivo introduzir significativos avanços na legislação pertinente à Defensoria Pública, abordando quatro principais aspectos: a indicação dos objetivos, a ampliação das funções institucionais, a regulamentação da autonomia funcional, administrativa e orçamentária, a democratização e modernização da gestão da Defensoria Pública, por fim, a seleção e a formação dos defensores públicos.

Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se V. Exa. quiser dar por lido eu distribuo para todo mundo porque haverá um pedido de Vista.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Haverá o pedido de Vista?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Haverá. O Senador Neuto de Conto pediu Vista.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, eu faço questão o seguinte, na sessão que nós formos discutir e fazer a leitura integral do Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Concordo perfeitamente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exa. Quem vai pedir Vista então?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Neuto De Conto, Vista coletiva concedida. O projeto volta a semana que vem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Coletiva, não é Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Coletiva.

Requerimento. Requeiro com base no art. 58, § 2º da Constituição Federal combinado com os arts. 92, 93 I e II do regimento interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado 480/2007. Para

realização da Audiência Pública deverão ser convidados o Ministro da Educação, Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; o Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; o Senador Antonio Carlos Valadares. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Requerimento. Requeiro nos termos do art. 93, § 2º o regimento interno desta Casa a dispensa da Audiência Pública aprovada por esta Comissão em 03 de novembro de 2008, conforme Requerimento 38/2008 CCJ aprovada em 13/11/2008 referente ao PLS 686/2007 que dispõe sobre a criação do Pólo de Desenvolvimento Integrado da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, Senador Osmar Dias. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento. Requeiro nos termos do art. 93, § 2º do regimento interno desta Casa a dispensa da audiência pública aprovada por esta Comissão em 13 de novembro de 2008, conforme Requerimento nº 37/2008 – CCJ aprovado em 13 de novembro de 2008 referente ao PLS nº 261/2007 que institui na forma do art. 43 da Constituição Federal a superintendência do desenvolvimento da região Sul Sul de Sul, estabelece sua composição e natureza jurídica objetivos de competência e instrumento de ação. Senador Osmar Dias. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria tirar uma dúvida do item 09. V. Exa. modificou 12H a redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para colocar o prazo de 180 dias.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E tem o art. 103, § 2º também tem que alterar porque lá fala em se tratando de órgão fazê-lo em 30 dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Órgão administrativo...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não tem que acrescentar ao Legislativo 180 dias?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. Porque é lei, o outro é para cumprir alguma coisa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem que acrescentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. 180 para os poderes, órgão administrativo 30 dias.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, o item 10 trata do projeto 43 que é o meu requerimento. Como ele trata, praticamente, da mesma matéria do que foi pedido Vista anterior, ele vai sair de pauta ou vai continuar na pauta?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vai sair de pauta para votar a semana que vem em conjunto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento do Senador Lobão Filho. Requeiro nos termos do art. 90 II e V do regimento interno do Senado, seja realizada Audiência Pública para instruir o PLS nº 19/2005 complementar o PLS nº 397/2007 complementar, o PLS 66/2008 complementar, o PLS 72/2008 complementar, o PLS 298/2007 complementar e o PLS 414/2007 complementar que trata de contingenciamento orçamentário com os seguintes convidados, um: representando o Ministério da Fazenda, dois representando o Ministério do Planejamento. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordaram, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Item 41 da pauta. É o último antes de votarmos a reforma. Projeto de Lei do Senado nº 392/2008, inclui entre os servidores que desenvolvem atividade exclusiva de estados, servidores do plano de carreiras e cargos de Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE. Autoria Senador Cristovam Buarque, relatoria Senador Roma Tuma. Parecer favorável à matéria. Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma para proferir o relatório.

V. Exa. já leu o relatório, houve pedido de Vista, se quiser fazer apenas o resumo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exa., eu mantenho o relatório que é o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, foi pedido Vista, retirada, de forma que eu mantenho o relatório. Então, é a inclusão dessa atividade importante para o Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Relação de quem está presente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como o relatório é longo para lê-lo novamente eu acho que--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Quem vota com o Senador Tuma que transforma os servidores do plano de carreira e cargo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE em servidores que desenvolvem atividade exclusiva do Estado. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Gilvan Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira. Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Kátia Abreu. Senador Marco Maciel. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Sérgio Guerra. Senador Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Adelmir Santana. Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Completou, não é? Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romeu Tuma, relator, Senador Osmar Dias.

O Projeto foi aprovado por unanimidade dos presentes.

[palmas]

Não é possível manifestação. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Eu vou suspender a presente Audiência para iniciarmos a conjunta, fica suspensa, e assim que voltarmos o Item 01 da pauta será o projeto que reformula o Conselho de Ética e decoro parlamentar.

Está suspensa a presente Sessão até que se encerre a Sessão conjunta entre a CCT e a CCJ.

Suspendo, portanto, a presente reunião.

Sessão suspensa às 11h20.

Sessão reaberta e encerrada às 14h15.

Ata da 34ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 48ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 3 de setembro de 2009, quinta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia três de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência da Senhora Senadora Marisa Serrano, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Wellington Salgado de Oliveira, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Augusto Botelho,

Geraldo Mesquita Júnior e Adelmir Santana reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Almeida Lima, Gilvam Borges, Valter Pereira, Jayme Campos, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Osmar Dias e as Senhoras Senadoras Marina Silva, Ideli Salvatti, Kátia Abreu e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta: AUDIÊNCIA PÚBLICA para instruir a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 2005 "Altera os arts. 206, 208, 210 e 212, da Constituição Federal, e acrescenta o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a nacionalização e a qualidade da educação básica". Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador ADELMIR SANTANA. Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 44, de 2009 – CCJ, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Adelmir Santa, e Requerimento nº 13 de 2009 – CE, de autoria do Senador Flávio Arns e da Senadora Marisa Serrano. CONVIDADOS: RAIMUNDO MOACIR FEITOSA, Dirigente Municipal de Educação de São Luis/MA e Vice-Presidente da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, representante do Presidente da UNDIME, CARLOS EDUARDO SANCHES; JUSTIFICARAM AUSÊNCIA: MARIA AUXILIADORA SEABRA REZENDE, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – CONSED; NAÉRCIO AQUINO MENEZES FILHO, Professor Titular do IBMEC São Paulo, Professor Associado da Universidade de São Paulo, Diretor de Pesquisas do Instituto Futuro do Brasil e Consultor da Fundação Itaú Social. A Presidência declara encerrada a Reunião às onze horas e trinta e três minutos; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senadora **Marisa Serrano,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em exercício.

34ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em Conjunto com a 48ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada no dia 03 de Setembro de 2009, às 10horas e 29 Minutos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo *quorum*, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em conjunto com a 48ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores. Havendo concordância está aprovada. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram, já estão no mesmo local.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública para instruir a proposta de emenda à Constituição nº 74/2005 que altera os arts. 206, 208, 210 e 212 da Constituição Federal e acrescenta o art. 95 ao ato das disposições constituições transitórias para dispor sobre a nacionalização e a qualidade da Educação Básica, conforme Requerimento nº 44/2009 da CCJ de iniciativa dos Senadores Tasso Jereissati e Adelmir Santana e Requerimento nº 13/2009 da Comissão de Educação de iniciativa dos Senadores Flávio Arns e Marisa Serrano.

Foram convidados os Professores Raimundo Moacir Feitosa, representando a UNDIME; a Professora Maria Auxiliadora Seabra Rezende, presidente do CONSED; e o Professor Naercio Aquino Menezes Filho, Professor titular do IBMEC de São Paulo, Professor associado da Universidade de São Paulo e diretor de pesquisa do Instituto Futuro Brasil. Esses dois últimos convidados avisaram ontem que não poderiam vir; segundo a Secretaria da Comissão da CCJ, e está conosco aqui o professor Raimundo Moacir Feitosa que convidamos para participar conosco da Mesa.

A justificativa da instalação desta Audiência Pública é que a PEC 74/2005 promove um conjunto de medidas voltadas para a nacionalização da educação básica no Brasil, no sentido de reafirmar no contexto federativo o compromisso e a responsabilidade da União para com esse nível de ensino e garantir a sua qualidade. Essa é a justificativa maior da realização desta nossa audiência.

Passo a palavra ao professor Raimundo para que como nosso convidado e dirigente municipal da educação de São Luiz no Maranhão e vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, e que neste ato representa toda a UNDIME, passamos a palavra para que o professor Raimundo possa nos dar a sua versão dessa proposta feita pelo Senador Cristovam Buarque em tramitação nesta Casa. V. Exa. tem 20 minutos para proferir.

Com a palavra, professor.

SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA: Bom-dia, Senadora Marisa Serrano, bom-dia, Senador Cristovam, bom-dia a todos os Senadores aqui presentes e a todos que estão nesta sala, nesta Comissão.

Em primeiro lugar eu gostaria de colocar uma posição de gestor público de uma cidade extremamente carente que vive desigualdades muito grandes do ponto de vista do atendimento dos seus alunos na escola pública municipal de São Luiz que hoje são 105 mil entre alunos da educação infantil, ensino fundamental e jovens e adultos atendendo a mais 2.500 através do Pró-Jovem Urbano e no Programa Brasil Alfabetizado com mais 7.500 alunos, portanto, uma rede que está hoje atendendo a 115 mil alunos.

Sem querer alongar muito essa colocação é para dizer que, de fato, os sistemas municipais de educação no Brasil inteiro estão ainda extremamente carentes de apoio da União, de apoio do estado brasileiro para dar conta de suas responsabilidades, mesmo podendo se celebrar avanços como é o caso do FUNDEB na questão do financiamento, os avanços em relação à possibilidade de atender já um número significativo de crianças na educação infantil, e esses avanços também que nos permitem de forma bastante competente reduzindo a taxa de analfabetismo. No caso específico de São Luiz estamos trabalhando com a possibilidade de chegarmos em 2011 com uma taxa de analfabetismo abaixo de quatro, mas isso é um esforço gigantesco que nem sempre a maioria dos municípios consegue alcançar.

Em relação à PEC, nós estudamos a PEC 74 e fizemos, inclusive, uma reunião importante da executiva da UNDIME e entendemos que ela representa um avanço muito grande para os interesses da educação pública brasileira e, em particular, dos sistemas municipais de educação. Nós estamos de acordo com a introdução da obrigatoriedade também para o ensino médio, inclusive, com a idade estabelecida de 6 a 17 preservando constitucionalmente o atendimento das crianças de 0 a 5 na creche e na pré-escola, portanto, essa é uma questão que para nós é de extrema relevância e permeia também os outros artigos que pretendem ser modificados. Nós também compreendemos ser de extrema relevância a introdução de programas complementares, particularmente, o caso do apoio para a melhoria dos acervos das bibliotecas dos sistemas como um todo, e no caso específico do uniforme que é de muita importância, muita relevância para os nossos alunos em nossos municípios e que, inclusive, tem sido objeto de algumas dificuldades quando os gastos são feitos pelos sistemas diante dos Tribunais de Contas. Eu acho que além da utilidade no sentido do atendimento do aluno que está na escola, nós teríamos a possibilidade de resolver um problema que, às vezes, impede com que os municípios possam atender com esse programa suplementar.

No caso do art. 95 das disposições, porque agora tem que ser 96 porque foi...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Renumerado.

SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA: Tem que ser renumerado. Nós também vemos com bons olhos a proposta de criação da poupança educacional, entretanto, nesse particular nós fazemos um destaque porque nós não conseguimos compreender bem como é que se estabeleceria a desvinculação de órgão... Nós tivemos dificuldades na compreensão da constituição do fundo a partir da desvinculação de órgão, fundo ou despesa, e também entendemos que a matéria precisa ser atualizada, porque nós verificamos que a PEC ficou muito tempo tramitando no Senado sem que ela pudesse chegar à sociedade para o grande debate. Isso é uma coisa que nós colocamos como uma espécie de lamento até porque precisávamos ter discutido essa questão há mais tempo.

Colocada a questão dessa forma nós também trabalhamos com um conceito de educação, e é um conceito de educação de tempo integral que não necessariamente nos imporia a necessidade da criança ficar durante oito horas ou seis horas na própria escola onde ela tem ali a sua parte curricular sendo desenvolvida. Nós entendemos que essa PEC é importante porque nós poderíamos também trabalhar com o conceito não de escola, mas de educação de tempo integral, fazendo com que as crianças pudessem estender o seu tempo de aprendizado em espaços que poderiam ser extremamente importantes na cidade, no bairro ou no Estado como um todo. Nós temos um exemplo em São Luiz que outros Estados têm, outros municípios têm que é, por exemplo, nós temos uma escola municipal de música, e os alunos que estão matriculados no turno da manhã utilizam o contra-turno para complementar as suas atividades escolares, curriculares com essa participação no mundo artístico nesse da música, ou seja, quem estuda pela manhã à tarde pode se matricular nessa escola que oferece ali 500 vagas, quem estuda à tarde pode se matricular na parte da manhã, de forma que uma experiência como essa e outras poderiam ser muito bem aproveitadas e ampliadas, no nosso entender, com a proposição desta PEC 74. Então, aí nós estamos destacando o conceito, que o nosso conceito é de educação de tempo integral que pode ser feita na escola, mas complementada em qualquer espaço da cidade. Trabalhamos com conceito, inclusive, de uma experiência boa de São Paulo que é o do Bairro Escola da Vila Madalena, entendemos que o conceito de escola parque também que é anterior a esse período, mas é de Anísio Teixeira, também pode ser muito bem

trabalhado como um instrumento de definição de um conceito mais adequado, mais conveniente.

Portanto, de toda a discussão que nós fizemos no nosso Conselho de representantes na nossa diretoria executiva, nós estávamos carecendo de um aprofundamento e debate em relação à questão da poupança no que diz respeito à formação do fundo, porque nós ficamos nos perguntando assim: nós vamos para uma obrigação de vincular 20% da receita da União, porque são 2% lá. Com esses 2% estaria funcionando num sentido que não seria esse de vinculação já aos 18, como está estabelecido no art. 212 da Constituição, de fato, foi uma dificuldade de leitura que nós precisaríamos ter uma noção melhor aqui nesta reunião.

E no que concernem aos demais aspectos, nós estamos inteiramente certos de que compreendemos bem e inteiramente certos de que a questão da educação pode, de fato, ser nacionalizada, considerando o regime de colaboração como um instrumento fundamental para a composição de um sistema de financiamento em que Estados e Municípios participem, mas que a União esteja muito mais presente também com seus recursos, com seu apoio técnico, com seu apoio material.

Eu entendo, Senadora, que do ponto de vista das minhas colocações, esta fala aqui seria suficiente para nós começarmos a discussão.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós que agradecemos, Sr. Raimundo, a sua fala. E eu queria antes de passar a palavra aos nossos Senadores presentes, o Senador Adelmir Santana que é da CCJ e é da Comissão de Educação, o Senador Roberto Cavalcanti que é da Comissão de Educação e o Senador Cristovam também da Comissão de Educação.

Antes de passar a palavra eu quero só versar sobre três pontos que acho que vai demandar mais discussão. A oferta obrigatória da Educação Básica Pública em jornada integral, a partir do momento que falar que é obrigatória nós temos que ter condições sobejas de oferecê-la em todo o País. A questão do ensino médio e fundamental que serão ministrados, o ensino fundamental e médio serão ministrados em língua portuguesa assegurado às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, é outra questão que também tenho uma preocupação, porque acredito, venho de um Estado de fronteira, a segunda maior população indígena do País está em Mato Grosso do Sul, e ali nós falamos uma linguagem dos guarani-caiová, nós falamos ali o Guarani, mas há outras etnias como as terenas que tem outro tipo de linguagem que é diferente daquela que a etnia caiová fala, e temos os afoxé também que uma linguagem também diferente. Nós temos que perceber como é que nós poderemos fazer isso nas nossas escolas. E a questão do fundo que também tem que ser debatida porque fazer uma mudança dessa sem garantia financeira não há como a gente possa fazer. Eu acho que o fundamental é nós garantirmos o fundo.

Eram essas as minhas considerações. E passo a palavra agora ao Senador Adelmir que tinha pedido primeiro, depois ao Senador Cristovam e depois ao Senador Roberto.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sra. Presidente, Sr. Raimundo Moacir Feitosa. Primeiro o requerimento veio posterior à apresentação já do nosso relatório e nós subscrevemos esse requerimento que é do Senador Tasso Jereissati para mostrar que estamos abertos, inclusive, à discussão, independentemente, da feitura antecipada do nosso relatório ao projeto do Senador Cristovam.

As alterações ligadas às questões temporais que foram levantadas pelo nosso expositor Raimundo Moacir foram alteradas no relatório através de emendas do próprio relator em comum acordo com o autor do projeto. Houve um entendimento, claro, é uma proposta de alteração de 2005, se não me falha a memória, e sofreram, nesse decorrer, já algumas alterações advindas da própria legislação. Então, fizemos um entendimento com o autor e fizemos algumas alterações através de emenda ao projeto objetivando único e exclusivamente melhorar e adequá-lo a essas modificações existentes.

Foi levantada a questão do pouco entendimento com relação à vinculação ou a desvinculação, essa questão do fundo. Aqui também nós fizemos alguma alteração no próprio relatório, eu gostaria de lhe dizer, vou ler literalmente o que está escrito. "Finalmente no que se refere à proposta de criação da poupança educacional do Brasil, no ADCT contrariamente ao que o texto do novel artigo indica se está adiante de uma virtual vinculação de receita de impostos e contribuições sociais da União. A redação fala em desvinculação de órgão, fundo ou despesa, mas o que está propondo não é bem isso, pretende se destinar percentual da arrecadação obtida pela União com impostos e contribuições sociais para a constituição da poupança educacional do Brasil, melhor dizendo, o dispositivo da PEC destina ao referido Fundo entre os anos de 2006 e 2015 valores equivalentes a 2% da arrecadação daqueles tributos". Alterações que também fizemos que falava de 2006, isso já é passado. Então, apenas para dar uma clareza do que é que é a intenção do legislador, do autor do projeto, e isso também essa parte do re-

latório feito em comum entendimento com o Senador Cristovam Buarque.

Então, eu creio que esta audiência hoje não haverá alterações de profundidade do nosso relatório, e eu espero que isso seja incluído para a próxima reunião para gente votar já esse relatório, levando em conta que é um projeto de 2005, Sra. Presidente, e me parece maduro e pronto para a votação. São essas as minhas considerações.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Adelmir. Senador Cristovam, autor do projeto.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer ao Professor Raimundo Moacir Feitosa seus comentários. E dizer que toda vez que a gente fala em educação a gente traz o problema dos recursos necessários. Eu nunca vi ninguém perguntar de onde vem o dinheiro do PAC, da Copa, das Olimpíadas; nunca vi, agora do aumento dos recursos para a PETROBRAS, ninguém fala. Entretanto, é uma realidade o problema dos recursos.

Eu gostaria que a gente trabalhasse em vez dos recursos, o tempo, não dá para ser feito em cinco anos, que se faça em dez, em vinte, em trinta; mas não que a gente diga que não vai fazer por falta de recursos, o Brasil tem que acostumar a definir metas, e tempos para fazer para dar um realismo, para não ficar também uma coisa sonhadora apenas. Mas em vez de se perguntar de onde vem o recurso é perguntar quanto tempo leva com os recursos que nós temos. Ao mesmo tempo, não é preciso muitos recursos para fazer essas mudanças, não são necessários recursos em uma quantidade maior de que o Brasil já pode, se se deixar de fazer alguns gastos, claro, esta Casa é um exemplo, não precisava gastar cinco bi aqui, se a gente reduzisse um bi aqui já cobria uma partezinha disso.

Por outro lado, como disse o Senador Adelmir, esse é um projeto velho, antes de se falar no pré-sal, com o pré-sal se o Presidente da República está dizendo a verdade, não vai faltar dinheiro nenhum, a não ser que ele não esteja, a não ser que ele jogando para... É por isso que eu digo, coloquemos um tempo. A não ser que ele esteja fazendo pirotecnia, porque alguns dizem que é. Até porque a gente sabe que se o Brasil jogar muito petróleo no mercado o preço cai, aí a receita cai, se jogar pouco petróleo o preço se mantém, mas aí a receita é baixa também. Essa receita não vai depender apenas da oferta de petróleo, essa receita vai depender da demanda e a demanda, tudo daqui que não vai continuar crescendo de uma maneira exponencial, ao contrário, a tendência é o petróleo ser substituído, graças, inclusive, ao Brasil com o etanol, a tendência é o petróleo ir sendo substituído ao longo dos próximos dez, 15, 20 anos. Mas se a gente pega um país que tem dois trilhões de renda nacional que tem o absurdo de 40% de receita para o setor público, ou seja, significa 900 bilhões, não tem como dizer que não há recursos para gente gastar em educação se, de fato, considerar isso uma prioridade. O que eu temo é que se um projeto desse tipo não for aprovado o dinheiro do pré-sal não irá para a educação.

Hoje eu já vi que está se propondo o dinheiro todo ir para a saúde, e saúde é muito mais atraente para os que estão vivos hoje e adultos do que educação que vai beneficiar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Principalmente os muito vivos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A educação que vai beneficiar daqui a 20 anos, e eu sei que é difícil convencer o eleitor a esperar dez, 15, 20 anos. Então, o que a gente quer com esse projeto é criar uma obrigação nacional para a educação, discutindo quanto tempo leva para que essa obrigação seja levantada, mudando também o conceito, o próprio Senador Adelmir acrescentou melhorando o projeto no tratamento sobre esse fundo. Eu creio que esse fundo pode ser feito de outras maneiras, até mesmo aumentar a atual vinculação, aumentar lei Calmon, por exemplo, pode ser uma saída, mas o fato é que o agente põe mais recursos na educação, cobrando, mais, obviamente, os professores, melhorando os equipamentos, ou esse país não vai ter futuro. A ideia desse projeto é colocar na Constituição as condições necessárias para que o Brasil tenha futuro, e isso passa pelo horário integral que, a meu ver, já é aceito como uma condição natural. Se isso passar o resto a gente pode até ajustar, mudar, beneficiar e fazer com que o prazo não seja instantâneo. O projeto aí diz: entra em vigor a partir dessa data. Isso foi possível para a abolição da escravatura, para a educação, de fato, é difícil dizer entrar em vigor a partir dessa data.

É isso, Senadora Marisa, que eu tinha para colocar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas, Senador Cristovam, se V. Exa. me permite poderia colocar como se V. Exa. tinha pensado em onze anos, em dez anos, não, nove anos. Por que não dez anos? Sem especificar data? O Senador Adelmir colocou data, não é isso Senador? Se V. Exa. colocar a partir da promulgação.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Nós estamos falando na obrigatoriedade dos recursos?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, do art. 95. Do art. 5º mudando o art. 95.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Estamos alterando para 2009 a 2018.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pois é. Não seria mais correto, a gente espera que seja votado esse ano. Mas eu sugiro que seja a partir da promulgação dez anos.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Em vez de fixar anos?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em vez de fixar a data, o ano, coloca aprovou? Aprovou. Vale por dez anos, V. Exa. tinha botado nove, então vamos colocar dez. Arredonda a partir da promulgação os próximos dez anos, porque aí se for promulgada esse ano ótimo, se não for o ano que vem vale para dez anos do mesmo jeito, não precisa ficar mudando a data. Essa é uma pergunta.

Senador Roberto Cavalcanti que é da Comissão de Educação também é do PRB da Paraíba.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço a nossa vice-Presidente Senadora Marisa Serrano, minha grande amiga. Cumprimento o Dr. Raimundo Moacir Feitosa, vice-Presidente da UNDIME.

Eu vou me ater a um depoimento pessoal e ao questionamento a respeito do tempo integral nas escolas públicas. Eu fui originário, minha educação básica feita em escola pública nos anos 50 em Recife, Pernambuco, em uma escola, há época, tradicional, Escola Experimental Governador Barbosa Lima, ficava no Parque Amorim num bairro de Recife. E essas escolas públicas, há época, eram disputadas por todas as classes para que os filhos estudassem na escola pública, existiam já as escolas privadas, escolas católicas, mas as melhores escolas, em Recife, estavam inseridas no contexto das escolas públicas. Acompanhei uma involução, posteriormente uma melhora, reconheço uma melhora, testemunho do trabalho do Senador Cristovam quando Ministro da Educação, daí em diante uma nova visão brasileira, uma preocupação brasileira maior com a educação, mas eu me acostaria a esse tema que está, que é uma das justificativas do Senador Adelmir Santana que está aqui ao nosso lado no sentido de que tempo integral, eu acho fundamental, e na exposição, no relatório do Senador Adelmir Santana, ele diz com muita clareza que a carência da escola básica de tempo integral, escola pública de tempo integral atinge fundamentalmente as classes menos favorecidas, porque os garotos de classe mais privilegiadas têm o apoio financeiro das famílias para terem os seus cursos, seus cursinhos, seu professor particular em casa ou em determinado local, o inglês, diversas atividades que reforçam a formação profissional, a formação educacional, coisa que as classes menos favorecidas, as classe de mais baixa rendas, não tenha esse privilégio.

Então, eu acho fundamental, eu acho que, inclusive, o menor quando está sem o compromisso de estar numa sala de aula ele está na rua, supostamente ele está brincando, mas hoje a brincadeira virou sinônimo de violência, o menino está muito exposto, meninos e meninas estão muito expostos ao estarem na rua. Na hora que eles tivessem uma educação tempo integral, eu acho que seria, inclusive, um atenuante para a segurança nacional em termos de delinquência juvenil, eu acho que é fundamental.

Então, eu parabenizo essa Audiência Pública e enfatizaria exatamente nesse tema que é a escola pública com tempo integral. Era essa a abordagem que eu gostaria, esse testemunho que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Volto a palavra, então, ao Professor Raimundo Moacir Feitosa que, gentilmente, atendeu o convite da Comissão de Constituição e Justiça para estar aqui hoje, e também essa era uma vontade da Comissão de Educação, haja visto que esse projeto não passou pela discussão na Comissão de Educação. É uma PEC que veio direto aqui para a Comissão de Constituição e Justiça, e nada mais justo do que aqueles que trabalham com educação também participassem ativamente dessa discussão. Portanto, o Professor Raimundo para responder e fazer as suas considerações acerca dos problemas levantados por todos.

SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA: Em primeiro lugar, nessa segunda fala, eu queria deixar claro que estamos aqui atendendo a um chamado da Comissão de Constituição e Justiça e dizendo que estamos apoiando a discussão e aprovação da PEC 74, agora estamos tentando passar também uma visão de realidade que nós temos enquanto gestor público numa cidade que tem um milhão de habitantes e que trabalha com uma rede de 115 mil alunos e quando a gente coloca a questão do tempo integral também nós não estamos sendo contra a escola que tenha tempo integral. Mas eu estou dizendo que na conjuntura que nós estamos vivendo nós podemos fazer isso agregando outros espaços e outros valores que também vai acabar nos ajudando a construir uma educação inteira de tempo integral. Porque eu acho que a rua tem que ser modificada, ela não pode continuar sendo palco de violência, o campo de futebol não pode continuar sendo campo de violência, espaço de violência, o andar no coletivo também tem que ser um espaço em que a pessoa se eduque, no cinema, no teatro, essa é a nossa visão desse conceito. Então, nós estamos de acordo.

Agora tem um dado de realidade, por exemplo, se nós transformarmos, e aí Senador Cristovam, eu tenho acompanhado o senhor desde a época que eu era economista, de fato, antes de ser educador. A gente tem um dado de realidade, por exemplo, se nós vamos trabalhar nessa linha para estar fazendo escola de três turnos, vai ter que ter uma rede física completamente nova e diferente, e aí nós não podemos sonhar que podemos fazer isso sem recursos, e aí eu entendo que o Fundo é fundamental e o conceito de nacionalização da educação também. Eu estou mais no debate para dizer: olha, aprovemos a PEC, nos mobilizemos e possamos garantir aquilo que é uma forma adequada de colocar o processo em concretização. Essa é a primeira colocação.

Na questão da língua materna, questão indígena nós somos inteiramente de acordo, nesse momento eu sou membro do Conselho Nacional de Educação também da Câmara de Educação Básica e estamos fazendo, tentando realizar a revisão e atualização das diretrizes curriculares nacionais, e nós estamos funcionando ali como relator das diretrizes da educação infantil. Então, já fizemos várias audiências por esse país a fora, uma em Santarém, inclusive, outra em São Luiz, e quem representa a questão indígena do Brasil entende que é imprescindível educar a criança na língua materna, porque em fazendo o contrário você está negando a identidade cultural dessa criança. Então, é um debate extremamente grande e rico, por isso nós também temos nos posicionado dessa forma.

Com as colocações do Senador Adelmir do relatório ficou mais clara para nós a questão do Fundo, na verdade, você vai ter um delta que vai acrescer a vinculação, eu acho que a saída é essa, porque, inclusive, agora no momento nessa conjuntura o que é que nós estamos vivendo? O desejo de derrubar a DRU que sangrou em quase 100 bilhões de reais o recurso da educação nos últimos dez anos, e estamos vivendo uma conjuntura delicada, porque todos nós que somos gestores de sistemas municipais de educação estávamos trabalhando na perspectiva crescente de recursos em relação ao Fundo, ao FUNDEB, mas com a queda da receita fiscal estão sendo revistos para menos os parâmetros de financiamento. Então, nós estamos trabalhando, na realidade, no sentido contrário à perspectiva e a nossa capacidade de ação que estava acontecendo. Eu coloco a discussão nesses termos. E também do ponto de vista da nossa ação mais particular enquanto gestor nós possamos fazer assim também, Senador, colocar a questão e ter coragem de avançar, mas tendo o cuidado de estar pisando no chão para não se criar dificuldades na execução das suas responsabilidades. E eu estou plenamente de acordo que o dinheiro do pré-sal poderia ser muito bem conduzido enquanto Fundo para se resolver uma série de problemas da educação brasileira.

Então, de fato, nós estamos aqui enquanto vice-Presidente da UNDIME representando o presidente nacional, o Professor Carlos Eduardo apoiando a PEC e trazendo ali algumas colocações que precisam ser feitas para que a gente possa refletir. E eu entendo que um tema deste, no nosso entender, não devia ter ficado muito tempo aqui no Senado sem estar aberta ao debate da população, porque, de fato, ele é extremamente importante essa questão de universalizar a obrigação da oferta, da matrícula do ensino médio, é clara para nós, é importante.

Em São Luiz nós colocamos com as dificuldades todas e até com reclamações na qualidade, nós estamos colocando à disposição do ensino médio oito mil alunos todo ano que concluem a nona série do ensino fundamental, porque nós já estamos fazendo ensino fundamental de nove anos e começamos em 2003 antes da lei federal. Então, oito mil aí cabe perguntar: o que é que o Estado que tem a responsabilidade maior está fazendo para incluir esses jovens, esses adolescentes no ensino médio? Portanto, essa proposta eu acho que caminha no sentido de permitir, de obrigar, inclusive, sistemas estaduais a não deixar de fora do ensino médio à juventude.

Portanto, a nossa visão aqui, eu acho que eu atendi todas as preocupações dos Senadores, e é no sentido de apoiar a PEC e deixar algumas reflexões para que nós possamos, no processo, entendendo que precisa ser discutido. Vou repetir isso aqui que é fundamental, numa escola que faz três turnos se nós colocarmos, de imediato, nós temos em São Luiz 178 escolas de propriedade da prefeitura, se nós colocarmos, de imediato, nós vamos ter que dobrar essa capacidade física. E para isso nós temos que ter recursos mesmo, não é brincadeira, no caso do Governo Federal colocou o Pró-Infância para as creches, mas aí sempre se está debatendo, inclusive, com a questão de titularidade do solo que é um problema nacional que a gente coloca, e parece que não tem nada a ver com a educação, não é diretamente da educação, mas ele acaba afetando ali e fazendo as coisas andarem mais lentamente do que se imagina. Eu acho também, concordando com a Senadora, essa ideia dos dez anos para frente seria também, na minha maneira de ver, muito boa.

Desculpem-me se eu sou falando querendo... Não estou falando querendo ter autoridade, não.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Já influencia o relator, não é Cristovam? Já influenciou o relator?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria perguntar ao Senador Cristovam que é o autor e ao Senador Adelmir que é o relator e ao Professor Raimundo e ao Senador Roberto também, é um questionamento que eu tenho, justo porque eu também, como o professor Raimundo sabe, eu trabalho muito ligada à prefeitura municipal de Campo Grande, a Professora Cecília. E estamos discutindo semanalmente o andamento nosso da educação. Garantia de padrão de qualidade que é fundamental, por exemplo, o pré-sal eu acho que não devia ser só educação, devia ser qualidade da educação, marcar com a palavra qualidade, porque aí vocês vão pensar que é só construir escola.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É qualidade da educação. Garantido o padrão de qualidade com a oferta obrigatória da educação básica em jornada integral na forma da lei. Mas nós estamos dando dez anos para o Fundo se estabelecer. Eu acho como é que nós vamos colocar obrigatória a escola de tempo integral agora e o Fundo dez anos? Sem o Fundo, aquilo que eu falei no comecinho da minha fala hoje aqui de manhã, sem o Fundo não tem, o fundo é fundamental, é até redundância, mas é o fundamental dessa história, eu acho que o cerne da questão é garantir o fundo, eu acho que esse nós temos que garantir. Agora, quem sabe a gente pudesse aqui, não sei o Senador Cristovam, não sei o Senador Adelmir, nesse art. 206 colocar nesse inciso a garantia do padrão de qualidade com oferta obrigatória de educação básica, pública e jornada de tempo integral de uma forma que a gente ligasse ao Fundo, quer dizer, teríamos, como o senhor diz, que são três turnos que tem nas escolas do interior, eu sei que no interior do Brasil ainda tem muito disso. Quem sabe a gente pudesse garantir, atrelar uma coisa ao Fundo. Eu sei que todos nós gostaríamos que fosse agora, começasse amanhã.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, mas não pode ser, agora não consegue.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas sem dinheiro não tem condição.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não é o dinheiro somente, não tem os professores qualificados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não tem formação.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com esse salário a gente não vai conseguir os professores. Então, eu acho que tem que ter um cronograma de implantação disso, não há dúvida alguma, e isso daqui vai levar 20 anos para chegar ao Brasil inteiro. Por isso a proposta que eu tenho e que casa com essa, mas eu não quero misturar até porque um é Projeto de Lei, é a criação da carreira nacional do magistério contratando--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E ao projeto de V. Exa. que eu sou relatora do tempo integral, professor da educação básica em tempo integral, 70% do recurso dos professores.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas lá está explícito que seriam 250 cidades por ano que seria implantado com 100 mil professores novos por ano, com salário médio de quatro mil reais que é o plano--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O que nós teríamos então progressivamente...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): **--**É o plano de cargos e carreiras do Colégio Pedro II, isso levaria para o Brasil, mas lá está previsto 20 anos. Eu até acho que é possível em menos, na medida em que o efeito da demonstração se espalhe, mas--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode ser até prorrogado. Coloca dez e depois se precisar.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Senadora, me permite. Eu estou sendo chamado, tem uma sessão ali... É sempre assim uma [ininteligível] de Senadores. Eu queria agradecer a presença do Professor Raimundo. E nós nos acertamos a quaisquer alterações que tenham que ser feitas nesse relatório, além das duas, a gente poderá fazer outras--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só uma conclusãozinha. É que eu estou de acordo com o professor quando ele diz que sem uma infraestrutura de edifícios não tem como ter horário integral. Só que enquanto a gente não colocar na lei que vai ter horário integral a gente não faz as escolas. Então tem que colocar na lei e definir um prazo para que os prefeitos se adaptem. Agora eu insisto e queria ver até a opinião--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V. Exa. aceita o prazo?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aceito perfeitamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu acho que aí seria factível.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aceito perfeitamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como o Senador Adelmir disse que o nós decidirmos aqui ele acata.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): O meu relatório foi feito em comum acordo com [ininteligível].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, nós podíamos discutir aqui, Professor Raimundo, talvez a colocação da jornada integral também teríamos um prazo para--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Teria um prazo, claro. Agora eu insisto, professor, que a minha ideia é de que nós não vamos ter essa escola se não houver o que eu tenho chamado, pode ser o nome, é federalização da educação. Não dá para pegar municípios pobres e ter a mesma qualidade de educação que a gente vê em municípios que tem o dinheiro do petróleo, por exemplo.

SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA: Eu estou de acordo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Paulínia é uma cidade que não tem o petróleo, mas tem refinaria, tem dinheiro para fazer a escola igual, não tem feito, eu fui lá e visitei até um cemitério--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E nem a qualidade. Tem escola bonita--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --cemitério maravilhoso eu visitei lá. É verdade, o cemitério é especial com serviço de garçom atendendo a todos os... Não os clientes, os clientes não bebem, mas os amigos dos clientes do cemitério, e as escolas a gente não vê. Eu creio que tem que caminhar para uma federalização com descentralização gerencial, ou seja, o prefeito gerencia como o reitor, o prefeito passaria a ser o reitor, o reitor gerencia, mas o salário vem do Governo Federal, entra no orçamento federal. Eu não estou querendo centralização não, ao contrário, eu radicalizo tanto que eu acho que uma escola pode ser particular e ser considerada da rede federal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por isso que eu acho que o pré-sal não pode ser para a educação, tinha que ser para a qualidade da educação. Porque eu penso em Macaé. Macaé no Estado do Rio tinha que ser a melhor escola, a melhor educação do país com o recurso que eles têm. Porque me disseram lá: nós não temos aonde gastar o dinheiro. Eu falei: "Meu Deus do céu".

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Outra coisa, os prefeitos e os governadores dos municípios produtores estão contra não é porque eles vão deixar de receber dinheiro, é porque eles não vão receber dinheiro livre, porque se a gente colocar que o dinheiro vem para o Governo Federal e o Governo Federal distribui por criança, eles vão receber mais dinheiro do que recebem hoje, se você coloca quatro mil reais por criança, hoje é 1.500, só que eles querem receber o dinheiro livre para completar a folha--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para custeio e não--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Acho que o recurso tem que ir carimbado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem que ir carimbado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu fui prefeita e acho que isso é muito importante.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem que ir carimbado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Esse é muito importante, porque vai direcionado para uma ação, se é de educação ele vai conseguir, por exemplo, nós temos que... Na educação não é só o que vem através do FUNDEB, FUNDEF não, FUNDEB. Os municípios também investem, tem que investir 25% do seu orçamento, alguns investem outros não, alguns maqueiam outros não, outros investem mais. A verdade é essa. Então, o que é que a gente tem que fazer? E muitos não investem porque não têm, não podem, se investir deixam de coletar o lixo, essa é a grande maioria, deixa de ter o remédio daqueles que batem à sua porta--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A maioria é assim.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): **--**porque município pequeno é uma calamidade, o prefeito é pai, é padre, é médico, é juiz, é tudo; a verdade é essa, e a gente tem que entender isso. Agora se for carimbado, vamos dizer, para a educação, para que possa, inclusive, podemos até aumentar o investimento de educação fazendo parte da receita para que a gente invista em vez de 25, 30% e que possa ser utilizado o recurso do pré-sal, aí nós vamos ter realmente as ações são carimbadas, mas você está aliviando o município que pode pegar recursos que antes ele tira da sua receita própria e colocar em outra área.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas na maneira que eu proponho, o dinheiro não vai só carimbado, vai direto para a conta do professor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senadora Rosalba. Só para--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É porque eu também peguei o bonde andando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só para as notas taquigráficas, me pediram. Quem falou agora, está falando a Senadora Rosalba.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, eu acho que deve ir direto por quê?--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Porque embora seja carimbado... Senadora, me permita a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Estou só falando o nome porque as notas taquigráficas me pediram que eu nominasse quem é que está falando.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se vai carimbado... A gente sabe que hoje faz uma estrada na frente de uma escola e diz que é educação, aliás, eu estou citando esse cemitério maravilhoso que eu citei--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, mas vai ser que carimbar.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --é capaz de dizer: é para enterrar os alunos daqui a 50 anos, 100 anos. Então, desde--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Desculpa. Eu pensei que era alguma repreensão da minha Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não é uma repreensão, é apenas uma nominação para as notas taquigráficas.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Cristovam, olha, eu acho que isso pode ser carimbado para o município dizendo qual é o tipo de ação que ele vai realizar, como na saúde, você vai ter recurso que é próprio do medicamento, próprio da vacina, próprio do agente comunitário de saúde. Então, tem que ir tanto para capacitar mais os professores, para que o professor se na cidade já tiver tudo com terceiro grau, todos tenham o mestrado, tanto aqui para que as escolas todas, sem exceção de nenhuma, estejam dentro da modernidade. Então, uma série de questões para que se façam programas culturais nas escolas, porque isso é algo... Meu Deus do céu, que eu fico, assim, louca que aconteça no Brasil. Porque quando você tem uma escola que valorize a parte cultural, esses alunos ficam muito mais motivados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vamos chegar lá.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se Deus quiser.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Cristovam, mais alguma consideração?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, desculpe, aqui é só a título de sugestão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu só quero então deixar aqui, ver se é isso que essa reunião nossa, Audiência Pública, está deixando para o relator. O art. 5º que dispõe sobre o art. 95 fica a partir da promulgação, dez anos, e ligar a jornada integral aos dez anos do Fundo, uma correlação. E, além disso, eu queria, fora isso, pedir ao Senador Cristovam para nós discutirmos e podemos fazer isso juntos, mas nós temos que achar uma forma de, ao mesmo tempo, que nós estamos colocando a educação integral, ao mesmo tempo, que nós estamos mexendo no Fundo, nós temos que mexer aí na nossa formação diferenciada desses nossos professores. Essa qualidade aí é fundamental, isso é possível fazer porque se faz, o prefeito de Campo Grande relutou muitíssimo, mas teve que fazer, isto é, os professores estão ganhando pela qualificação e a prefeitura paga para que os professores estudem, eles mantêm todos que quiserem, está aberto da Educação Básica, e agora a prefeitura já começou a pagar aqueles que quiserem fazer mestrado e precisarem do recurso da prefeitura, ela está pagando. Passou pela Câmara de Vereadores, todo mundo aprovando. Mas isso aí é muita guerra para se conseguir de uma prefeitura. Agora, nós tínhamos que fazer uma obrigatoriedade aí, Senador Cristovam, é na formação. Eu acho que nós tínhamos que pensar em ter tempo integral, nós temos que botar a língua materna, a língua indígena, se nós não entrarmos com a formação pesada.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O caminho que eu tenho defendido para isso, primeiro concurso federal do professor do jeito que é o concurso para a Caixa Econômica, para o Banco do Brasil, para o Itamaraty, concurso federal e não municipal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E renovável.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso. Segundo, salários altos, senão não vai atrair. Por isso que levará 20 anos para chegar aos dois milhões de professores. Os atuais professores fariam concurso se eles quisessem, aí teríamos duas carreiras de professores durante 20 anos, uma carreira--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em extinção?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em extinção atual e uma carreira federal do magistério, uma carreira nacional do magistério como são os professores das universidades--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E o concurso sendo renováveis de cinco em cinco anos?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E o concurso, claro, tem que ter a possibilidade da escola pedir a saída do professor com avaliações constantes, como é em qualquer país que deu o salto na educação, a estabilidade do professor é em relação ao Estado, mas não em relação aos seus colegas, aos pais e aos alunos. Aí não pode ter estabilidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Concordo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O prefeito não deve ter direito de demitir professor nenhum porque aí vira questão política. Mas a comunidade local ou outra instância tem que ter, e aí concurso a cada cinco anos também para ver se está preparado. As empresas demitem quem não está preparado, as escolas mantêm quem não está preparado, quem não se dedica, isso é prova da falta de amor da gente em educação, a maneira como a gente tolera que o exercício do magistério seja uma atividade secundária, primeiro porque paga pouco, e segundo porque tolera o certo abandono que a gente vê hoje.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É verdade.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem que estar amarrado. Mas eu insisto, se a gente fizer um salário de quatro mil reais para o professor, transferir o dinheiro para o prefeito para ele pagar esses quatro mil, os outros servidores todos vão querer esse salário. Agora se a gente diz que esse dinheiro já vem direto do Governo Federal para o professor, o prefeito fica protegido, senão todos os outros vão entrar em greve no mesmo dia para ter o mesmo salário dos professores e os municípios não têm condições.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Verdade.

Senadora Rosalba e depois o professor Raimundo vai fazer as sua considerações.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Presidente.

Professor Raimundo, eu estava ali num debate sobre o saneamento básico na Comissão de Infraestrutura, nós estávamos numa audiência e muito importante trazendo detalhes, maior conhecimento, e, infelizmente, lá não demorei mais, porque também saneamento básico para mim é a maior prioridade que existe, e eu sou médica e fui prefeita, então conheço essa realidade bem, e estava ali, me desculpe que eu gostaria, mas vou ter todas as notas taquigráficas, acompanhar toda a sua explanação, porque eu sei que o senhor nos trouxe, com certeza, informações importantíssimas para que a gente possa alavancar no nosso debate com educação.

A Senadora Marisa tem sido aqui a nossa, vamos dizer assim, ela tem um carinho especial e tem sido uma grande defensora, assim como o Senador Cristovam.

Mas eu tenho uma experiência, Senador Cristovam, de cidade menor, do interior do Nordeste, porque eu vivi... O fato de ter sido prefeita, apesar de dizer: não, você foi prefeita da segunda cidade do Rio Grande do Norte que chega a quase 300 mil habitantes, uma cidade que tem característica de ser produtora de petróleo, de sal, de fruta; mas, na realidade, é uma cidade como muitas, milhares de cidades nordestinas que tem uma zona rural, lá nós tínhamos 133 comunidades rurais e tinha que levar educação para esse povo. Claro. Tivemos que fazer a nucleação, ter o transporte, inclusive, nós tivemos. Para você o que é ouvir o povo. Na época com a questão do transporte escolar, houve um jovem, um menino que disse assim: "se eu tivesse uma bicicleta eu vinha todo dia para a aula". Aí eu fiz um programa que para aquelas crianças que a distância não passava de 3 km até a escola havia um comodato da escola com os pais de uma bicicleta, claro, não podia ser os da pré-escola, para que a bicicleta também fosse bem cuidada. No final do ano ele tinha que chegar com a bicicleta para fazer a matrícula, porque se não tivesse a bicicleta ele perdia a bicicleta, aí ia ver o pai, ia haver uma investigação que era uma coisa bem complicada. Pois o senhor acredita que isso deu muito certo. Para o senhor ver como são idéias, a ideia que eu vi na rua, na comunidade rural. Fizemos em muitas outras comunidades, uma coisa de custo baratíssimo, a criança fazia, ao mesmo tempo, andava pela... Porque a zona rural também a estrada é uma calamidade, tem muitas que é só aquela veredazinha, e aí ônibus não queria ir, você não pode levar, tem que ter o cuidado, não pode levar na carroceria de uma caminhonete...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não tem dinheiro para arrumar estrada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não tem dinheiro para comprar transporte para essas localidades todas. Então, isso foi fuma questão que eu lembrei aqui e que deu muito certo. Então, é uma realidade muito... Quando eu assumi, ainda tinha professor, no meu primeiro governo, leigo, nós acabamos com tudo isso, e passamos também a fazer o terceiro grau, o primeiro concurso para professor quem fez foi

eu na cidade de Mossoró, nunca tinha havido concurso, era tudo QI, quem indica. E aí era professor que não tinha 1º grau completo. Então, nós fizemos concurso já exigindo 3º grau, numa cidade que tinha universidade de pedagogia e de cursos de história, de matemática, até porque tinha que valorizar. Fizemos isso e os que estavam a partir do novo plano de cargo de salário que foi realizado, eles foram, a própria prefeitura em parceria com a universidade fazia, pagava, eu lembro que eram 100 reais por cada professor/mês para que eles fizessem o 3º grau daquela forma nos feriados.

Hoje eu acredito que já estão todos com 3º grau, mas aí vem: pode parar só aí? Tem que capacitar mais, tem que ter mestrado. Então, se nós conseguimos ali tem que se conseguir no Brasil todo. Agora eu discordo quando o senhor diz que o recurso... O professor tem que ser um concurso federal. Não, professor eu acho que tem que continuar sendo municipal. Hoje o concurso tem... Os próprios Conselhos Municipais de Educação são parceiros, eles participam, eles financiam, e esse recurso indo como é hoje por aluno e tendo, nós já temos o piso nacional do professor que é obrigatório agora, é lei, todo município e todas as instâncias pagar o piso. Então, se vamos ter, e eu quero, espero que possamos ter um dia, todas as escolas de tempo integral e com dedicação exclusiva que criemos também um piso nacional dentro desses critérios, porque aí o prefeito... Não foi uma decisão do prefeito, foi uma imposição da lei, desde que tenham os recursos.

Eu acho que dessa forma simplifica mais e não tira do município aquela questão que o município tem que cada vez mais se sentir mais responsável, mais, vamos dizer assim, com as questões do dia a dia, fortalecer mais o município como um ente federativo que se ele caminha bem o Brasil todo caminhará bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Que bom. Senador Cristovam, última questão e aí encerramos a nossa reunião de hoje. No caso da parte da formação § 2º do art. 210 que faz parte do seu art. 3º seria possível a inclusão ou V. Exa. acha que é possível ou é redundante, o § 2º: "o ensino fundamental e médio serão ministrados em língua portuguesa asseguradas às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprio de aprendizagem, garantindo a formação adequada do professor". Porque não pode dizer que nós não estamos pensando nisso, falar esses senadores estão fazendo achando que nós temos professor na área. Mas tem que garantir a formação adequada do professor. Então, seriam três as mudanças que nós faríamos aqui.

Eu quero agradecer muitíssimo. Tem mais alguma coisa, professor?

SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA: Teriam duas coisinhas, só lembrança aqui. No art. 208 nós entendemos que tem que ser atualizado ou adequado em relação à PEC da DRU, fala lá em 6 a 17 e no Projeto de Lei que está tramitando lá da DRU já fala de 4 a 17, talvez fosse importante ali adequar. E no art. 208, no inciso VI, da PEC, eu estou falando da PEC o § 3º deve incluir a educação infantil no recenseamento porque já é feito, isso já é realizado. Seriam as duas últimas coisas. E dizendo que nessa linha da formação os municípios estão trabalhando muito já os planos de carreira dos professores com jornadas já de 40, 24 e 20 para poder garantir um equilíbrio, por exemplo, no caso de São Luiz a gente já tem um programa de pós-graduação.

E, Senadora Rosalba, em São Luiz quando nós assumimos em abril de 2002, São Luiz que é a capital do Estado do Maranhão tinham 1500 professores leigos, 1.500, hoje não tem nenhum, isso pode se celebrar aí, temos quase 98% de professores já graduados que só eram 15% em 2002. Então, eu acho que o Senado, o Parlamento é sensível a essas coisas, a gente acompanhando vai ver que essa PEC seria extremamente oportuna se fosse votada agora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Verdade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria agradecer muitíssimo a presença da Senadora Rosalba, do Senador autor da proposição, Senador Cristovam, dos Senadores Adelmir e Roberto que já estiveram aqui, e dizer que foi boa essa audiência, porque, pelo menos, nós podemos levar a comunidade a essa discussão que seria votada aqui no CCJ sem que os professores pudessem participar.

Então nós queremos agradecer muitíssimo a V. Exa., queríamos que levasse esse resultado a todos da UNDIME, agradecer a UNDIME pela presença, e pedir que as notas taquigráficas sejam enviadas tanto ao Senador Cristovam, a mim, e ao Senador Adelmir Santana para que a gente pudesse dar continuidade então às mudanças que foram levantadas aqui nessa sala.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Queria só aqui dizer ao Professor Raimundo que eu acompanho, conheço o trabalho da UNDIME, e quero

que transmita à Presidente, o senhor é vice-Presidente o grande trabalho que vocês realizam, porque, com certeza... Não sei se é Presidente ou Presidenta agora.

SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA: É Presidente, é o Professor Carlos Eduardo do Município de Castro no Paraná.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois é, mudou mesmo porque antes era mais, teve um período--

SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA: Era a Justina.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --era uma Presidenta.

SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA: Professora Iva Justina do Rio Grande do Norte.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente. Subsecretaria do município do Rio Grande do Norte e que tinha como vice-Presidente a Professora Niná Rebouças lá de Mossoró que foi minha secretária em três períodos, e hoje é uma grande vereadora lá na cidade.

Então, eu queria aqui parabenizá-lo. O trabalho da UNDIME é fundamental, como é importante, como me trouxe luzes, orientações. E eu sei que isso é fundamental para auxiliar os gestores públicos.

Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradecendo a Senadora. E me desculpando também porque hoje esta Casa ainda tem outras Comissões. Mas eu queria agradecer muitíssimo ao Professor Raimundo. Leve o nosso abraço e com essas mudanças hoje eu acho que nós atenuamos também um pouquinho o projeto. Então, a sua vinda já propiciou a que nós melhorássemos o projeto.

Muito obrigada. Está encerrada esta Audiência Pública.

Sessão encerrada às 11h33.

Ata da 35ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 09 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia nove de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Pedro Simon, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Osvaldo Sobrinho, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, César Borges, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita Júnior, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Efraim Morais, Adelmir Santana, Raimundo Colombo, José Agripino, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Gim Argello e da Senadora Marina Silva e Serys Slhessarenko reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Almeida Lima, Sérgio Guerra e as Senhoras Senadoras Ideli Salvatti, Kátia Abreu e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da **Primeira Parte** da Reunião: **ITEM 1) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 15 , DE 2003** – NÃO TERMINATIVO – "Revoga a Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal, que 'Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar'." **Autoria**: Senador TIÃO VIANA e outros Senhores Senadores. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 3 , DE 2007** – NÃO TERMINATIVO – "Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, para determinar o momento do início do processo de cassação de Senador, para os efeitos do art. 55, § 4º, da Constituição Federal." **Autoria**: Senador OSMAR DIAS. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 35 , DE 2007** – NÃO TERMINATIVO – "Altera o art. 23 da Resolução nº 20, de 2003, que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar." **Autoria**: Senador MOZARILDO CAVALCANTI. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável ao PRS nº 15, de 2003, nos termos da Emenda Substitutiva que apresetna, acatando parcialmente a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e pelo arquivamento dos PRS's nºs 3 e 35, de 2007. **Obs**.: – As matérias serão apreciadas também pela Comissão Diretora. – Em 02/09/2009, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Antonio Carlos Júnior; – Em 02/09/2009, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, oferecida ao PRS nº 35, de 2007, que recebeu parecer favorável. – Em 09/09/2009 foi recebido Relatório reformulado pelo Senador Antonio Carlos Júnior com voto favorável ao PRS nº 15, de 2003, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, acatando parcialmente a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e pelo arquivamento dos PRS's nºs 3 e 35, de 2007. **Resultado**: Concedida vista aos Senadores Romero

Jucá e Wellington Salgado de Oliveira, nos termos regimentais. **ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2009 – COMPLEMENTAR (PLP. 00028 de 2007, na origem)** NÃO TERMINATIVO – Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e dá outras providências." **utoria**: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: – Em 27/08/2009, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria, conforme Requerimento nº 65, de 2009-CCJ, de iniciativa do Senador Wellington Salgado de Oliveira, Requerimento nº 67 de iniciativa dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Inácio Arruda e Wellington Salgado de Oliveira e Requerimento nº 71, de 2009-CCJ, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares. – Em 02/09/2009, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais – Em 09/09/2009 foram oferecidas: as Emendas nºs 1 a 17 de iniciativa do Senador Raimundo Colombo; Emenda nº 18, de iniciativa do Senador Osmar Dias; Emendas nºs 19 a 21 de iniciativa do Senador Neuto de Conto; Emendas nºs 22 a 26 de iniciativa do Senador Alvaro Dias; Emendas nºs 27 a 32 de iniciativa do Senador Wellington Salgado de Oliveira e Emenda n° 33 de iniciativa do Senador Aloizio Mercadante. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas n°s 1-CCJ a 8-CCJ. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 85, DE 2009** – TERMINATIVO NA CAE- "Estabelece direitos para os municípios que tenham estado de calamidade pública decretada e dá outras providências." **Autoria**: Senador RAIMUNDO COLOMBO. **Relatoria**: Senador EXPEDITO JÚNIOR. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Obs**.: – Em 04/06/2009, foi concedida vista ao Senador Marco Maciel, nos termos regimentais; – Em 16/06/2009, foi recebido o Voto em Separado do Senador Raimundo Colombo, com voto favorável ao Projeto; – Em 07/07/2009, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Antonio Carlos Júnior; – Em 08/07/2009, o Senador Raimundo Colombo retirou o Voto em Separado; – Em 09/09/2009, durante a discussão, Senador Antonio Carlos Júnior reformula o Relatório para suprimir o inciso III do artigo 1° do Substitutivo. – A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº1-CCJ (SUBSTITUTIVO). **ITEM 6) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 1999** – NÃO TERMINATIVO – (Tramitam em conjunto as PEC's nº 38, de 1999 e nº 3, de 2004) "Altera os Artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal. (Competência privativa do Senado Federal para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas)". **Autoria**: Senador MOZARILDO CAVALCANTI e outros Senhores Senadores. **Relatoria**: Senador VALTER PEREIRA. TRAMITA EM CONJUNTO COM A **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2004** – NÃO TERMINATIVO – "Acrescenta ao art. 231 da Constituição o § 8º, que faculta ao poder público desapropriar imóvel para efeito de demarcação em favor da comunidade indígena".

Autoria: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA e outros Senhores Senadores. **Relatoria**: Senador VALTER PEREIRA. **Parecer**: Favorável à PEC nº 38, de 1999 na forma da Emenda Substitutiva que apresenta; e contrário à PEC n° 3, de 2004. **Obs**.: – Em 25/03/2009, foi concedida vista à Senadora Serys Slhessarenko e aos Senadores Augusto Botelho e Expedito Júnior, nos termos regimentais. – Em 1º/04/2009, foi recebido Voto em Separado da Senadora Marina Silva, com voto pela rejeição das PEC's nºs 3, de 2004 e 38, de 1999. Em 1º/04/2009, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Valter Pereira. – Em 08/04/2009, foi recebido Voto em Separado do Senador Romero Jucá, com voto pela aprovação da PEC nº 38, de 1999, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela rejeição da PEC nº 3, de 2004. – Em 06/05/2009, foi concedida vista aos Senadores Aloizio Mercadante e Jayme Campos, nos termos regimentais. **Resultado**: Retirado de Pauta para atender leitura de Requerimento de tramitação autônoma. **ITEM 10) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2000 (PL Nº 03996/2000 na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Obriga hotéis, albergues, pousadas e outros meios de hospedagem em todo o País a reservar acomodações e áreas para hóspedes não fumantes." **Autoria do Projeto**: Senadora LUZÍA TOLEDO. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Contrário ao Substitutivo, mantendo o texto aprovado no Senado Federal. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado**: Aprovado o Parecer contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela manutenção do texto do PLS n° 10, de 2000 aprovado no Senado Federal. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2002** – TERMINATIVO NA CAE – "Institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências." **Autoria**: Senador MOZARILDO CAVALCANTI. **Relatoria**: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. **Parecer**: Favorável à matéria, com a Emenda que apresenta. **Obs**.: A matéria foi apreciada pela Comissão de

Agricultura e Reforma Agrária, e retorna ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, posteriormente, à de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **Resultado**: Concedida vista à Senadora Marina Silva, nos termos regimentais. **ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 2009** – TERMINATIVO NA CAE – "Acresce dispositivo à Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, que enquadra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) na categoria de empresa pública e dá outras providências, para proibir que o BNDES financie governos de outros países e suas empresas." **Autoria**: Senador RAIMUNDO COLOMBO. **Relatoria**: Senadora KÁTIA ABREU. **Parecer**: Favorável à matéria com três Emendas que apresenta. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado**: Concedida vista à Senadora Marina Silva, nos termos regimentais. **ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2005** – TERMINATIVO – "Disciplina o uso de equipamentos pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional." **Autoria**: Senador MARCELO CRIVELLA. **Relatoria**: Senador ROMEU TUMA. **Relatoria Ad hoc**: Senador OSMAR DIAS

Parecer: Favorável à matéria, com as Emendas nºs 1-CRE a 3-CRE. **Obs**.: – A matéria foi apreciada também pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; – Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o Projeto e a segunda para as emendas. **Resultado**: Aprovado o Projeto com as Emendas n°s 1 -CRE/CCJ a 3-CRE/CCJ. **ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2008** – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, para prever a possibilidade de decretação da indisponibilidade de bens quando o investigado ou acusado estiver foragido." **Autoria**: Senador EXPEDITO JÚNIOR. **Relatoria**: Senador CÉSAR BORGES. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: Votação Nominal. **Resultado**: Retirado de Pauta para re-exame do relatório. **ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2003** – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 4728, de 14 de julho de 1965, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, a fim de estipular novas regras sobre a alienação fiduciária." **Autoria**: Senador DELCÍDIO AMARAL. **Relatoria**: Senador MARCO MACIEL. **Parecer**: Contrário à matéria. **Obs**.: – Votação nominal. – Em 02/09/2009, foi concedida vista à Senadora Serys Slhessarenko, nos termos regimentais que não apresentou manifestação. **Resultado**: Rejeitado o Projeto. **ITEM 27) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2008** – NÃO TERMINATIVO – "Altera o art. 155 da Constituição Federal para instituir hipótese de não-incidência do ICMS nas operações interestaduais de fumo em folha cru quando destinado à industrialização e posterior exportação." **Autoria**: Senador SÉRIO ZAMBIASI e outros Senhores Senadores. **Relatoria**: Senador FRANCISCO DORNELLES. **Parecer**: Contrário à matéria. **Obs**.: Em 02/09/2009, foi concedida vista ao Senador Pedro Simon, nos termos regimentais. **Resultado**: Retirado de Pauta para re-exame do Relatório. **ITEM 29) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 11, DE 2009** – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre o estágio-visita no âmbito do Senado Federal." **Autoria**: Senador INÁCIO ARRUDA. **Relatoria**: Senadora PATRICIA SABOYA. **Relatoria Ad hoc**: Senadora SERYS SLHESSARENKO. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: – A matéria será apreciada também pela Comissão Diretora. – Em 09/07/2009, foi concedida vista ao Senador Demóstenes Torres (Presidente da CCJ), nos termos regimentais. – Em 26/08/2009, o Senador Demóstenes Torres apresentou a Emenda nº 1, decorrente do pedido de vista (Dependendo de Parecer). **Resultado**: Retirado de Pauta para atender leitura de Requerimento de tramitação conjunta. **ITEM 32) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 583, DE 2007** – TERMINATIVO NA CMA– "Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Instituto de Pesquisa da Biodiversidade Brasileira (BIOBRAS)." **Autoria**: Senador MARCELO CRIVELLA. **Relatoria**: Senador GILVAM BORGES. **Relatoria Ad hoc**: Senador OSMAR DIAS. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: – Em 10/07/2009, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Gilvam Borges com voto favorável à matéria; – A matéria será apreciada também pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. **Resultado**: Concedida vista à Senadora Marina Silva, nos termos regimentais. **ITEM 33) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2007** – NÃO TERMINATIVO – "Altera os arts. 142, 170, 194, 203 e 226, da Constituição Federal, e os arts. 79 e 80, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a cooperação das forças armadas com ações sociais civis, sobre a assistência social aos moradores de rua, e dá outras providências." **Autoria**: Senador EXPEDITO JÚNIOR e outros Senhores Senadores. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável à matéria, com quatro Emendas que apresenta. **Obs**.: – Em 15/10/2008, foi concedida vista ao Senador Romero Jucá, nos termos regimentais, que não apresentou manifestação. **Resultado**: A Comissão rejeita o Relatório do Senador Antonio Carlos Júnior. A Presidência designa Relator do Vencido o Senador Aloizio Mercadante, que oferece o Parecer do Vencido concluindo pela rejeição da Proposta. **ITEM 36) PROPOSTA DE EMENDA À CONS-**

TITUIÇÃO Nº 94, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO – "Altera o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências." **Autoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES e outros Senhores Senadores. **Relatoria**: Senador EDUARDO AZEREDO. **Parecer**: Favorável à matéria, com três Emendas que apresenta. **Obs**.: Matéria em re-exame na Comissão. **Resultado**: Concedida vista ao Senador Aloizio Mercadante, nos termos regimentais. **ITEM 38) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 50, DE 2009** – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre a composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar." **Autoria**: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Pelo arquivamento da matéria. **Obs**.: A matéria vai à Comissão Diretora. **Resultado**: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Projeto. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO N° 98, DE 2009-CCJ** "Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a constitucionalidade do Pré-Sal com os seguintes convidados: Gastão Alves Toledo, Jurista e Luiz Antonio Lemos, Advogado Especialista na Legislação do Setor." **Autoria**: Senador FRANCISCO DORNELLES. **Resultado**: Aprovado. **2) REQUERIMENTO N° 99, DE 2009-CCJ** "Requeiro, nos termos do art. 58, §2, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 397, inciso I, e art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que seja feito convite às autoridades abaixo relacionadas para, em Audiência Pública nesta Comissão em conjunto com a Comissão de Infraestrutura – CI, e com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, prestarem esclarecimentos sobre em que condições o Governo brasileiro renegociou com o Governo do Paraguai o tratado da Usina Hidrelétrica de Itaipu: Sr. EDISON LOBÃO, Ministro de Minas e Energia; Embaixador CELSO AMORIM; Ministro das Relações Exteriores." **Autoria**: Senador FLEXA RIBEIRO. **Resultado**: Aprovado. **3) REQUERIMENTO N° 100, DE 2009-CCJ** "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater a constitucionalidade e juridicidade do marco regulatório do pré sal, com os seguintes convidados: Luiz Leonardo Cantidiani – advogado e ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Modesto Carvalhosa – professor da USP, advogado e autor renomado na área de Direito Econômico; Floriano Marques Neto-professor de Direito Administrativo da USP e da FGV, doutor em Direito na USP e advogado; Alexandre Aragão- professor doutor em Direito do Estado pela USP, Mestre em Direito Público pela UERJ e Procurador do Estado e advogado no Rio de Janeiro." **Autoria**: Senador ALOIZIO MERCADANTE. **Resultado**: Aprovado. A Presidência suspende a Reunião às treze horas e trinta e três minutos do dia nove de setembro de 2009 e a reabre às dez horas e quarenta e oito minutos do dia dez de setembro de 2009. Passa-se à apreciação da **Segunda Parte** da Reunião: **ITEM 42) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2003** – NÃO TERMINATIVO – "Acrescenta dispositivos ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor." **Autoria do Substitutivo**: CÂMARA DOS DEPUTADOS **Autoria do PLS**: Senador AUGUSTO BOTELHO. **Relatoria**: Senador RENATO CASAGRANDE. **Relatoria Ad hoc**: Senador EFRAIM MORAIS. **Parecer**: Pela prejudicialidade da matéria. **Obs**.: A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Resultado**: Aprovado o Parecer pela prejudicialidade da matéria. **ITEM 44) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2003 (PL. 00644 de 2003, na origem) – NÃO TERMINATIVO –** "Assegura o gozo de licença-maternidade e licença-paternidade aos parlamentares e dá outras providências." **Autoria**: Deputada SANDRA ROSADO e outros Senhores Deputados. **Relatoria**: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. **Relatoria Ad hoc**: Senador EFRAIM MORAIS. **Parecer**: Contrário à matéria. **Obs**: A matéria será apreciada também pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado**: Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 47) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006 (PL. 01244 de 2003, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. (Substitui a expressão "medida sócio-educativa" pela "medida psicosssocioeducativa")." **Autoria**: Deputado JOÃO ALFREDO. **Relatoria**: Senador VALDIR RAUPP. **Relatoria Ad hoc**: Senador EFRAIM MORAIS. **Parecer**: Favorável à matéria, com uma Emenda de Redação que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1- CCJ, de Redação. **ITEM 49) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008 (PL. 01309 de 2007, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz)." **Autoria**: Deputada ELIENE LIMA. **Relatoria**:

Senador MARCO MACIEL. **Relatoria Ad hoc**: Senador EFRAIM MORAIS. **Parecer**: Favorável à matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 50) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 186, DE 2008 (PL. 01460 de 1999, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Acrescenta dispositivo ao art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, tornando a terceira luz de freio equipamento obrigatório de automóveis e veículos de passageiros, de cargas e mistos." **Autoria**: Deputado LUIZ BITTENCOURT. **Relatoria**: Senador EDUARDO AZEREDO. **Parecer**: Favorável à matéria. **Resultado**: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 51) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2002** – TERMINATIVO NA CAS – "Acrescenta artigo 392-B à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1943, e altera o artigo 210 da Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre a licença-maternidade das servidoras mães adotantes ou que tenham obtido guarda judicial de crianças, e a licença paternidade dos trabalhadores celetistas e dá outras providências." **Autoria**: Senador CARLOS BEZERRA. **Relatoria**: Senador ALOIZIO MERCADANTE. **Relatoria Ad hoc**: Senador EFRAIM MORAIS. TRAMITA EM CONJUNTO COM O **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2007** – TERMINATIVO NA CAS – Altera o art. 207 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para conceder à servidora gestante licença por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos. **Autoria**: Senador PAULO PAIM. **Relatoria**: Senador ALOIZIO MERCADANTE. **Relatoria Ad hoc**: Senador EFRAIM MORAIS. **Parecer**: Pela inconstitucionalidade e conseqüente rejeição do PLS nº 86, de 2007, e pela constitucionalidade e juridicidade do PLS nº 157, de 2002 com a Emenda supressiva que apresenta. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado**: Aprovado o Parecer pela inconstitucionalidade e conseqüente rejeição do PLS nº 86, de 2007, e pela constitucionalidade e juridicidade do PLS nº 157, de 2002 com a Emenda supressiva que apresenta. **ITEM 52) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 2002** – TERMINATIVO NA CE – "Inclui a Ação Paramaçônica Juvenil do Grande Oriente do Brasil como método complementar do ensino formal, visando à formação moral, cívica e patriótica e dá outras providências." **Autoria**: Senador MOZARILDO CAVALCANTI. **Relatoria**: Senador ALMEIDA LIMA. **Parecer**: Contrário à matéria. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **Resultado**: Retirado de Pauta a pedido do autor. **ITEM 53) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2003** – NÃO TERMINATIVO – "Altera o artigo 14 da Lei nº 5700, de 1º de setembro de 1971, tornando obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional nos núcleos habitacionais da Amazônia Legal." **Autoria**: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – "ONGs" (SF). **Relatoria**: Senador JAYME CAMPOS. **Parecer**: Contrário à matéria. **Resultado**: Retirado de Pauta para redistribuição. **ITEM 54) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, DE 2003 – COMPLEMENTAR** – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre o Sistema de Aquisição da Habitação Social – SAHS – e dá outras providências." **Autoria**: Senador FLÁVIO ARNS. **Relatoria**: Senador FLEXA RIBEIRO. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. **Parecer**: Pela prejudicialidade da matéria. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado**: Aprovado o Parecer pela prejudicialidade do Projeto. **ITEM 55) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, DE 2004** – TERMINATIVO NA CE- "Altera a Lei nº 10.671, de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor", a fim de regulamentar a participação de Torcidas Organizadas em estádio de futebol no País." **Autoria**: Senador MOZARILDO CAVALCANTI. **Relatoria**: Senador OSMAR DIAS. **Relatoria Ad hoc**: Senador EFRAIM MORAIS. **Parecer**: Contrário à matéria. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **Resultado**: Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 56) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2006** – TERMINATIVO NA CRE – "Autoriza a criação, pelo Poder Executivo, da Secretaria de Apoio a Brasileiros no Exterior (SEABE), e dá outras providências." **Autoria**: Senador VALDIR RAUPP. **Relatoria**: Senadora IDELI SALVATTI. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 57) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, DE 2006** – TERMINATIVO NA CE – "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Baixada Maranhense – UFBAM, com sede no Município de Pinheiro, Estado do Maranhão." **Autoria**: Senadora ROSEANA SARNEY. **Relatoria**: Senador LOBÃO FILHO. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 58) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, DE 2006** – TERMINATIVO NA CMA – "Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que aprova o Plano Anual de

Outorga Florestal – PAOF." **Autoria**: Senador PEDRO SIMON. **Relatoria**: Senador RENATO CASAGRANDE. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. **Parecer**: Pela inconstitucionalidade da matéria. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. **Resultado**: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 61) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2009 – COMPLEMENTAR** – NÃO TERMINATIVO – "Revoga o inciso III do art. 33 e o § 2º do art. 112, ambos da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, o inciso VII do art. 20 da Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1941, e a alínea "e" do inciso II do art. 18 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1973, para extinguir a prisão especial concedida a magistrados e membros do Ministério Público." **Autoria**: Senador MARCELO CRIVELLA. **Relatoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Parecer**: Favorável à matéria, com duas Emendas que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 62) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2009** – NÃO TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para revogar a exigência de que 20% dos militares em exercício na Agência retornem ao Comando da Aeronáutica a cada ano". **Autoria**: COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (SF). **Relatoria**: Senador ROMEU TUMA. **Relatoria Ad hoc**: Senador PEDRO SIMON. **Parecer**: Contrário à matéria, por inconstitucionalidade. **Obs**.: A matéria foi apreciada também pela Comissão de Serviços de Infra-estrutura. **Resultado**: Aprovado o Parecer contrário ao Projeto, por inconstitucionalidade. **ITEM 64) AVISO Nº 206, DE 2000 (AVISO nº 06963, de 2000, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 833/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à solicitação da CPI do Judiciário para que aquela Corte analise conclusivamente todos os procedimentos constantes do processo TRT-PA-1.073/95, bem como aqueles investigados pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, relativos à Portaria AP nº 1, de 25.05.99, antes de julgar as contas do TRT da 1ª Região, relativas aos anos de 1993 e 1994." **Autoria**: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO **Relatoria**: Senador JAYME CAMPOS. **Parecer**: Pelo arquivamento da matéria. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Resultado**: Retirado de Pauta para redistribuição. **ITEM 65) AVISO Nº 22, DE 2004 (AVISO nº 01339, de 2004, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Encaminha ao Senado Federal para os fins previstos na alínea "g" do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, a relação dos nomes dos responsáveis que tiveram suas contas julgadas irregulares em decisão definitiva por aquele Tribunal, nos últimos cinco anos, consoante o disposto no artigo 91 da Lei nº 8.443, de 1992, informa, ainda, que manterá a referida relação atualizada e disponível para consulta no site daquele Tribunal, de 1º de julho a 31 de dezembro de 2004." **Autoria**: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO **Relatoria**: Senador JAYME CAMPOS. **Parecer**: Pelo arquivamento da matéria. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Resultado**: Retirado de Pauta para redistribuição. **ITEM 66) CONSULTA (SF) Nº 2, DE 2008 (01316, de 2008, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Encaminha à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, consulta e notas taquigráficas referentes ao pronunciamento do Senador Tião Viana, na sessão do dia 19 de agosto de 2008, acerca do comparecimento dos senadores às sessões deliberativas nos sessenta dias que antecedem as eleições municipais de 2008". **Autoria**: PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL. **Relatoria**: Senador EXPEDITO JÚNIOR. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. **Parecer**: Com voto no seguinte sentido: a) à primeira questão, de que não há dispositivo regimental que sustente a ausência de Senador nos períodos que antecedem as eleições municipais; b) à segunda questão, de que há obrigatoriedade de comparecimento no período que antecede eleições municipais, podendo o Senador, contudo, justificar sua ausência na forma dos art. 13 e 38, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa; c) à terceira questão, de que há necessidade de apresentação de justificativa de ausência, se esta ocorrer nos períodos que antecede eleições municipais. **Resultado**: Aprovado o Parecer. **ITEM 67)QUESTÃO DE ORDEM DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2004(OF 1132 de 2004, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Sobre o funcionamento de Comissões Permanentes ou Temporárias durante a Ordem do Dia." **Autoria**: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. **Relatoria**: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. **Parecer**: Pelo arquivamento da matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer pelo arquivamento da matéria. **ITEM 68) REQUERIMENTO Nº 329, DE 2006** – NÃO TERMINATIVO – "Requer, nos termos do disposto no inciso X, art. 49 da Constituição Federal e o art. 14 da Lei nº 9.613, de 1998, seja solicitado ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF que abra procedimento administrativo

para identificação da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro, envolvendo depósito em dinheiro do Sr. Paulo Okamotto para o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva." **Autoria**: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. **Relatoria**: Senador GILVAM BORGES. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. **Parecer**: Contrário à matéria por inconstitucionalidade e antiregimentalidade. **Resultado**: Aprovado o Parecer contrário ao Requerimento por inconstitucionalidade e antiregimentalidade. **ITEM 69) REQUERIMENTO Nº 1238, DE 2006** – NÃO TERMINATIVO – "Requerem, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE CENSURA ao Ministro da Defesa, WALDIR PIRES, pela falta de comando na atual crise no tráfego aéreo brasileiro." **Autoria**: Senadores DEMÓSTENES TORRES e outros Senhores Senadores. **Relatoria**: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. **Relatoria Ad hoc**: Senador PEDRO SIMON. **Parecer**: Pela prejudicialidade da matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer pela prejudicialidade do Requerimento. **ITEM 70) REQUERIMENTO Nº 527, DE 2009** – NÃO TERMINATIVO – "Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, pela monumental festa realizada na Esplanada dos Ministérios no dia 21 de abril." **Autoria**: Senador MARCONI PERILLO. **Relatoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Parecer**: Favorável à matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **ITEM 71) REQUERIMENTO Nº 545, DE 2009** – NÃO TERMINATIVO – "Requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE REPÚDIO à tentativa de intimidação contra o Secretário-Geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Amazonas, jornalista CRISTÓVÃO NONATO, no dia 08 de maio de 2009, em Manaus-AM." **Autoria**: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. **Relatoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Parecer**: Favorável à matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **ITEM 72) REQUERIMENTO Nº 754, DE 2009** – NÃO TERMINATIVO – "Requer VOTO DE APLAUSO ao jornalista Ricardo Allan, do Correio Braziliense pela publicação da matéria 'O Trimestre da Recessão', inclusa no caderno Economia, de 7 de junho de 2009." **Autoria**: Senador MARCONI PERILLO. **Relatoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Parecer**: Pelo arquivamento da matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Requerimento. **ITEM 73) DIVERSOS Nº 92, DE 1996** – NÃO TERMINATIVO – "Estabelece hipóteses nas quais fica suspensa a concessão de medidas liminares e dá outras providências." **Autoria**: GOVERNADORES DE ESTADO. **Relatoria**: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR. **Relatoria Ad hoc**: Senador PEDRO SIMON. **Parecer**: Pelo arquivamento da matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer pelo arquivamento da matéria. **ITEM 74) DIVERSOS Nº 8, DE 1998** – NÃO TERMINATIVO – "Solicita manifestação do Senado Federal visando à inclusão de parcela de precatórios judiciais emitida em 1995 no refinanciamento da dívida do Estado do Rio Grande do Sul a ser celebrado com a União, ao amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados." **Autoria**: GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatoria**: Senador LEOMAR QUINTANILHA. **Relatoria Ad hoc**: Senador PEDRO SIMON. **Parecer**: Pelo arquivamento da matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer pelo arquivamento da matéria. É adiada a **Terceira Parte** da Reunião: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009 "Acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista." Autoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador INÁCIO ARRUDA. Obs.: Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 70, de 2009-CCJ, de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares. CONVIDADOS: SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); DANIEL PIMENTEL SLAVIERO Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT); EDSON SPENTHOF Presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ); MAURÍCIO AZÊDO Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); JUDITH BRITO Presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ); CARLOS FRANCISCATO Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor); RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A Presidência declara encerrada a Reunião às doze horas e nove minutos, ficando adiados os demais itens, a saber: 3) PLC Nº 43, DE 2009; 4) PLS Nº 171, DE 2004; 7) PEC Nº 41, DE 2007; 8) PEC Nº 53, DE 2007; 9) PEC Nº 6, DE 2009; 11) PLS 476, DE 2003; 12) PLS Nº 290, DE 2007; 13) PLS Nº 248, DE 2005-COMPLEMENTAR tramita em conjunto com o PLS Nº 336, DE 2005-COMPLEMENTAR; 15) PLS Nº 137, DE 2009; 16) PLS Nº 333, DE 2005; 18) PLS Nº 98, DE 2009; 21) PLS Nº 48, DE 2007; 22) PLS Nº 190, DE 2007; 24) PLS Nº 61, DE 2009; 25) PLS Nº 552, DE 2007; 26) PLS Nº 122, DE 2008; 28) PDS Nº 128, DE 2007; 30) PEC Nº 24, DE 2007; 31) PLS Nº 118, DE 2008; 34) PLS Nº 223, DE 2009; 35) PLS Nº 353, DE 2008; 37) PLC Nº 36, DE 2005; 39) PRS

Nº 26, DE 2009; 40) PRS Nº 37, DE 2009; 41) PRS Nº 38, DE 2009; 43) PLC Nº 22, DE 2002; 45) PLC Nº 85, DE 2004; 46) PLC Nº 72, DE 2006; 48) PLC Nº 2, DE 2007; 59) PLS Nº 309, DE 2006; 60) PLS Nº 154,D E 2008; 63) PLS Nº 234, DE 2009; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

35ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada nos dias 09 e 10 de Setembro de 2009.

1ª PARTE
Realizada no dia 09 de Setembro de 2009,
Às 10 Horas e 31 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A primeira parte da presente reunião destina-se à deliberação dos itens nº 01 a 41. Inicialmente, votaremos os projetos não terminativos consensuais.

Item 05 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 85...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, o jornal O Estado de São Paulo, que é um dos mais conceituados jornais do Brasil, fez um editorial da maior importância sobre a constitucionalidade do pré-sal, uma matéria polêmica, complexa, reúne opiniões divergentes. E eu pergunto a V. Exa. se V. Exa. admitiria fazer aqui, nesta Comissão, uma audiência pública sobre a constitucionalidade do pré-sal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com o maior prazer.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu estou apresentando um requerimento a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Votaremos imediatamente e aplaudo a iniciativa de V. Exa.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 05, página 167. Projeto de Lei do Senado nº 85/2009, terminativo na CAE. Estabelecem direitos para os municípios que têm o estado de calamidade pública decretado e dá outras providências. Autoria: Senador Raimundo Colombo; relatoria: Senador Expedito Júnior, relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior. Parecer: favorável à matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Houve pedido de vista, feito pelo Senador Marco Maciel, que não fez qualquer manifestação.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior para as suas considerações.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei em exame não apresenta vício de inconstitucionalidade, nem quanto à iniciativa parlamentar para a instauração do processo legislativo, nem relativamente à matéria nele tratado. Como estipulado no art. 48 da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor de todas as matérias de competência da União, nas quais se incluem, certamente, as referentes ao direito financeiro. Em relação ao mérito, trata-se de proposição de indiscutível relevância, especialmente à luz dos recorrentes problemas enfrentados pelos municípios, castigados por desastres naturais, como inundações e desabamentos. Assim queremos parabenizar o Senador Raimundo Colombo pela presente iniciativa, a qual desejamos nos unir para assegurar a sua rápida aprovação. No entanto, há reparos a fazer ao texto, pois algumas disposições do PLS nº 85/2009 apresentam problemas quanto à sua compreensão e alcance e em decorrência quanto à observância da boa técnica legislativa. Em termos de técnica legislativa, o art. 1º do projeto contém algumas imprecisões. Então, o Inciso I: "A expressão prorrogação por noventa dias do pagamento de toda e qualquer dívida pode sugerir que se pretende prolongar o conhecimento da dívida, embora o objetivo pretendido seja, evidentemente, adiar, por 90 ou 270 dias, o pagamento de suas parcelas vincendas durante a vigência do estado de calamidade decretada.

Com esse procedimento, afasta-se qualquer possibilidade de interpretação que considere inconstitucional tal disposição, na medida em que se preserve o status de ato jurídico perfeito dos respectivos contratos, são eles preservados em suas cláusulas fundamentais. Ainda nesse inciso, a expressão administração direta, indireta ou fundacional incorre numa redundância, pois as fundações integram a administração indireta.

No Inciso IV, por sua vez, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço recebe a denominação de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Tais impropriedades requerem correções naturalmente. Por outro lado, a redação dada ao Inciso II, do art. 1º, do projeto em exame, pode lhe conferir uma interpretação que implique clara inconstitucionalidade, isso porque, como se sabe, o art. 161, Inciso II, da Constituição Federal, determina que cabe à lei complementar estabelecer normas sobre a entrega de participação de Estados e Municípios na arrecadação do imposto de renda, do IPI e da CID Combustíveis, em especial os critérios de rateio dos montantes destinados ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios e aos programas de financiamento ao setor produtivo das reuniões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Se o dispositivo em análise tratasse das regras de alocação do FPM, exigiria lei complementar e não a ordinária, como a do PLS nº 85/2009. Todavia, a matéria desse dispositivo não visa esse objetivo, mas tão somente assegurar que a União aporte recursos adicionais aos municípios em situação excepcional, ou seja, em calamidade pública. Nesse dispositivo, trata-se de assistência financeira da União da transferência não vinculada de recursos financeiros federais. Apenas como referencial de valor, o montante a ser transferido nessas circunstâncias se equivaleria a uma cota-parte do fundo de participação dos municípios.

Ademais, julgamos impróprio tratar com antecipação o que é, como explicitado no próprio Inciso II, do art. 1º, uma entrega definitiva. Dessa forma, o aporte de recursos federais adicionais para os municípios, vitimados por calamidade pública, deve ressaltar a sua natureza de assistência financeira definitiva, não se confundindo como a redistribuição de parcelas das cotas-parte devidas a outros governos municipais. Por esse motivo, proporemos também a sua correção.

O voto. Nós recomendamos a aprovação do PLS nº 85/2009, com o substitutivo apresentado aqui, a seguir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para discutir, V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Nós sabemos das dificuldades vivenciadas pelos municípios durante a ocorrência de calamidades, notadamente em face da demora da liberação dos recursos destinados a dar assistência às populações flageladas. Nós temos vários exemplos que consubstanciam, dão base e fundamento a essa proposta, relatada pelo nobre Senador Antonio Carlos Júnior. Ocorre, Sr. Presidente, que, muito embora seja do mais alto mérito essa iniciativa do Senador Raimundo Colombo, cujo Estado foi mergulhado numa calamidade, que eu tenho certeza, nem todos os recursos foram liberados para atender aos reclamos da população atingida, há uma contradição, há uma distorção, qual seja a do Inciso III, do art. 1º, do substitutivo, que entra em coalizão com o § 2º, do art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que fala sobre contingenciamento. Isto é, uma lei complementar que dá direito ao Executivo compatibilizar as dotações orçamentárias de tal modo que ele tenha a receita suficiente para liberar o compromisso, e, no entretanto, numa lei ordinária, proposta pelo Senador Raimundo Colombo, ele diz textualmente que é obrigatória a liberação de todos os recursos constantes da lei orçamentária anual da União, destinado ao município afetado. Eu acho isso ótimo, eu acho isso bom, da maior validade, só que entra em choque com a lei que trata... A LDO... Digo melhor, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é o § 2º, do art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Como nós compomos a Constituição de Justiça, que trata não só da constitucionalidade, como também da legalidade de todas as matérias apresentadas nesta Comissão, eu gostaria de sugerir ao nobre relator, visando aproveitar o projeto para que ele seja aprovado--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Qual artigo, senador?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É o artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal, § 2º, do art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que fala sobre o contingenciamento, e o art. 1º, Inciso III, do substitutivo...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Esse colide com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu vou fazer uma proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já de esvaziar a sala de uma vez.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não. Que V. Exa. adie a votação do Projeto de Lei nº 137, por-

que daí vai ter silêncio aqui atrás. Adia para outro dia, porque não dá para gente ouvir nada do que o relator está colocando.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Veja só, hoje, nós temos aqui procuradores-gerais de justiça, promotores, defensores públicos, defensores-gerais. Então, eu pediria aos senhores que mantivessem silêncio, porque, senão, eu não vou adiar a discussão, mas eu vou ter que pedir para que quem não esteja sentado fique lá fora, assistindo no telão. Então, nós temos essa alternativa: ou os senhores fiquem em silêncio ou terei que cumprir a solicitação do Senador Osmar Dias.

Continua em discussão. Senador, é o Inciso III.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, Presidente, para finalizar, o que eu proponho, na realidade, é para, inclusive, aproveitar o projeto, que é meritório, que seja extinto, excluído o Inciso III, do art. 1º, uma vez que ele diverge da Lei de Responsabilidade Fiscal, § 2º, do art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quer dizer, entra em choque com a Lei Complementar. Como esse é um Projeto de Lei Ordinária.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. V. Exa. pode só ler o artigo da Lei Complementar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É o § 2º, do art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. pode ler o texto só para vermos a incompatibilidade?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Na verdade, ele fala sobre... Que dá ao Executivo, mas eu lerei, vou ler daqui a pouco para V. Exa., já mandei buscar o texto da lei, dá direito ao Executivo a fazer o contingenciamento de dotações... Ou seja, compatibilizar o compromisso financeiro com a receita do Estado Brasileiro. Porque de nada adianta você ter uma obrigação de liberar 100 milhões de reais e não ter a receita para cobrir. A Lei de Responsabilidade Fiscal não permite que isso aconteça, tanto a nível federal, como a nível estadual e municipal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa., se o texto – e acredito que seja – for igual ao que V. Exa. está dizendo, é óbvio que, como é uma lei hierarquicamente inferior, merece... O reparo que V. Exa. está fazendo é automático.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exa.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O problema que coloca o Senador Antonio Carlos... A origem do projeto é exatamente que a burocracia, ela domina a excepcionalidade, o decreto de calamidade não é respeitado. Vou lhe dar um fato concreto. Tem uma emenda, de autoria parlamentar, para construir uma ponte na cidade de Blumenau, que foi terrivelmente atingida na última catástrofe. Essa emenda foi feito o acordo com a Caixa Econômica Federal, a comunidade está sem condições de tráfego de uma margem do rio a outro. A emenda está lá. Só que a burocracia não permite, até hoje, que a emenda tenha sido liberada. Qual é a origem jurídica dessa questão? Tudo aquilo que está na Lei Complementar, evidentemente que uma lei simples não pode obrigar, mas aquilo que não está comprometido, que não está impedida pela lei, que seja autorizado, senão não vai resolver o projeto. A verdade é que a burocracia passa Governo, muda partido, ela vence as prioridades da comunidade. Santa Catarina e o Sul do Brasil estão outra vez em calamidade pública. Agora, um vendaval destruiu uma série de cidades, arrasou vilas, matou pessoas, e, mais uma vez, esta cidade, esses municípios vão conviver outra vez com a guerra da burocracia, com uma legislação que não dá a devida atenção, até porque, quando você decreta um estado de calamidade, a Comissão Municipal de Defesa Civil, ela precisa da homologação do prefeito, depois vai para a Defesa Civil Estadual, e o governador reconhece, depois vai para a Defesa Civil Nacional, de tal forma que não há necessidade de estabelecer tantas regras e tantas exigências para poder liberar os recursos. Qual é a origem da ideia? Aquilo que está no orçamento, aquilo que é prioridade, quando a cidade é atingida por uma calamidade, que esses recursos sejam positivos, e, normalmente, eles são recursos de emendas parlamentares, como a ponte de Blumenau, que me referi.

Aquilo que está na Lei Complementar, evidentemente que não fica atingido por uma lei ordinária, mas a lei ordinária tenha esse poder de dar a agilidade necessária, senão de que adianta decretar estado de calamidade, se as condições são as mesmas? Nós estamos há quase um ano na calamidade de Santa Catarina e as dificuldades continuam, e o grande obstáculo não é o Governo, ou o partido A ou B; o grande obstáculo é a burocracia, e é contra ela que esse projeto quer combater. Por isso eu quero cumprimentar, elogiar, reconhecer os méritos do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, que deu uma melhorada significativa nesse projeto, de tal forma que ele precisa

ser votado. Eu peço a urgência. Novamente nós estamos em calamidade, novamente as dificuldades vão ser essas e lá se vai mais um ano. Eu fui prefeito três vezes. Existe outro obstáculo: você recebe os recursos um ano depois, e, quando você faz a obra, na hora de prestar conta, vem todo um conjunto de regularidades que fica dez anos respondendo, junto aos Tribunais de Contas, porque os prazos não fecham. Então, esta burocracia virou realmente um problema seríissimo para as comunidades atingidas em calamidade pública, seja em qualquer lugar do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares, para a leitura do dispositivo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Já estou com o extrato da lei referente ao art. 9º, § 1º e 2º, a que me referi. Caput do art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: "Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal e estabelecidas no anexo de metas fiscais, os poderes e o MP promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, contingenciamento. § 1º: no caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações, cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas, descontingenciamento". E § 2º: "Não serão objeto de limitação as despesas que constitui obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida e ressalvadas pela Lei de Diretriz Orçamentária". Então, teríamos que colocar aqui, no § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma exceção, relacionado ou referente à calamidade pública, por exemplo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu acho que a sugestão é válida, Senador Cristovam Colombo. O que é que está sugerindo o Senador Antonio Carlos Valadares? É uma homenagem em "*bona partem*".

Mas, Senador Colombo, sugerimos, então, a retirada, a supressão do Inciso III, e V. Exa. pode inseri-la através de outro projeto, que nós colocaremos o mesmo Senador Antonio Carlos Valadares ou o Senador Antonio Carlos Júnior para relatar em que esse artigo entre, ou na Lei Orçamentária ou na Lei de Responsabilidade Fiscal. Então alcançaremos o mesmo objetivo, sem qualquer pecha de inconstitucionalidade. Se V. Exa. concordar--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem. Permita-me interromper V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço-lhe. E o Senador Raimundo Colombo poderia ser o autor da Lei Complementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Ele apresenta e V. Exa., o mesmo relator, relata, com a observação feita por V. Exas. Pode ser?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se V. Exa. concordar, retarda um pouco, mas suprime--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu concordo. Eu acho que o importante é que uma parte significativa a gente já avança, e, em seguida, a gente faz um novo projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. pode apresentar ainda hoje, que, ainda hoje, designo o relator o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com a concordância do autor, eu concordo plenamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. também concorda?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu quero parabenizar a V. Exa. pela mediação, o relator Antonio Carlos Júnior, e ao nobre eminente autor, que teve uma ideia brilhante de dar celeridade à liberação de recursos durante as calamidades, e o Estado dele, do Senador Raimundo Colombo, foi vítima desse processo de procrastinação, de demora inconcebível para atender as populações flageladas. Meus parabéns a V. Exa., Senador Raimundo Colombo, e ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu apoio a sugestão do Senador Antonio Carlos Valadares, com a concordância, inclusive, do autor, e nós eliminaríamos o Inciso III e renumeraríamos... O art. 4 passaria a ser 3, e aí o Inciso IV passaria a ser Inciso III.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. Então, suprima-se o Inciso III e renumera-se o Inciso IV para III, num substitutivo apresentado pelo Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de consultar aqui o relator, é sobre esse Inciso IV, que é automática a liberação para os munícipes e suas contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Aqui, Senador Antonio Carlos, será que não seria de bom alvitre incluir "aqueles que o requererem". Por quê? Porque um município, às vezes, sofre uma tragédia, mas, em determinada área do município, não afetada, os munícipes, que ali residem, podem não ter o interesse na liberação, já que o FGTS é uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas quem não requerer, não libera. Eu acho que aí é só preciosismo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas aqui, do jeito que está, Sr. Presidente, já é uma liberação automática.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Automática.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Veja o seguinte: liberação automática para os munícipes.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Desde que haja requerimento, porque a conta é própria. O Estado não pode interferir naquela conta.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que, se colocasse "mediante requerimento do interessado", daria uma segurança maior, porque aqui pode, na hermenêutica e na hora da aplicação da lei, surgir essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A liberação é que é automática. Requereu, libera automaticamente. Se V. Exa. quiser, eu não vejo prejuízo nenhum, mas eu acho que--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu não vejo nenhum problema de colocar.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mediante requerimento do interessado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas está claro, porque a conta é própria. Todo mundo que... Eu mesmo já tive Fundo de Garantia. A gente é que movimenta mediante determinas condições.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Porque aqui está generalizando para os munícipes. Então, é liberação geral, para os munícipes. Então, eu acho que se--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Que tenha um Fundo de Garantia e requeira.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Quem não pedir, não vai ter liberação, porque é um direito que só será exercido se for requerido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Porque cada qual tem uma conta, Senador, que recebe o número e é movimentado--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Mas de qualquer maneira, eu não vejo problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se V. Exa. quiser.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu não vejo problema, eu acolheria também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, com a palavra V. Exa. Se insistir, nós colocamos. Eu, sinceramente, eu acho desnecessário.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que a lei, o que ela conseguir excluir do regulamento fica melhor, porque, assim, dá mais objetividade. Porque aqui pode ensejar a necessidade do regulamento e, aqui, se colocar, mediante provocação do interessado ou mediante requerimento do interessado, fecha de forma definitiva.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, não há liberação automática do Fundo de Garantia. A Caixa administra e ela só é movimentada baseada no requerimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem dúvida.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas a redação que está aqui é exatamente automática. Automática liberação para os munícipes.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): A liberação, sim, mas o saque, não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A sugestão está dada, fica a critério do relator qualquer solução que der.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Relator, mantenho a redação?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pode manter a redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir mais, em votação. As Sras. e os Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Requerimento. Senador Francisco Dornelles. "Requeiro a V. Exa., nos termos do Inciso I, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública para debater a constitucionalidade do pré-sal, com os seguintes convidados: Gastão Al-

ves Toledo, jurista, e Luiz Antônio Lemos, advogado especialista na legislação do setor". Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu sou relator do item 06, que tem a PEC 38 e a PEC 03/2004. Anteriormente, essas duas PECs estavam acrescidas de outras duas, a PEC nº 31 e a 86. Eu requeri o desapensamento delas, e, no plenário, foi aprovado, porque elas tinham matérias estranhas. Neste caso aqui, dessas duas PECs, tem outra circunstância: é que uma delas prevê a indenização e a outra prevê a transferência de competência. No caso da indenização, tudo leva a crer que se caminha para uma solução consensual. Já no caso da transferência de competência, o contencioso será inevitável. Então, eu gostaria de requerer a V. Exa. a retirada dessa matéria da pauta, a fim de que eu requeira, em plenário, novo desapensamento, para que elas possam tramitar com autonomia, a fim de que esta, que seja consensual, possa ter uma tramitação mais rápida, uma aprovação mais célere.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. fará, então, o requerimento em plenário para o desapensamento?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Farei para o desapensamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Retirado de pauta a pedido de V. Exa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente. Pela ordem, Senador Renato Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renato Casagrande, pela ordem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, eu estou, já há algum tempo, para fazer uma apresentação sucinta, uma apresentação de três a cinco minutos, sucinta, daquele primeiro relatório daquela Comissão designada por V. Exa., com relação às matérias ainda que precisam de regulamentação da Constituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Certo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pergunto a V. Exa. se este é o momento adequado para a gente fazer essa apresentação, dar ciência à V. Exa. e à Comissão do relatório? Gostaria de fazer isso para que a gente pudesse dar caminho, dar passos adiante.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu concederei a palavra a V. Exa. Eu peço apenas que nós votemos a matéria consensual, o Item I da pauta, que trata do Conselho de Ética, e o item II da pauta, que trata de Defensoria Pública. Em seguida, darei a palavra a V. Exa. para explanação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, ao final desta sessão?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mais ou menos no meio.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas após a votação da matéria da Defensoria Pública e após a votação do Código de Ética?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. Pode ser assim?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pode.

Requerimento. Senador Flexa Ribeiro. "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, Inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 397, Inciso I e art. 90, Inciso V, do Regimento Interno do Senado, que seja feito convite às autoridades abaixo relacionadas, para, em audiência pública, nesta Comissão, em conjunto com a Comissão de Infraestrutura e com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, prestar esclarecimentos sobre em que condições o Governo brasileiro renegociou com o Governo do Paraguai o Tratado da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o Sr. Edison Lobão, Ministro de Minas e Energia, Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores". Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Item 10 da pauta, página 251. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 10/2000. Obriga hotéis, albergues, pousadas e outros meios de hospedagem em todo o país a reservar acomodações e áreas para hóspedes não fumantes. Autoria do projeto: Senadora Luzia Toledo; relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior. Parecer: contrário ao substituto, mantendo o texto aprovado no Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior para suas considerações.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o substitutivo, aprovado na Câmara dos Deputados, torna mais branda a exigência imposta pelo projeto original,

ao estipular a reserva de área para não fumantes somente nos estabelecimentos com mais de 80 unidades habitacionais, e ao impor que apenas 20% dessas unidades devam ser reservadas ao não fumantes, enquanto o projeto que previa 50% na sua origem. Entendemos que o substitutivo, ao atenuar as imposições inicialmente firmadas, contraria a nova política que vem sendo adotada pela sociedade brasileira e pelas sociedades na maioria dos países, no sentido de preservar, dentro do máximo possível, a saúde das pessoas e de promover a purificação do meio ambiente. A ciência já comprovou, com fartas evidências, os malefícios do tabaco, não apenas para os que deles fazem uso, mas também com os chamados fumantes passivos. Daí a grande oportunidade e conveniência de se dotar a nossa legislação de regras rígidas para garantir o conforto dos não fumantes, possibilitando-lhes contar com locais onde permaneçam longe da fumaça dos cigarros e todos os produtos similares. O argumento é de que as empresas hoteleiras encontrariam dificuldades para abrigar hóspedes oriundos de país onde o fumo é corriqueiro e não se sustenta, uma vez que as novas filosofias, decorrentes das descobertas científicas, apontam para a necessidade de se evitar o vício de fumar, de preservar, ao máximo, o meio ambiente de produtos poluentes. Não cremos que a procura pelos hotéis brasileiros diminuirá em virtude da referida exigência. Haverá, certamente, uma adaptação dos cidadãos aos novos costumes, benéfica para todos e não só para os não fumantes, fato que vem como acréscimo ao valor do projeto, na sua forma original. Assim julgamos mais meritória a proposição inicial, por se mostrar mais afinada com o interesse público e com as regras impostas pelas leis de todos os entes federativos, concernentes ao uso de fumo em ambiente fechados.

Então, o voto: ante o exposto, votamos pela rejeição do substitutivo, aprovado pela Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei do Senado nº 10/2000, mantendo-se o texto aprovado no Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Veja só. Ficou... Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O texto do Senado é mais rigoroso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. estabelece 20%, é isso?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não. 50%. O projeto é 50%.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Do Senado, 50%?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): É. É metade. O substitutivo que era 20.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu quero aplaudir o relatório do Senador Antonio Carlos Júnior, já que, hoje, existe uma consciência muito clara por todo o país de que os efeitos deletérios do fumo precisam ser exorcizados, de fato. Mas eu só gostaria de fazer uma ponderação. A retaliação ao tabaco é tamanha que seria melhor até criminalizá-lo de vez. Mas, de qualquer forma, os meus aplausos para o Senador Antonio Carlos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Continua em discussão.

Senador, só uma pergunta. O art. 1º diz assim: "Os hotéis e demais estabelecimentos similares, destinados à locação por dia ou temporada, ficam obrigados a reservar metade de suas unidades, pelo menos, para acomodação de não fumantes". Então, muito bem. Isso aqui é claro que não afeta aqueles estabelecimentos únicos. Por exemplo, alguém pode resolver fazer um estabelecimento apenas para apreciadores de charutos, digamos assim? Isso não tem nada a ver?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ok.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Só para hotéis de mais 80 unidades, hotéis menores não estarão sujeitos a essa...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem. Encerrada a discussão. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Item 32 da pauta, página 497. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Instituto de Pesquisa da Biodiversidade Brasileira – Biobras. Autoria: Senador Marcelo Crivella; relatoria: Senador Gilvam Borges. Parecer: favorável à matéria. Não estando presente o Senador Gilvam Borges, nomeio relator ad hoc o Senador Osmar Dias. Item 32, página 497.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, é um relatório curto do Senador Gilvam Borges sobre o Projeto de Lei do Senado nº 583/2007, do Senador Marcelo Crivella, que tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Fundação Instituto de Pesquisa da Biodiversidade Brasileira – Biobras, bem como os cargos e funções indispensáveis ao seu funcionamento. O art. 2º trata dos objetivos da entidade a ser criada, que seriam: desenvolver pesquisas vol-

tadas à bioprospecção, difundir o conhecimento adquirido e promover o aproveitamento econômico da biodiversidade.

A justificação da iniciativa ressalta que o Brasil tem investido muito pouco na pesquisa científica voltada ao aproveitamento econômico e de sua biodiversidade, e que a maior parte dos estudos existentes se preocupa, essencialmente, com os aspectos ecológicos das espécies, sobretudo com a conservação e a preservação dos ecossistemas nacionais. Entretanto, é importante fortalecer a pesquisa científica que vise a identificar componente do patrimônio energético com potencial uso comercial, e o aprofundado conhecimento de tais recursos poderá levar o país à vanguarda no desenvolvimento tecnológico dos diversos produtos. Análise: a iniciativa é louvável, por buscar criar uma instituição que pode implementar a promoção da pesquisa e, em consequência, gerar mais progresso para o país. O desenvolvimento de uma nação é impensável sem investimento no setor de pesquisa científica. Ao lado do incentivo, a criação de escolas e universidades, o apoio à pesquisa é imprescindível para o progresso do país. No caso sobre o estudo, o aproveitamento econômico da biodiversidade terá o condão de colocar o Brasil na vanguarda do desenvolvimento tecnológico de diversos produtos, como bem ressalta a justificação da iniciativa. Além de seu grande mérito, o projeto não fere nenhum dispositivo da Constituição Federal, o que nos leva a opinar por sua acolhida no âmbito desta Comissão.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 583/2007. Sr. Presidente, é um projeto autorizativo, apenas, do Senado Marcelo Crivella, propondo a criação, portanto, do Instituto de Pesquisa da Biodiversidade Brasileira.

O voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Marina Silva com a palavra.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sr. Presidente, eu vou pedir vistas da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida à Senadora Marina Silva. A matéria volta a semana que vem para a pauta.

Item 12, página 286. Autoriza o Poder Executivo a emitir carteira de identificação funcional para os policiais dos ex-territórios federais, que tenham sua vinculação funcional com a União. Item 12, página 286. Autoria: Senador Expedito Júnior; relatoria: Senador Almeida Lima; relator ad hoc: Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer: favorável à matéria. Em 26 de agosto de 2009, foi concedido vista ao Senador Antonio Carlos Valadares. Consulto o Senador Valadares se há manifestação decorrente do pedido de vista.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Há manifestação do ponto de vista de elegermos ou de aprovarmos aqui, nesta Comissão, o nosso relatório, que eu fiquei de ler na íntegra. Agora, foram apresentadas, eu acabo de receber, Sr. Presidente, 26 emendas--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, Senador, é o item 12, página 286.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Desculpe-me. Eu estava aqui, conversando com a assessoria, e eu pensei que era sobre a defensoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não. O item 12, V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É o item 02?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 12. V. Exa. pediu vista.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu não tenho nenhuma manifestação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra ao Senador Wellington Salvado de Oliveira para as suas considerações.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente Demóstenes Torres, demais senadores, o relatório PLS nº 290/2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que se encontra ao meu lado, pretende autorizar o Poder Executivo a emitir carteira de identificação funcional para os policiais dos ex-territórios federais que, à época da transformação desses territórios em Estados, permaneceram vinculados funcionalmente à União. Expõe a justificação do PLS em análise que os aludidos policiais não dispõem de documento funcional, em que esteja registrada a tal vinculação, o que lhes causaria uma série de transtorno, especialmente quando em trânsito.

Eu vou fazer um resumo da análise da matéria. A matéria tratada pelo PLS é de competência legislativa e privativa do Poder Executivo, fato que poderia nos remeter à rápida conclusão pela sua inconstitucionalidade, por vício de iniciativa. Todavia, evitando o juízo açodado sobre a matéria, são necessárias algumas considerações. Prevê o art. 61, § 1º, Inciso II, alínea C, da carta política, que são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre os servidores públicos da União ou dos territórios, seu regime jurídico, provimento de cargo, estabilidade e aposentadoria. Ademais, a Constituição, em seu art. 84, Inciso IV e VI, alínea A, dispõe competir privativa-

mente ao Presidente da República, [ininteligível], art. 84, sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução, dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos. Veja-se, então, que, seja por meio de lei ou de decreto, diz a Constituição que a iniciativa legislativa recai sobre o Poder Executivo. Sobre a possibilidade de essa ação presidencial sanar eventual vício de iniciativa, o Supremo Tribunal Federal vem construindo Jurisprudência, no sentido da inconstitucionalidade, conforme decisões proferidas nas ações diretas de constitucionalidade nº 107014381963; entre elas, as referidas decisões... Portanto, vem consolidando... Desculpe. As referidas decisões, portanto, vêm consolidando o entendimento contrário à Súmula nº 05, que foi cancelada, no mesmo egrégio Tribunal, que apontava ser a sanção presidencial saneadora de falha de iniciativa legislativa do Poder Executivo, matéria de sua competência. São diretamente evitados por esse entendimento os Projetos de Leis autorizativos do Poder Legislativo em matéria de competência do Poder Executivo. Contudo, é preciso resgatar o iluminado parecer de 527/98, relatado pelo Senador Josafá Marinho, e emitido no âmbito de defesa da CCJ, que conclui pela possibilidade de lei autorizativa. Conforme o documento, sendo os poderes da República independentes e harmônicos entre si, não haveria óbice a que o Poder Legislativo tomasse a iniciativa de autorizar o Poder Executivo à prática de autos de sua própria competência, uma vez que, embora independente, os poderes interligam-se, são harmônicos. Segundo o parecer, ao aprovar o Projeto de Lei autorizativo, o Poder Legislativo não estaria invadindo a competência do Poder Executivo, pois não há imposição, mas apenas despertando a sua atenção para a prática do ato que lhe compete.

Vou direto ao final. Quanto ao mérito, entendemos que a proposta é plenamente justificável, tendo em vista os mencionados transtornos a que os policiais se sujeitam. Voto. Dessa forma, muito embora reconheçamos a posição do [ininteligível] sobre a questão das leis autorizativas, opinamos pela aprovação do PLS nº 290/2007. É esse o voto que eu relato ad hoc, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir a matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu queria entender um pouco o que é essa proposta do Senador Expedito. Porque, primeiro, a União assumiu, desde o período que os ex-territórios se transformaram em Estado, toda a responsabilidade pelo pagamento dessas despesas desses profissionais de segurança pública, que, por convênio, foram transferidos para os respectivos Estados. Eles são profissionais subordinados à Secretaria de Segurança Pública do Estado. Eles respondem ao Secretário de Segurança do Estado. Como é que eu vou dar uma carteira de policial federal a quem não é? Porque ele é um profissional da segurança pública do Estado de Rondônia, de Roraima; ele está subordinado à Secretaria do Estado. A União continua pagando, mas com um termo, um acordo entre a União e o Estado que esses profissionais são administrados, treinados, estão sob a ação, totalmente subordinados à Secretaria Estadual. Eles não são mais policiais federais, não são. Como é que nós vamos dar uma carteira de policial federal para quem não exerce a função? Ele não está subordinado à Polícia Federal, à hierarquia da Polícia Federal, ao estatuto da Polícia Federal, às competências da Polícia Federal, às ações da Polícia Federal. Ele é um profissional da segurança pública do Estado. Só o ônus continua pela União, mas ele não é policial federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu vou pedir aos senhores, mais uma vez, silêncio. A próxima vez eu vou, infelizmente, usar a polícia do Senado para colocar os senhores de frente para o telão. Então, peço aos senhores, mais uma vez, educação. Só isso. O Senador Aloizio Mercadante está se esgoelando aí.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por isso eles são policiais. A exemplo da PM e da Polícia Civil, dos demais Estados da Federação, eles são treinados, subordinados, comandados pela Secretaria de Segurança Pública. Nós não podemos trazê-los para a Polícia Federal. Como é que nós vamos dar uma carteira de policial federal se eles não têm nenhum vínculo funcional com a Polícia Federal, que tem concurso, tem procedimentos, tem ações totalmente disciplinadas pelas regras da Polícia Federal? Portanto, eles são profissionais de Segurança Pública dos Estados. Há um termo, um acordo entre a União e o Estado para que eles exerçam essas funções, e o ônus continua com a União, que foi uma forma de contribuição da União aos respectivos Estados. Portanto, eu acho completamente indevido, nós vamos criar um conflito sério com a Polícia Federal, ao tentar transformá-los em policiais federais que não são, não foram concursados, não estão subordinados, não estão disciplinados na função

da Polícia Federal. Por isso, eu proponho que eles fiquem como estão. Há um acordo entre a União e os ex-territórios, e eles são profissionais de Segurança Pública dos respectivos Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Expedito Júnior para as explicações solicitadas.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, na verdade, eu gostaria de agradecer o relator de entender o nosso projeto. E eu gostaria de dizer ao ilustre Senador Mercadante que eu não quero... O nosso projeto eu não estou tentando igualá-los à Polícia Federal, muito pelo contrário. Hoje, o que está acontecendo, na verdade, é um convênio que o Governo, a União faz com os Governos estaduais dos ex-territórios, esse convênio vence... por exemplo, nesse momento, o convênio está vencido desde dezembro, e nós estamos tentando modificar isso. De que maneira? Eu não estou transformando isso aqui em lei. É uma sugestão, é um projeto autorizativo. Agora, na verdade, esses servidores, hoje, são servidores do Governo Federal, porque, quando eram servidores do ex-território, a União assumiu esses servidores. Não é o caso da PEC 483 que nós estamos discutindo hoje aqui. Já eram servidores do ex-territórios e, hoje, são, sim, servidores federais. Eu, por exemplo, sou um servidor federal. Eu era servidor do ex-território e, hoje, eu sou servidor federal. As minhas atividades, toda ela, é lógico que é voltada toda para o Estado, mas, hoje, o servidor, ele está num quadro extinto. Então, ele não sabe se é o Estado, ele não sabe se é a União. O servidor não tem identificação nenhuma. Então, eu acho que esse projeto aqui é um projeto autorizativo, que nós estamos autorizando o Executivo, para que nós pudéssemos estar regulamentando, ou regularizando, a situação de servidores, policiais dos ex-territórios, que, infelizmente, Sr. Presidente, hoje eles não sabem se pertencem ao quadro estadual, se pertencem ao quadro Federal, e haja vista que foi o entendimento da União dos ex-territórios do Amapá, Roraima, Rondônia, e a União assumiu o quadro de servidores dos ex-territórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Mercadante, só para ler aqui o art. 1º. Quando V. Exa. argumentou, eu achei completamente pertinente, porque é óbvio que podem até ser remunerados, mas, se continuam funcionários do Estado, têm que receber a identificação funcional do estado. Mas o art. 1º, do projeto do Senador Expedito, diz o seguinte: "É autorizado o Poder Executivo a emitir carteira de identificação funcional para os polícias civis e militares e bombeiros militares dos ex-territórios federais que tenham sua vinculação funcional com a União". E aí eu acho que não tem problema.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas só uma questão, Senador Demóstenes. Eles foram transferidos para os Estados. Está propondo o seguinte: uma carteira teria fé pública em todo o território nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se eles forem transferidos, não tem vinculação.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu sei. Mas a União, ela não tem policial militar, a União não tem policiais civis. Foi feito um termo, um acordo, em que esses ex-policiais, ou policiais que estavam em exercício nos territórios, eles foram estadualizados. Eles são policiais militares e civis do Estado de Rondônia ou de Roraima.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se são estadualizados, não têm carteira funcional.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Lógico. A União não tem uma carreira de policial civil e policial militar. Que carteira é essa? Nós vamos fazer uma carteira de policial federal para um profissional que é polícia militar ou civil do Estado de Rondônia e Roraima. É completamente indevido.

Eu proponho--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu posso dar uma sugestão a V. Exas.?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria fazer uma proposta ao Senador Expedito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos retirar e V. Exas... Porque o que V. Exa. está dizendo tem pertinência. Eu também acho difícil um policial militar estar ligado à União ou um policial civil. Mas V. Exa. afirma que eles têm vinculação funcional.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Lógico.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se tem vinculação, querendo ou não, são servidores, por mais estranho que seja. V. Exas. podiam verificar documentalmente qual é a real situação, para ver se nós podemos, ou não, aprovar.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Deixa eu só ver qual é a sugestão do Senador Mercadante, que ele quer oferecer uma sugestão.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu me disponho a sentar com o Senador Expedito e a gente analisar. Se o convênio não cobrir, não prever ou não atingir essas situações, nós teremos que encontrar uma solução--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mesmo porque o caráter autorizativo não tem nenhuma eficácia--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Que é evidente que isso não vai acontecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu retiro de pauta, então, para que--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Porque o Estado diz o seguinte: o convênio, pela informação que eu tenho no artigo--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Convênio vencido, Senador Mercadante, vencido em dezembro.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu sei. Mas o Estado providenciará emissão das carteiras de identificação militar e cartas patentes para os militares descritos na cláusula 1º, sem distinção de [ininteligível] documentos fornecidos àqueles servidores e os entregues aos integrantes da corporação, que são remunerados pela Fazenda Estadual, nos termos do regulamento da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar do Estado. Então, o convênio que foi assinado pela União delega essa responsabilidade integralmente ao Estado, que tem que emitir esse documento. De qualquer forma, eu me disponho a sentar com o Senador Expedito e encontrar a solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Semana que vem V. Exas. tragam uma solução para esse problema.

Item 19 da pauta, página 364. Projeto de Lei do Senado nº 256/2005. Disciplina o uso de equipamentos pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional. Autoria: Senador Marcelo Crivella; relatoria: Senador Romeu Tuma. Eu peço aos Senadores, que forem nomeados, que leiam apenas a conclusão, que a matéria é consensual. Vou nomear relator ad hoc o Senador Osmar Dias. Item 19, páginas 364. Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias para proferir o relatório.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, é o Projeto de Lei nº 256/2005, que disciplina o uso de equipamento pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional. Análise: a matéria está compreendida no campo da competência legislativa da União, e, no texto, não observamos vício de natureza constitucional, tampouco óbice relacionado à juridicidade da matéria. Não houve falhas de ordem regimental. Quanto ao mérito, consideramos a proposta oportuna e conveniente. É importante observar, como fez a Comissão de Relações Exteriores, em seu parecer, que continua permitido o uso de arma de fogo, sem a qual o policial não poderia, numa situação de risco justificado, proteger a própria vida. Visto que o PLS 256/2005 trata somente do uso de cassetetes e armas perfurocortantes. O voto: em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 256/2005, acolhendo as emendas da CRE.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadora Marina Silva. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Álvaro Dias. Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Eu só pergunto a V. Exa.--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, Senador Expedito, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Expedito vota? Se não tiver lotado o *quórum*. Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu consulto aos senhores se posso repetir a votação para as emendas? Quem concorda, permaneça como se encontra. Aprovadas as emendas. A matéria... O relatório foi aprovado, as emendas também, e a matéria será encaminhada à secretaria geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 23 da pauta, página 398. Projeto de Lei do Senado nº 229/2003. Altera a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 65, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, a fim de estipular novas regras sobre a alienação fiduciária. Autoria: Senador Delcídio Amaral; relatoria: Senador Marco Maciel. Parecer: contrário à matéria. Foi concedida vista, em 02 de setembro, à Senadora Serys Slhessarenko. Não estando presente, não há qualquer manifestação, nem por escrito. Concedo a palavra, portanto, ao Senador Marco Maciel, para as suas considerações.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 229/2003, do Senador Delcídio Amaral, que altera a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e o Decreto-Lei 911, de 1º de outubro de 1969, dispõe sobre a estipulação de novas regras sobre alienação fiduciária. Eu já tive oportunidade, na sessão da CCJ anterior, de fazer o meu relatório, bem como análise do projeto. Agora, irei me circunscrever a simplesmente apresentar o voto, até por economia processual. O voto ante o exposto, já que eu fiz a leitura do relatório semana passada, exatamente manifestamos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 229/2003 e no mérito pela sua rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Quem vota com o relator, vota 'não'.

Senadora Marina Silva. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salvado de Oliveira. Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não. Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): De novo pulamos o Expedito. Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O relatório foi aprovado, a matéria foi rejeitada e será encaminhada à secretaria geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 33, página 522. Proposta de emenda à Constituição nº 87/2007. Altera os arts. 142, 170, 194, 203 e 226 da Constituição Federal e os arts. 79 e 80 do ato das disposições constitucionais transitórias para dispor sobre a cooperação das Forças Armadas, com ações sociais e civis sobre a assistência social aos moradores de rua e dá outras providências. Autoria: Senador Expedito Júnior e outros Srs. Senadores; relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior. Parecer: favorável à matéria, com quatro emendas que apresenta. Em 15 de outubro de 2008, foi concedida vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais, não estando presente o Senador Jucá e não havendo qualquer manifestação. Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior para proferir o seu relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, as Forças Armadas Brasileiras já não podem ficar alheias às mudanças que a nova realidade se coloca, não só em funções militares, típicas, mas, também, a partir da Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 99, ter papel fundamental no combate à desigualdade social, não apenas em território nacional, mas também em missões de paz da Organização das Nações Unidas, com o exemplo do Haiti. Considerando essa nova realidade normativa fática, entendemos desnecessário alterar a redação do art. 142, da Constituição, para incluir, entre as atribuições das Forças Armadas, a cooperação com ações sociais civis para o desenvolvimento nacional. Sendo assim, propomos a supressão dos arts. 1º e 7º da PEC. De outro lado, a fim de não mais comprometer recursos próprios das Forças Armadas, que hoje já colaboram, efetivamente, com ações sociais e civis, convém manter a proposta de transferência de recursos do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza para o desempenho dessas ações. Ponto central da PEC, que, a nosso ver, constitui a sua essência, é a inclusão da assistência aos desamparados, entre os princípios da ordem econômica, listados no art. 170, da Constituição Federal. Cumpre registrar que a leitura desse dispositivo constitucional torna clara a intenção do poder constituinte originário em amoldar a ordem econômica aos preceitos da justiça social. Buscou-se, portanto, a conformação entre as ordens econômica e social. Porém, a nossa realidade revela que ainda há muito a ser feito nesse sentido. Munido desses argumentos, o autor da PEC, o Senador Expedito Júnior, em exame, justifica, nos termos seguintes, alteração por ele proposta. Por meio da inclusão do novo Inciso CLXX, buscamos contribuir para superar uma distinção artificial e perigosa entre o desenvolvimento econômico e social, que, há anos, predomina no discurso e na prática dos gestores públicos brasileiros. Estamos certos que, ao incluir a assistência aos desamparados entre os princípios que estruturam a economia do país, estaremos tornando explícita a opção da sociedade brasileira pelo combate às iniquidades e a pobreza que marcam a nossa realidade social. Isso é a justificativa do Senador Expedito.

Nessa mesma linha de harmonização das ordens econômica e social, a PEC inclui, entre os objetivos da assistência social, art. 203, da Constituição Federal, o amparo às pessoas que, na forma da lei, sejam consideradas moradoras de rua, art. 4º da PEC. Demonstrando coerência, a proposição traz, em seu bojo, os meios necessários para implementar essas ações sociais, em prol dos desamparados. Um deles, já mencionado, é a transferência de recurso para o cumprimento dessas ações pelas Forças Armadas. Outro meio é a criação do programa de duração continuada, com vistas a promover assistência aos desamparados e aos moradores de rua e para promover integração desses e suas famílias, art. 5º da PEC. Parece-nos, porém, excessiva a exigência de lei complementar para criação do programa, razão pela qual propomos emendas para suprimi-la. Esse programa de duração continuada deverá receber recursos da Seguridade Social, nos termos da modificação a ser introduzida no art. 194, da Constituição, art. 3º da PEC.

Por fim, propomos a supressão do art. 6º da proposição em exame, que pretende prorrogar a vigência do fundo de combate e erradicação da pobreza, visto que se encontra em tramitação a PEC nº 14/2008, que

é da minha autoria, que altera o ato das disposições constitucionais transitórias para tornar permanente o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Com as modificações ora sugeridas, estamos certos de que a proposição, em exame, contempla os instrumentos necessários para melhor adequar a ordem econômica ao ideal da justiça social, mediante promoção da cidadania dessa parcela marginalizada da população constituída pelos moradores de rua. Em face ao exposto, opinamos pela aprovação da PEC 87/2007, com as quatro emendas apresentadas a seguir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Aloizio Mercadante, para discutir.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, Senador Expedito e Senador Antonio Carlos Júnior, eu acho que mudar a Constituição tem que ser precedida de uma reflexão bastante aprofundada. Os países com mais estabilidade política souberam preservar a sua Constituição ao longo de muitas décadas e alguns ao longo de séculos. O projeto originário prevê as Forças Armadas cuidarem de morador de rua. Isso não é papel das Forças Armadas. As Forças Armadas têm uma tarefa constitucional muito bem definida. O que nós precisamos e modernizar, profissionalizar. As Forças Armadas tem uma tarefa de defesa da segurança nacional. Portanto, eu não vejo o menor sentido.

O relator tentou construir uma alternativa que acabou não levando a lugar nenhum. Por exemplo, nós vamos colocar, no capítulo da ordem econômica, assistência aos desamparados? Isso não é na ordem econômica, me desculpem. Assistência aos desamparados é no orçamento da Seguridade Social, é tarefa da Previdência Social, da Lei Orgânica de Assistência Social. Como é que nós vamos incluir isso no capítulo da ordem econômica, com que critério? Não faz o menor sentido e não tem nenhuma eficiência, não vai alterar absolutamente em nada, porque a essência da proposta era as Forças Armadas cuidarem dos moradores de rua. A hora que tira as Forças Armadas, o que é que sobra? Que os moradores de rua precisam de assistência social? Isso já está no orçamento de Seguridade Social, já tem a Lei Orgânica de Assistência Social, já tem o Bolsa Família, tem um conjunto de políticas. As prefeituras têm responsabilidades, Secretaria de Assistência Social, os Governos de Estado. Agora, colocar dessa forma na Constituição, não me parece que nós vamos acrescentar absolutamente nada de relevante.

Eu quero parabenizar o Senador Expedito Júnior pela sensibilidade com essa população carente, mas o caminho que ele construiu de mudar a ordem econômica e tentar colocar as Forças Armadas com uma tarefa dessa natureza é absolutamente, não só inconstitucional, contra a essência das Forças Armadas e, evidentemente, não é papel das Forças Armadas. E, ao retirar isso, não sobra nada de relevante, que a gente mereça alterar a Constituição por uma mudança dessa natureza. Eu encaminho contra a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Dornelles. Em seguida, Senador Casagrande, Senador Valter Pereira e, por fim, o autor da proposta, o primeiro signatário, Senador Expedito.

Senador Dornelles.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Seria bom o Expedito falar primeiro, para ele poder... O Senador Expedito falar primeiro.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Se o senhor me permitir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, a proposição teve por objeto original incluir entre as atribuições constitucionais das Forças Armadas o art. 142, em tempo de paz. O que traz aqui, agora, o Senador Mercadante... Na verdade, hoje, as Forças Armadas já realizam voluntariamente... As Forças Armadas já realizam voluntariamente inúmeras ações sociais, civis. O entendimento que inspirou a PEC foi o de que essas atividades psicossociais, que está prevista no art. 16, já da Lei Complementar de 99, passasse a ser inserido no art. 142, da Constituição Federal, que define o papel das Forças Armadas. Que mal tem nisso? Uma coisa que as Forças Armadas já faz. Hoje, nós estamos definindo que nós estamos tentando buscar nessa PEC, nesse projeto, é, inclusive, arrumando recurso para as Forças Armadas. O que é que tem de errado nesse projeto? Qual o óbice que não pode ser votado num projeto dessa natureza que nós estamos mexendo na Constituição, que nós estamos mexendo com as Forças Armadas... Eu acho que nós estamos... Muito pelo contrário, uma coisa que as Forças Armadas já realiza, já faz; porém, voluntariamente, nós estaríamos tentando dar corpo, condições, inclusive de ordem financeira, orçamentária, para que as Forças Armadas pudessem estar executando o seu papel.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu tenho uma grande dificuldade de votar contra uma proposta do Senador Expedito Júnior, relatada pelo meu caro amigo Antonio Carlos Magalhães, mas, dessa vez, o meu voto vai ser contrário. Eu acho que a Constituição define muito a tarefa das Forças Armadas de defesa e segurança nacional. Eu

acho que, na administração pública, cada órgão deve ter a sua função específica. Essas atribuições, que são pela proposta do Senador Expedito, são atribuídas às Forças Armadas, são mais próprias de Ministério da área social, de modo que eu acho que é importante preservar essa instituição Forças Armadas, com as tarefas que lhe atribuem a Constituição. Eu sou contra o aumento dessas tarefas em relação a essas Forças. A minha posição é contrária.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renato Casagrande, depois Valter Pereira, Pedro Simon e Arthur Virgílio.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Demóstenes. Essa semana é uma semana de muito debate sobre as Forças Armadas, até pelo anúncio e pela polêmica gerada na parceria e na cooperação entre Brasil e França. Inclusive, eu liguei para o Ministro Nelson Jobim hoje, acertamos eu e o Senador Eduardo Azeredo, vamos fazer uma audiência com o Ministro Nelson Jobim, na próxima quarta-feira, infelizmente, no mesmo horário da CCJ, mas era o horário que o Ministro poderia vir à Comissão de Relações Exteriores para poder debater com o Senado essa cooperação entre o Brasil e França e as outras parcerias possíveis que as Forças Armadas e o Governo brasileiro pode fazer. Então, é uma semana de muito debate sobre Forças Armadas, e eu também estou aqui, no entendimento do Senador Dornelles e o Senador Aloizio Mercadante, de que as Forças Armadas têm um papel constitucional muito bem definido e que o trabalho na área social, os programas na área social, Senador Expedito, com todo respeito, naturalmente, legitimidade da proposta de V. Exa., são programas que precisam ser desenvolvidos pela área social do Governo, pelos assistentes sociais, que são profissionais treinados, capacitados para poder desenvolver e implementar esses programas sociais, por outros profissionais que trabalham nessa área.

Então, nós, de fato, sobrecarregávamos as Forças Armadas para matérias que não estão afetas diretamente à sua função, e que, no mundo todo, tem papel preponderante, o Brasil, cada vez mais, com maior importância econômica que vai tendo, as Forças Armadas terão um papel cada vez mais preponderante, sobrecarregarmos as Forças Armadas com outras tarefas não inerentes e historicamente, tradicionalmente às suas funções. Não acho que seja uma decisão adequada. Então, com todo respeito à decisão de V. Exa., eu também me manifestarei contrário à matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon. Perdão, Senador Valter Pereira.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concederei a palavra, em seguida, a V. Exa., se não se incomodar.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É uma honra ser precedido pelo Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É pela idade, não é, Senador?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não só pela idade, mas, sobretudo, pela autoridade moral que sempre V. Exa. teve e pela qual é reverenciada.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Muito obrigado a V. Exa.

Não há dúvida que o jovem Senador tenha a melhor das intenções. Eu quero dizer a V. Exa. que eu, quando cheguei aqui, tive muitas ideias iguais a essa. Vamos usar as Forças Armadas nisso, vamos usar as Forças Armadas naquilo. Uma das coisas belíssimas das Forças Armadas, diga-se de passagem, era exatamente a operação onde a gente pegava os estudantes lá do interior, o Projeto Rondon. Essa foi uma das coisas mais espetaculares que se fez com as Forçar Amadas, não sei por que é que acabou. Essa, sim, foi para valer.

Quando eu fui Ministro da Agricultura, eu apresentei um projeto para fazer com que a guarda florestal, nas reservas amazônicas e no pantanal... Eram dois, três guardas florestais para uma infinidade de invasores, de contrabandistas e tudo mais. Então, eu apresentei uma proposta para que o Exército assumisse essa responsabilidade. O General Leônidas fez reunião. "Mas você está louco. No momento que nós fizermos isso e entregarmos para um grupo de soldados e oficiais, para fazer essa guarda, lá no meio da Floresta Amazônica, termina o Exército, porque esse pessoal ali, isolado, sem orientação e sem estímulo, na verdade, eles vão ser igual a qualquer outro.

Eu acho que a proposta que V. Exa. está apresentando é muito importante dentro de um contexto geral, nós discutirmos a questão das Forças Armadas, o que pode ser, o que pode não ser. Houve um momento, por exemplo, onde deu certo, foi os Jogos Pan-Americanos. Deu certo em termos, porque, na verdade, se conta que pegaram o pessoal de rua e, durante 15 dias, ficaram uns em alguns hotéis, etc. e tal, outros em presídio para desaparecer, mas funcionou. A questão toda... Uma das questões fundamentais é a seguinte: o pessoal do Exército não está preparado, absolutamente não está preparado para tratar com questões sociais. O pessoal do Exército está acostumado... Eu vejo isso quando eu fui governador. Quando entrava o pessoal do Exército, ele entrava para bater, era tudo inimigo.

Ele não tem a experiência, ele não tem a capacidade; o pessoal da brigada militar era diferente, o pessoal da brigada militar é preparado para conter uma invasão, para acalmar, para ir às vilas. Por exemplo, um governador, o Requião, fez uma atuação espetacular com a brigada militar. O normal, nós, na brigada militar, é ficar cada 15 dias num bairro e trocar, para o pessoal da brigada militar não terminar sendo cooptado pelos bandidos, pelos drogados da região e terminar sendo levado. O que é que fez o governador do Paraná? Criou o serviço comunitário. Então, o pessoal da brigada vai para o bairro e fica lá, instala lá e tem o comandante ali, do grupo da brigada, que participa da questão, do estudo, da escola, da educação; é um representante, passa a participar nas atividades. É um trabalho espetacular.

Agora, esse assunto de V. Exa. é importante, e eu até acho que seria, para nós debatermos. Eu acho que é um assunto de V. Exa. fazer uma proposta, de nós chamarmos aqui, um dia, as autoridades, vamos debater, vamos discutir como é que pode ser feito, onde pode ser utilizado, como pode ser feita a questão das Forças Armadas. Isso é viável. Quer dizer, vamos debater, vamos analisar, vamos convidar lá pelas tantas o pessoal das Forças Armadas, o Ministro da Defesa, vamos debater o que pode ser feito a nível... Agora, apresentar um projeto puro e simples como esse, sinceramente não tem lógica nenhuma. O apelo que eu faço a V. Exa. é que entenda, o projeto é bom, a ideia é boa, tem fundamento, podemos levar esse debate adiante, mas não aprovar assim, não iria ao encontro do que V. Exa. quer, que é muito bom, mas o projeto não resolve. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira e, em seguida, Arthur Virgílio.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, acredito que, no mérito, o Senador Expedito Júnior mostra a sua sensibilidade para as questões sociais e sua preocupação em dar melhor atendimento às comunidades carentes. No entanto, Sr. Presidente, nós precisamos fazer uma reflexão sobre a natureza das coisas. O que é a Constituição? A Constituição, na verdade, é a lei estrutural, é a lei que define a organização política do Estado, a que define os poderes, a jurisdição, os direitos individuais e direitos coletivos. Portanto, Sr. Presidente, aquilo que escapa a esses lineamentos não está, pela própria natureza da Constituição, albergado nesse tipo de proposta. Há, inclusive, muitas propostas colocando as Forças Armadas, conferindo a ela a atribuição de exercer papel na segurança pública. Eu, particularmente, tenho defendido certa participação das Forças Amadas no controle das fronteiras, porque, no controle das fronteiras, nós estamos protegendo o território. O território é preciso, efetivamente, ser preservado, e as Forças Armadas podem atuar na vigilância dos nossos limites, das nossas fronteiras. No entanto, quando se coloca a ela a atribuição social, eu acho que nós estaremos, na verdade, ultrapassando a própria natureza da Constituição, da lei constitucional.

Entendo que os objetivos do Senador Expedito Júnior, que é de garantir mais recursos para a área social, têm que ser buscado através da lei infraconstitucional, da lei ordinária, da lei complementar, mas não da lei estrutural, essa nós temos que preservar, sim. Entendo até, Sr. Presidente, que, hoje, se nós fizermos uma revisão constitucional na plenitude, para trazer à Constituição a sua finalidade originária, nós teremos que eliminar talvez a metade dos dispositivos que nela contenham, de sorte que não melhora o direito constitucional a proposta do Senador Expedito Júnior cumprindo-lhe direcionar para o ordenamento jurídico infraconstitucional os objetivos a que propõe.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu vou exatamente na linha do discurso do Senador Pedro Simon. Entendo, primeiro, que não se deve desperdiçar a boa ideia, a ideia justa, plena de boas intenções do Senador Expedito Júnior. Por outro lado, concordo que devemos ter muito cuidado com quaisquer desvios de destinações que possam ser dados e destinados às Forças Armadas. Sendo assim, a minha sugestão concreta seria que o Senador Expedito Júnior retirasse do debate a matéria, para que, em conjunto conosco e a partir da sua liderança, da sua diretriz fundamental, encontrássemos a forma de atender a ideia base do projeto dele, sem que isso signifique abalo à condução constitucional do trabalho das Forças Armadas. É uma ideia bem singela que eu creio que, ao mesmo tempo, preservaria as Forças Armadas e preservaria o que foi lançado aqui, a título de proposta, pelo Senador Expedito, que é de muita utilidade, em face das necessidades que ele próprio, com muita sensibilidade, visualizou.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, V. Exa. me daria um segundo?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aliás, eu estava agora na Comissão de Ciência e Tecnologia, e, lá, estava o General Heleno, dando uma explicação sobre as atividades e pesquisas dentro das Forças Armadas, principalmente o Exército. E foi questionado sobre a compra dos 54 helicópteros, e ele disse da

importância do helicóptero, principalmente na região amazônica, pelo serviço social que desenvolve, porque o Exército tem as missões importantes de preservação da Amazônia, desenvolvimento tecnológico, tudo, mas não pode deixar de atender a parte social, porque não há outro meio. Lá, se não tiver o helicóptero, o barco para navegar, não existe estrada, e descreveu quatro ou cinco atendimentos que fez na área social, de doentes, de pessoas que precisavam de assistências mais longas e tudo. Eu acho difícil a gente dar missão definida para as Forças Armadas, que muda o rumo constitucional das obrigações que tem as Forças Armadas. Acho que o Expedito está correto e acho que o Senador Pedro Simon está certo, casando com o Valter Pereira, fazer um projeto à parte, porque o Exército fica desesperadamente lutando por mais verbas para desenvolvimento das obrigações constitucionais, que têm que se incorporar a atividade social, que é muito grande, ela vai ter dificuldades no desenvolvimento porque tem que planejar, criar organismos especiais. Então, eu acho que a gente poderia, com o Expedito, estudar, passar por um projeto fora das Forças Armadas, constituindo uma atividade importante para as regiões que mais precisam de assistência social. Então é isso, Presidente.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, regimentalmente, o que é que é possível, então?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Regimentalmente, é possível V. Exa. retirar, como sugeriu o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu vou acatar, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agora, é muito difícil salvar um projeto nesse nível, com praticamente o plenário todo contra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O importante, Presidente, é salvar a ideia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. Exatamente. Então, o que eu ia sugerir era isso. Talvez fosse melhor já, como é PEC, já talvez perder o projeto e V. Exa. vir com outra ideia na mesma direção, e eu dou prioridade para tramitação.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu pediria só a V. Exa. para retirar de pauta hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Volta à semana que vem.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Então, Sr. Presidente, já que vai voltar a semana que vem, então vamos a voto e pelo que eu entendo já a maioria...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agora V. Exa. pode vir com outra ideia que eu dou prioridade para tramitação, conforme sugeriu o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Retira e faz outra coisa que contemple a idéia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Talvez fazer... Eu dou prioridade absoluta.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu vou tentar construir--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E nomeio como relator o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu vou tentar construir outro projeto, Sr. Presidente, haja visto que já há um entendimento, praticamente quase que por unanimidade, desta Comissão. Então, sem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Encerrada a discussão. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Quem discordar, se manifeste. Rejeitado. Designo o relator do vencido o Senador Aloizio Mercadante.

O Azeredo chegou? O Senador Azeredo? Eu vou colocar em votação uma matéria polêmica, antes de entrarmos na outra mais polêmica ainda, que é a adoção da escola em tempo integral no ensino fundamental do Brasil. Essa é uma emenda que eu apresentei em 2003 e que o Governo tem fortes restrições orçamentárias, mas que todo mundo sabe que é o caminho para resolver o problema do ensino no Brasil. A proposta inicial, como foi apresentada em 2003, ela seria para implantação no ano de 2010. Como ela não foi votada até o ano de 2009, ela sofreu uma emenda do Senador Aloizio Mercadante, que calculou que isso iria gerar um custo, mais ou menos, de 20 bilhões anuais, eu acredito até mais, 30 bilhões por ano, e que a implantação se daria até o ano de 2023. Apesar de ser uma matéria polêmica, eu acho que não dá mais para segurar, ou vota a favor ou vota contra. Então...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, o que é 20 bilhões diante do pré-sal?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Todo mundo já está distribuindo já o recurso do pré-sal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É o item 36 da pauta, página 539, o autor sou eu, o relator é o Senador Eduardo Azeredo. Eu transfiro a presidência ao Senador Agripino Maia.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, antes de V. Exa. sair da cadeira, eu peço vistas da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria acho que não tem mais possibilidade de pedir vista, tem?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não foi pedido vistas ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ainda há possibilidade de vista?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Há.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, vou conceder vista e retorno com a matéria semana que vem. Mas vamos decidir sobre essa matéria.

O item 38 da pauta é do Senador Arthur Virgílio, que tem como relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que está pedindo o arquivamento dessa matéria, porque o item seguinte, que ele também vai tratar, já contempla esse projeto, que é a reforma do Conselho de Ética. Então, o item 38, página 577, Projeto de Resolução do Senado nº 50/2009, dispõe sobre a composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Autoria: Senador Arthur Virgílio; relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior. Parecer: pelo arquivamento da matéria. Repito: por quê? Porque o Senador Antonio Carlos Júnior, na matéria seguinte, já aproveitou as ideias do Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra, portanto, para fazer esse relato, o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o voto pelo arquivamento é unicamente em função da essência do projeto do Senador Arthur Virgílio ter sido incorporado ao projeto que vai ser o primeiro item da pauta, que vai ser relatado por mim agora. Então, portanto, a rejeição é simplesmente pela absorção da ideia do Senador Arthur Virgílio no meu substitutivo que trata do Conselho de Ética.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado o relatório. Rejeitada a matéria que vai à Comissão diretora.

Item 01 da pauta. Eu peço a V. Exas. a atenção devida porque nós vamos tratar agora da reformulação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Então, item 01, Projeto de Resolução do Senado nº 15/2003, revoga a Resolução nº 20/93, do Senado Federal, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar. Autoria: Senador Tião Viana e outros Srs. Senadores; relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior. Tramita em conjunto com o Projeto de Resolução do Senado nº 03/2007, acrescenta parágrafo ao art. 14, da Resolução nº 20/93, para determinar o momento do início do processo de cassação de Senador para os efeitos do art. 55, § 4º, da Constituição Federal. Autoria: Senador Osmar Dias; relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior. Tramita em conjunto com o Projeto de Resolução do Senado nº 35/2007. Altera o art. 23 da Resolução 20/2003, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar. Autoria: Mozarildo Cavalcanti; relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior. Parecer: favorável ao Projeto de Resolução nº 15/2003, nos termos na emenda substitutiva, acatando parcialmente a Emenda nº 01 da Comissão de Constituição e Justiça e pelo arquivamento dos Projetos de Resolução nº 03 e 35/2007. As matérias serão apreciadas também pela comissão diretora. Em 02 de setembro de 2009, foi recebido o relatório reformulado pelo Senador Antonio Carlos Júnior. Em 02 de setembro de 2009, foi recebida a Emenda nº 01, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, oferecida ao Projeto de Resolução nº 35. Em 09 de setembro, foi recebido o relatório reformulado pelo Senador Antonio Carlos Júnior. Portanto, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior para proferir o seu relatório.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu perguntaria se já foi dada vista a essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não foi dada vista.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu pedirei vista ao final da discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida. A matéria, então, nós discutiremos a semana que vem. Vista coletiva. Fica V. Exa. dado como lido o relatório, mas concederei a palavra a V. Exa. para toda discussão a semana vindoura.

Item 14 da pauta também é consenso. Página 313. Projeto de Lei do Senado nº 153/2002. Institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências. Autoria: Mozarildo Cavalcanti; relatoria: Senador Arthur Virgílio. Parecer: favorável à matéria, com emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Que página é, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Página 313, para proferir o seu relatório.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) Eu acho que conspiraram contra o relatório do Senador Arthur Virgílio, porque está quase que ilegível aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se for o caso, passaremos o relatório original ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado, o PLS 153/2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, foi apresentado em 03 de junho de 2002, por designação do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabe-me relatá-lo.

O art. 1º do projeto propõe a instituição do programa e define os municípios abrangidos, aqueles cujas sedes já estejam localizadas na faixa de até 450 km de largura, ao longo da fronteira do Brasil, com a Guiana Francesa, o Suriname, a República da Guiana, a Venezuela, a Colômbia, o Peru e a Bolívia. O art. 2º estabelece os objetivos para o programa, que remontam ao desenvolvimento da região a ser abrangida. O art. 3º define as áreas nas quais os recursos serão prioritariamente aplicados. 1) instalação de microempresas rurais; 2) desenvolvimento sustentável das comunidades extrativas; 3) consolidação da infraestrutura dos assentamentos rurais; 4) realização de obras de infraestrutura nos setores de transporte e de recursos energéticos; 5) defesa sanitária, vegetal e animal; 6) proteção do meio ambiente e gerenciamento dos recursos públicos; 7) criação de núcleos de pesquisa científica e tecnológica. O art. 4º discrimina os órgãos públicos que gerenciarão o programa. Na área federal, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Nas esferas estadual e municipal, o órgão previsto na legislação pertinente. O art. 5º estabelece que o Poder Executivo celebrará convênios com Estados e Municípios para execução do programa, enquanto o art. 6º contém a cláusula de vigência. O PLS em tela foi, inicialmente, remetido às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, e de Assuntos Econômicos – CAE, cabendo a esta última a decisão em caráter terminativo, nos termos do art. 91, do Regimento Interno do Senado. Com a criação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, por intermédio da Resolução nº 01, foi elaborado requerimento de autoria do Senador Sérgio Guerra para que se ouvisse também essa Comissão, por se tratar de assunto de sua competência. Isso ocorreu por meio do Requerimento 327/2005, aprovado em 05 de maio de 2005. Na CRA, a Senadora Lúcia Vânia foi designada relatora. O Senador Gilberto Goellner apresentou, em 06 de dezembro desse ano, 2005, duas emendas ao PLS, a primeira visava incluir três novos itens entre as ações a serem desenvolvidas pelo programa, determinadas no art. 3º do PLS. 8) O manejo e a gestão de florestas públicas. 9) A transformação e a agroindustrialização. 10) O apoio e o fomento à produção, à industrialização e ao uso do biodiesel. A segunda emenda pretendia modificar o art. 1º de modo a incluir o Estado do Mato Grosso entre os beneficiados pelo Programa Fronteira Agrícola Norte, assim como reduzir a faixa de fronteira a ser abrangida de 450 km para 150 km. A Emenda nº 01 não foi acatada pela Relatora, a qual, porém, apresentou Subemenda que inclui a transformação e a agroindustrialização dos produtos agropecuários e florestais entre as ações a serem atendidas pelo programa.

Por outro lado, a CRA rejeitou a inclusão do manejo e da gestão de florestas públicas sob o argumento de que esta matéria foi recentemente debatida no Congresso Nacional, que aprovou o PLC nº 62, de 2005, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, sancionado pelo Presidente da República e transformado na Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006

A CRA rejeitou, ainda, a inclusão do apoio e do fomento à produção, à industrialização e ao uso do biodiesel que estão sendo administrados por programa específico do Governo Federal.

A Emenda nº 02 também foi rejeitada. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária entendeu ser oportuna a inclusão do Estado do Mato Grosso como a melhor especificação da área de atuação do programa em conformidade com a Legislação que define o espaço geográfico conhecido por Amazônia Legal, estatuída no art. 2º, da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 66, alterado pelo art. 45, da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 77.

No entanto, a CRA entendeu também que deve ser mantida a faixa de extensão de 450 km do programa, como na proposta original. Em função dessas proposições, foi apresentada e aprovada a Emenda nº 03 que estabeleceu a inclusão do Estado do Mato Grosso e manteve a faixa original de 450 km.

Considerando por um lado as questões econômicas e sociais que envolvem a matéria e de outro, o importante benefício para o setor rural dos municípios beneficiados pelo Programa Fronteira Agrícola Norte, a CRA concluiu que a matéria é meritória e aprovou em 02 de agosto de 2006. A CAE analisará os reflexos do

PLS nº 153, de 2002, sobre as finanças públicas, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Desse modo, restringir-nos-emos nesta oportunidade a análise da constitucionalidade, da juridicidade do projeto, no prazo regimental não foram apresentadas emendas.

Da análise. O PLS nº 153, de 2002, guarda, exceto quanto ao seu art. 5, conformidade com as normas constitucionais e legais. Há conformidade com o disposto no art. 187, da Constituição Federal de 88, que dispõe sobre a política agrícola. O PLS em análise atende ainda o disposto no art. 170 da constituição, que estabelece que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observada, entre outros princípios, a redução das desigualdades regionais e sociais.

Quanto às normas legais. O PLS em tela está plenamente em consonância com a Lei de Política Agrícola nº 78.171, de 91, e ainda com os ditames regimentais atinentes à matéria.

O projeto também está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 98, alterado pela Lei Complementar nº 107, de 2001, que dispõe sobre os preceitos da boa técnica legislativa.

O dispositivo do art. 5º do PLS sobre exame pode comprometer a sua constitucionalidade, já que invade a competência privativa do Poder Executivo ao prever como obrigação pareciente a assinatura de convênio para levar adiante a execução do Programa Fronteira Agrícola Norte, o que provoca reflexo inevitável no orçamento geral da União e interfere no princípio estabelecido no art. 165, inciso III, da Constituição de 88.

Assim sendo, embora sendo o projeto do ponto de vista material esteja em conformidade com a legislação brasileira, ele carece do ponto de vista formal de uma adequação quanto à técnica legislativa.

Dessa forma, com a finalidade de aniquilar o vício inicial e também para viabilizar a boa tramitação da matéria, objetivando dar oportunidade para que o assunto seja mais bem avaliado e permitir o seu aprimoramento e consequentemente a sua aprovação, proponho emenda ao PLS nº 153, de 2002, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com os Estados e os Municípios da respectiva área de abrangência para execução do Programa Fronteira Agrícola Norte. Ressalto o que Senado Federal já se manifestou sobre a pertinência de projetos de natureza autorizativa. Ao aprovar o Parecer nº 527, de 98, dessa CCJ, relatado pelo Senador Josafá Marinho, publicado no volume II do Regimento Interno, consolidado, entendeu-se que descabe a impugnação de toda e qualquer lei dita autorizativa, em geral, sob análise de sua constitucionalidade e juridicidade.

Assim sendo, destacamos que a criação de mais esse mecanismo de apoio aos Estados e aos Municípios da Região Norte, sobretudo os das áreas de fronteira, representa importante medida rumo ao desenvolvimento da região e, consequentemente, grande passo para a redução das desigualdades regionais.

Do voto. Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2002, de autoria do ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti, com a seguinte emenda. Emenda nº 01. CCJ. Dê-se ao art. 5º do PLS nº 153, de 2002, a seguinte redação: "Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com os Estados e os Municípios da respectiva área de abrangência para execução do Programa Fronteira Agrícola Norte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sr. Presidente, peço Vista, Sr. Presidente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quero discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida à Senadora Marina Silva. Item 17, parece que a Senadora Marina Silva também vai pedir Vista, não é isso? Foi avisado? Então, eu vou ler logo para V. Exa. pedir Vista.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Está bom. [ininteligível] da Amazônia, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 17. Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2009, página 349. Terminativo na CAE. "Acresce dispositivo à Lei nº 5.662, de 21 de junho de 71, que enquadra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) na categoria de empresa pública e dá outras providências, para proibir o que BNDES financie Governo de outros países e suas empresas". Autoria, Senador Raimundo Colombo. Relatoria, Senadora Kátia Abreu. Parecer favorável à matéria, com três emendas que apresenta.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida à Senadora Marina Silva.

Item 2 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2009. Página 49. "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 94, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei nº 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, e dá outras providências." Autoria, Presidente da República. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Parecer. Favorável à matéria. Fo-

ram apresentadas, se não me engano, 25 emendas no dia de hoje.

Eu alerto aos senhores que por maior que seja a vontade de se manifestarem ou favoravelmente ou contrariamente ao parecer, que esta manifestação, ela é proibida dentro das dependências do Senado, quando em votação. E quando em discussão.

Registro a presença dos senhores: Leonardo Bandarra, Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça; Dr. Cláudio Lopes, Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro; Dra. Maria Cristina Foz Mendonça, Procuradora-Geral de Justiça de Sergipe; Gercino Gerson Gomes Neto, Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina; Jeferson Luiz Pereira Coelho, vice-Procurador-Geral do Trabalho; Fernando Zardini, Procurador-Geral do Espírito Santo; Marcelo Ferra, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso; José Carlos Cosenzo, Presidente da CONAMP, Confederação Nacional das Associações do Ministério Público; César Bechara, vice-Presidente da CONAMP, Presidente da Associação do Pará; Norma Angélica, vice-Presidente da CONAMP; Rui Schiffer, Presidente da Associação de Santa Catarina e Secretário-Geral da CONAMP; Fábio Leal, Presidente da Associação ANPT, Procurador de Trabalho; Raimundo de Mendonça Ribeiro Lopes, representando o Procurador-Geral de Justiça do Pará; Alex Sandro Teixeira da Cruz, Promotor em Santa Catarina e membro do Conselho Nacional do Ministério Público; Leonardo Araújo Marques, Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro; Antônio Carlos Bigonha, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República. Karel Ozon, Promotor do Ministério Público do Distrito Federal; Fernando Braga Viggiano, Subprocurador em Goiás e Subprocurador-Geral e membro do Conselho Penitenciário Nacional; Lineu Walter Kirchner, Subprocurador do Ministério Público do Paraná; Lauro Machado Nogueira, Presidente da Associação Goiana do Ministério Público; Marfan Martins Vieira, Presidente da Associação do Ministério Público do Rio de Janeiro; Luciano Borges, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos da União. Eduardo Flores, ex-Defensor Público-Geral da União; Paulo Bona, Subdefensor Público-Geral do Estado do Pará; Eduardo Lopes, Defensor Público-Geral do Estado de Alagoas; Tereza Joacy, Defensora Pública-Geral do Estado de Pernambuco; Francilene Gomes de Brito, Presidente do Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais; Leonardo Mattar, Subdefensor Público-Geral da União; Clériston Cavalcante, Defensor Público-Geral da Bahia. João Sismeiro, Defensor Público de Rondônia; Vitore Maximiano, Primeiro Subdefensor Público-Geral de São Paulo; Stefano Borges Pedroso, Subdefensor Público-Geral do Distrito Federal; André Castro, Presidente da ANADEP; Belmar Azi Ramos, Defensor Público-Geral de Minas Gerais; João Franco, Defensor Público da União; Fernando Mauro, Defensor Público da União; Amon Cordoni(F), Defensor Público da União.

Pela qualidade da plateia, os senhores verificam que é uma matéria polêmica, é uma matéria que vai atender o Brasil, os defensores públicos são essenciais [soa a campainha] ao funcionamento da nossa Justiça, e há, claro, muitas matérias dissonantes em que muitos discordam, inclusive, do texto que veio da Câmara.

Qual é a nossa ideia? A nossa ideia é aprovar do jeito que veio, com emendas de redação, o Ministério da Justiça já trabalhou junto com o próprio Ministro Gilmar Mendes, os defensores, membros do Ministério Público uma parte dessas propostas que foi incorporada pelo Relator. Outras propostas permanecem polêmicas.

Há emendas apresentadas por diversos Senadores, mas sobre a rubrica do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que acabou fazendo opção por fazer a assinatura dessas emendas.

Então, nós faremos a leitura do relatório, com as emendas acatadas pelo Relator, e as emendas que não forem acatadas pelo Relator, nós faremos o destaque delas para votação em separado uma a uma, na expectativa de que tentemos encontrar em consenso daqui até o final da votação.

Lembrando que o próprio Ministério da Justiça admite que o Presidente da República, por uma questão de agilização de procedimento, pode optar pelo veto de algumas matérias. E assim também o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, teve a oportunidade de falar comigo e com outros Srs. Senadores que algumas matérias que ele discorda, se a própria Comissão não derrubá-las, ele também trabalhará pelo veto, junto ao Presidente da República.

Com esse sucinto relatório, eu concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares, para que ele possa fazer o seu relatório. E eu peço aos senhores silêncio para que nós possamos chegar ao fim da votação de forma tranquila.

Com a palavra, o Relator. Se V. Exa. quiser vir para a Mesa, é uma honra para a Mesa recebê-lo aqui, para fazer o seu relato.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu prefiro ficar aqui, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Fique à vontade, Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Esse é o Senador da Base.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Para mim, é uma honra ficar ao seu lado, sempre é uma honra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas mesmo daqui estou do seu lado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, inegavelmente esta matéria vem suscitando os mais acalorados debates e algumas divergências pontuais que, segundo relato de V. Exa., podem ser resolvidos, seja através de ações que estão correndo na própria justiça, no Supremo Tribunal Federal, a exemplo da ADIN nº 3.943, que tem como autor o CONAMP e que tem como Relator a Ministra Carmem Lúcia, requer a declaração de inconstitucionalidade do inciso II, do art. 5º, da lei da Ação Civil Pública. O que a Ministra Relatora vai definir? Se a Ação Civil Pública e a Ação Cautelar são atribuição específica [soa a campainha] da Defensoria Pública, do Ministério Público ou das duas instituições. Aguardamos que o mais rápido possível o Supremo Federal venha dirimir essa dúvida sobre a Ação Civil Pública, principalmente.

Nós, Sr. Presidente, conforme foi dito, procuramos atender, receber todos os segmentos interessados. Ministério Público, Defensoria Pública, Ministério da Justiça, representantes do Supremo Tribunal Federal do Conselho Nacional de Justiça, e realizamos uma Audiência Pública que V. Exa. me colocou como Presidente deste debate, do qual participaram representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Ministério Público e do Ministério da Justiça. Foi um debate realmente onde cada um pôde colocar os seus pontos, democraticamente os Senadores ouviram, fizeram indagações, enfim, foi muito bom a realização daquele debate.

Eu recebi do Ministério Público algumas ponderações e eu as enviei ao Ministério da Justiça para que fossem apreciadas.

Então, dentro desse contexto, Sr. Presidente, nós preparamos um relatório também em cima de 32 emendas, que eu recebi no dia de hoje, e mais sete de redação que eu resolvi aceitar; 32 com sete, 39 emendas dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

O relatório já começou a ser lido na Sessão anterior. Eu passarei de imediato à análise, para economia de tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senhor.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Compete a esta Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Relator, se V. Exa., como a matéria está distribuída longa data, se V. Exa. quiser se cingir às questões polêmicas, e mesmo as que V. Exa. acabou por acatar no dia de hoje, essas que V. Exa. mencionou com sugestões do Ministério da Justiça, que o próprio Ministério Público também concordou e que V. Exa. concordou, poderíamos fazer isso e depois V. Exa. daria o parecer naquelas que V. Exa. não concordou, pode ser até um parecer global, e depois discutiríamos nos destaques um a um de forma mais efetiva. A critério de V. Exa., naturalmente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria, então, de saber, através dos membros da Comissão, V. Exa. poderia ouvir a liderança, se a leitura do parecer, diante da distribuição a todos, pode ser dispensada, e então passarei a ler, a apreciar as emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antônio Carlos Valadares, como foi distribuída há mais de uma semana, foi distribuído o avulso com o seu parecer, ele consulta a Comissão se pode dispensar a leitura do parecer, para ler as emendas que ele acolheu e fazer o voto contrário das que ele não acolheu. A Comissão concorda com esse procedimento?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É, eu creio que só a apreciação das emendas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Porque o resto a Comissão já está ciente, evidentemente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exatamente. O PSDB com o Senador Arthur Virgílio concorda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Deferido o pleito de V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, as emendas, de um modo geral, foram apresentadas referindo-se ao art. 1º, ao art. 4º, e a respeito dessas emendas, eu darei, então, a minha opinião global genérica.

Por exemplo, o PLC, no seu art. 1º, fala: "A Defensoria Pública é instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe como expressão, instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados,

assim considerados na forma da lei". Está aqui. "Na forma da lei".

Então, houve divergências sobre esta redação e eu recebi sugestões que compatibilizam a ação da Defensoria Pública com o que está estatuído no inciso LXXIV, do art. 5º, da Constituição Federal. Quer dizer, ao invés de uma remissão genérica à lei, nós estamos fazendo uma remissão precisa [soa a campainha] sobre as atribuições da Defensoria Pública ao inciso LXXIV. [interrupção do áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está tranquilo o som.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agora está saindo.

Art. 1º ficaria assim redigido, segundo uma emenda que eu estou apresentando: "A Defensoria Pública é instituição permanente – emenda de redação – a Defensoria Pública é instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe como expressão, instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV, do art. 5º, da Constituição Federal". Esta emenda que nós aceitamos. Fizemos uma emenda, aceitando as sugestões, dizendo melhor.

Uma outra emenda, a de nº 27, do Senador Wellington Salgado, que dá uma nova redação ao art. 44. "Receber inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista intimação pessoal, em qualquer processo, em grau de jurisdição, ou instância administrativa, contando-se-lhe em dobro todos os prazos".

Uma outra, a de nº 28, também de autoria do Senador Wellington Salgado, que altera o art. 89, que ficará assim redigida: "Receber inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos, com vista intimação pessoal, em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhe em dobro todos os prazos".

Ainda de Senador Wellington Salgado, a Emenda nº 29. Do Senador Wellington Salgado, como se vê o Senador Wellington Salgado estudou essa matéria.

Emenda nº 30, que também fala do art. 4, inciso IX: "Impetrar *habeas corpus*, Mandato de Injunção, *habeas data*, Mandado de Segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas dos seus órgãos de execução.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, nós retiramos aqui a expressão "individual ou coletivo", porque isso aqui significa uma redundância, uma vez que o *habeas corpus*, o Mandado de Injunção, *habeas data* falam também do direito individual, que pode ser individual ou coletivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. apresenta uma emenda de redação retirando a expressão "coletivo", não é isso?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não. Essa é do Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Emenda nº 30.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Que eu acatei.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Todas emendas de redação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Emendas de redação, todas. Tirando "individuais ou coletivos", que isso aí representa redundância e o Senador tem razão.

Art. 31, ou digo melhor, Emenda nº 31, da autoria do Senador Wellington Salgado. Ainda dá uma nova redação ao art. 4, da Lei Complementar nº 80. Como é que está escrito no projeto? O inciso XX: "Participar, tendo assento dos Conselhos Federais, Estaduais e Municipais, afetos às questões institucionais da Defensoria Pública, respeitadas as atribuições dos seus ramos.

Então, a expressão "tendo assento" foi substituída pelo Senador Wellington Salgado pela expressão "quando tiver assento" – "quando tiver assento". Naturalmente que a Defensoria poderá participar de Conselhos Federais, Estaduais e Municipais, mas quando tiver assento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem dúvida.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Foi uma redação melhor que ele encontrou e totalmente aprovada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado apresentou emendas inteligentes.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Sr. Presidente. Sendo de jurista, como V. Exa., eu agradeço.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tratando-se de emenda de redação, mais ainda.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Por último, ainda, do nobre Senador Wellington Salgado, que está se revelando um grande jurista

nesta Comissão. É sobre o art. 4º ainda, § 10. Como está redigido o § 10 agora, no projeto. "As funções institucionais da Defensoria Pública são indelegáveis e somente serão exercidas por membros da carreira da Defensoria". Então, ele propôs a seguinte redação, que nós concordamos: "O exercício do cargo do Defensor Público é indelegável e privativo dos membros da carreira". Por quê? Que considerando o caput do art. 4º, do projeto em tela, já contém comando sobre as funções institucionais da Defensoria Pública, não há necessidade de sua reprodução no § 10 do mesmo artigo, merecendo ajuste de redação para que o sentido [soa a campainha] do texto seja mantido com as adequações e adequadas expressões [soa a campainha].

Então, Sr. Presidente, resumindo, nós concordamos com a Emenda nº 32, com a Emenda nº 31, com a Emenda nº 30, com a Emenda nº 27, com a Emenda nº 28, todas do eminente Senador Wellington Salgado. E ainda fazendo aquela emenda de relação, e ainda a Emenda nº 29 também da autoria do Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma colocação, quando V. Exa. me der a palavra depois.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E apresentando aquela emenda de redação, a que eu me referi logo no início da minha fala, no art. 1º.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, V. Exa. aceita as emendas de redação de nºs. 27 a 32. Não é isso?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É 27, 28, 29... É, exatamente. Até 32.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E mais a de Relator que V. Exa...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Apresentei.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Apresentou, exatamente. E rejeita as emendas--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Todas as demais...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): De nºs. 21 a 26.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu tenho aqui algumas justificativas para... Até em atenção aos nobres Senadores que estudaram.

Por exemplo, o art. 1º já... Sobre o art. 1º nós já apresentamos uma emenda de redação. Com referência ao inciso VII, do art. 37, é sobre a Lei da Ação Civil Pública, que prevê a legitimidade ativa da Defensoria Pública, mas eu já disse anteriormente que este assunto está nas mãos do Supremo Tribunal Federal para definir se realmente essa Lei Civil Pública continuará de forma efetiva com relação à Defensoria Pública, a sua legitimidade em apresentar essa ação civil.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas qual a posição de V. Exa., sobre esse assunto específico?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mantenho o que está na lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mantendo o que está na lei.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mantenho o que está na Lei nº 7.347, de 1985, alterada pela Lei nº 11.448, de 2007. E vamos deixar o que Supremo defina sobre a constitucionalidade, já que é uma ADIN que foi apresentada pelo representante do Ministério Público.

E ainda, Sr. Presidente, no art. 4º do projeto, inciso II, está escrito: "Promover prioritariamente a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos".

Então, a função conciliatória já está prevista na Lei Complementar nº 80. O que faz do PLC nº 137 é mencionar técnica de conciliação, que pode ser utilizada pelo defensor a exemplo de mediação e arbitragem, visando assim descongestionar o Poder Judiciário, o que já acontece na prática.

Ressalta-se que as conciliações elaboradas pela Defensoria têm força de título Executivo, conforme já prevê o Código do Processo Civil em seu art. 585.

A Lei Complementar nº 80 diz: "São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras, promover extrajudicialmente a conciliação entre as partes em conflito de interesses".

Por último, sobre a ação penal privada e subsidiária da pública. O art. 37 do projeto diz: "que são funções... no art. 4º, diz o seguinte: "São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras", inciso I, Item 15, "patrocinação penal privada e subsidiária da pública". A Lei Complementar nº 80 prevê isso, que "são função institucionais da Defensoria Pública, entre outras", inciso I, Item 2, "patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública".

Então, a legitimidade para patrocinar ação penal privada e subsidiária da pública já existe para Defensoria desde 1994, prevista na Lei Complementar nº 80.

Portanto, Sr. Presidente, rejeito todas as demais emendas apresentadas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Há acordo, Sr. Relator?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu vou conceder a palavra ao Senador Wellington Salgado, inclusive, posteriormente ao Senador Romero Jucá, e depois--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estou me inscrevendo, Sr. Presidente. Estou me inscrevendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu acho talvez que fosse melhor talvez fazermos a votação e discutirmos um a um?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Talvez abrir a palavra para quem tem proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para discutir, então, o Senador Wellington Salgado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ou votar ressalvados os destaques, se quiserem fazer, Sr. Presidente. Acho que talvez fosse mais conveniente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu sou um homem de acordos. Eu acho que acordo combinado, o Senador Antonio Carlos Valadares, que é um homem também de sensibilidade política e sabe como funciona essa Casa, conduziu muito bem esse processo, colocando firme o seu posicionamento junto com os defensores públicos e, ao mesmo tempo, sabendo que nessa Casa você tem que procurar sentir qual é o clima vigente. E, diante disso, V. Exa. sabe que acatou algumas emendas que eu mandei, e sabe que essas emendas vieram de alguns outros órgãos. Na verdade, eu queria deixar bem claro isso, que eu funcionei praticamente como um catalisador: Recebi a informação e passava para V. Exa.

Eu não teria nem capacidade jurídica, nem conteúdo jurídico, eu queria deixar isso bem claro para não passar--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Aliás, V. Exa. ultimamente vem funcionando muito bem como catalisador. [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos apressar a discussão porque nós precisamos votar os destaques.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria deixar bem claro isso, e vamos então à votação. Eu queria parabenizar a condução do Senador Antonio Carlos Valadares por ter essa situação complicada que nós nos encontramos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Osmar Dias. Pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É que eu tive dificuldade para acompanhar o parecer do Senador Valadares, nas emendas, Senador Valadares.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós vamos discutir o destaque um a um.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas eu apresentei uma emenda que eu não ouvi o parecer do Senador Valadares sobre a minha emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. podia repetir o parecer sobre a emenda do Senador Osmar Dias?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Qual é a emenda dele?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Emenda nº 18.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador. Presidente, o Senador Osmar Dias apresenta uma emenda suprimindo o art. 3º do projeto. Não é isso, Senador? O que diz o art. 3º? "São objetivos da Defensoria Pública a primazia da dignidade da pessoa humana"... Objetivos. "A primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais. A afirmação do Estado democrático de direito, a prevalência e afetividade dos direitos humanos". Então, são objetivos que têm que ser definidos em lei. E objetivos grandiosos, meritórios. Por isso que eu rejeitei a emenda de V. Exa., porque uma instituição como a Defensoria Pública não pode estar... Exatamente, dissociada, em harmonia com esses direitos que são universais.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, o que o Relator fez foi um, claro, uma análise do que é muito importante fazer, mas o Ministério Público faz. O que eu estou propondo é que a Defensoria Pública continue com suas atribuições e o Ministério Público prevaleça nas suas atribuições, nas suas competências. O que nós estamos fazendo com esse projeto aqui é criar outro Ministério Público. Nós estamos criando um outro Ministério Público e o que eu tentei fazer foi exatamente evitar a criação de um órgão com competências que vão se sobrepor às competências do Ministério Público.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar daqui a pouco o destaque, com a discussão mais aprofundada.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, só para complementar. Se nós colocarmos em qualquer lei que o Senado Federal tem esses mesmos objetivos, nós não vamos nos contra-

por ao Ministério Público. Todas as instituições democráticas devem ter esses objetivos. Não significando dizer que nós vamos invadir a atribuição do Ministério Público ou da Defensoria Pública.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu terei a palavra quando for do destaque da minha emenda, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Terá a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então, eu vou defender o meu ponto de vista na oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, apenas para encaminhar favoravelmente a posição do Senador Valadares, dizer que essa é uma matéria importante de ser votada, eu tenho trabalhado insistentemente para ampliar a forma de atuação da Defensoria Pública. Eu acho que é um ganho para a sociedade brasileira, principalmente para os mais carentes, e eu acho que a solução encontrada pelo Senador Valadares deu condição de votarmos essa matéria sem muita polêmica. Portanto, encaminharemos favoravelmente pela liderança do Governo, Sr. Presidente.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, Senador Gim Argello, Senador Alvaro Dias, Senador Arthur Virgílio, Senador Raimundo Colombo e Senador Inácio Arruda.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, onde nós tivemos reunião no Ministério de Justiça, de mais de dez horas, para buscar chegar a um entendimento amplo entre Defensoria Pública e Ministério Público, nesta lei. Acho que nós avançamos muito, construímos uma grande convergência. Agora, há um ponto fundamental, que é o objeto dessa discussão.

Nós aprovamos no passado, em 2007, a Lei nº 11.448.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É verdade.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Que deu iniciativa à Defensoria Pública para a Ação Civil Pública. O Ministério Público entrou com uma ação de inconstitucionalidade, o mérito ainda não foi julgado, está em processo de decisão do Supremo.

O que alega o Ministério Público? Alega que a defesa do interesse difuso, através da Ação Civil Pública, é competência do Ministério Público. E nós estaríamos instituindo uma competência concorrente entre a Defensoria Pública e o Ministério Público. Eu acho que é argumento que nós temos que refletir--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É o que argumenta o Senador Osmar Dias.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --na seguinte perspectiva, aqui o papel fundamental da Defensoria, e eu concordo com isso, o papel fundamental é ser o advogado do pobre, do excluído, daquele que não tem direito à justiça, dos milhões, milhares que estão aí em ações sem ter o direito de defesa. A multidão que vai para a cadeia e que o advogado lê o inquérito ali na última hora, enquanto se o sujeito tem dinheiro, desde lá do inquérito está sendo acompanhado com uma equipe de advogados de primeira, protelando, encaminhando, defendendo--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas não vai sobrar mais.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixa eu só concluir, por crimes mais graves às vezes do que aquele sujeito que vai pagar uma pena e muitos, inclusive, estão presos sem nem mais terem direito à prisão. Não deveriam estar presos.

Então, é fundamental fortalecer a Defensoria Pública nesse país. Falar com todas as letras: Precisa ser fortalecida como instituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ou seja, V. Exa. aprova a Emenda nº 22, do Senador Álvaro Dias?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, eu vou apresentar uma proposta concreta aqui. Nós temos que fortalecer a Defensoria. Retirar a prerrogativa da Ação Civil não me parece o melhor caminho. Por quê? Por que não é o melhor caminho? Eu vou dar dois exemplos no meu Estado de São Paulo. Creche. A Defensoria tinha um monte de demanda de filho de pobre que não conseguia colocar o filho na creche. Ela entrou numa Ação Civil Pública e deu direito à creche e com isso resolveu para um grupo amplo de hipossuficientes o direito à creche.

Dar outro exemplo, para nós aqui nessa sala, uma coisa menor, mas não é. As rodoviárias do Estado de São Paulo estavam cobrando para as pessoas irem no banheiro. Aeroporto não tem isso, mas para pobre tem. E as pessoas, às vezes, não têm renda para pagar o banheiro. Se cada cidadão, se cada pobre tiver que entrar com uma ação na Defensoria para poder ir no banheiro, não vai resolver nunca. A Defensoria entrou com uma ação e derrubou essa barreira econômica.

Então, são ações civis públicas que qualquer associação de bairro pode fazer, é um direito da população, que nós não podemos revogar da Defensoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Claro.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas vinculado aos hipossuficientes. Por isso eu quero propor uma emenda de redação ao nosso Senador Antonio Carlos Valadares.

No artigo--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): 4º, inciso--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Como ele alterou o artigo, e alterou bem, porque ao vincular ao inciso LXXIV, do art. 5º da Constituição, ele está definindo que a Constituição diz. Qual é o papel da Defensoria? "O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem suficiência de recursos". Então, ele está dizendo a Defensoria é para defender quem não tem dinheiro, para quem não tem recurso, para quem precisa de direito.

Então, a minha proposta é--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Excelência.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): No inciso VII, que trata da Ação Civil, eu vou ler.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inciso VII de que parágrafo?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Do art. 4º.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Art. 4º, inciso VII.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Página 66. Diz o seguinte: "Promover a Ação Civil Pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar adequada tutela dos Direitos Difusos, coletivos ou individuais homogêneos, nestes dois últimos casos, quando o resultado da demanda puder beneficiar, de alguma forma, grupo de pessoa hipossuficiente".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já está escrito

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): De alguma forma, é vago, genérico e etéreo.

Então, eu estou propondo retirar de alguma forma. Ficaria "quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes", porque aí está focado no papel da Defensoria. É ação civil para defender pobre, para defender hipossuficiente, e não competir numa ação difusa genérica, que é papel do Ministério Público.

Então, ela poderia fazer uma ação civil quando ela está direcionada para um grupo hipossuficiente. Com isso, eu acho que a gente reduz o litígio e dá um empoderamento à Defensoria onde ela tem que ter poder, que é para defender quem não tem poder e dinheiro nesse país, que são os que menos têm instrumento para defender. E eu acho que o Senado tem que dar esse instrumento para a Defensoria.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Senador Aloizio Mercadante, é para facilitar e fazer economia no processo. Eu retiro a minha emenda em apoio à emenda do Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Raimundo Colombo tem uma Emenda [ininteligível].

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): A Emenda nº 06, que eu pedi destaque, ela é exatamente o mesmo texto o que Senador Aloizio Mercadante propõe.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares, concorda com a proposta? Senador, só para ver especificamente nesse caso.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Qual a emenda do Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Retira a expressão "de alguma forma".

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): A Emenda nº 6 que eu tenho que pedir destaque.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nesse caso você retira, Colombo?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Art. 4º, inciso VII, supressão da expressão "de alguma forma". Que me parece bacana.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, não. V. Exa. usou exclusivamente, usou uma expressão diferente.

Eu quero crer que a forma como propôs o Senador Aloizio Mercadante atende em parte a V. Exa., não é, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Atende...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Resolve?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Exclusivamente, são aquelas pessoas carentes que devem ser atendidas.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu estou sendo direto, viu, Senador Raimundo Colombo? Por isso o seguinte, "quando o resultado da demanda puder beneficiar grupos de pessoas hipossuficientes", é focado. Ação civil só tem competência se for para defender pobre. Aí é justificado. Fora disso, é papel do Ministério Público.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu acho que é uma boa, boa emenda. É uma emenda que possibilita a Defensoria continuar ajuizando ações civis e deixa claro que é para pobre.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, então, eu aceito a supressão da palavra "de alguma forma".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Da expressão "de alguma forma".

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Conforme propôs o Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ok. Então, vamos continuar na discussão. Senador Gim Argello, em seguida, Senador Valter Pereira, Senador Alvaro Dias e Senador Arthur Virgílio. Senador Inácio Arruda.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, dentro da mesma linha que foi colocado pelo Senador Romero Jucá e agora muito bem atendida a Defensoria Pública e todos os interesses que foram aqui, que poderiam ser contrariados com o Ministério Público, deixar com a emenda do Senador Aloizio Mercadante. Eu acho que foi brilhante, Senador Aloizio Mercadante, sem brincadeira. Tirando "de alguma forma", tirando essa expressão e com o aceite do trabalho realizado pelo saudoso Senador Antonio Carlos Valadares, com as emendas aceitadas também do catalisador, do nosso querido Senador Wellington Salgado, eu tenho certeza, Presidente Demóstenes, que está muito bem construído esse projeto agora. Você vê que a Defensoria Pública presente aqui toda ela concorda, porque está sendo muito bem construído.

Eu só queria dizer que eu tenho um outro posicionamento, mas dessa forma, com o acordo firmado, com essas palavras colocadas agora, eu acho que a Defensoria Pública continua realizando o seu papel, o seu principal papel, que é defender os mais humildes da sociedade, e o Ministério Público continua também defendendo e fazendo tão bem o seu papel.

Só isso Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu gostaria de [soa a campainha] exemplificar o que é que está propondo o Senador Aloizio Mercadante.

Suponhamos que num dado momento seja estabelecido um contencioso em cima de um [soa a campainha] condomínio, um condomínio grande, mas de pessoas abastadas, famílias abastadas. Neste caso, falece a competência para a Defensoria Pública propor a ação.

Suponhamos que o contencioso se dá numa favela, algum problema que envolve o interesse coletivo da favela. Nesta circunstância específica, é claro que a Defensoria Pública tem o direito.

Acho que a proposta do Senador Aloizio Mercadante é a que mais se aproxima da conciliação. Existe uma disputa por competência, mas nesse caso específico, nós estamos, sim, preservando o espírito da Ação Civil Pública. [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, como se vê a grande discussão é estabelecer o limite de competência para atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública. É óbvio que ninguém aqui discorda dos propósitos da Defensoria Pública, somos todos defensores dessa instituição fundamental para que o pobre possa ter acesso [soa a campainha] à justiça.

Eu apresentei cinco emendas e o Senador Valadares as rejeitou. Eu pediria até que ele considerasse a hipótese [soa a campainha] de acolhimento de uma delas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Qual o número?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu não tenho o número aqui, é a que suprime o inciso VIII, do art. 4º, do Projeto de Lei. Que trata exatamente dos interesses difusos.

A emenda do Senador Aloizio Mercadante atende parcialmente aquilo que nós pretendíamos com as nossas emendas. Esta emenda completaria.

O que nós consideramos é a incompatibilidade entre o papel... É a Emenda nº 26, Senador Demóstenes Torres. Eu fui auxiliado aqui agora. É a incompatibilidade entre o papel constitucional e a tutela de interesses difusos, nos quais, mesmo que haja titulares carentes, haverá tantos outros que não o são, como já destacado no item anterior do parecer.

Portanto, Sr. Presidente, eu faço este apelo ao Relator Senador Antonio Carlos Valadares [soa a campainha] até para que possamos ganhar tempo, sem a necessidade de requerer destaque para esta emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valadares.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu sei que há uma ADIN no Supremo Tribunal Federal que trata dessa questão, mas o Senador Valadares poderia certamente acolher essa nossa proposta e eu consi-

deraria a rejeição às demais emendas, mas faria um apelo para o acolhimento desta Emenda nº 26.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Alvaro Dias. Presidente, peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Palavra a V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Alvaro Dias, V. Exa., como Senador cuidadoso com a Legislação, tem a preocupação de uma superposição de atribuições entre o Ministério Público e a Defensoria Pública. Eu acho que no caso dos Direitos Difusos, a educação, a saúde, principalmente quando se tratam de assuntos relacionados com os direitos dos hipossuficientes, nós não poderíamos restringir a ação da Defensoria Pública, mas se nós suprimirmos integralmente esse dispositivo, estaremos, por antecipação, já dando como julgada contra a Defensoria uma causa que está no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Sendo assim, para evitar uma decisão precipitada, já que este artigo vai ser resolvido de uma forma ou de outra no Supremo Tribunal, em face de uma ação já lá existente no Supremo, eu prefiro que ela seja mantida, porque eu tenho certeza absoluta que a melhor decisão será tomada pela Corte Superior de Justiça do nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, eu queria que V. Exa., Senador Aloizio Mercadante, considerasse também a seguinte hipótese, vamos voltar no inciso VII. "Promover a Ação Civil Pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos Direitos Difusos, coletivos ou individuais homogêneos". E aí vem: "Nestes dois últimos casos, quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes". Quer dizer, por que aqui, em tese, nós estamos dizendo que os interesses difusos poderão beneficiar grupos ricos, que é justamente o oposto do que argumenta o Senador Aloizio Mercadante.

Então, eu acho que nós deveríamos tirar nesses dois últimos casos.

Então, deixa claro o negócio. "Promover Ação Civil Pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar adequada tutela dos Direitos Difusos, coletivos ou individuais homogêneos, quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes".

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu, como emenda de redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Porque compatibilizando com o art. 1º. O único problema que eu vejo é se não for compreendido como emenda de redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se não for, vai ser compreendido.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Porque o art. 1º do Senador Antonio Carlos Valadares ele já assegura--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, Senador, aqui é claro.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu já entendi. Eu sou favorável--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós estamos dizendo o seguinte, nos dois últimos casos para pobre. Num outro caso...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Exatamente. Por isso que eu acho que do ponto de vista do mérito, eu sou favorável. O difuso individual ou coletivo homogêneo tem que ser para hipossuficiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O papel da Defensoria é defender pobre.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, eu sugiro a V. Exa., retire a emenda, retire também.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se for emenda de redação, eu tenho de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. É emenda de redação.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu tenho uma sugestão para essa emenda de redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. O terceiro vai ficar--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Essa alteração é de mérito, não é de redação.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu quero submeter a uma sugestão, Sr. Presidente, sobre essa emenda de redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Certo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Que a redação ficaria desta forma: "Desde que demonstrado em cada caso, que todos os integrantes da coletividade são carentes de recursos".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ah, mas aí, aí não aceitariam como emenda de redação.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sr. Presidente. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Emenda de redação eu acho que aí nós temos que trabalhar emenda de redação. Pela ordem, Senador Romero Jucá. Eu volto a palavra a V. Exa. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu quero registrar, eu acho que a solução é nessa direção, só quero registrar pela técnica legislativa essa emenda não é de redação. É uma emenda de mérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Claro, tranquilo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Porque ela está restringindo em todos os aspectos e agora está ampliando em todos os aspectos. Então, ela tem a mudança de mérito com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas, Sr. Presidente, nós temos o dever de buscar aqui a melhor forma para essa proposta de legislação. Não importa que seja emenda de mérito ou de redação, o importante é que alcancemos pelo menos aquilo que nós consideramos próximo do ideal. E a preocupação de todos aqui é estabelecer o exato limite entre a competência de uma instituição e da outra que se pretende agora com maior força, com maior importância, com maior eficiência, para atender exatamente os mais necessitados do país, que é a Defensoria Pública.

Sr. Presidente, eu não vou pedir destaque, porque eu sei que será em vão o pedido de destaque, mas imagino que nós poderíamos evoluir em relação a esta redação, para atender exatamente esse objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Do inciso VII.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exato. Para atender exatamente esse objetivo. Fixar com muita clareza--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos ouvir o Relator.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Fixar com muita clareza qual é o papel do Ministério Público, nesse caso, e qual é o papel da Defensoria Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Como o Senador Raimundo Colombo tem a mesma emenda--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu insisto que a palavra exclusivamente, ela dá a ideia que todos querem, não há porque tirar ela.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, para contraditar, eu acho que nós fizemos um acordo, nós estamos voltando atrás do acordo que foi feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Nós estamos clareando a situação. Como é que nós vamos propor que em duas situações atendam os carentes e uma situação possa atender quem não é carente? A Defensoria Pública, conforme V. Exa. argumentou, é para defender carente, ué!

Então, está na hora de consertar. A lei tem que ser consertada.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só que ao retirar de alguma forma, nós resolvemos esse tema, porque vincula a ação--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Espero um pouquinho. Eu entendi os dois casos, já disse que eu estou de acordo. A única coisa que eu quero segurança é que isso seja uma emenda de redação. Porque eu não imagino que ninguém aqui esteja querendo construir um caminho para protelar um entendimento do pacto republicano, um esforço brutal foi votado praticamente por unanimidade na Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, nós vamos aprovar como redação. Se a Mesa vai aceitar como redação é outra coisa. Aquela que V. Exa. aprovou, semana passada, dos 180 dias, a Mesa devolveu, devolveu dizendo que não é de redação.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E eu previ.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente, claro, então.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu previ, avisei V. Exa., inclusive, assinei o direito ao recurso em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se a emenda vai atender como de redação é o que nós queremos, estamos nos esforçando para isso.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu sei, mas a preliminar--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Ministério da Justiça, eu acho que todo mundo tendo esforço junto a Mesa, a gente consegue. Ninguém quer protelar nada, todo mundo quer ajudar a Defensoria.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas no mérito que está aqui, poder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes, resolve a demanda. Não é de “alguma forma”, é para beneficiar grupo de pessoas--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, veja só.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --hipossuficientes. O que Presidente colocou é outra questão, eu estou me referindo à emenda do Senador Alvaro Dias. O que Presidente colocou foi outra questão. Não vamos voltar ao "exclusivamente", que já está resolvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Certo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O que Presidente colocou é outra questão. Que quando fala nesses dois últimos casos, está falando só de coletivos ou individuais ou homogêneos. E aí o Direito Difuso estaria fora dessa exigência, que no meu ponto de vista não está.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está, ué!

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, eu entendi V. Exa. Portanto, eu concordo no mérito, concordo no mérito, retirar os dois últimos casos para ficar "que o Direito Difuso individual ou coletivo ou homogêneo está vinculado sim ao hipossuficiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, eu sou favorável à retirada, acho que é uma emenda de redação, não é uma emenda de mérito, é uma emenda de redação, está precisando o texto, está compatibilizando com a emenda de redação que o Relator fez do art. 1º, que vincula o art. 5º da Constituição. Portanto, é uma emenda de compatibilização da redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Retirar os dois últimos casos é compatibilização da redação, é uma emenda da redação.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, Osmar Dias, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perdão, Osmar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Se não o Alvaro fala de novo. Se não ele fala de novo e eu fico sem falar.

Presidente, é o seguinte. Quando eu apresentei, quando eu apresentei a emenda ao Relator Senador Valadares, a minha única intenção era, com a minha emenda, resolver uma questão, que está colocada praticamente por todos os Senadores, que não pode haver prejuízo das funções da Defensoria Pública na defesa dos mais necessitados. Ou seja, a Defensoria Pública, ela tem que ser fortalecida, ela tem que ser apoiada, no sentido de dar conta dessa tarefa nobre que é atender aqueles que não podem contratar um advogado. A Defensoria Pública, portanto, tem que ser fortalecida.

Mas da forma que o Senador Valadares colocou, ao ler a minha emenda, Senador Valadares leu um pedaço da minha emenda. Então, ficou parecendo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): V. Exa. me concede um aparte?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ainda não, não concluí.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu li a emenda de V. Exa. Eu li a emenda.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, V. Exa. não leu a minha emenda.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Porque V. Exa. colocou a sua emenda em pedaços, então eu li.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): V. Exa. não está sendo justo comigo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Veja.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): V. Exa. leu a supressão do art. 3º, e o que eu estou propondo é muito mais que isso. Eu estou propondo, é só ler, "suprima-se da redação da Lei Complementar nº 80, dada pelo art. 1º, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, o art. 3º, os incisos III, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XV, XVII, XVIII, XXI, do art. 4º, o inciso X, do art. 18, inciso X, do art. 64"--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pois é, V. Exa. apresentou o art. 3º em pedaços. Então, eu rejeitei todos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, mas como em pedaços?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Foi. V. Exa...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu estou apresentando.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Está dizendo aí.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu estou apresentando uma emenda só, supressiva de todos esses incisos e artigos que eu coloquei. Agora, V. Exa. leu o art. 3º como se fosse, se eu estivesse propondo apenas a supressão do art. 3º.

Estou colocando isso, Presidente, até porque fica o discurso aqui de que quem está propondo me-

xer no projeto, está contra a Defensoria Pública e não é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está com essa conotação mesmo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Está essa conotação aqui, inclusive se os defensores públicos--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não somos contra o pacto republicano.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É, e eu pediria silêncio aos defensores públicos nesse momento [soa a campainha] em respeito a quem está falando para dizer que quando eu propus essas alterações, o que eu estava propondo é que, ao manter as atribuições e competências da Defensoria Pública, como elas são previstas na Constituição, o que eu estou propondo é que dê tempo para um defensor público defender as causas, que ele deve defender, como está lá escrito na Constituição. Porque se nós ampliarmos as atribuições da Defensoria Pública, a Defensoria Pública vai acabar não cumprindo as suas finalidades. E o Ministério Público vai ter super postas muitas das suas atribuições pela Defensoria Pública.

Então, nós não estamos aqui pregando nada contra a Defensoria Pública, estamos, na verdade, tentando fortalecer a Defensoria Pública e fortalecer o Ministério Público.

Então, da forma como foi colocada, não achei correta a forma que foi colocada, estou aqui dizendo: Não estou pregando o enfraquecimento da Defensoria Pública. Aliás, elas devem ser é reorganizadas e reestruturadas nos Estados, inclusive no meu Estado, que esse é um desafio que nós temos que tomar. Agora, que não se divida o debate entre aqueles que estão aqui para ficar contra a Defensoria Pública ou a favor da Defensoria Pública. Contra a defesa dos pobres ou a favor da defesa dos pobres. Eu sou a favor de uma Defensoria Pública forte para que ela, com suas atribuições constitucionais, possa defender os que necessitam da Defensoria Pública. Que fique claro isso.

Retiro a minha emenda, depois que apresento uma emenda inteligente o Senador Aloizio Mercadante, que praticamente abrange tudo o que eu estou dizendo aqui. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que eu não tive a intenção, nem tenho a intenção jamais, de reduzir o trabalho de um Senador, quanto mais de jogar um Senador contra uma instituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. não--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Jamais passou isso pela minha cabeça.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E V. Exa. não fez isso.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Osmar Dias ser contra, mas, em relação ao hipossuficiente ou ao mais necessitado, existe, por acaso, na Constituição, algum dispositivo que coloque dúvida da atribuição da Defensoria Pública na defesa do hipossuficiente? Não existe.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Então, não compensa colocar na lei.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não existe.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para que colocar dúvida na lei?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, o que é que o Senador...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O que o Senador Osmar Dias fez? Várias emendas numa só, o que é proibido pelo nosso regimento, mas ainda assim, eu não fiz referência a isso. O que é que diz o art. 230, inciso III do regimento? Que não se admitirá emenda que diga respeito a mais de um dispositivo. Basta isso. Para que a emenda dele fosse rejeitada. Mas mesmo assim, nós discutimos até o mérito da proposta dele. Então, eu quero dizer...

Então, o que eu quero dizer ao Senador Alvaro Dias--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Osmar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Que eu tenho muita consideração a V. Exa., eu jamais colocaria V. Exa. ou qualquer um colega contra a Defensoria Pública. Meu desejo não foi esse. Foi apenas cumprir o regimento e rejeitar a emenda dentro daquilo que eu acho viável, aceitável. E considero que o trabalho de V. Exa. merece o nosso reconhecimento, porque realmente foram várias sugestões que foram feitas numa emenda só, mas infelizmente, o nosso regimento não permite, apesar de que eu não fiz referência a isso. Estou me referindo à ilegalidade de sua emenda, à antirregimentalidade de sua emenda agora, nesse momento. Porque fui obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas vamos ao Item 7.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, assim ficou melhor, porque dizer que eu apresentei uma emenda em pedaço, é depreciativo. Eu não aceito, não.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, ainda para discutir. Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, seguir a lista, Sr. Presidente.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Vamos seguir a lista dos inscritos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Vamos dizer, uma emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos encerrar a picuinha.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Foi o que eu quis dizer, não foi em pedaço, uma emenda com várias emendas que não é permitido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, foi oferecida a sugestão que está nas mãos de V. Exa. de suprimir definitivamente nestes dois últimos casos, que aí resolve o problema. V. Exa. aceitou, acabou a polêmica, nós partimos para frente. Nós vamos, eu sei.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria de apenas tirar uma dúvida com relação ao primeiro Senador e ao segundo Senador, o Senador Raimundo Colombo e ao Senador Aloizio Mercadante, se essa alteração vai resultar em mudança de mérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. É emenda de redação. Nós vamos mandar como emenda de redação.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Emenda de redação--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, V. Exa. não está com nenhuma dúvida.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, dúvida... V. Exa. sabe que só a Mesa pode decidir isso, mas a minha visão--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós vamos conversar com a Mesa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --é que é uma emenda de redação compatibilizando com a emenda de redação que o Relator fez no art. 1º.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Que no art. 1º, ele se reporta à Constituição no inciso que estabelece o papel da Defensoria, para compatibilizar com o art. 1º, nós alteramos a redação do texto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeita argumentação. Muito boa.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, só para responder ao Relator, eu queria colocar. A Constituição Federal no art. 134, ela é clara. Ela estabelece a orientação e a defesa em todos os graus dos necessitados. A palavra "exclusivamente", ela fortalece a atenção em relação aos necessitados, aos carentes. Esta é a origem e o sentido da palavra.

Se em termos de um acordo o Relator entender...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não tem como falar. Mas o "exclusivamente", ela--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra, V. Exa. Não dá para pôr "exclusivamente" agora, se colocar nos dois últimos casos "exclusivamente", fica muito pior.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, então o seguinte, em face do debate que aqui foi estabelecido, eu proponho o seguinte: Que suprima-se as expressões nesses dois últimos casos, é uma emenda de redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E de alguma forma, do inciso VII, do art. 4º da Lei Complementar nº 80.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Batido o martelo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Batido o martelo?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Batido o martelo. Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu represento um Estado onde praticamente inexiste a Defensoria Pública [soa a campainha] no interior. E, portanto, eu entendo que a ideia posta pelo Senador Aloizio Mercadante, a mim me satisfaz perfeitamente. Porque acaba de uma vez por todas com a tal invasão ou não de competência no que seria atribuição do Ministério Público. Defender os carentes é missão precípua, fundamental e nobre da Defensoria Pública e assim fica resolvido.

Já havia a Lei nº 11.448, que estabelecia a possibilidade de Defensoria Pública também ela entrar

com Ação Civil Pública, mas agora, me parece que com muita habilidade, o Líder Mercadante estabelece aquilo que pode pacificar. E eu vejo que isso é muito bem compreendido pelo Relator Senador Antonio Carlos Valadares, que faz um trabalho percuciente, um trabalho clarividente, um trabalho justo.

Eu também não quero me colocar naquela posição maniqueísta de ficar contra ou a favor do Ministério Público, contra ou a favor da Defensoria. Eu estou diante de uma situação de fato. Eu imagino que cantando a minha aldeia, eu estou sendo universal. O meu Estado, como tantos outros, ele carece de uma Defensoria Pública estruturada, uma Defensoria Pública preparada, que tenha meios para atuar, porque no meu Estado, no interior do meu Estado, as pessoas, na sua maioria, nem conseguem demandar, nem conseguem demandar, sequer sabem que têm direitos. Sequer têm seus direitos mínimos reconhecidos. É muito fácil de tomar a terra de um interiorano do Amazonas. Ele nem sabe talvez que tem direito a reivindicar sua terra.

Portanto, o nobre dessa discussão toda é nós sairmos daqui com o papel da Defensoria Pública resguardado, ampliado e fortalecido, porque é uma satisfação que estaremos dando de cidadania a milhões e milhões de cidadãos brasileiros que hoje estão desprovidos dela.

E no mais, eu entendo que fica bem estabelecido que o papel meritório do Ministério Público é um e o papel meritório da Defensoria é outro, a partir da ideia que aqui foi muito oportunamente trazida pelo Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço V. Exa. As palavras, a palavra será deferida ao Senador Inácio Arruda, Senadora Marina Silva, Senador Renato Casagrande e Senador Marcelo Crivella. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, nós consideramos que o acordo ora apresentado satisfaz os anseios da Defensoria Pública. Precisamos ter simplesmente o cuidado para que ela não seja considerada como de mérito pela Mesa, porque isso resultará em um novo esforço, mas acho que é o acordo... Garante o papel significativo que a Defensoria Pública tem já constitucionalmente e que precisava ficar clareado na legislação infraconstitucional. Eu acho que nós alcançamos finalmente esse objetivo.

Tenho a convicção de que a Defensoria Pública tem tanto trabalho para fazer em relação aos pobres e ainda muitos miseráveis que vivem no Brasil, que é uma injustiça qualquer afirmativa no sentido de que a Defensoria Pública abriria espaço para a defesa dos ricos no Brasil. Eu considero que isso é lastimável. O espaço da Defensoria Pública é enorme, o trabalho que ela tem para fazer é enorme. Muitos Estados não conseguiram ainda nem manter, abrir um quadro de defensores públicos que tenha condições de defender os que estão já na cadeia, uns de forma injusta. Uns já cumpriram até a pena que deveriam ter e ainda não conseguiram um defensor para poder garantir-lhes a defesa.

Então, se nós não conseguimos alcançar nem esse objetivo, imagina os interesses coletivos, difusos? Eu dei aqui o exemplo claro de onde eu vim [soa a campainha] lá da minha origem, que é de gente pobre, gente simples, que precisa de uma atenção coletiva, e esse papel não é do Ministério Público, porque ele tem outras grandes atribuições. Jamais a Defensoria Pública irá atropelar.

Por isso, eu considero o que acordo patrocinado junto com o Relator é significativo, se ficar alguma dúvida, tiraremos isso no Plenário, com a Mesa Diretora, mas eu acho o que acordo que foi conduzido pelo nosso Relator e por V. Exa., juntamente com a emenda aqui apresentada por Senador Aloizio Mercadante, eu acho que atende aos interesses de todos, nesse momento.

Por isso, somos pela aprovação do relatório apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu aguardo só a conclusão de V. Exa. para colocar em votação. Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Marina Silva abre mão da palavra.

Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu serei rápido, mas não posso deixar de manifestar pela importância desta matéria, uma matéria que dá um passo adiante na estruturação da Defensoria Pública, indicando claramente os objetivos e a ampliação das suas funções institucionais, regulamentando a autonomia funcional, administrativa e orçamentária da Defensoria, a democratização e modernização da gestão da Defensoria Pública e a seleção e informação dos defensores públicos.

Então, a matéria que dá um passo adiante porque tem muitos Estados que ainda não organizaram decentemente a sua Defensoria Pública e a Defensoria Pública é instrumento importante no combate à criminalidade e, naturalmente, é uma instituição importante para que nós de fato possamos fazer justiça. Então, eu quero saudar, ressaltar, a importância do projeto.

O acordo feito, e eu quero parabenizar aqui o Senador Antonio Carlos Valadares, o acordo feito foi um acordo possível, mas um acordo que busca o equilíbrio, e busca harmonizar as funções do Ministério Público, as funções da Defensoria Pública. Então, merece todo o nosso apoio. Algumas questões a serem decididas ainda pelo Supremo Tribunal Federal, mas esse projeto que nós estamos aprovando, ele aponta na direção de deixar clara qual é a função da Defensoria, de deixar clara qual é a função do Ministério Público. Áreas de sombreamento, que por acaso existam [soa a campainha], no decorrer dos próximos debates, naturalmente, em outros projetos, o Senado e o Congresso, nós teremos condições de aperfeiçoá-los, mas eu acho que demos um passo, estamos dando um passo importante nesse momento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu apenas queria parabenizar a Comissão. A gente perde o jogo quando ocorre aquela situação deixa que eu deixo. E ninguém sabe de quem é a bola. E a bola entra no gol.

Então, hoje eu acho que aqui a gente conseguiu definir de quem é a bola. E priorizou os pobres.

É claro que o Ministério Público também terá a prerrogativa de defender os pobres. Porém, o que nós deixamos aqui no texto claro da lei, é que essa missão nobre, das mais nobres do país, pertence com, não diria exclusividade, mas prioridade, à Defensoria Pública.

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro tinha algumas preocupações exatamente com isso. Quer dizer, áreas sombrias, e aí não saberia de quem seria a iniciativa. acho que hoje definimos bem essas questões e estamos prontos, Sr. Presidente, para aprovar o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Eu imagino que quem apresentou os requerimentos para destaque, agora Senador Raimundo Colombo e Senador Neuto De Conto desejam retirar os requerimentos de destaque.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu acho, sabe Presidente, que nós estamos fazendo muito paralelismo entre o Ministério Público e a Defensoria Pública. E isso enfraquece a ação da própria Defensoria Pública. O Senador Osmar Dias foi correto nessa afirmação, e isso é o que vai acontecer.

Eu não vou contra a Defensoria Pública, pelo contrário, sou a favor da sua ativação cada vez maior, das suas condições de trabalho. Essa abertura, essa ampliação vai enfraquecer no final o atendimento às pessoas que mais precisam, aos pobres, que é a intenção desse projeto. Por isso, eu não fico satisfeito com o resultado, mas eu me curvo ante a maioria, diante desta condição para não prejudicar a tramitação do projeto, mas acho de forma clara que o resultado é esse. E isso é ruim para o processo do Ministério Público, para a própria Defensoria Pública.

Eu não me sinto satisfeito, mas eu me curvo à vontade da maioria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, V. Exa. retira os requerimentos para... V. Exa., Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Também não fico satisfeito. Nós estamos aqui para fortalecer a Defensoria Pública, mas também fortalecer o Ministério Público. E nós estamos vendo muitas sobre posições, onde tarefas já do Ministério Público estão sendo transferidas, em alguns casos, para a Defensoria Pública. E somos a favor. Queremos colocar com muita clareza. Somos a favor da Defensoria Pública e também do Ministério Público. E, por isso, principalmente quando a nossa Emenda nº 19, onde no seu art. 10, a função da Defensoria Pública é indelegável. E nos parece que ela atinge--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso aí foi resolvido, apresentou emenda de redação resolvendo esse problema. Ficou que o cargo é exclusivo, mas as funções são delegáveis enquanto nós temos carências de defensores.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ela vem aferir a própria Constituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem dúvida, resolveu.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Por isso também que temos outros destaques para que se dê o andamento e se possa conduzir a matéria para o Plenário--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Fazer um apelo para que haja retirada do destaque.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): --e lá deveremos discutir, sim, com mais profundidade. Eu retiro também as emendas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, pelo acordo, fazer um apelo para que haja a retirada dos destaques, caso haja entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, então já retiraram os destaques.

Eu gostaria apenas de dar uma última palavra. Eu acho que hoje nós demos um passo decisivo no Brasil e talvez um dos projetos mais importantes que nós aprovamos. A Defensoria Pública, sim, saiu forta-

lecida, saiu melhorada, saiu com grandes funções que vão ajudar na defesa dos hipossuficientes, dos mais pobres, dos mais carentes. Demos essas condições que a Defensoria Pública está procurando há muito tempo. Talvez a Defensoria Pública não tenha levado tudo o que queria, mas também o Ministério Público, se não conseguiu tudo o que queria, também conseguiu uma parte do que queria.

E acredito que foi muito bom para todos, especialmente para a sociedade. Foi um trabalho hercúleo do Senador Antonio Carlos Valadares, que merece aqui o meu reconhecimento, eu acho que do Brasil, do Supremo Tribunal Federal, através do Ministro Gilmar Mendes, do Ministro da Justiça, através do Dr. Rogério Favoretto, de todas as lideranças aqui envolvidas. Dos Srs. Senadores, muitos contribuíram, quase todos, o Senador Raimundo Colombo teve diversas das suas emendas acolhidas, embora o Relator tivesse dado preferência às do Senador Wellington Salgado, mas eram emendas de mesmo conteúdo.

Então, V. Exa. emplacou dez emendas, o Senador Neuto De Conto dez emendas, ajudaram o Ministério Público, ajudaram a Defensoria Pública, e finalmente, no frigir dos ovos, vamos esperar que a Mesa considere que tudo isso é emenda de redação, para que não possa voltar para a Câmara, ao mesmo tempo em que os insatisfeitos, que ainda têm algum problema em relação à constitucionalidade, a dúvida quanto a ela, vão trabalhar junto ao Presidente da República, para que haja veto de alguma matéria.

Eu, da minha parte, me dou por satisfeito, acho que foi um trabalho muito bom, os senhores estão de parabéns. A Defensoria Pública passa a ter uma lei à altura da sua organização, nós vamos lutar muito, sim.

Quando eu entrei pela primeira vez numa Promotoria de Justiça, para ser Promotor, estava sentado no meu lugar um Promotor *ad hoc*, estava sentado um Promotor, antes da Constituição de 88, que não era da carreira, mas que era o possível. Por quê? A Justiça não ia andar, uma vez o que Estado nomeava Promotor de carreira? Hoje o Ministério Público está num outro patamar, e hoje, os senhores se considerem num outro patamar. Os senhores são hoje aquela função essencial ao Estado, à Justiça, ao funcionamento democrático, à assistência aos pobres. E isso os senhores devem se orgulhar. Foi um trabalho dos senhores.

Eu também participei aqui na Constituinte, como lobista do Ministério Público, lobista no bom sentido, participei depois na formulação da lei Nacional e da Lei Estadual do Ministério Público. E os senhores estão tendo essa oportunidade.

Muitos vão querer saber por que os senhores não conseguiram o céu, mas os senhores digam: Nós não chegamos ao inferno. Estamos aqui mais ou menos na situação muito boa. Exatamente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Até porque isso... V. Exa. foi indelicado. E não é feitio de V. Exa., não é? Não, não concedo a palavra.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 137. As senhoras e os senhores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Demóstenes Torres, poderia me conceder a palavra, por favor?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Oportunamente. Requeiro nos termos regimentais a realização de Audiência Pública para debater a constitucionalidade, juridicidade do marco regulatório do pré-sal com os seguintes convidados: Luiz Leonardo Cantidiano, Advogado, ex-Presidente da Comissão de Valores Imobiliários; Modesto Carvalhosa, Professor da USP, Advogado e Autor renomado na Área de Direito Econômico; Floriano Marques Neto, Professor de Direito Administrativo da USP e da Fundação Getúlio Vargas; Alexandre Aragão, Professor Doutor em Direito do Estado, pela Universidade de São Paulo, Mestre em Direito Público [ininteligível] Advogado.

Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, se por acaso eu fui indelicado com V. Exa., eu peço desculpas, não era esse o meu objetivo. Na hora que eu falei vamos votar é animado com a conversa que o Senador Antonio Carlos Valadares aqui, mas não no sentido de cortar e naturalmente de cobrar uma conclusão da palavra de V. Exa. Acho que V. Exa. se alterou de forma exagerada, pode ser até que a fala como foi abordada V. Exa. tenha causado isso, mas se foi sentido e presenciado por V. Exa., eu peço desculpas pela minha fala neste momento.

E aproveito a V. Exa., aproveito a manifestação a V. Exa., além de parabenizar o Senador Valadares, como eu já estava fazendo, também para perguntar a V. Exa. se eu vou apresentar o meu relatório hoje ou na próxima Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode ser hoje, se V. Exa. quiser.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu só queria dar uma palavra de reconhecimento, de elogio ao seu trabalho na Presidência desta Comissão, quando da condução do Projeto da Defensoria Pública. V. Exa. se ouve com muita lisura, agindo como verdadeiro Magistrado, ajudando a conciliar e atuando como um verdadeiro juiz. E eu tenho certeza que não a só a Defensoria Pública, o Ministério Público, todos nós, Senadores e Senadoras, Defensoria Pública, temos esse reconhecimento. Estou falando, tenho certeza, em nome de todos eles, para elogiar o seu trabalho, para dizer que a sua participação nessa sessão histórica foi fundamental para que conseguíssemos chegar a esse denominador comum.

Parabéns, Senador Demóstenes Torres e meu muito obrigado. O meu reconhecimento eterno por V. Exa. ter me indicado como Relator numa matéria tão complexa e que suscitou divergências, debates acalorados, mas que ao final de tudo, chegamos a um entendimento e a um consenso.

Agradeço a V. Exa., Senador Demóstenes Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço também a V. Exa., registro a presença do Dr. Eduardo Matos, Diretor da Escola Superior do Ministério Público de Sergipe.

Senador Renato Casagrande, acho que seria melhor nós transferirmos a exposição de V. Exa. para quarta-feira, antes de começarmos mesmo a votação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Seria bom se V. Exa. pudesse pautar a matéria, porque aí a gente já começaria com essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está pautado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nada mais havendo a tratar, declaro suspensa a presente reunião, que se abrirá amanhã, às 10 horas.

[Sessão suspensa no dia 09/09/2009 às 13h33].

2ª PARTE
Realizada no Dia 10 de Setembro de 2009, Às 10 Horas e 48 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro reaberta a 35ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A segunda parte da presente reunião destina-se à deliberação dos itens 42 a 74.

Item 42 da pauta. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 247/2003, página 17. "*Acrescenta dispositivos ao art. 51 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 90, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor*." Autoria do substitutivo: Câmara dos Deputados; autoria do PLS: Senador Augusto Botelho. Relatoria: Senador Renato Casagrande; parecer: pela prejudicialidade da matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Efraim Morais, a quem nomeio relator *ad hoc* para proferir o relatório.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, diante da análise realizada, nosso parecer, que é um parecer do ilustre Senador Casagrande, é pela declaração de prejudicialidade do Substitutivo da Câmara dos Deputados, sob exame, consequentemente, do respectivo Projeto de Lei do Senado nº 247/2003, pelo arquivamento da matéria.

É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. O parecer é pela aprovação. Ou seja, o parecer é pela prejudicialidade do Projeto, a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 44 da pauta, Projeto... Página 30. Projeto de Lei da Câmara nº 104/2003. "*Assegura o gozo de licença-maternidade e licença-paternidade aos parlamentares e dá outras providências*." Autoria: Deputada Sandra Rosado e outros senhores deputados. Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira; parecer: contrário à matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Efraim Morais para proferir o relatório.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, a matéria, o Item 43 é pelo voto do relatório e a medida é meritória, e o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, nº 22, de 2002, nos termos do Substitutivo apresentado pela Comissão.

Aliás, Sr. Presidente... Há uma modificação... Na realidade, a matéria é a nº 44, a matéria é pela rejeição do PLC nº 104, de 2003. Portanto, o voto é pela rejeição, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer. O Projeto é contrário. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Item 47, página 47. Projeto de Lei da Câmara nº 86/2006, "*Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Substitui a expressão 'medida sócio-educativa' pela 'medida psicosssocioeducativa'*." Autoria: Deputado João Alfredo. Relatoria: Senador Valdir Raupp; parecer: favorável à matéria, com a emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Efraim Morais, a quem nomeio relator *ad hoc,* para proferir o relatório.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, a análise da proposição é meritória e concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006, com a seguinte emenda de redação: "*Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para substituir a expressão 'medidas sócio-educativas' por 'medidas psicosssocioeducativas'*."

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 49 da pauta, página 59. Projeto de Lei da Câmara nº 104 de 2008. "*Acresce o § 3º ao art. 974, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz*." Autoria: Deputada Eliene Lima. Relatoria: Senador Marco Maciel; parecer: favorável à matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Efraim Morais para proferir o relatório, a quem nomeio relator *ad hoc*.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela análise aprofundada do relator, Senador Marco Maciel, em face da exposição do mesmo, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 51 da pauta, página 71. Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2002, terminativo na CAS. "*Acrescenta dispositivo ao art. 105, da Lei 9.503, de 23 de setembro de 97, tornando a terceira luz de freio equipamento obrigatório de automóveis e veículos de passageiros, de cargas e mistos.*" Autoria: Senador Carlos Bezerra. Relatoria: Senador Aloizio Mercadante; parecer: favorável à matéria.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2007, terminativo na CAS. "*Altera o art. 207, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para conceder à servidora gestante licença por 180 dias consecutivos*." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Aloizio Mercadante; parecer pela inconstitucionalidade e consequente rejeição do PLS nº 86, de 2007, pela constitucionalidade, juridicidade do PLS nº 157, de 2002, com a emenda supressiva que apresenta. A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Efraim Morais, a quem nomeio relator *ad hoc* para proferir o relatório.

Em seguida, o próximo relatório, o relator será o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, em face da análise feita pelo relator, o Senador Mercadante, nós opinamos pela inconstitucionalidade e consequente rejeição do Projeto de Lei do Senado, nº 86, de 2007, e pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 157, com a seguinte emenda supressiva: "*Suprima-se o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2002, renumerando-se o art. 3º com o art. 2º*."

É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para retificar, a chamada do artigo, o Item 51, Projeto de Lei do Senado, nº 157/2002, trata "*Acrescenta art. 392-B à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1943, e altera o artigo 210 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 90, para dispor sobre a licença-maternidade das*

servidoras mães adotantes ou que tenham obtido guarda judicial de crianças, e a licença paternidade dos trabalhadores celetistas e dá outras providências." Autoria, Senador Carlos Bezerra. Relatoria, Senador Aloizio Mercadante. O resto é igual.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Item 54 da pauta, página 96. Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2003, complementar. "*Dispõe sobre o Sistema de Aquisição da Habitação Social – SAHS – e dá outras providências*." Autoria, Senador Flávio Arns. Relatoria, Senador Flexa Ribeiro; parecer pela prejudicialidade da matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antônio Carlos Valadares, a quem nomeio relator *ad hoc*, para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O projeto é da autoria do Senador Flávio Arns, que trata do Sistema de Aquisição da Habitação Social e dá outras providências.

Como a referida matéria dispõe sobre uma outra, que fala do mesmo assunto, e não representa inovação jurídica, o voto é pela prejudicialidade do PLS nº 447, de 2003.

É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Traz o resumo aqui para mim.

Item 55, página 131, Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004, terminativo na Comissão de Educação. "*Altera a Lei nº 10.671, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, a fim de regulamentar a participação de torcidas organizadas em estádio de futebol no País*." Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatoria: Senador Osmar Dias; parecer: contrário à matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Efraim Morais, a quem nomeio relator *ad hoc* para proferir o relatório.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, feita a análise da matéria, concluímos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004, por lesão ao princípio de razoabilidade e por deficiente técnica legislativa.

É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Item 56 da pauta. "*Autoriza a criação, pelo Poder Executivo, da Secretaria de Apoio a Brasileiros no Exterior-SEABE, e dá outras providências*." Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senadora Ideli Salvatti; parecer: favorável à matéria.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Ideli Salvatti, para proferir o relatório.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ausente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não estando presente a Senadora Ideli Salvatti, nomeio relator *ad hoc* o ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, página 137, Item 56, para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O projeto de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza a criação, pelo Poder Executivo, da Secretaria de Apoio a Brasileiros no Exterior e dá outras providências, tem como relatora a ilustre Senadora Ideli Salvatti, conclui pela sua aprovação. E a Senadora registra que inexistem vícios de juridicidade e regimentalidade na proposição.

É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu voto com o parecer, que foi muito profundo, me convenceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis. Aliás, a matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Transfiro a presidência ao ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente Demóstenes Torres, assumindo a presidência nesse momento.

Estamos no Item 61. Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2009, complementar, não terminativo. "*Revoga o inciso III do art. 33 e o § 2º do art. 112, ambos da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 79, o inciso VII do art. 20 da Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1941, e a alínea "e" do inciso II do art. 18 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio*

de 1973, para extinguir a prisão especial concedida a magistrados e membros do Ministério Público." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Demóstenes Torres; parecer: favorável à matéria com duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir o seu relatório.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Essa é uma matéria que nós já discutimos aqui, que é acabar com a prisão especial para todo mundo. Membros da magistratura e do Ministério Público nós não acabamos, por quê? Porque fazia parte de uma lei complementar.

E aí nós entramos num acordo, para que o Senador Marcelo Crivella, quem teve a ideia original, de ele apresentar um projeto e eu relatar, e, agora, ele fez isso, e eu estou dando o parecer para acabar também com prisão especial para promotores e juízes.

É esse o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Coloco em discussão a matéria.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Lei complementar.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É importante--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem a palavra V. Exa., Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É importante que V. Exa., como relator, está fazendo uma coisa muito importante. Está votando em causa própria contra o seu interesse; V. Exa. teria direito à prisão especial e está abrindo mão, meus cumprimentos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Seguindo o exemplo de V. Exa., que, no passado, abriu mão também como Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu tenho a impressão que este Projeto, Sr. Presidente, ele vai contribuir para que um determinado cidadão, tendo, por exemplo, um diploma de nível superior, pense duas vezes antes de cometer um crime, porque ele sabe que vai para uma cela comum, conviver com marginais, alguns deles de alta periculosidade, podendo até arriscar a sua própria vida naquilo que ele pode considerar, o condenado numa situação hoje privilegiada, um perigo contra a sua própria vida.

Então irá pensar duas vezes antes de cometer um crime que possa levar-lhe à cadeia, levá-lo à cadeia. De modo que eu acho que não é apenas acabar com o privilégio, como uma medida de prevenção para que crimes, por exemplo, de colarinho branco, sejam evitados. Pessoas em situação de destaque social, como eu disse, reflitam sobre a sua conduta na sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Valadares.

Em continuação a discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer. Os Srs. Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem a palavra V. Exa., Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu pediria, para que se fosse possível, votar o item 58. Embora o relator não esteja aí, eu acho que eu posso explicar e podemos votar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Temos aqui, Senador Pedro Simon, três relatorias do Senador Demóstenes Torres, que vai ter que se ausentar, depois do Senador Lobão Filho, que pediu, e aí colocaremos em votação--.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É que V. Exa. pulou o 58.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pulei qual?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. pulou o Item 58 e foi--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A ordem é a que está sendo mandada pela nossa Secretaria, mas... 57.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Desculpa a Secretaria. Secretaria é Secretaria, eu que estou errado, não deve ter pulado, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E o do Senador Pedro Simon que horas colocaremos? Após o 57. Atendi e passei por cima da Secretaria para atender V. Exa..

Item 70, Requerimento nº 527, de 2009, não terminativo, "*Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, pela monumental festa realizada na Esplanada dos Ministérios, no dia 21 de abril*." Autoria: Senador Marconi Pirillo. Relatoria: Senador Demóstenes Torres; parecer: favorável à matéria.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir o seu relatório.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer. Srs. Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Senador Pedro Simon, esse foi mais profundo ainda o parecer. E convenceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A profundidade desse parecer também me convenceu. Devolvo... Não, ainda não.

A matéria será encaminhada à Secretaria Geral para as providências cabíveis.

Eu queria colocar, como tem três de relatoria de V. Exa., as três estão embaixo [ininteligível], mas não posso devolver ainda, só tem que ser na última.

[risos]

Item 71, Requerimento nº 545, de 2009, não terminativo, "*Requer, nos termos do art. 223, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Repúdio à tentativa de intimidação contra o Secretário-Geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Amazonas, jornalista Cristóvão Nonato, no dia 08 de maio de 2009, em Manaus*." Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senador Demóstenes Torres; parecer: favorável à matéria.

Concedo ao Senador Demóstenes Torres para proferir o seu relatório. Concedo a palavra.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Coloco em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer. Os Srs. Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para providências cabíveis.

Item 72, Requerimento nº 754, de 2009, não terminativo. "*Requer Voto de Aplauso ao jornalista Ricardo Allan, do Correio Braziliense, pela publicação da materia 'O Trimestre da Recessão', inclusa no Caderno Economia, de 7 de junho de 2009*." Autoria do Senador Marconi Pirillo. Relatoria do Senador Demóstenes Torres; parecer: pelo arquivamento da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir o relatório.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pelo arquivamento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Coloco em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer. Os Srs. Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada... Aliás, aprovado o parecer pela rejeição. Autoria do Senador Marconi Perillo, um problema de Goiás. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para providências cabíveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Transferir...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Volto a presidência para o meu querido amigo Senador, Senador Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Transfiro em definitivo a presidência ao nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Nessa Sessão?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nessa sessão.

[troca de presidência]

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): [risos] Bem colocado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E eu ia ficar quietinho, mas o Efraim... [risos] O Senador Efraim... Como é que V. Exa. faz essa colocação, eu estava tão feliz aqui.

[risos]

Um golpe no legislativo.

[risos]

Número Item 57, Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2006, terminativo na CE, Comissão de Educação, "*Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Baixada Maranhense – UFBAM, com sede no Município de Pinheiro, Estado do Maranhão*." Autoria, Senadora Roseana Sarney. Relatoria do Senador Lobão Filho; parecer favorável à matéria. A matéria seria apreciada também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Lobão Filho para proferir o seu relatório. Tem a palavra V. Exa..

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, esse Projeto de Lei do Senado, nº 212, ele autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Fe-

deral da Baixada Maranhense, com sede no Município de Pinheiro, Estado do Maranhão.

Cabe, na realidade, a esta Comissão de Constituição e Justiça apreciar a constitucionalidade e juridicidade desse projeto, que também foi distribuído à Comissão de Educação.

Infelizmente, Sr. Presidente, esse projeto autoriza apenas o Poder Executivo a criar esta universidade.

Na realidade, o desejo de todos os maranhenses é que esse projeto pudesse ser mandatório, e obrigasse o Poder Executivo a criar essas universidades, mas como isto é impossível do ponto de vista constitucional, nós estamos fazendo um alerta ao Poder Executivo, para que ele possa ter a sensibilidade de criar esta universidade e gerar oportunidade de emprego a milhares, milhares e milhares de maranhenses, de uma região extremamente carente.

Do ponto de vista formal o presente projeto é inteiramente constitucional e tem a sua juridicidade aprovada por esta Comissão.

Portanto, o meu parecer é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Lobão Filho. Quero dizer a V. Exa. que esse ministro tem criado bastantes universidades no país, com certeza, se V. Exa. também depois de aprovar aqui nessa Comissão, e assim acredito que acontecerá, tendo o despacho ele poderá priorizar também essa universidade no Estado do Maranhão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Coloco em discussão a matéria.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Pedro Simon tem a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu estou totalmente favorável, e digo ao nobre relator que ele tem razão, seria positivo se pudesse ser não apenas sugestão, mas decisão.

Mas ele fique tranquilo, quer dizer, que é ele conversar com o Presidente Sarney e o Presidente Sarney falou com o Lula, está resolvido. Pode ficar tranquilo.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vejo que V. Exa. nota que existe uma boa relação entre o Presidente Sarney e o Presidente Lula. V. Exa. consegue ver bem.

[risos]

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Mais do que isso, uma grande esperança do Senador Pedro Simon na eficiência e na competência do Presidente Sarney.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro, claro. Bom, coloco em discussão a matéria. Já não há mais quem queira discutir. Em votação o parecer. Os Srs. Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado com voto do Senador Pedro Simon também. A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Não, essa não, nenhuma dessa agora é do Senador Pedro Simon. É essa aqui? Ah, bem. Senador Pedro Simon, já se encontra em minhas mãos o parecer. Projeto deLei do Senado, quem é que vai agora? Senador Pedro Simon, vou indicar o Senador Valadares *ad hoc* para proferir o...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa., Senador. Página 152.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa matéria foi muito--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu posso primeiro relatar, Senador? Item 58, Projeto de Lei do Senado, nº 254, de 2006, terminativo na CMA. "*Acrescenta dispositivos à Lei 11.284, de 2 de março de 2006, que aprova o Plano Anual de Outorga Florestal*." Autoria do Senador Pedro Simon, que se encontra presente. Relatoria do Senador Renato Casagrande, que não se encontra presente, será relatado *ad hoc* pelo Senador Valadares. Parecer: pela inconstitucionalidade da matéria. A matéria será apreciada também pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Antes de passar a palavra ao relator, eu acho que o Senador Pedro Simon deseja fazer uso da palavra. Agora ou mais tarde? Agora. Senador Valadares. Concedo a palavra a V. Exa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa matéria, está aqui, eu pedi para o jurista Demóstenes ficar aqui, impressionante V. Exa., ontem eu fiquei emocionado, V. Exa. deu um *show* da tribuna. A matéria...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): De educação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, a matéria em relação à avaliação a...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Avaliação das universidades.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É, exatamente. Houve a discussão, um longo debate, com relação ao Plano de outorga florestal. Na discussão, aqui, no Senado, nós apresentamos uma emenda, duas emendas.

Uma: área de mais de 2.500 hectares, tinha que passar pelo Senado, aliás, pelo Congresso. Foi aprovado por unanimidade no Senado, por unanimidade na Câmara. Surpreendentemente foi vetado pelo Lula. Até agora... Inclusive lideranças do governo, os caras não sabem explicar como vetaram.

Dois... É uma área enorme, doações, por que não passar pelo Congresso? E a outra é a indicação do Diretor Geral do Conselho Diretor de Serviço Florestal também passar pelo Congresso, pelo Senado, foi vetado.

A questão do relator é o seguinte: diz o relator que como tem um veto, nós temos que aguardar o veto. E eu já tive essa discussão, várias vezes nós tivemos essa discussão aqui na Comissão de Constituição e Justiça, e várias vezes nós conseguimos superar esse debate, e apresentar novo projeto.

Por uma questão prática, muito simples, veto leva a vida inteira, morreu a questão. Então uma das fórmulas de fazer é exatamente isso, nós vamos apresentar o projeto, se o Presidente da República quiser vetar de novo veta de novo, mas vamos ter a chance, porque as informações todas que eu tenho é que houve um equívoco nessa questão.

Todas as informações que eu tenho, a Ministra Marina na época, todas as informações que eu tenho é que houve um equívoco dessa questão. Repare V. Exa., nobre relator *ad hoc*, 2.500 hectares é mais do que justo que área maior do que 2.500 hectares passa pelo Senado para a gente dar autorização para fazer.

É uma área que a gente entrega para entidade particular, pode ser área de 30 mil hectares, 50 mil hectares, sei lá quantos mil hectares, passa para a área... Particular uma concessão. Senador Demóstenes, nessa concessão ela recebe, ela pode dar essa área que ela recebeu em concessão, ela... Pode receber auxílio, empréstimos internacionais, dando como garantia essa área. É uma coisa...

Então o problema é um só, "Ah, não, porque tem veto". Mas cá entre nós, vamos falar com sinceridade: nós sabemos que se tem medida provisória, se tem mil coisas, muitas vezes a gente esquece de mais uma, que é o veto. Aí a culpa é só nossa, a culpa não é do Presidente, a culpa não é de ninguém, a culpa é nossa, porque o veto é vetado, e fica aí e não acontece mais nada.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Posso fazer uma sugestão, Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pois não. Pois não.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para não trabalhar exatamente o mesmo texto, para contornar a inconstitucionalidade, invés de 2.500 hectares, que é o que foi vetado, põe 2.300, não é a mesma matéria. Ou 2.000.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ou 2.600.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ou 2.600.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sou um mero juiz. Se o relator *ad hoc* resolver mudar essa...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. é o juiz. O senador *ad hoc* é um Senador *ad hoc*, e eu sou um boboca. É gênio Demóstenes é gênio.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu só não concordo que V. Exa. é um boboca, o restante eu concordo. Para mim, V. Exa. é um dos homens mais inteligentes dessa casa, V. Exa. sabe disso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Senador Demóstenes ainda é um médico, só que não é problema de saúde, graças a Deus, é problema estético. Mas eu pedi para ficar, e a solução é fantástica, e eu aceito. 2.600 hectares.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se o relator *ad hoc* fizer essa mudança, eu botarei em votação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas é claro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então como se trata de uma mudança substancial, que envolve problema legal e constitucional, eu pediria para isso ser decidido na próxima sessão, com a anuência do nobre autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Retiramos... Senador Pedro Simon, há um pedido do relator *ad hoc* de retirar de pauta para discussão na próxima sessão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu concordo, só acho que o nobre relator *ad hoc* ele está... Ele está mudando muito.

[risos]

Ele era... Quando ele chegou aqui, ele era... Eu me iluminava nele, porque eu ia atrás dele, e era força para ir atrás dele, progressista avançado, agora ele está meio...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARESS (PSB-SE): Pelo contrário, eu estou sendo cuidadoso, em se tratando de uma matéria--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Exageradamente cuidadoso, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Em se tratando de uma matéria do Senador Pedro Simon, nós temos que ter o maior carinho, para que não façamos nada açodadamente, que, aliás, não é a característica de Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas V. Exa. Aceita... Quer dizer, pediu vista?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas aceita a emenda? A emenda está aceita?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Exatamente, é que vamos redigir, para ver como é que fica.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Retiramos de pauta--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E, nesse momento, eu não tenho como fazer essa redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então eu faço...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Estou falando com a maior sinceridade, não é procrastinação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas já aceitou a emenda?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Neste instante, eu não sei como redigir, eu vou ter que estudar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já foi pedido vista ou não.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Aceitei a ideia do Senador Demóstenes Torres. Porque eu estava... Enquanto o Senador Pedro Simon estava falando, eu estava aqui, vendo como uma saída para não rejeitar o projeto dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. é o relator agora, então V. Exa. pede para retirar de pauta para fazer uma reanálise. Então, está autorizado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Obrigado, V. Exa., eu faço questão de ficar com esse projeto para dar uma redação nova.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Comunico o Senador Casagrande.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mandar para o meu gabinete para a gente estudar uma saída jurídica para aproveitarmos *in totum* a ideia do Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Pedro Simon, eu queria dizer que sobre aquele assunto que nós conversávamos numa comissão outro dia, onde V. Exa. colocava que o Senador Jucá, ele era o mesmo do governo Fernando Henrique, que é o mesmo do Lula, e quem mudou foi o Lula, o Jucá falou: "Mudou para melhor". Só queria...

[risos]

Ao comunicar ontem à noite para ele a exposição de V. Exa., ele falou: "O Lula mudou para melhor".

[risos]

Então, espero a próxima frase de V. Exa., para que possa melhorar esse diálogo.

Próximo item da pauta. Nomeia *ad hoc* também. Bom, eu vou... Eu acredito que nós vamos ter que fazer uma séria de nomeações *ad hoc*, são projetos que tem acordo.

Item 62, queria nomear... Senador Pedro Simon, V. Exa. tem que ser o relator *ad hoc* aí, se aceitar, do item 62, página 186. Aceita, V. Exa.?

Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2009, não terminativo, "*Altera a Lei 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para revogar a exigência de que 20% dos militares em exercício na Agência retornem ao Comando da Aeronáutica a cada ano*". Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos. Relatoria: Senador Romeu Tuma; parecer: contrário à matéria, por inconstitucionalidade. A matéria foi apreciada também na Comissão de Serviços e Infraestrutura.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, para proferir o relatório, como relator *ad hoc*.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Obrigado, Presidente, é que o Senador Romeu Tuma disse que o projeto apresenta vício de inconstitucionalidade, de natureza incontornável.

> "*A Constituição Federal determina que compete privativamente ao Presidente da República iniciar o processo legislativo que venha a produzir lei dispondo sobre os militares das Forças Armadas.*

O PL 186 pretende alterar regra relativa ao exercício de militares da força área da ANAC, violando, assim, a reserva de competência do Chefe do Poder Executivo, uma vez que sua iniciativa foi da comissão do Senado Federal.

Temos, por certo, que a intenção da Comissão de Assuntos Econômicos, ao apresentar o projeto foi digna de louvor, pois mostrou preocupação com a qualidade e a segurança do funcionamento do controle aéreo.

Acreditamos, no entanto, que o projeto, a parte de considerações sobre sua inconstitucionalidade, não merece prosperar, pois representa uma ingerência indevida na ANAC, que, como agente normativo e regulador da atividade econômica, deve ser resguardada de medidas externas que afetem o desempenho de suas atribuições."

O parecer é contrário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer. Os Srs. Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para providências cabíveis.

Eu queria dizer que esses relatórios que nós estamos nesse momento relatando, são relatórios que já há consenso, por isso é que nós estamos inclusive nomeando relatores *ad hoc*.

Eu vou precisar da ajuda dos Senadores que estão presentes, o Senador Valadares eu pediria que relatasse dois itens.

É o Item 66, página 226. E depois o Item 68, que é a página 240.

Primeiro, 226. Consulta nº 02/2008, não terminativa. "*Encaminha à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, consulta e notas taquigráficas referentes ao pronunciamento do Senador Tião Viana, na sessão do dia 19 de agosto de 2008, acerca do comparecimento dos senadores às sessões deliberativas nos sessenta dias que antecedem as eleições municipais de 2008*". Autoria: Presidente do Senado Federal. Relatoria: Senador Expedito Júnior.

Com voto no seguinte sentido: "*à primeira questão, de que não há dispositivo regimental que sustente a ausência de Senador nos períodos que antecedem as eleições municipais; à segunda questão, de que há obrigatoriedade de comparecimento no período que antecede eleições municipais, podendo o Senador, contudo, justificar sua ausência na forma do art. 13 e 38, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa; à terceira questão, de que há necessidade de apresentação de justificativa de ausência, se esta ocorrer nos períodos que antecedem a eleição municipal*".

Concedo a palavra ao Senador Valadares, para que possa ser o relator *ad hoc* desse item, dessa consulta, para fazer o relatório que seria do Senador Expedito Júnior.

Tem a palavra V. Exa., Senador Valadares, página 226, para o voto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Na verdade, o voto do relator é exposto da seguinte maneira: "*a) à primeira questão, de que não há dispositivo regimental que sustente a ausência do Senador nos períodos que antecedem as eleições municipais; b) à segunda questão, de que há obrigatoriedade de comparecimento no período que antecede eleições municipais, podendo o Senador, contudo, justificar sua ausência na forma dos art. 13 e 38, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa; c) à terceira questão, de que há necessidade de apresentação de justificativa de ausência, se esta ocorrer no período que antecede as eleições municipais*."

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão a matéria. Com a palavra, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sou totalmente de acordo com o relator, eu acho que é absolutamente correto, se nós resolvermos criar uma disposição dizendo que nos 60 dias que antecedem as eleições municipais, o Senador pode se afastar, já é o mesmo, não é, Senador? Era mesmo que dizer o Senado fecha nos 60 dias que antecede.

Eu acho que como está é normal, quer dizer, o cidadão que... O senador que quer fazer a campanha, etc. e tal, ele pede licença, comunica que... justifica a falta dizendo que está. Agora, dizer que 60 dias ele não precisa vir, porque tem eleições municipais é fechar, é um novo recesso, e outra coisa que é muito grave, exatamente na época de uma eleição municipal, tem uma série de problemas, uma série de discussões, uma séria de debates, uma série de questões as mais variadas, o Senado não pode fechar.

Eu sou totalmente favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Palavra com o Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O Senador Pedro Simon tem toda razão, e a consulta foi elaborada pelo Senador Tião Viana, que, na época, era 1º vice-Presidente do Senado.

Qual dos dispositivos regimentais será aplicado pelo Senado Federal, no período de 60 dias que antecedem as eleições gerais de 2008? Isso foi em 2008.

Quando a presença do senador não constar das listas de comparecimento das sessões deliberativas ordinárias, há ou não obrigatoriedade da presença do parlamentar nas sessões deliberativas nos 60 dias anteriores às eleições? Se há necessidade de apresentação de requerimento para a justificativa de falta, etc., etc.

Então, a consulta foi feita em 2008, para as eleições realizadas naquele ano, e somente agora é que nós estamos respondendo às indagações do Senador Tião Viana, na direção daquilo que se referiu o Senador Pedro Simon.

Se nós considerarmos como facultativa a presença do parlamentar na época das eleições, vai ser um feriadão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral.

O Item 68, Senador Valadares, também. É o requerimento 329 de 2006, não terminativo, "*Requer, nos termos do dispositivo do inciso X, art. 49, da Constituição Federal, e o art. 14, da Lei 9.613, de 1998, seja solicitado ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, que abra procedimento administrativo para identificação da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro, envolvendo depósito em dinheiro do Sr. Paulo Okamotto para o Presidente da República, Luiz Inácio da Silva*." Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senador Gilvam Borges; parecer: contrário à matéria, por inconstitucionalidade e antirregimentalidade.

Concedo a palavra ao Senador Valadares para proferir relatório do Senador Gilvam Borges. Tem a palavra a V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Página?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Página 240, Senador. Tem algumas coisas realmente... Esse requerimento é de 2006. Nós estamos aprovando ou rejeitando ele hoje. Tem a palavra V. Exa..

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Bom, eu vou ler a parte final do parecer do Senador Gilvam Borges.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É o novo Presidente da Comissão que está atropelando de uma maneira certa. Caso contrário, tem mil [ininteligível] na gaveta, esperando, e ele está tocando.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): "*Assim sendo, o presente requerimento não pode prosperar por não estar dirigido a Ministro de Estado, ou titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, conforme prevê o art. 50, § 2,º da Constituição Federal, mas sim integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, por conter pedido de providência à autoridade a que se dirige, o que é vedado pelo art. 216, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.*

Em face do exposto, voto pela rejeição do requerimento 329, de 2009, por inconstitucionalidade e antirregimentalidade."

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador, pelo parecer.

Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira, eu vou discutir.

Eu queria dizer, Senador, como bem colocou o Senador Pedro Simon, o Senador Demóstenes Torres vem procurando limpar as gavetas. Porque é realmente um absurdo. Eu vivi esse momento desse questionamento do Senador Arthur Virgílio. Isso foi durante uma CPI que tinha na Casa, um Requerimento 329, de 2006, nós estamos hoje relatando nessa Comissão. Isso perde uma eficiência do Senado, dessa Comissão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O projeto anterior, relatado pelo nobre Senador, com relação à eleição municipal passada, já vale para a futura. Ele foi feito visando a eleição municipal anterior, e nós já vamos votar visando a próxima.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É verdade. Então, não havendo ninguém mais que queira discussão, encerro a discussão. Em votação o parecer. Os Srs. Senadores, que aprovam, queiram permaneçam como se encontram. Aprovados. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para providências cabíveis.

Eu pediria ao Senador Valadares que assumisse a presidência, que eu tenho um relatório a fazer, se V. Exa. pudesse ficar aqui durante uns dois minutos.

É o item 67, toma o assento, V. Exa.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É esse aqui? Questão de Ordem do Senado Federal, nº 01 de 2004, não terminativo, "*Sobre o funcionamento de comissões permanentes ou temporárias durante a Ordem do Dia*". Autoria do Senador Arthur Virgílio; relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira; parecer: pelo arquivamento da matéria. Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado. Página 233.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou ser bem rápido.

Em face... O voto é pela constitucionalidade e regimentalidade pela Questão de Ordem nº 01, de 2004,

do Senador Arthur Virgílio, e, no mérito, pelo seu arquivamento, haja vista não ter sido possível comprovar que o fato que a motivou, ocorrido há cinco anos, há cinco anos, Senador Pedro Simon, tenha gerado efeitos cujas consequências devam ser reparadas.

Essa questão é em cima de ao estar tendo a reunião no Plenário, alguma comissão estar em funcionamento. Senador Arthur Virgílio questionou dizendo que os atos praticados, pelo Regimento, não tem validade. Está correto.

Mas o voto é que, pela constitucionalidade, regimentalidade, Questão de Ordem, certo Senador Arthur Virgílio, e, no mérito, pelo seu arquivamento, haja vista não ter sido possível comprovar que o fato que a motivou, ocorrido há cinco anos, tenha gerado efeitos cujas consequências devam ser reparadas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu peço a palavra, Sr. Presidente. Eu peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Em discussão, e com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, repara que isso mostra o ridículo nosso, Sr. Presidente. Quer dizer, não funciona. Então, quando nós estamos analisando a crise do Senado, nós temos que analisar é sobre vários ângulos, um é este...

O Senado não funciona. Repare V. Exa., ontem nós votamos correndo, e vamos ver se votamos hoje a Reforma Constitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eleitoral.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eleitoral. É na última hora. Ficou dez anos aqui, aí resolveram fazer e em dois dias se faz, ou então fica mais dez anos. Essa é uma matéria nesse sentido, era da maior importância, maior significado, na época. Lá se passou...

Eu tenho um projeto, Sr. Presidente, que diz o seguinte: todo final, a última semana, tem uma reunião do Plenário do Senado. Os líderes e a Mesa organizam, organizam a pauta do mês que vem, e, nessa pauta do mês que vem, a gente vai votar no mês que vem.

Invés de ser como hoje, as sessões não deliberativas são segunda e sexta-feira, a gente só vota terça, quarta e quinta, a minha proposta é de que inicie a votação, inicie a pauta no mês e entre em votação o que está sendo discutido.

E nós ficamos aqui, votando até esgotar aquela pauta. Aquela matéria que foi posta para discutir, agora, por exemplo, em outubro, nos reunimos na última semana e em outubro vamos votar isso aqui. E nós ficamos aqui e enquanto votar aquilo.

E aí tem sessão ordinária, segunda, terça, quarta, quinta e sexta. Se nós levarmos 25 dias, nós temos cinco dias para ir para o Rio Grande, para o seu estado. Se nós levarmos 20 dias, nós temos dez dias para ir para o estado. Se nós levarmos dez dias para votar, nós temos 20 dias para ir para o estado. Se nós não votarmos, não vai para o estado.

E aí é o seguinte: matéria que nem esta tem que ser votada. Então não tem aquela história, qual é a história? Aquela história de que o Pedro Simon pede uma viajem para a China e vai para a China. Nós temos que votar. Não tem aquela história de aumento, de nomeação de não sei o que, o Plenário tem que votar. Tem que ser feito isso, Sr. Presidente, tem que ser feito isso, senão é ridículo.

Aí eu disse, e até gozaram com a minha cara, eu digo: "Nós vamos votar, aí nós vamos votar aqui segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo". Doido para terminar, para ir embora. "Ah, mas vocês vão trabalhar sábado e domingo? Mas é uma piada, o pessoal que ver a televisão vai rir".

Bacana que vão rir, estão vendo futebol e nós estamos trabalhando. Estamos trabalhando. Mas ficamos aqui, em primeiro lugar termina esse troço que é ridículo, Sr. Presidente. Uma matéria séria, por exemplo, esse negócio do pré-sal, começa... Hoje já parou, hoje já não se conversa mais, hoje é quinta, sexta... Terça-feira e quarta se discute. Nós não temos nem tempo para discutir uma matéria, ficar dez dias em cima de uma matéria.

Eu acho que essa é a saída, o projeto está aqui, o Senador Tasso Jereissati é o relator desse meu projeto, onde eu proponho, só que ele faz o seguinte: ele diga que invés de ser uma reunião para decidir, é uma reunião dos líderes para propor. Propor não resolve nada, a minha questão é muito singela, precisa ter coragem.

Primeiro lugar, eu vou ser sincero: invés de ganhar cinco passagens, eu ganho uma passagem. Quer dizer, invés de eu ganhar cinco passagens [soa a campainha], uma por semana para ir para o Rio Grande, eu ganho uma só, que é uma vez por mês. Posso ganhar outras passagens para outras coisas, mas com relação à viagem é uma.

E aí tu fica aqui até esgotar aquela pauta, e aí nós vamos correr para votar. Projeto que nem esse, concordo V. Exa. relator, que esse projeto podia ser votado com a maior normalidade, esse projeto é isso aqui, podia ter sido votado com a maior normalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Questão de ordem. Questão de ordem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Podia ser resolvido com a maior tranquilidade, mas não se dá bola, não se liga, não se preocupa, então acontece.

Por exemplo, agora, eu estava vendo uma ilustre Senadora, brilhante Senadora, fez um curso no exterior. Oitenta e não sei quantos mil, ela está dando explicação, e eu acho a explicação dela correta, que é um curso de aperfeiçoamento, de aprofundamento, que ela aprendeu, que o gabinete dela melhorou muito, eu concordo.

Mas tem que ter uma maneira de decidir quem vai, quem não vai, como vai. A maneira se chama o Plenário. Eu acho que eu vou pedir desculpa por estar aproveitando, é que nós vamos votar semana que vem, eu acho que seria uma grande saída.

Agora, vou ser muito sincero, viu Senador, vou ser muito sincero, eu não sei se na Mesa... Não sei, mas eu falo com alguns senadores, e eu faço a minha proposta. Vocês não acham que é ridículo o que está acontecendo hoje? É ridículo. Qualquer Senador... A gente tem 6 dias, 7 dias na semana. Como é que nós distribuímos os nossos 7 dias da semana? Terça de tarde, quarta o dia inteiro, e quinta de manhã nós estamos aqui. Um terço nós estamos no Senado, um terço nós estamos viajando, no aeroporto, sentado no aeroporto, esperando o avião, atrasa o avião, indo para o aeroporto, se é São Paulo leva duas horas para ir antes. Pega a viagem, chega na Capital, pega o carro e vai para o interior. E um terço tu fica lá no estado.

Então, um terço no Senado, um terço viajando e um terço no estado. Se nós resolvermos essa proposta que eu estou propondo, tu fica no Senado o tempo que tu tem que ficar. Um colega meu quando está lá no Rio Grande do Sul, um fim de semana ele foi a Uruguaiana, foi lá, fez a reunião dele e voltou, veio para Brasília. O outro fim de semana ele foi ao Alegrete, que é 50 quilômetros de Uruguaiana, mas 400 quilômetros de Porto Alegre. Fez a mesma coisa e voltou. O outro fim de semana ele foi a Bagé, que é 50 quilômetros de lá. Fez e voltou. Se é isso que eu estou propondo, ele vai uma vez, e no mesmo dia ele visita os três municípios.

Agora, eu vou ser muito sincero, eu falei para alguns senadores, e eles me responderam o seguinte, nobre relator, eu quero falar à V. Exa., à V. Exa.. O relator me disse o seguinte... Perdão, o Senador me disse o seguinte: "Não", eu disse para ele: "Mas tu não acha que está errado? Um terço aqui, um terço viajando, e um terço no estado, tu acha que está errado?"

E ele me [ininteligível]: "Eu não acho errado; é tu preparar o teu tempo. Eu, por exemplo, tenho o meu tempo todo preparado. Eu terça-feira de tarde, quarta e quinta eu estou aqui no Senado. Trabalho, me arrebento, faço o que tenho que fazer. Sexta e sábado eu estou cuidando das minhas rádios, das minhas televisões, e estou controlando. Domingo e segunda eu estou nas minhas terras, na minha produção." Então o meu tempo está organizado.

É, aí eu vi que ele, no caso dele, está certo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aí é uma exceção a regra, porque nem todos têm essa atividade.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas o que eu quero dizer a V. Exa., eu não estou criticando, hein, eu quero dizer com toda sinceridade, eu não estou criticando, eu estou apenas dizendo que terminou nisso, como é terça, quarta e quinta o cara tem que preencher o tempo dele.

Eu não estou achando, eu não estou querendo dizer é um escândalo, não é ele que fez violentando nós, nós é que deixamos assim e o cara preencheu o tempo dele.

Agora, eu acho que isso tem que mudar, eu acho que isso tem que mudar. Se nós fizermos isso, vai começar aí a mudança do Senado, Sr. Presidente, vai mudar aí a mudança do Senado.

Acho que a grande saída, e se essa Casa topar, é só nós que podemos fazer isso, porque a Câmara não pode, porque com 500 deputados não tem como fazer uma sessão deliberativa, de votar, lá não tem solução. Agora, nós temos condições, é só querer.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu acho que o Senador Pedro Simon tem razão em se preocupar, para não dar a impressão à sociedade que esta Casa só trabalha três dias de afogadilho.

Ou seja, procura ocupar o seu tempo durante terça, quarta e quinta, e à noite ou à tarde da quinta-feira, o Senador já está se deslocando para o seu estado de origem.

É bem verdade que aqui a nossa agenda é muito apertada, e uma das razões desta agenda muito apertada é porque nós temos muitas comissões, nós temos 11 ou 12 comissões funcionando praticamente ao mesmo tempo.

Por exemplo, no dia de quarta-feira, que é um dia de uma agenda muito intensa aqui, no Senado Federal, a gente se desloca de uma comissão para outra e termina não dando conta do que se passa em cada comissão, ou seja, os projetos são aprovados sem uma análise mais profunda.

Então se nós reduzíssemos as comissões para a metade das que existem hoje, nós já estaríamos--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Hoje tem as comissões que são exageradas, V. Exa. tem ra-

zão, e mais as subcomissões em caráter permanente que estão sendo criadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): As subcomissões, e fora CPIs, etc., etc. Então eu acho que a redução das comissões seria de bom alvitre para um aprimoramento da nossa instituição e um funcionamento mais adequado e andamento das propostas que tramitam em cada uma delas.

De outro lado, o seguinte: ninguém pode considerar que um parlamentar não tenha, na sua base, compromissos, e esses compromissos, muitas vezes, eles são realizados não pelo senador, mas pelas bases, que nos impõe determinadas agendas.

Por exemplo, nesta última terça-feira foi uma terça-feira depois de um feriado de 7 de setembro, onde eu já tive uma agenda intensa naquele 7 de setembro. Mas na terça-feira nós tínhamos no maior município do interior do estado, depois de Socorro, que é Lagarto, não só a procissão de Nossa Senhora da Piedade, como inaugurações de obras do Governo do Estado, para as quais eu fui convidado, e assim também o encerramento da exposição feira de animais de Lagarto, que é o maior centro agropecuário, Lagarto.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, eu perdi a sessão de terça-feira, porque foi uma agenda que existia, que, em todos os anos, eu nunca deixei de comparecer, onde milhares e milhares de pessoas estavam presentes, e eu não podia deixar de comparecer. Perdi. Então qual foi o pecado que eu cometi? O fato de eu não estar aqui terça-feira? Inclusive eu pedi autorização ao Senado, enviei um requerimento, então eu tenho cuidado com as minhas bases.

Eu fui eleito não só para participar dos trabalhos do Senado – e eu participo ativamente -, como também não deixar de prestigiar àqueles que me elegeram no meu estado. Eu acho que a agenda, ela tem que ser compatível, realmente, onde o Senador possa conciliar o que se passa lá, na sua base, e o que se passa aqui.

Agora, um Senador que passa de segunda a sexta aqui, em Brasília, e não dá bola às suas bases, ele dê adeus à política. Ou, então, se elege sempre às custas de discurso, se elege sempre às custas, vamos dizer, de sistemas políticos que são montados no estado, que levam o Senador para se eleger.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas se ele se organizar e ficar dez dias, dez dias seguidos no seu estado, e organizar um esquema--

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Concedo um aparte a V. Exa..

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ele ficar dez dias no seu estado e fazer uma proposta, saber que aquilo é definitivo, eu vou estar dez dias aqui, e, ao invés de ir e voltar, ele ir e fazer, é dez vezes melhor. Ele vai ter um trabalho muito mais produtivo do que voltar correndo, voltar correndo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim, então o Senador passaria 10 dias aqui e depois? Ele poderia passar 10 dias lá? 10 dias aqui e 10 dias lá, alternados?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, 20 dias aqui e 10 dias lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Ah, sim.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Porque em tese vai acontecer isso, quer dizer, nós vamos ter três semanas votando.

E digo mais, conforme for o caso, a votação é tão intensa, nós podemos trabalhar sábado e domingo aqui, que tu pode passar até 15 dias lá. Em 15 dias, tu vota a matéria daqui, votando segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo. É só querer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sábado e domingo também?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas está fácil, está fácil. Acontecer isso. Eu sou realista.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. não é israelita que não pode trabalhar no sábado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, eu dia de domingo eu trabalho nas minhas bases, eu trabalho viajando de município em município, eu praticamente não descanso. E eu não vou nem à praia, não tenho nem tempo de ir à praia.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. é devoto de Nossa Senhora da Piedade?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu sou devoto de Nossa Senhora Santana, que é a padroeira de Simão Dias, onde eu nasci e fui prefeito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim, mas 7 de setembro era Nossa Senhora da Piedade, não--

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Nossa Senhora da Piedade é Lagarto, vizinho a Simão Dias, minha terra. E Lagarto é uma cidade que eu quero muito bem, um

município que, sempre que eu fui Senador, sempre fui o mais votado.

Então eu tenho essa consideração e não posso deixar de ter. Eu acho que V. Exa. pode transformar todas essas suas ideias para a gente discutir num projeto de resolução, inclusive para a melhoria da... Eu acho que V. Exa. tem razão, temos que encontrar uma fórmula.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem uma reforma na mão do Senador Marco Maciel que pode incluir isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É, tem uma reforma do Regimento, o Senador Wellington Salgado está me lembrando, sobre a Presidência do Senador Marco Maciel, inclusive eu sou o Vice-Presidente. Eu posso levar para lá o projeto que V. Exa. apresentar nesse sentido.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas está lá há muito tempo, está lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Já está lá no... Propondo esses dias alternados com vinte dias?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Está lá, está lá.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Osvaldo, com muito prazer.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): É claro que a minha experiência é muito pequena em relação a dos senhores que tem uma vida toda eivada de trabalho aqui no Congresso Nacional e no Senado Federal.

Mas eu não vejo, mesmo com a minha pouca experiência, eu não vejo como esse Congresso Nacional e nem esse Federal mudar nada nesse país.

Até porque todas as questões pequenas, grandes e médias são colocadas aqui, não tem tempo para isso. Se colocar 100 anos, não consegue as matérias que estão em pauta aqui. A não ser que vote atropelado, sem saber o que está votando, só apertar botão, aí sim, e deixar os assessores fazer tudo. Então é... O modelo que foi criado, que está aqui, é arcaico, é antigo, é do tempo da monarquia ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Ainda agravado pelas medidas provisórias, que trancam a pauta, o Senador Pedro Simon tanto já falou, eu já falei sobre isso.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Exatamente. Não, nós não fazemos, o Congresso Nacional não faz leis, quem faz é o Poder Executivo, nós apenas homologamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Isso.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Eu só vejo uma saída, é uma constituinte exclusiva, de pessoas que venham para cá mudar esse modelo que aí está, e depois esse Congresso continuar fazendo as coisas que compete a ele.

E ninguém fazer duas coisas, aqui fazer uma coisa, a Câmara outra, as assembléias legislativas outra. Dividir funções, o que é de responsabilidade do estado, que faça a assembléia legislativa.

Assim, nós teremos condições de avançar alguma coisa. Caso contrário, é... Leis aqui que passam 10, 15, 20, 30 anos na gaveta, e ninguém dá um parecer sobre ela, e discurso, discurso, e esse negócio todo.

Então o que eu vejo, Sr. Presidente, é que ou vamos mudar o modelo, ou, na verdade, o Congresso Nacional, o Senado Federal vai ser sempre um motivo de escárnio pela população e pelas futuras gerações.

Cabe a nós, aos senhores que são vanguardeiros dos processos de mudança, tentar achar uma forma de conscientizar a nação de que esse Congresso normal que aqui, está pouco pode fazer, pela sua burocracia que foi criada, pelas entranhas que foram criadas.

Agora, um Congresso Nacional exclusivo, sim, mudar a principal base do país, aí nós deveríamos fazer aquele subsidiário, aquelas coisas que falta.

É o meu ponto de vista, logicamente como neófito nesse processo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria só aproveitar, se eu conseguisse... Eu queria só colocar o seguinte: Senador Pedro Simon tem uma experiência no Senado, já viveu a história recente do país, política, um homem que tem que ser respeitado.

Agora, eu vejo o Senado com todos os artifícios para poder fazer o que quiser, só falta coragem, só falta coragem. Eu já vi o Senador Garibaldi devolver medida provisória, eu já vi Ministro achar que não vinha aqui, e quando o Senado quer, vem de alguma maneira, em qualquer comissão, porque na hora mete o requerimento extrapauta, aprova e tem que vir.

Agora, as mudanças, nós temos tudo para fazer, o que falta é coragem. Isso eu apreendi aqui dentro. Se tiver coragem, Senador Osvaldo, e o [sobreposição de falas].

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Senador, se o senhor me permite uma parte.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Não muda nada, porque nós não temos tempo e nem coragem para fazer--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, espera aí, espera aí.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Esse Congresso--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não me coloque nesse nós, não, porque eu já fiz aqui, eu já fui audacioso demais durante o período que eu estive aqui no Senado. Agora, tem que ter grupo.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Nós estamos aqui sempre legislando para a próxima eleição, que nós temos eleição de dois em dois anos, então o legislador, o legislador comum, ele está sempre pensando no que vai acontecer o ano que vem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Osvaldo, não...

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): O constituinte exclusivo não, ele ia fazer a constituição para a perenidade, para o tempo, para o espaço. Nós estamos pisando em ovos, pisando em ovos nesse sentido.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Osvaldo, os senadores partiram da premissa que atacar companheiro fortalece a sua posição, quando enfraquece o Senado. Isso eu vi durante quatro anos e meio que eu estive aqui, e isso nunca fortaleceu o Senado.

Se fosse um grupo grande, faria o que quiser, tem no Regimento, tem na Constituição, o direito de os Senadores fazerem o que quiser, usando o Poder Legislativo, e o Regimento e a Constituição.

Agora, não fazem porque se sujeitam a um poder maior, ao interesse aonde tem voto, desse jeito. O Executivo tem esse poder de enquadrar um Senador; aqueles que se sujeitarem a isso vão ser enquadrados, vão ter as suas necessidades atendidas junto às bases, e para ele é interessante.

Eu vejo hoje, o Senador Pedro Simon tem uma história que lhe permite ser do jeito que ele quiser, perante qualquer situação. A situação que ele colocar não vai alterar o seu conceito junto ao seu eleitor.

Mas, hoje, alguns Senadores não têm essa história de ter esse voto da base que o Senador Pedro Simon pode fazer algo que seja contestado, mas o pessoal fala: "Não, se o Pedro está fazendo, tem alguma razão para estar fazendo".

E aqui, no Senado, a gente não tem isso. É muito mais fácil ganhar um asfalto, ganhar uma rua, uma ponte e um colégio ou uma universidade, que isso... Onde você é garroteado pelo Executivo. É isso que funciona, é assim que é historicamente. Senador Pedro Simon, se eu estiver mentindo, estou vendo ele concordando comigo.

Agora, existem aqueles que não se sujeitam. E aí é como na vida, tem alguns que não se sujeitam. O dia que o Senado resolver fazer uma rebeldia total--

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O Congresso, Câmara e Senado, se debruçarem sobre, por exemplo, uma Constituinte exclusiva, quer dizer, não só para determinar uma nova estrutura para o estado brasileiro, mas lembrando-se do problema eleitoral, do problema partidário, financiamento de campanha, quer dizer, a mudança desse tema do voto proporcional para um outro tipo de voto, então todo um funcionamento onde o poder legislativo tenha alguma autonomia, porque como é que se pode ter autonomia se a pauta do Senado é determinada pelo andamento das medidas provisórias?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse debate não acontece.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso aí. Na verdade, Senador Wellington Salgado, essa mudança compete a nós, e não para o Executivo, para o Judiciário, que tantas vezes está legislando em nosso lugar. É melhor que as coisas fiquem assim.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Me concede aparte? Tem razão V. Exa., até porque o que eu vejo é que nós não temos tempo e nem coragem. O modelo que está montado aí favorece inteiramente o Executivo e não o Legislativo. E nós não temos, por a cada ano ter uma eleição no ano anterior preparatório para ela, todo mundo fica pensando só nisso.

Acha que o Congresso vai fazer alguma mudança na lei eleitoral? Vai nada. Do sistema financeiro? Não muda. A não ser uma Constituinte exclusiva, aí sim pode mudar, porque nós não temos tempo e nem coragem para fazer isso.

Desculpa, mas é verdade. Historicamente, está escrito isso no Brasil.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Osvaldo.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Eu fui constituído nessa Casa aqui, fui deputado federal também, fui duas vezes estadual, a gente conhece o espírito da casa. É fazendo para a próxima eleição, fazendo para o próximo comício, fazendo para a próxima... É isso, aqui lastimavelmente é isso.

Uma constituição exclusiva, e se alguém tiver coragem de convocá-la, é que vai dar resultado positivo, isso sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse debate eu adoro [soa a campainha]. Não acontece no Senado esse tipo de debate, não acontece no Senado. Nós estamos sem-

pre falando sobre algumas coisa de interesse... Esse debate não acontece.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Graças a Pedro Simon é que nós estamos debatendo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse é que é o bom debate, esse é o bom debate, é o que eu gosto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Ele provoca a gente, e a gente termina...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele é antigo, sabe tudo, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço à V. Exas. Bom, esse requerimento da autoria do Senador Arthur Virgílio, ele foi apresentado em 2004, uma Questão de Ordem, que diz assim: "*O art. 107, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado... Em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado*."

Isso foi apresentado no dia 06/07/2004. O Presidente... O Presidente do Senado, naquela época, Senador José Sarney, no dia 15 de julho, no dia 15 de julho, enviou para a Comissão de Justiça. Então, desde aquela data, e foi designado um relator, relator está aqui, que não é mais senador da República, foi designado relator.

Então só hoje nós estamos colocando, graças a Demóstenes Torres, e ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Limpando as gavetas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Limpando as gavetas. Então, daí nasceu o debate da falta de celeridade do Poder Legislativo, que, aliás, não é único na falta da celeridade neste país.

Os Sr. Senadores, que aprovam o parecer do Senador Wellington Salgado, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passo a presidência novamente ao Senador Wellington Salgado.

A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Valadares. Essa discussão, eu senti que o Senador Osvaldo, a chegada dele vai ser boa para o Senado, mais oxigenação, isso é bom, porque quando a gente chega, a gente chega motivado, aí vai durando o tempo você vai se enquadrando, vai se adaptando [risos].

Quando você vê, você está igual todo mundo, tente não ficar assim, Senador, que é uma pena, que é uma pena.

Próximo Item da pauta.

Senador Pedro Simon, Senador Tuma ia relatar, não está, vai ter que ser o... Senador Pedro, eu vou precisar que V. Exa. relate. Senador Valadares vai ficar também para ajudar? Só faltam três itens. Porque eu preciso *ad hoc*.

O Senador Osvaldo, ele não é membro da comissão, por enquanto, mas, com certeza, daqui uma semana, será colocado.

O partido de V. Exa. é o PTB, Senador?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): PTB.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Gim Argello está só aumentando a bancada dele no Senado [risos].

Já está maior do que a do PT, eu acho, ou está perto do PT. Esse Gim vai trabalhando devagarzinho. Como é que está o PT, está com 10? E o Gim? 8? Mas ele vai tomar mais alguns aí.

Está subindo essa bancada.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): PTB está trabalhando; Partido Trabalhista.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E ele já é amigo de uma pessoa do Governo com 6, com 8, então, ele vai chegar ao Lula direto todo dia.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O PTB está com 8?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): 8 já, Senador Pedro Simon. Só tomando... O senhor lembra que V. Exa. falou para mim que esse Gim chegou devagarzinho, ficou um ano lá, no subsolo, e veio vindo, e vindo, hoje só anda com líder do governo, não é?

[risos]

Por sinal, já me tomou o Renan também. Ele, agora, anda com o Renan o tempo inteiro, não tem nem mais espaço para eu despachar com meu líder Renan.

Item 69, Requerimento nº 1.238, 2006: "*Requerem, nos termos do art. 223, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Censura ao Ministro da Defesa, Waldir Pires, pela falta de comando na atual crise no tráfego aéreo brasileiro*."

Autoria, Demóstenes Torres e outros senadores, relatoria seria do Senador Artur Virgílio. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu peço arquivamento, Sr. Presidente, com todo respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pelas prejudiciais da matéria.

[risos]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É, eu quero apenas dizer o seguinte: eu sou testemunha da figura política que foi o Sr. Waldir Pires. Ele foi um homem extraordinário, um homem da resistência, um homem da luta, um homem das horas mais difíceis, das horas mais dramáticas.

Se elegeu governador da Bahia, numa derrota frontal do Antônio Carlos, cometeu um erro, que foi renunciar ao governo da Bahia para se candidatar a Vice-Presidente com o Dr. Ulisses.

Se ele tivesse ficado até o final no Governo da Bahia, a história da Bahia poderia ter sido diferente. Mas não há como deixar de reconhecer que foi um grande nome, e foi um grande líder.

É claro que colocar o Sr. Waldir Pires no Ministério da Defesa, com as dificuldades inerentes à história e a biografia dele, não foi um gesto muito inteligente. Mas acusar o Sr. Waldir Pires de falta de dignidade, da falta de coragem, da falta de civismo, é algo que eu não aceito.

Aliás, nesse sentido, eu faço questão de salientar uma coisa realmente muito interessante: o Waldir Pires e Antônio Carlos Magalhães foram dois grandes adversários; adversários que foram à radicalização muito pesada, houve uma campanha dos dois candidatos onde não se perdoaram. Os dois tiveram problemas graves na família. O Sr. Antônio Carlos Magalhães, uma filha se suicidou e algo parecido aconteceu com a família de Waldir Pires. E as acusações foram horríveis, pesadas.

E é interessante salientar a figura do filho do Antonio Carlos Magalhães, o que foi Presidente da Câmara, que era grande amigo inclusive do Waldir Pires, e tinha um respeito, tinha um carinho recíproco. Aquele rapaz realmente era uma pessoa emocionante. Eu tenho a maior admiração, e o maior carinho pela figura dele. Ele conseguiu ser Presidente da Câmara com o voto do Waldir, e conseguiu manter o respeito e o entendimento, e apesar de todos os pesares a inimizade frontal do Waldir e o Antônio Carlos, o seu filho tinha um respeito, carinho e admiração recíproca.

Acho que o Waldir Pires foi uma das figuras mais queridas que eu conheci, mais sérias, mais dignas, mais correta. Eu me lembro do carinho, ele e a esposa, D. Iolanda, ele dizendo que a vida inteira eles dormiam de mão dada, e que até o fim ela foi a companheira da vida dele, no exílio, nas horas dramáticas, nas horas difíceis, acompanhando permanentemente a sua luta, e o seu esforço.

Eu acho que vai ser arquivado, porque não tem mais razão de ser, mas eu, como amigo de Waldir Pires, me sinto na obrigação de dar esse depoimento, porque ele é justo, e ele é verdadeiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que bom que tenha sido nesse momento, e V. Exa. presente, ter sido escolhido por mim, *ad hoc*, e que tenha feito esse testemunho de ter vivido ao lado do Waldir Pires, do ex-Ministro, ex-governador, senão poderia de repente não ter essa defesa. Que bom que o destino acabou proporcionando esse momento.

Tem a palavra V. Exa., Senador Osvaldo.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Na verdade, o que o Senador Simon acaba de falar sobre o Waldir Pires é o resíduo da história. Homem digno, sério, responsável, na vida eivada por grandes trabalhos, intransigente com suas ideias, e com os seus projetos, um homem que verdadeiramente enobreceu e enobrece a história do Brasil.

Ele, na verdade, um grande erro que o Senador Simon fala, realmente foi ter renunciado aquela vez, depois de uma luta tão grande para chegar ao governo da Bahia, renunciou para ser Vice-Presidente da República e não teve êxito naquela jornada.

Mas um homem que, ao longo da sua vida, demonstrou porque veio. Aliás, a Bahia, ela é muito feliz com os seus filhos, eles se destacam em tudo, são grandes cantores, grandes compositores, grandes poetas, grandes políticos, independente do lado em que estejam, não se pode também aqui no caso dizer que Antônio Carlos Magalhães não foi um grande brasileiro. Grande brasileiro, suas ideias, lutava por elas, brigava por elas, amigo dos seus amigos, inimigo dos seus inimigos, não tinha meio termo, quer dizer, um homem que marcou sua história e seu tempo.

Portanto, eu concordo com as palavras do Senador Pedro Simon, que na verdade é o que a história registra e o que nós sentimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Osvaldo, eu queria dizer que eu também tive a felicidade de conviver com o Presidente ACM, dessa cadeira da qual ele coordenava essa Comissão, presidia, foi um bom momento na minha vida, que eu não vou esquecer por essa passagem pelo Senado.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer. Os Srs. Senadores

que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Vai para o lixo, Senador.

Item 73 e 74 terá que ser relatado por V. Exa., Senador Pedro Simon, para nós terminarmos a pauta de hoje.

Item 73, Diversos nº 92 a 96, não terminativo, "*Estabelece hipóteses nas quais fica suspensa a concessão de medidas liminares e dá outras providências*." Autoria Governadores de Estado. Relatoria Senador Geraldo Mesquita Júnior, parecer pelo arquivamento.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon para relatar o parecer do Senador Geraldo Mesquita Júnior, como senador *ad hoc*, tem a palavra V. Exa..

É a página 266, Senador. Eu queria dizer que nós estamos hoje votando, terminando, limpando a pauta, como se diz, de processo e pareceres que tem acordo nessa Casa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Trata-se de minuta de anteprojeto, oferecido pelos Governadores de Estado, que objetivam suspender até 31 de dezembro de 98 a concessão de liminares... Não precisa nem mais discutir, suspender até 1998, nós estamos em 2009, eu acho que não precisa explicar mais nada até. Eu sou a favor do parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Parecer pelo arquivamento da matéria. Não havendo... Coloco em discussão a matéria, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para providências cabíveis.

Último Item da pauta, cumprindo o nosso dever. Último item da pauta, Diversos, Diversos nº 08, de 98, Senador Pedro Simon, Diversos de 98. "*Solicita manifestação do Senado Federal, visando a inclusão de parcela de precatórios judiciais, emitida em 95, no refinanciamento da dívida do Estado do Rio Grande do Sul, a ser celebrado com a União, ao amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados*." Autoria: Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha; parecer: pelo arquivamento da matéria. Eu acho que, depois disso, V. Exa. já até aprovou empréstimo, porque isso aqui não foi resolvido [risos]. V. Exa. aprovou empréstimo do Senado.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, página 288, para proferir o relatório do Senador Leomar Quintanilha, e o Senador *ad hoc*, o Senador Pedro Simon.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Totalmente ilógico [risos]. Então, não havendo... Em discussão a matéria.

Como diz o Senador Pedro Simon, "não há o que se discutir". Não havendo mais o que discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer. Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para providências cabíveis, que deve ser a trituração desse troço.

Pauta da Presidência... Encerramento. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada... A não ser que alguns senadores queiram fazer uso da palavra. Senador Osvaldo? Que eu senti que vai ser uma grande aquisição para o Senado.

Senador Pedro Simon vai sentar ao lado de V. Exa. sempre, porque sentiu que é um revolucionário... Um anarquista, então V. Exa., vai tentar todo momento o Senador Pedro Simon, seduzi-lo.

[risos]

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando os membros da Comissão de Constituição e Justiça para reunião ordinária, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 16 de setembro do corrente, às 10 horas, para deliberação de matérias.

Obrigado a todos os presentes.

Sessão encerrada às 12h09.

Ata da 36ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 16 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e em 17 de setembro de 2009, quinta-feira, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e dezoito minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Osvaldo Sobrinho, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Geraldo Mesquita Júnior, Lobão Filho, Valdir Raupp, Efraim Morais, Adelmir Santana, José Agripino, Eliseu Resende, Marconi Perillo, Arthur Virgílio, Flávio Torres e das Senadoras Serys Slhessarenko, Kátia Abreu e Lúcia Vânia e reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os

Senhores Senadores Almeida Lima e Gilvam Borges. Justifica a ausência o Senador Flexa Ribeiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da **Primeira Parte** da Reunião: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2009 (PL nº 3.428/2008, na origem)** – TERMINATIVO – "Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Fundação Nacional do Índio – FUNAI." **Autoria**: PRESIDENTE DA REPÚBLICA. **Relatoria**: Senador TASSO JEREISSATI. **Parecer**: Favorável à matéria. **Resultado**: Retirado de Pauta, tendo em vista o aditamento do despacho aposto ao Projeto que passa a ser apreciado em caráter terminativo na CCJ. Matéria aguardando o término do prazo de apresentação de Emendas (até 22/09/2009). **ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2004** – TERMINATIVO NA CAS– "Altera o art. da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que "dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências", para permitir a utilização do trabalho temporário na área rural." **Autoria**: Senador RAMEZ TEBET. **Relatoria**: Senadora KÁTIA ABREU. **Parecer**: Favorável à matéria com a Emenda nº 1 – CRA. **Obs**.: – Em 05/08/2009 foi concedida vista à Senadora Serys Slhessarenko e ao Senador Wellington Salgado de Oliveira, nos termos regimentais; – Em 09/09/2009 foi recebido Voto em Separado da Senadora Marina Silva, que conclui pela rejeição da matéria, por inconstitucionalidade e injuridicidade. – A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e será apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado**: Aprovado o Requerimento n° 101, de 2009-CCJ (de iniciativa da Senadora Ideli Salvatti) de audiência pública para instruir a matéria, convocada para a próxima quarta-feira, 22/09/2009, às 9 horas. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2007 – COMPLEMENTAR** – NÃO TERMINATIVO – "Altera a Lei Complementar n° 78, de 30 de dezembro de 1993, para determinar novo número máximo de Deputados Federais." **Autoria**: Senador ALVARO DIAS. **Relatoria**: Senador GIM ARGELLO. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Contrário à matéria. **Resultado**: Retirado de Pauta para redistribuição. **ITEM 8) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 2009** – NÃO TERMINATIVO – "Altera o art. 159 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo de Desenvolvimento dos Municípios de Fronteira." **Autoria**: Senadora MARISA SERRANO e outros Senhores Senadores. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável à matéria nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Obs**.: Em 16/09/2009, foram recebidas as Emendas n°s 1 e 2, de autoria do Senador Romero Jucá, que receberam Parecer favorável, consolidadas no Substitutivo. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, DE 2003** – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 9613, de 3 de março de 1998, para adicionar novos crimes antecedentes e novas pessoas físicas e jurídicas obrigadas a comunicar operações suspeitas, assim como para criar procedimento penal próprio para os crimes de lavagem de dinheiro." **Autoria**: Senador GERSON CAMATA. **Relatoria**: Senador ROMEU TUMA. **Parecer**: Favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Obs**.: – Votação nominal; – Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar. **Resultado**: Concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais. **ITEM 18)**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007 – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena." **Autoria**: Senadora MARIA DO CARMO ALVES. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: Votação nominal. **Resultado**: Retirado de Pauta para aguardar realização de audiência pública, conforme Requerimento n° 102, de 2009-CCJ, de autoria da Senadora Ideli Salvatti. **ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2009** – TERMINATIVO – "Altera o art. 1.700, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para distinguir o débito do espólio do encargo pessoal de prestar alimentos." **Autoria**: Senador EXPEDITO JÚNIOR. **Relatoria**: Senador LEOMAR QUINTANILHA. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: Votação nominal. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **ITEM 24) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2008** – TERMINATIVO – "Altera dispositivos da Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980, que 'define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração'." **Autoria**: Senador ROMEU TUMA. **Relatoria**: Senador EDUARDO AZEREDO. **Relatoria Ad hoc**: Senador PEDRO SIMON. **Parecer**: Favorável à matéria nos termos da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo). **Obs**.: A matéria foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado**: Aprovado o Substitutivo (Emenda n°

1-CRE-CCJ). Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **ITEM 28) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 94, DE 2003** – NÃO TERMINATIVO – "Altera o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências." **Autoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES e outros Senhores Senadores. **Relatoria**: Senador EDUARDO AZEREDO. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável à matéria, com três Emendas que apresenta. **Obs**.: – Matéria em REEXAME na Comissão. – Em 09/09/2009, foi concedida vista ao Senador Aloizio Mercadante, nos termos regimentais. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, com as Emendas n°s 1-CCJ a 3-CCJ. **ITEM 35) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2004 (PL. 01282 de 2003, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. (Dispensa a citação pessoal do embargado para responder à petição inicial, exceto quando não houver constituído advogado)". **Autoria**: Deputado INALDO LEITÃO. **Relatoria**: Senador RAIMUNDO COLOMBO. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável à matéria com uma Emenda de Redação que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda n° 1-CCJ de Redação. **ITEM 36) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2006 (PL. 04127 de 2004, na origem)** NÃO TERMINATIVO – "Altera o art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, incluindo como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação." **Autoria**: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME. **Relatoria**: Senador RAIMUNDO COLOMBO. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável à matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 38) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 309, DE 2006** – TERMINATIVO NA CE – "Obriga os estabelecimentos de educação básica, superior e profissional da rede federal, estadual e municipal a ceder salas de aula e demais instalações necessárias ao funcionamento de classes de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos por redes públicas e entidades da sociedade civil." **Autoria**: Senador CRISTOVAM BUARQUE. **Relatoria**: Senador ALVARO DIAS. **Relatoria Ad hoc**: Senador OSVALDO SOBRINHO. **Parecer**: Favorável à matéria nos termos da Emenda Substitutiva apresenta. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 41) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 134, DE 2003** – TERMINATIVO – "Dispõe sobre crimes de violência doméstica, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e determina outras providências". **Autoria**: Senador DELCIDIO AMARAL. **Relatoria**: Senadora KÁTIA ABREU. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Contrário à matéria. **Obs**.: Votação Nominal. **Resultado**: Rejeitado o Projeto. **ITEM 42) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 311, DE 2003** – TERMINATIVO – "Altera a redação dos artigos 65, inciso I, 115 e 220 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para adequar esses dispositivos ao texto do novo código civil que em seu artigo 5º, consagra a cessação da menoridade civil aos dezoito anos, e não mais aos vinte e um anos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil". **Autoria**: Senador PAULO PAIM. **Relatoria**: Senadora KÁTIA ABREU. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Contrário à matéria. **Obs**.: Votação nominal. **Resultado**: Rejeitado o Projeto. **ITEM 43) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 536, DE 2003** – TERMINATIVO – "Altera a redação do artigo 2039 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, (Para propiciar aos cônjuges a possibilidade de alterar o regime de bens, quando isso lhes aprouver). **Autoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Relatoria**: Senador MARCO MACIEL. **Parecer**: Favorável à matéria com três Emendas que apresenta. **Obs**.: Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o Projeto e a segunda para as Emendas. **Resultado**: Aprovado o Projeto com as Emendas n°s 1-CCJ a 3-CCJ. **ITEM 45) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 61, DE 2007** – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para estender o benefício da redução de pena aos condenados presos que colaborarem com investigação policial ou processo criminal." **Autoria**: Senador GERSON CAMATA. **Relatoria**: Senadora KÁTIA ABREU. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. **Parecer**: Contrário à matéria, por inconstitucionalidade.

Obs.: Votação nominal. **Resultado**: Concedida vista aos Senadores Alvaro Dias e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. **ITEM 46) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 61, DE 2008** – TERMINATIVO – "Altera o art. 1.122 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e o inciso III do § 2º do art. 40 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio), e revoga os §§ 2º e 3º do art. 3º da mesma Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977

(Lei do Divórcio) e a Lei nº 968, de 10 de dezembro de 1949, a fim de suprimir, nas separações judiciais, a necessidade da audiência de ratificação." **Autoria**: Senador SÉRGIO ZAMBIASI. **Relatoria**: Senador EFRAIM MORAIS. **Parecer**: Favorável à matéria, com uma Emenda que apresenta. **Obs**.: Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o Projeto e a segunda para a Emenda. **Resultado**: Aprovado o Projeto com a Emenda n° 1-CCJ. **ITEM 47) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 95, DE 2007** – TERMINATIVO – "Altera o art. 1.124-A da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para acrescentar a conversão consensual da separação em divórcio por via administrativa". **Autoria**: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES. **Relatoria**: Senador RAIMUNDO COLOMBO. **Relatoria Ad hoc**: Senador CÉSAR BORGES. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: Votação nominal. **Resultado**: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 48) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 171, DE 2007** – TERMINATIVO – "Altera o art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, que regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade, para incluir as alíneas "j", "l" e "m"." **Autoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. **Parecer**: Favorável à matéria, com duas Emendas que apresenta.

Obs.: – Em 16/09/2009, o Senador Antonio Carlos Valadares alterou a Emenda n° 2 de Relator. **Resultado**: Encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. **ITEM 49) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 197, DE 2007** – TERMINATIVO – "Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir circunstância agravante genérica nos casos de crimes praticados contra agentes penitenciários." **Autoria**: Senador ALOIZIO MERCADANTE.**Relatoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria. **Obs**.: Votação nominal. – Em 16/09/2009, foi encerrada a discussão. **Resultado**: Encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. **ITEM 51) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 372, DE 2007** – TERMINATIVO – "Autoriza a União criar a Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social." **Autoria**: Senador RENATO CASAGRANDE. **Relatoria**: Senador MARCELO CRIVELLA. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: Votação nominal. – A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Resultado**: Encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. **ITEM 53) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 68, DE 2008** – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de publicação pela Administração Pública, no sítio eletrônico oficial, das respectivas compras, editais de licitação, situações de dispensa e inexigibilidade, instrumentos de contrato e aditamentos, bem como da intimação de determinados atos da Administração sujeitos a recurso." **Autoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Relatoria**: Senador MARCO MACIEL. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: – Votação nominal. – A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Resultado**: Encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. **ITEM 55) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2008** – TERMINATIVO – "Altera o caput do art. 60 da Lei n° 8.934, de 18 de novembro de 1994, para reduzir de dez para cinco anos consecutivos o tempo previsto para caracterizar a inatividade da empresa." **Autoria**: Senadora LÚCIA VÂNIA. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável à matéria, com duas Emendas que apresenta. **Obs**.: Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o Projeto e a segunda para as Emendas. **Resultado**: Aprovado o Projeto com as Emendas n°s 1-CCJ e 2-CCJ. **EXTRAPAUTA: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 159, DE 2009** – TERMINATIVO – "Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão." **Autoria**: PRESIDENTE DA REPÚBLICA. **Relatoria**: Senador ROMERO JUCÁ. **Parecer**: Favorável à matéria. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **ITEM 2) ADENDO AO PARECER DA CCJ AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 132, DE 2009** – TERMINATIVO – "Acrescenta à Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, o Capítulo II-A, que estabelece a disciplina processual da ação direta de inconstitucionalidade por omissão." **Autoria**: Deputado FLÁVIO DINO. **Relatoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Parecer**: Favorável à matéria, retirando a Emenda n° 1-CCJ. **Resultado**: A Comissão ratifica a aprovação do Projeto, retirando a Emenda nº 1-CCJ (oferecida na 33ª Reunião Ordinária realizada em 02/09/2009), em resposta à consulta constante do Oficio nº 1949/2009, do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney. **GRUPO DE TRABALHO CRIADO NO ÂMBITO DA CCJ: III) "REFORMA ELEITORAL" Presidente:** Senador MARCO MACIEL. **Membros**: Senador TASSO JEREISSATI (Relator), Senador ALOIZIO MERCADANTE, Senador ROMERO JUCÁ, Senador PEDRO SIMON **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO N° 101, DE**

2009-CCJ "Requeiro nos termos do art. 90, II e V do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para instruir o PLS n° 171, de 2004 que "Altera o art. da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que "dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências", para permitir a utilização do trabalho temporário na área rural." com os seguintes convidados: Representante da Associação Nacional dos Magistrados do Brasil (ANAMATRA); Representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)." **Autoria**: Senadora IDELI SALVATTI. **Resultado**: Aprovado. **2) REQUERIMENTO N° 102, DE 2009-CCJ** "Requeiro nos termos do art. 90, II e V do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado n° 190, de 2007, que "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.", com os seguintes convidados: Maria Thereza Rocha de Assis Moura – Ministra do STJ; Nagashi Furukawa – ex-secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; Miguel Reale Júnior – ex- Ministro da Justiça; Sérgio Salomão Shecaira-Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária." **Autoria**: Senadora IDELI SALVATTI. **Resultado**: Aprovado. **3)REQUERIMENTO N° 103, DE 2009-CCJ** "Em aditamento ao Requerimento nº 98, de 2009 – CCJ, que requer a realização de audiência pública para debater a constitucionalidade do Pré-Sal, solicito a inclusão dos seguintes nomes: Adriano Pires, membro fundador e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE, professor da UFR, D.Sc. em Economia Industrial pela Universidade Paris XIII e economista pela UFRJ; Ives Gandra Martins, advogado, doutor em Direito, professor emérito das universidades Mackenzie, UNIFMU e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército e Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo." **Autoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Resultado**: Aprovado. **4) REQUERIMENTO N° 104, DE 2009-CCJ** "Requeiro, nos termos regimentais, e, em aditamento ao Requerimento de iniciativa da senadora Ideli Salvatti, para que sejam acrescentados à lista de convidados os nomes abaixo relacionados para participar de audiência pública, com a finalidade de analisar e discutir o PLS. 171, de 2004, para permitir a utilização do trabalho temporário na área rural: representante da Sociedade Rural Brasileira – SRB; representante da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; representante da União da Indústria de Cana-de-açúcar – Única." **Autoria**: Senadora KÁTIA ABREU e Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Resultado**: Aprovado. A Presidência suspende a Reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezesseis de setembro de 2009 e a reabre às dez horas e quatorze minutos do dia dezessete de setembro de 2009. Passa-se à apreciação da **Segunda Parte** da Reunião: **EXTRAPAUTA**: **ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 128, DE 2009** – TERMINATIVO NA CE- "Institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional." **Autoria**: PRESIDENTE DA REPÚBLICA. **Relatoria**: Senador MARCELO CRIVELLA. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: A matéria foi apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e será apreciada também pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PARA INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2000** "Exclui de ilicitude a ortotanásia (Altera o Código Penal)." **Autoria**: Senador GERSON CAMATA. **Relatoria**: Senador AUGUSTO BOTELHO. **Obs**.: Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 51, de 2009-CCJ, de iniciativa do Senador Augusto Botelho. **CONVIDADOS**: ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE, Advogado; EDSON DE OLIVEIRA ANDRADE, Presidente do Conselho Federal de Medicina; PAULO SILVEIRA MARTINS LEÃO JÚNIOR, Presidente da União dos Juristas católicos do Rio de Janeiro – Representante do Padre Luiz Antonio Bento da Comissão Episcopal Pastoral para a vida e a família – CNBB; VOLNEI GARRAFA, Professor de Bioética da UnB. A Presidência declara encerrada a Reunião às doze horas e quatorze minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e nove, ficando adiados os demais itens, a saber: 2) PRS 15, DE 2003 tramita em conjunto com o PRS 3, DE 2007 tramita em conjunto com o PRS Nº 35, DE 2007; 3) PLC Nº 43, DE 2009; 6) PEC Nº 41, DE 2007; 7) PEC Nº 53, DE 2007; 10) PLS Nº 290, DE 2007; 11) PLS Nº 248, DE 2005-COMPLEMENTAR tramita em conjunto com o PLS Nº 336, DE 2005-COMPLEMENTAR; 12) PLS Nº 153, DE 2002; 13) PLS Nº 137, DE 2009; 14) PLS Nº 333, DE 2005; 15) PLS Nº 11, DE 2009; 16) PLS Nº 98, DE 2009; 17) PLS Nº 48, DE 2007; 20) PLS Nº 552, DE 2007; 21) PLS Nº 122, DE 2008;

22) PDS Nº 128, DE 2007; 23) PEC Nº 24, DE 2007; 25) PLS Nº 583, DE 2007; 26) PLS Nº 223, DE 2009; 27) PLS Nº 353, DE 2008; 29) PLC Nº 36, DE 2005; 30) PLS Nº 149, DE 2009; 31) PRS Nº 26, DE 2009; 32) PRS Nº 37, DE 2009; 33) PRS Nº 38, DE 2009; 34) PLC Nº 22, DE 2002; 37) PLC Nº 2, DE 2007; 39) PLS Nº 154, DE 2008; 40) PLS Nº 234, DE 2009; 44) PLS Nº 220, DE 2006; 50) PLS Nº 288, DE 2007; 52) PLS Nº 545, DE 2007; 54) PLS Nº 296, DE 2008; 56) PRS Nº 52, DE 2009; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

36ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada Nos Dias 16 e 17 de Setembro de 2009.

1ª PARTE
Realizada no Dia 16 de Setembro de 2009,
Às 10 Horas e 18 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A primeira parte da presente Reunião destina-se à deliberação dos itens números 01 a 56. Item 01 da pauta, retirado, porque foi dado caráter terminativo na Comissão de Constituição e Justiça e reabriu-se, portanto, o prazo para apresentação de emendas, que se encerrará na próxima terça-feira.

Item 35 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 85/2004, página 444. Acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil. *"Dispensa citação pessoal do embargado para responder à petição inicial, exceto quando não houver constituído Advogado*". Autoria, Deputado Inaldo Leitão. Relatoria, Senador Raimundo Colombo. Parecer favorável à matéria, com emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior, a quem nomeio Relator *ad hoc*, para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o PLC nº. 85/2004 atende aos requisitos formais de constitucionalidade, previstos no art. 22, inciso I, e nos arts. 48 e 61 da Constituição Federal. A matéria nele versada pertence ao direito processual civil e integra o rol de competências desta Comissão, conforme dispõe o art. 101, incisos I e II, alínea "d", do Regimento Interno. O exame do mérito é favorável à proposição porque a simples existência de Advogado constituído nos autos é suficiente para que assuma o dever de defesa dos interesses do outorgante, ainda que derivados da causa principal.

Conquanto a justificação se refira a agravado, em lugar de embargado, compreende-se que a intenção do ilustre autor era reportar-se a embargos de terceiro. As razões colacionadas na justificação socorrem-se dos princípios da economia processual e da celeridade, hoje assegurado no art. 5º, inciso LXXVIII da Constituição Federal. De fato, carece que sentido a parte embargada tenha que ser citada em processo no qual é autor ou ré, se existe nos autos instrumento de procuração que outorgou poderes ao Advogado para defender seus interesses.

Além disso, pelo princípio do contraditório, a causa não evolui se não houver o Advogado que, nos autos, represente o outorgante. De fato, se a parte revogar o mandato outorgado ao seu Advogado, no mesmo ato, deverá constituir outro para assumir o patrocínio da causa, Código de Processo Civil, art. 44.

A seu turno, se o Advogado renunciar ao mandato, provará que notificou o mandante, a fim de que se nomeie o substituto, e durante os 10 dias seguintes à notificação da renúncia, deverá continuar a representar o mandante, desde que necessário para evitar prejuízo, Código de Processo Civil, art. 45. Assim, o dever de representar o mandante perdurará por 10 dias para o Advogado que renunciar ao mandato, exceto, é claro, se nesses... Antes desse prazo, for substituído por um novo representante da parte.

Por fim, em atendimento ao disposto no art. 5º da Lei Complementar nº. 95/1998, alteramos a ementa da proposição, a fim de conferir precisão e clareza ao seu objeto.

O voto. Por estarem atendidos os requisitos constitucionais da juridicidade e regimentalidade, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 85/2004, com a emenda de redação que acrescenta o parágrafo ao art. 1.050 da lei nº. 5.869, de 11 de janeiro de 73, Código de Processo Civil, para dispensar, nos embargos de terceiro, a citação pessoal. Esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Item 36 da pauta, página 449. Projeto de Lei da Câmara nº. 72/2006. Altera o art. 275 da lei 5.869, de 11 de janeiro de 73, Código de Processo Civil, incluindo como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação. Autoria, Deputado Antônio Carlos Mendes Thame. Relatoria, Senador Raimundo Colombo. Parecer favorável à matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior, a quem nomeio Relator *ad hoc,* para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a proposição atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade e o Congresso Nacional tem competência para legislar sobre a matéria, conforme preceito no art. 22, inciso I, e os arts. 48 e 61 da Constituição Federal.

A análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de matéria integrante do Direito Processual Civil, tem apoio no art. 101, incisos I e II, alínea "d" do Regimento Interno. A proposição se encontra sob a forma de Projeto de Lei adequado ao objetivo. A matéria inovará o ordenamento jurídico. Está presente o atributo da generalidade. O tema é consentâneo com os princípios gerais de Direito, a potencial coercitividade. Em síntese, estão atendidos os requisitos de juridicidade.

A proposição atende aos crivos técnicos, realizados com base na Lei Complementar nº. 95, de 26 de fevereiro de 98, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. No mérito, é procedente a medida, que visa dar maior celeridade à ação judicial destinada a reverter o ato de benevolência do instituidor, sem a necessidade do procedimento ordinário de maior dilação probatória. Como o prazo prescricional para a revogação de doação é de um ano, a contar da data do conhecimento do fato, justo é que esse prazo seja submetido ao procedimento sumário.

O voto. Por todos os motivos expendidos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 72/2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Item 38, página 461. Projeto de Lei do Senado nº. 309/2006. "Obriga os estabelecimentos de educação básica, superior e profissional da rede federal, estadual e municipal a ceder salas de aula e demais instalações necessárias ao funcionamento de classe de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos por redes públicas e entidades da sociedade civil". Autoria, Senador Cristovam Buarque. Relatoria, Senador Alvaro Dias. Parecer favorável à matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho, a quem nomeio Relator **ad hoc**, para proferir o relatório. Com a palavra, V. Exa... Item 38, página 461, PLS 309.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Principiamos pelo enfoque constitucional federal da matéria afunda a Legislação sobre educação. Preleciona o art. 208, I, da Carta da República, que o dever do Estado, entenda-se os poderes públicos do Estado Federal brasileiro, com a educação, será efetivado, mediante garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

A seguir, a Constituição Federal determina que a União organizará o sistema federal de ensino dos territórios também, financiará a instituição de ensino público federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino, mediante a assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; Constituição Federal, art. 211, § 1º.

No plano Legislativo, colhe-se o art. 22, inciso XXVI, XXIV, digo, também da Carta Federal, que a União detém competência legislativa privativa para o estabelecimento de diretrizes e bases da educação nacional, sendo estes dispositivos secundados pelo art. 24, 9º do mesmo diploma, o qual determina a competência legislativa concorrente para a Legislação sobre educação. Sobre esse aspecto, o Supremo Tribunal Federal, Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 3.669, julgada em 18/06/07, a Relatora Ministra Carmem Lúcia decidiu que a Educação se situa sob competência concorrente entre a União, que define as normas gerais, e os entes estaduais e o Distrito Federal, que fixa as especialidades, as especificidades, os modos e os meios de cumprir o *quantum* estabelecido no art. 24, inciso IX da Constituição Federal, ou seja, para legislar sobre educação. O art. 22, inciso XXIV

da Constituição da República Federativa do Brasil enfatiza a competência privativa do legislador nacional, para definir as diretrizes e bases da educação nacional, deixando as singularidades no âmbito de competência dos Estados e do Distrito Federal.

Inequivocamente, franquear o acesso de governos estaduais, municipais e distrital à sala de aula e demais instalações, para que sejam nelas ministrado curso de alfabetização de jovens e adultos, é preceito que, em lei nacional, como é o caso, se coaduna perfeitamente com os lineamentos endereçados à matéria pela Lei Magna, à vista dos dispositivos transcritos precedentemente.

Sob esta ótica, então, temos a concluir pela constitucionalidade material da proposição. Não divisamos inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, já que a matéria não se encontra sob reserva do Chefe do Poder Executivo da União. Igualmente, não há lesão à cláusula federativa, dado que o permissivo para o estabelecimento de normas gerais nacionais sobre educação em favor da União emerge da própria Constituição Federal.

Há que se obstar, contudo, que o teor do § 1º do art. 1º, no qual se inscreve a obrigação do Poder Público da União, por meio de seus estabelecimentos de ensino, de publicar o número e a localização das salas de aula disponíveis. Cremos na existência, neste ponto, de invasão de competência administrativa do Poder Executivo. O substitutivo que integra esse parecer cuida de remover essa inconstitucionalidade.

Após também o defeito da técnica legislativa do § 2º, que exige a assinatura do termo de responsabilidade por danos do patrimônio da União, deixando a descoberto os patrimônios estaduais, distritais e municipais também sujeitos à lei. A sujeição de escolas militares ao regramento da presente proposição também nos parece excessiva, à vista das características específicas desse estabelecimento. O substitutivo que acostamos enfrenta também essas duas últimas questões.

Voto. Por todo o exposto, somos pela aprovação, nesta Comissão, do Projeto de Lei do Senado nº. 309/2006, nos termos do substitutivo que deste é à parte. Somos pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Requerimento: "Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos dessa Comissão nos dias 16 a 18 de setembro de 2009, quando estarei representando o Presidente José Sarney nas comemorações pelo 80º aniversário da emigração japonesa na Amazônia, no Estado do Pará. Senador Flexa Ribeiro". Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Só para terminar a votação dos requerimentos, Senador Marcelo Crivella. "Requeiro, nos termos do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para instruir Projeto de Lei do Senado nº. 171/2009, que altera o artigo de lei nº. 6.019, de 03 de janeiro de 74, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências, para permitir a utilização do trabalho temporário na área rural, com os seguintes convidados: 1) Representante da Associação Nacional dos Magistrados do Brasil, ANAMATRA; 2) Representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, ANPT; 3) Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; 4) Representante da Confederação Nacional da Agricultura, CNA; 5) Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura... Senadora Ideli Salvatti.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Requerimento. "Requeiro, nos termos do art. 90, II e V do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para instruir Projeto de Lei do Senado nº. 190/2007, que altera a lei 7.210, de 11 de julho de 84, para prever o exame criminológico para a progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena, com os seguintes convidados: 1) Maria Tereza Rocha de Assis Moura, Ministra do STJ; 2) Nagashi Furukawa, ex-Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; 3) Miguel Reale Júnior, ex-Ministro da Justiça; 4) Sérgio Salomão Shecaira, Presidente do Conselho Nacional de Política Penitenciária. Também Senadora Ideli Salvatti. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Requerimento. "Em aditamento ao Requerimento nº. 98/2009 – CCJ, que requer a realização de Audiência Pública para debater a constitucionalidade do Pré-Sal, solicito a inclusão dos seguintes nomes: Adriano Pires, membro fundador e Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, o CBIE. Professor da UFR, doutor em economia industrial pela Universidade de Paris, [ininteligível] economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Ives Gandra Martins, Advogado, Doutor em direito, professor das Universidades Mackenzie, UNIFMU e da Escola de Comando do Estado Maior

do Exército e Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Senador Antonio Carlos Júnior. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Senador Marcelo Crivella com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Exa. Dia 02 de outubro será a escolha da sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Nosso Ministro, o Presidente da República, Governador do meu Estado fizeram um esforço imenso para que o Rio de Janeiro fosse escolhido. O Ministro nos pediu para colocar, em extrapauta, o ato olímpico, que não é terminativo, Sr. Presidente, ele vai ser terminativo na Comissão de Educação. Então, pediria a V. Exa. para colocar em extrapauta. Não é um projeto terminativo, podemos votar. Mas é muito--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Qual é o número?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É o projeto, Sr. Presidente, 128 da Câmara, de 2009, que institui o ato olímpico.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Esse é impossível, vou dizer a V. Exa. por que. Até tinha combinado com a assessoria, ontem, do Governo. Ele está em votação em outra Comissão. V. Exa. é Relator lá também, não é isso?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Já foi aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E há alguns óbices que a oposição coloca, que quer discutir melhor em relação à concessão de passaportes ou a não obrigatoriedade de passaportes, etc. Então, eu darei a Relatoria a V. Exa. também e, daqui para a semana que vem, o que tiver para votar, o que tiver de dúvida, nós votaremos. Mas eu darei a Relatoria, para que nós possamos fazer essa discussão com o compromisso de, semana que vem, votar de qualquer forma.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Sr. Presidente. Porque dia 02 de outubro é a escolha da cidade sede. Quer dizer, o Ministro pediu que nós tivéssemos isso aprovado mais rápido possível, para lhe dar instrumentos, eu diria, de convencimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já determino à assessoria que faça a distribuição imediata a V. Exa. Chegando aqui, V. Exa. terá, e até semana que vem, nós votaremos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu estava, há poucos minutos atrás, protocolando a CPI para investigar o repasse de recursos públicos através de ONGs de fachada, criadas pelo MST. Protocolamos na Secretaria Geral do Senado uma CPI mista, Câmara e Senado, para averiguar esses repasses ilegais.

Portanto, Sr. Presidente, eu não estava presente no momento da aprovação de um Requerimento de Audiência Pública para tratar do projeto 171, de autoria do Senador falecido Ramez Tebet, de minha autoria, e eu como Relatora. Apenas para fazer um comentário, Sr. Presidente, registrar aqui que esse Requerimento de Audiência Pública é de autoria--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Da Senadora Ideli Salvatti. Eu queria deixar aqui minha contrariedade com relação a essa situação de um preconceito histórico, explícito contra o setor agropecuário. O trabalho temporário no urbano já é permitido há muitos anos. E o trabalho temporário urbano ficou fora dessa perspectiva e está ficando fora, e a dificuldade, desde Ramez Tebet vivo, de não aprovar esse Projeto de Lei.

Quero lembrar que os demais aprovados, através de Medida Provisória, eles dizem respeito única e exclusivamente ao produtor rural pessoa física, e não trata do produtor rural pessoa jurídica. A exemplo de 1943, quando nós aprovamos, o Brasil aprovou a CLT; ali, naquele momento, Sr. Presidente, começou a primeira injustiça com os trabalhadores rurais do Brasil, excluindo os trabalhadores rurais de todos os seus direitos. E só corrigido com a Constituição de 88, quando também for incluído, na CLT, os trabalhadores rurais como também possuidores de direitos, como os trabalhadores urbanos tinham há décadas atrás.

E agora, eu quero registrar, mais uma vez, uma tentativa de protelação com relação à aprovação deste Projeto de Lei, que tem um substitutivo da Senadora Marina Silva, que demonstra e propõe a não aprovação deste projeto, alegando falta de fiscalização por parte do Governo, que nós não podemos ser penalizados pela ineficiência do Estado. Nós não estamos aqui oficializando um gato. Muito pelo contrário, nós somos pessoas de boa-fé, pessoas honestas, cinco milhões de produtores rurais neste país; 16,5 milhões de trabalhadores rurais no país estão fora da condição de se formalizarem, graças ao adiamento desta... Aprovação deste projeto, graças, ainda, ao substitutivo da Senadora Marina Silva, que propõe que o setor ru-

ral não alcance essa possibilidade, de formalizar seus trabalhadores rurais, de que possam, a exemplo dos patrões urbanos, também se valerem da contratação terceirizada, oficializada através de contratos.

Nós não estamos vivendo na idade da pedra. O setor rural brasileiro não aceita esse tipo de preconceito, preconceito histórico, que ainda é atingido por alguns setores do Brasil, e aqui também, do Senado Federal. Mas vamos aguardar e quero pedir, Sr. Presidente, que acelere a instalação da Audiência Pública, e gostaria que V. Exa. pudesse ler quem são os convidados para a participação dessa Audiência Pública, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos marcar a audiência, Senadora, para a próxima quarta-feira, às 09h00 da manhã e, em seguida, iniciaremos o processo de votação na própria quarta. Se V. Exa. tiver algum nome... Porque também ficou um representante da CNA. Talvez V. Exa. mesma ou alguém por V. Exa. possa--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): A CNA está incluída no Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já está. Então, são os seguintes os indicados: Representante da Associação Nacional dos Magistrados do Brasil, ANAMATRA; Representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, ANPT. Representante do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Representante da Confederação Nacional da Agricultura, CNA; Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, CONTAG. Se V. Exa. quiser incluir mais algum representante, pode fazer o Requerimento.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria, aqui, de apenas argumentar que as audiências públicas que acontecem nessa Casa, elas se primam por um equilíbrio no debate. E nós estamos aí vendo seis entidades, e apenas a CNA, para esse debate. E, aumentar mais entidades, no caso, nós comprometeríamos essa discussão e a eficácia do debate.

Então, eu não acho justo e nem equilibrado que nós possamos trazer seis entidades que são contrárias a este tema, e apenas uma entidade a favor. Então, ou diminuímos os contrários e damos um equilíbrio, ou é o mesmo que nós não podemos participar, pela desigualdade dos temas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu darei 10 minutos para cada debatedor na audiência de quarta-feira. Começaremos às nove, impreterivelmente. Eu não tenho como impedir que esses representantes apareçam. Isso foi aprovado pelo Plenário. Mas V. Exa. pode indicar mais alguns representantes... Senador Aloizio Mercadante, se quiser, como líder--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só queria ponderar o seguinte: primeiro, a Audiência Pública é um direito dos Parlamentares para instruir matéria, enriquece, nós já tivemos aqui matérias polêmicas; Senadora Kátia Abreu já sugeriu muitas audiências públicas... Faz parte da vida democrática da Comissão. Eu queria sugerir que ela entrasse em contato com a Senadora Ideli, eu mesmo posso ajudar nisso, e buscarmos ver outros nomes que possam compor a Audiência Pública para dar um caráter evidentemente pluralista, que é o objetivo da Comissão. Eu não acho que há necessidade de fazer mais de uma audiência. Por exemplo, a OCB, a Organização das Cooperativas do Brasil--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu não terminei a minha proposta. Eu ia continuar a oferecer os nomes--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas ele passou a palavra para mim--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Aloizio Mercadante sugere, inclusive, que V. Exa. Senadora, encontre esse meio termo que V. Exa. sugeriu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria, Sr. Presidente, de aprovar novos nomes, ao invés de pedir a retirada de alguns, incluir a Sociedade Rural Brasileira; a Organização das Cooperativas do Brasil, e também a UNICA, a União do Açúcar e Álcool desse país.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pronto. V. Exa. pode formalizar que eu submeto imediatamente. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu só queria ponderar que uma Audiência Pública com nove fica muito prejudicado o aprofundamento do debate. Eu gostaria de sugerir, se fosse possível, que houvesse equilíbrio entre as duas partes. Se puder ser um pouco menor a Mesa, é mais eficiente para poder discutir. Mesmo porque senão temos repetição de argumentos, que não é o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos aprovar o Requerimento da Senadora Kátia Abreu e depois, com a intermediação de V. Exa., se houver um entendimento, a Mesa concorda, a Comissão concorda em que esse número seja relativizado. Oportunamente, V. Exa. apresenta e imediatamente nós colocamos em votação. Então, vamos... Requerimento.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sociedade Rural Brasileira; a Organização das Cooperativas do Brasil; a ÚNICA e também a CNA, que já está aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aguardamos só chegar aqui e colocaremos imediatamente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Edison Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu gostaria de fazer um comentário sobre a iniciativa da Senadora Kátia Abreu. Eu acho que, legitimado pelo fato de eu não possuir imóvel rural, não sou empresário do setor agroindustrial, o meu setor é outro. Mas, eu não posso deixar de corroborar e apoiar integralmente a iniciativa da Senadora Kátia. Eu acho que o setor agropecuário brasileiro, tão combalido, tão perseguido pelas políticas públicas brasileiras, precisa de uma defesa veemente como a que ela tem feito aqui, neste Congresso.

O fato, por si só, de não haver ter sido incluído na lei que cria o temporário para as empresas urbanas, não haver sido incluído o emprego temporário para o setor rural, já mostra, por si só, o quão necessária é a defesa contundente de nós congressistas desse setor tão importante para a economia brasileira. Parabéns à Senadora Kátia. A senhora conta com o meu irrestrito apoio à defesa do setor agropecuário, inclusive dessa tese da criação do serviço do emprego temporário para o setor rural.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Senador, pelo apoiamento. Sr. Presidente, eu vou atender à Audiência Pública de minha autoria na Comissão de Educação, e o Senador Antonio Carlos Júnior e também Lobão Filho, eu gostaria de pedir para subscrever o Requerimento e aprová-lo na minha ausência, se for possível. Muito obrigada.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu gostaria de sugerir que nós incluíssemos na pauta, na próxima semana, o PLS nº. 150, que trata das organizações criminosas, que eu sou Relator. Houve aquela discussão entre o papel polícia, Ministério Público, tal. Encontramos uma redação que tenta solucionar a dificuldade. Eu proporia que fosse incluído na pauta para a próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Será incluído. Item 05 da pauta. Item 05: Projeto de Lei do Senado nº. 465/2005. Item 05, página 105. "Altera a Lei Complementar nº. 78, de 30 de dezembro de 93, para determinar novo número máximo de Deputados Federais". Autoria, Senador Alvaro Dias. Relatoria, Senador Gim Argello. Parecer contrário à matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior, página 105, para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, há de se registrar que os dispositivos constitucionais relativos à competência e iniciativa do Congresso Nacional são observados na matéria em apreço. Seu conteúdo, por sua vez, não conflita com os princípios fundamentais, nem fragiliza os direitos e garantias fundamentais abrigados no texto constitucional. A redução do limite inferior do número de Deputados por unidade da Federação, de oito para quatro, contradiz evidentemente o disposto no § 1º do art. 45 da Constituição. Sua aprovação está condicionada, portanto, ao sucesso da Proposta de Emenda à Constituição nº. 69/2007, cujo primeiro signatário é o Senador Alvaro Dias, autor do projeto em apreço, que determina a redução desse limite.

A PEC nº. 69/2007 encontra-se sob análise dessa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sobre o mérito, cada uma das três alterações propostas merece análise em separado. A proposta de redução do número total de Deputados Federais fundamenta-se em duas premissas discutíveis, à luz dos dados disponíveis: supõe, em primeiro lugar, que o número atual de 513 Deputados é excessivo. Ou seja, que a democracia funcionaria igualmente bem no país, ou até melhor, com um número menor de Deputados. Em segundo lugar, supõe que a redução de 108 cadeiras resultaria em economia significativa para o Erário.

Sobre a primeira premissa, não há dados que autorizem estabelecer uma relação ideal entre número de representantes e número de representados. Há democracias sólidas e antigas com número de Deputados maior que o brasileiro, assim como há outras com número menor. Em números absolutos de cadeiras, a Argentina, com 257 [interrupção no áudio], e México com 500, entre outros, estão abaixo do Brasil.

Em compensação, França, com 577; Índia, com 545; Itália, com 630 e Reino Unido, com 659, superam o nosso país. Se a comparação envereda por números relativos, ou seja, pelo número de representados por representante, a Argentina e Chile superam o Brasil com mais Deputados por habitantes ou menos habitantes por Deputado.

Na verdade, não há regra para determinar o número ótimo de representantes. Esse número deve apenas ser suficiente para a representação considerada adequada de todas as diferenças relevantes, políticas, culturais, étnicas ou religiosas que dividem a população em cada caso considerado.

Sobre a segunda premissa, cabe lembrar que o custo do Poder Legislativo não depende apenas do número de Deputados, mas da regra eleitoral de cada país e dos recursos colocados à disposição dos Parlamentares. Embora o número de membros da Câmara dos Comuns seja maior que dos Deputados brasileiros, o custo do Parlamento Britânico é menor do que o Congresso Brasileiro. Deputados eleitos pelo voto distrital, que prestam contas a menos de 100 mil eleitores, não precisam de uma estrutura de assessoramento Parlamentar numerosa. Já deputados brasileiros, eleitos pelo voto proporcional, e circunscrições extensas e populosas, necessitam de uma estrutura muito mais pesada para manter contato permanente com suas bases. Em suma, a redução do número total de Deputados parece-me inócua, senão contraproducente, do ponto de vista de representação. Portanto, do ponto de vista da economia, por sua vez, sua relevância é duvidosa.

No que se refere à atualização periódica do número de cadeiras correspondentes a cada Estado e ao Distrito Federal, o projeto aparentemente não traz inovação, uma vez que a Lei Complementar nº. 78, de 30 de dezembro de 1993, já prevê esse procedimento. Ocorre que o Tribunal Superior Eleitoral não efetua o cálculo das cadeiras de cada unidade da Federação a cada eleição, em razão de uma interpretação litoral do § 2º do art. 4º do ato de disposições constitucionais transitórias, que diz: "É assegurada a irredutibilidade da atual representação dos Estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados". Qual a origem e o significativo desse dispositivo? Foi o resultado de uma complexa negociação política no âmbito da Assembléia Constituinte, que viabilizou a criação do Estado do Tocantins, ao garantir a irredutibilidade da bancada dos Deputados de Goiás.

Por essa razão, o dispositivo figura no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ou seja, sua vigência deveria ter se limitado à eleição seguinte à promulgação da Carta. A interpretação do TSE perenizou a norma e congelou a distribuição das cadeiras à realidade demográfica daquela época.

A realização dessa distribuição a cada eleição, mesmo dentro dos limites constitucionais, de oito e 70 Deputados por unidade da Federação, resultaria em alterações significativas de algumas bancadas estaduais. Perderiam Deputados basicamente os Estados da região Sul e do Rio de Janeiro, em benefício das regiões de maior crescimento demográfico, São Paulo e regiões do Norte e Centro-Oeste. No entanto, a previsão desse procedimento já se encontra na Legislação. Sua realização depende apenas da produção de um novo entendimento do mencionado dispositivo constitucional por parte da Justiça Eleitoral.

Finalmente, há que analisar a proposta de redução de número mínimo de Deputados por Estado, de oito para quatro. É preciso lembrar que, neste ponto, o sucesso do projeto está vinculado à aprovação da PEC do mesmo autor e de outros Senadores e Senadoras, que altera o § 1º do art. 45 da Constituição com essa finalidade.

No entanto, é preciso indagar das razões que levariam à inclusão, no texto de todas as constituições republicanas, de uma regra que resulte em algum grau de desproporcionalidade na composição da Câmara dos Deputados. Aparentemente, a permanência dessa regra responde ao temor dos Estados menores e menos populosos, frente à excessiva concentração de poder nos Estados mais povoados, que a proporcionalidade estrita propiciaria. Se assim é, a solução aritmética da questão não é suficiente, mas deve ser acompanhada de indispensável construção de garantias adicionais no ordenamento político da federação.

O voto. Em razão do exposto, o parecer é pela rejeição do Projeto de Lei nº. 465 do Senado, 2007, complementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Senador Alvaro Dias com a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o objetivo da proposta é a organização do Poder Legislativo, cuja desorganização é reconhecida, creio, que por todos nós. Não é nova essa empreitada. Na Constituinte, em 88, a única vez que o Presidente Ulysses Guimarães deixou a Presidência da Sessão e foi à Tribuna, foi exatamente para discutir o restabelecimento do equilíbrio da representação Parlamentar no país.

Desde o pacote de abril, se proporcionou o inchaço e, ao mesmo tempo, o desequilíbrio da representação. O inchaço, sobretudo, a partir da criação de novas unidades da Federação, com o surgimento de novas bancadas, sem prejuízo para as bancadas anteriores. Se nós considerarmos, por exemplo, esta região onde estamos, Brasília, Goiás, Tocantins, nós tínhamos três Senadores; hoje temos nove Senadores para a mesma região. E, na mesma proporção, Senador Marco Maciel, Deputados Federais.

Esta proposta vem no bojo de um conjunto de projetos, projetos que tratam da redução de Parlamen-

tares desde o Senado; seria a redução de um terço; nós eliminaríamos um dos Senadores por unidade da Federação; teríamos, ao invés de três, dois Senadores; a redução dos Deputados Federais, dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

Discute-se constantemente o número de Vereadores no Brasil. E por que não discutirmos o número de Senadores e Deputados Federais e Deputados Estaduais também? O objetivo é também economizar, mas não é esse o objetivo essencial, porque argumentarão que não se economiza com democracia, em que pese o fato de que economia não compromete democracia. Economizar não comprometerá o exercício da democracia, de forma alguma.

O que nós pretendemos, realmente, em síntese, é um Legislativo mais enxuto, mais econômico, mais ágil, mais eficiente, mais qualificado, mais valorizado e mais respeitado pela opinião pública brasileira. De que adiantam milhares de Parlamentares em todo o país, se estão absolutamente desacreditados, em razão de tantas mazelas divulgadas, não divulgadas, reveladas e por serem reveladas?

É evidente a fragilização da representação popular no país. Como podemos admitir, por exemplo, Senador Valter Pereira, já há que a Câmara dos Deputados é a representação da população e não do Estado... Do Estado é o Senado Federal, como justificar o fato de que, em determinados Estados, um Parlamentar representa 50 mil habitantes; em outro, 600 mil habitantes? Onde está o equilibro da representação popular? Porque um Parlamentar há de representar, na Câmara dos Deputados, mais habitantes do que outros Parlamentares? Esse desequilíbrio evidentemente compromete a representação popular no Brasil. Não é uma representação autêntica. Ela não significa realmente a média das opiniões existente no país.

Portanto, Sr. Presidente, é duro cortar na própria carne. É dolorido cortar na própria carne. Evidente que teremos uma competição mais exacerbada, mas seremos um Legislativo mais valorizado. E, certamente, aqueles que confiam no próprio trabalho, aqueles que desempenham um trabalho com competência, com seriedade, com honestidade, com interatividade com a opinião pública, com o nível elevado, respeito, sobretudo, haverão de confiar nas suas próprias possibilidades, mesmo com a redução do número de lugares, de cadeiras no Parlamento.

Ou nós assumimos essa postura de cortar na própria carne ou perdemos, inclusive, autoridade de falar em reformas de modo geral. Como é que pretendemos reformar a casa do vizinho, se não reformamos a nossa própria casa? Queremos reformar o Poder Judiciário, o Poder Executivo e não reformamos o Legislativo. Fala-se muito hoje em reforma administrativa. Vamos mudar o modelo de gestão da Casa. Mas, basta isso? Não temos que avançar mais? Não temos que buscar modernização, reforma da representação e não apenas da gestão? Eu creio, Sr. Presidente, que seria o primeiro passo importante para iniciarmos uma trajetória de recuperação da credibilidade que perdemos nos últimos tempos. Eu repito--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias, eu gostaria de fazer uma sugestão. Ontem, nós encerramos a votação de uma Lei Eleitoral. E, naquela ocasião, antes dessa votação, nós cogitamos fazer uma Comissão aqui dentro para discutir a Reforma Eleitoral profunda. Qual a razão disso? Nós chegamos à conclusão que, durante o processo eleitoral, nós não iríamos votar nada. Inclusive agora, que encerrou-se esse prazo, não vai dar tempo de concluir nada. Obviamente que podemos fazer uma reforma profunda, porque não vai afetar nenhum Parlamentar que vai concorrer à próxima eleição. Nós temos em torno de 150 propostas aqui, de emenda à Constituição, proposta de alteração legislativa, da Lei Eleitoral, do Código Eleitoral, etc. Então, o que eu sugeriria? Que essa proposta de V. Exa., esse projeto de V. Exa., fosse retirado de pauta.

Eu tenho concentrado em dois Relatores, Marco Maciel e Tasso Jereissati, justamente para poder constituir essa Comissão. E nós faríamos uma Comissão com cinco membros; cinco, não mais, para que, até a metade do mês, até o final do mês de outubro, viesse uma proposta para cá, onde nós apresentaríamos à nação o que pensa a Comissão de Constituição e Justiça, ou o Senado Federal, para fazer essa reforma para o futuro, porque é o que vai dar certo.

E, entre essas propostas, naturalmente, tem também uma outra proposta de V. Exa., que reduz o número de Senadores. Tem outra proposta que reduz o número de Deputados Estaduais. Então, nós concentraríamos tudo isso e teríamos um parecer acabado acerca dessa matéria e de outras. Se a Comissão concordar, nós poderíamos fazer... Porque agora nós não vamos discutir para a eleição do ano que vem. E, aí, a coisa poderá ser feita com maior racionalidade, digamos assim.

[falas sobrepostas]

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu quero só concluir, respondendo à sugestão do Senador Demóstenes, o Presidente da Comissão, eu creio ser inteligente a proposta de V. Exa. Eu sei que isoladamente nós teremos dificuldades de aprofundar esse debate e aprovar estas propostas. Realmente, o que nós estamos propondo não se daria já, imediatamente, uma alteração dessa profundidade, de uma só vez.

Nós estabelecemos um cronograma de redução do número de Parlamentares. A sugestão de V. Exa. é inteligente. Eu tenho estudado essa matéria há bastante tempo. Foi a primeira matéria que eu apresentei como Senador, em 99, e venho reapresentando a cada mandato eletivo.

Eu quero concordar com V. Exa., aceitar a retirada de pauta dessa proposta, para que ela não se perca aqui. Não é uma matéria para se debater em poucos minutos. Eu creio que tenhamos que amadurecer sobre ela e, certamente, sugestões virão para aprimorá-la. Então, Senador Demóstenes, eu peço a V. Exa. que transfira esta proposta e as outras, inclusive a que reduz o número de Senadores, número de Deputados Estaduais e Vereadores, que elas sejam transferidas para esta Comissão; V. Exa. já designou Relatores, a fim de que se possa discutir em profundidade a questão da reorganização do Poder Legislativo no país.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior, depois V. Exa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, apenas para fazer um apelo a V. Exa., que, nessa Comissão, que vai de certa forma dar um primeiro tratamento a essas propostas, que conste um representante dos Estados menores. Porque, por exemplo, a proposta do Senador Alvaro Dias reduz de oito para quatro a representação de Deputados Federais de Estados menores. E nós não vamos concordar. Então--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa... Eu estava pensando em colocar V. Exa. nessa Comissão. Se aceitar...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu aceito, com o maior prazer, Sr. Presidente. Aceito com o maior prazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior e depois Pedro Simon.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Demóstenes, Presidente, Sras. e Srs. Senadores, na verdade, eu já iria, na discussão, pedir que o projeto fosse retirado para poder a gente examinar num âmbito maior. Então, a sugestão de V. Exa. É muito pertinente e seria importante essa Comissão estudar esses pontos, e acho da maior importância--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem ou pela inscrição?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É porque tem outros Senadores inscritos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, é pela ordem só.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Então eu apóio inteiramente essa posição. Porque nós... O Senado contribuiria e muito para a Reforma Política ao propor... Ao apresentar um trabalho condensado das principais propostas aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, mais uma vez, o bom senso de V. Exa. se impôs. Efetivamente, é chegada a hora de promover a discussão de uma Reforma Política. E essa matéria se insere dentro desse objetivo.

Portanto, eu acho que é sensata a proposta de V. Exa. e acho que esse é o encaminhamento que deve ser acolhido por esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Obrigado. Senador Pedro Simon e depois Senador Sobrinho. Senador Pedro Simon com a palavra, V. Exa. Por favor, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em primeiro lugar, acho correta a posição de V. Exa., de fazer o agrupamento dos projetos conexos para nós debatê-los em conjunto. Mas eu não pude deixar de levar--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está sem áudio a V. Exa. Por favor, a técnica corrija aí... O Senador Pedro Simon está sem poder falar.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A contrarreação ao que disse o Senador Alvaro Dias. Essa é uma tese que vem sendo muito debatida no Congresso, muito debatida. Realmente, a ditadura aumentou o número de Parlamentares de quatro para oito. É verdade. E a ditadura também aumentou o número de Estados; territórios que viraram Estados. É verdade. Isso teria tido, na época, o objetivo de garantir arena a maioria, tanto que para isso criaram inclusive os Senadores biônicos, para garantir maioria no colégio eleitoral. Essa é uma questão.

Agora, a questão, hoje, ela é um pouco diferente. A questão é que, se nós aprovarmos o projeto como apresenta o Senador Alvaro Dias, Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul vão ter maioria no Congresso Nacional. E Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul, tendo maioria no Congresso Nacional, é algo que realmente é muito sério. Então, nós temos que fazer uma análise de tal maneira--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não... Permite um aparte, Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Então, a discussão, se de um lado o argumento apresentado pelo Senador Alvaro Dias é o argumento correto, um Deputado do Amapá representa "X" Deputados, enquanto um Deputado de São Paulo representa mil vezes mais, é verdade isso, mas, em contraprestação, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro vão mandar no Congresso Nacional. Então, a federação praticamente vai desaparecer--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Pedro Simon, um aparte, por favor. O projeto cuida disso. É proporcional ao número de habitantes. A Câmara existe para isso, para representar a população. O equilíbrio do sistema federativo é assegurado pelo Senado Federal. Por isso que há o mesmo número de representantes para cada Estado. É por essa razão que não pode ser extinto o Senado Federal... Extinto, não. Mas a representação popular na Câmara tem que ser proporcional ao número de habitantes. E foi Ulysses Guimarães o maior defensor dessa tese, e eu repito que ele deixou a Presidência da Constituinte, foi à Tribuna para defender a tese.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Dr. Ulysses era o maior defensor da democracia brasileira. Mas era fanático, apaixonado por São Paulo, como V. Exa. Tão fanático por São Paulo, que nós estávamos em Reunião da executiva nacional do PMDB, e ele suspendia a executiva nacional do PMDB para ir votar em Plenário um voto favorável a São Paulo quando o Maluf era Presidente. Quer dizer, São Paulo era São Paulo. Então, V. Exa. diz uma grande verdade. Quer dizer, a Federação é o Senado. Aliás, a única razão para nós existirmos é o Senado. Quando o Senador Camata queria tirar do Senado a obrigatoriedade da gravata e do paletó, porque isso estava superado, eu disse para o Senador Camata: "Mas, Camata, o que é que vai superar da tradição? Se, de repente, nós aparecermos de bermuda e de calça curta aqui... O que tem de tradição do Senado, que sobrou de tradição é a gravata e o paletó".

Então, por outro lado, eu concordo que o Senado representa a Federação, três por Estado. Mas também não vamos nos esquecer, a força hoje do Congresso é na Câmara dos Deputados. Repare você o projeto, qualquer projeto importante, que nem o de ontem; a Câmara iniciou, passou por aqui, ela vai decidir. Quantos projetos, quantos projetos nós já aprovamos nessa Comissão, que estão na gaveta da Câmara há três anos, quatro anos, cinco anos? A Câmara não deixa nenhum projeto originário do Senado passar lá e vir para cá, para nós decidirmos? O máximo que a Câmara faz, se o projeto é importante, ela copia o projeto do Senado, apresenta um novo, de iniciativa da Câmara, para terminar lá.

Então, tem razão o Deputado Alvaro Dias, o Senado é o equilíbrio. Mas, na verdade, a Câmara é o grande setor determinativo. Se, na Câmara, São Paulo, Minas e Rio de Janeiro tiverem o comando, eu acho que é muito ruim. E olha que eu falo de um Estado que é o Rio Grande do Sul, que não é dos Estados que vai sofrer um prejuízo enorme nesse sentido. Mas nós vamos ficar com o resto do Brasil no lado de fora. Quer dizer, quem manda é Rio, São Paulo e Minas Gerais.

[soa a campainha]

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, é uma situação que nós temos que analisar, estudar com muito carinho. Eu acredito que não é tão simples assim, e eu não vejo número de Deputados e Senadores ser um problema grande da nação. Eu acredito que qualquer mexida que fizermos nesse sentido, nós estaremos fazendo um desequilíbrio para a representação nacional. Nós sabemos que, no sistema que o Brasil adotou, o sistema bicameral, onde nós temos o Senado que representa, acima de tudo, o equilíbrio do pacto federativo, e nós temos a Câmara que representa a população, nós temos que entender que qualquer mudança nesse sentido--

[soa a campainha]

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Nós estaremos fazendo um desequilíbrio e, consequentemente, tirando todas as condições das unidades menores da Federação.

Portanto, eu acredito que, da forma que está, nós não estamos tão exageradamente disforme no processo. O que tem que se fazer, e vai moralizar o Congresso, não é simplesmente o número maior ou menor de Deputados ou Senadores. O que vai fazer é a postura individual de cada um, é a forma de trabalhar aqui; é a forma de se pontuar as coisas certas nesse país. Portanto, eu acredito que é somente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Silêncio, por favor.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Somente uma análise bem acurada, e V. Exa. foi exato quando falou aqui de se fazer estudo mais profundo a respeito. Eu acredito que essa situação só se resolveria, na verdade, com a convocação de uma constituinte exclusiva, para estudar, na verdade, o tamanho do Estado que nós queremos, que Estado nós queremos, esse Estado para que serve, para quem serve e para que vai servir? Não adianta nós simplesmente diminuir o número de Deputados porque não vai resolver.

Vamos proporcionar mais ainda o desequilíbrio das unidades federativas.

Nós sabemos que historicamente o Senado é a Casa do equilíbrio, uma Casa mais conservadora. Nós sabemos que a Câmara é mais progressista, até porque vem das bases populares também. Nós aqui cabemos fazer com que a União, na verdade, seja representada e a gente tenha condições de... O Acre, o Rio Grande do Sul, São Paulo, tal, ter o mesmo peso para discutir as coisas mais sérias.

Portanto, eu acredito que nós temos que, na verdade, estudar com muito carinho, nem a Constituinte de 88 estudou esse capítulo com carinho; todas comissões eram super disputadas, mas quando foi na organização do Estado, praticamente ninguém se incomodou com isso. Tanto é que pode notar que tem poucas emendas, pouco trabalho a respeito disso.

Portanto, eu acredito que V. Exa. foi sábio quando propõe, aqui, que se faça um estudo pormenorizado e, logicamente, no mais acurado a respeito do processo, a fim de que a gente possa, na verdade, decidir com clareza e pensando no futuro, não somente no presente das críticas que existem ao Congresso Nacional. Essas críticas vão ser mudadas com nosso comportamento, com nosso trabalho, não simplesmente diminuindo o número de Deputados ou Senadores ou acabando com o Senado Federal.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu queria pedir uma gentileza a V. Exa. Eu... Não é sobre esta matéria, mas eu tenho que me retirar, porque eu tenho uma audiência agora, e eu gostaria que V. Exa. retirasse de pauta os itens que sou Relator. O item 03 e o item 25.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não quer votar agora? Nós podemos votar agora. Encerro essa discussão e votamos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Demóstenes. Eu sugiro isso, que se encerre essa discussão, já que vamos transferir para a Comissão já constituída--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): São itens sem acordo, mas se V. Exa...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É que o item 03, a Senadora Marina Silva apresentou um voto em separado, agora--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É verdade. Eu retiro de pauta. Retirado de pauta.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): E o item 25 eu sou *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ok. Retiro de pauta.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): A não ser que o Senador Romero Jucá assuma.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sr. Presidente.

[falas sobrepostas]

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu gostaria de fazer um apelo, Sr. Presidente, nós temos uma votação terminativa, simples, que é o projeto que sou Relator...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O item 08.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não. O item... O extrapauta. É o Projeto de Lei 159, que cria cargos no patrimônio da União. Eu gostaria que pudesse colocar em votação, para aproveitar, inclusive, o voto do Senador Osmar Dias.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): É rapidinho, só também sugerindo, caso V. Exa. tenha condições de colocar o item 10 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos ver. Se tiver consenso... Se não tiver, eu coloco também, mas ao final. Então, encerrada a discussão, retiro de pauta esse projeto, redistribuo para o Senador Marco Maciel, constituo uma Comissão para apresentar um parecer sobre todos os projetos sobre Reforma Política, presidida pelo Senador Marco Maciel, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati e como membros o Senador Romero Jucá, Pedro Simon... Poderíamos colocar mais um membro, se V.Exas., de algum... Senador Mercadante gostaria de participar? E Senador Aloizio Mercadante. Então, nós temos aí uma Comissão para... Vou pedir ao Presidente para que agilize as reuniões e, ao mesmo tempo, nós cheguemos a uma conclusão breve acerca desse tema. Retirado e redistribuído ao Senador Marco Maciel. Assim como... Quero pegar uma deliberação da Casa. Os projetos acerca de Reforma Política que estiverem com outros Srs. Senadores, eu vou também redistribuí-los para o Senador Marco Maciel, a fim de que ele possa fazer um trabalho mais apurado.

Item 01 extrapauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 159/2009; dispõe sobre a criação de cargos em

Comissão do grupo de direção e assessoramento superior, DAS, destinados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Autoria, Senador... Autoria, Presidente da República. Relatoria, Senador Romero Jucá. Parecer favorável à matéria. Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para proferir o relatório.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, o voto é favorável. A matéria cria cargos importantes na Secretaria de Patrimônio da União e na Secretaria de Gestão de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, portanto, duas estruturas que precisam ser reforçadas e o voto é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só peço a V. Exa. que peça ao Ministro do Planejamento que também passe a compreender um pouco melhor os Parlamentares.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Estamos trabalhando junto a ele. Ele é meio cabeça dura, mas nós estamos trabalhando, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon. Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romero Jucá, Relator. Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Alvaro Dias. Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria foi aprovada pela unanimidade dos votantes e será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis. Peço ao Senador Valter Pereira que presida a Sessão para eu relatar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente. Presidente. Senador. Senador Demóstenes. Senador Demóstenes, antes de V. Exa.--

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Senador Camata pergunta se é possível pôr em votação o item 09, do qual eu sou Relator, e a autoria é dele. Não sei se está dentro do conceito de harmonia.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Havendo anuência do Plenário e *quorum*, não há problema. Com a palavra, o Relator, o ilustre Senador Demóstenes Torres. O projeto em apreço é o de nº. 132, de autoria do Deputado Flávio Dino, procedente da Câmara dos Deputados. Com a palavra, o Relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse projeto nós já votamos, é um Projeto de Lei da Câmara, faz parte do chamado "pacote do pacto republicano". É o que disciplina a ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Nós votamos aqui uma emenda, que foi considerada pela Mesa... Nós consideramos emenda de redação; a Mesa considerou emenda de mérito. Como não há nenhuma intenção de que esse projeto procrastine, meu parecer

é pela retirada da emenda, para que ela possa seguir para a Mesa e, em seguida, para a sanção ou veto do Sr. Presidente da República. É o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão o parecer do ilustre Relator. Não havendo discussão, em votação. Em decorrência da evidente falta de *quorum*, essa votação será sobrestada, para que outras, que não exijam votação nominal, possam se processar. Reassume a Presidência o Senador Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos lá. Terminativo. Item 43 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 536, página 500, "altera a redação do art. 2.039 da lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para propiciar aos cônjuges a possibilidade de alterar o regime de bens quando isso lhe aprouver. Autoria, Senador Demóstenes Torres. Relatoria, Senador Marco Maciel. Parecer favorável à matéria, com três emendas que apresenta. Concedo a palavra ao ilustre Senador Marco Maciel, para proferir o relatório.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Presidente, só registrando que essa matéria é terminativa também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Mas aí nós vamos discutindo... Na hora que o *quorum* voltar... Porque muita gente foi ver a exposição do Jobim. Assim que voltar, nós votamos todas.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Demóstenes Torres, Sras. e Srs. Senadores. Na condição de Relator, desejo manifestar a minha opinião a respeito do Projeto de Lei do Senado, PLS 536/2003, de autoria do eminente Senador Demóstenes Torres, que preside esta Comissão.

O art. primeiro da proposição destina-se a alterar o art. 2.039 da lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, para estender os efeitos do § 2º do art. 1.639 ali encartado, que trata da possibilidade de alteração do regime de bens na constância do casamento, às uniões matrimoniais celebrados, na vigência do Código Civil de 1916. O art. 2º determina a entrada em vigor da norma "na data de sua publicação".

Na justificação, o ilustre autor da matéria aduz que "inobstante o Código Civil em vigor tenha incorporado significativa inovação consistente na possibilidade dos cônjuges alterarem, em pedido motivado de ambos e apurada a procedência das razões invocadas, bem como ressalvados os direitos de terceiros, o regime de bens" os matrimônios celebrados antes de sua vigência permanecem, por força da lei do disposto no art. 2.039, codificado, constante do livro complementar das disposições finais e transitórias, sob a disciplina do código vetusto, portanto, excluídos do novel benefício legal.

Afirma a esse respeito o autor que, "excluir os que se casaram na vigência do Código Civil revogado dessa possibilidade é medida insensata e injusta, havendo o mesmo, 'casos absurdos' de casamentos realizados no dia 10 de janeiro de 2003, cujos cônjuges não podem convolar o regime patrimonial eleito, diferentemente do que sucede com as uniões excetadas no dia seguinte, "simplesmente porque o novo Código Civil já estava em vigor".

Finalmente, registra que a vertente proposta busca "corrigir essa distorção", contribuindo ademais para a preservação das famílias cuja existência se acha, não raras vezes, ameaçada por uma questão econômica decorrente da equivocada escolha do regime de bens. Neste colegiado, a matéria foi inicialmente distribuída ao saudoso Senador Jefferson Peres, que tanto admirávamos, que apresentou minuta de relatório, cujo teor recuperamos, em grande medida, no presente parecer. Por força do Requerimento do 512/2009, a proposição voltou a tramitar autonomamente, não tendo recebido emendas.

Análise: os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei do Senado nº. 536/2003, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre Direito Civil, a teor do que dispõe o art. 22, inciso I da Constituição Federal. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições de Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 do texto constitucional. No que concerne à juridicidade e à constitucionalidade material, a medida se afigura irretocável. Com efeito, o benefício da mutabilidade do regime de bens, entre nós inaugurados pelo art. 1.639, § 2º do Código Civil de 2002, deve ser estendido, ressalvadas as exceções legais, a todos os casamentos, não importando a data da celebração, sem que disso decorra vulneração a ato jurídico perfeito, em face da continuidade dos efeitos do pacto antenupcial, negócio de trato tipicamente sucessivo. Impõe-se, pois, que seja alterada a redação do art. 2.039 do Código vigente, de modo a impedir, em inobservância ao princípio da isonomia, a diferenciação entre matrimônios fundada simplesmente na data de sua realização e a expurgar do ordenamento civil interpretações incompatíveis com o texto constitucional.

Quanto à técnica legislativa, entretanto, observamos a necessidade de se adequar o projeto aos ditames da Lei Complementar 95, de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação de leis... Das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal

e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona".

Sugerimos, Sr. Presidente, no particular, alteração da ementa da proposta para conferir-lhe, mediante a substituição do sintagma, que, "instituiu", pelo sinal gráfico correspondente aos "parênteses", a concisão exigida pelo rigor da técnica legislativa, bem como para que se incorpore ao respectivo texto o objeto da inovação vislumbrada, por intermédio da adição da sentença, "para estender aos casamentos celebrados na vigência da lei nº. 3.071, de janeiro de 1916, a possibilidade de alteração do regime de bens".

Deve ser retificada também a redação do art. 1º do projeto, acrescentando-se o ano da publicação da Lei 10.406, e substituindo-se a locução "passa a ter" pela já consagrada "passa a vigorar". Cumpre apontar ainda, Sr. Presidente, a necessidade de eliminação na redação do art. 2.039, da lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, de que cuida o art. primeiro da proposição do sinal de pontuação, "," e indevidamente colocado após o numeral ordinal "2º".

Convém ajustar ainda, Sr. Presidente, a cláusula final desse dispositivo, uma vez que a pretensão legislativa consiste na instituição de uma faculdade aos cidadãos, e não na modificação dos efeitos de determinada hipótese legal. Destacamos, finalmente, a impropriedade concernente à grafia do vocábulo "lei", com a inicial minúscula no art. 2º do PLS, que tenho oportunidade de relatar.

No mérito, Sr. Presidente, reputamos louvável a iniciativa do nobre Senador Demóstenes Torres. Realmente, a possibilidade de alteração do regime de bens do casamento, importante novidade introduzida no ordenamento jurídico pelo art. 1.639, § 2º do Código Civil de 2002, não pode ficar adstrita apenas aos enlaces matrimoniais havidos após sua vigência, dada à 10 de janeiro de 2003, pena de se vulnerar irremediavelmente o princípio da isonomia. Essa, aliás, a opinião esposada pela melhor doutrina, que vem entendendo, inclusive, que a prerrogativa da alteração do regime patrimonial alcança os casamentos celebrados sob a égide da lei nº. 3.071, de primeiro de janeiro de 1916, o Código Civil de então. Referindo-se o atual art. 2.039, tão-somente as espécies de regimes de bens para efeito de partilha do patrimônio do casal.

De fato, mesmo... De fato, mesmo doutrinadores que não veem com estima a modificabilidade do regime de bens admitem na sistemática vigente sua aplicação aos casamentos antigos. É o caso da professora Maria Helena Diniz, que pondera a respeito do assunto, opinião que está constante do relatório.

Na verdade, Sr. Presidente, a proibição do expediente em comento, alteração da disciplina dos bens, nunca foi compreendida por expressiva parcela da comunidade jurídica internacional, mesmo sob regime ou sob a regência, se quisermos, do estatuto anterior.

Com efeito, desde a década de 1980, ao saudoso jurista Orlando Gomes, perquiria as razões que teriam conduzido o legislador, em 1916, a traçar regra da imutabilidade do regime patrimonial do casamento e, principalmente, citar as razões ainda subsistiriam a justificar a mantença da regra. O grande jurista baiano não escondia sua estranheza quanto ao assunto, questionando o fato de poderem, os nubentes, livremente, escolher o regime de bens antes das núpcias, mas não poderem reenquadrá-lo quando e se fosse conveniente ao casamento, respeitados obviamente os direitos de terceiros. Tanta liberdade numa fase e uma proibição peremptória no momento imediatamente seguinte, "em nome de quais princípios, de quais valores e de qual segurança, nunca se saberá bem".

A esse respeito, é provável que a orientação pretérita decorresse do receio Legislativo de que o cônjuge considerado o mais frágil na relação matrimonial, a mulher, para fugir do circunlóquio, fosse enganado pelo outro, ou ainda, que a alteração camuflasse simulações ou fraudes contra credores, desativando patrimônio responsável pelo cumprimento de obrigações, mediante o exame... Mediante um expediente doloso a que se poderia prestar a mutação do regime de bens.

Nesse sentido, Sr. Presidente, razão parece assistir a Sílvio de Salvo Venosa, quando argui que a proteção do legislador de antanho corria em favor da mulher casada do século XIX, havida como dotada de menor experiência no tratamento das riquezas econômicas do casamento e quase sempre administradas pelo marido.

Rolf Madaleno, no particular, discorrendo sobre a norma encartada no art. 2.039 do Código Civil, que se pretende modificar, assere, com acerto, que hoje considerada a igualdade dos cônjuges e dos sexos, consagrada pela Constituição de 1988, bem como absoluta identidade discernimento entre homens e mulheres, seria inconsistente a manutenção do dispositivo legal, cujo fundamento residisse meramente no menor tirocínio mental, *a priori*, de um dos cônjuges.

Há de se considerar, além disso, a anacrônica... A vedação de alteração do regime de bens meramente por ter sido o casamento celebrado sob o pálio do código revogado. Registra-se em prol da extensão dos efeitos do art. 2.039 do atual Código Civil, aos casamentos realizados antes de sua vigência, que o ordenamento jurídico brasileiro admite, desde 1977, uma especialíssima hipótese de reenquadramento do regime de bens da relação matrimonial, ensimesmada no § 5º do art. 7º da lei de introdução ao Código Civil, com a redação

que lhe foi atribuída pela lei 6.515, de 26 de dezembro de 1977, conhecida como a Lei do Divórcio.

Esse dispositivo autoriza o casado, sob regime de bens, que se diferencie da comunhão parcial, a requerer a adoção deste último, no momento da entrega do decreto de naturalização, mediante expressa autorização do cônjuge. Vale anotar, em adição, que a possibilidade de rearranjo do regime de bens constitui a tendência da moderna Legislação de outros países, consoante anota Zeno Veloso, já citado, ao se referir aos exemplos da Bélgica, da Itália, da Holanda, da Espanha e da França no seu livro "Regime matrimonial de bens".

Obviamente, para o deferimento de conversão do regime patrimonial de casamentos anteriores ao Código Civil em vigor, haverão de se respeitar as mesmas regras que disciplinam as alterações relativas a casamentos celebrados após 11 de janeiro de 2003, data da vigência do Código Civil de 2002.

Com efeito, Sr. Presidente, até mesmo os partidários do benefício legal em apreço sempre recomendaram que todas as medidas de segurança e preservação de direitos de terceiros, principalmente, fossem adotadas, conforme, cito mais uma vez, Rolf Madaleno, na obra citada, Orlando Gomes aconselhava que a mudança da disciplina ficasse subordinada ao Requerimento de ambos os contraentes, à justificação de sua pretensão, à verificação pelo Juiz da plausibilidade do deferimento do pedido e à conservação dos interesses de terceiros, especialmente os credores, a fim de que não fossem prejudicados, ressalvando ainda a necessidade de se conferir ampla publicidade à respectiva sentença a ser transcrita no registro próprio.

Eis, nos termos precisos do § 2º do art. 1.639, codificadas exigências legais: É admissível a alteração do regime de bens entre os cônjuges, mediante autorização judicial, em pedido ou motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das reações invocadas e ressalvados os direitos de terceiros. Vê, Sr. Presidente, em suma, que apenas não se admite em razão do ato jurídico perfeito, que a mudança do regime de bem se dê unilateralmente, consoante já decidiu o Supremo Tribunal Federal, em linha de princípio, o conteúdo da convenção que as partes julgaram conveniente ao contratar em definitivo: "Unilateralmente, não é jurídico entender que uma das partes possa modificá-lo..." STF, etc.

Situação diversa, porém, ocorre quando a alteração decorre da vontade de ambos os cônjuges, em assunto de seu exclusivo interesse, sem prejuízo para terceiros. Exatamente assim deve-se orientar o legislador, tendo em conta que nas relações pessoais e na privacidade da família as pessoas casadas sabem o que é melhor para apaziguar ânimos e cultivar o bom ambiente de vivência conjugal. Cabe ressaltar, finalmente, a incidência na espécie do princípio constitucional da isonomia destinado a coibir as chamadas discriminações injustas.

Realmente, conforme sustenta Euclides Bendito de Oliveira, em seu livro "Alteração do regime de bens no casamento", "o fator descriminante, casamento celebrado antes de 11 de janeiro de 2003, não é compatível com o objetivo da norma, a mutabilidade do regime de bens, que objetiva alcançar todas as uniões matrimoniais, independentemente da data de celebração". Sinteticamente, a recusa da aplicação da norma do art. 1.639, § 2º do Código Civil, aos casamentos celebrados na vigência do ordenamento revogado, quando presentes os requisitos legais autorizadores, afronta o princípio da igualdade, ao tratar distintamente pessoas que se encontram em situação semelhante, isto é, casadas, além de conduzir as partes à busca de recursos para burlar a lei, porquanto poderiam elas se divorciar e, em ato seguinte, contrair novo casamento no regime que escolherem, angariando ainda a possibilidade de convolação desse novo regime, pois, agora, re-casados sob o regime do novo Código Civil.

O voto, Sr. Presidente. Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 536/2003, com as seguintes emendas: "Dê-se à emenda do PLS 536/2003 a seguinte redação: 'Altera a redação do art. 2.039 da lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, para estender aos casamentos celebrados na vigência da Lei 3.071, de primeiro de janeiro de 1916, a possibilidade de alteração do regime de bens'".

A outra emenda é a seguinte: "Dê-se ao art. 1º do PLS 536/2003 a seguinte redação: 'Art. 1º: o art. 2039 da lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação: 'Art. 2039 – O disposto no § 2º do art. 1.639 aplica-se aos casamentos celebrados na vigência da lei nº. 3071, de primeiro de janeiro de 1916, podendo os cônjuges optar por qualquer dos regimes de bens previstos neste Código".

A terceira e última emenda: "dê-se ao art. 2º do PLS 536/2003 a seguinte redação: 'Art. 2º: Esta lei entrará... Entra em vigor na data de sua publicação". Este é o parecer, Sr. Presidente, nobre Presidente Demóstenes Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel, Relator. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foi aprovado o projeto pela unanimidade dos presentes, e a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis. Já vamos votar as matérias--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, acho que falta chamar aí alguém--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tuma e Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Informando, inclusive, à V. Exa. que eu passo à condição de titular em função da licença do Senador Jayme Campos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. É verdade.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar os terminativos, Senador. Vamos lá.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Solicitaria a V. Exa., se possível, uma antecipação de pauta aí para o nº. 46.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Temos pendente, inclusive, de votação a matéria relativa à ação direta de inconstitucionalidade por omissão, que faltava *quorum*. Vamos só completar a votação. Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon. Senador Valter Pereira. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osvaldo Sobrinho. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia. Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes e segue para a Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Item 19 da pauta. Altera... Página 272. "Altera o art. 1.700 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, para distinguir o débito do espólio do encargo pessoal de prestar alimentos". Autoria, Senador Expedito Júnior. Relatoria, Senador Leomar Quintanilha. Parecer favorável à matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior, página 272, para proferir o relatório. Se V. Exa. quiser apenas ler a conclusão, porque há consenso.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pois não. Bom, dentro da Legislação vigente, é possível que a viúva de alguém que tenha se separado venha ser legalmente compelida ao absurdo de ter que pagar pensão alimentícia mensal à ex-mulher de falecido marido. Então, para evitar esse exemplo, como esse... É que o projeto vem distinguir o débito do espólio do encargo pessoal de prestar alimentos. Ou seja, essa modificação evita, digamos, situações absurdas como essa que nós citamos. Então, o voto é pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior, Relator. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes e será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Item 24 da pauta. Página 328. Projeto de Lei do Senado nº. 118/2008. "Altera dispositivos da lei 6.815, de 19 de agosto de 80, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração". Autoria, Senador Romeu Tuma. Relatoria, Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável à matéria, nos termos da emenda nº. 01 da Comissão de Relações Exteriores, substitutivo. Concedo a palavra ao ilustre Senador Pedro Simon, a quem nomeio Relator *ad hoc,* para proferir o relatório. Se V. Exa. quiser, também, só ler a conclusão, porque há consenso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É que eu também fui Relator da Comissão de Relações Exteriores. E tanto a nossa como a Comissão de Relações Exteriores são amplamente favoráveis pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do substitutivo anexo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senador Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati. Senadora Lúcia Vânia. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon, Relator *ad hoc*. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes e será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis. Item 41. Projeto de Lei do Senado nº. 134/2003, página 486. Dispõe sobre crime de violência doméstica. "Altera dispositivos do Decreto-Lei 2.848, de 07, de dezembro de 40, Código Penal, e determina outras providências. Autoria, Senador Delcídio Amaral. Relatoria, Senadora Kátia Abreu. Parecer contrário à matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior, para proferir o relatório, a quem nomeio Relator *ad hoc*. Página 486.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Também tem acordo esse...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tem acordo.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Então, vamos simplificar. Então, bom... O que acontece? Esse... Esse projeto, ele tem vícios de... Antijuridicidade, já que a matéria está já normatizada. Então, ele perde o sentido. Portanto, em função disso, opinamos pela rejeição do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Quem vota com o Relator vota não. Senador Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior, Relator *ad hoc*. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes e será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis. Ou melhor, o parecer foi aprovado e a matéria foi rejeitada. Segue para a Secretaria Geral da Mesa.

Item 42, página 494: "Altera a redação dos arts. 65, inciso I; 115 e 220 do Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 40, Código Penal, para adequar esses dispositivos ao texto do Novo Código Civil que, em seu art. 5º, consagra a cessação da menoridade civil aos 18 anos e não mais aos 21 anos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Autoria, Senador Paulo Paim. Relatoria, Senadora Kátia Abreu. Parecer contrário à matéria.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior, a quem nomeio Relator *ad hoc*, para proferir o relatório. Página 494.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pelas razões expostas no relatório, o parecer é pela rejeição do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senador Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior, Relator *ad hoc*. Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer foi aprovado, o projeto é rejeitado. E a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Item 45 da pauta: "Altera a Lei 9.807, de 13 de julho de 99, para estender o benefício da redução da pena aos condenados presos que colaborarem com a investigação policial ou processo criminal". Autoria, Senador Gerson Camata. Relatoria, Senadora Kátia Abreu. Parecer contrário à matéria, por inconstitucionalidade. Designo Relator o nobre Senador Antonio Carlos Valadares. Página 522, para proferir... A quem nomeio Relator *ad hoc* para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº. 61 é da autoria do Senador Gerson Camata, que está aqui a meu lado. O parecer da Senadora Kátia Abreu é pela rejeição. O autor está perguntando aqui por quê. Aí eu vou ter que ler a análise do porquê da reprovação do projeto de V. Exa. Preliminarmente, a Senadora diz o seguinte: "Cabe mencionar que a matéria está adstrita ao campo da competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal, conforme dispõe o art. 22, inciso I da Constituição Federal. Além disso, neste caso, qualquer membro do Congresso tem legitimidade para iniciar o processo". Por enquanto, está tudo bom. "A delação premiada é o ato por meio do qual o acusado, em troca da redução, ou até isenção da pena, denuncia outros participantes do crime, indica a localização da vítima, em caso de sequestro, ou contribui de alguma forma para a resolução. Do ponto de vista, a proposição é inconstitucional, pois incompatível com o art. 5º, inciso XXXVI da carta política, que estabelece que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Com efeito, o PLS permite a violação da coisa julgada, inaugurando um precedente perigosíssimo para a segurança jurídica".

Quer dizer, deve ser um processo já inteiramente julgado [interrupção no áudio] todos os prazos já foram vencidos e, então, a pessoa vem com a delação premiada. Deve ser isso, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É. Eu acho que não é inconstitucional, não. Acho que essa matéria--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Ela está dizendo aqui que é inconstitucional. Embora louváveis as razões que motivaram o autor, quer dizer, se o processo já transitou em julgado, aí--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Hoje já há revisão criminal em *bona partem*, a favor do réu. Quer dizer, ele vai delatar, aquilo vai ter uma consequência, uma quadrilha vai ser desbaratada... Vamos pedir vista nisso?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Bom, então, vamos pedir vista para um reestudo. Vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista coletiva.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente, tem razão V. Exa., até porque recentemente o Senado Federal aprovou por unanimidade um projeto de minha autoria--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Na mesma direção.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Na mesma direção, que está na Câmara dos Deputados. Trata da delação premiada para os que já estão condenados, desde que queiram colaborar com a justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, vamos julgar prejudicado, porque realmente nós aprovamos aqui a matéria do Senador Alvaro Dias.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, é o seguinte: eu, como Relator *ad hoc*, posso aprovar?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode... Sugiro a V. Exa. que julgue prejudicado porque foi aprovado. Vamos fazer o... Os elogios que merece o Senador Gerson Camata--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Na verdade, Presidente, é o seguinte, até em atenção ao autor, pode acontecer de que algum dispositivo que esteja sendo proposto pelo Senador

Camata não seja o mesmo ou não coincida com aquele do Senador Alvaro Dias. Vamos aprovar, então, a matéria, julgando-a constitucional e, então, a Câmara dos Deputados que resolva esse problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos pedir vista só para adequar o texto. Vista coletiva.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ou poderíamos aprovar, Sr. Presidente, e na Câmara dos Deputados, se julgarem conveniente, apensarão um projeto ao outro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Apensará. Pode ser apensado, para gente ganhar tempo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): --Porque é constitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Acho que tem total pertinência. Vamos só ver a redação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, vamos dar a palavra ao autor? Afinal, é o direito de defesa que está em jogo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, mas é só para dizer o seguinte. Eu concordo plenamente com o que ele acha, que não é inconstitucional, nós já aprovamos outra matéria. Vamos só verificar se o texto é exatamente esse: "Aplica-se o disposto no *caput* desse artigo aos presos condenados que colaborarem voluntariamente com qualquer investigação policial ou processo criminal". E pode até também colaborar com outro processo encerrado. Então, eu prefiro fazer uma adequação no texto para sair aqui já em ponto de bala, sem trocadilho.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Demóstenes, há mais uma sugestão aqui de assessoria, no sentido de que considerar prejudicado o projeto seria prudente, uma vez que se aprovarmos, ele irá à Câmara. A Câmara aguardará este projeto para apensar o outro e retardará os procedimentos. E, na verdade, há similitude entre os dois projetos e o objetivo é o mesmo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eles apensam lá, se for--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos pedir vista coletiva, e semana que vem nós decidimos o que fazer.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Vista coletiva, então, concedida, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pronto. Muito bem.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 46, página 528.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente... O item 22... Será que dá para...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O item 22... Vamos só votar o 46 enquanto achamos o 22. Página 528. Projeto de Lei do Senado nº. 61/2008, "altera o art. 1.122 da lei 5.869, de 11 de janeiro de 73, Código de Processo Civil, e o inciso III do § 2º do art. 40 da lei 6.515, de 26 de dezembro de 77, Lei do Divórcio, e revoga os §§ 2º e 3º do art. 3º da mesma lei 6.515, de 26 de dezembro de 77, Lei do Divórcio, e a lei nº. 968, de 10 de dezembro de 49, a fim de suprimir, nas separações judiciais, a necessidade da audiência de ratificação". Autoria, Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria, Senador Efraim Morais. Parecer favorável à matéria, com emenda que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais, para proferir o relatório.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, o Projeto de Lei do Senado em exame tem por objetivo aperfeiçoar a Legislação que dispõe sobre a separação judicial, contenciosa ou consensual, no sentido de sistematizá-la e agilizar os feitos judiciais. Foi instituída pela... O art. 1.122 do Código de Processo Civil, a audiência prévia de ratificação, também denominada de audiência em conciliação, como pressupostos de desenvolvimento válido... V. Exa. está falando mais alto que o microfone. Também denominada de audiência de conciliação, como pressuposto de desenvolvimento válido de procedimento na separação judicial consensual...

O parecer, Sr. Presidente, ao PLS em exame, atende aos pressupostos de constitucionalidade e juridicidade e encontra-se lavrado em boa técnica legislativa. E, quanto ao mérito, merece o nosso apoio, em razão das alterações propostas resultarem em aperfeiçoamento na Legislação. O voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. E, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 61, com a emenda que a seguir apresento, para mera ratificação de vício formal do corpo da proposição. A emenda: "Dê-se ao art. 3º terceiro do PLS nº. 61/2008, a seguinte redação: 'Art. 3º: Ficam revogados os §§ 2º e 3º do art. 3º da Lei nº. 6.515, de 26 de dezembro de 1977, e a lei nº. 968, de 10 de dezembro de 49". É o parecer, Sr. Presidente. E o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir... Para discutir, Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Para discutir, rapidinho. Eu concordo totalmente, meu voto é favorável, porque se já está tudo decidido, para

que colocar as pessoas em frente ainda para ter mais desentendimentos? Vem na mesma linha do que foi aprovado há poucos dias que, quando absolutamente... Só que esse aqui é judicial e o outro é absolutamente consensual, que pode ser feito, tanto a separação quanto o divórcio, via internet. Às vezes, está sendo mal interpretado, mas se as pessoas já decidiram que não tem mais discussão no caso da internet, de usar a internet, por que não pode usar esse instrumento? Ajuda o Judiciário, agiliza, e ajuda as pessoas também que estão no processo de separação e divórcio. Obrigada.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senador Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Efraim Morais, Relator. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Abstenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes, exceto o Senador Marcelo Crivella, que se absteve. Eu pergunto aos senhores se posso repetir a votação nominal para a emenda. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria, portanto... A emenda também foi aprovada, a matéria totalmente aprovada, junto com o parecer, será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

De V. Exa. porque não tem consenso, então vamos deixar... Votar só os consensuais e votamos, em seguida, o 22. Item 47. Página 537. Projeto de Lei do Senado nº. 95/2007: "Altera o art. 1.124-A da lei 5.869, de 11 de janeiro de 73, Código de Processo Civil, para acrescentar a conversão consensual da separação e divórcio por via administrativa". Autoria, Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria, Senador Raimundo Colombo. Parecer favorável à matéria.

Nomeio Relator *ad hoc* Senador César Borges, página 537, para proferir o relatório. Como há consenso, se V. Exa. quiser ler apenas a conclusão... Página 537 em diante.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois não, Sr. Presidente. Vou ler a análise, Sr. Presidente: "Estão cumpridas, na proposição os requisitos de constitucionalidade, previstos no art. 22, incisos I e XLVIII da Constituição Federal. A matéria se encarta no processo processual civil sobre o qual está esta Comissão tem competência para se manifestar, conforme dispõe o art. 101, incisos I e II, alínea "d" do Regimento Interno. A técnica legislativa está de acordo com a exigência da Lei Complementar nº. 95, de 26 de fevereiro de 98.

O exame do mérito é favorável à proposição, pois, não faz sentido conceder autorização legal para a realização da separação e do divórcio na via extrajudicial e obstar a conversão da primeira no segundo. A omissão identificada no dispositivo a respeito da convolação da separação em divórcio consensual provavelmente decorreu da inferência de que, cumpridos os requisitos, a conversão estaria automaticamente autorizada. Todavia, é dever do Estado, na elaboração da lei, manifestar-se com toda clareza, conforme determina o art. 11 da Lei Complementar nº. 95/98, de onde é a procedência da iniciativa. O voto. Por todos os motivos despendidos, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 95/07, Sr. Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Peço a palavra, Presidente. Uma rápida explicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Esse projeto, Sr. Presidente, abre a perspectiva de transformar a conversão de separação judicial em divórcio no cartório, ou seja, a conversão da separação possa também ser feita via escritura pública, através do registro de cartório, sem necessidade do pronunciamento do Juiz.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já não é assim?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Exato, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Porque eu acho que eu fiz assim. Eu separei em cartório e depois fiz a conversão.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pode ser feita consensualmente a separação judicial em cartório. Aqui ele está propondo a conversão em divórcio. Já há uma proposta de lei de acabar com a separação judicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu também fiz assim em cartório. Então, os cartórios já estão fazendo sem a lei.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, naturalmente que a lei estabelece algumas condições para a conversão da separação judicial em divórcio no cartório, quais são? Ser consensual a conversão, não existirem filhos menores ou incapazes e ser observado o prazo previsto para essa conversão.

Então, Sr. Presidente, esta é a finalidade do projeto: Conversão da separação judicial consensual em divórcio no cartório, através de uma escritura pública--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Esse projeto, se não me engano, foi relatado pelo Senador César Borges. E eu queria fazer uma sugestão a V. Exa. porque o que V. Exa. está fazendo, no caso que foi aprovado pelo Senador César Borges, que hoje é lei, precisa que todos os filhos sejam maiores, que todas as cláusulas, inclusive relativas à pensão de alimento etc., tudo... Guarda... Tudo seja estipulado. Mas houve uma omissão no texto do Senador César Borges e todo ano eu tenho dificuldades com a Receita Federal, por quê? Porque eu pago a pensão, que foi estipulada em cartório, só que a lei diz homologação judicial da pensão. Então, todo ano a receita me chama para explicar por que é que eu pago daquela forma se não há homologação judicial. Ora, porque a lei diz que não precisa de Juiz.

Então, queria sugerir a V. Exa. e ao Relator que colocasse aí que a pensão alimentícia paga nesse caso, na forma da lei, independe... Que ela será descontada no Imposto de Renda, independentemente da homologação judicial. Porque, se precisar de Juiz para homologar a pensão que paga, perde totalmente a finalidade.

Então, houve... Não foi... Claro que não foi voluntário, mas seria bom que já corrigíssemos isso, e nós iríamos beneficiar inúmeros brasileiros que cumprem a obrigação de pagar a pensão de alimentos e que não podem descontar no Imposto de Renda, inclusive o próprio Presidente da Comissão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A pensão alimentícia, posso perguntar, é paga no caso aí à sua ex? À ex-esposa?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. É porque... À ex-esposa e para os filhos, o que é normal.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A lei diz homologação judicial. Então, quando há acordo--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Nós estamos, aqui, propondo, Sr. Presidente, uma separação judicial que seja convertida em divórcio, desde que não haja menores na história. Então, não haja pensão a ser paga.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, mas maior... Com filho... Me perdoe, Senador, mas filho maior também se paga pensão, filho universitário, que é o meu caso. Eu tenho dois filhos universitários e pago pensão, de coração, ótimo. Agora, o fato é: isso tem que ser descontado no Imposto de Renda. A própria Receita já admite. Só que todo ano... Imagine quantos brasileiros não estão na mesma situação, chamados lá para explicar por que é que está descontando aqui... Se a lei não permite?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, sugiro ao Relator pedir vista para, na próxima Sessão, ele trazer a redação--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E o Senador César Borges foi o próprio autor da emenda, então, vou sugerir, por quê? Porque vai beneficiar a milhares de brasileiros. A milhares de brasileiros, que se separaram, pagam pensão e que, nesse caso, a pensão não... Não entra no Imposto de Renda por falta de homologação judicial. E o objetivo da lei é que não vá o Juiz. Tem que ir ao cartório e depois ir ao Juiz para homologar. Perde a finalidade.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador César Borges, V. Exa. me concede um aparte? Eu sugiro a V. Exa. que, atendendo à sugestão valiosa do Senador Presidente, Senador Demóstenes Torres, pedir vistas e V. Exa., na próxima Sessão, traz a redação adequada para melhorar e adequar o nosso projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Retira de pauta--

[falas sobrepostas]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Estou totalmente de acordo. Se há consenso entre as partes, que se faça a separação judicial e divórcio em cartório. Se há consenso... Porque qual é a diferença da separação judicial para o divórcio? É a separação dos bens. Então, se há consenso, pode-se fazer tudo em cartório, e ali está homologado sem precisar a via judicial. Se há consenso. Se não há consenso, haverá de recorrer--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O item 08 já tem consenso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tem, mas é não terminativo. Então, vamos só terminar enquanto...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, a matéria está retirada de pauta e volta a semana que vem... Para reexame, e volta com o novo Relator, Senador César Borges.

Item 55, página 646, projeto de Lei do Senado nº. 304: "Altera o *caput* do art. 60 da Lei 8.934, de 18 de novembro de 1994, para reduzir de 10 para cinco anos consecutivos o tempo previsto para caracterizar a inatividade da empresa". Autoria, Senadora Lúcia Vânia. Relatoria, Senador Antonio Carlos Júnior, a quem concedo a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, rapidinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É que o item 48 é uma proposta de autoria de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Votaremos em seguida.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E eu sou o Relator. Agradeço.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, compete a esta Comissão manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposta em apreço, devendo ainda emitir parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea "d" do Regimento Interno do Senado Federal.

Relativamente à constitucionalidade formal, o PLS nº. 304/2008 cuida de matéria de Direito Comercial e registros públicos, assunto de competência normativa da União, de acordo com o disposto no art. 22, incisos I e XXV da Constituição. O exame do tema inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional, segundo o *caput* do art. 48 do texto constitucional. A iniciativa Parlamentar é legítima, consoante o *caput* do art. 61 da Lei Maior. Portanto, a proposição em referência não contém vício de inconstitucionalidade formal.

No tocante à constitucionalidade material, assinala-se que o Projeto de Lei em referência não infringe dispositivos constitucionais. Em relação à juridicidade, o Projeto de Lei cumpre as exigências de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade. Para o exame do mérito, salienta-se que a iniciativa do projeto está em consonância com a lei nº. 11.598, de 03 de dezembro de 2007, que estabelece diretrizes e procedimentos para simplificação e integração do processo de registro de legalização de empresários de pessoas jurídicas, com intuito de reduzir a burocracia e o alto custo da abertura e fechamento de sociedades empresárias no país.

Ademais, o vencimento do prazo estipulado no projeto não implica em dissolução ou extinção da sociedade empresária. A esse respeito, o jurista Fábio Ulhôa Coelho ensina que a atividade... A inatividade da empresa e o consequente cancelamento do registro da sociedade não significam o mesmo que a sua dissolução determinada administrativamente. Menciona ainda que o direito societário brasileiro conhece apenas a dissolução judicial determinada pelo Juiz e amigável entre os sócios. Ele ressalta que não existe instrumento legal para a sua imposição por ato de autoridade administrativa encarregada do registro, a Junta Comercial, e que, se a sociedade a despeito da decretação da sua inatividade continuar a funcionar, será considerada empresário irregular, sofrendo as consequências já examinadas.

É de realçar que uma das principais consequências do funcionamento sem registro é a responsabilidade todos os sócios solidária e ilimitada pelas obrigações sociais previstas no art. 990 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil.

A partir dessas observações, depreende-se que as obrigações do empresário e da sociedade empresária não serão afetadas pela declaração de inatividade. As obrigações civis e trabalhistas continuarão exigíveis até sua prescrição. Os tributos devidos continuarão, portanto, a ser cobrados até que se dê a decadência do direito de lançamento prescrição da ação fiscal, inclusive em relação aos sócios, se for o caso de responsabilidade pessoal. A informação prestada pela Junta Comercial às autoridades arrecadadoras poderá até mesmo dar-lhes a oportunidade de tomar as providências necessárias para a regularização da situação tributária do empresário ou da sociedade empresária e seus sócios.

Assim sendo, a redução do prazo facilitará a exclusão do registro de empresas da sociedade supostamente inativa e iniciará o processo de baixa perante as autoridades arrecadadoras e liberará o nome empresarial para outros potenciais interessados sem, contudo, causar prejuízos ao Erário ou aos credores da empresa inativa.

Observe-se também que somente as microempresas e empresas de pequeno porte estão dispensadas da apresentação de certidão de irregularidade fiscal para a extinção da sociedade perante o registro de empresas, conforme prevê o art. 9º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Em relação às demais empresas, foi aprovada no Congresso uma norma semelhante incluída na redação do final do projeto que foi convertido na lei 11.598, de 03 de dezembro de 2007. Contudo, o dispositivo foi vetado pelo Presidente da República por algumas razões.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tem acordo?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Hum-hum... Menciona-se que o prazo de cinco anos sem arquivamento não necessariamente sugere inatividade do empresário da sociedade, uma vez que é perfeitamente possível e razoável que, após a constituição da sociedade, esta opere sem promover qualquer atos dos atos passíveis de arquivamento, previstos no inciso II do aludido art. 32.

Dessa forma, entendemos mais adequado considerar inativa a empresa que se mantém cinco anos sem registro, uma vez que, nesse caso, haveria indício relevante de inatividade, já que nenhuma escrituração teria sido apresentada à Junta Comercial para autenticamente no prazo estabelecido, o que não é usual em empresas regulares e em funcionamento. Para tanto, apresentamos duas emendas com o propósito de substituir o termo arquivamento por registro.

Voto. Diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 304, com as duas emendas abaixo relacionadas. Esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Para discutir... É só para agradecer. Agradecer ao Senador Antonio Carlos e inclusive as modificações que ele fez, que foram modificações importantes para tornar o processo mais ágil e mais objetivo. Obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Senador Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior, Relator. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia, autora do projeto.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador ACV.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias. Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Consulto a V.Exas. se posso repetir a votação nominal para as emendas que foram apresentadas pelo Relator. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada as emendas. Resultado. O projeto e as emendas foram aprovados pela unanimidade dos presentes. A matéria também aprovada será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 48 da pauta, "altera o art. 4º da Lei 4.898, de 09 de dezembro de 65, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade para incluir as alíneas "j", "l" e "m". Autoria, Senador Demóstenes Torres. Relatoria, Senador Antonio Carlos Valadares. Parecer favorável à matéria, com duas emendas que apresenta. Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Valadares para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, procurarei fazer uma síntese da matéria apresentada por V. Exa., que é da maior importância, desde quando procura alterar a lei 4.898, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade. O que propõe V. Exa.? Um acréscimo de três incisos ao art. 4º desta lei, inciso "j": "Impor à pessoa física..." Constitui também abuso de autoridade. "Impor à pessoa física ou jurídica a obrigação inexigível ou cuja cobrança tenha sido considerada inconstitucional por força de decisão judicial dotada de efeito vinculante". Outro inciso proposto por V. Exa., que constitui abuso de autoridade: "Exigir de pessoa física ou jurídica a apresentação de documentação ou cumprimento de formalidades sem amparo legal regulamentar".

E, por último, um inciso "retardar ou deixar de prestar, sem justo motivo, serviço inerente à atribuição do cargo, emprego ou função". O que é que eu proponho? Proponho duas emendas: Uma de redação e um acréscimo de mais um item, o item "n", como abuso de autoridade. Um novo item: "Divulgar decisão judicial antes da propagação". Aí eu troquei a palavra propagação, que está no texto, por publicação, "por órgão oficial, ressalvada a hipótese de transmissão ao vivo pelo Poder Judiciário e sítios oficiais". Ou seja, decisão judicial só pode ser publicada ao vivo, quando, por exemplo, do julgamento de qualquer ação pelo Poder Judiciário, que seja transmitido pela televisão, ao vivo, ou pelo rádio, ou sítios oficiais.

Então, divulgar uma decisão judicial antes da publicação é também um crime de abuso de autoridade. É o acréscimo que eu proponho ao projeto de V. Exa., e a parte de redação é que altera o art. 4º da lei... Sobre... É a ementa... Colocando a ementa... Adequando a ementa: "Altera o art. 4º da Lei 4.898, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade civil e penal, nos casos..." "Para incluir as alíneas". Aí coloquei as alíneas: "l", "m" e "n". Só uma mudança de redação na ementa. E o acréscimo de mais um dispositivo de abuso de autoridade, "publicação antecipada da sentença judicial". Quero saber se V. Exa. concorda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só tenho uma dúvida. Divulgar decisão judicial? Isso é para a imprensa ou é para o Juiz? Ou é para o Promotor? O Delegado?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu acho que é para qualquer um que faça isso, divulgar uma decisão judicial antes da publicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Acho que, para a imprensa, não tem... Até porque o Supremo Tribunal Federal já decidiu que... Eu concordo. Eu acho que a ideia de V. Exa., como está na lei de abuso de autoridade, é para a autoridade. É óbvio que não é para a imprensa, né? É claro, a lei de abuso de autoridade... Perfeito. Eu acho que aí está certo. Concordo. Porque aí fica claro, como é para abuso de autoridade, a imprensa não é autoridade, não se aplica à imprensa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não se aplica à imprensa. Se aplica à autoridade que infringiu a norma.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antes de dar a decisão, já sai falando o que vai fazer...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Isso. Publicar antecipadamente, até para desmoralizar a pessoa. Antes de a pessoa ser, vamos dizer assim, comunicada, intimada para recorrer. Quer dizer, o recurso começa a contar a partir da publicação. Então, como é que antes da publicação a pessoa já foi punida? Este é o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Muito bem. Eu concordo com V. Exa. e quero parabenizá-lo. A ideia era essa mesmo. Por quê? O que acontece? O Supremo decide numa ação direta de inconstitucionalidade, por exemplo, sobre taxa de iluminação pública. Não pode cobrar taxa de iluminação pública. Pode fazer contribuição de melhoria, que é outra base de cálculo etc.

Vem a pessoa e institui a cobrança para cobrar um ano até declarar. E não devolve aquele recurso.

E também as súmulas com efeito vinculante do Supremo. Se nós demos ao Supremo o direito de fazer súmula vinculante, quem não cumpre, principalmente o administrador, quase sempre Governo Federal, também responderá pelo crime de abuso de autoridade. Uma coisa que sofre demais, principalmente o pobre, é que vai à administração pública e ficam pedindo aquela lista interminável de documentos que, na realidade, não faz parte da exigência. Então, cria uma obrigação. E a outra forma é retardar a prestação. É a preguiça, é a desídia, é não atender... É criar uma série de obstáculos para que a pessoa não tenha efetivamente como prover ou obter aquele benefício que a lei lhe dá.

Então, parabéns a V. Exa. Melhorou o relatório e como sempre--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Parabéns a V. Exa. também, como autor.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente, apenas também para cumprimentar o Senador Valadares e dizer que deixar muito claro que o projeto dele não compromete o direito a--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O projeto é do Senador Demóstenes. Eu sou o Relator.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exato. Ah, é dele o projeto. Não compromete o direito à liberdade de imprensa. Porque diz respeito apenas à autoridade, e não à imprensa. Isso precisa ficar claro, porque se dirigisse à imprensa seria uma espécie de censura prévia. E não é isso que prevê o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É para autoridade. Também tive essa dúvida, mas está dentro da lei de abuso de autoridade. Permanece em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e sobresto a votação até que o *quorum* apareça.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, então, retomando ao projeto anterior, é o seguinte: A emenda que nós apresentamos, da CCJ, é no sentido de confirmar a divulgação antecipada e trocar a palavra "propagação" por "publicação", na mesma emenda que eu apresentei. Originariamente, eu tinha colocado a palavra "propagação". Na realidade, foi um erro de datilografia, digo melhor, de digitação, hoje não se diz mais--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. já fez essa observação. Ela constou da retificação. Então, deixando claro que a emenda que foi aprovada foi: "Divulgar decisão judicial antes da divulgação por órgão oficial". Então... Ficou dessa forma.

Item 08. "Altera o art. 159 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Fundo de Desenvolvimento dos Municípios de Fronteira. Proposta de Emenda à Constituição nº. 06/2009, página 142. Autoria, Senadora Marisa Serrano e outros Srs. Senadores. Relatoria, Senador Antonio Carlos Júnior. Parecer favorável à matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior, para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, o relatório já estava pronto e o Senador Romero Jucá apresentou duas emendas, ambas se referem basicamente a uma modificação, que deixa de ser "fundo de desenvolvimento de fronteira" e passa a ser... "Município de fronteira" e passa a ser "fundo de desenvolvimento de Município da faixa de fronteira". Com isso, houve acordo entre a autora, a Senadora Marisa Serrano, o Relator, e o Governo, na pessoa do Senador Romero Jucá. Então, ficou consensual a aprovação do... Do projeto. Eu acatei as emendas do Senador Romero Jucá que, na verdade, só fazem alterar o que era "Município de faixa de fronteira", "de fronteira" passa a ser "Município de faixa de fronteira". Foi a única alteração que foi feita; no resto, o projeto tem o parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As senhoras e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 22. Senador Pedro Simon não se encontra mais. Vamos deixar para a outra Sessão. Apesar de que o Senador Antonio Carlos Júnior... Vamos votar. Item 22, página 314. Projeto de Decreto Legislativo nº. 128/2007, "susta a resolução nº. 294, de 18 de setembro de 2006, da Comissão de Financiamentos Externos, editada pelo Ministro de Estado Planejamento, Orçamento e Gestão. Autoria, Senador Pedro Simon. Relatoria, Senador Antonio Carlos Júnior. Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria. Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sem impedir o trabalho do Senador Antonio Carlos Júnior, eu queria fazer uma ponderação a

V. Exa. que o Senador Pedro Simon gostaria de estar presente e participar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, retiro de pauta e faremos com a presença do Senador Pedro Simon. Projeto... Transfiro a Presidência ao Senador Valter Pereira para que eu possa fazer... Ah, esse é terminativo. Não dá. Eu vou fazer... Vamos discutir as matérias e semana que vem nós votamos as matérias. Passo a palavra ao Senador Valter Pereira.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sobre a Mesa, Projeto de Lei do Senado de nº. 197, terminativo, "altera o art. 61 do Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal, para incluir circunstância agravante genérica nos casos de crimes praticados contra agentes penitenciários". Autoria do Senador Aloizio Mercadante. Relatoria do Senador Demóstenes Torres. Parecer pelo arquivamento da matéria. Como a votação é nominal, nós passamos a palavra, neste momento, ao Senador Demóstenes Torres para proceder ao seu relatório.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Essa é uma matéria que já foi aprovada aqui no PLS nº. 88/2007, que teve como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko. É um projeto mais amplo, que diz o seguinte; Institui como qualificadora e circunstância que agrava a pena a hipótese de a vítima ou de o autor ser agente do Estado no exercício de cargo ou função pública ou em decorrência da mesma. Ou seja, se um Delegado, um Promotor, um agente penitenciário, se transformar num bandido, ele será, no crime que cometeu, apenado de forma mais severa, ou com a circunstância agravante ou com circunstância qualificadora.

Da mesma forma, se ele for vítima de um crime em decorrência do cargo que ocupa... Ele está sendo agredido porque agente penitenciário e cumpre suas obrigações ou Policial Militar ou Juiz ou Promotor, aquele que cometer o crime terá também a pena agravada.

Então, a esse projeto do Senador Aloizio Mercadante é só em relação ao agente penitenciário, que já está compreendido naquele outro projeto que já foi aprovado. Então, por mais louvável que seja a intenção, o projeto está prejudicado. É esse o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão o parecer. Em discussão o parecer do Senador Demóstenes Torres. Encerrada a discussão. Bom... Tendo em vista que... Que não há... Que não há conveniência, neste momento, de colocar em votação, sobrestamos para fazer a votação no momento oportuno. Passo a Presidência ao Presidente titular, Demóstenes Torres.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 09 da pauta.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, é o seguinte: Sendo o projeto de autoria de V. Exa., que é Presidente da Comissão, e o cuidado tem que se revestir de uma condição especialíssima, é a respeito do item nº. 48, sobre abuso de autoridade. Eu propus uma emenda, mas a consultoria está aqui nos fazendo uma ponderação de que determinadas audiências ou Sessões, elas são publicadas no momento em que ocorrem a decisão, como, por exemplo, num júri, pode ocorrer de o Juiz ler a condenação dos jurados, ou seja, a sentença ali já foi publicada no próprio julgamento, na Sessão de julgamento, e, ao sair, o Juiz é procurado pela imprensa. "Olhe, o réu foi condenado a quantos anos, não sei o quê". Então, da forma como está escrita esta emenda, pode criar obstáculos à própria justiça. Para evitarmos isso, se há possibilidade de a gente fazer uma correção ainda--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas já foi feito. Ficou desse jeito: "Divulgar decisão judicial antes..." Divulgar decisão judicial antes da publicação oficial.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Da publicação oficial, sem "por órgão"... Tirou "por órgão". Isso já foi retirado?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já retiramos da outra vez que V. Exa. pediu. Então, é até bom que anotem aí o texto da redação, só para aclarar: "Divulgar decisão judicial antes da divulgação..." "Antes da publicação oficial".

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tirou a palavra "por órgão oficial"--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. Antes da publicação oficial.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exa., que me deixou mais tranquilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está retificado e fica evidente que é justamente isso. "Divulgar decisão judicial antes da publicação oficial". Ok? Então, só para esclarecer que foi essa a emenda aprovada.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 09 da pauta: "Altera a Lei 9.613, de 03 de março de 98, para adicionar novos crimes antecedentes e novas pessoas físicas e jurídicas obrigadas a comunicar operações suspeitas, assim como para criar procedimento penal próprio para os crimes de lavagem de dinheiro". Autoria, Senador Gerson Camata. Relatoria, Senador Romeu Tuma. Parecer favorável à matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Tuma para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, não interrompendo a leitura do nobre Senador Romeu Tuma, há uma recomendação do Ministério da Justiça de que quer estudar com maior profundidade este projeto. Então, eu vou pedir vistas de qualquer forma. Antes ou depois da leitura, conforme...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então considero lido, e pedimos vista e votamos semana que vem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como a análise é profunda, muito grande, se V. Exa. considerar como lido, tem o substitutivo que nós apresentamos e fica valendo para--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. E semana que vem, no encaminhamento de discussão, eu concedo a palavra para V. Exa. para ler o relatório que já está publicado. Mas fica para a semana que vem essa discussão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Na próxima semana, nós traremos a sugestão do Ministério da Justiça.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, nos tempos atuais--

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo vista e volta semana que vem à pauta.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permito.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Esse projeto é de importância vital nos momentos atuais. Ele enquadra, acerta e cerca por todos os lados, e o Senador Romeu Tuma, com a experiência de policial que ele tem, melhorou muito no substitutivo que ele colocou. Para os tempos atuais de lavagem de dinheiro, de uso de dinheiro público desviado, é um grande projeto, que vai contribuir muito para o aparelhamento jurídico, a modernização da legislação para enfrentar os crimes que nós estamos vendo acontecer quase diuturnamente aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento. "Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento de iniciativa da Senadora Ideli Salvatti, que sejam acrescentadas lista de convidados os nomes abaixo relacionados para participar de Audiência Pública com a finalidade de analisar e discutir o PLS 171/2004, para permitir utilização do trabalho temporário na área rural. Representando a sociedade rural brasileira, SRB; representando a Organização de Cooperativas Brasileiras, OCB, representando a União da indústria de cana-de-açúcar, UNICA. Senadora Kátia Abreu".

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senhoras e Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Item 51 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 372/07, página 572. "Autoriza a União a criar a Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social". Autoria, Senador Renato Casagrande. Relatoria, Senador Marcelo Crivella. Parecer favorável à matéria. Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior para relatar a matéria, a quem nomeio Relator *ad hoc*.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, a necessidade de uma escola voltada ao estudo da Segurança Pública encontra na proposição em análise tratamento exaustivo e condigno. Sabemos que os assuntos da Segurança Pública são da maior relevância para a sociedade. Tanto a segurança como a educação são sempre lembrados como parte do rol de temas fundamentais ao desenvolvimento pleno do Brasil.

A criação da Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social certamente vai unir esses aspectos, respondendo anseios há muito disseminados no nosso país. Do ponto de vista do mérito educacional, é inegável que trará benefício para a sociedade para a construção da cidadania. Então, o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e suspendo a votação para a semana que vem.

Item 53 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 68/2008. Terminativo. Página 614. "Altera a lei 8.666, de 21 de junho de 93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição e institui normas para licitações e contratos de Administração Pública e dá outras providências para determinar obrigatoriedade de publicação pela Administração Pública no sítio eletrônico oficial das respectivas compras e editais de licitação, situações de dispensa e inexigibilidade, instrumentos

de contrato e aditamentos, bem como da intimação de determinados atos da Administração sujeitos a recursos". Autoria, Senador Demóstenes Torres. Relatoria, Senador Marco Maciel. Parecer favorável à matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior, a quem nomeio Relator *ad hoc* para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nenhum reparo se faz necessário. O projeto é meritório. As novas tecnologias de informática trouxeram significativas mudanças na nossa realidade, ampliando as possibilidades de acesso a informações e aumentando a velocidade de transmissão de conhecimento.

É saudável que a Administração Pública faça uso adequado de novos instrumentos tecnológicos para tornar mais fácil o acesso dos interessados aos dados relativos às suas licitações e contratos. O aumento da publicidade sobre as licitações e contratos promovidos pelo projeto apresenta dois elementos positivos principais: A elevação da competitividade dos certames pela aplicação do universo de possíveis interessados, que tenham acesso aos editais, e o incremento da transparência das contratações, já que as informações sobre elas poderão ser obtidas por qualquer cidadão por meio da internet.

Por essas razões, devemos saudar a iniciativa do autor do projeto, Senador Demóstenes Torres, e, portanto, em função da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e pelo mérito, nós votamos pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e adio a votação para a semana que vem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Aguardando V. Exa., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 28, página 367. Proposta de Emenda à Constituição nº. 94/03. "Altera o inciso I do art. 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao art. 60 do ato das disposições constitucionais transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral, e dá outras providências". Autoria, Senador Demóstenes Torres e outros Srs. Senadores. Relatoria, Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável à matéria, com três emendas que apresenta.

Nomeio Relator *ad hoc* o Senador Antonio Carlos Valadares, para proferir esse relatório, lembrando que houve consenso com o Governo, autorizado pelo líder Romero Jucá.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, o Senador Antonio Carlos Valadares, só se fizermos uma sessão espírita, que ele vai poder relatar isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior, perdão. E V. Exa. não pode falar em espiritismo.

[risos]

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, após a promulgação da Emenda Constitucional nº. 55, o percentual de 2007... O pessoal das receitas federais, do Imposto de Renda e do IPI, destinados ao fundo de participação dos Estados e aos programas de financiamento do setor das regiões, norte, centro-oeste e nordeste, foi elevado de 47 a 48. Essa inovação comprometeu mais de 1% das receitas do IR e IPI para ampliação exclusiva do FPM...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Como já houve a leitura, Senador, já há houve pedido de vista...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Então, o voto é pela aprovação da PEC 94.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E das emendas que foram apresentadas.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): E das emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As senhoras e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, então, eu confundi. Pensei que V. Exa. ia colocar esse, mas V. Exa. estava se referindo à pedofilia?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós iríamos colocar o da castração química. Mas faltou...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Quero alertar V. Exa. que o do COE já tem acordo do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, que eu já dei a ele as explicações e também ao Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós vamos já passar para V. Exa. e, na quarta-feira, conforme combinado, nós votaremos, pode inclusive colocar como item 01 da pauta, para já tomar essas providências.

Nada mais havendo a tratar, declaro suspensa a presente Reunião, comunicando que será reaberta amanhã, dia 17 de setembro de 2009, quinta-feira, às 10h00, para a realização de Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 116/2000, que exclui de ilicitude a ortoeutanásia, altera o Código Penal, conforme Requerimento nº. 51/2009–CCJ, iniciativa do Senador Augusto Botelho, com a presença dos seguintes convidados: Aristóteles Dutra de Araújo Atheniense, Advogado; Edson de Oliveira Andrade, Presidente do Conselho Federal de Medicina; Paulo Silveira Martins Leão Júnior, Advogado Presidente da União de Juristas do Rio de Janeiro, representando o padre Luis Antônio Bento da Comissão Episcopal Pastoral para Vida e a Família, CNBB; Volnei Garrafa, Professor de bioética da UnB.

Agradeço a V.Exas., comunicando que a Sessão será presidida pelo Senador Valter Pereira. Agradeço a V. Exa. e está suspensa a presente audiência.

[Sessão suspensa no dia 16/09/2009 às 12h45].

2ª PARTE
Realizada no Dia 17 de Setembro de 2009, Às 10 Horas e 14 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [soa a campainha] Está aberta a 36ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Como todos permanecem sentados, está aprovada a Ata.

A segunda parte da presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2002, que excluiu de ilicitude à ortotanásia, altera o Código Penal, conforme requerimento 51, de 2009, da CCJ, de iniciativa do Senador Augusto Botelho.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exa., com o maior respeito, se poderia votar [ininteligível] um extrapauta sobre o ato que vai ser relatado pelo Senador Crivella, que institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio, nos Jogos Olímpicos. Como essa matéria precisa ainda ser aprovada hoje, pela Comissão de Relações Exteriores, [ininteligível] especificamente sobre esse assunto, eu solicito a V. Exa. examinar a possibilidade de colocar extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Consulto o Plenário se há divergência quanto à proposta do Senador Francisco Dornelles. Não havendo divergência, está aprovada. Portanto, está incluído como extrapauta e vai ser, então, decidido neste momento, com a manifestação do Senador Crivella, designado Relator para esta matéria. O Ato Olímpico é o PL nº 04667/2009. É terminativo na Comissão de Educação. É de autoria da Presidência da República, o Senador Crivella é o Relator. O Parecer do Relator é favorável à matéria. Ela foi apreciada, já, pelas Comissões de Assuntos Econômicos; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e será apreciada, também, pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Concedo, portanto, a palavra ao Exmo. Sr. Senador Marcelo Crivella, para proferir o seu relatório.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu vou ser bem breve. Esse projeto do Ato Olímpico está sendo aprovado por dois atletas do Legislativo, que sou eu e o Senador Dornelles, três dias. Em dois dias, aprovamos em três Comissões; hoje, ele já veio, inclusive, de tênis, porque vai ser aprovado aqui, e ele corre para a Comissão de Relações Exteriores, onde vai aprová-lo agora, e, terminativamente, terça-feira, na Comissão de Educação.

Sr. Presidente, são 16 artigos. Eles visam, apenas, tratar de assunto que é, vamos dizer assim, tradição em todos os países que se candidatam a sediar os Jogos Olímpicos: é preservar os símbolos olímpicos, é conceder vistos para atletas e o pessoal do COI, são pequenos recursos que, na época, vão ser alocados, caso haja necessidade, isso eu ouvi do Ministro do Planejamento, do Ministro do Esporte e do Ministro da Fazenda.

Então, são artigos meramente formais, e já foi aprovado em três Comissões, com essa, e faltam mais duas. E eu peço, então, aos meus companheiros que o aprovem, porque, agora, no dia 02 de outubro, vai ser decidido qual a cidade que vai sediar os Jogos Olímpicos. É muito importante que o Rio de Janeiro, que nós todos amamos, a cidade maravilhosa, dos nossos sonhos, possa sediar essa Copa, que vai trazer benefícios imensos para todo o país. Então, eu peço aqui, comovido, e, vamos dizer assim, empenhadamente, eu e o Senador Dornelles, representando a Bancada do Rio, que os nossos colegas nos apoiem e aprovem esse projeto, para que o Senador corra lá, na Comissão de Relações Exteriores, e posso aprová-lo também. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Concluído o Parecer pela aprovação do Ato Olímpico, está em discussão a matéria. Não havendo orador inscrito, em votação. Em votação simbólica. Os Srs. Senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. Parabéns ao ilustre Relator.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ainda bem que V. Exa. não teve como preparador físico o Senador Gerson Camata, porque, hoje, ele está com a ortotanásia na cabeça, e isso seria um risco danado para os dois atletas, já na idade de V. Exas.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O Senador Dornelles já veio de tênis e está correndo, agora, para a Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Retomamos, então, a segunda parte da nossa reunião, que é reservada para a Audiência Pública, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 116, que altera o Código Penal, excluindo de ilicitude a ortotanásia. Requerimento nº 51, de 2009, iniciativa do Senador Augusto Botelho.

Então, os convidados são o Advogado Aristóteles Dutra de Araújo Atheniense, a quem eu convido para participar da Mesa; o Dr. Edson Oliveira Andrade, Presidente do Conselho Federal de Medicina, também convidamos para participar da Mesa Diretora; o Dr. Paulo Silveira Martins Leão Júnior, Presidente da União dos Juristas Católicos do Rio de Janeiro, representante do Padre Luiz Antônio Bento, da Comissão Episcopal Pastoral para a Vida e Família, CNBB; e do Prof. Volnei Garrafa, Professor de Bioética da UnB. Que sejam bem-vindos os nossos expositores, e vamos direto aos nossos trabalhos.

O meu colega Advogado Aristóteles Dutra vai fazer a sua primeira exposição. Com a palavra o Sr. Aristóteles Dutra.

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, eminente Relator e Srs. Senadores. Eu agradeço a distinção em ser convidado a comparecer a esta Comissão, pelo seu ilustre Presidente, a fim de manifestar-me a respeito desse Projeto de Lei, de autoria do eminente Senador Gerson Camata.

Embora o tema venha sendo alvo de questionamento nos ciclos médicos e jurídicos, foi a partir da edição da Resolução CFM 1805/2006, que ganhou maior destaque, estando a sua finalidade assim condensada naquele texto: "Na fase terminal de enfermidades graves e incuráveis, é permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente, garantindo-lhe os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, na perspectiva de uma assistência integral, respeitada a vontade do paciente ou do seu representante legal".

Aquela medida, se de um lado sofreu restrições, e sérias restrições, por parte de alguns representantes do Ministério Público, por outro, recebeu adesão da direção de então da Ordem dos Advogados do Brasil e da CNBB, esta na pessoa do seu ex-secretário geral, Odílio Scherer, atual cardeal de São Paulo, que, inclusive, invocou Pio XII ao afirmar – são palavras da Sua Santidade: "Que é lícito suprimir a dor por meio de narcóticos e abreviar a vida, se não existem outros meios e se, naquela circunstância, isso nada impede o cumprimento de outros deveres religiosos e morais".

É certo que alguns juristas, no entanto, verberaram o Conselho Federal de Medicina, por estar legislando em matéria constitucional, que assegura o direito à vida como cláusula pétrea. Nesse diapasão, alegaram que, na hierarquia das leis, não pode o ato jurídico, cuja eficácia é prevista na Lei Magna, ser alterado através de regras administrativas e disciplinares, concorrendo o dever do Estado em assegurar o direito à vida.

O advogado e professor de fisiologia da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Euclides Antônio dos Santos Filho, após comparar a eutanásia com a ortotanásia, suscitou a seguinte questão: "Afinal, o que é cessar um tratamento ou omiti-lo, se não provocar, intencionalmente, o término da vida de um ser humano. Assim, a distinção entre eutanásia ativa e positiva, que vem a ser a ortotanásia, não parece fornecer qualquer distinção moral e útil". A seu ver, a melhor opção, ou, então, a solução por ele proposta, seria instituir uma excludente de antijuridicidade, tal como a legítima defesa.

Assim como o homicídio é aceitável em caso de legítima defesa, talvez possa também ser aceitável em casos nos quais a motivação seja a compaixão. Aduziu que o consentimento do doente poderia vir na forma de um testamento de vida (ou testamento vital), e a aprovação do paciente ou da família, ou ainda do Poder Judiciário, em seu procedimento próprio. Ele cria, portanto, a possibilidade desse assentimento vir a ser obtido através do Judiciário, em um processo específico.

A sugestão, como se vê, inclui uma nova forma de consentimento, qual seja a autorização judicial, obtida em processo específico. Já houve quem dissesse

que a morte é uma das poucas coisas democráticas que temos nesse mundo de desigualdade. Do nobre ao simplório, todos sucumbirão ao inexorável término da vida. A questão, no entanto, é saber: quando podemos afirmar que a morte chegou? O só fato de haver respiração e funcionamento vegetativo dos órgãos não é o suficiente para sustentarmos que há vida.

Ocorre que a ciência médica, com seu notável progresso científico na atualidade, permite diagnosticar, com grande certeza, a irreversibilidade de uma doença. Esta segurança, vejam bem, não existia em 1940, quando da edição do Código Penal, o que leva à alegação e à constatação de que aquele Estatuto estaria ultrapassado neste particular. Não menos certo, porém, ser inquestionável, vejam bem, a sua vigência no concernente a ortotanásia. O que significa? Pelo texto de 1940, a ortotanásia ainda é vedada.

O Professor de Direito Penal e membro do Ministério Público Paulista Renato Marcão arrolou inúmeros filósofos – Platão, Thomas Morus – e juristas – Del Vecchio, Ingenieros, Binet-Sanglé – favoráveis à isenção da pena no homicídio eutanásico. Ilustrou sua proposta, mostrando que o Código Criminal do Império, que é o Código de 1830, não contemplou qualquer disposição relacionada ao homicídio caritativo, contendo vedação expressa, em seu art. 26, de que o consentimento do ofendido não dirime e nem exclui a intenção criminosa.

O mesmo Código punia o auxílio ao suicídio – que é outra figura penal – como crime, conceito que prevaleceu no art. 299, do Código de 1890, tudo isso no século passado. Idêntico entendimento subsistiu na Consolidação das Leis Penais, aprovada e adaptada pelo Decreto 22.203, de 1932. Somente com o advento do Projeto Sá Pereira... Sá Pereira foi um dos desembargadores mais ilustres que nós tivemos no Rio de Janeiro, era um civilista [ininteligível], e a sua palavra, até hoje, é invocada naquela Corte, pela forma como ele enfrentava, sobretudo, essas questões mais turbulentas ou tumultuadas. Sá Pereira dizia: "A piedade provocada por situação irremediável do sofrimento em que estivesse a vítima – veja bem, ele não exclui, mas dizia assim – constituiria atenuante genérica, causa de redução de pena, por haver o delinquente cedido a essa comiseração". O mesmo projeto previu a redução pela metade da pena de prisão em que o infrator incorrer, podendo ser convertido em detenção. O homicídio compassivo foi, entretanto, excluído do Projeto Sá Pereira, mantendo-se apenas a atenuante genérica do art. 130, nº 4. O Código Penal Brasileiro, que é o atual, de 1940, não cuida, explicitamente, do crime "por piedade". Não há essa expressão, situação que não foi modificada nas alterações introduzidas pelas Leis 6.416, de 77, e 7.209, de 84. Nesta mesma lei, o art. 122 reconheceu a existência da infração penal, quando a ajuda, vejam bem, ao autoextermínio, a ajuda ao autoextermínio ocorrer sobre a forma de auxílio sob três formas: auxílio, instigação ou induzimento.

Diferente de um ato suicídio... E essa distinção eu considero capital, dizia ainda há pouco ao eminente Relator, Senador Camata. Há um enfoque muito desvirtuado do problema da ortotanásia, em face da confusão que se estabelece – propositadamente, ou não – entre eutanásia, ortotanásia e auxílio ao suicídio. Diferentes de um ato suicida, onde o desejo e ações individuais são levadas ao seu limite, na ortotanásia, é indispensável que haja uma relação social entre o sujeito ativo e a vítima, ou entre o médico, o paciente e seus familiares.

Ainda em relação ao Código de 1940, o que está em vigor, o legislador ateve-se ao princípio da preservação da vida, admitindo, no entanto, um homicídio privilegiado para aquele que comete o crime, impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida à provocação da vítima. Esse dispositivo do Código Penal é um dos mais usados nos júris. Sempre quando a defesa se torna impraticável e há provocação da vítima, procura-se desclassificar para esta hipótese. Por quê?

Mesmo porque a exposição de motivos define o que vem a ser relevante valor social ou moral. Então, são duas hipóteses: ou relevante valor social ou domínio de violenta emoção. Os criminalistas e os penalistas, o que não é o meu caso, normalmente sempre invocam essa violenta emoção. Certa vez, ouvi do Senador Tancredo Neves, que ele perguntou se ainda havia violenta emoção no Código Penal Brasileiro. Eu falei: "Não. Isso não existe mais". Ele falou comigo assim: "Mas como é que vocês conseguem defender alguém, sem ser violenta emoção? Eu passei a vida toda me valendo desse dispositivo, quando eu era advogado. Era a saída sempre adotada". [soa a campainha]

Em tais casos, o Juiz poderá reduzir a pena de um terço e um sexto. Há aqui uma manifestação do Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, do STJ, dizendo que o homem não pode provocar a morte de outro, mas, se a vida é meramente artificial, a relação de causa e efeito, que levará à morte, não é provocada pelo homem. Quer dizer, a provocação não parte do homem, mas pela situação patológica. Aí há um problema, porque tanto a resolução do CFM como o Projeto de Lei fala em autorização familiar. A polêmica alcança, também, a identificação do ente que permitiria a ortotanásia.

Quem poderia dar essa autorização? E se em uma família houvesse divergência: alguns a favor e outros contra? Em uma família, cujo número é elevado

e não houvesse consenso entre todos, prevaleceria a maioria ou aquele que estivesse, familiarmente, pelos laços familiares, mais ligado ao paciente? A mencionada Resolução do CFM impôs ao médico a obrigação de esclarecer ao doente, ou ao seu representante legal, as modalidades terapêuticas para cada situação. O mesmo artigo dispõe que a decisão do médico deve ser fundamentada e registrada no prontuário, assegurando ao doente, ou ao seu representante legal, o direito de solicitar uma segunda opinião médica. Não basta uma, então, portanto, segundo a resolução. Constata-se, assim, haver uma significativa diferença entre o projeto do Código Penal, art. 121, § 4º, e a resolução do CFM.

O Código Penal exige a manifestação expressa de dois médicos e especifica quais os parentes que poderão suprir o assentimento do paciente. Já a Resolução contenta-se apenas com a manifestação singular de um médico, admitindo uma segunda opinião, desde que fundamentada e inserta no prontuário do doente. Veja, eu não vou dizer que há um conflito ou que uma completaria a outra [soa a campainha], mas há uma divergência.

Quanto ao parentesco, a Resolução não especificou quais seriam as pessoas em condições de emitir a concordância. E uma das críticas comumente sustentada contra a adoção da ortotanásia – isso é muito frequente – vem a ser a possibilidade da chamada "anuência familiar" decorrer da paga: promessa de recompensa, da pessoa ser contemplada em um testamento, ou por outro motivo torpe ou fútil, visando a obtenção da vantagem após a morte do paciente.

Aqui eu cito, ainda, o Marcão. Ele, com considerações baseadas em Bento de Faria e Nelson Hungria, sem dúvida figuras exponenciais do nosso Direito Penal. Com o natural respeito que se deva aos adversários da ortotanásia, forçoso é reconhecer que outros argumentos de maior peso militam em seu favor. O Projeto de Lei do eminente Senador Camata se refere, justamente, àquela experiência vivida, no caso de Truman, Franco, Tito e Hirohito. E não menos expressiva foi a situação da americana Terri Schiavo, que permaneceu 15 anos em [soa a campainha] estado vegetativo, sendo alimentada e hidratada artificialmente. Há aqueles que resistem à introdução da eutanásia no assunto. O ordenamento é legal, não raramente vale-se(F) de motivos pertinentes à eutanásia, levados pela influência religiosa e não pela razão. É de se ter presente que algumas legislações – isto aqui me chamou a atenção em uma pesquisa que fiz recentemente – admitem a própria eutanásia, não é a ortotanásia, não, admitem a própria eutanásia, a exemplo da lei uruguaia, no Uruguai, que facultou ao Juiz a exoneração de castigo a quem realizou, quando o sujeito tem antecedentes honráveis – estranha esta expressão – e a morte tenha sido realizada por motivo piedoso, após reiteradas súplicas da vítima.

Mas não é só no Uruguai. Na Colômbia, em 1987, também surgiu uma nova lei, que é em se tratando de doenças terminais, quando o médico contar com o consentimento prévio do paciente. No âmbito da medicina, o princípio da autonomia é a necessidade de manter o enfermo informado, respeitando os seus posicionamentos. Eu queria lembrar que, no caso dos Estados Unidos, essa matéria, antes, era regida pela Legislação Estadual, mas, de um tempo para cá, ela tornou-se matéria de competência legislativa e privativa da União, o que significa que a última palavra é dada pela Suprema Corte.

O princípio da Justiça é o que garante benefícios e serviços de saúde, assegurados na Constituição, que tenham efeitos para todos, e decorre do direito à vida, inerente a todo o ser humano. Um dos mais eminentes juristas da nova geração, o Professor Luiz Roberto Barroso, do Rio de Janeiro, há pouco tempo se falava nele, inclusive, para o Supremo Tribunal Federal, ele dizia que o Código Penal deve ser interpretado à luz da Constituição. Esse é o grande mal. Que muitas questões no Brasil, sobretudo quando importa em inovação legislativa, faz-se a avaliação apenas em relação à Lei Ordinária, e não em sintonia ou em correspondência com a nossa Carta Política. Dizia: "Deve ser interpretada à luz da Constituição, sob os princípios como da dignidade humana e o da liberdade. A liberdade envolve o direito da autodeterminação, desde que o exercício dessa liberdade seja lúcido e não interfira no direito de outro". Então diz ele: "Não há nenhuma dúvida, nem ética e nem jurídica, à luz dos valores sociais e dos princípios constitucionais, que a ortotanásia é legítima e a Resolução nada mais é do que uma interpretação adequada da Constituição". Ele diz que a Resolução do CFM praticamente disse aquilo que já estava na Constituição, com outras palavras, evidentemente.

Não menos convincente foi a manifestação do criminalista Luiz Flávio Gomes, que alertou quanto à inconveniência da visão formalista de alguns doutrinadores, que a resolução do CFM importaria na consagração do crime. Quanto à alegação de que o art. 5º assegura a inviolabilidade da vida, o professor ponderou que não existe direito absoluto, precisamos acabar com essas pseudoverdades, a existência de direitos absolutos. Então, diz ele: "Feliz, portanto, a redação do art. 4º, da Convenção Americana de Direitos Humanos, que diz: 'Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente'". Aí o advérbio de modo: arbitrariamente. Há

muitos que afirmam que a vida e a morte pertencem a Deus, isso decorre da relevante liberdade constitucional de crença. Mas, no plano do terreno jurídico, que é o que me traz aqui, o que temos a considerar é a Constituição Federal, os tratados internacionais e os direitos intraconstitucionais.

Eu me refiro aqui a vários textos do Pacto de São José, à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos e uma manifestação de dois Ministros que estão no Supremo Tribunal Federal, um deles é até o Presidente Gilmar Mendes, considerando o direito à vida como inerente à pessoa humana **–** o outro é o Ministro César Pelluzo **-**, protegido por lei, o que ninguém poderá arbitrariamente ser privado deles.

O argumento de que a Constituição Federal garante a inviolabilidade do direito à vida e que qualquer ação, ou omissão, que contribuir para a morte de alguém o estaria violando não prospera, por ser juridicamente incorreto. Há um Procurador da Justiça – se o Senador Demóstenes Torres estivesse aqui, talvez ele conhecesse, eu considero uma figura de relevo na nova geração do Ministério Público -, Edson Miguel da Silva Júnior, Procurador de Justiça de Goiás. Ele diz: "No Estado Democrático de Direito, não existe nenhum direito absoluto. O direito à vida, embora seja o mais fundamental de todos os direitos, não é o mais intocável. Ele existe, como todos os outros, para a realização de valor, não é um fim em si mesmo". Eu me refiro, depois, a alguns artigos de doutrina da Advogada Maria Heloisa Villas Boas, e, finalmente, para dar oportunidade aos outros, que certamente podem concordar ou discordar daquilo que eu proponho respeitosamente.

Quanto ao direito à recusa terapêutica, esse foi contemplado no art. 15 do Código Civil. Quer dizer, também no Código Civil de 2002... Não é apenas no Código Penal, não. Eu atuo muito mais na área civil, há muito tempo que eu já abandonei a seara do Direito Penal, eu só trabalho hoje na área de Direito Civil, inclusive perante os Tribunais Superiores.

Então, o que diz o Código Civil que está em vigor: "Ninguém pode ser constrangido a submeter**-**se, com risco de vida, a tratamento médico ou intervenção cirúrgica". Então, se nós formos examinar a questão sob o enfoque meramente criminal ou penal, nós vamos encontrar respaldo para o projeto. Se o fizermos voltados exclusivamente para o Direito Civil, da mesma forma. Seria o caso, então, de perguntar: e quando não há risco de vida ou se o tratamento não afasta esse risco? A morrer de tratamento, penso eu, ou do sofrimento pelo tratamento, não pode o paciente preferir morrer da doença? Ele pode morrer pelo tratamento e pela doença, senão ele pode optar por morrer pela doença, inclusive, fica muito mais barato. Não é? A limitação do tratamento e o cuidado paliativo contam com o apoio da Associação Médica Mundial, do Conselho Europeu, das Cortes Europeias de Direitos Humanos e da Suprema Corte de países como Canadá, Reino Unido, Estados Unidos, Japão e França.

Aqui eu me refiro à recomendação de Hong Kong, à recomendação dos Estados Unidos, de 1990, à recomendação 1.418, do Conselho Europeu, e, para terminar, aquele fato que, comumente, vem [soa a campainha] à tona nesse caso, envolvendo o Governador Mário Covas, quando ele sancionou... Ao sancionar essa lei de autoria do médico e Deputado... Eu não sei se ele é ainda Deputado aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, não é mais.

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: PT de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Foi na última legislação.

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Roberto Gouvêa, ele dizia, ao sancionar, que não fazia apenas como Governador, mas como paciente. E foi, realmente, o que aconteceu. Além desse Diploma, a Secretaria de Saúde tem uma Cartilha de Direitos dos Pacientes, também disciplinando no mesmo tema.

Há uma lei em São Paulo, a Lei 10.245, que estabeleceu, em relação aos direitos dos usuários do Serviço de Saúde do Estado de São Paulo, considerações da mesma sorte. Agora, esses textos, eu quero deixar bem claro, embora sejam de leis estaduais em vigência há mais de uma década, não invadem a competência penal, sabido que essa competência para legislar a esse respeito é exclusivamente Federal.

Longe de mim admitir que o Conselho Regional de Medicina do meu Estado, Minas Gerais, ou de São Paulo, do Espírito Santo ou de qualquer outro Estado pudesse fazer como... Erradamente, erradamente, isso só pode demonstrar desconhecimento, que esses Conselhos estariam invadindo a área que é, sobretudo, em se tratando de questão que tem tratamento constitucional.

Então, Sr. Presidente, eminentes Srs. Senadores, eu quero esclarecer o seguinte: quando eu me ocupei desse assunto, eu exercia a vice**-**presidência nacional da OAB, estava, inclusive, no exercício da Presidência, que o nosso Presidente Busato se achava no exterior, quando eu fui, vamos dizer assim, bombardeado pela imprensa a respeito disso: como a Ordem se posicionaria a esse respeito? Então eu fui para a televisão, no canal da TV Justiça, assumi essa posição, sem ouvir sequer o próprio Conselho Federal, e cheguei à con-

clusão que, hoje em dia, a despeito daquela posição, que era de momento, tinha que ser assumida, era a posição mais coerente. Eu não conheço, nos 81 Senadores que nós temos, nos 27 Estados da Federação, um dos colegas, qualquer que seja, contrário a essa posição ou que abone um entendimento com o Ministério Público. Então, por derradeiro, cabe exaltar que o Papa João Paulo II, na Encíclica *Evangelium Vitae*, em 1995, reconheceu... Eu já me referi ao atual Cardeal, que, por sua vez, invocava Pio XII. Agora, estou me referindo ao próprio Papa. Dizia: "Quando a morte se anuncia eminente e inevitável, pode-se, em consciência, renunciar ao tratamento que daria somente um prolongamento precário e penoso da vida, sem, contudo, interromper os cuidados normais, devido ao doente em casos semelhantes. A renúncia a meios extraordinários ou desproporcionados não equivale a suicídio ou à eutanásia". É o Papa que faz esse destaque da mais alta importância. "Ao contrário – diz ele -, exprime antes a aceitação da condição humana diante da morte".

Sr. Presidente, eu tive muita satisfação quando o senhor esteve no Conselho Federal, eu acho que há um ou dois anos, no Conselho Federal da OAB, discutindo já não me relembro mais o tema. Mas o fato é que, como dizia o Senador Camata, se houver interesse dessa Casa em que esse tema volte a ser examinado pelo nosso Plenário, vale dizer com a participação, também, de toda a comunidade brasileira, onde nós temos ali excepcionais penalistas e criminalistas, que sobrelevam pelo seu talento e, acima de tudo, pelo fato de estar afinado com a realidade, nós estaremos dispostos a recebê-los lá para um discutir, um tema mais amplo a esse respeito. Só não o faço agora porque seria até uma indelicadeza tomar mais tempo daqueles que aqui estão do que já o fiz até agora. Muito obrigado. Esperando que, dentro do possível, haja atendido à solicitação do eminente Relator.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, antes que o senhor agradeça, eu queria que a gente obtivesse a cópia, para distribuir para os demais Senadores. A cópia da...

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Está aqui, à disposição de V. Exa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está à disposição, nós vamos providenciar.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Que a Secretaria providenciasse umas 15 cópias para...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A sessão que eu estive lá na OAB, se não me engano, foi para discutir--

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Eu me lembro de sua presença lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --mandado de Segurança. Se não me engano, era a questão de honorários que nós estávamos debatendo.

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: No Mandado de Segurança.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): No Mandado de Segurança.

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: E sabe, V. Exa., que o assunto voltou à tona, a lei já foi editada, e, dessa vez, eles foram radicais, negando honorários de advogado em Mandado de Segurança. Hoje, faz parte do próprio texto legal. Segunda-feira eu estou participando de um simpósio do Instituto dos Advogados Brasileiros, enfatizando as considerações que o senhor emitiu naquela oportunidade e manifestando o meu profundo desacordo com o que está nessa lei, que, segundo consta, pelo menos fui informado, ela teria como inspirador o atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, quando era Advogado Geral da União, no Governo Fernando Henrique Cardoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E aqui houve uma discussão muito interessante sobre esse assunto, e nós fomos atropelados, exatamente porque haviam alguns impedimentos, que tinha que aprovar uma nova lei, etc. e etc. Mas está apalavrado para se dar prioridade a um novo projeto que estou elaborando--

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Ótimo. Fico muito satisfeito de saber disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --e vou submeter à apreciação, talvez na semana que vem, deste Colegiado.

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Se V. Exa., depois, pudesse me fornecer, já, algum estudo a esse respeito, porque eu vou tratar desse assunto na segunda-feira próxima, no Instituto dos Advogados Brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Talvez o senhor tenha até em mãos o projeto que está no forno.

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Olha, muito melhor. Eu ficaria mais... A minha posição ficaria muito mais cômoda.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, de qualquer forma, eu quero agradecer, em nome da Comissão, a brilhante exposição--

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --que o senhor acaba de fazer, para remover eventuais dificuldades que esse tema traz e que leva o corajoso autor a tomar essa iniciativa, mas se preservar**--**

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Corajoso há dez anos.

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Dez anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, há dez anos. Eu falo corajoso porque esse, realmente**--**

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Antes da resolução do CFM.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --é um tema extremamente polêmico. E agora, para estimular essa polêmica, nós vamos ouvir o representante da Igreja Católica. Aqui já temos até um representante da Igreja Evangélica, o Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Apenas um obscuro e anônimo representante do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não obscuro e muito menos anônimo, mas uma autoridade abalizada, também, que tem dado demonstrações sobejas sobre esta condição aqui do Senado Federal.

Então, nós vamos passar a palavra, agora, para o Dr. Paulo Silveira, que está aqui, à minha esquerda, mas está à direita de V. Exas. Então, ele vai falar sobre a posição da Igreja Católica e, certamente, a sua própria posição.

SR. PAULO SILVEIRA MARTINS LEÃO JÚNIOR: Muito obrigado, Senador Valter Pereira, Presidente em exercício da Comissão de Constituição e Justiça; eminentes Senadores Gerson Camata, Augusto Botelho, Marcelo Crivella. A brilhante exposição do Dr. Aristóteles Atheniense, eu acho que serviu para mostrar, como já dito pelo eminente Presidente da Comissão, quão polêmico e complexo é o tema, com a adversidade de conceituações possíveis: ora confusão, ora identificação entre os termos eutanásia e ortotanásia.

A posição da Igreja Católica está expressa em alguns documentos. Foi referido já aí a *Evangelium Vitae*, que é expressa em dizer que não constitui nenhuma atitude ilícita a não utilização de cuidados desproporcionais e extraordinários em relação ao paciente terminal. Há toda uma série de conceitos envolvidos, que se faz necessário precisar, sob risco de se sair da ortotanásia e cair**-**se na eutanásia, que, acredito, não seja interesse de nenhum de nós aqui.

Então, o precisar o conceito é fundamental. O termo ortotanásia, na língua portuguesa, não tem conteúdo inequívoco; ao contrário, em Portugal, é considerado sinônimo de eutanásia, ou seja, de provocar a morte. Então, há uma distinção, talvez, tênue, delicada, a ser feita e que, a meu ver, está muito bem colocada na justificação do Projeto de Lei do Senador Gerson Camata.

Eu diria que a nossa concordância existe claramente em relação a essa justificação. Nos permitimos ponderar, fazer algumas ponderações em relação a forma que foi proposta e em relação, também, a algumas explicitações que, a nosso ver, são necessárias, em textos que já passamos para o ilustre Senador Gerson Camata e também para o Senador Augusto Botelho, e que, agora, me permito passar aqui para o Senador Valter Pereira, e, depois, poderia, também, passar, talvez, para os ilustres integrantes da Mesa.

Procurou**-**se destacar o seguinte, e aí faz**-**se necessário uma explicitação que... Quer dizer, eu sou Presidente da União dos Juristas Católicos, que é uma associação que reúne juristas de variados âmbitos de atuação. Nós tínhamos o Ministro Carlos Alberto Direito como Conselheiro da nossa associação; temos, ainda, o Ministro Célio Borja, que foi Ministro do Supremo Tribunal Federal; temos o Ministro Oscar Corrêa, que, também, além de Ministro da Justiça, foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, Deputado Federal, etc.; temos desembargadores; ex**-**Presidentes de Tribunal de Justiça; Procuradores de Justiça; Defensores Públicos; Procuradores do Estado, que é o meu caso; advogados; etc. e etc. Nós estamos, há cerca de dois anos e meio, debatendo o assunto, inclusive em razão do texto do Conselho Federal de Medicina, e todos esses debates são feitos com a participação de médicos, especialistas, que participam das nossas reuniões também, assim como a Comissão de Bioética da CNBB, da qual tenho participado, não como membro da Comissão, mas como, vamos dizer assim, um colaborador, digamos assim, em frequentes reuniões, inclusive sobre esse assunto também.

Então, o que nos parece, e aí houve uma participação bastante enfática nesse sentido, do Desembargador José Lisboa, ex**-**Desembargador José Lisboa da Gama Malcher, ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foi também ex**-**Presidente do Conselho dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, uma pessoa eminente, professor universitário. S. Exa. destaca que, no âmbito do Direito Penal, a tipicidade é de fundamental importância. O tipo tem que

ser específico, detalhado. O verbo é de fundamental importância ao definir o tipo.

E, a partir da definição do tipo, se tem a exclusão do crime. Só se pode falar em exclusão de um crime relacionado a um determinado crime. Então, a rigor técnico, a nosso ver, não se pode falar de crime na situação da ortotanásia propriamente dita. Porque a ortotanásia, ela não busca acelerar ou antecipar a morte. Bem entendida, ela tão-somente busca evitar-se a adoção de determinados tratamentos extraordinários e desproporcionais que, com custos gravosos para o próprio paciente e para a sua família, prolongariam artificialmente a vida.

Mas vejam, V. Exas., quantos conceitos envolvidos nessa questão, e a importância de precisar esses conceitos. Por exemplo, por cuidados ordinários – e aí não há, infelizmente, um consenso tão grande -, por cuidados ordinários, entendemos: 1) A alimentação: cota-base de eletrólitos e de nutrientes; 2) A hidratação, inclusive por meio de sonda. Por que isso? Porque não há ser humano que possa sobreviver sem alimentação e sem hidratação. Não é possível. A suprimir-se a hidratação e a alimentação de qualquer ser humano, está-se empurrando este ser humano para a morte, inclusive a hidratação e a eliminação por sonda. Então, esse cuidado ordinário há de ser garantido a todo e qualquer paciente, inclusive o terminal. E o que seria o paciente terminal? Aquele paciente, segundo nos define o Dr. Herbert Praxedes, professor emérito da Universidade Federal Fluminense, aquele paciente que está com a morte eminente e irreversível, em razão da falência de um ou mais órgãos vitais. Falência irreversível do funcionamento das funções de um ou mais órgãos vitais.

Então, esses detalhes todos, esses conceitos todos, nos parece fundamental serem precisados. Então, a primeira conclusão que nós chegamos é que, a rigor, esse conceito de não utilização de cuidados extraordinários e desproporcionais a um paciente terminal, ou seja, aquele com a morte eminente e irreversível, em razão de falência irreversível de um ou mais órgãos vitais, não pode ser equiparado a homicídio.

Não há uma conduta ou um tipo penal que diga que a não utilização desses meios seja crime. Daí entendermos que não é adequado constar como exclusão do crime de homicídio. Caberia exclusão do crime de homicídio, sim, caso se adotasse a eutanásia, que, a nosso ver, é inadmissível, ou seja, provocar a morte por ação ou omissão. A manter-se a matéria no Código Penal, que, a nosso ver, não é o local mais adequado, nos parece, melhor seria a inclusão de um novo dispositivo no Capítulo III – Dos Crimes Contra a Pessoa, que é o capítulo relativo à periclitação da vida e da saúde, em que se definiria, segundo proposta, o seguinte: exclusão do crime: não constitui crime, no âmbito dos cuidados paliativos, aplicados ao paciente terminal... E aí é fundamental, me permitam, o seguinte: paciente terminal não se confunde com paciente grave, inclusive comatoso. Porque o paciente grave comatoso pode ser, por exemplo, um jovem em ótimo estado de saúde. E a coma, tida por irreversível, não raro se apresenta, na prática, como reversível [soa a campainha]. Reversível. E há casos concretos aqui, no Estado do Rio de Janeiro, no Brasil, e mundo afora.

Então, a nossa proposta, a se manter no Código Penal, que a nosso ver não seria o melhor, seria um novo artigo, um novo dispositivo legal, poderia ser exatamente com as justificativas do Senador Gerson Camata, que não temos nada a acrescentar. Em suma, nesse tema, sempre é possível acrescentar alguma coisa, ainda mais com o pioneirismo que V. Exa. teve de, há quase dez anos atrás, tratar de um tema tão polêmico e com uma justificação tão densa e tão bem colocada.

Então seria: "Não constitui crime, no âmbito dos cuidados paliativos, aplicados ao paciente terminal, deixar de usar cuidados desproporcionais e extraordinários na situação da morte eminente e inevitável, desde que haja consentimento do paciente ou, em sua impossibilidade, do cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão", como referido por V. Exa. na proposta. Parágrafo Único: O disposto no *caput* não se aplica se houver omissão de meios terapêuticos ordinários ou proporcionais devidos a um doente.

Porém, a nosso ver... Acredito que a exposição do Dr. Aristóteles Dutra, e, possivelmente, também, as demais que se seguirão, mostram bem a enorme complexidade do tema. Daí que, a nosso ver, em ressaltar não só aqueles cuidados que se poderia deixar de ter, mas também aqueles cuidados que seriam obrigatórios ao paciente terminal, e, em particular – que muitas vezes é o caso do paciente terminal – ao idoso, que tem seus direitos constitucionais garantidos também, e obrigação da família, da sociedade e do Estado.

Leio, aqui, permitam-me, acredito que ajude a ilustrar a importância dessa nossa proposta, o art. 230, da Constituição da República: "A família, a sociedade e o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e garantindo o direito à vida".

Não se olvida, aqui, que não há sinônimo entre idoso e paciente terminal, por óbvio, mas, com muita frequência, o paciente terminal é um paciente idoso. Não é isso?

Então, para uma questão de tranquilidade da população... Porque esse tema... Na própria doutrina da igreja, isso é referido expressamente por um dos maiores pensadores no âmbito eclesial e mesmo cultural europeu, que é o Monsenhor Heles(F) Grecher(F), que tem um manual de bioética conceituado internacionalmente. S. Exa. demonstra como veio evoluindo, desde Pio XII – como muito bem referido na justificação do Senador Gerson Camata -, a reflexão da igreja sobre o assunto. E como começou, concretamente, essa reflexão? Parece um dado importante a referir. Por meio de duas solicitações: a primeira, do próprio meio médico europeu, e, relacionada a essa solicitação do meio médico europeu, a prática de um determinado Governo Europeu, em determinado momento histórico, o Governo Nazista, que aplicou um programa de exterminação de pacientes para eles considerados inúteis, cuja vida não merecia ser vivida. Um programa que, segundo as Atas de Nuremberg, exterminou cerca de 70 mil pessoas, doentes mentais, doentes físicos. Como distinguir isso? A partir daí, vieram sendo feitas as distinções dos cuidados extraordinários, ordinários. Hoje, já se fala na questão da proporcionalidade e até da conjugação desses dois fatores de proporcionalidade e de conteúdo ordinário do tratamento. Daí que, a nosso ver, dada a complexidade da matéria, os diversos enfoques, melhor seria haver uma lei específica, inclusive porque, do ponto de vista estritamente técnico, a nosso ver, não há propriamente um crime em relação ao qual a ortotanásia propriamente dita, ou seja, a não aplicação de cuidados extraordinários e desproporcionais a um paciente terminal, entendido aquele com falência de órgãos vitais, um ou mais, em caráter irreversível, seja crime.

Daí a proposta de um Projeto de Lei que apresentamos aqui um esboço, um esboço, que caberá, realmente, a ser debatido com a sociedade, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Federal de Medicina, o meio universitário, certamente terá muito a contribuir e, provavelmente, haverá algumas divergência, mas é importante, também, que essas divergência apareçam e que sejam debatidas com toda a sociedade, para se verificar qual o melhor caminho a tomar.

Nesse sentido, e também seguindo a excelente justificação do Senador Gerson Camata, inclusive com relação à necessidade do convívio familiar, é o que há de mais moderno em termos de experiência européia. Os [ininteligível], na Inglaterra... Conversei hoje mesmo com o Deputado Talmir, que viajou à Inglaterra para conhecer esses [ininteligível]. Na Câmara, há debates com relação não só à eutanásia, mas também com relação à ortotanásia, nesse sentido de garantir esse conforto psicológico, social, familiar e religioso ao paciente terminal, como é muito importante, também, para sua vida.

Então, o título desse Anteprojeto de Lei, que aqui referimos, [soa a campainha] seria Disposição sobre Cuidados Paliativos Devidos a Todos, em Especial aos Pacientes Terminais. Todo o paciente, inclusive o especial, que se encontra em estado terminal, tem direito, sem prejuízo de outros tratamentos que se mostrem cabíveis, a cuidados paliativos proporcionais e adequados.

O art. 2º constaria quais os conceitos a serem estabelecidos no debate social. Paciente terminal, cuidados paliativos, cuidados ordinários, cuidados extraordinários, cuidados proporcionais e cuidados desproporcionais. E aí o art. 3º: "Na aplicação do disposto nesta lei, buscar-se-á, na medida do possível, que o paciente terminal tenha alívio da dor e da ansiedade, preservando-se, tanto quanto possível, sua lucidez e o convívio familiar e/ou da amizade". Não ficar isolado na UTI, que é uma crítica muito bem colocada, também, na justificação do Projeto de Lei em exame.

Art. 4º: "Na fase terminal de enfermidade grave e incurável, o médico deve esclarecer ao doente, à sua família e ao seu representante legal as modalidades terapêuticas adequadas para tratamento do seu caso específico". Uma preocupação, também, não só do projeto, na justificação, como também do Conselho Federal de Medicina. "Havendo manifestação favorável do paciente, a vontade do paciente, a liberdade do paciente, dentro dos limites do razoável, ou de sua família, ou de seu representante legal, é permitida – atendido o Parágrafo Único desse artigo – a limitação ou suspensão, pelo médico, de procedimentos e tratamentos desproporcionais, envolvendo meios extraordinários, listados exemplificativamente no anexo que denominamos de 1, destinados a prolongar artificialmente a vida. A decisão médica de que trata o *caput*, sempre fundamentada e registrada no prontuário, será submetida à Junta Médica Revisora, conforme venha a ser definido em regulamento". Me parece que, estabelecidos os contornos básicos, mínimos e indispensáveis, é importante também, sem dúvida nenhuma, a atuação do Conselho Federal de Medicina no detalhamento, após a deliberação do Congresso.

Art. 6º: "O doente continuará a receber todos os cuidados ordinários e necessários à manutenção de sua vida, bem como os cuidados paliativos necessários a aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, assegurados assistência integral, o conforto físico, psíquico, social e espiritual, conforme anexo segundo, inclusive o direito de alta hospitalar". O paciente pode preferir ficar no convívio da sua casa, na sua família.

Então, Exmos. Srs. Senadores, é essa a contribuição que temos a dar a V. Exa., não só no aspecto religioso, mas também a própria igreja, que contempla uma Academia de Ciências, com participação de dezenas de Prêmios Nobel no Vaticano, inclusive alguns não praticantes da religião católica, que são sem a fé católica, mas que participam do ponto de vista estritamente científico.

Aqui, no Brasil, procuramos, com as limitações próprias nossas, minha, em particular, auxiliar nessa reflexão dos princípios religiosos na sua aplicação pratica nas leis, resguardando os princípios que constam da própria Constituição, como vimos aqui, em relação ao idoso, afora muitos outros da dignidade da pessoa humana e do direito à vida, que todos nós temos, e o direito à saúde. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu lamento muito, mas eu vou ter que me retirar. E queria parabenizar os expositores, muito claros e muito lúcidos. Mas nós temos, depois, o recurso de assistir em casa ou no gabinete, porque tudo isso aqui está sendo gravado, e a gente rapidamente consegue um DVD e assiste em casa.

Então, infelizmente, eu vou ter que me retirar, mas quero desejar que essa sessão ocorra da maneira mais profícua possível, para que a gente possa ter todo o embasamento jurídico, mas também espiritual em uma futura decisão de um assunto tão importante, tão polêmico na sociedade brasileira. Presidente, me perdoe, mas eu preciso ir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. está dispensado. Eu gostaria só de dar uma informação para o Plenário. O Dr. Paulo Silveira Martins foi designado pela CNBB e falou aqui em nome dessa instituição, conforme ofício endereçado ao Senador Demóstenes Torres, Presidente desta Comissão, pelo Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Dimas Lara Barbosa, que é Secretário Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. Portanto, ele falou em nome CNBB.

Nós vamos ouvir, agora, a palavra do Dr. Volnei Garrafa, que é Professor de Bioética da Universidade Nacional de Brasília.

SR. VOLNEI GARRAFA: Obrigado, Sr. Presidente, eu queria reforçar a honra de estar aqui, nessa Casa. Fazia tempo que não vinha. Já vim a muitas atividades aqui, estou aqui na UnB desde 1973, há 36 anos, e, desde 1991, eu me dedico exclusivamente à bioética. São 18 anos. Coordeno o Programa de Mestrado e Doutorado em bioética da Universidade da Brasília, o primeiro do país, regulamentado pela CAPS. E eu vou dividir a minha apresentação a duas partes: a primeira, com relação especificamente ao projeto; e a segunda, querendo reforçar ao Congresso Nacional, por meio do Senado, a importância do que significa bioética. O Brasil não entendeu ainda o que é bioética. Não caiu a ficha. Não caiu a ficha da imprensa, não caiu a ficha do Congresso. É espantoso que nós já tenhamos, por exemplo, um bebê de proveta, nascido em 1984, nesse país, há 25 anos, que é uma moça de Curitiba, e até hoje nós não temos uma legislação sobre fecundação assistida no país. É espantoso. São vazios legislativos, eu chamo – desculpem a expressão -, criminosos, porque aí surgem esses Rogers Abdelmassih da vida para fazerem o que querem por aí. E a gente já sabe disso há muito tempo. A bioética vem, então, para, exatamente, suprir esses vazios, a partir do desenvolvimento científico-tecnológico muito acelerado nos últimos 40, 50 anos. Eu vou falar da bioética, então, na segunda parte.

A primeira parte eu queria me dirigir aos eminentes Senadores, e muito especialmente ao Senador Gerson Camata. Já foi cumprimentado, mas eu queria reforçar, Senador, a sua coragem, há dez anos, praticamente, em fazer um projeto difícil, um projeto delicado, desses temas que envolvem as pessoas, a religiosidade, a moralidade e a Justiça. São, realmente, temas não só inter e multidisciplinares como transdisciplinares.

E, na bioética, a gente aprende que a boa lei não é aquela que exclusivamente é votada e posta na comunidade de cima para baixo. A boa lei é aquela que consegue congregar a legislação com a moralidade da sociedade, ou seja, que equilibra as duas coisas. O Brasil, nos anos 90, fez uma legislação super avançada para a captação de órgãos. A doação presumida de órgãos, o silêncio de consenso: quem não se declarava doador, era doador. E eu dizia para as entidades de pacientes que estavam em lista de espera: "Essa lei não vai dar certo, a sociedade não vai conseguir entendê-la". Não deu outra: em poucos meses, 68% da sociedade brasileira se declarava não doadora, e a lei foi o inverso. Hoje, felizmente, foi mudada. Mas eu acho que V. Exa. foi muito feliz, porque, nesse momento, a sociedade brasileira já está compreendendo a necessidade dessa questão. Nós não podemos continuar, ainda, com a base em um Código Penal de 1940, quando nem a penicilina estava descoberta, com tanta tecnologia que nós temos hoje. Então, nós vemos pessoas nos hospitais sofrendo. Os espanhóis

utilizam como palavra *encarniçamento* terapêutico. É uma palavra muito forte, *encarniçamento* terapêutico. É a continuidade do tratamento, quando não há mais nenhuma esperança. Os estadunidenses chamam isso de futilidade terapêutica, *futility*, o tratamento desnecessário.

Eu peguei um texto dos eminentes professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bioeticistas, Carlos Francisconi, médico, e José Carlos Goldim, bioeticista, onde eles definem futilidade, ou obstinação terapêutica, que é a antítese do que o senhor está colocando para a ortotanásia. A futilidade é a ausência de finalidade útil ou resultado útil em um procedimento diagnóstico ou intervenção terapêutica. Ou seja, é um prolongamento desnecessário de uma vida. De acordo com a Legislação Brasileira, e o Dr. Edson está aqui, felizmente ele voltou... E eu acho que o Conselho Federal de Medicina foi muito feliz na Resolução com relação à terminalidade da vida, que ele fez há uns dois ou três anos, não é, Edson, foi muito bem feita, mas os médicos, na realidade, sob o ponto de vista legal, eles estão a descoberto. A quantidade de médicos que, piedosamente, com o maior espírito médico hipocrático, realmente, de Norte a Sul, de Leste a Oeste desse país, que executam a ortotanásia nos seus pacientes queridos, por um dever caridoso, é muito grande. Se famílias quisessem processar esses médicos, eles estariam, certamente, hoje, desprotegidos. Então, o vosso projeto, Senador, vem em um momento muito oportuno. Agora, o senhor foi muito cuidado e eu queria parabenizar os dois interventores, não no sentido de interventores, mas os dois conferencistas que me antecederam pela felicidade. E eu acho que tanto essa moralidade, hoje, já está madura para ser colocado em um projeto de lei que nós estamos, mais ou menos, com as mesmas posições.

Eu tenho certeza que o Dr. Edson, que eu já conheço, vai ter uma posição mais ou menos semelhante. Então, é, mais que tudo, amadurecer e tomar os cuidados, para que pessoas inescrupulosas não usem isso para o lado opostos, que é o lado dos exageros e dos absurdos. E aqui, eu relatava ao senhor, antes de começar essa sessão, que, há dois anos e meio, eu tive o prazer... Eu recebi um convite da Espanha para dar a Conferência de Abertura do Congresso Espanhol, era o 4º Congresso Espanhol de Bioética Institucional. Aceitei, era em Valência, uma cidade bonita. O tema era um tema do meu domínio, das minhas áreas de pesquisa. Mas eu perguntei para eles: "O que é a bioética institucional?", porque eu não sabia, porque era uma coisa muito espanhola. Isso é muito interessante. A Espanha criou, por lei: hospitais com mais de cem leitos, obrigatoriamente, têm que ter comitês de bioética hospitalar. O médico, hoje, com tanta tecnologia... O médico era uma pessoa muito poderosa há 40, 50 anos. Ainda é muito poderoso, porque decide as nossas vidas, toma a decisão. Mas ele não quer mais, no isolamento, na solidão de uma Unidade de Terapia Intensiva, de madrugada, tomar uma decisão isolada. É muito pesado para ele isso, sob o ponto de vista jurídico, legal, moral, religioso, etc., etc. Então, o médico quer o amparo, sim. E esses comitês de Bioética Hospitalar, que são obrigatórios na Espanha, eles são extremamente úteis, são Comitês sempre pluralistas e multidisciplinares. Pluralistas quanto à moralidade da sua composição, religiosa, etc., e multidisciplinares quanto à formação dos seus membros. Então tem um advogado, tem um teólogo, tem um médico, tem o pesquisador, o bioeticista. E esses comitês, então, são chamados a opinar nesses momentos decisivos, para que o médico não se sinta tão só, tão solitário, nesses momentos difíceis de decisão. Nós temos três... Na realidade, são dois países no mundo que hoje têm a eutanásia, que é a Holanda e a Bélgica.

O Uruguai já tem, desde 1930. Eu viajo muito ao Uruguai, tenho vários amigos de bioética lá. A Legislação Uruguaia, realmente, ela existe, mas ela não é aplicada. A Colômbia, desde 1997, tomou uma decisão rápida no Congresso Colombiano, no sentido do Projeto de Lei de V. Exa. É mais ou menos a despenalização da eutanásia passiva, ou seja, do não investimento do desnecessário.

Eu queria fazer um apelo para a gente... Ano retrasado, no nosso programa de mestrado e doutorado em bioética da UnB, nós trouxemos o Professor Dr. Marcelo Palacios, da Espanha. Marcelo Palacios é um eminente médico espanhol de Gijón e Presidente da Sociedade Internacional de Bioética, da SIBI. É um ex-Parlamentar, eleito Deputado pelo Partido Socialista Espanhol. Então, um homem que trabalhou tanto a nível de Parlamento como de bioética e na área médica. E o Palacios deu uma conferência muito interessante aqui, na UnB, sobre terminalidade da vida.

Nós estamos deixando, evitando, de usar a palavra eutanásia. A palavra eutanásia é muito assustadora. Ela é enigmática, como aborto. São palavras muito fortes e muito dolorosas. E, normalmente – e esse é um problema -, quando se fala de eutanásia, se relembra das barbaridades que os nazistas faziam nos campos de concentração. Aquilo não foi eutanásia nunca, aquilo foi assassinato.

Então, não se pode confundir eutanásia com assassinato. Assassinato é uma coisa, eutanásia significa boa morte, *euthos* e *thanatos*, a morte boa. A morte com tranquilidade. Eu acho que nós não estamos... Estamos distantes do ponto, no Brasil, de discutirmos eutanásia.

O caso da Terri Schiavo, que foi mencionado aqui, é um caso emblemático. Essa mulher, ela foi assassinada pelo Estado Norte-Americano. Foi assassinada, porque o Estado não teve coragem de fazer uma legislação. Não tinha legislação, o Congresso não quis mais se meter, para não se desgastar, esse desgaste que V. Exa. está agora se expondo, mas eu acho que não vai se expor, porque está muito bem sedimentado. O que aconteceu? Ninguém mais quis fazer mais nada. Então foi simplesmente suspensa toda e qualquer... E essa mulher morreu de inanição, de fome e desidratada, porque ninguém teve coragem, por exemplo, na ocasião, de dizer: "Vamos injetar alguma coisa nessa mulher e deixá-la morrer com...". Isso seria eutanásia ativa, que nós somos contrários moralmente. Mas vejam como isso é delicado. É muito... O Governo Estadunidense, o Estado dos Estados Unidos, ficou em uma posição muito delicada, naquela ocasião, por tudo isso. Então, pela falta de legislação. A Holanda tem isso, mas é muito rigorosa. Eu conheço o Coordenador Nacional das Eutanásias na Holanda, Hans Van Delden, que é um eminente [soa a campainha] bioeticista, e essas pessoas sofrem muito, porque é muito difícil para eles. Lá tem que ter três médicos que deem parecer, dois psicanalistas, psiquiatras, que deem parecer da sanidade mental e da autonomia do paciente. Então, são coisas muito complexas, e, no nosso país, está muito distante. Então, nós devemos evitar... O Dr. Marcelo Palacios disse assim: "Eutanásia é uma só. Então, essas coisas, distanásia, cacotanásia, tudo isso complica muito, complica muito.

Mas, na realidade, o vosso projeto, eminente Senador, ele é extremamente bem feito, eu acho que oportuno, e ele está em diapasão com o atual estágio de moralidade da nossa sociedade brasileira. Ele vem em muito bom momento. Eu acho que os médicos vão ficar mais protegidos – o Dr. Edson vai falar depois de mim -, porque, realmente, o médico fica em uma posição muito difícil.

Agora, a segunda parte da minha intervenção, eu queria, exatamente, direcioná-la para esse campo da bioética. Eu não sei por que essa palavra... O vosso projeto, por exemplo, que é muito bem feito, ele não cita a palavra bioética, [soa a campainha] não menciona. E, hoje em dia, isso é inevitável. A bioética faz parte do mundo moderno. Todos os países da Comunidade Européia de Nações têm, obrigatoriamente, Comissões Nacionais de Bioética. São Comissões Nacionais que não discutem tecnologia, elas discutem moralidade. Elas têm o grande papel de amortecer as fricções nesses temas tão polêmicos e tão difíceis. Nós temos que buscar o diálogo, e o diálogo é exaustivo. Então, a bioética trabalha a argumentação até os mínimos detalhes. A questão da dialógica é fundamental para se buscar o consenso. Às vezes, é muito difícil o consenso entre a Igreja Católica, que tem posições, em alguns campos, bastante rigorosas, com posições laicas e ateias, por exemplo, é muito difícil isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O médico que assistiu ao Michael Jackson é que deve ressentir profundamente de uma legislação acerca da bioética.

SR. VOLNEI GARRAFA: O senhor tem toda a razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O senhor estava falando aí [soa a campainha], e eu estou relembrando deste episódio.

SR. VOLNEI GARRAFA: O senhor tem toda a razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Foi um episódio que ocorreu há poucos dias e que está levando o médico a uma situação de extremo constrangimento.

SR. VOLNEI GARRAFA: Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E quando todos sabem que não houve dolo na atitude dele, apenas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Relaxamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu não diria nem relaxamento, que, na verdade, só outro médico, só a companhia de outros facultativos que poderiam fazer um julgamento apropriado, a questão da bioética.

SR. VOLNEI GARRAFA: Pois é.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A legislação e a companhia.

SR. VOLNEI GARRAFA: Perfeito. Eu só complemento... Eu já estou terminando, eminente Presidente, e lhe agradeço a sua preciosa intervenção. Então, os comitês... O Primeiro Comitê de Bioética Mundial foi da França, criado pelo saudoso ex-Presidente, falecido, François Mitterrand, em 1982. Já são 37 anos. O Comitê francês chama-se Comitê de Ética para as Ciências da Vida e da Natureza.

A questão da fecundação assistida é muito complexa. Porque entra as visões religiosas. O Comitê Nacional Francês levou sete anos discutindo uma proposta. Porque o que o Comitê faz? O Comitê, ele trabalha relacionado ao Executivo, ligado, geralmente, ao Presidente da República e ao Presidente do Conselho de Ministros. E ele ajuda, então, o Executivo a elaborar de uma forma mais acabada os Projetos de Lei, até para o Executivo não se desgastar, para quando isso chega no Congresso, o Congresso já ter esses termos já mais ou menos...

A Comissão Nacional Francesa, discutiu, fez audiências públicas em todo o país, em igrejas de todas as religiões, em escolas, em universidades. Quando o projeto, depois de sete anos, se chegou a um consenso, foi para o Congresso. Em 15 dias, o Congresso Francês aprovou, porque as diferenças já estavam aplainadas. Então, o Conselho Nacional de Bioética tem essa força. O Comitê Francês são 39 membros. E aqui, no Brasil **–** é essa a mensagem que eu queria deixar **-**, existe um Projeto de Lei. O antigo Projeto de Lei é do Deputado Ivan Valente, e o Presidente Lula fez um novo projeto, é o 6032, de outubro de 2005, que está tramitando aqui na Casa. O ex**-**Deputado Arlindo Chinaglia deu urgência, ele está, hoje, na Câmara, só para os Partidos, os Blocos e os Partidos designar os seus membros para ele ser votado. Esse projeto, eu diria que ele é uma preciosidade. Ele não é do Presidente Lula, ele foi elaborado durante quase um ano por**--**

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Qual é o número do projeto?

SR. VOLNEI GARRAFA: É 6032, de 2005. O Ministro da Saúde, da época, não me lembro quem era o Ministro, nomeou uma Comissão com o SBPC, CNPq, a Sociedade Brasileira de Bioética, a Igreja, o Ministério Público. Nós fizemos audiências públicas em cinco cidades, seis cidades, o Dr. Edson participou em Manaus. Uma em cada região: Porto Alegre, Manaus, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Recife.

Então, ele foi... Escutamos muita gente, deixamos no site do Ministério da Saúde dois meses, as pessoas deram... Houve consulta popular. Aí foi mandado para a Casa Civil. A Casa Civil tirou algumas coisas que eu acho que o Congresso pode até melhorar, mas ele está, então, na pauta. Eu queria deixar esse apelo. Eu acho que está na hora do Brasil ter o seu Conselho Nacional de Bioética, pluralista e multidisciplinar, para ajudá**-**los. Porque, normalmente, o Projeto de Lei é de autoria isolada de um Parlamentar, como é o seu caso, ou de um Deputado, na questão da fecundação assistida, que é muito a favor ou muito contra. Aí chega aqui, não há consenso, ele é retirado de pauta e a coisa não avança, e o país fica desprotegido. Então, um Conselho desse tipo, se criado com sabedoria, e eu acho que o Presidente da República, seja quem for, ele tem que ter essa sabedoria de que esse Conselho tem que ser um minifórum da sociedade, ele pode ser muito útil. Então, eu queria parabenizar o Senado por essa iniciativa. Eu acho que ela é extremamente oportuna. Ela vai trazer benefícios, se esse projeto for aprovado, para a sociedade brasileira, para os médicos, enfim, e vai engrandecer o Senado da República.

Foi uma honra estar aqui com os senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado, Dr. Volnei, o senhor deu uma contribuição extraordinária, especialmente porque, estando lidando com a bioética, eu acho que traz uma tranquilidade muito grande, não é, Senador Camata, para todos nós e especialmente para o autor.

Nós vamos ouvir, agora, o Dr. Edson de Oliveira Andrade, que é Presidente do Conselho Federal de Medicina e que tem tudo a ver, também, com essa matéria tão relevante.

SR. EDSON OLIVEIRA ANDRADE: Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu poderia, tranquilamente, agradecer a todos e ir para a casa, porque poucas situações, decisões do Conselho Federal de Medicina foram defendidas com tanta competência, com tanta veemência, quanto nesse instante aqui, que eu estou a presenciar. Eu poderia, aqui, dizer apenas muito obrigado ao Senador Camata pela sua preocupação, como foi dito, principalmente pelos juristas, por proporcionar a nós, médicos, um mínimo de tranquilidade no que nós fazemos. E, na realidade, nessa questão específica que envolve a atenção de pacientes terminais, nós temos uma certa insegurança. Nós temos uma insegurança social, mas nós não temos uma insegurança profissional.

E eu, ao dizer que nós não temos uma insegurança profissional, eu quero chamar a atenção para que esta expressão não é uma manifestação de arrogância. E eu acho que arrogância é um pouco do que permeia toda essa discussão da ortotanásia. Uma arrogância às vezes mesquinha, e tem situações concretas nessa discussão de coisa pequena, tem arrogância de uma pretensão de grandeza, tem uma arrogância de um entendimento de que nós, no momento em que vivemos, somos capazes de tudo, inclusive de ir contra a própria vida.

Porque eu digo isso, falando de morte? Porque, na minha limitada concepção, uma das coisas que dão sentido à vida é a sua própria finitude. E eu penso que a ideia de se viver eternamente dá um belo de um romance, como Saramago escreveu, mas dá um sofrimento eterno. Nós estamos hoje aqui porque nós sabemos que devemos estar aqui, porque, amanhã, não será mais hoje. E nós fazemos as coisas porque nós sabemos que nós temos um limite na vida e nós pensamos nisso aí.

Mas nós vivemos um momento social, o movimento da arrogância do conhecimento. Quer dizer, nós pensamos e achamos que nós podemos tudo. Tudo. Então, parece que hoje, assim, em relação a minha profissão, parece que é aceitável nós entendermos que qualquer situação nós poderemos, com a nossa

ciência, superá-la e reverter uma situação irremediável, e isso não é verdade.

E até me desculpando, principalmente com você, Garrafa, eu saí daqui porque nós estamos com um projeto aqui, dentro dessa Casa, tratando sobre o ensino de geriatria. Se vocês entrarem no site do IBGE, tem um site legal, animado, e a gente entra para verificar a pirâmide populacional do Brasil. Quer dizer, em 2030, depois de amanhã, nós vamos estar com a pirâmide invertida.

Então, nós não seremos mais um país de jovens, nós seremos um país de pessoas idosas. E, pela própria natureza humana, é desejável que a gente morra de velhice. Então, nós vamos morrer. Então, vejam só, nós temos que estudar, ensinar como lidar com essas situações e, obviamente, isso que nós estamos discutindo hoje terá uma dimensão maior. Eu sou médico pneumologista, que trabalho há 20, 25 anos, depois da minha residência, tenho 30 anos de formado agora, com câncer. Eu sou professor universitário e eu trabalho em um hospital de câncer. Nenhum oncologista tem experiência com morrer mais intenso do que um oncologista que faz pneumologia, porque o câncer de pulmão é uma epidemia que está aí, em função tabagismo, e a nossa taxa de sucesso é uma taxa muito pequena, da ordem de 20 a 30%, nos melhores serviços do mundo, nós curamos. Então, nós perdemos 30. Não significa que essas pessoas não devam ter a assistência e a atenção.

Na questão pessoal, isso é uma vivência minha no dia a dia, como lidar com situações dessa maneira. Nós, no Conselho Federal de Medicina, não somos advogados, não somos juristas. É óbvio que nós temos a assessoria, nós procuramos nos resguardar para não cometer deslizes bobos. E nós também não temos a intenção de nos considerarmos como detentores da verdade. Se os senhores perguntarem quanto levou para escrever essa resolução, em termos atuais, eu diria algo como dois anos de profunda reflexão. Profunda reflexão, ouvindo muita gente.

Agora, do ponto de vista prático, em relação ao Brasil, essa resolução tem 500 anos. Em relação a minha profissão médica, eu vou lhes dizer que eu não sei, porque eu não sei quando foi a data inaugural da medicina. Porque o que move esta resolução é apenas uma coisa. Se vocês me perguntassem, em uma palavra, eu lhe diria: um sentimento de compaixão. E a compaixão não é pena, a compaixão não é ter dó das pessoas. A compaixão é compartilhar sofrimento. E nós compartilhamos sofrimento no dia a dia da nossa profissão.

Então, quando nós podemos curar, eu acho que nós devemos curar. Quando nós podemos aliviar, nós devemos aliviar. Mas ajudar, compartilhar sofrimento, isso é obrigação em todo o instante, e o médico não pode abrir mão em nenhum instante. O paciente precisa ter confiança no seu médico e saber que não existe conflito de interesse entre ele e o seu médico. Isso aqui é uma declaração não para o judiciário, não para o Ministério Público, não para os senhores, isso é uma declaração para todos nós.

Isso aqui é uma declaração de compromisso da medicina brasileira, que também é compartilhada no mundo inteiro, com os seus pacientes. Não existe medicina sem paciente. O que dá sentimento, o que dá razão, o que dá sentido à minha profissão é o paciente. É o ser humano. Agora, eu não posso ser arrogante em querer impor, contrário às forças da natureza, uma ciência que eu sei que é limitada, embora ela apresente-se a todos nós como sendo a grande maravilha. Mas eu não posso desconhecer que a minha profissão científica tem 400 anos. A ciência tem 400 anos. Essa beleza, essa construção do raciocínio humano tem 400 anos, mas o conhecimento humano não tem 400 anos. E a minha profissão não tem 400 anos, a medicina existia antes disso. O que liga a minha medicina lá dos tempos remotos à minha medicina de hoje é a solidariedade, é o compartilhamento do sofrer das pessoas. Eu não posso usar a minha arte para ser fonte de sofrimento. Eu não posso pegar o meu conhecimento, por mais fulgurante que ele seja, e transformá-lo em uma arma para fazer as pessoas sofrerem. Eu não posso transformar uma UTI, que é algo intensamente desejado... Quantas pessoas já passaram em UTI e saíram vivas para a sua vida. Eu não posso transformar a UTI em um campo de luta entre eu e a morte. Entre eu e a vida. Não pode. Não há espaço ético para isso. Não há espaço humano para isso. A medicina, ela é fruto da natureza humana, e a natureza humana tem começo e tem fim. Eu não posso acelerar a morte das pessoas. O morrer, o querer morrer é absolutamente complexo. Eu costumo dizer para os meus alunos... Mostro aquele filme do Mar Adentro, que é um filme muito bonito, e dizer o seguinte: "Olha, aquele rapaz ali, em cima daquela cama, era muito menos limitado do que o Steven Hopkins". Muito menos limitado. Mas só que a vida para ele tinha uma outra percepção. A vida para ele era física, a vida para ele era a explosão das ações, dos movimentos, ao passo que, para o Steven Hopkins, a vida está dentro da cabeça dele. Dentro da cabeça dele. E ele fala com a gente mordendo um negocinho para escrever letra por letra e escreve mais do que todos nós juntos, e pensa e tal. Não é verdade? Quer dizer, então, a vida, vive cada um de nós. Nós não somos donos da vida. Infelizmente eu tive que ler... Essa Resolução está suspensa. Em um

parecer do Ministério Público, que se manifestou, diz o seguinte, tem uma pérola lá: "Quem deve definir se a pessoa deve morrer é o Ministério Público".

[risos]

Eu não quero, ninguém quer... A vida tem o seu ritmo. Quer dizer, alguém vai dar ordem para alguém morrer? Então, essa Resolução aqui... E nós queremos ajuda, que melhore, que define situações. A gente sabe. Quem é o representante legal? Como é que se resolve um conflito dessa natureza? Nós sabíamos disso, mas nós tínhamos que escrever aqui. Nós temos um representante legal, na esperança do seguinte: como existe, em algumas situações, por analogia, a definição de quem responde pelas pessoas, então alguém tem que se manifestar. Mas é que o médico não é o dono. Não é o médico que diz: "Chegou a hora de você morrer". Essa Resolução diz o seguinte: "A gente morre um dia". Todos nós vivemos, na esperança que nós vamos morrer algumas coisas lá para a frente. Mas nós vivemos de esperança. Quando nós perdemos a esperança, nós pulamos de 18 anos de idade, de um prédio de 18 andares e nos espocamos no chão. Perdermos a esperança é um negócio brutal.

Então, essa Resolução, ela não é um ato de arrogância. Ela é um ato de compaixão. Ela é um ato de humildade da profissão médica. Entendam isso aqui como uma humildade. Os médicos estão dizendo o seguinte: "Olha, nós vamos fazer tudo por você. Agora, chega um momento em que eu não posso ser fonte de sofrimento". E aquilo da Terri Schiavo, aquilo não foi ortotanásia. Aquilo foi maldade, maldade social. Aquela moça morreu de fome, morreu de sede. Isso aqui não é isso.

Se o paciente tem dificuldade de respirar por si só, vamos colocá-lo no ventilador. Ninguém vai deixar, olhando para o paciente lá, sem oxigênio, sem ventilador. Mas a gente sabe que aquele ventilador não vai reverter a situação naquela situação específica. Vai lhe dar conforto, vai lhe dar tranquilidade. Se nós vamos precisar sedar, vamos sedar, ainda que a sedação traga, em si, a possibilidade de um dano colateral. Isso aí o Papa já falou antes. Quer dizer, o duplo efeito: eu quero uma coisa, mas acontece outra, não importa. Quer dizer, a função do médico é ajudar o paciente.

Então, Sr. Senador, essa nossa Resolução é isso aqui. Essa nossa Resolução é uma declaração de bem-querer da medicina com os seus pacientes, com o ser humano.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível]

SR. EDSON OLIVEIRA ANDRADE: Pois é, nós já fizemos várias dessas. Não como... Nós somos legisladores, não... Isso é a realidade médica. Isso está acontecendo hoje. Tem médico, nesse exato instante, decidindo, com familiares, a despeito da suspensão da Resolução, porque a vida não se submete aos Juízes. A vida não se submete aos Promotores. A vida não se submete aos médicos. A não se submete aos Legisladores. A vida é o que ela é. Ela acontece, ela está aí, acontecendo. Então, a obrigação de quem se preocupa com isso é olhar a vida e dizer o seguinte: como nós podemos nos inserir na vida para torná-la melhor? Nós acreditamos que, com essa Resolução, nós procuramos tornar a vida das pessoas melhor. Até entendemos que essa Resolução não traz tranquilidade para os médicos, não. Ela impõe aos médicos uma reflexão, uma responsabilidade em uma situação de desproteção social, que, com a sua propositura, nós venhamos, talvez – com certeza, vamos conseguir isso -, a ter uma segurança institucional que não tem. Mas, se não sair a Resolução, se não sair a lei... Vai sair aqui, pelo seu esforço, pela compreensão dessa Casa, eu não tenho por que duvidar. Mas, se, por um azar, a vida continuará, e nós continuaremos do lado dos nossos pacientes, fazendo o que nós pudermos fazer por eles, da maneira como nós pudermos fazer e sempre do lado deles.

Porque essa é a história da minha profissão, esse é o legado que nós temos que passar para o futuro. É assim, meu caro Senador e colega Augusto Botelho. É isso que faz a medicina ser o que ela é. Eu queria só agradecer as palavras, todos os apoios, e me senti muito feliz de estar aqui, nesse momento, e ver que esse nosso pensamento, ele é um pensamento que, efetivamente, a sociedade queria ouvir e que nós não manifestamos. Então, o meu muito obrigado a todos e em especial ao Senador Camata, pela sua preocupação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Então, a despeito do enredo de Saramago, a vida continua. A vida continua e continua incluindo a morte. Mas, Srs. Senadores, eu acho que esta reunião, embora desfalcada da presença de Parlamentares, cumpriu a sua finalidade. Cumpriu a sua finalidade por quê? Porque está instruindo um projeto que realmente é relevante para o país, é relevante para a sociedade, sobretudo. E nós conseguimos aqui encontrar uma convergência entre a fé, a ciência e a ética. Surpreendentemente, nós conseguimos esse feito, que é marcante, porque nós sabemos que é latente um conflito especialmente entre a fé e a ciência. E aqui nós conseguimos encontrar essa convergência. Acho que as exposições feitas aqui elucidaram e muito. Nós teremos o proveito das notas taquigráficas, que serão reproduzidas e disponibilizadas para todos os integrantes desta Comissão e para os Srs. Senadores, no momento em que esse projeto

for submetido a votos, no Plenário do Senado Federal, e isso vai contribuir para afastar muitas dúvidas que, certamente, existe na cabeça de Parlamentares que ainda se movem muito pela fé, sem levar em conta que, em alguns aspectos, em alguns momentos, existe essa convergência que nós apreciamos hoje, com as brilhantes exposições feitas pelo Dr. Aristóteles, pelo Dr. Volnei, pelo Dr. Edson, pelo Dr. Paulo Silveira, que representou aqui a CNBB. E, com isso, nós poderemos instruir bem este projeto.

Eu não sei, Senador Gerson Camata, se V. Exa. terá o mesmo sucesso no momento em que propiciar, talvez, um outro evento, como esse, para tratar de um outro tema extremamente polêmico, que é da castração química, proposta para enfrentar esse grande mal, que são os atentados contra as crianças, a pedofilia, que hoje promove uma grande indignação nacional. Mas eu confesso à V. Exa. que, a despeito das dificuldades que terá para percorrer também nessa proposta, eu sou filiado a sua teoria e acho que, realmente, é um projeto que pode inibir muito essa modalidade delituosa que tem feito da CPI da Pedofilia um verdadeiro apostolado do nosso companheiro, do nosso amigo, Senador Magno Malta e**--**

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Sr. Presidente, antes de V. Exa. dar encerrado, eu queria fazer um registro aqui, pois não?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode fazer o registro.

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: É o seguinte: de tudo quanto foi discutido aqui, eu fiquei profundamente impressionado com a revelação do ilustre Presidente do Conselho Federal de Medicina de que essa Resolução do Conselho Federal de Medicina está suspensa, em face de uma decisão de um Juiz da Capital da República**--**

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não foi nem Juiz.

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Não?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Um representante do Ministério Público, não foi isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, foi por ocasião do [ininteligível].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Uma liminar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Foi rapidinho. Houve uma conjunção de interesses ideológicos muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então tem a manifestação do Ministério Público e do Juiz concordando.

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Exatamente. Isso significa, então, que, a despeito dessa Resolução partir do órgão de classe competente... E lá, na Ordem, nós discutimos muito isso. Nós estamos enfrentando problemas sérios entre a competência do Conselho Nacional de Justiça e da Ordem. Às vezes, o Conselho Nacional de Justiça se manifesta em questão que não lhe diz respeito, não está na sua área de competência.

Mas o que eu vejo é o seguinte: é que os médicos estão a descoberto a essa altura. Estão a descoberto. Quer dizer, eles estão passíveis de uma penalidade, e o Ministério Público vai se sentir ainda mais encorajado a levar adiante esta posição irredutível assumida. Então, me ocorreu aqui, agora... Eu não sei se eu estaria cometendo uma impropriedade jurídica; se eu estiver, peço aos eminentes Senadores e àqueles que estão me vendo e ouvindo que me perdoem.

O Estatuto da Ordem dos Advogados, na Lei 8.906, de 94, define muito bem quais são as obrigações do advogado, que não se circunscrevem apenas ao seu escritório e a sua atuação. Nós temos um compromisso com a sociedade. E um grande advogado, que foi Levi Carneiro, que foi o primeiro Presidente da Ordem, que foi depois Juiz da Corte de Haia, ele chamava a atenção para esse aspecto, esse compromisso que nós temos com a sociedade. Há quanto tempo essa decisão foi proferida?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Há dois anos.

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Há dois anos. Quer dizer, há dois anos, há uma expectativa em relação à prestação jurisdicional que deve haver em relação a isso, ou mantendo esta **–** com o natural respeito **–** esdrúxula decisão do Juiz aqui de Brasília, ou então reformando. Eu, por uma iniciativa própria – não estou falando em nome da entidade, que sou um dos dirigentes -, eu estou propenso a levar esta questão ao Conselho Federal da Ordem, para que a Ordem ingresse nesse processo como *amicus curiae*. Porque eu acho que nós temos condições, e já fizemos em outras oportunidades, de atuar nesse processo ao lado do Conselho Federal de Medicina e, naturalmente, subsidiada por outras autoridades, como o caso que tem aqui dois ilustres representantes nessa Mesa.

Eu não sei, talvez possa parecer até uma anormania, uma impropriedade de ordem processual. Mas, como, nesse mundo, a gente peca muito mais por omissão do que por ação, e eu não quero passar, em relação a esse episódio, por omisso. E, se a nossa contribuição pudesse concorrer para fortalecer a opinião de V. Exa. como Presidente do Conselho que preside

e, sobretudo, se isso vier a dar mais tranquilidade aos médicos, eu acho que valeria a pena fazer isso.

Porque o que eu notei aqui é que V. Exa. começou dizendo a respeito da insegurança dos médicos. Eu apenas divirjo nesse ponto: a insegurança não é dos médicos, não, a insegurança é da própria sociedade. É a sociedade que está insegura. É a sociedade que está insegura. E, como nós sempre nos julgamos o porta-voz daqueles que não tem voz, que é a sociedade, sobretudo as classes menos favorecidas, talvez a gente pudesse concorrer, ajudar, e lhe autorizo a dizer aos seus colegas de Diretoria que vou fazer essa proposta na próxima reunião de outubro, para que alguma coisa seja feita. Porque não é possível que... O Brasil é o país das liminares. As liminares se eternizam. Então, essa malsinada decisão, e com esse agravante. O que mais me chocou, Srs. Senadores, foi essa parte de dizer assim: quem deve saber, mesmo, a hora de morrer é o Ministério Público. Isso constitui um despropósito, um descalabro, não tem outro nome.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O senhor permite, só, que eu coloque um descalabro**--**

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: E não será a primeira vez que nós vamos conflitar com esse Órgão, por maior que seja o nosso respeito a ele.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Um parecer que chegou aqui, naquele episódio do nepotismo, vindo lá de cima. Dizia assim: "O Senador, sem mandato ou falecido, não poderá ter parente nomeado". Um Senador sem mandato não existe. Um Senador falecido**--** [risos]

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Como é que é?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Mas está escrito.

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Eu não entendi bem, Senador Camata. Senador o quê? Sem mandato?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Veio um parecer sobre o nepotismo.

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Ah, o nepotismo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Interpretando aquela Resolução do Supremo.

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Sei.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E nessa Resolução **–** eu até tirei uma cópia, está comigo em algum lugar **–** diz assim: "O Senador sem mandato ou falecido não poderá ter parente nomeado". Senador sem mandato, eu suponho que não exista; e Senador falecido não é Senador.

SR. ARISTÓTELES DUTRA DE ARAÚJO ATHENIENSE: Não é Senador.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sujeito nenhum morto é Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Talvez no piso superior, não é? [risos]

SR. EDSON OLIVEIRA ANDRADE: Sr. Presidente, se o senhor me permite, eu quero agradecer essa oferta, e de antemão já está aceita. Entendemos que, efetivamente, isso aí é uma questão que transcende à profissão médica. Nós estamos em Sessão Plenária no Conselho Federal de Medicina, Dr. Aristóteles, e eu vou levar esse seu oferecimento. Eu tenho certeza que será muito festejado esse auxílio.

E o que nós queremos, nós não queremos vencer ninguém. Nós não entendemos que nós estamos para ganhar, nós estamos apenas para nos manifestarmos e que a sociedade decida. Agora, convenhamos, essas questões, elas precisam ser decididas, elas não podem ficar em uma intermitência eterna. Bom, serve para romance, de novo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Nós vamos ouvir aqui o Dr. Paulo, que quer fazer uma intervenção também.

SR. PAULO SILVEIRA MARTINS LEÃO JÚNIOR: Comentava agora, aqui, há pouco, com o Dr. Volnei Garrafa sobre a questão da resolução do CFM e da insegurança da sociedade nesse tema. O que nos parece realmente muito importante é que, no âmbito do Congresso Nacional, e com o apoio, certamente, do Conselho Federal da Medicina, da Ordem dos Advogados do Brasil, das entidades acadêmicas e também com as igrejas, haja esse debate. E que haja uma transparência, uma clareza, para a sociedade. Porque aqui parece que há um consenso nosso, no sentido de não ser admissível a eutanásia, seja a ativa, seja aquela por omissão dos cuidados ordinários e meios proporcionais. Agora, há uma certa dificuldade, inclusive entre os médicos, inclusive conceitual, quanto ao que seja meio ordinário proporcional. Eu sei disso, refiro porque eu participei de um debate com a representante, ilustre professora representante do Conselho Federal de Medicina, em Petrópolis. Foi indicada pelo próprio Conselho Federal, não sei se V. Exa. lembra-se, se não me engano, no ano passado, em dezembro do ano passado, e debatemos o assunto. Me pareceu que não havia um consenso muito claro entre nós no que significava cuidados ordinários, ou seja, a necessidade de, ainda que em estado de coma, por exemplo, manter-se a hidratação e**--**

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PAULO SILVEIRA MARTINS LEÃO JÚNIOR: Pois é. Então, veja que, por V. Exa., estamos tranquilos quanto a isso. Mas isso seria importante explicitar em um texto legal. Aí que nos parece, realmente, talvez, um Projeto de Lei específico sobre o assunto, deixando claro que isso não tem nada a ver com crime, tem a ver com cuidado adequado da medicina e humano, humanizado, como V. Exa., brilhantemente, expôs em sua exposição.

Então, daí que me parece realmente um avanço, uma vez que há um consenso tão grande... É raro isso em Audiência Pública. Eu participei de algumas Audiências Públicas em relação à questão do aborto. O debate era de uma intensidade total, não é isso? Total. Mas, nesse caso, eu vejo que há um consenso muito expressivo, e eu acho que isso, como o Professor Volnei Garrafa disse, quer dizer, havendo um consenso dos representantes da sociedade, eu acho que é o momento de avançar com muita rapidez, e aqui, no Senado, inclusive, na Comissão e a partir daí. E talvez esse Projeto de Lei específico possa avançar, disciplinando, dando os contornos, os direitos do paciente terminal, e até para tranquilizar a sociedade. Não é só suprimir um tratamento, mas garantir tratamentos, dando-se o direito de não utilizar tratamentos gravosos e onerosos desproporcionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu quero aqui, antes de encerrar esta reunião... Vou passar a palavra primeiro para o Senador Botelho, depois eu passo para a V. Exa. Aliás, o Senador Augusto Botelho, que é o único médico e é Relator, e que ficou comportadinho até agora, e é o único que pode, aqui, depois que saírem os expositores, que pode nos acudir aqui, na parte científica. Não é isso, Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E como Relator também.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra, Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Sr. Presidente. É que aqui, cada vez mais, eu aprendo que a gente tem que ouvir bem, ouvir mais. Eu acho assim: do meu ponto de vista médico, também, em relação a isso, a gente não... Eu não entendo como é que um indivíduo pode suspender a hidratação e a alimentação de um paciente. Nós não podemos fazer isso, eu acho que nós... É uma coisa indiscutível, mas ele está entendendo que a gente tem que botar isso claro na lei. Então, a gente, talvez, seja... Então deveremos acrescentar.

Nós vamos fazer... Juntamente com o Gerson Camata e com um amigo dele, que tem profundo conhecimento nessa área, nós vamos elaborar um novo relatório, e eu vou apresentar aos senhores, vou mandar aos quatro o relatório, para a gente discutir antes de apresentar. Depressa. Na outra semana, já vai ter isso aí estruturado, e a gente vai... Se não houver nenhum empecilho, nenhum outro imprevisto, e vai fazer isso.

Mas esta audiência aqui foi harmônica e tudo, porque... O Edson me conhece, eu tenho fama de ser conciliador, de harmonizar e tudo. Eu acho que é o meu anjo da guarda que me ajudou, para a gente... Porque esse tema, realmente, eu peguei com convicção de querer ajudar, mas achava que ia ter algumas resistências. Mas eu já conversei com monges budistas, com várias pessoas de várias religiões, ouvi muitas pessoas para poder tentar fazer o melhor.

Eu acho que nós temos direito, inclusive era um hábito que eu tinha, aprendi com o meu pai isso, de o indivíduo escolher. Uma coisa... Ele colocou assim: "Augusto **–** o Edson não conheceu o meu pai, não, mas o pai dele deve ter conhecido, ele foi médico em Roraima muito tempo **-**, o doente tem o direito de escolher onde ele quer morrer". Lá em Roraima é bem claro esse negócio. E como que... A forma de... Se ele queria que prolongasse, desse muita...

No meu consultório, sempre quando eu tinha, já, uma ligação com o paciente, eu anotava isso no prontuário dele, o que ele queria: se ele queria morrer em casa, se queria morrer no hospital, se queria fazer isso. E ainda sou auxiliar de cirurgia.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. não perguntava, não, não é?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Perguntava.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Perguntava?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Falava com ele bem claro. Mas quando o paciente tem uma ligação... O Edson sabe. Quando a gente tem uma ligação com o paciente, pode conversar claramente sobre a morte, também, não tem, assim... Lógico que se eu achasse que o cara tinha muito pavor de morte e tudo, a gente... A gente consegue colocar. Por isso que tem que haver harmonia e tem que haver confiança. Essa nossa profissão, não pode ter desconfiança de nada, senão a gente não ajuda bem a pessoa. E, para ajudar bem, tem que haver confiança.

Então, deixa eu falar sobre... Eu vou contar um fato que aconteceu comigo sobre esse negócio de convicção e de lugar, de como é que a pessoa tem direito, de como eu sedimentei há uns 15 anos ou 20 anos atrás. Os nossos pacientes de câncer de Roraima vão lá para o hospital do Edson, agora estão ficando mais lá em Roraima, iam para lá. Quando estavam fora da possibilidade terapêutica, que não tinha mais

jeito, que queriam vir embora, aí eles... Os doentes... No Hospital de Câncer, sempre deixei bem claro com o paciente, vinham para Roraima. Quando eu cheguei... Eu dava plantão segunda-feira. Eu dei plantão até o dia que saí, por causa da Justiça Eleitoral, que eu não podia mais dar. Cheguei no plantão... Isso foi uns 15, 20 anos atrás. Eu cheguei, tinha uma paciente já em coma. Era época eleitoral. Nessa época, eu nem queria me meter em política, nem pensava em me meter em política.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, eu não tinha nada com política, eu só me meti em política agora, quando foi para brigar com esse mandato. Sempre tive posição política definida.

Aí a paciente estava já... Quando vinha de Manaus, entrou em coma no avião. Ela tinha vindo em uma quarta-feira. Segunda-feira... Ela já estava há quatro dias lá no pronto-socorro, lá, morre, não morre e tal. E comecei a conversar com a família, eu conhecia a família, aí: "Doutor, a mamãe queria tanto morrer lá em Normandia e tal, ela gostaria... Chegou aqui, ficou assim, ela vai morrer aqui, vai ser chato ela não chegar viva em Normandia". Eu disse: "Olha, fulano – eu não me lembro o nome da pessoa -, existe uma chance da gente mandar essa pessoa para lá". Ele disse: "Como?". "Como está em época política, a gente consegue um avião já, já, para mandar ela para ir morrer lá, para ir para lá. Agora, tem o risco de ela morrer no avião. Vocês querem fazer isso? Conversa com os teus parentes todos para a gente tomar a decisão". Aí falou com os parentes, quiseram levá-la para lá. Ela estava quatro dias, já, em coma, não falava mais, no pronto-socorro. Aí eu peguei, conversei, liguei, tomei as ligações e consegui o avião e mandei. Ela saiu de lá umas duas horas da tarde para ir para a Normandia. Bom, foi, passou muito tempo, ninguém me deu resposta, eu também ficava meio temeroso de perguntar se tinha morrido no avião ou se não tinha. Passaram uns dois anos, entrou uma pessoa no meu consultório para conversar. Era uma moça, era uma jovem, já, assim. Jovem, para mim, é de 25 anos, é jovem, na minha cabeça, é bem claro. Aí contou assim: "Doutor, o senhor está me conhecendo?". Eu disse: "Não". "Olha, eu sou neta daquela senhora que veio do hospital, que estava no pronto-socorro, que veio do SECOM, que ficou em coma, que o senhor conseguiu um avião para levar ela para a Normandia". Eu pensei: "Vai já me dizer que ela morreu dentro do avião", pensei assim. Aí eu disse: "E o que houve?". "Doutor, o senhor não acredita, mas ela chegou em Normandia, acordou, passou dois dias viva, conversou com todo mundo – uma cidade pequena de Normandia -, depois morreu". Eu falei assim... Por isso que eu tenho a convicção de que tem que se fazer a vontade do paciente. Se ela, talvez, ficasse lá, ela iria morrer e não teria essa oportunidade.

Isso aqui é um fato real, eu não estou inventando uma história, é um fato que aconteceu comigo, no exercício da minha profissão. E--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não tem nada a ver com aquilo e--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): [risos] É. Então, aumentou a minha convicção. Nós temos que respeitar a vontade das pessoas. São as coisas que a gente não entende da medicina e da ciência. Por isso que eu acho que esse projeto agora vai dar mais segurança. Porque nós sempre praticamos isso de respeitar a vontade dos pacientes, apesar de ter a insegurança jurídica, mas só faz isso quando a gente tem uma harmonia e uma confiança com toda a família. Nós não podemos fazer uma pessoa se...

Se um familiar não for favorável, ninguém avança nesse sentido. E também eu devo dizer que eu sou religioso e tudo, vivo e exerço o meu trabalho sempre dentro dos meus princípios cristãos. Isso eu fiz, também, com convicção, porque eu conversava. Sempre eu aprendi e cresci dentro de colégio de padre, e o hospital onde eu trabalhei e me formei era de irmandade. Então, eu acho que foi muito boa a audiência. Nós vamos aperfeiçoar o projeto. O Gerson é corajoso mesmo. Na castração química, eu já sou de oposição oposta a ele. Eu sou contra, ele sabe disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas é só para pedófilo, não é isso, Senador Gerson Camata? Só para pedófilo. [risos] Eu acho que V. Exa. tem tempo ainda de avaliar melhor e de tomar uma definição em favor de todas as crianças que são vítimas desses delinquentes que são inqualificáveis.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Diante da atrocidade.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mas pedofilia, na minha cabeça, também é uma doença, por isso é que eu não posso admitir que a gente tome uma atitude desse jeito. A pedofilia vai ser outra briga. A castração é outra briga para frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gerson.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu vou ser bem rapidinho. Eu vou dizer o seguinte: em duas horas, nós tivemos aqui um curso de pós-graduação. Eu acho que valeu o mês, talvez um ano, não é? Uma beleza de... Eu digo, dez anos. E eu quero registrar aqui, tem um professor que ele é espanhol, José Antônio Martinez, ele que me sugeriu o projeto. E ele começou a insistir em 98 comigo: "Faz o projeto, faz o projeto". Escreveu, mandou, até que eu fiz.

E eu queria que ele viesse aqui. Eu não achei esse homem. Tem tanto tempo que eu apresentei o projeto que eu procurei... Eu suponho que ele voltou para a Espanha, porque sumiu o nome dele no Brasil, no catálogo, em tudo quanto é lugar. Eu estou dizendo agora: se alguém encontrar o Professor José Antônio Martinez, eu quero trazê-lo aqui, no dia da aprovação do projeto. E dizer que foi colocado aqui, pelo Dr. Ateniense, que é uma verdade mesmo: a omissão é pior do que uma ação às vezes conturbada. Nós estamos nos omitindo há dez anos. Teve que entrar o Conselho, teve que entrar uma lei estadual inconstitucional, tudo porque nós nos omitimos. E o Professor está dizendo ali, o Professor Volnei, estamos nos omitindo com outra lei, lá, há cinco anos. Dez anos é uma vida. Há dez anos não tinha nem Internet, eram aqueles computadores pesadões. Agora mudou tudo, tem telefone celular. Tudo avançou e nós ficamos parados aqui. Então, eu acho que a gente não pode mais perder tempo na hora que a sociedade está intranquila. E muitos médicos têm me procurado: "Por que não sai? Às vezes a gente fica intranquilo". Gera uma intranquilidade para o médico, para o paciente e para todo mundo, diante dessa... E recentemente, mesmo, eu tive um amigo meu, médico, que ele pediu demissão no hospital público. E eu me encontrei com ele, eu falei: "Dr. Carlos, o que houve?". Ele falou: "Gerson, eu era Deus. Eu decidia quem devia morrer e quem não devia". Aquele pronto-socorro cheio de gente, eu falava: "Esse aqui já está com 80 anos, tira para lá, traz um de 19. Eu virei Deus, eu decidia sobre a vida das pessoas, e eu não dormia mais. Eu preferi pedir demissão".

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então V. Exa. estava usurpando os poderes do Ministério Público.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Dele. É, do Ministério Público, que deve decidir. Mas eu quero dizer, então, que eu fico muito grato, eu acho que foi uma boa oportunidade. Nós vamos, aqui, de comum acordo... Eu falei aqui com o Augusto Botelho, nós vamos encontrar uma fórmula, marchar, avançar em cima desse projeto.

E dizer ao Professor Augusto que eu estou com um outro projeto polêmico, que é o da castração química. Essa palavra é que tornou o projeto pesado, porque não é uma castração que sempre... É um tratamento que é com dopavera(sic), o nome do medicamento, dopovera(sic). Como é que é o nome do medicamento?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Depo-Provera.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Depo-Provera. É uma aplicação que se faz, que dura seis meses, hormonal. O Canadá, agora, está lá com a prova: 92% dos que se submeteram ao tratamento não reincidiram, porque o problema do pedófilo é a reincidência. Não reincidiram. A Espanha, agora, a província autônoma de Barcelona... Como é que é? Catalunha já aprovou agora. Vai ter plebiscito na Espanha e na Polônia para aprovar. O Canadá, a França, oito Estados Norte-Americanos, inclusive a Califórnia, já aprovou. E o Estado primeiro que aprovou foi o Estado da Flórida, que... Tem que ter até cuidado, que o Juiz pode autorizar até a castração cirúrgica, que não tem a ver nada com isso. Então, esse pessoal que vai muito em Orlando, cuidado lá. [risos]

Então, eu queria mudar o nome, até, falar com o Crivella e botar 'tratamento hormonal', porque esse nome... Hein?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Supressão hormonal.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Supressão hormonal. Pronto, está aí o termo técnico para tirar essa palavra castração química, que é usada em todos os países, ainda, e países democráticos, como a Itália, a França. E o indivíduo é que escolhe. Ele fala: "Eu quero", e troca anos de prisão pelo tratamento, em troco dele não reincidir. E ontem alguém me disse: "Ah, mas é cruel". Olha, o tratamento de quimioterapia é cruel, a pessoa perde cabelo, fica... Mas ela quer se curar, ela quer vencer o câncer. Agora, quando você, com essa injeção, cura um pedófilo, talvez você salvou não só a vida de um indivíduo, de vários, de muitos. Hã?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Cruel é o delito.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pois é, o delito é mais cruel. Não tem nada a ver aqui, mas, diante da... Eu vou convencer... E vou pedir ao Dr. Edson, que, na qualidade de Presidente do Conselho Federal de Medicina, o convença também. Vamos mudar o nome, vamos tirar esse nome de castração química.

Mas olha, agradecer, foi muito bom. Eu acho que nós podemos avançar agora, Sr. Presidente, já colocando com as emendas na pauta, talvez, da próxima

sessão da Comissão. Passa por aqui, jogamos para o Plenário ou jogamos direto para a Câmara, através do terminativo, fazendo com isso. Enquanto isso, elaboramos a outra lei, que seria o Estatuto do Doente, lá no hospital, o Estatuto do Paciente, de modo que definiria mais especificamente todos os parâmetros, com a bioética funcionando dentro da... E o direito e a medicina, fazer com que isso avance.

Esse projeto, Sr. Presidente, tem tanto tempo que, quando eu apresentei, eu era um jovem Senador de 56 anos. Hoje, eu estou legislando em causa própria, que eu já estou com 66. [risos] Muito obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Mas o Senador**--**

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu queria só fazer uma observação, porque, quando o Senador Gerson procurou o Martinez pela TV, eu lembrei que as pessoas estão vendo essa sessão aqui. Para deixar bem claro para as pessoas que nós não estamos decidindo aqui sobre a vida de ninguém, nenhuma pessoa tem poder para eliminar uma vida.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Não. Não tem nada a ver.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós estamos discutindo pessoas que estão em fase terminal de doença, que não têm mais jeito, que têm uma doença incurável, tomar uma decisão em conjunto com a família para desligar os aparelhos que mantém aquela vida artificialmente, que só fazem prolongar aquele sofrimento. Então, nós não estamos decidindo sobre aquela história de eutanásia, aqui é outra coisa diferente: é ortotanásia. Então, nós devemos deixar isso bem claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. faz questão de prestar esse esclarecimento até por razões eleitorais, não é, Senador? De repente, nós estamos aí, perto de uma eleição...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não. Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aí começa a falar em eutanásia...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Aqui eu estou falando em questões filosóficas. [risos] Questões filosóficas, princípios religiosos. O pessoal que me conhece em Roraima sabe que eu não posso fazer... Como, por exemplo, eu sou contra essa do Gerson Camata porque eu vou obrigar uma pessoa a ser submetida a um tratamento que ela não quer fazer. A não ser que ele queira.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Não, que ele queira.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Augusto, eu até divirjo um pouco do Senador Gerson Camata. Eu acho que até essa propaganda que se faz sobre castração química é um negócio pesado, mas isso... Se V. Exa. observar, por exemplo, do outro lado, do lado do propaganda, isso vai ser um sucesso. Por quê? Porque o pedófilo, quando se sentir ameaçado de uma castração química ou outro tipo de castração, é claro que ele vai recuar um pouco dessa fúria que ele tem no interior. E, na verdade, essa castração que V. Exa. propõe mantém a integridade física, mas inibe a virilidade animal. Com isso, já é uma grande prestação serviço que faz a toda a sociedade brasileira.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): V. Exa. me permite só o seguinte. Tem um filme que a Polícia Federal captou da Internet, dura uns 17 minutos. Foram me mostrar o filme. Com três minutos, eu vomitei, e, se eu passasse esse filme na Comissão de Justiça, no dia da votação, eu tenho certeza que seria por unanimidade.

SR. EDSON OLIVEIRA ANDRADE: Sr. Presidente, essa situação... Eu não vou me furtar, aqui, a relatar uma situação. Nós, ao arrepio da previsão explícita da lei, nós criamos a figura da interdição profissional. Não existe. Existe o entendimento: se o Conselho pode cassar, nós podemos interditar. Nós criamos isso. Nós criamos isso, motivados por uma situação absurdamente de sofrimento.

O senhor relatou uma situação. Se trata de um colega nosso, hoje cassado, muito respeitado do ponto de vista da sua inserção profissional, que molestou diversos pacientes seus jovens, um pedófilo. Até hoje nós achamos, discutindo aquele caso, que eu acho que ele quis se entregar, porque as filmagens que ele fez, ele jogou no lixo. Tudo leva a crer que ele não aguentou o próprio sofrimento e ele arrumou um jeito de alguém pegar ele, já que ele não podia fazer. Era algo brutal.

Eu fui, junto com a então Presidente do Conselho Regional, à Justiça Federal, na Avenida Paulista, e fui recebido por uma Juíza, acho que estava no sétimo mês de gestação. O senhor, vendo aquele filme, ou o senhor chorava ou dava uma vontade, se um pai visse aquilo, de fazer um ato tresloucado. Vomitar era uma coisa bastante natural, e eu levei os filmes, e nós interditamos. E para que não viesse alguém dizer: "Olha, não havia previsão legal", nós fizemos o seguinte: "Nós vamos dizer para a Justiça Federal que nós interditamos, e para que a Justiça Federal, em uma ação declaratória, diga se nós estamos certos". E eu cheguei lá, e eu com um nome de filmes, eu vi ela gestante, eu não sabia que ela estava gestante,

eu disse: "Olha, a senhora faz o seguinte: está aqui a nossa ação, agora a senhora está... Uma orientação médica: a senhora não veja esses filmes. A senhora peça para que colegas seus aqui vejam o filme pela senhora. Não veja, porque isso aqui é muito pesado. Isso é muito triste. A senhora não está em condições, a senhora não vai passar bem". E ela atendeu o que eu fiz. Ela reuniu... Fecharam o Fórum em uma tarde, fecharam, ela reuniu uma quantidade grande de Juízes e Promotores que trabalhavam lá no Fórum, Procuradores, e eles disseram, frente àquela situação, que o Conselho podia interditar o exercício profissional em caráter liminar. E nós fizemos uma Resolução depois, que tomamos bastante cuidado, isso é uma excepcionalidade, mas essas situações elas existem. Elas são terríveis. A natureza humana dessas pessoas não é igual e não é diferente da nossa natureza. O bem e o mal está dentro de todos nós. Às vezes, são questões de caráter, de formação. Às vezes, são questões que as pessoas não têm domínio, que nós... Até nós, médicos, a medicina não sabe muito bem. Então, eu acho que, para situações graves, problemas graves, as soluções têm que ser graves, sim. Pensadas, raciocinadas, meditadas, mas não existe chá de hortelã para curar câncer de pulmão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Antes de encerrar essa sessão, eu gostaria de justificar a ausência do Presidente desta Comissão, Demóstenes Torres, que pediu-me que o representasse neste evento. Ele teve que atender a um compromisso que não estava previsto anteriormente, e por isso ele ausentou-se. Mas, de qualquer forma, eu agradeço aqui a todos os participantes: Dr. Volnei, que é professor de bioética da Universidade Federal de Brasília; Dr. Paulo Silveira, que é representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil; meu colega Aristóteles Dutra, que representa a OAB, é um dos dirigentes da nossa entidade *mater*; Dr. Edson, que é Presidente do Conselho Federal de Medicina.

E quero dizer aqui ao Dr. Edson e ao Dr. Volnei e aos demais participantes também, o representante da CNBB, que o *link* entre as entidades representantes da sociedade civil e o Congresso Nacional sempre pode trazer uma contribuição para a própria sociedade, porque, no momento em que a entidade sente a necessidade de uma determinada legislação, de um ordenamento que precisa para remover obstáculos, aqui é a Casa. É a Casa da Federação, é a Casa da Sociedade.

E, portanto, basta dar o sinal, como foi dado para o Senador Gerson Camata, que nós estaremos apostos para preparar aquilo que se faz necessário. Existe, ainda, muita indecisão nesse campo. Nós tivemos o grato prazer de acompanhar, ainda, alguns meses atrás, uma sessão que demorou praticamente o dia todo, do Supremo Tribunal Federal, para discutir células-tronco. Porque, na verdade, o legislador ou o julgador precisa, sim, ter um *link* com a ciência.

É fundamental que o ordenamento jurídico reflita as demandas que a ciência enfrenta para administrar suas as suas dificuldades, os seus problemas. Então, esta Casa está à sua disposição, especialmente a Comissão de Constituição e Justiça, por onde passam praticamente todos os projetos, a fim de estudar, a fim de contribuir. Hoje, o senhor trouxe deficiências, apontou deficiências do nosso ordenamento jurídico, o Dr. Volnei também o fez, e de sorte que, na cabeça do Senador Botelho, do Senador Gerson Camata, na minha cabeça, e nos autos desta reunião constam o registro de que existe muita coisa por fazer e, com certeza, nós vamos correr atrás daquilo que ainda falta fazer.

Muito obrigado. E não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada esta Reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Sessão encerrada às 12h14.

Ata da 37ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 34ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e 29ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 22 de setembro de 2009, quarta-feira, às 9 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Valter Pereira, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Sérgio Guerra, Romeu Tuma, Osvaldo Sobrinho, Renato Casagrande, Inácio Arruda, César Borges, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Gim Argello e Flávio Torres reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aloizio Mercadante, Expedito Júnior, Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Jayme Campos, Marco Maciel, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Osmar Dias e as Senhoras Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Kátia Abreu e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta

a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 2007 – TERMINATIVO NA CMA– "Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves." Autoria: Senadora KÁTIA ABREU. Relatoria na CCT: Senador GILBERTO GOELLNER Obs.: Audiência Pública aprovada conforme Requerimentos nºs 24 e 37 de 2009–CRA, de autoria do Senador Gilberto Goellner e Senadora Kátia Abreu; Requerimento nº 17 de 2009-CCT, de autoria do Senador Gilberto Goellner; Requerimento nº 49 de 2009-CMA, de autoria do Senador Gilberto Goellner; e Requerimento nº 72 de 2009-CCJ, de autoria do Senador Jayme Campos e Antônio Carlos Júnior. CONVIDADOS: FLÁVIO VIEIRA MEIRELLES, Doutor em Genética, Professor da USP e membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNbio; RODOLFO RUMPF, Doutor em Veterinária, Pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNbio; BERONETE BARROS DE FREITAS ARAUJO, Chefe da Divisão de Fiscalização de Material Genético Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; CARLOS CRISTO, Secretário Interino de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; COSETTE BARRABAS XAVIER DA SILVA, Diretora Substituta da Diretoria de Biodiversidade e Florestas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. A Presidência declara encerrada a Reunião às dez horas e quarenta e três minutos; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Valter Pereira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em exercício.

37ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Conjunta com a 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Conjunta com a 34ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Conjunta Com a 30ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada no Dia 22 de Setembro de 2009, Às 09 Horas e 40 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 34ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a 30ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e 37ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores dessas Comissões já nominadas e, que havendo consenso, é tida como aprovada.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta dessas Comissões, que cumprem com a resolução proclamada pelos Requerimentos n° 24 e 37/2009 da CRA, de autoria do Senador Gilberto Goellner e Senadora Kátia Abreu, aprovadas em 09 de junho deste ano e 1° de setembro, respectivamente. Requerimento n° 17/2009 da CCT, de autoria do Senador Gilberto Goellner, aprovado em 27 de maio, com aditamento dos Senadores Gilberto Goellner e Cícero Lucena, aprovado em 09 de setembro. Requerimento n° 49 da CNA, de autoria do Senador Gilberto Goellner. O Senador Gilberto Goellner participa de todas as reuniões, não é? Com aditamento do Senador Renato Casagrande, aprovado em 25/08. E Requerimento n° 72 da CCJ, de autoria do Senador Jayme Campos e Antonio Carlos Júnior, aprovado em 26/08, com a finalidade de instruir o PLS 73/2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, e que contará com a participação dos seguintes convidados: Dr. Flávio Meirelles, doutor em genética, professor da USP e membro da Comissão Técnica Nacional da Biossegurança, CTNBio, a quem eu convido para participar da Mesa dos trabalhos. Está aqui o Dr. Flávio? Seguinte: Dr. Rodolfo Rumpf, doutor em veterinária, pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNBio, também convido para participar da Mesa. A Sra. Beronete Barros de Freitas Araújo, chefe da divisão de fiscalização de material genético animal da Secretária de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento, MAPA, a quem também convido para participar da Mesa. O Sr. Carlos Cristo, secretário interino de tecnologia industrial do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. E, finalmente, o Sr. José Humberto Chaves, diretor de biodiversidade e florestas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, o IBAMA.

Nós agradecemos a participação de todos os convidados que aqui vão fazer a sua exposição, e, como são cinco os convidados, nós vamos abrir um prazo de dez minutos para cada um fazer a sua exposição, e, findo o qual, nós vamos passar para a segunda fase, que é a participação dos Srs. Parlamentares, que tam-

bém terão um prazo exíguo, nós vamos fixar em cinco minutos para que possamos ter agilidade na reunião, e depois, finalmente, retomamos a palavra para eventuais esclarecimentos que possam ser prestados pelos expositores.

Não pode comparecer a esta reunião o Sr. José Humberto Chaves, diretor da biodiversidade e floresta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais, o IBAMA, e em lugar dele e para prestigiar a mulher, que agora são duas em nossa Mesa, veio a Sra. Barrabas Xavier da Silva, que já está sentada à nossa Mesa, para que ela represente o IBAMA. Então nós vamos passar a palavra para o Dr. Flávio Meirelles.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de me pronunciar inicialmente, como autor do requerimento, porque eu também vou me ausentar rapidamente da Comissão, e, como a autora do Projeto de Lei que regulamenta as atividades de pesquisa, produção e comercialização e importação de clones de mamíferos e animais em geral, aquáticos, também, não está presente, que é a Senadora Kátia Abreu, gostaria de fazer um rápido relato de introdução, se me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou, Senador Gilberto, eu vou fazer um negócio, tomar uma providência, vou pedir para a assessoria comprar uma piola e nós vamos amarrar a perna de autor que queira se ausentar no decorrer da reunião, só assim nós vamos manter...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Autor de...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Autor de Requerimento de Audiência Pública. Então, a partir da próxima sessão, nós vamos ter uma piola aqui para amarrar o parlamentar.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas eu volto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mesmo que seja do Mato Grosso, onde os parlamentares são bastante astutos e assíduos também. Com a palavra V. Exa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de parabenizar a todos que aceitaram o convite para integrar essa Audiência Pública, que vai nos permitir, como relator desse projeto, um relatório mais aprimorado, após ouvir todos os órgãos envolvidos, porque nós temos aqui membros renomados da atividade, como o Dr. Flávio Meirelles, que é doutor em genética e membro da CTNBio; o Dr. Rodolfo Rumpf, que é doutor também em veterinária, pesquisador da EMBRAPA, também membro da CTNBio, representante do MAPA, do MDI e do IBAMA. Então eu vejo que a atividade de clonagem de animais já é permitida no país, pela Lei 11.105, de 2005. O que nós precisamos agora, e que é o objetivo do projeto da Senadora Kátia Abreu, que e o Projeto n° 73/2007 – veja só o tempo que estamos perdendo, já poderíamos ter avançado – é a regulamentação para o aprimoramento dessa atividade de engenharia genética, que tanto contribui para a... Que tanto poderá contribuir ainda mais para o desenvolvimento da atividade comercial de importação, de produção e também na pesquisa cientifica, principalmente na medicina e no desenvolvimento desse setor. Então eu vejo que nós vamos ter aqui um amparo muito grande para viabilizar esse nosso relatório, cujo parecer já se encontra delineado já com sugestões que vieram de órgãos como o MDIC, Ministério de Industriais e Comércio, e também do MAPA e da EMBRAPA. Então nós já temos contribuições positivas, todos se manifestando favoravelmente a essa regulamentação dessa atividade. Então... Mas queremos também ficar atentos aqui, a nossa assessoria vai estar aqui, e precisamos... Eu volto logo em seguida, vou me ausentar pouco tempo, mas volto porque vejo que vai ser de suma importância a gente ouvir claramente de cada um a sua contribuição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradeço a fala de V. Exa. e passo a palavra ao Dr. Flávio Vieira Meirelles, para que ele faça a sua exposição.

SR. FLÁVIO VIEIRA MEIRELLES: Obrigado a V. Exa. Eu queria agradecer a oportunidade e o convite e a lembrança do meu nome para vir contribuir para organização dessa proposta. Eu trouxe um auxílio audiovisual para poder colaborar um pouquinho com a apresentação. E minha ideia, nesse momento, era justificar um pouco a clonagem, explicar um pouco o estado da arte da tecnologia no Brasil e colocar algumas possibilidades da qual nós enxergamos para a clonagem, do ponto de vista de aplicação, que possam ser favoráveis ou discutíveis no âmbito desta Comissão.

Então se vocês puderem passar o primeiro *slide*. Para contextualizar um pouquinho a ideia a clonagem... Próximo. O *agribusiness* brasileiro, eu acho que isso a gente não precisa parar muito, tem 33% do Produto Interno Bruto, 37% do emprego, 42% do total de exportação. Próximo. A carne, especificamente dentro do *agribusiness,* é responsável por uma fatia muito importante e vem crescendo nos últimos anos. No último ano, na ordem de 5,6%, de 2006 para 2007. E ela, do ponto de vista de exportação no país, é responsável

por uma fatia de aproximadamente 24,5% de toda a exportação nacional.

Próximo *slide*. Aqui está um ponto mostrando do ponto de vista de produção de carne, o Brasil como segundo maior rebanho mundial, perdendo só para a Índia que, no entanto, não tem o rebanho claramente comercial. Próximo. E aqui, do ponto de vista de produção de carne, embora o Brasil seja o segundo e os Estados Unidos o quarto maior rebanho, os Estados Unidos é o que produz mais carne no mundo.

Próximo. Obviamente a carne dos Estados Unidos tem um balanço negativo, ou seja, ele produz o suficiente para o próprio consumo. Já o Brasil tem um excedente de carne suficiente para colocá-lo em primeiro lugar nas exportações, praticamente duas vezes acima do segundo colocado, que é a Austrália até em 2008.

Próximo. De toda a carne nacional, 75% é consumida no Brasil, 25% é exportada, sendo 79% *in natura* e 21% processada para uma série de países.

Próximo. E, finalmente, ainda existe uma grande demanda desse produto de proteína animal para vários continentes, e em especial aquele marcado em amarelo, que é a América Latina onde nós nos localizamos.

Próximo. E a tecnologia, o que é que ela vem contribuindo nos últimos anos, à medida que a gente observa? É que ela tem economizado uma grande quantidade da terra agricultável utilizado para pecuária e que tem servido para conservar as nossas terras ou as nossas florestas e as áreas que nós precisamos manter. Então se a gente olhar nesse gráfico aquela linha vermelha é a área usada atualmente e a linha azul seria a área que nós precisaríamos estar usando, se não houvesse o desenvolvimento tecnológico do ponto de vista da agropecuária.

Próximo. Do ponto de vista da bovinocultura especificamente, que é onde nós vamos tomar mais tempo, existe uma grande evolução do ponto de vista de biotecnologias envolvendo a genética – e aí um exemplo desse *slide* é o crescimento da utilização da inseminação artificial nos últimos 20 anos.

Próximo. Ele cresce tanto em rebanho de leite quanto em rebanho de corte e, ultimamente, com algumas tecnologias, como a inseminação artificial em tempo fixo, vem tendo incremento ainda maior, e nós esperamos para os próximos anos um número só de inseminação artificial em tempo fixo de aproximadamente 12 milhões de animais. Próximo. Resultando em um rebanho como esse da foto, com os animais nascidos na mesma época e vindos de sêmens de animais selecionados.

Próximo. Do ponto de vista da fêmea... Nós falamos do macho. Do ponto de vista da fêmea, o Brasil tem demonstrado um crescimento absurdo, gigantesco da utilização de produção de embriões, né? Nesse gráfico, nessa tabela, na verdade, nós podemos olhar o número de embriões produzidos por fecundação *in vitro*, ou aquele gene que a gente chama de "bebê de proveta", que partiu de 12 mil, em 2000, e, hoje, está em 196.633, um crescimento de 1.561%. Então, o Brasil está no estado da arte da tecnologia de produção de embriões a partir... Ou de aproveitamento das fêmeas.

Próximo. Mais importante do que isso, o Brasil é o país que mais produz embriões fertilizados *in vitro* no mundo. Até 2008, 50% das gestações de embriões, produzidos no mundo pela tecnologia de fecundação *in vitro,* eram produzidos no Brasil, e, atualmente, existem no Brasil 35 empresas – sem contar as filiais – desenvolvendo a fecundação *in vitro* em bovinos, gerando mais de mil empregos diretos no setor.

Próximo. Bom... Com toda essa tecnologia, o que a gente espera é o incremento da produtividade e é uma coisa que nós viemos observando nos últimos anos, né? Com o incremento de 1,1 quilograma por ano, por hectare. Isso é um incremento relativamente alto e é responsabilidade tanto das tecnologias de genética quanto de manejo.

Próximo. Muito bem. Então, a partir desse preâmbulo, nós temos agora a pergunta: e a clonagem animal, o que é que ela vai contribuir, o que ela pode contribuir nesse sentido, né? E aí, a Audiência Pública para contribuir no Projeto de Lei.

Próximo. A transferência de nucleares de células somáticas, ou a clonagem, como a gente chama, ela tem um histórico, ela tem uma metodologia – que eu vou passar bastante brevemente – tem alguns problemas, tem possibilidades e tem a necessidade de regulamentação.

Próximo. Então, do ponto de vista de consideração técnica, o Dr. Rodolfo vai fazer isso com muito mais propriedade do que eu, mas esse é um oócito, né, um óvulo, que, normalmente, a gente ouve, a célula... o gameta feminino. Ele é capaz de reprogramar uma série de células, inclusive o gameta masculino, que é uma célula altamente diferenciada. Então a função desse gameta é disdiferenciar(F), essa e a função biológica dele. Essa imagem que nós estamos vendo são algumas células de fibroblas(F), são células de peles que podem ser obtidas a partir de uma pequena biópsia de pele de um determinado animal. E junto, né, juntando essas duas, sem uma necessidade muito grande de expertise, até uma criança pode fazer, nós, utilizando esse equipamento, que é o micro manipulador, nós podemos fazer exatamente o que está aí nessa tabela. No quadro A, esse oócito está tendo o

material dele retirado, que continua no quadro B. Então, a gente vê aquela porção que está entrando para dentro da agulha ali, essa é a porção do citoplasma que está sendo retirado. No quadro C, nós estamos introduzindo uma célula no local dela. No quadro D, esse embrião está pronto para levar um choque, e esse choque é o que faz fundir as duas membranas entre a célula e os oócitos.

Essa fusão resulta em um embrião – como esse que nós estamos vendo do quadro direito, no alto – que rapidamente eclode esse embrião aqui... Rapidamente eclode, porque ele já tem um buraco na zona pelúcida, que é como a casca do ovo, e resulta nesse embrião aqui, de boa qualidade, como a gente está vendo nesse sentido. [soa a campainha]

Próximo. Esse embrião resulta em animais, eventualmente nascidos, que são os clones.

Próximo. Do ponto de vista de contribuição genética, então, nós temos o doador de núcleo, que é a célula; o doador do citoplasma, que é o oócito, que contribui com alguma fração de genética e a receptora, que é aquela que contribui com o ambiente.

Próximo. Esses primeiros clones, no caso a Dolly, especificamente, ela foi produzida a partir de clonagem, que foi o que chamou mais atenção. Mas, antes disso, houve outros clones, produzidos a partir da célula embrionária, e, nesse caso específico, se destaca um brasileiro, que, embora tenha esse nome de "Smith(F)", foi quem desenvolveu a primeira clonagem a partir dessa célula, já num estado mais avançado de diferenciação, embora ainda embrionária.

Próximo. Há uma série de laboratórios no Brasil, hoje, fazendo essa tecnologia. E agora, se você puder ir tocando devagarzinho, olha, nós temos laboratórios em Jaboticabal, em São Paulo, Brasília, Pirassununga, onde nós nos localizamos, no Belém do Pará, no Rio Grande do Sul, em Belo Horizonte, e vários outros laboratórios... Em Botucatu, no Rio de Janeiro, também no norte do Rio de Janeiro, em Santa Catarina, no Nordeste, agora, também. De novo, Belo Horizonte. Ou seja, existe um grande número de laboratórios aptos e realizando a tecnologia de transferência de núcleo no Brasil, que resulta numa estimativa de aproximadamente 100 clones produzidos no Brasil, vivos atualmente. A maioria desses laboratórios derivaram, assim como eu o e Prof. Rodolfo, de um laboratório do Prof. Smith(F), aquele brasileiro que trabalhou na Escócia, antes da Dolly, que, hoje, está sediado em Montreal. Mas esses laboratórios ainda estão se instalando com colaboração na Colômbia, na Argentina... Próximo. Argentina de novo, Chile e Colômbia outro laboratório. Então, são dois laboratórios na Argentina e um no Chile, que nós temos conhecimento que já estão realizando a metodologia de clonagem. Ainda existe mais um, dois, três laboratórios no Brasil que também deram início à produção de clones.

Próximo. No ponto de vista de produção e de proteção da tecnologia, existem várias patentes de clonagem no mundo. Existe um no nosso conhecimento, que foi desenvolvid a pela Universidade Montreal, por brasileiros, mas foi patenteada pela Universidade. Existe outro processo que já foi encaminhado e que está aguardando, portanto, deliberação, na Universidade de São Paulo, de minha autoria e da equipe. E esses trabalhos, então, levaram a uma possibilidade de aplicação comercial da clonagem. Essa aplicação comercial teve início no nosso grupo junto com a empresa que fazia fecundação *in vitro,* que é a Vitrogen, e aqui estão alguns resultados como essa vaca, por exemplo, que foi clonada. Esse animal hoje tem aproximadamente três anos da idade.

Próximo. Essa outra vaca, que também foi clonada, tiveram dois produtos, um deles foi vendido num leilão por 1 milhão de reais, também um animal que já foi clonado e hoje tem quatro anos, aproximadamente. E esse aqui, um touro, muito importante, no Brasil, que foi clonado, foram produzidos três cópias dele, e essa aqui era a imagem dele há um ano e meio atrás. Então, quer dizer, esses animais já foram produzidos, já estão em idade adulta e já estão servindo do ponto de vista reprodutivo.

Próximo. E aqui é uma série de outros animais e a foto daquele colaborador, o brasileiro que vive no Canadá, o [ininteligível], e que, hoje, está trabalhando conosco em Pirassununga, num estágio sabático durante... Professor colaborador.

Próximo. Na nossa equipe, já foram produzidos 66 bezerros a partir de 19 doadores. Bom... Não é só a parte positiva, há também problemas na clonagem. O problema é esse: o desenvolvimento dos animais, e o parto não acontece de maneira tão natural e tão simples como acontece em vacas de monta natural, ou inseminação artificial, ou mesmo a fecundação *in vitro.*

Próximo. Alguns animais nascem de tamanhos bastante variáveis, e uma síndrome que a gente chama de uma síndrome similar à síndrome do bebê de mãe diabética. Então, muitas vezes, o bezerro nasce num determinado tamanho maior e apresenta algumas alterações da adaptação, no momento do nascimento.

Próximo. Então, aqui está um exemplo, né? Dois clones. Embora a gente imagine que eles são geneticamente iguais, nem sempre eles estão idênticos. Óbvio, esse aqui é um pouquinho mais velho, já está trocando de pele, mas a diferença de tamanho é relativamente clara.

Próximo. O que nós temos desenvolvido bastante é uma equipe que trabalha no sentido de fazer a obstetrícia e neonatologia, e, com isso, nós temos melhorado bastante as nossas taxas de nascimento. Essa obstetrícia, então, é um ponto que eu gosto de frisar, que, hoje, nós somos convidados para palestrar num Congresso Internacional de Biotecnologia ou de tecnologia de embriões.

Próximo. Bom... E aí, para que clonar? Existem efeitos nucleares que estão ligados ao envelhecimento? Esses animais vão envelhecer? Estudos mostrando em bovino, no grupo do Allan Kean(F), no Canadá, tiveram uma boa visão desses dados, e o que acontece é que aquela região telomérica, que inicialmente foi descrita pela Dolly, indicando uma diminuição do telômero, não acontece nos animais clonados, e, na verdade... No caso dos bovinos, na verdade, os bovinos têm um telômero mais longo, o que não quer dizer também que eles vão sobreviver mais, porque, via de regra, os animais não morrem por causa de células que replicam, e, sim, por causa de células que não replicam.

Próximo. Essa é a mesma coisa, mostrando o mesmo tamanho da região telômérica dos controles e dos clones. E o ponto final que eu queria chegar é justamente esse. Quer dizer, quando nós estamos trabalhando em reprodução, nós temos um ganho genético aditivo; quando nós estamos trabalhando em clonagem, a gente passa a trabalhar em linhagem. É uma coisa que os suínos já foram capazes de fazer a algum tempo. E, no caso de bovinos, nós ainda não fomos capazes, por causa do intervalo de geração e o número pequeno de descendentes das fêmeas. O fato de trabalhar em clonagem não permite um melhoramento genético, que é uma crítica que a gente recebe muito, quando fala de clonagem; por outro lado, permite um ganho genético, e é isso que eu vou tentar mostrar.

Próximo. Aqui está um exemplo de duas populações: nelore. Essa aqui é uma população real. E essa outra aqui é uma população simulada, a partir de Monte Carlo, mostrando que, se nós selecionarmos uma população que está nessa posição, na curva Gauss, e clonarmos ela, nós vamos ter, nesses 550 dias, um ganho de aproximadamente 200 quilos por cabeça em média. É um peso vivo, é um ganho muito considerável, e, para a gente fazer isso com melhoramento genético, clássico, sem uma utilização dessa, precisaria de bastante tempo. Se a gente usar um população F1, a mesma coisa: 200 quilos por cabeça em média. No entanto, isso acontece em 390 dias, uma condição muito similar que aconteceu com o frango.

Próximo. E isso, então, óbvio, hoje, não está disponível para aplicação, inclusive por causa do custo e porque não existe ainda uma metodologia que permita produzir clones em larga escala. Mas nós acreditamos que ela vai existir e, talvez, inclusive, não seja a partir de clonagem com a tecnologia de transferência de núcleo, como eu mostrei para vocês, e, sim, utilizando células-tronco ou outras metodologias que estão sendo criadas. Mas isso permitiria produzir vacas como essa aqui, que é uma vaca Girolanda, adaptada para o nosso país, que resiste a carrapato, resiste à temperatura, e, no entanto, produziu 72 quilos em uma ordenha. Quer dizer, ela tem a vantagem da produtividade e tem a vantagem da resistência, isso é alguma coisa que a gente precisa para o nosso país.

Próximo. Um número grande de cópias desse animal seria uma solução que poderia vir a contribuir para a produção, já que ela, quando ela vai reproduzir, o mérito genético dela é perdido, porque essa vantagem genética que ela tem é "não aditiva" e, portanto, não dá para ser passada para a família, porque ela é um F1, ela é um indivíduo cruzado.

Próximo. Muito bem... Para praticamente finalizar, as avaliações estrangeiras em relação à clonagem. O USDA aprova o consumo de produtos de origem de animais clonados. Canadá, o relatório foi favorável à aprovação, baseado nos estudos do Dr. Willian Allan Kean(F). Na Nova Zelândia, aprova o consumo de animais clonados. Argentina não há a menor regulamentação, os animais existem, assim como está acontecendo no Brasil.

Próximo. Finalmente, para concluir, animais clonados não oferecem risco à saúde e tampouco à pecuária, como foi demonstrado pela USDA. A clonagem animal é uma realidade no país, que vive [soa campainha] o estado da arte da tecnologia. Há, no Brasil, mais de uma centena de animais clonados, milhares de descendentes... E esse é um ponto, né? Existem várias empresas do exterior que estão exportando sêmen de touros clonados e que já vieram para o Brasil e que já cobriram, ou já foram inseminados em várias vacas, principalmente da raça holandesa.

A clonagem animal pode ser uma ferramenta importante para o futuro.

Eu me coloco à disposição para qualquer eventual consulta ou contribuição que vocês acharem necessário.

Próximo. Há também a equipe que vem trabalhando nessa área e agradeço, aproveito para agradecer as duas empresas que vêm contribuindo com o estudo da clonagem, a FAPESP e o CNPq, e a Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da USP, onde eu estou alocado.

Próximo. O último. E esse... Encerrou [soa campainha].

Muito bem. O último *slide* teria o meu *e-mail*, mas eu posso passar individualmente para quem tiver interesse. É justamente esse... Então, esse é o *campus* de Pirassununga. Estaremos honrados com a visita dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós vamos ouvir agora... Ouvimos a extrema esquerda. Agora, nós vamos ouvir a extrema direita, a D. Cosette Barrabas, que representa o IBAMA. Ela tem dez minutos para fazer a sua exposição.

SRA. COSETTE BARRABAS XAVIER DA SILVA Bom-dia a todos. O IBAMA agradece a participação da Mesa. A gente gostaria de fazer um breve relato sobre a proposta, com relação, principalmente, à fauna silvestre. Atualmente, todas as atividades voltadas a manejo de animais silvestres, eles são regulamentados e precisam de licenciamento ambiental do órgão competente. O IBAMA já tem procedimentos de concessão de registro para manutenção, criação comercial da fauna silvestre, aí envolve mamíferos, répteis, anfíbios e peixes, e a gente... Toda essa questão do registro, procedimento, o IBAMA já tem.

A gente avalia que, atualmente, o importante para a nossa fauna nativa é a gente manter a nossa variabilidade genética, e a gente entende que inicialmente não existe uma necessidade da clonagem, e, sim, o desenvolvimento de tecnologias para que a gente aprenda a manter essa fauna em cativeiro.

Nós temos espécies hoje, no Brasil, que a gente não consegue fazer a manutenção dela em cativeiro. Por mais que a gente consiga retirá-lo da natureza, essa manutenção é temporária, e, quanto à reprodução, ela se torna bastante difícil porque também a gente tem que levar em consideração os fatores de manutenção da fauna em cativeiro quanto à ambientação. Então, o ponto principal hoje para a fauna silvestre é: como nós vamos manter a nossa fauna em cativeiro? Para que nós vamos manter? E aonde nós vamos chegar com isso?

Existe um mercado bastante grande quanto à manutenção de cativeiro, principalmente como os animais de estimação, e volta, aí, principalmente, o mercado de aves, de pequenas aves.

A tecnologia de reprodução para muitas espécies está bastante avançada e já tirou da lista de... Tiro algumas espécies de risco de... Ameaçadas da extinção, pelo fato de ter desenvolvido essa tecnologia em cativeiro.

A gente entende também que a clonagem da fauna silvestre a gente precisa de maiores discussões, para ver tanto quanto ao uso, para definir bem quais são essas categorias de uso que está se tendo, não só para alimentação, mas como manutenção em cativeiro, para fins científicos de pesquisa, como também para a questão da conservação, se essa tecnologia é importante para a manutenção ou para proteção de espécies ameaçadas.

Outro ponto que a gente relata, e é bastante importante, é quanto à soltura ou escape desses animais, quando se trata de fauna silvestre. A gente participa da Convenção da Biodiversidade, onde a gente tem a missão de erradicar espécies invasoras ou exóticas, e, com a clonagem dessas espécies, a gente não sabe qual é o potencial que vai ser melhorado e qual é o impacto que essa espécie pode causar no meio ambiente. Então, isso é uma preocupação que a gente tem de como vai ser isso, como vai ser o controle, para evitar que novas espécies sejam introduzidas no meio ambiente e a gente não consiga controlá-las, e causem mais danos tanto à área econômica, principalmente agricultura, pecuária, e a área energética, e aí a gente pode citar exemplos como javali, que ocorre... Foi introduzido principalmente na região Sul do país, que dá muito problema com a pecuária e com a agricultura, e com o mexilhão dourado que a gente tem problema com todas as hidrelétricas, que eles ficam nas turbinas. Então, para evitar esse tipo de problema, a gente não é favorável à introdução desses animais, porque a gente realmente não sabe qual é o impacto que ele vai causar no meio ambiente.

Quanto à importação de fauna silvestre, todos os procedimentos de importação são feitos em parceria, junto com o Ministério da Agricultura e com o IBAMA, ambas as instituições possuem normas que regulamentam essa atividade. E quando se trata de fauna silvestre, o IBAMA passa a anuir, autorizar, em conjunto com o Ministério da Agricultura.

Ainda temos as questões das espécies ameaçadas quanto à importação. Então, todo esse procedimento também já está preestabelecido e ambos os órgão devem ser ouvidos.

Dessa forma, a gente se manifesta, e eu vejo aqui que a questão da clonagem é bastante voltada à produção, principalmente de mamíferos, bovinos, suínos e caprinos.

Então quanto à fauna silvestre, que, em algum momento, será envolvida no Projeto de Lei, a gente entende que ele deve ser mais discutido, amplamente discutido de que forma vai ser importante para o IBAMA, de que forma vai ser importante para a fauna, para a contribuição da fauna e como é que nós vamos proceder junto ao processo de licenciamento ambiental. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos à D. Cosette pelo esclarecimento que presta sob a ótica do IBAMA.

E vamos, então, ao meio de campo agora, chamando aqui o Dr. Carlos Cristo, do MDIC, para dar a visão que tem o Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior.

SR. CARLOS CRISTO: Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, colegas da Mesa. Em primeiro lugar, queria trazer os cumprimentos do Ministro Miguel Jorge, que lamenta estar impossibilitado de estar aqui, neste momento, embora considere esta reunião e esta pauta de extrema importância.

Eu vou tentar ser bastante curto e bastante objetivo, até porque as exposições que me precederam já colocaram muitas as questões que nós vamos apresentar.

Por favor, o primeiro *slide*. Este quadro é absolutamente óbvio, já foi aqui referido pelo Dr. Flávio Meirelles, a importância das exportações de carne – que acho que é um foco principal desse Projeto de Lei no Brasil.

Próximo. Por favor. Evidentemente que nos interessa muitíssimo estar em dia com a questão tecnológica, não sermos ultrapassados por outros países, não estarmos a reboque de situações consolidadas no mundo, mas, sim, aproveitar. Como já me refiro novamente ao Dr. Flávio, ele mostrou que nós estamos na fronteira do conhecimento, em termos de clonagem, e, portanto, devemos considerar isto e capitalizar isso a nosso favor, e, nessa situação, esta regulamentação que esta Casa propõe é fundamental para que tenhamos um desenvolvimento tecnológico positivo.

Além do tema referido, que eu me referi no primeiro *slide,* da importância econômica em termos de carne, nós temos a questão dos biorreatores, a questão das pesquisas e saúde humana.

Evidentemente que, da mesma forma como já se realiza na clonagem vegetal, nós queremos e temos como objetivo o aumento de produtividade e melhoraria da qualidade. Preocupações? Sem dúvida. Nada... Nenhuma atividade... Hoje, eu acho que há uma consciência muito grande, no mundo inteiro, que nós não podemos fazer qualquer coisa a qualquer custo. Portanto, nós temos como preocupações o descontrole sobre eventual transbordo de criações confinadas, principalmente aquáticas, uma eventual cheia, algo que possa jogar no meio ambiente, de uma forma descontrolada, espécies que são objeto deste estudo, e aquelas de difícil confinamento, como é o caso da apicultura, né?

Agora, queremos absolutamente enfatizar que este tema não é um tema de organismos geneticamente modificados, não é isto, nós não estamos querendo introduzir organismos geneticamente modificados através desse processo. Esse é um processo de clonagem, né, que é completamente diferente e com, evidentemente, riscos oferecidos ao meio ambiente completamente diferente e de muito menor monta, basicamente centrados na questão da diversidade.

Outra preocupação muito grande nossa é que um instrumento legal importante como este não possa se tornar no indutor de processos burocráticos que atrapalhem a vida das empresas, a vida dos pecuaristas, enfim... Então, gostaríamos que isso fosse algo que os processos decorrentes dessa Lei fossem processos mais facilitados possíveis.

Por favor, o próximo *slide*. Nesse sentido, conciliar, para os casos de sobreposição, as normativas que já existem do CGEM, Centro de Gestão de Patrimônio Genético; da CTNBio, Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, principalmente quando nós estivermos falando de clonagem, aí, sim, de organismo geneticamente modificados; do Conselho Nacional de Ética e Pesquisa, o CONEP; e, eventualmente, o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal, o CONCEA. No entanto, nós observamos que as práticas de zootecnia estão foras dessas competências.

Por favor. Achamos, como reflexões, também, que a competência pela autorização deveria se extinguir pela atividade, não pela espécie, que poderíamos centrar no MAPA a questão de autorizações para todas as atividades de clonagens, em especial as de produção de alimentos *in natura*, como já é, enfim, do MAPA, que possa haver um autorização pelo CGEM, pelas pesquisas com animais de biodiversidade brasileira, uma autorização da CTNBio, como já me referi, para atividades que envolvam organismos geneticamente modificados, e aí uma autorização em conjunto, e autorização pela CONEP, para clonagem voltada à pesquisa pré-clínica que não faz parte da competência atual.

Eu gostaria dizer aos senhores que nós consultamos os participantes do Fórum de Competitividade da Biotecnologia e os membros do Comitê Nacional de Biotecnologia que nós coordenamos, inclusive me acompanha aqui o Dr. Sérgio Figueiredo, que é o coordenador suplente do Comitê Nacional de Biotecnologia.

Coloco-me à disposição, portanto, para qualquer esclarecimento e agradeço muitíssimo, mais uma vez, a oportunidade de podermos estar aqui, apoiando essa iniciativa importante do Senado Federal. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a exposição do Dr. Carlos Cristo. E vamos passar agora a mais uma mulher, a D. Beronete Barros de Freitas, que representa o Ministério da Agricultura e Pecuária.

SRA. BERONETE BARROS DE FREITAS: E quero assim dizer que o Ministério, após avaliar todo esse trabalho do projeto e também observando os nossos colegas que estão fazendo essas pesquisas e verificando a necessidade de organizar, de fazer a regulamentação pela... A intenção, o objetivo do segmento interessado em estar pedindo que a sociedade se organize. Então, o Ministério, como órgão do Governo, tem que se mobilizar para isso, e o Ministério da Agricultura, junto à Secretaria da Defesa e Agropecuária, que é o setor onde a equipe de material genético animal trabalha, se organizou para avaliar esse projeto, que é o Projeto de Lei 73, onde mencionam diversos setores, instituições que iriam fazer o registro para trabalhar com clonagem. Então nós avaliamos que o registro em diversas instituições não seria bom, porque iria acontecer uma burocratização muito grande, ônus para a sociedade e verificamos que seria melhor que o registro fosse feito exclusivamente no Ministério da Agricultura, e, assim, a nossa justificativa para vocês seria que o Ministério fizesse o registro para todos os tipos de clonagem, seja mamífero, seja animais silvestres, e sempre ouvindo as outras instituições. Por exemplo, se for clonagem voltada a assuntos referentes ao IBAMA, que seja ouvido o IBAMA, a Secretaria de Pesca ou talvez mesmo a ANVISA.

Também nós observamos, nesse Projeto de Lei, que havia algumas falhas com relação à ausência... Não posso falar falha. Ausência de algumas exigências que são importantes para o Ministério da Agricultura, os aspectos de ordem sanitária. A segurança sanitária para o Ministério é importante. Então, na importação de um material genético ou de um material para clonagem, é importante que haja também a segurança sanitária e que o Ministério da Agricultura... A importação venha... Autorização por ele. Mas sempre ouvindo os órgãos competentes... Aliás, as instituições competentes, seja o IBAMA, seja a ANVISA, seja a Secretaria de Pesca.

Na proposta da lei, houve uma necessidade de ser colocada – proposta do Ministério -, que seja colocada uma exigência do aspecto de segurança sanitária, porque nós observamos, e essa segurança sanitária é justamente para avaliar num momento que for... Num laboratório organizar a parte de aspectos de como vai ser os processos de clonagem. Então, esse aspecto sanitário seria tanto para a sanidade do homem quanto para a sanidade do animal. Nós solicitamos, na nossa nota técnica, que seja colocado algum artigo que trate sobre os aspectos de segurança sanitária.

Outro assunto que também o Ministério observou é que, na lei, na proposta de lei, tem alguns itens que não poderiam ficar aqui. Na nossa visão, poderia ser colocada numa instrução de serviço. Que a lei, não caberia estar aqui, por exemplo, procedência do material genético utilizado, identificação de interesse na clonagem. Esses itens poderiam ser colocados num outro regulamento, como, por exemplo, uma instrução de serviço, e seria... A nossa sugestão é que seria retirado dessa proposta de lei para ser utilizado em outro regulamento menor, talvez uma instrução de serviço, mas que ele deve ser complementado. Não que não fique na lei, mas que seja usado em outro instrumento legal.

Outra observação do Ministério é que seria... Um setor do Ministério também fez um questionamento com relação a substituir... Ao invés de se usar mamíferos, peixes, aves, se utilizar a expressão “animais”. E nós ficamos de avaliar se isso... Vamos dizer assim, essa definição com o código da OIE para ver se realmente tem referência e se vale a pena ou não, ou deixarmos como vocês colocaram aqui, no Projeto de Lei, na proposta de Projeto de Lei.

Outra observação que o Ministério fez, está fazendo aqui também, é com relação... É uma observação que não tem nas penalidades, que seria quando... Deverão ser tomados pelos órgãos de registro e fiscalização quanto ao destino de material ilegal que possa ser apreendido durante as operações de fiscalização. Um material ilegal na clonagem não está sendo identificado na parte de penalidades. Então, isso seria um item que a gente queria que fosse colocado também na parte de penalidade para ser observado quando acontecer essas situações. Essa foi uma observação que a Comissão de CTNBio que representa lá no Ministério, que se chama CBio, colocou. E tem uma outra alteração. Quando o plano foi obtido de animais que sofrem alterações por seu genoma... Não, essa observação foi o colega da parte de CTNBio que acha que deve ser assim. Quando o clone não for obtido de animais que sofreram alteração de seu genoma, por meio de técnica de engenharia genética, é dispensável... Haja vista que a Lei 11.105, de 24 de março. Ou seja, ele menciona que isso aqui já tem na Lei, então não precisaria estar nesse Projeto de Lei. Resumindo: o Ministério da Agricultura, a proposta dele é que o registro seja feito por ele em todas as situações, sempre ouvindo os órgãos competentes. Assim, um tipo de uma licença do IBAMA, quando couber, ou outro setor. E também quando acontecer importação de material genético, aliás, de clonagem, o Ministério da Agricultura vai ser o órgão, assim, que vai liberar essa importação, tendo em vista que tem uma Lei específica do Ministério para liberar as importações no país, em função de preservar os aspectos de sanidade de

entrada de doença no país. O que é que tinha mais para explicar aqui para vocês...

Então a intenção do Ministério é essa: fazer o registro, tendo em vista que o Ministério da Agricultura já faz o registro de estabelecimentos que trabalham com sêmen, embrião, e também fiscalizam esses estabelecimentos. Assim, ele solicita que seja feito o registro por ele, sempre ouvindo as outras instituições que têm interface. É a minha manifestação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigada, D. Beronete, pelos esclarecimentos que prestou, acho que deu uma contribuição substancial, até porque apresentou subsídios para a mudança do projeto.

E nós vamos ouvir agora o último expositor, que é o Sr. Rodolfo Rumpf, doutor em veterinária, pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNBio.

Eu vou até adiantar aqui para o Dr. Rodolfo que, nesta Comissão, todos os Senadores são embrapianos. Portanto, o senhor está na sua casa. Então, com a palavra o Sr. Rodolfo.

SR. RODOLFO RUMPF: Depois desse depoimento, agradeço muito, realmente faz diferença, e que a gente também está empenhado para fazer o melhor possível sempre.

Agradecer a possibilidade de estar mais uma vez conversando e discutindo esses assuntos. O principal entrave é exatamente a questão da opinião pública, de a gente conseguir explicar adequadamente para a sociedade o porquê é que nós estamos trabalhando em determinadas tecnologias, quais os mecanismos que nós usamos para fazer o monitoramento de desenvolvimento da tecnologia lá no laboratório e, principalmente, depois, quando a gente leva essa tecnologia para a iniciativa privada. Nós queremos fazer melhoramento e não pioramento, e nós queremos ver cada vez mais. Então, isso é um lema, o homem é um ser vaidoso, e com toda razão, e nós temos que viver mais e com boa qualidade de vida. Então, esse é o princípio, vamos dizer assim, que norteia todo o nosso trabalho lá dentro da EMBRAPA. Não é só ter o resultado, mas ter um resultado diferente, que faça diferença na produção, no bolso do criador, na qualidade do alimento que vai à mesa do nosso consumidor.

Eu vou passar rapidamente alguns *slides* também, agradecer ao Flávio, Dr. Carlos, aos demais, Beronete, a Dra. Cosette, acho que... Excelente, nós estamos indo para uma maturidade e para um consenso. Eu acho que isso é importante, quando a gente consegue atingir esse nível de convergência.

Bom... Clonagem nós já temos resultados no mundo inteiro e nas diferentes espécies, mas eu continuo insistindo que ela é uma tecnologia em desenvolvimento. Ela tem mais perguntas do que respostas, mas um instrumento regulamentador, isso nos daria... Como o Flávio mostrou, olha a força do trabalho que está se constituindo no país. Não existe evolução sem rotina, sem gente, sem infraestrutura e sem um grande volume de trabalho. E se nós já somos líderes em várias outras tecnologias, por que também não nessa?

Próximo. Transferência nuclear é a tecnologia, então, que permite clonagem, clonagem por conceito significa muitas cópias semelhantes, idênticas, e a transferência nuclear, basicamente... Esse eu acho que vocês já conhecem, mas eu parto de uma fonte doadora de núcleos, que é o genoma que nós vamos multiplicar, seja um embrião, células de um feto, ou, principalmente, o foco no animal adulto. Por que o animal adulto? Porque, geneticamente, ele já mostrou para que veio. Ele já provou a sua capacidade de produzir um determinado atributo que pode ser explorado comercialmente ou, então, dentro dessas diferentes linhas que nós já conversamos. Bem, essa célula, ela precisa se alojar no interior de óvulo, de um outro óvulo de outra vaca, aqui também existe um espaço para a gente discutir alguma coisa. Hoje, pela norma estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, esse ovócito tem que vir de uma vaca registrada da mesma raça, e isso é uma precaução. Até que a gente consiga definir claramente qual a contribuição que essa herança citoplasmática pode trazer no fenótipo do futuro indivíduo, a gente estabelece essa regra. Amanhã ou depois, nós vamos poder exatamente fazer o contrário, de repente; trabalhar com raças distintas, bem distantes do ponto de vista de origem genética, e conseguir produzir um animal até mais estável, mais adaptado, como o Flávio também já colocou. Esse o óvulo, então, a gente matura ele. Em vez de fecundar, nós vamos remover o núcleo, colocar a célula doadora do núcleo, fazer a eletrofusão, a gente vai mostrar isso rapidamente, passo a passo. Sete dias, cinco dias depois... Sete dias depois nós vamos ter um embrião. Eu posso usar esse embrião na reclonagem, como doador do núcleo, mas eu posso também transferir para as vacas receptoras e produzir os embriões. Os índices são baixos, nós temos na faixa de 1 a 5% para fêmeas, em torno de 10% de sobrevivência para um doador macho.

Próximo. Rapidamente, a nucleação é feito nesses microscópios invertidos, pode ser manipulado até por crianças, mas exige algumas horas, não é, Flávio? Eu digo que é como pilotar um pequeno avião. Tem que ter um cursinho básico para começar, porque os comandos são invertidos. O 'Tico e o Teco', às vezes, entram em...

Próximo. Eu tinha um filminho aqui e de novo furou, peço desculpas.

Mas nós removemos o núcleo, com base na expulsão do primeiro [ininteligível], e aí checamos, na biópsia, a eficiência à nucleação. Nós evitamos causar qualquer dano para aquele citoplasma receptor, e, como o Flávio falou, é ele que tem as mensagens que vão permitir que o núcleo se reprograme, que era um núcleo de um fibroblasto lá da pele, que, daqui a pouco, vira núcleo do embrião e tem que reprogramar todo o seu desenvolvimento de novo. Então, esse, por si só, já demonstra o grau de complexidade da tecnologia. É diferente de tudo que nós já fizemos até hoje.

A coleta das células... Isso aqui é uma vaca [ininteligível], pode ser da ponta da orelha, da base da calda, um centímetro quadrado de pele, nós conseguimos isolar milhões de núcleos.

Próximo. Essa pele a gente leva lá, esse aqui é um pedacinho da pele, então, que removemos, colocamos na placa de cultivo... São as células que vão se soltando da biópsia e vão povoando o fundo da placa. Duas, três semanas, nós temos essa placa toda povoada por essas células. Nós vamos fazendo as repicagens, a cada duas semanas, dependendo do ritmo e o tamanho da placa, e nós temos aí um cultivo mais voltado para o fibroblasto.

Próximo. E nós já podemos começar a trabalhar. Aqui também a reconstrução, mas, agora, nós vamos... Então, naquele óvulo, que nós removemos o núcleo, nós vamos colocar uma dessas células que a gente isolou da pele do animal. Existem outras fontes de células também doadoras de núcleo.

Próximo. A eletrofusão, gente... Aqui é uma placa que nós temos. Dentro, nós temos dois eletrodos, e aqui tem o citoplasma, sem núcleo, a célula doadora do núcleo, e, agora, então, por esse equipamento, nós vamos fazer o que a gente chama de "eletrofusão". Isso também, não é Flávio, alguns anos de ajustes para chegar nos parâmetros ideais, mas, hoje, a gente já consegue ter uma boa eficiência da eletrofusão. A hora que tu estabelece esse estímulo elétrico, vai haver abertura de poros nas membranas plasmáticas das duas estruturas e a fusão propriamente dita. Nesse momento, então, é que nós estamos reconstruindo o embrião, e esse é um momento crítico, porque eu tenho que ter uma sinergia, uma pariedade entre o ciclo celular da célula doadora do núcleo com o citoplasma que está recebendo esse núcleo.

Próximo. Aplicações potenciais já foram faladas várias... A ciência básica... Eu sempre costumo dizer que só pela contribuição, como modelo de estudo, que a clonagem trouxe, para nos ajudar a entender determinadas coisas nessa parte de ciência básica, já justifica todo o esforço humano, mental e financeiro que foi feito. Na conservação animal... E aqui eu vou puxar um pouco a brasa para o nosso assado. A gente vai voltar a conversar um pouco sobre cada uma dessas. Produção de animais transgênicos, aí nós voltamos lá para a CTNBio, mas acho que o *link* está muito bem formado aqui, são duas tecnologias bem incipientes ainda, mas que, quando a gente consegue unir as duas, a gente consegue ter resultados interessantes. A produção animal e também a questão da medicina.

Próximo. Ciência básica, interação núcleo citoplasma. Eu, agora, posso entender cada coisa separada e depois colocar junto e ver como é que essas coisas se comportam. Quer dizer, isso é um modelo fantástico para estudo de determinadas doenças que a gente... Síndromes principalmente, que a gente não tinha modelo adequado.

A questão do DNA mitocondrial é uma questão também interessante. O Flávio tem uma linha importante de estudo nessa direção e que eu acho que a gente deve ainda concentrar bastante esforço.

Próximo. A questão da conservação animal. Eu acho que aqui é um dos grandes questionamentos. Eu já vou antecipar uma das conclusões. É a questão da clonagem diminuir a variabilidade genética. Qualquer uma dessas tecnologias pode contribuir para diminuir a variabilidade genética. Todas essas tecnologias devem ser usadas, alinhadas aos projetos de melhoramento genético, animal e monitoradas, devidamente monitoradas. Qual que é a grande saída para isso tudo? É nós termos a nossa variabilidade genética no botijão de nitrogênio líquido. Quer dizer, nós termos os bancos de germoplasmas, devidamente representados lá, com as variabilidades que nós encontramos nas diferentes raças e espécies. E esse é um trabalho que a gente já faz na EMBRAPA para raças em vias de extinção e espécies. Agora, nós estamos fazendo um mutirão mesmo para levar isso também para as raças comerciais. Isso é uma questão... Meu ex-chefe dizia que é uma questão de [soa campainha] segurança nacional, e eu concordo com ele, porque é extremamente importante o país, essa riqueza, esses genes que a gente dizia que era a moeda [ininteligível] de futuro, já são.

Próximo. Aqui alguns exemplos de resultados. Isso é uma vaca Junqueira do banco de germoplasma nosso.

Próximo. A gente usou, conseguiu mostrar, então, que a clonagem é uma ferramenta também para viabilizar a regeneração do banco de germoplasma. Quer dizer, o que é que eu coloco no banco? Sêmen, embrião, o ovócito e agora um centímetro quadrado da pele ou células congeladas, e eu tenho ali toda a

variabilidade de uma determinada espécie, raça, assegurada por 2000 anos, pelo menos.

Próximo. Aqui, um outro exemplo de uma vaca que morreu. A gente conseguiu fazer, a partir das células que ficam na volta do ovócito, estabelecer uma linhagem celular e conseguir trazer aquela genética de volta para dentro de um programa. O seguro de animais, ele banca financeiramente, mas nós perdemos aquela genética. Aqui não, aqui nós estamos sugerindo manter a genética, que é o que interessa para o país de um maneira geral.

Próximo. Só exemplo... Animais, eu disse, os índices são baixos, mas o que nós temos visto é que os animais sobrevivem(F), fertilidade normal, animal criado a pasto, sem problema nenhum.

Próximo. A produção de animais transgênicos é uma das áreas que o país, o Brasil, já foi feito diagnóstico pelo MDIC, que nós somos carentes, nós somos grandes importadores dessas moléculas de alto valor agregado. A gente brinca que nós vendemos carne à granel, nós temos que vender o bife empanado, e, principalmente, na questão do subprodutos de origem animal, eu acho que tem um espaço enorme para o Brasil; nós vendemos o extrato e compramos os medicamento. Então nós temos um espaço enorme. E uma das plataformas, das rotas tecnológicas, passa por aqui. Por isso é importante o país ter competência nisso.

Próximo. A produção animal, como já foi bem justificada, nós achamos que nós temos que acompanhar o desenvolvimento do estado da arte e colocar isso, e, como eu já falei, com todo o monitoramento necessário.

Próximo. Aqui já há resultados comerciais também. Estamos estabelecendo uma parceria com uma iniciativa privada, porque não é com meia dúzia de clones, nascido num ano, que nós vamos conseguir responder todas essas perguntas. Então, há necessidade dessa interação público-privada.

Próximo. A medicina, pesquisa com células-tronco, já foi também um pouco adiantado. Isso é um... O bovino é um modelo de estudo para espécie humana muito interessante e que está sendo... E nós temos assim muitas provocações da área humana para trabalhar em conjunto nessa área mais básica, para entender esses mecanismos da diferenciação celular. E eu acho que é uma contribuição a mais que isso tudo pode trazer, como eu disse, para melhorar a nossa qualidade de vida e poder viver mais.

Próximo. Aqui é a Vitória, só um pouco de propaganda também, nasceu em 17 de março de 2001. Ela... Aqui nós usamos um núcleo de um... A célula, doador de um núcleo, era de um embrião. Não era uma clonagem somática, portanto.

Próximo. Também reproduziu, tem vários descendentes na fazenda.

Próximo. E o que são esses clones, então? A constituição de estabilidade biológica. Na verdade, o clone, hoje, ele é um sujeito, a gente diz assim, mais ou menos, que sobrevive com a nossa ajuda. Mas se ele atingir a puberdade, produzir gametas viáveis, passar por um ciclo sexuado, os seus descendentes são tão estáveis geneticamente quanto os do doador do núcleo. O que eu quero dizer com isso é que os descendentes de um clone são geneticamente iguais a qualquer um do doador anterior. Então, por isso que se colocou lá na norma também que o registro definitivo de um clone, junto à associação, só será efetivado no momento que ele provar a viabilidade de seus gametas.

Na questão de segurança alimentar. Hoje, nós temos uma discussão bastante ampla a nível europeu, mas eu acho que existe, também, por outro lado, uma mobilização bastante grande – Estados Unidos, Argentina, Brasil, Nova Zelândia, Austrália -, no sentido de mostrar que realmente não existe nenhum risco para a saúde humana. Clone não é transgênico. Nós não manipulamos o DNA diretamente. Nós usamos o DNA inteiro que está lá no núcleo da célula doadora.

Próximo. Clonagem *versus* variabilidade genética, é isso que nós estávamos comentando. Quer dizer, nós temos como manter essa variabilidade genética. Se eu tenho um banco de reserva, eu posso ser mais agressivo, eu posso ousar mais na produção, mas, assim mesmo, a tecnologia de clonagem, ela deve ser usada com monitoramento, ela deve estar embutida dentro dos programas de melhoramento genético animal. Aquilo que o Flávio mostrou, eu consigo desviar com muita rapidez um ganho genético fantástico. É competitividade [soa campainha], nós não vamos poder ficar empurrando com a barriga e não vamos ter todo o tempo do mundo pela frente.

Próximo. De novo o banco genético. Como eu disse, eu acho que isso é uma alternativa importante, e o país está se mobilizando para isso. E aí a importância da regulamentação da clonagem no Brasil. Eu era meio contrário a isso por muito tempo, até que, um dia, nós recebemos a visita do pessoal da Comunidade Européia, e, quando a gente comentou que nós tínhamos um instrumento legal, a conversa mudou do dia para noite. Então, eu acho que não basta ser, tem que parecer... Tem uma expressão popular nesse sentido. E eu acho que é importante esse esforço que a gente está desenvolvendo aqui, em conjunto com o Senado. É importantíssimo.

Propriedade intelectual do material genético. Isso é fundamental, talvez tenha que ser o dorso orientador desse Projeto de Lei, a questão... Um exemplo é a

questão do sêmen. Quer dizer, eu posso comprar uma palheta de sêmen, isolar a célula somática e fazer um clone daquele touro. "Mas eu só comprei o haplóide masculino". Então, isso tem que ficar bem claro dentro da nossa lei aqui.

A regulamentação, eu acho que isso aí está bem, infraestrutura, recursos humanos, pegou um pouco da CTNBio, mas não faz mal, está sob controle, e a rastreabilidade é uma questão também que vai ser acompanhada de perto.

E por isso eu agradeço e me coloco à disposição para maiores esclarecimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos ao Dr. Rodolfo, pela brilhante exposição que fez.

Senador João Pedro, V. Exa. participa de quantas comissões temáticas?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Quatro comissões temáticas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu participo perto de dez. Eu fiz essa pergunta só para ilustrar para os expositores o drama dos Srs. Senadores que compõem esta Comissão. Quer dizer, ao mesmo tempo que tem uma reunião aqui, neste órgão, neste momento, e outras espalhadas, razão pela qual existe aqui um desfalque muito grande dos Srs. Parlamentares. E aqui, será que não seria o caso, Senador João Pedro, de aproveitar aqui a experiência da EMBRAPA, da CTNBio, do Ministério da Agricultura, de toda essa equipe técnica, de fazer um clone dos Srs. Senadores dessa Comissão, para que não ocorra esse desfalque de *quorum*? O único problema talvez fosse a reprovação da sociedade lá fora, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nós não temos esse banco de germoplasma aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então... Eu acho que o que se propôs nesta manhã foi trazer para a instrução desse Projeto de Lei--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --todas as informações...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Quem é o relator do Projeto de Lei?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É o Senador Goellner.

Todas as informações que são necessárias a sua boa instrução, e acho que os senhores e as senhoras trouxeram. Obviamente o relator vai subsidiar-se com os elementos que foram trazidos à colação nesta manhã.

Tudo que foi dito está gravado e todos os documentos, as exposições que foram feitas também serão disponibilizadas, não só para o relator, como para os demais componentes desta Comissão.

Acredito que houve aqui uma convergência importante entre todas as correntes que fizeram as sua exposições, o que mostra que a matéria está madura. O debate sobre a clonagem, sobre os avanços tecnológicos que foram demonstrados e essa preocupação com a biossegurança também mostraram que, efetivamente, há uma evolução significativa desse assunto para o país. E aqui ninguém divergiu quanto a um aspecto que é fundamental. É preciso marco regulatório. Resta saber o seguinte: o projeto que nós estamos apreciando atenderia efetivamente essas demandas, essas necessidades? Nesse sentido, eu prestei atenção na fala da D. Cosette, que alertou para a necessidade de algumas mudanças, retirar alguns dispositivos, acrescentar outros e etc.. Então, neste momento que nós estamos debatendo este assunto e que foram trazidas todas as preocupações e as necessidades à colação, nós estenderíamos também outro apelo aos senhores e às senhoras que participaram deste debate, no sentido de mandar sugestões de texto, devidamente acabadas, para que o relator possa louvar-se nessas informações, que serão, obviamente, muito úteis para a redação final do projeto, até porque, se não houver essa contribuição, muito possivelmente, no amanhã, poderá ocorrer alguma crítica ao texto que, certamente, esta Comissão vai aprovar. Esta Comissão não. As Comissões que vão apreciar esse projeto irão aprovar, e, depois, o Plenário deverá referendar também aquilo que sair da produção desses órgãos. Portanto, feita essa ligeira digressão, eu consulto ao Senador João Pedro se deseja fazer algum questionamento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Convidados, representantes de instituições, da EMBRAPA, do Ministério da Agricultura, enfim... Primeiro, eu considero importante esta Audiência Pública, para contribuir com o projeto que vai redundar num marco regulatório. Então, a minha primeira pergunta é isso. Eu sinto que a pesquisa avança, tem já um caminho percorrido e falta o marco regulatório. Então, eu acho que nós poderíamos... E V. Exa. acaba de refletir sobre a contribuição das instituições. Um país que tem as potencialidades que temos, as exportações que fazemos... Quer dizer, essa... Não tem volta, nós temos que aprofundar, garantir recursos orçamentários. Eu gostaria até de ouvir um pouco sobre isso, como é que um objeto tão estratégico para o país e como é que andam os recursos para a pesquisa, nesse ponto, aí, sobre clonagem animal e enfim... Como é que anda esse recurso.

Para o Ministério da Agricultura: além da Embrapa, quem mais pesquisa nesse campo da clonagem? Eu acredito que...

SRA. BERONETE BARROS DE FREITAS: [ininteligível] mas universidades e EMBRAPA. Nós temos uma interface muito grande com os colegas da EMBRAPA. O Ministério sempre trabalha em sintonia com os colegas da EMBRAPA e algumas universidades. Também, no caso, como nós somos responsáveis do material genético animal, nós trabalhamos também com o Colégio Brasileiro de Reprodução, e, nessa instituição, tem representante de todas as universidades, pesquisadores na área de sêmen e também a [ininteligível], a parte de embriões, e que essas instituições estão sempre em sintonia com o Ministério. Qualquer dúvida que o Ministério tenha para fazer algum questionamento, em algum trabalho que precisa da justificativa e orientação do que é que está acontecendo fora do país e que o Brasil esteja trabalhando... As instituições de pesquisas, no caso as universidades também, são com essas substituições. O Colégio Brasileiro, EMBRAPA e universidades.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O setor... Para o Dr. Rodolfo. O setor privado avança também nas pesquisas?

SR. RODOLFO RUMPF: Isso... Quando eu mostrei nos últimos *slides...* Existe, existe, hoje, empresas no país constituídas para esse tipo de trabalho.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com padrão...

SR. RODOLFO RUMPF: Com padrão de excelência. Então, existe empresa, que o Flávio tem a parceria, a CLONEST, que ele mostrou.

Hoje, nós temos já uma força, uma mobilização na área da pesquisa bastante significativa, o que talvez a gente precisasse um pouco mais de gasolina e querosene até, que é o ponto que o senhor começou a sua colocação. Porque existe ainda necessidade de algumas pesquisas, sem dúvida, eu disse, mais perguntas do que respostas, mas a gente está conseguindo... O Brasil é o seguinte... A gente sempre dizia que o produtor rural era uma pessoa difícil. Na verdade, não. O brasileiro, de uma maneira geral, ele gosta de correr risco, ele topa parada, foi difícil a gente quebrar essa primeira barreira, mas, hoje, nós estamos conseguindo construir parcerias público-privadas para avançar nesse sentido. O que a gente sente, e com toda razão porque ninguém vai botar dinheiro a vida inteira nisso, é que aquele dinheiro, ou, pelo menos, subsidiado, para você conseguir fazer aquela pesquisa necessária para alavancar e chegar num equilíbrio custo/benefício aceitável para a atividade. E isso eu acho que o Flávio pode me ajudar aqui. Mas, recentemente, a gente teve na FINEP, também, com esse intuito, porque você não pode esperar também que a iniciativa privada vai colocar milhões em cima de um projeto que você não tem marco regulatório adequado ainda. Então para isso também vai ser importante esse esforço que está sendo feito aqui. Mas se a gente conseguisse mobilizar certa linha de fomento para este tipo de coisa... Traria o transgênico junto, a produção das biomoléculas, biorreatores, que foi colocado pelo Carlos... Quer dizer, isso é um universo... E eu tenho certeza que mudaria o panorama e a competitividade do país.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Estão concentrados aqui, em Brasília, ou espalhadas pelas várias regiões do nosso país?

SR. RODOLFO RUMPF: Nós temos em várias regiões...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Na clonagem animal.

SR. RODOLFO RUMPF: Na clonagem animal, aqui em Brasília...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Brasília.

SR. RODOLFO RUMPF: E, hoje, temos uma parceria em Uberaba, que foi aberta para a prestação de serviço no sábado. Mas o Flávio tem um esforço bastante grande lá em Pirassununga, e nós temos aí, pelo menos hoje, trabalhando já, né, Flávio, uns cinco ou seis laboratórios, com potencial de entrar mais uns dez dos próximos dois anos. A demanda é extremamente grande. Por isso que eu disse: a gente tem uma dificuldade de quebrar a primeira barreira com o produtor rural, com o criador, mas, depois que você consegue mostrar para ele os benefícios, ele topa a parada e vem correr o risco conosco. Isso tem sido uma experiência interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acresceria um indagação ao Dr. Flávio. Tem empresa que investe em pesquisa, nesse tipo de pesquisa, que está ganhando dinheiro?

SR. FLÁVIO VIEIRA MEIRELLES: Uma boa pergunta, né? Atualmente, as empresas que desenvolvem a fecundação *in vitro* são as que estão entrando para área da clonagem, via de regra são microempresas e têm investido na área de clonagem, mas visando o futuro. Quanto ao que nós vivemos hoje é o seguinte: o nosso primeiro clone nasceu em 2004, com fins comerciais ligados à empresa. Esse clone nasceu a 150 mil reais o custo. Hoje, nós estamos fazendo clone a 14 mil. Então, é uma diminuição de 90% do custo. Mas creditamos que nós chegamos a 7 mil reais um animal. Então, essa é a situação que está hoje. Então, a empresa tem que, para fins de aumentar a produção dela, abrir mão dos lucros, mas visando o desenvolvimento. No nosso caso específico, a empresa que a gente tem

colaboração, que é a CLONEST, ela tem um financiamento subsidiado do Fundo PIPE, de Programas de Pequenas Empresas da FAPESP, em São Paulo, e... Mas, óbvio, existem outras fontes de origem federal também disponíveis. É um investimento relativamente pequeno e a empresa banca a outra parte durante o desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Beleza. Bom, eu acho que nós exaurimos a nossa Audiência Pública e eu agradeço aqui a todos que dela participaram: o Dr. Flávio Meirelles, da CTNBio; o Dr. Rodolfo Rumpf, da CTNBio também; a Dra. Beronete; Dr. Carlos Cristo e a Dra. Cosette. Obrigados a todos. Tenham a certeza de que deram uma contribuição e poderão oferecer mais ainda, se oferecer os subsídios que nós solicitamos.

Não havendo mais assunto a tratar, eu dou por encerrada esta Reunião, mantendo a convocação ordinária para a próxima terça-feira.

Muito obrigado e está encerrada.

Sessão encerrada às 11h05.

Ata da 38ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 23 de setembro de 2009, quarta-feira, às 9 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às nove horas e um minuto do dia vinte e três de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência da Senhora Senadora Kátia Abreu, com a presença dos Senadores Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Demóstenes Torres, Osvaldo Sobrinho, Marco Maciel, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita Júnior, Lobão Filho, Valdir Raupp, Efraim Morais, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo e Flávio Torres reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Pedro Simon, Almeida Lima, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, e as Senhoras Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2004 – TERMINATIVO NA CAS– "Altera o art. da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que "dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências", para permitir a utilização do trabalho temporário na área rural." Autoria: Senador RAMEZ TEBET. Relatoria: Senadora KÁTIA ABREU. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1 – CRA. Obs.: Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 101, de 2009-CCJ, de iniciativa da Senadora Ideli Salvatti, e Requerimento nº 104, de 2009-CCJ, de iniciativa dos Senadores Antonio Carlos Júnior e Kátia Abreu. CONVIDADOS: DÉBORA TITO FARIAS, Procuradora do Trabalho; representante do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT, senhor FÁBIO LEAL CARDOSO; ANTONIO LUCAS, Diretor de Assalariados Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; representante do Presidente da CONTAG, senhor ALBERTO ERCÍLIO BROCH; MARCELO GONÇALVES CAMPOS, Assessor da Secretaria de Inspeção no Trabalho; representante do Ministro do Trabalho e Emprego – MTE, Excelentíssimo Senhor CARLOS LUPI; ARY FARIA MARIMON FILHO, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados do Brasil da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; representante do Presidente da ANAMATRA, senhor LUCIANO ATHAYDE CHAVES; HENRIQUE WILIAM BEGO SOARES, Consultor da Confederação Nacional de Agricultura – CNA; ADRIANO CAMPOS ALVES, Assessor Jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; representante do Presidente da OCB, senhor MÁRCIO LOPES DE FREITAS. JUSTIFICARAM AUSÊNCIA: CÉSÁRIO RAMALHO DA SILVA, Presidente da Sociedade Rural Brasileira – SRB; MARCOS SAWAYA JANK, Presidente da União da Indústria de Cana-de-açúcar – ÚNICA. Representante Técnico do PDT para acompanhamento do Desenvolvimento dos Sistemas Eleitorais desde 2000. A Presidência declara encerrada a Reunião às dez horas e quarenta e três minutos; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senadora **Kátia Abreu,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em exercício.

38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura Realizada no Dia 23 de Setembro de 2009, Às 09 Horas e 01 Minuto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata

da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado n°.171 de 2004, que altera o artigo da lei 6.019 de 03 de janeiro de 74, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências para permitir a utilização do trabalho temporário na área rural, conforme o Requerimento nº. 101/2009 CCJ, de iniciativa da Senadora Ideli Salvatti, e o Requerimento nº. 104/2009 CCJ, de iniciativa da Senadora Kátia Abreu, de minha autoria, e do Senador Antonio Carlos Júnior. Temos como convidados Débora Tito Farias, Procuradora do Trabalho; Antônio Lucas, Diretor de Assalariados Rurais da CONTAG; Marcelo Gonçalves Campos, Assessor da Secretaria de Inspeção do Trabalho; acho que está faltando alguns nomes. Ary Faria Marimon Filho, que eu gostaria de convidar para a Mesa; Henrique Wiliam Bego Soares, Consultor da CNA, da Confederação Nacional da Agricultura; e Dr. Ary Faria Marimon Filho, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados do Brasil da Justiça do Trabalho, Anamatra; representante do Presidente da Anamatra, Sr. Luciano Athaíde Chaves; e Adriano Campos Alves, Assessor Jurídico da OCB. Justificaram ausência o Sr. Cesário Ramalho da Silva, Presidente da Sociedade Rural Brasileira e Marcos Jank, Presidente da Unica, União da Indústria de Cana-de-açúcar do Brasil. Iniciaremos, então, dando a palavra ao Sr. Ary Faria Marimon Filho. O senhor tem 20 minutos para as suas exposições.

SR. ARY FARIA MARIMON FILHO: Inicialmente eu gostaria de agradecer o convite da Senadora Kátia Abreu, que exerce com sabedoria e brilhantismo a liderança de um importante segmento econômico do nosso país, o setor do agronegócio, e, em nome do juiz do trabalho, deixar expresso que essa presença nos traz satisfação em função de um reconhecimento do papel que a própria Anamatra desempenha.

Eu gostaria de deixar assente, a posição da Anamatra, já firmada no ano de 2003. Conhecendo da franqueza e da transparência com que a Senadora Kátia Abreu defende os seus pontos de vista, pretendo, da mesma maneira, enfrentar a matéria com a mesma franqueza e mesma transparência, trazendo a experiência que nós, juízes do trabalho e, por certo, da procuradoria do trabalho ou da fiscalização do trabalho, acabam por vivenciar dia a dia nos seus afazeres. A Anamatra tem posição firmada contra esse projeto. Contra, porque, na verdade, entende que, no meio rural, na atividade agrícola e pecuária, já existem institutos jurídicos que garantem aquilo que o próprio projeto visa contemplar, ou seja, nós temos os contratos de safristas e temos os contratos temporários. Daí talvez se explique o próprio fato de que a Legislação não contemplou o meio rural com a possibilidade de se firmarem contratos com empresas temporárias, ou seja, a própria regulação jurídica já traz saídas para a sazonalidade, que eventualmente, em algumas atividades agrícolas, se caracterizam.

Então, a Anamatra tem essa posição firmada, mas não deixa, evidentemente de reconhecer o papel de cada um, nós vivemos em um Estado democrático, em que as pessoas expõem as suas idéias e, a partir de elementos que formam essas idéias, se torna possível o confronto e o debate e traz essa preocupação com relação ao projeto, em função, exatamente – que é aquilo que eu acho que o colega, o companheiro de Mesa, o Dr. Henrique, vai abordar – que é a situação, a questão dos gatos, ou seja, aqueles que vivem da arregimentação de trabalhadores no campo e os deixam, na maior parte das vezes, ao desamparo de uma segurança da Legislação, que é protetiva.

Em função disso, é essa a preocupação que nós temos, a preocupação de que se precarize, efetivamente, a relação de trabalho no campo a partir da instituição de empresas, a partir da permissão do funcionamento na atividade rural das empresas temporárias. Eu trago – ontem, examinando o material que a assessoria preparou – alguns dados que são, no meu ponto de vista, estimulantes para que se perpetue a maneira como hoje existe o sistema jurídico, hoje, que rege o trabalho rural, permanece, ou seja, houve um crescimento no número de formalização dos trabalhadores rurais, segundo dados do IBGE, no ano passado. Hoje em dia o campo já emprega o mesmo número de pessoas que no comércio, ou seja, tem uma importância fundamental na composição da massa de trabalhadores empregados com carteira assinada no país inteiro.

Então, esse é um dado que nos faz ver que, talvez aquilo que se pense como sendo uma alternativa da formalização, que seria a instituição do contrato de trabalho por interposto à pessoa no campo, pode ser efetivamente algo que não ajude, auxilie, a paz no campo. Isso é um dado também importante que eu trago, mas Senadora, por conhecimento, já que acabo de reportar aqui o número de empregados no campo e no comércio, o setor de comércio, especificamente, eles estão praticamente iguais, trago a informação, então, que é onde tudo vai acabar desaguando, ou seja, no Judiciário, depois de passar pela fiscalização do trabalho, depois de passar pela atuação da Procuradoria do Trabalho, ou seja, isso acaba vindo desaguar no próprio âmbito do Poder Judiciário, no Judiciário Trabalhista.

E nesta comparação que faço, já que eu tenho dados efetivos do Tribunal Superior do Trabalho que retratam fielmente os índices de processos veiculados na Justiça do Trabalho, e nesse é possível perceber que, a área de comércio, que contém o mesmo número ou números aproximados de trabalhadores do meio rural, possui quatro vezes mais ações trabalhistas do que a própria área rural. A área rural tem um dado de 4,7% do total de processos judiciais na Justiça do Trabalho, são da área rural, o que é quase quatro vezes menor do que o índice de processos na área de comércios e é quase cinco vezes menor do que o índice de processos na área de serviços diversos, que é onde se poderia encontrar o trabalho temporário.

Trago também a informação, Senadora, de experiência própria, de experiência da minha atividade rural em que – da minha atividade rural não, isso é um ato falho, porque o meu pai é produtor rural, mas acabou sendo um ato falho – da minha atividade judicial, judicante, lá no município onde eu trabalho, que 65% dos processos possuem mais de um reclamado. Significa que a intermediação da mão de obra veio de uma maneira avassaladora, com reflexos corrosivos sobre a organização da estruturação sindical, com prejuízo para o direito coletivo, para o direito das partes dos sindicatos, que é o que nós precisamos valorizar. Nós precisamos valorizar sindicatos, federações, confederações e fazer com que esses sindicatos consigam, em pé de igualdade, resolver as suas pendências na área do trabalho, ou seja, afastar um pouco a figura do Judiciário como um reparador, ou seja, fazer com que os organismos sindicais possam, efetivamente, em pé de igualdade, celebrar contratos coletivos, celebrar acordos coletivos – claro que sempre resguardando o mínimo que a lei prevê – mas é um caminho que a gente espera ver um dia o Brasil atingir.

Trago dados, por exemplo, de países vizinhos, como na Argentina, especificamente no departamento de Córdoba, em que os números de processos judiciais, os números de processos trabalhistas, são absolutamente ínfimos comparados com os nossos, em função de que eles resolvem os seus problemas, as suas pendências, coletivamente, eles resolvem no acatado e não no varejo. Isso faz com que haja uma sólida relação entre as duas forças do mundo do trabalho, a força operária e a força empresarial. Então, com relação à participação da Anamatra, Senadora, trago essa posição. É da vivência, e respeitosamente eu gostaria de agradecer mais uma vez a sua postura democrática, de fazer com que todos venham ao Senado Federal para poder expor as suas posições, as razões pelas quais são favoráveis ou contrários a determinado Projeto de Lei. Eu acho que o ativismo judicial hoje em dia passa por aí, passa pela participação dos juízes no processo de formação de leis como auxiliares, não mais do que isso. Não protagonistas, porque o protagonismo é todo do parlamento, do parlamentar, mas nós funcionamos aqui como auxiliares dos parlamentares, procurando fazer com que as leis sejam criadas da maneira mais perfeita possível, para que se evite, ao fim e ao cabo, a demanda judicial questionando eventualmente determinados dispositivos de lei. Então, em função disso, a Anamatra agradece e eu fico à disposição para, eventualmente, algum outro comentário. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Gostaria de agradecer ao Dr. Ary Faria Marimon Filho, pela sua apresentação e sua presença, mais uma vez, e passo a palavra para o Dr. Adriano Campos Alves, Assessor Jurídico da Organização das Cooperativas do Brasil, OCB, representando o nosso querido presidente Márcio Lopes de Freitas. Com a palavra, por 20 minutos, Dr. Adriano.

SR. ADRIANO CAMPOS ALVES: Bom, primeiro cumprimentar a todos, cumprimentar a Senadora Kátia Abreu, em quem cumprimento todos da mesa. Eu gostaria de ressaltar que, de certo modo, pelo que nós avaliamos dentro da OCB, o projeto moderniza a Legislação no que tange... O projeto moderniza a Legislação para admitir também o trabalhador rural no contrato temporário. Pelo que a gente avaliou, até esse ponto a OCB está de acordo, enfim, nessa questão da harmonização, mas também a gente queria ressaltar alguns dos aspectos que foram avaliados por nós lá, antes até de participar dessa Comissão.

O primeiro objetivo que a gente avaliou, Senadora – e aqui me corrija se eu estiver errado, não sei se era esse objetivo de inclusão do trabalhador rural nesse tipo de contrato – é que existem, não se pode fazer uma confusão com o trabalho a tempo determinado... Isso são dois tipos de contrato: O contrato temporário, de trabalho temporário, e o trabalho por prazo determinado, previsto lá na CLT. Nessas duas condições, então, o projeto admitiria por 90 dias um trabalhador temporário também na atividade rural. No caso, eu faço essa evidência, essa ressalva, do trabalho temporário porque a legislação celetista, a Jurisprudência hoje, trabalhista, e a própria doutrina fazem uma ressalva que aqueles contratos temporários de safra, por exemplo, não se encaixariam nessa possibilidade de contrato temporário, o contrato de safra tem o contrato de trabalho com prazo determinado já específico. Enfim, essa era a nossa preocupação em deixar claro aqui.

Agora, outra preocupação também que a gente pensou e analisou lá, é a oportunidade agora de, re-

presentando a OCB e a organização das cooperativas, em falar sobre o papel das cooperativas de trabalho, inclusive no meio rural. E aí nós acreditamos que isso independe de prazo, tendo a cooperativa como objeto, organização, trabalhadores rurais, e participando com contratos com diversos produtores rurais, enfim, nós acreditamos que é também uma possibilidade, é um objetivo viável e pode participar muito bem desse processo.

Então, nós teremos três relações: nós temos o contrato de trabalho temporário, que o projeto nesse ponto é inovador e traz mais essa possibilidade ao produtor rural; nós temos, então, o contrato do prazo determinado, previsto lá na CLT, isso aí já existe; e nós temos então a possibilidade também de cooperativas de trabalho participar desse salário; mas eu acredito que, trazendo aqui a mensagem do presidente, ele cumprimenta a todos e também concorda com o fato desse projeto está realmente modernizando, apenas isso. Na medida em que ele tira o texto urbano do texto original, você admite então trabalhadores em todos os setores. Isso é uma previsão, a Jurisprudência já previa isso e a doutrina também já admitia, a não ser, exceto naqueles contratos muito temporários, como é a safra e outros aspectos do produtor rural. Então, é isso. Eu agradeço a participação e passo a palavra ao coordenador da Mesa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Dr. Adriano. E passo, então, a palavra ao Dr. Marcelo Gonçalves Campos, assessor da Secretaria de Inspeção do Trabalho, representando o Ministro do Trabalho e Emprego, o Sr. Carlos Lupi. Com a palavra por 20 minutos.

SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS: Bom dia a todos. Meus cumprimentos à Presidente da Mesa, a Senadora Kátia Abreu, aos demais Senadores. Em nome do Ministério do Trabalho, agradecemos ao convite formulado para expormos aqui a nossa visão a respeito do Projeto PLS nº. 171.

O Ministério do Trabalho já se posicionou formalmente a respeito desse projeto, especificamente, com um posicionamento pela rejeição do projeto, mas antes que eu adentre aos motivos específicos dessa proposta de rejeição, eu me permitirei fazer alguns comentários a respeito da Lei n°. 6019, que trata do trabalho temporário. Isso até como pano de fundo para justificar o nosso posicionamento. É ponto de entendimento comum entre os operadores do Direito do Trabalho no país que essa Legislação que trata do trabalho temporário talvez seja uma das legislações mais complexas, permissivas, e que mais prejuízos tem, ao longo das últimas décadas, provocado ao conjunto da classe trabalhadora. Isso porque ela funcionou como a porta de entrada do processo de terceirização de mão de obra no nosso país, que todos nós sabemos os graves prejuízos que tem causado à classe trabalhadora, não só – como demonstrou aqui o representante da Anamatra – pela fragilização das organizações sindicais, porque a terceirização tem tido, como uma de suas principais consequências, essa fragilização das entidades sindicais, mas também, e propriamente, pela usurpação de direitos dos trabalhadores, na medida em que esses trabalhadores, sempre que colocados a partir de uma terceira empresa, é óbvio que eles têm subtraídos os direitos essenciais em relação à prestação de seu serviço.

Em razão disso, é que o próprio Congresso Nacional – seja o Senado, seja a Câmara dos Deputados – e o conjunto da sociedade tem se debruçado, principalmente na última década, em discutir à exaustão o conjunto dessa Legislação. Não só a Lei n°. 6019, mas todo o processo de terceirização envolvendo mão de obra. São inúmeros os projetos que tramitam, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. Somente nesse atual governo foram criados dois núcleos de discussão, um no Ministério do Trabalho e outro no Ministério da Justiça, sendo que o do Ministério do Trabalho tem uma amplitude maior, que envolve todo o conjunto da sociedade civil e organizações sindicais, e o do Ministério da Justiça envolvendo juristas e, principalmente, relacionados ao Tribunal Superior do Trabalho. Em ambos os grupos de discussão, e mesmo naquelas Audiências Públicas que tem ocorrido na Câmara e no Senado, salta aos olhos esta compreensão de quão danosa tem sido a terceirização de mão de obra no país, de quão complexa e permissiva é a Legislação atualmente em vigor, e da necessidade da modificá-la.

Então, há hoje, no Congresso Nacional e na sociedade, uma preocupação e um movimento que se reflete aqui dentro das duas casas congressuais, no sentido de modificação da Lei n°. 6019, mas em momento algum essa discussão, essa proposta de modificação, tem caminhado no sentido de trazer a sua aplicação ao trabalho rural, aos trabalhadores rurais. Pelo contrário, o caminho que se tem trilhado nessas discussões – majoritariamente, vamos dizer assim – é aquele que tem apontado no sentido de restringir a aplicação da Lei n°. 6019, torná-la mais difícil a aplicação dessa modalidade de contratação, e também restringir, em geral, o processo de terceirização de mão de obra, principalmente no que se refere ao aspecto da responsabilidade do tomador de serviços dessas empresas.

Atualmente predomina – todos nós sabemos – a responsabilidade subsidiária do tomador, com gra-

ves prejuízos aos trabalhadores. Isso falando no meio urbano, onde é permitido hoje. Por quê? Porque há uma série... Proliferam no país empresas de fachada, empresas laranja, que se constituem da noite para o dia com o objeto de intermediar mão de obra. Fazem contratos com os tomadores de mão de obra, esses trabalhadores são colocados à disposição dos tomadores, laboram, trabalham, e têm os seus direitos trabalhistas sonegados, as sua contribuições sociais sonegadas, e quando se vai à justiça, sobre quem a justiça se debruça? Sobre o terceiro, sobre a empresa de trabalho temporário, sobre as terceirizadas. Na maioria das vezes sem qualquer capacidade econômica para exercer as suas atividades, ou se, quando constituídas, tinham capacidade econômica, essa capacidade econômica desaparece, se desvanece ao longo da prestação de serviço, e quando, obviamente, vão ser cobradas, não existem. E, obviamente, em razão da responsabilidade subsidiária do tomador, fica extremamente difícil – senão quase que impossível – a garantia e a cobrança dos prejuízos, dos direitos sonegados daquele que verdadeiramente se beneficiou, que foi o tomador do serviço.

Então, eu estou fazendo essa introdução para dizer para os senhores o quanto é preocupante, porque hoje a Lei n°. 6019 já é, para o conjunto da classe trabalhadora, um extremo drama, no sentido de que ela é extremamente... A sua aplicação é extremamente prejudicial aos interesses dos trabalhadores e aos interesses do Estado brasileiro, na medida em que todas essas terceirizadas, essas falsas empresas, essas empresas picaretas, não estão recolhendo Fundo de Garantia, Previdência Social, com claro prejuízo ao conjunto da sociedade. E é por isso que estamos todos – sociedade civil, governo e o Congresso Nacional – debruçados nesses temas, para restringir a aplicação dessas modalidades permissivas de terceirização, aí, obviamente, com relevo àquelas organizadas a partir da Lei n°. 6019.

E aí, então, nos coloca, legitimamente, essa discussão a respeito da extensão de aplicação dessa lei ao meio rural, ao trabalho rural, sobre que escopo? Sobre o que move? O que move essa proposta? É que, fundamentalmente, ela visaria equiparar direitos de trabalhadores urbanos e rurais a partir do comando da Constituição Federal de 88, que, obviamente, estabeleceu que não há diferença de direitos entre os trabalhadores rurais e urbanos. Entendemos que aí reside o primeiro engano, que o fato da Constituição Federal ter equiparado trabalhadores rurais e urbanos em direitos, não significa que não haja diferenças específicas, especificidades, a serem aplicadas, tanto a trabalhadores rurais quanto a trabalhadores urbanos, e tanto a empregadores rurais e a empregadores urbanos, em razão de suas características. Por exemplo, todos sabem que a contribuição previdenciária patronal do empregador urbano é sobre o salário, calculado sobre o salário dos trabalhadores, enquanto que a contribuição patronal rural é calculada sobre o faturamento. São diferenças e não vejo... Não são ilegítimas, são legais, e não vejo ninguém gritando para que a contribuição dos patrões seja estabelecida na mesma forma, no mesmo padrão. E assim também em relação aos trabalhadores rurais, por exemplo, a questão do horário de trabalho, é claramente diferente. O início da jornada de trabalho, o que é trabalho noturno, o que é trabalho diurno, para o trabalhador rural e para o trabalhador urbano, em razão das características dessas atividades. E essas diferenças não significam nenhum prejuízo, tanto para um trabalhador quanto para o outro.

É importante dizer que as formas de contratação no meio rural já são extremamente facilitadas para os empregadores rurais. Por exemplo, os empregadores rurais possuem a possibilidade do contrato de safra, que é para aqueles momentos da produção agrícola onde se demanda um número maior de trabalhadores, utiliza-se legalmente a modalidade do contrato de safra, e mais do que isso, o atual governo, percebendo a necessidade de modernização da legislação trabalhista rural – mas modernização, para nós, no sentido de torná-la melhor, torná-la mais elástica, mais adaptável, mas com garantia de direitos – enviou uma Medida Provisória ao Congresso Nacional que se transformou em lei, permitindo contratos de curtíssima duração onde se dispensará, inclusive, assinatura da carteira, desde que com a autorização do sindicato dos trabalhadores relacionados àquela categoria. Isso recentemente, é uma lei que está ainda no início de sua aplicação.

Então, o Governo Federal tem uma preocupação profunda em criar condições mais adequadas às contratações no meio rural, mas tem uma preocupação também, muito grande, com eventuais modificações na legislação trabalhista, que venham a aprofundar processos de precarização da mão de obra no meio rural. É conhecido de todos que ainda predomina no meio rural de nosso país uma prática, vamos dizer assim, não aconselhável por parte dos empregadores, e ilegal, que é aquela de trabalhar em suas propriedades rurais com intermediadores de mão de obra, denominados gatos. São intermediadores ilegais de mão de obra, e aí eu faço aqui uma ressalva, uma preponderância. Muitos desses gatos, desses intermediadores de mão de obra, há anos, vêm constituindo empresas de fachada de intermediação de mão de obra, para tentar dar legalidade a essa exploração ilegal de mão de obra, e sob que argumentação? Sob

a argumentação de que estariam protegidos pela Lei n°. 6019, essa de que cuida o projeto. Isso quer dizer o seguinte: Que nós estamos diante – caso tenhamos a aprovação dessa matéria, desse projeto – da mera legalização dos chamados gatos, daqueles que hoje são um instrumento privilegiado daquilo que se identifica e se qualifica como trabalho análogo ao de escravo, na ponta da superexploração da mão de obra no meio rural, se qualifica como trabalho análogo de escravo. Nós estaríamos caminhando no sentido da legalização de parte dos responsáveis por este processo que tem ocorrido.

Então, gostaríamos de aproveitar essa oportunidade, já nos posicionamos formalmente, aqui ao Senado, a respeito do projeto, mas aproveitamos a oportunidade para ressaltar esses argumentos de que seria extremamente danosa à classe trabalhadora à possibilidade da extensão da aplicação da Lei n°. 6019 ao trabalho rural, por todos esses argumentos que já apontei, mas ainda ressaltarei mais dois. Como sabemos, no meio urbano, a classe trabalhadora é muito melhor organizada, através de suas centrais sindicais, de seus sindicatos, a possibilidade do sindicato estar próximo aos trabalhadores, estar ali articulado, é muito maior. Com todo o respeito aos companheiros da CONTAG, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nós sabemos que a mobilização e o acompanhamento das entidades dos trabalhadores rurais, dos interesses dos seus representados no meio rural, é extremamente difícil, pelas peculiaridades do meio rural. Então, os trabalhadores estariam ainda mais vitimados e mais, vamos dizer assim, submetidos a essas irregularidades, na medida da própria característica de fraqueza de sua organização sindical.

E mais ainda – eu ressalto finalmente, Senadora – que a questão do projeto parece-nos que coloca uma questão ainda mais complexa. Como sabemos, a Constituição Federal de 1988 estabelece, em relação às propriedades rurais, obrigações – não sei se corretamente ou incorretamente, mas assim ela o fez – ela impõe às propriedades rurais e aos proprietários rurais, mais do que às propriedades urbanas e aos empreendimentos urbanos, obrigações, entre elas a questão do cumprimento da responsabilidade, da função social da propriedade rural. E estabelece a Constituição que o cumprimento dessa função social da propriedade rural, se não ocorrer, ensejará a possibilidade de desapropriação dessa propriedade. E entre as possibilidades de desapropriação está o não cumprimento dos direitos trabalhistas, o não respeito aos direitos sociais. Ora, se possibilitarmos a extensão da Lei n°. 6019 ao trabalho rural, se possibilitarmos a intervenção de um terceiro na contratação de mão de obra e se, à luz da Lei n°. 6019, o tomador do serviço – que é o proprietário da terra – não terá responsabilidade solidária, e sim responsabilidade subsidiária, nós estaríamos abrindo uma possibilidade complexa de discussão jurídica, que poderia levar ao afastamento da responsabilidade dos proprietários da terra sobre aquelas más condições que – eventualmente, se admitisse – se encontrasse na propriedade rural.

Então, salvo engano, nós alertamos ao Senado e ao conjunto das instituições aqui presente para também essa possibilidade, que a mera extensão dessa possibilidade de contratação no meio rural, de atuação dessas empresas, a nosso ver estaria a atentar contra o princípio constitucional que estabelece a obrigatoriedade do cumprimento da função social da propriedade rural. Não me alongando mais, e colocando-me à disposição dos debates, gostaria apenas da ressaltar a nossa posição contrária, então, à aprovação do projeto. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Dr. Marcelo Gonçalves Campos. E passo a palavra, por 20 minutos, ao Dr. Henrique Wiliam Bego Soares, Consultor da CNA.

SR. HENRIQUE WILIAM BEGO SOARES: Bom dia a todos. Cumprimento a Senadora Kátia Abreu, Presidente desta sessão desta Comissão, e a atenção de todos, na pessoa de quem repasso aos demais colegas os cumprimentos.

É muito importante, nesse momento, esse debate, para esclarecer alguns pontos. Principalmente depois de escutar os nobres colegas, a gente vê que ainda existem pontos que realmente merecem ser esclarecidos, e acho que essa oportunidade é única. Esse trabalho de alteração, com o Projeto de Lei do Senado n°. 171/2004, do Senador Ramez Tebet, traz, na verdade, depois da emenda feita pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que incluiu o setor rural no texto, e a gente vê no segundo slide – se for possível, nós podemos ir acompanhando – nós verificamos, é muito importante que a gente acompanhe o texto: "Que compreende-se como empresa de trabalho temporário a pessoa física ou jurídica, urbana ou rural". A modificação do texto está aí, onde se incluiu o rural nesse texto, que já existia desde 74, esta Legislação trazendo a possibilidade dessa contratação. Na sequência, trazemos aqui um esclarecimento que é muito importante, que a gente percebe que há uma confusão muito grande entre o contrato por tempo determinado, o contrato de safra e a situação do temporário. Esse esclarecimento foi feito pelo Dr. José Pastor, jurista, onde ele esclareceu para todos que, na verdade, essa situação do trabalho temporário é a intermediação pura e simples. O prestador contrata e

remunera, transfere ao tomador do poder de comando, insere-se na atividade tomadora a substituição do pessoal, reforço do quadro, acréscimo extraordinário, e possui regras especiais.

Notem que a situação que está se trazendo aqui é uma situação de mera regularização e de acompanhamento da competitividade, da globalização e da modernidade. Na verdade, como foi bem colocado pelos colegas, o meio rural hoje emprega na mesma medida que o meio urbano, ele tem o mesmo número de trabalhadores, praticamente, tem uma grande quantidade de contribuição para o país. Hoje, o que se comemora na balança comercial, o que se comemora hoje, as exportações, vem da atividade agrícola uma grande parcela e nós não podemos continuar entendendo que a atividade rural deve ser diminuída ou deixada de lado. Ao contrário, ela tem uma enorme importância para o país e deve ser ressaltada.

Na sequência eu trago aqui uma diferenciação interessante, e para gente esclarecer, desde o início, quando a gente fala do contrato temporário, ele existe sim, mas ele trata de pessoa física, contratação direta do empregador. Ele trata também de uma situação limite de dois meses, ou seja, sessenta dias apenas, e esse é o contrato que não precisa anotação em carteira de trabalho, é um contrato direto, mas que prescinde do quê? De negociação com o sindicato da categoria profissional, aí não foi esquecido e nem foi tolhido nenhum direito, está lá, deve fazer parte da negociação coletiva, essa modalidade do contrato temporário da Lei 11.718/2008, aonde havia certa discussão, mas nós estamos trazendo aqui uma proposta que já tem uma matéria sendo discutida na Legislação? Não, não há matéria, essa matéria que está na Lei 11.718 é específica do contrato por dois meses, direto, pessoa física. O nosso contrato de safra também, como foi já dito pelos colegas aqui, ele também é um contrato sazonal, específico para a contratação e para o aumento de trabalhadores de safra, e também traz uma relação direta entre o empregador e o empregado. Tratamos, novamente, de pessoa física também.

Na sequência, por favor. Então, a gente vê o seguinte; que, na verdade, esse projeto não traz de forma nenhuma à discussão a legalização do gato, ao contrário, ele tenta extirpar essa situação e trata para regulamentação dessa situação. Hoje, o que existe... O gato existe por quê? Porque a Legislação não abrigou essa situação. É essa a realidade. Tem que ser feita uma regularização rapidamente, e nós acompanhamos recentemente o Presidente Lula, junto com o Ministro Lupi e outros ministros, comemorando a assinatura do compromisso nacional com o setor sucroalcooleiro, aonde se assinou um compromisso de não mais vincular a atividade da produção com os gatos. Já está se prevendo o quê? Que, na verdade, vai acabar se extinguindo, sim, e se não se extinguir vai ter a legalização da situação.

Esse contrato temporário, a Lei n°. 6019, faz o quê? Tem que estar cadastrado no Ministério do Trabalho, não há como o Ministério do Trabalho, por exemplo, alegar que desconhece. Quem estiver trabalhando dessa forma é clandestino e deve ser processado, julgado e condenado. A Legislação já prevê que devem ser cadastradas no Ministério do Trabalho essas empresas de trabalho temporário, já prevê responsabilidade solidária para o não cumprimento de encargos e a gente começa a enxergar o quê? Que, dentro do princípio da isonomia e da boa fé, hoje não dá para deixar de fora, hoje parte de um pressuposto, também, muito interessante, que é o quê? Na verdade, já se passou da década passada e da anterior a ideia de que havia em tudo fraude, havia em tudo uma ideia da precarização. Na verdade, nós estamos comemorando hoje, o quê? Uma maior legalidade, uma melhoria da documentação. Tanto que o Judiciário, que está aqui representado também, tem visto essa modernização, e está – e eu não consigo enxergar, como foi dito aqui, ações com dois, três empregadores, quer dizer, o empregado jamais fica desamparado – a Justiça do Trabalho está aceitando como responsabilidade subsidiária, em alguns casos até solidária, quem exerce a contratação e escolhe mal o tomador, o prestador de serviço. Já existe essa previsão.

Redução da informalidade e empregabilidade. Com esse projeto, também, nós, tirando a figura do gato – como foi bem dito aqui – nós legalizamos a situação, nós vamos ter pessoas com registro em carteira, pessoas com contratos corretos, com Legislação previdenciária e com a legislação do trabalho sendo garantida. Todos os direitos estão previstos na Lei n°. 6019, não tem direito que não esteja lá. Temos situação de combater a precarização e acesso aos direitos, competitividade, globalização, mão de obra especializada e qualificação. Vejam a dificuldade que é hoje, se nós pensarmos que no meio rural um grande número de propriedades são feitas por pequenas propriedades, e não por grandes latifúndios ou grandes empresas. Essas empresas pequenas, qual é a condição que elas têm de contratar pessoas qualificadas, de atender toda a Legislação nossa com relação ao EPI, com relação ao cumprimento de normas? Muitas vezes não têm. Qual a condição delas de comprar um implemento para fazer uma colheita, por exemplo, de 500 mil ou 1 milhão de reais, em uma propriedade de cinco, dez alqueires, quinze alqueires, quando a gente pode utilizar de uma mão de obra legal registrada

com os direitos garantidos? Ali nós temos o acesso à documentação; o acesso à tecnologia; o acesso à competitividade; temos redução de investimento, não precisamos ficar investindo em tantas máquinas e podemos trabalhar com a figura do prestador; temos segurança jurídica porque, sendo um contrato legal, estamos trabalhando com direitos garantidos, e conhecendo quem são as pessoas, essas pessoas estarão cadastradas no Ministério do Trabalho. A legislação, a Lei 6014/74, já prevê esse cadastro. E nós não podemos admitir, aqui, para discussão, eventual falha ou falta de contingente para poder atender, conferir esse trabalho. Eu até acredito, como foi bem dito pelo colega, que no meio rural é mais difícil o acesso, mas a informação está aí, as entidades são fortes – pena que não sei se o CONTAG está aqui hoje – mas são entidades fortes, as federações dos trabalhadores, os sindicatos. Nós, que estamos participando de mesas de negociação, temos visto que não existe carência alguma, ao contrário, estão muito bem informados e amparam seus trabalhadores.

E nós temos que chegar a eles, não podemos ter o risco de, pensando em mínimos, excluir todos. Essa é a grande máxima, nós não podemos pensar em uma legislação para se preocupar com uma situação específica e momentânea que exista. Em regra, não é essa situação que o país enfrenta hoje. O país está numa modernidade, está atendendo à legislação, e os seus empregadores rurais estão se adaptando com projetos fantásticos sendo desenvolvidos com assessoria, não é admissível mais, hoje, se pensar que estão alheios a tudo.

Proteções para os empregados contratados. Por favor, pode passar. Vejam um exemplo de modernização, e que se alterou a boa fé na relação de trabalho, que é a decisão recente da Portaria n°.107 do Ministério do Trabalho, que transforma, que aceita que o EPI, por exemplo, que é uma documentação do trabalhador para que ele... Um documento para que ele possa registrar o material de trabalho dele, seja feito até eletrônico. Nós já estamos numa evolução, não dá para se imaginar, hoje, dentro do princípio da primazia, da realidade, dentro do princípio da verdade real que existe na Justiça do Trabalho, no direito de trabalho, nós não podemos pensar hoje que um papel vai modificar a relação. O que importa é a situação fática mesmo, o papel só ajuda na relação, e está aqui o mundo moderno. O governo e o Ministério do Trabalho aceitando que seja feito o documento através de meio eletrônico, e não mais simplesmente formal.

Nós já temos, também no TST, o enunciado 331, que prevê, especificamente, que está autorizado o trabalho temporário. Então, ele não permite a contratação por interposta pessoa, salvo no caso do trabalho temporário, Lei n°. 6019. Isso não é um fato novo, nós só estamos regulamentando e trazendo para a atualidade quem foi excluído todos esses anos. Já prevê, também, no inciso IV do enunciado do TST, que implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço. Vejam que já está previsto que essa pessoa que foi contratada por essa empresa para prestar serviço numa propriedade rural não será desamparada, não será aquele contratado simplesmente ele, mas é o principal responsável, é ele que tem o controle na contratação e no registro.

Se o empregador escolher mal, o que é que ele tem de responsabilidade? Ele vai ter que pagar, se ele escolher mal. Se ele escolher um bom... Contratou uma boa empresa, prestou um ótimo serviço, atendeu à legislação, qual é a responsabilidade dele? Nenhuma. Era de contratar uma empresa séria. Se essa empresa, de repente, tiver algum problema e não cumprir a legislação, ele já é responsável subsidiário, ou seja, ele não pode ficar alheio à situação. Não é porque se contratou por essa modalidade que se está excluindo, da relação de trabalho, garantias trabalhistas, não. Só está se legalizando essa situação, e facilitando para o Judiciário, para o Ministério do Trabalho, uma situação que está se formalizando, que, até então, poderia se dizer que era informal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem. Um minutinho, eu gostaria, se o senhor me permitir a interrupção de sua fala, mas seria importante, para esclarecimento desta Comissão, especialmente o meu esclarecimento, que o Dr. Adriano Campos Alves, não, desculpa, que o Dr. Marcelo Gonçalves, representante do ministro do trabalho, pudesse rebater a tela anterior. Retorne a ela, por favor. E que o representante do ministério pudesse me falar a respeito dessa argumentação.

SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS: Sobre essa tela?

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sobre a argumentação que o representante da CNA acabou de fazer, com relação a essa tela.

SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS: Veja. Tanto eu acredito que poderei fazer a contra-argumentação quanto também o meu companheiro de Mesa o Dr. Ary. Eu disse, muito claramente, no início da minha exposição, que, apesar de termos uma legislação em vigor que trata da questão... Envolve a questão da terceirização e das empresas de trabalho temporário, esta legislação construída, como se demonstrou aqui na década de 70, ela é extremamente complexa e permissiva, sendo um dos seus aspectos permissivos, primeiro a questão da subsidiariedade na responsa-

bilidade do empregador. Tanto foi assim que a própria Justiça do Trabalho, o TST, criou uma norma específica sobre essa matéria, estabelecendo os limites onde e como poderia ocorrer a terceirização.

Todos aqueles que militam no meio do Direito do Trabalho, os operadores do direito, e mesmo empregadores, representação de trabalhadores, sabem que o próprio enunciado do TST já não mais dá conta de resolver as fraudes e irregularidades que ocorrem no mundo no contrato realidade. Tanto é assim que aquele grupo de trabalho a que me referi no início de minha fala, organizado no Ministério da Justiça e coordenado pelo Ministro Tarso Genro e composto por ministros do TST, concluiu seus trabalhos com assertiva no sentido de que é necessário que o próprio TST reveja a sua normativa em relação à matéria, assim como a necessidade da atualização e modernização dessa legislação.

Senadora Kátia, não é possível que possamos ter a compreensão de que, apesar de termos uma legislação que estabeleça determinados limites em relação a, por exemplo, as empresas de trabalho temporário... Foi dito por um dos expositores que uma das obrigações é que essas empresas, para se credenciarem e atuarem concretamente, teriam que se credenciar, se registrar no Ministério do Trabalho. Óbvio, claro, mas a legislação exigir apenas que a empresa se cadastre no Ministério do Trabalho, sem criar salvaguardas para que o Poder Público possa intervir sob essas empresas quando elas tiverem surrupiando direito dos trabalhadores, nada resolve. O fato de um ente se cadastrar não significa que aquele ente, que hipoteticamente poderia controlá-lo, possa fazê-lo, a não ser que a legislação defina claramente como ele poderá fazer. E, nesse aspecto, a Lei n°. 6019, como eu disse anteriormente, mesmo para o trabalho urbano, não faz isso. A Lei n°. 6019 para o trabalho urbano, atualmente, é extremamente permissiva. E é claro, o enunciado do TST também não pode ultrapassar por demais a própria Legislação em vigor, criada pelo Congresso Nacional. Ele pode, à luz da Legislação colocada pelo Congresso Nacional, estabelecer os seus parâmetros, mas ele não pode contrariar uma lei permissiva aprovada pelo Congresso Nacional.

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Dr. Henrique, por favor, continue a sua... Muito obrigado, doutor. E, Dr. Henrique, continue a sua exposição.

SR. HENRIQUE WILIAM BEGO SOARES: Por favor, se puder passar para o próximo. Então, vejam que, na verdade, hoje, o prestador de serviço ou a empresa contratada de trabalho temporário é visto como um parceiro, ele não é mais essa pessoa distante. Essa discussão que nós estamos tratando aqui, até das probabilidades subsidiárias, e essa situação de ser um contrato temporário deixa muito claro para mim um exemplo que um agricultor usou uma vez, dizendo que, na verdade, nós não podíamos impedir de fabricar facas porque um cidadão matou alguém com uma faca. A faca é utilizada para muitas coisas, para passar manteiga no pão, para cortar carne, para fazer vários trabalhos. E não é porque, de repente foi mal utilizada em algum momento que nós podemos extinguir a faca. E nós temos que tomar muito cuidado nessa discussão, quando nós falamos que ela é permissionária, desculpe, quando ela é prejudicial, que na verdade ela não é. Em regra, o escopo dela é regularizar, é formalizar, é acabar com a precarização, é regulamentar uma situação, que foi bem dita aqui, de que as empresas já estão participando dos processos judiciais, as empresas já estão participando dos processos e o trabalhador efetivamente não está tendo prejuízo. Ele está recebendo, se o contratante dele não foi bom, o Judiciário não autoriza isso, ele vai lá, atende, a fiscalização do Ministério do Trabalho autua, fiscaliza e denuncia.

Por favor, o próximo. Também quando a gente fala em redução de informalidade, como eu falei, nós vamos abrir novos postos de trabalho, porque o meio rural hoje tem essa dificuldade, de como fazer e quando fazer, fazer na clandestinidade. Nós vamos estar legalizando uma situação, vamos estar aumentando a qualificação profissional, exigir que um empregador rural pequeno tenha o mesmo nível de qualificação, de especialização, de atendimento, por exemplo, em um agrotóxico, em um herbicida. Que você não possa utilizar de outra mão de obra especializada e que não possa ser atendido, é deixar de lado, e isso não se permite no mundo competitivo. Melhoria de empregabilidade, como já lhes disse, e garantia de direitos. Próximo, por favor. Eu quero transmitir para vocês aqui uma mensagem, que eu participei do compromisso nacional que foi feito em Brasília, do Presidente Lula, onde ele fala dessa realidade nossa, a preocupação.

Pelo jeito estamos com dificuldade de áudio. Eu acho que vou prosseguindo, se o pessoal puder fazer o teste de som, ver se baixa o arquivo de som também, que está aí. Mas nesse dia... Se puder voltar, pessoal, fazendo favor, agradeço a atenção. Retornar no vídeo desde o início.

[exibição de vídeo]

> "Que o Brasil tenha virado o maior exportador de carne do mundo, o maior exportador de minério de mundo e, muitas vezes, governantes europeus convidavam trabalhadores brasileiros para ir lá dizer isso. E muitas vezes

nós, inocentemente, íamos para os outros governos, para falar mal do nosso país achando que estava ajudando. E agora nós sabemos que temos adversários no campo comercial para enfrentar...".

"E muitas vezes governantes europeus convidavam trabalhadores brasileiros para ir lá dizer isso e muitas vezes nós, inocentemente, íamos para os outros governos, para falar mal do nosso país achando que estava ajudando. E agora nós sabemos que temos adversários no campo comercial para enfrentar, nós sabemos que temos. Ninguém se conforma que o Brasil tenha virado o maior exportador...".

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu vou pedir ao nosso expositor que continuei a sua apresentação, porque o áudio do vídeo está comprometido, muito baixo, e que a equipe técnica possa passar à frente.

SR. HENRIQUE WILIAM BEGO SOARES: Se puder passar para o próximo slide. Nesse dia, o Presidente Lula, na verdade, advertiu para que nós não ficássemos preocupados no sentido de valorização, pura e simplesmente, das nossas mínimas falhas e pudéssemos valorizar o que nós temos de bom para o país. Os números – como foi dito nessa mesa aqui – de números de carteiras de trabalhos registrados, números de empregos do país, são comemorados dia a dia, e muitas vezes nós ficamos batendo em cima de exemplos mínimos de precarização e de falta de atendimento. O presidente chegou a dizer no dia, e foi publicado na agência Brasil, que o trabalho, por exemplo, naquele setor, que é um setor de cana, é pesado, mas é menos pesado do que trabalhar numa mina de carvão, que foi o que transformou o seu país em uma potência, referindo-se ao desenvolvimento das nações ricas. Tirem o seu dedo sujo do combustível fóssil do nosso combustível limpo, senão fica acusação por acusação.

É muito fácil nós ficarmos fazendo um discurso de que está tudo errado, que a situação está ruim, quando, na verdade, não está ruim. Nós temos uma situação muito boa, temos um Judiciário aparelhado, temos um Ministério do Trabalho aparelhado, nós verificamos que, nas situações mais longínquas, aonde o Estado ainda não conseguiu chegar, aí sim, pode ter uma dificuldade, mas nas localizações melhores, onde existe urbanização, onde existe a lei, o Estado está próximo, escutamos já aqui que não temos esse tipo de carência. Não temos essa relação e essa dificuldade.

Por favor, próximo. Também não posso me esquecer de dizer aqui que o Estado e as entidades privadas, como a gente disse aqui hoje, atividades urbanas que estão previstas na lei de contrato temporário, já estão se beneficiando disso há muitos anos. Basta a gente verificar Petrobras, basta a gente verificar CSN, Telemar, construção de estradas, coleta de lixo, transporte público, recebimento de taxas, impostos; já existe essa situação em todo o país e nós vamos ficar, às vezes, segurando para o meio rural, que é um meio que está envolvido totalmente com a atividade, com a competitividade, e porque não dizer, com a soberania do país. Nós temos hoje um grande número de grupos internacionais comprando terras e entrando no país, temos interesse dessas nações de entrar aqui, porque lá, particularmente, já encerraram com praticamente tudo que eles tinham, desde meio ambiente até relação de campo, têm uma dificuldade muito grande e nós temos esse privilégio. Nós ocupamos de 15% a 20%, salvo melhor juízo, da nossa área agricultável, quando eles ocupam, por exemplo, os Estados Unidos, 80% a 90%. Então, eles já estão no limite e nós não, nós temos uma grande condição e não podemos ficar entravados com uma legislação que deixa de fora o mercado rural e gera a informalidade e a precarização que foi dita aqui, que está sendo combatida pelo Judiciário.

Na verdade, nós estamos legalizando e teremos condições de enxergar essas pessoas quando cadastradas no Ministério do Trabalho. Temos condições de analisar recolhimentos, temos condições de responsabilizar subsidiariamente e se houver fraude ou dolo, solidariamente. Por favor, o próximo. Já trouxe esse slide aqui, mas gostaria de passar para o próximo slide, já trouxe esse assunto anteriormente. E trago para discussão também aqui uma fala do Márcio Pochmann, do Ipea, Instituto de Pesquisas Econômicas, durante o Seminário Internacional SINDEEPRES, Terceirização Global a Pesquisa Inédita, a Transnacionalização da Terceirização na Contratação do Trabalho. O Márcio Pochmann fala que o futuro depende de definirmos o que queremos ser daqui a dez anos. Isso ele falou em 2006, a terceirização é uma realidade que não tem volta, não adianta nós ficarmos insistindo que não dá para terceirizar, já trouxe os exemplos do Estado, trouxe o exemplo das atividades privadas. O que nós precisamos é regularizar, formalizar, documentar essa situação e não deixá-la na forma clandestina. Já existe isso no mundo competitivo, trabalhamos hoje com nossas fronteiras com a Argentina, o exemplo que foi dado foi pelo colega, de Córdoba, é um exemplo que trata das relações negociais que trariam as nossas comissões prévias aqui, hoje, para discussão. De fato, na Argen-

tina, nos outros países, existe uma relação muito mais próxima, mas por questão também de área, por questão das distâncias. Eles também têm dificuldades, e estão resolvendo as suas relações, mas na Argentina, propriamente dito, o cidadão que está trabalhando na sua propriedade ele tem uma pessoa colhendo com um trator que não é dele, com um trabalhador que não é dele, ele tem uma pessoa passando veneno que não é dele, porque já existe uma legislação clara, que diz que a responsabilidade é subsidiária. Já existe essa legislação, então essa relação não precisa ser clandestina, não precisa ser escondida.

Por favor, próximo. Gostaria de trazer à discussão e deixar para análise de vocês que nós só vamos conseguir crescer se nos reunirmos, se ficarmos juntos, para ter progresso, trabalharmos juntos, precisamos entender que o meio rural não pode ser deixado de lado. Foi bem dito aqui que existe uma legislação especifica sim, mas para a situação específica, essa situação desse contrato não se mistura com a Lei n°. 11.000, é a situação do contrato 60 dias, não se mistura com o trabalho sazonal, trabalho de safra, é uma relação que permite que o empregador rural, assim como o urbano hoje, tenha competitividade, tenha acesso, sem deixar de lado os direitos dos trabalhadores. Cabe ao Estado fiscalizar, cabe ao Judiciário processar, cabe ao empregador cumprir, a situação da relação da função social da propriedade é muito clara, mas já está também sendo desmitificada hoje, já estão sendo evitados os abusos que houve no início dessa legislação. Com certeza é um debate grande e longo, e que não se permite que com a simples fiscalização e constatação se tire a propriedade do produtor rural. Se a gente for pensar em função social da propriedade, nós temos a função social da empresa, nós temos a função social do Estado, todo mundo tem função social, e a agricultura não pode ser penalizada em um mundo competitivo e global como é hoje.

Acho que o projeto, da forma que está, só atualiza, traz para a realidade, da legislação que estava sendo excluído o rural. Entendo que ele deve ser aprovado, Senadora, entendo que ele não tem grandes modificações e que toda legislação, como está posta hoje, com subsidiária, já garante os direitos dos trabalhadores. Eram essas minhas considerações, espero ter contribuído e deixo para Mesa quaisquer dúvidas. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Dr. Henrique, representante da CNA. E eu gostaria de pedir ao Dr. Adriano que se acomodasse na primeira fila, por favor, apenas para que a Dra. Débora Tito Farias pudesse fazer a sua apresentação, mas isso não impede... É por causa do microfone, porque senão não dá para ela falar. E depois nós voltamos, e o senhor continua participando do debate, conosco, posteriormente. Muito obrigada. Dra. Débora Tito Farias, Procuradora do Trabalho, representante do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, ANPT, Sr. Fábio Leal Cardoso. 20 minutos, por favor.

SRA. DÉBORA TITO FARIAS: Pessoal, bom dia. Peço desculpas pelo atraso, os aeroportos de Brasília são sempre uma caixinha de surpresas. Eu vou ser mais breve, acredito, Senadora, do que esses 20 minutos. Não vou entrar na questão da terceirização em si, porque eu acho que o Marcelo Campos, com quem eu tenho bastante afinidade de entendimento, já falou sobre isso.

Nós, do Ministério Público do Trabalho e da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, somos contra esse projeto. Por quê? Não vamos entrar aqui, Marcelo, nesse ponto, por enquanto, nem na questão da terceirização, até porque o Ministério do Trabalho e Emprego já falou muito bem sobre isso. A gente precisa entrar no mérito aqui, é de se o Brasil precisa de mais um projeto de lei que torne por prazo determinado o trabalho rural. Não se trata aqui de uma preocupação, como já vi em entrevistas, de nível de precarização. A questão é; o trabalhador rural brasileiro já é muito sazonal, o trabalhador rural brasileiro já tem muito a questão da safra de ser ora empregado, de estar ora empregado e ora não empregado. A preocupação do Ministério Público do Trabalho, nesse momento, é mais um instrumento legal, que torne, por prazo determinado, o trabalho rural. As discussões que a gente trata tanto no âmbito do trabalho rural quanto do próprio trabalho escravo – que aí já é uma coisa mais profunda, não é isso que gente quer trazer aqui hoje – é o que o trabalhador rural brasileiro precisa é ser fidelizado no campo.

O que é que os movimentos sociais mais cobram da gente? Precisamos de medidas que não empurrem esse trabalhador para a área urbana, precisamos de medidas que o trabalhador do campo se sinta realmente feliz por estar no campo, tenha orgulho de estar no campo. Então, sempre que as ações, tanto do Ministério do Trabalho e Emprego quanto do Ministério Público do Trabalho... Às vezes tento pensar, por exemplo, em moradia. Vamos pensar no Nordeste, eu sou de Pernambuco, moradias de taipa. Vamos chamar Caixa Econômica para construir prédios nos entornos da cidade. Os movimentos sociais chamaram a atenção para a gente, no início dessa movimentação, e disseram: "Vamos construir favelas nos arredores da cidade, doutora, não é isso que a gente quer". A gente precisa que o trabalhador do campo, a educação vá

para o campo, a boa moradia vá para o campo, para que esse trabalhador não seja empurrado, para que ele tenha orgulho de ficar no campo.

Então, a nossa metodologia de seis, sete anos, para cá tem sido: que medidas podem fazer com que o trabalhador rural sinta o orgulho de estar no campo, a educação vá para o campo e o trabalho seja realmente contínuo. O que é que a gente sofre, por exemplo, com safrista? O safrista da cana-de-açúcar, por exemplo, no Nordeste, tem emprego de setembro a fevereiro; no centro-sul tem emprego de fevereiro a setembro; e na entresafra? O que é que acontece na entresafra desse rurícola, gente? É o grande desafio hoje no setor sucroalcooleiro, ao ver das instituições que estão do lado do trabalhador. Então, mais um projeto que vai trazer uma possibilidade de ser um trabalho temporário, eu não entro nem na questão da terceirização, embora concorde com tudo que o Dr. Marcelo Campos falou. Eu entro na questão de você trazer mais um instrumento para que o trabalho rural seja por prazo certo. O que é que vai acontecer? Uma empresa com base na Lei 6.019 vai poder contratar trabalhadores rurais nos picos de produção. Todo mundo aqui pense em qualquer plantio: soja, algodão, milho, cana... Todas elas têm picos de produção que todos aqui sabem, não é uma coisa atípica, não é uma coisa que não é planejada.

Então, você vai permitir sempre que, nos picos de produção, no auge da moagem, por exemplo, do setor, você contrate trabalhadores temporários. Nós vamos criar, Marcelo Campos, a meu ver, uma legião de peões por trecho, que é o que no trabalho escravo – aqui eu vou puxar um pouquinho para o trabalho escravo, mas eu sei que não é o foco – é o que a gente tenta combater, que são aqueles trabalhadores que, em busca de um emprego, terminaram perdendo o vínculo com a família. Imaginemos um trabalhador que saiu de Açailândia, no Maranhão, e foi aliciado para uma fazenda no Pará, terminou escravizado e foi resgatado. Há quanto tempo ele já está rodando pelo Brasil atrás de emprego, que ele já perdeu o vínculo com a família. Então, quando você chega para esse trabalhador e pergunta: "De onde você é?", ele diz: "Eu sou daqui". "Mas você nasceu onde?" "Eu nasci no Maranhão", mas não tem mais família. Então, são pessoas que essa sazonalidade do trabalho rural já empurrou tanto para o mundo que ele já perdeu o vínculo com a família. Então, essas pessoas ficam sendo chamadas de peões de trecho, porque elas ora estão cortando a raiz, limpando a raiz para o café lá em Barreiras, em São Desidério, na Bahia, ora elas estão cortando cana lá no Mato Grosso, ora elas estão produzindo carvão vegetal lá no Pará. Então, são peões de trecho. Mais um instrumento no ordenamento brasileiro, para deixar esse contrato por prazo determinado, a gente é contra. Eu acho que... Nós achamos que tem que ser implementada nova Legislação, mas para evitar essa sazonalidade. Medidas que façam com que o trabalhador rural realmente seja fidelizado no campo, medidas que realmente façam com que o trabalhador rural seja por prazo indeterminado. Aliás, a luta atual, principalmente pelo foco que está o setor sucroalcooleiro – todos nós aqui sabemos que esse setor está no foco – a luta tem sido o contrário disso aqui. A luta tem sido indeterminar o contrato dos safristas, ou pelo menos implementar ações que, na entresafra, produzam não uma rescisão do contrato do trabalho, mas uma suspensão do contrato de trabalho como já existe na defesa.

Então, além da questão da terceirização, como o Marcelo Campos já ponderou, nós também somos contra esse projeto porque seria mais um instrumento, a nosso ver, de trazer para o trabalhador rural o que ele não precisa, que é trabalho por pouco tempo. Ele precisa realmente de ações que os fidelizem no campo, e o ideal seriam contratos por prazo indeterminado. Outra reticência que a gente vê é que o contrato por prazo determinado, da Lei 6.019, por ser um contrato de trabalho por prazo certo e tem um fim previsto, ele não vai dar direito aos 40% do FGTS e ao seguro desemprego, por quê? Porque não se trata de uma rescisão injusta, mas sim, de uma rescisão programada, prevista. Então, a nosso ver também, esse trabalhador rural ia perder em termos de verba rescisória. Então seriam essas as questões. Principalmente a questão do prazo determinado, e a questão da perda de verbas rescisórias mesmo. Por exemplo, existe essa informalidade hoje, que o Dr. Henrique falou? Existe, mas essa informalidade não vai ser com contrato temporário, a nosso ver, que ela vai ser erradicada. O que a gente vê, com isso, é que, se hoje a fiscalização chegar ao local que tem muita informalidade, e se encontrar algum tipo de degradância, vai assinar a carteira, reconhecer os direitos trabalhistas, pagar as multas rescisórias e, dependendo do caso, liberar o seguro desemprego. Se contratar pela 6.019 não vai ter nada disso, vai ter os 90 dias, os prazos de prorrogações, toda aquelas hipóteses que a gente sabe da lei.

Então, para o trabalho rural, a gente entende que o que o Brasil precisa são de medidas que tornem o trabalho mais indeterminado possível, que fidelizem esse trabalhador no campo, que tragam para esse trabalhador auto-estima. "Sim, eu sou um trabalhador rural, sim", deixar de ser uma vergonha ser um trabalhador rural. Que a educação vá para o campo, que os direitos trabalhistas vão para o campo, e não medidas que terminem empurrando esse trabalhador

daqui para lá, porque isso a gente já tem na prática, hoje. Era isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Dra. Débora. Eu gostaria de passar a palavra para o Dr. Antônio Lucas, está presente? Dr. Antônio Lucas, Diretor de Assalariados Rurais da CONTAG, representante do presidente da CONTAG, Sr. Alberto Ercílio Broch. Com a palavra, por 20 minutos.

SR. ANTÔNIO LUCAS: Bom dia para todos e todas. Cumprimentar aqui a Senadora Kátia Abreu, os demais componentes da Mesa, em especial aqui o Dr. Marcelo, que trabalhamos muito, juntos, nas questões do Ministério do Trabalho.

Bem, nós da CONTAG, já não é a primeira vez que, nessa Casa, dentro do Congresso Nacional, a gente tem feito posição contrária à extensão da Lei 6.019 para o meio rural e, sem entrar aqui nos argumentos técnicos que foram feitos aqui, porque não é a minha praia, eu não vou falar aqui de coisas que... Eu sou um trabalhador rural, mas a gente conhece um pouco da realidade do campo, por viver no campo e ter sido cortador de cana por dez anos da minha vida. Então, conheço bastante essas coisas. Quero dizer o seguinte; o contrato de safra atual, para nós, já fragiliza bastante a relação de trabalho, e traz consequências, inclusive, por quê? Você tem o trabalho por tempo indeterminado e na mesma empresa, para o mesmo trabalhador, para a mesma função, você tem um contrato de safra. No final da relação, um tira X direto e o outro, outro. Essa já é uma realidade que, para nós, incomoda. Nós gostaríamos que, como a atividade é uma atividade permanente, o contrato deveria ser um contrato mais permanente e permitisse para nós, então, adquirir, além dos direitos inerentes ao contrato, os direitos previdenciários, porque essa fragilização vai nos prejudicar no futuro com relação aos direitos previdenciários, não tenho dúvida disso, já está prejudicando.

A realidade da cidade para qual essa lei foi criada e tem sido aplicada é bastante diferente do meio rural, em vários aspectos. Não vou entrar em detalhes porque aqui tem gente muito mais competente do que eu para saber as diferenças, que já foram, inclusive, comentadas aqui por algumas pessoas que já me antecederam. Isso também, a extensão dessa lei para o meio rural, ela vai fragilizar mais ainda. E foi dito aqui, pelo Dr. Marcelo. Dr. Marcelo, eu acho que a crítica de dizer que o movimento sindical é fraco... É fraco porque tem várias consequências que nos deixam fracos, nós poderíamos ser fortes, mas várias consequências... Uma delas é exatamente a fragilização da contratação, você organizar um trabalhador que vem do nordeste aqui para o sul e que fica seis meses, organizar ele no sindicato, e que depois volta e que também migra dentro do Estado, não é um desafio tão fácil assim organizar esses trabalhadores dentro do sindicato. É bastante complicado. Então, a forma de organização de trabalho hoje no meio rural foi que contribuiu, e muito, para nos fragilizar. Essa é a grande verdade. Nós não somos fracos porque queremos ser fracos não, nós buscamos todos os dias nos fortalecer, a nos organizar. Temos demonstrado isso no Brasil, em grandes movimentos, que a gente tem feito para chamar a atenção para isso. Agora, não é fácil. Você tem uma contratação, uma rotatividade muito grande da mão de obra no campo. E para nós, da CONTAG, os instrumentos existentes hoje já permitem muito bem essas atividades agrícolas, ganhar bastante, porque nós temos dado a nossa contribuição quando trabalhamos em um sistema de produtividade, competindo com máquinas, nós temos dado a nossa contribuição quando nós temos ganhado baixos salários, tem pesquisa do Dieese que demonstra isso. Nos últimos cinco anos os salários nossos vêm só caindo. Melhorou agora, porque o salário mínimo melhorou, e aí a gente acaba acompanhando isso. Que coisa boa que nesse país aconteceu, para nós, que o salário mínimo realmente, além do aumento, tem ganho real, porque se não fosse isso, nós estávamos com os pisos salariais talvez igual ou abaixo do salário mínimo, ideal para manter a família da gente.

Então, para nós, nós não vamos entrar aqui, claro, poderemos fazer isso num outro momento, mas aqui eu não quero entrar nos argumentos técnicos feitos, porque eu não sou nenhum advogado, e não quero me meter em questões que tem outras pessoas mais competentes do que eu para fazer. Mas, a princípio, é isso. Nós já discutimos isso tantas vezes, inclusive na criação que o senhor citou aqui, daquela Medida Provisória n°. 410, que se transformou na Lei 11.718/2008. Nós fomos criticados porque ali todo mundo estava dizendo que nós estávamos abrindo a porta para flexibilização. Pagamos um preço muito caro, a sociedade nos cobrou, juízes, procuradores, cobraram muito da gente, o Ministério do Trabalho cobrou da gente, mas nós acreditávamos que ali era uma demanda que não é só nossa. Era o nosso dia a dia, era uma demanda do dia a dia, porque o empregador dizia para nós o seguinte; como nós vamos assinar a carteira de um trabalhador que colhe tomate no centro-oeste durante uma semana e já muda para outro? Aí nós aceitamos, então, criar uma lei que permitisse isso, para tirar de uma relação informal e trazer o trabalhador para uma formalização. Esse era o objetivo nosso. Estamos tentando agora ver se esse objetivo vai ser cumprido. Eles também demandavam isso para nós, e o próprio

trabalhador dizia; o período é muito curto, então, você fica pulando, assinar a carteira aqui e ali. Como é que vai ser esse processo? Nós criamos um instrumento. Existe um instrumento hoje que permite fazer isso, de uma forma bem tranquila e clara, se quiser cumprir a lei tem como a gente cumprir. O grande problema dos trabalhadores rurais hoje no meio rural é descumprimento de legislação, e se a gente quer fazer a coisa para competir com o mercado internacional, com os produtos, nós precisamos cumprir a legislação, primeiro. Não é mais um instrumento... Portanto, criar esse instrumento para nós, nesse momento, viria mais prejudicar e isso não é uma demanda dos trabalhadores rurais, com certeza. Eu estou na CONTAG há cinco anos, ando o Brasil inteiro, essa não é uma demanda dos trabalhadores rurais. Nenhum sindicato, nenhuma federação demandou para a CONTAG, isto. Então, portanto, nós somos contrários. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, representante da CONTAG, Sr. Antônio Lucas. E deixo a palavra aos Srs. Senadores, se alguém quiser fazer uso da palavra, sobre a extensão do contrato temporário também para o campo. Já é permitido para as empresas nas cidades. Nós queremos que estenda para as empresas rurais, também, a contratação temporária para a atividade meio ou para a atividade fim em caso, apenas, de substituição eventual. Senador Valter Pereira gostaria de se manifestar?

Bom, enquanto os senadores possam ouvir e ler o material que foi aqui distribuído, eu gostaria de perguntar... Sinceramente, dá até um certo desânimo. O preconceito com relação ao campo é alguma coisa extraordinária, é uma coisa impressionante. Como se tem preconceitos com relação ao empresário rural neste país. Eu sou presidente, também, da CNA, tenho esse privilégio, além do privilégio de ser Senadora, e tenho enfrentado muitos preconceitos por alguns setores da economia – por alguns setores da economia, não, desculpem – por alguns setores da sociedade. Ainda pensam que nós estamos vivendo numa época da idade da pedra, aonde o agronegócio era inexistente na realidade, nós tínhamos uma produção rural, sem tecnologia, sem desenvolvimento, mas hoje eu presido uma entidade de produção rural moderna, eu defendo produtores rurais de bem, eu não represento pessoas de má-fé. Pessoas de má-fé é questão de polícia, de delegado de polícia, é questão do Judiciário, é questão do Ministério Público, eu me recuso a fazer leis para os desonestos, eu faço leis para as pessoas de boa-fé.

Claro que essas legislações aqui executadas, votadas, precisam ter mecanismos de aprimoramento, para que essas leis possam, de fato, serem cumpridas, para que haja o rigor no cumprimento dessa legislação. Agora, permitir que o empresário urbano possa contratar por trabalho temporário e o empresário rural não, é o fim dos tempos. Nós estamos em uma empreitada dura junto com o Governo Federal, junto com o Ministério da Fazenda, junto com a Receita Federal, com o Banco do Brasil, com o Ministério da Agricultura. Nós estamos trabalhando há oito meses na tentativa de estimular os produtores rurais a se formalizarem, a deixar de serem pessoas físicas para serem pessoas jurídicas, para que essa profissionalização possa ajudar na formalização do setor, tanto do patrão... Quando eu digo da empresa eu estou estendendo a questão ambiental, eu estou estendendo a questão trabalhista, eu estou estendendo a questão fundiária, porque o cidadão que pretende ser transparente demonstra, a todo o momento, que quer cada vez mais a transparência legislativa, que ele pretende cumprir o seu papel.

E eu quero dizer ao amigo da CONTAG, Antônio Lucas, que vocês não erraram em aprovar e concordar com a 11.718 não, vocês fizeram bem aos trabalhadores do Brasil, porque nós estamos permitindo a formalização desses trabalhadores, para que, de fato, eles possam ter os seus seguros adquiridos, os seus direitos adquiridos. Nós vivemos em um mundo real, Antônio Lucas. Você fez correto, seus trabalhadores estavam sem direitos, porque é uma tradição neste país que, infelizmente, não observam as boas práticas, nem no campo e nem na cidade. Querem fazer leis de cima para baixo sem obedecer à prática que acontece no campo. Pessoas que nunca colocaram o pé na roça e não sabem como é que funcionam as coisas por lá. Agora, vocês da CONTAG sabem, e eu tenho certeza que vocês não serão cobrados, e não foram cobrados pelos seus trabalhadores. Vocês podem ficar com a consciência tranquila, porque vocês vão contribuir, contribuíram nessa votação, que ainda foi imperfeita porque impôs a convenção coletiva, e nós sabemos que a convenção coletiva é muito útil, mas não é uma prática brasileira para os vaqueiros, para os tratoristas, para os colheitadores de hortaliças, de frutas deste país. Convenção coletiva é uma prática saudável nas usinas de açúcar e álcool, nos plantadores de laranja, nos plantadores de café, mas não é uma prática nacional. Infelizmente, a lei ficou imperfeita porque muitos ficaram de fora dessa formalidade, porque eu nunca vi uma convenção coletiva de vaqueiro. Vai ser a coisa mais feliz da minha vida o dia que eu puder assistir. Um dia nós chegamos lá, mas nós ainda estamos longe disso acontecer. Não há essa prática, não há esse hábito, não é usual. Agora, eu quero perguntar para a Dra. Débora, procuradora do trabalho. A senhora fez

aqui uma exposição social, e nós estamos aqui discutindo uma lei que pretende ser pragmática. Então, a senhora me perdoe, que eu, pessoalmente, gostaria de nesse momento dispensar os seus conselhos sociais com relação à educação e à saúde, porque não é este o fórum. Essa é uma luta de todos nós, a CNA, por exemplo, criou o observatório das desproteções sociais do campo, aonde nós estamos encontrando monstruosidades com relação ao trabalhador rural. E que eu nunca vi o Ministério Público mencionar, o Ministério Público do Trabalho. Eu vejo o Ministério Público do Trabalho fazendo bem o seu papel na fiscalização trabalhista, da documentação, com relação à carteira, aos direitos do trabalhador. Agora, saúde e educação, nós, patrões do país, também sentimos falta, e cabe à ação do Ministério Público pela ausência de um médico no posto de saúde na zona rural, e eu nunca vi uma ação do Ministério Público nesse sentido. Eu nunca vi uma ação do Ministério Público pela esculhambação, desculpe o termo, não tem outro nome para dar às escolas rurais deste país. Elas nem sequer foram incluídas no IDEB, o IDEB é o instrumento do MEC para medir o nível das escolas, claro que não ia incluir as escolas rurais, estão em petição de miséria, estão em petição de miséria. Eu nunca vi uma ação do Ministério Público do Trabalho, como a senhora veio aqui reclamar, da questão da educação, cabe também à senhora, acionar o ente federado... Quando eu terminar, eu ouvi a senhora, atentamente, todo o seu pronunciamento. Depois a senhora terá, claro, aqui é uma Casa democrática, a senhora terá todo o tempo para fazer a sua manifestação. Então, os vazios institucionais são monstruosos. Nós vamos publicar agora, nos próximos dias, um trabalho que nós fizemos no campo. Fizemos 1.800 exames de câncer de colo de útero em dois estados do Brasil, no Piauí e no Tocantins. Mil e oitocentos exames, a CNA e o Senar fizeram, e nós encontramos 1.600 mulheres com infecção uterina. Eu nunca vi uma ação do Ministério Público do Trabalho para proteger esses trabalhadores nesse sentido.

Então, eu quero aqui já aproveitar que a senhora demandou sobre a questão social, que a senhora demande para o ente federado, e não para a empresa rural. Essa não é uma obrigação da empresa rural. Nós fazemos e levamos as mulheres rurais para fazerem os seus pré-natais, levamos para tomar vacina, levamos as nossas crianças à escola quando o transporte não vem, fazemos isso de bom grado, por responsabilidade ética e moral, mas não que isso, constitucionalmente, seja a nossa obrigação. Nós somos obrigados, a cada 50 crianças, na empresa, ter a escola dentro da nossa propriedade rural, contrariando a Constituição Federal, porque na Constituição é claro que são os entes federados, município e Estado, que têm a obrigação de instalar as escolas rurais e urbanas, onde quer que seja.

Agora eu tenho uma pergunta para fazer para a senhora, para que a senhora me responda essa pergunta. A senhora diz que é contra essa lei, porque a senhora não é a favor de qualquer legislação que possa ampliar a sazonalidade, que a senhora prefere a legislação onde o trabalhador possa ser empregado por tempo indeterminado. Isso me parece um pouco óbvio demais, todos nós temos que lutar para a empregabilidade e pelos empregos fixos nas empresas do país. Mas eu quero lembrar à senhora, e quero lhe perguntar, como é que acaba com a sazonalidade no campo? Só se eu mudar o clima, só se eu fizer um requerimento para o céu e mudar o clima deste país. O período de chuva, o período de seca, o período das enchentes, o período que baixa os rios... Porque a sazonalidade ela é um fato climático. Eu tenho o período de plantar e eu tenho o período de colher, minha senhora. Como é que a senhora quer que os produtores rurais fiquem com mil, dois mil, trabalhadores, oito meses do ano, como é o caso da colheita de melancia? Fazendo o quê, minha senhora? A empresa rural, em que pese os empresários do Brasil, está evoluindo na sua questão de responsabilidade social, que todos os patrões do Brasil devem ter, mas a empresa não é governo e nem instituição de caridade, minha senhora. Como é que eu acabo com a sazonalidade climática? Se a senhora não conhece o campo, o campo tem dia de plantar, tem dia da colher, tem dia da aplicar defensivo, tem dia de aplicar cobertura de fertilizante. Como é que a senhora quer que a gente faça isso? Qual é o mecanismo que a senhora sugere, já que a senhora é tão bem entendida dessa questão, e que a senhora luta tanto, eu gostaria de aprender, porque eu também acho importante que o trabalhador fique empregado os doze meses do ano, de preferência no mesmo lugar, mas me explica como é que eu coordeno isso no campo. Qual é a sua opinião? Me dê a sua opinião, a sua experiência tão profunda nessa área, para que não tenha peões do trecho, para que eles possam ficar do dia 1º de janeiro até o dia 31 de dezembro. Por favor, eu gostaria muito de aprender.

SRA. DÉBORA TITO FARIAS: A Senadora está levando as coisas para o lado um pouco pessoal, mas vamos lá.

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Por gentileza, doutora, pessoal não. Eu estou lhe conhecendo hoje, então não é pessoal. Não é pessoal.

SRA. DÉBORA TITO FARIAS: Então, eu não vejo a menor necessidade da agressividade da sua exposição.

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu vim aqui ouvir a sua opinião técnica a favor ou contra uma legislação, e a senhora deu uma opinião social. Então, a senhora me obrigou a ir também por este caminho. Então a senhora é contra a sazonalidade e eu estou lhe pedindo como combater a sazonalidade, uma resposta bem pragmática, se possível.

SRA. DÉBORA TITO FARIAS: Perfeito. Vou começar de trás para frente. Como combater a sazonalidade no campo? Todas as pessoas da área trabalhistas conhecem um art. 476 A, da CLT, que trouxe uma definição, uma alternativa para o defeso. É um artigo que fala da parte de pesca, aquele trecho do ano em que os peixes estão se reproduzindo na Amazônia não pode pescar, porque senão vai acabar o peixe, daqui uns dias ninguém vai ter o que pescar. Esse art. 476 A, da CLT, prevê uma hipótese de suspensão do contrato de trabalho, ou seja, os pescadores não vão poder pescar nesse período indefeso, porque é justamente quando está tendo a reprodução, e nesse tempo eles não são dispensados, eles têm o contrato de trabalho suspenso, ficam recebendo capacitação, escola, dependendo da área, até as próprias normas de segurança. E quem paga essa bolsa é o FAT, que é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, e o empresário não fica com a demanda remuneratória, ele fica apenas tendo que dar esse curso de capacitação. É uma solução que nós temos em Pernambuco, eu vou a campo, eu fiz várias inspeções, tenho várias parcerias, inclusive com o Governo do Estado de Pernambuco, que tem um programa muito interessante, que é nessa linha contra a sazonalidade – que a Senadora está cobrando uma experiência – que é o "chapéu de palha", não sei se alguém tem conhecimento do "chapéu de palha". Então, como combater essa sazonalidade? Certo, o clima realmente não dá para plantar cana-de-açúcar o ano todo, não dá. Como combater essa sazonalidade? Com a suspensão do contrato de trabalho, que o Ministério do Trabalho e Emprego tem verba, não tem limite, três usinas lá em Pernambuco – talvez o Marcelo Campos já tenha outros exemplos – três usinas em Pernambuco, há dois anos, lançam mão dessa suspensão do contrato de trabalho na entresafra. Então, para combater essa sazonalidade sem ter que deixar o trabalhador sem emprego, Senadora, o que é que pode ser feito? O que é uma solução? Uma das que os movimentos sociais pensam, e lá em Pernambuco três usinas já fazem. Quando acaba a safra os trabalhadores não são dispensados, os trabalhadores têm o contrato de trabalho suspenso, nesse período de cinco meses da entre safra eles não estão podendo moer nada porque a natureza tem que recuperar e etc., justamente a entresafra. Eles ficam tendo cursos de capacitação e alfabetização, com uma bolsa qualificação que quem paga é FAT, o Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego, que é o Fundo de Amparo ao Trabalhador. Então, o FAT paga essa bolsa, o trabalhador fica recebendo a capacitação e quando volta a safra o contrato volta a ser o que era antes.

Outro exemplo de combate a essa sazonalidade. O governo de Pernambuco, sem verba do FAT, sem verba do Governo Federal, tem o "chapéu de palha", que era um projeto do governo Miguel Arraes e agora o neto dele, Eduardo Campos, que é o governador de Pernambuco, se apropriou. O que é o "chapéu de palha"? Na entresafra os trabalhadores se cadastram no Governo do Estado, ficam ganhando uma bolsa, que, infelizmente, não é um salário mínimo ainda, são 270 reais para ficar tendo alfabetização. Então na entresafra eles param de cortar cana, mas eles ficam tendo atividades de alfabetização até retornar a safra e voltar a trabalhar. Então, essas medidas são ideias que se casam com a função da propriedade. Vejam que, nesses exemplos que eu dei, o empresário não ficou onerado. Então, são exemplos que casam com a constituição da função social da propriedade e mitiga esses efeitos que a sazonalidade causa no trabalho do rurícola. Porque qual é a grande dificuldade que um operador do Direito do Trabalho encontra para aplicar a Lei 6.019? A Lei 6.019 é uma lei urbana, porque aplicá-la no meio rural? Porque o meio rural é diferente, são dois pesos e duas medidas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Para concluir, Dra. Débora; para concluir, por favor.

SRA. DÉBORA TITO FARIAS: E eu não tinha o menor intuito de fazer aqui uma exposição social, é uma exposição de quem pretende apoiar... O que é que a gente está aqui, hoje, na posição do Ministério do Trabalho?

SR. SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A senhora me permite um apartezinho?

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Senador...

SRA. DÉBORA TITO FARIAS: Deixa eu só terminar, Senador Valter Pereira. O que o Ministério--

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Por gentileza. Por favor, eu que dou a palavra e eu que tiro a palavra. Então, por favor. Eu preciso aqui organizar. Nós vamos começar aqui uma apresentação de motivos do Dr. Toffoli para o Supremo Tribunal Federal, ele vai ser inquirido pelos Srs. Senadores, e

nós já estamos 34 minutos atrasados. Então eu gostaria de passar a palavra para o Senador da República Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em cima do que ela está expondo, veja o seguinte. Eu acho que a experiência que V. Exa. traz à colação não difere muito do texto da proposta. E veja o que é que diz a proposta. O que V. Exa. propõe é que seja aproveitado o tempo da sazonalidade, o tempo da falta de produção, em outra atividade, no caso seria atividade educativa. A proposta diz o seguinte: "Compreende-se como emprego de trabalho temporário a pessoa física ou jurídica, urbana ou rural, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outra empresa". Quer dizer que ela não está promovendo o desemprego, ela está apenas valendo-se de um instrumento para não dispensar, certo? E também não sofrer o ônus, porque imagina V. Exa., também, se nós adotarmos essa moda, se essa moda pegar e toda empresa, todo trabalhador, de repente num determinado momento passa por conta do FAT, imagine o que é que será desse FAT.

Nós estamos aqui, na verdade, imaginando que o Estado é a solução de tudo, que o Estado é quem resolve tudo, que o Estado tem um fábrica de dinheiro, que o Estado faz todos os enfrentamentos, não tem problema. Aqui o que está buscando o autor que, aliás, é um homem – eu o conheci demais aqui, e talvez tenha sido um dos maiores amigos, o Senador Ramez Tebet – era um homem extremamente sensível às questões sociais. O que ele está buscando aqui é uma estabilidade no emprego, uma estabilidade de um empregado que fatalmente iria ser demitido, para que a empresa o mantenha no emprego durante a entresafra. Então, eu não vejo aqui muita diferença, a diferença que tem aqui, é que aqui o empresário assume a entresafra e o que a senhora está propondo é que o governo assuma a entresafra. Então, é uma diferença gritante. Eu acho que a solução apontada por V. Exa. não é a solução mais apropriada. Acho que é uma solução que, talvez, para o caso específico do pescador, possa dar bom resultado, porque a atividade da pesca é uma atividade muito típica, nem todo pescador tem vocação para agricultura e não adianta às vezes fazer curso, porque não vai resolver, porque ele é um pescador, alguém que nasceu, que se criou e se educou naquela atividade e não adianta fazer curso. A maior parte desses cursos que a gente sabe é enganação, a maior parte. Eu conheço esses cursos que são oferecidos por essas ONGs, por essas coisas, é tudo enganação, é jogar dinheiro fora. É jogar dinheiro fora. Se essa CPI das ONGs for a fundo mesmo, para conhecer aonde é que está sendo aplicado, quais são os resultados, porque, infelizmente, o dinheiro público não é suscetível de aferição de resultado. O empresário quer saber todo mês qual foi o resultado do investimento dele, todo semestre ele quer saber qual foi o resultado, todo ano ele quer saber qual foi o resultado, mas a viúva, que é o Poder Público, a viúva nunca está aferindo ao resultado, infelizmente, nunca está aferindo o resultado.

Então, veja é que V. Exa. está propondo. Aqui tem uma solução onde o empresário garante ao empregado a permanência no emprego, mesmo na entresafra, e o que V. Exa. está propondo é que, ao invés do empresário garantir essa permanência, que a viúva assuma essa permanência. É uma situação realmente esdrúxula, mas eu gostaria que fosse melhor debatido, que prestasse melhor atenção, na redação da emenda, porque a redação da emenda eu acho que é irrepreensível.

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Senador Valter Pereira. E um detalhe. Eu não sei se a doutora está acompanhando a execução orçamentária dos recursos do FAT, esse ano vai terminar com um prejuízo de mais de 3 bilhões de reais negativos, e o ano que vem a previsão são mais de 7 bilhões de reais negativos. Então, nós estamos falando aqui, doutora, de 16 milhões de trabalhadores, neste país, no campo – não sei se a senhora tem essa informação – no agronegócio brasileiro – e de 4 milhões de trabalhadores na agropecuária. Então, essa conta dos governos do Estado, através de "chapéu de palha" e recursos do FAT, eu sinto muito, mas não é possível bancar – quem dera – essa sazonalidade, que nós todos estaríamos completamente de acordo.

Nós então precisamos... O presidente da CCJ já está presente, e fica comprometido o final. Eu gostaria de dar a palavra ainda, finalmente para cada um, mas infelizmente o Dr. Toffoli já está no recinto e nós precisamos iniciar, mas isso não quer dizer que nós não possamos continuar debatendo um assunto tão importante para o Brasil; a segurança do trabalhador, o seu bem-estar, considerando o mundo real, considerando o mundo que nós vivemos, o tamanho do Brasil, a sazonalidade da produção brasileira, e encontrar alternativas e instrumentos do mundo real, nós estamos falando de economia, nós estamos falando de um mundo aonde o empresário, a relação patrão e trabalhador, tem as sua peculiaridades que têm que ser consideradas e não exigidas em lei. Eu não posso obrigar que um empresário que vai colher melancia por quatro meses, que ele seja obrigado a manter os trabalhadores durante todo o ano, isso não é possível do ponto de vista econômico. E, por outro lado, o Poder Público não consegue sustentar toda essa situação, infelizmente. Por favor, Senador, com a palavra.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Senadora Kátia e senhores da Mesa. Na verdade, está muito ruim o momento para se falar, porque está uma coisa encaixada na outra, então fica difícil, mas eu acho que, na verdade, eu sou produtor rural, e, na verdade, eu não tenho empregado na minha fazenda que ganhe menos do que dois salários mínimos. Todos eles são contratados legalmente, têm seguro de vida, que eu faço, e também tem... Eles recebem, também, pela produtividade da fazenda. Então, estou livre disso, e as condições da minha fazenda são das melhores possíveis; residências boas, água enganada, luz elétrica, esse negócio todo.

Mas o governo deveria exigir o que ele exige no rural, devia também exigir na cidade. Ele deixa – o governo – as pessoas morando debaixo de pontes, favelas miseráveis, que não têm nada, condição nenhuma para o cidadão viver, e o governo, lastimavelmente, e os órgãos, que deveriam fiscalizar, não veem isso, mas lá na roça, na zona rural, vai exigir tudo do proprietário rural, tudo, e ainda penaliza, de uma forma, às vezes, uma forma até doentia.

Portanto, eu acredito que precisa mudar essa relação, o Governo precisa exigir, ou seja, os organismos precisam exigir do proprietário rural, mas precisam também exigir também do governo, quando não cumpre com suas obrigações com saúde, com educação, com transporte, com reciclagem do empregado, tudo aquilo que é necessário, que exige do proprietário rural, mas o governo não dá a sua parte, não contribui com a sua parte. Então, essas duas coisas têm que ser analisadas, e tem que ser uma via de duas mãos, e não de uma mão só.

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Senador. E, portanto, eu quero agradecer aqui aos nossos convidados, pedindo desculpas pelo comprometimento do debate. E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigada.

Sessão encerrada às 10h43.

Ata da 39ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 23 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e em 24 de setembro de 2009, quinta-feira, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Osvaldo Sobrinho, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Geraldo Mesquita Júnior, Lobão Filho, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Efraim Morais, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro, Flávio Torres e das Senadoras Serys Slhessarenko, Kátia Abreu, Lúcia Vânia e Marina Silva reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer o Senhor Senador Sérgio Guerra e a Senhora Senadora Ideli Salvatti. Registram a Presença os Senhores Senadores Magno Malta e Heráclito Fortes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da **Primeira Parte** da Reunião: **ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 185, DE 2009 (Mensagem nº 00762 de 2009, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "b", e do artigo 73, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Senhor JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito." **Autoria**: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.**Relatoria**: Senador FRANCISCO DORNELLES. **Parecer**: Votação Secreta. **Resultado**: Concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **ITEM 2) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2008** – TERMINATIVO – "Altera dispositivos da Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980, que 'define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração'." **Autoria**: Senador ROMEU TUMA. **Relatoria**: Senador EDUARDO AZEREDO. **Relatoria Ad hoc**: Senador PEDRO SIMON. **Obs**.: – A matéria foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; – Em 16/09/2009, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº 118, de 2008, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado**: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 118, de 2008, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2009 (PL nº 3.428/2008, na origem)** – TERMINATIVO –

"Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Fundação Nacional do Índio – FUNAI." **Autoria**: PRESIDENTE DA REPÚBLICA. **Relatoria**: Senador TASSO JEREISSATI. **Parecer**: Favorável à matéria. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 552, DE 2007** – TERMINATIVO – "Acrescenta o art. 216-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para cominar a pena de castração química nas hipóteses em que o autor dos crimes tipificados nos arts.213, 214, 218 e 224 for considerado pedófilo, conforme o Código Internacional de Doenças." **Autoria**: Senador GERSON CAMATA. **Relatoria**: Senador MARCELO CRIVELLA. **Parecer**: Favorável à matéria, com duas Emendas que apresenta. **Resultado**: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166 , DE 2009** – TERMINATIVO – "Dispõe sobre a revisão do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal." **Autoria**: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Relatoria**: Senador MARCO MACIEL. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: Votação nominal. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167 , DE 2009** – TERMINATIVO – "Dispõe sobre a revisão do subsídio do Procurador-Geral da República, referido no inciso XI do art. 37 e no § 4º do art. 39, c/c o § 2º do art. 127 e a alínea c do inciso I do § 5º do art. 128, todos da Constituição Federal." **Autoria**: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. **Relatoria**: Senador MARCO MACIEL. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: Votação nominal. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, DE 2003** – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 9613, de 3 de março de 1998, para adicionar novos crimes antecedentes e novas pessoas físicas e jurídicas obrigadas a comunicar operações suspeitas, assim como para criar procedimento penal próprio para os crimes de lavagem de dinheiro." **Autoria**: Senador GERSON CAMATA. **Relatoria**: Senador ROMEU TUMA. **Parecer**: Favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Obs**.: – Votação nominal; – Em 16/09/2009, foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais. **Resultado**: Aprovado o Substitutivo (Emenda n° 1-CCJ). Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2005 – COMPLEMENTAR** – NÃO TERMINATIVO – "Acrescenta à Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de responsabilidade fiscal), o art. 72-A, que limita os gastos com publicidade oficial." **Autoria**: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR. **Relatoria**: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. **Relatoria Ad hoc**: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, DE 2005 – COMPLEMENTAR** – NÃO TERMINATIVO – "Acrescenta a Seção IV e respectivos artigos ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de estabelecer um teto para os gastos com a contratação de serviços de propaganda e publicidade." **Autoria**: Senador PAULO PAIM. **Relatoria**: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. **Relatoria Ad hoc**: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. **Parecer**: Favorável ao PLS n.º 248, de 2005 e pela rejeição do PLS nº 336, de 2005. **Obs**.: – Em 05/08/2009 foi concedida vista à Senadora Ideli Salvatti, nos termos regimentais. – A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao PLS nº 248, de 2005 – COMPLEMENTAR, e contrário ao PLS nº 336, de 2005 – COMPLEMENTAR. **ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, DE 2009** -TERMINATIVO NA CAE – "Autoriza o Poder Executivo a abrir linhas extraordinárias de crédito para empresas privadas, junto ao Sistema Financeiro Público Federal e dá outras providências." **Autoria**: Senador RAIMUNDO COLOMBO. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Pela constitucionalidade de juridicidade da matéria, com duas Emendas que apresenta. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **Resultado**: Concedida vista ao Senador Aloizio Mercadante, nos termos regimentais. **ITEM 27) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2005 (PL nº 04904/2001, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Cria o Serviço de Distribuição de Sinais de TV Aberta – DTVA." **Autoria**: Deputado SALVADOR ZIMBALDI. **Relatoria**: Senador EDUARDO AZEREDO. **Parecer**: Favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Obs**.: A matéria será apreciada também pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Serviços de Infra-Estrutura e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Resultado**: Concedida vista coletiva aos Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Tasso Jereissati, nos termos regimentais. **ITEM 29) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 26, DE 2009** – NÃO TERMINATIVO – "Institui a sessão administrativa mensal para deliberar pelas matérias que especifica." **Autoria**: Senador PEDRO SIMON. **Relatoria**: Senador TASSO JEREISSATI. **Parecer**: Favorável à matéria com três Emendas que apresenta. **Resultado**: Concedida vista coletiva aos Senadores Lobão Filho, Antonio Carlos Júnior e Eduardo Suplicy,

nos termos regimentais. **ITEM 30) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 37, DE 2009** – NÃO TERMINATIVO – "Institui o Colégio de Líderes e dá outras providências." **Autoria**: Senador ALOIZIO MERCADANTE e outros Senhores Senadores. **Relatoria**: Senador TASSO JEREISSATI. **Parecer**: Favorável à matéria com uma Emenda que apresenta. **Resultado**: Concedida vista coletiva aos Senadores Francisco Dornelles e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. **ITEM 31) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 38, DE 2009** – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre limite temporal para o exercício das funções comissionadas de Diretor-Geral do Senado Federal, demais Diretores e dá outras providências." **Autoria**: Senador ALOIZIO MERCADANTE. **Relatoria**: Senador TASSO JEREISSATI. **Parecer**: Pela prejudicialidade da matéria. **Obs**.: – A matéria será apreciada também pela Comissão Diretora. – Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer pela prejudicialidade do Projeto. **ITEM 32) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002 (PL. 01670 de 1999, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Proíbe a utilização do jateamento de areia a seco, determina prazo para mudança tecnológica nas empresas que utilizam este procedimento e dá outras providências." **Autoria**: Deputado CARLITO MERSS. **Relatoria**: Senador RENATO CASAGRANDE. **Relatoria ad hoc**: Senador VALTER PEREIRA. **Parecer**: Favorável à matéria nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). **Obs**.: A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS/CCJ (SUBSTITUTIVO) **ITEM 33) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2007 (PL. 06862 de 2006, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Acrescenta § 3º ao art. 184 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Dispõe sobre a contagem de prazos nos casos de intimação do advogado pela imprensa)". **Autoria**: Deputada SANDRA ROSADO. **Relatoria**: Senador RAIMUNDO COLOMBO. **Relatoria ad hoc**: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. **Parecer**: Contrário à matéria. **Obs**.: Durante a discussão, a Comissão decide pela rejeição da matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 34) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2008** – TERMINATIVO NA CDH – "Acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro." **Autoria**: Senadora SERYS SLHESSARENKO. **Relatoria**: Senador VALDIR RAUPP. **Relatoria "Ad hoc"**: Senador LOBÃO FILHO. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **Resultado**: Concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. **ITEM 36) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 220, DE 2006** – TERMINATIVO – "Altera o art. 508 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para reduzir o prazo para a interposição de recursos". **Autoria**: Senadora MARIA DO CARMO ALVES. **Relatoria**: Senador RAIMUNDO COLOMBO. **Relatoria ad hoc**: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: Votação nominal. Resultado: Concedida vista coletiva aos Senadores Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. **ITEM 37) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 61, DE 2007** – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para estender o benefício da redução de pena aos condenados presos que colaborarem com investigação policial ou processo criminal." **Autoria**: Senador GERSON CAMATA. **Relatoria**: Senadora KÁTIA ABREU. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. **Parecer**: Pela prejudicialidade da matéria. **Obs**.: – Votação nominal. – Em 16/09/2009 foi concedida vista aos Senadores Alvaro Dias e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. – Durante a discussão a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria. **Resultado**: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto. **ITEM 38) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 171, DE 2007** – TERMINATIVO – "Altera o art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, que regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade, para incluir as alíneas "j", "l" e "m"." **Autoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. **Parecer**: Favorável à matéria, com duas Emendas que apresenta. **Obs**.: – Em 16/09/2009, durante a discussão o Senador Antonio Carlos Valadares reformula o Relatório, com voto pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta, alterando a redação da Emenda nº 2. – Em 16/09/2009 foi encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. **Resultado**: Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 40) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 288, DE 2007** – TERMINATIVO – "Acrescenta parágrafo único ao art. 121, altera o art. 126 e acrescenta parágrafo único ao art. 127 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para permitir a participação em assembléia-geral por meio de assinatura eletrônica e certificação digital, e para ins-

tituir o requisito de depósito prévio do instrumento de mandato para a representação do acionista em assembléia-geral." **Autoria**: Senador VALDIR RAUPP. **Relatoria**: Senador EDUARDO AZEREDO. **Parecer**: Favorável à matéria, com três Emendas que apresenta. **Obs**.: Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o Projeto e a segunda para as Emendas. **Resultado**: Concedida vista ao Senador Francisco Dornelles, nos termos regimentais. **ITEM 41) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 372, DE 2007** – TERMINATIVO – "Autoriza a União criar a Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social." **Autoria**: Senador RENATO CASAGRANDE. **Relatoria**: Senador MARCELO CRIVELLA. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: – Votação nominal. – A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. – Em 16/09/2009, foi encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **ITEM 43) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 68, DE 2008** – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de publicação pela Administração Pública, no sítio eletrônico oficial, das respectivas compras, editais de licitação, situações de dispensa e inexigibilidade, instrumentos de contrato e aditamentos, bem como da intimação de determinados atos da Administração sujeitos a recurso." **Autoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Relatoria**: Senador MARCO MACIEL. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: – Votação nominal. – A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. – Em 16/09/2009, foi encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **ITEM 44) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 296, DE 2008** – TERMINATIVO – "Obriga os estabelecimentos de locação de terminais de computadores a manterem cadastro de seus usuários." **Autoria**: Senador GERSON CAMATA. **Relatoria**: Senador EDUARDO AZEREDO. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: – Votação nominal. – A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Resultado**: Encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO N° 105, DE 2009-CCJ** "De acordo com o que preceitua o art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e que seja convidada a ela comparecer a Sra. YOANI SÁNCHEZ, escritora e blogueira cubana, autora do livro 'De Cuba, Com Carinho', que será lançado no Brasil pela Editora Contexto, no mês de outubro próximo." **Autoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Resultado**: Aprovado. A Presidência suspende a Reunião às treze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e três de setembro de 2009 e a reabre às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e quatro de setembro de 2009. Passa-se à apreciação da **Segunda Parte** da Reunião: **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 80, DE 2003** – NÃO TERMINATIVO – "Altera a redação do artigo 14 da Constituição Federal, inserindo incisos que criam dois novos institutos da democracia participativa, o Direito de Revogação e o Veto Popular." Autoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES e outros senhores Senadores. Relatoria: Senador PEDRO SIMON. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO – "Altera os arts. 28,29,32,55 e 82 da Constituição, para prever o plebiscito de confirmação de mandato dos representantes do povo eleitos em pleito majoritário." Autoria: Senador JEFFERSON PERES e outros senhores Senadores. Relatoria: Senador PEDRO SIMON. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 73, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO – "Altera dispositivos dos artigos 14 e 49 da Constituição Federal e acrescenta o artigo 14-A, (institui o referendo revocatório do mandato de Presidente da República e de Congressista)." Autoria: Senador EDUARDO SUPLICY e outros senhores Senadores. Relatoria: Senador PEDRO SIMON. Obs.: Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 20, de 2009-CCJ, de iniciativa dos Senadores Aloizio Mercadante, Renato Casagrande e Marconi Perillo. **CONVIDADOS**: PAULO KRAMER, Cientista Político e Professor da UnB; JOÃO BAPTISTA HERKENHOFF, Juiz de Direito e Professor da UFES; FABIO KONDER COMPARATO, Professor Titular da USP. JUSTIFICARAM AUSÊNCIA: MURILO ARAGÃO, Cientista Político; DALMO DALLARI, Professor. A Presidência declara encerrada a Reunião às doze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e nove, ficando adiados os demais itens, a saber: 2) PRS 15, DE 2003 tramita em conjunto com o PRS 3, DE 2007 tramita em conjunto com o PRS Nº 35, DE 2007; 3) PLC Nº 17, DE 2009; 7) PRS Nº 15, DE 2003 tramita em conjunto com o PRS Nº 3, DE 2007 tramita em conjunto com o PRS Nº 35, DE 2007; 8) PLC Nº 43, DE 2009; 9) PLS Nº 171, DE 2004; 10) PEC Nº 41, DE 2007; 11) PEC Nº 53, DE 2007;

13) PLS Nº 290, DE 2007; 15) PLS Nº 153, DE 2002; 16) PLS Nº 137, DE 2009; 17) PLS Nº 333, DE 2005; 18) PLS Nº 11, DE 2009; 20) PLS Nº 48, DE 2007; 21) PLS Nº 122, DE 2008; 22) PDS Nº 128, DE 2007; 23) PEC Nº 24, DE 2007; 24) PLS Nº 583, DE 2007; 25) PLS Nº 223, DE 2009; 26) PLS Nº 353, DE 2008; 28) PLS Nº 149, DE 2009; 35) PLS Nº 234, DE 2009; 39) PLS Nº 197, DE 2007; 42) PLS Nº 545, DE 2007; 45) PRS Nº 52, DE 2009; 46) PLS Nº 253, DE 2009; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

39ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada Nos Dias 23 e 24 de Setembro de 2009.

1ª PARTE
Realizada no dia 23 de Setembro de 2009,
Às 10 Horas e 45 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se à deliberação dos Itens nºs 1 a 46.

Requerimento: "Requeiro, de acordo com o que preceitua o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e que seja convidada a ela comparecer a Sra. Yoani Sánchez, escritora e bloguera cubana, autora do livro "De Cuba, com carinho", que será lançado no Brasil pela Editora Contexto no mês de outubro próximo". Senador Demóstenes Torres. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Aguardamos quorum para fazer a votação [soa a campainha] dos Projetos terminativos, inclusive a indicação do Sr. Toffoli para o Supremo Tribunal Federal.

Item 32, pág. 387. Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002: "Proíbe a utilização do jateamento de areia seco, determina prazo para mudança tecnológica nas empresas que utilizam este procedimento e dá outras providências". A autoria é do Deputado Carlito Merss. A relatoria é do Senador Renato Casagrande. Parecer favorável à matéria nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). Concedo a palavra ao ilustre Senador Valter Pereira. Item 32, pág. 387, a quem nomeio Relator *ad hoc* para proferir o relatório.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Item 32?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 32, pág. 387.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, o Projeto proíbe a utilização de jateamento de areia a seco, determina prazo para mudança tecnológica nas empresas que utilizam este procedimento e dá outras providências.

Nos termos do inciso I, do art. 101, do Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe são submetidas. Sob o aspecto formal, não há óbice. Trata-se de matéria meritória, porque o processo de trabalho de jateamento com areia é gerador de uma elevada concentração de sílica cristalina quartzo, responsável por uma alta incidência de quadros graves de silicose. Esta é uma doença pulmonar crônica e incurável, com uma evolução progressiva e irreversível, que pode determinar incapacidade para o trabalho, invalidez, aumento da suscetibilidade à tuberculose e com frequência estar relacionada com a causa de óbito do paciente afetado.

Estando formalmente calibrada e, no mérito, com reconhecida virtude, Sr. Presidente, vamos ao Voto. Entendemos que a medida deve ser aprovada nos termos do Substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais, eis que atende a todos os princípios de juridicidade e constitucionalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 14 da pauta, pág. 208. Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2005: "Acrescenta à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o art. 72-A, que limita os gastos com publicidade oficial". A autoria é do Senador Geraldo Mesquita Júnior. A relatoria é do Senador Arthur Virgílio. Relatoria *ad hoc*, Senador Wellington Salgado de Oliveira. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2005 – Complementar: "Acrescenta

a Seção IV e respectivos artigos ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de estabelecer um teto para os gastos com a contratação de serviços de propaganda e publicidade". A autoria é do Senador Paulo Paim. A relatoria é do Senador Arthur Virgílio. Relatoria *ad hoc*, Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer favorável ao PLS nº 248, de 2005, e pela rejeição do PLS nº 336, de 2005. Em 05 de agosto de 2009, foi concedida Vista à Senadora Ideli Salvatti, nos termos regimentais. A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos. Não houve manifestação decorrente do pedido de Vista. A matéria já foi devidamente relatada. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu queria ponderar que nós nunca alteramos a Lei de Responsabilidade Fiscal, temos preservado como um instrumento fundamental da sustentabilidade fiscal do País. Além disso, a proposta que está sendo feita não estabelece nenhuma sanção. Nós estamos fixando um limite de gasto com publicidade sem nenhum tipo de sanção, o que é absolutamente inócuo. Por isso eu quero ponderar que nós precisaríamos debater mais essa matéria, o Relator não está presente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Relator, Senador Wellington, está presente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Acabou de chegar. Com esse terno discreto que ele está hoje, seguramente é um Relator que a gente percebe a presença logo na entrada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É o antigo Coronel da Guarda Nacional.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É a roupa que ele usa às sextas-feiras, mas hoje ele veio numa plena quarta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Aloizio Mercadante, eu sugiro a V. Exa., uma vez que há consenso, que a matéria seja aprovada, ela vai para a Comissão de Assuntos Econômicos, lá V. Exa. é titular e pode apresentar uma proposta apresentando a sanção.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está ótimo, faremos isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só um detalhe: é que no próprio relatório diz que, no que tange à juridicidade, o Projeto não(F) revela falhas e que já está estabelecida os atos normativos desse Projeto. Está aqui na descrição do relatório do Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovada. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Convido S. Exa., o Senador Francisco Dornelles, Relator do Item 1 da pauta, para que venha à Mesa fazer o relatório da Mensagem nº 187, de 2009 (Mensagem nº 00762, de 2009, na origem) – não terminativo: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Sr. José Antonio Dias Toffoli, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito". A autoria é do Presidente da República. A relatoria é do Senador Francisco Dornelles. Parecer: votação secreta. A matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridade nessa Comissão, conforme disposto no art. 2º, do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição e Justiça. Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e em conformidade com o Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição e Justiça, publicado no Diário do Senado Federal de 24 de outubro de 2007, essa presidência comunica às Sras. e Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades nessa Comissão será feita em duas etapas. Na primeira etapa, o Relator apresentará o relatório à Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida Vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto na próxima Reunião. Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles para proferir o seu relatório. Com a palavra V. Exa.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente Senador Demóstenes Torres, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Pela Mensagem 185, de 2009, do Presidente da República, o Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação do Dr. José Antonio Toffoli ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

A Constituição Federal, no seu art. 101, *caput*, estabelece que "O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre os cidadãos com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade [soa a campainha], de notável saber jurídico e reputação ilibada". O art. 52, inciso III, alínea "a", combinado com o § único do referido art.

101, atribuiu ao Senado Federal competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto e maioria absoluta, a escolha do Ministro do Supremo Tribunal Federal efetuada pelo Presidente da República. O art. 101, inciso III, alínea "i", do Regimento Interno dessa Casa, confere à Comissão de Justiça competência para emitir Parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383, também das normas regimentais do Senado.

Consta dos autos da presente Mensagem o *curriculum vitae* do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, inciso I, e que passamos a resumir.

O Dr. José Antonio Toffoli, titular da Advocacia-Geral da União desde 12 de março de 2007, nasceu a 15 de novembro de 1967, no Município de Marília, Estado de São Paulo. Bacharel em Direito, formado em 1990 pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, instituição que hoje compõe a Universidade de São Paulo. Seu itinerário profissional consigna, antes da titularidade de Advogado-Geral da União, o exercício das seguintes funções no serviço público: Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República de janeiro de 2003 a julho de 2005; Chefe de Gabinete da Secretaria das Subprefeituras do Município de São Paulo em 2001; Assessor Jurídico da Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados de 1995 a 2002; Assessor Parlamentar na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – 1994.

Na advocacia privada, o *curriculum* do Dr. José Antonio Toffoli consigna as seguintes atividades: Advogado Sócio do Escritório Toffoli & Rangel Advogados entre 2005 e 2007; Advogado Sócio do Escritório Toffoli & Telesca Advogados de março de 2001 a dezembro de 2002, tendo ainda exercido advocacia no Estado de São Paulo entre 1991 e 1995.

Voltado também para a área de ensino, o indicado exerceu o magistério como professor de Direito Constitucional e Direito de Família na Faculdade de Direito do Centro de Ensino Unificado de Brasília entre 1996 e 2002, tendo também ministrado aulas de Direito Constitucional em curso extensivo de atualização das carreiras jurídicas da Escola de Magistratura da Associação dos Magistrados do Distrito Federal em 2002.

O Dr. José Antonio Toffoli, como Advogado-Geral da União, criou a Ouvidoria Geral da Advocacia-Geral da União e a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal na Advocacia-Geral da União. Através de Instruções Normativas e Pareceres Normativos da AGU, procurou unificar a jurisprudência administrativa no âmbito da União. No exercício da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, o indicado atuou na elaboração e na análise de diversas proposições legislativas.

No desempenho de Advogado-Geral da União, o Dr. Toffoli tem atuado diretamente no Supremo Tribunal Federal, sendo que no período de março de 2007 até o mês de julho último foram efetuadas 3284 manifestações judiciais, protocolizadas da Corte Suprema, e foram distribuídos 280 memoriais em demandas referentes ao controle constitucional também no Supremo Tribunal.

Na sua atividade funcional, o indicado tem analisado e se posicionado [soa a campainha] quanto aos aspectos jurídicos constitucionais dos mais diversos temas, como demarcação de terras indígenas, proteção ao meio ambiente, pesquisas com células-troncos, Programa Universidade para Todos, passe livre para idosos e portadores de necessidades especiais, sigilo bancário e acesso direto a dados pelo fisco, incidência do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, dentre muitos.

O Dr. Antonio Toffoli também tem representado o nosso País em missões internacionais, entre as quais menciono: 13ª Conferência Judicial Internacional, realizada em Kiev, na Ucrânia; Agenda para o Fortalecimento dos Partidos Políticos no Cone Sul, promovido pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos, em Assunção, Paraguai, em 2004; Missão para Estudos para a Alemanha sobre Mecanismo de Cooperação Intermunicipal do País, em parceria com a Fundação Adenauer, realizado na Cidade de Frankfurt; Encontro de Cortes Supremas dos Estados, Partes e Associados do MERCOSUL, em Brasília; Instalação do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL, no Paraguai, em 2004; Encontro Democracia nas Américas, Partidos Políticos e Eleições, em Atlanta, nos Estados Unidos, ocasião em que representou o Sr. Presidente da República.

O indicado tem participado de atividades de intercâmbio na área jurídica como conferencista e palestrante em seminários, congressos, fóruns e cursos, dos quais destacamos: pronunciamento no Seminário Internacional de Perícias Financeiras – 2009, em Brasília; Aula Magna no Instituto Rio Branco, sobre o tema "Defesa da União" – Brasília, 2009; palestrante da abertura do 34º Congresso Nacional de Procuradores do Estado, sobre o tema "20 anos da Constituição Federal"; palestrante na Câmara de Comércio Americano no Rio de Janeiro, sobre o tema "AGU e os Desafios da Atualidade", em 2008; palestrante no 1º Congresso Internacional de Advocacia Pública, realizada em Buenos Aires, em 2008; palestrante do 7º Seminário de Direito Militar, sobre o tema "A AGU e sua função na Justiça – Brasília, 2007; Arbitragem na perspectiva da Advocacia

Pública, encerramento do Seminário sobre Arbitragem nas Concessões, promovido pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional de Brasília; Aula Magna no Supremo Tribunal Federal para estudantes de Direito, sobre o tema "Advocacia-Geral da União enquanto Advocacia do Estado e sua função para a sociedade"; palestrante no 2º Seminário "O Supremo Tribunal Federal na história republicana", promovido pela Associação de Juízes Federais; debatedor do tema "Propriedade intelectual como instrumento de política industrial e tecnológica" no 24º Seminário Nacional de Propriedade Industrial; palestrante no 3º Encontro Nacional de Procuradores da Fazenda, sobre o tema "Advocacia Pública nas Reformas Constitucionais" – Florianópolis, 2003; palestrante no Seminário "Os Tribunais Eleitorais no âmbito do MERCOSUL", seminário realizado na Argentina, em 2003. Ainda em relação a eventos da área jurídica, proferiu palestra no Seminário "Cooperação jurídica internacional para a prestação de alimentos", à Convenção de Haia, Brasília, 2008; palestra sobre o tema "O Brasil pós-crise: desafios e oportunidades", na Câmara Brasileira de Indústria e da Construção – Brasília; Aula Magna proferida no Instituto Rio Branco sobre o tema "Defesa da União: novas perspectivas".

O Dr. José Antonio Toffoli recebeu diversas distinções, das quais destaco [soa a campainha]: Ordem do Rio Branco no Grau de Grã-Cruz; Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Medalha Professor Santiago Dantas, concedido pela Associação de Procuradores Fiscais; Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutica; Medalha do Mérito Naval no Grau de Grande Oficial; Medalha do Mérito Judiciário no Grau de Comendador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Silêncio, por favor, vamos deixar o Relator ler o seu relatório. Por favor, silêncio.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Medalha do Mérito Judiciário Militar do Superior Tribunal Militar; Grande Medalha da Inconfidência pelo Governo do Estado de Minas; Comenda Jurista Tobias Barreto, concedida pelo Instituto Brasileiro de Estudos de Direito; Homenagem aos 20 anos da Constituição pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Distrito Federal; Título de Doutor *Honoris Causa*, conferido pela Escola Superior da Advocacia da OAB.

Cumpre registrar que o Dr. José Toffoli, em relação ao Ato nº 1, de 2007, dessa Comissão, apresentou, além do *curriculum vitae,* as seguintes declarações: parentes que exerceram ou exercem atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atual atividade profissional; sociedade de Advogados que participou; regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal; ações judiciais em que figura como réu, indicando a tramitação processual atualizada de cada uma delas. Sobre esse aspecto, eu queria informar a V. Exas. que o Dr. Toffoli informa que figura como réu na 2ª Vara Cível da Fazenda Pública da Comarca de Amapá, em decorrência da Ação Popular nº 57664/2002 – 8031001. O último andamento foi um recurso de apelação, recebido com efeito suspensivo e devolutivo. Informa ainda o Ministro Toffoli que uma outra ação em que figura como réu, na 4ª Vara Cível da Administração Pública da Comarca Popular(sic), ação popular. Último andamento: anulada a sentença a partir da citação; apresentação de defesa pelo indiciado, aguardando-se manifestação da parte autora.

Apresentou, ainda, Juízos e Tribunais perante os quais atuou nos últimos cinco anos.

O indicado apresentou, também, argumentação escrita em que declina as razões pelas quais entende ter experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual para o exercício do cargo, conforme previsto no art. 1º, inciso III, do Ato nº. 1.

Diante do exposto, Sras. e Srs. Senadores, entendo que V. Exas. dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação profissional do Dr. Toffoli.

Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa., Senador Francisco Dornelles, e iniciaremos a discussão do relatório. Inicialmente inscrito o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, Sr. Relator Senador Francisco Dornelles, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Primeiramente, eu faço questão de destacar que participei de sabatinas de indicados do Presidente Lula em várias oportunidades e tive a satisfação de aplaudir o Presidente em razão das suas indicações, indicações que obedeceram aos critérios elementares, essenciais da competência, da qualificação profissional e da probidade. O Presidente Lula foi feliz em várias indicações feitas, pois optou por respeitar os critérios indispensáveis do notório saber jurídico e da ilibada reputação.

Hoje, no entanto, Sr. Presidente, não tenho essa satisfação. Eu não posso aplaudir a indicação do Presidente, não foi a melhor escolha. E é grave, Sr. Presidente, porque nós estamos vivendo uma disfarçável crise das instituições, desacreditadas, com uma descrença que se generalizou nos últimos tempos e que se constata em qualquer pesquisa de opinião pública que se possa fazer no País. É evidente que o momento da escolha é um momento para se buscar a valorização das instituições e não a sua desvalorização. Não basta escolher, neste caso, um bom Advogado; é preciso

escolher o melhor dos Advogados, afinal, o Supremo Tribunal Federal é a alma e o cérebro na preservação dos direitos constitucionais no País. No Supremo Tribunal Federal estão fincados os alicerces básicos do Estado de Direito Democrático. No País temos excepcionais juristas disponíveis e que ficariam honrados com a escolha. Poderíamos até citar alguns.

Não me cabe, também, agredir, desvalorizando o indicado, afirmando que a sua trajetória jurídica é medíocre. Não faria esta afirmação com o objetivo da afronta. Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há como não considerar ser insuficiente a sua trajetória jurídica, especialmente se compararmos com extraordinários juristas à disposição do Presidente da República para a escolha adequada neste momento. Afinal, qual é o itinerário jurídico percorrido pelo indicado? O Relator esforçou-se em elaborar um Parecer maximizando determinados fatos que exigem um esforço e boa vontade incomuns para que se possa maximizá-los. Mas a trajetória jurídica do indicado é ligada à função pública, especialmente à função pública sob o comando do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, na Assembléia, na Câmara dos Deputados e no Governo Federal. Não me parece que essa atividade exercitada na área pública seja suficiente para conferir o notório saber jurídico. Não há mestrado, não há doutorado, não há pós-mestrado, não há pós-doutorado, por consequência. Não há livros escritos. Quantos juristas se dedicaram ao estudo, à pesquisa, à busca do conhecimento, são talentosos e são preteridos num momento como esse? Não seria esse o momento de valorizar o talento, de valorizar a competência, o preparo, a busca da informação? Eu creio que sim.

A escolha não valoriza, a escolha desestimula. Seria admissível que alguém reprovado em dois concursos para Juiz em primeira instância possa ao final ser premiado com a nomeação para o Supremo Tribunal Federal? Creio que não.

Fazer referência a um outro quesito essencial, que é o da ilibada reputação, traz sempre determinados constrangimentos. Mas, sem dúvida, é inevitável fazê-lo. A reputação ilibada do indicado não estaria comprometida pelo fato de ter sido ele Advogado do PT e do Presidente Lula quando o partido pagou a Duda Mendonça recursos depositados no exterior? Isso é um fato, não é uma história.

A história do "mensalão", um dos grandes escândalos da administração pública brasileira. É preciso rememorar os fatos. O Advogado do PT naquela campanha eleitoral foi o Dr. Toffoli. Teria ele autorizado os procedimentos adotados? Durante a campanha, Advogado do partido e do candidato; depois da campanha, Advogado Subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, da Presidência da República, e, posteriormente, Advogado-Geral da União, portanto, Advogado do Presidente da República. Este é um fato, não é uma história e é preciso considerá-lo.

Há, agora, o anúncio de duas condenações na justiça do Amapá. Deveríamos ignorá-las? Foram suspensas, não houve conclusão do processo, mas os processos existem, ação popular que tem origem no ano de 2000. São duas ações populares. São questões que não podem ser ignoradas nesse momento pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Sr. Presidente, é evidente que nós não estamos aqui pré-julgando. Não há como, nós não temos esse direito. Portanto, esta é uma questão que consideramos, mas colocamos num plano secundário em relação ao outro quesito, que é o do notório saber jurídico. Vejo esta questão como se fosse a prova eliminatória deste vestibular, matéria eliminatória neste vestibular. O Presidente fez uma escolha, eu diria, atrapalhada, Sr. Presidente.

Diante dos fatos, da reação contrária a essa indicação no mundo jurídico, não há como, Sr. Presidente, da nossa parte, não questionar esses fatos, não trazê-los à reflexão desta Comissão de Constituição e Justiça. Alguém poderá afirmar: a reprovação em dois concursos públicos para Juiz de primeira instância não pode significar ausência de notório saber jurídico. Mas é bom dizer que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo rechaçou duas indicações da Ordem dos Advogados do Brasil exatamente por esta razão.

Portanto, Sr. Presidente, nós aguardamos a sabatina do próximo dia 30 para ouvir o Sr. José Antonio Dias Toffoli, o preferido do Presidente da República para ocupar esta função de Ministro do Supremo Tribunal Federal, mas desde já apresentamos estas questões, porque elas serão reiteradas no dia da sabatina.

Eu quero ao finalizar, Sr. Presidente, afirmar que não há nenhum facciosismo nessa nossa posição, até porque fizemos questão de ressaltar, em várias oportunidades, que com satisfação aplaudimos indicações do Presidente da República, porque elas guardavam estreita relação com os pressupostos básicos indispensáveis da competência, da qualificação técnica e profissional e da probidade. Mas esse não é o caso. Em função disso, Sr. Presidente, a nossa posição é a de questionar o indicado do Presidente da República, especialmente no que tange à ausência do notório saber jurídico.

Há uma plataforma de *curriculuns* no Google, denominada *Curriculum Lattes*, onde nós encontramos os principais *curriculuns*, os *curriculuns* que são de conteúdo, de expressão, de significado na área

de ciência e tecnologia, e nós não encontramos o *curriculum* do indicado do Presidente da República. Encontramos inúmeros *curriculuns*, por exemplo, de alguém que é do meu Estado, faço referência como exemplo em nome de tantos juristas notáveis do nosso País que poderiam, um ou outro, poderia um ou outro ser o indicado do Presidente da República. Eu cito, por exemplo, um nome que estava sendo indicado pelo Paraná, pelo Governador do Estado, pela Assembléia Legislativa, por todas as forças políticas, pelo mundo jurídico do Estado: Edson Fachin, com vários livros publicados, com curso de mestrado, de pós-mestrado, de doutorado, de pós-doutorado, cursos no exterior, que honrariam a Suprema Corte brasileira. E lamentavelmente, lamentavelmente estes nomes, que simbolizam a grandeza da Magistratura do País, não foram considerados pelo Presidente da República. Eu me referi antes à Plataforma *Lattes*, não é Google, é a Plataforma *Lattes* que traz exatamente os *curriculuns* daqueles que possuem, neste caso, notório saber jurídico, e lá nós não encontramos o nome do Sr. Antonio Dias Toffoli, que pode ser um bom Advogado para o Presidente da República, pode ser um bom Advogado para o Partido dos Trabalhadores, pode ser um bom Advogado para qualquer um de nós, mas não é o melhor dos Advogados para ocupar a função de Ministro do Supremo Tribunal Federal, até porque o Supremo Tribunal Federal tem que ser preservado, não pode ser visto como um cabide para a premiação daqueles que eventualmente são alinhados aos que ocupam o poder eventualmente no País.

Portanto, Sr. Presidente, em respeito às tradições do direito no nosso País, em respeito ao Poder Judiciário e, sobretudo, ao Supremo Tribunal Federal, nós estamos pedindo que se considere os elementos essenciais para uma indicação desta natureza, os critérios básicos indispensáveis que justificam a indicação de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. me permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não há aparte, mas eu inscrevo V. Exa. Com a palavra o Senador Romeu Tuma. V. Exa. quer se inscrever e o Senador Aloizio Mercadante também. Com a palavra o Senador Romeu Tuma. Em seguida, Eduardo Suplicy e, posteriormente, Aloizio Mercadante.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, Relator Francisco Dornelles. Quero cumprimentar a V. Exa. pela cautela [soa a campainha] com que redigiu o seu relatório, buscando todas as fontes de informações a respeito da conduta profissional do Dr. José Antonio Dias Toffoli, não só o seu *curriculum*, que pode não estar num *blog*, mas está aqui, e várias manifestações do Poder Judiciário em favor de condecorações e outras que ele recebeu.

Achei interessante, Senador Francisco Dornelles, que V. Exa. cita que ele foi indicado pelo Ministro Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, Carlos Velloso, para representar o [soa a campainha] Superior Tribunal em Kiev, numa missão internacional, para discutir assuntos jurídicos naquele País, na Rússia, em Kiev, e V. Exa. cita aqui.

Outra coisa importante que eu acho que V. Exa. teve cautela no relatório, foi buscar informações sobre o processo a que responde o indicado. Eu não posso deixar de citar aqui a menção do Presidente Gilmar Mendes, que informa que nada disso contraria a indicação, que é prerrogativa da Presidência da República. O que nós vamos analisar é a capacidade ou não da conduta do Dr. Toffoli dentro do Supremo e ele vai responder aos questionamentos que aqui foram levantados.

Concordo com o relatório de V. Exa., cumprimento e acho que V. Exa. trouxe todos os elementos necessários a uma análise perfeita da nossa decisão.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apenas, Sr. Presidente, eu gostaria de transmitir ao Senador Alvaro Dias que achei importante quando mencionou que aguarda a oportunidade de arguir o Dr. José Antonio Dias Toffoli, porque será a oportunidade então para que ele possa perguntar, auferir, verificar todo o conhecimento jurídico que, conforme o Senador Relator Francisco Dornelles aqui nos assegurou, constituem elementos, há elementos suficientes para que tenha o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter escolhido José Antonio Dias Toffoli para se tornar o Ministro do Supremo Tribunal Federal. Eu tenho a convicção de que por ocasião da sua arguição o Senador Alvaro Dias terá os elementos necessários, e foi bom que ele não tenha aqui chegado ainda a proferir o seu voto, porque ele diz que quer aguardar esta arguição. Então eu acho que foi um procedimento importante e eu acho que todos nós vamos ter esta oportunidade, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, evidente que nós aprofundaremos esse debate na oportunidade da arguição de Antonio Toffoli, José Antonio Toffoli para a vaga do Supremo Tribunal

Federal, mas eu gostaria de adiantar algumas reflexões, parabenizando o Relator pela consistência do relatório que apresenta.

A primeira delas é que a Constituição brasileira estabelece no seu art. 131 que o Advogado-Geral da União tem que ter mais de trinta e cinco anos, notável saber jurídico e reputação ilibada. Eu pergunto: em algum momento durante a liderança inconteste, a competência reconhecida do Dr. Toffoli à frente da Advocacia-Geral da União, esses dois parâmetros foram questionados por quem quer que seja? Não, não foram. Não só não foram como à frente da AGU ele estabilizou aquela instituição, ganhou causas que somam a mais de 480 bilhões de reais para a União. Só a vitória que ele teve recentemente no crédito-prêmio do IPI, que o Governo estava derrotado em outras instâncias, protegeu o Estado brasileiro de uma perda fiscal monumental, que depois foi bem equacionada pelo Senado e pela Câmara. Ele teve manifestações em 3284 processos, 3284 processos, manifestação jurídica como responsável pela Advocacia-Geral da União, e 280 memoriais.

O que diz a OAB sobre o notório saber jurídico? Eu queria, sobretudo, que o Senador Alvaro Dias ouvisse, se fosse possível, gostaria que ouvisse os argumentos. O Presidente da OAB, Cezar Britto, diz o seguinte quando elogia a indicação do Dr. Toffoli, ele diz: "Independente de títulos acadêmicos ou mesmo de obras publicadas [soa a campainha], o exercício continuado da advocacia pode, sim, conferir notório saber jurídico, pois lida com a realidade da vida em sua mais ampla complexidade". Portanto, o Presidente da OAB, quando apoia a indicação do Dr. Toffoli, apoia pelo reconhecimento dessa militância jurídica competente de matérias [soa a campainha] onde a União foi vitoriosa e... Eu vou aguardar o Senador Valter Pereira para poder continuar. Agradeço. Matérias como demarcações de terras indígenas, matérias como célula-tronco, matérias como ProUni, matérias como passe livre para os idosos, como o crédito-prêmio do IPI, como a questão do ICMS e do PIS/COFINS. E essa competência jurídica é reconhecida não apenas pela OAB, é reconhecida pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Qual foi o pronunciamento isento, competente do Presidente Gilmar Mendes sobre a indicação do Dr. Toffoli? O apoio. E de tantos outros Ministros do Supremo que com ele conviveram nessa militância cotidiana da Advocacia-Geral da União junto ao Supremo. Como pode alguém ter ganho causas tão complexas, ter liderado com tanta competência a AGU, tem uma interlocução cotidiana e tão abrangente junto ao Supremo Tribunal Federal e não poder almejar esta condição? Os Ministros do Supremo reconhecem porque conviveram e sabem que ele tem notório saber jurídico pela prática concreta na advocacia que ele teve ao longo desse período.

Quero lembrar a esta Casa que a segunda crítica que eu tenho assistido aqui, hoje novamente foi exposta, é que ele tem militância partidária. Quero lembrar alguns nomes que foram militantes partidários: Adauto Lúcio Cardoso, Aliomar Baliero, Prado Kelly, Osvaldo Trigueiro, Célio Borges, Oscar Dias Corrêa, ou mais recentes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ruy Barbosa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, Ruy Barbosa...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ruy Barbosa não foi para o Supremo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não foi para o Supremo, mas foi um grande jurista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Deveria ter ido.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Paulo Brossard, Nélson Jobim. Nós aprovamos aqui o Ministro Nélson Jobim, que tinha sido Deputado pelo PMDB, sempre foi um militante histórico do PMDB, foi um grande Ministro, Presidente do Supremo, inclusive nos ajudou na reforma do Poder Judiciário. Clóvis Ramalhete, que tinha sido Consultor Jurídico da República, Moreira Alves, que foi um grande Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Moreira Alves?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Lógico.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Moreira Alves teve militância partidária?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Teve militância partidária e serviu ao Governo Geisel.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, mas militância partidária eu acho que o Ministro Moreira Alves não teve. Mas, se tivesse, só engrandeceria o partido.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Serviu à vida pública, a um Governo, que era o Governo Geisel, e, no entanto, manteve uma estatura moral, intelectual e jurídica absolutamente inconteste.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quase todos os Procuradores Gerais da República, praticamente--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Exatamente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Mercadante, me permite só um adendo por trinta segundos. Só lembrar, por motivo de justiça, o trabalho feito pelo antecessor do Ministro Toffoli, Álva-

ro Augusto Costa, na montagem dessas defesas do Governo, para não sermos injustos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Seguramente, o Ministro Álvaro também na fase anterior teve um desempenho extremamente destacado e competente e todos nós tivemos a oportunidade de conviver com ele. Eu estou pegando o período em que o Ministro Toffoli esteve à frente da AGU. Os processos que eu estou mencionando são na liderança dele, na presença dele. O trabalho anterior também foi muito competente. E o anterior também foi muito competente, porque o Ministro Gilmar Mendes, quando foi indicado, o debate era o mesmo: havia um questionamento da indicação porque ele tinha estado à frente da defesa do Estado e do Governo Fernando Henrique Cardoso e havia uma grande campanha em contrário, inclusive de juristas notáveis do País, que ele não tinha notório saber, que ele não poderia ter, porque tinha um viés partidário e ideológico e que prejudicaria, portanto, a Corte Suprema. E a história demonstrou exatamente ao contrário, espírito público, e essa militância de defesa do Estado é uma militância fundamental no Supremo, porque a maioria dos juristas vem de uma experiência de defesa do cidadão e das empresas contra o Estado. Aqueles que acumulam a experiência de defesa do Estado têm um papel absolutamente essencial.

Quero chamar a atenção também em relação a alguns Ministros do Supremo que tiveram uma militância partidária do meu partido. Por exemplo, o Carlos Ayres Britto, que foi filiado ao PT durante décadas, disputou eleições pelo Partido dos Trabalhadores. Alguém hoje enxerga no Ministro Carlos Ayres Britto uma voz oficialista, uma voz alinhada partidariamente, uma voz que não tem independência, grandeza e suas convicções no julgamento? Evidente que ele tem demonstrado que essa militância não pode ser um objeto na vida pública, sobretudo numa Casa como essa, que cada um de nós fez a opção pela militância por acreditar que isso é um caminho de transformação da sociedade e é compatível, sim, com a visão profissional. A sociedade democrática precisa que as pessoas façam as suas opções. Os que não têm, nós devemos respeitar, mas os que têm, isso não pode ser um objeto, um impedimento ou uma tentativa de desqualificação.

Portanto, estamos cheios de experiências no Brasil de pessoas que serviram a Governos, que tiveram militância partidária e que desempenham com competência, mas quero pegar só mais dois casos para reforçar essa tese. O primeiro, o então Presidente Americano John Adams, indicou o seu Secretário de Estado para a Suprema Corte à época – e houve um grande questionamento por parte do Presidente pós-eleito, que era Thomas Jefferson -, que era John Marshall, inclusive foi pedido impeachment porque havia uma vinculação política com o Governo anterior. E quem foi John Marshall? Foi quem construiu o controle judicial da constitucionalidade das Leis e é reconhecido como o maior jurista da história americana. Ele passou por um questionamento semelhante que alguns hoje querem pautar ao debate que nós estamos vivendo. Vou citar um segundo exemplo histórico. O Governo Eisenhower indicou o Governador Republicano Earl Warren(F) para ser Ministro da Suprema Corte. Um grande questionamento do Partido Democrata. E o que foi esse grande jurista à frente da Suprema Corte? Foi quem abriu o acesso aos negros nas escolas públicas, foi quem quebrou o *apartheid* racial nos Estados Unidos e era um Republicano, um Republicano que foi questionado pelos Democratas. Portanto, olhando para a história internacional, olhando para a história do Supremo Tribunal Federal, esse tipo de questionamento, seguramente, não tem procedência.

E como diz o Presidente da OAB, notório saber jurídico a gente reconhece, sobretudo, não são nas teses acadêmicas somente ou nas publicações: reconhece na militância, na competência jurídica tratando de matérias complexas. O apelo que eu faço é que realmente não se repita aqui a injustiça competida com o Ministro Gilmar Mendes, e eu tenho em todas as oportunidades elogiado a isenção, o equilíbrio, o espírito público, porque ele foi objeto de uma cobrança, de um questionamento, de uma tentativa de desqualificação muito semelhante.

E ainda termino, Presidente: a Ministra Ellen Grace, uma outra grande jurista do Supremo, também não passou no concurso para Juiz Federal. Ela não passou no concurso e é uma grande Juíza, uma mulher que engrandeceu, inclusive era o nome do Brasil para a Corte de Haia. Nós tivemos o Ministro Sepúlveda Pertence, que tirou o primeiro lugar na graduação na UFMG, não concluiu o mestrado, não pode seguir a sua carreira acadêmica e é outro jurista que o Brasil reconhece com grande estatura intelectual. Por isso eu acho que o Ministro Toffoli, pelo trabalho que fez à AGU e o Presidente Lula, pelo equilíbrio com quem tem indicado os Ministros do Supremo, o critério, a isenção, a pluralidade ideológica, cultural, histórica, os perfiz profissionais, o Ministro Toffoli tem todas as condições, especialmente por ter tratado, eu diria, das questões do Estado brasileiro com a competência que fez. Por isso tudo eu queria ponderar a todos que considero que nós temos uma grande opção no Senado Federal de não partidarizar essa disputa, de reconhecer essa tradição, essa militância, essa competência jurídica que a OAB reconhece, que a Associação dos Procuradores reconhece, que a Associação dos Peritos Criminais,

as manifestações que se sucedem são em apoio à indicação, e especialmente porque conviveram com o Ministro Toffoli à frente da Advocacia-Geral da União. Essa experiência rica, essa experiência testada, essa experiência provada no embate do Supremo Tribunal Federal, aquele que defendeu causas tão complexas e saiu vitorioso, seguramente no papel de Juiz, de Jurado, de Magistrado, o fará com grande competência e isenção. Por isso, nós queremos no momento da arguição aprofundar esse debate, mas pedir a esta Casa que considere com o olhar, eu diria, mais generoso, o reconhecimento desse perfil, dessa contribuição, olhando especialmente ao Gilmar Mendes, que eu acho que demonstrou na experiência de Juiz a competência que a Suprema Corte poderá encontrar na vivência profissional do Ministro Toffoli. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. Não tendo mais Senadores inscritos, inscrevo novamente a pedido o Senador Alvaro Dias, a quem concedo a palavra. Por último falará novamente o Relator.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Depois do Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se V. Exa. quiser... Então, por favor, Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente, o nosso Senador de Minas Gerais, o meu querido amigo Wellington Salgado, ele deseja ser o último.

Eu quero apenas, como não era possível apartear, esclarecer um ponto que foi enfatizado pelo Senador Mercadante: a questão partidária. Longe de mim desestimular a militância partidária. É evidente que o fato de militar partidariamente não diminui quem quer que seja. Isso não implica dizer se há ou não há o notório saber jurídico. Ruy Barbosa militava partidariamente e é evidente que possuía o notório saber jurídico. Fiz referência apenas que a trajetória jurídica do indicado do Presidente Lula está ligada basicamente a esta atividade de Advogado do partido e não me parece ser suficiente para conferir a ele a experiência necessária para galgar a função mais elevada do mundo jurídico no País, que é o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ele esteve sempre sob as asas do PT exercitando a sua profissão e isso não confere a ele a autoridade jurídica necessária para ocupar a função de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, Sr. Presidente, não há nenhuma conotação partidária na posição que assumo neste momento. O que quero realmente é debater assuntos essenciais. Se fossem prevalecer os critérios aqui alinhavados para determinar o notório saber jurídico, nós não encontraríamos ninguém na atividade no País que pudesse ser definido como alguém sem o notório saber jurídico. Se você, sendo Advogado, pode usar o que se utilizou aqui como argumento para atestar notório saber jurídico, todos os Advogados brasileiros poderão arvorar-se como detentores do notório saber jurídico. Desta forma, seria até interessante que esse critério fosse dispensado. Então vamos eliminar o notório saber jurídico, não vamos colocar notório saber jurídico como exigência para a indicação então para o Supremo Tribunal Federal. Se é tão fácil atestar o notório saber jurídico, basta ter ocupado uma função pública de livre provimento, que se obtém muitas vezes em razão do companheirismo e da militância partidária, se isso for suficiente para configurar o notório saber jurídico, seria melhor até excluir das exigências este item.

Portanto, Sr. Presidente, apenas para mais uma vez enfatizar: o que nos preocupa é a preservação de uma instituição fundamental para o Estado de Direito Democrático, que é o Supremo Tribunal Federal. A boa escolha nesse momento valoriza; a má escolha, desvaloriza.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pelo art. 14, eu só poderia fazer uma breve menção?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra V. Exa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Senador insiste em que a única contribuição jurídica, experiência profissional, teria sido uma militância partidária. Eu poderia dizer que o Ministro Nélson Jobim, toda a sua vida profissional, apesar de vir de uma família de ilustres juristas, foi uma militância partidária, ele foi Deputado comigo durante muitos anos, antes de mim e depois de mim, e, no entanto, como um militante partidário, demonstrou notório saber, competência jurídica e desempenhou com grande estatura a sua presença no Supremo Tribunal Federal. Eu peguei um caso entre tantos outros que eu já mencionei aqui, para não voltar a esse tema.

No entanto, o que é preciso registrar aqui é que por quase três anos o Ministro Toffoli foi Ministro Chefe da Advocacia-Geral da União. Eu vou repetir: foram 3284 manifestações jurídicas, foram 280 memorandos que ele apresentou de causas extremamente complexas, extremamente difíceis, como a demarcação das terras indígenas ou o crédito-prêmio do IPI, em áreas distintas, o que dá a segurança para que o Presidente da OAB, e não é só o Presidente da OAB, todas as carreiras típicas do Estado se manifestaram num manifesto conjunto, publicamente, apoiando a indicação do Ministro Toffoli. Todas as carreiras típicas do Estado, do Estado brasileiro, apresentaram manifesto defendendo a indicação. E são extremamente exigen-

tes. Todos aqui sabem o quanto as carreiras típicas de Estado, a Polícia Federal, Procuradores, Banco Central e tantas outras, Receita Federal, o quanto são exigentes, o reconhecimento pela competência que a AGU teve durante a presença do Ministro Toffoli ao longo desse período.

Portanto, eu quero insistir que a gente realmente reconheça, e foi muito feliz o Relator ao destacar esses aspectos, e é isso que leva o Presidente da OAB a dizer que essa experiência jurídica é notório saber. Eu citei outros Ministros do Supremo que não tiveram titulação de pós-graduação, mas tinham um reconhecido notório saber pela experiência vivida no âmbito das disputas judiciais. Então o notório saber, a Constituição fala em notório saber jurídico e o notório saber jurídico pode ser uma tese acadêmica, pode ser as publicações acadêmicas, mas pode ser, sim, a experiência concreta vivida à frente de matérias complexas, como ressalta o Presidente da OAB quando reforça a indicação do Ministro Toffoli, em apoio a todas as carreiras típicas de Estado brasileiro que fazem o mesmo movimento e o mesmo apoio à indicação que, eu diria, meritória pela experiência concreta frente à AGU.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente, apenas para dizer que não dá para comparar o *curriculum* do Nélson Jobim com o *curriculum* do Antonio Dias Toffoli. É só verificar os dois *curriculuns*.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Primeiro a palavra ao Senador Wellington Salgado. Está se inscrevendo o Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Para um breve comunicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado, por favor. É sobre o tema, Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu acho que o debate vai acontecer na Audiência que teremos aqui com o Ministro Toffoli. Agora o Senador Álvaro bateu forte. Como um grande líder da oposição citou ações que, a meu ver, foram criadas. Nós temos essa questão do julgamento que aconteceu sem o direito de defesa, dada uma sentença por um Juiz substituto, que aconteceu no Amapá. Eu vejo que o próprio Judiciário corrigiu, eu sou uma pessoa que acredito no Judiciário, independente de situações. Agora o Senador Álvaro falou em questões de reprovação em concurso do Ministro Toffoli. O Senador Álvaro é um grande político, mas também já foi reprovado nas urnas, já perdeu uma eleição lá atrás. Foi um Senador jovem, não acredito que tivesse um *curriculum* tão grande quando ele foi Senador aos trinta e nove anos, não acredito que tivesse um *curriculum* tão grande quando foi Governador aos quarenta e poucos anos. No seu *curriculum* eu vi também que ele foi vice-líder do PMDB. Esse é um *curriculum* muito forte. Agora eu precisaria que o Senador Álvaro conhecesse o Ministro Toffoli, conversasse com o Ministro Toffoli. Eu não sei se ele teve essa oportunidade. O senhor já teve, pessoalmente ele o visitou?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Em audiência com os aposentados do AERUS, da Varig.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, não, em audiência ele estava cumprindo a sua função.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Da Varig, nós conversamos bastante.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas eu queria que ele tivesse a oportunidade de ter uma conversa pessoal nesse momento com o Ministro. Eu tenho certeza que V. Exa. não vai--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Vai ter quarta-feira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não vai sair, eu não vou falar correr, isso não existe para o *curriculum* de V. Exa., mas não vai se privar dessa oportunidade. Eu vejo que um Ministro, ele tem que ser conhecido pessoalmente, tem que ter uma conversa pessoal para que possa acontecer a melhor formação. Mas vamos deixar para o dia, segundo o próprio Senador Francisco Dornelles, vamos deixar para a próxima Audiência esse debate sobre essas questões. É essa a minha colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, basta que nós tomemos a atuação marcante do Dr. Toffoli à frente da AGU, uma instituição que exige, acima de tudo, competência, lisura na condução da fiscalização e imparcialidade, para chegarmos à conclusão de que se trata de um quadro realmente importante da administração pública do nosso País e que se revelou à frente dessa instituição como um homem inteiramente harmonizado com a legislação atinente à fiscalização da administração pública, o que o credencia pelos seus conhecimentos jurídicos a assumir a responsabilidade de ser, apesar de muito jovem, Ministro do Supremo Tribunal Federal. Esta condição da jovialidade, antes de despertar uma desconfiança ou uma preocupação, antes, pelo

contrário, significa um sentimento de renovação que começa com a iniciativa do Executivo e a aprovação do Senado Federal. Já que estamos exigindo tanta renovação nos quadros institucionais do nosso País, é uma oportunidade que nós teremos de ratificar esse sentimento hoje reinante na sociedade brasileira.

Portanto, na discussão nós entraremos em maior profundidade a respeito da atuação do candidato a Ministro do Supremo Tribunal Federal sobre os seus méritos e sobre a iniciativa do Presidente da República. Eu não considero que o fato de ter exercido atribuições político-partidárias seja um fator impeditivo para o exercício de qualquer função, desde quando isso também faz parte do *curriculum* de qualquer cidadão. Profissionalmente exercendo uma função político-partidária no campo da advocacia, no campo do direito, está ganhando experiência, está coordenando as suas ideias, está aumentando os seus recursos intelectuais e, também, se tornando uma pessoa humana, porque no Supremo Tribunal Federal nós preferimos um homem que tenha condições técnicas, mas também tenha condições humanitárias de decidir, que não seja um homem levado pelos holofotes, pelo desejo de aparecer na mídia, de tomar decisões estapafúrdias somente para agradar a alguns poucos e não se deter especificamente sobre os ditames da Lei e às exigências constitucionais nas deliberações da mais alta Corte do nosso País.

Portanto, eu quero parabenizar por antecipação o relatório, que eu tenho certeza que será aprovado, do nosso Senador Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente Senador Demóstenes, Sr. Relator Senador Francisco Dornelles. Eu não vou entrar no mérito da questão, até porque vou reservar esse espaço para fazê-lo na presença do Ministro Toffoli e depois que o Senador Dornelles apresentar, ler o seu relatório.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já leu.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Conheço pessoalmente o Dr. Toffoli, tenho a melhor das impressões em relação a ele e também tenho muitas boas informações a respeito do trabalho que ele já realizou. Entretanto, eu prefiro abordar esse assunto no momento oportuno na presença dele.

Agora eu queria aqui conceitualmente fazer uma sugestão a esta Comissão, Senador Demóstenes: independentemente da questão Toffoli, creio que seria prudente e necessário realizarmos uma alteração na Constituição Federal retirando do texto constitucional essa expressão ou esse termo "notório saber jurídico". Acho que nós deveríamos tirar isso fora e deixar um pouco mais clara a questão da qualificação dos candidatos a funções relevantes como esta. Eu queria apenas fazer essa sugestão, não apenas em função da indicação para os Superiores Tribunais, mas nós temos tido muitos problemas em relação a Tribunais de Contas por conta dessa expressão "notório saber jurídico" ou "notória experiência administrativa". Eu acho que se nós tomarmos essa iniciativa, nós vamos estar colaborando para melhorar e qualificar muito os Tribunais desse País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Por último, concedo a palavra ao Relator Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu acredito ter apresentado no meu relatório informações suficientes para que a Comissão de Justiça possa deliberar sobre a indicação presidencial.

Eu queria apenas adicionar aqui uma informação: é a de que a nomeação para o cargo de Advogado-Geral da União, como aliás o Senador Mercadante informou, já exige notório saber jurídico e reputação ilibada, e que a Consultoria Geral da República, que antecedeu ao cargo de Advogado-Geral da União, tem sido quase o caminho para a indicação de Ministros do Supremo Tribunal. Eu fiz aqui um levantamento, sendo que catorze juristas que ocuparam o cargo de Consultor Geral da República foram diretamente para o Supremo. Eu quero mencionar, entre eles, o José Celso de Mello, Paulo Brossard, Clóvis Ramalhete, Luiz Rafael Maia, Temístocles Cavalcante, Carlos Medeiros Silva, Vitor Nunes Leal, Antonio Gonçalves de Oliveira, Hahnemann Guimarães, Orozimbo Nonato, Aníbal Freire de Fonseca, Carlos Maximiliano, Rodrigo Otávio Menezes, Tristão de Alencar Araripe, Manoel da Costa Manso e Gilmar Mendes. De modo que eu acho que se nós tivermos que pontuar um *curriculum*, nós vemos pela história, na minha opinião, que o cargo de Consultor Geral da República, que hoje é o de Advogado-Geral da União, tem sido quase o caminho para que uma pessoa chegue ao Supremo Tribunal Federal.

E por último, Sr. Presidente, eu queria a autorização de V. Exa. e da Eg. Comissão de Justiça, pois eu recebi um telefonema do Ministro Nélson Jobim que me pediu que na qualidade de ex-Ministro do Supremo Tribunal desse o seu depoimento de que entende ele que o Ministro Toffoli reúne todas as condições para ocupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em decorrência de imposição regimental, concedo Vista coletiva e marco a conti-

nuidade dessa Audiência para a próxima quarta-feira, às dez horas.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com a sabatina?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a arguição, com a exposição, a sabatina e a votação. Então a segunda parte acontecerá na próxima quarta-feira, às dez horas. Concedida, portanto, Vista coletiva.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu gostaria de registrar hoje um fato importante. Nós temos aqui duas jornalistas da Universidade Federal de Goiás, duas estudantes de jornalismo da Universidade Federal de Goiás [soa a campainha] que vieram aqui para fazer o acompanhamento do dia de um Senador. Eu fui sorteada para ser a Senadora que elas acompanham. Então eu gostaria de registrar a presença da Luiza e da Laura, que vem sem dúvida nenhuma acompanhar esse dia, num trabalho em que elas terão a oportunidade de mostrar um lado do Senado que é pouco conhecido pela juventude, pouco conhecido pela sociedade. Portanto, a elas os nossos cumprimentos e acredito que V. Exa. e o Senador Marconi, naturalmente, estarão juntos nesse dia de hoje para dar a elas uma visão positiva, uma visão real daquilo que acontece no Senado da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tanto eu quanto o Senador Marconi também aderimos à manifestação de V. Exa. e parabenizamos as estudantes de jornalismo, as jornalistas que estão acompanhando V. Exa. e, certamente, pensarão muito sobre o trabalho parlamentar e o quanto é importante um Senador correto e decente como V. Exa. para o Brasil. Parabéns.

Considero visita honrosa a essa Comissão a do ex-Deputado Federal Raul Bernardo Nélson de Senna, que foi representante de Minas Gerais por várias legislaturas e que é também Advogado da União.

Item 5 da pauta, pág. 78. Projeto de Lei da Câmara nº 166, 2009: "Dispõe sobre a revisão do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal". A autoria é do Supremo Tribunal Federal. A relatoria é do Senador Marco Maciel. Parecer favorável à matéria. Com a palavra o ilustre Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Demóstenes Torres, Sras. e Srs. Senadores.

O Projeto de Lei da Câmara – PLC 166/2009 (Projeto de Lei nº 9.921, de 2009, na Casa de origem), apresentado pelo Supremo Tribunal Federal, tem como objetivo efetuar, nos termos do art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição da República, a revisão do subsídio de Ministro do STF.

A proposição é composta de quatro artigos: o art. 1º promove o reajuste do subsídio escalonado em duas etapas: 5% a partir de 1º de setembro de 2009 e 3,88% a partir de 1º de fevereiro de 2010. O texto original do Projeto, antes da alteração efetuada pela Câmara dos Deputados, previa mais uma etapa, com o reajuste de 4,60% a partir de 1º de novembro de 2009. O art. 2º do Projeto determina que as despesas resultantes da aplicação da Lei que se pretende editar correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do Poder Judiciário da União. O art. 3º acentua que a implementação da referida Lei deverá observar o previsto no art. 169 da Constituição Federal, que trata das despesas com pessoal, e das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de maio do ano 2000, como todos nós sabemos. O quarto e último artigo veicula a cláusula de vigência.

A exposição de motivos do Projeto [soa a campainha] esclarece que os índices adotados correspondem à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nos anos de 2006, 2007 e 2008.

A proposição foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Não foram apresentadas Emendas ao Projeto no prazo regimental.

Análise. Esta Comissão, por força do disposto no inciso I, do art. 101, do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do caráter terminativo da decisão, deve opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e mérito do PLC 166, de 2009. O art. 48 da Carta Política brasileira, ou seja, a Constituição de 1988, atribui ao Congresso Nacional competência para dispor [soa a campainha], com a sanção do Presidente da República, sobre todas as matérias de competência da União, e o inciso XV, do mesmo dispositivo constitucional, ressalta essa competência, em especial para a fixação do subsídio dos Ministros do STF. O art. 96, inciso II, letra "b", da Constituição, por sua vez contém determinação que expressa a reserva ao próprio STF da iniciativa da Lei que dispuser sobre o subsídio de seus Ministros. Afigura-se legítima, portanto, do ponto de vista constitucional, a deliberação sobre a matéria nesse Senado Federal. Com respeito à juridicidade da proposição, verificamos que esta não se choca com nenhuma norma jurídica vigente. As disposições de direito financeiro, em particular, foram

respeitadas, visto que a Lei Orçamentária para 2009, Lei 11.897, de 30 de setembro de 2008, consigna dotação suficiente para atendimento do aumento de despesa previsto com a aprovação da Lei. De maneira semelhante, temos que o crescimento projetado para as despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Judiciário, em decorrência do reajuste firmado no Projeto, não deve elevar esses dispêndios para além do limite estabelecido no art. 20, inciso I, letra "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal, a que já aludi anteriormente. Sr. Presidente, na análise da regimentalidade da proposição devemos registrar que se mostra correta a distribuição da matéria para decisão terminativa, em face do permissivo consignado no art. 91, § 1º, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição é meritória. Consideramos justo que se promova a recomposição do subsídio dos Ministros do STF, visto que o valor foi alterado pela última vez em 1º de janeiro de 2006, tendo sofrido desde então significativa depreciação em decorrência do fenômeno inflacionário. É de se assinalar que o reajuste determinado no Projeto em análise é inferior à inflação acumulada no período em questão, como registrado no IPCA, em virtude da redução efetuada pela Câmara dos Deputados, Casa de origem de apreciação do referido Projeto.

É inegável, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que as garantias para a Magistratura independente e isenta são de interesse de todo o País. A Constituição Federal, em seu art. 95, inciso III, reconhece a irredutibilidade de subsídio dos Juízes com o fim de assegurar tais garantias. Aliás, a exigência de irredutibilidade é algo que já está consignado em antecedentes textos constitucionais. Acreditamos que esse princípio da irredutibilidade impõe a necessidade de reajustes periódicos dos subsídios de acordo com os índices inflacionários verificados para a recomposição do seu valor real.

O Voto, Sr. Presidente Senador Demóstenes Torres, diante do exposto, é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2009, e, no mérito, pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu queria fazer até uma proposição para que a gente pudesse agilizar as votações. O Senador Marco Maciel poderia ler também o voto do Item 6, que diz respeito também, que é o mesmo assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Que é igual.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): E o Senador Tasso Jereissati poderia ler o voto do Item 3, que também é terminativo, e a gente faria uma votação só servindo para as três matérias, que são terminativas, Sr. Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A discussão vai também no pacotão?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pelo menos duas são semelhantes, a terceira também nós faremos... O Senador Tasso relata rapidamente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu só queria ponderar, nós estamos no limite do quorum e é muito importante--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Por isso que eu queria propor que a votação fosse para as três.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente, faremos. V. Exa. repete, porque é praticamente o mesmo voto. Item 6.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Portanto, encerro a discussão e suspendo a votação.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, o Item 6, como é de conhecimento e está o Projeto e a sua justificação nas págs. 86/90, através de Projeto de Lei nº 5.922, de 31 de agosto de 2009, dispõe sobre a revisão do subsídio do Procurador-Geral da República, referido no art. 37, inciso XI, e no art. 39, § 4º, com o art. 127, § 2º, e o art. 128, § 5º, inciso I, letra "c", todos da Constituição Federal.

Justificação. A Constituição Federal assegura autonomia funcional e administrativa ao Ministério Público da União e lhe confere a iniciativa de propor ao Poder Legislativo a política remuneratória entidade (art. 127, § 2º), o que implica a fixação do subsídio de seus membros, observado o art. 169 e o art. 37, inciso XI, ambos da Carta Magna. Por outro lado, os membros do Ministério Público têm os subsídios escalonados a partir do subsídio mensal fixado ao Procurador Geral da República, conforme se depreende da interpretação dos arts. 96, inciso V, em consonância com o art. 129, § 4º, da Constituição Federal, e, ainda, com o art. 1º, § 3º, da Lei nº 10.477, de 2002.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. não--

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu poderia, para simplificar, dizer--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Porque é o mesmo valor da Magistratura, então é semelhante. O Senador Romero Jucá, líder do Governo, concorda.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente. Então, Sr. Presidente, o que eu gostaria de então dizer é que o montante de despesa decorrente do Projeto conforma-se plenamente dentro da margem de crescimento permitido aos gastos com pessoal e encargos sociais do Ministério Público da União para o exercício de 2009 a 2010. Convém registrar que o impacto orçamentário bruto com PSS Patronal está autorizado no Anexo V, da Lei 11.897, de 30 de dezembro de 2008 – LOA/2009.

Portanto, o meu Parecer é pela juridicidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa da referida proposição.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou votar com o Relator nas duas situações, Senador Marco Maciel. Agora tem algo que eu não consigo entender: por que é que nós temos autoridade, capacidade e um voto correto como o de V. Exa. para corrigir salário de outros Poderes e não corrigimos os nossos? Eu queria saber por que é que nós não corrigimos os nossos, o que é que nós sentimos ao aumentar, diminuir, sair? Eu não consigo entender. Já demos aumentos, voltamos atrás, o Presidente vetou. Acordo com a Câmara, não. Eu queria dizer o seguinte: o critério tem que ser um único, eu sou a favor da inflação acumulada sempre, sempre. Isso é reposição de poder de compra. Agora nós fazemos votos bonitos, eu vou acompanhar, acho corretíssimo isso. Se você não tiver os seus subsídios corretos, se sentir bem para sustentar a sua família, sustentar os seus dependentes, você não vai viver bem. Agora toda vez que vem o aumento dos Deputados e Senadores, vira um problema enorme e nós não aprovamos. Parece que nós temos vergonha de aprovar uma correção para o nosso salário e ninguém fala nada, todo mundo fica encolhido. Agora, quando chega aqui os dois, nós votamos corretamente, eu vou acompanhar o relatório de V. Exa., que está correto. Agora no caso dos Deputados e Senadores, nós ficamos envergonhados.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Tasso até faz uma pergunta: se eu vou optar pelo salário de Procurador ou de Senador [risos].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Infelizmente, nesse caso, eu só posso receber o de Senador [risos].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas essa situação, viu Senador Marco Maciel, é que... Porque nós dependemos do voto, tem que ser votado. Então nós sempre ficamos envergonhados de aumentar salário porque achamos que a sociedade vai falar, veículo de imprensa, e nós não vamos ter voto. No entanto, como o Ministério Público não tem voto e o Supremo também não tem voto, nós corrigimos tranquilamente. Então eu vou esperar historicamente para ver como é que vai terminar essa questão do aumento dos subsídios dos Deputados e Senadores. Todos nós ficamos olhando e ninguém fala nada. Olha só, todo mundo assustado quando toca nesse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É só acabar com a verba indenizatória que eu acho que aí o tamanho fica bom.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Também sou a favor.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Presidente, eu vou fazer uma declaração de voto sobre isso, mas depois da votação. Eu queria agora que a gente pudesse colher o voto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Jucá, viu como é que já pula logo? Já passou por fora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão, em votação os dois Projetos, que são similares e eu vou repetir a votação. Vamos fazer do Item 5 e repetir a votação para o Item 6. Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Serys Slhessarenko?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel é o Relator. Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim, mas farei uma declaração de voto após a votação do Item 3, Sr. Presidente, que é para não perder tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator, preocupado com a declaração de voto, mas com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Todos os presentes votaram unanimemente pela aprovação. O Projeto está aprovado e a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Pergunto aos Srs. Senadores presentes se posso computar os votos no mesmo sentido para o Item 6. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Todos os votos nominais, portanto, serão repetidos. O Projeto está aprovado e a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu peço o Item 3 para que a gente possa--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 3, pág. 39. Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2009: "Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Fundação Nacional do Índio – FUNAI". A autoria é do Presidente da República. A relatoria é do Senador Tasso Jereissati. Parecer favorável à matéria. Concedo a palavra ao ilustre Senador Tasso Jereissati para proferir o relatório.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Demóstenes, Srs. Senadores. Vem ao exame dessa Comissão Projeto de Lei da Câmara, de autoria do Presidente da República, cuja ementa foi transcrita acima. O Projeto tem por objetivo criar no âmbito do Poder Executivo Federal 249 cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, sendo 164 dos quais: 14 em nível de DAS-5, 66 em nível de DAS-4, 84 em nível DAS-3 e 3 em nível DAS-2, destinados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e 85 dos quais: 4 em nível DAS-4, 18 em nível DAS-3 e 63 em nível DAS-2, destinados à Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

A proposição atende ao pressuposto de constitucionalidade formal, tendo em vista tratar de matéria que deve ser disciplinada em Lei Ordinária de iniciativa privativa do Presidente da República. Ademais, o Projeto não apresenta vícios de juridicidade e regimentalidade e vem embasado em boa técnica legislativa.

Algumas considerações sobre o mérito. Na verdade, Sr. Presidente, quando esse Projeto foi encaminhado a esta Comissão, nós temos tido como princípio básico não votar, não aprovar e não apoiar nenhum Projeto que venha a criar novos cargos em comissão. No entanto, em função do claro esclarecimento feito pelo Ministério da Ação Social, sendo esse Ministério responsável por um dos programas hoje fundamentais na sociedade brasileira, que conduz ao Programa Bolsa Família, sendo ele também um novo Ministério, que ainda não dispõe de um quadro efetivo de cargos comissionados e de infraestrutura de pessoal básica fixa, nós resolvemos nesse caso especificamente, diante da realidade das explanações que foram feitas, fazer o nosso voto favorável à criação desses cargos que, ao nosso ver, são absolutamente indispensáveis ao bom funcionamento desse Ministério, hoje fundamental para a boa vida social deste País.

Diante do exposto, o nosso Voto é pela aprovação do PLS nº 17, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadora Serys Slhessarenko?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Sr. Presidente, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Aloizio Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado de Oliveira?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Senador Tasso Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator, o Senador Tasso Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria foi aprovada--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): --e será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Eu tenho aqui três projetos terminativos que já foram discutidos, são consensuais e nós precisamos apenas colher os votos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu farei a minha colocação depois da votação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): OK. Então proponho, como é consensual, que nós façamos como fizemos a outra vez. Faremos uma votação e repetiremos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Uma valendo para os três.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 38. PLS 171, de 2007: "Altera o art. 4º da Lei 4.898, de 9 de dezembro de 1965, que regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade, para incluir as alíneas "j", "l" e "m". A autoria é do Senador Demóstenes Torres. A relatoria é do Senador Antonio Carlos Valadares. Em votação. Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Antonio Carlos Valadares é o Relator. Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Serys, Senador Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Eu pergunto só se as Emendas apresentadas, se nós poderemos repetir a votação. Os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Senadora Lúcia Vânia, também computamos o voto sim. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a votação... Repetir para as Emendas. Resultado, as Emendas aprovadas, o Projeto aprovado, a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Item 41: "Autoriza a União a criar a Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social". A autoria é do Senador Renato Casagrande. A relatoria é do Senador Marcelo Crivella. Relator *ad hoc*, o Senador Antonio Carlos Júnior. Senador, só para concluir essas votações.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não vai usar a mesma votação, Sr. Presidente? O acordo é a mesma votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A mesma votação. Parecer favorável à matéria. Questiono aos Srs. Senadores se posso repetir a mesma votação nominal.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Portanto, o Projeto está aprovado, Parecer aprovado, e a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Item 43. Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2008: "Altera a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de publicação pela Administração Pública, no sítio eletrônico oficial, das respectivas compras, editais de licitação, situações de dispensa e inexigibilidade, instrumentos de contrato e aditamentos, bem como da intimação de determinados atos da administração sujeitos a recurso". A autoria é do Senador Demóstenes Torres. A relatoria é do Senador Marco Maciel. Relator *ad hoc*, o Senador Antonio Carlos Júnior. Parecer favorável à matéria. Consulto aos Srs. Senadores se posso repetir a votação nominal.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Aprovado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Portanto, repito a votação. O Parecer está aprovado, o Projeto aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agora as matérias não terminativas e consensuais.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu queria fazer a minha declaração de voto, deixei de fazê-la naquele momento por conta exatamente da necessidade de votarmos e aprovarmos a matéria.

Aprovo a matéria ressaltando a preocupação da nota que recebi do Ministério do Planejamento que relata preocupação sobre a condição orçamentária para dar cobertura aos dois PLS de aumento do Supremo e da Procuradoria-Geral da República. Como confio na gestão do Ministro Gilmar Mendes e do CNJ, entendo que se houver a falta de alguma dotação orçamentária para cumprir o que está determinado nessa Lei, haverá um remanejamento de recursos para que a Lei possa ser cumprida. Encaminhei ao Relator Marco Maciel essas duas notas, colocando a nossa preocupação, mas votei favorável entendendo que é possível que se faça remanejamento orçamentário dentro do próprio Poder. Essa é a primeira observação que eu gostaria de fazer.

A segunda observação diz respeito exatamente ao teto dos Poderes, Sr. Presidente. O Senador Wellington Salgado já tinha mencionado essa questão e eu quero fazer esse registro também. Fui Relator da reforma administrativa da Emenda Constitucional que fez a reforma administrativa e criou o teto dos Poderes. E naquele momento, no meu primeiro mandato de Senador, eu já entendia que a Emenda Constitucional era para ter o seu funcionamento de forma imediata. Deveria ter sido feita a equiparação quando da promulgação da Emenda. Não foi feito. E nós temos reiteradas vezes aumentado o salário, o teto do Supremo, que gera um efeito cascata para o Poder Judiciário todo, e não temos tido a condição de fazer a mesma equiparação para o Executivo e para o Legislativo. Não tem sentido um Juiz, um Desembargador, um Ministro do Supremo, que deve ganhar bem, ganhar mais do que o Presidente da República, do que um Senador, do que um Deputado Federal, do que um Ministro da Fazenda, que também devem ganhar bem. Então eu entendo que deveria sim o Poder Público ter a coragem de fazer com que os tetos fossem equiparados e até poderia se fazer um equacionamento da remu-

neração, quer dizer, não seria de um dia para a noite, de repente faria-se essencialmente(F) de imediato. Se faria um escalonamento, mas seria importante que nós cumpríssemos a Constituição e fizéssemos a equiparação para deixarmos exatamente de votar com dois pesos e duas medidas: todo ano nós equipamos ou ampliamos o teto do Judiciário, damos o efeito cascata ao aumento dando correção da inflação ao Poder Judiciário, e congelamos o Poder Executivo e o Poder Legislativo, criando de certa forma outros mecanismos que são mecanismos que não são explicitados à sociedade e, portanto, terminam gerando demandas, embates e repercussões que são negativas para o próprio Poder Executivo e para o próprio Poder Legislativo. Portanto, fica aqui o meu registro e a cobrança de que nós possamos, efetivamente, criar um mecanismo de fazer valer a Constituição que foi votada nesta Casa e fazer com que os tetos sejam equiparados para os três Poderes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto favorável às duas matérias que foram aqui colocadas. Eu não estava aqui dentro do Plenário, estava aqui fora, mas V. Exa. sabia da minha presença aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, computei o voto de V. Exa., inclusive na terceira matéria relatada pelo Senador Tasso Jereissati também.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não, eu agradeço a V. Exa. essa deferência.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou ser rápido, sei que V. Exa. está conduzindo bem os trabalhos. Agora nós tínhamos que ter atenção com isso. Por exemplo, o salário de um Ministro, de um Ministro de Estado, é vergonhoso, Presidente, é vergonhoso. E outra coisa: o Ministro de Estado, ele não tem direito a passagens para se locomover, ele tem direito a pedir avião, mas só que têm determinadas situações que não convêm ao Ministro pedir avião. É muito caro, é mais fácil ele usar uma linha normal. Só que o Ministro não tem quota de passagem. Esses são erros que nós temos que corrigir. Hoje um Senador que vira Ministro, ele não tem a quota de passagem como nós temos. O salário dele, ele pode pedir inclusive o salário de Senador, mas se for um salário só de Ministro, eu acho que é doze mil, o líquido vai para oito mil e poucos reais. São distorções que nós temos que corrigir para que possa representar bem o Ministério. Nós ficamos nessa situação de não ter coragem de fazer esse tipo de mudança e aqui tranquilamente damos aumento, o que eu acho justo, ao Ministério Público, aumento que eu acho justo para o Supremo, vai em cascata também. Agora, chega na hora do aumento do Poder Legislativo, não acontece. Já tivemos momento de dar o aumento e voltar atrás. Isso é péssimo. Nós temos que ter condições de poder usar a verba, a verba salarial, que possa te representar bem, que você possa representar o seu Estado bem. Não podemos viver dessa maneira, Sr. Presidente. V. Exa. que é um homem das leis, V. Exa. tinha que encontrar uma saída.

Essa questão da verba indenizatória não poderia estar nem no meu Imposto de Renda declarada como verba não tributável, isso não poderia estar, essa verba é para ser usada pelo gabinete, para trabalhos de funções de Senador representando o Estado. Isso não faz parte do meu subsídio, isso não tem nem que aparecer no meu Imposto de Renda. Isso é para representar o Estado e em todo momento todo mundo compara como sendo salário a verba de representação. Sabemos que não é salário, isso não faz parte do meu salário, tanto é que eu não uso ela o ano inteiro, nem uso no total. Quem usa, é problema de cada um, que responda por sua atitude. Eu uso o que me convém dentro da minha responsabilidade como Senador por Minas Gerais. Isso tem que ser corrigido, V. Exa. que tem origem no Ministério Público sabe como isso deve ser corrigido, tem que formar um grupo para estudar isso e resolver esse problema de uma vez por todas nesse ano ainda, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 12 da pauta, pág. 161: "Altera a Lei 9.613, de 3 de março de 1998, para adicionar novos crimes antecedentes e novas pessoas físicas e jurídicas obrigadas a comunicar operações suspeitas, assim como para criar procedimento penal próprio para os crimes de lavagem de dinheiro". A autoria é do Senador Gerson Camata. A relatoria é do Senador Romeu Tuma. Parecer favorável à matéria nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Houve pedido de Vista pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Consulto ao Senador Valadares se há manifestação em decorrência do pedido de Vista.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Favorável ao Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra, portanto, ao ilustre Senador Romeu Tuma para as suas considerações.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, já é do conhecido, tendo em vista que o Senador pediu Vista e concordou com o relatório, então eu confirmo e peço a aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação nominal. O Senador Romeu Tuma é o Relator. Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Edison Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado de Oliveira?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes e será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos só votar as nominais, porque nós estamos com o quorum no limite.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É que eu queria só incluir um outro item.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 37, pág. 426. Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2007: "Altera a Lei 9.807, de 13 de julho de 1999, para estender o benefício da redução da pena aos condenados presos que colaborarem com a investigação policial ou processo criminal". A autoria é do Senador Camata. A relatoria é da Senadora Kátia. Relator *ad hoc* o Senador Antonio Carlos Valadares. O Senador Valadares ficou de construir um Substitutivo ou uma Emenda que permitisse a aprovação do Projeto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Qual a página?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pág. 426. Nesse caso é melhor votar pela prejudicialidade, porque um outro já foi aprovado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É melhor, Presidente, retira o constrangimento de votar contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então o Senador Antonio Carlos Valadares dá o Parecer pela prejudicialidade.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Prejudicialidade. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osmar Dias?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Edison Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Dornelles, Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado de Oliveira?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Antonio Carlos Valadares é o Relator *ad hoc*. O Projeto foi julgado prejudicado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Item 2, pág. 25. Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2008: "Altera dispositivo da Lei 6.815, de 19 de agosto de 1990, que 'define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração'". A autoria é do Senador Romeu Tuma. A relatoria é do Senador Eduardo Azeredo. O Relator *ad hoc* é o Senador Pedro Simon. Foi aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar. Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas Emendas ao Substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de Substitutivo integral. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Encerro, portanto, a discussão. Não sendo oferecidas Emendas, como é o caso, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação. Aprovado definitivamente o Substitutivo, a matéria segue para a Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, eu só quero salientar a chamada dessa Lei, a chamada "difusão vermelha". Ela tem importância no combate aos crimes cometidos transfronteiras, de maneira que é muito importante e define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já houve uma ação com respeito a ela recentemente pelas polícias de cinco países.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 29 da pauta, pág. 365. Projeto de Resolução do Senado nº 26, de 2009: "Institui a sessão administrativa mensal para deliberar pelas matérias que especifica". A autoria é do Senador Pedro Simon. A relatoria é do Senador Tasso Jereissati. Parecer favorável à matéria, com três Emendas que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati para proferir o relatório.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, vem ao exame dessa Comissão o Projeto de Resolução do Senado nº 26, de 2009, de autoria do ilustre Senador Pedro Simon. A proposição institui a sessão administrativa do Senado Federal, realizadas ordinariamente na última semana de cada mês, para deliberar sobre matérias que irão integrar a Ordem do Dia no mês seguinte e diversos assuntos envolvendo a administração interna da Casa.

Análise. O Senado Federal necessita, sem dúvida nenhuma, ampliar a transparência da sua gestão. Diversos procedimentos já vêm sendo implantados nesse sentido e a ideia elogiável veiculada pela presente proposição de autoria do eminente Senador Pedro Simon caminha nesta direção. Faz-se necessário, no entanto, algumas alterações na proposição com o objetivo de torná-la mais efetiva.

Em primeiro lugar, retiramos a questão da definição da pauta mensal de votação por ser tema legislativo e não estritamente administrativo. A ideia, entretanto, foi aprovada no relatório que estamos apresentando no PRS nº 37, de 2009, de autoria do Senador Mercadante, que institui o Colégio de Líderes e dá outras providências, do qual temos a honra de ser o Relator nesta Comissão. Além disso, não nos parece adequado prever que o debate dos temas administrativos da Casa se dará necessariamente em uma sessão plenária da Casa. De um lado, dedicar uma sessão exclusivamente a esse tipo de matéria poderia não ser produtivo e em alguns momentos dificultar a votação de outros tipos de temas, cuja urgência não permitiria isso. De outra parte, não é necessário que a discus-

são se faça com a solenidade e as limitações de uma Sessão Ordinária da Casa.

Ademais, não se pode esquecer que sempre que o tema exigir a edição de uma Resolução, a matéria será obrigatoriamente votada no Plenário, após a instrução, pelas Comissões pertinentes. Assim, propõe-se que a Comissão Diretora convoque periodicamente reuniões abertas a todos os Srs. Senadores para expor a situação administrativa da Casa e para debater questões vinculadas à matéria, sem prejuízo das deliberações que devam ser feitas em Plenário. Dessas reuniões participariam os Diretores da Casa. Com essas alterações, temos a certeza que iremos democratizar a administração do Senado Federal, como deseja o nobre Senador Pedro Simon, da forma mais eficiente possível, sem interferir nas atividades legislativas da Casa.

O Voto, portanto, é pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Resolução do Senado nº 26, de 2009, com as seguintes Emendas: "Dá-se à Emenda do PRS nº 26, de 2009, a seguinte redação: 'Altera o Regimento Interno do Senado Federal para instituir a reunião administrativa aberta da Comissão Diretora'; Dê-se ao art. 1º do PRS nº 26, de 2009, a seguinte redação: art. 1º: 'O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte art. 58-A: no mínimo uma vez a cada trimestre ou por requerimento de 1/10 dos membros do Senado Federal, a Comissão Diretora convocará reunião administrativa aberta com o objetivo de apresentar relatório da situação administrativa e debater com os Senadores temas relacionados à gestão da Casa'; § 1º: 'A pauta das reuniões será proposta pela Comissão Diretora e incluirá assuntos propostos pelos líderes ou por 1/10 da composição da Casa'; § 2º: 'Poderão participar das reuniões administrativas abertas, que serão públicas, além dos Senadores, o Diretor-Geral, os dirigentes dos órgãos de assessoramento superior do Senado Federal e outros diretores a critério da Comissão Diretora'; Suprima-se o art. 2º do PRS nº 26, de 2009, reenumerando-se os demais". Este é o nosso Voto com as Emendas propostas, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Tasso Jereissati pelo Parecer favorável com sugestões de aperfeiçoamento à iniciativa do Senador Pedro Simon, mas gostaria de informar, Sr. Presidente, que o próprio Senador Pedro Simon fez um apelo, porque ele quer estar presente na discussão da proposição e, quem sabe ainda, ter algum aperfeiçoamento. Atendendo, portanto, à solicitação do autor, o Senador Pedro Simon, é que eu peço Vistas, Senador Tasso Jereissati, cumprimentando a V. Exa. por ter dado Parecer favorável, inclusive com aperfeiçoamento, mas peço Vista por atenção ao próprio autor, o Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Vista coletiva, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista coletiva.

Item 30 da pauta, pág. 375. Projeto de Resolução do Senado nº 37, de 2009: "Institui o Colégio de Líderes e dá outras providências". A autoria é do Senador Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores. A relatoria é do Senador Tasso Jereissati. Parecer favorável à matéria, com a Emenda que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati para proferir o relatório.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, vem ao exame dessa Comissão Projeto de Resolução do Senado de autoria do eminente Senador Mercadante e outros ilustres membros desta Casa. A proposição institucionaliza o Colégio de Líderes, constituído pelos líderes dos partidos políticos, dos blocos parlamentares do Governo, da maioria e da minoria, bem como instância formal de deliberação no âmbito do Senado Federal. Conforme o Projeto, o órgão será responsável por debater questões envolvendo a administração interna e a pauta de votações do Senado Federal. E, sempre que possível, suas deliberações serão tomadas mediante consenso entre seus integrantes ou na falta deste prevalecerá o critério da maioria, calculando-se o voto dos líderes em função de cada bancada.

Análise. A ideia de institucionalizar o Colégio de Líderes é, com certeza, extremamente produtiva, possibilitando a desconcentração das decisões da Casa e o aumento da participação dos Senadores. Trata-se de proposta que já se encontra contemplada pelo Projeto de novo Regimento Interno para a Casa, o PRS nº 17, de 2009, também em tramitação nesta Comissão e que merece acolhimento. Impõe-se, entretanto, promover alguns ajustes na proposição com o objetivo de aperfeiçoá-la.

Preliminarmente, como forma de atender ao disposto da Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das Leis, conforme determina o § único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. É necessário inserir alte-

rações pretendidas no texto do Regimento Interno do Senado Federal, que constitui a Lei geral, neste caso. No tocante ao conteúdo da proposição, em primeiro lugar é preciso afastar alguns elementos que dão ao Colégio de Líderes a roupagem similar a uma Comissão Permanente. O Colégio de Líderes é uma instância essencialmente política e não deve se responsabilizar pela emissão de Pareceres técnicos sobre matérias legislativas. Adotada tal medida, tratar-se-ia não apenas de uma disfunção desse tipo de órgão, como mesmo de uma inconstitucionalidade material tendo em vista a exigência colocada na Lei Maior de que na constituição das Mesas e de cada Comissão é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da respectiva Casa. A providência prevista na proposição, ademais, não é necessária, uma vez que as proposições de autoria da Mesa sempre tramitam por, pelo menos, uma das Comissões Permanentes da Casa e são submetidas ao Plenário, ou seja, são postas ao escrutínio dos Srs. Senadores.

Além disso, também não nos parece adequado, pela própria natureza política do Colégio de Líderes, que órgãos se responsabilizem por examinar de forma obrigatória os relatórios administrativos emitidos pela Comissão Diretora. Registre-se que nessa questão temos a honra de termos sido designado Relator do PRS nº 26, de 2009, do Senador Pedro Simon, que institui a sessão administrativa mensal para deliberar pelas matérias que especifica. Parece-nos daí que é mais adequado aproveitar nessa última proposição a ideia de prever formas de estudo pelos Srs. Senadores dos temas administrativos internos. Finalmente aproveitando a sugestão constante dessa última proposição, parece-nos também adequado prever que o Colégio de Líderes seja possível por organizar a pauta mensal de votações do Senado Federal e propor a sua alteração sempre ouvindo as respectivas bancadas, devendo esta pauta ser publicada e comunicada obrigatoriamente a todos os Senadores.

Com essas alterações, temos a certeza que iremos democratizar a pauta da Casa e garantir a agilidade das votações, ao mesmo tempo em que se assegura a participação de todos os Senadores nas discussões. Desta maneira, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e votamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 37, de 2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, com a seguinte Emenda: "Dê-se ao art. 1º do PRS nº 37, de 2009, a seguinte redação: art. 1º – o Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do art. 66-B; o Colégio de Líderes é constituído pelos líderes dos partidos políticos, dos blocos parlamentares do Governo, da maioria e da minoria, com as seguintes atribuições: I – deliberar sobre assuntos levados à sua consideração pelo Plenário, pela Mesa, por Comissão e pelo Presidente; II – estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas do melhoramento, da eficiência, eficácia e a economicidade da administração do Senado; III – propor as matérias que irão integrar a Ordem do Dia mensal do Senado Federal e a sua alteração, bem como requerer a preferência na apreciação de matérias ouvidas, em todos os casos as respectivas bancadas; § 1º: a Ordem do Dia mensal de que trata o art. 3, do *caput*, e suas alterações, serão obrigatoriamente publicadas em avulso na página do Senado Federal na internet, e informado a todos os Senadores; § 2º: sempre que possível, as deliberações do Colégio de Líderes serão tomadas mediante consenso entre seus integrantes ou, na falta destes, prevalecerá o critério de maioria, calculando-se o voto dos líderes em função de cada bancada, observado o disposto no § 3º; § 3º: os líderes de partidos que participem do bloco parlamentar, o líder do Governo, da maioria e da minoria, terão direito a voz no Colégio de Líderes, mas não a voto; § 4º: as reuniões do Colégio de Líderes poderão ser convocadas pelo Presidente, por 1/3 dos Senadores que compõem o Plenário ou por líderes que representem esse número".

Esse é o nosso Voto e com essas Emendas, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, acho muito positivo o conjunto das duas proposições que o Senador Tasso Jereissati relata. Primeiro, a iniciativa do Senador Pedro Simon de propor as reuniões administrativas regulares, onde Senadores e outros poderão estar participando. Segundo, este envolvimento do Colégio de Líderes nas questões relativas tanto à tramitação de proposições, de maneira regular, como uma figura regimental, portanto, que consta do Regimento Interno, a exemplo do que acontece na Câmara dos Deputados, mas inclusive com a preocupação de os líderes também acompanharem os assuntos relativos à melhoria da eficiência, eficácia, economicidade, administração do Senado e todos os demais detalhes.

Eu, juntamente com o nosso líder Aloizio Mercadante e toda a bancada do Partido dos Trabalhadores, assinamos esta proposição conjuntamente e agradecemos, portanto, o Parecer favorável e com as sugestões

de melhoria que o Senador Tasso Jereissati coloca em seu Parecer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. concorda com o Parecer?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir Vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida ao Senador Francisco Dornelles. Alguém mais deseja pedir Vista? Vista coletiva. As matérias voltarão na semana que vem à pauta.

Item 31. Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2009, pág. 382: "Dispõe sobre limite temporal para o exercício das funções comissionadas de Diretor-Geral do Senado Federal, demais Diretores e dá outras providências". A autoria é do Senador Aloizio Mercadante. A relatoria é do Senador Tasso Jereissati. Parecer pelo arquivamento da matéria. Concedo a palavra ao ilustre Senador Tasso Jereissati para proferir ao relatório.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, vem ao exame dessa Comissão o Projeto de Resolução do Senador Aloizio Mercadante em que fica limitado a dois anos, prorrogáveis uma única vez por igual período, o exercício contínuo de função comissionada de Diretor-Geral, nível FC-10, e demais Diretores de nível FC-9, em que após esse prazo poderá somente ocorrer designação após o transcurso de dois anos da cessação do exercício anterior.

Análise. A preocupação apresentada pelo ilustre Senador Mercadante em seu Projeto corresponde ao interesse público e é pertinente à boa administração do Senado Federal. Ocorre que esse tema já foi objeto de debate e deliberação por esta Comissão quando da discussão do PRS nº 28, de 2009, de autoria dos Senadores José Sarney e Arthur Virgílio e apoio de vários outros Senadores, que dispõe sobre a nomeação do cargo de Diretor-Geral do Senado Federal, o qual tivemos a honra de ser também o Relator.

A proposição foi aprovada pela CCJ na Reunião do dia 15 de julho de 2009, na forma de Substitutivo construído após longo debate com a participação de todos os seus membros. Desta maneira, optamos, então, pelo arquivamento do Projeto de Resolução do Senado nº 38. É o nosso Voto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu faria a sugestão de que como a medida proposta já foi colocada em prática, que possa então ser considerado pela prejudicialidade. É a sugestão que formulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já foi feito, pediu o arquivamento pela prejudicialidade. Permanece em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o Parecer. A matéria é julgada prejudicada e vai à Comissão Diretora.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Edison Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer o registro que pela absoluta ausência, pela falta de Senadores, não há quorum, e eu vejo aqui a presença de muitos taxistas que tiraram o seu dia laboral de hoje para acompanhar a votação de um Projeto de grande interesse deles. Eles estão aqui à espera e é bom informar, que essa Comissão possa informar a eles que, como não há quorum, esse Projeto não será votado hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então eu acho que eles, que vivem diariamente com grande sacrifício, dependem de cada hora do seu dia de trabalhar perderem o seu tempo aqui acompanhando um Projeto que não será votado não é justo, no mínimo. Então eu pediria a essa Presidência e a essa Mesa que pudesse comunicar, esclarecer a eles de que o Item 46 hoje não será votado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente, o Senador Romero Jucá pediu a mim, juntamente com o Senador Romeu Tuma, que pela ausência deles o Projeto não fosse votado. Precisa se ter no mínimo doze Senadores aqui para fazer essa espécie de votação e nós temos aqui apenas oito Senadores, de sorte que esse Projeto não será votado hoje, mas voltará à pauta na próxima quarta-feira.

Item 34 da pauta, pág. 402. Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2008: "Acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro". A autoria é da Senadora Serys Slhessarenko. A relatoria é do Senador Valdir Raupp. Parecer favorável à matéria. Designo o Senador Edison Lobão Filho, a quem nomeio Relator *ad hoc*,

para proferir o relatório. Como haverá pedido de Vista, Senador, se V. Exa. quiser apenas ler a conclusão--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Certo. Parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2008.

Análise. Não observamos qualquer violação material no texto da Lei Maior. No mérito, temos que a proposição é conveniente e oportuna e nessa hipótese, a despeito da discussão sobre a existência de concurso material sobre o crime de falsidade ideológica, entendemos que a própria pena culminada pelo art. 239 do ECA deve ser aumentada.

Voto. Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com todo respeito tanto pela autora, minha querida Senadora Serys, como pelo Senador Edison Lobão Filho, eu pediria vistas para um melhor exame da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida. Vista coletiva, Senador Antonio Carlos Júnior pede.

Item 19 da pauta, pág. 277. Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2009: "Autoriza o Poder Executivo a abrir linhas extraordinárias de crédito para empresas privadas, junto ao Sistema Financeiro Público Federal e dá outras providências". A autoria é do Raimundo Colombo. A relatoria é do Senador Antonio Carlos Júnior. Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, com duas Emendas que apresenta. Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Quanto à constitucionalidade da proposição, observe-se que o art. 48 da Constituição Federal atribui competência concorrente ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente, para dispor sobre matéria de competência da União, especialmente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações, consoante o disposto no inciso XIII do citado artigo. Por outro lado, o assunto sobre o qual versa o Projeto não diz respeito a matéria de iniciativa legislativa privativa reservada aos outros Poderes da República, nem sobre Cláusulas Pétreas contidas no art. 60, § 4º, da Lei Maior. Contudo, do ponto de vista da judicidade, registre-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 2000, exige do ato de criar despesas públicas a demonstração da origem dos recursos. Tendo em vista que o Projeto trata de despesa obrigatória de caráter continuado, aplica-se ao caso, com efeito, o disposto no art. 16, inciso I, combinado com o art. 17, *caput*, e § 1º da referida Lei. A propósito, ressalte-se que o PLS não especifica o valor das linhas de crédito e nem menciona a fonte dos recursos para financiá-las.

Depreende-se, portanto, que a proposição carece de correções técnicas e, portanto, oferecemos as seguintes Emendas na conclusão desse Parecer...

Eu vou ler o Voto e as Emendas. O Voto é pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2009, com as seguintes Emendas: "Emenda 1: Dê-se ao art. 1º do PLS nº 98 a seguinte redação: art. 1º: é a União autorizada a conceder créditos às instituições financeiras federais no valor de até um bilhão, destinada a financiar linhas de créditos especiais de empresas privadas"; Emenda nº 2: "Inclua-se o seguinte art. 5º no PLS nº 98, de 2009, enumerando-se o atual como 4º; Art. 5º: a operação referida no *caput* do art. 1º poderá ser feita em cada exercício financeiro mediante a emissão de título da dívida pública mobiliária federal ou com o uso de recursos excedentes do superávit primário do exercício anterior". Então essas são as duas Emendas. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria ponderar, Sr. Presidente, primeiro que é autorizativo, não tem eficácia. Segundo, nós aprovarmos, Senador Tasso Jereissati, Senador Dornelles, uma linha de crédito de um bilhão de reais para empresas privadas através de bancos públicos, não faz nenhum sentido. Primeiro que o BNDES já está com 100 bilhões de reais. A Caixa e o Banco do Brasil tiveram um papel fundamental de suprir a demanda de crédito nesse período, aumentando as disposições, uma linha de capital de giro, investimento, micro e pequena empresa, cartão de crédito BNDES. Eu acho que não faz nenhum sentido nós aprovarmos esse Projeto nessas condições.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. pede Vista?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu peço Vista ou encaminho voto contrário. Eu peço Vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo Vista a V. Exa.

Item 27 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2005, pág. 348: "Cria o Serviço de Distribuição de Sinais de TV Aberta – DTVA". A autoria é do De-

putado Salvador Zimbaldi. A relatoria é do Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Azeredo para proferir o relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, esse Projeto vem preencher uma lacuna exatamente dentro da oferta de serviços de televisão, que é normalmente chamado como antenismo, que é caracterizada pela oferta remunerada de sinais de emissoras abertas de televisão em áreas onde a sua recepção convencional não possui condições técnicas adequadas, como morros, favelas localizadas em regiões metropolitanas e pequenas comunidades também no interior dos Estados. Baseado na captação dos sinais aberto de TV por meio de uma antena parabólica, em sua distribuição através de uma rede de cabos, mais resistentes a ruídos e interferências que o espectro rádio elétrico, o antenismo parte do princípio técnico utilizado pelos operadores de TV a cabo, embora com menor sofisticação tecnológica. Seu público é bastante distinto daqueles que usam os serviços convencionais de TV a cabo, já que está situado em classes que pagam mensalidades na faixa de dez, quinze reais por recepção, com qualidade aceitável de programação veiculada pelos canais abertos. Na justificativa eu queria salientar que esse serviço de DTVA classifica-se como serviço de telecomunicações, podendo ser enquadrado no rol das modalidades de TV por assinatura, no qual fazem parte, além da própria TV a cabo, os Serviços de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal – MMDS, o Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por assinatura Via Satélite – ADTH, e o Serviço Especial de TV por Assinatura – TVA. Ainda a considerar que não se poderia dizer que nesse contexto poderia se inferir, em princípio, que a prestação do TTVA(F) já estaria contemplada na operação de serviço de TV a cabo, sendo dispensável.

Entretanto, não é verdadeira, porque na realidade as operadoras de TV a cabo, embora possam oferecer aos seus assinantes pacotes de programação menos sofisticados e, por isso, mais acessíveis, não possuem previsão legal para distribuir exclusivamente sinais de emissoras de radiodifusão de sons e imagens.

Portanto, o Parecer é favorável, com as Emendas Substitutivas que estão colocadas aí no sentido de preencher essa lacuna.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): sabendo do grande conhecimento do Senador Azeredo nessa área, mas eu necessitaria pedir Vista para estudar um pouco melhor esse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida ao Senador Wellington Salgado de Oliveira. Item 44 da pauta...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu também peço Vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista coletiva concedida.

Item 44, pág. 523. Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2008: "Obriga os estabelecimentos de locação de terminais de computadores a manterem cadastro de seus usuários". A autoria é do Senador Gerson Camata. A relatoria é do Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável à matéria. Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Azeredo para proferir o relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse Projeto é de autoria do Senador Camata. Ele vem transformar em regra nacional o que já funciona em muitas cidades brasileiras, como a Cidade de São Paulo, no caso dos chamados *cybercafés*, de *Lan Houses*, que você tenha que registrar quem é que está usando o computador. Isso é Lei nacional, por exemplo, na Itália também, e as informações de todas as áreas que trabalham no combate ao crime cibernético são de que a maior parte, mais de 50% dos crimes são oriundos hoje exatamente dessas *Lan Houses*. Na medida em que você não tem identificação de quem está usando, evidentemente que os órgãos policiais têm mais dificuldades em chegar a quem são os autores. Por isso, o Projeto é louvável por permitir que em caso de crime praticado por usuário de estabelecimentos de locação de terminais de computadores, a investigação criminal ou a instrução processual penal seja viabilizada mediante requisição judicial, sempre mediante requisição judicial, ao estabelecimento, para que ele identifique o usuário suspeito da prática de crime.

Então o Voto é favorável no sentido de que ele vem atender, como prevê o Senador Camata, uma realidade de identificação das pessoas que utilizam esses serviços e que crescem a cada dia. É muito importante a existência de cybercafé, de *Lan House*, que tem trazido uma maior inclusão digital para aqueles que não têm especialmente condições de ter o computador em casa. Mas, por outro lado, há que se prevenir para que seja evitado o seu uso criminoso. O Voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria elogiar a iniciativa, inclusive eu não entendi aqui, que o Parecer não é favorável, mas eu sou totalmente favorável à iniciativa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, o Parecer é favorável.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu estou falando do Parecer que eu recebi, que não é favorável, mas eu sou totalmente favorável ao Projeto. Você exigir que as *Lan Houses*... Hoje, só 13 milhões e 700 mil domicílios têm acesso à internet, 67 milhões de pessoas estão na internet. Onde que estão os jovens na internet? Estão nas *Lan Houses*, nessas casas que recebem. Ter um cadastro de quem vai usar é um instrumento fundamental de acabar com o anonimato, que evidentemente é a origem de muitos crimes cibernéticos, desde a pedofilia, roubo, fraude e tantas outras que se estendem hoje. Então eu acho que é uma medida preventiva, necessária, eu acho que muito bem construída. Alguns Estados já estão tomando essa providência, outros países também e acho que seria absolutamente legítimo que o Brasil o fizesse. Portanto, eu sou favorável à proposta.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Senador está de acordo comigo dessa vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso é fantástico.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu sempre estou contra apenas... Não contra V. Exa., a não ser em alguns Pareceres que não são os melhores, e depois de tanto debate V. Exa. sempre acaba concordando comigo, então--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E vice-versa, e vice-versa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É verdade, nós sempre conseguimos construir bons entendimentos. V. Exa. é um grande negociador, um homem democrático, sempre aberto às argumentações. E hoje conseguiu me convencer, porque o Parecer aqui não era favorável.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu fiquei preocupado agora, eu fiquei preocupado. Com essa troca de amor, em Minas, isso me preocupa. PT e o PSDB muito ligados em Minas, isso me preocupa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V. Exa. hoje só não veio com o terno do Paulo Duque, como está incorporando o espírito dele também. [risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estou preocupado, o Azeredo conversando muito, eu estou preocupado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só falta ele cortar o cabelo para ficar igual ao Paulo Duque.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente, é verdade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O cabelo não dá.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então encerro a discussão e não havendo quorum para a deliberação de matérias terminativas, voltarei à pauta com o Projeto na semana que vem.

Item 33, pág. 397. Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2007 – pode ler apenas a conclusão, que haverá pedido de Vista: "Acrescenta § 3º ao art. 184 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (Dispõe sobre a contagem de prazos nos casos de intimação do advogado pela imprensa)". A autoria é da Deputada Sandra Rosado. A relatoria é do Senador Raimundo Colombo. Parecer favorável à matéria, com a Emenda de Redação que apresenta. Concedo a palavra ao ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira, a quem nomeio Relator *ad hoc*, para proferir o relatório.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, como bem leu V. Exa., esse é um Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2007, da Deputada Sandra Rosado, que acrescenta § 3º ao art. 184 da Lei 5.869, de 11 de janeiro, que institui o Código de Processo Civil.

Eu vou direto, V. Exa. já disse que deverá haver pedido de Vista. O Voto é que, por todos os motivos expedidos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2007, com a seguinte Emenda: "Emenda da CCJ de Redação: Dê-se à Emenda do PLC nº 2, de 2007, a seguinte redação: Acrescente-se § 3º ao art. 184 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, para prorrogar para o segundo dia útil como o início da contagem do prazo na hipótese de intimação pelo órgão oficial". É esse o relatório do Senador Raimundo Colombo, que eu relato *ad hoc* nesse momento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para contraditar, Presidente. Nós temos uma contagem de prazo para intimação de Advogados que está consolidado no Código de Processo Civil, Penal, Trabalhista e Tributário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Há milhares de anos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Há milhares de anos. Passar do primeiro dia útil para o segundo dia útil não resolve absolutamente nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nada.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quer dizer, esse é o tipo de um Projeto, eu não tenho nada contra a Deputada Sandra Rosado--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se quiserem rejeitar, eu concordo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero encaminhar contra, porque com isso vai ter que modificar todos os Códigos de Processo, passar do primeiro dia para o segundo dia, então eu peço ao Relator que dê Parecer contrário e mantenha uma tradição jurídica absolutamente consolidada.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria só perguntar ao Presidente se eu não estaria cometendo, visto que eu estou sendo Relator *ad hoc*, se eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. assume a relatoria plenamente, o outro Relator desaparece.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): OK. Então o meu voto é contra, Sr. Presidente, pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Voto pela rejeição. Em discussão. Continua a discussão. Não havendo mais quem queira discutir--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu também sou contrário ao Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o Parecer do Relator *ad hoc* pela rejeição permaneçam como se encontram. Aprovado. O Parecer é pela rejeição. A matéria é rejeitada e será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu pediria que nós pudéssemos votar, eu acho que é a mesma preocupação indevida, o Item 36, porque também é uma tentativa de dar mais celeridade às decisões judiciais, do Código de Processo Civil, de forma completamente descabida.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É a redução do prazo de quinze para dez dias?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É, que é reduzir de quinze para--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas nesse ainda há uma discussão, eu acho melhor pedir Vista nesse.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Esse é terminativo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu peço Vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É terminativo, então vamos só designar o Relator *ad hoc*. Item 36, pág. 417. Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2006: "Altera o art. 508 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para reduzir o prazo para a interposição de recursos". A autoria é da Senadora Maria do Carmo Alves. A relatoria é do Senador Raimundo Colombo. Parecer favorável à matéria. Concedo a palavra ao ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira, a quem nomeio Relator *ad hoc*, para proferir o relatório. V. Exa. leia como está e o Senador Mercadante--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Voto pela aprovação?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela aprovação, e o Senador Aloizio Mercadante pede Vista. Na semana que vem a gente volta a essa discussão, até porque é terminativo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então eu vou direto ao Voto. Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2006. Esse é o relatório do Senador Raimundo Colombo, no qual eu sou o Relator *ad hoc* nesse momento.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, peço Vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista coletiva.

Item 40 da pauta, pág. 448.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se nós pudéssemos votar também o Item 35, eu solicitaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar. Item 40. Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2007, terminativo: "Acrescenta § único ao art. 121, altera o art. 126 e acrescenta § único ao art. 127 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para permitir a participação em assembléia-geral por meio de assinatura eletrônica e certificação digital, e para instituir o requisito de depósito prévio do instrumento de mandato para a representação do acionista em assembléia-geral". A autoria é do Senador Valdir

Raupp. A relatoria é do Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável à matéria, com três Emendas que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para proferir o relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores. O objetivo do Senador Valdir Raupp parece meritório realmente, ele é meritório, ele busca ter uma maior participação nas assembléias das empresas, possibilitando a participação de maneira eletrônica, com assinatura eletrônica, certificação digital e, também, num sistema que hoje já é mais presente, teleconferências, são questões que estão avançando mesmo.

Agora, o Senador Dornelles exatamente levantava alguns questionamentos do ponto de vista de que a Comissão de Valores Imobiliários é que realmente deveria ter uma opinião também levada em consideração. O Projeto já prevê que ela é que fará a regulamentação. Mas o Parecer é favorável dentro desse sentido, de que não há nenhum óbice do ponto de vista legal e que seria um avanço, incentivando a maior participação nas assembléias das empresas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O Parecer do Senador Eduardo Azeredo, como sempre, aborda com grande profundidade esse assunto. Entretanto, eu tenho algumas dúvidas e peço a V. Exa. autorização para pedir Vista nesse ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida ao Senador Dornelles. A matéria voltará na próxima quarta-feira.

Item 35, pág. 419. Projeto de Lei do Senado 234, de 2009: "Altera o Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes". A autoria é da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia. A relatoria é do Senador Aloizio Mercadante. Parecer favorável à discussão. Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante para proferir o relatório.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, esse Projeto, ele foi encaminhado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia. Apesar de ser também uma jurisprudência antiga, a finalidade é modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. Eu vou ser bastante objetivo para que as pessoas possam compreender.

Os crimes sexuais praticados contra as crianças e adolescentes, eles têm o prazo de prescrição, como todos os demais crimes, e têm o prazo de decadência. O que a CPI propôs e eu particularmente sou favorável, apesar de ter uma certa resistência jurídica, é que um jovem, um menino ou uma menina, depois que fazem dezoito anos de idade, eles têm o direito de entrar com uma demanda contra o pedófilo e o processo não venceria, porque quando ele é jovem, às vezes os pais não querem ou ele não quer se expor com os amigos, e isso fica uma marca permanente na vida afetiva, emocional, na personalidade, e só depois que ele é um homem maduro, uma mulher madura, é que podem ter a consciência e a convicção que devem entrar contra o ato de abuso sexual que foram vítimas. Então é um crime que não pode prescrever pelas condições em que ele ocorre.

No entanto, o Projeto só prevê a revogação do prazo de prescrição. Eu queria também incorporar uma Emenda com relação ao problema da decadência, que são seis meses. Então eu pediria para nós adiarmos a votação para fazermos este ajuste, mas eu espero que a Comissão tome uma posição favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Compreendi o que V. Exa. diz.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aqui também o Parecer do Governo é contrário, mas eu não vejo, pelo menos no Parecer que eu recebi, eu não vejo como que nós podemos ser contrários a uma matéria como essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É porque o Governo sempre é a favor do criminoso, qualquer que seja o Governo, não é só--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não quer alterar porque é uma legislação antiga, de 1940. Mas objetivamente uma criança, um jovem, uma menina, uma adolescente, só depois da maturidade é que às vezes toma convicção de representar contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E esse direito tem que ser assegurado, porque não tem degradação maior do que a pedofilia; esse é o último degrau da decadência moral do ser humano e essas pessoas têm o direito a se defender.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Mercadante deu Parecer dizendo exatamente o seguinte: o prazo de prescrição começa a correr da data do crime. No o caso de decadência, antigamente a ação penal era privada, regra. Agora é ação penal pública condicionada a representação. Ação penal pública condicionada a representação, ela tem o prazo de seis meses para

que a vítima ou o seu representante legal apresentem essa representação ao Ministério Público para que o Ministério Público possa agir. O que é que é a proposta da Comissão, relatada pelo Senador Aloizio Mercadante? Ele está dizendo o seguinte: no caso da omissão do representante legal, fica o jovem resguardado, porque ao inteirar dezoito anos, ele adquire essa capacidade.

Então, volta-se o prazo na totalidade para ele, ou seja, o de seis meses de prazo de decadência para a representação e o de prescrição fica interrompido ou suspenso para que também ele tenha o direito de fazer essa formulação. Então o Senador Mercadante retira de pauta para acrescentar essa proposta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para fortalecer o Projeto, porque é um Projeto meritório e tem que ser aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente, porque não há previsão da decadência, só da prescrição. Então, Senador, a ideia é boa, para completar o Projeto vamos retirar de pauta para que ele possa fazer isso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu só queria fazer um--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior, em seguida a V. Exa. e em seguida ao Senador Magno Malta.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu queria aqui apoiar a posição do Senador Mercadante, que além de já ter no relatório colocado a prescrição, também vai ampliar com a decadência para fortalecer o Projeto. Então eu apoio a posição do Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Da mesma forma, como membro que sou dessa CPI da Pedofilia, eu quero dizer que essa é uma proposta de resultado, é uma proposta que busca exatamente constranger e, com isso, evitar que novos crimes de pedofilia sejam cometidos, e no momento em que você coloca que a prescrição é diferenciada, ela não é como é hoje, e também a proposta e a argumentação do Senador Mercadante, ela está correta no sentido também da decadência de prazo.

Portanto, eu queria só adiantar também o posicionamento favorável, que já tinha mencionado na CPI, mas que reitero aqui nessa Comissão, que como também foi colocado esse é um dos crimes mais imundos, eu diria, que existe, que é o da pedofilia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Lembra a assessoria que agora em agosto de 2009 entrou em vigor a nova Lei que em caso de vulnerável, que inclui criança e adolescente, a ação penal é sempre pública incondicionada. E é verdade. Então eu acho que nós podemos--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Para o vulnerável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente, no caso o menor de dezoito anos é considerado vulnerável.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas aqui nós estamos dando prazo para quando ele for maior de dezoito anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas a ação penal é pública incondicionada, quer dizer, então não há mais esse prazo de decadência.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não há problema de decadência?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas, de qualquer jeito, para um estudo melhor da matéria, vamos retirar de pauta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A gente analisa e darei o voto favorável na próxima Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ou acrescentando ou não em relação à decadência, porque a ação penal pública, ao invés de ser condicionada à representação da vítima ou seu representante legal, seria incondicionada, ou seja, basta o Ministério Público tomar conhecimento que proporá imediatamente a ação. Com a palavra o Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Demóstenes, V. Exa. é o Relator dessa CPI da Pedofilia, o Senador Eduardo é membro lá, e nós fomos movidos, compungidos a escrever esse Projeto, movidos por uma série de ações. Viajando o Brasil, Senador Aloizio, aonde a CPI se instala para oitiva, pessoas pedem para ser ouvidas e o Conselho Tutelar traz. E movidas por esse grande momento da Nação, que foi pautada por esse tema, as pessoas vêm com denúncia, acreditando numa resposta, só que são pessoas que já têm esse prazo vencido, dezenove anos, vinte anos, vinte e três anos, foi estuprada aos doze, tem um filho do pai, tem um filho do professor, do vizinho, agora se encorajou a falar, mas perdeu o prazo. A Joana Maranhão está sofrendo por esse problema, tanto que nós demos o nome dessa Lei de Joana Maranhão, uma nadadora brilhante do Brasil. Ela denunciou o seu professor com vinte anos. O que ele fez? Moveu uma ação contra ela de danos morais, porque o Advogado dele, claro, conhecia a Lei, ela só tinha seis meses após os dezoito anos, não fez, o crime dele se perdeu, ele continua abusador, qualquer outro abusador, daquele crime ele já não responde mais.

Então, eu gostaria de registrar a nossa felicidade pela compreensão do Senador Aloizio Mercadante e da sua assessoria e a intenção de melhorar e relatar favoravelmente. Dentro do entendimento também de que a Lei sancionada pelo Presidente Lula há quarenta dias atrás já trata da questão do vulnerável e como o Estatuto da Criança e do Adolescente, até os dezoito anos, trata como criança e vulnerável, quer dizer, então essa ação incondicionada, em qualquer situação daqui para frente o Ministério Público pode então fazer a ação independente da vontade da família. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, nós faremos o Parecer e eu vou incorporar a sugestão do Senador Magno Malta de nós titularmos essa Lei Joana Maranhão, que viveu a experiência concreta de ter sido abusada, de ter denunciado depois da maioridade e sofreu uma ação, mais um constrangimento, quando na realidade ela foi vítima de um crime hediondo. Então vamos incorporar também essa recomendação ao nosso Parecer para a próxima quarta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem. Então retiro de pauta para que o Senador Aloizio Mercadante apresente o Parecer conclusivo na próxima quarta-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro suspensa a presente Reunião, informando que será reaberta amanhã, dia 24 de setembro de 2009, às dez horas, para realização de Audiência Pública destinada a instruir as PECs nºs 80 e 82, de 2003, e nº 73, de 2005, que preveem o direito de revogação de mandatos, com a presença dos seguintes convidados: Paulo Kramer, Cientista Político; Fabio Konder Comparato, Professor; João Baptista Herkenhoff, Professor. Justificaram a ausência: Dalmo Dallari e Murilo Aragão. Quem presidirá a Sessão será o Senador Wellington Salgado de Oliveira, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Portanto, suspendo a Sessão para a sua reabertura amanhã, dia 24 de setembro, às dez horas.

[Sessão suspensa no dia 23/09/2009 às 13h26].

2ª PARTE
Realizada no dia 24 de Setembro de 2009,
Às 10 Horas e 15 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro reaberta a 39ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A segunda parte da reunião destina-se à realização de Audiência Pública, para instruir a proposta de emenda à Constituição nº. 80, de 2003, que "Altera a redação do art. 14 da Constituição Federal, inserindo incisos que criam dois novos institutos da democracia participativa, o Direito de Revogação e o Veto Popular".

E tramita em conjunto com a proposta de emenda à Constituição nº. 82, de 2003, que "Altera os arts. 28, 29, 32, 55 e 82 da Constituição, para prever o plebiscito de confirmação de mandato dos representantes do povo eleitos em pleito majoritário".

E tramita em conjunto com a proposta de emenda à Constituição nº. 73, de 2005, que "Altera dispositivos dos arts. 14 e 49 da Constituição Federal e acrescenta o art. 14-A, (institui o referendo revocatório do mandato de Presidente da República e de Congressista)", conforme requerimento nº. 20, de 2009-CCJ, de iniciativa dos Senadores: Senador Renato Casagrande e Senador Marconi Perillo.

Temos como convidados... Eu pediria aos Secretários que encaminhassem os convidados. Eu pediria até o Senador Flávio Torres que pudesse acompanhar os nossos convidados. Um minuto, que o Senador vai trazê-los. Paulo Kramer, Cientista Político e Professor do Curso de Especialização em Análise Política e Relações Institucionais da UnB; Sr. Fabio Konder Comparato, Professor Titular da Universidade de São Paulo; João Baptista Herkenhoff. Falei direito? Professor de Direito e Professor Livre Docente da Universidade Federal do Espírito Santo, UFES. Justificaram a ausência o Sr. Murilo de Aragão, Cientista Político e Presidente da Arko Advice Pesquisas, e o Prof. Dalmo Dallari, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

De acordo com o art. 94, § 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições de vinte minutos, cada um. Se precisar mais tempo, eu aumentarei o tempo, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação para os Senadores e para as Senadoras, na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, ou mais, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão.

Obedecendo a ordem dos convidados aqui lida, convido o Cientista Político e Professor do Curso de Especialização em Análises Políticas e Relações Institucionais da UnB, Prof. Paulo Kramer, para fazer sua exposição durante vinte minutos.

Tem a palavra V. Sa.

SR. PAULO KRAMER: Sr. Presidente, muito bomdia. Companheiros ilustres de Mesa, minhas senhoras e meus senhores.

Sr. Presidente, se não houvesse nenhum óbice por parte de V. Exa., ou por parte do Plenário, eu proporia uma inversão, por uma razão de cordialidade.

Veja, nós estamos sendo aqui honrados com a visita de dois ilustres, dois luminares do direito pátrio. Eu acredito que eles poderiam falar antes de mim, que sou da Casa, no sentido de que sou aqui de Brasília, eu acho que nós devíamos fazer essa cortesia.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Os Senadores estão de acordo?

Eu vou consultar a Comissão. Os Senadores estão de acordo?

Então, passaremos, então... Aí eu já... À direita. Passaria primeiramente a palavra ao Professor Titutar da Universidade de São Paulo, Fabio Konder Comparato.

Tem a palavra V. Sa., professor.

SR. FABIO KONDER COMPARATO: Sr. Senador Wellington Salgado de Oliveira, Eminentes Senadores, meus companheiros de Mesa.

Trata-se de saber, simplesmente, se nós vamos continuar mantendo o povo brasileiro na condição de menor impúbere permanentemente, ou se nós vamos dar ao povo brasileiro, não uma soberania de fachada, puramente simbólica, mas, sim, uma soberania efetiva.

A ausência do povo brasileiro, nas grandes decisões políticas do país, sempre se fez notar. É uma ausência que clama aos céus, em primeiro lugar, na independência.

A independência brasileira não foi feita por meio de uma revolta do povo brasileiro contra o rei português, foi uma revolta do povo português contra o rei no Brasil. O 07 de abril, a famosa *journée de dupes*, como disse Teófilo Otoni, foi na verdade um desquite amigável, como explicou Joaquim Nabuco, entre o imperador e a nação, e Joaquim Nabuco acrescentava: "Ou melhor, a minoria que representa a nação".

A proclamação da República foi feita – como todos sabem – num protesto militar, que o povo assistiu bestializado, como foi dito na famosa carta de um jornalista que assistiu ao evento.

Isso não impediu que, logo depois, o grupo militar que assumiu o poder falasse em nome do povo, o que levou o representante diplomático norte americano, numa correspondência a Washington, a protestar contra esse desprezo que os novos governantes manifestavam em relação ao povo.

A Revolução de 30, como disse o então Presidente da Província de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, foi feita de acordo com aquela necessidade urgente: "Façamos a revolução, antes que o povo a faça." Expressão textual do então Presidente da Província de Minas Gerais, aliás, do Estado de Minas Gerais.

Em 1945, em 1964, nós mudamos o regime político e, em 64, os autores do golpe militar não tiveram nenhuma hesitação em dizer que exerciam o poder Constituinte em nome do povo.

O famoso ucasse(F), do dia 13 de dezembro de 1968, que instituiu o terrorismo de Estado, foi elaborado por um catedrático e ex-Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. E ele, nessa manifestação de poder militar, declarou que estava realizando as aspirações democráticas do povo brasileiro. Na verdade, a democracia brasileira, como disse Sérgio Buarque de Holanda, tem sido um lamentável mal-entendido.

O art. 1º da nossa Constituição dispõe que a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito e acrescenta, no § 1º, que todo o poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente.

Acontece que essa Constituição, que não foi aprovada pelo povo, atribuiu ao Congresso Nacional o poder exclusivo de modificá-la. Até hoje, foram feitas 63 emendas ou remendos à Constituição de 1988. Nenhum deles foi submetido à aprovação popular.

Dessas 63 emendas, 17 modificam o ato das disposições constitucionais transitórias. Ou seja, a Constituição ainda não entrou definitivamente em vigor, porque nós voltamos ao tempo e aquilo que deveria ser uma disposição de transição para o novo regime constitucional é sempre sujeito a modificações.

No art. 14, a Constituição declara: "São manifestações da soberania popular: sufrágio eleitoral, o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular", entenda-se meramente legislativa.

Mas, no art. 49, Inciso XV, diz a Constituição: sufrágio eleitoral, nada contra, aliás, seria um absurdo que os membros do Congresso Nacional se manifestassem contra as eleições. Plebiscito e referendo, porém, não, não pode ser feito livremente, depende de aprovação e convocação do Congresso Nacional. Ou seja, a nossa habilidade jurídica criou uma figura estranha, o mandante depende de autorização do mandatário para manifestar a sua vontade.

Como introduzir a democracia neste país? Nós não podemos pensar em disposições rápidas e sem fundamento. Nós temos que nos fundar, em primeiro lugar, na educação do povo. O povo brasileiro aceita ser sujeito a uma minoria, que diz exatamente o que deve acontecer, ele se submete. Na verdade, depois de quase quatro séculos de escravidão, seria um absurdo que o povo brasileiro tivesse uma noção muito

clara do fato de ele ser titular do poder Supremo, ou seja, da soberania.

Mas não basta a educação, é preciso uma mudança normativa. Muitas vezes, a mudança normativa exerce um papel pedagógico e é exatamente o caso da introdução do *recall*. Sem dúvida, dirão: "Mas o que adianta o *recall*?". Fez-se um referendo sobre o porte de armas, e o povo votou exatamente como queriam os conservadores, ou seja, cada um armado, todos nós armados para enfrentar a violência.

Acontece que, à medida que essas manifestações vão se sucedendo, o povo se dá conta de que o poder está com ele. E que aquele que exerce o poder por eleição deve prestar contas. E, segundo a palavra do evangelho, ele é exatamente o servo do povo. No original grego, se fala em *doulos*. Por que isso? Porque todo o mandato se repousa numa relação de confiança. Qualquer um de nós, quando atribui poderes a alguém para atuar em seu nome, ele manifesta confiança. No momento em que cessa essa relação de confiança, o mandato deve ser interrompido.

O *recall,* não é de forma alguma uma medida revolucionária. Nos Estados Unidos, 18 Estados da Federação tem o *recall*, dois Estados Michigan e Origon têm o *recall* desde 1908, não consta que o *recall* tenha sido uma causa de rebeliões ou de obstáculo ao governo democrático.

Em 2009, houve 110 *recalls,* em 18 Estados da Federação Norte Americana, como eu disse, incluindo Câmaras Legislativas Municipais, Governadores de dois Estados: Califórnia e Michigan.

Nos Estados Unidos, *recall* é admitido para Governadores, Conselhos Municipais, Conselhos Diretores de Escolas, os *School Boards*, Prefeitos Municipais, Secretários de Condados, os *County Officials,* e os xerifes.

Pois bem, nós temos agora três propostas de emenda constitucional objetivando a introdução dessa revogação popular de mandatos eletivos. A Proposta de Emenda Constitucional 80, de 2003, a 82, de 2003, e a 73, de 2005. Eu devo dizer que a Proposta de Emenda Constitucional nº. 80, de 2003, me parece demasiadamente sintética e, na verdade, deixa tudo ao legislador ordinário. Não me parece conveniente trilhar esse caminho.

A proposta de emenda constitucional nº. 82, de 2003, do sempre lembrado e saudoso Senador Jefferson Péres – que Deus o tenha -, não aplica o *recall* aos Parlamentares eleitos pelo sistema proporcional, e isto me parece uma falha na concepção da revogação popular de mandatos eletivos. Quanto à proposta de emenda constitucional nº. 73, de 2005, ela propõe que seja aplicado o *recall* a todos os agentes políticos eleitos.

A Câmara dos Deputados, como os seus integrantes são eleitos pelo sistema proporcional, a Proposta de Emenda Constitucional nº. 73, de 2005, propõe a dissolução da Câmara, o que também não é uma medida revolucionária. No Sistema Parlamentar é normal, quando o Presidente da República entende que o Parlamento perdeu, na sua maioria, a confiança da população, é normal dissolvê-lo.

Na proposta nº. 73, de 2005, há um componente muito mais democrático do que no Sistema Parlamentar de Governo, porque a dissolução da Câmara é decidida pelo próprio povo. Ou seja, não há donos do poder. O povo concede poder, mas também pode revogá-lo. A Proposta nº. 73, de 2005, contém a iniciativa popular para a realização de *recall*, como nos Estados Unidos é habitual.

Em relação ao Presidente da República, ela propõe também que a destituição do Presidente possa ser feita por iniciativa da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, mas a decisão é do povo, portanto uma diferença muito grande em relação ao *impeachment,* que é uma decisão puramente Parlamentar.

E finalmente propõe que Estados, Municípios e Distrito Federal regulem o *recall* em suas respectivas Constituições e leis orgânicas.

O Substitutivo do eminente Senador Pedro Simon, a quem rendo, mais uma vez, as minhas homenagens, contém algumas modificações à proposta inicial. E as modificações dizem respeito à elevação da percentagem necessária para a iniciativa do *recall* e também há uma exigência, no caso de iniciativa popular, uma exigência adicional, no sentido de que o signatário da iniciativa popular indique o seu número de eleitor.

Eu, constrangido, não posso concordar com estas propostas. É preciso saber que a iniciativa popular foi introduzida na Constituição por uma das chamadas emendas populares, na época do Congresso Constituinte. E o Congresso Constituinte, não podendo rejeitar aquela emenda, o que fez? Exigiu que a iniciativa popular legislativa tivesse a assinatura de 1% do eleitorado nacional. Um por cento do eleitorado nacional, em boa matemática, compõe um milhão e 300 mil assinaturas. E a Câmara dos Deputados zelosamente entendeu que todas, absolutamente todas, as assinaturas deveriam ser conferidas. E como a conferência das assinaturas não pode ser feita por computador, evidentemente é um trabalho que leva de um a dois anos para ser completado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Assinatura e mais o número do título eleitoral--

SR. FABIO KONDER COMPARATO: Pois é.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): --que geralmente ninguém exigia...

SR. FABIO KONDER COMPARATO: Exigia título eleitoral.

Acontece o seguinte: qualquer eleitor que indique o seu domicílio eleitoral e o seu nome completo, a Justiça Eleitoral, imediatamente, pela Internet, informa se ele está, ou não, inscrito. Ora, 5% para a iniciativa de *recall*, significam seis milhões e 500 mil assinaturas, não me parece sinceramente razoável.

Sr. Senador Wellington Salgado de Oliveira, Eminente Senador Pedro Simon, o povo brasileiro iniciou sua marcha histórica e, logo no início, caiu nas mãos de malfeitores, que o maltrataram e o deixaram inconsciente à beira da estrada.

Por ali passaram gerações e gerações de personalidades públicas, Eminentes Parlamentares, Eminentes Professores de Direito, nenhum deles se dignou olhar para aquele que estava à beira da estrada inconsciente e, certamente, muito machucado.

Nós queremos hoje que o Congresso Nacional, redimindo-se de algumas faltas que tenha cometido e de alguns escândalos que tenham vindo a público, faça as funções de bom samaritano, que ele venha a socorrer o povo brasileiro. É preciso pô-lo de pé, para que ele possa construir – ele, povo – um Brasil novo, fundado na verdade, na justiça e no amor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Professor, muito obrigado, Professor Titular da USP, Prof. Fabio Konder Comparato.

E eu queria dizer, Senador Pedro Simon, que, graças a Deus e também à organização do Senado, nós temos a TV Senado, porque uma exposição feita pelo Prof. Comparato com certeza poderá ser reproduzida para aulas e aulas em Universidades. [soa a campainha] Todos que estão vendo a TV Senado é só requisitar ao Senado Federal esse momento que aqui está acontecendo, porque eu sinto, Senador Pedro Simon e demais presentes, também, os componentes da Mesa, que essa Audiência Pública está sendo uma Audiência Pública maravilhosa, para ser bem popular. E graças a Deus temos a TV Senado, para que possa registrar esse momento e partilhá-lo com todos que poderão ter acesso a essa gravação.

Passar então ao segundo expositor, o Sr. João Baptista Herkenhoff, Professor de Direito, Professor Livre Docente da Universidade Federal do Espírito Santo, UFES.

Tem a palavra, professor, V. Exa.

SR. JOÃO BAPTISTA HERKENHOFF: Senador Wellington Salgado de Oliveira, Digníssimo Presidente desta Comissão, companheiros de Mesa, Srs. Senadores, cidadãos e cidadãs presentes neste recinto, digníssimos servidores do Senado Federal.

Inicialmente, agradeço aos Senadores, Senador Renato Casagrande, Senador Marconi Perillo e Senador Aloizio Mercadante, especialmente ao Senador conterrâneo, Senador Renato Casagrande, a iniciativa que tiveram, no sentido de propor a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a formulação do convite à minha pessoa, para que viesse ao Senado Federal, subsidiar, nesta Audiência Pública, os trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de instruir a proposta de emenda, a Constituição nº. 80, que altera a redação do art. 14, da Constituição Federal, inserindo incisos que criam dois novos institutos da democracia participativa: o Direito de Revogação e o Veto Popular. Emenda essa que tramita em conjunto com a PEC nº. 82, que altera artigos da Constituição, para prever o plebiscito de confirmação de mandato dos representantes do povo, eleitos em pleito majoritário. E com a PEC 73, que altera dispositivos dos arts. 14 e 49, da Constituição, e acrescenta o art. 14-A, instituindo o referendo revocatório do mandato do Presidente da República e de Congressista.

O ilustre Professor Fabio Comparato fez uma belíssima regressão histórica, mostrando justamente como o povo ficou à margem do processo político brasileiro. Como não se ouviu o povo, como reiteradamente se esqueceu de consultar o povo. Nós estamos tentando reagir a esse silêncio que as elites impuseram ao povo, com o beneplácito dos poderes constituídos, com o beneplácito dos três poderes da República.

E agora, então, o que vemos é um esforço para que haja justamente alterações constitucionais que possibilitem a participação do povo no processo legislativo.

Antes de oferecer minha modesta contribuição a esta Comissão, eu gostaria de prestar uma homenagem ao Dr. Ademar Martins, hoje falecido, que foi meu professor de Teoria Geral do Estado, na antiga Faculdade de Direito do Espírito Santo, no ano letivo de 1954.

Foi numa aula de Teoria Geral do Estado que eu ouvi, pela primeira vez na vida, dos lábios do grande Professor Adhemar Martins, a pronunciação da palavra *recall*.

O Professor Ademar Martins, que era favorável a uma maior participação popular na vida política, explicava a seus alunos que o *recall* era adotado em vários países, como nos Estados Unidos, na antiga União Soviética, na Alemanha, a Constituição de Weimar, na Áustria e em alguns cantões da Suíça. Quando eu poderia imaginar, estando ali, como aluno, a assistir a

uma aula de Ademar Martins e nossa antiga e querida Faculdade de Direito? Quando eu poderia imaginar que, 50 anos depois, eu estaria no Senado da República, discutindo com os Senadores justamente a conveniência de ser adotado o *recall* no Brasil? Creio, Srs. Senadores, que a democracia não deve ser apenas representativa, mas também participativa.

Como colocou Humberto Dantas, o sistema representativo já não corresponde aos anseios da sociedade e a democracia direta parece inviável. Como resultado, começa a se fortalecer o conceito de democracia participativa, com características de democracia semidireta; ou seja, não desconsidera os representantes, mas aproxima a sociedade da arena decisória. Em reforço a esse pensamento, escreveu Anderson Santana Pedra: "Não há democracia sem participação, sem povo. O regime será tanto mais democrático quanto tenha desobstruído canais, obstáculos, óbices à livre e direta manifestação da vontade do cidadão".

A defesa de uma democracia participativa não implica dizer que todas as formas de representação sejam necessariamente abolidas; ao contrário, importa a convivência harmônica com os institutos da democracia representativa, sobreviventes de mecanismos da democracia direta.

Como a iniciativa popular, o referendo e o plebiscito, que a democracia representativa tupiniquim já conhece, mas que merece desenvolvimento juntamente com o direito de revogação e o veto.

Examinemos, pois, aspectos de discussão à luz do ideal de se construir nesse país uma democracia participativa. Comecemos pelo direito de revogação, que pode ser individual ou coletivo. PEC nº. 80. Se o indivíduo, na sua vida particular, tem o direito de arrepender-se de uma determinada decisão, arrependimento esse que o direito civil acolhe como legítimo, como se pode admitir que, na vida política, o cidadão não possa expressar seu arrependimento?

A única diferença entre o arrependimento na vida privada e o arrependimento na vida política é que, na vida privada, a pessoa expressa o seu arrependimento de forma particular, e esse arrependimento isolado é eficaz. Na vida política, o arrependimento do cidadão é expressado de forma isolada, através do seu voto, mas só se torna eficaz quando se transforma em arrependimento da maioria.

Nos cargos majoritários, a revogação cassa o mandato daquele mandatário que perdeu a confiança do eleitorado como um todo. Nos cargos proporcionais, essa revogação, dirigida a um determinado detentor de mandato inviável, porque ele não pode ter sua conduta submetida a um conjunto do eleitorado, pois foi eleito apenas pela fração de eleitores que lhe assegurou consciente eleitoral.

Nós sabemos que, muitas vezes, no Parlamento, sentam-se Deputados eleitos, por exemplo, por pequenos Partidos.

Então, um pequeno Partido só tem consciente eleitoral para eleger um Deputado, um único Deputado, aquele Partido tem. Ora, se o conjunto da população pudesse revogar aquele mandato, onde estaria o respeito ao direito da minoria?

Então, nesse caso da eleição proporcional, me parece que não cabe esse ataque ao mandato de tal Deputado pelo conjunto dos eleitores. Porque, na verdade, aquele Deputado representa uma fração do eleitorado que foi devidamente considerada através dos cálculos da Justiça Eleitoral.

Assim sendo, nos cargos proporcionais, em face da impossibilidade lógica de rechaçar um determinado eleito, a desconfiança do eleitorado deve dirigir-se ao conjunto da assembleia, dissolvendo-a. A assembleia sob suspeita pode defender-se de dissolução, expurgando os membros que deslutam o mandato.

Diante daquela ameaça de ser dissolvida a assembleia, sob suspeita, sabendo que a revolta do povo dirige-se contra determinados Parlamentares, essa assembleia pode fazer uma limpeza ética nos seus quadros e, fazendo essa limpeza ética, evitar que o povo bote para fora todos os representantes, através da dissolução do corpo legislativo na sua integralidade.

Vejamos agora o veto popular. O veto popular, na lição de Paulo Bonavides, é a faculdade que permite ao povo manifestar-se contrário a uma medida ou lei, já devidamente elaborada pelos órgãos competentes e em via de ser posta em execução. O veto popular amplia a presença do povo na vida política, aí já não se trata do juízo eleitorado sob uma pessoa, mas do juízo do eleitorado sob uma lei ou medida administrativa.

A instituição do veto popular vai contribuir, e muito, para a politização do povo, para que o povo se sinta gente, e não espectador dos negócios da coletividade, como muito bem sublinhou o Professor Fabio Comparato, na sua explanação de abertura.

Institutos políticos próximos do veto popular são o plebiscito e o referendo, já consagrados em nossa Constituição e que, com sua atual fisionomia, também não submete à opinião popular, pessoas, mas teses, ideias.

Cuidemos agora do plebiscito de confirmação de mandato dos representantes do povo, eleitos em pleito majoritário. Essa modalidade de plebiscito é totalmente diversa do plebiscito já previsto em nossa Carta Magna. O plebiscito de confirmação de mandato centra-se no julgamento popular de um detentor de mandato, elei-

to em pleito majoritário, que tem plena conexão com o instituto da revogação de mandato, cuja introdução do direito pátrio é pretendida pela PEC nº. 80/2003. "Ocorrerá o plebiscito de confirmação de mandato, quando já estiver em curso uma petição de revogação de mandato". PEC 82/2003.

Finalmente, conceituemos o referendo revogatório do mandato do Presidente da República e de Congressista, distingue-se totalmente do referendo já constitucionalmente consagrado, porque submete ao juízo popular pessoas e não teses.

Como pretende a PEC 73, transcorrido um ano da data da posse, o Presidente da República e os Senadores poderão ter seus mandatos revogados por referendo popular. Também o eleitorado nacional poderá decidir pela dissolução da Câmara dos Deputados, convocando-se nova eleição no prazo de três meses.

A meu ver, Srs. Senadores, as PECs sob discussão nesta Audiência Pública, se vierem a ser aprovadas, caminham na busca da democracia participativa. Os instrumentos de democracia participativa, já previstos no ordenamento constitucional, têm merecido, a meu ver, acolhimento popular.

Lembremo-nos do plebiscito sob proibição da venda de armas. O meu voto pessoal foi voto vencido, mas isto não me impede de reconhecer que aquele plebiscito contribuiu para o alargamento da cidadania. Concordo com o Professor Fabio Comparato, quando disse que, naquele plebiscito, tranquilamente tiveram força os fabricantes de armas, os comerciantes de armas que viam prejudicados os seus lucros, se o povo tivesse votado pela proibição de armas. Mas, infelizmente, esses ingredientes também terão que ser superados, através do crescimento da cidadania.

Mas, de qualquer maneira, eu acho que aquele plebiscito teve um sentido, sim. Por quê? Porque houve muito debate sobre o tema, o eleitorado procurou informar-se e votou com entusiasmo.

No Espírito Santo, tive oportunidade de participar de vários debates em faculdades, a convite de Câmaras Municipais, a convite de instituições da sociedade civil, sobre justamente o plebiscito de venda de armas.

Então, eu acho que é assim que a cidadania cresce: é através do exercício da cidadania que se constrói a cidadania.

Outro importante instrumento da democracia participativa é a iniciativa particular, que também tem despertado grande interesse público. Citemos, para exemplificar, a campanha de assinaturas em fase final de coleta para formar um Projeto de Lei, de iniciativa popular, que pretende tornar inelegíveis candidatos com condenação em primeira e única instância, bem como aqueles que tiveram denúncia recebida por um Tribunal ou que renunciaram aos seus mandatos para escapar de punições. Não se trata de considerar as pessoas antecipadamente culpadas, mas de adotar uma postura preventiva em defesa da sociedade. Nesse sentido, eu faço referência ao Senador Pedro Simon, que tem uma iniciativa justamente nesse sentido. Então, essa emenda popular, no sentido da... Essa emenda popular, nesse sentido de tornar inelegíveis os candidatos com ficha suja, também aqui, no Senado. Pedro Simon defendeu isso.

Não é já considerar culpado o candidato de ficha suja, não é já expurgar o candidato que está manchado pelo processo. Mas é entender o seguinte: como pode pretender um cargo eletivo alguém que teve uma condenação, mesmo que seja em Primeira Instância, não é culpado e tem direito de recorrer. Mas, para concorrer a um mandato, tem que ser acima de qualquer suspeita, como o povo diz com tanta sabedoria. Vários cargos exigem essa condição de estar acima de qualquer suspeita, a escolha de cidadãos para participar de Tribunais, para integrar Tribunais.

Se alguém vai ser nomeado para um Tribunal, o que ele tem que ter não é folha corrida, no sentido de não ter condenação criminal passado e julgado, não, ele tem que estar acima de qualquer suspeita, ele tem que ser alguém limpo. Quem tem processo não é limpo. Quem tem ficha suja não pode pretender mandato, por quê? Porque o povo não tem informação, ainda não tem informação para acompanhar tudo isso.

Como se pode querer que o eleitorado saiba que fulano de tal, candidato a Deputado responde a um processo assim e assim, o povo não tem informação para conhecer os meandros da Justiça.

Então, realmente, o certo é que aquele que tem ficha suja não pode ser elegido, não pode se considerar elegível, não pode ser eleito. Não pode se considerar elegível quem tem ficha suja.

Então, esta emenda está correndo Brasil, já tem um milhão, quase um milhão e 300 mil assinaturas, que é o número exigido, e ainda estão sendo colhidas assinaturas para, justamente, barrar a presença, no cenário eleitoral, de candidatos com ficha suja.

Ainda deve ser referido como relevante marco o projeto de iniciativa popular, do qual resultou a Lei 9.840, que trata da corrupção eleitoral. A lei que trata da corrupção eleitoral, a Lei 4840/97. Também resultou de uma iniciativa popular.

Se nós lembrarmos, Srs. Senadores, do período que antecedeu a votação da Constituição de 88, haveremos de destacar a grande participação do povo naquele momento histórico, comprovado pelas emendas populares que alcançaram no país, em números redondos, quase 15 milhões de assinaturas.

Aí, também, eu devo dar um depoimento pessoal: não se tratava apenas de assinar a emenda popular, eu vivi esse processo no Espírito Santo, como membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, e, muitas vezes, para assinar a emenda popular, que justamente se pretendia que se tornasse parte da Constituição, o povo discutia em assembleia, e só depois da discussão é que os cidadãos assinavam.

Então, não eram assinaturas usando uma expressão popular, não eram assinaturas pegas a laço, não eram cidadãos arrebanhados a laço para assinar, mas eram assinaturas que resultavam de debates, então, 15 milhões--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, me perdoe, nós estamos com um problema com relação a uma... Eu vou voltar o tempo para V. Sa.

Mas me perdoe, só interrompê-lo, mas nós estamos com um problema com o Sr. Fabio Comparato, causado por uma agenda errada da Câmara, e estamos numa situação que o professor terá que se ausentar.

Eu pediria ao Professor Fabio Comparato, rapidamente, que explicasse o porquê vai ter que se ausentar e desculpe, Professor João, porque a Câmara está ali, parece que impaciente, com a porta aberta, aguardando. Então, eu também não fico bem, aguardando na porta, com a porta aberta. Então, Professor Fabio Comparato.

SR. FABIO KONDER COMPARATO: Eu estou muito constrangido porque fui convocado para uma Audiência Pública, na Câmara dos Deputados, no dia 24 de outubro, e só agora é que vem me dizer que houve um erro de convocação, a Audiência Pública está sendo realizada agora. O objeto dessa Audiência Pública é discutir a arguição de descumprimento do Preceito Fundamental nº. 153, que foi ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados de Brasil, a respeito da Lei de Anistia de 1979.

Como eu sou signatário da petição inicial, eu não posso deixar de representar a Ordem dos Advogados nessa Audiência Pública. E peço escusas a todos, pelo fato de ter de me retirar e quero dizer que fiquei muito encantado com o que até agora pude assistir aqui, nessa reunião.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok, professor.

Professor João Baptista, V. Sa. pode continuar e desculpe.

SR. JOÃO BAPTISTA HERKENHOFF: Perfeitamente.

Vamos, então, continuar a nossa exposição. Creio, Srs. Senadores, que V. Exas. prestarão serviço relevante ao país, discutindo, votando e aprovando as PECs sob debate nesta Audiência Pública. Isto não basta, a meu ver, para instituir realmente uma democracia participativa no Brasil, mas é um passo animador.

Creio que medidas outras deverão ocorrer, mas cito, Sr. Presidente dessa Comissão, Srs. Senadores, cito três medidas que me parecem ter absoluta coerência com esta de se buscar uma democracia participativa no Brasil. O plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, já acolhidos no bojo da Constituição, são instrumentos cujo uso precisa ser muito ampliado, inclusive com sua prática em nível estadual e municipal.

Pode haver plebiscito, pode haver referendo, pode haver iniciativa popular no município, nos Estados, entretanto não está ocorrendo isso. Os municípios, os Estados não estão praticando os instrumentos de iniciativa popular. Não estão praticando os instrumentos de democracia participativa. Então, eu acho que é preciso que essa democracia participativa seja também vivida pelos municípios. O município é a célula básica da cidadania. Então, é preciso nos municípios também haver justamente plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Segunda medida que eu acho importante, a educação pública exige um grande melhoramento. Jamais conquistaremos a democracia, sem a educação universal gratuita de excelente qualidade. Neste particular, chamo a atenção para a remuneração dos professores. Alguns Estados e Municípios remuneram seus mestres de maneira aviltante.

Eu julgaria... De minha parte, eu julgaria um Governo Estadual ou Municipal, tendo nas mãos a tabela de vencimentos dos professores. Para julgar um município... "Sr. Prefeito, passa aqui para as minhas mãos quanto o município está pagando aos professores". Por essa tabela de vencimento dos professores, eu já digo se aquilo município está em boa rota ou em má rota. Eu julgo ao município pelos vencimentos pagos aos professores. Eu julgo o Estado e a Federação pelos vencimentos pagos aos professores. Por quê? Não pelo fato em si, mas pelo que está atrás desse fato. Como se pode pretender avanço da democracia, como se pode pretender crescimento da cidadania, sem educação do povo? O governante que não cuida da educação do povo, a partir, sobretudo, da remuneração condigna dos mestres, esse governante não está cumprindo o seu dever. Acho, então, que a educação pública, gratuita, universal é também condição essencial para a democracia participativa, e não apenas representativa.

A terceira condição para a democracia participativa. Há de se cumprir a Constituição, na qual está escrito que a programação das editoras de rádio e televisão [soa a campainha] deve ter finalidade educativa e cultural. Isso não exige mudança na Constituição. Já está lá, na Constituição: televisão e rádio são concessões do Poder Público, ninguém é dono de uma emissora de televisão, ninguém é dono de uma emissora de rádio, são simples concessionários.

Então, diz a Constituição que o rádio e a televisão têm de ter finalidade educativa e cultural. Quando vou a minha biblioteca e leio o art. 221, da Constituição, que é justamente esse artigo. Vou a minha biblioteca, lá no meu apartamento, vou à biblioteca, pego a Constituição, leio o art. 21, que fala justamente isso: "Televisão tem que ter finalidade cultural". Volto à sala e ligo o televisor, meus amigos, a sensação que tenho é a de que, por engano, li a Constituição de outro país.

Não importa, Srs. Senadores, que a nossa realidade política esteja distante dos ideais pelos quais nos batemos, esses ideais são a nossa utopia. E como disse Eduardo Galeano: "A utopia, mesmo quando parece afastar-se, tem como função nos obrigar a caminhar para alcançá-la". Suponho, Srs. Senadores, que V. Exas. não me tenham convidado para aqui falar apenas citando autores e livros, mas me mantendo distante, pessoal e emocionalmente, do tema desta intervenção.

V. Exas. convocaram para comparecer nesse Plenário um Juiz aposentado, com 73 anos de idade, inteiramente desprovido de poder, para que também apresente, neste espaço democrático, o testemunho de sua vida. Posso, Srs. Senadores, repetir os versos de Thiago de Melo: "Pois aqui está a minha vida, pronta para ser usada, vida que não se guarda, nem se esquiva assustada, vida sempre a serviço da vida".

Posso, Srs. Senadores, proclamar os versos de Geir Campos, poeta brasileiro, nascido no meu Estado do Espírito Santo: "Operário do canto me apresento, sem marca ou cicatriz, limpas as mãos, minha alma limpa, a face descoberta, aberto o peito e expresso o documento, a palavra conforme o pensamento".

[palmas]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Professor e Juiz de Direito, João Baptista Herkenhoff.

Muito obrigado inclusive por esse momento de citar versos tão bonitos e, com certeza, ligados ao seu Estado.

Passemos agora a palavra ao terceiro expositor, Cientista Político, Professor do Curso de Especialização em Análises Políticas e Relações Institucionais da UNB, Professor Paulo Kramer. Tem a palavra V. Sa.

SR. PAULO KRAMER: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu reitero os meus cumprimentos ao Senador Wellington Salgado de Oliveira, ao Prof. Herkenhoff, lamento também a saída precoce do mestre Konder Comparato. Eu saúdo a todos.

Eu receio que a minha exposição traga, depois dessa apoteose poética com que o Professor Herkenhoff nos brindou, traga para todos nós um anti clímax, um balde de água fria, mas enfim.

Eu, muito cedo na minha formação intelectual e política, eu me vacinei contra os miasmas da utopia, graças à leitura de grandes mestres como Tocqueville, Max Weber, Raymond Aron, Schumpeter e também um Social Democrata chamado Norberto Bobbio, um grande pensador e jurista italiano.

Eu gostaria de dizer uma coisa, só para começar e desafiar aqui o nosso debate: se frequência de consultas populares fosse indicador de democracia, então a Venezuela de Chávez, a essa altura, já seria um verdadeiro paraíso democrático, e não a semiditadura que ela já é e a plena ditadura que ela, em breve, se tornará. Se frequência de consultas populares fosse indicador da sanidade administrativa, a Califórnia de Schwarzenegger não estaria tecnicamente falida, como está a administração californiana hoje.

Então, devagar com o andor, que o santo é de barro. Nós não podemos hipostasiar essa nossa esperança no povo, porque, afinal de contas, como dizia Shakespeare, na sua tragédia Coriolano, que eu também, muito cedo, lá no Rio de Janeiro, tive o privilégio de assistir na entonação magnífica do saudoso Paulo Autran: "Povo, povo, povo, quem é essa entidade em nome da qual se mente tanto, se rouba tanto, se bajula tanto?". Eu acredito... E não vai aí nenhum desdouro, nem mesmo nenhuma crítica, aos nobres autores das três PECs, muito menos ao nobilíssimo Relator e Autor do Substitutivo, o nosso querido Senador Pedro Simon. Mas eu acredito que, invés de perder tempo com utopias de democracia direta ou participativa, nós deveríamos nos empenhar, isso, sim, a reconstruir a nossa mais que imperfeita democracia representativa. A nossa mais que imperfeita democracia representativa. O que é aperfeiçoar a democracia representativa? É torná-la um sistema que, graças a partidos sólidos, com nitidez programática, possam esses Partidos, esse sistema partidário, afunilar as correntes de opinião e de interesse, em que naturalmente se divide uma sociedade complexa, moderna, democrática e traduzir isso em políticas públicas consequentes. Nós não temos isso no Brasil, infelizmente, nós não temos.

Colaborar para a democracia participativa no Brasil é fazê-lo, a meu ver, naquele ambiente imediato da

democracia, que é o município, como bem foi lembrado aqui, pelo Professor Herkenhoff. E adotar o voto distrital puro – não é o sistema alemão, voto distrital misto, não -, o voto distrital puro, puro. Por quê? Porque esse é o sistema que efetivamente acorrenta o representante ao representado. Fica acorrentado ali. Não pode, num Estado muito grande, muito diferenciado, um sujeito, só porque tem o poder, está montado num poder econômico, apresentar uma cara e um discurso para um reduto e outra cara e outro discurso para outro. Não, tem que ficar acorrentado. Acorrentado ao eleitorado. Isso vai, sim, permitir ao eleitorado fiscalizar e participar. E participar. Isso é a participação possível, a meu ver. Nós não podemos esquecer que uma grande conquista da humanidade, uma conquista democrática, foi o recôndito silencioso da cabine eleitoral.

Geralmente, os paladinos da democracia representativa, com grande insinceridade... E aí, obviamente, eu isento dessa minha crítica os meus nobres colegas de Mesa, acredito na sinceridade de seus propósitos. Mas muitos paladinos insinceros da democracia participativa querem substituir aquela independência que o cidadão comum só obtém ali, no escurinho da cabine eleitoral, pela intimação da turbamulta, está certo? Pelo assembleísmo facilmente manipulável por demagogos.

Então, a democracia representativa, aquela que se dá mediante o voto secreto, ela é insubstituível, ela é insuperável. Muitos dos que defendem participação querem, na verdade, um assembleísmo sujeito a manipulação de demagogos, como nós temos em Cuba, como nós tivemos na Nicarágua Sandinista, está certo? Onde, na verdade, o que predominava era a vontade do partido único, acolitada por alcaguetes de quarteirão. É isso. Isso nós não queremos para o Brasil. Isso nós não queremos para o Brasil. Também não estou dizendo que a aprovação do Substitutivo do nobre Senador Pedro Simon vai nos levar a isso. O meu objetivo aqui é mais amplo: é alertar as pessoas, quando elas ouvem falar sobre democracia representativa, sobre democracia participativa, sobre democracia direta. Tem esses graves problemas aí. Tem essas graves restrições.

Eu acho que para a gente entender melhor o que está em jogo é preciso, numa rápida digressão, tornar claro aqui a distinção entre mandato imperativo de um lado e mandato fiduciário, ou de representação de interesses gerais, do outro.

O mandato imperativo, totalmente passível de submissão ao *recall,* é um mandato com uma agenda muito bem definida, está certo? E é característico, por exemplo, das delegações sindicais, nas negociações coletivas de trabalho. Então, pelo menos, teoricamente, vale aquilo. O negociador vai à assembleia com o patrão, ele tem um determinado mandato para ele até certo ponto, na negociação. Passou daquilo, ele diz assim: "Olha, vamos suspender a nossa reunião, porque eu tenho que voltar a assembleia da categoria e perguntar se dá, ou não dá, para avançar". Isso é mandato imperativo, isso é mandato passível tranquilamente de *recall.* Por quê? Porque a procuração, os termos da procuração é como se fosse um Procurador Jurídico, advogado, estão ali claramente definidos pelo cliente do advogado e pela base sindical, ali, da assembleia. Agora, numa sociedade moderna complexa, grande, conflitiva, como nós temos, só pode prevalecer obviamente o mandato fiduciário, o mandato que é dado em confiança. O grande defensor dessa posição foi Eminente Parlamentar e pensador irlandês Edmundo Burke, que acabou virando o patrono do conservadorismo moderno, muito embora tivesse sido ele um *Whig*, um liberal, no Parlamento Britânico. No seu famoso discurso aos eleitores de Bristol, ele disse o seguinte: "Eu tenho o maior respeito, admiração e gratidão também pelos senhores eleitores, por me levarem ao Parlamento, periodicamente. Agora, eu quero dizer o seguinte: que, lá, em Westminster, eu tenho acesso a informações, estou exposto a pontos de vista, aos quais os senhores não têm acesso aqui. Então, não adiantaria nada eu, a toda hora, vir aqui, consultar os senhores, para saber a vossa opinião, porque a vossa opinião não existiria na maioria dos casos. Então, é por isso que numa sociedade moderna – diz o Burke – é preciso conceder uma latitude bastante ampla de decisão ao representante. E como as eleições são periódicas, ora, se a maioria do eleitorado não concordar, então, não vota nesse representante, vota em outro".

Eu queria dizer que, depois, na eleição que se seguiu a nesse famoso discurso aos eleitores de Bristol, o Burke perdeu a eleição, mas são coisas da política, não é?

Deixa eu ver mais o que eu teria a dizer para os senhores. Sim, eu gostaria de concluir, chamando aqui testemunhos dessa minha posição, que eu reconheço, hoje, antipática para a maioria das platéias universitárias e de jovens e etc., mas eu não estou nem aí para isso. Quem me conhece, sabe que eu não estou nem aí para isso. Invocar aqui o nome do grande Benjamin Constant de Rebecque, jurista, filósofo e escritor suíço, franco-suíço, não confundir com o nosso Benjamin Constant Botelho de Magalhães, um dos patriarcas da República Brasileira. Aquilo, como diria Nelson Rodrigues: "O Benjamin Constant, puro, legítimo escocês, o verdadeiro".

O Benjamin Constant de Rebecque, num famoso discurso, pronunciado em 1819, no Ateneu de Paris, que, até hoje, se constitui numa das leituras fundamen-

tais para qualquer aprendiz de ciência política, intitulado: "A liberdade dos antigos, comparada à liberdade dos modernos", explicou o seguinte: a liberdade antiga da polis grega, sobretudo da polis ateniense, que era o modelo da democracia, no Séc. IV A.C., o famoso século de Péricles, ali, a democracia direta era possível, porque a liberdade se definia... Como é que se definia o homem livre? O homem livre se definia pelo seu poder, pela sua capacidade jurídica de participação nas decisões coletivas diretamente. Então estavam excluídas as mulheres, estavam excluídas as crianças, estavam os estrangeiros, por exemplo. Na Atenas daquela época, havia muitos estrangeiros, sobretudo filósofos, como Aristóteles, que, como os senhores sabem era de Estagira, não era ateniense, portanto não podia votar, não podia apitar ali. Então cidadãos atenienses, filhos de atenienses podiam votar, podiam participar; mais do que votar, podiam decidir.

Mas, como diz o Benjamin Constant, naquele tempo, a liberdade, esse tipo de liberdade, definido como participação cívica em tempo integral, era possível e até desejável porque se tratava de um território pequeno, uma população pequena e homogênea, e a divisão do trabalho não havia avançado tanto como no mundo moderno.

Hoje, no mundo moderno, a liberdade possível é aquela liberdade definida pela representação. Por quê? Porque, com os grandes Estados Nacionais ocupando vastas extensões territoriais, com o aumento da população e, também, sobretudo com a segmentação, a grande complexidade alcançada pela divisão do trabalho, é natural que a maioria das pessoas esteja voltada, sim, para os seus problemas particulares, para a sua especialidade, para a sua profissionalização, para os seus interesses familiares, próprios dos seus amigos, etc. Então por isso é que tem que haver representação.

E só para concluir, lembrar aqui que os federalistas, os pais fundadores, patriarcas da República Americana, que confeccionaram a famosa Constituição dos Estados Unidos, eles já estabeleciam, no final do Séc. XVIII, uma distinção muito importante entre a democracia, que, naquela época, não tinha uma boa fama, porque se remetia aos momentos mais turbulentos e demagógicos de algumas Cidades Estado da antiguidade e defendiam a república. Aquele tipo de República que os federalistas defendiam, por quê? Porque estava baseada, não na democracia direta, mas na democracia representativa, na escolha dos representantes.

Então, eu, na verdade, quero concluir, agradecendo a paciência de todos vocês, todos os senhores. Não pedir desculpa pela minha impertinência, está certo? E gostaria muito de ouvir o que os senhores teriam a dizer aqui, para enriquecer o nosso debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado ao Professor, Cientista Político e Professor do Curso de Especialização em Análises Políticas e Relações Institucionais da UnB, Professor Paulo Kramer.

Eu queria dizer que o Senado Federal, ele sempre... Acho que nós temos que procurar sempre inteligência e sabedoria. E, hoje, nós temos nessa Mesa, temos oportunidade de discutir inteligência e sabedoria. Porém, quando se discute inteligência e sabedoria, parece que não temos grande audiência presencial. Talvez, se nós estivéssemos discutindo telefone gravado, ou alguma relação de uma outra maneira, teria uma audiência maior.

Mas eu fico muito feliz de, pelo menos, eu estar presente aqui e poder absorver conhecimento e sabedoria, que, muitas vezes, muita vezes falta um pouco nessa Casa, de fora. É claro que nós temos inteligência e sabedoria na Casa, mas um pouco de oxigenação da sociedade para que possa participar conosco.

Mas, de qualquer maneira, muito obrigado. Eu vou passar agora à próxima parte da Audiência Pública, que é os questionamentos dos Senadores presentes. Primeiro inscrito... O primeiro a chegar foi o Senador e autor do requerimento, Senador Pedro Simon. Passo a palavra a V. Exa., que é autor do requerimento.

Senador Pedro Simon passa para o homem do Governo, que é o Senador Valadares. Ele tem uma audiência com o Presidente ou com o Ministro?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O Presidente está viajando.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É verdade. O Senador Pedro Simon cedeu, como autor do requerimento, primeiramente, a palavra a V. Exa., Senador Valadares. Tem a palavra V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, senhores convidados, Dr. Paulo Kramer, Cientista e Professor da UnB, Dr. João Baptista, Juiz de Direito e Professor da UFES, Senador Pedro Simon, nobre Relator.

O Senador Pedro Simon tem em mãos um material que pode... Se for devidamente analisado pelos membros dessa Comissão, eu tenho certeza que haverá de repercutir no futuro, porque esta é, e deve ser, uma das preocupações do Parlamentar ou do Legislador Brasileiro, no intuito de colocar à disposição da coletividade instrumentos ou mecanismos que são aceitos, quase que universalmente, nos países mais civilizados de democracia semidireta ou participativa.

A Constituição de 88 já incluiu três institutos: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, que são instrumentos de democracia participativa ou semidireta. Ou seja, a convivência do sistema representativo, através do qual o povo elege os Deputados, Senadores, exercendo assim a sua soberania através dos eleitos. E o sistema de democracia, como eu disse, semidireta ou participativa.

As Constituições do nosso país, de forma singular, procuravam repetir a expressão: "Todo poder emana do povo e, em seu nome, será exercido". Isso praticamente em todas as constituições republicanas do Brasil. Ocorre que a Constituição de 88 inovou, afirmando que "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos". Aí está a democracia representativa. Ou diretamente, nos termos desta Constituição. Diretamente através desses institutos a que eu me referi. O plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

O que nós pretendemos, quando eu digo 'nós', o Senador Pedro Simon, que é o Relator, naturalmente vai consolidar todas as propostas. Eu apresentei uma, foi a primeira. Sugerindo a inclusão do *recall*, ou seja, da revogação individual e também da revogação coletiva, como já aconteceu, e o nosso Dr. João Baptista já se referiu na Rússia, na República de Weimar, e, agora, na Suíça.

Há um nome alemão que é difícil de pronunciar, mas eu tentarei, não é? Quer dizer, o *recall* é a revogação individual. Já existe um outro, que é a forma de revogação coletiva, chamado o *abberufungsrecht*, não sei se está a pronúncia...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não olhe para mim.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): *Abberufungsrecht* é uma expressão alemã, mas que foi adotado esse sistema na Suíça, que é a revogação coletiva. Então que a nossa proposta, a de nº. 80, de 2003, prevê a criação do direito de revogação individual e coletivo, que são esses dois institutos de democracia semidireta e também o veto popular. Porque nós não entramos em detalhes, porque a nossa Constituição já é tão detalhista – parece até um código de tão detalhista que é – que eu fui econômico nas palavras. Coloquei como está na nossa Constituição, no art. 14, outros institutos, o plebiscito, referendo e a iniciativa popular. Eu incluí mais dois: o direito de revogação individual e coletivo e o veto popular. Ficaria, então, para a legislação infraconstitucional a possibilidade de regulamentar esses dois institutos que eu estou incluindo. Por quê? Porque foi a lei infraconstitucional que regulamentou o plebiscito, regulamentou o referendo e a iniciativa popular, por que não a lei infraconstitucional não poderia, deixando a Constituição apenas se referir a ela, sem entrar em detalhes, fazer a regulamentação do direito de revogação individual e coletivo e do veto popular?

Inclusive, quando o Senador Pedro Simon, pela primeira vez, apresentou o seu relatório e apresentou um Substitutivo, alguns Membros da Comissão sugeriram ao Eminente Senador que deixasse a parte da regulamentação, os detalhes para uma Lei Complementar. E S. Exa. foi feito solícito, entendeu a argumentação que aqui foi apresentada pelos Senadores e preferiu, então, retirar sua proposta para um reestudo.

Em seguida, o Senador Renato Casagrande e o Senador Marconi Perillo pediram Audiência Pública, justamente para que haja uma discussão mais pormenorizada, ouvindo pessoas especializadas, técnicos e cientistas que entendem do assunto, após o que o Senador Pedro Simon vai se debruçar sobre a matéria e fazer os seus considerandos e dar o seu parecer. Então, eu acho que as três propostas, elas se complementam.

Logicamente que, como eu disse, a nossa foi econômica nas palavras, tal como foi o Legislador de 88, o Constituinte de 88, que apenas falou plebiscito, referendo e iniciativa popular, mas não regulamentou na Constituição, deixou para a norma infraconstitucional.

Então, eu, em resumo, acho que o Senador Pedro Simon, por exemplo, no seu Parecer, ele apresenta um Substitutivo e aceita o direito de revogação de mandato individual, mas não aceita; isso na primeira versão, na primeira edição de seu parecer. Portanto, teria uma segunda versão.

Ele não aceita a revogação coletiva, isto é, uma assembleia ser destituída pelo povo, aceita a revogação de mandato individual e também... Mas ele aceitou o veto popular. Agora, estabeleceu um percentual de 5% do eleitorado nacional, distribuídos pelo menos em nove Estados, mas, depois, ele parece que aumentou esse percentual para 6%, não foi, Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Se V. Exa. me permitir...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu vou... Eu estou encerrando, para V. Exa., então, explicar melhor.

Em resumo, eu acho que, por exemplo, aqui, nesta regulamentação aqui, dentro da Constituição, veja quantos dispositivos a mais nossa Constituição iria ganhar.

Além dos dois, o direito de revogação de mandato individual, veto popular, haveria uma alteração

no art. 49 e foi incluído um dispositivo ao art. 14, o 14-A. Então, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, 10, 11, 12, 13, 14... Mais 14 dispositivos na Constituição só para falar desses dois institutos de democracia semidireta.

Portanto, eu sou favorável a que se mantenha o espírito da Constituição, quando o Constituinte, na sua elaboração, ele não entrou nos detalhes de como funcionaria o plebiscito, de como funcionaria o referendo com a iniciativa popular. O mesmo eu acho com relação ao *recall* e ao veto popular. Não vamos entrar em detalhes, vamos desconfiar que o legislador terá capacidade suficiente, como já teve, para elaborar uma norma, uma legislação capaz de regulamentar esses dois assuntos. É a minha opinião. Mas, se a maioria da Comissão resolver de outro modo, eu me renderei à vontade da maioria. Mas a minha opinião é que vamos deixar o espírito da Constituição prevalecendo neste assunto, preferindo que os detalhes sejam jogados na legislação infraconstitucional.

No mais, eu quero dizer que, quando se fala em democracia, aqui, no Senado Federal, ninguém mais é professor, ninguém mais é exemplo e padrão do que o Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Valadares. Mas eu já tive oportunidade de discutir com V. Exa. duas vezes, e V. Exa. é aguerrido para poder fazer... Luta até o final e tem vencido, tem vencido bastante.

Com a palavra, agora, o Senador Pedro Simon, Relator. Passo a palavra a V. Exa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, ilustres convidados.

Primeiro, eu acho que, de certa forma, nós, do Senado, devemos nos desculpar por termos poucos representantes aqui. É que, na correria, a gente pode não resolver muita coisa, mas corre bastante e são várias Comissões, e tivemos que fazer essa reunião hoje, que não é o nosso dia, o nosso dia era ontem, e ontem foi um dia tumultuadíssimo, onde praticamente o Senado todo esteve aqui, onde se discutiu a indicação do novo Ministro do Supremo. Então, eu peço desculpas.

Mas, como disse bem o nosso Presidente, a TV Senado leva essa exposição para o Brasil inteiro, e o que é mais importante: os Senadores todos assistirão. E as publicações, os pronunciamentos da maior importância que os senhores fizeram serão publicados. Além de saírem na TV Senado, serão publicados, e tenho absoluta convicção que todos os Senadores haverão de tomar conhecimento.

Essa questão que apresenta o que tem até agora, serão publicados os pronunciamentos de V. Exas. e com o debate e que fará de certa forma... Não é a mesma coisa, porque quem não esteve aqui perdeu a chance de ouvir brilhantes pronunciamentos de V. Exas., mas eles tomarão conhecimento com a maior profundidade. Essa é uma questão interessante.

Houve uma diferença muito grande entre os dois primeiros pronunciamentos e o do Dr. Paulo. Aliás, radicalmente opostos. E eu, aqui, vou dizer que todos têm razão. Na verdade, na verdade, eu não me sinto com autoridade de divergir de nenhum dos pronunciamentos, porque acho que o Dr. Fabio Konder Comparato, uma pessoa com o qual eu tenho uma grande admiração, uma grande estima, um grande carinho, porque acompanho a sua luta e acho uma dessas pessoas realmente muito importante e devia ser mais brasileiros que nem ele, que se dedicam a luta dessa causa, vem em todos os lugares, em todos os casos põe a cara para o debate, para a discussão. Acho muito importante. E fiquei muito emocionado com a nova exposição do senhor querido Juiz e professor. E que beleza, depois de tantos anos de Magistratura e Magistério, S. Exa. vir aqui, com argumentos profundos, de convicção correta, e com a beleza da poesia, com uma animação de quem está disposto a continuar essa caminhada.

E V. Exa., Dr. Paulo, como analista político, veio aqui... V. Exa., mais ou menos... Isso me lembra muito aqui, nessa Casa, que, na maioria das vezes, eu estou aqui como V. Exa., o Joãozinho do passo certo. Porque eu estou de um lado e tenho poucos companheiros que me acompanham. Mas eu digo que todos temos razão, porque, mesmo V. Exa., Dr. Paulo, pode dizer, e eu acho que está correto, que pode já estar cansado das utopias.

Eu acho que, vindo no Senado hoje, com as manchetes que se vêm falando do Senado, V. Exa. não tem muita razão para crer em utopias, mas, em tese, o que nós estamos discutindo aqui é o aprofundamento da democracia. Claro que V. Exa. tem razão. Vamos nós discutir o *recall*, veto popular num país, digamos assim, de uma estrutura política anárquica que nem a nossa. Eu concordo plenamente com V. Exa.

O ideal não era nem o voto distrital, o ideal seria o voto em lista. Se nós tivéssemos Partidos sérios, Partidos responsáveis, Partidos que realmente merecessem dignidade, seria o ideal, seria muito melhor até do que o voto misto, porque Partidos sérios, Partidos responsáveis, que selecionassem os melhores, e, na hora, nós votássemos no Partido, é uma maravilha, porque aí se consolidava os Partidos. A gente desaparecia, os 'Pedro Simon' da vida, os 'Salgado' da

vida, não existiriam o PT, o PMDB, o PSDB, com suas ideias, com seu conteúdo. Então, o cidadão não podia pular de cá para lá, porque, se pula de cá para lá, ele teria que dar uma explicação. Nos Estados Unidos, que tem voto distrital, não se houve falar em alguém mudar de Partido. Não tem lógica em alguém mudar de Partido, porque, no voto distrital, ele muda de Partido, ele está rifado.

Na Alemanha, a mesmíssima coisa; na Inglaterra, a mesmíssima coisa. Quer dizer, nos grandes países do mundo, hoje, o voto é distrital. E se nós analisarmos aqui, no Brasil, uma das grandes causas da anarquia da eleição é a eleição partidária para Deputado, Senador... Senador não, Senador está bem, muito bem, obrigado, Senador é o candidato do Partido, vota naquele Partido. Agora, Deputado e Vereador é uma tristeza, é uma tristeza. Porque... Tudo bem que tu vai por todo o Estado, o teu inimigo é o teu próprio companheiro. Eu conheço casos que o cidadão é Deputado nessa região, aí ele se queimou nessa região, ele se prepara, e, na outra eleição, ele é candidato lá na outra região, faz um acordo com Deputado. Então, essas coisas são e não tem solução...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Exatamente... Quer dizer, voto distrital e verba pública de campanha equacionam a questão, está resolvido.

Agora, na votação em Plenário, tem uma minirreforma eleitoral. Nós não conseguimos nem fazer com que quem doa a campanha, publique o nome; saber quem está doando a campanha. Então, o que acontece? A campanha é secreta. Eu ganho dinheiro para campanha de tudo quanto é lugar, é uma montanha de dinheiro, só vão ficar sabendo daqui a um ano, quando eu for fazer prestação de contas para a Justiça Eleitoral.

Não era uma coisa absolutamente normal que, dez dias antes de eleição, todo mundo publicasse quanto é que recebeu para fazer a campanha? Era democrático. Qual é o problema disso? Qual é o problema disso? Não. E ficou a doação secreta e o cidadão só vai fazer a campanha quando prestar contas. E tem mais: agora se adotou dar dinheiro para o Partido. Ao invés de dar o dinheiro para o candidato, dá dinheiro para o Partido. A executiva do Partido pega aquela montanha de dinheiro e faz a distribuição, depois, para quem quer e como é que quer. Então, ninguém mais precisa prestar contas.

Então, quando tem essas coisas... Eu acho que o Dr. Paulo tem razão em dizer que a utopia de ver uma... Quer dizer, é por isso até que, dessa forma, eu acho também que é um dos motivos que tem pouca gente aqui, é que todo mundo está que nem o senhor. Quer dizer, não está nessa utopia de achar que quem está votando aqui tem a chance real de ser aprovado.

Eu acho que V. Exa. tem toda a razão. Eu acho que, se nós quiséssemos equacionar a questão, em primeiro lugar, fidelidade partidária. Segundo lugar, não é que o Partido... Tem gente que pensa que, na Inglaterra, só tem Partido Conservador e Partido Trabalhista, e, nos Estados Unidos, só tem Partido Republicano e Partido Democrata. Não é verdade.

A coisa mais fácil que existe nos Estados Unidos é criar um Partido político. Nos Estados Unidos... Aliás, esse negócio de Justiça Eleitoral, essa anarquia eleitoral, só tem no Brasil. Por aí afora, não tem coisa nenhuma. Nos Estados Unidos, nós, aqui, nos reunimos aqui, nessa sala, e criamos um Partido. Nós aqui nos reunimos, criamos um Partido e registramos. Mas daí, você ter dinheiro e ir para a televisão tem que ter percentual, eu tenho que ter número, eu tenho que ter que garantir.

Então, nos Estados Unidos, tem Partido Comunista daqui, dali, do diabo. Tem tudo o que é Partido que você possa imaginar. Agora, o percentual é que é complicado, então é normal. Não sei, nos Estados Unidos, aqui na Inglaterra, aqui na Argentina, ali no Uruguai, o Uruguai, são 200 anos de República, Colorado é Colorado, e Blanco é Blanco, a vida inteira isso.

Eu vim de lá ontem do Congresso do MERCOSUL, Colorado é Colorado, Blanco é Blanco, Blanco. Na Argentina Radical é Radical, os socialistas são socialistas. No Paraguai, com toda a ditadura teve 40 anos de história de ditador, mas o Partido era o Colorado. O Partido Colorado deles era o adversário.

Agora aqui [ininteligível] que não consegue ter Partido. Não tem Partido político, fidelidade partidária, o voto pode ser distrital ou se for Partido sério, melhor até do que sério, o voto na legenda. Verba pública de campanha.

E cá entre nós, se nós tivermos, se nós terminarmos no Brasil, com a irresponsabilidade política de que no Brasil a impunidade é a regra, a impunidade é a regra. Eu vim agora numa reunião lá na CNBB, em que se discutiu um projeto que eles têm projetado de um projeto popular, um milhão e 300 assinaturas, um milhão e 300 assinaturas, não tem chance. Por quê? Porque infelizmente no Brasil, o chamado Fórum Especial, Fórum privilegiado é símbolo da impunidade.

Nós fizemos uma grande conquista aqui no Congresso Nacional, dos que estão aí só Sarney e eu é que estávamos aqui. Mas durante, desde 46 quando reabriu a democracia no Brasil, até dez anos atrás, para você processar um Deputado e um Senador tinha que ter licença da Câmara e do Senado. O Supremo

pedia licença. Se era Senador para o Senado e se era Deputado para a Câmara.

E o Presidente da Casa deixava na gaveta anos a fio, não botava à votação. Não botava à votação, porque não queria dar licença, porque se desse licença, o fulano de tal que matou o Senador, o outro que matou não sei o quê ia ter que ir a Júri, ia ter que responder, mas não queria votar para negar a licença, porque aí ficava mal perante a opinião pública. Quer dizer, eu votei contra, então votou contra o projeto ia ter que explicar, então ficava na gaveta anos a fio.

Não foi fácil, hein? Olha, o primeiro projeto que eu apresentei nesta Casa, quando entrei foi esse, 25 anos atrás, não foi fácil, anos a fio, anos e anos e anos e anos. E mesmo assim, o que foi votado nessa Casa não foi o meu ideal. Foi votado o seguinte: a Câmara e o Senado recebem o pedido de licença do Supremo, não, perdão, o Supremo pode processar a qualquer momento sem pedir licença nem para a Câmara e nem para o Senado, Deputados e Senadores; 1000%. Parágrafo Único. "O Plenário do Senado da Câmara pode mandar sustar". Eu era contra esse mandar sustar. Acho hoje que eu estava errado, não que eu estava errado, quer dizer, nunca mais se mandou sustar. É que fica mal para o Senado também mandar sustar, o Pedro Simon está sendo processado por ladrão e alguém vem aqui e olha: "Suspende o processo...". Não acontece isso. Tem uma série enorme de Deputados e Senadores que estão sendo processados e o tal de sustamento não aconteceu.

Então isso é importante, porque o Senado e a Câmara tomaram uma decisão a mais importante, quer dizer abriram mão, quer dizer o Supremo pode julgar à vontade nada impede. O que eu não esperava, primeiro ficou na gaveta do Procurador-Geral, quer dizer nos oito anos de Fernando Henrique, o Procurador-Geral era o "engaveteiro-geral". Tudo ficou na gaveta dele. Depois, no Governo do Lula, a Justiça seja feita, tanto o primeiro Procurador, como o segundo Procurador, como o terceiro Procurador tem mandato de montão, mas fica na gaveta do Supremo, está na gaveta do Supremo.

Então causa uma realidade. O Brasil é o país da impunidade. Então de um lado tem razão o Parlamentar, o Salgado tem razão, nós vamos ficar aí e se discutiu hoje na reunião da CNBB, daqui a pouco um Promotorzinho aí apresenta um negócio que nem apresenta com essa coisa... Apresentou, então, aparecera a coisa mais esquisita que se pode imaginar e o cara está sendo processado, pelas coisas mais absurdas está sendo processado. É ridículo. É ridículo.

Então, como fala o Prof. Comparato, como fala o Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, quem tem ficha suja não pode ser candidato, só um processo, só um processo não pode ser, isso cria uma confusão aqui no Senado. Mas eu apresento uma segunda proposta junto com essa, quem tem ficha suja não pode ser candidato, mas tem que se criar uma forma de processo que ele seja julgado antes da eleição. Ah, mas é difícil! Vamos mas vamos criar.

Eu não vejo a tentativa do Supremo, o Presidente do Supremo que é tão inteligente, tão competente, que atua em tantas áreas, eu não vejo nenhuma preocupação em tentar criar isso. Vamos tentar uma fórmula, através da qual vamos dar prioridade absoluta. Prioridade absoluta, é político, é político, está sendo processado, está sendo processado. Esse vai ser julgado logo. É uma maravilha.

Quer dizer, esse Deputado que tem um caso ridículo que o Procurador fez contra ele, ridículo, mas está sendo processado, ele vai ser absolvido tranquilamente e talvez fosse até reverter contra o Procurador pelo absurdo da questão. Essa eu acho que era a saída.

Agora, se fazendo isso não há dúvida de que aqui nós estamos diante de um aperfeiçoamento da democracia, qualquer coisa de espetacular.

Eu quero dizer ao Prof. Comparato, que esse número de 5% eu não acrescentei era cinco. Foi uma discussão que se teve no seguinte sentido: se para apresentar um projeto de lei de iniciativa popular é um por 60, dá um milhão e 300 mil assinaturas, para apresentar um projeto de iniciativa popular, se de repente para cassar o mandato de um Deputado, de um Senador, ou até para fechar um Congresso, for o mesmo número, vai vulgarizar. Daqui a pouco começa... Eu estou apenas mostrando... Eu não estou dizendo que é esse ou não é esse, mas o sentido da discussão na oportunidade foi uma diferença entre uma iniciativa popular de um Projeto de Lei e uma iniciativa popular para cassar o mandato inclusive da Casa. Então o pessoal achou que aqui devia ser um número elevado. O Prof. Comparato disse que realmente é difícil, eu também concordo, mas também não é uma coisa muito fácil fechar o Congresso ou coisa que o valha. Então essa é a discussão... Mas eu estou plenamente de acordo que esse número que eu apresentei não é obrigatoriamente esse número pode ser feita ou não com relação à forma que nós precisamos fazer.

Eu quero dizer que eu adotei o veto popular na forma da lei, porque exatamente... Está calmo? Que eu vi V. Exa. em casa da Tribuna...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se não estivesse calmo depois de [ininteligível] dançar valsa no Senado...

[risos]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É que eu lhe vi eu não estava na Sessão e lhe vi e fiquei assustado. Eu acho que V. Exa. tem razão, o Brasil meio que exagerou nesse conflito. Pelo menos, então, que entrasse o Presidente da República, mas os 60, 80, que entraram com ele, eu não consegui entender.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É verdade.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Enfim, então o veto popular na forma da lei, eu achei realmente que é... E eu a citei essa tese e já... Embora nós, e eu tenho que fazer um esclarecimento, que é importante, ao meu amigo Dr. Comparato, que ele argumentou aqui uma coisa muito interessante. Emendas com a Constituição de 88, eu não me lembro quantas que ele disse, eu sei que foi um número enorme e essas emendas foram praticamente todas ao anexo da Lei Complementar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas são 64.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O problema na Constituinte foi uma coisa muito importante de ser salientado. A Constituinte teve o primeiro problema que, foi a morte do Dr. Tancredo Neves, quer dizer, ela tinha um condutor que era o Dr. Tancredo. Eu acho que o Presidente Sarney se saiu muito bem, não tenho nenhuma dúvida, quer dizer, convocou a Constituinte. E eu tinha desconfiança pela participação que eu tinha com o Dr. Tancredo, eu acho que o Dr. Tancredo ia deixar a Constituinte para o final do Governo dele. Para o final do Governo dele. O Dr. Sarney convocou no início do Governo, nota dez. Eu tenho desconfiança que o Dr. Tancredo ia deixar a legalização dos Partidos comunistas não sei o quê, para o final do Governo dele, o Dr. Sarney fez no início. A história faz uma injustiça tremenda com o Dr. Sarney dizendo que ele aumentou um ano dele no mandato, é mentira, o mandato do Dr. Sarney era de seis anos. A Conselho, foi eleito um mandato de seis anos, na Constituinte quiseram baixar o mandato dele para quatro anos.

E ele aceitou cinco anos com Parlamentarismo, mas na reunião de Governadores que tu não estava, porque era única e não era nossa, nós nos reunimos no Rio e eu fui manchete nos jornais, todo mundo me esculhambando, porque eu dizia o seguinte: "Para mim o mandato de Sarney pode ser de oito anos, desde que fizesse o Parlamentarismo". Entendeu? Eu dava importância para o Parlamentarismo, tinha na França é oito anos. Para mim não importa se é quatro anos, se é cinco anos, se é seis anos, se é oito anos. Se nós criarmos o Parlamentarismo, o problema do tempo do mandato do presidente não é importante. Até porque, um dos argumentos que se usa, por exemplo, na França, que é bom o mandato longo, porque aí ele fica com uma instituição mais firme, mais... Mas aí, foi o grande erro, um dos poucos erros, eu sou apaixonado pelo Mário Covas, para mim um dos maiores políticos, um dos maiores amigos que eu conheci.

Mas o erro do Covas, como Líder do MDB, foi exigir, não aceitou cinco anos para o Parlamentarismo "Não, tem que ser quatro anos para o Parlamentarismo". Aí perdemos tudo, perdemos o Parlamentarismo e perdemos quatro anos. E o Sarney aceitava cinco anos com Parlamentarismo. E isso eu sou testemunha, embora Governador, eu vinha corria aqui, andando nessa questão...

SR. PAULO KRAMER: Quer dizer que quem tirou foi o Ulysses. Foi Ulysses que não aceitou? Quem não aceitou?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não. O Covas.

SR. PAULO KRAMER: O Covas não aceitou.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Covas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Por insensatez de alguns, que não queriam. Puxaram a corda, como se ele quisesse.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas o Dr. Ulysses--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, o Ulysses não

SR. PAULO KRAMER: O Ulysses queria, ele aceitava.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Aceitava. Mas o que aconteceu? A figura do Dr. Sarney ficou muito fraca para conduzir, para comandar a Constituinte. E um determinado momento que a gente achava que a Constituinte não ia adiante, ia chegar no final e nós sabíamos o que ia resultar, foi quando aquela história que se conta em seguida, vamos votar, vamos votar do Dr. Ulysses, era para votar. E se chegava lá pelas tantas era o buraco negro, tu foste dos constituintes, não é, eu via aqui só... O que era buraco negro? É que ia para votação, e um grupo está de um lado e o outro grupo está do outro lado, e não tinha maioria, ia ficar e aí como é que ficava? Terminaram adotando uma saída.

Reforma Agrária. Não chegou à conclusão nenhuma de Reforma Agrária. Então, Reforma Agrária será assim: Vírgula, na forma da Lei Complementar. Remessa de lucros para o exterior. A remessa de lucros para o exterior... Vírgula, na forma da Lei Complementar. Os juros, quanto é que vão ser os juros? Vírgula, na forma da Lei Complementar. Então a Constituição, as coisas mais importantes da Constituição, na verdade, não estão na Constituição, depende de Lei Comple-

mentar, que até hoje não foram feitas; 20 anos depois ainda não foram feitas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Claro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. era Governador e eu me elegi Prefeito, e nós pagamos o grande preço, porque ficamos com Estados e Municípios a depender dessa Lei Complementar. E ficamos, os Estados e Municípios, completamente engessados. Não sei se V. Exa. se recorda desse episódio.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É verdade, absolutamente verdade.

Então é isso que o Prof. Comparato fala agora, é verdade, mas é uma causa nessa questão. Na verdade, a tal Constituição Cidadã do meu querido Ulysses Guimarães, era cidadão estrangeiro, porque Lei Complementar, Lei Complementar nós não conseguimos fazer até hoje; até hoje nós não conseguimos fazer.

Por exemplo, está lá no Constituição, político, Parlamentar para se eleger tem que ter conduta ilibada, vírgula, na forma da Lei. Está na Constituição. Nós não estamos... O meu projeto que nós votamos aqui e que a Câmara derrubou é a regulamentação da Constituição, já está na Constituição que a conduta tem que ser ilibada.

Eu diria até, de certa forma, que se o Supremo quisesse poderia aplicar como em 20 anos depois o Congresso não regulamentou aquele artigo da Constituição, assim como ele tem regulamentado ele poderia regulamentar esse artigo.

Então fica difícil. Agora, eu acho que mesmo assim, Dr. Paulo, eu participo do senhor a utopia está difícil, então vale a pena fazer esse debate, até para lembrar daqui a 20 anos, quando nós estivermos vivendo um momento melhor, que nós nos lembramos dessa matéria. Quer dizer, nós não passamos desapercebido essa matéria, não houve condições políticas de aplicar, mas que a gente queria a gente queria. Então...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): No Senado, eu tenho certeza que V. Exa. será vitorioso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): No Senado vamos ganhar, quer dizer, no Senado nós ganhamos.

Eu, durante muito tempo, achava e vibrava com os Senadores, que achassem que o Senado... Uma vez eu fiz um debate desse lá no Rio Grande do Sul, então um debate assim, desses promovidos pela entidades CNBB, OAB, e tal. E aí eu fui bancar o bacana: "Não, porque nós no Senado, fidelidade partidária. Nós já votamos está lá na Câmara, na gaveta da Câmara não sei quantos anos. Verba pública de campanha nós já votamos..."--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Financiamento.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): --"nós já votamos está lá na campanha, na coisa, não sei há quanto tempo. Lei de ficha... Está lá na Câmara...". Aí o Deputado me respondeu assim: "É, vocês votaram. É que vocês confiam no patriotismo da Câmara. Você sabe que a Câmara não vota [risos]. Como você sabe que a Câmara não vota, vocês votam e mandam para a Câmara". Eu não sei até que ponto isso é verdade. Eu não sei até que ponto isso é verdade, mas vamos fazer justiça. Na questão referente à ficha suja, e não é bem ficha suja, é a conduta ilibada, nós votamos aqui, nesse grupo se a Câmara quisesse podia mantido a nossa votação, ela que voltou atrás. Quer dizer, esse é um caso que dá para dizer que o Senado não voltou de mentirinha, porque sabia que ia cair lá. Não. Veio de lá para cá, não tinha, nós colocamos e a Câmara engavetou.

Então, eu não entro em maiores detalhes, porque na verdade, eu acho que o espírito é esse. É importante, é. Mas fica mais ou menos...

Uma coisa interessante, eu acompanhei o plebiscito do Parlamentarismo, plebiscito ou referendo. Foi plebiscito ou foi referendo?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Plebiscito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Foi plebiscito, não é?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Plebiscito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E achei engraçado, Marco Maciel, sozinho, ganhou de nós. Senador Marco Maciel botou na Tribuna aquele moreninho brilhante, aquele ator de televisão--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Milton Gonçalves.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Milton Gonçalves, quem olhava era uma maravilha, o Arraes falando presidencialismo, o Brizola falando parlamentarismo, presidencialismo, o Lula presidencialismo, o Maluf presidencialismo. Uma pessoa nunca falou com a outra, mas o Marco Maciel, botou todo mundo na televisão e parecia que todo mundo era presidencialista e parecia que era uma maravilha. E com aquela história de não ser derrubado o Collor, em 1985, se é bom a gente deixa, se é ruim a gente tira. Ora, a gente tirou o Collor. E o argumento pegou. E meteram nós juntos ainda com a monarquia e aí... E o cara da monarquia até que falava bem o seu lado, o argumento

dele era um argumento interessante. Levou uma surra que deu pena.

O negócio de armamento, eu acho que é uma coisa interessante. Eu acho que não foi bem a questão referente a dizer que as fábricas de armas tinham força, eu acho que foi mal conduzido no setor que eu vi por onde eu andei. Por onde eu andei é que o cidadão diz o seguinte: "Está todo mundo armado, bandido, ladrão, não sei o quê, não sei o quê é uma barbaridade. E querem que logo eu é que tenho que fazer a coisa! Então eu que tenho que pegar o ônibus as duas da madrugada, que eu largo o meu serviço, que eu tenho que ir até o fim da linha do bairro, depois tem que caminhar um quilômetro no escuro para chegar na minha casa, eu não posso ter uma arma?".

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu fui fazer o debate, Senador Pedro Simon, na Câmara de Vereadores de Uberlândia, só tinha contra o armamento eu e o Padre defendendo o desarmamento; eu e o Padre da cidade.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Então, eu digo com toda a sinceridade, eu agradeço aos senhores. Agradeço ao companheiro João Baptista, que foi quem defendeu realmente a questão referente à ficha. Agradeço ao Sr. Paulo Kramer e acho que essa é uma reunião realmente muito importante, embora eu reconheça que é não para agora é para mais tarde.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Passaremos ao próximo inscrito, Senador Marconi Perillo. Tem a palavra V. Exa., que é autor do requerimento também.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Dr. João Baptista, ao Dr. Paulo Kramer, pela disposição de aquiescerem ao convite formulado por nós. As presenças dos senhores aqui certamente serão muito importantes e elucidativas, nesse momento em que discutimos esses três projetos de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que institui o Direito de Revogação e o Veto Popular, de iniciativa do Senador Jefferson Peres, que institui o plebiscito de confirmação de mandato e de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy que instituiu o referendo popular. Todos eles delegados ao Senador Pedro Simon, para relatá-los.

E gostaria de pedir desculpas pelo fato de ter chegado aqui um pouco atrasado, já que sou coautor do requerimento deveria ter estado aqui para ouvir as manifestações dos senhores. Mas é que nós estávamos numa reunião da Mesa Diretora da Casa e eu estava também presidindo uma Sessão Especial Comemorativa ao Dia do Turismo. De qualquer maneira, pelo que já ouvi do Senador Antonio Carlos Valadares e do Senador Pedro Simon pude perceber que as exposições foram muito importantes no sentido de agregar informações novas aqui à Comissão.

Eu tenho algumas perguntas a fazer e tanto o Dr. João Baptista quanto o Dr. Paulo Kramer poderão respondê-las.

A confirmação pelo povo em suas escolhas políticas, sem dúvida representa um grande avanço no sentido da ampliação, da participação direta popular na vida pública brasileira. E, principalmente, do controle da sociedade sobre seus representantes. Conquanto seja louvável, no meu entender, as proposições aqui discutidas há que se atentar alguns pontos que me parecem ainda bastante preocupantes.

Principalmente, o estabelecimento de percentual justo de assinaturas para compor a petição no caso do direito de revogação ou do referendo popular.

Uma outra preocupação, quanto ao número de votos a ser estabelecido para a confirmação do mandato do ocupante do cargo ou para a sua substituição. A prerrogativa de dissolução da Câmara, que no meu entendimento deve ser medida reservada a casos excepcionalíssimos, já que acarreta perda de mandato de representantes de todas as Unidades da Federação e não apenas de alguns. Nesse sentido, eu queria a opinião dos senhores em relação a esse dois projetos.

Uma outra questão, que é a seguinte: quando o legislador pensou do sufrágio universal e no plebiscito, como instrumentos de participação democrática, não houve dolo da necessidade de assegurar-se ampla discussão e debates para esclarecimento da população sobre os candidatos e os Partidos.

Na opinião de V. Sas. seria possível se assegurar a ampla divulgação de informação e o devido esclarecimento da população para o exercício desse direito que está sendo pretendido aqui? Ou seja, o direito da revogação do mandato. Eu creio que seria muito importante a campanha televisiva, rádio e etc.

E, por último, eu proponho ainda uma última reflexão, o Parlamento é formado com a prerrogativa concedida pelo povo para representá-lo. Recorrer ao eleitor para referendar ou vetar essa representação, não seria alterar a compreensão, inclusive jurídica, sobre a representatividade parlamentar, ou seja, nós não estaríamos fazendo a inversão de valores?

Por fim, eu considero duas reformas as mais importantes a serem tratadas aqui no Parlamento. A reforma política, que na opinião minha e de muitos deveria ser a mãe de todas as reformas, e a reforma tributária, no sentido de reduzir as chamadas injustiças tributárias e, sobretudo desonerar a economia brasileira, que

tem hoje a maior relação impostos PIB no mundo. Quer dizer, nós temos carga tributária estrondosa, extraordinariamente grande chegando a quase 40%.

E é claro, o Senador Pedro Simon é um *expert* no assunto, coloca isso com muita propriedade, nós deveríamos já ter resolvido essa questão da fidelidade partidária, a questão do financiamento público de campanha, a questão do voto distrital. Eu defendo o voto distrital misto, porque eu considero importante também o voto de opinião.

Mas, enfim, seria importante também ouvir um pouquinho os senhores em relação à questão de reforma política. Era o que eu tinha a perguntar, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Marconi Perillo, PSDB de Goiás.

Eu queria para que possa... O problema é definir tempo para as respostas, eu acho que cinco minutos, talvez, se precisar mais os Senadores concordam a gente dá mais tempo.

Eu passaria as considerações para as respostas e considerações finais. Primeiramente, o Professor da UFES, João Baptista Herkenhoff, Juiz de Direito e Professor. Tem a palavra V. Exa.

SR. JOÃO BAPTISTA HERKENHOFF: Eu gostaria de fazer algumas complementações a alguns pontos colocados, sobretudo porque boa parte da minha fala foi de improviso e o improviso às vezes a gente não tem aquela precisão de colocar as ideias que o texto escrito permite. Então, eu acho que algumas coisas devem ser esclarecidas, porque pelas observações do caro, ilustre companheiro de Mesa, Dr. Paulo Kramer, talvez, alguma coisa não tenha sido muito bem entendida.

Por exemplo, eu não vejo oposição entre a democracia representativa e a democracia participativa. Eu não vejo que a democracia, a tese da democracia participativa, pretenda engolir e triturar a democracia representativa, de modo algum. Eu acho que as duas formas de democracia são absolutamente compatíveis. A democracia representativa deve continuar e deve ser aperfeiçoada.

Quer dizer, é claro que a representação é uma coisa importante. O que foi a representação no Brasil se não uma vitória do povo? Lembremo-nos Das Diretas Já, o povo foi à rua pedir o quê? Direitas Já, quer dizer eleição, representação, então, a democracia representativa deve ser obviamente preservada e aperfeiçoada. Ou seja, é preciso realmente que se melhore a representação, que se corrijam distorções que estão ocorrendo na representação, não é?

É preciso, por exemplo, coibir o abuso do poder econômico, que frauda a representação popular. Quer dizer, o candidato é eleito, não porque ele mereça um voto, não porque ele tenha realmente respaldo na opinião pública, mas ele é eleito porque, simplesmente, ele tem uma grande rede de televisão que invade os lares e diz que ele é um santo. Então, evidentemente, há aperfeiçoamentos a serem realizados do sistema representativo.

Agora, o sistema representativo há vitória na vida brasileira, é importantíssimo. De modo algum pretender que a democracia participativa vá dar uma derrubada no sistema representativo, de forma alguma. Acho que a democracia representativa deverá conviver com a democracia participativa e acho que, de certa forma, uma forma de exercício democrático ajuda o outro.

Ou seja, na medida em que se melhore a democracia representativa, isso representa também um avanço na democracia participativa. Na medida em que se pratique a democracia participativa, a prática da democracia participativa vai melhora a democracia representativa.

Então o primeiro ponto, eu não vejo a mínima oposição entre democracia representativa e a democracia participativa e sim em algum momento da minha fala eu dei a impressão--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ou seja, elas se completam, se complementam.

SR. JOÃO BAPTISTA HERKENHOFF: Exatamente. Se eu dei impressão, em algum momento da fala, de que queremos desautorizar a democracia representativa, fique bem claro que não. Exalto como muito importante a democracia representativa, eleições, escolha dos titulares dos cargos públicos, evidentemente, democracia representativa é da maior relevância. Agora, não me parece que a isso se oponha a democracia participativa, me parece que é um avanço ainda as duas formas devem ser praticadas e conviver.

Agora, outro ponto que eu também falei, mas acho que falei um pouco ligeiramente. Eu acho que não se consegue melhorar a democracia brasileira sem dois pontos, que são fundamentais no Brasil, são fundamentais.

Primeiro, educação, que o Senador Pedro Simon falou, não pode deixar de haver educação. Sem educação não tem democracia coisa nenhuma. Pode botar democracia representativa, democracia participativa, a inventar até outras formas. Democracia sem educação, nada feito. Então educação do povo, educação, escola de boa qualidade, escola para todo o povo primeiro. Nenhuma criança fora da escola é um descalabro crianças fora da escola.

Eu quando ouço expressões como meninos de rua. Menino de rua é um absurdo. Não é o menino de rua que é um absurdo, não. Menino de rua é uma afronta a nós todos. Eu tenho que me sentir envergonhado, eu cidadão brasileiro, João Baptista Herkenhoff, eu tenho que me sentir envergonhado quando eu vir um menino de rua.

Eu sou culpado de haver menino de rua, todos nós somos culpados de haver menino de rua, não pode haver menino de rua. Lugar de menino é na escola, escola de tempo integral, não escola que estuda de manhã ou estuda... Não. Escola de tempo integral, criança entra de manhã almoça na escola, estuda o dia inteiro. Nesse ponto exalte-se Leonel Brizola, escola de tempo integral.

Não só Leonel Brizola, como possivelmente outras experiências devem ter ocorrido aí no Brasil, provavelmente, o Brasil é muito grande a gente não sabe de tudo que o é feito. É possível que algum município tenha feito também escola de tempo integral, a gente tem que ficar sabendo, mas escola de tempo integral, quer dizer educação não pode haver democracia de excelente qualidade, não é mais ou menos, não. Democracia de excelente qualidade. Professores pagos com dignidade, estudantes que tem o gosto de estudar. Não é questão de obrigar a criança a estudar, não. A criança vai estudar porque ela tem o prazer de ir para a escola [soa a campainha]. A escola é um momento de alegria na vida da criança. Então, não vejo oposição entre as duas coisas, não é?

Outra coisa que eu gostaria de falar ligeiramente é coisa importantíssima para a democracia é isso que se chama TV Senado. TV Senado é uma conquista democrática, não é? TV Senado, eu sou um aficionado telespectador da TV Senado. Vejo TV Senado com muita frequência, vejo TV Câmara com muita frequência. Aliás, eu sou telespectador das TVs alternativas. Se há uma TV que eu vejo pouco, pouquíssimo é essa que tem a maior audiência do Brasil, vejo pouquíssimo, raramente, o meu receptor capta a imagem dessa TV, que é mais vista no Brasil.

Agora vejo muito TV Senado, TV Câmara, TV Cultura, TV Educativa são as melhores TVs do Brasil. Então, TV Senado, viva a TV Senado, viva todos aí, bravos vocês todos que realizam a TV Senado, vocês todos jornalistas que fazem a TV Senado. Vocês todos funcionários que fazem a TV Senado funcionar.

Outra coisa, também, coisa bonita foram as emendas populares, por ocasião do processo Constituinte. Eu tive o cuidado de fazer um trabalho muito interessante, que foi o seguinte: eu tive o cuidado de examinar as emendas populares e verificar a presença das ideias das emendas populares no texto constitucional, coisa curiosíssima.

As emendas populares, como emendas populares, propriamente ditas, não tiveram grande trânsito no Congresso Constituinte, mas as ideias que estavam presentes nas emendas populares foram com grande aplauso, merece aplausos, Deputados e Senadores que pegaram as emendas populares e transformaram em emendas próprias. Nenhum movimento popular protestou contra isso, não. Os movimentos populares estavam acompanhando perfeitamente o processo. Vendo que determinada emenda popular proposta pela associação dos moradores lá não sei de onde, proposta pela associação de mães não sei de onde, que essas emendas tinham sido apropriadas pelos Deputados, pelo Senador, palmas para ele. Porque essas associações que capitanearam as emendas populares não estavam interessadas em aparecer como protagonistas, o importante é que aquelas ideias entrassem na Constituição e entraram.

Então, momento histórico na vida brasileira foi aquele momento em que 16 milhões de brasileiros subscreveram as emendas populares, que foram muito bem sucedidas.

Outro pequeno ponto que gostaria de falar, não é? É creiam na utopia, meus caros amigos. Eu acho que a utopia é a força da história. Não é à toa que um dos nossos livrinhos, um dos nossos livros chama-se justamente *"Direito e Utopia"*. Esse livro foi impresso lá no Estado do Senador Pedro Simon, Livraria do Advogado, Senador Pedro Simon. Foi a Livraria do Advogado que editou o nosso livro *"Direito e Utopia"*. Esse livro é uma afirmação de crença na utopia. A meu ver, é a utopia que move a história, o que é utopia hoje, será realidade amanhã.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOÃO BAPTISTA HERKENHOFF: Então, acredito realmente no valor da utopia. Eu acho que, realmente, a utopia tem um papel fundamental.

Eu acho que esses são os acréscimos. Ah, sim, o finalmente que o professor, o Senador Marconi Perillo falou por último, aportou vários "senões" nessas emendas, nessas PECs.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Algumas preocupações.

SR. JOÃO BAPTISTA HERKENHOFF: É, algumas preocupações. Eu acho que tudo isso tem que ser burilado. Não acho que as PECs estão o trabalho de PEC está concluído, não. Não está concluído. A minha manifestação aqui é a favor, a minha manifestação pessoal é a favor da ideia. Agora, aperfeiçoamento, tran-

quilamente e quem pode fazer esse aperfeiçoamento? Os Senadores que vão fazer esse aperfeiçoamento.

Senador Pedro Simon, com a sua responsabilidade, com a sua competência, com a sua retidão moral poderá fazer muita coisa, melhorar tudo isso, ajeitar as ideias é claro que tem que fazer ainda melhorias não é um processo acabado.

Agora, a manifestação a minha manifestação aqui, por exemplo, é a manifestação de apoio da ideia. Aumento da participação do povo no processo legislativo. O povo ser ator do processo legislativo e não espectador do processo legislativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Professor da UFES, Juiz de Direito, João Baptista Herkenhoff, pelas considerações finais.

E sobre essa questão do povo ter uma, só para fazer uma, antes de passar a palavra ao Cientista Político Paulo Kramer, ter uma conversa informal com a minha pessoa, com o nosso querido Senador Pedro Simon, que eu nunca mais vou esquecer era eu às vezes converso. V. Exa. dizia, numa conversa que nós tínhamos, o Pedro Simon dizia: "Wellington, o que eu sinto é que na época das Diretas Já, o povo acreditava na gente". Depois que ele falou isso eu numa mais esqueci, Senador, que a diferença de hoje... Não falou o que sente hoje, mas falou o que sentia naquela época. Isso, realmente, eu vou guardar pela minha passagem aqui no Senado, uma demonstração daquele momento eu vejo sempre V. Exa. procurando aquele momento outra vez. E, no entanto V. Exa. procura o momento que teve o prazer de participar e eu passando pelo Senado, eu nunca vou passar por um momento como aquele. E veja, V. Exa. fica procurando e eu invejando, porque não passei por ele. Então é assim que gente vai vivendo.

O Cientista Político Paulo Kramer tem a palavra para as considerações finais.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Presidente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Eu gostaria só de fazer uma consideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Senador Osvaldo Sobrinho.

OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Na verdade, eu acredito que perdi o dia hoje, porque outras atividades não me deixaram chegara aqui antes para ouvir a palestra, principalmente do Professor João Baptista, que foi meu professor no curso de mestrado lá em Cuiabá. O senhor foi lá dar palestra, eu o levei da UNIC, da Universidade de Cuiabá, para o senhor dar aquela entrevista. E quando eu o vi aqui, eu perdi o dia, porque a palestra dele a fala dele--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. poderá requer o DVD a TV Senado--

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Exatamente, vou fazer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --que terá acesso.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Vou fazer isso, vou fazer. Então eu fico muito feliz, Professor, de tê-lo aqui, de o encontrar nesse momento tão memorável e ter essas considerações só o final que eu peguei aqui já valeu a pena. Na verdade, a utopia é o que nós faz caminhar, caminhar sempre para frente.

Como diz o poeta, a utopia eu não sei para que serve. Quando eu olho, ela está sempre há vinte passos na minha frente, olho de novo, ela está num horizonte muito mais distante. Mas se ela não serve para nada, pelo menos serve para me fazer caminhar, caminhar sempre em busca de outros objetivos, ideais, dá vontade de viver, crescer, de ousar, de fazer as coisas. Portanto, eu fico feliz de aqui beber um pouco dessa água dessa fonte limpa que V. Sa. traz aqui a todos nós.

E ao Prof. Paulo Kramer, que eu fui aluno da UNB também. No ano de 1970, eu estudei na UNB, fiz curso de Ciências Sociais na UNB. E, portanto, duas pessoas que me são caras, porque, na verdade, fazem parte das instituições que eu venerei a vida toda e que faz parte da parte boa da minha vida.

Portanto, eu fico feliz e quero pedi perdão a mim mesmo por não ter frequentado, apreciado essa palestra dos senhores aqui, que eu tenho certeza que foi da maior validade para todos nós, que somos homens públicos e participamos desse processo. E eu que fui Constituinte aqui também aqui da Casa e que foi o melhor momento da história desse país para nós políticos participamos, o povo vinha aqui, ousava, falava. Ajudou a fazer a Constituição. Aquelas Comissões que tinham o povo participando, trazendo subsídios, foi o momento mais rico, meu Presidente, da história pública desse país.

Portanto, de todos os cargos que eu ocupei na minha vida, o que mais me dá nostalgia, saudade mesmo, assim, foi o período constituinte; participei ativamente. É uma pena que não estava muito preparado à época para tal, mas eu acredito que o homem público tem que se preparar todos os dias, assim como o Senador Pedro Simon, que é um homem que é uma luz na vida desse país.

Nós somos de Partidos diferentes, mas eu tenho por ele a maior admiração, o maior carinho. Porque, na verdade, hoje, todos miram no Senador Pedro Simon,

porque é na verdade um homem que é idealista, é um homem que tem as suas utopias, que acredita nelas e que vai correndo atrás delas.

Portanto, Presidente, nós somos poucos aqui, mas é um momento de felicidade, rara felicidade e principalmente V. Exa. também que é um homem ligado a educação e que preside a Casa, essa Sessão, nesse momento.

Portanto, eu o parabenizo e depois eu vou requer, logicamente, a palestra dos dois, que eu tenho certeza que vai enriquecer muito o meu conhecimento.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Passarei então, finalmente, a palavra ao Cientista Político, Professor da UNB, Prof. Paulo Kramer. Tem a palavra V. Exa.

SR. PAULO KRAMER: É, eu, deliberadamente, fui provocativo nas minhas colocações. Eu falei de tudo menos das PECs, eu peço desculpa aos autores, bem como a autor do brilhante substitutivo, mas a minha intenção realmente foi essa.

Hoje... Tocqueville, já dizia: "Vivemos a era da democracia", quer dizer cada vez mais e ele via democracia como igualdade. Cada vez mais as desigualdades institucionalizadas, quer pela lei quer pelo costume, se tornariam cada vez mais ilegítimas.

Então, nós estamos numa era democrática. Tocqueville, que era um conservador sem ser um reacionário, ele sabia que não se podia para trás o relógio da história. Na verdade, toda a mensagem dele foi no sentido de reespiritualizar a democracia moderna. É como se ele fosse um orador a falar para as duas bandas da plateia. Para a banda democrática ele dizia assim: "Devagar com o andor que o santo é de barro". Para a banda aristocrática, de onde ele vinha, na verdade, de Tocqueville, é como se ele quisesse dizer: "Olha pessoal, não adianta voltar para trás o relógio da história".

Com relação à ideologia e utopia que, na verdade, é o título de outro livro, outra obra ilustre do grande sociólogo húngaro de expressão alemã, de origem judaica, Karl Mannheim, que escreveu *"Ideologia e Utopia",* em 1929, em plena efervescência na República de Weimar.

Talvez, o que surpreenderia o Mannheim, o criador da sociologia do conhecimento? Talvez, o que surpreenderia ele, se estivesse vivo, era a rapidez com que a utopia de hoje ao se transformar na ideologia de amanhã, de se chegar ao poder, porque essa distinção que ele fazia. A ideologia era a defesa do *status quo*. A utopia era a mudança, a transformação da situação. Eu acho que ele se surpreenderia a rapidez com que as utopias de hoje se degeneram nas ideologias de amanhã.

Então, eu acho que nós temos, sim, que ficar muito atentos a essa degenerescência. Se afinal de contas eu aprendi alguma coisa nesses meus 30 anos de ciência política foi o seguinte: as ciências sociais servem para a gente explicar os nossos erros de previsão do dia anterior. Quer dizer, as ciências sociais estão aí, é uma coisa, é um tipo de visão que nos estimula a modéstia. As ciências sociais, elas estão aí para mostrar o poder, a força dos chamados efeitos perversos que podem contaminar as melhores das intenções.

Então, eu acho que a gente tem que ficar atento a isso. Eu desejo uma boa sorte em termos de evolução do processo legislativo a todas essas emendas, principalmente ao Substitutivo do Senador Pedro Simon. E lembrar só uma tecnicalidade aqui, eu acho que o Senador Pedro Simon foi muito sábio ao estipular ali o mesmo tipo de cláusula de barreira, que as propostas de cláusula de barreira estipulavam para que um Partido tivesse expressão na Câmara dos Deputados.

Então, parece que é 5% no país inteiro e em pelo menos nove Estados com não menos de 2% em cada Estado. Então é uma maneira da gente se resguardar, do mesmo jeito que uma existe litigância de má-fé, não é? Existe também um proposicionismo, pode haver um proposicionismo de legislativo de má-fé. E ele será de má-fé e essa má-fé terá de ser condenável, venha ele do representando ou venha ele do representado, no caso de iniciativa popular.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Paulo Kramer. Eu não sei se os Senadores querem fazer mais uma consideração. Não havendo, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando os Membros da Comissão para a 40ª Reunião Ordinária da CCJ, a realizar-se em 30 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas e em 1º de outubro, quarta-feira, às 10 horas. Quarta-feira, dia 30.

Sessão encerrada às 12h34.

Ata da 40ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 30 de setembro de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e em 1º de outubro de 2009, quinta-feira, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia trinta de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, com

a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Osvaldo Sobrinho, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, César Borges, Romero Jucá, Valdir Raupp, Efraim Morais, Adelmir Santana, José Agripino, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Flávio Torres e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Kátia Abreu e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Registram a Presença os Senhores Senadores Magno Malta e Renan Calheiros. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da **Primeira Parte** da Reunião: **ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 185, DE 2009 (Mensagem nº 00762 de 2009, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "b", e do artigo 73, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Senhor JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito." **Autoria**: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.**Relatoria**: Senador FRANCISCO DORNELLES. **Parecer**: Votação Secreta. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, com vinte (20) votos favoráveis e três (3) votos contrários. **ITEM 4) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, DE 2003** – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 9613, de 3 de março de 1998, para adicionar novos crimes antecedentes e novas pessoas físicas e jurídicas obrigadas a comunicar operações suspeitas, assim como para criar procedimento penal próprio para os crimes de lavagem de dinheiro." **Autoria**: Senador GERSON CAMATA. **Relatoria**: Senador ROMEU TUMA. **Obs**.: Em 23/09/2009, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº 476, de 2003, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado**: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 476, de 2003, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2009 (PL nº 03644/2008, na origem)** – TERMINATIVO – "Acrescenta parágrafo ao art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. (Exclui as despesas com Oficiais de Justiça da isenção de custas, prevista na Lei dos Juizados Especiais)." **Autoria**: Deputado DÉCIO LIMA. **Relatoria**: Senadora IDELI SALVATTI. **Parecer**: Favorável à matéria com duas Emendas que apresenta. **Resultado**: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 36) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, DE 2008** – TERMINATIVO NA CAS – "Altera a Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, para instituir abono anual para os beneficiários da pensão mensal vitalícia dos chamados "soldados da borracha" e seus dependentes." **Autoria**: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR. **Relatoria**: Senador EXPEDITO JÚNIOR. **Parecer**: Favorável à matéria com três Emendas que apresenta. Obs.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado**: Retirado de Pauta para redistribuição. **ITEM 42) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2009** – NÃO TERMINATIVO – "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. **Autoria**: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – PEDOFILIA (SF). **Relatoria**: Senador ALOIZIO MERCADANTE. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: Durante a discussão o relator oferece uma Emenda ao Projeto. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. **EXTRAPAUTA: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 179, DE 2009 (PL nº 02879/2008, na origem)** – TERMINATIVO NA CE – "Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, e dá outras providências." **Autoria**: PRESIDENTE DA REPÚBLICA. **Relatoria**: Senador FLEXA RIBEIRO. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. A Presidência suspende a Reunião às dezoito horas e dezesseis minutos do dia trinta de setembro de 2009 e a reabre às dez horas e vinte e seis minutos de primeiro de outubro de 2009. Passa-se à apreciação da **Segunda Parte** da Reunião: **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009** "Acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista." Autoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador INÁCIO ARRUDA. Obs.:

Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 70, de 2009-CCJ, de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares. CONVIDADOS: SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); EDSON SPENTHOF, Presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ); CARLOS FRANCISCATO, Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor); RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Senhor; OSVALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR, Assessor Jurídico da OAB. JUSTIFICARAM AUSÊNCIA: JUDITH BRITO, Presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ); DANIEL PIMENTEL SLAVIERO, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT); MAURÍCIO AZÊDO, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO N° 106, DE 2009-CCJ** "Em aditamento ao Requerimento N° 102, de 2009-CCJ requeiro a Vossa Excelência, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do convidado Walter Maierovitch, Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo e ex-Secretário Nacional Anti-Drogas da Presidência da República, para a Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado n° 190, de 2007, que "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de penal". **Autoria**: Senador INÁCIO ARRUDA. **Resultado**: Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às doze horas e trinta e sete minutos do dia primeiro de outubro de dois mil e nove, ficando adiados os demais itens, a saber: 2) PRS 15, DE 2003 tramita em conjunto com o PRS 3, DE 2007 tramita em conjunto com o PRS Nº 35, DE 2007; 3) PRS Nº 52, DE 2009; 5) PLC Nº 43, DE 2009; 7) PLC Nº 161, DE 2009; 8) PLS Nº 148, DE 2004; 9) PLS Nº 220, DE 2006; 10) PLS Nº 48, DE 2007; 11) PLS Nº 122, DE 2008; 12) PLS Nº 197, DE 2007; 13) PLS Nº 231, DE 2007; 14) PLS Nº 288, DE 2007; 15) PLS Nº 290, DE 2007; 16) PLS Nº 545, DE 2007; 17) PLS Nº 296, DE 2008; 18) PLS Nº 363, DE 2008; 19) PLS Nº 149, DE 2009; 20) PLS Nº 223, DE 2009; 21) PLS Nº 253, DE 2009; 22) PLS Nº 472, DE 2008; 23) PEC Nº 13, DE 2003; 24) PEC Nº 15, DE 2007; 25) PEC Nº 24, DE 2007; 26) PEC Nº 41, DE 2007; 27) PEC Nº 53, DE 2007; 28) PLC Nº 62, DE 2003; 29) PLC Nº 36, DE 2005; 30) PLS Nº 153, DE 2002; 31) PLS Nº 171, DE 2004; 32) PLS Nº 109, DE 2005-COMPLEMENTAR; 33) PLS Nº 333, DE 2005; 34) PLS Nº 583, DE 2007; 35) PLS Nº 154, DE 2008; 37) PLS Nº 11, DE 2009; 38) PLS Nº 25, DE 2009; 39) PLS Nº 98, DE 2009; 40) PLS Nº 137, DE 2009; 41) PLS Nº 201, DE 2009; 43) PDS Nº 128, DE 2007; 44) PRS Nº 24, DE 2009; 45) PRS Nº 26, DE 2009; 46) PRS Nº 37, DE 2009; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

40ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada nos Dias 30 de Setembro e 1º de Outubro de 2009.

1ª PARTE
Realizada no dia 30 de Setembro de 2009, Às 10 Horas e 32 Minutos

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores, que a aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se à deliberação dos Itens nºs 1 a 46 [soa a campainha]. Eu peço aos senhores, é uma Sessão extremamente importante, com vários visitantes ilustres, e nós teremos a sabatina de alguém indicado pelo Sr. Presidente da República, uma autoridade que pode se transformar em Ministro do Supremo Tribunal Federal, dependendo da deliberação do Senado Federal. Então é algo da maior importância. Eu sei que é muito difícil, num Plenário lotado como esse, que as pessoas não fiquem tentadas ao menos a trocar uma ideia com quem está do seu lado. Mas eu peço aos senhores que isso não inviabilize a Reunião. O Senador Aloizio Mercadante pede a palavra, pela ordem.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, na última Sessão, nós relatamos um Projeto de grande alcance social e acho que é absolutamente essencial nessa oportunidade, que é decorrência também do trabalho da CPI da Pedofilia, que V. Exa. faz parte e é presidida pelo Senador Magno Malta, que é o Projeto que estabelece o fim da prescrição dos crimes praticados contra as crianças e os adolescentes, no caso de pedofilia, que nós inclusive acordamos que seria denominado Joana Maranhão. Quero também agradecer a presença dela hoje aqui,

a corajosa presença dela e de sua mãe, Terezinha, e pediria que nós mantivéssemos como primeiro item da pauta, para que a gente aprovasse essa Lei, acabasse com a impunidade dos pedófilos e assegurasse o direito de qualquer jovem, criança, que, mesmo depois da maioridade, tem o direito de se defender e tem a obrigação, esse País, de dar condições para acabar com a impunidade que ainda existe dos crimes hediondos, que é o mais baixo degrau da moral humana, que é a pedofilia. Por isso, eu proporia a V. Exa. que nós aprovássemos, já foi lido o relatório, está mantido o relatório. Eu posso fazer um breve relato para que a gente pudesse ter como primeiro item da pauta, antes da sabatina do Ministro Toffoli.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu não faço qualquer objeção porque a matéria já foi relatada, e, portanto, nós a aprovaremos em cinco minutos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se os Senadores concordarem, eu submeterei. Senador Alvaro Dias, pela ordem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, o objetivo dessa questão de ordem é pedir a V. Exa. para nos orientar sobre procedimentos em relação à sabatina, que é o item fundamental da pauta de hoje. Como procederemos? As perguntas serão perguntas e respostas ou formularemos todas de uma só vez para aguardar a resposta? Quanto tempo teremos para a indagação? Então eu gostaria que V. Exa. definisse esse modelo, antes de iniciarmos os trabalhos de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se V. Exa. me permitisse, se houver inversão, em seguida o farei. Muito rapidamente, votaremos esse Projeto, que é muito importante, inclusive a desportista Joana Maranhão aqui se encontra. É um Projeto muito simples, já devidamente explicado pelo Senador Aloizio Mercadante, ele simplesmente suspende a prescrição para aqueles que são abusados sexualmente, vítimas de crimes sexuais, sendo criança ou adolescente, até que a pessoa complete 18 anos, ou seja, se o pai ou seu responsável legal não tomar a providência de fazer a representação, aquele prazo fica suspenso, não só o da representação, mas também o da prescrição, até que se complete os 18 anos. É um Projeto muito simples e muito bom, porque, no caso dela, por exemplo, depois de revelado já estava prescrito e não havia mais o que fazer.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, duas posições muito claras. A primeira é registrar que a nadadora Joana Maranhão sempre foi uma grande campeã dentro da raia, mas se revela muito mais campeã fora, na medida em que rompe com o tabu de guardar silêncio sobre um crime que ela não cometeu, foi cometido por um abusador--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --deslavado, que merece a punição e a execração de todos aqueles que lhe conheçam o nome. Esse nome deve ser repetido um milhão de vezes.

Em segundo lugar, eu creio que o Senado hoje vive um grande dia e há uma grande expectativa sobre a inquirição ao Dr. José Antonio Toffoli, que é um qualificado Advogado que o Governo submete ao julgamento da Comissão de Justiça. Eu sugiro que, a partir deste momento, a Comissão de Justiça solenize essa ocasião, ou seja, que a votação se dê apenas após o último orador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Faremos dessa forma.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não se faça aquela história de vai falando e vai votando porque isso tira a solenidade, tira a respeitabilidade litúrgica de um momento relevante como esse, que é um dos mais relevantes momentos porque pode passar a Comissão de Justiça da Casa, que é decidir sobre quem vai ou quem não vai para a Suprema Corte do País.

Quanto ao mais, eu concordo que se vote imediatamente o que para mim vai ser consagrado como a Lei Joana Maranhão, Sr. Presidente. E parabéns ao Senador Magno Malta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não havendo objeção, inverto a pauta e convido a nadadora Joana Maranhão para que esteja conosco à Mesa, para que nós possamos fazer essa votação

[palmas]

Lembrando a todos os presentes que aqui não é permitida manifestação. Foi tolerado porque é muito justa a manifestação, mas, em seguida, teremos uma sabatina, onde nós não vamos tolerar nem aplausos e nem manifestações de descontentamento.

Item 42 da pauta. Inversão da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009. Item 42, pág. 632 – não terminativo: "Altera o Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes

praticados contra crianças e adolescentes". A autoria é da Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia. A relatoria é do Senador Aloizio Mercadante. Parecer favorável à matéria. Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante para proferir o relatório.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vem a esta Comissão para exame, nos termos dos arts. 91 e 101, II, 'd', do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009, em epígrafe. Por ser de autoria de uma Comissão, o Projeto poderia ser analisado apenas no Plenário do Senado Federal. Não obstante, em virtude da aprovação do Requerimento 881, de 2009, da Senadora Serys Slhessarenko [soa a campainha], decidiu-se pela oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O PLS 239, de 2009, acrescenta o inciso V ao art. 111, do Código Penal, para estabelecer que, nos crimes contra a liberdade sexual de crianças e adolescentes, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr da data em que a vítima completar 18 anos, salvo se, a esse tempo, já houver sido proposta a ação penal.

Na justificação, consta que, não raras vezes, se tem observado que, por variadas razões ou por serem os próprios autores, por ignorarem a ocorrência do fato ou outras, as providências legais não são tomadas pelos responsáveis, pelas vítimas, o que permite [ininteligível] do prazo prescricional. Argumenta-se que, alcançada a maioridade, a vítima assume as condições para agir por conta própria, razão pela qual se propõe que a prescrição comece a correr a partir desse instante, salvo se já tiver sido proposta a ação penal, hipótese em que a prescrição seria regulada pelo inciso I (crime consumado) ou II (crime tentado), do art. 111 do Código Penal, conforme o caso. Não houve Emendas.

A matéria circunscreve-se à competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal, sendo livre iniciativa de qualquer membro ou Comissão do Congresso Nacional, conforme preceituam os arts. 22, I, 48, *caput*, 61, *caput*, da Constituição Federal. Não observamos vício de antijuridicidade e inconstitucionalidade.

No mérito, consideramos o Projeto conveniente e oportuno. Os crimes sexuais contra as crianças e os adolescentes nem sempre são levados à barra da justiça porque o agente muitas vezes é o próprio pai, padrasto ou a pessoa da família que exerce verdadeiro temor referencial sobre a vítima, o que a impede de externar os abusos que sofre. Cremos que o PLS, ao postergar o início da contagem do prazo prescricional, possibilita que o menor ofendido possa, por iniciativa própria, levar os crimes ao conhecimento das autoridades, com o que ocorreria o processo penal em desfavor do agente, sem risco do óbice relacionado à prescrição da pretensão punitiva.

Voto. Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei no Senado nº 234, de 2009.

Eu queria lembrar, Sr. Presidente, que nós tivemos essa semana um caso internacional de grande significado, que, depois de 30 anos, o cineasta Polanski foi preso, exatamente por crime sexual, praticado contra uma menor de 13 anos no passado. Por isso, nós estamos nos atualizando ao que existe de mais avançado na legislação internacional e quero prestar homenagem à corajosa atitude da Joana Maranhão, que essa Lei passe a se chamar Joana Maranhão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Nós temos o Item 41 da pauta, que eu gostaria de pedir a inversão, que é um Projeto de Lei de autoria de V. Exa. e que também trata do mesmo assunto, para a reclusão – que hoje não existe – para aqueles que fazem apologia, especialmente na internet, ao crime de pedofilia. O relatório está aqui, é favorável à sua autoria, para que possa ter de seis a um ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Como é um Projeto correlato, esse é apologia, nós podemos até fazer a discussão conjunta e a votação conjunta.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, essa questão, apenas para registrar que nós estamos discutindo, junto ao Governo, esse outro Projeto, existe inclusive proposições do Governo a serem agendados e, portanto, não seria o momento de votar. Eu iria pedir Vista exatamente para que tivéssemos um texto que pudesse ser sancionado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito, então deixaremos para outra oportunidade. Concedo a palavra--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur Virgílio, para discutir.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): De maneira bem curta, para realizar o que foi competente o relatório do Senador Mercadante, dar frutos à Comissão Parlamentar de Inquérito, que é presidida pelo Senador

Magno Malta e que tem V. Exa. como Relator, e nós temos um exemplo muito concreto de que é possível, sim, se enfrentar com altivez, com coragem e com o desdouro para o criminoso e não para a vítima--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --este crime, o que significa um grande passo na libertação da mulher, um grande passo. Acaba-se a era em que a vítima tinha vergonha de denunciar a violação por ela sofrida. Portanto, o apoio do PSDB eu tenho certeza que é unânime e entusiasmado à Lei Joana Maranhão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. Embora não faça parte da Comissão, o Senador Magno Malta tem tido um papel decisivo como Presidente da CPI da Pedofilia. Concedo a palavra para que o Senador Magno Malta possa fazer também as suas considerações.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Brasil que nos vê. Esse é um momento histórico, importante, Senador Renan Calheiros, para a família brasileira, para as futuras gerações, para o equilíbrio emocional e moral da Nação. Esse momento pagaria já esse ano e meio de CPI da Pedofilia.

São milhões os casos, Senador José Agripino, que chegam à CPI, de crianças de 13, 12 anos de idade, que engravidaram e que hoje tem 20, 25 anos e que não podem mais denunciar o seu... Aliás, podem, para sofrer um processo como a Joana sofreu, porque a Lei, de maneira equivocada, diz que, ao fazer 18 anos, a vítima tem mais seis meses para denunciar. Não denunciando em seis meses, acabou o crime, o abusador continua abusando, mas, por esse, ele não responde mais, que foi o caso da Joana. E nós temos no Brasil, eu que tenho viajado o Brasil, a CPI que tem sido esse catalisador desse drama nacional. São centenas e centenas de casos diários, Senador César Borges, que chegam às nossas mãos e que infelizmente não podemos fazer, mas de uma população não covarde. Eu estou vindo agora do Maranhão e do Pará, de mulheres, de famílias [soa a campainha], de mães que chegam com BO, com o inquérito que não andou, ainda na tenra idade da criança. Uma denúncia no Ministério Público que não foi e muitas vezes pessoas com sede de justiça que procuram e agora elas querem falar, se livrar do seu monstro.

Eu me lembro da Deputada Marina Maggessi, que é uma Deputada Federal do Rio de Janeiro. Quando eu fazia uma palestra na Comissão de Segurança da Câmara, quando eu comecei a falar sobre o *modus operandi* do pedófilo, de quando ele começa a bolinar a criança para chegar à conjunção carnal, ela começou a chorar. Ela que era uma policial considerada muito dura no Rio de Janeiro, ela começou a chorar e disse: "Hoje eu vou me livrar do meu monstro" e começou a contar o abuso de quando sofreu ainda criança.

Na quinta-feira, eu recebi uma outra Deputada Federal no meu gabinete, de São Paulo, uma Deputada que assumiu no lugar do ex-Deputado Enéas, o falecido Enéas, Senador Mercadante, que disse que tinha ouvido V. Exa. falar sobre essa matéria, que ia relatar hoje, ela me procurou lá porque sofreu abuso aos 9 anos de idade.

As pessoas estão se encorajando, mas nós não tínhamos uma legislação que pudesse proteger a criança que sofreu abuso para que, equilibrada emocionalmente, moral, já na sua vida adulta, após os 18 anos, ela possa falar do seu criminoso, se livrar do seu monstro, entregá-lo para que ele possa ser punido pelas Leis do País, que, graças a Deus, agora, a CPI da Pedofilia tem conseguido aprovar.

De maneira que eu fico grato a Deus, principalmente, por esse momento, por esse momento. Nós estamos entre os três maiores abusadores do planeta; em crime de internet nós somos o primeiro do planeta, numa movimentação financeira de três bilhões de dólares que hoje movimenta a pedofilia com o crime de internet; nós somos o número um em tudo isso. Então essas providências tomadas [soa a campainha] se revestem de uma importância muito grande.

Senador Mercadante, muito obrigado pelo seu relatório, a maneira como pude tratar com V. Exa., enquanto Presidente dessa CPI, para que esse momento acontecesse. Ao Senador Demóstenes, hoje que é um momento que a Nação está prestando atenção, esperando o debate que vai se dar em torno do nome do nosso querido amigo Advogado Toffoli, mas, hoje, quis Deus que, nesse momento, nós pudéssemos aprovar uma Lei, parece simples, mas de uma importância tão grande para a vida da família e a vida da Nação. Agradecer ao Senador Demóstenes, que é o Relator da CPI e que é Presidente dessa Comissão. Quis Deus que fosse na sua Comissão hoje [soa a campainha], nesse momento importante. E agradecer à Joana pela coragem, à família dela pela coragem, porque esse momento é tão importante. Por conta da sua coragem e a sua determinação, Joana, que nós, brasileiros, somos agradecidos. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço ao Senador Magno Malta. Passo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Senador Demóstenes Torres, eu queria rapidamente dizer que eu fico satisfeito com o avanço institucional do

nosso País. Eu queria agradecer a presença da Joana Maranhão hoje, aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, dizer o que ela representa, cumprimentar mais uma vez esse querido amigo Senador Magno Malta, pelo grande trabalho que está levando adiante na Comissão Parlamentar de Inquérito contra a Pedofilia e cumprimentar também V. Exa., que foi o primeiro autor dessa proposta. É muito importante que nós possamos comemorar no futuro esse dia. Parabéns, Magno.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de dar as boas-vindas e cumprimentar a nadadora e atleta Joana Maranhão pela sua coragem. É com o seu exemplo que nós vamos estimular outras meninas e rapazes também que foram molestados na infância. Nunca é tarde para reclamar esse dano, mesmo porque, na vida adulta, ele terá o reflexo não só nos seus relacionamentos, na sua vida emocional, no seu trabalho, na sua convivência com a sociedade. Então a sociedade tem a obrigação de reparar esse dano em qualquer época que for reclamar.

Então eu tenho certeza que, nesse momento, que, a partir da aprovação desta Lei nós estaremos, o Congresso Nacional, o Senado, o Senador Magno Malta, Aloizio Mercadante, o autor da proposta, Senador Demóstenes Torres, nós estaremos, de certa forma, fazendo um pouco de justiça a esse dano causado a tantas crianças no Brasil. Parabéns, mais uma vez, pela sua coragem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, quero também saudar a Joana Maranhão e registrar em meu nome e em nome da liderança do Governo o apoio ao Projeto do Senador Mercadante, reafirmando que nós tentaremos e trabalharemos para ter urgência nesse Projeto, em todos os segmentos, não só aqui no Senado, mas também na Câmara dos Deputados. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu queria saudar o Magno Malta, que é o Presidente, eu sou o Vice-Presidente da Comissão, V. Exa. é o Relator, mas a importância e a coragem da Joana Maranhão em trazer ao conhecimento e provocar que realmente se fizesse um Projeto com uma bela relatoria do Senador Mercadante.

Eu daria como exemplo, Magno Malta, a prisão do Polanski, o cineasta Polanski, cuja vítima dele, hoje, é uma mulher casada, tem três filhos, mas ele está preso, foi preso. Porque a grande discussão que nós estamos fazendo agora é como que a gente pode orientar a vítima, que, às vezes, se vicia, como nós vimos no depoimento de algumas mães em desespero. Então a Joana é um exemplo claro de como a gente deve analisar para procedimentos futuros da salvação daqueles que foram vítimas de pedófilos canalhas, que infelizmente continuam agindo, sem nenhum controle que se possa impedir que isso aconteça. E a CPI tem dado esse entusiasmo, aberto as portas para que realmente se traga ao conhecimento das autoridades competentes para a punição e, sem dúvida nenhuma, tirá-los de circulação. É importante que se trabalhe em benefício das vítimas, de como orientá-los e salvá-los de carregarem nos ombros a indignidade, o tratamento que tiveram, que é o exemplo da Joana Maranhão. Meus parabéns, que Deus te abençoe.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, rapidamente, apenas a nossa saudação e homenagens à Joana Maranhão e, através dela, a todas as mulheres brasileiras, que viveram ou vivem drama semelhante, os cumprimentos ao Magno Malta e ao Senador Demóstenes. E o registro, esse é o registro que eu quero fazer, como é importante uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Esse instituto que muitos querem desgastar, fragilizar, é fundamental não só para que cumpramos um dos nossos objetivos essenciais, que é o de fiscalizar, mas também para que nós possamos, através da investigação, do diagnóstico que se faz, buscar a inspiração para proposições que possam aprimorar a legislação do País. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu quero cumprimentar a Sra. Joana Maranhão, dizer da importância de sua colaboração para que avançássemos na legislação pertinente, relativa à questão da pedofilia. Quero cumprimentar o Presidente da Comissão e Relator da CPI, Demóstenes Torres, e cumprimentar de forma muito especial o Presidente da Comissão, Magno Malta, que tem feito da sua vida parlamentar, tem dedicado a sua vida parlamentar em função desta CPI.

É importante relatar que essa CPI é uma CPI de resultados, e os resultados são evidentes. Nós temos votado Leis importantíssimas, que eu tenho certeza que, no futuro, nós estaremos livres de fatos como esse.

Portanto, Senador Magno Malta, receba do meu Estado, o Estado de Goiás, do povo brasileiro, o nosso reconhecimento pelo seu trabalho, pelo trabalho do Senador Demóstenes, de todos aqueles que compõem a CPI da Pedofilia, pelo importante trabalho feito em favor da criança e do adolescente em todo esse País.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos prosseguir na discussão, mas, antes, queria fazer uma sugestão ao Senador Aloizio Mercadante, o Relator. Se V. Exa., ao invés de, no inciso V, onde está escrito "nos crimes contra a liberdade sexual de crianças e adolescentes", nós poderíamos colocar "nos crimes contra a dignidade sexual". Por quê? Porque a Lei foi mudada em agosto e aqui é mais amplo, trata-se do título, enquanto que o outro apenas de um capítulo. Se V. Exa. concordar, nós abrangeremos mais crimes ainda.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu concordo integralmente, eu acho que aprimora e o objetivo da Lei é esse, é impedir qualquer tipo de impunidade de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Portanto, acato a Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. Então fica incorporada a Emenda. Peço à Comissão que anote. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero, primeiro, cumprimentar a Comissão Parlamentar de Inquérito contra a Pedofilia, parabenizar a V. Exa. como Presidente, o Senador Romeu Tuma, vice-Presidente, e em especial o meu conterrâneo, o Senador Magno Malta, como Relator da matéria, por esse avanço que nós estamos tendo aqui, com relação a esta matéria.

Joana Maranhão, também cumprimento pela coragem [soa a campainha], pela determinação e pela colaboração num momento como este que nós vivemos no Brasil, pela necessidade de avançarmos na punição desse tipo de delito, esse tipo de crime, que avilta e ofende a dignidade mudança. Então mais para dizer os meus parabéns e dizer que a minha votação é pela aprovação dessa matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exa. pelo trabalho na Comissão Parlamentar de Inquérito, o nosso Presidente Magno Malta, o papel desempenhado pela Joana Maranhão, que eu comparo a uma batalha travada, também, de forma recente, pela Sra. Maria da Penha, no sentido de conquistas das mulheres brasileiras no enfrentamento contra a violência, e essa é uma das grandes violências cometidas contra as mulheres, especificamente contra crianças que não têm possibilidade de defesa. Por isso, eu quero cumprimentar o trabalho desenvolvido pela CPI, a forma de dirigir a CPI, que produziu os resultados que nós estamos assistindo, porque tem, evidentemente, CPIs e CPIs. Essa tem uma direção que permite você avançar no trabalho de conclusão, alterando o Código Penal, no sentido de beneficiar a população brasileira [soa a campainha], a população como um todo. Digamos que especificamente as mulheres, mas essa é uma proteção contra homens e mulheres, em relação à violência praticada pela chamada pedofilia no Brasil e no mundo. No nosso caso, nós estamos tomando a iniciativa. Então parabéns, vamos apoiar, não só aqui, na Comissão, como no Plenário, esse trabalho feito pela CPI. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon. V. Exa. pediu a palavra para se inscrever? Não. Senador Eduardo Azeredo e, em seguida, o Senador Agripino Maia.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, também como membro da CPI, eu quero manifestar, registrar o meu apoio a este Projeto. Ele vem fazer com que a Lei seja mais rígida e possibilitando a situação, como foi mencionado, de casos antigos e que, só depois dos 18 anos, passam a ser denunciados, de maneira que eu quero também aqui cumprimentar ao nosso Presidente Magno Malta, da CPI, o próprio Relator Mercadante e manifestar também o meu voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Presidente Demóstenes, eu queria cumprimentar ao Senador Magno Malta e ao Senador Aloizio Mercadante pela luta de combate à pedofilia. O Senador Magno Malta, como Presidente da CPI, idealizador da CPI, já renovada no tempo várias vezes, por iniciativa de S. Exa., e o Senador Mercadante, que, com muita oportunidade, elaborou um Projeto de Lei que é aprovado agora.

Mas eu queria cumprimentar mesmo é a D. Terezinha Maranhão e a Joana Maranhão. Pelo seguinte, Joana: leis existem para proteger, para serem conhecidas, serem usadas, mas a lei é usada quando ela é conhecida. Vai ser aprovada aqui uma lei, D. Terezinha, eu estou vendo o seu olhar aflito. Se orgulhe de estar presente, porque a sua filha aqui vem trazer simbologia a uma lei que vai passar a ficar conhecida por conta da presença dela. Ela teve a coragem de vir aqui para que não seja uma lei a mais, para que seja uma lei que incorpora a coibição do abuso, e ela, que foi objeto de abuso, está aqui como um símbolo de protesto e de

exposição voluntária, para que a sua exposição contribua para a coibição do crime da pedofilia.

Eu queria, portanto, cumprimentar efusivamente em meu nome, em nome do Senador Marco Maciel, que é pernambucano, como Joana e D. Terezinha, pela Lei, pela luta e pela presença corajosa dessas duas pernambucanas que orgulham o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria cumprimentar ao Senador Magno Malta pelo brilhante serviço, o trabalho que ele vem realizando à frente dessa Comissão, da CPI da Pedofilia, e trazer o meu integral apoio à aprovação dessa Lei que ele mesmo denominou Joana Maranhão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerro a discussão. Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 234. Autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia. A relatoria é do Senador Aloizio Mercadante. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para encaminhar, Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Rapidamente, Senador Demóstenes, apenas para cumprimentar a S. Exa., o Senador Magno Malta, pelo trabalho excepcional realizado na CPI da Pedofilia, bem como ao Senador Aloizio Mercadante, por trazerem essas inovações à legislação penal e processual. Certamente este é um dos crimes que mais nos preocupam, especialmente aos pais. Com certeza o Brasil, que, nesses últimos 20 anos, mereceu de parte do Congresso Nacional a aprovação de inúmeras leis que melhoraram a qualidade de vida e protegeram os cidadãos brasileiros, a partir da aprovação dessa matéria, terão mais uma lei a favor especialmente das crianças. Parabéns aos que participaram desse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Texto final a ser aprovado pelos Srs. Senadores: "Art. 1º- O art. 111, do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V. Inciso V: 'Nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos nesse código e em legislação especial, da data em que a vítima completar 18 anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal'". Então, só modificou para haver a ampliação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado por unanimidade. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Antes de passarmos ao item seguinte... Só um instante, Senador, darei a palavra a V. Exa. pela ordem. Apenas para parabenizar a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, aos Promotores de Justiça, Juízes de Direito, Delegados de Polícia Federal, Advogados da Advocacia Pública, algumas ONGs como a SaferNet, que têm lutado muito, dentro da CPI, para nos ajudar na elaboração de uma legislação realmente que seja eficiente, suficiente e eficaz para que a pedofilia possa ser combatida no País. Dou como exemplo a legislação recente, já sancionada pelo Presidente da República, em que aquele que tinha relação sexual com a criança ou o adolescente, já prostituída, não era punido e, agora, passou a ser punido. Também em decorrência desse trabalho árduo da CPI e dos seus assessores. O Senador Aloizio Mercadante, como Relator, trabalhou de forma muito rápida, trabalhou também para contornar as objeções que havia dentro do Governo. Objeções é mais por uma questão de princípios. O Governo quase sempre é contra o aumento de pena ou de transformar a ação penal pública condicionada ou incondicionada. A gente respeita isso. Só que, nesse caso, era tão excepcional. A coragem da nadadora Joana Maranhão e de sua mãe, que aqui se encontra também conosco, foi extremamente, digamos, suficiente para que nós, no Brasil, nos encorajássemos com o seu exemplo e passássemos a ter a coragem de fazer uma legislação como essa, que diz o seguinte: quando a autoridade se omitir, a prescrição não ocorrerá. Espera-se que aquela criança ou adolescente inteire 18 anos para que ela mesma tome providência.

Então isso aconteceu por conta do seu exemplo e lhe dou a palavra para que possa fazer as suas considerações, uma vez que essa legislação, que passará a levar o seu nome, também encorajará a muitas outras pessoas na mesma situação em que V. Sa. se encontrava, para que elas também tomem o seu exemplo e possam exigir a punição daquele que a molestou, mas só que agora amparado devidamente pela Lei. Com a palavra V. Sa.

SRA. JOANA MARANHÃO: Bom-dia a todos. Eu não sou muito boa com as palavras, mas o que eu queria dizer era que, na minha vida inteira, eu sempre procurei tirar o bom de todas as experiências ruins que eu passei, exceto essa. Eu nunca entendia por que é que eu tinha passado por isso, o que eu tinha feito para merecer, mas eu acho que agora tudo está fazendo sentido. Se eu precisei passar por isso tudo e ser processada por difamação, calúnia, ser chamada de mentirosa por muitas pessoas, eu acho que isso

não importa mais, porque eu acho que o bem maior já está sendo feito.

Eu não quero estar aqui de vítima, eu estou aqui para mostrar, porque eu tive o apoio da minha mãe, da minha família, eu tive uma estrutura boa psicológica, social e financeira, eu dei a volta por cima e estou tomando conta da minha vida.

Então eu queria agradecer a vocês por estar dando essa oportunidade para mim e para todo mundo que passa por isso, porque infelizmente isso é muito mais comum do que se pensa. Depois que eu trouxe esse caso à tona, eu recebo vários e-mails todos os dias de crianças e de até mulheres de 50 anos que são casadas, que nunca tocaram nesse assunto, e que acabam falando disso para mim.

Então isso que está acontecendo hoje é muito importante, eu me sinto lisonjeada, acho que a minha mãe também, que, no fundo, eu acho que quem sofre mais com isso não é a vítima, são os pais, que eles se sentem incapazes... Eu queria dizer para ela, que está aqui do lado, que ela não teve culpa de absolutamente nada, ela foi a melhor mãe do mundo. Isso aconteceu porque tem pessoas que não conseguem controlar os seus impulsos e a gente está aqui para lutar contra isso. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Demóstenes Torres, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Eu quero pedir a V. Exa., ouvido o Plenário, que possa ser incluído extrapauta, invertido a ordem da pauta, para que possamos apreciar o Parecer do Projeto de Lei, do PLC nº 179, de 2009, que trata da criação da Universidade Federal do Oeste do Pará.

É necessário fazermos isto, a aprovação nesta Sessão, Presidente, porque ele irá ainda à Comissão de Educação e é necessário que ele seja aprovado e sancionado pelo Presidente a tempo de ser feito o concurso público, para que a universidade possa funcionar a partir do início de 2010.

Então eu pediria a V. Exa. que, ouvido o Plenário, nós pudéssemos incluir extrapauta e na inversão de pauta que pudesse fazer a leitura do Parecer da Universidade Federal do Oeste do Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, nós somos a favor do Projeto, mas gostaríamos de votar ao final da Sessão, logo após a apuração dos votos do Dr. Toffoli.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se é manifestação do Plenário, eu incluo extrapauta, mas deixo para votar em seguida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria que V. Exa. colocasse em votação a solicitação de inclusão extrapauta e a inversão de pauta. Eu quero saber se o Senador Jucá, é somente ele contrário ou os outros também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer... Ele é proponente, V. Exa. é o opositor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. E V. Exa... Então, quem concordar com a proposição do Senador Flexa Ribeiro--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem, só para ponderar ao Senador--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Só para esclarecer que está todo mundo de acordo com a inclusão na Ordem do Dia.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem. Há consenso de colocar e aprovar esse Projeto. Em respeito ao Ministro, ao nosso Ministro Toffoli que está aí para a sabatina, e a todos que estão aqui, autoridades, e pela importância do Senado nesse momento, eu queria propor que nós fizéssemos, ao final da Sessão... Inclusive porque nós só votaremos depois de encerrada a sabatina. Todos estarão aqui, votaremos a universidade hoje e que nós pudéssemos iniciar imediatamente a sabatina. É um apelo que eu faço ao Senador Flexa Ribeiro, em respeito ao momento que nós estamos vivendo, que é um grande momento do Senado, a sabatina de um Ministro do Supremo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu considero que o Senador Flexa Ribeiro acabou de obter uma enorme vitória política, porque é praticamente a consagração unânime da Comissão de Justiça a favor da sua tese. Eu já visitei o local e sei da relevância dessa tese. Portanto, eu tenho a impressão que seria a hora de se fazer mesmo a inquirição do Ministro Toffoli e, em seguida, se dar a justa recompensa ao Senador Flexa Ribeiro, pelo esforço que ele faz por aquela região. É difícil encontrar alguém que lute tanto pelo Pará como luta e como se esforça o Senador Flexa Ribeiro, e eu sei da importância dessa matéria, e nós estamos agora sabendo que há unanimidade em torno

dela. Portanto, eu acho que já se houve, já se chegou a um acordo, a um entendimento, a um meio termo, a uma solução de compromisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. concorda?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então eu agradeço a V. Exa. A matéria está incluída na pauta para votação após--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Após a sabatina do Ministro Toffoli.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Então agradeço a V. Exa.

Item 1 da pauta. Mensagem nº 185, de 2009, pág. 21 (Mensagem nº 00762, de 2009, na origem): "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea 'b', e do art. 73, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Sr. José Antonio Dias Toffoli, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito". A autoria é do Presidente da República ou Presidência. A relatoria é do Senador Francisco Dornelles. Votação secreta. Em 23 de setembro de 2009, foi concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º, do Ato nº 1, de 2007 – Comissão de Constituição e Justiça, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nessa Comissão. Essa presidência comunica que, em 23 de setembro de 2009, foi apresentado e discutido o relatório do Senador Francisco Dornelles e concedida automaticamente vista coletiva.

Na presente Reunião, procederemos à arguição do indicado, em cumprimento a alínea 'b', do art. 2º, do ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ. Adotaremos as seguintes regras, que são regimentais: a palavra será concedida ao Sr. José Antonio Dias Toffoli para a sua exposição por 30 minutos e, havendo necessidade, por solicitação de S. Exa., eu prorrogarei esse tempo; cada Senador poderá fazer a sua arguição no prazo de cinco minutos. Eu darei ao Senador a opção, uma vez que o Regimento é omisso, de ele fazer o questionamento e imediatamente o Dr. Toffoli responder, ou então num agrupamento de Senadores, conforme preferir o Sr. Senador. Então eu vou deixar que o Sr. Senador faça a opção de como deseja fazer essa inquirição, havendo omissão regimental e já sendo praxe adotarmos aqui as duas situações, as duas hipóteses; só ao final, após o último Senador, concluir as suas perguntas, é que eu abrirei para votação.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon para esclarecer as suas dúvidas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A exposição feita por V. Exa. é absolutamente correta. Nós estamos vivendo nesse debate dessa questão que nós vamos iniciar agora, que há uma polêmica maior do que a normal. A gente tem sido comparado, o Senado brasileiro, com outras instituições de matéria semelhante. Nos Estados Unidos, há casos em que, um dia, dois dias, três dias, uma série de tempo, onde o Senado se curva ao debate da matéria.

Eu apenas diria a V. Exa. que os cinco minutos, que é o correto, V. Exa., como acontece em Plenário muitas vezes, V. Exa. seja um pouco liberal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Terei a tolerância necessária.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Porque, cá entre nós, eu acho quase ridículo uma matéria dessa profundidade, de repente, dar cinco minutos. Eu espero a tolerância de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Terei. Nomeio para que acompanhe até a Mesa para a sua exposição inicial, para que acompanhe o Dr. José Antonio Dias Toffoli, Ministro, Advogado-Geral da União, os Senadores Wellington Salgado de Oliveira, José Agripino Maia e Lúcia Vânia.

Aviso aos Srs. Senadores que a lista de inscrição já se encontra aberta. V. Exa. já está inscrito, é o 10º da ordem de inscrição, lembrando que o nº 1 da lista e o nº 3 também são números abertos. Se V. Exa. quiser ir para o nº 1--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Essa lista começa com o nº 3, que, na verdade, é o nº 1, que é o Senador Mercadante, e o nº 4, que sou eu, que na verdade é o 2º.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Presidente Demóstenes, eu peço a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se V. Exa. quiser ser o primeiro... Lembrando que o nº 3 da lista ainda continua vago.

Nós fizemos uma primeira votação e os senhores viram que, por muitas vezes, eu tive que tocar a campainha para tentarmos ter silêncio aqui. Então eu pedirei a todos que se encontram aqui que, por favor, mantenham o silêncio para que o Dr. Toffoli possa fazer a sua exposição com tranquilidade. Concedo a palavra ao Dr. José Antonio Dias Toffoli, pelo prazo inicial de 30 minutos. Havendo necessidade e a pedido de V. Exa.,

eu prorrogarei esse prazo. Com a palavra V. Exa. para fazer a sua exposição.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Demóstenes Torres, a quem cumprimento. Cumprimento o caro Relator, Senador Francisco Dornelles, cumprimento a todas as Sras. e Srs. Senadores integrantes da CCJ e do Senado Federal aqui presentes, senhores líderes de partido, senhores parlamentares, autoridades presentes. Gostaria de registrar aqui, pedindo *vênia*, em especial a presença do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, também do ex-Presidente do Supremo, Ministro Aldir Passarinho. Gostaria de cumprimentar o Presidente da Associação dos Juízes Federais, o Sr. Fernando Mattos, a Sra. Estefânia Viveiros, Presidente da Seccional da OAB do Distrito Federal, os Srs. Ministros de Tribunais Superiores aqui presentes, a imprensa, servidores, os meus familiares, a quem agradeço a presença, aos integrantes da comunidade jurídica que nos assistem aqui, presentes, e pela TV em todo o Brasil. E de modo muito particular agradeço aqui a presença do Dr. Carlos Alberto Menezes Filho, filho do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, que era o ocupante da cadeira para a qual estou sendo indicado. E na pessoa dele, faço uma homenagem e rendo uma homenagem a esse grande brasileiro, que foi o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, que, em todos os cargos que ocupou, atuou com extrema maestria, com extrema honra, com extrema dignidade.

Antes de iniciar a minha exposição, eu gostaria de declarar o meu compromisso com a Constituição Federal Brasileira. O meu compromisso, caso tenha a honra de ser aprovado, Sr. Presidente, por este Colegiado e, depois, pelo Plenário do Senado Federal, é com a Constituição Brasileira, fruto das discussões do Congresso, da Assembleia Constituinte e fruto das Emendas que as senhoras e os senhores parlamentares, ao longo da história, vão realizando para o seu aperfeiçoamento, para o seu aprimoramento. Esse é o meu compromisso, um compromisso com a Constituição Brasileira.

É com toda humildade, mas com muita honra, que venho à presença de V. Exas. submeter-me a essa arguição, na qual pretendo esclarecer os meus entendimentos sobre o direito, sobre a função do Supremo Tribunal Federal e sobre os grandes temas que envolvem o interesse nacional e que possam ser de interesse de V. Exas. serem debatidas nessa arguição.

Assim, gostaria de iniciar a minha apresentação, abordando uma compreensão sobre o papel da Suprema Corte de um País, em especial da Suprema Corte Brasileira. Mas, para isso, é necessário fazermos um breve relato histórico, uma breve e perfunctória análise do papel do constitucionalismo moderno. O fenômeno do constitucionalismo surge no Século XVIII e está associado à Declaração de Direitos do Estado da Virgínia, de 1776, um verdadeiro marco, seguido pelas Constituições das antigas coloniais britânicas da América do Norte, pela Constituição da Federação dos Estados Americanos de 1781 e, por fim, pela Constituição da Federação Americana de 1787. Na França, esse movimento está ligado à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 e aos ideais de liberdade, de igualdade e de fraternidade, presentes na Revolução Francesa. Foi, portanto, um movimento surgido a partir da realidade social, tendo como referência os ideais políticos e jurídicos, mas também tendo como suporte teórico o iluminismo. O constitucionalismo e a democracia revelam uma dicotomia intrínseca do Estado moderno que provoca uma aporia, pois, enquanto a democracia tem como valor o respeito ao exercício do poder pela maioria, o constitucionalismo se propõe a impor limites a esse poder, estabelecido pela maioria. Nessa perspectiva, diz o Ministro Ayres Britto que o liberalismo triunfou sobre o absolutismo. Por quê? Limitar o poder político era e é a própria condição de defesa da liberdade e da cidadania.

Jean Jacques Rousseau, em sua obra "O Contrato Social", afirmava que o Estado é a maior ameaça à democracia, à soberania por meio de suas ações particulares contra a vontade geral, sendo necessário um pacto nas relações Estado e sociedade. É necessário dizer sobre essa dicotomia entre democracia e constitucionalismo que, como afirmava Alexis de Tokeville, "Os Tribunais servem para corrigir os descaminhos da democracia e, sem jamais poder deter os movimentos da maioria, conseguem diminuir o seu ritmo e dirigi-los". Na verdade, o que defende Tokeville é que, se a Constituição tem, dentre outras finalidades, o objetivo de limitar o poder e assegurar a proteção dos direitos individuais, então não existirá uma verdadeira democracia, senão em um Estado, com efetiva participação do direito, e de uma Corte Suprema que garanta a integridade do texto constitucional, que é esse pacto social.

É necessária, portanto, a existência do Poder Judiciário em um ambiente democrático. Nesse sentido, para assegurar que a Constituição possa realmente atender àquelas necessidades, evitando assim que as formações de maiorias eventuais se sobreponham às minorias ou sejam desrespeitadas as regras do jogo, alterando-as com o propósito de perpetuação no poder, é uma função do Poder Judiciário, é uma função do Tri-

bunal Constitucional garantir que o jogo ocorra dentro das regras estabelecidas na Lei fundamental.

Nesse sentido, Norberto Bobbio assegura que só há verdadeira democracia sob a égide de uma Constituição. O Supremo Tribunal Federal, aliás, tem adotado essa perspectiva de limitação do poder da maioria em defesa das minorias. Um exemplo recente e que inclusive envolveu aqui um episódio do Senado Federal foi a chamada CPI dos Bingos, em que, através do socorro ao Supremo Tribunal Federal, foi se garantido o direito da minoria parlamentar à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por outro lado, a evolução do constitucionalismo pode ser analisada em três fases evolutivas. A primeira fase, do final do Século XVIII e do Século XIX, é a chamada fase liberal, é a fase em que as Constituições previam apenas a organização dos Poderes e os seus limites. Nesse momento, o exercício da democracia se organiza pela distribuição das funções dos poderes, dos direitos e das garantias individuais. O Século XX, no seu início, abre uma nova fase, a segunda fase, o momento em que as Constituições começam a tratar das questões sociais, educação, saúde e outros direitos de caráter coletivo. A partir de então, a Europa continental também passa a estabelecer um Sistema de Controle de Constitucionalidade. O Sistema de Controle de Constitucionalidade teve a sua origem nos Estados Unidos da América, em 1803, num famoso caso julgado pelo Chefe de Justiça Marshall, no caso Marbury *versus* Madison, em que se decidiu que a Suprema Corte tinha o poder de afastar uma Lei, caso essa Lei fosse incompatível com a Lei fundamental, com a Constituição dos Estados Unidos da América.

Na Europa, em razão da prevalência do Parlamento, só surge a teoria de um Tribunal, de uma Corte Constitucional, em 1919, com a defesa de Hans Kelsen, da criação de uma Corte Constitucional, exatamente para analisar os incidentes de constitucionalidade e garantir a supremacia da Constituição. Esse modelo de controle de constitucionalidade, proposto por Hans Kelsen, foi combatido por Carl Schmidt, defensor que a maioria era quem deveria tomar as decisões, não cabendo ao Poder Judiciário julgar as leis, mas, sim, julgar com base na Lei.

A Teoria Kelseniana, também denominada de Teoria do Legislador Negativo, tem como fundamento o poder de afastar a Lei ou o Ato Administrativo impugnado, quando este estiver desconforme à Constituição. Desse modo, o Poder Judiciário, embora não possa legislar, essa competência não é do Poder Judiciário, ele pode afastar uma deliberação da maioria, quando essa deliberação envolve um ato normativo ou um ato administrativo do Poder Executivo incompatível com o texto constitucional.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, temos a chamada terceira fase do constitucionalismo. Nesse período, surge um movimento que vai reivindicar a efetividade da Constituição. Os direitos, colocados na Constituição, eles não estão lá só como um propósito de ideais ou de princípios a serem alcançados e realizados num futuro, mas como direitos e garantias do cidadão. Essa terceira fase, neste modelo de Carta estabelecida, é de que os direitos fossem efetivados, ou seja, não apenas garantidos, mas efetivamente concretizados. Gomes Canotilho, ao tratar da Constituição Dirigente, destaca a ideia do direito diretamente aplicável, quando afirma que a Constituição se impõe como Lei, mesmo no âmbito dos direitos fundamentais. Na continuação de seu pensamento, Canotilho afirma ainda que "esses direitos não podem ser rebaixados a simples declarações ou normas programáticas ou até a simples fórmulas de oportunidade política". Nessa linha de pensamento, as Constituições Dirigentes, na ausência da efetivação dos direitos e garantias pelo Poder Executivo, atribuiu, portanto, às Cortes Constitucionais um protagonismo. É nesse contexto que as Constituições no pós-guerra passam a ser efetivadas por decisões de Corte Constitucionais, com a aplicação do chamado direito de determinação, de tal forma que esses direitos sejam garantidos pelo legislador e pelo Executivo.

Pelo que se depreende de tudo que foi dito dessa evolução do direito constitucional e do constitucionalismo, inclusive na perspectiva do direito constitucional norte-americano, porque é importante registrar que muito se diz que a Constituição Americana é uma Constituição que teve poucas Emendas, que teve poucas alterações, mas, ao longo da sua história, a Suprema Corte Americana teve momentos de interpretação da Constituição e do mesmo texto constitucional que se alteraram ao longo do tempo. Sob a mesma Constituição Norte-Americana, a Suprema Corte, por exemplo, no Século XIX, entendeu que negros e brancos eram iguais, mas tinham que ser separados. E, portanto, transporte, escolas, tinham que ser dados pelo Estado, mas de maneira separada. Foi posteriormente, sem alteração de texto constitucional, que a Suprema Corte, na década de 50, altera esse entendimento e supera essa noção de iguais, mas separados, e diz que a igualdade tem que estar presente na integração. Essa evolução do constitucionalismo também se refletiu não só na Europa, não só no Brasil, mas ela se reflete ao longo da jurisprudência da Suprema Corte norte-americana.

Vamos agora para o controle de constitucionalidade no Brasil. Eu vou ser um pouco breve, vou passar algumas partes.

Voltando para a história do constitucionalismo brasileiro, observamos uma evolução de nossa Suprema Corte que, durante o Império, possuía funções revisoras de Corte de cassação. Na verdade, não era uma Suprema Corte. As funções eram apenas de recursos de processos que eram levados ao Poder Judiciário. Na Constituição Imperial de 1824, diferente do que viria a ser o modelo republicano, cabia ao Poder Legislativo a competência de produzir as leis, revogá-las e interpretá-las, assim como cabia ao próprio Poder Legislativo a guarda da Constituição. Esse poder não era dado ao então Supremo Tribunal de Justiça. Com a Proclamação da República e a transformação do Supremo Tribunal de Justiça em Supremo Tribunal Federal, este último passou a ter papel decisivo no controle de constitucionalidade das leis, retirando essa atribuição do Poder Legislativo. Pelo Decreto 848, de 1890, que cria a Justiça Federal e estabelece também a possibilidade de controle difuso de constitucionalidade pelos juízes federais, exatamente o modelo americano vindo da decisão de 1803, do Chefe de Justiça Marshall, no qual se entendeu que a todo e qualquer Juiz é dado o direito de não aplicar uma Lei, caso ela ofenda a Lei fundamental. Isso é introduzido no nosso direito brasileiro em 1891. A Constituição Republicana de 1891 incorpora essa norma do Decreto, dando ao Supremo a competência para rever as sentenças da Justiça dos Estados, quando os atos locais afrontassem as Leis Federais ou a Constituição Federal. Ao poder Judiciário, foi outorgado o papel contramajoritário. A função do Poder Judiciário, muitas vezes, é essa, é a de garantir as regras do jogo, e, ao garantir as regras do jogo, ele tem o poder de afastar as deliberações majoritárias, de controlar as maiorias e impedir de que um ato normativo, seja do Parlamento ou seja um ato do Executivo, incompatível com a Constituição, possa produzir efeitos jurídicos. Consagrou-se, assim, um sistema de controle difuso, no qual cada Juiz, individualmente, podia fazer o controle de constitucionalidade das Leis.

A partir da Constituição de 1934, começa a ser introduzido no Brasil um modelo de controle concentrado, que é o modelo europeu, estabelecido pela Constituição Austríaca de 1919, de acordo com a Teoria Kelseniana. O modelo europeu, ele não cabe a qualquer Juiz ou Tribunal fazer o afastamento da Lei dita incompatível com a Constituição. O Juiz, numa instância inferior, ele suspende o processo e remete o incidente de inconstitucionalidade à Corte Constitucional, para que a Corte Constitucional decida sobre a aplicabilidade, ou não, daquela lei, face à Lei Constitucional. O Brasil, que adotou na Constituição Republicana o modelo norte-americano difuso, a partir de 1934, passa aos poucos a adotar e ampliar uma Corte Suprema de caráter de Corte Constitucional. Inicialmente, na Constituição de 1934, agregando a representação interventiva, aquela representação em que, por ofensa a princípios acessíveis da Constituição, o Supremo Tribunal Federal poderia autorizar a intervenção federal em Estados da Federação. Essa representação interventiva, até hoje, está presente na nossa Constituição de 1988. Também previu a Constituição de 1934 que, no controle difuso, quando o Supremo Tribunal Federal houvesse já deliberado pela inconstitucionalidade de uma norma, num caso concreto e que só valia para aquele caso concreto, entre aquelas partes, que o Supremo encaminhasse essa deliberação ao Senado Federal da República, para que o Senado Federal da República aprovasse uma Resolução, retirando essa norma do mundo jurídico para todos. Essa modalidade inclusive continua também presente na nossa Constituição.

A Constituição de 1937, evidentemente uma Constituição que não teve aplicabilidade, uma Constituição fruto de um Governo de força. A Constituição de 1946 retoma o modelo de 1934, no que diz respeito ao controle de constitucionalidade. E depois, em 1965, é que é introduzido, pela Emenda Constitucional 16 à Constituição de 1946, o Controle de Constitucionalidade da hoje conhecida Ação Direta de Inconstitucionalidade, que, na época, era chamada de Representação de Inconstitucionalidade, que só podia ser proposta até a Constituição de 1988, pelo Procurador-Geral da República.

No plano do Controle de Constitucionalidade, a Constituição de 1988 é que consolida um amplo acesso ao Supremo Tribunal Federal para as garantias individuais e para as garantias de um sistema de controle de constitucionalidade mais amplo. Foi introduzida a Ação Direta de Inconstitucionalidade, em substituição à Representação Interventiva, e essa ação Direta de Inconstitucionalidade com um rol de legitimados muito superior àquele da representação anterior, que era só o Procurador-Geral da República. Passou-se a permitir que partidos políticos, com representantes no Congresso Nacional, levassem ao Supremo as questões relativas do controle de constitucionalidade, permitiu-se à Ordem dos Advogados, permitiu-se ao Presidente da República, permitiu-se a Governadores de Estado, permitiu-se à Assembléia Legislativa, permitiu-se a Confederações de âmbito nacional, enfim, ampliou-se o rol dos legitimados a levar ao Supremo Tribunal as questões de índole constitucional relativas à compatibilidade de uma norma ou de um ato com a Constituição Federal. Evidentemente que esse momento vai trans-

formando a nossa Suprema Corte, o nosso Supremo Tribunal Federal, no modelo da Constituição de 1988, num modelo mais próximo de Corte Constitucional e não de Corte Recursal.

Também a Constituição de 1988 previu a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, que, depois, veio a ser regulamentada, mais tarde, em 1999, pela Lei 9.882, de 1999, como um instrumento também de controle direto no Supremo de garantias de direitos fundamentais, quando se alega ofensa a preceitos fundamentais da Constituição Federal.

A Constituição de 1988, ainda, introduziu o mandado de segurança coletivo, o mandado de injunção, o *habeas data*, ampliou uma série de instrumentos com o fito realmente de dar um acesso ao Poder Judiciário e, em especial, à Suprema Corte a toda a sociedade.

Posteriormente, ainda com a Emenda Constitucional nº 3, em 1993, se introduz a Ação Declaratória de Constitucionalidade, mais um instrumento que permite que o Supremo Tribunal Federal seja acionado diretamente. E no caso da Ação Direta de Constitucionalidade e da Ação Direta de Inconstitucionalidade, com os elementos de que as suas decisões vinculam, agora com a Emenda Constitucional nº 45, toda a administração pública, só não vincula o Poder Legislativo. O Poder Legislativo sempre é soberano em voltar a legislar sobre a matéria, mas a administração pública, com a Emenda 45, que também amplia o acesso ao Supremo Tribunal Federal, nós temos essa circunstância de dar mais força à Suprema Corte, como aquela que vai dizer a última palavra, de maneira rápida e célere, sobre a segurança da aplicabilidade das normas editadas em nosso País.

A Suprema Corte Brasileira, então, a partir de 1988, tem como objeto de interpretação, além disso tudo, uma Constituição analítica, com a inserção de um vasto universo de direitos e garantias e uma fase histórica e social mais complexa. A par disso, o Supremo Tribunal Federal, na condição de garante da Constituição, tem como atribuição, além da limitação dos Poderes, o dever de dar efetividade aos direitos e garantias, intervindo diretamente nas decisões do país.

São quatro as grandes funções de um Supremo Tribunal Federal, de uma Suprema Corte. Primeiro, ela atua como garantidor da Constituição. A Constituição é exatamente as regras do jogo, que vão impedir que uma maioria se perpetue no poder, que uma maioria elimine a minoria. A Suprema Corte atua, então, nesse sentido, como um limitador do poder, para que o poder seja exercido dentro das regras do jogo. Então essa é a grande primeira função de uma Suprema Corte: ela deve assegurar, ela deve assegurar os direitos e garantias individuais, que essas duas grandes funções, aquelas que estão exatamente na origem da Constituição liberal, ainda daquele movimento do Século XVIII, Século XIX. Mas, nessa evolução da qual nós falamos, nós também temos que à Constituição cabe zelar pela ordem democrática, e ela deve assegurar a não existência de alterações das regras do jogo, a fim de uma perpetuação no poder por parte de minorias. Ela é a garantidora da alternância de poder. E, por fim, ela tem que trabalhar pela guarda e pela eficácia da Constituição, garantir que os direitos que estão na Constituição sejam realmente implementados. Com o grau de acesso hoje que se dá à Suprema Corte, ela é cobrada de toda a sociedade para a efetivação dos direitos nela previstos. Estabelecidos os direitos e garantias constitucionais e caso não regulamentados, tampouco implementados pelo Judiciário, muitas vezes o Judiciário é instado a se manifestar sobre eles. E é sempre bom lembrar que o Poder Judiciário não age de ofício. Se o Poder Judiciário agisse de ofício ou fosse além do que lhe é levado, além do que lhe é pedido, isso é o chamado ativismo do Poder Judiciário. O Judiciário é um Poder que não se movimenta por si só, e isso é fundamental; o Judiciário não pode tomar iniciativa intervencionista em searas de outros Poderes, e eu sou muito cônscio a respeito disso.

Nesse caso, provocado a se manifestar, e muitas vezes pela própria classe política, como no exemplo que eu citei aqui, o Tribunal atua para dizer o direito, tendo como fundamento, e sempre tem que ter como fundamento, a Constituição Federal, a Constituição Federal, porque a legislação está no texto constitucional, que foi fruto dos debates de uma sociedade, através do seu Parlamento, eleito pelo povo, e é o respeito à vontade democrática. Nessa situação dramática, muitas vezes o Supremo se dá diante daqueles casos em que jurista Ronald Dworkin costuma dizer: os *hard cases*, casos difíceis, em que se tem que ponderar entre duas ou três soluções que têm fundamento na Constituição, que têm princípios fundantes para a sua deliberação. Um exemplo: a questão da honra e da intimidade privada e a questão da liberdade de imprensa, da liberdade de manifestação. São ambos princípios da mais alta relevância e muitas vezes uma Suprema Corte é deparada a decidir, em determinada situação, qual desse princípio vai ser aplicado ou qual desse princípio deve preponderar. Não é que uma ou outra decisão esteja certa ou errada. É realmente uma decisão que, ao fim ou a cabo, não deixa de ser uma decisão política. Questões como essa têm que ser sopesadas, requerem, sem dúvida, nenhuma decisão técnica, mas sopesada numa opção do julgador.

Para minimizar a sustentação exclusivamente política das decisões judiciais, faz-se mister que os

Poderes da República encontrem formas de equilíbrio e harmonia no sistema de freios e contrapesos. É com muita responsabilidade que uma Suprema Corte tem que agir em casos que ela é chamada, nas hipóteses, como eu disse, porque ela tem que agir em harmonia com os demais Poderes, em respeito com os demais Poderes.

Por esse raciocínio, e aqui tendo em vista até o trabalho, a experiência que tivemos na Advocacia-Geral da União, muito voltada à ideia de conciliação, muito voltada à ideia de mediação, criamos Câmaras de Conciliação, inclusive entre a União e os Estados, que solicitaram vários problemas que, antes, eram levados ao Supremo Tribunal Federal, nesse raciocínio, no nosso entendimento, e, com as devidas *vênias* de quem possa pensar o contrário, o Poder Executivo, no meu ver, precisa ter uma maior capacidade mediadora com a sociedade, resolvendo os conflitos existentes entre o Estado e o cidadão. Exemplo disso pode ser dado pelo massivo reconhecimento de direito nas vias administrativas e judicial. É necessário que o Estado, quando tenha atentado contra o direito do cidadão, ele mesmo, Estado Administrador aqui dizendo, reconheça o direito desse cidadão. Nesse sentido, é importante, e está no Pacto Republicano, no II Pacto Republicano, a adoção, pelo Congresso Nacional, de uma norma que estabeleça a responsabilidade civil do Estado pelos seus atos ilícitos, para que o próprio Estado administrador seja acionado pelo administrado e repare esse dano. Não é crível nós vivermos ainda numa situação em que um carro de uma repartição pública, o seu motorista passe no sinal vermelho e atropele um cidadão. A culpa foi daquele servidor público, ou seja, a culpa foi do Estado [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Fique à vontade a V. Exa. Eletronicamente é marcado o tempo.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Esse cidadão hoje, ele não tem um local no Estado para se socorrer e, de maneira célere e rápida, receber a sua indenização. Ele vai à Justiça, e a Justiça tem todas as suas circunstâncias: primeira instância, segunda instância e discussões. Então o Estado também tem esse dever de colaborar com o Poder Judiciário e de diminuir a conflituosidade. É isso que eu quero dizer.

Também pela atividade das Câmaras de Conciliação e também por um outro setor, que é muito caro e importante ao Estado: as Agências Reguladoras. As Agências Reguladoras atuando na mediação dos conflitos entre o Estado contratante e as empresas contratadas, assegurando a prestação de serviços públicos para os seus usuários, é extremamente uma ação de evitar problemas, de evitar conflitos, de evitar situações que depois vão aparecer para o Poder Judiciário.

Do mesmo modo, também aqui, pedindo *vênias*, entendo que o Poder Legislativo precisa superar certas dificuldades deliberativas de consensos, de formação de maioria, muito embora não há que se negar que o Congresso Nacional não tem faltado à Nação brasileira. Só relativo ao Poder Judiciário, todos os instrumentos criados, a Emenda Constitucional nº 3, com a Ação Declaratória de Constitucionalidade, a Emenda Constitucional nº 45, com a chamada "Reforma do Judiciário", com a criação da Súmula Vinculante, com a repercussão geral, depois com a regulamentação da repercussão geral, regulamentação da DPF, regulamentação da ADIN, o Congresso Nacional tem muito colaborado para diminuir essa litigiosidade e essa conflituosidade. Mas é, sem dúvida nenhuma, necessário fazer um esforço, e o Pacto Republicano que envolve todos os Poderes, envolve o Senado Federal, envolve a Câmara dos Deputados, que já está na sua segunda edição, visa exatamente isso, preencher as lacunas eventualmente ainda existentes na regulamentação da Constituição, para que os direitos constitucionais sejam disciplinados, para que os direitos constitucionais sejam positivados e o parâmetro venha do legislador, venha do exercício, do fundamento democrático, que é o Parlamento.

Também se espera do Poder Judiciário uma função equacionadora das questões jurídicas e promotora da pacificação social.

Um exemplo em que o Supremo Tribunal Federal deu, que eu gostaria de citar aqui e que tive a oportunidade de atuar, foi num caso relativo a um litígio que estava no Supremo Tribunal Federal há mais de 25 anos: uma gleba de terras no Estado de Mato Grosso, chamada Gleba Maicá, sobre a qual aqui eu vejo o Senador Osvaldo Sobrinho, é do Mato Grosso e conhece bem essa situação. Foram anos e anos de discussão no Supremo em que litigavam o INCRA, a União contra o Estado do Mato Grosso. Ao longo da história, milhares de pessoas formaram dois municípios, tem Prefeito, recebe dinheiro do Fundo de Participação, tem eleições, tudo institucionalizado. E aquelas são de quem? Estão em litígio na justiça. O Ministro Menezes Direito promoveu um encontro entre o Governador Blairo Maggi e a Advocacia-Geral da União, na minha pessoa, e disse: "Os senhores têm que chegar a uma solução. Essa situação é uma situação que é um problema. Eu tenho uma causa, mas o Estado tem um problema. Se eu resolver a causa para um ou para outro lado, eu não estarei resolvendo o problema, o problema continuará existindo. O que o Estado tem que fazer – e aí é uma visão de Estado, todos os Poderes

pensando exatamente nesse sentido de solução de problemas – é os senhores, que são a administração pública, sentar e resolver esse problema, porque esse impasse não vai ser solucionado pelo Poder Judiciário. Não é o Poder Judiciário que vai dizer e vai exercer a regularização fundiária. Nós não temos instrumentos para isso". A partir daí criamos um grupo de trabalho, e esse grupo de trabalho chegou a uma conclusão em que o INCRA abriu mão da ação, a União reconheceu que ela não teria instrumentos de fazer regularização, e o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional um Projeto de Lei, autorizando a doação dessas terras ao Estado para que o Estado do Mato Grosso, que está lá o poder local, faça a regularização dessas terras, resolva definidamente o problema, dê o título de propriedade àquelas pessoas que não podem sequer pegar um financiamento, dar um imóvel como garantia, um terreno. Tudo isso atrapalha a vida das pessoas. Isso é solucionar problemas, numa integração entre os Poderes.

Também entendo que falha muitas vezes o próprio setor privado. Eu costumo dizer que, muitas vezes, um gestor, um administrador... Quando eu falo para empresários, eu digo: "Os senhores têm que ter muita preocupação com o setor jurídico", porque, quando se depara com o problema, não sabe como se resolver esse problema, o que faz o gestor privado? "Ah, manda para o departamento jurídico". O departamento jurídico olha aquilo lá e: "Ah, transformar isso numa ação judicial, vou pedir uma liminar na justiça". Sequer vai a administração pública, Senador Dornelles, o senhor que foi Secretário da Receita Federal, V. Exa. que foi da carreira da Procuradoria da Fazenda Nacional, V. Exa. sabe muito disso, que, muitas vezes, procurado o Estado Administrador, ele diz, ele pode reconhecer o direito do cidadão, dizer: "Não, o regramento aqui, nesse caso, vai ser esse, vai ser aquele", evitando-se a judicialização. Então o setor privado também é uma fonte de tentar resolver tudo no Poder Judiciário. É necessário criar uma cultura jurídica menos conflituosa no Brasil.

Deve-se ressaltar que os três Poderes têm buscado alternativas não conflitivas para a solução de controvérsias. Exemplo disso, eu já citei, são os dois Pactos Republicanos, o primeiro com praticamente todos os Projetos de Lei já aprovados, surtindo efeitos, e o segundo também nesse mesmo rumo. É necessário, no meu entendimento, a valorização do papel do Poder Legislativo e do Poder Executivo, que são os Poderes fundados no voto popular, na democracia. Esses são os Poderes que têm o fundamento na vontade popular. O Legislativo para fazer as Leis, estabelecer quais são as regras de conduta; o Executivo, para gerir o Estado em obediência aos ditames sociais, a essas regras e conduzir e executar e as políticas públicas.

Ao Poder Judiciário, a última *ratio*, a última instância para os casos que não haja outra solução possível para o conflito, deve ser reservado a ele essa última *ratio*. Há que se buscar, antes do Poder Judiciário, soluções mediadoras. Não deve ser ele, o Poder Judiciário, o condutor de políticas públicas ou o condutor das decisões legais. Não cabe, no meu entendimento, ao Poder Judiciário dizer a Lei; cabe ao Poder Judiciário aquele sistema de controle, mas não cabe a ele ser o condutor das políticas, porque ele tem uma outra origem e o voto popular está nos Senadores, nos Deputados e no Executivo.

Também não há que se esquecer a necessidade de uma atuação parceira de Ministério Público com a Advocacia Pública e com Tribunal de Contas da União. Nós estabelecemos uma parceria com o Tribunal de Contas da União, pela qual foi possível, quando eu estava na Advocacia-Geral da União, fazer 26 Instruções Normativas, orientando todos os consultores jurídicos de Ministérios, Autarquias e Fundações a adequar contratos de licitações às normas do Tribunal de Contas, para evitar conflito, para evitar dicotomia. Por que é que um Ministério faz uma licitação de papel de uma forma e um outro Ministério faz de outra? Realmente o Tribunal de Contas fica numa situação... Por que é que a mesma administração, muitas vezes, adota critérios diferenciados? Através da criação de um escritório dentro do Tribunal de Contas da União, uma parceria, um convênio que firmamos, temos evitado muitos conflitos, temos atuado exatamente no sentido de antecipar, porque o Tribunal de Contas tem um grau de assessoramento, um grau de técnicos que podem auxiliar o Poder Executivo e estão auxiliando o Poder Executivo em execução de obras, agindo preventivamente, para que uma obra não comece e depois fique parada. É uma outra mentalidade, é uma outra forma de agir, e temos, no Tribunal de Contas da União, tido um retorno muito positivo desse diálogo e dessa atuação.

Para encerrar, não poderia deixar de observar que o país vive um momento histórico importante. É o maior período de estabilidade democrática. A semana que vem teremos a comemoração de 21 anos da Constituição de 1998, essa Constituição que garantiu a estabilidade democrática do País, essa Constituição que garantiu que o País passasse por crise, sim, seja de ordem política, seja de ordem econômica, e, dentro dessa Constituição, o País e as instituições se fortaleceram e resolveram todos os problemas dentro das regras do jogo. Isso é fundamental. Por quê? Porque é a garantia das regras do jogo que garante a segurança jurídica. E a grande função de uma Suprema

Corte, no meu modo de ver, sintetizando toda essa exposição, é garantir a segurança jurídica, porque é com segurança jurídica que nós podemos promover um dos objetivos ou o principal objetivo que está no art. 3º, da Constituição Federal, que é o desenvolvimento da Nação. O Brasil, com essa estabilidade constitucional, conseguiu superar as suas dificuldades políticas, as suas dificuldades econômicas, garantiu a alternância do poder, sem rupturas, e tudo isso, sem dúvida nenhuma, traz como resultado o que nós assistimos de um desenvolvimento do País, do País entrando numa era, numa situação, através desse processo histórico dos vários Governos que estiveram sob a Constituição de 1988, que criaram essas condições de segurança jurídica, de não ruptura, para que o País possa então ser visto pela comunidade internacional como um País confiável, como um local seguro, um local que as suas instituições funcionam, um local em que o direito é garantido e aquilo que é pactuado tem um Poder Judiciário que garante as regras do jogo. É com essa perspectiva de desenvolvimento nacional que eu entendo que é o grande papel que podemos, caso sejamos aprovados, levar ao Supremo Tribunal Federal, uma visão conciliadora, uma visão de harmonia, uma visão com o número de instrumentos que o Supremo tem de procurar soluções que resolvam problemas, não soluções que resolvam causas, porque a causa em si só não significa a solução do problema.

O Supremo Tribunal Federal e o Poder Judiciário da Nação brasileira estão à altura de colaborar e devem colaborar com o Legislativo e com o Executivo, na resolução dos grandes problemas nacionais. Essa é a perspectiva que eu vejo, é isso que eu penso que cabe a uma Suprema Corte. É com essa ótica que eu gostaria, caso seja aprovado por essa douta Comissão, caso seja aprovado pelo Plenário do Senado Federal, é com essa ótica e com extremo respeito a todos que me volto [soa a campainha] a pensar no desenvolvimento nacional. Muito obrigado às Sras. e aos Srs. Senadores e muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu é que agradeço a V. Exa., muito obrigado pela exposição. Considero visitas ilustres a essa Comissão: do Advogado Sigmaringa Seixas e a do Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Sepúlveda Pertence, a quem, aliás, gostaria de fazer uma homenagem, uma vez que V. Exa. se aposentou e nós não tivemos a oportunidade de fazer a homenagem devida.

Em 2003, alguém de uma revista importante no Brasil me procurou para fazer um grupo de pensadores para pensar o Brasil do futuro. Me perguntaram quem eu indicaria para constituir esse grupo. Eu disse: "O Ministro Sepúlveda Pertence", sem hesitar. Para mim, V. Exa. é um dos brasileiros mais ilustres da nossa história [palmas], uma das figuras mais importantes do País e quase vítima de um Estado policial que se tentou implantar no Brasil, que felizmente foi destruído. Então eu aplaudo a V. Exa., V. Exa. hoje se encontra em outras funções, mas nunca tive a oportunidade de reconhecer publicamente esse trabalho que V. Exa. desempenha. Nunca tivemos intimidade, não posso nem dizer que sou amigo de V. Exa., mas a convivência que tive e, mesmo quando não tive, apreciando à distância e os posicionamentos de V. Exa. no caso concreto, posso dizer que V. Exa. foi um modelo de Procurador-Geral da República, de Ministro do Supremo, um modelo de homem público que agrada o Brasil. Posso dizer que é um estadista. Eu nem sei se posso dizer que é um homem republicano, porque eu acho que o maior estadista do Brasil foi um monárquico, D. Pedro II. Para mim, foi o maior estadista desse País, mas posso dizer que a atuação de V. Exa. foi majestade. Aplaudo a V. Exa., convidado pelo Ministro Toffoli a estar aqui nesse momento.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Apenas para V. Exa. não ser absolutamente personalista, V. Exa. falou em nome de toda a Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito obrigado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. representou o nosso pensamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Considero também visita ilustre a do filho do Ministro Menezes Direito, Carlos Alberto Menezes Direito Filho, também uma figura exponencial no nosso direito. Eu tinha amizade com o seu pai, gostava muito dele. Eu não tive a oportunidade de ir nem no velório e nem na missa de sétimo dia, peço escusas, a atividade parlamentar às vezes é assim, mas nos faz falta o Ministro Direito. Aos irmãos do Ministro Toffoli, José Carlos Toffoli, José Eduardo Toffoli e José Ticiano Toffoli. Ao Ministro aposentado do Supremo, Aldir Passarinho, igualmente com uma trajetória brilhante, brilhantíssima na nossa Corte Maior. Ao Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Fernando Mattos. Ao Advogado também brilhantismo, Arnold Wald. À Presidente ou a membro da OAB do Distrito Federal, Estefânia Viveiros. Ao meu amigo, colega de Ministério Público, hoje Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Herman Benjamim. A um dos grandes Ministros do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Benedito Gonçalves. Aos Deputados José Eduardo Cardoso, Marcelo Itagiba Biscaia, também meu colega de Ministério Público e quando

eu era Procurador-Geral de Justiça ele também o era. Ao nosso ex-Senador e ex-Ministro da Previdência, Amir Lando. E ao ex-Deputado e Advogado da União, Raul Bernardo. Então, com essas anotações e reconhecimentos, quero também estender a homenagem a todos aqueles que nos visitam.

Passo a palavra, para iniciarmos a sabatina, o questionamento, ao nosso Senador líder do DEM, Agripino Maia, inicialmente pelo prazo de cinco minutos, mas terei a tolerância com V. Exa. necessária.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu vou procurar, Sr. Presidente, me ater ao tempo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Toffoli. Eu recebi com muito agrado a visita de V. Exa. no gabinete da liderança, conversamos descontraidamente sobre a sua indicação e, em seguida, fiz uma reunião com a minha bancada, onde tive a oportunidade de relatar a conversa que tivemos. Fiz o registro de uma colocação que V. Exa. fez e que reputo muito importante. V. Exa. diz que, indicado pelo Presidente Lula, apesar de suas notórias ligações com o Partido dos Trabalhadores, V. Exa. seria, como se é de esperar, um Juiz e teria uma postura de discrição(F).

Eu fiz uma reunião de bancada e comuniquei aos meus companheiros o teor da nossa conversa e ouvi de algumas observações do tipo: "O Ministro do Supremo tem que preencher algumas pré-condições: notório saber jurídico, reputação ilibada", e fizeram as observações que a imprensa vem fazendo e que, evidentemente, vão ser objeto de esclarecimento. Me colocaram na reunião que, com relação ao notório saber jurídico, V. Exa. nunca tinha feito Mestrado, nem Doutorado, tinha sido reprovado em dois concursos de Juiz. Aliás, V. Exa. mencionou, na conversa que tivemos, esse assunto. Com relação à reputação ilibada, falaram, mencionaram a questão da condenação em primeira instância na prestação de serviço do Amapá.

Isso tudo foi discutido para, ao final, nós tirarmos uma conclusão, de que, apesar das acusações, o partido não teria posição com relação à indicação de V. Exa.; o voto sim ou não seria produto do convencimento que V. Exa. fosse capaz de fazer, com a sua exposição e com a sabatina que vai se estabelecer. E quero deixar isso público: não há posição partidária, V. Exa. será julgado pelos argumentos que possa ter.

Evidente, eu nunca vi, eu já participei, fui Presidente dessa Comissão e participei de inúmeras sabatinas de Ministros do STJ, do Supremo, nunca vi uma coleção como essa de depoimentos favoráveis, de Juízes de toda a natureza, de Juízes e Advogados que recomendam a sua indicação. Agora, a mim e ao meu partido preocupa o esclarecimento de fatos que são importantes à vida política do País.

Eu gostaria, usando o meu tempo, de pedir que, nessa oportunidade, independente dos esclarecimentos que no curso da sabatina V. Exa. haverá de fazer com relação aos fatos que mencionei e que foram objeto de preocupação dos meus companheiros, no que se refere à reputação ilibada e notório saber jurídico, eu gostaria de conhecer, o meu partido gostaria de conhecer, e eu acho que esta Casa gostaria de conhecer o pensamento de V. Exa. com relação aos seguintes temas: 1) a extradição do Sr. Cesare Battisti; 2) a redução da maioridade penal; 3) a revisão da Lei de Anistia; 4) a posição com relação às quotas raciais nas universidades; 5) candidatos "ficha suja"; 6) atuação do Brasil no caso Honduras, tendo em vista a autodeterminação dos povos; 7) e, por último, o posicionamento de V. Exa. em relação ao tema reeleição – terceiro mandato. Eu acho que esses são temas importantes, que merecem esclarecimentos por parte de V. Exa. [soa a campainha] e que o meu partido deseja usar nesta oportunidade a voz de V. Exa. para o esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra V. Exa.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Agradeço ao líder Senador José Agripino Maia, as palavras ditas, a posição da bancada dos Democratas. Vou me concentrar nas perguntas que explicitamente o senhor fez, até porque os outros temas com certeza virão, como o senhor mesmo disse na vossa exposição.

Em relação à extradição do Sr. Cesare Battisti, este é um tema que está em tramitação no Supremo Tribunal Federal. Este tema em tramitação no Supremo Tribunal Federal, a Advocacia-Geral da União, ela teve a seguinte atuação: foi designada para fazer sustentação oral pela Advocacia-Geral da União uma Advogada Pública, que fez a sustentação oral no mandado de segurança relativo ao pedido do Governo da Itália, no mandado de segurança contra a decisão tomada pelo Sr. Ministro Tarso Genro.

Nessa sustentação oral, falou uma Advogada da União, em defesa de S. Exa. A Advocacia-Geral da União não teve outra participação nesse episódio que não esse. Esse caso eu acompanhei pela imprensa. Eu, enquanto Advogado-Geral da União, não fui consultado sobre a decisão, não fui consultado sobre a tramitação do processo no CONARE e nem posteriormente, com a decisão do Ministro Tarso Genro de conceder o refúgio a esse cidadão italiano. Na hipótese de ser aprovado para o Supremo Tribunal Federal, eu, diante de uma situação hipotética de estar diante desse caso para julgamento, eu analisarei todas as condições processuais e legais que dizem respeito a impedimento e suspeição que envolvem qualquer processo que vá a julgamento na Suprema Corte. O

que eu posso garantir a esse Senado Federal é que aquilo que está nas Leis processuais e no Regimento do Supremo, no que diz respeito a impedimento ou suspeição, eu aplicarei. Eu não atuarei no Supremo Tribunal Federal como Advogado. Se eu for aprovado para o Supremo Tribunal Federal, eu julgarei como Juiz, como Juiz togado. E casos polêmicos como esse, evidentemente, inclusive com o auxílio da própria Corte, Sr. Senador José Agripino, com o auxílio da própria Corte, porque, caso vá ao Supremo, chegarei com muita humildade, com muita tranquilidade, eu ouvirei os Ministros do Supremo e me aconselharei com eles sobre esse tipo de comportamento, se é possível ou não é possível julgar. Mas a minha consciência eu já tenho hoje formada a respeito de uma hipótese como essa. Eu só não posso adiantar, porque eu não sou Ministro da Suprema Corte. Eu dependo da votação e da aprovação desta douta Comissão e do Plenário do Supremo Tribunal Federal. Eu não posso aqui me adiantar em relação a comportamentos em causas concretas que estão junto ao Supremo Tribunal Federal. O meu compromisso aqui é que agirei como Juiz, esse compromisso que lhe disse na visita que fiz a V. Exa., e esse compromisso eu assumo publicamente nessa douta Comissão.

Em relação--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ministro, só para esgotar esse tema, até para nós não voltarmos nele, um dos grandes óbices que se faz à indicação de V. Exa. é justamente dizer... Alguns dizem que V. Exa. atuaria partidariamente nessa questão. Ou seja, como é algo que passou pelo Ministro da Justiça, contrariando um Parecer preliminar, e ele tinha autoridade para fazer, depois o Presidente da República, houve uma manifestação explícita dele, uma censura inclusive aos votos proferidos pela extradição de Cesare Battisti em último caso. Então, muitos Senadores... E digo isso a V. Exa. com muita tranquilidade. A preocupação de muitos Senadores em lhe dar o voto pela aprovação ao Supremo Tribunal Federal é que V. Exa. atue partidariamente nesse caso. Eu até disse há muitos: "Olha, eu me lembro aqui...". E o Senador Aloizio Mercadante ainda me refrescou a memória ainda há pouco, que, no caso de quando da indicação do Ministro Carlos Ayres Britto, lembraram que ele era filiado ao PT. Eu disse, naquela ocasião, que não me preocupava com a filiação de quem quer que seja a qualquer partido político. Por quê? Porque o que a pessoa vai ter lá dentro é uma vida completamente diferente. Muitos mudam inclusive de partido e de posição durante a vida. Então um dia foi do PT, outro dia foi do DEM. Muda ou faz de forma contrária. Têm convicções na adolescência de uma forma, amadurece e passa a ter outro tipo de convicção. E o Ministro Carlos Britto eu acho que andou provando isso, andou provando nos seus julgamentos, e, para mim, ele encontrou, depois de ser membro do Ministério Público, Advogado, Poeta, Professor... Para mim, ele encontrou a sua profissão, é um grande Juiz. E não é porque eu concordo, muitas vezes eu discordo completamente do que ele decide.

Mas o Senador Agripino Maia faz uma pergunta e V. Exa. responde que lá V. Exa... E eu acho que é isso mesmo, cortou o vínculo. Se for para a Suprema Corte, se o Senado aprovar a indicação de V. Exa., V. Exa. tem um novo patamar lá dentro, mas com certeza é algo que nos aflige. V. Exa., claro, disse e isso foi até elegante, disse que aguardaria a decisão para até tomar uma posição, porque poderia parecer um ato de soberba já se manifestar como Ministro do Supremo Tribunal Federal. Mas nós entendemos nessa manifestação de V. Exa., não o quero forçar a dizer isso, que V. Exa. julgaria, quer dizer, V. Exa. vai aplicar a legislação, os casos de suspeição, de impedimento, uma ação que já está praticamente decidida hoje dentro da atual composição do Supremo, e V. Exa. deu a entender, creio eu aqui, à Casa, de uma forma que confortaria aqueles que têm dúvida em relação à posição de V. Exa. nesse caso, que estaria fora do julgamento de Cesare Battisti. Nós podemos compreender desse jeito ou não, Ministro?

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Sr. Presidente, eu gostaria, se possível, de aproveitar uma segunda pergunta feita pelo Senador Agripino para, talvez, ter uma melhor compreensão dessa primeira pergunta. V. Exa., Senador, me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente, fique à vontade.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: V. Exa. me fez uma pergunta sobre a revisão da Lei de Anistia. Essa discussão se tornou pública a partir de outubro do ano passado, de 2008, e se alongou por um período ao final de 2008, início de 2009, com a propositura pelo Conselho Federal da OAB junto ao Supremo Tribunal Federal de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, na qual se pede uma interpretação de que a Anistia de 1979 não pode ser aplicada para casos que envolvam tortura. A Advocacia-Geral da União se manifestou nesse episódio contrariamente a essa arguição, entendendo que a anistia realizada em 1979 foi um pacto social, foi um pacto político que pôs fim a uma situação para que o País pudesse superar aquilo e olhar para frente. Portanto, nobre Senador Agripino, Sr. Presidente Demóstenes Torres, já na Advocacia-Geral da União, eu procurei ter uma atuação de Advogado de Estado. Não tive na

Advocacia-Geral da União e encaminhei ao gabinete de V. Exas. relatório de gestão às manifestações, nos casos que fizemos no Supremo Tribunal Federal. Na Advocacia-Geral da União, nós procuramos exercer uma advocacia de Estado, não foram opiniões partidárias, não foram opiniões de Governo; foram opiniões como cabe a um Advogado-Geral da União, até porque ele representa também o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Poder Judiciário, porque a Advocacia não é do Governo, ela é da União. A Advocacia-Geral da União, ela está colocada no Capítulo IV, do Título IV, da Constituição. O Título IV trata dos Poderes: Capítulo I – Legislativo; Capítulo II – Executivo; Capítulo III – Judiciário. Onde está a Advocacia Pública? No Capítulo IV – Função essencial à justiça. A Advocacia-Geral da União não integra o Poder Executivo. E procurei, na frente da Advocacia-Geral da União, já exercer uma atividade extremamente isenta, imparcial de advogado público. Então pode ter certeza, Sr. Senador, Sr. Presidente, senhor líder Agripino, Sr. Presidente Demóstenes, e eu fui muito transparente aqui quando eu disse qual foi a atuação da Advocacia-Geral da União no episódio.

Essa foi a atuação que a Advocacia-Geral da União teve no episódio, e de acordo com as normas legais que estabelecem impedimento e suspeição e da minha própria consciência e com o esclarecimento também que procurei ouvir, caso vá ao Supremo, dos demais integrantes da Corte, eu terei um comportamento absolutamente isento não só nesse episódio, como em todo outro. A partir do momento que o Senado me der a honra da aprovação e que eu assumir o honroso cargo no Supremo Tribunal Federal, aquilo que eu já fazia na Advocacia-Geral da União, que era uma imparcialidade, vai se transformar numa absoluta imparcialidade, numa absoluta imparcialidade, porque os meus compromissos serão a Constituição e com a minha consciência. E não atuarei em nenhum processo, eu não atuarei em nenhum processo no qual eu tenha atuado. Esse impedimento é explícito legalmente, não atuarei em nenhum processo em que tenha havido manifestação da Advocacia-Geral da União, não atuarei porque, nesses casos, estarei, por Lei, impedido. Estou dizendo a respeito do meu compromisso de aplicar a Lei de impedimento e suspeição e, também, no caso de suspeição da minha consciência nos episódios que envolverem julgamentos que estão em tramitação no Supremo. Mas eu não posso dizer, Sr. Presidente, se em determinado caso concreto eu vou ter este ou aquele comportamento antes de estar o processo em pauta, antes de conhecer o processo nos seus autos, porque o que está no processo é o que está constando dele. Mas o compromisso que assumi no gabinete de V. Exa., eu vou honrar e esse compromisso eu externo aqui de público, Sr. Senador. Acho que posso considerar respondida a questão da anistia.

Redução da maioridade penal. Esse é um tema bastante polêmico, mas é um tema que temos que discutir não exclusivamente, Sr. Senador. Eu penso que a sociedade brasileira deve discutir o sistema prisional como um todo. Nós temos hoje 470 mil presos, onde 1/3 deles são presos provisórios, são presos sem condenação definitiva. O Conselho Nacional de Justiça, por iniciativa do Presidente Gilmar Mendes, tem feito um projeto de mutirões carcerários para exatamente verificar aqueles cidadãos que estão presos sem fundamento legal, seja porque já cumpriram a pena, seja porque a ordem de prisão não foi legal. Nesse trabalho do Conselho Nacional de Justiça, desses mutirões carcerários em que a Advocacia Pública, através das suas associações, através de um Parecer que fizemos autorizando o Advogado Público a atuar *pro bono*, auxiliando a análise desses processos, já retirou dos cárceres brasileiros cinco mil presos ilegalmente. E isso é importante porque isso também significa economia ao erário, porque a Constituição, no seu art. 5º, diz claramente que aquele que está preso ilegalmente tem direito depois de indenização do Estado, tem direito de ressarcimento. O sistema prisional brasileiro, no meu entender, deve aproveitar, cada vez mais, outros tipos de penas previstas na Constituição, não só a privativa de liberdade, mas também a restritiva de liberdade, restringir a liberdade do cidadão em determinados locais. A pena que está prevista na Constituição de perda de bens. Muitas vezes alguém de má-fé faz um cálculo de custo-benefício: "Ah, vou ficar preso, mas compensa, fico quatro ou cinco anos e tenho o produto do crime comigo, o custo-benefício de ficar preso vale a pena pelo produto que eu vou ter". A perda do bem às vezes nesse caso é a pena maior, é a pena principal. A pena de suspensão de direitos está prevista na nossa Constituição. A pena de multa, com a aplicação de multas mais altas. Nós temos formas previstas na Constituição de aperfeiçoar e de melhorar o nosso sistema prisional. E, também, é necessário investimentos na área de prisão, é necessário esse trabalho do Judiciário de fazer os mutirões, é necessário o aperfeiçoamento da Defensoria Pública e o envolvimento da comunidade jurídica nessa solução de problemas prisionais. Especificamente em relação à redução da maioridade penal, eu não tenho aqui, a princípio, uma posição que seja absoluta, eu não tenho aqui uma posição que seja no sentido de... Isso é impossível de ser feito e isso é Cláusula Pétrea. Eu acho que esse é um tema a ser discutido pelo Congresso Nacional, é um tema a ser discutido pelo

Congresso Nacional. Evidentemente que o Congresso Nacional, discutindo esse tema, com certeza isso irá ao Supremo Tribunal Federal, e, lá no Supremo Tribunal Federal, vai surgir essa discussão. Essa discussão no Supremo Tribunal Federal, sem dúvida nenhuma, levará em conta os princípios e garantias individuais que estão escritos no art. 5º e que pela Constituição são Cláusulas Pétreas, e a análise desses princípios e de aplicabilidade. É necessário, portanto, uma análise concreta do que é essa redução da maioridade penal, porque hoje já existe pena para menor infrator, existe punibilidade para o menor infrator. Nós não estamos diante, Sr. Presidente, senhor líder, de uma ausência de punibilidade. O menor infrator, ele sofre uma sanção, ele sofre uma penalidade. Então qual é o âmbito dessa redução da maioridade penal? Essa discussão é uma discussão que o Congresso Nacional, no meu entender, tem toda a legitimidade de fazer. A amplitude disso, o resultado dessa discussão, caso seja aprovado pelo Parlamento, não tenho dúvida que é daqueles temas que serão levados ao Supremo. Mas o Supremo, ao analisar um caso desse, ele vai analisar de acordo com o resultado do debate. Hoje já existe pena e essa pena é considerada legal e constitucional.

A questão de quotas raciais. Na questão das quotas raciais, há uma ação no Supremo Tribunal Federal que a Advocacia-Geral da União já se manifestou, já subscreveu uma manifestação, defendendo as políticas públicas de quotas raciais nas universidades federais. São dezenas de universidades federais que estabeleceram esse sistema de quotas. Não há uma uniformidade, não há uma uniformidade nesse sistema. Esse sistema de quotas raciais, eles surgiram inicialmente através das universidades, de Leis Estaduais, e depois na legislação do ProUni houve a introdução também dessa possibilidade das quotas raciais. Foi uma política pública que foi adotada nessa Lei, na Lei do ProUni, que também está *sub judice* no Supremo Tribunal Federal e na qual a Advocacia-Geral da União se manifestou. É evidente, num caso desse houve a assinatura minha, houve um Parecer meu enquanto Advogado-Geral da União, nesse caso eu não tenho a menor hipótese de participar, eu estarei impedido de analisar esse caso de quotas raciais no Supremo Tribunal Federal porque aqui eu tive uma atuação concreta e direta no caso das quotas raciais. É um tema que a sociedade deve debater e que o Parlamento deve debater. O Parlamento deve debater esse tema, sim. Há prós, há contras, e através desse debate verificar inclusive a necessidade, talvez, de uma disciplina uniforme caso a solução seja a manutenção de quotas. Mas, de qualquer forma, a minha história de vida, a minha história de formação vai no sentido de entender que as quotas são uma maneira de afirmação de um setor da sociedade que foi excluído. Isso tem fundamento na Constituição e falo sobre isso, evidentemente, porque já me manifestei, a minha manifestação é expressa no sentido da diminuição das desigualdades, que é um dos objetivos da Nação brasileira, que é construir uma sociedade livre, justa, solidária, erradicar a pobreza, erradicar a marginalização e reduzir as desigualdades sociais – art. 3º da Constituição Federal. Então é uma política que tem, no meu entender, um fundamento na Constituição. Se ela deve existir assim ou não deve existir assim, se ela é necessária ou não é necessária, essa é uma discussão para o Parlamento.

Em relação, Sr. Senador, a candidatos "ficha suja". Candidatos "ficha suja", uma discussão que reiteradamente surge no Tribunal Superior Eleitoral já em várias eleições seguidas. A Lei Complementar 64/90, que trata das inexigibilidades, regulamentando o § 4º, do art. 14, da Constituição Federal, ela é explícita em dizer que é necessário o trânsito em julgado. Então se a Lei é explícita ao dizer que é necessário o trânsito em julgado, o meu entendimento é que sem trânsito em julgado, a não ser que se altere a Lei, a não ser que se altere a Lei e aí se abra uma discussão futura sobre a constitucionalidade ou não dessa alteração face ao princípio de inocência, escrito no art. 5º da Constituição Federal, mas a Lei hoje vigente é muito clara no sentido de que é necessário o trânsito em julgado para a pessoa ser inelegível. Então quem for condenado em primeira instância, quem for condenado em segunda, quem tem um recurso especial ou extraordinário pendente junto aos Tribunais Superiores, ele não pode ser, no meu entendimento, retirado da disputa eleitoral, da disputa política. Aliás, essa alteração da Lei 64/90 foi uma resposta à antiga legislação de inexigibilidades que vinham do Governo militar, no qual se impedia que aquele que estava sob processo pudesse disputar as Leis. E muitas vezes, naquela época, para se afastar um candidato, para se afastar um concorrente, se apresentava uma ação judicial para então tornar um adversário inelegível. Foi exatamente para se contrapor a isso, se contrapor a tantas outras questões, que a Constituição da República estabeleceu o princípio de inocência e que a Lei Complementar 64/90 estabeleceu a necessidade de formação de culpa só com o trânsito em julgado e excluir alguém da disputa eleitoral só com esse trânsito em julgado.

Em relação a terceiro mandato, esse é um tema que no meu entendimento, e eu tive a oportunidade à época que estava a votação da reeleição na Câmara dos Deputados, eu era assessor parlamentar, acompanhei as deliberações da reeleição, para mim é muito evidente que um terceiro mandato consecutivo está impedido

pela Constituição brasileira. A Constituição brasileira, ela não permite uma reeleição. Está absolutamente claro no § 5º, do art. 14, da Constituição Federal.

Em relação à situação Brasil e Honduras, essa é uma atuação que o mundo viveu em outra oportunidade quando houve, salvo engano em 1979, a invasão da Embaixada americana em Teerã e a partir daí então se fez uma Convenção Internacional para reforçar exatamente as imunidades diplomáticas das Embaixadas. Então existe um Tratado Internacional, existe uma Convenção Internacional que garante a imunidade à Embaixada brasileira de Honduras. Até onde eu tenho conhecimento o Governo brasileiro não reconheceu o novo Governo ou quem está no exercício do poder em Honduras. Então ainda se trata de Presidente o Sr. Zelaya. Também este, até onde eu tenho conhecimento, ele não pediu nem asilo e nem refúgio. É uma situação de impasse, é uma situação concreta de impasse e até onde eu tenho conhecimento, eu tenho acompanhado isso pelos jornais, porque desde a minha indicação, Sr. Senador Agripino, eu me afastei da Advocacia-Geral da União, eu terei férias e me voltei, e as Sras. e os Srs. Senadores são testemunhas, a visitá-los, a me apresentar às Sras. e aos Srs. Senadores para me colocar à disposição, para que V. Exa.s. me conhecessem melhor. Então o que eu tenho a falar sobre essa questão é que pelo que eu leio nos jornais o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Defesa, Ministro Celso Amorim, Ministro Nélson Jobim, estão acompanhando isso junto à situação concreta, que é realmente sempre uma situação bastante delicada.

Espero ter respondido aos questionamentos de V. Exa. e peço desculpa em alguma resposta que não tenha lhe contemplado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Obrigado, Dr. Álvaro, obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.

Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. A minha homenagem também aos ilustres visitantes já nominados, e eu faço na figura de Sepúlveda Pertence, e ao digno Passarinho; homenagem extensiva a todos os que aqui vieram, honrando esta Comissão, ao Dr. Toffoli.

Primeiramente uma constatação que é óbvia e inevitável, as instituições estão desgastadas, há um descrédito que se generalizou alcançando-as frontalmente, e quando há oportunidade de valorização, a oportunidade não pode ser desperdiçada. O Presidente Lula foi feliz em várias indicações que fez, e mereceu da nossa parte aqui nesta Comissão aplausos, e afirmamos que o aplaudíamos exatamente para que pudéssemos contestá-lo se, eventualmente, com ele não concordássemos vez ou outra. E essa é uma oportunidade para discordância.

Nós sabemos que a Constituição estabelece quesitos essenciais para a nomeação ao Supremo Tribunal Federal, notório saber jurídico, ilibada reputação e impessoalidade. Eu vou me restringir a essas questões básicas. O notório saber... Eu creio que até quem deveria ser questionado sobre a indicação é o próprio Presidente Lula. E V. Exa. fica até numa posição de dificuldade, certamente, porque não é como uma exposição escrita de 30 minutos e algumas considerações de improviso que V. Exa. vai comprovar o seu notório saber jurídico. Não há concurso público para o Supremo Tribunal Federal, não há prova de título, transfere, a Constituição transfere ao Senado Federal a incumbência de avaliar se existe ou não o notório saber jurídico, e nós nos colocamos aqui como uma banca de julgadores, e exatamente temos que nos valer da trajetória profissional do indicado. E é o que fazemos.

Uma indagação que eu faço é se o senhor não encontra similitude entre o seu caso e da Dra. Harriet Miers indicada pelo Presidente Bush para a Suprema Corte dos Estados Unidos. Notório saber jurídico incontestável, unanimidade em relação ao seu notório saber jurídico, líder de um escritório com mais de 400 advogados, os principais escritórios dos Estados Unidos com 60 anos de idade, mas ela havia sido advogada de Bush quando Governador do Texas, e esse fato provocou uma reação inusitada no Senado americano. Ela renunciou a vaga antes de se submeter à sabatina, apesar de seu notório saber jurídico, a questão da impessoalidade é inevitável discutir. A trajetória profissional de V. Exa. É, sem duvida nenhuma, extremamente ligada ao Presidente da República e a seu Partido. Eu até poderia dizer, para quebrar o gelo e descontrair o ambiente, que o PT quer estatizar o seu advogado [soa campainha] mandando o para o Supremo Tribunal Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Fique à vontade, Senador. Pode perguntar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O que eu indago é sobre se não há negligência na avaliação do notório saber jurídico, e se essa negligência não pode comprometer a credibilidade do Supremo. Por que eu indago? V. Exa. foi reprovado em dois concursos para Juiz de primeira instância. Não conheço obras publicadas por V. Exa., não houve mestrado, no seu currículo não há mestrado, não há doutorado, não há pós-mestrado ou pós-doutorado que são requisitos básicos para a comprovação do notório saber jurídico.

A trajetória profissional, da mesma forma, não está ligada a grandes causas, a causas que autorizam afirmação de que há o notório saber jurídico. Questionar a reprovação em concursos, nós tivemos já esse questionamento, o Tribunal de Justiça de São Paulo rejeitou nomes indicados pela OAB exatamente em razão da reprovação em concurso. E esse caso chegou ao Supremo Tribunal Federal. A indagação que eu faço é qual seria o seu comportamento no Supremo Tribunal Federal diante de um fato como esse? Se não me falha a memória, até quem V. Exa. vai substituir, o Ministro, o saudoso Ministro Alberto Direito que abordou essa questão, dando acolhimento à posição do Tribunal de Justiça de São Paulo.

É uma questão que, provavelmente, se discutirá, como estamos discutindo hoje. Na questão da reputação ilibada, nós recebemos ontem no Congresso Nacional um projeto de iniciativa popular que torna inelegível o candidato ficha suja, ou seja, com a condenação em primeira instância, 1 milhão e 300 mil brasileiros subscreveram. Se esse projeto for aprovado no Congresso Nacional, um candidato a Vereador lá do pequeno Município de Sapopema no Paraná ou de Cabrobró no Ceará, em Pernambuco, estará impedido de disputar a eleição para a Câmara de Vereadores. Isso não valeria para o Supremo Tribunal Federal? Vale para um Vereador e não vale para um Ministro do Supremo Tribunal Federal?

Há outras questões que eu coloco para a sua apreciação que vão um pouco além das duas condenações no Amapá, são condenações em primeira instância, não transitou em julgado, mas são condenações em primeira instância que devem ser consideradas.

V. Exa. foi advogado do PT em várias campanhas, inclusive, na que elegeu o Presidente da República, e que fatos conhecidos já da opinião pública ocorreram, dando origem, inclusive, ao escândalo do "Mensalão". Por exemplo, em agosto de 2005, Duda Mendonça chegou à CPI e declarou que recebeu recursos daquela campanha numa conta em "paraíso fiscal", de forma absolutamente ilegal e criminosa, além de declarar que recebeu muito além do que estava declarado à Justiça Eleitoral, e V. Exa. era o advogado na campanha. Envolveram-se nesse episódio, além, é claro, do Publicitário o Sr. Delúbio Soares, o Presidente do Partido, o próprio candidato e V. Exa. era o advogado. Então, é evidente que foi consultado sobre o que se fez, sobre as operações. O Procurador da República considerou organização criminosa – são palavras do Procurador da República. Esse processo está no Supremo Tribunal Federal, V. Exa. irá julgá-lo. Já ouvi que, provavelmente, se declarará impedido em algumas questões, são tantas as questões ligadas a V. Exa. que a declaração de impedimento se der em cada uma delas, V. Exa. estará de férias no Supremo Tribunal Federal. Os aposentados do Aerus, por exemplo, tem lá causas pautadas e, certamente, V. Exa. chegará a tempo de apreciá-las e julgá-las.

Há outro fato, portanto, esse é o questionamento. Primeiramente se V. Exa. participou direta ou indiretamente desses episódios, o que consubstanciaria, evidentemente, a ausência de reputação ilibada, e se V. Exa. terá aí a impessoalidade, a independência necessária para julgar questões dessa natureza e dessa importância, porque não são fatos graves, são fatos gravíssimos, estarrecedores para a opinião pública brasileira.

Hoje o jornal Folha de São Paulo, em matéria assinada pela jornalista Andresa e pelo jornalista Hudson, traz sob o título: *"Afastado por corrupção diz que recebeu ajuda de Toffoli"*. E aí faz referência a uma gravação da Polícia Federal, há aqui o teor da gravação em que o ex-Ministro Silas Rondeau em conversa gravada pela Polícia Federal, afirmou, mais ou menos, o seguinte: *"Quem me deu o nome do advogado foi o Toffoli e foi aprovada pela Elenice Guerra, Secretária-Executiva da Casa Civil, e pela própria Ministra Dilma Rousseff"*, afirma Rondeau em 14 de maio de 2008. No diálogo, ele diz a um advogado que atende diretores da estatal Eletrobrás que a decisão foi tomada no gabinete do 4º andar do Palácio do Planalto, e que o defensor indicado por Toffoli e chancelado pela Casa Civil era pessoa da confiança do Governo. O ex-Ministro prossegue e dá o nome de quem teria sido indicado por Toffoli: José Gerardo Grossi. Ele disse: *"Nem sabia quem era, se era novo, se era velho e tudo mais. Fui lá, gostei."* Diz Rondeau na escuta.

Portanto, provavelmente, esse processo chegará ao Supremo Tribunal Federal. V. Exa., segundo relato da Polícia Federal, através de gravação telefônica, participou da indicação, aconselhou, orientou; portanto, V. Exa., provavelmente, se declarará impedido de julgar essa causa. Mas eu indago, além disso, isso não compromete a reputação ilibada? Quem procede desta forma na função pública pode se considerar ilibado? Isto é muito grave, eu repito, não é apenas grave, é gravíssimo, isso tem que ser considerado no momento da decisão do Senado Federal.

São estas algumas questões que eu considero fundamentais, e aguardo a resposta de V. Exa. para se, o Presidente me permitir depois, concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra V. Exa.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Agradeço a V. Exa. a oportunidade de prestar todos esses es-

clarecimentos a V. Exa. e a toda Comissão de Constituição e Justiça.

Inicialmente, em relação à indicada pelo Presidente Bush à Supremo Corte Norte-Americana que havia sido advogada do Presidente Bush, e V. Exa. me questiona sobre a impessoalidade. Eu tenho a dizer a V. Exa. e repetir e reafirmar o que eu disse: o meu compromisso, caso V. Exas. me aprovem, é com a Constituição da República Federativa do Brasil, esse é o meu compromisso. E nada, a Advocacia que é passado para mim, no momento em que eu fui para a Advocacia-Geral da União, a advocacia privada virou passado, em nada isso vai refletir na impessoalidade para julgar qualquer causa que seja de qualquer assunto que seja. Evidentemente, que como já afirmei e reafirmo, aplicarei as hipóteses legais diante de casos concretos que dizem respeito a impedimento e suspeição. Eles serão por mim levados em consideração. O fato de ter atuado em ações eleitorais para o Presidente da República é algo do passado, já não faz mais parte da minha vida, não nego a minha história, mas não faz mais parte a partir do momento em que fui para a Advocacia- Geral da União, já deixei qualquer laço de atuação privada com S. Exa. Não vejo aí nenhum impedimento em relação à ausência de requisitos constitucionais para ir ao Supremo Tribunal Federal. Temos casos históricos, e aqui me permita se eu for ser indelicado, peço desculpas ao Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, aqui presente, mas S. Exa. também foi advogado no passado do Sr. Inácio Lula da Silva e na época um líder sindical, e no Supremo Tribunal Federal, na Justiça Eleitoral, no Tribunal Superior Eleitoral atuou em casos de sua solução, em casos que S. Exa. fazia parte e com extrema isenção, com extrema impessoalidade. Muitas causas levadas ao Tribunal Eleitoral S. Exa. julgou contra a campanha do candidato Luis Inácio Lula da Silva. Isso é uma página que se vira na história, isso é uma página que se vira, eu passo a ser um Juiz, caso V. Exas. me aprovem, da nação brasileira. Essa é a minha posição e esse é o meu compromisso. E se, eventualmente, tiver alguma hipótese na qual eu tenha atuado, tenha aconselhado, tenha tido algum tipo de orientação, é evidente que pelas normas de impedimento e suspeição, eu tenho a obrigação de me declarar impedido ou suspeito para atuar. Mas eu não posso falar de antemão porque em respeito ao Supremo Tribunal Federal. Essas questões foram indagadas também ao atual Presidente da Suprema Corte em sua sabatina, se essa relação não impediria ou não afetaria a sua impessoalidade. A história de vida nos Tribunais tanto no Supremo quanto no Tribunal Superior Eleitoral do Exmo. Sr. Ministro Gilmar Mendes demonstram a sua total imparcialidade. Ao longo da história do Supremo Tribunal Federal foram inúmeros os políticos, muitos deles que saíram dessa Casa e que honraram a toga, honraram o seu mandato e não, jamais conspurcaram uma instituição como o Supremo Tribunal Federal. A honra de se pertencer àquela instituição, a honra de estar participando do maior Tribunal da nação brasileira está acima de qualquer relação pessoal, está acima de qualquer passado ou de história de vida, é uma página nova que se abre, é um amor novo que se abre. Eu tenho todo um projeto de vida que é ajudar e auxiliar essa nação brasileira, contribuir como contribuí nesses dois anos e meio na Advocacia-Geral da União, sempre voltado ao foco do desenvolvimento nacional, foi esse o foco que eu abordei na minha exposição, a síntese da minha exposição.

Então, eu não vejo, com a devida vênia de V. Exa., qualquer tipo de situação que me vá causar constrangimento no Supremo Tribunal Federal a respeito do fato de no passado ter sido advogado do Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em relação ao fato relativo a mestrado, doutorado, concurso público, o que eu tenho a dizer é que eu optei pela Advocacia, a minha formação profissional se fez na Advocacia, e a Advocacia é uma atividade nobre, a Advocacia é uma atividade honrosa, a Advocacia está na Constituição Federal como função essencial à justiça, como auxiliar da justiça; a Advocacia é a defensora das liberdades, é a defensora da aplicação dos direitos. O Poder Judiciário não age de ofício, ele necessita dos advogados, ele necessita do Ministério Público, ele necessita da Advocacia pública, da Defensoria. E nessa trajetória de vida eu tive a oportunidade, Sr. Senador Alvaro Dias, de ter trabalhado, por exemplo, cinco anos como assessor parlamentar na Câmara dos Deputados, é um aprendizado extraordinário. Vindo de São Paulo, depois de cinco anos de formado, eu conheci o que era o Brasil, eu conheci o que era o respeito às divergências, eu passei a respeitar a classe política como nunca respeitara antes, eu passei a verificar as agruras e as dificuldades que V. Exas. têm no dia a dia, desde a disputa eleitoral, desde os embates no Parlamento, desde as dificuldades que se tem em relação aos preconceitos que surgem, surgiram e, infelizmente, sempre surgirão em relação à classe política. Aqui eu aprendi o quanto se trabalha, aqui eu cheguei a sair três, quatro horas da manhã, porque o Congresso Nacional estava em votação, em deliberação, pensando a nação brasileira, pensando os projetos de país. Aqui acompanhei as votações de todos os atos normativos dos últimos dez anos, pelo menos, do Congresso Nacional, acompanhando toda a discussão, não só o resultado final, não só o produto

final que é publicado no Diário Oficial, mas acompanhando a luta política, o embate político. E que é algo extraordinário, é algo extremamente importante porque isso é a realização da democracia.

Eu me sinto um privilegiado de ter a oportunidade de ter convivido no Parlamento brasileiro, de ter estado, por exemplo, para citar um caso que eu já citei, a aprovação da emenda da reeleição, estava dentro do Plenário da Câmara dos Deputados acompanhando aquele embate junto às lideranças, pensando a redação final do segundo turno. O Deputado Inocêncio Oliveira, há época líder do hoje DEM, na época PFL, esteve comigo, nós fizemos... S. Exa. poderá dar um testemunho disso, nós fizemos uma análise conjunta de duas ou três redações finais para o dispositivo do § 5º do art. 14. E sabe para que Senador José Agripino? Exatamente pensando para não ficar uma redação que permitisse, no futuro, uma interpretação do terceiro mandato. Porque havia um determinado momento em que estava em discussão uma redação que era a seguinte: "para o período subsequente", e aí ficou... Para um período subsequente, um período subsequente é indeterminado, um período subsequente. E aí ficou explícita uma redação final para um único período subsequente. Eu entendo que isso é uma pós-graduação extraordinária, a convivência na elaboração das leis, a oportunidade que eu tive de atuar no jurídico do Palácio do Planalto, a oportunidade que tive de junto à chefia da Advocacia-Geral da União, não chefiando 400 advogados, chefiando oito mil advogados públicos espalhados em todo o Brasil em quatro carreiras distintas: carreira de procurador do Banco Central, carreira de procurador federal que são aqueles que defendem no consultivo e no litigioso todas as 151 autarquias e fundações deste país em nível federal; os advogados da União que atuam na administração direta, seja no contencioso, seja na consultoria dos Ministérios e dos seus órgãos descentralizados, e também da Procuradoria da Fazenda Nacional em parceria com o Ministério da Fazenda atuando na chefia, portanto, de cerca de oito mil advogados públicos que nesses dois anos e meio à frente da Advocacia-Geral da União conseguimos vitórias fabulosas nos Tribunais Superiores, especialmente, no Supremo Tribunal Federal que chegam, praticamente, à monta de quase meio trilhão, meio trilhão de reais.

Esse é o produto que eu posso mostrar a V. Exas., o meu trabalho, o meu trabalho é o resultado da opção de vida que eu fiz. Eu não fiz uma opção de vida para a academia, eu fiz uma opção de vida para a Advocacia, e na Advocacia e através da Advocacia poderei contribuir para o meu país, para o nosso país, para o nosso povo. E é aí que eu fiz toda a minha atividade.

Em relação à questão de concurso público, eu peço licença para ler aqui. Só peço um minuto, Sr. Presidente, para localizar o material.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Fique à vontade.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: É um artigo que eu não estou achando. É sobre um texto que eu recebi sobre concurso público. Acho que deve estar aqui. Estava aqui já na minha frente. Peço desculpas ao Presidente e à Comissão.

Em livro recém-editado, "Comentários à Constituição Federal de 1988", em que foram coordenadores, os eminentes juristas, professores de direito constitucional de todos conhecido, Paulo Bonavides, Jorge Miranda e Walber de Moura Agra, ao se comentar os requisitos para a indicação a Tribunais Superiores nas fls. 1.403 da obra, no item 4.2, reproduzo o texto: Aprovação em concurso público e notável saber jurídico. *"A aprovação ou reprovação em concurso público não é de ser tomada como elemento definidor do notável saber jurídico, nem pode ser utilizada como meio de desqualificação de candidatos às vagas do Quinto Constitucional. Existem outras formas de aferição da sapiência jurídica sendo o concurso público apenas uma entre essas"*. Obra coordenada, entre outras, por Paulo Bonavides. A Jurisprudência também do Superior Tribunal de Justiça é reiterada de que esse critério é um critério subjetivo. E é um critério que, sem dúvida nenhuma, V. Exas., ao votarem, têm todo o direito e o dever de levar em consideração na formação da consciência sobre a minha aprovação ou não. É um fato da minha vida, é um fato da minha história que ocorreu, mas a minha opção sempre foi Advocacia quando eu me formei. E foi nessa opção de vida que eu tive a honra de galgar os cargos que eu galguei, e não poderia deixar de, por fim, dizer que para atuar como Advogado-Geral da União, a Constituição Federal prevê também esses mesmos requisitos.

Em relação às condenações citadas por V. Exa., em duas ações no Amapá, primeiro esclareço que existe apenas uma única condenação, houve uma ação que foi proposta que correu na 4ª Vara Cível do Estado do Amapá, na qual não fui citado, não houve citação. Nessa ação, sem a minha citação, sem o meu chamamento ao processo foi proferida uma sentença. Quando eu fui intimado isso já estava em fase de execução, mas havia uma nulidade absoluta. Foi proposta por mim uma ação rescisória junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, e o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá reconheceu a nulidade do processo desde a citação. Então, essa sentença não existe mais no mundo jurídico. Esse processo, hoje, está na fase de réplica à defesa que eu apresentei. Então essa condenação

não existe, e com um elemento a mais, porque eu fui citado já passados mais de cinco anos e o art. 21 da Lei da Ação Popular deixa bem claro que essa citação tem que ocorrer dentro do prazo de cinco anos. Mas, de qualquer forma, os serviços para os quais eu fui contratado pelo Estado do Amapá foram realizados, a defesa, os autos contem tudo que foi realizado no exercício desse contrato e eu tenho esperança que a justiça será feita e que, portanto, esse processo terá o seu julgamento improcedente.

Em relação a outro caso em que houve, efetivamente, uma condenação. Um caso que estava com Audiência de Instrução e Julgamento marcado para uma sexta-feira, e no dia 08 de setembro, uma terça-feira, o Juiz substituto profere uma sentença condenatória dispensando a Instrução e Julgamento que ocorreria naquela mesma semana e aplica uma condenação. É necessário verificar que da leitura da sentença proferida por S. Exa., o nobre Juiz do Estado do Amapá, ele fundamenta a procedência da ação em questões formais da licitação, em questões formais do contrato, sem jamais adentrar no fato de que o serviço não tenha sido prestado, até porque na defesa que apresentamos foram demonstrados em relatórios as dezenas de processos que o meu escritório da época acompanhava nos Tribunais Superiores, especialmente no Supremo Tribunal Federal, inclusive, muitas ações diretas de inconstitucionalidade que estavam a um bom tempo paradas sem julgamento no Supremo, após a nossa contratação teve a sua celeridade ocorrida, e com isso houve o julgamento das causas. Em nenhum momento a sentença se refere à ausência de prestação do serviço. Isso deixa a minha consciência muito tranquila, porque realmente o serviço foi prestado ao Estado do Amapá. Dessa sentença recorri e foi dado o efeito suspensivo. E confiante no Poder Judiciário, confiante na Justiça, eu tenho certeza que essa ação não logrará sucesso e que o meu apelo será conhecido e provido.

É com essa consciência de não ter feito nada de errado que eu entendo que essas ações não são impeditivas para a minha aprovação, caso V. Exas. assim o entendam. Mas também é um elemento, sem dúvida nenhuma, de avaliação de V. Exas., é um elemento que V. Exas. devem levar em conta. Eu juntei ao processo as certidões desse caso, antes desse caso vir à imprensa, eu já havia feito a comunicação da existência desse processo ao Sr. Presidente desta douta Comissão, Presidente Demóstenes Torres, e também já havia feito a comunicação ao Sr. Senador Relator do meu processo. Antes, assim que eu soube que havia uma decisão, assim que eu tomei conhecimento dessa decisão, eu fiz a comunicação exatamente para demonstrar transparência, exatamente para demonstrar que eu não temo o que está nessa ação. E dessa ação recorri e confio na Justiça no sentido de obter o sucesso recursal. Isso faz parte daquilo que é o devido processo legal.

Entendo que há uma nulidade nessa sentença também, como houve na outra, haja vista que havia uma Audiência de Instrução na qual estavam designados ilustres cidadãos brasileiros para dar o seu depoimento de que os serviços foram prestados.

Em relação, Sr. Senador Alvaro Dias, ao Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional. É evidente que esse é um tema que cabe ao Congresso Nacional decidir, cabe ao Congresso Nacional deliberar sobre a situação daqueles que têm alguma condenação poderem ou não poderem disputar eleições. Como eu disse, a atual lei de inelegibilidades, a Lei Complementar 6490, exige o trânsito em julgado, exige o trânsito em julgado para que a pessoa possa ser afastada por razão da chamada ficha suja do processo eleitoral. Um Projeto de Lei Complementar pode alterar esse dispositivo, evidente que, em seguida, virá uma discussão constitucional, isso afronta ou não afronta o princípio de inocência estabelecida no art. 5º da Constituição, e será um tema, com certeza, levado futuramente ao Supremo Tribunal Federal.

Em relação ainda às perguntas de V. Exa. a respeito do chamado caso do "Mensalão". Eu não advoguei, em nenhum momento, no caso "Mensalão", esse caso não envolveu--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Na campanha.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Na campanha eleitoral esse caso não foi colocado na campanha eleitoral.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O publicitário Duda Mendonça esteve na CPI e declarou que ele estava recebendo de forma ilegal recursos com pagamento da participação dele na campanha do Presidente. Então, na verdade, a CPI que analisava o caso "Mensalão" recebeu essa confissão do próprio Sr. Duda Mendonça.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Para compreender, então, a pergunta de V. Exa. e situar, que como eu atuei na campanha de 2006, na campanha de 2002, o senhor se refere então...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): À campanha de 2002.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: A campanha de 2002.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exatamente.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Certo. A campanha de--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Só para esclarecer. O episódio do "Mensalão" na CPI voltou à campanha eleitoral em razão dos fatos, justificativa de pagamento de débitos originários da campanha, foi o que o Duda Mendonça aduziu, acrescentou, aliás, ele que veio espontaneamente à CPI e fez essa confissão, que ele recebeu depois, já depois que o Presidente Lula estava empossado, recebeu recursos indevidamente de forma ilegal, de forma marginal no exterior, no "paraíso fiscal" como pagamento da sua participação na campanha eleitoral.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: De 2002?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): De 2002.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Respondendo o questionamento de V. Exa., é uma oportunidade também importante para eu esclarecer que nas campanhas que eu atuei como Advogado do Presidente Luiz Inácio e da coligação pela qual ele disputou o pleito, eu sempre atuei no Tribunal Superior Eleitoral, não era eu o advogado ou advogada que atuava no diretório ou no comitê de campanha, tanto na eleição de 2002 quanto na eleição de 2006 não havia atuação minha em relação a núcleo de campanha, a minha atuação, e aqui está presente o próprio Ministro Sepúlveda Pertence que foi Presidente da Corte, vice-Presidente na campanha de 2006, mas também acompanhou a campanha de 2002; a minha atuação nunca foi em comitê de campanha, a minha atuação sempre foi aqui em Brasília no Tribunal Superior Eleitoral. Eu desconheço qualquer fato relativo ao episódio citado por V. Exa.; eu não tenho nenhum conhecimento desse episódio ter sido objeto de discussão no Tribunal Superior Eleitoral em 2002, oportunidade em que eu advoguei para a campanha do Presidente Lula.

Em relação, Sr. Senador, à última pergunta, relativa a essa matéria que está hoje no jornal Folha de São Paulo, o que eu tenho a dizer é o que eu já disse ao jornalista, eu não me recordo de nenhuma indicação de advogado ao Dr. Silas Rondeau. Eu nem me lembro se ele consultou a Advocacia-Geral da União para saber se a Advocacia-Geral da União podia ou não fazer a sua defesa. Porque é muito comum, existe uma legislação que permite a quem está em cargo público utilizar-se da Advocacia da União para defender as causas em que ele é acusado pelo trabalho que ele fez enquanto gestor. A Advocacia-Geral da União, muitas vezes, analisa e verifica: não, aqui é uma atuação em prol do serviço público, a Advocacia-Geral da União faz a defesa: faz a defesa em ação popular, faz a defesa em ação de improbidade, faz a defesa em ações, [soa campainha] inclusive, criminais. Recentemente, tivemos episódios envolvendo o diretor do IBAMA que estava sob processo por conta de concessão de licença que o Ministério Público era contra essa concessão e ia com ação à Justiça contra o dirigente. Olha, ele concedeu uma licença, então ele tem o direito e pela lei, está previsto em lei, é o princípio da legalidade na Administração Pública, é concedido a ele um advogado público para fazer a defesa.

E em relação a esse episódio citado na Folha de São Paulo, eu não tenho a mínima lembrança de ter feito qualquer tipo de indicação, até porque eu não me lembro de ter sido consultado por quem quer que seja a respeito disso. S. Exa. que eu tenho conhecimento, à época, o então Ministro Silas Rondeau, em razão dos fatos divulgados na imprensa, ele pediu a demissão do cargo de Ministro de Estado de Minas e Energia, e desde, então, eu, inclusive, não me recordo de ter tido nenhum contato com S. Exa.

Espero ter atendido todas as questões.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu vou só concluir dizendo que, em respeito a V. Exa., eu não devo julgá-lo. Mas é uma prática recorrente esta do não saber, não saber, não lembrar, é uma prática recorrente do atual Governo. Aqui há detalhes, a gravação mostra detalhes, a conversa telefônica diz que foi no 4º andar, cita o nome das pessoas, conta com detalhes. Portanto, eu não tenho direito de julgá-lo, dizer que V. Exa. está faltando com a verdade; longe de mim fazer esse tipo de julgamento, porque eu não tenho esse direito, mas é recorrente, eu repito, no atual Governo essa prática de ignorar, de não saber, de esquecer.

Eu quero apenas dizer que é evidente que o concurso tem que ser valorizado, concurso público é para ser valorizado e não para ser desprestigiado, é a premiação do talento, da qualificação técnica e profissional, da competência; é com esse objetivo que se faz concurso público. Evidentemente, é só um dos itens, como disse V. Exa., e eu concordo, há um conjunto de fatores que nos levam a avaliar se há ou não o notório saber jurídico. Perdoe-me, mas essa assessoria parlamentar, mesmo que no campo do direito, ela não confere por si só o notório saber jurídico. É insuficiente, pode conferir a V. Exa., uma notável habilidade de articulação política, mas não confere, não há como conferir o notório saber jurídico.

Mas o que eu quero dizer, não é em demérito a V. Exa., é jovem, terá ainda muitos anos pela frente, certamente, vai se tornar um advogado com notório saber jurídico com o tempo, porque eu percebo, é esforçado, é dedicado, é estudioso; mas nós temos que escolher o melhor, por quê? Porque o Supremo Tribunal Federal não pode ser um cabide para premiar aqueles que, eventualmente, estão alinhados a quem Governa. O

Supremo Tribunal Federal é guardião da Constituição, nele estão fincados os alicerces essenciais do estado de direito democrático. É por isso que não basta escolher um grande advogado, um bom advogado; é preciso escolher o melhor de todos eles. E nós temos, no Brasil, notáveis juristas com notório saber jurídico, indiscutível notório saber jurídico, com ilibada reputação, com uma trajetória imbatível no campo do direito, e o Presidente da República poderia reservar V. Exa. para um tempo mais tarde, dando a V. Exa. oportunidade de um preparo maior, e optar por figuras brilhantes do mundo jurídico brasileiro.

Eu tenho uma visão diferente da sua, é claro, isso digo modestamente, a minha visão sobre notório saber jurídico é diferente, não é esta a visão de V. Exa., eu poderia citar alguns nomes, não vou fazer, de notáveis juristas brasileiros que honrariam a Suprema Corte do país se indicados pelo Presidente da República.

Esta é a minha posição, e respeito V. Exa., e se for o indicado lhe desejo muita sorte, mas esta é uma posição que não poderia deixar de manifestar aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.

Registro as presenças, considero visitas honrosas a esta Comissão do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luís Felipe Salomão, do Deputado Federal João Campos, do Deputado Federal Paes Landim e do ex-Deputado Federal Airton Soares.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Presidente, Senadora e Senadores, Dr. José Antonio Dias Toffoli. Senhor indicado, é notório que a indicação de S. Exa. suscitou enorme polêmica nos últimos dias, talvez pela idade de V. Exa., e pelo tempo que V. Exa., em tese, ficará no Supremo Tribunal Federal, talvez pelos questionamentos já suscitados aqui pelos Senadores José Agripino e Alvaro Dias. Mas o fato é que todas essas questões nos levaram a debruçar sobre os elogios e as críticas que foram feitas a V. Exa. nos últimos dias.

Temos aqui um rol de manifestações, todas elas favoráveis a V. Exa., incluindo uma manifestação do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, além, das presenças de figuras ilustres e respeitadas por todo o Brasil, como é o caso do Ministro Sepúlveda Pertence aqui presente, mas também, e é preciso deixar claro, nos últimos dias nós recebemos, em nossos gabinetes, um número muito grande de manifestações contrárias de questionamentos em relação à indicação de V. Exa., e-mails, fax, telefonemas, abordagem nas ruas, na academia; e esta sabatina é o momento adequado para que essas questões sejam dirimidas.

O Senador Alvaro Dias colocou a questão dos critérios para a nomeação de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, notório saber jurídico, a questão da impessoalidade, reputação ilibada, e V. Exa. já teve também a oportunidade de dissertar sobre esses temas. Mas uma das preocupações, e isso foi muito bem colocado pelo Senador José Agripino é em relação à posição política que V. Exa. haverá de adotar, caso seja aprovado nesta Comissão e no plenário do Senado. Nos preocupa extremamente a questão Cesare Battisti e preocupa não apenas a mim como Senador, mas à sociedade como um todo, ele é notoriamente um criminoso, autor de, pelo menos, cinco homicídios na Itália, nos preocupa a questão da posição de V. Exa. em relação à revisão da anistia, e V. Exa. já colocou. Preocupa aos que me enviaram mensagens, a manifestação, a posição que V. Exa. haverá de adotar em relação ao julgamento do "Mensalão", dentre outras matérias já suscitadas aqui pelo Senador José Agripino Maia. Eu, inclusive, já estou preparando algumas proposituras legislativas, por exemplo, buscando modificar o critério de indicação e adotando a chamada lista tríplice, também modificando o critério relativo ao notório saber jurídico, não apenas em relação aos Superiores Tribunais, mas Tribunais de Contas e etc. Então, o fato é que essa indicação de V. Exa. acabou suscitando uma série de preocupações e iniciativas que, por certo, serão apresentadas no presente e no futuro aqui na Casa.

Agora eu gostaria, também, de dizer que ao longo desses últimos anos tive a oportunidade de conviver, em alguns momentos, informais com V. Exa., sempre percebi em S. Exa. lucidez, equilíbrio, isenção, independência; e eu acho que V. Exa. terá condição de, efetivamente, se tornar um magistrado na verdadeira acepção da palavra, com independência e, absolutamente liberto da relação político-partidária e da relação pessoal com o Presidente da República que está indicando V. Exa. para essa função. Além do que, a oposição, os partidos que fazem oposição nesta Casa há alguns anos, especialmente o PSDB e o DEM, tem tido um comportamento extremamente responsável e sério na análise de todas as questões que dependem de reflexões e uma tomada de posições. Nós jamais faríamos com S. Exa. aqui o que fizeram, por exemplo, na sabatina do Ministro Gilmar Mendes, nós tivemos aqui caso que chegou até o desrespeito à figura do indicado, e o Ministro Gilmar Mendes tem demonstrado sua independência, por exemplo, na apreciação do caso do ex-Ministro Palocci.

Então, a nossa postura, postura da oposição nesta Casa é uma postura de oposição a algumas teses do Governo, algumas matérias, algumas irregularidades; mas a favor do Brasil, não contra o Brasil. Veja bem o caso do Plano Real, a oposição ao Presidente Fernando Henrique foi uma oposição extremamente dura e injusta e, às vezes, até irreal, depois em relação ao Plano Real, se nós temos hoje estabilidade econômica, se os princípios macroeconômicos da economia são preservados é porque isso começou lá atrás, sob forte oposição daqueles que, há época, não compreendiam a importância dessas inovações e dessas mudanças no país. Mas o comportamento da oposição aqui hoje, não só nessa matéria, mas em muitas outras é completamente diferente.

Sem querer me alongar, eu gostaria de pedir a opinião de V. Exa., e acho que essa sabatina é importante para que a gente possa apurar, efetivamente, o notório saber, a questão da reputação ilibada, e eu queria pedir a opinião de V. Exa. em relação a algumas questões técnicas que me parecem oportunas e importantes de serem respondidas aqui por V. Exa. Até porque não só os Senadores estão participando desta oitiva aqui, dessa sabatina; mas os ouvintes da Rádio Senado, os telespectadores da TV Senado, o Brasil inteiro que está acompanhando essa sabatina.

Então, eu queria perguntar a V. Exa. a opinião em relação, por exemplo, à censura prévia sobre o teor de matérias pendentes de veiculação na imprensa escrita ou na Internet. A censura prévia sobre o conteúdo dos programas pendentes de veiculação no rádio ou na televisão, queria saber se V. Exa. considera constitucional ou não e a posição pessoal de V. Exa. em relação a essas matérias. A questão da proteção da honra ou qualquer outro valor como a intimidade faz tolerável à censura prévia? Outra opinião de V. Exa. em relação aos crimes imprescritíveis. S. Exa. considera que os atuais crimes imprescritíveis, considerados imprescritíveis devam continuar tendo esse tratamento? S. Exa. considera que o crime de tortura ou terrorismo deveria ser mais um crime considerado imprescritível?

Em relação à questão do direito de greve do servidor público previsto no art. 37, inciso VII da Constituição. Na sua interpretação, na sua opinião, os policiais devem fazer greve, podem fazer greve, os Juízes, os agentes penitenciários, o servidor público deve fazer jus aos mesmos direitos do trabalhador geral? Eu queria a opinião de S. Exa. em relação à questão do direito de greve. O silêncio do Congresso Nacional sobre o assunto, ou seja, a falta de lei autoriza o Supremo Tribunal Federal a disciplinar o assunto ou isso implicaria ativismo judicial em detrimento da democracia? Uma decisão do Supremo Tribunal Federal pode ser superada por meio de lei aprovada pelo Congresso Nacional? Pergunta-se isso e em especial considerando que a lei cogitada implicaria recuperar compreensão anterior e tradicional do próprio Supremo, nesse caso específico. Outra pergunta: São corretas as ordens judiciais que obriga o SUS a fornecer medicamento ou tratamento experimental?

Outra polêmica que diz respeito a ativismo do Supremo Tribunal Federal. Por exemplo, veja-se o caso da súmula vinculante sobre nepotismo, por exemplo. O Supremo Tribunal Federal decidiu o assunto de modo ativista na opinião de S. Exa.? Trata-se de tema cujo tratamento mais adequado seria por meio de lei? A propósito de modo mais abrangente, como encarar esse chamado ativismo judicial? É uma postura democraticamente correta? V. Exa. considera correto as férias de 60 dias para magistrados ou membros do Ministério Público?

Outra questão. Sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental. O Presidente Fernando Henrique Cardoso vetou o dispositivo do projeto da ex-Deputada Sandra Starling que teria permitido o ajuizamento da arguição por qualquer um do povo, qualquer um da sociedade. Seria conveniente derrubar esse veto? Isso militaria em favor dos direitos fundamentais? V. Exa. acha que a reprovação em concursos públicos para a magistratura brasileira é fator que compromete a comprovação de notório saber jurídico de candidatos às vagas do Quinto Constitucional dos Tribunais Regionais de Justiça, do Superior Tribunal de Justiça e do STF? E por fim, Dr. Toffoli, V. Exa. entende que o requisito constitucional de comprovação de reputação ilibada para indicação e aprovação de cargos de Ministros do Supremo Tribunal Federal, dentre outros, integra o rol de cautelas moralizantes que perpassa toda a carta política?

Respeitosamente são essas as questões que gostaria de fazer a S. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra V. Exa.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Agradeço a V. Exa., Senador Marconi Perillo. Eu só espero que, caso haja alguma omissão, que o senhor me auxilie em razão do número extenso de questionamentos que V. Exa. fez.

Iniciando, então, com a pergunta sobre censura prévia em matéria pendente na imprensa. No meu entendimento, a Constituição é clara no sentido de vedar a censura prévia. O sistema normativo constitucional previsto no art. 5º é aquele que veda a censura, mas garante a reparação quando há matéria divulgada atingir a honra e a imagem da pessoa, quando houver os casos de difamação, de calúnia, de injúria, caberá

então àquele que se sentiu ofendido procurar a reparação, essa reparação é tanto material como de ordem moral. E também a Constituição garante o direito de resposta, estão todos esses direitos elencados no art. 5º. A censura, portanto, é vedada pela Constituição e caso haja uma ação que extrapole o padrão de convivência social que seja ofensivo, que atinja a honra, que atinja a imagem, que injurie, que calunie ou que difame alguém caberá, então, a reparação. O que é importante é que tenhamos os instrumentos judiciais aptos a fazer de maneira célere essa reparação para que essa reparação possa ocorrer de maneira rápida. No processo eleitoral, do qual eu tenho maior convivência, é bastante rápida a reparação quando há uma ofensa, às vezes, em dois, três dias a representação para a reparação e a concessão a direito de resposta está deferida pelo Tribunal Eleitoral, porque o prazo para propositura é curto, 24 horas; o prazo de defesa é curto, é de 24 horas; a Lei 9.504, de 97 não exige a oitiva do Ministério Público nessas hipóteses em razão da celeridade, e o Tribunal tem 24 horas para decidir. Então, uma ofensa durante o processo eleitoral é reparada de imediato. O que eu entendo é que também fora do processo eleitoral, Sr. Presidente Demóstenes, Sr. Senador Marconi Perillo, também fora do processo eleitoral se o Congresso Nacional estabelecer formas e procedimentos com extrema [soa campainha] rapidez e urgência para que ocorra a reparação, com certeza, eventuais abusos diminuirão, com certeza, eventuais ações que visem a lograr alguma má-fé contra alguém serão pensadas mais de uma vez. E as senhoras e os senhores da classe política e todos os homens públicos do país sabem o quão é importante a preservação da honra, da imagem e da vida pessoal daqueles que exercem o sacerdócio público, aquele que exerce esse sacerdócio, quer defender a nação, quer defender o futuro, quer defender a melhor solução para os problemas nacionais. É necessário, no meu entender, que realmente nós repudiemos a censura prévia, mas, por outro lado, nós temos que ter uma contrapartida da criação de uma célere solução para dissuadir quem queira atingir a imagem e a honra de alguém por má-fé.

A Justiça Eleitoral, no meu entender, é um bom exemplo para que seja pensado pelo Congresso Nacional, para os poderes da República de criar uma legislação em que o Judiciário pode, de pronto, responder quando houver algum abuso. E com isso desnecessário fica qualquer tipo de perspectiva de censura porque ela é vedada pela Constituição. É o que eu penso sobre o tema, Sr. Senador e agradeço a oportunidade de falar sobre um tema que é extremamente caro e importante a toda a classe política brasileira e a todas as pessoas públicas, mesmo de fora da classe política.

Crimes imprescritíveis. Os crimes imprescritíveis estão na Constituição Federal, o racismo e o crime de terrorismo, imprescritível; o crime de tortura é imprescritível em razão de determinação de convenções internacionais que o Brasil passou a ser subscritor. Então, nós já temos a imprescritibilidade em razão de convenções internacionais no Brasil para o crime de tortura e para o crime de terrorismo. Mas essas convenções são posteriores, e aqui eu registro, são posteriores e entraram em vigência no Brasil, posteriormente, à Lei de Anistia de 1979, então na época da Lei de Anistia de 1979, não havia na legislação brasileira dispositivos de imprescritibilidade, seja por força normativa de lei e aprovada pelo Congresso Nacional brasileiro, seja em razão de tratados internacionais dos quais o Brasil tenha sido subscritor e que tenha sido ratificado pelo Congresso Nacional.

Em relação à atividade de greve no setor público. A greve no setor público foi disciplinada no art. 37 da Constituição Brasileira... [soa campainha] A greve no setor público foi disciplinada na Constituição Brasileira separadamente da greve para o setor privado. A Constituição, ao estabelecer o direito de greve do trabalhador privado no início da Constituição, ela estabeleceu que a lei iria regulamentar esse direito, e que tipo de lei? Uma lei ordinária. O Congresso Nacional, quando elaborou a Constituição de 1988, estabeleceu que o direito de greve do servidor seria elaborado por lei complementar. Estabeleceu, portanto, a constituição pesos diferentes para a greve no setor privado e a greve no setor público. Essa é a minha compreensão. E a greve no setor público por ser algo que envolve uma situação em que atinge toda a sociedade, ela mereceu, à época do constituinte, a necessidade de uma lei complementar. Ora, se a Constituição quisesse tratar a greve do setor privado e do setor público de maneira igual, ela não tinha distinguido em dispositivos diferentes os dois direitos, e muito menos teria estabelecido inicialmente lei ordinária para a greve no setor privado e lei complementar para a greve no setor público.

Em relação à greve do setor público, com o passar do tempo e a não produção da lei complementar para regulamentar a greve no setor público, mas as greves ocorriam, e as greves ocorriam e a Justiça julgando-as ilegais, posteriormente, o próprio Congresso Nacional na Emenda Constitucional nº. 19, salvo engano, alterou o dispositivo que exigia lei complementar e passou a exigir lei ordinária, exatamente para permitir e facilitar que esse dissenso sobre greve no serviço público fosse agora debatido, não por uma maioria absoluta, mas por uma maioria simples, através da lei ordinária.

Mesmo assim, não houve, por parte do Congresso Nacional, até hoje não se chegou a um consenso sobre a disciplina da greve no setor público.

Eu tive a oportunidade, assim que assumi a Advocacia-Geral da União e tendo preocupação, sim, com essa questão relativa à greve no serviço público de produzir através da Consultoria-Geral da União um Projeto de Lei sugerindo e encaminhando à Casa Civil da Presidência da República a necessidade de regulamentação desse dispositivo. E o que na oportunidade dizíamos? Está passando muito tempo, já são 19 anos que a Constituição está vigente. O Supremo Tribunal Federal vai acabar definindo o que é a greve, porque a Constituição já tem quase 20 anos, é um direito que está estabelecido na Constituição, e esse direito, reiteradamente, os servidores batiam às portas do Supremo para que o Supremo garantisse esse direito. No início, como o Supremo julgava os mandados de injunção? Relatoria do Ministro Celso de Mello em 1993, 1994, no sentido de que o Congresso Nacional ainda não havia regulamentado o art. 37 no inciso que trata da greve do serviço público, e que, portanto, aquilo era uma norma de eficácia limitada, ela não podia ser exercida enquanto não houvesse a lei, mas o tempo passou e a lei não veio. Qual o comportamento que o Supremo acabou adotando? Foi o comportamento de como são inúmeras as greves que ocorrem no serviço público, inclusive, em áreas de polícia, como V. Exa. citou, e não há um regramento, não há uma possibilidade de solução, tudo isso, todos os fatos que ocorrem na greve acabam indo para o Judiciário, viram conflitos. Então, o Supremo entendeu que era necessário estabelecer parâmetros e estabeleceu aí através da já existente lei para o setor privado, alguns parâmetros para a greve no setor público. Mas o importante aqui dizer, no meu entendimento, a greve no setor público é algo que atinge não o Governo que esteja em exercício do mandato, ele não atinge a repartição pública que está em greve, ela atinge o cidadão. A greve no serviço público, portanto, é algo extremamente radical, no meu entendimento, e eu entendo que deve se ter uma lei, sim, que seja uma lei rigorosa para que garanta o direito de exercício de greve, mas que esse exercício de greve seja um direito que só possa ser exercido depois de esgotadas todas as vias possíveis de solução do confronto e do conflito, e no momento em que realmente não se haja outra solução, porque negar o direito de greve não é possível, ele está na Constituição, Senador Marconi Perillo, a Constituição garante esse direito, podemos até, teoricamente, refletir se isso é correto ou incorreto, mas do ponto de vista do direito posto e posto na Constituição a lei fundamental do país ele está garantido.

Então, cabe exatamente limitar, e é por isso que, inicialmente, era uma lei complementar, porque realmente tem que ser posto em lei requisitos mais rigorosos. No projeto, no anteprojeto de lei que preparamos e encaminhamos à Casa Civil e a Casa Civil depois remeteu ao Ministério do Planejamento, salvo engano, de memória havíamos colocado como *quorum* para deliberar uma greve 2/3 de adesão da categoria, para evitar que uma greve no serviço público seja tomada por uma minoria circunstancial ou através de assembleias virtuais, exatamente para quê? Para que a greve no serviço público tenha limitações mais rigorosas do que a greve no setor privado, porque a greve no setor público, volto a dizer, é contra o cidadão, quem é prejudicado é o cidadão. E, muitas vezes, a categoria de servidor público que entra em greve acaba se desgastando perante a sociedade, ela acaba mais perdendo a sua referência enquanto categoria de estado por conta das consequências que acabam ocorrendo.

Então, no meu entendimento, a greve no setor público deve ser restringida, e greve... E a Constituição já impede a sindicalização do setor militar, à polícia está vedada o sindicalismo e à polícia está vedada a greve, então a Constituição em relação...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Exatamente. A Constituição veda em relação aos polícias. Em relação a magistrados e agentes penitenciários, também penso que a greve deve ser disciplinada com extremo rigor na legislação que vier a regulamentá-la. Eu não entendo que seja uma maneira adequada do Judiciário reivindicar fazendo greve, fazendo a paralisação dos trabalhos de um poder que é atender o cidadão brasileiro. É esse o meu pensamento sobre o tema.

Passo... O senhor fez uma pergunta se uma lei posterior à decisão do Supremo pode disciplinar? Pode sim. A decisão do Supremo no mandado de injunção é enquanto não vier a lei estabelecida pelo Congresso Nacional. Assim que estiver uma lei disciplinando a greve no serviço público pelo Congresso Nacional, sancionada pela Presidente da República, aquela decisão do Supremo Tribunal Federal é superada e passa a valer a lei do Congresso Nacional.

Em relação às ordens judiciais no que diz respeito à saúde pública. Esse é um tema que está no Supremo Tribunal Federal, o Sr. Presidente do Supremo, o Ministro Gilmar Mendes fez recentemente, no final de abril, uma Audiência Pública de mais de uma semana que ouviu todos os setores da sociedade de manhã à tarde sobre esse tema, é um tema extremamente polêmico, porque aqui nós estamos diante daquele quadro que eu citei na minha exposição, dois valores

fundamentais que são protegidos pela ordem legal, que são protegidos pela Constituição. De um lado nós temos o direito à vida e da saúde daquele que está com alguma doença, e, do outro lado, nós temos aquilo que se chama da reserva do possível que é a limitação orçamentária, infelizmente, o Estado não tem os recursos necessários para atender a toda a demanda social e de problemas que a nação tem. Lutamos e esperamos, e o desenvolvimento do país tem exatamente esse objetivo, para que o Brasil se enriqueça, para que possa poder acabar com as desigualdades e que possa poder ter condições de ser uma nação que a dignidade da pessoa humana, que é fundamental da nossa república, seja reconhecida. Nesse sentido o que é que é necessário no meu modo de ver? É que as listagens de medicamento do Ministério da Saúde e dos órgãos da saúde estejam sempre atualizados; é necessário que haja sempre uma atualização. E esses medicamentos que estão nessas listagens devem ser fornecidos gratuitamente, como tem muitas ordens judiciais que determinam. Por outro lado, tem que sopesado hipóteses que, muitas vezes, ocorrem da Justiça conceder ordem para o Estado adquirir medicamento que, sequer, foi aprovada pela ANVISA, sequer, tem preenchido pelo nosso órgão de regulação as duas características essenciais: a eficácia e a segurança. A lei da década de 70 que disciplina a aprovação de medicamentos exige esses dois requisitos. Para um medicamento ser comercializado no Brasil é necessário que ele tenha segurança, que ele tenha eficácia, que ele tenha eficácia de combater aquela doença e que ele tenha segurança de não trazer outros males para quem o consumir. Ora, muitas vezes, medicamentos experimentais que são largamente espalhados por notícias no mundo todo, de pesquisas que são feitas cotidianamente pelo mundo a fora, muitas vezes, esses medicamentos acabam sendo levados e reivindicados por alguém que está com um tumor, está com uma doença e vai ao Judiciário pedir, então, aquele tratamento, e tem casos em que o magistrado concede a liminar. Ora, nessas hipóteses e entendo extremamente temerário que o Poder Judiciário autorize a compra de um medicamento que, sequer, está aprovado pelo nosso órgão fiscalizador.

Então, são questões que sopesam, sim, esses princípios, e também o Estado na área de saúde, ele tem que atender a toda população e, muitas vezes, direcionar valores altíssimos para uma única pessoa você está prejudicando várias outras. É um drama, e a magistratura, sem dúvida nenhuma, se coloca no dia a dia em situações dramáticas de decidir entre, às vezes, uma solução de vida ou de morte. Assim como outras profissões também se colocam. Um médico que está numa UTI de um hospital, num pronto-socorro de um hospital e que está lá com cinco, dez pessoas e, às vezes, ele tem que optar quem ele vai socorrer e quem vai morrer. São situações da dramaticidade da vida humana, mas que, se Deus quiser, com o trabalho da nação brasileira, nós estamos, como estamos resolvendo e desenvolvendo esse país para que esses casos sejam cada vez menos frequentes.

Espero ter respondido essa questão relativa à saúde.

Em relação à decisão relativa ao nepotismo. Foi uma súmula vinculante que o Supremo Tribunal Federal decidiu com base nos princípios do art. 37, da Constituição Federal: impessoalidade e moralidade. Como disse o Ministro Relator desse caso, o Ministro Levandovisk, o Supremo Tribunal Federal não legislou, já estavam na Constituição esses princípios. Com base nesses princípios, eles interpretaram que diante de uma realidade social em que esses fatos ocorriam era necessário, então, disciplinar o episódio. O fato é que, no meu entendimento, ativismo judicial é aquilo que o Judiciário faz quando ele não é provocado, quando não é requerido a ele, quando não é pedido a ele e ele age. Na medida em que ele age com suporte na Constituição, com normas constitucionais, que pela teoria constitucional e a teoria constitucional mais moderna é exatamente no sentido de que o que está na Constituição, mesmo os princípios constitucionais, são normas e normas de aplicação, e que ao Supremo Tribunal Federal cabe garantir a sua eficácia, evidentemente, que a decisão foi tomada diante de um posicionamento que está na lei maior do país, portanto, com fundamento legal, não foi extralegal, não foi um ativismo, no meu modo de entender.

Em relação a férias de 60 dias para a magistratura, para o Ministério Público. Esse é um tema realmente que a sociedade tem que debater. Eu entendo que a sociedade tem que debater esse tema e tem que debater também o tema do porquê as empregadas domésticas não tem uma férias de 30 dias como qualquer outro cidadão, qualquer outro trabalhador. São temas que a sociedade brasileira deve refletir. Se nós vivemos num país de iguais, se nós vivemos num país que a Constituição garante a igualdade de todos perante a lei é necessário verificar realmente essas situações que vem da história do país. Agora é evidente, as senhoras e os senhores não duvidem que a atividade judicante é uma atividade extremamente penosa, assim como a política o é, assim como a atividade parlamentar o é, assim como a atividade de conduzir um ministério, um órgão público, uma autarquia ou fundação o é, e realmente há necessidades que dizem respeito ao descanso, ao convívio familiar.

Muitas vezes, os magistrados não têm no seu dia a dia sábado, domingo; são finais de semanas inteiros dedicado a julgar processos, a analisar processos. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal de ontem e os atuais, muitas vezes, V. Exas. sabem disso, estão lá sábado estudando processo, estudando a pauta, domingo inteiro, renunciando a sua vida familiar, renunciando a sua atividade de lazer, que também é necessário para o ser humano. São questões a serem discutidas em que grau que é necessário esse padrão de férias, em que grau é necessário ainda hoje nós discriminarmos, por exemplo, as empregadas domésticas as quais é dado apenas 20 dias úteis de férias. É necessário que a sociedade repense isso.

Em relação à arguição de descumprimento de preceito fundamental que houve o veto do Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso ao dispositivo que permitia que qualquer cidadão brasileiro provocasse o Supremo, ou seja, fosse autorizado a propor ao Supremo a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

A propositura a essa hipótese tem com base o Direito Alemão. No Direito Alemão o instrumento similar que há na lei fundamental de bom, ela diz e autoriza que qualquer cidadão pode propor esse tipo de procedimento junto ao Supremo Tribunal Federal.

Outro dia eu escutei de S. Exa. numa conferência, S. Exa. o Presidente Gilmar Mendes, uma pergunta exatamente sobre esse tema, e no qual respondeu S. Exa.: *"foi uma necessidade naquele momento tamanha a situação de processos e volume de processos que o Supremo Tribunal Federal enfrenta"*. Com o passar do tempo, com o Supremo Tribunal Federal tendo instrumentos cada vez maiores para o controle abstrato, para o controle concentrado, para o julgamento das grandes causas da nação, e o Congresso Nacional foi um imenso colaborador para isso, através da Emenda 45, Reforma do Judiciário, através da regulamentação dos instrumentos para o Supremo como a repercussão geral, e, aliás, aqui se diga, a repercussão geral é um instrumento de valorização da magistratura de primeira instância, a repercussão geral é um instrumento de valorização da magistratura de segunda instância por quê? É uma maneira de só chegar através de recursos extraordinário as causas individuais que realmente tenham repercussão para a nação, e o Supremo Tribunal Federal deixar de ser uma terceira ou uma quarta instância das causas individuais e se dedicar às grandes causas da nação brasileira. Ora, a situação do Supremo, no momento daquele veto, era uma situação de aumento exponencial dos processos e das ações. Se se permitisse uma ampliação tão grande para aquela propositura de ação haveria, sem dúvida nenhuma, uma situação de se criar um direito, mas sem as condições reais para que o Tribunal respondesse a ele. Então, eu concordo com o veto aposto aquela oportunidade pelo Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso a esse dispositivo. Mas, evidentemente, que o Supremo Tribunal Federal, os números e as estatísticas têm demonstrado, têm diminuindo o número de processos que estão entrando. Está em razão de todo esse cabedal de instrumentos que foram criados voltando-se cada vez mais para as grandes causas da nação. Nesse sentido, é possível que talvez num futuro próximo seja pelo Parlamento brasileiro rediscutida essa questão de dar a qualquer cidadão um acesso direto à Suprema Corte porque é também uma possibilidade de exercício da democracia por parte de cada cidadão. Mas é necessário que tenhamos a instituição preparada para tanto, porque senão vai se criar um direito e esse direito vai redundar numa frustração. Então, e necessário que a DPF, e ela vem sendo aplicada com bastante amplitude pelo Supremo Tribunal Federal, ela passe a ganhar, com o tempo, essa sua força moral de ser um instrumento de decisão de grandes questões da nação, até porque a DPF tem uma qualidade que outros instrumentos não têm. Ela discute as próprias decisões judiciais, e isso foi uma doutrina estabelecida pelo Presidente Gilmar Mendes como teórico do direito e que depois ele pode, pela graça de ter ido ao Supremo Tribunal Federal, ter lá no Supremo Tribunal Federal, defendido que também as decisões judiciais sejam objeto de arguição de preceito fundamental.

Tivemos, recentemente, Senador Marconi Perillo, o julgamento da DPF nº. 101 que tratava das importações de pneus usados e que houve toda uma discussão a respeito de meio ambiente, de saúde pública, e o Presidente da República, ainda na gestão, no mandato anterior, eu não era Advogado-Geral da União, era o meu grande amigo, Dr. Álvaro Ribeiro da Costa que propôs, que formatou e o Presidente propôs essa arguição de instrumento(F) de preceito fundamental objetivava o quê? A afastar as decisões judiciais que autorizavam a importação, muitas empresas obtinham direito a importar pneus usados, apesar das vedações legais, por ordem judicial. E foi pelo instrumento da DPF que o Estado Brasileiro pôde, conseguiu obstar essas decisões e, portanto, conseguiu cumprir uma determinação da Organização Mundial do Comércio sob pena que estava o país de sofrer sanções daquele organismo internacional.

Espero ter exaurido essa questão da DPF.

Em relação à reprovação em concurso público, penso que na medida que eu respondi ao Senador, peço vênia ao Senador Marconi Perillo de aqui dizer,

me reportar à resposta que já fiz ao Senador Alvaro Dias, e também em relação à questão de reputação ilibada.

Agradeço as perguntas de V. Exa., e espero ter sido feliz e atendido as vossas demandas. Muito obrigado.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Considero-me satisfeito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.

Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente Senador Demóstenes, Ministro José Antonio Dias Toffoli. Eu começaria perguntando a V. Exa. Ministro, quanto tempo V. Exa. esteve à frente da Advocacia-Geral da União? Quanto tempo V. Exa. esteve à frente da Advocacia-Geral da União?

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Desculpe-me, Senador, eu estava aqui tomando água. Eu estive dois anos e meio à frente da Advocacia Geral da União e me encontro de férias desde a indicação--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Dois anos e meio. Quantos processos, quantas participações junto ao Supremo Tribunal Federal, quantas representações, quantos ofícios V. Exa. coordenou à frente da AGU junto ao Supremo, aproximadamente?

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Relatórios de gestão que apresentamos são milhares de manifestações que fizemos, foram vários memoriais, foram várias sustentações orais, foram inúmeras visitas aos Ministros do Supremo para levar as argumentações do Estado Brasileiro na defesa de questões que estavam submetidas ao Supremo Tribunal Federal.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V. Exa. poderia me citar, não precisa descrever, mas, pelo menos, citar os temas mais complexos e relevantes durante esse período?

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Olha, durante esse período tivemos temas dos mais controversos, tanto temas de Políticas Públicas, quanto temas de ordem que atinge toda a sociedade como a questão de células-tronco. Houve o julgamento de células-tronco, houve julgamento referente a esse que eu disse sobre a importação de pneus usados com repercussão internacional, houve julgamento do direito de idosos ao acesso interestadual de passagens, houve julgamentos referentes à Lei de Desarmamento, houve julgamento referente ao episódio da Raposa Serra do Sol em que o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão extremamente importante porque balizou para o futuro os procedimentos administrativos de demarcação de terra indígena, o que diminui e evita conflituosidade; foram inúmeros os casos importantes e controversos. Questões tributárias como IPI e alíquota zero da ordem de bilhões, dezenas de bilhões de reais; recentemente o julgamento do crédito-prêmio exportação em que o Supremo Tribunal Federal fixou que aquele incentivo vigorou apenas até o ano de 1990, confirmando uma decisão anterior do Superior Tribunal de Justiça, o que significa também valores da ordem de dezenas de bilhões de reais a favor do Estado Brasileiro. São questões, sem dúvida nenhuma, da maior repercussão, questões em que já nos manifestamos e que estão todas ainda para julgar no Supremo Tribunal Federal, como a que já foi aqui dita relativo a cotas raciais, relativas ao ProUni que levou à universidade milhares de brasileiros a ter acesso. Enfim, são questões de ordem constitucional e muitas questões que se colocam nesses dramas que o Dworkin chama de *hard case*, de ponderação entre fundamentos constitucionais e que as soluções têm que ser dadas, muitas vezes, pelo Judiciário para que se possa, então, consolidar uma segurança jurídica na ação do Estado Brasileiro.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Portanto, o art. 131 estabelece que a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através do órgão vinculado, representa a União judicial e extrajudicialmente cabendo-lhe nos termos da Lei Complementar que dispusesse sob sua organização e funcionamento as atividades de consultoria e assessoria jurídica do Poder Executivo. E no § 3º, V. Exa. conhece muito bem, diz: no § 3º diz, no § 1º: *"A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de 35 anos de notável saber jurídico e reputação ilibada"*. Eu pergunto: Durante esses dois anos e meio em que V. Exa. disputou processos de bilhões de reais de defesa do interesse público, como o crédito-prêmio e alíquota zero, são dezenas de bilhões de reais. V. Exa. tinha notório saber, teve reputação ilibada?

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: No meu entendimento é que--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Houve algum questionamento contra V. Exa.?

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Inclusive, as duas ações populares a que se refere são de 2001 e 2002.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, são anteriores. No exercício da função em que V. Exa. defendia o Estado Brasileiro, em questões da maior complexidade de interesses estratégicos do Brasil, que trouxe ganhos de dezenas, centenas de bilhões de reais para o Estado Brasileiro, não houve um único questionamento do notório saber e da reputação ilibada. E V. Exa., o tempo inteiro, se reportava,

sobretudo, ao Supremo Tribunal Federal. Não era essa a Corte fundamental das disputas estratégicas do Estado Brasileiro?

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Sim.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para isso V. Exa. tinha notório saber, para isso V. Exa. tinha reputação ilibada, mas hoje não, hoje V. Exa. com esse currículo testado e provado, que, por sinal, como bem disse o Senador Dornelles na sua relatoria na audiência anterior, é uma das exigências que têm feito o Estado Brasileiro usar como critério para indicação junto ao Supremo, 14 ex-Ministros do AGU ou consultores-gerais da União foram para o Supremo Tribunal Federal.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Dezesseis.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Dezesseis ao total. Seguramente depois dessa sabatina e da votação de hoje, espero, teremos o 17º, porque é evidente que esta condição é fundamental para que a sociedade possa avaliar, o Presidente possa avaliar. As grandes questões jurídicas, as grandes questões complexas, os grandes embates se dão com a presença de V. Exa. no Supremo durante dois anos e meio. Por isso, eu sei que alguns aqui acham que é o título de mestrado o critério fundamental para poder estar junto ao Supremo, ou doutorado, evidente que contribui para a formação profissional, mas nós não devemos apequenar a possibilidade da evolução acadêmica; isso é um elemento importante, mas foi citada várias vezes aqui a Suprema Corte Americana. V. Exa. poderia me dizer quantos Ministros da Suprema Corte Americana atualmente têm curso de mestrado, PHD ou doutorado?

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Pelo conhecimento que eu tenho nenhum Juiz, hoje, da Suprema Corte tem mestrado ou doutorado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É a mesma informação que eu tenho. Alguns, inclusive, hoje foi citado um nobre jurista, V. Exa. tratou com a grandeza e com a contribuição da vida pública: Sepúlveda Pertence, que por sinal ganhou o prêmio primeiro aluno na graduação, fez os créditos de mestrado da UNB, depois a ditadura o perseguiu e não pode concluir. E, no entanto, alguém discute a competência, a grandeza, a qualidade, o desempenho, o notório saber? Eu dou outro exemplo que também, segundo algumas arguições que eu ouvi hoje aqui, entrou muito jovem no Supremo, tinha só 43 anos o Celso de Mello, o Ministro Marco Aurélio de Mello também só entrou com 43 anos, por sinal, o Francisco Rezek que entrou com 39; Celso de Mello também não pode fazer o mestrado e doutorado, e é um dos grandes juristas que esse país reconhece, absolutamente, alguns votos dele são em si mesmo uma tese para ser aprovado em qualquer faculdade desse país. Então, eu estou dando exemplos muito próximos tanto lá quanto aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E o Ministro Toffoli ainda não fabricou, podia ter dito que tinha mestrado e doutorado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não tem perigo.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Jamais faria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Fez justamente o contrário.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Jamais faria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas subiu...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E no caso concreto, nós tivemos um Presidente da República recente que não tinha graduação, e isso foi usado durante décadas contra ele, e hoje tem 44 propostas de títulos doutor *honoris causa* ao Presidente Lula, e vamos ter candidato também que não teve graduação, mas vamos deixar isso para outro dia.

Eu queria voltar aqui ao nosso Ministro Toffoli

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas doutor *honoris causa* é espetacular.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O que é que diz o presidente da OAB? Diz na carta que apresenta e defende a indicação de V. Exa., o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, ele diz: *"Independente de títulos acadêmicos ou mesmo de obras publicadas, o exercício continuado da Advocacia pode, sim, conferir notório saber jurídico, pois lida com a realidade da vida em suas mais amplas complexidades"*.

Portanto, acho que essa discussão que nós estamos fazendo do notório saber jurídico, a experiência vivida por V. Exa. nos dá a segurança de um caminho promissor para a condição de Ministro do Supremo, inclusive, pela vivência que adquiriu junto ao Supremo Tribunal Federal.

Eu perguntaria a V. Exa. por que será que aqueles que acompanharam o trabalho de V. Exa. diretamente, não assim por uma matéria aqui ou lá, mas que acompanharam cotidianamente a participação de V. Exa. junto a AGU, hoje se manifestam publicamente na defesa de V. Exa.? V. Exa. poderia tentar talvez me ajudar a entender. A Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE manifestou apoio à indicação de V. Exa.; a ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, Juízes, também manifestou apoio;

a União dos Advogados Públicos Federais manifestou o apoio; todas as carreiras de Estado, os delegados da Polícia Federal, da Receita Federal, de todas as carreiras públicas de Estado fizeram um manifesto, está aqui, os Senadores receberam, manifestando apoio a V. Exa. Os procuradores da Agência Nacional de Petróleo, da ANEEL, da ANTAC, da Agência Nacional de Saúde, da ANTT, da ANVISA, do DNIT, da Comissão de Valores Imobiliários, DNPM, do IBAMA, do INCRA manifestaram apoio a V. Exa. Não será que a razão fundamental para isso seja exatamente a possibilidade de acompanhar o trabalho de V. Exa. à frente da AGU? Capacidade de agregar, de construir e de defender com reputação ilibada e com notório saber os interesses do Estado Brasileiro?

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Agradeço, Senador Aloizio Mercadante, Senador pelo Estado que eu nasci, Estado de São Paulo.

Eu, na minha atuação na Advocacia-Geral da União, eu sempre procurei, como eu disse na minha exposição, um caminho conciliatório, um caminho de envolver todas as carreiras jurídicas de Estado para que elas refletissem que o sistema judicial brasileiro ele é um conjunto, ele é para... Se nós formos utilizar uma expressão não jurídica, mas da área industrial, ele é uma linha de produção, tem que se ter o advogado privado, o advogado público, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Juiz. É esse o sistema judicial. Não é à toa que a Constituição Brasileira que V. Exas. aqui, muitos Parlamentares participaram da constituinte, não é à toa que essas carreiras jurídicas foram colocadas como função essencial à Justiça, porque o Judiciário também não pode ser avaliado isoladamente, é um sistema, é um sistema judicial.

Tive a oportunidade de idealizar e concretizar com apoio de todas essas carreiras o I Congresso Brasileiro de Carreiras Jurídicas de Estado, pela primeira vez se reuniram Juízes Federais, Estaduais, do trabalho, militares, Procuradores da República, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Procuradores do trabalho, Promotores de Justiça, ministros de Tribunais Superiores que se fizeram presentes, delegados da Polícia Federal, advogados públicos, advogados privados, defensores públicos estaduais e federais, Procuradores de Estado, Procuradores Municipais; todos para refletir que o sistema judicial deve ser um instrumento de desenvolvimento do país, ele deve ser um desenvolvimento da nação brasileira. Essas carreiras típicas de Estado são as mais bem pagas do serviço público brasileiro, elas devem satisfação à sociedade, elas devem um retorno à sociedade, e todas essas manifestações de apoio, Sr. Senador Mercadante, muito me orgulham, porque eu sempre tive esse diálogo franco com todas essas entidades, essas entidades sabem das posições que eu tenho, até porque foi pública a discussão quando encaminhei o Projeto de Lei de greve no serviço público para a Casa Civil discutir e o Governo então avaliar se encaminhava ou não ao Congresso Nacional, todos eles sabem dessas minhas posições. Enfrentei uma greve na Advocacia-Geral da União com rigor, e tenho o apoio das carreiras da Advocacia-Geral da União. Eu me orgulho muito disso, porque se há algo na vida que me fez chegar aqui foi o que a minha família me ensinou, o que o meu pai me ensinou, o que a minha mãe me ensinou, é com o trabalho, é com a dignidade do trabalho que nós vamos chegar aos nossos objetivos, com a franqueza de propósitos, olhando olho no olho e dizendo o que se pensa, dizendo o que se quer, o que se propõe. E eu só tenho a agradecer a todas essas entidades, porque na medida em que convidamos todas essas entidades a um propósito de se reunir, de se unir e debater os grandes problemas, por que não debater com os Juízes que estão julgando em cidades que são portuárias, o Ministério Público Federal que atua em cidades portuárias, o modelo portuário brasileiro? Fizemos um seminário com todas as carreiras de Estados sobre a questão portuária, fizemos esse amplo seminário geral, mas depois começamos um projeto de discussões setoriais, porque tudo isso, Senador Mercadante, faz com que todas essas carreiras típicas de Estado passem a verificar que elas compõem uma peça no desenvolvimento da nação brasileira.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria, inclusive, e tenho certeza que com a intervenção de V. Exa. nesse processo, uma das razões, V. Exa. vai ter o voto do Senador Marco Maciel, porque ele sempre um grande defensor da arbitragem, da conciliação como uma instância absolutamente indispensável para que a gente diminua o volume de demandas do Judiciário, tenho 20 milhões de processos anuais sendo encaminhados ao Judiciário, e à frente da AGU V. Exa. implantou essa política que foi muito exitosa, inclusive, das disputas entre os entes federados e entre instância do próprio Executivo, às vezes, litígios dentro do próprio Executivo.

Eu queria concluir só fazendo mais dois comentários. Um é um questionamento que apareceu aqui que, infelizmente, o meu partido também patrocinou no passado, que é próprio da vida pública e talvez a experiência americana seja exatamente isso, lá o Partido Democrata indica pessoas que têm vinculação clara com as teses do Partido Democrata e depois os republicanos fazem o mesmo, como é um bipartidarismo isso vai caracterizando certo equilíbrio no Supremo e marcou sempre as disputas e os grandes debates

em torno das indicações do Supremo. Não é muito a nossa tradição e nem foi o perfil do Governo Lula, mas um dos questionamentos foi feito hoje aqui, quem sai da AGU e tiver a consciência, como V. Exa. tem, por sinal criou a Comissão de Ética na Advocacia-Geral da União, que não existia, seguramente vai se sentir impedido em algumas causas. E o argumento que eu vi alguns anos atrás, parece simplesmente um museu de novidades, era que o Ministro Gilmar Mendes não poderia participar do julgamento das privatizações que eram os grandes temas que iriam ao Supremo, não poderia participar do julgamento da questão da reeleição, porque havia a denúncia da compra de voto da reeleição, e, no entanto, o que é que a história demonstrou? Que o Ministro Gilmar Mendes soube, sim, na condição de Ministro do Supremo, deixar a condição de ex-Advogado-Geral da União e julgar com imparcialidade, com as suas convicções, os seus posicionamentos, por sinal, composição de grande equilíbrio, de grande interesse público e de grande respeito que o Brasil deve à condição de magistrado do Supremo, tenho dito isso em todas as oportunidades, também isso não é uma objeção ou um obstáculo, ou uma dificuldade para que V. Exa. possa ir ao Supremo.

Mas vamos à questão final que é a questão que realmente perpassa todo esse debate. V. Exa. claramente teve uma militância política pública. O Senador Alvaro Dias, é uma pena que ele não esteja aqui, ele disse que a indicada Harriet Miers(F), ela não foi aprovada pelo Senado porque tinha sido, tinha tido relação com o então ex-Presidente Bush e com o Partido Republicano. Não, não é por isso que ela não foi aprovada, ela não foi aprovada porque antes da sua indicação ela fez o que V. Exa. fez, procurou os Senadores lá da Comissão de Constituição e Justiça americano, e eles acharam que ela não tinha formação jurídica adequada dos termos da constitucionalidade, ela não respondeu de forma, eu diria, elegante, construtiva, propositiva, e os próprios republicanos pediram ao Presidente que retirassem a indicação, e quem o substituiu, Samuel Alito, tinha militância no Partido Republicano como ela, tinha uma clara filiação política ideológica e foi aprovado pelo Senado.

Então, o fato de ter vinculação político-partidária... Eu vou ler aqui um trecho do meu Presidente Demóstenes, eu pedi autorização, inclusive, a ele e disse que estava de acordo, ele já mencionou esse caso hoje, porque eu acho que foi um momento muito corajoso e muito importante para o debate que nós fizemos hoje aqui e teremos que fazer nesse país. Evidente que nós não estamos aqui discutindo um Presidente da República que só indicou gente filiado ao PT, não é verdade, a pluralidade, por sinal, eu fiquei muito satisfeito da presença do filho do ex-Ministro Carlos Alberto Direito e deixou que claramente nunca teve nenhuma relação política conosco, como a maioria dos Ministros do Supremo que foram indicados. Mas algum tinha, Carlos Ayres Britto tinha uma filiação partidária. O Senador Demóstenes disse o seguinte: *"Votarei convicto e de coração favorável a que V. Exa. seja Ministro do Supremo Tribunal Federal. Outro dia li no jornal que havia um movimento para que V. Exa. não fosse escolhido, em virtude de ter militado por 18 anos no PT, foi até candidato pelo PT, essa declaração é uma bobagem"*. Isso aqui é bem o Demóstenes, não é? *"Todos os militantes têm o direito de ser Ministro do Supremo, a militância é uma qualidade. Portanto, essa atitude significa que V. Exa. tem uma posição ideológica definida, podendo, inclusive, melhorar as decisões do Supremo Tribunal Federal. Sou do PFL, mas defendo o pensamento do Presidente Lula que deve indicar o cargo de Ministro quem tenha afinidade ideológica com S. Exa., ressalvado saber jurídico e a reputação ilibada. Se o Presidente da República não indicar pessoas com afinidade ideológica quem o fará? O Presidente Lula poderá indicar-me sem me conhecer, sendo ainda de um partido político adversário? Acredito piamente que V. Exa. será um grande Ministro"*.

V. Exa. tinha toda razão, Senador Demóstenes. O Ministro Carlos Ayres Britto nunca se posicionou partidariamente sempre com as sua convicções, com a sua liberdade, com a sua autonomia, com o seu posicionamento, e todos aqui, tenho certeza, que têm um grande apreço exatamente por essas qualidades, como eu tenho a convicção pelo que nós vimos à frente do AGU do Ministro Toffoli, que ele seguirá o mesmo caminho, o caminho da independência, o caminho da convicção, o caminho do espírito público, o caminho de quem deixa de ser o advogado e passa a ser o Juiz.

E termino só, como falaram tanto das experiências americanas, só vou citar mais dois casos e encerro, Presidente, que foram exatamente debates parecidos com esses. O Presidente dos Estados Unidos John Adams indicou o seu Secretario de Estado para a Suprema Corte, e quando Thomas Jefferson assume, ele pede o *impeachment* da indicação. Quem era o indicado por John Adams? Era o Ministro John Marshall que foi quem construiu o controle judicial da constitucionalidade, e é tido, até hoje, até hoje, como o maior magistrado de todos os tempos da Corte Americana. E passou por um processo semelhante ao debate que nós fazemos hoje aqui, da ideologização, do preconceito, da partidarização do que propriamente a história tem demonstrado que não é, eu diria, uma característica do Supremo. E o segundo exemplo, Eisenhower indicou o Governador republicano da Califórnia Earl

Warren que era um conservador republicano e que foi para a Suprema Corte e patrocinou o ativismo judicial contra a segregação racial e foi quem abriu a escola pública americana para que os negros adentrassem, e os Democratas que lutaram contra a indicação, se posicionaram contra e fizeram campanha contra tiveram que ver ao longo da história uma atitude absolutamente fantástica do ponto de vista dos direitos civis, e que era uma plataforma dos Democratas.

Por isso, V. Exa. já deu amostras aqui hoje que em temas de grande complexidade não terá posição partidária como já não teve, terá a posição que a consciência, que o devido processo legal, que os princípios constitucionais desse país orientarem o julgamento de V. Exa. Eu tenho absoluta convicção que pelo trabalho competente, exemplar, inquestionável, inquestionável; porque ninguém jamais levantou que V. Exa. não tivesse reputação ilibada e não tivesse saber jurídico durante dois anos e meio julgando as questões mais difíceis desse país, quer dizer, quando é para defender o Estado não precisa ter a exigência que nós estamos fazendo hoje aqui. Por isso é por esse teste, por essa experiência que V. Exa. está sendo indicado, não é porque um dia foi assessor do Partido, é porque foi testado na experiência mais difícil que é defender o Estado Brasileiro na Suprema Corte Federal, e é por isso que 16 ex-Ministros como V. Exa. foram para a Suprema Corte, é preciso essa visão de que alguém sempre teve uma defesa do Estado, porque defesa do cidadão e das empresas é a maioria dos advogados, acho que esse perfil profissional vai enriquecer, como o Gilmar Mendes e tantos outros enriqueceram o Supremo Tribunal Federal.

Quero parabenizar a qualidade da arguição e, tenho certeza, que vai sensibilizar o voto dos Senadores e na tarde e na manhã de hoje. Muito obrigado.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, Sr. Relator, eminente Ministro José Antonio Dias Toffoli. No começo cheguei a pensar que o Senador Mercadante ia ficar contra, me aliviou no final, o ímpeto parecia de quem ia surpreender a audiência, enfim.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A surpresa vai ser a intervenção de V. Exa. hoje que vai ficar a favor no final, seguramente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, mas eu já estou quase dando, de início, a ideia de que fico a favor, mas V. Exa. fez um suspense danado. Agora eu concordo com ele num ponto, de fato, o comportamento da bancada do PT no episódio de Gilmar Mendes foi para lá de pueril, foi um jardim de infância, porque ele foi acusado de algumas coisas, uma delas a de ter um pouco mais de idade do que V. Exa. tem hoje. O líder do PT à época dizia assim: *"V. Exa. terá 23 anos ainda pela frente"*, e V. Exa. terá 33 anos pela frente, porque a sua época a compulsória deverá estar, no mínimo, em 75 anos de idade. Eu lamento que não esteja isso vigente quando nós podemos com isso contar com uma figura como o Ministro Sepúlveda Pertence iluminando até hoje o Supremo Tribunal Federal. Mas, de repente, a idade virar desvantagem, eu não consigo ver.

Mas chegou a perpetrar a grosseria de dizer que o Ministro Gilmar Mendes seria meramente um longa manos do então Presidente da República, eu, pelo que conheço V. Exa., pelo que já convivi com V. Exa. tenho certeza de que a juventude não será um empecilho e que V. Exa. jamais se prestaria ao papel de longa manos em qualquer circunstância. Acho até bom o PT ir se preparando para perder muitas ações nas suas mãos, se preparando desde logo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Assim como ganhamos várias com o Ministro Gilmar Mendes.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não tenha dúvida, é por isso que tem, é revanche. E nós nunca nomeamos o Gilmar Mendes imaginando que íamos ganhar coisa alguma com ele, ao contrário, veja bem... Inclusive, quero elogiar o Presidente Lula, se ele tivesse tido a lucidez e a grandeza que teve para indicar nomes para o Supremo para as agências reguladoras, o Brasil estaria preparando muito melhor o seu futuro. Eu vi muito aparelhismo em relação à agência reguladora e vi muita isenção em relação aos Tribunais Superiores.

Eu não estou aqui diante de ninguém que me pareça ignorante em matéria jurídica, e eu sou alguém de conhecimentos perfunctórios nessa área, eu não estou diante de alguém inexperiente, eu vejo o meu falecido e inesquecível amigo Evaristo Moraes Filho dizia que havia uma diferença para alguns que ele não reconhecia entre o jurista e o advogado. Ele dizia: *"O advogado não é nem um pouco menos que o jurista, é apenas outro gênero do mesmo ramo, não é menos"*. O jurista... O Juiz consulta, ele opina, ele dá parecer, e o advogado com a sua militância ele também constrói o tal saber notório, e eu não tenho em relação à reputação de V. Exa. nada que a essa boa reputação contrapor. Eu tenho a ideia de que V. Exa. é uma pessoa de cabeça plural e minha bancada, obviamente, que votará do jeito que achar melhor. Nós

já vimos a manifestação do Senador Alvaro Dias e é uma manifestação legitima, vimos também do Senador Perillo, enfim.

Eu vou fazer perguntas a V. Exa. de maneira bastante clara. Antes de mais nada, eu queria ao reafirmar a homenagem merecida ao Ministro Pertence, registrar que V. Exa. se candidata à vaga de uma notável homem público, uma notável figura humana que é Carlos Alberto Menezes Direito. Do que aqui ouvi eu vejo, ficou para mim uma só dúvida, uma só questão, no caso da anistia, V. Exa. agiu com enorme maturidade, me parece que faltou maturidade a quem queria ir além da posição que V. Exa. adotou.

No caso AGU, ex-Ministro Silas Rondeau, V. Exa., obviamente, negou que tivesse indicado advogado para ele, mas em caso de condenação dele V. Exa., então, seria obrigado a obrigá-lo a reaver aos cofres públicos. É isso?

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: É isso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Seria isso. Muito bem.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Eu criei, Sr. Senador Arthur Virgílio, no meu inicio de gestão na Advocacia-Geral da União o departamento de probidade e defesa do patrimônio público, porque até então, muitas vezes, quem ia atrás do dinheiro público desviado era o Ministério Público, mas quem representa a União é a Advocacia Pública. Como eu disse aqui e tive a oportunidade de dizer, a Advocacia de Estado é a Advocacia que defende a União, e a União são todos os poderes. O departamento de probidade e defesa do patrimônio público, ele está exatamente propondo as ações contra gestores, ou pessoas físicas ou jurídicas privadas que mal versaram o dinheiro público. Essas ações são propostas no Judiciário para recuperação, sejam elas decorrentes de decisões do Tribunal de Contas da União, porque o Tribunal de Contas da União condena, mas é a Advocacia da União que propõe a ação de reparação, seja em caso em que a Controladoria-Geral da União, que é o órgão de controle interno do Executivo atua, verifica o desvio e então a União entra em Juízo. E estamos trabalhando com advogados que foram designados para exclusivamente agirem para propor ações. Fazendo uma analogia com o futebol, criamos o ataque, antes a União fazia a defesa, entravam com ação, particular entrava com uma ação e a União se defendia. Agora não, a União, além de se defender, se criou um departamento que é exclusivo para reaver dinheiro desviado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Reaver recursos. Muito bem.

Permitindo-me eu faço perguntas bastante tópicas.

Em relação à questão de invasão de terras ou invasão de próprios públicos sobre o pretexto ou sobre o motivo de pressionar a favor de reforma agrária ou para defender qualquer outra reivindicação. Eu pergunto se isso é crime no seu juízo, ao seu juízo. E pergunto se alguma finalidade política pode tornar lícito algum tipo de comportamento violento. E me refiro ao art. 161, § 1º, inciso II do Código Penal, o caso do esbulho possessório, invadir com violência a pessoa ou grave ameaça ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio para o fim de esbulho possessório. A outra pergunta é ligada a essa questão momentosa, eu, por exemplo, tenho... E nós estávamos falando sobre independência, essa independência é de parte a parte. E aqui e agora eu falo sério, eu estava brincando, mas tenho enorme carinho pessoal pelo Senador Mercadante. Nós todos sabemos que o Ministro Gilmar Mendes é uma pessoa independente, e eu sou amigo pessoal dele, o que não impede de discordar dele ou ele discordar de mim a qualquer momento e a todos os momentos, se for necessário. Eu, por exemplo, não concordo com a ideia de que se possa dispensar diploma de jornalista, eu sou a favor de que se exija o diploma hoje em dia, já que os casos antigos foram ressalvados. A opinião de V. Exa. sobre a reconstrução do diploma de jornalista.

Supondo que a Constituição de um país hipotético disponha que não haverá eleição, a seguir determina essa mesma Constituição: *"Aquele que violar esta disposição ou que propuser a sua reforma, assim como aqueles que o apoiarem direto ou indiretamente cessarão, de imediato, no desempenho de seus respectivos cargos, eles ficarão inabilitados por dez anos*", não é nada hipotético, é o caso que eu gostaria que fosse tratado tecnicamente o mesmo caso de Honduras, art. 239 da Constituição hondurenha, enfim, ou seja, é proibido reeleição, e fica condenado pelo art. 239 a perder dez anos de direitos políticos aquele que burlar essa cláusula pétria da Constituição.

Enfim, então eu pergunto se estaria ou não estaria havendo, de alguma forma intervenção do Brasil em negócios internos da república hondurenha, levando-se em conta essa cláusula pétria da Constituição Hondurenha que é o art. 239.

Muito bem. Eu gostaria, ainda, Sr. Presidente, e V. Exa. já se explicou sobre a questão do Amapá, eu já me informei que como são ações cíveis, nada impede que V. Exa. as responda perante um Juiz de primeira instância, não seria a mesma coisa se fosse ação penal, enfim. Mas eu vou para coisas bem tópicas, porque eu não tenho dúvida de que estou diante de uma pessoa experiente, não tenho dúvida que estou diante de uma pessoa capaz, mediante uma pessoa de bem,

não tenho dúvida em relação a isso de jeito algum. Eu lhe pergunto a sua posição em relação à legalização do aborto. V. Exa. já falou das cotas raciais. Eu lhe pergunto se V. Exa. é a favor da descriminalização do uso da maconha? Já falou V. Exa. sobre a redução da maioridade penal. Eu lhe pergunto qual a sua posição sobre a união homossexual? V. Exa. aprova a permissão legal do casamento entre homossexuais e sobre a adoção de crianças por casais homossexuais? Qual o seu posicionamento a respeito do uso da célula-tronco embrionária para fins de pesquisa? Eu, por exemplo, sou católico, mas nesse episódio eu não sigo a igreja católica, assim como eu tinha verdadeiro amor pelo Ministro Menezes Direito e eu discordava dele nisso, e não diminuía em nada o apreço e o respeito intelectual que sempre tive por S. Exa. que conseguia embasar seus votos sempre com muita sabedoria e sempre com muita generosidade, sempre com muito calor no coração.

Qual a sua posição sobre a permissão legal da prática da eutanásia no Brasil? E, finalmente, Ministro Toffoli, eu lembro que o Procurador-Geral da República, o anterior, o Dr. Antonio Fernando de Souza enviou em março um parecer ao Supremo Tribunal Federal defendendo a extradição do ex-ativista italiano Cesare Battisti. Para ele, os crimes imputados ao Sr. Battisti parecem marcados por certa frieza e desprezo pela vida humana. Souza discordou da tese de que Battisti não deveria ser extraditado porque os crimes seriam políticos. Aí diz, de novo, o antigo Procurador-Geral da República: *"O simples móvel político não autoriza a prática de homicídios premeditados e de violência contra quem quer que seja, de modo que o elemento subjetivo exclusivamente não legitima a classificação dos fatos como crimes políticos"*. Aí eu pergunto se V. Exa. concorda com o Procurador. Eu sei que estou voltando ao assunto, V. Exa. já falou sobre esse assunto, mas eu gostaria que V. Exa. retornasse a ele.

E no mais é lhe dizer que nós tivemos diversas reuniões de bancada para discutir, entre outros assuntos, a posição de V. Exa. perante esta Comissão e depois perante o Plenário. E tomamos uma determinação, a determinação de ouvi-lo. Repeti isso seguidas vezes para diversos jornalistas: ouvi-lo. Nós chegamos a ouvi-lo individualmente cada um e estamos todos a ouvi-lo agora no coletivo. Não nos animou, em nenhum momento, nada que parecesse preconceito, nada que parecesse posição político-partidária. Se alguém tentou partidar isso, não foi o PSDB, não fui eu, muito menos como líder desse partido, em nenhum momento eu olhei aqui alguém que, legitimamente, um dia resolveu ter uma militância política, e a teve. Um caso muito bem citado por vários Senadores do Ministro Ayres de Britto é bem elucidativo, S. Exa. é independente, e, no entanto, em algum momento houve por bem tomar determinada opção de filiação político-partidária, isso é um direito que lhe assiste, o importante é ser magistrado e cumprir, como V. Exa. bem disse, a Constituição à risca, portanto, em nenhum momento nós... Essa foi a primeira decisão que tomamos, eu quero lhe contar o passo a passo. A primeira decisão foi analisarmos sem preconceitos, analisarmos sem essa história maniqueísta e tola de imaginar que V. Exa. poderia ser o longa manos do Presidente Lula no Supremo, aquilo foi uma grosseria cometida pelo ex-líder do PT no Senado, aquele que era líder à época em que o Presidente Fernando Henrique mandou para cá o nome do grande e notável Ministro Gilmar Mendes, nós não faríamos isso, até porque não se repete erros, a gente procura até copiar acertos, mas não se repete erros, e duvido que o PT na oposição amanhã possa se portar do mesmo jeito, haverá de ter amadurecido, porque o tempo não deixa ninguém passar impune nem quanto ao aspecto físico e, supostamente, em compensação à perda de beleza física, tem que ganhar alguma coisa na alma, é preciso ganhar na alma, ganhar na generosidade, ganhar no coração, ganhar na maturidade.

A segunda decisão foi ouvirmos pessoas. Eu ouvi pessoas muito relevantes para mim, para o meu julgamento pessoal. Recebi e-mails em contrário, recebi algumas opiniões a favor, eu vou registrar uma delas, uma delas para não ser exaustivo. O Advogado Tom Villas Boas, ele me disse que advogou contra V. Exa., ele é advogado do PSDB, depois ele foi Ministro do Tribunal Superior Eleitoral e nem por isso deixou de ser isento, e V. Exa. era advogado do PT, portanto, do Presidente Lula na eleição de 98. Ele disse que jamais lidou em luta eleitoral, ele como advogado de um lado e outro como advogado de outro, com alguém tão correto como V. Exa. se portou com ele, é alguém tão capaz de combinar as coisas combináveis e de ser tão previsível quanto V. Exa. foi. Eu tenho outros depoimentos que mexem com pessoas aqui, e que em nenhum momento escaparam da ética, ou seja, eu não tenho... Eu gostaria muito de repetir metade do que disse o líder do PT à época, e a essa altura eu não tenho o que esconder o que já está muito claro pelo que estou dizendo. O líder do PT à época de Gilmar Mendes ele disse: *"Reconheço o seu notório saber, e em Gilmar isso é inegável pelo seu currículo brilhantismo, mas por essas razões outras eu nego o voto a V. Exa.*." Eu estou aqui para dizer que apesar de toda adversidade política passada, e era natural e democrática que ela tivesse processado, eu estou aqui para reconhecer que estou diante de alguém que conhece direito e que daqui a pouco eu darei o voto a

V. Exa. por entender que V. Exa. haverá de ser até em nome da defesa da sua juventude, em nome de um conceito que V. Exa. ainda vai firmar neste país, V. Exa. teria muito tempo para se desmoralizar pouco a pouco até chegar a sua compulsória, eu não posso acreditar nisso, eu tenho que acreditar em isenção, tenho que acreditar em independência, tenho que acreditar em grandeza, enfim. Então, eu digo o contrário, a metade eu digo, reconheço V. Exa. conhece direito e a outra metade é que eu não tenho nenhuma dúvida de que o meu voto deve ser a favor da sua indicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Ministro Toffoli.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Agradeço as palavras do líder Arthur Virgílio. Peço desculpas porque me emocionei. Esse depoimento do Dr. Tom Villas Boas e com o depoimento de V. Exa.

Sobre a invasão de terras e de próprios públicos se é crime. A invasão de terra privada é crime de iniciativa privada. É necessário que aquele que é o proprietário provoque a ação, não é crime de iniciativa pública. Crime de invasão de... A invasão de próprios públicos deve ser rechaçada e ela deve ser impedida. Eu sou contra invasões seja de terras, sejam de próprios públicos. A Constituição Brasileira no inciso XXII do art. 5º da Constituição e no próprio art. 5º da Constituição tem por fundamento a propriedade, e a propriedade deve e é uma das garantias descritas no nosso Direito Constitucional.

Então, nesse sentido é que eu, caso tenha a honra de ser aprovado por esse Senado, é com esses pressupostos de garantia, porque é uma garantia da Constituição Federal em relação à propriedade privada, e também à defesa dos próprios públicos que a minha atuação se dará no Supremo Tribunal Federal. Gostaria de deixar isso registrado a toda a Comissão.

Em relação ao esbulho possessório que o senhor cita é ali a questão do crime exatamente que está dentro dessa questão que eu já respondi. Para mim, mais importante do que o Código Penal é o que está na constituição, e a Constituição protege a propriedade, a Constituição protege e garante o direito à propriedade e ao uso da propriedade.

Diploma de jornalista. Essa questão relativa ao diploma de jornalista, o Supremo Tribunal Federal julgou em um recurso extraordinário no qual a União teve participação. A atuação da União foi e já era uma atuação que já vinha da época anterior a eu assumir a Advocacia-Geral da União, foi uma atuação na defesa do diploma, foi uma atuação na necessidade de que haja o diploma de jornalista para o exercício da profissão. Todavia, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a liberdade de manifestação de pensamento inviabilizava a possibilidade de se ter uma situação em que só pode ser jornalista aquele que fez um curso e que está, portanto, com o título de jornalista.

Aqui há um caso, Senador Arthur Virgílio, para se refletir. Quem foi à Justiça para discutir esse tema, e aqui eu me reporto, Senador, exatamente à minha exposição inicial que, muitas vezes, no Brasil, Presidente Demóstenes, as partes e o próprio setor privado judicializam questões para tentar obter uma solução, mas acabam obtendo a solução inversa, é aquilo que em Direito nós costumamos colocar nas petições jurídicas, e me desculpe a terminologia, foi buscar lã e saiu tosquiado. Quem levou esse tema e judicializou esse tema foram as próprias entidades de jornalistas contra pessoas que atuavam em empresas de comunicação como comentaristas de futebol que não são jornalistas, como colunistas que não são jornalistas e que escrevem nos jornais; e contra isso algumas entidades e algumas associações de jornalistas propuseram ações judiciais para dizer o seguinte: a empresa jornalística tem que ser condenada porque ela não contratou um jornalista, e pedir a condenação da empresa jornalística. Foi essa a origem, qual seja, não foi o Supremo Tribunal Federal que teve a ideia de agora eu vou julgar diploma de jornalista, isso é uma provocação como todo caso que é levado ao Judiciário, por isso que na exposição que eu fiz, eu realmente destaquei que é necessário se refletir muito antes de se levar uma questão ao Judiciário e buscar outro tipo de soluções. Nesse caso concreto, as entidades representativas dos jornalistas é que foram ao Judiciário, e indo ao Judiciário tiveram como resposta, ao final, por parte da Suprema Corte do país, que os cidadãos que atuavam nessa qualidade de colunistas, de comentaristas, de críticos não precisavam ter o diploma, e com isso a solução dada pelo Supremo foi de que o diploma de jornalismo não é condição para o exercício de profissão de quem escreve em um jornal, de quem participa de um programa televisivo, jornalístico ou radiofônico. Então, essa questão é paradigmática nesse sentido, muitas vezes, se buscou um direito e a resposta foi o contrário, porque a Suprema Corte entendeu de maneira diferente.

De qualquer forma, nesse caso concreto, a Advocacia-Geral da União atuou e, evidentemente, que essa atuação se deu na ideia que era a posição do Ministério do Trabalho e Emprego de defesa do diploma de jornalista.

O senhor fez uma pergunta a respeito da Constituição de Honduras. Na minha compreensão o senhor questionou a respeito da impossibilidade pela Constitui-

ção de Honduras da alteração do texto constitucional. Foi isso? Só para eu ter a minha compreensão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Na verdade, é uma coisa técnica mesmo, ou seja, houve golpe, houve contragolpe, o que é que foi? Porque o art. 239, que é considerado pétrio, diz que não pode haver reeleição. O Presidente Zelaya dizia: *"Eu vou para a reeleição de qualquer maneira"*. Houve uma decisão, então, da Suprema Corte, do Congresso Hondurenho no sentido de que as forças armadas cumprissem a ordem dos desalojados do poder. E tem toda essa celeuma hoje na qual se envolve o Governo brasileiro. A minha pergunta é: nesse caso teria havido ingerência do Governo brasileiro? Estaria praticando alguma exorbitância, alguma ingerência nesse episódio? Eu, por exemplo, sou a favor do asilo, claro, concedo asilo, mas asile e retire o asilado para o Brasil e o coloque em qualquer cidade que ele escolha para ser muito bem acolhido, mas não sou a favor de que ele use como panfleto, como palanque de proselitismo político a sacada da Embaixada brasileira, e ele viola, a meu ver, as leis básicas do asilo, enfim, considero deplorável que o Governo hondurenho restrinja liberdades e franquezas individuais, isso é deplorável, é preciso ter uma solução pacífica, mas não sei se a solução pacífica se apressa, ao contrário do que pensa a chancelaria brasileira, se isso se apressa com a presença do Sr. Zelaya lá na Embaixada com a liberdade, que além da liberdade que o direito de asilo concede aos cidadãos. O Brasil já foi beneficiado por milhares de cidadãos seus, pelo generoso direito de asilo que lhe concederam países, enfim, com esse caráter de generosidade, mas nenhum deles tinha direito de conspirar contra o golpe militar de 64 que caçou o mandato do meu pai, que a mim me botou na cadeia e que fez tanto mal a tanta gente; que prendeu o Presidente Lula, por exemplo, ou seja, então não estou discutindo o caráter do Governo, eu estou discutindo o que pode fazer o asilado, qual a liberdade que ele tem, e se não está concedendo uma liberdade demasiada a esse exilado, que, aliás, nem está reconhecido como asilado, não sabe o que ele é, refugiado, hóspede, o que é que ele é. O fato é que a minha pergunta é: diante desse quadro e de ter em vigência uma constituição que permite, impermite a reeleição, ele é apiado do poder por ter desobedecido o mandamento constitucional. Eu pergunto: o Brasil estaria ou não praticando ingerência nesse episódio?

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Sr. Senador, eu, realmente, entendo que nesse caso específico a Suprema Corte atuou, há uma deliberação e a questão a partir daí me parece ser mais um impasse político, uma questão política e menos jurídica. A posição que o Governo brasileiro vem adotando sobre isso, eu tenho acompanhado nesses dias, até porque estou de férias, de longe e pelos jornais. Então, realmente, é uma questão que eu não tenho condições de opinar sobre ela, lhe peço desculpas, mas realmente é uma situação de um conflito em outro país que o Estado Brasileiro vem acompanhando, como eu disse, inicialmente, numa resposta anterior, pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Defesa, e o julgamento dessa posição que o Estado Brasileiro esteja adotando nesse episódio é o julgamento que deve ser feito, sem dúvida nenhuma, pelo Parlamento Brasileiro, que deve ser feito, sem dúvida nenhuma, pela sociedade brasileira, essa discussão ser feita pela imprensa. Mas acho que não compete, no momento, e nessa circunstância, dizer e opinar sobre isso. Realmente, o que eu tenho conhecimento é que até o momento o Sr. Zelaya não fez nenhum pedido de refúgio ou de asilo, então ele está numa condição diferente lá, uma condição que é uma condição juridicamente, realmente de indefinição--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): *Sui generis*.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Realmente, é *sui generis* e há uma indefinição sobre isso, é uma situação difícil, eu acho que para qualquer Governo, qualquer situação de como agir num episódio desse. Espero que a atuação do Estado Brasileiro seja a melhor atuação possível para que auxilie o povo hondurenho, que aí eu acho que é o mais importante, auxilie o povo hondurenho a que ele pelas suas próprias instituições, com as suas próprias pernas consiga a uma solução. É isso que eu desejo para esse episódio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E o que me parece mais estranho é o Governo brasileiro ter uma Embaixada num país de um Governo que ele não reconhece. Aí é terrível. V. Exa. que é Ministro. É difícil--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Conselheiro, eu fiquei para trás, conselheiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): --Não é Ministro, Ministro e conselheiro.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. Já--

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Não esgotei, tem mais perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para ele encerrar as perguntas e concedo a palavra pela ordem... As respostas. Eu concedo a palavra, pela ordem, a V. Exa.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Em relação à legalização do aborto. Eu, inclusive, já tive oportunidade de falar a uma entrevista à Revista Veja a respeito desse tema. Eu não imagino que alguém sobre a face da terra seja a favor de aborto. Tenho certeza de que todas as pessoas não são favoráveis ao aborto. Na legislação brasileira o aborto só é permitido em duas hipóteses, na hipótese de ter risco à pessoa da gestante ou na situação de gravidez originária de estupro. Então, o que nós temos na nossa legislação brasileira? A nossa legislação brasileira o aborto é vedado fora dessas circunstâncias, mas a contrário senso ele é permitido nessa circunstância. Então, essa é uma discussão que se coloca para a sociedade e para o Supremo Tribunal Federal que pode vir a ser instada a se manifestar, em algum momento, sobre a questão relativa à dignidade da vida humana, ao art. 5º da Constituição que garante o direito à vida, como foi no episódio das células-tronco.

O que eu penso que a sociedade... E eu disse à entrevista que eu dei à revista, o que eu penso que a sociedade brasileira deve debater, sim, quais são os mecanismos mais eficientes de se diminuir o número de abortos. Porque, realmente, apesar de ser fora essas duas circunstâncias, proibido em um crime contra a vida, o fato é que, infelizmente, abortos acontecem, ou seja, a simples solução punitiva de criminalizar o aborto na realidade social, na vida das pessoas, não impede que haja e que ocorra episódios de aborto. Então, é necessário que o Estado, no meu ver, eu que sou contra o aborto, é necessário que o Estado, que o Parlamento Brasileiro, que a sociedade brasileira discuta maneiras mais eficientes de combater o aborto, porque, no meu entender, a criminalização não é o meio eficaz para tanto. Veja, quero deixar bem claro a minha opinião, sou contra o aborto, mas é necessário instrumento eficaz. Segundo números que se dizem, de números de abortos que ocorrem pelo país, tem dados que falam em 400 mil/ano, dados que falam em um milhão/ano. Então, ele é um fato da realidade social. A criminalização, portanto, não tem resolvido esse problema, então são necessários instrumentos maiores, mais eficazes para combatê-los. É isso que eu penso como cidadão. Como pensador do direito, o que nós temos é que desde o Código Penal o aborto vem sendo autorizado em duas hipóteses. Então hoje na Jurisprudência brasileira o aborto não é tomado... A proibição do aborto não é um dogma total, porque existem duas hipóteses em que ele pode ser praticado.

Em relação à união homoafetiva, enquanto na Advocacia-Geral da União eu tive a oportunidade de proferir um parecer numa ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. E a compreensão que eu tenho sobre a questão da união homoafetiva tem por fundamento a Constituição Federal. Exatamente o inciso IV do art. 3º. O art. 3º é o que fala dos objetivos fundamentais da República Federativa Brasileira. Inciso IV: "promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo... Sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação". Olha, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a homoafetividade é um fato da cultura humana, é um fato social, na hora de se cobrar imposto de renda do cidadão que é homossexual o Estado não o trata de uma maneira desigual, ele cobra o imposto de renda. Na hora de exigir as prestações para o Estado Brasileiro esse cidadão não é discriminado, ele é tratado igualmente. Então, na nossa concepção... Entendo que há convicções divergentes. Sou católico apostólico romano. Está aqui, inclusive, presente à audiência o meu irmão que é sacerdote, que é padre da Igreja Católica, Cônego José Carlos Dias Toffoli, tive um tio monsenhor já falecido, a minha formação toda é católica, a minha profissão de fé é católica. Agora, eu não posso, como agente do Estado hoje na Advocacia-Geral da União, amanhã, se V. Exas. me concederem a aprovação no Supremo Tribunal Federal, eu não posso como agente do Estado agir pelo que eu penso da minha fé, eu tenho que agir de acordo com a Constituição, de acordo com aquilo que está nos normativos constitucionais e na nossa legislação. Se há a vedação da discriminação eu entendo que é necessário que esse fato social seja reconhecido pelo Estado, que não haja essa discriminação, que possam essas pessoas se libertar dessa discriminação.

A questão relativa à adoção por crianças, aí já envolve uma questão muito mais polêmica. Esse é um debate, vamos dizer, para uma segunda discussão, um debate já da possibilidade de reconhecimento da união afetiva já é um passo inicial extremamente importante. Um segundo passo a esse ponto merece, sem dúvida nenhuma, uma reflexão maior de toda a sociedade brasileira, é assim que eu penso, acho que é algo para uma segunda discussão. Mas hoje, de acordo com a Constituição, eu não vejo, sem dúvida nenhuma, como o Estado manter uma discriminação em relação a essas pessoas.

Em relação a células embrionárias para pesquisa, isso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal, tive a oportunidade de sustentar oralmente no Supremo a posição favorável à essas pesquisas. Tinha ali uma situação, Senador Arthur Virgílio, que é de profunda natureza do papel do Estado. O papel do Estado é garantir direitos, e para garantir direitos ele tem que ter instrumentos para essa garantia. Nós temos um fato

que é da realidade social. Qual é esse fato? Através de resoluções do Conselho de Medicina, o Conselho Nacional de Medicina foram autorizadas pesquisas embrionárias para a chamada fecundação *in vitro*, a fecundação artificial para casais que não tinham condições de ter os filhos. E essa atividade gerou um número de banco de embriões congelados. Esses embriões foram fecundados e estão congelados, eles têm uma situação dos seus doadores, aqueles que doaram o seu gameta, o óvulo ou espermatozóide e formaram um óvulo. Essas pessoas, esses casais, eles são, para usar entre aspa a expressão, "são pais daquele óvulo que está lá". Por outro lado, esse fato existe. O que é que eu disse na Tribuna do Supremo? Se eles têm direito à vida, se a situação é de que eles têm direito à vida, então eles têm direito de nascer, se eles têm direito de nascer, só existe uma forma: é inocular esses óvulos no ventre de alguma mulher. O Estado tem o instrumento e o poder de obrigar alguma mulher a receber aqueles óvulos? Como exercer esse direito? Como obrigar uma mulher a receber aqueles direitos? Inclusive, tive a honra de, naquele debate, ter como *ex adverso* na tribuna o grande Professor Ives Gandra Martins, o grande Professor Ives Gandra Martins, ele na tribuna se referiu aqui nos Estados Unidos existem campanhas para que voluntárias se habilitem a receber esses óvulos e então possam gerar aquela vida latente que lá está nessa fecundação *in vitro*. Mas aí eu pergunto, aquele patrimônio genético tem uma origem, essas pessoas que fizeram a doação dos seus gametas, elas teriam que autorizar, é uma situação extremamente complexa e realmente do ponto de vista moral e ético, extremamente complexa, extremamente difícil. Como o Estado vai obrigar alguém a doar do seu patrimônio genético mesmo na hipótese de haver voluntárias para desenvolver no seu útero aquele embrião? São questões difíceis de resposta. São daquelas questões, como eu já disse, extremamente complexas e que todas as soluções têm fundamento no direito, elas têm fundamento ético, seja da ética de responsabilidade do Estado, seja da ética de princípios da igreja; são questões que nós seres humanos somos postos à prova no dia a dia.

Essa foi uma das questões que mais, realmente, me tocou ao longo da Advocacia-Geral da União e que mexeu com o Brasil inteiro. É a proteção à vida. Eu entendo que a proteção à vida é realmente o maior princípio que nós temos que ter, é a maior defesa que nós temos que ter, porque para se ter vida digna como se quer a Constituição, antes de tudo, precisa ter vida. Mas também existem circunstâncias, existem situações em que o Estado é colocado diante de um dilema e nessa situação a defesa que fizemos foi de aquele material ser possível até porque as informações técnicas dos cientistas diziam que passados mais de três anos, aquele material já não tinha mais um potencial de se transformar em um feto por conta do passar do tempo.

Então, essas questões eu não me furto de responder. Eu entendo, Sr. Senador, que são questões extremamente relevantes para a sociedade brasileira, não só as Sras. e Srs. Senadores, a sociedade brasileira saber o que pensa um candidato, alguém que está indicado a um cargo dessa alta relevância. É com alta responsabilidade que já refleti sobre isso quando estava na Advocacia-Geral da União, e se caso V. Exas. me deem a honra de ir ao Supremo é com responsabilidade ainda maior, porque lá se estiver, serei julgador, terei palavra final, é com maior responsabilidade ainda que procurarei atuar nessas causas polêmicas, difíceis para o ser humano. Agradeço as perguntas e espero ter--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu ia pedir pela ordem, o Demóstenes ia me dar a palavra pela ordem.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, para registrar que o Ministro Toffoli respondeu a todas as perguntas feitas por vários Senadores e que nenhum político gosta de responder. Portanto, eu parabenizo V. Exa. pela sinceridade com que abordou cada tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, apenas para fazer uma sugestão e um apelo também. Para que os membros das bancadas se sentissem contemplados pelas falas dos líderes, pelas indagações dos líderes das bancadas, e a maioria dos líderes já falaram, para que a gente possa começar a votação. Se não for aceita a minha proposta, que se abra então a votação, porque a partir das 14, 14h30 que já são 15 horas a gente tinha outra agenda a cumprir, a maioria dos Senadores teria outra agenda a cumprir, que a gente pudesse acelerar um pouco o processo. Acho que todos gostariam de fazer indagações ao Ministro Toffoli. Está sendo muito boa essa audiência pública. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O Senador Arthur Virgílio apresentou um requerimento, mas ele está de acordo com que a gente possa--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Concordo, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Então, nós poderíamos começar o processo de votação a partir de agora, enquanto os oradores continuam com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu sou contrário, Sr. Presidente. O Presidente efetivo tomou uma decisão e comunicou que a votação só iniciaria depois do último orador que falasse. Eu acho que deve ser feito assim. Eu também não concordo o que diz o nobre Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Mas houve nova proposta que foi apoiada, inclusive, pelo próprio autor do requerimento.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas eu me manifesto contrário, eu acho que o fato do líder ter falado não significa que outros Senadores não queiram falar também--

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não, os Senadores continuarão falando, a questão é que alguns por economia processual, nós poderíamos começar a votação enquanto os oradores continuariam com a palavra. A palavra não será caçada dos oradores inscritos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com todo respeito eu penso o contrário, eu penso que se fosse o caso, então, suspenda a sessão hoje, se volte amanhã a discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Mas nós vamos concluir essa--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O líder do Governo não concorda, e eu concordo porque tenho razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Nós vamos concluir a sessão hoje.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Isto. E votar quando terminarem os oradores.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pois não, Senador Romero.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Apenas para registrar o seguinte: O Senador Arthur Virgílio fez um requerimento verbal que foi aprovado por todos ou pela grande maioria que se manifestou, e nós tivemos então o entendimento de que assim seria feito da forma que foi até agora. Outro requerimento foi feito agora verbal também--

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): E eu vou colocar em votação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): --nós estamos votando favoravelmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu vou colocar em votação o requerimento.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): --V. Exa. registra o voto contra do Senador Pedro Simon e a maioria define como fazer

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu vou colocar em votação o requerimento para começarmos a votação a partir de agora. Os Srs. Senadores que estejam de acordo com--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, me permite, Sr. Presidente? Agora eu insisto que se leve em conta a opinião do Senador Pedro Simon, porque eu não queria, de forma alguma, violentar a vontade de S. Exa., ou seja, até porque ele tem razão, não há diferença entre líder e não líder, e se credencial valesse ele tem mais credencial do que todos nós aqui.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Veja só, eu compreendo a proposta e o encaminhamento de V. Exa., só que seria, na minha opinião, quando o Senador Arthur Virgílio pediu que nós cumpríssemos o regimento, me pareceu algo extremamente sensato, até porque o Plenário não fará a votação enquanto nós não terminarmos. Seria, primeiro, uma descortesia com o Ministro Toffoli, nós estaríamos votando aqui não em decorrência do que ele disse, mas seria uma espécie de... Para usar uma imagem Presidencial, de FLAxFLU, ou seja, temos contra e a favor ao Ministro Toffoli. Então, ele tem que terminar a sabatina, e seria também um desprestígio para o Senado. Agora como é que nós abrimos a votação antes que o sabatinado conclua todas as suas respostas, antes que os Senadores façam todos os seus questionamentos? Pode ser que lá no fim da votação um Senador faça uma pergunta que decida o voto de muitos contra ou a favor.

Então, eu compreendo o açodamento, a vontade; mas de qualquer forma o que vai acontecer no final da votação, a votação, a abertura, o escrutínio só vai ser feito ao final, de qualquer forma, então eu sugiro que nós aguardemos. Eu sei que muitos querem votar, mas seria de bom alvitre para a Casa e uma consideração ao sabatinado que aguardássemos ele dar todas as respostas a todos os questionamentos dos Srs. Sena-

dores. Vamos lembrar que um processo como esse, nos Estados Unidos, costuma demorar até 40 dias--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): --Eu acho que o nosso Parlamento precisa se dar o devido valor. Um dia todo não vai descadeirar um Senador, digamos assim--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos aguardar as respostas do Ministro. Eu sugiro a V. Exas. que nós ouçamos o que tem que dizer o nosso Ministro--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): --Em consideração a ele e ao próprio Parlamento. E concedo a palavra a V. Exa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, duas questões. Eu, normalmente, concordo com V. Exa., então discordar é raro. Mas eu quero apenas fazer dois registros: primeiro dizer que quando o Senador Arthur Virgílio e o espírito foi esse, quando o Senador Arthur Virgílio fez o pleito e colocou a questão de que pudesse se questionar amplamente, na verdade, era o objetivo dele e de toda a oposição, basicamente, e de parte do Governo também, de ver esclarecidas as questões que estavam na mídia, que foram levantadas, enfim, que houvesse, efetivamente, uma cobrança nas explicações. O duro e amplo questionamento que foi feito aqui, as perguntas, todo o questionamento, todo o debate que foi feito aqui, inclusive, pela oposição demonstram todas as condições do Ministro Toffoli de assumir o Supremo, está claro isso.

Agora, se nós cumprirmos o que manda o regimento e, efetivamente, tivermos cinco minutos, nós teremos a condição de, efetivamente, ter um prazo de votação razoável--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu posso fazer em bloco, inclusive.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): --Agora se nós esticarmos da forma como está se conduzindo nós vamos ter... Até agora cinco oradores, têm 15.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Aí vamos levar muito tempo, pode ser que levamos quatro, cinco horas, é demais para um Senador.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Nós temos que cumprir o regimento. Eu concordo com o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Quatro a cinco horas é um tempo muito longo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu concordo com o Senador Pedro Simon, eu concordo e acho que devemos cumprir o regimento. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então veja só, foi questionado ao Ministro Toffoli, claro, sobre a sua reputação ilibada, os questionamentos mais evidentes que já foram feitos, agora nós estamos também aferindo o outro requisito que é o notável saber jurídico. Perdão, é isso mesmo, o notável saber jurídico. Então, vamos concluir a sabatina.

Com a palavra... Eu sugeriria, então, aos Senadores, se os Senadores concordarem, os Senadores passarão a fazer o questionamento. A cada cinco Senadores, o Ministro anota os questionamentos, e, em seguida, ele responde a esses cinco Senadores, assim nós conseguiremos abreviar a sabatina. Pode ser assim?

Então, concedo, inicialmente, a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu tive a oportunidade de apresentar a esta Comissão um relatório relacionado com a indicação do Dr. Antonio Toffoli para o Supremo Tribunal Federal, onde eu apresentei o seu itinerário profissional, a sua atuação na advocacia privada, a sua atuação no magistério, a sua atuação na Advocacia-Geral da União. Eu vou ser breve, Sr. Presidente, comentando apenas alguns questionamentos que foram feitos após o meu relatório, alguns deles levantados na sessão de hoje.

Em primeiro lugar em relação ao notável saber jurídico do Advogado-Geral da União, o problema do mestrado, do doutorado, da reprovação do concurso para Juiz. Eu entendo, Sr. Presidente, que o título de mestrado e de doutorado muito honram àqueles que o possuem, mas a contrário senso, o fato de uma pessoa, de um advogado não possuir o mestrado e o doutorado isso não significa que ele não possa ter o notável saber jurídico. Sobre esse assunto eu quero ler um depoimento muito balizado do ilustre criminalista Arnaldo Malheiros Filho que diz o seguinte: *"O saber jurídico não vem só de uma carreira acadêmica, vem também da prática de profissões legais, advocacia, promotoria, magistratura, de leituras e reflexões"*. Existe também um questionamento sobre a reprovação do Dr. Toffoli no concurso para Juiz. Eu aqui repito que o concurso para Juiz, para entrada na magistratura do Brasil, é um dos mais difíceis do setor público, e que aquele que é aprovado num concurso para magistratura tem notável saber jurídico. [soa campainha]. Mas eu queria também, nesse caso, dizer que o fato de uma pessoa que foi reprovada num concurso para magistratura,

não significa que ele tem que ser condenado o resto da vida ao ostracismo, não significa que após aquele evento, ele não estudou, ele não se aperfeiçoou, ele não atuou em setores básicos que lhe conferem notável saber jurídico. O currículo do Dr. Toffoli apresenta que ele foi Advogado-Geral da União. Ora, se nós fizermos uma pesquisa, e eu a fiz, mostra que a Advocacia-Geral da União é quase o caminho para a entrada de uma pessoa no Supremo Tribunal Federal. Quinze ex-consultores gerais da República, 15 pessoas que ocuparam o cargo de Consultor-Geral de República e um Advogado-Geral tiveram acesso ao Supremo Tribunal. De modo que eu entendo, Sr. Presidente, que essa questão de saber jurídico é muito pessoal, mas que o fato de ter ele assumido a função, exercido o cargo de Advogado-Geral da União, no momento que se examina currículo, dificilmente, o item tem uma pontuação tão elevada como Advogado-Geral da União. E também nós temos que saber e ver depoimentos daqueles que estão em postos chaves do mundo jurídico, foi o que ocorreu com pronunciamentos do ex-Ministro, do atual Presidente do Supremo Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Ayres Britto, Nelson Jobim; todos eles atestando o notável saber jurídico do Dr. Toffoli.

Também a OAB se pronunciou sobre esse assunto, e o Presidente da OAB em carta enviada ao Sr. Presidente da República afirmou que, independentemente de títulos acadêmicos o exercício continuado da advocacia pode conferir notório saber jurídico, pois lida com a realidade da vida em sua mais ampla complexidade. Por isso eu entendo, Sr. Presidente, e faço da carreira do Dr. Toffoli, do cargo que ele ocupou de Advogado-Geral da União, do depoimento dado por pessoas, por Ministros do Supremo Tribunal Federal, pela Ordem dos Advogados do Brasil que ele tem notável saber jurídico para ocupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal.

O outro questionamento, Sr. Presidente, se diz a amizade do Dr. Toffoli com o Presidente da República. Eu fiz um levantamento também de pessoas que foram nomeadas para o Supremo Tribunal Federal; um pouco de conhecimento, um pouco de presença e cheguei à seguinte conclusão: Em primeiro lugar, nunca um Presidente da República nomeou um inimigo para o Supremo, nunca nomeou um inimigo, porque o Presidente da República não nomeia um inimigo para ser o Supremo Tribunal Federal. Segundo, eu acho que nós devíamos mudar a sistemática de nomeação de Ministros de Supremo Tribunal tirando esse poder absoluto de o Presidente da República indicar quem ele quiser. Eu acho que nós devíamos partir para um critério como existe para nomeação de Ministros de outros Tribunais. Mas também recorrendo à história, nós verificamos que uma série de Ministros nomeados e que ocuparam o Supremo Tribunal tinha relação de amizade muita estreita com os Presidentes que o indicaram. É o caso do Victor Nunes Leal com Juscelino Kubitscheck, de Hermes Lima com João Goulart, de Clóvis Ramalhete com Figueiredo, de Maurício Corrêa com o Ministro Itamar Franco, e o Senador Pedro Simon conhece muito bem, de Nelson Jobim com Fernando Henrique Cardoso.

Queria também dizer o seguinte, outro questionamento levantado é que o Dr. Toffoli tinha uma militância política com o Presidente da República e com o partido do Presidente. Eu não vou entrar no mérito se ele tem essa militância ou não, mas também voltando ao que existiu e o que ocorreu no passado, nós tivemos políticos militantes que ocuparam o cargo do Supremo Tribunal Federal. Eu queria mencionar, por exemplo, o caso do Ministro Hermes Lima que foi chefe da Casa Civil do Presidente João Goulart, do Adauto Lúcio Cardoso, do Aliomar Balieiro, do Prado Kelly, do Nelson Jobim que foi Ministro da Justiça do Presidente Fernando Henrique. De modo que houvesse... O Leitão de Abreu. De modo que se houvesse militância nós podíamos até mencionar que o Ministro Carlos Medeiros participou ativamente do ato adicional nº. 01 ao lado de Francisco Campos que levou, praticamente, o Presidente Castelo Branco ao poder, e isso era um relacionamento estreito. De modo que o problema de militância e de amizade eu acho que não é um trunfo ou argumento para dificultar ou para impedir a nomeação de um ilustre jurista para o Supremo Tribunal Federal.

Questionou-se também o fato do Dr. Toffoli figurar como réu em decorrência de duas ações populares no Amapá. Sr. Presidente, a ação popular nasceu como importante instrumento do Estado democrático, mas todos os senhores sabem que ela se vulgarizou, ela, nos últimos anos, tem sido utilizada como instrumento político, usado por pessoas contra seus adversários. E para avaliar o peso de uma denúncia com ação popular, nós temos que recorrer a quem? Ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, ao Dr. Gilmar Mendes que em entrevista disse o seguinte: *"Até me surpreende que ele como Advogado-Geral da União não tenha mais ações, só duas. Cabe examinar se tem substância para o conceito de reputação ilibada. Ter um processo contra alguém não afeta, claro, examinado dentro do contexto próprio. A questão fundamental é essa: isso tem relevo para, eventualmente, justificar uma recusa? A princípio não me parece que seja o caso"*. De modo, Sr. Presidente, eu entendo e quero apenas e adiciono esses pontos ao meu relatório, que em face do seu currículo, da sua atuação na Advocacia-Geral da

União, de advogado da própria história da recondução de nomeação para o Supremo Tribunal Federal, que o Dr. Toffoli preenche os requisitos de notável saber jurídico, de reputação ilibada e que não existe qualquer condicionamento ou qualquer fato que desabone a sua chegada a esse importante cargo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Considero, antes, antes considero visitas honrosas a esta Comissão a do Deputado Federal Paulo Maluf, ao do Deputado Federal Jorge Maluly e ao do Deputado, a visita do Deputado Federal Dr. Rosinha.

Com a palavra o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Demóstenes Torres, prezado Dr. José Antonio Dias Toffoli. Na sua exposição o senhor nos disse, V. Exa. nos disse que ainda iria fazer uma consulta aos diversos membros e colegas do Supremo Tribunal Federal com respeito a alguns temas, se poderia ou não participar da votação.

Ainda hoje o Professor Joaquim Falcão, ao analisar a sua arguição, mencionou o caso recente da Ministra da Corte Suprema dos Estados Unidos que foi indagada pelos Senadores sobre se haveria casos em que ela própria, por algumas razões de consciência, de envolvimento histórico, pessoal, que ela poderia se declarar impedida de votar, e deram a ela alguns dias para relacionar esses casos. E agradeceria se puder V. Exa. nos dizer se há alguns casos que V. Exa. pode já prever que, eventualmente, tenha alguma situação de incompatibilidade ou para se declarar impedido de votar e mesmo que sem o prazo que teve a Ministra Sotomayor de alguns dias para, inclusive, responder por escrito, e ela assim o fez, citando diversos casos.

Gostaria também de lhe perguntar se considera que o Supremo Tribunal Federal deveria se tornar uma corte constitucional com a transferência de algumas competências para outros órgãos, notadamente o Superior Tribunal de Justiça, se considera que a exemplo do sistema alemão deveria ser fixo o tempo de mandato dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, se avalia que seria próprio que o processo de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, antes da indicação pelo Presidente, se deveria ser precedida por eleição de lista tríplice por parte da comunidade jurídica do país como alguns juristas têm proposto.

Outra questão: Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, existem cerca de cinco mil cartórios no país que não têm como titulares pessoas aprovadas em concurso público. Na Câmara dos Deputados há uma proposta de emenda à Constituição que pretende dar efetividade a estes cartórios ou responsáveis pelos cartórios, e o próprio Presidente Gilmar Mendes tem expressa a sua opinião de que isso não seria adequado.

Poderia nos dizer qual a sua opinião acerca da constitucionalidade dessa proposta?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrou, Senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Terra de Direitos, uma organização de direitos humanos, a propósito, inclusive, da sua arguição encaminhou algumas sugestões de perguntas que me parecem bastante relevantes acerca da concepção e compromisso de V. Exa. ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Se considera que o uso de mecanismo de participação e controle social democrático das atividades do Poder Executivo como a ampliação da realização de audiências públicas acerca de termos de interesse social e por ocasião da elaboração de planejamento estratégico da política judiciária seria adequado? Se também deveria haver a adequação dos cargos ministeriais judiciários aos parâmetros democráticos com a instituição de mandatos fixos? Se há efetiva implementação das ouvidorias de Justiça com participação social nos termos da resolução retirada da pauta do Conselho Nacional de Justiça, seria algo relevante.

Com respeito, Presidente Demóstenes Torres, ao tema do julgamento da questão de extradição ou de reconhecimento de refúgio do Sr. Cesare Battisti, conforme a decisão do Ministro Tarso Genro, eu gostaria de assinalar quando o Senador Alvaro Dias mencionou o caso, disse que Cesare Battisti havia sido acusado pela Justiça italiana de cinco assassinatos. Eu gostaria de aqui corrigir porque ele é acusado de quatro assassinatos. Mas diferentemente do que aqui pondera o Senador Augusto Botelho e outras pessoas que sorriram com essa observação, eu gostaria de dizer que há evidências de que não houve qualquer dos quatro assassinatos.

Eu gostaria de encaminhar ao Presidente Demóstenes Torres para que possa ser, inclusive, distribuído aos Srs. membros da Comissão de Constituição e Justiça e também ao Ministro, ao Dr. José Antonio Dias Toffoli o documento que foi formulado pela escritora francesa Fred Vargas, as 13 perguntas ao Ministro Relator Cezar Peluso, *"Equívocos e imprecisões que podem levar um homem à prisão perpétua"*.

E gostaria, Sr. Presidente, de aqui afirmar, eu como bisneto e neto de italiano, pretendo fazer uma visita ao Embaixador da Itália no Brasil, porque mais e mais ao estudar em maior profundidade esse assunto quero transmitir ao Embaixador La Francesca que se houver alguma testemunha sã na Itália que, porventura, tenha observado, visto, testemunhado o

Sr. Cesare Battisti realizar qualquer dos quatro assassinatos, que eu me disponho a ouvir essa pessoa e transmitir aos Ministro do Supremo Tribunal Federal que, de fato, essa pessoa tenha ouvido, porque de tudo que se pode examinar, das mais de cinco mil páginas dos processos relativos ao caso Cesare Battisti na Corte Italiana e na Corte Europeia, conforme estudou em profundidade a Sra. Fred Vargas que se encontra aqui presente, Presidente, aqui a Fred, ela está aqui presente acompanhando com muita atenção, mas não há, senão, aqueles que fizeram a denúncia e por isso ganharam o prêmio da delação premiada, o Sr. Pietro Mutti e outros. E eu tenho a convicção de que no momento em que todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal estudarem este caso com a devida profundidade, chegarão à conclusão semelhante àquela que teve o próprio Ministro Tarso Genro ao conceder o refúgio ao Sr. Cesare Battisti, e aquelas pessoas que tão indignadamente, inclusive, têm inscrito dizendo: mas como é que poderia eu estar defendendo uma pessoa responsável por quatro assassinatos? A estas pessoas eu quero dizer que o estudo em profundidade deste assunto me levou à conclusão de que falta à Justiça italiana comprovar, de fato, e, sobretudo, porque houve nos processos a impossibilidade de Cesare Battisti realizar a devida defesa, e houve diversas, houve três procurações falsas na designação de seus defensores, e isso deve ser muito considerado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. pode encaminhar que a mesa distribuirá aos Srs. Senadores e ao Ministro Toffoli.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu agradeço ao Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, .

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente Demóstenes Torres, Sr. Relator Senador Francisco Dornelles, Ministro Toffoli. Minhas questões são curtas e...

Uma questão que costuma gerar constantes conflitos, não apenas entre correntes ideológicas, mas também entre os poderes da União, e até mesmo entre segmentos de um mesmo poder é o grau de intervenção com que o Estado deve exercer o seu poder sobre as diversas atividades do país. Qual a avaliação faz V. Exa. dos atuais controles que o Estado Brasileiro impõe à atividade econômica? Em especial, qual a sua avaliação sobre os poderes e atuação das agências reguladoras?

A segunda. Na AGU V. Exa. promoveu um trabalho de parceria com o Tribunal de Contas da União que visava, creio, ampliar a atuação conjunta das duas instituições. Agora a forma de atuar do TCU vem sendo questionada por várias autoridades federais, a meu ver, injustamente, em função do rigor com que o órgão de controle vem auditando e fiscalizando obras e projetos no âmbito do Governo Federal. A meu ver, o TCU vem cumprindo fielmente o seu dever constitucional. Talvez seja esse o bom caminho aproximar os organismos de controle dos diversos poderes, seria esse um caminho para pacificar eventuais conflitos entre os diversos órgãos de fiscalização e controle?

Quanto à minha posição em relação à sabatina, eu estou considerando que o depoimento que o Dr. Toffoli deu até agora tem satisfeito amplamente, e eu já tenho a minha posição formada em relação ao voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. E passo a palavra ao ilustre Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, Sr. Antonio Dias Toffoli. Em primeiro lugar eu felicito V. Exa. pela exposição. Realmente, V. Exa. demonstrou competência, capacidade. E eu fiquei muito satisfeito com a sua exposição.

Mas eu quero fazer questão de expor aqui uma questão, primeiro eu estou gostando desta reunião, porque o debate está sendo sério, está sendo profundo; não é o normal desta Casa, o normal desta Casa que as interpelações são feitas de uma maneira vulgar sem nenhuma preocupação No caso de V. Exa. vem à interrogação algumas perguntas que V. Exa. responde. Mas houve casos aqui de perguntas graves que a gente sábia e tinha certeza e ninguém tocou no assunto. Então, não é da tradição do Senado fazer aquilo que faz o Congresso americano, que é o grande debate, que é a grande discussão, que é a grande interrogação. O Congresso americano, o principal condutor político, a principal pessoa com relação ao Governo do Presidente Obama, que seria encarregado da saúde, e era um homem que durante os oito anos do Governo democrata esteve preocupado com essa questão, foi indicado para a Saúde e lá no Senado quando foram ver, ele tinha deixado de pagar, não sei a quantia no imposto de renda, e foi recusado, foi recusado puro e simplesmente porque estava devedor do imposto de renda. Dizem até que toda essa questão, toda essa interrogação que está tendo com relação à Saúde, e os fracassos que o Obama vem tendo na condução dessa questão é que na hora o homem que ele preparou tinha tudo para levar adiante não pode ser. A outra senhora também que ele também apresentou, a senhora brilhante que era para ser Ministra de outro setor, tinha uma empregada doméstica peruana que estava ilegalmente, e empregada ela não pagava o

dividendo social, se tomou conhecimento disso e ela não pode ser.

Então, lá as coisas existem, as coisas funcionam. Quer dizer, e repare, volto a repetir, o homem que era o homem, o gênio do... Porque o plano número um do Presidente Obama era a questão da saúde, a bandeira dele toda estava em cima da questão da saúde que vem de longe, país de primeiro mundo, o maior país de primeiro mundo tem 50 milhões de americanos que estão fora do plano de saúde, que não têm nem o nosso [ininteligível] aqui, se não tem seguro de saúde estão liquidados. Pois apesar de tudo isso, o congresso funcionou. No meio de uma crise que parecia que o mundo ia cair, no meio dessa crise que parecia que o mundo ia cair o Presidente Obama no auge de seu prestígio, vitorioso com a vitória, todo mundo do lado dele manda um projeto, 1 trilhão e 700 bilhões de dólares que era o projeto para salvar o mundo, a Câmara rejeitou, a Câmara rejeitou, "não serve, não queremos esse projeto", e ele teve que se reunir, teve que debater, levou não sei quantos dias para fazer o segundo projeto, e o segundo projeto a Câmara debateu, discutiu com ele um longo período e fez uma série de emendas e reformas para ser aprovado. Aqui no Brasil que nós não tivemos... Como é que o nosso querido Lula disse? Foi uma marolinha que nem aquele, o Governo mandou para cá um projeto para atualizar com relação à crise, mas mandou medida provisória, entrou em vigor no mesmo dia, e nós aqui apenas o [ininteligível].

Então, eu digo com toda sinceridade, em primeiro lugar tenho respeito por V. Exa., segundo lugar, vou ser muito sincero, eu recebi muitas manifestações contrárias à indicação de V. Exa., porque a imprensa vem publicando a questão de condenado, etc. e tal, não passou em concurso; mas as manifestações que eu recebi do Jobim, do Governador de Santa Catarina, do Governador do Rio de Janeiro e tantas outras garantindo pela idoneidade, pela dignidade de V. Exa., a mim me tocaram.

Agora eu digo o seguinte, nós temos um artigo da Constituição que diz isso, o Supremo Tribunal se compõe de 11 Ministros escolhidos, pessoas de menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e de reputação ilibada, esse é o artigo. Nós temos um artigo que nem esse que se aplica para Parlamentar, só que um Parlamentar diz o seguinte: *"De acordo com a legislação..."*, de acordo com lei complementar. Até agora não temos conseguido lei complementar, até agora não conseguimos, o Senado aprova, mas a Câmara rejeita. Agora esse artigo no que tange a Desembargador, a Juiz é um artigo que tem sido respeitado. E como ele tem sido respeitado até hoje? Pessoa que não foi condenada. Não apareceu aqui, eu gostaria, se eu estou enganado, que me digam, algum membro que nós indicamos para Ministro do Superior Tribunal, para o Supremo Tribunal Militar que tenha uma condenação. V. Exa. tem, ridícula, na minha opinião, eu não consigo entender, eu gostaria de saber isso, como é que um Juiz depois de V. Exa. ter sido indicado para o Supremo lhe condena numa ação lá em primeira instância lá no Amapá? Eu não sei e não teve dedo do Sarney, posso lhe garantir. É uma coisa estranha. Aí é que eu falei inclusive na época. Eu acharia que o Presidente Lula podia deixar, porque todas as informações que eu tenho é que V. Exa. vai ser absolvido nessa questão, esse recurso vem para cá, V. Exa. já recorreu, e todos dizem que V. Exa. vai ser absolvido. Eu acharia que o Presidente Lula podia deixar, e ele precisa de V. Exa., pelo que diz o Senador Mercadante, com razão. A competência de V. Exa., como advogado, é infinita. V. Exa. podia ficar mais um ano de Procurador, de advogado, e na vaga, e eu não estou falando vã, não é uma interrogação, está aí a vaga do gaúcho, que vai se aposentar quando completar 70 anos, agora em maio, agosto do mês que vem, V. Exa. entraria. E já com absolvição, sem esse caso de ter uma condenação.

Então, nós não abriríamos esse precedente, com V. Exa., nós estamos sabendo. V. Exa. é um homem de bem, eu até agora quero saber o que esse juiz substituto, por que ele fez uma atitude dessas, em cima de V. Exa. ter sido indicado para Ministro do Supremo, não sei. Mas existe. E o precedente aqui eu vou lhe ser sincero: V. Exa. vai ser o responsável porque, daqui para diante, babau. Quer dizer, vai ser juiz em Primeira Instância, em Segunda Instância. Não, tem aquele antecedente foi... Então, eu vejo, essa é uma realidade.

V. Exa... V. Exa. mostrando um caminho bacana. Eu fico perguntando para mim. Se V. Exa. tivesse passado, com 41 anos, para Juiz de Direito lá em São Paulo, o Presidente, ele seria hoje já Desembargador? Não seria Desembargador ainda? É.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Passar aos 41 anos?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ainda não. Para ver como é o destino.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Demorar muito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Rodou em dois concursos, está indo para o Supremo. Se tivesse passado no primeiro concurso, ainda não era Desembargador em São Paulo. A vida é cheia de sutilezas que a gente tem que analisar e a gente tem que debater. Mas, na verdade, na verdade, notável saber jurídico. Não tem curso de Mestrado, não tem curso de Doutorado, isso não quer dizer nada. Tem um grande...

Mas não passou em dois concursos. V. Exa. não passou porque não quis, cá entre nós, não se preparou, já estava metido lá no PT, fazendo as campanhas do PT ou coisa parecida. Porque, pela competência que V. Exa. demonstrou hoje, eu até não entendo como é que V. Exa. deve até explicar por que é que rodou. Porque o importante é V. Exa. responder por que rodou em dois concursos, porque, pelo que V. Exa. demonstrou agora, tinha que ser o primeiro da turma.

Mas eu não estou preocupado com V. Exa. Eu acho que V. Exa. demonstrou notável saber jurídico, demonstrou. Eu não estou preocupado. Eu acho que o PT está fazendo hoje um *mea culpa* muito bonito, porque o que o PT fez com relação ao atual Presidente do Supremo, quando ele veio aqui, porque vinha sido advogado e defendido Fernando Henrique, foi uma coisa difícil. Mas hoje o PT é um outro PT. É um PT... Bom, o líder é o Jucá, não preciso dizer mais nada, preciso?

[risos]

Então, a coisa hoje, a coisa hoje é diferente dentro do tempo. Por isso, veja como o PT evoluiu, é verdade.

[risos]

Então, hoje, o PT vem e faz uma defesa bonita de V. Exa. Mercadante, que é um Senador excepcional, com muita competência e com muita categoria, fez a defesa de V. Exa., e fez bem.

Agora, se nós olharmos, é tudo contrário do que foi dito no antecessor. Eu sou sincero. Eu acho que o PT estava errado lá, está acertado agora. Mas são coisas que aconteceram na indicação de V. Exa.

Olha que gesto bonito do Lula, se ele... V. Exa. pedisse e ele retirasse o nome de V. Exa., eu juro a V. Exa., eu estaria aqui, garantindo o voto meu, da minha família, do meu avô para V. Exa. daqui a um ano, porque daí estaria resolvido. Aí foi absolvido no Tribunal, ficou provado que aquele juiz substituto fez uma bobagem e não abria o precedente de que não precisa. Pode ser condenado e vai para o Supremo. Já pode ser condenado e ir para Presidente da República, para Senador, para Deputado, que não tem problema. Mas, para os tribunais, hoje não pode.

Outra questão que eu vejo, e eu não dou importância, é a experiência profissional. Eu acho que isso é realmente positivo. O Senador Francisco Dornelles diz muito bem. Ele não viu o Presidente da República nomear inimigo. Eu também nunca vi Presidente nomear inimigo. Mas o problema é que o Lula tem amigo que não acaba mais. Olha... E o Lula, primeiro, no início, ele tinha amigo no PT; agora, é no PT, no PMDB, no PTB, no PP, na antiga arena... Entre os empresários, a nível internacional, lá no Irã, por afora tudo... Ô homem que tem amigo que é o nosso Presidente Lula. Aí fica uma coisa um pouquinho mais complicada.

Mas eu acho que, com relação a V. Exa., V. Exa. foi um grande homem partidário e merece respeito. Foi um homem de partido e cumpriu a sua missão de partido, e, quanto a isso, eu não tenho nenhuma dúvida, nenhuma preocupação. A minha preocupação é com relação ao mensalão. Porque V. Exa. estava lá na sub-chefia, do lado do sub-chefe da Casa Civil. E eu venho dizendo aqui uma coisa muito sincera. Eu divido o Governo do Lula antes e depois da atual Chefe da Casa Civil. Quando chegou lá a atual Ministra Chefe da Casa Civil, o Governo do Lula está aí, um Governo transparente. Pode ter casos de coisa errada aqui, lá, não sei aonde, mas, em termos do Palácio do Governo, não tenho nenhuma dúvida de que não tem.

Agora, no tempo do Zé Dirceu, é que aconteceu o mensalão, e nós, que estávamos aqui na época, vamos lembrar. O mensalão era todo lá na Chefia da Casa Civil. Onde é que se reunia o Presidente do partido? Numa sala da Casa Civil. Aonde é se reunia o tesoureiro? Numa sala da Casa Civil. Onde é que se reunia o homem, aquele do dinheiro, lá de Minas Gerais? Como é o nome? Valério. Numa sala da Casa Civil. Que a coisa foi feita ali. Não é por nada que a imprensa publicou e ele... Foi dito que ele era o chefão do mensalão. O homem que coordenou e foi cassado por isso. E V. Exa. estava lá. E a imprensa diz que V. Exa. era um amigão do homem.

Uma coisa que eu não consigo entender hoje é qual é o papel do Ministro Zé Dirceu. Ele é um Deputado cassado. No entanto, as informações que se tem é que ele é uma das pessoas mais fortes que existem dentro do Governo. Eu acho uma coisa estranha de ser explicada. Inclusive que a sua indicação é uma vitória pessoal que ele queria que tivesse sido feito. V. Exa. vai votar contra o mensalão, vai se abster do mensalão, eu acho que faz muito bem. Embora, a rigor, é um voto a menos de condenação porque, se fosse um outro, talvez condenasse. V. Exa. não condena, não absolve, vota em branco, já é meio voto que o pessoal vai ter.

Uma angústia que eu tenho: V. Exa. se manifesta contrário à investigação do Ministério Público. Olha, eu aqui... Essa, aliás, é a posição do atual Presidente do Supremo. Eu quero dizer que eu tenho uma discordância frontal com V. Exa., e essa posição de V. Exa. é muito simpática, a começar pelo meu Senador aqui, na minha frente. Ele está vibrando. O Senador Romeu Tuma, olha aí, olha a alegria dele.

[risos]

Se depender dele, ele tira tudo amanhã. E tem muito Senador aqui que também não gosta, cá entre nós. E muito Prefeito que também não gosta. Que, na

verdade, a Constituição deu poderes à Promotoria e, muitas e muitas vezes, ela tem, eu vou ser sincero, tem casos que ela tem errado. Promotorzinho guri, que entra lá pela primeira vez, pega um Prefeitozinho humilde, do interior, e chega lá, bota a Constituição: "Está aqui, olha. O lixo é responsabilidade da Prefeitura. Te dou seis meses para tirar...". Tirar um lixão que faz 40 anos que está lá. Se não tira em seis anos, ele vai para cadeia. Então, tem equívoco, mas daí é evitar que a Procuradoria faça esse trabalho, sinceramente, eu defendo, com toda sinceridade, uma posição contrária.

Eu sou que nem os Estados Unidos, que nem a Europa, que nem a Itália, que eu acho que tem que terminar é com o inquérito policial. O inquérito policial é que atrapalha. Se nós colocarmos o Delegado de Polícia dentro da carreira, junto com o juiz, Promotor, Delegado e fazer um inquérito só, que, na hora que começa 'alguém matou alguém', em vez de chegar lá o Delegado e ficar – que nem aconteceu com o PC Farias -, ficaram um ano para lá, pa-pa-pa, para, depois de um ano, dizer que foi um crime de paixão, que ela matou ele, depois se matou? E, quando entrou em Justiça, não tinha mais o que fazer. Então, eu sou totalmente a favor da investigação policial. E vejo V. Exa. muito duro, no sentido contrário. V. Exa. e o Presidente do Supremo. O Presidente do Supremo, inclusive, foi Procurador. Mas, engraçado--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, o Presidente do Supremo esteve aqui e disse que a investigação pelo Ministério Público é possível. O Ministro Gilmar Mendes disse aqui que... Inclusive, o voto dele já foi dado nessa direção.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu fico satisfeito, saiu uma declaração que deve ter sido tumultuada. Eu fico contente.

Outra questão que eu não consegui entender é a questão da tortura. A disparidade de posições entre V. Exa. e o Ministro Tarso Genro. Com toda sinceridade, eu fico com o Ministro Tarso, com todo o respeito. Mas o Brasil firmou tratados internacionais contra a tortura, definidos como crime de lesa humanidade. V. Exa., na condição de Advogado Geral da União, ingressou na Justiça em São Paulo numa ação que decidia o mais notório réu da tortura do país, o Coronel de reserva do Exército, Carlos Alberto Brilhante Ustra, que montou, chefiou o DOI-CODI e é uma das pessoas mais duras que a gente conheceu. V. Exa., na condição de Advogado Geral da União, a rigor, colocou o Presidente Lula nessa questão e ficou praticamente do lado do DOI-CODI. E V. Exa. se bateu de frente com Tarso Genro e com o Ministro Paulo Vanucci, que defende com vigor a condenação dos torturadores.

Essa é uma questão que eu não sei... A tese que eu defendia e que eu vejo, de defesa, é de que a tortura é um crime contra o qual não há prescrição. E a tese que eu defendo, eu estava aqui, é que nós, quando votamos a lei anti-tortura, nós votamos anistia, mas votamos com o Governo... Estava no Governo, o General Figueiredo era o Governo, e nós do MDB éramos ampla minoria. Nós inclusive apresentamos uma emenda, que foi rejeitada. E o Governo diz: "O que vai ser aprovado é isso que está aqui, e pronto". E nós não tínhamos outra saída, senão aprovar. Diferente do que aconteceu na Argentina, do que aconteceu no Chile, onde a lei da anistia foi feita depois da queda da ditadura. Aí, foram os vitoriosos que fizeram. Então, os torturadores estão sendo punidos no Uruguai, estão sendo punidos na Argentina, estão sendo punidos no Chile.

Então, essa tese de V. Exa. me deixa assim, e eu não sei, eu acho que V. Exa. deixou um pouco complicado o Presidente da República, que ele ficou entre V. Exa., que ele tem um carinho, uma admiração muito especial, e a posição do Tarso, que no fim, não se sabe quem é que estava certo ou quem é que não estava certo.

Por outro lado, tem uma questão aqui que eu acho muito interessante, e essa eu gostaria de fazer uma pergunta a V. Exa. Quando V. Exa. gerou... Perdão, quando V. Exa. advogou para a agência de propaganda Matisse, que atendia o Governo Lula no caso das cartilhas do PT, em 2006, o senhor disse que: "não haveria nada de errado em material impresso com dinheiro público ser distribuído por partido político se ficasse provado que ele, o partido político, era mais eficiente nessa distribuição do que o próprio governo". V. Exa., como Ministro vai defender essa mesma bandeira, essa mesma tese que defendeu nessa posição?

Eu felicito V. Exa. e acho que V. Exa. fez um belo papel. Eu fico feliz. Sei que V. Exa. vai ser aprovado, tranquilamente; alguém até disse para mim: "Não te mete nisso, Simon, esse juiz tem 40 anos, vai ficar 70 anos lá. Tu vai morrer, tu vai morrer, vão ficar teus filhos, teus netos e ele está lá de Ministro do Supremo". Eu digo: "Não, mas ele me parece que tem uma fisionomia responsável, sério e tranquilo, isso eu acho que de mim não vai passar para a família". Por isso eu fiz com a maior tranquilidade e o maior respeito. Muito obrigado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senhor Presidente, só apenas para fazer um comentário, já que eu fui citado. Eu quero--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Art. 14.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, nem art. 14, eu quero apenas fazer um comentário.

Hoje, eu resolvi uma dúvida que eu tinha. Eu sei com quem Jânio Quadros conversou, antes de fazer aquele projeto da renúncia; foi com o Senador Pedro Simon.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quer falar?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero aproveitar a citação só para ajudar a esclarecer--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa parte pode até ter sido verdade, mas eu sei com quem o Presidente do Senado telefonou, falou, antes de declarar vaga a Presidência da República e não deixar o João Goulart assinar: foi com o nosso amigo líder.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, eu queria só... Eu não vou discutir aquilo que é direito de opinião. Só queria ajudar a esclarecer um fato que eu acho que é relevante nessa discussão, sobre o processo do Amapá. Primeiro, um processo foi anulado pelo Tribunal. O outro processo é contra o contratante. Quer dizer, o escritório de advocacia participou de uma licitação com modalidade de carta-convite pelo menor preço. Prestou o serviço, prestou o serviço. O Ministro Toffoli não é citado no processo. Três dias antes das testemunhas deporem, da defesa, um juiz substituto julga exatamente no momento em que é publicizada a indicação dele para o Supremo. O juiz titular volta e suspende imediatamente a ação. Se isso for um argumento para condenar algum cidadão, eu faço questão que V. Exa. vá para o Supremo, pelo menos por ter vivido isso e não ajudar a patrocinar injustiças, como nós temos assistido todo tempo nesse país.

[soa a campainha]

Se, de um lado, nós temos que acabar com a impunidade; do outro, nós temos que discutir as coisas como elas são. E o Procurador do Estado disse que não havia expertise, não havia condições defender o Estado em Brasília. Um Estado pobre, um Estado que não tem estrutura. Então, se realmente isso for uma razão de impedimento, e citar que é um processo em abstrato--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não tenho nenhuma dúvida, Mercadante. Senador, eu não tenho nenhuma dúvida.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --fica muito difícil, fica muito difícil.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Senador, por favor, eu não tenho nenhuma dúvida de que o Ministro vai ser absolvido. Eu não tenho nenhuma dúvida nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos adiante?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Só que foi condenado e foi feito recurso.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não foi condenado, está suspensa, está suspensa a decisão. E eu estou colocando as razões. Ele nem citado foi, Senador Pedro Simon. [soa a campainha] Não foi citado na ação--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos deixar o próprio--

[falas sobrepostas].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Três dias antes da defesa se pronunciar, o juiz substituto faz?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Isso prejudica...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Toffoli, Senadores, Senadoras e Deputados aqui presentes, demais participantes desta Sessão, eu gostaria de enfatizar, em primeiro lugar, a forma tranquila e serena com que o Dr. Toffoli está sendo sabatinado nesta Comissão, se conduziu, em todos os momentos, com humildade, decência, argumentação precisa, qualidades que não podem faltar a um juiz, notadamente a um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ter a humildade de ouvir, a paciência de escutar, para decidir com serenidade.

E vi que, em todos os momentos, mesmo naqueles momentos mais duros, com perguntas legítimas, é bem verdade, mas que não deixaram algumas delas de serem provocativas. E daqui eu pude ver que, na sua fisionomia, não nasceu nenhuma luz de arrogância, de represália, de vingança. E o político... E olha que o político tem o dever de auscultar as pessoas, de ouvir as pessoas e de entender a personalidade das pessoas, apesar de que nem todos sejam psicólogos. Mas, no dia a dia, nós nos tornarmos verdadeiros psicólogos, para entender o interior das pessoas.

V. Exa. é vítima, lá no Estado do Amapá, daquilo que se chama atraso da Justiça, demora na prestação jurisdicional, inclusive com o cometimento de uma falta grave da Justiça, qual seja o de não lidar, o de não obedecer ao princípio do contraditório e da ampla defesa, que, aliás, essa é a primeira pergunta que eu faço: O que fazer para evitar situações como essas, onde, depois de cinco anos de um processo, onde o réu nem sequer é ouvido, é elaborada uma sentença

e, depois desta decisão, é que o pretenso culpado é citado, é intimado para tomar conhecimento. Então, a primeira pergunta que eu faço: o que fazer para evitar situações como essas, ou seja, procrastinação dos processos judiciais e desobediência ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa?

Aqui, nesta Comissão, nós discutimos um projeto muito importante, que veio da Câmara dos Deputados, que lá foi aprovado esse projeto, por unanimidade, e aqui, no Senado, praticamente por unanimidade. Só teve um voto contra, que é o projeto da Defensoria Pública, da nova Lei Orgânica da Defensoria Pública. Há uma certa divergência quanto a determinados dispositivos que dão à Defensoria Pública uma ação mais ampla e legítima na defesa dos hipossuficientes, dos mais necessitados. E posso dizer que reconheço a importância do Ministério Público. Sabemos que o Ministério Público tem uma agenda de realizações muito forte aqui no Brasil, que cumpre o seu papel. Mas o Ministério Público achou que esta matéria da qual eu fui Relator e conduzi aqui, na Comissão, e também no Plenário, que há determinados dispositivos, como, por exemplo, o da Ação Civil Pública, que não poderiam constar dessa lei. O que acha V. Exa. do conteúdo desse projeto de lei que está para ser sancionado pelo Presidente da República? Desta matéria que foi aprovada recentemente aqui, pelo Senado Federal?

PEC dos Vereadores. Há uma discussão, inclusive o próprio Ministério Público já entrou com... Se eu não me engano, uma ADIN. [soa a campainha] Bom, o Ministério Público está entrando com algum procedimento para evitar a posse dos suplentes de Vereadores. Há um dispositivo, na PEC dos Vereadores, que permite que esta PEC tenha efeito retroativo às eleições passadas. Sendo assim, o conceito eleitoral de cada zona eleitoral teria que ser revisto e... Para abrir à possibilidade da diplomação e posse dos novos Vereadores. O que acha V. Exa. desse dispositivo, já que V. Exa. ainda não é julgador, ainda não foi nomeado Ministro? Eu queria saber de sua opinião sobre a PEC dos Vereadores e da validade dessa retroatividade.

No mais, eu gostaria de enaltecer a coragem, a inteligência e o espírito de visão do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que está dando vez à juventude, está dando vez aos mais jovens, está proporcionando a grande oportunidade de, no Supremo Tribunal Federal, a mais alta Corte do nosso país, se operar uma renovação, se necessária... Sangue novo, que corre nas veias da Justiça brasileira.

E também enaltecer a lealdade com que V. Exa. se conduziu, em todas as atividades que exerceu, seja no Poder Legislativo, como Assessor, onde pôde ver o quanto sofrem os políticos, o quanto são incompreendidos os políticos. E o quanto eles trabalham para melhorar a vida do cidadão, da cidadã brasileira. Também no Executivo e agora na AGU, em contato permanente com as leis do nosso país e também com as mais altas autoridades, inclusive do Supremo Tribunal Federal, onde V. Exa. fazia a defesa dos interesses da União [soa a campainha]. A sua lealdade... Presidente, garanto que eu vou falar muito menos, não falarei nem a metade de alguns que aqui se pronunciaram. Eu já estou terminando. Ah, foi... Desculpe, Presidente.

Então, eu acho que a lealdade é uma qualidade imprescindível ao ser humano. Sêneca, grande filósofo, homem estudioso, que conhecia como ninguém a personalidade e a integridade moral das pessoas, ele chegou a afirmar que "a lealdade é o bem mais sagrado do coração humano". E tenho certeza que V. Exa., empunhando, como empunhou a Constituição Federal, haverá de ser no Supremo, na mais alta Corte do nosso país, haverá de ser leal à nossa Constituição, haverá de se ater à interpretação dos princípios constitucionais e da legislação do nosso país, decidindo, com sabedoria, com equilíbrio e sem se incomodar muito com as luzes e os refletores, com a mídia, que, muitas vezes, influencia decisões nesse país. Um Ministro não pode ser midiático. Um Ministro tem que agir de acordo com a lei, com a Constituição e com a sua consciência.

Bom, pelo meu depoimento, eu acho que V. Exa. não tem nenhuma dúvida sobre a minha posição, daqui a pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Gilvam Borges. Perdão, Senador Eduardo Azeredo, depois V. Exa. Perdão, só para não furar a fila. Bom, eu vou só ouvir mais o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Gilvam Borges--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Eu vou ser rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): --Senador João Pedro, aí passamos às respostas, e, em seguida, faremos em bloco final.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Presidente, Senadores e Senadoras, eu quero primeiro fazer uma... Só uma observação. Nós estivemos aqui quando o Ministro Menezes Direito foi sabatinado. E eu me lembro bem, Dr. Toffoli, que, em certo momento, quando lhe foi perguntado sobre uma questão, uma acusação injusta que lhe era feita, se emocionou aqui, no depoimento. É uma... É interessante que V. Exa. também tenha se emocionado aqui. Eu acho que isso mostra uma faceta muito importante, porque a Justiça deve ser cega, mas os Juízes são de carne e osso. Então, V. Exa. vai substituir um Ministro, que é

o Ministro Menezes, que foi realmente um homem que evidentemente honrou muito o Supremo. E demonstra aqui esse mesmo caráter de ter um sentimento humano importante, quando o Senador Arthur Virgílio, ele perguntava as questões.

Eu vejo que essa questão que é levantada, de filiação partidária, isso não é relevante, eu tenho certeza que a sua... O seu desempenho será, evidentemente, imparcial. Até porque a gente vê que, por exemplo, o Ministro Carlos Britto pediu ao Presidente Lula para não sancionar, para não vetar, ao contrário, que vetasse a questão do voto impresso e o Presidente Lula não o ouviu. Só para dar um exemplo que nem sempre o Presidente acompanha o que alguém como o Ministro Carlos Aires Britto lhe pediu, que não mantivesse o voto impresso na urna eletrônica. Mesmo assim, o Presidente manteve. Então, essa questão não me parece relevante. Eu confio plenamente de que é um corte, como V. Exa. colocou aqui, a partir de agora, da sua vida como advogado, e a sua vida como Juiz. Esse é um ponto importante, assim como é esse ponto que mostra a sua... O seu sentimento humano, semelhante ao do Ministro Menezes Direito.

E eu quero lhe fazer apenas uma questão só, seria sobre o processo do chamado índice de produtividade rural. Eu não sei se esse assunto já foi questionado aqui. Quer dizer, é com base nesse índice de produtividade rural, que se diz se uma propriedade ela é produtiva ou não é produtiva. E, de repente, nós estamos de frente... De fronte a uma questão em que o produtor rural, ele é obrigado a produzir, mesmo em ano de crise. Quando você tem uma fábrica de automóveis, se tem uma crise, ela pára de produzir. Agora, o produtor é obrigado a produzir; se ele não produzir, corre o risco de perder sua terra, ela ser até mesmo expropriada. De maneira que essa é a questão que eu queria ouvir qual sua opinião sobre essa dificuldade que enfrenta o produtor rural, especialmente com este índice de produtividade rural.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente, Excelência, Ministro Toffoli, assim é em outras instâncias do poder. Esta Casa, esta augusta Casa, com este Colegiado, tem os vários perfis, os vários estilos, e isso advém de uma cultura estabelecida. Nós temos os parlapatões, nós temos os parlapatinhos e nós temos os Parlamentares. Sem dúvida, diferenças existem. Muitas vezes, a análise profunda de um currículo de uma personalidade, com todos os seus agregados de valores, em certos momentos, o foco é completamente diferenciado.

Quando V. Exa. disse três coisas aqui que eu me impressionei porque retrata realmente as condições mais importantes para que V. Exa. possa ser e ter o sucesso desta sabatina para poder chegar à Corte maior do país. A sua vivência no Congresso Nacional, com as suas inúmeras Comissões, tanto no Senado como na Câmara, nos bastidores, contribuindo na elaboração de leis, de pareceres, conjecturando também sobre as várias doutrinas, numa convivência também importante da política, na convivência agora com o salutar trabalho na AGU, sem dúvida, tem um retrato preciso. E eu tenho três perguntas, e são poucas e bem objetivas, até pelo nosso estilo de entender e fazer política.

Primeiro. V. Exa., em 1999 a 2001, foi professor em uma universidade em Brasília ou em São Paulo? Isso eu não tenho certeza. Segundo, V. Exa., na sua militância, na advocação da sua profissão, atuou sempre só nas instâncias superiores ou já vem militando desde a universidade em primeira, segunda e terceira instância?

E a terceira pergunta é justamente essa em que a sua formação de independência lhe dar a condição da compreensão evolutiva, em saber que, assumindo uma posição de Ministro, V. Exa. terá toda a liberdade de julgar conforme os seus valores jurídicos e os seus valores como pessoa humana, agregado dentro dos valores que conceberam a sua personalidade.

E não tem coisa mais importante, Ministro, do que ver, do que olhar. Eu aprendi há muito tempo isso. Antes, eu me impressionava com discurso na televisão, quando via pessoas falando de forma eloqüente e boas idéias, e muitas vezes, eu me enganei. Depois eu aprendi que havia uma diferença em olhar, em ver, em sentir. E quero lhe dizer que V. Exa., sem dúvida, sendo consagrado com o voto desta Comissão, V. Exa. será um grande Ministro, eu não tenho dúvida disso. Porque, por onde V. Exa. passou, V. Exa. imprimiu muitas soluções importantes, como é o caso da AGU.

Então, são essas três perguntas só que eu tinha a lhe fazer e lhe parabenizar pela postura, pela paciência em estar debatendo com os senhores e senhoras Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Ministro Toffoli, primeiro, este debate ele enriquece a vida pública de V. Exa., este Senado e a sociedade brasileira. Eu acho que eu vejo com normalidade e, mesmo nos momentos mais tensos do debate, faz bem para a democracia, faz bem para a discussão do Estado Brasileiro. Afinal de contas, nós estamos discutindo um nome, mas é o

Estado Brasileiro. E os Senadores externam opiniões e opiniões da nossa sociedade.

Primeiro, do ponto de vista da conduta do Presidente Lula na indicação dos Ministros. O Presidente Lula, ele também vai ser julgado pelas indicações que fez ao longo do seu Governo. Talvez, para os Senadores que estão aqui, não seja importante lembrar, mas a indicação do Ministro César Pelluzo, do Ministro Carlos Aires Britto, do Ministro Joaquim Barbosa, do Ministro Ricardo Lewandowski, do Ministro Eros Grau, da Ministra Carmem Lúcia Antunes, do Ministro que, há pouco tempo nos deixou, que é o Dr. Carlos Alberto Menezes Direito, indicações do Presidente Lula. Com certeza, o Presidente Lula não mudou os seus critérios, não mudou, não caiu a responsabilidade que tem na indicação de nomes que compõem a nossa Corte máxima da Justiça brasileira.

Então, eu fico tranquilo em relação ao compromisso, à relação respeitosa que o Presidente Lula, de forma exemplar, tem dado na relação com o Congresso Nacional, com o Poder Judiciário, com a sociedade brasileira. É claro que o Senado deve fazer a arguição e deve fazer esse debate. V. Exa. sai, no meu ponto de vista, renovado. Sai com mais compromisso. V. Exa. mencionou aqui o ganho, o aprendizado na relação que teve, como Assessor, aqui do Congresso Nacional. Eu considero isso relevante, a passagem pelo Congresso Nacional. É no Congresso Nacional, é na Câmara, é no Senado, que nós discutimos o Brasil, lá na sua profundidade. E V. Exa. passou por aqui e conhece a dinâmica, o compromisso, a dedicação, o compromisso desta Casa de Parlamentares, enfim. Então, eu considero isso importante.

E destacar a juventude de V. Exa. Se alguém... E eu li, nesses últimos dias, esse argumento, por conta da juventude de V. Exa. Mas V. Exa. tem uma juventude e carrega saberes. V. Exa. tem uma juventude que traz, no seu bojo, responsabilidade. Estes dois anos e meio em que V. Exa. passou pela AGU, esse é um legado importante, por conta dos temas, das discussões, mas do comportamento, da forma como V. Exa. tratou.

Com certeza, por conta da passagem pelo Congresso Nacional, pela militância como advogado e pela forma como representou a AGU, é que V. Exa. recebe o apoio, e eu gostaria de ler alguns trechos, Sr. Presidente, sem ser demorado, mas eu considero importantes, relevantes para o Ministro Toffoli, não para nós, que vamos votar e temos a responsabilidade de votar, mas eu considero importante, no bojo desse debate, a manifestação do Dr. Cezar Britto, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, quando escreve e diz que, independente de títulos acadêmicos ou mesmo de obras publicadas, o exercício continuado da advocacia pode sim conferir notório saber jurídico, pois lida com a realidade da vida em sua mais ampla complexidade. Está aqui, nas mãos dos Senadores. Eu considero isso relevante a participação da Ordem dos Advogados do Brasil nesta indicação, da mesma forma como considero relevante o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, integrado pelos dirigentes das entidades representativas das carreiras de advogados da União, Procurador Federal, Procurador da Fazenda Nacional, e Procurador do Banco Central, tenho a satisfação de cumprimentá-lo pela indicação ao Senado da República, pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva para compor o Supremo Tribunal Federal.

São manifestações que dizem respeito a endossar e a participar desta discussão. Da mesma forma que quero destacar também a participação da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, que congratula com o Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva para compor o Supremo Tribunal Federal, consequência, diz a manifestação, "de uma atuação séria, responsável e de máxima competência, ao longo de sua trajetória profissional".

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu considero esta discussão importante. Eu estou tranquilo e vou votar, pela primeira vez, como membro do Conselho, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, designado pelo bloco de apoio ao Governo, designado pelo líder Senador Aloizio Mercadante, e participar, na minha primeira reunião, de uma discussão tão importante para o Senado, para o país.

Há poucos dias, eu assisti uma sessão no Supremo, e fiquei surpreso com a manifestação de um membro do Supremo acerca da CNJ. E um membro do Supremo fez uma crítica dura acerca de um procedimento da CNJ.

E eu finalizo aqui a minha fala, querendo ouvi-lo acerca do papel, da importância, que considero, da CNJ para o Brasil, para a sociedade brasileira. Mas gostaria de ouvi-lo acerca... A sua opinião acerca deste... Que compõe o Estado Brasileiro, deste instrumento importante da sociedade, da fiscalização e do zelo também com a nossa Justiça. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra ao Dr. José Antonio Dias Toffoli para responder, em bloco, as perguntas que foram formuladas pelos Srs. Senadores.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Agradeço, Sr. Presidente, agradeço a todos os Senadores que me questionaram neste bloco.

Inicialmente, respondo ao Exmo. Senador Eduardo Suplicy. Só que peço para eu acionar aqui um pouco de paciência às várias questões. O senhor me

perguntou a respeito de impedimento. Eu já respondi anteriormente que, em toda causa que eu atuei e pela lei eu estou impedido de atuar, eu não atuarei no Supremo Tribunal Federal. Isso inclui aconselhamento, de acordo com a legislação vigente.

Em relação ao Supremo Tribunal Federal ser uma Corte Constitucional exclusiva ou não, o Brasil tem esse sistema dual. Ao mesmo tempo em que nós temos uma Corte que tem o papel de Corte Constitucional, ela também tem o papel de ser a última instância do Poder Judiciário. Ela julga casos entre particulares, entre duas [soa a campainha], dois pólos da ação, em casos específicos, em casos individuais. Ela também julga *habeas corpus* em grau... Em último grau de decisão e de recurso. Essa é uma discussão importantíssima porque, evidentemente, uma Suprema Corte e uma Corte Constitucional, ela deve ter por papel fundamental discutir os grandes temas da nação.

De qualquer sorte, o Congresso Nacional não tem faltado ao Poder Judiciário e ao Supremo Tribunal Federal com a criação de vários instrumentos para privilegiar o papel de Corte Constitucional, ao mesmo tempo em que criou o mecanismo da repercussão geral [soa a campainha], que valoriza os Juízes e as instâncias inferiores para que, nas questões que não são de repercussão nacional, elas não tenham a possibilidade de chegar ao Supremo Tribunal Federal, ou seja, o país caminha mesmo que não de uma maneira radical, da noite para o dia, mas caminha num sentido de Corte Constitucional. E é bom que, nessas questões, esse caminhar seja feito com bastante tranquilidade, seja feito sem rupturas.

Em relação ao processo de escolha, que V. Exa. também perguntou. O processo de escolha, adotado pela Constituição Brasileira e desde a época da Constituição Republicana de 1891, é o de escolha por parte do Presidente e de aprovação pelo Senado Federal por maioria absoluta.

Em outros países, há outros sistemas de escolha. Nós adotamos o modelo norte-americano. O que é importante, antes de mais nada, é nós verificarmos que a composição de uma Suprema Corte, a composição de uma Corte Constitucional, ela deve ter... Ela deve ter um crivo da democracia. Ela deve ter um crivo que passa pela vontade do eleitor. A maneira como isso ocorre no sistema constitucional brasileiro, que adotamos o norte-americano, é o Presidente da República, que foi eleito pelo povo diretamente, portanto, então, tem o mandato popular, indica, e o Senado da República, onde estão representados todos os Estados da Federação, mas também estão representados os cidadãos de todos esses Estados da Federação, através do voto popular e do voto popular majoritário, deliberam se aquela indicação, ela é uma indicação para... Que deve ser aprovada para o Supremo ou não. É daí que vem o suporte democrático, daí é que vem o aval da população e do povo brasileiro a uma indicação à Suprema Corte. É daí que se cumpre o preceito do art. 1º, parágrafo... Parágrafo único da Constituição, que todo poder emana do povo, e a Suprema Corte, com esse sistema, ela é composta com o crivo do povo.

Em outros países, como, por exemplo, na Alemanha, existe um *quorum* maior, um *quorum* mais qualificado, um *quorum* de dois terços para aprovação. Existem sistemas em que a Câmara dos Deputados indica determinado número, o Senado Federal outro, e o Executivo outro número. Existem outros sistemas, mas todos eles devem passar pelo crivo do Congresso Nacional, no meu entender, porque esse é o crivo do voto popular. É o crivo em que o indicado ao Supremo será batizado pela população, através dos seus representantes eleitos.

O *quorum*... Um *quorum* mais qualificado, como ocorre na Alemanha, evidentemente exige uma necessidade de um maior consenso sobre o indicado para esse indicado ser aprovado. Há uma participação maior na discussão por parte daquele que é indicado à Suprema Corte brasileira. Mas o *quorum* do Brasil também não é um *quorum* desconsiderável. É a maioria absoluta dos 81 Senadores, após a argüição feita pela Comissão de Constituição e Justiça.

Então, eu entendo que a discussão sobre o modo de indicação a Ministro de Suprema Corte, ele é um debate que sempre estará nas mãos do Congresso Nacional. Não é uma cláusula pétrea. O Congresso Nacional pode alterar essa forma de composição. Só, no meu entendimento, ele só não poderá mudar essa forma de composição se ele retirar a participação do povo dessa indicação.

Portanto, eu sou contra, por exemplo, que a Corte Suprema seja preenchida através de uma carreira judicial, exatamente para que não seja uma Corte Suprema objeto de apropriação de corporações; o que importa é sempre que o modelo que seja adotado, mantido esse ou adotado outro, não se esqueça que há que ter a legitimação do voto popular.

Em relação a dados do CNJ sobre cinco mil cartórios no país, sem aprovados em concurso público. A Constituição brasileira... A Constituição brasileira de 88, ela pôs fim à hereditariedade nos cartórios do país. Antes, os cartórios eram passados de pai para filho, era como que uma propriedade. Daí até a expressão estado cartorial.

Ora, um cartório é um serviço Delegado, é um serviço [soa a campainha] público, e o princípio da nossa Constituição é o do concurso público para pre-

encher cargos públicos. Então, é fundamental garantir que o concurso público seja respeitado para os cartórios. Esse debate teve uma outra pergunta, não sei se foi V. Exa. ou um outro Senador que me perguntou sobre a PEC que tramita... Foi o senhor mesmo? Que tramita sobre a possibilidade de prorrogação de quem hoje está na titularidade sem concurso público. Esse tema, caso aprovado aqui, no Congresso Nacional, com certeza, suscitará, Sr. Presidente Senador Demóstenes Torres, a discussão se isso está afrontando, ou não, alguma cláusula pétrea. Se essa Emenda Constitucional é constitucional, se ela está preservando a ideia dos princípios constitucionais. É um debate que será aberto, na medida em que a Constituição prevê o concurso público, eu imagino, e a minha posição é favorável ao concurso público. É um cargo público, é uma delegação do Estado, e essa delegação tem que ser preenchida através do certame do concurso público. Aliás, em muitos lugares, os concursos públicos foram realizados; há os cartorários concursados e que têm conduzido os cartórios com extrema correção, com extrema... Com extrema eficiência.

Uma outra pergunta de V. Exa., questão relativa a Audiência Pública, em participação... Em questões relativas à administração e gestão do Poder Judiciário. O Poder Judiciário é um poder que está cada vez mais transparente à sociedade. O Poder Judiciário hoje é um poder aberto à sociedade. O Conselho Nacional--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Silêncio, por favor, vamos deixar o Ministro concluir as suas respostas.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: O Conselho Nacional de Justiça, fruto do trabalho de V. Exas., através da Emenda Constitucional nº 45, adotou um sistema para racionalizar a gestão do Poder Judiciário.

No Brasil, não havia dados a respeito do número de processos em tramitação, não havia uma sistematização, e o Conselho Nacional de Justiça está fazendo uma série de trabalhos importantíssemos. Está levantando todos esses números, está levantando e tentando uniformizar os sistemas de informática nos tribunais, para que, no Brasil, passe a ter um número único em cada processo judicial, cada Tribunal, cada instância tem um número; isso atrapalha, isso confunde, isso prejudica, isso burocratiza.

Enfim, o Conselho Nacional de Justiça já está desempenhando um papel importantíssimo, de melhorar e ampliar a gestão do Poder Judiciário. Está de parabéns o Congresso Nacional pela aprovação do Conselho e também está de parabéns o Conselho Nacional de Justiça pela gestão que vem fazendo.

Outras questões a se discutir para ampliar essa participação sempre entendo que serão bem-vindas, porque todo Poder Público, ele deve ser, antes de tudo, um poder transparente. Ouvidoria na Justiça pode ser algo também importante. Quando eu assumi a Advocacia Geral da União, um dos primeiros atos que eu fiz foi criar a Ouvidoria a Advocacia Geral da União, assim como criei uma Comissão de ética na Advocacia Geral da União. É necessária a transparência na administração e na gestão da coisa pública em todos os Poderes.

Respondendo ao Senador Antonio Carlos Júnior, a quem agradeço as perguntas e as palavras, em relação ao grau de intervenção do Estado na economia, em relação às agências reguladoras. Em relação ao grau de intervenção do Estado na economia, o meu pensamento é voltado à ideia de que o Estado deve ter a função de promotor do desenvolvimento nacional. Eu volto a dizer isso. Eu acho e o meu entendimento vai no sentido de que o Estado deve ser um grande mediador da sociedade. O Estado deve ser um grande mediador dos setores, tanto a indústria quanto o setor agrícola, quanto os trabalhadores, tanto o comércio, e ser um grande incentivador... O Estado, ele tem que intervir na economia para incentivar o seu desenvolvimento. E a melhor maneira de o Estado incentivar o desenvolvimento nacional é trabalhando com segurança jurídica. É não tendo alterações das regras do jogo. É o empreendedor saber que ele pode fazer aquele investimento, que ele vai recuperar aquele investimento e vai obter o seu lucro no futuro.

E também é necessário que, no Brasil, nós tenhamos... Deve se perder aquela ideia de que o empresário ter lucro é pecado. É da essência dum empreendimento, é da essência daquele que tem uma atuação empresarial, na agricultura, ele ter e obter o seu lucro; é seu direito. Numa concessão, ele tem o direito de prestar o serviço e também obter e aferir aquele resultado que é o seu lucro.

As agências reguladoras, elas surgem e são extremamente importantes exatamente para assegurar essa mediação; impedir que haja ingerências por conta de situações de conveniência política. Agência reguladora, então, é aquela que faz a mediação entre o contratante, que é o Estado, o contratado, que é o concessionário, para procurar beneficiar o cidadão, que é o usuário do serviço, seja um serviço de telefonia, seja um serviço de estrada, seja o serviço que for.

Enfim, eu entendo que esse papel do Estado na economia é um papel de incentivo e um papel de dar segurança jurídica. E o Poder Judiciário, integrando o Estado, ele deve ter como seu principal papel a segurança jurídica, a segurança dos contratos, e garantir, então, que aquilo que foi pactuado possa ser realmente cumprido.

A parceria da AGU com o Tribunal de Contas – agradeço a pergunta e a oportunidade que essa pergunta me dá, eu já me referi rapidamente sobre o tema – gerou uma situação em que hoje muitos editais de licitação, muitas questões importantes [soa a campainha], grandes obras são antecipadamente discutidas com o Tribunal de Contas da União, exatamente para quê? Para que se evite que se inicie um processo e depois esse processo seja paralisado porque houve algum tipo de formalidade, que impede a continuidade dele.

Se nós temos um quadro de órgãos de controle, Tribunal de Contas, Controladoria Geral da União, o diálogo dessas instituições são importantes para poder atuar, no sentido de facilitar que uma licitação, um contrato seja feito da maneira mais segura, porque quem ganha com isso é o país, é o cidadão, que vai ter a obra feita mais rápida, com mais segurança, sem tanta disputa judicial. Esse é o sentido.

Em relação ao Senador Pedro Simon, a quem agradeço as palavras e registro que jamais, de maneira alguma, terei alguma coisa contra V. Exa., que não seja admiração e respeito pela história de vida de V. Exa., pela história de vida de V. Exa., na defesa do Estado Democrático de Direito, na defesa de nós podermos estar aqui hoje, fazendo esse debate franco, aberto, com todas as liberdades e garantias que a história do Brasil conseguiu construir com homens como V. Exa. Muito me honra a arguição de V. Exa. e procurarei responder a todos os questionamentos de V. Exa.

Em relação ao fato das ações, eu já respondi a essa questão. Já fiz a resposta, e evidentemente eu digo a V. Exa., como respondi ao Senador Alvaro Dias: é um elemento a V. Exas. levarem na hora do voto. É um elemento. Eu não me sinto, e aqui eu quero ser franco, eu confio na Justiça do meu país, eu confio no Poder Judiciário e, em nenhum momento, eu disse que fui vítima de uma sentença de última hora em razão da indicação. Eu não acredito nisso. Eu acho que houve uma sentença da qual eu recorri, consegui a suspensão e que tenho certeza que obterei a vitória nas instâncias superiores.

O que eu posso dizer, com tranquilidade, a V. Exa. é que o contrato, objeto desse processo, era um contrato em que eu estava na iniciativa privada; eu não era agente público. E outra, o serviço foi prestado. Não há, em nenhum momento na sentença, a alegação de que o serviço não fora prestado. O que a sentença aponta são questões formais do processo licitatório, que envolvem a Comissão de Licitação do Estado... Da Procuradoria Geral do Estado do Amapá e não a prestação do serviço. Então, o que eu posso responder a V. Exa. é que com a minha consciência eu estou tranquilo. Recebi, através desse contrato, dinheiro oriundo do povo, e honrei esse dinheiro com a minha atuação nos tribunais superiores.

Também agradeço para ter oportunidade de dizer a V. Exa. que, até há pouco tempo, não existia Procuradoria de Estado instalada no Estado do Amapá. Foi em razão de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Estado do Amapá junto ao Supremo que o Supremo determinou que o Estado do Amapá instalasse a sua Procuradoria de Estado porque, mesmo após a Constituição de 1988, por muito tempo não havia Procuradores de carreira e o Estado do Amapá tinha que contratar escritórios de advocacia para fazer o acompanhamento da defesa do Estado para que o Estado não ficasse indefeso.

Então, o que eu quero dizer a V. Exa. é que a minha consciência está tranquila. E ao longo dos dois anos e meio que eu estive à frente da Advocacia Geral da União, não fui... E que trabalhei com as causas mais volumosas possíveis, como já foi aqui dito por alguns Senadores e também por mim, não respondo a nenhum processo em razão da minha gestão enquanto gestor público. Isso é um orgulho, para mim, muito grande, mesmo tendo me envolvido nos temas mais polêmicos. O que importa para mim é que a minha consciência está tranquila. Por isso, agradeço as observações de V. Exa., mas comigo, eu deitarei a noite com a consciência absolutamente tranquila.

E agradeço a V. Exa... Agradeço a V. Exa., pelo que eu anotei aqui, V. Exa. reconheceu que eu tenho notável saber jurídico, se não me falha a memória, da arguição de V. Exa., eu agradeço a V. Exa., porque toda a minha vida eu trabalhei exatamente para que nós pudéssemos fazer, através do Direito, a melhor prestação de serviço para o Estado Brasileiro porque a função do advogado, mesmo quando na iniciativa privada, é uma função pública; não é à toa que a advocacia está como função essencial à Justiça, mesmo a advocacia privada, no capítulo IV do título IV da Constituição.

Em relação a... V. Exa. fez a pergunta do mensalão, e, eu estava na Sub-Chefia de assuntos jurídicos da Casa Civil. É verdade, eu atuei como sub-Chefe para assuntos jurídicos na Casa Civil, no período de 1º de janeiro de 2003 ao início de julho de 2005. Neste período, eu já tive oportunidade de responder isso a questionamentos da imprensa, nunca ouvi sequer falar essa palavra mensalão. Mas gostaria aqui de registrar a V. Exa. e a todos os Senadores: Houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou esse episódio. Houve inquérito na polícia que investigou esse episódio. Houve investigação por parte do Ministério Público sobre esse episódio. Houve a denúncia do Procura-

dor Geral da República ao Supremo Tribunal Federal. Nunca, em nenhum momento, o meu nome foi citado em qualquer tipo sequer de ilação, Sr. Senador Pedro Simon. Sequer como ilação. Em nenhum momento, o meu nome apareceu nessas questões porque eu desconhecia qualquer situação relativa a isso, desconheço esses fatos, desconheço esse processo, eu não conheço... Não tenho conhecimento do processo que está lá tramitando no Supremo Tribunal Federal.

Durante o período em que eu estive na Sub-Chefia de assuntos jurídicos, eu exerci as minhas funções, que estão regradas em decreto, que era a principal função a de dar ato final às propostas que são levadas ao Presidente da República para encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal.

Em relação ao parecer sobre o poder investigatório do Ministério Público, agradeço a oportunidade que V. Exa. me dá e me permita aqui fazer referência ao texto constitucional para não me incorrer em erros de imprecisão.

Nas competências dadas ao Ministério Público, no art. 129 da Constituição... Nas competências dadas ao Ministério Público no art. 129 da Constituição, quando diz: "São funções institucionais do Ministério Público", eu não leio, em nenhum dos incisos, a possibilidade de presidir inquérito. Leio outras coisas; ele tem a possibilidade de requerer à autoridade policial a abertura do inquérito policial. Ele tem a possibilidade de requerer diligências.

Então, se me permitam, inciso I, das funções do Ministério Público, art. 129: "Promover, privativamente Ação Penal Pública, na forma da lei. Inciso II: Zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública dos direitos assegurados nessa Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia". Não tem a ver com a situação. "III. Promover", e é importante aqui esse terceiro, "promover o inquérito civil e a Ação Civil Pública para proteção do patrimônio público social do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos".

Quando a constituição aborda a competência para inquérito civil, ela o diz expressamente: O Ministério Público tem competência para promover o inquérito civil e Ação Civil Pública. Depois, ela diz, mais à frente, inciso VII: "Exercer o controle externo da atividade policial, na forma da Lei Complementar mencionada no artigo anterior". O Ministério Público tem poder sim de acompanhar as investigações. Ele tem o poder sim de acompanhar e fiscalizar a atividade policial. E tem o Ministério Público a possibilidade de expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da Lei Complementar respectiva.

O poder de requerer informações o Ministério Público tem, e quando na Advocacia Geral da União eu proferi, emiti um parecer, autorizando e dizendo que havia o direito de se fornecer informações de dados por parte do poder da Administração ao Ministério Público por conta desse dever constitucional que existe.

Mas, indo ao tema, agora, das competências do capítulo da segurança pública, Senador Pedro Simon: Art. 144, que trata da segurança pública. O que diz o §1º, inciso I? "Compete à Polícia Federal, inciso I: Apurar infrações penais contra a ordem pública e social". É explícita a Constituição aqui. A competência é da polícia. "Apurar infrações penais contra a ordem política e social". E continua. Depois, quando fala das polícias civis, §4º do mesmo art. 144. Diz que ela tem essas mesmas funções que estão descritas naquele dispositivo. Então, da leitura que eu faço das competências do art. 129 com o art. 144, é que presidir inquérito criminal é função da polícia. O Ministério Público pode fiscalizar a polícia, pela Constituição; ele pode requerer diligências, e ele pode pedir a instauração do inquérito criminal, que explicitamente isso está nas competências do art. 129.

Em relação ao tema relativo ao parecer da anistia, eu já respondi também inicialmente esse tema, respeito a posição de V. Exa., respeito a posição daqueles que discordam, mas eu gostaria aqui apenas de registrar dois pontos: Em primeiro lugar, a Advocacia Geral da União não fez a defesa do Coronel Ustra, a Advocacia Geral da União fez a defesa da União porque a União era a ré no processo, e era dever da Advocacia Geral da União fazer essa defesa. O Procurador Regional da União em São Paulo foi quem apresentou essa defesa da União porque havia uma demanda pedindo condenação da União, e a União, então, se defendeu através da sua advocacia pública.

De maneira alguma, eu fiquei ao lado de qualquer posição... Eu teria ficado ao lado da posição de torturadores. Fiquei ao lado da posição da União, e ao lado da posição de que a lei da anistia era de 1979. Naquele momento, não havia diplomas internacionais que colocassem o tema como "imprescritíveis".

E existe uma das maiores... Dos maiores princípios de Direito Penal é que a pena para... A lei penal, ela não pode retroagir, a não ser que seja em benefício do acusado. Aliás, sobre isso existe um filme fabuloso que se chama Sessão Especial de Justiça, do famoso cineasta Costa Gravas, em que ele conta a história do que ocorreu na França, com a criação de normas penais para aplicar retroativamente.

Em relação, por último, à pergunta que V. Exa. fez sobre quando estava na advocacia privada, e uma defesa que eu fiz de uma agência de publicidade. Ora,

ali, eu estava atuando como advogado privado e como advogado privado, eu uso os argumentos que eu tenho para fazer a defesa do meu cliente, quando estou, na época do meu cliente, que quando estou numa advocacia privada, essa é a função do advogado. Cabe ao julgador decidir. Cabe ao julgador aferir e cabe ao advogado e à parte comprovarem aquelas suas alegações. Então, evidentemente que essa declaração que V. Exa. leu é uma declaração que está dentro do contexto de uma defesa junto a um processo que estava no Tribunal de Contas da União, e do qual, evidentemente, quando eu assumi a Advocacia Geral da União, antes de assumir, eu me retirei dele. Espero ter respondido a todas as questões do Senador Pedro Simon.

Senador Antonio Carlos Valadares, agradeço as palavras em relação ao comportamento. Agora, eu estou sendo um pouco mais rápido em razão do adiantado da hora, peço desculpas a V. Exas., mas a pergunta de V. Exa.: O que fazer para evitar o tempo longo do processo? Aliás, o Congresso Nacional já fez. Na emenda 45, introduziu no art. 5º que o processo tem que ter uma duração razoável.

É necessário, sem dúvida nenhuma, que nós verifiquemos que não pode ficar a vida toda um cidadão respondendo a um processo sem esse processo ter julgamento. Porque aí ele é processado e aí passa cinco, 10, 15, 20 anos, ele não foi julgado, vai passar a vida dele com a pecha de ser um homem processado, de... O direito ao julgamento é um direito inerente à pessoa humana para quem foi julgado. É um direito de ser julgado e absolvido, se há uma acusação.

Ora, se nós formos imaginar que o prazo de propositura de uma Ação Popular, Sr. Presidente Senador Demóstenes Torres, é de cinco anos, e existe uma Ação Popular que tramitou por mais de cinco anos sem ter uma decisão de Primeira Instância, é uma pecha que fica em cima do cidadão para o resto da vida. E se fôssemos fazer analogia com os prazos prescricionais penais, já deveria até ser considerado prescrito, até porque o prazo, em caso de execução, por exemplo, execução judicial patrimonial, é o mesmo prazo daquele que diz respeito a entrar com a ação. Esse é um tema importante a ser debatido no Congresso Nacional: O tempo razoável de duração de processo, que hoje está como princípio constitucional, mas ainda não há um parâmetro razoável. Eu acho que um parâmetro razoável é, sem dúvida, que se estabeleça o mesmo prazo que se tem para entrar com uma ação, talvez, deveria ser, aqui fazendo um pensamento em voz alta, o prazo para que se julgue a ação ou pelo menos que se tenha um limite temporal. Nenhum cidadão pode passar o resto da vida aguardando uma sentença e, às vezes, vir a falecer, a morrer, sem ter tido o direito à absolvição.

V. Exa. também perguntou sobre a Emenda Constitucional dos Vereadores, eu já respondi, quando falei ao Senador Eduardo Suplicy. Nobre Senador Eduardo Azeredo, o senhor faz uma única pergunta sobre--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Ministro, me desculpe, eu perguntei também sobre a Defensoria, o senhor já respondeu sobre isso?

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Só me lembra a pergunta, por favor, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, é que houve uma divergência do Ministério Público com relação, por exemplo, a direitos difusos, que é permitido, na nova Lei Orgânica da Defensoria Pública, com referência à Ação Civil Pública. Logicamente que Ação Civil Pública só será impetrada em benefício do mais pobre, mas, mesmo assim, houve uma certa divergência do Ministério Público. Queria que V. Exa. fizesse alguma consideração sobre isso.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Para ajuizar Ação Civil Pública... Os mais pobres.

A Defensoria Pública foi prevista na Constituição, exatamente para fazer a defesa daqueles que não têm condições de subsidiar um advogado particular ou um advogado privado. Eu entendo que dar instrumentos a esta instituição para agilizar a defesa de interesses, para agilizar interesses dessas pessoas, ela é algo que parece que vem de favor ao interesse público. Mas também tem que se verificar e sopesar, eu gostaria de refletir mais sobre isso, porque também há as competências da Constituição, no qual a Constituição estabeleceu essa competência para o Ministério Público e, quando trata a Constituição da Defensoria Pública, ela não estabeleceu diretamente essa competência à Defensoria Pública. Então, é uma questão que eu gostaria de refletir mais, e peço desculpa a V. Exa. e, nesse caso específico, em todos eu poderei dar uma resposta direta e mais clara, mas realmente é um caso que eu gostaria de refletir mais em razão do que está na Constituição.

E evidentemente que eu tenho que partir sempre do que está na Constituição e das competências estabelecidas na Constituição.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É que a lei anterior já permitia a Ação Civil Pública. Esta lei, que foi agora aprovada pelo Congresso, ela apenas repetiu o que já existia anteriormente.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: O que já existia. E tem uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo para julgar isso. Então, é um tema que,

sem dúvida nenhuma, vai ser debatida no Supremo essa questão da competência.

Em relação à pergunta do Senador Eduardo Azeredo sobre índice de produtividade rural. Aqui, eu gostaria de dizer a V. Exa. que eu sou filho de um produtor rural, de um cafeicultor, de um médio produtor rural. Se eu estou aqui hoje, eu devo isso à produção do café que o meu pai cuidou durante toda a sua vida. Uma das coisas que eu fazia, na minha infância, e eu morei na roça, eu morei no sítio, era subir na tulha, a escadaria da tulha, Senador, e lá de cima pular naquela tulha cheia de café coco já seco, que fora seco no terreiro, e ficar brincando lá, junto com os meus irmãos, e ficava todo sujo com aquele pó que o café solta.

Eu conheço muito bem as dificuldades da produção rural no Brasil. E que é uma dificuldade em todos os níveis. Não é só do pequeno, é do médio, é do grande também. A produção rural no Brasil é um setor que é o setor que nos alimenta, é o setor que fez com que o Brasil tivesse chegado até aqui.

Eu que fui criado, e a minha vida toda o meu pai trabalhou com café, antes, como lavrador, depois, com a condição de virar proprietário. Com a minha vida toda trabalhando com o café, às vezes, eu paro e penso como o café hoje é maltratado. Foi o café que, ao longo da história do Brasil, ajudou no desenvolvimento, na possibilidade de industrialização, no crescimento do Estado de São Paulo. E, muitas vezes hoje, para falar desse setor cafeeiro, muitas vezes o Estado tem sido omisso em relação à agricultura, à produção rural.

Eu tenho muita preocupação com o tema da agricultura porque é a minha origem, é a origem histórica da família Toffoli, é a minha origem do dia-a-dia; eu morei em roça, eu morei em sítio, eu sei as dificuldades que o setor passa. Eu vi o meu pai, muitas vezes, chorando em relação à situação de empréstimo em banco, em situações financeiras. [soa a campainha] Então, realmente, essa questão específica do índice de produtividade rural é um tema que o Congresso Nacional está para deliberar, mas é uma questão que realmente tem que ser discutida, porque muitas vezes o produtor rural ele está numa situação de não poder investir, de não poder conseguir alcançar aquilo que ele desejaria alcançar.

Em relação ao Senador--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Senador, eu coloquei um segundo ponto, que é a questão partidária, só exatamente manifestei a minha confiança no corte partidário de V. Exa. Queria só insistir nesse ponto.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Em relação a essa questão, na medida em que eu fui para Advocacia Geral da União, a história do meu comportamento na Advocacia Geral da União já mostrou que eu passei a ter uma atitude de advogado público de Estado. Exemplos existem, que já foram citados aqui, e essa questão perguntada sobre o parecer no caso da anistia é um exemplo. Muito mais agora se o Senado me der a honra de ir ao Supremo Tribunal Federal. Eu serei juiz da nação brasileira, serei juiz da Constituição brasileira. O meu compromisso é com a Constituição; não existirá mais partido político, não existirá mais nenhum tipo [soa a campainha] de vínculo partidário.

Em relação às perguntas do Senador Gilvam Borges--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Os senhores podem fazer silêncio, por favor? Um pouco de educação, até considerando a qualidade da assistência, seria muito bom para gente poder concluir bem a sabatina do Ministro Toffoli.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Eu fui professor universitário, aqui no UniCEUB, em Brasília, de 1996 a 2002. Na advocacia, eu militei desde estagiário do Direito, quando iniciei no Departamento Jurídico 11 de Agosto com Assistência Judiciária Gratuita, quando estava no quarto ano de faculdade. Em relação às perguntas do Senador Gilvam Borges, espero ter respondido.

Em relação à pergunta do Senador João Pedro sobre a importância do CNJ também acredito que já tenha respondido, quando fiz referência ao questionamento do Senador Antonio Carlos Valadares.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Considero também visitas honrosas a essa Comissão a da Ministra Maria Elisabeth Guimarães Teixeira Rocha, do Superior Tribunal Militar; do Deputado Federal Abelardo Camarinha, do Deputado Estadual Vinícius Camarinha.

Faremos um último bloco agora de perguntas. Estão inscritos os Senadores Senador Romeu Tuma, Senador Valter Pereira, Senador Renan Calheiros, Senador Osvaldo Sobrinho, Senadora Lúcia Vânia, Senador Renato Casagrande... Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerro as inscrições.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem. Já que nós vamos para o último bloco e nós temos que chamar Senadores para virem votar aqui, eu quero pedir a V. Exa. que pudesse abrir a votação, já que estamos no último bloco, e tenho certeza que o Senador Pedro Simon não vai criar nenhum tipo de obstáculo; o Senador Arthur Virgílio já não tinha criado também--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas veja só, Senador--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu vou precisar chamar os Senadores para virem--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós temos que votar primeiro os titulares, depois os suplentes--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Mas eu quero chamar os titulares, podia chamar, até eles se deslocarem...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se os Senadores titulares puderem vir para cá, em seguida, nós abriremos a votação. Com a palavra Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, meu caro sabatinado Dr. Toffoli, é um prazer poder esperar até agora para poder me dirigir a V. Exa.

Eu diria que sobre a impessoalidade, numa análise mais facilitada pelo comportamento de V. Exa., no início do seu depoimento, ao apresentar a Constituição e dizer que a respeitará a qualquer preço, já deu claramente o comportamento de V. Exa. indo para o Supremo, o respeito à Constituição. Portanto, a constitucionalidade prevalecerá sobre qualquer coisa, se eu entendi bem a colocação de V. Exa.

Eu não vou discutir o problema levantado pelo Senador Pedro Simon, em razão da investigação policial, porque V. Exa. já se referiu aos arts. 129 e 144. Nós estamos reformulando o Código de Processo Penal, estamos numa Comissão Especial da qual eu faço parte. E, lá tem uma discussão, já que São Paulo já tem, que é o Juiz de garantias. São Paulo, o Juiz de garantias é o próprio Corregedor da polícia judiciária.

Então, está tendo um impasse, até o Demóstenes tem sido claro nisso, a grande dificuldade que poderá ter o Judiciário em criar vários cargos para ter o Juiz de garantias. Então, encontrar algum caminho que isto realmente possa figurar no Código, sem sobrecarregar o Poder Judiciário, que tem tido até dificuldades na nomeação e, às vezes, tem algumas áreas do país que não têm juiz de Primeira Instância. Tem que se servir, às vezes, de uma cidade vizinha para poder movimentar e fazer os julgamentos e, às vezes, atrasando, até que isto aconteça.

Eu sei que sobre o problema do inquérito o Ministro Lewandowski está com duas ADINs já encaminhadas para discussão sobre a aprovação ou não da possibilidade da investigação mitigada do Ministério Público. É uma das teses que estão sendo discutidas. Então, nós temos que aguardar, praticamente, a definição e também sobre o contraditório que se discute hoje, a possibilidade do contraditório, para, como diz o Senador Pedro Simon, para avançar, não ter que repetir, na fase processual, depois da denúncia, todos os atos, às vezes praticados dentro da investigação policial.

O Promotor pode, a qualquer tempo, requisitar qualquer tipo de intervenção, num inquérito policial, podendo até rejeitar, porque é uma peça informativa, até rejeitar o inquérito na hora da sua denúncia, ou requisitar várias diligências, se assim se fizer necessário, na análise que fizer da denúncia que for feita... No relatório que for feito pela autoridade policial, e ele poderá, através do seu poder de fiscalização, requisitá-los.

V. Exa. aqui... Foi lida aqui a carta do Presidente do Conselho... Desculpa, Presidente, se... Senador Sérgio [soa a campainha] Não, foi lida aqui a carta do Presidente do Conselho da Ordem dos Advogados. Foi lida pelo Senador João Pedro, praticamente um texto importante, mas com um texto que eu acho... Que é o quinto constitucional. O porquê do quinto constitucional, a importância dele na formação dos tribunais, que a prática jurídica, não só intelectual, mas aquela vivência do advogado nos procedimentos que praticamente são a formação profissional e o conhecimento jurídico, que dá o advogado.

V. Exa. tem um exemplo de jovem importantíssimo. Como paulista, eu sei a grande dificuldade para fazer o vestibular na Faculdade de Direito São Francisco. E V. Exa. cursou, e agora diz que foi estagiário no Centro Acadêmico 11 de Agosto, que é tão querido por todos nós. Então, eu perguntaria a V. Exa., eu tenho aqui um projeto que eu discuto, é recriar o solicitador acadêmico, o quartanista de Direito [soa a campainha], para intervir nos procedimentos, principalmente na área que V. Exa. falou, dos presídios, aonde eles poderiam buscar informações e talvez, através da advocacia do Estado ou mesmo do Ministério Público, prestar informações para uma decisão posterior da vara de execuções penais. Não sei se isso seria viável ou não, mas é uma tese que eu venho defendendo, conversei até com o Ministro Gilmar, e ele achou que seria razoável, porque hoje ele tem realmente os voluntários que estão ajudando, e V. Exa. se referiu a quase cinco mil liberados. Vou acabar já. Já veio aqui apertar o...

[risos]

Mas eu não poderia deixar de elogiar a tranquilidade que V. Exa. demonstra aqui, o equilíbrio emocional e o conhecimento jurídico nas respostas que deu. Não foram poucas perguntas. E acredito eu que qualquer estudante de Direito e qualquer Juiz que começa sua carreira ou Promotor ou Delegado, pedir as notas taquigráficas, porque V. Exa., em alguns casos, deu uma aula de Direito em determinadas linhas.

Então, eu queria [soa a campainha] cumprimentá-lo; pediram para parar, eu vou parar, mas não pos-

so deixar de cumprimentá-lo pela beleza da sua exposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, já avisei aqui o líder que, se ele sentar perto de mim aqui, o líder Jucá, eu vou ficar uma hora fazendo o questionamento, mas, como ele ganhou distância, eu vou ser breve.

Sr. Ministro José Toffoli, inicialmente, eu quero dizer que concordo com o juízo formulado pela Ordem dos Advogados do Brasil, segundo o qual o uso continuado da advocacia pode sim conferir notório saber jurídico.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Notável.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acho que esta minha convicção é tão forte, que eu tenho já uma Proposta de Emenda Constitucional, que obriga a cada candidato a Magistrado ou a membro do Ministério Público o requisito para que tenha exercido continuadamente cinco anos da advocacia. Porque eu acho [soa a campainha] que é fundamental a maturidade que se busca, a maturidade que se encontra na advocacia.

Eu gostaria de formular a V. Exa., para ser breve, mas, antes, eu gostaria de dizer o seguinte: alguns requisitos que foram apontados aqui, foram questionados, como, por exemplo, concursos, cursos de pós-graduação etc., eu acho que são muito discutíveis, dado que, hoje, todos nós que acompanhamos a evolução da educação, sabemos que tem os cursos formais e tem os cursos de concursos. E existe, inclusive, uma figura conhecida hoje como os "concurseiros", que são aqueles que se preparam para ser Promotor, para ser juiz, mesmo sem ter tido a maturidade do escritório de advocacia a que me referi. Portanto, eu acho que é muito relativa essa exigência.

Questão do curso de pós-graduação, eu acho que V. Exa. tem um curso de pós-graduação, e não conseguiu destacar, que é a experiência que adquiriu na AGU. Acho que ali, efetivamente, é uma pós-graduação, que lhe habilita a discutir qualquer assunto jurídico, e hoje V. Exa. demonstrou isso.

Mas eu quero me prender a duas questões relacionadas às normas constitucionais, ao Direito Constitucional. A primeira delas: V. Exa. sabe muito bem porque é um homem que tem uma militância da esquerda, eu também venho da ala de centro-esquerda, tive uma militância muito forte, na minha juventude, nesse segmento, que os predicamentos da Magistratura: a inamovibilidade, a irredutibilidade e a vitaliciedade foram bandeiras, hasteadas no período autoritário, para que o Poder Judiciário pudesse responder às demandas daquela fase, a despeito das dificuldades que enfrentávamos. Mas a sociedade tinha duas grandes esperanças: Uma... Aliás, duas grandes esperanças não, dois grandes refúgios: Um deles era o Congresso, e o outro era o Poder Judiciário, ambos castrados.

Todavia, hoje, há um questionamento sobre a oportunidade e sobre a eficácia de pelo menos um desses predicamentos, que é a vitaliciedade. Eu gostaria de lembrar a--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para, Senador, vamos votar os... Os titulares podem votar e os suplentes, faremos a chamada depois.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pois não. Então, Ministro José Toffoli, então, eu gostaria de que V. Exa. se manifestasse sobre a oportunidade hoje da manutenção da vitaliciedade dentre os predicamentos da Magistratura, já que há juristas de grande renome, de grande saber jurídico, que questionam esse instituto, na fase que nós estamos vivendo, de plena democracia.

O outro questionamento que eu gostaria de fazer é relacionado ao art. 231 da Constituição. O art. 231 versa sobre a questão indígena: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre terras que tradicionalmente ocupam...". Eu não quero atrapalhar a prosa do Senador ACM [soa a campainha] "Competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Até aqui, tudo bem. Todavia, a discussão que eu quero suscitar é sobre o §6º. O §6º diz o seguinte: "São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios, dos lagos nela existentes, ressalvado o relevante interesse público da União, segundo o que dispuser a Lei Complementar". E aqui está a questão crucial: "Não gerando a nulidade e a extinção direito à indenização ou ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé". Pois bem, aqui, nós estamos diante de uma norma... Estamos diante de uma norma que impede, que proíbe o exercício do direito de ação.

Pois bem, nós vamos ao art. 60 da constituição. O art. 60, que trata das cláusulas pétreas, no § 4º: "Não será objeto de deliberação a proposta de Emenda tendente a abolir..." Aí vem o inciso IV: "Os direitos e garantias individuais", então, os direitos e garantias individuais estão inseridos dentre as cláusulas pétreas.

Pois bem. Agora, nós vamos [soa a campainha] lá no capítulo dos Direitos e Garantias--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Silêncio, por favor!

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): No art. 5º. O que é que diz o art. 5º? No seu inciso IV, "ninguém será privado da liberdade de seus bens", aliás, "privado da sua liberdade ou de seus bens, sem o devido processo legal". Ou seja, ninguém poderá ser privado da sua liberdade ou do seu patrimônio sem o devido processo legal. E aí vem outro inciso, XXXV: "A lei não excluirá de apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de Direito".

Então, a indagação que eu faço a V. Exa. é a seguinte: Nós temos aqui uma norma que está inserida no art. V, nas cláusulas pétreas, que garante o devido processo legal, e temos outra norma, que garante o direito de ação, e aqui temos no parágrafo 6º do art. 31, exatamente... E, veja, o art. 231, que hierarquicamente está num padrão, num patamar inferior ao do art. 5º, que está no capítulo das cláusulas pétreas, negando esse direito.

Então, como é que V. Exa. interpreta esta segunda parte aqui do § 6º do art. 231? É uma norma que está compatibilizada com as demais a que me referi ou é uma norma que realmente está contrariando o princípio... Os princípios basilares dos direitos e garantias individuais?

São esses os questionamentos, puramente na área do Direito, porque, na minha avaliação pessoal, essas questões que foram discutidas, a questão do concurso, a questão da pós-graduação, a questão do processo que está numa fase, aliás, sobre esse processo, eu acho que é oportuno agora cada um dos Srs. Parlamentares começar a refletir na parte prática mesmo o que é que significa--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só um instante. Eu peço aos senhores que se retirem daí porque a votação é secreta. Só um instante Senador, aqui. Retirem-se daí, por favor. Aqui não se filma e não se fotografa. A votação é secreta, segundo a Constituição. Um instante, Senador. A votação é secreta. Os senhores respeitem os Srs. Senadores. Respeitem os Srs. Senadores. A votação é secreta, quem quiser mostrar o voto, já está se comportando mal, está dando um péssimo exemplo. Mas eu não tenho como impedir.

Agora, os senhores não fotografem, já é um... nós vamos ter que tomar outras atitudes da próxima vez. Os senhores não fotografem e não filmem o voto dos Srs. Senadores. E os Srs. Senadores podiam dar o exemplo e não mostrarem o seu voto. A Constituição diz que o voto é secreto. Então, vamos ter a compostura, inclusive na hora de votar. Prossiga, Sr. Senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Falou o Promotor com autoridade e tem o meu respeito e a minha admiração e o meu apoio pela postura disciplinadora dos trabalhos.

Então, nesse momento, eu acho que os Parlamentares tinham que avaliar até essa questão da ficha suja porque ninguém sabe as circunstâncias que ocorrem, lá no momento em que o juiz singelo está prolatando a sua sentença, se existe um triplo grau de jurisdição, é porque é falível sim um juiz, um magistrado que prolata uma sentença e que não pode, de forma nenhuma, ser considerada definitiva se existem recursos para serem manejados.

Mas eu gostaria que V. Exa. entendesse o seguinte: Para mim, existem outros critérios a fim de avaliar o que está acontecendo aqui hoje, a fim de avaliar o desempenho de V. Exa. Acho que esses aqui não são os mais relevantes. Certo? Eu acho que a questão do pensamento constitucional e da vivência, da maturidade no Direito, são mais relevantes que todas as outras questões. Portanto, eu gostaria que V. Exa. me posicionasse com relação a essas matérias de Direito, que suscitei a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osvaldo Sobrinho. Peço aos Srs. Senadores silêncio para que os outros Senadores... É por isso que eu não queria abrir a votação. Os senhores ficaram o tempo inteiro insistindo para abrir essa votação. E aí vira uma bagunça porque tem que perguntar e tem que votar ao mesmo tempo. Então, da próxima vez, eu não vou abrir exceção de forma alguma. Dessa vez ficaram cinco para trás e há um desrespeito a todos aqui. Então, vamos organizar isso da próxima vez. Vamos cumprir o ritual que é imposto pela Constituição.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Cumprimento a V. Exa., realmente está com toda razão. V. Exa. tem autoridade suficiente para falar, até porque não está correto o que está acontecendo, e o eu parabenizo pela sua energia de comandar essa Sessão.

E quero dizer ao Dr. Toffoli que, na verdade, nós confiamos no que o senhor falou aqui, nós temos certeza absoluta que será um grande Ministro dessa República, e que poderá fazer o melhor. E o que afiança o senhor é a sua idade. Jovem, capacitado, já exerceu cargos importantes nesse país e quem saiu de onde o senhor saiu e está onde está, tem que merecer a confiança da nação. Jovem, estudioso, trabalhador, saiu da roça, e aqui hoje brilha nesse país. Tenho orgulho de tê-lo como da minha geração. O senhor é um pouquinho mais novo que eu evidentemente, mas isso é bom. E essa sua idade vai nos ajudar daqui a 20, 30, 40 anos, vê-lo brilhando no Supremo Tribunal Federal.

Quanto à questão da reputação ilibada, eu não tenho dúvida quanto a V. Exa. E quanto ao notório saber jurídico, V. Exa. já demonstrou aqui que realmente sabe das coisas, que está preparado para o cargo e que não é o diploma de Mestre, Doutor ou pós-graduação que vai dar mais ou menos conhecimento a V. Exa. O Mestrado e Doutorado é conhecimento verticalizado. O que importa é que V. Exa. tem conhecimento horizontalizado para que possa abranger todas as camadas sociais e consequentemente ter o senso público, ter a vontade em querer resolver os problemas, ter o senso humanitário que V. Exa. sempre teve nas questões em que lutou, defendeu. Portanto, parabenizo e tenho certeza que estamos hoje elegendo um grande Ministro para o nosso país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Dr. Toffoli, eu fui penalizada por me inscrever por último, mas fiz questão de ficar aqui as sete horas para ouvi-lo. Ouvir as suas respostas, ouvir as suas colocações, e cheguei à conclusão que valeu a pena. Valeu a pena porque as suas respostas me deram a clareza dos princípios defendidos por V. Exa.

Eu, em relação à isenção, eu acho que V. Exa., durante todo o depoimento, foi muito objetivo e muito coerente. Em todos os momentos que foi questionado quanto à isenção, V. Exa. mostrou o respeito à Constituição. [soa a campainha] Mas o que me deixou realmente impressionada e que acho que fortalece o seu depoimento aqui, hoje, é o fato de V. Exa. se apresentar como homem de resolutividade. Eu acho que a coisa mais importante nesse depoimento foi quando V. Exa. estabeleceu a criação das câmaras para dirimir conflitos. Eu acho que a Justiça hoje está buscando essa resolutividade, que é um apelo da sociedade. E a presença de V. Exa. no Supremo Tribunal Federal, vai, sem dúvida nenhuma, enriquecer aquela Corte.

E V. Exa. ainda tem ao seu favor a idade; a idade que significa ousadia, juventude, que significa, sem dúvida nenhuma, inovação. E tenho certeza, pelo que eu ouvi aqui, V. Exa. significará inovação, complementará todos os senhores Ministros que hoje representam aquela Corte.

Então, receba a minha admiração; admiração de quem formulou o voto aqui durante sete horas. O meu voto hoje é o voto consciente, o voto formatado pelas respostas de V. Exa. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, muito obrigado. Eu quero fazer um registro também muito rápido--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A votação está encerrada.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --muito rápido, até pela votação já estar encerrada, cumprimentar o advogado José Antonio Dias Toffoli. Acompanhei parte da Audiência Pública, não acompanhei toda a Audiência Pública, e toda a sabatina, todos os questionamentos, não tive condições de acompanhar tudo. Mas dizer algumas coisas.

Primeiro. A Suprema Corte é um... É a guardiã da nossa Constituição. Naturalmente, os membros da Suprema Corte têm que ter a capacidade de ter uma abertura e estar sintonizados com a sociedade brasileira e com os anseios da sociedade brasileira, mas tem que estar completamente resguardados e preservados na sua imagem e nas suas posições políticas, nas suas posições técnicas, para que eles, na hora que se manifestarem, poderem ter toda a segurança e transmitir toda a segurança para a sociedade brasileira.

No momento em que V. Exa. foi indicado pelo Presidente Lula, surgiram alguns comentários, comentários de processo no Amapá, já aqui esclarecidos por V. Exa.; surgiram algumas colocações com relação à idade de V. Exa., e outros Ministros também, só para gente poder aqui fazer um contraponto, Presidente Demóstenes, outros Ministros foram indicados na mesma idade do advogado Toffoli. Não teve muita diferença com relação à idade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E tem até uma frase célebre atribuída a vários, né? Todo mundo quer ser pai dessa frase, né? Se a idade for um defeito, o tempo corrige, né?

[risos]

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador Alvaro Dias. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só um aparte, que eu não vou tomar tempo me inscrevendo para falar, então, eu gostaria apenas de dizer o seguinte: Que eu gostaria de ter a idade do Dr. Toffoli, eu gostaria.

[risos]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E eu quero dizer a V. Exa. que eu chegarei lá ainda.

Então, Senador Demóstenes Torres, nosso Presidente, outros Ministros foram indicados com essa mesma idade. Eu acho que é uma oportunidade enorme de ter um advogado público na Suprema Corte, ter uma pessoa de carreira na área pública, Advogado Geral da União, com sensibilidade para essa, para esse setor da Justiça, que os operadores do Direito ainda têm...

Nós temos um ponto de fragilidade, que é a assistência técnica de quem é necessitado. Então, eu acho que é uma chance, é uma oportunidade que nós temos, de fato, neste momento. E, naturalmente, o que nós esperamos é que V. Exa. esteja lá na Suprema Corte com uma posição bastante equilibrada, na defesa dos interesses da sociedade brasileira.

O Conselho Nacional de Justiça... O Conselho Nacional de Justiça já estabeleceu abertura para que a sociedade participe das decisões do Poder Judiciário. Nós temos que avançar no processo de reforma do Poder Judiciário para que outros instrumentos sejam criados com relação a essa possibilidade de um controle externo sobre o Poder Judiciário. V. Exa. terá a oportunidade de fazer e de desenvolver, de apoiar e de ser um militante nessa área da democracia, ser acessível a todos os brasileiros.

Então, nós estamos, a votação encerrada, mas não queria deixar de manifestar a minha opinião, minha posição com relação a esse momento importante... E o tempo da sabatina, Dr. Toffoli, é um tempo necessário pela importância do cargo. Não adianta a gente achar que nós vamos fazer, e o Senador Demóstenes Torres tem razão. Ter aberto a votação não está certo não porque essa sabatina aqui tem que ter o tempo necessário para que a gente possa compreender parte da posição, da sua capacidade técnica, da sua personalidade, porque isso aqui vai ser o caminho, caso V. Exa. seja aprovado, para um cargo de uma importância muito grande para o povo brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Demóstenes Torres, Dr. José Antonio Toffoli, V. Exa. já, ao longo de mais de sete horas de sabatina, já, como já foi dito aqui por vários Senadores que me antecederam, já deu uma demonstração de conhecimento a todos nós. Não há mais dúvida com relação aos questionamentos que foram levantados *a priori*, e que V. Exa. tão... De forma tão competente, dirimiu todas as dúvidas que porventura pudessem existir.

Eu apenas gostaria, desejando sucesso a V. Exa. na missão na Suprema Corte, defendendo a Constituição do nosso país, V. Exa., que declarou aqui, por diversas vezes, declarou aqui, por diversas vezes, que faria um corte na sua vida, deixando a questão partidária e... Para julgar, segundo a Constituição, honrando a toga que lhe será conferida por indicação do Presidente Luis Inácio Lula da Silva e por aprovação do Senado Federal, então, não há mais o que questionar após quase oito horas dessa importante reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Apenas gostaria de ter uma posição de V. Exa. sobre a questão dos Procuradores Gerais das Agências Reguladoras. V. Exa., quando Advogado Geral da União, eu tive a oportunidade de apresentar um projeto para que todos os Procuradores Gerais, não só o do CADE, fossem objeto de sabatina pelo Senado, após indicado pelo Presidente da República, e que tivesse mandato, como tem os Diretores das Agências Reguladoras, de tal forma que eles pudessem ter independência na sua ação na procuradoria.

E me parece que a Advocacia Geral da União, quando sob seu comando, era contrária porque queria levar para a advocacia também área jurídica das Agências Reguladoras, o que poderia criar um conflito, em que esses Procuradores não teriam independência para fazerem os seus pareceres porque muitos desses pareceres e decisões das Agências Reguladoras são judicializados, principalmente os referentes ao CADE, que tem mais de 80% das decisões judicializadas.

E aí, como é que ficaria a questão da independência do Procurador Geral de uma Agência Reguladora para dar um parecer que não fosse no sentido de atendimento aos interesses do Governo porque poderia haver o conflito, já que a Agência Reguladora é o órgão para regular e fiscalizar os serviços privatizados e concedidos pelo Governo Federal.

Era essa a questão, Dr. Toffoli, e quero parabenizá-lo e desejar sucesso, que Deus o abençoe na nova missão como Ministro do STF.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Como as inscrições estavam encerradas, então, nós manteremos... Passarei a palavra ao Senador, perdão, ao Ministro Toffoli, para que ele faça, possa responder às perguntas. Em seguida, darei a palavra a V. Exas., Senadores Senador Marcos Guerra, Senador Inácio Arruda, Senador Osmar Dias, Senadora Serys Slhessarenko e Senadora Ideli Salvatti, para que façam uma homenagem ao Dr. Toffoli... Ou façam outra consideração.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [ininteligível] que nós pudéssemos efetivamente encerrar os trabalhos, inclusive o meu único pedido é de que nós pudéssemos--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está encerrada a votação inclusive, mas não tenho como impedir os Senadores de falar--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas aí eu faço um apelo para que ou abram mão ou não falem, e que nós pudéssemos encaminhar inclusive--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. não terminou?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já. Eu só quero lembrar a Senadora Ideli Salvatti que nós aprovamos, no início da Sessão, que nós aprovaríamos a Universidade Federal do Oeste do Pará--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, passo aí fique calmo que vamos cumprir a palavra. Não tem problema. Vamos fazer uma coisa de cada vez.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu não terminei.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sr. Presidente, eu abro mão da palavra, me inscrevo no Plenário, peço aos colegas que façam o mesmo e vamos direto para a apuração.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu também, eu também.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): A gente abre--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Apenas a questão que eu quero levantar é de que nós tenhamos a garantia de mais rapidamente possível levar o projeto para o pedágio, né?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Vamos pedir urgência urgentíssima.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Apenas para agradecer a oportunidade que V. Exa. me deu, vou abrir mão porque eu acho que é até uma descortesia eu falar depois de ter votado. Mas a minha confiança, e que possa ter muita sorte o Ministro Toffoli.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra, então, a V. Exa.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, em rápidas palavras, eu desejo cumprimentar o Ministro José Antonio Dias Toffoli pela exposição que fez, demonstrando domínio sobre as diferentes matérias que foram suscitadas, e também expressar o meu sentimento de que ele, consequentemente, está habilitado a ter um bom desempenho no Supremo Tribunal Federal, à mercê das disposições a que se submeteu e de modo particular, pelas considerações que teve oportunidade de fazer sobre diferentes temas, não somente do Judiciário, mas, de modo mais especial, sobre as instituições políticas brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. Concedo a palavra ao Ministro Toffoli para que ele possa responder às indagações que lhe foram formuladas e faça já as suas considerações finais.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de pedir licença aos que fizeram perguntas e, antes de responder na ordem do questionamento, fazer um agradecimento especial à manifestação da Senadora Lúcia Vânia, até pelo fato de ter sido a única Senadora mulher que se manifestou nesse caso. Nesse caso, eu faço uma homenagem a todas as mulheres na pessoa de V. Exa. e agradeço também a presença da Senadora Serys Slhessarenko e da Senadora Ideli Salvatti.

O José Eduardo é meu irmão caçula, meu irmão mais novo, é o nono de nove irmãos.

[palmas]

Mas, Senador Romeu Tuma, o senhor fez uma pergunta da recriação de solicitador acadêmico. Eu confesso que, numa reflexão ligeira, feita agora, eu acho que é uma boa proposta. Eu acho que tem que revalorizar. Quando eu tive oportunidade de ser estagiário no Departamento Jurídico 11 de Agosto, em que tanta gente, às vezes, não tinha acesso à Assistência Judiciária gratuita, nós fazíamos a audiência, às vezes, sozinhos, e o juiz tinha compreensão da situação, auxiliava, ajudava para que a paridade de armas entre as partes fosse atingida. Eu acho que é uma sugestão e uma ideia a ser realmente pensada e revalorizada.

Em relação à pergunta... Que é uma pergunta de profunda teoria constitucional, que faz o Senador Valter Pereira, a respeito dessa questão relativa ao art. 231 da Constituição Federal, na sua parte final. Ele diz, esse dispositivo, como leu V. Exa., que aquele que tem um título de propriedade em terra que é demarcada como indígena, ele perde essa propriedade, esse título é nulo de pleno direito e ele não tem direito à indenização pelo valor da terra. Ele tem direito à indenização pelas benfeitorias lá colocadas. E V. Exa. questiona como ficam, então, os princípios do Direito Constitucional do art. 5º, o princípio relativo ao devido processo legal, o princípio ao acesso da Justiça.

Essa questão, a teoria constitucional resolveu com a ideia do princípio da unidade da Constituição. Foi no mesmo momento em que se estabeleceram aqueles incisos e dispositivos do art. 5º, que V. Exa. fez referência, e foi o mesmo poder Constituinte que estabeleceu a parte final do parágrafo do art. 231.

Ora, nessa situação, foi o mesmo processo decisório. Então, não há que se falar em incompatibilida-

de entre dispositivos da Constituição originária. Muito provavelmente, caso fosse, em hipótese, uma Emenda Constitucional, Sr. Senador, que tivesse agregado aquele dispositivo, poderia sim o Judiciário, poderia sim o Supremo Tribunal Federal entender que aquele dispositivo fere a Constituição e era uma emenda inconstitucional por afrontar a cláusula pétrea citada por V. Exa. do §4º do art. 60. Mas não é o caso, não é o caso, por quê? Eles foram editados exatamente no mesmo processo Constituinte, foi promulgada no corpo da Constituição.

É evidente que existem sim antinomias na própria Constituição originária, e a resolução dessas antinomias, a teoria constitucional e a jurisprudência no nosso Supremo Tribunal Federal, assim como de outros tribunais e Cortes Constitucionais de outros países resolvem com a ideia do princípio da unidade. Porque não cabe ao julgador escolher aquilo que o legislador constituinte originário estabeleceu. Está lá. Pode até o julgador entender: "Olha, era melhor que não tivesse, mas ele tem que aplicar". É a teoria do princípio da unidade da Constituição. Espero ter respondido.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas cabe uma emenda constitucional para corrigir essa dicotomia.

[soa a campainha]

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Ah, sim, essa é uma discussão que cabe ao Parlamento, se é um caso, em hipótese, de se revogar ou não se revogar esse dispositivo, e aí se inicia uma discussão, sob um outro viés, sob uma outra ótica, é uma outra discussão. Mas a resolução do problema posto por V. Exa. se dá com a resposta à teoria, com a teoria do princípio da unidade da Constituição.

Era essa a pergunta de V. Exa. e, em relação às demais manifestações, agradeço as manifestações do Senador Osvaldo Sobrinho, novamente as manifestações da Senadora Lúcia Vânia, a manifestação do Presidente da República, hoje Senador, que exerceu por mais de ano a Presidência da República, Senador Marco Maciel, que muito me honra V. Exa... Desculpa, Senador Valter Pereira, tinha mais um?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Ah, sim, vitaliciedade. Me desculpe, Senador, me desculpe. A manutenção ou não da vitaliciedade, se eu vou favorável ou não. Eu entendo que a vitaliciedade é uma prerrogativa do juiz e é algo, no meu entendimento, a ser mantido. O que eu entendo que deve ser modificado é a dificuldade que hoje se tem de se fazer um processo administrativo disciplinar, muitas vezes, para que se possa colocar para fora da Magistratura o mau Magistrado. E também alterar o dispositivo que permite, até hoje, o dispositivo na Lei Orgânica da Magistratura, que permite que aquele que foi colocado para fora da Magistratura mantenha os seus vencimentos.

Ora, se o juiz, ele foi condenado por ter tido uma atitude ilegal, ilícita, ter se corrompido, e ele, então, é retirado da Magistratura, e a lei permitir que ele continue a receber os seus vencimentos é algo realmente que não cabe à razão, não cabe à compreensão. Eu sou favorável à vitaliciedade, mas sou favorável a uma mudança em relação ao procedimento, ao processamento e às conseqüências de uma decisão nesse sentido.

Agradeço e espero ter respondido a todas as últimas questões. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. Encerrada a votação, designo os Srs. Senadores Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Kátia Abreu e Senador Wellington Salgado de Oliveira como escrutinadores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, como eu dediquei o tempo todo das minhas perguntas a realizar perguntas, eu gostaria de manifestar o quão bem impressionado fiquei com o depoimento do Ministro José Antonio Dias Toffoli. Eu acho que ele se conduziu exemplarmente, mostrou todo o seu saber jurídico, acumulado ao longo das funções que exerceu, e o cumprimento pela dignidade com que se portou e o respeito que granjeou, dentre todos os Senadores, mesmo àqueles que formularam críticas. Então, parabéns, Ministro Toffoli. A minha manifestação é inteiramente favorável.

E gostaria, Sr. Presidente, que V. Exa. pudesse assinalar, porque acredito hoje tenhamos tido o recorde de Senadores que arguiram uma autoridade em qualquer das Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É verdade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, se puder nos dizer quantos Senadores se inscreveram e argüiram...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós tivemos a manifestação de 33 Srs. Senadores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E aqui estiveram...

Vou proclamar o resultado. 20 votos 'sim', 03 votos 'não', nenhuma abstenção. A escolha do nome do Sr. José Antonio Dias Toffoli foi aprovada pela Comissão.

[palmas]

Está suspensa a reunião por dois minutos para os cumprimentos ao Sr. José Antonio Dias Toffoli. A matéria vai a Plenário. Com a palavra, Ministro Toffoli. Peço aos senhores que dêem oportunidade do Ministro se manifestar.

SR. JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI: Gostaria de agradecer a todas as Sras. e Srs. Senadores pela oportunidade que eu tive de, ao longo dessas mais de sete horas, poder expor aqui a V. Exas. todos e responder, expor os meus pensamentos e responder a todos os questionamentos feitos.

Tenham certeza, V. Exas., que honrarei todos os votos conferidos e honrarei a nação brasileira, e aguardo, com humildade, a deliberação do Plenário, que é o fórum soberano para a deliberação final. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria vai ao Plenário, está suspensa a reunião por dois minutos para os cumprimentos ao Ministro José Antonio Dias Toffoli.

[Sessão suspensa às 17h53].

[Sessão reaberta às 18h00].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 01, extrapauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 179/2009. PL nº. 02879/2008 na origem, terminativo na Comissão de Educação. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste Do Pará, UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará, UFPA, e da Universidade Federal Rural da Amazônia, UFRA, e dá outras providências. Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Parecer: Favorável à matéria. Concedo a palavra ao ilustre Senador Flexa Ribeiro para proferir o relatório. Como já foi distribuído o relatório, se V. Exa. puder ser breve, cumpriremos a palavra com V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só peço a compreensão de V. Exa., Presidente Senador Demóstenes Torres, e dos demais Senadores que prestigiam esta Sessão, em comprovação do PLC 169, por ser de suma importância para o meu Estado e para a Região Oeste, a Região Oeste do Estado do Pará, eu não poderei ser tão breve quanto V. Exa. solicita.

Em exame nesta Comissão, o projeto de lei da Câmara PLC nº. 169 de 2009, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará, UFOPA, mediante desmembramento da Universidade Federal do Pará, UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia, UFRA. Com sede no foro do município de Santarém, Estado do Pará, a Universidade terá atuação multicampi, abrangendo as localidades até então atendidas pelos campi ou unidades acadêmicas federais instaladas na região.

O projeto dispõe sobre quadro de pessoal e corpo discente, criando cargos e funções. Na exposição de motivos, destaca-se que a universidade atenderá simultaneamente os objetivos de expansão da oferta da educação superior, de aumento do investimento em ciência, tecnologia e de promoção da inclusão social, respeitando a demanda de um território com economia e culturas peculiares.

O projeto foi despachado ao exame desta Comissão e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde será apreciado em caráter terminativo. A proposição não recebeu emendas.

Análise, Sr. Presidente. No que concerne à competência desta Comissão, cumpre destacar de pronto que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e ditames da boa técnica legislativa.

Em relação ao mérito, a proposição é conveniente e oportuna. Afinal, consoante sua exposição de motivos, a UFOPA beneficiará mais de um milhão de pessoas. Além de propiciar oportunidades de prosperidade e bem-estar a essa população, a universidade aponta para um modelo de desenvolvimento sustentável, adequado às necessidades locais e a preservação do patrimônio ambiental brasileiro, a configurar assim uma medida estratégica, com grande potencial para gerar repercussões positivas para o país no cenário internacional. A UFOPA será de grande relevância para o desenvolvimento nacional e regional, atendendo demandas locais urgentes.

A escolha do município de Santarém deveu-se às suas características promissoras de desenvolvimento econômico. Essa emergência suscitada pelas necessidades locais. Apresenta-se perfeitamente consentânea com a legislação de regência do ensino Superior, pois, nos termos do art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, figuram como finalidades deste nível de ensino, entre outros, a formação de profissionais em diferentes áreas do conhecimento e incentivo à pesquisa e à investigação científica, de modo a desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive, bem como a prestação de serviços especializados.

Voto, Sr. Presidente. Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do projeto de lei da Câmara nº 179 de 2009, nos aspectos de competência desta Comissão.

Sr. Presidente, proferido o voto, pediria a V. Exa. para tecer, neste momento, alguns comentários que julgo relevantes. Nós temos... Eu preciso dar algumas explicações à população do meu Estado e, em especial, à população do oeste do Estado do Pará.

É importante registrar que os recursos humanos de alto nível, mesmo os acadêmicos ou científicos, estão muito mal distribuídos no território nacional. Há uma clara insuficiência das instituições de pós-graduação e de pesquisadores atuando na Amazônia brasileira. E aqui eu tenho, Senador líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, pelo Amazonas, e a Senadora Serys Slhessarenko, pelo Estado de Mato Grosso, que fazem parte da Amazônia brasileira.

Apenas... Apenas, e é bom que nos ouçam, Senador Wellington Salgado de Oliveira, hoje, o Presidente Lula e o Ministro da Educação, apenas 75 cursos de pós-graduação, entre os dois. 850 existentes no Brasil, estão localizados na Região Norte. Apenas cerca de mil doutores atuam na região, enquanto mais de 30 mil na Região Sudeste.

Existem, na Região Norte, apenas dois cursos de Doutorado em botânica, uma área que é de interesse estratégico para a região. Grande parte das pesquisas sobre a Amazônia são produzidas por pesquisadores estrangeiros; para piorar a situação, muito do material coletado ao longo das expedições científicas estão depositados em museus e instituições do exterior, o que resulta num custo adicional ao Brasil, quando seus profissionais e estudantes precisam se deslocar para consultar esse material.

Tais limitações são comprometedoras das possibilidades de um país dar resposta adequada ao desafio e à oportunidade que representa a Amazônia. As dimensões de tal desafio e o papel vital que ciência, tecnologia e inovação representam para a sua superação, ficam claras na seguinte passagem da professora Berta Becker, em texto apresentado na 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: "A Amazônia não é mera questão regional, mas sim uma questão nacional. Seu imenso patrimônio natural, pouco conhecido e inadequadamente utilizado, é um desafio às ciências nacional e mundial, foco de conflitos contra sua apropriação, que afetam a face interna da soberania brasileira e também instrumento de pressão externa. Ciência, tecnologia e inovação têm papel primordial na aceleração e aprofundamento do conhecimento desse patrimônio natural e na concepção de implementação de um novo modo de sua utilização, capaz de beneficiar a sociedade regional e nacional, subsidiar o planejamento do uso do território, e as negociações em fóruns globais referentes ao clima, à biodiversidade e à água, bem como assegurar a soberania brasileira sobre a região.

Senador Arthur Virgílio, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Wellington Salgado de Oliveira, nesse contexto, não posso deixar de registrar aos meus amigos do Estado do Pará, e em especial da Região Oeste do Pará, que há mais de três anos, em 10 de julho de 2006, apresentei o PLS 213/2006, propondo exatamente a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará, que denominei de UFOPA, projeto aprovado nesta Casa, em abril de 2007, e apresentei também, nesta ocasião, projeto idêntico para a criação da Universidade Federal do Sul do Estado do Pará, com sede em Marabá, projeto também aprovado nesta Casa, em 2007. Tinha já, àquela época, a noção concreta de que o oeste do Pará exigia a criação de uma universidade. Apresentei o projeto porque sabia que a escolarização é um dos elementos essenciais ao desenvolvimento e bem-estar da população, porque queria que a população do oeste do Pará pudesse dispor de um instrumento de crescimento pessoal, que só a universidade traz.

Esta universidade vai trazer benefícios a uma região que atende 19 municípios do Estado, do meu Estado, na Região Oeste. Tem a sua sede em Santarém, mas vai ter campus avançados em diversos municípios daquela região. Então, o benefício não é só para Santarém; é para Santarém, é para Oriximiná, é para Alenquer, é para Óbidos, é para Faro, é para Monte Alegre, é para 19 municípios que vão ser beneficiados com a universidade.

Naquela altura, lamentavelmente, não tive o apoio da Senadora Ana Júlia Carepa, naquela altura, Senadora do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal, como não tive apoio também, quando assumiu a Senadora o Governo do Estado, que ao invés de agilizar o processo de implantação da Universidade do Oeste do Pará, com projeto já aprovado, fez questão por uma questão partidária menor, de fazer apresentação, Senador Demóstenes Torres, de cópia do projeto que foi aprovado aqui no Senado, cópia do projeto por mim apresentado, lá em 2006.

Como disse, a iniciativa do Presidente Lula, que quero parabenizar o Presidente Lula e quero aproveitar para pedir a ele, Presidente Lula, que atenda também, mandando um projeto ao Executivo--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tenho que encerrar porque se inicia a votação. Acabo de receber ligação, tenho que encerrar, Senador Flexa Flecha--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --para o Congresso, o projeto da criação da Universidade do Sul do Pará.

O meu entusiasmo, com isso, não diminuiu; pelo contrário, aumentou--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou ter que encerrar, Sr. Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estou concluindo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu tenho uma dúvida, eu peço vista.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está, nesse momento, se concretizando. Estou feliz por Santarém, por todos os municípios da região, porque a UFOPA, felizmente, saiu do papel. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, para discutir. Eu não sei se eu vou pedir vista, queria tirar uma dúvida com V. Exa., rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pede vista, nós votamos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, não, eu vou retirar porque senão eu teria que entrar na outra sessão, eu retiro o pedido de vista.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. deve manter o pedido de vista porque o Estado de Minas Gerais tem 14 universidades federais e o Estado do Pará, com essa, terá a terceira; eu acho que é justo fazer o pedido de vista e V. Exa. deve manter.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em homenagem ao Pará e a V. Exa.--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu retiro, em homenagem ao Pará e a V. Exa., que lutou tremendamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur Virgílio, com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Serei muito breve, Sr. Presidente. Apenas para destacar o trabalho profícuo, obstinado do Senador Flexa Ribeiro, que, desde o início do seu mandato, que vem perseguindo esse objetivo. Eu vejo que deu agora um passo de gigante na direção da consolidação dessa universidade, numa cidade que terá... Tendo como pólo a cidade de Santarém, que tem um viés muito amazônico, ela é muito familiar aos amazonenses, próxima de Parintins como é, as culturas se misturam, e eu creio que será muito bom para... Ele falou em Oriximiná, mas eu sei que será muito bom para o meu Estado, para as regiões mais próximas de Santarém. Agora, a ideia do Governo foi correta, e o relatório foi percuciente, lúcido e merecedor de todo elogio e todo aplauso. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerro a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Item 04. Página 175. Turno suplementar de substitutivo oferecido a projeto de lei do Senado 476/2003. Altera lei 9.613, de 03 março de 98 para adicionar novos crimes antecedentes e novas pessoas físicas e jurídicas obrigadas a comunicar operações suspeitas, assim como para criar procedimento penal próprio para os crimes de lavagem de dinheiro. Autoria: Senador Gerson Camata. Relatoria: Senador Romeu Tuma. Em 23 de setembro de 2009, foi aprovado substitutivo ao PLS nº. 473 de 2003, ora submetido a turno suplementar, nos termos do dispositivo do art. 282 c/c art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão. Vedada a apresentação de substitutivo integral, art. 282, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal. Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação, art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: O substitutivo é aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Nada mais havendo, concedo a palavra ao ilustre Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu gostaria de pedir V. Exa. o levantamento dos projetos que tratam da questão da progressão de pena, porque eu tenho visto quase que diariamente notícia de--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --Figuras de alta periculosidade para a sociedade pacífica, sendo colocadas em liberdade como se delas pudesse esperar a recuperação que elas não querem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Farei o levantamento e mais, temos uma Comissão presidida pelo Senador Aloizio Mercadante, quem sabe V. Exa. não integrará essa Comissão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se V. Exa. me designa, com o maior prazer...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou tomar essa providência de imediato, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Serei breve, só para agradecer V. Exa., Senador Demóstenes Torres, Senador Wellington Salgado de Oliveira, vice-Presidente da CCJ, os demais Senadores, por terem atendido a inclusão extrapauta--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós estávamos brincando porque sabíamos que V. Exa. estava aflito para aprovar essa matéria que atendia aos interesses do Estado do Pará. Parabéns a V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado de Oliveira, irmão querido, e sabia da forma como ele estava querendo fazer suspense com o pedido de vista, que jamais passaria pela cabeça dele. Mas eu quero deixar registrado o agradecimento a V. Exa., Senador Demóstenes Torres, que permitiu que nós, após mais de nove horas de trabalho na Comissão, pudéssemos ainda aprovar hoje a instalação da Universidade Federal do Oeste do Pará. O povo do Pará e, em especial da Região Oeste, ficará eternamente agradecido a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nada mais havendo a tratar, declaro suspensa a presente reunião, informando que será reaberta amanhã, dia 1º de outubro de 2009, às 10 horas, para realização de Audiência Pública destinada a instruir a PEC nº. 33 de 2009, que acrescenta o art. 222-A à Constituição Federal para dispor sobre exigência do diploma de curso superior de Comunicação Social, habilitação para jornalismo... Habilitação jornalismo, melhor dizendo, para o exercício da profissão de jornalista, com a presença dos seguintes convidados: Sérgio Murilo de Andrade, Presidente da Federação Nacional de Jornalista, FENAJ; Daniel Pimenta Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Edson Spenthof, Presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo; Maurício Azêdo, Presidente da Associação Brasileira de imprensa; Judith Brito, Presidente da Associação Nacional de Jornais; Carlos Franciscato, Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior, Assessor Jurídico da OAB, representando o Presidente da Ordem, Sr. Raimundo Cezar Brito Aragão.

Suspensa, portanto, a Sessão até amanhã, quando será reaberta às 10 horas. Agradeço a todos. Muito obrigado.

[Sessão suspensa no dia 30/09/2009 às 18h16].

2ª PARTE
Realizada no Dia 1º de Outubro de 2009,
Às 10 Horas e 25 Minutos

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB MG): Havendo número regimental declaro reaberta a 40ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53 ª Legislatura.

A segunda parte da reunião destina-se a realização da Audiência Pública para instruir a Proposta de Emenda a Constituição, PEC nº 33 de 2009, que acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal para dispor sobre a exigência do Diploma de Curso Superior de Comunicação Social, Habilitação Jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista, conforme Requerimento 7, de 2009, CCJ de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Antônio Carlos Valadares.

Eu pediria ao Senador Antônio Carlos Valadares que encaminhasse os convidados para que pudesse compor a Mesa. Primeiro convidado, e essa ordem será observada também para as conferências, Sr. Sérgio Murillo de Andrade, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, FENAJ; Sr. Edson Spenthof, Presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo; Sr. Tarcísio Holanda, vice-Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, ABI; representante do Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, ABI, Sr. Maurício Azêdo, o Sr. Tarcísio não está presente ainda, quando chegar tomará local a sua mesa. Sr. Carlos Franciscato, Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJor e o Sr. Raimundo Cezar Britto Aragão, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB.

Justificaram a ausência o meu querido amigo Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT; Judith Brito, Presidente da Associação Nacional de Jornais, ANJ.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas; os convidados farão sua exposição e em seguida abriremos a fase de interpelação para os senadores e senadoras na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurados igual prazo para a resposta de interpelado, sendo-lhes vedado interpelar os membros da comissão.

Obedecendo a ordem de chamada dos convidados, pedirei ao primeiro convidado Sr. Sérgio Murillo de Andrade, Presidente da Federação Nacional de Jornalismo, para sua exposição por dez minutos, mas terá o tempo que for necessário se puder chegar a 15, 20 até aí está ótimo.

Está bom?

Passo a palavra ao V.Sa.

SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE: Bom dia a todos presentes nessa sessão. Bom dia Senador Wellington Salgado de Oliveira que preside essa Audiência Pública.

Eu, antes de mais nada, não posso deixar de registrar o protesto da FENAJ e acho que expresso também a opinião de vários representantes de entidades aqui nessa Mesa, em relação à ausência da representação patronal.

Sei que foram convidados e mais uma vez de forma antidemocrática e desrespeitosa, aos presentes nesse evento e principalmente ao Congresso Nacional, se ausentaram do debate. Me refiro à Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão e Associação Nacional dos Jornais ANJ. Sei que foram convidados, eu vi o Senador Valadares, sei que foram convidados e eles sempre têm outros compromissos que julgam ser mais importantes. Mas, o que eu lamento é que quando os projetos seguem em frente e estão em momentos de aprovação aí sim, eles aparecem, aí sim, eles usam da força para bloquear o debate e a discussão democrática.

Quero falar da importância da nossa regulamentação. Não vou aqui me lamentar, eu vim para buscar no lugar adequado, na Casa que representa a população brasileira, uma solução para uma crise imensa que hoje está... Que hoje envolve uma profissão, uma categoria de mais de 80 mil jornalistas, a imensa maioria deles formada, diplomada pelas universidades brasileiras reconhecidas pelo Governo Federal, muitas delas, inclusive, objeto de investimento público.

Quero dizer que no Brasil... O Brasil tem uma tradição de regular as profissões, especialmente as que têm sensibilidade, as que são sensíveis a democracia, como é, por exemplo, o Direito como é, por exemplo, o Jornalismo. A regulação muito mais que atender uma demanda da categoria, é um certificado importante que o Estado Brasileiro dá pra sociedade. Este profissional é habilitado. Este profissional tem os requisitos mínimos para o exercício desta profissão que é fundamental à sociedade brasileira.

Digo isso, por que é natural que se exija qualidade de quem está prestando serviço que é de natureza pública como é o Jornalismo. Todo o pai responsável, na escola mais humilde e mais pobre, exige que o professor que vai formar o seu filho, tenha a maior e melhor qualificação possível. Por que pensar diferente para um jornalista que informa e inclusive também forma, a sociedade, por vezes em escala de milhões. Por que pensar diferente?

A regulação é um bem para a categoria, mas muito mais do que isso; ela é um direito do próprio cidadão, a regulação da profissão de jornalista. Quero dizer Senador Wellington Salgado de Oliveira, que a nossa profissão no Brasil, o critério até o julgamento do Supremo, era desde os anos 60, era o acesso a profissão, era através do Ensino Superior. Quero dizer que diferente do que se fala é um critério que outros países adotam, diversos países democráticos pelo mundo afora, alguns países passaram a adotar espelhados na referência brasileira. E mesmo os que não adotam têm critérios, autorização do sindicato, uma prova da Ordem dos Jornalistas na Itália ou na Espanha.

Todos os países têm critérios de acesso à profissão, essa situação que hoje está colocada para o Brasil é única no planeta. É única!

Não tem critério nenhum. É único e isso não existe em lugar nenhum do mundo. E isso é uma situação absolutamente inaceitável e um imenso retrocesso por que onde não existe regulação os países, os Estados, as categorias, a sociedade caminha para a regulação.

O fato de abrir mão de uma regulação é única na História do Brasil e é única no mundo. E é um imenso retrocesso que eu espero que seja revisto pelo Congresso Nacional. Quero dizer, senadores presentes nessa Sessão, que é uma absoluta confusão e traz uma carga imensa de injustiça, dizer que nós da regulação, contradiz com o princípio estabelecido na Constituição Brasileira de liberdade de expressão. Não há contradição alguma.

Não há contradição alguma, é injusto, alegar isso é absolutamente injusto com os 60 anos de história da FENAJ e digo mais, não está aqui ainda presente o companheiro Tarcísio Holanda, é muito mais injusto com os 100 anos da história da ABI. Que lutou por essa regulação, que defende também, o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, era um dos maiores defensores: A necessidade do diploma como forma de acesso a profissão, como forma de qualificar o trabalho jornalístico no Brasil.

Essa alegação, que o diploma fere o princípio da liberdade de expressão é absolutamente injusta e é confusa; por que confunde, um trabalho profissional técnico como a reportagem, a edição, a diagramação. Isso que esse companheiro está fazendo a fotografia jornalística com o direito de se expressar de opinar, de expressar opinião, a opinião não é um objeto do

Jornalismo. Jornalismo trabalha com a informação jornalística, deve, aliás, se distanciar o máximo possível da opinião em benefício do cidadão.

Esta confusão está sustentada boa parte dos argumentos de quem se opõe a exigência do diploma para a formação jornalística. Vocês são senadores, vocês sabem que qualquer jornal do Brasil está franqueado a opinião de vocês, mas não só de senador, de deputado, do cidadão comum e todos os dias, em qualquer edição de qualquer jornal do Brasil, quase a metade do que está escrito nesse jornal não foi escrito por jornalista e isso não é do dia de hoje, sempre foi assim.

O Jornalismo convive com a colaboração, aliás, o Jornalismo, a nossa regulação, convive com a regulação, a nossa, regulamentação, aliás, defende a opinião e a colaboração dos diversos agentes sociais.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, Dr. Sérgio.

SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE: Pois não, senador

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Permite interromper?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB MG): Um aparte para o Senador Antônio Carlos Valadares.

Tem a palavra V.Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É o seguinte, eu vou me retirar alguns instantes em virtude de uma reunião de emergência, do PSB, para a qual eu fui convocado, mas logo em seguida eu retorno para participar do debate.

Agradeço a V.Exa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se V.Exa. permitir a gente acumula o seu voto aqui.

[risos]

SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE: Eu que agradeço à sua presença, Senador Antônio Carlos Valadares, aliás, eu vou fazer referência ao senhor logo em seguida

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB MG): Só uma pergunta. É boa?

SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE: É boa. É boa, é elogiosa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB MG): Então pode ir.

SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE: Pode ir, está certo.

[risos]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Vai ficar gravado.

[pronunciamentos fora do microfone]

SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE: Está certo.

Então, se eventualmente essa opinião não é franqueada ou é bloqueada ou é impedida ou é limitada, é pelo dono do jornal, ou pelo dono da rádio, ou pelo dono da televisão, jamais foi pela regulamentação profissional dos jornalistas. Outra injustiça é atribuir esta norma, esta conquista da profissão a uma benesse do ditador. Não é verdade. A exigência do diploma é do período democrático de 1961, infelizmente, por pressão do patronato, o Presidente João Goulart que outra acabou revogando a exigência do diploma, que nós vamos conquistar no final da década em 1969. A regulação, a regulamentação, todas as conquistas dos jornalistas jamais foram objeto de concessão e sempre, os poucos avanços que nós tivemos na história, sempre tiveram de alguma forma oposição do patronato.

Está claro na história da organização da profissão que a exigência do diploma não foi por causa da ditadura muito pelo contrário, foi apesar da ditadura e insisto, passou no teste da democracia, se existe essa dúvida passou no teste da democracia. Quando, Senador Wellington Salgado?

Esta mesma Casa em 1985, através de uma proposta, um projeto do Senador Gerson Camata recolhe essa legislação e a altera, ou seja, o Congresso Nacional reconheceu essa regulamentação, a sua vigência no Estado Democrático.

Não parou por aí. Em 2006 o Congresso Nacional, Câmara e Senado, atualizam, atendem uma demanda histórica da profissão por que esta é uma Lei de 1969, já descolada em muito sentidos das novas tecnologias, de novas funções que a atividade passou a incorporar, em 2006 o Congresso Nacional atualiza o Decreto 972, acrescenta novas funções, estende a exigência do diploma para todas as atividades profissionais dos jornalistas, sem nenhum tipo de obstáculo, através do debate democrático.

Infelizmente 15 dias depois, por pressão, novamente como aconteceu em 62, por pressão do patronato, o Presidente Lula acaba vetando toda a legislação, mas em 2006 o Congresso Nacional referendou essa legislação. Mais do que isso, o Deputado Paulo Pimenta tem lembrado com frequência e eu lembro, que eu também participei dessa movimentação no final dos anos 80. E em 88 os constituintes, Senador Wellington, tinham opção de extirpar a exigência do diploma.

Uma das versões do texto da nova Constituição, através de um contrabando da Folha de São Paulo, incluía o fim da exigência do diploma, hoje o Congresso Constituinte recusou essa exigência. Ou seja, os constituintes tinham claro que não havia e não há conflito

nenhum entre exigir diploma, por isso está na Constituição: "É livre o exercício de todas as atividades profissionais, salvo as exigências que a lei assim definir". Como é o caso do Jornalismo, a exigência do diploma como forma de qualificar o acesso à profissão.

Para concluir e ficar nos dez minutos, propostos pelo Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB MG): Eu dei vinte minutos, se V.Exa. querendo usar um pouco mais.

SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE: Vamos até para ter mais tempo para ouvir os demais senhores presentes aqui nessa Mesa.

Eu quero mostrar para vocês a imagem três, por favor, primeiro; o cenário que está colocado para a nossa profissão.

A imagem três. Esse aí, primeiro; a questão não se altera a qualidade da formação do jornalista. Não é verdade. Esse tipo de iniciativa já existe e vai prosperar, inclusive, às vezes com a referência de instituições de ensino de referência.

Imagina que tipo de profissional vai prestar, que tipo de serviço à cidadania, um profissional que se forma num curso rápido, por apenas R$ 40 reais.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB MG): Não dá nem para chamar de curso.

SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE: Não nem para chamar de curso, mas isso não uma iniciativa isolada e é falso dizer que não vai se alterar a qualidade da formação e no momento, inclusive, eu estou aqui na presença de dois excelentes professores, que essas entidades acabaram de se envolver num esforço justamente no sentido contrário; de qualificar ainda mais o ensino superior de Jornalismo no Brasil.

Acabaram de entregar ao Ministro da Educação um documento com as novas diretrizes curriculares que vai na direção contrária da decisão do Supremo Tribunal Federal, ou seja, existe investimento maior na qualificação, acertadamente por que isso atende aos interesses da sociedade. A imagem dois, por exemplo; outra falsa ideia, Senador Wellington, outra falsa ideia de que as empresas como tem sido alegado, as empresas vão continuar contratando exigindo diploma e a formação. Não é verdade.

Este caso de um jornal de uma cidade importante do interior de Santa Catarina não é único, não é único. E eu sei que mesmo o mais exigente, o mais empedernido militante contra a exigência do diploma, reconhece, reconhece a enorme contribuição que a formação escolar deu para moralizar, para profissionalizar o Jornalismo no Brasil. E se hoje tem jornais como esse no interior do Brasil que contratam jornalistas profissionais é por que tem lei que exige, se não tiver lei será a barbárie.

Eu digo isso, por que falo de cadeira, eu negocio com esses senhores salários, jornada de trabalho, condição de emprego, eu sei da postura que têm. Se o patrão, eu... Com honrosas exceções, mas se tem duas alternativas um profissional qualificado e um sem qualificação sempre vai escolher o mais barato em detrimento da qualidade da informação, em detrimento do direito que o cidadão tem de ser bem informado.

Esse tipo de iniciativa insisto também como a primeira, não é uma iniciativa isolada, e vocês que são parlamentares, que atuam na política sabem como é importante ter do outro lado, na relação profissional com o jornalista, alguém que tenha de fato credencial, alguém que não vá achacar, alguém que não vai negociar informação em troca de dinheiro ou de emprego. Alguém que honre o seu trabalho. Vocês bem sabem senadores como é importante exigir essa moralização como é importante pra profissão e para a sociedade, incluindo para os senhores, que esse profissional tenha, esse profissional tenha princípios éticos. E ética sim, se ensina na escola. Se vem com a formação moral da família, da escola, da Igreja e que é fundamental, mas a ética de autologia(F) profissional se ensina sim, na universidade. E é fundamental que se invista cada vez mais nesse ensino, nessa formação assim como as técnicas jornalísticas e assim como a própria teoria que sustenta a profissão.

Para terminar, a última imagem que também não um fato isolado e eu já estou me cansando de mostrar essa imagem, essa fotocópia integra um processo contra a Federação Nacional de Jornalista, este cidadão de Minas Gerais, a imagem está propositadamente borrada, mas quem desconfiar da sua autenticidade...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB MG): Logo de Minas Gerais!

SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE: De Minas Gerais, a FENAJ tem as cópias originais desse processo, esse cidadão ele tem registro de jornalista obtido com base numa liminar de Justiça, pautado por uma decisão aí, da Juíza Carla Rister, em 2001. Com esse registro que ele obteve no Ministério do Trabalho, ele se dirigiu à FENAJ para obter o documento de identidade profissional que substitui por lei a identidade pessoal.

Este cidadão não assina sua carteira de trabalho, ele não assina a sua carteira de identidade pessoal, e não assina por que não tem formação escolar. É claro que a FENAJ se recusou a dar a carteira de jornalista e é por isso que ele está processando a FENAJ para obter na Justiça o direito de portar um documento que

substitui o documento ou a cédula de identidade pessoal no Brasil. Agora a pergunta que eu faço é a seguinte; é esse o tipo de referência que nós queremos para profissão no Brasil? É esse o tipo?

Eu pergunto Senador Wellington, como vai se comportar, por exemplo, o correto e exigente serviço de credenciamento do Senado Federal...

[soa a campainha]

Qual será a exigência que vai fazer? Vai fazer um teste de alfabetização para credenciar o jornalista?

Para terminar, esse tipo de situação é absoluta degradação, absoluta de moralização e eu pergunto: "A quem interessa isso?".

Com certeza não interessa à FENAJ, não interessa à categoria. Eu imagino que não interesse às empresas, especialmente às empresas que investem no Jornalismo e, eu tenho certeza absoluta que não interessa especialmente ao cidadão brasileiro, este cidadão que tem direito a ser bem informado.

Eu agradeço imensamente a oportunidade do debate, do espaço democrático, agradeço a iniciativa dos senadores que se solidarizaram com a FENAJ, desde o primeiro momento e o Senador Valadares foi um dos primeiros a fazer isso, o Senador Valadares foi o primeiro parlamentar a buscar através de uma Proposta de Emenda a Constituição, uma solução para essa crise.

Eu espero que aqui nessa Casa, de fato a gente encontre uma solução que reverta essa situação de absoluta degradação que hoje está sendo imposta a nossa categoria profissional.

Muito obrigado pelo espaço.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB MG): Muito obrigado, Sr. Sérgio Murillo de Andrade, Presidente da Federação Nacional de Jornalistas.

E que essa Audiência Pública, é uma Audiência Pública pedida pelo Senadores Inácio Arruda e Antônio Carlos Valadares, cujo objetivo é acrescentar ao art. 220 da Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de Comunicação Social, Habilitação Jornalismo, para o exercício da profissão de Jornalismo.

Eu vou fugir um pouco aqui a ordem por que houve um pedido por parte do Presidente da OAB que acaba de chegar de viagem e tem que se ausentar, Sr. Raimundo Cezar Britto, Dr. Raimundo Cezar Britto Aragão Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, a quem eu passo a palavra, voltando atrás ao que eu tinha dito anteriormente, que eu seguiria a lista, mas para atendê-lo eu passarei a palavra à V.Sa.

SR. RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO: Muito obrigado, Senador Wellington Salgado, meus colegas da Mesa, colegas senadores, senhoras e senhores.

O tema que nós estamos a debater não é novo, ele começa sobre a grande relação que a liberdade de expressão tem com a democracia. Quanto mais liberdade de expressão, mais democrático é um país.

A Constituição Cidadã não poderia ter fugido ao tema, a Constituição Cidadã quis romper e o fez claramente, com a lógica autoritária da ditadura militar, em que a censura era a regra, a castração da liberdade de expressão, a liberdade jornalística era a regra, basta lembrar tínhamos censores trabalhando dentro do jornal. E o Departamento de Censura mandava bilhetes, ordens para que não se falasse sobre determinados assuntos e até assuntos banais, assuntos que não tinha nem relação com a estrutura da Ditadura Militar.

Lembra-se que na época não podia falar sobre o caso Carlinhos, um menino que tinha sido sequestrado para não parecer que a Política de Segurança Pública da Ditadura Militar era falha, não se poderia dizer que havia meningite no Rio de Janeiro para que não confundisse a ideia de que a Política de Segurança de Saúde Pública era falha.

Então, a Constituição Cidadã tinha e precisava tratar dessa matéria. Principalmente a Constituição que resolveu inverteu a lógica das outras; ela pela diferente das demais constituições, começa com as garantias fundamentais para depois tratar do Estado. Dizendo que: "O homem é a razão de ser da Constituição e não o Estado em si mesmo".

Então é uma Constituição que cuidou corretamente de tratar desses princípios fundamentais e dentre eles a liberdade de expressão. Mas, isso não nos força a concluir que a liberdade de expressão, prevista no texto constitucional é ampla e irrestrita que não possa sofrer limitações. Esse é um debate que se teve à época; a liberdade de expressão, a liberdade jornalística pode ter algum controle?

A Constituição chegou a um consenso: "Ela é livre, salvo disposição expressa na própria Constituição. Quem poderia impedir a liberdade de expressão era a própria Constituição Brasileira". Resolveu o problema.

E ela disse que a liberdade de expressão não é livre, plenamente livre quando veda o anonimato, então para eu me exprimir eu tenho que me identificar. É a primeira restrição à liberdade de expressão, mencionada aqui no texto constitucional. A segunda é quando garante o direito de resposta e obriga aquele que abusa da liberdade de expressão nos meios de comunicação a garantir ao direito de resposta.

Quando menciona também expressamente; que aquele que abusa da liberdade de expressão pode ser processado civilmente por danos morais, por danos materiais. Mais uma restrição à liberdade de expressão. E vai além, vai além quando diz que tem que se observar o direito à imagem, o direito à intimidade.

Então a Constituição criou, ela própria, a sua visão sobre o texto constitucional.

E aí se nós olharmos o § 1º do art. 220 nós não teremos mais dúvidas nenhuma sobre isso, que trata das comunicações. Diz o § 1º: "*Nenhuma lei conterá dispositivo que possa considerar embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social"*. E aí mais uma vez diz: *"Somente a Constituição poderá criar requisitos que venham impedir o livre exercício da liberdade de expressão".*

E ele manda observar "Observado", o mesmo que dizer, "Salvo", o previsto nos art. 5º, Incisos, IV, V, X, XIII e XIV". Esses foram os parâmetros, só eles é em quem podem limitar o exercício a liberdade de expressão, aqueles que eu mencionei e vou mencionar os dois que interessa ao tema; que é art. 5º Inciso III, em que se diz: *"Expressamente aplicável à comunicação social". Não é por dedução é por determinação constitucional.* Quando diz: *"É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão atendidas as qualificações profissionais que ali estabelecer".*

E aí não tem dúvida, a própria Constituição quando trata, quando trata da matéria da comunicação manda expressamente aplicar o Inciso III que trata de uma lei exigindo qualificação não tem dúvida sobre isso, não precisaria, na minha avaliação, nem de emenda constitucional, é lei disciplinando a qualificação do exercício profissional. Poderia dizer: mas o Supremo não observou?". Um dos debates que se tinha é de que o decreto tinha um vício de origem e o vício de origem resultou na inconstitucionalidade daquela legislação.

Mas, uma lei com base no Inciso XIII, do art. 5º, não de dúvida nenhuma que pode estabelecer qualificações profissionais e se dúvida existisse ai vem o inciso subsequente que diz: *"É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional"*. E aí vem a discussão, o sigilo da fonte é uma garantia constitucional a liberdade de expressão. O sigilo da fonte tem relação direta com o querer da Constituição de que o Jornalismo fosse investigativo, que protegido pelo sigilo da fonte se pudesse apurar os crimes de corrupção, o crime organizado, aquele que revelado à fonte poderia gerar na morte daquele que contribui para a causa pública. O sigilo da fonte é protegido no mundo todo. Uma jornalista, nos Estados Unidos recentemente, foi presa por que quis resguardar o sigilo da fonte. Aqui no Brasil, ele é proteção constitucional. Está lá como garantia fundamental para nós, cidadãos brasileiros. E ele diz: *"Inerente ao exercício profissional"*. Se eu chego à conclusão de que a profissão de jornalista não existe qualquer um aqui pode ser jornalista quem vai poder arguir o sigilo da fonte?

Eu quero imaginar a seguinte hipótese; sou convocado para depor como testemunha de um crime, não sou jornalista, sou advogado e lá eu podia dizer: "Não senhor, não doutor, eu estava naquele momento como jornalista *free-lance* e quero pedir que seja resguardado o meu silêncio por que eu tenho proteção ao sigilo da fonte". Claro que essa hipótese é absurda por que eu não posso arguir o sigilo da fonte, por que não inerente à minha profissão, ela só é inerente à profissão de jornalista.

Então, a Constituição Brasileira, claramente, por duas vezes, menciona a profissão de jornalista, embora não use o nome jornalista no Inciso XIII e no Inciso XIV. E por que não usou a expressão jornalista como usa de advogado no art. 133?

Porque o nome é menos importante, porque poderia ser o comunicador social, poderia ser aquele noticiarista. Os nomes do cargo de Jornalismo derivam em várias empresas.

Eu sou contratado como diagramador, eu sou contratado como noticiarista, sou contratado como repórter, então não se quis fixar o nome, mas sim, uma profissão ligada à comunicação.

Então, eu não tenho dúvida nenhuma, nenhuma, em afirmar que na minha avaliação e a na avaliação da minha instituição, de que a profissão de jornalista é constitucionalmente autorizada ou implicitamente regulamentada. Diferente do que está se dizendo que não é uma profissão, que é livre e que todo mundo possa exercer.

E aí eu vou trazer um outro argumento, e aí do sentido mais lógico, não há nenhuma profissão no Brasil, nenhum cargo por mais importante que seja, nenhum, que não se possa por via judicial, por via punitiva, impedir o abuso, que as pessoas exercendo o cargo, a função, continuem a abusar. Se um advogado é antiético, a ordem o expulsa da sua atividade e ele não pode continuar advogando. Se um senador quebra o decoro parlamentar ele pode ser afastado dessa função por mais relevante que seja, por mais voto que tenha.

Se um juiz, se um promotor, que tem a maior proteção constitucional, que é da vitaliciedade, só eles têm a vitaliciedade só pode ser afastado por decisão judicial, eles têm podem ser afastados por decisão judicial, do exercício profissional se comete um abuso. Se eu

chegar à conclusão de que não existe a profissão de jornalista, que tem uma atividade fundamental, como é que eu posso coibir o abuso daquele que em nome da liberdade de expressão, viola princípios fundamentais como a preservação da imagem reiteradamente?

Então, eu não posso chegar à conclusão que existe uma profissão no Brasil livre para abusar. Por isso, que a profissão tem que ser regulamentada, tem que ser disciplinada para que se possa afastar aquele que não a exerce com dignidade.

Portanto, o raciocínio de que o jornalista não sendo regulamentado, não sendo sequer registrado no Ministério do Trabalho, pode continuar exercendo sua atividade, pode continuar no jornal, é um risco muito grande pra democracia. Por que se poderá colocar um testa de ferro qualquer, que sem idoneidade moral, sem idoneidade financeira, para utilizar do veículo de comunicação e continuar quebrando os princípios fundamentais. E não preservando a imagem, a vida íntima das pessoas como quer a Constituição e nós não podemos fazer nada, por que essa profissão não é regulamentada. A Ordem dos Advogados do Brasil tem uma posição muito clara sobre isso.

Nós compreendemos que a liberdade de expressão é um princípio fundamental inerente à democracia, sem ela não há democracia, mas ela tem que observar os limites constitucionais. E nos limites constitucionais está, por exemplo, o meu direito de ser informado, bem informado e receber informação com qualidade. A Constituição Brasileira acertou ao regulamentar implicitamente a atividade profissional de jornalista.

E concluo, para fazer uma análise da compreensão do direito brasileiro sobre a atividade. Equivocado, e aí o Sérgio muito bem pôs; equivocado se dizer que no Brasil a liberdade de expressão só pode ser exercida pelo portador do diploma. Não verdade. Se nós olharmos os jornais no Brasil, 50% dele, aproximadamente 50%, é composto por não jornalistas, por que a liberdade de opinião é um bem constitucional.

O Presidente da Casa, o Presidente José Sarney tem uma coluna semanal na Folha de São Paulo e não é jornalista, o economista...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Presidente Sarney é jornalista.

SR. RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO: É jornalista? Desculpe o Delfim Neto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Delfim Neto.

SR. RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO: Pronto Delfim Neto tem uma coluna na Carta Capital e não é jornalista porque ele exerce ali o papel dele de economista, manifestando sobre economia. Um poeta nas colunas de poesia, fala de poesia, o cronista na coluna de crônica, fala de crônica. O médico, se nós formos olhar um jornal do Conselho de Medicina vai lá, todo mundo que está falando são os médicos.

Agora ali no rodapé, na tarefa técnica, tem que ter um jornalista, na tarefa de edição do jornal, tem que ser um jornalista. É assim na minha casa, quem olhar o *site* da OAB vai perceber um Presidente da Ordem, falando, exercendo o seu dever de opinar, o seu direito de opinar, mas quem vai estar transcrevendo, de forma remunerada, permanente essa atividade, é o nosso setor jornalístico.

Então, a Legislação Brasileira fez a separação muito clara, não condicionou o exercício profissional ao diploma e não poderia. E é por isso que eu não tenho dúvida que, a Emenda Constitucional que é proposta e têm várias leis que são propostas nesse sentido ao regulamentar a profissão de jornalista nada mais faz do que cumprir a Constituição Brasileira, mais especificamente o § 1º do art. 220, que manda aplicar, expressamente, o Inciso XIII do art. 5º, que diz que ali o exercício profissional pode estar vinculado à qualificação.

E no Brasil qualificação tem um nome; diploma. A qualificação profissional é atendida pelo requisito da escolaridade, que o legislador escolher. Poderá o legislador escolher para qualificação do contador nível de primeiro grau? Pode. Pode escolher para jornalista primeiro grau, segundo grau? Pode. Mas, não pode o Supremo Tribunal Federal quem quer que seja, dizer que é ilegal exigir diploma de nível superior.

Aliás, é recomendável que se tenha diploma de nível superior para uma atividade fundamental, que é de cuidar da liberdade de expressão. Eu cuido de um bem fundamental que é a liberdade de ir e vir, a liberdade do cidadão brasileiro. E quem cuida de liberdade tem que ter qualidade, é por isso que a qualidade é exigida para a advocacia. E quem cuida da liberdade de pensamento, que tem o dever de nos informar com liberdade tem que ter qualificação de nível superior.

Essa é a posição da Ordem dos Advogados do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Sr. Raimundo Cezar Britto Aragão, Presidente da OAB.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não. Senador Inácio Arruda tem a palavra V.Exa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Pela ordem, por que se o nossa colega tiver que se retirar eu preciso que ele dê uma opinião sobre uma

questão de ordem, que formulamos no plenário da Câmara, através do Deputado Ibsen Pinheiro, a respeito da decisão do Supremo. Eu não quero que V.Exa. responda agora, eu quero que se o senhor puder, nos ofereça uma opinião da Ordem a respeito da questão que de ordem que nós arguimos que é de iniciativa do Deputado Ibsen Pinheiro, Aldo Rebelo, Edgar Moura, Valter Pereira e Inácio Arruda.

Que tem esse sentido de examinar a decisão do Supremo, por que em última análise cabe ao Senado resolver sobre a decisão do Supremo. E nós fizemos uma questão de ordem e seria muito importante a opinião de V.Sa. e da Ordem dos Advogados a respeito da matéria que eu considero de grande significado.

Então, se o senhor tiver que sair eu queria deixar com o Presidente da Ordem.

SR. RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO: Eu já recebo e trago tão logo a manifestação oficial, acho que deve ser a questão da extensão da decisão, se ela é *erga omnes* ou não é *erga omnes*?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, eu queria também anunciar a presença aqui hoje do Sr. José Augusto Camargo, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, do Estado de São Paulo. Está presente. É um prazer tê-lo aqui.

Passemos agora ao terceiro expositor, o Sr. Edson Spenthof, está correto?

SR. EDSON SPENTHOF: Correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo FNPJ, com a palavra V.SA.

SR. EDSON SPENTHOF: Senador Wellington Salgado, Senador Inácio Arruda e Senador Valadares, que teve que se ausentar, eu agradeço muito em nome da minha entidade, o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, a oportunidade de vir aqui contribuir esse tão importante debate. Uma oportunidade que em verdade possivelmente pelo rito diferenciado do Judiciário, nós não tivemos naquela instância dos Poderes da República e talvez tivesse sido salutar no sentido...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Mas quando o Tribunal quer, realiza audiências públicas.

SR. EDSON SPENTHOF: Ah pois. Não houve neste caso e nós consideramos de fundamental importância que, já que o debate envolve a formação em Jornalismo, que os professores de Jornalismo se manifestem, que os estudantes de Jornalismo se manifestem, já que envolve a profissão de jornalistas que os profissionais se manifestem. E nós temos hoje aqui a contribuição dos pesquisadores em Jornalismo, que também é de fundamental importância, sem mencionar, obviamente, a participação e as brilhantes exposições do Presidente da OAB, Raimundo Cezar Britto.

Embora, estejamos tratando de uma PEC, portanto, tenhamos que nos debruçar sobre ela, ver qual é a melhor forma, etc. e etc.. A contribuição que nós julgamos mais importante, aqui neste momento da nossa entidade, senador, é contribuir, é com ou um debate de certa forma conceitual. O que gostaríamos de ter tido no Supremo Tribunal Federal sobre que o nós ensinamos aos nossos futuros profissionais e com todo o respeito à decisão e a Instituição do Supremo Tribunal Federal e a Instituição Judiciário, houve um desserviço do ponto de vista pedagógico do que é a profissão de jornalista, do que é a atividade jornalística no Brasil.

Você falava de um vício de origem que teria motivado a decisão de pelo menos uma Ministra do STF, eu quero falar de um outro vício de origem e falo com o risco de cometer algum erro jurídico, mas, é um erro de avaliação... É uma avaliação que nós fazemos na nossa entidade. O vício de origem do qual eu falo é do processo que culminou na derrubada do diploma.

Por que consideramos que há vicio de origem?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Edson, por favor.

SR. EDSON SPENTHOF: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um pequeno aparte?

SR. EDSON SPENTHOF: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nós vamos ter a substituição do Presidente da OAB, Sr. Raimundo Cezar pelo Sr. Osvaldo Júnior, Setor Jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil, o Sr. Osvaldo está presente?

Desculpe

SR. EDSON SPENTHOF: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só para nos organizarmos aqui.

SR. EDSON SPENTHOF: Claro, sem problema

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O seu tempo será reposto.

SR.SR. EDSON SPENTHOF: Sem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok.

Pode continuar.

SR. EDSON SPENTHOF: Então, o vício de origem do qual eu falo é do processo judicial que tramitou des-

de a Vara da Justiça Federal de São Paulo e culminou na decisão do STF. Por que no nosso entendimento há um vício? E por que, portanto, havendo um vício, o processo estaria moralmente nulo, e só moralmente, por que juridicamente, obviamente não está, por que há toda a legitimidade das partes envolvidas e que acabaram decidindo pela supressão da exigibilidade do diploma?

Todo o processo judicial tem um solicitante, tem um objeto da solicitação e tem a justificativa para tal solicitação. Quem foram os solicitantes?

As empresas de rádio e televisão do Estado de São Paulo que infelizmente se negam a vir ao debate como bem lembrou o Presidente da FENAJ, Sérgio Murillo.

O que pedem as empresas de rádio e televisão de São Paulo? O fim da obrigatoriedade do diploma. Qual a alegação que apresentaram a instância judicial?

Duas alegações principais; o diploma fere o direito do cidadão da manifestação do pensamento e o diploma impede o acesso dos cidadãos à profissão do jornalista. Neste caso, é sabidamente, conscientemente, as empresas deram à instância judicial uma informação falsa. Qual é a informação falsa? A informação falsa é de que o jornalista nos moldes atuais expressam sua opinião nas notícias e reportagens que escreve. E não uma informação, não é uma informação desconhecidas das empresas que moveram o processo, por quê? Porque é próprio da atividade delas, elas não contratam cidadãos, não abrem sua portas, não abrem seus microfones, não abrem suas páginas de jornais para os 190 milhões de brasileiros expressarem a sua opinião e ainda pagam um salário mensal para esses cidadãos. Não é disso que se trata, é de atividade profissional remunerada para exercer um trabalho técnico intelectual. E é sabido, e isso pelas empresas que motivaram a ação judicial que culminou com a decisão no dia 17 de junho último.

É por isso que nós consideramos isso um vício de origem e moralmente nulo o processo, por que a fundamentação que embasa o pedido que é o fim da exigibilidade do diploma é falsa e é conscientemente falsa, é conhecidamente falsa, exatamente por parte dos solicitantes. E aí, eu vou entrar em mais detalhes para procurar demonstrar a nossa análise.

Com a decisão do Supremo, em primeiro lugar a atividade jornalística, ela foi julgada pelo o que ela não é, como eu já vinha dizendo.

A imprensa opinativa ela faz parte da fase embrionária da imprensa, mas hoje o que o jornalista faz é produzir informações novas, um conhecimento novo sobre a realidade. E faz a mediação das outras opiniões sociais, aquelas opiniões que disputam visibilidade na esfera pública. Posso garantir a todos os senhores e todas as senhoras aqui presentes e a quem nos ouve por outros meios. Nós professores de Jornalismo, ensinamos cotidianamente aos futuros profissionais de Jornalismo. Por dever ético e eficácia técnica o jornalista não opina nas notícias e reportagens que escreve. É por que se trata como eu disse antes, de atividade técnico-intelectual, e não gozo de direito fundamental assegurado a todos os seres humanos. Estamos falando de profissão. Trata-se então de exercício de trabalho e houve, portanto, a confusão no início pelos solicitantes, deliberada de confundir o jornalista com a sua fonte. Esta sim, opina, mas opina através do trabalho profissional do jornalista.

E não é verdade também que o Decreto-lei ainda em vigor, o que foi suspenso por decisão do Supremo foi um dos seus artigos, um dos seu incisos, que exigia diploma e não é verdade que este Decreto-lei, ele não permite a manifestação do pensamento dos cidadãos. Primeiro, ele permite através do trabalho profissional jornalístico. Há mais opinião, muito mais opinião, de não jornalistas nas páginas de jornais, nos espaços de rádio e televisão do que de jornalista.

Segundo; o próprio Decreto-lei mantém a figura do colaborador, assim entendido aquele que realiza trabalho escreve sobre a sua especialidade técnica e tão somente. Também temos a figura ainda do provisionado, que seria o exercício da profissão nos locais em que não há jornalistas profissionais.

Assim, além de cometer um grave erro conceitual, considerando o Jornalismo pelo que ele não é, e a atividade profissional de jornalista pelo que ela não é, a decisão se tornou absolutamente ineficaz do ponto de vista pretendido.

Ora, se o jornalista não expressa a sua opinião no trabalho profissional que realiza, de nada adianta dar ao cidadão um contrato de trabalho ou uma carteira de jornalista por que não vai exercer o seu direito cidadão de livremente opinar. Confundiu-se exercício profissional de trabalho com o exercício fundamental de cidadão em prejuízo de ambos.

E também há uma confusão que é preciso que se esclareça entre os conceitos de liberdade de imprensa e liberdade de expressão, embora um decorra do outro. Liberdade de imprensa é uma liberdade de ofício, é uma liberdade assegurada aos jornalistas e às empresas profissionais para melhor desempenharem a sua atividade não em benefício próprio, em benefício do cidadão como já foi dito aqui em atendimento ao direito do cidadão de receber informações de qualidade.

Sem o estatuto da liberdade de imprensa isso estaria limitado. No entanto, liberdade de expressão é um direito fundamental individual assegurado a todos

os seres humanos desde o nascimento. E liberdade de imprensa, é uma liberdade que se exerce no estrito exercício desta profissão, que é a profissão do jornalista. Como eu disse; um decorre do outro, mas um não é igual ao outro.

Por isso, é preciso considerar então de maneira veemente outro aspecto, se o jornalista da interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal é aquele que meramente expressa a sua opinião, quem é que provê à sociedade da informação e faz a mediação das opiniões do debate público? Quem garante esse outro direito fundamental que é considerado por alguns teóricos como um direito meio à cidadania. Um direito inclusive de qualificar a opinião pública. Um direito de ter direitos, por que quanto mais informação o cidadão tiver, mais possibilidade terá de exercer a sua cidadania plenamente.

Antes da decisão do Supremo no dia 17 último, esse direito buscava ser garantido na sociedade brasileira a partir de uma formação prévia nas instituições de ensino. Mas, hoje com a decisão do Supremo estando alijada a Universidade do processo de determinação do perfil da categoria profissional e, portanto, da própria conceituação da atividade jornalística. E tendo sido abolida dias antes a própria Lei de Imprensa, deu-se poder absoluto de regulação dessa atividade às empresas do setor. Alijou-se o Estado do processo, Senador Wellington, alijou-se totalmente o Estado inclusive o Congresso Nacional do processo de regulação sobre o setor.

E aqui é preciso desfazer um outro equívoco; um outro equívoco o que estaria dito exatamente nas Convenções de Direitos Humanos e na própria Constituição a respeito do direito fundamental de expressão e de receber informações.

Ora, não é razoável supor que desde a Revolução Francesa de 1789, quando se sequer havia rádio é televisão, que o revolucionário burguês da época entendia que o direito de expressão estaria impedido se o cidadão não o fizesse diretamente pelas páginas dos jornais. E nem a esta interpretação dada pelo Constituinte de 1988. Em ambos os casos saia-se de regimes autoritários ou absolutistas, conforme o caso, e o que se pretendia e o que se pretende, há mais de 200 anos, é por fim à censura. É evitar à censura e por fim à censura. E não dotar necessariamente todo o ser humano de um microfone e de uma câmera de televisão ou de uma impressora de jornais. E é por essa razão e por ser impossível por uma questão de simples da lei da física, o acesso de todos os cidadãos aos espaços de mídia para livremente se expressarem é que há profissionais contratados para exercer essa atividade de mediação da comunicação pública

Como eu disse, antes essas profissionais eram selecionados primeiramente pelas instituições de ensino, mas desde 17, ou então a partir do momento em que o Supremo efetivamente divulgar o acórdão, o que três meses e meio depois da decisão ainda não ocorreu, será feito exclusivamente pelas empresas jornalísticas. Isso evidentemente deu super poderes às empresas do setor. Nada mais contrário ao regime democrático. Nada mais contrário às aspirações da sociedade que agora se preparam para fazer o amplo debate democratização do setor na Conferência Nacional de Comunicação. Seguindo essa lógica, que se tornou vitoriosa no STF, teríamos que concluir que se para que um cidadão possa exercer o seu direito de expressão ele tenha que ser jornalista, para ter direito à saúde ele precisaria ser médico, não é senador? Para ter direito à moradia precisaria ser engenheiro, para ter direito à Justiça ele precisaria ser juiz. Se a condição para o exercício cidadão de livre expressão é ser jornalista, se estende essa lógica para as outras profissões e aí você percebe que na verdade não há lógica nenhuma.

A segunda grande premissa que está... Como nós entendemos, como um vício de origem motivado pela empresas que instaram todo o processo que culminou na derrubada do diploma é de que esta obrigatoriedade, esta exigência fere o acesso dos cidadãos à profissão.

No nosso entendimento, o critério para entendermos se um diploma deve ser obrigatório não é como se disse a capacidade cristalina para evitar erros individuais, erros ou danos individuais ou coletivos, por que tal diploma não existe. Se existisse não teríamos todo dia nas páginas de jornais notícias sobre erros médicos, erros de engenharia, erros jurídicos. No nosso entendimento o critério deve ser a capacidade inequívoca de uma formação superior para qualificar atividades fundamentais para sociedade. E o Jornalismo é uma dessas atividades fundamentais nas complexas relações sociais contemporâneas. Ou alguém imagina as nossas sociedades atuais sem a atividade jornalística? Na verdade o diploma a exigência do diploma, qualquer um, não restringe o acesso democratiza o acesso, a profissão, na medida em que esse acesso não se dá pelo poder discricionário do empregador, mas por instituições e regras públicas democráticas. Na vigência do diploma do jornalista todos os cidadãos que quisessem ser jornalistas poderiam sê-lo, desde que se satisfazem antes uma regra genuinamente democrática, concorrer com todos os semelhantes a uma vaga na profissão de jornalista como? Por regras públicas consignadas pelas instituições de ensino. E as instituições de ensino, mesmo as privadas, exercem uma função pública

que se não fosse assim não teriam que se submeter à autorização e reconhecimento dos órgãos próprios do Ministério da Educação.

Portanto, todo mundo poderia ser jornalista, como pode ser médico, pode ser advogado, desde que democraticamente disputasse uma vaga na profissão como todos os outros que quisessem.

Então, é preciso ficar claro que todos nós somos comunicadores, todo cidadão é comunicador e tem direito a expressão do pensamento, mas a comunicação jornalística mantém com a sociedade um contrato específico que o legitima como serviço público de mediação do debate social é produção cotidiana de um conhecimento novo que é a informação a respeito da realidade. Esse é algo bem distante do que se disse, de que a atividade jornalística é a meramente atividade da expressão do pensamento ou que se confunde com literatura, arte, ciência, ficção, entretenimento, publicidade ou propaganda.

Para concluir, quero dizer que o resultado de todo o processo que culminou na decisão de STF é, um: jornalista entregue ao domínio do empregador deixou de ser para meramente estar a depender da situação conjuntural de possuir um contrato de trabalho.

Dois: o cidadão está formalmente desamparado no seu direito de expressão e especialmente o de receber informação de qualidade. Perguntemos às empresas se o cidadão que bater na porta lá e dizer: "Eu quero manifestar meu pensamento se terá acesso".

Três: a sociedade se vê destituída do seu poder de regulação. E a sociedade exerce o seu poder de regulação nas sociedades democráticas por meio do Estado e suas instituições. É nesse contexto portanto...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou dar mais dois minutos para o senhor concluir o pensamento.

SR. EDSON SPENTHOF: Ok.

Eu estou concluindo senador. É nesse contexto, portanto que o papel do Senado Federal ganha relevância e o papel Câmara Federal ganha relevância, no sentido de restituir essa garantia de qualificação de uma atividade fundamental para a sociedade que é a formação superior prévia em Jornalismo.

Os Sociólogos das profissões dizem: "Uma profissão se caracteriza essencialmente pela base comum de conhecimentos que ela possui". E é muito mais democrático que essa base de conhecimento se dê numa instituição plural democrática distante das idiossincrasias, e das ideologias e das pressões do dia-a-dia das redações, do que ela se dar exatamente nessa situação um tanto quanto digamos, particular e não universal.

Quero agradecer Senador Wellington pela paciência e inclusive pela tolerância do tempo. Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui e me coloco ao dispor dos Srs. e Sras. senadores, para o debate...

[soa a campainha]

Para a continuidade dessa importante discussão.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado ao Sr. Edson Spenthof, Presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo.

Eu queria também explicar que quando toca a campainha é automático faltando um minuto, se não vão pensar que eu estou tocando a campainha aqui, mas é só para lembrar, poderia ser um toque diferente... Dá um certo susto.

Eu queria confirmar a presença da Presidente da OAB do Pará, Sra. Ângela Sales, está presente? Deu uma saída.

Bom, passaremos agora ao último expositor de hoje, o Sr. Carlos Franciscato, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJor, a quem eu passo a palavra por 20 minutos, é claro que vai tocar aquela campainha quando faltar um, mas a nossa tolerância também vai acontecer da nossa parte.

Tem a palavra V.Exa.

SR. CARLOS FRANCISCATO: Bom dia a todos. Eu agradeço o convite da Casa eu cumprimento o Senador Wellington Salgado, cumprimento extensivo aos demais senadores e aos demais membros desta Mesa.

Primeiro; a associação brasileira de pesquisadores em Jornalismo é uma associação acadêmica que estuda o Jornalismo.

Então, ela tem digamos uma característica específica dentro desse campo amplo que é a atividade jornalística, que são as escolas do Jornalismo e que é o que nós entendemos que seja o Jornalismo e seu papel na sociedade.

Então, nós reunimos em torno de 400 associados, metade deles professores doutores das instituições de ensino e que se dedicam claro, fazer pesquisa em Jornalismo, mas se dedicam na construção da atividade jornalística dando parâmetros conceituais para isso.

Então, a nossa contribuição nessa debate aqui, serão duas contribuições eu diria até breves, pontuais. Primeiro: comentar o cenário do contexto da nossa situação atual de desregulamentação ou ausência de regulamentação de acesso ou de ausência de legislação de acesso à profissão e também num segundo momento, nós vamos problematizar as propostas existentes nesse legislativo, na verdade apesar de Audiência Pública

se referir a uma proposta, nós temos três propostas que tramitam em movimentos paralelos nesta Casa. E a gente vai tentar como instituição indicar comentários que nós consideremos pertinentes para que o Legislativo faça o seu grande esforço de chegar a uma legislação bastante precisa daquilo que nós realmente necessitamos em termos da atividade profissional e que evitemos impasses com o Supremo que também não é enfim, não é o caminho mais pertinente.

Mas o comentário inicial que nós fazemos claro, o cenário desagradável é o cenário da decisão do Supremo Tribunal Federal, não desagradável pela legitimidade e autoridade da Casa, mas pela forma como foram expressas percepções sobre o que é Jornalismo nos votos dos Ministros, isso para nós que assistimos a Sessão, para nós que enfim, estamos há cem anos, duzentos anos tentando entender o que é Jornalismo, nós ficamos assim um pouco perplexos de como, enfim, uma Suprema Corte não expressa uma densidade da compreensão do Jornalismo. O que foi expresso nos votos foi um desconhecimento do que é Jornalismo. E digamos as entidades que estão aqui presentes, elas encaminharam ao Supremo documentos, nós defendemos tais e tais questões embasadas em tais e tais argumentos. Quer dizer, esses argumentos aparentemente não surtiram efeito não contribuíram não enriqueceram as reflexões dos Ministros, então isso para nós foi assim, uma perplexidade e por que razões isso aconteceu.

Enfim, ficamos muito satisfeitos com esse movimento que o Congresso vem fazendo de fazer com que a discussão aconteça e que os resultados daqui saiam resultados densos e que inclusive evitem erros de formulação legislativa.

Então, é claro, os colegas anteriores já apontaram conceitos frágeis que o Supremo se baseou para pensar o que é Jornalismo, desde confundir Jornalismo e literatura, isso foi dito por mais de um Ministro na hora do seu voto: "Não, Jornalismo é literatura. Olha só, querem obrigar você que escreve a ter um documento, uma carteirinha para poder escrever poesia".

É uma confusão até assim... Nós lidamos de uma situação complicada de pensar que um argumento tão fraco tenha sido proferido por uma alta Casa, mas enfim a Sessão está gravada e está... Identificada. Bom. Confusões outras como: liberdade de expressão, liberdade de informação jornalística, já foram colocadas aqui eu não vou repetir.

O que nos parece também muito preocupante de que a visão do Supremo foi de que ao igualar serviço de informação jornalística à liberdade da expressão entende que não há uma dimensão especial na qualidade desse conteúdo produzido. De que esse conteúdo produzido seria de natural condição de qualquer indivíduo o que é não é verdade, exige competência própria específica que foram construídas há no mínimo 150 anos em todos e na maioria dos países do Ocidente ou Oriente enfim, nós temos já uma construção histórica de competência de habilidades, princípios regras, e controle interno que a atividade jornalística faz, e faz com esforço de cada vez melhorar.

Então, a ideia de pensar que nós vamos ter uma liberdade de expressão e essa liberdade de expressão vai se tornar o exercício de construção da informação jornalística não é real, não há uma identidade entre liberdade de informação como produto de opinião, como produção de opinião, como liberdade de produção de informação jornalística, como competência de produção de informação jornalística. Então, há confusões conceituais, os colegas anteriores já se manifestaram quanto a isso.

Bom, a SBPJor, a nossa Associação Científica, então ela se dedicou a pegar as três propostas em tramitação na Casa e tentar ler cada uma, e pensar o que que cada uma poderia ter como contribuição conceitual, técnica é assim... É muito pretensão por que enfim nós não somos juristas, mas mesmo assim, a gente faz uma leitura como acadêmicos sobre aquilo que nos parecesse pertinente de ter uma redação que eventualmente com algum acréscimo.

Então, alguns pontos aqui o que eu vou pontuar eu vou entregar em documento escrito, eu acho que aí vai facilitar inclusive depois uma releitura cuidadosa e apenas eu vou pontuar como roteiro da nossa preocupação.

A primeira preocupação, o primeiro argumento é de que; a nossa entidade de pesquisadores, realmente considera pertinente que essa questão seja tratada por duas iniciativas legislativas. Então, nós temos realmente uma dimensão de uma iniciativa de emenda constitucional e nós temos uma dimensão de iniciativa de Projeto de Lei, dos três documentos em circulação.

Então, uma iniciativa como emenda à Constituição vai alterar para criar um amparo constitucional para considerar o diploma de nível superior em Jornalismo uma condição essencial ao exercício da profissão de jornalista. Nós reafirmamos este caminho, achamos esse caminho necessário, o Presidente da OAB até informou que na leitura da Constituição eventualmente nós pudéssemos fazer outros percursos, mas a nossa sugestão, a nossa sinalização para o Congresso é de que mantenha a Proposta de Emenda Constitucional, invista nesse Projeto de Emenda Constitucional.

Agora, enfim, nós acreditamos, que alguma possíveis redações possam ser aprimoradas que nós vamos discutir em seguida. E também achamos neces-

sário e consideramos pertinente de que o Congresso faça uma... Após definir constitucionalmente qual é o requisito para ingresso na profissão de jornalista, que nós defendemos que seja diploma de nível superior, que o Congresso faça também uma revisão da regulamentação profissional.

A profissão desde enfim... Do Decreto-lei enfim, nos último 20, 30 anos da profissão tem se tornado cada vez mais complexa, essencial e influenciada por novas tensões sociais, por novas tecnologias. Então, é justo que haja uma revisão da regulamentação profissional, incorpore novos campos de atuação do jornalista, incorpore novas obrigações que o jornalista tem que ter na sua atuação profissional.

Então, entendemos que nós temos dois percursos sensatos de pensar a ação legislativa envolvendo a atividade legislativa, um percurso que envolve uma emenda constitucional e um percurso que envolve uma regulamentação profissional via Projeto de Lei.

Bom, nós também indicamos uma apresentação conceitual dessa sugestão de projetos no campo legislativo, Primeiro: nós consideramos o estabelecimento no corpo do texto constitucional de uma norma como diploma superior em Jornalismo para o exercício profissional é uma proteção que o Legislativo elabora para a preservação de direitos fundamentais da sociedade.

Então, a gente enfatiza isso, a definição de uma por meio, por exemplo, de uma Emenda Constitucional de certos requisitos para acesso a uma profissão, não uma ação corporativa de apenas proteção de um corpo da sociedade em relação um risco hipotético de abertura, de acesso livre. Não. É uma proteção que o Legislativo elabora para a preservação de direitos fundamentais da sociedade. Que direitos que eu estou citando? Neste caso, o direito de acesso às informações jornalísticas construídas com amparo de conhecimentos. E é fundamental que o jornalista tenho conhecimento densos sobre a história das nações e sociedades, sobre o estrutura jurídica, sobre instituições sociais e políticas, sobre as consequências da produção dessa informação as consequências da circulação social da notícia, tudo isso com base no rigor ético, técnico e mesmo estético do exercício do Jornalismo. Então, isto é uma ponto central que para nós fundamenta a pertinência desses projetos no Legislativo.

Então, esses requisitos da informação jornalística, esses requisitos que eu apontei são fundamentais para o funcionamento do Estado democrático.

Então, nós não falando numa atividade que ela é espontânea, voluntária e ela é inconsequente para a dimensão social, pelo contrário, ela gera graves consequências, benéficas ou maléficas conforme o seu exercício. Então, pensar informação jornalística é pensar uma informação fundamental para o funcionamento do Estado democrático.

Então, que bom que o Legislativo esteja trazendo esse debate com densidade. E claro essas informações devem ser balizadas por um perfil de formação profissional de nível superior em Jornalismo, essa é a nossa defesa, isso para nós é uma condição mínima de competência, reconhecida pelos órgãos superiores do Estado Brasileiro.

Bom, existem duas propostas de Emenda Constitucional do Senado e da Câmara nós fizemos leitura e tanto as duas propostas são pertinentes, elas tocam na questão central, então nós deixamos à cargo dos legisladores alcançar essa forma jurídica final que melhor expresse a proposta no texto constitucional. Entendemos que talvez pudesse esse ser o passo inicial, definir, "Vamos mudar a Constituição? Vamos mudar de que forma?". E num segundo momento, vamos pensar a regulamentação profissional em que forma a partir do que o texto da Constituição oferece.

No caso das duas Emendas à Constituição Federal, sugerimos que a PEC 33 de 2009 evite a redação: *"Diploma de Curso Superior de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo"*. Pode parecer uma questão muito menor em termos de traço literal de redação, mas achamos que essa expressão *"Diploma de Curso Superior de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo",* mesmo que ela reflita no momento um perfil real de formação, ela está com o risco iminente de ser modificada.

Por que Sérgio Murillo já manifestou, o MEC instituiu uma Comissão de Especialistas que está reformulando parâmetros de como devem funcionar os cursos de Jornalismo no país. E aí em termos legais, modificando essa estrutura de que Comunicação é um curso formado necessariamente por habilitações profissionais e sim, que Jornalismo possa ser um curso independente, dentro do campo da comunicação, mas não como uma habilitação de Comunicação Social.

Então, colocando essa expressão *"Diploma de Curso Superior de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo"*, você no texto constitucional então não um texto a ser modificado com frequência, nós vamos criar uma situação que eventualmente, juridicamente, o Ministério e o Conselho Nacional de Educação podem estar encaminhando outra redação, com outra forma legal.

Então, nós sugerimos que ao invés de colocar essa expressão ampla como eu disse, coloque uma expressão mais sintética que ela é suficiente: *"Diploma de Curso Superior em Jornalismo",* que complementa as diversidades legais de formação de Jornalismo, ou seja, como habilitação, ou seja, como curso indepen-

dente. Então, é um pequeno detalhe que nós queremos que possa contribuir para uma melhor redação.

Nós consideramos também que após pensarmos a forma de constituição, a forma de definição constitucional da profissão de jornalista ou não, ou enfim que forma nós vamos encontrar para inserção isto e, em momento nós vamos encontrar para inserção disso na Constituição, nós consideramos que a regulamentação profissional que está sendo discutida pelo Projeto de Lei na Câmara dos Deputados. Ela deva ter também alguns cuidados legais na sua redação, algumas sofisticações que nós sugerimos que seja incorporado

Nós vamos encaminhar essa carta também ao Deputado Miro Teixeira para que ele possa considerar pertinente, incorporar ou enfim, modificar algumas das questões. Primeiro, só para finalizar essa parte técnica da discussão da tramitação, o Projeto de Lei 55/92 ele, claro, propõe a regulamentação do jornalista, mas ele propõe com alguns pontos que nós consideramos assim que poderiam ter um segundo olhar.

Primeiro: ele foi construído a partir da visualização, a partir da uma decisão do STF que nega, no texto constitucional, a possibilidade de uma lei que restringe o acesso à profissão de jornalista. Então é isso é digo no art. 1º eu não vou reler. Nós sugerimos então, que seja conveniente que esse Projeto de Lei incorpore a contribuição que os Senadores que os Deputados farão em relação a qual perfil constitucional. Como a Constituição iria prever o perfil profissional dos jornalistas para depois nós definirmos exatamente se realmente é livre o exercício da profissão de jornalista ou não como está no Projeto de Lei 55/92.

O Projeto de Lei também, ele vai falar de atividades e funções do jornalista que merecem ser sofisticados. Foi citado aqui as diretrizes curriculares que essa Comissão de Especialistas do MEC elaborou revendo, repensando o papel do Jornalismo, o papel de formação de jornalista e o papel mesmo do jornalista na sociedade contemporânea. Esse documento que ainda está em tramitação não é um documento final está em discussão, formação pelo Conselho Nacional de Educação, esse documento revê as atividades que o jornalista faz, as função do jornalista na sociedade e que tem contribuições muito bem constituídas. Uma comissão de oito, realmente especialistas da área, formularam essa documentação e nós gostaríamos que esse material chamado de Diretrizes Curriculares pudesse está mais presente, mesmo que não seja um documento oficial, final, aprovado pelo Conselho, mas é uma construção teórica muito bem constituída. E isto no Projeto de Lei não está presente.

Nós também temos questões mais pontuais que nós solicitamos que o Projeto de Lei faça a sua revisão que envolve termos como folha corrida, como... Condições excepcionais para acesso à atividade jornalística, para acesso ao direito de ser jornalista que nós sugerimos reparos.

Mas, enfim, o nosso encaminhamento central é de reforço do percurso constitucional para essa definição por que a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, ela entende que a preservação da liberdade de expressão e de um fluxo informacional qualificado e plural na sociedade brasileira depende da existência e atuação da de profissionais com competência específicas para garantir o cumprimento dos compromissos e responsabilidades sociais inerentes à atividade jornalística. E, nós entendemos que isto é um processo que foi constituído historicamente, nós temos a constituição de escolas de formação de jornalistas, não é apenas movimento natural de reorganização do ensino para preparar pessoas, mas sim, é uma reação a uma demanda social de que a sociedade caminha na sua complexidade, por uma demanda de informações mais qualificadas. E isso exige competências e habilidades específicas que não são naturais e não são nos cursos de... Enfim, como foi exemplificada aqui que serão conseguidas.

[soa a campainha]

Bom, reconhecemos então o empenho do Congresso Nacional em definir de forma explícita os requisitos para a profissão de jornalista, e cremos que dessa forma o Legislativo cumpre o seu papel de espaço de debates de formulação legislativa conforme as demandas da sociedade. Então, nós não estamos vindo aqui como uma demanda corporativa das instituições de ensino e nem uma demanda corporativa dos jornalistas que estão com receio de penetração de outros segmentos na atividade, mas sim, de que a sociedade vai perder com esse processo que foi marcado juridicamente pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, muito obrigado pela possibilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado ao Sr. Carlos Franciscato, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.

Eu queria fazer uma colocação que nós temos aqui um debate super importante que mexe com a carreira do Jornalismo, agora se nós tivéssemos aqui uma discussão sobre ato secreto, com certeza estaria lotado de jornalistas aqui. [risos]. Se tivéssemos algum pedido de emprego que foi descoberto, algum encaminhamento estaríamos lotados aqui.

Agora, no entanto, hoje, uma discussão super importante quanto a que nós temos aqui, inclusive com as associações de jornalista presentes, todas aqui, com exceção das patronais não é isso? Que demonstra aí,

eu não sei por que não vem aqui debater o assunto, os senadores estão abrindo uma Audiência Pública para se discutir, formar opinião no entanto, a associação a ABERT, do meu querido amigo, não está presente eu não sei por que isso dentro da Casa da democracia.

Agora, os dois jornalistas, pelo menos que eu vejo na imprensa presente, uma é do jornal que tenho assinatura. Você é de que jornal?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Da Rádio Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Da Rádio Senado, estamos aqui e outro da Folha, que a Andressa a Folha presente, a Folha inclusive se não me engano acho que só contrata quem tem diploma não isso? A Folha não sei se trabalha assim, você não sabe não é? Você não sabe e não pode falar também não é?

[risos]

Mas, eu fico assim perplexo que algo tão importante eu acho que teria que estar lotado de jornalistas aqui, os nossos queridos amigos que fazem a cobertura no Senado...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Correm aqui nos corredores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Correm atrás da gente procurando sempre notícias.

Hoje nós estamos discutindo o mercado de trabalho desses jornalistas, teriam que estar presentes, mas talvez aqui não dê primeira página de jornal não é isso?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Saindo um pé de página já é muita coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É... Se sair uma notinha, espero que...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Um rodapezinho,

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Espero que os editores consigam colocar uma notinha do trabalho que os senadores, inclusive o Senador Valadares e Senador Inácio Arruda fazem essa Audiência Pública para discutir o assunto.

Bom, acompanhando o regimento agora, passaremos as intervenções dos senadores para os membros da Mesa e suas colocações.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sr. Presidente,

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como eu faço?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Eu vou pedir licença que o Senador Valadares vai se pronunciar...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, primeiramente com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Por que eu tenho que em seguida ir aqui na Comissão de Relações Exteriores, que com certeza está cheio de jornalistas por outras razões... E como relator.

Primeiro, eu gostaria de agradecer a Comissão de Justiça que prontamente atendeu tanto ao pedido do Senador Valadares, quanto ao meu, que consideramos que era importante instruir da matéria com a opinião da Federação dos Jornalistas daqueles que formam jornalistas da Sociedade Brasileira de Jornalistas, da Ordem dos Advogados. Pedi inclusive a Constituição por que eu considerava que era preciso esclarecer de que de fato a própria Constituição já trata da questão da formação de quem é o profissional. Na verdade, só falta dizer, só falta colocar a palavra jornalista, talvez seja essa a intenção do Senador Valadares, colocar jornalista, por que de resto a Constituição já resolveu.

Eu quero agradecer também a atenção do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, que nos convidou para uma Audiência Pública no Sindicato eu e o Senador Valadares o Senador Valadares não pode comparecer, mas eu estive presente. Uma audiência muito boa com a presença de muitos jornalistas, desde jornalistas que estão atuando, escrevendo nos jornais, militando nos sindicatos, e também jornalistas aposentados que deram já sua contribuição à luta democrática brasileira, escreveram, fizeram editorais e que estiveram ali presente. Quero também agradecer a convite que foi feito pelos jornalistas de São Paulo para participarmos de um encontro, Senador Valadares, em São Pedro, que nós não tivemos condições de comparecer nem eu e nem o Senador Valadares, mas todos estavam imbuídos nesse espírito de contribuir no procedimento tanto da Câmara como do Senado em relação à regulamentação da profissão. E agradecer aos jornalistas do Ceará que fizeram uma Audiência Pública nos convidaram; eu e o Senador Valadares, o Senador Valadares fez uma belíssima exposição apreciada por todos. Eu quero agradecer também aos organizadores do VI Congresso de Jornalistas do Maranhão que foi aberto ontem à noite e continua por todo o dia da hoje e amanhã. Nós fomos convidados, evidente que não poderíamos comparecer por que tínhamos atividade ontem e hoje temos essa atividade no Senado, entre outras atividades, e a mais significativa para nós porque um é autor, o outro é relator

e o outro preside; que é a Audiência Pública que nós estamos realizando neste momento.

E fazer também uma homenagem a duas professoras especiais do Estado do Ceará, Professora Edizia Sá(F) uma professora muito querida por todos os jornalista. E a Professora Ivonete Maia que esteve presente na nossa Audiência Pública, é Presidente da Associação Cearense de Imprensa. E são duas professoras que começaram ensinando no Curso de Jornalismo, eu sei bem que a professora Edizia Sá(F), sequer tem o curso de jornalismo é uma nonagenária, professora, muito ativa. E a professora Ivonete Maia que se formou em Jornalismo e é professora da Universidade Federal do Ceará, é uma pessoa muito querida por todos os jornalistas esteve lá acompanhando e também inquiriu nosso colega Senador Valadares sobre essas questões que nós estamos examinando nesse momento. Então, veja a situação, o Ceará, meu caro Senador Valadares, tem essas jornalistas excepcionais que eu faço assim essa homenagem nesse momento.

Mas, eu acho que foi uma brincadeira do Gilmar Mendes, que disse que, um bom cozinheiro resolveria o problema da redação, está certo? Eu quero dizer que nesse caso nós praticamente teriamos jornalistas apenas cearenses por que são os melhores cozinheiros do país, em tudo quanto é lugar que você for você vai encontrar um cearense na cozinha preparando uma excelente refeição, está certo? Mas, eu acho que isso foi uma brincadeira, numa questão muito séria, talvez para descontrair o ambiente, o ministro quis fazer essa brincadeira.

De toda sorte, quando se tratou do vício de iniciativa ou do vício de origem da matéria, por que era matéria que se deu a sua organização numa Junta Militar que editou o Decreto Lei. Se é assim, o Supremo poderia de ofício já chamar para si um largo conjunto de matérias, frutos de Decretos Leis que estão pendentes de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, na verdade o problema não era esse, mesmo por que o argumento usado pelo próprio Ministro Gilmar Mendes é de digamos, assim, dois pesos e duas medidas. Porque se a Junta Militar quis retirar de redações jornalistas que, digamos assim, contestavam a posição dos golpistas de então, não retirou das redações os censores, e a decisão do Supremo não trata disso, não retirou os censores nem naquele período e nem hoje, por que até hoje nós conhecemos as decisões de muitas empresas de comunicação que têm ali também as pessoas que examinam como é que as matérias devem sair, qual a pauta que deve ser feita, como é que deve ser feita... Isso nunca foi tratado, nunca.

Então, a decisão do Supremo eu acho que na verdade tornou-se um pouco que viciada, por isso que não só tivemos as iniciativas de projeto de lei, de emenda constitucional, como também de arguir por questão de ordem, para que o Senado na sua decisão observe a decisão do Supremo no sentido de rejeitá-la, por que consideramos também absolutamente viciada.

Entre nessas matérias está por exemplo como Decreto Lei, a distribuição dos recursos públicos para publicidade no Brasil. Não se examina isso. Como é a distribuição? Por que tem que ser centrada em uma ou outra emissora de rádio, televisão e jornal? Tá certo... Isso não foi examinado pelo Supremo. Eu acho que a atitude do Supremo no fundo, a atitude do Supremo, se deu... E essa posição se deu, sobre uma pressão, e era importante que as empresas estivessem aqui para que elas pudessem relatar. Quer dizer, uma pressão muito grande dos órgãos de comunicação sobre o próprio Supremo Tribunal Federal, e isso já se deu há pouco tempo. Eu lembro que o próprio Ministro Levandovisk e a Ministra Carmem Lúcia quando trocavam informações pelo correio eletrônico na própria sessão, tiveram as suas informações que transitavam de um computador para o outro, identificada, e nessa hora então o Supremo e os ministros disseram: "Opa, espera aí o que é está acontecendo? Nós estamos aqui trabalhando, estão querendo colocar as nossas informações...".

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ontem, Senador Inácio. Ontem na votação do Ministro Toffoli, estavam as câmeras em cima, marcando voto e filmando.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Claro, quer dizer, você já estava abrindo as posição ali.

Então, os Ministros questionaram, por que eles questionaram? E por que não examinaram aqui agora de forma diferente. Então, eu acho que teve aqui uma pressão muito grande sobre os ministros que já em matéria anterior questionaram a pressão de que os ministros estavam decidindo sobre a pressão dos holofotes. Não era uma opinião isenta, era a pressão. Quer dizer, chega um holofote, um canhão na sua frente qual é a sua opinião, o senhor que tem reputação ilibada, grande saber jurídico e etc., podia dar sua opinião, desde que seja essa, então tinha que ser aquela.

Então, a questão do jornalismo foi decidida nestes termos, tinha que ser aquela opinião do Supremo, independente de examinar a Constituição. Eu acho absurdo, absurdo porque nós temos um capítulo inteiro tratando da matéria depois como disse o César, que eu exatamente ia me referi a esse aspecto não precisa mais, o César já resolveu isso, é que a Constituição

trata da questão da comunicação e remete ao art. 5º para mostrar que nós temos que ter uma formação profissional. Que profissional deve ser formado?

Nós estamos no entendimento que profissional que deve ser formado é um profissional capacitado para transportar informações para a população, nós estamos tratando do que se chama no Brasil de quarto poder, quinto poder, com a força enorme de quem dá uma opinião, uma informação importante pra sociedade brasileira. Nós não estamos formando qualquer profissional, é exatamente isso. Antes o Alferes Tiradentes chamado, conhecido, era um prático. Admite-se práticos hoje na profissão de odontólogos? Se admite? Seria uma estupidez examinar desse ponto de vista. Nós podemos tratar de práticos para algumas especialidades médica? Também não podemos, seria um grande equívoco.

Os Ministros do Supremo nós já tivemos médicos como Ministro do Supremo Tribunal Federal, hoje não temos mais, todos têm que ser Bacharel em Direito. É uma... Deve ser a maior reserva de mercado de todos os tempos é nessa área das ciências jurídicas digamos assim, por que todos os juízes, todos têm que ser Bacharel em Direito, por que se chegou a essa conclusão? Porque se examinou que a melhor formação para se defender a Constituição e as leis está nas mãos dos advogados, não dos cozinheiros, os cozinheiros têm um papel extraordinário podem ser advogados também. Mas não é a tarefa do cozinheiro é a tarefa do advogado para o Ministério Público, para a Defensoria Pública, para os Juizados, para os Tribunais Superiores, inclusive o Supremo Tribunal Federal.

Então, acho que a atitude do Supremo traduziu um grande equívoco. Talvez precisasse o Supremo ter feito uma audiência como essa, com a Ordem dos Advogados, com profissionais, com a própria ABERT, com os autores da ação presentes, que é uma Associação de Emissores de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo. Eu acho que assim teria ficado mais ajustada a decisão do Supremo e teria sido absolutamente distinta.

Os senhores também já deram uma opinião sobre como conduzir as matérias, desse ponto de vista nós temos a legislação infraconstitucional e constitucional. No Senado estamos examinando no âmbito da Constituição, uma emenda constitucional. Nós podemos simplificá-la, nós podemos modificá-la com a opinião dos senhores que foi muito significativa e eu deixo uma questão para nós tratarmos para os senhores tratarem aqui conosco.

Por que há uma pendência que é o conjunto de profissionais ou de pessoas que exercem a atividade sem o diploma e por sorte o acórdão ainda não foi publicado, por que se não a situação era mais temerária ainda do ponto de vista da formação profissional.

Então, era importante a opinião dos senhores, sobre essa matéria, porque há um conjunto grande de pessoas, homens e mulheres que exercem a profissão de jornalistas em jornais, revistas, rádio, etc., e também o que já é preservado e era preservado na lei. Mas nós também temos que examinar do ponto de vista da regulamentação; que são aqueles que exercem a atividade de, não de jornalistas, mas de pessoas que dão opinião sobre os vários aspectos aqui levantados... Eu acho que foi o Cezar Britto que levantou também essa questão, sobre aqueles que têm coluna está lá o Presidente Sarney, tem uma série de profissionais, Delfim Neto e etc., que dão opiniões, tem colunas em jornais para tratar de assuntos específicos e outros até fazem sobre vários assuntos.

Então, era preciso a gente ter ideia de como tratamos isso por que se não você fecha de tal sorte que nós criamos uma anteparo em relação à legislação que nós estamos produzindo. Então, era muito importante a opinião dos senhores, sobre essas pendências que nós temos que examinar, digamos assim uma disposição transitória da lei, da lei ou da emenda constitucional. O Senador Valadares vai também fazer suas questões, eu vou rapidamente na Comissão de Relações Exteriores Presidente, que é aqui vizinha a sala vizinha e volto imediatamente ainda à tempo para ouvir os senhores novamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Exa. poderia ficar dois minutinhos da Presidência só para eu dar uma saída rápida?

[risos]

Dois minutinhos.

Então, agora tem a palavra o Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. presidente, eminentes convidados, participantes desta Audiência Pública.

Um levantamento feito recentemente chegou à conclusão de que temos pelo menos 180 profissões devidamente registradas ou regulamentadas na sociedade brasileira. Significando dizer que todas as profissões entendem que o diploma é importante para o exercício da atividade inerente.

Só no caso dos jornalistas é que houve uma exceção à regra, numa decisão equivocada do Supremo Tribunal Federal, a profissão de jornalista pode ser exercida sem a exigência do diploma. Isto é, excluiu-se o documento importante que é o diploma na atividade do Jornalismo que é uma atividade específica, estratégica importante, notadamente a sociedade que es-

tamos vivendo sequiosa, à cada dia, de informações precisas sobre os mais variados assuntos que chegam nos órgãos de comunicação.

Eu penso o seguinte, que um jornalista não é obrigado a entender de medicina, de química, de física, saber como faz uma bomba atômica ou como se faz uma vacina, mas o jornalista aprende na faculdade nos bancos escolares como divulgar a informação sobre assuntos complexos, por que ele aprende a técnica de como motivar a opinião pública, a sociedade diante de uma novidade que está acontecendo.

Suponhamos, por exemplo, que num dado momento numa pesquisa de laboratório cientistas descubram uma vacina de combate ao HIV, o vírus da AIDS. Os cientistas poderão numa revista especializada, é bem verdade, divulgar essa novidade. E essa divulgação científica, notadamente, ela se opera em revistas voltadas para a ciência, nesse caso para a medicina, para a ciência médica.

Mas, o que compete ao jornalista? Aquele que cursou a faculdade, que achou esse assunto de grande repercussão na sociedade, ele vai transformar aquela linguagem científica, elaborada, dentro de um jargão utilizado do ambiente médico numa linguagem acessível à população, à sociedade. Um jornal de grande circulação como a Folha de São Paulo, pode ter um jornalista que se interesse por este assunto e coloque como uma das principais informações, essa descoberta que iria salvar milhões e milhões de seres humanos.

Então, não todo mundo que está preparado para transformar aquilo que uma notícia como eu disse, tão complexa, um acontecimento tão difícil de levar ao conhecimento da opinião pública, não é todo mundo que aprendeu a linguagem da comunicação para motivar os leitores a entender o que aquilo significa para o destino da humanidade.

Esse é apenas um exemplo dentre tantos outros que poderíamos estar aqui alertando para a necessidade de que há de se ter um preparo técnico, como é exigido para as demais profissões, para o exercício da profissão de jornalista. Não significando dizer que, os colunistas, os articulistas, que já hoje, já exercem a sua atividade nos grandes órgãos e nos pequenos órgãos de comunicação sejam proibidos de continuarem a exercer, mesmo por que a PEC 33 já contempla a figura do colaborador. Aqueles que sem nenhum vínculo direto empregatício com a empresa jornalística, os meios de comunicação, o colaborador dá a sua opinião diária, ou semanal ou mensal sobre um assunto específico da sua formação. Às vezes é um cientista político, é um médico, é um advogado, são pessoas importantes que têm uma opinião a dar. E os jornais tem aberto sua páginas, os canais de televisão, rádio para essa pessoas, então, isso já está mais do que sendo um direito costumeiro no Brasil dos articulistas, dos especialistas em determinados assuntos.

E a nossa PEC ela prevê essa possibilidade que é um encontro da legislação com a realidade do Brasil e ainda mais, considera como importante a obtenção dos diplomas ou dos registros anteriormente concedidos pelo órgão específico, que é o Ministério do Trabalho, àqueles que mesmo não tendo o diploma de jornalista obtiveram a autorização para o seu exercício após um determinado número de anos, isso aconteceu no passado.

A nossa PEC também prevê essa situação de pessoas que já conquistaram esse direito e esse direito fica preservado então, na nossa Constituição. Por que ao invés de uma lei ordinária nós preferimos uma PEC? Por uma razão muito simples, houve uma decisão da mais alta corte do nosso país, do Supremo Tribunal Federal, que interpretando a Constituição, a meu ver de forma enviesada, achou que era uma invasão ao direito de liberdade ou de informação a exigência do diploma.

Então, nós colocamos na Constituição por que fica assim na nossa maior lei do país, que é a Carta Magna essa exigência e também uma proteção as demais profissões, porque logo depois dessa decisão eu li declarações nos jornais, nos órgãos de comunicação, de pessoas ligadas à Justiça de que iriam também cuidar da anulação do diploma de outras profissões, então, todo mundo está se sentindo ameaçado nesse instante.

Há um princípio se há... Quer dizer, uma decisão de que a exigência do diploma é contra a liberdade de informação, que a meu ver nada tem uma coisa com a outra, liberdade da informação não é o diploma que vai tirar, a exigência do diploma que vai tirar a liberdade de informação, o que tira a liberdade de informação são outras coisas. É por exemplo, a imposição de determinadas empresas sobre a figura do jornalista de que num determinado momento possa esse jornalista estar querendo uma remuneração melhor, melhores condições de trabalho e a empresa diante da não exigência diz assim: “Olha, se você continuar com essa insistência eu vou substituí-lo por alguém que não tem a sua formação”.

Como está acontecendo em Manaus, eu estive lá no Ceará, e um jornalista me informou que uma determinada empresa de comunicação de Manaus estava publicando o edital convocando pessoas com nível de segundo grau para o exercício da profissão de jornalista.

Então, se há uma interpretação de que a exigência do diploma causa isso; um enfrentamento à

Constituição, eu digo o contrário. Por que há um princípio inafastável da Constituição, que é o Princípio da Igualdade. Então, se uma determinada profissão tem o diploma como condição *sine qua non*, para o exercício dessa atividade, por que a do jornalista não tem essa exigência?

Alguém que sacrificando o seu tempo, que investiu na sua carreira ou que os pais deixaram de fazer outras coisa para pagar a mensalidade do seu filho, acreditando de que as leis do nosso país são imutáveis, de repente chegando no final ou no meio do curso, vem uma notícia desta; o diploma não vale mais nada! É um baque, é um impacto que desanima qualquer um.

Eu mesmo encontrei vários estudantes dizendo: "Olha, senador se o diploma de jornalista não for novamente estabelecido, restaurado eu vou seguir outra profissão". E alguns já estão mudando de curso, significando dizer que é um desestímulo à qualificação dos meios de comunicação. Ao invés de nós melhorarmos a informação, nós vamos piorar a informação, o nível da informação.

Então, para não tomar mais o tempo dos senhores, eu gostaria de dizer que fiz essa PEC, todo mundo me conhece sabe que eu não gosto de holofotes. Eu estou aqui há muitos anos no Senado Federal e sou um dos senadores mais arredios a holofotes... E muito embora eu tenha o maior respeito e acho que os jornalistas que dão cobertura aqui ao Senado Federal são jornalistas que se impõe, pela capacidade, pela competência que pelo brilho daquilo que escrevem.

Então, eu raramente eu dou uma entrevista, então, eu não estou apresentando essa PEC para aparecer na mídia. Eu estou para defender aquilo que eu acho legítimo, não só para a profissão de jornalista, como para todas as profissões. Na medida em que a gente aprova essa aqui evita todas nulidades que venham a acontecer em relação as demais profissões e em obediência aquilo que eu falei o Princípio da Igualdade.

É verdade que em meu Estado, eu fui procurado por estudantes, jornalistas, e posso afirmar que no meu Estado não recebi nenhuma pressão de proprietário de órgão de comunicação para que não continuasse nessa luta. Eu quero fazer justiça. Como também a nível nacional nenhum proprietário de televisão de jornal me procurou para dizer: "Deixa isso para lá, coloca isso na gaveta".

Eu quero fazer justiça. Apenas lamentando que eles não vieram os proprietários... Quer dizer os representantes ds meios de comunicação televisão, rádio e jornal não vieram para participar dessa debate até para contraditar aquilo que os que defendem o diploma disseram nesta reunião.

E afinal, esperamos que após esta Audiência Pública, o Relator, o Senador Inácio Arruda, que é uma pessoa realmente interessada nessa matéria, possa concluir os seus trabalhos com os ensinamentos que ele recebeu de todos aqueles que aqui falaram. E dentro de alguns dias a Comissão de Justiça se reúna para discutir, debater e aprovar a matéria que eu espero, nós tivemos a assinatura de 50 assinaturas de senadores. A maioria esmagadora, assinou sabendo que era uma proposta para restabelecer o diploma, alguns poucos disseram assim: "Olha eu vou assinar para deixar tramitar e vamos debater depois a validade da proposta".

Mas, a maioria esmagadora assinou já dizendo que apoio integralmente não só aqui na comissão, como no Plenário. Como nós precisamos de 49 votos, eu não colhi mais assinaturas por que nós precisávamos de 27, recolhemos 50, já era o necessário, mais do que o necessário. Entretanto, eu tenho certeza presidente, Senador Wellington Salgado de que com a aprovação dessa matéria nós vamos restituir o estímulo, restaurar aquele estímulo que precisa ter o jornalista não só o formado, como aquele que está se formando.

Por que várias faculdades, várias universidades, investiram pesadamente na construção desses cursos de Jornalismo ou de Comunicação Social, e alguns deles estão quem sabe, fechando até as suas portas ou sob ameaça de fechamento, significando dizer um retrocesso econômico, desemprego nas faculdades e a profissão do jornalista ela sendo colocada num segundo plano, num plano inferior as demais profissões.

Uma nação democrática como o Brasil não pode agir dessa forma. O respeito à igualdade é isso que nós queremos.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Valadares.

E V.Exa. quando pega uma causa, eu já tenho acompanhado, vai firme e os seus resultados têm sido bem vitoriosos aqui nessa Casa. Eu costumo sempre falar que algumas crises, senador, que aconteceram na Casa, aqueles senadores que formam a opinião da Casa são os que menos aparecem.

Aqueles que sabem tudo o está acontecendo, mas não se manifestam por que sabem a hora correta de se manifestar que são justamente esses senadores, do qual V.Exa. é um deles, é que formam, realmente, a personalidade do Senado. Aqueles que já foram governadores, prefeitos, sabem como funciona o jogo político, esses poucas vezes se manifestam na Tribuna em qualquer momento de crise, mas eles sabem exatamente o está acontecendo.

Bom, vou abrir agora dois minutos para as considerações finais de cada um dos senhores, o Sr. Osvaldo falará, eu acho que já domina bem o conteúdo também, pelo Presidente da OAB.

Vou obedecer a ordem que estava aqui, primeiramente por dois minutos para as considerações finais o Sr. Sérgio Murillo de Andrade, Presidente da Federação Nacional de Jornalista. Eu queria lembrar aos telespectadores das TV Senado e os aqui presentes que essa Audiência Pública é para é uma Proposta de Emenda à Constituição nº 33 de 2009, acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal para dispor sobre a exigência do Diploma do Curso Superior de Comunicação Social Habilitação Jornalismo, para o exercício da profissão de Jornalismo, conforme Requerimento 70 de 2009, da CCJ, iniciativa dos Senador Inácio Arruda e o Senador Antônio Carlos Valadares, aqui presente.

Tem a palavra o Sr. Sérgio Murillo.

SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE: Senador Wellington Salgado, quero dizer que os colegas não estão aqui, estão na Comissão de Assuntos Exteriores por que foram pautados para isso, na verdade a grande imprensa brasileira omitiu e ainda omite essa discussão da sociedade.

Muita gente, mas, muita gente ficou surpresa que esse processo já tramitava há dez anos e ficou surpresa e indignada é perplexa com a decisão do Supremo. Nada de estranhar a omissão dessa discussão da sociedade por que ela traduz bem a postura imperial desses senhores que controlam um punhado de meios de comunicação, com honrosas exceções, mas que ao fazer esse controle, impedem, eventualmente, inclusive as pessoas, que é o objeto dessa discussão, de se expressarem de maneira livre através dos meios de comunicação.

Aliás, é a mesma postura que eles estão tomando agora nesse momento, em relação à Conferência Nacional, uma oportunidade única para a sociedade se encontrar e discutir num espaço democrático, novas políticas e públicas de comunicação no Brasil. Eles se ausentaram também dessa discussão de novo, é claro com honrosas exceções.

[soa a campainha]

Quero agradecer o espaço e dizer que há uma expectativa muito grande da nossa profissão, agradecer a sensibilidade do Senador Valadares de perceber... O quanto... O Senador Valadares, do PSB, de perceber...Eu não falei do PCB, eu falei de perceber a situação dramática...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aqui quando fala 'P' a gente já vai logo PCB, PSB...

SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE: Já tem um partido atrás

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É uma questão de informação e de comunicação.

SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE: A situação dramática que a nossa categoria se encontra nesse momento, e espero que esse espírito dele contamine aos demais senadores e a gente encontre, de maneira breve, aqui no Senado, uma forma de reverter essa situação. Através da sua proposta de emenda à Constituição, relatada pelo Senador Inácio Arruda, ou através mesmo antecedendo isso... A essa questão de ordem apresentada pelo Deputado Ibsen Pinheiro, subscrita também pelo Senador Inácio Arruda.

Reafirmo o respeito que a FENAJ tem em relação a Supremo, nem poderia ser diferente, mas nesse caso o Supremo errou, errou feio. E a nossa expectativa é que o Congresso Nacional democraticamente reverta esse erro e possibilite à categoria de ter uma regulamentação e o cidadão brasileiro de ter acesso à informação de qualidade.

Mais uma vez muito obrigado

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Supremo não erra, a Supremo se engana.

[risos]

Eu queria dizer o seguinte, antes de eu ser senador a minha família detém órgão de comunicação, e eu me afastei depois que eu vim para a Senado. E eu não recebi nenhuma, como bem colocou o Senador Valadares, em "embargos auriculares", digamos assim, para que pudesse ser contra ou a favor do que nós estamos discutindo aqui.

Eu sou totalmente a favor. Eu acho que tem que ter diploma sim ,eu acho que tem que ter diploma. Eu conversava até aqui com o Sérgio, onde claro que você tem colunas específicas, onde especialistas em assuntos vão escrever colunas não é?

Aí saiu muito, nós tínhamos começado a dar o exemplo que a Senador Valadares deu, de repente aquele médico que está fazendo uma operação ele não sabe dizer para a público o que ele está fazendo e aí entra o jornalista. Ele torna, sei lá uma linguagem de repente erudita, técnica numa linguagem popular. Talvez seja isso aqui que... E conseguir passar a emoção para a escrita. Por que muitas vezes você lê um texto você sente aquela emoção no texto, muitas vezes não, quase sempre. Esses é que são os grandes jornalistas.

Passaremos então, para as considerações finais, o Sr. Edson Spenthof, Presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, dois minutos.

SR. EDSON SPENTHOF: Senador Wellington Salgado, demais senadores presente, público presente.

Senador Valadares, quem perdeu com a decisão do Supremo Tribunal Federal, ressaltando como dissemos no início e reforçando o que disse Sérgio Murillo, com todo o respeito à instituição Supremo Tribunal Federal, mas quem perdeu com essa decisão não foram só os jornalistas, é óbvio que perderam, mas quem perdeu foi a democracia, quem perdeu foi a sociedade.

E sequer a lei em vigor como nós ressaltamos aqui nessa Mesa impedia a participação da sociedade e impedia a participação dos especialistas de manifestarem a sua opinião, os seus conhecimentos técnicos através das páginas dos jornais enfim, dos espaços de imprensa. E o Senado através da sua iniciativa está restituindo a democracia neste campo através desse Projeto de Emenda Constitucional.

[soa a campainha]

Então, nós queremos em nome do Fórum de Professores de Jornalismo, louvar essa sua iniciativa, senador, agradecer o espaço democrático que o Senado nos abre e repetindo o eu disse no início, quiséramos ter esse espaço também no rito do processo no Supremo Tribunal Federal, quem sabe teríamos dito outro resultado.

Então, agradeço imensamente e coloco mais uma vez a nossa entidade, o Fórum dos Professores de Jornalismo, à disposição dos srs. senadores para qualquer debate que venha a ocorrer em torno desse assunto.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado.

Também agora para as considerações finais, representando o Sr. Raimundo Aragão, Presidente da OAB do Brasil, o Assessor Jurídico da OAB, o Sr. Osvaldo Pinheiro Júnior, tem a palavra por dois minutos para as considerações finais.

SR. OSVALDO PINHEIRO JÚNIOR: Excelentíssimo senador, de fato me cabe uma tarefa muito difícil de falar depois do Dr. Sérgio Cezar Britto que ele tem uma particularidade muito brilhante que é abordar todos os aspectos.

Então, essa questão já foi muito discutida no Conselho Federal da Ordem dos Advogados, e o que é percebe claramente é que exatamente o equívoco do Supremo ao desconsiderar a redação do art. 220, § 1º que remete expressamente ao art. 5º, Inciso XIII. Ou seja, o Constituinte teve a peculiaridade e o cuidado, a sensibilidade de ao disciplinar o capítulo da Comunicação Social automaticamente remeter o intérprete ao art. 5º das garantias fundamentais, e lá no art. 5º é que ele estabeleceu as restrições, quanto a intimidade ao dever de reparação de danos morais, ao anonimato e enfim e todas as questões.

Então, o princípio expresso...

[soa a campainha]

Está devidamente colocado na Constituição, embora a Constituição não tenha tratado do princípio implícito que é o fato da profissão jornalista, não se tratou em momento algum da profissão, mas se garantiu a liberdade de expressão e a plena liberdade de informação. Isso na verdade não é conflitante com a democracia.

E ainda que se trate da questão sobre o vício de origem do Decreto Lei, que veio a disciplinar, esse vício de origem não desnatura a exigência que é colocada em termos de qualificação do profissional. E aí qualificação através do diploma, qualificação através de estudos e aprimoramento da capacidade científica do profissional. Então em termos de razoabilidade, não é razoável que de fato se desnature esse aspecto do decreto só por que ele é um Decreto Lei, foi constituído, foi editado na época da ditadura militar.

São essas colocações e o Conselho da Ordem dos Advogados está à disposição e sempre de portas abertas para tratar desse tema.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Osvaldo.

Vamos agora para as considerações finais do último componente dessa Mesa, Sr. Carlos Franciscato, da Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo, tem a palavra V.Sa.

SR. CARLOS FRANCISCATO: Bem além do agradecimento aos senadores.

A nossa preocupação, como associação, tem como foco central, como nós podemos ter na sociedade brasileira um Jornalismo de melhor qualidade, como podemos fazer avançar o Jornalismo no Brasil?

Inclusive, podemos discutir isso abertamente com diploma ou sem diploma? Vamos pensar nas duas hipóteses. Nós temos convicção de que com diploma nós ganhamos qualidade no Jornalismo e nós ganhamos democracia nas instituições que fazem Jornalismo. Sem diploma nós perdemos qualidade e nós perdemos democracia, porque nós tornamos o acesso à atividade

um acesso não aleatório, livre, mas não aleatório, mas marcado por interesses particularistas.

Então, é aquele grupo que pode assumir completamente o meio de comunicação sem ter um referencial de qualidade que o diploma ofereceria.

Então, na verdade, nós estamos retrocedendo historicamente uma situação há 50, 100 anos atrás, em que enfim, qualquer pessoa podia fazer era ligada a uma ideia boemia de Jornalismo.

[soa a campainha]

Agora nós temos uma visão profissional complexa, eficiente do Jornalismo e que enfim, a sinalização do Supremo coloca isso em risco.

Então, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado a todos.

Antes de encerrar a sessão, eu tenho aqui um Requerimento extrapauta, pedido de Audiência Pública, em aditamento ao Requerimento nº 102/2009 da CCJ, requeiro à V.Exa. nos termos do Inciso I, do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal a inclusão do convidado Walter Maierovitch, Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ex-Secretário Nacional Antidroga da Presidência da República, para a Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 198 de 2007 que altera a Lei 7210 de 11 de julho de 84, para prever o exame criminológico para a progressão de regime de livramento condicional indulto e comutação de penal.

Sala da Comissão, 1º de outubro de 2009

Senador Inácio Arruda".

Os senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem a palavra V.Exa., Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Somente para dizer à V.Exa. e aos nossos ilustres convidados que diariamente eu costumo escrever agora no meu *Twitter*, antes era na minha cadernetinha, uma frase.

A frase do dia: "Antes de assinar ou de se comprometer, pense por que o arrependimento soará falso e tardio".

Assim encerro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nada mais, havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às12h37.

Ata da 41ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 7 de outubro de 2009, quarta-feira, às 9 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia sete de outubro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, João Pedro, Pedro Simon, Almeida Lima, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Osvaldo Sobrinho, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Lobão Filho, Valdir Raupp, Efraim Morais, José Agripino, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Gim Argello e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Lúcia Vânia e Marina Silva reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Antonio Carlos Valadares, Gilvam Borges, Sérgio Guerra e a Senhora Senadora Kátia Abreu. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007 "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena." Autoria: Senadora MARIA DO CARMO ALVES. Relatoria: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. Obs.: Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 102, de 2009-CCJ, de iniciativa da Senadora Ideli Salvatti e Requerimento nº 106, de 2009-CCJ, de iniciativa do Senador Inácio Arruda. Com a presença dos seguintes convidados: MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA, Ministra do Superior Tribunal de Justiça; WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH, Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo e ex-Secretário Nacional Anti-Drogas da Presidência da República; ELA WIECKO DE CASTILHO, Corregedora Geral do MPF e Vice-Presidente do CNPCP, representante do ex-Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e Professor Titular da USP, SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA; CLAUDIO SOARES LOPES, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Justificaram ausência: NAGASHI FURUKAWA, Ex-secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; MIGUEL REALE JÚNIOR, Ex-Ministro da Justiça. REQUERI-

MENTO APROVADO: 1) REQUERIMENTO Nº 107, DE 2009 – CCJ "Em aditamento aos Requerimentos n°s 102 e 106, de 2009-CCJ requeiro nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do convidado Claudio Soares Lopes, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para a Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado n° 190, de 2007, que "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de penal." Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES. Resultado: Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às doze horas e trinta e um minutos; e, para constar, eu, José Roberto Assumpção Cruz, Subsecretário de Apoio Permanente às Comissões, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada no dia 07 de Outubro de 2009, Às 09 Horas e 34 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciamos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 190 de 2007, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, "Para prever o exame criminológico para a progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena, conforme os Requerimentos nº 102 e 106 de 2009, CCJ, de iniciativa da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Inácio Arruda".

Requerimento: Requerimento de Audiência Pública, feito por mim, em aditamento aos Requerimentos n°s. 102 e 106 de 2009, CCJ: *"Requeiro, nos termos do inciso I, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do convidado: Cláudio Soares Lopes, Procurador Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para a Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 190 de 2007 que altera a Lei nº 7.210 de 11 de julho de 84, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Convido para fazer parte da Mesa para iniciamos os debates, inicialmente, o Dr. Cláudio Soares Lopes, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que já se encontra aqui conosco; a Dra. Maria Thereza Rocha de Assis Moura, Ministra do Superior Tribunal de Justiça; a Dra. Ela Wiecko de Castilho, Corregedora-Geral do Ministério Público Federal e vice-Presidente do CNPCP, representante do ex-Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e Professor Titular da USP, Sérgio Salomão Shecaira.

Justificaram as ausências o ex-Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Nagashi Furukawa e o ex-Ministro da Justiça Miguel Reale Júnior. Confirmou presença e ainda não chegou, mas em breve estará conosco, o Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo e ex-Secretário Nacional Antidrogas da Presidência da República, Dr. Walter Fanganiello Maierovitch.

De acordo com o art. 94, §§2° e 3° do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: "Os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores, na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão".

Darei o tempo inicial para os senhores expositores de dez minutos, a marcação eletrônica. Quando soar a alarme é para avisar que falta um minuto para o encerramento da exposição, mas eu terei a tolerância necessária para que os senhores possam concluir a sua exposição, sem qualquer contratempo.

Inicialmente, passo à palavra a Dra. Maria Thereza Rocha de Assis Moura, Ministra do Superior Tribunal de Justiça, pelo prazo inicial de dez minutos.

E convido para presidir a sessão o nosso querido Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

[troca de presidência]

SRA. MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA: Bom dia a todos. Bom dia, Senador Demóstenes, Presidente. É uma honra poder estar aqui. Bom dia, Senador Antônio Carlos Júnior.

Agradeço a presença aqui de todos e saúdo todos, e agradeço o convite para poder estar hoje aqui, para conversarmos a respeito do Projeto de Lei do Senado n° 190 de 2007.

O projeto, como todos sabem, trata da questão da necessidade ou não do exame criminológico e da atuação da Comissão Técnica de Classificação.

A Lei de Execução Penal é de 1984 e originariamente previa uma atuação da Comissão Técnica de Classificação e do Centro de Observação Criminológica e o art. 6º que é o que o está posto agora como alteração no projeto, originariamente previa o que se pretende ao retorno hoje. O que previa a Lei de Execução Penal?

Previa uma atuação da Comissão Técnica de Classificação para este momento inicial de individualização da pena e depois o acompanhamento da pena e propondo e se manifestando a respeito de progressão, livramento condicional, indulto e comutação de penas.

A Lei de 2003, a 10.792, alterou esse cenário e alterou em que medida? Não mais prevendo essa necessidade de manifestação da Comissão Técnica de Classificação, neste segundo momento de execução penal por que o primeiro momento é um momento de classificação, um momento de exame para verificar qual é o melhor modelo individualizador daquela pena. No segundo momento, a lei passou a prever apenas a possibilidade de obtenção desses direitos, não mais através de manifestação da Comissão Técnica de Classificação.

Igualmente, no art. 112, originariamente a Lei de Execução Penal previa que a progressão poderia ser concedida pelo Juiz e se necessário, ouvida a Comissão e se necessário, a realização do exame criminológico, e na alteração de 2003 não mais prevendo esta medida. O que se pretende através do projeto? Restabelecer originariamente o que disse a Lei de Execução Penal, tornando, praticamente, então, obrigatória a realização um exame criminológico nesse segundo momento.

E qual é a justificativa para o retorno à situação originariamente prevista na Lei de Execução? Ao modificar, em 2003, a lei, se deixou de falar na palavra, expressão; "mérito" para prever que a progressão será concedida se o preso preencher o requisito objetivo do lapso temporal e boa conduta, atestada pelo Diretor do estabelecimento. Fala-se, aqui, da necessidade de um retorno, por que ao deixar na mão do Diretor do estabelecimento o atestado de boa conduta, poder-se-á facilitar a chamada venda dos atestados e daí a necessidade de uma avaliação pelo pessoal técnico.

Eu, Senador, entendo, com o devido respeito, que se a preocupação é estabelecer critérios que não mais sejam apenas um atestado de boa conduta pelo Diretor, poder-se-ia estabelecer critérios objetivos para uma boa conduta, e vou explicar o que penso a esse respeito. A lei fala apenas em boa conduta, mas não diz se boa conduta é não ter falta nos últimos seis meses, no último ano, nos últimos dois anos... O que significa boa conduta.

Então, em cada Estado, boa conduta é alguma coisa que o Diretor ateste. Então, eu não vejo a necessidade de retorno de um exame criminológico, a saída para o problema. Por quê?

O exame foi extinto na sua obrigatoriedade, exatamente porque o seu conteúdo é vago, impreciso. Concluir que o preso tem personalidade imatura não precisa dizer muito. É por isso que ele está lá, na maior parte das vezes, e, portanto, esta consideração de um prognóstico, a partir de uma personalidade, de um fato já acontecido, não vê um sucesso para o futuro. Por quê?

O preso tem que ser avaliado a respeito daquilo que acontece durante a execução penal. Ele já foi punido por um fato grave, já tem, às vezes, uma pena alta e fundamentar a necessidade de uma avaliação criminológica por que o crime é grave não vai levar a algo que seja concreto para se dizer: Ele tem condição de progredir, ou não.

Então, o que acontece hoje no Superior Tribunal de Justiça? O entendimento das duas turmas da 3ª Sessão é no sentido de que, efetivamente, a lei não mais exige o exame, mas o juiz pode se entender necessário e de forma fundamentada, determinar a realização de um exame criminológico.

Até, eu trago aqui ao contexto, que o art. 196, §2° da Lei de Execução Penal prevê a possibilidade de o juiz, entendendo indispensável, determinar a realização, de forma fundamentada, de um exame pericial, com base, portanto, em dados concretos da execução penal. O juiz, no entender, pelo menos, das duas turmas do Superior Tribunal de Justiça e também há um entendimento do Supremo Tribunal Federal nesse sentido, poderá em casos que se façam necessários, determinar a realização do exame criminológico. E, uma vez realizado, é óbvio que aí sim o juiz poderá sopesar este laudo.

O que se critica – e eu acho que é por isso que se tentou evitar na Lei de 2003 a realização sistemática e obrigatória do exame criminológico – é que este exame, que deveria partir da personalidade, do exame da personalidade, é muito complexo. Determinar que se faça um laudo em que, para que ele ocorra, são necessárias diversas entrevistas, avaliações, testes, isto deve ser feito em um primeiro momento, para saber como aquela pessoa deverá receber uma atenção especial para o chamado tratamento. E o que eu costumeiramente tenho dito é que, na verdade – e algo que até se justifica no projeto – o juiz não está a tratar de benesse, propriamente dita, não está a tratar de benefício, mas está a tratar de um direito do condenado,

uma vez preenchidos os requisitos estabelecidos na Lei, de ter a sua progressão analisada.

Então, aquele laudo realizado de uma forma obrigatória torna – e isso pela presença prática se detectou – torna o juiz um refém do laudo. O juiz não é o técnico, mas o juiz não pode se pautar pelo resultado deste laudo, que acaba sendo, digo eu, sempre, na maior parte das vezes, com expressões vagas e com chavões, diríamos assim, como conclusão. O laudo deve servir para orientar o juiz nos casos em que for verdadeiramente necessário.

Eu teria a sugestão, se me permite Senador, para esta preocupação de evitar que esta conduta, este atestado...

Fique exclusivamente na mão do Diretor de estabelecer critérios objetivos. E neste passo, só para terminar, há um projeto, que foi apresentado no ano 2001, pela comissão presidida pelo Prof. Miguel Reale Júnior, de propostas de alteração na Lei de Execução Penal. Dentre as quais se estabelecia em que momentos determinadas faltas graves poderiam possibilitar uma boa conduta, e estabelecia como se fosse um critério progressivo de condutas.

Então, de uma conduta má passar para uma conduta regular de uma conduta regular para uma conduta boa e estabelecendo quais faltas levariam a um tempo maior até mesmo para que se possibilitasse ao preso atingir uma boa conduta, aí sim, parece-me que poderiam existir elementos mais objetivos para se medir o mérito, propriamente dito, do condenado no curso da execução.

Então, como uma primeira abordagem – o meu tempo já terminou – eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): A senhora dispõe de mais algum tempo, para as suas considerações.

SRA. MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA: Não, eu acho que essas são as primeiras considerações...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não, não.

Não há problema nenhum, a senhora pode ter, pelo tempo...

SRA. MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA: Não, não. Muitíssimo obrigada.

Eu acho que já posso passar a palavra para os meus colegas. Por que assim poderemos estabelecer quem sabe até mesmo um debate a respeito desse tema, que me parece efetivamente muito importante e que merece uma atenção muito especial do Congresso nesse momento.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com a palavra, a Procuradora Ela Wiecko de Castilho, Corregedora do Ministério Público Federal.

SRA. ELA WIECKO DE CASTILHO: Bom dia, Sr. Presidente, colegas de Mesa, senhores e senhoras aqui presentes.

Bom, eu estou representando aqui o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, e esse Conselho, que é um órgão da execução penal previsto na Lei de Execução Penal, junto ao Ministério da Justiça, é o responsável pela formulação da Política Penitenciária Nacional, pelo apoio à formulação da Política Penitenciária Nacional.

O Conselho já várias vezes se manifestou a respeito desse tema do exame criminológico, mais recentemente até trouxe – e vou passar aqui para o Sr. Presidente – dois pareceres: Um parecer do Dr. Carlos Guazzelli, que é Defensor Público no Rio Grande do Sul e é membro do Conselho, e outro parecer do Conselheiro Pierpaolo Bottini, que também é Conselheiro e que foi Secretário da Reforma do Judiciário. Também não consegui localizar, assim, de ontem para hoje, mas logo que localizar farei chegar as suas mãos, Sr. Presidente, um parecer da Conselheira Valdirene Daufemback, que é psicóloga.

Bom, todos esses pareceres, que foram aprovados, eles foram no sentido contrário à restauração do exame criminológico. São vários os motivos, e vamos dizer do ponto de vista da legalidade, da constitucionalidade e do ponto de vista teórico, nós não podemos opor grandes argumentos contra o exame criminológico. Ele é um instrumento de individualização da pena, se a execução da pena visa à integração, à reinserção social do indivíduo que foi condenado.

Então, faz sentido, inclusive, esse exame criminológico, mas do ponto de vista de como as coisas acontecem, do ponto de vista da concretude do sistema penal, o que nós percebemos é que o exame criminológico, como era aplicado na época em que ele era obrigatório, se revelou extremamente perverso. Esse exame criminológico ele reforçou e ele tem em si essa potencialidade de reforçar a cultura do encarceramento. E por que isso?

Por duas razões principais: A primeira delas é por que nós não temos condições de atender essa demanda de exame criminológico, ou seja, se ele é obrigatório para todas as progressões, como está previsto no projeto – indulto, livramento condicional – ele seria necessário, ele seria um requisito para o juiz examinar e depois conceder ou não conceder aquela... Como se diz, benefício.

Na realidade, são direitos do preso condenado ou do preso provisório. E o exame criminológico tem que ser feito por uma equipe interdisciplinar, multidisciplinar, sob o enfoque interdisciplinar. Essa equipe multidisciplinar é o psiquiatra, é o psicólogo, é a assistente social, e essas equipes inexistem na grande maioria das penitenciárias, dos estabelecimentos penais brasileiros. E nem a curto prazo nós vamos conseguir.

Então, qual é o resultado? Se o exame é requisito obrigatório e não existe uma estrutura que faça esse exame criminológico, o que acontece?

As pessoas, elas ficam aguardando que esse exame um dia aconteça e era assim que ocorria até 2003. Isso, o que causa? Um inchaço muito grande dentro do sistema penitenciário.

Então, de certo modo, é verdade quando aqui, na justificativa da Senadora Maria do Carmo, ela disse que foi uma saída paliativa, que o Governo encontrou para resolver temporariamente a crise penitenciária nacional, abrindo espaço nas prisões para ingresso de novos criminosos.

E, aqui, eu não posso me furtar de abrir um parêntese; é preciso lembrar e, inclusive, o próprio projeto diz que esse exame vai ser para os condenados e para quem está em prisão provisória.

Então, quem está em prisão provisória eu não posso chamar de criminoso, há o princípio da presunção da inocência.

Então, vejam como, em uma situação em que a Administração não pode dar uma resposta, nós estamos causando um gravame muito grande às pessoas que ainda não foram julgadas definitivamente, não podem ser consideradas criminosas.

Bom, uma segunda razão que eu vejo; é que o exame criminológico está vinculado à ideia... Uma ideia do século XIX, que infelizmente permanece, de que algumas pessoas são perigosas por natureza. E divide a sociedade entre as pessoas que são perigosas e as não perigosas, quando é verdade que determinadas pessoas, provavelmente, vamos dizer, têm algumas características que levam a cometer mais infrações, atos antissociais, mas o que os estudos mostram que é dentro do sistema penal. Na verdade, o que se revela é a escolha pelas instituições de determinadas pessoas. Determinadas pessoas são selecionadas pelo sistema penal, outras podem ser muito mais perigosas, muito mais criminosas, mas, elas não são selecionadas, por que elas têm poder econômico, por que têm poder político, enfim, por uma série de razões.

Então, todos nós podemos cometer crimes e não existe essa categorização de pessoas que cometem crimes e as outras que não cometem crimes ou não são capazes de cometer crimes.

Então, o máximo que o exame criminológico pode mostrar, ele vai mostrar que, justamente, uma pessoa é mais vulnerável a voltar ao sistema penal por suas condições. A gente sabe que uma vez foi presa, ela tem antecedente, ele vai facilmente voltará. E quanto mais tempo ela ficar na prisão, mais dificuldade ela vai ter de conseguir emprego, enfim, de se inserir socialmente, ela vai acabar cometendo outros crimes, não precisa, como disse a Ministra do exame criminológico. Nós precisamos é de outras medidas para evitar que esses crimes sejam cometidos.

Então, essa é a posição do Conselho Nacional de Política Criminal Penitenciária; de que o exame criminológico não seja obrigatório e nós verificamos que a própria Justiça, o Superior Tribunal de Justiça ele tem encontrado caminhos, os Tribunais têm encontrado caminhos de aplicar ou de exigir o exame criminológico quando determinados indícios mostram quer dizer, levam ao Ministério e ao juiz aquela dúvida: Será que, concedendo essa progressão, eu não estarei colocando uma pessoa que está... Que irá realmente cometer novos delitos?

Porque por várias razões, uma delas é fazer parte, por exemplo, de uma organização criminosa.

Então, o que o Superior Tribunal de Justiça tem decidido, e depois a ministra pode explicar melhor isso, por favor, é que, nos casos em que realmente haja uma fundamentação, a partir de fatos concretos, então, sim, se justifica o exame criminológico.

E, finalizando, também me parece, quer dizer, se os eminentes Senadores entendem que essa situação está, vamos dizer solta demais, aberta demais, então, o que se pode fazer é estabelecer alguns parâmetros mais claros do que se deve considerar uma boa conduta carcerária.

Obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra ao Dr. Cláudio Soares Lopes, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para sua exposição, pelo prazo inicial de dez minutos.

SR. CLÁUDIO SOARES LOPES: Bom dia a todos.

Eu queria, inicialmente, cumprimentar aqui o Senador Demóstenes e todos os demais Senadores dessa Casa, também as Exas. Expositoras e dizer que é uma honra estar aqui no Congresso, aqui no Senado, nessa Comissão, para discutir uma questão que nos parece extremamente relevante.

Eu gostaria, assim, de pedir *venia* às nossas queridas e doutas expositoras para discordar um pouco desse ponto de vista. Ao nosso sentir, a realização

do exame criminológico é importante o retorno desse tipo de exame. Nós temos ciência, sabemos das dificuldades que existem na implementação desse tipo de exame, isso realmente não deixa de ser do nosso conhecimento. Acho que, realmente, a nossa querida ministra, ela realmente traz uma ideia que nos parece muito positiva, de trazer à colação outros requisitos objetivos. Eu acho que isso é extremamente salutar e acho que isso pode realmente render bons frutos, caso tenha essa orientação. Nesse ponto... Por isso que eu estou dizendo que eu discordo só parcialmente.

Agora, eu acho que é fundamental que nós tenhamos também um requisito de índole subjetiva na aplicação desses... Que chamam de benefícios, como livramento, enfim, mas que eu tomo... Eu vou dispensar essa parte da exposição, que a nossa ministra colocou muito bem, a natureza, enfim, eu acho que a gente não precisa exatamente discorrer sobre isso aqui, mas eu acho que nós também temos que atender à realidade. Eu sou Procurador-Geral no Estado de Rio de Janeiro e o que nós vemos lá, lógico, é uma superlotação carcerária, isso acontece no Brasil inteiro, mas eu acho que a sociedade não pode ficar desprotegida.

Eu acho até que isso cria uma dificuldade para os operadores do Direito, aqueles que atuam na execução penal, em especial a ausência, eu digo, a dificuldade estaria na ausência desse exame, que é o que pode de alguma maneira, ainda que não de forma perfeita, auxiliar o julgador na decisão de conceder a progressão de regime, de conceder, por exemplo, um livramento condicional.

Obviamente, existem alguns criminosos que são mais notórios, para todos. Isso é normal, o Fernandinho Beira-Mar, tem alguns criminosos que são notórios. E aí é mais fácil na hora que esse condenado atinge determinado patamar, determinado percentual que permite o benefício da progressão, livramento condicional, de se ter um cuidado maior, mas acontece que a massa carcerária é enorme, e nem sempre o julgador, o próprio Ministério Público tem conhecimento, tem condições de avaliar se aquele sujeito, em razões das suas características pessoais, se ele tem condições de reinserção ao meio social. E, muitas vezes, esse sujeito acaba saindo.

Nós, agora, estamos tendo uma polêmica lá no Rio de Janeiro – talvez os senhores estejam acompanhando – de um determinado condenado, alcunhado por Polegar, que obteve objetivamente os seus requisitos para a progressão, para o regime aberto e acabou não retornando. Isso causou uma certa polêmica, uma certa celeuma, se seria possível... A própria imprensa lá tem falado muito sobre esse assunto, como é possível um criminoso, um bandido, sair e simplesmente cometer crimes gravíssimos, e ter um regime... Lógico que eles não entendem exatamente determinadas questões legais, mas acho que o próprio juiz fica numa situação difícil, às vezes, até de negar em alguns casos, justamente pela falta de obrigatoriedade na realização desse exame.

Evidentemente, nós temos ciência que existem dificuldades na implementação desse exame, como foi muito bem colocado aqui, interdisciplinar. Entretanto, eu acho que a segurança pública deve ser vista também como prioridade, ou deve ser prioridade do governo, daí por que nós temos que adequar a realidade à exigência legal. Como foi bem salientado, também aqui, não há nenhuma inconstitucionalidade, nada que possa ser contra, sob o ponto de vista legal ou inconstitucional, a realização do exame. A questão foi até bem colocada, é de concretização. Eu concordo com isso, a questão é de concretização.

Será que existem condições para que esse exame seja com regularidade, num prazo adequado? A gente sabe que existe dificuldades, mas aí compete ao Poder Público criar as condições para que esse exame seja realizado com regularidade. Eu acho, por exemplo, que realmente talvez não seja necessário, obrigatoriamente, você realizar esse exame em todos os crimes, mas, por exemplo, eu defendo que pelo menos autores de crimes hediondos autores condenados por crimes hediondos, eles necessariamente deveriam se submeter a esse tipo de exame em crimes praticados com violência ou com grave ameaça, algum tipo de crime, algum critério deveria nortear a realização desse exame.

E acho também que foi muito bem colocado, realmente há um problema, por que nem sempre se faz esse exame com a rapidez necessária, e isso vai causar problemas para o condenado, que se verá detido mais tempo, mas eu acho que a lei poderia, por exemplo, fixar um prazo, fixar um prazo para que esse exame, por exemplo, possa ser realizado em determinados... Nesses casos. E aí, sim, se não fosse realizado em determinado prazo, por uma deficiência do aparelhamento estatal, aí talvez sim, pudesse, então, o juiz, de alguma outra maneira, conceder sem essa realização, ou, obviamente, o condenado através de seu advogado, enfim, conceder um *habeas corpus*, dizendo: *"Olha, eu já preenchi o pré-requisito e estou aqui preso há mais tempo porque não fazem o exame que eu tenho direito"*. Realmente, a gente não pode aceitar isso.

Agora, eu vou reiterar isso, acho que é indispensável, para a garantia da paz social, para que a gente evite que bandidos criminosos, perigosos, retornem ao convívio social. Que seja de alguma maneira que volte

à legislação a obrigatoriedade do exame criminológico, pelo menos em alguns tipos de crimes.

Eu sei que, certamente vai ser dito depois que eu talvez esteja me confundindo, talvez até me acusem aqui de estar confundindo o crime praticado com a pessoa eu já estou até me antecipando, por que eu sei que certamente seria dito isso aqui, mas, eu acho que a coisa cresceu de tal maneira, que talvez a gente não consiga ter mais um controle absoluto sobre toda a grande massa carcerária.

E eu acho que a questão de ponderação de bens... Lógico que há o interesse individual daquele cidadão que é condenado e que merece a proteção da norma, inclusive, constitucional, que lhe assegura direitos e garantias, mas por outro lado, há todo um interesse social. Eu acho que nós não podemos ficar insensíveis à realidade do crime no Brasil, criminosos ligados ao crime organizado, bandidos perigosos, que acabam por uma fragilidade... Não digo, não sei se seria uma fragilidade, mas, por uma opção legislativa, de não ser exigível esse tipo de exame, para, pelo menos determinados criminosos e para determinados crimes para pelo menos possibilitar ao juiz e ao próprio Ministério Público no sentido de que faça uma avaliação mais cuidadosa de saber se aquele determinado condenado apresenta condições.

É lógico, eu mesmo admito, isso é uma garantia absoluta? Não, não é uma garantia absoluta, mas é melhor você ter alguma garantia pelo menos profissionais, psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras, que obviamente não vão poder atestar, não vão dar um atestado de que o sujeito está curado, de que está apto a voltar, mas, pelo menos vão dar parâmetros para o Juiz que recebe aquele processo, no caso do Rio de Janeiro, o Juiz da execução penal tem que analisar milhares de presos que estão naquela situação. Ele não tem essa condição, realmente, de conhecer caso a caso. Pode conhecer como eu falei, um ou outro, mas ele não terá condições de conhecer toda a situação de toda a massa carcerária, então é fundamental que ele tenha algum auxílio de um grupo de técnicos que possam de alguma maneira, demonstrar que existem indícios de que aquele condenado apresenta possibilidade de reintegração ao meio social.

O próprio juiz fica em dificuldade de julgar e acaba muitas vezes simplesmente concedendo o livramento ou a progressão, em razão de critérios objetivos, puramente objetivos, ou muitas vezes, enfim, de um requerimento por uma situação específica, por que um criminoso é mais notório que o outro, determinando a realização naquele preso e não determinando a realização em outro, igualmente perigoso, mas às vezes menos notórios.

Então, é a nossa opinião, no sentido de que o projeto, caso se converta em lei, eu acho ele será de bom tom. Agora, eu acho, é lógico, que podem ser criados alguns parâmetros para que se evitem malefícios que foram colocados aqui.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra ao Dr. Walter Fanganiello Maierovitch, Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo e ex-Secretário Nacional Antidrogas da Presidência da República, pelo prazo inicial de dez minutos.

Havendo necessidade, V. Exa. peça, que eu prorrogo o tempo de V. Exa, como fiz com todos os demais. Inicialmente, V. Exa. tem dez minutos. Quando soar a campainha é só um aviso de que um minuto depois o tempo estará encerrado, mas, como disse, havendo necessidade, prorrogarei para que V.Exa. possa concluir sua exposição.

Com a palavra, V. Exa.

SR. WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH: Exmo. Presidente, Exmos. Senadores, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, eu gostaria de consignar a honra do convite, e estou aqui à disposição para, dentro das linhas limitações, uma contribuição que eu vou encaminhar no sentido da minha experiência internacional.

Eu dou uma assessoria internacional fora do Brasil, há muitos anos, na Itália, tenho toda uma experiência dessa vivência carcerária, mas especialmente em países de que, ao contrário do nosso, tem um código penitenciário, coisa que, no Brasil, nós nunca tivemos.

Nós temos uma Lei de Execução que mistura preceitos, que é de origem penitenciária, que é de natureza processual, material penal, e assim por diante.

Eu gostaria senhores, com relação ao problema do exame criminológico a ser focado, eu gostaria de lembrar que vários países da Europa Ocidental têm problemas de superlotação carcerária, mas há uma – eu não vou dizer nem uma tendência – mas, há uma certeza no sentido de se desenvolver, dentro dos estabelecimentos penitenciários, uma ciência que é a biotipologia criminal que é a ciência das diferenças individuais.

Isto vai no sentido de que, assim como nós temos, no processo de conhecimento penal, a individualização da pena, nós temos, em sede de execução penal, a individualização da execução, da sanção. E o arcabouço que inspirou a nossa Lei de Execução é exatamente igual aos que os penitenciaristas europeus, modernos e do passado, conduzem, no sentido de que

a pena tem uma finalidade ética. Essa finalidade ética é de emenda. A pena tem função, também, de defesa social, e na execução ela aparece.

Portanto, há necessidade, cada vez mais, de se desenvolver mecanismos para que se tenha, para cada sentenciado, um seu histórico. Nos anos 40, portanto há bastante tempo, se começou a desenvolver no Estado de São Paulo, e foi recomendado pelas Nações Unidas esse nosso sistema, o sistema brasileiro, nascido na então penitenciária do Estado de São Paulo, que é um Instituto de Biotipologia. Isso foi modelar, repito, foi recomendado pelas Nações Unidas e de repente isto foi simplesmente abandonado.

Então, o ponto que me parece fundamental, e esse projeto atende quando o estabelece, vamos dizer, à volta do exame de periculosidade, o exame criminológico é que existe um princípio constitucional de que a pena tem uma finalidade ética de emenda. E há necessidade das autoridades verifiquem se ocorreu ou não essa emenda, se há possibilidade da alteração do estilo da sentença executória a fim de se ter uma progressão prisional.

Eu lembraria, e isso é muito colocado na Espanha, em especial, um texto de uma penitenciarista espanhola, já de séculos atrás, mas muito usado hoje em todos os manuais de execução penal, repetido pelo Professor Paulo Ronzo(F), que é da Universidade de Nápoles, onde não existem presos incorrigíveis, mas sim, incorrigidos. E como se faz para se ter essa emenda, essa ressocialização, em sentido amplo? Evidentemente que acompanhando passo a passo. É uma garantia para o preso, de se ter a execução adequada.

Há necessidade de se conhecer as diferenças individuais, e há necessidade tanto para o Ministério Público como para a defesa como para o juiz que vai decidir uma progressão ou qualquer benefício de saída temporária há necessidade de ter elementos para verificar se há um aproveitamento da terapêutica penal se há um encaminhamento para emenda e se a sociedade está com toda a proteção no caso de concessão desse benefício.

Sr. Presidente, era isso o que eu tinha a dizer em um começo, estou pronto ao debate. Insistindo num ponto: Que há tendência, há tendência moderna de trabalhar dentro dessa ciência que estabelece as diferenças individuais. Presos não podem ser vistos como massas, mas sim individualmente, precisam ser acompanhados com relação ao aproveitamento, com relação à cessação de periculosidade.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para fazer o comentário inicial e o comentário na réplica, sobre que o já foi dito, eu passo a palavra, novamente, à Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura.

SRA. MARIA THEREZA ROCHA DE ASIS MOURA: Muito obrigada, Presidente.

Desde logo saúdo o Dr. Maierovitch e a possibilidade de estarmos aqui hoje.

Eu gostaria, apenas, Dr. Cláudio de trazer aqui uma inquietação; V. Exa. diz das características pessoais serem analisadas, de que autores de determinados crimes necessariamente serem obrigados a se submeter a este exame e a minha indagação e a minha inquietação vai a que ponto nós poderíamos afirmar que o exame criminológico ajudaria no controle da massa carcerária, como V. Exa. disse da necessidade desse controle? Até que ponto se pode dizer que o preso está curado? Será que o preso está doente?

Quando se fala em tratamento ou em tratamento penal modernamente se critica este termo. Por que na verdade, perigoso hoje, em termos de quando se fala em cessação de periculosidade, poder-se-ia falar daquele submetido à medida de segurança, mas, ao preso que é condenado e alguém que é imputável não é?

Não se entende dizer... Será que um exame criminológico pode dizer que o preso está curado? Curado de que doença?

Então, eu creio que a Comissão e aqui, Dr. Walter, eu acredito mesmo que deve existir um acompanhamento de perto, da Comissão técnica, mas na individualização. Esse acompanhamento para cada preso, o que, para ele, durante a execução, se faz necessário. Então, torná-lo menos vulnerável ao sistema.

Esta ideia de reintegração ou ressocialização, embora também altamente criticável, por que não se pode socializar quem, "re", quem não está socializado, mas enfim, esta ideia de trazer o preso de volta à sociedade, eu não vejo em que medida se possa afirmar que o exame criminológico vai medir esta possibilidade do preso.

Eu aposto muito mais naquilo que é feito durante a execução penal, por que volto a dizer, e aqui o Dr. Cláudio tem razão, não se pode confundir o crime praticado com a pessoa. Ele já foi condenado pelo crime praticado, daí a necessidade, volto a afirmar, de se terem melhores parâmetros para aferir esta conduta, até que ponto se pode falar boa conduta para alguém poder obter os seus direitos na execução.

Não vejo, volto a dizer, no exame criminológico, esta saída. No Superior Tribunal de Justiça, Dra. Ela, nós temos entendido exatamente isto: Qualquer exame feito deve ser fundamentado em dados concretos da execução do preso.

Então, na medida em que, no decorrer da execução, surjam alguns fatos que levem à necessidade de

uma perícia para avaliar se ele reúne essas condições, tudo bem, caso contrário, ele não deve ser realizado.

Então, apenas essas observações, para deixar a minha inquietação em relação a esse tema.

Muito obrigada.

SR. CLÁUDIO SOARES LOPES: Eu, antes de mais nada, queria só aproveitar aqui para cumprimentar os meus colegas do Ministério Público que estão presentes aqui, o nosso Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, Dr. Bandarra e o nosso Presidente da CONAMP, Dr. Cosenzo, que estão presentes aqui, na assistência.

Se me permitir, eu concordo. Não há dúvida que a realização do exame, ele, talvez, não vá dar aquela sensação absoluta de certeza de que aquele condenado não seria, talvez, então, perigoso e que, portanto, ele teria condições de reingresso ao meio social.

Entretanto, nos parece que hoje nós temos uma realidade que nós não podemos fugir dela. Dentro até nos nossos presídios, infelizmente, o crescimento aí do crime organizado dentro dos presídios, comandando... Verdadeiras facções criminosas sendo comandadas de dentro dos presídios.

E nos parece, então, que de alguma maneira – ainda que não seja de uma forma absolutamente perfeita – que o julgador, aquela pessoa que vai decidir, sempre também junto com o Ministério Público, se aquele condenado tem, em tese, condições de retornar ao meio social, ele tem que ter algum tipo de balizamento, algum tipo de parâmetro. Eu admito que o exame pode não ser perfeito, ele pode não cobrir 100% dos casos, mas acho que você criar um requisito de índole subjetiva para esse acompanhamento... Que eu acho que todos nós aqui concordamos.

Nós não estamos falando, talvez, línguas diferentes, nós apenas estamos aqui, talvez, vendo a conveniência, ou se realmente o exame daria essa possibilidade, mas eu tenho a convicção de que há uma necessidade imperiosa de se criar, além dos requisitos que eu acho que V. Exa. já colocou, de outros requisitos objetivos, eu não tenho dúvida. Eu também concordo, a individualização nesse caso deve ser feita durante a execução penal, talvez não só levando em consideração o passado anterior ao ingresso no sistema prisional, mas, diante de uma realidade que nós temos hoje. Eu acho que se justifica plenamente que nós tenhamos de alguma maneira, o operador do direito, o juiz da execução penal que ele tenha algum balizamento, algum parâmetro para decidir se aquele condenado, em tese, tem condições de retornar ou não.

Pode, em algum caso, ter uma injustiça? Pode, mas eu acho que pelo menos isso dará uma segurança maior para todos, justificará perante a sociedade. Eu acho que a pena tem um caráter também de prevenção geral. A pena tem que demonstrar para as pessoas que ela está tendo efetividade.

Então, é muito ruim quando a sociedade se sente desprotegida, achando que um criminoso que praticou um crime grave, hediondo, cumpriu um percentual pequeno de pena e já está na rua de novo.

Isso gera uma insegurança. Enfim, uma falta de credibilidade na Justiça. Eu acho que a partir do momento que você puder demonstrar que pelo menos profissionais gabaritados, de alguma maneira, atestaram a possibilidade daquele condenado voltar ao meio social, isso pelo menos já atenuará um pouco o problema e dará uma segurança maior para todos nós, se aquele condenado, em tese, se apresenta aparentemente recuperado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dr. Maierovitch.

SR. WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH: Eu também não concordo com o uso dessa expressão de que o preso é um doente social e que, portanto, precisa ser curado.

É um conceito obscurantista, *data venia*. O que existe, e os positivistas colocam, é a diferença daquele que porta elementos que fazem dele um perigoso a ponto de receber uma medida de segurança, detentiva, evidentemente. Isso na sentença, num processo de conhecimento.

Agora, outra coisa é a periculosidade decorrente da individualização da pena. Então, pena alta, acima do mínimo legal, com várias circunstâncias agravantes, isso mostra uma tendência à periculosidade, é disso que se trata, penso, em sede de execução, que não seja execução de medida de segurança. E dentro dessa pena individualizada que está a mostrar que deve ser aplicada uma terapia penal para que se reforcem fatores inibitórios para que ele não volte a delinquir. E, no Brasil, nós temos uma reincidência que já ultrapassa o percentual de 75%.

Então, dentro desse quadro, há necessidade de ele ser permanentemente acompanhado. Evidentemente que nós estamos falando do ideal, porque, como disse o ilustre Procurador-Geral, nos presídios, na maior parte deles, vigora a entropia, a confusão, a falta de disciplina interna, mas voltando para o campo do ideal e nós temos uma magnífica Lei de Execução Penal, modernissima que respeita direitos e garantias.

Então, voltando ao ponto dentro dessa terapia, que vai dar a individualização da execução. Pode sim ser necessário o exame criminológico, por que esse exame criminológico não é evidentemente, vinculante ao juiz, o juiz é o "perito dos peritos", ele pode, inclusive, converter o julgamento em diligência, para que seja

feita nova perícia; ele pode, evidentemente, desprezar o laudo de exame criminológico, se não for bem feito.

Então, eu acho que há necessidade de cada vez mais se armar o juiz que vai sentenciar, em sede de recurso, nos Tribunais, para que saia uma decisão justa, e para que haja essa decisão justa esse é um outro elemento que me parece fundamental para a orientação.

Um juiz de execução – e eu já fui juiz de execução durante muitos anos, na Vara das Execuções do Estado de São Paulo – um juiz de execução tem uma quantidade enorme de presos, ele não consegue, não consegue, acompanhar a todos. São vários Juízes que atuam na execução, um titular com vários auxiliares, portanto, há necessidade de ele sempre ser ou ter elementos informativos, elementos de certeza, por que ele tem que também pensar na defesa social.

Então, Exma. Ministra, me preocupa quando eu vejo uma situação real de entropia num Brasil que não temos nem Código Penitenciário e de repente, tê-los – como o ex-Ministro da Justiça, o ilustre Dr. Márcio Thomaz Bastos, observou – os laudos são precaríssimos, nós cansamos de ver laudos muito precários, mas o que fazer?

Evidentemente, melhorar o quadro do Estado, de profissionais do Estado, e não se terminar com o exame criminológico, como já ocorreu, simplesmente pela falta de bons profissionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dra. Ela.

SRA. ELA WIECKO DE CASTILHO: Eu quero retornar aqui ao projeto. O projeto diz, no parágrafo único: "Que a decisão sobre progressão de regime, livramento etc., será motivada e precedida do parecer da Comissão Técnica de Classificação e do exame criminológico, quando necessário".

Eu quero ressaltar o seguinte: Que tem essa cláusula: "Quando necessário", mas, do ponto de vista do Conselho Nacional da Política Criminal Penitenciária, na forma como está colocado, isso abre espaço para a volta ao exame obrigatório. E isso aqui, o Dr. Cláudio se colocou numa posição, me parece, mais equilibrada, mais perto daquela que eu defendo.

O Dr. Maierovitch, ao contrário, e aí eu, posteriormente, colocaria uns argumentos, assim, para estabelecer a nossa discussão, por que eu tenho algumas... Eu tenho uma posição radicalmente diversa daquela de V.Exa. mas, uma coisa que foi colocada pelo senhor e pelo Dr. Cláudio, é de que nós temos que melhorar a estrutura, que não é por que não foi implementado de forma adequada o exame criminológico quando ele era obrigatório, que nós vamos deixar de retornar. O que eu quero dizer é o seguinte: Não adianta, por que isso nunca vai ocorrer, assim como essa história de dizer que nós vamos construir mais estabelecimentos prisionais. Não vamos. A gente sabe que não vai, por que é até impossível, teríamos que construir um a cada mês.

Então, não adianta esse argumento: "Vamos melhorar a estrutura, mas vamos restaurar o exame criminológico", por que o que vai acontecer? Essa estrutura vai continuar como está, sem psiquiatra nas penitenciárias, sem psicólogo, sem assistente social. E aí que o acontece?

As pessoas ficam submetidas à situação de violação constante dos direitos humanos. E não pensem Srs. Senadores, que com isso nós estaremos defendendo a segurança pública, a defesa social, ao contrário, nós estaremos construindo cada vez mais outros barris de pólvora, situações em que as pessoas não têm outro... Elas não têm nada a perder, então elas vão botar fogo nos estabelecimentos prisionais e assim por diante.

Um aspecto que foi colocado é de que, tudo bem, o exame não precisa ser para todo mundo, mas vamos fazer para as pessoas que praticaram crimes graves, crimes hediondos, crimes com grave ameaça... Praticados com grave ameaça e violência, mas acontece o seguinte: É que o Congresso Nacional, a cada dia, pensa em colocar um crime na lista dos crimes hediondos, então vai dar no mesmo. Daqui a pouco, esta lista... Todos os crimes do Código Penal vão ser crimes hediondos, ou seja, teremos que fazer exame criminológico em tudo, quer dizer, não é o conceito de crime hediondo, não nos dá um parâmetro seguro, violência e grave ameaça também.

A qualquer fato em que tenha ocorrido com a prática de violência, a resposta que o Congresso dá é a resposta da pena encarceratória, não pensa em outras medidas. E tem que se pensar em impor limite ao sistema prisional brasileiro. Vários países, já que foi levantada a questão da Europa, trabalham com limites, por que nós temos um orçamento público que tem que atender à saúde, tem que atender à educação, tem que atender a uma porção de políticas públicas, e construir – os senhores sabem quanto custa? – construir estabelecimentos fechados, é muito dinheiro.

Então, nós não vamos construir, com certeza não vamos, então temos que encontrar outras medidas.

E o seguinte: O Dr. Maierovitch trouxe a questão da terapêutica penal e da tendência moderna. Não existem, senhores, hoje em dia, não existe uma tendência moderna, existe uma série de pensamentos e pensamentos que são, inclusive, contraditórios. Nos Estados Unidos há o sociólogo David Garland, que escreveu uma obra em que ele analisa toda essa perplexidade que os estudiosos têm diante do sistema

americano que até os anos 70 apostava na terapêutica penal fazia isso que o senhor está dizendo, de ter uma biotipologia criminal, um estudo de cada preso. De repente, por razões do mercado, com o Estado mínimo, então resolveu-se que não se iria mais aplicar dinheiro público nessa terapêutica penal. O que é que os Estados Unidos... Qual é a política que eles aplicam? Não a política da terapêutica, e os Estados Unidos são um modelo para o Brasil, e são um modelo também para os países europeus. É o da inocuização, ou seja, colocar as pessoas na cadeia por que ela não tem o espaço na sociedade. Então, estão excluídos, o lugar em que eles podem estar incluídos é a prisão.

Então, não existe isso. Isso custa muito dinheiro, fazer essa terapêutica penal. Na prática, o que a gente faz quando manda alguém para a cadeia? Para deixar ele segregado. O que é que nós estamos descobrindo? Que, mesmo segregados, essa defesa social, essa inocuização não está acontecendo. Eu pergunto o seguinte: Por que esse projeto está sendo apresentado? Onde estão os dados dessa venda de exames criminológicos a sustentar essa necessidade de mudar um modelo que, mais ou menos, está indo bem?

Como eu disse, o Superior Tribunal do Brasil estabeleceu um norte interpretativo que está dando certo. Para que restaurar o exame? Onde estão esses dados de venda de exames criminológicos, de venda de atestados penitenciários? E o que pode acontecer é o contrário: A venda de exames criminológicos. É a mesma coisa, o problema é o mesmo, a corrupção vai ser a mesma.

Então, eu peço aos senhores que pensem nos efeitos, nos efeitos concretos de uma restauração do exame criminológico, a partir dessa cláusula muito aberta do "quando necessário". O "quando necessário" vai ser a saída para os juízes, sem algum outro parâmetro mais objetivo, de jogar, justamente, para ele é mais fácil: "Vou jogar aqui para o psiquiatra, para o psicólogo, ele que vai decidir".

Então, isso me parece que não é... Isso é desserviço para a segurança pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra, o Dr. Cláudio e, em seguida, o Dr. Maierovitch.

SR. CLÁUDIO SOARES LOPES: Bom, eu vou ousar discordar de alguns argumentos.

Eu acho que o fato de possibilidade de corrupção também, entre aspas, venda de um exame criminológico, em primeiro lugar eu acho que ela será mais difícil, por que envolverá um número maior de profissionais ali. Não estou dizendo que seja impossível, mas acho que é bem mais difícil, por que envolverá, como eu falei, um número maior de profissionais, psicólogos, assistentes sociais, enfim, psiquiatras. Acho que essa dificuldade será maior, mas acho que o problema não é esse.

Eu acho que o problema, a questão aqui, não é bem nesse enfoque, eu acho que nós temos que encontrar as soluções práticas. Eu admito que, já falei aqui, que existam dificuldades na implementação desse exame.

Agora, pelo contrário, até pelo texto que há aqui no projeto, eu também não concordo que, necessariamente, da maneira que está, se for aprovado, torne obrigatório. Apenas reforçará um pouco que quando for necessário, mas não chega a tornar obrigatório, por que o juiz poderá fazer a avaliação de que, naquele caso, não há necessidade.

Apenas, talvez já seja um avanço, talvez nem seja perfeito, por que não torna obrigatório para determinados crimes que eu acho que justificam a realização daquele exame, por que vai dar um balizamento maior ao Magistrado para poder ter uma certeza um pouco melhor das condições daquele condenado de reinserção ao meio social.

Por isso, que eu digo que eu acho que, se nós tivermos pelo menos esse exame para alguns crimes, desde que se criem condições para que esse exame não seja retardado durante muito tempo, a gente também não nega a realidade, que é ruim.

A realidade é ruim, a realidade é que determinadas coisas que deveriam acontecer, determinadas situações que deveriam acontecer na execução penal não se realizam, por uma série de problemas, mas eu acho que a lei serve como parâmetro para que o Executivo, enfim, todos e todos, concorram para que haja um aperfeiçoamento.

Ninguém está satisfeito com o que acontece no sistema penal, que evidentemente, não está conseguindo recuperar os criminosos, mas por outro lado, também, acho que nós não podemos deixar que determinadas pessoas, que realmente não apresentam condição de reingresso imediato, retornem após cumprir um pequeno percentual de cumprimento de pena. Daí porque acho que... Se nós tivermos pelo menos esse exame para alguns casos, de certa maneira obrigatório, para alguns criminosos, para alguns crimes...

E eu acho que o projeto nem torna, dessa maneira, tão obrigatório, ele apenas dá o ensejo de que, em alguns casos, se faça necessário, mas, já seria um avanço, de que se tenha uma certeza melhor da possibilidade de aquele criminoso voltar ao convívio social e acho que isso vai trazer uma segurança maior.

Agora, acho também, e aproveito para dizer isso aqui, que entendo que é fundamental que ocorram avanços na execução penal. Eu acho que nós não podemos simplesmente, também, ter as penitenciárias

como depósito humanos, eu acho que nós temos que fazer um trabalho de melhoria das condições, para que os presos, aos poucos, possam ter condições de trabalho efetivo lá dentro, remunerado, bem remunerado, condizente... Enfim, assistência social, cultural, para que ele tenha essa condição de voltar, e não ser um depósito para que facilite isso. Para que, quando ele for submetido ao exame, já apresente melhores condições de ser aprovada a sua volta ao retorno social.

Agora, enquanto isso... Realmente, a gente que, embora não seja realidade, mas acho que é importante que o juiz, pelo menos o julgador, tenha um parâmetro mínimo e não apenas requisitos meramente objetivos, porque, realmente depois que os fatos acontecem e que um sujeito sai e não retorna e pratica um crime grave fica difícil sustentar que a fragilidade da lei e da decisão judicial.

Eu acho que com isso, pelo menos, já se tem de alguma maneira uma justificativa, se acontecer um caso ou outro de um preso que aparentemente preencheu todos os requisitos objetivos e subjetivos, que tenha retornado ao meio social e tenha voltado ao crime, enfim, mas eu acho que pelo menos já minora um pouco o problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dr. Maierovitch.

SR. WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH: Eu gostaria, inicialmente, de colocar que ao contrário do que foi dito e peço vênia com relação a isso; o nosso modelo não é um modelo norte-americano. E o modelo europeu jamais também pode ser igualado ao modelo norte-americano. Vamos pensar no básico: Nos Estados Unidos, nós temos pena de prisão perpétua, em alguns Estados nós temos pena de morte.

Na Europa, nós temos inúmeras decisões da Corte Européia de Direitos Humanos condenando, impondo indenizações por maus tratos com relação aos presos, com inobservância de regras da individualização da execução. E tem um *plus* fundamental.

Em sede de União Européia, nós não temos mais admissibilidade de prisão perpétua, haja vista o fato de vários Estados que coloquem como prisão perpétua – a Itália, por exemplo – o ergástulo, nós temos aqui um caso que, vira e mexe, os jornais colocam, me refiro à extradição do Battisti, não existe pena que ultrapasse 30 anos.

Todos os Estados membros da União Européia estão nesse sentindo, portanto, há uma grande e fundamental diferença entre o penitenciarismo violento norte-americano, desrespeitoso, onde se acredita exatamente nisso: "Já que aquele que não tem jeito vamos deixá-lo o tempo inteiro".

Não se tem essa finalidade ética de emenda que está na nossa Constituição, está escrito com todas as letras. Se o nosso Estado descumpre, isso é outra coisa, mas nós acreditamos constitucionalmente na reinserção, portanto, não podemos dizer que o sistema... Que não existe tendência nova, tenha santa paciência.

Existe, sim, tendência nova e de humanização. Mais do que isso, se fez essa tendência nova, se levou às nações unidas a moratória da pena de morte, que os Estados Unidos não sufragaram.

Então, existe essa tendência, essa moratória foi proposta pela Alemanha, teve todo o apoio dos países da União Européia e houve, evidentemente, essa exclusão norte-americana.

O que eu acho, voltando ao ponto, é que, Sr. Presidente, a nossa Lei de Execução Penal já foi tão desvirtuada, deturpada... Exemplo simples: Vamos pensar naquele que progride de um fechado para um semiaberto, e não existe o estabelecimento semiaberto. Ele vai impetrar um *habeas corpus*, por que ele está ilegalmente no regime, ele deveria estar em outro, e ele vai para onde?

Para o regime aberto, tendo em vista a falta de vagas no semiaberto.

E existe regime aberto? Nós temos casas de albergados? Não, então ele vai para a prisão albergue domiciliar que, pela lei, era reservada a pessoas idosas ou em estado de gestação.

Então, vejam como nós vamos deturpando tudo isso. E agora, pela última reforma, *data venia*, se privou o juiz de um laudo que vai ajudar a que se faça justiça. É *parti pri(F)* se dizer que esse laudo, o juiz – e eu como Magistrado me sinto indignado – que existam juízes que vão se orientar simplesmente pelo laudo técnico. Isso é um absurdo, eu não posso admitir uma magistratura que é uma magistratura a reboque.

Eu admito uma magistratura independente, altiva, que busca dar a cada um o que vem a ser seu. Esse é o objetivo da justiça: Não deixar impune os crimes e não punir de forma equivocada aquele que não mereça. Essa é a verdadeira justiça.

Então, se o laudo é malfeito, o juiz determina outro; se o laudo é imprestável, o segundo, ele simplesmente deixa de lado; mas não posso admitir, também, e agora peço vênia para falar pelo Ministério Público, com tantos anos de convivência, não encontro no Ministério Público ninguém, também, que venha a reboque de um laudo.

Simplesmente, se busca o quê?

Se busca a justiça, se busca, evidentemente, conceder aquele que tem... Não detém periculosidade, cumpriu o requisito objetivo, uma progressão prisional. Isto está de acordo e a nossa legislação, a nossa

Lei de Execução é evoluída, isso atende aos direitos humanos. Vale dizer, não estamos em um sistema norte-americano de encarceramento, de execução castigo, como é a pena castigo. Não.

Então, eu gostaria de deixar bem claro: Primeiro ponto, o ideal é que cada um seja um seja observado, seja acompanhado humanamente.

E eu volto aquela ideia, talvez exagerada, da penitenciarista espanhola Concepción Arenal, em que ela via nos presídios locais para tratamento da alma. É assim que ela coloca.

Então, para que se tenha isso, para que se trate a alma, vale dizer, para que se renovem valores ou que se dê valores, mas para que melhore o ser humano, o que é extremamente difícil. O que há necessidade? Evidentemente, há necessidade de um acompanhamento, não de guarda penitenciário para usar de força de violência, mas de corpo especializado para ajudar as pessoas.

Uma individualização da execução é isto, individualizar a execução significa dar elementos para que o juiz, depois, e o Ministério Público e a própria defesa não fiquem capenga, por que nenhum advogado, também – e não é essa a missão da advocacia – vai insistir com relação a alguém que vai, depois, reincidir. Onde há, pelos laudos, pela prova dos autos, pelo juízo que se faz no curso da execução, se vai verificar que haverá, sim, um problema para a defesa social. Eu repito: O nosso índice de reincidência a mostrar que os nossos estabelecimentos penitenciários não cumprem a Constituição, a finalidade ética da pena é superior a 75%.

Agora, se os laudos são maus feitos, vamos responsabilizar o Estado. E o corpo de peritos de técnicos para trabalhar nisso? E os aperfeiçoamentos? E os concursos públicos para que se tenha acesso a isso?

Não. Simplesmente vamos tirar um elemento informativo. Eu pergunto senhores, como decidir melhor? Com vários laudos, com várias informações, ou decidir com base em presunções, sem a realidade dos autos, elementos palpáveis?

É por isso que eu sou favorável, não só ao exame criminológico, o exame criminológico e é uma decorrência de uma evolução de acompanhamento da terapêutica penal e falo terapêutica, por que não vejo na pena castigo e não vejo no sentenciado alguém que precisa ser curado, por que nós não estamos... Lombroso já foi o período do criminoso nato, e a antropologia criminal já evoluiu em outro sentido e a sociologia criminal mostra a necessidade desses trabalhos de integração para a volta à sociedade.

Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com a palavra a Ministra Maria Thereza

SRA. MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA: Apenas para finalizar, e não querendo polemizar... Eu entendo Dr. Walter, com todo o respeito e não querendo entrar na polêmica aqui traçada, o exame criminológico não torna o preso uma pessoa melhor. Eu acho que todos nós temos que partir desse ponto de vista.

Então, dizer que o exame deve ser obrigatório por que poderá... Mas o juiz não está, hoje, pela redação atual, não vejo o juiz tolhido de determinar, se assim entender a realização do exame, com base, já disse, no art. 196, §2°, da lei.

Então, a motivação levada a efeito não tolhe o juiz. A motivação levada a efeito, que quero dizer, é aquela que, hoje, está em vigor. Então, não vejo, nesse ponto, Dr. Walter, a necessidade de mudar a lei por que o juiz estaria tolhido. O juiz não está tolhido.

E aqui, Dr. Cláudio, também, o projeto, voltando a ele, diz que: "O presente projeto visa, portanto, restaurar o sistema anterior e trazer de volta a exigência de exames por técnicos habilitados para a concessão de benesses penais, progressão, livramento, indulto, comutação".

Então, se me permite, pela redação que está aqui, mas, na justificativa que está dada, é sim para tornar obrigatório. E ainda, vamos dizer assim, que se tentasse dizer que a redação original não tornava obrigatório, na prática ele também o era, daí a justificativa de querer o retorno à lei.

SR. CLÁUDIO SOARES LOPES: Mas não está escrito isso aqui.

SRA. MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA: Agora, dizer que ele não é obrigatório, e que será realizado se necessário, o "se necessário" é quando?

O "se necessário" também não esta é dito, o "se necessário", será que nós podemos estabelecer, desde logo, que o "se necessário" é quem praticou crime hediondo? "Se necessário" é quem praticou crime com violência a grave ameaça. O que é "se necessário"?

"Se necessário", a meu ver, só pode ser não levando em consideração o crime e a pena, mas sim o andamento da execução penal. Aquele momento já foi. E, portanto, o "se necessário" hoje já existe, quando o juiz, com base na lei, entende que ocorrendo algum fato durante a execução penal ele determina a realização do exame. E é isto que a jurisprudência tem dado como interpretação ao artigo que já está em vigor, hoje.

Ninguém diz que não deva haver acompanhamento pela Comissão Técnica de Classificação, todos

estão de acordo. Só que esse acompanhamento não pode, a meu ver, resultar – e aqui eu vejo não como uma questão de praticidade, mas como uma questão principiológica – não pode resultar obrigatoriamente numa ideia de que, sem o exame criminológico, o preso não está preparado para progredir.

A sociedade não está segura, mais ou menos, pelo resultado do exame criminológico. Ninguém pode assegurar que, praticado com violência ou sem violência, o exame criminológico trará o resultado que se espera. O preso pode voltar a delinquir com ou sem exame criminológico. Daí, a meu ver, essa redação hoje existente comporta, sim, uma interpretação que vem sendo dada. O exame pode ou não ser realizado de acordo com o caso concreto, e não se estabelecer parâmetros, e dizer que é crime hediondo, então pudesse colocar na lei, será que isto vai ser aceito?

Então, se quer tornar o exame obrigatório, que se diga: Ele será obrigatório para os crimes X, Y e Z, que também não o caso.

Então, eu acho que devemos parar de pensar que determinadas pessoas são perigosas por que praticaram pena alta e esses sim são marcados para um exame criminológico por que esse exame criminológico não vai dizer nada além do que ele já é, ele já tem determinada personalidade, por isso que ele delinquiu. Então, eu acho que nós temos que não pensar na praticidade da estrutura para a realização do exame, mas se ele é necessariamente obrigatório.

E daí, em minha opinião, o projeto não atende a necessidade que se tem de uma execução que possa, sim, com acompanhamento da Comissão Técnica de Classificação, resultar em um preso que, saindo do cumprimento da sua pena, possa se dizer menos vulnerável e alguém que possa estar passível de um convívio melhor com a sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com a palavra, o Dr. Cláudio Soares Lopes

SR. CLÁUDIO SOARES LOPES: Bom, eu apenas queria salientar que eu também concordo que esse... A verificação deve ser feita em razão do que o preso está realizando durante a execução penal. Agora, eu acho que, pelo menos na impossibilidade de se fazer um exame rápido em todos apenados, mas pelo menos, em razão de determinado crime que ele cometeu.

Eu acho que o exame deve visar exatamente... O estudo deve ser feito dele, pelo que ele está realizando na execução, mas somando-se um requisito que teria sido o tipo de crime que ele cometeu, onde demonstrou aparentemente uma periculosidade maior. Eu acho que isso, pelo menos, serve como parâmetro, como aqui como o nosso Desembargador falou, aqui, para o julgador ter uma certeza um pouco maior.

Eu concordo perfeito não é o exame que vai dizer se ele está bom, se ele... Que vai curá-lo, não é isso. O exame não é para isso, mas o exame é para dar elementos ao juiz de ter uma certeza um pouco melhor, se aquele condenado, em razão até do tipo de crime que ele cometeu e do que ele está fazendo no momento, durante a execução penal, na atualidade, próximo, depois de alguns anos preso, próximo à voltar ao convívio social, se ele, em tese, apresenta condições para isso. Então, eu acho que isso é um elemento a mais de segurança para todos.

É perfeito? Não. Ele pode ser submetido a um exame criminológico, pode sair do presídio, pode cometer um crime?

Pode, mas pelo menos se tem uma certeza melhor das condições daquele condenado, e pode se tentar evitar que alguns que realmente já demonstrem uma falta de condição de retorno, que esses, especificamente, não saiam das penitenciárias antecipadamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu vou dar a palavra à Dra. Ela Castilho e, posteriormente, ao Dr. Walter Maierovitch.

SRA. ELA WIECKO DE CASTILHO: O material que eu estava aguardando já chegou.

Então, eu gostaria de trazer o conhecimento de que em 2007 foram publicadas diretrizes para a atuação e formação dos psicólogos do Sistema Prisional Brasileiro pelo Conselho Federal de Psicologia e pelo Departamento Penitenciário Nacional. E o Conselho Federal de Psicologia, então, é contrário também a esse exame criminológico, e é um ponto que não foi trazido aqui, que eu acho que é de extrema importância, é que os psicólogos colocam que é uma incompatibilidade do trabalho deles na... Todo aquele acompanhamento que eles fazem, para a chamada reinserção social, com esse trabalho que é exigido, de participar de um exame criminológico.

Eles consideram isso, do ponto de vista ético, incompatível. Então, esse é um problema que tem que ser pensado, por que nós teríamos, então, de ter duas estruturas: Uma estrutura dos psicólogos que trabalham no sistema prisional para fazer essa vamos dizer; terapia, e aqueles que vão se manifestar com relação a, também, eu coloco entre aspas, chamada periculosidade, que eu rejeito essa ideia de periculosidade inata a determinadas pessoas.

É isso, obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dr. Maierovitch.

SR. WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH: Eu queria deixar bem firmado, e me dirijo à nossa Exma. Ministra no sentido de que eu não estou propondo exame criminológico para certos e determinados crimes, o que me aparece odioso. Como também, pelos anos de judicatura, por mais de 30 anos de leitura processual, nós sabemos também que determinadas pessoas se tornam indisciplinadas e problemáticas dentro do sistema, se adquire isto. Então, é um ponto: Se for, tem que ser feito para todos.

O segundo: O tempo inteiro eu ressaltei que uma coisa é a terapia e outra coisa é o corpo para fazer o exame criminológico que será simplesmente mais um elemento de orientação que o juiz como – repetindo a frase famosa, vetusta; que é o "perito dos peritos" evidentemente, que ele não está sujeito a nenhum dos laudos apresentados, mas ao seu livre convencimento racional, ele tem que motivar a decisão de acordo com o seu livre convencimento.

O que eu vejo no exame é algo para melhorar a justiça a ser feita nos autos. Ao dar, a cada um, o que é seu, aquele ideal de justiça, mas eu também não posso ser hipócrita a ponto de não ver em tudo isso, tendo em vista o Estado, a indisciplina que reina nos presídios, a inexistência de um código penitenciário, a estabelecer obrigações, não aquelas simplesmente enunciadas na Lei de Execução Penal, mas simplesmente regras para que o Estado, a Administração, cumpra.

A pensar só no exame criminológico, que nós vamos melhorar, evidentemente, seria uma hipocrisia, porque nós estamos mais para a regra do Lampedusa, ou seja, vamos tentar mudar tudo para que tudo fique exatamente como está.

Eu vejo que não vai adiantar uma inserção de um exame criminológico enquanto a gente não resolver o problema lá atrás, qual seja?

Cumprir o dispositivo constitucional, que para nós, a pena privativa de liberdade tem uma finalidade ética, que é de emenda, e isto, na entropia dos presídios, em presídios onde não há disciplina mínima, jamais se vai conseguir essa emenda. Muito pelo contrário, o que se observa são presos mais frágeis, mais fracos, sendo usados como massa de manobra por organizações criminosas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço.

Eu faria só um questionamento inicial, passaria para os quatro, e depois abrimos o debate. Pelo que eu percebo há um consenso da Mesa, ou seja, o exame criminológico não deve ser utilizado em todos os casos. Segundo: É preciso dar ao Juiz a possibilidade de, em determinados casos, ter a sua disposição uma avaliação mais criteriosa de um corpo clínico que pode analisar a personalidade, as consequências, o comportamento de um agente.

Então, diante disso, temos duas hipóteses: Uma, a meu ver, refutada, que seria delimitar na lei quais os agentes que seriam submetidos a exame criminológico em decorrência dos crimes que praticaram. Por exemplo, crimes hediondos ou crimes praticados com violência e grave ameaça, ou reincidentes, algum critério nessa direção.

E, por outro lado, o Dr. Maierovitch, ele apresenta uma solução que me parece que a solução apresentada por ele é a seguinte: O juiz, quando for aplicar a pena, vendo a situação descrita no Código Penal, no art. 59, ele vai lá pegar a personalidade do agente, as consequências do crime, o que aconteceu com a vítima, se o agente é reincidente ou não, e o juiz, já na sentença, vendo o que aconteceu naquele caso concreto e analisando a vida do agente, a sua vida pregressa, seus antecedentes, etc. e etc., determina que, quando da progressão, venha já o exame criminológico pronto, em decorrência daquela análise que ele fez.

E mais: Abre a possibilidade, também, para que o Ministério Público, na execução penal, em decorrência do comportamento, em decorrência do que aconteceu dentro do presídio, da pessoa ter se tornado perigosa dentro do sistema. Mesmo o juiz não verificando aquilo no art. 59, na ocasião da aplicação da sentença, vendo os requisitos, o juiz determinará, a pedido do Ministério Público, que se faça também o exame criminológico, em decorrência do que aconteceu dentro do sistema e da situação vivenciada e conhecida, posteriormente, a decisão feita pelo Magistrado.

Então, eu gostaria de indagar aos quatro se essa solução apresentada – me parece que foi mais ou menos isso que propôs o Dr. Maierovitch – o juiz, ao analisar o art. 59, quando da aplicação da sentença, poderia já determinar que se realizasse o exame criminológico quando da progressão ou, em seguida, o membro do Ministério Público, se acontecesse posteriormente... Se houvesse a necessidade da realização desse exame também requereria ao magistrado que pudesse determinar para quando houvesse a progressão de regime.

Se não for isso, me corrija, por favor.

SR. WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH: Sr. Presidente, o que eu quis colocar é que existem dois momentos no processo de conhecimento, quando da sentença: Um, a dosimetria da pena, a quantidade da pena, e a outra a escolha do regime prisional; fechado, semiaberto ou aberto. Evidentemente que tem balizamentos legais.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SR. WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH: Mas, ele vai escolher o regime prisional. Com base no quê?

Evidentemente, na possibilidade dessa pessoa voltar a delinquir ou ser colocado em um regime inadequado, às vezes muito rígido e etc, mas ele escolhe o regime. Se encerra a fase de conhecimento, a fase da culpabilidade, com o trânsito em julgado.

Se começa algo completamente diferente, onde há necessidade da individualização da execução, como se vai ocorrer essa expiação da pena, com todas as suas peculiaridades, quer seja num estabelecimento ideal, quer seja num estabelecimento onde há superlotação e etc e muitas vezes em distrito policial. Eu proponho que há necessidade desse acompanhamento por equipe técnica...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SR. WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH: ...para individualização, mas também proponho que sempre, evidentemente, por uma outra equipe que são peritos, sempre em qualquer caso, para que não haja uma presunção já contrária aquele que está pedindo o benefício, mas que em todas as hipóteses seja feito...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se faça o exame criminológico.

SR. WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH: ...o exame criminológico. Até por que a pessoa pode ter um mau comportamento no curso da expiação da pena.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

Eu, então, indagaria aos quatro, isso.

Primeiro: admitem em alguma hipótese o exame criminológico?

SR. CLÁUDIO SOARES LOPES: Eu, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

E, em caso afirmativo, em que hipóteses isso deveria acontecer? Começaria com a doutora...

SR. CLÁUDIO SOARES LOPES: Eu poderia responder primeiro, por que eu acho que a minha posição é mais parecida aqui do que quando da Sra. Exma. Ministra...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pronto.

SR. CLÁUDIO SOARES LOPES: Eu acho que nós temos que ter o exame criminológico.

Quando eu falei como uma solução paliativa, eu sei que pode ferir aí a individualização da pena, a isonomia, aparentemente, por que você vai fazer exame para um e não vai fazer para outros... Foi exatamente como uma solução intermediária, na medida em que se colocou aqui uma dificuldade de realização para todos.

Então, pelo menos, para que você tivesse uma brecha, para que o juiz possa determinar isso quando for necessário ou pelo menos obrigatoriamente para autores de alguns crimes, porque a gente reconhece aqui.

Você vai ter que verificar isso, obviamente a condição do sujeito, às vezes anos depois que ele iniciou a pena. Por que ele começa a pena e só vai ter progressão, livramento, às vezes dois, três, cinco, 10 anos depois, então, a situação tem que ser verificada no momento em que seria concedido o benefício, não é isso?

Então, apenas eu acho que o Juiz ele fica sem parâmetro. Eu também sou favorável que seja feito em todos os casos, não é?

SR. WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH: Para não estigmatizar.

SR. CLÁUDIO SOARES LOPES: Eu também sou favorável. Eu apenas criei, dei uma sugestão paliativa, que pelo menos em alguns casos o juiz ficasse obrigatoriamente vinculado àquilo ali, para que ele tenha condições de verificar a situação que está acontecendo e ter condições melhores para decidir. E acho que o Ministério Público tem que estar participando disso aí, por que acompanha a execução penal, tem acesso a todos os elementos, tem acesso, às vezes, a notícias que o próprio juiz não tem informações que são colhidas dentro do próprio Ministério Público ou pela Secretária de Administração Penitenciária, que encaminha ao Ministério Público pela Secretaria de Segurança, a respeito do comportamento daquele preso, que pode servir de subsídio para que o juiz decida em que se exija exatamente esse exame, para que... Como eu falei, não é perfeito, mas que, pelo menos, o juiz tenha minimamente condição de conseguir, de alguma forma, o aspecto subjetivo e não apenas objetivamente a partir do cumprimento da pena ou de um percentual da pena.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ministra.

SRA. MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA: Creio que, se pudesse resumir duas são as posições da Mesa: Uma dos homens, digamos assim, de obrigatoriedade no exame...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em todos os casos.

SRA. MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA: ...criminológico em todos os casos.

E a outra aqui das mulheres, de que esta regra não deve imperar.

E volto a falar, não creio que este seja...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas, V.Exa admite em alguns casos?

SRA. MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA: ...o caminho. Eu acho que, para mim, a solução para se dar ao problema, não é?

Não passa pela necessidade do exame criminológico, passa por criação de parâmetros para se dizer o que é boa conduta.

O exame somente quando o juiz, no curso da execução e atendendo ao que já dispõe a lei, entender que, naquele caso, por elementos concretos dos autos, se faz necessária alguma avaliação técnica.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dra. Ela.

SRA. ELA WIECKO DE CASTILHO: Bom, a posição do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária é no sentido de deixar as coisas como estão, de não modificar a lei, por que na prática o exame tem sido feito a partir de evidências da sua necessidade.

Alguns casos, inclusive, há discussão que chega até por meio de *habeas corpus,* e o Superior Tribunal de Justiça resolve.

No fundo, aqui, das duas posições, é o seguinte: Uma posição que acredita no encarceramento, que tem a prisão como resposta para a criminalidade.

E a posição, aqui, nossa, das mulheres é que realmente a prisão não educa, ela não traz a inserção social, ela tem que usada o menos possível.

Então, modificar a lei vai levar no sentido de tornar o exame obrigatório, ou seja, de encarcerar mais.

Então, essa é principiologicamente a diferença principiológica, ideológica entre os homens e as mulheres aqui nessa Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marconi Perillo para suas indagações.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, senhoras convidadas, senhores convidados.

A Ministra Maria Thereza colocou aqui, de forma bastante contundente, considerar vago o exame, aliás, não só vago como também impreciso. Também colocou algo que a gente já conhece que a lei não exige mais o exame, salvo se o... Também colocou a Dra. Maria Thereza que o juiz não pode ou não deveria pautar-se exclusivamente no laudo, o laudo deveria servir para orientá-lo, quando necessário, e ela chega a sugerir a retirada do laudo exclusivamente das mãos do Diretor do presídio, que eu acho que realmente é algo...

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o atestado de boa conduta e a definição de critérios mais objetivos. Pelo menos foi o que eu depreendi da primeira parte da fala de S. Exa. A Procuradora Ela, Corregedora-Geral, também colocou da existência de pareceres de vários especialistas contrários a restauração do exame. Exame que, segundo ela, a Procuradora Ela, se revelou, à época, perverso e principalmente significando reforço à cultura do encarceramento. Ainda a Procuradora Ela entende não haver como atender a exigência do exame, já que não há uma equipe de especialistas para aplicá-los, pode-se assim estabelecer parâmetros mais claros do que seja a chamada boa conduta.

A pergunta que faço às duas expositoras, à Dra. Maria Thereza e à Dra. Ela, é no sentido de que as senhoras não acham que está se encaminhando no sentido de uma demasiada bonança em relação aos presos, especialmente aos presos mais perigosos, deixando de considerar até mesmo a crueldade do crime cometido como fator de diferenciação?

Eu coloco isso porque o STJ já vem aplicando sistematicamente a decisão do STF, as senhoras colocaram isso aqui, que julgou inconstitucional a regra que proíbe a progressão do regime prisional para condenados por crimes hediondos, entendimento esse que foi incorporado, já, à Lei de crimes hediondos. Ademais, o STJ já se manifestou no sentido de que não se pode exigir o exame prisional do condenado sem a demonstração efetiva e concreta de sua necessidade à luz dos fatos constantes da execução.

A preocupação que a sociedade brasileira toda tem, e estou colocando isso aqui mais de forma pragmática, é em relação à excessiva liberalização de presos de alta periculosidade. Eu queria ouvir a opinião de S.Exas., já que conheço a opinião dos dois outros expositores, mais no sentido de clarear a todos nós e à sociedade em relação a esta inexistência legal do exame, no que é que a gente poderia fazer para substituí-lo, buscando garantir certa tranquilidade e segurança à sociedade?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ministra, V. Exa. com a palavra.

SRA. MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA: Eu gostaria de dizer... Na verdade, eu não vejo que a existência... A não obrigatoriedade do laudo represente uma benesse. Como eu disse, o que o Juiz concede não é benefício ou benesse, é um direito.

Então, o que se precisa verificar é, para que o preso possa obter esses chamados benefícios, quais são esses requisitos? Então, acabe ao Poder Legislativo dizer o que ele entende como requisitos, e eu vou exemplificar.

Hoje em dia, para a progressão, não sendo crimes hediondos, é 1/6 da pena. Será que é isto, então, que a sociedade quer? Então, deve-se pensar. Para o requisito objetivo, será que 1/6 é pouco para a progressão? Então, vai ser 1/3 e não 1/6? Então, caberá ao legislador estabelecer esse critério. De outro lado, se eu tenho o requisito objetivo e o subjetivo, o objetivo é um lapso de tempo, o subjetivo é a conduta, o que quero como conduta?

Então, eu acredito que deixando claro quais são esses requisitos que se deva ter, o Juiz poderá fazer esta avaliação. Independentemente, volto a dizer, de uma obrigatoriedade de um lado, que não é isto que traz segurança à sociedade.

Então, não vejo como benesse, mas como aquilo que o legislador quer. Eu quero estabelecer novos parâmetros para tempo ou eu quero estabelecer novos parâmetros para a conduta? Porque impedir a progressão, isto é impossível, porque a própria Constituição garante a individualização. E eu acho que também deve ficar bastante claro que o se tem por individualização, que é uma garantia constitucional. Ela se faz em um primeiro momento pelo legislador, ao estabelecer quanto de pena, mínima e máxima, ele vai querer para aquele crime, qual é o grau de intensidade no cumprimento da pena, se o regime é fechado, semiaberto ou aberto.

Então, o legislador é que estabelece isto.

Em um segundo momento, é o Juiz que estabelece na sentença, dado aquele primeiro parâmetro do legislador, o quanto ele, Juiz, acha necessário e suficiente para aquela pessoa, individualizando.

Então, é o mínimo, é o médio da pena, é o máximo da pena, em qual intensidade.

E, no terceiro momento, essa individualização se volta já para o curso da execução penal. E aí sim, vai se estabelecer para aquele preso o que é melhor, e para que ele possa obter qualquer um dos chamados benefícios previstos na lei, é o legislador que vai prever, quanto ele acha que deve ser entre aquilo que ele deve cumprir de pena e o mínimo para que ele possa progredir e de que forma ele poderá fazer.

Essa é a minha opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dra. Ela.

SRA. ELA WIECKO DE CASTILHO: Senador, uma das coisas que eu devo dizer é o seguinte: O nosso sistema penal está completamente assistemático. As diversas alterações legislativas criam situações de perplexidade, em que situações graves, condutas graves, são apenadas de forma menos grave que outras.

Então, eu acho que está mais do que na hora de nós fazermos uma revisão da parte especial, e hoje nós temos muito mais crimes fora do Código Penal do que dentro do Código Penal.

Então, muito dessa sensação que a sociedade tem advém dessa total desproporcionalidade que nós temos entre crimes e penas.

O segundo ponto que eu gostaria de colocar é que, por exemplo, nós estamos discutindo aqui exame criminológico da necessidade, da obrigatoriedade, retornar ou não, mas nós não estamos discutindo em cima de fatos concretos, de pesquisas que nos deem embasamento.

Então, a gente trabalha muito na base daquilo que a gente tem uma percepção. Eu até posso admitir que eu também falo muito em cima da minha percepção, mas eu tenho procurado, como professora da Universidade aqui de Brasília, de fazer pesquisas, pesquisas, ir atrás das sentenças e verificar quem está sendo condenado, quais são as penas que estão sendo aplicadas. E posso lhe dizer que, com as pesquisas que temos feito, o que a gente percebe? A maioria das pessoas que estão presas, em primeiro lugar, são de furto e roubo; em terceiro lugar, o tráfico. E aí que o acontece? Quem são as pessoas que a maior delas está dentro do sistema penitenciário? Não são esses grandes traficantes, os grandes assaltantes.

Então, quando nós estamos modificando a lei, na verdade, a gente está fazendo essa lei que vai incidir sobre aqueles menos vulneráveis, sobre aqueles que fazem pequenos furtos, pequenos assaltos, então, a gente tem que pensar como é que isso repercute.

Então, quando eu coloco a minha posição, eu estou colocando, considerando essa repercussão, que é uma repercussão perversa, que não vai se dar a esses perigosos. Esses perigosos, como já foi dito aqui, eu gostaria de não repetir, mas enfim, o sempre colocado, paradigmático, Fernandinho Beira-Mar tem tantos processos, tem tantos incidentes, que ele não vai sair.

Então, tem outros mecanismos, não precisa desse exame criminológico para impedir a saída dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós vamos usar agora o seguinte critério, para encerrar a Audiência Pública e começarmos a Sessão Ordinária: Eu colherei as perguntas de todos os Senadores, o prazo regimental é de três minutos por Senador, e a pergunta será dirigida a apenas um dos componentes da Mesa.

Então, inicialmente, eu passo a palavra ao Dr. Suplicy, exceção, naturalmente...

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Presidente. Presidente, eu só gostaria de agradecê-las e dizer que me considerei respondido, acho que as

sugestões foram muito boas para a Comissão e para as nossas próprias iniciativas.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. Senador Eduardo Suplicy...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente. Quantos faltam, Sr. Presidente? Quantos são os Senadores?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy, V. Exa., Valter Pereira, Tuma, João Pedro e ACM Júnior.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu estava falando justamente com o Secretário José Antônio Marrey, eu queria até informar, porque é assunto que ontem causou grande preocupação dentre os Senadores. As famílias que estavam na fazenda ali entre Iaras e Lençóis Paulista saíram hoje e, sem causar qualquer problema, houve a reintegração de posse. Os próprios membros da coordenação do MST procuraram assegurar que iriam sair com tranquilidade e houve um entendimento com a polícia depois de uma primeira situação tensa. Eu só queria dar essa informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parabéns para o Dr. Marrey não é?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, que houve isso e transmitir, inclusive, a coordenação do MST, ali, de como as ações que não sejam, simplesmente, de não violência e pacíficas acabam, muitas vezes, prejudicando a causa do objetivo e da realização da reforma agrária.

Sr. Presidente, eu quero cumprimentar a Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura; a Corregedora-Geral do Ministério Público, Ela Wiecko de Castilho; o Procurador-Geral, Cláudio Soares Lopes e ao Desembargador Walter Maierovitch, pela contribuição que os quatro nos deram, aqui, sobre o tema.

E eu tenho algumas perguntas específicas diante do debate que estamos examinando. Primeiro, se há condições de realizar o exame criminológico para a progressão de regime sem estar reforçando mais o encarceramento. Se, aprovado o projeto, a lei não estaria descolada da realidade? A execução do exame criminológico é exequível na prática, ou poderá atrasar o reingresso da pessoa na vida em sociedade? E, se o exame criminológico é válido quando do ingresso do interno no estabelecimento, por que não é valido para progressão de regime?

Sobre o tema, Sr. Presidente, eu tenho essas quatro perguntas e acho que poderão ser respondidas no conjunto, mas, Sr. Presidente, há na pauta, hoje, um projeto de lei sobre o qual o Dr. Walter Maierovitch, como ex-Secretário Nacional Anti-drogas, quem sabe pudéssemos ouvir a palavra dele muito brevemente. Refiro-me ao projeto do Senador Gerson Camata que, diferentemente do que havia sido aprovado recentemente aqui, por nós mesmos, volta a criminalizar o consumo de drogas com uma pena de seis meses a um ano.

Então, se V. Exa. considerar que seria próprio, que ele...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quando das considerações finais, o Dr. Maierovitch, se quiser, poderá abordar esse tema.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem.

E, finalmente, eu gostaria de ter um diálogo de profundidade com o Dr. Walter Maierovitch sobre o caso Cesare Battisti. Eu não vou fazê-lo aqui, agora, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço à V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): ...eu quero transmitir a ele...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas podem almoçar juntos. Se não houver indigestão recíproca, poderá...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): ...eu quero transmitir a ele um conjunto de documentos e quero me dispor a ele, se não for... Na hora do almoço eu já tenho um compromisso, ali, no Supremo Tribunal Federal, mas em algum momento, se não hoje.

Eu, inclusive, sugeri a ele que a Carta Capital, onde ele contribui, possa até promover um diálogo sobre o tema, e o quanto antes, antes da decisão que o Supremo terá, um diálogo entre ele e a escritora Fred Vargas, que se encontra hoje no Brasil. Se ele quiser conhecê-la, eu vou apresentá-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu gostaria de ter esse diálogo exposto para que eu pudesse ter conhecimento do que aconteceu.

Agradeço a V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se V. Exa. quiser fazer uma Sessão extra da CCJ, com os dois juntos, para esclarecer tudo, o senhor pode marcar, mas ela viajaria hoje. O Senador João Pedro diz

que assina, mas quem sabe seria uma contribuição para o esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E eu vou deixar com ele um conjunto de documentos, porque sempre tive por ele uma relação de respeito e amizade e, mesmo que divergindo nesse ponto essa relação vai continuar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.

Extrapolou o seu tempo em cinco minutos, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Por bons motivos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito bem, Presidente.

Eu me sinto já até um pouco contemplado, porque na última sessão solicitara a V. Exa. que começássemos a cuidar do apensamento de todos os projetos ligados à questão da progressão da pena. E eu confesso que, talvez como qualquer brasileiro que tenha convicção democrática, eu me sinto muito dividido, mas com a vontade de ser sensato e de saber muito bem ver as raízes das questões sociais que levam ao aumento da criminalidade, e isso é um fato, e a necessidade que se tem de reprimir o outro fato, que é a criminalidade ofendendo pessoas que estão pacificamente buscando ganhar suas vidas ou buscando seu lazer nas ruas das grandes cidades brasileiras.

Eu estava ouvindo com muita atenção a lúcida exposição da Dra. Ela Castilho, e S. Exa. disse que alguns casos são paradigmáticos, como o caso do Fernandinho Beira-Mar, e que, no caso dele, enfim, ele tem tantas penas a cumprir que ele ficaria lá para sempre, mas eu li outro dia, com muita preocupação, que estava quase na rua o assassino do Tim Lopes, quase na rua. E eu considero um absurdo, uma aberração que nós tratemos... Porque inclusive na própria gíria da prisão eles consideram otário aquele que vai cumprir o seu indulto de natal, aquele seu livramento temporário de natal e volta. Esses são aqueles que querem depois reconstituírem suas vidas, enfim.

O bandido mesmo, e eles têm certa ética na bandidagem deles, eles têm certa justiça injusta, demonstra a falha e a falta do Estado Brasileiro, mas o bandido mesmo quando sai não volta, porque se ele voltar ele é ridicularizado perante o meio que ele compõe. Então, nós sabemos que quem é quem não é. Eu dou um exemplo que é muito triste, o Senador João Pedro tem uma pessoa que é no meu – e já concluo, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode ficar à vontade, Senador, porque toca automaticamente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): ...tem um cidadão no meu Estado e do Senador João Pedro, que em um município do interior ficou preso oito meses. Cumpriu cinco anos de prisão porque ninguém se lembrou dele. Era a falta que fazia e faz uma Defensoria Pública bem armada, bem aparelhada, para suprir essa deficiência. Ele não aguentou mais, aí fugiu. Depois que ele fugiu, um Desembargador – e aí ele foi secundado, obviamente, pelo Juiz a quem hierarquicamente ele devia obediência – mandou prendê-lo. Ele deveria ter ficado oito meses na prisão, ficou cinco anos, fugiu e mandaram uma ordem de captura de prisão daquele cidadão.

Eu não consigo ver nada mais injusto, nada mais cruel, nada mais perverso do que isso, porque ele poderia ter sido assassinado, estuprado, foi violentado em todos os seus itens de cidadania nesse episódio.

Então, eu entendo que, para algumas pessoas, a questão do exame criminológico pode corresponder a uma violência sim, uma certa humilhação à cidadania desse cidadão. Para outros eu lhe confesso que eu na vejo que nós devamos conceder nenhuma vantagem, nenhuma progressão de pena, nenhuma facilidade de retornar ao convívio da sociedade de gente, pedófilo, estuprador, o latrocida, enfim, o sequestrador... Não tem nada mais cruel do que alguém ficar com a sua vida nas mãos de alguém que tomou suas vidas, passou a infância em miséria – tudo isso é verdade, tudo isso eu não estou discutindo. Nós sabemos que nós temos, inclusive, uma ampla bibliografia para ler, nós temos filmes que chocam – ainda ontem eu revi uma das versões do Ônibus 174 – nós sabemos que tudo isso é verdade, agora, o fato é que o Estado Brasileiro, não conseguindo resolver isso, ele não pode deixar nas mãos das pessoas que se perderam as vidas das outras pessoas que estavam simplesmente no ônibus, buscando um emprego ou indo para suas vidas, portanto, é um questionamento que eu dirijo a qualquer um da Mesa, porque enquanto nós não fizermos essa distinção entre quem é recuperável e quem não é, nós vamos ter, realmente, um problema muito grave para enfrentar.

Quando certas figuras se beneficiam do instituto da progressão de pena ou de qualquer vantagem dessas, é ler no jornal e saber que vai voltar a acontecer, ou alguém que queima um cidadão e, no caso, repercutiu muito porque se tratava de um jornalista muito conhecido, alguém que queima um cidadão amarrado

por pneus, há alguma possibilidade desse cidadão não voltar a delinquir? Eu não consigo ver que haja, eu não consigo ver. Ele vai voltar assim que ele sair, ele vai dali para disputar de novo a boca de droga dele, é da vida dele. A vida dele vai se extinguir cedo, eles morrem cedo, isso é muito triste, é muito lamentável, nós temos... São velhos os guardiões do tráfico de 15, 16 anos de idade, são velhos porque a vida deles está se esgotando, têm um período de vida muito curto, mas o fato é que eu devo reconhecer, é uma falha que perpassa o Legislativo, perpassa o Judiciário, perpassa o Executivo.

É a falta do Estado Brasileiro que faz com que o homem que tenha a filha estuprada recorra à Justiça do tráfico, até porque não há outra Justiça para ele recorrer a ela naquele episódio. E a Justiça se faz, executa – não há pena de morte no Brasil – mas executa o estuprador. Em seguida, ele pode requisitar para sua amante – o chefe do tráfico – a filha daquele rapaz que foi vingado pela justiça do tráfico. Isso é uma angústia que, a impressão que me passa é que a sociedade brasileira o tempo inteiro fica fingindo que não vê. Nós ficamos fingindo que não percebemos, que não vemos e, no entanto, estamos vendo e estamos percebendo, e esses momentos são importantes porque não só alfinetam a gente, como, imagino, que alfinetem quem esteja ouvindo a gente também.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Expositores.

Enquanto nós estamos aqui discutindo teoria da pena, milhares e milhares de mulheres que são mães estão espalhadas pelo nosso país chorando o destino dos filhos, dos filhos que estão nas mãos de sequestradores e dos filhos que foram abatidos por criminosos. E o maior problema que existe – e isso não é uma opinião minha, pessoal – é resultado de uma pesquisa que foi feita pelo Instituto Datafolha que o nosso Presidente Senador Demóstenes Torres tomou conhecimento, leu profundamente e nós discutimos isso aqui.

O maior problema que existe e que foi detectado nessa pesquisa é que a sociedade tem a sensação, Dr. Walter Maierovitch, de que impera a impunidade. Por que impera a impunidade, Dr. Cláudio? Porque a vítima, a mãe da vítima, o irmão da vítima, ao mesmo tempo que sabem que o marginal, o delinquente, o autor do delito foi preso, mas que precocemente vai voltar para as ruas. Têm certeza absoluta. E, infelizmente, não é aquele delinquente de pequenos furtos, não é o delinquente estelionatário, apenas. É o delinquente perigoso. É o pistoleiro, aquele que é contratado, que é pago para matar. Ele vai preso, depois vai para a rua. É o sequestrador.

Ainda hoje, antes de vir para esta sessão, eu tomava conhecimento de um sequestro que ocorreu no Paraná e a mãe desesperada procurando socorro, mas essa sensação, é uma sensação de que resulta, sobretudo, de um afrouxamento da nossa legislação. Infelizmente, a tendência desses últimos anos é de afrouxar a legislação.

Eu fui Constituinte, ajudei a escrever a Constituição, e hoje me penitencio. Acho que eu tinha que ter lutado, lutado com mais forças, com mais competência, para evitar cláusulas pétreas, que hoje impedem que o legislador legisle em favor do povo e que o Juiz decida em favor da sociedade, porque veja o seguinte: Não é só a pena prevista que pode inibir o delinquente, a simples ideia de que pode ter uma pena mais grave já serve para a inibição. E, aqui, eu concordo com aqueles que dizem que não é só o cárcere que vai educar. Concordo. Acho que as nossas penitenciárias são fábricas de delinquentes. Acho que o nosso sistema penal é onde o delinquente pode fazer uma pós-graduação, pode fazer mestrado e doutorado de crime, concordo com tudo isso. Concordo com tudo isso. E concordo quem se interferir apenas no sistema carcerário, nós não vamos resolver o problema.

Tem que adotar uma série de mudanças no sistema penal, no sistema carcerário, na prestação de serviços do Estado para com a comunidade... Tudo isso tem que ser feito, eu não dúvida nenhuma. Agora, uma coisa é certa: O crime está ocorrendo hoje. Neste momento que nós estamos sentados aqui, debaixo de um teto confortável, recebendo a friagem de um ar-condicionado generoso; Neste exato momento alguém está morrendo, alguém está sequestrado, alguma mãe está chorando em algum lugar, alguma vítima está sofrendo e nós aqui discutindo o destino delas.

Pois bem. Eu, Senador Demóstenes Torres, acho que nós não podemos dissociar o tratamento do crime diferentemente do tratamento que o médico dispensa ao seu paciente. Um paciente, quando chega com febre em um consultório médico, se ele aplicar apenas um analgésico, vai baixar a febre, mas ela vai voltar. A febre denuncia o quê? A existência de uma patologia infecciosa. Precisa, portanto, de um tratamento de causa que é o antibiótico ou a cirurgia, mas só que é indispensável, sim, que se dê o analgésico, o antitérmico para baixar a febre, o analgésico para abaixar a dor.

E, aqui, a sociedade hoje quer sim o antitérmico, ela não quer encontrar com o bandido, ela quer se livrar do delinquente. Imaginem V. Exas. Dra. Maria Thereza e Dra. Ela, o que significa para a vítima, a vítima que

foi estuprada, que foi assaltada, que foi sequestrada, de repente, na rua, encontra com seu algoz, encontra com aquele que a maltratou? E é isso o que está acontecendo hoje. A Dra. Maria Thereza diz aqui que essa exigência, aqui, não vai resolver problema, que seria mais eficiente se fossem estabelecidos parâmetros para o livramento condicional.

Pois bem. Me diga uma coisa: Quais são os parâmetros para se julgar? Alguém tem parâmetros objetivos, que atestem a boa conduta para aquele que está se preparando para se reinserir à sociedade? Parâmetros claros, objetivos que, efetivamente, atestem a boa conduta? Esses existem, sim. Quem é que vai dar esses parâmetros? O perito. É essa a questão fundamental, é o perito que vai dar. E é exatamente por isso que é indispensável, é indispensável a perícia, o exame criminológico, para autorizar a reinserção da pessoa.

É claro que pode ser até um exagero exigir o exame criminológico para aqueles criminosos de baixo potencial, de potencial criminoso, aí tudo bem. O furto, o estelionato, mas, cá entre nós, um chefe de organização criminosa, esse daí não vai passar por um exame criminológico? Alguém que pratica o crime com requinte de crueldade, como nós temos visto todos os dias na crônica policial brasileira, nós não vamos exigir exame criminológico?

Acho que essa tendência que está havendo no Brasil, que não está dando resposta à sociedade, tem que sofrer, sim, um freio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com todo o respeito – eu já vou terminar – com todo o respeito que tenho pelas mulheres, e aqui vejo duas mulheres brilhantes. Mas deixar as coisas do jeito que estão? Se nós aqui, qualquer um desses Senadores, falarmos isso lá na sociedade, lá para o povo, lá para a vítima, falar: *"Não, é melhor deixar as coisas do jeito que estão. O sistema carcerário tem que ser assim mesmo. O sujeito vai cumprir 1/6 da pena e vai para a rua, vai para voltar, mas é assim mesmo, a regra é essa, não tem solução".* Não posso concordar. Acho que do jeito que está não está bom, está péssimo. Está péssimo. E se está péssimo nós temos que mudar.

Eu sei que aqui tem duas mulheres que são conhecedoras do Direito, que são dotadas de um elevado nível de cultura jurídica e, por isso, ocupam as funções que ocupam, mas tenho a certeza que elas falam um pouco pelo Direito e muito pelo coração. E a sociedade quer que nós ajamos, que nós agimos pela razão. Gostaria que V. Exa., Dra. Maria, me desse essa resposta. Quais os critérios objetivos... Quais são os parâmetros objetivos que deveriam ser respondidos? Quais são os quesitos que poderiam levar a isso? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou procurar ser rápido, porque já usaram o Tribunal de Júri, aqui, bastante, mas eu queria saudar a Dra. Maria...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Depois V. Exa. não pode reclamar, Senador Valter Pereira, do tempo que, segundo V. Exa., eu lhe dou de forma exígua. Hoje foi abundante.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): ...Dra. Maria Thereza, Dra. Ela, pela... Eu acho, aqui, que não tem ninguém maternalista. Aqui é problema jurídico de discussão, da vivência diante dos problemas que surgem.

Então, não tem mulher e homem, tem a visão político-administrativa do sistema penitenciário. Dr. Maierovitch é meu amigo antigo, há muitos anos, tenho uma ótima relação com ele, já convidei ele para jantar com ele e com o meu filho, que são amigos, para a gente, às vezes, discutir o caso do italiano, que o Senador Eduardo Suplicy, aqui, o caso do italiano é majoritário para ele.

E o Dr. Cláudio Soares é isso mesmo? Eu não enxergo direito, mas saudar aqui. Eu, infelizmente, não ouvi a exposição de cada um, mas vou ler, sem dúvida nenhuma, as notas taquigráficas. Eu tenho uma grande preocupação, Dra. Maria, Dra. Ela, é sobre esse problema de antecedente do presidiário, da boa conduta. Nós que convivemos no sistema policial, na área de segurança, sabemos que a conduta do preso atrás das grades é uma e fora delas é bem diferente.

Então, o atestado de boa conduta interna, normalmente, não vai representar, talvez, o que representa o preso fora das grades para os benefícios que ele tem direito, como a Dra. Maria colocou aqui, que é o direito de execução.

Até pena, Senador Demóstenes Torres, é pena que o Juiz, Dr. Nagashi, não compareceu, eu não sei o motivo e nem ouvi a explicação, mas, quando ele era Secretário de Justiça, o Dr. Nagashi Furukawa era um bom Juiz e um bom Secretário de Justiça. Havia um desespero, porque o exame criminológico dificultava a conduta do final do ano, dos benefícios que poderiam ser dados para aliviar um pouco os presídios do número enorme de presos.

Então, ele propôs a extinção do exame criminológico. Foi o Dr. Fujimori, porque ele sentia de perto as grandes dificuldades...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Furukawa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É, Furukawa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É japonês também, descendente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Furukawa. É, bom juiz também, foi um bom secretário, mas ele teve essa iniciativa pessoal, porque acabou convencendo os Tribunais Superiores a darem.

Eu tenho recebido todo ano, todo ano, do Promotor da Lei de Execuções Penais, críticas violentas quando são dados os indultos e os benefícios de fim de ano. Eu vou para a Tribuna e leio esse recado que eu recebo por escrito e assinado do Procurador responsável por essa área, do exagero dos benefícios, sem uma análise mais em profundidade do preso que – não sei se o número é correto ou não – se o número do não-retorno daqueles que recebem o benefício de natal, passar em casa e tudo. O retorno me parece que não é muito grande, a falta de retorno e a permanência fora das grades sem cumprir o que a lei determina.

É claro que o exame psicológico, criminológico, ele é bom, mas há grande dificuldade do Estado de prover, em qualquer presídio, de ter um médico sempre à disposição para exame criminológico. Eu não sei se seria bom ter um centro em cada região do Estado, cada Estado ter a sua capacidade, já que vão, talvez, criar a figura do Juiz de proteção, na nova legislação, no Código de Processo Penal, também criar o médico psicológico dentro de cada região administrativa, para poder atender casos especiais, porque para fazer para todo mundo também eu acho que seria realmente uma grande dificuldade, para dar os benefícios a que tem direito o preso, na progressão e tudo.

Teve um projeto do Senador Demóstenes Torres, aqui, sobre crimes violentos que não poderia haver progressão da pena e o Supremo Tribunal rejeitou, considerou inconstitucional, porque tem direito à progressão. Nós fizemos outro, não é, Senador Demóstenes Torres? O senhor fez outro, pedindo que a progressão fosse aumentada para crimes graves, eu não sei como é que ficou.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Que é uma das sugestões da Dra. Maria Thereza, que nós pudéssemos...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Foi feito o projeto...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): ...balizar se essa progressão no tempo hoje é suficiente ou não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que é um projeto do Senador Demóstenes Torres, eu fui Relator e não sei como é que ficou. O projeto de V. Exa. corrigiu o primeiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foi aprovado, mas está na Câmara.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está na Câmara para discutir. Eu acho que a gente também tinha que pensar muito...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu peço silêncio aos senhores. Por favor, silêncio.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): ...na reforma do sistema penitenciário, porque ele não é para recuperar nada e ninguém, pela superlotação dos presídios, e talvez a sociedade não ofereça absolutamente nada que possa trazê-lo de volta à sociedade, a não ser através da religião, que me parece que, hoje, é o único fator que às vezes traz alguns criminosos perigosos de volta à sociedade e a respeitar a vida humana.

É isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, serei rápido.

Primeiro eu quero dizer da minha alegria em ouvir o informe do Senador Eduardo Suplicy acerca da retirada das famílias do MST lá da Cutrale, em São Paulo.

Quero dizer que não concordo com o método, mas esse episódio também veio demonstrar que a Cutrale, que é uma referência na monocultura da laranja, ocupa de forma irregular uma área da União. Isso tem que ser visto também, e isso é grave, em minha opinião, mas isto é para outro debate.

Eu quero dizer também que esta discussão, Sr. Presidente, nós estamos discutindo um projeto de lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senhores, silêncio.

Se não nós vamos ter que utilizar aquele... O que nós usamos habitualmente, quando a sessão está tumultuada, pedir à polícia do Senado para tirar os senhores daqui.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não faça isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, vamos manter a civilidade, para que todos fiquem aqui e assistam esse debate que, realmente, é muito bom.

Então, vamos ter compostura para que nós possamos encerrar a sessão de forma decente, como foi até agora.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, esse debate... Eu lamento que seja só uma audiência. Nós estamos discutindo uma lei, o relator, Senador Antonio Carlos Júnior, mas vai além do Projeto de Lei, vai além do Projeto de Lei.

E então, por isso, que eu vejo que nós poderíamos ter outros debates, para nós aprofundarmos. Afinal de contas nós estamos tratando de uma política de Estado, e mesmo tratando-se de política de estado, que é competência, que é da natureza desta Casa, cabe o coração, sim. Cabem corações, tratar com o coração.

Eu quero relatar um fato ocorrido em Manaus. O Senador Arthur Virgílio também deu um exemplo: O cidadão saiu da penitenciária por um benefício justo, e foi para um Shopping e sequestrou uma senhora com a filha, faz dois anos isso... Faz dois anos isso. Com a senhora no carro percorreu dois terminais bancários, caixas de banco e no final disso tudo ele matou a criança e a senhora, no centro cidade. Em um local ali, Senador Arthur Virgílio, ali na Morada do Sol. E eliminou a senhora. O que eu quero dizer?

Eu quero dizer que o Estado Brasileiro, o sistema penitenciário, precisa ser melhorado de forma profunda.

Então, o exame em discussão, o exame criminológico, se faz necessário, ele se faz necessário. Nós podemos tipificar casos, mas o preso tem que passar pelo exame, e mais além, a reinserção não é simples. Nós precisamos tratar isso com a sociedade, com o estado. E aí não se trata de afrouxar, de diminuir o compromisso, a responsabilidade e a dureza. Eu acho que o Estado tem que ser duro, mas não tem que ser violento, são seres humanos.

Então, tratar a reinserção do preso carece de uma discussão profunda e ampla.

Eu quero terminar, são três minutos, para dizer que é importante o exame em discussão, mas, nós precisamos ir além, e tratar essa população que está presa com a responsabilidade de um estado democrático de Direito. Mais recurso, a formação, a preparação, enfim, para a Justiça atuar com muita correção.

Então, eu quero dizer da minha concordância e de forma alguma eu quero dividir aqui o debate em gênero, não. Afinal, todas as pessoas têm responsabilidades com o Estado e representam o Estado.

Nós precisamos é aprofundar esse debate, por que nós temos uma responsabilidade. O Estado Brasileiro, a sociedade brasileira, no meu ponto de vista, relega uma discussão de profundidade acerca da questão da população carcerária no Brasil. E eu quero dizer, eu finalizo aqui dizendo da minha concordância com o exame, doutora, mas nós precisamos evidentemente que aprofundar mais e eu quero dizer que considero a opinião de V. Sa. importante para a reflexão e para o aprofundamento desse debate.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, o relator, por último.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Debatedores e Srs. Senadores.

Eu começaria por um exemplo muito parecido com o que o Senador João Pedro deu aqui e acontecido na Bahia há menos de dois meses: Um estuprador e sequestrador receberam um benefício de indulto e, no mesmo dia que saiu da penitenciária, ele foi a um shopping, sequestrou uma médica – inclusive conceituada em Salvador e sua filha de dois anos – ele provavelmente tentou estuprar a médica, não conseguiu. Deixou a garota no carro, quando jogou... A médica caiu no chão, ele passou com o carro várias vezes por cima da médica.

Graças a Deus a criança foi salva.

Ora, se nós tivéssemos um exame criminológico, nós poderíamos ter reduzido a chance de isso acontecer, por que ele era estuprador e sequestrador. Agora, só por que tinha bom comportamento foi indultado. Será que não faltou o exame criminológico para evitar essa situação?

E ainda mais, nós não temos parâmetros objetivos para avaliar a boa conduta. Se isso fosse possível, seria uma alternativa, mas nós não temos. Rigorosamente, não temos. E além, do mais o juiz poderá solicitar o exame quando necessário, o projeto é explicito no seu no art. 1º, na modificação do art. 112 da Lei nº 7.210, no Parágrafo Único: *"A decisão sobre a progressão de regime de livramento condicional, indulto e comutação de pena será motivada e precedida do parecer da Comissão Técnica de Classificação e do exame e laudo quando necessário"*. De qualquer maneira, o juiz pode, em casos mais simples, ele pode até prescindir.

Eu concordo com o Dr. Walter Maierovitch, que nós não devemos listar os crimes, eu acho que não é... Isso não seria razoável. Agora, o juiz poderá, ao seu critério, prescindir do exame, no momento em que ele sentir que não haveria, efetivamente, necessidade.

Então, de qualquer maneira, o projeto permite o exame, ele não obriga. O que aconteceu foi um erro, a Consultoria Legislativa cometeu um erro, ao elaborar a justificação, ela diz: "O presente Projeto de Lei visa, portanto, restaurar o sistema anterior e trazer de volta a exigência do exame por técnicos habilitados para a concessão de benesses penais", ou seja, há exigência, mas, na verdade o projeto não exige, ele permite que o juiz use o exame.

A decisão é do juiz, se o juiz não concordar com o exame, também ele pode não utilizar o laudo, a conclusão do exame.

Então, na verdade, nós estamos dando um instrumento para o juiz ter condições mais objetivas de aferir a condição do preso e, portanto, ficar mais seguro da decisão que ele vai tomar.

Então, na verdade o problema é meritório e eu já defendo a sua aprovação e, realmente, nós ganhamos um instrumento, nós retomamos um instrumento que eu acho muito importante para a execução penal no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exas.

Encerro então a presente audiência com as considerações finais de todos os expositores, iniciando pela Dra. Ela Wiecko de Castilho.

SRA. ELA WIECKO DE CASTILHO: Bom, de uma forma bem rápida, eu vou responder a quase tudo que eu consegui anotar: Em primeiro lugar eu queria deixar bem claro, para não ficar... Para as pessoas que chegaram depois não terem uma impressão de que eu quero que as coisas continuem como estão que é esse caos na segurança pública, no sistema carcerário. Não foi isso que eu disse. O que eu disse que: Com relação ao exame criminológico, assim como está na lei hoje, está de bom tamanho, porque não impede que seja feito o exame criminológico. Então, esse é o ponto.

Agora, tornar o exame... Modificar a lei, mesmo que nessa forma, assim, "quando necessário" é um mote para, na prática, torná-lo necessário. E isso, a meu ver, reforça o encarceramento, é inexequível e dificulta, sim, a progressão.

O exame inicial – que foi o que o Senador Eduardo Suplicy perguntou – não é feito, é só... Ele deveria, poderia ser feito, tem a Comissão Técnica de Classificação, mas não é feito. Por quê?

Porque não existe esse corpo de funcionários para fazer esse trabalho.

Com relação à sensação de impunidade, que o Senador falou, de um afrouxamento da legislação, ao contrário, a legislação tem sido cada vez mais severa. Todo mês, praticamente, toda legislação sobre qualquer assunto, tem algum novo tipo penal, há uma intensa criminalização, eu não vejo, inclusive a leitura que eu faço da Constituição de 88, não é uma leitura de que seja, assim, liberal, ao contrário, é hipercriminalizadora.

E também eu contesto, é uma ideia que está no imaginário da sociedade, de que a lei, simplesmente pela lei, nós vamos prevenir a prática de crimes. Não, isso é completamente... Não tem como provar e todos os estudiosos... Mas, não adianta, está na cabeça das pessoas, acha... E o Congresso Nacional Brasileiro acha isso, que fazendo lei, colocando... Aumentando pena, dificultando a liberdade provisória, que isso vai resolver o problema.

A sensação da impunidade: O ponto não é o exame criminológico, quer dizer, nós temos que repensar todo o sistema de penas e o sistema de crimes, o que realmente tem que ser criminalizado ou não. A gente está mandando gente demais para a cadeia, sem necessidade.

Alguns pontos, por exemplo, por que o Congresso não vota a questão da prescrição? Nós temos essa excrescência de prescrição antecipada – de prescrição antecipada, não – de prescrição retroativa que inclusive leva... Já acabou?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, ainda não, nós aprovamos aqui.

SRA. ELA WIECKO DE CASTILHO: Já aprovaram, mas então, tem que agilizar isso, por que é um absurdo o sistema penal, o que gasta, para condenar uma pessoa e depois dizer: "Não, isso aí não vale".

O exame criminológico obrigatório teria condição de evitar a reiteração criminosa?

Parece-me que não. O exame criminológico, os próprios psicólogos, os psiquiatras, dizem não tem como fazer um prognóstico seguro.

Eu vou deixar para a ministra fazer as outras considerações, mas com relação ao que o Senador Romeu Tuma disse, que os Procuradores de São Paulo criticam a respeito da falta do exame criminológico, mas gostaria também de dizer que o Conselho de Comunidade da cidade de São Paulo se posiciona contra o exame criminológico obrigatório.

Então, realmente essa é uma questão muito polêmica.

Eu agradeço a oportunidade de ter vindo aqui, eu acho que isso realmente tem que estar na pauta do Congresso Nacional, repensar esse sistema penal, por que as coisas – e aí eu quero deixar bem claro – as coisas estão péssimas, não podem ficar como estão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ministra Maria Thereza.

SRA. MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA: Eu gostaria de, aqui, de salientar o seguinte: Nós viemos para discutir o projeto a respeito da inserção novamente na lei, ou não, do exame criminológico...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Certo.

SRA. MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA: ...mas, como bem ressaltado, a discussão acabou sendo e está sendo, muito mais ampla.

O que se discute aqui é todo um sistema... Um sistema estatal, um sistema de punibilidade à existência de sistema carcerário falido e a necessidade que a sociedade vê de uma punição mais rigorosa, ou de um cumprimento maior de pena.

Eu não gostaria que esse debate fosse posto num sentido oposição homens x mulheres, por que também não é assim, e nem tampouco de dizer uma discussão entre pessoas que não querem o encarceramento e pessoas favoráveis à sociedade.

Não acredito que seja esse o nosso objetivo e nem esta a discussão como deve ser feita. Na verdade, o problema que se põe, em termos penais, é muito amplo: Mudar uma lei, ou mudar o Código Penal, ou mudar a Lei de Execução Penal é uma tarefa extremamente séria e complexa. Portanto, o que nós viemos aqui discutir foi apenas um pedacinho do problema e não vejo, aqui, e acho que esta é a minha resposta, a solução do problema no exame criminológico.

O que nós estamos discutindo aqui é muito mais amplo do que a realização de um exame criminológico. Não é com essa realização de um exame criminológico que a sociedade vai se sentir mais segura, eu acho que é isso que nós precisamos deixar claro: O problema não está sendo resolvido com esse projeto.

Então, quando me perguntam quais são os parâmetros que eu posso verificar para isso, eu não disse que se deve ter parâmetros para o livramento condicional. Eu disse que eu acho que uma das saídas para a avaliação do exame pelo juiz, no momento da progressão de outros chamados benefícios, está em se estabelecer o que se entende por boa conduta. Já que o juiz só cumpre a lei. E a lei diz: "Lapso temporal mais conduta".

Então, quando se falar o juiz, o Poder Judiciário, põe todo mundo na rua, também não é verdade. O Poder Judiciário está cumprindo o que V. Exas. criam enquanto lei, e a lei que está hoje vigente diz, no art. 112: *"O juiz pode dar a progressão cumprindo 1/6 da pena é boa conduta".* Esta é a lei e o juiz só analisa isto no momento em que ele é provocado.

Então, o que eu digo como sugestão, apenas para acrescer ao debate, é: Pode ser criado, e como já foi feito em um projeto de que preside o Prof. Miguel Reale Júnior, parâmetros outros, por exemplo, para o requisito objetivo um tempo maior do que 1/6, para o requisito subjetivo, estabelecer uma gradação das faltas e uma gradação das condutas, de maneira que, para determinadas faltas tidas como gravíssimas, para que o preso obtivesse uma boa conduta, ele deveria passar por um tempo intermediário. Hoje, cada Estado diz o que se entende por boa conduta.

Então, na medida em que a lei estipular critérios, estipular parâmetros, o juiz ficará com melhores condições para decidir.

Eu volto a dizer, o exame criminológico não vai resolver o problema e eu vou dar aqui, também eu, um exemplo: Todos nós sabemos aqui, e eu era bem pequenininha, quando existiu o bandido da luz vermelha. O bandido da luz vermelha ficou preso 30 anos. E se fala que o bandido da luz vermelha tinha problemas mentais, porém nunca a ele foi, no curso da pena, imposta ou pelo menos, convertida a pena em medida de segurança. E depois de 30 anos no sistema penitenciário sem o menor acompanhamento, ele foi colocado em liberdade por que a lei que o Congresso elaborou diz: "*Ninguém pode ficar preso mais do que 30 anos*".

E o Bandido da Luz Vermelha foi para a rua e o que aconteceu? Depois de três meses ele morreu. Mostra que não é o exame criminológico que resolve o problema, nós estamos tratando de algo muito mais amplo e muito mais sério do que isto.

Então, os exemplos existem. Quando se fala que um menor pratica um crime com menos de 18 anos e com 21 anos, um crime bárbaro, ele vai ter que ser colocado na rua. Terá que ser colocado na rua, por que a lei assim estabelece. Ninguém, menor de 18 anos, que pratica um crime pode ficar eternamente preso.

Então, eu acredito que deva ser necessário, sim, estipular parâmetros. Parâmetros pelo Poder Legislativo, para possibilitar que o Juiz possa melhor avaliar a situação. E volto a insistir: Não se imagina que haja uma impunidade. A impunidade pode surgir por diversos fatores, mas a partir do momento em que alguém está preso e alguém está condenado, ele deve se submeter ao que se chama devido processo legal, estabelecido na Constituição.

Então, o Juiz apenas solta ou apenas determina a progressão a partir de parâmetros criados pelo Congresso Nacional.

E para os crimes hediondos, por exemplo, já existe uma lei estipulando lapsos maiores do que aquele lapso comum. Agora, acha-se que este lapso é pequeno, vamos pensar, não é? E o Poder Legislativo, a ele cabe dizer o que será razoável para que uma pessoa possa progredir não impedir a progressão.

Então, eu volto a insistir, desculpem-me, mas o problema é muito complexo, e V. Exas. mesmos perceberam que nas discussões e nas perguntas que nos foram feitas, V. Exas. nos trazem questões que não podem ser respondidas de pronto, por que V.Exas trazem, no fundo, todo um problema que a sociedade enfrenta.

Nós não queremos uma sociedade, um Direito Penal chamado do inimigo: Nós de um lado e eles do

outro. Como fazer para que uma pessoa que pratica um crime possa cumprir a sua pena, não retornar ao cárcere, e ter uma reinserção social? E esse problema não é resolvido aqui, nesse projeto de exame criminológico.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dr. Cláudio Soares Lopes.

SR. CLÁUDIO SOARES LOPES: Bem, em primeiro lugar eu queria, mais uma vez, agradecer ao Senador Demóstenes Torres o convite para estar aqui.

Para mim foi uma honra muito grande. Agradecer também aqui aos nossos debatedores; à Ministra Maria Thereza; à Corregedora Ela e ao nosso Desembargador Dr. Walter; aos Srs. Senadores.

Bom, eu, assim, também rapidamente, para encerrar, eu vou tentar responder algumas indagações que eu ouvi aqui.

Então, foi indagado, por exemplo, se isso seria exequível. Eu entendo que é plenamente exequível a realização do exame criminológico, agora, desde que, óbvio também, tenha vontade política, de implementar a política nesse sentido de que se dotar, enfim, a execução penal de condições de psicólogos, psiquiatras, para que se possa exatamente não retardar eventualmente um benefício, ninguém pretende manter encarcerado por mais tempo ninguém, do que o tempo em que a lei prevê, mas se o Estado se conscientizar da necessidade desse exame, nós esperamos que em seguida venham as condições, por que antigamente ele existia, e ele era realizado.

Daí por que nos parece, que é fundamental também que nós não podemos deixar também de fazer aquela distinção que infelizmente tem que ser feita; entre quem é recuperável e quem não é recuperável. Como foi colocado aqui. Nós não podemos largar à sociedade a pé. E eu acho... E também largar o próprio juiz, o Ministério Público, que precisam ter elementos mínimos – e aí eu concordo até com a ministra quando acho até que no aspecto objetivo podem ser criados alguns outros balizamentos – mas é fundamental que se dê possibilidade ao juiz de conhecer melhor a situação daquele preso.

E aí, é aquilo que foi falado aqui pelo nosso relator, tem que ter uma perícia, algum tipo de perícia. Ela será perfeita? Até acreditamos que nem sempre será perfeita, mas, pelo menos, vamos ter um requisito a mais para que a gente possa, exatamente, fazer com que aqueles Operadores do Direito que têm que decidir, por exemplo, pela reinserção de um condenado que praticou um crime grave, que já demonstrou na própria execução do crime, inicialmente, uma conduta incompatível com a sua convivência em sociedade, possa de alguma forma, voltar de forma razoavelmente segura. Segurança absoluta não há.

A nossa ministra colocou muito bem aqui. Hoje, o juiz, de alguma maneira, de alguma maneira, o que ele tem? Ele tem que observar o tempo de cumprimento de pena, se a lei já autoriza, por exemplo, uma progressão, um livramento, um indulto, e basicamente alguém atestar uma boa conduta, mas nos parece que isso é absolutamente insuficiente.

O exame criminológico, a nosso ver, e, portanto, é fundamental que a Lei, de alguma maneira, possa prever esse tipo de exame para que todos nós: A sociedade, o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público enfim, possam ter condições melhores no momento de avaliar se aquele condenado específico tem alguma condição imediata de regresso.

Ninguém quer encarcerar ninguém, ninguém quer que ninguém saia a gente sabe que chega o momento que o sujeito tem que sair, mas talvez alguns não devam sair nunca. E, para isso, é fundamental que os julgadores tenham esse tipo de elemento.

Sem o que realmente o juiz fica numa situação muito difícil, de às vezes negar a progressão, o livramento, benefícios para certos condenados, por piores que eles sejam, por mais graves que tenham sido os crimes que eles cometeram.

Por isso, realmente, nos parece fundamental que os senhores avaliem essa possibilidade aí, e aprovem lei no sentido de que o exame possa estar de novo aí previsto para melhorar essas condições. Nós temos aqui hoje diversos colegas, de promotores de execução penal que estão aqui, que vieram aqui para assistir essa audiência, preocupados com esse assunto, preocupados com outros assuntos que interessam à execução penal.

Nós temos um Projeto de Lei, também, que eu acho que é importante, que o preso, nós temos que pensar globalmente, nós temos que pensar que o preso tem que ser assistido também individualmente. Para verificar os seus benefícios, por isso realmente é importante, que nós tenhamos lá uma Defensoria Pública assistindo cada preso individualmente, por que para a defesa do interesse coletivo, das condições penitenciárias, já tem o Ministério Público.

Então, é outra reflexão aqui que eu, desde logo, eu sei que é um assunto que talvez seja colocado ainda hoje aqui, que os senhores também reflitam sobre essa necessidade de manter a Defensoria Pública focada na sua missão constitucional, que é defender individualmente cada um dos presos.

Bem, eu agradeço bastante a oportunidade de estar aqui, mais uma vez, ao Senador Demóstenes Torres e a todos os senhores aqui.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito obrigado. Dr. Walter Maierovitch.

SR. WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH: Srs. Senadores, eu gostaria de fazer um pedido para que me auxiliassem no raciocínio, que eu peço vênia, Sr. Presidente, para colocar.

Enquanto falava o Exmo. Senador Arthur Virgílio, me veio de repente uma indagação: Afinal de contas, e já se disse o grande jurista Anselmo Feuerbach, que fez o princípio *nullum crimen, nulla poena sine lege*, que desenvolveu isso, ele disse que a política criminal é a sabedoria legislativa de um Estado.

Ora, a política criminal sai daqui, se transforma em lei, é a sabedoria legislativa de um Estado. E eu passei, Senador, imediatamente, a verificar o que eu estou fazendo aqui. Eu estou tentando dar uma contribuição, respondendo, fazendo colocações, trazendo uma experiência de anos de juiz de execução penal, de professor de Direito Penitenciário da Associação dos Advogados de São Paulo, e o que é feito com os demais aqui colaborando, contribuindo, mas para quê?

Para um aperfeiçoamento dos senhores. Os senhores podem considerar ou desconsiderar, mas os senhores estão fazendo o quê? Uma instrução para melhor decidir e para melhor buscar uma política, ou será que eu estou enganado com relação a isso?

Penso que não. Me digam, por favor, se eu estou enganado.

E as audiências públicas, para que elas servem? Ora vamos pensar, por favor, em passar para outro ambiente, um ambiente onde tenham os autos processuais, chamado autos, Senadora Marina, autos de execução penal. O juiz precisa decidir um caso, o juiz não pode denegar a justiça. E ora, todos os juízes são preparados, instruídos, compromissados a dar uma decisão justa, de modo a dar a cada um, o que venha a ser seu, não pode antecipar julgamento, ter *parti pri(F)*, não. Ele é... Ele decide com o que existe nos autos.

Será que nós devemos, devemos tirar do juiz um elemento para ele se instruir, para ele buscar outro, se não for adequado, será que nós devemos privá-lo de um exame criminológico numa pessoa que já teve uma condenação? Será que devemos fazer isso? Será que o exame criminológico virou prova proibida? Será que me ouvir é prova ilícita?

Trazendo isso para esse ambiente. Por que cercear? Por que não deixar o juiz buscar o justo? Ou será que nós vamos chegar ao absurdo, *data venia* da ilustre Procuradora, chegar ao absurdo de concluir que o exame criminológico é para o encarceramento? Como encarceramento? Que juiz nós temos no Brasil? Que tipo de magistrados? Como para o encarceramento? Para uma decisão justa.

Para se informar, se instruir, por que afinal, está na lei, ele é o "perito dos peritos", ele vai decidir, a sua decisão está sujeita a recurso, esse é o nosso sistema, um sistema democrático, ele tem que motivar a decisão. Ele tem que verificar, por que está na Constituição, embora isso não seja cumprido, que a pena tenha uma finalidade ética de emendar. Nós felizmente não temos a temos prisão perpétua, não temos a pena de morte, nós acreditamos, nós acreditamos, e nós, quando eu digo, é o preceito constitucional, nós acreditamos que existem presos corrigíveis, recuperáveis. Se não qual seria a oposição do legislador constitucional?

Ele nem te dá, a pena de prisão perpétua e cairíamos num outro sistema, mas, o nosso sistema é humano.

Portanto, eu vejo nesse exame criminológico, Srs. Senadores, um instrumento para melhor informar o juiz. Se o exame criminológico é malfeito, vamos, evidentemente, melhorar o quadro de peritos. Se o exame demora, demora, evidentemente, por que o número é insuficiente, mas são questões outras. Agora, buscar o justo, buscar uma decisão que não vá agravar a situação injustamente daquele que está no sistema, que é um sistema difícil, eu acho que é cercear a atividade do juiz.

Eu voltaria a lembrar que, imediatamente, nós temos que ter na frente um quadro, nós temos mais de 75% de reincidência. Aqueles que saem do sistema voltam a delinquir, é um percentual alto. Vai ajudar na defesa social ter um elemento que vai dizer: "Não, olha, esse aí aproveitou bem a terapia. Evidentemente que não vai voltar a delinquir, ou ao contrário". Ou será que nós temos que presumir que um exame criminológico vai ser sempre negativo ao encarcerado? É absurdo isso.

Senhores, outro ponto que é importantíssimo. Se esse sistema gera o nosso sistema penitenciário, e é uma vergonha, infelizmente, o nosso sistema penitenciário gera uma incidência de 75%, eu vou mais longe, qual é a outra ponta? O egresso do sistema não recebe trabalho e não recebe nenhum apoio do Estado, ele é jogado ao Deus dará.

Quantas vezes se viu – e eu fui Corregedor de presídio – de várias pessoas saindo do cumprimento da pena sem ter dinheiro para pegar o ônibus.

Então, que quadro é esse? Reincidência alta e nenhum apoio ao egresso. E durante o tempo da pena nenhuma terapia adequada para ele melhorar e se emendar. Esse é o quadro. É um quadro dramático, como bem disse a nossa ministra, evidentemente, nós estamos tocando um probleminha que é o exame

criminológico. O nosso problema é de política criminal, volto a dizer: O Brasil nunca teve um código penitenciário, que estabelece as relações entre o sentenciado preso e o estado.

Nós tratamos a execução penal de forma inadequada, por quê? Porque não existe, o juiz não é informado o tempo inteiro do cumprimento da pena, do aproveitamento das terapias, o juiz não pode mais fazer a visita correcional que está na lei, por quê?

Porque corre risco, senhores, o exame criminológico não vai fazer dele algo, como foi dito aqui, de que seria um exame criminológico contra o sentenciado. Isso é diversionismo puro, ninguém, nenhum dos senhores e nenhum de nós desejamos isso. Nós desejamos que o juiz tenha elementos para dar a cada um o que vem a ser seu, aplicando a lei.

Portanto, esse exame criminológico nada mais é do que outro elemento que pode ser desprezado, pode ser refeito.

Vejam os senhores, por exemplo, eu chego, dou um caso concreto, quando o juiz da execução eu fui procurado pelo Padre Júlio Lancelot, que me disse: "Doutor, todos os exames criminológicos são positivos no sentido de que se progredir para o chamado".

Senador Romeu Tuma, vai lembrar, do chamado monstro, monstro do Morumbi. Ele tinha pena, não tinha medida de segurança. Eu me comprometi eu falei: *"Escuta, o exame é positivo?"* Eu falei: *"Eu vou examinar os autos".*

Examinei os autos, tomei depoimentos e foi convencido que era caso da progressão. Ora, esse exame criminológico, por acaso, prejudicou em alguma coisa? Ou serviu para instruir o juiz para melhor decidir? É assim que eu vejo o exame criminológico, sem cavalos da batalha. É lógico que existem outras propostas da nossa ministra no sentido de se criar parâmetros, ótimo, sem dúvida nenhuma, mas, sempre para melhorar a decisão, mas não partir do princípio de que o exame criminológico é contra o sentenciado, contra o condenado. Não. E nos carimbar de "aqui é a ala dos homens de encarceradora".

Senhores, desculpem o meu desabafo, mas não dá para aguentar, eu anos de magistratura, tenho um nome, e não sou um encarcerador, eu busco a Justiça.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço à V. Exas., à Dra. Ela Wiecko de Castilho, Corregedora-Geral do Ministério Público Federal e vice-Presidente do CNPCP; à Dra. Maria Thereza Rocha de Assis Moura, Ministra do Superior Tribunal de Justiça; ao Cláudio Soares Lopes, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; ao Dr. Walter Fanganiello Maierovitch, Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo e ex-Secretário Nacional Antidrogas da Presidência da República; pelo comparecimento, pela brilhante exposição.

Estava previsto para terminar o debate em torno de 10 horas.

Então, se nós chegamos às 12 horas e 31 minutos é por que realmente os senhores conseguiram chamar a atenção, trazer ideias e nós vamos debater as ideias para que possamos aprimorar o projeto em andamento.

Agradeço a todas as senhoras e a todos os senhores, encerro a presente reunião e abro a Ordinária dentro de um minuto.

Sessão encerrada às 12h31.

Ata da 42ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 7 de outubro de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às doze horas e trinta e três minutos do dia sete de outubro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, João Pedro, Pedro Simon, Almeida Lima, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Osvaldo Sobrinho, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Lobão Filho, Valdir Raupp, Efraim Morais, José Agripino, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Gim Argello e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Lúcia Vânia e Marina Silva reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Antonio Carlos Valadares, Gilvam Borges, Sérgio Guerra e a Senhora Senadora Kátia Abreu. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da **Primeira Parte** da Reunião: **ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2009 (PL nº 1.090/2007, na origem)** – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, (Competência da Defensoria Pública de garantir o acesso à justiça, no âmbito da execução da pena e prestação de assistência judiciária integral e gratuita)." **Autoria**: Deputado EDMILSON VALENTIM. **Relatoria**: Senador

OSMAR DIAS. **Parecer**: Favorável à matéria com sete Emendas que apresenta. **Obs**.: – Em 19/08/2009, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. – Em 25/08/2009, foi recebido Voto em Separado do Senador Inácio Arruda, que conclui pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. **Resultado**: Retirado de Pauta para aguardar realização de audiência pública, conforme Requerimentos n° 108 de 2009-CCJ, de autoria dos Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Aloizio Mercadante, Lobão Filho, nº 109, de autoria do Senador Tasso Jereissati, e nº 110, de autoria do Senador Romeu Tuma. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 161, DE 2009 (PL nº 03954/2008, na origem)** – TERMINATIVO – "Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior." **Autoria**: PRESIDENTE DA REPÚBLICA. **Relatoria**: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: Votação nominal. **Resultado**: Concedida vista aos Senadores Alvaro Dias e Marconi Perillo, nos termos regimentais. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 286, DE 2005** – TERMINATIVO – "Confere ao Ministério Público a função institucional de resguardar o futebol como patrimônio cultural brasileiro". **Autoria**: Senador RODOLPHO TOURINHO. **Relatoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Parecer**: Pelo arquivamento da matéria. **Obs**.:- Votação nominal. – A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Resultado**: Aprovado o Parecer pelo arquivamento da matéria. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 304, DE 2005** – TERMINATIVO – "Altera o § 2º do art. 36 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para determinar a remuneração do trabalho do preso pelas empresas conveniadas." **Autoria**: Senadora SERYS SLHESSARENKO. **Relatoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Parecer**: Pelo arquivamento da matéria. **Obs**.: Votação nominal. **Resultado**: Retirado de Pauta a pedido da Autora. **ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2009** – TERMINATIVO – "Regulamenta a transmissão, a qualquer título, de permissão para a exploração de serviço de táxi." **Autoria**: Senador EXPEDITO JÚNIOR. **Relatoria**: Senador GIM ARGELLO. **Parecer**: Favorável à matéria, nos termos da Emenda n° 1-CI (SUBSTITUTIVO). **Obs**.: – Votação nominal; – A matéria foi apreciada também pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. **Resultado**: Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CI-CCJ (Substitutivo). Manifestam-se pela abstenção os Senadores Pedro Simon e José Agripino. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **ITEM 26) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2007** – NÃO TERMINATIVO – "Altera os arts. 73, 75 e 105, da Constituição Federal. (dispõe sobre o Tribunal de Contas da União e seus ministros)." **Autoria**: Senador RENATO CASAGRANDE e outros Senhores Senadores. **Relatoria**: Senador PEDRO SIMON. **Parecer**: Favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado**: Retirado de Pauta para atender a leitura de Requerimento de tramitação conjunta. **ITEM 30) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2003 (PL nº 01077/1999, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia." **Autoria**: Deputado EULER MORAIS. **Relatoria**: Senador MARCONI PERILLO. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 31) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2005 (PL nº 04904/2001, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Cria o Serviço de Distribuição de Sinais de TV Aberta – DTVA." **Autoria**: Deputado SALVADOR ZIMBALDI. **Relatoria**: Senador EDUARDO AZEREDO. **Parecer**: Favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Obs**.: – Em 23/09/2009, foi concedida vista coletiva aos Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Tasso Jereissati, nos termos regimentais. – A matéria será apreciada também pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Serviços de Infra-Estrutura e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Resultado**: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 32) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, de 2005 – COMPLEMENTAR** – NÃO TERMINATIVO – "Acrescenta um Parágrafo Único ao artigo 238, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. (Dispõe sobre a Organização, as Atribuições e o Estatuto do Ministério Público da União)." **Autoria**: Senador MARCELO CRIVELLA. **Relatoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Parecer**: Contrário à matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 36) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 109, DE 2005 – COMPLEMENTAR** – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre regra permanente para o reajuste anual do salário mínimo e sobre o piso salarial a que se refere o inciso V do artigo 7º da Constituição Federal." **Autoria**: Senador GARIBALDI ALVES FILHO. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. **Relator *ad hoc***: Senador MARCONI PERILLO. **Parecer**: Pela prejudicialidade da matéria. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado**: Aprovado o Parecer pela prejudicialidade do Projeto. **ITEM 39) PROJETO DE LEI DO SENADO**

Nº 154, DE 2008 – TERMINATIVO NA CDH – "Acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro." **Autoria**: Senadora SERYS SLHESSARENKO. **Relatoria**: Senador VALDIR RAUPP. **Relatoria "Ad hoc"**: Senador LOBÃO FILHO. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: – Em 23/09/2009, foi concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. – A matéria será apreciada também pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **Resultado**: Retirado de Pauta. **ITEM 41) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 25, DE 2009** – TERMINATIVO NA CAS – "Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para aumentar o valor da penalidade administrativa aplicável ao empregador que viole a obrigação de igualdade salarial entre mulheres e homens." **Autoria**: Senadora SERYS SLHESSARENKO. **Relatoria**: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. **Parecer**: Favorável à matéria. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado**: Retirado de Pauta. **ITEM 46) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 24, DE 2009** – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre servidores do Senado Federal e dá outras providências." **Autoria**: Senador EDUARDO SUPLICY. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável à matéria com três Emendas que apresenta. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão Diretora. **Resultado**: Concedida vista ao Senador Pedro Simon, nos termos regimentais. **EXTRAPAUTA: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2008** – TERMINATIVO – "Autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A." **Autoria**: Senadora LÚCIA VÂNIA. **Relatoria**: Senadora SERYS SLHESSARENKO. **Parecer**: Favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Obs**.: A matéria foi apreciada também pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **Resultado**: Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo). O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007** – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena." **Autoria**: Senadora MARIA DO CARMO ALVES. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável à matéria e à Emenda nº1. **Obs**.: – Votação nominal. – Em 16/09/2009 foi aprovado o Requerimento nº 102, de 2009 – CCJ, de iniciativa da Senadora Ideli Salvatti para realização de Audiência Pública para instruir a matéria; – Em 01/10/2009 foi aprovado o Requerimento nº 106, de 2009 – CCJ, de iniciativa do Senador Inácio Arruda, em aditamento ao Requerimento nº 102, de 2009 – CCJ; – Em 07/10/2009 foi aprovado o Requerimento nº 107, de 2007, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, em aditamento aos Requerimentos nºs 102 e 106, de 2009 – CCJ; – Em 07/10/2009 foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria; – Em 07/10/2009 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que recebeu Parecer favorável. **Resultado**: Concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy e Romeu Tuma, nos termos regimentais. **ITEM 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 2004** – NÃO TERMINATIVO – (Tramitam em conjunto as PEC's nºs 53, de 2004 e 85, de 2003) "Acrescenta o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para vedar, pelo prazo de 10 (dez) anos, quaisquer limitações à execução das dotações destinadas ao reaparelhamento, modernização e à pesquisa e desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas, e dá outras providências." **Autoria**: Senador MARCELO CRIVELLA e outros Senhores Senadores. **Relatoria**: Senador PEDRO SIMON. **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 85, DE 2003** – NÃO TERMINATIVO – (Tramitam em conjunto as PEC's nºs 53, de 2004 e 85, de 2003) "Altera o artigo 167 da Constituição Federal para vedar limitação de empenho e movimentação financeira de dotações consignadas ao orçamento das Forças Armadas." **Autoria**: Senador MARCELO CRIVELLA e outros Senhores Senadores. **Relatoria**: Senador PEDRO SIMON. **Parecer**: Favorável à PEC nº53, de 2004, com duas Emendas que apresenta, e contrário à PEC nº 85, de 2003. **Obs**.: – Em 22/04/2009 foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais, que não apresentou manifestação. – Em 07/08/2009 foi recebido Relatório reformulado pelo Senador Pedro Simon, com voto pela aprovação da PEC nº 53, de 2009, com duas Emendas que apresenta, e pela rejeição da PEC nº 85, de 2003. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável à PEC nº 53, de 2009, com as Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ, e pela rejeição da PEC nº 85, de 2003. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO N° 108, DE 2009-CCJ** "Requeiro, nos termos do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2009, que 'altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Competência da De-

fensoria Pública de garantir o acesso à justiça, no âmbito da execução da pena e prestação de assistência judiciária integral e gratuita), com os seguintes convidados: Representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp); Representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Representante do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPG); Representante da Pastoral Carcerária; Representante da Associação dos Juízes Federais (Ajufe); Sérgio Salomão Shecaira – Representante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (Ibccrim); Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)." **Autoria**: Senadores WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, ALOIZIO MERCADANTE, LOBÃO FILHO. **Resultado**: Aprovado. **2)REQUERIMENTO N° 109, DE 2009-CCJ** "Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 108 de 2009-CCJ, o convite, para a Audiência Pública em questão, de representante da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR." **Autoria**: Senador TASSO JEREISSATI. **Resultado**: Aprovado. **3) REQUERIMENTO N° 110, DE 2009-CCJ** "Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 108 de 2009-CCJ, o convite, para a Audiência Pública em questão, de representante da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL." **Autoria**: Senador ROMEU TUMA. **Resultado**: Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e cinqüenta e um minutos do dia sete de outubro de dois mil e nove, ficando adiados os demais itens, a saber: 1) PRS 15, DE 2003 tramita em conjunto com o PRS 3, DE 2007 tramita em conjunto com o PRS Nº 35, DE 2007; 2) PRS Nº 52, DE 2009; 4) PLC Nº 161, DE 2009; 5) PLS Nº 148, DE 2004; 8) PLS Nº 220, DE 2006; 9) PLS Nº 48, DE 2007; 10) PLS Nº 333, DE 2007; 11) PLS Nº 122, DE 2008; 12) PLS Nº 197, DE 2007; 13) PLS Nº 231, DE 2007; 14) PLS Nº 288, DE 2007; 15) PLS Nº 290, DE 2007; 16) PLS Nº 545, DE 2007; 17) PLS Nº 551, DE 2007; 18) PLS Nº 296, DE 2008; 19) PLS Nº 363, DE 2008; 20) PLS Nº 149, DE 2009; 21) PLS Nº 223, DE 2009; 22) PLS Nº 227, DE 2009; 24) PLS Nº 472, DE 2008; 25) PEC Nº 13, DE 2003; 27) PEC Nº 24, DE 2007; 28) PEC Nº 41, DE 2007; 29) PEC Nº 53, DE 2007; 33) PLS Nº 350, DE 2009-COMPLEMENTAR; 34) PLS Nº 153, DE 2002; 35) PLS Nº 171, DE 2004; 37) PLS Nº 333, DE 2005; 38) PLS Nº 583, DE 2007; 40) PLS Nº 11, DE 2009; 42) PLS Nº 98, DE 2009; 43) PLS Nº 137, DE 2009; 44) PLS Nº 201, DE 2009; 45) PDS Nº 128, DE 2007; 47) PRS Nº 26, DE 2009; 48) PRS Nº 37, DE 2009; e, para constar, eu, José Roberto Assumpção Cruz, Subsecretário de Apoio às Comissões Permanentes, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

42ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada no Dia 07 de Outubro de 2009, às 12 Horas e 33 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta 42ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para abrir, a presente Reunião destina-se à deliberação dos Itens nºs 01 à 48.

Pela ordem, Senador Antonio Carlos Júnior. Em seguida Senador Alvaro Dias.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que nós colocássemos na pauta e com prioridade este item que é o PLS nº 190, de 2007, porque em função da discussão rica que nós tivemos agora, eu acho que é o melhor momento de nós votarmos o projeto e, portanto, eu pediria que esse projeto fosse colocado como prioridade para votação hoje nessa sessão.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Vamos terminar isso aqui. Em discussão.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Nós também queremos prioridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu creio ser este o palco adequado para o

assunto que trago agora, pedindo providências do Governo; eu não vejo as lideranças do Governo, mas vejo o Senador Suplicy que tem se especializado nesse assunto.

Eu me refiro ao sequestro de um brasileiro há dois meses já, o sequestro efetuado pelas FARCs, uma organização criminosa, uma organização de narcotraficantes que, lamentavelmente, tem produzido no Brasil um verdadeiro vendaval de infortúnio, infelicitando famílias especialmente com o consumo de droga exportada pelas FARCs da Colômbia.

O brasileiro que está sequestrado é o Sr. Vicente Aguiar Vieira, há dois meses sequestrado pelos narcoterroristas das FARCs. E não houve nenhuma manifestação oficial do Governo, hoje eu li na coluna do Cláudio Humberto a notícia de que o Governo se recusa a dar explicações, o Ministro Tarso Genro, da Justiça, Dilma Rousseff, da Casa Civil e Celso Amorim, ignoram até pedidos para se pronunciarem sobre o caso.

Eu creio, Sr. Presidente, que a Comissão de Justiça deve pedir explicações do Governo e é o que pretendo com essa questão de ordem.

Pedir à V. Exa. que, se possível, mantenha contato em nome da Comissão de Justiça, com o Ministro das Relações Exteriores ou com o Ministro da Justiça, mas pedindo desde já o socorro do Senador Eduardo Suplicy...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se. V. Exa. permite...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): ...que reiteradamente aborda aqui questões de... Como esse do italiano, por exemplo, que está sendo alvo de processo de extradição, porque este é um caso que nós não encontramos justificativa para que o Governo Brasileiro não se manifeste.

Eu não sei quem é o Sr. Vicente Aguiar Vieira, não sei, não conheço, não sei o que faz, mas é um brasileiro. Não importa saber, é um brasileiro, cabe ao Governo Brasileiro intervir, cabe ao Governo Brasileiro oferecer explicações, cabe ao Governo Brasileiro pedir providências, cabe ao Governo Brasileiro libertá-lo.

O Presidente Hugo Chávez poderia ser parceiro do Presidente Lula nessa hora para libertar o brasileiro sequestrado.

Portanto, Sr. Presidente, com a maior seriedade, eu estou intervindo neste momento, pedindo a V. Exa., às lideranças do Governo, não farei nenhum requerimento, porque isso é burocrático e demorado, esse caso exige urgência.

Eu espero que até o final desta reunião o Senador Suplicy possa trazer uma palavra do Governo a respeito desse assunto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita um aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Suplicy e, em seguida, Arthur Virgílio e Edson Lobão Filho.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu quero aqui me solidarizo com a manifestação do Senador Alvaro Dias, se trata de um brasileiro, também não o conheço, não sei exatamente a história, mas, portanto, o Sr. Sebastião...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O nome do sequestrado é Vicente Aguiar Vieira. Há dois meses.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Vicente Aguiar Vieira, há dois meses sequestrado, eu não conhecia bem a história, mas me disponho a ajudar V. Exa., com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça para, de pronto, dialogar com o Ministro Tarso Genro, com os seus assessores para termos a informação, se possível antes do término dessa reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já designo V. Exa. para fazer essa intermediação também junto ao Ministro Celso Amorim. Entre com os dois, se nós tivermos uma resposta até o final, melhor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, de fato tem razão o Senador Alvaro Dias quando diz que não importa se é brasileiro ou se não é, se conhece ou se não conhece, porque a prática é condenável e a prática é execranda, é execrável.

Esse sequestro, eles demoram em média entre dois e três meses, no mínimo, até nove meses e um ano no máximo, quando há sobrevivência dos sequestrados.

O sequestrado é obrigado a se locomover de noite, sob bombardeio, muitas vezes, depois de ficar olhos vendados e, portanto, tendo que se acostumar a uma situação nova, de enxergar.

Os traumas, eu conheço pelo menos uma pessoa que foi sequestrada, era um funcionário da empresa Andrade Gutierrez que trabalhou no meu estado, passou quase um ano nas mãos das FARCs, até hoje é uma pessoa que não está muito habilitada para receber o estresse que é tão comum na vida de todos nós.

E eu posso garantir à V. Exa. que se por um lado é verdade que a guerrilha está destroçada, a guerrilha hoje perambula, ela não tem mais nenhuma utopia, ela é uma guerrilha de traficantes, ela não, ela perambula por alguns... Ela não domina mais nada,

território nenhum da Colômbia, ela perambula pelo território colombiano, muitas vezes, chegando perto da fronteira brasileira, Cabeça do Cachorro, enfim, e isso desperta uma atenção sobremaneira relevante do exército nacional.

Mas se é verdade que a guerrilha está destroçada, é verdade que ela ainda pode fazer algum mal, ela ainda detém talvez algumas dezenas de reféns, inclusive, este brasileiro.

Pela experiência que eu adquiri na outra vez, quando um mineiro radicado no Amazonas foi sequestrado por quase um ano, um funcionário da empresa Andrade Gutierrez, eu posso assegurar à V. Exa. que o Itamaraty tem um grande *know-how* para lidar com isso.

E a primeira providência, me parece que antes até dos nossos discursos é nós comunicarmos o fato ao Itamaraty e deixarmos com eles isso, até porque eu tenho razões sobejas para dizer que é melhor assim, eles sabem como tratar, eles têm uma metodologia para tratar.

Todas as vezes em que o discurso foi substituído pela ação diplomática a coisa andou melhor, andou mais rápida.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): A impressão que eu tenho é que os sequestradores até gostam quando há muita agitação em torno desse tema.

Eu sei que os resultados psicológicos são gravíssimos, são terríveis, às vezes são irrecuperáveis e tudo o que eu desejo é que Deus proteja, esse brasileiro, como proteja todos os demais sequestrados.

Não tem situação mais imoral, mais indecorosa do que alguém deter o destino e a liberdade e o movimento de ir e vir de outrem em suas próprias mãos. É algo que nós temos que repudiar com toda força do nosso coração, mas a providência de recomendar ao Senador Suplicy que entre em contato com o Itamaraty e que depois se reporte, primeiro a V. Exa., à Comissão, em caráter sigiloso, em caráter discreto, é a recomendação que eu faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Será acatado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Porque já vi algo aparecido com isso e é melhor que seja assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E V. Exa. é oriundo do corpo diplomático, tem uma experiência grande nessa área. Vamos acatar a sugestão de V. Exa..

Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, não querendo interferir na nobilíssima intervenção do Senador Alvaro Dias com a intenção de enviar o Senador Eduardo Suplicy às FARCs para negociação, eu pediria à V. Exa. que colocasse extrapauta o requerimento subscrito por mim e pelo Senador Wellington, em relação ao tema do Item 03.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Colocarei. Colocarei, sem dúvida.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): E o próprio Senador Osmar Dias já pede para retirada de pauta este projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Atenderemos.

Senadora Serys, pela ordem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente, não queira que o Senador Suplicy substitua o sequestrado lá na FARCs. Nós queremos que o sequestrado seja recuperado, a substituição não vale.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Presidente, nós gostaríamos de pedir procedência para um requerimento aqui de...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inclusão extrapauta.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Inclusão extrapauta...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O item...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): O item número... Aliás, não é item, é extrapauta, 303, de 2008, que autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste. Se puder ser prioridade 1, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Requerimento: "*Requeiro, nos termos do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 43/2009 que altera Lei nº 7.210, de 11 de julho de 84, competência da Defensoria Pública de garantir o acesso à Justiça no âmbito da execução de pena e prestação de assistência judiciária integral e gratuita com os seguintes convidados: 1) Representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, CONAMP; 2) Representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos, ANADEP; 3) Representante do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais, CNPJ... CNPG; 4) Representantes da Pasto-*

ral Carcerária; 5) Representante da Associação dos Juízes Federais, AJUFE; 6) Sérgio Salomão Shecaira, Representante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, IBCCRIM; 7): Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB. Requerentes: Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Júnior".

Em discussão. E Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu sou o relator do Projeto de Lei da Câmara nº 43, eu fiz várias emendas, apresentei várias emendas e essas emendas é que estão motivando essa discussão.

Creio que é interessante, sim, a Audiência Pública para que nós possamos convencer aqueles que estão hoje em dúvida de que as nossas emendas são corretas, porque elas manterão as atribuições do Ministério Público e permitirão que a Defensoria Pública se dedique, como a Constituição prevê, à defesa dos direitos individuais dos presos pobres.

Se nós acrescentarmos tantas atribuições como está proposto para a Defensoria Pública, quem perderá são aqueles que não têm realmente como contratar um advogado e se defender e as suas famílias.

Por isso creio que a Audiência Pública é interessante para que nós possamos convencer aqueles que ainda estão em dúvida.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, autor do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu tenho demonstrado preocupação, porque nós temos aqui nessa casa reiteradamente passado poder do Ministério Público para outras instituições.

Isso tem me preocupado bastante e eu estou vendo que ao final eu tenho sido um defensor do Ministério Público, muitas vezes solitário. Como teve a votação em Plenário que devemos acatar a democracia e o voto, mas na última votação eu fui o único a questionar os poderes que nós estávamos dando para a Defensoria Pública.

Então, eu queria mais uma vez propor essa Audiência Pública para que possamos discutir e deixar bem claro, se alguém quer ser, ter, os poderes que o Ministério Público tem, que faça concurso para o Ministério Público.

O que não pode é você fazer um concurso, ou sem concurso até, para uma outra carreira e aí começa a trabalhar e muda-se a lei.

Então, quem acha bonito o trabalho do Ministério Público, que faça um concurso para o Ministério Público e vai ter todos os poderes que o Ministério Público tem.

Agora, procurar mudar a lei para uma outra função, dar o poder que o Ministério Público tem e não querer fazer o concurso, que é difícil passar, aí eu jamais poderia imaginar, Senador Demóstenes, que eu estaria sempre defendendo o Ministério Público, eu sinceramente, mas eu estou tentando ser coerente no meu pensamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Grande defensor do Ministério Público, V. Exa.. Há o reconhecimento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, mas eu nunca pensei que eu pudesse suplantar V. Exa., mas eu acho que está passando essa questão de Presidente para Vice-Presidente, eu acho que está... Por osmose e simbiose.

Mas de qualquer maneira, voltando ao assunto, eu estou muito preocupado, essa foi a razão do meu requerimento, para que possamos discutir um pouco mais essa situação. Essa é a minha colocação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, o trabalho desenvolvido pelo Senador Osmar Dias, realmente é um trabalho de envergadura, é um trabalho muito bom, tive oportunidade de lê-lo, de estudar, chamei a assessoria e conversei, eu acho que, na verdade merece uma atenção maior.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sem dúvida.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): E o que o Senador Wellington fala, que realmente eu concordo em gênero, número e grau.

Portanto, eu acredito que é em bom momento que se faz essa audiência, afim de que possamos votar mais conscientemente, com mais acerto e que a gente possa, na verdade, não desvirtuar aquilo que já fora feito.

Portanto, aqui parabenizo o trabalho do Senador Osmar e acho que, na verdade, essa nova oportunidade que vamos dar através dessa... Dessa... Desse trabalho de convocar essa sessão, seria importantíssimo para que a gente pudesse realmente votar com muita convicção. Parabenizo ele por isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item extra pauta: Projeto de Lei

do Senado nº 303, de 2008, "*Autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A.*". Autoria Senadora Lúcia Vânia e relatoria Senadora Serys Slhessarenko; parecer favorável a matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko para que possa proferir o seu relatório.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

> "Vem à análise desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado, 303, de 2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.
>
> A proposição visa a criação, no âmbito do Poder Executivo Federal, da Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A.."

Nós vamos partir, Sr. Presidente, diretamente para a análise.

> "Do ponto de vista da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta vícios. Trata-se de uma proposição de natureza autorizativa, pois em sua essência, autoriza o Poder Executivo Federal a instalar e colocar em funcionamento o Banco do Desenvolvimento do Centro-Oeste."

Eu gostaria aqui, de mediante, já colocar a todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o mencionado projeto já foi feito todo um trabalho, a Senadora Lúcia Vânia teve, assim, um empenho muito significativo e mediante consulta já feitas com dirigentes e equipes técnicas do Banco Central, os Ministérios da Fazenda e Integração Nacional, "*Foi possível aperfeiçoar a proposta original e esse progresso foi incorporado ao projeto sob a forma de substitutivo apresentado pelo Senador Cícero Lucena e aprovado na CDR.*

Levamos em consideração, ainda, o Projeto de Lei do Senado 419, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, que propõe a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que vai ao encontro do projeto trabalhado pela Senadora Lúcia Vânia.

O Projeto do Senador Perillo, apesar de não estar apensado à proposição em tela, mereceu ter seu texto incorporado ao presente relatório, por tratar absolutamente da mesma matéria e por ter inovado no que tange a criação do Banco, uma vez que o texto original do PLS 303/2008 é a criação da Agência de Fomento.

Na justificativa do projeto do Senador Perillo, fica clara a importância que tal banco terá para o desenvolvimento da região pelo acesso facilitado a linhas de crédito específicas para a região.

Gostaria ainda de dizer que, por outro lado, trago uma proposta para a transferência do estoque de recursos do FCO pelo Banco do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Considerando a importância da rede de agências do Banco do Brasil no apoio às atividades produtivas do Centro-Oeste, foi elaborada uma proposta de integração paulatina dos recursos sob a guarda do Banco do Brasil ao patrimônio e aos ativos do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Esclareço que esta solução foi fruto de um longo trabalho da Senadora Lúcia Vânia junto aos dirigentes e técnicos do Ministério da Fazenda e do Banco do Brasil e que a instalação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste contribuirá para a maior capilaridade da oferta de crédito sem provocar sobressaltos quanto ao apoio creditício do Banco do Brasil com recursos do FCO.

Em síntese, a proposta de Substitutivo, que agora submeto à apreciação desta Comissão, em decisão terminativa, segue a mesma orientação do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Regional, com os ajustes já mencionados e com alguns aperfeiçoamentos que foram sugeridos pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central do Brasil."

Eu gostaria de dar ênfase aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras que este é um projeto, inclusive com o aval da autora, que é a Senadora Lúcia Vânia, de que é um projeto de todos os senadores da Região Centro-Oeste, todos estiveram empenho grande, a Senadora fez inúmeras reuniões no gabinete dela para a ocasião da elaboração, foi algo construído conjuntamente.

Ela foi a autora, que assinou a proposta e eu sou a relatora e como tal também me sinto relatando em nome de todos os Srs. Senadores de Mato Grosso, de Goiás, de Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal.

> "*Diante do exposto, Sr. Presidente, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2008 na forma do seguinte substitutivo*."

Aí segue-se o substitutivo que dispõe sobre a instalação e funcionamento do Banco do Desenvolvimento do Centro-Oeste, chamado BDCO, criado pelo § 11, do art. 34, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Como todos, Sr. Presidente, como todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras já receberam a proposta, eu vou me abster de ler capítulo por capítulo do substitutivo integral.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Senador Romero Jucá.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pedir a inscrição também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em seguida, Arthur Virgílio e Valter Pereira.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu quero encaminhar favoravelmente, mas eu gostaria também de aproveitar a oportunidade, já que não estava presente a momentos atrás, estava numa reunião no Ministério da Fazenda, e o Senador Alvaro Dias levantou a questão do brasileiro que teria sido sequestrado na Venezuela e, em tese, poderia estar sob o poder das FARCs.

Eu quero dar um esclarecimento, nós estamos acompanhando este caso, a esposa deste brasileiro reside em Boa Vista, esteve comigo, com a bancada federal, nós acionamos a INTERPOL, o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, acionamos o embaixador brasileiro na Venezuela, que acionou o Governador do Estado Bolívar.

E registrar o seguinte: esse pseudo-sequestro não ocorreu na área de fronteira com a Colômbia. Ele ocorreu numa cidade central da Venezuela. Este brasileiro, ele é comerciante de pedras preciosas, diamantes e esmeraldas.

Então, há dúvida, bastante dúvida, se há ainda algum tipo de relação com a questão das FARCs ou não; então, eu queria dar esse esclarecimento, dizer que o Governo brasileiro está atento a esta questão, mas sugerir que a CCJ encaminhasse o Senador Alvaro Dias à Colômbia, região das FARCs, para checar lá efetivamente, *in loco*, se existe essa possibilidade de fazer a negociação, se for o caso, Sr. Presidente. Obrigado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Se o Hugo Chávez me acompanhar eu posso atender o pedido do Senador Romero Jucá.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu apenas acrescentaria a proposta Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós não liberaremos V. Exa. porque Hugo Chávez é uma péssima companhia. Então, nós não podemos liberar V. Exa.. Melhor ficar aqui para votar.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Emendada a proposta do Senador, o Suplicy vai junto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): De qualquer forma, eu quero agradecer as explicações, as informações que traz o líder do Governo a esta Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado 303, de 2008, que autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, ele é muito bem relatado aqui na CCJ pela Senadora Serys Slhessarenko, que tomou o cuidado de apensar aos seus argumentos projeto semelhante do Senador Marconi Perillo.

E eu devo registrar que este projeto, que interessa obviamente a todos os senadores da Região Centro-Oeste, e interessa, portanto, muito particularmente a V. Exa. também, ele, na Comissão de Desenvolvimento Regional, foi muito competentemente relatado pelo Senador Cícero Lucena, que teve a leitura de seu relatório feito pelo ilustre Senador Gilberto Goellner, de Mato Grosso.

Eu vejo que a ideia ela vem lá de trás, ela conta com o respaldo e este respaldo é inesquecível, do Parecer nº 527/98, da Comissão de Justiça, de autoria do Senador Josafat Marinho, portanto a ideia vem respaldada por Josafat Marinho.

Significa mesmo a possibilidade de crédito a empreendimentos que contribuam para o efetivo desenvolvimento da região, com a perspectiva de financiamento de longo prazo a custos competitivos e com programas focados nas verdadeiras necessidades regionais, a partir do conhecimento da problemática do Centro-Oeste.

Eu me lembro, Senador Jereissati, de como V. Exa. se debruçou sob o projeto, na hora do projeto de criação da nova SUDENE e como eu dei o meu modesto esforço, minha modesta contribuição ao projeto da nova SUDAM, tive a honra de ser o relator do projeto da nova SUDAM e lamentamos, tanto V. Exa. quanto eu, eu imagino que muitos outros senadores, o fato de alguns vetos muitos infelizes do Presidente Lula terem sido opostos ao projeto, ou seja, um deles era a questão da duração dos incentivos fiscais.

Incentivos fiscais com menos de oito anos de prazo para a maturação de um projeto industrial não atrai investimento de quem quer que seja. Eles mantiveram o mesmo, eles mantiveram até 2013 os incentivos fiscais e, portanto, invalidaram logo de início, logo de face o projeto da nova SUDAM e da nova SUDENE.

E eu aproveito aqui para lembrar, Senador José Agripino, que nós deveríamos pedir ao Presidente da Casa hoje que se cumpra o dever essencial de qualquer Mesa que se dê o respeito, que é exigir Reuniões para se apreciar vetos, porque senão fica nas mãos

do Presidente da República uma soma de poderes ditatoriais.

A última palavra tem que ser do Congresso, ainda que a última palavra seja manter o veto do Presidente; se a última palavra ficar com o Presidente nós estamos dizendo a ele que simplesmente o que nós votamos aqui não vale absolutamente nada diante do seu poder imperial.

E nós sabemos, como realistas, pessoas realistas que somos, que é muito difícil se derrubar um veto presidencial, é muito difícil, mas tem que votar. Então, se tem maioria que faça valer a sua maioria, mas que os vetos sejam colocados em votação no prazo estipulado pela Constituição. Então, as Mesas sucessivas do Senado tem sido inconstitucionais, esta está inconstitucional também. Na medida em que ela simplesmente ignora a necessidade que a Constituição impõe de se votar os vetos presidenciais. Portanto...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Análise perfeita.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E gostaria mais, Senador Demóstenes, que fosse votado com prioridade aquilo que nós gostaríamos que significasse efetivamente um móvel de desenvolvimento para as regiões Norte e Nordeste, no caso a nova SUDENE e a nova SUDAM, que não existe, não existirão, enquanto não forem removidos aqueles vetos, que foram dois ou três vetos, dois mais destacadamente que inviabilizam o conjunto do projeto.

Mas a ideia da Senadora Lúcia Vânia, ela foi muito bem captada pela Senadora Serys Slhessarenko como já havia sido bem captada pelo Senador Cícero Lucena, na CDR, e aqui, com muito cuidado S. Exa., de maneira muito generosa, ressalta o papel dos Senadores todos da Centro-Oeste, apensa Senador Perillo às ideias do seu Projeto e consagra como base o projeto da Senadora Lúcia Vânia, que vem trazer uma luz efetiva, eu espero, para o desenvolvimento de uma região que já tem apresentado tantas, tantas evoluções a partir da sabedoria com que se explora economicamente o cerrado hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa..

Senador Valter Pereira. Senador Valter Pereira, lembre-se que hoje eu lhe dei 15 minutos quando eram só três, V. Exa. não pode mais reclamar do tempo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente Demóstenes, me inscrever...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inscrevo V. Exa. em seguida.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, de qualquer forma eu quero cumprimentar V. Exa. porque o debate que V. Exa. trouxe para esta Comissão foi extremamente atualizado, todos nós sabemos do sentimento que está permeando na sociedade, essa questão da violência, essa questão da impunidade. Merece parabéns V. Exa. pela condução dos trabalhos.

Mas, Sr. Presidente, temos aqui em mãos o parecer da Senadora Serys Slhessarenko com o projeto de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que prevê a criação da agência de fomento da Região Centro-Oeste. É uma aspiração antiga e uma necessidade da região.

Coube a mim, quando estava numa interinidade na Presidência dessa comissão designar a Senadora Lúcia Vânia para que ela prolatasse o parecer no projeto originário, que se desdobrou até chegar em um da sua própria autoria.

E ela fez realmente um esforço muito grande durante esse período todo, fez várias reuniões com os senadores que compõem a região Centro-Oeste, se não me engano teve até reuniões de toda a bancada incluindo senadores e deputados, houve reuniões com o Ministério da Integração, Ministério da Fazenda, Planejamento, enfim, houve um esforço extraordinário que merece ser registrado aqui na discussão desse projeto.

Todavia, Sr. Presidente, é preciso ficar muito claro que a criação do Banco do Centro-Oeste, como propõe a Senadora Lúcia Vânia, apesar de ser uma necessidade, apesar de ser uma aspiração e apesar de já estar, Senador José Agripino, já está consignado na Constituição, portanto o Governo já deveria há muito tempo ter criado essa instituição de crédito, o Governo não o fez, não o fez, porque não teve vontade política, não o fez porque não se convenceu dessa aspiração e dessa necessidade.

De qualquer forma, é válido o esforço da Senadora Lúcia Vânia, é importante a iniciativa que ela tomou na propositura desse projeto, porque, afinal de contas, aqui nós vamos... Embora não tenha o efeito determinante, o efeito executivo que deveria produzir, mas tem aqui, sim, consignado que aqui é uma diretriz dessa Comissão, é uma diretriz do Senado e se o Governo mais uma vez mantiver silêncio com relação a isso é porque ele está realmente ratificando um sentimento que nós já detectamos, que é de não atender a esse anseio e a essa necessidade da Região Centro-Oeste.

Meus parabéns aqui à Senadora Serys e meus parabéns à Senadora Lúcia Vânia, duas mulheres valorosas que dignificam a nossa região e o Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo. Em seguida o Senador Gim Argello. Depois Marconi Perillo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu quero apenas um esclarecimento das duas Senadoras, Senadora Lúcia Vânia e Serys Slhessarenko, se realmente aquela parte de Minas Gerais ali, do Centro-Oeste mineiro, se está fora mesmo dessa agência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas nós vamos incluir Minas no Sudeste.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas eu não sei porque o espanto, tem uma parte mineira, ponta do triângulo mineiro ali toda é Centro-Oeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Olha, Senador, posso fazer um esclarecimento? Se Minas devolver para Goiás a parte do triângulo, está tudo certo, resolvido.

E foi tomado por conta de D. Beija, o motivo foi justo, mas está na hora de ser devolvido, aí nós podemos incorporar sem problema. **SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)**: Minas já faz parte da SUDENE, já tem o Banco do Nordeste e ainda agora quer o banco do Centro-Oeste também.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas é que Minas é o resumo do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Srs. e Sras. Senador Wellington, à vontade, eu sei da sua preocupação com Minas também, mas esse projeto em especial atende os estados do Centro-Oeste.

Foi uma luta desenvolvida e eu só pedi a palavra para parabenizar a Senadora Lúcia Vânia. Senadora Lúcia Vânia foi uma guerreira nesse projeto da SUDECO; ela que orientava, coordenava a bancada, fizemos várias reuniões com todos os 12 senadores de todos os estados no gabinete dela e ela realmente pegou isso com afinco e quando passou para a Senadora Serys, que também ajudou e somou muito no seu relatório.

É só para parabenizar Senadora Lúcia Vânia, porque é difícil as pessoas reconhecerem e a Senhora fez um trabalho maravilhoso à frente da criação do nosso Banco do Centro-Oeste, à frente da SUDECO; todas as suas reuniões com a bancada reunião com os ministros, todo o esforço foi desprendido.

Então, hoje é mais um passo importante para a criação do nosso desenvolvimento, para o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro, que hoje é o celeiro do mundo, é a maior área agricultável do planeta, o Centro-Oeste brasileiro, e mais do que isso, agora sim, tendo instrumentos necessários para promover o seu desenvolvimento com geração de emprego e renda.

Parabéns à Senadora Lucia Vânia e a todos os senadores e deputados do Centro-Oeste, porque isso é uma luta em comum, uma luta de todos os governadores. Parabéns de verdade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Demóstenes, esse entorno tem é voto, hein? O Entorno de Goiás... Já perdi essa mesmo... Já lá atrás no FCO eles me derrotaram, quase aprovei, quase, chegou até o plenário para colocar o triângulo no FCO, mas aí a Senadora Lúcia Vânia conseguiu tirar a assinatura de um líder e eu perdi. Mas vamos lutar, vamos continuar lutando.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, esta é uma data muito especial, muito emblemática para a Região Centro-Oeste, já que a luta pela criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, é uma luta antiga, é uma luta já de mais de 20 anos.

A época em que eu estava na frente do Governo de Goiás, me reuni inúmeras vezes com inúmeros atores da Região Centro-Oeste, muitas vezes com a Senadora Lúcia Vânia, com autoridades do Governo Federal, em busca da definição de critérios, enfim, da criação efetiva do Banco de Desenvolvimento de Centro-Oeste.

A Senadora Lúcia Vânia foi muito persistente e sempre contou com a colaboração de todos nós, a colaboração de V. Exa., a minha colaboração bem como a colaboração a todos os Senadores da Região Centro-Oeste.

E graças a essa persistência, a essa pertinácia da Senadora Lúcia Vânia, nós vemos agora, aqui, apresentado o relatório da Senadora Serys, um relatório também sério que levou em a consideração todas as iniciativas, e eu quero aproveitar para agradecê-la por ter mencionado em seu relatório uma iniciativa nossa, uma iniciativa que na verdade foi apresentada após a propositura da Senadora Lúcia Vânia, que propunha a criação da Agência do Centro-Oeste, mas que a Senadora Serys não deixou de levar em consideração e o importante é que ela menciona este projeto de nossa autoria no seu relatório e, mais ainda adianta, que apesar de não estar apensada a proposição em tela, proposição da Senadora Lúcia Vânia, o nosso projeto mereceu ter seu texto incorporado ao presente relatório por tratar absolutamente da mesma matéria e por ter inovado no que tange à criação do banco, uma vez que o texto original se referia à criação de agência.

Ela, inclusive, anota aqui parte da justificativa nossa em relação a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Eu quero agradecer mais uma vez a Senadora Serys, cumprimentar a Senadora Lúcia e cumprimentar a bancada do Centro-Oeste. Nós precisamos aprovar aqui a lei e depois vamos ter que iniciar uma nova luta, Senador Demóstenes, Senadora Serys, Senadora Lúcia, que é pela efetivação do Banco, inclusive, a capitalização do Banco.

Eu me lembro aqui da luta pela criação da Agência de Fomento do Estado de Goiás; o estado havia perdido as suas três instituições bancárias: de fomento, a Caixa Econômica e o Banco do Estado. Nós conseguimos, às duras penas, criar agência de fomento. No início, nós ofereceram, Senador Demóstenes, quatro milhões para capitalização da agência de fomento; ao final, depois do muita assistência, de muito trabalho, nós iniciamos o Goiás Fomento com 70 milhões de reais de capitalização.

Portanto, precisamos registrar a importância desse momento, o esforço de todos nós, em especial da Senadora Lúcia Vânia, mas daqui para frente iniciarmos uma nova luta, uma nova jornada, desta feita pela efetivação do banco e principalmente pela sua capitalização.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.. Senador Tasso Jereissati. Em seguida, Senador Sobrinho. Senador Gim já falou? Já.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Já falei Sr. Presidente é só porque o próximo item da pauta Item 23, se o senhor assim concordar, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tem um requerimento do Senador Antonio Carlos Júnior já aprovado e colocarei em seguida o Item 23. É consensual?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): É consensual, sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se for consensual eu já coloco em seguida. Vamos votar os consensuais porque aí nós aproveitamos o *quorum*. Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Demóstenes, eu queria parabenizar a toda a Região Centro-Oeste, principalmente a toda bancada de Goiás, a todos os Senadores de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, enfim, de todo... Distrito Federal, todos os Senadores dessa região que realmente fizeram um trabalho importantíssimo para o desenvolvimento da sua região, trabalhando, e eu acompanhei, em ritmo de uma cooperação muito grande entre todos os senadores, independente do partido.

Mais especificamente, eu fui testemunha do trabalho da Senadora Lúcia Vânia. Desde que nós chegamos aqui no Senado que ela tem como ponto, como objetivo, a criação deste Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste e, posteriormente, desde que começou, quando nós começamos juntos na mesma época a criação da Comissão de Desenvolvimento Regional, o foco da sua atuação era voltada para a criação do Banco de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste, e graças a isso, à sua obstinação, o seu trabalho incansável realmente... E seu talento, porque ela conseguiu reunir não só todas as opiniões aqui, como também conseguiu reunir o que havia de melhor no trabalho desenvolvido pelo Senador Arthur Virgílio na criação da SUDAM e da SUDENE, que inspirou também o trabalho da SUDENE e fez com que esse dia fosse possível.

Por isso, queria aqui realçar e o trabalho agora que fez esse Substitutivo da Senadora Serys Slhessarenko, realmente colocando toda a sua capacidade também de ouvir as outras propostas, as observações de uma maneira muito atenta e desprendida, fazendo com que chegassem a esse projeto que realmente vai ser de muita importância no desenvolvimento de toda a Região Centro-Oeste.

As duas, olha só, do PT e do PSDB, as duas chegaram a um acordo e duas mulheres, não é fácil duas mulheres chegarem a um acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Esses partidos... Esses partidos serão fundidos ainda.

Senador Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Eu vejo este tema aqui desde 1988, quando na Assembleia Nacional Constituinte tivemos a oportunidade de abordá-lo e aquele Colegiado daquele momento histórico já pretendia e já colocou isso na Carta Maior.

E eu vejo desde aquela época, e teve um privilégio especial a Senadora Vânia, porque ela talvez foi a que teve mais permanência nesse Congresso ao longo desses anos, foi ela, com mandatos contínuos e ela conseguiu manter essa luta, a luta desse banco, que é tão importante para a região Centro-Oeste.

Nós outros que periodicamente aqui estivemos, logicamente que demos a nossa força, mas a deputada, ou seja, a Senadora Lúcia Vânia realmente ela fez uma dedicação de vida, profissão de fé, de luta em torno dessa causa e ao longo desses 20 e tantos anos, ela tem feito isso aqui como se fosse uma bula para se chegar à essa... A esse desiderato ou essa vitória final.

Ao longo desse processo, evidentemente, que tivemos vários companheiros parlamentares que ajuda-

ram, que lutaram e que incorporaram; aliás, a bancada do Centro-Oeste tem apreendido muito com a bancada do Nordeste, que a bancada do Nordeste sempre ela difere ou diversa no periférico, mas no central estão sempre unidas e agora a bancada do Centro-Oeste também faz a mesma coisa...

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): E as mulheres principalmente. E agora, principalmente com a ajuda, com o trabalho, com a competência, com a seriedade da Senadora Serys Slhessarenko, que traz um substitutivo de tão grande valor técnico e com um arrazoado da melhor qualidade, evidentemente que nós não podemos perder agora esse momento de aprovar essa matéria.

Portanto, eu quero nesse momento, não só em meu nome, mas também em nome de um Senador que tem lutado, tem brigado, tem colocado sua alma e seu espírito nessa luta, que é o Senador Jayme Campos, eu quero dizer que ele também está nesse momento ouvindo essa Sessão e regozijando com todos nós, porque na verdade também é uma luta dele, a Senadora Serys sabe disso, é uma luta de Jayme, sempre se pronunciou nesse sentido e a esse favor, é um homem que sabe que essa agência é importante para Mato Grosso e para o Centro-Oeste como um todo e que ele está vibrando muito mais que nós, porque verdadeiramente tem sido uma luta sua.

Portanto, quero parabenizar primeiramente a Senadora Lúcia Vânia e a Senadora Serys Slhessanrenko e todos os outros parlamentares que ajudaram no sentido de que agora estamos, depois de 20 e poucos anos, 21 anos, 22 anos, conseguindo aprovar essa matéria tão importante para o desenvolvimento da nossa região.

Que façamos escola com o Nordeste, que sempre fez assim e nós sempre divergimos, mas agora temos que nos unir para que possamos conseguir os maiores objetivos para a nossa região.

Muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Obrigado Senador Sobrinho. Antes de passar a palavra à Senadora Lúcia Vânia, gostaria de reconhecer o trabalho importante que ela fez para que a Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A. fosse criada.

Nós estamos dando aqui o primeiro passo, vai para o Plenário e com certeza nós encontramos este encaminho, mas o caminho foi encontrado especialmente pela dedicação que a Senadora Lúcia Vânia teve com o projeto. As reuniões com o Ministério da Fazenda, com o Banco Central, com o Ministério do Planejamento... Vou dizer até, me perdoe, com a assessoria de luxo da Senadora Serys Slhessarenko, que fez também esse trabalho hercúleo.

E nós temos que reconhecer: o Centro-Oeste ainda precisa trabalhar muito para chegar num patamar de desenvolvimento razoável; já é uma grande região, em termos de alimentos, carrega o Brasil hoje, isso era impensável há alguns anos, mas nós precisamos, sim, chegar a um patamar de desenvolvimento da Região Sul e da Região Sudeste do país.

Senadora Lúcia Vânia fez um trabalho da maior dignidade e temos que reconhecer também que foi precedida pelo Senador Marconi Perillo quando governador e agora mesmo, embora não tenha o seu projeto apensado a esse que foi relatado pela Senadora Serys Slhessarenko, a própria Senadora fez questão de reconhecer explicitamente que ele tem um outro projeto e que a sua ideia foi devidamente incorporada a este texto.

Então, parabéns a Sra. Senadora Serys Slhessarenko e especialmente à nossa companheira Lúcia Vânia, do Estado de Goiás, que tem feito um belíssimo trabalho, não só nesse projeto, mas agora, evidentemente, mostrou todo o seu talento, sabedoria e dedicação.

Parabéns à V. Exa. e lhe concedo a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Demóstenes Torres e quero dizer, Senador, que as suas palavras me deixam realmente emocionada e pode ter certeza que V. Exa. contribuiu muito com a sua persistência, com a sua dedicação no sentido de colocá-lo em votação, de discuti-lo, pautá-lo e de estar presente quando não podia em função das suas atribuições aqui na Comissão de Justiça, V. Exa. nunca deixou de mandar um representante especializado na área, para debater.

Portanto, essa vitória eu quero dividi-la com você, como quero dividi-la inicialmente com o Senador Marconi Perillo, que foi autor de uma proposta semelhante à minha e esta proposta foi apensada à minha, de forma a melhorar a proposta que inicialmente eu tinha em mente.

Posteriormente a essas duas propostas, nós resolvemos fazer um novo Substitutivo, com a assinatura e a participação de todos os Senadores do Centro-Oeste. Então, esse projeto que está sendo votado hoje é resultado de todos os senadores, de trabalho de todos os senadores do Centro-Oeste.

E eu quero aqui explicar que durante dois anos nós tivemos debatendo esse tema e, posteriormente, nós fomos, levamos a nossa preocupação ao Governo, inicialmente à Casa Civil, a Ministra Dilma Roussef entendeu imediatamente a importância da implantação do Banco do Centro-Oeste e abriu todas as portas do

Governo para que eu pudesse conversar, juntamente com todos os senadores, conversar com o Ministério da Fazenda, com o Banco Central, com o Ministério da Integração Nacional, com o Ministério do Planejamento e, após dois anos, nós chegamos a esse Substitutivo.

Nós colocamos esse projeto em votação como sendo um projeto apenas autorizativo, no sentido de marcar a presença de todos os Senadores do Centro-Oeste na confecção desse substitutivo.

Posteriormente à votação, é compromisso do Dr. Nelson Machado, encaminhar à Câmara dos Deputados o projeto por iniciativa do governo baseado nesse substitutivo, acrescentando apenas um ponto que não ficou definido nesse substitutivo, que seria o tempo em que o Banco do Brasil devolveria ao Banco do Centro-Oeste o estoque do FCO.

Portanto, é um projeto que tem total aquiescência desses Ministérios, nós tivemos um embate muito forte com o Banco do Brasil, que obviamente estava nessa ocasião defendendo os interesses do banco, mas chegamos a uma conclusão que não ficou nem como o Banco do Brasil queria, nem como os senadores do Centro-Oeste desejavam.

Então, nós estamos fechando essa semana, Dr. Nelson Machado junto ao Banco Central e ao Banco do Brasil, estão fechando essa data de repasse do estoque do FCO que está no Banco do Brasil para o FDCO.

Portanto, eu quero aqui agradecer especialmente a Senadora Serys, que foi a relatora, que teve uma participação intensa durante todas essas discussões e que resultou, hoje, nesse trabalho que nós colocamos aqui como um trabalho dos senadores do Centro-Oeste.

Agradeço à V. Exa. e vamos à votação, porque o *quorum* está esvaziando.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parabéns e peço a todos os Senadores que fiquem, nós temos matérias consensuais. Então, a votação vai ser rápida.

Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A favor, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador João Pedro. Senador Renato Casagrande. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira. Senador Wellington Salgado. Senador Romero Jucá. Senador Lobão Filho. Eu, Presidente, para dar *quorum*. Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): José Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sim. Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, tem mais de um voto? Se for o caso eu cedo o voto para o Senador Marconi Perillo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pelo Centro-Oeste, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osmar Dias.

A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes e segue para a Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Extrapauta. Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, "*Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 84 para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de*

pena." Autoria, Senadora Maria do Carmo Alves; Relatoria, Senador Antonio Carlos Júnior, parecer favorável à matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, hoje nós tivemos uma audiência pública que foi rica, esclarecedora e essa Audiência Pública nos deu condição de votar esse projeto.

"*Individualizar a pena é propiciar ao preso as condições necessárias para que possa retornar ao convívio social, atendo-se a métodos científicos, nunca improvisados.*

Deve-se iniciar pela classificação dos detentos, de forma que possam ser destinados aos programas de execução mais apropriados a suas necessidades.

Ademais, é preciso analisar a personalidade do sentenciado, seu grau de periculosidade e a probabilidade de voltar a delinquir.

Mas tal análise deve ser efetivada de acordo com parecer da Comissão Técnica de Classificação e com exame criminológico, como acontecia antes do advento da citada Lei nº 10.792, de 2003, que retirou esse exame.

A mera comprovação do bom comportamento carcerário por diretor do estabelecimento penal, como acontece atualmente, não tem suprido a avaliação técnica das áreas psiquiátricas, psicológica e social.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina já vem reconhecendo que somente através da análise global da vida carcerária do reeducando, inclusive com o exame criminológico daquele submetido ao regime fechado, sopesando-se todos os pontos negativos e positivos que possam denotar sua reabilitação, poder-se-á constatar com segurança sua aptidão para progresso e retorno ao convívio social.

Assim, entendemos que o presente projeto vem garantir o direito constitucional de individualização da pena, inclusive na sua execução, por meio de parecer da Comissão Técnica de Classificação e do exame criminológico, que emprestarão fundamento à progressão de regime, ao livramento condicional, ao indulto e à comutação da pena, quando for o caso."

Diante das considerações, o nosso voto é pela aprovação, com a Emenda nº 1 da CCJ de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o parágrafo único do art. 102, ficando o parágrafo da seguinte forma: "*A decisão sobre a progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena será motivada e precedida de parecer da Comissão Técnica de Classificação e do Ministério Público e ainda do exame criminológico quando a condenação houver sido pela prática de crime hediondo ou a ele equiparado ou cometido mediante violência ou grave ameaça e no caso de reincidência*."

Então, está acatada a Emenda nº 1 do Senador Demóstenes Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem.

Srs. Senadores, só para fazer uma explicação: no início, em 2003, quando o Ministério da Justiça teve um novo comportamento em relação à execução de pena, havia aqui uma subcomissão de segurança pública presidida pelo Senador Tasso Jereissati.

Quando o Governo quis acabar com o exame criminológico, como efetivamente acabou, e substituiu pelo atestado de boa conduta carcerária, nós alertamos que a soltura indiscriminada de presos ia redundar no que redundou, ou seja, uma revolta da sociedade, porque estupradores, sequestradores, latrocidas, pistoleiros são soltos apesar de serem perigosos. Por quê? Porque o Juiz não tem mais aquele instrumento para avaliar a periculosidade daquele agente.

Então, o que nós estamos fazendo? Projeto da Senadora Maria do Carmo, relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior.

Pelo debate que nós tivemos hoje aqui, ninguém concorda com isso, ou seja, o preso cumpre um sexto da pena ou quando é crime hediondo cumpre aquele tempo mínimo também e imediatamente é solto. A tal ponto que vários delinquentes extremamente perigosos agora estão aí na boca de irem para a rua.

Então, o que está propondo o Senador? Que o exame criminológico seja feito quando o crime for hediondo ou a ele equiparado, como o tráfico de drogas, por exemplo, ou o crime cometido mediante violência ou grave ameaça e ainda para reincidentes.

Então, quando a pessoa evidentemente for perigosa vai se fazer o exame para ver se ele tem condição ou não de voltar ao convívio social, apesar de já ter cumprido o lapso de tempo suficiente para a sua progressão.

Então, esse é o projeto que a sociedade realmente está clamando, foi um erro do Ministério da Justiça, com único objetivo de soltar os delinquentes.

A grande discussão que se faz é a seguinte: o sistema carcerário brasileiro não recupera. E as ruas? As ruas recuperam? É melhor ter um delinquente des-

se na cadeia ou nas ruas? É claro que nós temos que melhorar o sistema carcerário, é óbvio, evidente, mas nós não podemos soltá-lo automaticamente, soltar um monstro na rua, um pedófilo na rua para cometer dezenas de crimes, nós não podemos aceitar isso.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar a V. Exa. e a todos pela excelência da Audiência Pública hoje de manhã.

E eu gostaria, Sr. Presidente, de pedir vista com o propósito de, à luz da riqueza das informações que nos foram prestadas, tentar averiguar a possibilidade de alguma aperfeiçoamento, algum entendimento consensual no parecer do Senador Antonio Carlos Júnior e, portanto, peço vista. Dado que segunda-feira é feriado, se for possível marcar para daqui há duas semanas, eu agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Voltaremos, será dado vista coletiva, mas nós faremos a audiência na quarta e voltará a pauta na quarta-feira.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Na outra quarta?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Na próxima quarta. Isso é um tema que está muito maduro. Então, eu acho que aí V. Exa....

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu vou pedir um esforço para concluirmos, então, em uma semana o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista coletiva.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem V. Exa..

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, já está com parecer acabado, pronto e acabado nessa Comissão aquele projeto ou a PEC 03, que trata das demarcações de terras indígenas, que foi já desapensada e já foi prolatado o novo parecer.

Gostaria só de pedir à V. Exa. que inclua na pauta da próxima reunião ou da seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Incluirei na pauta da próxima reunião.

Item 23, conforme solicitado pelo Senador Gim Argello. Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2009, página 303, "*Regulamenta a transmissão, a qualquer título, de permissão para exploração de serviço de táxi*." Autoria, Senador Expedito Júnior; Relatoria, Senador Gim Argello, parecer favorável à matéria, nos termos de Emenda nº 1, CI, substitutivo.

Concedo a palavra ao Senador Gim Argello para proferir o relatório.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Eu agradeço, Sr. Presidente, e peço para ir direto ao voto, se o Plenário concordar, tendo em vista que a matéria já foi discutida, matéria consensual.

Direto ao voto. "*Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2009 e, no mérito, pela sua aprovação na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura*."

Esse é o voto, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Senador Suplicy. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu sou favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon. Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa., uma questão de ordem, na votação da Agência do Centro-Oeste, consignasse o meu voto favorável, porque eu saí daqui pra atender um telefone e V. Exa. colocou em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Será consignado o voto de V. Exa..

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Abstenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes e vai à Secretaria geral da Mesa para as providências cabíveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 04 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 161, de 2009, terminativo, "*Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior*." Autoria, Presidente da República; Relatoria, Senador Wellington Salgado de Oliveira, parecer favorável à matéria.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Peço vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pedido de vista. Vista concedida.

Item 06. Projeto de Lei do Senado 286, de 2005, "*Confere ao Ministério Público a função institucional de resguardar o futebol como patrimônio cultural brasileiro*". Autoria, Senador Rodolpho Tourinho; Relatoria, Senador Demóstenes Torres.

Transfiro a Presidência ao Senador Romeu Tuma.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Palavra ao Senador Demóstenes Torres, para ler o seu relatório.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pelo arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão. Não há quem queira discutir, em votação. Nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Antonio Carlos.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com o relator, não. Pelo arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator, pelo arquivamento. Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Alvaro. Senador Eduardo Azeredo. Senador Pedro Simon. Eu, pelo arquivamento também. Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, por unanimidade, concordaram com o relatório do Senador. Marcelo Crivella. Também com o relator. Por unanimidade foi arquivado. A matéria será encaminhada para a Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis. Devolvo a Presidência ao senhor.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço à V. Exa.. Vamos, então, votar agora os que não precisam de *quorum*, só os consensuais também.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Presidente, dá para votar o 30?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Item 30 não tem consenso ou tem consenso? Enquanto isso vamos votando.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Araguaia Rio-Parque. Eu gostaria que fosse colocado. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa..

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Tem uma PEC de minha autoria, relatório do Senador Pedro Simon, que há consenso, já conversei com o Senador Romero Jucá e com o Senador Mercadante, é a PEC de não contingenciamento em investimento ciências e tecnologia das Forças Armadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar então. Extrapauta. O conselho de ética nós vamos votar como Item 01 porque é uma matéria que precisa ser discutida.

Item 32. Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2005, complementar. "*Acrescenta o § 1º do art. 238,*

da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio, que dispõe sobre organização e atribuição do Estatuto do Ministério Público da União." Autoria, Senador Marcelo Crivella; Relatoria, Senador Demóstenes Torres, parecer contrário à matéria.

Transfiro a Presidência ao Senador Marconi Perillo, para que eu possa fazer o relato da matéria.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Assumindo a Presidência concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, relator da matéria.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, a matéria diz respeito a impedimento e suspeições dos membros de Ministério Público, tanto no Código de Processo Civil, como no Código de Processo Penal, normalmente aplicando os mesmos atributos dos magistrados.

O Código de Processo Civil em seus arts. 135 a 138 apresenta situações de impedimento ou suspensão do Juiz aplicáveis ao membro do Ministério Público.

Da mesma forma, o Código de Processo Penal também estabelece outras hipóteses no art. 252 a 258.

Portanto, fica claro que as hipóteses de impedimento que se pretende especificar na Lei Complementar nº 75 já estão plenamente abrangidas pelos Códigos de Processo Civil e de Processo Penal, daí porque a matéria não inova, eu dei o parecer contrário, só por isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Coloco em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão. Sras. e Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para providências cabíveis.

Devolvo a Presidência ao Senador Demóstenes.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 36. Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2005, complementar, portanto não terminativo, "*Dispõe sobre regra permanente para o reajuste anual do salário mínimo e sobre o piso salarial que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal*." Autoria, Senador Garibaldi Alves Filho; Relatoria, Senador Antônio Carlos Valadares, parecer pela prejudicialidade da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo, a quem nomeio relator *ad hoc*, para proferir o relatório. Página 542.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu vou direto ao voto. Parecer e relatório longos. Pelo exposto o nosso parecer é pela declaração de prejudicialidade da matéria sob exame e, consequentemente, pelo arquivamento do PLS nº 109, de 2005, complementar. Este é o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. O Parecer está aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 46. Projeto de Resolução do Senado 24, de 2009, página 625. Não terminativo. "*Dispõe sobre servidores do Senado Federal e dá outras providências*." Autoria, Senador Eduardo Suplicy e relatoria Senador Antonio Carlos Júnior.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior, que deu parecer favorável com três Emendas, para que possa proferir o seu relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

> "*Compete a esta Comissão se pronunciar sobre a matéria, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.*
>
> Em seguida, a proposição será objeto de parecer da Comissão Diretora, previamente à sua apreciação pelo Plenário.
>
> Temos a ressaltar que, recentemente, em 1º de julho do corrente ano, esta Comissão acatou o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares que opinou pela aprovação integral do PRS nº 12, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, que dispõe sobre a criação do Portal de Transparência do Senado Federal na Rede Mundial de Computadores e disciplina as informações a serem divulgadas no mesmo.
>
> Trata-se de extenso projeto, contendo 24 artigos, que abrange praticamente todo o conteúdo do projeto da Resolução em exame, exceto a disposição que objetiva tornar pública a relação contendo nomes dos servidores com o respectivo cargo e remuneração final bruta, agrupada de acordo com a unidade de lotação e a que determina afixar em todas as unidades administrativas do Senado Federal e suas entidades vinculadas, em local visível ao público, quadro com os nomes de seus servidores, os cargos que ocupam, local e horário de trabalho.
>
> No entanto, o referido PRS nº 12, de 2009, ao ser submetido ao exame da Comissão

Diretora, foi distribuído ao Senador Heráclito Fortes que apresentou relatório pela prejudicialidade do Projeto, em vistas da edição do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 2009, que institui o Portal de Transparência do Senado Federal.

Em 20 de agosto do corrente ano, a Comissão Diretora aprovou aquele relatório que passou a constituir parecer, tendo sido a matéria, em seguida, encaminhada à apreciação do Plenário da Casa, onde aguarda inclusão na Ordem do Dia.

Constatamos que o Portal de Transparência foi criado cerca de um mês depois do início da tramitação do projeto em exame, já como resultado da discussão que se travou nesta Casa sobre o assunto e que motivou a apresentação de dois citados projetos de resolução: o PRS nº 12, de 2009, do Senador Renato Casagrande, e o PRS nº 24, de 2009, do Senador Eduardo Suplicy, que é este que está em exame.

Não obstante o PRS nº 24, de 2009, tratar de informações contidas e veiculadas no Portal da Transparência do Senado Federal, com algumas diferenças, sua aprovação pelo Plenário da Casa resultará na espécie legislativa resolução que é menos sujeita a alteração do que um simples ato da Comissão Diretora.

Entendemos, contudo, que são necessários alguns aperfeiçoamentos no projeto em exame.

Assim, propomos alteração ao art. 1º do projeto para que a divulgação da tabela de remuneração dos servidores no Portal da Transparência do Senado Federal seja feita sem que haja vinculação ao nome de cada um deles, a fim de que não seja violada a sua vida privada, que constitui garantia fundamental do indivíduo, conforme o estabelecido no inciso X do art. 5º da Constituição Federal.

Também o art. 3º não deve ser acatado, pois entendemos que é de pouca eficácia a medida de afixar, em lugar visível de todas as unidades administrativas do Senado, quadro com os nomes dos servidores que ali trabalham, indicando, ainda, os respectivos cargos, local e horário de trabalho.

Ademais, o Portal de Transparência já publica tais informações.

Finalmente, propomos a permuta da expressão 'sítio eletrônico' do Senado Federal, por Portal da Transparência do Senado Federal."

Então, o voto é pela aprovação com as três emendas que apresento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, com todo o respeito ao relator, o autor Suplicy me pediu para pedir vista ou pedir para que ele gostaria de participar da discussão como autor do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pede vista que eu volto semana que vem com ele.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Se o relator não se importar, então, eu peço vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida ao Senador Simon voltando na próxima semana. Vista coletiva.

Item 30, página 467. Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2003. "*Cria a área de proteção ambiental Rio-Parque do Araguaia*." Autoria, Deputado Euler Morais; Relatoria, Senador Marconi Perillo. Parecer favorável à matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Marconi Perillo para proferir o relatório.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, esta é uma matéria extremamente relevante para nossa região e em especial para a preservação deste grande santuário, desse grande patrimônio, que é o Rio Araguaia.

Existem algumas preocupações em relação ao conteúdo do projeto e abrangência do projeto, preocupações estas inclusive esposadas pela Senadora Kátia Abreu, que me solicitou inclusive postergar essa discussão.

Ocorre que o exame aqui é de admissibilidade, nós estamos discutindo aqui a constitucionalidade, juridicidade do projeto.

Eu sugiro aprovação do parecer, tal como se encontra aqui hoje, já que nós estamos discutindo apenas a admissibilidade jurídica, constitucional, e na Comissão de Meio Ambiente, já que o projeto não é terminativo aqui, o mérito seja discutido e eventuais emendas ou aprimoramentos sejam realizados.

O voto é favorável à matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Extrapauta. Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 2004. Tramita em conjunto às PECs nº 53/2004

e 85/2003. Não terminativo. "*Acrescenta o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vedar pelo prazo de dez anos quaisquer limitações execução das dotações destinadas ao reaparelhamento, modernização e à pesquisa e desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas, e dá outras providências*." Autoria, Senador Marcelo Crivella e outros Srs. Senadores. Relatoria, Senador Pedro Simon.

Tramita em conjunto com a proposta de Emenda Constituição nº 85/2003, que também tramita em conjunto com a PEC nº 53 e 85. Não terminativo, portanto.

"*Altera o art. 167 da Constituição Federal para vedar limitação de empenho, movimentação financeira de dotações consignadas no orçamento das Forças Armadas*." Autoria, Senador Demóstenes Torres e outros Srs. Senadores; Relatoria, Senador Pedro Simon, parecer favorável a PEC nº 53/2004, com duas emendas que apresenta e contrário à PEC nº 85/2003.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Pedro Simon para proferir o relatório.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O relatório já foi proferido, Sr. Presidente, apenas foi suspendido para votar hoje. Eu mantenho o meu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Alguém mais deseja discutir? Encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Requerimentos: "*Requeiro à V. Exa., nos termos do inciso I, do art. 93, Regimento Interno, do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 108/2009, CCJ, o convite para Audiência Pública em questão de representantes da Associação Nacional de Procuradores Da República, ANPR*." Senador Tasso Jereissati.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Requerimento de Audiência Pública. "*Requeiro à V. Exa. nos termos do inciso I, do art. 93, Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 108/2009, CCJ, o convite para Audiência Pública em questão de representante da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, ADEPOL*." Senador Romeu Tuma.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando outra, ordinariamente, para a próxima quarta-feira, às 10 horas.

Muito obrigado às senhoras e senhores.

Sessão encerrada às 13h51.

Ata da 43ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 14 de outubro de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 15 de outubro de 2009, quinta-feira, às 10 horas na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia catorze de outubro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Valdir Raupp, Efraim Morais, Adelmir Santana, José Agripino, Eduardo Azeredo, Expedito Júnior, Gim Argello, Flávio Torres e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Kátia Abreu e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Almeida Lima, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos e Tasso Jereissati. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da **Primeira Parte** da Reunião: **ITEM 2) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 52, DE 2009** – NÃO TERMINATIVO – "Altera a Resolução nº 20, de 17 de março de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, para dar nova disciplina à escolha dos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, e dá outras providências." **Autoria**: Senadora MARISA SERRANO. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Pelo arquivamento da matéria. A matéria será apreciada também pela Comissão Diretora. **Resultado**: Concedida vista ao Senador Romero Jucá, nos termos regimentais. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007** – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena." **Autoria**: Senadora MARIA DO CARMO ALVES. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1. Em 07/10/2009, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria, conforme Requerimentos nºs 102, 106 e 107, de 2009-CCJ, de iniciativa dos Senadores Ideli Salvatti, Inácio Arruda e Demóstenes Torres, respectivamente; Em 07/10/2009, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que

recebeu Parecer favorável; Em 07/10/2009, foi concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy e Romeu Tuma, nos termos regimentais. **Resultado**: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. Vota vencido a Senadora Ideli Salvatti. **ITEM 5) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2009** – TERMINATIVO – "Regulamenta a transmissão, a qualquer título, de permissão para a exploração de serviço de táxi." **Autoria**: Senador EXPEDITO JÚNIOR. **Relatoria**: Senador GIM ARGELLO. A matéria foi apreciada também pela Comissão de Serviços de Infraestrutura; Em 07/10/2009, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº 253, de 2009, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado**: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 253, de 2009, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 6) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2008** – TERMINATIVO – "Autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A." **Autoria**: Senadora LÚCIA VÂNIA. **Relatoria**: Senadora SERYS SLHESSARENKO. A matéria foi apreciada também pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; Em 07/10/2009, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº 303, de 2008, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. **Resultado**: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 303, de 2008, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 161, DE 2009 (PL nº 03954/2008, na origem)** – TERMINATIVO – "Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior." **Autoria**: PRESIDENTE DA REPÚBLICA. **Relatoria**: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. **Relatoria Ad hoc**: Senadora IDELI SALVATTI **Parecer**: Pela aprovação da matéria. Votação nominal. Em 07/10/2009, foi concedida vista aos Senadores Alvaro Dias e Marconi Perillo, nos termos regimentais. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 220, DE 2006** – TERMINATIVO – "Altera o art. 508 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para reduzir o prazo para a interposição de recursos". **Autoria**: Senadora MARIA DO CARMO ALVES. **Relatoria**: Senador RAIMUNDO COLOMBO. **Relatoria ad hoc**: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. **Parecer**: Pela aprovação da matéria. Votação nominal. Em 23/09/2009, foi concedida vista coletiva aos Senadores Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. **Resultado**: Aprovado o Projeto. Abstém-se de votar o Senador Francisco Dornelles. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 333, DE 2007** – TERMINATIVO – "Altera dispositivos dos Decretos-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para ampliar os casos de aplicação da pena de perda de bens e valores e garantir sua execução e a reparação do dano sofrido pelo ofendido". **Autoria**: Senador ALMEIDA LIMA. **Relatoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Parecer**: Pela rejeição da matéria. Votação nominal. **Resultado**: Rejeitado o Projeto. **ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 545, DE 2007** – TERMINATIVO – "Altera os arts. 2º, 4º, 11, 32, 35, 37 e 64 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, para adequar sua redação à terminologia empregada na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil." **Autoria**: Senador PAPALÉO PAES. **Relatoria**: Senador MARCO MACIEL. **Parecer**: Pela aprovação da matéria nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Substitutivo (Emenda n° 1-CCJ), ficando prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 296, DE 2008** – TERMINATIVO – "Obriga os estabelecimentos de locação de terminais de computadores a manterem cadastro de seus usuários." **Autoria**: Senador GERSON CAMATA. **Relatoria**: Senador EDUARDO AZEREDO. **Parecer**: Pela aprovação da matéria. Votação nominal. Em 23/09/2009, foi encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2008** – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, para prever a possibilidade de decretação da indisponibilidade de bens quando o investigado ou acusado estiver foragido." **Autoria**: Senador EXPEDITO JÚNIOR. **Relatoria**: Senador CÉSAR BORGES. **Parecer**: Pela aprovação da matéria. **Obs**.: Votação Nominal. **Resultado**: Concedida vista ao Senador Valdir Raupp, nos termos regimentais. **ITEM 24) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 472, DE 2008** – TERMINATIVO – "Altera o art. 554 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para permitir a sustentação oral nos julgamentos de agravos nos Tribunais." **Autoria**: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. **Relatoria**: Se-

nador ALMEIDA LIMA. **Relatoria ad hoc**: Senador FRANCISCO DORNELLES. **Parecer**: Pela aprovação da matéria com duas Emendas que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 28) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2005 (PL. 03588 de 2000, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre a colocação de placas informativas nas rodovias que forem objeto de delegação ou concessão e dá outras providências." **Autoria**: Deputado WANDERVAL SANTOS. **Relatoria**: Senador GILVAM BORGES. **Relatoria Ad hoc**: Senador CÉSAR BORGES. **Parecer**: Favorável à matéria, com três Emendas que apresenta **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ, 2-CCJ e 3-CCJ. **ITEM 29) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2006 (PL. 02704 de 2003, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Acrescenta dispositivo ao art. 485 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (permite que a ação rescisória prospere mesmo que seja procedente em relação a apenas um dos fundamentos da decisão)." **Autoria**: Deputado CORAUCI SOBRINHO. **Relatoria**: Senador RAIMUNDO COLOMBO. **Relatoria Ad hoc**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Contrário à matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 30) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2006 (PL. 01355 de 2003, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Dá nova redação ao § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. (confere legitimidade ativa perante os Juizados Especiais Cíveis às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e às Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCM)." **Autoria**: PRESIDENTE DA REPÚBLICA. **Relatoria**: Senador RAIMUNDO COLOMBO. **Relatoria Ad hoc**: Senador MARCO MACIEL. **Parecer**: Favorável à matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 31) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2006** – NÃO TERMINATIVO – "Acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências." **Autoria**: Senadora PAULO PAIM. **Relatoria**: Senador LÚCIA VÂNIA. **Parecer**: Favorável à matéria nos termos do Parecer aprovado pela CAS e ratificado pela CAE e pela rejeição das Emendas nºs 04 e 05 – PLEN. A matéria foi apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos do Parecer aprovado pela CAS e ratificado pela CAE e contrário às Emendas nºs 04 e 05 – PLEN. **ITEM 32) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2007 (PL. 02017 de 2003, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979, estipulando prazo para a primeira promoção daqueles que concluírem o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal." **Autoria**: Deputado ALBERTO FRAGA. **Relatoria**: Senador MARCELO CRIVELLA. **Parecer**: Contrário à matéria. **Obs**.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado**: Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 33) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2007 (PL. 672 de 2007, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Altera o art. 982 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Prevê expressamente a desistência de procedimento judicial de inventário e partilha, facultando a utilização da via extrajudicial)". **Autoria**: Deputado FERNANDO DE FABINHO. **Relatoria**: Senador RAIMUNDO COLOMBO. **Relatoria Ad hoc**: ADELMIR SANTANA. **Parecer**: Contrário à matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 35) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 174, DE 2008 (PL. 01845 de 2007, na origem)** – NÃO TERMINATIVO – "Revoga o art. 191 e o § 3º do art. 738, e altera o art. 298 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para extinguir o benefício da contagem de prazo em dobro aos litisconsortes representados por diferentes procuradores." **Autoria**: Deputado CARLOS BEZERRA. **Relatoria**: Senador GIM ARGELLO. **Relatoria Ad hoc**: Senador FRANCISCO DORNELLES. **Parecer**: Contrário à matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 36) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, DE 2009 – COMPLEMENTAR** – NÃO TERMINATIVO – "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para regulamentar a demonstração de exigências na realização de transferências voluntárias a Estados, Distrito Federal e Municípios." **Autoria**: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO. **Relatoria**: Senador FRANCISCO DORNELLES. **Parecer**: Favorável à matéria e à Emenda nº 01. A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos; Em 14/10/2009, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Romero Jucá, que recebeu Parecer favorável; Durante a discussão, o Relator reformula seu Parecer para acolher a Emenda nº 1. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 39) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2004** – TERMINATIVO NA CE- "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências." **Autoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Relatoria**: Senador ALVARO DIAS **Parecer**: Favorável

à matéria com duas Emendas que apresenta. A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais e Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 41) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, DE 2003** – TERMINATIVO NA CE- "Altera a redação do § 2º do artigo 1º da Lei nº 10473, de 27 de junho de 2002, autorizando a atuação da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco nos municípios da região mineira do Vale do São Francisco." **Autoria**: Senador EDUARDO AZEREDO. **Relatoria**: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. **Relatoria Ad hoc**: Senador ALVARO DIAS. **Parecer**: Favorável à matéria. A matéria será apreciada também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 45) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2009** – NÃO TERMINATIVO – "Altera os arts. 286 e 287 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de agravar a pena dos delitos de incitação e de apologia de crime quando este for punido com reclusão." **Autoria**: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – PEDOFILIA (SF). **Relatoria**: Senadora KÁTIA ABREU. **Relatoria Ad hoc**: Senador FRANCISCO DORNELLES. **Parecer**: Favorável à matéria, com duas Emendas que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 46)PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, DE 2009** – TERMINATIVO NA CRE – "Altera o art. 9º do Código Penal Militar, para estabelecer a competência da Justiça Militar no julgamento de crimes dolosos contra a vida cometidos no contexto de abate de aeronaves civis na hipótese do art. 303 do Código Brasileiro de Aeronáutica." **Autoria**: Senador MAGNO MALTA. **Relatoria**: Senador ALVARO DIAS. **Parecer**: Favorável à matéria, com uma Emenda que apresenta. A matéria será apreciada também pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa. **Resultado**: Concedida vista aos Senadores Antonio Carlos Júnior e Augusto Botelho, nos termos regimentais. **ITEM 48) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 24, DE 2009** – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre servidores do Senado Federal e dá outras providências." **Autoria**: Senador EDUARDO SUPLICY. **Relatoria**: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. **Parecer**: Favorável à matéria com três Emendas que apresenta. Em 07/10/2009, foi concedida vista ao Senador Pedro Simon, nos termos regimentais. A matéria será apreciada também pela Comissão Diretora. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CCJ, 2-CCJ e 3-CCJ. **EXTRAPAUTA: ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96A, DE 2003** – NÃO TERMINATIVO – "Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União (DRU) incidente sobre os recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal; dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica; e dá nova redação ao § 4º do art. 211, ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, acrescentando-lhe inciso VI." **Autoria**: CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatoria**: Senadora LÚCIA VÂNIA. **Parecer**: Favorável à matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO N° 111, DE 2009-CCJ** "Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o tema "como obter educação pública de qualidade a curto prazo com exemplos concretos", com a presença do seguinte convidado: JOÃO ALVES FILHO, ex-Governador do Estado de Sergipe." **Autoria**: Senador DEMÓSTENES TORRES. **Resultado**: Aprovado. **2) REQUERIMENTO N° 112, DE 2009-CCJ** "Em aditamento ao Requerimento nº 108, de 2009-CCJ, requeiro a inclusão de um representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos da União (ANDPU), na Audiência Pública que será realizada na próxima 5ª feira, dia 15 de outubro de 2009, a fim de instruir o PLC 43 de 2009." **Autoria**: Senadora LÚCIA VÂNIA. **Resultado**: Aprovado. **3)REQUERIMENTO N° 113, DE 2009-CCJ** "Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 111, de 2009-CCJ, apresentado perante esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o escopo de incluir os seguintes convidados: JOSÉ FERNANDES DE LIMA, Secretário de Estado da Educação do Estado de Sergipe; Professor IDEL ALMEIDA, Representante do Síntese." **Autoria**: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES e Senadora IDELI SALVATTI. **Resultado**: Aprovado. A Presidência suspende a Reunião às doze horas e trinta e dois minutos do dia catorze de outubro de 2009 e a retoma às dez horas e onze minutos do dia quinze de outubro de 2009. Passa-se à apreciação da **Segunda Parte** da Reunião: **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2009 (PL nº 1.090/2007, na origem)** – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, (Compe-

tência da Defensoria Pública de garantir o acesso à justiça, no âmbito da execução da pena e prestação de assistência judiciária integral e gratuita)." **Autoria**: Deputado EDMILSON VALENTIM. **Relatoria**: Senador OSMAR DIAS. **Parecer**: Favorável à matéria com sete Emendas que apresenta. Em 19/08/2009, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Em 25/08/2009, foi recebido Voto em Separado do Senador Inácio Arruda, que conclui pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Audiência Pública aprovada conforme Requerimentos n° 108 de 2009-CCJ, de autoria dos Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Aloizio Mercadante e Lobão Filho; nº 109, de autoria do Senador Tasso Jereissati; nº 110, de autoria do Senador Romeu Tuma; e nº 112, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. **CONVIDADOS**: DÉCIO LUIZ ALONSO GOMES, Promotor de Justiça – RJ e Assessor do Subprocurador –Geral de Atribuição Originária, representante do Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Sr. JOSÉ CARLOS COSENZO; CARLOS WEIS, Defensor Público do Estado de São Paulo, representante do Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), Sr. ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO; JOSÉ REINALDO GUIMARÃES CARNEIRO, Representante do Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPG), Sr. LEONARDO AZEREDO BANDARRA; Pe. VALDIR JOÃO SILVEIRA, Coordenador Nacional da Pastoral Carcerária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB; FERNANDO CÉSAR BAPTISTA DE MATTOS, Presidente da Associação dos Juízes Federais (AJUFE); SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA, Membro do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCcrim); LEONARDO CARDOSO DE FREITAS, Diretor da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), representante do Presidente da ANPR, Sr. ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA; ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO, Ex-Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ex- Presidente da Defensoria Pública da União, Representante do Presidente da OAB, Sr. RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO; BENITO AUGUSTO GALIANI TIEZZI, Assessor Especial da Presidência da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL), representante do Presidente da ADEPOL, Sr. CARLOS EDUARDO BENITO. DANIELLE DE SOUZA OSÓRIO, Defensora Pública Federal – chefe no Mato Grosso do Sul, representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos da União (ANDPU). A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e trinta e quatro minutos do dia quinze de outubro de dois mil e nove, ficando adiados os demais itens, a saber: **1)** PRS 15, DE 2003 tramita em conjunto com o PRS 3, DE 2007 tramita em conjunto com o PRS Nº 35, DE 2007; **3)** PEC Nº 13, DE 2003; **8)** PLS Nº 148, DE 2004; **10)** PLS Nº 48, DE 2007; **12)** PLS Nº 122, DE 2008; **13)** PLS Nº 197, DE 2007; **14)** PLS Nº 231, DE 2007; **15)** PLS Nº 288, DE 2007; **16)** PLS Nº 290, DE 2007; **18)** PLS Nº 551, DE 2007; **21)** PLS Nº 149, DE 2009; **22)** PLS Nº 223, DE 2009; **23)** PLS Nº 227, DE 2009; **25)** PEC Nº 3, DE 2004; **26)** PEC Nº 24, DE 2007; **27)** PEC Nº41, DE 2007; **34)** PLC Nº 52, DE 2008; **37)** PLS Nº 153, DE 2002; **38)** PLS Nº 171, DE 2004; **40)** PLS Nº 583, DE 2007; **42)** PLS Nº 11, DE 2009; **43)** PLS Nº 98, DE 2009; **44)** PLS Nº 137, DE 2009; **47)** PDS Nº 128, DE 2007; **49)** PRS Nº 26, DE 2009; **50)** PRS Nº 37, DE 2009; **51)** PEC Nº 27, DE 2008; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

43ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada nos Dias 14 e 15 de Outubro de 2009.

1ª PARTE
Realizada no Dia 14 de Outubro de 2009,
Às 10 Horas e 37 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53 ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se a deliberação dos Itens nºs 1 a 51. Requerimento de Audiência Pública: *"Requeiro a V. Exa. nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater o tema Como Obter Educação Pública de Qualidade a Curto Prazo com Exemplos Concretos, com a presença dos seguinte convidado: João Alves Filho, ex-Governador do Estado de Sergipe. Autoria Senador Demóstenes Torres"*.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram, aprovado.

Item 6 da Pauta

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu sou o relator de Item 20 da pauta e quero pedir à V. Exa. a retirada do projeto da pauta, uma vez que eu pretendo fazer uma emenda que possa melhorar o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Retirado de pauta à pedido de V. Exa.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, ainda pela ordem, eu queria propor à V. Exa., cheguei a conversar ontem informalmente com V. Exa., estou fazendo aqui oficialmente, que essa Comissão de Constituição e Justiça pudesse reeditar uma Subcomissão de Segurança Pública, nós já tivemos ela funcionando no passado com resultados excelentes, V. Exa. acompanhou, inclusive foi presidida pelo Senador Tasso Jereissatti, quando nós inclusive tivemos oportunidade de reativar o que o seria o Estatuto do Desarmamento, que se transformou depois no Estatuto do Desarmamento, discutido no âmbito da Câmara das Deputados e do Senado Federal e saiu o projeto que se transformou em uma lei que até houve um plebiscito em função do trabalho daquela comissão.

Então eu queria solicitar à V. Exa., já que a questão da segurança pública cada vez mais adquire um aspecto extremamente grave no nosso país, que pode impedir até o desenvolvimento do país ou até de alguns estados, diante dos fatos graves que acontecem nas grandes metrópoles, a incapacidade dos estados de reagirem a esse estado de violência e do crime organizado, inclusive alguns estados não tem sequer condições de aplicar os recursos do PRONASCI, disponibilizado pelo Governo Federal, veja o caso da Bahia, foram disponibilizados 42 milhões e a Bahia não aplicou mais do que 10% disso. Então o próprio ministério disse que não liberará mais a não ser que haja um incremento da execução e da gestão desses recursos, então acho que todos esses assuntos estão aí prontos para serem discutidos e o fórum adequado já que a Câmara dos Deputados tem uma comissão específica da questão da segurança pública, mas aqui nós não temos no Senado, que fosse uma comissão até com caráter permanente, funcionando aqui nesta Casa; é a solicitação que eu faço à V. Exa. Fiz ontem informalmente com o seu, com a sua concordância, o seu de acordo, e agora eu faço oficialmente à V. Exa., pedindo a sua compreensão que eu sei que V. Exa. como homem ligado ao Direito, Chefe de Ministério Público, tem essa preocupação em mente, que é uma preocupação de todo o brasileiro, dentro daquela máxima que segurança é um direito do cidadão e é um dever do Estado, que lamentavelmente está ficando a desejar no atual momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar também em relação a esse assunto e apoiar a iniciativa do Senador César Borges, porque a violência é crescente no Brasil inteiro e nós na Bahia estamos vendo a violência saltar em termos de ocorrências, então realmente seria um momento importante a reativação dessa subcomissão para que nós pudéssemos agilizar projetos que viessem, digamos, a coibir o aumento da violência no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu concordo plenamente com V. Exas., o Senador César Borges ontem pediu com muita veemência a instalação da Subcomissão de Segurança Pública. É prudente, na realidade ela já foi instalada basta ser recomposta, como lembrou V. Exa., o primeiro Presidente foi o Senador Tasso Jereissatti, eu fui o relator geral dessa subcomissão e acabamos tendo uma série de relatores setorizados, inclusive V. Exa. no trabalho do Estatuto do Desarmamento e outros trabalhos grandiosos.

Chegamos a aprovar naquela subcomissão matérias indiretamente ligada à violência, por exemplo, a escola em tempo integral foi aprovada ali nessa subcomissão. O orçamento impositivo foi aprovado ali naquela subcomissão e uma série de outras medidas. Foi constituída uma comissão informalmente, logo no início da minha gestão aqui, para tratar desse assunto, mas infelizmente essa comissão jamais funcionou, de sorte que vamos destituí-la, e vamos pedir aos partidos que indiquem os seus membros, os membros para a composição dessa subcomissão e vamos reativá-la imediatamente. Já determinando à nossa secretaria que tome as providências nessa direção, de fazer com que seja recomposta a comissão para o seu funcionamento imediato atendendo a pleito de V. Exa. e da sociedade brasileira.

Senadora Lúcia Vânia faz o seguinte requerimento: *"Em aditamento ao Requerimento nº 108, de 2009, da CCJ, requeiro a inclusão de um representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos da União, ANDPU, na Audiência Pública que será realizada na próxima quinta-feira, dia 15 de outubro de 2009 a fim de instruir o PLC 43, de 2009"*.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Item 6, Turno Suplementar do Substitutivo oferecido o Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2008. Terminativo. "Autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A." Autoria, Senadora Lúcia Vânia. Relatoria, Senadora Serys Slhessarenko.

Tendo sido oferecido substitutivo integral, é necessário que haja o turno suplementar nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Ao substitutivo poderão ser oferecidas as emendas até o encerramento discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas as emendas, o art. 282 § 2º do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Não tendo sido apresentadas emendas o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação. A matéria será, portanto, encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 28 da Pauta. Página 388. Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2005. Dispõe sobre a colocação de placas informativas nas rodovias que forem objeto de delegação ou concessão e dá outras providências. Autoria, Deputado Wanderval Santos. Relatoria, Senador Gilvam Borges. Parecer favorável à matéria com três emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador César Borges a quem designo relator *ad hoc* para proferir o relatório.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Sras.. Senadoras e Srs. Senadores, chega à Comissão de Constituição, Justiça o Projeto de Lei da Câmara 66, de autoria do Deputado Wanderval Santos, que dispõe sobre a colocação de placas informativas nas rodovias que forem objeto de delegação ou concessão e dá outras providências.

> "O projeto contém quatro artigos. O primeiro detalha o exposto na ementa, o segundo determina que os concessionários de rodovias federais, mesmo as delegadas a outros entes federados, implantem placas com o telefone e o endereço do órgão fiscalizador do contrato e fixa as distâncias entre elas. O art. 3º estipula multa diária de mil reais para cada placa faltante. O autor justifica o presente projeto por considerar oportuno que os usuários das vias concedidas possam também fiscalizar o fiel cumprimento dos contratos de concessão. Afirma o nobre autor que a implantação dessas placas permitiria maior facilidade para os usuários que desejem encaminhar denúncias, reclamações ou sugestões. No Senado, a proposição foi distribuída exclusivamente a esta comissão, e não lhe foram oferecidas emendas.

No que tange ao mérito, a iniciativa do Deputado Wanderval Santos é muito bem-vinda, pois permitirá ampla divulgação sobre o órgão responsável pela fiscalização da concessão e como pode ser contatado, permitindo ao usuário da via a participar de sua fiscalização, o que, naturalmente, só pode trazer ganhos para o conjunto da sociedade.

Quanto aos aspectos formais, a Constituição Federal determina que a competência para legislar sobre transporte e trânsito é exclusiva da União. De outra parte, a deliberação sobre a matéria é de competência do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 48, não havendo restrição à iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Em relação à técnica legislativa, a grosso modo, o PLC 66, de 2005, atende às diretrizes fixadas na Lei Complementar n° 95, de 1998, que dispõe sobre a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em primeiro lugar, acreditamos que o art. 1º do projeto possa ser suprimido sem ferir o art. 7º da Lei Complementar 95, de 98. Isso porque o próprio art. 2º, que passaria a ser o 1°, atende ao comando legal de que o primeiro artigo contenha o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação.

Em segundo lugar, o texto da ementa e do art. 2º pode tornar-se mais preciso sem fazer referência a rodovias delegadas, pois a norma só é aplicável a rodovias concedidas, que são as que estão sujeitas a um órgão fiscalizador do contrato. Da mesma forma, sugerimos a supressão da expressão 'federais', bem como do § 3º do art. 2º, de forma que a referência a rodovia concedida de forma genérica, alcance todas elas independentemente de sua circunscrição.

Em relação às informações constantes da placa, observamos que o próprio órgão fiscalizador deveria determinar a forma mais adequada de contrato com o usuário, tendo em vista que informações como endereço para correspondência são, nos dias atuais, menos relevantes que, por exemplo, o endereço eletrônico do órgão fiscalizador.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do PLC nº 66, e por sua aprovação no tocante ao mérito, com as alterações de-

correntes das seguintes emendas: A Emenda primeira: suprima-se a expressão "delegação" da ementa do PLC, de 2005. Segunda emenda: suprima-se o art. 1º do PLC nº 66, renumerando-se os demais. A emenda terceira: dê-se ao art. 2º do PLC a seguinte redação: 'Art. 1º: As rodovias concedidas terão instaladas placas com informações sobre o órgão fiscalizador do contrato de concessão, bem como sobre sua forma de contato. As placas de que trata o caput serão instaladas a intervalos máximos de 10 km entre si. Compete ao concessionário da via a responsabilidade pela instalação e manutenção das placas. O órgão fiscalizador determinará o modelo e o conteúdo das placas, em conformidade com as determinações do CONTRAN'. Sala das Comissões".

Esse é o relato do Senador Gilvam Borges, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo em queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. O parecer está aprovado e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 29, página 349. Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2006. Acrescenta dispositivo ao art. 485 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, permite que a ação rescisória prospere mesmo que seja procedente em relação a apenas um dos fundamentos da decisão. Autoria, Deputado Corauci Sobrinho. Relatoria, Senador Raimundo Colombo, parecer contrário à matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior para proferir o relatório, a quem nomeio relator *ad hoc*.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Página?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Trezentos e noventa e quatro.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, *"o PLC nº 56, de 2006 não apresenta vício de regimentalidade e também atende aos requisitos de constitucionalidade. No mérito, pretende mencionar, desde logo, que as hipóteses de rescindibilidade das sentenças e acórdãos previstos no art. 485 do Código de Processo Civil, são objetivas, portanto não contemplam a hipótese de ataque aos fundamentos jurídicos utilizados pelo juiz para alcançar a decisão com base nos fatos alegados e provados nos autos, tal como pretendido pelo proponente.*

Na verdade, o autor da ação rescisória que não conseguiu preencher nenhuma das hipóteses previstas nos incisos do art. 485 do Código de Processo Civil que pudesse ensejar interesse de agir para a demanda, quer rediscutir o raciocínio lógico empregado pelo juiz para alcançar a decisão, à luz dos fatos alegados e provados no curso do processo. Permitir tal coisa implicaria abrir possibilidade à eternização dos feitos judiciais, pois, a todo momento, bastaria ao vencido alegar ausência de fundamentação para permitir a propositura de ação rescisória.

De fato, ao contrário do sustentado pelo proponente na sua justificação, é preciso dar aos tribunais margem suficiente para analisarem as particularidades de cada caso, pois haverá ocasiões em que a ruína de um fundamento apenas, será suficiente para decretar a rescisão de toda a decisão, se um dos fundamentos do acórdão ou da sentença recorrida não se mostra suficiente ou correto na opinião do autor da ação rescisória, isso não quer dizer que a decisão transitada em julgado não seja válida. Não se pode e nem se deve confundir fundamentação contrária aos interesses da parte com as hipóteses de rescindibilidade. Deixamos de abordar os aspectos referentes à técnica legislativa e à juridicidade, eis que, no mérito, o PLC nº 53, de 2006, não merece ser aprovado". Então o voto é pela rejeição do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras.. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Parecer aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 30 da pauta, página 402. Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2006. Dá nova redação ao § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Confere legitimidade ativa perante os Juizados Especiais Cíveis às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, OSCIP e às Sociedades de Crédito ao Microemprendedor, SCM. Autoria Presidente da República. Relatoria Senador Raimundo Colombo. Parecer favorável à matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Marco Maciel a quem nomeio relator *ad hoc* para proferir o relatório, página 402.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, conforme V. Exa. acaba de anunciar, a proposição é de iniciativa do Presidente da República é dá nova redação ao § 1º do art. 8º, da Lei 9.099, de setembro de 1995 e dispõe sobre os Juizados Especiais cíveis e criminais. *"A análise do processo leva prelimi-*

narmente a dizer que não há emendas a analisar. O Regimento Interno da Casa, no art. 101, incisos I e III, alínea "d", atribui à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania competência para opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por deliberação do Plenário, bem assim, no mérito, sobre direito civil, em que se enquadra a matéria. Nada a opor no que tange aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, tendo em vista competir privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal.

Ao Congresso Nacional cabe dispor sobre todas as matérias de competência da União, Constituição Federal art. 48, caput. Os termos da proposição não importam violação de cláusula pétrea; e não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto de lei versado sob essa forma, se afigura adequado ao meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos. A matéria inovará o ordenamento jurídico, possui o atributo da generalidade, é consentâneo com os princípios gerais do Direito e afigura-se dotado de potencial coercitividade. Quanto à técnica legislativa, examinada à luz da Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998, não há objeções ao PLC nº 71, de 2006.

No mérito, confirmam-se as razões expendidas na justificação, segundo as quais as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor são entidades de natural vocação para resolverem suas questões nos Juizados Especiais Cíveis, órgãos de jurisdição concebidos para oferecer a prestação jurisdicional de maneira rápida, prática, despida de burocracia e voltada para questões de menor expressão financeira.

Sendo assim, não faz sentido excluir dos Juizados Especiais as entidades envolvidas para o interesse da sociedade civil e para o microcrédito social, de modo que, antes do advento da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001 que institui os Juizados Especiais Federais, já não fazia sentido se manterem na longa fila da Justiça Federal Comum. Ações de densidade mínima, que obstruíam numericamente aqueles Juízos e impediam o exame de causas mais complexas, razão pela qual passaram a se subordinar aos Juizados Especiais Federais. O mesmo ocorre aqui, relativamente às ações judiciais de interesse da Sociedade Civil de Interesse Público e das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor. E a razão que justificou a extensão da Lei nº 9.099, de 1995 à Justiça Federal, recomenda a aprovação da medida em tela, pois a lei deve estabelecer correlação entre os temas demandados no âmbito do Poder Judiciário, de modo a assegurar o pleno acesso à Justiça".

O voto, Sr. Presidente. *"Por cumprir os requisitos de constitucionalidade e juridicidade, e por apresentar-se de acordo com os preceitos técnicos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 71, de 2006.*

Este é, portanto o meu parecer, Sr. Presidente Senador Demóstenes Torres".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo queira discutir, em votação. As Sras.. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 32, página 424. Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2007. Altera a Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979, estipulando prazo para a primeira promoção daqueles que concluírem o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal. Autoria, Deputado Alberto Fraga. Relatoria, Senador Marcelo Crivella. Parecer contrário à matéria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu passo ler o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois não, Presidente. Passo a ler o relatório. *"O PLC n°. 82, de 2007, de autoria do Deputado Alberto Fraga, pretende acrescentar um § 3º ao art. 11 da Lei nº 6.645, de 79, que dispõe sobre as promoções dos Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências para estipular o prazo de até oito meses após a declaração de Aspirante-a-Oficial PM, para que se dê a promoção ao primeiro posto do Oficialato àqueles que frequentaram o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal.*

O Projeto em exame chegou a esta Casa Legislativa em 11/10/2007 e foi recebido na CCJ em 17/10/2007, tendo sido este relator designado apenas em 17/03/2009. Após o exame desta comissão, a matéria deverá ser submetida à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, segundo informação na Ata do Plenário.

Análise. Conforme o disposto no art. 101, item 1 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e a regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário. Ainda segundo o Regimento, dessa vez em seu art. 101, item 2, cabe à CCJ, ressalvadas as atribuições das demais comissões, emitir parecer quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, especialmente, entre

outras, sobre segurança pública, corpo de bombeiro militar, polícia, inclusive marítima, aérea, de fronteiras, rodoviária e de fronteiras".

Vejamos os aspectos de constitucionalidade. *"A Carta Magna institui, em seu art. 21, item 14, a competência da União para organizar e manter a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Nesse ponto, nada a opor, pois a matéria pode e deve ser tratada por meio de lei federal, o que é corroborado, inclusive, pelo texto do art. 32 § 4º, da Constituição.*

Quanto à iniciativa, em uma interpretação apressada, a matéria não estaria entre aquelas de competência privativa do Presidente da República. O art. 61, § 1º, item 2c, fala de servidores públicos da União e Territórios, podendo-se, numa interpretação restritiva, contemplar apenas os civis. Já a alínea 'f', quando usa a expressão Forças Armadas, deixa claro que não abrange as forças militares auxiliares dos Estados, mas tão-somente Exército, Marinha e Aeronáutica.

Cria-se, assim, um limbo jurídico para os policiais militares e bombeiros militares, que não estariam previstos, a rigor, em nenhum desses dois dispositivos. Contudo, independentemente disso, é notória a orientação do legislador constituinte, no sentido de manter a iniciativa legislativa de matéria como esta no âmbito do Poder Executivo. Ainda que se possam elaborar argumentos os mais hábeis, tirando-se proveito de uma suposta lacuna constitucional, em nosso entendimento não cabe a parlamentar, em qualquer hipótese, a iniciativa de lei tratando de regime jurídico ou promoção de servidor público, seja ele civil ou militar. Vemos, portanto, inconstitucionalidade formal na proposição, por vício de iniciativa. O antigo art. 2º da proposição, que estabelecia prazo para que o Poder Executivo regulamentasse o proposto art. 3º do § 3° do art. 11 da lei em exame, foi corretamente suprimido na Câmara dos Deputados, pois que nitidamente feria o princípio da independência entre os poderes, art. 2º da Constituição Federal. Com efeito, não pode o Poder Legislativo obrigar o Poder Executivo a editar decreto regulamentador do referido dispositivo.

Nada a opor quanto à legalidade e à regimentalidade da proposição. No que toca à técnica legislativa, cabe salientar a incorreção do posicionamento da expressão NR, que deveria estar no corpo do texto proposto, e não fora das aspas. Quanto ao mérito, consideramos a iniciativa louvável, uma vez que, conforme exposto na justificação, a legislação não prevê um prazo máximo, mas apenas um prazo mínimo de seis meses, que constitui requisito para a referida promoção.

Ainda segundo a justificação, a situação dos Aspirantes-a-Oficial PM na Polícia Militar do Distrito Federal é desmotivante e constrangedora, pois, recém-formados são geralmente lotados em unidades operacionais em contato direto com diversos tipos de ocorrências policiais, sem, contudo, a garantia da estabilidade, que só é concedida àqueles que foram promovidos ao posto de 2º Tenente. Daí a importância de se estabelecer o prazo máximo proposto para a promoção, para dar aos jovens oficiais motivação, garantias e perspectivas profissionais necessárias ao adequado exercício de sua nobre função".

Voto. *"Ante o exposto, em que pesem os fundamentos meritórios, opinamos pela rejeição do PLC 82, de 2007, por apresentar insanável vício de iniciativa"*. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo em queira discutir, em votação. As Sras.. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. O parecer está aprovado. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item 33 da pauta, página 432. Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2007. Altera o art. 982 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. Prevê expressamente a desistência de procedimento judicial de inventário e partilha, facultando a utilização da via extrajudicial. Autoria, Deputado Fernando de Fabinho. Relatoria, Senador Raimundo Colombo. Parecer contrário à matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Adelmir Santana, a quem designo relator *ad hoc*, para proferir o relatório, página 432.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Srs. Senadores, como bem disse V. Exa., *"a proposição é de alteração o art. 982 da Lei 5.869. O parecer do relator é pela rejeição do projeto e ele faz uma série de alegações, entre elas que a lei não comporta controvérsias entre os herdeiros, exame de testamento a pessoa civilmente incapazes no rol dos beneficiários, o que delimita essa escolha, por tais condições não são antepostos a ingresso no pleito da partilha da via judicial. A alternativa oferecida pela proposição, de expressa desistência da realização de inventário e partilha da via judicial e a eleição da via extrajudicial dependerá exclusivamente de serem preenchidas as exigências da referida Lei nº 11.441 de 2007, herdeiros civilmente capazes não existir testamento e haver consenso sobre a partilha dos bens, para isso não preciso alterar a lei. De fato, se houve no rol de herdeiro civilmente incapaz, existir testamento ou não existir consenso entre os herdeiros não será admitido o procedimento extrajudicial da partilha e o inventário terá que submeter-se ao crivo judicial.*

Em suma, a opção aviltada na proposição de expressa renuncia à via judicial para o ingresso na via extrajudicial não será necessária se houver consenso, não existir testamento e todos os herdeiros forem civilmente capazes e não será possível se esta condição não estiverem presentes.

Portanto o voto, por todos os motivos expedidos, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara 109, de 2007". Esse é o voto do relator, que eu endosso.

Essa é a proposição, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo em queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Parecer aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 35 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 174, página 451. Projeto de Lei da Câmara 174 de 2008. Revoga o art. 191 § 3º do art. 738, e altera o art. 298 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, para extinguir o benefício da contagem de prazo em dobro aos litisconsortes representados por diferentes procuradores. Autoria, Deputado Carlos Bezerra. Relatoria, Senador Gim Argello. Parecer contrário à matéria.

Concedo à palavra ao ilustre Senador Francisco Dornelles a quem nomeio relator *ad hoc*, página 451, para proferir o relatório.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, iniciativa do ilustre Deputado Carlos Bezerra submete a esta comissão Projeto de Lei que visa alterar o Código Civil para extinguir o benefício de contagem de prazo em dobro aos litisconsortes representados por diferentes procuradores.

"A análise feita e relatada pelo ilustre Senador Gim Argello é contrário à aprovação da medida".

Eu faço minha as palavras do Sr. Relator e dou parecer contrariamente à aprovação da medida.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Parecer aprovado, a matéria será encaminhada a Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 41, página 522. Projeto de Lei do Senado nº 531 de 2003. Terminativo na Comissão de Educação. Altera a redação do § 2º do Art. 1º, da Lei 10.473, de 27 de junho de 2002, autorizando a autuação da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco nos municípios da região mineira do Vale do São Francisco. Autoria, Senador Eduardo Azeredo. Relatoria, Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer favorável à matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Alvaro Dias, a quem nomeio relator *ad hoc* para proferir o relatório.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, *"na análise quanto a juridicidade e técnica legislativa há o consentimento do Senador Wellington Salgado, em relação a correção dos procedimentos adotados pelo autor da proposta, Senador Eduardo Azeredo.*

Quanto ao mérito busca, a alteração proposta busca contemplar a região mineira do Vale do São Francisco, caracterizada pelo mesmo perfil já atendida na citada lei. Dessa maneira não se encontram razões bastante suficiente a obstar a continuidade da tramitação do projeto em tela. Desta forma, o parecer do Senador Wellington Salgado é pela aprovação do Projeto de Lei do Senador Eduardo Azeredo".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Item 46, página 563. Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2009, altera o art. 9º do Código Penal Militar, para estabelecer a competência da Justiça Militar no julgamento de crimes dolosos contra a vida cometidos no contexto de abate de aeronaves civis na hipótese do art. 303 do Código Brasileiro de Aeronáutica. Autoria, Senador Magno Malta. Relatoria, Senador Alvaro Dias. Parecer favorável à matéria com a emenda que apresenta.

Concedo à palavra ao ilustre Senador Alvaro Dias para proferir o seu relatório.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A matéria, Sr. Presidente, o Senador Augusto Botelho está indagando sobre esta matéria. Senador Demóstenes, o Senador Augusto Botelho está solicitando que a matéria seja retirada de pauta porque há o desejo de se analisar a emenda que propus ao projeto original.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não quer então, para adiantar, pedir vista ao invés de retirada de pauta, que nesse ínterim, os senhores acham um entendimento.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Então eu peço vista, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode ser?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pode ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. dá o relatório como lido, já foi distribuído, e vista coletiva dada. A matéria volta a semana que vem para a análise dos dois senadores.

Item 19 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2008, página 297. Obriga os estabelecimentos de locação de terminais de computadores a manterem cadastro de seu seus usuários. Autoria, Senador Gerson Camata. Relatoria, Senador Eduardo Azeredo. Parecer é pela aprovação da matéria. A discussão já foi encerrada. Indago aos Srs. Senadores se alguém ainda quer se manifestar ou encaminhar à votação. Não havendo passamos à votação nominal. Quem vota com o relator, vota sim. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim. Sr. Presidente, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com o relator. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria está aprovada pela unanimidade dos presentes.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Nós poderíamos retomar a votação do Item 4, que seria do exame criminológico?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, vamos fazê-lo. Temos quatro matérias consensuais e voltamos em seguida a esse.

Item 7, página 145. Projeto de Lei da Câmara nº 161, de 2009. Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, DAS, destinados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Autoria, Presidente da República. Relatoria, Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer pela aprovação da matéria, em 07 de outubro de 2009 foi concedida vista aos Senadores Alvaro Dias e Marconi Perillo.

Consulto aos Senadores Alvaro Dias e Marconi Perillo, se há manifestação decorrente do pedido de vista.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra a Senadora Ideli Salvatti, para suas considerações, caso queira fazê-las, uma vez que já houve a discussão da matéria. Houve pedido de vista.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Estou com a palavra, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra V. Exa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, o projeto cria cargos em comissão no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O relator, o Senador Wellington Salgado, faz o seu parecer pela aprovação da matéria. E eu gostaria apenas de fazer uma breve justificativa, exemplificando no que seriam criados estes cargos.

Destes 22 cargos criados, 13 são na Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior, CAMEX, órgão que é de fundamental importância, tendo em vista a ampliação e a diversificação do nosso comércio exterior com inúmeros países, o que nos permitiu inclusive, nesta crise econômica internacional a diversificação das exportações do Brasil para outros continentes, o fortalecimento com a América Latina, com a Ásia, com a África, fazendo com que a nossa balança de comércio exterior inclusive, tivesse um equilíbrio maior e nós não tivéssemos uma dependência estão contundente dos Estados Unidos e da Europa.

E os outros oito cargos são para o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação ZPEs, o projeto que inclusive teve profundo debate aqui no Congresso Nacional, o Senado aprovou com ampla maioria, este processamento de ampliação das Zonas de Processamento de Exportação, as ZPEs.

Portanto, dada a importância dos dois segmentos, tanto da CAMEX como o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, é que o projeto é pertinente, é importante, e o Senador Wellington Salgado dá o seu parecer pela aprovação da matéria que, como relatora *ad hoc* eu faço questão de corroborar e dar também o meu apoiamento e solicitar o apoio de todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim, com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli é a relatora. A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes e será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 9 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2006, página 162. Altera o art. 508 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 73, Código de Processo Civil, para reduzir o prazo para a interposição de recursos. Autoria, Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria, Senador Raimundo Colombo. Relator *ad hoc* Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer pela aprovação da matéria.

Designo relator *ad hoc* o Senador Romero Jucá. Página 162. Foi concedida vista coletiva é não há manifestação decorrente do pedido de vista. Com a palavra o novo relator *ad hoc*, Senador Romero Jucá. Página 162.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, votamos favoravelmente ao projeto, portanto recomendo o voto sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Abstenção, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá, já votou. A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes, exceto o Senador Francisco Dornelles, que votou pela abstenção. E segue à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 17 da pauta, página 240. Projeto de Lei do Senado nº 545, de 2007. Altera os arts. 2º, 4º, 11, 32, 35, 37 e 64 da Lei 8.934, de 18 de novembro de 1994, para adequar sua redação à terminologia empregada na Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil. Autoria Senador Papáleo Paes. Relatoria, Senador Marco Maciel. Parecer pela aprovação da matéria nos termos da emenda, substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Marco Maciel para proferir o relatório.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Sras. e Srs. Senadores, como foi anunciado, o projeto que passo a relatar altera os arts. 2º, 4º, 11, 32, 35, 37 e 64 da Lei 8.934 de 18 de novembro de 1994, para adequar sua redação à terminologia empregada na Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil.

> "Análise da proposição, vez que não foram apresentadas emendas ao projeto em discussão. A proposição trata de matéria afeta ao ramo do Direito Comercial, tema sobre o qual a Constituição atribui à União competência privativa para legislar, nos termos do inciso I do art. 22. O Congresso Nacional é competente para dispor, como se sabe, sobre a matéria, de conformidade com o art. 48 da Lei Magna.
>
> De acordo com o que estabelece o art. 61 da Constituição, a iniciativa parlamentar é legítima, tendo em vista que a matéria não se insere entre aquelas cuja iniciativa é exclusiva de outros titulares. Não há, tampouco no aspecto material, afronta a qualquer dispositivo constitucional. No mérito, julgamos oportuna a atualização dos termos utilizados na lei que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis, de forma a compatibilizá-la com o Código Civil de 2002, que adota terminologia mais consentânea com o Direito Empresarial moderno.
>
> Na Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 do Código Civil, atualizou-se a expressão Sociedade Mercantil, adotada na legislação comercial revogada pelo Código, que passou a tratar da matéria no Livro II da Parte Especial, o qual se intitula 'do Direito de Empresa', substituindo-a pela locução Sociedade Empresária. A atualização da terminologia contribui para a uniformização dos vocábulos e expressões empregados na legislação, facilitando a compreensão das normas jurídicas e evitando interpretações indesejadas de seu conteúdo.
>
> Nesse sentido, a Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o Parágrafo Único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, estabelece: 'Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas: Inciso II. Para a obtenção de precisão: Alínea 'a', articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma. Alínea 'b', expressar a ideia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico'.
>
> Faz-se necessário, porém, emendar o projeto para, com o mesmo objetivo da proposição, substituir, no texto da Lei 8.934, de 1994, as ocorrências da expressão firma mercantil individual, pela palavra empresário, tendo em

vista que, ao contrário do que se afirma em sua justificação, a referida expressão também foi atualizada na redação do Código Civil de 2002, o Novo Código Civil.

Julgamos, ainda, oportuno aproveitar o ensejo para promover uma atualização mais abrangente da Lei de Registro de Empresas, também visando a tornar seu texto mais adequado à terminologia, atualmente, empregada no âmbito do Direito Empresarial, motivo pelo qual propomos a substituição das seguintes expressões utilizadas no diploma legal em vigor:

1) Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins por Registro Público de Empresas e Atividades Afins.

2) Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis, SINREM, por Sistema Nacional de Registro de Empresas, SINREM;

3) Juntas comerciais por juntas empresariais;

4) Empresas mercantis por empresas;

5) Firmas mercantis individuais e sociedades mercantis espécies, por empresa gênero;

6) Agentes auxiliares do comércio por agentes auxiliares da empresa;

7) Tradutores públicos e intérpretes comerciais por tradutores públicos e intérpretes empresariais;

8) Direito Comercial por Direito Empresarial;

9) Comércio por atividade empresarial;

10) Atividade mercantil por atividade empresarial;

11) Usos e práticas comerciais por usos e práticas empresariais.

E finalmente, 12) Registro do comércio por registro de empresas.

Também propomos a substituição de todas as referências ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo por Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, tendo em vista ser este o nome atual daquele órgão do Poder Executivo.

Em consonância com as alterações propostas, entendemos que o Departamento Nacional de Registro do Comércio, DNRC, deveria passar a denominar-se Departamento Nacional de Registro de Empresas, DNRE.

Todavia, deixamos de fazer essa modificação no texto legal, por entendermos tratar-se de competência privativa do Presidente da República, leia-se art., se eu não estou equivocado, 48 da Constituição.

Finalmente, considerando que as modificações propostas implicam a necessidade de atualizar os termos que também são empregados no Código Civil, sugerimos ainda a alteração de diversos dispositivos da Lei 10.406, de janeiro de 2002, visando a substituir as expressões Registro Público de Empresas Mercantis e juntas comerciais, por Registro Público de Empresas e Atividades Afins e juntas empresariais, respectivamente.

Devo destacar, Sr. Presidente, a oportunidade, e a visão do Senador Papaléo Paes, autor da proposta, em trazer à analise da Casa esta matéria que contribui para a modernização do sistema legal pátrio, com inequívocas benesses para a sociedade".

O voto, Sr. Presidente. "Em face do exposto, é no sentido de que tendo em vista a constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado 545, de 2007, e, no mérito, por sua aprovação, na forma da seguinte emenda substitutiva..."

Sr. Presidente, eu creio desnecessário fazer a leitura da Emenda Substitutiva, posto que ela é extremamente longa e também levando em consideração que o Projeto de Lei do Senado 45 de 2007, substitutivo, está publicado no avulso que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores poderão consultar antes da votação da referida proposição.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o ilustre relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Com o relator. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, nós temos o Item 24, que tem como relator o Senador Almeida Lima, que trata de uma inovação no ordenamento jurídico processual do país, e permite, no caso de agravo, o advogado ter o direito a sustentação oral, porque mais de 90% dos casos de agravo notadamente, Presidente, no Tribunal Superior Eleitoral, eles são decididos monocraticamente e o Plenário toma uma decisão muitas vezes sem um aprofundamento, com base apenas no relatório que em feito de forma sucinta pelo ministro relator.

Então eu gostaria que V. Exa. colocasse como prioridade o Item 24, que eu tenho certeza absoluta que é um assunto que envolve o interesse do aperfeiçoamento do sistema jurídico e democrático do nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Votaremos os consensuais, em seguida incluiremos na pauta, inverteremos a pauta.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exa.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. colocasse extrapauta o Projeto de Lei, a PEC nº 96-A, de 2003, da Câmara dos Deputados, que trata da desvinculação dos recursos das receitas da União para a educação. É um projeto extremamente importante e que eu pediria à V. Exa., a deferência de colocá-lo em votação hoje, em função de que a sua promulgação propiciará que esses recursos já comecem a vigir a partir do próximo ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo aquiescência do Srs. Senadores, colocarei em votação extrapauta imediatamente. Quem concorda, permaneça como se encontra, aprovado. Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Eu gostaria de deixar registrado pedindo para que...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Item 5, será votado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Que votássemos o Item 5, haja vista que é matéria de consenso, já foi votado...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem dúvida.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): O primeiro turno e é só a votação complementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Vamos fazê-lo.

Extrapauta, proposta de emenda à Constituição nº 96-A de 2003. Acrescenta § 3º ao Art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009 o percentual da Desvinculação das Receitas da União, DRU, incidente sobre os recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal. Dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, de forma

a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a 17 anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica e dá nova redação ao § 4º do art. 211, ao § 3º do art. 212 e o *caput* do art. 214, acrescentando-lhe inciso VI. Autoria, Câmara dos Deputados, relatoria, Senadora Lúcia Vânia. Parecer pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Lúcia Vânia para proferir o seu relatório.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. *"Em exame nesta comissão, a proposta à emenda à Constituição, nº 96-A, de 2003, da Câmara dos Deputados, originária da PEC nº 96, de 2003, cuja primeira subscritora é a Senadora Ideli Salvatti. Pelo art. 1º da proposição original, o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, seria acrescido de um § 3º, prevendo a redução gradativa da Desvinculação das Receitas da União, para efeito do cálculo dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, de que trata o art. 212 da Constituição Federal.*

O art. 2º da PEC, em alusão, previa a vigência da emenda à data de sua publicação. Com o envio à Câmara dos Deputados, onde foi autuada como PEC nº 277, de 2008, a proposição tramitou em conjunto com as PECs protocoladas naquela Casa Legislativa sob os números 416, de 2001, 538 e 577, de 2006; 47, de 2007 e 267, de 2008. Por força das discussões ali havidas, inclusive quanto às emendas oferecidas ao conjunto de PECs que tramitavam em conjunto, a redação final da PEC 96, de 2003, com as contribuições e acréscimos da Câmara dos Deputados, ficou vazada em sete artigos, a seguir descritos.

Pelo art. 1º, nova redação foi dada aos incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, de modo a assegurar, respectivamente, a obrigatoriedade e gratuidade do ensino dos 04 aos 17 anos de idade, mantida a garantia de oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. E o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Já a alteração objeto do art. 2º da PEC, tem por objetivo a inclusão da União e do Distrito Federal, no dispositivo específico, no caso do § 4º do art. 211, que trata das formas de colaboração a serem definidas e implantadas pelos entes federativos com vistas a assegurar a universalização do ensino obrigatório. A propósito, de modo a corroborar o esforço de universalização em comento, como garantia de padrão de qualidade e equidade, a mudança intentada no art. 3º da PEC, relativamente ao § 3º do art. 212 da Constituição Federal, preconiza a aplicação prioritária dos recursos da educação no atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do Plano Nacional de Educação.

Por sua vez, o art. 4º tem como alvo o art. 214 da Constituição Federal, que dispõe acerca do Plano Nacional de Educação, PNE, e de suas mais prementes finalidades. Além de prever duração decenal, em lugar da plurianual, prevista pelo constituinte originário, no caput mencionado do art. 214, a medida prescreve a necessidade de definir, na lei do PNE, meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

No art. 5º, a PEC 96-A corresponde propriamente à supressão escalonada da DRU, que seria o objeto primário da PEC 96, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, de 2003, em sua versão aprovada na Casa Legislativa. Cabe ressaltar, entretanto, que a Câmara dos Deputados optou por definir previamente os percentuais anuais de redução de incidência da DRU sobre os recursos destinados à educação, 7,5%, em 2009 e 15%, em 2010".

Eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Senadores para esses percentuais que são muito importantes na mudança que foi feita na PEC 96, os quais em 2011 não sofreriam mais tal redução. *"O mesmo dispositivo corrige a remissão da mudança ao novo texto constitucional, deixando patente que a alteração terá lugar no art. 76 do ADCT, que será acrescido de um § 3º. Por fim, no art. 6º, prevê-se que a mudança concernente à escolarização obrigatória será implantada progressivamente, de modo a ser concluída até o ano de 2016, nos termos do PNE, com apoio técnico e financeiro da União. A cláusula de vigência escrita no art. 7º prevê que a Emenda entrará em vigor na data da sua publicação.*

Na análise a que a Câmara dos Deputados procedeu em face das PECs que redundaram na proposição em exame, observa-se uma ênfase reiterada na necessidade de recomposição da capacidade de investimento da União em educação, o que demanda e justifica de maneira inadiável a supressão do mecanismo da DRU em relação à área, que é vital para a inserção do País em um novo patamar de desenvolvimento.

De maneira complementar, a mudança alvitrada e potencialidade dos resultados, os ilustres deputados vislumbraram algumas alterações necessárias na Carta Magna, de modo a assegurar a efetiva e transparente aplicação dos recursos alocados à educação básica.

Importa salientar, finalmente, que ao chegar ao formato em análise, a matéria foi objeto de discussão em Audiência Pública, especialmente convocada para instruí-la, no âmbito da competente Comissão

Especial da Câmara instituída para apreciar a PEC 277, de 2008.

Dentre as autoridades ouvidas, destaco o Ministro de Estado da Educação, Sr. Fernando Haddad, além de representantes da UNESCO, UNICEF, UNDIME, CONSED, CNE, CNTE e ANDIFES".

A análise. *"A PEC 96-A, de 2003, na formulação original que foi enviada pelo Senado Federal à Câmara dos Deputados, preconizava que o percentual de desvinculação de 20% incidente sobre a MDE fosse reduzido gradualmente. A proposta assegurava redução em proporção da ordem de 5% a cada exercício, de modo que a incidência do mecanismo sobre os recursos federais vinculados ao MDE fosse totalmente afastada em 2010. Conquanto tais percentuais tenham sido alterados de modo a partilhar a proporcionalidade entre os exercícios que antecediam o de 2011, é certo que este foi definido como o marco a partir do qual a DRU deixaria de impactar negativamente os recursos vinculados à educação.*

No que tange aos demais dispositivos inseridos pela Câmara, na proposição, aparentemente desproporcionais e superiores à matéria submetida à revisão daquela Casa Legislativa, é de se ponderar que estão a ela estritamente relacionados, devendo ser mesmo indispensáveis para que a emenda surta os efeitos inicialmente concebidos, notadamente o de aumentar a destinação de recursos vinculados à educação básica, mas com a garantia de que serão bem aplicados".

Constitucionalidade, regimentalidade e técnica legislativa. *"Conforme já atestado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em competente exame de admissibilidade das matérias que lhe deram azo, a PEC 96-A, de 2003, atende aos requisitos de constitucionalidade previstos no art. 60 da Constituição Federal. De fato, além de subscrita por número suficiente de parlamentares, a PEC em nada contraria o dispositivo no § 4° do dispositivo constitucional em relevo, não tendendo, pois, em outras palavras, a abolir qualquer das chamadas cláusulas pétreas.*

No mais, a proposição também atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das normas jurídicas.

No conjunto, as mudanças propostas guardam estreita conexão, não substituindo razão para se falar de matéria estranha ao objeto da PEC, que ganhou sensivelmente aprimoramento e maior potencial de eficácia, com as modificações oferecidas pela douta Câmara dos Deputados".

O mérito. *"A desvinculação de 20% dos recursos federais destinados a Constituição à MDE tem permitido que o Governo Federal os utilize livremente. Na prática, esse suposto mecanismo de flexibilização e atendimento de prioridades tem viabilizado a canalização de recursos para a área educacional, para a produção de 'superávit' primário e outras despesas, com flagrante prejuízo ao desenvolvimento da educação nacional, em boa medida dependente de recursos da União.*

Com isso, e a concentração de encargos da educação no âmbito de estados e municípios, não é de se estranhar a dificuldade do país para superar o atraso educacional em que se encontra, com 'déficits' nos aspectos quantitativos e qualitativos.

Por fim, a modificação concernente à inclusão da União no regime de colaboração, nos termos da proposta de nova redação para o art. 4°, de 211, da Constituição Federal, constituiu igualmente uma importante medida destinada a reforçar a equalização da capacidade mobilizadora de recursos dos entes federados subnacionais, entre os quais o Distrito Federal se inclui.

A União, conquanto reconhecida como o organismo por excelência de redução das desigualdades entre tais entes, vem historicamente se abstendo de cumprir o seu papel de assistir financeiramente àqueles menos aquinhoados com a arrecadação de tributos".

O parecer é pela aprovação Sr. Presidente, quero aqui para finalizar, cumprimentar de forma efusiva a Senadora Ideli Salvatti pela sua atuação em favor da educação, não só nesse projeto como em todos os projetos relativos à educação nesse Senado. A Senadora Ideli Salvatti teve a ousadia de propor a de vinculação da DRU e sem dúvida nenhuma, foi um gesto importante, uma vez que ela é da base do Governo e com esse projeto ela traduz o desejo de toda essa Casa, independente de partido. Portanto esse projeto é um projeto que a Casa oferece à nação brasileira e demonstra a responsabilidade do Congresso Nacional com a educação. Era esse o meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá e Senadora Ideli. Eu peço brevidade para não cair o *quorum*.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu serei breve, apenas para registrar que essa votação a essa matéria foi fruto de um acordo quando nós votamos a DRU e a CPMF. Naquele momento, o Governo fez esse entendimento, a Senadora Ideli colocou essa questão, juntamente com a bancada de senadores e senadoras que defendem a educação, inclusive eu participei dos entendimentos e nós bancamos o entendimento, aprovamos no Senado, essa matéria foi à Câmara dos Deputados, retorna ao Senado

e o Governo continua mantendo a posição, continua mantendo a palavra, e vai votar favoravelmente.

Nós encaminhamos favorável, Sr. Presidente, a desvinculação de recursos da DRU da educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Também sendo muito breve, Presidente, em primeiro lugar agradecer à Senadora Lúcia Vânia pela brevidade com que está apresentando o seu relatório. E um parecer absolutamente favorável, consistente, inclusive da importância da matéria. Porque além de nós termos com a desvinculação das receitas da União não atingindo mais a educação, gradualmente nós vamos ter um volume significativo de recursos a mais obrigatoriamente sendo aplicados na educação, quase 4 bilhões este ano, 7 bilhões o ano que vem, isto vai permitir que a aquilo que a Câmara aprovou, que é a ampliação da obrigatoriedade que hoje é a apenas de 06 até 14 anos, indo para de 04 até 17 anos, incluindo a Pré-Escola e o Ensino Médio, um grande estímulo para que a Conferência Nacional da Educação que acontecerá no primeiro semestre do ano que vem possa trabalhar o plano decenal da educação num outro parâmetro, inclusive de financiamento.

E para efeito de Justiça, o Senador Romero Jucá colocou que a aprovação por unanimidade, inclusive do fim da DRU aqui pelo Senado, fez parte de um acordo na nossa discussão da CPMF e para efeito de Justiça, esta foi uma exigência do PDT, está aqui o Senador Osmar Dias, na época o Senador Cristovam Buarque foi, nos acompanhou na Fazenda, para fazer esta discussão.

Então é, uma digamos assim, uma atuação suprapartidária que aqui eu queria agradecer originariamente, a PEC foi de minha autoria, mas teve a participação do PDT, teve na Câmara todo o debate a respeito da vinculação desses recursos a mais com a ampliação da obrigatoriedade e eu acho que agora se completa neste caráter suprapartidário com a relatoria da Senadora Lúcia Vânia, do PSDB. E do próprio Presidente desta comissão, Senador Demóstenes, que acatou que inclusive pudesse ser incluído extrapauta para que nós pudéssemos votar rapidamente.

Então eu só posso agradecer e esperar que, como já foi da outra vez, a aprovação dessa matéria seja por unanimidade nesta comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para fazer um registro que, antes mesmo dessa matéria chegar, a Senadora Ideli Salvatti pediu que a relatoria fosse dada à Senadora Lúcia Vânia, porque é uma senadora que tem história na área, tradição em defesa do social...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Se V. Exa. me permite, foi uma articulação de mulher para mulher.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não foi das Lojas Marisa, mas foi uma articulação de mulher para mulher.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E isso foi ótimo. Então passei com imenso prazer, a senadora me pediu que fosse extrapauta, também o Senador Romero Jucá ligou para que nós pudéssemos votar, dizendo que o Governo iria perder dinheiro dessa vez, mas era por causa justa, macia ganhar em pessoa.

E na pessoa do Senador Osmar Dias, que é o patrono da causa e de toda a oposição também que acabou... Eu acho que essa matéria, ela é efetivamente suprapartidária. Então parabenizo a todos, porque para principalmente para o grande público o que significa isso? Significa que a partir de agora a cada ano a educação vai ter mais dinheiro. Então isso é que é importante.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu peço a palavra, Sr. Presidente. É rapidinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É rapidinho, apenas para destacar o parecer da Senadora Lúcia Vânia, e também o trabalho do Deputado Rogério Marinho, que é do PSDB do Rio Grande do Norte, que na Câmara promoveu alterações conceituais na matéria, alterações que valorizam a proposta que teve realmente no Senado apoio do PDT, do Senador Osmar, do Senador Cristovam, o apoio do Senador Romero Jucá, que manteve esse entendimento com a oposição, quando no final do ano deliberamos sobre DRU.

Há agora essa vinculação de recursos permanentemente à educação, com as alterações apresentadas pelo Deputado Marinho, na Câmara dos Deputados.

Portanto, Sr. Presidente, para dizer que o PSDB apoia com satisfação a proposta na esteira do que relatou a Senadora Lúcia Vânia e sobretudo considerando as alterações fundamentais promovidas pelo Deputado Marinho do PSDB do Rio Grande do Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu também gostaria de colocar aqui o apoio dos Democratas ao projeto da Senadora Ideli e o relato da

Senadora Lúcia Vânia. Então o Democratas também apoia o projeto em questão.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, após a manifestação do nosso vice-líder, Senador Antonio Carlos Júnior, creio ser desnecessário qualquer manifestação, mas não gostaria de deixar todavia de reiterar meus cumprimentos pelo acordo feito e expressar a convicção, mais do que a convicção, a certeza de que isso vai certamente ajudar com que se promova a educação em nosso país, que é a grande questão brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador César Borges, como vota?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Augusto Botelho, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Sr. Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Me perdoem, a matéria é PEC, claro, então as Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram, aprovado. É PEC.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, nós temos como o regime de urgência no caso da PEC não cabe, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É. É PEC.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas eu tenho certeza que nós vamos todos trabalhar para que ela seja rapidamente aprovada no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aprovado.

Item 20, página 308. Altera a Lei 8.429, de 02 de junho de 1992, para prever a possibilidade de decretação da indisponibilidade de bens quando o investigado ou acusado estiver foragido. Autoria... Está pedindo para retirar?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Qual que é o item?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Autoria de V. Exa. e tem consenso pela aprovação.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Não, eu não pedi para retirar.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu sou o relator, Senador Expedito, e solicitei...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): O que foi pedido é uma...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Porque V. Exa. tinha uma sugestão do Senador Romeu Tuma...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Está certo. Está certo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Para aprimorar o projeto.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): O Senador Romeu Tuma, na semana passada me fez uma proposta, reuniu com praticamente todos os delegados aqui da Polícia Federal no meu gabinete, e pediu que nós modificássemos um pouco o texto. Eu não tenho mais como modificar o texto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas veja, só, inclusive delegado não tem nada que ver com isso, é improbidade administrativa, isso não passa por delegacia de polícia. É improbidade, área cível.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Sr. Presidente, é decretação de indisponibilidade de bens.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas dentro da Lei 8.429, que é cível. Improbidade.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Sr. Presidente, ele é terminativo na comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É terminativo aqui, depois vai para a Mesa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Alguém pode pedir vista?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Então, cabe depois no Plenário algumas modificações?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Cabe recurso para o Plenário. Mas...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Sr. Presidente, eu libero a votação, então. Pode...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Porque é cível, delegado não tem nada com isso.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Eu libero a votação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, na verdade, pela ordem, Sr. Presidente. Sr.

Presidente, eu sou relator desse projeto, o relato estava pronto. Eu recebi uma informação do gabinete do Senador Expedito, solicitando a retirada de pauta para fazer um aprimoramento, já que ele recebeu uma reivindicação do Senador Romeu Tuma e de outras pessoas. Então estava atendendo e por isso solicitei a retirada de pauta. Se o Senador Expedito Júnior está de acordo com o meu relato, então, colocamos novamente em pauta para a leitura do relato e a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra V. Exa.

Item 20, página 308. Com a palavra o relator César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, esse projeto do Senador Expedito *"dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. A inovação se daria por meio de acréscimo do § 2º ao art. 7º da referida lei, e consiste na possibilidade de o juiz decretar, de ofício ou a pedido do Ministério Público, a indisponibilidade dos bens do acusado ou indiciado que estiver foragido.*

Não se verifica no projeto qualquer vício de natureza constitucional. Formalmente, compete privativamente à União legislar sobre essa matéria.

No mérito, a proposição afigura-se conveniente e oportuna. Então o voto, Sr. Presidente, pelo exposto, além de louvar a iniciativa do autor, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2008". Esse é o relato e o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Senador...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu peço vista, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu peço vista pelo seguinte, porque você vai disponibilizar os bens. E a família? E a família do acusado, do foragido? Como é que fica?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas a indisponibilidade dos bens, ela já é prevista também na Lei 8.429, mas fica concedida vista à V. Exa. para análise e traz a semana que vem para...

Item 11, na pauta, aliás, vamos colocar o Item 5, que é votação simbólica. Não tem nem votação, se não houver em emenda.

Item 5. Página 95. Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado 253, de 2009. Regulamenta a transmissão a qualquer título de permissão para exploração de serviço de táxi. Autoria Senador Expedito Júnior, relatoria Senador Gim Argello.

Foi apresentado substitutivo e, portanto, está havendo Turno Suplementar. Se até o final da discussão não for apresentada qualquer emenda, a matéria será dada como aprovada independentemente de votação.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão A matéria, portanto, está definitivamente aprovada. O substitutivo está aprovado e a matéria será encaminhada a Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 36 da pauta, página 463. Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2009. Complementar. Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para regulamentar a demonstração de exigências na realização de transferência voluntárias a estados, Distrito Federal e municípios. Autoria, Senador João Vicente Claudino. Relatoria, Senador Francisco Dornelles. Parecer favorável à matéria.

No dia 14 de outubro, foi recebida a Emenda nº 1 de iniciativa do Senador Romero Jucá. Concedo a palavra ao ilustre Senador Dornelles para proferir o relatório e oferecer parecer, também sobre a Emenda nº 1.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o meu parecer é favorável e o meu parecer também é favorável à emenda do Senador Romero Jucá, que foi uma emenda importante, que faz uma correção, tem natureza formal e merece a minha aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu peço aos Srs. Senadores, nós precisamos de mais um senador para terminar a votação do exame criminológico. Eu vou colher os votos enquanto chega o outro senador.

Item 4. Lembrando só o que é a matéria e nós já fizemos inclusive Audiência Pública. Com o fim do exame criminológico, basta a pessoa cumprir um tanto de pena e ter um atestado de boa conduta dentro da penitenciária que ele sai. Com o exame criminológico, o Juiz tem à sua disposição uma nova ferramenta, verificar através do exame feito, se o réu é perigoso ou não. Se o exame considerar o réu perigoso, o Juiz poderá, junto com outros elementos que ele tem, indeferir a saída daqueles presos perigosos.

Foi apresentada emenda dizendo que o exame criminológico não é obrigatório em todos os casos, só nos crimes hediondos, nos crimes praticados com violência ou grave ameaça e tem uma outra hipótese, e crimes hediondos e assemelhados. Por exemplo, tráfico de drogas, genocídio, etc. e etc. Então a matéria é exatamente essa.

Foi pedido vista pelo Senador Eduardo Suplicy. Eu consulto ao Senador Eduardo Suplicy, que não se encontra, se tem alguma manifestação decorrente do pedido de vista. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu não fui autora do pedido de vista, mas eu quero aqui já deixar consignado meu voto contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito, nós vamos colher os votos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E vou rapidamente explicar por que, nós tivemos a obrigatoriedade do exame durante aproximadamente quase 40 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A alteração que foi aprovada aqui, de não ser mais obrigatório o exame, foi... É uma Lei de 2003, a Lei 10.792. Inclusive esta demanda, esta alteração na lei, ela veio para o Congresso com o apoio explicito até da própria Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, o Sr. Paulo Nagashi Furukawa, que foi um dos grandes propositores desta modificação.

Quando tramitou aqui no Congresso esta alteração, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, nós tivemos a presença muito forte da Ministra do Superior do Tribunal de Justiça, a Dra. Maria Thereza Rocha de Assis Moura, que veio acompanhada inclusive da Corregedora-Geral do Ministério Público Federal e vice-Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, a Dra. Ela Wiecko de Castilho e o posicionamento delas foi muito contundente, eu fiquei absolutamente convencida da exposição feita por estas doutas personalidades do mundo jurídico.

Então, eu quero aqui deixar claro que eu acho que o que nós fizemos depois de 40 anos da instituição da obrigatoriedade, nós sequer ainda conseguimos testar esta alteração que foi profundamente debatida é aprovada aqui pelo Congresso Nacional.

Então eu quero já deixar o meu posicionamento contrário à alteração.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu quero discordar de V. Exa., senadora. Acho que foi um desastre o que aconteceu. O que nós fizemos, para esvaziar os presídios nós tiramos o método científico de avaliação da periculosidade, tanto é que juízes, promotores, procuradores da República, advogados em parte grande, defensores públicos, melhor dizendo, os advogados são a favor de abrir as celas e soltar os bandidos.

Veja só recentemente o que aconteceu em São Paulo, numa progressão para o regime semiaberto, o delinquente já saiu, estuprou e matou uma médica, evidentemente perigoso, todo mundo sabia que era perigoso. Então nós queremos também que a pena seja cumprida e que o delinquente saia, mas o delinquente perigoso, aquele... e são inúmeros os casos, infelizmente. Chega... Aqui, o Dr. Walter Fanganiello Maierovitch, ex-Desembargador em São Paulo, ex-Secretário Nacional Anti-Drogas, chega a dizer que 70% daqueles promovidos para o regime semiaberto têm a possibilidade de delinqüir novamente.

Eu respeito a Ministra Maria Thereza, respeito a Dra. Ela, são minhas amigas, mas há uma posição quase que utópica, uma posição quase que romântica em relação à delinquência no Brasil. É óbvio que esses elementos extremamente perigosos, agora nós estamos aí perto de soltar uma série de delinquentes que cometeram crimes terríveis e que vão sair, por quê? Porque esses delinquentes não tem mau comportamento carcerário, e na cadeia eles são anjos. Agora, quando saem não verdadeiros monstros. Então por que soltar um delinquente perigoso, esta é a pergunta, atestado cientificamente que ele é perigoso, e o juiz pode até discordar do laudo, mas vai ter que ter, arcar com o ônus disso. Então nesse aspecto, senadora, do mesmo feito que nós afinamos na questão educacional ainda há pouco, eu discordo de V. Exa.

Senador Romero Jucá e Senador Antonio Carlos Júnior e em seguida, Valter Pereira.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Meu caro Senador Demóstenes, eu quero votar hoje aqui não como líder do Governo, mas como senador. Eu quero discordar inclusive da posição, o Ministério da Justiça tem uma posição que é contra esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Certo. É verdade.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Mas eu quero me liberar da posição de líder para votar favorável ao projeto. Mais do que isso, dizer que eu acho que esse processo de avaliação deveria ser ainda mais duro, porque deveria levar em conta não só o exame, mas deveria levar em conta o cadastro e a ficha do presidiário durante o tempo na prisão, ou seja, deveria levar em conta o conjunto da obra e não apenas especificamente um determinado exame num determinado momento feito em situações precárias.

Então, eu voto favoravelmente e dizendo o seguinte: na dúvida, na dúvida entre liberar alguém que vai fazer mal, como há poucos dias atrás nós vimos o estupro e o assassinato de uma criança de alguém que foi liberado e que já tinha esse histórico também, então na dúvida, eu acho que a sociedade tem que ser protegida e, portanto, eu voto favorável ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós temos *quorum?* Eu indago aos senhores se nós podemos votar. V. Exas. já deram a posição e em seguida eu abro a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que nós temos que aproveitar o *quorum* para votar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia. O parecer do relator é favorável.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia com o relator. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Relator Senador Antonio Carlos Júnior. Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Dornelles. Senador Jucá já antecipou o voto com o relator. Senadora Ideli, voto contra. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Favorável. A matéria, portanto, está aprovada com votos favoráveis de todos, exceto a Senadora Ideli Salvatti. E segue para...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para... E segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, aproveitando a existência de *quorum,* dá para votar agora o Item 24?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos. Item 24 é terminativo?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Inclusive já conversei com a liderança do Governo que se manifesta favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pronto, requerimento, requeiro dos termos regimentais aditamento...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Em homenagem ao autor e o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ao Requerimento nº 111, de 2009, apresentando perante essa Comissão de Constituição e Justiça, com escopo de incluir os seguintes convidados, José Fernandes de Lima, Secretário de Estado da Educação do Estado de Sergipe, representante do Síntese, Prof. Joel Almeida, Senador Antonio Carlos Valadares.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Enquanto chega o Item 24. Item 11. Também terminativo. Tem consenso. Altera os dispositivos dos Decretos-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal, e nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para ampliar os casos de aplicação da pena de perda de bens e valores e garantir sua execução e a reparação do dano sofrido pelo ofendido. Autoria, Senador Almeida Lima. Relatoria, Senador Demóstenes Torres, parecer pela rejeição da matéria.

Transfiro à Presidência à Senadora Lúcia Vânia, para que eu possa fazer o relatório. Será bem sucinto.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer é contrário porque a matéria, embora louvável, ela é bastante confusa, atestado por todos que fizeram a análise. Da maneira como ela foi proposta,

vai causar mais confusão e diminuir a possibilidade de ter a pena privativa de liberdade e acrescenta possibilidade da perda de valores e bens, mas de uma forma bastante confusa. Por isso o parecer é pela rejeição e nós vamos fazer uma discussão oportuna sobre esse tema. É o parecer Sra. Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Gim Argello já votou?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Ok. Aprovado o projeto.

Transfiro a Presidência para o Senador Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 24, página 352. Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2008. Altera o art. 554 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 73, Código de Processo Civil, para permitir a sustentação oral nos julgamentos de agravos nos Tribunais. Autoria, Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria, Senador Almeida Lima. Parecer pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Francisco Dornelles, página 352, a quem nomeio relator *ad hoc* para proferir o relatório; 352.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Um instante, nominal. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Dornelles, relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): As matérias estão aprovadas, eu pergunto, as V. Exas. se posso repetir a votação para as emendas. Emendas aprovadas. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Vamos fazer a votação, todo mundo já conhece a matéria, em relação à alteração do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ou não? A matéria já...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Essa matéria já está rolando a...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu peço vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então V. Exa. considere... Dê como lido, já pede vista e adianta... O item 1 já teve pedido de vista. O Item 2, não. V. Exa. também é o relator. Dê como lido e semana que vem é Item 1, já antecipa o trâmite. Página 40.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O Item 2, ele está, na verdade, ele está prejudicado, porque foi incorporado ao Item 1.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): De qualquer forma, como nós vamos fazer a votação em conjunto.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Ok, mas ele foi pedido o arquivamento porque eu já incorporei as ideias da Senadora Marisa Serrano, no relatório principal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. pede vista, Senador Jucá? Pede vista, vista coletiva.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 1 e 2 voltam a semana que vem como Item 1 da pauta.

Item 45, página 556. Projeto de Lei do Senado nº 2009(sic). Altera os arts. 286 e 287 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, com a finalidade de agravar a pena dos delitos de incitação e de apologia de crime quando este for punido com reclusão. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia. Relatoria Senadora Kátia Abreu. Parecer favorável à matéria com duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Francisco Dornelles, para proferir o relatório, página 556.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, vem a esta comissão para exame nos termos do art. 91 o Projeto de Lei do Senado nº 201, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de agravar a pena dos delitos de incitação e apologia de crime quando ele for punido com reclusão. O parecer já foi amplamente debatido e o parecer e a conclusão é para aprovação com as emendas apresentadas pela Senadora Kátia Abreu.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Lembrado só que este é projeto que quando alguém incitar a prática de pedofilia ou fazer apologia do crime de pedofilia a pena será agravada. Um projeto muito bom e faz parte desse pacote.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, Presidente, agravar é pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É verdade.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Crime relacionado a pedofilia tudo sempre é pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concordo com V. Exa.

Item 48, página 578. Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2009. Dispõe sobre servidores do Senado Federal e dá outras providências. Autoria, Senador Eduardo Suplicy. Relatoria, Antonio Carlos Júnior. Parecer favorável a matéria com três emendas que apresenta. Senador Pedro Simon pediu vista. Não apresentou qualquer manifestação em decorrência do pedido de vista.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior para suas últimas considerações.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse projeto já foi lido da sessão passada, e na verdade, o que o Senador Eduardo Suplicy pretendia dar maior transparência à questão dos servidores da Casa, inclusive veiculando informações sobre lotação e etc. Chegando inclusive a pedir tabela de remuneração, coisa que eu achei que a divulgação da tabela, eu acho ser uma coisa bastante ostensiva em relação aos servidores, mas é claro que pela classificação que eles têm, isso poderia ser pesquisado por quem quisesse.

E adaptei também o projeto ao que já tinha sido feito no portal de transparência do Senado, já tinha fei-

to algumas das colocações do Senador Suplicy. Então eu fiz uma adaptação do projeto do Senador Suplicy àquilo que já tinha sido colocado no portal de transparência do Senado.

Então o voto é pela aprovação com as três emendas que eu relaciono aqui no parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão Diretora.

Item 39. Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2004. Página 506. Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Autoria, Senador Demóstenes Torres. Relatoria, Senador Alvaro Dias. Parecer favorável à matéria com duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Alvaro Dias para proferir o seu relatório.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, o projeto de lei de autoria de V. Exa., em síntese, altera a legislação em dois pontos, o item A aumenta de dois para quatro anos o prazo máximo de renovação do primeiro contrato de trabalho do atleta, com a entidade de prática desportiva formadora que o tenha profissionalizado.

E o outro item proíbe a negociação com o exterior dos direitos federativos do atleta antes de sua profissionalização e maioridade. O projeto é oportuno e vem para preservar os clubes, que na legislação atual acabaram sendo os maiores prejudicados. A legislação significou um avanço em relação aos atletas profissionais e beneficiou extremamente os empresários dos atletas profissionais e os clubes acabaram prejudicados, muitos dos quais investem significativamente na formação atletas e prematuramente os perdem para outros clubes, notadamente para o exterior. Daí a importância da mudança, alterando a legislação para permitir que os contratos sejam celebrados não por dois, mas por quatro anos, o primeiro contrato profissional e impedindo que atletas não profissionalizados ou menor de idade sejam negociados com o exterior.

A prática mostra que às vezes nós vemos pela primeira vez um atleta profissional atuando pela seleção brasileira, nunca tivemos oportunidade de vê-lo jogar no nosso país. Muito cedo foram negociados esses atletas para o exterior, já há vários exemplos de atletas que não atuando em clubes nacionais acabaram chegando à seleção brasileira de futebol. Nós entendemos que há necessidade de compatibilizar os interesses do atleta profissional com os interesses do clube e também do empresário dos jogadores. Há necessidade de estabelecer uma compatibilização dos interesses do empregador, neste caso, com o empregado. E eu vejo que a proposta do Senador Demóstenes Torres é um avanço, é evidente que essa matéria terá que ser ainda debatida, essa questão da legislação do desporto no país, há alterações que devem ser promovidas ainda, mas esse projeto é um avanço, e nós apresentamos emendas que apenas aprimoram a proposta Senador Demóstenes Torres e recomendamos a sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Item 31 da pauta, página 413. Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006. Acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências. Autoria, Senador Paulo Paim. Relatoria, Senadora Lúcia Vânia. Parecer favorável à matéria nos termos do parecer aprovado pela CAES e ratificado pela CAE. E pela rejeição das Emendas nº 4 e 5 de Plenário. A matéria foi apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, para proferir o relatório.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, como essa matéria já foi distribuída, eu vou ler apenas o voto.

"Opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, e no mérito pela aprovação do Projeto de Lei nº 248 de 2006..."

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu gostaria de pedir vista desse projeto.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Vista concedida.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. então dê como lido o relatório. Vista concedida ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu gostaria de fazer um apelo ao nobre senador, para que a gente não pedisse vista nesse projeto, nós vamos discutir ainda no Plenário, há uma vontade de que a aprovado esse projeto vai cair inclusive o imposto fiscal que é obrigatório. É toda uma construção coletiva que nós viemos fazendo há meses, há anos aqui no Congresso, já foi aprovado em todas as comissões por unanimidade. Então o apelo que eu faço ao nobre Senador, se nós podemos discutir no Plenário.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu vou aqui atender a apelo dos senadores e vou retirar o pedido de vista e vou examinar o assunto em Plenário, se for o caso nós emendaremos.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço o Senador Antonio Carlos Junior e então o meu voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa., dá como...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Meu voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Pela ordem, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, eu queria apenas fazer uma menção ao projeto, Projeto de Resolução já votado, cujo relator foi o Senador Antonio Carlos Júnior. Eu, infelizmente, estava, justamente no momento que houve a votação, arguindo o Sr. Trezza, o indicado para ser o responsável pela ABIN, mas gostaria então de agradecer ao Senador Antonio Carlos Júnior pelo seu parecer, que foi favorável no que diz respeito aos objetivos principais e dar transparência à relação de servidores, respectiva função, lotação que estará colocado no Portal da Transparência, e também a maneira pela qual haverá um quadro, segundo as faixas de remuneração em que ali por função e se estará sabendo o grau de remuneração de cada pessoa, ainda que de uma maneira indireta, conforme a sugestão do Senador Antonio Carlos Júnior.

Então o principal, que é o objetivo da transparência com respeito a todos que aqui contribuem para o Senado Federal, está sendo considerado e por isso eu agradeço a sua relatoria, Senador Antonio Carlos.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Suplicy, na verdade o que nós fizemos foi... As emendas que foram feitas, foram para adaptar o projeto do Senador Suplicy ao Portal da Transparência. Na verdade, o projeto fica consoante com o Portal da Transparência, quer dizer, não há choque e, portanto, é mais um instrumento para dar transparência à gestão do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Essa comissão considera a visita honrosa a do Dr. Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado de São Paulo.

Nada mais havendo a tratar, só para comunicar as V. Exas. que nós vamos utilizar a partir de agora, para tentar agilizar ainda mais os nossos trabalhos, o seguinte procedimento: todas as matérias serão consideradas matérias pautadas a medida em que os relatórios chegarem aqui. Eu mandarei por meio eletrônico, para que os senadores possam fazer a análise, todos os senadores. Os senadores que não fizerem qualquer objeção, se os senadores não fizerem qualquer objeção, às terças e quintas nós vamos colocar as matérias que não têm objeção e às quartas-feiras nós vamos colocar as matérias que são consideradas polêmicas.

Com isso, nós pretendemos limpar a pauta, no primeiro semestre nós votamos quase mil projetos e agora nós temos aí 400 prontos para votação, nós precisamos votar, e temos mais de 800 com os Srs. Senadores. Desses, mais... Nós temos mais de mil com os senadores, e mais de 800 já estão com a data atrasada. Então, os senhores vão receber um ofício, não fiquem ofendidos, para que devolvam os pareceres com o prazo já esgotado a fim de que nós possamos pautá-los.

Então só para repetir a sistemática: mando para todo mundo já os 400, incluo automaticamente em pauta, aqueles que não são polêmicos para nenhum senador, nós votaremos às terças e quintas-feiras, e aquelas que tiverem polêmica nós votaremos às quartas-feiras. Podemos utilizar essa sistemática, sem objeção?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu tenho uma ponderação a fazer à V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Depois que V. Exa. fez essa cirurgia de redução do estômago, parece que se tornou um maratonista legislativo, porque eu nunca vi uma determinação tão forte para se dar celeridade aos processos como V. Exa. vem dando. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito obrigado, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu também queria parabenizar o Senador Demóstenes pela agilidade e pela... E realmente e nós estamos conseguindo avançar bastante e não perder tempo com projetos que na verdade são... Tem sua importância, mas são consensuais, não exigem uma discussão mais longa, portanto, eles podem ser votados com mais rapidez.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço às V. Exas. Nada mais havendo a tratar, declaro suspensa a presente reunião, informando que será reaberta amanhã dia 15 de outu-

bro de 2009, às 10 horas, para realização de Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2009, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Competência da Defensoria Pública de garantir o acesso à Justiça, no âmbito da execução da pena e prestação de assistência de judiciária integral e gratuita, com a presença dos seguintes convidados: José Carlos Cosenzo, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, CONAMP; André Luis Machado de Castro, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, ANADEP; José Reinaldo Guimarães Carneiro, representando o Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais, Sr. Leonardo Azeredo Bandarra; Padre Valdir João Silveira, Coordenador Nacional da Pastoral Carcerária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil CNBB; Fernando César Baptista de Mattos, Presidente da Associação dos Juízes Federais, AJUFE; Sérgio Salomão Shecaira, Membro do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, IBCCRIM; Roberto Gonçalves de Freitas Filho, Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, representando o Presidente da OAB, Sr. Raimundo Cezar Britto Aragão; Antonio Carlos Alpino Bigonho, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; Benito Augusto Galiani Tiezzi, Assessor Especial da Presidência da ADEPOL Delegado de Polícia do Distrito Federal, representando o Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, ADEPOL, Sr. Carlos Eduardo Benito.

Comunico às V. Exas. que também na próxima quarta-feira eu não presidirei essa sessão e sim, o Sr. vice-Presidente, uma vez que estarei representando o Brasil na Assembleia Nacional da ONU, designado pelo Senado Federal.

Está, portanto, suspensa a presente sessão, muito obrigado.

[Sessão suspensa no dia 14/10/2009 às 12h32].

2ª PARTE
Realizada no Dia 15 de Outubro de 2009,
Às 10 Horas e 11 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Bom-dia, senhoras e senhores. Havendo número regimental, declaro reaberta a presente Reunião 43ª Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A segunda parte da presente reunião destina-se à realização de audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 43/2009, que Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, (Competência da Defensoria Pública de garantir o acesso à Justiça, no âmbito da execução da pena e prestação de assistência judiciária integral e gratuita), conforme Requerimentos n°. 108 de 2009 – CCJ, de autoria dos Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Aloizio Mercadante e Lobão Filho; nº 109, de autoria do Senador Tasso Jereissati; e nº 110, de autoria do Senador Romeu Tuma, e 112, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

Cumprimento os Srs. convidados, Srs. Senadores e Senadoras e vou chamar para a Mesa, uma parte... Vários convidados e uma parte fará parte da Mesa, e assim que terminar, nós trocaremos por outros que terão o tempo de 10 minutos para expor as suas posições e três minutos para cada Senador para questionar os seus convidados.

Então, convido o Sr. Décio Luiz Afonso Gomes, Promotor de Justiça e assessor do Subprocurador-Geral de atribuições originárias; Carlos Weis, Defensor Público do Estado de São Paulo, Representante da Associação dos Defensores Públicos; José Reinaldo Guimarães Carneiro, representante do Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais; Padre Valdir João Silveira, Coordenador Nacional da Pastoral Carcerária da Conferência Nacional dos Bispos; Dr. Sérgio Salomão Shecaira, membro do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

Convidaria para sentar aqui à frente o Dr. Roberto Gonçalves de Freitas Filho, ex-Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e representante do Presidente da OAB, Raimundo César de Brito Aragão. Eu peço desculpas em colocar o senhor aqui, mas, em seguida à fala, porque senão ficaria difícil. E mais Daniele de Souza Osório, Defensora Pública Federal-Chefe, do Mato Grosso do Sul. Muito obrigado pela presença de todos. Pergunto se o Dr. Benedito Augusto Galiani Tiezze já chegou? Não. Dr. Leonardo Cardoso de Freitas, Diretor da Associação Nacional dos Procuradores da República, por favor... Fernando César Batista de Matos, Presidente da Associação dos Juízes Federais. Por favor, doutor.

Conforme a sugestão da secretaria, nós daremos 10 minutos, tendo em vista o número de convidados, 10 minutos para os expositores e, posteriormente, três minutos para cada senador que desejar questioná-los. Vou seguir a lista, não de preferência, mas a relação... Dr. Décio Luiz Alonso Gomes, tem V. Exa. a palavra para expor o seu pensamento a respeito do projeto.

SR. DÉCIO LUIZ ALONSO GOMES: Exmo. Senador Romeu Tuma, registro aqui a satisfação, em nome da CONAMP, de poder participar da concretização nessa alta Casa do princípio democrático, que é viabilizado através de Audiência Pública, para debates de tema de suma importância, não só para ordena-

mento jurídico, não só, quero dizer, para os operadores do Direito, mas acima de tudo, para a população. O Senado, quem sou eu para dizer isso, mas está de parabéns por essa oportunidade que nos é dada e espero que esse nosso debate, que eu já vi, vai ser um debate acalorado, mas acalorado por ideias, acalorado por novos horizontes, possa trazer algum proveito para o nosso trabalho.

Bom, o Projeto de Lei da Câmara nº. 43/2009, como todos sabem, estabelece alterações na Lei de Execuções Penais, a Lei 7.210/84. O mote principal na questão da lógica é uma conferência de maiores atribuições, maiores poderes e maiores atuações à Defensoria Publica, seja ela dos Estados, seja ela a da União. E nesse primeiro ponto aqui, é de se estacar a felicidade do projeto, não esperem, pelo fato de eu ser Promotor de Justiça, que eu vá atacar pura e simplesmente a instituição da Defensoria Pública, pelo contrário, muito me honra e muito me agrada poder, no cotidiano forense, trabalhar com a Defensoria Pública, no meu caso, a do Estado do Rio de Janeiro, uma das principais instituições que asseguram o Estado Democrático na nossa nação.

Então, acho, e creio que esse vai ser um sentimento comum aqui, que o projeto é bem vindo na parte que fortalece, sim, a Defensoria Pública. O relator do projeto pecou, se me permite a expressão, pelo entusiasmo, mas de que forma? Acertou, ao conferir um tratamento especial à Defensoria Pública, mas se excedeu um pouco ao conferir atribuições, ao conferir competências que são próprias de outras instituições ou de outros órgãos.

A questão principal e que salta logo aos olhos, podem ser reduzidas em dois pontos básicos: Quais são? O primeiro, a questão do assento no Conselho da Defensoria Pública, que será objeto aqui, acho, de todos os expositores. E o segundo, a questão, o que a gente vem chamando de legitimidade extraordinária coletiva da Defensoria Pública, vale dizer, a Defensoria Pública perde um pouco a sua matiz de tutela individual, de garantia, de proteção do preso individualmente, e é ornada e é agora beneficiada, aquinhoada com uma legitimidade extraordinária, deixa de proteger, deixa de representar o interesse do preso individualmente e passa a representar os interesses coletivos do efetivo carcerário.

Qual o problema disso? Pelo menos na abordagem que eu consegui preparar e tenho certeza vai ser objeto aqui de debate posteriormente, a minha primeira preocupação é uma preocupação de origem de validade constitucional, senador, porque, se buscarmos a fonte de validade do discurso desse projeto, obrigatoriamente vamos ter que passar pelo art. 134 da Constituição; art. 134, que faz a reserva de poderes à Defensoria Pública, e é expresso o comando constitucional originário, quando diz que a Defensoria Pública tem como atividade, tem como norte, tem como finalidade e como missão principal a assistência jurídica às pessoas necessitadas.

Me parece estranho, me soa um pouco fora do tom a atribuição de poderes que são próprios de outra instituição, uma instituição que vem capitulada no art. 127 da própria Constituição também, que é o Ministério Público; a parte de fiscalização da atividade judiciária, a parte, no sentido lato, daqui a pouco eu explico mais, a parte da representação da coletividade carcerária, são atividades próprias, são missões específicas do Ministério Público, seja ele também nos Estados, seja ele da união.

No ponto específico da fiscalização, se me permitem, eu acho que o projeto não contribui muita coisa, e aí eu explico. Tanto o defensor, quanto o advogado, quanto o promotor, eles exercem obrigatoriamente atividade fiscalizatória durante o desempenho dos seus múnus, porque toda vez que ele se debate, que ele se enfrenta uma questão colocada pelo Magistrado, ele está realizando a fiscalização da atividade judiciária. A questão da fiscalização dos estabelecimentos, a fiscalização de integridade, tanto física, quanto moral, dos detentos, acaba, como já foi capitulado, tanto na nota técnica, quanto no parecer no Senado Osmar Dias, acaba comprometendo a independência que o Defensor tem em relação ao seu assistido.

Outro ponto, que foi o primeiro que eu destaquei, foi a questão do assento nos conselhos. A Defensoria Pública, com a aprovação desse projeto, ela passa a ser o desequilíbrio do jogo processual, especificamente na parte da execução. Por que o desequilíbrio? Porque ela passa a ter uma prerrogativa a mais em relação às outras instituições. Se pararmos para analisar a lei, tanto a OAB, Ordem dos Advogados do Brasil, quanto o Ministério Público, não têm essa reserva de assento prevista em lei, ao passo que a Defensoria Pública, com o implemento desse projeto, passa a ter uma prerrogativa a mais, uma voz garantida em todas as situações, em disparidade em relação à outras instituições. Só como uma nota de observação, se buscarmos a realidade de cada Estado da nossa federação, a gente pode sacar o exemplo do Rio Grande do Sul, e o professor Salomão conhece bem os integrantes de lá, o Rio Grande do Sul só é composto o conselho, se não me engano, somente por advogados; não há promotores, não há defensores. Essa previsão feita agora no projeto acaba não só por desestruturar as funções que já foram encaminhadas pelos Estados, como desequilibra o jogo, desequilibra a balanço.

No mais, penso que o art. 81-A e o art. 81-B, mais uma vez, no que prevêem tutelas coletivas na execução penal, extrapola a missão da defensoria, mais uma vez, qual seria ela? Assistência jurídica aos necessitados. E aqui eu destaco mais uma vez, não é reclamação de Promotor de Justiça, não é querer diminuir a Defensoria Pública, pelo contrário, a missão dela é uma missão das mais bonitas, uma missão das mais importantes e acho que deve ser bem prestada no ponto e no enfoque que a Constituição deu, qual seja a assistência individual jurídica e judiciária aos necessitados.

Penso que a exposição vai ganhar muito com os debates. Então, senador, eu devolvo a palavra e espero aqui os questionamentos que virão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado doutor. O senhor sabe que tem uma coisa que me preocupava muito, quando delegado de polícia, no fórum, a apreciação de processo, antes da criação da Defensoria Pública, e tinha uma audiência e o preso sem advogado, normalmente, aí o juiz, para não perder audiência, pedia para chamar o advogado que estava fazendo outra audiência do lado, e dava cinco minutos para ele ler o processo para funcionar como defensor. Como é que o preso ia ser beneficiado numa defesa que o advogado não conhecia nem a Portaria de instauração do processo? Então, lá teve um valor imenso porque hoje praticamente não há quem fique desassistido.

Agora, nos presídios, tem acontecido coisas terríveis. Eu tenho até a ideia de um projeto de recuperar a figura do aluno do 5º ano, que possa funcionar o antigo solicitador acadêmico, que poderia funcionar com o Ministério Público, com a Defensoria Pública, no levantamento dos processos daqueles que já estão lá de graça, pagando um preço mais alto do que realmente a exigência da própria condenação.

E os presídios estão cheios, e o Presidente Gilmar Mendes constituiu uma comissão de voluntários, advogados voluntários, para verificar, e juízes, verificar o andamento de processos para tentar esvaziar as cadeias daqueles que tenham qualquer benefício que não estão gozando pela falta da assistência. Então, são coisas que a gente tem que pensar um pouquinho porque a grande dificuldade que se encontra hoje é sobrecarga de trabalho, e todo mundo, todas as organizações querem mais.

Então, eu acho o seguinte: a gente tem que procurar meios para somar e descobrir mecanismos que funcionem todos juntos com um objetivo só. Essa é uma ideia pessoal, não é nem do Relator, nem é minha, por, talvez, ter passado momentos difíceis, em épocas duras, em que não existia Defensoria Pública; o Ministério Público tinha um trabalho intenso, com efetivo pequeno; em São Paulo, havia uma ligação enorme entre várias áreas da Polícia com o Ministério Público para ter apoio direto. Porque imagina um delegado de polícia e um promotor chegar junto ao juiz para requisitar qualquer coisa, o Juiz atende na hora, senão ele diz assim: "Eu tenho que dar vista ao Ministério Público"; o Ministério Público requisita outra diligência.

Então, eu acho que isso traz um pouco de retardamento do andamento dos procedimentos, e é claro que a sociedade paga o preço, e as Audiências Públicas têm um papel importantíssimo, não só a parte da discussão, de se buscar conscientizar o melhor objetivo na formatação do projeto para votação, mas dar à sociedade em geral o conhecimento do que se passa na Casa. Cada um dos senhores está explicando lá fora muito mais do que aqui, que aqui quem vai cuidar das notas taquigráficas é o relator, então, lá fora a população vai ver que estão preocupados com tudo que está acontecendo, porque é noticia diária de jornal, é um sofrimento permanente, porque normalmente a sociedade não sabe como as autoridades competentes em cada área têm efetivamente trabalhado.

Então, queria agradecer em intensidade porque não faltou um dos convidados, vieram todos, graças a Deus. Está aí a importância da Audiência Pública e o interesse daqueles que buscam melhorar o projeto para ter objetividade e aplicabilidade, que, às vezes, se faz um projeto aqui na corrida e chega o juiz, promotor e diz: "Não dá para aplicar, tem negócio aqui que complica" e acaba ficando praticamente letra morta. Eu peço desculpa por ter falado, mas é o sangue de delegado, que às vezes funciona.

Agora vou chamar o outro convidado, Sr. Carlos Weis, Defensor Público do Estado de São Paulo, Representante do Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Dr. André Luiz Machado de Castro. Tem a palavra, V. Exa. por 10 minutos.

SR. CARLOS WEIS: Bom-dia, Sr. Senador Romeu Tuma. É uma honra para a Defensoria Pública participar desse momento democrático nacional, nesse espaço aberto pelo Senado; achamos fantástico que possamos aqui, todos reunidos, contribuir para o debate e fornecer informações e subsídios para o debate desse Projeto de Lei.

Gostaria de, então, agradecer o convite formulado. E começar com uma exposição, um panorama da atuação da Defensoria Pública na execução penal. Porque a Defensoria Pública já atua muito na execução penal e acho muito importante que V. Exas. saibam o que já vem sendo feito. Assim, a gente pode contextualizar o PLC 43 e conduzi-lo da melhor maneira possível.

Quando se visita uma unidade penal, um presídio, é muito... Chama muito atenção de todos nós, todos que vão lá, quando vai conversar com um preso na grade, na cela, que o preso, a primeira coisa que ele pede é atendimento jurídico. As condições dele podem ser as piores possíveis, não tem colchão, a saúde está ruim, a alimentação é péssima, mas ele chega: "Minha pena está vencida, doutor. Doutor, por favor, veja o meu processo". Então, nós percebemos que assistência jurídica, no sistema penitenciário, é um problema seriíssimo, e é a maior demanda da população carcerária e também a maior demanda dos familiares e dos presos, das mães que acorrem aos escritórios da Defensoria Pública, das mulheres, enfim.

Veja-se que a Lei de Execução Penal, por ser de 1984, não contemplou a Defensoria Pública no seu bojo, pelo fato evidente de que a Defensoria Pública foi criada, para o ordenamento jurídico, pela Constituição de 88. É certo que já havia várias Defensorias Públicas funcionando em Estados brasileiros, mas não voltadas à consecução do atendimento jurídico e integral gratuito e estatal, criados pela Constituição de 88. De modo que esse Projeto de Lei vem em mais do que boa hora no sentido de inserir a Defensoria Pública na execução penal, não só dando continuidade ao que a Constituição Federal previu, como fazendo justiça ao atendimento que a Defensoria Pública já faz no Brasil inteiro.

Para que V. Exas. tenham ideia, um levantamento Ministério da Justiça revela que dos 450 mil presos no Brasil, esse número já está em 460 mil hoje, 90% são atendidos pela Defensoria Pública, 90% não tem condições de constituir um advogado. E basta novamente, nós que vamos às cadeias, verificar que a gente encontra são os miseráveis que estão presos. Na grande maioria, são pessoas paupérrimas e que pessoas são que naturalmente são assistidas pela Defensoria Pública.

No Estado de São Paulo, de onde eu venho, por exemplo, há 35 defensores públicos voltados exclusivamente ao atendimento de 150 mil presos. Não é ainda um adequado, estamos aí em vias de ampliar esse quadro com a possível aprovação de mais 100 defensores, até o fim da legislatura da Assembleia Legislativa de São Paulo, dos quais 25 vão ser colocados para execução penal, de modo que a gente pretende quase que duplicar esse quadro.

No Rio de Janeiro, são 43 defensores públicos para uma população carcerária de 22 mil; uma relação muito melhor.

SR. CARLOS WEIS: Bom, 35 com os provisórios; estou falando só dos condenados. Mas, de qualquer maneira, 35 ou 22, é um número razoável. Mais do que isso, Excelências, a Defensoria Pública vem se mobilizando para dar conta do seu múnus, da sua obrigação. Recentemente, foi constituído pela Defensoria Pública, nacionalmente, a Força Nacional de Defensores Públicos, e essa força nacional vai agora, semana que vem, a Minas Gerais, com 42 defensores públicos de o Brasil inteiro prestar atendimento, fazer um mutirão para cinco mil presos da penitenciária ali, que fica ao lado de Belo Horizonte, que também é uma penitenciária hiper lotada.

Então, a Defensoria Pública vem trabalhando muito afinco para cumprir com a sua tarefa de prestar assistência jurídica à população carcerária. Veja-se que, por conta disso, o pacto republicano de Estado, celebrado esse ano pelo Presidente da República, pelo Presidente do Senado, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, e pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, previu, dentro desse pacto, que deve haver o fortalecimento das Defensorias Públicas, e especialmente no pacto consta, que deve haver a fortalecimento das Defensorias Públicas na área penitenciária, justamente por reconhecer que uma chaga brasileira.

O país está em vias de receber a Copa do Mundo, felizmente, as Olimpíadas, agora na cidade do Rio de Janeiro, coisa de primeiro mundo, e nós temos prisões medievais; o Brasil não pode conviver com prisões medievais e a presença do Defensor Público nas penitenciárias é condição *sine qua non* para mudar essa realidade.

Em face disso, a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça colocou no bojo do PRONASCI, um programa, uma linha de financiamento que já está atendendo 21 Defensorias Públicas do Brasil para criação de núcleos de atendimento a presos e a familiares de presos, dentro e fora das unidades penais.

Então, só para dar esse panorama inicial, no tempinho que a gente tem, para que V. Exas. percebam que a Defensoria Pública vem se esforçando, dentro das suas limitações, mas nós realmente temos nos esforçado para dar o atendimento que a população carcerária precisa e merece.

Em face disso, agora rapidamente comentando alguns pontos polêmicos do projeto que nós encaminhamos, em princípio, obviamente pela sua aprovação, e acho que há um consenso generalizado de que esse Projeto de Lei é benéfico, e eu fico muito feliz de ver o representante do Ministério Público também encaminhar, acho que alguns pontos que merecem uma reflexão. Então, o art. 16, que é o artigo que prevê a assistência jurídica estatal prestada pela Defensoria Pública, a mudança do art. 16 da Lei de Execução Penal nada mais do que trazer para o mundo do Direito uma

realidade de fato. É a Defensoria Pública que presta, no Brasil inteiro, a maior parte da assistência jurídica.

Há uma dúvida, há uma questão de se deve constar no art. 16 se o atendimento deve ser dentro do sistema penitenciário e também fora para o atendimento das famílias e, sem dúvida nenhuma, o atendimento fora é tão ou mais importante do que o atendimento a ser realizado dentro dos presídios. Porque, para V. Exas. terem noção, a Defensoria Pública de São Paulo, só na capital, atende por dia 150 familiares de presos; no mês, são três mil, aproximadamente, pessoas atendidas no Fórum Criminal, não no presídio, por defensores públicos, por quê? Porque 94,7 dos presos paulistas, por cento dos presos paulistas não sabem quando terminará sua pena. Isso é um dado estatístico levantado pelo Governo do Estado em 2002.

Então, a Defensoria Pública de São Paulo cumpre esse papel de informar. Imaginem V. Exas. uma pessoa presa nesses presídios medievais, sem saber quando é que termina a sua pena. Já basta toda a agonia de estarem em condições sub-humanas e ainda não sabem quando termina. Então, por isso que familiares acorrem em massa aos escritórios das defensorias, aos núcleos de Defensorias Públicas, pedindo informação. E a gente fornece informação e essa informação é básica para acalmar a população carcerária que a pessoa sabe: "Ah, daqui a três meses, eu posso ter um benefício, daqui a um ano eu saio". E a pessoa, então: "Não vou me meter em besteira porque senão e vou atrasar a minha vida". Então, é muito importante que o art. 16 contemple, como o projeto original previa, o atendimento fora dos presídios, que já é uma realidade importante.

Para comentar rapidamente um ponto suscitado aqui pelo Dr. Décio, que eu acho fundamental, a questão da tutela coletiva. Então, como nós mostramos a V. Exas., a tutela coletiva em nada atrapalha a tutela individual que é o carro-chefe, que é de 99, tanto, quase 100% do atendimento que a Defensoria Pública presta aos presos e aos seus familiares, nós continuamos a prestar. Agora, por que é importante inserir a tutela coletiva? Em primeiro lugar, porque o sistema penitenciário brasileiro é tão absurdo, é tão medieval, é tão anacrônico... As violações são tão grandes; basta visitar um presídio e vai encontrar preso com colostomia, preso com bala alojada, pessoas que não estudam, pessoas que não trabalham; é uma situação tão grave que, sem dúvida nenhuma, merecem o atendimento. Só um minuto para concluir. Merecem o atendimento...

SR. CARLOS WEIS: Muito obrigado, Excelência. Merecem o atendimento da defensoria também do Ministério Público; nós, com todo respeito ao Ministério Público, achamos que não deve haver uma exclusividade de um órgão para questões tão importantes quanto essas. Acho que deve haver a concorrência de todos os órgãos que possam contribuir para a melhoria das condições.

Nesse aspecto, apenas para citar dois exemplos a V. Exa., no Mato Grosso, há um presídio que não tinha de ônibus que chegasse até ele. Então, as mães dos presos, as mulheres, até os filhos dos presos não conseguiam chegar para visitar os presos, e a gente sabe o quanto a família do preso é importante para ressocialização daquela pessoa. A Defensoria Pública do Mato Grosso tentou um acordo com a municipalidade para extensão; a municipalidade se negou a puxar linha de ônibus até o presídio. Foi impetrada uma Ação Civil Pública e essa Ação Civil Pública logrou êxito e hoje a linha de ônibus chega até a porta do presídio.

A Dra. Daniele tem outro exemplo, referente à área de saúde, eu vou me permitir passar a palavra a ela, depois, para contar um exemplo também de Defensoria Pública, que impetrou uma Ação Civil Pública para a área de saúde e educação, se não me engano, que é condição fundamental para ressocialização do preso.

Então, com todo respeito, eu acho que a tutela coletiva da Defensoria Pública vem se somar aos esforços do Ministério Público e efetivamente, não vai, de modo nenhum, atrapalhar o atendimento a milhares e milhares de presos que nós fazemos mensalmente.

Quanto ao assento nos conselhos, e eu fecho com isso, eu fui membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, durante seis anos, não como Defensor Público porque não temos assento cativo lá, a convite, muito me honrou, a convite do Ministro de Justiça. Nesses seis anos que eu passei no Conselho, eu era o único membro da Defensoria Pública. Nesse período, eu convivi com oito membros de Ministério Público, em geral, concomitantemente, em geral, havia cinco ou quatro membros do Ministério Público na composição do CNPCP, que é de 13 membros, cinco eram do Ministério Público, havia um único Defensor Público e, quando eu saí, entrou o Dr. Rodrigo, que está presente aqui, e continua sendo o único.

Então, quando o Dr. Décio me antecedeu e disse que essa lei causa desequilíbrio, a realidade é ao contrário; a realidade é que o Ministério Público prevalece absolutamente nos órgãos, nos conselhos que criam a aplica penitenciária nacional. E a Defesa, a voz dos presos, a voz da Defesa, a voz da Defensoria Pública não se faz ouvir e aí nós temos uma política penitenciária nacional, com todo respeito, desequilibrada, então, com todo respeito, eu acho que o assento das Defensorias Públicas nos conselhos vem equilibrar uma situação de desequilíbrio de décadas. E por isso

eu entendo que devem ser mantidos tanto a tutela coletiva, quanto o aspecto dos conselhos.

Eu gostaria muito de agradecer essa primeira fala, e estamos abertos para a discussão do aprimoramento do projeto.

Muito obrigado, Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Doutor, o senhor sabe que o grande problema até... O sistema carcerário, o sistema penitenciário está muito atrasado e aqui não se discute a sua reforma urgente e a necessidade de melhorar o sistema penitenciário. A tese, lá em São Paulo, eu não sei como anda em outros Estados, era fazer mini-presídios no interior para facilitar o trabalho interno de recuperação principalmente, agora, tem município que se revolta e não aceita. Então, botar uma linha de ônibus o sujeito não aceita, que vá a pé.

Qual é a tese de preocupação que, às vezes, existe? Um preso vai para uma cidade 400, 300 km da capital, e a família vai para lá, então, monta um barraca, monta um favela para não ficar longe, não tem nem como sobreviver, então, acham que a população local fica prejudicada pela presença estranha dos familiares do preso, que é uma coisa difícil de você caracterizar como correta. Mas muitas prefeituras, o Governo de São Paulo fez 10 de uma vez, e tinha uma revolução; alguns municípios aceitavam bem porque aumenta a renda econômica, a economia local melhora, porque quase tudo é adquirido dentro da cidade. Mas muitos municípios que têm uma boa renda não aceitavam de pronto porque trazia essa dificuldade de reclamação popular.

Então, também eu pediria que os senhores ficassem pensando um pouco da busca de algumas soluções que sejam importantes para o sistema penitenciário, principalmente para gente para evitar essa reincidência permanente que tem acontecido. O Ministério Público sabe o que acontece, na hora do preso ser solto, ele pratica um crime quase que imediatamente no primeiro quarteirão. Não é uma crítica; são fatos que a gente vai, ao longo do tempo, verificando. Então, eu estou metendo a cara num negócio que eu devia ficar quieto.

O Dr. José Reinaldo Guimarães Carneiro. A senhora está inscrita depois, então, não tem problema seguir a ordem, porque ele disse que ia passar a palavra. Eu posso passar a Presidência para ele também, se ele quiser...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não tem problema, eu estou brincando aqui, mas será sempre simpático, a única mulher na Mesa, não é? Dr. José Reinaldo Guimarães Carneiro.

SR. JOSÉ REINALDO GUIMARÃES CARNEIRO: Senador Romeu Tuma, colegas de Ministério Público, colegas de Defensoria Pública, Presidentes de entidades da classe, senhores presentes, demais Senadores, nós viemos aqui, em nome do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, estamos representando, então, boa parte do Ministério Público, do pensamento do Ministério Público brasileiro acerca da pretensão, a modificação da Lei de Execuções Penais. E eu vi, agora há pouco, a expressão "exclusividade" e eu também tinha ouvido a exposição do Décio e a do Carlos, nós não estamos aqui, absolutamente num embate corporativo, não se trata disso, em hipótese alguma; o Ministério Público reconhece o crescimento da Defensoria Pública, e mais do que isso, tem esse crescimento como absolutamente necessário, na medida em que há réus pobres, sem assistência mínima, cumprindo pena num sistema, às vezes degradante que é o sistema penitenciário brasileiro, fomentando, inclusive, em razão dessa degradação, o nascimento de facções de presídios.

Agora, se o tema é falar acerca da modificação do cumprimento de pena, acerca da melhoraria na Lei de Execuções Penais, nós poderíamos estar tratando de diversos outros assuntos, não especificamente tratar de um crescimento orgânico da Defensoria Pública dentro da Lei de Execuções Penais. Não é este o foro adequado para o crescimento institucional da Defensoria Pública.

O PCC, para citar um exemplo muito próximo da gente no Estado de São Paulo, tem adotado diversas ações, dentro e fora dos presídios, no tráfico de entorpecentes, na exploração da população civil, na violência constante a que todos nós estamos submetidos, especialmente, desde 2006, sequestros, rebeliões... O Ministério Público de São Paulo, o Ministério Público brasileiro tem encontrado grande dificuldade para poder fazer com que o PCC seja restrito para dentro dos presídios, aqui, dentro da Lei de Execuções Penais, quando nós poderíamos avançar com idéias que fossem dignificantes para o cumprimento de penas, nós estamos de uma instituição, no caso, da Defensoria Pública, de uma maneira orgânica. A Defensoria Pública deve ter esse espaço. Mas esse espaço necessariamente deve ser tratado na Lei Orgânica dela própria que, por sinal, acabou de ser modificada e sancionada pelo Presidente da República e está em vigor. Não cabe agora criar um super organismo, como o projeto de modificação da Lei de Execuções Penais deixa a entender que será criado, que no final das contas, vai, em nome da ampla defesa e do devido processo legal, trazer, no final das contas, mais morosidade ainda na defesa do réu ordinário, do réu pobre.

Eu tenho absoluta convicção, o Ministério Público tem lido muito a ideia inicial, depois comparou a ideia inicial, que veio da Câmara dos Deputados, com os debates que foram realizados dentro do Senado Federal, nós verificamos que há um descompasso efetivo porque não é a Lei de Execuções Penais o local propício para se tratar desta ou daquela instituição, de uma maneira orgânica mais ampla, não é especificamente a Defensoria Pública; lá não é o espaço de se tratar também das prerrogativas de Ministério Público, porque lá, na Lei de Execuções Penais, nós temos que cuidar das pessoas carentes e das pessoas que, obviamente, necessitam de proteção jurídica gratuita, que a Constituição assegura para todos.

Essa proposta que está absolutamente consolidada no projeto que está sendo votado, de fazer uma tutela coletiva em mãos da Defensoria Pública, traz dois problemas graves. O primeiro deles é distanciar efetivamente a Defensoria Pública do seu objetivo primordial, que é a defesa individual do réu necessitado de assistência jurídica. E o segundo é fazer uma invasão absolutamente desnecessária em áreas de atribuições que já são cuidadas pelo Ministério Público, esse sim um entidade que já zela pelo caráter coletivo da população brasileira.

Agora, a dar esse poder que o Projeto de Lei traz em mãos dos defensores públicos, nós teremos, não há nenhuma dúvida, a par do problema material de inconstitucionalidade, já destacado pelo colega Décio, nós teremos outros problemas. O trato da questão penitenciária é um trato de Governo, indiscutivelmente, é um trato político, que deve ser reservados para avaliação nos Estados. Agora, será a Defensoria Pública em razão desse projeto eventualmente aprovado, que vai ditar a política penitenciária no Estado de São Paulo, assolado pelas ações do primeiro comando da capital? Será por acaso a Defensoria Pública que vai, instada pelos poderes conferidos pela alteração do projeto, que vai ditar, por exemplo, a política de segurança Pública que vai ser desenvolvida no Estado da Bahia? Eu creio que não, eu creio que a política criminal vai ser ditada, sobretudo, por ações de governos, de São Paulo, da Bahia, do Ceará, de onde quer que as questões estejam acontecendo.

A par disso, vai se estabelecer, ainda mais, uma morosidade maior... Para usar uma pressão do Ministro Luiz Fux, nós estamos institucionalizando o indevido processo legal porque, na verdade, numa relação piramidal, absolutamente tradicional no Processo Penal Brasileiro, Senador, nós estamos criando, na verdade, uma quarta inclusão de uma instituição, no final das contas, que terá vista dos autos, que poderá trazer presos para fora dos presídios, que poderá visitar presos dentro dos presídios em sistemas inadequados. Até o ano passado, havia um grande debate, inclusive no Senado e na Câmara dos Deputados, a respeito da perspectiva de videoconferência desenvolvida por magistrados brasileiros. Agora, a questão ficou bastante pacificada com a modificação sofrida no Código de Processo Penal, mas nós estamos criando, de novo, a perspectiva de deslocar presos perigosíssimos, de alta periculosidade, para fora dos presídios, para conversar com defensores públicos.

Como é que nós vamos organizar a estrutura dessa transferência? Quem vai cuidar desse deslocamento de presos de facções criminosas em mãos de defensores públicos? Ou seja, aquilo que estava absolutamente resolvido, do ponto de vista da presença do preso ou da distância do preso em poder de Magistrados, Presidentes de ações penais, passa agora a renascer num novo debate de deslocamento para fora de presídios. De maneira que as questões que estão sendo colocadas, que são questões, eu insisto muito nisso, que precisam prestigiar, evidentemente, o crescimento natural da Defensoria Pública, mas não podem prestigiá-las dentro do âmbito da Lei de Execuções Penais, invadindo uma seara, que é uma seara de caráter político, que é uma seara de caráter administrativo, para trazer uma instituição que vai ter, no final das contas, uma fala absolutamente descompassada em relação às demais instituições que participam do sistema penitenciário.

Já foi destacado pelo Décio, a questão do assento nos conselhos penitenciários, no federal e estaduais, não é na verdade exclusivamente para encaminhar os egos das instituições, absolutamente. Mas é preciso ficar destacado, e nós já falamos isso em mais de uma oportunidade, que a magistratura nacional não tem assento específico nos conselhos nacionais, no conselho federal e nos conselhos estaduais; o Ministério Público, da mesma forma. E não é isso que vai fazer, não é a ausência de assento específico no conselho que vai impedir a Defensoria Pública de fazer o seu papel relevante.

Agora, que papel relevante é esse que nós queremos? É aquele de aproximação, de proximidade com o réu pobre. Quando a Defensoria Pública foi pensada, e muito bem pensada, na Constituinte de 1988, era porque nós estávamos, na verdade, projetando as dificuldades dos réus pobres de 1988, porque os Estados eram obrigados, o senhor vai lembrar disso, senador, a fazer convênios com a Ordem dos Advogados para que eventualmente esses réus tivessem um mínimo acesso de defesa. Um réu, naquele momento, tinha uma dificuldade quase invencível de chegar com um recurso ao Superior Tribunal de Justiça, que

na verdade não existia, ao Supremo Tribunal Federal, absolutamente impossível. Hoje, modernamente, o que se admite, o que se tem como propósito, é uma aproximação do Defensor Público com o seu cliente, o seu cliente individual, não coletivo.

É por isso, senador, que a gente gostaria de destacar que nós não num debate corporativo, absolutamente; nós estamos numa divisão de idéias, de espaços; a Defensoria Pública é muito bem-vinda, tem cumprido de forma eficiente o seu papel, mas nós insistimos que não é aqui, na Lei de Execuções Penais, o campo propício para o aumento dessas atividades. Nesse sentido, o substitutivo apresentado pelo Senador Osmar Dias parece que reconduz a seu foro adequado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado a V. Exa. Eu vou pedir licença para chamar o Dr. Fernando César Batista de Matos, Presidente da Associação dos Juízes Federais, em razão de ele ter um compromisso agora, e eu peço desculpas ao padre, que seria o seguinte, e, por favor, o senhor quer sentar aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, pode falar daqui ou senão pediria para alguém... Então, está bom. Assim já é olho no olho, que nem diz assim que a audiência videoconferência os advogados não querem porque não tem olho no olho do juiz com o preso. Não rola um clima. Desculpa, doutor. Mas é que esse foi o argumento, e eu fui o autor do projeto, fizemos algumas experiências com juízes que provaram 100% a ideia da videoconferência. Com a palavra, V. Exa.

SR. FERNANDO CÉSAR BATISTA DE MATOS: Senador Romeu Tuma, Presidente em exercício da CCJ, Senador Valadares, meus caros colegas que estão aqui, da Magistratura, do Ministério Público, da defensoria. Eu, mais uma vez, quero saudar o Senado Federal por estar dando essa oportunidade de nós estarmos aqui. Eu me desculpo com os colegas por pedir essa preferência, para poder falar antes, mas um compromisso exige que eu saia daqui a pouco.

Muitos podem se perguntar o que é que Magistratura Federal está fazendo aqui? O que é que a Magistratura está falando sobre um projeto que envolve a Defensoria e o Ministério Público? A Justiça Federal vem a essa Comissão de Constituição e Justiça, numa dupla perspectiva: A primeira delas é que os Juízes Federais têm participado com muita ênfase, Senador Romeu Tuma, dos mutirões carcerários que têm sido levados a efeito pelo Conselho Nacional de Justiça. Nós, da associação, criamos um cadastro com quase 30 Juízes Federais que estão aí pelo Brasil, ajudando o mutirão carcerário que é feito pelo Ministro Gilmar Mendes e pelo Dr. Erivaldo, que também é um Juiz Federal colega nos nosso, e nós temos efetivamente enxergado a realidade, como o Dr. Carlos falou, essa realidade que muitos nós já conhecíamos das páginas dos jornais, mas agora estamos vivenciando efetivamente os problemas que afetam o sistema carcerário e como, na verdade, hoje o sistema carcerário serve tudo, menos para ressocializar o preso.

E, Senador Romeu Tuma, nós temos enxergado, muitas vezes, uma crítica ao mutirão, por quê? Porque ele tem soltado presos que já cumpriram a sua pena, que têm direito á progressão de regime. E, em vários Estados, a crítica que se faz é que eles estão voltando a delinquir. Mas, se realmente o Estado não cumpre o seu papel de promover a ressocialização desses presos, é uma situação que nós vivenciamos, que é paradoxal.

E a outra perspectiva também de eu estar aqui é o fato de que hoje a Justiça Federal faz a execução da pena, principalmente daqueles presos mais perigosos, nos presídios de segurança máxima. Nós temos as nossas unidades, no Paraná, no Mato Grosso do Sul, e temos vivenciado problemas que envolvem os colegas que estão responsáveis, inclusive com os colegiados decisórios já implementados nestes presídios de segurança máxima.

Não me pareça que aqui seja tão-somente uma discussão corporativa, e eu saúdo todos os membros do Ministério Público e da Defensoria, que falaram antes e trouxeram exatamente essa perspectiva. E a nossa perspectiva também é de apoio à Defensoria Pública, numa perspectiva de que nós, da Justiça Federal, sempre vivenciamos toda a dificuldade na estruturação, desde 2000, clamamos por uma estruturação da Defensoria Pública da União, que tem acontecido, ainda que de forma parcial, mas está acontecendo e nós temos sido entusiastas desse processo.

Agora também aqui as preocupações que foram lançadas são nossas porque grande parte dessas questões que estão sendo lançadas desse Projeto de Lei, principalmente no que se refere à legitimação da Defensoria Pública, o dever das unidades da federação prestarem auxílio, de pessoal estrutural à Defensoria Pública, isso, grande parte dessas questões já foi disciplinada pela Lei Complementar 132.

Então, o foco pode muito bem ser deslocado, ainda que grande parte aqui possa ser eventualmente suprimida na discussão, inclusive do Senador Osmar Dias, no seu substitutivo, a verdade é que essa legitimação extraordinária da Defensoria Pública já foi contemplada na Lei Complementar 132, que prevê expressamente a possibilidade da defesa dos direitos coletivos. Mas nós também, da AJUFE, compartilhamos

dessa preocupação porque a defensoria deve assumir em definitivo qual é o seu papel. Se o seu papel é a defesa individual do preso, e o que a gente tem visto é não tanto uma dificuldade de alteração legislativa, mas de que as instituições que hoje existem e que hoje têm a sua função a desempenhar, elas desempenhem efetivamente essa função, a defensoria prestando assistência aos presos, o Ministério Público fiscalizando e a Magistratura decidindo as questões, então, me parece que é muito mais esse o foco do que efetivamente uma questão meramente corporativa, de defesa dos interesses de uma ou outra carreira.

Nós também, da AJUFE reparamos aqui e concordamos com a questão do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, mesmo porque outros órgãos, como a própria Magistratura, não têm assento nesse colegiado, é que define a política criminal, e a Defensoria Pública vai ser destinatária, portanto, de uma posição de desequilíbrio em relação às demais instituições. E uma preocupação nossa aqui, que inclusive foi sanada pelo Senador Osmar Dias no seu substitutivo, diz respeito exatamente a atribuir à Defensoria Pública a fiscalização da emissão anual do atestado de pena a cumprir, que a defensoria vai exercer também uma função que é própria do Ministério Público, que é de *custos legis*, de fiscalizar o cumprimento do dever, porque essa é uma obrigação que o juiz tem, de todo ano, emitir o atestado anual de pena a cumprir.

As visitas que os órgãos da Defensoria Pública precisam fazer, me parece que elas são superadas com a existência dos órgãos da Defensoria Pública dentro dos presídios. Conversando até com o Dr. André, que é Presidente da ANADEP, e me disse que, no Rio de Janeiro, acho que basicamente todas as unidades já dispõem, não desse órgão de atuação, porque a Defensoria Pública, ela normalmente acumula a atuação no presídio com a atuação em outro órgão...

Basicamente, eram essas as considerações que a AJUFE poderia trazer ao debate, Senador, e dizer que a experiência, para finalizar só, a experiência da videoconferência, desde o seu início, recebeu de nós um apoio muito grande porque hoje não se pode mais considerar o deslocamento de presos, e nisso concordo perfeitamente com o que o Dr. José Reinaldo disse; é preciso esclarecer isso no projeto, que o preso não sai da unidade; quem visita a unidade é o Defensor Público porque os custos envolvidos nisso, e hoje com a videoconferência também, a do próprio Defensor Público com o seu assistido poderia ser resolvido.

Portanto, eu queria, mais uma vez, em nome da AJUFE, agradecer essa possibilidade de estar aqui e parabenizar o Senado Federal por essa iniciativa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós agradecemos a V. Exa., sempre presente a várias Audiências Públicas, com a sua colaboração, inteligência e conhecimento jurídico. E V. Exa. fique à vontade porque sei que tem um compromisso e agradeço.

Chamaria o Padre Valdir João Silveira, Coordenador Nacional da Pastoral Carcerária da Conferência Nacional dos Bispos – CNBB.

Com a palavra, o Padre para seu pronunciamento, por 10 minutos.

SR. VALDIR JOÃO SILVEIRA: Então, Exmo. Senador Romeu Tuma, Presidente da Mesa, na pessoal do qual cumprimento os demais integrantes, também Exmo. Sr. Senador Valadares e demais membros, senhoras e senhores. A Pastoral Carcerária agradece aos senadores a oportunidade de participar desta Audiência Pública para tratar da inclusão de Defensorias Públicas na lei de execução penal, na PLC 43.

A Pastoral Carcerária é um trabalho da Igreja Católica, que está presente na grande maioria dos presídios do Brasil. Esta semana passada visitava ainda de Votorantin, Santos, São Vicente, ontem de manhã, eu estava dentro do Presídio Central de Porto Alegre; de lá, viajei aqui para Brasília. Somos quase quatro mil pessoas que visitam semanalmente os presídios. Então, a minha posição daqui é uma posição por lado de dentro, do sofrimento dos presos.

E gostaria de dizer, a pastoral, que embora a Defensoria Pública seja um órgão para a administração da Justiça, ela não foi incluída inicialmente na execução penal como órgão da execução. Então, com efeito, a defensoria está numa posição singular na execução penal. Enquanto ao juiz cabe a aplicação da lei, com imparcialidade, e ao promotor a defesa dos interesses da sociedade, e ao Defensor cabe à defesa dos interesses legítimos dos presos. E esta ausência da Defensoria Pública na execução penal tem causado, a nosso ver, um desnível com consequências negativas, tanto para a sociedade quanto para os presos. Uma das consequências negativas é a de que, diante da falta de uma instituição pública que defenda seus interesses, os presos são obrigados a contar com a ajuda de outras organizações, ou mesmo se associarem para a defesa de seus direitos, gerando, com isso, instabilidade na administração prisional.

Os crimes de maio, de 2006, ocorridos em São Paulo, com 492 mortes, conferem ao livro publicado "Os Crimes de Maio", pela Secretaria de Justiça do Estado, que foi montado e coordenado pelo CONDEP, talvez não tivesse ocorrido se os presos pudessem contar com uma Defensoria Pública forte, em vez de buscar, em líderes prisionais, seus representantes.

A Pastoral Carcerária, ela entrou em vários presídios rebelados, neste período de 2006, e também após serem rebelados. E a pergunta que eu fiz a vários presídios, presídios quebrados, destruídos, foi esta: "Qual o maior motivo da rebelião?" E a resposta geral foi esta: "O descaso jurídico com a nossa situação". "O desconhecimento da nossa situação processual". As pessoas presas, que não sabem quanto tempo ainda ficarão, que não foram julgadas, não foram condenadas, o total abandono. Então, esta foi a primeira reclamação.

Por isso eu reforço o que o Dr. Carlos falou, às vezes, como a semana passada, eu visitando os presídios femininos, cadeias públicas femininas superlotadas, com a mesma pergunta, as mulheres, diziam assim, elas não falavam da superlotação, primeira situação é a questão jurídica: "Não sabemos em que pé está o nosso processo. E outras já condenadas ao semiaberto, estamos pagando, cumprindo a pena integral no fechado". Isso escuta em vários locais dos Brasil, principalmente ainda aonde não temos uma defensoria estruturada e organizada.

Outro argumento que queremos levantar está relacionado ao papel da Defensoria Pública na melhoraria de condições de vida da prisão, por meio das visitas aos espaços da unidade prisional. Em 2007/2008, a comissão de fomentação do conselho da comunidade, DEPEN, realizou vários encontros regionais dos conselhos da comunidade. Eu participei de alguma dessas reuniões, como também tenho visitado alguns conselhos da comunidade. E, por incrível que pareça, a lei determina que os conselhos da comunidade devem ter três membros: a OAB, representantes do comércio e alguém do conselho da comunidade.

E a gente sente uma grande ausência desses representantes. Onde estão funcionando bem esses conselhos, na maioria do país, ali tem membros da Pastoral Carcerária e da Defensoria Pública. Se luta, se pede, mas muitos conselhos da comunidade não conseguem ter esses membros participando. Lógico, em alguns locais, temos.

Ao contrário do Ministério Público, que busca sempre os interesses da sociedade e, portanto, realiza a visita preocupado com a boa administração prisional e a conservação do bem Público, bem como com o interesse coletivo dos próprios presos, a Defensoria Pública, uma vez inserida na Lei de Execução Penal, realizará as visitas aos espaços da prisão, sempre preocupada em verificar se o os diretos dos presos realmente estão sendo respeitados.

Essa tarefa, sem dúvida, desafogará o Judiciário e o Ministério Público, que até o momento, são obrigados a cumprir suas tarefas e também aquelas própria da Defensoria Pública. E a verdade é que nem esses órgãos têm cumprido, pois é raro encontrarmos, nas unidades, presos que digam: "Aqui se realiza a visita periódica do Ministério Público ou promotor, e o juiz", tem sido também esta uma cobrança muito grande da Pastoral Carcerária, até junto ao CNJ. O que está na lei, o último ano, graças a Deus, tem melhorado, mas quando nós nos dirigimos aos presos sobre a visita do Juiz-Corregedor e do Ministério Público, muitas vezes, o Ministério Público visita sim, mas não ultrapassa a sala dos Diretores, os corredores e, quando realizam as entrevistas aos presos, normalmente são solicitados que os funcionários busquem os presos e tragam até uma sala reservada para entrevista.

Nós, da pastoral, temos acompanhado já alguns casos essa entrevistas e também como são treinados os presos para responder aos Promotores. Porque a visita direta, em lugar realmente, sem que seja acompanhado por funcionários da unidade, tem outro resultado. Então, a Defensoria Pública estando presente na unidade e podendo realizar essas visitas diretas, teria realmente um raio X muito mais completo do funcionamento e muito melhor poderia também contribuir para a melhoraria na gestão penitenciária do administrativo.

Devido também ao número ínfimo dos defensores públicos atuando dentro das unidades prisionais, e em nome da deficiência jurídica das unidades prisionais, em todo o Brasil, conforme presenciou a CPI do Sistema Carcerário, a inclusão da Defensoria Pública, na LEP, pode obrigar o Estado a fortalecer a carreira.

Então, agradeço mais uma vez esta oportunidade e a Pastoral Carcerária, em nível nacional, está aqui para pedir isso que vemos como grande reforço, a aprovação desta lei, do projeto de Lei nº. 43.

Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Padre Valdir, eu pergunto se tem alguma coisa por escrito e os depoentes também, colaboradores, se puderem deixar alguma coisa por escrito, e nós agradecemos, para facilitar o trabalho de análise do relator sobre todas as teses apresentadas aqui durante essa discussão. Agradeço a V. Ema..

Dr. Sérgio Salomão Shecaira. Estou pronunciando certo? É patrício? Então, está bom...

Com a palavra... Ele é membro do Conselho Consultivo do Instituto de Ciência Criminais, IBCCRIM. É isso mesmo?

SR. SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA: Isso mesmo. Bom-dia a todos. Bom-dia, Senador Romeu Tuma, Senador Valadares, Senador Marco Maciel, é uma honra muito grande estar aqui presente nesta Casa, participando dessa Audiência Pública de um temo tão relevante. E eu, que não represento, a rigor, nenhuma

instituição como Ordem dos Advogados, como Defensoria Pública, como Ministério Público, ou como Magistratura, eu, Senador Tuma, eu sou professor titular de Direito Penal da Universidade de São Paulo, e estou aqui em nome do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

A minha vida toda tive uma participação muito acentuada no âmbito do sistema carcerário inicialmente paulista e depois brasileiro. Eu comecei a trabalhar na área criminal, dentro da Casa de Detenção de São Paulo Professor Flamínio Fávero, há alguns anos, quando ela ainda existia, o famigerado Carandiru, trabalhava como advogado prestando serviços à população carente, por um convênio estabelecido, no Estado de São Paulo, da Fundação de Amparo ao Preso. Posteriormente, enveredei pela carreira acadêmica, escrevendo alguns livros sobre o assunto, senador, cerca de quatro exclusivamente sobre penas e o sistema carcerário brasileiro, de tal sorte que fui nomeado num mandato de dois anos, para Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. E só então tive um banho da realidade brasileira, que é uma realidade muito triste, e muito mais do que defender ou atacar o projeto originário do Deputado Edmilson Valentim, ou mesmo o relatório substitutivo do Senador Osmar Dias, o meu objetivo aqui é contornar um pouco desta experiência que eu tive, ao longo de anos, na militância, no que concerne ao direito carcerário, ao direito penitenciário brasileiro.

E eu tive oportunidade, na Presidência do Conselho Nacional, de visitar inúmeros presídios, alguns dos quais, como já se disse aqui anteriormente, são masmorras medievais, masmorras estas que, não obstante o empenho dos Executivos estaduais, não obstante o empenho do Magistratura dos Estados e do Ministério Público dos Estados, continuam a ser masmorras medievais.

Nós tivemos a oportunidade de visitar inúmeros presídios que muito nos envergonha enquanto brasileiros. Eu estive no Presídio Urso Branco, no Estado de Rondônia, que já nos levou à Corte Interamericana dos Direitos Humanos. Eu estive no Presídio Central de Porto Alegre, que também não faz inveja a ninguém porque é um presídio para mil e poucas pessoas e tem 4.500 presos. Até não gostaria de mencionar o presídio Aníbal Bruno, o Senador Marco Maciel, que é do Estado de Pernambuco, sabe muito melhor a realidade do Estado, mas, quando nós lá estivemos, encontramos uma pessoa que estava jogada ao chão com fratura exposta há três dias, e que não tinha simplesmente uma viatura ou uma ambulância para ser levado para um hospital.

Também tivemos problemas em vários outros presídios que visitamos. O meu Estado, por exemplo, é um Estado que tem das maiores superlotações carcerárias no Brasil. Portanto, nós situações terríveis. Quando estivemos no Aníbal Bruno, em Recife, por exemplo, nós encontramos um preso que cumpria pena há mais de oito anos, já tendo recebido o alvará de soltura, e administração penitenciária local não tendo colocado a pessoa imediatamente fora da prisão. O Juiz da Execução, *incontinenti* o libertou, o que mostra bem que onde há uma concorrência de inúmeras entidades, como órgãos de execução, e a despeito da existência de todas elas, é fundamental que nós ampliemos este leque de fiscalização. O nosso Executivo, e eu estou falando de vários Estados ou de quase todos os Estados, especialmente no que concerne à questão carcerária, é muito leniente, é muito permissivo, de tal sorte que vejo com muito bom olho, com muito bons olhos, a chegada deste projeto deste Deputado Edmilson Valentim para ampliar o leque de fiscalização. E dou um exemplo do quanto isso é importante.

Quando ainda exercia a Presidência do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, e fiscalizamos o Rio de Janeiro, eu, pessoalmente, Senador, porque eu fui pessoalmente à Polinter de Grajaú, e lá nós encontramos um presídio para 60 pessoas, que tinha 450. Imediatamente, comunicamos ao fato de Juiz da Execução, o Dr. Estrela, e imediatamente ainda, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro promoveu uma Ação Civil Pública, portanto, uma ação coletiva, pedindo a interdição da Polinter de Grajaú, e imediatamente a ação foi acolhida com esvaziamento de metade da população carcerária que ali estava recolhida. O que mostra bem que também na esfera dos interesses coletivos, é fundamental que a Defensoria Pública tenha a sua atuação. Ela não deve só atuar naquele varejo, naquela pequena defesa que ela faz, e faz bem, em muito Estados, não em todos; é de se destacar que há Estados em que não existe uma Defensoria Pública implantada, e é lamentável que isso ainda ocorra, por força da desobediência dos dispositivos constitucionais da Constituição de 88...

Mas o meu relato é um pouco para demonstrar o quanto a Defensoria se soma, quer nos interesses, na defesa dos interesses individuais, mas também nos interesse coletivos. Por isso me chamou muito a atenção o parecer do Senador Osmar Dias, a quem respeito muito por todo o trabalho, que é um trabalho reconhecido por todos os cidadãos brasileiros, no entanto, não posso concordar com a ideia de que só se deve ter a defensoria no âmbito da defesa de interesse individuais, coisa que, de resto, já vem prevista na Lei Orgânica da própria defensoria, nos incisos VII e VIII

do art. 4º, de tal sorte que é uma questão superada, assim como é um questão superada, à luz do próprio relatório do Senador Osmar Dias, qualquer vício de inconstitucionalidade, atribuído a este projeto. O relator Osmar Dias, neste ponto, com muita propriedade, aponta que há vício de inconstitucionalidade no projeto oriundo da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Edmilson Valentim.

Portanto, essa é uma questão inicial que me parece importante.

SR. SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA: Sim, estou mencionando, mas acho que o Dr. Décio terá do debate mais adiante. De outra parte, também não é correta qualquer menção ao meu juízo no âmbito do Primeiro Comando da Capital ou de reserva de assento, objeção a reserva de assento de defensoria em órgãos que ajudam a fiscalizar o problema prisional, e eu vou concluindo.

Me parece que, em primeiro lugar, cada Estado regula a situação dos conselhos penitenciários. O Rio Grande do Sul, ao contrário do que se disse aqui, não tem só advogados como membros do conselho, basta que se tenha em conta que, pela primeira vez, aquele Estado, na história do Brasil, teve uma Presidente do Conselho que era uma assistente social, Dra. Maria Palma Wolff. Também não é correto falar que qualquer relação possa se inferir deste projeto, em relação ao PCC, como aqui anteriormente foi mencionado pelo Dr. José Reinaldo, a quem eu respeito muito, mas me parece que o PCC, ele atua exatamente na falta do Estado, e a falta do Estado que autoriza o crime organizado a patrocinar a defesa de pessoas que, a rigor, se não tem condições de terem essa defesa, serem defendidos pela Defensoria Pública.

Portanto, me parece que o crime organizado, e não há um único estudioso do crime organizado que analisa esta questão; há até um autor, o Dr. Roberto Liviano, que é do Ministério Público de São Paulo, que destaca esse aspecto, o crime organizado só se estrutura na ausência do Estado. E, portanto, é fundamental que o Estado se apresente enquanto Defensoria, tanto quanto se apresenta enquanto acusação. Da mesma forma que tem o Ministério Público altamente estruturado no Brasil todo, a Magistratura em cada comarca deste país, seria fundamental que a defensoria também tivesse, para preservar a paridade da armas, uma instituição que pudesse atuar, agir, em todas as áreas.

Por isso não me parece ter qualquer sentido a restrição que se faz, por exemplo, à prestação jurídica fora dos estabelecimentos penais. E eu vou dar um exemplo, Senador Tuma, quando o Dr. Machado, eminente Magistrado paulista foi assassinado em Presidente Prudente, e V. Exa. sabe muito bem, Presidente Prudente dista de São Paulo mais de 600 km, o Tribunal de Justiça de São Paulo resolveu deslocar a competência da Vara de Execuções de Presidente Prudente para a capital, de tal sorte que o atendimento que era feito diretamente lá em Presidente Prudente, no presídio, teve que se deslocar no que diz respeito ao trâmite processual e de resto, o próprio atendimento dos familiares dos presos, para a cidade da São Paulo.

Isso causou uma tremenda uma confusão na aplicação da Lei de Execução Penal em São Paulo. Isso mostra um pouco como o atendimento fora do presídio é fundamental; é fundamental que ele estenda à família do preso e não somente ao preso, no contato pessoal, olho no olho, ou por videoconferência, no contato familiar, porque muitas vezes é a família do preso, que traz o documento, que traz elementos para que a defensoria possa fazer a defesa individual.

Portanto, me parece que, a despeito de algumas questões que pontualmente possamos examinar no âmbito dos debates mais tarde, me parece que a higidez do projeto do Deputado Edmilson Valentim, no todo, deveria ser resgatada e é essa a minha opinião. E fico à disposição de V. Exa. para os debates posteriores. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado a V. Exa. O Dr. Leonardo pediria licença porque tem compromisso e tem que viajar. Tem V. Exa. a palavra. Obrigado, doutor.

SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS: Exmo. Senador Romeu Tuma, na pessoa de quem saúdo todos os eminentes parlamentares aqui presentes, meus ilustres colegas, membros do Ministério Público, o padre, representando a Pastoral da Carcerária, os colegas defensores públicos e demais autoridades presentes.

A busca de uma Defensoria Pública fortalecida já foi alvo de diversas ações do Ministério Público Federal, e eu cito apenas a guisa de exemplo, uma ACP, uma Ação Civil Pública nº. 2007.511.000.5232-4, ajuizada no Rio de Janeiro, exatamente para estruturar a Defensoria Pública e evitar o fenômeno que o senhor relatou inicialmente, Senador, da nomeação de dativos ali em cima da hora, prejudicando, assim, a defesa do réu em geral.

Eu, particularmente, milito na área criminal e posso dar o meu testemunho, me sinto muito confortável quando encontro do meu lado um Defensor Público qualificado, que vai, dentro do princípio contraditório, travar um debate, onde eu tenho certeza que o réu vai estar bem assistido e eu não preciso me preocupar com alguma injustiça que seja feita, porque eu sei que está ali o defensor para defender, e bem defender o seu patrono.

Nesse sentido, a Associação Nacional de Procuradores da República sente-se muito honrada em participar desse debate, especialmente nesse Senado, destino de tantos anseios e esperanças do povo brasileiro, sendo que eu tomo a liberdade de registrar aqui o carinho especial e a minha presença aqui porque eu, na condição de neto de um Senador da República, Dirceu Cardoso, já falecido, a presença aqui me evoca algumas memórias da minha infância que me são muito caras, eu aqui, com o meu avô.

Em relação ao Projeto de Lei em comento, eu vou tomar a liberdade de ser muito breve porque, infelizmente, o meu tempo, não aqui, porque ainda sobram nove minutos, mas num voo que eu tenho um compromisso no Rio de Janeiro, ele está muito apertado. Mas eu vou só ressaltar, a ANPR já apresentou uma nota técnica, traçando todas as questões em relação a inconstitucionalidades apontadas em relação particularmente à leitura do 134, em face dos poderes atribuídos à Defensoria Pública para, desbordando a sua função constitucional, exercer um múnus de *custos legis* dentro da execução da pena e no que tange às ações coletivas. A Defensoria Pública tem, sim, um papel fundamental, e a ANPR não vai nunca descuidar da defesa desse papel na execução da pena, que é exatamente o patrocínio dos seus assistidos, seus necessitados, em nome próprio.

O Projeto de Lei me parece pecar que ele atribui poderes para defensoria atuar em nome da defensoria, quando, na verdade, todos esses poderes a defensoria tem já, quando atua em nome do apenado, para propor, requerer, enfim, essas situações todas.

Como eu disse, não vou somar as brilhantes exposições de todos aqui presente, do Defensor Carlos Weis, Dr. Décio Luiz Alonso, meu colega lá do Rio de Janeiro, Dr. José Reinaldo, Dr. Sérgio, do IBCCRIM, do Padre Valdir, perdão, padre. Enfim, só vou me permitir traçar alguns breves...

SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS: Perdão, espero que o padre me absolva. Eu estava comentando aqui com a colega defensora que, quando um padre fala, em qualquer Plenário, em qualquer situação, a gente reconhece logo quem é o padre, eu não sei o que é que os senhores aprendem em relação à impostação da voz, que é inconfundível...

SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS: Pois é. A cumprirei com o maior prazer. Então, voltando ao assunto, eu só vou me permitir, já somando a tudo que já foi dito, traçar uns breves comentários em relação ao que foi dito aqui, sobretudo pelo ilustre colega Dr. Carlos Weis. O senhor falou que em São Paulo tem 150 mil presos, dos quais são três mil familiares atendidos por mês. Eu fiz...

SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS: Eu fiz uma conta rápida aqui, por esta conta, cada familiar poderia ser atendido uma vez a cada cinco anos. Isso mostra o quanto que a Defensoria Pública precisa ser estruturada para cumprir a sua missão primeira, de defender e de patrocinar o preso, o apenado necessitado hipossuficiente.

Outra questão que o senhor falou, em relação à disparidade no conselho. Eu não posso falar de todos os conselhos estaduais; eu posso falar do conselho do meu Estado, eu sou Procurador da República no Rio de Janeiro, e neste conselho, o Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, a disparidade existe sim, mas é em face da Defesa, tanto que no conselho penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, para o bem e para o mal, não vou nem entrar nesse mérito aqui, mas todas as propostas, isso desafia a comprovação, estou falando da minha experiência, mas todas as propostas de progressão e de requerimentos da defesa são, sim, aprovados, dada a maioria que os Defensores têm nesse conselho penitenciário do Rio de Janeiro. Portanto, me parece que esses argumentos sejam... Enfim, mereçam essa atenção dessa Casa.

Em relação ao que o Padre Valdir fez, eu tenho certeza de que o Padre Valdir tem uma experiência muito maior do que a minha em relação à frequência aos presídios, já que é da Comissão Pastoral, e eu, como Procurador da República militante na área criminal do Rio de Janeiro, visito sim todos os presídios, as celas, inclusive, porque apesar de Procurador da República, há os presos provisórios da Justiça Federal, ficam nos presídios estaduais, então, eu tenho essa honra ou, enfim, já tive a oportunidade de visitar todo o presídio da capital do Estado do Rio de Janeiro. Nas celas, recebendo aqueles bilhetinhos lá, ouvindo as reclamações, enfim, praticando os atos que me couberam, me pareceram praticar.

Não estou aqui, em nenhum momento desmerecendo o trabalho da defensoria, que realmente, nessas visitas, tem uma visita sob outra ótica. Um preso que me fala de uma... Me pleiteia alguma coisa que eu entendo contrária, vamos dizer assim, à melhor doutrina, à melhor jurisprudência, ao Direito que posto ali, eu não vou praticar nenhum ato em relação a ele. Coisa que o Defensor certamente o fará em vista da melhor defesa do seu apenado. Mas o Ministério Público Federal, no Rio de Janeiro, efetivamente visita.

Excelência, senador, mais uma vez pedindo desculpa por ter que me ausentar, e agradecendo a gentileza do Dr. Roberto, eu encerro a minha fala, muito brevemente, dizendo que a ANPR, apoia o substitutivo do Senador Osmar Dias, entendendo que ele realmente reflete a melhor visão do tema, ressaltando

que isso já foi dito na nota técnica, o senhor pediu algo por escrito, a nota técnica da ANPR já está nos autos do Projeto de Lei. Muito obrigado, obrigado a todos. E agradeço a paciência...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Queria aproveitar, Dr. Leonardo, aproveitar a pessoa de V. Sa. para homenagear com saudade do seu avô pelos brilhantes serviços que prestou à nação brasileira. É uma boa oportunidade que a Comissão de Constituição e Justiça tem para fazê-lo.

SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS: Agradeço a homenagem, Senador, e muito penhoradamente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Agora o Dr. Roberto, por favor.

SR. ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO: Exmo. Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores da Mesa, colegas, senhores da assistência, já não há necessidade de nós fazemos elogio do Senado pela sua feição democrática em nos ouvir, até por respeito e amor à brevidade que o tempo nos impõe, vamos tentar fazer um pequena...

SR. ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO: Por favor, eu sei da vocação democrática de V. Exa. E nós vivemos no Brasil e o que a Ordem propõe ,e nesse tempo que falo aqui pela Ordem, não é que nós pensemos em função de uma ortodoxia legislativa, mas como já disse, ouçamos a voz rouca das ruas, o Brasil vive um desastre monumental, um tsunami carcerário. Nós temos, no Brasil, 450 mil presos, já estamos subindo para 460 mil; é meio milhão de pessoas, qualquer cidade brasileira de porte médio, Palmas e etc., Londrina, nós temos meio milhão de pessoas encarceradas pelo Estado. Ou seja, essas pessoas têm suas necessidades, é gente, nós temos meio milhão de pessoas presas, recusadas pelo Estado. Um dos estudos, estudos de diagnósticos da professora Maria Tereza Sadek, Diagnóstico Judiciário, faz uma pequena referência, "W.S.P foi preso em maio de 2004, cinco meses depois, condenado a 18 meses de detenção. Em novembro de 2006, o seu advogado requereu a extinção da punibilidade face o cumprimento integral da pena. Em julho de 2007, depois de uma coleção de ofícios, a Juíza da Vara da Execução Penal extinguiu a punibilidade. Em julho de 2009, ele continuava preso".

Isso significa que nós temos uma pessoa que cumpriu a pena, não consegue sair etc. Por quê? Porque são presos pobres, e V. Exa., Sr. Presidente, as cidades não querem nem que cheguem perto. Nós estamos trabalhando com um leprosário social, nada se pode por eles. Para que se ter um ideia dessa dimensão, bastou que se dissesse que a restituição do imposto de renda, que é o nosso, atrasasse, o Governo arrumou o dinheiro. Quatro dias de preocupação social do Brasil pela devolução do imposto de renda. Como é que se restituem três anos de encarceramento? É com juros? Isso é o retrato do Brasil que nós estamos vivendo. Nós estamos colocando pessoas no arquivo morto da sociedade. É esse o norte que nós devemos ter para tratar da execução penal, mais do que a ortodoxia legislativa. Eu acho que por aqui nós vamos ferir o instituto. Essas pessoas vivem num Estado de necessidade civil.

Então, a população brasileira, esse sistema atual é ineficiente, não sou eu quem o diz; em 2000, nós tínhamos 200 mil presos, nós conseguimos dobrar a população carcerária em 10 anos. Eu pergunto ao Senado da república, qual cidade brasileira de porte médio que conseguiu dobrar a sua população nesses 10 anos? Nenhuma. Ou seja, o sistema encarcerador é de um processo brutal que está fazendo isso. Então, tudo que nós falarmos, como disse a Professora Maria Tereza Sadek, sobre o sistema carcerário, é superlativo, é um desastre completo, total e absoluto. E aí o que é que nós temos? É um barril de pólvora, é tudo aquilo. Isso é um problema de Estado. E aí eu concordo com o Dr. José Reinaldo, isso é um problema político. E quando eu digo que é problema político, nós não podemos tratar essa Lei de Execução Penal como tentar só nos canais competentes e não podemos transbordar e não podemos perder a capacidade da ousar. Isso que a Ordem propõe. Não dá para nós fazermos de conta que isso não existe.

Então, nós temos uma ineficiência sistêmica que é brutal, e nós temos que aproveitar para redefinir as operações, os agentes e tudo isso, nós temos uma oportunidade histórica de resolver isso; nós temos um país que encarcera meio milhão de pessoas, bota na prateleira de arquivo morto e o que é que nós vamos fazer com eles? Os prefeitos não querem que façam presídios? "Os juízes não vão lá para ver, ninguém vê". E ficam inacessíveis. E, como disse o Padre João, na hora que chegar perto, ele vai falar com a pessoa, vem um agente penitenciário lá e diz: "Você vai dizer isso, assim e aquilo outro", se a gente, quer dizer, chegar perto significa mais ou menos o seguinte: a Ordem dos Advogados teve que entrar na Justiça porque estavam representando criminalmente porque foram os advogados e os Defensores a um presídio e foram proibidos de entrar para exercer o ato de fiscalização, que se diz: "Não, já está previsto, ele tem o poder de fiscalização". Houve a necessidade da Ordem, a OAB-Maranhão representar criminalmente, o Diretor do presídio, que disse: "Aqui ninguém entra".

E nós temos já presente esse poder de fiscalização está dito, não funciona se nós não botarmos nessa lei não vai funcionar. Quando se tem a necessidade da fazer uma instituição como a Ordem representar criminalmente um Diretor de presídio porque recusa, qual o motivo da recusa de que uma Comissão de Direitos Humanos da OAB, e dos defensores públicos quererem fazer uma vistoria no presídio, "e você não pode encostar aqui". Que motivo justo pode ter isso? E isso chegar às raias da representação criminal.

Então, o que nós imaginávamos, dentro dos presídios, é pouco. O que acontece lá é pior. Então, nós temos que nessa demanda, e dados não são meus, são dados do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 90% dessa população de 460 mil é atendida pela Defensoria Pública; não há o que discutir, são mais de 400 mil pessoas, quem fala por este povo, se você tem a representação de quase meio milhão de pessoas, ele é um interlocutor privilegiado. Se eu tiver 90% de uma conta dos depósitos bancário de um banco, eu tiro até o gerente de lá, todo mundo recebe, mas ele responde por 90% do atendimento e não é um interlocutor privilegiado, você vai tratar de um a um, e não pode falar. O gerente do banco dá cafezinho e etc. "Você não pode nem ter assento aqui, você não pode querer ter um assento nesse lugar".

Eu acho que esse raciocínio está completamente torto. E vamos para o outro tema do Direito. O que é que nós temos em Direito comercial e empresarial? A representatividade assegurada do cliente minoritário; se tem um cliente minoritário nesse Brasil, é o réu pobre. Se tem um acionista minoritário dessa sociedade brasileira, se chama réu pobre; não tem direito a uma representação especificada; num sistema comercial, nós garantimos. Em direitos humanos, para o réu pobre, não tem. Se você quiser fazer isso, é invasão de competência, uma reserva legal absurda, eu acho que nós estamos trilhando um caminho que não honra a civilização jurídica. Nós estamos submetendo a dignidade dos valores a um tecnicismo processual, com a devida vênia, e isso é a verdade que nós temos que dizer, a opção política no Estado está completamente invertida. Ou nós vamos dizer o que é que vale mais e a dignidade humana é um sujeito ficar preso além do prazo, tendo comprido a pena e não apareceu porque não apareceu a pessoa no dia para fazer um procedimento. E aí, quando diz, veja bem, quando você diz um Defensor Público estará legitimado a pretender, a exigir a atuação, não pode fazê-lo de modo próprio, tem que fazer em nome de um ou daquele outro preso, ou seja, nós vamos pedir um, dois, três, quatro, cinco, seis, 10, 12, fazer várias... Isso, sim, vai criar morosidade.

Então, a sociedade moderna vive sob o signo da massificação. No direito contratual, nós criamos o contrato de adesão, muito se dizia que isso era uma mutilação do princípio da autonomia da vontade e etc., não, muito pelo contrário, era uma forma de se garantir o exercício da autonomia e da vontade. O que e se quer agora? É que o Estado brasileiro garanta a essas pessoas que tenham um mínimo de praticidade na sua defesa. Porque até agora não tiveram; nós dobramos a taxa de encarceramento em 10 anos. O sistema que está, pelos canais competentes, é ineficiente, e não sou quem diz, são os números, e não dá para fugir desse debate.

Então, nós temos, e aqui quero e tenho o maior respeito intelectual e com nossos amigos que têm ideias divergentes, que todo o respeito que tenho, até por dizer que compreendo as preocupações de todos eles. Mas como dizia o Professor José Oliveira Ascensão, criticando que o nosso Código Civil é mais atrasado do que o Código do Consumidor porque foi, embora promulgado depois, foi promulgado com uma ideia individualista e hoje nós vivemos em sociedade de massas. São Paulo quer parar porque diz você tem que largar o transporte individual para passar para o transporte coletivo. É uma realidade da sociedade moderna.

Agora no sistema carcerário, um defensor você vai tratar individualmente, não pode tratar coletivamente. Ou seja, isso que é opção, política de gerenciamento urbano não vale no presídio. Essas opções estão todas contraditórias com o norte político. E isso quer dizer que a Constituição deixará de ser cidadã, ela será burocrática. Essa inversão de ordem, ela passa a ser trágica nesse sentido. Então, por exemplo, e nós queremos dizer exatamente isso, que esse projeto que emerge aqui e a Ordem quer dizer reconhecer, que a Ordem não tem nem a participação direta, não é um experimentalismo não, não é uma 'chutometria', não. Isso foi aprovado pelo Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, e aconteceram experiências no Estado do Rio de Janeiro, isso aconteceu e está dando resultado. É conveniente fazer isso, ou seja, não é um palpite que seja posto, dessa ou daquela maneira... Se V. Exa. me permitir um minuto, só para concluir.

SR. ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO: Então, gostaria só de lembrar algumas coisas, por exemplo, a relação da...

SR. ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO: Muito obrigado. Veja bem...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Espero que nunca isso aconteça.

SR. ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO: Veja bem, nós estávamos aqui, no momento não está presente S. Exa., quase um decanos, o Senador Marco Maciel, mas acontece o seguinte, o problema dos cargos e etc., um das alegações: "Não, não deve ter defensor porque os outros cargos não estão", e eu vou fazer uma pequena rememoração histórica, na Lei Complementar 80, vetou-se a atribuição de cargo de Ministro de Estado ou Defensor Público-Geral da União, sob a argumentação de que o Advogado-Geral da União não tinha. Esse veto nunca foi examinado, ele perdeu esse título, não lhe foi concedido, depois concedeu-se ao Advogado-Geral da União e ele não teve, quer dizer, é um absurdo histórico, isso chega a ser cômico, chega a ser ridículo, dentro da estrutura brasileira.

E por que é que é necessário? Voltando um pouco mais no passado, Quando S. Exa., o Sr. Hélio Beltrão foi indicado Ministro da Desburocratização, ele tinha que ter o *status* de Ministro porque se ele mandasse um comunicado, quem atendia, quem receberia era o Secretário-Executivo do Ministério e não o Ministro. Não é uma vaidade corporativa, não; nós sabemos como as coisas funcionam no *status* republicano, essas coisas, que quando se quer isso, não é por uma instituição mais ou menos assim, então, nós temos algumas tragédias. Por último, só lembrar a preocupação do Senador Romeu Tuma e, mais uma vez, para voltar com esses procedimentos, esse canais competentes servem para desservir a ideia de justiça.

Eu, um dia esses, consegui fazer um recurso e insisti com a juíza que estava condenando um réu em pequenas penas lá, e mais, ia ser libertado com pagamento de multa, e eu disse: "Como ele está sendo assistido pela defensoria, é pobre, desempregado, como muitos...". "Não, eu não posso, como atribui da outra vez, e o Tribunal me fez, reformou a sentença, dizendo que a pena de multa só pode ser liberada pelo Juiz da Execução. Agora, um sujeito que é pobre, analfabeto e etc., vai sair sabendo que está devendo uma pena de multa, já estava devendo, tem que arrumar dinheiro para pagar, não sabe que pode ser perdoada, ele vai querer assaltar para querer se livrar, porque senão ele volta para a cadeia. Ele já é devedor do Estado. E a juíza não tem competência para ali perdoar a multa, em audiência: "Olha, a pena de multa eu deixo..." Todas as evidências presentes, foi concedida a isenção da pena de multa, foi reformada a sentença pelo Tribunal, só no outro, e o sujeito vai sair certo que está devedor, isso é um absurdo. Isso, sim, causa morosidade, isso é um absurdo, como é que um juiz examina e ele não pode isentar da multa, diante de todas as evidências? Para que isso fique apreciado pelo Juiz da Execução.

Então, é essa a perspectiva: Nós temos que tentar ousar, e muito, esse tema. Nós estamos com uma oportunidade única de discutir e a vida de meio milhão de pessoas que estão encarceradas pelo Estado. Não podemos reduzir a uma mera temática burocrática: "Não, eu acho que isso deve ser discutido..." É uma oportunidade nossa, do Senado. Dar as costas a esse tema é dar as costas aos que já estão no arquivo morto. Pode fazer ou não pode? Eu vou, em homenagem, só para encerrar, fazendo como no júri, homenagear o Padre Valdir, quando se tem essas preocupações excessivas com ortodoxia legislativa em função de outras coisas, eu me lembro de Jesus Cristo, que foi denunciado, reclamado pelos fariseus porque curava no sábado. E ele perguntou: "É proibido curar no sábado?" Essa é a pergunta que eu encerro. Será proibido usarmos essa lei para fazer o bem e a cidadania no Brasil?

Muito obrigado, Excelências.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito bom. Obrigado ao senhor. Passo a palavra ao Dr. Benito Augusto Galiani Tiezze, assessor especial da Presidência da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, ADEPOL; Representante do Presidente da ADEPOL, Dr. Carlos Eduardo Benito. Tem V. Exa. a palavra por 10 minutos.

SR. BENEDITO AUGUSTO GALIANI TIEZZE: Muito bom-dia a todos. Eu cumprimento aos presentes na pessoa do Senador Romeu Tuma, que sempre conosco nas lutas voltadas, não ao interesse da categoria, mas na realização da justiça. E essa linha que a ADEPOL do Brasil vem aqui na audiência, agradecemos pelo convite porque pode parecer por que a Associação dos Delegados de Polícia falar sobre um questão que envolve, na realidade, a fase de execução penal, e não o trato em si com quem delinque? Agora, vários presídios no país são, infelizmente talvez, dirigidos por Delegados de Polícia; aqui no Distrito Federal todos são porque o sistema carcerário aqui, os agentes penitenciários da Justiça Federal são funcionários da Polícia Civil do Distrito Federal. Graças, talvez, à estrutura boa que nós temos, é exemplo para o país o Distrito Federal.

Bom, na realidade, a linha da associação, embora seja defesa de classe, mas, prioritariamente, nós, policiais, como também cidadãos, pretendemos sempre ver a realização da Justiça, e não o simples interesse voltado à classe. Ora, já foi dito aqui: "Ah, uma das maiores agruras do preso é a informação acerca da sua situação processual", seja ele provisório ou definitivo. Provisório, aí tudo bem, a defensoria atua, que é processo. Agora, no preso definitivo, por mais que tentem as outras instituições atuar, é realmente absolutamente deficitário, o preso fica numa situação

desesperadora, que gera alguns resultados que não são interessantes para a segurança publica, vejam os senhores. Nós estamos tratando já do preso encarcerado e estamos afetando a segurança pública. Veja, primeiro, no que diz respeito à segurança da própria instituição prisional, essa agrura, somada à questão da situação de masmorra, como já dito, muito bem dito pelo Dr. Sérgio, ela leva á rebelião. A rebelião vem disso, é o desespero do preso, não sabe o que vai acontecer, qual será o futuro dele, não tem futuro, "eu não sei nem quando vou ser solto, não sei nem a que processo que eu respondo". Não é assim o preso? E somado aí à situação horrível que é o presídio, não falo daqui, mas acho que do país como um todo, então, é um resultado danoso, e rebelião, os senhores sabem muito bem, é terrível.

Dessa situação advém aí o que foi falado aqui muito bem, acho que o Dr. Sérgio, o Dr. Roberto, as organizações criminosas atuam quando o Estado não essa presente; na fase de execução penal, o preso lá dentro do presídio, numa situação de agrura com relação a sua situação processual, ele é, isso é fato, ele é cooptado pelas organizações criminosas, em que prometem, prometem, não, fornecem a ele o defensor, não o público não, já é aí o advogado pago em troca de favores, e esses favores, senhores, as divisões de inteligência têm feito levantamentos preocupantes, os favores são homicídios, tráfico de droga, roubos.

Então, essa paga pela prestação jurisdicional, desculpa, pela prestação da advocacia, dentro do presídio, ela vem com serviços que são outros crimes, então, na realidade, para nós, que lidamos com a segurança publica diretamente, evitar essa cooptação pela organização criminosa é fundamental.

Outra, no que diz respeito à saída do preso para entrevista, que é um ponto que acho que foi bem debatido, na realidade, há que regrar essa forma. Mas, na realidade, a preocupação nossa não é com o preso pobre, aquele preso que não tem condição de ter o seu advogado, a preocupação nossa é com o preso perigoso, e o preso perigoso é aquele que está organizado. O preso que não tem organização, talvez ele tenha sido levado ao crime por uma situação conjuntural, social, talvez, agora, o preso que se organiza é um preso perigoso. E a defensoria não precisa atuar com ele porque ele tem já uma estrutura de defesa toda pronta, não é?

SR. CARLOS WEIS: V. Sa. me permitiria um aparte?

SR. BENEDITO AUGUSTO GALIANI TIEZZE: Claro, doutor.

SR. CARLOS WEIS: Só queria pontuar que a Defensoria Pública não tem poder de tirar preso para entrevista. Quando o Projeto de Lei fala atendimento fora de presídio de preso, são presos em regime aberto e livramento condicional. A Defensoria Pública não pode, imagina, se tem uma ordem de preso, está no regime fechado, como é que a Defensoria Pública vai tirar o preso de lá? Quando fala em atendimento a preso fora do presídio, são aos que já foram concedidos livramento condicional e regime aberto.

SR. BENEDITO AUGUSTO GALIANI TIEZZE: Não, claro, eu só citei porque foi uma situação questionada porque, veja, eu acho que é fundamental, inclusive essa atuação fora, e aqui volto a falar pelo DF, a situação aqui DF é interessante porque nós não temos mais presos fora do presídio; todos os nossos presos estão no presídio, todos, 100%; os provisórios, alguns ainda ficam num Departamento da Polícia Especializada, que é uma situação transitória, mas aqui realmente nós estamos num oásis, a situação do DF é realmente diferenciada. Mas eu citei essa questão porque nos foi dito aqui essa problemática da saída do preso, mas a saída do preso não é problemática, do preso comum, é problemática a do preso efetivamente perigoso.

A situação, dentro do projeto, da defensoria, na realidade, nos traz até um alento porque, veja, até para quem administra um presídio, seja um colega delegado de polícia ou outro de organismo, é duro porque a verificação da população carcerária, se nós formos pontuar individualmente cada um deles, muitos, muitos cumprem pena além do devido. Muitos, muitos, e, veja, para a polícia, vamos falar da polícia, para a polícia é interessante a rotatividade de vagas, porque, às vezes, as operações nossas são contidas porque, felizmente ou infelizmente, muitas vezes o resultado da atuação de polícia é a prisão, muitas vezes, nós precisamos segurar as operações maiores porque o presídio está inchado: "Segura, não vai mais agora porque não tem espaço". A rotatividade, que é natural do sistema carcerário, a rotatividade de vagas, ela com a atuação efetiva de defensoria, que nós entendemos vital, ela vai ser ampliada, propiciando o trabalho, sem restrição, não restrição ao trabalho da polícia.

Agora, sendo bem breves, na realidade, nós parabenizamos aí a posição da defensoria e, olha, é de louvar, porque não se está aqui, a nosso ver, buscando prerrogativa a defensoria, pelo contrário, ela buscando trabalho e trabalho árduo. O padre participa o tempo todo, está ali dentro do presídio, quem gosta de visitar presídio, não é, padre? Eu acho que aí, é muito mais que, na realidade, é quase que um altruísmo e esse posicionamento da defensoria é de ser aplaudido, há de ser aplaudido e entendemos que, dentro de uma leitura, dentro do projeto, uma leitura do projeto inicial,

eu acho que acreditamos que a ADEPOL acredita que não há nenhuma invasão de prerrogativa, ao contrário, há uma necessidade de mais órgãos atuando numa situação em que ninguém quer, ninguém quer participar, que é da execução penal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A doutora... Eu queria só, se possível, dar uma palavrinha sobre o crime organizado. A falta do Estado faz crescer a organização criminosa dentro dos presídios. Correto. Mas a organização criminosa, o meu ponto de vista, por experiência pessoal, ela nasceu com decorrência da prisão em conjunto de presos oriundos das organizações que queriam conquistar o poder pela força e os criminosos comuns, que foram instruídos nesse sentido para confundir as investigações policiais. Então, ela foi crescendo ao longo do tempo. E é claro que a presença do Estado não é só dentro do presídio. Nos locais aonde a situação financeira dos mais pobres sofre muito, e a assistência social é dada pela organização criminosa, então, ela passa a ter um valor muito mais do que o Estado. Inclusive, a própria corrupção traz um prejuízo muito grande àqueles que pretendem a aplicação da Justiça, por quê? Porque o preso, o pobre vê na organização criminosa a possibilidade de ter uma assistência, e o policial quando recebe uma gratificação na sua presença, ele sabe, ele troca a qualificação de bandido.

Então, só estou falando isso porque a gente sofreu muito durante o tempo... E acho que... Deus que me perdoe porque eu sou policial, com muito orgulho, e acho que a corrupção tem que ser combatida o mais rápido possível porque ela está fazendo aumentar o número de presidiários em razão desvirtuamento da atividade vocacionada que é do policial. Eu acho que isso é muito triste e nós temos que lutar para que isto não continue da maneira que está, pela falta também de assistência mais clara do Estado para com o prestador do serviço policial. Eu queria só desculpar de ter... Mas, doutora, com a palavra.

Pediria, senador, daria para o senhor ficar um minutinho para eu poder votar na comissão de... Eu peço licença, dois minutos, que estão pedindo o meu voto, que falta um voto para aprovar o Embaixador. E quem está presente caça como advogado dativo lá. Dá licença um minutinho, por favor.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Então, eu vou dar sequência, ouvindo a Dra. Daniele de Souza Osório.

SRA. DANIELE DE SOUZA OSÓRIO: Obrigada, Senador. Exmo. Senador Marco Maciel, Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, meus colegas de Mesa, inicialmente, é com satisfação que eu vejo o espírito democrático desta Casa, que não se furtou a ouvir todas as pessoas envolvidas no cenário da execução penal. Vejo aqui pessoas que estão rotineiramente dentro dos estabelecimentos prisionais, advogados, defensores públicos, a Pastoral Carcerária, que faz um belíssimo, colega, delegados de polícia, eu sei a realidade dos delegados de polícia, venho de um Estado onde os delegados também fazem o gerenciamento de cadeias públicas e têm toda uma dificuldade operacional; lá não é um oásis, como aqui, e eu sei a dificuldade dos seus pares.

Tenho aqui a árdua menção de falar em nome da Associação Nacional dos Defensores Públicos da União e também, por uma questão de gênero, e aí vou roubar a questão do senhor, já que sou a única mulher presente, também falo em nome das mulheres operadoras do Direito, defensoras, advogadas e das mulheres que fazem parte dessa problemática da execução penal, esposas e mães de presos, esposas e mães que se avolumam nas salas das defensorias, buscando atendimento, que se avolumam nas filas de visita dos presídios, é em nome delas que eu também falo.

Acredito que os números aqui já foram debatidos, expostos; são 450 mil presos no Brasil. Desses , pelo menos 90% são pobres, ou seja, dependem única e exclusivamente da assistência jurídica integral e gratuita, são vulneráveis; essa vulnerabilidade deles decorre não só do cárcere e da necessidade de uma assistência jurídica integral, mas também de uma exclusão social que antecede a prisão.

Esse preso sem assistência jurídica, ele recebe o assédio de facções criminosas; ele contrai dívidas financeiras e morais com organizações criminosas, e não é ele o único devedor, a sua família também deve porque está sujeito à pressão e à violência fora dos muros dos estabelecimentos prisionais, e essa é uma realidade que conheço porque sou Defensora Pública Federal com atuação na Penitenciária Federal de Segurança Máxima de Campo Grande, então, recebo assistidos de diversos Estados da federação, todos oriundos de sistemas estaduais, muitos com a pecha de integrantes do Primeiro Comando da Capital, do Comando Vermelho, são meus assistidos; 80% dos presos das penitenciárias federais de Campo Grande, Porto Velho e Catanduvas são assistidos da Defensoria Pública da União.

Quando eles lá chegam, e sabem que há o Defensor Público Federal, especialmente designados para atender aos hipossuficientes, primeira coisa que eles fazem é requerer o atendimento. Mesmo aqueles que muitas vezes têm advogado constituído lá na origem, e aí o primeiro atendimento inicial da Defensoria Pública da União é aquele... O preso veio lá da comarca

distante, naquele lugar esquecido, e ele fala: "Nossa, aqui tem Defensor Público? Lá não tinha". Olha a dificuldade que se tem hoje o preso sem voz, a dificuldade que ele tem para chegar ao Judiciário, a dificuldade que ele tem para ter resguardado o seu direito, o direito que está na Constituição, o direito que está na Lei de Execução Penal, o direito que deveria ser dado a todos, mas, infelizmente, o preso pobre ainda é uma pessoa sem voz, e a voz jurídica desse preso pobre é o Defensor Público.

Esse Projeto de Lei que nós estamos debatendo hoje garante justamente isso, ele garante o atendimento da Defensoria Pública, dentro do estabelecimento prisional, estabelecimento penal, seja ele estadual, seja ele federal, em todo o nosso Brasil. Ele garante a existência de um núcleo da defensoria, ele garante estrutura adequada para que o Defensor Público tenha lá aparelhadas todas as condições para que ele efetivamente preste o atendimento, sem depender da boa vontade ou de favor de diretor de estabelecimento penal. Então, é uma realidade hoje que nós precisamos, a previsão legal, para que o defensor não aconteça como no Maranhão, para que o defensor possa entrar na unidade prisional. Ao fomentar a presença do Defensor Público, o legislador, os senadores garantirão não apenas a fiscalização do direito mais primordial previsto na Constituição Federal de 88, que é o princípio da dignidade da pessoa humana, mas a concretização da justiça social.

A gente ouve todos os dias nos jornais e revistas: "fuga de presos em delegacia, rebelião em penitenciária", isso é o resultado das péssimas condições do cárcere e também da falta de assistência jurídica. A presença do Defensor Público no sistema prisional demonstra ao preso que ele não está abandonado, que ele não está ali por uma vingança do Estado; ele está ali porque cometeu um crime e tem que pagar aquele crime, mas ele tem direito resguardado, ele não foi simplesmente trancafiado e jogado, sem previsão de data para sair, é isso que o Estado tem que demonstrar. Mas eu digo o Defensor Público também precisa conhecer o seu assistido, precisa estar dentro lá da penitenciária, perto dos olhares e dos apelos, muitas vezes silenciosos, dos seus assistidos e isso só é possível com a garantia legal de que o defensor pode entrar dentro da penitenciária e vai ter lá a possibilidade e o aparelhamento necessário para atendimento.

Senhores, outra questão que me chama atenção é que não há pena de caráter perpétuo no Brasil, então, toda discussão de execução penal tem que levar em conta o reingresso desse preso no meio social, a reinserção, e isso se faz também por meio do atendimento ao egresso, tanto daquele preso que já cumpriu pena, quanto do preso que foi agraciado com a progressão de regime e o livramento condicional, esse preso que sai sem perspectiva, sem emprego, sem qualquer espécie, chance de reinserção, esse preso é também o público alvo da Defensoria Pública. E, lá no art. 16 da lei, quando se fala, do projeto, quando se fala em atendimento dentro e fora dos presídios, é isso. É a possibilidade de o Defensor atender o egresso, de o defensor atender aquele que está em livramento, atender aquele que tem progressão de regime e também atender o familiar do preso.

A Defensoria Pública da União atua na Justiça Federal e é quem detém atribuição, por exemplo, para ajuizamento de ações referentes ao auxílio-reclusão. Então, o familiar hoje procura a Defensoria Pública da União, tanto do preso provisório quanto do condenado. Isso é muito comum.

A Defensoria Pública da União também tem um projeto muito importante a respeito de visitas virtuais; se falou tanto em videoconferência e a tecnologia é tão boa para algumas coisas. As penitenciárias federais recebem presos de Estados muito distantes; em Campo Grande, eu tenho assistidos do Acre, do Amazonas, de Roraima, Rondônia... Catanduvas a mesma coisa, são presos muito pobres, as família são pobres, não podem se deslocar para aqueles locais, eles ficam muito tempo sem visita, alguns ficam dois anos sem qualquer tipo de visito. Então, o que é que se fez, em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional? Se instalou, já que a Defensoria Pública da União tem sedes nas capitais, se instalou equipamentos de videoconferência; o familiar do preso vai à Defensoria Pública da União naquele local onde ele reside, se liga o equipamento lá na penitenciária federal, e o preso recebe a visita virtual.

A primeira vez que nós fizemos isso, o primeiro dia com presos do Amazonas, foi emocionante. Eu vi agentes penitenciários federais chorando, emocionados porque o preso ali estava há dois anos sem ver a mãe e viu a mãe por intermédio da videoconferência. Então, isso também é um atendimento extramuros, isso é um projeto que não está só dentro da execução penal e também faz parte de uma atuação coletiva, foi conseguido administrativamente, sem necessidade de ajuizamento, mas decorreu de uma parceria de atuação coletiva, porque aquele preso que tem advogado, minoria na penitenciária federal, acabou agraciado por uma atuação da Defensoria Pública de União que atende 80% dos presos.

Então, o que a Defensoria Pública quer é o respaldo legal; ela quer ocupar um espaço que é dela; ela não quer ocupar o espaço do Ministério Público, até porque a figura da acusação, na fase de instrução,

existe toda essa dinâmica, é o vazio que existe na garantia do direito do preso pobre, na execução penal que a Defensoria Pública quer ocupar.

Infelizmente, e aí o colega Procurador da República já se retirou e não vai ter a possibilidade do contraditório, mas poucos são aqueles membros do Ministério Público Federal que, como ele, visitam rotineiramente as penitenciárias federais. E vou falar da realidade na qual eu estou inserida. Eu não tive noticia sobre qualquer pedido ministerial do Ministério Público Federal em relação às condições prisionais do preso pobre, até porque isso é função da Defensoria Pública da União.

Então, eu penso que não há mais espaço para o discurso de que atuação em ação coletiva poderia desvirtuar a missão constitucional da Defensoria Pública para o rico; esse discurso não tem pertinência, quando se fala em execução penal e quando se lembra que 90% dos presos são pobres; o pobre, senhores, é um esquecido; o preso é um esquecido por excelência; o preso pobre é duplamente esquecido.

É importante que o Defensor Público tenha todos os meios, seja individual, seja coletivo, para resguardar os direitos desse duplamente esquecido. E aí eu vou contar um exemplo para os senhores aqui, da ação coletiva na execução penal, o Dr. Carlos já começou, já adiantou o assunto, em julho de 2006, após a inauguração da primeira penitenciária federal em Catanduvas, foi pára lá o primeiro preso, mas ele tinha advogado constituído, e ele ficou um bom tempo lá sozinho. Em 2007, quando a Defensoria Pública da União iniciou a sua atuação lá, quando houve a inclusão de presos pobres, verificou-se que o sistema penitenciário federal, ele havia sido pensado, criado e implantado sem que houvessem sido tomados os trâmites burocráticos, administrativos, para implementação de assistência à saúde, assistência educacional, assistência religiosa; não havia nada disso. Havia uma penitenciária muito bem construída, havia salas de aula, havia sala para pequenas cirurgias, inclusive sala para atendimento odontológico, e não tinha profissionais e não tinha material.

Então, o que é que a Defensoria Pública da União no Paraná fez? Ajuizou, em setembro de 2007, uma Ação Civil Pública. Essa Ação Civil Pública objetivava a efetiva implementação desses serviços de assistência educacional, religiosa, profissional, tudo previsto na LEP. Essa ação rendeu um acordo, esse acordo foi feito em Juízo com efetiva participação e ativa participação do Juízo da execução penal de Curitiba, e partir dele, vieram projetos de ensino à distância, projetos de alfabetização, atendimento médico, feito por médicos cedidos de órgãos públicos federais.

Então, os senhores e as senhoras vejam, entre julho de 2006 e setembro de 2007, antes da ação ajuizada pela Defensoria Pública da União do Paraná, nada havia sido feito pelos órgãos que tradicionalmente, a quem tradicionalmente se reputa a fiscalização. Foi preciso que a Defensoria Pública da União, agindo em nome e em favor de 80% dos presos necessitados, atuasse como fiscalizadora de fato das condições prisionais. E aí novamente esse projeto vem regular uma situação que já corre de fato, uma situação... A defensoria, na prática, acaba atuando como órgão e execução, e é isso que nós queremos, que haja uma regulamentação legal. O órgão de execução penal não é meramente um órgão estatal, relacionado à aplicação da sanção, não, o órgão de execução também pode ser um órgão de assistência, e isso é muito bem claro quando a gente olha lá na LEP ainda vigente, que o conselho da comunidade está lá como órgão de execução e, nesse projeto, o conselho da comunidade continua como órgão de execução, por que é que o conselho da comunidade pode e a defensoria não pode? Não tem fundamento jurídico razoável, no meu entendimento, a esse respeito.

Colocando a defensoria como órgão de execução com atribuição para situação coletiva, vai ser possível que o defensor possa usar medidas mais céleres, mais econômicas e mais eficazes. Os senhores imaginem um complexo penitenciário com 1513 presos, dos quais 1.350, 80, 90% são assistidos da defensoria. Será que vai ser preciso que o Defensor Público juízo se 1.350 ações individuais, pedindo escola, pedindo o ônibus, pedindo possibilidade de trabalho? Pobre do juiz que pegar, for o competente para apreciar essas 1.350 ações, pobre do procurador do Estado que for o responsável por contestar essas 1.350 ações, pobre do funcionário do cartório que vai ter que atuar 1.350 ações.

Então, é isso que a defensoria quer, não só a defensoria, aliás, todos os segmentos que estão ali atuando efetivamente na execução penal. A aprovação desse projeto atende ao clamor não apenas do Defensor Público, mas também dos diversos segmentos que conhecem a impactante realidade do nosso sistema prisional e a dificuldade para o acesso à Justiça sem assistência adequada. O que mais se ouve é a necessidade do Defensor Público. E diversos segmentos da sociedade civil e agentes públicos, e aí eu falo policiais, agentes penitenciários, gestores, cerca de 500 mil pessoas que participaram das etapas municipais, estaduais e nacionais da 1ª Conferência da Segurança Pública, elegeram como diretriz para a segurança pública a implementação da Defensoria Pública e agilização dos processos de execução.

E é com esse clamor que eu encerro aqui a minha fala, agradeço aqui o espírito democrático dessa Casa, e dizendo que a aprovação dessa lei trará significativos avanços à democratização da justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Eu gostaria de agradecer a manifestação da Dra. Daniele de Souza Osório, Defensora Pública Federal, exercendo as funções no Estado do Mato Grosso do Sul e num presídio do segurança máxima. E eu gostaria de indagar ao Senador Antonio Carlos Valadares se deseja fazer alguma indagação ou interpelações aos expositores?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Gostaria, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Pois não. Tem a palavra V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, a Constituição Federal de 1988 considerou, ao lado do Ministério Público, as relevantes funções desempenhadas pela Defensoria Pública. Algumas leis foram aprovadas, nos Estados brasileiros, e a Lei Orgânica da Defensoria Pública, que aqui foi modificada, e eu fui o Relator, consideram também a atividade de suma importância, que é exercida pela Defensoria Pública.

Os debates que aqui foram travados, com a participação de todas as entidades interessadas, demonstraram que, apesar de uma ou outra divergência, não houve uma só instituição que excluísse da participação, na defesa dos excluídos, dos hipossuficientes, a Defensoria Pública, seja federal seja estadual.

E agora, através desse Projeto de Lei nº. 43, que veio da Câmara dos Deputados, o que se pretende é a inclusão da Defensoria Pública entre os órgãos de execução penal. Quais são os órgãos de execução penal, deferidos pelo art. 161? O Conselho... Atualmente, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Juízo da Execução, o Ministério Público, o conselho penitenciário, os departamentos penitenciários, o patronato e o conselho da comunidade.

Da leitura deste art. 61, de logo nós verificamos que está faltando alguma instituição. Alguém, alguma instituição foi excluída de uma participação para equilibrar, no sistema carcerário, a defesa dos mais pobres, porque, como aqui vários se referiram, 90% da população carcerária é constituída, de 80 a 90% é constituída de pobres; são 440 mil presos, residentes, que existem em nosso país. A realidade é que o nosso país, o Brasil, é um país desigual, não só desigual nas suas condições sociais, uma situação que vem de décadas; educação vem melhorando sensivelmente; a saúde, apesar de alguns atropelos, recursos que não são destinados regularmente para as casas de saúde, a saúde melhorou, mas o sistema prisional do Brasil, que não deve ser considerado, como disse o Dr. Roberto de Freitas, com muita propriedade, um arquivo morto, e eu diria, um verdadeiro lixo...

Quer dizer, quando a gente não quer alguma coisa, uma coisa que se imprestável, o que é que a gente faz? Coloca no lixo. É assim, praticamente, como vive a população carcerária em nosso país. É como se a sociedade não quisesse saber de que nós temos pessoas humanas que, num determinado momento praticaram o crime, estão sendo punidas essas pessoas, mas que o acompanhamento é como se tivesse ficado para o esquecimento, ou seja, é um verdadeiro depósito de lixo, como disse o Dr. Roberto de Freitas, um verdadeiro arquivo morto.

Então, nós precisamos tratar esta parte da população brasileira dentro daquele princípio que nós defendemos na Constituição, o princípio da defesa dos direitos humanos. Se eles já estão cumprindo uma pena e foram merecedores da punição, não significa que eles serão tratados como celerados durante a vida inteira, pelo contrário, nós vamos trabalhar no sentido de reintegrá-los à sociedade, que, aliás, quando se fez a Lei de Execução Penal, foi pensando em reintegrar o preso à sociedade.

Agora, vamos a exemplos concorrentes, que aqui foram tão edificantes, de todos, por exemplo, um preso que tenha cumprido uma determinada pena e a lei diz, a Lei de Execuções Penais, que ele tem que aprender o idioma, deve estudar e também ter um trabalho, mas a gente, verificando o nosso sistema prisional, no Brasil, isso é praticamente impossível, mas está na lei. Ora, existem duas figuras que o grande público não conhece, mas que os senhores advogados conhecem, que são a remição e a detração, quer dizer, se ele exerce um trabalho durante um determinado período, a pena vai ser descontada, na proporção em que o trabalho for executado. Agora, quem vai fiscalizar isso? Acho que só o Ministério Público, já que somos um país desigual, e quanto mais instituições cuidando de equilibrar as situações nos presídios para evitar até a violência, revoltas, melhor para a sociedade brasileira, porque nós teremos presos menos revoltados; a violência vai diminuir sensivelmente.

Então, a participação da Defensoria Pública entre os órgãos de execução penal, ao invés de contribuir para um desequilíbrio da situação carcerária, vai contribuir para o equilíbrio da situação carcerária do Brasil. Essa é a realidade. Porque os senhores já pensaram que o Ministério Público, junto com a Defensoria Pública, de mãos dadas, lutando por uma mesma causa? Isso vai ser benéfico. É verdade que o preso tem um pouco de receio do Ministério Público, o preso foi condenado, a

participação do Ministério Público, que denunciou e tal. Por mais que o Ministério Público seja competente, se houver uma participação da Defensoria Pública na defesa dos interesses do carcerário, é verdade que haverá uma maior distensão dentro das prisões.

Também eu não vejo como nada de errado, quer dizer, a presença da Defensoria Pública nos conselhos da comunidade, como também nos conselhos penitenciários. E esta modificação, Sr. Presidente, na lei, a meu ver, futuramente, vai contribuir e vai ser uma verdadeira revolução no sistema penitenciário do Brasil porque, na verdade, quem é melhora as prisões? Quem tem o dinheiro, quem tem o recurso, quem tem a dotação orçamentária para melhorar as prisões? É o Poder Executivo. Mas o Poder Executivo, tantas e tantas vezes, é acionado para reabrir uma escola, para construir um posto de saúde, através da ação da Defensoria Pública ou mesmo do Ministério Público, no entanto, para a melhoria das condições carcerárias, a atuação da Defensoria Pública será da mais alta importância, da mais alta relevância, principalmente quando se tratar de um direito coletivo, atendendo a uma população pobre, que constitui a maior parte dos internos em nosso país.

Para finalizar, eu gostaria apenas... O seguinte, o Dr. Rodrigo Duque Estrada, que é membro da Comissão Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, diz o seguinte: "A título de ilustração, a cada ano, o contingente carcerário nacional cresce na proporção aproximada de 5%; no último ano, o país ganhou 20 mil novos presos, elevando para mais de 446 mil a quantidade de internos no sistema penitenciário brasileiro, exatamente o dobro de número de vagas oferecidas. Não por coincidência, a superlotação é mais grave, exatamente nos Estados com deficiência no número de defensores públicos em ação nas unidades prisionais. Por coincidência, onde há superlotação é porque também existem menos defensores públicos trabalhando. Diante dessas estatísticas, grande economia de recursos estatais", continua ele dizendo, "poderia ser atingida com a atuação efetiva da Defensoria Pública nas prisões, se considerarmos que, segundo informações do DEPEN, que é o departamento penitenciário nacional, cerca de 30% dos presos brasileiros poderiam estar fora da cadeia porque aliviaria o sistema em mais de 130 mil vagas".

Quer dizer, isso é grave, quer dizer a superlotação também é em decorrência do Estado. Importante lembrar que cada preso custa mensalmente algo entre 700 a 1.100 reais aos cofres públicos. Já imaginou criar 130 mil novas vagas só resolvendo os problemas carcerários do Brasil? Como se vê, a atuação plena e independente dos defensores públicos é essencial para a execução penal, mostrando-se ainda comprovadamente eficaz para a redução dos riscos de rebeliões, dos índices de corrupção e tortura, assim como para a maior rapidez e eficiência dos processos judiciais.

E ele termina dizendo o seguinte: "Somente dessa forma o Estado brasileiro poderá corrigir décadas de exclusão e indiferença à Defensoria Pública, fomentando o exercício da cidadania e a consolidação do Estado de Direito, e do regime democrático. Devolvendo, assim, à execução da pena alguns de seus ideários esquecidos, a igualdade, a dignidade e a Justiça".

Sr. Presidente, eu gostaria até que constasse dos anais desta Sessão este documento que me foi enviado, que trata de um artigo escrito pelo Dr. Rodrigo Duque Estrada Roid. Mas, para terminar, Sr. Presidente, é uma pena que o nosso Relator, que é o Senador Osmar Dias, não esteja presente, mas, numa das sessões em que esse tema foi discutido, já que ele apresentou sete emendas, uma só de redação, e algumas pessoas falaram com ele, inclusive eu, ele manifestou, pelo menos naquela oportunidade, uma inclinação de retirar todas as emendas e deixar o projeto como veio da Câmara dos Deputados, integralmente, por isso que é uma pena que ele não esteja aqui presente para ele confirmar o que eu estou dizendo. O relator Osmar Dias, que é um homem sério, homem de palavra, depois que ele ouviu todas as argumentações naquela sessão, onde esse projeto estava em debate, ele se convenceu de que o projeto como está é um avanço enorme para a melhoria das condições prisionais no Brasil.

É o que eu tenho a dizer, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado, Senador, mas eu acredito que todas as notas taquigráficas serão encaminhadas ao relator com a maior urgência possível, peço à secretaria que providencie o mais rápido a remessa para ele ter uma análise mais profunda do que foi dito.

E eu agora ofereço a palavra, se alguém quiser contestar, mas por menos tempo, porque já são 12h30, mas o Professor José Reinaldo queria falar.

Passo a palavra a V. Exa., se tiver mais alguém, eu pediria que me avisasse para eu poder...

SR. JOSÉ REINALDO GUIMARÃES CARNEIRO: Obrigado, Senador Tuma. Eu gostaria apenas de destacar novamente que nós não estamos, absolutamente, num confronto entre Defensoria Pública e Ministério Público, não se trata disso. Também não queremos trazer qualquer técnica legislativa burocrática, Dr. Roberto, não é isso que a gente propôs fazer, de jeito nenhum. Nós estamos tratando da Lei de Execuções Penais e as coisas que estão sendo conferidas à Defensoria

Pública, na Lei de Execuções Penais, diferentemente daquilo que já se outorgou a essa mesma instituição na lei orgânica própria, vão fazer com que ela, no final das contas, tenha um grande distanciamento do assistido, do pobre, individualmente considerado.

É muito bacana que as Ações Civis Públicas são um grande ganho, o processo civil caminhou bastante a partir de 85, com o advento da ação civil pública, mas essas ações também já têm sido utilizadas em largas medidas pelo Ministério Público brasileiro, que nos Estados e na União, tem tomado conta, interditar sistemas penitenciários que se mostram inadequados, propugnar por medidas de caráter coletivo...

SR. ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO: Um pequeno aparte, só gostaria de reconhecer, inclusive, que alguns dos manejos do Ministério Público, da Ação Civil Pública, foi na pretensão da instalação da Defensoria Pública, isso deve ter registrado...

SR. JOSÉ REINALDO GUIMARÃES CARNEIRO: Mas não é essa pretensão absolutamente...

SR. ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO: Não, estou dizendo instalação da Defensoria Pública, que não tinha instalação, querendo, pugnando pela defensoria, quer dizer, para exatamente eliminarmos qualquer perspectiva de que houvesse animosidade, um dos instrumentos foi usado, manejado pelo Ministério Público, com essa perspectiva...

SR. JOSÉ REINALDO GUIMARÃES CARNEIRO: Seria a proximidade. Mas quando o réu pobre da assistência jurídica gratuita da Constituição de 88 precisava ter assegurada a Defensoria Pública, a cogitação que se fazia era uma defesa de caráter individual; eu não tenho nenhuma dúvida, vai ficar registrado nos anais desta Casa e é nesse sentido a manifestação do Ministério Público, que as respostas do Padre Valdir gostaria de ouvir das pessoas que ele visita não virão na proporção que ele aguarda e que deveriam vir, no momento em que esse projeto eventualmente seja aprovado. Nós não precisamos de uma Defensoria Pública com atuação de caráter coletivo, absolutamente. Nós precisamos de uma Defensoria Pública que some esforços com o Ministério Público, com o Poder Judiciário, com as autoridades do sistema penitenciário, mas cuidando, de forma individualizada, do cumprimento de pena, porque pena, no Brasil, se cumpre individualmente, não há outra cogitação possível, e nesse sentido, é que destaca a necessidade de implementação de mudanças evidentes, mas que não sejam de caráter coletivo.

Não foi nenhuma licença poética falar do primeiro comando da capital, Professor Salomão; é impossível, depois de ter visitado, não com a sua experiência, mas algumas centenas de vezes o sistema penitenciário, e ver as mazelas que essa facção vem ocasionando no Brasil, falar de execução penal sem fazer referência ao PCC e, nesse aspecto, eu gostaria de somar palavras com o Senador Romeu Tuma, não é a Defensoria Pública que vai ser a extinção do PCC; é um equívoco absoluto acreditar nessa perspectiva porque somente o efetivo combate à corrupção e nós estamos a anos-luz desta realidade, que fará com que o PCC baixe a sua guarda.

Nesse sentido, destacando o respeito que o Ministério Público brasileiro tem pelos defensores públicos, destacando a vontade que nós continuar colhendo no trabalho desenvolvido com eles, é apenas mostrar aos senhores que lei de Execuções Penais não é o foro adequado para crescimento de caráter institucional, de quem quer que seja.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado, doutor. Com a palavra, Dr. Roberto, e em seguida, V. Exa.

SR. ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO: Agradeço, mas acho que o Dr. Décio estava inscrito antes, mas tudo bem, respeito à Presidência. Só... E agradecendo a gentileza, só para consignar, primeiro lugar, exatamente, eu dizia que tínhamos enorme respeitabilidade institucional, sem nenhum problema. E a nossa preocupação, dos que fazem a Ordem, que fazem a defensoria, é que o nosso sistema não funcionou. Vejamos, o Brasil tem uma coisa bem interessante, e aí vai ter que insistir perspectiva coletiva. A ortodoxia política no Brasil, nós temos o poder político, poder econômico e quem está fora desses dois.

Quando é do interesse do poder político, certas engenharias funcionam; nós conseguimos criar, no ordenamento jurídico brasileiro, a ação direta de constitucionalidade. Uma lei já é constitucional, foi aprovada, tem o veredito da Comissão de Constituição e Justiça. Não havia necessidade alguma, criou-se. Por quê? Nós conseguimos fazer isso. "Ah, mas não é o procedimento correto". No Brasil, nós conseguimos criar, pelo poder econômico, uma coisa que é um absurdo em direito comercial, o que é um cheque? É uma ordem de pagamento à vista. O Brasil criou o cheque pré-datado, e o Judiciário e o Direito foi atrás, a economia impôs essa realidade...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Improvisou.

SR. ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO: Improvisou e fez. E essa é a verdade. Se o besouro soubesse a aerodinâmica, ele não voava, essa que é a realidade. E é por isso... Vamos ousar, não pode fazer isso aqui, não podia fazer cheque pré-datado e a economia brasileira rodou, patrício, os nossos comer-

ciantes sabem disso, nós conseguimos ativar toda a ordem econômica, criamos um título de crédito estranho ao ordenamento, funcionou, gerou emprego, não temos maiores... Não houve nenhuma discussão, não houve mutilação à ordem econômica por essa aparição que é, do ponto de vista de estrutura jurídica, comercial, um absurdo, qualquer professor de Direito Comercial dava zero para um aluno que citasse numa prova que o cheque pré-datado poderia existir, e existe. E é isso que nós insistimos. A opção política brasileira é nós vamos atender ao ordenamento nesse sentido? E não estou dizendo, quando eu digo não é uma opção burocrática, dizendo-se que é uma questão menor, ou nós vamos ficar contidos nessa esfera, ou nós vamos ter a capacidade de ousar, e aí volto ao que V. Exa. disse. Como V. Exa. disse, no início, é uma decisão política e é esta é uma Casa política, mais do que ficarmos preso a um ordenamento específico desse ou daquele instrumental, e aí não haverá... E aí quero concordar com V. Exa., não vamos criar expectativas miraculosas não, a defensoria não vai reverter a história das coisas todas, mas é uma ferramenta interessante.

O que nós estamos dizendo é o seguinte: Essa defensoria que existe é instrumento do Estado, ela vai ser confinada a trabalhar em escala artesanal, como ela explicava aqui, ou nós vamos acabar em escala industrial. Agora, nós temos 400 mil pessoas presas e nós vamos ficar obrigados a tratar individualmente, caso a caso, e não podemos discutir. Então, vejamos, você chega num presídio e diz, todo o pavilhão nove eu vou fazer individualmente, preso a preso, esse processo? Isso é criar uma morosidade absurda, é uma burocracia absurda.

Então, essa discussão é essa. A opção política do Estado brasileiro é essa. Nós temos uma demanda com meio de milhão de pessoas e nós vamos fazer isso em escala artesanal ou industrial. A decisão pelo coletivo ou pela individual é essa decisão de Estado e de professor de Direito, juridicamente eu digo, não enquadra no figurino; o figurino, tal como está, é encarcerador, é ineficiente e etc... E o Estado deve ousar...

SR. JOSÉ REINALDO GUIMARÃES CARNEIRO: Dr. Roberto, quem vai cuidar do preso individualmente considerado, que é esse que não sabe quando vence a sua pena, que é aquele que não sabe quando vai sair. Mas os defensores, na verdade, vão cuidar de tudo. É o que se propõe?

SR. ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO: Não, não, ele pode chegar, se eu chego numa cela e tem 40 ou 50 presos, eu preciso fazer uma ação individual de um a um ou posso fazer... Nós fazemos individualmente, só para...

SR. CARLOS WEIS: Excelência, me permite um aparte só para dar um esclarecimento? Para esclarecer ao Dr. José Reinaldo, nós vamos continuar fazendo atendimento individual e o senhor pode ficar bem tranquilo porque a Defensoria Pública tem vocação para atendimento ao pobre. Por exemplo, como eu lhe falei, a semana que vem, 42 defensores públicos, no Brasil inteiro, vão atender cinco mil presos em Belo Horizonte, mutirão; mutirão que nós fizemos com a força nacional. Está falando aqui em ação coletiva. Então, ação coletiva, que vai ser uma aqui e outra ali, não vai prejudicar em nada o atendimento individual. E a Defensoria Pública trabalha pelo pobre, não só na área penitenciária. Por exemplo, a Defensoria Pública, que agora chegou em Guarulhos, em São Miguel Paulista, periferia da grande São Paulo, está fazendo atendimento nos fins de semana para educação em Direito.

Então, eu posso falar, com toda a felicidade que os defensores públicos têm uma vocação para atendimento ao pobre, inclusive na área carcerária.

SR. JOSÉ REINALDO GUIMARÃES CARNEIRO: Não há dúvida, Dr. Carlos, mas há um distanciamento muito grande entre aquilo que a gente gostaria que continuasse acontecendo, e aquilo que certamente acontecerá, com aprovação de...

SR. CARLOS WEIS: De forma nenhuma, acontecerá.

SR. ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO: Voltando a palavra, só gostaria de fazer duas considerações, a primeira que outros agrupamentos... Um agrupamento extremamente deficitário, e para dizer que nós estamos tratando da parte da pena, execução, mas vou dizer o contrário, eu sou Defensor Público e atuei na área de infância e juventude, que é outro ... nacional, lá na minha terra, na minha querida Teresina, Piauí, estamos aguardando a visita do senador, mais uma vez. E lá há aqueles famosos carnavais fora de época, e eu chego na manhã de segunda-feira, depois daquele carnaval fora de época e vou ao núcleo adolescentes envolvidos em conflito com a lei, e fui lá, tinha 11 adolescentes com ato infracional de consumo... Estavam portando substância entorpecente e eu fui olhar. E quando cheguei lá, saí dizendo: "É engraçado, não tem ninguém de abada", ou seja, e eu sou obrigado a concluir que só o pessoal da pipoca consumiu da droga, ninguém que estava no bloco consumiu. Essa é a realidade nacional, excelências, aquele sujeito, a gente fala em ressocialização, integração, ele sabe que ele foi preso, não porque estava consumindo substância alucinógena, mas é porque ele não estava de abada. E isso é o Brasil que nós estamos consumindo. Ele estava preso porque ele não tinha uma fantasia. Porque quem

estava lá dentro estava de abada, estava consumindo lança perfume e etc. e tudo aquilo.

E por último, uma homenagem à nossa ilustre doutora, homenagem de gênero, ela falava: "as mulheres que vão aos presídios", os registros do Ministério da Justiça dão que quase cerca de mais da metade das prisões das mulheres eram feitas por quê? Porque levavam, um crime perfeito, a tipificação maravilhosa, não tem como fugir, portando droga entrando no presídio, por quê? Porque droga é moeda lá dentro. Aquela mulher, ela era presa na revista de entrada. O processo não há como você defender, o que vai dizer o quê? Paciente terminal, porque ela foi presa flagrante delito, tudo filmado, ela foi presa levando droga para o marido, por quê? Porque o Estado brasileiro gerencia uma repartição onde as pessoas exigem droga para fazer moeda lá dentro e não tem capacidade e nós conseguimos prender a mulher que entra e não conseguimos prender quem negocia lá dentro.

É essa disfunção de Estado que nós temos que ousar, temos que avançar e criar novas ferramentas, custe o sacrifício de certas ortodoxias jurídicas. É inaceitável que a gente prenda uma mulher que está levando droga para o marido lá dentro e ninguém prenda quem gerencie o comércio de droga interno. E isso está acontecendo e essas mulheres todas estão enchendo as estatísticas e nós dobrando a população carcerária. O sistema tal como está pelos canais competentes não funcionou. Ou o Congresso tem a opção política de fazer avançar ou nós vamos enxugar gelo; não há outra definição. Nós vamos enxugar gelo e aumentar e fazer um demanda, quando nós dissemos, bastava isso, que nós limpávamos 130 mil vagas; se nós tirarmos 130 mil pessoas, ainda fica devendo, que a perspectiva é que tenhamos um *déficit* de 170 mil vagas por cumprir, ainda vamos ficar devendo 30, vão ficar 40 mil vagas. Então, nós temos que tomar uma atitude e não dá para nós fazermos esse desenho. Não tenho certeza que vai dar certo, mas nós a responsabilidade da ousar.

E a nossa situação, e eu posso dizer, diante do dilema, é aquele cara que chega com um paciente politraumatizado e diz: "Dá tempo de fazer exame de HIV e hepatite? Não. Faz a transfusão de sangue porque ele não aguenta 15 minutos de espera". A realidade nacional é essa. O Brasil tem meio milhão de pessoas colocadas no arquivo morto, sob a responsabilidade do Estado, onde lá se vende e faz todos os comércios possíveis e imagináveis, e existe, porque nós já dobramos esse período de 10 anos e a perspectiva é de aumentar mais.

Nós estamos numa sala de UTI, e aí, com todo o respeito, e eu participo das preocupações de V. Exa., pelo seu ordenamento, eu acho que poderia ser feito assim, pode até ser que dê errado, mas eu vou fazer a transfusão de sangue e vamos ver o que dá, vamos tirar a cara da UTI. Ou nós fazemos isso, ou não sei, a opção será muito pior.

SR. JOSÉ REINALDO GUIMARÃES CARNEIRO: Estou pensando, Dr. Roberto, e o senhor me perdoe a insistência.

SR. ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO: Por favor.

SR. JOSÉ REINALDO GUIMARÃES CARNEIRO: ...que aquele réu pobre de 1988, para qual foi instituída a Defensoria Pública, sabiamente, pelo constituinte, vai continuar abandonado porque nós teremos um super organismo, mal dimensionado, com atribuições de caráter coletivo, que não resolve o dia a dia da população carcerária, eu tenho absoluta convicção. Quando eu entro e o Ministério Público visita, e o senhor sabe que visita com muita frequência o sistema penitenciário, eu tenho questões de caráter individual; o preso precisa saber como é que está a família; o preso precisa saber quanto tempo vence; quem é que peticionou na execução de caráter individual dele, e essas respostas, na grande maioria das vezes, ele não tem.

A Defensoria Pública foi instituída e nasceu para cuidar deste preso, e é justo que ela cuide deste preso. Nós estamos, na verdade, a pretexto de ousar, de resolver o paciente terminal, que o Estado acabou tendo em mãos, e é verdade que nós temos um paciente terminal, mas nós temos também grandes soluções, que até 1995, o senhor sabe disso, o Estado brasileiro, de uma forma geral, não reconhecia a existência de facções criminosas em presídios. Hoje, à custa de muito sangue, porque foi isso que nos acostumou o atraso no reconhecimento da existência dessas facções, nós já conseguimos algumas ações que foi, juridicamente, obter condenações por formação de quadrilha de integrantes de facções, condenação por lavagem de dinheiro, que a lei é de 1988; o crime é muito novo, dentro da história do Direito Brasileiro. Quanto mais responsabilizar presos por conta desse tipo de atuação, nós estamos conseguindo, dentro da ótica do estado terminal.

Eu fico muito preocupado, mas muito preocupado, porque o Ministério Público já atua como fiscal da lei; se é necessário fazer mecanismos de mais eficiência, o Ministério Público está aberto para discutir com Defensoria Pública; o Ministério Público, eu insisto muito, reconhece os excelentes trabalhos que têm sido envolvidos, é muito bom ver o nível técnico das manifestações processuais de defensores públicos, isso faz parte do nosso dia a dia. A nossa convivência com a Defensoria Pública sempre foi excepcional, excelente,

mas desvirtuamento de função não vai levar a lugar algum. E eu insisto com o senhor, nós estamos modificando a Lei de Execuções Penais, num momento em que o Brasil está de cabeça para baixo, por conta das mazelas do sistema penitenciário, nós estamos criando um mecanismo que está muito mais preocupado em garantir assento, onde ninguém tem garantido, nem o próprio Poder Judiciário nem o Ministério Público, em conselhos penitenciários, em garantir o direito à legitimidade de ajuizamento de ações coletivas, que já está em mãos de outra instituição, que, mal ou bem, vem cuidando disso e o preso vem cuidado disso, e o preso, Dr. Roberto, onde fica o preso individualmente considerado?

SR. ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO: Eu posso dar para V. Exa. um testemunho. Quer dizer... V. Exa. parte de uma premissa com a qual eu sou obrigado discordar, pelo simples fato de eu dispor dessa ferramenta, eu posso manejar essa ação, mas não vou fazer mais nenhuma outra?

SR. JOSÉ REINALDO GUIMARÃES CARNEIRO: Não, absolutamente.

SR. ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO: Mas a premissa é: "Se nós fizermos isso, o preso individualmente..." Os advogados e os defensores continuarão peticionando, fazendo seus atos de defesa. Posso dizer a V. Exa., um dia desses, eu fui designado pelo Juízo porque o advogado estava ausente e havia dois processos, e era um crime perigosíssimo, com todas as reprimendas sociais, tratava-se de um delito de estupro e eu recebi os autos, não pude conversar nem com o assistido; comecei a ler porque tinha que fazer um procedimento de defesa prévia, folheando os autos, eu observava o laudo de corpo e delito. Chegou depois o advogado, quando chegou, eu disse: "Eu já fiz a defesa prévia, está uma impugnação ao laudo". E eu dizia, como Defensor Público, designado pelo Juízo, que ninguém queria que defendesse aquele sujeito, porque era um delito que escandaliza a sociedade, onde havia aqui um laudo de corpo de delito que a vítima sofrera agressões físicas e grave ameaça. Até onde eu estudei medicina legal, ameaça não deixava hematoma. Então, quando você chega e tem um laudo e era um estuprador, e todo mundo com raiva porque eu tinha impugnado um laudo de um estuprador. Agimos individualmente, contra a comoção social, num tipo de exercício. Isso não tem três meses, Excelência. Quer dizer, a defensoria continua... E eu consegui botar na impugnação, dizendo que o laudo conseguiu essa proeza e esse lado impugnava como tendencioso, como faccioso porque você começa a detectar o que não era impossível detectar.

Então, o exercício da Defensoria Pública em escala individual não está sendo comprometido. O que nós estamos disponibilizando é você pode ter uma ferramenta de ser mais ágil. Ou "você não vai poder fazer, você vai fazer 1.300 representações". Essa situação, e V. Exa. vai ter que me perdoar fazer uma analogia com esses estragos sociais. Aquele filme Apolo 13, e isso a sociedade brasileira conhece bem, quem estava no arquivo morto sabe que é assim, uma das grandes alegorias que se fazia era com a sociedade americana, que saiu uma piada por aquela cena do Apolo 13, que eram três astronautas, e havia um moreno, dois brancos, e o racismo americano dizia o quê? "Primeiro, onde foram soltadas(F) a primeira bomba atômica?" "Hiroshima e Nagasaki". Para o segundo, que era branco, quantas pessoas morreram?"; "45 mil", terceiro, o moreno, "nome e endereço das 45 mil pessoas".

O que a sociedade brasileira está fazendo? A estrutura de funcionamento do poder repressivo do Estado brasileiro é perguntar nome e endereço das 45 mil pessoas para esse pessoal. Nós sabemos disso. Eu posso dizer a V. Exa., a reforma do Processo Penal que colocou uma audiência uma, e quem atua individualmente está sabendo disso, nós pegamos um preso que sai do camburão para vir depor; 98% dos casos não têm testemunha de defesa. Nós já participamos de uma audiência em que somente há testemunha de acusação, previamente agendada pela denúncia e etc., e ele chegou: "Olha, você tem testemunha de defesa?". "Não tem, doutor", porque a família não pode chegar, porque nós não temos estrutura para estar presente no presídio. Essa defesa individual está sendo comprometida exatamente por falta de controle dessas ferramentas. Se V. Exa. fizer uma estatística hoje, e se disse que isso era grande avanço na defesa, porque ele ia falar por último, poderia contraditar os demais, mas nós temos uma audiência uma; ele era ouvido antes, "vamos conversar, você tem testemunha? Vamos traçar uma estratégia de defesa e vamos trazer suas testemunhas". Isso acabou por quê? Porque pensou-se o sistema processual em razão do fluxo dos processos, para baixar a estatística, a preocupação foi tão somente com natureza estatística, porque há um sacrifício gravíssimo do direito de defesa desse cidadão que está preso, essa é a realidade de quem está todos os dias nos Fóruns, nos casos individuais, individualmente considerados.

SR. JOSÉ REINALDO GUIMARÃES CARNEIRO: Dr. Roberto, é exatamente nessa argumentação que mais destaca a inadequação do que nós estamos discutindo. O senhor me permita por de traz de um grande orador, eu vejo um grande processualista...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou pedir licença só para ver se a gente encurta um pouco. Tem gente que já está indo embora. E, assim, eu pediria... E está brilhante e eu acho que poderíamos repeti-la. Mas eu queria dar a palavra aos outros que desejam. Sem nenhum prejuízo...

SR. ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO: Eu me sinto honrado em participar disso.

SR. JOSÉ REINALDO GUIMARÃES CARNEIRO: Posso só concluir, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sem dúvida, só estou fazendo um apelo para diminuir...

SR. JOSÉ REINALDO GUIMARÃES CARNEIRO: Sob o ponto de vista do processo, nós estamos criando aqui uma quarta figura processual: nós temos autor, juiz e réu; o réu, que deveria estar alavancado justamente no fortalecimento da Defensoria Pública, está jogado de lado, individualmente, porque está sendo criada uma quarta entidade, Defensoria Pública em nome próprio. Eu não sei onde isso vai solucionar os problemas que o padre encontra, que nós todos encontramos no dia a dia das penitenciárias.

Eu insisto que há uma inadequação absoluta nesse projeto. O Senador Osmar Dias, quando fez o apontamento dela, ele falou exclusivamente, como é de praxe dentro do Senado e da Câmara, da inexistência de vícios formais, apenas a inexistência de vícios formais, não materiais, e eles são manifestos, são essas as ponderações. Senador, pedindo desculpas por ter me estendido um pouco aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Esteja à vontade, e muito obrigado pela presença.

SR. SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA: Eminente Senador Romeu Tuma, V. Exa. acompanhou muito bem a situação do Estado de São Paulo, o nosso Estado, quando foi fechada a Casa de Detenção, e aqueles 7.500 presos foram espalhados por presídios menores no interior de São Paulo, especialmente na região de Presidente Prudente e das cidades vizinhas.

Na ocasião, quando isso estava sendo gerenciado pelo então Secretário Nagashi Furukawa, eu fui nomeado como Presidente da Comissão de Cidadania para acompanhar o fechamento da Casa de Detenção e a transferência dos presos para lá, e com isso, eu quero resgatar um ideia que o Carlos Weis levantou, das linhas de ônibus, e nós apontávamos, então, ao Secretário de Assuntos Penitenciários de São Paulo a dificuldade que isso certamente implicaria porque muitos familiares que eram de São Paulo não teriam condições de se deslocarem para as visitas dos presos no interior do Estado. Reafirmo, são 600 km.

E, na ocasião, eu ponderava que seria interessante que se providenciasse, por exemplo, um sistema de transportes que facilitasse isto para os familiares dos presos. Isso não foi feito, e qual não foi a nossa surpreenda, Dr. José Reinaldo, quem fez isso foi PCC. Quem paga a linha de ônibus, fretando ônibus, é uma realidade. Portanto, volto a dizer, quando a gente não tem o Estado e o Estado não está presente, a gente dá oportunidade para que o crime organizado ocupe a ausência do Estado. Essa parte social.

Então, esse dado me parece fundamental. Se nós tivéssemos um sistema penitenciário maravilhoso, e ele não é, todos aqui reconhecem que ele é um verdadeiro caos; há quem diga que ele não é um sistema porque ele não é um todo articulado. O nosso sistema penitenciário tem um *déficit* de visita, um *déficit* de fiscalização e também um *déficit* de vagas. Se nós olharmos para a lei vigente, especialmente no art. 61, quando lá se elencam os órgãos da execução: juiz, Ministério Público, conselhos, departamentos, patronato, conselho da comunidade, a rigor, a despeito da concorrência para fiscalização dos presídios destes órgãos, todos de execução, eu posso dizer que nada funciona bem.

Só dou um exemplo: Quando visitávamos a Casa de Custódia de Viana, no Estado do Espírito Santo, como o Promotor de Execução, o Juiz da Execução não faziam visitas regulares e não tomavam as providências que eram necessárias, nós fomos obrigados, e estávamos acompanhados somente pelo Procurador da República, que era representante no conselho penitenciário daquele Estado, fomos obrigados a representar o Juiz da Execução, representar o Promotor da Execução, nos respectivos Conselhos do Ministério Público e Nacional de Justiça, o que mostra bem que há um *déficit* de fiscalização.

Portanto, a existência de um órgão a mais que pudesse se somar a todos os órgãos anteriores, poderia, por exemplo, evitar essa situação em que recebo aqui o documento da Ordem dos Advogados em relação ao processo que se faz em relação contra o policial militar que impede uma inspeção em áreas prisionais.

Portanto, a minha preocupação é o porquê do interesse, já que eu reconheço aqui nos membros do Ministério Público uma preocupação com a eficiência do sistema para que essas pessoas sejam visitadas e defendidas com bastante propriedade, o porquê desta preocupação em relação a alguma coisa que já se reconhece e não se tem nenhuma ação direta de inconstitucionalidade em relação à Lei Orgânica da Defensoria Pública, por que se impedir a possibilidade de tutela coletiva nessa esfera, no âmbito da Defensoria Pública? Me parece, e me desculpe se eu, vendo de

fora a briga, mas conhecendo o assunto, há mais de 25 anos, e tendo escrito e tendo presidido o Conselho Nacional de Política Penitenciária, me parece que tem aí, e me perdem se eu estiver enganado, uma questão corporativa que, de certa forma, impede que nós tenhamos um funcionamento melhor daquilo que projetou a lei de execução.

Não por outra razão, e só para finalizar, Senador Tuma, quando se dá, num dos últimos artigos do Código Penal, da Lei de Execução Penal, perdão, como se deve iniciar o procedimento judicial, se fala: "No Ministério Público, no interessado, de quem o parente, do parente, do descendente, do conselho penitenciário, da própria autoridade administrativa..." E quando se insere aqui a Defensoria Pública, primeiro, para corrigir evidentemente a defasagem decorrente da posterior regulamentação constitucional, da instituição da Defensoria Pública e, segundo, para dar muito mais eficácia, muito mais eficiência na defesa dos interesses do réu individual, daquele que é pobre e que está lá colocado, jogado, como muito bem disse o Dr. Roberto, jogado num arquivo morto do presídio.

Portanto, é fundamental entender que, num momento em que as entidades se somam na fiscalização, e a despeito de existir Ministério Público no Estado de Pernambuco, existir Magistratura, existir patronato, conselho da comunidade, existia lá uma pessoa que estava presa há oito anos e que não foi computado o alvará da soltura, e quando o Conselho Nacional identificou esse fato, imediatamente, o Dr. Adeíldo Nunes, que é o Juiz de Execução local, concede um alvará de soltura. Portanto, é fundamental que a gente tenha uma ideia de todo, e a minha ideia de todo, ao meu juízo, é inserir naquilo que já está constitucionalmente previsto, e a Lei de Execução Penal é uma parte desse sistema jurídico de interpretação, como se fossem vasos comunicantes, inserir no âmbito da Lei de Execução Penal a participação ativa, quer individual, quer coletiva, da Defensoria Pública.

Eram essas as minhas palavras, Senador Tuma. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado ao senhor. Com a palavra o Procurador, o Dr. Décio.

SR. DÉCIO LUIZ ALONSO GOMES: Senador, agradeço a chance de retomar o discurso e, como característica que V. Exa. já destacou, serei breve nas considerações. Só queria destacar alguns pontos que me causaram espanto; o primeiro deles, visitar presídio, quer para o Ministério Público, quer para a defensoria, para a OAB, para as entidades fiscalizatórias, para a Magistratura, não é altruísmo, de forma alguma; se for altruísmo, vamos considerar um altruísmo novo, um altruísmo profissional, porque é imposto por lei, é obrigação dos operadores jurídicos que trabalham na área de execução penal e, me permitam dizer, nas áreas anteriores à execução penal.

Eu conversava aqui nos intervalos com o Dr. Carlos e contava as dificuldades, que a gente ficou aqui numa questão paralela sobre o atendimento fora do presídio. Eu, particularmente, tenho uma visão, um pouco diferente, Dr. José Reinaldo, do que seria esse atendimento fora do presídio, seria um atendimento, quero crer, à família, mas, de qualquer forma, eu trazia um caso, Dra. Daniele, específico do Rio de Janeiro, e aí o Dr. Rodrigo, que está lá no fundo, sorrindo, pode confirmar ou não.

Nas comarcas em que eu atuei no interior do Estado do Rio de Janeiro, todas as vezes que o Defensor Público gostaria de ter contato com o seu assistido, era o assistido que ia ao Defensor Público; esse atendimento fora...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Na carceragem.

SR. DÉCIO LUIZ ALONSO GOMES: Não necessariamente, às vezes, no gabinete, dependendo, obviamente, da periculosidade de cada assistido. Mas esse atendimento fora, que na lei, eu acho que é bem claro, é atendimento à família, ao preso que já ganhou a liberdade, na prática, ele vem sendo desvirtuado, na prática, pelo menos no Estado do Rio de Janeiro, ele é desvirtuado com transporte de preso, por quê? Por comodidade? Não tomem como gênero, mas por comodidade de alguns defensores, que não querem fazer o seu ofício e se deslocarem até o presídio. Acho que agora eu me empolguei e vou usar um pouco mais da palavra.

Outra coisa que me causou espanto, é elencar a Defensoria Pública como interlocutor qualificado ou privilegiado, dentro do Juízo de Execução Penal, porque ele tem 90%; é uma conta que a gente chega aproximada, do efetivo carcerário, o que me espanta é o seguinte: O Ministério Público e o Judiciário têm 100% do efetivo carcerário e não são interlocutores privilegiados, não gozam nem por previsão e nem por projeto, da mesma coesa que está estabelecida aqui.

A terceira coisa que me deixa arrepiado é a confusão do discurso que foi empregado hoje. Mais uma vez, eu destaco aqui, a Defensoria Pública faz parte, assim como a OAB, de um dos pilares que sustentam a Justiça do Brasil, não se tira esse mérito em momento algum, pelo contrário, estamos aqui reiterando e dando a importância que esse projeto tem nas partes que permitem que a Defensoria Pública exercite a sua atividade com eficiência, para usar a expressão do Professor Salomão, e integralmente dentro do presídio.

Agora, o que me assusta é a tentativa de disfarce do discurso, primeiro, e aí vou pedir vênia ao Dr. Roberto, dando trato coletivo a uma questão que não é coletiva, como estacou o Dr. José Reinaldo, a questão do esvaziamento carcerário, que foi tão destacado, tão batido, tão trazido à tona aqui, ele não vai ser solucionado pela tutela coletiva.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em nenhum lugar do mundo se faria isso.

SR. DÉCIO LUIZ ALONSO GOMES: Em nenhum lugar, até porque, e aí eu evoco o Professor Salomão de novo, "Teoria da Pena", um livro excelente dele, publicado pela RT, a apenação e os benefícios são individuais por obrigação e por imposição legal. E aqui não estou falando que a Defensoria Pública vai deixar de atender esse lado, pelo contrário, eu estou dizendo que, para a satisfação da pretensão que foi anunciada, e esvaziar carceragens, presídios, estabelecimentos penitenciários, aquela coletiva não vai servir de nada. E eu vou além um pouco, já conversava aqui com o Dr. Carlos, antes que ele me bicasse a canela aqui.

A tutela coletiva da defensoria fora da execução penal, que já destacava estar prevista na lei orgânica nova, ela já supre todos os exemplos que foram traçados aqui, em termos de execução penal, até porque eles se baseiam, e aí me permitam a vênia, eles se baseiam em direitos que não só do preso, se baseiam em direitos que são da família do preso, são pessoas extramuros. A questão principal, e aí eu peço vênia mais uma vez ao Dr. Roberto, o sistema não funcionou até agora, e eu arrisco em dizer que não vai funcionar com essa alteração. Devemos ousar? Acho que devemos. É para isso que essa lei prevê tantas situações importantes para a defensoria.

Agora, eu vejo aqui dados estatísticos do meu Estado, sete grandes presídios não contam sequer com a assistência individual da defensoria. Então eu acho que é uma situação um pouco escalabrosa tentar desfazer o discurso do trato coletivo com trato individual e mais, de todas as narrativas que eu vi aqui, e aí eu me permito agora assumir a condição de Promotor de Justiça, representante da CONAMP, todos os discursos que eu vi aqui são discursos de exclusão do Ministério Público. Eu não vi, em nenhum momento, e aí me permita reafirmar isso, Dra. Daniele, eu não vi em nenhum momento, as questões de abuso dos direitos, maus tratos a eventual presidiário, serem invocados assim: "Levamos ao Ministério Público e ele cruzou os braços", à exceção do caso trazido agora por último pelo Professor Salomão. O que eu gostaria de ver...

SR. CARLOS WEIS: Tem um monte. Eu só não trouxe para não ser deselegante, infelizmente, a Defensoria de São Paulo já levou ao Ministério Público Paulista, lamento ter que dizer isso, o senhor me provocou, vários e vários e vários casos; eu tenho um caso documentado de tortura a preso, que o Ministério Público pediu o arquivamento e foi proposto pela Pastoral Carcerária. Eu lamento ter que dizer isso, mas há.

SR. DÉCIO LUIZ ALONSO GOMES: E aí é que eu volto, no controle individual, na assistência individual, a Defensoria ou a OAB, elas estão capazes de prover a tutela necessária ou acha que não? Porque, se o Ministério Público não atua, concorda que vocês vão levar o caso ao Judiciário?

SR. CARLOS WEIS: Eu prefiro elencar os meus argumentos ao final; a defesa sempre fala ao final.

SR. DÉCIO LUIZ ALONSO GOMES: Certo. Por fim, e aí eu devolvo a palavra, a questão da representação insatisfatória, eventual representação insatisfatória da defensoria, ela não vai ser suprida com alteração legislativa. Isso aqui eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor devolve ou retorna?

SR. DÉCIO LUIZ ALONSO GOMES: Devolvo, estou devolvendo, era só para fechar, se V. Exa. me permitir, eu fecho.

SR. SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA: Agradecer ao Dr. Décio pela propaganda do meu livro.

SR. DÉCIO LUIZ ALONSO GOMES: Sim, mas é de leitura obrigatória.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E nós esperamos que o senhor mande uma coleção...

SR. DÉCIO LUIZ ALONSO GOMES: Isso é verdade também, até porque... Mas não tenha dúvida, Dr. Salomão, os seus livros fazem parte quase de todas as minhas peças que envolvem pena.

Só uma última observação, Senador, lamento aqui, e aí fica um anúncio de insatisfação, que não tenha sido encaminhada uma proposta para que o Ministério Público e a Defensoria Pública, e aí eu acolho, dentro do conselho de Defensoria Pública, a OAB, caminhem de mãos dadas nessa questão penitenciária. Se é questão de trato político, de trato jurídico, trato humano, isso é um fator posterior; o que me interessa ver aqui hoje, o que interessaria ver e eu não vi, lamento, era a adesão da atuação do Ministério Público à Defensoria Pública. Os casos hediondos, vamos chamar assim, acontecem, como acontece em qualquer instituição ou em qualquer profissão que eu possa elencar aqui hoje, mas me deixa chateado, como membro do Ministério Público, a possibilidade, virtual ainda que seja, de ser excluído de um processo que é tão importante, de deixar de participar porque maus profissionais deixaram uma má impressão na instituição. Senador, obrigado, desculpe agora ter invertido a ordem natural.

SR. ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO: Senador, só uma alegação porque ele fez uma referência objetiva, e só para esclarecer, sem nenhuma outra demanda. E exatamente eu concordo com senhor e nós temos vários casos de comodismo, porque esses desvios são desvios da natureza humana, e nós haveremos de encontrar, onde é que tenha gente, gente vai pecar, o padre vai cometer abuso e etc., nós teremos tudo isso. Agora só uma indagação, quando eu falava que a defensoria é um interlocutor privilegiado, não estava dizendo que ela seja mais importante, mas "o Judiciário tem 100%", não, ele tem 100% das ações e o poder, nós seríamos interlocutores perante o Judiciário, nós seríamos, quando muito, apresentar uma moção, pedir, é uma petição.

O que se pretende aí, nesse sentido, o que queremos dizer é o seguinte: Compreendo, mas a grande preocupação é essa, é que o que se quer com esse... Não é ação coletiva, é ter a permissão de um uso eventual de uma ferramenta que possa tratar em conjunto. Isso não significa que nós vamos optar por assumir funções e gerenciar o processo.

SR. DÉCIO LUIZ ALONSO GOMES: Mas aí V. Exa. vai me permitir, mais uma vez, voltar ao ponto: A confusão do discurso, ela acaba tornando o pacote bonito, é um presente que está embrulhado num papel que é mais bonito do que o conteúdo.

SR. ROBERTO GONÇALVES DE FREITAS FILHO: É isso. Veja bem, dizemos que você nem eventualmente pode fazer uso disso e você vai ter que fazer sucessivas petições para o mesmo caso, isso atenta contra a economia processual, que foi o que ele explorou, quer dizer, eventualmente, fazer esse uso de um benefício, de uma ferramenta que permite, numa sociedade de massas, como a que nós vivemos hoje, em que tudo é massificado, é uma loucura. Operacionalmente, é um desastre. Nesse sentido, mantemos a divergência, com todo o respeito a V. Exa., e gostaria e posso dizer até isso de que essa parceria, de andarmos de mãos dadas e etc., não vejo nenhum óbice a que se faça e etc. e temos o maior respeito, pelo menos eu, individualmente, posso dizer, em nome da Ordem e etc., pela atuação presencial do Ministério Público e dizer, existem comunidades como existem histórias dantescas de omissões como de... Só para finalizar, senhores, como o juízo do padre e da defensoria. Em Fortaleza, no Instituto Penal Paulo Sarasate, já houve rebeliões de presídio. Uma vez um defensor pulou do segundo andar e quebrou a perna e ficou lá dentro porque não pode passar pela janelinha, uma defensora que estava gestante. Da outra vez, pegaram o Dom Aloísio Lorscheider. Eu ainda não vi Juiz e Promotor de Execução ser refém.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dr. Carlos Weis. Depois, a doutora.

SR. CARLOS WEIS: Sr. Senador, muito obrigado. A Dra. Daniele fechar com chave de ouro. Agradeço a paciência...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É claro, deixar a suavidade da voz...

SR. CARLOS WEIS: Claro, claro. Eu vou tentar, mas ela efetivamente é insuperável.

SR. CARLOS WEIS: Melhor nem tentar, já sou são-paulino, vão falar outras coisas. Então, eu primeiro gostaria de agradecer a paciência e a generosidade de V. Exa. em ouvir e abrir palavra, acho que esse debate é muito rico, mesmo os pontos divergentes. Me parece que há um consenso, quase que integral, de que o fortalecimento da Defensoria Pública na execução penal, na área carcerária, é urgente há muito tempo atrasada e, com base nisso, acho que quase tudo do projeto de lei, acho que todos aclamaram aqui, e o Projeto de Lei é muito bem vindo.

Há um ponto fundamental, que é a questão coletiva, que acho que é uma divergência e eu vou colocar aqui um ponto no sentido de tentar convencer, mas acho que é importante colocar os argumentos para que os Senadores decidam da melhor maneira possível.

Veja só, foi dito pelo ilustre Promotor de Justiça de São Paulo que o MP faz muitas visitas a estabelecimentos penais. Sem entrar no mérito dessa afirmação, eu gostaria de colocar o seguinte: Se o Ministério Público faz tantas visitas a estabelecimentos penais em São Paulo, é curioso que faça tão pouco em termos de ações coletivas. Eu mesmo já visitei, como Defensor Público, como membro do conselho da comunidade, vários e vários estabelecimentos; a última que me chocou, porque cada uma vai chocando a mais, foi o CDP de Belém. É um bairro ali, muito próximo do Corinthians, aliás, o senador conhece. Ali há dois CDPs, Centros de Detenção Provisória. Ali há celas, são celas coletivas para 12 presos; em cada uma delas, há 50 presos; 50 presos dormindo, são treliches de concreto, dormem enfiados embaixo, e a altura do chão à primeira cama é muito pequeno, 30, 40 cm, eles se enfiam lá embaixo. Não tem atendimento à saúde, não tem atendimento... Não tem nada. E nós visitamos, pelo conselho da comunidade, e lamento dizer que este, e assim como os 150 presídios, unidades penais do Estado de São Paulo, talvez uma ou duas, ou talvez só aqueles 22 centros de ressocialização tenham condições carcerárias mínimas; no restante, em Bauru, interior, são terríveis as condições carcerárias. As fotos mostram, quem visita como nós, mostra, e eu lamento dizer, Dr. José Reinaldo, que o Ministério Público se tem feito, tem feito muito pouco.

E aí, quando o meu querido colega Décio fala em exclusão, quem está sendo excluído é a defensoria porque o Ministério Público não promove ações coletivas e não quer que a defensoria o faça. O Ministério Público, se visita as unidades penais, deveria propor, mas são tantos, e não são questão individuais, Dr. Décio, são coletivas, de saúde, trabalho, educação, segurança, inclusive para os agentes penitenciários, e eu lamento dizer que nós não vemos isso. Então, eu acredito... Só um minuto, para concluir, eu acredito que há permissão para que a Defensoria Pública, também na área penitenciária, atue coletivamente além de causar uma enorme economia processual, já citada pela Dra. Daniele, não precisamos repetir, o exemplo foi brilhante, vão não só contribuir para a melhoria das condições carcerárias para que a Defensoria Pública propuser, como quem sabe promova uma saudável inquietação no Ministério Público e o Ministério Público fale: "Opa, nós já deveríamos ter feito muito mais coisas e não vamos fazer... E nós não estamos fazendo e vamos fazer".

E aí, Dr. Décio, vai ser o com maior prazer que a Defensoria Pública vai juntar forças com o MP para propor Ações Civis Públicas, também na área penitenciária, porque isso já está correndo, por exemplo, na área de habitação e urbanismo em São Paulo, em que a Defensoria Pública de São Paulo tem núcleo especializado e propôs ação coletiva junto com o MP. Então, por que não fazer isso também na área penitenciária.

Agora dizer que o MP não faz, o Ministério Público não faz e não quer que a defensoria faça, com todo perdão, aí a exclusão aí está sendo da Defensoria Pública, então, eu acho que, em prol de a gente acabar com a idade média penitenciária, a Defensoria Pública, sim, precisa ser intitulada também na área prisional, as Ações Civis Públicas, não vai fazer mal a ninguém, só vai fazer bem aos presos, aos familiares dos presos. A ideia de que o Brasil é um país moderno e contemporâneo, é um país que tratada humanamente aqueles que foram condenados, acho que vai fazer bem ao Ministério Público que vai, felizmente, se sentir incomodado e vai trabalhar junto com o Defensoria Pública.

SR. DÉCIO LUIZ ALONSO GOMES: Me permita só um aparte.

SR. CARLOS WEIS: Pois não.

SR. DÉCIO LUIZ ALONSO GOMES: Por que é que não se volta o sistema de fiscalização do fiscal? Porque não se provoca isso?

SR. CARLOS WEIS: Nós temos provocado. A Defensoria Pública, até antes mesmo da criação da Defensoria Pública em São Paulo, eu era Procurador do Estado da Assistência Judiciária, trabalhava na Casa de Detenção inclusive e, naquela época, a PAJ não podia, como Procuradoria de Estado, propor Ações Civis Públicas, e mandávamos representações ao Ministério Público, e essas representações caíam, talvez, lá no arquivo do Dr. Freitas, e ficavam lá no arquivo morto.

SR. CARLOS WEIS: Virou arquivista.

SR. CARLOS WEIS: Então, veja só, eu acredito que para o bem do país, a Ação Civil Pública, que já é incumbência da Defensoria Pública em outras áreas, também na área penitenciária possa ser abraçada, isso sem duvida nenhuma, não vai prejudicar o atendimento individual dos presos; é uma ou outra ação civil, nós, cotidianamente, os 35 defensores públicos de São Paulo na área penitenciária, vão ser 60, se Deus quiser, até o final do ano, atuam dentro dos presídios, recebem centenas de familiares diariamente. Não tem com parar isso e falar: "Agora só vamos fazer Ação Civil Pública". É antes o contrário, os defensores públicos vão os presídios, constatam problemas graves e coletivos, e aí, do atendimento individual, deflui, surge a necessidade de uma ação coletiva aqui e outra ação coletiva ali. Então, realmente, a ação coletiva é uma ferramenta a mais, como o Dr. Roberto colocou, e não vai tirar da Defensoria Pública a nossa vocação natural de atendimento à população pobre.

Era isso que eu queria dizer. Eu gostaria de agradecer a esse Senado Federal por discutir a questão penitenciária, que geralmente fica nos subterrâneos, fica dentro dos muros, e a gente não tem oportunidade de debater, assim, de uma maneira tão aberta, tão franca e tão produtiva a questão penitenciária.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA: eu não quero intervir, mas tem uma coisa interessante, que a gente, vem à cabeça com essas discussões, sobre o aspecto de competência do Ministério Público, da Defensoria Pública, que nós estamos vendo a administração judiciária, só que estamos esquecendo a Administração Pública, o poder orçamentário de atender às representações dos presídios, onde o maltrato é patente e evidentemente, às vezes, à visita, o juiz quer tomar providência, quer proibir o uso do presídio e não consegue porque não tem onde colocar preso. E o orçamento, eu acho que é importante, talvez a Defensoria Pública olhar o orçamento do Estado no atendimento aos presídios. Porque o que o Sr. diz assim: "vários tratamentos indevidos de direitos humanos e tudo", vamos dizer, "estão empilhados os presos" porque às vezes o Estado não oferece condições de o Ministério Público ou da Defensoria ou do próprio juiz para que

isso não aconteça porque é desumano mesmo; você vê, às vezes, a entrada de uma televisão no presídio, o sujeito dorme pendurado da porta, e se ele é menos prestigiado pelo chefe de xadrez, pior ainda, vai servir de colchão para alguém.

Eu estou falando isso porque a gente acaba sofrendo a consequência, quando está numa Delegacia de Polícia... Então, a gente tem que chamar a atenção do Estado, da Administração Pública do que representam esses 500 mil presos, que são seres humanos.

Desculpa, eu intervir, às vezes. Mas... Com a doutora agora.

SRA. DANIELE DE SOUZA OSÓRIO: Dr. Décio, vou já falar nominalmente ao senhor porque tenho aqui uma procuração da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, primeiro ponto. A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro hoje atende em todos os presídios, não há presídio mais sem assistência jurídica da Defensoria Pública do Estado lá. Em relação à ação coletiva isso, foram dados que o Dr. Rodrigo passou, conhece a realidade local, faz parte lá do núcleo de atendimento prisional daquele Estado.

SR. SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA: Isso eu sou testemunha porque visitei ... no ano de 2008 e todos os presídios são atendidos pela defensoria.

SRA. DANIELE DE SOUZA OSÓRIO: Inclusive, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro serve de exemplo, a Defensoria Pública da União, quando começou a atuação na penitenciária federal em Catanduvas, o primeiro lugar que se buscou subsídio foi na Defensoria Pública do Estado do Rio, foi feito um acordo entre a União, entre a Defensoria Pública da União e a Defensoria do Estado para que houvesse troca de ideias e ação da efetiva atuação da penitenciária federal.

SR. SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA: Disso, não sou só testemunha, como sou muito agradecido e, como Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que toda estrutura para a nossa visita foi oferecida pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

SRA. DANIELE DE SOUZA OSÓRIO: Outra questão. Em relação à ação coletiva, que o senhor havia dito que não serve para esvaziar presídio. Outro exemplo, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que ajuizou uma ACP numa cadeia pública, enfim, no Grajaú, e esta ACP resultou... Havia 570 presos naquele local, um excesso, um contingente muito maior do que o espaço, e depois do ajuizamento dessa Ação Civil Pública, houve um esvaziamento e restaram 150 presos, dentro daquelas condições ali...

SR. DÉCIO LUIZ ALONSO GOMES: A senhora, por favor, V. Exa. não me entenda a pergunta de forma errônea. Mas os presos foram esvaziados e foram colocados aonde? Sumiram?

SRA. DANIELE DE SOUZA OSÓRIO: Eu acho que eu vou ter que chamar o Dr. Rodrigo.

SR. DÉCIO LUIZ ALONSO GOMES: Eles foram realocados concorda?

SR. SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA: Posso falar uma coisa? Só um exemplo de atuação coletiva, que não é da Defensoria Pública no Rio, para também a gente não particularizar, no Estado do Rio Grande do Sul, existe ao lado do Presídio Central, um albergue chamado Albergue Pio Buck, esse albergue, como o próprio nome diz, se destina a presos que estão no regime aberto, no entanto, lá foram colocados por falta de vagas, no semiaberto, dezenas, dezenas, dezenas de presos no semi-aberto, misturados ao regime aberto, portanto, nós tivemos, no âmbito de um estabelecimento carcerário para o aberto, vários presos do semi-aberto, a tal ponto que o albergue, que se destina a abrigar não mais do que 80 pessoas, tinham 500 condenados, 280 no semiaberto e 220 no aberto.

Com a intervenção do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e com a atuação da Defensoria Pública naquele momento, se ajuizou um pedido coletivo ao Juiz de Execução, dizendo claramente que ali havia excesso de execução para os presos que estavam no regime aberto e em casa de albergado, convivendo com aqueles que estavam no regime semiaberto. Portanto, aqueles presos que estavam no regime aberto foram libertados e colocados na modalidade do regime aberto domiciliar, como ocorre em todos os locais onde não há casa da albergados suficientes para essas pessoas.

Essa é uma manifestação clara de que uma atuação de um órgão de execução que, ainda não é, mas certamente será, eu tenho certeza da aprovação desse dispositivo, permitiria, com uma atuação coletiva e uma simples petição, como mencionou o Dr. Roberto a soltura daqueles presos, a libertação daqueles presos da casa de albergados para o albergue domiciliar. Esse é um pequeno exemplo, eles não foram pura e simplesmente soltos, se estabeleceu um mecanismo de fiscalização que passa pelo conselho penitenciário, à semelhança do que acontece com a fiscalização que se tem do liberado condicional. Esta foi uma atuação da Defensoria, por exemplo. Apenas para que se tenha a ideia de que pode ser feito.

SR. DÉCIO LUIZ ALONSO GOMES: Eu vou brincar de advogado do diabo, fazendo um aparte no aparte, se a senhora me permite. Eu, particularmen-

te, não tenho os conhecimentos que V. Exa. tem em termos de criminologia, nem...

SR. SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA: Absolutamente.

SR. DÉCIO LUIZ ALONSO GOMES: Mas a minha vertente maior é o direito processual, e aí o exemplo que V. Exa. traz muito me traz à memória, faz gritar na mente, a hipótese de litisconsórcio multitudinário, na polaridade ativa, do que uma tutela coletiva, só questão para gente refletir e depois a gente trava duelos escritos.

SR. SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA: Mas, fique tranquilo, o Ministério Público recorreu da decisão. Deu a sua colaboração, recorrendo da decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não vou mais deixar ele tomar a sua palavra.

SRA. DANIELE DE SOUZA OSÓRIO: Obrigada, Senador. Em relação ao esclarecimento que o Dr. Décio pediu, eu vou respondê-lo agora porque já tomei os elementos que eram possíveis, ali com o Rodrigo. Os 570 presos estavam à disposição da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, mas alguns deles já eram condenados, então, na verdade, a Ação Civil Pública visou que esses presos passassem à disposição da Secretaria de Administração Penitenciária. Essa foi a situação da ACP.

Essa luta que nós travamos hoje aqui, acho que foi um belo debate, não é institucional corporativa da Defensoria Pública, isso tem que ficar bem claro, essa luta é social, a ação coletiva não pode ser privilégio de ninguém, nem da defensoria e nem do Ministério Público, ela deve ser manejada em prol do excluído, do pobre. Essa é a situação.

A premissa colocada pelo Ministério Público, não pelo senhor, Dr. Décio, mas pelo Dr. José Reinaldo, ela está no campo da possibilidade. "Pode ser que a assistência individual seja prejudicada pela atuação coletiva", mas a premissa que a defensoria trouxe hoje, e também os colegas representantes da OAB e o Dr. Shecaira, foi a do 'é'. Hoje já existem Ações Civis Públicas manejadas pela Defensoria Pública, já existem, estão lá. Nós trouxemos exemplos, nós falamos aqui diversos exemplos, e os signatários dessas Ações Civis Públicas certamente as ajuizaram porque estavam lá na penitenciária, na cadeia Pública, nas unidades penais, atendendo individualmente o seu assistido. Como disse o Dr. Carlos, essa é a vocação do Defensor. Eu não conheço defensor que atue no sistema prisional que não goste de ir lá atender no presídio e, muitas vezes, nas grades, no corredor da penitenciária, com a prancheta na mão, porque não tem instalação adequada.

Dr. Décio, outra questão. Pode ser até sistema não se torne um paraíso com a atuação, como também não é com a atuação do Ministério Público, não é? Mas eu tenho certeza que a legitimidade da Defensoria Pública para o ajuizamento da Ação Civil Pública, pelo menos em relação ao João da Silva, ao José da Silva, ao Antônio da Silva, lá daquele complexo penitenciário, dos 1.500 presos, pelo menos aqueles 1.350 assistidos pela Defensoria Pública vão ter o direito à educação resguardada.

Então, a intenção da Defensoria é essa, é implementar a sua atuação, é ocupar o seu espaço, é finalmente conseguir defender o preso pobre. Eu acho que, com essas palavras, os senhores já esgotaram o assunto, eu não tenho mais nada a acrescentar. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria agradecer profundamente a elegância, a competência com que os expositores fizeram, demonstraram os seus pontos de vista, e os debates paralelos tiveram uma vida maior para essa Audiência Pública. Eu sinto pena de o relator não estar presente porque, às vezes, dizem assim: "o que não está nos autos não está no mundo", então eu diria, o que não está no ouvido, dificilmente a leitura simplesmente não trará a força dos argumentos das discussões que aqui foram efetivamente realizadas pelas maiores autoridades que eu vi no assunto, principalmente no atendimento ao preso pobre.

Temos que realmente reconhecer o sacrifício e o trabalho do Ministério Público, da Defensoria Pública, nesse trabalho, que é buscar um encontro que realmente dê a capacidade suficiente para atender a todos. A senhora mesmo coloca, diz assim... O senhor se referiu a Cristo, e eu vi, quando criança, no catecismo, dizia assim: "Se você conseguir salvar uma alma entre 100, já sairá vitorioso na sua jornada".

Então, é isso, cada um de vocês, dentro daquilo que se possa realmente trazer em benefício dos que mais sofrem, daqueles que necessitam, que não sabem nem como pedir, tenham a vitória com a benção de Deus. Desculpe a emoção, mas é que eu fui tomado por isso.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado. Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h34.

Ata da 44ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 21 de outubro de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 15 de outubro de 2009, quinta-feira, às 10 horas na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Pedro Simon, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Osvaldo Sobrinho, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, César Borges, Romero Jucá, Lobão Filho, Valdir Raupp, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Arthur Virgílio, Expedito Júnior, Gim Argello, Flávio Torres e das Senadoras Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Almeida Lima, Demóstenes Torres, Jarbas Vasconcelos e as Senhoras Senadoras Kátia Abreu e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Reunião: **ITEM 4) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, DE 2007** – TERMINATIVO – "Altera os arts. 2º, 4º, 11, 32, 35, 37 e 64 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, para adequar sua redação à terminologia empregada na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil." **Autoria:** Senador Papaléo Paes. **Relatoria:** Senador Marco Maciel. **Relatório:** Pela aprovação da matéria nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Observações:** Em 14/10/2009, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº 545, de 2007, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 545, de 2007, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 44) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2009** – TERMINATIVO NA CRA – "Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a fim de corrigir erro manifesto, mediante a substituição do termo "arrendador" por "arrendatário" no inc. IV do seu art. 95." **Autoria:** Senador Osmar Dias. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatoria Ad Hoc:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Favorável à matéria. **Obs:** A matéria será apreciada também pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 34) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2004** – NÃO TERMINATIVO – "Acrescenta o art. 11A à Lei nº 6.194 de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (determina que as empresas prestadoras de serviço público de transporte coletivo divulguem o direito de os passageiros receberem indenização em caso de acidente de trânsito)." **Autoria:** Deputado Ronaldo Vasconcellos. **Relatoria:** Senador Wellington Salgado de Oliveira. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Obs:** A matéria será apreciada também pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº1-CCJ (SUBSTITUTIVO). **ITEM 35) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008** – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Sandro Mabel. **Relatoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatório:** Favorável à matéria, com duas Emendas que apresenta. **Obs:** Em 28/05/2009, a matéria foi retirada de Pauta, para reexame do Relatório. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2008** – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, para prever a possibilidade de decretação da indisponibilidade de bens quando o investigado ou acusado estiver foragido." **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senador César Borges. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Observações:** – Votação Nominal. – Em 14/10/2009, foi concedida vista ao Senador Valdir Raupp, nos termos regimentais. **Resultado:** Aprovado o Projeto. Abstém-se de votar o Senador Valdir Raupp. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2009** – TERMINATIVO – "Dá nova redação aos arts. 40, 57 e 110 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, (autoriza o Oficial de Registro a realizar, de ofício, a retificação de erros evidentes de qualquer natureza, incluindo o assentamento de Registro Civil)." **Autoria:** Deputado Cláudio Magrão. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatoria Ad Hoc:** Senador João Pedro.

Relatório: Pela aprovação da matéria. **Obs:** Votação Nominal. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO N° 114, DE 2009-CCJ** "Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidada a Ministra da Casa Civil, Senhora Dilma Rousseff, com a finalidade de prestar esclarecimentos junto a esta Comissão acerca de suposta reunião com a ex-secretária da Receita Federal, Senhora Lina Vieira, conforme matérias publicadas em veículos da imprensa nacional". **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Rejeitado. **2) REQUERIMENTO N° 115, DE 2009-CCJ** "Requeiro, nos termos regimentais, que seja convocada a Ministra da Casa Civil, Senhora Dilma Rousseff, com a finalidade de prestar esclarecimentos junto a esta Comissão acerca de suposta reunião com a ex-secretária da Receita Federal, Senhora Lina Vieira, conforme matérias publicadas em veículos da imprensa nacional". **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Rejeitado. **3) REQUERIMENTO N° 116, DE 2009-CCJ** "Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com o art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a Senhora Lina Maria Vieira, ex-secretária da Receita Federal, com a finalidade de prestar esclarecimentos junto a esta Comissão acerca de matérias jornalísticas publicadas em veículos de comunicação de circulação nacional". **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Rejeitado. A Presidência declara encerrada a Reunião às onze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e nove, ficando adiados os demais itens, a saber: **1)** PRS 15, DE 2003 tramita em conjunto com o PRS 3, DE 2007 tramita em conjunto com o PRS Nº 35, DE 2007; **2)** PRS N° 52,DE 2009; **3)** PEC Nº 13, DE 2003; **6)** PLC Nº 48, DE 2009; **7)** PLC Nº 104, DE 2009; **8)** PLC Nº 140, DE 2009; **9)** PLS Nº 148, DE 2004; **10)** PLS Nº 334, DE 2004; **11)** PLS Nº 116, DE 2005; **12)** PLS Nº 182, DE 2005; **13)** PLS Nº 292, DE 2005; **14)** PLS Nº 35, DE 2006; **15)** PLS Nº 48, DE 2007; **16)** PLS Nº 58, DE 2007; 17) PLS Nº 122, DE 2008; **18)** PLS Nº 197, DE 2007; **19)** PLS Nº 231, DE 2007; 20) PLS Nº 288, DE 2007; **21)** PLS Nº 290, DE 2007; **22)** PLS Nº 551, DE 2007; **24)** PLS Nº 149, DE 2009; **25)** PLS Nº 176, DE 2009; **26)** PLS Nº 223, DE 2009; **28)** OFS Nº 45, DE 2009; **29)** PEC Nº03, DE 2004; **30)** PEC Nº 74, DE 2005; **31)** PEC Nº 24, DE 2007; **32)** PEC Nº 41, DE 2007; 33**)** PEC Nº 27, DE 2008; **36)** PLS Nº 205, DE 2001; **37)** PLS Nº 153, DE 2002; **38)** PLS Nº 107, DE 2003; **39)** PLS Nº 171, DE 2004; **40)** PRS 344, DE 2007 tramita em conjunto com o PLS Nº 328, DE 2005; **41)** PLS Nº 583, DE 2007; **42)** PLS Nº 11, DE 2009; **43)** PLS Nº 98, DE 2009; **46)** PLS Nº 218, DE 2009; **47)** PLS Nº 338, DE 2009; **48)** PDS N° 128, DE 2007; **49)** PRS Nº 26, DE 2009; **50)** PRS Nº 37, DE 2009; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Wellington Salgado de Oliveira,** Vice Presidente no Exercício Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

44ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada no Dia 21 de Outubro de 2009, Às 10 Horas e 20 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se à deliberação dos itens nº. 01 a 50. Passaremos ao que... Aos itens que tem...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Casagrande. Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu quero pedir permissão a V. Exa. para, nesse início de Reunião da nossa Comissão, eu possa fazer oficialmente a entrega de um relatório, de um projeto que me coube a Relatoria, que é o Projeto da Lei Geral do Cooperativismo. É um projeto de autoria do Senador Osmar Dias, de autoria, depois, de uma proposta também do Senador Eduardo Suplicy, e esse projeto está tramitando há muito tempo, aqui, no Senado, e está tramitando há muito tempo, numa tentativa de buscar entendimento entre todas as entidades cooperativistas e o Governo Federal e o Congresso Nacional.

E nós fechamos basicamente 99% dos pontos divergentes e estamos hoje fazendo a entrega deste relatório. Estou fazendo esse relato para V. Exa., que preside a Comissão, porque é uma matéria muito demandada, solicitada, todas as entidades, que é uma reformulação da década de 60, da Lei Geral das Cooperativas, do Cooperativismo.

Então, se nós pudermos... Assim, estão presentes aqui as diversas entidades. Está presente a

OCB, através da Tânia Regina Zanella; está presente a UNICAF(F), através do Daniel Rech; está presente a Centralcoop, que é o Presidente Evandro Corado Oliveira; está presente Unicoop, Presidente Inácio Junqueira; a Cotraesp, Presidente Marcelo Cypriano; Unisol, Presidente Arildo Mota Lopes; Unicam, Presidente José de Araújo China da Silva; a consultoria, o Governo Federal presente aqui conosco, para fazermos oficialmente a entrega desse relatório. E o pedido que nós fazemos a V. Exa. é que, depois desse grande entendimento feito por todas essas entidades com o Governo Federal, nós possamos buscar, dentro da nossa possibilidade aqui, na Comissão, respeitadas todas as... Naturalmente, as posições de cada senador, nós possamos fazer uma apreciação mais rápida, dentro da nossa possibilidade.

A colocação em pauta o mais rápido possível, para que a gente possa votar essa matéria, já com o entendimento entre todas essas entidades. Pode ser um ponto que a gente não tenha entendimento, a gente vota aqui. Votamos aqui a posição vitoriosa, e isso permitirá que a gente avance com relação a essa matéria; o setor do cooperativismo avança muito no Brasil, avançou muito no Brasil; no Estado de V. Exa., é muito importante e muito forte, no Brasil todo, avançou muito. E nós precisamos fazer uma Legislação que possa regulamentar a formação e organização das cooperativas, com Legislação moderna, atualizada ao nosso tempo. Então, é essa... É este ato oficial que eu faço, agora como Relator, entregando à Comissão, ao Presidente da Comissão, o relatório, com a presença de todos os atores que têm interesse nesse debate, para demonstrar esse grande entendimento feito, para que nós pudéssemos aprovar esta matéria, ou que a gente tenha as condições necessárias, as políticas necessárias para que a gente possa aprovar essa matéria o mais rápido possível e darmos um passo adiante no fortalecimento do cooperativismo nacional.

Recentemente, aprovamos um projeto do Senador Gerson Camata, que regulamentou o cooperativismo de crédito. Nós temos essa matéria tramitando aqui, que é a Lei Geral do Cooperativismo, que regula a organização geral das cooperativas; temos outro projeto pela Comissão de Assuntos Econômicos, que trata do cooperativismo de trabalho, e temos um que projeto está na Câmara, também em fase final de apreciação e de entendimento que trata do ato cooperativista. Então, são matérias importantes que o Congresso dá uma bela contribuição se a gente avançar nessa organização, então, eu faço oficialmente essa entrega, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Casagrande. Recebemos agora aqui; pediria que a secretaria pegasse o relatório do Senador e, reconhecendo o trabalho que V. Exa. fez, o trabalho difícil, um trabalho de acordos e atendendo às necessidades dos cooperativados e colocaremos em pauta o mais rápido possível, que acho que é uma recompensa ao trabalho de V. Exa.

Passaremos, então, primeiro aos projetos que nós temos consenso. O item 04 da pauta. Turno suplementar, substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº. 545/07, terminativo. "Altera os arts. 2º, 4º, 11, 32, 35, 37 e 64 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, para adequar sua redação à terminologia empregada na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil." Autoria: Senador Papaléo Paes. Relatoria: Senador Marco Maciel. Parecer pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Em 14/10/2009, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº 545, de 2007, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas substitutivas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de substitutivo integral. Em discussão. Senador Marco Maciel, tem a palavra V. Exa.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu já fiz a leitura do meu parecer, daí por que não teria nenhum adendo a fazer ao parecer que ofereci a esta douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Não tendo sido oferecida emenda substitutiva, é dado como definitivamente adotado, sem votação, art. 284 do RIS. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 44 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 105/09, terminativo na CRA. "Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a fim de corrigir erro manifesto, mediante a substituição do termo "arrendador" por "arrendatário" no inc. IV do seu art. 95." Autoria: Senador Osmar Dias. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. O senador não se encontra presente. Pediria ao Senador Gim Argello para relatar *ad hoc*. É o item 44, página 731, senador. Relatório favorável à matéria. Observações: A matéria será apreciada também pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

em decisão terminativa. Concedo a palavra ao Senador Gim Argello, como Relator ad hoc.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço licença a todos para irmos direto ao... Ao voto. A justificação está feita. Ante o exposto, para que não se eternize o ordenamento jurídico em prejuízo do arrendatário, estamos propondo a sua correção, nos termos do presente Projeto de Lei. Certos que podemos contar com o apoio dos ilustres pares, passo à aprovação. Senador Osmar Dias... O que ele propõe, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É uma correção.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Uma correção. Isso mesmo. A Lei nº. 4504, de 30 de novembro de 1964, dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. O Presidente da República faz saber, o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei: Título primeiro, disposições preliminares, capítulo um, princípios e definições. Artigo primeiro: Essa lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para fins de execução da Reforma Agrária, promoção da política agrícola. Do arrendamento rural. Artigo 95. Quanto ao arrendamento rural, observar-se-ão os seguintes princípios: I. Os prazos de arrendamento terminarão sempre depois de ultimada a colheita, inclusive de plantas forrageiras temporárias cultiváveis. No caso de retardamento da colheita por motivo de força maior, considerar-se-ão esses prazos prorrogados nas mesmas condições até sua última ação. Presume-se feito no prazo mínimo de três anos o arrendamento por tempo indeterminado, observada a regra do item anterior. Quarto. Em igualdade de condições com estranhos, o arrendatário terá preferência à renovação do arrendamento, devendo o proprietário, até seis meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhe competente notificação das propostas existentes. Não se verificando a notificação, o contrato considerar-se-á automaticamente renovado, desde que o locatário, nos 30 dias seguintes, não manifeste sua desistência ou formule nova proposta, tudo mediante simples registro de suas declarações no competente registro de títulos e documentos.

Terceiro. O arrendatário, para iniciar qualquer cultura, cujos frutos não possam ser recolhidos antes do término do prazo de arrendamento, deverá ajustar previamente com o arrendador a forma de pagamento do uso da terra por esse prazo excedente. Redação dada pela lei nº. 11443/07.

Quarto. Em igualdade de condições com estranhos, o arrendatário terá preferência à renovação do arrendamento, devendo o proprietário, até seis meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhe a competente notificação extrajudicial das propostas existentes. Não se verificando a notificação extrajudicial, o contrato considerar-se-á automaticamente, Sr. Presidente, renovado, desde que o arrendador, nos 30 dias seguintes, não manifeste sua desistência ou formule nova proposta, tudo mediante simples registro de suas declarações no competente registro de documento redação dada pela lei 11443/07. As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e a Agricultura e Reforma Agrária, cabendo a última decisão terminativa, Sr. Presidente. É o que tinha dito.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer. Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Passarei agora a Presidência ao Senador Expedito Júnior, para que eu possa relatar um projeto do qual sou Relator.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Projeto de Lei da Câmara de nº. 68/04, não terminativo. Acrescenta... Item 34. Acrescenta o art. 11-A à lei nº. 61.94, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga e pessoas transportadas ou não. “Determina que as empresas prestadoras de serviço público de transporte coletivo divulguem o direito de os passageiros receberem indenização em caso de acidente de trânsito”. Autoria, Deputado Ronaldo Vasconcellos. Relatoria, Senador Wellington Salgado de Oliveira. O relatório é favorável à matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. A matéria será apreciada também pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. Concedo a palavra ao ilustre Relator, Senador Wellington Salgado de Oliveira, para proferir o seu relatório.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou direto à análise, Sr. Presidente. Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisar a proposição quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Sob esses aspectos, verifica-se que o PLC 68/04 versa sobre normas gerais de trânsito, matéria acerca da qual a União tem competência privativa para legislar, conforme determina o inciso 11, do art. 22, da Constituição Federal.

Além disso, o art. 61, da Constituição Federal, atribui ao Parlamentar iniciativa para proposição de

leis relativas à matéria interesse da União. O projeto, portanto, não tem vícios de iniciativa e apresenta-se em conformidade com os princípios constitucionais, jurídicos e regimentais. Considera-se, porém, que a proposição incorre em impropriedade no que se refere à técnica legislativa, consoante a lei complementar 95, de 26 de fevereiro de 98, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a alteração da consolidação das leis. O art. 7º, II dessa norma estabelece que a lei não conterá matéria estranha ao seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão. Assim a remissão da Lei 6194/74, que dispõe exclusivamente sobre DPVAT, somente seria pertinente quanto aos direitos relativos a esse seguro, não se justificaria a inclusão no texto da referida lei informações referentes ao seguro de responsabilidade civil de transporte, tema que lhe é alheio.

Além disso, o seguro de responsabilidade civil dos transportadores só assiste ao usuário do transporte interestadual ou internacional, nos termos do disposto do Decreto 2521, de 20 de março de 98, que trata da matéria. A proposição, entretanto, impõe também às empresas de transporte coletivo intermunicipal a obrigação de divulgar o direito à indenização. Tal divulgação pode gerar entre os passageiros de serviços intermunicipais a expectativa de que, em caso de acidente, farão jus ao benefício para o qual não estão legalmente habilitados. Para evitar posteriores equívocos, seria recomendável limitar a obrigação das empresas que efetivamente atuem no segmento de transporte coberto pelo seguro. Paralelamente tem-se que o seguro de responsabilidade civil dos transportadores não constitui objeto de lei, tendo sido previsto em Decreto, conforme mencionado, e disciplinado pela norma complementar STT nº. 08/98, baixado pelo Ministério dos Transportes, qualquer iniciativa sobre a matéria, portanto, só seria possível por meio de Legislação específica, não havendo lei básica à qual se reportar.

Nesse contexto, apresentamos projeto substitutivo que preserva à íntegra o conteúdo da proposição, sem descuidar, contudo, de normas técnica legislativa. Afinal o objetivo precípuo da matéria é divulgação de informações sobre o direito dos usuários de transporte público coletivo à indenização, como mostra a ênfase dada à forma e locais de divulgação, venda de passagens, nota no verso dos bilhetes. Opção pela vinculação da lei do DPVAT á divulgação pretendida fosse muito mais ampla que a prevista, uma vez que os potenciais beneficiários desse seguro não se limitam ao usuário de serviço de transporte coletivo.

Voto. Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 68/04 na forma do substitutivo que apresentamos. Projeto de Lei da Câmara nº. 68/04: substitutivo: torna obrigatório o direito de passageiros de transporte público coletivo rodoviário interestadual e internacional a indenizações em caso de acidentes de trânsito. Artigo primeiro: As empresas responsáveis pelas prestações de serviços transporte público coletivo rodoviário interestadual ou internacional ficam obrigadas a divulgar o direito dos passageiros receberem indenizações em cada acidente de trânsito decorrente de seguro obrigatório de danos pessoais causado por veículo automotor de via terrestre.

Item 2: Seguro de responsabilidade civil de transportadores. Artigo 2º: A divulgação de que trata o art. 1º deverá ser feita mediante as seguintes normas: Cartazes de fácil leitura dispostos em local visível nos guichês de vendas de passagem. E item 2, nota de fácil leitura no verso do bilhete de passagem.

Art. 3º – O texto de divulgação deverá informar os valores de indenização a serem pagos aos beneficiários do DPVAT em função do tipo de dano pessoal bem como sobre o valor de seguro responsabilidade civil contratado pela empresa de transporte destinado à reparação dos danos causados a passageiros de transporte interestadual e internacional, em caso de acidente de trânsito.

Art. 4º – Essa lei entra em vigor 60 dias após a aplicação. Sala da Comissão. É esse meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do Senador Wellington Salgado. Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer do Senador Wellington Salgado. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Antes de devolver a Presidência ao Senador Wellington Salgado, eu gostaria de registrar à Comissão de Constituição e Justiça a presença aqui de vários Presidentes de sindicatos, sindicalistas do Estado de Rondônia, que aguardam daqui a pouco a leitura do relatório do Senador Valdir Raupp de Matos sobre a aprovação da PEC da transposição dos servidores do nosso Estado. Devolvo a Presidência ao Senador Wellington Salgado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Queria parabenizar V. Exa., que vem lutando por essa PEC todo esse período que V. Exa. se encontra nessa Casa.

Passaremos ao item 35. Projeto de Lei da Câmara nº. 52/08 não terminativo. Dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas de socorro assistenciais ou recuperativas na

área de defesa civil e dá outras providências. Autoria, Deputado Sandro Mabel. Relatoria, Senador Marconi Perillo. Parecer favorável à matéria, com duas emendas que apresenta. Em 28/05/09, a matéria foi retirada de pauta para reexame do relatório. Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo para proferir o relatório. Tem a palavra V. Exa.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em exame o Projeto de Lei da Câmara nº. 52/08, que dispõe sobre o dever de notificação à Defesa Civil por parte dos entes públicos que especifica, em caso de necessidade de ações preventivas de socorro assistenciais ou recuperativos na área de Defesa Civil e dá outras providências. A iniciativa parlamentar da proposição na Câmara dos Deputados, como noticiado pelo histórico da tramitação naquela Casa, não lesa os princípios constitucionais relativos às reservas de iniciativa. Inexiste, portanto, nesse aspecto, qualquer ofensa à vigente ordem constitucional. A matéria se insere entre as competências legislativas do Congresso Nacional, à vista da prescrição contida no art. 22, inciso XXVIII da Carta da República, dispositivo do qual se extrai a privativa competência da União para legislar sobre a Defesa Civil.

Ademais disso, o inciso XVIII do art. 21 atribui à exclusiva competência administrativa da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas. É nessa linha a proposição que ora temos sob exame. Ao impor o dever geral de notificação à Defesa Civil, preventiva ou imediata, de ações ou procedimentos potencialmente causadores de danos materiais ou ambientais, o PLC nº. 52/08 vai possibilitar aos órgãos encarregados da Defesa Civil condições de adoção de ações preventivas e acauteladoras desses danos, reduzindo o custo humano, econômico e ambiental desses eventos.

Emergem, contudo, dois questionamentos. O primeiro se origina na permissão contida no inciso V, do art. 4º, da proposição que autoriza órgãos competentes da Defesa Civil a identificarem outros empreendimentos ou atividades que deverão ser obrigados a promover medidas de segurança de suas instalações. Em relação a essa... A esse questionamento, nós estamos apresentando uma emenda. A segunda ponderação a que devemos nos ater é mais sólida, trata da possibilidade de instrução em temas conexos com atividades militares estratégicas. A técnica legislativa é adequada e não exige reparos.

O voto, Sr. Presidente. Por conta do exposto, somos pela aprovação, nessa Comissão, do Projeto de Lei da Câmara nº. 52/08, com as seguintes emendas que se dão em função dos referidos dois questionamentos. Primeira emenda: Suprima-se da parte final do §3º, do art. 3º, da proposição, a expressão "ou militar". E a segunda emenda: Acrescente-se à proposição o seguinte art. 7º, renumerando o art. 7º existente como art. 8º. Art. 7º – O dispositivo nessa lei não se aplica a empreendimentos, atividades ou instalações militares.

Com estas duas emendas, eu creio que os dois questionamentos ficam resolvidos. Este é o voto e o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado ao Senador Marconi Perillo, duas vezes Governador do Estado de Goiás. Dizem que vai ser terceira vez. Senador Camata aprova. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Parecer aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Passaremos agora a itens terminativos. Então, botaremos em discussão, e a votação faremos ao final porque está faltando, parece que... Não é isso? Está chegando já mais um senador que está faltando. Primeiro item da pauta é o item 23. Projeto de Lei do Senado 363/08, terminativo. Altera a lei 8.429, de 02 de junho de 92, para prever a possibilidade de decretação da indisponibilidade de bens, quando o acusado estiver foragido. Autoria: Senador Expedito Júnior, que se encontra ao meu lado. Relatoria do Senador César Borges. Parecer pela aprovação da matéria. Observação: Votação nominal. Em 14/10/09, foram concedidas vistas ao Senador Valdir Raupp, nos termos regimentais. Senador Valdir Raupp não está presente. Mas não houve manifestação. Concedo a palavra ao Senador César Borges para suas considerações. Ô, Senador Valdir Raupp... Eu tenho que consultá-lo, Senador Valdir Raupp, se há manifestação decorrente do pedido de vista. Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu teria mais prazo ainda? Porque eu detectei inconstitucionalidade e estou consultando à assessoria do Senado para nos ajudar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, V. Exa. sugere adiar a votação? Se o Relator estiver de acordo... Se não estiver, botaremos em votação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, *data venia*, Senador Valdir Raupp, esse assunto me parece já bastante maduro para que seja apreciado e votado aqui nessa Comissão. Até nós iniciamos um processo rápido de discussão, na Sessão passada dessa Comissão, e acredito que temos condições do

relato aqui já apresentado... já do conhecimento da Comissão... E o autor está aqui presente... Já foi lido...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valdir Raupp, meu líder. O prazo já foi dado para V. Exa. Teremos que botar em votação o relatório.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Se o prazo foi expirado, eu pediria mais uma semana de prazo. Mas se o prazo foi expirado e quiser votar...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Passaremos à votação. Já foi lido inclusive o projeto, não é isso? Votação nominal. Já temos o *quorum*? Então, a votação é nominal. Não havendo... Passaremos à votação, então. A relação. Senador César Borges, tem a palavra, V. Exa.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Só para relembrar do que se trata o projeto aqui, para os demais senadores. O projeto é de autoria do Senador Expedito e altera a Lei 8.429, de 02 de junho de 92, para prever a possibilidade de decretação da indisponibilidade de bens, quando o investigado ou acusado estiver foragido. Com efeito, Sr. Presidente, o fato de o investigado ou acusado estar foragido sinaliza no sentido da existência de *fumus boni juris,* um dos pressupostos para a decretação de medida cautelar de que é exemplo a indisponibilidade de bens. Note-se que a possibilidade da medida ser decretada de ofício insere-se no poder geral de cautela de que dispõe o Magistrado para fazer valer a aplicação da Lei penal se sobrevier a condenação do acusado. Certamente, a proposição contribui para o aperfeiçoamento da Legislação, na medida em que cria mais um mecanismo para assegurar a aplicação da lei penal.

Então, é esse o mérito do projeto que nós estamos apresentando, o relato com voto favorável pela aprovação desse Projeto de Lei 363/08.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito bem, Senador César Borges. Passaremos à votação nominal, visto que o projeto é terminativo. Como vota o Senador Aloizio Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota a Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o ilustre amigo Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Voto conhecido, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Voto conhecido. Perfeito. Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu me abstenho, por se tratar de uma matéria inconstitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Expedito Júnior?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Gim Argello?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acho que não deixei... O Senador Camata não é membro, mas é respeitado e poderá falar sempre à vontade nessa Comissão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, pela ordem, se V. Exa. me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Estamos em votação. Deixa acabar a votação. Vamos só anunciar o

resultado. Aprovado pela unanimidade dos presentes. Tem a palavra V. Exa., Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, era um apelo que gostaria de fazer a V. Exa., o Senador Marconi Perillo se dispõe a relatar o item 27, que é um projeto de minha autoria; o Relator é o Senador Almeida Lima, não está presente, e tem o parecer favorável. Queria que V. Exa., se permitisse, ao Senador Marconi Perillo relatar o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nós estamos relatando os que tem consenso. Mas acertando, colocarei o Senador Marconi Perillo como Relator *ad hoc*.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Expedito Júnior, autor do Projeto de Lei que acabamos de aprovar, que, quando for condenado e fugir, terá seus bens colocado em disponibilidade à pessoa que foi julgada.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Sr. Presidente, é só para agradecer a unanimidade praticamente dessa Comissão, e eu não poderia deixar de fazer o registro aqui, de agradecer ao Relator, ao Senador César Borges, que foi determinado, que apresentou o relatório rápido e que foi praticamente aprovado por unanimidade dessa Comissão. Então, não poderia deixar de fazer esse registro e agradecer aqui a todos os Senadores que compõem a Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Expedito Júnior. Passaremos ao item 05 da pauta, também terminativo. Página 120. Pediria ao Senador João Pedro que fosse Relator *ad hoc*, visto que o Relator é do partido de V. Exa., que é o Senador Eduardo Suplicy. Projeto de Lei da Câmara nº. 44/09, terminativo. Dá nova redação aos arts. 40, 57 e 110 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre registros públicos e dá outras providências. Autoriza o oficial de registros a realizar, de ofício, a retificação de erros evidentes de qualquer natureza, incluindo o assentamento de registro civil. Autoria do Deputado Cláudio Magrão. Relatoria do Senador Suplicy e Relator *ad hoc,* nesse momento, Senador João Pedro. Relatoria pela aprovação da matéria. Observação: Como é projeto terminativo, a votação é nominal. Concedo a palavra, ao Senador João Pedro para proferir o relatório.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara nº. 44/09, apresentado pelo Deputado Cláudio Magrão, tem por objetivo dar nova redação aos arts. 40, 57 e 110 da lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Trata-se da adoção de procedimento simplificado para a correção de erros evidentes nos acentos de registro civil das pessoas naturais. A proposição em exame tramitou na Câmara dos Deputados tendo sido aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na forma de um substitutivo apresentado pelo Relator, Deputado Marcelo Itagiba, que a modificou apenas para aperfeiçoá-la quanto à técnica legislativa. No Senado, a proposição em exame não recebeu qualquer emenda.

Da análise: Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal analisar a proposição legislativa sobre os aspectos da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, bem como emitir parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 101, incisos II e II, alínea "d" do Regimento Interno do Senado Federal. O Projeto de Lei da Câmara nº. 44/09 é constitucional, jurídico e lavrado em boa técnica legislativa, nada havendo que possa maculá-lo.

O voto, Sr. Presidente: Em face do voto o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. E, no mérito, pela aprovação da PLC nº. 44.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador João Pedro. Colocaremos em discussão a matéria. Queria informar a alguns senadores que saíram da Casa que eu não tenho *quorum* qualificado nesse momento. Entrarei em discussão... E se a senadora não retornar ao ambiente, não poderei fazer a votação dessa matéria.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão essa matéria. Senadora Ideli presente ao recinto, temos *quorum* terminativo. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o projeto. Trata-se de projeto terminativo, votação nominal. Como vota o Senador ACM?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sim, com o Relator

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Qual o resultado? Como vota o Senador João Pedro? Relator *ad hoc*. Atingimos o *quorum*, aprovado por unanimidade.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis. Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa., se fosse possível, colocar extrapauta a PEC 87-A, para votar não neste momento, para votar um pouco mais à frente. Mas eu pediria a inclusão extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pediria à secretaria que providenciasse... Tem que botar em votação extrapauta. Daqui a pouco colocarei, um pouco mais à frente. Pediria à secretaria que localizasse a PEC do Senador. Passaremos ao item 27. Projeto de Lei do Senado nº. 227/09 terminativo. "Altera o art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga." Autoria: Senador Gerson Camata, que se encontra presente. Relatoria: seria o Senador Almeida Lima, que não está presente. Nomeio o Senador Marconi Perillo Relator *ad hoc*. Parecer pela aprovação da matéria. A votação será nominal, projeto terminativo. Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo para proferir o relatório.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem. Para facilitar o encaminhamento da matéria, eu peço vista deste assunto, com o compromisso de, o mais breve possível, retornar à Comissão a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. pediu vista, sem nem ouvir o relatório.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se V. Exa. quiser o formalismo... Porque o relatório está impresso. Portanto, todos nós temos conhecimento. Se quiser fazer a leitura ou dar como lido, não há problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Assim, providenciarei vista imediatamente, Senador.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Relatório. Projeto de Lei nº. 227/09, de autoria do ilustre Senador Gerson Camata, pretende restabelecer a pena privativa de liberdade, nos casos de aquisição ou posse de drogas para consumo pessoal, infração a que a lei 11.343/06, nos termos do seu art. 28, pune com deficiência sobre os efeitos das drogas, prestações de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. O PLS versa sobre o Direito Penal, sendo essa Comissão competente para apreciá-lo, nos termos do art. 10, inciso II, alínea "d" do Regimento Interno do Senado Federal.

Sob o prisma formal, não vislumbramos vícios de inconstitucionalidade, conforme disposição do art. 22, inciso I da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre o Direito Penal. Por sua vez, a iniciativa de membro do Congresso Nacio-

nal está assegurada no caso pelos arts. 48 e 61 da carta política. Também não observamos qualquer violação material ao texto da Lei Maior. No mérito, temos que a proposição é conveniente e oportuna. Voto. Por todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 227/09. É este o voto e o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Marconi Perillo. Vista pedida pelo Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem, só um minutinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, havia pedido Senador Camata. Depois, Senador Romeu Tuma. Tem a palavra V. Exa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, diante dos últimos acontecimentos que a gente tem acompanhado no Rio, esse projeto é muito interessante porque o art. 28, daquela lei de 2006, deixou o Judiciário em dúvida. Foi descriminalizado ou despenalizado o uso e consumo. E eu tenho aqui, na minha justificativa, a Revista IstoÉ prova que o consumidor de droga é que financia o crime, a metralhadora que derrubou o helicóptero e financia o bandido. No Rio de Janeiro, se os consumidores, durante um ano, parassem de consumir cocaína, os bandidos quebravam e o crime acabava. Eles são os grandes financiadores. Mas, criminaliza novamente, mas o Juiz pode optar para penas de prestação de serviço à comunidade. É uma maneira de fazer com que as pessoas, ao fazerem isso, ao financiarem o crime, comprando a droga, sentem que também estão cometendo um crime, que poderá fazer com que o Juiz determine que ele preste serviços à comunidade. Muito obrigado a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Tem a palavra, Senador Romeu Tuma, pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu não sei se já pediram extrapauta, no caso do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, visto que o Presidente do Tribunal me ligou ontem, na urgência da criação de cargos de juízes para minimizar a sobrecarga. Então, se V. Exa. pudesse atender a esse pedido, eu agradeço. Extrapauta.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu acompanhei pela imprensa que haveria hoje um Requerimento que já consta da pauta, de convite da Dra. Lina Vieira. E eu estou apresentando um também, que já entreguei a V. Exa., como também um Requerimento de convite de convocação da Ministra Dilma. Então, eu gostaria que V. Exa. pudesse colocar em votação, já que eu estou presente... Já que eu estou presente e...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Daqui a pouco, vou ter que me retirar, Sr. Presidente. Então gostaria de...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romero Jucá, eu tenho aqui um Requerimento...

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem... Deixa eu só dar uma explicação. Tenho aqui um Requerimento também de convite da Sra. Lina, protocolado pelo Senador Arthur Virgílio, que eu não botaria em votação porque o Senador Arthur Virgílio não está presente. Mas, como V. Exa. apresenta também um Requerimento...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): V. Exa. coloca...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. apresenta dois requerimentos. Eu queria dizer que eu vou colocar... Levar à votação se aceitam extrapauta esses dois requerimentos. Antes de colocar em votação os requerimentos extrapauta, tem a palavra o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só para informar que eu vou apresentar um requerimento de acareação das duas. Agora, eu ia exatamente solicitar a S. Exa. que não colocasse o Requerimento de iniciativa do Senador Arthur Virgílio, já que ele está ausente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não colocaria, de maneira nenhuma. Só que o Senador Romero Jucá apresentou um idêntico. Quero deixar bem claro isso. Então, primeiro, extrapauta, Srs. Senadores que estão de acordo que inclua os dois requerimentos extrapauta, primeiro Requerimento... São três requerimentos. Primeiro Requerimento: Requeiro, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 397, do Regimento Interno do Senado Federal seja convidada Sra. Lina Maria Vieira, ex-Secretária da Receita Federal, com a finalidade de prestar esclarecimentos junto a esta Comissão acerca de matéria

jornalística publicada em veículo de comunicação de circulação nacional. Sala de comissões... 20 de outubro de 2009. Senador Romero Jucá". Requerimento nº. 2: "Requeiro, nos termos regimentais, que seja convocada a Ministra da Casa Civil, Sra. Dilma Rousseff, com a finalidade de prestar Requerimento junto a essa Comissão acerca da suposta reunião com a ex-Secretária da Receita Federal, Sra. Lina Vieira, conforme matéria publicada na imprensa nacional. Senador Romero Jucá". Requerimento nº. 3. "Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidada a Ministra da Casa Civil Senadora Dilma Rousseff, com a finalidade de esclarecimentos junto a essa Comissão, acerca da suposta reunião com a ex-Secretária da Receita Federal, Sra. Lina Vieira, conforme matéria publicada na imprensa nacional".

Primeiro Requerimento...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, só queria propor que fosse convite ou convocação para os três requerimentos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Só para registrar, a Ministra Dilma tem um de convite e um de convocação. E na Dra. Lina, como ela não é Ministra, só pode ser convite. Também tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, primeiro a votação. Vamos votar, então, primeiro...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, os três assuntos tratam do mesmo tema. Eu proporia que a gente votasse em bloco.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não. Vou votar um de cada vez para que fique bem claro toda a votação. Não votarei em bloco. Primeiro Requerimento. "Requeiro, nos termos regimentais que seja convidada a Ministra da Casa Civil Sra. Dilma Rousseff, com a finalidade de prestar esclarecimentos junto a essa Comissão acerca da suposta reunião com a ex-Secretária da Senado Federal, Sra. Lina Vieira, conforme publicado em veículo de imprensa nacional". Em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão... Reprovado o Requerimento. Votação nominal. Perfeito. Votação nominal. Vamos à votação. Como vota a Sra. Serys Slhessarenko?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Contrário ao Requerimento. Como vota o Senador Aloizio Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Contra o Requerimento. Como vota a Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Contra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Contra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. poderia falar mais alto e firme?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Contra. À altura do seu tamanho, Senador Wellington Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valadares, como vota V. Exa.? Não está de acordo?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Contra também. Como vota o Senador Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senador César Borges? Não se encontra. Como vota Senador Romero Jucá? É autor do Requerimento.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu me abstenho, tendo em vista que sou autor do Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito bem colocado por V. Exa. Esse é o senador. Como vota o Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não. Como vota o Senador Valdir Raupp? Senador Valdir Raupp está presente? Saiu. Como vota o Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A favor do Requerimento. Como vota Senador Expedito Júnior?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Gim não vota porque já foi atendido.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Expedito Júnior é a favor do Requerimento? É a favor da convocação? Ok. Está contra o líder?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, V. Exa. vota contra o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Então... Qual o resultado da votação nominal?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Deixa eu dar o resultado. Nove não, quatro sim, uma abstenção. Então, não está convocada a Ministra. O Requerimento não foi aprovado. Próximo Requerimento. Agora é da convocação. Requerimento nº. 2. "Requeiro, nos termos regimentais, que seja convocada a Ministra da Casa Civil Sra. Dilma Rousseff com a finalidade de prestar esclarecimentos junto a essa Comissão acerca de suposta reunião com a secretária da Receita Federal Sra. Lina Vieira, conforme matéria publicada em veículo de imprensa nacional. Senador Romero Jucá". Em votação o Requerimento. Discutir Requerimento? Para encaminhar o Requerimento? Encaminhe V. Exa.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, este assunto já está na pauta de todas as discussões aqui no Senado e na imprensa brasileira há muitos meses. A presença da Ministra Dilma, aqui, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, seria uma grande oportunidade para que definitivamente pudéssemos colocar um ponto final nessa história. O ideal, aliás, seria a presença das duas, a Dra. Lina Vieira, ex-Superintendente do Senado Federal e a Ministra Dilma Rousseff, para que, num confronto aqui, num debate transparente, democrático, isento, pudéssemos nós, os senadores e a sociedade brasileira, aferir quem de fato está falando a verdade ou quem está mentindo em relação a este encontro. Nesse sentido, eu faria um apelo aqui aos integrantes da base do Governo, no sentido de que aprovassem este Requerimento de convocação para que definitivamente não pairasse mais nenhuma dúvida em relação a essa questão, que já gerou tanta polêmica nos meios de comunicação e no conjunto das instituições brasileiras, em especial aqui no Senado e na Câmara.

Além disso, Sr. Presidente, o art. 242, do nosso Regimento, diz o seguinte: "O projeto ou Requerimento de autoria individual de senador, salvo Requerimento de licença e de autorização para o desempenho de missão, só será lido quando presente o seu autor". O Senador Arthur Virgílio não está presente, Senador Wellington. E ele é o senador que teve a primeira iniciativa. Eu creio que o Senador Arthur Virgílio deveria estar aqui para que S.Exa. colocasse, em primeiro lugar, o Requerimento de iniciativa dele, para só depois ser colocado em apreciação, discussão e votação o Requerimento de iniciativa do Senador Romero Jucá.

Além de fazer essa colocação aqui, que é regimental, eu gostaria de fazer um apelo no sentido de que as duas convocações ou convites fossem aprovados para que nós pudéssemos, democraticamente, transparentemente, debater esse assunto aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Marconi Perillo. Eu quero colocar para V. Exa. que eu li aqui, no início da aviação e no início da colocação dos requerimentos do Senador Romero Jucá, que eu não leria o Requerimento do Senador Arthur Virgílio.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): No meu entendimento e segundo está aqui no Regimento, nós deveríamos aguardar a presença do Senador Arthur Virgílio para que o Requerimento dele pudesse ser primeiramente deliberado. Para só, então, depois, ser deliberado o Requerimento do Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu botei em votação, e a Comissão aprovou os três requerimentos. Eu lamento...

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Lamento que o rolo compressor da maioria possa se fazer presente num momento tão importante para o

Brasil. Esse seria um momento importante para que nós pudéssemos elucidar definitivamente quaisquer dúvidas em relação a essa questão que envolve a Ministra-Chefe da Casa Civil.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. já foi Governador do Estado por oito anos e sabe como conduzir política melhor do que muitos aqui. E, quando fala em rolo compressor, é porque entende muito bem do assunto, porque eu acompanhei o seu Governo em Goiás e vi, muitas vezes... Muitas vezes, não, sempre a maioria vencia. Porque V. Exa. tinha sempre a maioria da Assembléia porque estavam todos ao seu lado.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington Salgado, eu, particularmente, solicitei a realização de muitas CPIs, inclusive agora, acabo de sugerir uma CPI no Estado de Goiás. Eu não tenho qualquer tipo de investigação em relação a meu período de... Aos meus períodos de Governo. Acho que deveria ocorrer a mesma coisa em relação ao Governo Federal. Esse é um momento importante para que um assunto gravíssimo possa ser debatido aqui na CCJ.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu tenho um problema. Quando o encaminhamento de votação de Requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar. Portanto, já falou o Senador Marconi Perillo. Poderia V. Exa. falar num outro Requerimento, que praticamente é sobre o mesmo assunto, eu darei prioridade a V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador, se for para falar sobre o Requerimento, também V. Exa. é do mesmo partido do Senador Marconi Perillo. Então, eu tenho que atender o Regimento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É como líder do PSDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Também não pode falar. Porque eu só posso... Estou seguindo aqui, parágrafo único, página 155 do Regimento Interno do Senado Federal. "Parágrafo único – Encaminhamento de votação de Requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar". Isso não é uma homenagem de pesar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O art. 14, do Regimento, Sr. Presidente, permite à liderança fazer uso da palavra em qualquer momento da reunião plenária e aplica-se também às reuniões das Comissões. Eu estou solicitando a palavra como líder do PSDB nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A minha assessoria diz que, nesse momento, já foram atendidas as exigências. Consultarei, mais uma vez, a assessoria.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não estou pedindo para discutir o Requerimento. Estou pedindo a palavra, como líder do PSDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, é discussão. Darei a palavra a V. Exa. após a votação. Em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Votação nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Votação nominal, pedida pelo Senador Antonio Carlos Júnior. Vamos trabalhar. Relação na mão. Como vota a Senadora Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senador Aloizio Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bem forte. Como vota Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senador Francisco Dornelles? Como vota Senador Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A favor do Requerimento. Como vota Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A favor do Requerimento. Como vota Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A favor do Requerimento. Como vota Senador Romeu Tuma? Como vota Senador Valdir Raupp? Não está presente. Como vota Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A favor do Requerimento. Como vota Senador Expedito Júnior? Também saiu. Temos o *quorum*? Senador... Como vota Senador Romero Jucá? Abstenção V. Exa. Ele é autor do Requerimento. Atingimos o *quorum*? Já votou. Atingimos? Resultado da votação nominal. Nove não, quatro sim. E o autor... Portanto, não foi aceito o Requerimento.

Terceiro Requerimento: "Requeiro, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 397, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a Sra. Lina Maria Vieira, ex-Secretária da Receita Federal, com a finalidade de prestar esclarecimentos, junto a esta Comissão, acerca de matéria jornalística publicada em veículos de comunicação de circulação nacional". Quero dizer que esse Requerimento é do Senador Romero Jucá.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu peço vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vista de Requerimento não é possível, senador. V. Exa. sabe muito bem disso, que é um dos maiores especialistas nessa Casa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pode, sim, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Depois eu mando uma cópia para ele, Sr. Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pode, sim, Sr. Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente, eu queria a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, que pode falar um de cada bloco, Senador ACM Júnior tem a palavra para falar sobre o Requerimento. Tem a palavra V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, apenas...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Aí a questão que o Senador Marconi Perillo colocou, que é importante, que é a questão regimental, que eu concordo inteiramente com a posição do Senador Marconi Perillo. Deveria ter prioridade o Requerimento do Senador Arthur Virgílio. No mérito, é importante que se ressalte o seguinte, nós já convocamos, de outra vez, a Dra. Lina, até um Requerimento da minha autoria, ela compareceu... Só que agora temos fato novo. Temos um fato novo, que é importante que se discuta, a questão da agenda. Foi encontrada a agenda que ela aqui disse que não tinha encontrado a agenda; a agenda foi encontrada, e a data de 09 de outubro está registrada. Portanto, há fato novo e por isso justifica-se a convocação... O convite à Dra. Lina.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu acho que V. Exa. tem razão. Eu apenas estou preso a seguir as normas regimentais. Então, eu tenho que simplesmente seguir as normas regimentais. Consequentemente, em votação o Requerimento...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu pedi a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. pode pedir pela ordem após a votação. Porque cada um de cada bloco pode falar. A palavra foi dada ao Senador ACM Júnior.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não há bloco. Nós não somos... Sr. Presidente, não há bloco. Não há bloco.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Darei a palavra a V. Exa. pela ordem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não há bloco entre PSDB e DEM.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores, que estão de acordo, permaneçam como estão. Não foi...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Votação nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos atender. Votação nominal mais uma vez. Em votação nominal. Como vota a Senadora Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senador Aloizio Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senador Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A favor do Requerimento. Como vota Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A favor do Requerimento. Como vota Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A favor do Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senador Romeu Tuma? Como vota o Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim, a favor do esclarecimento definitivo sobre esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. tem razão. Como vota Senador Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não em relação a esse tema ridículo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Expedito Júnior? Não está presente. Falta alguém votar? Qual foi... Como vota o Senador Romero Jucá? Ele é autor, se abstém. Senador Romero Jucá, V. Exa. eu não citei porque eu já sei como V. Exa. vota e como V. Exa. se abstém. Vamos ao resultado da votação. Nove não; quatro sim e uma abstenção do autor. Portanto, está recusado o Requerimento. Tem a palavra o Senador Alvaro Dias, pela ordem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, primeiramente, para dizer que é evidente que se estivesse presidindo essa Reunião o Senador Demóstenes Torres, os procedimentos seriam totalmente diferentes. V. Exa. dirigiu com mão de ferro, como se exercitasse um mandato ditatorial na Presidência dessa Comissão. E V. Exa. sabe da estima que tenho pelo amigo. Mas, nessa hora, o que vale, Sr. Presidente, é a compostura, é a postura, é o comportamento. Não creio que deva ser este o comportamento de alguém que preside esta Comissão.

Nós fomos cerceados no nosso direito de defender o nosso posicionamento em relação a essa matéria. O Regimento nunca é tão rígido. O Regimento nesta Casa tem sido interpretado ao sabor do vento. E V. Exa. deixou de interpretar com bom senso o Regimento, impedindo que a oposição pudesse se manifestar na defesa do seu propósito de esclarecer um fato nebuloso, que ofende a inteligência nacional.

Eu ouvi aqui tratar-se de episódio ridículo. Eu afirmo que ridícula é a mentira. E a mentira tem sido uma arma ridícula, utilizada reiteradamente pelo Governo, para acobertar seus desmandos. A mentira do dossiê elaborado na Casa Civil da Presidência da

República para intimidar a oposição na CPI dos cartões corporativos; a mentira na venda da VARIG, um negócio escuso, com prejuízos significativos para o país; a mentira de um diploma falso divulgado; a mentira, neste caso, da inexistência de uma audiência que existiu e está provada documentalmente, através de uma agenda escrita.

Portanto, Sr. Presidente, ridícula é a mentira. Ela que tem que ser espancada. E nós não podemos nos omitir. Há alguém que possa considerar esse tema irrelevante, de menor importância. Pode ser para alguns. Para nós, é importante porque a mentira não pode ser, de forma alguma, um caminho para aqueles que governam o país. A mentira para assegurar popularidade elevada; a mentira para esconder desmandos, falcatruas, corrupção. A mentira, como disse ontem, ao depor, a Sra. Dilma Rousseff, que está se tornando uma campeã da mentira no país. Disse ontem que o Mensalão não existiu. É como negar a existência do sol, da lua, das estrelas. É como negar a existência do próprio ser humano, negar o Mensalão, que foi comprovado e que foi denunciado pelo Procurador da República, que o denominou como uma estratégia idealizada em nome de um projeto de poder por uma organização criminosa que instalou-se na República.

Portanto, Sr. Presidente, eu lamento que essa Comissão não dê oportunidade à Sra. Lina Vieira de esclarecer o que tem afirmado à imprensa. Lamento também que essa Comissão não dê oportunidade à Sra. Dilma Rousseff de se explicar diante do povo brasileiro. Nós não podemos mais compactuar com a mentira. O Brasil, Sr. Presidente, não merece esse espetáculo constante da mentira, que brota do Palácio do Planalto. Por isso, Sr. Presidente, lamento profundamente esta Reunião e a sua conclusão. Nós deveríamos, sim, ouvir aqui Dilma Rousseff e Lina Vieira.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Alvaro Dias, V. Exa. sabe do carinho e da admiração que tenho, não só pela pessoa de V. Exa., como a vida Parlamentar. Inclusive sabe que estudei o currículo de V. Exa. e toda sua história, numa questão de entendê-lo, sua história para respeitá-lo cada vez mais. E me sinto constrangido de ser um escravo do Regimento dessa Casa. Não fui eu que crie o Regimento, não fui eu que pedi o Requerimento... Eu simplesmente sigo o Regimento Interno dessa Casa. Ao seguí-lo, V. Exa. achou que eu não estaria conduzindo corretamente essa Comissão. Então... Eu lamento porque, se houver algo fora do Regimento, compete aos partidos observarem e fazerem uma... Um recurso à Mesa, ao Plenário, a algum setor acima dessa Comissão...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Agora, o que não posso deixar passar é que V. Exa. ou algum outro senador achar que, na minha posição de Presidente, representando meu partido como vice-Presidente e Presidente em exercício, que eu esteja descumprindo o Regimento Interno nessa Casa. E não estou. Tem a palavra o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, ouvi atentamente as palavras do Senador Alvaro Dias, que fez um comentário sobre o meu comentário e eu quero repetir meu comentário. Meu comentário é de que essa convocação é ridícula. E eu quero esclarecer por que é que ela é ridícula. Nós já tivemos a presença aqui da Secretária, ex-Secretária Lina, para falar sobre este tema de pouca importância e pouca relevância, e ela aqui, pessoalmente, declinou a todos os senadores de que, em nenhum momento, a Ministra Dilma pediu a ela que protegesse A, B ou C ou fizesse... Eu estou falando. Eu estou falando, senador. Ou fizesse algum ato ilegal. Ela declarou formalmente aqui, claramente.

Agora, se o Senador Alvaro Dias acha que a mentira é importante, eu também acho. E eu acho que quem mente é a Dra. Lina. Eu saí daqui convicto que quem mentiu foi a Dra. Lina. E se este fosse um tema importante, se ela estivesse afirmando que a ex-Ministra pediu alguma coisa absurda, eu até acho que deveria haver sim a convocação. Mas ela mesma disse que não houve nenhum pedido absurdo. Então, não há objeto neste tema. Nós estamos discutindo aqui o nada. Discutindo o nada, perdendo o nosso tempo; se o tempo de alguns não é precioso, o meu é, perdendo o tempo para discutir uma coisa que já foi convocada a Sra. Lina aqui para falar e não chegou à conclusão nenhuma.

Então, só quero registrar uma coisa. O tema é ridículo. E se alguém mentiu, no meu entendimento, foi a Dra. Lina.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Art. 14, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador... Citou o Senador Alvaro Dias? Nominalmente?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Fui citado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem a palavra V. Exa. pelo art. 14. Quantos minutos são?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, primeiramente, eu agradeço...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria só colocar que já começou a Reunião do Congresso. Vou dar a palavra ao Senador Mercadante, ao Senador ACM Júnior e vou dar por encerrada a Sessão. Eu não posso ter Sessão enquanto tiver uma Reunião deliberativa do Congresso. Tem a palavra o Senador Alvaro, pelo art. 14.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, primeiro agradeço V. Exa. pelas palavras generosas. E quero dizer que esse Requerimento rejeitado é de autoria do Senador Romero Jucá. Portanto, a ofensa foi dirigida ao líder do Governo. Quando o senador afirmou tratar-se de um tema ridículo, ele agrediu o líder do Governo, o Senador Romero Jucá.

Agora, é evidente que a mentira é mais do que ridícula. A mentira é uma agressão à inteligência do país. E afirmar aqui que quem mentiu foi Lina Vieira e negar a ela o direito de trazer a prova de que quem mente não é ela também não é correto. Não considero uma atitude justa afirmar que Lina Vieira mentiu sem permitir a ela que aqui venha. Ela teve a coragem de aqui comparecer. Dilma Rousseff não faz o mesmo. Deveria aqui estar. Deveria prestar depoimento. Deveria respeitar o Senado Federal. Deveria respeitar a opinião pública do país. Se interferiu indevidamente ou não interferiu indevidamente, cabe esclarecimentos. Se sua interferência junto à Secretária da Receita foi administrativa, ela que se explique aqui.

O que não pode, Sr. Presidente, é o Senado Federal, através da Comissão de Constituição e Justiça, convalidar essa prática da mentira como arma utilizada pelo Governo, a cada passo, a cada dia, a cada ação, para acobertar desmandos e estabelecer uma blindagem à popularidade do Presidente da República. O que não pode, Sr. Presidente, é fechar os olhos ou colocar panos quentes para uma realidade contundente.

O Brasil não pode viver de anúncios. O Brasil não pode viver de marketing. O Brasil não pode viver do discurso demagógico de quem é o governante da hora. As coisas precisam ser esclarecidas. O Governo tem que ser transparente. Não há como ser transparente ao anunciar e não ser transparente, em momento algum, ao agir. Eu repito, Sr. Presidente, é um Governo do espetáculo, do marketing, do anúncio, do anúncio fantasioso. Mas um Governo que quer se esconder, utilizando a mentira como arma, afrontando a nossa inteligência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado ao Senador...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Alvaro Dias. Eu quero dizer para V. Exa. que, realmente, você está do lado do Governo, com o Governo com 80% de popularidade é um troço... É algo sem emoção nenhuma. Eu também me sinto assim...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A popularidade sustentada exatamente pelo anúncio e pela mentira. Ninguém nega que o Presidente tenha essa popularidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante. Quero dizer que o Congresso está nos chamando, que só estão faltando os senadores para dar *quorum*. Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu entendo que a oposição esteja nervosa. A intervenção que nós assistimos aqui reflete exatamente esta... Este momento. O Governo tem 80% de apoio; o Brasil saiu da crise de forma extremamente consistente. Tivemos uma distribuição de renda, ao longo do Governo Lula, que nenhum outro momento da história documentada do Brasil, nos 60 anos de IBGE, tenha ocorrido. Programas sociais de inclusão de grande alcance foram implementados de forma exitosa. A política econômica do país é reconhecida em toda a parte. O Brasil tem uma projeção internacional que jamais teve. O Ministro de Relações Exteriores é tido como mais importante Ministro, melhor Ministro, pela revista NewsWeek publicada recentemente. O Presidente Lula aparece em todas as pesquisas como uma das lideranças mais populares do planeta, e a oposição sabe que a aliança que está se formando é muito sólida em torno desse Governo e para 2010. Ontem, tivemos a consolidação da aliança com o PMDB, com o PDT, com o PCdoB, com o PR, com o PRB... Seguramente, o PSB estará conosco nessa campanha.

E este fato da Dra. Lina Vieira, esta Comissão já patrocinou uma oitiva. Foram cinco horas de audiência. E, naquela audiência... Eu só quero lembrar à oposição que aqui está, eu perguntei à D. Lina. "A Reunião não aconteceu nos dias 09 e 10 porque consta uma Reunião que V. Exa. esteve com a Ministra Dilma nos dias 09 e 10". Ela disse: "Pode até constar na agenda, mas eu tive um encontro no dia 09 de outubro; no dia 10, eu viajei, foi em São Paulo essa Reunião". Então, ela diz... Diz que não foi no dia 09 e que dia 09 ela par-

ticipou com a Ministra Dilma, em São Paulo, de uma Reunião de CEOs; as duas viajaram à tarde. Depois, ela responde ao Senador Pedro Simon: "Já pesquisei muito na minha memória, no meu HD, para ver se consigo recuperar. Eu sei que foi à tarde esse encontro". E ela descreve inclusive a penumbra do gabinete da Ministra Dilma, que era final de tarde. E respondeu a cinco pessoas, cinco senadores que arguiram aqui a entrevista, que a reunião teria sido em dezembro. A revista Época, inclusive, publicou que teria sido no dia 19 de dezembro. Pediria só atenção... Pediria só atenção aos argumentos se puder ser possível. Ela disse que foi em dezembro a reunião; a revista Época publicou que tinha sido em dezembro.

Ora, ela disse que não foi dia 09 de outubro. Disse que foi perto do Natal, em dezembro, e depois, em *off*, foi publicado dia 19 de dezembro. Tinha absoluta segurança que foi à tarde, e descreveu inclusive o ambiente do encontro. Como é possível agora, e eu não sei se foi ela, porque não há nenhuma menção, não há uma frase dela, há matérias publicadas, dizendo que foi ela que disse. A única frase dela é que ela não deporia mais em lugar nenhum, a não ser no Ministério Público, se for convocada. Como é possível agora dizer que a reunião foi dia 09, quando eu perguntei para ela dia 09, e ela disse que não era dia 09? Como é possível dizer que aquilo que ela diz que era em dezembro, véspera do Natal, à tarde, passe a ser de manhã, em outubro?

É evidente... É evidente que não tem consistência o que foi publicado. A própria imprensa já não trata mais dessa matéria. E a oposição está tentando requentar um assunto sem argumento. A oportunidade de apresentar qualquer denúncia foi dada à Dra. Lina. E ela não só disse tudo que disse, como disse mais, disse que não viu nenhuma gravidade porque, se tivesse, ela teria que ter denunciado. Ela teria que ter representado contra a Ministra Dilma junto ao seu superior, senão teria prevaricado. Ela disse que não, que não houve nada indevido; só achou estranho o pedido, que se referia a apressar uma investigação que era decisão da Justiça apresentada à Receita Federal e é um direito do cidadão.

Por tudo isso, eu acho que nós não temos por que retomar esse assunto. Acho que a oposição deveria encontrar uma agenda, discutir políticas públicas, apresentar alternativas para o país, mostrar o Governo, o que fizeram durante oito anos, comparando com o nosso. Qualquer aspecto nós estamos prontos para debater. Apresentar o caminho para que a gente possa fazer o debate que acho que o Brasil espera do Senado e dessa Casa. A oportunidade da D. Lina foi dada com toda transparência aqui, uma longa audiência, todos puderam perguntar, questionar... E ela negou peremptoriamente que teria sido dia 09 de outubro, disse que era à tarde em dezembro, e agora uma nova versão, dizem que é ela, mas não há uma menção, uma frase dela na imprensa sobre esse tema, por isso eu não vejo razão para requentar esse assunto superado, e o Brasil e o Senado têm matérias mais relevantes a serem debatidas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente, Senador Casagrande... Senador Wellington Salgado, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Srs. Senadores, eu queria... Deixa colocar uma posição. Nós temos uma Reunião do Congresso nesse momento. Eu tenho que encerrar a Reunião. Eu tenho que encerrar, senão não vai...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite 30 segundos, Sr. Presidente. 30 segundos, pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu estou inscrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou fazer o seguinte. Três minutos para o Senador ACM, para o Senador Marconi e para V. Exa. e, aí, eu encerro a Sessão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador ACM, tem a palavra V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, contraditando algumas posições que foram colocadas, em relação à política econômica, não fossem as medidas tomadas a partir de 94 e continuadas até 2003, não seria possível o Governo Lula fazer nada do que foi colocado aqui. A estabilidade econômica, o controle da inflação... O câmbio flutuante, a responsabilidade fiscal tudo isso... E mais os programas que iniciaram no Governo Fernando Henrique também. Há um equívoco de dizer que tudo foi feito no Governo Lula. Não é verdade. O Senador Marco Maciel, vice-Presidente da República dos oito anos, está aqui, como testemunha. É bem diferente de dizer que só o Governo Lula fez tudo, todas as conquistas econômicas e sociais. Isso não é verdade. Eu repilo e rebato aqui essas posições. Na verdade, tudo começou no... O Governo Lula continuou, ampliou, mas o mérito não é só do Governo Lula. O mérito também é do Governo Fernando Henrique. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que a Dra. Lina, ela diz que não foi pressionada. Mas não disse que não houve o pedido.

Houve o pedido, sim. Ela disse que não foi pressionada. Eu estou reconstituindo a verdade. Ela disse que não foi pressionada. É outra coisa. E, de qualquer maneira, o esclarecimento em relação à agenda era importante que fosse feito nessa confissão. Era o que eu tenho a falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem a palavra o Senador Suplicy... Não, Senador Marconi. Senador Marconi tem a palavra.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de repelir veementemente colocações que foram feitas aqui por membros da bancada do Governo, em relação a eventuais preocupações que a oposição teria em relação às eleições do próximo ano.

O Ibope acaba de divulgar uma pesquisa ontem. O candidato nosso tem 41% contra 17 da candidata chapa branca. E a verdade é que o PSDB, o DEM, o PPS, os partidos que vão apoiar o projeto da oposição estarão à inteira disposição para debater e comparar os governos. Sem os programas sociais instituídos a partir do Governo Fernando Henrique, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, dentre outros, nós não teríamos as bases, aliás, o benefício da prestação continuada, o PETI, nós não teríamos as bases para a viabilização do Bolsa Família.

Eu próprio, Sr. Presidente, em inúmeras Reuniões de Governadores, sugeri ao Presidente a junção dos programas sociais do Governo Fernando Henrique e a criação de um cartão único. Quando do lançamento da Bolsa Família pelo Presidente da República, ele próprio fez duas citações: Agradeceu ao Senador Suplicy pelo debate sobre o programa renda mínima, e a mim, como Governador de Goiás, por ter sugerido a junção dos programas do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Se nós temos hoje condições de sair da crise de cabeça erguida, é porque todos os fundamentos macroeconômicos da economia foram fundados lá atrás, a partir do Governo Itamar, Governo Fernando Henrique, com a participação do vice-Presidente Marco Maciel. Todos os fundamentos. E todos eles negados pelo PT à época. Se pudermos sair da crise, é porque tivemos a coragem de apresentar um projeto em relação à questão do reequilíbrio bancário com o PROER. Àquela época, nós defendíamos e havia o PT para jogar tudo contra, contrário à aprovação do PROER. Depois a Lei de Responsabilidade Fiscal e uma série de outros mecanismos que, efetivamente, nos dão condições hoje para enfrentarmos e vencer a crise.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Marconi Perillo. Declaro encerrada a presente Reunião, tendo em vista a votação no Congresso.

Sessão encerrada às 11h37.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Ata da 55ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 29 de Setembro de 2009.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, José Agripino, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, João Pedro, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Marina Silva, Romero Jucá, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Efraim Morais, Eliseu Resende, Flexa Ribeiro e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Flávio Arns, Expedito Júnior, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, Alvaro Dias, Marisa Serrano e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião, dos Senhores Deputados Federais Asdrubal Mendes Bentes (PMDB-PA), Giovanni Correa Queiroz (PDT-PA) e Zequinha Marinho (PSC-PA). Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 072, de 2009,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gilvam Borges, que "Acrescenta dispositivos ao art. 16 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária localizadas na Amazônia Ocidental para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa". O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 019: Projeto de Lei da Câmara nº 079, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Jovair Arantes, que "Institui o Dia Nacional da Cultura Hip-hop". O relator de-

signado é o Senador Wellington Salgado e o parecer favorável é aprovado. **Item 020: Requerimento nº 40/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores José Nery e Romeu Tuma, que requerem "...nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte realize AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 15 de setembro de 2009, para discutir os efeitos da Portaria MEC nº 788 de 2009, que reduziu a previsão de receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, tendo como desdobramento imediato a redução em 9,53% do custo-aluno nacional e reduções de todos os valores recebidos por estados e municípios. Requeiro que para a referida audiência sejam convidadas as seguintes autoridades e representantes de instituições: 1. Senhor Guido Mantega – Ministro da Fazenda; 2. Senhor Fernando Haddad – Ministro da Educação; 3. Senhor Carlos Eduardo Sanches – Presidente da União Nacional dos Dirigentes da Educação Municipal – UNDIME; 4. Senhora Maria Auxiliadora Seabra Rezende – Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação – CONSED". O Requerimento é aprovado. Neste momento, o Senador Flexa Ribeiro requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Aditamento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 40/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Em aditamento ao Requerimento nº 40, de 2009, e tendo em vista a pertinência da matéria à CAE, requeiro seja realizada, por esta Comissão, em conjunto com a CAE, a audiência pública para discutir os efeitos da Portaria MEC nº 788 de 2009, que reduziu a previsão de receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, tendo como desdobramento imediato a redução em 9,53% do custo-aluno nacional e reduções de todos os valores recebidos por Estados e Municípios". O Aditamento ao Requerimento é aprovado. **Item 009: Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Altera o artigo 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo a definir critérios para a revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras". A relatora designada é a Senadora Marina Silva e o parecer é favorável às emendas nº 01 e 03 e pela rejeição da emenda nº 02. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2008,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Paulo Pimenta, que "Institui o Dia Nacional do Vinho, a ser comemorado no primeiro domingo do mês de junho", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "Institui o 'Dia Nacional do Vinho', a ser comemorado no primeiro domingo do mês de junho". O relator designado, ad hoc, é o Senador Osvaldo Sobrinho e o relatório favorável, na forma do parecer aprovado na CCJ, com emenda nº 01-CE e pela prejudicialidade do PLS nº 189, de 2004, que tramita em conjunto, é aprovado. Neste momento, a Senadora Marisa Serrano requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Aditamento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 28/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que requer "...nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 28, de 2009, que propõe a realização de Audiência Pública destinada a 'Debater e buscar soluções sobre a questão do excessivo endividamento e a alta taxa de inadimplência, por parte dos estudantes, do pagamento das parcelas contratuais no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil – FIES', aprovado por esta Comissão em 11 de agosto do corrente, para que seja incluído o nome da Excelentíssima Senhora Procuradora da República, Mariane Guimarães de Mello Oliveira, entre os participantes da Audiência Pública". O Aditamento ao Requerimento é aprovado. Logo após, o Senador Flexa Ribeiro requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 003: Requerimento nº 41/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Requer que seja realizado por esta Comissão um Painel no Município de Santarém, no Estado do Pará, a fim de instruir a análise de mérito do PLC nº 179, de 2009, que *dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, e dá outras providências*. Requer ainda que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para participar do painel: Deputado Domingos Juvenil, Presidente da Assembléia Legislativa do Pará; Dr. Carlos Maneschy, Reitor da UFPA; Dr. Sueo Numazawa, Reitor da UFRA; Dr. Seixas Lourenço, futuro Reitor da UFOPA; Sra. Maria do Carmo, Prefeita de Santarém; Senhor Prefeito Jaime Silva Presidente da Amucan (Associação dos Municípios da Calha Norte); Senhor Prefeito Roselito Soares, Presidente da Amut (Associação dos Municípios da Transamazônica); Sr. Olavo das Neves, Presidente da Associação Comercial de Santarém; e Senhor

Vereador José Maria Tapajós, Presidente da Câmara Municipal de Santarém". O Requerimento é aprovado. Neste momento, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, passa a presidência ao Senador Sérgio Zambiasi, para relatar o item 007, uma vez que já há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que "Inclui o ensino obrigatório de Geriatria, nos cursos de Medicina, com carga horária não inferior a 120 horas". A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por 14 (quatorze) votos. Reassume a presidência a Senadora Marisa Serrano. **Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 042, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Maurício Rands, que "Proíbe que uma mesma pessoa ocupe 2 (duas) vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Wellington Salgado e com a abstenção do Senador Jefferson Praia. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 638, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Insere o art. 59-A na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a capacitação de profissionais da educação básica na identificação de efeitos decorrentes de maus-tratos e de abuso sexual praticados contra crianças e adolescentes". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CDH/CE e nº 02-CDH/CE, aprovadas por 13 (treze) votos. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2009; Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2007 e em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2008; Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 585, de 2007; Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 050, de 2009; Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2009; Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2009; Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 096, de 2009; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2008; Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2008; Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2009; Item 017: Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2008 e Item 018: Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2008.** A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Marisa Serrano,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

55ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 29 de Setembro de 2009.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras, que estiveram de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Não havendo número para nós deliberarmos a respeito dos projetos terminativos, vamos passar ao Item 5, que é não terminativo. É o Projeto de Lei do Senado nº 072/2009, que acrescenta dispositivos do art. 16, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a formação de redes por emissora de radiodifusão comunitária, localizadas na Amazônia ocidental, para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa. A autoria é do Senador Gilvam Borges, Relatoria do Senador Marconi Perillo, com parecer favorável, com a emenda oferecida. A matéria constou da pauta das reuniões do dia 15 e 22, e a matéria é não terminativa e é terminativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunitária e Informática. Não estando presente nem o autor, nem o Relator, designo relator *ad hoc* o Senador Romeu Tuma. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, na Comissão de Ciência e Tecnologia, quando é para a aprovação de rádio comunitária ou não, nós costumamos ler só o voto. Eu não sei se deveria ler, porque o relatório é longo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É possível sim, senhor. Se ouvir qualquer dificuldade e dúvida dos Srs. Senadores--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu estarei à disposição para poder ler. Aqui... Voto: "Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 72/2009, com a seguinte emenda: substitua por Região Norte a expressão 'Amazônia Ocidental',

contida na emenda e no art. 1º, do Projeto de Lei do Senado 72/2009". Assim se manifesta o relator Marconi Perillo, no projeto que ora apresentamos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Lido o voto do Sr. Relator *ad hoc*, coloco em discussão. Em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Em discussão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu vou pedir vistas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vistas ao Senador Zambiasi, do projeto. Está concedido.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): [ininteligível] fazer uma vista coletiva, que fica melhor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vistas coletiva? Vista coletiva. Senadora. Passamos para o item 19 da pauta, não terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 79/2008. Institui o Dia Nacional da Cultura Hip Hop. Autoria: Deputado Jovair Arantes; Relatoria: Senador Wellington Salgado, com parecer favorável, a quem passo a palavra. Item 19. 201.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Marisa Serrano, demais Senadores, esse é um Projeto de Lei da Câmara, número [ininteligível], de autoria do Deputado Jovair Arantes, meu grande amigo, que institui o Dia Nacional da Cultura do Hip Hop. A competência da Comissão de Educação está descrita no art. 102, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, e compreende opinar sobre a presente matéria. Com efeito, o Hip Hop não é apenas um ritmo musical ou um estilo de dança, ele constitui o verdadeiro movimento cultural que jovens pobres, em sua maioria negros, criaram para expressar a sua identidade e conquistar espaço na sociedade.

No Brasil, como normalmente acontece, o Hip Hop absorveu elementos da nossa cultura, como batidas de samba, passos de capoeira, transformando-se num forte elemento de interação entre os nossos jovens. O caráter agregador do movimento leva à mobilização, pela conscientização das condições sociais e econômicas dos jovens de nossas periferias. Por essa razão, o autor propõe que o Dia Nacional da Cultura Hip Hop seja celebrada em dia 13 de maio, data que marca a Abolição da Escravatura e o Dia Nacional da Denúncia contra o Racismo, efemérides que se abrilhantam com manifestações dessa natureza. Assim, nada mais justo que homenagear esse movimento cultural tão importante entre os jovens negros e habitantes das periferias na data tradicionalmente já consagrada a celebrações, discussões e reflexões voltadas para a problemática dessa parcela de nossa sociedade.

Quanto aos aspectos de Constitucionalidade, Juridicidade e Técnico Legislativa, não se encontra em qualquer óbice que inviabilize o prosseguimento da matéria.

Voto: "Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 79/2008, sala de comissões. É esse o meu relatório, Presidente.

Agora, eu queria dizer, Sra. Presidente Senadora Marisa Serrano, que eu já relatei aqui o Dia Nacional do Rock and Roll e, hoje, eu estou relatando o Dia do Hip Hop, estou me tornando especialista em criar dias de ritmos. Eu não sei se a Secretaria aqui está me escolhendo, sempre me coloca para me relatar esses dias nacionais, mas eu me sinto honrado nesse momento. O Dia Nacional do Rock and Roll eu até entendo porque me deram a relatoria.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Deve ser por causa de suas melenas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, eu me sinto lisonjeado de ser o Relator.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Aliás, Senador Wellington, se o senhor encrespar mais um pouquinho, vai ficar mais adequado ao Hip Hop ainda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Esse é o seu relatório?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse é o meu relatório, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Muito bem relatado. Continua em discussão o projeto e a relatoria. Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Eu queria somente, na verdade, ao concordar com o projeto e com o relator, parabenizar o Deputado Jovair, do meu partido, PTB, por, na verdade, estar antenado com os movimentos culturais desse país. E evidentemente que ele, aqui, no seu relatório, ele coloca no dia 13 de maio, que já é uma data comemorativa desse país, também, da Abolição da Escravatura, Dia Nacional da Denúncia Contra o Racismo, e, assim, então, não teríamos prejuízo, muito pelo contrário, ressaltaríamos mais ainda esse movimento que se alastra pelo Brasil como um todo. Portanto, acredito e quero aqui, nesse momento, parabenizá-lo por iniciativa, por estar antenado com os movimentos sociais que surgem nesse país e dizer que foi de bom momento nós aprovarmos essa matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continua em discussão? Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham.

Aprovado. O último item da pauta, Item 20 da pauta de hoje. Autoria do Senador José Nery, subscrito pelo Senador Romeu Tuma, a quem eu pediria que lesse esse requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Por sugestão da Mesa, eu endossei a assinatura do Senador José Nery, para poder ler e verificar se, na discussão, poderá ser aprovada presente requerimento, com base no art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte realiza em audiência pública, no dia 15 de setembro de 2009, para discutir os efeitos da Portaria MEC 788/2009, que reduziu a previsão de receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da educação, FUNDEB, tendo como desdobramento imediato a redução de 9.53% do custo aluno nacional e reduções de todos os valores recebidos por estados e municípios. Requer que, para a referida audiência, sejam convidadas as seguintes autoridades: Ministro Guido Mantega, Ministro Fernando Haddad, Sr. Carlos Eduardo Sanches, Presidente da União Nacional dos Dirigentes da Educação Municipal, Sra. Maria Auxiliadora Seabra Rezende, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação, CONSED. Esse é o texto do requerimento, Senadora. Como V. Exa. é uma especialista em assuntos de educação, eu acredito que poderá nos orientar melhor do que a simples leitura do requerimento que passo à V. Exa. para a decisão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. E só para lembrar aos Srs. Senadores que o requerimento é para ouvir sobre a redução da previsão de dinheiro para o FUNDEB, esse é o teor do requerimento. Em discussão. Os Senadores e Senadoras, que aprovam... O requerimento do item nº 20. Os Senadores e Senadoras, que aprovam--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, para discutir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V. Exa. quer discutir o requerimento do item 20?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Do Senador Nery.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O senhor quer discutir esse requerimento, Senador?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, eu gostaria só que fosse, também, aprovado esse requerimento junto à CAE, que é a Comissão de Assuntos Econômicos. Então, eu acho que seria bom que fosse, então, uma sessão conjunta da CAE com a Comissão de Educação, para que pudesse, então, haver a discussão em profundidade do tema que é importante.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, como autor signatário--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não? Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --eu concordo perfeitamente, porque essa discussão, ela tem uma relação muito mais forte com a CAE. É claro que a educação, na orientação dos princípios de apoio à educação, mas a CAE é o problema financeiro. Fazer conjunto se todos concordarem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Alguém mais quer discutir? Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, eu só queria fazer uma colocação: que o grande lutador pelo FUNDEB... Inclusive, se eu me lembro bem, foi a Senadora Ideli que relatou à época, e o Ministro tem lutado muito pelo FUNDEB. Então, deve ter alguma razão para essa diminuição, em função da crise internacional, diminuição de receitas, mas como vai puxar pra CAE, que é a ideia...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Puxar não, fazer conjunto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Fazer conjunto, eu apoio, então.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom, primeiro que... Alguém mais para discutir? Então, eu gostaria de colocar o meu pensamento a respeito. Sempre que a educação precisar de recursos, essa Casa aqui, essa Comissão tem que se manifestar. É a função nossa, é Comissão de Educação, Cultura e Esporte, mas a educação aqui tem sido a nossa grande forma de levantar os problemas e discutir os problemas no país. Portanto, eu acho que fica muito bem uma conjunta com a CAE, e seria incluída, agora, essa solicitação proposta pelo Senador Flexa e, depois, na CAE, a CAE teria alguém de pedir também, ir lá...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não pode pôr conjunto?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim, mas tem que entrar na CAE também. Tem que entrar na CAE, também, a proposta, para que o requerimento seja discutido conjuntamente. Portanto, eu quero submeter à aprovação dos nobres pares, com o aditamento do Senador Flexa, de também ser conjunta a realização da audiência com a CAE. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como o requerimento é meu, eu concordo, mas eu pediria que não aumentasse o número de convidados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está certo. Então, para nós, aqui, o número de convidados é o que estão aí.

SENADOR ROMEU TUMA (PT-SP): Porque já tem todo mundo da área da economia, quase.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Aprovado o requerimento, sem nenhuma manifestação contrária. Item nº 9 da pauta de hoje, já que a Senadora Relatora, Senadora Marina Silva, está aqui conosco. É não terminativo. Altera o art. 48, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de modo a definir critérios para a revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Marina Silva. Autoria do PLS 498/3, da Senadora Serys Slhessarenko, parecer favorável às emendas nº 1 e 3, e pela rejeição da emenda nº 2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 22. Portanto, com a palavra a Relatora Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Obrigada, Senadora Marisa. Emenda da Câmara dos Deputados nº 498/2003, consiste em três emendas ao Projeto de Lei do Senado de iguais números e ano, apresentadas, discutidas e aprovadas na Comissão de Educação e Cultura e de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa Legislativa. A emenda nº 1, os §§ 3 e 4, do art. 48, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 96, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, que foram inseridos nessa norma, pelo art. 1º do projeto original. Essa mudança para os §§ 4 e 5, respectivamente, foi tida como necessária, porque o citado art. 48 já continha três parágrafos. A emenda nº 2, por sua vez, acrescenta o § 6 ao mesmo artigo da LDB, para prever a revalidação automática do diploma em caráter provisório e por prazo de seis meses, renovável pelo mesmo período. Isso incorreria nos casos em que a universidade deixasse de se pronunciar sobre o pedido de revalidação a ela submetido.

Por fim, a emenda nº 3 unifica em seis meses o prazo para que a universidade se manifeste sobre os pedidos submetidos à sua apreciação, independentemente de envolverem revalidação dos diplomas de graduação, o reconhecimento do diploma de pós-graduação. Designada para relatar a matéria, em lugar do Senador Antonio Carlos Valadares, que não mais pertence aos quadros desta Comissão, permitiu-nos aproveitar a análise que S. Exa. ofereceu à matéria, uma vez que se dá na mesma esteira do nosso entendimento sobre a revalidação. Vamos, então, à análise, Sra. Presidente. De início, cumpre lembrar--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de pedir o silêncio na Comissão, para prestarmos atenção à análise do parecer da Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Obrigada, Sra. Presidente. De início, cumpre lembrar que, nesta fase de tramitação, resta ao Senado Federal aceitar ou rejeitar as alterações efetuadas no projeto pela Câmara dos Deputados, devendo-se aplicar ao caso o disposto nos arts. 285 e 286, do Regimento Interno do Senado Federal, a seguir. Art. 285: "A emenda da Câmara ao projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda". Art. 286: "A discussão e a votação das emendas da Câmara, no Projeto do Senado, far-se-ão em globo, exceto: 1) se qualquer Comissão manifestar-se favoravelmente a umas e contrariamente a outras, caso em que a votação se fará em grupo, segundo os pareceres; 2) se for aprovado o destaque para votação de qualquer emenda; Parágrafo Único: A emenda da Câmara só poderá ser votada em parte se o seu texto for suscetível de divisão". Passando-se diretamente à apreciação das emendas oferecidas pela Câmara, impõe-se reconhecer, de pronto, a oportunidade e o mérito das emendas nº 1 e 3. A emenda nº 1, conquanto motivada pela preocupação com a boa técnica legislativa, impede a supressão indevida de importante dispositivo da LDB, no caso aí é o § 3º em vigor, que trata dos institutos da revalidação e do reconhecimento, relativamente aos diplomas conferidos por instituições estrangeiras; já a emenda nº 3, a unificar em seis meses o prazo para o pronunciamento das universidades sobre os diplomas a elas submetidos, para fins de revalidação e reconhecimento, restabelece o teor da proposta original do Senado, da Senadora Serys Slhessarenko. A alteração é meritória, porque, entre outras razões...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria, novamente, de pedir aos nobres pares e a todos presentes para ouvirmos à Senadora Marina terminar o seu relato.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Obviamente, Sra. Presidente, que eu sei que tem muitos assuntos importantes aqui, tramitando no paralelo, que podem até ser mais importantes do que esse Projeto de Lei, mas, sem sombra de dúvida, no meu entendimento, ele é de altíssima relevância. A alteração meritória é meritória porque, entre outras razões, vai além da visão simplista com que se costuma tratar o tema, desconsiderando a complexidade do processo de revalidação de diploma de graduação, julgando *in post facto* mais célere, quando comparado ao reco-

nhecimento de diploma de mestrado ou doutorado. Na verdade, a depender de cada caso, há situações em que a revalidação assume dificuldade deveras superior ao reconhecimento, a exemplo do que ocorre com os diplomas de graduação em Medicina. No mais, um prazo único pode ser mais adequado à rotina de trabalho da instituição universitária.

No que tange, especificamente, à emenda nº 2, que cria a revalidação automática, por prazo até de um ano, quer nos parecer que a medida apresenta inconvenientes merecedores de análise mais acurada. Em primeiro lugar, vem-se consagrando, na legislação educacional, o conceito de revalidação associado ao diploma de graduação, o que, a propósito, está inscrito no § 3º, do art. 48, da LDB. A revalidação é, por excelência, o instituto de legitimação do título de graduação obtido fora do país, para fins do exercício profissional em território nacional. Desse modo, tal prescrição poderia não alcançar os diplomas de pós-graduação, que são objetos de instituto diverso, no caso, o reconhecimento. Esse é um aspecto interessante que mereceria ter sido objeto de avaliação mais judiciosa pela douta Câmara dos Deputados.

Em segundo lugar, há de se pensar nas consequências práticas da adoção da medida. Se, por um lado, ela não implica qualquer sanção à instituição negligente, por outro, o benefício concedido ao portador do diploma, a princípio inofensivo, pode mostrar-se deveras temerário, com potencial de dano à sociedade de maneira difusa. Essa preocupação torna-se ainda mais crítica quando se constata que a grande maioria dos diplomas, submetidos à revalidação, é de graduação em medicina. É de causar espécie a mera especulação acerca da possibilidade de se confiar a saúde de qualquer cidadão a profissional de saúde provisória. Três ou quatro meses de tratamento inadequado pode indubitavelmente ceifar a vida, mas a medicina tem, ao contrário, o dever de preservá-la. Não vemos como isso seja possível nas mãos de um cirurgião provisório. Por exemplo, partindo para outras áreas, ressalvada a inscrição no órgão de controle do exercício profissional, como entregar a construção de casas onde se reside com a família ou de um edifício público a um engenheiro provisório? Na mesma linha, é possível vislumbrar a garantia da liberdade individual e o resguardo de direitos fundamentais a um advogado cuja competência se desconhece? No que concerne especificamente à medicina, não é demais suscitar a possibilidade de que a medida venha a engendrar um novo *boom* na procura por instituições estrangeiras, que, ao cabo tem sido mais, através desses processos, que muitas pessoas conseguem um diploma de médico e depois retornam ao país de origem e, se não tiverem os devidos acolhimentos legais, podem colocar em risco a vida das pessoas.

Por tudo isso, parece-nos que o Instituto da Revalidação Provisória representaria uma inovação de risco incerto e elevado, sem paralelo na legislação educacional de qualquer parte do mundo. Os danos decorrentes de sua implementação, em muitos casos irreversíveis, poderiam ser subjetamente(F) maiores do que os benefícios dela advindos. Com efeito, sem prejuízo da discussão e apresentação de nova proposta legislativa que, em curto prazo, possa responder adequadamente às necessidades dos portadores de diplomas obtidos fora do país, não há meio de sanear, por hora, o intento da emenda nº 2. O Instituto da Revalidação Provisória é até discutível e pode ser aplicável a casos específicos; porém, nos termos em que foi proposto, é, em nosso modo de ver, inconcebível e inoportuno, não merecendo, pois, ser acolhido.

O voto, Sra. Presidente. Diante do exposto, o voto é pela aprovação das emendas da Câmara dos Deputados nº 1 e 3, e ao Projeto de Lei do Senado 498/2003 e pela rejeição da emenda nº 2. Esse é o parecer, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senadora Marina, antes de colocar em discussão, eu quero só agradecer aqui a presença dos Deputados Asdrubal Bentes, do PMDB do Pará; o Deputado Giovanni Queiroz, companheiro meu lá na Câmara, do PDT do Pará, e o Deputado Zequinha Marinho, do PSC do Pará. Sejam bem-vindos à nossa Comissão.

Antes de colocarmos em discussão, eu só quero lembrar que nós estamos votando aqui as três emendas que foram feitas na Câmara dos Deputados, e, das três emendas, a primeira é a emenda apenas de redação. A segunda emenda, que a Senadora Marina não acatou, é uma emenda que dá um atestado provisório, de validação provisória do diploma. E como ela enumerou muito bem, isso é um perigo, porque nós teríamos profissionais trabalhando no país, sem ter um diploma reconhecido e sem ter a necessária segurança de que esse profissional vai continuar trabalhando. E a terceira emenda, que é, justamente, é um prazo que se dá para que as universidades deem uma resolução à questão do diploma, ou sim ou não, mas que deem uma resposta ao requerente. Portanto, em discussão. Senador Tuma, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só uma pergunta: ela pede aprovação do prazo, é isso? Seis meses?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Seis meses.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E a outra que a senhora aprova qual é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É redação, apenas. Emenda de redação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tenho aqui uma cautela, eu acho que a segunda emenda é praticamente impossível de ser aceita. Recentemente, eu estive em Barretos, onde tem o melhor hospital de câncer, de oncologia, um dos melhores do país. E construíram uma faculdade de medicina só para oncologia. O diretor do hospital já investiu 20 bilhões no hospital porque quer fazer da melhor qualidade e tem acordo com cinco países em ser pesquisador em determinadas áreas do câncer, pois a Comissão do Ministério da Educação diz que não pode aprovar enquanto não acabar com as escolas de má qualidade, o que é um erro, que eu acho que, quanto mais se criar escolas com alta qualidade, melhor para os alunos terem ingresso aonde vão aprender melhor, e, automaticamente, as de má qualidade vão perder os alunos.

Então, esse reconhecimento de diploma externo tem que ser, realmente, reavaliado com os exames que são feitos. Quem faz curso no exterior... O meu filho fez uma especialização, e lá não é brincadeira, pra ter o direito de examinar um doente e ter que passar uma série de provações, de trabalhos na faculdade, na universidade, já formado, com pós-graduação e tudo. Então, nós não podemos abrir mão, porque... Ela está falando da Medicina, mas tem tantos outros cursos que nos alertam para que haja, realmente, uma fiscalização, uma vigilância maior do que um simples reconhecimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Verdade, Senador Tuma. O Senador Eduardo Azeredo com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG): Presidente, o relato feito pela Senadora Marina está perfeito do ponto de vista tanto da Emenda 1 quanto da Emenda 2; com relação à Emenda 3, entretanto, eu tenho dúvidas, de maneira que eu queria exatamente discutir em cima da Emenda 3. Eu não sei se é mais adequado acatarmos ou não. Essa é a função do Senado, muito clara, ou seja, de revisora do que a Câmara aprova. Nós não podemos aprovar a Emenda 2, porque... Exatamente, está rejeitando a 2, estou de pleno acordo, porque a 2, realmente, traria muitos riscos, mas está acatando a 3, e a 3 unifica os prazos de seis meses. Isso que eu, realmente, tenho algumas dúvidas sobre ele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senadora Marina, gostaria de esclarecer o Senador Eduardo?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Na verdade, a Emenda nº 3, o que ela faz é estabelecer igual prazo para que as universidades se manifestem, tanto para a revalidação do diploma quanto para os cursos de pós-graduação. Está fazendo apenas uma unificação em que a universidade teria prazo de seis meses para dar cabalmente uma validação, ou não, daquele certificado de graduação ou de pós-graduação, para evitar que se tenha, para os casos de pós-graduação, um processo mais célere, e, para os casos de graduação, um processo mais demorado. Unificaria em seis meses o prazo máximo, e para as duas situações, é apenas isso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG): Quer dizer, a diferença está em relação ao que nós aprovamos anteriormente, que era de quatro meses para graduação e de seis meses para pós-graduação. É essa a diferença?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Exatamente. Agora está unificando tudo com prazo máximo em seis meses.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o que acontece se, nesse prazo, o Ministério não der...?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Bem, dentro desse prazo... Desculpe, ele vai ter que aguardar a validação, não pode clinicar e, se for engenheiro, não pode assinar nenhuma planta, porque ninguém vai entregar a segurança da sua família, da sua casa ou da sua vida para alguém que não está regularmente reconhecido pelas autoridades educacionais do país em que a pessoa vai exercer a função.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas eu acho que a pergunta do Senador era: em não ocorrendo em seis meses a aprovação por parte da universidade, como é que fica o interessado?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Bem, aí são os problemas das leis que eu sempre dizia que não tem dente e não tem unha. Diz que é seis meses, mas não diz o que acontece com a instituição, se não se pronuncia em seis meses, certo? Agora, o que vai acontecer com a pessoa, obviamente, é que, se ela não recebe a certificação, o reconhecimento, ela não tem como exercer a função; ela só poderá exercer a função após o reconhecimento legal. Obviamente que há--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas, Senadora, ela pode recorrer à Justiça. Pode recorrer à Justiça com um mandado de segurança, porque já existe a regulamentação de seis meses.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sim, aqui nós temos uma... Ela pode... Enfim, ela pode buscar outras alternativas para obter essa [ininteligível] resposta.

E a gente só não pôde tentar mudar aqui, porque não era possível, de acordo com o processo regimental da tramitação, alterar nesse nível. Então, fizemos apenas aquilo que a tramitação permitia que fizéssemos, que era acatar, ou não, as emendas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, eu quero só deixar... Eu quero deixar aqui claro que nós, regimentalmente, não podemos emendar. Ou nós aceitamos as emendas que vieram da Câmara, ou nós rejeitamos as emendas que vieram da Câmara, e, se rejeitarmos todas, permanece o projeto original. E o projeto original tem o seguinte teor: a universidade deve pronunciar-se sobre os pedidos de revalidação de que trata os §§ 2 e 3 desse artigo, no prazo máximo de seis meses, a contar da data da recepção do pedido, fazendo o devido registro ou devolvendo a solicitação ao interessado, com a justificativa cabível por escrito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Posso discutir, Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode. Para discutir, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Essa relação do projeto original, pelo menos, ela define o que é que a universidade tem que fazer ao longo dos seis meses; ou ela aprova, reconhece, ou ela devolve, não reconhecendo, dizendo os motivos que não reconheceu, e dá, então, ao interessado as condições de, como disse o Senador Romeu Tuma, ir a uma instância superior, no caso, a Justiça. Da forma como está aqui, não diz nada. Ou seja, ao final de seis meses, a universidade pode, pura e simplesmente, não opinar sobre a questão, e o interessado não vai poder... Vai ter que, como disse a Senadora Marina, ficar esperando *ad eternum* que a universidade se pronuncie. Eu acho que essa redação aí está mais correta.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG): Senador Flexa, um aparte aí. Eu acho que essa aqui permanece.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria que, se os senhores me permitirem, ler o artigo da LDB que a Senadora Serys está mudando. Eu acho que temos que ler lá o comecinho. O art. 48: "Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida pelo seu titular. Os diplomas, expedidos pelas universidades, serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não universitária serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação. Os diplomas de graduação, expedidos por universidades estrangeiras, serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área, ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação. Os diplomas de mestrado e doutorado, expedidos por universidades estrangeiras, só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam curso de pós-graduação reconhecidos e evalidados na mesma área de conhecimento e nível equivalente ou superior". Ou seja, o que a Senadora Serys fez foi colocar um prazo para que as universidades pudessem dar uma resposta, se valida, ou não, o... Porque elas ficam anos, às vezes, sem dar resposta ao [ininteligível]. Senadora Marina primeiro, a Relatora, e, depois, o Senador Flexa.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Se quiser falar, eu posso falar depois.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu fui esclarecido agora que V. Exa. rejeitou a Emenda 2.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que a Emenda 2 é a que dava o prazo de seis meses. E acatou a Emenda 3, que é a que define os seis meses, mas dizendo que a universidade vai ter que devolver, ou aprova ou devolve a solicitação ao interessado, com a justificativa cabível por escrito. Então, está correto, não há o que discutir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Senadora, só lembrar que a emenda da Senadora Marina, ela se coaduna ao disposto na resolução do CNE/CS nº 1, de 28 de janeiro de 2002, que atribui o prazo de seis meses para a universidade se manifestar sobre a revalidação do curso. Então, eu acho que mantém.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, se não houver mais quem queira... Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sra. Presidente, eu gostaria de pedir vista do processo. Eu quero analisar melhor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu também, vista também. Vista coletiva.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vista coletiva do processo. Está concedida as vistas.

Item nº 10 da pauta. Projeto de Lei da Câmara 147/2008, tramitando em conjunto com o PLS do Senado 189/2004. Institui o Dia Nacional do Vinho, a ser comemorado no primeiro domingo do mês de junho. Autoria do Deputado Paulo Pimenta, relatoria do Senador Raimundo Colombo, parecer favorável, com a

emenda oferecida na forma do parecer, aprovado na CCJ, e pela prejudicialidade do PLS nº 189/2004, que tramita em conjunto. Observação: a matéria constou da pauta da reunião no dia 22.

Como está tramitando em conjunto, eu vou ler o Projeto de Lei do Senado, 189, que institui o Dia Nacional do Vinho, a ser comemorado no primeiro domingo do mês de junho. Autoria do Senador Sérgio Zambiasi, relatoria do Senador Raimundo Colombo, parecer pela prejudicialidade do presente projeto e favorável ao PLC 147/2008, com a emenda oferecida na forma do parecer, aprovada na CCJ. A matéria constou da pauta a reunião do dia 22, como eu disse anteriormente. Portanto, eu quero colocar o projeto... Senador Raimundo Colombo não está aí? Senador Sérgio Zambiasi, autor do PLS-189 tem a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim, obrigado, Presidenta Senadora Marisa Serrano. O Rio Grande do Sul já possui o Dia Estadual do Vinho, já está consagrado. É um dia em que todas as vinícolas do estado comemoram com a comunidade a sua [ininteligível], a sua colheita, a sua produção. A exemplo do que já os países europeus fazem, especialmente a França, Espanha, eles têm um dia comemorativo e celebrativo. No Rio Grande do Sul, esta data já está sendo celebrada anualmente, é muito bonita, é uma data muito forte, turística e historicamente. E nós apresentamos esse Projeto aqui, no Senado, e o colega Paulo Pimenta apresentou na Câmara – tem o mesmo Projeto. Na Câmara, andou com mais rapidez, e, por esta razão, eu solicitei o apensamento do meu Projeto ao Deputado Paulo Pimenta, exatamente para dar mais celeridade, e que já possamos aprová-lo e, no ano que vem, haver a celebração nacional, porque, hoje, não é apenas o Rio Grande do Sul que produz vinho; nós temos Santa Catarina, nós temos Paraná, nós temos Pernambuco. Temos Pernambuco; nordeste também já está no roteiro dos vinhos brasileiros, o que nos orgulha muito, nos dá muita satisfação. O Rio Grande do Sul não quer ser o único produtor de vinho, só quer ser o maior, ou, no mínimo, o mais tradicional. O Rio Grande do Sul possui produção de vinho desde 1875. Quer dizer, então, já temos todo esse vínculo histórico, e consagrar um dia nacional para a celebração da colheita e da produção eu acho que é mais um fato importante para a produção e para esse setor da economia e do turismo, que é muito importante.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Como o Senador Sérgio Zambiasi aceitou o apensamento ao Projeto de Lei da Câmara, passo a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho, para relatar *ad hoc* o referido parecer.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sra. Presidente, Srs. Senadores, diante do exposto, considerado um mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 147/2008, sobre o nº 3801/2004, na origem, com a emenda apresentada a seguir, nos termos do parecer aprovado na CCJ--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de pedir um pouquinho de silêncio à--

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): --e, nos termos do art. 384, indicamos que seja feita, pelo Presidente de Senado Federal, a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Sobrinho, terminou o relatório?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está em discussão, Senador, ou não?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Discussão...

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Indicamos que seja, na verdade, aprovada por voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, o relator *ad hoc* pede pela aprovação. Está em discussão ainda? Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora Marisa, eu quero me acostar a tudo o que foi dito pelo meu grande amigo, Senador Sérgio Zambiasi, no tocante à produção, à grande produção do Rio Grande do Sul, no tocante a vinho, e dizer que, como pernambucano, nós não nos incomodamos que o Rio Grande do Sul seja o maior, desde que Pernambuco seja o melhor. Muito obrigado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidenta Marisa, apenas para informar aqui, ao meu querido amigo, o Senador Roberto Cavalcante, que, na realidade, nós somos os maiores produtores e consumidores. Mais de 10% da população gaúcha consome vinho. Comparando-se com o consumo nacional, apenas 1,8% da população brasileira consome vinho. Então, nós queremos a instituição do Dia Nacional do Vinho para que Pernambuco seja o maior e melhor produtor de vinho nacional, não há nenhum problema. É uma grande concorrência, uma bela concorrência que nós aceitamos, esse é um tipo de coisa boa. Quando a concorrência vem para o bem, cada Estado vai tentar apresentar o que tem de melhor. E São Paulo... O Senador Tuma diz que São Paulo também já está andando, o que é muito bom. Então, pra nós, gaúchos, é importante termos esse Dia Nacional do Vinho, com certeza.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continua em discussão? Não havendo quem queira discutir, eu vou colocar em votação, mas há uma emenda que é favorável com a emenda oferecida, na forma do parecer aprovado na CCJ, que é pela prejudicialidade do PLS nº 189/2004, que tramita em conjunto. Essa é a emenda. Então, eu coloco em votação o projeto do parecer com a emenda e a prejudicialidade do 189, que tramita em conjunto. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado. E agora, eu queria colocar--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, queria a compreensão de V. Exa. Vai chegar à Comissão de Educação o PLC 179/2009, que trata da criação da Universidade Federal do Oeste do Pará. É um projeto da maior importância para o Estado do Pará. Eu, em 2006, apresentei dois projetos, criando, um: a Universidade Federal do Oeste do Pará, que é a UFOPA, que está tramitando; e o outro, a Universidade Federal do Sul do Pará. Lamentavelmente, o Presidente da República encaminhou só o projeto da Universidade do Oeste. Espero que ele ainda encaminhe, este ano, a do Sul do Pará. Eu sou o Relator desse Projeto na CCJ, vai estar amanhã em pauta na CCJ, e ele virá à Comissão de Educação. Eu já conversei com o Presidente, o Senador Flávio Arns, e ele vai me indicar como relator, também, aqui, na Comissão de Educação. Acontece que, para que nós possamos acelerar o processo de implantação, e que possa ser feito concurso, ainda este ano, para que, já no próximo ano de 2010, a universidade seja instalada, eu pediria à V. Exa. que, extrapauta e ouvido no Plenário, nós pudéssemos aprovar um requerimento de minha autoria, para que nós fizéssemos um painel em Santarém, aonde é a sede da universidade, no próximo dia 05 de outubro. Não há tempo hábil de se fazer essa aprovação, a não ser hoje, porque eu pretendo, com o apoio de V. Exa. na presidência, trazer para discussão e aprovação, pelos membros da Comissão de Educação, terminativamente, esse projeto no dia 06, na próxima terça-feira.

Então, eu pediria à V. Exa. que nós pudéssemos aprovar um painel, que eu pretendo ser aprovado pela Comissão, fazer em Santarém, com a participação, para discutir com a sociedade a implantação dessa universidade, e que participariam desse painel o Reitor da Universidade Federal do Pará, o Reitor da Universidade Rural do Pará, porque a Universidade do Oeste, ela se fará pelo desmembramento dos campos dessas duas universidades na região oeste do Pará. A participação da Prefeita Municipal de Santarém, do Presidente, Prefeito Jaime Barbosa da Silva, da AMUCAM, que são municípios da Calha Norte, e o Presidente da AMUT, os Prefeitos da Transamazônica e da Santarém Cuiabá, o Roselito Soares, que são os municípios que terão impacto com essa universidade. São 18 municípios na região oeste que serão beneficiados com essa nova universidade. Também, o Presidente da Associação Comercial Empresarial de Santarém, Sr. Olavo Neves; o Presidente da Câmara Municipal, o Vereador José Maria Tapajós, e o Presidente da Assembléia Legislativa do Pará, o Deputado Domingos Juvenil. Então, eu pediria à V. Exa. que incluísse esse requerimento extrapauta, ouvido os nossos pares na Comissão, pudéssemos aprová-lo, para que este painel possa ser realizado no dia 05 de outubro, segunda-feira próxima, às nove horas, em Santarém. Era isso que eu pediria à V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero colocar, primeiro, a votação da aceitação do requerimento extrapauta. Todos aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado. Então, o requerimento já está extrapauta, vou ler primeiro o requerimento que entrou antes e, depois, o de V. Exa. Um outro extrapauta, que é um aditamento ao nº 1 ao Requerimento nº 28/2009. "Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 28/2009, que propõe a realização de Audiência Pública, destinada a debater e buscar soluções sobre a questão do excessivo endividamento e a alta taxa de inadimplência, por parte dos estudantes, do pagamento das parcelas contratuais, no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil, FIES, aprovado por esta Comissão, no dia 11 do corrente, para que seja incluído o nome da Exma. Sra. Procuradora da República Mariane Guimarães de Mello Oliveira, e dos participantes da Audiência Pública". Esse é o requerimento, é um aditamento da minha autoria. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado a inclusão na pauta.

Então, a primeira é o requerimento extrapauta, que agora está na pauta, do Senador Flexa Ribeiro. Em discussão o requerimento do Senador Flexa Ribeiro, para fazer um painel em Santarém, no dia 05 de outubro, que é segunda-feira que vem. Para discutir a aprovação... Universidade Federal do Oeste do Pará. É que não está o requerimento ainda redigido, fica mais difícil. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Posso fazer uma consulta só? Porque fala aqui em criar uma

universidade, mas, pelo o que eu entendi, é extensão de dois campos universitários, é isso?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É um desmembramento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas pelo desmembramento. Então, não é uma nova universidade, é desmembramento de parte de duas que vão formar uma nova universidade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É uma nova.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas é, dentro da lei, um desdobramento, não é uma criação nova.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite, Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não? Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É uma nova Universidade Federal do Estado do Pará, na região do oeste, apenas essa universidade vai assumir o que já tinha de ação da Universidade Federal do Pará, naquela região, e da Universidade Federal Rural do Pará. Então, é uma nova universidade, sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Romeu Tuma, Mato Grosso do Sul tinha uma Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, desmembraram a de Dourados e foi criada a Universidade Federal da Grande Dourados. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É porque eu sou meio desfavorável a desdobramento de campos universitários, porque vão criando uma em cada lugar com a mesma autorização. Então, por isso que eu fiz a pergunta, não por indelicadeza, mas para entender bem que é correta a decisão que foi tomada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Esclarecido, Senador Romeu Tuma? Sendo esclarecido, coloco em votação o requerimento apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro. Está aprovado o requerimento, já que não houve nenhuma manifestação. Senador Zambiasi... Eu passo a presidência para o Senador Zambiasi, para a leitura do Item 7. Eu sou a Relatora.

[troca de presidência]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, a da geriatria, a senhora vai fazer da geriatria? Porque eu estou ansioso por ver uma formação profissional boa em geriatria, com a idade que a gente tem aqui.

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Vamos fazer agora, então, colocar em análise o Item 7, da Comissão de Educação e Cultura, decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado 231/2009, autoria do Senador José Agripino, que inclui o ensino obrigatório de geriatria nos cursos de medicina, com carga horária não inferior a 120 horas. Com a palavra a Relatora Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Srs. e Sras. Senadores e Senadoras, não há o que contestar quanto aos argumentos do propositor. Nossa população de idosos cresceu muito, sem que o país tenha se aparelhado para acolhê-los, e, especificamente, no que tange à assistência à saúde, as universidades não estão preparando, nem em número, nem em qualidade, os profissionais necessários para isso. Segundo dados oficiais, o que o autor do Projeto, o Senador José Agripino, aqui presente, faz referências em sua justificação: "O crescimento do número de pessoas maiores de 60 anos, nos últimos dez anos, foi de 47.8%, enquanto o crescimento total da população foi de apenas 21.6%. O segmento de maiores de 80 anos teve crescimento ainda maior, na ordem de 65%". Disso resulta que os idosos já constituem 10,5% da população brasileira, ou cerca de 20 milhões de pessoas. Existe, ademais, no Brasil, como também muito corretamente nos informa o autor da justificação do Projeto, grande carência de médicos geriatras, frente a essa demanda por assistência médica que cresce exponencialmente. Não apenas o número desses especialistas é muito pequeno, como eles estão concentrados na região Sudeste. Ademais, a formação que vem sendo dada aos nossos médicos é reconhecidamente inapropriada para uma atenção adequada aos problemas de saúde que a população de idosos apresenta. Apesar de esse fenômeno não ser recente, nosso sistema de ensino ainda não se sensibilizou com o problema, nem se aparelhou para lhe dar solução, pela formação dos profissionais necessários, em número e qualidade. Em recente Audiência Pública, realizada pela Comissão de Assuntos Sociais da Casa, o Diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde, responsável pela gestão das políticas de saúde para os idosos, opinou que as nossas universidades "ainda não acordaram para as questões específicas dessa faixa etária".

Dessa forma, a iniciativa é grandemente meritória e oportuníssima, e a iniciativa é constitucional, uma vez que a matéria se insere na competência da União para legislar e se enquadra no âmbito na iniciativa da legislativa corrente, segundo a Constituição Federal, art. 24, 9º. Pelo voto: em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 231/2009. E peço a aprovação pelos nobres pares.

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O Senador Romeu Tuma quer discutir. Com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria cumprimentar o Senador José Agripino pela iniciativa. Dentro da nossa própria idade, nós temos a necessidade da assistência de um geriatra para não termos que estar no hospital permanentemente, fazendo cirurgia, porque a doença já avançou. E eu tenho uma grande preocupação, Senador José Agripino, com os tratamentos alternativos que estão surgindo ao longo desses últimos anos, no caso de geriatria, aplicar injeções e outros tipos de tratamento, feito em sigilo médico, não dando conhecimento das pesquisas que são feitas. Eu, quando converso com o meu filho, ele diz: "Pai, não existe possibilidade de um médico descobrir um medicamento ou um tratamento que não leve imediatamente ao conhecimento de toda a classe médica". Por quê? Porque ele tem obrigação moral e profissional de fazer isso. Então, quando ele descobre alguma coisa que só ele quer fazer... Isso está acontecendo na geriatria com muita intensidade. Eu acho que nós temos que aprovar essa lei e pedir urgência para plenário, e, assim, nós temos sem dúvida nenhuma a criação.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Me dá a palavra. Me dá a palavra. Presidente, me dá a palavra? Eu estou pedindo a palavra ao Presidente...

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com a palavra a Relatora Senadora Marisa. E vamos votar imediatamente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para dizer que eu esqueci de relatar uma emenda que é necessária ao Projeto. O art. 2º dessa lei entra em vigor na data da sua publicação. Faltou essa emenda complementar, que vai ser inserida no Projeto.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Um minuto só, Sr. Presidente. Eu agradeço a manifestação favorável do Senador Romeu Tuma, que percebeu com muita clareza. Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o meu objetivo é um só: a expectativa de vida da população brasileira tem crescido e a quantidade de geriatras no Brasil é mínima, menos de 500, Senador Wellington Salgado. O endocrinologista, o gastroenterologista, que cuida da saúde de um jovem de 25 anos, não pode ter o mesmo procedimento ao cuidar de um paciente com 70 anos. Então, a cadeira de geriatra na faculdade vai dar a ele a orientação e a visão para este contingente populacional, que é crescentemente maior no Brasil, que é a dos idosos. Então, eu acho que é uma coisa apropriada, que se impõe e é uma contribuição que eu estou dando, a que, nas escolas de medicina, se prepararem o médico, seja qual for a especialidade, em ele tendo uma visão voltada para o paciente idoso. É isso. Não cria ônus, só facilidades e é uma atenção que se dá ao idoso do Brasil.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Vamos votar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Vamos votar, então? Terminativo. Em votação, o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com a relatora, por ser um Projeto que legisla em causa própria do Senador Agripino.

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [interrupção no áudio] simpatia da Relatora.

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALVANTI (PRB-PB): Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com a relatora e com o autor.

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator e a relatora. Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Aprovado por unanimidade.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, só porque eu sou médico e votei, e falei o nome... "Com o Relator". Mas esse Projeto eu sei que é do Senador José Agripino e é muito importante, que é o especialista mais deficitário aqui, no Brasil, é em geriatria, nós temos poucos geriatras no Brasil, e a nossa população está aumentando.

SR. PRESIDENTE SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Faço um apelo aos colegas: tem apenas mais um terminativo. Se os colegas permanecerem em Plenário, tem apenas mais um terminativo, o Senador Botelho é o Relator. Vamos fazer um relatório sucinto, Senador Botelho, e já passo... D. Fátima Cleide. Nós temos apenas dois terminativos, passo a Presidência à Senadora Marisa e vamos direto a relatórios sucintos para que possamos–

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O item nº 4, terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 42, proíbe que uma mesma pessoa ocupe duas vagas, simultaneamente, em instituições públicas de ensino superior. Autoria do Deputado Maurício Rands, Relatoria do Senador Augusto Botelho, com parecer favorável, e a matéria constou da pauta do dia 22, a quem eu peço a palavra para fazer a sua relatoria.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, esse Projeto do Deputado Maurício Rands visa impedir que a mesma pessoa curse dois cursos numa Universidade Federal ou Estadual pública, simultaneamente. De início, eu era contra, que achava que as pessoas mais superdotadas, que são pessoas com menos recursos, poderiam fazer isso, mas conversei com reitores de universidades da minha região e todos eles concordaram que esse Projeto tinha mérito, porque muitas vezes a vaga fica ociosa. Então, é isso que é o Projeto: não permitir que a pessoa curse dois cursos na mesma universidade, no mesmo período, simultaneamente. Então, o meu voto é pela aprovação do Projeto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, o que acontece é o seguinte: nós temos várias vagas sobrando em Universidades Federais, as próprias Universidades Federais criam dificuldades para transferência, para preenchimento de vagas. O Ministro lançou um Projeto, onde ele repassava recursos, em função da quantidade de alunos que as universidades conseguem colocar. Eu acho que isso daí... Eu votaria contra, eu vou votar contra, porque, realmente, se o aluno tem capacidade, o candidato tem capacidade de passar em dois vestibulares, ele vai optar por um, ele não vai conseguir seguir os dois. De repente, ele está ali pra ver qual é o curso que ele vai conseguir, aí vai falar: "Ah, mas vai tirar a vaga de outro". Ora, depois recebe a transferência. A Universidade Federal pode abrir a vaga depois e receber transferência. Então, eu vou votar contra esse Projeto, acho que não é justo. Se ele tem capacidade pra passar em dois vestibulares, de repente, ele está ainda vendo qual que vai seguir. Não sou a favor. Vou votar contra esse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continua em discussão. Não achando quem queira discutir, em votação.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sra. Presidente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu gostaria apenas de saber do Senador Augusto Botelho se ele conversou com instituições que representam os estudantes. V. Exa. chegou a conversar o que pensam as instituições que representam os estudantes, como, por exemplo, a UNI?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, infelizmente eu não conversei, eu procurei mais a parte da reitoria sobre isso, porque os reitores disseram que ficam com vagas ociosas, porque matricula e não freqüenta. Matricula em dois cursos; depois, na incompatibilidade, ele perde a vaga, deixa a vaga ociosa. Então, eu realmente, de início, era contra esse Projeto. Então, inclusive, eu conversei com o Rands que eu ia votar contra, e ele me ponderou e pediu pra que eu conversasse com os reitores, que a posição dos reitores era unânime que isso não acontecesse, quase unânime.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero só esclarecer que, antigamente, isso não existia, era só um curso que as pessoas poderiam fazer no país. Isso há muito tempo atrás, na década de 60, quando eu me formei. Não

podia fazer cursos simultâneos. Essa é uma inovação desses últimos tempos, e eu tenho aqui a minha ideia de que o Senador Augusto Botelho tenha razão, tem que se entrar num curso e terminá-lo, e não ocupar vaga de outros que queiram fazer. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Só para contribuir com o relatório do Senador Augusto Botelho, que eu também concordo. Nós não estamos falando de vestibular, nós estamos falando de cursar, significa dizer que o aluno pode fazer quantos vestibulares ele queira, mas ele tem que fazer uma opção por um curso. Nós estamos falando de universidades públicas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ele tem que fazer uma opção. Continua em discussão?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só uma colocação final.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso aconteceu comigo, eu fiz o vestibular para Engenharia; no outro ano, eu fiz para Educação Física. Um era à tarde e o outro era de manhã, eu cursei os dois cursos. Agora, em anos diferentes. Eu não fiz o vestibular no mesmo ano para dois. Eu fiz em 76, para Engenharia, e, em 77, para Educação Física.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de perguntar ao Senador Wellington qual foi o curso que ele concluiu e se ele exerceu uma dessas duas faculdades que ele fez.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu concluí em Pedagogia. Concluí em Pedagogia e, depois, em Administração Escolar. Só que, ao fazer Engenharia, Educação Física e, depois, Pedagogia, eu acabei sendo preparado para ser um bom Reitor no futuro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Wellington. Em votação, portanto, o Projeto de Lei da Câmara nº 42. Augusto Botelho, como vota?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Voto conhecido, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Fátima Cleide, Senadora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB): Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Garibaldi Alves Filho. Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Adelmir Santana. Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sra. Presidente, eu vou meu abster nesta matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com uma abstenção, um voto contrário.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu ainda não votei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator, também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Portanto, uma abstenção e um

voto contrário. Está aprovado. O último item na pauta. Item nº 1.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu não votei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Desculpe. Senador, gostaria de registrar aqui o voto, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O último da pauta, hoje, que é terminativo. Item nº 1 da pauta. Projeto de Lei do Senado 638. Insere o art. 59 A, na Lei 8.069, de 13 de julho de 90, para dispor sobre a capacitação de profissionais da educação básica, na identificação de efeitos decorrentes de maus extratos e de abuso sexual, praticados contra crianças e adolescentes. A autoria é do Senador Cristovam Buarque, e relatoria, da Senadora Fátima Cleide, com parecer favorável, com as emendas oferecidas. Realizadas duas votações nominais, que serão realizadas, uma para o projeto e outro, para as emendas. A matéria constou da pauta, em reunião do dia 22. Passo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Bem sucintamente, Senadora Marisa, o Projeto em discussão já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de autoria do Senador Cristovam Buarque, propõe que seja incluído, na formação dos docentes da educação básica, uma orientação, não uma disciplina, visando oferecer subsídios para estes profissionais, com relação à identificação de efeitos físicos e psicológicos, decorrentes de maus tratos, negligência e de abuso sexual, sofridos por crianças e adolescentes nas escolas. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Sra. Presidente, é a lei modificada pelo Projeto, a partir do art. 227, da Constituição de 88, e à luz de definições da Organização das Nações Unidas, ONU, sobre a violência contra crianças e adolescentes. Segundo o relatório da ONU, no período de 2003 a 2007, foram registradas 76.568 denúncias de violência contra crianças no Brasil. O nosso parecer é favorável...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com as emendas.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): É que está difícil falar, barulho muito alto aqui, eu falo baixo. O nosso parecer é favorável à proposta, oferecendo duas emendas, acrescentando a palavra 'negligência' à emenda e ao texto do Projeto. É o voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão o Projeto. Não havendo discussão, em votação. Votação primeiro do projeto e, depois, das emendas. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a relatora, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Fátima Cleide, conhecido. Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-RR): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sobre a negligência, orientação aos professores da educação básica para saber lidar com os maus-tratos. Wellington Salgado, OK. Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Garibaldi Alves. José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Adelmir Santana. Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com a relatora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB): Aprovado por unanimidade. E as duas emendas eu vou manter.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu não tenho voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu acompanho a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Desculpe, Senador, é que não grifaram aqui. As emendas, mantém o mesmo *quorum* para as emendas. Todos concordam? Todos concordam. Está mantido, então. Aprovado o Projeto como um todo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT) Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Goellner. Desculpe, Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de ver incluído, rapidamente, na pauta, o item 17, de caráter terminativo, que já havendo concordância com a Relatora, Senadora Kátia, e essa matéria foi...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode ser votado agora? Não tem mais *quorum*? Faltam dois Senadores? Não tem. Perdemos o *quorum*, Senador Goellner. Uma pena. Não tendo mais *quorum* para a votação dos projetos terminativos, dou por encerrada a sessão, agradecendo muitíssimo o esforço e a presença de todos os Senadores e Senadoras aqui. Obrigada. Encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h45.

Ata da 56ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 30 de Setembro de 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia trinta de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Cícero Lucena, José Nery, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Efraim Morais e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 28/09-CE, de autoria do Senador Pedro Simon e ao Aditamento nº 01/09-CE, de autoria da Senadora Marisa Serrano, destinada a **"Debater e buscar soluções sobre a questão do excessivo endividamento e a alta taxa de inadimplência, por parte dos estudantes, do pagamento das parcelas contratuais no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil – FIES"**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Daniela Nóbrega, Coordenadora Nacional do Movimento FIES; Senhor Luiz Noé, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Cruz Alta / RS e Coordenador Estadual do Movimento FIES no Rio Grande do Sul; Senhora Marcela Rodrigues, Diretora de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes – UNE; Senhor Ewerton Erickh T. Guedes, Gerente de Relacionamento Institucional da Caixa Econômica Federal; Senhora Simone Horta Andrade, Coordenadora Geral de Relações Acadêmicas de Graduação do Ministério da Educação – MEC; Senhora Maria Fernandes Neres Senna, Gerente de Produto da Caixa Econômica Federal; Senhor Arquimedes Gonçalves, Assessor Parlamentar da Caixa Econômica Federal e Senhor Vagner Campos, Assessor de Comunicação da Câmara de Vereadores do Município de Cruz Alta / RS. Dando prosseguimento à Audiência comparecem como expositores, a Senhora Paula Branco de Mello, Diretora de Políticas e Programas de Graduação da Educação Superior do Ministério da Educação – DIPES/MEC; Senhor Daniel Iliescu, Diretor de Relações Internacionais da União Nacional dos Estudantes – UNE; Senhora Mariane Guimarães de Mello Oliveira, Procuradora Regional Substituta dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no Estado de Goiás e Senhor Jorge Pedro de Lima Filho, Gerente Nacional de Aplicação Pessoa Física Renda Básica da Caixa Econômica Federal – CEF. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Pedro Simon – autor do Reque-

rimento, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Cícero Lucena e Sérgio Zambiasi. Prosseguindo, a Presidência requer que a Secretaria da Comissão encaminhe uma solicitação à Consultoria do Senado Federal no sentido de providenciar um estudo comparativo entre a área do agronegócio e a área estudantil, com a montagem de um quadro comparativo entre o investimento, a inadimplência e a renegociação de prazos, taxas e descontos nas dívidas relativas aos dois setores. Antes de encerrar a reunião o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, faz a leitura do comunicado que se segue: **Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) a realização do IV Fórum Legislativo nas Cidades-Sedes da Copa de 2014, apoiado por esta Comissão e organizado pela Comissão de Turismo e Desporto (CTD) da Câmara dos Deputados em Conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) desta Casa. Este Fórum será o quarto dos 12 (doze) encontros programados pelo projeto 'O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014', a ser realizado nos Estados-Sedes da Copa, no período de agosto a novembro de 2009. O evento ocorrerá dia 05 de outubro do corrente, segunda-feira, a partir das 09 horas, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em Curitiba. Os Senadores que desejarem uma cópia do convite com a programação poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e treze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

56ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura,Realizada no Dia 30 de Setembro de 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Havendo número regimental declaro aberta a 56ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião atendo dedo ao Requerimento nº. 28 desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, para realização de Audiência Pública, destinada a "Debater e buscar soluções sobre a questão do excessivo endividamento e a alta taxa de inadimplência, por parte dos estudantes, do pagamento das parcelas contratuais no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil – FIES".

Dando início a Audiência Pública, solicito ao Sr. Secretário dessa Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Quero destacar a importância da realização desta Audiência Pública, eu próprio e sem dúvida todos os Senadores e Senadoras, estamos recebendo muitas correspondências de pessoas se beneficiaram do FIES, que é o Programa de Financiamento Estudantil, e com dificuldades que devem ser debatidas e procurar-se soluções e encaminhamentos no sentido de inadimplência que vem acontecendo e, como destacado, a questão das taxas de juros e outros problemas relacionados a este programa.

Eu quero nesse sentido dar as boas-vindas aos convidados, cumprimentá-los pessoalmente, inclusive. Agradecer a presença dos expositores, ressaltar novamente a importância desse debate, o acompanhamento que vem acontecendo pelo Brasil, por parte de estudantes, de famílias, de pessoas que pensam em estudar também e se beneficiar desse tipo de alternativa para o custeio dos seus estudos superiores.

E que essa Audiência, então sirva para encaminhamentos, reflexões, discussões sobre o tema e pensarmos juntos nesse sentido.

Audiência Pública tendo o requerimento do Senador Pedro Simon, aqui presente. Há um aditamento ao requerimento da Senadora Marisa Serrano, o Senador Gilberto Goellner aqui presente também, que com interesse efetivo na área e com propostas de sugestões também, o Senador Pedro Simon.

E é uma alegria então, termos, assim, essa possibilidade de fazermos esse debate. Eu passo pela ordem, a palavra ao Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu agradeço muito à V. Exa., Sr. Presidente e aos nossos ilustres convidados.

Eu creio que a matéria realmente é importante e há uma expectativa muito grande em torno de se encaminhar uma solução.

Eu estou numa situação muito sem graça, Presidente, eu tenho solicitado a V. Exa. a possibilidade de adiar essa reunião. Porque eu, pessoalmente, e

vejo aqui mais gente, que tem uma reunião aqui que está empolgando todos, que é a escolha do Ministro do Supremo Tribunal e que o governo transformou numa guerra.

Então, as pessoas estão vindo sozinhas, acompanhadas de três... Eu estou chegando de São Paulo, correndo que eu sou dos que vou votar contra. Então, se eu não aparecer vão dizer que eu... Ninguém vai dizer que eu não votei contra "Não acalmaram o homem e ele não apareceu".

Mas eu vejo, em primeiro lugar eu quero dizer com o maior respeito e a maior honra as pessoas que estão aqui, que eu acho realmente muito importante, mas eu esperava também ver a presença do Presidente da Caixa Econômica. E eu esperava ter também a presença do Ministro da Educação, e eu esperava também a presença do Presidente da UNE. Essas pessoas estiveram presentes quando nós discutimos a dívida agrícola, lá estava o Presidente da Caixa Econômica, lá estava o Presidente do Banco do Brasil, lá estava toda a representação na discussão e no debate daquela matéria.

Agora, eu acho que nós devíamos fazer o seguinte, Sr. Presidente, vamos fazer essa reunião, eu acho que ela é muito importante, mas eu deixava aberta a reunião para depois convidar para ver a resposta que nós teríamos do Presidente da UNE, do Ministro da Educação e do Presidente da Caixa Econômica Federal.

Eu acho que nós tivemos uma luta muito difícil e foi uma grande vitória, que foi a dívida agrícola, 75 bilhões. E o Congresso parou e foi em debate realmente espetacular e o governo se curvou à pressão. Agora são, não sei se chega a 20 bilhões, eu acho que não é a dívida agrícola, não é a produção, mas é o problema que eu considero tremendamente importante, que foi uma grande conquista nossa, que é não digo a bolsa total, mas a metade da bolsa que estimula muito e muito e muito, a muita gente não teria a chance de tirar um curso universitário, tirar o curso universitário e que agora está vivendo um drama.

Quer dizer, um drama de tirar o curso e não ter o que fazer, não poder fazer porque não tem a chance, porque os juros foram tão altos, tão diferente daquilo que a gente combinava, aquilo que a gente esperava que agora nós temos que encontrar uma fórmula através da qual. Não é que os estudantes não vão pagar, não é que não se quer... Mas vamos encontrar uma saída onde eles possam fazer isso.

Então, eu acho até uma crueldade o que está acontecendo, com toda a sinceridade, porque no Brasil existem dois momentos na vida do jovem, quando ele entra na faculdade...

Então, na Faculdade de Direito, eu sou advogado, quando a gente entra na faculdade no primeiro ano a gente pensa que é Rui Barbosa, "Eu sou o tal eu um gênio, eu desafio o mundo". E quando a gente sai que a gente olha não sabe para onde é que vai. "O que eu vou fazer agora? Eu pego o meu diploma e vou fazer o quê?"

Então, esse pessoal que está saindo da faculdade esperando uma expectativa, e não pode nem pensar, porque ele está amarrado da maneira como ele está amarrado. Então, eu acho que isso nós temos que encontrar uma saída e vamos encontrar uma saída.

Agora, eu peço desculpa primeiro por mim, eu acho que é até sem graça, mas é que ficou marcada foi adiantada, foi transferida era para vir o presidente não veio, de um lado.

Então, eu tenho que sair, mas eu fico aqui o tempo necessário, mas eu faria essa ideia, quer dizer, vamos fazer, as pessoas são muito importantes, mas eu com todo o respeito eu diria: "Vamos fazer como preliminar". Eu não abro mão da inicial, depois fazer com o Presidente da Caixa, com o Ministro da Educação.

E cá entre nós, não sei o que é que houve, quando a da UNE era mulher, ela vinha em toda reunião, agora o atual já não está aparecendo. Eu já estou vendo uma mudança negativa, botar homem na Presidência da UNE. Ok, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu só quero dizer, Senador Pedro Simon, que V. Exa. está coberto de razão, que essa questão da vida estudantil possa ter mais importância do que o encaminhamento da dívida agrícola, com toda a razão que se dê para a área agrícola. Porque se nós olharmos em termos de balança comercial, de superávit, da participação, geração de emprego, geração de renda, a área da agropecuária, pequena, média, grande, é fundamental para o Brasil, é essencial e todo o apoio deve ter dado.

Porém, sem dúvida, o patrimônio maior é o patrimônio da formação, o patrimônio do conhecimento, que, inclusive, vai dar todo o subsídio para a área agrícola também.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Então, para a área industrial e para área agrícola.

Eu só quero dizer, Senador Pedro Simon, que o Sr. Ministro da Educação, o Presidente a Caixa Econômica, o Presidente da União Nacional dos Estudantes, todos foram convidados de acordo com o requerimento. A Sra. Procuradora da República Dra. Mariana Olivei-

ra foi convidada no aditamento ao requerimento pela Senadora Marisa Serrano.

E, além disto, também o Educador Cláudio Moura Castro, de acordo com o requerimento de V. Exa., também foi convidado.

Eu quero sugerir o seguinte, que nós tenhamos um encaminhamento de solução para esta questão do FIES. Então, até como Presidente desta Comissão, nós vamos esta Audiência de hoje, é um problema que aflige muita gente, que os dados sejam expostos, eu tenho absoluta certeza que a Dra. Paula, o Daniel que veio representando a UNE, a Dra. Mariana e o Dr. Jorge, eles vão poder apresentar os dados, ver...

Agora, entre essa Audiência e a próxima, que V. Exa., inclusive, disse que não abre mão e eu também acho que esse assunto tem que ter uma solução, que a gente possa buscar esta solução entre esta Audiência e a próxima. É até convidando os expositores para nós buscarmos dentro de uma reunião de trabalho o encaminhamento que possa ser feito para essa matéria.

Então, eu concordo com V. Exa., considero fundamental é um investimento. Senador Gilberto Goellner, eu até vou passar pela ordem a palavra para ele também, é da área da agricultura.

E até, se me permite, V. Exa. vai detalhar um pouquinho, mas antes do início desta Audiência, o Senador dizia: "Vamos ter para a área da educação no mínimo a mesma solução da área da agricultura, securitização de dívida, fundo de aval ou seja lá o que for". No mínimo a mesma coisa que se fornece para a área da agricultura, que é um capital do conhecimento, da educação, como V. Exa. enfatizou.

Senador Gilberto Goellner, pela ordem.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Convidados.

Realmente, ninguém, o cidadão ele paga os juros na hora que ele precisa, ele contrata o empréstimo qualquer, qualquer operação, mas as sucessivas prorrogações e até o acúmulo desse custo financeiro de qualquer operação, o cidadão não vê aquilo, ele acha que num futuro ele pode, então é igual o produtor: "Na próxima safra eu vou poder pagar".

A solução que foi dada para a agricultura ainda não ficou resolvida por quê? Porque não existe no país um fundo garantidor destas operações de investimento, de custeio. E o que nós precisaríamos estar sugerindo para esse tipo de financiamento, que é o FIES: viabilização por meio de fundo de um aval, fundo de garantidor onde participaria também o estudante, mas principalmente o governo.

Se nós não tivermos juros compatíveis com aquele empréstimo, com juros normais, como foram contratados é inviável a sua restituição em curto prazo. Além disso, a carência que o estudante vai precisar um prazo até se ingressar no mercado de trabalho. Então, uma carência posterior compatível com a sua atividade.

Mesmo porque, se não houver agora nessa nova modalidade uma viabilização desse fundo garantidor tanto para os novos empréstimos como também para cobrir o estoque de dívida, dificilmente vai se sair de uma solução, vai se ter uma solução compatível com a capacidade de pagamento de cada estudante, da cada empréstimo.

Então, nesse sentido, nós estamos colocando na MP 464, um fundo garantidor agora, Senador Pedro Simon, para agricultura. O Relator é o Senador Osmar Dias, para o produtor rural. O governo já concordou, assim como micro e pequena empresa vão ser beneficiados com esse fundo, o produtor rural, se não tivemos um seguro de renda para atividade agrícola e um fundo garantidor, qualquer banco hoje corre risco à base do empréstimo.

Precisa ter esses mecanismos que vão dar sustentabilidade à operação financeira, quer dizer, um caso de inadimplência o banco vai ter esse fundo que vai cobrir parcela, porque não são todos que deixam de pagar. Então, é uma parcela, então, ele cobre uma parte da parcela e depois, no segundo ano, pode haver uma... Quer dizer não é uma isenção, não é um cancelamento, não é uma... É uma moratória por um tempo, para viabilizar a capacidade de pagamento de cada empréstimo.

Nesse sentido, eu vejo que a solução que estamos dando agora para a agricultura é de um futuro promissor com esse fundo garantidor e vamos analisar se ele se enquadraria também nessa área de empréstimo estudantil.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Eu quero, certamente, também muitas pessoas acompanham esta Audiência Pública, e o que for colocado pelos expositores e pelos Senadores e Senadoras e nós incentivamos.

Como nós temos recebido dezenas de documentos de estudantes, de família preocupadas com esta questão, inclusive, há mudanças que vem acontecendo na Legislação mais recente, mas existem aquelas pessoas com financiamentos anteriores à Legislação e que não vão ser atingidos, pelo que relatam nas cartas, pelas mudanças recentemente colocadas e discutidas na Câmara e vão ser debatidas aqui no Senado também.

Eu penso que essa Audiência pode, inclusive, já subsidiar a apreciação do Projeto de Lei que o Ministério da Educação, já enviou ao Congresso Nacional e

que sem dúvida a Paula Branco de Mello vai abordar na sequência.

Quero só destacar a presença da Daniela Nóbrega, Coordenadora Nacional do Programa de Financiamento Estudantil, FIES, Daniela? Muito bem. Luiz Noé, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Cruz Alta, Rio Grande do Sul e Coordenador Estadual do Movimento FIES, no Rio Grande do Sul. Luiz? Muito bem.

Marcela Rodrigues, Diretora de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes – UNE; seja muito bem-vinda. Everton Erik Guedes(F), Gerente de Relacionamento Institucional da Caixa Econômica Federal. Simone Horta Andrade, Coordenadora Geral de Relações Acadêmicas e Graduação do Ministério da Educação - MEC. Maria Fernandes Neres Senna, Gerente de Produto da Caixa Econômica Federal. Arquimedes Gonçalves, Assessor Parlamentar da Caixa Econômica Federal. Wagner Campos(F), Assessor de Comunicação da Câmara de Vereadores do Município de Cruz Alta, Rio Grande do Sul.

Praticamente, o Arquimedes, que é Assessor Parlamentar da Caixa Econômica Federal, já levando para a Presidente da Caixa Econômica Federal, a preocupação do Senador Pedro Simon, que é dele e da Comissão de Educação, dizendo que deve haver um posicionamento forte e determinado da Caixa Econômica, da sua Presidência, em relação a esse assunto.

E a Dra. Paula de Mello, sem dúvida vai também levar esse posicionamento ao Sr. Ministro da Educação Fernando Haddad. E o nosso representante também, o Daniel, como é que pronuncia o sobrenome? Iliescu, que também vai levar à Presidência da UNE.

Muito bem, então passo em primeiro lugar a palavra à...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Pois não. Senador Pedro Simon, com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu acharia interessante dizer aos convidados que essa reunião está sendo gravada, que ela vai passar na televisão, quer dizer toda a reunião e toda a exposição vai passar na Rádio Senado e na televisão.

E eu peço ao Secretário que, aliás, é um extraordinário Secretário da Comissão, para apenas apressar nós vamos receber cópia integra de todos os depoimentos. Quer dizer, então, do que tiver aqui, os 81 Senadores vão receber cópia, para depois estar preparado para fazer o debate.

Então, embora, vazio e eu não gostaria de estar sentado aí, porque eu perderia a graça, mas eu gostaria que fosse explicado que vai ter resposta depois.

Eu, por exemplo, saio daqui com uma vergonha que vocês nunca coube, mas estão me chamando lá porque eu tenho que levantar uma questão de ordem e tem um Juiz que pediu para suspender a sabatina enquanto não sei o quê. E não sei como sair daqui, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Não, mas...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu gostaria de sair pela porta dos fundos, mas não tem porta dos fundos, tem que sair pela porta da frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu quero dizer Senador Pedro Simon, que as pessoas também entendem que são várias Comissões funcionando ao mesmo tempo. As notas taquigráficas vão ser repassadas a todos, pelo menos a todos os Membros titulares e Suplentes da Comissão.

E nessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nós temos mais de 50 Senadores, entre titulares e suplentes. Então, é um número assim muito significativo.

Mas eu também quero conforme V. Exa. colocou, a TV Senado, mas também a rádio, jornal, Agência Senado, os meios de comunicação do Senado, eles dão ampla cobertura para isso. E nós queremos incentivar através dessa Audiência Pública, que as pessoas que acompanham esse assunto e que tem preocupação em relação ao financiamento de uma maneira geral, mas de uma maneira particular em relação ao FIES, que entre em contato com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para os encaminhamentos necessários.

Agora, eu quero destacar os expositores que entre esta Audiência Pública e a próxima, se isto for necessário, se não houver uma solução, que nós teremos reuniões, uma reunião administrativa para o encaminhamento também de solução que possa ser apresentada na próxima reunião ou Audiência Pública dessa Comissão. Estaria bem?

Posso passar a palavra? Então, passo a palavra à Paula Branco de Mello, que é Diretora de Políticas e Programas de Graduação da Educação Superior - DIPES, do Ministério da Educação. Com a palavra então, a Dra. Paula.

SRA. PAULA BRANCO DE MELLO: Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar o Senador Flávio Arns, os companheiros de Mesa, a Procuradora Mariane, o Diretor Jorge, cumprimentar aqui o Daniel, a todos os presentes.

E iniciar dizendo que o Ministério da Educação, com certeza, ele é sensível a essa questão, ele concorda que esse assunto tem que ser tratado com a maior urgência e buscar juntamente com as soluções dessa Casa uma melhor maneira de resolver o problema desses estudantes que não foram contemplados com diversas medidas que vão ser propostas nesse Projeto de Lei, em tramitação nessa Casa.

Eu gostaria de relembrar aqui, fazer algum histórico do FIES, desde o início desse programa, que começou no ano de 1999 e de alguns aprimoramentos que ele sofreu no decorrer desse processo e que foram todos ao encontro de demandas dos estudantes, que é o fim máximo desse projeto.

Quando o FIES iniciou em 1999, isso tem dez anos, ele tinha uma outra estrutura e um outro cenário, portanto, uma nova configuração.

Inicialmente, ele tinha um juros de 9% e todos os estudantes no momento de ressarcir os financiamentos, eles tinham um prazo para pagar esse financiamento de até uma vez e meia o contrato que ele tinha utilizado.

No decorrer desse período, esse programa foi tendo algumas modificações, tanto com relação à diminuição da taxa de juros como também com a flexibilização das condições de financiamento aos estudantes. Nós tivemos, por exemplo, no ano de 2006... Os juros desse financiamento, ele é decidido pelo Conselho Monetário Nacional. Esse juros foi baixado de 9% para 6,5%, com prioridade para cursos de licenciatura pedagogia, normal superior e os cursos de tecnólogos, cursos superiores de tecnologia, esse juros foi estipulado em 3,5%.

A partir disso foi enviado pelo Executivo um Projeto de Lei que foi aprovado e, como todo o Projeto de Lei que passa por essa Casa ele é aprimorado pelos membros que tratam desse projeto, ele propôs vários aprimoramentos com relação à facilitação por parte dos estudantes do ressarcimento do financiamento. Então, o Projeto de Lei que resultou na Lei 11.552, Senador, ele trouxe várias modificações para que o estudante tivesse um maior conforto no momento de pagar o financiamento.

Foi nesse momento que foi introduzido uma carência de seis meses, para que o estudante iniciasse esse pagamento. Neste momento, o prazo para o pagamento foi dilatado em até duas vezes o tempo que esse estudante utilizou o financiamento.

Foi introduzido também a figura do fiador solidário, que é até então era um problema para o estudante, que muitas vezes não tinha como pagar oferecer uma garantia, que seria o fiador tradicional. Então, instituiu-se a possibilidade desse estudante, conjuntamente com outros estudantes, sem que exigisse dele uma comprovação de renda pudesse firmar um contrato de financiamento estudantil.

Além disso foi possibilitado também o alargamento do percentual de financiamento para até 100% e também uma possibilidade que ainda não existia, que era de um agente financeiro renegociar a dívida, isso ainda não estava proposto.

Essas medidas, elas foram implementadas e agora com o novo Projeto de Lei, que eu acredito que ele seja bastante mais abrangente, essas medidas vão sendo muito mais aprimoradas. Quais seriam? As medidas que estão sendo propostas pelo Ministério da Educação, e aqui novamente repito aprimoradas por esta Casa é que este financiamento passe a ter um prazo de três vezes o tempo que esse estudante utilizou o financiamento.

Então, se o estudante utilizou o financiamento durante quatro anos, ele terá 12 anos para pagar. Além disso, ele terá seis meses de carência e mais um ano em que ele pagará somente o valor que ele já havia que ele vinha pagando à instituição enquanto ele estava estudando.

Um outro fator que é extremamente importante, que acho que vem agora se juntar a esse assunto que está sendo discutido que é o endividamento, a inadimplência daqueles estudantes que já estão no FIES, e que até o momento não seriam contemplados com essas medidas. É que, nesse momento, com os juros já estipulados agora em agosto na nova resolução para 3,5%, ele passa a ser, ele passa a incidir sobre o saldo devedor dos estudantes que já estão no FIES.

Todos aqueles estudantes que hoje tem um contrato teriam esse saldo devedor com juros baixado para 3,5%. Eu acho que essa medida, ela é realmente uma medida que vai possibilitar a esses estudantes que estão com problemas e acredito que outras medidas que porventura sejam aqui decididas e com certeza com anuência do Ministério da Educação, elas vão ser acatadas e vão se juntar a outras propostas ainda aqui.

Esse saldo devedor diminuiria o valor que o estudante pagaria mensalmente. E, além disso, ele poderia se beneficiar da carência e desse prazo que agora está sendo aumentado para três vezes o valor do financiamento.

Além disso, uma outra proposta do Projeto de Lei é com relação aos cursos de licenciatura e aos cursos de medicina, onde os estudantes poderão quitar o seu financiamento a partir de trabalho. No caso da medicina, nos programas de saúde da família e também no caso da licenciatura na rede pública de ensino de básico.

Inclusive os estudantes que iniciarem o seu contrato e já estiver em exercício no caso da licenciatura, eles já poderão abater esse financiamento desde o início do seu curso. Então, isso daí eu acho que minimiza muito e diminuiria muito o saldo devedor desse estudante no futuro se juntando à política do Ministério da Educação de incentivo à formação de professor e também na área de medicina é uma área de bastante carência, que é a área de medicina, em locais onde não existe a presença efetiva do profissional médico.

Uma outra questão muito importante que esse PL propõe é a internacionalização da gestão do fundo para o Ministério da Educação passando o agente operador a ser o FNDE. Nesse momento, ao trazer para o Ministério da Educação toda a operacionalização do programa, nós teremos uma otimização do programa, nós teremos uma redução custos e teremos a possibilidade de oferecer ao estudante um sistema muito mais ágil, uma maneira de se contratar muito mais desburocratizada e rápida e que faça com que esse estudante possa ter o contrato de financiamento, no momento em que ele precisar desse contrato.

Então, o sistema de financiamento estudantil está sendo todo ele remodelado trazendo para o estudante uma facilidade e uma possibilidade de que ele contrate esse financiamento no momento em que ele tiver dificuldade. Seja no início de um ano letivo, seja no meio de um ano letivo, que porventura ele tenha algum contratempo e ele necessite desse financiamento.

Outra questão importante que esse PL traz é com relação à possibilidade das instituições de ensino superior utilizarem da recompra de títulos para utilizar os certificados do FIES.

Essa recompra, ela vem possibilitar que o financiamento estudantil seja oferecido numa maior escala pelas instituições, porque até o momento as instituições atrelavam o limite que elas ofereciam de financiamento estudantil às dívidas previdenciárias que ela teriam que pagar.

Nesse momento em que alarga o espectro de tributos que a instituição poderá utilizar os títulos para pagamento e que elas poderão se utilizar da recompra para poder oferecer um maior valor de financiamento, a oferta é maior.

Nós temos visto no FIES, no decorrer dos processos, nós temos um número bem maior de inscritos do que efetivamente de contratados. Então, muitas vezes, que o acontece? Entre o número de inscritos e o número efetivo de contratados, muitas vezes é pela própria demanda de oferta, pela demanda e oferta de cursos pela instituição. Então, nós acreditamos que isso também será um fator que agregará e ajudará ao financiamento dos estudantes.

Então, inicialmente era esse histórico que eu gostaria de deixar aqui registrado e novamente reafirmar a intenção de Ministério da Educação, em que esses estudantes possam realmente se adequar novamente, que nós temos certeza que essa Casa optará pela melhor solução e que o financiamento possa continuar sendo viável e que esse fundo possa sempre reverter para financiamento de outros estudantes.

Então, no momento era isso que eu gostaria de dizer. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Como ainda V. Sa. tem quatro minutos, eu só gostaria para aproveitar esse tempo que fosse esclarecido em mais detalhes o aspecto mencionado de redução de custos, agilização, qual que era este problema com a Caixa Econômica? Número de inscritos e contratados, qual era a diferença entre número de inscritos e contratados? Quais são os montantes da FIES utilizados e não utilizados? Porque uma das críticas é de que o recurso existe, mas não vem sendo utilizado.

E como é que a questão dos juros pode ser aplicada para as pessoas com contratos antigos? A gente sabe que a dívida daqui para frente, mas em termos da dívida existente.

SRA. PAULA BRANCO DE MELLO: Com relação à primeira questão da dívida, o que está proposto, o que foi proposto, inclusive, foi colocado por esta Casa, nesse Projeto de Lei é que o saldo devedor dos estudantes que já participam de FIES, que esse juros de 3,5% incida sobre esse saldo devedor. Então, a partir daí, as prestações com certeza serão menores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Não é que o saldo devedor é em função de um juros de acordo com eles, assim, exorbitante. Quer dizer, chegou-se a um saldo devedor em função de um juros que extrapolava o que poderia pagar. Há alguma possibilidade de renegociação desse montante?

SRA. PAULA BRANCO DE MELLO: Há uma possibilidade de renegociação, quem faz a renegociação nesse caso é o agente financeiro, a Caixa Econômica Federal, inclusive, com dilatação de prazo e uma possibilidade maior para o estudante. Essa parte, eu gostaria que a Caixa Econômica Federal pudesse--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Abordar.

SRA. PAULA BRANCO DE MELLO: --se pronunciar posteriormente. Com relação a--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Redução de custos, agilização.

SRA. PAULA BRANCO DE MELLO: --redução de custos, quando eu disse internacionalização da

operacionalização do sistema, a redução de custos seria porque existe taxa de administração, que é paga ao agente operador--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Que é a Caixa Econômica.

SRA. PAULA BRANCO DE MELLO: --Para que ele opere o financiamento.

Mais do que isso é muito importante, que o sistema ele é um sistema que foi criado há dez anos e, com certeza, ele precisa ser remodelado. E essa remodelagem está sendo feita os estudantes vão ser uma desburocratização no processo de contratação. O tempo de contratação, a maneira de contratar, eles vão poder contratar não somente em processos seletivos específicos, com prazos específicos, o financiamento ficará aberto durante todo o ano e o estudante no momento em que ele necessitar ele poderá pleitear esse financiamento. Então, essa é a agilidade e a...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Independente de renda?

SRA. PAULA BRANCO DE MELLO: A renda ela será pontuada, mas independente de renda ele poderá contratar o financiamento. Haverá com certeza, isso ainda não tem uma definição já que eu possa adiantar aqui, a faixa de renda, e com certeza os estudantes com renda mais baixa terão um financiamento mais adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Inscritos e contratados?

SRA. PAULA BRANCO DE MELLO: Com relação a inscritos e contratados, o financiamento estudantil, ele, o ressarcimento às instituições é feito com títulos específicos do FIES e esses títulos têm uma destinação específica, que é a destinação de pagamentos de receitas previdenciárias.

Então, muitas vezes, uma instituição no momento em que ela adere ao programa, ela oferta um montante que é condizente com a receita previdenciária que ela teria a pagar. Então, muitas vezes existe uma demanda de estudante maior do que aquela oferta que a instituição está fazendo naquele momento.

Um exemplo disso, nesse processo último que nós tivemos [soa a campainha] no seletivo do primeiro semestre de 2009, nós tivemos 70 mil inscritos, nós tivemos uma contratação de 32 mil alunos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): E a sobra de recursos?

SRA. PAULA BRANCO DE MELLO: A sobra de recursos, ela existe muitas vezes por que esses financiamentos não são contratados. O recurso é o recurso orçamentário é disponibilizado, mas, muitas vezes, a instituição, como ela muitas vezes não oferta, é arbitrário da instituição, ela tem discricionariedade, então o oferecimento do montante de recursos que ela quer...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Você não tem condição de dizer quanto que está disponibilizado no orçamento e quanto que foi utilizado?

SRA. PAULA BRANCO DE MELLO: Eu posso dar essa resposta daqui a pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Porque a crítica que a gente houve é de que o recurso está sobrando.

SRA. PAULA BRANCO DE MELLO: Existo realmente esse recurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): E as pessoas não estão--

SRA. PAULA BRANCO DE MELLO: Existe sim recurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): --tendo acesso ao recurso.

SRA. PAULA BRANCO DE MELLO: Exatamente, existe sim recurso que realmente não é utilizado em financiamento e por isso todas essas medidas que têm sido implementadas, para que os recursos efetivamente eles sejam utilizados. E uma dessas medidas foi justamente o envio desse Projeto de Lei, para que esse recurso que é disponibilizado, ele seja efetivamente usado para que seja ampliado e mais estudantes possam ter acesso.

Justamente, o objetivo desse Projeto de Lei é que esses recursos sejam utilizados. Realmente, o montante dos recursos, ele é excedente à demanda e à contratação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem, agradeço a Dra. Paula Branco de Mello.

E vamos ouvir agora o representante da UNE, que sem dúvida vai trazer a aflição do ponto de vista do aluno, do estudante, quer dizer a questão dos juros, a questão do acesso, a questão da burocracia, as dificuldades e como é que isso do ponto de vista do estudante poderia ser alterado e como é que o estudante está vendo esta lei, o pessoal antigo, o pessoal novo, para que nós possamos entender como é que o estudante está pensando a respeito desse assunto.

Então, o Daniel Iliescu é Diretor de Relações Internacionais da União Nacional dos Estudantes.

SR. DANIEL ILIESCU: Primeiramente bom dia, cumprimento ao Senador Flávio Arns, aos companheiros da Mesa, e ao Plenário.

Em primeiro lugar, a gente queria fazer aqui o registro em nome da UNE e que consideramos esse espaço da Comissão de Educação do Senado, um espaço importante. Estamos prestigiando aqui a possibilidade

de estar interferindo e contribuindo com esse debate aqui no Congresso, aqui no Senado e que essa gestão que se iniciou agora em agosto, que tomou posse, inclusive, aqui no Congresso, na Câmara, que vai até 2011, está à disposição com todos os esforços possíveis para a gente debater a situação de educação no país e tentar dar a contribuição dos estudantes.

Para que a gente vá amadurecendo o sistema educacional brasileiro e promovendo a inclusão educacional que a gente julga necessário para que o país consiga atingir outros índices, um outro patamar de desenvolvimento e democratização no nosso país, na nossa sociedade.

Então, dito isto, em tratando rapidamente algumas considerações para a União Nacional dos Estudantes em relação ao histórico do FIES, quando ele surge em 1999, e nos seus primeiros anos de implementação, a União Nacional dos Estudantes tinha uma posição definida em seus Fóruns de ser contrária ao FIES e às condições que o FIES disponibilizava para os estudantes em relação ao financiamento.

Em primeiro momento, porque aquele era um cenário na história do país em que não se conseguia vislumbrar, não se alimentavam perspectivas de um envolvimento crescente no ensino público, que na nossa opinião deveria ser um esforço mais concentrado de investimento no Estado Brasileiro. E por que o FIES, ele também apresentava além das condições dificultosas para população estudantil de baixa renda, apresentava também poucas condicionantes em relação ao próprio Ensino Superior privado, no sentido da garantia da qualidade, no sentido de como contrapartida também utilizar esse instrumento do financiamento, assim como acontece com outras políticas, no sentido de você zelar e pressionar o Ensino Superior privado a atingir níveis de qualidade e de democracia à sua gestão achando que é uma prerrogativa importante para esse tipo de política.

Então, compreendendo que o FIES foi sofrendo modificações paulatinamente ao longo do tempo, de caráter progressista, no sentido de que flexibiliza as condições de financiamento, diminui os juros, cria algumas modalidades como o fiador solidário, a questão da fiança solidária entre estudantes que vão dando um outro caráter ao FIES e que, inclusive, proporciona por conta disso uma outra visão da União Nacional dos Estudantes sobre esse instrumento.

Então, hoje, nós consideramos que o FIES é um instrumento importante, na medida em que ele consegue contribuir para que a nossa população de baixa renda, nós conhecemos aqui a situação educacional do país de grande exclusão no Ensino Superior.

Então, na medida em que ele é um instrumento que democratiza esse acesso, embora nós consideremos que ele deva ser um instrumento complementar e obviamente a inclusão, ou a expansão do acesso ao Ensino Superior no Brasil, não deve ter como instrumento principal o Programa de Financiamento Estudantil, mas como um elemento complementar que possibilite o acesso desses estudantes num cenário em que a maior parte das ofertas de vagas no país no Ensino Superior se dão na rede privada.

Então, é interessante passar alguns dados, do ponto de vista dessa inclusão, que é o elemento balizador da opinião da UNE em relação às políticas educacionais, nós compreendemos que hoje o grande desafio do país nessa área da educação é ampliar radicalmente o acesso ao Ensino Superior e de prioritariamente no Ensino Público, mas compreendendo a importância que existe hoje no setor privado para educação do país.

Nós temos dados que, segundo o próprio MEC, são cerca de 12% da população com caixa etária jovem, embora o próprio perfil do estudante esteja se modificando muito e incluindo pessoas de idade mais avançada, mas de 18 a 29 anos nós temos cerca de 12% da nossa população no Ensino Superior.

Então, alguns países que não são mais desenvolvidos que o Brasil, como a própria Argentina tem índices que variam de 35 a 40%, nós podemos compreender o que significa de atraso civilizacional, econômico, intelectual, social para o nosso país, se a gente não tem como centro das discussões como essa do financiamento, 'desobstaculizar' esse incremento do acesso ao Ensino Superior e apostar que o investimento no estudante, inclusive, facilitando o acesso ao FIES, significa um investimento no futuro do Brasil, porque isso ao longo dos anos vai gerar uma incrementação do nosso mercado de trabalho, profissionais mais qualificados para dirigir a sociedade brasileira. Então, compreendemos que esse deve ser um viés que a discussão deva tomar.

Esse Projeto de Lei 4881 desse ano, ainda está sendo discutido nas instâncias do movimento estudantil e existe ainda uma série de opiniões que devem ser convergidas para ter uma opinião mais completa da União Nacional dos Estudantes sobre o tema, mas existe um entendimento geral de que há avanço e um entendimento geral positivo em relação às mudanças anunciadas pelo projeto.

Existem algumas questões que nós achamos que deveriam estar incluídas que dizem respeito principalmente a regulamentação do Ensino Superior privado, que acho que somam-se a essa discussão de como que a gente vai gerando alternativas para diminuir a

situação de endividamento e gerar condições melhores, mais simples para os estudantes de aproveitarem esse financiamento e conseguirem arcar, honrar com suas dívidas.

O projeto, ele, atualmente, o FIES, ele já é condicionado ao ENAD, entre outros condicionamentos à nota do ENAD, o curso tem que ter avaliação positiva o que é considerado nota três, quatro ou cinco, sendo que na nota quatro e cinco, ele consegue um financiamento maior e no três ele consegue um financiamento de restrição. Além de a gente ter um certo problema, uma dificuldade em relação a isso, porque na nossa compreensão o sistema avaliativo ele deve ser avançado no sentido de implementar plenamente o Sinaes, aonde tem reiterada algumas críticas em relação a consideração do ENAD isoladamente, a uma avaliação apenas incidindo sobre o estudante e não sobre o quadro docente, infraestrutura da Universidade como um todo.

Nós consideramos que existe um projeto, que há muito tempo tramita no Congresso e que há algum tempo encontra-se estacionado, que é o Projeto de Lei de Mensalidades da UNE, que propõe uma série de regulamentações na relação universidade/aluno em relação à definição do valor de mensalidade. E esse reajuste de mensalidade desregulado é o que, inclusive, incide muito na questão do endividamento. O próprio requerimento aqui do Senador Pedro Simon, eu dei uma olhada rápida, cita também esse problema, de que o reajuste de mensalidades é feita de forma desproporcional ao reajuste de salários, por exemplo.

Quanto mais estudantes que não tem emprego e que vivem de estágio e outras condições de subemprego, ou de emprego informal, ou de um estágio, que é uma característica muito comum na juventude de nosso país.

Esse Projeto de Lei de Mensalidades, que, inclusive, é aqui também um convite aos Senadores, Parlamentares como um todo presentes, que possam, inclusive, re visitá-lo e a gente consiga, inclusive, dar continuidade a tramitação dele nessa Casa. Ela propõe quatro medidas básicas. A precisa delas é que exista uma indexação ao limite do reajuste de mensalidades ao período da inflação medido pelo IPCA. Grande parte dos reajustes de mensalidades hoje são superiores ao nível de inflação.

Uma outra questão coloca um tempo de aviso prévio maior para o estudante, ou seja de 45 dias nem sempre é cumprido pelas instituições, nós propomos que seja de 120 dias. A abertura das planilhas de custo indicando, inclusive, aonde que está incidindo reajuste e qual o aumento da custeio da Universidade, que obriga ela a reajustar a mensalidade. E também uma negociação com as entidades estudantis ou associações de pais e responsáveis de alunos.

É um conjunto de mudanças que nós compreendemos que sejam necessários para democratizar, regulamentar o ensino privado e que, sem dúvida alguma, incidiria sobre as dívidas futuras que viriam a ser contraídas através do Financiamento Estudantil da Caixa, Programa do MEC.

Então, nós compreendemos que, além dessa vinculação, a qualidade acadêmica que compreendemos que seja importante, com a ressalva tenha o ENAD como o único balizador, mas uns sinais de forma mais plena, nós compreendemos que a regulamentação da prática de reajuste de mensalidades, ela é fundamental para que a gente consiga romper esse círculo vicioso dos alunos se endividando e não conseguindo encontrar condições para honrar suas dívidas.

Partindo do pressuposto óbvio que essa inadimplência não é um ato de vontade, ou de esperteza negativa dos estudantes, mas sim, da impossibilidade, obviamente, de honrar os seus compromissos que os estudantes de maneira geral desejam conseguir honrar e dar um novo passo na sua vida e virar uma página importante da sua vida honrando com esse compromisso.

Algumas questões colocadas como o alongamento do prazo das amortizações, o financiamento de mais de 50%, isso, inclusive, confesso aqui que seja uma dúvida nossa, porque nós não tínhamos essa informação que a Paula do MEC acabou de colocar de que hoje existe essa modalidade de financiamento de até 100%.

O que nos consta e o que é, inclusive, alvo constante das reclamações e solicitações que a Ouvidoria da UNE recebe é muito em função de você conseguir você entra num curso e existem cursos, inclusive, que tem a ver com o *status quo* do país, cursos de alto custa como medicina e odontologia entre outros, em que o estudante entra com financiamento de 50% e ele é obrigado a trancar a matrícula. Porque o financiamento, ele não consegue complementar essa mensalidade tem um valor muito alto e tem uma alteração no emprego do aluno e às vezes a situação passa por uma questão familiar mais complicada, falece um provedor na família e ele se vê obrigado a trancar a matrícula, muitas vezes abandona o curso.

Isso significa um prejuízo muito grande não só para o estudante, mas obviamente para o MEC, para a Caixa e para a instituição de ensino e para o quadro docente que investiu no aluno, enfim, é um prejuízo em escala.

E nós compreendemos que esses cursos de mensalidade mais alta e que, portanto influencia no

status quo da sociedade brasileira, e que devem ser alvo de uma democratização grande e de serem o termo talvez seja pesado, mas serem invadidos pelas classes trabalhadoras, pelas camadas populares da nossa população, acabam ficando a contribuição que o FIES dá a esses cursos acaba sendo limitada por essa questão. Enfim, principalmente em se tratando de alunos de baixa renda, que compreendemos que deve ter um critério para que esse financiamento atinja os 100%.

Uma outra questão que nós compreendemos que dificulta principalmente não na questão do endividamento, mas no acesso ao financiamento é o perfil do fiador, que é exigido do estudante. Nós compreendemos que a grande parcela da juventude brasileira não consegue ter o perfil de fiador que é exigido hoje pelo MEC. Isso em parte é resolvido pela fiança solidária, mas existe uma dúvida que, inclusive, do relato da Ouvidoria da UNE de duas semanas atrás em relação à modalidade de desconto em folha.

Eu estava tirando essa dúvida na antessala com alguns companheiros de Mesa, mas peço para que a haja um esclarecimento principalmente da parte da Caixa aqui na Sessão, para que haja um estudo para pela seguinte questão que eu vou explicar. No site do FIES são apresentadas e isso pode ser um problema da informação das modalidades de financiamento ou pode ser um problema de não aplicação de uma questão em lei, mas no financiamento são apresentadas, no site são apresentadas quatro modalidades, o fiador tradicional, a fiança pela instituição, a fiança solidária e o desconto na folha de pagamento.

E o que me foi informado pelo representante da Caixa, de que a folha de pagamento não é uma garantia, não é uma modalidade de financiamento, mas apenas uma forma de pagamento. Da maneira como está informado isso no site do FIES, não está claro isso e um e-mail para a Ouvidoria da UNE confirma isso de um estudante de Direito, de uma Faculdade no Rio de Janeiro, que se inscreveu e não pode hoje se desfrutar do FIES, porque não tem hoje fiador e estava contando com essa possibilidade através da informação.

Então, isso já atenta a gente para uma outra questão que deve ser aprimorada, que é essa própria relação do programa com o estudante. No sentido de haver uma informação e no sentido de munir as instituições de Ensino Superior a exemplo do que acontece com o ProUni, de um setor mais especializado que consiga ter uma relação de tirar dúvidas e dar esclarecimento e dar suporte ao aluno, para que ele consiga usufruir do FIES sem nenhum tipo de problema.

E ressaltar uma questão que eu acho que é importante em relação a essa questão que eu acho que é importante, em relação a essa questão da forma de saneamento das dívidas, além de julgar que é justo, que haja uma renegociação para além do alongamento da amortização para além de uma série de flexibilizações, uma renegociação do montante do valor que nós compreendemos que seja justo, principalmente por entender que foi um investimento, não uma dívida, não é um dinheiro perdido, não é um não retorno para a Caixa, para o MEC e para o país.

Nós compreendemos que um investimento do um estudante, ele gera progressivamente ao longo do tempo um investimento grande no país e nós compreendemos que a renegociação dos valores deveria ser um expediente que deveria ser utilizado nesse processo de renegociamento.

E, por último aqui, compreendendo que o meu tempo já está se esgotando, ressaltar a importância que se tem dessa modalidade criada para os cursos de medicina e das licenciaturas de conseguir fazer o pagamento dessa dívida com o trabalho no serviço público em relação a isso. E que deveriam ser estudadas outras opções dirigidas para alguns cursos também para ampliar essa modalidade.

Compreendo que essa seja uma das medidas mais vantajosas, mais com uma grande qualidade, porque não só facilita a condição do estudante, mas consegue ter uma contrapartida grande para o desenvolvimento do país e para o saneamento de algumas mazelas grandes, como o déficit de professores que nós temos no Brasil que é grande, e como a situação da saúde pública no Brasil que precisa realmente de um investimento em recursos humanos entre outros investimentos importantes. Então, ressaltar que esse é um dos caminhos importantes que a UNE acha que seja possível de fazer essa renegociação.

Então, no mais estamos aí à disposição do debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu agradeço a participação nesse primeiro momento, do Daniel Iliescu, que representa a UNE.

E, ao mesmo tempo, já solicitar que a Dra. Paula, certamente, já anotou aqui muitas das observações que foram feitas pelo Daniel, para que na sequência possam ser esclarecidas, assim como o Dr. Jorge Pedro Lima Filho, que vai fazer a sua exposição nesse momento. Já pode ser esclarecida.

Lembrando que o objeto desta Audiência é debater e buscar soluções sobre a questão do excessivo endividamento.

Então, só sabermos da Caixa Econômica, inclusive, se existe esse excessivo endividamento, que certamente há pelas dezenas e de correspondência

que recebemos no Senado Federal e a alta taxa de inadimplência. Precisaríamos saber quais são as taxas de inadimplência, para termos assim números também, excessivo endividamento e a alta taxa de inadimplência, por parte das estudantes do pagamento das parcelas contratuais no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil.

E eu já solicito à Consultoria do Senado, que está presente também nesta reunião sobre o próprio requerimento, a justificativa do requerimento que o Senador Pedro Simon já fez uso da palavra, mas está cito aqui num dos parágrafos: "Ano passado, governo e esse Congresso Nacional sensibilizados pela crise de endividamento do importantíssimo setor do agronegócio aprovou a renegociação com prazos taxas e descontos", descontos generosos, dívidas de bilhões de reais, tudo isso significou um total em torno de mais de 70 bilhões de reais.

Então, sabermos, por exemplo, é importante que nós termos, eu acho que nós precisamos ter mais dados, mais números em termos de endividamento, em termos de soluções, inadimplência, quanto, qual o valor, para que possamos pensar como Audiência Pública nesse sentido.

Mas eu gostaria que a Consultoria do Senado, já fizesse o estudo comparativo entre a área do agronegócio e a área do FIES, do Financiamento Estudantil, para ver se esses descontos se acontecem em termos do montante da dívida ou não, para ser se isso, quer dizer termos um quadro comparativo entre o investimento na educação e um investimento no agronegócio, que é um investimento também importantíssimo, como já foi bem ressaltado.

Temos a presença do Senador Cícero Lucena e do Senador Osvaldo Sobrinho--

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): --e do Senador José Nery. O Senador Osvaldo Sobrinho, só pede pela ordem, antes de que eu passar a palavra ao Jorge Pedro de Lima Filho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, eu só para fazer uma justificativa, eu sou da Comissão de Constituição e Justiça e está se votando lá agora o candidato ao Supremo Tribunal Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Exatamente.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Mas eu queria antes disso, se V. Exa. me permitisse, colocar o meu ponto de vista a respeito dessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Pois não.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Eu tenho falado, inclusive, ultimamente sobre essa matéria, porque eu acho de extrema relevância para o Brasil.

Nós temos que formar o nosso banco de inteligência dessa pátria e, no entanto não damos a mínima relevância quanto a isso, enquanto... Eu sou produtor rural e sou professor também.

Enquanto nós damos assim benesses para a agricultura e eu sei por que eu sou do ramo, nós penalizamos o aluno aqui, o jovem que é o futuro dessa pátria. Eu acredito que o Brasil deveria assim como fez com algumas dívidas com países pobres, renunciando aquelas dívidas e dando anistia total, eu acho que deve fazer a mesma coisa com o FIES. O que se investe em educação não pode querer achar que isso aqui é gasto e sacrifício para a nação, isso aqui é benefício, estamos formando jovens para administrar esse país futuramente ou daqui a pouco.

Penalizar essa juventude que aí está, porque o país não pode pagar, isso é obrigação do Estado, educação é obrigação do Estado. Isso aqui é querer tirar duas vezes o cidadão paga os seus impostos e ainda tem que pagar mensalidades aqui. Isso aqui para mim é um retrato da vergonha dos governantes desse país, que não investe em educação e aqui na verdade fica penalizando. Esse assunto não era para estar nem aqui em pauta conversando sobre isso, quantas anistias já se deu nesse país!

E agora fica esse negócio, nós todos gastando tempo aqui tanta coisa importante do país e nós aqui porque um dividazinha de 200 e pouco milhões, que para o Brasil não é nada, para investir em jogo não é nada. Isso aqui é muita coisa para fazer brincadeira com dinheiro e corrupção, um bocado de coisa que acontece nesse país.

Portanto eu fico indignado com isso, porque eu também sou filho de pobre, estudante, meu pai era pião de roça, eu trabalhava de pião para os outros, vivia ganhando o dia de sol a sol. Nove filhos conseguiram estudar, grande parte deles quiseram estudar, conseguiram estudar e isso me deu condição de ser professor, eu tenho mestrado, eu estou terminando doutorado, sou professor universitário, já fui Deputado Estadual três vezes, fui Deputado Constituinte, sou Senador, já fui Governador do meu Estado.

Eu acho isso aqui é um cidadão, como homem público eu falo, como homem público, como cidadão, como professor, como aluno eu falo não é possível um negócio desses. O Brasil tinha que anistiar esses alunos, aliás, tinha que pagar onde não tem uma vaga pública para fazer que pague da particular, mas que dê oportunidade para esse cidadão não ficar como caudal

de marginais da Rua e sem poder estudar e sem fazer nada, porque o país tem culpa por isso.

Então, eu fico indignado, desculpa a indignação, mas eu acredito que é um assunto que nós temos que entrar aqui com essa Comissão ou todos nós unidos para mostrar ao Presidente da República que educação é investimento e não pode ficar sacrificando a juventude dessa forma que está. Nós temos obrigação com essa juventude que está aí é o que nós temos de melhor nesse país. É o que nós temos que tentar fazer, agora ficarmos aí o Ministério aporrinhando a vida dessa juventude e cobrando juros.

Ora, não se cobra para tanta coisa inútil nesse país, vai se cobrar para dar educação para essa juventude, isso é brincadeira! Portanto, eu me indigno com isso e eu acho que nós temos que botar termo de uma vez por todas a essas coisas. Nós temos que na verdade entender que educação, esse investimento nós temos que fazer e isso é obrigação da pátria, de todos nós da sociedade como um todo.

Fica o meu ponto de vista e não fico mais, porque eu estou na Comissão de Constituição e Justiça e tenho que votar lá. Mas eu agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Pois não.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): E espero que a gente e nas futuras reuniões e V. Exa. tem uma sensibilidade muito grande quanto a isso, que eu já vi a sua atuação, eu tenho certeza que V. Exa. é uma colaborador dessa tese que eu exponho aqui nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Está ok.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço ao Senador Osvaldo Sobrinho. E passo em seguida a palavra ao Jorge Pedro de Lima Filho, que é Gerente Nacional de Aplicação Pessoa Física, Renda Básica, Caixa Econômica Federal.

SR. JORGE PEDRO LIMA FILHO: Bom dia a todos. Cumprimento o Senador Flávio Arns e a agradeço o convite de vir poder discutir aqui um pouco sobre a participação da Caixa na operação do FIES. Cumprimento os colegas companheiros da Mesa, aos demais Senadores, aos estudantes que estão aqui presentes. Os colegas da Caixa.

Eu vou focar bastante na solicitação do Sr. Senador, que foi a informação relacionada a números, é importante a gente falar um pouco de número, nós como agentes financeiros temos essa informação, e nós temos que repassar essa informação para que a Comissão possa entender e trabalhar em cima dela.

A primeira informação que a gente tem para dar é que hoje nós temos na base de FIES, 500 mil alunos atendidos, isso significa mais ou menos 5% da base dos estudantes. Existe uma outra parte de estudantes atendidas pelo ProUni, que são 9%, os outros 86 não têm financiamento nem de uma nem de outra alternativa. Isso significa aproximadamente cinco bilhões de reais de saldo a pagar pelos estudantes, atualmente.

Esses contratos com esses estudantes, uma parte já está na fase de amortização dois, que nós chamamos a última fase, a fase em que o estudante se forma, passa pela carência, passa pelo pagamento da fase um, que significa pagar o mesmo valor de prestação que ele vinha pagando na faculdade e, a partir daí, ele trabalha na fase dois.

São 260 mil estudantes, aproximadamente, acho que é isso está aqui no meu telefone, o telefone acabou de sumir com a informação, mas eu vou achar de novo. 262 mil estudantes na fase de amortização dois.

A média de prestação que esses estudantes pagam atualmente é 255 reais, depois de formados, depois de um ano de carência e depois da amortização um. Desses estudantes, prestações acima de 400 reais dos 262 mil, nós temos 19 mil estudantes. Acima de 500 reais de prestação nós temos 18 mil estudantes, aproximadamente 18 mil estudantes. E a média geral, como eu comentei, é da ordem de 255 reais, são prestações fixas, que essas prestações são levadas até o final do financiamento, um prazo médio de amortização dois, da ordem de 140 meses.

Essa seria uma segunda informação que nós temos e que eu acho que esclarece um pouco sobre o grau de endividamento da população que está sendo atendida, da ordem, esse é o valor da prestação que ele vai levar até o final do contrato.

Inadimplência, que foi uma citação do Senador. Nós temos duas informações de inadimplência. A primeira informação é uma informação que não, é uma informação que é um padrão que se utiliza no sistema bancário, mas é uma informação que não reflete vamos dizer o seguinte, o resultado final da carteira como um todo.

Então, quando a gente comenta assim: "A inadimplência da base do FIES é da ordem de 10 a 11%", é a informação que normalmente os senhores têm, e ela está considerando e é uma das reivindicações do pessoal do FIES justo, é que essa informação contempla as pessoas que estão fazendo curso, é verdade. É verdade. Então, ela não é uma informação para este tipo de produto, uma informação precisa, ela é uma informação que a gente utiliza, mas não é uma informação precisa.

Também, se nós pegarmos os cursos ainda em funcionamento, nós temos que analisar de duas formas, aqueles cursos em que o estudante ainda está cursando, aqueles contratos que os alunos ainda estão cursando e aqueles contratos em que os alunos já estão terminando de pagar.

Então, a base maior para a comparação dessas informações são aquelas, que eu vou até usar uma palavra aqui, mas não confundam com agricultura. A safra está? Que a gente utiliza a expressão também no sistema financeiro, safra significa o ano de financiamento, o mês de financiamento. Então, as safras mais antigas, elas estão já na fase final de pagamento. Então, elas não dão uma ideia muito mais precisa sobre a probabilidade de inadimplência desses alunos. Então, essa informação é uma informação que é importante olhar as safras. O financiamento começou em 99, então as safras principais, aquelas que já estão acabando de pagar as safras 99, 2000 e 2001, não é isso? Mais ou menos isso.

Agora, a inadimplência nessas safras agora já dando um valor da inadimplência que vai acontecer no futuro, no final de cada safra dessa, quando o último estudante pagar a última prestação, ela está entre 25 e 28%, isso tem duas formas de analisar.

A primeira análise que a gente faz é que 75% das pessoas pagam as prestações dentro da normalidade. 25% já estão com atraso superior a um ano, ok? E os demais, ali entre três e 5% estão com inadimplência entre 60 e 60 dias e 360 dias, é mais ou menos essa distribuição. Então, esclareceu para vocês o valor, ou a inadimplência total, considerando as safras finais.

Aí essa inadimplência tende a cair quando o curso vai para frente, porque os estudantes ou ainda estão estudando, começaram a pagar agora, aí você tem outras influências, o que a gente chama que essa carteira ainda não está maturada o suficiente. Então, na maturação, que são as safras de 99, 2000 e 2001, a probabilidade de inadimplência é da ordem de 25%, que esclarece uma dúvida bastante grande, que o pessoal do FIES e alguns Parlamentares tinham em relação à inadimplência do FIES.

Continuando, uma pergunta que foi feita foi com relação ao perfil do fiador. O que nós temos exigimos no perfil do fiador é que na composições do saldo devedor do contrato, nós, o fiador tem que ter a capacidade financeira de pagar a prestação no final do contrato, ou seja, da última fase, que é aquela média que eu comentei dos 252 reais.

O que nós notamos e estamos verificando quando nós verificamos que 37 mil alunos estão ali pagando mais do que 500 reais de prestação, mais do que 400 reais de prestação.

É que esses alunos, eles são normalmente de cursos mais caros e mais longos como Engenharia, Medicina, Odontologia e até Direito, porque Direito é um pouco mais caro também. A possibilidade de alongar isso para duas vezes o valor o prazo do curso, isso ajuda um pouco na hora que a gente vai fazer uma, calcular essa última prestação que ele vai pagar ao longo do contrato, então isso ajuda.

Outra coisa que eu acredito que possa ajudar bastante também é essa nova alternativa de prestação de serviço, ou seja, ele vai ter teoricamente uma receita que vai permitir que ele pague pelo menos o valor de parte ou o valor da prestação, porque 1% eu acho que dá mais do que o valor da prestação.

Outra informação importante é o impacto é sobre a acumulação, que é uma coisa que se comenta muito, dos juros do contrato antes da fase da amortização é outra coisa que se discute bastante, quando era 9%, quando era 6% e quando é 3,5%.

Na fase de amortização, aliás, na acumulação dos juros considerando os juros de 9% ao ano, o contrato ele tem no seu final, ou seja, após o aluno considerando um curso de cinco anos que foi o curso médio, mais ou menos o curso de cinco anos. O curso médio lá é na faixa de três a quatro anos, mas eu considerei um curso mais longo, um curso de cinco anos para fazer essa conta.

No final, depois do aluno formado se ele financiou 100% do valor do curso, que hoje pode a dúvida que tinha pode realmente ele já pode financiar 100%, do valor da dívida de 50 em diante, ele chega a um valor de saldo devedor que corresponde a 25% a mais do que ele pagaria no curso ao longo dos cinco anos.

Então, eu vou dar um exemplo: Imagine um aluno que tem um contrato de um curso de 250 reais, certo? Pode botar um curso de 500, talvez um curso de 500 reais, que é mais próximo da realidade, financiando 100% desse curso. Hoje, ele não financia, ele financia no máximo 50%, 99% da carteira hoje é 50%. Esse aluno financiando 100%, ele pagaria durante o curso à faculdade 15 mil reais, não é isso? 15 mil reais. Se ele não pagar nada, ou pagar os 50 reais, trimestralmente, como é hoje feito o FIES, quando ele chegar no último ano do curso este aluno vai dever 18 mil e 600 reais, aproximadamente. Então, os juros acumulados é da ordem de 3%, de três mil e poucos reais, que significam 24 ponto alguma coisa por cento do valor do curso.

A taxa baixou para seis e meio. A taxa baixou para seis e meio. Então, quando a taxa baixou para seis e meio, não baixou para seis e meio a primeira vez, então eu vou dar o exemplo de seis e meio. Quando ela baixou para três e meio, esse curso deixou... Esse aluno,

que pagaria 15 mil durante o curso, ele chega no curso com 18% a mais, o que dá 16 mil e um quebradinho, 16 mil e alguma coisa. Agora reduziu para três e meio, esse aluno vai pagar os 50 reais durante o curso e vai chegar no final do curso devendo oito ponto, 9%, deu 8.96, 9% a mais do que o valor do curso

Então, ele pagaria 15, 9% a mais seriam 1.300, ele pagaria, ele começaria a amortizar 16 mil e 300 reais é mais ou menos essa a composição da acumulação de juros no prazo dos contratos. Ok?

Eu estava comentando aqui com a Dra. Mariana, Procuradora, é que a observação do Daniel com relação ao IPCA daria um valor maior. Daria um valor um pouquinho maior do que isso, considerando os 9%. Se considerar seis e meio então, está uma diferença razoável, por causa da inadimplência dos últimos anos, quando a taxa era 9%.

Agora, uma coisa que é importante, é que a Selic, a taxa de juros do país, ela caiu significativamente ao longo do tempo. E a taxa de juros do FIES, ela tinha uma diferença entre a Taxa Selic e a taxa de juros do país significativa no início, era em torno de 10%. 10 pontos percentuais.

A Taxa Selic vem caindo e os contratos de que levam em consideração o TJLP receberam uma parte dessa queda, mas o FIES ele manteve 9%, depois reduziu para seis e meio, voltou a ter uma diferença em torno de 10%, mas agora a gente, pelo menos o agente financeiro da Caixa Econômica Federal entende que a redução juros é necessária para novamente pôr a diferença num patamar considerável aceitável. Então, a redução de seis e meio para três e meio, levará esta taxa de juros para uma diferença cujo patamar é considerado aceitável.

Acredito que, com essas observações, eu, ah sim, eu queria fazer uma observação com relação ao impacto disto nas prestações. Considerando um prazo médio de 100 meses, que é mais ou menos o prazo médio de amortização desses contratos na amortização três, a redução de juros vai dar um impacto onde a taxa de financiamento, ela vai cair, a parcela vai cair de 218, para, aproximadamente, 230, aliás, 280, para aproximadamente 230 reais, vai ter uma redução aproximada de 20% no valor da prestação.

Com a possibilidade de o estudante alongar o prazo, aí eu trouxe um exemplo interessante que é um exemplo real. Um estudante de Engenharia, que tem um acumulado de mais ou menos 75 mil, o Curso de Engenharia é mais caro e mais longo, ele tem uma prestação hoje de 780 reais, ele é um daqueles 38 que estão acima de 400. Com a redução de juros, essa parcela vai cair para 652. Com a possibilidade de alongamento do prazo essa parcela a 376 reais e 12 centavos, com o prazo alongado até os 300 meses no prazo total. Isso, no nosso entendimento, vai beneficiar e vai permitir que aqueles alunos possam pagar esse valor, porque considerando que a pessoa se formou em Engenharia, normalmente, a probabilidade da receita dele é um pouco maior.

Acho com que isso eu consigo passar os principais números para que a Comissão possa ter mais informações e nós estamos à disposição para poder trazer uma apresentação é informações mais detalhadas, espero ter esclarecido para vocês aí algumas informações mais importantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu só quero perguntar qual que é a taxa de Administração da Caixa Econômica Federal?

SR. JORGE PEDRO LIMA FILHO: A taxa de Administração da Caixa Econômica Federal, é de 1,5% ao ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Está bem, eu só solicito ao Jorge Pedro de Lima Filho, que possa na sequência, enviar a esta Comissão todos os dados mencionados e outros que julgar relevantes.

Eu quero destacar a presença do Senador Sérgio Zambiasi, do Senador José Nery, também membros desta Comissão.

A Secretaria ainda me lembra que o Senador Sérgio Zambiasi também é vice-Presidente da Frente Parlamentar a Favor do Ensino Superior, com uma atuação não só nessa área, como em várias outras extremamente relevantes para o Brasil.

Passo em seguida a palavra à Mariane Guimarães de Mello Oliveira, que é Procuradora Regional Substituta dos Direitos do Cidadão, Procuradoria da República no Estado de Goiás.

SRA. MARIANE GUIMARÃES DE MELLO OLIVEIRA: Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar aqui o Presidente da Comissão Senador Flávio Arns, em nome de quem eu cumprimento os demais componentes da Mesa e também todos do Plenário.

Gostaria primeiramente de agradecer o convite da Comissão, a iniciativa, louvar a iniciativa do Senador Pedro Simon. E dizer o seguinte, que eu não tenho evidentemente os conhecimentos matemáticos e técnicos que o representante da Caixa detém para discutir aqui com propriedade sobre juros.

Então, na qualidade de Procuradora oficiando a muitos anos no ofício de Direito da Educação, que o eu quero trazer aqui é a visão do Ministério Público Federal e também do Judiciário Brasileiro, a respeito do que tem sido debatido sobre o FIES no nosso país.

A Constituição, ela garante ao cidadão a igualdade de acesso e permanência na escola. Essa igualdade de

acesso e permanência, ela é uma igualdade utópica, porque nós sabemos que lendo aqui o Projeto de Lei do Senado, 90% da população brasileira estuda em escola pública. E esses 90% quando têm condições de chegar ao Ensino Superior, a gente sabe que há uma inversão de valores.

A Universidade Pública, ela vai abraçar, pelo critério do vestibular, 90% da classe média alta do país, que é a que tem condições de concorrer com igualdade de acesso às vagas da Universidade Pública.

Então, esses 90% de classe baixa, vão ter que, sem condições, socorrer de algum benefício social do Estado para poder ter direito de continuar os estudos numa Universidade particular.

O governo tem então um passivo social muito grande com esse grande universo de estudantes de classe média pobre, que ele vem tentando minorar com o CREDUC, depois com o FIES, e agora com o ProUni. E agora, mais recentemente, com as cotas sociais, que é uma maneira de tentar minorar esse passivo social que nós temos com a sociedade brasileira.

É inegável que de 92 para cá, quando foi instituído o CREDUC até as últimas modificações que foram feitas na Lei 10.260, de 2001, pela Lei 11 mil... É tanta lei para a gente decorar esse tanto de lei, 11.552, de 2007, as melhorias que foram implementadas, a gente tem que reconhecer. Uma delas que já foi exaustivamente mencionada pela Mesa, foi a constante redução dos juros, que inicialmente era de 9% para 6,5%, na maioria dos cursos, 3,5% por cento para aqueles cursos de Pedagogia e Tecnologia e agora a Paula trouxe a notícia de um Projeto de Lei que visa igualar esses 3,5% para todos os cursos.

Esse Projeto de Lei virá, se for sancionado, resolver uma questão de desigualdade que a resolução anterior trouxe quando ela criou uma discriminação, quer dizer aqueles financiamentos posteriores a 2006 é que teriam direito a esse benefício da redução juros, enquanto que os anteriores teriam que continuar com os 9%. Essa discriminação, eu entendo sob o ponto de vista do Ministério Público Federal, que ela é odiosa e que ela fere o Princípio da Igualdade e o Princípio da Igualdade material e também o Princípio da Igualdade de Permanência.

Por que qual é a justificativa para um aluno que fez um financiamento anterior a 2006, ser obrigado a pagar 9%, enquanto um colega seu que fez o financiamento após esse período ter o direito da redução dos juros? Quer dizer, eu não consigo entender nenhuma justificativa que apóia discriminação entre esses estudantes.

Mas, pontualmente, do ponto de vista do Ministério Público Federal, quer dizer a maior queixa que a gente que a recebe dos estudantes ainda é com relação à excessiva exigência que a Caixa Econômica faz para que se obtenha esse financiamento.

Aqui tento eu então responder a indagação do Senador Flávio Arns, para a nossa colega Paula Mello, da razão pela qual o recurso tem sido devolvido não consegue ser integralmente aplicado nos financiamentos.

É porque a Caixa, eu até entendo a posição dela, porque enquanto instituição bancária ela quer preservar o risco de inadimplência, ela exige do fiador que ele tenha uma renda pelo menos duas vezes superior ao valor do financiamento que está sendo feito pelo aluno.

Ora o aluno que busca o socorro de um financiamento estudantil é porque ele e seus familiares não têm condição de arcar com aquele pagamento. Para uma pessoa topar ser fiador de um aluno, se não for pai, mãe, ou padrinho tem que ser um samaritano muito bom, achar um samaritano que tope ser fiador de um estudante que se não for parente.

Se o pai dele tivesse essa renda, ele não seria fiador, ele mesmo pago pagaria a mensalidade do próprio filho. Se o filho vai procurar esse socorro é porque o pai e a mãe dele, obviamente, não preenche essa condição. Então, na verdade são exigências bancárias que no ponto de vista pratico obstaculizam que aquele aluno tenha acesso ao programa de financiamento estudantil.

Essa modificação recente da fiança solidária, eu espero é uma coisa muito recente, ainda não chegou ainda à aplicação disso ainda não chegou às dificuldades inerentes a essa aplicação não chegou ainda às portas do Judiciário nem do Ministério Público. Então, eu não ainda elementos para dizer se isso vai ser realmente bem aplicado e se vai resolver essa dificuldade que o aluno tem de obter o financiamento.

Eu espero que resolva e aí a UNE é que vai ter que acompanhar isso e nos dizer se isso vai resolver. Foi um avanço inegável, mas a grande maioria das ações que o Ministério Público vem propondo hoje com relação ao FIES, ouso dizer que quase a totalidade dos Estados da Federação tem hoje uma ação dessa natureza, a Caixa pode aí depois me contradizer que deve acompanhar isso, mas eu acredito que quase a totalidade, vêm pisando nessa tecla das dificuldades que são impostas para esse aluno na exigência do fiador.

No caso do Estado de Goiás, eu sou autora de uma dessas ações, nós logramos uma resposta positiva do Judiciário que concedeu em sentença de mérito razão de Ministério Público Federal, determinando à Caixa que não mais exigisse dos alunos, do Estado

de Goiás, essa exigência do fiador. Mas a Caixa apelou dessa decisão e de Tribunal Regional da Primeira Região deu efeito suspensivo a essa sentença, então por força de decisão do Tribunal, no momento voltou a ser exigida essa questão do fiador.

Mas eu trago essa dificuldade aqui para a presença dos senhores, porque eu acho que o Congresso poderia rever uma solução que facilitasse, desburocratizasse, trouxesse outras soluções, como dessa fiança solidária, que facilitasse esse acesso.

A Caixa, por exemplo, ela determina também que tanto o aluno quanto o seu fiador são sujeitos a investigação cadastral e ela tem a discricionariedade de negar o financiamento, se ela entender que a avaliação cadastral daquele aluno e daquele estudante e de seu fiador não é, não traz para a instituição bancária segurança financeira para obter esse financiamento.

Sensíveis a essas dificuldades, essa última inovação de 2007 ela criou a responsabilidade solidária das Instituições de Ensino Superior e também da própria Caixa pela inadimplência. Quer dizer hoje a instituição bancária responde por 25% dessa inadimplência e a instituição de Ensino Superior, ela pode responder de 15 a 30%, dependendo de ela estar ou não adimplentes com as dívidas federais tributárias que ela tem com o governo.

Quer dizer se ela for uma instituição adimplente ela responde só com 15, se for inadimplente futura responde com até 30%. O que traz para a instituição bancária uma segurança maior e para o próprio FIES, principalmente, uma segurança maior, porque o maior argumento que hoje os gestores têm para aceitar essa exigência do fiador é que se ao índice de inadimplência for muito grande, ela acaba quebrando o próprio financiamento, como aconteceu com o CREDUC.

Quer dizer é justo que se criem mecanismos de segurança que garantam para os futuros estudantes o mesmo acesso a financiamento que estão sendo oferecido para os atuais, eu entendo que isso é justo. Mas deve ser feito de maneira realista com as necessidades também sem ouvidar de que esse é o programa assistencialista, quer dizer ele foi feito para proteger o estudante carente. Pobre. E se ele for analisado da mesma maneira como é analisado um empréstimo comum feito para um cidadão comum, sem atentar para esse critério assistencialista, aí está se igualando o estudante a um consumidor comum que vai lá pedir um empréstimo para comprar um carro, para obter um financiamento por um outro motivo. E tem que ser dado, evidentemente, um peso maior social para a situação desses alunos.

Outra questão também que está hoje no Judiciário é a questão da utilização da insistência pela instituição bancária, na utilização da Tabela *Price*, como critério de amortização, de correção desses juros, de amortização de financiamento.

A Tabela *Price,* para mim e para a grande maioria dos Bacharéis em Direito que somos confessadamente analfabetos em matéria contábil e financeira. Quer dizer eu mal sei as operações de simples de somar, diminuir, multiplicar e dividir, eu tenho que confessar isso aqui e também confesso que eu acho que a grande maioria dos Juízes compartilham dessa minha ignorância, nós temos uma dificuldade muito grande de entender o que é essa famigerada Tabela *Price*.

Eu estou até combinando aqui com o Jorge, uma visita lá em Goiás, para ver se ele de dá uma aula, eu falei pra ele que tem que ser assim aula o estilo MOBRAL para ver se eu entendo, mas eu tenho uma dificuldade muito grande de entender o que é isso.

E o Código de Defesa do Consumidor diz o seguinte, tudo o que é oferecido para, tudo que é fornecido e oferecido para o consumidor tem que ser em linguagem clara e o consumidor tem que entender o que ele está adquirindo. E na verdade o que a gente observa nesses contratos é que são contratos de adesão é imposto a Tabela *Price* e 90, 99,9% dos alunos, e está aqui o nosso colega aqui Daniel para me desmentir se eu estiver falando alguma mentira, assina sem entender, não tem o menor entendimento do tipo de roubada que ele está entrando quando ele assina a Tabela *Price*.

No próprio Judiciário eu tenho que reconhecer que não há consenso a respeito desse assunto. Você acha no STJ e nos Tribunais Superiores decisões a favor e contra a utilização da Tabela *Price*. Mas o entendimento majoritário e é um entendimento a que eu me filio é de que esse sistema, ele tem juros capitalizados e que isso é expressamente vedado pela Súmula 121 de Supremo e também pelo Decreto 22.626, de 33.

Os meus colegas têm defendidos nas ações civis públicas a aplicação alternativa do Sistema De Amortização Constante, que é o SAC, que eles defendem que ela é de natureza mais simples, que ela usa os juros simples e que ela é mais fácil de ser entendida pela pessoa que está adquirindo o financiamento e que ela não tem essa questão da capitalização dos juros.

Eu não vou aqui defender um ou outro porque aí refoge mesmo da minha apreensão sobre o tema, mas eu tenho preocupação muito grande porque com insistência nas resoluções e aqui eu vou citar o que diz a Resolução 3.415, ela diz o seguinte, que é a vigente: "Para os contratos de FIES, celebrados a partir de junho de 2006, a taxa efetiva de juros será equivalente a 3,5 ao ano capitalizada mensalmente para aqueles cursos de licenciatura. E 6,5% ao ano capitalizada

mensalmente para os demais cursos". Quer dizer isso é o que está escrito na resolução e a anterior 2.647, que é de 9%, ela dizia a mesma coisa, que tinha que ser capitalizada mensalmente.

Antes aqui de a gente começar os trabalhos conversando com colega Jorge Filho, ele me garantiu que isso aqui não está sendo aplicado pela Caixa, que a Caixa que está capitalizando anualmente. Mas o Procurador e Juiz, ele trabalha com a letra fria da lei com que está escrito no papel, a gente trabalha com que o está escrito na resolução. Quer dizer, no nosso entendimento e aí já no entendimento pacífico do Judiciário, inclusive, do Supremo, nesse ponto não há ponto não há controvérsia, a captação mensal de juros no país, ela é expressamente vedada a não ser naqueles casos específicos em que a própria lei autoriza, que são aqueles créditos agrícolas, que são umas exceções que o próprio Supremo, ele determina, porque há disposição expressa de lei dizendo que se permite essa capitalização mensal.

Então, para nós, não há como entender por que essa insistência na regulamentação da lei, em manter nessa regulamentação, essa expressão capitalização mensal, já que ela é expressamente vedada.

Aí fica aqui uma sugestão também para o Congresso, de talvez nesse Projeto de Lei aí, um aditivo para criar um artigo dizendo que qualquer regulamentação, resolução que venha contrariar essa decreto expressamente vedado, que aplica-se à lei o decreto, alguma menção expressa, porque isso vai para depois ser discutido no Judiciário e gera uma infinidade de demandas exaustivas, e quem fica prejudicado com isso é o aluno que até isso ser pacificado ele fica pagando essa capitalização mensal.

Uma outra dificuldade que eu quero aproveitar para trazer aqui à baila, aproveitar a grandeza das personalidades que estão aqui discutindo que também, como membro de Ministério Público Federal, eu não consigo entender por que ainda não foi resolvido é a questão da aplicação do art. 4º, § 4º da lei. Ela diz o seguinte: "Todos os descontos regularmente oferecidos pela instituição de Ensino Superior aos alunos, devem ser estendidos aos alunos beneficiados pelo FIES".

Vale dizer o seguinte, hoje há uma competitividade tão grande entre as instituições privadas pela captação desses alunos que estão fazendo vestibular, porque o MEC, hoje, ele autorizou uma proliferação de instituições privadas tão grande que há cursos em que a gente tem uma oferta muito maior até do que a demanda. Então, isso gera uma briga de mercado muito grande.

Então, o que a gente observa é o seguinte, a grande maioria dos cursos, eles têm um preço utópico, fictício, quer dizer o Curso de Direito na instituição X utopicamente ele é de 800 reais, mas na prática quando o aluno matrícula de cara já é oferecido para ele um desconto de 30, 40% ele vai pagar 400, 500, porque se ele não fizer isso, o aluno passa em cinco vestibulares, ele opta pelo concorrente que também está dando o mesmo desconto.

Então, o que é que está acontecendo em 99% das instituições particulares de ensino, hoje? O aluno ele consegue 50% do FIES, então vamos dizer utopicamente, que ele matrícula num Curso de Direito, a mensalidade é 900, mas a instituição dá para ele 40% de desconto, ele vai pagar 500. Aí ele financia 250 desses 500. Para a parte que ele paga a instituição particular calcula sobre o desconto que ela dá, então ele vai pagar efetivamente só 250, mas a parte que ele financia para a Caixa, a instituição malandramente, maldosamente informa para a Caixa os 900. Aí o aluno não tem noção do que está acontecendo com ele, que ele está sendo roubado, quando ele formar aí ele vai ter que pagar sobre os 900, quando na verdade o coleguinha dele não tinha FIES pagou o curso todo só 500.

E o que acontece? Isso gera mais inadimplência, porque ele na verdade está sendo roubado dele o benefício que o § 4º do art. 4º lhe assegurou, que é de ter esse direito ao esse desconto e aí ele não vai conseguir pagar, evidentemente, sobre os 900, gera, ele entra aí nos 25% da inadimplência. Esse, hoje, talvez seja um aspecto da lei tão ou mais perigoso que esse da questão dos juros como dificultador para o aluno quitar essa mensalidade depois que ele forma.

E eu não vejo por parte da Caixa, muito interesse em resolver a questão, porque ela recebe 1,5% sobre o saldo devedor. Se o saldo devedor informado for 900 reais, ela vai receber 1,5% sobre os 900, se for os 500 é 1,5% sobre os 500.

Então, eu acho que tem que haver aí... No Estado de Goiás eu já chamei a gerência da Caixa, a gente iniciou um trabalho, nós começamos com a UNIP que foi muito sensível, fizemos um termo de ajustamento com conduta com a UNIP, ela se readequou ou passou a informar o valor correto. A segunda da fila foi a Universo, a Universo não aceitou de maneira nenhuma a adequação fui obrigada a entrar com a ação civil pública, ela perdeu. A liminar já foi concedida, por força de liminar ela está sendo obrigada a se adequar e estamos aguardando agora decisão de mérito.

Agora, nós estamos fazendo um trabalho de recomendação para todas as outras instituições para que haja adequação, mas sem o apoio e a fiscalização da Caixa e também do MEC, porque o MEC tem que fazer valer o dispositivo da lei que manda des-

credenciar por até três períodos constitutivos aquela IES que estiver fraudando o sistema. E a informação que eu tive de uma pessoa da área de educação lá em Goiás, ela falou assim: "Olha, se a senhora for investigar, 99,9% das IES, estão fazendo isso". Então, quer dizer eu chamo aqui a atenção, desvirtuando até um pouco do objeto do tema, mas é que eu tenho que aproveitar essa oportunidade para chamar a atenção da Caixa e do MEC do absurdo que está acontecendo com esses alunos.

Outras questões que a gente também tem se debatendo no Judiciário é o seguinte, a Caixa tem exigido dos alunos inadimplentes uma aplicação de pena convencional de 10% sobre o total valor da dívida em caso de inadimplemento. Isso fere também o Código de Defesa do Consumidor, porque hoje a gente entende que esses juros moratórios não podem exceder a 2%.

E também a obrigatoriedade do estudante ressarcir os custos de cobrança de crédito e honorários com a inadimplência, sem a mesma correspondência em favor do estudante que também fere o Código de Defesa do Consumidor, que diz que toda vez que for dada uma exigência para uma parte, a outra parte tem que ter a mesma correspondência nesse ônus [soa a campainha].

Então, são pontos aí que o Ministério Público Federal vem enfrentando no Judiciário e que refletem o nível de insatisfação relacionado ao sistema.

É claro que o meu tempo aqui é curto, eu vim aqui principalmente para criticar, mas a gente também reconhece os esforços e as melhorias que foram empreendidas, eu vim parabenizar também o MEC pelas constantes inovações e eu espero que essa do estudante pagar com esforço pessoal, no caso de medicina, de enfermagem, odontologia são mudanças que também merece os nossos aplausos e os nossos agradecimento. Obrigada pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu quero dizer à Dra. Mariane, que de fato não veio aqui para criticar só não, porque de fato o objeto dessa Audiência Pública é debater e buscar soluções sobre o endividamento e a inadimplência e apontar os fatores que vem causando isto e as propostas de soluções. Quer dizer tem que haver o bom diagnóstico, a identificação precisa do problema para a busca de uma solução então esse sentido.

Eu até faria a observação, quando a V. Sa. colocou a questão da natureza usando a palavra asso assistencialista e mesmo para pessoas que tem um poder econômico mais baixo, FIES, eu diria que este é um problema da sociedade em geral.

Alguém que perceba hoje em dia um salário líquido vamos dizer de seis mil reais, nós poderíamos dizer que um salário líquido de seis mil reais não é um salário, pelo contrário é um bom salário. Mas se esta família tiver um filho estudando, cursando um curso odontologia, ou medicina, esta família está completamente impossibilitada de pagar o salário, se não tiver acesso a um financiamento, não é?

Quanto mais famílias que, porventura tenham uma renda mais baixa que esta, porque o Curso de Medicina, por exemplo, 3000 reais, Odontologia 2000, Engenharia 2000, 1800, 2000, Direito foi mencionado, mil reais. E então é uma dificuldade de qualquer forma grande.

Então, é um programa que sem dúvida de promoção ao direito fundamental, que é o direito à educação, ao conhecimento, como foi bem levantado pelos expositores.

Em primeiro lugar, eu passo a palavra ao Senador Cícero Lucena e, em seguida, ao Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente Senador Flávio Arns e os demais que compõe a Mesa, eu ouvi aqui a explanação de todos vocês, leva a uma reflexão de que nós estamos debatendo um pouco o efeito e discutindo menos a causa. Porque inadimplência, na verdade é um efeito da necessidade de ter que se tomar o empréstimo para financiar algo que sem dúvida nenhuma deveria ter uma participação e uma responsabilidade maior do Poder Público.

Eu fico bastante à vontade em fazer referência a isso, até porque, eu fui um estudante da rede pública e a única vez que estudei de forma numa escola particular foi no terceiro ano, na época científico, custeado e pago por um irmão que tinha terminado Engenharia Civil. E fiz o vestibular, após esse terceiro ano, para Engenharia e depois para a arquitetura, algo que, inclusive, essa Casa corrigiu ontem que é da gente não poder estudar em duas universidades públicas ao mesmo tempo. Mas então a minha origem é com essa formação.

Devo lhe dizer que me preocupa muito essa questão da escola pública e a escola privada, a demanda cada vez maior e isso nós sentimos de forma muito clara, principalmente nós que somos agentes políticos, pelo menos em particular no meu Estado da Paraíba, um dos maiores índices de pedidos a minha condição de Senador é efetivamente para conseguir bolsa de estudos nos escolas particulares. É impressionante o número de pessoas que eu recebo esse pedido, quer seja por e-mail, quer seja particular, através dos pais, dos próprios alunos e isso é um número imenso.

Eu imagino a alegria de um pai e mãe, os pais quando tem um filho aprovado no vestibular, que para muitos e é um sonho realizado ter o acesso ao curso superior. E na verdade quando se depara com a condição de pagamento desses cursos sofre todas as dificuldades, muitos de não cumprir, de ficar sendo constrangimento de fazer ou não fazer prova, de não poder matricular no semestre seguinte, por que... Eu estou falando daqueles que nem acesso a esses programas têm. Então, é algo que é uma realidade que essa Casa e todos nós não podemos deixar ou fazer de conta que ela não existe.

A causa na verdade é efetivamente a distribuição de renda do nosso país e poucos cursos universitários públicos que nós temos. Eu não sei, o MEC pode efetivamente dizer isso, mas a relação entre alunos da Escola Pública, da Universidade Pública, quer seja federal, estadual ou até mesmo municipal, em relação ao grande número de escolas particulares que a cada ano amplia e aumenta de forma que ao dar a oportunidade a ter acesso, mesmo com essas dificuldades, eu acho que é benéfico.

Agora, eu acho que o que foi colocado aqui tem bastante propriedade com a preocupação do financiamento, quem busca escola e quem busca esse financiamento efetivamente é quem não tem renda, quem tem renda não vai nem se submeter ao processo burocrático. Então, quem não tem renda, quem não tem fiador, está certo? Como bem disse a Dra. Mariane, que não se não for pai ou mãe e que, muitas vezes, nem tem essa renda, quem é que vai ser o samaritano que vai adotar isso?

Então, nós temos sim é que encontrar fórmulas de ampliar a condição da oportunidade do acesso à escola gratuita pública e quando o Poder Público não cumprir o seu papel, encontrar mecanismos que não só esse que já deram uma ajuda, não vamos apenas também fazer critica, mas já deram uma ajuda nas oportunidades.

Agora, para mim eu vejo como forma básica e que essa Casa e todos nós devemos debater é a contrapartida. Nada mais justo do que nós buscamos estágios remunerados, está certo? Que tenha como financiamento a própria parcela da Universidade que ele está cursando.

É a contrapartida ao serviço público, quantos e quantos alunos nós podemos... Eu fiz um programa, eu fui Prefeito da cidade de João Pessoa e no início do Governo Lula, o Cristovam Buarque, hoje, Senador, era o Ministro da Educação.

E nós fizemos, por exemplo, um programa de alfabetização na cidade de João Pessoa, como meta de zerar o analfabetismo da nossa cidade de objetivos e adultos, que tinha como contrapartida e nós pagávamos, alunos de pedagogia dos cursos particulares das universidades da cidade de João Pessoa. Esses alunos, ele faziam todo um treinamento, passavam por todo um treinamento para virarem professores de alfabetização de jovens e adultos e ao mesmo tempo esses recursos que eles recebiam serviam para pagar a mensalidade das universidades particulares

Então, nós temos que sim que criar essa contrapartida, essa forma, porque ajuda não só a pagar a prestação, ajuda a formar o profissional também. Quer dizer ele pode mesmo como estudante, em alguns cursos, não apenas na área de saúde, odontologia, medicina e enfermagem, que podem de repente em programas de saúde da família, pode no interior do Estado.

Hoje, por exemplo, no Programa de Saúde da Família, nós temos um déficit imenso de profissionais, principalmente no interior, que poderiam ser convocados, estimulados, conveniados para que eles possam fazer frente a essa despesa.

Então, eu acho que o fundamental é nós nos preocuparmos com absurdo pagar juros a preço que o Brasil paga hoje. É um absurdo a Caixa Econômica tratar esse financiamento como se tivesse financiando jóias, como se tivesse financiando vaidades, como se tivesse vamos dizer assim financiando o consumismo, quando na verdade está financiando esperança, está financiando futuro desses jovens alunos.

Então, eu acho que o MEC, que é o maior responsável por isso, porque é bom que fique bem claro quem é dono desse dinheiro e quem é dono desse financiamento não é a Caixa Econômica, com a sua visão que não poder ser diferente de banco é o MEC. O MEC é que é responsável pelo programa e como tal deve ditar as normas e o que a Caixa fazer apenas como agente burocrático. Eu acho que isso é que tem que estar devidamente posto, esclarecido e definido como ação de governo.

Eu acho que o papel, a responsabilidade maior é do MEC e nós aqui como Casa que legislamos, devemos nos colocar à disposição para dar às condições legal, ouvindo experiências como do Ministério Público, como dos estudantes, da própria Caixa Econômica, das universidades.

Porque por exemplo, determinadas universidades reclamam da forma com que elas recebem esses recursos, recebem em letra do tesouro servem apenas para pagar o INSS, está certo? E também só é resgatado uma vez por ano, quando se isso, por exemplo,fosse corrigido pagar outros tipos de impostos e resgatado em mais vezes, elas possivelmente pudesse até ampliar o número de vagas do FIES, para então nós termos mais alunos usufruindo desse programa.

Então, eu acho que em linhas gerais era essa as minhas colocações, eu acho que foi bastante esclarecedor aqui a participação de todos que contribuíram e cabe a nós então, compilarmos estas sugestões e esse debate, para que possamos tornar em lei em favor dos nossos alunos, dos nossos estudantes e do nosso país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço ao Senador Cícero Lucena, passo em seguida a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, que é também vice-Presidente da Frente Parlamentar a Favor do Ensino Superior.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Senador Flávio Arns.

E, muito rapidamente, apenas para louvar a iniciativa da Comissão do Senador Pedro Simon, para promover essa Audiência Pública. Ela nos oferece já algumas bases de debate para a questão do novo FIES que já está chegando aqui nesta Casa e, nos próximos dias, o presidente já deverá nos convocar para frente estudar o projeto, aprimorá-lo, avançar quem sabe um pouco mais do que a Câmara já o fez.

Eu pude acompanhar alguns, especialmente a manifestação da Dra. Mariane e tenho algumas anotações aqui de sugestões que foram feitas, como no caso do Senador Pedro Simon e do Senador Gilberto Goellner, que estão indo na direção do projeto do Senador Cristovam Buarque, de a proposta de financiamento acompanhar o projeto do financiamento agrícola e que a Comissão de Educação já aprovou, este projeto está já na Comissão de Assuntos Econômicos, o Relator é o Senador João Tenório, mas bom seria Dra. Paula, Dr. Jorge Pedro, Daniel que estão aqui, que quem sabe o governo se antecipasse.

Porque um projeto de iniciativa Parlamentar, ele é muito demorado, muitas vezes ele está na boca para ser votado lá no Plenário e vem um sinal, um sinal de origem desconhecida às vezes, [risos] e aparece lá um requerimento para voltar para uma Comissão e já atrasa, dois, três, cinco meses a votação e somos duas Casas. Quer dizer, por melhor e mais meritória que senha a proposta Parlamentar, ela é bem mais lenta do que a iniciativa do Executivo. Que tem o poder da caneta é quem decide mesmo, nós temos que reconhecer isso mesmo, o nosso papel aqui é convencer o Executivo da importância social dos seus atos.

Então, nós já estamos recolhendo acho que depoimentos extremamente importantes. Esse fato que a Dra. Mariane comentou aqui da questão que me preocupou inclusive, porque nós estamos numa interlocução muito forte com as IES aqui e eu vou cobrar essa história de oferecer um desconto e na hora de buscar o financiamento informar o valor total da mensalidade. Isso provoca é melhor ficar só com o desconto do que pegar o financiamento é muito mais lucro, depois vem... É só a gente ler o que significa na vida de uma pessoa um fiador. Eu tenho aqui, Senador Flávio Arns, muitos depoimentos.

A Daniela nos ofereceu assim muitas bases de consulta nesses desabafos, nessas manifestações de estudantes que foram em busca deste sonho, que o Senador Cícero Lucena colocou e acabaram acordando num brutal pesadelo, o pesadelo da ação na Justiça. E eu executado e aí cria...

Eu tenho casos, Dr. Jorge, de convites familiares de pessoas que romperam relações o tio que foi fiador da sobrinha ou do sobrinho. O irmão e aí não pode pagar o fiador foi para o pau e a família vive um conflito, porque esse sujeito está no SPC e ele só quis ajudar o familiar, quer dizer na hora de emoção, passou no vestibular, felicidade, apresentei na vestibular, Martinho da Vila lá atrás ainda.

E, aí, depois acorda numa pesadelo terrível, acho que nós estamos exatamente buscando esses instrumentos para definitivamente, louve-se o Ministro Haddad e o Presidente Lula, que finalmente a gente está aqui trazendo todas as críticas é verdade, Dra. Mariane, mas ao mesmo tempo nós temos que louvar as iniciativas. Finalmente, nós estamos aqui produzindo uma discussão e quem sabe uma solução para esse problema.

Então, a gente pega aqui um caso assim bem singelo, um garoto que passou no vestibular de Medicina da PUC de Porto Alegre. Olha, passar na PUC em Porto Alegre não é para qualquer um. Ainda mais, como ele diz aqui: "Sou de família humilde, pais separados, família desestruturada". Sabe o sacrifício que esse rapaz fez para ultrapassar centenas de outros concorrentes e conseguir essa vaga lá na PUC?

Pois bem, ele me procurou, ele tentou o FIES exige o fiador, o irmão dele é Cabo do Exército, não tem renda suficiente para ser fiador. A mãe dele nem pensão do ex-marido recebe, então diz ele assim: "Como é que eu vou sobreviver?". Eu imaginei, eu cheguei a propor, eu cheguei a propor e um jornalista até de Porto Alegre meu amigo num jornal se dispôs a fazer matéria, não sei por que razão não saiu.

Mas eu cheguei a propor de fazer uma reportagem no Jornal Popular de Porto Alegre que diz assim olha: "Futuro médico procura fiador". De repente uma clínica, vai investir, era bem assim a proposta: "Futuro médico procura fiador". Porque afinal um sujeito que conseguiu ultrapassar tantas barreiras e chegar ali na Universidade e não poder estudar porque faltou fiador, olha, comove a gente e nós não conseguimos até agora. Nós continuamos procurando lá uma clínica que queira

ser fiadora deste futuro médico, ele já está estudando, já fez o primeiro semestre, está no segundo, mas não sei se temos resistência até o final deste ano, quem sabe até lá a gente consiga votar isto no FIES.

Então, as sugestões que a gente pode oferecer aqui junto com os demais depoimentos é, primeiro eu não sei se já foi adotado, mas em conversa com a Daniela e outros líderes eu vi que tem aqui o Luiz Noé, lá de Cruz Alta, é Presidente da Câmara e lidera lá no meu Estado, esta mobilização pró novo FIES, que a Caixa suspendesse as execuções, nós estamos votando um projeto novo. Ali na frente, essa revolução necessária no FIES vai acontecer. Por que não um gesto humanitário da CAIXA, suspenda as execuções, já foi feito.

Talvez o Ministério Público possa nos ajudar com isso, propor um TAC, termo de ajustamento de conduta, vamos fazer uma suspensão de execuções Dra. Paula, propor ao Ministério à Caixa, suspende as execuções.

Nós já vamos começar a oferecer uma nova relação familiar e comunitária, quem sabe até com isto, as pessoas que estão no SPC por causa deste gesto humano, de oferecer essa perspectiva para o futuro desse estudante possa se recompor, porque afinal estamos dando sinais para uma solução.

Então, suspensão da execução de parte da Caixa, enquanto essa matéria não tiver resolvida aqui, porque o forte da discussão que está se fazendo sobre o novo FIES, é exatamente o problema antigo. O novo a gente está aqui colocando emendas, sugestões, o próprio Ministro Haddad, eu lembro bem em todas as Audiências que nós fizemos, ele dizendo o seguinte: "O projeto não vai completo, o Congresso vai aprimorar", ele disse com uma sensibilidade, que é sua característica.

Ele diz: "Nós estamos encaminhando um projeto ao Congresso, nós vamos começar a aprimorar esse projeto, vai melhorar, vai oferecer contribuições". Vai oferecer contribuição, estão sendo oferecidas a Câmara já ofereceu, e acho que o Senado pode aprimorar um pouco mais desse diálogo com os estudantes, enfim com as universidades e com o governo.

Mas eu acho que se já houvesse esse gesto de suspender as execuções nesse momento, para que a gente possa rediscutir a questão, nós já promoveríamos assim um gesto assim muito forte na vida destas pessoas.

Então, eu não tenho nem perguntas, eu quero dizer que eu vim aqui recolher um pouco mais de informações [soa a campainha] para que nos próximos dias, quando o Presidente Senador Flávio Arns nos der a Comissão de examinarmos o projeto aqui, a gente já tenha algo a mais como na realidade, como muito bem diz aqui o tema da Audiência Pública é: "Debater e buscar soluções sobre a questão do excesso endividamento e a alta taxa de inadimplência por parte dos estudantes do pagamento das parcelas contratuais no âmbito do FIES". Além de outras sugestões, que a gente recebe.

Eu também tenho dificuldade de entender a tal da Tabela *Price* e outra tabelas, a gente só percebe o quanto o juros implica na nossa vida, toda vez que a gente faz um financiamento. O Dr. Jorge quer dar uma aula dizendo que a gente acaba defendendo ao final a Tabela *Price*, nós vemos ter que pegar um oponente dessa ideia para que haja um equilíbrio, mas é bom conhecer um pouquinho mais sabe. Porque a gente ouve essas tabelas, fala nessas tabelas, mas é muito técnico, é muito técnico.

Ao final, a gente sabe que tem lá um acréscimo sobre uma mensalidade de uma tabela tal, que a não se sabe como é que é e a gente acaba sendo, digamos assim, levado pelo tsunami dos juros aí.

E, por último, eu acho que tem que haver esse equilíbrio. Se nós encontramos para os agricultores, essa é comparação que é extremamente ser feita. Se foi feito e se resolveu, se encaminhou soluções com projetos que foram aprovados aqui no Congresso e que encontraram essa média de solução para a produção primária, que é extremamente importante, por que não utilizar um critério que venha minimizar esse impacto econômico na vida destas pessoas, porque a Dra. Mariane disse muito bem, quem procura é pobre, é pobre, quem não tem condições.

A frase desse menino aqui, ela é emblemática, pobre, família desestruturada e que alcança a qualificação intelectual de passar num concurso destes, que não uma coisa simples, mas quando ele vai em busca do fiador, nem colocando anúncio do jornal aparece. Então, eu acho que esse é um, vamos dizer assim, uma responsabilidade social que eu acho que o MEC pode adotar junto com a Caixa Econômica Federal, com todos os louvores ao governo, que eu acho que está nos proporcionando desse debate aqui oferecendo um novo FIES, nós temos que resolver velho FIES.

Sem solucionar o velho FIES, quer dizer o futuro a gente resolve, mas o passado nós temos que encaminhar uma solução também, é isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu grave ao Senador Sérgio Zambiasi.

Só lembrando que o observando no novo FIES, se esses pontos de conflito, de problema, de entraves, se eles estão resolvidos também, olharmos num debate naturalmente com o Ministério, com a Caixa Econômica, não tanto com a Caixa Econômica agora,

porque de acordo com a fala da Dra. Paula, isso vai e depois como o Senador Cícero Lucena colocou isto é um objetivo do Ministério da Educação, não é? É um recurso do orçamento para esta finalidade.

E no início desta Audiência Pública, Senador Sérgio Zambiasi, também foi colocado que acharmos como existe para a agricultura, alguma forma de securitização, fundo de aval ou coisa semelhante que haja este debate na área da Comissão do FIES. Fundo garantidor, uma coisa. E, ao mesmo tempo, na área da agricultura e consta do requerimento. E a gente sabe que isso normalmente é colocado quer dizer do agronegócio o que é importante, todo mundo destacou a importância do agronegócio para o Brasil não é crítica alguma ao agronegócio, eu explico bem claro, principalmente para os setores, aprovou a renegociação com prazos, taxas e descontos generosos. Descontos generosos.

Então, qualquer dívida do FIES e nós solicitamos à Consultoria aqui no Senado, que já faça um quadro comparativo bem claro, para que o velho FIES, como foi mencionado que o velho FIES tenha a possibilidade de ser repensado também. Não só o novo FIES, quando você fala da dívida da agricultura é uma dívida de coisa já feita, é uma dívida, não é o crédito que está se discutindo é a dívida. Então, do FIES nós estamos discutindo o crédito e a dívida. E temos que achar soluções que essa carta que foi lida é a carta que todos nós recebemos, quer dizer não a mesma carta, mas cartas da mesma natureza, com o mesmo sentimento de incontáveis pessoas pelo Brasil

Só que também eu até achava que fosse ser colocado que havia uma pergunta anterior, que 75% dos alunos do Ensino Superior estão em instituição privadas. Não, eu até digo, não estatais, porque nós temos muitas entidades, que até eu diria públicas não estatais, quer dizer não estatais, particulares ou comunitárias, filantrópicas ou particulares. 75% dos alunos. Então, isso tem que ficar muito claro.

Se nós queremos ou não, como foi colocado pelo Daniel, atingirmos metas melhores de acesso ao Ensino Superior, porque nós estamos na metade da Argentina, metade imagina, Argentina ter o dobro do Brasil 12,7, na Argentina está 30, se for em Cuba você tem 50%.

Se você for na Bolívia, no Equador, todos os países praticamente tem taxas superiores as taxas superiores do Brasil de acesso ao ensino superior. Alguma coisa está errada, quer dizer, apesar do esforço de ampliação de campi, de fepis(F), de ensino tecnológico, enfim, todo um esforço que vem sendo feito, mas temos que achar soluções para isto dentro de qualidade.

O Daniel também colocou parâmetros de qualidade, verificar para quem está feito, como está sendo feito, eu acho que também não descuidando disso.

Mas que bom. Eu passo a palavra aos expositores para fazem as considerações, mas eu penso que nós iríamos para as conclusões finais. Eu sei que há pessoas que estão acompanhando aqui presentes, mas regimentalmente não é possível passar a palavra às pessoas que estão presentes. Só é possível, em termos de Audiência Pública, aos Senadores e Senadoras e aos expositores, se fosse um seminário a gente poderia perfeitamente abrir para outras...

Mas nada impede de que quem esteja aqui, quem esteja nos acompanhando também pela TV Senado, rádio, jornal, agência, que escreva, mande para cá, porque isso é importante, não é só opinião de quem está aqui, mas de quem acompanha pelo Brasil. Está bem?

Paula, começamos se me permite dizer, com você. Aí fica mais... Se eu digo V.Sa., aí para...

SRA. PAULA BRANCO DE MELLO: É permitido.

Eu gostaria de dizer, Senador, que o MEC realmente compartilha e tem feito todos os esforços justamente para que os estudantes possam ter, dentro do como foi chamado FIES velho, nós sabemos desse problema e nós estamos aqui compartilhando dele e estamos à disposição para qualquer discussão que se faça necessária para que esse problema seja resolvido.

Entendemos e confiamos nessa Casa, para que a melhor solução seja encontrada, como o senhor próprio disse, o Projeto de Lei foi enviado pelo Executivo para que ele fosse aqui nessa Casa tratado com todos os aprimoramentos necessários e da própria tramitação que houve na Câmara, isso já foi verificado. Então, estamos à disposição abertos ao que for necessário, para que um dia esse problema realmente se resolva.

Gostaria só de pontuar o que foi o senhor começou a falar, Senador, com relação às ações que são feitas pelo Ministério da Educação, nós estamos especificamente tratando do FIES, mas é importante que nós pontuemos outras ações que são feitas pelo Ministério da Educação.

Porque o FIES insere-se num âmbito maior de políticas da educação superior, de expansão da rede pública, com a universidade aberta, com o Projeto Reúne, com a expansão das universidades dos institutos federais, também em 2005 com a criação do ProUni, que nós tivemos já incluídos mais de 500 mil estudantes na educação superior, estudantes que tem um perfil sócio econômico bastante diferenciado. Isso no momento de criação até agora houve impacto no

FIES, é um programa que precisa ser repensado para um novo público, como o senhor próprio disse quando nós temos uma família que tem uma renda de seis mil reais e que ela não consegue colocar um filho num Curso de Medicina. [soa a campainha]

Possivelmente, ela também não conseguiria colocar esse aluno pelo ProUni, mas de uma outra maneira, então, é importante que esse contexto seja trazido também aqui nessa discussão.

Gostaria também de tocar num ponto que a Procuradora Mariane falou sobre a majoração de mensalidades, que eu acho um assunto extremamente importante, um assunto que precisa ser tratado e gostaria aqui de solicitar a essa Casa uma atenção no momento de construção e votação desse Projeto de Lei, que esse assunto fosse discutido com mais profundidade, possivelmente aprimorado e já inserido nessa nova lei.

Porque ele é um assunto de extrema relevância, importante e muitas vezes a necessidade de não somente da nossa ação com relação à fiscalização, como a senhora mesmo disse, com relação à própria ação do Ministério Público, que é extremamente importante, e que seja feito em conjunto com os próprios gestores públicos e isso dá uma resolução muito mais positiva aos casos, que também esse Congresso possa se debruçar sobre essa questão e que ela seja contemplada nesse Projeto de Lei. Eu gostaria de deixar aqui essa manifestação.

Com relação, eu não quero me alongar, mas só para pontuar novamente, com relação ao fiador que foi feito discutido aqui, relembrar a importância talvez de nós criarmos mais soluções. É um problema sim, o Ministério de Educação já apontou uma alternativa, eu não diria que uma solução, mas uma alternativa quando na promulgação da lei em 2007, da 11.552 foi introduzida a figura da fiança solidária. É uma possibilidade ao estudante, não digo que seja uma solução, mas pode ser pensada e ela pode ser mais utilizada. Mas outras medidas eu acho que são podem ser implementadas na legislação, que não seja só o fiador, porque realmente é uma dificulto dor para o estudante.

No mais, eu acho que todas as considerações já foram feitas, eu gostaria somente de reafirmar aqui a disposição do Ministério da Educação em voltar quantas vezes necessárias para discutir o assunto. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem, agradeço à Paula Branco de Mello, que é do Ministério da Educação. Passo em seguida a palavra ao Daniel Iliescu, que é da UNE.

SR. DANIEL ILIESCU: Então, tentar dialogar um pouco aqui com as falas e tentar seguir aqui na linha de proposições, de levantar soluções. E com entendimento de que, obviamente, esse debate não se esgota aqui, mas que a gente consiga dar consequência ao que a gente vem, a esse esforço de vir aprimorando esse programa.

Em primeiro lugar, o entendimento, que eu acho que é comum a várias das falas aqui, de que existe um circulo vicioso implementado com essa situação do FIES, de que por mais de que se reconheça que o FIES é um programa e aí talvez não originalmente desde a sua criação, mas que foi ganhando essa característica através das suas progressivas transformações de que deve descomplicar a vida dos estudante e apoiar nessa ampliação do acesso ao Ensino Superior, isso gera um circulo vicioso que frustra, muitas vezes, as expectativas criadas nesse esforço de ampliação do acesso e acaba enredando o estudante em dívidas e compromissos que ele não consegue dar desdobramento nem a sua atividade profissional e nem a sua vida como um todo, já que isso acaba penalizando o estudante por se ver dentro desse processo.

E de que, na verdade, o conjunto das mudanças que o FIES deve adotar e que as políticas de estimulo e de apoio ao estudando no seu ingresso no Ensino Superior devem adotar deve ser o de diminuir esse círculo vicioso e tentar substituí-lo por um círculo virtuoso, já que é o entendimento uma série de Parlamentares e de pessoas que aqui falaram de que o investimento no estudante e a descomplicação desse processo significa investir no Brasil e gerar um círculo vicioso.

Esse círculo virtuoso, ele é muito fácil de gente compreender [soa a campainha] por uma série de depoimentos aflitos, de uma série de estudantes, porque se a pessoa, ela não consegue pagar o nome dela entra no SPC, na SERASA, se ela entra no SPC ela não consegue o empréstimo para quitar uma série de coisas, se ela não se forma, ela não consegue o emprego, então é uma situação que se não houver realmente um redimensionamento, uma repactuação principalmente em relação à Caixa, a essas dívidas da Caixa, limita-se muito o escopo de possibilidade que a gente pode utilizar para sanar essa condição.

E na medida em que a gente estabelece um círculo virtuoso, o país cresce e todas as instituições, inclusive, a Caixa em perspectiva crescem também.

Especificamente em relação a questão da fiança solidária, que eu acho que é um dos instrumentos interessantes que foi criado para resolver essa questão do fiador existem problemas também em relação a isso. Porque essa fiança solidária, ela é um instrumento que inova, mas que ela permite a constituição de grupos de até cinco estudantes para que fie o outro. E se um dos estudantes não honra seu compromisso e cinco vão para o SPC e para o SERASA, então você múlti-

pla por cinco os problemas familiares e os problemas pessoais envolvidos em relação a isso.

Então, é um bom exemplo de uma solução que gera novos problemas, de que o caminho passo aponta essa solução é um caminho correto, mas que demonstra como que a gente precisa se debruçar mais sobre isso e gerar mais soluções e consiga suprir essa questão do fiador. Nós compreendemos e se não me engano o CREDUC funcionava sem fiador também e gerava problemas decorrentes dessa situação, mas que compreendemos que essa questão do fiador, ele realmente é um impasse colocado para a maioria da população.

É como a Dra. Mariane falou, o estudante que não tem um fiador é o estudante que procura a bolsa, porque se ele tem um fiador, o fiador ele não fia o empréstimo, ele paga a mensalidade. Então, enfim, essa questão do fiador nós compreendemos que precisa superar enormemente e talvez seja um dos focos das nossas preocupações.

Em relação à Tabela *Price*, nem os estudantes, Dra. Mariane, nem eu, por exemplo, compreendo que esse tipo de informação e esse tipo de prestação de serviço de uma informação maior, porque nas instituições existe muito essa malandragem mesmo como um dos relatos aqui dentro.

E não existe um corpo técnico nas universidades que esteja voltado a isso, com essa atenção de informar o estudante, de dar suporte a isso, pelo menos é o que a gente compreende. O ProUni, por exemplo,tem uma estrutura muito mais adequada nesse sentido, pela nossa experiência, enfim.

Uma outra questão aqui é o seguinte, nós compreendemos que esses avanços no FIES, eles são incompletos se esse movimento não é associado de um processo de uma regulamentação no Ensino Superior privado, que é uma das grandes angústias que o movimento estudantil vive hoje, que é uma das grandes bandeiras que a União Nacional dos Estudantes reafirma a cada espaço, a cada luta, que é da regulamentação a uma série de dimensões do ponto de vista da democracia, do ponto de vista da qualidade, do ponto de vista das mensalidades, do custeio dos alunos.

Agora, se a gente não consegue que na Casa Legislativa, no Senado e na Câmara a gente consiga enfrentar essa questão e nós compreendemos que o setor empresarial do ensino privado tem um dos *lobbys* mais fortes dessas Casas, nós compreendemos que existe uma pressão grande do setor empresarial do ensino privado no sentido de limitar, de tentar desarticular os esforços de regulamentação do ensino privado, sem uma regulamentação mais completa, mais detalhada, nós não conseguimos resolver problemas, como esses problemas do FIES.

Então, é importante que a gente discuta as mudanças no âmbito desse Projeto de Lei e dessa discussão específica do FIES, agora nós compreendemos que não se supera o patamar das dificuldades que os alunos encontram para seu financiamento do ensino privado se a gente não regulamenta de forma mais geral o ensino privado e aqueles que se perfilam nessa opinião podem contar que a UNE, o movimento estudantil, ele é um aliado nesse sentido.

Do ponto de vista da lei de mensalidade, só um esclarecimento ao Jorge Pedro, essa questão do IPCA, não é uma proposta de vincular a taxa de juros do FIES é uma proposta de vincular o máximo de reajuste das mensalidades é isso que é a proposição da UNE, de que o máximo de reajuste de mensalidades seja limitado ao IPCA. Isso, isso, não está compreendido agora está, porque esse reajuste de mensalidades desregulado obviamente incide num maior endividamento por parte dos estudantes.

E por último eu queria dizer que o a UNE incorporará à proposta do Senador Sérgio Zambiasi de suspensão das execuções, compreendemos que seja justo, compreendemos que segue na linha do investimento dos estudantes e eu acho que é uma proposta bem vinda, que precisamos discutir melhor do ponto de vista concreto, mas que nós defendemos. E dialogar também com a fala do Senador Cícero Lucena, que foi uma fala que encontra também um diálogo muito grande, com algumas opiniões da UNE e de que realmente é preciso que existam medidas de investimento na educação do Brasil em escala.

E que, realmente, as grandes causas de a gente estar discutindo aqui no Senado os problemas de endividamento através do FIES tem a ver com a deterioração da renda no Brasil, que vem sendo revertida na opinião da UNE, inclusive, mas que é um problema histórico no país e que ainda é insuficiente os progressos que a gente tem especialmente nos último sete anos no país, porém que, obviamente, a deterioração do ensino público de base que segue isso e por isso que nós estamos também defendendo e aproveitando esse espaço aqui e pedindo licença para sair um pouco da pauta nessa conclusão.

O processo que formalmente já está instalado na Câmara e que o Senado obviamente já está discutindo e que vai discutir formalmente posterior em relação à questão do pré-sal, de que exista uma vinculação, é uma opinião que a UNE vai defender publicamente, temos, inclusive, algumas atividades que iremos dialogar com o Congresso e com o MEC, inclusive, nesse sentido, de uma vinculação de no mínimo 50% dos recursos

oriundos do pré-sal que vão constituir esse fundo social para educação em todos os níveis e, obviamente, a recuperação do ensino superior público de base é um dos centros dessa nossa preocupação.

Então, eu queria também convidar a todos os presentes a discutir um pouco mais essa questão do pré-sal, que nós compreendemos que gera uma pesquisa de investimento massivo em escala, que consiga reestruturar a educação no Brasil e nós compreendemos que isso é uma das bases do investimento para ter um Brasil mais justo, mais solidário, mais envolvido, mais soberano e mais democrático. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço ao Daniel. Passo em seguida a palavra ao Jorge Pedro de Lima Filho, da Caixa Econômica Federal.

SR. JORGE PEDRO DE LIMA FILHO: Bom, primeiro eu queria esclarecer que a Caixa, ela é uma prestadora de serviços com relação ao FIES. A Caixa, ela administra o Fundo FIES e os contratos relacionados a este fundo. Não são ativos da Caixa e a Caixa não tem nenhuma autorização em lei para, de livre espontânea vontade, tomar decisões sobre o que está efetivamente determinado em lei.

Então, nós simplesmente cumprimos a lei, cumprimos o que está consignado na lei com relação a, por exemplo, a exigência de fiador, com relação à taxa de juros a ser praticada, com relação às obrigações do agente financeiro, como, por exemplo,a execução. Tudo isso que no é cobrado pelo outro lado por meio dos órgãos fiscalizadores, o FIES é um produto fiscalizado, bastante fiscalizado pelos órgãos fiscalizadores. Então, nós não podemos tomar decisões administrativas que firam o que está efetivamente escrito na lei.

Então, uma lei bem elaborada, uma lei que faça com que a gente não suscite dúvidas, funciona e nos ajuda bastante. Eu vou dar um exemplo claro do desconto de mensalidades. Existe mais de um tipo de desconto de mensalidade, se o aluno chegar lá e quiser pagar o semestre inteiro, ele tem um determinado nível de desconto. Depois tem um desconto de pontualidade, que é aquele que paga durante o mês. A lei diz: "Olha, tem que cumprir o que está escrito, aliás, o que a Universidade dá de desconto". Que desconto? Pontualidade? Mensalidade? Então, precisa deixar claro.

A nossa sugestão é que fixe um desconto, é 15% eu vou baixar para todo mundo que 15% e pronto. [soa a campainha] facilita para a gente e não cria nenhuma dificuldade com relação ao cumprimento daquela legislação.

Agora, nós para minimizarmos o controle dessas entradas e a possibilidade de fixar desconto, nós hoje temos duas informações, a informação que a Universidade nos dá e a informação que o aluno nos dá. Se ela for diferente, eu pego a do aluno, ok? Então, o aluno já tem condição de colocar a informação na mensalidade com o desconto provável e eu vou buscar essa informação, se ele colocou a informação talvez equivocada, eu vou buscar aquela informação equivocada, infelizmente, porque eu pego sempre a menor das duas.

Outra coisa, com relação à observação que foi feita o Daniel comentou sobre o fiador solidário, a experiência que nós temos de fiador solidário no microcrédito e aí o país todo conhece um pouco dessa experiência. Mostra que apesar de ter algum tipo de problema a negativação de mais de uma pessoa, quando eles se solidarizam a situação melhora e a probabilidade de pagamento aumenta substancialmente. Então, eles não só prejudica, mas as pessoas pagam mais efetivamente.

A Tabela *Price*, de novo eu me coloco à disposição, vou lá em Goiânia, a doutora vai passar a ser defensora a Tabela *Price*, os Senadores eu me coloco a disposição para esclarecer aos alunos, aos Senadores, ao Ministério Público, qual a diferença das duas situações e como é que nós tratamos o que está escrito na lei.

A lei está correta, o artigo da lei é claro, ele diz lá: "A taxa efetiva de 3,5". Então, quando ela fala que é efetiva eu não posso simplesmente pegar de 3,5 e dividir por 12. Eu descapitalizo e quando eu ponho a taxa lá eu já estou considerando isso.

Então, a taxa não está capitalizada e a lei não está errada. O artigo da lei está correto. Ele deixa claro: "Taxa efetiva". Se estivesse lá taxa de juros de 3,5, aí o lei estaria errada, doutora. Ok?

O capitalizado mensalmente faz com que a taxa efetiva seja exatamente 3,5, então a lei está correta e a forma como a Caixa interpreta a lei e interpreta isso nos seus contratos, ela deixa cumpre rigorosamente o que está escrito. Não existe capitalização de juros mensal no contrato, porque nós descapitalizamos antes de considerar.

Então, se eu descapitalizo antes, quando eu coloco lá e capitalizo quando chega no final dá 3,5. Então, não passa de 3,5 anual, de jeito nenhum no contrato do FIES, o que não acontece com os demais contratos. Os contratos normais realmente existem capitalização.

Outra coisa, a suspensão de execução, eu já comentei, não pode ser uma decisão administrativa da Caixa, que a Caixa não tem poderes para isso. Aí teria que ser uma decisão judicial, uma solicitação que nos leve a isso com a concordância do Tribunal de Contas e dos órgãos financiadores. Se não a responsabilida-

de civil sobre isto passa a ser dos Administradores da CAIXA e uma situação muito complicada com relação a isso.

Eu já acho que eu já comentei como eu comentei cumprimos a lei, somos prestadores de serviço, eu acredito que tenha atendido a todas as observações feitas.

Eu quero agradecer, dizer que nós da Caixa estamos à disposição para esclarecer, para ajudar na elaboração de legislação, de contribuir para que cada vez mais nós tenhamos um Fundo de Financiamento Estudantil perene e que seja justo para que todas as pessoas consigam entrar e sair deles e permitir que outros no futuro possam entrar e sair também. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço ao Jorge e quero também convidá-lo não só para ir para Goiânia, mas vê-lo aqui na Comissão também num debate que a gente possa fazer administrativamente em termos de trabalho entre este período e o período da discussão do Projeto de Lei, porque eu penso assim que reuniões que ajude a orientar em conjunto com o Relator ou Relatora da matéria, isso eu penso que vai tornar assim as palavras bem precisas em relação ao que deva constar do texto da lei.

Muito bem, passo a palavra à Dra. Mariane Guimarães de Mello Oliveira, Procuradora Regional Substituta dos Direitos do Cidadão Goiás.

SRA. MARIANE GUIMARÃES DE MELLO OLIVEIRA: Bom, três pontos aqui que eu gostaria de salientar.

O primeiro que a minha primeira fala o tempo regimental não me permitiu abordar que é a questão da carência. Antes dessa última modificação era dada ao estudante uma carência de um ano para ele começar a pagar. Essa última modificação diminuiu para seis meses, não foi?

SRA. PAULA BRANCO DE MELLO: A carência foi introduzida em 2007, de seis meses e permanece.

SRA. MARIANE GUIMARÃES DE MELLO OLIVEIRA: Permanece, não é?

SRA. PAULA BRANCO DE MELLO: Permanece a carência de seis meses, numa houve a carência de um ano.

SRA. MARIANE GUIMARÃES DE MELLO OLIVEIRA: Não tinha uma antes de um ano, não?

SRA. PAULA BRANCO DE MELLO: O que existe é após essa carência existe que o é chamado fase de amortização um, é que durante os 12 primeiros meses de ressarcimento ao fundo, o estudante pague o valor que ele pagava a instituição.

SRA. MARIANE GUIMARÃES DE MELLO OLIVEIRA: Ah bom, então.

SR. JORGE PEDRO DE LIMA FILHO: Na verdade passou a ser--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Jorge.

SR. JORGE PEDRO DE LIMA FILHO: --na verdade passou a ser uma vez e meia.

SRA. MARIANE GUIMARÃES DE MELLO OLIVEIRA: Uma vez em seis e mais um ano.

Porque na verdade a sugestão que eu faria aqui para o Senado é o seguinte, que avaliasse a possibilidade de dobrar essa carência de seis meses para um ano, por quê? A realidade mostra que o aluno depois que ele mostra ele precisa de pelo menos um ano, para ele arrumar um emprego, passar num concurso, se ele for advogado para ele formar uma banca, se ele for um médico para ele criar uma clientela.

Antes de um ano, a pessoa não tem condições de sobreviver do salário que ela vai auferir, até ela se firmar no primeiro emprego, então talvez uma carência maior, um alargamento dessa carência evitasse também a inadimplência, eu acho seis meses muito pouco para uma pessoa recém formada ter condições de com o próprio desemprego sobreviver e ainda saldar a dívida que ela tem com o FIES, fica aqui essa sugestão.

O segundo ponto é a questão do desconto pontualidade. Realmente, no meu embate lá em Goiás com as instituições de Ensino Superior, o maior óbice que eles têm para poder cumprir a determinação legal é o desconto pontualidade, por quê? Eles criam escalonamento. O aluno que paga até o dia cinco, ele tem 40%, ele tem 40%, o que paga até o dia 10, ele tem 35%, o que paga até o dia 15, ele tem 30% de desconto. Aí eles alegam o seguinte, que a Caixa ela paga num dia só, quer dizer ela pega todos aqueles alunos daquela instituição que estão financiados e paga, por exemplo,até o quinto dia útil do mês subsequente é mais ou menos assim.

As mesmas instituições que estão de boa fé, eles alegam que eles têm dificuldade de criar um critério para seguir a lei por causa desse bendito desconto pontualidade. Então, eu acho também que isso é um ponto que o Senado tem que fixar um desconto padrão, quer dizer aqueles descontos normalmente praticados à título de desconto pontualidade ou outros criados pela instituição tem que ser traduzidos no percentual padrão, por exemplo,30% [soa a campainha] e repassados para a Caixa, eu acho que isso é importante ficar claro para evitar que o está acontecendo hoje.

E o terceiro ponto com a provocação do ilustre Senador a respeito da questão da suspensão da execução é que eu vou junto ao GT de Educação, o grupo

de trabalho da educação ao qual eu pertenço eu vou levar essa sugestão que eu achei muito boa, muito pertinente e há um precedente no Estado de Goiás.

Havia no Estado de Goiás, há ainda dois condomínios habitacionais, eu acho que é o Sabia e a o Palmeiras, que na época o Governador, o então candidato a Governador prometeu que se eleito, compraria aquela dívida e doaria para os moradores aqueles lotes.

E de fato, depois de eleito, de fato ele até cumpriu parte da promessa, mas a verba que ele destinou não foi o suficiente para saldar na totalidade aqueles lotes, foi só parcialmente é que ele conseguiu através da ENEGA, perdoar a dívida e doar para aquelas cidadãos que donos daqueles lotes.

E o que aconteceu? Os demais se fiaram nessa promessa de campanha e pararam de pagar e criou um problema para a Caixa muito grande lá no Estado de Goiás, a inadimplência foi a quase 100%, porque o pessoal falava: "Não, o político disse que pagava para ia pagar para mim, então por que é que eu vou pagar? Ele é que tem que pagar ele prometeu na campanha que ia pagar". E criou essa situação.

Então, o Ministério Público Federal interveio e fui até eu que intervi nessa questão e nós tentamos negociar com o então, atuais Prefeitos, de Senador Canedo, um era Senador Canedo e o outro era Aparecido de Goiânia, para ver se havia um resgate do cumprimento dessa promessa ou então trocar por títulos da dívida pública com a Caixa, essa dívida para poder resolver a situação.

E, nesse período, que demorou, essa negociação demorou mais de ano, eu fiz uma recomendação para a Caixa, que durante essa negociação suspendesse todas as execuções. E a Caixa acatou a minha recomendação e alegou que tendo a recomendação do Ministério Público Federal, o TCU então não se oporia com essa suspensão, porque a ordem tinha vindo do Ministério Público Federal.

Esse é um precedente importante, que eu vou levar, não posso prometer que sozinha, vou levar ao meu grupo de trabalho da educação. Se houver uma anuência da minha coordenadora, que é a Dra. Gilda e também dos demais colegas, eu vou chamar a Gerência Regional de Goiás e ver se a gente pode aproveitar aquele precedente. Fica aqui promessa de tentar pelo menos.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Senador Paulo Paim é uma honra tê-lo aqui presente, V. Exa., inclusive, havia justificado também, que também vice preside a Comissão de Assuntos Sociais e ao mesmo tempo havia também além das Comissões, o evento no Plenário, não é?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Do IPEA.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Do IPEA e V. Exa., inclusive, havia me convidado eu digo, olha, vai ser um pouco difícil.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não vai dar para estar em dois lugares ao mesmo tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Mas V. Exa. com a palavra então, com alegria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, só uma saudação muito rápida ao Daniel, à Sra. Paula, à Mariane, ao Jorge.

Só dizer que eu me vi na obrigação de vir aqui, até porque, eu recebi em meu gabinete por duas vezes, delegações de estudantes, lá no Sul também no meu gabinete eu os recebi. Acompanhei o debate lá na Câmara, havia até uma ideia de nós apresentarmos um outro projeto aqui, mas depois entendemos que o melhor era acumular esforços lá e que de lá para viesse a gente contribuísse com esse debate.

Eu acompanhei a agonia dos estudantes, naturalmente, e todo o quadro que eles me apresentaram.

Essa Audiência Pública proposta pelo Senador Simon, havíamos também nos comprometido com ele de estar presente, vim aqui na abertura fui para a Comissão de Assuntos Sociais, fui para o Plenário do Senado, porque a sessão do IPEA foi ideia minha autoria.

Até um dado interessante, a importância do IPEA para o Brasil e é a primeira vez que o Senado faz uma Sessão de Homenagem ao IPEA, aos 45 anos do Instituto de Pesquisas Aplicadas, que é o IPEA, que é o nosso grande formulador de políticas públicas no combate a desigualdades. Enfim para que o Brasil chegue aonde nós sonhamos de ser um dia um país de primeiro mundo. Então, foi um momento bonito.

Eu só queria nesse momento dizer, Senador Flávio Arns, que eu tomei a liberdade de perguntar quantos Senadores já se apresentaram para ser Relator da matéria. Eu sei que uma meia dúzia, então eu abro mão, porque eu também ia me apresentar, e vou me somar aquele que V. Exa. indicar, no sentido de contribuí para o grande entendimento que aponte efetivamente soluções para essa questão.

É muito mais essa minha fala, na certeza de que nós haveremos pela proposta que o próprio Senador Flávio Arns, o nosso querido Senador, apresentou numa reunião de trabalho, rende muito mais do que uma Audiência Pública.

Eu sempre digo que a Audiência Pública, ela cumpre o papel fundamental de dar visibilidade ao

tema, mas é numa reunião de trabalho que a gente vai construindo as alternativas e mediante as propostas de emendas apresentadas pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras e, consequentemente, também, os Srs. Deputados e Deputadas.

Só quanto a questão do pré-sal eu vou aproveitar o gancho e convidar já o Daniel, porque a semana que vem nós teremos uma Audiência Pública: "Educação e pré-sal", esse é o eixo. A nossa intenção é convidar a academia e os estudantes vinculados ao pré-sal e por que pré-sal e esse debate? Porque a FUP, Federação Única dos Petroleiros, com a assinatura de todo o movimento social brasileiro apresentou na Comissão de Direitos Humanos um projeto que vai discutir também o pré-sal, que avança além dos quatro pontos que foram colocados até o momento pelo governo em relação ao Fundo Social Soberano.

Inclui a Previdência e, naturalmente, eu tenho passo estar junto, porque falar em Previdência lembra a minha luta dos aposentados e eu peguei para relatar esse projeto lá na Comissão para ver se é procedente ou não.

Então, eu queria de pronto convidar a UNE para a semana que vem estar presente, vão estar professores das universidades, enfim academia, para fazer esse debate do pré-sal.

No mais, Senador Flávio Arns, não vou prendê-los aqui com uma fala longa, só cumprimentar a todos as painelistas, tenho certeza que vamos construir aqui no Senado uma redação final que seria a média de pensamento da sociedade e vai atender aos nossos estudantes. Muito obrigado e desculpe o atraso para chegar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Por favor, estava perfeitamente justificado.

E quero Senador Paulo Paim, até dizer para todos os que nos acompanham também, e que vão acompanhar pelos meios de comunicação do Senado, que a preocupação desta Comissão hoje no debate posteriormente vai ser com o novo e com o velho FIES, se é que a gente pode falar assim. Então, vamos nos debruçar sobre isso.

Agradecer a presença dos expositores a essa Audiência Pública. Antes de encerrar eu só quero ler um comunicado à Presidência: Comunico aos Srs. Senadores a realização do 4º Fórum Legislativo nas cidades sedes da Copa de 2014, apoiado por esta Comissão e organizado pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa.

Este Fórum será o quarto dos 12 encontros programados pelo projeto "O Poder Legislativo fazendo parte do time da copa de 2014" a ser realizado nos Estados sedes da Copa no período de agosto e novembro de 2009, esse ano, portanto. O evento este próximo ocorrerá dia 05 de outubro do corrente, segunda-feira próxima, a partir das 09h00 na Assembléia do Estado do Paraná, em Curitiba. Os Senadores que desejarem uma cópia do convite com a programação poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão, a matéria vai ao arquivo.

Agradeço a presença dos expositores, dos Srs. Senadores que estiveram presentes, as pessoas que acompanharam essa Audiência Pública. Reitero o convite para que as pessoas que estão aqui presentes, que, inclusive, levantaram a mão durante a Audiência Pública, querendo se manifestar, pedindo desculpas porque é uma questão regimental e de fato este é um problema em termos de Audiência Pública, mas que estamos perfeitamente abertos para recebermos com prazer e também com atenção e a reflexão os documentos que porventura os que estão aqui ou pelo Brasil desejem enviar sobre este assunto a esta Comissão.

Agradeço novamente a UNE, o MEC, a Procuradoria da República e Caixa Econômica e declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 13h13.

Ata da 57ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 06 de Outubro De 2009.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia seis de outubro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Sadi Cassol, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Alvaro Dias, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, João Pedro, Eduardo Suplicy, José Nery, João Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Efraim Morais, Eliseu Resende, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Papaléo Paes, João Vicente Claudino e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Fátima Cleide, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana e Roberto Cavalcanti, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitu-

ra da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 006, de 2009,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Estabelece que, após os idosos, os professores terão prioridade para recebimento da devolução do Imposto de Renda da Pessoa Física". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer favorável é aprovado. **Item 009: Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Altera o artigo 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo a definir critérios para a revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável às emendas nº 01 e 03 e pela rejeição da emenda nº 02, é aprovado. **Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 097, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Clodovil Hernandes, que "Dá nova redação ao caput art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, obrigando o estabelecimento de ensino a divulgar a lista de material escolar 45 (quarenta e cinco) dias antes da data final para matrícula". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável é aprovado. A Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, o Senador Flexa Ribeiro requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para a deliberação do item 010, o que é aprovado. **Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Presidência da República, que "Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, e dá outras providências". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado, por 15 (quinze) votos favoráveis. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião, do Senhor Deputado Federal Nilson Pinto (PSDB - PA). **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Altera os arts. 3º, 14 e 67 e acresce o art. 67-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), para fortalecer a cultura da paz nas escolas e nas comunidades adjacentes". O relator designado é o Senador Eduardo Suplicy e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, de autoria do relator, aprovada por 13 (treze) votos e a emenda nº 02-CE, de autoria da Senadora Marisa Serrano, aprovada por 13 (treze) votos, oferecidas durante a discussão. A Senadora Marisa Serrano, de acordo com o que preceitua a alínea "b", do inciso I, do artigo 202, do Regimento Interno do Senado Federal, apresenta declaração de voto, para ser anexada ao projeto. **Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Clodovil Hernandes, que "Institui o dia da mãe adotiva a ser comemorado, anualmente, no 3º domingo do mês de maio". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 083, de 2006,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares". O relator designado é o Senador Wellington Salgado e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, é aprovado. Neste momento, o Senador Cristovam Buarque requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Aditamento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 05/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Marisa Serrano e Cristovam Buarque, que requerem "... nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento Nº 05, de 2009, que propõe a realização de Audiência Pública destinada a 'Debater gestão escolar e a certificação de diretores de escolas', aprovado por esta Comissão em 23 de março do corrente, para que seja incluído o nome da Senhora Cheila Cristina Vendrami, Superintendente de Políticas de Educação do Estado do Mato Grasso do Sul, entre os participantes da Audiência Pública". O Aditamento ao Requerimento é aprovado. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Assegura aos professores concursados das redes públicas de educação básica acesso a cursos superiores de pedagogia e outras licenciaturas, sem necessidade de exame vestibular". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria foi lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há mais quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, passa a presidência ao Senador Paulo Paim, para relatar o item 019. **Item 019: Relatório Final da Subcomissão Permanente de**

Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação do Senado Federal, não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, cujo funcionamento se deu no período de 04 de maio de 2004 até a presente data, no âmbito desta Comissão. A extinção da Subcomissão de Ciência e Tecnologia se deu em virtude da criação da Comissão Permanente de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conforme disposto na Resolução do Senado Federal nº 01, de 08 de fevereiro de 2007. O Relatório Final é aprovado. Neste momento, o Senador Paulo Paim sugere o envio do Relatório Final da Subcomissão à Comissão Permanente de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. A sugestão é aprovada. Reassume a Presidência o Senador Flávio Arns. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 002: Projeto de Lei da Câmara nº 038, de 2006; Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 585, de 2007; Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 050, de 2009; Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2009; Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 096, de 2009; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2008; Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2008; Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2009; Item 017: Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2008 e Item 018: Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2008.** O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e vinte e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

57ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 06 de Outubro de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Havendo número regimental declaro aberta a 57ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu quero esclarecer à comissão, a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que no decorrer da última semana tivemos um contato permanente com a assessoria do Sr. Ministro da Educação Fernando Haddad, a respeito do grave problema que aconteceu relacionado ao ENEM, Exame Nacional do Ensino Médio e, naturalmente, isso afetou, como foi amplamente divulgado, mais de quatro milhões de pessoas que estavam inscritas para realização do exame, afetou também o processo de conclusão da educação básica, porque afinal o ENEM serve para isso e também de acesso ao ensino superior, e criando um clima, assim, também, de intranquilidade e insegurança, como é natural numa situação dessas.

Num primeiro momento, quando as pessoas me perguntaram, eu de imediato disse, dizia que a atitude do Sr. Ministro tinha sido a correta, a adequada e nós estávamos inteiramente apoiando a decisão do Ministro da Educação de cancelamento, de anulação de todo o processo, quer dizer, eu disse não há dúvidas, foi apresentado para o Ministro um problema e o Ministro agiu da maneira correta, como deve agir.

Aliás, inclusive eu disse que nós tínhamos, e temos, muita confiança no Ministro, num conjunto de aspectos para os quais ele sempre pôde contar e continuará contando com o apoio desta comissão.

Agora, ao mesmo tempo, muitas questões permanecem em relação ao que aconteceu, o que é que aconteceu, quais os resultados obtidos, como é que vai ficar o calendário, que tipo de investigação que vem sendo feita?

Então, de qualquer forma, os esclarecimentos são absolutamente necessários e importantes, não só para a comissão, como também já vem sendo dados os esclarecimentos para a sociedade através de entrevistas coletivas, de informações, mas, especificamente, para esta comissão, porque o assunto ensino superior, educação básica, ENEM, uma nova perspectiva do exame do ENEM, inclusive um perspectiva que, na minha opinião, deve ser ressaltada como positiva, no sentido de se ter um tipo de vestibular que permita os alunos reflexão maior, discussão, não tanta "decoreba", como se costuma falar, então não dúvidas nesse sentido.

E dissemos à assessoria do Sr. Ministro que seria muito interessante que ele pudesse vir nesta semana a esta comissão, inclusive utilizando-se do Regimento do Senado Federal, que permite que independentemente de convite, uma autoridade possa pedir à comissão para vir à comissão para prestar os esclarecimentos devidos em relação a algum caso que aconteça, espontaneamente sem a necessidade do convite.

O Sr. Ministro entendeu bem essa situação, mostrou toda a preocupação e solicitou a esta comissão que por um deferência da comissão isso não acontecesse nessa semana, mas acontecesse na terça-feira da semana que vem.

Por que isto? Porque ele ponderou que investigações estão sendo feitas, levantamentos ainda estão sendo realizados, ele precisa ter mais informações em relação ao caso, para que aquilo que ele abordar nesta comissão, possa, assim, estar baseado em mais fatos, em mais levantamentos, em mais investigação para que o esclarecimento seja mais adequado.

Eu, como Presidente da comissão disse para ele que concordava, que ele estaria, assim, livre para pensar nesse sentido e que na terça-feira da semana que vem nós faremos então esta conversa este debate com ele.

Por isso, inclusive já que ele já se prontificou a vir à comissão, independentemente da aprovação de requerimento, por isso que hoje, inclusive, não estará sendo aprovado o requerimento, porque já há esta disposição do Sr. Ministro em vir espontaneamente, como prevê o próprio Regimento Interno do Senado Federal, o que eu considero importante da autoridade pública, quando surge o problema e já que o Congresso Nacional debate todas essas situações, que a própria autoridade publica já diga: "Não, eu já estou indo lá, já vou lá, já vou esclarecer, estou à disposição", para que não haja qualquer tipo de problema.

Então eu quero comunicar aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras desta comissão, esse desejo do Sr. Ministro, esta explicação que ele deu e a concordância desta Presidência com as ponderações para que esta presença dele possa acontecer, já com maior embasamento, na terça-feira da próxima semana.

E eu até faço um apelo para todas as pessoas que acompanham esta comissão pelos meios de comunicação do Senado que, por favor, também entrem em contato para que, se tiverem dúvidas, perguntas, questionamentos, que enviem a esta comissão, para que possamos, na medida do possível, esclarecer, ou esclarecer também com a presença do Ministro. Está bem assim? Eu acho que está claro. Está bem.

Muito bem. Nós vamos à nossa pauta, então, do dia de hoje. Há matérias de natureza terminativa, de natureza não terminativa, com relatores presentes, outros itens da pauta que terão que ter relatores *ad hoc* que serão designados.

Mas iniciaremos, já que precisamos de 14 presenças, faço apelo, inclusive que todos permaneçam na comissão, e já estão vindo mais senadores, estão a caminho, outras comissões estão também funcionando neste momento.

Mas iniciaremos com os itens de natureza não terminativa, com os relatores presentes e então, se o Senador Cícero Lucena concordar, começaremos com o Item nº 08, é o primeiro Item de natureza não terminativa com o relator presente, é o Projeto de Lei do Senado nº 006, de 2009, que "*Estabelece que após os idosos os professores terão prioridade para recebimento da devolução do imposto de renda da pessoa física*". Autoria Senador Cristovam Buarque. Relatoria Senador Cícero Lucena; parecer favorável, com a palavra V. Exa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, direto à análise.

> "*Entre os princípios listados pelo art. 206 da Constituição Federal para o ensino, consta a valorização dos profissionais da educação escolar.*
>
> *Sem sombra de dúvida, essa manifestação do legislador constituinte traduz com total adequação aquilo que se constitui talvez no principal pilar de um sistema educacional forte, eficiente e capaz de dotar o país de uma sociedade apta para viver os desafios do desenvolvimento econômico-social e da própria cidadania.*
>
> *De todos os requisitos para a excelência do sistema educacional, o mais importante, sem dúvida, é a valorização do mestre, do pedagogo, do orientador, enfim, de todos os profissionais que dedicam sua vida à causa da educação, simplesmente porque essa é a principal condição para atrair, para essa nobre missão, os melhores talentos.*
>
> *O que se propõe neste projeto representa pouco mais do que um símbolo da disposição da sociedade de valorizar e prestigiar esses talentos.*
>
> *Nada representa em dinheiro, mas é um gesto de reconhecimento muito importante, principalmente quando se sabe que nem sempre é possível lhes proporcionar o salário que seria adequado*."

O Senador Cristovam Buarque teve a iniciativa, sem dúvida é um dos que mais conhece, que infelizmente a grande maioria dos professores não tem nem imposto de renda a receber, mas pelo menos temos o simbolismo do reconhecimento de todos nós por essa categoria e também a esperança e a confiança que um dia os professores sejam mais justamente remunerados e reconhecido o seu valoroso trabalho.

Então, Sr. Presidente, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 06, de 2009, simbolicamente assumindo o nosso reconhecimento por esta categoria tão importante para todos nós.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço Senador Cícero Lucena pelo relatório.

Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos, Senador... Sérgio Zambiasi, ao Item 09 da pauta que também é não terminativo, é uma Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003. "*Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de modo a definir critérios para a revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras*". Autoria Câmara dos Deputados. Relatoria da Senadora Marina Silva. Autoria do PLS nº 498/2003 Senadora Serys Slhessarenko; parecer favorável às Emendas nº 1 e 3 e pela rejeição da Emenda nº 2. A matéria constou na pauta da reunião do dia 22 de setembro de 2009. Na reunião do dia 29 de setembro de 2009, semana passada foi concedida vista coletiva.

A Senadora Marina Silva concordou e solicitou que fosse designado relator *ad hoc* para este item, razão pela qual eu solicito ao Senador Sérgio Zambiasi... Então solicito ao Senador Sérgio Zambiasi, que seja o relator *ad hoc*. Foi feito o debate como se observa, foi solicitada vista coletiva, não houve qualquer manifestação nesse sentido, razão pela qual o item consta novamente da nossa pauta no dia de hoje.

Com a palavra V. Exa.

Até a matéria já foi lida, já foi discutida.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Colocamos em discussão. Se V. Exa. quiser...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim. Eu estava analisando o voto da relatora Senadora Marina e nós vimos aqui que ele está muito bem elaborado e muito bem embasado e nós vamos manter o relatório da titular, da Senadora Marina Silva.

O nosso voto é pela aprovação, com as alterações propostas pela Senadora Marina.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Continua em discussão as materializa, o Item 9 da pauta. Não havendo mais quem queira discutir. Encerrada a discussão. Em votação a matéria. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós ainda não temos o *quorum* para decisões de natureza terminativa.

Só peço a todos que permaneçam no Plenário, porque nós estamos chegando próximos do *quorum*, mas nós vamos solicitar ao Senador Romeu Tuma, que é relator do Item 04 da pauta, que é de natureza não terminativa também, Senador Romeu Tuma, é o Item 04, Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2009, que "*Dá nova redação ao caput do art. 2º da Lei 9.870, de 23 de novembro de 99, obrigando o estabelecimento de ensino a divulgar a lista de material escolar 45 dias antes da data final para matrícula*". A autoria é do Deputado Clodovil Hernandes, inclusive uma homenagem que se faz ao Deputado Clodovil, a relatoria de V. Exa., Senador Romeu Tuma e o parecer é favorável. Com a palavra V. Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, pelo que eu [soa a campanhia] analisei o projeto do falecido Clodovil Hernandes, ele visa aqui as famílias terem a possibilidade de buscar os materiais em locais mais baratos.

Então, o objetivo do projeto é dar espaço [soa a campanhia] para a família não correr atrás do material e nem ser obrigada a ir aonde a escola determina. Ele terá tempo suficiente para a procura do material mais barato e realmente compensar com 45 dias de antecipação a busca do material escolar necessário àquilo que for indicado pela escola.

Então eu dei favorável porque eu acho importantíssimo, que às vésperas do início das aulas é uma correria atrás de material escolar e os preços sobem absurdamente porque como há um procura maior, então os preços naturalmente, as lojas vão vender mais caro.

Então, eu sou favorável a que 45 dias antes a escola apresente às famílias o material necessário que vai ser usado no ano letivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço. Em discussão a matéria. Não havendo quem discutir. Em votação. Aprovado. Passamos ao Item--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria a V. Exa. e ouvir do Plenário, que nós pudéssemos fazer uma inversão de pauta para que fosse lido o parecer da criação da Universidade Federal do Oeste do Pará, o Item 10, aproveitando o *quorum*--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não, Sr. Presidente, vamos seguir a ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --porque o processo, o projeto é terminativo. Então eu pediria a V. Exa. que pudéssemos fazer a inversão de pauta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Há uma solicitação. Está em discussão a solicitação, o requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, só para ajudar, todos são terminativos agora, que nós vamos votar nesse momento. Somente a gente pede para aos relatores acelerar a votação e todos serão votados.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente eu também--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Só que ao mesmo tempo V. Exa. é a favor da inversão?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Não.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Que siga-se a ordem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Siga a ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): O que ele está sugerindo é que haja uma votação rápida, mas eu realmente peço que os Srs. Senadores e Senadoras permaneçam no Plenário.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Ele pode relatar e se ausentar, Presidente, é melhor seguir a ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A plenária é soberana, é por maioria. Se o Senador Papaléo Paes é contrário, os outros senadores estão a favor da inversão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Papaléo Paes não, o Senador Paulo Paim.

Os senadores que estiverem de acordo com a inversão de pauta do Item 08 permaneçam como se encontram... Item 10. Aprovado.

Item 10 da pauta. Item 10 da pauta. E voltamos, em seguida, ao Item nº 1. Vamos fazer de maneira rápida também se for possível.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bem rápida, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR) Item 10. Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 2009, que "Dispõe sobre a criação da Universidade do Oeste do Pará por desmembramento da Universidade do Paraná(*sic*) e da Universidade Rural da Amazônia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Do Pará, do Pará. Não é Paraná.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Pará. Eu falei Paraná?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Falou.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR) Desculpe. Gostaria que fosse no Paraná, mas é no Pará. Não, do Pará, não do Paraná. Mas parabenizo o Pará por isto e da Universidade Federal da Amazônia e dá outras providências. Autoria, Presidente da República. Relatoria Senador Flexa Ribeiro, parecer favorável. Com a palavra, V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Flávio Arns. Primeiro quero agradecer a V. Exa. e aos meus pares da comissão por terem aprovado a inversão de pauta.

É muito importante a aprovação, de forma terminativa, de criação da Universidade Federal do Oeste do Pará, um sonho de toda aquela imensa região do meu Estado.

O meu voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 2009.

A UFOPA, Sr. Presidente será a primeira universidade pública criada com sede no interior da Amazônia e irá beneficiar mais de um milhão de pessoas na região amazônica e 18 municípios.

Ontem estivemos lá num Painel da Comissão de Educação, para que pudesse lá ser explicada à sociedade do Oeste do Pará a importância da universidade que está sendo criada.

Hoje, nesse momento, está havendo uma sessão especial na Câmara de Vereadores e estão todos, todos os paraenses do Oeste do meu Estado querendo e esperando a aprovação terminativa.

Farei um pronunciamento à tarde no Plenário do Senado sobre a importância, mas quero desde já agradecer a todos os meus pares e pedindo voto para que ela seja provada por unanimidade, porque o Pará merece e o Oeste do Pará também.

Quero registrar aqui a presença do Deputado Federal Nilson Pinto, que veio aqui prestigiar esta aprovação e para que possamos aprovar, vamos ao voto, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente que a Câmara Municipal receba o resultado imediatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. O apelo do Senador Romeu Tuma é no sentido de que a Câmara Municipal receba o resultado imediatamente.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Quero só parabenizar a presença do Deputado Federal Nilson Pinto, seja muito bem-vindo à comissão. Em discussão a matéria.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, já foi pedido vista?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): [risos] Não, ainda não.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas eu não vou pedir e peço que ninguém faça porque nós precisamos aprovar, o meu voto favorável.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Continua em discussão a matéria.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente, peço a palavra, só...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Só para fazer um registro. Toda universidade que surge, é claro, merece os nossos aplausos.

De forma alguma eu votaria contra a criação de uma universidade no Pará, sobretudo com o parecer favorável do Senador Flexa Ribeiro.

Mas eu quero fazer apenas um registro. Nós estamos vivendo um verdadeiro festival de criação de universidades. O Presidente Lula cria universidades em todo o Brasil. São 12 campus em Santa Catarina, é mais três no Paraná, é oito no Rio Grande e aí por diante. Apenas cria. Apenas cria. E isso, naturalmente, vai ficar para o próximo governo. Esse Governo é muito bom para anunciar; é uma festa em matéria de anúncio. Mas nós precisamos fazer um levantamento: quantas universidades foram instaladas nesse período, quantas estão funcionando e quantas estão sendo criadas e ficarão como herança bendita para o próximo governo.

Apenas esse registro, mas eu voto favorável--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): --o pleito do Senador Flexa Ribeiro. É necessário, é importante, é preciso desenvolver esses estados emergentes, estados em desenvolvimento, é preciso descentralizar os benefícios do ensino superior e, especialmente, quando ele é gratuito e pode permitir a democratização do acesso às universidades.

Eu faço esse registro porque sinto as dificuldades do Governo. No Paraná que temos uma Universidade Federal, quase sempre temos problemas financeiros, é greve, o hospital, o hospital que atende a universidade que, aliás, é um grande hospital, um hospital público da maior importância, esse hospital sempre vivendo dificuldades financeiras e fazendo campanhas para arrecadar e o Governo sempre alegando falta de recursos. Por isso esse registro é necessário ser feito. É um festival de criação de universidades e, naturalmente, elas precisam ser criadas com a provisão dos recursos para que não fiquem apenas no anúncio, elas devem ser instaladas e devem funcionar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Só um minuto, continua em discussão. Só os senadores--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só queria esclarecer e responder ao Senador Alvaro Dias, se V. Exa. me permite. Eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senador Flexa Ribeiro. Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Alvaro Dias. Senador Alvaro Dias. Toda regra, para ser regra, tem que ter exceção; me parece que a UFOPA é esta exceção para confirmar a regra que V. Exa. se refere aí.

A UFOPA, ela está sendo instalada, constituída por desmembramento da Universidade Federal do Pará e da Universidade Federal Rural da Amazônia, das áreas e dos cursos que já existiam nessa região do Estado do Pará.

Ela já inicia, após a aprovação do Senado e a sanção do Presidente, com 1.418 alunos, 76 docentes, sendo 30 doutores, então é uma universidade que, na realidade, ela já existe pela ação da Universidade Federal do Pará e pela ação da UFRA. Agora, que é o anseio de todos nós do estado e, principalmente, da região do oeste, elas, por desmembramento das duas, se cria a UFOPA. Esse é um projeto que eu tive a oportunidade de aprovar aqui e por unanimidade na Comissão de Educação e no Senado Federal em 2006, por unanimidade.

Lamentavelmente, por essa questão que o Senador Alvaro Dias colocou aqui, questão político-partidária menor, que não deve influenciar na educação, o Executivo copiou o projeto e remeteu o projeto que já estava aprovado pelo Senado Federal.

É importante que ele seja provado, e tenho certeza que terei a unanimidade dos companheiros.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Sim. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Flávio Arns, Sras. e Srs. Senadores, Deputado Nilson Pinto. A criação da Universidade Federal do Oeste Paraense é a concretização de um sonho que reúne milhares e milhares de pessoas, de professores, dos sindicatos daquela região, especialmente do SINTEP, o sindicato dos trabalhadores em educação do Estado do Pará, dos poderes públicos locais, prefeitos e vereadores, de Santarém e de todo o oeste paraense que irmanados por esse objetivo, ao longo de muitos anos vêm trabalhando para tornar realidade esse sonho.

Para nós que defendemos a educação como uma necessidade, como prioridade da atuação dos governos, não poderíamos, de forma alguma aqui, deixar de registrar o nosso contentamento pela concretização desse sonho, dizer do nosso voto favorável à criação da Universidade Federal do Oeste Paraense, que absorve, na verdade, a estrutura em funcionamento com o núcleo dessa Universidade naquela, da Universidade Federal do Pará naquela região e a nova universidade contará com 432 cargos de professores da carreira de magistério superior, 120 cargos efetivo de nível superior para a área administrativa, 41 cargos de direção, 170 funções gratificadas e um cargo de reitor e de vice.

Portanto, queria muito fraternalmente dizer ao Senador Alvaro Dias que o Governo tem a obrigação, sim, de levar o ensino superior às regiões mais distantes do país. E eu prefiro dez vezes que o recurso da União seja utilizado para criar universidade, escola profissionalizante, fortalecer o ensino fundamental e ensino médio, do que utilizar os recursos da União para pagar os juros, para pagar a impagável dívida externa, externa.

Portanto, dou viva essa decisão e cumprimento o Senador Flexa Ribeiro pelo relatório agora apresentado. A vitória é do povo do Pará, a vitória é do povo do oeste paraense, de Santarém e de toda região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço o Senador José Nery, Senador Osvaldo Sobrinho e em seguida o Senador Augusto Botelho para o encerramento da discussão.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Eu pedi para o Senador Flexa não falar, porque senão eu falaria também. Já que ele falou, eu também tenho que falar.

Mas eu quero aqui, na verdade, é dizer de uma experiência que nós tivemos em Mato Grosso, quando o Senador Jayme Campos foi o Governador e eu fui Vice dele. Nós criamos uma universidade estadual de que na verdade quase todo mundo era contra, porque onde já se viu estado aguentar universidade? E se falou: "Olha, vai criar, mas não vai funcionar." Criamos, ela funcionou, e hoje tem mais de 17 mil alunos nessa faculdade, nessa universidade, que está resolvendo todo o nosso problema educacional e, logicamente, de atendimento à zona rural e ao meio rural nos Estado do Mato Grosso.

Criamos também uma universidade à distância, com tecnologia do Canadá, de Quebec, nós fomos buscar. Eu era secretário de educação a época; é um sucesso, hoje está em toda América Latina, América do Sul como um todo.

Portanto, mesmo que demore a instalação, mas qualquer mensagem que venha para cá, qualquer atitude para criar universidade nós temos que abraçar. Num país como esse que falta tudo em termos de educação, de cultura, nós temos que abraçar, mesmo que vá instalar daqui a cinco anos, seis anos, não importa, o primeiro passo foi dado.

E essa região, Santarém, e que o Senador defende sua universidade, é uma região que precisa de verdade, nós de Mato Grosso estamos ali, Guarantã, Matupá, eu tenho atividades ali, faço política ali, conhecemos bem aquela região. É uma região que precisa demais da presença de uma universidade, de uma instituição federal de educação, que a região precisa do desenvolvimento e somente através de educação pode se fazê-la.

Portanto, o senador conta com nosso apoio, estou realmente regozijante com isso, estou feliz, porque quando se fala em fazer educação nós temos que abraçar, porque não é muito comum nesse país fazer isso.

Parabenizo V. Exa. pela sua luta e tenho certeza que essas universidade trará frutos positivos para aquela região que é importante desenvolvê-la, que é logicamente o norte do Mato Grosso e Sul do Pará.

Estou [interrupção no áudio], parabéns!

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Como último inscrito o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de primeiramente parabenizar o Senador Flexa Ribeiro pela ideia e pela iniciativa.

Nós da Amazônia sabemos das dificuldades de estudar. [soa a campainha]. E gostaria de falar ao Senador Alvaro Dias que a gente quando faz um projeto autorizativo de criar uma universidade, a gente está dando uma oportunidade para as pessoas que têm dificuldade. É claro que o hospital das clínicas dele tem dificuldades de dinheiro, mas é um dos melhores do Brasil, o hospital de vocês, de universidade. Com toda dificuldade, com dificuldade de dinheiro, porque as pessoas se dedicam a ensinar, e a desenvolver e

atender bem. O acesso das pessoas menos favorecidas à hospitais de qualidade se dá nos hospitais universitários.

Então nós temos que fazer e criar universidades realmente. Eu gostaria de citar o exemplo lá de Roraima, foi parecido com o de Mato Grosso. O Governador que faleceu, Ottomar Pinto, criou uma universidade há uns cinco anos atrás, mais ou menos. Foi criticado, porque criou a universidade, nós tínhamos umas fundação, que era dirigida a formar professores, e criou a universidade, mas hoje nós tínhamos faculdades em todos os municípios. É claro que a faculdade não é de nível lá de cima e tudo, mas aquela que existe é a faculdade daquela pessoa que está lá, que terminou o 2º grau e que não teve oportunidade tenho cursar universidade porque não tinha recurso para ir.

São cidades, são municípios que têm sete mil habitantes, 10 mil habitantes, mas tem universidade; aliás, tem duas, porque tem a universidade virtual também era Roraima.

Meus parabéns aos paraenses por conseguir isso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Augusto Botelho só um aparte rapidinho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Lhe dou um aparte, senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Só para ficar bem claro: eu não sou contra a universidade, eu sou a favor; eu quero que ela funcione, ela não pode é ficar no papel. O que eu estou preocupado é com a criação de universidades em final de mandato, para que outro governo as implante sem a provisão dos recursos necessários. O que nós nosso podemos é gerar uma falsa expectativa, nós não podemos ficar iludindo as pessoas, que estamos criando universidades em todos os pontos do país e depois elas não se instalam. Nós não podemos criar universidade no papel. Nós temos que ver a universidade funcionando; eu sei que esse é o sonho de todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senador Augusto Botelho para concluir.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Para concluir. Mas as universidades são criadas, é o primeiro passo, tem que haver isso. Então, ela para instalar, se não for o próximo governo, o outro instala. A nossa universidade foi criada junto com o estado, foi instalada alguns anos depois. Hoje o vestibular da nossa Federal tem mais de mil vagas.

Então eu acho que é isso: nós temos que criar universidade mesmo, criar escolas técnicas também, o governo do Lula passou de 100 e quer chegar em 300 e poucas escolas técnicas e vai chegar, e os Estados também têm que fazer ensino técnico.

Meu parabéns aos paraenses pela sua nova universidade! Parabéns a toda população que vai ter acesso à universidade e vai melhorar a qualidade de vida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): O Senador Wellington Salgado pediu rapidamente a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou votar favorável, mas eu queria que os senadores prestassem atenção, que nós estamos fazendo uma espécie de casa pela laje.

A todo o momento nós votamos a laje e esquecemos da parte do ensino básico. Enquanto não houver uma organização para que possamos corrigir as distorções que existem contra o ensino básico, com relação inclusive à distribuição de recursos, nós vamos estar sempre fazendo a laje da casa com uma fundação ruim. Isso é certo. Só para que vocês possam entender melhor. O segredo de uma boa educação está no ensino básico, todo mundo sabe disso, todas as grandes nações do mundo, depois que corrigiam o seu ensino básico tiveram sucesso.

Só isso que eu queria colocar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem, encerrada a discussão, passamos à votação nominal.

Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Sadi Cassol.

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela laje, sim.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Gerson Camata.

SENADOR ROMEU TUMA (PRB-SP): E o alicerce?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Gerson Camata está aí. Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

*S***R. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR):** Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Voto conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Sim, relator, exato. Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Quero louvar o Senador Flexa Ribeiro e parabenizar o Deputado Nilson Pinto que... Um entusiasta dessa proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Aprovado. Marconi Perillo. Está bom, Marconi Perillo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO *(PSDB-PA):* Presidente, só para agradecer a unanimidade da aprovação. Obrigado a todos. O Pará agradece.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Parabenizar o Estado do Pará, a bancada de senadores, o relator Senador Flexa Ribeiro, o Senador José Nery, e o Senador Mário Couto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

[sobreposição de falas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Não... Senador Flexa Ribeiro eu desejo esclarecer, que o projeto é terminativo nesta comissão. Então não vai ao Plenário.

Como? Não, não vai a Plenário, só irá ao Plenário se houver recursos, mas recurso... É o prazo regimental, de qualquer maneira.

Passamos ao Item 01 da pauta, terminativo, com o relator presente, Senador Eduardo Suplicy, Projeto de Lei do Senado nº 178/2009 que "*Altera os arts. 3º, 14 e 67 1467 acresce o art. 67-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB, para fortalecer a cultura da paz nas escolas e nas comunidades adjacentes*". Autoria, Senador Paulo Paim, aqui presente também. Relatoria Senador Eduardo Suplicy; o parecer é favorável. A matéria constou na pauta do dia 29 de setembro de 2009.

Eu solicito aos Srs. Senadores que permaneçam no Plenário, porque nós temos, inclusive, vários dias os Itens de 11 a 18 são votações rápidas, uma votação, leitura de todos os itens.

Então eu pediria ao Senador Suplicy a relatoria do Item nº 01 da pauta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, "*O art. 1º do PLS modifica a redação no inciso IV do art. 3º da LDB, de forma a que um dos princípios de ensino no Brasil, o respeito à liberdade, o apreço à tolerância, se acrescente à superação de todas as formas de violência internas e externas da escola, na perspectiva construção de um cultura da paz.*

O art. 2º altera o art. 14 da mesma LDB que dispõe sobre os princípios de gestão democrática do ensino publico na educação básica, garantindo participação dos profissionais de educação, dos estudantes e de seus pais na elaboração e avaliação do projeto pedagógico da escola, bem como participação dos segmentos da escola e da comunidade escolar, em conselhos escolares ou colegiados deliberativos equivalentes.

Ainda no art. 2º, Parágrafo Único, estabelece a periodicidade mínima quinzenal para as reuniões dos conselhos escolares, em horários compatíveis para todos, e incentivar a presença de representantes na comunidade local, especialmente nas áreas de saúde, segurança, cultura e esporte e ação social."

Neste aspecto, Sr. Presidente eu conversei com o Senador Paulo Paim sobre essa questão da periodicidade e todos nós aqui já... Somos pais, muitos de

nós, pelo menos, e eu ponderei que talvez seja melhor deixar a critério da escola a periodicidade e, portanto, ao invés de se exigir periodicidade mínima quinzenal que neste parágrafo único permaneça assim: "*As escolas pública garantirão em seus calendários letivos reuniões ordinárias de seus conselhos, em horários compatíveis com a participação de todo o segmento da comunidade escolar e assim por diante, incentivada a presença de representantes da comunidade local, especialmente nas áreas de saúde, segurança, cultura, esporte e ação social*" e tira "*de frequência ao menos quinzenal*", tendo em conta a experiência que nós próprios temos tido a respeito e que isso fique mais a critério da direção da escola.

Então essa é a única modificação que tenho, Sr. Presidente.

O art. 3º modifica o inciso V, do art. 67 da LDB, que trata dos componentes da jornada dos profissionais de educação para garantir que pelo menos 1/3 da carga horária semanal remunerada seja reservada a estudos e planejamento avaliação e integração com a comunidade escolar e local.

E, finalmente, o art. 4º inclui um novo artigo da LDB, para dispor que "*As escolas públicas de ensino fundamental e médio tenham em seu quadro pessoal profissionais habilitados na manutenção dos espaços educativos, que incluam o zelo pela segurança escolar e pelas relações pacíficas com a comunidade local.*

O princípio do respeito à liberdade e do apreço à tolerância foi introduzido pelo Senador Darcy Ribeiro, o qual, se vivo fosse, entenderia ser necessário no presente momento de insegurança generalizada nas escolas acrescentar uma proposta positiva de superação das manifestações de violência externas e internas à escola.

Assim é missão da educação escolar contribuir para a construção de uma cultura de paz e, portanto, com gestão democrática e certamente a presença dos professores nas casas dos alunos e nos eventos da comunidade são aspectos muito positivos dessa proposição.

E é necessária a atuação no espaço escolar da figura nova do educador, qualificar a técnica e pedagogicamente para fazer a mediação dos conflitos internos e externos."

Assim, Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação do PLS 178 do nosso Senador Paulo Paim e apenas com essa modificação que, de acordo com ele, eu acrescento aqui, que não estava na minha redação, mas que resultou do diálogo agora realizado.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço. O Senador Romeu Tuma para discutir. Em discussão a matéria.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Paim, Senador Suplicy, meus cumprimentos pelo relatório, mas V. Exa. é interessante e até me arrepia.

Começou ontem uma campanha pela televisão que é caminhada pela paz sem nenhum tipo de violência. E eu acho que é uma homenagem ao início dessa campanha a aprovação desse projeto. As escolas hoje têm sido uma indústria de violência sem nenhum tipo de controle--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma, se me permita, esse projeto foi feito pelos consultores do Senado, eu não sou um especialista na área. Então eu queria homenagear também os consultores do Senado--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, não há dúvida.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --se nós chegarmos num entendimento no projeto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, eu acho que como policial, eu acho que se nós conseguíssemos manter o equilíbrio emocional, evitando qualquer tipo de violência na escola, sem dúvida ela refletiria junto à sociedade por vários anos, quando as crianças aprenderem que a violência só traz intranquilidade e desgraça.

Então, esse movimento que a própria Globo começou a movimentar sábado ou domingo, sobre caminho pela paz, sem nenhum tipo de violência, ela é dirigida diretamente à violência, principalmente aos jovens.

E também com essa possibilidade de se explicar e trazer mais tranquilidade ao caminho escolar, nós temos que aumentar a segurança nas escolas, até porque às vezes a violência vem de fora para dentro, não é só dentro da escola que acontece a violência.

Então queria cumprimentar e meu voto é a favor, sem dúvida nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Esse é um projeto meritório, são aqueles projetos que pensam em fazer com que a comunidade participe mais do trabalho escolar.

O art. 14 da LDB diz que os professores, aos profissionais da educação caberá discutir e propor o projeto pedagógico.

O que o Senador Paim está propondo, com muito mérito é que além dos profissionais de educação, também os estudantes, seus pais e responsáveis também participem na elaboração e avaliação do projeto pedagógico da escola. Essa... É o art. 14, a mudança

do art. 14, que é muito interessante porque abre a participação da comunidade a que todos se interessem em discutir a questão da educação e acredito que a modificação feita agora pelo relator também traz, faz com que fique mais redondo a questão colocada no art. 14 pelo Senador Paim.

Mas eu quero, Sr. Presidente, fazer ressalva ao art. 3º. O art. 3º diz que o período semanal nunca inferior a 1/3 de sua carga horária, reservada a estudos, planejamento, avaliação e integração com a comunidade escolar e local, incluindo o tempo de trabalho remunerado.

Aí já não é mais a questão da participação, é da cultura da paz que nós estamos aqui e a coibição da violência. Aí nós temos uma questão; a LDB traz no seu artigo... No seu art. 67, o inciso V o seguinte: "*Período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluído na carga de trabalho*". Ela não diz qual é o período, deixa aos Estados e Municípios decidirem qual é o período que vai ficar para a escolha de quanto o professor terá de tempo para preparar sua aula, para planejar e avaliar.

Quando foi da discussão do piso salarial aqui, Sr. Presidente e Sras. e Srs. Senadores, foi extremamente discutida essa questão. Os governadores de cinco Estados entraram com uma ADIN, porque no piso salarial se propunha 2/3. É a seguinte a proposta: "*Na composição da jornada de trabalho observar-se-á limite máximo de 2/3 na carga horária para desempenho das atividades de interação com os educandos*".

E essa regulamentação colocando 2/3, eu quero aqui fazer uma ressalva: não com cinco governadores que entraram no Supremo que está lá ainda, que não foi analisado o mérito; mas eu queria falar um pouquinho dos municípios desse Estado.

Sr. Presidente, o que nós estamos vendo é uma carga pesadíssima em cima dos municípios, eles não têm dinheiro mais para fazer o que é básico nos municípios.

Se nós colocarmos aqui regulamentando uma porcentagem de horário e principalmente 2/3, como foi colocado na ADIN, nós vamos obrigar os municípios a contratar quase o dobro de profissionais. Eles não têm condições de fazê-lo.

E mesmo se colocar aqui o FUNDEF, o FUNDEB agora, vai resolver essa questão? Não resolve, Sr. Presidente. Nós sabemos como é que nós estamos na educação no país e não acredito que essa vai ser a forma de resolver a questão. Se fosse, Sr. Presidente, eu votava e não discutia, mas não acredito. Acredito, sim, que nós tínhamos que votar e discutir mais aqui a formação dos profissionais. Se eles não forem bem formados, se eles não tiverem competência técnica, não vai ser mais tempo para ele corrigir prova e avaliar que vai fazer com que melhore a educação do país.

Então, eu acredito que esse art. 3º, primeiro que tem uma ADIN que está lá no Supremo, que vai resolver talvez esse caso e, segundo, nós estaríamos votando o que já foi votado, de uma forma diferente, claro, porque um é 1/3 e outro é 2/3.

E quanto ao art. 4º, Senador Paim, eu só queria fazer uma proposta, de uma mudança se o relator também aceitar. Entre "*os profissionais da educação não docentes, com formação técnica e pedagógica, as escolas públicas de ensino fundamental e médio contarão com pessoal habilitado na manutenção dos espaços educativos*".

Aqui não diz que pessoal habilitado é esse. Então eu faria uma troca: se o pessoal habilitado que o Senador Paim pensou era o que tenha formação técnica e pedagógica, eu colocaria o seguinte: as escolas públicas de ensino fundamental e médio contarão com esses profissionais na manutenção de espaço educativos. Quer dizer, se for pessoal, o habilitado aí é o habilitado pedagógico, não sei se é essa a ideia do Senador Paim, porque... Porque senão tem que dizer que pessoal habilitado é esse. Eu não sei. Não existe na educação, aqui todos são educadores, mas nunca vi na educação que tenha pessoal habilitado para manutenção de espaço educativo. É que incluam o zelo pela segurança escolar e pelas relações pacíficas com a comunidade local. Não pode ser qualquer um, não pode ser uma merendeira que faça a relação da escola com a comunidade e que zele pela segurança escolar. Teria que ser um pessoal realmente com cunho pedagógico.

Então, se me permite, em vez de pessoal habilitado, com esses profissionais, que são os profissionais que acabamos de mencionar aqui no começo da proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): É...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Talvez, Senador Suplicy.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): São essas as minhas considerações a princípio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Há duas observações da Senadora Marisa Serrano, mas antes das observações o Senador Osvaldo Sobrinho pediu a palavra, aí V. Exa., como relator, pode ao final dar a sua posição.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está em fase de discussão, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Wellington Salgado também.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está em face de discussão?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Está em discussão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Gostaria de me inscrever.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu sou educador e fiz a educação a minha profissão e a minha vida. Comecei a lecionar aos 16 anos de idade, em Fátima do Sul, município do Estado da deputada, da Senadora que me antecedeu. Marisa.

E eu vejo aqui esse projeto aqui relatado pelo Senador Eduardo Matarazzo Suplicy e de lavra do Senador Paim.

Senador Paim, o seu projeto, para mim, ele resume tudo no art. 3º, e eu vou lhe explicar por quê.

Eu fui secretário de educação do meu Estado e ao mesmo tempo ocupava o cargo de vice-Governador. E tive a oportunidade, um pouco antes, quando deputado estadual em Mato Grosso, defender essa tese aqui. Só que o nosso projeto, que foi aprovado aquela época pela Assembleia era 50% carga horária sala da aula e 50% para planejamento, correção de prova, atividade, essa coisa toda. Deu um resultado espetacular.

É claro que é caro, e concordo com a senadora. É caro. Mas dá um resultado na educação fora de série. Não é possível você querer que um professor que ganha a miserabilidade, que ganha nesse país, que ele fique, ter que pegar aula cedo, à tarde e à noite em colégio diferente, sem tempo de planejar, sem tempo de corrigir prova, sem tempo de pesquisar, sem tempo de fazer nada.

Isso é escravidão para o professor, isso é escravidão. O que o senhor coloca aqui nesse projeto, 1/3, eu acredito que está de bom tamanho, nem metade como foi o meu projeto e como foi aprovado em Mato Grosso e depois, logicamente, foi retirado porque acabou a bancada de educadores da Assembleia, consequentemente, aqueles que não gostavam da educação fizeram acabar.

Mas isso aqui restabelece a educação nacional, a dignidade ao professor. Fico feliz, orgulhoso e até, na verdade, me dá uma certa flama quando eu vejo um negócio como esse aqui, é de quem conhece a educação, é de quem gosta de educação, é quem sabe que com isso aqui vai fazer educação de qualidade. O seu projeto todo para mim ele resume aqui, na gestão democrática e no art. 3º. Isso aqui é de uma grandiosidade para a educação que não tem tamanho. Aumentar só salário não vai resolver o problema. Tem que se fazer isso, mas também tem que dar condições para que o professor se aperfeiçoe, para que ele possa estudar, para que ele possa planejar, para que ele possa organizar as suas aulas, para que ele possa ter tempo de conversar com seu aluno, para que ele tenha tempo de acompanhá-lo, sentir a educação como um todo. Isso aqui é realmente fazer justiça à educação, isso aqui é vanguardeiro, isso aqui é um projeto de vanguarda, isso aqui é alguma coisa que, na verdade, enobrece a educação desse país. Se isso aqui for aprovado e colocado em pauta, V. Exa. tem que fazer alguma coisa especial para... Eu não tenho nem palavras para falar esse negócio aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Olha, isso aqui para mim é o que existe de melhor no seu projeto, todo está bom, mas é o que existe de melhor.

É importante para a educação, não se pode perder essa oportunidade, é... Olha, vamos votar isso aqui, porque realmente vai ter nova dimensão a educação daqui a pouco.

A gestão democrática é importante, mas isso aqui é muito mais importante que a gestão democrática. Parabenizo V. Exa. por isso.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só um esclarecimento.

O Senador Osvaldo Sobrinho não estava aqui, Sr. Presidente, o senhor me permite, mas nós já votamos a Lei 11.738, de 16 de julho de 2008, já aprovado e sancionado pelo Presidente da República, já diz isso, está aqui, eu já falei isso agora, § 4º, do art. 2º, "*Na composição da jornada de trabalho observar se à o limite máximo de 2/3*", não é nem 1/3 é 2/3, "*da carga horária para desempenho das atividades de interação com os educandos*".

Então, isso já foi votado aqui, o ano passado, é... O que regula o piso salarial dos professores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Sim.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Foi votado. Os governadores entraram com uma ADIN que está no Supremo. Eu só disse o seguinte: como está no Supremo a ADIN, o que eu quero dizer é que nós tínhamos que fazer alguma coisa com os municípios, eles não aguentam mais tudo que nós estamos jogando em cima deles. Nós tínhamos que achar um meio aqui de resolver a questão.

Isso aqui é inócuo, porque já tem a lei que nós votamos o ano passado. Está aqui para quem quiser ver, sancionada pelo Presidente Lula.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Que é melhor ainda.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Que é mais ainda do que o Senador Paim colocou. O Senador Paim colocou 1/3, aqui a lei colocou 2/3 e foi isso que o governadores entraram com uma ADIN na Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): No Supremo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, eu não só contra não, eu quero que os professores tenham tudo de melhor que tenha. Agora, eu acho que nós temos que fazer aquilo que é factível de ser feito, que melhore a educação no país, que garanta a qualidade da educação e não a gente não poder algo que não vai acontecer, que os municípios não vão ter condições bancar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu passo em seguida a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu fazer só uma pergunta para a Senadora Marisa. A senhora é favorável que ao invés de 1/3, nós colocamos 2/3?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Não. Só um minuto. Só um minuto. Pode até esclarecer, o relator esclarece, mas antes nós vamos ouvir o Senador Wellington Salgado e o Senador José Nery e o Senador Flexa Ribeiro.

Enquanto isso, o relator vendo as opiniões, vai emitir o seu parecer ao final da discussão.

Senador Wellington Salgado. [soa a campanhia]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Srs. Senadores, eu já estou aqui no Senado há quatro anos e meio e há quatro anos e meio que eu participo da comissão de Educação e há quatro anos e meio que nós fazemos uma série de leis aqui para tentar melhorar a situação do professor, criamos de tudo que pode imaginar aqui, tudo, e o Presidente Lula sempre vai lá e assina.

Então, chegamos a um ponto de ter uma lei sobre outra que já existia que eu tenho certeza que o Senador Paim não tinha conhecimento, como eu também não tinha. Então o que acontece? E não estamos resolvendo nada. Porque a minha querida mãe, que é professora, professora estadual quando começou, ela vivia muito feliz com o salário dela educou todos os filhos, com o dinheirinho ela começou a criar uma escola, ou seja, nós tentamos fazer leis aqui para voltar àquele tempo atrás e não conseguimos.

Por quê? Porque o problema é problema político, não é de legislação. Tem que ter vontade política de mexer no que eu falei, na base, no ensino fundamental. Temos questão de dinheiro de municípios que detêm os *royalties* de petróleo, que não tem como gastar todo o dinheiro dos *royalties*, então o que é que ele faz? Ele bota uma escola dentro de um parque agropecuário e com o dinheiro diz que vai fazer a manutenção da escola e faz a manutenção do parque agropecuário. Não tem como gastar todo aquele dinheiro. Se nós tivéssemos um fundo onde esse dinheiro de excesso fosse para ali e que fosse aplicado inversamente em municípios que não têm dinheiro, para pagar melhor aos professores, não tem outra solução, a melhor solução é pagar melhor aos professores. Agora, se inventa tudo quanto é jeito, Senador Flávio Arns, de criar fonte de recursos para um salariozinho de professor, é FUNDEB, FUNDEF, "Fundo-não-sei-o-quê-lá-mais". Cada vez que eu estou aqui aparece um Ministro novo, eu não estou falando que o Ministro está errado, não, porque esse Ministro também procura soluções, mas não tem como ter solução que não seja o melhor salário para professor, o salário digno, o salário que ele não precise ficar pulando de escola, um salário que ele receba simplesmente numa escola algo que dê dignidade para ele, de ensinar e o restante o próprio professor faz.

Ele hoje, então, com internet ele vai a todo momento se auto-estruturar, aprender conhecimentos para atualizar.

Nós não temos hoje, Senador Flávio Arns, não sei se a Senadora Marisa Serrano lembra do projeto que o governo fez, que preparou os professores, Senador, com certeza também o Cristovam, era um projeto que eu não me lembro o nome, que formou professores com ensino básico em todo o país. Esses professores nunca mais tiveram reciclagem, nunca mais. São professores que estão igual papagaio, repetindo aquilo que apreenderam aquela época, isso deve ter uns 15 anos. Qual era o projeto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É na LDB, mas tinha um projeto que eu esqueci o nome agora, se minha mãe estivesse ao meu lado, ela falaria com certeza.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Agora, não resolve. O que vai resolver é salário, é dignidade, é condições do professor viver dignamente. O restante, dizer que vai ficar fazendo hora extra para poder preparar aula, não sei... Isso não adianta, nós vamos ficar criando aqui vítima e eu vou sempre votar a favor, vou sempre votar a favor, mas não vai resolver, eu estou há quatro anos e meio aqui e não resolveu. Não resolveu.

O que vai resolver, Senador Flávio Arns, com todo respeito, é salário digno. O Senador Nery conversava comigo, quanto ganha um professor de ensino básico na Europa, Senador?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Em torno de 4.500 reais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em torno de 4.500 reais comparado. Isso pelo menos dá condições ao professor. Enquanto nós não tivermos condições de fazer isso, vamos fazer aqui 20, 30, 40 leis, eu vou estar sempre acompanhando e votando a favor, porque eu estou achando que eu estou fazendo um grande, prestando um grande serviço à educação brasileira.

Eu não estou prestando nada, na verdade eu estou é criando um problema que a gente nem sabe quais as leis que nós aprovamos aqui o ano passado. A verdade é essa. Então, vamos tentar encontrar uma solução para pagar melhor o professor.

É isso, Senador Flávio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR)*:* Muito bem. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu peço só brevidade, também sem prejuízo do argumento, para que a gente possa dar o encaminhamento a esta e mais duas votações.

Desculpe. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O projeto de autoria do Senador Paulo Paim, relatado pelo Senador Eduardo Suplicy, traz no seu bojo algo que preocupa toda a comunidade escolar brasileira, por que não dizer a população brasileira, porque é o problema da violência nas escolas.

Procurar mecanismos pelo qual as próprias escolas tenham no seu planejamento de trabalho um interação maior com a própria comunidade, e um acompanhamento mais direto dos alunos, dos discentes, creio que é uma preocupação que precisa se traduzir, efetivamente, no plano pedagógico, o planejamento da escola, sobretudo das escolas do ensino fundamental e médio. Portanto, o projeto meritório sobre todos os aspectos e que merece, evidentemente, o apoio de todos nós.

Em relação ao que estabelece o art. 3º, aqui comentado, o que está dito no art. 3º, que altera o art. 67 da LDB, na verdade é igual ao que nós aprovamos quando da discussão sobre o piso salarial nacional dos professores de educação básica, porque lá diz que utilizaremos 2/3 para a interação, para a atividade educacional, direta, da transmissão do conhecimento em sala de aula.

E aqui o projeto do Senador Paim, relatado pelo Senador Suplicy, estabelece que serão 1/3 dedicado ao estudo, planejamento, avaliação e interação da comunidade escolar com a comunidade. Portanto, o princípio é o mesmo, só que dito de forma diferente. Lá, está especificando 2/3 para atividade direta, em sala de aula, com o alunado e reservando ali 1/3 para atividade de planejamento, de estudo do professor.

É a mesma coisa que está dito, portanto não prejudica em nada o que já aprovamos, está dito aqui de outra forma, afirma que o Congresso Nacional já consagrou, foi sancionado pelo Presidente da República e, infelizmente, e aqui eu lamentar, infelizmente, cinco governadores do estado ingressaram no STF com ação direta de inconstitucionalidade, justamente questionando algo que para nós, como educadores, é fundamental: um tempo adequado e necessário para melhor preparar as aulas, para planejar a atividade escolar e, sobretudo, com esse elemento novo estabelecido aqui entre as diretrizes para a educação escolar.

Bem, eu queria dizer que eu... Uma pressão desnecessária...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu sou assegurando que V. Exa., possa... Eu disse sem prejuízo do argumento, e pode concluir.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Já vou concluir. Eu creio que é necessário concluir, Sr. Presidente. Agradeço.

Então, se todos nós declaramos solenemente a nossa decisão pela qualidade da educação nacional, mas toda vez que a gente tenta instituir mecanismo que efetivamente contribua para valorizar o profissional de educação para criar mecanismo, instrumento pedagógico para tornar a educação cada vez mais esse instrumento de libertação, instrumento de criação, instrumento para garantir um novo país, um país transformado pela educação, nós não podemos aqui, de forma alguma, ter dúvidas sobre a necessidade de incluir entre as diretrizes de educação, essa que fortalece a busca de uma cultura de paz nas escolas e interação com a comunidade, ao lado de garantir aos profissionais da educação o tempo necessário ao exercício de sua atividade, que inclui o trabalho direto da transmissão do conhecimento, da busca do conhecimento, da construção do conhecimento na sala da aula com o tempo necessário à sua adequada preparação, planejamento e interação com a comunidade.

Portanto, Sr. Presidente, sou favorável ao projeto nos termos em que foi proposto e nos termos relatados pelo Senador Suplicy, cumprimentando aqui ao autor e

relator e a todos os Srs. Senadores que possam aqui afirmar o que aqui estamos decidindo, e votando nessa manhã. Muito obrigado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, só pela ordem eu queria fazer um apelo, se o Senador Cristovam pudesse falar, eu acho que ele esclarece uma dúvida que está havendo. Eu estou preocupado com o *quorum*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Exato.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela importância do projeto, já que todos nós somos contra a violência nas escolas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): É importante. A última pessoa inscrita é o Senador Cristovam Buarque e em seguida vou perguntar ao Senador Suplicy sobre a posição final, como relator.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadores eu acho que está havendo aqui um dúvida por causa da maneira como ficou escrita na lei já sancionada a reserva de 1/3 do... Não, não, a reserva de 1/3 do tempo de trabalho do... Para o trabalhador professor, 1/3 para o que está escrito aqui com muita clareza, estudos, planejamento, avaliação, integração e etc.

Agora, na lei, ficou o outro lado, em vez de dizer quantos "por cento" seria para preparação de aula, ficou quanto seria para aula, 2/3, claro. Só que em vez de botar aula botaram interação com o aluno, que de fato aula é uma interação com o aluno, mas interação pode ser outras coisas além da aula, não ficou claro. Mas isso já está na lei, nem precisava estar aqui nessa, mas se tiver é uma reafirmação, mas corretíssima.

E hoje, o problema está com os Ministros do Supremo, porque alguns governadores entraram com um pedido de inconstitucionalidade, Senador Osvaldo, e os Ministros pararam exatamente nisso, talvez até pela conclusão que a redação coloca.

Eu quero lembrar que isso foi fruto de um... A lei foi daqui do piso, mas esse artigo foi uma emenda feita na Câmara dos Deputados. Mas o projeto do Senador Paim está perfeito, está claro, o que está confuso é o que já foi aprovado e sancionado, que aí o Supremo Tribunal vai esclarecer, eu espero, no momento oportuno.

Mas o Projeto de Lei do Senador Paim está claro e eu vou votar a favor dele na mesma linha do que falou o Senador José Nery.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Com a palavra o Senador Suplicy, relator da matéria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu acredito que essa ponderação do Senador Cristovam Buarque, acho que define com clareza a preocupação da Senadora Marisa Serrano, ela acaba sendo considerada, porque, na verdade, o que está proposto pelo Senador Paulo Paim é que se defina com clareza este 1/3 de tempo a estudos, planejamento, avaliação e integração com a comunidade escolar e local e complementa que 2/3 devem ser para a aula, propriamente, a interação direta com os alunos.

E com respeito ao art. 4º, art. 67, portanto eu acato a sugestão da Senadora Marina Silva... Marisa Serrano quando diz contarão com esses profissionais na manutenção dos espaços educativos.

Então esta sugestão que ela formulou eu a acato como senador, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Encerrada a discussão. O parecer é favorável com as modificações propostas, duas modificações, em termos do prazo, frequência ao menos quinzenal, a retirada dessa expressão e a modificação sugerida pela Senadora Marisa Serrano. Passamos--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente. Eu tenho uma preocupação até levantada, é que estamos, não estamos revogando 2/3, estamos estabelecendo 1/3 em cima da lei de diretrizes básicas, sem considerar que já existia uma lei após a lei de diretrizes.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esclarecendo.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas aí é um esclarecimento apenas do desejo do legislador. Eu estou questionando se isso é possível. Quer dizer, nós estamos apresentando, ele acatou a preocupação e a sugestão da Senadora Marisa, correto, eu também concordo com o que o relator fez, mas no projeto ele faz referência à lei de diretrizes e bases, que não levou em consideração essa lei de 2/3, após a lei de diretrizes e bases. Essa é a minha preocupação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas, Senador, uma completa a outra, não inviabiliza, nenhuma delas entra em choque com a outra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Modifica.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, aqui apenas esclarece que esse 1/3 é especificamente para essa... Contato com os alunos deixa claro só. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu só quero lembrar aos senadores...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)*:* Não é conflitante.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não é conflitante o esclarecimento é que é complementar.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Esse 1/3 é hora-atividade, é uma atividade extrassala.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu só quero lembrar os senadores que inclusive a gente já declarou encerrada a discussão. Não é verdade? Com os esclarecimentos que foram dados, apesar da entender e compreender as preocupações. Mas está encerrada a discussão.

Passamos à votação nominal. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Sadi Cassol. Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Gerson Camata. Alvaro Dias. Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR)*:* Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Uma justificativa de voto, Sr. Presidente.

Eu só quero justificar o meu voto dizendo o seguinte: que eu acho que não pode, nós não podemos fazer o que nós estamos fazendo, legalmente.

Porque nós estamos mexendo na primeira lei e não na segunda, eu acho que nós tínhamos que complementar a segunda a que votamos o ano passado e que foi amplamente discutida nessa Casa.

Mas como eu não tenho nada contra o mérito, eu voto a favor. Mas deixo aqui a minha justificativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Pois não. Uma declaração de voto, Senadora. Está ótimo. Sérgio Zambiasi. Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)*:* Com o relator, mas dizendo que a Senadora Marisa está correta na preocupação dela, mas nada tem a ver com o mérito da aprovação, apenas com...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Isto. Eduardo Suplicy. É conhecido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Voto conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Voto sim, Sr. Presidente, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sim, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator, mas com a alternativa da Senadora Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator e a declaração de voto com a Senadora Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Então o projeto está aprovado. Pergunto aos... Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o relator, nos termos da declaração de voto da Senadora Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Então o projeto está aprovado. Pergunto aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras se mantêm o voto também para as emendas oferecidas pelo Senador Suplicy, em função do debate aqui acontecido. Se permanecem, então estão aprovadas também.

Nós não temos mais o *quorum* para assuntos de natureza terminativa.

Eu quero lembrar que na próxima reunião nós, como de hábito, agrupamos projetos da mesma natureza que são os dias, os Itens 11 à 18 no mesmo item, na mesma votação, 11 a 18, então isso será feito na próxima reunião.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Nós temos ainda um item de natureza não terminativa, que é o Item 06 da pauta.

Antes, porém, só escuto o Senador Flexa Ribeiro que pede a palavra pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É só para agradecer, mais uma vez a V. Exa. e aos membros da comissão que aprovaram a inversão de pauta. Se não tivéssemos feito aquilo, hoje nós não aprovaríamos a Universidade Federal do Oeste do Pará. V.

Exa. acaba de dizer que perdemos o *quorum* para os projetos terminativos.

Então é louvável que eu faça novamente o registro do agradecimento a V. Exa. e aos membros da comissão que aprovaram a inversão de pauta que deu a oportunidade que o Pará tenha a terceira universidade federal no seu território e a primeira no interior da Amazônia. Obrigado. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu quero Senador Flexa Ribeiro novamente parabenizar V. Exa., o Senador José Nery, Mário de Couto, Senadores do Estado do Pará e o Estado do Pará, toda a sociedade, pela criação da universidade, que é fundamental para aquele Estado e para o Brasil. Também o Senador Sérgio Zambiasi pede pela ordem a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim. E não é sobre o mesmo assunto, Presidente. Mas eu acho pertinente, eu ouvi que o Presidente pretende semana que vem votar em bloco essa criação de dias e outras sugestões.

E tem um Item que eu tenho uma dúvida, não sou contra, mas eu apenas me preocupo pelo significado e pelo impacto e gostaria de ouvir até algumas sugestões e opiniões.

O Item 11, ele é terminativo lá da Câmara, 101, que institui o Dia da Mãe Adotiva, sendo comemorado anualmente no terceiro domingo do mês de maio. Eu fiquei com uma certa dúvida, se nós não estamos criando com esse dia da mãe adotiva um *apartheid* e eu me preocupo com o filho adotivo; como fica um mãe que tem um filho biológico e um filho adotivo?

O segundo domingo de maio a mãe celebra o dia do filho biológico e no terceiro domingo de maio, o dia do filho adotivo. Me dá a impressão que nós queremos um conflito muito sério em relação especialmente às crianças, aos filhos que veem na mãe a mãe.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Zambiasi me permite um aparte?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para dizer que eu fiquei com a mesma preocupação que V. Exa. Só isso que eu queria dizer, eu acho que é importante que V. Exa. levante nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senador Sérgio Zambiasi eu posso sugerir a V. Exa. o seguinte também: sempre na terceira sessão nós designamos um relator *ad hoc* para a matéria.

V. Exa. levanta o debate, um debate pertinente e importante e eu quero indagar de V. Exa. se V. Exa. não poderia relatar este projeto, já como relator *ad hoc* na reunião quando ele voltar para a pauta?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu acho que o ideal seria designar uma mulher como relatora *ad hoc*, porque ela vai colocar todo o seu sentimento aqui.

Mas se for necessário, eu faço o relatório. Eu deixo, primeiro, uma consulta às mulheres sobre a questão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ou a um filho adotivo.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ou a um filho adotivo. Também. [risos]

Eu tenho uma preocupação, é um causa que eu acho... Acho que é uma discussão que deve ser feita. Eu, para começar, tenho dúvida sobre a criação de dias. E tem... Nós tivemos aqui um colega--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Até se V. Exa. concordar--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Que, sim, foi filho adotivo ou tivemos um momento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. conhece algum Senador que é filho adotivo?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Nós tivemos um colega aqui, eu acho que não está mais conosco, mas ele, ele, em sua história, ele relatou que sim, é filho adotivo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou fazer um consulta para ver se tem.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Não é esse o caso, eu acho que... Eu acho que, então deveria ser criado o dia dos pais adotivos, o pai e a mãe, o Dia da Adoção.

Então o Dia da Adoção, aí eu acho que se nós transformamos em dia da adoção... Pronto, já surgiu aqui uma alternativa que é inteligente, sensível e sensata.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Dia da Adoção. Só para darmos, assim, o encaminhamento adequado para o assunto, se V. Exa. concordar, eu designo V. Exa. como relator *ad hoc* e V. Exa. pede para retirar de pauta este item para reexame e V. Exa., com base nas sugestões já pode fazer o reexame da matéria.

Então designo V. Exa. como relator *ad hoc* e retiramos de pauta para o reexame da matéria.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Perfeito. Está bom, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): O Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, de forma muito rápida e o Senador Wellington Salgado sabe da minha posição.

Eu sou muito favorável que projeto bom é projeto aprovado, por isso que eu não quis falar antes da aprovação do projeto, mas queria dizer, Sr. Presidente, que o grande mérito desse projeto é dos consultores da Casa.

Eles, preocupados com a violência nas escolas, é que acabaram redigindo esse projeto e que eu apresentei e que vai nessa linha e que teve aqui a defesa de diversos senadores, o Senador Cristovam foi muito feliz na sua defesa, porque inclusive esse artigo que foi contestado, que ó art. 60, nº 5, o período semanal de 1/3, ele pode inclusive resolver a questão do Supremo Tribunal Federal, que vai fortalecer, inclusive, a questão do piso salarial que é de autoria do Senador Cristovam.

Então o Senador Cristovam, o Senador José Nery, o Senador Osvaldo Sobrinho, Senador Wellington Salgado, Senador Cristovam, eu queria dizer, primeiro, que já há uma campanha nacional e V. Exa. Senador Flávio Arns, acatou aqui o requerimento e nós vamos ter aqui uma série de Audiências Públicas para discutir a violência nas escolas. Esse projeto vem na mesma linha daquilo que V. Exa. vem pensando. Por isso eu queria cumprimentar a todos os senadores e os consultores da Casa, que redigiram e redigiram, para mim, com muita competência, o que diz o art. 67, nº 5, porque vai inclusive resolver o problema junto ao Supremo Tribunal Federal.

Eu lhe confesso que eu tinha uma enorme preocupação que não fosse votado com esse artigo. Esse artigo vai ajudar para que o piso salarial no Supremo seja considerado constitucional.

Muito obrigado a todos e em nome dos professores que acompanharam esse debate, eu queria dizer, Senador Flávio Arns, que V. Exa. na Presidência dos trabalhos contribuiu para que a matéria fosse aprovada com brevidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu só quero também dizer ao Plenário e para todas as pessoas que o *quorum* de hoje foi um *quorum* muito importante, significativo e quero agradecer, inclusive, a presença do todos os senadores.

E alguns assuntos exigem, naturalmente, reflexão, debate, posicionamentos. Então não é, eu sempre digo, assim, que, claro, nós temos uma pauta para ser votada, mas uma eventual celeridade na votação da pauta não pode prejudicar a discussão, o debate e o argumento.

Então, por favor, eu sempre, nesse sentido, é algo que procuramos preservar, assegurar, a tranquilidade no debate, na apreciação da matéria e que isto não venha a ser prejudicado pela necessidade da votação dos itens da pauta. A gente sabe que todos estiveram tantos estiveram presentes, mas na próxima reunião estaremos novamente presentes para apreciar.

Nós vamos ao Item 05, 06 da pauta, que é não terminativo, que eu já havia anunciado, o Projeto de Lei do Senado nº 83/2006, fixa idade mínima, que é um projeto muito importante, para o trabalho como ator, modelo e similares. Autoria do Senador Valdir Raupp. A relatoria do Senador Wellington Salgado; o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido.

A matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Na reunião do dia 15 de agosto de 2007, portanto, dois anos atrás foi concedida vista à Senadora Ideli Salvatti, que não apresentou manifestação por escrito. Na reunião do dia 23 de outubro de 2007, foi aprovado o requerimento de autoria da Senadora Ideli Salvatti, propondo a realização de audiência pública, realizada no dia 08 de outubro de 2008.

Na reunião do dia 11 de novembro de 2008 foi aprovado o requerimento de autoria dos Senadores Ideli Salvatti e Paulo Paim, propondo a realização de audiência pública, nova audiência pública, que foi realizada no dia 24 de junho deste ano. E o Senador Wellington Salgado, o Senador Valdir Raupp como autor estava presente e foi uma Audiência Pública bastante interessante a respeito do tema.

Então, com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Meu Presidente, Senador Flávio Arns, demais senadores presentes. Eu gostaria de passar à análise e gostaria de ler a análise completa do meu relatório, visto que se trata de um projeto importantíssimo.

Então, vamos à análise: "*De acordo com o art. 90, inciso I e XII, do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre a esta comissão emitir parecer quanto ao mérito do PLS nº. 83, de 2006, depois de analisá-lo sob o prisma da educação.*

Em virtude disso, não se cuida, neste momento, da constitucionalidade da matéria, que pode ser questionada diante da proibição de qualquer trabalho à menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14, conforme dispõe o inciso XXXII... XXXIII do art. 7º. da Lei Maior do País.

Note-se, a propósito, que a proibição do trabalho até os 14 anos de idade nada tem de aleatória. Esse limite etário coincide com a idade esperada para a conclusão do ensino fundamental obrigatório e gratuito,

fato que revela o apreço do legislador constituinte pela garantia do direito à educação para todos.

Esse apreço também está inscrito na ressalva feita ao trabalho do aprendiz, sempre vinculado à obrigatoriedade de frequência escolar.

Essas circunstâncias não podem ser menosprezadas na análise da proposição em tela, sobretudo diante da absoluta prioridade que o 'caput' do art. 227 da Constituição impõe às matérias de interesse da criança e do adolescente, entre as quais se insere o direito à educação.

Por certo, a participação artística do menor não constitui trabalho em sua natureza, mas sim a livre expressão artística consagrada no inciso IX, art. 5º da Constituição Federal.

Assim, embora se reconheça a especificidade da atividade artística, de certa forma prolongadora da infância por explorar o lado lúdico da vida, não pode prejudicar a formação educacional.

Essa questão demonstra, didaticamente, a necessidade de inserir no projeto cláusula que condicione a validade da autorização para a participação artística, seja dos detentores do pátrio poder, seja do Poder Judiciário, à continuidade dos estudos por parte do jovem artista.

Parece conveniente, ainda, promover outra alteração no texto do projeto, de modo a conferir maior amplitude e melhor definição à matéria a ser regulada.

Nesse sentido, sugere-se substituir a referência às profissões e aos locais citados pela denominação da espécie de trabalho pertinente, além de fazer menção expressa a participação desportiva, também fundada no talento inato e na necessidade de preparação desde a infância.

Ademais, à luz do disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, o projeto demanda alguns outros ajustes. Primeiro, importa remeter a disciplina da matéria que regula para a legislação especificamente voltada à criança e ao adolescente. Depois, deve-se harmonizar o teor da ementa com o conteúdo da proposição, que dispõe sobre a participação artística infanto-juvenil.

Por último, deve-se dar nova redação ao art. 1º, a fim de estabelecer vinculação lógica entre as matérias tratadas no 'caput' e no Parágrafo Único.

Para incorporar todas essas alterações em projeto de tão reduzida extensão, elaborou-se a emenda substitutiva ora apresentada ao exame deste Colegiado."

Voto. "*Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 83, de 2006, nos termos seguintes: Projeto de Lei do Senado nº 83, Substitutivo de 2006. Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim. O Congresso Nacional decreta: O art. 60 da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:*

Art. 60. § 1º. A proibição expressa no 'caput' não alcança a participação artística, desportiva e afim, desde que haja autorização expressa: I – dos detentores do poder familiar, para adolescente com mais de quatorze e menos de dezoito anos de idade; II – dos detentores do poder familiar, para criança ou adolescente com menos de 14 anos de idade, desde que acompanhados por um dos pais ou responsável no local a ser exercida a atividade artística, desportiva ou afim. Na ausência do acompanhante, será exigida autorização judicial.

§ 2º. A autorização de que trata o § 1º deixará de ser válida se for descumprida a frequência escolar mínima prevista no art. 24 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação".

É este o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Em discussão a matéria.

Eu quero também dizer ao Senador Wellington Salgado que o resultado desse Projeto de Lei que é o Projeto de Lei Substitutivo atende muitos dos aspectos que foram levantados na audiência pública e que V. Exa. incorporou ao relatório e o próprio autor do projeto já estava, assim, bem consciente e concordando também com o que havia sido externado na audiência pública. Parabéns!

Encerrada a discussão. Em votação a matéria. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, primeiro felicitar o amigo, Senador Wellington Salgado, pelo relatório de um projeto que, a meu ver, realmente é muito positivo.

Mas eu peço a palavra, Senador, por duas razões, uma para apresentar um aditamento ao Requerimento nº 05, que eu faço em nome da Senadora Marisa Serrano e em meu nome, pelo qual "*Requeiro nos termos regimentais aditamento ao Requerimento nº 05/2009, que propõe a realização de Audiência Pública destinada a debater gestão escolar e certificação de diretores de escola, aprovada por esta comissão em dia 23 de março corrente, o aditamento para que seja incluído o nome da Sra. Sheila Cristina Vendrame, Superintendente de Política de Educação do Estado do Mato Grosso entre os participantes da audiência*".

O segundo item é o fato de que um projeto meu que estava na pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Só um minuto. Antes disso já podemos até dar o encaminho.

Então a solicitação do Senador Cristovam é para um aditamento extrapauta, inclusão extrapauta. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Em votação o Requerimento de aditamento nº 01, ao Requerimento nº 05, para Audiência Pública que vai acontecer no dia de amanhã. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me permite a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Pois não.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O segundo ponto é para dizer que havia um projeto terminativo, de nº 3, de minha autoria, que interessa muito aos professores, tenho certeza que o Senador Wellington a fala que ele fez vai ao encontro disso, que visa facilitar a entrada de professores nas universidades. O relator, o Senador Expedito Júnior que está de licença.

Eu gostaria de solicitar que na próxima reunião, esse projeto viesse outra vez na pauta, com um novo relator *ad hoc*, obviamente, já que o relatório dele está pronto e temos que ser fiel ao relatório do Senador Expedito Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu... Se o Senador Paulo Paim concordar, eu indico o Senador Paulo Paim para ser o relator desta matéria na próxima reunião deliberativa desta comissão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesta matéria o Senador Cristovam é meu orientador e V. Exa. me incumbe das missões. Os senhores que mandam o que devo fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Esta bem.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se quiserem que eu leio o relatório, eu leio também o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Então vamos fazer isso que V. Exa. está propondo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já fica livre e na próxima é só votar. Eu vou direto à análise então.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Exato. Então fazemos a leitura e indico V. Exa. como relator *ad hoc*.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em exame nessa comissão o Projeto de Lei do Senado PLS 322/2008, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, mediante o qual se institui o direito de acesso a cursos superiores de pedagogia e licenciatura, para os professores concursados das redes públicas de educação básica.

Aí eu vou para análise, Sr. Presidente: "*A apreciação da matéria por esta comissão está ancorada no art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que a legitima a opinar sobre proposições que tenham por objetivo, notadamente, normas gerais de educação, cultura, ensino e desportos; instituições educativas e culturais; e diretrizes e bases da educação nacional.*

No que tange ao mérito, a matéria tratada no PLS tem sido recorrentemente abordada em proposições apresentadas no Congresso Nacional e nas Câmaras Legislativas dos entes federados subnacionais.

A formação e a qualificação permanente dos professores figuram, junto com o financiamento, como a espinha dorsal do sistema de ensino, sendo iniciativa para o aumento da qualidade. Negligenciados tais aspectos, tem-se o quadro que se nos aponta... Remetê-lo requer, pois, medidas que, criadoras de desigualdade num primeiro instante, contribuam para a distribuição de oportunidades equitativas no futuro.

Uma modificação oportuna, que pode corroborar esse aspecto do projeto, é a que diz respeito à criação do direito ao apreço apenas para os professores sem diploma de graduação. Essa, aliás, era intenção anunciada pelo autor da justificação, mas sem o dispositivo ou a previsão pertinente no corpo do projeto.

No que diz respeito à constitucionalidade, vale destacar que, enquanto aparentemente atentatório contra a autonomia das instituições universitárias, o projeto não é o primeiro a estabelecer algum tipo de obrigação para as universidades.

Ademais, essas devem ter sua atuação pautada pelo interesse público, não podendo a autonomia que lhes é peculiar, conferida pela Constituição Federal, ser confundida com soberania, a ponto de torná-las inacessíveis.

Por fim, não havendo reparo quanto à juridicidade, a proposição demanda, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998, adequação à técnica legislativa ali recomendada.

Particularmente, a vigente LDB contém, da matéria apropriada, dispositivos destinados a disciplinar as questões dos direitos e necessidade de qualificação dos professores.

Com efeito, é de se entender que a inovação no que diz respeito à ampliação de direitos dos docentes voltados para a melhoria do ensino não pode ter abrigo diverso da legislação de diretrizes e bases da educa-

ção nacional, que se propõe uma das mais perenes do ordenamento da educação brasileira.

A par disso, a apresentação de substitutivo que reflita essa preocupação pode imprimir maior consistência ao projeto e maior eficácia à norma que decorrer da sua aprovação."

Voto. "*Em vista do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2008, na forma do substitutivo em tela*."

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Muito bem. Obrigado, Senador Paulo Paim.

Só para esclarecer, esse foi o Item 03, da pauta terminativo, que é o Projeto de Lei do Senado nº 322/2008, que assegura os professores concursados das redes públicas de educação básica acesso a curso superiores de pedagogia e outras licenciaturas sem necessidade de exame vestibular. Autoria do Senador Cristovam Buarque, a relatoria do senador Expedito Júnior, o parecer é favorável na forma do substitutivo oferecido. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno, do Senado Federal.

Solicitei ao Senador Paulo Paim que fosse o relator *ad hoc* e ele já proferiu então o seu relatório. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Ah, sim. Exatamente. O secretário está me lembrando e eu não havia me atentado ao fato, que o projeto de lei é terminativo, então a discussão está suspensa até a próxima reunião, para que possamos fazer, então, o encerramento da discussão.

Eu só solicito, Senador Cristovam Buarque, se V. Exa. concordar assumir a Presidência da comissão, reassumir, para que eu possa só ler o relatório, último item da pauta, que é bem rápido também.

É o Item número... Ou o Senador Paulo Paim...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador Cristovam é o meu homenageado no dia de hoje, que foi ele que fez a defesa do meu projeto. Se não, não teria passado, ouviu?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu solicito, porque o Senador Cristovam Buarque tem um compromisso também que exige a presença dele nesse horário.

Então eu pediria a gentileza ao Senador Paulo Paim, assumir a Presidência para que eu possa relatar o Item nº 19 da pauta.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como já foi anunciado, o Item 19, não terminativo, relatório final da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, da Comissão de Educação do Senado Federal, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO): Este é, como colocado, o relatório final das atividades da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação do Senado Federal.

Esta Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia existiu no período em que esta comissão era Comissão de Educação, Cultura, Esporte, apesar deste nome ainda não estar incorporado, Ciência e Tecnologia também fazendo parte dessa comissão. E esta subcomissão foi criada pelo Senador Hélio Costa em 2004, e em 2005 foi incluída no escopo da subcomissão o tema "Informática", mediante aprovação do requerimento de autoria dos Senadores Hélio Costa e Sérgio Cabral.

Em fevereiro de 2007, foi aprovado pelo Plenário Federal a resolução criava a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e por esta razão, o tema Ciência e Tecnologia deixou de fazer parte da Comissão de Educação e desta subcomissão.

O relatório aponta, faz um apanhado da criação, portanto, da composição e dos trabalhos e dizendo que a Subcomissão se reuniu 17 vezes com especial destaque para realização de Audiências Públicas, contribuindo sobremaneira para os debates acerca de grandes temas referente à ciência, tecnologia e informática.

Então, houve inúmeras reuniões, reuniões extraordinárias, 17 vezes, como mencionado e fazendo, assim, tendo uma pauta bastante extensa.

E para colocar como conclusão, "*Por iniciativa do Senador Hélio Costa foi criado em 2004 no âmbito da Comissão de Educação do Senado Federal, a Subcomissão de Ciência e Tecnologia.*

O propósito fundamental era o de promover debates sobre temas afetos ao desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil, em especial e os temas abordados foram os que vem mencionados: biotecnologia, clonagem, transgenes, bioética energia nuclear, materiais e rejeito radioativos, fontes alternativas de energia, pesquisa aeroespacial, robótica, automação industrial e política de incentivo à pesquisa, ao ensino e extensão da área.

Conforme o relatório apresentado verifica-se que, em grande parte, a subcomissão logrou atingir seu intento, os debates promovidos foram, sem dúvida, profundos e profícuos. Temas de alta relevância foram tratados com a presença de representantes da sociedade civil, do Governo e bem assim de especialistas e pesquisadores dos temas abordados.

O sucesso da subcomissão no tratamento de temas tão relevantes levou o Senado Federal a dedicar

uma comissão permanente ao assunto, com maior número de participantes. Essa iniciativa coincide com os esforços legislativos brasileiros em ampliar os debates acerca dos temas relevantes para o desenvolvimento do país.

Trata-se, portanto, de uma medida que fortalece as instituições democráticas nacionais, das quais o Senado Federal é um componente da mais alta relevância.

Desde o início de 2007 a Comissão de Ciência e Tecnologia - CCT, constitui foro privilegiado para discussão desses temas. Tal colegiado está devidamente aparelhado para dar andamento aos destacados debates travados no âmbito da extinta subcomissão.

Nesse intento, servir-se-á dos trabalhos da Subcomissão de Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação, não apenas para consulta e reflexão, mas também como fonte de inspiração para superação dos desafios que se lhe apresentam".

E depois, na sequência, nós temos um relatório detalhado, não tão detalhado, mas já com mais detalhes sobre a realização das audiências públicas, uma... A realização das reuniões também da subcomissão e os membros que participaram dessas Audiências Públicas, eu só quero lembrar aqui, Sr. Presidente, só para destacar também, sobre o tema, audiência pública sobre salvaguardas tecnológicos, outra Audiência Pública, por exemplo, sobre nanotecnologia, outra sobre robótica, a Lei de Biossegurança, Angra III, enfim, FUST, que é sempre um tema permanente de debate, TV digital no Brasil, construção de usina nuclear Angra III, prestação de serviço de correio eletrônico por intermédio da rede mundial de computadores.

Enfim, existe uma síntese dessas Audiências Públicas e todo o material para o detalhamento das opiniões externadas nessas Audiências Públicas está à disposição também de todas as pessoas interessadas.

Com isto, a gente... Com esse objetivo queremos apresentar esse relatório final, porque em função da explicação que existe agora, a comissão, não existe mais a subcomissão, temos que, então, formalmente terminar as atividades dessa subcomissão, que a gente faz com apresentação deste relatório final. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Me permita o Senador Flávio Arns um rápido comentário.

Primeiro, pelo brilhante relatório feito por V. Exa., V. Exa. foi Presidente dessa comissão, eu tenho certeza que foi inspirado no seu trabalho que hoje nós temos a Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

O seu relatório é preciso, é uma contribuição com certeza para a própria comissão no desenrolar dos seus trabalhos. Por isso que é com muita convicção e clareza que eu, nesse momento, primeiro vou colocar em votação, em segundo vou propor que esse relatório seja encaminhado para a comissão permanente.

Mais uma vez meus cumprimentos, Senador Flávio Arns, que presidiu essa subcomissão, que pelo seu trabalho acabou sendo criado então um comissão permanente aqui na casa.

Em votação o relatório do Senador Flávio Arns. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Parabéns, Senador Flávio Arns.

Me permita agora, Senador Flávio Arns, antes de eu passar a Presidência à V. Exa., eu queria ainda mais uma vez agradecer a votação desse projeto.

Esse projeto, Senador Flávio Arns, da cultura de paz nas escolas foi um trabalho de pesquisa feito pelos professores e alunos no Rio Grande do Sul; me mandaram o trabalho para cá, eu mandei para a Consultoria do Senado, que entendeu que procedia e fez o projeto que hoje, então, nós aqui aprovamos, com o seu apoio e com seu voto.

Quando eu disse a celeridade, Senador Flávio Arns, quero aqui inclusive justificar de que para assegurar o *quorum* se V. Exa. não tivesse insistido com toda a sua equipe, não é Júlio, nós não teríamos o *quorum* para votar um projeto tão importante como esse.

Por isso que eu quero também agradecer ao apoio que eu recebi da assessoria do governo, que era totalmente favorável ao projeto como foi votado, por unanimidade, a D. Zuleide que está aqui com a gente e eu perguntava para ela: "E esse Item 03?" "Vamos torcer para que passe" [risos], que era fundamental para os professores em relação, inclusive, ao debate que tem no Supremo.

Então, eu quero dizer que já que a gente fala tanto em cultura de paz nas escolas, já que a violência é tão grande, infelizmente, fora da escola, na periferia da escola, de aluno com professor, de aluno com aluno, eu acho que esse projeto, hoje, que essa comissão aprovou e que eu faço questão de dizer, eu não sou especialista nessa área, foi uma contribuição dos professores e alunos do Rio Grande do Sul, da Consultoria do Senado, o apoio que recebi aqui da assessoria do Governo, via D. Zuleide, o Senador Cristovam, que esteve aqui também, o Senador José Nery, o Senador que chegou agora Sobrinho, não é?

SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Osvaldo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Osvaldo Sobrinho, que fez uma brilhante defesa e acabamos mostrando que não havia choque entre o art. 3º, dessa questão de 1/3 e os 2/3 aprovado na lei do piso, pelo contrário, agora está claro, porque 2/3, mais

1/3 é três terços, porque apenas um complementava o outro e podemos, com isso fortalecer, inclusive que não haja mais questionamento no Supremo.

Pois não, Senador Flávio Arns e passaria a Presidência a V. Exa.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu só quero esclarecer também que o projeto foi muito bom, é um projeto importante, o tema da violência escolar, na escola e como o projeto diz nas proximidades, no contexto da escola, nas adjacências da escola, esse é um tema que preocupa sobremaneira a sociedade inteira.

Eu acho que a maior preocupação e as pesquisas vêm mostrando isso, das famílias com a educação, infelizmente não é mais qualidade da educação, é a preocupação com a violência na escola.

Então, nós todos temos que nos debruçar sobre esse tema, não só esta comissão, mas as outras, a sociedade, os meio de comunicação, para construirmos um ambiente de paz, um cultura de paz, no contexto escolar e na sua circunstância, vamos dizer assim.

Então, o projeto de V. Exa. foi muito bom, o debate se prolongou, um debate importante e necessário, os argumentos têm que ser colocados com calma, porque é a preocupação de toda a sociedade.

Mas quero dizer Senador Paulo Paim que V. Exa. também é autor de requerimento para que esse debate continue. Então já estão agendadas Audiências Públicas para discutirmos o tema violência nas escolas.

Então o debate vai continuar, esse Projeto de Lei contribui para esta finalidade, de maneira importante e vamos abordar esse assunto também nessa comissão, na sequência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já está na Presidência [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço ao Senador Paulo Paim por ter também presidido a comissão para eu poder fazer o relatório, e destaco que amanhã, às 10 horas da manhã teremos audiência pública para discutir a gestão escolar, quer dizer, novamente discutir a gestão escolar e a certificação de diretores de escolas. A autoria do requerimento é da Senadora Marisa Serrano.

Virá a Presidente Interina do CONSED, Conselho Nacional de Secretários de Educação, a Superintendente de Políticas e Educação da Secretária Estadual do Mato Grosso do Sul, a Secretaria de Educação do Município de Igrejinha--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Igrejinha!

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): --Rio Grande do Sul, que é representante da UNDIME União Nacional Dos Dirigentes Municipais De Educação e a Coordenadora de Gestão e Avaliação da Secretaria Estadual de Educação de Goiás e o José Luiz Valente, que é o Secretário de Educação do Governo do Distrito Federal. Então, discutir a gestão escolar e a certificação de diretores de escolas. E isto, sem dúvida, contribuiu para a qualidade da educação e impacta positivamente na questão, inclusive, da organização e, portanto, do combate à violência.

Muito bem. Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 13h23.

Ata da 58ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 07 de Outubro de 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dezessete minutos do dia sete de outubro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda, Valter Pereira, Gerson Camata, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Osvaldo Sobrinho, Efraim Morais, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Sadi Cassol, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Romeu Tuma e Roberto Cavalcanti, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 05/09-CE, de autoria da Senadora Marisa Serrano e ao Aditamento nº 01/09-CE, de autoria dos Senadores Marisa Serrano e Cristovam Buarque, destinada a **"Discutir a gestão escolar e a certificação de diretores de escolas"**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Mercês Cunha Mendonça; Coordenadora do Curso de Especialização de Metodologia do Ensino Fundamental da Universidade Federal de Goiás – UFGO; Senhora Evelize Vidal Carvalho, Assessora de Eventos da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal; Senhor Orestes Lobo, Assessor de Comunicação do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – CONSED; Senhor Antônio

Leitão, Conselheiro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal; Senhora Mariza Abreu, Ex-Secretária Estadual de Educação do Rio Grande do Sul; Senhor Ailton Diogo Morilhas Rodrigues, Vice-Presidente do Conselho Federal de Odontologia e Senhor Silvano da Silva Silvestre, Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Estado de Mato Grosso do Sul. Dando prosseguimento à Audiência comparecem como expositores, a Senhora Liége Lana Brusius, Secretária de Educação do Município de Igrejinha - RS e Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; Senhor José Luiz Valente, Secretário de Educação do Governo do Distrito Federal e Representante do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED; Senhora Edvânia Braz Teixeira Rodrigues, Coordenadora de Gestão e Avaliação da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás e Senhora Cheila Cristina Vendramin, Superintendente de Políticas de Educação da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul – MS. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Marisa Serrano - autora do Requerimento, Cristovam Buarque – autor do Aditamento, Jefferson Praia e Osvaldo Sobrinho. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

58ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 07 de Outubro de 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativas Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores e senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado. A presente reunião atende ao Requerimento n.º 5, desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, aqui presente; Senador Jefferson Praia, aqui presente também, para realização da Audiência Pública destinada a debater "A Gestão Escolar e a Certificação de Diretores", que é um assunto da mais alta relevância para as escolas, para os sistemas de ensino, para a qualidade da educação, e um assunto amplamente debatido pelo Brasil, gestão escolar e certificação de diretores.

Dando início à audiência pública, solicito ao secretário desta comissão, Sr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa. Quero destacar a presença novamente da Senadora Marisa Serrano, também vice-Presidente dessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, autora do requerimento, e a presença do Senador Jefferson Praia, também desta Comissão, senador pelo Estado do Amazonas e com uma atuação muito destacada aqui dentro do Senado Federal; seja muito bem-vindo, Senador Jefferson Praia. Quero solicitar aos convidados, a quem eu já havia cumprimentado na ante-sala, para tomar assento à Mesa, serem muito bem-vindos a esta Comissão, e, como eu estava mencionando agora há pouco, para debater um tema que faz parte das discussões pelo Brasil, a gestão escolar e a certificação de diretores de escolas. Esta audiência pública foi solicitada pela Senadora Marisa Serrano, que é vice-Presidente desta Comissão, e nós temos aqui também o Senador Jefferson Praia, também membro desta Comissão, e professor também, eu sou professor, nós estamos entre professores então, porque eu sou professor também. Marisa Serrano também é, já foi secretaria, inclusive de educação, Jefferson Praia, professor e vamos falar sobre a gestão escolar e a certificação de diretores de escolas.

Eu quero também, novamente, dizer que esta audiência pública está sendo acompanhada pelos meios de comunicação do Senado, TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado, esses meios de comunicação vão dar a adequada divulgação para esta audiência pública, inclusive a TV Senado retransmite na íntegra, posteriormente, para que as pessoas todas do Brasil que tiverem interesse no assunto possam acompanhar as exposições, os debates, e da nossa parte nós sempre incentivamos a todos pelo Brasil, que não possam aqui estar no dia da hoje, que também mandem documentos, posicionamentos, opiniões, para subsidiar o debate que está acontecendo aqui. Aqui é um local, é um momento, mas todo Brasil pode perfeitamente participar disso através dos mecanismos de comunicação. Então sejam muito bem-vindo, bem-vindo e bem-vindas à Comissão.

Então nós vamos passar em primeiro lugar a palavra à Liége Lana Brusios, que é Secretária de Educação do Município de Igrejinha, Rio Grande do Sul, saudando todos de Igrejinha. Quantos habitantes que tem o município?

SRA. LIÉGE LANA BRUSIUS: Trinta e um mil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Trinta e um mil habitantes, Rio Grande do Sul. Mas a Liége vem aqui, além de ser Secretária, vem aqui como representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, UNDIME. Com a palavra, a Liége.

SRA. LIÉGE LANA BRUSIUS: Inicialmente o agradecimento pela nossa participação nessa audiência e de forma muito especial, pela necessidade da discussão desse assunto. Então que nós possamos de alguma forma contribuir para que as decisões possam ser as mais acertadas possíveis.

Em relação à gestão escolar, uma das razões de eu estar aqui é por conta da minha certeza do processo de avaliação continuada de todos os serviços. Então uma gestão no nosso entendimento, ela precisa ultrapassar as discussões sobre a forma do diretor chegar, nós precisamos avançar. Essa é uma discussão necessária, a indicação, a eleição, mas muito mais do que isso, nós precisamos ver a escola com um gestor que possa de fato cumprir o papel da educação. E na cidade que eu represento, nós temos um sistema de avaliação institucional que constantemente avalia o gestor e nos dá possibilidades de acertar o fluxo, porque fazer a gestão uma escola hoje está sendo uma função bastante difícil. Nós estamos convivendo com as exigências de uma educação de qualidade, uma exigência de proporcionar educação de qualidade para todos os alunos, e todos os apelos da sociedade e de convivência com problemas de violência, com problemas sociais de toda ordem. O diretor de escola se envolve de uma forma tão inteira em tantas questões, que às vezes o papel principal da escola fica, não digo que em segundo plano, porque não há como, mas ele fica permeado em outras questões que o gestor precisa também se colocar.

Nós acreditamos que um gestor precisa ser capacitado, nós temos uma necessidade de ajudar aquele líder que está naquele lugar a se qualificar, porque uma formação acadêmica não nos prepara tão bem quanto a função exige, porque ela nos prepara às vezes para outras funções. Um professor de História pode ser o gestor de uma escola, o professor de Português, um professor dos anos iniciais com formação pedagógica. Então a formação acadêmica, embora absolutamente necessária, ela não é suficiente para garantir que o gestor possa de fato cumprir com todos os seus papéis. Então pensamos que a capacitação, e existem muitos programas hoje disponíveis para as redes publicas, alguns ligados ao CONSED, inclusive, o Pró Gestão, um programa que já está em vários municípios e que ajuda de fato, é extremamente eficaz e eficiente na formação, nós temos também a Escola de A a Z, nós temos outras formações absolutamente necessárias. Mas elas não são mágicas, porque por detrás de um gestor tem que ter uma pessoa, tem que ter um líder. Um bom gestor precisa saber liderar a sua comunidade escolar, ele precisa ser referência. E referência não apenas na sua conduta de relações, mas referência também na sua conduta em relação ao valor da educação. Nós acreditamos que o diretor da escola tem uma função essencial, de fazer com que novamente se veja na educação a grande possibilidade da inclusão social de fato, então nós, quando pensamos na formação de gestores, queríamos falar nisso, na necessária formação e não inicial, continuada, dos gestores para que eles possam dar conta de todas as demandas que recaem sobre ele.

Em 2006, o meu município foi um dos finalistas do prêmio inovação do Ministério da Educação, prêmio do INEP no MEC, com o programa de avaliação institucional, e como uma das etapas da premiação, nós tivemos a oportunidade de conhecer um pouquinho do sistema público Argentino, da educação básica, e uma das coisas que mais me chamou a atenção foi como que alguém pode ser diretor numa escola pública da Argentina, e eu confesso que embora não concorde com todos os aspectos, alguns me chamaram muito a atenção. Porque nós temos às vezes diretores, gestores muito jovens, muito bem intencionados, mas que às vezes faça um pouquinho de experiência acumulada para decisões que nem sempre são fáceis de serem tomadas. Na Argentina, para alguém ser diretor de uma escola pública, ele precisa necessariamente ter sido professor por quatro anos, prestar concurso para ser secretário de escola e aí ele precisa ficar mais quatro anos, depois disso ele faz concurso para ser vice-diretor e ele fica necessariamente mais quatro anos e aí finalmente ele consegue ser diretor de uma escola, então ele leva 16 anos no mínimo, 12, na verdade, para conseguir ser gestor. Sem contar que a formação técnica de magistério é posterior ao ensino médio, a educação básica, faz a básica, depois faz um instituto de educação, formação e aí todos esses trâmites para poder ser diretor. Isso não garante que ele vai ser melhor ou não, o que me dá certeza é que ele viveu situações escolares que com certeza vão fazer com que ele, em alguns momentos mais difíceis, tenha uma bagagem de vivência que pode auxiliar. Mas também não acredito numa formação que seja apenas

no início, esse gestor precisa ser acompanhado, esse é o grande compromisso que eu entendo que seja de todas as políticas públicas, de todos nós que estamos à frente de instituições de poder, não largar a escola na mão do gestor, mas entregar a ele essa possibilidade e acompanhá-lo em todos esses momentos. Se a melhor forma é a certificação, eu confesso aos senhores que nós não temos uma discussão aprofundada sobre o assunto. Porque nós temos certificações de várias ordens, para várias profissões, e elas também não garantem que todos os certificados de fato conduzam o processo como se espera que eles o façam, mas talvez possamos conhecer esse modelo, aprofundar e experimentar, e ele possa trazer boas notícias a todos.

Então, para finalizar esse meu momento inicial, eu gostaria de dizer que existem algumas pesquisas que nós temos tido acesso, que falam que educação realmente nos países na Coréia e na Finlândia, por exemplo, eles entendem, na pesquisa, que a educação, uma boa educação, se faz com professor qualificado, mas com um gestor também qualificado. Engana-se quem pensa, e aí eu falo como ex-gestora escola, eu sou professora da rede pública municipal do meu município, fui professora alfabetizadora, fui diretora, vice-diretora de escola e eu posso garantir para vocês que é fundamental ser sido professor para ser gestor, mas não é suficiente, nós precisamos ser professor, não nos garante, não nos dá toda a possibilidade de fazer a gestão com o nível de exigência que se tem hoje para um gestor, e um nível de responsabilidade que se coloca sobre esta pessoa para garantir melhoraria no IDEB, redução da violência, cuidado com patrimônio, cuidados os recursos financeiros, é bastante responsabilidade sobre uma pessoa que não tem formação específica para isso. E o compromisso que nós, gestores, temos é poder, de alguma forma, nos orientarmos uns com os outros e com formação adequada, para que a gente possa, de fato, ser o líder que a escola pública brasileira precisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu agradeço a participação da Liége Lana Brusios nesse primeiro momento, depois vamos abrir também para colocações, perguntas, posicionamentos, mas foi uma fala muito importante, representando o pensamento da UNDIME, representando o pensamento do município e uma exposição baseada numa experiência muito concreta, que é fundamental como professora, como diretora, e agora como secretária, e isso nos leva a refletir sobre o assunto.

Então nós estamos discutindo a gestão escolar e a certificação de diretores de escolas, inclusive no Brasil, muitos dizem entre outros fatores, entre outra variáveis, que um boa escola depende de um bom diretor, a escola que tem um bom diretor e o que é que significa esse bom diretor? É isso que nós estamos debatendo, e o que você apontou na sua visão é importante para se ter um bom diretor para se ter uma boa escola, não só isso, lógico, mas é um elemento fundamental.

Passo em seguida a palavra ao José Luiz Valente, que é Secretário de Educação do Governo do Distrito Federal, portanto aqui de Brasília. E também nesta audiência pública está representando o Conselho Nacional dos Secretários de Educação, CONSED, a Liége estava representando a UNDIME e o José Luiz Valente representando o CONSED. Seja muito bem-vindo também.

SR. JOSÉ LUIZ VALENTE: Obrigado senador, saúdo a todos aqui presentes. E vou procurar trazer um pouco da experiência do Distrito Federal no modelo de gestão escolar que implantamos na gestão do Governador Arruda em preparação para enfrentarmos os 50 anos de Brasília que acontecerá no próximo dia 21 de abril de 2010 com bastante competência e desenvoltura. Nós tivemos em 2007 a aprovação do que chamamos da Lei da Gestão Compartilhada. Aqui em Brasília nós tínhamos a escolha de dirigentes de escola e é uma rede hoje de 645 escolas, 520 mil alunos que vão desde o ensino infantil até o ensino médio, e nós tínhamos a escolha de dirigentes feitas apenas por vontade dos governantes de então. Nós optamos por mudar esse processo e focamos o nosso trabalho em dois pontos básicos de atuação. Primeiro, como bem disse o Senador Flávio Arns, uma boa escola necessariamente tem uma boa direção, eu não diria apenas um bom diretor, mas tem um boa equipe de direção, mas imprescindivelmente tem que ter a participação da comunidade envolvida com a escola. Aqui em Brasília nós temos algumas situações que refletem diretamente a realidade do Brasil em miniatura. Nós temos uma desigualdade social bastante grande, portanto temos áreas extremamente carentes, onde a presença da escola representa muitas vezes a única alternativa de lazer, de participação da comunidade dentro daquele ambiente. Portanto, a escola passa a ser um reduto onde a comunidade se encontra e se essa comunidade não se sentir dona dessa escola, normalmente o que se reflete aí são atos de violência, atos de situações bastante complicadas.

Nós então optamos por fazer o processo de escolha de dirigentes, e aí falamos em dirigentes a equipe de direção e vice-direção, em três etapas. Tiramos a ideia de que os dois extremos que ensinem na verdade, aquele só o governador escolhe e aquele onde a gente tem uma eleição, onde normalmente ganha o mais bonzinho. Nós fizemos um processo de avalia-

ção anterior, os professores e os orientadores educacionais que fazem parte da carreira do magistério que desejam ser candidatos a diretor de escolas, se submetem a um prova de conhecimentos de gestão escolar e análise de títulos, análise de títulos essas que levam em conta por exemplo, com uma valorização maior, por exemplo uma especialização em gestão escolar, mais do que um título de doutor em genética ou qualquer coisa que o valha, para focar exatamente naquele objetivo, naquele profissional que desejamos selecionar, a média desses dois professores têm que ser maior ou igual a sete para que eles possam avançar no processo, tirando média maior ou igual a sete, eles elaboram um plano de trabalho que é apresentado em audiência pública em cada escola, e a partir daí temos uma eleição pela comunidade, eleição essa, é importante que se diga, senador, que é voto universal, ou seja, o voto do professor vale tanto quanto a voto do funcionário e vale tanto quanto o voto do pai. Portanto, se a comunidade se envolver com o processo e entender que determinado candidato a professor que passou na prova e, portanto mostrou conhecimento de gestão é o mais qualificado para assumir aquela escola, é ele que vai ganhar. Qual é o objetivo disso? Evidentemente não somos contra professores, muito pelo contrário, temos por eles o maior apreço, mas a ideia é fazer com que aqueles profissionais que desejam ir para a direção de uma escola, sejam obrigados a se envolver com a comunidade, a buscar um envolvimento daquelas pessoas que estão na volta da comunidade, que fazem parte daquele processo todo para que juntos trabalharem pela melhoria da escola.

Agora, por que é que se faz isso? É importante também uma coisa que a gente procura sempre fazer aqui é cada vez que se pede uma informação ou cada vez que se toma uma decisão a gente busca entender por que. A eleição só de um diretor ou uma prova feita por um candidatou diretor ela identifica o bom ou mau diretor, mas em tese não representa nada do ponto de vista futuro das ações dele, se ele não tiver condições diferenciadas de trabalho. Esse diretor ou essa equipe de dirigente escolhida assina logo a seguir, e é lista única, não tem lista tríplice e nem nada, o Governador Arruda nomeia quem a comunidade escolheu, o primeiro nome que a comunidade escolheu, não há um segundo nome nessa lista. Essa equipe de dirigente assina um termo de compromisso onde se estabelecem relações de compromisso de parte a parte, da Secretaria de Educação para com as escolas, e das escolas para com a Secretaria.

Em tese, o que buscamos é corrigir dois grandes problemas que tínhamos aqui no Distrito Federal, um grande defasagem da série originada por um crescimento absolutamente maluco que essa cidade teve ao longo dos anos, e só organizado agora nesta gestão e portanto a partir daí tanto educação como segurança e saúde puderam ter um planejamento mais adequado, então correção dos índices de distorção idade/série, aumento dos índice de aprovação, diminuição das repetências, melhoria nos resultados dos exames do Ministério da Educação, e portanto melhoraria no resultado do IDEB, e um outro ponto importante que é a inclusão educacional, que é uma tradição de Brasília termos alunos com necessidades especiais muito bem tratados e muito bem atendidos aqui dentro. Então, uma vez feito esse processo, assinado esse termo de compromisso, os professores também passam por um programa de capacitação, nós temos aqui no Distrito Federal uma escola de aperfeiçoamento dos profissionais da educação, eles passam por um processo onde nós buscamos na verdade uniformizar conhecimento, passar a esses profissionais questões que envolvem legislação, formas de atuação e etc.

E aí talvez o ponto mais importante da política de gestão que implantamos aqui. Esse diretor que fez prova, que apresentou um projeto de trabalho, que foi aprovado pela sua comunidade, que assumiu o compromisso sobre como atuar, ele recebe recursos diretamente descentralizados da Secretaria, inclusive para pagamento de contas de água, luz, telefone e gás. E aí eu não consegui fazer ainda da merenda, a merenda a gente não teve coragem ainda de fazer, mas nos demais recursos que envolvem o dia-a-dia da escola, como aquisição de material pedagógico, evidentemente de valor razoável, como manutenção da escola, como aquisição de material de escritório, material de limpeza, tudo foi descentralizado para as escolas, com um seguinte compromisso: tudo aquilo que a escola conseguir economizar em termos de consumo de água, luz, telefone e gás reverte para ela mesma, ela não devolve esse dinheiro para a Secretaria, há um modelo de alocação de recursos, onde a partir de determinados parâmetros como número de turnos de funcionamento, número de alunos, características dos alunos das escolas, localização e etc., as escolas recebem um determinado recurso e tudo que elas economizam nas despesas básicas, elas mesmas utilizam junto com o seu conselho escolar, os dois assinam, a Direção da Escola e o Conselho Escolar, utilizam naquilo que acharem melhor. Há exemplos muito interessantes, que infelizmente... depois talvez consiga passar, até de inauguração de parquinho ecológico feito só com a economia que foi feita com o dinheiro que efetivamente ia para o ralo, então esse foi o grande diferencial de possibilidades de gestão que a escola teve nesse período, que foi com o que nós

chamamos de PDAF, Programa de Descentralização Administrativa e Financeira.

Fiscalização, a aplicação desse recurso é muito bem controlada, a própria comunidade se envolve, o diretor não tem autonomia, sozinho, para executar essa despesa, o Conselho Escolar é elemento deliberativo no processo, portanto, antes era consultivo e hoje é deliberativo e portanto passou a ter um papel muito importante nesse processo. Nós temos uma diretoria de controle interno, aí Ministério Público, Tribunal de Contas e etc. Como bem disse a Profa. Liége, nada funciona num processo que se tende a ser autônomo sem avaliação. Avaliação é algo absolutamente indispensável nos dias da hoje e nós estamos casualmente entre hoje e amanhã aplicando as provas aqui em Brasília do que chamamos o SIADE, Sistema de Avaliação de Desempenho das Instituições Educacionais do Distrito Federal. Esse é um projeto que foi plantado pelo Governador Arruda em 2007, teve sua primeira aplicação em 2008 e a segundo aplicação agora em 2009. Com o SIADE nós avaliamos as políticas públicas adotadas na educação, avaliamos a gestão do sistema educacional e fazemos uma avaliação da aprendizagem, hoje particularmente no dia 7 e 8 está em andamento a avaliação de aprendizagem, de resultados. Nós portanto avaliamos esses três pontos, política, gestão e desempenho. Os resultados de avaliação, e aí vem o ponto importante, em março de 2009 nós publicamos o resultado da avaliação de 2008, esse processo foi todo ele conduzido pela fundação Cesgranrio em 2008 e continua sendo feito pela mesma instituição em 2009 e a partir das evidências que nos foram apresentadas por esses resultados, nós tomamos um série de ações na medida em que esses resultados apresentaram inclusive o desempenho da escola, o desempenho da série e o desempenho da turma, o desempenho do aluno e que conhecimentos lhe faltavam, e quais as competências que estavam faltando serem atendidas para que eles pudessem ter um resultado melhor. Eu confesso que eu estou bastante otimista com relação à aplicação do SIADE 2009 e por consequência depois da Prova Brasil e etc. para que nós tenhamos um resultado bem positivo lá para frente. E aí é uma criação do Governo do Distrito Federal, que deve entrar em circuito no ano que vem, que é o Pro-Mérito. A ideia é que nós façamos um processo de avaliação da escola. Então da mesma forma que no IDEB, nós criamos aqui um indicador de metas para cada uma das instituições educacionais. Na medida em que essas metas vão sendo atingidas anualmente, todos os agentes que trabalham nessa escola, professores, professores substitutos, funcionários, ganham uma bonificação que nós chamamos de Pró-Mérito, os bons e o os ruins, aquele professor que se dedica loucamente e isso é a grande maioria, tem professor que faz coisa que gente nem acredita que um profissional seja capaz de fazer e o cara está lá na batalha fazendo, e ganha também aquele que tira atestado todo dia, aquele que não leva a coisa a sério, que aqui no DF é bem pouquinho o número, mas eu imagino que seja, essa é uma realidade do Brasil. Se a instituição não alcança os seus objetivos, não alcança suas metas, ninguém ganha, e aí a escola por si só, no seu conselho escolar com outro nome, mas seria um conselho universitário da escola, se estabelecido uma relação com a universidade, a escola define qual o professor deve estar presente naquela escola, qual professor não deve e por que razão. Então esse é um avanço, esse Pró-Mérito leva em conta dois aspectos, os resultados aferidos pelo SIADE, que são evidentemente os mais importantes, e o alcance dos objetivos estabelecidos no termo de compromisso que fica mensurado pelo que nós chamamos de IDDF, que e o Índice de Desenvolvimento Educacional do Distrito Federal, é uma nota da escola, onde a gente imagino que ela seja, certamente será, mas que ela seja de tão simples interpretação quanto é ou quanto era, por exemplo, o resultado do Provão, que qualquer pessoa sabia se determinado curso era melhor ou pior que o outro.

O nosso objetivo nesse processo é fazermos um estabelecimento de comparação do desempenho da escola com ela mesma, porque as realidades são extremamente distintas nesse processo, e essa diversidade que se estabelece nessas escolas impede que a comparação seja feita diretamente de uma escola numa região por exemplo extremamente carente com uma região mais abastada, agora não impede e pelo contrário incentiva, a que as comparações sejam feitas com elas mesmas e a busca da melhoraria da sua qualidade seja por ali estabelecida. O índice de desenvolvimento, como eu falei, leva em conta basicamente a aprendizagem os alunos medida pelos resultados dos seus exames no SIADE e pelo fluxo escolar, como é que nós andamos nesse processo. Mas basicamente da mesma forma que no IDEB com a diferença que nós não trabalhamos com média, a gente trabalha com resultado efetivo de cada um dos alunos e de cada uma das séries. O IDDF é calculado... Outro ponto importante, os exames do SIADE envolvem 2ª série, 4ª, 6ª e 8ª e 3° ano do médio, e as disciplinas envolvidas são Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, tem prova de Redação, e envolvendo tanto o ensino fundamental quanto o médio.

Fizemos outra saída importante, nesse minuto que me falta, mudamos a forma de alocação de cargos dentro das escolas. Até o governo anterior todos os car-

gos poderiam ser ocupados por profissionais que não fossem da carreira pública, hoje apenas professores e funcionários podem assumir as funções de supervisores pedagógicos e secretários escolares, sendo que os cargos de diretor e vice estão restritos... e supervisor pedagógico, perdão, estão restritos aos professores e orientadores educacionais. A contratação de professores substitutos por hora/aula foi um grande avanço que a gente fez aqui também. A própria escola hoje chama o professor, então o professor faltou, o professor efetivo faltou por alguma razão, ou avisou que ia faltar, a escola entra no sistema que tem a classificação dos professores que fizeram prova para assumir como professores substitutos, chama esse professor, ele vai lá dar aula e recebe pela hora/aula dada e tudo bem, segue em frente.

Fizemos uma outra para os diretores de escola, nós estendemos a gratificação de regência de classe, que é uma gratificação importante para os professores que estão em sala da aula poderem também ela receber, e isso certamente foi um incentivo a mais importante para que houvesse essa busca pelo cargo de gestor escolar.

Eu vou parar por aqui, teríamos mais coisas, mas eu penso que no debate depois a gente pode avançar; 14° é o Pró-Mérito que eu falei aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ LUIZ VALENTE: Tudo bem, então vamos em frente um pouquinho, então. Como eu dizia, a nossa rede compõe-se de 645 escolas, 520.244 alunos, divididos desde o ensino infantil, passando pela educação de jovens e adultos, ensino fundamental, médio e especial. Sempre é bom dizer que a gente tem buscado a todo tempo diminuir o número de alunos exclusivamente lotados em centros de ensino especial e colocados em escolas inclusivas, todas as nossas escolas hoje já tem salas de recurso, profissionais treinados para isso e estamos avançando bastante. Eu penso que aí a gente pode deixar para depois e encerramos por aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço nesse momento a explanação do José Luiz Valente. Muito importante, uma experiência já bem consolidada também e que vai propiciar um debate bom e necessário aqui na Comissão.

Quero estacar a presença com o Senador Cristovam Buarque, também ex-presidente desta Comissão de Educação, além da Marisa Serrano, vice-presidente atual e o Jefferson Praia do Estado do Amazonas. Quero destacar as presenças também nesse Plenário da Mercês Cunha Mendonça, que é Coordenadora do curso de especialização de Metodologia do Ensino Fundamental da Universidade Federal de Goiás. Da Ivelise Vidal Carvalho, que é assessora de eventos da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal, e de Orestes Lobo, que é Assessor de Comunicação do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, CONSED.

Passo em seguida a palavra para a sua exposição, para Edvânia Braz Teixeira de Rodrigues, que é Coordenadora da Gestão e Avaliação da Secretaria Estadual de Educação de Goiás.

SRA. EDVÂNIA BRAZ TEIXEIRA DE RODRIGUES: Bom dia a todos e a todas. É um prazer estar aqui, agradecer o convite para contribuir um pouco com esse debate.

Gostaria de dizer que a minha fala vai estar baseada na experiência do Estado de Goiás com a questão da eleição para diretores, não como a eleição como uma proposta para resolver todos os problemas de gestão, mas como a porta de entrada o exercício de uma árdua tarefa para a qual, como foi dito pelos antecessores, há a necessidade de uma formação específica, formação continuada, um acompanhamento do trabalho e um projeto de avaliação.

Eu queria dizer que no Estado de Goiás a eleição para diretores foi instituída no ano de 2000 e ela tem como base legal a Constituição Federal que fala da gestão democrática, a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, e a Estadual e na nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação há previsão de que o Conselho Estadual de Educação é que dará todas as normas para o provimento de cargo de gestores. Nas eleições de 2000 até 2007 nós tivemos eleição apenas para o diretor da escola, a partir daí houve a proposição em 2007 que nós ampliássemos a eleição para a equipe gestora; portanto em Goiás há a eleição para diretor, vice-diretor e secretário geral da escola. Sendo que já no ano de 2009 nós tivemos eleição para diretores esse ano, nós temos algumas regras novas, em que há a possibilidade para reeleição uma única vez, independente do cargo ocupado. Então você pode ser diretor numa gestão, vice-diretor na outra e você não pode se candidatar a secretário na próxima, mantendo aí o mandato de dois anos com reeleição por uma vez. Esse processo para o Estado de Goiás identifica o início da discussão sobre a profissionalização do gestor e a proposta de uma gestão democrática. Profissionalização em que sentido? Na percepção de que apenas a formação docente não dá ao gestor todos os instrumentos e todas as ferramentas necessárias para cuidar da gestão escolar.

Quando o gestor vai ser eleito, ele tem que apresentar por força da Resolução 04/2009 do Conselho Estadual de Educação, um plano de gestão, esse plano

de gestão é o marco inicial da conversa da formação desse gestor, é a partir dele que nós vamos estabelecer todo o planejamento da formação desse gestor. Esse projeto é avaliado pela comunidade, o nosso voto não é universal, houve uma discussão muito grande nas audiências públicas que antecederam a aprovação da resolução pelo Conselho Estadual de Educação, e há aí a decisão de seguir a lei de eleição federal que estabelece 33, foi paritária 33% para cada setor. Na eleição de 2007, houve um problema para aquelas escolas onde não houve *quorum*, o Conselho Estadual validou a eleição. Por exemplo, não houve *quorum* de paz, mas o Conselho efetivou a eleição, o Ministério Público participou das audiências públicas preparatórias para 2009 e houve a decisão nas audiências públicas que eleição onde não haja *quorum,* seja de qual segmento, pai, aluno, professor ou técnico administrativo, nós não teremos a validação da eleição. O que e ocorre a partir daí? É acionado um diretor, vice-diretor e secretário *pro tempore* até a realização de uma eleição que tenha efetiva participação da comunidade. Em 2009 nós tivemos, nós somos 1.208 escolas, nós só não tivemos validação de 103 escolas, portanto é um processo que tem aceitação da comunidade e a participação efetiva da comunidade escolar.

A partir daí o diretor entra num processo de formação, que é instituído pelo Curso Gestão Escolar Práxis Democrática, esse curso conta com 120 horas, é um curso semipresencial, das quais 56 horas são presenciais e 64 horas são feitas à distância. Esse à distância é feito com tutoria presencial. O que é que nós estamos querendo instituir no Estado do Goiás com esse curso? A rede colaborativa dos diretores, que é através do ambiente e-proinfo, os diretores possam estar discutindo seus problemas cotidianos com outro diretores que têm história de sucesso naquela área que o diretor tem dificuldade. Então esse curso foi pensado nessa configuração.

O objetivo geral é instituir a prática de refletir o cotidiano escolar que o diretor, o vice-diretor e o secretário possa a partir da leitura de todo o material que é disponibilizado para ele, refletir o cotidiano escolar da sua escola e com os seus pares da mesma cidade, podendo haver aí um intercâmbio entre os diretores sobre aquilo que ele tem dificuldade e aquilo que ele tem de potencialidade para resolução de problemas, que ele possa ressignificar conceitos e práticas que ele vem vivenciando nessa troca de experiências com os diretores da regional. Também contribuir com a qualificação desse diretor para que ele possa efetivar e garantir o direito à educação escolar básica com qualidade social, acompanhando qual é o desempenho da sua escola e com foco na educação para diversidade. No Estado de Goiás nós temos uma rede de atenção às pessoas com dificuldade da aprendizagem; e por que é que eu uso o termo dificuldade da aprendizagem e não deficientes? É claro que nós vamos atender as pessoas que têm alguma deficiência, mas também aquele que tem dificuldade de aprendizagem sem apresentar alguma deficiência. Então nós estamos alocando já há dez anos todos os alunos portadores de deficiências, seja em qual área for, nas escolas regulares, temos a figura do professor de apoio que dá auxílio ao professor da sala de aula, quando tem um aluno deficiente, e também um professor de recurso, que atende no que a gente chama de turno de ampliação da aprendizagem, não contra-turno, como é nacionalmente conhecido, mas o turno de ampliação da aprendizagem, aqueles estudantes que apresentam alguma dificuldade da aprendizagem, independentemente de ter alguma deficiência ou não. E instituir, claro, essa rede colaborativa entre os diretores.

Os objetivos específicos, eu não vou me ater a cada deles porque são óbvios pela amplitude do programa. Como é que vai se dar essa avaliação e certificação do diretor? Ele vai participar dessa rede colaborativa com uma tutoria que é selecionada para pessoa com experiência em gestão escolar, ele vai promover a discussão daqueles assuntos de maior interesse da escola, portanto aquele que está incomodando a comunidade escolar. Digamos que uma escola tenha dificuldade em manter os seus alunos, a permanência dos alunos na escola, então a foco da discussão daquele grupo vai ser programa de atendimento e combate à evasão escolar e quais são os mecanismos que a escola vai usar para que esse aluno permaneça na escola. E a produção acadêmica desse diretor, desse grupo de diretores, vai ser voltado para esse tema. Ele vai ter essa produção acadêmica e ele vai ter também, ser avaliado de forma processual durante toda essa parte de formação dele. Dentre outros instrumentos, quais são utilizados para essa avaliação do grupo gestor? E é importante, eu acho que eu esqueci de dizer, o foco do curso é específico para cada função, então existe um arcabouço de material especialmente elaborado para o diretor, para o vice-diretor, que no Estado de Goiás tem uma característica especial, ele não é só para substituir a ausência do diretor, ele assume a coordenação pedagógica geral da escola, portanto ele coordena os coordenadores do escola, ele busca a integração dos coordenadores dos diversos cursos e ele está atento se o currículo pensado e o planejamento pedagógico da escola está efetivamente sendo executado pelos professores. Ele também será avaliado através do grupo de estudo que é coordenado por um tutor e a sua produção acadêmica, a sua participação

na rede colaborativa, que é virtual, porém a gente tem todo um sistema de acompanhamento, se esse diretor entra na rede para participar das atividades que estão ali postadas, e uma avaliação final, manuscrita e presencial. Esses serão os instrumentos de avaliação.

Os princípios básicos da formação giram em torno da educação pela paz, que discute a questão do respeito às diferenças, as diferenças étnicas, culturais, religiosas, de gênero, opção sexual e tem a meta explícita da construção da cultura da paz na escola. Os professores colocados, os gestores colocando os professores da escola no centro da agenda educacional daquela escola, protagonizando a expansão do pacto pela educação de qualidade, então nós temos uma meta a atingir em 2021, então envolver os professores nessa discussão, para que eles estejam atentos em seus planejamentos o que deve ser trabalhado para que ele possa atingir essa meta. A participação efetiva da comunidade por meio dos conselhos escolares, o gestor participa do conselho fiscal desse conselho escolar, ele não pode ser o presidente do conselho, a presidência, via de regra, é assumida ou por um professor, ou um técnico da escola ou um pai de aluno, ou um estudante maior de 18 anos, menor de 18 anos não é possível por implicações jurídicas porque ele não tem autonomia jurídica para assinar documentos e tudo mais. Essa participação efetiva, há todo um estímulo para que ela aconteça desde o planejamento até o acompanhamento e monitoramento do Projeto Pedagógico da escola. Como é que nós estamos configurando isso ai? A resolução coloca o seguinte: que a escola até 150 alunos há eleição apenas para o diretor e ele acompanha todo o Projeto Pedagógico da escola, auxiliado pelos coordenadores de turno. A partir de 150 alunos há eleição, até 283 alunos, 85, não me recordo bem, há eleição de diretor e secretário e a partir de 400 alunos, diretor, vice-diretor e secretário, então esses número que vocês estão vendo são os números de diretores, vice-diretores e secretários existentes na rede, existem 25 *pro tempores* diretores, 21 vices e 23 secretários, que são escolas que ainda não conseguiram fazer a eleição com *quorum* necessário em todas as áreas, e a gente vai continuar repetindo a eleição a cada 60 dias até a escola se organizar politicamente para isso, e nós temos 31 tutores para atuar diretamente com os diretores, 25 com os vices e 29 com os secretários gerais.

Aqui é uma representação da estrutura curricular do curso Gestão Democrática e Práxis. Vocês vão ver que essa síntese mostra que tudo gira em torno do projeto de gestão apresentado pelo diretor e nós vamos trabalhar a partir daí em seis eixos específicos: a gestão pedagógica em que o diretor vai estar atento à questão do Projeto Pedagógico da escola, ao desenvolvimento desse projeto, ao trabalho que o vice-diretor está fazendo de articulação com os coordenadores, o vice-diretor vai coordenar esse trabalho e vai estar atento às orientações aos coordenadores da escola e o secretário geral, através do resultado desse Projeto Pedagógico, a escrituração disso através de um sistema próprio de gestão que a secretaria possui, que se chama SIGE, que já foi divulgado pelo Brasil afora, se não me engano no Acre, na Bahia, Mato Grosso do Sul, eles já adquiram esse sistema para gestão de suas redes. Ele vai estar atento também à gestão participativa, vendo mecanismos e metodologias de aproximação da comunidade à escola, ele vai estar atento à gestão de resultados através do desempenho dos seus alunos nas avaliações nacionais, a gestão tecnológica; em Goiás nós temos a figura do dinamizador de laboratórios e os laboratórios são: biblioteca, laboratórios de línguas, de ciências e de informática, para cada área nós temos um professor responsável para a condução desse processo de desenvolvimento dos laboratórios integrado ao Projeto Pedagógico da escola, então a gestão tecnológica tem que estar atento ao trabalho desses dinamizadores, e a gestão de serviços e recursos em que há a descentralização de recursos, tanto dos federais, o PDDE e o PAF, via PDE, como também um projeto que a gente chama de Pró-Escola, em que há descentralização de recursos para a escola para que ela mantenha todos os recursos didáticos, pequenos reparos dessa escola, aquisição de equipamentos. Então na verdade, esse curso é projetado de acordo com a realidade da escola. Como é que nós estamos fazendo a produção do material que vai subsidiar? Cada coordenador da área pedagógica, coordenação de ensino fundamental, ensino médio, ensino à distância, jovens e adultos, coordenação de desenvolvimento e avaliação, que eu assumo na secretária, está preparando todo o embasamento teórico para esse documento, que se chama Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Goiás, que é um documento que serve de norte para esses gestores, aqui nós temos todos os projetos e programas desenvolvidos pela secretaria de educação e os setor competente para esse projeto que o diretor deve buscar, o embasamento teórico para isso está sendo preparado pelos coordenadores e vai compor um outro item desse, que vai ser trabalhado com cada diretor. Então o que a gente tem pensado é que essa formação não pode ser apenas acadêmica, ela tem que ser, como o Prof. José Luiz Domingues tem chamado, molhada da prática do diretor, dos problemas que ele vivencia cotidianamente e esses problemas refletidos pelo grupo de diretores daquela região.

Eu vou parar por aqui, eu acho que já deu para dar um panorama e me coloco à posição de qualquer pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço também a fala da Edvânia Rodrigues. Quero estacar também a presença do Antônio Leitão que é Conselheiro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal, seja muito bem-vindo também.

Passo, em seguida, a palavra à Cheila Cristina Vendramin, que é Superintendente de Políticas de Educação da Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul, terra da nossa vice-presidente, Senadora Marisa Serrano. Com a palavra.

SRA. CHEILA CRISTINA VENDRAMIN: Bom-dia. Queria agradecer, em nome da Secretaria de Estado de Educação, o convite e colocar sempre a Secretaria à disposição; cumprimentar especialmente a nossa Senadora Marisa Serrano, que é grande parceira de todos nós em Mato Grosso do Sul.

Eu vou começar um pouquinho falando sobre certificação, porque, quando nós estávamos nessa equipe, no Município de Campo Grande, na capital, nós montamos um projeto de certificação ocupacional, e, depois, eu vou falar um pouquinho do que nós estamos fazendo na Secretaria de Estado, que é um pouco diferente da certificação ocupacional. No ano de 1998, com os dados que nós tínhamos da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, nós chegamos à conclusão de que seria importante trabalhar um pouquinho a questão da gestão escolar, principalmente no que diz respeito à profissionalização do líder maior da escola, que é o dirigente escolar. Nesse sentido, buscamos, em vários estados brasileiros, algumas experiências exitosas que estavam ocorrendo à época, estudamos essas experiências e construímos, a nível de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, um programa de certificação ocupacional. Esse programa inicia-se por uma capacitação dos profissionais da área de educação que desejam ser diretores de escolas. A partir disso, eles se compõem de três avaliações de competência, sendo a primeira de questão geral em gestão escolar. Quem é aprovado nessa primeira avaliação, passava por uma segunda avaliação de Língua Portuguesa na área de gestão escolar. Quem era aprovado nesta avaliação, participaria de uma nova avaliação e isso já de cenários práticos da escola, ou seja, *cases*, como nós chamávamos na época. A partir disso é que o diretor era escolhido pela equipe da Secretaria, pela Secretária Municipal de Educação, à época Profa. Nilene, para assumir a direção da escola, tanto o diretor como o diretor adjunto, independente da escola onde ele era lotado. Ele poderia ser designado para qualquer escola da Rede Municipal de Ensino.

Nesse programa também só a capacitação, só a avaliação, a gente percebia que não era o grande mote da questão da melhoria da educação da nossa rede. A partir disso então, nós passamos a monitorar as escolas através de um termo de compromisso que era assinado a partir da designação desse profissional para ser dirigente escolar, e nesse termo de compromisso era monitorado cotidianamente a gestão escolar da escola. Então esse era o processo de certificação ocupacional. Quando assumimos o estado, já no ano de 2007, já tínhamos uma visão um pouco mais avançada, um pouco mais estudada a respeito da avaliação de competência dos dirigentes escolares, aí em conversas com o sindicato, em conversa também com o dirigentes escolar, através de Conselho de Diretor de Mato Grosso do Sul, Condec, nós escrevemos um outro programa que chama o Programa de Avaliação de Competência, onde inicia-se também com a formação continuada, ou seja, com a capacitação, em seguida a avaliação de competência e depois a eleição de diretores, é a aprovação da comunidade escolar desse dirigente que se candidata para assumir a direção da escola. Nesse processo nós percebemos a importância não só da eleição, porque no nosso estado nós passamos mais de oito anos com eleição de diretor de escola, eleição direta propriamente dita, simplesmente, e nós percebemos ao longo dos anos que esta gestão nem sempre era uma gestão pautada na profissionalização, mas muito mais na improvisação. Nesse sentido acrescentamos nesse processo de gestão democrática a avaliação de competência para dirigentes da escola. E o nosso programa está dividido primeiro em inscrição dos candidatos nas escolas no máximo seis candidatos por escola. Por que esse número? Era um numero pautado nas nossas questões orçamentárias, porque era um número muito grande de profissionais que se habilitariam para essa capacitação. Nós temos hoje em Mato Grosso do Sul 358 escolas e um número que chega a mais de 15 mil profissionais, então se nós deixarmos isso em aberto, com certeza não conseguiríamos em tempo não tão grande fazer essa formação continuada. Então, eram seis profissionais por escola que se inscreviam. A capacitação era de 40 horas, onde todos os profissionais participaram, não só das questões na formação de gestão escolar administrativa propriamente dita, mas principalmente na questão de currículo, onde é fundamental que o profissional que sai da sala de aula, para se prontificar a ser dirigente escolar, ele tenha condições mínimas de entender de currículo, de entender de conhecimentos para que ele possa tomar as decisões enquanto líder escolar,

principalmente na área pedagógica. Nessa formação também nós trabalhamos a questão das técnicas administrativas e das normatizações, sejam elas a nível federal ou nível estadual, questão de planejamento estratégico e nem sempre o professor que está em sala de aula muito bem colocado aqui pela Liége, ele está pronto para ser dirigente escolar, então para que ele não possa improvisar ao longo da sua gestão, ele tem receber uma formação inicial de mínimo de 40, 50, 60 horas, para que ele possa entender bem aonde ele está pisando, para onde ele vai. Não basta só querer ser dirigente, é necessário que tenha um mínimo de competência necessária. Para isso, nós também na formação trabalhamos a questão do regimento interno, a questão do Projeto Político Pedagógico, a questão do PDE, que é o planejamento da escola, também a questão do desenvolvimento de sua equipe, porque nem sempre temos a equipe que queremos, é necessário que esse líder saiba e possa trabalhar a sua equipe, a questão da busca de relacionamento com parceiros, voluntariado, enfim, é uma formação mínima necessária para que esse profissional possa se candidatar a eleição.

A partir dessa formação, tem avaliação de competência com cem questões de múltipla escola, gostaria de ser como Brasília, com a média sete, mas por questões de discussão também com sindicato, nós ficamos com uma média cinco, que sabemos que ainda precisamos ampliar isso, precisamos discutir mais e aprofundar mais essa questão. A partir disso o candidato se inscreve para eleição por chapa ou avulso, essa é a diferença. Por que avulso? Porque como se inscreve seis candidatos por escola e nem sempre é um número par que é aprovado na avaliação de competência, nós não queríamos prejudicar os profissionais, caso a escola não tivesse um candidato a diretor adjunto para participar com ele desse processo eletivo. Com isso, o candidato pode então fazer a sua candidatura avulsa, a partir do momento que ele ganha a eleição ele escolhe dentre o banco de dados de aprovados do seu município o seu parceiro para ser o seu diretor adjunto. Então é uma diferenciação que existe no Mato Grosso do Sul. A partir disso toma posse os dirigentes escolares com assinatura de um termo de compromisso de sua escola, onde esse termo tem todo um levantamento do diagnóstico da escola, e também apresenta à escola, à comunidade em plenária da assembléia geral da escola, um projeto de gestão para essa escola.

O curso de formação que nós fizemos no Mato Grosso do Sul participaram entre o mês de fevereiro e começo de março de 2008, 1.308 profissionais da área educação, o que nós achamos muito interessante é que mesmo aquele profissional que necessariamente não queria ser dirigente escolar participou da capacitação, então mais pessoas ficaram na escola conhecendo um pouco de gestão escolar, que isso é fundamental para que em outros pleitos eleitorais eles possam se decidir em participar da eleição na escola. Nós temos também a eleição, o nosso colegiado escolar que é eleito também pela comunidade, ele é paritário, só que essa eleição não ocorre no mesmo dia da eleição de dirigentes escolar, como era nos mandatos anteriores, essa eleição é feita separadamente, posterior à eleição do dirigente escolar.

Acreditamos ser importante para que essa gestão escolar possa ser eficaz e não só a formação, não só avaliação, não só a eleição, mas o que coloca como principal ponto na gestão escolar eficaz é o monitoramento da secretaria durante o processo todo desse mandato, desse dirigente na sua escola, é estarmos lá o tempo todo conversando com o dirigente escolar, que é o líder maior da escola para nós, é estarmos reunindo dioturnamente com eles, para que eles possam ter a garantia de que eles têm na Secretaria de Estado de Educação o apoio necessário para as suas dificuldades no dia-a-dia. Nesse sentido nós temos uma equipe que fica no município, numa escola de referência, que é chamada de supervisor de gestão escolar, onde ele visita duas vezes, uma vez por semana cada unidade escolar do seu município. É necessário também que nós não só pontuemos a questão da gestão escolar como eleição, como avaliação, como a questão da avaliação de competência, a questão da eleição, mas principalmente com a questão da avaliação dessa unidade escolar, não só avaliação da instituição escola, mas avaliação de desempenho acadêmico dos alunos dessa escola. Esse é o ponto fundamental, é o foco da Secretaria, pois o nosso aluno é o principal sujeito na escola onde nós deveremos estar todos centrados para ele, nesse sentido nós temos um sistema também de avaliação de competência, onde este ano estaremos avaliando o terceiro ano e também o sexto ano, o nono ano e o terceiro ano do ensino médio, além das avaliações que nós temos em nível federal, nós temos também o nosso sistema de avaliação, não é uma avaliação de cobrança, mas uma avaliação onde nós possamos partir desse resultado para um replanejamento desse dirigente escolar com a sua equipe, com o seu colegiado, com os seus professores.

Esse é o trabalho que nós fazemos no Mato Grosso do Sul, quero me colocar à disposição para qualquer questionamento que possa surgir da Plenária. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço também a participação, desse primeiro momento, da Cheila Vendramin.

Quero destacar a presença do Silvano da Silva Silvestre, que é Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Estado de Mato Grosso do Sul, também prestigiando aqui a reunião, e o Ailton Diogo Rodrigues, que é Vice-Presidente do Conselho Federal de Odontologia, e dar às boas vindas à Maria Izabel também, ex-Secretária do Estado do Rio Grande do Sul, Consultora, e uma batalhadora já de muitos anos na Câmara, no Senado, no Congresso, na comunidade, a favor dos ideais da educação, seja muito bem-vinda.

Passamos em primeiro lugar agora a palavra à Senadora Marisa Serrano, que é autora do requerimento e do requerimento de aditamento também, para esta audiência pública.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar aqui a Liége, seja sempre bem-vinda a esta Casa, vem lá dos pampas, como nós temos no Mato Grosso do Sul muitos gaúchos, nós nos sentimos também com você incluída como nossa representante também. O Valente é um querido amigo de tantos anos é um prazer sempre ouvi-lo. Edvânia é outra do Centro-Oeste não privilegiamos o Centro-Oeste, mas tem três Centro-Oeste aqui, Edvânia seja muito bem-vinda, acompanho sempre o trabalho que Goiás tem realizado em educação, e a Cheila que é companheira nossa da Secretaria Estadual de Educação, foi da Secretaria Municipal de Campo Grande, e é o braço direito da Secretária Milene, que hoje não pode estar aqui e pediu para que a Cheila a representasse e representou muitíssimo bem, Cheila.

Mas eu quero colocar as nossas preocupações. Nós estamos discutindo aqui, há três projetos aqui na nossa Casa e que vamos votar, a respeito da proficiência e da certificação em diversos cursos profissionais, um deles é na área de Medicina, o Tião Viana é o nosso senador, ele acredita que os cursos de Medicina terão, Medicina não, Tião Viana é... Não, agora me esqueci qual é, acho que é Direito, o Tião Vânia. Medicina. Terão que ter, além da residência, todos terão que passar por um exame de ordem, como é do Direito. O Marco Maciel entrou também com um projeto, o Senador Marco Maciel, para todos da área de educação, além de fazer o curso de Pedagogia, Letras, História, Geografia, seja o que for, teria que fazer também o sabes de proficiência. E que seria uma residência, e também além da proficiência que foi um, ele entrou com o da residência educacional de dois anos, são duas propostas que ele colocou, residência de dois anos e ainda depois o exame de proficiência. E o Senador Marcelo Crivella colocou exame de proficiência para todos, para todos os profissionais, saiu da faculdade tem que fazer um exame de proficiência para ser profissional de qualquer área. Eu sempre falo aqui porque a justificativa de todos é a mesma, a falência da educação no país, principalmente no ensino médio no país. Então é muito ruim isso para nós. Nós estamos dando um atestado de incompetência na área da educação a hora que essa Casa aqui tem que votar proficiência para todo mundo, porque não estamos acreditando no nosso diploma. Tivemos aqui uma audiência pública sobre a questão do Direito e foi dito que os alunos que saem de uma faculdade podem entrar inclusive na Justiça para reaver o seu dinheiro e os anos que perdeu, porque não conseguiram passar no Exame da Ordem, portanto a escola valeu para que? Então é uma coisa muito esquisita o que nós estamos vivendo no Brasil hoje. Então essa audiência pública também nos interessa discutir esses assuntos todos como vocês colocaram aqui o caso da certificação e da proficiência. Então nós vimos aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Só, senadora, da residência também foi feito audiência pública.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Da residência também foi feita audiência pública. Então o problema da certificação que nós vimos aqui é fundamental. O que nós acompanhamos... Quem acompanha a educação, está vendo que nós tivemos um avanço muito grande e estamos conseguindo avançar ainda. Primeiro, os diretores tramito que ter uma formação, antigamente na minha época não precisava ter formação nenhuma, então era um escolhido, o prefeito escolhia, o governador escolhia e estava resolvido. Hoje não, precisa ter uma formação - já é um avanço -, depois nós exigimos a certificação, como vocês viram, os quatro aqui, todos têm a escolha feita através da certificação, de capacitação, de avaliação dos interessados. Então a certificação veio para ficar. Depois, o termo de compromisso, que nós estamos vendo isso em quase todo o país, não é todo ainda, mas a maioria dos estados e pelo menos as capitais todas, estão colocando o termo de compromisso que já é outra inovação e um avanço. E agora nós temos que avançar para outro item que poucos estão fazendo, que é a avaliação periódica, isto é, legislação de dois em dois anos, de três em três anos, de cinco em cinco anos, avaliação de todo mundo, começa tudo novamente, isso é algo que vai ficar, nos países mais avançados isso é feito normalmente.

Eu quis fazer essa colocação para justificar e dizer o seguinte, ontem nós discutimos e votamos aqui uma proposta do Senador Paim, falando justamente

da Educação para a Paz e, principalmente, da inserção da comunidade no art. 14 da LDB, que fala sobre certificação, sobre a formação a escolha de diretores para o sistema de ensino. Então, nesse sistema de ensino, essa certificação, o Senador Paim coloca como sistema de ensino que definirá as normas de gestão democrática no ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades, conforme os seguintes princípios, que é da participação dos profissionais da educação no Projeto Pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar. E o Senador Paim aumentou, colocou o que seria essa participação da comunidade escolar, para que a gente pudesse ter uma amplitude maior e uma garantia dessa participação, votamos ontem, foi aprovado ontem e vai ainda... É terminativo, então já foi provado, vai vigorar esse trabalho mais efetivo da comunidade escolar no âmbito da escola e dessa Educação para a Paz que foi colocado aqui também.

Além disso, eu queria fazer duas colocações, falamos também de duas colocações que eu quero colocar aqui, uma é a inclusão educacional, é algo também que veio para ficar, com extrema discussão no Governo Federal passado, eu lembro que foram épocas difíceis da inclusão das nossas crianças e nós estamos passando agora também épocas difíceis, as crianças hoje com qualquer tipo de deficiência, de necessidade especial, ela participa ativamente do processo educativo, ela não é um apátrida, ela não está separada, ela não está num gueto. Mas há crianças que precisam de um atendimento especial, específico, então nós não podemos simplesmente achar que todas as crianças terão que estar no ensino regular, e é essa a briga que o Senador Flávio e nós aqui estamos empreendendo com o atual governo. Essa inclusão foi bem assimilada? A comunidade escolar aceitou bem? As escolas se adaptaram a ela? E segundo, sobre a avaliação na gestão. Como é que os professores estão recebendo essa discussão que o Valente colocou aqui, de receber bônus que seria o 14° salário, bônus pelo mérito. É o que nós chamamos de meritocracia na educação. Como é que os professores e diretores estão recebendo essa novidade para a educação brasileira? As questões que eu queria levantar aqui e agradecer muitíssimo pela presença de todos por terem aceito o nosso convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu até gostaria só de explicar que o Senador Jefferson Praia também vai usar da palavra, sempre há uma preferência para o autor do requerimento e o autor do aditamento, então é uma norma regimental por isso.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, mas eu passo para o senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Então com a palavra o Senador Cristovam Buarque, autor do aditamento à realização desta audiência pública.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A minha questão é bem rápida. Só de início dizer que fico satisfeito da pergunta da Senadora Marisa sobre a ideia do que costumamos chamar de 14° salário, que o Governador Arruda adotou e que aqui está avançando como um Projeto de Lei de minha autoria, para ser aplicado a todo o Brasil. Eu gostaria também de ouvir a reação dos dirigentes e se possível transmitem para nós, vocês estão mais próximos, a reação dos sindicatos. Agora o que eu queria ouvir é a ideia, que também corre aqui um Projeto de Lei de uma mudança além do que já é feito, eu quero dizer que a solução de vocês especialmente a que eu conheço mais, do Distrito Federal, pra mim é um grande avanço na implantação do que eu fiz como governador, da eleição do diretor. Nós fizemos aqui a pura e simples eleição do diretor. Eu creio que já foi um avanço em relação à nomeação feita pelos governadores e prefeitos. Entretanto, ficou capenga. Eu creio que a maneira como o Secretário Valente e o Governador Arruda têm feito, e vocês também, pelo que eu vi, trouxe uma qualidade a mais que é juntar a relação boa do dirigente com a sua casa, que é um lado político, com o fato dele estar habilitado para o exercício.

Entretanto, há um projeto que eu coloquei aqui, da criação das escolas de gestores educacionais. E, para ser candidato a diretor, teria que ter o diploma dessa escola, obviamente não é uma escola de quatro anos, uma escola que pode ser de seis meses, e que o professor que desejasse, e até mesmo quem não fosse professor pudesse ser selecionado, entrava nesse curso e passava a fazer parte da carreira de dirigente. Criava-se uma carreira de dirigente, haveria um estoque de pessoas preparadas com diploma para serem dirigentes escolares. Esses dirigentes, desculpe, esses dirigentes diplomados seriam aqueles que se submeteriam às eleições e não seria permitido se submeter à eleição quem não tivesse o diploma da carreira. Eu gostaria de ouvir a opinião de vocês sobre isso, e gostaria de ouvir mais, a possibilidade dessa carreira ser nacional, de tal maneira que um professor de uma cidade com o diploma na mão pudesse ser candidato a dirigente de escola de outra cidade, obviamente para isso ele teria que ter o apoio dos seus colegas no processo eleitoral.

E finalmente, eu senti falta em tudo isso, do envolvimento maior da comunidade não docente no pro-

cesso de seleção. Eu sei que é difícil, mas como envolver os pais no processo eleitoral? Como envolver os alunos do caso do ensino médio, como envolver outras entidades representantes da sociedade civil no processo eleitoral? Se tem havido experiência, se vale a pena investir nisso, se é impossível as associações de outros sindicatos que não sejam de professores, por que é que não podem participar? As associações comerciais, os sindicatos de empresários, como é que a gente faria para incorporar? Eu não tenho a saída e nem a resposta, eu estou consultando para saber se vocês têm alguma proposta, eu pessoalmente não tenho, de como levar o processo de seleção do dirigente escolar além dos muros da escola.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu vou ser breve e quero parabenizar a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cristovam pela iniciativa e a riqueza de informações que vocês trouxeram para esta Comissão. E também quero pedir desculpas porque, meio-dia, eu tenho uma audiência no Ministério dos Transportes. Então eu vou fazer algumas observações aqui, questionamentos, e, depois, vou mais a frente perceber o que vocês responderam, até para ter um pensamento a respeito do assunto. Eu entendo que essa questão de sermos administradores ou gestores, alguns nascem administradores, outros podem se tornar, outros jamais serão administradores. Então no campo que nós atuamos, nós poderemos ser até excelentes professores e péssimos administradores. Então nem todos nasceram para isso. Eu entendo isso aí. Então é importante, quando o Senador Cristovam coloca essa escola, senador, e até para quem está nesse universo, mas que possa fazer um curso dentro do contexto de ser administrador de escolas, como nós temos administradores de hospitais, curso de gestão hospitalar e o cidadão não precisa ser médico para administrar um hospital, eu acho que não vai ser preciso ser professor para administrar uma escola, desde que seja um excelente administrador, é um ponto que temos aí que analisar.

A Secretária Liége colocou uma das questões que eu gostaria de fazer uma rápida observação, quando coloca a fórmula da Finlândia, não é isso? Que é a fórmula em que você tem professor qualificado, gestor qualificado. Eu acredito que a nossa fórmula, pelo pouco de experiência que eu tenho nessa área, professor qualificado, gestor qualificado e família participativa com a comunidade. Agora a questão da família, veja bem, é uma questão de evolução, de gerações que teremos pela frente. Nós hoje, por exemplo, enfrentamos uma realidade muito difícil, hoje o cidadão que tem seu filho na escola, ele talvez tenha tido o ensino fundamental, o ensino médio, se chegou lá, e quando o pai e a mãe têm o ensino médio, que aí eu estou falando um universo muito grande de brasileiros, eles não têm conteúdo para acompanhar o que o filho tem, o que o filho está aprendendo na escola, e aí deixam toda a tarefa para a escola, a escola que resolva o problema do filho, não há um envolvimento da família, que é uma questão que vamos ter que avançar com o tempo, pois entendo que a participação é muito importante. E como questionamento, eu gostaria dos diversos modelos apresentados pela Profa. Liége, pela Profa. Edvânia e pela Profa. Cheila e pelo também Prof. José Luiz, quais são os problemas que vocês estão enfrentando? Tem problema ou não tem problema? Que soluções estão apresentando para os problemas que vocês estão vivenciando? E por último, que é um ponto em que esta Comissão deve fazer uma reflexão e aprofundar, com essas informações que estamos tendo aqui nessa audiência e outras que teremos, Senador Flávio Arns, como podemos trabalhar alguma coisa de um projeto nacional. Existe alguma coisa? Eu acho faço esse questionamento porque eu não tenho conhecimento nessa área. Existe alguma coisa de gestão de escolas, algum programa, como construir um programa nacional? Que eu vi aqui, cada um tem um modelo e aí devemos ter, sabe Deus, dezenas, centenas de modelos. Se temos milhares de municípios, talvez até milhares de modelos, Senador Flávio Arns. Então cada município ou talvez a coisa não seja tão grande assim porque os estados estabelecem as regras, mas como construir um modelo para que é um desafio, talvez seja, construirmos esse modelo nacional. Porque hoje, não querendo entrar num dos pontos que vocês entendem tenho forma muito mais aprofundada do que eu, mas hoje eu entendo que a questão da educação não é mais por recursos, percentual no PIB já não é um percentual tão baixo, mas sim da boa aplicação dos recursos que chegam para a educação, e é claro da participação da família como... para mim, como essa é uma das variáveis mais importantes da atualidade. Porque nós temos visto muitos problemas nas escolas e muita coisa tem a ver com a família, que a família passa como se fosse um problema, a escola cuida do meu filho e eu estou aqui cuidando da minha sobrevivência, enquanto deveríamos ter: "Não, eu cuido do meu filho com a escola, porque esse é o caminho melhor para a minha família e para o nosso país". Então era essa a contribuição, e eu peço desculpas por ter que sair agora, Sr. Presidente, mas deixo esses questionamentos para o debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Agradeço ao Senador Jefferson Praia.

Na sequência, eu vou passar a palavra aos expositores na mesma ordem da primeira rodada, para que possam fazer as observações que julgarem pertinentes em relação aos posicionamentos externados, aí, pelos senadores e pela Senadora Marisa Serrano.

Eu quero só destacar também que só para acrescentar, reforçar três pontos da minha parte, a Senadora Marisa Serrano colocou a questão da pessoa com deficiência, a Edvânia até mencionou pessoas com dificuldade de aprendizagem, não necessariamente relacionadas a alguma deficiência, porque de fato esse título, dificuldade de aprendizagem é um título que eu também gosto de utilizar e a gente vai dizer a dificuldade de aprendizagem é decorrente do que? Pode ser de falta de oportunidade, pode ser de problemas de saúde, pode ser de falta de apoio da família, como pode ser decorrente de alguma deficiência, deficiência auditiva, visual, intelectual, enfim, então dificuldade de aprendizagem, problema de aprendizagem é um título maior. Agora, quando nós colocamos pessoa com deficiência, apreciei muito quando isso foi mencionado nas falas, que de fato eu atuo bastante nessa área, que mostra a preocupação da pessoa com deficiência, do atendimento da pessoa com deficiência na escola comum, na classe comum e na escola comum, e deve ser assim mesmo, no mundo inteiro é assim e no Brasil também tem que ser assim. Agora, isso não quer dizer o que a Senadora Marisa Serrano colocou, que não é um debate no Brasil, é um embate, não é um debate, é um embate, embate é um conflito, uma briga, que não deveria ser assim, mas o debate, o diálogo ao qual se deve chegar é todos vão se beneficiar, todos, 100% das pessoas com deficiência, vão se beneficiar daquilo que a classe comum oferece, o que a classe comum oferece é o suficiente para atender as necessidades de todas as pessoas com deficiência? Eu até diria, a pergunta não deveria ser onde que o aluno vai estudar, mas onde que as necessidades do aluno, da criança, do jovem, vão ser melhor atendidas para que eles sejam incluídos na sociedade, em termos de família, de felicidade e tudo isso.

É claro que a escola comum tem que se aprimorar. Eu cito, por exemplo, o que o Valente colocou, a questão dos DF. No DF, historicamente, as escolas atendem crianças e jovens com deficiência, seja na classe comum, ou no chamado centros de atendimento nas escolas comuns, agora chega numa certa faixa etária, onde ele continua sendo educando com 15, 16, 20, 22 anos de idade, porque a educação para o trabalho, educação de jovens e adultos e aí o sistema não tem mais condição de atender. Então, por exemplo, a APAE do Distrito Federal atende, e atende muito bem e tem a parceria com a Secretaria de Educação, atende jovens e adultos, em programas de educação para o trabalho, educação de jovens e adultos e assim por adiante. Então as soluções, na verdade... Ou, por exemplo, se a gente tem uma criança surda e cega, quer dizer a criança é surda e cega, essa criança tem uma necessidade muito especializada para se desenvolver e pode se desenvolver e pode participar de todo um processo, onde que isso vai ser feito? A família que tem um criança com uma necessidade dessa natureza, eu tenho absoluta certeza que a família, a preocupação maior da família é quem pode ajudar essa criança a que ela se desenvolva, desenvolva o potencial, consiga ser feliz, participe da sociedade e a família não está tão preocupada num determinado momento, pelo menos, com a questão se é aqui ou se é lá, mas de qualquer forma nós temos 20 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, 25 milhões de acordo com o IBGE, 19 milhões de acordo com a Organização Mundial de Saúde, de zero a 20 anos são 10 milhões de pessoas, de zero a 20 anos, dez milhões de pessoas e de acordo com censo, 600 ou 700 mil estão sendo atendidas, ou seja, menos, muito menos de 10% daquelas que deveriam estar sendo atendidas. Então existe um caminho muito grande onde não deve haver o embate, mas a construção de caminhos, bem dialogados, bem conjuntos, que possam atender com segurança as necessidades, os anseio da família e da comunidade.

E até foi colocada também a questão da participação da família e eu só quero lembrar um exemplo que o Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação que foi Secretário de Educação do Município de Taboão da Serra, colocou, o Professor Callegari, que eu acho muito interessante, ele foi Secretário de Educação lá, e a própria escola junto com o professor, junto com os alunos, programa a visita para a casa da todos os alunos, quer dizer, os alunos se programam e vão visitar a casa do aluno, vão os alunos e vai o professor e eles se programam, quem é que vai ser visitado, quando, fazem um espaço, visitas mais rápidas e com isso todas as famílias, às vezes uma coisa extremamente simples, todas as família têm participado muito mais das atividades escolares pela valorização que a escola deu para a casa da família. Então experiências aparentemente simples, simplórias, até, mas com um efeito extraordinário em termos do chamamento da família para o processo educacional. A valorização da família.

E o que o Senador Jefferson Praia colocou se a UNDIME e o CONSED como é que estão orientando os municípios e os estados para uma linha em termos de gestão escolar e certificação, como é que está esse debate dentro das instituições, UNDIME e CONSED.

Eu passo em primeiro lugar a palavra novamente a Liége, Liége Brusios.

SRA. LIÉGE LANA BRUSIUS: Eu preciso inicialmente cumprimentar a minha colega educadora gaúcha, que, agora, está aqui com vocês, eu acho que a consultoria do Congresso ganha, mas o Rio Grande do Sul perde. Eu preciso dizer isso com muita tristeza, e, inclusive, ficar aqui, nesse lugar, olhando para a minha colega Marisa, até dá um frio na barriga, porque todo mundo conhece que ela é contestadora, e, normalmente, eu estou sentada lá e ela, aqui, e a gente fica pensando muito sobre o que ela diz.

Compromisso de falar sobre todas essas questões levantadas é bastante grande. Eu preciso inicialmente dizer uma coisa, quando eu falo pela UNDIME, eu falo por cinco mil municípios e meus colegas de Mesa falam por redes grandes, com capacidade técnica diferenciada, com equipe técnica em escola diferenciada, e eu preciso falar aqui pelo menor município brasileiro, e isso faz muita diferença. A capacidade de fazer chegar a todos os municípios a mesma orientação, o mesmo debate, é quase uma utopia, mas é um compromisso. Então todas as questões que foram levantadas... Eu vou tentar falar do lugar de um dirigente municipal de educação que pode ter uma rede de 200 alunos e que também precisa acompanhar todas as discussões e todas as propostas e tentar fazer com que elas aconteçam nessas circunstâncias. Então eu vou inicialmente falar da questão da proficiência que foi trazida aqui, pela nossa Senadora Marisa, e eu quero dizer que eu fiquei... Desculpa, eu me enganei aqui, já estou falando até da Marisa aqui agora... É a Marisa, sim, está certo. A questão da proficiência me preocupa na questão dessa autorização para profissão, porque a gente não olha para a formação que esse indivíduo teve, eu fico um pouco preocupada, porque vou falar de município pequeno que não tem tantos professores a disposição. Então nós todos sabemos que nós temos uma formação bastante frágil dos nossos professores e me parece que a culpa passa a ser do professor, ele é produto de uma escola, ele é produto de uma universidade e nós precisamos com urgência repensar a formação dos nossos professores. O saber acadêmico em muitas formações está bastante distante da realidade da educação pública, da educação básica.

Então, a proficiência pode ser útil, quando nós tivemos, de fato, professores muito bem formados. Então eu acho que isso precisa ser considerado. Não há universidades próximas a todos os municípios. Os professores fazem um esforço muito grande para ter acesso à formação. Eu acho que o grande esforço que deve-se ter é que todos possam fazer formação de qualidade, aí nós vamos ter professores fazendo prova de proficiência sem receio nenhum e nós gestores vamos ter muita tranquilidade de receber professores muito bem formados nós temos um caminho de duas mãos.

Em relação à inclusão, Senadora Marisa, eu preciso dizer que não é tão tranquilo mesmo. E aí vocês não me conhecem, eu sou uma pessoa muito simples, sou uma professora municipal e sou muito informal. Uma vez uma mãe me disse o seguinte: "Quando a minha filha nasceu, o médico me disse que ela tinha Síndrome de Down, a primeira coisa que eu pensei foi: 'Por que eu?'. E eu não tenho preparo para isso". E aí a mãe respondeu que a vida inteira ela escutou da escola a mesma coisa, o professor não tem preparo para isso. A inclusão tem que ser compartilhada, a escola tem o seu papel, mas sem acompanhamento técnico é praticamente impossível fazer com qualidade aquilo que esse aluno necessita, tem que ser também um caminho de duas vias, a escola fazendo a parte, mas o aparato técnico, sem dúvida também precisa ser a ela destinado.

O meu tempo terminou. Queria também, em relação ao Senador Cristovam falar, ele perguntou sobre a participação dos pais, o que é que a gente pode fazer para ampliar isso. Eu acho que, primeiro, precisa-se saber o que é que a gente quer, o que é participação dos pais, o que é que e usa como critério para isso? Eu vou dar um exemplo de um escola de Igrejinha que teve que fazer o PDE Escola, e aí o diagnóstico não apontava pouca participação dos mais, mas a escola insistia de dizer que o problema da escola era pouca participação das famílias. Mas qual é o indicador que se usa para isso? O que é que se espera que seja participação dos pais? Eu acho que isso precisa se ter clareza, se é só o pai ir na reunião para buscar um instrumental de notas do seu filho, é isso que é participação, é definir o que o pai pode e o que o pai não pode, a partir de quem? O pai não pode transferir em uma opinião pedagógica porque ele não tem formação. Então, a participação é aonde? Então eu acho que, antes de poder avaliar se tem participação, ou não, me parece que há de se fazer uma discussão, o que é participação da comunidade. Não como uma interferência, mas como de falta uma construção coletiva de educação pública. Então eu vejo que tem participação, sim, das famílias, no espaço que a escola abre para elas, espaço que nós, professores, abrimos para ela também. Então eu acho que a discussão também precisa se dar por aí, primeiro que lugar que se abre para o pai para depois que ele não vem.

Em relação aos sindicatos, o que eles pensariam do bônus, eu posso lhe dizer com certeza. Todos acham que estão fazendo tudo para que a escola te-

nha um bom resultado. E aí nós temos que saber que critérios claros e justos a gente tem para poder, de fato, fazer com qualidade, como os colegas que... foi o colega José Luiz Valente que falou sobre tem que se ter clareza, então eu imagino um município com 200 alunos ter critérios claros para saber se a escola A ou B atingiu os seus resultados, precisa de aparato técnico para isso também. Acho que os professores em parte recebem bem, desde que eles sejam os que vão ganhar o bônus, se eles não ganharem eu não tenho tanta certeza.

E, por último, ao colega Jefferson. O Senador Jefferson, ele fez um pergunta a mim, a questão da Finlândia, ele perguntou sobre a família, eu falei que o resultado da pesquisa da Finlândia e da Coréia e a família não entra, eu tenho dúvida se a gente está colocando muito nos outros aquilo que é tarefa da gente. A escola vai mal porque o pai não vai, a escola vai mal porque não tem dinheiro, eu acho que a escola vai mal porque nós, professores, talvez precisemos nos qualificar. Nós, gestores, precisamos nos qualificar, nós agentes, enfim, políticos precisamos nos qualificar para fazer educação de qualidade. Muito fácil a gente sempre colocar no outro aquilo que nós não fizemos tão bem e que é difícil fazer melhor, não é fácil, mas que eu acho que existem caminhos que isso possa ser feito.

Quanto ao modelo nacional que o Senador Jefferson também coloca, ele perguntou, problemas e soluções, se não era bom ter um modelo nacional. Como problemas, e aí eu quero dizer que eu não sei se a gente tem capacidade, tem necessidade de ter um modelo nacional de gestão. Eu tenho dúvidas se, com tantas diferenças, nós podemos criar um modelo único, eu tenho dúvidas. Agora, como problemas, eu quero dizer que, hoje, um dos problemas das secretarias municipais é um excesso de demanda externa. As secretarias de educação estão perdendo a sua identidade, nós estamos atuando para outros entes, nós terminamos de fazer o par, vamos para o PDE e vamos fazendo uma série de demandas, todo dia chega uma demando nova e eu tenho muito receio que isso afaste a gestão municipal, a gestão estadual da sua própria identidade. Então é um sufoco de demandas que nós estamos fazendo sem tempo de fazê-las com qualidade. Então ter um processo nacional me assusta porque talvez isso seja mais alguma coisa que venha pronto e que nem todos os municípios têm condições de fazer com a qualidade que o povo brasileiro merece.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Pode, claro, V. Exa. tem direito à réplica.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [ininteligível]

Qual a sua opinião sobre essa escola?

SRA. LIÉGE LANA BRUSIUS: Acho fundamental. Eu não sei se é a escola, precisa de qualificação. A minha pergunta é como é que eu faço para a escola de gestores chegar lá em Riozinho, no Rio Grande do Sul.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A proposta que está no Projeto de Lei é que cada estado teria escolas e, dentro dos estados, em diversas regiões, poderia haver escolas para onde os professores iriam estudar. Não dá para ter escolas em todas as cidades, mas haveria um número de escolas que permitiria o professores chegarem lá, claro, ter um custo de áreas, viagens, mas a grande coisa é saber se é correto exigir o diploma para os que queiram ser candidatos a dirigentes. Essa condição, precondição é que eu gostaria de ouvir a opinião.

SRA. LIÉGE LANA BRUSIUS: Sinceramente, eu acho que, para ser gestor, precisa estar qualificado. Se o modelo é esse ou outro, não interessa. Agora, ser gestor hoje, sem uma qualificação prévia, de fato, é trabalhar como a colega disse anteriormente, se trabalha no improviso. Eu acho que nós temos o direito de trabalhar no improviso, quando se trabalha com tantos alunos e tantas famílias. Então, eu lhe digo: eu não sei se esse é o melhor modelo, não sei, podemos experimentar agora, sem qualificação, sem formação específica, vai ficar ainda pior, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Passo a palavra ao José Luiz Valente.

SR. JOSÉ LUIZ VALENTE: Eu começo saudando a Profa. Marisa que... gaúcha gremista, eu espero.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Ninguém é perfeito.

[risos]

SRA. LIÉGE LANA BRUSIUS: Mas tem colorado na mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu não sou colorado, mas só para defender algum colorado que esteja aqui.

SR. JOSÉ LUIZ VALENTE: Eu gostaria de começar, Senador Cristovam, eu tive oportunidade de quando nós trabalhávamos, o projeto de gestão aqui da Secretaria de Educação no Distrito Federal, até pela proximidade, que é um privilégio que nós temos, eu muito o consultei sobre diversas formas de atuação, sobre a sua experiência e tal, e evidentemente em todas as

vezes que eu tive a oportunidade eu sempre externei a minha gratidão pela sua preciosíssima colaboração para um modelo que nós temos hoje aqui no DF.

Eu vou tentar responder os seus questionamentos a partir da experiência que a prática desse processo que nós construímos juntos acabou nos levando. Nós construímos uma prova, na verdade é o seguinte. A escolha do dirigente se torna importante, se torna fundamental, de acordo com aquilo que ele possa fazer depois de escolhido. Se ele foi um gestor onde a secretaria cuida de tudo, centraliza tudo e ele não tem formas de atuação, penso que tanto faz. Como eu acho que o Brasil está vencendo esse desafio da autonomia da própria escola, parece-me então que nós temos que partir sim para a profissionalização da gestão, nós começamos pensando basicamente na questão da prova e conversávamos à época que a evolução de uma prova seria uma certificação. Essa certificação me parece extremamente interessante e inteligente, desde que ela tenha um prazo de validade. Se nós não tivemos uma certificação com prazo de validade, nós vamos tender a cair naquela situação que São Paulo vive hoje, que tem uma carreira de dirigentes de escola e aí a gente, como em todas as categorias, a gente tem os bons e os maus profissionais, só que o mal profissional diretor de escola vai ter que ser diretor de escola, porque ele tem que trabalhar, então nós vamos estar de pronto tornando aquela escola que vai ser dirigida por aquele mau profissional numa péssima escola com certeza, então eu diria que como carreira de dirigente, eu acho muito ruim, a menos que essa carreira de dirigente venha certificada, seja de um professor da rede, certificado periodicamente a partir de repetidos treinamentos, nós aqui no nosso modelo, nós colocamos que as provas valem por até quatro anos, a partir de quatro anos ele tem que se submeter novamente a outra prova.

Outro ponto que eu penso ser importante e que nós discutimos muito com o sindicato dos professores aqui foi com relação a quem pode ser diretor de escola, e aí eu vou me permitir, senador, com todo o respeito discordar da tese de que pode não ter um professor. Eu penso que tem que ser um professor. Eu acho que a valorização da carreira do professor, a valorização da figura do professor, aquela pessoa que era a minha mãe, professora primária, e eu via aquela batalha dentro de casa todo dia, e meu pai reclamando daquela confusão toda que ela aprontava, porque ser marido de professora não é fácil, e aquela coisa toda, eu acho que a valorização do profissional não se dá só pelo salário, porque não fora isso, todos aqui em Brasília se sentiriam bem, porque os salários aqui são bem bons. Mas a valorização se dá por esses pequenos movimentos e eu tenho defendido muito isso dentro das escolas aqui em Brasília, porque nós temos ótimos secretários escolares, temos ótimos, enfim, funcionários, merendeiros, formados e pós graduados e o que eu digo a eles sempre é o seguinte: querem ser diretor de escola, façam um concurso para professor, na Universidade Federal é assim, só pode ser reitor de Universidade Federal quem é professor e mais ainda, quem está nos dois últimos níveis da carreira, com titulação de doutorado e etc. Eu acho que isso representa uma valorização acadêmica do processo. Portanto, eu defenderia sempre a tese de que o diretor de escola só pode ser um professor.

A carreira nacional, eu confesso que temo um pouco também como a Profa. Liége, porque eu vejo que aqui em Brasília que as desigualdades são tamanhas que tem diferença enorme daqui do Plano Piloto, por exemplo, e o Recanto das Emas, que é uma cidade satélite daqui, eu penso que a gente teria que estudar de uma forma muito intensa essa questão.

Com relação ao bônus, e foi perguntado o que os sindicatos achavam, em primeiro lugar, eu penso que é indispensável a meritocracia na educação, ela tem que valer como vale hoje na questão da graduação, da pós-graduação, mas ela tem que valer na educação básica, também, como elemento indispensável. O bônus, pelo que se conversa aqui, no Distrito Federal, e eu vou a escolas todos os dias aqui, pelo menos uma eu visito por dia, o que se percebe é o seguinte: há um contraponto do sindicatos, não há dúvida. Os sindicalistas não veem o bônus como algo que possa melhorar a escola. No entanto, essa não é uma visão uniforme da categoria, por tudo que se conversa, e eu me considero, assim, numa condição muito tranquila para falar sobre isso, porque eu vou para dentro de escola, eu vivo dentro de escola aqui, e, portanto, do meu ponto de vista e nas negociações todas, é importante que se diga que todo esse modelo de gestão feito aqui foi discutido com os sindicatos, ele foi aperfeiçoado nas conversas com sindicatos, não significa dizer que eles tenham aprovado tudo que se fez, mas participaram sim de todo o processo. Em determinados momentos não concordaram e nós procuramos levar essas discussões de uma forma, que eu sempre dizia para eles "não vamos brigar, não, nós vamos buscar consensos até onde for possível a gente encontrar esses consensos, quando não for mais possível, a gente anota as nossas divergências e levamos para as instâncias superiores", que no caso do DF era a Câmara Distrital, e no caso do Brasil o Congresso Nacional. Eu penso que essa é uma maneira mais saudável de discussão e temos uma relação de respeito muito grande com profundas divergências em alguns casos, evidentemente, mas de

respeito mútuo muito grande. Portanto, eu diria que é um ponto a ser vencido, mas nós temos muito apoio da categoria, dos professores, desde que sejamos capazes de explicitar da forma mais clara e transparente possível quais são as regras do jogo. Explicitando as regras do jogo e as regras do jogo envolvendo diretamente a meritocracia no processo, o bom professor que é pelo menos 95% da carreira dos profissionais, eles vão apoiar.

Com relação à questão... Desculpa, eu me alonguei um pouquinho aqui. Mas a questão da residência educacional, nós, já no próximo concurso para professores que faremos, se Deus quiser, agora, no final do ano, o professor vai fazer a prova normalmente, como sempre faz, e, logo após, ele vai passar por um período de treinamento, como o Secretário Paulo Renato propôs lá em São Paulo. Eu falei com ele, e disse que nós íamos copiar a ideia dele aqui e íamos fazer mais rápido que ele, só de brincadeira, mas evidentemente nós vamos fazer isso, é extremamente importante, e nós muitas vezes temos profissionais que passam na prova e não conseguem dar uma aula no momento subsequente. Então esse processo já havia uma proposição do Senador Cristovam a respeito disso a época e nós, senador, vamos implementar mais essa que estava faltando aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Mas depois do concurso?

SR. JOSÉ LUIZ VALENTE: O professor faz o concurso. É como na carreira de gestor aqui da...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Depois da graduação.

SR. JOSÉ LUIZ VALENTE: Depois da graduação, nós aqui vamos fazer depois do concurso, que é onde a gente estaria apto. Eu acho, na verdade, que isso leva a uma mudança no ensino superior, eu diria assim, a gente tem um medo, como a Profa. Liége muito bem colocou, do que pode acontecer por conta de que ainda é muito dissociado o ensino de graduação da realidade do dia-a-dia da escola. Mas eu penso que a indução da mudança na graduação, ela vai se dar por aquilo que nós sejamos capazes da exigir dos nossos professores, daquilo que nós sejamos capazes da cobrar deles, e evidentemente que as cobranças terão que vir em tempos diferentes. Hoje, por exemplo, aqui na rede do DF nós temos praticamente todos os professores com graduação e metade já tem pelo menos especialização. É um luxo em termos de Brasil, no entanto, o que é que nós fizemos? Nós temos ainda quase mil professores, um pouco menos de mil professores que não têm graduação, para esses o plano de carreira deu um tratamento diferenciado de modo incentivá-lo a, e os novos só entram se tiver graduação. Então, se a gente conseguir tratar o que já está numa forma de correção e o que vai entrar já corrigido, eu penso que é um bom caminho para que a gente faça isso. Nos concursos aqui, nós vamos agir dessa forma.

E por fim a questão... E já encerrando e pedindo mais uma vez perdão pela demora, eu diria que, com relação ao ensino especial e a inclusão educacional, aqui, em Brasília, nós temos 13 centros de ensino especial, onde são atendidas as crianças e jovens com muita dificuldade para estar no ensino regular. Nós temos procurado trabalhar a questão da inclusão da forma mais abrangente possível. E temos, sim, senador, e aí o senhor tocou num ponto crucial, que é como atendermos aqueles jovens adultos depois da escola, depois da terminalidade, isso é um enorme problema que nós temos aqui. Nós temos adultos de 40, 50 anos nos nossos centros de ensino especial e temos resultados alguns extremamente positivos de alunos com grandes necessidades concluindo o ensino médio, agora a filha da Profa. Evelise que acaba de concluir o ensino médio, que foi uma grande vitória para todos nós, todos ficamos extremamente felizes. E a questão da inclusão educacional, para encerrar mesmo. Passando não só pelos alunos com necessidades especiais, mas por aqueles com dificuldades de aprendizagem, hoje eu estou totalmente convencido, passa pela educação integral. Eu não tenho dúvida que o avanço do processo educacional no Brasil vai se dar e tem que se dar pela educação integral. A nossa experiência aqui em Brasília tem sido maravilhosa, guardando todas as dificuldades, temos escolas onde os alunos têm que almoçar na sua classe de sala de aula, mas ele come, e ele comendo, ele tem um rendimento totalmente diferente dentro do seu dia-a-dia, e se nós conseguirmos avançar de modo a que todos possam ter acesso a esse tipo de atenção, nós vamos mudar mesmo. O Ministério Público bate muito na gente por conta dessa questão de nós não termos muitas vezes todos os refeitórios perfeitamente adaptados, essa coisa toda, não temos mesmo, temos que evoluir para lá, mas a diferença do que pode comer e do que não pode comer é enorme e vale a pena, sim, enquanto não for possível ter um belo refeitório, botar ali um papelzinho por cima da mesa, da sua classe, da sua carteira, e ele ter de onde se alimentar. O resultado vem e eu espero poder comprová-lo imediatamente agora nos exame do SIADE, nós estamos no segundo ano em Brasília de educação integral, grande parte orientada pelo Senador Cristovam Buarque, e eu tenho certeza que os resultados vão aparecer de uma forma muito interessante.

Perdão pelo adiantado aqui da minha fala, mas eu penso que a ideia era poder responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Passo a palavra à Edvânia Rodrigues.

SRA. EDVÂNIA BRÁZ TEIXEIRA DE RODRIGUES: É bom falar depois do Valente, porque ele já falou assim um monte de coisas bastante interessantes. Eu queria dizer, Senador Cristovam, que quanto à questão da escola de gestão, eu concordo com que o Valente falou, que ela tenha prazos de validade para que a gente caia naquele problema. Eu penso que o exame de proficiência como início para profissionalização dos gestores, a gente corre o risco de apenas provar que a nossa educação superior não está preparando gestores escolares, porque até mesmo porque as licenciaturas que não são a de Pedagogia dificilmente se falam em gestão, e é uma coisa que a universidade tem que pensar, e eu falo isso falando da minha casa, porque a minha origem é a Universidade Federal de Goiás. Em Goiás nós instituímos o arranjo educativo com a participação dos IFETs, que estão agora como institutos, trabalhando licenciatura em diversas áreas, com a Universidade Estadual de Goiás, que tem 43 campus espalhados pelo Estado de Goiás e com a Universidade Federal de Goiás. Esse debate tem sido extremamente salutar na perspectiva tanto de a gente aperfeiçoar o nível de exigência da Secretaria para aquilo que a gente quer receber, como o profissional para atender as necessidades da secretaria, a gente sobre que a função da universidade não é só essa, atender as necessidades do mundo do trabalho, mas também de pesquisa e outras atribuições, mas que o foco na formação do profissional, tanto para a sala da aula, quanto para gestão, ele não pode estar aquém da necessidade do mundo do trabalho na área educacional. Eu acredito que se a gente associar as duas coisas, a escola de gestores com a proficiência, a certificação, aí sim nós estaremos trabalhando o problema na medida e na dimensão que ele se constrói no Brasil.

A questão da profissionalização, eu acho que é processo, como tudo em educação. A Senadora Marisa inclusive elencou a exigência da formação acadêmica para o gestor, o processo de capacitação e/ou formação continuada, o termo de compromisso, que em Goiás nós temos o gestor assina um termo de compromisso de dedicação exclusiva com a escola, inclusive um dos grandes problemas que nós estamos tendo com gestores é porque eles têm mais de um contrato, e aí eu assino esse termo de compromisso e depois deixa rolar e quando a gente vai verificar, nós estamos tendo que abrir processos administrativos, inclusive para destituir esse gestor, porque ele assinou um termo de compromisso de dedicação exclusiva com a escola e eu acho que o próximo passo é a escola de gestores, então é um processo se construindo nacionalmente. É claro que em determinados estados, como o Estado de Goiás que já vivencia esse processo de eleição e formação há dez anos, isso vai estar mais fácil de ser construído, e em outros ele vai ter que passar por esse processo e até mesmo para que os participantes desse processo se convençam da importância da profissionalização, até chegar naquele município, Liége, aquele com menos alunos e tudo mais, mas que não deixa de ser importante a profissionalização do gestor.

Quanto à questão que o Senador Jefferson Praia colocou, que a história tem mostrado um aumento qualitativo do financiamento do PIB e também a participação da família sejam fundamentais para a aprendizagem, eu acrescentaria aí o tempo da permanência da criança na escola e aí eu concordo plenamente com que o Valente falou, Goiás tem avançado na questão da escola de tempo integral e o aluno de tempo integral, porque é impossível toda e qualquer rede colocar escola de tempo integral em todas as escolas, porque ela teria que construir o dobro de prédios. Então nós seguimos a seguinte ideia, nós vamos trabalhar com a escola de tempo integral onde a comunidade aceitou por adesão e que a escola tenha minimamente condições de assumir esse projeto, com aluno comendo na sala de aula, do jeito que você colocou aí, até a gente ter o refeitório, ver os vestiários com banheiros, para que ele possa ter esse atendimento, mas nós temos o aluno em tempo integral que é atendido toda a escola de 1º a 5º ano, o professor recebe por 40 horas, ele trabalha 30 horas efetivamente no tempo regular de escola e ele volta três vezes por semana para atender esse estudante com dificuldade da aprendizagem, no projeto que a gente intitulou Projeto Aprendizagem. Então é um investimento que o Governo do Estado de Goiás está fazendo para que toda criança tenha ampliação desse tempo de permanência na escola. E isso demanda o quê? Lanche em dobro, se o estudante não tem condição de voltar para casa, ele tem que lanchar às vezes três vezes da manhã, antes de entrar para o atendimento, a sua dificuldade à tarde ele faz um novo lanche e de novo à tarde, então é um grande investimento necessário, para que a gente tenha esse acompanhamento mais de perto e por mais tempo da criança na escola.

Além disso, nós estamos implantando desde o ano de 2007 os centros de educação e convivência juvenil, que são escolas que pela municipalização no estado, elas ficaram ociosas e nós estamos investindo nessas escolas, criando oficinas na área de arte, cultura e lazer para que outras crianças além dessas que voltam três vezes por semana, nos outros dois dias se ela quiser participar dessa formação nos centros de convivência,

ela poderá ter a ampliação do seu tempo, então são esses os alunos em tempo integral e não escola de tempo integral por meio esses projetos.

Então eu acho que falta eu dizer para a Senadora Marisa a respeito da inclusão. Goiás está fazendo dez anos de escola inclusiva, começou com a perspectiva, às vezes com grande resistência familiar do deslocamento dessa criança de uma escola especializada para escola comum, mas, hoje, eu diria, na gestão rede, que nós ganhamos em duas perspectivas, a perspectiva do atendimento à criança com profissional especializado acompanhando como professor de apoio. Então, a sala de aula que tem um aluno que seja com deficiência motora, auditiva ou intelectual, ele tem o professor regular e um professor de apoio que auxilia esse professor a atender todos, mas com uma atenção mais focalizada ao aluno portador de deficiência. Nós temos o professor de recurso, que atende no turno de ampliação da aprendizagem. Então ganhou o estudante que tem um atendimento mais focado na deficiência dele e ganha a sociedade, porque nós vamos estar vivenciando a diversidade em sala da água. Nós não precisamos ensinar para o nosso aluno que ele tem que respeitar o deficiente teoricamente, nós estamos vivenciando essa convivência pacífica e trabalhando para que não haja preconceito cotidianamente em sala de aula. Eu acho que a gente ganha nessas duas perspectivas. Temos problemas de infraestrutura? Temos. Existem escolas que às vezes a gente tem que mudar. O segundo ano funciona numa determina sala esse ano, e o ano que vem, terceiro ano, também, porque nós temos um portador de deficiência motora e que a gente tem escada na escola, mas nós estamos, através do PDE, investindo na melhoria da acessibilidade das escolas e isso é processo também, ninguém tem condição de fazer isso 100%. O Ministério Público nos cobrando 24 horas por dia, mas a gente dialogando das dificuldades que temos, mas que a proposta maior de inclusão é mais importante do que talvez aquela rampa naquele momento. Para o deficiente estar no convívio ali com os alunos ditos normais e eles como deficiente e você percebe uma solidariedade enorme com as crianças. Eu tive uma experiência enquanto eu fui gestora de uma escola, a Profa. Mercês está aqui, ela é docente no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Goiás, em que nós tínhamos um estudante que ele tinha esclerose múltipla, em que os alunos faziam escala de atendimento quando ele começou a não dar conta mais de conduzir a sua própria cadeira de rodas. Então eles faziam escala. Hoje, sou eu, e, às vezes, se alguém queria mudar aquela escala, a gente tinha que mediar o conflito. São extremamente solidários quando elas são educadas a trabalhar com a diversidade. Então, desculpa pelo alongamento, eu acho que era isso que tinha para contribuir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Foi muito bom. Passo a palavra à Cheila Vendramin.

SRA. CHEILA CRISTINA VENDRAMIN: Em relação à colocação sobre a proficiência, certificação, acho que nós temos que nos aprofundar nessa discussão. Nós sabemos que, nos Estados Unidos, a maioria dos estados já existem grandes centros de certificação, e essa certificação, às vezes, é só inicial, depois com atividades que o professor vai fazendo ao longo da sua carreira ou curso de formação continuada, que ele possa estar realizando durante a sua carreira, e com número de pontos esse profissional vai se recertificando além das avaliações. Então é uma coisa que nós temos que nos aprofundar, se faz necessária, só fico preocupada com a questão de certificar como hoje é a OAB, porque nós sabemos que o grande número de profissionais que nós temos nesse país, e concordo com a Liége sobre a questão de que tem municípios que nós teremos grandes dificuldades de termos professores habilitados, inclusive, então esse tipo de avaliação, acho que nesse momento tem que ser aprofundado. Para vocês terem uma noção, no país e não é diferente o Estado do Mato Grosso do Sul, nós hoje não temos um número suficiente de professores de ensino médio de Química e Física. Eu acho que o grande problema no país hoje, principalmente Química e Física, e, a partir de agora, a partir do ano que vem, com Espanhol sendo obrigatório no ensino médio também, teremos dificuldade com a disciplina de Língua Espanhola por conta do número de não profissionais habilitados no mercado, então nesse sentido--

SRA. LIÉGE LANA BRUSIUS: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. CHEILA CRISTINA VENDRAMIN: É. Nesse sentido nós teremos grandes dificuldades, a senhora sabe o ano que vem lá.

Em relação à residência, eu acho que dá para estudar, eu acho é propício, nós temos que partir para que essa questão de ter um tempo mínimo desse profissional que faz o concurso, participa do concurso público, é aprovado, mas ele precisa ter um tempo na escola para que ele possa mostrar realmente a competência dele e não estamos aqui discutindo a questão das universidades, sabemos das dificuldades que a universidades apresentam hoje para nós, que estamos na base com os profissionais formados, habilitados, das dificuldades que ele apresenta.

Em relação à avaliação periódica eu vejo com bons olhos, eu acho que todos nós no Mato Grosso do Sul é necessário ter essa avaliação periódica, porque

o ser humano se não é avaliado, ele se acomoda no dia-a-dia, ele não busca fazer uma especialização, um mestrado, um doutorado, então avaliação periódica vai fazer com que os nossos profissionais acordem no seu dia-a-dia e possam buscar apesar da sua rotina difícil, às vezes até de três turnos de sala de aula, eles terão que buscar um tempo para que eles possam investir em si próprio, eu acho que a avaliação periódica é fundamental para que isso ocorra.

Queria responder em relação ao que o Senador Buarque colocou, sobre a questão das escolas de gestores. Eu vejo com bons olhos a escola de gestores para a formação dos gestores no país. Porém, não como carreira, eu acho que como carreira nós teremos dificuldades de discutir isso por conta que hoje nós já sabemos que é necessário que os profissionais tenham uma mudança na escola, eu sei que quando o senhor colocou, necessariamente não é um concurso público, mas hoje a gente não conversa sobre carreira de dirigentes escolares, então eu concordo com o que os palestrantes me antecederam, eu vejo com bons olhos a questão na escola de gestores. Eu acho que temos que profissionalizar esse gestor, porque como disse a colega, as universidades, as licenciaturas não falam de gestão escolar, tirando a Pedagogia, as outras licenciaturas têm dificuldade nessa questão, mesmo na Pedagogia nós não temos professores ainda que venham para a rede com o conhecimento mínimo necessário.

Inclusão. Nós estamos com a mesma preocupação que a Senadora Marisa no Mato Grosso do Sul. Não somos contra a inclusão, muito pelo contrário, somos a favor, nós vemos grandes avanços das crianças, jovens e adolescentes que estão na sala de aula inclusos com os demais alunos na sala de aula, vemos como é a receptividade dos demais alunos para com essa criança com deficiência, porém sabemos que dependendo da deficiência seria muito difícil a escola abrigar essas crianças, principalmente aqueles alunos que são muitas vezes trazidos para a escola em ambulâncias com balão de oxigênio, então essas crianças, do nosso ponto de vista, seria muito difícil nós estarmos garantindo a qualidade até de vida para que essa criança possa estar no ambiente escolar. Porém os demais alunos, penso que é um avanço que nós estamos tendo ao dos últimos dez anos no país, não é diferente no Mato Grosso do Sul. Hoje nas nossas escolas, nós temos professores itinerantes como o professor de apoio que tem em Goiás e a mesma aqui no Distrito Federal, nós temos professores de Libras em várias escolas, onde tem um menino, uma criança surda nós temos o intérprete de línguas de sinais. Temos o professor itinerante com os PCs. Temos também professor, apoio na sala da aula quando o aluno é hiperativo demais, nós sabemos que tem dificuldade, o professor de ficar focado nesse aluno. Então, nós temos esse profissional de apoio, temos os itinerantes domiciliares, é aquele aluno que não pode vir para a escola porque ele está acamado com atestado de seis, sete meses, câncer, leucemia e não está podendo vir para a escola, então nós temos professores que vão até a casa desse aluno levar toda a parte do conteúdo dos ensinos necessários para esse aluno.

Em relação ao bônus. Eu vejo com bons olhos como o Distrito Federal a questão... vamos chamar de bônus, premiação, porém nós temos dificuldades com os sindicatos também. Os sindicatos não veem com bons olhos a questão da premiação ou do bônus, como queiram chamar, ou de um 14°, mas a questão do mérito nós temos que discutir e aprofundar. Nós tivemos uma experiência em Campo Grande, na época, onde nós premiamos os professores alfabetizadores que alfabetizaram os seus alunos avaliados pela nossa avaliação de desempenho acadêmico nas escolas e isso fez com que Campo Grande se tornasse destaque nacional no ano de 2005 devido ao trabalho que nós estávamos fazendo e que hoje continua sendo feito, muito bem feito pela Profa. Cecília na Secretaria Municipal. Então eu vejo com bons olhos, sim, a questão de você valorizar financeiramente aqueles profissionais que se destacam na escola.

Em relação ao gestor, a participação da família que foi falado pelo senador, eu vejo sim a importância do profissional qualificado, o gestor qualificado, a família participativa, porém nós temos que ter um equilíbrio aí. O que é competência da escola e o que é competência da família? A competência da família não pode ser deixada de lado, a família não pode deixar que o seu filho fique na escola à mercê só da questão do ensino, que essa é a função social da escola. Então nesse sentido nós somos, temos que trazer a família para a escola, a família tem que se responsabilizar, sim, por esse seu filho, por esse alunato, para que nós tenhamos pais participantes e com isso alunos brilhantes, sem pais participantes, não teremos alunos brilhantes.

E quanto ao modelo de gestão na questão da gestão nacional, concordo com a Liége, acho complicado ter um modelo nacional, nós temos tantas diferenças nesse país e mesmo dentro do nosso estado tantas diferenças, tantas especificidades que o modelo nacional que não seja aberto nos leva a ter uma tendência de um fechamento da nossa questão, da nossa autonomia enquanto estado, da autonomia do município enquanto município, e da autonomia da escola enquanto escola. Então nesse sentido eu penso que se for fazer um modelo nacional, ele tem que ser bem

amplo para que possa agregar a todas as especificidades nesse país. É isso que eu tinha para falar e me coloco à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu estou imaginando que estamos o debate. Então eu queria aproveitar a presença para explorar outro assunto, que talvez o Valente não precise entrar, porque aqui não é o problema, mas eu gostaria de saber como é que anda a implantação do piso salarial.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Eu só quero, antes dos expositores darem a resposta, só dizer o seguinte, que nós tivemos um audiência pública aqui sobre qualidade de educação, se não me engano, alguma coisa assim, e foi constituído um grupo de trabalho com V.Exa., com a Senadora Marisa Serrano e o Senador José Nery, se não me engano, justamente para levantarmos como é que anda o plano de carreira e o piso salarial, a audiência era sobre o piso e nós, inclusive, pedimos o apoio da UNDIME, do CONSED, da CNTE e do MEC para fazermos esse levantamento aprovamos a lei e queremos saber a quantas anda a implantação dos piso e implantação de planos de carreira pelo Brasil. Até a Senadora Marisa Serrano abordou esse assunto, foi constituído o grupo de trabalho. Oficiamos para esses órgãos, recebemos respostas às vezes verbais e às vezes por escrito, dizendo que não se tem qualquer ideia de como que anda o piso salarial e a questão do plano de carreira. Então eu até faria o apelo novamente para o CONSED, para UNDIME, para o MEC e a CNTE, que é Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, que está organizando. E nós dissemos assim: "Vamos tentar ter esses dados em primeiro lugar, para a partir daí, conforme foi proposto, fazermos uma avaliação da lei", quer dizer, aprovamos a lei e queremos saber a quantas anda esta lei. Mas isso só para dizer, mas agora as pessoas individualmente podem dar um ideia em função da pergunta feita.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Inclusive quando eu falei que o Valente não precisava, porque eu estava vendo como Secretário do DF onde aqui os salários são mais altos, mas ele está como representante do CONSED, se tiver informações seria interessante também.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): CONSED e da UNDIME, acho que os dois...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): CONSED e UNDIME. Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): É sobre o mesmo assunto? Porque senão eu já daria, já pediria para eles. Eu acho que o Osvaldo faz a colocação.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Ok, sem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Pode fazer, Osvaldo.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, na verdade eu me sinto prejudicado, porque aqui nós corremos de comissão para comissão e na verdade a comissão que eu queria ter presenciado era essa aqui, mas estava em outra comissão que era importante também, tinha poucas pessoas e eu tinha que lá estar, portanto eu pedir o melhor da festa e vou me recriminar pelo resto do dia, o resto de semana também não, porque não dá. Mas até porque educação é área que eu escolhi como profissão e a fiz durante a minha vida toda. E na verdade todas as ações que aqui foram abordadas, decidi que eu poderia aprender bastante e que talvez até poderia colaborar com alguma coisa, quando eu vejo uma Mesa repleta de gente tão competente, tão preparada e tão atualizada, na verdade me dá inveja do Cristovam que ficou aqui, e da Senadora Marisa, que tiveram a oportunidade de presenciar toda essa exposição aí, por mais que eles sobejamente já tenham conhecimento, mas na verdade nunca se perde por apreender bastante, vão apreender mais e principalmente o Cristovam e a Senadora Marisa, que na verdade são os expoentes aqui nesse Congresso com relação à educação. E a cada vez que eu os encontro, só de vê-los eu já aprendo, porque eu sei que a fisionomia deles é de educação, é de educador, é de pessoas que na verdade dedicam a vida e a alma nesse sentido. E eu, como aprendiz de feiticeiro e gosto desse ramo, até porque fui professor desde os 16 anos de idade lá em Fátima do Sul, a minha família é de lá, e depois como Secretário de Estado de Educação, membro do CONSED, e como também--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já em Mato Grosso.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Já em Mato Grosso. E como também criador de universidade, nós criamos uma universidade estadual lá em Mato Grosso, que deu resultado espetacular, criamos uma universidade à distância também em 1992 que fomos buscar tecnologia do Canadá, em Quebec, e foi um espetáculo e hoje está na América do Sul toda e foi um projeto embrionário, foi lá. Portanto, alguma coisa que me chama a atenção. E quando a senhora falou sobre a inclusão, na verdade eu também tenho uma curiosidade espetacular sobre esse negócio, porque eu não vejo o professor normal de sala de aula preparado

para essa inclusão, grande parte ali faz como se fosse um modismo, mas não que ele esteja preparado para atender as duas faixas. E isso precisa ser, Senador Cristovam, precisa ser estudado melhor, porque na verdade é o caminho, mas precisa que aquele mestre que ali está, aquele professor que vai transmitir, ele esteja em condições não só de formação, mas psicóloga também, para receber esse aluno porque são duas realidades completamente diferentes. Então eu acho que é um estudo que tem que se começar a fazer de uma forma mais aprofundada, mais verticalizada, a fim de que a gente possa tirar as dúvidas que têm.

Quanto à gestão, eu concordo plenamente com o Senador Cristovam, no sentido de que é necessário a formação desse gestor e só aquilo que ele recebe na universidade, lá no curso de Pedagogia como gestor escolar, como administrador, eu acredito que não é o suficiente, as coisas mudam consoantemente a todo dia, a toda hora e é necessário que antes dele assumir, até antes da eleição, da gestão democrática, que ele tenha já uma formação sobre isso, que esteja atualizado, que esteja em consonância com a comunidade, que volte a ter aquela prática que tinha antigamente dos pais e mestres e que havia aquela simbiose, havia aquela ligação entre a comunidade e a escola, e uma coisa misturava com a outra e ficava muito bom esse interrelacionamento da escola com a família, isso é indispensável em qualquer modernização que tem, qualquer avanço que tenha é necessário a família dentro da escola.

Agora, outra coisa que eu queria falar que debatemos ontem bastante aqui, inclusive a Senadora Marisa teve condições de falar e o Senador Cristovam também, foi quanto a horas/atividades que eu acho, eu fui com toda modéstia, um dos que comecei essa atividade lá em Mato Grosso, em 1982, quando eu fui deputado estadual, tive oportunidade de apresentar uma lei que instituía a hora/atividade das escolas. O que é que seria isso? 50% em sala de aula e 50% para atividade extra sala a aula, que seria consulta, biblioteca, preparação de aula, planejamento esse negocio todo e que ontem eu vi isso voltar aqui no projeto do Senador Paim, que eu acho essa ideia da mais alta relevância, da mais alta importância, nós não podemos ter professor apenas aquele cidadão que passa de uma escola para a outra de manhã na escola A, à tarde na escola B, à noite na escola C e não ter tempo de preparar a aula, não ter tempo de corrigir a prova, não ter tempo de fazer o seu planejamento, não ter tempo de especializar, não ter tempo de nada, coitado, e faz tudo isso em casa extra, sem ganhar nada por isso. Então eu acho que hora/atividade e aqui foi proposto 1/3 a mais, que eu acho extremamente importante, lastimavelmente lá em Mato Grosso depois de uns dez anos de funcionalidade, vigência dessa lei, ela foi extinta, um governador achou que não deveria e tal, que era gasto; porque eu acho que tudo que fazem educação é investimento, mas foi tido como gasto, e de repente tiraram e hoje nós estamos só com a educação em sala de aula, mesmo. Mas eu acho que hora/atividade é necessário cada estado pensar nisso. Eu sei que Mato Grosso do Sul tem avançado muito nisso, eu sou do tempo da Profa. Leocádia, foi minha colega, grande educadora, grande mestra, e que fazia um trabalho muito bom nesse sentido. Mas eu deixo só como referência e para também meditação, de que nós temos que além do piso nacional, nós temos também que pensar nessa parte da hora/atividade para dar mais flexibilidade, mas tranquilidade, mas humanização à nossa carreira de professor.

Parabenizo a todos, e agradeço a oportunidade e desculpa e quero perdoar a mim mesmo, por não ter tido a oportunidade de estar aqui desde o início dessa palestra dos senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Para você se perdoar mais ainda, depois pode ler as notas taquigráficas e aí estará completamente perdoado. Eu só quero indagar das pessoas, aqui presentes, se alguém tem alguma informação que possa responder a pergunta do Senador Cristovam, em relação à questão do piso salarial CONSED, UNDIME ou estado como foi colocado, dizendo que nós temos um grupo constituído, já pedi para a secretaria, em função da falta de informações que o grupo se reúna, CONSED, UNDIME, MEC, Tribunal de Contas e Comissão de Orçamento, e mais os três senadores, e ao mesmo tempo dizer que nós já falamos com o Presidente do STF em audiência pública, que se propôs a dar uma atenção especial para a ação de inconstitucionalidade e ao mesmo tempo estamos agendando a reunião com o Ministro Joaquim Barbosa, que é relator desse assunto. Só se alguém quiser se manifestar. Edvânia.

SRA. EDVÂNIA BRAZ TEIXEIRA DE RODRIGUES: No Estado de Goiás, senador, se disser que aplicou o piso 100% a resposta é não, mas nós temos uma justificativa para isso. A decisão tomada pelo Governo do Estado é que o piso será dado a todos os profissionais da educação e não apenas ao professor. Então foi instituído um aumento mensal, está sendo disponibilizado um milhão e meio a cada mês, que é repassado a todos os servidores e nós temos a previsão de muito em breve ter o piso para todos os profissionais da educação. Essa foi uma preocupação levantada pela Secretária, Profa. Milca Severino, com a preocupação em manter o plano de carreira, porque

se desse o piso apenas àquele que a lei está prevendo, nós estaríamos desmanchando o plano de carreira, isso foi dito ao sindicato, inicialmente houve uma certa resistência, mas, depois, foi compreendido pelo coletivo de professores que foi uma boa iniciativa, porque a gente mantém o plano de carreira em vigência, agindo assim. E negociado com tranquilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Liége.

SRA. LIÉGE LANA BRUSIUS: Em relação à UNDIME, temos agora uma proposta nova de formação de gestores, coordenada pela UNDEME nacional, tratando de questões especificas do gestor e uma delas é o plano de carreira. Então já estão sendo realizadas formações nos estados, preparando os secretários municipais para essa nova demanda, porque nós temos tempos diferentes, a diferença do período eleitoral nos coloca em tempos diferentes, nós temos 70% dos secretários municipais de educação chegando, uma demanda de par, de PDE, de Projeto Político Pedagógico, de eleição, enfim, de uma série de questões. E infelizmente eu preciso dizer isso aqui com tristeza, ainda há três meses um município gaúcho me ligou, perguntando, uma secretária me ligou, perguntando se eu tinha lei para pagar abono para professores, porque não atingia os 60% do FUNDEB, do antigo Fundef, do FUNDEB, eu confesso a vocês que eu entristeci, porque pensar que até hoje, tanto tempo decorrido desta necessidade, dessa clareza, ainda ter municípios que não conseguiram aplicar 60% em folha, então eu ano que essa é uma atenção muito importante dessa Casa, dessa Comissão, porque, se nós temos um novo plano para ser adequado a partir de janeiro de 2010 e, passados tantos anos, nós ainda temos municípios que não conseguiram tratar da questão dos investimentos mínimos que a lei exigia, municípios sem hora/atividade, nem pensaram sobre isso, há de fato de se pensar, de se garantir que a legislação aconteça de fato.

Em relação ao piso, nós estamos trabalhando nessa questão, considerando que os municípios tenham uma outra problemática, a não universalização do atendimento à educação infantil e a forte pressão da sociedade para que isso aconteça. Então, há, sim, de se estender a matrícula, se ampliar a matrícula, se estender a rede de atendimento, o que gera novos investimentos, incremento da folha de pagamento e que isso nós precisamos dar conta junto com o piso, professor também de educação infantil tem direito a este piso, e um excesso às vezes de penduricalhos em alguns planos de carreira, desculpe a expressão, mas é a expressão de professores, planos com muitas outras gratificações que no bolo ficam impossíveis de gerar todas as outras vantagens em cima de um piso, gerar todas essas outras vantagens. Então municípios mais pobres, municípios com dificuldades, então eu penso que é de fato uma necessidade dessa Casa ficar atenta para que aquilo que está na lei seja de fato colocado em prática em todas as unidades da federação e em todos os municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Cheila.

SRA. CHEILA CRISTINA VENDRAMIN: Em relação à rede estadual do Mato Grosso do Sul, nós não temos problema em relação ao piso, nós já antes da promulgação da lei, nós já aplicávamos o piso, a nossa dificuldade é com relação à discussão que vai se iniciar agora novamente no Senado, da questão do planejamento que hoje ainda nós temos grandes dificuldades financeiras para trabalhar a questão do aumento do planejamento, não que sejamos contra, somos a favor de ter uma carga horária maior de planejamento, mas hoje a grande dificuldade nossa é em relação ao planejamento, quanto ao piso nós já desde a legislação, nós já havíamos colocado em prática.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): José Luis Valente.

SR. JOSÉ LUIZ VALENTE: Com relação ao CONSED, nós, no CONSED, temos, disponibilizamos, inclusive, um software, para que os estados ofereçam essas respostas. Nem todos responderam, mas, basicamente, pelo que se tem de informação, todos estão envolvidos com o processo. De uma maneira ou de outra, se busca chegar ao piso num menor prazo possível. Há questões que já foram relatadas, como essa de Goiás, que, para fazer, para não criar um desarranjo no plano de carreira, há diversas alternativas aí sendo construídas para oferecer o piso e manter a formulação do plano. Eu penso que mais um pouquinho de tempo a gente vai ter uma resposta mais concreta. Hoje a gente tem apenas a informação de que todos que ainda não são no piso estão mobilizados para. Penso que é importante, porque representa uma preocupação oriunda de uma lei que precisa ser cumprida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só para fazer uma constatação, é que eu ontem eu falei aqui nesta Casa defendendo os municípios, porque os municípios não aguentam mais com a carga tributária que tem, com a grande demanda de obrigações que o município tem. E eu coloquei isso ontem aqui, falei dos estados e municípios, mas principalmente dos municípios, que nós temos que oportunizar, exigir. Quando exigirmos alguma coisa do município, dar a contrapartida em termos financeiros, porque não é possível, gente... Eu falei, vão falir os municípios e nós vamos ficar aqui

como antes de ontem, fizemos votando mais 1 bilhão, daí um pouco não dá mais 1 bilhão, e aquela angústia dos prefeitos de poderem colocar, fazer com que a sua prefeitura ande. Desde a lei da responsabilidade fiscal, que eu ano que tem que voltar a ser rígida nesse país, está esvaindo pelos vãos dos dedos, colocar que as prefeituras sendo prefeituras que realmente cumpram com a lei, que elas possam ter também a contrapartida em dinheiro para poder fazer aquilo que é básico, educação e saúde, eu acho que aí não tem escapatória. Eu gostaria que professor ganhasse bilhões se fosse possível, mas eu sei que tem municípios que não tem pode, não há como, nós podemos fazer a lei aqui linda, vai ficar numa gaveta e não vai ser colocada em prática. Nós temos que sempre colocar. Como diz o Senador Cristovam, às vezes a gente faz a lei e vota a favor, só para gente abrir discussão, avançar um pouco, mesmo que não seja o total dela implementada, pelo menos 60% já é um ganho, e, assim, a gente vai queimando etapas. Agora, que os municípios estão hoje numa situação pré-falimentar no país, estão, e que nós temos que cuidar muito para que a gente possa fazer as leis e organizar as leis de acordo com que as prefeituras possam ter ainda recursos para investir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Estamos chegando ao final dessa audiência pública em função da observação da Senadora Marisa Serrano. Até eu quero dizer que o Brasil arrecada impostos e contribuições. As contribuições na verdade são impostos, mas só que tem o nome de contribuição, a grande diferença é que a contribuição não é repartida com estados e municípios, a contribuição fica unicamente destinada à União e realmente tudo fosse considerado imposto, o recurso da educação seria o dobro e com o dobro, sem dúvida muita coisa poderia ser feita e a realidade seria diferente, porque se arrecada tanto, mais contribuições do que impostos no Brasil, mais ou menos igual, mas pelo que me consta um pouco mais de contribuições. Então seria simplesmente o dobro. Então a realidade seria essencialmente diferente.

A segunda observação que quero fazer... Foi falado muito da pessoa com deficiência, e eu faria só um apelo para os que estão aqui e aqueles que nos acompanham pelo Brasil, para observar no Distrito Federal, Rio Grande, na UNDIME, na CONSED, Mato Grosso, Goiás, sempre a situação daquele percentual de pessoas com deficiência que foi levantado aqui, que tem uma necessidade muito mais acentuada, porque no conjunto de pessoas com deficiência, deficiência intelectual, visual, auditiva, física, distúrbio de conduta, autismo, transtorno global de desenvolvimento, há um percentual que precisa de um atendimento realmente mais especializado. E o que se observa é que essas pessoas não estão em lugar algum na maior parte das vezes, não estão em lugar algum. Cito, por exemplo, Curitiba mesmo, família que tenham filhos com distúrbio de conduta, por exemplo, acentuados, não é uma hiperatividade, mas um distúrbio de conduta, muitas dessas crianças e jovens estão sem escola hoje, sem qualquer escola, seja comum ou especial. Ou se a gente pensar naquela jovem de 15 anos da idade que está aprendendo a lavar a mão, o rosto e ficar independente, onde é que esta pessoa estará se não for numa escola especial, porque não estará com os colegas que estão aprendendo Física, Química, Biologia ou Matemática, ou aqueles como o Valente colocou, que vão para os 15, 20, 30 anos e que não se pode chegar e dizer: “Agora você vai para casa”, você tem que ter uma educação para o trabalho, uma educação de jovens, adultos e assim por diante. Mas de qualquer forma, algum tipo de olhar para aquela população que tem uma necessidade de desenvolvimento bem mais acentuada e que deve ter uma preocupação principal, porque nós estamos muito habituados a pensarmos na escola comum em termo de rampa, banheiro adaptado, o que é fundamental, vamos dizer, é fundamental e atende uma parcela da população, mas um atendimento individualizado de acordo com as necessidades e tudo, também é importante. Então só pensarmos bastante nessa... para que todos de fato tenham o direito à educação assegurado.

Eu só quero lembrar a todos que temos um cartaz muito bonito que é o dia e semana nacional da leitura, coloco até para lá, que vai acontecer semana que vem, 14 e 15 de outubro a comemoração dia nacional, dia e semana nacional, expansão do acesso à leitura, a integração entre ações públicas e privadas, 14 e 15 de outubro semana que vem, que é a semana de criança, semana do professor e teremos dois dias de eventos promovidos pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte a esse respeito. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só para lembrar que esse dia nacional é uma criação do Senado Federal, é um Projeto de Lei de iniciativa aqui, no Senado, e que eu espero que a gente possa repetir anos depois de anos, como incentivo à leitura no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): E eu quero até me penitenciar, porque não me lembrava, mas esse projeto é de iniciativa de V. Exa. quando presidente da Comissão de Educação. E essa iniciativa enquanto, foi muito incentivada por V.Exa., e agora nós estamos então, em função da lei, também fazendo a programação que foi uma iniciativa

importante do Congresso, do Senado e particularmente de V.Exa. e os parabéns por isso. Eu sempre digo, o Senador Cristovam é ex e sempre presidente desta Comissão de Educação.

Mas interessante nessa Comissão porque há um espírito muito forte suprapartidário, são pessoas de todos os partidos políticos, mas todo mundo diz tem que funcionar, tem que dar certo que, o que é que pode ser feito, e há uma convergência para a educação, a cultura e o esporte, sempre as três áreas, e na área da cultura debate muito bons e na área do esporte, agora temos que debater também muito sobre Copa do Mundo, Olimpíada e a inclusão social da nossa população pelo esporte como pela educação e pela cultura.

Agradeço a presença dos expositores, foi muito bom. Posso dizer que aprendi muito hoje, particularmente com a experiência que foi trazida com a sistematização da experiência e com a reflexão sobre a caminhada empreendida, que é fundamental sobre a prática, para se observar o que vem dando certo, o que é que pode continuar, o que é que deve ser consolidado e como foi mencionado é um processo que tem que ser muito bem organizado, muito claro, mas que nos permitiu pensar bastante sobre o assunto. Então eu sou muito grato, como Presidente da Comissão, pela participação, incentivo novamente todos que nos acompanham pelos meios de comunicação que também participem, colaborarem, enviem idéias e com esses pensamentos declaro encerrada então a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 12h55.

Ata da 59ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 13 de Outubro de 2009.

Às onze horas e quarenta minutos do dia treze de outubro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência Eventual do Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Sadi Cassol, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, João Ribeiro, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Pedro Simon, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Lobão Filho, Efraim Morais, Papaléo Paes e João Vicente Claudino, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Raimundo Colombo, José Agripino, Marisa Serrano, Cristovam Buarque e Roberto Cavalcanti, que justifica a ausência. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senador Flávio Arns, esclarece ao Plenário que, no dia de hoje, foi publicada na Ordem do Dia do Senado Federal, a expressão "vago" na presidência da Comissão, o que *a priori,* não permite que o Senhor Senador conduza a sessão como presidente efetivo. Diante do exposto, é submetida à deliberação dos Senhores (as) Senadores (as) proposta no sentido de que a presidência dos trabalhos seja conduzida pelo Senador Flávio Arns, como presidente eventual da Comissão. A proposta é aprovada por unanimidade. O Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, encerra os esclarecimentos informando que a vacância na presidência, publicada pela Ordem do Dia, será objeto de discussão política entre as partes interessadas, uma vez que, pela sua interpretação, o Regimento Interno do Senado Federal não disciplina o afastamento de presidente eleito de Comissão em virtude de mudança de partido. Prosseguindo, os Senhores Senadores Paulo Paim, Alvaro Dias, Efraim Morais, Rosalba Ciarlini e Pedro Simon, manifestam-se favoráveis à permanência do Senador Flávio Arns na presidência da Comissão. O Senador Cristovam Buarque posiciona-se no sentido de que o Senador Flávio Arns presida a Comissão, por quantas sessões forem necessárias, até que uma solução seja alcançada. A Senadora Fátima Cleide manifesta-se a favor da permanência do Senador Flávio Arns na presidência dos trabalhos no dia de hoje, para que posteriormente seja realizada uma discussão política entre os interessados a respeito da situação. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 038, de 2006,** de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Marinha Raupp, que "Estabelece normas para o processo de execução do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD e do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 003: Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Uldurico Pinto, que "Acrescenta § 6º ao art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que "Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; e altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências". (Permite

ao estudante beneficiário do PROUNI solicitar transfêrencia para outra instituição participante do Programa)". O relator designado, ad hoc, é o Senador Alvaro Dias e o parecer favorável, com as emendas nº 01-CE e nº 02-CE, é aprovado. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2008 - Complementar**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que "Insere o art. 72-A na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para, durante a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), excluir do conceito de receita corrente líquida dos entes federados as receitas de transferência do Fundo e, das despesas com pessoal, os gastos com remuneração de trabalhadores da educação básica". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer favorável é aprovado. A Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento dá-se início a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, conforme disposto na Decisão nº 01/09-CE. **Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Carlos Brandão, que "Institui o Dia Nacional do Bumba Meu Boi". O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 096, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Deputada Professora Raquel Teixeira, que "Institui o Dia do Plano Nacional de Educação, acrescentando artigo à Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Institui o Dia Nacional das Mudanças Climáticas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Adelmir Santana e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CE e nº 02-CE, aprovadas por 14 (quatorze) votos. **Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que "Institui o Dia Nacional do DeMolay". O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que "Institui o Dia Nacional do Criador de Cavalos". O relator designado, ad hoc, é o Senador João Vicente Claudino e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 016: Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Deputado João Paulo Cunha, que "Institui o Dia Nacional da Defesa Civil". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 017: Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Institui o Dia Nacional de Conscientização para a Doação de Medula Óssea". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer é pela prejudicialidade. A declaração de prejudicialidade (nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal) é aprovada por 14 (quatorze) votos. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Assegura aos professores concursados das redes públicas de educação básica acesso a cursos superiores de pedagogia e outras licenciaturas, sem necessidade de exame vestibular". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 002, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que "Altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar que a União participe do financiamento das instituições de educação superior estaduais". A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CAE/CE e nº 02-CAE/CE, aprovadas por 13 (treze) votos favoráveis e as subemendas nº 01-CE e nº 02-CE, aprovadas por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 012, de 2005,** de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CCJ/CE, aprovada por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 015: Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Deputado Ricardo Barros, que "Institui o Dia Nacional

de Luta contra o Câncer de Mama". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer é favorável. A matéria foi lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há mais quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, o Senador Augusto Botelho requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Aditamento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 42/07-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Augusto Botelho, que requer "...nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 42, de 2007, que propõe a realização de Audiências Públicas para debater "Os 10 anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação", aprovado por esta Comissão em 18 de setembro de 2007, para que em uma das Audiências Públicas sejam convidados os Ex-Ministros de Estado da Educação, para discutir os 13 anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996)". O Aditamento ao Requerimento é aprovado. **Item 018: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) a realização do IV Fórum Legislativo nas Cidades-Sedes da Copa de 2014, apoiado por esta Comissão e organizado pela Comissão de Turismo e Desporto (CTD) da Câmara dos Deputados em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) desta Casa. Este Fórum será o quarto dos 12 (doze) encontros programados pelo Projeto "O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014", a ser realizado nos Estados-Sedes da Copa, no período de agosto a novembro de 2009. O evento ocorrerá dia 15 de outubro do corrente, quinta-feira, a partir das 10 horas, na Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso, em Cuiabá. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite com a programação poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1999, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2000 e em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 047, de 2003; Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 050, de 2009 e Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2008.** O Presidente Eventual, Senhor Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e dez minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

59ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 13 de Outubro de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 59ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto inicialmente à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores e Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu gostaria de, em primeiro lugar, fazer um esclarecimento ao Plenário desta Comissão, no seguinte sentido: todos sabem que eu estava filiado ao PT, Partido dos Trabalhadores, e, recentemente, mudei de partido, fui para o PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira. E o PT, Partido dos Trabalhadores, em conversa inclusive com o seu líder, Senador Aloizio Mercadante, e explicando a situação que ele detalhou, a situação do problema, o PT requereu a vaga, minha, que eu estava nessa Comissão como titular, representando o Partido dos Trabalhadores e inclusive tendo sido eleito para a Presidência dessa Comissão.

E, ao mesmo tempo, o PSDB me indicou como titular também para ser membro desta Comissão, como titular. Então, eu saí da Comissão pelo Partido dos Trabalhadores e me tornei membro da Comissão, como membro titular também pelo PSDB.

Os dois documentos foram entregues na Mesa do Senado Federal, dirigidos ao Presidente José Sarney, como havia sido combinado, inclusive não houve nenhum trauma nesse sentido, no mesmo dia, para que a saída de um partido coincidisse com a entrada do documento do outro partido, para fazer parte da Comissão.

A interpretação da Mesa, contudo, é no sentido de que, quando um partido entra com o documento na Mesa, o cargo já está automaticamente vago. Isto significaria que a Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o cargo do Presidente estaria vago.

Não entrando no detalhe se eu continuaria ou não continuaria, porque não é esse o debate que eu estou fazendo aqui, nesse momento, que é um debate mais regimental do que propriamente político, que todos nós sabemos que a divisão de comissões dentro do Se-

nado e dentro da Câmara também obedece mais um critério político, de entendimento, de discussão entre os partidos políticos.

Então, nesse sentido, apesar de ter havido, assim, a indicação no mesmo dia, o cargo de Presidente, de acordo com o entendimento da Mesa do Senado, e que tem que ser respeitado, estaria vago.

Então, eu gostaria, assim, de ponderar com os colegas membros da Comissão o procedimento para esta reunião. Nós podemos perfeitamente ter uma reunião com a Presidência eventual, para dar segmento ao debate, à apreciação, à discussão, e eu poderia estar presidindo ou qualquer outro senador ou senadora poderia também estar presidindo, porque a Presidência eventual... Quando o Presidente falta, o Vice falta, existe uma Presidência eventual, para que os assuntos fossem... Os que pudessem ser deliberados e debatidos, o seriam no dia de hoje.

Para que, no meio tempo, com calma, com tranquilidade, com segurança, nós pudéssemos fazer os encaminhamentos necessários para que, numa próxima reunião, se for o caso, pudéssemos dar o andamento adequado ao encaminhamento da solução definitiva.

Então, eu queria validar com a Comissão, se a Comissão concordar, os membros aqui presentes também, que já temos maioria, inclusive, na lista de presença, que, apesar de estar escrito Presidente da Comissão, seria Presidente eventual, se me permitem dizer assim, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para que possamos, já que estamos aqui, me parece, salvo melhor juízo, estou aberto para as ponderações absolutamente... Que desejem fazer e da minha parte também... O que eu desejo fazer é que seja o procedimento correto, adequado, com a concordância da Comissão, que não seja objeto de nulidade ou coisa semelhante, por isso que estou deixando muito claro o fato que aconteceu, para que todos tenham conhecimento e possamos, no dia de hoje, apreciar e deliberar, se este for o entendimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, só para ajudar o encaminhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acho que é unanimidade no Plenário o belo trabalho que V. Exa. vem fazendo à frente da Comissão.

V. Exa., para nós, é uma satisfação que continue de forma eventual, sem prejuízo inclusive do entendimento, que eu acho que é possível. Porque a bancada, nós, em nenhum momento, discutimos essa disposição, digamos, de que V. Exa. não esteja na Presidência.

Então, eu diria, V. Exa. continua como Presidente e vamos torcer que dê tudo certo e não haja nenhuma mudança, inclusive na Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Mas só... Quer dizer, esse até seria, Senador Paulo Paim, eu agradeço, porque nós temos, assim, uma relação de amizade muito grande e de respeito, e isso ultrapassa toda, qualquer questão partidária, também, e não é por ter saído do partido também que deixe de haver o respeito que sempre houve no decorrer do tempo.

Agora, ao mesmo tempo, só para a formalidade eu quero... Discutindo com a Secretaria, inclusive, sabermos que eu estou aqui, para não haver dúvida alguma, em termos de legalidade, que poderia estar aqui presidindo V. Exa., o Senador Marco Maciel, qualquer outro senador.

Eu só estou aqui, eu penso, por, assim, já estar acompanhando os processos todos.

Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Flávio Arns, eu não acompanhei os debates até agora, cheguei nesse momento, mas é uma surpresa. Não entendo a razão dessa decisão. Creio que devemos trabalhar para reverter, já que o regimento estabelece que os cargos...

Quer dizer, a presença na Comissão é definida pelo partido ou bloco, mas a Presidência da Comissão é por eleição. V. Exa. é Presidente da Comissão eleito. Foi eleito pela maioria dos integrantes dessa Comissão, aliás, pela unanimidade dos integrantes dessa Comissão.

Portanto, é legítimo seu mandato, mesmo que tenha ocorrido essa mudança de partido. Não vejo razão para esta alteração. Tenho a impressão que a Comissão deve ser ouvida antes de qualquer decisão terminativa da Mesa do Senado Federal.

E eu imagino que todos os integrantes dessa Comissão homologarão a indicação... A permanência de V. Exa. na Presidência da Comissão.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Portanto, não creio que este episódio possa interromper os trabalhos da Comissão, não vejo razão para isso. Confesso que não sei, até gostaria de ter mais informações de V. Exa., qual foi a decisão da Mesa, qual foi a informação que a Comissão recebeu.

Porque como estou chegando agora e estou...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Estou surpreso com a notícia. Estou surpreso com a notícia.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sobre o mesmo assunto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, eu só quero... Já que V. Exa. colocou, de fato... Como eu coloquei, o líder Aloizio Mercadante havia conversado comigo e o Senador Arthur Virgílio também disse: "Não, nós o indicaremos em substituição." E nós não tivemos qualquer comunicado oficial na Comissão. Só soube pela Ordem do Dia, onde consta "Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Presidente: vago. Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano."

Então eu só soube... Mas com o argumento, fomos buscar o argumento, que esse lapso de tempo, apesar de ter sido no mesmo dia, na mesma sessão, teria havido um lapso de tempo de meia-hora, uma hora, entre um e outro. Quer dizer, não está no regimento também.

Por isso que eu diria, assim, para evitar a polêmica nesse sentido, no dia de hoje nós... Porque é uma decisão muito mais política, eu penso, do que regimental.

Mas, de qualquer forma, nesse sentido, para evitar um aspecto de legalidade, em obediência àquilo que está escrito, que nós colocamos Presidente eventual no dia de hoje, em função do documento. Para não haver... Porque, se eu estivesse aqui, presidindo como Presidente e constasse como vago, aí também haveria eventualmente alguma dificuldade.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem, sobre o mesmo assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Na ausência da Senadora Marisa, eu acho que a própria Comissão deseja... Nomeia V. Exa. para... Solicita a V. Exa. que presida os trabalhos.

Depois, se trata de escolha de Comissão, proporcionalidade. Da mesma forma que acontece nos cargos da Mesa Diretora. E nós sabemos que existem casos, é uma jurisprudência, de que houve uma eleição, será respeitada a eleição, independente da mudança do parlamentar de partido político.

Esta aí o exemplo do Senador Mão Santa, que mudou de partido e vai continuar como sendo Terceiro Secretário da Casa.

O próprio Senador César Borges, que, na época, era dos Democratas, até então PFL, e era Terceiro Secretário da Casa, mudou de partido e continuou Terceiro Secretário da Casa.

Então, o que está valendo... Eu vou mais além. Foi nomeado, foi escolhido pelos partidos políticos, dentro da proporcionalidade, a representação do nosso país no MERCOSUL, dentro da proporcionalidade. E houve uma eleição. Escolhidos esses membros, o Senador Romeu Tuma, que foi indicado pelo DEM, mudou de partido, foi para o PTB, mas, mesmo assim, permaneceu na representação brasileira.

Então, a meu entender, salvo melhor juízo, e daí nós temos que ouvir a Mesa em que baseado... Em que tomou a posição de tornar vago o cargo de V. Exa., porque, se assim fosse, ele teria que fazer todos os outros cargos ou todos os outros parlamentares que deixaram o partido.

Então, eu entendo que V. Exa. é o legítimo Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, por voto unânime dos membros desta Casa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, agora eu entendi melhor.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): É uma posição que eu queria deixar, para que se pudesse esclarecer, seja através da Mesa Diretora da Casa, seja através da Comissão de Constituição e Justiça.

Enfim, eu entendo de que V. Exa., uma vez eleito Presidente, o mandato de V. Exa. terá a validade até o final desse mandato.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem.

Eu agradeço também a V. Exa. e eu só quero também dizer que a minha fala aqui se iniciou, no sentido de expor a dificuldade e pedir a concordância do Plenário para o tipo de encaminhamento que estávamos dando em função da apreciação das matérias, para que não houvesse, assim, nenhum questionamento de que eventualmente, tendo conhecimento do fato, como eu disse, só soube pela Ordem do Dia, eu estivesse exorbitando na minha autoridade. Então, nesse sentido.

Senador Alvaro Dias. Cristovam Buarque e Rosalba Ciarlini.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pelo que entendo agora, não há uma disposição do PT em retirá-lo da Presidência da Comissão. Não há essa disposição, não há esse desejo. Isso é que importa. Se houve um equívoco em razão do... Equívoco burocrático, eu diria, se houve esse equívoco, vamos saná-lo, verificar qual é a forma de sanar esse equívoco.

Se houver necessidade de referendarmos a sua eleição com uma nova eleição, faremos, certamente, por unanimidade nessa Comissão. Se houve um interstício entre a indicação do PSDB para que V. Exa. permaneça na Comissão, com a decisão da Mesa de tornar o cargo vago, vamos corrigir. Se houver ne-

cessidade, corrigiremos aqui com uma nova eleição rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, eu faço questão de dizer que, pra mim, o senhor está sendo um Presidente perfeito.

Mas, entretanto, eu reconheço que o PT tem toda razão, porque, na distribuição das presidências, nós fazemos o trabalho de proporcionalidade.

Então, eu creio que faz parte da regra do jogo. O ideal é que eles dissessem: "Nós mantemos o Senador Flávio Arns, apesar de estar no PSDB", Mas isso não seria, a meu ver, viável politicamente.

Entretanto, enquanto não houver a solução disso, acho perfeitamente correto que o senhor presida a todos nós, por quantas sessões forem necessárias, até que tudo isso seja resolvido.

Eu entendo a posição do PT, mas não podemos parar os trabalhos da Comissão enquanto isso não é resolvido.

Então, eu espero que o senhor seja nosso Presidente até que o assunto seja resolvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns, na realidade, eu quero aqui dizer a V. Exa. que entendo também essa questão como foi colocado aqui, pelo Senador Efraim.

O senhor é o nosso Presidente, nosso legítimo Presidente, porque foi eleito, escolhido pelo nosso voto. Claro que a indicação do nome partiu da proporcionalidade da divisão entre as bancadas, mas, na realidade, a sua aprovação foi com nossos votos.

Então, achamos que é mais do que legítimo e que entendemos assim, que o senhor continue a ser o nosso Presidente, que vem conduzindo tão bem, fazendo um grande trabalho aqui, nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu agradeço.

Então, nós vamos dar continuidade à reunião, ao que me parece, na condição de Presidente eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Passamos inicialmente aos...

Nós vamos inicialmente aos itens de natureza não terminativa, e só faltam três senadores para termos o *quorum* para as decisões terminativas. Passamos ao Item 03 em primeiro lugar.

Eu vou tomar a liberdade de indicar um relator *ad hoc* para o Senador Cícero Lucena, que inclusive cedeu o seu lugar, e eu sou muito grato a ele, para que eu pudesse permanecer como membro titular da Comissão de Educação.

Então, Item nº 03 da pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2008, que "*Acrescenta o § 6º ao art. 7º, da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos, PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e altera a Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004, e dá outras providências*. *Permite ao estudante beneficiário do PROUNI solicitar transferência para outra instituição participante do Programa*." Autoria: Deputado Uldurico Pinto. Relatoria: Senador Cícero Lucena; o Parecer é favorável com as emendas oferecidas, e eu solicito ao Senador Alvaro Dias que possa ser o relator *ad hoc*.

Só Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, apenas eu indagaria a V. Exa. se, após V. Exa. podia... A respeito do Item 05.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pois não.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Permitir que eu solicitasse que a matéria saísse de pauta. Porque o Ministro da Educação, semana passada, me falou que tem muito interesse nesse Projeto e gostaria de promover aperfeiçoamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pois não. V. Exa., como relator, pode solicitar. Já o está fazendo. Então, o Item nº 05, está retirado de pauta.

Pois não, Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente Flávio Arns, vou procurar resumir, até porque o parecer está aí, à disposição dos Srs. Senadores, dizendo que já há uma previsão em normas oriundas de portarias do Ministério da Educação, editadas desde 2006, que estabelece esse instituto da transferência.

E a proposta é transformar em lei, a adoção de lei.

Trata-se de política de Estado e justifica-se alçar à condição de lei essa providência. Somente assim a medida será assegurada juridicamente, deixando a transferência de alunos do PROUNI de se sujeitar aos humores da direção do MEC. A direção do MEC muda, e a legislação, evidentemente, se torna permanente.

Os únicos reparos a serem feitos dizem respeito ao saneamento de falha de técnica legislativa na ementa da proposição, tendo em conta os ditames da Lei Complementar 95 e a necessidade de maior abertura para que outras disposições acerca da transferência, inclusive critérios atinentes a circunstâncias especiais que motivem o procedimento, sejam tratadas em regulamento.

Para esse fim, o relator, Senador Cícero Lucena, apresenta várias emendas, com o fim de reafirmar

a relevância social da proposição, que, uma vez não apresentando óbice de natureza constitucional ou jurídica que dificultem sua tramitação, é digna de acolhida pelo Senado Federal.

Portanto, a proposta do Senador Cícero Lucena é de aprovação, com a inclusão destas duas emendas. Emendas que aprimoram o texto da lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço, Senador Alvaro Dias.

Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores e Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item nº 06 da pauta, já que o Item 05 foi retirado, por solicitação do Senador Marco Maciel, relator da matéria.

Item nº 06, não terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2008, complementar. "*Insere o art. 72-A na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para, durante a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB, excluir do conceito de receita corrente líquida dos entes federados, as receitas e transferência do Fundo, e das despesas com pessoal, os gastos com remuneração de trabalhadores da educação básica*." Autoria: Senador Osmar Dias. Relatoria: Senador Marco Maciel; o Parecer é favorável. A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra V. Exa., Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Senador Flávio Arns, senhoras... Presidente da Comissão, Sras. e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, "*Encontra-se nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado 265/2008 – Complementar, de autoria do nobre Osmar Dias, que propõe a inserção do art. 72-A na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal, para que, durante a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o FUNDEB, seja excluído do conceito de receita corrente líquida dos entes federados as receitas de transferência do Fundo e, das despesas com pessoal, os gastos com remuneração de trabalhadores da educação básica.*

O art. 1º do Projeto acrescenta o seguinte artigo à Lei de Responsabilidade Fiscal: 'Art. 72-A. Durante a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, instituído pela Emenda Constitucional 53, de 2006, nos termos do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, oriundas do mesmo Fundo, não serão consideradas parte da receita corrente líquida a que se refere o art. 2º, nem as despesas dos mesmos entes federados com remuneração de trabalhadores na educação básica serão incluídas nos gastos totais com pessoal do respectivo Poder Executivo, nos termos dos arts. 18 e 19 da lei a que me refiro, a Lei de Responsabilidade Fiscal'.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência.

O autor justifica a proposição sob o argumento de que o projeto pretende retirar entraves que os atuais limites com despesas de pessoal impõem à plena eficácia do processo de valorização dos profissionais da educação e ao crescimento das redes de educação básica, objetivos da criação do FUNDEB.

Em suma, Sr. Presidente, o projeto em exame visa adequar os atuais controles exercidos sobre as despesas públicas com pessoal com as prementes necessidades da educação básica, aliás, necessidades essas reconhecidas pelo próprio texto constitucional brasileiro, com a criação do FUNDEB, onde são previstos recursos suficientes ao treinamento e à valorização dos profissionais da área educacional."

Não foram apresentadas emendas ao Projeto que estou relatando, Sr. Presidente.

Análise. "*Nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre* '*normas gerais sobre educação, cultura, ensino, e desportos, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional e salário-educação'*, *inciso I.*

Também lhe é atribuída a competência para opinar sobre datas comemorativas, inciso II, e 'formação e aperfeiçoamento de recursos humanos', *inciso III, todos do mesmo artigo*". Alguns desses aspectos estão presentes no conteúdo da proposição que estou relatando.

> "*O projeto objetiva alterar a LRF, a Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo a excluir, do conceito de receita corrente líquida dos entes federados, às provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB, e, de suas despesas com pessoal, os gastos relativos à remuneração de trabalhadores da educação básica.*
>
> *Quanto aos aspectos jurídicos, não vislumbramos óbices ao projeto.*
>
> *O projeto de lei sob exame não apresenta vício de inconstitucionalidade. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União,*

art. 22, I, Constituição Federal, e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional.

Como estipulado no art. 48 da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: I) matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações; inciso II) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.

Ademais, não há, nos termos dispostos no art. 61, combinado com o art. 84, ambos da Constituição Federal, prescrição de iniciativa do Executivo ou de iniciativa privativa do Presidente da República na matéria tratada no referido projeto.

Em conclusão, Sr. Presidente, as normas propostas não afrontam, a meu juízo, formal ou materialmente, os princípios adotados pela Constituição.

Também os requisitos de adequação às normas da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, e às regras regimentais, foram respeitadas.

Quanto ao mérito do projeto, restringimos nossa análise aos aspectos relacionados com as atribuições desta Comissão.

Não se pode negar que a proposta, caso aprovada, terá impacto relevante sobre temas que nos são muito caros, como gastos na educação, instituições educativas e bases da educação nacional.

Acreditamos que a inclusão dos recursos e dos dispêndios do FUNDEB, na apuração dos limites de gastos com pessoal definidos pela referida LRF, implica, de fato, imposição de restrição à capacidade dos Estados e Municípios em gerir, de forma relativamente autônoma, suas finanças.

Com tal procedimento, muitos municípios passaram a ter dificuldade em atender os limites da LRF, já que eles recebem transferências cada vez maiores do FUNDEB estadual.

Os recursos do FUNDEB, como ressaltado pelo autor da proposição, demarcam nítida vinculação que, enquanto tal, acaba de superestimar a real aferição da capacidade de pagamento dos entes públicos.

São receitas aprioristicamente direcionadas, voltadas para o financiamento de ações de educação básica, o que justifica que elas sejam destacadas da apuração da receita corrente.

Além disso, não estão elas disponíveis para a cobertura de despesas de outra natureza, que não as com educação básica, não refletindo, portanto, parâmetro capaz de representar e avaliar a capacidade de pagamento dos entes federados, isto é, União, Estados e Municípios.

Desse modo, a adoção do procedimento previsto no projeto para a apuração da receita corrente líquida e para a exclusão dos gastos com pessoal daqueles realizados com os trabalhadores da educação básica significará, de fato, uma flexibilização bem-vinda nos gastos dos entes da Federação com a remuneração dos profissionais desse setor.

Entendemos, finalmente, que a aprovação do projeto permitirá que os entes federados possam fazer as devidas alocações de recursos na qualificação da educação pública, no nível básico, sem entrar em conflito com a LRF, ou seja, com a Lei de Responsabilidade Fiscal."

O voto, portanto, em face do acima exposto, Sr. Presidente, como relator, é no sentido da aprovação do Projeto de Lei do Senado 265/2008 - Complementar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Em discussão. A matéria é não terminativa, terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores e Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu quero sugerir ao Plenário que nós examinemos os itens de 09 a 16 que são dias, instituem dias comemorativos e serão votados em bloco, no final.

Como só existe a necessidade de mais um senador e como esse senador já está se dirigindo aqui para o Plenário, nós faríamos a leitura e pediria a gentileza dos relatores de fazer, assim, um relatório sucinto, porque serão votados em bloco, a não ser que haja alguma dificuldade em algum deles.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Pedro Simon, pela ordem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não estava aqui, Sr. Presidente, quando foi discutido na Comissão a questão da Presidência. A questão da Presidência da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pois não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu confesso que me surpreendi, quando eu vi, hoje, vaga a Presidência da Comissão.

Eu acho, com toda sinceridade, que foi um ato exagerado da secretária e um ato que, com toda sinceridade, eu acho que merece uma reflexão mais profunda.

Nós estamos vivendo um momento em que os próprios partidos foram responsabilizados, o meu, por exemplo, lançou uma nota oficial, dizendo que quem não está satisfeito pode sair, porque não tem nenhum problema. Não vai acontecer nada.

E saíram. Tem membros da Mesa que saíram do PMDB e continuam membros. Não aconteceu nada.

Então, eu acho que, com relação a V. Exa., eu faria uma proposta à Comissão, que nós votássemos no sentido de que defendemos a tese de que V. Exa. deve continuar na Presidência.

Eu acho que não há razão, não há motivo. Já tem precedente, vários precedentes nesse sentido. Eu estou aqui, eu e o Marco estamos aqui há quanto tempo e várias e várias vezes aconteceu isso.

Eu acho que não é de um gesto dessa natureza de mudar a Presidência. Então, eu proponho que os membros da Comissão se dirijam à Mesa, propondo que estamos reconduzindo V. Exa. à Presidência e gostaríamos que o nosso pensamento fosse atendido.

É a proposta que eu faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. É uma proposta do Senador Pedro Simon, para reflexão também.

Passamos... Então, com a concordância do Senado... Do Senado, não, da Comissão--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu interpretei o silêncio como simpático. Foi um silêncio... Se é um silêncio positivo...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente. Sr. Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É que já houve manifestação anterior favorável.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Então é simpático.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente. Em função da...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sobre o mesmo assunto.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sobre o mesmo assunto, eu não quero criar polêmica aqui, mas só para dizer ao Senador Pedro Simon e aos outros que nós, do Partido dos Trabalhadores, concordamos, hoje, aqui, com o senhor permanecer na Presidência, na sessão no dia de hoje. Que isso se discuta no campo da política, até porque o Senador Cristovam levantou aqui, inicialmente, a questão da proporcionalidade, ela é regimental. Na hora de nós discutirmos a ocupação dos partidos... Então eu penso que isso a gente pode discutir depois, na política, para que não seja criada aqui uma situação que, depois, se coloque lá para a Mesa como unânime. Certo?

Então, eu só peço que a gente, sobre este assunto, continue a nossa Sessão do jeito como nós deliberamos inicialmente e, depois, a gente discuta no campo da política, PT e PSDB, como que se acerta essa situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Isto.

Eu quero lembrar aos senadores e senadoras que chegaram um pouco depois da discussão que, ao iniciar essa Reunião, eu inclusive pedi autorização à Comissão para que esta reunião fosse realizada como... Já que temos tantos temas em pauta também, e na condição, como já está escrito inclusive aqui, Presidente eventual, que poderia ser eu ou qualquer outra pessoa a ser o Presidente eventual, em função do fato de ter havido a substituição, a retirada por parte do PT e a indicação por parte do PSDB.

Mas, ao mesmo tempo, discutimos que as tratativas, as discussões seriam feitas para que isso não prejudicasse o andamento dos trabalhos do dia de hoje.

Então, passamos rapidamente aos itens 09 a 16, que instituem dias.

E eu peço a gentileza dos relatores de serem muito sucintos no relatório, porque serão todos esses projetos votados em bloco, com exceção do Item 12, que o Senador Romero Jucá pediu para retirar de pauta.

Item 09, terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 133/2009, que "*Institui o Dia Nacional do Bumba-Meu-Boi*." Autoria: Deputado Carlos Brandão. Relatoria: Senador Lobão Filho. O Parecer é favorável. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 22 de setembro, 29 de setembro e 6 de outubro de 2009.

Com a palavra V. Exa.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, só pela ordem, por favor, um minutinho.

Gostaria só de pedir para, logo após, votarmos o Item 01, porque ele é terminativo e nós estamos com *quorum*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Isso. Exatamente. Então, de maneira sucinta, se V. Exa. puder fazer isso.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, este tema demandaria de mim uma análise mais longa, visto a importância desse projeto que é oriundo da Câmara dos Deputados.

Projeto este que valoriza o Dia do Bumba-Meu-Boi, que é uma cerimônia cultural espalhada em diversos estados brasileiros e com grande relevância, grande importância, grande espaço na grande maioria dos nossos Estados.

É uma celebração cultural que tem origens africanas, europeias, e uma grande adaptação brasileira aqui, e de extrema relevância, de extrema importância para a preservação da nossa cultura.

Mas, devido à exiguidade do tempo, serei muito sucinto.

Meu voto é pela aprovação, pelo mérito, pela constitucionalidade, pela juridicidade, pela adequação da técnica legislativa.

Portanto, eu voto a favor deste projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Serão votados em bloco, de 09 a 16.

Item nº 10, terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2009 que "*Institui o Dia do Plano Nacional de Educação, acrescentando artigo à Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001*." Autoria: Deputada Professora Raquel Teixeira. Relatoria: Senador Efraim Morais. Parecer favorável. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 22 e 29 de setembro de 2009.

Com a palavra V. Exa.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, parabenizar a autora e dizer que, feito uma análise, observando a juridicidade, podemos concluir que nós vamos votar, apreciado o mérito e não identificado óbice de natureza constitucional, jurídica e de técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 96/2009, que estabelece o dia... Ou institui o Dia do Plano Nacional de Educação, acrescentando artigo à Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.

Favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Votaremos ao final.

Item nº 11, terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 171/08, que "*Institui o Dia Nacional das Mudanças Climáticas*." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Expedito Júnior; Parecer favorável, com as emendas oferecidas.

Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para as emendas. A matéria constou na pauta das Reuniões dos dias 30 de junho deste ano, 7 de julho, 22 de setembro, 29 de setembro e 6 de outubro.

Solicito ao Senador Adelmir Santana para ser relator *ad hoc*.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. O projeto é de autoria do Senador Cristovam e tem como relator o Senador Expedito Júnior. Ele tece considerações sobre a matéria, envolvendo organismos internacionais, Agenda 21, faz uma série de considerações.

E dentro desse amplo contexto, pode-se concluir pelo mérito inquestionável do Projeto de Lei nº 171/2008, uma vez que a proposta do Dia Nacional das Mudanças Climáticas certamente representará importante instrumento de educação ambiental e de conscientização de toda sociedade brasileira.

Esse papel é fortalecido em especial pela determinação de que, nesse dia, as escolas promovam debates e mobilizações em torno de medidas capazes de assegurar a proteção dos ecossistemas brasileiros, contribuindo, dessa forma, para mitigar os impactos da degradação ambiental sobre mudanças climáticas.

O voto, portanto, é pela aprovação, com emendas.

Numa delas, ele altera o art. 1º do Projeto 171, de 2008, substituindo-se a expressão Dia Nacional das Mudanças Climáticas por Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas.

E a emenda seguinte altera a redação do art. 2º do mesmo projeto, para excluir vírgula que aparece depois da palavra, aspas, "debates", e do art. 3º, para grafar a palavra Lei com inicial maiúscula.

São as duas emendas e o voto do relator é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Votação depois do Item 16.

O Item 12, o Senador Romero Jucá solicitou que fosse retirado de pauta.

Item nº 13. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 245/2009, que "*Institui o Dia Nacional do Demolay*". Autoria Senadora...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Demolay.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Desculpe, Demolay. Não, está certo, Demolay. Autoria, Senadora Rosalba Ciarlini. Relatoria Senador Mozarildo Cavalcanti; parecer favorável. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 22 de setembro, 29 de setembro e 6 de outubro.

Solicito ao Senador Romeu Tuma que seja o relator *ad hoc*, "*Institui o Dia Nacional do Demolay*."

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A Senadora Rosalba Ciarlini, com boa lembrança, institui o

Dia Nacional de Demolay. Demolay foi o último Grão-Mestre da Ordem dos Templários, inspirador da Ordem de Demolay.

Ela faz suas considerações na análise do relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti e propõe a aprovação do Projeto de Lei do Senado 245.

É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Item 14, terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 394/2008, que "*Institui o Dia Nacional do Criador de Cavalos*." Autoria: Senador Gilberto Goellner. Relatoria: Senadora Kátia Abreu; Parecer favorável. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 22 de setembro, 29 de setembro e 06 de outubro.

Eu solicito ao Senador João Vicente Claudino que seja o relator *ad hoc*.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sr. Presidente--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas por que só criador de cavalo?

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Projeto de Lei do Senado nº 394/2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que propõe que seja instituído o Dia Nacional do Criador de Cavalo, a ser celebrado anualmente em 24 de novembro.

O relatório é amplamente conhecido, como também a análise, e o voto, por seu mérito, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 394, de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrar a discussão. Votação na sequência.

Item nº 15. É a primeira vez que o Projeto de Lei consta da pauta. Então, nós vamos aguardar porque sempre na terceira vez é que nós indicamos o relator *ad hoc,* conforme hábito dessa Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É um relatório muito importante que "*Institui o Dia Nacional da Luta Contra o Câncer de Mama*."

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Luta contra o câncer de mama.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E é uma campanha bastante grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Até vou perguntar aí no meu tempo se o Senador Augusto Botelho concordar...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele está na casa. Poderia vir, como médico...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Que indiquemos... Alguém poderia perguntar para ele? Ah, ele não... Então não... Tem que esperar um pouco.

Item nº 16, terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 151/2009, que "*Institui o Dia Nacional da Defesa Civil*." Autoria: Deputado João Paulo Cunha. Relatoria: Senador Romeu Tuma. Parecer favorável.

Com a palavra V. Exa..

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Deputado João Paulo Cunha propõe a criação do Dia Nacional da Defesa Civil e cita como data o dia 1º de fevereiro que, de triste memória, que foi o incêndio do Edifício Joelma, em São Paulo. E faz referência ao trabalho dos militares especializados, polícias, bombeiros e outros agentes públicos que têm trabalhado na área da Defesa Civil.

Portanto, nós somos favoráveis à aprovação do projeto citado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Passamos, então, à votação nominal dos itens 9 a 16, com exceção dos itens 12 e 15.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente. O 17 também... Tem o 17 ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): A votação do 17 não pode ser em bloco, porque é pela prejudicialidade.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ah, certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Mas, logo em seguida, passamos à votação, V. Exa. pode ser... Se V. Exa. concordar... Porque já deve ter sido aprovado projeto semelhante.

Então, passamos à votação nominal dos itens 9 a 16, com exceção dos itens 12 e 15. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Francisco Dornelles. Pedro Simon. Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Então, estão aprovados.

Pergunto aos Srs. Senadores... Ah, Garibaldi Alves. Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pergunto aos Srs. Senadores e Senadoras se, no Item 11, a votação... Das Emendas... Sim. Se mantêm o voto para as emendas oferecidas nos projetos. Mesmo voto. Então, estão aprovadas também.

Passamos ao Item 17, que é pela prejudicialidade. Senadora Rosalba Ciarlini. Institui Projeto de Lei do Senado nº 367/2008 que "*Institui o Dia Nacional de Conscientização para a Doação de Medula Óssea*. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti; Parecer pela prejudicialidade. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 22 e 29 de setembro e 06 de outubro.

Então, solicito a V. Exa. que seja relatora *ad hoc*, de maneira bem sucinta.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não. Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Na realidade, esse Projeto de Lei, no mérito, ele é bastante importante.

Criar uma data específica para estimular doação de medulas ósseas, isso é importantíssimo, fundamental, é uma ação educativa. Mas, nós sabemos, inclusive, que um dos grandes problemas que estamos tendo no país, com relação a transplantes, é exatamente a falta de material para doação.

E a medula óssea é muito simples. Basta que a pessoa se cadastre da forma mais simples do mundo e possa ficar dentro de um banco, um banco especial para doação de medulas ósseas.

Mas, na realidade, criar um dia específico já ficou realmente prejudicado, em função que já existe no país, hoje, por lei, uma Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea, que é exatamente um Projeto de Lei, já aprovado em 22 de abril de 2009, que entrou em vigor a Lei nº 11.930, que não cria apenas um dia, mas uma semana, de 14 a 21 de dezembro, como a Semana Nacional de Mobilização para a Doação de Medula Óssea.

Então, em função dessa lei já em vigor é que o projeto fica prejudicado.

Mas, reconhecendo a importância, reconhecendo o alto interesse que teve o Senador Expedito Júnior como autor, em realmente criar mais condições de conscientização, de valorização e de podermos ampliar, e muito, porque é necessário o banco de medula óssea para salvar vidas, através de transplante de medula óssea no nosso país.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço, senadora. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Vamos votar a declaração pela prejudicialidade. Votação nominal. Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim, Sr. Presidente. Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, com o relator. Aliás, relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Rosalba Ciarlini, conhecido. Heráclito Fortes não está presente. Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Francisco Dornelles. Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, está aprovada a declaração pela prejudicialidade, em função de projeto semelhante já ter sido aprovado.

Como já foi discutido, foi iniciada a discussão, Senadora Rosalba, passamos ao Item 02 e logo em seguida ao Item 01, que já foi lido o relatório.

Item nº 02 da pauta.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pois não. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 322/2008, que "*Assegura aos professores concursados das redes públicas de educação básica acesso a cursos superiores de Pedagogia e outras licenciaturas, sem necessidade de exame vestibular*." Autoria: Senador Cristovam Buarque, aqui presente, relatoria *ad hoc* do Senador Paulo Paim; o Parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto art. 282, combinado com art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria foi lida e iniciada a discussão na reunião do dia 06 de outubro de 2009. Continua em discussão. Não havendo quem queira...

Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, embora já tenha sido lido e os que estavam aqui todos ficaram de acordo, eu quero insistir que esse projeto, na verdade, não elimina o vestibular.

Apenas substitui o vestibular por três anos, pelo menos, do exercício na profissão. Além disso, substitui o vestibular pelo concurso que ele fez, o professor, para ingressar na carreira.

Por que desse projeto? Nós temos... Estamos caminhando para todos os professores um dia terem curso superior. Mas, hoje, muitos ainda não têm, e alguns até não conseguem passar no vestibular; outros, se passam no vestibular, não têm dinheiro para pagar, porque só conseguem entrar nas universidades e faculdades particulares.

O que nós estamos propondo é que as universidades públicas façam um esforço para receber esses professores.

Entretanto, a lei prevê um limite no número de professores. Não é todo professor naquele ano. As universidades definirão critérios no caso de ter mais de 20% das vagas sendo procuradas por esse mecanismo de ingresso alternativo. Eu creio que é um projeto que trará grandes vantagens à educação de base e aos professores também.

Por isso, se aprovarmos hoje, é um bom presente para o dia 15 de novembro, de outubro, que é o Dia do Professor, depois de amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Projeto da mais alta relevância. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só queria apoiar a tese do Senador Cristovam, porque praticamente é um curso de pós-graduação quase que automaticamente necessário para que se melhore o ensino, principalmente o ensino básico.

Eu sei, porque minha senhora foi, fez o curso de Pedagogia, para poder, sem dúvida nenhuma, lecionar com mais amplitude de conhecimento, além das

vantagens normais que dá ao profissional da carreira do professorado

Parabéns, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, realmente, também, para dizer que estou de acordo, é necessário, é importante.

Nós que conhecemos bem, principalmente a nível dos municípios, o quanto é necessário que haja a melhoria da qualidade de ensino, e os professores, eles estão com essa oportunidade, todos poderão chegar a ter seu curso superior.

Isso é muito importante, vale a pena, e eu tenho uma experiência que realmente mostrou que a educação infantil, como foi instituído quando eu era Prefeita, que todos teriam que ter já o ensino superior, só aí nós comprovamos o salto de qualidade que aconteceu.

Imagina quando todo o Brasil, todos os professores tiverem, não somente com curso superior, mas com pós-graduação, com doutorado, com tudo que for possível para melhorar.

Quanto mais o professor aprende, ele ensina ainda melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Encerrada a discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Desculpe, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só uma explicação que quero dar em público.

Eu estive conversando com algumas pessoas que tinham entendimento que podíamos fazer uma Audiência Pública, podíamos dar uma retardada, porque há um outro projeto do Executivo, na Câmara, com o mesmo objetivo.

O que eu expliquei? Eu acho que não tem prejuízo nenhum a aprovação desse projeto da forma que está. Ele vai para a Câmara, se existe outro lá os dois poderão ser fundidos e volta para nós.

Por isso que eu não vejo problema nenhum na votação, sou pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Há convergência nos dois projetos. Encerrada a discussão. Me desculpa aí porque eu não tinha percebido que V. Exa. havia solicitado a palavra, inclusive como relator da matéria.

Em votação nominal. Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Paulo Paim conhecido. Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o relator, Sr. Presidente. Já conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator e autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Cristovam Buarque é o autor. Francisco Dornelles. Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Valdir Raupp. Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Lobão Filho. Com o relator também. Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Aprovado.

Só temos... Para encerrarmos a pauta, só duas votações nominais.

Número... Item nº 01 da pauta. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 002/2007, que "*Altera o art. 9º, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar que a União participe do financiamento das instituições de educação superior estaduais*." Autoria: Senador Osmar Dias. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini; Parecer favorável ao projeto e as emendas apresentadas pela Comissão de Assuntos Econômicos, com as subemendas oferecidas.

Serão realizadas três votações nominais, uma para o projeto, uma para as emendas e outra para subemendas. Com a palavra V. Exa..

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

"*Em exame nessa Comissão Projeto de Lei do Senado PLS nº 02, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, por meio do qual se inclui a participação no financiamento das instituições de educação superior, mandadas pelos estados como diretriz orientadora da atuação da União na organização do sistema de ensino nacional.*

O objetivo central do projeto é viabilizar a expansão da oferta de vagas gratuitas na educação superior e melhorar a qualidade dos cursos e dos programas mantidos por essa instituição de ensino, com que se aumenta, não apenas a democratização do acesso, mas também a expansão de oportunidades educacionais.

Sr. Presidente, esse projeto é muito importante. O que nós vimos é o seguinte, que...

Senador João Claudino, nós precisamos que o senhor permaneça, porque esse projeto, com certeza, vai ajudar muitas universidades estaduais e municipais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Um apelo desse, da relatora.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, não, só... Ela só vai terminar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos ajudar as nossas universidades estaduais e municipais porque elas assim...

Exatamente, no relatório. Elas, assim, poderão oferecer mais vagas, melhorar os cursos, ter melhores condições para ofertar um ensino cada vez melhor e nós entendemos esse papel fundamental que, num determinado momento, foi necessário. Tinha estados onde a escola... A universidade estadual ou municipal foi a primeira como ensino superior.

Então, agora, quando o Governo Federal tem toda uma política de ampliar, de oferecer mais vagas, de criar condições para que alunos possam estar em escolas privadas, por que não criar condições, financiar para que as escolas estaduais e municipais possam crescer nas suas ofertas, possam ter mais condições de se desenvolverem e assim ganha o ensino de forma geral?

Então, nós... O Governo Federal muitas vezes parte para criar uma nova universidade num estado, numa região onde já existe uma escola estadual. Quando, na realidade, aquela escola sendo fortalecida seria o custo muito menor para o Ministério e, consequentemente, um valor ainda maior para o estado ou para o município que elas estejam inseridas.

Portanto, nosso relatório é pela aprovação e gostaria... Com emenda que acrescenta... Porque, como o Projeto do Senador Osmar Dias se referia apenas a escolas mantidas pelo estado, nós acrescentamos também mantidas por município.

Porque nós sabemos que existem no Brasil muitas escolas que são mantidas, e que também, uma segunda, a subemenda que... Para que a União participe do financiamento das instituições de educação superior, estadual e municipal, daquelas mantidas... Ofereçam cursos gratuitos. São escolas que ofereçam cursos gratuitos. Não, porventura, sejam estaduais ou municipais e que ofereçam cursos, mas que não são gratuitos. Então, tem que ser gratuito.

E, bem, então com duas emendas é esse o...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É nominal, porque é terminativo. Também o art. 1 acrescentar ao art. 9º da lei... Precisa explicar o que é. Então exatamente isso. É que seja a parte alterada dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para que a União, Senador Marco Maciel, possa também participar como financiadora das universidades públicas e gratuitas estaduais e municipais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Em discussão a matéria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, só uma frase.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sou favorável, até porque apresentei um projeto semelhante a esse, mas quero dar esse depoimento.

Diz o Senador Osmar Dias que o dele antecedia o meu. Por isso, sou favorável ao dele, sem nenhum prejuízo à interpretação dúbia.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, como o nosso partido tem reunião de bancada, gostaria de saber se V. Exa. poderia submeter a voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim. Encerrada a discussão. Votação nominal. Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Rosalba Ciarlini conhecido. Heráclito Fortes. Adelmir Santana. Alvaro Dias. Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Romeu Tuma. Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Francisco Dornelles. Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu voto sim, mas gostaria de votar no do Paim.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Garibaldi Alves. Lobão Filho. Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Está aprovado. Pergunto aos Senadores se mantêm o mesmo voto para as emendas e para as subemendas. Se sim, então estão aprovadas também.

O último Item da pauta, que é terminativo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Como? O Item nº 05 não sei se é demorado ou não, Senadora Fátima Cleide que é a relatora. Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Dois minutos. Projeto de Lei do Senado nº 12/2005 que "*Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas*." Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senadora Fátima Cleide; Parecer favorável ao projeto, acatando emenda na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra V. Exa.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, o PLS determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau de diplomas expedidos pelas instituições de ensino médio e superior nas escolas públicas e privadas.

O Ministério da Educação foi ouvido e tem posição favorável, tem alguns dados interessantes, Sr. Presidente, vindos do Ministério da Educação.

> "*De cada cem professores brasileiros em atividade, 83 são mulheres. A questão de gênero encontra-se suficientemente sistematizada pela reflexão acadêmica. É de competência dos sistemas de ensino a orientação e regulamentação referente aos diplomas e certificados expedidos pelas escolas de ensino médio*."

Nesse sentido, Sr. Presidente, considerando o projeto extremamente importante para resgatar a cidadania das mulheres no trabalho, o nosso voto é pela aprovação do referido PLS nº 12, de 2005.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Votação nominal. Fátima Cleide conhecido. Paulo Paim. Marco Maciel. Rosalba Ciarlini.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Sr. Presidente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Alvaro Dias. Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Romeu Tuma. Cristovam Buarque. Francisco Dornelles. Pedro Simon. Sim? Garibaldi Alves. Sim. Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Augusto Botelho. Está aprovado. Ah, desculpe, João Claudino, sim também. Obrigado a V. Exa.

[interrupção no áudio]

Senador Augusto Botelho, V. Exa. estava inclusive participando de reunião em outra Comissão, que V. Exa. é membro assíduo dessa Comissão. Nós temos o Item nº 15 da pauta, que é da relatoria de V. Exa. Como é um projeto da mais alta importância, eu solicitaria de V. Exa. a leitura, discussão do relatório, para que ele possa ser votado na próxima reunião, já que ele é de natureza terminativa.

É o Item nº 15 da pauta, terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2009, que "*Institui o Dia Nacional de Luta Contra o Câncer de Mama*." Autoria: Deputado Ricardo Barros. Relatoria: Senador Augusto Botelho; parecer favorável.

Então vamos fazer a leitura e o início da discussão para votá-lo, quando o *quorum* permitir. Com a palavra V. Exa..

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente. "*Na justificação do projeto, o autor afirma que o câncer de mama é o mais comum dos tipos de câncer e que os altos índices da mortalidade associados à neoplasia são devidos ao desconhecimento e as dificuldades de acesso aos meios de saúde disponíveis.*

Para o Deputado Ricardo Barros, a instituição de uma data específica para ressaltar a importância dessa doença permitirá uma mudança de atitude da população, contribuindo para a redução da mortalidade pelo câncer de mama."

O Deputado Ricardo Barros fez esse projeto por pressão da sua esposa, que é médica e mastologista, e também pelo seu espírito de proteger as mulheres.

> "*O PLC 122/09 foi distribuído unicamente à Comissão de Educação, para decisão de caráter terminativo. Não foram apresentadas emendas ao projeto*."

A análise. "*A matéria conforma-se ao rol de atribuições desta Comissão, nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal.*

Do ponto de vista da constitucionalidade, não se identificam vícios de natureza formal, pois a matéria situa-se no âmbito da competência legislativa da União e das atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 24, da Lei Maior.

Tampouco ultrapassa os limites da iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 61, § 1º, da Constituição Federal.

Outrossim, não há óbices quanto à juridicidade da proposição.

No tocante ao mérito, entendemos que a proposição merece encaminhamento favorável por parte desta Comissão.

O câncer de mama é uma das neoplasias de maior impacto negativo sobre a saúde da população feminina, seja por sua elevada incidência, seja por sua letalidade, sem esquecer a repercussão física e psicológica do

tratamento cirúrgico, radioterápico e quimioterápico, todos frequentemente mutilantes.

Ainda que esse tipo de câncer não seja o mais comum, como afirmou o autor da proposição, pois ele é menos frequente que o câncer de pele, sua repercussão sobre a vida das pacientes acometidas justifica a condição de destaque a ser conferida pelo projeto sob análise.

Atualmente, não há uma causa definida para o carcinoma mamário, mas a ciência médica identificou diversos fatores de risco que contribuem para o aparecimento da doença, sendo a idade a mais importante delas.

Dessa forma, busca-se a detecção precoce da neoplasia, visto que a prevenção primária ainda não é factível.

A estratégia de rastreamento, recomendada pelo Ministério da Saúde, está centrada na realização de mamografia nas mulheres com idade entre 50 e 69 anos, pelo menos uma vez a cada dois anos.

Também devem fazer o exame clínico anual das mamas as mulheres com 40 a 49 anos de idade.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer, recomenda-se o exame clínico da mama e a mamografia, anualmente, a partir dos 35 anos, para as mulheres que apresentem risco elevado para o carcinoma mamário, é uma história de câncer de mama em parentes de primeiro grau, por exemplo."

Mas, vou fazer um parênteses para ressaltar que o auto-exame da mama é ainda o exame mais importante que as mulheres devem fazer sempre no período pré-menstrual, pois os tumores de mama são detectados, em sua maioria, pelas próprias pacientes, não pelos exames, nem pelos médicos.

> "*Após décadas de pesquisa científica sobre métodos terapêuticos para o carcinoma mamário, essa neoplasia é hoje considerada de bom prognóstico pela medicina.*
>
> *No entanto, a população feminina brasileira ainda convive com elevadas taxas de letalidade pela doença, muitas mulheres ainda morrem de câncer de mama, fruto do retardo no diagnóstico das lesões nos seus estágios iniciais.*
>
> *Em nosso meio, infelizmente, é muito comum ver mulheres indo à mesa de cirurgia, quando o câncer já tomou grandes proporções, com metástases em linfonodos ou em outras partes do corpo. Nesse ponto, a recuperação da paciente torna-se muito mais difícil.*"

Mas se recupera. Tem que ter paciência e cumprir todas as etapas dos tratamentos necessários para a recuperação. Graças a Deus, hoje em dia, câncer de mama não significa morte.

A mortalidade é alta ainda, mas ela reduziu bastante, e nós temos muitas pessoas... Eu tenho pacientes com 20 anos, 25 anos de sobrevida e com câncer relativamente aumentados.

> "*O projeto de lei em comento reveste-se, portanto, de particular relevância, pois poderá*

contribuir para uma maior conscientização das mulheres a respeito da importância da detecção precoce da neoplasia mamária, inclusive das lesões precursoras.

Somente assim conseguiremos reduzir a mortalidade por câncer de mama no Brasil."

Voto. Em vista do exposto, meu voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Está em discussão a matéria.

Eu só quero, Senador Augusto Botelho, dizer, assim, também da minha concordância com o projeto, apesar de estar aqui presidindo a Sessão, a Reunião, e sugerir a V. Exa., se já... Não me lembro se já foi feito, ou não, que pudéssemos debater esse assunto da identificação, prevenção, identificação, exames, na Comissão de Assuntos Sociais, também na Subcomissão de Saúde, para se ver como é que isto vem acontecendo no Brasil.

Porque as notícias que eu tenho e podem eventualmente ter mudado, mas eu acho que não mudaram, é que as mulheres ainda hoje, no Paraná, por exemplo, têm que esperar alguns meses para fazer a mamografia. Alguns meses. Imagine o drama.

Quanto mais ainda, depois de fazer a mamografia e se identificar o problema essas pessoas terão que fazer exames complementares, como, me parece, cintilografia, tomografia, para se apurar e mais detalhes.

Eu penso que isso poderia ser... Poderíamos já, junto com esse debate, fazermos esse debate na Comissão de Assuntos Sociais.

Agora, eu quero ainda até pedir esclarecimento de V. Exa., porque, mesmo a cada dois anos... Eu cito o caso pessoal da minha esposa, que ela fez o exame no final de um ano e já tem mais de 50 anos, está nessa faixa de 50 a 59, que foi colocado aqui, se não me engano, de 50 a 69, ela tem cinquenta e poucos anos, ela... Absolutamente normal, no final de um ano, e, no final do ano seguinte, porque ela faz anualmente, completamente alterado. Quer dizer, no prazo de um ano.

Se ela tivesse esperado dois anos, teria sido uma dificuldade muito maior.

Então, eu queria... Quer dizer, falo pelo exemplo pessoal, familiar, porque ela se submeteu, então, à cirurgia, cirurgia extensa, mas felizmente identificado no final do primeiro ano, depois de um ano.

E aqui está sendo dito depois de dois anos. A cada dois anos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, pelo menos a cada dois anos. O ideal é que seja todo ano. Nos programas de saúde pública, a gente não pode...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pelo menos. Desculpe. Está escrito "pelo menos".

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não pode apertar muito, porque, senão, dá uma sobrecarga, e, em vez das pessoas esperarem quatro meses, vão esperar seis meses, oito meses.

Por isso que eles fazem dentro de uma estatística. Claro que, quando a paciente tem uma lesão que pode ser sugestiva de malignidade, algumas calcificações, pequenas calcificações, por exemplo, os médicos recomendam seis meses a um ano... Encurtam o processo.

Mas todas as mulheres - essa recomendação é para todas - não podem passar de dois anos sem fazer mamografia. O ideal era que fizesse todo ano. Mas não temos condições de fazer todo ano da população que está na faixa de risco no Brasil.

Então, os técnicos de saúde pública fazem essa sugestão de, pelo menos, dois anos. Tanto que, naquela faixa de idade mais próxima, onde a incidência é maior, eles recomendam anualmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só quero ainda lembrar, em função da fala de V. Exa., que, de fato, ficam esperando, iriam ficar esperando mais ainda e o atraso se justifica, normalmente, pela falta de equipamento, falta de profissional, e coisa semelhante.

Quer dizer, não existe o recurso para a organização dessa infraestrutura, para atender bem no diagnóstico.

Contudo, isso sairia muito mais barato do que você atender o caso depois, em termos de radioterapia, quimioterapia, cirurgia... Preocupações com o trabalho, com a família. Inclusive para justificar o pensamento popular que diz que prevenir é muitas vezes mais barato do que atender.

Quer dizer, uma filosofia inversa, além do bem estar como direito humano.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, nas lesões menores, o sofrimento do tratamento é muito menor. Isso é que é importante, também.

Então, além de ser menor o custo, a gente diminuiria o sofrimento, muito, das pessoas. Por isso que é importante. As mulheres têm que fazer auto-exame de mama todo mês.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Todo ano. Ah, auto-exame.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O auto-exame. Ela mesma se examinar, tem técnicas

disponíveis em todo canto, ela fazer o auto-exame de mama, todo mês, depois da menstruação.

E se habituar a fazer isso mesmo, porque elas detectam melhor.

Não só fazer a apalpação, como se examinar. Se olhar no espelho, fazer movimentos nos braços e ver se existe alguma alteração. Esse exame, que não dói nada, não incomoda... Porque a mamografia, infelizmente, é um exame que dói.

E quanto mais aperta na mamografia, melhor é o resultado do exame. Então, a mulher tem que tentar um pouco de paciência e suportar um pouco a dor.

Porque quanto mais fina fica a mama, melhor é a sensibilidade do exame. Está entendendo o que eu estou explicando?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Se a mulher começa a reclamar logo, eles não apertam bastante a mama. Aí faz o exame. Mas se ela aguentar um pouquinho mais e apertar mais um pouco, melhor é o resultado do exame. E quanto mais cedo a gente detectar, melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Vamos promover esse debate na Comissão... Porque aqui nós estamos discutindo o Dia Nacional, que é fundamental.

E em função desse debate do Dia Nacional, acoplarmos isso à Comissão de Assuntos Sociais--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Vamos provocar uma audiência na Comissão de Saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Subcomissão de Saúde, para ver como é que isso está acontecendo no Brasil.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço a V. Exa. Só para... Já que estamos falando de prevenção, só, Senador Augusto Botelho, V. Exa. mencionou o câncer de pele. Então, só dizer para as pessoas que nos acompanham, aqui, na Comissão de Educação, para, também, verificar muito de perto manchas na pele.

Porque eu próprio já tive que tirar três vezes problemas na pele e que, infelizmente, se demonstraram como sendo melanoma. Melanoma nas costas, melanoma na cabeça.

Então, eu tenho que me submeter regularmente a exames com dermatologista especializado, que V. Exa. mencionou câncer de pele que é o mais comum. E o câncer de pele, dependendo do câncer de pele, se não atendido precocemente, pode ser, assim, grave também, implicando, inclusive, na morte da pessoa.

Contudo, a grande questão a exemplo do câncer de mama, no câncer de pele, mencionado na análise do seu relatório, é a questão da prevenção, da identificação precoce.

E eu mencionava que eu próprio, até para ajudar a conscientizar, já tirei por três vezes manchas que, infelizmente, foram melanomas, mas que eu tenho que fazer o tratamento periódico, acompanhamento e a população toda tem que fazer também.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Para provar como estatística é uma coisa válida, eu também já retirei do meu pé lesões malignas. Três vezes, também, lesões malignas. E graças a Deus estou me cuidando e peço a Deus que... Faço a minha parte, o chefe faz a outra lá de cima. Nós não podemos é relaxar. E as pessoas têm que enfrentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): E ter acesso, [sobreposição de falas], ter acesso ao exame.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Flávio, eu gostaria de pedir um aditamento a um requerimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só um minutinho então. Então, em relação a esse Item, se não houver mais quem queira discutir... Não está encerrada a discussão. Não está encerrada. Está suspensa a discussão, que será retomada na... Quando da votação da matéria.

Pois não, com a palavra V. Exa., então.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, queria fazer aditamento ao Requerimento nº 42/2007. É um Requerimento que eu fiz para a gente debater os dez anos da LDB. E agora...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então só ainda... Então solicitação de inclusão extrapauta de requerimentos. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Então V. Exa. pode ler o requerimento.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): "*Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento 42/2007, que propõe a realização de Audiências Públicas para debater dez anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovado por essa Comissão, em 18 de setembro de 2007, para que, em uma das audiências públicas, sejam convidados os ex-Ministros de Estado da Educação, para discutir os 13 anos de vigência da lei de diretrizes e bases, LDB*." Esse é o Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Em discussão.

Penso que é muito importante, interessante, uma reflexão por parte de quem já ocupou o Ministério da

Educação, na condição de Ministro, de debater as perspectivas, a realidade, o que foi feito, problemas e perspectivas para o futuro.

Encerrada a discussão. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Quero lembrar a todos que existe a propaganda na bancada, o *folder* para divulgar que é o dia e Semana Nacional da Leitura. Lembrando que o Dia Nacional da Leitura e a Semana Nacional da leitura e da Literatura foram instituídos pela Lei 11.899, de 2009, desse ano, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Então, vai ser feito Dia e Semana Nacional da Leitura amanhã, às 9 horas, com seminário, a programação consta do *folder*, abertura às 9 horas, estará presente o Sr. Alfredo Manevy, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Maria do Pilar Lacerda, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, Daniel Feffer, que é Presidente do Instituto Ecofuturo, porque tudo... Este evento está sendo organizado numa parceria desta Comissão com o Instituto Ecofuturo, e a programação prevê iniciativas amanhã, com duas Mesas, no Seminário, e, no dia 15, que é quinta-feira, novamente, com o... O segundo dia, com duas Mesas novamente.

Então, 14 e 15, uma iniciativa das mais importantes, e haverá, inclusive, na quinta-feira, modelos de atendimento e experiências concretas, com a presença de várias pessoas que vêm desenvolvendo iniciativas relevantes e importantes pelo Brasil, inclusive uma delas que eu quero destacar, Projeto Biblioteca Tirada do Lixo, que é de uma favela, de uma biblioteca comunitária da Vila das Torres, também no Estado do Paraná.

Foi criada a biblioteca com dois mil exemplares, biblioteca tirada do lixo. E, naquela comunidade, já existem outras iniciativas, como creche, restaurante popular e várias outras iniciativas que procuram promover a cidadania, a dignidade daquelas pessoas. Além disso, a própria biblioteca organizada e tirada do próprio lixo.

Então, amanhã, 9 horas da manhã, aqui, na Comissão.

E parabenizar o Senador Cristovam Buarque pela apresentação e aprovação do Projeto de Lei, que está, assim, dando a motivação para a realização deste evento, agora, já decorrente da aprovação do Projeto de Lei. Dia Nacional da Leitura e Semana Nacional da Leitura e da Literatura.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só para dizer, Presidente, que esse primeiro ano do Dia da Leitura foi pouco comemorado. Não houve um grande destaque, não houve repercussão na mídia.

Mas eu espero que, pouco a pouco, a gente consiga fazer desse dia um dia tão importante como o Dia da Criança e o Dia de Nossa Senhora Aparecida. E casar os dois, Dia da Criança e da Leitura, teve um objetivo: é criar o costume de dar livros às crianças no Dia das Crianças.

Por isso eu espero que, pouco a pouco, o Dia das Criança se transforme no dia da leitura. E vice-versa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem.

Eu quero só acrescentar que o Dia Nacional da Leitura é comemorado em 12 de outubro, que é o Dia da Criança. E a Semana Nacional da Leitura e da Literatura é na qual cair o dia 12. Então, nessa semana. Semana da criança e Semana do Dia do Professor.

Quero também lembrar que amanhã, às 14h30, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, será realizada também Reunião Extraordinária com o Ministro Fernando Haddad, Ministro de Estado da educação, para se discutir o exame nacional do ensino médio, ENEM.

Eu inclusive destaquei, já em outras ocasiões, que o próprio Ministro da Educação solicitou a vinda à Comissão para esclarecer o assunto, tirar dúvidas, discutir com a Comissão os problemas que aconteceram e as perspectivas para o futuro.

Foi uma iniciativa do próprio Ministro, atendendo o que dispõe o próprio Regimento Interno do Senado Federal, que abre essa possibilidade. Então, amanhã, às 14h30.

Comunico também aos Srs. Senadores a realização do IV Fórum Legislativo, nas cidades-sede da Copa de 2014, apoiado por esta Comissão e organizado pela Comissão de Turismo e Esporte da Câmara dos Deputados, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa.

Este fórum será o quarto dos 12 encontros programados pelo Projeto Poder Legislativo, fazendo Parte do Time da Copa de 2014, a ser realizado nos estados-sedes da copa, no período de agosto a novembro de 2009.

O evento ocorrerá dia 15 de outubro do corrente, quinta-feira, a partir das 10 horas, na Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso, em Cuiabá. Os senadores, que desejarem uma cópia do convite com a programação, poderão se dirigir à secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Muito bem. Nada mais havendo a ser deliberado, declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 13h10.

Ata da 60ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 14 de Outubro de 2009.

SEMINÁRIO

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a **Presidência Eventual do Senador Flávio Arns**, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, João Pedro, José Nery, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Efraim Morais, Expedito Júnior e Mozarildo Cavalcanti reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Marisa Serrano e Romeu Tuma. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Seminário, atendendo ao Requerimento nº 36/09–CE, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Cristovam Buarque, destinado a comemorar **"Dia e Semana Nacional da Leitura: Expansão do acesso à leitura: a integração entre ações públicas e privadas"**. A mesa de abertura é composta pelo **Senador Flávio Arns, Presidente Eventual desta Comissão; Senhor Daniel Feffer, Presidente do Instituto Ecofuturo; Senhora Maria do Pilar Lacerda, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação e Senhor Alfredo Manevy, Secretário Executivo do Ministério da Cultura**, que fazem um breve pronunciamento. Prosseguindo, dá-se início ao Seminário. A Presidência registra a presença para acompanhar a sessão, do Senhor Sérgio Alves, Diretor Corporativo da Suzano Holding; Senhora Alessandra Avanzo, Coordenadora de Comunicação do Instituto Ecofuturo; Senhora Elizabeth D'Angelo Serra, Secretária Geral da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil; Senhora Adriana Garcez, Coordenadora de Economia do Livro do Ministério da Cultura; equipe do Instituto Ecofuturo e Senhor Fernando Martins, Representante da Associação Nacional de Editores de Revistas. Como moderador da mesa, que tem como tema **"O papel dos setores público e privado no fomento, difusão e acesso à leitura"**, o Senador Flávio Arns convida os seguintes expositores para dar início ao Primeiro Painel: **Senhora Jane Cristina da Silva, Coordenadora Geral de Materiais Didáticos da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação; Senhora Christine Castilho Fontelles, Diretora de Educação e Cultura do Instituto Ecofuturo; Senhor Fabiano dos Santos, Diretor de Livro, Leitura e Literatura do Ministério da Cultura e Senhora Elizabeth Serra, Secretária Geral da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil**. Finda a apresentação dos expositores, a sessão é suspensa para um breve intervalo às onze horas e trinta e seis minutos (11h36). Em virtude do atraso da programação, o debate será realizado em conjunto com a próxima mesa. Às onze horas e cinquenta e sete minutos (11h57), é reaberto o Seminário. Como moderador da segunda mesa, que tem como tema **"Como ampliar o acesso à leitura e como articular as ações entre os setores públicos e privados"**, o Senador Cristovam Buarque convida os seguintes expositores para dar início ao Segundo Painel: **Senhora Mirela Carvalho, Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Senhora Jaqueline de Grammont, Professora do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de São João Del-Rei e Senhora Gabriela Gambi, Coordenadora Geral de Livro e Leitura do Ministério da Cultura**. Prosseguindo, às doze horas e quarenta e cinco minutos (12h45), o Senador Cristovam Buarque passa a presidência dos trabalhos ao Senador Flávio Arns, em virtude de compromisso anteriormente assumido. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada primeiramente aos Senhores Senadores membros da Comissão e logo em seguida aos demais presentes. Usam da palavra os Senadores Augusto Botelho e Flávio Arns; Senhor Aires P. das Neves Júnior, servidor do Senado Federal; Senhora Jane Cristina da Silva, Coordenadora Geral de Materiais Didáticos da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação; Senhor Fabiano dos Santos, Diretor de Livro, Leitura e Literatura do Ministério da Cultura e Senhora Silvana Rausis Fcachenco, Coordenadora de Comunicação da Biblioteca Comunitária Vila das Torres, do Município de Araucária – PR. Antes de encerrar o primeiro dia do Seminário, o Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, faz a leitura do comunicado que se segue: **Comunicado:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de posse do Professor Dilvo Ristoff, no cargo de Reitor *Pro Tempore* da Universidade Federal da Fronteira Sul, a realizar-se no dia 15 de outubro do corrente, às 15h, na Sala de Atos, no 9º andar do edifício-sede do Ministério da

Educação. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e cinquenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

60ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 14 de Outubro de 2009.

SEMINÁRIO

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Havendo número regimental declaro aberta a 60ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto inicialmente a apreciação do plenário, a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores e aprovação das mesmas. Senadores e senadoras que estiverem de acordo, por favor, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A presente reunião atende ao Requerimento de nº 36 de 2009, desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte de autoria do Senador Cristovam Buarque e de minha autoria, para realização deste Seminário, destinado a comemorar o Dia e Semana Nacional da Leitura e, discutir a expansão do acesso à leitura, através da ênfase na integração entre ações públicas e privadas.

Passo a palavra ao cerimonial para dar seguimento aos encaminhamentos da reunião.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, bom dia.

Damos início ao Seminário "O Dia e Semana Nacional da Leitura", uma iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, em parceria com o Instituto Ecofuturo, vinculado ao Grupo Suzano Holding.

Este encontro tem como objetivos comemorar o primeiro ano de criação do Dia e Semana da Leitura, pela Lei nº 11. 899, de janeiro de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque e discutir sobre novas formas de fomentar e facilitar o acesso à leitura.

Convidamos a compor a Mesa o Sr. Alfredo Manevy, Secretário Executivo do Ministério da Cultura; a Sra. Maria do Pilar Silva, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação; o Sr. Daniel Feffer, presidente do Instituto Ecofuturo.

Ouviremos, agora, o presidente do Instituto Ecofuturo, Sr. Daniel Feffer.

SR. DANIEL FEFFER: Bom dia. Senhoras e senhores é um prazer estar aqui.

Gostaria de cumprimentar o Senador Flávio Arns, presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado.

É uma grande honra estar aqui comemorando O Dia Nacional, A Semana Nacional da Leitura. Uma iniciativa do Instituto Ecofuturo e um esforço conjunto de diversas frentes de iniciativa privada, do Ministério da Educação, do Ministério da Cultura, com o objetivo de somar as forças entre ações públicas e privadas para ampliar o acesso à leitura e aos livros.

O Instituto Ecofuturo acumulou experiência significativa nos últimos dez anos, com a implantação de 82 Bibliotecas Comunitárias em nove estados. Os resultados desse trabalho vêm sendo avaliados e sistematizados por uma equipe de pesquisadores, sob a coordenação de Ricardo Paes de Barros do IPEA. Eu vejo, aqui o Senador Cristovam Buarque entrando, bem vindo, aproveito também para cumprimentá-lo e agradecer o apoio a esse importante projeto.

Todos os instrumentos... O Ministro Augusto Botelho, senador, eu falei ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Por enquanto é senador.

SR. DANIEL FEFFER: Muito obrigado pela lembrança, senador, obrigado pelo apoio também.

Bem, há dois anos a proposta de criação do Dia Nacional de Leitura, foi prontamente acolhida pelo Senador Cristovam Buarque. Em janeiro deste ano, foi sancionada pelo Presidente da República.

Estamos aqui procurando agora somar os esforços, procurando inspirar àqueles que não têm acesso as mais simples e básicas regras e princípios de estímulo à leitura como a família, como os pais, dando o exemplo e apoiando às crianças na leitura. Espero que o seminário seja um sucesso e que possamos realmente encontrar maneiras concretas de transformar essa realidade no Brasil.

Muito obrigado pelo apoio de todos.

[palmas]

SR. DANIEL FEFFER: Eu queria apenas complementar, destacar a Equipe do Ecofuturo, coordenada pela Diretora Christine Fontelles, que liderou esse trabalho ao longo desses anos.

Parabéns.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Com a palavra a Sra. Maria do Pilar Silva, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação.

SRA. MARIA DO PILAR SILVA: Bom dia a todos e todas.

Bom dia ao Senador Flávio Arns, bom dia ao Senador Cristovam Buarque, Senador Augusto Botelho. Bom dia a todos vocês; ao Daniel, que é um parceiro da educação, desde o "Todos Pela Educação" que nós nos conhecemos, não é Daniel? O nosso companheiro do Ministério da Cultura, o Alfredo.

Eu venho em nome do Ministro Fernando Haddad, que hoje tem, também, um compromisso aqui na Câmara pela manhã. Mas, reforçar: Primeiro esta iniciativa e em segundo lugar, dizer que as ações do Ministério da Educação têm como foco a questão da leitura. Quer dizer, nós nas nossas metas, tanto as metas do Movimento Nacional Todos Pela Educação, como as metas do Plano de do Desenvolvimento da Educação, é que nenhuma criança brasileira pode chegar aos oito anos de idade, sem ler e escrever.

Para isso, nós temos uma série de políticas hoje que ajudam as escolas, ajudam os professores nesta tarefa, que é uma tarefa inédita no Brasil. Por quê? Porque nós, eu acho que o Senador Cristovam Buarque tem sido uma voz forte nesse sentido, de denunciar a naturalização da desigualdade no Brasil. Achamos normal que crianças, principalmente quando são crianças pobres, quando são pobres e negras, quando são pobres negras e com deficiência. Esse é o recorte da maior exclusão do direito à educação no Brasil.

E durante muitos séculos nós achamos muito normal, que estas crianças não tivessem o direito à educação garantido. Se depois da Constituição de 88, que é um marco, talvez o marco mais importante na questão de explicitar o direito subjetivo à educação. Depois da Constituição de 88, o Brasil fez um dos maiores movimentos do mundo em inclusão de crianças no ensino fundamental, mas isto só não basta. Porque nós incluímos quase 100% das crianças na mesma escola, na mesma estrutura, com a mesma falta de recursos.

Hoje tramita aqui no Senado, talvez uma das Propostas de Emenda à Constituição mais importantes deste país, que é o fim da DRU. Quando for aprovado no Senado nós teremos dado a essa Legislatura uma marca que será uma marca histórica; que é garantir mais recursos para a educação, junto com a ampliação da obrigatoriedade da matrícula, que hoje é de seis a 14. Aprovada essa PEC, passará a ser de quatro a 17 anos.

Para que estas crianças que agora tem o direito ao ensino fundamental, para que elas tenham também o direito ao acesso, mas principalmente o direito de aprender, o Ministério da Educação tem um curso de formação de professores nas séries iniciais que se chama Pró-Letramento, que hoje atende mais de 200 mil professores. Um curso que a Universidade Federal do Rio de Janeiro já fez uma pesquisa e,

já tem mostrado que nas cidades que adotam o Pró-Letramento, o IDEB é maior, o rendimento na Prova Brasil é maior.

Nós temos um dos maiores programas do mundo e, a Jane Cristina, que é a coordenadora desse programa no Ministério vai apresentar, depois, todo o programa. Nós temos o Programa Nacional do Livro Didático, o Programa Nacional da Biblioteca Escolar. Lançamos semana passada, o Programa Nacional de Biblioteca Escolar na seção Periódicos.

Então, hoje, nós assinamos quatro revistas para as escolas brasileiras, passaremos a assinar três para cada segmento, através de um edital em que todos poderão se inscrever.

E lançamos, também, um edital da biblioteca do professor. Este professor que tem esse desafio pedagógico de garantir a aprendizagem, sem reprovação, para todas as crianças brasileiras, ele tem que ser considerado profissional mais estratégico desse projeto. E uma das lacunas é que não existe uma biblioteca específica para didática e metodologia. Como fazer e como enfrentar os desafios diários da aprendizagem?

O Ministério da Educação lançou um edital que é a criação, com foco na metodologia e na didática, da Biblioteca do Professor. Nós já temos mais de 500 obras inscritas, a inscrição irá até 04 de novembro. E nós esperamos que no segundo semestre de 2010 todas as escolas brasileiras já estejam recebendo estes acervos da Biblioteca do Professor.

E a outra medida, além da Biblioteca na Escola, que é o acesso a todas essas crianças da literatura, nós temos também a Provinha Brasil, que não é uma prova, o nome não é muito feliz, mas ele pegou como nome fantasia. Os professores recebem um kit no início do ano, para testarem o estágio de alfabetização dos seus alunos no segundo ano do ensino fundamental, estes alunos podem ter sete ou oito anos.

E, dependendo do resultado, ele tem uma série de indicações formuladas pela Universidade Federal de Pernambuco e de Minas Gerais, para que ele possa corrigir o seu trabalho e também ter projetos especiais para os seus alunos. Para que ao final do ano, quando ele recebe outra edição da "provinha", ele possa avaliar como foi o seu trabalho, sem precisar reprovar e, sem

gerar, sem produzir mais crianças com aquilo que nós chamamos de analfabetismo funcional.

Por que a leitura é uma tecnologia. A leitura é fundamental, para que a gente possa entender e intervir nesse mundo. E o Ministério da Educação reconhece claro, como das ações mais estratégicas que a escola deve ter e procura cercar a escola de políticas e de infraestrutura para que a escola possa dar conta deste recado que é um recado que o país não pode achar que é pouco ou que é menos importante.

Nesse sentido a gente quer parabenizar a iniciativa da Comissão de Educação do Senado, a parceria com a Ecofuturo e com todas às entidades que trabalham nesse sentido; de garantir o acesso à leitura a todas às crianças e jovens brasileiros. E que esta leitura seja feita com qualidade, seja feita com autonomia, com espírito crítico, para que a gente tenha uma geração diferente das outras gerações.

Será uma geração em que todos terão o direito de aprender garantido. Em que todos lerão e com certeza, farão intervenções melhores e mais transformadoras nesse país.

Então, muito obrigada.

E a Jane Cristina, apresentará todos os nossos programas e todos os nossos projetos nesse sentido.

Bom dia.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Gostaríamos de registrar a presença do Sr. Sérgio Alves, Diretor Corporativo da Suzano Holding e da Sra. Alessandra Avanzo, Coordenadora de Comunicação do Instituto Ecofuturo.

Com a palavra o Sr. Alfredo Manevy, Secretário Executivo do Ministério da Cultura.

SR. ALFREDO MANEVY: Bom dia a todos.

Quero cumprimentar aqui o Senador Flávio Arns, o Senador Augusto Botelho, o Senador Cristovam Buarque, Senador João Pedro e se tiver mais algum Senador aqui eu não esteja... Eu quero cumprimentar a todos aqui presentes.

A minha colega Maria do Pilar, do Ministério da Educação, com quem temos trabalhado de maneira bastante sintonizada e articulada e o Daniel Feffer, aqui representando o Ecofuturo que toma a iniciativa desse seminário.

Cumprimentar, enfim, a Comissão de Educação e Cultura por essa iniciativa. E dizer que eu tenho a honra aqui de representar o Ministro Juca Ferreira, que não pode vir, mas que manda uma calorosa saudação. E o Ministério estará muito bem representado ao longo desses dois dias, com várias mesas e representantes do Ministério da Cultura, que vão apresentar detalhes dos programas que têm sido desenvolvidos no Ministério.

Com essas palavras iniciais eu quero reforçar a ideia de que a sociedade brasileira e de grande medida a nossa vida política, não absorveu que a leitura é um tema estratégico do país. Isso se reflete nos nossos indicadores de leitura que apesar dos esforços recentes em mudar o quadro ainda mostram o Brasil, comparado com seus vizinhos, com números de livros por habitante que são inaceitáveis. E são reflexos dessa desigualdade que a Maria do Pilar apontou.

1.8 livros por habitante comparado com 2.5 na Colômbia, com números muito maiores na Argentina. São números inaceitáveis que mostram que a sociedade brasileira de fato, ainda não incorporou a leitura como uma agenda estratégica, em que pese inúmeros avanços importantes nesses últimos anos.

Então, seminários como esse afirmações como essas, de uma agenda que deve ser entendida como estratégica, são extremamente importantes para reforçar esse consenso da sociedade brasileira, de que a leitura deve ser considerado um item básico para a promoção da igualdade no Brasil.

Então, isso é extremamente importante, o Senado está cumprindo um papel importantíssimo ao produzir um espaço de reflexão, de atualização, de discussão estratégica nesses dois dias. O Ministério da Cultura tem trabalhado dentro do âmbito do Plano Nacional do Livro e Leitura que é uma novidade importante no cenário da política de leitura.

Nós temos um plano onde participam vários Ministérios, em especial Cultura e Educação, onde participa o setor privado, que é tema desse seminário: "O papel do setor privado, o papel do setor público." Onde participa o mercado editorial, onde participa o Terceiro Setor, onde participam associações de estímulo à leitura em todo o Brasil, feiras de livro.

E esse plano foi produzido num diálogo nacional e aponta para metas e tem indicadores que permitem que a gente observe no tempo o avanço dessa política. O Plano Nacional de Leitura é uma conquista importante. É um plano de estado, é um plano legitimado na sociedade e ele pode e deve ser modificado com o tempo, mas ele já serve para que a gente tenha uma percepção daquilo que nós conseguimos avançar e, daquilo que nós não conseguimos nesse período.

Então, o plano tem sido um eixo de atuação muito importante para o Ministério.

Nós conseguimos um avanço importante em relação às bibliotecas do Brasil. No início do Governo Lula, nós tínhamos um déficit de aproximadamente três mil municípios sem biblioteca no Brasil. Hoje são aproximadamente 300 municípios sem biblioteca. A meta é que ainda esse ano a gente consiga zerar o déficit de municípios sem biblioteca no Brasil.

Isso é uma marca importante, é um piso mínimo de dignidade, eu diria assim, na política de leitura. Quer dizer que cada município tem uma biblioteca pública a oferecer a seus cidadãos, a gente consegue zerar essa meta esse ano, agora, isso é muito pouco. Isso é muito pouco. Uma biblioteca por município é o mínimo, é um piso de dignidade para a política de leitura no Brasil.

As nossas bibliotecas em grande medida são depósitos de livros. Elas não são espaços vivos, não estão habilitadas a oferecer um serviço de qualidade. Não atendem nos horários necessários para a comunidade, nos horários em que a comunidade pode acessar a biblioteca.

Então, é preciso e, nós estabelecemos um programa que tem uma meta ambiciosa de modernização de bibliotecas e qualificação de bibliotecas, como centros culturais e espaços vivos.

Nesse quesito, certamente, o setor privado e o Terceiro Setor - e esse é um tema que está presente no seminário - terá um papel importante a cumprir. Vejamos, por exemplo, a experiência da Colômbia, onde o estado disponibilizou interviu instalando as bibliotecas, mas num segundo momento o Terceiro Setor e o setor privado cumpriram um papel importantíssimo na administração e manutenção dessas bibliotecas.

A gente certamente ainda terá no Brasil algum tipo de parceria semelhante, por que o estado tem um papel insubstituível na implantação dessa infraestrutura, mas a sua manutenção e a sua qualificação, certamente, terá no setor privado e no Terceiro Setor um papel importante também. Mas, também já está provado, pela experiência internacional e pela experiência brasileira, que o item básico de uma política de leitura é uma educação universal de qualidade, mas ela sozinha não dá conta.

Basta a gente observar países que tem uma social democracia bastante consolidada na Europa, onde mesmo com uma educação universal de qualidade, onde ricos e pobres frequentam a mesma escola os níveis de leitura continuam diferentes, por que famílias de leitores formam melhor leitores. Pobres e ricos que frequentam às mesmas escolas na Europa, os filhos de famílias de leitores absorvem melhor o livro.

Então, o ensino universal de qualidade é o primeiro item, primeiro ingrediente básico de uma política de leitura, mas a atuação na família é um item fundamental. A formação de feiras, o estímulo à formação de feiras de livro é um outro item importante. E o Brasil é um exemplo interessante nesse sentido, basta observar como o Rio Grande do Sul é um Estado que tem um índice de leitura muito superior a outros Estados do Brasil.

E o item que diferencia a experiência do Rio Grande do Sul é o estímulo e a presença de feiras do livro em quase todos os municípios do Rio Grande do Sul.

Então, não basta o ensino universal de qualidade, não basta família de leitores. É preciso uma série de outros ingredientes que formam uma política para leitura, um ambiente favorável para a leitura no Brasil. E eles juntos equacionam uma situação de estímulo ao livro no Brasil.

Um outro projeto importante do Ministério, que inclusive, deve ser votado hoje na Câmara dos Deputados, por um acordo de liderança de todos os Partidos é o Vale Cultura. O Vale Cultura é o estímulo ao consumo de Cultura no Brasil, tradicionalmente a política cultural investiu basicamente em produção cultural. Esse é o primeiro mecanismo de fato robusto, com investimento significativo no consumo cultural. Ele prevê o investimento de dois bilhões de reais/ano no consumo direto do trabalhador.

São trabalhadores até cinco salários mínimos, que vão receber um *ticket* semelhante ao *ticket* refeição. A empresa deixa de pagar imposto, no momento em que adota o Vale Cultura, semelhante ao ticket refeição. E oferece esse benefício aos seus trabalhadores até cinco salários mínimos. Exatamente aquela faixa de trabalhadores que não tem tradição de acessar cinema, espetáculos, frequentar bibliotecas.

Então, a gente vai estar atuando exatamente na franja da população, que é a população que não se relaciona com infraestrutura cultural do país, entre elas a biblioteca e a livraria.

Então, o Vale Cultura, também ele entra como um item a mais, como mecanismo extremamente importante de estímulo ao acesso ao livro, à cultura. Porque o acesso ao livro ele, também, faz parte de um acesso mais amplo à cultura, ele não pode ser pensado isoladamente. Quem acessa ao livro, acesso ao cinema, acessa outros equipamentos culturais importantes.

Então a política de leitura, ela tem que ser vista dentro de um conjunto mais amplo que é a política cultural do país. E por isso o Vale Cultura é um item importante desse processo.

Eu quero aqui, deixar a saudação do Ministério, parabenizar a iniciativa. Nós vamos aqui participar de várias mesas compartilhando informações importantes desse processo. Parabenizar a iniciativa e desejar um excelente debate nesses próximos dois dias.

Por último, e não menos importante, registrar, já que o tema aqui vai ser justamente a parceria público/privada, registrar que nós chegamos um bom acordo com o setor privado em relação ao Fundo Pró-Leitura.

O setor privado tem um papel fundamental na criação desse Fundo específico para leitura, que é um antigo sonho daqueles que trabalham com leitura no Brasil, um fundo específico para o desenvolvimento da política de leitura. Esse Fundo nasceu como contrapartida da desoneração fiscal, que foi uma vitória muito importante, inclusive, com uma participação muito ativa do Senado à época, em 2004, quando a cadeia do livro foi desonerada em aproximadamente 10%.

E pactuamos a criação de um fundo de estímulo ao livro, com participação e gestão direta do setor privado nas metas desse Fundo. Uma parceria público/privada em prol da leitura pública no país. O setor privado deverá aportar em torno de 50 milhões de reais. O setor público em torno de 150 milhões de reais, nesse fundo para estímulo de agentes de leitura, de bibliotecas públicas, de qualificação de bibliotecas, de rodas de leitura. E, uma série de outros mecanismos importantes pra leitura no país.

Já há um acordo entre setor público e setor privado para a criação desse fundo. E ele deve ser enviado em Projeto de Lei em breve para o Congresso Nacional e, contamos aqui naturalmente, com todo o empenho dos Senadores que tem um vínculo muito forte com a bandeira da leitura no país, para que possamos ter esse fundo em atividade muito em breve.

Será um mecanismo importante, porque não é possível uma política de leitura, sem um fundo público equipado para dar sustentação a essa política. E nós teremos esse fundo em breve, porque o desenho mais importante que é a configuração institucional, a configuração política já está muito bem colocada. E a gente tem passos importantes que foram cumpridos nessa trajetória.

Então, é isso.

Muito obrigado e parabéns pela iniciativa.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Registramos, também a presença da Sra. Elizabeth d Ângelo Serra, Secretária Geral da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil e, da Sra. Adriana Garcez, Coordenadora de Economia do Livro do Ministério da Cultura.

Com a palavra o Senador Flávio Arns, presidente eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Quero cumprimentar inicialmente os senadores e senadoras presentes. Senador João Pedro colega amigo, componente desta Comissão de Educação, do Estado do Amazonas, Educação, Cultura e Esporte. Senador Augusto Botelho sempre atuante nesta comissão também, representando nesta Casa, o Estado de Roraima.

Senador Cristovam Buarque, ex-presidente desta comissão, atual presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. E autor do Projeto de Lei, na sequência, transformado em lei, sancionado pelo Sr. Presidente da República, instituindo o Dia e a Semana Nacional de Leitura.

E, que no ano que vem, inclusive penso, que esta iniciativa que está acontecendo hoje aqui no Senado nesta comissão, possa também ocorrer nas Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais pelo menos haver o esforço para que uma ideia possa se expandir pelo Brasil.

Quero cumprimentar a Senadora Fátima Cleide, do Estado de Rondônia, o Senador Eduardo Azeredo estava agora a pouco presente, mas, são oito Comissões funcionando neste momento, no Senado Federal e o Senador Eduardo Azeredo, inclusive é presidente da Comissão de Relações Exteriores. E por isto está presidindo, também, mas estava até agora a pouco presente nesta reunião.

O Senador Roberto Cavalcanti que também esteve presente e que está em outra reunião. E outros tantos senadores que no decorrer dos trabalhos, sem dúvida alguma, estarão nesse seminário.

O Alfredo Manevy, Secretário Executivo, obrigado de novo pela presença nesta comissão. Daniel Feffer, presidente do Instituto Ecofuturo, como já foi mencionado, um grande trabalho de entrosamento, de parceria, de diálogo, entre o Instituto e esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

E somos muito gratos por isto, porque o esforço tem que ser compartilhado. Como foi ressaltado pelos demais expositores entre o setor público, o setor privado e o Terceiro Setor, onde se encontram às associações constituídas ou não na forma de uma OSCIP e às fundações também. E a Maria do Pilar que é Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação.

Os Ministérios estarão participando ativamente, como já foram também mencionados, dos debates que vão acontecer no decorrer desse seminário, outras iniciativas também da comunidade. E amanhã também experiências concretas sendo relatadas por pessoas, por entidades que já vem desenvolvendo um trabalho bom e produtivo a favor da leitura em nosso país.

Quero destacar a alegria desta comissão em estar realizando este seminário, como um desdobramento da aprovação do projeto de lei. Destacar a importância da leitura do livro e de todos os seus desdobramentos para todo o cidadão. Foi mencionada a pessoa com deficiência, eu posso dizer que uma das grandes alegrias e uma das grandes ferramentas para o desenvolvimento da pessoa que apresenta algum

tipo de deficiência, uma necessidade mais acentuada ou não é pela leitura.

Quer dizer, ler a história, ler a história dez vezes, vinte vezes. Produzir a história no teatro, produzir a história no desenho. Quer dizer, a partir da história, a partir do livro, todo um planejamento educacional que pode ser feito com sucesso, para todas as crianças adquirir esse hábito na mais tenra idade, para levar este hábito para o resto da vida.

Eu costumo sempre mencionar que eu tenho uma netinha de três anos de idade. Nós temos os livros lá em casa, na sala para todo mundo usar o livro o dia inteiro, o tempo todo. E quando eu chego de Brasília, essa netinha de três anos vem com cinco livros na mão para mim, dizendo: "Conta vovô. Conta". Quer dizer, quer escutar todas as histórias e se senta no colo, quer ouvir, quer escutar, presta atenção, gosta. A gente vê que tem prazer nisto.

E, ao mesmo tempo, me lembro do meu professor de português que, toda semana no colégio onde eu estudava, ele organizava, planejava a aula de leitura. A aula de leitura chamava: Aula de leitura. Porque líamos o livro, discutíamos, contávamos, debatíamos. E a aula de português, em grande parte era produzida a partir da leitura dos livros e eram aulas muito interessantes.

E a partir de lá muitos alunos tiveram assim muito sucesso na vida profissional e pessoal, dominando o português bem, pela leitura.

Então, é uma perspectiva boa e importante. E são essas ênfases e tantas outras, que gostaríamos que fossem abordadas nesse seminário e em outros eventos, para que esta área tão fundamental possa se desenvolver ainda mais em nosso país: O papel dos setores público e privado, como ampliar o acesso à leitura e como articular ações entre o público e o privado e modelos de atendimento e experiências concretas, que são os temas norteadores desse seminário.

Que bom que estamos juntos, que possamos ter bons frutos e que esta iniciativa do Senado Federal, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte de todos os seus senadores e senadoras, em conjunto com os Ministérios e, em conjunto com a sociedade possam ocasionar uma mudança importante para o nosso país.

Obrigado.

Agradeço a todos pela presença.

Obrigado.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, pedimos a todos que permaneçam em seus lugares, dentro de instantes daremos início aos trabalhos, sob a moderação do Exmo. Sr. Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Antes só de concluir, se você me permite. Só a pedido do presidente do Instituto Ecofuturo, ele só quer fazer um complemento à fala, eu disse que seria possível.

SR. DANIEL FEFFER: Muito obrigado.

Inspirado pela fala dos colegas na Mesa, eu gostaria de acrescentar uma pequena visão que talvez pudesse também somar os esforços desse seminário que se inicia. Os desafios que nós temos na educação são muito grandes, eles demandam uma mudança muito importante em toda atividade, em todos os envolvidos no Poder Público, no poder privado e isso não é possível fazer num prazo curto.

As mudanças que nós vimos acontecer nos últimos 10, 15 anos, elas se somam. O acesso à escola que os governos anteriores proporcionaram está sendo completado por toda [interrupção no áudio] qualificação do ensino, que esse governo está aprofundando. No que se refere especificamente à leitura, eu queria lançar uma semente.

Essas questões de longo prazo, elas estão sendo abordadas pelo compromisso de 'Todos Pela Educação', como os senhores certamente conhecem: Um esforço de criar uma visão de longo prazo, de metas essenciais básicas que são do conhecimento e do apoio do Ministério da Educação e Cultura.

E a semente que além do Poder Executivo, além do Terceiro Setor, além da iniciativa privada, quem sabe, nós pudéssemos ter um consenso, junto aos partidos políticos, porque nós estamos falando de uma visão para 2022.

E a alternância no poder pode acontecer ou não, nós não sabemos, de forma que com ou sem alternância no Poder Executivo, seria muito bom que os partidos políticos apoiassem uma visão de longo prazo de qualificação da educação e de estímulo à leitura.

Então, eu lanço essa semente e, quem sabe essa comissão possa proporcionar esse encontro suprapartidário em torno da educação.

Bem, basicamente é essa a principal contribuição. Depois, eu volto junto ao seminário.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Dentro de instantes daremos início aos trabalhos, sob a moderação do Exmo. Sr. Senador Flávio Arns.

Senhoras e senhores, daremos início à Mesa do 1º Painel intitulado: "O Papel dos Setores Público e Privado, no Fomento, Difusão e Acesso à Leitura".

Convidamos para compor a Mesa a Sra. Jane Cristina da Silva, Coordenadora-Geral de Materiais

Didáticos da Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação; a Sra. Christine Castilho, Diretora de Educação e Cultura, do Instituto Ecofuturo.

O Sr. Fabiano dos Santos, Diretor de Livro Leitura e Literatura, do Ministério da Cultura e, a Sra. Elizabeth Serra, Secretária Geral da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço novamente.

Agradeço a presença dos expositores para este 1º Painel do Seminário que tem como tema: "O Papel dos Setores Público e Privado, no Fomento Difusão e Acesso à Leitura". Quero destacar que neste momento esse seminário está sendo transmitido ao vivo para todo o Brasil pela TV Senado.

E ao mesmo tempo, destacar a todos que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado Federal, seja a TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado, que tem toda a possibilidade também de contribuírem, fazendo as perguntas, comentários no decorrer do evento, ou então, as sugestões para iniciativas que possam ser tomadas em função da realização desse seminário.

Quero dar as boas-vindas novamente aos expositores e passar de imediato a palavra a primeira Palestrante, que é a Jane Cristina da Silva e que representa o Ministério da Educação, Coordenadora Geral de Materiais Didáticos da Secretaria de Educação Básica: Qual tem sido e como deveria ser a participação do estado, qual deve ser o apoio do setor privado, qual deve ser a participação da comunidade?

SRA. JANE CRISTINA DA SILVA: Bom dia a todos e a todas.

É um prazer muito grande estar aqui. Obrigada Senador, pela palavra.

E vamos rapidamente passar ao tema. As questões são muito profundas desta Mesa. Discutir qual é o papel do setor público e privado na promoção da leitura, que tipo de apoio o setor público necessita.

E pensando nisso, eu fiquei refletindo bastante tempo nessas questões e me veio a "Noção de Estado Ampliado de Gramsci: De que estado nós estamos falando? De que conceito de estado?"

E eu fui recuperar e Gramsci fala que esse estado ampliado, seria a sociedade política mais a sociedade civil.

Então, não tem essa coisa: "Ah, o setor estado e sociedade de um lado". Eu acho que o tema da leitura é um tema que ultrapassa esses limites.

Ele não pode ser um tema específico do Ministério da Educação ou no Ministério da Cultura, do mercado editorial, da escola. Mas, ele tem que ser um tema que precisa ser adotado e rapidamente, por toda a sociedade brasileira.

Por que nós estamos num tempo onde ter acesso à leitura é uma questão de direito. Nós estamos falando de democratização do acesso ao livro e à leitura.

Para falar das ações do estado, pegando mais no conceito tradicional o que o Estado Brasileiro tem feito?

Eu recuperei o Plano Nacional do Livro e Leitura, que é uma iniciativa que já foi falada aqui, que trata de reunir, mapear, cadastrar e trazer indicadores sobre qual tem sido a atuação da sociedade brasileira. E nesse sentido, tanto iniciativas privadas como públicas, que relacionam à questão do livro e da leitura.

E quais são os principais eixos desse PNLL construído com tantas mãos?

O primeiro eixo da democratização do acesso. E quais são as ações do MEC, que dizem respeito a essa democratização?

O fortalecimento das bibliotecas escolares e espaços de leituras nas escolas, a distribuição dos livros. No eixo 02; o fomento à leitura a gente tem ação da formação de professores nessa área da leitura, a realização de estudos também na área e a publicação de materiais para formação de professores.

O eixo 03; Que são as campanhas institucionais, a realização de seminários nesse campo, além do desenvolvimento da economia do livro, uma vez que o Ministério da Educação é um grande comprador de livros no Brasil. São quatro eixos: Os mesmos eixos trabalhados no PNLL, onde a gente tentou localizar as ações do MEC.

Falando especificamente qual é o conceito, qual é a noção que a gente trabalha de leitura?

Primeiro: Leitura como uma concepção ampla que extrapola os limites do texto escrito, embora, nós tenhamos ainda o livro como prioridade.

Então, quando a gente fala de PNLD, que é o Programa Nacional do Livro Didático ou do Programa Nacional Biblioteca da Escola, nós estamos falando do suporte livro.

A leitura, ela como uma prática sociocultural, inserida num conjunto de outras ações sociais e culturais também e não exclusivamente escolarizada.

Então, leitura não é preocupação só da escola. É da escola, mas também é da família, da comunidade, do poder político.

Então, extrapola o âmbito da escola, mas não pode prescindir dela. A escola não pode se negar a fazer aquilo que é seu papel.

A leitura como vários suportes, a leitura num binômio indissociável entre leitura e escrita. E a democratização do acesso a bens culturais.

Então, essa é a concepção de leitura que a gente tem trabalhado no Ministério da Educação. E aí quando você pega a questão do bem cultural, o livro é o bem cultural. As pessoas têm tido acesso?

Nós temos feito por meio dessas ações que esse acesso ele chegue, ele seja feito. Agora, o livro sozinho ele não vai fazer o papel, ele precisa de uma mediação. No caso da escola, essa mediação pode ser feita pelo profissional da educação.

O PNBE, que é o Programa Nacional Biblioteca da Escola, não é um programa novo, ele existe desde 1997 e ele tem as seguintes publicações: A primeira delas a Revista Leituras, que é uma revista do Ministério da Educação, voltada especificamente para esse campo. Tem um material, que a gente chama "kit de formação de leitores", com três documentos orientando a escola como trabalhar com o tema.

Uma pesquisa que nós fizemos em associação com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro que tenta levantar um diagnóstico da leitura e da biblioteca nas escolas públicas brasileiras. E, mais recentemente a coleção "Explorando o Ensino", que é uma coleção que o Ministério da Educação está fazendo e que tem foco, também, na questão de como trabalhar a leitura e à literatura em sala da aula.

As ações de formação de professores. O Brasil também está participando com o apoio do OEI, numa pesquisa comparativa sobre as bibliotecas escolares que reúne quatro países, Argentina, Brasil, Chile e México. E o que a Profª. Pilar já falou Programa Nacional Biblioteca da Escola. Como é que está o Programa Nacional Biblioteca da Escola hoje?

Ele integra essa política maior de formação de leitores. Retoma a Biblioteca Escolar como foco de ação. Porque durante alguns anos o Ministério, no final da década de 90, início dos anos 2000, ele fazia uma distribuição de livros voltado para o uso do aluno e o PNBE, agora, retoma essa Biblioteca Escolar como foco.

Acervos de uso coletivo, voltado para a ampliação dessas Bibliotecas Escolares e o atendimento universal, que também é algo recente no Brasil. Só a partir de 2005, todas as escolas passaram a ser atendidas com o acervo da Biblioteca Escolar. Hoje, o PNBE atende instituições de Educação Infantil, todas as escolas do ensino fundamental e o ensino médio.

E trabalha prioritariamente com livros de literatura, nos seguintes tipos de gêneros textuais, poemas, contos, romance, memória, diário e obras clássicas e história em quadrinhos. O PNBE ele tem atendido de forma sistemática nos últimos anos todas às escolas de forma alternada.

Então, em 2006, foram atendidas às escolas dos iniciais do ensino fundamental, em 2007, e em 2009, escolas dos anos finais do ensino fundamental e em 2008, pela primeira vez foram atendidas às instituições de Educação Infantil. Mas, por enquanto, só quatro e cinco anos foram contempladas nessa distribuição. Nós acabamos de avaliar e divulgamos o resultado, ontem, das obras que estarão chegando nas escolas em 2010.

E as escolas pela primeira vez, de zero a três anos, serão atendidas com acervos de Biblioteca Escolar. Para gente é um desafio e é uma conquista, fazer com que crianças, na mais tenra idade, já tenham contato com o livro, que possamos estar formando leitores desde o início.

Então, em 2010, além dessas escolas de zero a três, as escolas de quatro e cinco anos, também serão atendidas. Todos os alunos do Ensino Fundamental I e, mais a educação de jovens e adultos. Também em 2010 esses livros chegarão às escolas em formatos acessíveis. Àqueles livros que tem o seu correspondente impresso em formato acessível, em áudio, TXT, serão encaminhados também às escolas.

Muito recentemente, o Ensino Médio começou a ser atendido. Só em 2007, o Ministério da Educação enviou para escolas de ensino médio, acervos na área de Ciência da Matemática, Natureza, Humanas, Linguagem e Códigos, Literatura incluídos. Essas escolas também foram atendidas esse ano com outros acervos formado por 300 obras. Como é que o MEC faz a seleção das obras?

Essa é uma pergunta que constantemente a gente tem que responder.

Como é que se chega a esse acervo?

Primeiramente, nós temos os critérios que são públicos e estão colocados em edital: Qualidade literária do texto, o primeiro critério fundamental para seleção. A adequação temática do texto ao público a que se destina.

Então, você tem toda a preocupação de que é um texto para criança de 7 anos, qual é o tema de interesse dessa criança, como é que esse texto tem que abordar às questões sociais, então tudo isso está colocado nesse critério.

E o critério do projeto gráfico: O livro precisa ser atraente, precisa trazer elementos gráficos que beneficiem a leitura.

Esse é um quadro rápido dos investimentos que tem sido feito na Biblioteca da Escola. Em 2008, com o atendimento nas três últimas linhas ali, da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

A outra ação é a Revista Leituras, que tem como função divulgar os trabalhos de promoção à leitura

desenvolvidos nas escolas públicas. Este é o kit de formação de leitores, são os documentos de orientação à escola. Os cursos de formação de professores e mediadores de leitura. A Profª. Pilar já falou um pouco do Pró-Letramento e dos resultados que têm sido alcançados nos municípios que aderiram a esse curso.

O GESTAR, que é o outro programa de formação de professores e mediadores de leitura, voltados para os professores das séries finais do ensino fundamental. O outro grande programa, que tem a ver com o acesso ao livro, um livro mais instrumental, que é o Programa Nacional do Livro Didático.

Hoje, o PNLD atende o ensino fundamental e o ensino médio e, não se restringe a questão do livro didático. Hoje nós temos no PNLD livros didáticos, acervos complementares, que são obras que tem uma natureza diversa, os dicionários e os periódicos.

E em 2010, em função do Ensino Fundamental de nove anos o PNLD sofreu... Sofrerá. Sofreu, porque a gente já avaliou essas obras, uma reformulação. Por quê?

Porque a criança que estiver com seis anos o ano que vem na escola, ela vai receber um livro. Você pode passar a próxima lâmina, por favor?

Um livro didático de um componente curricular, que nós denominamos "Letramento e Alfabetização Lingüística e Alfabetização Matemática".

Então, então essa criança com seis anos vai estar recebendo esses dos livros didáticos, onde o foco é a questão da alfabetização.

Esse livro, tanto tratando do componente linguístico, como matemático, tem que ter como foco a alfabetização. No segundo ano, além desse livro, o aluno vai receber os livros didáticos de Ciência, História e Geografia. No terceiro, quarto e quinto anos, as matérias básicas já tradicionais. O que é o novo nisso?

É que os meninos de seis e sete anos, ou seja, nos primeiro e no segundo anos, receberão além dos livros didáticos de alfabetização, receberão os acervos complementares. Cada sala de aula terá acesso a 30 obras, um acervo de sala de aula de 30 obras, com aquela característica ali: Obras que sejam eficazes no apoio a alfabetização e formação do leitor, ao ensino dos conteúdos curriculares e ao acesso do aluno ao mundo da escrita e da cultura letrada.

Essa obra o que ela tem de característica fundamental?

É necessário que ela aborde ludicamente, os conteúdos de interesse para esse nível de escolarização. E recorra a projetos editoriais atraentes, os de linguagem verbal adequada e seja capaz de colaborar com esse nível de ensino, especialmente em situações de sala de aula.

A outra vertente do PNLD são os dicionários. O Ministério da Educação em função do Acordo Ortográfico, vai estar encaminhando o ano que vem para todas às escolas de novo. Pode passar, por favor. E o Programa Nacional do Ensino Médio que pela primeira vez em 2012, fará o atendimento universal das escolas do ensino médio e com toda a grade curricular, incluindo Sociologia e Filosofia. Esse é um quadro resumo dos investimentos do PNLD. E o nosso e-mail para contato.

Bem, o que é importante nisso? Tentando responder às questões provocadoras desse debate?

Nenhuma dessas ações, esses investimentos, eles fazem sentido se não houver a mobilização da sociedade civil e aí incluindo famílias, escolas, empresas, o mercado editorial todo, por que é um grande envolvido. A mobilização dos gestores municipais, estaduais, principalmente por que nós temos muitos desafios nessa questão da leitura.

Apenas 30% das escolas do ensino fundamental possuem hoje biblioteca. Apesar dos esforços do Ministério da Educação de estar anualmente encaminhando os acervos, formando professores, nós temos uma questão que é a questão da infraestrutura.

Então, além disso, de não haver o espaço adequado, essa situação melhora um pouco no ensino médio, onde 60% das escolas aproximadamente já têm esse espaço que pode ser chamado de biblioteca.

O desafio ainda é muito grande no ensino fundamental e nas instituições de educação infantil também.

Então, é um desafio, é uma coisa que é necessária, o envolvimento tanto das diversas esferas públicas, porque as escolas elas são municipais, eles são estaduais, como também do setor privado. O apoio do setor privado nesse campo é muito importante.

O outro desafio é: Fazer com que às escolas que possuem a biblioteca ou o espaço de leitura, façam desse espaço um espaço vivo e dinâmico. Porque muitas vezes nós encontramos nas bibliotecas, os acervos encaminhados pelo Ministério da Educação embalados nos armários, trancados.

Então, o outro desafio é isso: É sensibilizar para que os acervos da biblioteca façam parte do projeto pedagógico da escola.

Na verdade, a lógica deveria ser outra: O centro do trabalho pedagógico tem que ser a biblioteca e não a biblioteca, como espaço para você levar o aluno para fazer uma atividade ou em alguns casos mais assombrosos, colocar o aluno de castigo na biblioteca.

Então, são práticas que nós levantamos, por meio de uma pesquisa e que demandam uma ação, que não é uma ação só do Poder Público, tem que ter

toda ação da sociedade, dos pais, também, das famílias envolvidas nisso.

Outro desafio é fazer com que às bibliotecas aquelas que existem, além de espaços dinâmicos, possam contar com profissionais habilitados. Por que nós percebemos que quem está na biblioteca?

É o professor que não está adaptado numa outra função ou em sala de aula. Então, tudo isso é desafio, tudo isso requer trabalho, requer renovação de entendimento.

Para concluir, eu queria dizer que leitura tem que ser vista como um desafio da sociedade brasileira para que a gente possa realmente ter o Brasil um país de leitores. E que não cabe somente à escola, mas é um esforço de todos nós, tanto como sociedade política, como sociedade civil também. Temos que ampliar a noção de leitura que nós temos, leitura tem que ter uma concepção ampla e aí diria Paulo Freire*: "Seria a leitura do mundo."*

E dizer, também, que num ambiente escolar a leitura não cabe somente a um indivíduo ou dois indivíduos, ele cabe a toda a comunidade escolar, professores de todas as disciplinas. Somente assim, nós teremos realmente a leitura como um direito, um direito conquistado, preservado. E realmente, como um processo de democratização em todos os sentidos.

É isso aí.

Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem.

Passo em seguida a palavra a Christine Castilho Fontelles, que é Diretora de Educação e Cultura, do Instituto Ecofuturo. Aproveito inclusive a oportunidade, para agradecer, novamente, a participação e o empenho do Instituto Ecofuturo.

E como pensamento, usando a palavra da Jane, "provocador"; nós temos as lições de dez anos de articulação intersetorial na implantação de bibliotecas comunitárias e campanhas de promoção de leitura - O papel do setor privado.

SRA. CHRISTINE CASTILHO FONTELLES: Bom dia.

Agradeço a presença de todos. Agradeço o acolhimento que esta Casa nos tem oferecido desde 2006, primeiramente com o Senador Cristovam Buarque e agora com o Senador Flávio Arns.

E quero destacar também, novamente, a extrema competência dessa comissão, coordenada pelo Júlio Linhares, sua equipe, Renata, Fabiani(F) sem quem este evento, esse encontro não teria sido possível.

E eu dizia a pouco ao Senador, que este é um encontro extremamente privilegiado. Eu não sou porta voz do Terceiro Setor, mas eu tenho certeza que estou correta ao afirmar que o que nós buscamos é um trabalho de cooperação.

Esse país é imenso, os desafios idem. E a gente absolutamente não vai conseguir acelerar e qualificar esse processo, sem que haja um amplo projeto de cooperação. Que seja um projeto de nação, retomando o que disse Daniel Feffer, que seja suprapartidário, mas, nem por isso pode prescindir sim, de um acordo dos partidos políticos.

E esse é um eixo do nosso trabalho que é extremamente desafiador: Como fazer com que essas bibliotecas que vem sendo implantadas ao longo de 10 anos continuem a existir?

E o que eu vou relatar aqui é o desafio à potencialidade desse encontro com a iniciativa privada, com o setor público e também com a comunidade. Um esteio para o futuro apenas para lhes apresentar, trabalha nessas áreas temáticas. Nosso alvo é a construção de uma cultura coletiva de sustentabilidade.

E para nós, desde o surgimento do instituto, sempre esteve claro que sem acesso à palavra, sem acesso ao conhecimento é absolutamente impossível ser signatário de qualquer meta de município, de bairro, de cidade, de país, sobretudo de planeta.

Eu vou falar exclusivamente do nosso trabalho com leitura, trazendo aqui alguns dados que o Instituto Paulo Montenegro começa a mapear depois do ano 2000 e que é extremamente significativo para o nosso trabalho.

Mostra o desafio que todos nós temos com a questão do analfabetismo funcional. Notem que a gente tem um percentual bastante grande de pessoas entre 15 e 64 anos que são analfabetos funcionais. Um tema aqui, também, citado pela Maria do Pilar. Aqui, também, um pouco mais de dados, para dizer assim, o nosso trabalho é extremamente norteado por dados de pesquisas.

Pesquisas que saem de universidades, pesquisas que saem do Instituto, pesquisas que saem do setor corporativo.

Então, a gente tem uma grande concentração de livros, quer dizer, 16% da população detém 73% dos livros, mas, nem por isso está lendo muito e diversificado.

A gente percebe que tem uma grande concentração em livros didáticos com 61%, com pouco ou nenhuma contato com livro 89% dos municípios sem livraria. E segundo os últimos dados, faltam ainda 362 municípios que não tem biblioteca pública, mas como o Fabiano e a Gabriela certamente trarão aqui, como estão essas bibliotecas. E a gente tem encontrado as

bibliotecas trancafiadas, bibliotecas que têm nome de bibliotecas, mas absolutamente não atuam como.

Adriana, a gente vai combinar que você vai até a final do *slide*, por que eu fiz ele animado, mas a gente vai ter um longo tempo.

Então, você pode ir seguindo... Então o nosso objetivo é preparar as novas gerações para uso crítico da linguagem. Nossos públicos prioritários são crianças, jovens, educadores, líderes comunitários. Os nossos projetos centrais são Biblioteca Comunitária, desenvolvida há quase dez anos em parceria com a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, aqui representada pela Elizabeth Serra.

Indicador de desempenho, impacto, um projeto que já tem mais de dois anos, coordenado pelo Ricardo Paes de Barros. Por que a gente quer entender em que medida o que estamos fazendo é eficaz, em que medida a gente tem condições de melhorar, de calibrar esse projeto. E finalmente o Dia Nacional da Leitura, onde a gente encontrou um enorme acolhimento nesta Casa desde o princípio e que tem como objetivo: Sensibilizar e oferecer repertório para que toda a sociedade comece a oferecer literatura para criança de zero a seis anos e aqui eu vou trazer também alguns dados da pesquisa.

Aqui é o mapa que situa onde é que nós estamos: São 82 Bibliotecas Comunitárias desenvolvidas em nove estados brasileiros e Brasil adentro. A gente está falando de interior de Maranhão, a gente está falando de Pará, a gente está falando da Amazonas, a gente está falando de Vale do Jequitinhonha, em regiões extremamente periféricas de São Paulo, Interior, Minas, Rio de Janeiro.

Esse projeto ele só é possível, por que a gente tem amplo apoio da iniciativa privada, ali estão citados alguns dos nossos patrocinadores. Parte desse investimento vem com a renúncia fiscal, Lei Rouanet aprovada pelo Ministério da Cultura. E parte vem de recursos próprios, que também não são incentivados. A gente tem uma forte atuação dentro de escola, já é um trabalho que a gente vem realizando há quatro anos.

Uma análise que fizemos junto com a Fundação, para potencializar justamente uma política de governo que é o PNBE. Por que a gente começou a constatar que tem um material de altíssima qualidade, como Jane acabou de citar, enclausurada. A ideia é que a gente possa colaborar desde sempre com as iniciativas de governo.

Por favor. Bom, aqui, a gente fala especificamente sobre a Biblioteca Comunitária. Ali a gente escolheu uma fotografia de Belterra, no Pará, que não teria sido possível, se não tivesse um amplo apoio de uma organização governamental que está lá, que é "Saúde e Alegria" e da comunidade. São populações quilombolas e ribeirinhas onde pouco sinal de comunicação a gente tem. O projeto está baseado na articulação intersetorial, a gente não faria absolutamente nada, sem a presença do Poder Público local e da comunidade.

E a idéia é capitalizar aquilo que já existe: A gente não cria espaços novos, a gente apóia Bibliotecas Públicas, Bibliotecas Escolares. E um eixo que eu acho muito importante a gente citar, porque vem sendo um objetivo de articulação, tanto de governo quanto da iniciativa privada, por via Terceiro Setor, que são as comunidades.

Nossa parceria técnica, como eu disse é a Fundação Nacional do Livro. A gente atua em regiões de baixo IDH, desde 2009, de menor IDEB. Temos os nossos padrinhos que sãos os grandes inspiradores do projeto.

E é importante citar que esse é um projeto cultural, gerador de trabalho e renda e de política pública. Aqui estão enumerados processos, são quase que seis meses até a inauguração da biblioteca. Vocês percebem que é um trabalho extremamente cuidadoso de apresentação do projeto do Poder Público para a comunidade, a clareza no estabelecimento de contrapartidas.

O Poder Público é responsável pela cessão de espaço, pela melhoria da infraestrutura, pela contratação, pela remuneração e pela manutenção desse equipamento. É realizado um diagnóstico, procurando potencializar as ações de leitura existente, justamente para que haja um destino mais consolidado dessas iniciativas. Nós fazemos cursos. É a Fundação que oferece esses cursos de promoção de leitura e de auxiliar de biblioteca.

A gente tem um grande déficit de bibliotecário nesse país. E esse projeto visa colaborar com esse eixo, como é que a gente pode criar um espaço organizado que seja sistematicamente organizado, sem que esse... Então, essa pessoa precisa ter essa noção de gestão de biblioteca e, atendimento do usuário. Por que o importante não é o livro que está lá guardado é a pessoa que precisa ser tutelada, nesse momento, para ingressar no mundo dos livros.

Um curso também de promoção de leitura, esses dois cursos são feitos para 30 pessoas. A ideia é não só ter uma mão de obra qualificada, mas, também oferecer esses cursos para professores e para organizações que desenvolvem promoção de leitura local.

Então, quando o projeto chega, ele capitaliza as ações de leitura locais. Há um trabalho de monitoramento de pré-inauguração. A inauguração propriamente dita que é um momento extremamente ecumênico, com a presença da Prefeitura de toda a cultura local.

Quatro meses depois é feito um trabalho de supervisão; um trabalho de suporte e de apoio, por que é só quando você coloca a biblioteca em movimento é que você consegue sentir as fragilidades e potencialidades. O acervo complementar a gente acredita que é muito importante, esse é todo um projeto construtivista.

Então, tem um acervo inicial de 700 livros, 300 livros é o trabalho que vem escolhido e depois é a população que faz essa demanda, para quem toma conta da biblioteca, então, só depois ela é realizado.

E um trabalho que a gente inclui que é oficina de gestão e sustentabilidade. O que a gente quer com isso? O que a gente percebendo? Para que essa população possa acessar editais públicos e privados, para que possa incrementar sua biblioteca, ela precisa ter clareza na redação do seu projeto. E precisa também saber como digitar, porque essa também é uma barreira. E, também, entrar em contato com os desafios locais.

Não raro, a gente encontra o que Jane trouxe aqui, tanto é que uma dessas oficinas trouxe um projeto bastante interessante, que é o Professor Amigo da Leitura e da Biblioteca. Porque a biblioteca é sim, ainda, um instrumento de castigo ofertado ainda por alguns educadores.

Uma vez implementada, a gente permanece com o projeto de monitoramento, o intercambio é extremamente importante, o grande desafio seria a conectividade ter nessas bibliotecas, a gente ainda não conseguiu.

Então, a gente promove... Tem o jornal onde a gente procura colocar os desafios e potencialidades e circula entre todas as bibliotecas.

É muito importante, Mirela vai trazer um pouco disso. É muito importante a premiação, intercâmbio de experiências e como disse, a gente tem os indicadores que está sendo coordenado pelo Ricardo Paes de Barros, Mirela está à frente dessa pesquisa. E vai trazer alguns dados que nós esperamos poder colaborar para subsidiar, investimento público e privado em biblioteca.

Aqui eu estou trazendo um *case* gente, por que eu acho extremamente importante a gente olhar para o que está acontecendo com as Bibliotecas Comunitárias, aqui tem foto de antes e depois. Quando eu digo que a gente encontra situações de promoção de leitura, não raro é esta situação do antes. Vocês percebam uma associação comunitária, o cidadão construiu em baixo da casa dele um espaço com toras de madeira que eram... E ali um pequeno acervo, tinha distribuição de leite e corte de cabelo.

Quer dizer, um mínimo de repertório de recursos para melhorar às condições de acesso daquela comunidade. E ali, o depois: A casa dele continua com tijolos, mas a biblioteca está num espaço bastante cuidado. E onde é possível que seja feita a consulta, o empréstimo de livros.

Essa biblioteca foi implantada em 2003, ainda não conta com apoio da Prefeitura local. E o apoio que a gente vem conseguindo ofertar e eles vêm conseguindo obter. Em 2008, um apoio do Instituto CNA, que permite mais um ano de sobrevida.

Em 2009, ele se inscreve e se torna um Ponto de Cultura, dentro do Projeto do Ministério, recebendo mobiliário, acervo e recursos financeiros. E fica uma questão aqui: A gente vinha trabalhando muito e a gente percebe muito a importância da comunidade em Bibliotecas Comunitárias: Como inseri-las num Programa Nacional de Livros de Leitura?

Esse é o nosso grande desafio a gente traz aqui. A gente traz aqui.

A gente não sabe qual é essa solução, mas eu tenho todas às razões para acreditar que eles são extremamente importantes. De repente, podem funcionar como atividade gravitacional das Bibliotecas Públicas e tem um pequeno documentário de um minutinho.

Eu peço a atenção dos senhores para mostrar, além das fotos, qual é a importância de uma Biblioteca Comunitária, num lugar de absoluta carência de todas as ordens. Por favor, Adriana.

Jardim Panorama, São Paulo... Bom, é uma pena.

Eu vou apertar o áudio disso, mas assim é um lugar extremamente carente, é uma favela, o Alex, ele é um morador local participou dos cursos. Hoje ele é responsável pela biblioteca. E o pessoal local dá esse depoimento para a TV, falando da importância da biblioteca.

Ele fala que a garotada do *funk* está produzindo, está compondo de uma forma muito mais interessante, por que antes eram composições recheadas de palavrões e agora, com o acesso ao livro e a uma outra linguagem, um outro repertório. Eles continuam compondo *funk*, só que tem uma outra qualidade. A gente não vai conseguir, então, vamos em frente.

Vocês veem o acolhimento, o espaço de biblioteca como é bacana, num lugar que é medonho. Vamos para o próximo, por favor. Bom, o que nós aprendemos com a experiência?

Adriana você pode colocar direto, tá? Até chegar no final. O que a gente identifica como potencialidades?

Brasileiro sabe perfeitamente bem o valor da leitura e do livro. Existe sim, uma demanda natural por livro e fica um desafio também para nós, por favor, conseguir fazer com que a imprensa trabalhe a favor e comece

a repensar o que ela coloca, por que isso se torna o senso comum: Brasileiro gosta de ler. O que precisa de espaços qualificados para essa finalidade.

Identificar e integrar ações de leitura local, isso é extremamente importante. Como a Jane acabou de ressaltar, de incluir no projeto pedagógico da escola e não está aí, mas, também de integrar com a Biblioteca Pública. Para nós o binômio acervo e formação é indissociável.

Por mais qualidade que tenha esse acervo e, também tanto Jane, quanto o MinC fala bastante isso e isso vem sendo ofertado. Mas a falta de intimidade com esse equipamento faz com que ele fique paralisado.

E a articulação intersetorial, é imprescindível. Ela é desafiadora, mas dá uma grande potencialidade quando esse encontro acontece.

Próximo por favor. E aqui os nossos grandes desafios, embora participação da comunidade seja extremamente importante, sobretudo nesses lugares, onde nem o Estado consegue chegar. É importante a gente envolver a comunidade. Está aqui Ana Glória, na experiência de Garanhuns, Biblioteca Comunitária, que vai falar para vocês amanhã da importância desse intercâmbio.

Tem que ser um espaço bom, bacana, arejado, com mesas para consulta. Enfim, isso tem que ser bem cuidado. Há que ter um termo de parceria bastante bem fundamentado com a Prefeitura, sobre contrapartidas. Volto aqui à minha fala inicial: A gente precisa de amplo apoio nisso, por conta de também garantir a sustentabilidade. Os recursos humanos que foram formados precisam ser renovados, o acervo precisa ser renovado é preciso haver intercâmbio, porque ninguém consegue crescer sozinho.

Todos nós só podemos evoluir nas nossas reflexões, nas nossas críticas, por que nós nos encontramos. É preciso ofertar oportunidades a bibliotecas também. Em 2010 a gente vai estar trabalhando fundamentalmente no monitoramento, sobretudo no monitoramento remoto, dessas bibliotecas, em promover intercâmbio e pesquisa para a qualificação do projeto.

Então, certamente teremos mais dados para compartilhar com todos os setores.

Para citar a Campanha de Leitura, o Dia Nacional de Leitura e Semana da Leitura, só foi possível em função dessa grande articulação, que eu considero ser super importante que a gente avalie.

Então, o que aconteceu em 2009: A gente conseguiu uma articulação com cerca com 30 parceiros, baseado... E a gente institui o Dia Nacional da Leitura, a partir de dados bastante concretos.

Aqui um Prêmio Nobel, um economista que fala*: "A criança entre três e oito anos que recebeu estímulo cognitivo, ela tem um repertório muito melhor do que as crianças que não conseguiram."*

A Neurociência está trazendo informações também bastante relevantes para gente sobre a importância de você oferecer também repertório cognitivo na criança de zero a três anos.

Então, você tem a Economia, você tem a Neurociência trazendo dados inquestionáveis sobre a importância de a gente oferecer literatura para a criança já a partir de zero anos já que a gente oferece também uma série de outros estímulos.

Os dados aqui da enorme influência das mães. E 49% dos entrevistados falam da questão do afeto. É sempre bom a gente estar falando isso. A gente não está falando daquela leitura que é imposta, que ela é desafiadora, que ela é desgastante, é com cobrança. É alguma coisa que surge como todos os nossos melhores atos surgem em família, com carinho sistemático, sem desistir.

Em 2009 foram 30 parceiros, entre os quais esta comissão, que permitiu que a gente conseguisse realizar agora no ano de 2009 atividades em nível nacional, chegando a atingir algo em torno de três milhões de pessoas. O que aprendemos com o projeto e com Campanhas de Leitura em dez anos: Sendo uma OSCIP, uma instituição reconhecida pelo Ministério da Justiça e que deve atuar em áreas típicas do setor público complementando o trabalho governamental tenho fonte uma análise do SEBRAE.

E, a partir de todos os pressupostos, o que a gente acredita que a gente precisa fazer mais e melhor é articulação e cooperação. Existem dados extremamente preciosos realizados pelas universidades e instituições de pesquisa, Jaqueline de Grammond vai trazer dados bastante importantes sobre a avaliação de biblioteca na escola. As organizações da sociedade civil que estão realizando um maciço investimento.

Eu não sei se vocês repararam, mas desde 99, agora, foram quase cinco milhões que pelo Ecofuturo foi investido em bibliotecas. O governo, como uma Casa de Legislação e de execução, formuladores de políticas públicas. E aí fica o nosso desafio: Criar e fortalecer redes de articulação intersetorial e intrassetorial. Talvez eu possa dizer que o exercício nesse país de Terceiro Setor tem algo em torno de dez anos de uma forma mais forte.

É um tempo muito curto, mas a gente não tem muito tempo mais para dar conta do déficit nesse país.

Então, fica aqui esse pedido, de que a gente possa trabalhar firmemente [soa a campainha] para conseguir um projeto de nação.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Nós voltamos, só que já foi corrigido o problema do áudio.

Então, só queremos que o filme que é bem rapidinho, também de um minuto, então, seja mostrado. E aproveitar inclusive essa ocasião, para enaltecer novamente o trabalho do Instituto Ecofuturo. E que não só do Instituto, mas de todas as iniciativas do Brasil que possam contribuir decisivamente nessa questão intersetorial e intrassetorial. Que possamos juntos enfrentar os desafios.

[exibição de vídeo]

NARRADOR: *O Instituto Ecofuturo está implantando uma série de Bibliotecas Comunitárias.*

[música]

DEPOIMENTO: *Nós estamos no Morumbi, na Comunidade do Jardim Panorama, onde moram mais de 600 famílias. E vamos falar sobre a luta que foi para conseguir um espaço de leitura na comunidade. E há um mês nós conquistamos esse espaço, onde fica a nossa biblioteca: "Ler é preciso."*

DEPOIMENTO: *Eu acho uma biblioteca muito interessante, porque têm muitas crianças na comunidade que precisa estar aprendendo, entendeu? E com a biblioteca vai poder falar melhor.*

DEPOIMENTO: *Nessa biblioteca a gente atende todas as idades. Mas quem mais se esbalda aqui são as crianças e os adultos que também se interessam muito por livros, principalmente de poemas.*

[música]

DEPOIMENTO: *Aqui na comunidade tem um grupo de funk e os meninos falavam muito palavrão antes da biblioteca. Com a biblioteca eles estão lendo bastantes livros e estão já mudando a forma do funk na comunidade.*

[música]

[fim da exibição do vídeo]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bom.

Passo em seguida à palavra ao Fabiano dos Santos que é Diretor de Livro, Leitura e Literatura do Ministério da Cultura e usando a mesma palavra, como provocação, foram feitas duas perguntas: Qual tem sido e como deveria ser a participação do estado? Qual deve ser o apoio do setor privado? E qual deve ser a participação da comunidade?

Que foram, na verdade, as mesmas perguntas feitas ao Ministério da Educação.

SR. FABIANO DOS SANTOS: Bom dia a todos.

Bom dia Senador Flávio Arns. Eu quero agradecer o convite e parabenizar a iniciativa da Comissão de Educação e Cultura juntamente com o Instituto Ecofuturo. Eu acho que já é uma iniciativa que demonstra essa experiência entre o setor público e o privado.

Eu vou dispensar o *power point*, por que a Gabriela Gambi vai apresentar as ações. Eu vou talvez falar um pouco mais das provocações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Está bem.

SR. FABIANO DOS SANTOS: Eu tenho só uma curiosidade aqui, da nossa amiga tradutora: É libras?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É libras.

SR. FABIANO DOS SANTOS: É para você mesmo querida, se você puder olhar para mim.

Como é que você traduz livro e como é que você traduz leitura?

Ok.

Era mais ou menos isso que eu imaginava, livro e leitura são processos que caminham juntos. Eu não consigo dizer, a palavra livro, sem que a leitura venha junto e vice-versa. Mas, eu gostaria de dizer que nós estamos em movimento.

Em um movimento que vem já a um bom tempo de envolvimento, seja do setor público, seja da sociedade civil, seja de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas que muitas vezes, independente do estado ou apesar do estado, estão construindo, projetos, programas, iniciativas de promoção da leitura no país.

As perguntas são muito instigantes e provocadoras como disse o Senador. E me fez pensar um livro, acho que é do Jostein Gaarder "Ei, tem alguém aí?"

Conhece esse livro, Beth?

Então, lá pelas tantas... Como é?

Isso, ele escreveu "O Mundo de Sofia". E conta a história de um menino de outro planeta, me parece que chamado Mika, que cai na casa do Joaquim, no jardim da casa do Joaquim.

Então um menino de um outro planeta e um menino da terra e, os dois se encontram e começam a conversar sobre as coisas da vida e do mundo de cada um. Mas, toda vez que o menino da terra fazia uma pergunta para o garoto do outro planeta, ele fazia uma reverência para a pergunta. E ele fez isso uma vez, duas vezes, três vezes. O Joaquim percebeu a história e disse*: "Rapaz, por que toda vez que eu lhe faço uma pergunta, você me faz uma reverência?"*

Ele disse*: "Porque no meu planeta a gente faz reverências para perguntas". "Ah, bacana".* Lá pelas tantas, o Joaquim fez uma pergunta tão genial e o Mika fez a reverência, mas, o Joaquim gostou tanto da resposta que o menino do outro planeta deu, que fez uma reverência para a resposta também.

Mas aí ele ficou uma arara, ficou uma fera e disse: *"Mas, o que é isso, rapaz! Que falta de educação! Eu*

fiz uma pergunta você fez uma reverência a minha pergunta!" "Eu gostei tanto da sua resposta, que também estou fazendo uma reverência para a sua resposta". E ele disse*: "Mas no meu planeta, a gente só faz reverência para perguntas, por que as respostas só nos levam até um determinado ponto de caminho. São as perguntas que nos fazem caminhar".*

Mas, eu acho que nós estamos caminhando e precisamos de respostas, também, para tratar de política pública na área da Cultura, na área da Educação e que venham outras perguntas, para que nos façam caminhar.

Então, eu gostaria de destacar que o Ministério da Cultura tem o Plano Nacional de Cultura, recentemente aprovado na Comissão de Educação e Cultura da Câmara. Está vindo para esse assento, para esta Casa. E esse Plano Nacional estabelece a cultura em três dimensões importantes ou em três expressões: A cultura como expressão simbólica, a cultura como expressão de cidadania e a cultura como expressão econômica.

Então, isso me traz a importância da gente perceber não apenas a dimensão educacional da leitura, mas também a dimensão cultural da leitura.

A dimensão educacional tem um papel vital na formação de leitores, na construção de um país de leitores. Mas, a dimensão cultural da leitura, ou a experiência da leitura, ela é fundamental no sentido de que você sai de uma dinâmica, de uma leitura mais instrumental e parte para uma outra leitura, onde o que vale nessa leitura é o que ela pode nos possibilitar de conversa sobre as coisas da vida e do mundo e da uma ampliação de repertório.

A Christine mostrou em relação aos meninos da Biblioteca Comunitária que o acesso ao livro fez ampliar o repertório, não só o vocabulário, mas, ampliar o seu repertório cultural e, portanto, aprimorar a poesia e a música do rap que eles produzem.

Mas, pensar a dimensão cultural da leitura é pensar também a leitura como um direito de cidadania. Foram mostrados aqui alguns dos indicadores de exclusão social, que a leitura nos revela, nos mostra.

Portanto, o desafio que nós temos são enormes. Tem um livro que eu gosto muito de citar e tenho repetido isso com insistência de um escritor que eu gosto muito Daniel Pennac, em que ele fala dos direitos imprescritíveis do leitor.

E nesse livro ele vai dizer que o primeiro direito imprescritível do leitor: É o direito de não ler. E vai com outras maravilhosas, como: O direito de pular página, o direito de ler aqui e acolá.

O direito de se apaixonar pelo autor, o direito ao bovarismo que segundo ele, é a doença textualmente transmissível. O direito de calar e o direito de ler em voz alta.

Mas, o direito de não ler. Isso me intrigou muito, porque no nosso caso no Brasil, o primeiro direito é exatamente o direito de ler. O direito de ler como esse direito de cidadania, como colocou tão bem aqui, a Jane.

E você pode ampliar esses outros direitos, o direito de ler em casa no aconchego com os pais. A FNLIJ, Fundação Nacional de Livro Infantil e Juvenil tem um trabalho expressivo há 40 anos nesse país. E tem lá um termo que a FNLIJ já vem desenvolvendo há muito tempo que é a leitura compartilhada, ou seja, fazer da leitura um aconchego, um encontro.

Então, a importância do professor ler para o aluno, do pai ler com os filhos, não é ler para é ler com.

Então, essa questão da leitura como um direito de cidadania. Eu acho que é disso que nós estamos tratando aqui: Da construção de um país de leitores, porque a gente sabe que quem lê amplia seus horizontes, amplia sua capacidade critica, amplia sua capacidade inventiva, amplia seus repertórios culturais.

E nós temos uma dívida social histórica com a leitura nesse país. Eu acho que nós não pagamos nem um tantinho ainda sequer dela. Estamos construindo isso ao longo do tempo.

Mas, a dívida é muito grande, daí a importância de que esse é um desafio, que está posto nessa mesa tão bem: Que é um desafio da sociedade e é um desafio do Poder Público e do setor privado.

Então, eu gosto de dizer que nós temos hoje um plano e esse plano é o Plano Nacional do Livro e Leitura, que a Jane já apresentou aqui os seus eixos; que é o da democratização do acesso, o da formação de leitores, mediadores de leitura, fomento à leitura.

A valorização da leitura na comunicação, esse é um eixo fundamental, por que o livro e a leitura são muito pouco presente no imaginário, na formação do povo brasileiro. Na discussão do Fundo Setorial Pró-Leitura que eu vou falar dele, foi feito uma analogia entre o livro e os automóveis.

Que o setor automobilístico estava sendo reduzido com o IPI e agora, estamos criando uma contribuição do Fundo Pró-Leitura. E essa analogia, o automóvel já faz parte do imaginário do povo brasileiro de quem tem e de quem não tem carro.

O Bartolomeu de Campos Queiroz que vai estar aqui... Amanhã? Gosta de dizer que a gente fica assistindo a novela das oito e, no intervalo vendo aqueles anúncios das coisas que a gente dificilmente vai ter, uma delas é o carro. Todo mundo quer ter um carro. Mas, quem são as pessoas que de fato desejam um livro? Daí a importância desse eixo, da valorização

da comunicação na leitura no sentido de construir o livro no imaginário, na formação cultural educacional do povo brasileiro.

E o último eixo que é o do fomento da economia do livro: Esse plano ele está inserido no Plano Nacional de Cultura, no Sistema Nacional de Cultura, no Plano Nacional de Educação também. E foi bom ele ter nascido como uma ação já integrada entre os Ministérios da Cultura e o Ministério da Educação. Esse plano estabelece as diretrizes, as premissas e as ações do Ministério da Cultura.

Então, eu gostaria de destacar isso por que a semana passada nós realizamos um Fórum Nacional trouxemos aqui Secretários Municipais de Cultura, Secretários Municipais de Educação, Secretários Estaduais também de Educação e Cultura. Dirigentes, portanto, de educação e cultura do país, para tratar da necessidade e da importância de implementar os planos estaduais e municipais de livro e leitura. Juntamente com a Secretaria Executiva do Plano Nacional, com o Minc, com o MEC, com o IPL, que é o Instituto Pró-Livro, abrimos esse limiar a semana passada. E estaremos agora realizando seminários estaduais.

Também lançamos um guia, que é um guia como fosse um passo a passo de referência de como o estado e o município podem implementar os seus planos de livro e de leitura e também um portal que é um portal de consultoria para os gestores de cultura, de educação e também para líderes e dirigentes de entidades que trabalham com livro e leitura, na perspectiva de consultá-lo, seja em relação ao marco legal, a importância de criar lei municipal de livro e leitura de criar lei estadual, de estabelecer o plano.

De como isso passa numa Câmara Municipal, como se dá o processo de participação estadual. E a gente vai acompanhar isso, por exemplo, Mogi das Cruzes que apareceu ali, se caso faça essa adesão à criação do seu plano, a gente vai saber em que passo essa cidade se encontra. Se caminhou para a Câmara Municipal, se está no processo de discussão com a comunidade, se foi aprovado, enfim. Então é uma questão que eu gostaria de destacar para vocês, por que o plano agora ele já está num outro passo que é o dos planos estaduais e municipais. Então, que vocês também possam se envolver e se engajar nesse movimento.

E uma outra ação que eu gostaria de comentar aqui é o Programa Mais Cultura. É um programa que foi lançado em outubro de 2007 está inserido na Agenda Social do Governo Federal. É uma conquista importante para política pública da cultura, ou seja, é a primeira vez que uma política cultural se insere numa agenda social macro, numa agenda social ampla desse país, compreendendo a cultura como vetor também estratégico de desenvolvimento.

E nesse Programa, a Gabriela vai apresentar aqui com mais detalhes, tem as ações de bibliotecas. Uma delas é a implantação de bibliotecas cuja meta, como o Secretário Alfredo Manevy colocou aqui é zerar o número de municípios sem bibliotecas no país. Em 2002, eram mais de 1500 municípios sem bibliotecas. Hoje nós teríamos já zerado esse número segundo o Sistema Nacional de Bibliotecas e os Sistemas Estaduais. No entanto, nós contratamos a Fundação Getúlio Vargas que está fazendo um mapeamento para saber onde existe ou não existe bibliotecas públicas nesse país.

Mas, além disso, para saber às condições reais dessas bibliotecas Cristhine colocou aqui. Não apenas para saber se existe ou não existe, mas como é às condições de acervo, de imobiliário, de espaço, o horário de funcionamento, a formação dos dirigentes dessas bibliotecas. E esse levantamento que a FGV está fazendo vai ser fundamental para a qualificação das políticas que possam vir de acervo, de formação ou de mobiliário, ou de equipamentos. E essa meta de zerar o número de municípios sem bibliotecas, na verdade é uma dívida social histórica, como eu mencionei aqui, mas ela é uma meta meramente simbólica.

Por que implantar biblioteca isso pode não significar absolutamente nada, ela pode virar um depósito de livro, um saber livresco morto. Se a gente não conseguir construir essas bibliotecas em espaços culturais dinâmicos de produção, interação, fruição com a comunidade, inclusive, participando da gestão compartilhada esse equipamento pode não significar nada. E para a gente o equipamento Biblioteca Pública Municipal, é o equipamento principal de epicentro da leitura num município.

Tem uma escritora chamada Ângela Lago que ela mencionou, certa vez*: "Que bacana vai ser o dia em que os pais vão chegar nas suas casas e dar de presente para os filhos o cartão da Biblioteca Pública Municipal".* Aquilo é um passaporte para a leitura, é um passaporte para viagens no tempo e no espaço, no sentido daquelas ampliações que eu falei de conhecimento de repertórios.

Uma outra ação que o Ministério vem desenvolvendo é de modernização de bibliotecas, ou seja, naqueles municípios onde já tem bibliotecas vai um outro equipamento, mobiliários, acervos, para que possa dar uma dinâmica, uma dinamização maior a essas bibliotecas. Eu estou passando rápido, por que a Gabriela vai mencionar isso com mais destaque. Tem uma outra ação que é bibliotecas de referências, são para bibliotecas de grande porte, para bibliotecas es-

taduais. São investimentos em torno de dois milhões e meio até cinco ou sete milhões, como foi o caso da Biblioteca do Rio de Janeiro.

Nós estaremos apoiando juntamente numa ação entre o Estado do Rio e o Ministério da Cultura, a primeira Biblioteca Parque do Brasil que é uma referencia da Colômbia onde foram implantadas bibliotecas nas favelas em Medellín e Bogotá. E essas bibliotecas foram fundamentais para a reversão do quadro social e de violência. A biblioteca lá é uma ação, é um programa de política de segurança pública, dentro deste intersetorialidade. Outra ação é de construção de bibliotecas.

Nós estamos construindo, agora, 12 bibliotecas em seis capitais. Pegamos qual era a proporção habitantes e número de bibliotecas. Só para vocês terem uma ideia entre as 12 metrópoles, Curitiba que tem em torno de 51 bibliotecas, isso é uma proporção de 31 mil habitantes por biblioteca. Fortaleza que é o avesso disso, Recife, dá mais ou menos 1,5 milhão e meio de habitantes por biblioteca.

Então, nós estamos construindo em parcerias com essas capitais, são seis capitais, bibliotecas de pequeno porte para a periferia. Numa perspectiva que já nasce de gestão compartilhada com a comunidade, por meio do que a gente está chamando de canteiro cultural, aonde a comunidade já vai se inserindo.

E eu creio que essa experiência do Ecofuturo, da FNLIJ, pode nos auxiliar nessa ação ver onde é que existem cruzamentos que a gente possa estar atuando junto com vocês. Tem as Bibliotecas Comunitárias que é um edital que vamos lançar agora em novembro, dezembro nos Estados do Rio, Bahia e Ceará. Têm as Bibliotecas Temáticas Especializadas, um dos projetos é exatamente... Eu conversei isso com a Elizabeth Serra, é uma biblioteca especializada em literatura infantil.

Mas, têm outras ações como os Pontos de Leitura, que não é nada mais, nada menos, do que o reconhecimento de iniciativas da sociedade civil sejam pessoas físicas ou jurídicas, que trabalham nas suas comunidades, nas mais diversas formas com projeto de incentivo à leitura.

Então, eu vi aqui que as experiências da Biblioteca Comunitária aqui foi premiada com o Ponto de Leitura. Tem um investimento em torno de 20 mil reais que foi acervo imobiliário, equipamentos, pufes e tal.

Aliás, tem um relato muito interessante: Nós criamos a Rede Biblioteca Viva que é dos Pontos de Leitura e é de autogestão.

Então, os 514 pontos selecionados eles colocam fotos, programações que eles desenvolvem atividades. E teve um desses Pontos de Leitura, que ele relata o seguinte; que mandou para a Barsa, solicitando acho que era a Editora Planeta que edita a Barsa. Pedindo a Barsa para a Biblioteca Comunitária dele que é uma comunidade muito pobre e percebeu que os meninos necessitavam de pesquisas, também. E a resposta foi muito dura, muito assim, enxuta*: "Não atendemos esse tipo de demandas".*

Quando ele recebeu o Ponto de Leitura, que são mais de 700 livros de poesia, contos, romance, muita literatura infantil e que ele viu a Barsa ele foi às lágrimas, por que ele jamais imaginava que ia chegar também aquele instrumento tão importante para pesquisa, a formação e o conhecimento dos meninos.

Então, o Ponto de Leitura, vem de um Ponto de Cultura, que nasceu de uma frase do Gilberto Gil chamado "do-in antropológico". A cultura serve como "do-in antropológico", ou seja, ela tem o poder de transformar, massagear determinados pontos sociais e aquilo ir se transformando. [soa a campainha] Para finalizar, só falar do Fundo Setorial Pró-Leitura, que é um Fundo onde vai vir 1% da contribuição do setor produtivo, que é um compromisso do setor. E, com mais recursos do Ministério da Cultura, no sentido da construção de um país de leitores.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço a participação do Fabiano dos Santos.

E passo à palavra agora a Elizabeth Serra, que é Secretária Geral da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. Agora a pouco eu mencionei a parceria com a iniciativa privada e com o Terceiro Setor, composto por associações, OSCIPs ou não e fundações que é o caso da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil e o pensamento norteador é: 40 anos de trabalho de promoção da leitura, uma história de contribuição para políticas públicas.

SRA. ELIZABETH SERRA: Bom dia a todos.

Eu queria iniciar agradecendo ao Senado à Comissão de Educação e Cultura, na presença do Senador Flávio Arns. Particularmente ao Instituto Ecofuturo, nosso parceiro já há alguns anos desde 2001, começamos a conversar, aliás, em 99.

E que também com o apoio da Suzano, o Daniel Feffer, aqui também presente, o Sérgio. Por que essa é uma trajetória longa, sinuosa e a Casa ter escutado a importância desse assunto nos dá muita esperança. Não é à toa que eu vou trazer aqui para vocês de uma maneira mais resumida, uma história de 40 anos por essa briga que hoje começa a aparecer no cenário nacional.

Então, eu agradeço a oportunidade de estarmos aqui presente, tanto a Câmara, a Comissão de Educa-

ção, quanto ao Senado e ao Instituto Ecofuturo. Também queria registrar a importância do Dia da Leitura que enfim, foi uma conquista também do Ecofuturo. E eu no início dizia*: "Mas Cris, você vai colocar junto com o dia da criança!".* E ela acreditou nisso e foi. E hoje eu contei para ela uma coisa, que eu acho que ela ainda não viu.

Quando eu abri a Revista Piauí, as duas páginas de propaganda do Itaú Cultural falam exatamente da questão do dia 12 como o Dia da Criança, do dia 12 como o Dia da Leitura e do dia 15 como o Dia do Professor, estabelecendo essa relação entre leitura, escrita e educação.

Você não viu, mas você vai ficar muito contente. Eu não te liguei no fim de semana, para não chatear. Eu vou tentar ler, está ali o reloginho, vamos ver. Se não eu apresso no final, para cumprir o prazo.

Eu represento aqui a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, como sou Secretária Geral, a Fundação foi criada em 1968. Ela é o órgão brasileiro de um organismo internacional, chama-se The International Board on Books for Young People, IBBY é a sigla. E que existe há quase 60 anos, foi criado por uma alemã que voltou ao país depois da guerra para cuidar das crianças órfãs. E o caminho que ela escolheu, foi o caminho da leitura, acreditando na construção de uma ponte de livros que trouxesse a perspectiva da paz, do entendimento, da solidariedade.

Em cima desta ideia foi criado, então o IBBY. Hoje somos 72 países no Brasil, unidos por essa ideia, sempre com muita dificuldade de recursos. Na verdade, só os Estados Unidos e o Japão têm recursos e agora a Coréia do Sul, com todo esse movimento que vem fazendo.

E na Coréia, para vocês terem uma ideia, existe uma biblioteca nacional de livros de criança. É algo que eu nunca vi no mundo e o investimento deles em termos de leitura e livro, não é a toa que eles estão no topo na área da educação.

Bom, os objetivos da Fundação são exatamente a promoção do livro de qualidade para crianças e jovens, a sua divulgação junto a educadores e a sociedade, a formação de professores e bibliotecários leitores, o incentivo a criação de bibliotecas. A Fundação no Brasil é a instituição pioneira de promoção de leitura tendo sido responsável pela criação do primeiro programa de compra de livros de literatura que foi distribuído para as escolas, vocês vão lembrar é a Ciranda de Livros. A partir daí, é que o MEC dois anos depois, institui o "Sala de Leitura".

Esse Programa que foi criado, então em 85, Sala de Leitura teve na sua base, a Ciranda de Livros que mostra exatamente um exemplo, já entre o setor público e o setor privado de êxito.

Todos temos a referência da Ciranda, que inclusive levou pela primeira vez, a ideia de leitura e livro para a televisão, por meio da Rede Globo, pela Fundação Roberto Marinho, com o apoio da Hoescht. E é interessante saber uma historinha curiosa é que, enfim, como esses encontros ocorrem acidentalmente, também, a gente tem que estar na hora certa, no lugar certo.

Na época eu não estava, era a Laura Sandroni. E a Hoescht queria que nome aquela ficasse marcado no imaginário da população brasileira.

Então, vocês vão lembrar, daquela mãozinha que escrevia Hoescht, na televisão. Aquele era o objetivo da Hoescht e juntou-se ao objetivo da Fundação e da Fundação Roberto Marinho para criar um programa de leitura. Infelizmente o programa era para 10 anos, como eles atingiram o objetivo rapidamente em quatro anos, eles deixaram de apoiar o projeto, essas histórias que conformam a nossa história.

Outro dado interessante é que o Programa Sala de Leitura, ele só introduz a palavra, biblioteca, em 1998 que vira Programa Nacional Biblioteca da Escola. Pela primeira vez se introduz a palavra biblioteca no cenário educacional brasileiro, nessa faixa de primeiro segmento.

Uma outra coisa que eu coloquei aqui para lembrar é o seguinte: O Plano Nacional da Educação que agora está com movimentação para ser modificado, eu tenho procurado levar isso como bandeira, para quem está presente nessa ação de discussão.

É que o Plano Nacional de Educação nosso, só coloca biblioteca a partir do terceiro grau. Não há o conceito de biblioteca, ou seja, não tem no conceito de educação brasileira a ideia de oferecer livros e leitura, desde o primeiro momento, nem para a criança, nem para o professor.

A Fundação em termos internacionais organiza a representação brasileira na Feira de Livros de Bolonha que é a única feira do mundo dedicada ao livro infantil. E o IBBY está presente, nós estamos presente, o que permite um contato com a experiência mundial todos os anos, procurando com que nós nos atualizemos em relação a isso.

Eu costumo chamar que a Feira de Bolonha é a universidade do livro para crianças no mundo, não tem nada igual, ela é exclusivamente para profissionais. Ainda no campo internacional a Fundação é quem indica os candidatos ao prêmio da nossa organização. E que o Brasil tem a honra de ter os únicos dois da América Latina toda, que são para Lygia Bojunga em 1982, e em 2000, para Ana Maria Machado. Esta é uma honra.

Eu já mandei vários ofícios para o MEC, para o Minc e tal, dizendo sempre o seguinte*: "Isto é um produto brasileiro de altíssima qualidade".*

Ele tem que ter o apoio dessa visibilidade, para que seja mostrada a maravilha da nossa produção para crianças, produção literária. E ano passado, o Bartolomeu que vai estar aqui amanhã, por indicação da Fundação, ganhou também um Prêmio Ibero-Americano de Literatura Infantil. A seleção da Fundação, quer dizer, o processo de escolher esses autores tem por trás toda uma história de seleção, que a Fundação faz desde 1974, que é referência nacional aqui e atualmente está no *site*. E para o MEC a gente sempre serviu de referência. E até hoje a gente sabe que as universidades que são contratadas levam em consideração sempre a lista da Fundação.

Em 98, nós fomos contratados para escolher uma seleção de livros de 100 títulos e até aquele momento o governo brasileiro, o MEC não comprava livros de autores estrangeiros. Foi a partir de uma proposta que nós apresentamos que do ponto de vista da democracia, esse acesso também tinha que ser levado às crianças mais pobres. É nesse momento que o MEC passa a comprar livros traduzidos para as escolas públicas.

Hoje isso se tornou algo permanente. Em 2000, nós participamos do projeto Literatura em Minha Casa que foi até 2003, com o Senador e, então Ministro, Cristovam Buarque que deu continuidade e ampliou.

Infelizmente esse projeto terminou. Nós lamentamos muito isso porque era um projeto, que além de levar livros para a escola visava preencher esse espaço dos livros na família.

Nesse momento se levou para 160 mil escolas, enfim, foi para toda a rede, foram três anos. E esse projeto é bastante discutível, acredito que Jaqueline, vai trazer aqui alguma coisa a respeito dele, mas, visava exatamente, também, preencher esse espaço da família lendo, esta família que não tem a cultura do livro, bom.

A Fundação também apresentou em 91, pela primeira vez se falou em política de leitura, foi resultado de uma pesquisa feita pela Fundação com financiamento da FINEP, que chamava-se "Por uma Política Nacional de Leitura". E foi daí que foi criado o PROLER. É nesse momento que se institui o termo, a Política Nacional de Leitura, até então não se falava nisso.

Quer dizer, a Fundação com a sua experiência entende aí o público e o privado, que a função dela não é exercer linhas de políticas, mas subsidiar desde sempre essas ações de uma política maior.

Por isso levou essa informação ao então presidente da Biblioteca Nacional, Affonso Romano de Sant'Anna, ainda foi na época do Governo Collor, quando em 92, foi criado o Programa Nacional de Incentivo à Leitura, que agora em 2012 fará 20 anos. Nós também criamos o Programa "Os Melhores Programas de Incentivo à Leitura", ainda em 94, que serviu de base para o Concurso atual "Viva a Leitura", do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação e da Fundação Santillana, que tem o mesmo objetivo. E a gente vê isso com olhos muito positivos, por que quanto mais concurso tiver, quanto mais se valorizar as ações de leitura, mais se fala em leitura.

O Salão do Livro é a atividade mais recente embora começada em 99, que tem no Rio de Janeiro, que é voltado totalmente para crianças. Não tem livro didático, não tem livro religioso, não tem livro de autoajuda, não tem gente fantasia, não tem tocando música tem gente lendo.

12 dias, para nós fortalecermos essa ideia de que só lendo é que a gente vai conseguir fazer desse país um país de leitores. E Jane, nós temos uma boa discussão que é o conceito de leitura que você colocou que nós institucionalmente discordamos porque leitura é leitura de texto, as outras são linguagens, elas cabem muito bem na escola.

Mas, quando a gente faz formação de leitores e de professores é a questão da fantasia, da indumentária, nos passa uma necessidade de provar aquilo que a gente não tem certeza.

Ou a gente acredita que o texto tem uma força e ele é capaz de por si só transformar e não precisaremos então de dourar a pílula para apresentar. E o salão mostra isso, são 12 dias - eles conhecem vocês conhecem - de leitura, leitura e leitura e ilustração, por que a ilustração tem um peso enorme no livro infantil.

Uma outra coisa, também, nós compramos e gastamos dinheiro com livros ao preço de um real. E cada criança, cada jovem rico ou pobre, de escola pública ou escola particular recebe um livro selecionado pela Fundação. Essa é interessante, porque alguns empresários que veem o nosso orçamento do Conselho estranham*: "Mas como vocês gastam esse dinheiro todo em compra de livros? Podia estar no caixa do salão", m*as, é uma questão de princípio. É o gesto simbólico de levar o livro para casa.

Nessa trajetória que passamos aqui rapidamente e atentos ao tema, ressaltamos a importância da parceria com o Instituto Ecofuturo desde 2002 e, com o Instituto C&A desde 2007, que vai apresentar aqui amanhã, são as duas únicas ONGs, e eu conheço o campo, acho que não tem outras, duas únicas ONGs de empresas que escolheram a leitura e a literatura como norte para os seus trabalhos. E isso é algo que nós temos que ressaltar e chamar a atenção para importância e parabenizar, por que investir em leitura e

literatura, do ponto de vista das empresas, não é algo que exista retorno rápido.

Em geral quando se coloca dinheiro em alguma coisa o empresário quer: "Que retorno eu vou ter depois de amanhã e até o final do ano?"

Com leitura e literatura não se tem retorno imediato. O Daniel sabe disso, o Paulo, do Instituto C&A, Áurea, a Cris, também e isso a gente tem que ressaltar: Não há trabalho de formação de leitores em curto prazo.

Bom, correndo aqui. Em meio ao lançamento do livro eletrônico que está ocorrendo esta semana, o Kingdom, todo mundo deve ter visto. Gostaria de dizer que mais do que nunca a leitura se evidencia como necessária para o desenvolvimento de sociedades democráticas, em que todos os cidadãos têm o direito de ter garantidas as oportunidades para desenvolver plenamente suas habilidades de ler e escrever qualquer que seja o suporte.

Em recente participação em congresso de bibliotecários na Itália, onde tinha Itália, Alemanha, Espanha, França, Holanda, Áustria, Cingapura, Japão eu tive oportunidade de ver a aplicação que vem sendo feita cada vez mais nas idades mais baixas.

Ou seja, as Bibliotecas públicas estão com atendimento para crianças de zero a seis anos. Numa ação que espanta quando a gente vê um discurso absolutamente superficial, de que a tecnologia vai atrapalhar ou que não se deve mais ler. Pelo contrário: Quanto mais avança a tecnologia, mais o investimento no ato de ler, nesta formação desde base.

E nessa apresentação me chamou a atenção que alguns países como a Alemanha, a Áustria, Holanda, passaram a prestar uma atenção maior nisto a partir do resultado do Pisa que, evidentemente, tem um pressuposto de política econômica. Ou seja, pensar a economia hoje é pensar a formação de leitores. Também tive oportunidade de ir a Colômbia outra vez. Eu tenho ido com uma certa frequência por que temos trabalhos juntos e a gente viu, exatamente, o que já foi ditado aqui.

Quer dizer é a Secretaria, enfim, da cultura que se alia à educação que tem recursos, sempre a cultura não tem. E quem mantém essas bibliotecas maravilhosas é o setor privado.

Então, essa é uma experiência que você já está bastante a par e trazendo aqui para nossa prática. Embora, a gente tenha desenvolvido nos últimos 15 anos... Temos feitos alguns progressos importantes. Eu quando retorno ao Brasil depois dessas viagens e vejo essa seriedade, esse investimento, na formação de leitores bem jovens eu comparo com a nossa história ainda tímida, dispersa e cheia de muitas indefinições.

Me pergunto: Quando vamos conseguir, de fato, mudar na raiz, a história de formação de leitores no nosso país e assim, oferecermos como consequência, uma educação de qualidade para todos?

A nossa produção editorial é excelente. Já há uns 12 anos as escolas brasileiras têm livros de qualidade para oferecer aos seus alunos, mas os índices de leitura são os piores, que por sua vez justificam a baixa qualidade dos índices de educação.

Para mudar esse quadro é necessário que uma Política de Leitura, mais que uma Política do Livro se apresente com urgência e consistência, por meio de recursos financeiros expressivos e de um projeto audacioso de médio e longo prazo por parte do Governo Federal e dos Governos dos Estados e Municípios voltados para as ações de formação, de compra permanente de livros, de um sistema de bibliotecas condizente com os padrões internacionais, pensando em toda a sua estrutura e não por partes. Não basta zerarmos o número de Bibliotecas Públicas, o Fabiano acabou de falar isso, meta que desde os anos 90 nós estamos perseguindo.

Eu participei do PROLER no governo anterior. Coordenei o PROLER. Estive ao lado do Otaviano del Fiori, que levantou essa bandeira de uma biblioteca para o município que conseguiu um pedaço, mas, não conseguiu terminar e que esse governo está tomando para si o desafio de zerar. Mas, se não houver o investimento para valorizar o profissional da biblioteca pública e o profissional da escola.

Se não houver no orçamento anual de escolas e bibliotecas verbas para a atualização de acervos. Nos Estados Unidos há uma tradicional feira só para bibliotecas públicas, feira de livros. Se as escolas não ensinarem o funcionamento social da biblioteca e o seu uso não fizer parte do cotidiano dos professores da escola, como disse a Jane: A escola... A biblioteca tem que ser o coração de uma escola.

Se não houver investimento na competência leitora dos professores que ainda estão em formação, e não só os que estão no exercício da função, dando oportunidade para que eles sejam leitores, habilidade que, até os anos 60, fazia parte de ser professor. Ser professor era igual a ser leitor. Hoje, você pergunta ao professor se ele gosta de ler, perdeu-se conteúdo, perdeu-se a essência. Se não houver uma campanha nacional permanente - não eventual - chamando a atenção das famílias para a importância da leitura.

E, por fim se os professores do ensino básico não forem preparados e reconhecidos como profissionais de relevância para a formação de nossas crianças e jovens, para a sociedade que almejamos mais justa e solidária. É por meio de um movimento por um Brasil

literário que estamos agora engajados, a fim de avançarmos na ampliação da consciência e na valorização da literatura para todos. Não se trata, agora, somente de ler, mas de ler livros de qualidade, de ler literatura.

Como Bartolomeu Campos de Queiroz cita, no final desse manifesto - vocês vão ter oportunidade de conhecer amanhã - Por um Brasil Literário, é o nome do manifesto, essa é a nossa forma de fazer política, e eu vou citar a última frase do manifesto dele*: "Se é um projeto literário, é também uma ação política, por sonhar um país mais digno".*

Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem.

A ideia, nesse primeiro painel deste seminário, era justamente apresentar esse panorama maior através dos Ministérios, da Fundação e do Instituto. Eu penso que o objetivo deste momento foi cumprido, foram exposições importantes, necessárias, mostrando-se as linhas, os desafios, uma reflexão sobre a área, pontos de vista que naturalmente devem convergir - não necessariamente serem idênticos, os mesmos - para esse grande desafio do papel dos setores público e privado no fomento, difusão e acesso à leitura.

Nós, neste primeiro momento, teríamos horário até 11h10, são 11h30 da manhã. Eu acho prudente que, inclusive, que nós façamos o intervalo agora, para que todo mundo possa descansar, conversar com os expositores durante o cafezinho, tirar dúvidas. Caso as dúvidas não fiquem esclarecidas, que essas dúvidas sejam colocadas também no painel seguinte. Os Ministérios estarão aqui representados, o Instituto estará também, a Fundação permanecerá aqui, também.

Então, eu penso assim, que seria interessante fazermos agora o intervalo, de 15 minutos, então, estaremos praticamente dentro do horário combinado e dentro de 15 minutos, pontualmente, retomaremos com a segunda Mesa, o segundo painel, que será: "Como ampliar o acesso à leitura e como articular as ações entre os setores públicos e privados".

Sempre entendendo: O privado que se coloca aqui é privado como segundo setor, que seria o particular, se a gente puder chamar assim, com fins lucrativos e o privado como Terceiro Setor, sem fins lucrativos; Associações e Fundações.

O Instituto é uma Associação constituída na forma de uma OSCIP e acabamos de escutar, de participar de uma bela apresentação de uma Fundação.

Então, a Fundação tem uma natureza também prevista no nosso Código Civil, como Terceiro Setor. Estaria bem assim? Vocês concordariam? Não ficariam brabos se não tivessem, assim, a oportunidade de fazerem perguntas, agora, mas terão a oportunidade de fazer na sequência.

Eu acho que assim não prejudicaremos o segundo painel. Onde, se nós ficarmos muito tempo as pessoas ficarão mais cansadas e, naturalmente, se tomar um cafezinho agora, conversarem e relaxarem, todos virão bem dispostos para o segundo painel.

Obrigado, e está então encerrado esse primeiro momento. Daqui a 15 minutos, 11h50, iniciaremos o segundo momento.

Coffee Break aqui no lado, no corredor.

Obrigado.

[palmas]

[Sessão suspensa às 11h36].

[Sessão reaberta às 11h57].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Boa tarde para cada um, para cada um.

Nós vamos início agora a 2ª Mesa desse Debate, organizado pelo Senador Flávio Arns, presidente da nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre leitura.

Quem esteve aqui durante a primeira parte - essa manhã, aliás, inteira, percebeu o bom nível dos debates, percebeu como há um sentimento de urgência, necessidade de aumentar a leitura. E agora à tarde a gente vai discutir como fazer isso, nesse fim de manhã e começo de tarde. Até por que não é meio dia, ainda.

O objetivo desta Mesa é como ampliar o acesso à leitura e como articular as ações entre os setores públicos e privados. Essa eu acho que deve ser a Mesa com mais resultados concretos de todas, por que é aqui que está a chave da questão. Como ampliar o acesso à leitura e como articular as ações entre os setores públicos e privados.

Eu quero chamar as pessoas que vão fazer parte da Mesa: Primeiro, Mirela Carvalho, que é pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA; depois, Jaqueline de Grammond, Professora do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de São João Del Rey; chamo depois Gabriela Gambi, Coordenadora Geral de Livre Leitura do Ministério da Cultura.

São essas as três moças que vão apresentar o tema: "Como ampliar o acesso à leitura e como articular as relações entre os setores públicos e privados".

Eu passo a palavra, inicialmente a Mirela Carvalho.

SRA. MIRELA CARVALHO: Eu peço desculpas, mas é que eu estou criando aqui certa bagunça, mas eu prometo que já vou terminar, por que eu vou falar

de pé, por que a minha apresentação está um pouco longa, pelo que eu já senti.

Então, eu mesma vou ter que saltar alguns *slides*, eu acho que vai ser um pouco confuso, eu dizer isso para ela.

Então, eu vou falar de pé, eu acho que fica mais interessante assim. Só um segundo.

[interrupção no áudio]

Bom, em primeiro lugar, eu queria agradecer muito o convite, dizer que é um prazer enorme estar aqui apresentando os resultados da pesquisa, por que, afinal, se a gente faz essa pesquisa e não pode depois compartilhar com os gestores e quem de fato tem poder para redesenhar as coisas, essa pesquisa não tem sentido.

Então, é uma honra estar aqui. Eu estou representando uma equipe, o coordenador dessa pesquisa é o Ricardo Paes de Barros e também participaram pesquisadores de outra Instituição, que é o IETS: Samuel Franco e Andressa Rosalem.

Bom, eu vou começar falando sobre o que é a avaliação que nós... Na qual nós estamos trabalhando com o Instituto Ecofuturo. E aí essa avaliação - na verdade são duas avaliações - e eu vou apresentar resultados das duas.

Então, a gente começou em 2007, trabalhando com a questão da sustentabilidade das bibliotecas do projeto. A preocupação era: Uma vez inauguradas essas bibliotecas, o que acontecia com elas? Elas se mantinham funcionando, o que parava de funcionar? O que acontecia com a qualidade do serviço oferecido?

E a gente trabalhou nessa linha. Além da avaliação da sustentabilidade, que envolveu um trabalho de campo, como eu vou mostrar aqui, a gente agora, nesse momento, está trabalho com a avaliação de impacto dessas bibliotecas, e aí a gente está trabalhando com o impacto dessas bibliotecas sobre variáveis do fluxo educacional.

Então, a gente está trabalhando com as taxas de aprovação, de reprovação, de abandono... E eu também vou mostrar alguns resultados que a gente já obteve da avaliação do impacto das bibliotecas do projeto.

Bom, e aí, antes de falar, eu queria apresentar um pouco o arcabouço lógico que está orientando todos os temas que a gente está investigando, seja... Enfim, mostrando que existe uma relação entre a avaliação de sustentabilidade e a avaliação de impacto. Bom, esse diagrama aqui orientou o desenho da pesquisa de campo, as análises, e eu vou usá-lo para orientar também a apresentação.

Em primeiro lugar: A gente esteve preocupada com a questão da sustentabilidade e, obviamente, afeta a sustentabilidade; o quão utilizadas são essas bibliotecas. Bibliotecas que não são utilizadas, que estão lá fechadas, não serão atrativas para nenhum financiador e da mesma forma, bibliotecas ou qualquer serviço que não têm impacto, isso no tempo também é percebido, e também desestimula os financiadores.

E obviamente, utilização e impacto, eficácia, têm uma retro alimentação; quanto mais se utiliza uma coisa que tem potencialmente impacto, mais impacto aparecerá. E o outro lado também é verdadeiro, ou seja, quanto mais um serviço tem impacto e mais a população percebe esse impacto, mais ela utiliza. Esses dois fatores aumentam a probabilidade do projeto ser sustentável e merecem ser investigados.

Afetando tanto a eficácia quanto a utilização, a gente tem a qualidade do serviço; o quão acessível o serviço é à população, em termos de localização geográfica, exigência de documentação para entrar, para se cadastrar, que tipo de documento precisa, acesso a cadeirantes e coisa do gênero; e adequação do serviço, por que também de nada adianta a gente ter algo com um acervo inadequado para aquela faixa etária, horários de funcionamento que não atendem ao que as comunidades podem... Os horários que as comunidades podem frequentar.

Então, a questão da adequação também é importante. Então, esse trio aqui: Qualidade, acessibilidade e adequação, a gente também investigou. E esse trio aqui tem impacto tanto sobre o grau de utilização quanto sobre a eficácia, que, por sua vez, afetam a sustentabilidade.

Bom, recursos... Disponibilidade de recursos: Recursos financeiros, recursos humanos, a gente também precisou investigar, e os recursos afetam a sustentabilidade por uma via indireta, por que mais recursos geram mais qualidade e a qualidade tem esse caminho que a gente já mostrou e sustentabilidade aumenta os recursos. Um projeto que se mostra sustentável atrai mais recursos, então tem um efeito dinâmico aqui.

A outra caixinha que a gente também investigou foi a eficiência dessas bibliotecas, e aí a eficiência também afeta a sustentabilidade, por esse caminho direto: Quanto mais eficiente, dado uma quantidade de recursos, mais qualidade e eficiência afeta diretamente a sustentabilidade. Atrai, torna o projeto mais atrativo para quem vai financiar essas bibliotecas. E por fim, uma gestão... Uma boa gestão é uma gestão eficiente, e esse ciclo aqui se fecha.

Então, com esse modelo lógico em mente, a gente desenhou o que seria a avaliação de sustentabilidade. E foi necessário fazer um levantamento de campo, por que nesse momento o Ecofuturo ainda não tem, está em processo de desenvolvimento, um sistema de monitoramento, e aí a gente vai poder ter essas in-

formações coletadas mensalmente, para todas essas bibliotecas. E essa pesquisa de campo foi na verdade um pontapé inicial para a gente desenhar todo esse sistema de monitoramento.

Ela foi muito ampla... Vamos lá, a gente foi a campo, visitando 55 bibliotecas das 61 que haviam sito implantadas até o ano de 2007. Isso foi em novembro de 2007, essa visita. A entrevista durava o dia inteiro e o questionário era muito longo. Eu vou passar aqui rapidamente, só para vocês verem os blocos. A gente tinha, ao todo, 23 blocos no questionário. A entrevista era longa, era bem detalhada.

E aí, então, eu queria compartilhar com vocês resultados e eu, obviamente, não vou poder mostrar resultados para todos os blocos, embora isso já tenha sido intensamente discutido com o Instituto, com a Fundação, e a gente já replanejou vários detalhes do desenho do Programa, mas eu selecionei aqui seis blocos, seis temas que podem ter aplicações mais universais, também para bibliotecas públicas e outras bibliotecas.

Então, o primeiro tema que eu gostaria de mostrar alguns resultados é o grau de utilização dessas bibliotecas no projeto. E a gente tem evidências de que parece alto, parece que a comunidade realmente vai, frequenta e utiliza o serviço.

Uma medida disso, que tem suas limitações, mas é uma medida que a gente pode obter para outras bibliotecas, que não do projeto, foi essa aqui: a gente relacionou o número de livros do acervo, eu quero chamar a atenção para essa última linha, o número de livros do acervo por usuário no último mês.

Então, a gente chegou a esse numero aqui, 8,4, que significa o seguinte, grosso modo: Se todos os livros fossem emprestados no mês, em quantas mãos o livro passaria, levando em consideração a frequência que essa biblioteca tem no mês, e passaria por oito mãos.

Então, o livro rodaria por oito mãos. A gente tem medidas, foi difícil conseguir, mas a gente conseguiu também medidas semelhantes para outras bibliotecas públicas e aí a gente tem aqui esse número, e aí a gente fez uma média desse número, e nas bibliotecas que a gente pesquisou a gente tentou ver a população dos municípios e tudo, para poder fazer esse recorte. E a gente tem que nessas bibliotecas, em média, o livro gira por cinco mãos.

Então, a gente vê que tem evidências que essas bibliotecas são bastante utilizadas, o que é fundamental para a sustentabilidade e para o impacto, por que sem utilização o impacto não vai aparecer, e a sustentabilidade vai ficar comprometida.

Em termos do perfil de quem utiliza essas bibliotecas: Essas bibliotecas são muito utilizadas por crianças de 7 a 14 anos, então, o público forte é dessa faixa etária.

Bom, o que a gente pode ver em termos de qualidade dos recursos?

Então, utilização não parece ser um problema. E qualidade dos recursos físicos?

Aí a gente já encontrou algumas fragilidades maiores. E aí uma lição que serve... Universal, que serve para qualquer implantação de biblioteca, que a gente notou aqui, nas bibliotecas do projeto, é o cuidado com a escolha do local.

A gente viu uma porcentagem que a gente gostaria de baixar, de bibliotecas que não têm iluminação natural e não tem iluminação artificial adequada. A gente tem aqui, sem iluminação natural, 20% das bibliotecas, 22% das bibliotecas sem iluminação natural. Exposição a barulho é um problema gravíssimo. 78% das bibliotecas estão expostas a barulho, muitas funcionam em escolas e isso é um problema, obviamente, para a concentração e etc.

Não só a questão do barulho, da iluminação e da ventilação a gente precisa ter cuidado, mas o próprio tamanho do espaço físico para que a gente consiga acomodar todo o acervo, atender adequadamente aos usuários, os funcionários terem espaço adequado para trabalhar, e aí a gente viu que aqui, nesse quesito que é o tamanho, também existem problemas, e que a gente precisa prestar atenção nisso no momento da escolha do local.

A gente vê, por exemplo, olha lá: 80% das bibliotecas com área interna igual ou superior a 50 metros adequados, que é o exigido, vamos dizer assim, o padrão mínimo de qualidade que a gente tem no desenho do projeto.

Então, 20% não atende a esse padrão. E acervo. Eu acho que tem um indicador aqui interessante, que a gente selecionou que é a porcentagem de bibliotecas com espaço suficiente para acomodar todo o acervo dentro dela, 78%.

Então, a gente tem aí 22% que também não consegue acomodar todo o acervo, fazendo com que a gente tenha que prestar muita atenção nesse momento da escolha do local.

Estado de conservação é outra característica física que a gente também olhou e eu acho que também tem uma lição importante aqui, a gente vê que tem alguns problemas facilmente evitáveis como: Goteira, pintura de parede, enfim, banheiro com problemas, e são coisas facilmente reparáveis que poderiam estar sendo cuidadas, tanto pelo Poder Público, como a Cristiane apresentou, que assume uma responsabili-

dade inicial pelo espaço, por cuidar do espaço, então não parece ser esse tipo de problema, não parece um problema muito difícil de ser resolvido, mas, por outro lado, também a comunidade, por alguma razão de naturalização, talvez, desses problemas, também não se move muito para resolvê-los.

Então, a gente tem aqui um problema de conservação do prédio, onde existe um buraco, que nem a comunidade está mobilizando para resolver, e o Poder Público também está deixando muitos desses problemas aí. Eu fui para o final, por quê? Voltando.

Então, em termos físicos... A gente viu, em termos físicos, alguns indicadores com lições dessas bibliotecas, mas em termos de recursos humanos?

E aí, em termos de recursos humanos, pelo menos a disponibilidade não parece ser um problema, não nessas bibliotecas. Em média, existem quatro funcionários por biblioteca, e eles trabalham cinco dias por semana.

Então, a gente tinha uma hipótese inicial que talvez tivesse um rodízio, mas não tem. A gente tem porcentagem de funcionários que trabalham pelo menos cinco dias por semana, 85%.

Então, são quatro, em média, trabalhando todos os dias, de segunda a sexta.

Em termos de escolaridade, esses quatro funcionários, em média, têm boa escolaridade, afinal são 80% dos bibliotecários e auxiliares de biblioteca, com ao menos educação média completa, o que é nada mal, dados os municípios que recebem essas bibliotecas.

Então, a gente tem disponibilidade para recursos humanos, recursos humanos com alta escolaridade. Contudo, faltam promotores de leitura, porcentagem de bibliotecas que têm promotores de leitura: Somente 28%.

Então, a gente tem, realmente, funcionários na qualidade da auxiliares de bibliotecas e bibliotecários muito menos, mas auxiliares de biblioteca muito mais, mas estão faltando promotores de leitura.

Isso também pode ser uma lição universal, para a gente olhar em bibliotecas que não são só as comunitárias. Entre os funcionários das bibliotecas a gente vê que tem uma porcentagem muito alta de funcionários públicos.

Então, a Prefeitura dedica um funcionário ou mais de um funcionário para cuidar dessas bibliotecas. Esses funcionários são antigos, em geral eles estão - olha só esse indicador - porcentagem de bibliotecas que tem desde a inauguração algum funcionário: 81%.

Então, são funcionários públicos alocados no momento da inauguração, e que ficam na biblioteca. Exatamente por isso é muito importante a gente criar incentivos para esse profissional.

A biblioteca, os professores, com os planos de carreira e etc, esses funcionários não podem se sentir em desvantagem. A biblioteca não pode ser um castigo para alguns que estão na Secretaria e que vão ser alocados para essa função.

Então, é muito importante a gente pensar em incentivos para esses profissionais, que vão... Que são funcionários públicos e que estão sendo alocados para essas bibliotecas.

Outro ponto importante com relação aos recursos humanos, que a gente viu é a necessidade de capacitação continuada. Existe uma formação inicial oferecida pela Fundação, mas a gente vê que, com o tempo, esse indicador aqui: Porcentagem de bibliotecas em que participaram dos cursos da Fundação algum dos funcionários: Metade.

Então, muitos desses que estão lá desde o início não foram ao curso.

Então, é muito importante a gente pensar. O curso é de ótima qualidade, então é muito importante a gente pensar em ações continuadas para capacitar esses funcionários.

Acervo e atividades: O acervo, eu queria só chamar a atenção ao número mediano de acessos em 2007, ele quase que triplica. Perda de livro não é tanto um problema, e doação de livro é um fenômeno bastante frequente.

Em termos das atividades, por que a biblioteca não é só o acervo, ela promove vários tipos de atividades, que a tem gente tem listado aqui, a gente tem que o estímulo à leitura... 76% das bibliotecas realizam atividades de estímulo à leitura. E aí vocês podem perguntar: Mas com que frequência?

Mais ou menos seis vezes ao mês.

Então, essas são as atividades mais frequentes são de estímulo à leitura, que acontecem com essa periodicidade. Dado isso, a gente discutiu ser muito importante a gente premiar as que mais realizam atividades.

Então, é muito importante a gente ter um sistema de troca, o monitoramento vai dizer isso também, mas que nessas reuniões com os funcionários da biblioteca, com os responsáveis pelas bibliotecas, a gente possa apresentar experiências sabem sucedidas de bibliotecas que vêm inovando e produzindo muito.

Em termos de gestão, a gente vê que aqui está um grande desafio; 28%, embora seja uma ação importante do Instituto criar o Conselho Gestor da Biblioteca, só 28% das bibliotecas que a gente entrevistou em 2007 tinha o Conselho Gestor.

Hoje esse número pode ter mudado um pouco, mas em 2007 era 30%. E aqui não vai dar para ler, mas eu vou ler para vocês é muito importante, tam-

bém, que nessa troca de experiência a gente possa discutir não só as atividades criativas que estão sendo implementadas de apoio à leitura e promoção da leitura, mas, também que a gente possa trocar experiência de gestão.

Afinal, a gente tem um número aqui de que porcentagem de bibliotecas que planejam suas atividades: 65%. Então, seria importante que as 65% ensinasse para as demais como que elas estão planejando e trocassem também experiência em gestão, e não só em atividades. E aqui, por fim, o último tema que eu selecionei, foi a participação comunidade, que é importante, a gente também vem tratando aqui no seminário. A gente vê o seguinte: Que em termos de parceria a comunidade, eu já disse para vocês lá atrás, que ela utiliza muito a biblioteca, mas em termos do funcionamento da biblioteca ela não se envolve tanto.

Parceiros na Associação de Moradores só 11% das bibliotecas têm. Esse outro dado também corrobora isso, bibliotecas em que o planejamento é feito com a participação de um representante da comunidade: Só 13%.

Então, a comunidade não se envolve no dia-a-dia da administração da biblioteca, embora use a biblioteca. [soa a campainha] O que ela faz? Ela doa livros.

Então, a gestão, como ela participa dando recursos, é doando livros. O meu tempo acabou. Eu vou pular para o último slide, que eu não gostaria de deixar de mostrar.

E aí, depois, nas perguntas, eu posso voltar a isso, que é um dado da avaliação de impacto que a gente está fazendo. A metodologia que a gente está usando é quase experimental e aí depois eu posso entrar em mais detalhes explicando o que é essa metodologia, mas, os números que a gente encontrou até então dão para a gente as comparações que a gente pôde fazer entre quem tem biblioteca e quem não tem.

E aí toda a discussão da metodologia é escolher quem é o grupo que eu vou usar para comparar com o meu, que tem biblioteca, um grupo que não tem, tem que ser comparado com o meu, que tem biblioteca.

Então, a gente usou várias comparações, eu vou usar essa daqui, que é a mais modesta, que eu estou comparando as comunidades com bibliotecas implantadas até 2005 com comunidades, com bibliotecas que foram implantadas depois de 2005.

Depois, eu posso explicar mais detalhes do porquê de essa comparação ser boa, mas, a gente achou um impacto de redução da taxa de abandono de um ponto percentual. Se eu traduzir isso em termos de anos, por que é isso daí é um ponto percentual o todo e essas bibliotecas, essas comunidades têm as bibliotecas há vários anos, isso me dá uma média de 0.6 de redução na taxa de abandono ao ano.

E aí a gente se pergunta, será que isso é muito ou pouco?

Ou seja, uma comunidade com biblioteca reduz sua taxa de abandono 0,6 mais rápido que uma comunidade que não tem bibliotecas. E aí a gente se pergunta: Isso é muito ou é pouco?

E aí eu vou terminar mostrando que no Brasil, nesse período, os municípios brasileiros reduziram em média a casa de abandono em 1,1. Se a gente consegue além desse 1,1 ter um 0,6 adicional de redução do abandono, isso quase que dobra o desempenho natural, parece muito.

Então, a gente tem que olhar mais essas comparações, mas a gente está bastante otimista com o que a avaliação de impacto tem mostrado.

Bom, é isso, muito obrigada e espero poder esclarecer mais depois, nas dúvidas.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora a Jaqueline de Grammond.

SRA. JAQUELINE DE GRAMMOND: Agora o senhor tem que falar baixo, se não é um trovão.

Bom, eu primeiro gostaria de falar, eu estou aqui como, vamos dizer, uma gente duplo: Eu sou pesquisadora da leitura, a minha trajetória é acadêmica, eu não posso deixar de falar um pouco disso.

A Elizabeth até já mencionou alguma coisa. E também estou aqui representando uma equipe de pesquisa que acompanhou que realizou a pesquisa, a avaliação de diagnóstico do Plano Nacional Biblioteca da Escola, e agora está em processo de realização da Avaliação da Biblioteca Escolar, que eu vou falar.

Então, eu vou dividir a minha fala nesses três momentos.

Um pouquinho das minhas pesquisas, muito rapidamente, eu quero reforçar uma constatação que é reforçar mesmo. E depois eu vou falar um pouco da avaliação diagnóstica do PNBE, que é, na verdade... Que aconteceu... Ela foi realizada em 2005 e 2006, então muito do que a Jane apresentou e outras pessoas aqui apresentaram já traz muito dos resultados e do impacto dessa pesquisa. E vou falar um pouco da metodologia do trabalho da pesquisa da avaliação das bibliotecas escolares, que nós estamos no primeiro momento, acabamos de vir de campo.

Então, resultados... Nós ainda não temos os resultados para apresentar, mas queremos deixar vocês com muita vontade de saber deles. Bom, então eu dividir a fala nesses três momentos:

"Durante o meu percurso, como pesquisadora da leitura, no mestrado realizado na Faculdade de Educação da UFMG, investiguei práticas de leitura na escola e na família. Na época, a minha hipótese era que o meio familiar apresentava mais possibilidades de acesso à leitura do que a escola supunha, mesmo que em meios urbanos periféricos ou meios populares.

Confirmada, de certa forma, essa hipótese, no doutorado, realizado da Universidade Federal Fluminense, investiguei as práticas de leituras em família de grupos urbanos periféricos a partir dos rastros dos livros entregues aos alunos no Programa Literatura em Minha Casa, que é parte do programa do Plano Nacional Biblioteca da Escola." Esse programa, como já foi dito aqui, entregou livro diretamente aos alunos.

A minha pesquisa foi uma pesquisa etnográfica, eu não tinha intenção de ver de forma ampla o impacto disso nas famílias, mas em algumas famílias entrar nas casas e fazer um trabalho etnográfico para entender como que esses livros estavam, de alguma forma, alternando ou ampliando o acesso à leitura dessas famílias. Bom, a pesquisa é ampla eu não vou falar dela totalmente, mas ela acabou tendo como título "Livros que Andam: Disponibilidade, Acesso e Apropriação da Leitura Literária, no contexto do programa Literatura em Minha Casa".

E eu só vou reforçar aqui a importância da biblioteca escolar, que eu encontrei na fala desses sujeitos, na vida desses sujeitos.

Então, na entrevista, eu não entrevistei só os alunos, você vai para a casa desses sujeitos, quanto mais carente a casa mais pessoas têm é impressionante.

Então teve uma vez, por exemplo, só para exemplificar, que eu falei: "Eu vou fazer uma entrevista só com ela", aí eles falaram: "Ah então, tá". Ao final tinham 12 pessoas.

Então, você acaba entrevistando muito mais pessoas do que você imagina.

E uma das considerações fundamentais dessa pesquisa, então, é a importância dos processos de mediação entre livros e leitores, uma vez que na minha pesquisa, os livros literários que chegaram às famílias seja por qual fonte for, que eu encontrei livros tantos de literatura de uso de Literatura em Minha Casa quanto livros já também entregues por via oficial pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, aos alunos, também, eles também tem um programa assim, como doações particulares, pais que são catadores de lixo e todos os livros encontrados eles vão para as estantes, que é uma coisa também que forma o patrimônio livresco dessas famílias

Esses livros, na verdade, por mais que se dê valor a eles, eles acabam atingindo predominantemente aqueles que já trilham, de alguma forma, uma trajetória de mais intimidade com a leitura. Embora, o INAF mostra isso, o Índice Nacional de Analfabetismo, que esses livros ampliaram, sim, o patrimônio livresco nas famílias. De 2003 a 2005 - o último INAF foi 2007, se não eu estiver enganada - ele mostra um aumento de livros nas famílias, e eu não tenho dúvida que esses programas ajudaram nisso, mas esses leitores já constituídos, aqueles que têm nesses livros alguns até um prêmio, ficam na estante da sala uma coisa de muito valor mesmo. Eles... Depois que saem da escola, infelizmente muitos deles precocemente, eles tem que recorrer aos irmãos ou aos amigos para conseguirem livros em suas antigas escolas, por falta de outros espaços que superam suas necessidades leitoras. E isso acontece: "Ah eu vivo pedindo para ela buscar livro para mim. É ela que traz livro para mim".

Na perspectiva da mediação, então, e aí eu vou só reafirmar o que está sendo dito aqui; *"o que se mostra é que as políticas de promoção da leitura têm que caminhar em duas direções: Uma na perspectiva do fortalecimento do papel da escola, como primordial na formação de novos leitores, ou seja, uma perspectiva que leve os livros aos futuros leitores. E outra na viabilização física e simbólica de espaços coletivos que passam pelas bibliotecas públicas comunitárias e, inclusive, as bibliotecas escolares e virtuais também, em que os leitores, constituídos em suas diversidades, possam estabelecer redes discursivas de, com e sobre a leitura, de forma que se deem oportunidades múltiplas para que o leitor chegue ao livro, para que o leitor vá ao livro."*

Nessa perspectiva, para citar alguns outros pesquisadores; a Márcia Abreu considera que a população já internalizou um discurso dos benefícios da leitura. Defende que: *"Mais importante do que as campanhas de promoção de leitura, seria difundir o acesso à educação escolar, pois os dados do INAF,"* que ela está citando *"mostram uma relação direta entre escolarização e o gosto pela leitura"*. Eu incluo mais as bibliotecas comunitárias, públicas, que elas também, elas não se encontram em muitos lugares.

Também Maria de Lourdes Dionísio que faz sua pesquisa em Portugal: "*Considera a escola como contexto, senão primeiro, pelo menos o determinante na formação de leitores.*

Além disso, como ficou patente nas famílias que eu pesquisei, as bibliotecas escolares são, em muitos casos, a única possibilidade de acesso aos livros para jovens e adultos leitores não frequentam à escola."

Bom, então essa é uma questão que ficou muito forte na minha pesquisa em para falar de bibliotecas escolares, então, eu acho que é importante a gente marcar esse lugar de importância que ela tem, não só para a formação dos alunos que estão na escola, como também para aqueles que já saíram dela.

A segunda questão que eu vou falar, então, é um pouco da avaliação diagnóstica na biblioteca na escola, que foi realizada em 2005 e 2006. Foi uma orientação do Tribunal de Contas da União e o Ministério da Educação, então, acampou essa ideia, e foi realizada pela Associação Latino Americana de Pesquisa e Ação Cultural, que é ligada à UERJ, e nesse momento eu estava fazendo o doutorado e entrei como uma pesquisadora também. E muito na ideia, na concepção que já foi posta aqui, que só colocar o acervo, só ampliar o acervo não é condição para o aumento da leitura.

Então, era preciso avaliar qual o impacto que esse acervo estava tendo realmente nas escolas, um acervo que estava chegando, de excelente qualidade, como todo mundo falou, mas como que a biblioteca e as escolas estavam se relacionando com ele.

Então, foi um estudo de caráter qualitativo, abrangeu oito estados, 19 municípios, 196 escolas e 1087 sujeitos. Bom, deixa eu ver o tempo, mas nós formos ao Norte, no Pará; no Nordeste, Bahia, Ceará, Sergipe; Centro-Oeste, Goiás; Sudeste, Espírito Santo e Minas Gerais; e no Sul, no Rio Grande do Sul, com a pesquisa do Plano Nacional Biblioteca da Escola.

Lá, então, a gente realizou entrevistas com os gestores das escolas, tanto municipais quanto estaduais, visitas em pelo menos uma sala de aula, então houve a observação da sala de aula e também do entorno da escola, observação na biblioteca ou sala de leitura e tentando também buscar as atividades realizadas nessa biblioteca.

Observou-se práticas de leitura adotadas pela escola e atos de leitura evidenciados e realizou-se também, que eu acho que foi o ponto forte da pesquisa, grupos focais; é uma metodologia de pesquisa em que você coloca um grupo de alunos, foi feito entre alunos e professores, para falar sobre a leitura, sobre o uso da biblioteca.

Então, eles vão... O pesquisador dinamiza ali uma discussão sobre as bibliotecas. E esse foi, em minha opinião, o ponto alto da pesquisa, principalmente por que nós o tempo todo conversamos com alunos leitores, a escola selecionava os alunos que iriam para esse grupo focal e aí ela foi naqueles que mais tinham a dizer sobre leitura.

Então, a gente tem, não foi uma... Não dá para a gente ver isso como um dado quantitativo, os alunos são leitores na escola pública, mas deu para a gente a visão dos alunos leitores que estão nas escolas públicas e que estão em todas as escolas públicas. Em pequena quantidade, mas estão.

E a realização do grupo foco focal com os professores também, com o mesmo processo de discussão. E aí nós temos um livro de resultados, que foi muito difícil pensar como selecionar o que trazer aqui, nesse pouco tempo que a gente tem, mas algumas coisas já foram ditas aqui, mas eu acho que é importante evidenciar nos resultados dessa avaliação, que acabou culminando também nos livros que a Jane apresentou, "Por uma Política de Formação" ali, já traz algumas coisas mais resumidamente, mas, primeiro, a concepção de biblioteca.

E aí eu vou ler do relatório só um trechinho: "*No que diz respeito às concepções de biblioteca, em geral, há uma ênfase nas questões da estrutura física. Há uma separação entre essa e o projeto de incentivo à leitura, o perguntar sobre o ideal de biblioteca que cada pessoa entrevistada tinha, em especialmente aquelas que trabalham diretamente com as salas de leitura encontradas. Observou-se que não foram feitas referências ao papel da biblioteca como promotora de ações voltadas para o incentivo à leitura e escrita, mas apenas como espaço físico depositário de materiais para que tais ações aconteçam, sob orientação de professores e coordenadores, nunca dos responsáveis pelo espaço"*, nunca eu acho muito, mas "*nem sempre dos responsáveis pelo espaço ou como base de um projeto de biblioteca".*

Então, essa foi uma concepção que encontramos lá.

Então, a ideia da biblioteca como depósito de livros, a falta da catalogação do material.

Então, muitas bibliotecárias, a pessoa que cuida da biblioteca, às vezes não sabe o que a biblioteca tem. E sem uma pessoa responsável que tenha qualificação para acervo, que aí já falamos também. São professores, professores muitas vezes com problemas de saúde e por isso, também, com muitas faltas e sem um acompanhamento sistemático das bibliotecas.

Os espaços físicos não existem, muitas vezes, são espaços - como fala? Me fugiu a palavra... Precários e não são espaços físicos para a biblioteca.

Em inúmeras escolas nós encontramos bibliotecas transformadas em sala de aula, por que a prioridade é sala de aula, então a biblioteca se e transforma em sala de aula sempre que necessário.

Então, espaços mal adaptados, mal preparados, mal iluminados, algumas questões até que as meninas estão colocando, como importantes para a gente analisar as bibliotecas.

A pesquisa mostrou também a necessidade de formação para professores e os outros profissionais da escola. Não estou falando do responsável pela escola, não. É os professores e todos os profissionais, essa questão que a Elizabeth falou, de a biblioteca ser o coração da escola, e aí todos os profissionais realmente poderem fazer uso disso.

Só como exemplo, eu encontrei uma escola na periferia de Belo Horizonte em que a biblioteca era embaixo de uma escada, fizeram uma portinha, então tinha um espaço mínimo, só cabiam os livros, mas como os alunos não podiam, não cabiam... Eu até arrepio, isso é ótimo, eles criaram uma situação em que a criança podia sair da sala a qualquer hora com um cartãozinho para ir à biblioteca.

Então, eles podiam usar o dia inteiro a biblioteca, por que não tinha como ter uma hora da biblioteca para caber todos os alunos. E aí o dia inteiro circulavam crianças entrando e saindo da biblioteca. Então, não era um trabalho do bibliotecário, do responsável pela biblioteca, era uma iniciativa que parece pequena, mas não é de toda escola. Mas, a importância da figura de um responsável pela biblioteca, qualificado, com conhecimentos de manuseio de acervos desse tipo, é fundamental.

Eu acho que se a gente tem a perspectiva de fortalecer as bibliotecas, nós temos que fortalecer a figura do bibliotecário. E aí, para mim, é o bibliotecário. Embora, na pesquisa que eu vou falar agora, na próxima, o próprio bibliotecário, que eu fui, em Florianópolis, e lá já tem, no município, já tem concurso para bibliotecários, eles estão nas escolas, eles reclamam que na Universidade não há uma formação específica para o bibliotecário escolar, que em minha opinião não há demanda, por isso não há a formação.

Havendo essa demanda, se constituindo, o bibliotecário, tendo esse mercado de trabalho, ele vai ter, vai pressionar as universidades para uma formação para isso também. Mas houve um grande impacto do Plano Nacional de Biblioteca da Escola nos alunos, e isso eu gostaria até de ler outro trechinho aqui: *"De um modo geral, os acervos individuais ou coletivos, recebidos ou distribuídos nas escolas, provocaram mudanças interessantes, positivas e bem delineadas no comportamento leitor dos alunos. Passou a haver um maior envolvimento dos alunos com a leitura, indicado pelas idas mais frequentes às bibliotecas ou às salas da leitura existentes nas escolas."*

"Esse envolvimento e origem nas demandas didático-pedagógicas, provocadas pelas tarefas de ensino e pesquisa, apresentadas pelos professores ou até mesmo pelas recém desenvolvidas práticas de leitura que vieram, também, com o programa. Diferentemente de muitos professores, os alunos demonstraram concepções claras de leitura e escrita e da importância para a vida revelando grande interesse por diferentes práticas de leitura".

É lógico que, como eu falei, nós entrevistamos os leitores da escola. A concepção de leitura também foi colocada, nós temos realmente na escola uma concepção de leitura ainda muito precária, e também uma categoria aluno, ao invés de sujeito leitor.

Então o Programa Literatura em Minha Casa foi muito utilizado na escola para se trabalhar o mesmo livro com todos os alunos. Isso remete um pouco ao meu trabalho de mestrado, o livro é utilizado no mesmo molde, da mesma forma como se usa o livro didático para aprender a ler.

Então é um uso escolarizado, ou mal escolarizado, como dizia Magda Soares, do acervo literário.

Bom e aí a pesquisa tem muitas questões, o tempo está terminando, se não falo da outra, mas eu gostaria de falar algumas considerações que a pesquisa trouxe para efetivação das políticas públicas, e muitas dessas considerações vocês vão ver que já estão sendo, de alguma forma, abordadas pelo Ministério da Educação e até pelo Ministério da Cultura.

Primeiro: *"Aperfeiçoar canais de comunicação entre o MEC e as escolas, fomentando também maior participação da comunidade escolar nas definições da política. Investir na formação dos profissionais responsáveis pela biblioteca e em todos os professores, e não só os da área da língua portuguesa, que é o que mais acontece, o que pode potencializar a efetivação do trabalho com a literatura na escola."*

"Incentivar o concurso público para profissionais com formação específica na área, para o trabalho em bibliotecas escolares. Ampliar a distribuição de livros para as escolas, considerando as especificidades dos alunos da educação infantil, da educação de jovens e adultos e para a alfabetização e para o ensino médio." Ou seja, ampliar isso para todos os níveis e modalidades.

> "*Destinar recursos específicos para a aquisição de livros e obras de referência, em consonância com a demanda da própria escola, além da comunidade e da estratégia de distribuição de acervos coletivos."*

Então, ter um espaço para que as escolas possam comprar, eu acho que isso hoje eles já podem

escolher, se não me engano, há uma possibilidade de escolha pelas escolas, eu não bem como isso é, mas que as escolas possam escolher também uma parte do acervo que elas vão receber.

Bom, então essas são as questões que o Plano Nacional de Biblioteca... Algumas das questões levantadas por essa avaliação e que já foram debatidas dentro do Ministério da Educação e já estão aí sendo, de alguma forma, encaradas.

E agora nós temos o desafio que é essa avaliação das bibliotecas escolares que é proposta pela organização dos Estados Ibero Americanos para Educação, Ciência e Cultura e está sendo realizada na Argentina, aqui no Brasil, no Chile e no México.

Essa pesquisa tem como objetivos: *"Primeiro, realizar um diagnóstico das bibliotecas escolares, da rede pública e privada, nesses países e também perceber as aproximações, ou os afastamentos entre os países participantes, [soa a campainha] considerando-se os contextos políticos, históricos e sociais que os conformam.*" Eu vou falar rapidamente, mas com todos esses objetivos, essa pesquisa está acontecendo em vários Estados, nós já fomos a campo, ela tem uma parte quantitativa.

Então, nós temos uma parte de questionários que estão sendo tabulados e esses questionários, então, agora, a gente vai trazer para uma avaliação qualitativa.

Então, essa pesquisa está sendo realizada e os dados dela a gente só vai poder ter em breve, e o que a gente mais espera é que a gente possa estar trazendo esses dados junto com esses outros países e tendo, talvez, uma visão das bibliotecas escolares como a gente nunca teve.

É isso.

Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço à Jacqueline e passo à palavra a Gabriela e dizendo que, lamentavelmente, já chegaram aqui mais de uma nota que eu tenho que sair porque eu tenho um almoço em Taguatinga, era para ser às 12h30, por isso eu não vou poder assistir a sua palestra, a sua fala.

Eu vou passar à palavra ao nosso Presidente, Senador Flávio Arns, mas antes, Senador Flávio Arns, eu queria dizer o seguinte: Nós estamos fazendo aqui algo que se esse Brasil tivesse feito algumas décadas atrás era outro país.

Não há a menor dúvida que um país, os países podem ser divididos entre renda *per capita* mais alta é renda *per capita* jamais baixa. Isso não faz nenhuma diferença para caracterizar de fato um país. Agora eu garanto que como é que a gente pode fazer uma caracterização plena dizendo que os países se dividem entre os que leem e os que não leem. Isso sim faz uma diferença, até porque se for olhar entre o nível de renda, a gente vê que está por trás o nível de leitura.

E ler e não ler depende de duas coisas: Uma da educação. É a educação que faz o leitor, porque é a educação que alfabetiza na idade certa. Eu sou radical defensor dos programas de erradicação do analfabetismo de adultos, mas dificilmente alguém que sai do analfabetismo a partir dos 25 anos vai ser um bom leitor, muito dificilmente.

Como alguém que começa a jogar futebol aos 18 anos dificilmente vai ser um grande jogador ou quem começa a tocar piano aos 20 anos dificilmente vai ser um grande pianista.

É lá na infância, ensinando a ler, que a gente forma o leitor, mas não basta isso, por que a gente pode ter educações tecnocráticas que terminam ensinando o aluno a ser um robô e não um leitor.

Para que o aluno seja um leitor é preciso colocar leitura na carga, na grade, na formação dele. Essa ideia que você falou de as crianças irem com o cartãozinho para ler na hora que quiser. Isso daí já me pareceu uma das coisas mais interessantes que eu ouvi aqui. Eu já fui em colégios em São Paulo que o aluno só entra na sala de aula se quiser, eu acho isso daí um exagero. Se eles quiserem ficar lá em um colchão que tem, lendo e contando história, uns para os outros, eles ficam.

Eu acho aí um pouco de exagero, embora eles dizem que nenhum fica o tempo todo ali, todos querem ir pra sala de aula, também.

Então, é colocar gente para ler, só que no Brasil - e alguém aqui de manhã falou - só que no Brasil a gente não tem pais leitores, aí fica difícil ter filhos leitores, mesmo que tenham professores que induzam à leitura. Alguém falou aqui que é completamente diferente, um menino que sai da escola e encontra livros em casa e o que sai da escola e não encontra livros em casa.

Então, é preciso uma campanha radical no Brasil para divulgar livros, e as pessoas lendo. Eu gostaria de falar mais, mas ainda temos amanhã, sobre os programas que eu tenho visto e alguns que eu pus em execução quando era Governador do Distrito Federal e que tentei colocar no pouco tempo que fiquei no Ministério, mas, eu sinto de sair de um Programa chamado Mara do Livro, em que a sente colocava uma biblioteca em cada rua das cidades mais pobres.

Escolhia uma casa e dizia: "Essa casa é a biblioteca", e colocava 300 livros, e treinava a mulher para registrar os livros. Eu sinto a experiência do Luiz

do T-Bone, um açougue aqui, e quero convidar vocês para um evento que vamos ter hoje à noite lá, com o Ministro da Cultura, comigo e outros para discutir como induzir leitura.

O T-Bone, hoje, coloca bibliotecas nas paradas dos ônibus. Eu já fui a uma biblioteca dessas, não tem ninguém tomando conta, e ninguém rouba os livros, ninguém, nem o lápis que ele deixa lá para a pessoa anotar: "Eu levei tal livro, trago tal dia". Nem o lápis é roubado.

As experiências que agora, por exemplo, eu estou querendo aprovar na próxima semana na Câmara, já passou por aqui, de que a cesta básica tenha livros, cesta básica só de comida é para gente e para bicho.

Agora, o que diferencia a gente dos bichos é que, além da comida, que a gente também é um pouco bicho, cada um, da gente, precisa de comida, tenha livros. E depois eu espero o ingresso para o teatro, ingresso para o cinema. Tem que levar livros nas casas das pessoas. O Brasil é um país campeão de futebol porque o menino nasce e ganha uma bola de futebol, ele vai ser um país de leitor quando ele, ao nascer, receber um livro. E no meu governo a gente tinha um programa, "O Meu Primeiro Livro", que ele já saía da maternidade com o livro, e implantamos isso ao longo de, pelo menos, um ou dois anos. Se tem livro em casa e se tem condições de ler, a gente vai fazer a leitura.

E finalmente, para dizer que eu não vejo o computador como inimigo da leitura. Nós temos que dominar o computador para ser um instrumento de promoção da leitura, e é possível.

Primeiro por que não vamos parar o processo de fascínio pelo computador, por que é uma máquina maravilhosa. Não tem jeito, não pára. E segundo por que ele carrega dentro dele a possibilidade, se a gente souber programá-lo bem, para ser um indutor de livros. Aquele Kingdom, que agora está sendo lançado no Brasil, já faz algum tempo que tem nos Estados Unidos, acho que um ano, vai ajudar muito a criança a ler, por que hoje tem criança que não gosta de ler no papel, mas vai poder ler na telinha, carregando para a escola e para onde ele for. Além do que vai ficar muito mais barato o livro, por que com um dólar e 50 compra o livro inteiro, instantaneamente, por que chega ali você vai ter um atrativo maior.

Então, eu quero dizer que os países se dividem entre os leem e os que não leem e nós temos que fazer do Brasil um país de leitores.

Finalmente, antes de amanhã, poder falar de novo aqui, eu quero dizer que o Dia da Leitura, ou o Dia do Livro, pode ser um instrumento promotor disso. Alguém falou de manhã que as feiras do livro são importantes, e são mesmo, muito importantes, mas ter um dia especial para isso pode mexer no imaginário das pessoas. O dia foi escolhido 12 de outubro de propósito, para ser o mesmo dia da criança e do livro.

Muitos me criticaram, por que disseram que ninguém nem vai levar em conta que é dia do livro, porque já tem Nossa Senhora Aparecida e a criança, mas a ideia é fazer com que a gente dê de presente à criança livros, na medida em que a gente põe os dois no mesmo dia, pode atrair.

Só que eu acho que não deve ficar por aí. Eu espero que um dia o dia 12 de outubro seja o dia em que nós vamos dar livros aos amigos, do jeito que a gente dá livros às mães, aos pais, às namoradas, a gente também tem que ter um dia da dar livros aos amigos e amigas. E eu espero que o dia 12 sirva para isso.

Ontem passou muito despercebido o dia. Muito, muito, mas foi o primeiro, e não tinha tido ainda esse seminário. Eu creio que em pouco tempo a gente vai poder disseminar essa ideia.

Eu parabenizo vocês que carregam essa bandeira, por que não uma é uma bandeira fácil, em um país de 14 milhões de analfabetos adultos e em um país onde os alfabetizados não têm como disputar muito e aí não precisam nem estudar e nem ler muito. Isso é outra tragédia da educação.

A maioria não estuda, e os poucos não precisam estudar, por que não tem com quem concorrer, por que aqui se você fala um idioma mais você é poliglota. Se você sabe equação de segundo grau você é matemático, por que a gente não concorre com os outros que não sabem ler e nem sabem fazer as contas.

Então, eu parabenizo vocês e agradeço ao nosso Presidente, Senador Flávio, por ter trazido esse seminário e dizer que essa comissão tem muito ainda a fazer para que esse país se transforme em um país de livros, de leitores.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem.

Eu estava dizendo para o Senador Cristovam Buarque que é uma pena que ele esteja se retirando, mas ele de fato já havia me avisado que tem um compromisso, e ele está inclusive na programação como Coordenador, moderador dessa exposição, mas que bom, também, que ele apresentou o Projeto de Lei, em conjunto com a sociedade. O projeto foi aprovado, sancionado, e sem dúvida é indutor de um movimento que pode se fortalecer a cada ano mais no Brasil.

Então, Gabriela passamos a palavra para você agora.

Gabriela Gambi.

Muito bem.

SRA. GABRIELA GAMBI: Obrigada Senador, a Mesa, eu queria cumprimentar a todos, obrigada pela paciência de aguardar, eu vou tentar ser bem concisa na minha fala.

Bom, o tema aqui, a provocação que nos foi lançada eu acho que é bem complexa, analisar dificuldades e fortalezas com os modelos de atendimento das bibliotecas públicas, a questão do acesso à leitura, como articular essas ações entre o setor público e privado, o que funciona e o que não funciona e por que. É isso que a gente está tentando responder. É isso que a gente está tentando descobrir.

Eu acho que nesse tempo todo de Ministério da Cultura, em diálogo com o MEC, de Plano Nacional de Livre Leitura, a gente vem aprendendo muito com ações que já existem, e eu acho que o acesso hoje é absolutamente prioritário para o Ministério da Cultura.

E, portanto, a gente vem trabalhando, prioritariamente, no acesso, ou seja, às vezes no quantitativo, para, em paralelo, e talvez em um segundo momento conseguir trabalhar um pouco o qualitativo. Eu acho que hoje a gente tem um déficit cultural e educacional enorme para suprir.

Pode passar para o próximo: Políticas de livre leitura no Programa Mais Cultura. Eu não sei se todos vocês já estão familiarizados, mas o folder que foi distribuído é do Programa Mais Cultura, que hoje é um dos principais programas do Ministério de Cultura e em grande medida é o executor, ou seja, é o nosso principal programa para executar as ações de livros, leitura e literatura.

Então, o Ministério da Cultura, junto com o Programa Mais Cultura, ele vem e se empenha e trabalha para conseguir fazer valer as propostas e tudo aquilo que rege a Lei do Livro, de 2003, e que está... Foi absolutamente articulada com o Plano Nacional do Livro e da Leitura.

Para dar um pouco essa dimensão de como esses três agentes, três instituições, elas se entendem. Para o próximo **slide**: O Plano Nacional de Livro e Leitura, que vocês conhecem, já foi falado aqui, o PNLL tem um mote que é estado e sociedade atuando pelo desenvolvimento de leitura no Brasil.

Então, a Jane falou muito bem dessa visão gramsciniana, de estado e sociedade Fazendo aquilo que precisa ser feito. E esse modelo inovador, o PNLL, às vezes as pessoas tem um pouco de dificuldade de entender qual é o papel dele o que ele faz, por que justamente ele sai completamente fora de tudo àquilo que é o modelo tradicional.

Ele não é uma organização, ele não é uma fundação, ele não é um instituto, ele não é de uma estrutura do governo. Ele não é do Minc, nem do MEC, mas, foi criado por ambos.

Então, ele está fora e está, acho que paralelamente, a toda essa estrutura e esse é o seu grande trunfo. Ele não uma estrutura burocrática, mas ele não se enquadra em Terceiro Setor, nem em governo, ele é a sociedade civil em si. O seu secretário executivo é uma pessoa indicada por ambos os Ministros, mas é um representante da sociedade civil e é o nosso plano, ou seja, quem dá o norte e quem faz essa indução de políticas pública é o PNLL, com uma carta que foi consensuada entre os três setores.

O PNLL trabalha nesses quatro eixos de atuação, que até a Jane já colocou, em cada um dos eixos de atuação qual foi o trabalho que a gente sempre busca fazer?

Ver de que maneira você tem o plano, você planejou tudo aquilo, ou seja, qual é o nosso norte, em qual dimensão, em qual diretriz isso está contemplado dentro dos programas do Ministério da Cultura, essencialmente Mais Cultura e qual é a ação, ou seja, pontualmente o que nós estamos fazendo, hoje, dentro do Minc para atingir isso?

Dentro da democratização do acesso, existe uma diretriz de implantar novas bibliotecas. E hoje, dentro da Diretoria de Livro e Leitura, nós temos essa grande meta, que não deixa de ser uma meta simbólica, mas, é absolutamente fundamental do ponto de vista de acesso quantitativo, de zerar o déficit de municípios sem bibliotecas públicas municipais. Esse trabalho esta sendo desenvolvido junto com a Fundação Getúlio Vargas e claro junto com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas da Fundação Biblioteca Nacional de maneira a qualificar os dados já existentes sobre Bibliotecas Públicas Municipais e enfim, atender essa meta de zerar o número de municípios sem Biblioteca Pública.

Também estamos agora construindo bibliotecas públicas que trazem um novo conceito, que a gente chama de "Biblioteca Viva", que é a biblioteca como espaço dinâmico, espaço de fruição é um espaço cultural de integração, tudo isso que já foi relatado nas exposições anteriores. Fortalecimento da Rede Estadual de Bibliotecas, cada um desses pontos eu vou explicar um pouco detalhadamente nos próximos *slides*. Estudos e pesquisas na área de livro e leitura.

Então hoje a gente desenvolveu uma pesquisa que já está na sua segunda edição "Retratos da Leitura no Brasil". Em 2010, devemos fazer a terceira edição. É muito importante contar com a colaboração dessas pesquisas que já estão sendo realizadas, também, como a Profª. Jaqueline apresentou. E todos os estudos que o MEC vem desenvolvendo junto com a Cátedra da

UNESCO, então, tudo isso nós estamos sempre com o intuito de qualificar aquilo que já foi feito, sistemas de informação em bibliotecas e leitura.

Então, nós desenvolvemos um sistema interno, ainda, a Diretoria, para conseguir gerir todas essas ações de livro e leitura do programa Mais Cultura que estão sendo descentralizadas e fazer essa gestão de forma inteligente e prêmio às ações de incentivo e fomento às práticas sociais da leitura.

Vocês conhecem o Prêmio Viva a Leitura, que vai anunciar seus ganhadores agora no dia 22. Um prêmio que está na sua 4ª edição, tem a Coordenação da OEI, do Minc e do MEC e patrocínio da Fundação Santillana e os nossos editais de Pontos de Leitura e Bibliotecas Comunitárias.

Então, o exercício que nós fazemos nesse quadro e vai seguir as outras ações do plano. é ver se nossas ações elas estão alinhadas a um planejamento que foi traçado, a uma diretriz do Ministério da Cultura que certamente está orientada pela Agenda Social do Governo Federal.

Muito bem, eu acho que dá para passar para a valorização do livro e da leitura. Tem o Blog da Biblioteca Viva, uma Campanha Nacional de Livro e Leitura que vai ser desenvolvida agora pelo Ministério junto com outros parceiros.

Converter o fomento às práticas sociais de leitura em políticas de estado, esse eu acho que é um grande desafio, mas, que a gente vem conseguindo atender dentro do fortalecimento do PROLER, que é o programa que a Elizabeth Serra já explicou e também dentro dos nossos editais, ou seja, a medida que a gente reconhece aquilo que a sociedade civil já faz e já trabalha e muitas vezes, de maneira muito mais adequada a sua realidade do que às próprias ações do governo.

À medida que a gente reconhece e fortalece isso, a gente concretiza tudo aquilo que foi colocado pelo Ministro Gil, do 'do-in' antropológico. São os Pontos de Leitura, é o fortalecimento das Bibliotecas Comunitárias, que às vezes têm um trabalho fundamental. É onde o estado deveria chegar, às vezes não consegue chegar, mas é um trabalho que tem que ser continuado e tem que ser fortalecido. E a gente tem muito a aprender com essas ações.

Publicações dedicadas à valorização do livro e da leitura: Tem o caderno do PNLL, que vocês receberam que deve estar sendo reeditado e parceria com alguns parceiros institucionais, a Cristhine do Ecofuturo, já está aqui como um desses parceiros. A questão da economia do livro, ou seja, o apoio à economia do livro.

A gente está com duas ações muito importantes, dois marcos muito importante agora que é a Fundo Pró-Leitura: Que o Fabiano já colocou. Também, a discussão do preço de livro, ou seja, a gente tem um mercado hoje editorial bastante desenvolvido, mas o livro ainda é muito caro para o poder aquisitivo do brasileiro comparativamente.

Então precisa se trabalhar intervenções de domínio econômico, para que a gente consiga quebrar esse ciclo vicioso e trabalhar com livro de fato de maneira acessível. Fomento à cadeia criativa, nós temos algumas bolsas e maior presença de livros e materiais de leitura brasileiros no Exterior.

Como o Senador Cristovam Buarque colocou, as feiras de livro elas são uma ferramenta de exposição, uma vitrine da produção cultural brasileira fundamental. E aí temos articulação com diversos países que hoje tomam o Plano Nacional de Livro e Leitura como referência em planos nacionais da área.

Eu só queria fazer alguns comentários aqui com relação a outras posições: O Prêmio "Viva a Leitura" ele resgata muito isso que foi colocado, da importância da mãe no incentivo, no gosto pela leitura. Ou seja, na Bienal do Rio, por exemplo, o Instituto Pró-Livro, em parceria conosco, eles criaram um stand de que vinha com o mote: *"Mãe, lê para mim".*

Então, a gente sempre reforça de que a mãe ela tem e, os pais, a família, eles têm esse papel fundamental no desenvolvimento pelo gosto da leitura. É com isso que a gente está tentando trabalhar agora.

O IPEA, também, a Mirela colocou a importância de se criar prêmios e reconhecimentos tanto a profissionais quanto a instituições que trabalham ou que tem melhores práticas de livro e leitura, com o edital dos Pontos de Leitura, o edital de Bibliotecas Comunitárias, o edital de Pontões, esses todos não deixam de ser premiações. Todos eles vão para instituições, órgãos, pessoas que já trabalham na área.

Então, a gente tenta sempre valorizar aquilo que já existe e que é bem feito. Passando para a questão da Biblioteca Viva: Este é um conceito do que a gente entende hoje pela biblioteca, como um espaço cultural dinâmico, de fruição, de difusão e produção cultural.

É um espaço que está articulado com a comunidade e com entidades dos governos, do setor produtivo e da sociedade civil. Outra questão que o IPEA levantou, do ponto de vista da gestão das bibliotecas: Há dois anos, três anos, se não me engano, a Fundação Biblioteca Nacional desenvolveu um software livre, que é o Biblivre que trabalha justamente com essa edição das Bibliotecas Públicas.

Esse software ele pode ser baixado na Internet e utilizado por qualquer pessoa que enfim, que faça uma gestão das Bibliotecas Públicas. E ele está inte-

grado com todas as nossas ações aqui do Ministério da Cultura.

Portanto, se isso for do ponto de vista da gestão é um gargalo, como o IPEA colocou como a Profª. Jacqueline também colocou. Porque não talvez integrarmos isso hoje às Bibliotecas Comunitárias ou a outras possivelmente Bibliotecas Escolares, mas não domino exatamente como é feita a gestão dessas bibliotecas. Mas, foi um software que foi desenvolvido, ainda, precisa ser qualificado, mas já é uma ferramenta livre que pode ser utilizado. E a gente uma integração de fato dessas redes.

A implantação de bibliotecas públicas municipais, eu acho que é um marco bastante importante dessa gestão do Ministério, mas já vem se tentando fazer isso há algum tempo. Essa implantação ela acontece com uma doação de um kit, que tem essa composição que vocês estão vendo.

Até o final desse ano a gente deve zerar esse déficit de município, sem biblioteca. E partir para uma modernização mais agressiva, ou seja, pegar ali, todas aquelas bibliotecas que já foram implantadas há muito tempo e conseguir qualificar a maneira como elas atuam, trabalhar a dinamização e etc.

A construção de bibliotecas ela é interessante por quê?

Do que eu tenho conhecimento, pelo menos, é a primeira vez que o Ministério vai trabalhar com a construção de bibliotecas, a construção física, de bibliotecas públicas municipais. Estamos desenvolvendo esse projeto em parceria com prefeituras. O Ministério da Cultura, a gente já dá mais ou menos todo o parâmetro para se fazer essa construção dessa biblioteca, já dá todo o conceito. E também a gente trabalha justamente, muito inspirado pelo trabalho do Instituto Ecofuturo, essa apropriação da comunidade local pelo equipamento público.

Então foi o que o Fabiano colocou do desenvolvimento do canteiro cultural. O processo de construção desse equipamento ele já vem desenvolvido junto com a comunidade, no intuito de geração de emprego e renda, mas, também no intuito de geração de cultura de apropriação daquilo que está sendo construído, ou seja, a gente não vai chegar vai implantar e vai largar.

A comunidade ela tem que se envolver nesse processo. Acho que isso no conceito de gestão e de implementação de políticas culturais é bastante inovador. Esta é uma ação que já está sendo desenvolvida vamos começar com 12, possivelmente tendo perspectiva de ampliação em 2010.

Esta é a modernização de bibliotecas, também é feita através de uma doação de kit, a partir de 2008 com o Programa Mais Cultura, ela foi bastante reforçada, ou seja, vocês estão vendo que é um kit bem robusto. E a gente conseguiu integrar junto com o Telecentro Comunitário, do Ministério das Comunicações.

Então, já fazendo aquilo que o próprio Senador Cristovam Buarque colocou; da importância de se integrar com novas tecnologias. A leitura, felizmente, ela pode ser feita em diversos suportes, pode ser oral, pode ser tecnológico, pode ser de diversas maneiras, esse eu acho que é um trunfo bastante grande que a gente tem.

Conseguimos fazer essa integração com os Telecentros Comunitários do Ministério das Comunicações. A modernização de Bibliotecas Estaduais, são Bibliotecas de Referência é um recurso bem mais robusto dois milhões e 500, mais ou menos, é o valor que a gente tem por projeto. Pontos de Leitura é tudo aquilo que a gente falou de trabalho e reconhecimento às iniciativas sociais.

A gente conseguiu premiar 514 Pontos de Leitura num edital nacional. E em 2009, ainda devemos ter, junto com os Estados, 639 Pontos de Leitura reconhecidos. E não mais com a doação de kit, possivelmente com a doação de recursos. A gente reconhece pessoas jurídicas e pessoas físicas, ou seja, aquilo que a Christine também colocou da dificuldade dessa sociedade civil participar dos programas públicos.

A gente percebeu que a personalidade jurídica era um entrave, ou seja, tinha muita gente que era pessoa física não tem interesse em se tornar pessoa jurídica, mas precisa participar e faz um trabalho maravilhoso. O caso do Léo do Peixe, em Minas Gerais. Não é o caso mais do Luiz do Açougue Cultural, por que ele já conseguiu desenvolver, mas é um caso de uma série de outras pessoas.

Edital de bibliotecas de modernização para municípios com menos de vinte mil habitantes. Esse edital deve sair ainda no final desse mês. E os agentes de leitura que, na verdade, trabalha com toda essa ideia da importância de ter alguém que faça a mediação de leitura. Eu acho que o pessoal que trabalha mais diretamente nessa área que desenvolve a pesquisa, isso é um programa maravilhoso onde aquela pessoa que está lá no final segurando o livro, ele é o agente de leitura, ele recebe uma bolsa mensal para fazer essas atividades de fruição, de contação de histórias, de dinamização e de promoção da leitura dentro da comunidade.

É uma pessoa da comunidade e que faz esse vínculo com a biblioteca pública municipal, com a própria comunidade, com a escola, com o Ponto de Leitura local, com a Biblioteca Comunitária.

Então, ele é a pessoa que vai de alguma maneira amarrar tudo isso e trazer à comunidade para dentro desses equipamentos.

Esse é um quadro de investimentos aquele quadro azul de cima, ainda precisa ser atualizado do Mais Cultura em 2008: O primeiro quadro mostra a evolução dos investimentos de 2003 a 2008, ou seja, vocês podem ver que a gente saiu de seis milhões para 91 milhões. Acho que isso de fato concretiza aquilo que vem se falando, que o próprio Secretário Executivo colocou, de que a gente está começando a trabalhar a questão do livro e da leitura muito recentemente. Essa evolução dos investimentos não é à toa, ou seja, você dimensiona mais ou menos, qual é o importância que está se dando para isso.

O total de investimentos nas ações de livro e leitura do Programa Mais Cultura em 2008, também. Essa é uma projeção dos investimentos para 2009 com os estados, ou seja, em 2009 o Programa Mais Cultura, descentraliza todas as suas ações, a execução de todas as suas ações com os estados e municípios.

Então, vocês viram que a gente conseguiu ampliar muito mais o nosso campo de atuação... Eu acho que os agentes de leitura, por exemplo, vem atender uma demanda que a própria Mirela, do IPEA, colocou, de que faltam os promotores de leitura. A gente chama esses promotores de "agentes de leitura".

O Ministério sempre vem tentando se pautar por aquilo que vem sendo produzido pela academia ou por experiências exitosas. A gente está sempre aberto a qualificar todos os seus programas. Eu costumo lembrar também que a área de livro e leitura ela é muito recente no Ministério da Cultura, ou seja, a gente tem uma Diretoria que acabou de ser criada em maio, desse ano.

Anterior a isso a gente tinha uma coordenação com uma pessoa, e antes ainda disso, todas as atribuições ficavam acumulada na Fundação Biblioteca Nacional.

Então, eu acho que em dois anos a gente conseguir dar um saldo de fato, começar a traçar políticas públicas para livro e leitura, eu com a minha pouca experiência eu avalio isso de uma maneira bastante, enfim, com sucesso. A gente está à disposição para sempre qualificar as nossas ações, abrir o diálogo, sugestões e ideia são sempre muito bem-vindas.

Eu acho que é isso.

Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem.

O Senador Augusto Botelho, aqui presente, Senador por Roraima, com a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Presidente, Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): E depois dele às pessoas que quiserem se manifestar, sei que o Aires pediu. Vamos abrir, assim, se for o caso, se desejarem, só levante à mão para se identificarem.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, senhoras e senhores expositores é com prazer que eu estou participando e ouvindo isso aqui.

O meu estado é o Estado de Roraima, nós temos mais ou menos umas 700 escolas pública lá, municipais e estaduais. E estimulado pelo Ministério da Cultura com o Programa Mais Cultura, eu fiz umas emendas para melhorar as bibliotecas lá e fui visitar as bibliotecas das escolas.

Eu sou de Roraima e quando eu terminei o ginásio em 63. Tinha uma biblioteca lá pública, bem simples, bem... Mas quando eu comecei a entrar nas escolas de 1600 alunos, 1800 alunos fiquei triste, porque a biblioteca da escola parecia assim um lugar onde se joga livro e tal e tal. O projeto que eu tinha colocado era para dez escolas e visitei 14 escolas. E parei de visitar, por que todo mundo queria.

Quando eu fui levar essa ideia do Ministério de fazer um *upgrade* nas bibliotecas e tal, foi uma... E parei de visitar as escolas e transformei o projeto de dez em... O Secretário de Educação me ajudou, para 14 bibliotecas. E vi da necessidade disso.

Então, a biblioteca atual era pior do que a minha de 1964. Agora, eu fiquei mais triste ainda quando eu comecei a conversar, eu entrei no espírito da coisa, que quem cuida das bibliotecas na maioria das escolas - não são todas - são os professores mais problemáticos.

Quer dizer, então, ninguém quer que as crianças leiam ninguém quer a pessoa evolua. Então parti para outra etapa; que seria de fazer um treinamento com as bibliotecas, por isso que eu ouvi ela falar em treinamento para auxiliar de biblioteca e agente de leitura, para a gente fazer outro caminho. E se Roraima é assim, Roraima é um pedacinho, é um retrato do Brasil, eu acho que o Brasil todo deve estar dessa forma.

Então eu acho que esse seminário, esse Dia da Leitura, essa Semana da Leitura foi muito importante e vamos trabalhar para a gente conseguir mudar as pessoas, melhorar mesmo. 1964, em 62, eu fui bibliotecário da União Riobranquense de Estudantes. Lá a gente era eleito a URES. E a nossa biblioteca na URES era uma estante só, mas naquele tempo tinha livros...

Depois que eu fui estudar fora, quando eu comecei a andar, foi que eu vi que aqueles livros que a gente lia lá, eram livros bons e tal. E era só uma estantezinha

que cabia... Era três vezes aquele volume ali em pé, cheia de livrinhos e ajudava. Então, nós temos que fazer isso. Nós temos que estimular, porque às pessoas têm dificuldade de ler.

E esse fato realmente da gente começar na família, a família é muito importante para estimular a leitura, o que vocês frisaram muito bem aqui nas exposições. Por que realmente a gente só lê se o pai da gente estimular a gente a ler, se habituar a ter um livro, receber livro de parente e fico feliz de saber que tem até a organização social está participando disso, essa que eu não saiba nada, infelizmente.

Eu peço desculpas, mas eu não sabia nada dessa Instituição que está vindo aqui, perguntei e ela disse: *"É uma instituição de São Paulo, que faz no interior de São Paulo".*

Eu já pensei em deslocar para minhas comunidades indígenas, eu vi que tem alguma coisa no Pará, então, eu posso levar um pouco pra lá. Eu acho que essa discussão aqui vai ser um bom caminho e para o Ministério da Cultura também mostrar.

Eu só descobri isso por que eu fui atrás e vi, mas os nossos Parlamentares não estão muito a par disso não. Vocês têm que mandar tudo isso para todos os Parlamentares, os programas, para eles se estimularem e cutucado, o termo que eles usam lá é cutucado às pessoas, os parlamentares e falar*: "Olha, vai ver as bibliotecas do teu estado ver como é que estão".*

Por que para mim, eu pensei que ia entrar numa biblioteca mais bem administrada, estão piores do que aquele tempo. Eu terminei o ginásio em 63, quer dizer, nós estamos com quantos anos? Quase 50 anos depois.

Então, invés de melhorar pioraram, não pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não faz tanto tempo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Faz tanto tempo sim, eu assumo a minha idade.

[risos]

Está bom, muito obrigado.

E parabéns todos.

Espero que essa semana se repita sempre daqui pra frente e que a gente vá, fazer mesmo. Eu acredito que a gente só pode melhorar de vida mesmo, mudar a qualidade de vida das pessoas é através da educação.

E fiquei feliz, também, que ali na Comissão da CCJ, nós acabamos de aprovar a desvinculação da DRU para a educação. A despesa, aquela mordida que a União dá nos orçamentos, então a da Educação vai ser... Vai levar até 2014 para desvincular tudo, mas começou e o ano que vem nós vamos ter mais dinheiro para educação.

Senador Flávio Arns parabéns a V. Exa, pela ideia de fazer esse seminário aqui.

E manifesto mais uma vez a minha alegria de estar ouvindo e vendo, isso acontecer aqui dentro dessa Casa, na nossa querida Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem.

Agradeço ao Senador Augusto Botelho.

Peço que as pessoas só se identifiquem e terá três minutos para observação. Sempre quando bate a campainha, não sou eu que bato a campainha. É uma campainha automática, faltando um minuto para o... Não façam como os senadores e senadoras que não respeitam a campainha vão...

SR. AYRES: Muito obrigado.

Meu nome é Ayres, eu sou servidor do Senado, eu trabalho com o Senador Flávio Arns.

Aqui no Senado a gente tem um trabalho de acessibilidade para pessoas com deficiência. Graças a esse trabalho nós temos aqui as nossas intérpretes de libras e existe uma série de outras ações.

E nós estivemos em São Paulo este ano numa feira de acessibilidade onde se falou muito da acessibilidade para pessoas cegas à cultura e à leitura de uma maneira geral, por que nós estamos no Bicentenário de Louis Braille.

Então era muito importante que entre as políticas públicas se privilegiasse essa questão do livro em braile. É uma tecnologia que existe há 200 anos, claro, hoje já tem o MP3, o Daisy, uma série de outras coisas.

Mas, infelizmente é a única tecnologia que possibilita que a criança aprenda a ler, por que tão somente ouvir você não sabe se é SS, se é Ç, se é CH, se é X.

E lá na feira às pessoas que entendem... A gente também foi no Instituto Dorina Nowill nos disseram que é importante que a criança cega até os cinco anos, até as primeiras três séries, ela tenha acesso exclusivamente à leitura em Braille. Para que ela aprenda ela, assimile, nos dedinho aquele tato.

A gente tem um Juiz, agora, que foi o primeiro Juiz cego do Brasil, o Dr. Ricardo Tadeu, ele não tem destreza no Braille, por que ele ficou cego já adulto.

Então, passou aquela fase da criança assimilar, enfim, aquela outra inteligência.

Então, era muito importante isso. E chegou a nós aqui, da comunidade cega, dos cegos do Brasil, que os livros em Braille não estão chegando para as crianças, nos programas de governo para distribuição de livros. Isso foi inclusive assunto aqui, de uma reunião que houve com o Senador José Sarney.

Então, é algo muito importante que haja... Eu até perguntaria depois, fora daqui, é claro, para a Elizabeth,

ela que falou de outros suportes e outras tecnologias para leitura [soa a campainha] infanto-juvenil. Se já há alternativas ao Braille, coisa que a gente não viu ainda, mas depois eu converso com você.

E a biblioteca é importante que tenha acessibilidade, mas acessibilidade a informação e a cultura é claro que a rampa, o corrimão, são importantes, mas é importante que a informação chegue à pessoa. A pessoa com deficiência só vai ter sucesso, se ela tiver acesso à informação e a cultura, se não ela não vai progredir.

É isso.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Estão inscritas quatro pessoas.

Então, eu passarei à palavra para as quatro, depois passarei à palavra para as expositoras para considerações e em função do que for dito. E alguma coisa a mais, que desejem acrescentar.

Eu já vou apresentar as pessoas também, assim os três minutos serão utilizadas na pergunta, Jane Christine da Silva, que é Coordenadora Geral de Materiais Didáticos da Secretaria de Educação Básica e do Ministério da Educação, e que foi respondo setor também.

SRA. JANE CHRISTINE DA SILVA: Eu só queria aproveitar e principalmente a fala da Jaqueline, para esclarecer a questão do "Literatura na Minha Casa", que era um acervo que nós tínhamos do PNBE. E que a Beth também citou e lamentou a finalização desse acervo, mas, eu acho bom a gente recuperar o ganho que o programa teve em relação ao acervo atual. Eu acho que um ganho é o foco na biblioteca na constituição dos acervos coletivos.

A gente reconhece a importância de o aluno ter o acesso a obras em sua casa, em seu lar, mas é importante que no formato atual todas as escolas sejam atendidas. Diferentemente do que acontecia com o "Literatura em Minha Casa", onde atendia-se a quarta série, a quinta série, a oitava série, EJA um ano foi atendido.

E hoje nós temos um programa que é universal, ele atende todas as escolas, independente do número de alunos, por que isso também era um critério antigo e todas as séries.

Então o foco é a coletividade, as escolas estão sendo atendidas. O outro ganho que eu considero que nós tivemos no formato, agora, é a questão do formato mesmo da obra. Por que antes o Ministério da Educação dizia: *"Eu vou comprar obra, assim e assim e assado, o tamanho é esse, a cor é essa".* E hoje nós podemos disponibilizar a todas às escolas do país, do mesmo jeito que o aluno da classe média tem acesso nas livrarias.

Então, nas escolas públicas hoje nós não temos mais um livro feito no formato MEC, mas, um livro do mesmo jeito que ele foi produzido no mercado editorial. E para acrescentar a questão do formato acessível, o PNBE já está trabalhando também com os formatos acessíveis, livro áudio, a questão do Braille já é bastante antiga no PNLD, e só isso. E para concluir a questão também do conceito de leitura.

Esse conceito de literatura [soa a campainha] ele é amplo, porque ele a gente está trabalhando também com a questão da biblioteca e, não só somente da leitura literária.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Passo a palavra ao Fabiano dos Santos, que é Diretor de Livro Litura e Literatura, do Ministério da Cultura, que também foi expositor.

SR. FABIANO DOS SANTOS: Só para fazer também às considerações finais.

Primeiro, falar para o Senador Augusto Botelho, que hoje foi instituída a Frente Parlamentar Mista da Leitura.

Então, os Senadores que estão aqui eu faço esse convite, para que vocês possam se integrar a essa Frente que além de estarmos discutindo o Fundo Setorial Pró-Leitura também está discutindo ações e agendas positivas para a construção de um país de leitores.

Uma das ações que nós vamos estar apresentando, como possibilidade de Emendas Parlamentares, é exatamente a construção daquela biblioteca. É uma biblioteca de pequeno porte 350 reais, mas que ela trás dentro dela também um conceito de biblioteca que é dinâmica viva, enfim, nessa perspectiva que a própria Elizabeth Serra colocou aqui na sua fala.

Então, uma questão é essa, de emendas sejam para a construção de bibliotecas e tem outras ações também como os Pontos de Leitura, que é de reconhecimento é de iniciativas que a própria sociedade já desenvolve.

Eu gostaria só de fazer o seguinte em relação ao tema que estava na minha mesa, onde colocava o papel do estado, do setor privado e da comunidade.

Eu acho que um primeiro momento, que vem sendo feito é exatamente de você trabalhar com indicadores, isso é algo que vem evoluindo muito nas políticas públicas do Brasil, seja pelo próprio Ministério da Cultura, Ministério da Educação, mas, as próprias entidades a sociedade civil e o setor privado também começaram a desenvolver indicadores. Quando o Ministro Gilberto Gil chegou ao Minc, não tinha um in-

dicador de cultura e isso foi difícil para encaminhar e estabelecer metas.

Então hoje tem um instituto, um departamento só para essa questão dos indicadores. Outra questão de reconhecer iniciativas sejam iniciativas de prefeituras, de estados ou de sociedades, no sentido de potencializá-las.

Eu acho que a ideia do Ponto de Leitura é um pouco disso, mas, também pode ser uma Biblioteca Pública da Prefeitura que precisa ser potencializada, [soa a campainha] em reconhecendo e potencializando de ver como é que pode ser integradas ações, sobretudo da educação, da cultura e também da sociedade no estabelecimento de metas.

É importante a gente trabalhar com metas, os indicadores e as metas. Não é só criar programas projetos e iniciativas se a gente não estabelece as metas, para que aí sim, a gente possa transformar esse país num país de leitores.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem.

Há mais alguém que queira fazer alguma consideração? Mais duas pessoas, está ótimo. Começamos lá no fundo e encerramos com vocês. Só se apresentem, por favor.

Aqui na frente eu tenho os dados, lá eu conheço muito bem você, mas, é bom vocês se apresentarem.

SRA. SILVANA RAUSIS FCACHENCO: Silvana, Consultora de Comunicação Imagem em Assuntos Públicos para Países de Língua Latina Silvana, Consultora de Comunicação, Imagem em Assuntos Públicos para Países de Língua Latina, Consultora da Biblioteca Comunitária da Vila Torres em Curitiba.

O Senador Augusto Botelho... É que tocou numa questão que eu vejo como primordial, original, que é a questão indígena.

Queria levantar, inclusive, que pelo Parlasul e pela necessidade de integração o Guarani passa a ser a língua oficial do MERCOSUL, já como decreto e atuando com país como o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

A Europa está interessada... Eu atuo também com comunidades indígenas, por isso que estou trazendo à tona. E que a gente tem que nesse sentido de integrar um país de leitores, nós temos que... Nós que nada sabemos de tanta ancestralidade, de tanta cultura de raiz, de tanta cultura primordial.

Nós também temos que ter um olhar nesse sentido e acredito que com essas potencias que a gente tem aqui de Senadores e essa visão, nós podemos chegar lá, pedindo o seu apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Passo à palavra a Elizabeth Serra, que é Secretária Geral da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

SRA. ELIZABETH SERRA: Obrigada.

Eu queria aproveitar a oportunidade que ela tocou na questão dos indígenas. Contar que a semana passada foi realizada a 1ª Feira de Livros Indígenas do país e de Mato Grosso, já trazendo essa experiência de escritores indígenas. Nós da Fundação do Salão do Livro promovemos já há seis anos o encontro de escritores indígenas para criança. Então esse caminho, novo caminho que os indígenas estão ocupando de poderem, eles mesmos contarem suas histórias, suas lendas, seus mitos.

Então realmente essa é uma conquista muito importante nesse mundo de diversidade e integração. Eu só queria deixar registrado, já que a Jane colocou essa questão do Literatura em Minha Casa, claro que nós vamos discutir não vai ser aqui, mas só para registrar.

[risos]

Não consegui ficar calada, quer dizer... Nem você, ótimo eu acho que as coisas acontecem assim, para isso essa tribuna. Se tivéssemos todos de acordo não tínhamos nada que fazer aqui.

Que o Literatura em Minha Casa foi um projeto que gente viveu muito intensamente e eu e a Fundação temos uma história, de que a biblioteca é o nosso centro sempre de trabalho. Quando estávamos no PROLER, publicamos um livro chamado Biblioteca da Escola Direito de Ler, e o Literatura em Minha Casa, tinha um acervo também para a escola sempre. Aliás, foi a primeira vez que um acervo de literatura infantil, mesmo no modelo que foi feito chegou a todas as escolas do Brasil.

Então, além de entregar para crianças de quarta e quinta série, cinco livros e que iam para a família. Cada escola com quarta e quinta séries recebeu o mesmo a acesso, às vezes duplicados ou triplicado.

Então, a questão da biblioteca jamais ficou fora do projeto e a gente continua lamentando.

E até vou dizer para você uma coisa, que eu acho que é importante deixar registrado: O formato foi motivo da minha saída num primeiro momento, [soa a campainha] do grupo, por que me incomodava muito ter um padrão único. E eu dizia: *"Democracia é para oferecer também o livro na sua totalidade como ele é vendido".*

Mas, por uma questão de orçamento não foi possível e, nós estávamos entre dar para todo mundo ou dar para poucos e a escolha por um modelo que não tem um cuidado com um projeto gráfico que é

maior , até tinha alguns bonitinhos, que não tem um cuidado com a ilustração, mas, enfim, foi um primeiro movimento.

E na época a Secretaria de Ensino Fundamental era Iara Prado, que entendeu a importância de estar estabelecendo a ponte com a família que é isso que era o ponto primordial, mas, jamais se esteve longe da ideia, da biblioteca, muito pelo contrário.

E a questão do conceito de leitura, não tem nada também a ver em afastar a ideia de biblioteca. A literatura aí sim, a gente continua considerando que o caminho de formação básico de leitores passa necessariamente pela literatura. Eu vou recomendar também na Revista Piauí deste mês, que tem um artigo do Vargas Llosa, sobre a importância do romance e sobre o que faz a literatura na vida das pessoas que é imperdível, que vem fortalecer essa ideia de que a literatura está na base de qualquer formação.

E Senador de Roraima, eu me lembro que houve um caso em Roraima há uns 12 anos atrás, eu posso estar errada, em que havia uma biblioteca na praça pública e contaram e isso saiu até em jornal que o Governador não sei por que motivo mandou passar um trator. O senhor sabe dessa história?

Essa história saiu em jornal no Rio, para derrubar a biblioteca tem alguns anos isso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Deve ser em Rondônia, por que já as nossas bibliotecas são--

SRA. ELIZABETH SERRA: Não, não. É Roraima,

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Roraima?

SRA. ELIZABETH SERRA: É agora é.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É que você provocou, agora, o Senador Augusto Botelho.

[risos]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Olha lá, esse negócio de --

SRA. ELIZABETH SERRA: Não, o senhor não teria deixado --

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, não.

SRA. ELIZABETH SERRA: Eu estou dizendo que tem uma história --

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, não. 12 anos atrás, eu estava em Roraima. Eu estou há sete anos aqui--

SRA. ELIZABETH SERRA: Eu não sei se 12 ou 15 eu não sei precisar.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu estou aqui há seis... Se foi nos últimos sete anos, eu posso... Mas eu não poderia deixar isso e ficar calado aqui (risos)

SRA. ELIZABETH SERRA: Obrigada.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Todo brasileiro confunde Roraima com Rondônia, eu acho que a senhora deve estar confundindo.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Está certo.

Mas, olha, o Senador Augusto Botelho é membro aqui da Comissão de Educação, Cultura e Esporte também membro da Comissão de Assuntos Sociais. E todos que estão nos acompanhando pelos meios de comunicação e todos que estão aqui, tem nele realmente uma pessoa, um companheiro para todas as lutas que forem necessárias. Nesta e em outras áreas, então... Deixa eu salvar a pele dele um pouco para...

[risos]

SRA. ELIZABETH SERRA: Desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Ele pensa que é brincadeira, mas eu estou falando a verdade.

[risos]

Muito bem.

Eu passo, agora, a palavra aos expositores, desse segundo momento do seminário. Nós vamos dar o tempo de cinco minutos eu penso que é suficiente, para cada um. No meio ambiente ordem da falas anteriores, também para fazer um apanhado e considerações finais.

Já antecipando que amanhã, conforme o programa, às 9h30 da manhã, nós teremos: Modelos de atendimento e experiências concretas, com uma programação bastante interessante.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Flávio, como eu fiquei dentro do meu tempo, agora, para não quebrar a tradição de Senador passar do tempo. Eu quero só... Eu fiquei assim meio... A senhora não me ofendeu, não. Mas, eu me senti chocado, assim, meio ofendido com essa história e vou tentar descobrir isso, mas não foi em Roraima, com certeza. Não possível que destruíram uma biblioteca e não sei disso lá em Roraima

[risos]

Oras, como é que pode! Então! E eu que estou... Olhe desde que eu cheguei aqui, o Júlio sabe. Eu sou coletor de livros e de revista, aqui. Por que qualquer revista que vocês não dão nenhum valor aqui, numa biblioteca indígena ela tem um valor danado, numa biblioteca de uma escolinha pequenininha tem um valor monstro.

Então eu coleto livros aqui e mando. A minha cota de Correio eu gasto toda mandando livros para a

biblioteca. No começo eu não relacionava, mas agora eu comecei a relacionar. Uns cinco anos eu comecei a colocar *"mandei tantos livros*". Eu não sei o total que mandei, mas mando. E biblioteca todo mundo sabe que eu sou ligado desde o meu tempo de estudante e tudo.

Eu fui bibliotecário da URES, lembre disso. Eu fui eleito, eu devia ter 13 anos, 12 anos já era bibliotecário da URES, que é União Roraimense. E destruir uma biblioteca na minha terra e eu não saber, eu estou meio assim, tonto.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Augusto Botelho, até amanhã dá para fazer uma investigação--

[risos]

--se isto aconteceu de fato ou não. O Senador Augusto Botelho é médico, também. E atende uma população enorme, um trabalho social muito importante no Estado.

Muito bem, passo em primeiro lugar a palavra à Mirela Carvalho, que aliás, eu quero parabenizar não só a você, mas aos expositores e a todos nessa manhã, pela qualidade do trabalho e a pesquisa que foi mostrada aqui.

Eu penso assim que na sequência, talvez possa ser mais detalhada aqui numa reunião de trabalho, que você possa assim, até entrar mais no detalhe, para pensar o que o pode ser feito em termos legislativos, de fiscalização, de orçamento, de política pública.

Por que as Comissões têm o objetivo também de acompanhar e fiscalizar, regimentalmente, o trabalho dos Ministérios e nós podemos compatibilizar o que foi levantado na pesquisa. A mesma coisa com a Jaqueline que também tem uma linha de pesquisa muito importante também.

Com a palavra, então.

SRA. MIRELA DE CARVALHO PEREIRA DA SILVA: Será o maior prazer apresentar em mais detalhes a pesquisa.

Eu não vou gastar os cinco minutos, eu só quero falar dois pontos para encerrar: O primeiro é sobre a importância. São dois pontos; a importância de a gente ter desde o início um sistema de monitoramento. E a importância da gente ter desde o início um sistema de avaliação de impacto. Não só de impacto, eu sou sendo um pouco estreita, avaliação.

Eu quero só justificar isso: Em primeiro lugar, como eu disse, se a gente não tiver os indicadores como o Fabiano mesmo estava colocando, definidos e atualizados. Como a gente vai criar os incentivos, como a gente vai reconhecer quem teve bom desempenho, como que a gente vai fiscalizar quem teve mau desempenho. Como que a gente vai aprender experiências novas, como a gente vai ter controle do que está contendo. Então, é muito importante que a gente consiga criar esses indicadores.

E é claro que ser sempre muito importante a gente ter visitas in loco, para poder ver e ouvir os depoimentos das pessoas. Mas, é preciso que a gente tenha um acompanhamento sistemático, que não precisa ser super extenso, mas daquelas variáveis que são realmente chaves e que vão orientar prêmios e fiscalizações que tem que ser feitas. E eu acho que essa pesquisa de sustentabilidade que nós fizemos juntas, vocês duas.

Eu acho que pode ser um insumo e tenho certeza, eu estou falando em nome do Ricardo, da equipe, mas, tenho certeza, que em nome da Cris e da Beth também, estamos de portas abertas para discutir os indicadores. Nós avançamos, inclusive, porque não só a gente fez o questionário muito extenso, que a gente pensa até que não precisa de tanto, mas foi experimental.

A gente criou indicadores sintéticos. Então, gente consegue ranquear as bibliotecas, quem é a melhor, quem é a pior e a gente consegue ranquear segundo diferentes critérios. Quem é melhor em termos de recursos físicos, mas não humanos? Quem é boa de recursos humanos? Quem oferece mais atividade?

E tem uma medida global também que é muito importante, não só para a gente reconhecer o desempenho delas, que é muito multidimensional, mas para a gente ter elas todas numa mesma régua e poder tratá-las, mas, também muito importante para a gente acompanhar no tempo, como elas estão piorando ou melhorando.

Então, é uma está melhorando seu indicador global, mas o indicador de recursos humanos está muito devagar. Esse indicador global está sendo puxado por não sei... Gestão uma série de coisas na área de gestão foi feita.

Então, é muito importante a gente ter esse sistema definido, alimentado e analisado. E a última coisa que eu queria dizer é que eu tentei mostrar aqui um pouco rápido, dados sobre avaliação de impacto.

É que avaliação de impacto ela é muito importante. Às vezes, as pessoas dizem assim: *"Ah, mas todo mundo sabe que leitura tem impacto. Quem duvida disso?"* E é verdade, todo mundo sabe que leitura tem impacto. Mas, o programa não necessariamente de leitura vai ter impacto. Por que se o programa não estiver implementado como ele deve ser implementado, para de que fato se esteja alimentando a leitura e mais pessoas estejam lento. Os impactos sobre a taxa de aprovação, taxa de repetência e... Não vão aparecer.

E é muito importante, eu escolhi estrategicamente... O Ricardo, na última reunião que a gente teve, não é Cris? Escolheu estrategicamente a taxa de abandono. E eu também repeti aqui não à toa, a taxa de abandono é uma mudança de comportamento. E olha só que coisa importante duradoura e que outros mil comportamentos a gente pode estar [soa a campainha] mudando com a leitura.

Então, que a leitura pode mudar comportamento ninguém nessa sala duvida. Mas, será que os programas que a gente está gerenciando, eles não estão esbarrando em desenhos, entraves operacionais, que fazem esse impacto não parecer como ele deveria?

Então, a minha mensagem é: Vamos fazer avaliações sempre, porque o impacto a gente acredita nele, mas a gente precisa trabalhar duro para ele aparecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu penso que isto dará uma credibilidade extraordinária e uma avaliação, uma reflexão sobre a prática com elementos muito concretos.

Parabéns.

Jaqueline, minha colega da Universidade Federal. Eu sou do Paraná, mas ela é de Minas Gerais.

SRA. JAQUELINE DE GRAMMOND: Conversaremos mais.

Bom eu queria mais uma hora. Eu fui anotando aqui, mas então eu vou falar algumas questões: Primeiro em relação ao que o Senador Augusto Botelho colocou, nós já temos algumas experiências interessantes em relação ao bibliotecário nas escolas.

Em Belo Horizonte, por exemplo, eu trabalhei na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Eles têm um projeto que inclusive foi até premiado e já foi até premiado e que tem um bibliotecário para cada quatro bibliotecas. E nas bibliotecas os auxiliares de bibliotecas coordenadas por esses bibliotecários, uma forma de onerar muito o sistema. Em Florianópolis, no município já tem um bibliotecário, o concurso está colocando um bibliotecário em cada biblioteca.

E só para citar uma experiência eu fui numa biblioteca infantil, era de uma escola de séries iniciais, educação infantil e séries iniciais. E tem uma bibliotecária e ela faz uma série de projetos, acabou de me mandar um e-mail dizendo que ganhou um concurso também e conseguiu uma verba. Ela vive ganhando alguns concursos. E ela fez um projeto que eu achei fantástico, ela fez com os alunos o dia do bibliotecário.

Então, nesse dia as crianças vão colocar as fichas bibliográficas no livro, elas vão entender como o acervo se organiza toda a organização da biblioteca.

Então, nós temos esse tipo de iniciativa, mas geralmente são de pessoas que tem alguma formação que possam implementar não é só criatividade. Criatividade ajuda. A das fichinhas que o aluno podia circular na escola era uma professora com muita criatividade e incentivou muito, mas a formação aliada à criatividade e à disposição ela ajuda mais ainda.

Outra coisa é o Programa Literatura em Minha Casa, não deixar de falar dele também, que na minha pesquisa, a minha pesquisa chama "Livros que Andam". O Literatura em Minha Casa é um programa e foi... Primeiro o nome era por causa do Literatura em Minha Casa, por que saía do Ministério da Educação, o Correio era importantíssimo.

Ia para a escola e da escola para as famílias, mas nas próprias famílias o que eu sentia é que houve uma pressão nas famílias que elas tinham que ter esse livro.

Então, saber se o livro o impacto do Literatura em Minha Casa, se houve ou não, eram as famílias conservarem esses livros em casa. Isso não acontece. Livro anda gente! Livro anda sem a gente querer. Quem tem uma biblioteca e fala assim: *"Gente, cadê aquele livro que eu comprei?"* Sumiu, andou foi embora. Ou então: *"Que livro é esse que apareceu aqui?"*

Então, os livros andam. E eu acredito hoje, mais nos programas que sejam eles quais forem que coloquem o livro em movimento.

Eu acho que a característica andante do livro é que tem que ser incentivada. Então esses programas você põe o banco e vai embora, eu acho fantástico, porque a biblioteca... Eu parei outro dia, também, vim à Brasília e parei, passando no ponto ônibus e falei*: "Gente, que estante é aquela?"*

Eu tive que parar tirar foto, fiquei encantadíssima. Amanhã eu venho aqui ouvir Luiz. Por que realmente é o livro andando. É o livro circulando e eu isso que é isso que acaba por incentivar de fato à leitura. Então, você saber quantos livros você tem numa casa diz algumas coisas, ou quantos livros foram vendidos, mas não diz muito sobre a leitura desses livros.

Eu queria também falar do papel universidades, eu acho que a gente tem que trabalhar mais juntos com a formação inicial dos professores. E também com a formação inicial dos bibliotecários já que é uma demanda que está começando a acontecer.

Então, isso era importante falar também. Eu queria também agradecer em nome da coordenação da pesquisa, eu não falei o nome das coordenadoras uma falta gravíssima. [soa a campainha].

A pesquisa que nós desenvolvemos e estamos desenvolvendo, agora, na avaliação das Bibliotecas Escolares, ela é coordenada pelas Professoras Jane Paiva e Fátima Lobato, da UERJ. E pela Andrea Berenblum, que é da Rural do Rio de Janeiro, mas congrega

outras universidades, como a minha por que eu sou uma pesquisadora que estou nessa equipe.

Então, é uma pesquisa que tem nos dado também muito prazer, às vezes a gente fica um pouco pessimista, mas têm muitas experiências que valem a pena ser socializadas, ser ampliadas. Quem sabe até elas vão poder subsidiar muitas das políticas que vocês estão desenvolvendo aqui em Brasília.

E por último, eu gostei muito da ideia do Senador Cristovam Buarque, eu adoro dar livro, eu adoro dar livro, ninguém me dá livro, mas eu adoro dar livro. Mas o Dia Nacional do Livro é o momento importante, é bom quando você ler um livro e fala: *"Eu vou dar o livro para alguém".*

Então, eu acho que eu vou instituir entre os meus amigos o Dia Nacional do Livro, como esse dia em que o livro vai andar. E a gente vai dar aquele que livro que você tem na estante, que você gostaria que o outro lesse. Não precisa nem comprar é só por ele para andar.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Universidade Federal de São João Del Rei.

Eu quero fazer homenagem a APAE de São João Del Rei, cuja Presidência foi exercida durante vários anos pelo Padre Luiz Zver. E é um grande trabalho meritório, importante e de ampla dedicação no Brasil.

Muito bem.

Gabriela Gambi.

SRA. GABRIELA GAMBI: Obrigada.

Só respondendo, eu esqueci o seu nome, mas que você falou de acessibilidade, Ayres, obrigada.

Então, Ayres respondendo a colocação com relação acessibilidade. A gente vem desenvolvendo já faz uns três meses, mais ou menos, reuniões periódicas com o pessoal da Fundação Dorina Nowill, com o Instituto Benjamin Constante e outras entidades e associações que trabalham com a questão de acessibilidade. De maneira que as nossas políticas elas estarão sempre contemplando a acessibilidade, principalmente na questão visual.

A leitura e a acessibilidade, nesse sentido, têm que caminhar juntas. O MEC tem o MEC/DAISY, inclusive a gente vem constantemente conversando com eles de que maneira integrar os programas, a capacitação, como fazer isso. E em outubro, novembro, agora, ou seja, mês que vem a gente vai fazer um grande seminário lá em João Pessoa, chamado SENABRAILLE, justamente para discutir a questão do livro acessível, inclusive, com personalidades internacionais.

E com relação o que a Consultora Silvana colocou da questão indígena, hoje, a gente sempre trabalha sempre muito próximo à SID, a Secretaria da Identidade e Diversidade do próprio Ministério da Cultura, que tem uma atuação bastante forte na questão indígena. Eles vão fazer a próxima conferência de diversidade vai ter soda em Guarani, lá no meio de uma casa de reza, ou seja, eu acho que a gente está invertendo alguns paradigmas que é uma inversão bastante importante.

Foi muito interessante, fora essa primeira feira do livro indígena, que acabou de acontecer no Mato Grosso, que o Ministério da Cultura apoiou sempre, via Lei Rouanet. Eu acho que todo mundo já... A gente acha que é normal, mas é acho que é um grande ganho o Ministério da Cultura está presente na maioria, se não em 98% das ações culturais brasileiras.

A gente teve uma reunião com a Ministra da Cultura do Paraguai e, a questão do Guarani foi muito colocada por ela. Ela falou: *"Não adianta vocês quererem implantar bibliotecas aqui, ainda que a gente precise. Se a minha grande dificuldade é fazer com que eles leiam o espanhol, porque eles leem o guarani"*, entendem o guarani, tem a questão da oralidade.

Então, tem vários programas do Ministério da Cultura, hoje, você pode se inscrever oralmente. O que do ponto de vista da execução é uma loucura, por que você tem que transcrever muitas vezes você não entende. Mas, a gente entende que se a gente está falando em acesso, isso é fundamental, contemplar essa diversidade absolutamente fundamental.

E das outras questões já foram muito bem respondidas pela própria Jane e pelo Fabiano. Eu queria agradecer oportunidade. Dizer que tudo isso que eu apresentei isso está sendo amarrado agora com os estados e com os municípios, todos essas ações. E do ponto de vista da capacitação também com essa ação, que é o Fórum dos Planos Estaduais e Municipais de Livro e Leitura.

Então, agora, a gente saiu numa empreitada nacional de capacitar gestores públicos municipais e sociedade civil para o desenvolvimento dos planos.

Tudo isso pode ser amarrado às ações do Ecofuturo, as instituições do Instituto C&A, as ações de outras pessoas junto com o governo junto com universidade. É o momento de articular tudo isso e de escrever tudo isso, de aprovar tudo isso, está acontecendo agora, que é o desenvolvimento dessa estratégia nacional dos Planos Estaduais e Municipais de Livro e Leitura.

Então, eu convido e peço ajuda de todos vocês, que são as pessoas que vão fazer essa estratégia.

Eu queria agradecer senador a oportunidade de estar aqui, ouvir sim, a sua sugestão muito bem-vinda de que o Ministério da Cultura precisa se colocar mais nas duas Casas. A gente essa dificuldade eu acho que um pouco por causa da estrutura também,

mas cada vez que a gente se coloca a gente tem um retorno muito bom.

Então, eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bom.

Eu quero dar [soa a campainha] quatro avisos bem rápidos o primeiro... Já! Mais um minutinho só...

[risos]

Agradecer também a presença do Fernando Martins, que é da Associação Nacional de Editores de Revistas.

O segundo aviso é dizer que hoje às 14h30 horas, portanto, daqui a 45 minutos, o Ministro Fernando Haddad, Ministro do Estado da Educação, estará nesta comissão para discutir com os Senadores e Senadoras sobre Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM.

O terceiro aviso é no sentido de comunicar o recebimento de convite do Sr. Ministro da Educação, para a solenidade de posse do Prof. Dilvo Ristoff, no cargo de reitor *pro tempore* da Universidade Federal da fronteira Sul, a realizar-se no dia 15 de outubro do corrente às 15h00, na Sala de Atos no 9º andar, do Edifício Sede do Ministério da Educação. Os Senadores que desejarem uma cópia do convite, poderão se dirigir a Secretaria desta comissão.

E o quarto aviso, deixar lembrado que amanhã às 9h30 da manhã, teremos o início pontualmente 9h30 da manhã, do segundo dia deste seminário com aquilo que já foi mencionado: Experiências concretas, relatos de experiência e com convivências muito interessantes nesta área relacionada à leitura, biblioteca e leitura.

Quero agradecer a presença dos expositores no primeiro momento, também, neste segundo momento. Dizer que foi da mais alta qualidade, com muitas indicações do que pode ser o desdobramento deste seminário e teremos passos importantes, sem dúvida, no futuro. Faço este agradecimento em nome da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, mas também em nome do Instituto Ecofuturo que desde o primeiro momento, também nos auxiliou na organização deste evento e participante ativamente de todas as etapas. Aos Ministérios sem duvida, e as demais organizações e pessoas aqui presentes.

Eu concluo esta reunião desta Comissão de Educação Cultura e Esporte, só lendo o pensamento de Mário Quintana, escritor. E que consta inclusive do folder de divulgação: “Livros não mudam o mundo. Quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas”.

Está encerrada a presente reunião, obrigado.

[palmas]

Sessão encerrada às 13h50.

ATA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2009.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência Eventual do Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Rosalba Ciarlini, Eduardo Azeredo, Romeu Tuma, Marisa Serrano, Cristovam Buarque, João Pedro, Eduardo Suplicy, José Nery, Roberto Cavalcanti, Efraim Morais, Expedito Júnior e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias e Sérgio Zambiasi. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, submete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Reunião Extraordinária, em atendimento ao disposto no artigo 397, II, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 1º, da Constituição Federal, que abordará o tema “Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM”. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad. Finda a apresentação do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Marisa Serrano, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Rosalba Ciarlini, Roberto Cavalcanti, Inácio Arruda, Romeu Tuma, Wellington Salgado e o Senador Renato Casagrande, não-membro da Comissão. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às dezesseis horas e cinquenta e um minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

– Senador Flávio Arns, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 61ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto inicialmente à apreciação do plenário a dispensa da leitura da Ata anterior e aprovação da mesma. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião tem por objetivo dialogar com o Ministro da Educação sobre o Exame Nacional do Ensino Médio. Quero esclarecer que o Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, está aqui, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, nem por convite e nem convocação, que seriam dois instrumento habitualmente utilizados pela Comissão. No diálogo que houve, logo naqueles dias em que o problema com o ENEM aconteceu, entramos em contato com o Sr. ministro, e ele nos informou que teria o máximo prazer em vir a esta Comissão para prestar os esclarecimentos, responder as perguntas, dar os posicionamentos do Ministério da Educação que fossem necessários para o esclarecimento do assunto.

Então, isso é importante que se ressalte, isto está baseado no Regimento do Senado Federal, que permite que, por vontade própria, e considero isso muito positivo também em relação a este episódio, o próprio titular da pasta diga: "Não, eu quero ir lá para prestar os esclarecimentos necessários". Agradecemos, Sr. Ministro, em nome de todos os senadores e senadoras da sociedade, da comunidade, dos alunos, o esforço que vem sendo feito, nesse sentido... Agradecemos a presença do senhor nesta Comissão e passamos, de imediato, a palavra ao senhor, para que possa abordar o tema do ENEM e, na sequência, abriremos a palavra aos senadores e senadoras, para fazerem os questionamentos que julgarem importantes.

É um assunto - que a gente sabe - da mais alta relevância, um assunto importante, eu tenho dito, 4 milhões e 200 mil alunos. É um exame fundamental, no sentido de término da educação básica. Exame fundamental, essencial para a entrada numa instituição de ensino superior e, inclusive, uma perspectiva de educação, que foi muito debatida, em termos da própria Comissão, o ENEM vai fazer com que haja uma nova perspectiva de Educação básica, se descontaminando de valores, assim, muito arraigados, enraizados na nossa cultura, em termos de decorar conteúdo, decorar matéria... Quer dizer, uma nova visão de avaliação, e isto vai ter, sem dúvida, um impacto na Educação Infantil, já diria, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e no próprio conceito da sociedade, em termos de se visualizar a importância de um sistema de avaliação adequado.

Então, naturalmente, é da maior preocupação que tenha havido a fraude, o vazamento; são atitudes criminosas, é um caso de polícia, como foi, de fato, encarado, no momento em que o concurso foi anulado. E esta Comissão de Educação, através da minha pessoa e de outras pessoas, de imediato, nos solidarizamos também com o Ministério, porque a sociedade precisa ter a absoluta confiança, sem dúvida alguma, não só nesse exame, mas em todos os atos da vida pública, em termos de lisura, honestidade, transparência, que são valores fundamentais em qualquer iniciativa.

Então, nesse sentido, é importante para se tranquilizar a sociedade, continuar se tranqüilizando, porque todas as atitudes foram nessa direção. Esclarecer o que deva ser esclarecido também. E que esta Comissão, que trata deste assunto, que é fundamental, o tema da Educação, e, dentro da Educação, o ENEM, que possa ter, então, também, essa oportunidade de dialogar. E agradecer novamente a sua presença.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pois não, Senadora Ideli Salvatti, pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E se o Ministro Fernando Haddad também me permite. Eu tenho agora, às três horas, uma audiência com o Presidente da Câmara, para tratarmos dos projetos prioritários na questão das mudanças climáticas. Então, não tenho como permanecer neste início da atividade, aqui, na Comissão de Educação, mas não poderia deixar, na abertura aqui dos trabalhos, de compartilhar com o Ministro Fernando Haddad a aprovação, por unanimidade, na Comissão de Constituição e Justiça, hoje, pela manhã, da PEC, que finalmente vai retirar a DRU da Educação, mais recursos para a Educação. PEC que nós tomamos a iniciativa de apresentar em 2003; já estamos em 2009, e eu espero que, desta vez, finalmente, a gente consiga aprová-la.

E foi aprovada, ministro, da forma como veio da Câmara, inclusive vinculando esses recursos a mais para a Educação, com a ampliação da obrigatoriedade da oferta do ensino, na pré-escola, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, passando ser obrigatório, no nosso país, o ensino desde os quatro até

os 17 anos. Então, eu já queria compartilhar a alegria do dia. Eu havia comentado com o ministro, quando nós comemoramos a aprovação por unanimidade na Câmara, que nós iríamos trabalhar muito para ver se conseguíamos aprovar até o final do ano. E eu acho que se abriu a possibilidade de nós aprovarmos até o final de outubro. E, só não aprovaremos hoje, na véspera do dia do Professor, no Plenário, porque, infelizmente, estamos com duas medidas provisórias trancando a pauta. Se não tivéssemos as duas medidas provisórias, acho que, pelo clima de congraçamento e de alegria na Comissão de Constituição e Justiça, por aprovar essa matéria, talvez, nos permitisse votar ainda hoje, talvez pudéssemos dar o melhor presente para todos aqueles que trabalham na Educação em todo o Brasil, que é o fim, até que enfim, da DRU na Educação. Então, ministro, eu vou pedir licença, eu vou até lá, na audiência com o Presidente da Câmara, e, em seguida, retornarei.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Presidente, ela só é desculpada por causa dessa DRU de hoje, senão, não ia ser desculpada de sair daqui não.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Concordo inteiramente, conforme foi aprovado. É o argumento maior, assim, para poder se retirar. Mas quero também compartilhar da opinião externada pela Senadora Ideli Salvatti, que, sem dúvida, é o sentimento de alegria, de regozijo do Senado, da Comissão e da sociedade brasileira.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Boatarde a todos. Gostaria de agradecer aos senadores, na pessoa do Presidente da Comissão, Flávio Arns, a oportunidade de não apenas prestar esclarecimentos, mas, sobretudo, de manter um diálogo altivo com a Câmara de Educação, aqui, do Senado, com a Comissão de Educação, para que nós possamos, à maneira como nós fizemos na Câmara dos Deputados, estabelecer uma agenda de trabalho em torno de um assunto tão importante... Quantos são os concursos públicos no país. Agradecer, sobretudo, a solidariedade que vários senadores manifestaram nessas duas últimas semanas, seja subindo à Tribuna, seja ligando para o Gabinete do Ministério da Educação, expressando o seu pesar, a sua solidariedade. Senadores da oposição, senadores da situação, de maneira suprapartidária, se colocando à disposição do Ministério da Educação. Foi uma atitude que tocou a todos.

E venho de um debate na Comissão de Educação na Câmara, em que o maior elogio recebido pelo MEC foi feito pelo Deputado Paulo Magalhães, da Bahia, que não é da base do Governo, mas que fez questão de registrar sua opinião sobre o trabalho que os servidores do MEC, os dirigentes do MEC vêm fazendo pela Educação brasileira. Então, é preciso, numa hora como essa, registrar os agradecimentos e, sobretudo, agradecer a solidariedade do Senador e da Câmara, que se combinou com a solidariedade dos Ministérios que podem e prestarão um serviço importante para a realização da nova prova. Faço referência ao Ministro Jobim, que colocou todas as Forças, todas as Forças à disposição do Ministério da Educação. Faço referência ao Ministro Tarso Genro, que colocou a Polícia Federal, a Guarda Nacional à disposição do Ministério; faço referência ao Ministro Hélio Costa, que, de pronto, colocou os Correios na logística do novo exame. Parceiros que não estavam disponíveis, nunca estiveram disponíveis para realização de um exame como esse, em virtude da natureza contratual que se estabelece com o vencedor de uma licitação, mas que, em virtude da urgência e emergência do fato, estão hoje disponíveis, para que nós possamos, nos dias 05 e 06 de dezembro, realizar uma prova em total condição de segurança, uma vez que seu adiamento se tornou incontornável, à luz das notícias recebidas na madrugada de 04 para 05... Perdão, de quarta para quinta, de duas semanas trás. Se não me engano, entre 1º de outubro e dia 02 de outubro.

Bom, eu gostaria de relatar, com os cuidados devidos, as informações que estão sendo recolhidas pela auditoria, que vêm sendo feita no interior do INEP, por determinação do Presidente daquela autarquia, uma vez que é o INEP o órgão do Ministério da Educação responsável pela elaboração da prova, em primeiro lugar, e pela contratação por licitação daqueles que vão aplicar a prova para quatro milhões de estudantes. Quatro milhões é o número de inscritos. Evidentemente, a prova é feita por três milhões e 200, três milhões e 300 mil alunos, que sempre há uma desistência de última hora em todas as edições do ENEM. Mas devemos ter, seguramente, alguma coisa em torno de três milhões de pessoas que farão a prova, no primeiro final de semana de dezembro.

Bem, a decisão de adiar o exame foi tomada, nesse período, em virtude do fato de que as informações recebidas de uma jornalista do jornal "O Estado de São Paulo", sobre elementos constitutivos da prova que ela manuseou e da qual nós não temos cópia no Ministério da Educação, conferiam com o Banco de Itens que se encontram numa sala-cofre do INEP, e que foram manuseados, a pedido do Presidente do INEP, naquela madrugada, para verificar se havia correspondência entre o que a jornalista foi capaz de memorizar da prova que manuseou e do Banco de Itens do Ministério da Educação.

Algumas pessoas foram... Boa-tarde... Algumas pessoas foram chamadas de suas residências, uma vez que era tarde da noite, para... E uma vez que o cofre, a sala-cofre do INEP não se abre com a presença de um único servidor, é preciso uma combinação de servidores para que o cofre seja aberto. E aí, por volta da uma hora da manhã, se não estou enganado, por volta da uma hora da manhã de quinta, eu recebi o telefonema do Presidente do INEP, que dava conta de que sua equipe, que pode manusear o banco de itens, que está autorizada a isso, foi capaz de identificar indícios fortes de que a prova com a qual a jornalista teve contato poderia ser a prova do ENEM. Isso ocorreu de madrugada, e, evidentemente, à luz dessa informação do Presidente do INEP, não só por minha recomendação, mas por convicção do Presidente Reinaldo Fernandes, a prova foi adiada. Foi adiada como se deve em situações do gênero. Quer dizer, não se espera a realização do concurso para depois anulá-lo, se comprovada a fraude. É preciso antecipar decisões e poupar os estudantes - são quatro milhões - da tarefa de realizar uma prova que é extensa - se realiza em dois dias – e, depois, anunciar o não aproveitamento da avaliação.

Então, se tomou decisão, praticamente de bate-pronto, não é? A decisão foi imediata, uma vez que os técnicos do INEP, que têm acesso ao Banco de Itens, reforçaram a percepção de que se podia estar diante de uma evidência importante de subtração da prova do ambiente de segurança.

Bom, ato contínuo, logo na primeira hora da manhã, depois de anunciado o adiamento da prova, nós solicitamos ao Superintendente da Polícia Federal que abrisse imediatamente um inquérito policial para apurar as responsabilidades criminais da quebra de sigilo, da tentativa de extorsão, e foi o que foi feito pela Polícia Federal que, num prazo relativamente exíguo, chegou aos autores do furto e dos demais crimes a eles associados. Essas pessoas já estão indiciadas e, portanto, vão responder pelo crime que cometeram.

A etapa, agora, em curso... Quer dizer, evidentemente que está se tratando do novo ENEM, da nova aplicação da prova, nos dias 05 e 06 de dezembro, existe uma Comissão constituída para a realização do novo exame, com novas parcerias, uma vez que o consórcio contratado foi afastado, até para que nós garantíssemos que os procedimentos de segurança adotados, e que falharam, por parte do consórcio, não fossem... Fossem afastados da nova execução. E há uma equipe da Secretaria executiva e do INEP tratando da aplicação da nova prova. E, paralelamente a isso, instaurou-se a auditoria para verificar em que momento se deu a falha, qual foi a ocasião em que se deu a falha de segurança.

E aqui eu preciso fazer um alerta e um pedido de cautela, sobretudo por parte da imprensa, quando divulga o resultado desse diálogo que está sendo estabelecido entre o Executivo e o Legislativo, para a opinião pública. Porque eu não posso, como dirigente do Ministério da Educação, antecipar o resultado da auditoria. Sequer dirigentes do Ministério da Educação farão auditoria. Essa auditoria tem que ser procedida por servidores da Casa, pessoas que conheçam o processo, e que possam, com serenidade e respeitando o direito de Defesa de quem quer que seja, apurar as responsabilidades. Então, é preciso muita cautela na maneira pela qual nós veiculamos informações a respeito desta auditoria, para que ninguém se sinta lesado no seu direito de defesa e para que ninguém possa futuramente arguir algum vício processual que coloque em risco a investigação que está sendo feita. Então, eu peço muita cautela na investigação desses eventos que foram apurados, mas que serão investigados profundamente, até que chegue a uma conclusão sobre o que, de fato, ocorreu.

Bom, há algo que me parece elucidado. Quer dizer, subtraiu-se um kit de prova, que foi depois oferecido a órgãos de imprensa, mediante pagamento. Isso ocorreu. Me parece que isso está caracterizado. E o inquérito concluído pela Polícia Federal deve estar sendo remetido para o Ministério da Educação.

O outro capitulo, na minha opinião, de extrema importância, é verificar qual a circunstância em que isso se deu, quais são as circunstâncias em que isso ocorreu. Porque isso é muito importante, não do ponto de vista da responsabilidade criminal, mas do ponto de vista da responsabilidade civil. Quer dizer, quem arcará com os prejuízos oriundos do adiamento da prova? Há a responsabilidade civil a ser apurada. E a informação que nós temos - e que está sendo investigada - é, em primeiro lugar: há uma empresa que venceu uma licitação e que, por contrato, se comprometeu com a segurança de todo o processo. Isso é incontornável. Isso é uma cláusula contratual. Dispositivo claro no contrato é de que quem assumiu a execução da prova se responsabilize pela segurança da gráfica, do manuseio, da distribuição, da aplicação, do recolhimento das folhas de resposta, da sua correção e da divulgação dos resultados. Esse processo, que é extremamente complexo, é de responsabilidade da empresa contratada. Como qualquer empreitada, qualquer obra, qualquer serviço funciona assim.

Suponhamos que você contrata a construção de uma ponte, de uma estação de ônibus, de uma estação de trem, de uma linha de transmissão, qual-

quer contrato que se faça com uma empresa pressupõe responsabilidade da empresa pela segurança da execução. Se amanhã ocorre um acidente numa obra pública, a responsabilidade imediata é da empreiteira que realizou a obra, que venceu a licitação e que realizou a obra. Isso em primeiro lugar.

Mas há um evento que nós estamos procurando elucidar com mais aprofundamento, que é o fato de que, aparentemente... Por isso que eu insisto na palavra "aparentemente", porque nós estamos investigando... Então, não se pode concluir um inquérito que está recém-aberto para a investigação. Aparentemente, houve uma mudança no plano logístico inicialmente previsto. O plano logístico inicialmente previsto... Estou aqui prestando esclarecimentos, na verdade, de informações recolhidas dos servidores ligados imediatamente ao processo, ok? A apuração está sendo feita por auditores, mas as informações recolhidas até aqui dão conta de que, aparentemente, houve uma mudança de plano do plano logístico, que originalmente previa a impressão num ambiente gráfico de segurança, em São Paulo, um manuseio em um ambiente no Rio de Janeiro e a expedição das provas para todo o país.

A informação que nós temos, que vem sendo amadurecida e checada ao longo dos últimos dias, é de que teria havido uma mudança de procedimento. Inclusive isso chegou a ser matéria de jornal, não estou falando nada de novo. Matéria dos jornais de domingo, que houve uma mudança de procedimento nos últimos dias de impressão da prova, em que abriu-se, em São Paulo, num outro ambiente, uma área de manuseio, em que as regras de segurança não foram devidamente estabelecidas. Por que isso foi feito? Em que circunstâncias isso foi feito? Se o INEP, que é o órgão responsável pela gestão do contrato, foi comunicado ou não foi comunicado, se atestou, ou não, a segurança desse ambiente, é isso que está sendo investigado. Do que nós recolhemos de informação, aparentemente, essa mudança do plano logístico original, ela não foi acompanhada, porque o órgão responsável pelo contrato não foi informado. Repito: isso está sendo apurado. Eu não estou aqui afirmando, porque não podem ser os secretários do Ministério, o ministro a investigar e atestar a auditoria que está sendo realizada. Quem tem que fazer isso são os servidores responsáveis pela auditoria. Estou informando as informações preliminares que recebi, daquilo que está sendo objeto maior de investigação: uma mudança do procedimento de logística que lançou as provas num ambiente inseguro, onde foi possível o delito ocorrer. É isso que nós vamos aguardar as investigações para firmarmos um ponto de vista sobre esse procedimento.

E eu adianto que, independentemente desta área nova de segurança, essa nova área de manuseio, ter sido aberta, ou não, com ou sem autorização do órgão gestor do contrato, independentemente disso, é impossível desonerar o consórcio contratado da segurança da execução do contrato. O que nós estamos aqui é tentando estudar a cadeia de responsabilização, do começo ao fim, para verificar onde a falha ocorreu. Mas se, de fato, houve uma mudança do plano logístico: 01) já é algo que precisa ser investigado; 2) se houve, ou não, a concorrência de um gestor, no sentido de autorizar a abertura desse ambiente aparentemente inseguro, ainda que o delito tenha sido filmado por câmeras de vídeo, mas isso não impediu a subtração da prova. Então, alguma falha procedimental houve. Porque evidentemente a câmera filma o delito, mas ela não evita que os delitos tenham seus desdobramentos. Então, era preciso ter um procedimento de segurança adicional à filmagem do ambiente.

Então, são essas questões que estão sendo, neste momento, investigadas. Esses últimos dias do processo de execução do contrato, em que se abriu uma oportunidade para que pessoas contratadas ali, de última hora, e aparentemente sem o preparo devido, puderam adentrar uma área que deveria ser de segurança e subtrair um kit da prova que seria realizada no final de semana seguinte à apuração dos fatos.

Então, é neste pé que nós estamos nesse momento. A questão do inquérito da Polícia Federal está concluída, que apura a responsabilidade criminal, e nós estamos na esfera, agora, da apuração da responsabilidade civil, para verificar o que de fato ocorreu, para que o delito pudesse acontecer e os seus desdobramentos, que é o adiamento da prova, e as regras de segurança que precisariam ser observadas para impedir que isso venha acontecer novamente. É evidente que, nesse processo, agora, que se desdobrou a partir do adiamento da prova, nós estamos podendo contar com parcerias inestimáveis, difícil de mobilizar para qualquer exame nacional, qualquer concurso nacional. Até porque se tornou uma questão de Estado aplicar uma prova que tem o apreço e o respeito dos estudantes do país. Então, nós estamos mobilizando todas as forças disponíveis para garantir que dias 05 e 06 de dezembro, nós tenhamos muita tranquilidade na aplicação da nova prova, que todos os requisitos de segurança não sejam apenas revistos, mas reforçados e potencializados até a última instância, e pretendemos que esse adiamento possa ser compensado por procedimentos que adiantem os expedientes seguintes à aplicação da prova, sobretudo no que diz respeito à divulgação dos resultados, para não comprometer o calendário universitário de 2010.

Então, nós temos um cenário em que a solidariedade é grande, em que Câmara, Senado, ou seja, Poder Legislativo e o Poder Executivo somam esforços para a realização da prova. Cumpre notar que os Reitores tiveram uma atitude extremamente generosa com o Ministério da Educação. Porque não é fácil você abrir uma janela num final de semana, no final do ano, para realização do ENEM. Então, os Reitores tiveram uma atuação impressionante, de universidades estaduais, de universidades federais, compreenderam a importância do exame, e os vestibulares que caíam naquele final de semana foram adiados alguns dias, para que se abrisse essa janela, e foi possível remarcar a data, então, para o primeiro final de semana de dezembro. A partir daí, as providências estão sendo tomadas para a realização da prova e a apuração das responsabilidades.

Então, é isso que preliminarmente eu gostaria de dizer, fazendo questão, mais uma vez, de frisar a solidariedade, os telefonemas, agradecer aos senadores e senadoras que nos ligaram, nesses dias difíceis, se colocando à disposição. Senadores da base, senadores da oposição indistintamente se solidarizando com o Ministério da Educação e nos animando para a realização da nova prova.

Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradecemos ao Sr. Ministro, nessa primeira parte do tempo destinado aos esclarecimentos todos, e passamos, em seguida, a palavra aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras, para os esclarecimentos, as perguntas, o que for importante, enfim, para se dirimir qualquer dúvida e qualquer posicionamento que se deseja fazer.

Eu passo, em primeiro lugar, a palavra à Senadora Marisa Serrano, do Estado do Mato Grosso do Sul e vice-Presidente dessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar o Sr. Ministro, agradecer a gentileza de estar mais uma vez conosco. É sempre bom a gente ver alguém da área que a gente atua tanto, briga tanto, luta tanto, saber que o senhor está lá, mas também está aqui sempre que é necessário, porque a nossa luta tem sido sempre por uma educação de qualidade no nosso país. Esse tem que ser nosso objetivo.

Mas eu queria fazer algumas considerações daquilo que eu tenho ouvido, Sr. Ministro, em todo o país. Eu tenho andado muito por aí, e um pouco das funções do meu partido, e tenho ouvido muito nesses últimos dias. E queria alguns esclarecimentos, até para poder ter a tranquilidade de poder falar com os nossos estudantes. Algo que em marcou, ministro, em todo esse processo - e que eu acho que os estudantes não aceitaram bem - foi a história de o Governo dizer que ele foi o maior prejudicado nessa história toda. Os alunos não sentem assim, porque o Presidente Lula disse que o Governo é que tinha sido o grande prejudicado nessa história. E os alunos não sentem assim; eles se sentem os grandes prejudicados--

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Perdão, senadora, se me permitir... Se não engano, a frase do Presidente Lula é o seguinte: "Quem pensou que isso fosse prejudicar ao Governo, errou. Isso prejudicou quatro milhões e 100 mil estudantes". Essa foi a frase.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu não sei qual foi a frase, mas não foi isso que a imprensa colocou. Pelo menos o que eu li. Foi de que o Governo teria sido o grande prejudicado nessa história. Se não foi, melhor ainda.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Foi exatamente ao contrário.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É isso que os estudantes me falaram. Eu falei: "Bom, se for isso, realmente não pode". Então, isso eu ouvi lá em Campo Grande, de alunos que estavam prontos para fazer o ENEM. Falaram: "Olha, nós é que fomos prejudicados, não foi o Governo". Claro, quatro milhões aí é pesado.

Eu queria fazer uma pergunta para V.Exa.: por que não continuou o Cesgranrio sendo a entidade que fazia as provas durante... Se não engano, foram 11 anos que o Cesgranrio fez as provas do ENEM. É claro que com outro ENEM, e não esse ENEM macro, grande, como está hoje. Mas a minha impressão ficou, ministro, de amadorismo, é uma empresa que não tem competência técnica para fazer um magno vestibular como esse. Eu não sei por que o Cesgranrio se retirou. Por que foi a única empresa? Ficou aí uma dúvida... Agora, a gente fala assim: "Mas o que aconteceu?". Talvez o senhor possa nos explicar essa retirada do Cesgranrio e de outros organismos, ter ficado... Pelo menos, o que a imprensa tem dito é que ficou... A única empresa foi esse consórcio que ficou no final da licitação.

A segunda questão que eu tenho dúvidas ainda... O senhor não acredita, ministro, que nós devíamos fazer... Talvez, aí, eu não sei que tipo de ação nacional para que os estudantes tenham um pouco mais de tranquilidade, de confiança, para fazer as provas nos dia 05 e 06? Eu acho que não vale só o senhor falar lá, nós falarmos aqui, mas uma campanha de confiabilidade; eles são jovens, pensam diferente da gente, Ministro. Para eles, foi um baque isso aí. E ideia que eles têm é que tudo nesse país é maracutaia, que tudo nesse país é corrupção, que todo mundo é incompe-

tente. Quer dizer, eu acho que nós tínhamos que fazer algo, porque são as nossas crianças, os nossos jovens. Nós tínhamos que resgatar isso. Porque foi o primeiro baque que eu vi na Educação Brasileira, na juventude. E é uma fase difícil, são adolescentes. E é uma fase... O senhor tem filho, não sei se tem filhos adolescentes. Eu não pude ter filhos, mas eu sei que lidar com adolescentes, que eu lido sempre com eles, a cabecinha deles é diferente. Deles é tudo sim ou não. Não tem meio termo. Não tem meio termo.

Eu queria ainda dizer o seguinte: nós saímos dos vestibulares, que eram trabalhados e eram responsabilidade para suas próprias universidades, para um vestibular cuja responsabilidade é do Governo. E, no primeiro embate, tivemos um problema grande como esse. Isso tem que deixar muito claro que não foi incompetência, Ministro. Porque nós saímos do todas as universidades que tinham competência para fazê-lo. O Governo tomou a si a competência, e aí temos que fazer algo, como eu disse para o senhor, uma campanha mesmo, uma forma de a sociedade brasileira, como um todo, também ter essa garantia.

Eu queria fazer mais uma pergunta, a terceira pergunta, Ministro. Essa empresa, esse consórcio que ganhou das três empresas, eles têm capital para cobrir os gastos, eles têm lastro financeiro? Isso foi previsto no edital? Eu não vi edital quando saiu, não vi nada disso. Mas, já que eles ganharam a licitação, devem ter tido lastro para aguentar um revés qualquer que tivesse durante um evento macro como esse. Porque é muito grande, o país é muito grande. Aqui, no Brasil, não se fala em numerozinho, são tudo milhões. Quer dizer, milhões de pessoas envolvidas. E, portanto, é caro. E aí eu não sei se essa empresa, se esse consórcio tinha lastro para fazer.

O senhor disse que dias 05 e 06 de dezembro é a realização do exame. O resultado desses exames está previsto para quando? As outras universidades vão ter condições de usar as notas no ENEM? Como é que os alunos vão ficar, aqueles que vão fazer outras provas, que não usarem o ENEM? Qual é o prazo que o Governo tem para dar o resultado desses exames? Eram essas as minhas perguntas, Sr. Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Inclusive, conversando com o Sr. Ministro, ele achou mais interessante responder de imediato, porque, a um conjunto de indagações, fica mais fácil haver a resposta de imediato.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: A Senadora Marisa Serrana conseguiu fazer todas as perguntas que me fizeram na Câmara dos Deputados, em duas horas de audiência [risos]. Mas vamos lá.

Senadora, uma coisa importante de registrar, a senhora já foi gestora pública, sabe disso, existe uma área da Administração Pública que os dirigentes políticos, eles não devem se imiscuir, porque, se o dirigente político, digo assim, Presidente da autarquia, para não falar o Secretário Executivo ou o próprio Ministro, não devem se imiscuir, porque qualquer palpite que você dá, em um edital ou em um contrato, pode parecer ao servidor público um desvio de função. Que você não está lá para definir critérios de licitação e de contratação, porque isso é papel justamente da máquina administrativa. É uma tarefa da Administração Pública, a cada processo, zelar para que tenha um aperfeiçoamento da seleção dos parceiros.

O dia que um edital for para a mesa de um dirigente político, vai recair sobre ele a suspeita de estar com algum interesse, que não possa ser revelado no processo. Porque cada item do edital, ele aumenta ou diminui as chances dos prováveis concorrentes. Qualquer item que você põe, para cima ou para baixo, você está orientando ou enquadrando as possibilidades de resultado. Então, o ideal - e a recomendação do Ministério não é diferente dessa -, o ideal é que o corpo burocrático do Ministério, aquele que vem acompanhando os processos de longa data, sejam aqueles que tomem as decisões a respeito desses procedimentos.

Só para lhe dar uma ideia, o gestor, os gestores do ENEM são os mesmos desde a primeira edição. Por que você não muda os gestores? Justamente para garantir que aqueles procedimentos que estão sendo realizados sejam observados. Porque entra uma pessoa nova ali, sem a experiência acumulada, toma uma decisão, pode comprometer o processo. Então, é muito importante você fortalecer os servidores da Casa, você fortalecer a equipe do órgão, para que ela - ela é que vai ficar na Administração, depois que nós sairmos - carregue consigo a memória e inteligência do processo. Então, desde o primeiro ENEM... Há pessoas envolvidas no ENEM desde a sua primeira edição, em 1998, 11 anos atrás. Então, esse cuidado tem que ser tomado.

Segunda coisa. Um órgão como o INEP, que é um órgão eminentemente técnico... Aliás, como praticamente todo o Ministério da Educação, o cuidado em nomear para os cargos de confiança servidores públicos é enorme. Em geral, os dirigentes do órgão são, no caso do Presidente, Professor Titular da Universidade de São Paulo. Da parte dos Diretores, Federal do Pará, Federal de Santa Catarina, servidor do Banco Central... Esse é o perfil das pessoas que compõem um instituto de pesquisa. Você não põe lá quadros que não têm uma bagagem técnica muito grande. E são

eles que formulam os procedimentos formais para a escolha dos parceiros.

Quando... O ENEM, ele não tem um tamanho maior esse ano do que teve o ano passado. Desde o ProUni, desde o advento do ProUni, as inscrições aumentaram exponencialmente e atingiram o patamar atual de quatro milhões de inscritos desde o ano passado. O ano passado também foram quatro milhões de inscritos. Então, procedimento esse ano--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Não, o ProUni, desde 2004. O ProUni, ele seleciona, pelo ENEM, 150 mil bolsas por ano, desde 2004. O que é novo esse ano é que algumas universidades, em virtude da mudança do formato, adotaram o ENEM como processo seletivo, algumas universidades públicas, que adotaram o ENEM como componente da nota. Então, o que é novo no processo é que, com a mudança do formato do exame, algumas instituições decidiram dispensar o seu vestibular, até pela credibilidade que o ENEM ganhou ao longo últimos anos, na seleção dos bolsistas do Programa Universidade para Todos. Então, desde 2004, a seleção é feita pelo ENEM, e, até o momento, nunca tinha havido um reparo a isso.

Quero lembrar que, depois do ProUni, as inscrições que chegavam a 800 mil, 700 mil, chegaram a quatro milhões, num ritmo frenético de aumento. Então, chegamos nesse patamar, que parece o patamar de equilíbrio, em torno de quatro milhões de inscritos, já desde o ano passado. Então, não é algo de inteiramente novo, porque é algo que vem sendo trabalhado já desde... Há cinco anos, desde--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Mas o ENEM como seleção para o ProUni é uma coisa que tem cinco anos. A partir daquele momento, o ENEM passou a ter um valor quase inestimável porque ele dá acesso a vagas de medicina, vagas de engenharia, vagas de licenciatura, em 1200 universidades do país... Universidades e faculdades do país.

Então, já é um empreendimento enorme há muito tempo. Ele já é. Talvez as pessoas não tenham se dado conta do quão extraordinário era o processo de distribuição de bolsas do ProUni. Porque com a entrada das federais é que algumas pessoas ganharam consciência disso, que era uma coisa que estava restrita à população de baixa renda. A partir do momento que as federais se inserem no processo, muda de figura. Então, o processo licitatório é feito por técnicos do INEP, como todos os processos licitatórios do MEC, seja para aquisição de computadores, para livros didáticos. O que quer que seja, são feitos por técnicos.

E a nossa expectativa é de que ocorresse esse ano o mesmo que vem acontecendo desde a sua primeira edição. Em geral, tem um proponente na licitação, que é o consórcio CESPE-Cesgranrio. Sempre houve só um concorrente nas licitações. Nunca houve uma outra proposta. Esse foi o primeiro ano em que houve uma proposta, uma proposta de duas empresas e uma Fundação. A Fundação ligada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, a UNIRIO... A FUNRIO é a fundação de apoio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, a UNIRIO; uma empresa de São Paulo, que faz muitos concursos públicos; se a senhora consultar o portal dessa empresa, vai verificar o número de concursos que ela faz para o poder público local: Municípios, Estados... Uma empresa, até onde eu sei, habilitada. E uma empresa da Bahia, que era líder do consórcio.

E eu não sei a razão precisa, a não ser pelos jornais, do motivo pelo qual houve uma retirada de proposta, de última hora, da Cesgranrio, mas o temor, pelo que eu li nos jornais, o temor era de uma disputa administrativa pelo contrato, que pudesse colocar em risco o exame, o cronograma do exame. Isso é o que eu li nos jornais e o que Presidente da Cesgranrio me informou. Que, em virtude da disputa ter ocorrido pela primeira vez, o temor dele é que, mantendo a proposta, poderia dar ensejo a uma disputa administrativa, que poderia comprometer o cronograma da prova. Essa foi a informação que me foi passada.

Em relação à campanha, eu entendo que a senhora tem inteira razão. Isso já está sendo encaminhado no Ministério da Educação. Nós faremos, no mês de novembro, uma campanha de esclarecimento sobre o adiamento da prova e sobre as providências que os alunos devem tomar para que eles próprios zelem pela qualidade da segurança. Porque faz muita diferença um aluno assinar a folha de presença no lugar correto; verificar se ele está preenchendo a folha de respostas que tem o seu CPF. Ou seja, há uma série de providência que o próprio estudante pode tomar para garantir a correção das provas que vai impactar justamente no calendário a que a senhora se referiu. A correção da prova é um procedimento relativamente ágil porque é tudo feito digitalmente: você preenche a folha de respostas e aquilo é escaneado e é lido eletronicamente. Não é manual a correção.

Qual é o problema da correção eletrônica? Se o aluno, porventura, preenche... Há muitos homônimos no Brasil, há muitos homônimos. Se o aluno assina a folha de presença no lugar errado, o mesmo nome, mas ele assina no lugar errado, de outro CPF, isso dá um

trabalho enorme para a localização, que é feita um a um, quando há erro de preenchimento. Se o aluno não observa a folha de respostas que está preenchendo e preenche a folha de respostas de um homônimo, com outro CPF, a identificação desse erro, muitas vezes, leva dias. Então, nós estamos cuidando dessa campanha, justamente para ganhar os dias de correção que nós perdemos com o adiamento, para não comprometer o calendário das universidades. Até o momento, só abriu mão do ENEM quem não podia fazer diferente. Porque aquelas instituições que usam o ENEM apenas como componente da primeira fase do vestibular não têm tempo hábil para fazer a segunda fase. Por isso que eu tenho inclusive defendido as instituições que fizeram isso, que tomaram a decisão com base no seu calendário escolar. Não foi um gesto contra o Ministério, contra... Nada disso. Eles não podiam aguardar a divulgação dos resultados para utilização na primeira fase. Para quem vai utilizar na segunda fase, é outra coisa. Ou quem vai utilizar como componente da fase única é outra coisa. Ou como fase única, exclusivamente o ENEM, também é uma outra questão. Agora, como elemento constitutivo da nota da primeira fase, eu diria que o furto da prova inviabilizou essa utilização específica, que é o caso de poucas instituições, diga-se de passagem. É o caso da minoria das instituições.

Em relação à apuração das responsabilidades civis, nós... Ao concluir a auditoria, nós vamos tomar providências para o cumprimento do contrato, inclusive no que se diz respeito às garantias. Foi exigido um cheque-calção de todos aqueles que pretendessem participar do exame. Então, há algumas garantias que são objeto da licitação, e que foram cumpridas por quem participou disso, sem prejuízo de outros procedimentos de natureza judicial, que possam ser tomados para o ressarcimento dos valores até aqui investidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Vamos adiante. Eu quero só pedir uma gentileza, até porque nós temos o tempo até 16h30, aproximadamente, em função de compromissos do Sr. Ministro também, às 17 horas. Então, eu pediria o favor regimental, inclusive, de indagação ser feita no tempo de cinco minutos. Mas pode ser cinco.

[risos]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Prezado Presidente Senador Flávio Arns, eu quero cumprimentar o Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, pela sua iniciativa, conforme V. Exa. mesmo ressaltou em Plenário, de querer comparecer ao Senado Federal, pediu que fosse nessa semana para que tivesse todas as informações mais completas. Eu também quero cumprimentar a Senadora Marisa Serrano e ao PSDB, ao DEM, porque eu pude notar que aqui também houve uma atitude de respeito e de construção. Inclusive assisti, na noite em que aconteceu o episódio, a entrevista da Sra. Maria Paula Dallari, dialogando com o ex- Ministro de Estado, atual Secretário de Educação, Paulo Renato de Souza, também teve uma atitude de compreensão do problema, construtiva, ainda que tivesse feito algumas observações: "Ah, será que não teria sido muito açodada a vontade do Ministério da Educação de logo fazer do ENEM um exame de tal relevância, inclusive para o início para... Substituir os exame vestibulares e tudo". E pelas providências que foram tomadas pelo seu Ministério, acho que de uma maneira muito responsável, eu até acho importante a informação que aqui nos dá, de que houve essa atitude de cooperação por parte dos Ministros, dos Reitores das faculdades e universidades por todo o Brasil.

Gostaria que nos desse uma informação a respeito das universidades de São Paulo, porque a notícia foi de que as principais universidades paulistas, a Unicamp, a USP e a Universidade Federal do Estado de São Paulo talvez, então, não considerassem... Como é que está o diálogo com essas universidades paulistas? Agradeceria se... Para que compreendamos que eventuais dificuldades teriam as mesmas para aceitar o ENEM. Então, apenas isso gostaria de perguntar.

Aí, como tenho ainda alguns segundos, Sr. Presidente, eu quero aqui fazer um registro, porque, em função da responsabilidade do Ministro Fernando Haddad, ele que, como eu próprio e seis outras pessoas do Partido dos Trabalhadores foram instadas a declarar à direção estadual do partido se somos, ou não, candidatos ao Governo do Estado de São Paulo, dado o episódio do exame do ENEM, eu percebi que ele nem pode falar uma palavra sequer sobre isso. E nem vou pedir para ele responder aqui [risos]. Mas a direção do partido, inclusive, agora, diz que a inscrição tem que ser respaldada por pelo menos 1%, ou seja, 1290... 1970... 2970, 1% dos... Acho que são 270... Esqueço o número. Mas são quase trezentos... Uns três mil filiados que precisam respaldar. Então, eu gostaria até de dizer, não precisa ele tocar no assunto. Se algum filiado do PT quer que o Ministro Fernando Haddad se torne candidato, por favor, faça a lista, precisa ter quase três mil--

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Senador, eu vou assinar a sua lista. Vou deixar claro isso.

[risos]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pronto, não quero ultrapassar meu tempo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy. Passo, em seguida, a palavra à Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu me inscrevi apenas para fazer o registro da minha satisfação pessoal por todas as informações que V. Exa. trouxe até esta Comissão. Parabenizá-lo também pela presteza, pelas atitudes imediatas, que foram tomadas pelo Ministério e pelo INEP, diante deste problema que realmente causou para os nossos jovens e adolescentes, que estão aguardando a prova do ENEM, um tumulto muito grande em suas vidas, porque a esperança é muito grande de acessar a uma vaga do ProUni, de acessar a uma das cotas que hoje nós destinamos, nas universidades federais, para os filhos da classe trabalhadora.

Então, eu penso que a sua atitude, ela dá muita confiança para toda a sociedade brasileira, para o Legislativo, e quero parabenizá-lo também pela iniciativa de procurar o Congresso Nacional. Estou acompanhando um pouco a sua agenda, e sei das vezes que o senhor vem principalmente na Câmara, está sempre lá discutindo as matérias do Legislativo, de interesse do Governo também.

E dizer que acho, ministro, que essa... Eu sou uma das pessoas mais otimistas. Eu acho que, às vezes, as coisas ruins acontecem para a gente melhorar o processo. E eu acho que novo ENEM é uma oportunidade também de promover melhorias no processo e fortalecer a visão de Estado mesmo, que V. Exa. já colocou aqui, a partir da valorização que dá aos funcionários de carreira do INEP, para fazer a auditoria, para acompanhar o processo. E também pela disposição do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa, do Ministério das Comunicações, de colaborar neste novo ENEM. Então, eu acredito que este novo ENEM será uma nova oportunidade de aprimorar o processo também de aplicação da prova.

Quero só, ministro, parabenizá-lo e dizer que a gente tem muita confiança no seu trabalho. Não só nessa questão do ENEM, V. Exa. agiu de forma imediata, mas em todas as outras políticas públicas que estão sendo elaboradas e levadas a cabo, neste país, na área da Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço, Senadora Fátima Cleide. Passo, em seguida, a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu gostaria de agradecer realmente a sua pronta resposta à nossa licitação. Agora, há cinco anos, o ProUni está utilizando o ENEM, não é? Há cinco anos, o ENEM é uma forma de acesso ao ProUni. As universidades, cada uma vai adotar o ENEM de acordo com o critério própria dela?

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, em relação ao ingresso nas universidades federais, nas públicas? Cada uma vai adotar uma metodologia. Mas a minha pergunta é a seguinte. O ENEM já... Aliás, o ProUni já formou alguma turma? Tem uma turma de alunos do ProUni formados? E quantos nós temos matriculados no ProUni? Eu queria só esse esclarecimento desse dado: quantos alunos matriculados no ProUni e quantos já concluíram o curso através do ProUni?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ministro Fernando Haddad, mais uma vez, é um prazer estar com o senhor. Realmente, eu acho que eu já sou conhecida porque eu defendo muito mais a educação infantil. Sempre estou aqui, falando, trazendo projetos, já estive com o senhor, levando aquele relatório sobre a educação infantil. Mas é porque a educação infantil é o começo de tudo, até que a gente possa chegar a um ensino cada vez melhor e de qualidade. Mas eu quero dizer que realmente nos preocupou na primeira hora porque o jovem, como a Senadora Marisa falou, ele não tem meio termo, ele passa a acreditar ou não acreditar. E o ENEM, eu sempre defendi o ENEM. Porque eu acho que, quando você tem a avaliação do Ensino Médio, você, de certa forma, está contribuindo para todo um processo. Porque o Ensino Médio já é consequência do Ensino Fundamental, do Ensino Infantil, de todo esse processo. E aí você pode realmente haver as correções necessárias, para que possam entrar na universidade aqueles que estão, vamos dizer assim, mais preparados, independente condição social, de ser pobre ou ser rico, porque eu acho que o importante é o mérito, é a qualificação, é realmente a gente aproveitar as nossas inteligências, e muitas, por falta de oportunidade, se perderam. Muitas, porque não tiveram como chegar à universidade.

Mas, então, eu queria aqui dizer que acho que o processo, ele é muito bom. Realmente houve toda essa, vamos dizer assim, esse catabilho, que... Ô catabilho grande no processo. A verdade foi essa.

[risos]

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Como chama isso?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Lá no Nordeste, catabilho é quando tem um obstáculo, alguma coisa assim, uma turbulência aí muito grande, mas que eu confio, pela sua presteza, pela forma também muito transparente de como as coisas aconteceram, como estão sendo apuradas, de que nós vamos poder, realmente, ter um ENEM ainda melhor. Com certeza.

Então, eu queria só colocar isso, que a nossa preocupação partiu exatamente de que entrasse num descrédito. E não é isso que nós queremos. Nós queremos que, cada vez mais, tenha credibilidade e que esse seja um processo que, dentro de pouco tempo, faça parte de todas as universidades, porque aí você tem um processo de valorização e de aprimoramento do ensino médio, consequentemente de acesso para todos, sem distinção. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço, Senadora Rosalba Ciarlini. Depois, se mais senadores, porventura, depois, quiserem fazer mais indagações. Eu só gostaria de ressaltar, antes de passar a palavra para o Sr. Ministro, que foi dito por ele próprio, de maneira muito adequada, que as investigações estão acontecendo. Então, tomar muito cuidado com as palavras utilizadas para se evitar qualquer prejuízo no processo de encaminhamento da dificuldade. Então, "aparentemente", "em princípio", então, a gente tem que tomar muito cuidado.

Eu só gostaria de levantar três situações, em função dos debates que aconteceram, até estando na presidência, mas fazendo a pergunta: em primeiro lugar, se, há 11 anos, o ENEM vem acontecendo no Brasil, e há cinco anos como elemento de seleção para o ProUni, se houve, em alguma ocasião, alguma suspeita de fraude em exames, em anos anteriores? Eu nunca ouvi, porque também acho que teria sido tomada uma atitude imediatamente... Mas se isto... Houve esta preocupação do Ministério da Educação em relação a estas denúncias?

O segundo aspecto: houve uma surpresa no sentido de que, até o ano passado, havia somente um concorrente participando do processo de licitação. E neste ano, houve vários concorrentes. Se houve algum estudo, posterior ao evento, que o senhor mesmo explicou, que as interferências podem significar uma suspeita de direcionamento, de favorecimento ou coisa semelhante? Eu até ficaria um pouco na dúvida, porque eu acho que a responsabilidade é tão grande, são quatro milhões, três milhões de pessoas, e eu diria assim que seria assim... Quer dizer, é a preocupação, e eu conheço V. Exa. também, é a preocupação do Ministério. Eu até penso, assim, que é uma temeridade, vamos supor, se eu puder dizer assim, uma temeridade, deixar para um grupo que tem toda a experiência, que tem toda a condição, que tem uma prática, mas que, ao mesmo tempo, vai fazer um edital que eu não saberia se está de acordo com as preocupações todas, que são nacionais. Então, se, depois do fato acontecido, pelo menos, se há algum estudo para ver se houve falhas no edital? Houve falhas ou não? Ou, de acordo com exame externo, se o edital foi elaborado da maneira adequada. Se há um estudo nesse sentido.

E a terceira pergunta, Sr. Ministro, é em termos de segurança do acompanhamento. Porque, pelo menos pelo que os meios de comunicação colocam e também de acordo com o testemunho de V. Exa., houve, assim, uma certa surpresa pelo deslocamento de locais para as etapas do ENEM. Quer dizer, a confecção e depois a separação. Eu pergunto se não havia, assim, nenhum procedimento de acompanhamento da segurança por parte do Ministério da Educação. A minha preocupação é muita... Eu diria o seguinte: eu teria muito medo de deixar uma responsabilidade dessa natureza para uma empresa que ganhou uma licitação, que naturalmente tem que cumprir o contrato - item segurança, como foi dito, fazia parte do contrato -, mas o fato de ela mudar alguma coisa durante o processo, será que o órgão responsável, no caso, o INEP, não deveria estar acompanhando esse processo, para dizer, de imediato, em hipótese alguma, que isto está fora do contrato? Quer dizer, acompanhar a execução do contrato, item por item... Se isso aconteceu, se não aconteceu.

E também dizer... Eu falo com absoluta franqueza que, quando eu faço essas perguntas, eu tenho a preocupação de aprimorar o processo, porque eu tenho absoluta confiança, quero dizer de público, no trabalho que o senhor desenvolve, com clareza, com tranquilidade e com segurança, no Ministério da Educação. Mas, ao mesmo tempo, eu ficaria temeroso... Quando eu vi, assim, a surpresa, eu pensei: "Poxa, será que não está havendo acompanhamento?". Não havia esse acompanhamento? Então, gostaria assim, desse esclarecimento.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pois não.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria fazer uma réplica. Eu podia já encaixar a minha pergunta nesse grupo, e o Ministro responde tudo junto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Tudo bem.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Era justamente isso que eu tinha colocado, Sr. Ministro, dizendo que o senhor não quis participar muito, porque podiam achar que o senhor estava querendo ter qualquer tipo de decisão--

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Não, não sou eu. Eu esclareço em seguida. Isso é uma questão da mesa do Ministro--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A mim ficou também essa mesma impressão. E a pergun-

ta era justamente essa que o Flávio Arns, o Senador Flávio Arns colocou: se os gestores são os mesmos de 11 anos, que o senhor colocou aqui, está sendo analisado, então, pelo MEC, a falha que aconteceu nesse processo todo? Quer dizer, não só da empresa em si, do que saiu de fora do MEC, mas a parte de dentro da Casa? Se está sendo analisado todo esse processo. E coloquei aqui: o INEP estava acompanhando a evolução da execução do processo de preparação das provas? Quer dizer, é obrigação acompanhar. Não pode, como eu disse, entregar e dizer: "Toma, que o filho é teu". Porque a responsabilidade é tão grande que não vejo como não pudesse...

E queria só deixar uma última constatação. Essa FUNRIO nós temos que tomar cuidado, Sr. Ministro. Porque, no concurso do Ministério da Justiça, V.Exa. sabe, foi a mesma coisa agora. Tanto que eles jogaram a prova do Ministério da Justiça, suspenderam... 35.000, 35.000 participantes, suspenderam e vão realizar a prova agora, dia 19, por vazamento dos envelopes que tinham que estar lacrados. A mesma empresa FUNRIO, no Ministério da Justiça, no mesmo Governo. Quer dizer, e à mesma época. Essa empresa tem que ser cortada.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Não é uma empresa...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É a Fundação. Fundação Rio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com a palavra o Sr. Ministro.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Deixa eu primeiro esclarecer: a FUNRIO é uma fundação de apoio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. Não é uma empresa que tem finalidade lucrativa. É uma fundação de apoio de uma universidade federal. E evidentemente pode ser convidada pela Comissão a prestar esclarecimento a respeito disso. Tenho certeza que nenhum membro da fundação se furtará a atender a uma demanda dessa Comissão para explicar o que ocorreu em cada caso, inclusive neste caso do ENEM, e no caso que a senhora citou, que aí eu não tenho conhecimento da matéria. Sei pelos jornais, como a senhora.

Vamos fazer um exercício, um exercício intelectual, para entender como é que são os procedimentos relativos a contrato na Administração Pública. Um contrato de empreitada, às vezes, é mais simples de você conseguir visualizar. Você contratou um viaduto, em uma cidade. Um viaduto... E, porventura, esse viaduto cai e mata dez pessoas. Isso já aconteceu em várias obras públicas, se fizermos avaliação de obras em que houve vítimas. Aqui não houve nenhuma vítima fatal, houve muito transtorno, mas ninguém morreu. Não houve vítimas fatais aqui. Várias pessoas ficaram incomodadas com o adiamento da prova. Mas há obras onde houve vítimas fatais. A pessoa perdeu a vida. É um dano irrecuperável para aquelas famílias. Até que ponto você atribuir ao contratante a responsabilidade pela fiscalização da execução da obra? Há um espaço que tem que ser investigado, se houve negligência ou não do contratante. Mas há um ponto a partir do qual é muito difícil atribuir responsabilidade ao contratante, porque ele tomou as providências que cabiam, mas o evento extrapolou a possibilidade de acompanhamento na minúcia. Porque o executor de uma obra, ele, evidentemente, tem que ter, se assenhorear, se apropriar de todo o processo. Aquele que fiscaliza a execução da obra, ele não vai estar presente na execução do contrato com a mesma diligência que deveria o contratado, que esse, sim, assumiu o compromisso formal de acompanhar a execução.

Então, quando há um acidente numa obra pública, com vítimas, até que ponto um servidor, o servidor que faz a fiscalização, pode ser responsabilizado pela negligência da empresa contratada? É muito difícil delimitar esse espaço. Por isso que se abre uma auditoria para investigar. Porque, caso contrário, se em todo contrato que tiver algum problema de execução, um servidor público for ser responsabilizado, ninguém mais vai se responsabilizar pela execução de nada. Então, tem um limite a partir do qual é da responsabilidade da contratada.

Então, suponha, por hipótese ainda, que tenha sido tomada uma decisão de abrir um ambiente de manuseio, não previsto no plano logístico inicial, talvez os servidores do INEP sequer tivessem conhecimento que o manuseio estivesse sendo feito numa área com menos segurança do que a área da impressão. Então, o servidor vai à área de impressão, checa os requisitos de segurança, vai à área de manuseio, checa os requisitos de segurança, e, no meio do processo, há uma decisão unilateral da contratada de abrir uma área de manuseio que não estava prevista originalmente no plano logístico, é muito difícil você delimitar até que ponto foi falta de diligência do gestor do contrato, daqueles que acompanhavam o contrato, e até que ponto não foi mera irresponsabilidade daqueles que deveriam ser os primeiros a considerar os aspectos ligados à segurança. Não é trivial você delimitar isso.

Por isso que eu tenho sido muito parcimonioso, e devo ser parcimonioso, na questão da apuração das responsabilidades civis. Porque os auditores do INEP têm que fazer esse trabalho: verificar se houve zelo, se houve diligência, ou se o contrário, se aspectos importantes para a segurança do processo foram negligenciados, o que jamais eximiria o consórcio con-

tratado de responder pela falta de segurança. Nós não estamos discutindo aqui eximir o contratado de responder pelos prejuízos causados. O que nós temos que averiguar para, além disso, se houve, no processo de acompanhamento do contrato, algum evento que pudesse sinalizar para alguém que providências urgentes precisariam ser tomadas para sanar um determinado problema de execução.

É preciso frisar também, senadora, até em respeito aos servidores, que nós não devemos nem eximir, nem condenar antecipadamente, que, quando um procedimento de segurança é quebrado, um requisito de segurança é quebrado, se pessoa não está lá no momento em que o requisito de segurança foi desconsiderado, depois, simplesmente diagnosticar que houve uma decisão incorreta que colocou em risco a segurança da prova, pode ser tarde demais. E esse processo do ENEM é um processo extremamente complexo. Ele ocorre na gráfica, ele ocorre na área de manuseio, ele ocorre na aplicação da prova... Só locais de aplicação, nós estamos falando em 10 mil; nós estamos falando em 100 mil salas de aula; nós estamos falando em 250 mil profissionais envolvidos no processo.

Ora, um órgão com algumas centenas de servidores fiscalizar a ação de 250 mil pessoas. Então, são etapas que têm que ser cumpridas com base em procedimentos que assegurem que o plano apresentado está sendo cumprido. Porque é isso que é feito. É apresentado um plano: "Olha, a gráfica é essa, o manuseio é aqui, a distribuição é assim, aplicação é assim". E aqueles que são gestores do contrato vão visitando esses locais e avaliando. A segurança, no INEP, foi estabelecida de forma máxima: se construiu uma sala-cofre, total segurança, sem chave, pessoas diferentes... Chave da porta da sala, pessoas diferentes... Para garantir que ninguém individualmente tivesse acesso. Para garantir justamente os procedimentos de segurança.

Então, esse limite de até onde vai a capacidade de fiscalização do órgão contratante e a responsabilidade contratual do consórcio contratado para execução de uma obra, e o ENEM é uma obra, é o que o resultado da auditoria vai demonstrar. Se houve diligência, se houve cuidado, mas se foi tomada uma decisão eventualmente irresponsável de abrir, por qualquer razão, um ambiente não previsto no plano logístico original.

Então, quando essa decisão é tomada: "Olha, vamos mudar o procedimento", aí o próprio órgão contratante fica numa situação difícil, porque basta uma hora, basta um minuto. Se você abandonar o projeto de segurança que foi delineado, basta um minuto para acontecer um dano como esse. Você não precisa mais do que um minuto. Basta uma pessoa deixar de ser revistada. Basta isso. Então, não é trivial. Não é simplesmente... "Vamos à caça daqueles que deveriam ter...". Não é trivial. Nós temos que ter cuidado, aprofundar, dar o direito de as pessoas se manifestarem, exporem os procedimentos que foram adotados, fazer uma diligência a respeito disso, deixar a auditoria trabalhar com calma, para apurar responsabilidade civil de quem quer que esteja envolvido.

Mas esse limite não é trivial. Senão, em qualquer acidente envolvendo obra pública, identificar-se-ia um servidor público responsável pela fiscalização, que, eventualmente, negligenciou os seus deveres. E nem sempre é o caso. Às vezes, a pessoa tomou as cautelas devidas, mas o contratante extrapolou as suas possibilidades previstas no contrato. Pois não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ministro, é bem rápido, só para deixar uma coisa aqui clara--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É só um minutinho. É que o Ministro vai dar a resposta para todos, e, depois, a gente abre à possibilidade de réplica.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É só uma coisa que não ficou clara, que ele colocou.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só peço que o Ministro continue, e, depois, a gente abre, mesmo não tendo havido perguntas.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Bem, eu... O que é... A nossa expectativa, portanto, é de que, uma vez concluído o inquérito da Polícia Federal, nós possamos dar sequência à auditoria que está sendo realizada pelos servidores do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. Ou seja, vamos aguardar a apuração dos fatos, verificar se essas informações que eu antecipei, se elas podem ser comprovadas, se houve uma mudança de rota, se houve uma mudança de rotina, sem que a autoridade tenha sido comunicada. E se isso ocorreu, verificar até onde vai a responsabilidade de cada parte envolvida.

Do nosso ponto de vista, nenhum problema em aprofundar o que for necessário para que seja caracterizado o problema ocorrido, até para que não venha mais a ocorrer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senadora Rosalba Ciarlini com a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Ministro, eu queria perguntar o seguinte. Só uma coisa que não ficou, assim, bem clara. Quem vai fazer o novo ENEM, a nova prova, é o mesmo consórcio?

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Não, não. Houve um distrato, semana passada, justamen-

te para liberar o MEC para constituir uma força-tarefa, que vai ser responsável pela aplicação da prova. Essa força-tarefa conta com consórcio que aplicou o ENEM o ano passado e com a colaboração desses Ministérios a que me referi.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quando é feita uma contratação desse porte, porque é muito grande, veja que... Eu falei catabilho, catabilho foi grande, que o carro virou mesmo. Foi uma coisa muito séria, porque mexeu com a vida de milhões de famílias brasileiras, porque não é só com aluno, é com milhões de brasileiros. Me diga uma coisa: esse tipo de contratação tem um seguro, tem uma coisa, assim, que proteja, no caso de haver algum fato que realmente leve a isso? Porque nós estamos vendo aí prejuízo, também, para o Ministério e para o povo brasileiro. Se isso existe. Vocês estão fazendo uma nova contratação, não é assim?

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Sim, evidente, um novo contrato.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Essa contratação anterior, que houve com esse... Ela foi anulada?

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Foi feito um distrato. E ao final da auditoria, apuradas as responsabilidades, pode, ou não, ser encaminhada para a Advocacia Geral da União uma demanda para acionar os responsáveis.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É só isso que eu queria que ficasse bem claro porque a pergunta onde a gente chega é: "E agora? Se perdeu todo esse dinheiro? O Brasil está podendo perder tanto?". Além da perda de tempo e de tanta coisa. Aqui eu não estou dizendo que foi culpa de A ou de B, porque isso aí só a investigação que pode realmente colocar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sobre as universidades de São Paulo que eu tinha perguntado--

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Já havia respondido, senador. Só vou lhe esclarecer que quem usa o ENEM para a primeira fase do vestibular dificilmente vai conseguir tempo hábil. O problema é de calendário, não é outro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Roberto Cavalcanti com a palavra, como último senador inscrito.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço [interrupção no áudio] a oportunidade ao Sr. Presidente, caro amigo, Senador Flávio Arns, e cumprimento o Sr. Ministro Fernando Haddad.

Eu quero dar meu testemunho de vida, de ser roubado. O que aconteceu foi que alguém, um projeto foi roubado, visando interesses escusos de venda, de intermediação ou de informações que eram informações contidas em uma prova. Isso é coisa absolutamente conhecida no Brasil e nós já passamos por isso em diversos concursos, durante toda a nossa história. Agora, o nosso registro, e eu comecei dizendo dar meu testemunho, porque eu nunca vi nós sermos roubados e nós termos a competência de apurarmos tão rapidamente. Eu fiquei impressionado com os vídeos apresentando a cena e a sequência do momento em que as provas foram retiradas da gráfica, do local onde estavam sendo impressas. E só com muita tecnologia. Eu acredito que o fator decisivo é o fator humano, como tudo na vida. Esta empresa deveria ter algum nível para ser contratada, senão o Ministério não a teria contratada. E a prova é que está na constatação da filmagem no momento do fato.

Então, eu acho que, se nós tivermos que lamentar, lamentar o ocorrido, lamentar, lamentar. Porém, quando tem o ser humano no meio e quando tem interesses financeiros, tudo é possível. Então, o meu registro é no sentido de parabenizar a ação. Não sei a quem coube de fazer a apuração, se foi Polícia Federal, se foi o próprio órgão. A quem coube... Porém, nós, hoje, no Brasil, estamos sabendo exatamente quais foram os mentores, quem foram as pessoas que operacionalizaram o crime, e esse crime ser resolvido. O mais é lamentar pelo ocorrido. O que é que o Brasil poderia ter feito? O que é que o Ministério poderia ter feito, no tocante à realização, ou não, das provas? Suspender. Eu acho que nenhum gesto poderia ser. Entendi perfeitamente, assisti pela televisão, jovens que vieram até de fora do país para fazer essas provas e tal. É um incidente que gerou uma série de danos. Mas dano maior seria permanecer com o vazamento que não estava identificado qual a grandeza daquele vazamento e qual a expansão e a abrangência do vazamento.

Eu parabenizo o Ministério pela solução do fato, e, nas próximas oportunidades, a falha humana seja limitada na sua maldade e que nós possamos ter um conjunto de provas futuras com total saúde e com total segurança. Era isso. Mas, na verdade, eu não poderia não me acostar a registrar a extrema competência na apuração. Eu não sei a quem coube. Porque eu estava no exterior, vi do exterior essas imagens e tive esse privilégio de dizer que, no Brasil, está se fazendo, pelo menos, investigação com seriedade. Era isso. Meus parabéns.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): As palavras finais, então, dessa Reunião com o Sr. Ministro.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Bom, é hábito do Ministério da Educação frequentar essa Comissão, com total abertura; essa nossa postura, ao contrário de mudar, vai ser reiterada. Estamos à disposição, a começar por mim, o Secretário Executivo, o Presidente do INEP. Enfim, Senadora Marisa Serrano, Senadora Rosalba, eu penso que nós deveríamos aprofundar um debate, que já teve início na Comissão da Câmara, sobre a questão dos concursos públicos em geral. Nós temos uma preocupação marcada com essa questão. Nós entendemos que nós podemos usar a capacidade instalada do Estado para aprimorar esses expedientes, não só o CESPE da UnB, mas a ESAF e a ENAP podem nos ajudar muito a constituir um centro de referência, que dê garantia desse tipo de concurso, seja concurso público, seja vestibular.

E eu entendo que valeria a pena o próprio Senado Federal tomar conhecimento do que vem ocorrendo efetivamente nos concursos públicos, porque os depoimentos que eu tenho colhido é de que o que ocorreu com o ENEM é muito mais frequente do que nós gostaríamos em várias unidades da federação, no plano federal. E essa organização de pessoas que fazem desses concursos o alvo de ação criminosa deve ensejar um processo de reflexão, sobre esses... Não só essas práticas, mas sobre uma resposta efetiva do Estado em relação a essas práticas.

Eu fico preocupado com a tipificação criminal desses atos ilícitos. Talvez a nossa legislação seja frouxa demais, suave demais para tratar esse tipo de ato de delinquência, porque uma coisa é você quebrar um sigilo que vai afetar a vida de uma ou duas pessoas, outra coisa é você quebrar o sigilo de uma prova que vai afetar milhões, quatro milhões--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Pois é. Eu penso que a tipificação, o enquadramento disso devia ser repensado. E a Inteligência do Estado que precisa estar mais bem organizado, para enfrentar esse tipo de desafio. Quer dizer, CESPE, ESAF, ENAP são instituições que têm uma tradição na aplicação de concursos públicos, que precisam ser mobilizadas para repensar essa engenharia e impedir que os expedientes tradicionais de aplicação de provas de concurso sofram a ação de pessoas que querem aviltar a meritocracia, que é essencial para a constituição de um quadro burocrático de qualidade e para garantir que as vagas das nossas universidades sejam direcionadas para aqueles que realmente se empenharam nos estudos e estejam em condições, aptos a ingressar no nível superior.

Então, eu penso que essa agenda deveria ser endereçada. E nós temos toda a disposição de realizá-la em parceria com o Legislativo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para se eximir disso, tem que resolver esse caso também.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Mas é evidente, senadora, não vou nem discutir o que é indiscutível.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Senadora, pensar o passado é pensar--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senadora, é só no microfone para efeito da compreensão e das notas taquigráficas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): No microfone, eu peço a palavra--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Um minutinho só, deixa eu terminar essa questão da Senadora Marisa.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Então, dizer o seguinte, olha, nós temos uma agenda... O futuro imediato é aplicar a nova prova em condições seguras. O futuro não imediato é justamente pensar... Repensar essa questão... Repensar essa questão, que não afeta só o Ministério da Educação. E, evidentemente, a tarefa que a senhora coloca é uma tarefa na qual nós já estamos envolvidos. Então, essa não se discute. Auditar o que ocorreu... Aliás, a primeira providência que eu tomei, na quinta de manhã, foi ligar para o Superintendente da Polícia Federal.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ministro, na realidade, V. Exa. está colocando... Na tipificação do crime, parece que, assim, muito frouxa. Porque, na realidade, quando não tem sangue, quando não está esquartejado, parece que não desperta tanto interesse, mas, aí, foi um mal ainda maior, porque você está fazendo uma agressão psíquica, uma agressão moral, uma agressão, na realidade, vamos dizer assim, intelectual, mental contra as pessoas que passaram a vida toda sonhando com esse momento. E de repente--

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Mas realizarão seu sonho, senadora. Eu não quis minimizar o transtorno. Eu quis dizer que, às vezes, uma obra mal fiscalizada ceifa vidas. O que eu quis dizer é que a questão de administração de contratos públicos, ela é muito delicada, porque, às vezes, a má fiscalização de um contrato pode comprometer a vida das pessoas, como ocorre.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que fica disso tudo uma lição. Quando for feito, põe

logo um seguro, e bem forte, porque, não dando certo, a empresa já vai saber que ela vai ter que tomar cuidados ainda maiores para que não aconteça mais isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu estava só comentando com o Sr. Ministro que eu já tinha passado a palavra para ele para as considerações finais, mas, depois das considerações finais, chegaram mais três senadores que pediram a palavra.

Então, eu faria... Quer dizer, não, o obséquio de que... Pediria o obséquio de que as pessoas se manifestassem em três minutos, porque já tínhamos inclusive as palavras finais. Eu só queria dizer ao Sr. Ministro que o que ele está dizendo é que nós devemos nos debruçar sobre a questão dos concursos, sejam eles para ingresso numa carreira ou concursos para entrada no ensino superior. Porque, depois desse episódio, se eu entendi bem, pessoas alertaram o Ministério sobre o fato de que este assunto é mais comum do que parece à primeira vista.

Eu só queria dizer, assim, que nós temos sempre que ter este cuidado. Mas o Ministério Público, as universidades estão muito atentas a este aspecto, inclusive pelo fato daquilo que o Sr. Ministro falou que envolve um número de alunos menor. Então, é um processo mais fácil de ser controlado do que um processo de três milhões ou quatro milhões. Mas, de qualquer forma, eu pediria ao Sr. Ministro que, se possível, enviasse a esta Comissão algum tipo de subsídio daquilo que as pessoas eventualmente têm falado, para que nós possamos, assim, nos debruçar sobre essas denúncias, que são muito sérias, porque envolvem a lisura, a honestidade, a transparência de concursos públicos, e toda a sociedade tem que estar atenta a isso. Vamos fazer esse debate. Mas agradeceríamos, Sr. Ministro, se recebêssemos, assim, um material, assim, que tipo de conversa aconteceu para indicar que estaria acontecendo isto. E se a pessoa que indicou, que disse: "Olha...". Eu fico imaginando uma situação... A pessoa diz: "Isso está acontecendo em universidades, está acontecendo em concursos". Se pessoa está falando isso, ela deve ter algum indicativo, Senador Romeu Tuma, alguma prova, algum indício de que isso esteja acontecendo, para não ficarmos nessa área que a pessoa faz uma denúncia porque ouviu falar ou coisa semelhante. Claro, as pessoas devem ter chegado para o INEP, para os outros órgãos do Ministério, dizendo: "Isso está acontecendo". Aí é uma denúncia concreta.

Mas, de qualquer forma, a gente agradeceria se houvesse esse subsídio a esta Comissão, e, ao mesmo tempo, esse debate vai acontecer aqui também, sem sombra de dúvida. Então, eu passo ao Senador Inácio Arruda, Romeu Tuma e Renato Casagrande a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Bom, Sr. Presidente, nós já chegamos com as conclusões do Ministro, mas nós consideramos que era muito importante vir até aqui, Ministro Fernando Haddad. Primeiro para dizer da nossa solidariedade com a atitude que V. Exa. adotou - imediata, rápida -, mesmo sabendo que, circunstancialmente, momentaneamente, os estudantes, a forma como a notícia pode ser dada, criaria aquele clima de... "Poxa vida, eu estava todo preparado para essa prova essa hora, nesse dia, e, de repente, não vou ter a prova, isso vai me prejudicar demais, porque tem calendário de universidade A, B, C, D, E, F, G...". Eu acho que a atitude é uma coisa muito importante. Eu acho que o que V.Exa. fez foi isso.

Então, eu acho que é importante reforçar o Ministério e reforçar o Ministro, na hora que age corretamente. Quer dizer, o prejuízo momentâneo vai significar em vantagens futuras maiores do que o prejuízo mesmo econômico. Quer dizer: "Ah, gastou tanto, gastou tanto". Pior era gastar tanto, não tomar atitude e ter um prejuízo drástico, na frente. Eu acho que foi uma atitude muito correta.

O segundo ponto é que era um momento também de inovação, muito importante, significativo para os estudantes brasileiros. Isso é no Brasil todo. Então, você fazer um vestibular unificado, no Brasil inteiro, eu acho que isso é uma coisa inovadora, e sempre que há algo de inovação muito forte - e essa é uma inovação muito forte, numa área muito significativa no Brasil, que é do acesso à universidade pública e mesmo ao ensino superior no Brasil - isso também tem impacto. Isso tem muito impacto. Inovação sempre gera controvérsias; há os que concordam, os que discordam, os que acham que não deviam ser. Então, tem todo um mecanismo também, por trás, de resistência a uma inovação que eu considero muito importante para o ensino superior no Brasil. Eu acho que se deu nesse instante de grande inovação.

E essa grande inovação também está se dando por conta de uma consolidação de trabalho. Quer dizer, o Ministério consolidou um caminho de ampliação de universidade pública, ampliação do ensino técnico, médio, superior, e mesmo no ensino fundamental, que é um conjunto de ações do Ministério, reforço das ações nos estados. Eu sou de um estado que, toda hora, o Governador Ciro Gomes, seja com a presença do Ministro ou não, porque participei de inúmeras reuniões com o governador, e o governador sempre ressalta o trabalho do Ministério e a boa relação com o Ministério da Educação. Recentemente, o Presidente da República esteve no Estado do Ceará, na cidade de

Sobral, lançando um programa, também, para nós... Pode ser que para outro estado ou para outra região, não tenha grande importância, mas, para nosso estado, tem muita importância. Eu, que venho de uma Escola Técnica Federal, sei o que ela significa na vida das pessoas pobres do Nordeste brasileiro, o impacto que tem na vida econômica, futura, dessas pessoas. E, lá, foi lançado um programa de 100 novas escolas técnicas federais, 20 construídas [interrupção no áudio] além do programa de escolas técnicas federais, do próprio Governo Federal. Era um programa com o Governo Estadual.

Então, eu imagino um pouco isso. Temos um trabalho que se consolidou vitorioso, na área de Ensino Fundamental, na Área de Ensino Médio e profissional, e na área do Ensino Superior. Então, isso respaldou para você dar o passo seguinte, que era a grande inovação, que é exatamente o ENEM ser o instrumento da passagem dos estudantes brasileiros para a universidade. Então, eu acho que, aqui, a gente tem reforçar bastante, porque é um passo muito importante, muito significativo para a vida dos estudantes brasileiros e do Brasil, da formação do povo brasileiro.

Então, nós consideramos que era importante prestar esse apoio. É claro, vamos fazer todo o trabalho de investigação, buscar os culpados. Isso é verdade. Toda hora tem denúncia sobre concursos públicos estaduais. No meu estado, são inúmeras ações na Justiça, vazamento de provas, nas universidades, anulações de questões... São inúmeras as anulações de questões em vestibulares no Brasil todo. É recorrente. Só que aqui é uma responsabilidade muito grande, de uma questão ou outra, ou a prova inteira ser colocada nas mãos de meia dúzia ou de alguém que quisesse faturar... Quem sabe, eu ouvi V. Exa. falando que nós não temos convicção disso, mas isso pode ser mais organizado. Espero que nem seja, espero que não seja de jeito nenhum, porque aí já morre ali. Mas se for, é mais grave, porque trata-se da consolidação de um trabalho e de um avanço muito grande que o Ministério está adotando em relação a essa passagem para o ensino superior.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Passo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado, Presidente, peço desculpas por não estar presente durante a apresentação de V. Exa., pela grande admiração que eu tenho por sua coragem e poder de decisão. Não hesita quando é necessário tomar providência, sem se preocupar se tem ou não qualquer tipo de reação. Interesse público, através da Educação, prevalece nas decisões de V. Exa.

Nós estávamos na Comissão de Relações Exteriores, sabatinando o novo diretor ABIN, e ela foi praticamente até quase quatro horas da tarde. Por isso que eu não estava presente. Em razão de ter trabalhado na área, pediram para eu não sair. E fizeram ainda uma Sessão Secreta, posterior à sabatina, para discutir um pouco sobre a formatação da Agência, com algumas modificações, a constitucionalização também da atividade de Inteligência.

Mas eu achei que V. Exa., ao tomar providência quase que no mesmo segundo, online, ao saber da denúncia, através do "Estado de São Paulo", prestou um grande serviço ao país. Porque V. Exa. tem razão, as fraudes de concurso público, as fraudes em vestibular, elas não são praticamente continuadas, mas a suspeita é permanente. Então, hoje... Hoje a gente tem que tomar muita cautela, porque o prejuízo que vai para alguém, que entra numa prova e que foi fraudada em benefício de outrem, ele vai pagar um preço altíssimo, porque, repentinamente, ou ele desiste ou nunca mais fará outra prova e perderá a oportunidade.

Eu vi agora uma estudante de medicina que aconteceu isso. Ela passou, depois foi anulada por razões de questões formuladas com alguns erros, e ela tinha... [soa a campainha] Desculpa, já vou terminar. Mas concurso público é algo moralmente importante para o país; nós não podemos mais dispensar o concurso público para ingresso em qualquer atividade, porque demonstra a competência e a dedicação da vocação que a pessoa tenha para trabalhar. E nós estamos no exame do ENEM, que V. Exa. tem formulado, com um avanço bastante grande, para, no fundo, substituir os vestibulares, tem tido um resultado altamente satisfatório. É hora da grande decisão do jovem para a idade que ele vai ter de adulto. Ele sai de uma fase da vida, vai entrar na fase do seu futuro. Então, tem uma importância vital. Cumprimento V. Exa. e acho que todas as escolas que estavam vinculadas ao exame do ENEM não podem desistir da expectativa da realização do novo exame. Parabéns, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só fazer um registro. Também, quem chegou na parte final acabou não participando diretamente, mas tenho lido, ouvido e acompanhado o assunto na imprensa e no debate aqui, no Congresso Nacional.

Primeiro, assim, registrar as providências tomadas pelo Ministério. Todas as providências tomadas pelo Ministério, assim que o fato foi anunciado, descoberto, identificado, denunciado. Então, eu acho que as medidas foram adequadas. Agora, não dá para não reconhecer o constrangimento e o transtorno causado por

essa situação, quantidade de jovens envolvidos. Cada um de nós, eu mesmo, lá em casa, um filho... Então, a gente acompanha de perto. Um filho vai fazer o ENEM, naturalmente, início de dezembro. E vê o transtorno da escola, que tem que fazer um novo organograma, um novo organograma de trabalho. Então, tem todo um transtorno. Mas, de qualquer maneira, o Governo e o Ministério tomaram todas as providências; falhas estão sendo identificadas para que não aconteçam novamente, para que não se repita, todos os cuidados necessários. Até porque, se o ENEM vai ser um instrumento cada vez mais importante, como porta de entrada dos jovens, do estudante ao ensino de nível superior, cada vez mais é fundamental que a gente dê segurança à população com relação a este exame.

Então, eu quero só fazer um registro, agradecer a presença de V.Exa. aqui, no Senado. Acho que nós temos muito o que debater, o Governo tem muito o que aperfeiçoar, e, de fato, o Senado tem muito o que debater aqui, em termos de aperfeiçoamento legal, para que medidas como essa... Nós possamos adotar punições que sejam exemplares para o tamanho da repercussão que nós tivemos. Obrigado, Ministro. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço. Senador Wellington Salgado, agora, nessa segunda rodada, como último senador inscrito, porque, inclusive, a ordem do dia já está se iniciando no Plenário.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria, na verdade, Sr. Presidente Flávio Arns, aproveitar esse momento da presença do Ministro aqui, e eu sou do ramo, eu acompanho, desde que o Ministro Fernando Haddad, antes de ser Ministro, foi Secretário do ex-Ministro e veio a ser Ministro. Eu vi o quanto o Ministro tem trabalhado. A questão do ProUni foi uma coisa que o Ministro lançou, deu bom resultado, e, agora, ele se dedicou, nos últimos anos, ao ENEM. Começou primeiro com uma série de avaliações e, agora, culminou com o ENEM. Eu acho que quem mais sofreu com isso tudo foi o próprio Ministro. Porque eu tenho certeza que, para ele poder ter trabalhado e acertar com todas as universidades federais, com as questões de autonomia que cada universidade tem, ele poder conversar com cada Reitor, Conselho Universitário, poder acertar que esse Conselho aceitasse o ENEM, das várias universidades as quais vão aceitar hoje, esse foi o maior trabalho do Ministro. Difícil de trabalhar isso, Senador Flávio Arns. Quem é do ramo, sabe exatamente. A questão da autonomia constitucional que as universidades federais têm, a questão dos Conselhos, muitas vezes, de uma linha ou de outra, sindicatos dentro das próprias universidades. Então, eu vi o Ministro, ao longo desse período, trabalhando demais para o ENEM. Estou aqui, fazendo um depoimento do que eu vi.

Então, quando eu vi que tinha quebrado sigilo, naquele momento do jornal, eu sabia que o Ministro, talvez... Claro que afetou tremendamente todos que iam fazer o vestibular, mas o Ministro, talvez, tenha sido alguém que sofreu bastante com isso, pelo trabalho que vinha fazendo. E tomou atitude rápida. Porque, muitas vezes, quando você tem alguém à frente, que tem um problema como esse, se não é um bom administrador, ele balança, vai ver o que aconteceu. O Ministro não. Na mesma hora, cancelou, viu que estava em jogo a segurança do próprio ENEM, o resto da vida, dali para frente. Cancelou, esclareceu, colocou a Polícia Federal, imediatamente já programou uma outra prova, já viu que teria contratar outras empresas para que viessem fazer o serviço e abriu um processo para ver como vão ficar as demais. Quer dizer, tomou a posição de Ministro, uma posição de quem tem responsabilidade com o fato acontecido.

E isso, ministro, é uma coisa muito importante. Isso foi muito bem aqui, dentro do Senado, foi muito bem para a sociedade, porque tomou a decisão rápida, viu onde estava o erro e reprogramou. Agora, as questões de datas, claro que vai ter que ser acertado. Mas o importante é não deixar que todo esse trabalho que V.Exa. fez, da credibilidade do ENEM, fazer toda essa junção de todas as universidades, para que viessem a aceitar o ENEM, isso não pode acabar.

Eu tenho certeza que - eu não sei se é porque tem andado muito com o Presidente Lula, sempre brinco com V. Exa. - tem a habilidade política para poder trazer e reconstruir todo esse trabalho que V.Exa. fez. Acho que o Senado vai apoiá-lo no que precisar, porque, realmente, esse vai ser um marco para a Educação Superior brasileira daqui para frente. Só isso que eu queria falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Passo novamente a palavra para o Ministro. Eu digo novamente porque ele tinha feito as considerações finais. Agora, mais algumas considerações finais.

[risos]

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Na verdade, não são considerações finais, porque, conforme eu disse e reitero, o Ministério da Educação gosta de estar presente, frequentar esta Comissão, como gosta de freqüentar a Comissão de Educação de Câmara. Nós temos, pelos senadores e deputados ligados à educação, mais do que respeito, nós temos a consciência do quanto colaboram com o Ministério. Vejam esse empreendimento de aprovar o fim da DRU da Educação,

quantas pessoas não foram envolvidas nisso. Tivemos a notícia, hoje, de que a CCJ do Senado aprovou o texto que veio da Câmara. Teremos condição, talvez, em uma ou duas semanas, de aprová-lo no Senado e promulgá-lo, quem sabe, final de outubro, começo de novembro. É uma Emenda Constitucional histórica, talvez a mais importante desde a Constituinte de 88; fim da DRU e a ampliação da obrigatoriedade da matrícula a partir dos quatro anos. Tenho certeza de que o país vai comemorar essa promulgação, e a juventude e as crianças que ainda estão fora da pré-escola vão agradecer. No que--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só pela ordem, Ministro. Como nós estamos sendo transmitidos pela televisão, e tem muitos que não sabem o que é a DRU, e que é importantíssimo, se V.Exa. pudesse explicar rapidinho o que é a DRU...

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Bom, o Constituinte de 88 fixou em 18% a vinculação de impostos da União para a Educação. E, infelizmente, seis anos depois, nós aprovamos uma disposição transitória que retira, na prática, quase 30% desses recursos. É 20, mas é 20 antes do FPM. Então, no Fundo, é 30 do orçamento do MEC. O Presidente Lula vem recompondo esse orçamento do MEC, desde que tomou posse, e, hoje, nós podemos, sem nenhum risco de afetar as finanças públicas, o superávit, revincular 100% dos recursos, num cronograma que, no fundo, já está vencendo, porque é até o final de 2010. Em 1º de janeiro de 2011, não haverá mais DRU. Então, nós temos... Na prática, se promulgada essa Emenda Constitucional, nós temos mais um ano e dois meses de DRU, que gradualmente se extingue, e o Ministério passa a contar com os recursos que o Constituinte de 88 determinou para a Educação, que nós consideramos ainda insuficiente, mas que já é, do ponto de vista simbólico, a recomposição de um patamar histórico.

Estamos discutindo pré-Sal, o Fundo Social do Pré-Sal, que é outra iniciativa importante para chegarmos ao percentual mínimo de 6% do PIB de investimento público em educação, que é a defesa que o Ministério faz. Teremos a oportunidade de definir também uma meta no Plano Nacional de Educação, que terá de ser encaminhado ao Congresso ano que vem, vigência 2011-2020. Então, eu entendo que nós estamos em condições, condições muito adequadas de dar um salto de qualidade, tanto do ponto de vista de gestão, de formação, financiamento, avaliação, e nós faremos desse episódio uma razão de mais força e mais intensidade no nosso trabalho.

Nós não vamos recuar nos nossos propósitos, em função de um episódio como esse. Ao contrário, nós estamos recuperando as forças aqui para investir pesado nos dias 05 e 06 de dezembro, e abrir 2010 com uma nova reconfiguração de forças para redefinir esse rito de passagem da Educação Básica para a Educação Superior. Então, longe de nos esmorecer, esse episódio vai nos dar mais força ainda para jamais abdicar dos nossos princípios e nossas convicções. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu agradeço a presença do Sr. Ministro nesta Comissão. Quero destacar novamente que a presença dele foi em função de um desejo dele vir à Comissão. Não foi aprovado qualquer Requerimento, uma iniciativa do próprio Ministro. E muitos esclarecimentos foram dados, e isso ajuda a dar segurança, tranquilidade e uma perspectiva de futuro para um exame, como foi dito, tão importante para o Brasil.

Agradeço novamente, Sr. Ministro, e esta Comissão também tem tido sempre o prazer de receber técnicos e secretários. Hoje mesmo, a Secretaria de Educação Básica esteve na abertura do seminário, no período da manhã, sobre o Dia Nacional da Leitura e a Semana da Leitura. E esse entrosamento é importante, em benefício de uma questão suprapartidária, que é a educação. Agradeço novamente e declaro encerrada a presente Reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 16h51.

Ata da 62ª Reunião Extraordinária da Comissão De Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 15 de Outubro de 2009.

SEMINÁRIO

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia quinze de outubro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Roberto Cavalcanti, Rosalba Ciarlini, Flávio Arns, Cristovam Buarque, Efraim Morais e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da

Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Seminário, atendendo ao Requerimento nº 36/09–CE, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Cristovam Buarque, destinado a comemorar **"Dia e Semana Nacional da Leitura: Expansão do acesso à leitura: a integração entre ações públicas e privadas"**. Neste momento, dá-se início ao segundo dia do Seminário. Como moderadora da mesa, que tem como tema **"Modelos de atendimento e experiências concretas"**, a Senadora Marisa Serrano convida os seguintes expositores para dar início ao Terceiro Painel: **Senhora Márcia Leite, Gerente de Cultura da Divisão de Programas Sociais do Serviço Social do Comércio - SESC; Senhora Ana Glória de Morais Silva, Coordenadora da "Biblioteca Comunitária Ler é Preciso" de Garanhuns – PE e Senhor Luiz Amorim, Fundador do Açougue Cultural T-Bone – DF**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada primeiramente aos Senhores Senadores membros da Comissão e logo em seguida aos demais presentes. Usam da palavra os Senadores Flávio Arns e Cristovam Buarque – autores do Requerimento, Roberto Cavalcanti e Geraldo Mesquita; Senhora Jaqueline de Grammont, Professora do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de São João Del-Rei; Senhora Mirela Carvalho, Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Senhora Roseane Santiago, Representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN e Senhora Adriana Lopes, servidora do Senado Federal. Após os debates, a sessão é suspensa para um breve intervalo às onze horas e quarenta minutos (11h40) e reaberta às doze horas (12h00). Na reabertura, como moderadora da Segunda Mesa, que também tem como tema **"Modelos de atendimento e experiências concretas"**, a Senadora Marisa Serrano, convida os seguintes expositores para dar continuidade ao Terceiro Painel: **Senhora Áurea Alencar, Gerente de Educação, Arte e Cultura do Instituto C&A; Senhora Silvana Rausis Fcachenco, Coordenadora de Comunicação da Biblioteca Comunitária Vila das Torres - PR; Senhor Bartolomeu Campos de Queirós, Escritor em Minas Gerais e Senhor Antônio José Matias de Sousa, Diretor Operacional da Rede Gasol de Combustíveis - DF**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada primeiramente aos Senhores Senadores membros da Comissão e logo em seguida aos demais presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque – autor do Requerimento e Sérgio Zambiasi; Senhor Fernando Martins, Representante da Associação Nacional dos Editores de Revistas e Senhora Elizabeth Serra, Secretária Geral da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. Ao fim dos debates, a Senadora Marisa Serrano, convida a **Senhora Christine Castilho Fontelles, Diretora de Educação e Cultura do Instituto Ecofuturo**, para compor a mesa de encerramento. Após os pronunciamentos, a Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, define a criação de um grupo de trabalho para discutir as propostas e os desdobramentos decorrentes deste Seminário. Na oportunidade, solicita ainda providências à Secretaria da Comissão no sentido de elaborar um compêndio, com todo o conteúdo debatido no evento, para ser distribuído às bibliotecas de todo o país, assim como, a criação de um vídeo, a ser transmitido pela TV Senado. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e cinqüenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Marisa Serrano,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

62ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Realizada no Dia 15 de Outubro de 2009.

SEMINÁRIO

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 62ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada. A presente reunião atende ao Requerimento nº 36/09, dessa comissão, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Cristovam Buarque, para a realização desse seminário, destinado a comemorar o "Dia e Semana Nacional da Leitura", iniciado na data de ontem e aberto pelo Exmo. Senador Flávio Arns. Hoje, abordaremos os modelos de atendimento e experiências concretas na difusão do acesso à leitura.

Como todos os presentes ouviram, nós estamos aqui, na 62ª Reunião Extraordinária, para dizer o quan-

to essa comissão, neste ano, tem trabalhado. Além das reuniões ordinárias que nós fazemos, nós ainda fazemos um número muito grande de extraordinárias, como essa de hoje, todas elas abordando temas de interesse da sociedade brasileira. Além disso, eu queria dizer que, na data de ontem, nós tivemos a primeira parte do ""Dia e Semana Nacional da Leitura"", deste seminário, com pessoas extremamente competentes e que participam ativamente do processo da leitura e todos os senadores e senadoras que puderam estar aqui disseram o quanto foi importante esse seminário, no primeiro dia, em que se discutiu o papel dos setores públicos e privados no fomento, difusão e acesso à leitura, e, na segunda Mesa, como ampliar o acesso à leitura e como articular ações entre setores públicos e privados.

Portanto, quero terminar essa minha fala introdutória dando as boas-vindas a todos os presentes.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, bom-dia. Damos início ao segundo dia do seminário ""Dia e Semana Nacional da Leitura"", uma iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, em parceria com o Instituto Ecofuturo. Convidamos para compor a terceira Mesa do seminário, intitulada "Modelos de atendimento e experiências concretas", a Sra. Márcia Leite, Gerente de Cultura de Divisão dos Programas Sociais do SESC; a Sra. Ana Glória de Morais Silva, Coordenadora da Biblioteca Comunitária "Ler é Preciso", de Garanhuns, Pernambuco; e o Sr. Luiz Amorim, Fundador do Açougue Cultural T-Bone, do Distrito Federal. A Exma. Sra. Senadora Marisa Serrano, vice-Presidenta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, passa a conduzir os trabalhos desta Mesa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Nossos convidados têm 20 minutos para fazer sua exposição, e depois nós ficamos abertos aí aos questionamentos da plateia. A primeira a falar é a Márcia Leite, que é Gerente de Cultura da Divisão de Programas Sociais do SESC. Márcia, seja bem-vinda. A palavra é sua.

SRA. MÁRCIA LEITE: Obrigada. Gostaria, inicialmente, em nome do SESC, agradecer a oportunidade de estar aqui, trocando um pouquinho da nossa experiência na área de educação e cultura, e elogiar a iniciativa desse evento a essa Casa, aos Srs. Senadores, elogiar a história de algumas instituições, como a Fundação Nacional do Livro Infanto-Juvenil, e ONGs como a Ecofuturo, que vem há muitos anos investindo na formação de leitores nesse Brasil.

Eu trouxe uma experiência nova no SESC, o SESC é o Serviço Social do Comércio, uma entidade criada e mantida pelos empresários do comércio, turismo e bens de serviços desse Brasil. Ele está em todos os Estados do Brasil, nós temos em torno de 500 unidades fixas, 500 centros de atividade e escolas, e temos investido em diferentes áreas. O nosso objetivo é trabalhar com os trabalhadores do comércio e bens de serviço, mas, como já dizia o nosso poeta Vinicius, é impossível ser feliz sozinho. Não dá para trabalhar com os trabalhadores do comércio, acompanhando uma necessidade enorme da população brasileira na perspectiva da cultura e da educação. Então, os nossos projetos, especialmente nessas áreas, são voltados também para essa população de baixa renda, não só comerciário, com acesso gratuito a todas as atividades, especialmente as atividades culturais das quais eu cuido, no Departamento Nacional.

Então, nossa missão é essa: contribuir para a melhoria da qualidade de vida, para uma sociedade mais justa. O SESC existe há 64 anos e desenvolve atividades na área de educação, educação formal e informal, na área de saúde, especialmente área de assistência e prevenção, lazer, cultura e assistência social. Eu diria que o SESC, o centro de atividades do SESC, seria como um modelo da escola do Século XXI. Uma escola que, além da educação formal, trabalha com diversas áreas da educação formal, faz ali a cultura, educação, saúde, pensa nesse indivíduo, na sua perspectiva social, na sua... Como ser integral também, e nessa dimensão desse trabalho que acontece com crianças, com jovens, adultos, com a terceira idade. É uma casa aberta à comunidade, onde todos podem frequentar, nas diferentes modalidades de trabalho.

O programa de que eu cuido é um programa que tem por objetivo fazer a cultura, fazer cultural e a função da sociedade brasileira. Quer dizer, fruição. Possibilitar esse fazer cultural, possibilitar que diferentes manifestações artísticas... O SESC faz um recorte consciente na concepção de cultura, no seu sentido de linguagens artísticas, como uma forma de formar, de difundir e de valorizar a arte e os artistas desse país.

Queremos que a programação possa atravessar fronteiras culturais, transformando-se em instrumento para a construção do conhecimento e da história. Temos projetos que são do tamanho do Brasil nas diferentes linguagens artísticas, projetos como o palco giratório, onde em torno de 25 grupos de teatro se apresentam o ano inteiro em todo o Brasil, incluindo não só as capitais, mas cidades do interior da Região Norte e Nordeste; projetos de cinema, como "A Escola vai ao Cinema", estamos, hoje, montando uma rede alternativa de cinema digital, garantindo que filmes, principalmente filmes nacionais, cheguem aos diferentes municípios desse país. Já temos hoje 500 pontos de cinema, somos parceiros do Programa Mais Cultura e

da Programadora Brasil, com a distribuição de filmes pelo Brasil todo. Áreas de música, literatura - que é o que a gente vai tratar aqui -, artes plásticas, itinerâncias de artes, de obras de arte, artistas e discussões sobre a arte brasileira contemporânea, também por todo o Brasil.

Nossas exposições chegam a durarem torno de 15 anos, itinerando pelo Brasil. Então, assim, são projetos que têm uma história longa e que chegam em diferentes regiões do país. E as nossas bibliotecas, que é o motivo principal que me traz aqui hoje, que me faz ter muito orgulho de trabalhar nessa instituição.

Aí um exemplo, uma sala de cinema nossa, um cinema digital que acabamos de construir em Palmas, Tocantins. As crianças que pela primeira vez estavam entrando em um cinema. Nós temos 583 espaços culturais espalhados pelo Brasil, todos com acesso gratuito, teatro e sala de exibição, galerias, oficinas artísticas e estúdio. Trabalhamos a arte na dimensão da fruição, na dimensão também da formação do artista. Temos muita preocupação em ajudar que a criança, o jovem, tenha a oportunidade de se manifestar através das artes e, quem sabe, até se tornar um profissional dessa linguagem.

Especialmente o nosso Programa Nacional de Leitura. Nós temos uma proposta, já há muitos anos, de promoção do livro e da leitura em todo o território nacional. Articulando diferentes instituições e as nossas diferentes áreas de atuação, com o objetivo de consolidar a atuação do SESC na promoção e difusão da produção literária de qualidade, favorecer a divulgação e profissionalização de autores inéditos do cenário literário nacional, aproximar o livro dos brasileiros, difundir a literatura, facilitando o acesso à produção literária que se encontra no Sul e Sudeste, estimular o desenvolvimento de práticas leitoras, incentivar o desenvolvimento de propostas para a formação de escritores e leitores. Temos nosso maior projeto, e mais antigo, que são as feiras de livro, que acontecem desde 81 nesse país. São mais de cem feiras que o SESC realiza em todo território nacional.

Conversando com a Beth Serra, estava colocando para ela a possibilidade de o SESC ter sido um grande difusor da literatura infanto-juvenil nesse país. Sem dúvida nenhuma, até hoje, a gente leva os autores, leva os ilustradores, para terem contato com as crianças, terem contato com os professores em todo o país. Recentemente, em 2003, criamos um Prêmio Nacional de Literatura, em parceria com a Editora Record, contos e romances, já temos mais de 2.700 obras inscritas, e oito autores, escritores, lançados pela Editora Record, já alguns na sua segunda obra e edição pela própria Record. Então, está sendo também uma experiência muito bem sucedida.

E nossa rede de bibliotecas. Biblioteca, para a gente, é a porta de acesso local ao conhecimento, que fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais. Não é só o lugar onde se guarda o livro, não é só o lugar da atividade artística, mas é o lugar do acesso ao conhecimento, o acesso à informação e do acesso à fruição literária.

Mais do que nunca, se, em algum momento, com o aparecimento do vídeo, o VHS e o vídeo doméstico, surgiu o risco de as bibliotecas acabarem, o livro perder a sua utilidade, mais do que nunca a gente percebe a importância desse lugar, da informação nessa sociedade tão complexa e com tantos suportes de comunicação. Então, a biblioteca cada vez mais se fortalece como o coração do espaço educativo e, mais do que nunca, ela precisa abrigar todos os suportes, além do livro e do papel, claro, e principalmente o livro e o papel, mas também os outros suportes que estão aí, onde essa literatura, onde esse conhecimento está registrado.

Temos, hoje, uma rede com 301 bibliotecas, espalhadas em todo o país. Aí, a distribuição das nossas bibliotecas. E o que é importante: todas são atualizadas anualmente. O acervo dessas bibliotecas são todos atualizados. Elas têm tratamento técnico, nós temos uma rede virtual, todo esse processo de indexação e catalogação. Então, são bibliotecas vivas, atuantes e que se prestam à comunidade. Abertas à comunidade com serviços gratuitos.

Em função da intensa procura de nossas bibliotecas... Aí um exemplo do SESC Fortaleza, Ceará, são nossas bibliotecas maiores, também em Alagoas, outro exemplo. Elas vivem cheias, especialmente de garotada, de alunos, de jovens, estudantes, geralmente elas abrem de manhã, tarde e noite e aos sábados, para poder atender ao público. Por conta dessa enorme procura, nós pensamos em criar uma biblioteca móvel, que é o BiblioSESC. Está aí a nossa personagem principal da conversa, que é um caminhãozinho para facilitar o acesso ao público de menor renda, especialmente nas periferias das grandes cidades.

Inicialmente, o projeto está sendo implantado nas capitais brasileiras, mas nas periferias. Ele é para circular, é pequenininho, um caminhão pequeno, que possa circular por vielas e ruas pequenininhas. O objetivo é encurtar a distância entre o leitor e o livro. Se não é possível instalar uma biblioteca em cada bairro, a solução é criar uma biblioteca que possa andar de bairro em bairro, essa é a nossa ideia, corroborando

com a ideia de ontem, colocada aqui, de o "livro precisa andar". Eu achei ótimo. O livro tem que estar andando, tem que passar de mão em mão. Acho que esse é o grande objetivo que a gente tem que ter, de fazer o livro andar. O acesso é restrito e gratuito.

Em 2008, quando o projeto foi efetivamente implantado, o ano passado, realizou 563 mil atendimentos em todo o Brasil. No primeiro semestre desse ano, já foram registrados 278 mil atendimentos, para empréstimos, consultas e ações de incentivo à leitura. Aí um exemplo do atendimento em Pernambuco. O que acontece? É de fato uma biblioteca. Não é um caminhão eventual. Ele vai periodicamente, vocês vão ver aí, para o mesmo lugar, para criar o hábito da população de frequentar a biblioteca, escolher o livro, devolver o livro, enfim. Esses são os estados onde ele já foi implantado. Nós temos 27 caminhões feitos e ele está... Eles estão em 22 estados.

Aí é um exemplo e um olhar de dentro do caminhãozinho. Esse funciona na Cidade de Deus, há duas unidades circulando dentro da periferia do Rio de Janeiro. Esse funciona na Cidade de Deus. Pode voltar? Só mostrar para a Beth, que ela adora ver isso. Ali, os livros todos catalogados... Está vendo, Beth? [risos] Todos catalogados, as crianças tendo livre acesso ao acervo, podendo selecionar... Tem estados em que eles podem pegar dois livros, tem estado em que eles podem pegar três... Enfim, cada SESC estadual monta sua dinâmica. Nossa orientação é ter um auxiliar de biblioteca e um motorista, que também faz o papel de dinamizador da biblioteca, porque ele não só dirige o caminhão, como monta a estrutura, o toldo, abaixa a escada todo dia, e ele também cuida das crianças e dos jovens na hora de escolherem os seus livros.

O acervo inicial é de três mil livros. O kit é o caminhão com três mil livros, o computador com o sistema em forma, já com os livros cadastrados, tem mesas e ombrelones... Enfim, para criar do lado de fora um clima de leitura de periódicos, de jornais, revistas, também fazem parte do acervo, e está ligado diretamente à biblioteca do estado, à bibliotecária do estado, que é a coordenadora de todas as bibliotecas daquele estado. Então, ele é todo registrado e acompanhado pelo trabalho desenvolvido no estado. Agora, o modelo de como ele funciona. Então... E nós temos em Pernambuco um modelo, em Recife, do caminhãozinho. Na primeira semana, ele anda por Rio Doce; na segunda, terça, Varadouro; na quarta, Ouro Preto; na quinta, Jardim Brasil II; na sexta, Prazeres. Na semana seguinte: na segunda, Cavaleiro, Jaboatão Velho; na quarta, São Lourenço da Mata; na quinta, Abreu e Silva; na sexta, Santo Amaro. Aí, na segunda seguinte, ele volta para o mesmo lugar. Quer dizer, a cada 15 dias ele vai para o mesmo lugar, no mesmo horário. Quer dizer, cria-se o hábito de aquela comunidade saber que pode, daqui a 15 dias, devolver o livro e pegar outros livros.

Aí o exemplo de Brasília, Planaltina, São Sebastião, Recanto das Emas, Santa Maria, Riacho Fundo, na primeira semana, depois Esplanada dos Ministérios, na segunda, Guará, Gama, Taguatinga Sul e Samambaia. Depois volta para Planaltina, São Sebastião... Enfim, ele faz esse percurso no mínimo durante um ano. Ele volta durante um ano para a mesma localidade. Que a intenção é exatamente essa: criar o hábito e convidar a comunidade a se apropriar desse acervo. A partir da resposta dessa comunidade, o SESC incentiva a criação de bibliotecas comunitárias nesses locais, para o caminhãozinho, então, sair dali e poder ir para outra comunidade.

Então, a intenção é de esse caminhão servir um pouco de diagnóstico daquela realidade e ali ser um ponto, um pólo de implantação de biblioteca comunitária. O índice de extravio ao longo desse um ano e meio de implantação de projeto é menos de 1%. Então, assim, é emocionante a responsabilidade, o cuidado e o carinho com que a população recebe um projeto como esse, e ajuda a cuidar. Vocês sabem que a Cidade de Deus é um lugar bastante animado no Rio de Janeiro, e em um dos momentos mais animados, mais difíceis, a própria comunidade cuida do caminhão. Manda fechar o caminhão, cuida do motorista e do auxiliar de biblioteca, do professor que esteja lá trabalhando, enfim, fala: "Olha, agora não é a hora de vocês abrirem, liga antes pra gente, não venham hoje, que hoje o dia está animado". Enfim, a própria comunidade se apropria desse projeto e ajuda a cuidar dele.

Enfim, os títulos mais procurados... Isso... Tenho medo de ficar apresentando títulos mais procurados, porque a gente tem uma realidade muito variada, as opções são múltiplas, mas, de modo geral, crianças são livros de imagens, contos, a série Castelo Rá-tim-bum faz muito sucesso, Mafalda, e gibis, claro. Adolescentes, Harry Potter, nenhuma novidade, mas também muitas coisas interessantes, a coleção Meu Primeiro Amor, enfim, e livros para vestibular. Nós não temos, nos três mil volumes iniciais, nós não colocamos nenhum livro didático, que a opção é aproximar a garotada e os adultos realmente da literatura, mas, em algumas comunidades, a pressão foi grande. Então, em algumas comunidades, especialmente a literatura para o vestibular foi solicitada e nós colocamos.

E cada comunidade também tem a liberdade de acrescentar a sua referência bibliográfica específica. Quer dizer, não precisa ficar preso a esse modelo de três mil livros que o SESC nacional disponibiliza. Adultos, auto-ajuda... Só para fechar, ainda tenho três

minutos. Adultos, livros de auto-ajuda apareceram, enfim, romances, clássicos, ficção policial, livros para concursos, claro, culinária, saúde, beleza, *best sellers,* dependendo da faixa etária... Me surpreendeu, eu estava olhando aqui uma relação dos livros de Santa Catarina, por exemplo, o mais procurado é Um Copo de Cólera, entre os romances mais procurados. Então, a gente vê no... A varejo, assim, não tem ideia do que realmente está sendo procurado. Me surpreende alguns romances, alguns estados, algumas comunidades que já estão buscando outro tipo de literatura. Esse é um primeiro contato com a biblioteca, busca de *best seller*, busca o que ouviu falar, busca que já disseram que é bom, busca auto-ajuda, busca, muitas vezes, o livro religioso, mas esses a gente não tem nas nossas referências, mas acabam, depois, querendo mais, e aí, sim, descobrindo outras possibilidades, e tendo prazer com outras leituras que é o nosso grande objetivo. Autores mais solicitados, a princípio, são aqueles que estão postos na mídia. Enfim, esse é um projeto novo, está começando, nós pretendemos expandi-lo e, se possível, fazendo parcerias.

Ele é feito sempre em parceria com os municípios. O SESC dá a infraestrutura, dá o caminhão, mas o município tem que garantir o mínimo de segurança. Às vezes o próprio município paga o combustível do caminhão, às vezes paga professores para ficarem junto do caminhão, e a gente faz contato direto com as escolas e espaços culturais daquela comunidade, com as lideranças locais daquela comunidade, para que eles conheçam e possam se sentir à vontade e participantes desse projeto. Acho que esse, para a gente, é o item mais importante desse projeto, que ele seja realmente uma porta de articulação, uma forma de chegar perto dessas comunidades, apresentar e aproximar o livro de leitores brasileiros. Obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós queremos agradecer, Márcia, a sua contribuição, e colocando o que o SESC está fazendo nessa área. Eu acho que todos nós, aqui, e aqui eu falo... Queria relembrar a presença, aqui, do Senador Flávio Arns, que é um dos autores, junto com o Senador Cristovam Buarque, dessa semana, os dois são os autores. Está aqui o Senador Mozarildo Cavalcanti, está aqui o Senador Geraldo Mesquita, esteve aqui o Senador Efraim Morais, todos trabalhando na mesma ótica, acompanhando tudo aquilo que se faz em educação nesse país.

Quero lembrar também que a TV Senado está retransmitindo ao vivo essa nossa Mesa para todo o país. Passo a palavra, agora, à Sra. Ana Glória de Morais Silva, que é Coordenadora da Biblioteca Comunitária "Ler é Preciso", de Garanhuns, Pernambuco. Seja muito bem-vinda.

SRA. ANA GLÓRIA DE MORAIS SILVA: Muito obrigada. Em primeiro lugar, bom-dia a todos. Eu gostaria de agradecer ao Instituto Ecofuturo e aos senadores, aqui presentes, pela oportunidade de a gente estar aqui, apresentando as ações da nossa biblioteca.

Então, o tema a ser tratado é resultados de uma articulação do poder público e privado. E agora o próximo slide, por favor. A Biblioteca Comunitária "Ler é Preciso", em Garanhuns, Prof. Maurilo Campos Matos, está localizada no Centro Cultural Cavalcante, à Praça. Dom Moura, s/n°, no centro de Garanhuns. Aí nós temos o prédio do Centro Cultural Alfredo Leite Cavalcante, onde funcionam... Antigamente funcionava a estação ferroviária, e, hoje, funciona o teatro da cidade, a Secretaria de Cultura, a Secretaria de Turismo, além da Biblioteca. Então, a gente está muito bem servida, muito bem localizada para realizar o nosso trabalho.

Situando a biblioteca. Implantada no ano de 2006, pelo Instituto Ecofuturo, possui um acervo de 5.081 livros, tombados e tratados. Até o presente momento, já emprestou mais de 3.900 livros. Atende diariamente uma média de 30 pessoas, sendo, dessas, 746 associados. Realiza trabalhos de biblioteca itinerante, faz empréstimo de livros, informatizou o cadastro dos sócios e todo o acervo, mantém contato com os sócios e divulga as ações pelo Orkut, divulga as ações na mídia, elabora projetos junto à comunidade e participa de eventos educacionais e sociais.

Então, isso que está escrito aí, na questão da situação da biblioteca, essas são ações constantes, essas são ações diárias. A princípio, nós recebemos do Instituto Ecofuturo 800 títulos, na implantação, e, depois, 200 títulos à escolha da comunidade. Os outros 4.081 livros nós conseguimos em parceria com algumas empresas, tipo a empresa Ferreira Costa, que é de lá do município, com o Projeto Gostar de Ler. O Projeto Gostar de Ler nós passamos uma semana no centro da cidade, em um toldo, fazendo leituras para o público, convidando o público, panfletando, e aí nós conseguimos arrecadar quatro mil livros da população, que eles estavam em casa, não tinham destino apropriado e nós conseguimos, com esse projeto, quatro mil livros, que foram distribuídos em todas as bibliotecas da cidade.

O serviço de biblioteca itinerante é muito interessante também, porque nós emprestamos livros a outras entidades que não têm biblioteca, para que elas montem lá por um período maior do que o dos associados, elas montem a biblioteca lá na instituição delas, com o acervo da nossa biblioteca. Então, eles passam lá com o acervo, a gente orienta como fazer

o empréstimo, orienta com os cuidados necessários, os mandamentos do leitor, e a gente empresta esses livros, e depois eles devolvem, e assim a gente vai expandindo o nosso acervo a todas as outras entidades que não têm a biblioteca. Então, a gente oportuniza a leitura aí também.

A questão do Orkut, que é uma coisa bem moderna, a gente pode falar, e bem infantilizada ou jovial, nós vimos que para atingir uma comunidade maior, uma gama maior, então nós vimos a necessidade de fazer alguma coisa que atendesse a essa clientela. Então, nós montamos o Orkut da biblioteca. Então, todos os dias a gente vê os recados, a gente parabeniza os sócios que estão fazendo aniversário, e a gente também faz o reempréstimo do livro, faz a reserva de livros pelo Orkut. Então, é uma ferramenta que a gente achou para estar desenvolvendo essa atividade. E a divulgação das ações na mídia. Nós não fazemos nada na biblioteca que isso não seja divulgado, porque quando a gente divulga o trabalho da biblioteca, a gente está divulgando a leitura, e divulgar a leitura nada mais é do que nossa obrigação. Já que a gente tem acesso à leitura, é interessante que a gente também dê esse prazer às outras pessoas.

Próximo. Então, a participação em ações governamentais. A divulgação do Projeto Natal dos Sonhos, de 2009, Encontro de Gestores e Coordenadores, Conferência Intermunicipal, Conferência Municipal, Festival de Literatura, Semana de Literatura Folclórica, entre outros. Então, essa é uma ação da biblioteca que eu acho muito interessante, porque nós circulamos em todos os setores, e, à medida que nós vamos circulando em todos os setores, nós temos a oportunidade de divulgar as ações da biblioteca, encontrar parceiros, divulgar o nosso trabalho e fomentar, junto a essas outras entidades, o desejo e o prazer de desenvolver o gosto pela leitura.

Próximo. Os projetos desenvolvidos pela biblioteca. Este ano nós desenvolvemos apenas... Estamos desenvolvendo apenas quatro projetos. E que quatro projetos são esses? Esses são os quatro projetos de grande porte, porque os pequenos a gente vai fazendo semanalmente no cotidiano, são projetos cotidianos. Esses aí são projetos eventuais. O Dia e Semana da Leitura, exatamente o motivo pelo qual nós estamos aqui. E enquanto nós estamos aqui, as professoras promotoras de leituras estão lá em Garanhuns, fazendo as atividades desse projeto. Elas estão em instituições não governamentais, fazendo a contação de história, levando livro às comunidades. Hoje, elas estão lá, atendendo a três comunidades, uma média de 40 a 50 crianças e adolescentes nesse projeto. O custo de produção de texto a gente começa a partir do dia 19. A partir do dia 19, nós estamos dando início ao curso de produção de texto. E nada mais é do que aproximar as pessoas a partir de 16 anos a interagir com o texto e saber técnicas de como montar o texto dentro dos gêneros literários.

A gente sempre busca a divulgação do gênero literário, porque aí é onde as pessoas conseguem interagir com o texto e descobrir qual é a sua preferência em relação aos textos. Próximo.

Vocês estão vendo as imagens do Dia Nacional da Leitura. O Dia Nacional da Leitura a gente trabalhou no período 16 a 18 de abril, atendeu a 250 crianças de escolas e entidades públicas e privadas, onde nos caracterizamos dos personagens de Monteiro Lobato, inclusive eu fui a Cuca. [risos] Nós nos caracterizamos não para enfeitar a história, mas, nesse evento, a gente se caracterizou dos personagens de Monteiro Lobato, falou sobre a história dele, a biografia de Monteiro Lobato, o porquê Monteiro Lobato é associado ao Dia Nacional da Leitura, falamos sobre a função social da leitura, fizemos leitura para deleite, eles tocaram nos livros, foi assim... Se você passar o próximo slide, nós teremos mais quatro fotos. Então, aí dá pra gente perceber exatamente como é que as crianças se comportam em relação ao contato com os livros. Isso, assim, é muito positivo.

O curso de contadores de história. Então, nós atendemos a 35 pessoas a partir de 16 anos. Nós não escolhemos... Anunciamos, através da mídia, que estavam abertas as inscrições para o curso de contadores de história. Nós planejamos 40 horas de formação para que eles pudessem sair de fato promotores de leitura, já que nós só éramos cinco promotores de leitura dentro de uma biblioteca e dentro de um município com 130 mil habitantes. Então, tivemos a ideia, idealizamos: "Vamos divulgar e vamos formar mais promotores de leitura". Então, nós trabalhamos durante três meses, quatro horas semanais, divididas em dois dias. Nós trabalhamos a identificação do acervo, trabalhamos a sensibilização da contação de história, nós resgatamos a questão da história dos nossos avós, de como era a história da Carochinha... Então, houve, em primeiro lugar, uma sensibilização em relação à leitura e à literatura. Logo depois, a gente ensinou a eles as técnicas de contação de história. Contar história com livros, contar história sem o livro, contar história com fantoches, sem fantoches, as formas e as faixas etárias que pode atingir e de que forma pode atingir através da promoção da leitura. Próximo.

Aí estão algumas das atividades, e aí nós temos a primeira turma de contadores de história. Então, aí é que está o ponto mais interessante dessa história. Quando a gente planejou o curso, a gente queria só

aumentar, expandir a promoção da leitura no nosso município. Quando a gente viu o resultado, depois de três meses, a mudança de postura das pessoas em relação à literatura, à apropriação da promoção da leitura, então a gente viu que aquilo ali não poderia ficar apenas sob o nosso conhecimento, era necessário a gente divulgar isso para toda a comunidade, que foi o que fizemos. Fomos buscar parceiros para fazer uma formatura digna dos contadores de história, a primeira turma de contadores de história formada em Garanhuns. Então, nós utilizamos o teatro, que fica nas mesmas instalações, nós tivemos uma média de 350 pessoas assistindo às apresentações dos nossos contadores, então nós certificamos os contadores de história.

Eles apresentaram o trabalho como eles acharam melhor, um contou a história sem o livro, outro contou a história com fantoches, e o que a gente achou super interessante foi a sensibilidade que a comunidade teve em relação a essa atitude. A essa mudança de postura das pessoas, porque ali estavam donas de casa, estudantes, professores, outros que trabalhavam em penitenciárias, outros que trabalhavam em abrigos de idosos... Então, nós tínhamos uma classe muito diversificada, que são esses aí, e, quando a gente percebe até, assim, na própria estrutura da postura em relação à leitura, a gente vê o quanto é bom a gente trabalhar e apresentar ao outro esse desejo que a gente tem, esse gosto que a gente tem e essa vontade que a gente tem de apresentar aos outros os prazeres que a leitura pode nos trazer. Então, este foi um ponto muito interessante dos nossos projetos, este ano.

Próximo. Então, para tudo isso ser realizado, a gente tem que ter uma ideologia. E a nossa ideologia é formar leitores e oferecer aos usuários da biblioteca a possibilidade de encontros pessoais ou coletivos, por meio do acesso ao patrimônio da humanidade existente nos livros, além de apontar os caminhos para o conhecimento, senso comum ou científico.

Então, o nosso desejo é permitir às comunidades, à comunidade em geral, que ela tenha acesso à biblioteca, que ela chegue lá e se sinta parte da biblioteca, que ela possa encontrar os livros que atendam às necessidades dela, que nós estamos lá para servir à comunidade. E nós tentamos servir da melhor forma. Nós funcionamos em uma gestão participativa, com três professores contadores de história ou promotores de leitura, um auxiliar de biblioteca, uma coordenadora, um auxiliar de serviços gerais... Funcionamos de segunda a sexta-feira, no horário das 08 horas às 17 horas.

Então, quando falamos em gestão participativa, a gente sabe que, para se trabalhar em grupo, é necessário que todos os membros tenham vez e voz, principalmente quando a gente trabalha com um grupo pequeno, de cinco pessoas. A partir do momento que eles têm vez e voz, eles se tornam coautores do desenvolvimento do gosto pela leitura. Então, é super interessante essa questão, porque, mesmo os associados chegam lá com... "Vi um projeto de leitura na internet". Aí fala pra gente, a gente absorve, a gente abraça esse projeto, trabalha junto com eles esse projeto. Então, todas as pessoas que chegam lá, trazendo ideias para a gente, que visem, que têm o objetivo de desenvolver o gosto pela leitura e apresentar literatura à comunidade, nós estamos abraçando, estamos montando um projeto em cima disso e estamos fazendo desse desejo um sonho. Aliás, desse sonho uma ação.

Aí eu fui convidada aqui para dizer, para falar sobre o segredo do sucesso na parceria do poder público com a iniciativa privada. Então, o que eu posso dizer a vocês é que sucesso é o prazer que a gente sente em ver que conseguiu atingir o nosso objetivo, ver que o outro não se inteirava muito bem do que era leitura, não conhecia muito bem a literatura, de repente se apaixonou pelos livros. Então, esse é o sucesso, esse é o sucesso que a gente vive buscando. E, para isso, a gente busca estabelecer metas, estabelecer objetivos e metas claras, ou seja, ter um planejamento estratégico, definir prioridades e serviços, atender a necessidade da comunidade local e principalmente ter intrínseca a ideologia de o projeto, estar convicto da importância da leitura na transformação da sociedade e acreditar e sentir-se pertencente.

Então, esse ponto é o mais crucial. Podemos dizer assim: a partir do momento que a gente tem claro o que fazer, para que fazer e como fazer, aí nós temos definidas as nossas metas e as ações para atingir as nossas metas. Então, o segredo do sucesso é ter claro isso: o que, para que e como. E o mais importante é ser, de fato, um propagador da leitura, oportunizando o acesso à leitura nas mais variadas formas. Eu estou vendo meu tempo. Então, é super interessante você ter o projeto em mãos e acreditar no que você faz, porque aí você busca parceiros e você encontra. Você encontra os parceiros, porque você fala com o coração, fala nas suas ações e atitudes, e as pessoas acreditam no que você faz. E essa crença nos dá credibilidade a encontrar cada vez mais novos parceiros. Próximo.

Essa é a nossa equipe de trabalho. Estão todos aí bem vestidos, com os aventais que a gente confeccionou, são os aventais das contadoras de leitura. Então, sabemos que fomentar o gosto pela leitura não é tarefa fácil, mas, quando se acredita no que se faz, encontramos parceiros em todos os lugares, e essa é uma postura que dá certo. Então, o que a gente entende é que tem que existir uma postura em relação ao desenvolvimento do gosto pela leitura, em relação às

ações que você quer fazer. Quando você se posiciona com objetivos claros, você encontra os parceiros.

Agora, eu gostaria, antes de apresentar o último slide, que é uma frase para encerrar, eu gostaria que vocês tivessem a oportunidade de ver um filmezinho, onde vocês vão ver as nossas ações de fato. É coisa de dois minutos, e, logo após isso, a gente encerra. Eu gostaria muito de poder levar todos vocês, assim, para passar pelo menos uma semana lá com a gente, para ver exatamente como é o nosso trabalho, que muitas vezes as pessoas dizem: "Não, é fácil. É fácil fazer isso, é fácil fazer aquilo", mas não é. É fácil quando você acredita. Aí você vai atrás e você busca, você conquista e dá certo. Clica aí na biblioteca. Sim.

[exibição de vídeo]

[música]

NARRADOR: *De codinome Cidade das Flores, Garanhuns está localizada a sudoeste do Estado de Pernambuco, distante apenas 228 quilômetros da capital, tem a altitude de 930 metros e está localizada entre sete colinas. A cidade se diferencia das demais por seu clima ameno e agradável. A Biblioteca Comunitária "Ler é Preciso" Prof. Maurilo Campos Matos busca levar um diferencial para a comunidade em geral. Consciente do papel que a leitura exerce no processo de conscientização e politização dos cidadãos, conta com metas essenciais, tais como criar e fortalecer hábitos de leitura, proporcionar oportunidades para o desenvolvimento criativo e pessoal, estimular a imaginação e criatividade, promover conhecimentos da herança cultural, fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural.*

Entendemos que o conhecimento, na sua maioria, é obtido através da leitura, que possibilita um objetivo compartilhado por todos os envolvidos. Uma dinâmica de busca e resgate de ações conjuntas, onde diferentes aprendizagens se dão por meio de sucessivas organizações, protagonizadas por todos que vivenciam as experiências da Biblioteca Comunitária "Ler é Preciso" Prof. Maurilo Campos Matos em Garanhuns, Pernambuco.

[música]

SRA. ANA GLÓRIA DE MORAIS SILVA: Essas são algumas de nossas ações. Eu só gostaria de encerrar com uma frase, que fala muito bem do que é o livro para nós. "O livro só tem vida quando o texto sai do papel, é absorvido pela mente e se transforma em ações que retratem concepções significativas à vida real". Então, o livro só cria vida quando a gente dá vida a ele e transforma a pessoa. Como já foi dito ontem, os livros não mudam o mundo, eles mudam as pessoas. As pessoas é que mudam o mundo. Muito obrigada.

[palmas]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senadora Marisa, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador Geraldo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria saber se... O Senador Eduardo Azeredo está ausente de Brasília, e eu vou precisar presidir a CRE. Aliás, eu já estou com alguns minutos de atraso. Eu gostaria de saber se eu poderia quebrar aqui a ordem das falas, com a permissão dos colegas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós temos duas Mesas hoje ainda, senador, mas acho que se os colegas não tiverem nada contra... Falta só o Sr. Luiz para fazer a exposição dele, mas, se o senhor quiser, não tem problema. Só que não vamos responder agora. Podemos deixar para responder depois?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Responder o quê?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ao seu questionamento. Pode fazer a pergunta.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, é porque eu vou ter que me ausentar agora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está bem. Não tem problema.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Agradeço a todos. E é muito breve, muito rapidamente. Eu, ontem, não pude comparecer ao início deste seminário, porque, ontem, eu fiz um... Me submeti a um exame complexo, tive preparo, uma confusão danada, passei o dia todo por conta disso, mas ligado aqui com a realização desse importante seminário, se alguém me perguntar, Senadora Marisa, apesar das dificuldades, das frustrações, da complexidade, o que é o mandato parlamentar, se... O que eu teria colhido de melhor. O que eu teria feito do ponto de vista da produção, do meu ponto de vista, o que eu teria feito de melhor. Eu, hoje de manhã, recebi da... Pedi exatamente para trazer aqui, da gráfica do Senado, um levantamento de obras que a gráfica produziu a meu pedido, e eu somei aqui 325.200 exemplares de obras.

Alguém perguntaria: "Mas aí são discursos?". Não, nenhuma obra dessa foi repositório de discurso. São obras... A primeira série de obras que eu tive a iniciativa de produzir foi um curso a distância, chamado "Política ao Alcance de Todos". Essa obra me fez quebrar um... Ou me distanciar de certo mito ou preconceito que há na sociedade, de que as pessoas não gostam de ler. E principalmente essa obra, por exemplo, era um repositório do pensamento político, filosófico, sociológi-

co, desde os tempos mais remotos até os dias atuais. E me diziam assim: "Olha, tu vai distribuir isso lá no Acre, ninguém vai querer ler". Mentira, ledo engano. Comecei com uma tiragem de mil exemplares dessa obra e acabei com a tiragem de seis mil exemplares. Todo mês nós mandávamos... Foram dez fascículos, com seminário nos municípios, debate acalorado, uma coisa impressionante.

No rastro dessa obra, nós produzimos outro curso também, à distância, "Política e Cidadania". Obra na qual a gente tratava dos sistemas de governo, sistema político, sistema partidário, etc. O mesmo sucesso. E, fechando a trilogia, a pedido inclusive do público que teve acesso a essa obra, estudantes, pessoas das mais diversas atividades, nós editamos um dicionariozinho, Senador Arns, com as expressões utilizadas nesses cursos, o "Breviário da Cidadania", intitulado. Prosseguindo, inauguramos uma coleção, o nome é assim meio pomposo: "Enciclopédia dos Municípios Acreanos", um fascículo para cada um dos municípios nossos, contando a história política, social, econômica e cultural de cada município, ilustrado, e estou por concluir essa obra agora, todos os municípios acreanos contemplados.

Conversando com alunos da Universidade Federal do Acre, particularmente do curso de geografia, em uma dessas distribuições de livro, eles me disseram: "Senador, nós temos uma obra aqui que a gente consulta e que nós temos só dois exemplares na nossa biblioteca da universidade", e os alunos de geografia tiram cópia. É uma obra importante, até hoje utilizada no curso de geografia, da UFAC, "Estudo Geográfico do Território do Acre". Eu fiz contato com os herdeiros do autor, me autorizaram, nós reeditamos essa obra várias vezes, até hoje me pedem, porque são cursos atrás de cursos. Aqui mesmo, nessa sala, tempos atrás, eu desafiei o Ministro Haddad, assim como a gente tem o Programa - não sei nem a quantas andam - Farmácia Popular, que ele instituísse no âmbito do Governo Federal o Programa Livraria Popular, para editar, produzir e editar livros a preços bem acessíveis à população.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mais um minuto.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): E no site do próprio Ministério, como não há mais que se falar em direito autoral, nós sacamos obras da literatura brasileira e temos... A gráfica do Senado tem me contemplado com a produção dessas obras: Memórias Póstumas de Brás Cubas, Escrava Isaura, etc., esses títulos consagrados nacionais, de autores nacionais. E tenho feito a distribuição dessas obras. Todo o encontro que eu tenho, toda reunião que eu tenho, na minha terra, eu levo meu carro repleto de livros e faço a entrega. Ando muito na zona rural, e, no final das reuniões, eu sempre digo: "Vocês aqui semeiam milho, arroz, feijão, e eu semeio livro". E é aquela festa. Distribuo os livros, claro que gratuitamente, porque são obras de uma gráfica pública, tomei até a liberdade de pedir à minha assessoria que catasse alguns exemplares por ali, para a gente materializar o que eu estou dizendo, aqui, entre vocês. Eu considero a frase que a Ana Glória mencionou, eu tomaria a liberdade de agregar outra. Eu acho que livro é uma porta que a gente abre, que nos tira da escuridão e nos leva para a clareza do conhecimento, da cultura. É uma porta da libertação. O povo brasileiro precisa ter acesso a livro, em grande quantidade.

Eu acho que só dessa maneira ele se libertará culturalmente, politicamente, economicamente. Portanto, eu agradeço a gentileza de terem me permitido essa breve fala, mas eu não poderia me furtar a vir aqui, primeiro parabenizar a iniciativa daqueles que pensaram na realização desse seminário, parlamentares, servidores dessa importante comissão. E dizer, por último, que, na esteira de todo esse trabalho, implantamos primeiro na nossa capital uma biblioteca, acoplada ao meu escritório, que pretende ser itinerante. Nós não conseguimos ainda mobilizá-la muito. Levamos para o interior, município próximo, Sena Madureira, depois de ela instalada por mais de dois anos na capital, hoje ela está em Sena Madureira. Conta com o acervo de mais de oito mil livros à disposição da população e, além disso, experiências como do Luiz, a gente tem disseminado no estado. Em pequenos estabelecimentos comerciais, a gente faz uma parceria com o comerciante... Tem uma churrascariazinha em um município próximo de Rio Branco, na capital, a Churrascaria do JR. Ele tem lá, já, uma mini biblioteca instalada, disse-me ele que aumentou muito a clientela dele, inclusive, por conta do acesso às obras que a gente coloca à disposição. Portanto, essa é uma experiência que eu vivenciei nesses quase sete anos de mandato. Acho que é uma experiência que abre a perspectiva de o Poder Público ter uma presença mais forte nessa área de produção e colocação de livros à disposição da população. Senadora Marisa, muito obrigado pela oportunidade de ter--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Geraldo, eu sou testemunha do seu esforço, do que o senhor tem feito nessa área, e, como o título dessa Mesa é "Modelo de atendimento em experiências concretas", nós nos sentimos confortados, porque, além da Márcia Leite, da Ana Glória e do Luiz Amorim, o senhor aqui também fez um relato de uma experiência concreta, de algo

que o senhor realiza e que tem o resultado. Se cada um dos nossos políticos fizéssemos isso, eu acredito que nós poderíamos ser também grandes de obras literárias no país. Já copiei, vou copiar a ideia, andar pelo interior com o meu carro também cheio de livros. Acho que todos nós podemos fazer isso. Seja muito bem vindo sempre.

E quero passar a palavra para o Luiz Amorim, que é extremamente conhecido aqui em Brasília, ele é... Foi talvez... A maior importância do Luiz não foi só a ideia que ele teve no açougue dele, no T-Bone Cultural, mas a lição que ele deu para todos nós, de que é possível a gente disseminar livro por lugares mais impensados, como açougue, por exemplo. Tem a palavra, Luiz.

SR. LUIZ AMORIM: Bom-dia a todos. Me sinto muito honrado de estar participando desse trabalho aqui, dessa... E também quero parabenizar a Ana Glória, pela explanação dela, e a Márcia Leite. Depois que eu vi esses dois painéis, eu vejo que tenho que trabalhar mais ainda. Achei que estava bom, mas tem muita coisa aí.

Então, eu... Ontem mesmo o senador estava lá no açougue, a gente participando do bate-papo literário, acabou até acontecendo uma manifestação pelo... Que não vai acontecer a feira do livro aqui, esse ano, e a gente... O senador se manifestou e a gente está aí providenciando para acontecer essa feira do livro em Brasília, que seria um absurdo encerrar as atividades. A gente vai mostrar aqui um vídeo, nem vou usar meu tempo todo, que é um vídeo das nossas ações. Como também vai ter música, e... Mas o nosso trabalho é focado em cima do livro, da literatura, que é o nosso carro-chefe. Então, queria passar o vídeo para...

[exibição de vídeo]

DEPOENTE*: Então, o Luiz é um verdadeiro guerrilheiro da cultura de Brasília, um cidadão de primeira qualidade. Ele faz de Brasília um dos núcleos de pensamento em termos de ocupação pública, em espaços públicos com essa biblioteca na W3, é um revolucionário, é um cara que merece todas as nossas homenagens. E viva Luiz Amorim.*

DEPOENTE*: Quando ele me convidou pela primeira vez no açougue, eu imaginei: "Gente, um açougue. Onde eu vou cantar no meio de um açougue, na carne? Como é isso?", A gente sempre fica naquela dúvida, e, depois, quando vai lá e vê o que acontece, é realmente uma coisa maravilhosa que faz de Brasília única, faz uma cidade que respira realmente cultura. Para mim, eu resumo em uma só palavra, é fantástico.*

DEPOENTE*: Os encontros musicais, poéticos, os saraus que a T-Bone organiza é uma forma de a cidade descer do bloco e ocupar a cidade. Uma coisa que falta em Brasília são espaços públicos para as pessoas se encontrarem e os espetáculos, os shows, os saraus, os encontros musicais poéticos do T-Bone são uma forma da cidade se encontrar consigo mesmo. Então, é um espaço público que Brasília tem uma carência desses espaços, de congraçamento, de encontro... E é uma coisa muito boa.*

NARRADOR: *A ONG Açougue T-Bone promove a cultura, a educação e a leitura em Brasília com uma série de eventos gratuitos que reúnem centenas, às vezes milhares, de pessoas. Para conhecer o Açougue Cultural T-Bone é preciso conhecer Luiz Amorim, um baiano de família humilde que chegou à capital federal para escrever sua história de vida com o suor do seu trabalho desde os sete anos de idade, como vendedor de picolé, engraxate e lavador de carros. A vida levou Luiz ao Açougue Triângulo, na 312 Norte, aos 12 anos, onde começou como ajudante, para se tornar o novo proprietário da casa, 14 anos depois. Luiz, analfabeto até os 16, e mais tarde um leitor voraz, transformou o pequeno espaço do seu açougue T-Bone em biblioteca pública a partir de 1994.*

SR. LUIZ AMORIM: *Eu trabalhei de empregado nesse açougue durante 15 anos. Em 2004, nós começamos com a estante com dez livros, e nosso projeto hoje se desenvolve em dois grandes projetos, que são as [ininteligíveis] culturais, que são eventos que nós realizamos às quintas-feiras, principalmente em maio e setembro, trazendo grandes nomes da cultura nacional, da literatura e da música, e nós realizamos outro grande projeto que é o Projeto da Biblioteca nas Paradas. Apesar de o projeto ter uma duração longa, nós encontramos dificuldade financeira e nós encontramos o patrocínio e o apoio da PETROBRAS, que conseguimos manter esses projetos em função desse apoio. Então, para nós, a PETROBRAS foi a grande sustentadora de todo esse projeto nosso.*

NARRADOR: *Para incentivar a educação e a cultura em Brasília, a ONG T-Bone promove diversos eventos gratuitos. O primeiro deles, e que recebe maior patrocínio da PETROBRAS, são as noites culturais. Lançado em 1998, o evento integra desde 2003 o calendário cultural oficial do Distrito Federal. Em cada edição, artistas locais, músicos ou cantores reconhecidos nacionalmente se apresentam em shows gratuitos no comércio local da 312/313 Norte, onde funciona o Açougue Cultural T-Bone. Então, a multidão toma a Comercial e canta, acompanhando seu artista preferido.*

NARRADOR: *A Comercial da 312 Norte ficou lotada na noite de quinta-feira para a apresentação musical da Banda Blitz.*

SR. EVANDRO MESQUITA: *É demais você estar tocando na rua, a gente adora fazer isso. Acho que é uma energia mais leve, assim, mais louca também, mas super bacana. O projeto é muito bonito, isso emocionou a gente.*

NARRADOR: *O evento comemorou dez anos de existência do Açougue T-Bone, em mais uma edição da noite cultural, que já apresentou artistas de renome nacional como Belchior, Erasmo Carlos, Geraldo Azevedo e outros.*

DEPOENTE*:* [ininteligível] falei: *"De noite, livro à vontade?"..*

DEPOENTE*: Uma certa desconfiança não é comum. Surpresa.*

NARRADOR: *Surpresa mesmo, em dobro.*

DEPOENTE*: É de graça?*

NARRADOR: *De graça. Só tem que devolver depois.*

DEPOENTE*: Então vou levar um, né, senhor?*

NARRADOR: *Um ou quantos quiser.*

DEPOENTE*: Democratização da leitura, em todos os sentidos.*

NARRADOR: *É mais do que democracia, uma revolução na maneira de tratar o leitor humilde.*

SR. LUIZ AMORIM: *A primeira biblioteca 24 horas aberto, não tem ninguém controlando. Ele mesmo pega o livro, anota, leva, não tem prazo de devolução. Um voto de confiança para o ser humano. Você passa a discutir a questão da cidadania.*

NARRADOR: *Descarnando arrobas, passando páginas, vendendo carne e emprestando livros. Luiz criou o primeiro açougue biblioteca do Brasil.*

SR. LUIZ AMORIM: *A minha busca sempre é ler para entender, entender o ser humano, o coletivo, e fazer também. Não só interpretar a cultura, mas também querer levar a cultura às pessoas também.*

Fazer da cultura um ato concreto não é fácil, mas a obsessão de levar o livro até o leitor pode superar a falta de tempo das pessoas, a falta de dinheiro e todas as outras limitações da vida urbana se a biblioteca estiver, por exemplo, na próxima parada.

NARRADORA*: Hoje ele é considerado um dos maiores incentivadores e divulgadores da leitura e da cultura do país. Uma vez por semana, o lugar se transforma em uma espécie de casa de cultura, onde autores de reconhecimento do grande público, como Fernando Moraes, lançam seus livros.*

DEPOENTE*: Isso que estou vendo aqui, T-Bone, a iniciativa do Amorim de espalhar livros, bibliotecas com até seis mil volumes em 35 pontos de ônibus de Brasília, e não tem controle nenhum, o pessoal tira o livro, leva pra casa, devolve... O povo está dando uma lição às elites. O povo está dando uma lição. Não só o Amorim, mas a clientela do Amorim está dando uma lição ao Brasil. Isso aqui é um negócio exemplar.*

SR. LUIZ AMORIM: *A partir do momento que botei o livro em uma parada de ônibus, acho que aí tudo quebrou a regra. Acho que tudo vale, ficou simples de fazer. Fica barato, não é caro, e qualquer pessoa, acho, que pode colaborar.*

NARRADOR: *Semanalmente, a ONG T-Bone promove o projeto quintas culturais T-Bone. Às quintas-feiras, a partir das 20 horas, acontecem recitais poéticos e apresentações musicais em frente ao Açougue Cultural. Outro evento promovido pelo T-Bone Cultural é o Projeto Encontro com Escritores, que já trouxe a Brasília gente como Ziraldo, Marina Colasanti, Donaldo Stiler(F), Dad Squarisi, Nicholas Fearn, Afonso Romano de Santana, Moacir Scliar, Zuenir Ventura, Frei Beto e Inácio de Loyola Brandão para lançamentos de livros e bate papos com o público da cidade.*

REPÓRTER: *Como é tocar para o público de Brasília e para um projeto que é um Açougue Cultural?*

DEPOENTE*: Eu acho maravilhoso. Acho super criativo, sugestivo e principalmente tem a força da importância do projeto, que é abrir espaço para que a cultura se manifeste, a cultura nordestina, vários artistas, e ela possa acontecer principalmente no mês que tem a cor de São João, é o mês que nutre a alegria, a dança, as tradições todas afloram.*

REPÓRTER: *A expectativa para o público de Brasília...*

DEPOENTE*: É a melhor possível. Alegria. O que eu sei fazer é festa, então eles também gostam de festa, fazem música boa, vai dar tudo certo.*

NARRADOR: *A maior prova do sucesso da ONG T-Bone é a geração ao longo dos anos, de tanta mídia espontânea, tanto em Brasília quanto em nível nacional, graças ao reconhecimento, à inovação e ao incentivo à cultura, à educação e à leitura, promovido pelo T-Bone.*

[música]

[palmas]

SR. LUIZ AMORIM: Vou encerrar minha fala aqui e dizer assim, porque, apesar de ter me alfabetizado muito tarde, e eu li o primeiro livro, como foi colocado, aos 18 anos... Eu morava dentro do açougue e morei dentro desse açougue durante uns 15 anos, porque eu trabalhei de empregado e, nesse período, eu lia na média de dez a 15 livros por mês. Então, assim, minha formação é muito em cima, principalmente em cima da filosofia grega, uma... Esse trabalho meu pelo livro, porque o livro foi o objeto mais perseguido do mundo, e continua sendo. Em toda a ditadura política ou religiosa, o primeiro a ser perseguido é os livros, os escritores, as pessoas que pensam, e a nossa ideia era de levar

arte de uma maneira geral e o livro, porque o livro, de todas as manifestações da arte, é o que mais leva o homem ao questionamento.

E a nossa busca sempre foi ler para questionar e refletir, e fazer e aplicar. Nunca foi a ideia de se intelectualizar no sentido de entender, interpretar e não fazer, mas era mais no sentido de fazer. E como vem de Aristóteles, o homem é um ser político, ele é um ser social, ele é um ser solidário. Esse projeto Biblioteca nas Paradas, as pessoas no início desconfiavam, mas a gente, como é... Já leu vários pensadores, e essa questão do ser humano, como ele tem essa visão mesmo solidária e coletiva, aí a gente acreditou nesse projeto. E a sociedade correspondeu bastante. Os projetos da Biblioteca nas Paradas têm mais de dois anos, emprestam hoje mais de quatro mil livros por dia e colocamos para circular mais de cem mil livros. Acho que é um resultado muito positivo.

E quando você... Esse negócio que o brasileiro não gosta de ler, isso não é verdade. Quando você cria oportunidade, cria condições, o brasileiro passa a ler também. E lê bastante. Infelizmente ainda a gente precisa de mais projetos que incentivem mais a leitura, mas eu tenho participado de alguns painéis e algumas palestras, e vejo sempre alguns painéis muito importantes que eu saio sempre mais entusiasmado, mas não sou pessimista, não. Eu sou um cara que acredito que o país tem melhorado bastante, a preocupação do governo de levar biblioteca aos municípios que não têm... Então estou sempre otimista com a questão que eu vejo, principalmente nesse painel de hoje, que as coisas estão melhorando cada vez mais. Então minha fala era essa e fico aí, aberto às perguntas.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Chegamos à hora das inscrições para a fala. Os senadores vão ter prioridade, já estão inscritos aqui. Depois, quem quiser fazer qualquer pergunta, qualquer observação, é só levantar a mão. Quem está na bancada tem o microfone da bancada; quem está lá atrás, vai ter o microfone aí... À direita? Está aqui. À direita tem um microfone à disposição de vocês. É só levantar a mão. Passo a palavra, então, ao Senador Flávio Arns, que é autor do requerimento, e depois Senador Cristovam, e depois Senador Roberto Cavalcanti. O Roberto Cavalcanti pediu antes. Então--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, não. Pelo contrário. Eu, na verdade, pedi depois, mas estou sendo agraciado com a gentileza dos meus dois grandes amigos, Senador Flávio Arns e Senador Cristovam.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E pela minha Presidente e vizinha, Senadora Marisa Serrano. Olhe, senadora, desculpe a informalidade a todos, mas eu estou saindo daqui de voz embargada. Na verdade, extremamente emocionado com o que assisti. Por várias razões. Pelo tema, pela, digamos, extraordinária sensibilidade de cada um dos palestrantes e de seus projetos, e fundamentalmente com a apresentação, não desmerecendo o trabalho; pelo contrário, enaltecendo o trabalho da Dra. Márcia e Dr. Luiz Amorim nos seus belos projetos. Agora, eu tenho que me confessar emocionado com a palestra da Dra. Ana Glória de Morais Silva. E vou dizer por quê. Primeiro, pelo sotaque. [risos] Quando eu percebi o sotaque, eu já me identifiquei. Eu sou de origem pernambucana, sou hoje senador pela Paraíba com muita honra, mas, na verdade minha origem, junto com a do Senador Cristovam... Às vezes, ele esconde um pouco disso, do mesmo jeito que ele esconde o Cavalcanti que ele tem no nome. Na verdade, é o nosso grande Cristovam Buarque, mas ele é da nossa dinastia dos Cavalcanti.

E, na verdade, o tema é um tema que tem uma força muito grande. A minha emoção vem por Garanhuns, Garanhuns, na qual eu passei parte da minha... Das minhas... Momentos de verão, aliás, de inverno da infância, àquela época em Pernambuco se fazia como se fosse estação de frios, as famílias iam levando seus cobertores e casacos de frios para Garanhuns. Acredito que Garanhuns, à época, a modernidade das roupas, dos aquecimentos, mas Garanhuns na época pensava que fazia mais frio do que quando vou lá hoje. E pontos marcantes, Parque dos Eucaliptos... Aprendi andar de bicicleta aí no Parque dos Eucaliptos, mas isso pouco importa. Isso é da minha história pessoal. Agora, o importante, a coisa que fiquei realmente muito emocionado foi com o problema das histórias. Contar histórias. Eu fui um garoto, criança, da época que se dormia contando história. Hoje, a tecnologia, a internet, faz com que meus netos estejam anos-luz à frente de mim próprio, porém, as histórias, a sensibilidade e o que dava de cultura nos contadores de história, vamos dizer, as mães, avós, babás, elas eram especialistas em contar histórias. E aquelas histórias iam de geração para geração. E eu, na verdade, tenho essa extrema referência, e digo que muito do que eu tenho hoje vem da base, vem de um ensino básico extraordinário, que, à época, em Pernambuco, existia escola pública, e veio exatamente de uma família que preservava a cultura, família que lia e família que contava história.

Automaticamente, se você lê, você conta história. E vou contar uma história, assim, bem rápida, aqui, para vocês, que é interessantíssima. Um motorista nosso me contou uma história essa semana, fantástica, que é seguinte: ele é do tempo da Carochinha, como eu, ele levou para casa um filme de DVD de faroeste, de caubói, do tempo dele, para que os meninos, que ele nunca tinha visto os meninos assistirem, assistissem em casa. Os meninos dele têm na faixa de oito, sete anos. E esses garotos primeiro não entenderam o que o pai tinha levado pra casa. O que era caubói que ele não sabia. Na tradução, eles não sabiam o que era, menino cara de vaca, ou menino vaca... E daí fez com que fossem projetados... O pai projetou com maior carinho, tinha alugado em uma locadora de DVD, tinha alugado um filme de faroeste. A decepção maior do meu motorista foi na qual os meninos olharam para ele e davam gargalhadas com aquela história. O cara montando a cavalo, atirando no outro, correndo atrás do tal... Aquilo que, para nós, vamos dizer, da geração dos anos 40 e 50, e a realidade de hoje, é uma distância muito grande.

Então, se nós não perpetuamos as nossas histórias, os livros perpetuam as histórias. Os contadores de histórias, não é de hoje, da Grécia e de história antiga, fazem com que... As histórias eram perpetuadas pelos contadores de história. Então, assim, dou um tremendo apoio e acho que esse projeto e os senadores aqui presentes, que são três senadores líderes da bancada da educação do Senado Federal, devam realmente se acostar a alguma... Algo tem que ser feito a nível de projeto, algo tem que ser implementado para que esse curso de contadores de história tenha, assim, uma implementação mais abrangente, uma implementação nacional. Achei fantástico. Acho que a ideia é uma ideia fantástica e de extrema acessibilidade.

E dizer que, plagiando a Dra. Ana, dizer que uma palestra só tem vida quando o texto sai do verbal e é absorvido pela mente e se transforma em ações que retratem concepções significativas à vida real. A palestra da senhora me emocionou. E dizer, para finalizar, que o Centro Cultural Alfredo Leite Cavalcante certamente é um ancestral do Senador Cristovam e ancestral meu. [risos] Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [soa a campainha] [ininteligível] informar a todos que nós temos uma segunda Mesa depois do coffee break. Portanto, todos aqueles que se inscreveram vão ter tempo limitado para fazer suas perguntas também, senão não teremos a segunda Mesa. Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu vou ser também bastante rápido. Só quero elogiar, enaltecer as apresentações. Eu dizia para o Senador Cristovam Buarque durante as apresentações: "Olhe, como tem gente que trabalha por esse Brasil. Se dedica, com ideias interessantes, inovadoras". Como foi colocado, a gente acha que é fácil, tudo isso é difícil, mas é feito com paixão, com amor, com determinação, com competência. Eu quero elogiar as três apresentações. O Luiz Amorim com uma ideia... Assim, olha... É indescritível. Algo que o Brasil todo tem que assistir, tem que ver, e poderíamos até possibilitar, Senadora Marisa Serrano, alguma oportunidade para divulgar o trabalho do SESC, que é um trabalho consistente e importante, e da Ana Glória, com todo o detalhamento, inclusive mandando o abraço lá para a Presidente da APAE de Garanhuns, a Ana, também, que faz um trabalho extraordinário, a quem eu respeito muito.

Eu só queria fazer uma pergunta, porque, ontem, nós discutimos muito a importância de a família se envolver, do pai, da mãe... Para criar esse hábito, esse costume do livro, da leitura, da história, contar histórias e tudo mais. Na experiência do Luiz Amorim, que todas são extraordinárias, mas a pessoa está lá no ônibus e a qualquer momento, em qualquer horário, pode parar e destinar o tempo necessário para pegar o livro, examinar, levar, anotar, trazer de volta... Quer dizer, pode ser o trabalhador, que o trabalhador está o dia inteiro fora de casa, mas para no ponto de ônibus e vai lá examinar o que tem. O que me preocupa é a questão dos horários de funcionamento dos locais, salvo melhor juízo. [soa a campainha]

Então, uma biblioteca deveria ser um local que funcionasse o tempo todo, de noite, pelo menos, final de semana com certeza, sábado, domingo... Eu tive a ocasião de morar nos Estados Unidos, fazendo pós-graduação, eu tinha filhos pequenos, e, durante a semana, por exemplo, eu estava na universidade, cursos, trabalhos e tal, mas, no final de semana, nós íamos para a biblioteca também pegar o livro, pegar o filme... E víamos muita gente na biblioteca da cidade, sendo uma biblioteca extremamente acolhedora, em que o trabalhador também vai chegar no final de semana, talvez vai lá na biblioteca junto com o filho. Aí você aproximaria... Ou de noite, por exemplo, ter horário também. Até a biblioteca da universidade onde eu estudava era uma biblioteca enorme, que sempre o lugar mais importante da universidade é a biblioteca. Com local para estudar, com sofá, com lanche, com jornal, quer dizer, tornar o lugar...

A única pergunta que eu faria é se nós não poderíamos estudar alguma maneira de pensarmos nos horários, pensando assim: "Olha, a família pode participar, o pai, a mãe"... Quer dizer, o SESC, por exemplo, se termina cinco horas, o jovem vai lá, com certeza,

mas será que não seria interessante a gente ter... Assim, refletirmos sobre isso em termos de horário. E a mesma coisa nas bibliotecas de uma maneira geral, para que a criança vá lá e vá com o pai, com a mãe, na biblioteca, vão lá, vão olhar, vão ver... E talvez isso contribuísse, me parece que contribuiria até pela experiência pessoal até que a gente tinha lá, abriríamos mais oportunidades, mas quero só para pensarmos, acho que seria um fator importante, mas quero novamente elogiar e dizer: "Olhe, quanta gente que deve estar fazendo trabalho bom pelo Brasil". Vamos descobrir esses trabalhos e divulgar experiências bem sucedidas, para ajudar na caminhada de tantos quantos queiram se dedicar à área. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Senador Flávio Arns faz um apelo e [ininteligível] a que todos que estão nos vendo e ouvindo pela TV Senado e tenham experiências nessa área, exitosas, de levar o livro à população, que possam escrever para nós aqui, escrever para a Comissão de Educação, para o Senador Flávio Arns, Senador Cristovam, pra mim mesma e para os outros senadores da comissão, colocando as suas experiências também para que numa próxima vez possa convidar outras pessoas para estarem aqui conosco. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marina, Senador Flávio Arns, eu, apesar de ser uma pessoa da área e estar envolvido tanto no aspecto da educação como da leitura, como governador, como professor, como senador, eu confesso que eu estou surpreso com a riqueza das experiências que chegam aqui.

Ontem tive a oportunidade de ver uma parte, não pude ficar o tempo todo, hoje de manhã... São experiências formidáveis que a gente vê. Então, nesse sentido, como disse o Luiz, a gente fica gratificado, como disse também o Roberto Cavalcanti... Ele se esqueceu de dizer que, além de pernambucano, ele não quis que eu parecesse velho, foi meu aluno na faculdade. [risos] Eu fico surpreso com isso. Ainda são experiências resultado do esforço de pessoas individualmente, sem uma vontade radical nacional. Existem as experiências, o trabalho nacional que a gente não pode deixar de reconhecer, e, ontem, aqui, havia representantes do governo, e há muito que está se fazendo com os programas do livro didático, inclusive, mas falta um grande salto na educação, que viria de quatro pontos, a meu ver.

Primeiro é fazer as pessoas saberem ler. Não esqueçam que 14 milhões de adultos não sabem ler. Dois. Você ficou até os 16. Tem 14 milhões acima de 15 anos que não sabem ler hoje. Ou seja, leitura zero. Tem mais 30 a 40 milhões que aprenderam a decifrar as letras, mas não são capazes de ler um texto. São leitores que as bibliotecas, a experiência de nós todos, não chegarão. Então, saber ler. O segundo é gostar de ler, porque não é o mesmo. Tem muita gente que sabe ler e detesta ler. Aí tem que mudar a educação. Primeiro é a alfabetização da criança [soa a campainha] e a erradicação do analfabetismo de adulto, o segundo é o conteúdo educacional, ter leitura. No nosso conteúdo educacional, leitura é secundário, diferente de outros lugares.

Aqui tem uma escola americana, em que estudam os filhos dos que podem realmente pagar uma escola cara. Lá, esses caras leem pra valer. Eu não acredito que os 50 livros por mês. 50 que vocês dizem, [risos] em média, dez. Não acredito que tantos, mas leem pelo menos um ou dois livros por mês. Tem que ler. Então, as crianças têm que fazer o gosto. E aí o gosto implica nas experiências de vocês, porque empurrar a ler termina dando desgosto, e não gosto. Tem que saber escolher a obra, tem que vincular aos filmes, tem que vincular aos teatros, tem que vincular às novelas... Se a gente colocasse nas novelas pessoas lendo, criava o gosto. Eu nunca vi um personagem jovem de novela arranjar namorada porque leu um livro de Sartre, ou de Jorge Amado, que seja. Ganha namorados sarados, não os que leem. Você não vê biblioteca nas casas das novelas. Uma vez teve uma novela que era em uma livraria. Tirando aquela, você não vê biblioteca. Eu já tentei, já insisti, mas pode ser um resultado.

Na hora que tiver uma personagem sendo reconhecida pelo fato de que ler, isso vai induzir. Terceiro, é a gente ter acesso aos livros. Saber ler, gostar de ler e não ter acesso não adianta. Aí que entram as experiências de vocês. Aí que entra a política de baixar o custo do livro com incentivos fiscais. A gente acabou o IPI do automóvel. Sabe que no mesmo mês o governo está querendo aumentar o IPI do livro? Claro que dizendo que vai para um fundo para promoção da leitura. Vai promover os novos leitores tirando os atuais. Tira isso de outro lugar, até porque não é muito. Então, o acesso ao livro. E aí que eu fico deslumbrado com a experiência de vocês. A do Luiz eu já tenho mais contato. Aliás, queria recomendar vocês que estão aqui que façam duas visitas, à biblioteca do Senado, vale a pena, e lá, à Biblioteca da 712, não é?

SR. LUIZ AMORIM: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, 312 é o açougue. A da parada de ônibus, a grande.

SR. LUIZ AMORIM: Das paradas é na W3 toda.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É, eu sei, mas tem uma grande ali que...

SR. LUIZ AMORIM: Naquela a gente tirou os livros e distribuiu nas paradas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, distribuiu em todas. Visite uma dessas. É de não acreditar. Nem o lápis eles roubam. O lápis onde anota: "Estou levando tal livro". Tem enciclopédia britânica, talvez não completa, mas pedaços ali. Na UnB, a enciclopédia britânica está faltando página, porque os estudantes arrancam a página em vez de tirar xerox da página que está pesquisando. Lá eu não sei se rasgam páginas ou não, mas não acredito. E levam e devolvem. O que a gente vê nas paradas de ônibus onde tem a livraria do Luiz ou do T-Bone, é algo que é inacreditável. São duas experiências que eu digo da cidadania brasiliense, a faixa de pedestres e as bibliotecas das paradas de ônibus, porque não tem porta. [risos] São 24 horas aberta. O único inimigo é a chuva. Tirando a chuva, não tem mais nada. Não tem guarda, não tem bibliotecário, nada.

Então, ele... Vocês ajudam, o terceiro. E o quarto item é reconhecer o leitor, ele ser promovido, que é o que as novelas poderiam fazer. Um trabalho, dizer: "Você é bom, cara, porque você lê. Você é reconhecido porque você lê". Se sabe, gente, tem jovem no Brasil que esconde que lê, porque senão ele fica sendo considerado um *nerd*. Ele fica considerado um chato entre os colegas, ele fica considerado um bobo entre os colegas. Então, esses são os quatro grandes desafios da gente. As pessoas saberem ler, as pessoas gostarem de ler, as pessoas terem acesso ao livro e as pessoas serem reconhecidas porque leem.

Eu creio que esse seminário está prestando esse grande serviço. Eu estava defendendo aqui, junto ao nosso Presidente da comissão, Flávio Arns, de fazer um vídeo, como o seu, Luiz, um vídeo dessas sessões. Não precisa ser o depoimento inteiro de cada um, não, que aí... Sobretudo dos senadores, que a gente fala muito. Um resumo disso, um bom cineasta, um cara que sabe fazer isso, ele tira as frases especiais de cada um de vocês e da gente, se tiver alguma da gente, e fazer um vídeo e distribuir nas bibliotecas do Brasil, distribuir nos programas como os de vocês.

E aí, para concluir, Senadora Marisa, um programa dos que eu tenho mais carinho, que eu fiz no meu governo, foi o livro... Foi a Mala do Livro. A Mala do Livro é uma biblioteca que você põe em uma casa em cada rua das cidades. 300 livros. Não precisa mais do que isso. Esses livros ficam em uma estante, que fecha a cada dois meses. A pessoa liga e diz: "Eu quero outro livro". Você leva esse e traz outro. Esse aqui ninguém quis ler, devolve. Esse aqui todo mundo já leu, devolve. A gente conseguiu colocar 530 malas como essas, até hoje continua. O governo acabou, o Governo Federal, mas continua. Alguns pegaram. Um treinamento muito ligeiro de uma das mães, da dona de casa, e ela começa a apaixonar. Eu vi mais, vi senhoras, famílias, fazerem uma extensão na casa para virar sala de leitura. Depois a gente colocou outros atrativos, como jogo de xadrez. A ideia era colocar discos de músicas eruditas. Eles comprassem um som e a gente botava os discos. Então, as Malas do Livro, que eu acho que o Luiz conhece, fizeram uma revolução na leitura. Eu vi muito jovem que disse: "Eu nunca tinha pegado em um livro a não ser na escola, e obrigado", porque bola todo mundo tem em casa, mas livro não tem todo mundo. Passou a ter.

E eu vou mais longe, a gente precisa fazer o que o Presidente Chávez, digam o que quiser lá dele, e muitas das críticas não se tem razão, mas ele fez uma coisa, escolheu 12 livros, não sei se bem escolhidos, pode ser que seja com viés ideológico, e deu a cada casa uma caixa com aqueles 12 livros. Tem Dom Quixote... São os clássicos. Não sei se nesses clássicos ele incluiu alguma coisa bolivariana ou não, mas são os clássicos, e deu para cada casa uma biblioteca, é uma caixinha assim. Os livros são bem fininhos, ele botou em uma edição tipo revista, mas a gente precisa fazer coisas assim, mais revolucionárias, mas tudo passa pela erradicação do analfabetismo dos adultos e pela alfabetização das crianças antes dos seis e o no máximo sete anos de idade. É por aí que a gente vai fazer a revolução da leitura no Brasil.

E, finalmente, o mundo era dividido por renda *per capita*. E eu espero que um dia a gente divida os países, coloque a ordem dos países pelo número de livros lidos *per capita*. Quando a gente tiver os países classificados entre bons e maus pelo índice de leitura *per capita*, a gente vai estar muito melhor de que na renda e no PIB per capita.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como vocês viram, a gente tem que sonhar e sonhar alto, e buscar o sonho, ir atrás. Lutar por ele, porque nada é impossível se a gente acredita. Eu vou passar... Como tem só um questionamento do Senador Flávio Arns, vou passar para a Jaqueline de Grammond, da Universidade Federal de São João del-Rei, depois à Mirela Carvalho, à Roseane Santiago, da Andes, e à Adriana Lopes, do gabinete do Senador Gilberto Goellner. E à Mirela Carvalho, do IPEA. Primeiro a Jaqueline de Grammond, da Universidade Federal São João del-Rei, e nós vamos marcar o tempo para que todos possam participar.

SRA. JAQUELINE DE GRAMMOND: Bom, ontem eu falei da minha tese, eu fiz uma tese de douto-

rado sobre as políticas de promoção de leitura e, nessa tese, eu... O título já fala de duas coisas que acho importante. Primeiro, os livros andam, e a biblioteca e a experiência do Luiz incentivam essa característica do livro. O livro tem que andar, o livro tem que ir atrás dos leitores, o livro tem que estar à disposição. E a segunda é que para isso são três perspectivas que vão um pouco de encontro com que o Senador Cristovam falou, nós temos que disponibilizar o livro, criar as condições materiais para isso, mas o acesso também é importante, são as condições sociais, a perspectiva da escolarização, da alfabetização e o processo de apropriação dos livros, também, que é se envolver com eles de fato e poder absorver aquilo que o livro nos trás, que é uma outra perspectiva.

E aí as três experiências mostram isso. E uma coisa importante para essa apropriação é mudar a concepção de biblioteca que a gente tinha, que acho que as três experiências mostram isso: a concepção daquela biblioteca que era o lugar que guardava os livros, o importante era o livro, e o leitor tinha que ser muito cuidadoso com o livro. Então, era... A biblioteca era o espaço do silêncio, do cuidado excessivo com o livro, como se o livro existisse sem o leitor, que foi até o que a Ana Glória colocou. O livro não existe sem o leitor, ele só tem vida com o leitor. Então, mudar essa concepção de biblioteca é muito importante.

Na minha pesquisa, alguns jovens, conversando sobre uma biblioteca que tinha, era uma biblioteca de padres, mas que atendia a comunidade, falavam: "Eu fui lá só uma vez, porque lá a gente não pode conversar, não pode entrar de boné, não pode..." Não pode, não pode e não pode. [soa a campainha] E aqui tudo pode, as experiências estão mostrando que a biblioteca é um lugar de prazer, de contação de história, de se vestir de personagens... E na do Luiz, então... É uma biblioteca completamente aberta, completamente ao ar livre. Eu acho fantástico. Em Brasília eu não tenho nenhuma foto em nenhum monumento, mas eu tenho uma foto minha do lado de uma estante lá da Asa Norte, porque eu achei realmente fantástica a experiência, e acho que a gente tem que fazer muitas experiências desse tipo. É uma biblioteca, é uma biblioteca aberta. Eu acho... A radicalização do que nós estamos falando aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Que bom. Ótimo, Jaqueline, a gente poder ouvir que a academia, o conteúdo, aquilo que nós temos, pode ser transformado rápido na prática por pessoas como o Luiz, como outras tantas nesse país, que aprenderam vivendo que é importante disseminar o livro. A Mirela Carvalho, do IPEA.

SRA. MIRELA CARVALHO PEREIRA DA SILVA: Bom, em primeiro lugar, queria parabenizar o Luiz, a Márcia e a Ana Glória. E o que eu vou falar, eu acho que a minha fala tem muita identidade com que o Senador Cristovam estava colocando, de que são experiências individuais belíssimas, mas que a gente precisa articular com uma política nacional de leitura e valorizar isso tudo que vocês estão fazendo.

Então, eu queria colocar só dois pontos. Eu tinha mais pontos para colocar, mas tem pouco tempo, então vou colocar dois. Em primeiro lugar, acho que da fala de vocês eu percebi que talvez a gente use essa visão de biblioteca comunitária com dois sentidos, que às vezes parecem um pouco misturados e que talvez seja bom, para a gente pensar essa política nacional de leitura, separá-los. Uma coisa é a gente, quando fala de comunidade, biblioteca comunitária, eu vejo muito essa preocupação que vocês colocaram de mobilizar a demanda para o uso da biblioteca e para a leitura. E isso é um fenômeno que tem em qualquer programa social.

A gente, no caso do analfabetismo, precisa trabalhar na demanda, precisa estimular a demanda, precisa fazer com que as pessoas queiram se alfabetizar. No Bolsa Família a gente criou todo um incentivo para poder incentivar as mães a manterem seus filhos nas escolas, as crianças a ficarem nas escolas, que começou lá atrás, com o Bolsa Escola, também essa mesma filosofia para o caso da saúde, os cuidados com a saúde básica... Então, estimular a demanda é um passo fundamental de qualquer ação, política social, que a gente tenha que trabalhar. E eu vejo muito nas ações de vocês essa preocupação com o lado da demanda. E até a fala, agora, da Jaqueline, reforçando. Então, que coisas que a gente... Vocês têm o repertório super rico de como incentivar a demanda, que é uma ação fundamental pra gente poder ter resultado, ter impacto.

Aí, por outro lado, o que eu fiquei pensando foi o seguinte: porém vocês falaram... O Luiz, do patrocínio da PETROBRAS, como foi importante, a Márcia com... Enfim, o sistema S por trás, o SESC, a Ana Glória com a Prefeitura, e aí me fez pensar em um segundo sentido de biblioteca comunitária, que talvez a gente tenha que discutir mais, [soa a campainha] que é a sustentabilidade. A comunidade como provedora do custeio da biblioteca, que é totalmente diferente dessa visão de comunidade que a gente usa na hora que a gente está falando de estimular a demanda, porque essa segunda noção de biblioteca comunitária que eu estou colocando aqui é o lado da oferta, como a gente vai sustentar essa oferta ao longo do tempo.

Vocês têm a tranquilidade de ter uma sustentabilidade garantida e podem estar aí se articulando para trabalhar pelo lado da demanda. Agora, uma biblioteca, ter que matar um leão todo dia para garantir pagamento de funcionário, fica mais difícil. Então, a questão que eu estou querendo colocar é a gente associar e ter políticas para apoiar vocês, que já estão fazendo coisas para o lado da demanda e políticas para que essas bibliotecas possam ser sustentáveis e os funcionários possam ter a tranquilidade de se dedicar exclusivamente à leitura, promoção de leitura e etc., e não como é que eles vão receber o salário deles no mês que vem, porque a biblioteca é comunitária e precisa arrumar recurso todo mês.

Então, eu só queria colocar essas duas provocações, para a gente discutir, e o último ponto... Essas duas provocações são o meu primeiro ponto, fazem parte do primeiro ponto. O segundo ponto é o seguinte: como a gente pode pensar as bibliotecas, e principalmente o depoimento do Luiz, que é uma biblioteca muito informal e muito capilar, tem uma capilaridade muito grande, como a gente pode aproveitar essas experiências, não só como porta de entrada para o mundo da cultura, como vocês mesmos já colocaram, que acaba envolvendo os participantes com teatro, com outras artes, mas também como a gente pode transformar esses lugares como uma porta de entrada para toda a oferta de serviços culturais nesse país, públicos ou privados? Porque isso também é muito importante. Como a gente leva informação para essas bibliotecas, de modo que as pessoas que frequentam essas bibliotecas saibam o que está acontecendo e que outros serviços elas podem ter acesso, públicos ou privados, no mundo da cultura? E aí a gente precisa discutir também o seguinte: que tipo de informação sobre cultura a gente vai potencializar nessas bibliotecas? Serviços para as pessoas consumirem cultura, que tipo de serviços que tem para teatro, temporada popular, para cinema, para... Enfim, exposições, etc., mas que tipos de serviços existem para a produção de cultura. Você que está querendo ser um escritor, tem curso; você que está querendo ser ator, tem curso... Então, a gente pensar que ações que a gente pode fazer para potencializar essa capilaridade que vocês já têm, e levar informação para a população e unificar, integrar essas políticas todas de cultura.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. A Roseane Santiago, da Andes.

SRA. ROSEANE SANTIAGO: Bom-dia a todos e a todas. Obrigada pelo convite, em estar participando aqui, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Eu gostaria, inicialmente, de parabenizar. Hoje é o Dia do Professor. Então, o maior amigo do professor é o livro, sem dúvida. Então, parabenizo todos os docentes, parabenizo aqui de coração, uma pessoa que eu admiro muito que é o Professor Cristovam Buarque. Eu sou sua fã. [risos] Pessoalmente, eu sou sua fã, e o senhor citou, relacionou todos os pontos que eu iria me referir.

Então, quando a gente está... Eu sou docente da Universidade Federal de Roraima, e nós encontramos, na realidade, uma defasagem muito grande em termos de escrita e leitura nos nossos alunos, e aí, conversando com os nossos companheiros do Brasil todo, a deficiência é a mesma. Em relação à leitura, ler, interpretar e saber escrever. Isso é importante. Então, a leitura é fundamental. Ela é fundamental para a formação do indivíduo, é fundamental para que cada um tenha... Saiba reconhecer sua cidadania. Então, parabenizo.

Olha, a ideia de uma biblioteca itinerante é fantástica. O SESC em si é realmente muito fantástico esse projeto. Ana Glória, nossa, sou nordestina, sou pernambucana também, Ana. Então, é fantástico esse projeto. Acho que você, através da cultura, dos contadores de história, você faz um resgate social, faz um resgate da identidade, mas eu também parabenizo o Luiz, que é uma coisa muito importante, ele consegue associar, vai muito mais além do que simplesmente ler, mas divulgando a cultura local, divulgando também o hábito da música, o hábito de ler poesia, isso é fantástico. Isso dá realmente [soa a campainha] um grande exemplo do que é ser um bom cidadão.

Então, gente, eu acredito que vocês, que são Srs. Senadores, são da Comissão de Educação, eu acho que promover a leitura não é só... Não é suficiente, mas é também investir na alfabetização de milhões de brasileiros, como o professor Cristovam Buarque. Então, finalizo parabenizando a vocês pelo evento, principalmente também a todos os docentes desse país, que realmente fazem o desenvolvimento desse país. Obrigada e bom dia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Roseane. Você lembrou aqui, hoje, o dia 15. À tarde nós temos uma Sessão Solene, proposta pelo Senador Cristovam Buarque, para nós discutirmos, falarmos a respeito da importância do professor no processo educativo. Adriana Lopes, do gabinete do Senador Gilberto Goellner.

SRA. ADRIANA LOPES: Bom-dia. Eu queria expor para os amigos, aqui, que o Senador Gilberto promove uma biblioteca itinerante no Estado do Mato Grosso. Pouquíssimas pessoas sabem disso. É um projeto novo, que tem cerca de um ano, apenas. Então, eu queria fazer uma pergunta para a Márcia, que

pode esclarecer e ajudar a gente na questão desse ônibus biblioteca, que é a questão do empréstimo, que a gente não está conseguindo fazer empréstimo, que não sabe como fazer. Queria perguntar para você se vocês fazem um pré-cadastramento, como funciona esse empréstimo, que a gente está tendo dificuldade nesse sentido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ótimo. Obrigada, Adriana. Passo, então, a palavra agora aos nossos convidados, que vão fazer comentários a respeito das falas dessa manhã, aqui, dos nossos senadores e todas as mulheres que perguntaram aí, para contrapor aos nossos senadores. Márcia, a primeira, e aí já faz o seu encerramento também, Márcia.

SRA. MÁRCIA LEITE: Começar respondendo a você. Quer dizer, nós temos o empréstimo formal. Criança ou adulto se inscreve com endereço, dizendo onde ele mora, algum comprovante de residência, quando é possível isso, mas a gente confia nos dados que essa pessoa está trazendo para a gente. E ele leva o livro para casa e volta a cada 15 dias com os livros. Quando não volta, muitas vezes a gente liga, a gente procura, a gente vai até a casa dele, conversar, conhecer. É uma forma, inclusive, de se aproximar dessa realidade.

Agora, tem outras experiências também onde não tem essa preocupação, tem apenas o combinado, se é ambulante, se essa biblioteca vai voltar em algum dia, qual é esse dia. E se não for, se ela estiver sempre ali, quando o leitor terminar a leitura, ele pode devolver. Não precisa essa obrigatoriedade. Isso é uma boa discussão. Nós tivemos aqui... Temos aqui a experiência do Amorim e temos outras, temos experiência no Rio, as escolas estão colocando na porta da... Nas suas portas uma estante aberta aos pais, às babás, aos irmãos mais velhos, ao pipoqueiro, aos motoristas que pegam as crianças, e tem sido um sucesso. Não tem data de entrega, nenhuma inscrição prévia. Então, eu acho que são diferentes possibilidades, e um pouco nesse sentido que a Jaqueline trouxe, de a gente soltar o livro. Claro que respeitando esse lugar da informação, do conhecimento, entendendo que essa informação tem que estar organizada, mas possibilitando outros acessos de outras formas.

Bom, o horário das bibliotecas do SESC, respondendo ao Senador Flávio Arns, ela funciona de manhã, de tarde, de noite e aos finais de semana. As bibliotecas, dependendo da localidade, elas funcionam plenamente manhã, tarde e noite e aos sábados todos. Algumas, inclusive, aos domingos. O caminhãozinho depende da localidade. Quando ele está em escola funciona de manhã, de tarde, às vezes à noite também, às vezes só tarde e noite, às vezes só de manhã e à tarde... Nas praças ele funciona aos finais de semana. Nós estamos montando esses horários em função, inclusive, da característica de cada ponto em que ele se encontra, exatamente para chegar perto de todo mundo e chegar perto da comunidade.

E em relação à Mirela, você traz uma questão importante da demanda, tem que promover, criar essa demanda, criar essa necessidade, dizia o educador francês Freinet: "Cavalo que não tem sede não bebe água". A gente precisa criar a sede, a vontade, o desejo. Então, isso é o passo fundamental. Não adianta chegar lá e oferecer o livro. Tem que criar esse elo, até porque, infelizmente, a escola não cria. Infelizmente a escola de modo geral, claro que eu estou generalizando, acaba afastando a garotada da leitura.

Primeiro, que a biblioteca é o lugar do castigo. Mais do que... Pior ainda do que o depósito de livro. É o lugar do castigo. Vai para a biblioteca. Hoje eu já começo a ver até em anúncios da Coca-Cola, a biblioteca é o lugar do namoro. Achei interessante isso. Inclusive alguns filmes têm a biblioteca como o lugar do namoro. Não sei se é porque ninguém vai, [soa a campainha] mas pelo menos... Mais do que alguma coisa do que o castigo para acontecer nesse espaço. E, nesse sentido, o SESC trabalha na questão da demanda também não só com as apresentações e difusão dos artistas e da arte brasileira, mas também na formação. Nossas bibliotecas têm, além da biblioteca, do acervo comum aberto ao público, nós temos bibliotecas de bancos de textos teatrais, específicos, nós temos bibliotecas de músicas, específicas de músicas, de artes plásticas... Biblioteca de educação ambiental... Enfim, muito próprias para formar o artista, para formar o especialista... Em função de cada comunidade. Aí sim, nesse diálogo que a biblioteca tem que ter com o seu entorno.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Márcia. Mais algum?

SRA. MÁRCIA LEITE: Só para fechar aqui, conversando um pouquinho, dialogando um pouquinho com o Senador Cristovam Buarque. Assim, eu sou professora universitária de alfabetização. Olha só. Eu formo professores alfabetizadores. E nós temos grandes nós no nosso sistema de ensino. Primeiro, que o próprio curso de formação de professores não aproxima o professor do livro, aproxima do xerox. Então, é uma discussão, é... A gente precisa discutir seriamente essa relação da formação de professores, porque hoje é uma profusão de xerox, de pastas xerox nas universidades, porque o livro é caro, porque o aluno, futuro professor, não tem como ter acesso ao livro.

Então, é uma discussão que essa Casa precisa ter e também precisa transformar em uma política de

incentivo a que o professor, futuro professor, receba os livros e possa ter prazer também por esse livro. E por último, claro que a gente lê porque a gente gosta, e a gente lê porque tem prazer, mas a gente lê também porque precisa ler e a gente lê também porque, mesmo que o momento da leitura seja penoso e faz com que a gente abra mão de muitas outras coisas para se dedicar ali, se concentrar ali, o produto final daquela leitura é prazeroso. Muitas vezes por trás de um discurso de que lhe é prazeroso, a gente acaba afastando esse jovem, essa criança da leitura, porque muitas vezes também não é.

Agora, o produto final daquela leitura é que traz o prazer. Então, a gente precisa também, em uma dimensão de uma política pública, pensar nessa leitura que vai além do prazer, uma leitura que vai na construção de conhecimento, na construção desse sujeito que exige, muitas vezes, sacrifício, exige que ele abra mão, faça opções na sua vida para poder se dedicar ao livro.

E aí, por último, assim, mais do que nunca, são muitas experiências, muitas experiências importantes, muitas instituições... Acho que a questão da biblioteca comunitária tem que estar articulada a uma instituição, no final das contas. Não tem jeito, alguém tem que se responsabilizar por essa sustentabilidade, mesmo que seja uma instituição de uma gestão participativa, que seja um conselho comunitário... Enfim, mas alguém tem que se responsabilizar por ela, alguém pessoa jurídica. E dessa forma que a gente possa pensar em criar uma rede nacional com todas essas experiências, e divulgar todas essas experiências e somar esforços no sentido de fazermos bibliotecas em cada bairro. Não só a mala, claro, a mala também, como um ponto de partida, mas que a gente faça bibliotecas e mais do que isso, que a gente possa ter centros culturais e educativos em cada bairro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ok. Márcia Leite. Não, então... Encerrando, que nós temos uma segunda Mesa e já são onze e meia, então os convidados da segunda Mesa não vão poder participar.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu queria fazer só uma perguntinha. Pode ser, sobre o problema da alfabetização, que é uma dúvida que eu sempre tenho e discussão que tenho com o pessoal das universidades, mas antes eu quero dizer que quando a gente vai ficando mais velho muda a perspectiva, uma que muda minha expectativa, que antes eu achava que ler podia tomar tempo de outras coisas. Agora, acho que tudo que eu faço está tomando tempo da leitura, [risos] porque eu peguei a média de esperança de vida 73 anos, diminuiu quantos anos eu tenho, que eu não vou falar, e calculei quantos livros ainda dava pra ler. E não são muitos, não. [risos] Não são muitos.

A não ser que... Como uma vez uma criança perguntou: "como é que é o céu?" Para mim o céu é um avião em classe turística, cheio de livros. Um avião biblioteca. Por que o avião? Primeiro que é bonito estar no avião. Segundo, porque não tem telefone. [risos] Então é uma maravilha, mas eu queria fazer uma pergunta. Eu, na minha briga pela alfabetização, às vezes tenho uma discordância, ou eles têm uma discordância comigo o pessoal das faculdades de pedagogia. Eu insisto que a alfabetização tem que ser a busca de erradicar, e não processo de alfabetizar sem prazo. Segundo, eu acho que o programa tem que envolver pessoas que, com o curto treinamento, já pode ser alfabetizador. E muitas pessoas da pedagogia acham que isso não dá certo, que para você alfabetizar tem que ter quatro anos de faculdade para aprender a alfabetizar.

Se for assim, acho que a gente não vai conseguir nunca erradicar a não ser quando morrerem os atuais adultos analfabetos e a escola for boa e fechar a torneirinha do ensino fundamental que produz analfabeto. Eu queria a sua posição. A gente tem ou não como treinar pessoas como eu fui treinado quando jovem, em Pernambuco, participando do programa de Paulo Freire, eu fui treinado para ser alfabetizador, e eu acho que eu dei conta, como alfabetizador, durante meu curso de engenharia. Eu tinha umas horas por noite para ser alfabetizador. Eu não acredito que tenha sido mais de 15 dias de treinamento para eu ensinar como escrever. Eu queria ouvir sua opinião como professora da área e como professora de alfabetização. E eu me esqueci de perguntar se você trabalha como professora de alfabetização para criança ou de alfabetização para adultos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Márcia, um minuto.

SRA. MÁRCIA LEITE: Eu só tenho um minuto para responder o que eu levo um ano falando em sala de aula para lhe responder, senador. Primeiro, eu comecei... Eu comecei a trabalhar como alfabetizadora do MOBRAL nos anos 70, e era adolescente, fazia ensino médio. E alfabetizava, teoricamente, em três meses. Hoje, eu acho que não é isso. Acho, não, tenho certeza, porque quem já sabia para que servia ler e escrever, às vezes até se alfabetiza em três meses, mas para quem não sabe precisa mais tempo. E é um processo que não tem início nem fim determinado. Ele realmente ele vai se aprimorando. Nós nos alfabetizamos ao longo da vida. A gente cada dia está escrevendo melhor, lendo mais, gostando mais... Aprimorando nossa escrita--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas tem uma diferença, tem uma linha que corta. Quem sabe e quem não sabe ler.

SRA. MÁRCIA LEITE: Mas esse corte não depende de aquisição de mecanismo, depende da construção de uma linguagem. É essa a diferença, que em um minuto não vai dar tempo de esclarecer. Uma coisa depende da outra, se relacionam, caminham juntos, mas não é só decorar... E não é só uma questão de maturidade nem uma questão de decorar e de codificar signos. É uma questão de compreender e fazer uso daquela linguagem. Então, exige mais tempo. Eu posso até decorar as letras, entender o mecanismo em um tempo curto, mas me tornar alfabetizada eu vou precisar de mais tempo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas aí é a leitura-ação, não precisa estar na escola. Se você tem um programa de distribuição de livros, livros simples, com vocabulário curto, consegue isso, mas, então, é um ano para discutir, mas eu acho que esse é um dos problemas que está esbarrando, impedindo que o Brasil alfabetize seus 14 milhões, porque entramos no enfoque de que não tem que ter prazo para resolver o problema.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Esse que é o problema. Queremos agradecer também a presença, aqui, do Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul, que é outro grande companheiro dessa comissão. Sra. Ana Glória de Morais Silva, que é Coordenadora da Biblioteca Comunidade "Ler é Preciso", de Garanhuns.

SRA. ANA GLÓRIA DE MORAIS SILVA: Gostaria de esclarecer a questão e concordar quando o Senador Flávio Arns falou de a gente abrir à noite e durante os finais de semana. Isso ainda não é possível. Ainda, vale salientar. Nós estamos fazendo eventos para ver se vai acostumando a comunidade, os servidores que são municipais... Então, a gente está vendo se organiza isso de tal forma de que a biblioteca seja procurada no final de semana e nos períodos noturnos e a gente também arrume pessoas para trabalhar nela.

Fiquei muito satisfeita com a fala do Senador Roberto Cavalcanti e dos outros também, porque eu consegui passar para vocês, pela fala dos senadores, e de vocês também, da platéia em geral, eu fiquei muito satisfeita porque deu para passar para vocês, deu pra entender que vocês conceberam o que é nosso trabalho lá em Garanhuns. Qual é o foco do nosso trabalho, que é desenvolver o gosto pela leitura e a que custo. A que custo, é fazendo dos desafios trampolins. Essa é a mais pura verdade. Então, se existe um obstáculo, a gente não vai parar nele. A gente vai fazer dele um trampolim para alcançar o nosso objetivo, que é expandir a leitura e desenvolver o gosto pela leitura.

As pessoas têm que aprender a gostar de ler, porque isso é muito bom. A gente tenta apresentar a elas de diversas formas e eu tenho certeza que nós vamos conseguir, como eu consegui passar para vocês aqui o nosso ideal. E quanto à Mirela, você colocou um ponto crucial, mas aí... A busca de recursos, de fato, para que a gente não esteja matando um leão por dia, para que a gente consiga, de fato, projetar cada vez mais e agir cada vez mais em relação à leitura, nós precisamos de patrocinadores, nós precisamos de recurso, nós precisamos de apoio financeiro, mas aí eu penso que nós estamos na casa certa. Nós estamos aqui no Senado Federal apresentando nossas experiências, sensibilizando os senadores, e creio que a partir desse momento, desse nosso encontro, vão surgir muito mais políticas em relação ao livro didático. Em relação ao livro didático... Desculpa, ao livro literário, ou seja, ao apoio das nossas ações.

Então, isso aí fica para todos os senadores. Gostaria de agradecer muito a presença de todos vocês aqui, foi muito satisfatório [soa a campainha] estar presente e a pergunta de Mirela foi crucial, porque na verdade nós... Repetindo, nós estamos na casa certa, que é a casa de educação, onde nós veremos no futuro que esse seminário vai trazer muitos resultados positivos. É o que eu espero e é o que eu percebo pela fala dos senadores. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Muito obrigada, Ana Glória. Só que ela está colocando muita responsabilidade em cima desta Casa e dos senadores, dizer que, infelizmente, nós não somos executores, não somos prefeitos, não somos governadores, não somos Presidente da República, e, portanto, nós... O que fazemos aqui é instigar, acompanhar, lutar para que as coisas aconteçam nesse país e fazer o que nós estamos fazendo hoje aqui, que as pessoas realmente, em todo o país, que estão nos vendo e ouvindo através da TV Senado, possam sentir o gosto que é em qualquer lugar é o lugar de ler e aprender. Eu quero passar a palavra ao Luiz Amorim, que é o nosso último convidado, para suas considerações finais.

SR. LUIZ AMORIM: Eu quero agradecer o evento e saio daqui com aquela vontade de trabalhar mais ainda e bem mais motivado. E quero agradecer muito as apresentações, as falas, memorizei bastante coisa e vou sair daqui trabalhando mais e mais motivado. Então, quero parabenizar a todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Luiz. Eu quero dizer que nós vamos ter 15 minutos de intervalo e depois nós te-

mos a segunda Mesa. A segunda Mesa é: "Modelos de atendimento e experiências concretas", com a Sra. Áurea Alencar, que é Gerente de Educação, Arte e Cultura do Instituto C&A; o Sr. Antônio José Matias de Sousa, Diretor Operacional da Rede Gasol de Combustíveis do DF; a Sra. Silvana Rausis Fcachenco, Coordenadora de Comunicação da Biblioteca Comunitária Vila das Torres, no Paraná; e o Sr. Bartolomeu Campos de Queirós, escritor de Minas Gerais.

Quero terminar essa primeira Mesa dizendo que esse é o seminário "Dia e Semana Nacional da Leitura", iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, em parceria com o Instituto Ecofuturo. Portanto, um *coffee break* de 15 minutos. Aí fora, no corredor.

[Sessão suspensa às 11h40].

[Sessão reaberta às 12h00].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Estamos abrindo a segunda Mesa desta manhã, do seminário ""Dia e Semana Nacional da Leitura"", uma iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal em parceria com o Instituto Ecofuturo. A primeira Mesa terminou agora há pouco, e nós vamos começar agora... Vamos começar agora com os... Reabrindo a segunda parte da terceira Mesa deste seminário, que... Com a presença de todos os senhores e senhoras.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos para compor a segunda parte da terceira Mesa, "Modelos de atendimento e experiências concretas", a Sra. Áurea Alencar, Gerente de Educação, Arte e Cultura do Instituto C&A; o Sr. Antônio José Matias de Sousa, Diretor Operacional da Rede Gasol de Combustíveis do Distrito Federal; a Sra. Silvana Rausis Fcachenco, Coordenadora de Comunicação da Biblioteca Comunitária Vila das Torres, do Paraná; e o Sr. Bartolomeu Campos de Queirós, escritor de Minas Gerais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Portanto, nessa Mesa, a terceira Mesa, que é a Mesa final desse seminário. "Modelos de atendimento e experiências concretas". Quero passar a palavra, aqui, à Sra. Áurea Alencar, Gerente de Educação, Arte e Cultura do Instituto C&A. Áurea, tem 20 minutos.

SRA. ÁUREA ALENCAR: Ótimo, controlando é melhor. Bom-dia, Senadora Marisa Serrano, bom-dia à Mesa. Bom-dia não, acho que já é boa-tarde. Bom-dia a todos os participantes e todas as participantes aqui presentes.

Eu falo aqui, representando o Instituto C&A, e mais quase cem organizações parceiras no Programa Prazer em Ler. O Programa Prazer em Ler foi criado pelo Instituto C&A. Eu gostaria só de situar um pouquinho, rapidamente, o Instituto C&A. O Instituto C&A foi criado para planejar e organizar as ações sociais da C&A Modas. A C&A Modas é uma organização, é uma empresa que foi de origem holandesa, fundada em 1841, na Holanda, e ela está no Brasil, a C&A, desde 1976, a primeira loja foi em São Paulo, hoje está presente em torno de 70 municípios do Brasil.

E quando a C&A fundou o Instituto C&A, em 1971, foi exatamente com essa finalidade, de organizar e planejar as ações sociais. Tem como foco a educação, e como público a educação de crianças e adolescentes. Como o Instituto C&A atua? Apoiando técnica e financeiramente projetos desenvolvidos por organizações de atendimento direto à criança e ao adolescente, também apóia técnica e financeiramente instituições voltadas a fortalecer organizações sociais que atuem com foco na infância e na adolescência.

Princípio de parceria, que é a nossa forma de se relacionar, buscando a articulação de distintos atores sociais, potencializando competências e preservando suas identidades, agem conjuntamente em favor de causas mútuas. O instituto tem seis programas, tem o Programa Prazer em Ler, o Programa de Educação Integral, o Programa de Educação Infantil, Programa de Redes e Alianças, Programa de Desenvolvimento Institucional e o Programa de Voluntariado, que é uma ação voltada para os funcionários da C&A, uma ação de participação social.

Bom, dentro da área de educação, arte e cultura, nós temos o Programa Prazer em Ler, que é dele que vou apresentar, que eu vou ter o prazer de apresentar para vocês. O princípio do programa, aquilo que nos move, que acreditamos, é que ler é uma prática social fundamental à formação do cidadão e importante via de acesso ao conhecimento e à cultura. O programa se estrutura em torno de três eixos, que é espaço, acervo e mediação. E tem como diretriz para a ação, as diretrizes para a ação assegurar condições para que a participação da família e da comunidade em espaços de leitura... Estimular a criação de espaços organizados, equipados, com material de leitura diversificado.

Esse é um aspecto importantíssimo, porque a gente constatou, na nossa experiência, que não basta a democratização do acesso ao livro. O acesso ao livro é um dos aspectos importantes, claro, na formação do leitor, mas é preciso estimular, incentivar a criação de espaços organizados, com acervo diversificado e com uma mediação de qualidade. O programa também... Volta ainda. Por favor, volta. Ele também assegura, e está nas nossas diretrizes, a formação de mediadores de leitura. Como programa, ele está... Ele funciona por um ciclo de três anos, durante esses três anos com as

mesmas organizações nós asseguramos a formação desses mediadores de leitura.

Também é diretriz estimular a coesão de forças da comunidade como bibliotecas escolares, bibliotecas comunitárias, grupos organizados e afins para a promoção da leitura. Também, por último, assegurar à criança e adolescente o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro. O objetivo geral do programa, e está aqui o nosso grande desafio, que é promover a formação de leitores e desenvolver o gosto pela leitura por meio de ações continuadas e sustentáveis de articulação com distintos agentes de leitura no Brasil.

Como eu falei anteriormente, é um grande desafio. Platão diz uma coisa que... "Como posso desejar um bem se a ele não eu tive acesso?" E está no cerne da formação do leitor e no desenvolvimento do gosto pela leitura essa relação... Criar essa relação de afeto com o livro. Nesse sentido, eu digo que é o nosso grande desafio. Não basta fornecer o livro, mas tem todo um conjunto de ações, de fatores, que são necessários para desenvolver o gosto pela leitura.

Dentre os nossos objetivos específicos, nós temos o desenvolvimento de projetos de leitura em diferentes espaços, ONGs, escolas, bibliotecas comunitárias... Nós temos a disseminação à sociedade em geral da importância da leitura, e nós temos a articulação dos diferentes agentes sociais que atuam ou podem atuar na promoção da leitura. Próximo. E aí, dentro disso, alguns dos nossos resultados no primeiro ciclo, que foi 2006, é um programa relativamente novo, de 2006 a 2008, que nós agora entramos no segundo ciclo.

O instituto investiu, em média, por projeto, 75 mil reais no desenvolvimento desses projetos, em acervo, recursos humanos, adequação dos espaços. E tivemos 86 dos espaços de leitura das instituições participantes foram implantadas pelo Programa Prazer em Ler. 96 dos educadores, mediadores de leitura afirmaram ter ampliado seus repertórios de leitura. Cem por cento dos educadores mediadores de leitura participaram da formação. Isso é um dado fantástico para a gente. 84% dos espaços são abertos à comunidade com aumento significativo no número de empréstimos, o que não ocorria ou ocorria pouco em 2006. 100% das instituições alcançaram patamar mínimo de mil livros por espaço, conforme previa o programa em três anos, e 20% mais de cinco mil livros. 98% das instituições têm presença permanente de educadores, mediadores, nos espaços de leitura, em 70% dos projetos há três ou mais mediadores.

Esse também é um grande desafio para a gente, educadores, porque é muito importante nesses espaços ter uma mediação qualificada, com profissionais qualificados para essa ação. E a manutenção desses profissionais é realmente um grande desafio, que às vezes compromete a sustentabilidade dos projetos de leitura. 98% das instituições têm presença permanente... Desculpa. 79 dos educadores, mediadores de leitura, realizam planejamento das atividades de promoção de leitura. Em relação ainda ao desenvolvimento de projeto, e aí, diretamente relacionado com o público participante, constatou-se uma melhoria na capacidade de expressão das crianças e adolescentes; intensificação do gosto pela leitura, isso podendo ser medido quando a gente estabeleceu categorias de comportamento do leitor; autonomia na busca, na busca da procura do livro; a frequência com que foi tendo dessas crianças e adolescentes nesses espaços; o aumento da procura; ampliação do repertório de leitura dos jovens; envolvimento das famílias com a formação leitora, são espaços abertos à comunidade e que há... Cada vez mais se constata a participação das famílias nesses espaços, criança lendo para os pais, às vezes pais analfabetos, a família lendo com a criança, enfim, contribuindo nesse fortalecimento dos vínculos da família com as crianças.

Nesse sentido, aí a gente fez inclusive uma pesquisa junto com a CIESP, da universidade... Da PUC do Rio, uma pesquisa onde podemos constatar o quanto a leitura e o livro fortalecem esses elos, esses vínculos junto à criança e sua família. Está em fase final, a gente vai estar publicando isso. Educadores e mediadores sentem-se mais capazes de animar a leitura nesses espaços de promoção da leitura. E em relação à disseminação, nós fizemos encartes em jornal, em São Paulo, em Natal, realizamos junto com a FNLIJ, grande parceiro nosso, aprendemos também muito com a FNLIJ aí nesse percurso, fizemos o Seminário Nos Caminhos da Leitura, em São Paulo, publicamos também um livro em parceria com a FNLIJ, Nos Caminhos da Literatura, fizemos seminários em Natal, Aracaju, Recife... E temos publicações do Programa Prazer em Ler, agenda do educador, mediador de leitura. Em relação... Faltou a articulação.

Para alcançar os nossos objetivos em relação à articulação, estimulamos a criação de uma rede, no Norte e Nordeste, de promoção da leitura, composta por 13 instituições sociais, apoiamos o Salão do Livro, da FNLIJ, participamos de formação dos professores em São Paulo e em Natal, apoiamos seminário, também em Recife, e também apoiamos o Seminário de Autores Indígenas realizados junto com a FNLIJ.

Aí, em números gerais, atuamos em 56 Municípios, fizemos o investimento primeiro nos três... No primeiro ciclo de três anos, de 19 milhões e 500, com esses dados aí, presente em 56 municípios, uma média de 42 mil crianças percorrendo por esses espaços, 14

mil famílias... São números que podemos apresentar. Em relação ao segundo ciclo, que iniciamos esse ano, como nós trabalhamos do primeiro ciclo com instituições individual, com a instituição individualmente, nós fomos estimulando a criação de pólos, e esse ano nós já estamos com nove pólos, com Porto Alegre, Curitiba, Cuiabá, São Luís, João Pessoa, Recife, Salvador, e mais 28 bibliotecas. E essas instituições, nós estamos convidando para construir conosco, esse ano, o programa e ampliação dos pólos para o ano que vem. Nós temos dois pólos com escola pública, que é em Natal e em Parati, nós lançamos também esse ano Concurso Escola de Leitores no Rio de Janeiro, com a Secretaria Municipal de Educação em Natal, Parati e São Paulo que é uma ação de mobilização das escolas para a construção e aprimoramento dos seus projetos de leitura como uma proposta dentro da proposta política pedagógica da escola. Para o ano que vem está prevista a criação de 15 pólos, com uma média de 150 bibliotecas, espaços de leitura. Manteremos o Concurso Escola de Leitores e para o ano de 2011, quando fecha o segundo ciclo, a gente quer estar com 20 pólos construídos.

E... Falando do movimento. Bom, a gente dentro ainda das articulações, a dois meses atrás a gente iniciou uma conversa com algumas instituições que já estão... Porque é um desafio juntar pessoas. E aí, como nós já tínhamos ações, a Fundação Nacional do Livro, o Instituto Ecofuturo, a Associação Casa Azul, o Centro Cultural Luiz Freire, a gente se juntou junto com o Bartolomeu, o escritor Bartolomeu Campos de Queirós para lançar um manifesto em defesa da leitura de literatura. E, nesse sentido, na FLIP, no dia 2 de julho, a gente lançou esse manifesto que desembocou em um movimento, ainda em construção, e que a gente gostaria de convidá-los a aderir a esse movimento, e para tanto, eu gostaria de a gente apresentar, rapidamente aqui, o site do movimento, que é www.brasilliterario.org.br, que hoje já conta com quase 2.500 assinaturas, e eu gostaria de apresentar o vídeo do Bartolomeu, que fala do Movimento Por um Brasil Literário.

[exibição de vídeo]

DEPOENTE*: --organizadora da Feira Literária de Parati, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, ao Instituto Ecofuturo, ao Centro de Cultura Luiz Freire, manifesta sua intenção de concorrer para fazer do país uma sociedade leitora. Reconhecemos como princípio o direito de todos de participarem da produção também literária.*

DEPOENTE*: Direito à leitura é um direito que não está escrito ainda. Nós precisamos lutar para escrever esse direito que todos têm, de participar da leitura literária. No passado, os ofícios e ocupações eram transmitidos de pai para filho, sem interferência da escola. A escola é um espaço necessário para instrumentalizar o sujeito e facilitar seu ingresso no trabalho, mas, pelo avanço das ciências humanas, compreende-se como inerente aos homens e mulheres a necessidade de manifestar e de dar corpo às suas capacidades inventivas.*

O homem é feito de real e de ideal. E a literatura, quando ela aparece para as crianças, ela traz esse diálogo com a fantasia. E a fantasia é o que existe de mais importante na construção do mundo. Se existe o novo é porque ele foi fantasiado anteriormente. Então, nós devemos à fantasia todo o desenvolvimento do mundo. Então, a educação não pode estar somente em informar o que já foi feito. A educação também tem que abrir uma porta para que o sujeito possa fantasiar o futuro e dar corpo a essa fantasia.

Então, eu vejo que a literatura é importante para que a educação se confirme também como o lugar da transformação, e não apenas o lugar da informação. É o que a literatura oferece e abre a todo aquele que deseja entregar-se à fantasia. Democratiza-se assim o poder de criar, imaginar, recriar, romper o limite do provável. Sua função reflexiva possibilita ao leitor dobrar-se sobre si mesmo e estabelecer uma prosa entre o real e o idealizado.

A gente só suporta o dia de hoje porque a gente tem uma perspectiva do amanhã. Então, isso tudo está no campo da fantasia. Não há como viver sem fantasiar. O próprio dia vivido de ontem, quando eu lembro dele, eu lembro com a fantasia. É quando eu digo assim, eu gostaria que meu pai fosse assim, assim, assim... É que eu me pergunto como ele é. É a fantasia que me remete ao real, e é o peso do real que me remete à fantasia.

Quando você lê, você dialoga com a fantasia do escritor. A leitura é um diálogo. Eu não sei se o fenômeno literário talvez seja a fantasia do escritor, dialogando com a fantasia do leitor e construindo uma terceira obra que nunca vai ser escrita. Talvez o fenômeno literário esteja aí, nessa subjetividade da leitura. E a escola, para mim, deveria se dedicar mais à leitura literária, para mim, hoje, porque o professor exerce sobre a criança uma função muito grande. A palavra professor para nós, socialmente, significa aquele que sabe. Professor é aquele que tem o que ensinar.

A pessoa que lê deixa vir à tona em qualquer conversa a sua ligação com a palavra. E o professor que não tem isso, esse encantamento pela palavra, pelo texto literário, ele nunca vai fazer uma formação de leitura. No meu ponto de vista e na minha experiência, ela aprende apenas para ser amada pelo professor. E todos nós queremos ser amados por quem sabe. En-

tão, se o professor é um leitor, indiscutivelmente ela vai querer ler.

Eu acho que o movimento entra como mais uma força, mais um espaço para mobilizar, para sensibilizar a sociedade para o livro literário, porque nós não podemos, também, e nem os pais podem, achar que a escola vai, sozinha, formar o leitor literário. O leitor literário, a criança precisa ver também a relação da família com o livro, da sociedade com o livro. Senão, ela vai achar que o livro é apenas um objeto que circula na escola, e ele tem que circular fora da escola também.

Liberdade, espontaneidade, afetividade e fantasia são elementos que fundam a infância. Tais substâncias são também pertinentes à construção literária. Daí a literatura ser próxima da criança. Possibilitar aos mais jovens acesso ao texto literário é garantir a presença de tais elementos que inauguram a vida como essenciais para o seu crescimento. Nesse sentido, é indispensável a presença da literatura em todos espaços por onde circula a infância. Todas as atividades que tem a literatura como objeto central serão promovidos para fazer do país uma sociedade leitora, porque mais necessário é fazer chegar o livro na mão do leitor. Quando o leitor descobre um livro que... Que conversa com ele, ele tem a sua experiência pessoal. E é preciso que o livro também converse com ele. Não é todo livro, tem um assunto que me pega, tem um texto que me move mais. Então, quando ele descobre esse livro, ele vira leitor.

A literatura concorre, eu acredito, para uma sociedade mais harmoniosa, porque no texto literário você começa a ver que o mundo vai além de você. Eu acho que você aprende com o texto literário a democratizar a razão. Democratizar a razão é saber que o outro também tem razão, a razão não é sua, a minha razão depende da razão do outro. Quer dizer, então essa capacidade que a literatura tem de trazer um novo olhar sobre as coisas, esse olhar que me surpreende porque eu não tinha visto isto assim, é a literatura que me traz como o outro enxerga as coisas, como o outro trabalha nesse mesmo mundo que eu estou, ela me faz mais atencioso, mais cuidadoso, eu escuto melhor, porque ler é escutar. Ler também é escutar. Você escuta o que o autor tem a dizer.

Apoio de todos que assim compreendem a função literária, a proposição indispensável. Se é um projeto literário, é também uma ação política por sonhar um país mais digno. Está ótimo.

SRA. ÁUREA ALENCAR: Peço desculpas por ultrapassar o meu prazo. Por isso que eu tentei falar um pouco mais rápido sobre o programa. Gostaria, para finalizar, de dar parabéns por essa iniciativa, fantástica iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ao Instituto Ecofuturo.

Nós precisamos sim ampliar o debate, aprofundar o debate em torno da importância da leitura de literatura, para que possamos transformar isso em um projeto, realmente, de nação. Muito obrigada a todos.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Áurea. Quero passar a palavra à Sra. Silvana Rausis Fcachenco, Coordenadora de Comunicação da Biblioteca Comunitária Vila das Torres, no Paraná. Com a palavra, Silvana.

SRA. SILVANA RAUSIS FCACHENCO: Boatarde. É um prazer estar aqui, e o agradecimento, por estar aqui, em nome de uma comunidade. E um tributo também à biblioteca de Alexandria, que hoje o processo civilizatório sente tanta falta. A gente fala em tudo isso e esse ato nos faz ver o quanto nós poderíamos estar melhores.

Bom, Dia do Professor, como professora, como docente universitária, chegou o momento na minha carreira em que eu já atuava com o terceiro setor e resolvi me dedicar às comunidades, como consultora de comunicação, voluntariamente. Para que seus projetos, suas necessidades tivessem realmente amplitude e a concretização almejada. Para se atuar com o terceiro setor, está aqui a C&A, que como se sabe tem mais de cem anos e no seu contrato social, há cem anos, estava a responsabilidade social e ambiental. Eu tinha um parceiro, também voluntário, o Presidente de uma fundação na qual hoje eu sou coordenadora de projetos, como para facilitar o processo e foi essa fundação que me ajudou durante anos a atuar com diversos segmentos carentes.

Como ela atua justamente no ensino fundamental, médio e profissionalizante de crianças e adolescentes que provém, em sua maioria, de comunidades carentes, não foi difícil a gente estabilizar as ideias e as práticas. Aqui está o perfil institucional, só para vocês verem como é importante essa ligação, quando foi colocada hoje na plenária, de que forma nós conseguimos. Nós conseguimos, sim, com os três setores integrados, senão nós não conseguimos atingir nenhuma das metas.

As áreas de atuação, nossas, na fundação, tem os projetos sociais e ambientais e os programas comunitários fazendo parte já da sua organização. Com resultados muito bons em termos de aprovação de pessoas que não tinham na sua prática cotidiana, no seu meio ambiente, a leitura, a literatura. E a gente vê como meio ambiente justamente esse estímulo entre tudo que nós podemos oferecer para uma criança e um adolescente, e esse acesso facilitado. Então, a gente

não vê meio ambiente só como uma questão de ecologia, mas de desenvolvimento humano.

Próximo. Dessa forma, nós atuamos em comunidades em todas as áreas que podíamos, através delas mesmas. Então, é um caso atípico. Aqui nós não temos uma interface nem na instituição do estado e nem nas comunidades. Nós principalmente começamos as atividades com a comunidade, com a força da comunidade, com a sua vontade, e dessa forma a gente cria até cursos, como construções de casas e asfalto. P

Próximo. Aí nós chegamos a mais ou menos a 10 anos atrás, na Vila das Torres, através do processo dos catadores de papel que ali é uma grande concentração. Dessa forma, um carrinho, protótipo, que hoje foi lançado... Foi lançado com a inauguração da Biblioteca Comunitária da Vila das Torres, o andarilho que vai ser o carrinho biblioteca. O carrinho de catador de papel transformado em uma mini biblioteca, que possa interagir e circular pelas principais vias de Curitiba. O refeitório dos catadores também foi uma conquista da comunidade.

Você pode voltar, Adriana? Aí. O projeto da biblioteca comunitária começou com essa ideia do ler na praça. Nós não tínhamos um espaço e, de repente, nenhuma praça, mas nós tínhamos uma rua, e essa rua, então, se transformou através da visão de um... De uma pessoa, o Baleia, que trabalha com depósitos de papel junto com presidentes de associações e instituições comunitárias ali sediadas, eu vou dizer que são pessoas notáveis, a se questionar que as nossas crianças estavam muito distantes da literatura e da cultura em geral. Então, o projeto ler na praça nasceu dessa forma, se organizou... Ali é um lado da rua, as crianças no meio da rua, e vocês vejam que o motivo foi uma escolha da comunidade.

Então, a cidadania está expressa desde a pintura dos pneus que se transformam em mesinhas até os painéis atrás. E está ali sentadinho o Chameguinho(F), que é uma pessoa que atua muito na área da... Vamos dizer, de uma cultura pública, da via pública, porque ele é o sombra, ele se veste de palhaço, ele está circulando sempre, e que há dez anos também estava fazendo um projeto individual, que é o Projeto Jovem Cidadão. Nós, juntando esses quereres, esses saberes e essa vontade... Próximo. Continua ali o Ler na Praça, também alvo de mídia espontânea, nós criamos... Eles criaram, vamos dizer assim, o projeto da biblioteca que se intitula Sinval Zaidane Lobato Machado porque, vejam essa placa, é a comunidade que faz, essa é a expressão da comunidade, a gente sempre deixa a comunidade sair na frente e ela identifica, então, a biblioteca com o presidente dessa fundação que nos ajuda a estabelecer.

Como ela nasceu? O João Carlos Teles, que é o Chameguinho, comemorou os 10 anos, em agosto, do seu projeto, Jovem Cidadão. E esse projeto tinha uma vertente. Ele criou o Dia da Cultura na Vila Torres. Terminada a comemoração, o que nós vamos fazer? Ele mesmo disse: "Vamos fazer uma biblioteca". "Onde nós vamos fazer a biblioteca?" "Ah, não sabemos". "Vamos falar com o Baleia". O Baleia está ali do lado, era do depósito de papel. "Bom, eu posso ceder o espaço, desde que eu tenha o valor que eu arrecado com o papel, com a venda do lixo reciclável todo mês". Aí eu fui buscar a fundação. E a ideia do lixo, do livro tirado do lixo, veio automaticamente, nós estávamos conversando e veja, no nosso cenário tem o trabalhador ambiental, como eles gostam de ser chamados, e nós começamos esse processo.

Então, os catadores de papel, os trabalhadores ambientais, doaram os lixos, o espaço foi organizado pela própria comunidade e, principalmente, pelo estímulo de pessoas ali residentes. Eu tenho que citar a presença aqui da comunidade através da Cauane(F) Ferreira, uma adolescente que mora na Vila Torres, os pais dela estimularam sempre ela trilhar o melhor caminho, ela tem vários cursos, em todas as áreas do esporte, desde futebol, ela joga futebol, taekwondo, jiu-jitsu, natação, vôlei, tênis... A nossa região é uma região, como disse a Secretária Municipal do Rio de Janeiro animada, nós temos todos os enfrentamentos desse cotidiano de... Vamos dizer, da miséria social, onde você convive com todo o processo marginal, mas em compensação com todo esse brilho próprio das pessoas que querem e fazem.

Então, a biblioteca comunitária surge do coração da comunidade. E eu tenho que agradecer a toda essa comunidade, com todas as vertentes, porque ela faz acontecer. Fez acontecer o refeitório e fez acontecer a biblioteca. A biblioteca hoje precisa de parceiros, precisa da presença do estado, precisa dessa visão grandiosa que essa comissão está tendo de se discutir, de disseminar a ideia das vertentes culturais. Está aí a biblioteca, ela também não tem dia, não tem hora, a Cauane(F) atende a biblioteca no domingo, porque as crianças vão lá bater, elas vão pedir que abra a biblioteca. Primeiro chegaram por curiosidade, depois, se tornou um hábito. Com isso nós tiramos, no primeiro dia, 49 crianças do sinaleiro, isso foi muito importante.

A partir daí... Ela é muito neném, essa biblioteca, está apenas com um mês e pouco, mas vocês veem que ela já está a pleno vapor. Nós precisamos de mediadores, de investidores, de todo... Vamos dizer, o acalento que um bebê precisa. Ela vai crescer à medida que houver interesse em que ela cresça. A comunidade já fez a sua parte. Próximo, Adriana. Está

aqui a mídia espontânea, nós tivemos nessa... Vamos dizer, nessa iniciativa comunitária, olha, vocês veem que o nosso Ler na Praça é aquele ladinho ali da rua e a biblioteca fica em frente. Tivemos muita mídia, e foi dessa forma, através da mídia, que nós chegamos aqui, a convite do Senado. Próximo.

Trabalhamos com jovens de todas as... Vamos dizer, vertentes também de outros programas. A gente cita aqui o Rotary como um grande alfabetizador, eles têm um programa mundial de alfabetização que nós, sociedade, eu digo até que devemos explorar melhor. Próximo. Peço também a presença do Governo Municipal, do Governo Estadual, no sentido de apoiarem todos os exemplos, todos esses manifestos, porque são manifestos da necessidade de cultura, da necessidade de desenvolvimento. Lembro para vocês que em... Adriana, você pode voltar lá na biblioteca comunitária. Que ao final da segunda grande guerra a Alemanha se encontrava numa situação de muita dificuldade. E, segundo consta pelos historiadores, o primeiro Ministro então empossado conclama a população e diz: "Nós só conseguiremos sair desse momento se..." Eles tinham perdido duas gerações principalmente, de jovens, principalmente os jovens. E havia um hiato de educação e alfabetização. Muito grave, muito grande. E ele disse: "Nós só conseguiremos sair desse momento se cada um que souber ler e escrever, ensinar outro. Não ensine 10, não ensine três, ensine mais um". E colocou um prazo, como aqui também foi colocado, que tem que haver prazos, nós temos que ter metas, objetivos, planejamento, trabalhar com essa estrutura. E ele colocou um prazo de cinco anos, e em cinco anos a Alemanha já tinha outro perfil, e se consolida novamente como uma grande nação.

Então, vejam, eu acho que nós temos um preconceito, muitas vezes, contra nós mesmos. Nós dissemos: "O brasileiro isso, o Brasil isso, o Brasil aquilo". Nós somos grandes em todos os sentidos. E devemos assumir essa grandeza. Nós devemos assumir nossas comunidades com os maiores focos de criatividade. Hoje, os docentes sabem das dificuldades de aprendizagem, dos problemas que dentro de sala de aula o professor está enfrentando, dos problemas que provem desse meio ambiente, e de outros tantos, mas, nós somos capazes de superação. A prova é o que foi apresentado neste encontro, nesse seminário, e em tantos outros que se fazem em outras áreas.

Eu agradeço, mais uma vez, a participação, conclamo a todos nós a darmos os braços, quem sabe a gente, através dos senadores, através dos Ministérios, das alianças entre Ministérios com focos comuns, se criem Sítios do Pica-pau Amarelo, onde a gente possa ter parque temático de cultura, devido a amplitude do conteúdo dos livros de Monteiro Lobato. Se nesse Brasil a gente tivesse Sítios do Pica-pau nos municípios, a exemplo das bibliotecas, nós estaríamos valorizando a nossa literatura, o nosso jovem, o nosso adolescente, e o nosso futuro gestor. Agradeço mais uma vez todo esse espaço, todo esse tempo e de coração pela Vila Torres, pelo presidente da associação que estimulou tudo isso, pelo João Carlos Teles, pelas pessoas todas que compõem aquele cenário. E em nome dos brasileiros.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É bom a gente ouvir alguém animada, disposta, colocando todo mundo para trabalhar e todo mundo para criar. Isso é importante. Queria passar a palavra para o Sr. Bartolomeu Campos de Queirós, escritor em Minas Gerais, a quem nós já fomos apresentados, através de um belíssimo vídeo. Com a palavra, Professor Bartolomeu.

SR. BARTOLOMEU CAMPOS DE QUEIRÓS: Boa-tarde a todos. Boa-tarde, Senadora Marisa Serrano. Boa-tarde, Senador Cristovam Buarque, aos meus amigos Elisabeth Serra, à Cristina e à Áurea, todos que a gente tem trabalhado nessa perspectiva da leitura literária no país.

Eu trabalho com a literatura. Eu não falo de leitura. Eu falo da leitura literária, que é uma leitura que demanda esforço, demanda uma metodologia específica, e que não é tão fácil de realizar. Eu gostaria de dizer o seguinte para os senhores: eu estava aqui pensando uma coisa que o Octávio Paz disse, que é a palavra que muda o mundo. É a palavra que muda o mundo. E a literatura só se configura quando ela rompe com o cotidiano da linguagem. Então, a literatura traz sempre uma palavra nova para o mundo. Então, ela muda o mundo.

E o nosso discurso está muito antigo, nosso discurso já não muda mais nada. As palavras estão muito gastas. A nossa teoria está muito gasta, muito antiga. Nós não botamos nada novo nos lugares, nós apenas repetimos aquilo que já foi dito. Eu quero aqui, nesse momento, fazer uma consideração, que eu acho bom. Que bom que nós chegamos até aqui com tantos movimentos de leitura, com tantos movimentos de bibliotecas comunitárias, com tantas leituras no açougue, nas borracharias, em vários lugares do país, mas precisamos mais. Precisamos de uma escola que saiba o que é literatura literária.

Todas as linguagens da arte, todo sujeito tem acesso a várias linguagens da arte, sendo alfabetizado ou não. Qualquer analfabeto pode ir ao teatro, pode escutar uma música, pode ir ao espetáculo de dança, pode escutar uma orquestra sinfônica... Todos podem,

mas a literatura tem um pré-requisito. Para você entrar nela, você tem que estar alfabetizado. A literatura tem uma diferença das outras linguagens, porque ela exige um pré-requisito.

O que eu conclamo agora é ao Ministério da Educação, que confira, de fato, os processos de alfabetização do país, para ver se ele permite às crianças, ao serem alfabetizadas, serem introduzidas no mundo da leitura literária ou se nós estamos considerando como alfabetizado aquele sujeito que sabe apenas juntar e separar letras, porque a escola também tem que preparar o sujeito para a leitura, e essa leitura literária demanda de um conhecimento. A leitura não vai acontecer somente com os livros na biblioteca e com as salas de aula cheias de livros. É preciso de um professor leitor.

Como que eu me formo leitor cotidianamente? Pelos meus amigos. É sentado na livraria, é com meus amigos que eles falam... Você já leu aquilo, você já leu aquilo outro, você já viu aquilo? Vê esse pedaço, se você não tem um professor capaz de fazer isso, a leitura vai ser sempre no Brasil para ler bula de remédio, para ler direção dos ônibus, para ler nome de rua, e nunca para o sujeito entrar verdadeiramente no mundo da literatura. E por que é importante entrar na leitura literária? Que a leitura literária é diferente das outras leituras. Ela exige uma reflexão do leitor. O leitor literário reflete sobre aquilo que ele lê. É um trabalho. O leitor literário não pode ser confundido com outro leitor, aquele que lê para o entretenimento, somente.

A leitura literária demanda um esforço, porque no texto literário o escritor não nos nega a sua angústia, a sua tristeza, a sua alegria, o seu desconforto, a sua esperança... Está tudo misturado ali, que ao leitor é necessário saber separar aquilo, saber entrar no texto. Nós não podemos confundir a leitura literária com apenas a leitura do entretenimento. É boa a leitura para entretenimento, só, mas a literária é indispensável, porque a literária nos conduz a uma reflexão mais profunda sobre esse mistério que é viver, porque o grande escândalo, uma pessoa educada é uma pessoa espantada diante desse escândalo que é a existência. Não se educa apenas para abrilhantar a personalidade do outro com conceitos. A gente educa para espantar o outro diante desse escândalo que é nascer e morrer, desse escândalo que é você nascer sozinho e ter que morrer sozinho, esse é o grande escândalo, e isso está presente no texto literário o tempo inteiro.

Então, quando nós falamos de texto literário, nós falamos de uma leitura maior, de uma leitura mais profunda, dessa palavra... Desse texto que dá voz ao leitor. O mais importante de um texto literário é porque ele dá voz ao leitor. E cidadão é aquele que possui voz. É aquele que fala. É aquele que retruca. É aquele que dialoga. Esse é o cidadão, e o texto literário conduz a isso. Então, quando nós falamos da leitura literária, nós falamos nessa perspectiva, de uma escola capaz de preparar a criança para entrar neste texto, que é capaz de dialogar com o destino da humanidade. É esse o texto que nós pregamos e que nós entendemos como educação, porque se a gente considerar a educação quantos livros o outro leu, nós estamos muito precários na nossa formação humana.

Então, quando nós pensamos nessa palavra que muda o mundo, é na literatura que essa palavra acontece. A literatura é que dá conta de nomear as coisas de maneira nova. Nós precisamos, mais do que nunca, no Brasil, de uma palavra nova. Nosso vocabulário está antigo, nós estamos saturados com o nosso vocabulário, nós não damos conta dele mais e nem prestamos mais atenção a ele. Isso é importante.

A segunda coisa na alfabetização, que é importante, é que, para a criança ter a necessidade de aprender a ler e a escrever, é preciso que uma escola diga para ela que ela tem o que dizer. Eu só escrevo quando eu tenho o que dizer. É muito difícil querer que a criança escreva e leia sem dizer para ela que ela tem o que dizer. É muito difícil, isso. Eu sou de uma experiência de educação bastante antiga no país, passei pelo Ministério da Educação, passei pelo INEP como pesquisador, e tudo, e sei que isso é difícil. Nós vivemos um período no Brasil, muito longo, de ditadura que nós não podíamos dizer nada, e nós ainda estamos com esse ranço, a criança não tem o que dizer. E uma boa escola é aquela que diz à criança: "Você vai aprender a ler e escrever porque você tem o que dizer".

E nós não estamos preparados para tal assunto. Nós queremos enfiar o alfabeto garganta abaixo da criança sem sensibilizá-la que ela é o sujeito do mundo, que ela tem uma fantasia, que ela tem uma família, ela tem uma sociedade, que ela tem uma leitura do mundo que ela pode expressar. E a gente só se interessa por ler quando você descobre que eu estou no mesmo mundo que você e eu quero saber o que você diz desse mundo que nós estamos, eu preciso da sua opinião desse mundo que nós estamos juntos.

Então, essa sensibilização é muito difícil. Então, é muito comum a gente começar a chamar tudo que é livro, tudo que é experiência, de formação de leitor. Não é. Existem dois... Para formação de leitor existem duas alternativas, existe um leitor extensivo e um leitor intensivo. O leitor extensivo é esse leitor que pega o jornal, a revista Veja, na primeira página tem a propaganda de um carro, na segunda tem alguém que morreu não sei onde, nos Estados Unidos, na terceira página tem um festival de rock não sei onde... É uma leitura extensiva,

mas nós precisamos de leitor intensivo, é aquele que pega a metáfora e tenta destrinchar a metáfora, o que está escondido atrás da metáfora. É esse o leitor que nós desejamos, porque esse, sim, será crítico, será inventivo, será um sujeito que investe no país. O resto estará sempre sendo consumidor das coisas.

Então, quando eu falo do leitor intensivo, que a escola precisa formar o leitor intensivo, não é esse leitor que põe um monte de livro na frente da criança e que hoje a criança lê Ana Maria Machado, amanhã a Ruth Rocha, depois de amanhã o Ziraldo, depois de amanhã a Lygia Bojunga, o quinto dia eu... Não. Isso também é leitura extensiva, isso não forma leitor. Forma leitor aquele professor que debruça em cima do texto e, com os alunos, na brincadeira, tenta adivinhar o que é obscuro naquilo, esse é o texto literário, porque o texto literário é obscuro, ele é claro. O escritor é medroso. Ele tem medo de deixar clara a sua fantasia. Então, essa fantasia tem que ser adivinhada pelo leitor. Isso demanda trabalho, isso demanda escola, isso demanda educação em profundidade. Não educação de brincadeira.

Isso não confunde com ensino de gramática e de matemática, isso é outra coisa. Isso confunde com uma educação que confia no homem como capaz de traçar o seu próprio destino. É uma educação que confia que o outro é capaz de escolhas, que o outro é capaz de discernir, que o outro é capaz de criticar. Então, eu acho que precisamos desse momento que falamos tanto, de leitura dar um salto maior. Nesse país, é urgente esse salto maior. É urgente, porque nós estamos vivendo em um país feio. Enquanto a tecnologia anda fantasticamente, nós estamos cada dia mais precário em nível das relações humanas, em nível de segurança, em nível de honestidade, nós estamos cada dia mais precário, e nós precisamos de um salto maior, porque nós precisamos urgentemente de um país mais bonito.

E o que nós falamos de literatura é porque a literatura tem a capacidade de levar todas as nossas dores para o campo da beleza, para trabalhar essas dores com beleza. Então, eu digo isso, que é preciso um passo maior. É preciso uma mobilização maior das instituições de ensino, das instituições públicas de ensino para sensibilizar, que a educação não é um repasse apenas de informação, mas a educação é um repasse da transformação também. É uma janela que se abre para o sujeito dar corpo à sua fantasia.

Se vocês me perguntam de que a literatura é feita, eu vou responder que a literatura é feita de fantasia. E o que é a fantasia? Tudo que está envolta de nós aqui nessa sala, essa câmera, esse microfone, esse copo, essa caneta, esse papel, tudo isso antes foi a fantasia de alguém. Todo real é uma fantasia que ganhou corpo. E se eu quero um mundo novo, eu preciso de fantasias novas. Caso contrário, eu vou estar sempre vivendo nesse mundo antigo, precário e tentando resolver as coisas com paliativos. E a vida não é, não merece paliativos, não se merece isso.

Então, quando eu falo na literatura, eu falo como uma força transformadora, capaz de nos mover inteiro pela beleza, até as últimas consequências. E não apenas essa brincadeira, muitas vezes, de ler e de escrever e de contar história. Eu quero uma educação que pensa profundamente na necessidade dela e saber aquilo que o Kant diz tão bonito: "A gente só tem a escola e só educa o outro porque a gente não sabe quem ele é, porque se a gente soubesse quem é o outro, nós não precisaríamos de escola". Então, é essa escola que me deixa a diferença vir à tona. Esse professor que escuta, esse professor que lê, esse professor que trabalha, esse professor que não aparece apenas na televisão reivindicando aumento de salário, mas um professor que aparece na televisão como proprietário de um saber, de uma posição dentro de uma sociedade, porque uma sociedade digna, uma educação boa, vai reduzir muito aos nossos investimentos em segurança... Vai reduzir nosso... Muito os nossos investimentos em saúde... Vai reduzir muito as nossas 'Bolsa Família', vai nos aproximar muito do trabalho, quer dizer, uma educação que tem uma força transformadora, e não essa educação acomodativa, essa acomodação que parece que eu quero um diploma para poder ganhar mais um salário de 5%. Não.

Eu acho que nós merecemos uma educação com mais amor ao saber, e aí a literatura aparece como uma grande chave. E é essa literatura que eu trabalho por ela. É esse texto literário que eu quero. É esse texto literário que eu posso ajudar o país em alguma coisa. Caso contrário, eu vou falar de apenas a leitura para poder rir, e eu não quero mais rir diante do país, eu quero de fato pensar esse país com profundidade. E, para isso, eu preciso da literatura, porque eu penso o meu país não através dos livros teóricos, eu penso o meu país através de Guimarães Rosa, da Cecília Meireles, do João Cabral de Mello Neto, do Manoel Bandeira, que eu penso o Recife. Eu penso é por aí. Eu não quero essa leitura que me dita normas. Eu quero uma leitura que me liberta. E a educação só se convive em liberdade.

Então, a literatura é a única possibilidade de juntar o conhecimento com a liberdade. Então, eu vejo nessa perspectiva que precisamos discutir, sim, o texto literário, a importância da leitura, as bibliotecas, os programas que estão fazendo, mas eu quero uma escola brasileira comprometida com a literatura tam-

bém, e não fazendo isso que nós estamos fazendo. Se nós conferirmos os movimentos das ONGs brasileiras que trabalham com adolescentes dos mais diferentes lugares, dos mais diferentes espaços, e que tem conseguido coisas maravilhosas, eles estão conseguindo isso por meio da arte. As ONGs estão tendo sucesso com trabalho no Brasil porque ela usa o teatro, a dança, a literatura, a música, e tudo isso. Por que a escola não faz isso desde cedo? [soa a campainha] Por que a nossa escola é muito menor do que a nossa cultura? Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero agradecer, primeiro, Senador Cristovam, por ter ficado um pouquinho no meu lugar, e ao Senador Zambiasi que está aqui conosco. Passo a palavra ao Sr. Antônio José Matias de Sousa, Diretor Operacional da Rede Gasol de Combustíveis do DF.

SR. ANTÔNIO JOSÉ MATIAS DE SOUSA: Muito obrigado, senadora. Eu quero agradecer, quero pedir desculpa o atraso, porque realmente houve um desencontro entre a minha assessoria e a assessoria aqui do Senado, talvez até da minha, e agradecer pelo convite. Eu sou realmente... Não sou da área de educação, mas estou participando, porque eu realmente eu sou vendedor de gasolina.

Como nós temos uma empresa que tem posto de gasolina em todo o Distrito Federal, então nós começamos... Sempre fizemos um trabalho social em Brasília. De alimentação, arrecadação de alimentos, arrecadação de brinquedos, doação de sangue, arrecadação de livros, inclusive quando o nosso senador era governador nós fizemos uma grande doação, até na minha sala eu tenho uma fotografia de ele sentado no meio dos livros. É histórica essa...

E aí, bom, a gente fazia sempre esse trabalho, fazendo sempre esse trabalho, e quando chegava na reta final o senador sabe disso, que a máquina pública, queira ou não queira, é lenta, para organizar os livros, a gente tinha dificuldade. Aí partimos para montar a até 2007, agosto de 2007. E fizemos arrecadação dos livros e partimos para a montagem. Pensei que montar biblioteca era como montar um posto de gasolina, o professor sabe disso, mas, infelizmente é bem diferente, porque a gente precisa de gente técnico, precisa de técnico, de colaboradores, mas conseguimos. Conseguimos.

Inclusive, a biblioteca do Senado, a Dra. Simone nos ajudou muito, a biblioteca do Senado... Em resumo, todo mundo colaborou conosco. Nós formamos uma equipe, hoje temos uma equipe de colaboradores, mais ou menos uns 30 ou 40, e já estamos em um número, até um número bastante elevado. Em mais de dois anos e dois meses, nós já estamos com... Professor, com 53 bibliotecas montadas. 53. É a de nº 53, eu acabei de inaugurar agora, na cidade do Riacho Fundo II, aliás, me surpreendeu depois que eu comecei a participar dessas bibliotecas, porque eu tinha a impressão que as escolas eram bagunçadas, desarrumadas, mas é ao contrário. A gente chega e encontra... Os senhores, professores, talvez, como sabem, conhecem o assunto... Não.

Essa escola, por exemplo, eu cheguei numa escola relativamente jovem, nova, com dois anos, um ano e pouco de uso, mas tudo muito bem arrumado, tudo pintadinho, os banheiros bonitos, os alunos, até uma garotada bonita, e tal. E realmente eu fiquei surpreso, porque no começo - os professores que me desculpem - eu brincava no começo quando eu acertei com o Governador José Roberto Arruda, eu falei: "Eu vou adotar a escola, vou adotar"... Ele fez o trabalho, nós adotamos a escola do Varjão. Até brinquei com ele, falei: "Vou adotar a escola, mas eu vou chegar na escola lá e vou pedir para os professores calçar sapato, meias, abotoar as camisas, deixar o telefone fora, tirar barba..." Brincando com ele, aquelas brincadeiras, mas olha, com toda honestidade, eu sei que o senador gostaria que a gente tivesse... Aliás, nós todos gostaríamos que fosse uma educação completamente diferente da que nós temos hoje, mas não está muito ruim, não. Se você for analisar, se você for a fundo, se você for ver a periferia nós ainda temos... Já melhorando. Cada vez melhor.

Eu sempre conto uma história, quando nós adotamos a escola do Varjão, era tudo bagunçado, quebrado o muro... Nós pintamos o muro há dois anos e fizemos um trabalho... Tem dois anos que o muro está pintado e ninguém pichou nada no muro. Os pontos de ônibus, nós pintamos. Então, você vê que isso já... O que está... O que realmente está precisando. É de uma participação da sociedade, dos empresários começarem a ajudar, começarem a participar.

Você pode até perguntar: Poxa, mas o que tem posto de gasolina com biblioteca? Poderia até não ter nada, eu ia vender minha gasolina, mas não. Nós chamamos a comunidade nos postos, já são 100 postos de gasolina no Distrito Federal, fizemos a primeira arrecadação de um milhão de livros. Um milhão de livros. Não compramos um livro. Nesse milhão de livro, nós não compramos... Montamos a biblioteca, agora já fizemos outra chamada, estamos com mais 400 mil livros no estoque, usamos um milhão e 90 e temos 320, 340... Estamos ainda na arrecadação e recebendo livros. E isso, realmente, é uma grande satisfação para a empresa, para os funcionários da empresa, três

mil e duzentos funcionários que nós temos, por quê? Porque eles sentem participando, você mandar: "Bom, você hoje vai ser escalado para pintar a escola tal que nós vamos..." O cara vai com a maior satisfação. Até na folga dele, ele vai nos ajudar.

E a comunidade, você chega... Já chegamos várias vezes, várias bibliotecas completas em Brasília já foram nos doar. Chegar assim e falar: "Tem seis computadores, tem 20 mil livros, 40 mil livros, sei lá quantos, e doar fechadinho". E então, eu acho que o que falta é a participação da sociedade. Chega o cara, aquele cara do açougue que está montando, outro que está montando nos pontos de ônibus, os postos de gasolina estão fazendo esse trabalho.

Eu gostaria que passasse... Isso aí é a montagem das bibliotecas. Essa biblioteca é o seguinte: é uma delas que nós temos, essa nós montamos, foi a de número um. Número qual? 34. Essa foi o seguinte: ela foi montada tem 17 mil livros... Todas as vezes que nós mandamos fazer um levantamento nessa biblioteca tem no mínimo, no mínimo, a menor quantidade que nós encontramos dentro da biblioteca, 16 leitores. Tivemos final de semana de chegar nessa aí e contar 160 livros requisitados nas residências. Até livros de receitas, as senhoras pegar os livros ali para levar para casa para fazer a consulta, para fazer o bolo, fazer alguma coisa em casa.

Daria para você ver se tem o número um aí, por favor? Essa... De onde eu estava falando, do Varjão. Essa escola, nós chegamos, no Varjão, não tinha nada. Nós construímos um prédio, construímos um refeitório, construímos, além da biblioteca, nós temos um salão de leitura com mais 40 cadeiras separadas da biblioteca, para a população ler. E fazemos o acompanhamento, a manutenção e o acompanhamento. Toda semana nós passamos, no mínimo uma vez de 15 em 15 dias passa um funcionário nosso, para ver se está faltando, se tem lâmpada queimada, alguma coisa estragada, cadeiras, mais alguma coisa.

Não tem, não. Não tem a primeira. A primeira nós montamos no Lago Oeste, foi a primeira que nós montamos, essa serviu de experiência, foi onde nós conseguimos o maior número de ajudantes para participar dela, onde a diretora da UnB, da biblioteca, a diretora do Senado, Ministério do Planejamento... Esse foi o ponto nº 1, e dali nós partimos e aprendemos, é claro, hoje talvez até com nossos funcionários a gente já consiga montar realmente uma biblioteca, porque os professores sabem que você tem, por região, tem que separar os livros para saber qual livro vai ser lido naquela região.

Águas Claras. Essa de Águas Claras é uma biblioteca com 17 mil livros, na Av. Central, quem conhece Águas Claras, passa na frente dela, aí, está sendo bem usado. Era um estande de venda de uma construtora, que nos cedeu o estande de venda e nós montamos a biblioteca. Agora, uma dificuldade que nós estamos encontrando dentro da empresa são os profissionais para administrar. Por quê? Porque o governo não abre o concurso que deveria ter, o funcionário público para ir tomar conta, quando ela fosse pública, em um colégio, na escola, na universidade ter alguém para... Não tem. Nós estamos formando o pessoal que quer ajudar, quer trabalhar como voluntário, nós formamos dentro da empresa, levamos os professores, levamos eles mais ou menos até a empresa para tomar conta, porque o importante é que você monte a biblioteca, os senhores sabem disso, que qualquer hora que você chegue, no domingo, no final de semana...

Aliás, esse final de semana, eu estive no parque da cidade e encontrei a biblioteca ecológica fechada, duas horas da tarde. Aliás, foi uma decepção pra mim porque eu levei uns visitantes de Brasília para mostrar a biblioteca. Cheguei lá, e para a minha surpresa, encontrei fechada, mas já falei também com o Diretor do parque para ver se a gente abre. Essa 307, a escola está muito bem montada, é bem administrada essa biblioteca. Também dentro de uma escola, muito boa, bem montada. Essas, realmente, são um negócio espetacular. Nós montamos seis bibliotecas em presídio. Montamos a Papuda, são três edifícios e nós montamos uma lá e estamos reformando as outras três, para montar...

Nós montamos uma no presídio feminino e, só para a surpresa dos senhores, em 40 dias as presidiárias leram sete mil e 500 livros, em 40 dias. Teve presidiária que em 40 dias leu 20 livros. Um livro em cada dois dias. Nós tivemos com... Mais ou menos 50, 60 dias tivemos que trocar todos os livros porque elas já tinham lido todos os livros. E fizemos o concurso de redação, fizemos concurso de redação. Agora estamos fazendo um concurso lá dentro do presídio, também, um concurso de poesia. Em outro presídio nós fizemos concurso de xadrez, jogo de xadrez, e mais alguma coisa.

Essa é da garotada. A garotada, os meninos que ficam e tal. Esse também nós fizemos vários concursos aí dentro para ver quem lia mais, quem escrevia melhor... E agora hoje inaugurei, hoje, eu já lancei a premiação de uma televisão, um toca-fitas e um tênis para os três primeiros lugares em caligrafia, não em redação. Quem tiver a melhor caligrafia... Já vi os meninos lá falando: "Bom, já vou pra casa e pegar minha mãe para me ensinar escrever, para melhorar, para ver se consigo ganhar o par de tênis, a televisão".

Então, estão vendo que falta realmente a participação dos empresários. Porque nós, no nosso caso, no meu caso, eu cheguei em Brasília em 1959, no começo de Brasília, a firma tem 51 anos, acompanhamos toda a construção de Brasília, conseguimos tudo que temos em Brasília. Aliás, como todos os empresários de Brasília, os empresários antigos, ninguém veio para cá, no começo, que tivesse alguma coisa, porque se o cara tivesse dinheiro ou recurso ou alguma coisa, ficaria lá no nordeste, onde fosse o lugar dele, mas para vir para Brasília comer poeira... E acho que é uma maneira de a gente dividir, distribuir e ajudar, participar. Os senhores, a maioria dos senhores aqui, principalmente que são de fora, a não ser o nosso senador, que sabe disso, quando calça a botina para ir atrás de voto, sabe disso, tem lugares em Brasília daqui a 30 quilômetros que você não acredita que tem 30 quilômetros do Palácio do Alvorada, ou do Senado Federal, ou da Câmara Federal, é miséria total.

Nós montamos uma... Em uma cidadezinha aqui, em um povoado aqui, só para você ter uma ideia, os meninos estudavam, estudavam mesmo, no galinheiro. Tinha o galinheiro, então o dono da fazenda cedeu o galinheiro e os garotos estudavam ali dentro do galinheiro. Essa nós construímos uma biblioteca por intermédio do nosso presidente da Federação da Agricultura, construímos, fizemos, montamos a biblioteca e está sendo um sucesso total.

Recanto das Emas. É outra também bem montada, no colégio... No colégio do governo, colégio grande, e está indo muito bem também. Essa é a Papuda, e para a surpresa de nós todos, na Papuda, quando nós mandamos fazer o levantamento, os livros que os presos exigiram mais lá, de direito. Então, tivemos que fazer uma seleção, tivemos que fazer uma seleção total dos livros para mandar, porque só queriam livros de direito, que tivesse alguma coisa de direito, mas está sendo... E estamos montando mais outro agora, aliás, três, começamos, porque são três blocos separados e temos que montar as bibliotecas separadas.

Essa é do Ceará. Essa do Ceará, nós montamos uma no Ceará, que realmente não tinha nada a ver com a gente, porque o Ceará é longe daqui, quem tinha que ter cuidado de lá seriam os senadores de lá, não o nosso Senador Cristovam, que tem que cuidar daqui de Brasília, mas montamos lá por intermédio de uma associação de... Eles ajuntam os cocos, aqueles coquinhos, quebram para fazer azeite. E conhecemos uma moça aqui, ela pediu, nós levamos para lá, fizemos a obra, montamos, já fomos, já inauguramos lá e está indo bem também. Até ela esteve comigo ontem, aqui, e quer mais livro, quer mais alguma coisa e aí mandamos, mandamos os móveis, computadores, mandamos tudo, porque para você montar a biblioteca tem que ter realmente uma estrutura.

Se você montar... Chegar lá as cadeiras, as mesas, os livros, sem o computador, sem o ventilador, sem o ar-condicionado, até lugar com ar-condicionado, não adianta porque ninguém vai ler, não vai frequentar aquilo se não for bem montado, e limpo, e bem arrumado. Essa senhora que está aqui de costas, ela que ganhou o torneio lá de redação. Foi uma redação que qualquer uma das senhoras, dos senhores, que lê, chora. Ela contando a história dos filhos dela, da família dela, como ela chegou lá no presídio, quando pretende sair, porque entrou... Você lendo, assim, você precisa ver, um negócio... Uma letra espetacular, um português espetacular, tudo muito bem, e está lá na Papuda.

Fim, mas é isso aí. Isso... Isso demonstra para os senhores e as senhoras que qualquer um pode fazer. Eu posso fazer mais um pouquinho, o meu funcionário pode fazer um pouquinho, ajudar... Em resumo, é participar, é ajudar. Como diz o professor ali, se não tiver a participação da população, não adianta, porque nós precisamos no mínimo, no mínimo, o Senador Cristovam sabe disso, nós precisamos no mínimo duas gerações para a gente consertar mais ou menos, porque se você educa bem o filho, você já vai ter... Mas em compensação você tem o pai dele que não é educado, não foi educado, não teve oportunidade, não teve, em resumo, oportunidade nenhuma. Então, o filho daquele garoto é que vai ser melhorzinho um pouquinho, e daqui duas gerações...

E queria agradecer a oportunidade de vocês nos deram para mostrar realmente o nosso trabalho, é interessante, ele é interessante, é... Eu tive conversando com a presidente da Camargo Corrêa mais ou menos uns dois meses atrás, nós fomos jantar junto, e contando a história para ela, ela disse: "Sem medo de errar, Antônio, é o maior projeto privado de uma empresa privada que eu conheci até hoje, é esse de vocês", porque nós estamos com um milhão e 90 mil livros já nas bibliotecas, e mais 340 mil livros para ser colocado agora, se Deus quiser, até o final de 2009. Ok? Muito obrigado pela gentileza.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É aí, Sr. Antônio, que a gente vê o quanto é importante a participação, mais do que a participação, a consciência da comunidade, da sociedade na importância do livro. Quer dizer, de todo mundo poder fazer, dentro das suas possibilidades. O Luiz faz no açougue dele, porque ele tinha condições de fazer isso, o senhor tem condições de incrementar muito mais, e aqueles milhões de pessoas que não

fazem nada, que poderiam fazer? Quer dizer, esses que nós temos que fazer, acordar para essa realidade, que o Brasil está precisando do apoio de todo mundo. Senador Cristovam Buarque, que é autor do Requerimento, tem a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou repetir um pouco, especialmente para o nosso amigo Matias, que essas sessões têm sido extremamente criativas, extremamente estimulantes para nós. Criativas porque eu vi coisas que eu nunca imaginei ver, e estimulantes porque a gente vê que a sociedade está fazendo o seu papel enquanto o setor público não consegue fazer.

O caso do Antônio Matias eu conheço bem, desde o começo, etc., já estive envolvido e nunca pensei que fosse chegar tão longe, tão distante, tão grande. Um milhão e 200 mil livros, pouquíssimas bibliotecas brasileiras têm. Eu não sei se na UnB tem muito mais que isso, não deve ter. Pouquíssimas. Então, é um exemplo do que é possível fazer. E volto a insistir na do professor Bartolomeu, de que tudo isso passa pela educação. Analfabeto não lê, mesmo que você coloque livros perto dele. Alfabetizado que não adquire o gosto da leitura não lê, mesmo que o livro esteja perto.

Agora, a proximidade com o livro ajuda muito, sobretudo aqueles, obviamente, que já atingiram certo nível de entendimento e de sentimento do gosto do livro. Eu fico muito feliz de ver essas experiências e com isso eu fico entusiasmado, que a gente pode caminhar de uma maneira até mais fácil na parte da cultura, na literatura. Eu só acho que na parte da educação não tem como fazer isso. O que corresponde ao trabalho da Gasol, que é o nome da rede imensa e pioneira, foi a primeira, talvez, aqui de Brasília, primeiro posto foi deles, o que corresponde a vocês no caso da educação são as escolas do Bradesco, mas são 58, e o Brasil tem 200 mil escolas. Não tem empresa que coloque cem mil escolas, não tem. Não tem como colocar mil escolas.

Então, no caso da educação aí não tem jeito. Cada um pode dar pequenas ajudas, como vocês mesmos dão na educação, mas só uma revolução de envolvimento global do governo, dos governos, mas especialmente do Poder Federal é que vai poder fazer a revolução educacional que a gente precisa. Vocês estão fazendo a parte de vocês. Daqui a pouco vocês não vão ter leitores por falta de gente com educação suficiente. [soa a campainha] Então, na educação só o Poder Público é capaz de fazer. Fico contentíssimo, sou admirador do Bradesco. Felizmente existem as escolas deles, mas eles não vão ter fôlego para atingir, fazer a revolução. Agora, vocês estão perto de fazer, substituindo o Poder Público. Então, parabéns para cada um de vocês e eu volto a insistir, Presidente, que é preciso fazer um vídeo dessas falas, obviamente resumindo, para que a gente distribua por todo o Brasil, para dar o entusiasmo que eu adquiri aqui e também o conhecimento por coisas que eu não sabia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Cristovam. No final, aqui, da reunião vou colocar essa sua proposta, uma proposta que eu conversei com o Senador Flávio Arns também, para a gente dar desdobramento a esse seminário. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Presidente Marisa. Muito rapidamente cumprimentando a iniciativa, me desculpar por não ter acompanhado o tempo todo, porque a gente tem múltiplas atividades, eu estava agora com o Presidente Sarney, com a Comissão do Mercosul, que deverá reunir-se em 30 de novembro, no período de dezembro, aqui no Congresso Brasileiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu não pude estar lá.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Alguém precisava ficar aqui. [risos]. Por isso que a gente tenta... A gente se divide para poder atender a todas as atividades, mas esse encontro é extremamente importante, e quando eu cheguei o Bartolomeu estava contando histórias e eu fiquei pensando que está faltando, nas escolas, contadores de história. Tinha que ter uma cadeira: contador de história, porque foi lá na minha escola, menino, ouvindo história, que eu me apaixonei pela leitura. A minha escolinha lá no interior, a maior sala dela era uma biblioteca, me lembro até hoje. E eu torcia muito por dia de chuva, que dia de chuva o recreio era na biblioteca. E ali a gente fazia aquelas viagens maravilhosas, mas eu acho que tem alguns aspectos, nós... Um dos problemas da leitura é a brutal concorrência que a leitura sofre com a mídia eletrônica. A mídia eletrônica é uma concorrente terrível da leitura, mas, talvez, se encontrasse uma maneira de fazer com que a escola recebesse a mídia escrita, o jornal, o jornal é um grande indutor de leitura, talvez seja o maior de todos indutores de leitura, o jornal, porque tem tudo, tem literatura, tem tudo que a gente quer. Está ali no jornal.

Se as mídias pudessem, as... Eu pensei hoje, ouvindo e vendo, e lembrando também, eu lá no interior recebendo um jornal chamado Correio Riograndense, uma vez por mês. Havia uma expectativa na chegada desse jornal, uma curiosidade em receber esse jornal e poder ler com a comunidade, tinha dois ou três vizinhos que recebiam, [soa a campainha] ele ia despertando em nós garotos, meninos, na própria escola, onde nos dividimos para ler, inclusive, porque tinha historinhas

bonitinhas, tinha um personagem chamado Naneto Pipeta, eu não esqueci, da migração italiana. O Nono, o avô com seu cachimbo. Naneto Pipeta, Naneto Pipeta, o vô do cachimbo, seria uma tradução bem comum, digamos assim. E essas historinhas que o jornal contava era uma festa para a gurizada.

Então, eu tenho a impressão que a mídia impressa, a revista, o jornal, o jornal da cidade, o jornal do município, a mídia, a grande mídia do estado, Porto Alegre tem quatro grandes mídias que publica uma tiragem diária de 700 mil jornais. É grande. Eu posso dizer, com muito orgulho, que a região metropolitana de Porto Alegre lê bastante, mas não o suficiente. Eu gostei demais de ver a experiência da rede Gasol, não pude ver a da C&A, mas o Cristovam disse: "Por mais que se esforce não são suficientes para nós", mas nós precisamos desse esforço. É a famosa fábula, aquela do passarinho querendo apagar o fogo em um incêndio de floresta. Essas experiências são muito ricas.

E eu gostaria de receber, que vocês pudessem fornecer para nós nos nossos gabinetes esses cases, porque nós temos amigos que são donos de lojas e donos de postos de gasolina [risos], e a gente pode oferecer para eles essas sugestões. Acho que a iniciativa privada pode contribuir com uma bibliotequinha bem pequeninha lá na periferia, porque acho que a biblioteca deve ser periférica, ela deve ser um centro de referência, e trabalhar o estímulo de construir centros culturais periféricos. As comunidades são periféricas. E acho que as administrações públicas podem trabalhar esses estímulos. E a nossa obrigação, enquanto parlamentares, é encontrar alternativas para sugerir ao Executivo. A Marisa foi muito clara, hoje de manhã, quando disse: "Olha somos parlamentares, a caneta não é nossa. A caneta é do prefeito, é do governador e do Presidente da República, com seus ministros, seus secretários, etc. e tal". Nós fazemos essa intermediação, mas este debate é muito rico. Ele é extremamente produtivo, porque ele é conscientizador.

Então eu saio daqui, por exemplo, querendo que a gente possa discutir a possibilidade de incluir na escola a cadeira de contador de história [risos], porque nós vamos despertar um novo conceito de interesse de leitura, com toda certeza. Uma pessoa com esse entusiasmo, essa paixão, não tem como despertar em mim vontade de ler. Eu saio com vontade de ler. E para ler tem que ter vontade, e a vontade tem que ser despertada, nós somos provocados por vitrines. A melhor vitrine da leitura é um bom contador de história. Não tenho dúvida nenhuma.

Eu estou contente, lamento não ter ouvido todas as manifestações aqui, mas estou muito feliz e quero cumprimentar a comissão pela iniciativa que teve hoje. É isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Zambiasi. Eu queria só lembrar o senhor que, hoje, nós já falamos aqui sobre a competência, porque nós somos instigados pela professora que vem lá de Garanhuns, Pernambuco, a que a gente resolvesse a questão, que aqui nessa Casa está certinho, aqui que vamos resolver todas as questões. Eu disse que, infelizmente, nós não tínhamos esse poder, mas temos um poder, sim, constitucional de garantir que o país avance.

Nós temos... Não temos a caneta para executar as ações, mas temos aqui algo que é muito importante, que é a palavra e a lei. E eu acredito que isso vai nos ajudar também a empurrar o processo, a fazer com que as coisas aconteçam no país e o resultado é um seminário também como esse. E quero dizer ao Senador Zambiasi que vamos pensar, sim, no vídeo... Vamos pensar no vídeo, vamos pensar na publicação, vamos pensar em uma série de ações decorrentes daqui pra gente poder espalhar isso Brasil afora. Com a palavra, o Sr. Fernando Martins, da Associação Nacional de Editores de Revistas. Fernando, com a palavra.

SR. FERNANDO MARTINS: Eu gostaria de... Meu nome é Fernando Martins, sou da Associação Nacional dos Editores de Revistas, nós representamos aí qualquer coisa parecida com 400 milhões de exemplares/ano. Eu queria fazer uma pergunta ao Professor Bartolomeu Campos de Queirós. O senhor, professor, o senhor se referiu a dois tipos de literatura, uma da literatura dos livros, da... E a outra do entretenimento. Eu gostaria de saber, de ouvir do senhor, qual a sua opinião sobre as publicações de informação, na medida em que essas publicações de informação, vamos dizer aí as revistas semanais e outras revistas voltadas basicamente para a informação, que tipo de contribuição o senhor acha que esse tipo de leitura... Que ferramenta ela dá ao leitor como massa crítica, como atualização de muitas coisas que acho que foge à coisa mais... Do entretenimento e mais para a informação? Gostaria de saber--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Fernando Martins, que é da Associação Nacional de Editores de Revistas, seja muito bem-vindo a essa Casa. Depois todos vão responder, como sempre, a todos os questionamentos e a todas as sugestões. Passo a palavra a última inscrita dessa manhã, a Sra. Elisabeth Serra, que é da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. Muito bem-vinda sempre.

SRA. ELISABETH SERRA: Muito obrigada. Nós passamos aqui, esses dois dias, em uma conquista

de momento importante para quem trabalha no Brasil, em prol de um país leitor e agora de um Brasil literário que é outro... Outro momento, e isso para nós que é um momento histórico, muito importante, pensando que nós estamos na Comissão de Educação e Cultura, pensando que os resultados da educação brasileira são desanimadores, os últimos... Os últimos resultados comprovam a nossa fraqueza em educar nossas crianças para um mundo... Enfim, que está aí se apresentando difícil.

Lembrando o Senador Cristovam Buarque que sempre tem batido nessa tecla, não há nenhuma das soluções que possam se tornar exitosas sem a questão da educação, sem a questão da qualidade, eu queria, pensando no que a gente viu, pensando inclusive no trabalho da fundação, de todos nós, a grande lacuna que se expressa com essas demonstrações todas. E essas... O que nós lemos por trás dessas apresentações? O desejo da população brasileira, ler. E a lacuna enorme do governo, dos governos. E isso é muito grave, e é isso que a gente pretende, com esse esforço, dar continuidade, contar com a comissão, para que isso possa estar chegando em locais de reverberação, a senhora falou aqui do papel da comissão, do papel [soa a campainha] dos senadores, e nós vimos ontem também a apresentação do MEC, do Minc, que também é uma apresentação ainda que a leitura está distante daquilo que a gente imagina. Não só do Ministério da Cultura como o Ministério da Educação, são ainda situações paliativas, não são de transformação em que a leitura está na base... Deveria estar na base da formação dos nossos professores, e ela se perdeu.

Ontem eu tive oportunidade de citar isso. Há uma pesquisa em relação a isso, da professora Sônia Kramer, em que os professores... Até os anos 50, professor e leitor eram sinônimos, nós perdemos essa essência. E perdemos exatamente quando a educação se democratiza no país. Nós levamos as oportunidades de vagas, mas não levamos o conhecimento e as condições básicas para adquirir esse conhecimento.

E acho que essa é uma posição de resultado, mesmo, desses dois dias, em que a gente solicita oficialmente que a comissão carregue essa defesa da bandeira, da defesa da literatura, da defesa da leitura para a população de maneira bastante radical. E não como paliativos como tem ocorrido até agora. Eu queria fazer uma observação em relação à questão dos contadores de história, quem me conhece sabe o que eu penso, mas não poderia deixar de registrar que há uma diferença grande entre o contador de histórias que hoje se vê com fantasia, com violão, e nada contra a arte, muito pelo contrário, mas a gente não forma leitor por sedução das aparências, mas sim pelo convívio com o texto. E esses relatos que nós escutamos dos senadores a respeito das suas lembranças de infância certamente eram de pessoas que liam, que contavam as histórias ou que liam ou que sabiam.

Então, há também aí uma... Não se nega a intenção, por exemplo, o relato da Ana Glória, que a gente conhece, a gente percebe a demanda, a necessidade, mas a gente quer advertir que a gente gostaria que, se houver uma iniciativa de mobilização da comissão, que se promova os leitores de histórias, para que fique claro que esse ato é um ato de leitura acima de qualquer coisa. Nós não vamos formar leitores se nós não permitirmos e possibilitarmos essa convivência constante, diária, permanente, em qualquer hora, do texto de literatura ou dos outros textos, mas do texto escrito. É esse texto que vem e que revolucionou a história da humanidade inteira, e que ontem eu tive oportunidade de colocar isso, com o que Kindle, que está aí badalado, agora o livro eletrônico, ainda é a leitura que permanece na história da humanidade. Um livro das professoras Marisa Lajolo e Regina Zilberman, recentemente publicado, há um mês, que chama-se "Das Tábuas da Lei à Tela Computador", em que, recuperando a história toda do escrito da humanidade, o que permanece e o que vai permanecer é o ato de ler os textos e o texto, mesmo que seja no suporte eletrônico.

Então, eu enfatizo a esperança de que essa comissão venha, realmente, levar a importância da leitura para que nós venhamos a ter uma educação de qualidade nossas crianças e jovens e, consequentemente, outro país. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero, terminando, já partindo para a reta final da nossa... Do nosso seminário, eu quero dar a palavra aos nossos convidados de hoje, por três minutos, para fazer as considerações que queiram fazer sobre essa... Comentários que foram feitos e sobre esse nosso seminário, aqui, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Com a palavra, a Sra. Áurea Alencar.

SRA. ÁUREA ALENCAR: Obrigada, senadora. Eu gostaria de agradecer muitíssimo ao convite de participar desse encontro, desse seminário, realmente reafirmo a importância de se aprofundar a discussão em torno da importância da leitura literária, não é, Bartolomeu?

E dizer também que nós, da iniciativa privada, isso que o Senador Cristovam Buarque falou, nós estamos mais no campo da experimentação, para que seja... Somente políticas públicas é que vão universalizar a educação no país. O que nós aqui podemos fazer são articulações, compor, incidir sobre políticas públicas, mas isso não é... Nós somos, nós estamos como ci-

dadãos participando desse processo, mas realmente a universalização é do Poder Público.

E muito obrigada a todos e mais uma vez peço desculpas pelo... Ter que falar correndo, eu tenho um sério problema com esse reloginho que fica me controlando, eu acabo correndo ou me atrasando, e muito obrigada a todos e, mais uma vez, parabéns à Ecofuturo e à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Você falou, Áurea, e aqui é um exemplo... A educação às vezes puxa muito a gente, as questões relativas à educação, o dia a dia da sala de aula, às vezes, puxam um pouco os senadores e senadoras a essas questões. Questões salariais, questões de estrutura pedagógica das nossas escolas, nossas universidades também nos puxam muito aqui nas discussões, mas nós temos sistematicamente aberto um espaço relativamente grande para a cultura, em todas as áreas. Aqui nós já tivemos palco, aqui, de grandes e belíssimas discussões em todas as áreas.

E isso tem sido sistemático. Ainda falta, um pouco, o Júlio nos ajudar, aqui, junto com o esporte. Esses dias reclamaram, e reclamaram com razão, nós demos um espaço muito grande... Nós estamos dando um espaço à cultura e à educação, mas estamos esquecendo um pouquinho do esporte, e temos uma olimpíada aí, se quisermos que a criançada tenha gosto, participe, seja um jeito de puxá-las para o esporte, o momento é esse. Quero passar a palavra para a Sra. Silvana Rausis Fcachenco.

SRA. SILVANA RAUSIS FCACHENCO: No primeiro momento, aproveitando a oportunidade que a gente não pode deixar passar, eu quero disponibilizar o espaço, que é um espaço muito grande lá da instituição da fundação, que a gente atua em Araucária, outro município, para o treinamento de atletas do Paraná. Se necessário, nós temos toda uma condição.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já está aí, o convite feito para toda a turma do Paraná que está nos ouvindo.

SRA. SILVANA RAUSIS FCACHENCO: Fica serenado, agora. [risos] Bom, nós ouvimos um pouco da nossa história. Uma verdadeira lição de vida que nós tivemos aqui nesses dois dias. E eu acredito que nós tenhamos agora uma página em branco. Essa página em branco, como diz o escritor Bartolomeu, a gente tem que sonhar, chamar o arquétipo, a fantasia, para traduzir o que nós idealizamos como um final feliz desse livro, que é a nossa existência, nesse momento, agora, nesse país, agora, nesse planeta, agora.

Então, nós temos essa oportunidade, de escrever a nossa própria história. E eu acredito que nós temos também essa responsabilidade de como escrevê-la, de forma escrevê-la. A grafia, o conteúdo, a forma, e principalmente a expressão disso. Na Roma antiga, o grafite servia como jornal. Hoje o grafite não é ainda entendido como uma forma de expressão. Na comunidade da Vila das Torres os adolescentes estão armados. Nós temos que substituir essas armas, as crianças e adolescentes, pelos livros, para que o grafite deles traduza um novo momento. Eu agradeço a todos, e conto com todos para a gente escrever esse final feliz. Obrigada. [soa a campainha]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Professora Silvana. Quero passar a palavra ao Sr. Bartolomeu Campos de Queirós, escritor, veio lá das Minas Gerais, das alterosas, para estar aqui conosco essa manhã.

SR. BARTOLOMEU CAMPOS DE QUEIRÓS: Eu agradeço muito o convite para estar aqui na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de poder expressar o que me incomoda no momento, e responder a questão que me fala o senhor ali, que toda informação é sempre bem-vinda. Eu preciso da informação para eu saber quando eu rompi com as coisas, também. Se eu não sei o que passou, eu não tenho dados para dizer quando eu rompi.

Então, informação é super importante. Na educação, a educação é super importante, porque a educação vai preceder o rompimento na educação. Eu informo o aluno o que já foi feito, o que fez no mundo e convido a fazer mais. Então, é sempre essa... Na educação é sempre o diálogo da informação com a transformação, quer dizer, eu preciso me informar para poder saber quando eu transformei. Caso contrário, a gente cai nesse grande loucura que nós caímos hoje, no país, de achar que estamos fazendo o novo e o nosso novo é extremamente velho, porque não somos informados. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Bartolomeu. O senhor nos deu hoje, aqui, uma lição de saber viver bem. A palavra está com o Sr. Antônio José Matias de Sousa, agradecemos muito pela... O problema todo que tivemos com o horário, sua vinda aqui, que foi muito importante nessa manhã.

SR. ANTÔNIO JOSÉ MATIAS DE SOUSA: Quero agradecer a comissão pelo trabalho que realmente está prestando para Brasília, para o Brasil, porque se estiver trabalhando bem para o Brasil está trabalhando para nós todos. E eu acho que a participação, a participação do cidadão, de modo geral, é importante. Já pensou, o Senador Cristovam falou: "Bom, o Bradesco

trouxe 54 escolas, 54 escolas". Se cada banco montasse conforme o seu tamanho 10, 15, 20, até chegar nas 54, quantas nós teríamos no país? Cada posto de gasolina conseguisse montar uma biblioteca, porque é só chamar a população que ela atende na hora.

Eu já falei para os senhores e as senhoras, foi um milhão e... Todos aqui entendem bem de livro, um milhão e 400 mil livros, são dez salas dessa aqui cheias de livro. Nós não compramos um livro. Todos doados pela população de Brasília, deixados nos postos de gasolina, computadores, mesas, cadeiras. Então você vê, o que falta? Falta o trabalho, falta a participação. E a participação de todos empresários, porque a maioria dos empresários, ele quer... Vai para a cidade... A senhora é de qual estado, senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

SR. ANTÔNIO JOSÉ MATIAS DE SOUSA: Vai lá para Campo Grande, ganha o dinheiro da população de Campo Grande, constrói uma tremenda mansão, faz um muro bem alto para quem passa por fora não ver o que está acontecendo lá dentro e tudo bem, fica por ali mesmo, entendeu? Então, eu acho que está errado, tem que ajudar, tem que participar, porque o que eu consegui, o que outros e outros... Depende da população.

Você vai ao supermercado, vai à oficina, ao posto de gasolina e ajuda... Então vamos distribuir, com os mais necessitados, com quem precisa, com a periferia. Por aí. Ok? E quero lhe agradecer, quero pedir desculpas, porque o atraso foi o desencontro das informações, mas fico muito satisfeito, [soa a campainha] muito honrado em poder divulgar o nosso trabalho e mostrar, não divulgar, mostrar o que nós estamos fazendo, o que a empresa está fazendo, para que outros possam copiar. Ok? Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero agradecer a presença de todos. Declaro encerrada a última Mesa desse seminário.

Eu suspendo a sessão por um minuto para compor a Mesa de encerramento. Portanto, eu peço aos meus colegas aqui que se coloquem na bancada e quero chamar aqui, para compor essa Mesa de encerramento, a Sra. Christine Castilho Fontelles, Diretora de Educação e Cultura do Instituto Ecofuturo, que é nossa grande parceira nesse seminário, que hoje estamos encerrando, aqui, na nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Quero passar a palavra à Christine, dizendo que valeu, não é, Christine?

SRA. CHRISTINE CASTILHO FONTELLES: Mais do que valeu, continuará valendo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continuará valendo, se Deus quiser.

SRA. CHRISTINE CASTILHO FONTELLES: Bom, eu agradeço, mais uma vez, essa parceria com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, que abriu esse espaço histórico. A Elizabeth Serra me falava há pouco, há anos atrás essa tentativa de interlocução e a impossibilidade da consecução, e aqui estamos nós. Então, esse é um momento realmente histórico, e nós temos, sim, senadora, algumas expectativas com relação a essa nossa... Esse diálogo iniciado, claro que dentro dos limites das fronteiras dos senadores, com certeza.

Bom, eu estou aqui como executiva e cidadã. Eu sou executiva de uma Organização Não-Governamental que utiliza recursos públicos e privados para criar e oportunizar espaços de leitura e cultura. Eu estou aqui como uma cidadã, meu compromisso é com a eficácia. Eu tenho compromisso com a Ana Glória que está lá em Garanhuns, que está na ponta, na frente, fazendo as coisas acontecerem, tenho compromisso com recursos que são depositados nas minhas mãos pelo governo, pela iniciativa privada, tenho compromisso com todos que estão acreditando nessa iniciativa.

Então, eu gostaria de retomar um pouco a fala do Senador Flávio Arns, e de alguma forma também encerrar, mas dando continuidade com um Grupo de Trabalho. É preciso que a gente abra mais espaços de interações e menos espaços de apresentações. A gente não precisa, como disse o Senador Flávio Arns, concordar, mas, inevitavelmente, nós precisamos convergir.

E convergir no sentido de fazer com que as políticas nacionais de acesso democrático à leitura prevejam, sim, como é que a iniciativa privada efetivamente pode participar, como é que essas ações heróicas e comunitárias podem ter sustentabilidade, como disse a Mirela, como é que elas podem estar integradas com as bibliotecas públicas existentes; como é que as escolas podem estar comprometidas com esse objetivo; como é que o professor, qual é o compromisso das universidades na formação do professor, para que ele seja um professor leitor; qual é o compromisso da família; qual é o compromisso da sociedade; e é por isso que eu digo que eu gostaria muito... Nós, que estamos aqui, gostaríamos muito de poder continuar com essa interlocução, por meio da comissão, para que a gente possa melhorar as reflexões, para que, de verdade, de alguma forma, todo esse recurso que a iniciativa privada está utilizando, boa parte dele de renúncia fiscal, possa convergir para um programa de ação de acesso democrático à leitura.

Agradeço profundamente a presença de todo esse espaço que foi aberto, espero ter sido merecedora dessa iniciativa, desse convite, desse momento. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Que bom. Eu quero... Eu quero dizer a você, Christine, que, para nós, estamos sempre abertos, essa comissão, essa Casa... Essa é a Casa do povo. É difícil vocês irem lá bater à porta do Presidente da República, mas aqui vocês vêm. A população vem. E a quantidade de e-mails que nós recebemos, que cada senador particularmente recebe, sei que todos, como eu, respondem, justamente, porque nós damos a certeza para a população que ela pode brigar com a gente, ela pode não concordar conosco, ela pode se estarrecer com coisas que acontecem, mas também nos dá força para mudar, para melhorar, para atingir objetivos melhores.

Eu quero dizer que eu fiquei muito impactada também por tudo que eu ouvi essa manhã, aqui, mas tudo depende muito daquilo que se falou aqui, da criatividade, mas principalmente da fantasia. Ela que vai nos mover a fazer alguma coisa, é a gente nunca estar satisfeito. Sempre querer um pouquinho mais. E é isso que faz a gente conseguir as coisas.

E dizer que a avaliação, o acompanhamento, é sempre muito importante. Não é uma avaliação formal que precisa ser feita, mas é uma avaliação, como aqui eu vi, de diversas formas, pode ser feita através da mídia espontânea, como foi feito... "Será que estou indo para outros lugares, as pessoas estão achando o trabalho que a gente realiza", através dos vídeos, através do número de pessoas que acompanham, através da capilaridade que a gente faz, como você faz com as bibliotecas da Gasol.

E, além disso, referendar aqui, reafirmar algo que digo sempre. Nós precisamos muito do envolvimento da família e da sociedade. A família tem que nos ajudar, e acreditar que mesmo com a mulher trabalhando fora nesses últimos 25 anos, nós tivemos uma mudança muito grande no foco familiar, na unidade familiar, mas isso não pode em nenhum momento deixar que a família seja ainda a célula *mater*, o embrião de tudo aquilo que nós podemos ter. A palavrinha que nossa juventude, nossas crianças precisam.

Voltar à escola para a literatura acho que é fundamental. Sou professora de letras e sou pedagoga também, e sei o quanto nós precisamos fazer isso. É difícil a gente falar assim: "Na minha época era assim", mas na minha época, realmente, as escolas eram muito menores, eram muito menos escolas, escolas públicas, na minha cidade, só tinham duas. Para dizer que a universalização, a educação foi ótima, mas não veio acompanhada da qualidade. E é nisso que nós temos que brigar muito.

E quero ainda dizer, para terminar essa minha fala, dizer que, em todas as esferas, o governo realmente está deixando essa lacuna que você disse, uma lacuna muito grande. E eu queria propor aqui que a gente, quando for discutir o orçamento dos Ministérios para o ano que vem, Júlio, não deixar nenhuma emenda da comissão, aquela emenda dedicada à cultura seja feita para livros e para a formação de leitores. Eu acho que nós temos que forçar acontecer. A gente faz, às vezes, aqui o audiovisual vem muito, cinema, isso, aquilo, vai para o audiovisual. Aí vem aqui a turma do teatro, vai para o teatro. Aí vem aqui a turma da música, foi agora a turma da música, encheu isso aqui, foi para a música. Como vocês não enchem isso aqui para pedir pelo livro, às vezes passa. A pressão é violenta.

Então, o ano que vem, faz favor, vocês estarem aqui pressionando para emenda, grande dessa comissão, ser justamente para essa área. E quero aqui, para terminar, então, definir já oficialmente, um grupo de trabalho para discutir o desdobramento e as propostas decorrentes desse seminário. E quero aqui já definir a publicação de um compêndio, com todas as falas, isso é tudo gravado, nós temos tudo, com as falas todas, com aquilo que foi exposto aqui, com a anuência dos senhores que expuseram e, também, da possibilidade e, vamos discutir isso aqui nesse grupo de trabalho, de vídeo também... TV Senado, que é importantíssima para nós, a gente poder ter aí o vídeo através da TV Senado, para a gente poder expor esse vídeo para todo o país.

Eu acho que não vai faltar uma escola, uma biblioteca no país que não queira ter um livro e um vídeo com resultado desses dois dias desse nosso seminário, aqui. Portanto, quero pedir aqui à secretaria da Casa as providências necessárias a esse respeito. E, portanto, eu declaro encerrado o seminário dia da semana... "Dia e Semana Nacional da Leitura" e a 62ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

E quero terminar com o pensamento que moldura o nosso convite. "Livros não mudam o mundo. Quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas". Mário Quintana.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Portanto, muito obrigada. Um bom dia a todos.

Sessão encerrada às 13h58.

Ata da 63ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura E Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 21 de Outubro de 2009.

SEMINÁRIO

Às dez horas e oito minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a **Presidência da Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Roberto Cavalcanti, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Rosalba Ciarlini, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, João Pedro, Antonio Carlos Valadares, José Nery, Osvaldo Sobrinho e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Paulo Paim, Inácio Arruda, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana e Alvaro Dias. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Seminário, atendendo aos Requerimentos nº 37/09–CE, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Fátima Cleide e Flávio Arns e nº 23/09, de autoria do Senador Paulo Paim, destinados a discutir o tema **"Diversidade nas Escolas: Preconceito e Inclusão"**. Prosseguindo, dá-se início ao Seminário. A Presidência registra a presença para acompanhar o Seminário, do Senhor Eduardo Santarelo, Coordenador do Programa Brasil Sem Homofobia; Senhor Cássio Rodrigo, Diretor Adjunto do Departamento de Humanidades da Secretaria de Governo da Prefeitura de Santo André - SP; Senhora Michelle Meira, Coordenadora de Diversidade Sexual da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Fortaleza - CE; Senhor Evaldo Amorim, Assessor Técnico da ABGLT, no Distrito Federal; Senhora Lenne Evangelista, Representante do Núcleo LGBT da Federação das Mulheres Unidas de Brasília e Entorno – FEMUBE; Senhor Sérgio Nascimento, Representante da ONG ELOS LGBT, do Distrito Federal; Senhora Rafaelly Wiest, Presidente do Grupo Dignidade, em Curitiba - PR; Senhora Dara Rosa dos Santos, Assessora Parlamentar do Deputado Estadual Professor Lemos (PT/PR); Senhor Igor Martini, Presidente do Centro Paranaense de Cidadania, de Curitiba – CEPAC/PR; Senhora Carmem Pereira, Coordenadora do Projeto Escola Sem Homofobia de Salvador - BA; Senhora Jacqueline Rocha Córtes, Assessora de Projetos e Programas da UNAIDS Brasil; Senhor Nelson Correia, Assessor Técnico da Unidade de Articulação com a Sociedade Civil e Direitos Humanos do Ministério da Saúde; Senhor Fabrício Lima, Coordenador do Movimento Catarinense LGBTT; Senhora Maria Rebeca Otero Gomes, Oficiala de Programas do Setor de Educação; Senhora Mariana Braga, Assessora Técnica da UNESCO no Brasil; Senhora Nara Vieira, Assessora Técnica da Unidade de Prevenção da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Senhora Sheila Ribeiro, Técnica da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Senhora Tais Venturelli, Representante da Coordenadoria do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação; Senhora Juny Kraiczyk, Assessora Técnica de Prevenção do Departamento de DST/AIDS e Hepatites Vírus do Ministério da Saúde; Senhora Andrea Rossati, Assessora de Políticas Públicas LGBT do Governador Cid Gomes do Estado do Ceará; Senhora Audir Marques de Sousa e Silva, Representante do Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG, do Município de Formosa - GO; Senhora Marta Ramalho, Representante da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal – SEJUS/DF; Senhor Daniel Castro, Coordenador da Secretaria de Identidade e Diversidade do Ministério da Cultura; Senhores Professores Representantes do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN; Senhora Valesca Leão, Coordenadora da Secretaria de Assuntos Educacionais do Sindicato dos Professores no Distrito Federal – SINPRO-DF; Senhora Viviani Farkas, Coordenadora da Secretaria de Raça e Sexualidade do Sindicato dos Professores no Distrito Federal – SINPRO-DF. Como moderadora da mesa, que tem como tema **"Orientação Sexual e Relações de Gênero"**, a Senadora Marisa Serrano, convida os seguintes expositores para dar início ao Painel: **Senhor Toni Reis, Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; Senhora Rosiléa Maria Rold Wille, Coordenadora-Geral de Direitos Humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC; Senhor Pedro Chequer, Médico e Coordenador do UNAIDS no Brasil (Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/Aids); Senhora Maria Elisabete Pereira, Diretora de Programa da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM; Senhora Miriam Abramovay, Coordenadora de Pes-**

quisa da Rede de Formação Tecnológica Latino Americana e Senhor Carlos Laudari, Diretor da Pathfinder do Brasil. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada primeiramente aos Senhores Senadores membros da Comissão e logo em seguida aos demais presentes. Usam da palavra os Senadores Fátima Cleide e Cristovam Buarque – autores do Requerimento, Romeu Tuma e Rosalba Ciarlini; Senhor Júlio Cárdia, Presidente do Estruturação (Grupo LGBT de Brasília); Senhora Audir Marques Souza e Silva, Professora no Município de Formosa – GO; Senhora Rafaelly Wiste, Presidente do Grupo Dignidade, em Curitiba - PR; Senhora Renata Mota, Coordenadora Municipal de DST/AIDS da Secretaria de Saúde de Fortaleza – CE; Senhora Michele Meira, Coordenadora de Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza - CE; Senhora Valesca Leão, Coordenadora da Secretaria de Assuntos Educacionais do Sindicato dos Professores no Distrito Federal – SINPRO-DF e Senhora Viviani Farkas, Coordenadora da Secretaria de Raça e Sexualidade do Sindicato dos Professores no Distrito Federal – SINPRO-DF. Antes de encerrar o Seminário, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, faz a leitura dos comunicados que se seguem: **Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC 011.492/2008-8, do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação, cujo objetivo foi a realização de monitoramento de natureza operacional em ações de formação continuada de professores do ensino fundamental. Essa Comissão recebeu ainda ofício nº 5/Seses/TCU/Plenário, do Chefe de Serviço da Secretaria Geral da Presidência, Senhor Elias Alves de Almeida, encaminhando relatório de monitoramento, em aditamento ao Aviso supracitado. Os Senadores que desejarem uma cópia do Aviso e do aditamento poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 02:** Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) a realização do V Fórum Legislativo nas Cidades-Sedes da Copa de 2014, apoiado por esta Comissão e organizado pela Comissão de Turismo e Desporto (CTD) da Câmara dos Deputados em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) desta Casa. Este Fórum será o quinto dos 12 (doze) encontros programados pelo Projeto 'O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014', a ser realizado nos Estados-Sedes da Copa, no período de agosto a novembro de 2009. O evento ocorrerá dia 26 de outubro do corrente, segunda-feira, às 09 horas, na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em Salvador. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite com a programação poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Marisa Serrano,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

63ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 21 de Outubro de 2009.

SEMINÁRIO

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Srs. e Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se acham, aprovado.

A presente reunião atende aos Requerimentos nº. 37/09, desta comissão e 23, também do mês 09, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Fátima Cleide e Flávio Arns, destinado a debater o tema "Diversidade nas escolas: Preconceito e Inclusão". Tendo como primeiro painel, esse de hoje, que é sobre orientação sexual e relações de gênero, a realizar-se nesta sessão.

Dando início ao seminário, solicito ao Secretário da comissão Júlio Linhares que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa. Como vocês viram, esse é um seminário altamente necessário e principalmente porque o Brasil todo tem debatido essas questões e nossos professores têm dificuldade ainda em incluí-las no seu dia a dia, no seu cotidiano, e nós temos que ajudar a fazer com que nossos cursos de Pedagogia e as nossas escolas se sintam mais à vontade e com mais condições de debater questões como essa. Essa é uma razão desse seminário também.

Começando então a nossa reunião de Audiência Pública de hoje, como vocês veem, a nossa Mesa está hoje repleta de convidados, normalmente nós fazemos só com quatro, hoje temos um pouco mais, então nós vamos dar dez minutos para cada um fazer a sua exposição, e depois durante os debates com os senadores teremos mais tempo para poder fazer as sua considerações. Vou deixar a Rosiléa para depois um pouquinho, Rosiléa até que você descanse um pouquinho e vou começar com o Toni Reis, que é Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Eu estava dizendo, Toni, e gostaria de reprisar aqui para todos os nossos convidados, que as nossas escolas têm muita dificuldade ainda em tratar questões como essas, principalmente falando em preconceito e inclusão de todas as espécies. Os nossos professores não são orientados para isso, as nossas faculdades de Pedagogia também não dão a devida atenção a esse tema e, portanto, as nossas escolas não tratam essas questões com a profundidade que devam tratar. Portanto, essa é uma razão de nós estarmos fazendo esse painel que está sendo transmitido pela TV Senado para todo o país.

Com a palavra, por dez minutos, o Toni Reis, que é Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Seja muito bem à nossa Casa, Toni.

SR. TONI REIS: Bom-dia a todos e a todas. Bom-dia Senadora Marisa Serrano, eu acho que nós podemos encerrar a sessão, tudo que a senhora falou aqui é que nós precisamos, nós precisamos é que as escolas, senadora, nos incluam, nos aceitem e nos respeitem como cidadãos, então a sessão começou muito bem, é esse que nós queremos, então eu acho que a senhora já começou com um objetivo muito claro.

Queria saudar os nossos Senadores Fátima Cleide, nossa querida batalhadora nesta Casa, José Nery, nosso amigo Flávio Arns, meu professor lá de Curitiba e o nosso Senador João Pedro do Amazonas, muito obrigado por estarem aqui.

Antes de eu iniciar a minha fala, eu gostaria de passar um vídeo de dois minutos, que inclusive esse vídeo foi a grande motivação dessa Audiência Pública aqui que tão bem foi aceita pelos senadores e senadoras aqui desta Casa.

Então por favor, o vídeo de dois minutinhos da Profissão Repórter.

[exibição de vídeo]

SR. FELIPE GUTIERREZ: *Na mesma manhã fico sabendo do suicídio de um aluno de 14 anos.*

Com licença de bater assim, meu nome é Felipe, sou do Profissão Repórter da TV Globo. A senhora e a mãe do Iago?

SRA. MARIA LUÍZA MARIN: *Não, eu sou a tia.*

SR. FELIPE GUTIERREZ: *Bom, uma situação um pouco delicada...*

SR. CACO BARCELOS: *Você acaba de descobrir um suicídio, que é um assunto certamente mais delicado ou um dos mais delicados de serem abordados, aliás, quase nunca se conta a história de suicídio, não é? Há quem diga, um debate, aliás, não só do jornalismo nacional, no mundo inteiro, há a preocupação se a gente divulgar, que isso possa gerar a ideia de incentivo a outras histórias assim.*

E ele sofria agressão, não é?

SR. FELIPE GUTIERREZ: *Constantemente. Agressões verbais e físicas também.*

SR. CACO BARCELOS: *Acho que esse é o ponto fundamental da história. Que o suicídio deriva de um outro crime, que cometiam contra ele, aliás, motivado pelo jeito, por preconceito.*

SR. FELIPE GUTIERREZ: *Sim.*

SRA. HELENA MARIN*: Em qualquer lugar ele era agredido, tanto na rua, na escola, com a minha mãe mesmo.*

SRA. MARIA BENEDITA MARIN: *Ele ia para a escola, os meninos ficavam zombando dele, chamavam ele de "bicha" e tudo, e foi criando aquilo na cabecinha dele e dizia: "Vó, um dia eu ainda vou me matar", eu falo: "Não, você não vai fazer isso, não".*

SRA. MARIA LUIZA MARIN: *Ele escreveu essa carta: "Mãe, eu te amo, a vó Lia tudo para mim e a Tia Luzia também. Eu amo as minhas tias, mas a tia Luiza é tudo para mim, que quando eu olho para ela eu sinto muita vontade de chorar e de abraçar ela também. Mãe, eu não sei explicar por que eu estou fazendo isso".*

REPÓRTER: *Você via o seu irmão na hora do intervalo, por exemplo?*

GUSTAVO MARIN: *Via.*

REPÓRTER: *O que acontecia?*

GUSTAVO MARIN: *Os moleques iam bater nele e aí vinha um monte de moleques grandes bater nele e aí eu disse: "Ali, ó, o meu irmão está apanhando, os moleques estão batendo nele". Aí ela: "Ah, eu não tenho nada a ver com isso, a briga é de vocês". Falou pra mim.*

REPÓRTER: *O professor falou isso?*

GUSTAVO MARIN: *A professora.*

SR. CACO BARCELOS: *Ele não se enturmava muito?*

SRA. IZILDINHA GALHARDO: *Isso, ele ficava quieto na dele, mas eu acredito que já havia alguma coisa diferente.*

SR. CACO BARCELOS: *A família alguma vez se queixou?*

SRA. IZILDINHA GALHARDO: *Não.*

SR. CACO BARCELOS: *Como é que a senhora, diretora, e os professores lidam com isso?*

SRA. IZILDINHA GALHARDO: *A gente está tentando trabalhar esse lado, mas está difícil.*

SR. TONI REIS: Muito bem. Essa é uma amostra da situação que a nossa comunidade enfrenta nas escolas.

Bem, a minha palestra eu vou estar falando um pouquinho sobre a situação, o problema que nós enfrentamos, a situação-problema, os avanços e o que nós queremos tanto do Legislativo, como do Governo Federal. E aí gostaria de pedir um desconto dos meus minutinhos.

Nós fazemos parte da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti e Transexuais. Nós fomos formados em 95 com 31 grupos, hoje nós temos 220 organizações em todo o Brasil, em todas as capitais, nós temos status na ECOSOC nas Nações Unidas, a nossa missão é promover a cidadania e defender os direitos da Comunidade LGBT, nós queremos contribuir com uma democracia, sem qualquer tipo de discriminação e defender a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero, esse é o nosso grande objetivo no âmbito nacional. A situação é um problema e eu estou falando enquanto movimento social, enquanto organização, mas também baseado em pesquisa que hoje nessa Mesa vocês todos e todas vão poder estar percebendo a nossa situação. Pode passar.

Então a questão da homofobia, que é a rejeição, aversão, medo, o ódio muitas vezes irracional contra a nossa comunidade de gays, lésbicas, travestis e transexuais, que é a causa primária da discriminação e a violência contra a nossa comunidade. Pode passar.

Essa é a pesquisa, e aí eu quero render a minha homenagem à minha querida Mirian Abramovay, que você abriu os nossos olhos de uma forma muito bacana quando na UNESCO você fez essa pesquisa. Essa pesquisa foi feita em 14 capitais, 241 escolas, 16 mil alunos, três mil educadores, 4.500 pais. Foi feito em 2000 e em 2004 foi publicado. E aí pessoal, é uma síntese da pesquisa: 40% dos meninos não gostariam de estudar com uma pessoa que seja gay, lésbica, travesti ou transexual. Vocês imaginem vocês aqui, heterossexuais numa sala em que 40% não gostariam que vocês estivessem nela. Dos pais, e aí mostrando a homofobia que existe na sociedade. Os pais, 35% dos pais não gostariam que seu filho estudasse com uma pessoa LGBT e aí talvez o dado mais grave, e aí que nós queremos estar discutindo hoje com os painelistas. Somente 60% dos professores não sabem lidar com a situação, e isso nós temos que discutir, nós precisamos muita capacitação nesse sentido. Essa é uma foto que eu sempre vejo e sempre nas nossas... Como muitas vezes nós nos sentimos dentro da sala de aula.

"Na minha sala tinha um menino homossexual e a galera, os meninos, perturbavam tanto até que ele saiu da escola, não voltou, acho que deveria ter mais campanha para escola para alertar a galera que vivemos num país democrático. Hoje cada um é e pode ser o que quer. Acho que é importante respeitar os outros". Isso de um grupo focal numa escola de Salvador. Pode passar.

Aqui a questão de toda a nossa comunidade, as pessoas que mais sofrem a discriminação e o preconceito são as pessoas travestis e transexuais. "Tem preconceito porque tem um menino que é meio afeminado, travesti, muitos jogam ovos nele, muitos tiram sarro, muitos não chegam perto dele, parece que ele tem uma doença contagiosa, eles julgam pela aparência e não conhecem para saber o que é e como ele se sente". Também de um grupo focal.

Aqui as pesquisas que inclusive essa, a Dra. Mirian vai estar podendo falar mais amplamente, que foi feito esse ano: 63% dos entrevistados de uma escola alegam já ter visto pessoas que são ou tidas como homossexuais sofrerem preconceito, mais da metade dos professores também afirmam já ter presenciado cenas discriminatórias contra homossexuais nas escolas, 44% dos meninos e 15% das meninas afirmam que não gostaria de ter um colega homossexual na sala de aula. Vocês imaginem o motivo de exclusão, o motivo complicado que é para nós a sala da aula.

Aqui uma pesquisa feita pela FIP com o Ministério da Educação e o INEP. Amostra com 18 mil alunos, pais e mães, diretores e diretoras, 87% dos entrevistados têm preconceito com relação à questão da orientação sexual. Pode passar.

E aí pessoal, nós não temos estatística no Brasil, é um pedido ao Ministério da Saúde, e nós temos 30% de todos os suicídios de adolescentes ocorrem entre os jovens LGBT, 33% dos jovens tentam se suicidar quatro vezes mais que os jovens. E aí, pessoal, um depoimento pessoal: pessoalmente, na minha adolescência também pensei em suicídio por todo o preconceito que sofri enquanto gay; Por favor, pode voltar. 30% chegam a se suicidar em comparação com os heterossexuais. Pode passar.

Preconceito. Essa é uma pesquisa da Perseu Abramo que coloca perguntado... Gostaria de ter um tempinho a mais. Perguntado: Você acha que a comunidade LGBT tem preconceito na sociedade? 99% coloca que tem, e 28 reconhece e declara o próprio precon-

ceito contra a nossa comunidade, cinco vezes maior contra que os negros e os idosos. Pode passar.

Violência. Nos último dez anos, ou melhor, nos últimos anos, nós tivemos 2.992 homossexuais barbaramente assassinados. Pode passar. E a pesquisa, como já falei, os travestis e transexuais tem 72% a mais a possibilidade de ser discriminado, é uma pesquisa do CLAM no Rio de Janeiro. Pode passar.

Os avanços. E aí para conclusões. O que é que queremos do Governo Federal e do Senado? Pode passar. Nós tivemos no Governo Lula um programa chamado Brasil sem Homofobia, que teve 53 ações em dez ministérios, incluindo o Ministério da Educação, que foi um avanço para a nossa comunidade. E nós tivemos a Conferência Nacional LGBT convocada pelo nosso Presidente da República e convocada por todos os 27 governadores e governadoras e desse, todas as conferências, saiu 51 diretrizes e 180 ações. Pode passar.

Na Conferência de Educação Básica tivemos cinco propostas para a questão da diversidade sexual, que é evitar discriminação de gênero e diversidade sexual, ter programa de formação inicial e continuada, promover a cultura do reconhecimento da diversidade, evitar o uso de linguagem sexista, homofóbica e discriminatória e também inserir estudos de gênero e diversidade sexual no currículo das licenciaturas. Pode passar.

Temos e conseguimos, que o Carlos Laudari vai estar falando para vocês aqui e para nós, o Projeto Escola Sem Homofobia. E aí o agradecimento muito importante ao Senado e à Câmara dos Deputados, foi vocês que conseguiram o orçamento para que a gente pudesse fazer esse projeto que está sendo um sucesso para gente, inclusive já como referência internacional, tivemos cinco seminários regionais, materiais para uso nas escolas, pesquisa em 11 capitais com recursos pela Frente Parlamentar e executado pela Pathfinder juntamente com outra parcerias, com o Ministério da Educação. Pode passar.

Aqui uma das reivindicações, inclusive, Senadora Fátima Cleide, a senhora é relatora do nome social das travestis e transexuais. Que eu acho que é muito importante, parece uma questão, para quem não é travesti, para quem não é transexual, parece uma coisa banal, mas é o nome social, então como as pessoas querem ser reconhecidas. E nós já estamos fazendo todo o Advocace(F) em todos os estados, já temos o Estado do Pará, que é realmente o estado mais avançado nessa questão, Goiás e Belo Horizonte, já tem reconhecido o nome social, os estados que já tem parecer favorável nos conselhos de educação: Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Maranhão, e já está sendo discutido em todos os conselhos e secretarias de educação, então isso é importante um avanço para a nossa comunidade.

Desafio. Nós precisamos que o grupo de trabalho no Ministério da Educação tenha continuidade e a gente possa estar atuando mais efetivamente. Pode passar.

No Executivo, nós temos então as 18 ações no plano na área de educação e o financiamento, pessoal, nós tivemos esse plano que realmente está maravilhoso, é exemplo para o mundo, foi a primeira vez no mundo que se teve uma conferência para trabalhar esse assunto no país, mas senadoras e senadores, nós não temos recursos, nós não temos orçamento para executar essas 180 ações, então nós precisamos que vocês, juntos, consigam colocar, alocar recurso no orçamento, e isso que nós precisamos para o grande desafio aqui para vocês e para gente. Pode colocar.

E um apelo e é a questão da aprovação do PLC 122 que proíbe a discriminação para orientação sexual. É um debate, pessoal, e aí um apelo aos religiosos, nós não queremos destruir a família de ninguém, nós queremos construir a nossa. Nós não queremos viver num país como cidadãos e cidadãs sem privilégio nenhum e é por isso que o apelo maior aqui é a aprovação do PLC 122 que a nossa querida Fátima Cleide tem feito um trabalho magnífico, agora está com um substitutivo muito bacana e que eu gostaria muito de fazer esse apelo aos senadores aqui presentes, para aprovação desse projeto que vai nos ajudar muito dentro das escolas também. E aí para concluir, pessoal. É um pouquinho de Literatura e um pouquinho de Psicologia. Guimarães Rosa: *"Só se pode viver perto de outro e conhecer outra pessoa sem perigo de ódio, se a gente tem amor, qualquer amor já é um pouquinho de saúde, um descanso na loucura". Guimarães Rosa, 1956*.

E o Freud, o que ele falou? *"Devemos começar a amar a fim de não adoecermos e estamos destinados a cair doentes, se em consequência de frustrações formos incapazes de amar"*.

Com isso, pessoal, peço orçamento para ações nas escolas e aprovação do PLC 122. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Toni. Em pouquíssimas palavras deu para ele colocar aquilo que ele pensa e principalmente fazer a solicitação ao Congresso Nacional, para ver se a gente aqui entra na linha também.

Mas eu quero cumprimentar a Senadora Fátima Cleide, cumprimentar o Senador José Nery, Senador João Pedro, Senador Flávio Arns, que estão agora presentes e durante o decorrer da manhã tenho cer-

teza que outros senadores e senadoras estarão aqui conosco também.

Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Senadora Marisa. Sra. Presidente, senhores convidados, Srs. Senadores, eu pedi para falar agora como autora do requerimento, como uma das autoras...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A senhora está falando como autora?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não, não, como uma das autoras, só mesmo para justificar, Senadora Marisa, que eu não vou poder ficar aqui durante todo o período, gostaria muito, porque este tema, V. Exa. e todos os senadores aqui sabem, é um tema que realmente impacta muito sobre a minha atuação parlamentar e sobre aquilo que eu penso em termos de direitos humanos, mas infelizmente tenho hoje uma discussão que pode ocorrer na CCJ sobre uma proposta de Emenda Constitucional de minha autoria, e eu estou sendo chamada neste momento para uma reunião com o Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, e infelizmente não poderia ficar durante todo o período. Mas quero parabenizar o Toni que, assim, nos provoca todo o tempo para que a gente possa fazer essa e outras discussões aqui no Senado Federal. O Toni colocou, eu sou relatora do PLC 122 que trata da questão da inclusão dos direitos das pessoas LGBT com relação ao preconceito e a violência. Estou apresentando, e já entreguei na Comissão de Assuntos Sociais, Toni, o nosso substitutivo e estamos na dependência da retirada de um pedido de Audiência Pública para que possa ser pautado o PLC 122, e acredito que todos os convidados aqui terão efetivamente uma contribuição muito grande a dar a esta Casa, trazendo à luz dos nossos dias as questões que ocorrem na escola, quantas crianças são expulsas da escola ainda com sete, oito anos de idade por conta da sua orientação sexual, então é uma situação que diz respeito diretamente a esta Comissão e eu acredito, Senadora Marisa, que este primeiro debate deste ciclo de debates sobre a violência nas escolas é muito importante e eu agradecer V. Exa. pela condução desse trabalho, agradecer o Senador Flávio Arns, como sempre aqui presente, o Senador João Pedro, o Senador Nery, e com certeza como V. Exa. falou, durante o dia outros senadores e senadoras passarão por aqui.

Então logo possa, estarei de volta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Senadora Fátima. Eu gostaria de pedir aos senadores que a gente pudesse ouvir os nossos palestrantes porque para nós é mais interessante ouvi-los, eles vieram aqui para que a gente possa ouvir, porque senão realmente nós não vamos... Hoje são seis e fica um pouco mais difícil.

Mas eu queria agradecer também a presença aqui do Sr. Eduardo Santarelo, Coordenador do Programa Brasil Sem Homofobia, gostaria só que levantasse a mão que para a gente identificasse. Já saiu. Cássio Rodrigo, Diretor Adjunto do Departamento de Humanidade da Secretaria de Governo da Prefeitura de Santo André, São Paulo; Michele Meira, Coordenadora da Diversidade Sexual da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Fortaleza, Ceará; Evaldo Amorim, Assessor Técnico da ABGLT do Distrito Federal; Lenne Evangelista, representante do Núcleo LGBT da Federação das Mulheres Unidas de Brasília e Entorno; Sérgio Nascimento, representante da ONG Elos LGBT do Distrito Federal; Rafaelly Wiest, Presidente do Grupo Dignidade Curitiba, Paraná; Daraci Rosa dos Santos, Assessora Parlamentar do Deputado Estadual Prof. Lemos, no Paraná; Igor Martini, Presidente do Centro Paranaense de Cidadania, CEPAC, de Curitiba Paraná; Carmen Pereira Coordenadora do Projeto Escola sem Homofobia, de Salvador, Bahia; Jacqueline Rocha Côrtes, Assessora de Projetos e Programas da UNAIDS Brasil; Nelson Corrêa, Assessor Técnico da Unidade de Articulação com a Sociedade Civil em Direitos Humanos do Ministério da Saúde. Sejam todos muito bem-vindos à nossa Casa.

E agora quero passar a palavra a Sra. Rosiléa Maria Rold Wille, Coordenadora-Geral dos Direitos Humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação SECAD/MEC, que é nossa parceira aqui na Casa, o Ministério da Educação para todas as nossas discussões nessa área. Seja bem-vinda.

SRA. ROSILÉA MARIA ROLD WILLE: Bom-dia. Eu quero agradecer ao Senado em nome da Senadora Marisa Serrano o convite--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de você começar, eu só queria informar a quem está de pé aqui, que nós temos um telão na sala 7, da CRE, existe um telão lá na sala 7, à disposição para quem quiser ficar melhor acomodado. Por favor.

SRA. ROSILÉA MARIA ROLD WILLE: Então eu queria agradecer essa oportunidade, eu acho que esse convite para dialogarmos com o Movimento, a Academia, o Legislativo, estou vendo organismos internacionais aqui, vejo lá Rebeca, companheira de militância nesses temas da sexualidade. Então vou fazer uma fala breve e depois tentar situar para vocês algumas atividades que vêm sendo desenvolvidas pelo Ministério da Educação.

Então nos últimos dois séculos a sexualidade tornou-se objeto privilegiado do olhar de cientistas, religiosos, psiquiatras, antropólogos, educadores, passando a se constituir efetivamente numa questão, desde então ela vem sendo descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada e normatizada a partir das mais diversas perspectivas. Como diz a Guacira Lopes Louro, se nós dias de hoje ela continua alvo da vigilância e do controle, agora ampliaram-se e se diversificaram suas formas de regulação, multiplicaram-se as instâncias, as instituições que se autorizam a ditar-lhes normas, as definir-lhes os padrões de pureza, sanidade, ou insanidade, a delimitar-lhes os saberes e as práticas pertinentes, adequados ou infames.

Ao lado de instituições tradicionais como Estado, as igrejas ou a Ciência, agora outras instâncias e outros grupos organizados reivindicam sobre ela sua verdades e sua ética: escola, currículo, educadores e educadoras não conseguem se situar fora dessa história. A escolarização tem atuado na produção e reprodução de práticas de gênero e consequentemente operado no cultivo de masculinidades e feminilidades desiguais e hierárquicas. A constante separação de espaços e possibilidades entre meninos e meninas, a ausência de questionamento das práticas de gênero e das violências diárias entre crianças e jovens na demarcação dos territórios de masculinidade e feminilidade, constroem diferentes sensibilidades, diferentes formas de estar no mundo. Constroem modos de ser sujeitos, modo de existir fundados na naturalização das práticas de gênero, para atuar na transformação desses modos de ser sujeito, é preciso desconfiar das naturalidades e atentar para as práticas que atuam na produção dos desejos e das identidades.

Como afirma Rosana Oliveira, a separação de tarefas, espaços e expectativas são algumas das práticas, umas mais e outras menos ocultas, a constituírem Pedagogias de gênero que atuam na produção hierárquica e normativa de masculinidades e feminilidades, por exemplo, o tipo de inserção no mercado de trabalho está ligado, entre outros aspectos, ao direcionamento para algumas carreiras durante a formação educacional. Claramente nós temos os dados do INEP que 70% das mulheres vão para as áreas de humanas, especialmente aí a Educação, e 30% para a área mais tecnológica, e os homens ao contrário.

O enfrentamento à violência sexista e machista no campo da educação consiste fundamentalmente no questionamento das concepções e práticas de gênio que perpassa os diversos aspectos do processo educacional, currículos, pedagogias, atuações no âmbito da escola. Tal exercício significa o exame dessas concepções e práticas visando o desvelamento das relações de poder entre os gêneros, a desconstrução de representações sociais naturalizadas, essencializadas, estereotipadas e restritivas, que estão no cerne da perpetuação de situação de opressão e de violência sexista e homofóbica. Assim, enfrentar o sexismo e a homofobia significa atuar sobre as raízes da violência contra as mulheres e de outras formas de violência ligadas à construção das masculinidades e feminilidades. Os estudos de gênero têm apontado para as formas, como a heteronormatividade orienta o olhar. As questões e pesquisas em diversas áreas do conhecimento, o gênero é elemento fundador das diversas formas de classificar o mundo e está presente nas diversas formas de explicação. Ao contrario da tendência do tratamento da diferença sexual como universal e histórico, o historiador Le Coeur afirma que as atuais formas de interpretar o corpo não foram consequência de maior conhecimento cientifico, mas resultaram dos novos contextos sociais políticos e filosóficos. Retomando Guacira Louro, ressalto que ela adverte que são as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisar se tornar alvos da atenção renovada, de questionamento, em especial da desconfiança. Portanto, para atuar na transformação dos modos de vida, dos modos de ser sujeito é preciso desconfiar das naturalidades e atentar para as performances de gênero reiteradas, que atuam materializando os corpos e as identidades em vez de torná-las como pressupostos.

O objetivo de uma educação para a igualdade de gênero não é apenas dar visibilidade às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, mas fundamentalmente orientar-se para um olhar questionador das práticas heteronormativas que reescrevem, a todo momento, os sujeitos nos modos masculino e feminino. Como afirma Judith Butler no seu livro *"Deshacer El Genero"*, os modos de ser que não se enquadram nos modos normativos de gênero fazem parte do aparato de gênero, tanto quanto as formas mais normativas de feminilidade e masculinidade. Para se discutir o problema da violência não se deve ater a mera recriminação da violência ou a exibição do problema da violência, mas é necessário discutir as formas de produção de masculinidades e feminilidades e como o poder e violência se inserem nesse campo. A superação das discriminações no campo de relação de gênero, não deve se dar por meio do reconhecimento das diferenças, mas fundamentalmente pelo questionamento de sua produção cotidiana. Ou seja, a SECAD, ela vem trabalhando, esse é o conceito que vem estruturando as ações que a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação tem como responsabilidade, a área... O trabalho

todo voltado para área de gênero, identidade de gênero, diversidade sexual. E nesses princípios que eu acabo mencionar um pouco, para poder situar qual é o pensamento, qual é o conceito que orienta a ação que a SECAD desenvolve.

Então o foco está nas condições de produção das diferenças, desigualdades, hierarquias e não nos efeitos de identidade, ou seja, o eixo conceitual que orienta as ações e posições da SECAD/MEC não se funde em uma política afirmativa das identidades, mas em uma política das diferenças, produzidas no cotidiano, inclusive no dia a dia escolar. Ou seja, do ponto de vista teórico epistemológico, a perspectiva adotada pela SECAD enfoca a produção das identidades, o processo de construção, considerando os poderes reguladores envolvidos, em vez de atuar sobre os efeitos de identidade.

O apelo não está na defesa do reconhecimento da tolerância à diversidade, mas no questionamento da produção da desigualdade que ocorre na construção reiterada das diferenças entre os sujeitos, aqui falando nas masculinidades e feminilidades. Ao colocar em discussão as formas como o outro é constituído, questiona-se as estreitas relações do eu com o outro, a diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e passa a ser compreendida como indispensável para existência do próprio sujeito. Ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu. Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo, por exemplo, passa a exigir que se preste atenção ao jogo político aí implicado, em vez de meramente contemplar a sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, dos conflitos e das negociações constitutivas das posições que os sujeitos ocupam.

O eixo conceitual norteador da discussão desenvolvida pela SECAD e MEC se expressam em algumas categorias, que eu não vou falar, o Toni já manifestou inclusive alguns conceitos: gênero e orientação sexual, heteronormatividade, sexismo e homofobia. Eu não vou me ater a eles porque eu quero rapidamente depois passar alguns dados, não no sentido de uma prestação de contas, mas eu acho que nós como agentes públicos também nos cabe dizer. As concepções de gênero, heteronormatividade, sexismo e homofobia constituem eixo conceitual que direciona uma política voltada para a igualdade de gênero que vai às raízes do problema, questionando e desconstruindo as formas de produção dos gêneros das sexualidades. Esse eixo conceitual apresenta de maneira suscita as diretrizes da SECAD necessárias para se compreender as ações que vem sendo realizadas. A SECAD tem como uma de sua contribuições promover transversalmente ao Ministério da Educação, tema como Direitos Humanos, a Educação Ambiental, Diversidade Étnico Racial e as demandas específica de determinados grupos populacionais, indígenas, afro brasileiros, e inclui-se também a temática de gênero e diversidade sexual. Tem como principal desafio garantir a efetividade do direito à educação de todos e todas, as brasileiras e brasileiros estabelecendo política que assegurem aos grupos historicamente desfavorecidos, condições para a sua emancipação e afirmação cidadã.

Então algumas ações que a SECAD vem desenvolvendo, rapidamente eu vou mencioná-las, senadora, mais um minuto, rapidamente eu vou mencionar, depois a gente pode talvez no debate aprofundar: formação de profissionais à distância semipresencial, quer dizer, com encontros à distância e presencial e também totalmente presencial. Então nesse ano de 2009, por exemplo, nós temos conjuntos de projetos aprovados mediante edital que dá em torno de cinco milhões de reais, então um dos projetos, uma das áreas, por exemplo, na área da formação à distância, nós temos desenvolvido a formação pela Universidade Aberta no Brasil em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e nessa ação do ano passado, por exemplo, nós temos mais de 13 mil profissionais incluídos, em torno de nove milhões de reais alocados para essa ação.

A outra parte que também vem sendo muito trabalhada pelo Ministério é desenvolvimento de material didático e paradidático, neste ano, por exemplo, todo o material voltado para este tema e outros temas de direitos humanos, eles passam por uma pré-testagem, porque vimos que muitos apoios que nós estávamos fazendo para as universidades envolverem materiais, materiais muito bons, conceitualmente bem estruturados, mas que não falavam com a escola, não dialogam com a escola e nem dialogam com o aluno, então não bastava produzir material, esse material tem que ser material validado pela escola, para que a escola compreenda onde que quer chegar, não validado, exatamente, porque validado pela pesquisa que o Toni mostrou, o Ministério da Educação, especialmente provocados pela SECAD em parceria com a FIB fez essa pesquisa que o Toni mostrou, e que os dados são estarrecedores. Como diz o secretário André Lázaro, que é o Secretário da SECAD, ele diz: “Pelo menos o Ministério da Educação está fazendo o quê? Uma mirada para dentro do seu problema para tentar identificar quais são as efetivas ações que nós temos que desenvolver para enfrentar essa realidade”, que o Toni mostrou e os outros dados, quem quiser conhecer a pesquisa, a pesquisa é pública, está no site do MEC e aí, inclusive,

vocês que estão pesquisadores dessa área podem nos ajudar, inclusive, a compreender melhor o fenômeno, esses fenômenos que acontecem no espaço da escola e também nos ajudar a encontrar os caminhos.

Então entre os caminhos que o Ministério tem encontrado, por exemplo, é o apoio a instituições que vem desenvolvendo ações, entre elas, por exemplo, a BGLT recebeu recursos para o seu congresso por meio da SECAD, então não é só desenvolvendo ações junto aos professores, pensando as escolas que envolvendo os alunos, mas também apoiando ações de movimentos que são responsáveis e que vem trabalhando em prol do enfrentamento do sexismo e da homofobia. E uma outra ação que não vou falar, que o Laudari que é o Coordenador do Projeto Escola sem Homofobia, que vem sendo desenvolvida, convênio feito do Ministério da Educação com a BGLT a partir de toda essa iniciativa que o Senado e a Câmara tiveram junto com a BGLT especialmente provocados pela BGLT com esse recurso que dá em torno de 1 milhão e 912 mil.

Agora eu só queria voltar a um ponto que a senadora falou, que eu julgo importante abordarmos. A Secretaria Especial de Direitos Humanos que é outra parceira do Ministério da Educação em todas as ações que desenvolvemos de direitos humanos, aprovou um programa no PPA em final de 2007 e que o Ministério colocou uma ação dentro dessa... Colocou uma atividade dentro dessa ação do PPA que é Programa de Educação em Direitos Humanos o nome da ação. E dentro dessa ação, uma delas é incluir diretrizes de educação em direitos humanos em todos os cursos da formação inicial. Então neste ano o Ministério já iniciou, por exemplo, o debate das diretrizes de educação em direitos humanos para três cursos: Pedagogia, Sociologia e Filosofia. Então são ações como essas que a gente entende que são fundamentais para que nós consigamos mudar esse quadro que eu pouco relatei, que é a situação das escolas brasileiras.

Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Nós que agradecemos. Obrigada Rosiléa pelas palavras.

Quero aqui cumprimentar e agradecer a presença do Senador Osvaldo Sobrinho de Mato Grosso, do Senador Augusto Botelho de Roraima e do Senador Jefferson Praia do Amazonas, sejam muito bem-vindos à nossa comissão de hoje.

Passo a palavra ao Sr. Pedro Chequer, é médico e coordenador da UNAIDS no Brasil, do programa conjunto das Nações Unidas para HIV e AIDS. Seja muito bem-vindo, o senhor tem dez minutos.

SR. PEDRO CHEQUER: Bom-dia a todos e todas. Eu cumprimento a Senadora Marisa Serrano e em nome dela cumprimento todos os parlamentares e senadores e companheiros da Mesa.

Eu creio que essa iniciativa, efetivamente, tem relevância para o país, e também serve de exemplo para outros países, eu creio que o Brasil em diversas áreas tem buscado efetivamente implementar propostas, políticas públicas e ações, e que de algum modo tem servido de exemplo e de referência não só para a América Latina, mas também para outros países do mundo e a UNAIDS efetivamente tem utilizado essas experiências no sentido de estar buscando difundi-las.

Nós vamos trazer algo bastante rápido, sem dados praticamente, porque os dados foram apresentados e vão ser apresentados. E estamos trazendo uma informação para ser compartilhada na perspectiva da infecção pelo HIV e da vulnerabilidade, e também tomamos oportunidade para trazer alguns pontos importantes daquilo que a UNESCO está propondo aos países na área de educação sexual com foco naqueles pontos relativos à questão de gênero, igualdade de gênero, homofobia, lesbofobia e transfobia.

Nós temos aqui esse quadro mundial, que é da ILGA, aonde verificamos a situação bastante adversa no mundo, aonde em vermelho nós temos os países que têm pena de morte para a prática homossexual. Nós temos países em abóbora e amarelo, onde há prisão que vária entre cinco a 11 e até a prisão perpétua, e nós temos também países aonde a legislação é mais favorável, há uma aceitabilidade social e um avanço do ponto de vista do entendimento das relações humanas. E uma realidade adversa, UNAIDS tem trabalhado nesse sentido, UNESCO tem trabalhado do ponto de vista de buscar traduzir currículos adequados junto aos países, mas há uma resistência muito grande em função, principalmente e quase sempre de aspectos religiosos ou de entendimento cultural em relação ao tema.

Do ponto de vista da infecção pelo HIV a homofobia, lesbofobia, transfobia, ela traz um processo acrescido de vulnerabilidade. A criminalização, como nós vimos em alguns países, agrava muito mais esse processo e a homofobia e transfobia pode levar, e leva certamente à negação, ao medo, ao estigma, discriminação, a dificuldade de acesso à informação sobre a prevenção, por exemplo, acesso aos serviços de saúde onde estão disponíveis a testagem, ela dificulta o acesso aos insumos de prevenção fundamental para que possamos ter uma prevenção adequada e proteção do cidadão, menor acessibilidade à testagem e tratamento, reduzindo então a possibilidade de diagnóstico precoce e também diagnóstico precoce da infecção, tardio o tratamento e redução de sobrevida, ou seja, todo esse quadro pode estar presente à medida que nós tenhamos serviços de saúde que não acolhem

a população trans, a população homossexual e não apenas o médico, mas desde a chegada na porta de entrada. O SUS realmente necessita de várias perspectivas de reformulação e uma das reformulações e que se trabalha nesse sentido é realmente criar um ambiente acolhedor para a população negra, porque há problemas sérios em relação à SUS e [ininteligível] população negra e também em relação à população, segundo orientação sexual diversa.

A UNESCO preparou e terminou, após dois anos de consulta e análise, um grande guia para orientar os países a implementação em relação à sexualidade e educação. Esse guia tem algumas premissas básicas fundamentais. Primeiro, assume a sexualidade como aspecto fundamental da vida humana. Segundo, deixa claro que a sexualidade não pode ser entendida sem a referência a gênero e gênero aí entendido não apenas no sentido de gênero masculino, feminino, homem, mulher, mas na perspectiva de ciências sociais como gênero sendo a orientação sexual do indivíduo, a percepção do próprio indivíduo em relação ao seu gênero e à sua prática sexual. Assume a diversidade como a característica fundamental da sexualidade e também toma como princípio que algumas normas que regem o comportamento sexual varia de acordo com a cultura, ao longo do tempo, segundo a perspectiva cultural e também numa mesma cultura. E interessante que esse guia recomenda que o comportamento que é entendido como não aceitável pela sociedade, ele deve, sim, ser objeto de discussão na escola para a construção do novo entendimento e do novo paradigma e da nova norma social. Eu creio que esse é um ponto importante, porque faz com que as culturas que entendem a sexualidade como um objeto fora da escola, fora do entendimento do debate social, passa a ser pouco a pouco introjetar esse novo conceito.

Me chama a atenção e realmente é bastante inovador que o documento da UNESCO normativo da ONU para a área, ele propõe discutir a questão da sexualidade a partir dos cinco anos de idade. Nós temos um capítulo voltado para cinco a oito anos de idade. Eu me lembro em 98 quando fui diretor do Programa de AIDS e na época era o Ministro José Serra que estava à frente, nós propusemos um capítulo para sete a nove anos de idade, o Ministro apoiou de maneira firme, mas houve um obstáculo tão grande, quase intransponível, que o Ministério foi obrigado a recuar, eu creio que a situação já é bastante mais avançada hoje, ainda que essa realidade não se passe ainda na realidade da rede pública, e mais, interessante chamar atenção que para cinco a oito anos de idade já começa a discutir o conceito de pares do mesmo sexo, parceria do mesmo sexo, ou seja, desde cedo trabalhar de modo adequado aquilo que é a realidade da sociedade. No grupo de nove a 12 nós temos a questão da igualdade de gênero, e gênero entendido naquele conceito que nós já colocamos, trabalhar a questão de saúde e doença e a questão dos pais, a relação com os pais, ou seja, toma a família como a referência, toma a escola como um processo complementar e trabalha a questão de saúde e doença. Próximo, por favor.

Na fase de 12 a 15 anos, trabalha a questão da identidade de gênero, orientação sexual. Eu creio que esse é um ponto importante, porque cria o ambiente favorável à aceitabilidade e a evitar que se passe essa situação que nós verificamos através da pesquisa realizada e do depoimento que vimos através do vídeo que Toni apresentou. Próximo.

De 15 a 18 nós temos um capítulo, uma orientação geral em relação à discriminação e em relação à percepção de ser diferente. Eu creio que na América Latina nós temos alguns avanços em relação a esse processo. Nós tivemos a oportunidade, quando estava na UNAIDS em Buenos Aires para a Cone Sul, de trabalhar com o Centro Internacional de Cooperação Técnica e iniciativa do Governo Brasileiro e UNAIDS e também com o Governo Alemão e desenhamos em parceria com os países um projeto para Mercosul que visava a harmonização para políticas públicas, esse projeto está sendo avaliado e um dos tópicos que esse projeto traz para debate, além de formalizar nos Ministério da Educação, área específica para sexualidade e previstos no HIV, é também a questão da discriminação e redução da homofobia.

E, finalizando, nós gostaríamos de chamar atenção para a declaração do México, o Ministério da Educação no México assumiu compromissos sérios em relação à questão da educação sexual e prevenção do HIV onde a questão da homofobia, lesbofobia e transfobia estão presentes. Próximo, por favor.

Penúltimo slide, nós temos algumas resoluções importantes que podemos tomar como referência. Nós temos a resolução da OEA onde está clara a condenação da violação de direitos por orientações sexual, nós temos o Parlamento Europeu em 2006, onde também levanta e inclusive criminaliza, baseado no Tratado o art. 13 do Tratado da Comunidade Europeia, criminaliza a homofobia, lesbofobia e transfobia e me chamou a atenção nessa declaração e eu creio que não tenho visto em outro documento político, que pela primeira vez conclama os países a reconhecerem os homossexuais como vítimas do regime nazista. Eu creio que isso realmente é um ponto importante dessa declaração e que deve ser tomado como referência. Nós temos da Declaração da Assembleia da ONU em 2008, onde está explícito condenando a violação de direitos humanos

baseado na orientação sexual ou na identidade de gênero independente de onde aconteça, ou seja, já é uma proposta universal e que necessita ser introjetada na legislação de cada país. Próximo e último.

No Brasil nós temos, da Deputada Iara Bernardi, um Projeto de Lei que está tramitando, Discriminação Sexual e Orientação Sexual e que creio que está na fase final, está com a Senadora Fátima Cleide e esperamos que esse projeto seja aprovado para que estejamos em consonância com aquilo que está na Legislação Mundial.

Seria uma contradição, o Brasil que convoca uma Conferência Nacional LGBT até hoje não ter uma legislação mais clara, mais propositiva, que garanta também os direitos dessa população. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, nós que agradecemos, Dr. Pedro a sua explanação. Quero aqui informar que após a Mesa, nós vamos abrir também o debate para as pessoas que estão aqui presentes, da comunidade toda, para que façam também as suas colocações e as suas perguntas.

Quero passar a palavra à Maria Elisabete Pereira, que é Diretora do Programa da Secretaria Especial de Política para as Mulheres da Presidência da República, informando que esta Mesa está sendo gravada e através da TV Senado para todo o país.

SRA. MARIA ELISABETE PEREIRA*:* Bom-dia a todos e a todas. Antes de pessoalmente cumprimentar não só a Mesa como o Plenário e os demais senadores, quero passar aqui um recado carinhoso e um abraço muito fraterno da Ministra Nilcéia Freire, que por problemas de agenda infelizmente não pode comparecer a esta audiência pública. Na pessoa da Senadora Marisa cumprimento a Mesa e todos e todas do Plenário.

A gente optou por não discorrer sobre a importância do tema, até porque a gente já sabe e os meus companheiros que me antecederam já falaram, a não ser frisar que toda essa questão da discriminação compõe o Eixo 10 do Plano Nacional de Política para Mulheres aprovada na última Conferência Nacional e a gente vai apresentar nesses dez minutos o que nós entendemos como um programa que pode e tem contribuído para diminuir essa problemática, visto que como a própria Senadora Marisa disse no início dos trabalhos, a questão do preconceito está calcada muito na questão da falta de orientação e da falta de esclarecimento dos profissionais de educação.

Então essa violência homofóbica que não se restringe e não queremos restringir só nas questões das opções sexuais, mas também nas questões étnica raciais, elas se dão de uma forma profundamente violenta e agressiva com características diversas de acordo com a região do país, mas ela se dá nas escolas com uma incidência muito grave, inclusive como os slides e o filme que o Toni passou, levando inclusive aos nossos jovens, não só à evasão escolar, mas à morte e isso é uma questão profundamente séria.

A Secretaria Especial de Políticas para Mulheres em torno de 2005, 2006, em conversa que veio a se firmar numa parceria com o Conselho Britânico, começamos a pensar uma ação direta nas escolas desse país para enfrentar o tema da diversidade nas escolas e, obviamente, todas as consequências que os preconceitos implicam e se reflete nesses locais. Essa parceria progrediu, nós firmamos parceria com o Ministério da Educação, sem dúvida nenhuma o nosso parceiro fundamental nessa área, através da SECAD, com a CEPIR e com a área tecnológica do Ministério da Educação, que é a Secretaria de Educação à Distância, isso naquela época. Elaboramos então o primeiro curso e a gente tem um orgulho inclusive não só como Secretaria, mas principalmente como brasileiros, de dizer que este curso é o primeiro curso projetado desta maneira no mundo. O curso Gênero e Diversidade na Escola foi elaborado como um curso a distância de formação dos profissionais de educação, trabalhando transversalmente as temáticas de gênero, relações étnico raciais e a orientação sexual, perfazendo um total de 200 horas/aula.

Objetivo do curso. Os objetivos políticos, sociais e educacionais do curso visam desenvolver a capacidade de professoras e professores em compreenderem e se posicionarem diante das transformações políticas, econômicas e socioculturais que requerem o reconhecimento e o respeito à diversidade do povo brasileiro.

Aqui, só para concluir, as parcerias nós fechamos a parceria com o CLAM, que eu não poderia deixar de citá-lo, que foi quem se responsabilizou por toda a elaboração do conteúdo didático do curso. O projeto piloto, que sempre a gente até como vai mexer com uma área profundamente sensível, abrangeu de início os municípios de Porto Velho, Salvador, Dourados, Nova Iguaçu, Niterói e Maringá. Por que a escolha desses municípios para o piloto? Porque a gente precisava refletir a diversidade regional de uma forma que a gente pudesse, depois na avaliação do piloto, poder promover os ajustes necessários para que o curso pudesse contemplar a nível nacional as realidades brasileiras.

O curso foi desenvolvido em cinco módulos, de modo que permitiu o debate transversal das temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnicas. Por que é que nós optamos por fazer esse

curso desta forma transversal? Porque a gente sabe que a discriminação e o preconceito se manifestam em diversas áreas, ela se manifesta na questão da mulher, quando você começa a educar uma garota para que ela não possa jogar futebol, por exemplo, no pátio da escola porque futebol é coisa de menino, nós já estamos promovendo uma discriminação, nós já estamos delimitando que aquela garota vai ou para área de humanas e os meninos para a área de exatas ou que ela vai ser dona de casa, mamãe, constituir a família e não vai pensar na sua vida profissional.

Quando nós estamos falando da discriminação, nós estamos falando da discriminação étnica também, porque as crianças negras sofrem uma profunda discriminação na escola e professoras e professores não sabem como lidar com isso. Levam na brincadeira: "Ah, o cabelinho é de palhinha, ah, não liga, isso é uma brincadeirinha, não fica triste". E a gente sabe o reflexo que isso vai gerando na personalidade daquela criança. E, obviamente, a discriminação por orientação sexual, e a orientação inclusive para os portadores de deficiência, quer dizer, são todas discriminações que incidem no cotidiano escolar. Então para nós, era fundamental a gente trabalhar isso de forma transversal para que a gente pudesse aproveitar essa ação e já trabalhar a questão da discriminação com foco em direitos humanos, mas na sua plenitude.

Muito bem. Nós elaboramos então o Módulo 1, ele entra com a questão, obviamente sobre as orientações sobre o curso e aborda o tema da diversidade, aonde a gente foca muito profundamente essas questões dos direitos humanos e da importância de professores e professoras ter o olhar para essa diversidade que compõem os seus alunos.

O Módulo 2 vai trabalhar temática de gênero passando pelo conceito, passando pela importância dos movimentos sociais e entrando na questão do gênero no cotidiano escolar.

O Módulo de Sexualidade e Orientações Sexual, ele passa pelas dimensões conceitual da diversidade e da discriminação, pela saúde, sexualidade e reprodução e entra fortemente na questão da sexualidade no cotidiano escolar.

Relações étnico-raciais vai abordar então as noções de raça, racismo e etinicidade, as desigualdades raciais e a igualdade étnico-racial também se aprende na escola, e aqui a gente aborda, não só a questão, obviamente, de crianças negras e negros, como também das questões das indígenas e nessa temática da diversidade étnico-racial.

Entramos no Módulo 5, que é o módulo de avaliação, onde professoras e professores têm que elaborar um memorial e tem que apresentar um trabalho final. É interessante a gente frisar o seguinte, que todo este curso durante a sua realização, concluindo, ele vai trabalhando assim, de início o professor tem que colocar nos fóruns de discussão o que ele entende por essa temática, livremente, depois isso vai ser sendo trabalhado e no final ele vai rever o que ele pensava no começo do curso. E o trabalho final consiste em um trabalho que ele vai aplicar em sala da aula. Para que a gente possa depois mensurar.

Esse curso recebeu uma menção honrosa da *Open University* em Londres, porque nos cursos à distância a evasão normal é de 30%, esse curso teve a evasão de 19%. E essa evasão foi muito também apesar de a gente ter trabalhado essa questão, pela infelizmente exclusão digital que os nossos professores e professoras ainda se enquadram. Muitos nós tivemos que capacitá-los na ferramenta, que eles pudessem fazer o curso, porque eles não sabiam o que era um endereço de e-mail, muito menos como é que se entrava na internet e se fazia um curso à distância.

É importante a gente frisar que esse curso saiu então da sua forma inicial, que seria o projeto piloto, hoje esse curso já está disseminado em 14 universidades federais pelo país, em sete universidades estaduais, em dois institutos federais de educação tecnológica, que seriam os CEFETs anteriores e já está capacitando, e fecha esse ano a capacitação num total de 30 mil professoras e professores do ensino fundamental. Não ampliamos mais do que isso, apesar que nós temos uma demanda reprimida imensa, e aqui vou fazer coro aqui ao Toni Reis, por falta de recursos. Então nós também pedimos que esta comissão e esse Parlamento nos ajude, aportando mais recursos para essa ação.

Finalizando, a gente só quer colocar o seguinte, nós tivemos e temos muita dificuldade, e eu acho que é importante aqui a gente pontuar essa dificuldade. O Brasil não assumiu ainda de frente, mesmo em todas as suas instâncias federais, estaduais e municipais, a temática da diversidade, como ocorre já de forma mais avançada em outros países. E para que isso ocorra, nós temos que contar com a parceria dos estados e das prefeituras, porque se as secretarias de educação estaduais e municipais não abraçarem isso, nós não liberamos o professor para os encontros presenciais, nós não liberamos os professores para fazerem o exercício ou as atividades em sala de aula, porque não está no currículo, não está na grade, então sempre tem uma discussão do diretor ou do coordenador pedagógico das escolas, então nós precisamos rever a legislação, a gente concorda muito com o que foi colocado aqui, nós precisamos envolver esses profissionais, e não é tudo só dificuldades, nós temos avanços. Os avanços,

nós estamos agora na fase até o final de novembro agora ficará pronto o caderno de atividades, porque os professores e professoras reclamam muito que depois do curso eles não têm ainda condição de elaborar atividades e pensar em criar essas atividades.

Então nós estamos produzindo um caderno de atividades com sugestões para eles trabalharem em sala de aula todas essas temáticas, e o avanço maior é que a Universidade Estadual do Rio de Janeiro aprovou no seu Conselho Acadêmico a inclusão do Curso Gênero e Diversidade na Escola na sua grade, então ele passa a ser um curso já instituído na universidade, que é o que a gente quer em todas elas, não só com as 200 horas/aulas, que é o curso de atualização, mas eles estão ampliando os módulos para que ele se torne um curso de especialização. Então será o primeiro curso de especialização e de atualização nessa temática dado gratuitamente para que professoras e professores possam então estar se inserindo, estar se atualizando e estar contribuindo para que nesse país a gente não tenha e não veja mais situações como, não só essas que o Toni mostrou, que são chocantes, mas como todas que a gente vê cotidianamente sendo passadas e repassadas em rádio e televisão.

Ao encerrar, quero passar aqui para a comissão e para a Senadora Marisa esse primeiro livro, que depois quem quiser pode solicitar para gente, que é avaliação do projeto piloto e nós temos aqui o curso na plataforma, com todo o conteúdo, biblioteca e tudo mais, e o conteúdo teórico que todos os professores e professoras recebem para que eles possam aprofundar os seus conhecimentos.

Obrigada a todas e a todos.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, nó que agradecemos, Maria Elisabete, e dizer que todos nós da educação trabalhamos com os temas transversais. Então não é aqui, é bom esclarecer para todo o público que está nos vendo e ouvindo, que não é aqui a discussão de uma disciplina específica, nem que os professores vão ter que parar o que estão fazendo, o trabalho deles, para separar o tipo de atendimento que vai dar à nossas crianças, afinal de contas a hora que o professor adquire o conhecimento e a hora que ele tem uma mudança comportamental também interna dele, ele pode utilizar os temas transversais, todos os professores de todas as disciplinas poderão usar. É com isso que nós criamos os temas transversais na nossa LDB, justamente para apoiar os professores nesse trabalho. Mas eu espero ainda, Elisabete, que um dia nós não precisemos mais fazer caderno de atividades. Eu sou totalmente contrária, por quê? Porque isso mostra que o professor não tem autonomia. Ele, principalmente, não tem produção própria, ele não consegue produzir, ele não consegue escrever, ele não consegue capitalizar tudo aquilo que ele conhece da sua vivência para o dia a dia, ele precisa que alguém pense por ele. O dia que ele começar a pensar sozinho e poder realmente ter produção própria, aí eu tenho certeza que a educação nesse país vai melhorar.

Quero aqui cumprimentar e agradecer também a presença de Fabrício Lima, Coordenador do Movimento Catarinense LGBT; Maria Rebeca Otero Gomes, Oficial de Programas do Setor de Educação; Mariana Braga, Assessora Técnica da UNESCO no Brasil; Nara Vieira, Assessora Técnica da Unidade de Prevenção da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Sheila Ribeiro, Técnica da Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; Thaís Ventureli, representante da Sra. Fátima Malheiros, Coordenadora do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação; ***Juny*** Kraiczyk, Assessora Técnica de Prevenção do Departamento de DST AIDS e Hepatites do Ministério da Saúde; Andréia Rossati, Assessora de Políticas Públicas LGBT do Governador Cid Gomes do Estado do Ceará; Aldir Marques Souza e Silva, representante do CONSEG Formosa, Goiás; Marta Ramalho, representante da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal, SEJUS-DF.

Quero passar a palavra agora à Professora Mirian Abramovay, Coordenadora de Pesquisa da Rede de Formação Tecnológica Latino Americana. Passo a palavra à Mirian, dizendo que ontem ainda, Mirian, voltamos no Uruguai na discussão nossa do Parlamento do MERCOSUL, que é muito novo e que tem que ser usado muito pela nossa comunidade, ainda não está sendo usado. Em fase de implantação, mas é um Parlamento que congrega parlamentares dos quatro países e ali é o fórum de discussões. Portanto, está aberta à rede também.

SRA. MIRIAN ABRAMOVAY: Bom-dia a todas e a todos. Queria cumprimentar e agradecer o convite à Senadora Marisa Serrano, agradecer o convite de estar aqui com vocês, cumprimentar a Mesa e com todos os presentes.

Eu queria dizer que há dez anos que eu realizo que eu faço pesquisas sobre dois temas, o primeiro tema é juventude e o segundo tema é violência na escola. Eu comecei essas pesquisas e no Brasil aprofundei essas pesquisas quando eu coordenei as pesquisas da UNESCO, citadas, inclusive por Toni, o foco das pesquisas realmente tem sido a questão das várias violências que acontecem dentro das escolas.

Na medida em que se fala em violência nas escolas, o que é que nós estamos falando? Claro que nós não estamos falando somente de discriminação, nós estamos tendo uma visão muito mais ampla de violências, que são as violências duras, as violências que acontecem dentro das escolas, entrada de armas, a questão do tráfico, nós estamos falando das micros violências que são as brigas, que são as agressões verbais e etc. E quando, desde quando nós iniciássemos há dez anos esses trabalhos, nós encontramos um certo tipo de violência que é a principal violência que acontece dentro da escola, que está relacionada com a questão da discriminação. E é essa violência simbológica que vem sendo estudada e aprofundada por um grupo de pesquisas que foi da UNESCO e que hoje se encontra na Rede de Formação Tecnológica Latino Americana, que também é um organismo internacional.

O que é que nós temos visto dentro disso? A primeira coisa, que a discriminação é uma face dessas violências e uma face muito importante dessas violências que acontecem dentro das escolas. Por que é que se discrimina? Porque se discrimina não só relacionada à questão de gênero, se discrimina relacionado à questão da raça e cor, se discrimina a questão relacionada à forma de ser pobre, da pobreza, a forma do lugar que você vem, de ser nordestino, as deficiências físicas também, mas a principal discriminação que existe dentro das escolas é a discriminação ligada à questão da homofobia.

Dentro disso, o que é que nós podemos e o que é que nós estamos discutindo? Que a homofobia, assim como o racismo também, é uma crença pré-concebida, as pessoas são homofóbicas porque elas têm uma visão, elas têm uma norma construída socialmente, qual essa norma? Essa norma é ser branco, essa norma é ser heterossexual, essa norma é ser católico e essa norma é ser masculino também, essa é a norma que nós encontramos dentro da sociedade. E dentro dessa norma, que é construída de forma total, quer dizer, que é uma norma da sociedade que permeia e que entra nas nossas escolas, que os professores reproduzem os discursos, e que eles criam discurso próprio, a escola não é uma reprodutora da violência, ela é também um produtora desse tipo de violência, ela reproduz e ela reproduz as diferentes violências. Quando nós vemos isso dentro da escola, o principal princípio é que no se admite a diversidade dentro da escola. Ou seja, a diversidade na nossa vida é uma norma, ela não é uma exceção, não existem duas pessoas aqui que são iguais, não existem duas pessoas no mundo que são iguais, isso daí todos nós sabemos, no entanto, explicar isso dentro da escola e viver isso é muito difícil.

A homofobia é parte de uma concepção que há uma sexualidade que é correta e que é normal, legitimada por um padrão da sociedade que é moralista e que condena aqueles que fogem de uma determinada norma social. Só aí que as pessoas são homofóbicas, ou seja, existe uma norma, que é a heterossexualidade, que é tida como "normal" e que é tida como correta. A homofobia na escola, como é que ela aparece? Ela aparece através de insultos, ela aparece através de diferentes discriminações, ela aparece através de agressão física, e muito, quer dizer os meninos e as meninas que são homossexuais dentro da escola sofrem, não só uma violência simbólica, não só agressão verbal, como eles sofrem violência física, vide o filme que o Toni apresentou. Isso faz com que aumente o grau de evasão, de repetência, de abandono que existe dentro da escola. E isso faz com que se crie pessoas que estão sofrendo muito dentro das escolas e que a escola absolutamente não sabe dar resposta, a escola não possui mecanismos para dar resposta para as violências nas escolas em geral, e muito menos para a questão de homofobia.

Eu vou dar o exemplo de alguns dados para vocês que nós temos pesquisado, há dois anos ainda pela UNESCO, há três anos atrás, desculpe, em 2006, saiu uma pesquisa que se chama "***Juventude***, Juventudes: o que une e o que separa", foi a maior pesquisa realizada no Brasil sobre juventude de 15 a 29 anos. Nós tínhamos nessa pesquisa a seguinte pergunta: Quem você não gostaria de ter como vizinho? E nós colocávamos um negro, um homossexual ou um homem e uma mulher homossexual, uma pessoa pobre e etc., 50% dos jovens entre 15 e 29 anos declararam que não gostariam de ter como vizinho uma pessoa homossexual, ou seja, metade da população jovem brasileira é uma população profundamente homofóbica, evidentemente que isso se nós perguntássemos para os adultos, evidentemente que nós teríamos isso ou ainda mais. Nós sabemos que os jovens também não estão fora do que pensa a população do nosso país.

Na população que o Toni falou, mas eu queria repetir, numa pesquisa que foi recentemente realizada dentro das escolas, nós encontramos que mais de 60% dos alunos e dos mais de 50% dos professores já viram acontecer algum tipo de discriminação que, aliás, é a maior porcentagem, de racismo é 50% e assim vai diminuindo, ou seja, o que eu acho que é importante nesse dado, evidentemente que é um escândalo, 65% já tenham visto algum tipo de discriminação, mas que eu acho importante é que as pessoas estão olhando e eu acho que isso já é algo novo, pelo menos a questão do preconceito em relação à meninos e meninas que são homossexuais está aparecendo como uma questão.

Nós, nessa mesma pesquisa, 30% dos alunos disseram que não gostariam de ter homossexuais como

colega de classe, sendo que os meninos, eles são três vezes mais homofóbicos estatisticamente do que as meninas. O que mais nós encontramos na pesquisa? Nós encontramos os apelidos, dar apelidos para alguém não mata, não é uma violência física, mas fere, uma violência simbólica que fere e fere profundamente. Biroba, Barbie Girl, Lacraia, as meninas Maria Macho, Maria João, Maria Machadão e etc. São insultos que são considerados brincadeiras. E aí eu vou ler para vocês, por exemplo, como ainda professores, apesar tudo o que foi dito aqui do Ministério da Educação e o que a Maria Elisabete também narrou, isso ainda não permeou as escolas, ou seja, isso ainda não entrou nas escolas.

Eu no momento estou realizando, estou coordenando um curso para 600 professores no GDF com a Secretaria de Educação, onde uma parte do curso é sobre violência nas escolas em geral e uma parte é homofobia, eu sou professora do curso, eu tenho tido, eu dou muita conferência pelo Brasil inteiro, além disso, sou professora do curso. E as experiência que eu tenho tido da devolução quando se fala em homofobia, que nós não vamos ter tempo de falar aqui, são realmente muito chocantes. Eu realmente acho que nós temos ainda muito trabalho.

Mas antes de terminar, eu queria só ler depoimento do sofrimento desses meninos e dessas meninas, muitas vezes não são levados em conta e como os professores ainda consideram brincadeira: *"Os alunos comentaram da cor da calcinha dele, é brincadeira, você viu. É, ele está usando um calcinha cor de rosa. Ele, assim não foi rejeitado, ele não foi tratado agressivamente"*. Outro professor declara aqui, ele faz uma declaração e eu acho que vale a pena ler: *"Nessa escola nós temos casos de alguns rapazes que têm deficiência"*. Então essas são as formas ainda que os professores tratam os alunos, muitos professores... Tem depoimentos no livro, depois tem uma parte de homofobia, eu acho que vale a pena ver, dizendo: *"Você tem que ser homem, você tem que ser macho"* e às meninas: *"Vocês têm que ser mulher, você não pode jogar futebol ou você não pode jogar xadrez"*. São fatos que nós encontramos na pesquisa.

Outro fato que eu acho que é importante chamar atenção da pesquisa é a questão de que se todo menino ou toda menina que for homossexual é o atacante sexual em princípio, os depoimentos, quando nós fazemos grupo focal em entrevista é: "Eu gosto deles, eu não tenho nada contra eles, mas que eles fiquem longe de mim". Como se eles todos, sexualmente, quer dizer, o fato de ser homossexual fizessem com que fossem atacar, atacar, entre aspas evidentemente, sexualmente a alguém.

Então o que eu queria dizer é que quando a homofobia acontece na escola e ela está se dando, nós demos muito poucos passos, nós temos visto na prática do nosso cotidiano, esse é um curso também de 180 horas que nós começamos esse ano, eles vão ter mais projetos de 180 horas. Eu não consegui, eu queria muito, fiz muita força que muitos professores trabalhassem sobre a questão da homofobia, o terror é tanto que eles não ousam trabalhar, eles escolhem outros temas, eles têm muito medo de lidar com isso, com essa questão e eu queria dizer que quando essa homofobia acontece na escola, que existe uma atuação passiva da escola, na escola funciona muito a lei do silêncio como eu sempre digo, a lei do silêncio não é a lei de saber, não é a lei da socialização, não é a lei do aprender a ser, a lei do silêncio é a lei da violência e a lei do tráfico, essa lei do silêncio funciona na escola e essa lei do silêncio funciona para homofobia, todo mundo finge que não sabe, que nada está acontecendo dentro da escola. Quando isso acontece, a escola passa a não exercer a sua função pedagógica. E é um espaço não positivo para mudança de comportamento, tanto dos adultos quanto dos jovens, a gente não pode esquecer que a escola é o único lugar onde crianças, adolescentes e jovens vão se socializar em geral, vão aprender o que é cidadania, é a única instituição social, a não ser que pertençam a uma ONG e etc., mas em geral é a única, onde todos passam, é na escola que nós temos que pensar que essas crianças, adolescentes e jovens têm que mudar de atitude e comportamento. Vamos quebrar a lei do silêncio, vamos quebrar a lei do tráfico. Essa violência que acontece na escola aumenta o abandono, a evasão escolar de tantos alunos.

E por último, nós temos que evitar que esses meninos, essas meninas, esses jovens passem essa situação de sofrimento, de constrangimento chegando não só ao abandono da escola, mas muitas vezes a ter problemas profundos e chegando até ao suicídio. Nós temos que fazer com que as escolas amparem as denúncias que existem, nós temos que fazer com que nossas crianças, jovens e adolescentes sejam escutados dentro de um espaço que é um espaço profundamente adultocêntrico. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Cristovam Buarque está aqui conosco. Vocês viram todos como é difícil essa questão. Portanto, Mirian, você imagine esta Casa discutir e votar uma lei nesse sentido. É claro e evidente que haverá dificuldades, sim, porque isso aqui, essa Casa reflete a sociedade brasileira, e você está dizendo que os professores têm verdadeiro horror, nas pesquisas feitas, em trabalhar essa questão. Agora, vocês

imaginem aqui, senadores e senadoras, que representam a sociedade e que têm a visão da sociedade. Então trabalhar as escolas, mas nós temos que trabalhar essa Casa também, para que possam aceitar, inclusive discutir e votar uma lei, leis nesse sentido.

E depois a Mirian disse outra coisa que eu quero repisar aqui e eu tenho falado muito, o *locus* principal da formação mesmo, da cidadania, da democracia, da ética é na nossa escola. Na política é na nossa escola. Podemos aprender política com o pipoqueiro da esquina, mas se na escola o professor não tiver condições de discutir com seus alunos, se ele não tiver capacidade e conhecimento para discutir, fica muito difícil. Isso sem em nenhum momento excluir a família. A família aí é fundamental em qualquer tipo de ação nesse sentido que a gente for tratar.

Quero passar a palavra para o nosso último convidado da manhã, o Sr. Carlos Laudari, que é diretor da Pathfinder do Brasil.

SR. CARLOS LAUDARI: Senadora Marisa, muito obrigado pelo convite. Em seu nome eu cumprimento todos os presentes aqui nessa sala.

E eu vou tentar ser o mais breve possível para realmente deixar tempo para as discussões. Antes de iniciar, em todo caso, eu gostaria de me somar às pessoas que falaram nessa manhã e falaram dois casos que eu acho que para mim são muito chocantes. E eu gostaria que vocês prestassem atenção nele, não como um caso que eu estou contando, eu quero que vocês pensem de um filho de vocês, desculpe a ousadia minha, mas que seja um filho, um sobrinho, um afilhado. Um menino gay de oito anos de idade foi jogado no lixo pelos seus colegas de escola, ponto final, a história é essa. Para mim é uma das coisas mais chocantes, uma criança de oito anos se ver jogada dentro da lata do lixo sem saber por que. Não roubou, não bateu, nada, ele foi jogado na lata do lixo porque era ele o que ele era. Eu acho que essa história é um conto aqui de japonês, de uma frase que já choca. Outra história muito interessante, que eu acho que é chocante também, uma professora do Piauí, se não me engano, muito preocupada porque um aluno dela afeminado, ela estava preocupada porque não sabia lidar com aquele problema, e ela dizia para ele: "Você vai ser gay, você é gay, o teu único futuro profissional é bailarino, e cabeleireiro e tal. Eu não sei". E o menino tinha seis anos de idade. A professora já estava dizendo para ele: o teu futuro é zero. Está vendo. Então isso prova, a homofobia no ambiente escolar e o despreparo total dos nossos professores em lidar com isso.

Por sorte, a BGLT é forte politicamente, o Ministério da Educação é responsivo, a Câmara e o Senado são responsivos e nós conseguimos um financiamento para implementar o Projeto Escola sem Homofobia que eu vou brevemente descrever. Próximo, por favor.

O projeto é uma articulação da BGLT, os parceiros da *Pathfinder*, que eu sou o diretor; a Reprolatina, que é uma organização baseada em Campinas com experiência bastante grande na implementação de pesquisas qualitativas; a Ecos, que é uma parceira já antiga do Ministério da Educação e uma das grandes organizações reconhecidamente com potencial excelente na produção de material educacional; a GALE, que é uma rede virtual ligada à educação LGBT e recentemente, só um parênteses, a GALE foi reconhecida pela UNESCO como um parceiro técnico no nível internacional, e obviamente o Ministério da Educação aqui em Brasília. Próximo, por favor.

O Projeto Escola sem Homofobia é resultado de uma emenda parlamentar da Comissão de Legislação Participativa, o valor aprovado foi de três milhões de reais e o valor repassado foi, como a Rosiléa já tinha dito, R$ 1.912.682,00, o convênio é gerenciado pelo FNDE, a Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação, e como eu já falei, as organizações da sociedade civil parceira da BGLT, a *Pathfinder* do Brasil, a Ecos e a Reprolatina. E a instituição governamental parceira é a SECAD do Ministério da Educação. Próximo.

Então qual é a finalidade no projeto? O projeto tenta contribuir para a implementação do Programa Brasil sem Homofobia pelo Ministério da Educação, através de ações de promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidades de gênero no âmbito escolar brasileiro. O projeto também vai contribuir para a efetivação do compromisso assumido pelo Governo Brasileiro como signatário da Declaração Ministerial da Cidade do México, Prevenir com Educação em 2008, que tem como princípios fundamentais a igualdade e equidade entre todas as pessoas, reconhece as expressões diversas da sexualidade e procura combater a discriminação no ambiente escolar, inclusive aquelas baseadas no "Viver e Conviver com HIV/AIDS", na orientação sexual e na identidade de gênero.

Muito bem. O projeto tem dois grandes produtos, o primeiro é a gente ter um elenco de recomendações de políticas públicas que enfoquem a questão da homofobia nos processos gerenciais e técnicos do sistema educacional público brasileiro, e um grande segundo produto seria uma estratégia de comunicação que seja implementada para trabalhar a homossexualidade de forma mais consistente dentro dos contextos educativos. Próximo.

Rapidamente, então, só para deixar um pouco simples, o projeto tem quatro grandes eixos. O primeiro

é a implementação de uma pesquisa qualitativa que está sendo implementada agora nesse momento em 11 cidades do país, capitais, Manaus, Porto Velho, Cuiabá, Goiânia, Recife, Natal, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Essa pesquisa inclui a implementação de entrevistas em profundidade com gestores, grupos focais com professores, grupos focais com alunos. E eu acho que é importante também dizer que originalmente a Cidade do Rio de Janeiro não estava incluída na pesquisa, mas houve um interesse do governo da cidade do Rio de Janeiro e eles conseguiram verbas para integrarem também o grupo de cidades que fossem avaliadas nessa visão qualitativa da situação da homofobia na escola.

Essa é uma foto que foi tirada recentemente em Campinas, quando todos os assistentes de pesquisas das 11 cidades foram capacitados pela equipe da Reprolatina, então são pessoas, eu diria metade dessas pessoas que sãos assistentes na cidade são do Movimento LGBT e a outra metade são pessoas ligadas à educação, às secretarias municipais e estaduais de educação, e eles estão exatamente agora, Natal já foi feito e atualmente existem três grupos um em Porto Alegre, um em Curitiba e um em Cuiabá implementando a pesquisa, a gente pretende, claro, socializar os resultados, assim que os dados estejam coletados e analisados. Esse era um primeiro componente do projeto. O próximo componente foram encontros regionais que foram realizados em cinco cidades das cinco regiões do Brasil, Curitiba ao Sul, São Paulo no Sudeste, Belém no Norte, Brasília Centro-Oeste e Salvador, Nordeste. No total, nós reunimos 206 pessoas nesses cinco encontros, pessoas representando uma gama de instituições, movimento, LGBTs, centros acadêmicos, a SECAD, secretarias estaduais e municipais de educação, saúde, justiça e direitos humanos, e uma grande gama de parceiros que durante os dois dias em cada encontro regional, teve a oportunidade de trocar experiências, ouvimos esses depoimentos que realmente eu repito, são chocantes, senadora, são chocantes. Eu sou gay, e choco porque eu sei o que é sentir na pele, mas eu acho que todo mundo, seja hetero, seja o que quer que seja, são histórias comoventes, realmente de fazer pessoas sensibilizarem-se com a ousadia da violência que pode ser perpetrada em uma criança pelo simples fato dela ser homossexual. É um horror, eu uso a palavra horror porque nenhuma descreve mais do que isso. Pode seguir.

Então as fotos desse grupo que eu acho que vai ficar historicamente lembrado, esse movimento que aconteceu em todo o Brasil, esse grupo de Curitiba, São Paulo, Belém, Salvador, e finalmente Brasília, onde nós temos o prazer de ter vários representantes desta Casa, o Senador Abicalil esteve lá, o Deputado Abicalil e a Senadora Fátima Cleide esteve lá se não me engano também. Então realmente foi... O que nós tentamos fazer nesses encontros regionais é que cada grupo que viesse do estado que era um grupo multissetorial, desenhasse um plano de ação simples com algumas coisas prioritárias, por exemplo, a inclusão de portarias de luta política pela portaria do nome social das travestis e transsexuais e realmente muitas das coisas que foram pactuadas nesses encontros regionais estão sendo, efetivamente, levadas a cabo pelos participantes, com apoio da supervisão e monitoramento da BGLT. Próximo.

Um segundo produto, então eu falei da pesquisa, falei dos encontros regionais e a Ecos está responsável pelo desenho em articulação com o movimento LGBT de um kit educacional que vai ser produzido, ele vai constar de vários elementos, vai ter um caderno do professor, eu acho que aqui a gente não está falando: "Ah, ele também está fazendo..." Não, quanto mais, melhor. Vamos inundar o mercado de várias opções, eu acho que realmente é um agregamento, não se fala agregamento? Uma agregação, desculpe, aos esforços que a colega ali falou, da Secretaria Especial de Assuntos da Mulher.

Esse é um exemplo de material que está sendo produzido para os alunos, como eu falei, vai ter material para alunos, vai ter material para professores e a gente realmente pretende fazer com que a escola seja o *locus*, como se falou aqui, da discussão, da orientação sexual como uma forma absolutamente natural de ser, sem nenhuma coisa que possa eventualmente acarretar na ausência do bem-estar escolar para todos os alunos.

E o que vai acontecer então depois é que o projeto também vai facilitar a capacitação de professores multiplicadores na utilização adequada desses materiais, a gente pretende com as verbas atuais formar 185 pessoas que vão ser formadas tanto em São Paulo para metade do Brasil e em Salvador a outra metade. E o Ministério da Educação tem como compromisso a reaplicação desse material.

Nós temos como proposta de extensão para o projeto 2010/2011 uma série de atividades, eu não vou me alongar aqui, isso aqui realmente vai ser explicado e mais pormenores quando a gente falar particularmente com os deputados e senadores aqui das comissões específicas, e eu queria só terminar, realmente eu acabei rapidamente o projeto, é isso. Está sendo um prazer trabalhar com o movimento social, está sendo um prazer trabalhar com o Ministério da Educação e está sendo um prazer trabalhar nessa área que particularmente me afeta muito. Eu trabalhei muito tempo com saúde reprodutiva, sempre lutei pelos direitos de mulheres terem acesso a serviço de planejamento familiar, tra-

balhei durante muitos anos e trabalho com AIDS, acho absolutamente válido e necessário o acesso a todas as pessoas à informação e insumos para prevenção do HIV, mas eu acho que a luta contra homofobia é para mim mais do que tudo, infelizmente pelas outras causas que parece que pondo menos, absolutamente, eu acho que a luta por uma escola sem homofobia para mim é uma batalha de frente.

E eu gosto de terminar contando, contando não, dando uma reflexão para vocês. Imaginem se amanhã o Ministério da Educação fizesse uma campanha televisiva, o Ministério da Educação educando um Brasil igual, e as cenas seriam assim: um pai e uma mãe muito preocupados porque a filha não estava tendo o desenvolvimento escolar muito bom; próxima cena, a vizinha fala: "Leve ela no oftalmologista, acho que ela tem um problema, às vezes ela não enxerga direito, tem vergonha, então leva ela lá"; próxima cena, a menina no oftalmologista pondo óculos e enxergando muito bem; próxima cena, essa menina volta feliz para casa: "Mãe, eu estou adorando a escola, que delícia!" O pai e a mãe abraçam a filha, voz em *off*, Sérgio Chapelen, Ministério da Educação, educando um Brasil igual. A população brasileira vai falar: "Oh! que lindo!". Mesma história. A filha não está indo bem, a amiga fala: "Leva a sua filha numa psicóloga, acho que ela está tendo problema com a orientação sexual dela". Próxima cena, a psicóloga orientando a lésbica, a menina lésbica, "não tem problema, assume, vai firme, é assim mesmo"; próxima cena: "Mãe, estou feliz, assumi meu lesbianismo, ninguém me enche o saco na escola, estou feliz". O povo não vai falar: "Oh!" E por quê? Por que o bem-estar da lésbica é menor do que o da outra? Isso me irrita, me irrita mesmo. E eu acho que o Ministério da Educação tem que ser o pioneiro, acima do Movimento social, desculpe Toni, te falar isso, eu acho que é obrigação do Ministério ter o passo à frente. O Movimento ajuda, o Ministério...

E termino só aqui falando uma coisa que eu acho que é muito polêmico, mas pega o gancho ali da última palestrante, da Mirian, você falou, Mirian, que o jovem LGBT é visto como um atacante sexual. Eu vou um pouco mais adiante e falo que o beijo LGBT é pornográfico sempre, por quê? Por que quando eu beijo alguém é pornográfico o meu beijo, não é amoroso ou carinhoso, está vendo? Essas coisas vocês héteros têm que refletir e realmente apoiar o Ministério da Educação e o movimento para que essas coisas acabem, que são horrorosas e são vergonhosas.

Então eu termino assim... Desculpe a minha... Sou emotivo, acho que quem me conhece sabe que eu sou emotivo, mas eu tenho um prazer imenso de estar trabalhando com o Ministério da Educação e também com o Ministério da Saúde, que tem o Saúde Prevenção nas Escolas, somos parceiros, eu acho que o Saúde Prevenção nas Escolas tem um papel fundamental também na redução da homofobia nas escolas. E é isso e queria agradecer só a atenção de vocês. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Obrigada Carlos Laudari pela exposição. E quero cumprimentar também o Daniel Castro, que é Coordenador da Secretaria de Identidade e Diversidade do Ministério de Cultura, que está aqui presente, seja bem-vindo. Queria agradecer também os livros que chegam a essa comissão: "Juventudes: outros olhares sobre a diversidade" Coleção Educando Para Todos, da Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria de Juventude e Ministério da Educação, "Revelando Tramas, Descobrindo Segredos: violência e convivência nas escolas", da Professora Mirian Abramovay, que é Coordenadora, Anna Lúcia Cunha e Priscila Pinto Calaf, e a Revista Linha Direta "Discriminação: uma face da violência nas escolas". Muito obrigada, isso aqui é importante para todos nós aqui, termos mais acesso também ao conhecimento.

Quero lembrar aqui, o Sr. Toni me pediu que lembrasse, que audiências iguais a essas serão feitas nas Assembleias legislativas de todo o país, para que possa disseminar também conhecimento como esse que nós estamos tendo aqui hoje nessa manhã.

Quero passar palavra a um dos autores do requerimento, autoria no requerimento primeiro foi do senador, um deles, é do Senador Paulo Paim e a outra dos Senadores Paulo Paim também, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Fátima Cleide e Flávio Arns. Portanto com a palavra o Senador Cristovam Buarque, um dos autores do requerimento para esta audiência pública e depois nós vamos passar um vídeo de 30 segundos que me pediram que passasse, não há problema nenhum enquanto a plateia se organiza para as questões, os questionamentos que queiram fazer.

Com a palavra o Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma, bom-dia a cada um, bom-dia Presidente. Eu quero em primeiro lugar pedir desculpas de ter chegado atrasado, mas eu presido a Comissão de Direitos Humanos, e foi preciso até apressar o trabalho para poder eu estar aqui, senão eu não viria, o que seria lamentável porque é um tema que me interessa muito.

Eu tenho a impressão que pelas pessoas que estão aqui, as que eu conheço, e acho que eu vejo o que representam, que essa deve ter sido, Senadora Marisa, uma Mesa de posições unânimes, eu acho que aqui não houve divergências, o que acho até lamentá-

vel, era bom ter havido um pouco de divergência com algumas pessoas pré-conceituosas e que acham que defender o direito de qualquer um fazer opção sexual é fazer propaganda do homossexualismo, em vez de respeitar igualmente o homossexual e o heterossexual. E até gostaria de ouvir o que é que esses que carregam, a meu ver, preconceitos têm a dizer sobre o assunto, até para convencê-los também de que o que eles sentem é um preconceito contra uma opção, que voluntária ou involuntariamente tem que ser respeitada. Eu gostei da metáfora da míope com a lésbica. Eu acho que faz sentido a sua colocação. Perfeito. É um problema que um tem e que o outro tem e que deve ter tratado igualmente para que não traga prejuízo na formação da criança, tanto usar o óculos como aceitar a sexualidade.

Mas o que quero colocar aqui para vocês, que a meu ver falta, talvez não tenha faltado no discurso de vocês, é que vocês estão tentando preencher um espaço fundamental em um escola que não existe, as nossas escolas não levam os meninos para o psicólogo e nem para o oculista, salvo algumas exceções em alguns lugares. As nossas escolas não têm a qualidade necessária para que um grupo de jovens não joguem um homossexual no lixo, porque eles acham que a escola é o lixo, e hoje eles desprezam a escola. As nossas escolas não são capazes da evitar violências porque elas carregam, na maneira como elas tratam as crianças, uma violência, ensinar a uma criança costumada com videogames, com Guerra nas Estrelas e ver na televisão fotografia e filme do que é feito pelas naves espaciais com giz é uma violência. O quadro negro num menino que nasceu no mundo digital é uma violência. Eles estão costumados em ver as coisas, a gente desenha as coisas com giz no quadro negro, elas não estão preparadas. Os nossos professores, independente de serem ou não preconceituosos e nós temos, é tarefa de vocês vencerem o preconceito, eles sofrem hoje de algo mais forte do que o preconceito que é o descaso, por força dos salários baixos, treinar os professores como vocês tentam e eu acho que felizmente tem gente como vocês, nunca vai dar o resultado perfeito se eles tivessem recebido isso durante a formulação deles lá na escola normal, lá na faculdade.

Então lutar para que quebrar o preconceito, eu acho que parte pela luta por uma revolução na própria educação. Nos prédios bonitos e bem equipados, com professores bem remunerados, bem preparados e bem formados em horário integral. Porque para distribuir o conhecimento que vocês trazem, para quebrar o preconceito, tirando matemática, geografia ou física, vai beneficiar por um lado e vai prejudicar por outro. A criança tem que ficar na escola o tempo suficiente para ouvir os trabalhos que vocês fazem.

Isso daí está sendo algo constante em nós. Nós estamos trabalhando para resolver os problemas segmentados sem querer resolver o problema global também. O movimento negro luta por uma coisa que eu defendo também que são as cotas para universidade. Não lutam pela erradicação do analfabetismo, não lutam pela garantia do que todos terminem o 2º grau. Então quem termina o 2º grau negro a gente luta para que ele entre na universidade, e eu sou favorável a isso, mas não lutam pelos que se perderam no caminho, brancos ou negros. Então eu queria ao mesmo tempo que manifestar o meu apoio às exposições que vocês trazem, às preocupações que vocês têm, que a homofobia, de fato desestrutura o processo educacional, desestrutura a mente dessas crianças, tanto as que têm a opção homossexual como as que não têm essa opção, mas vão ser preconceituosos e infelizes na vida pelo preconceito diante do mundo, que tem essa realidade ao redor deles todos, essa escola tem que ser modificada, e vocês estão dando a contribuição de vocês, trabalhando o problema educacional de forma segmentada. Mas é preciso a gente trabalhar também do ponto de vista da escola em geral, fazendo a revolução que esse país precisa, criando uma carreira nacional, e eu defendo, do magistério e se a gente tivesse uma carreira nacional do magistério, nessa carreira do magistério, ele recebesse uma formação para enfrentar o problema da violência, que a Mirian cuida muito, não só a violência contra homossexuais, mas a violência em geral, entre todos, se ele recebesse um formação completa, se recebesse um salário para isso, se fossem obrigados a dedicação exclusiva e não verem o magistério como “bico”, como é o caso hoje, ou não o magistério, mas aquela escola como “bico”, porque fica usando o magistério em diferentes escolas para complementar o salário, o trabalho de vocês seria tão facilitado que eu espero que daqui alguns anos não precise mais de nenhuma dessas entidades. E

u dediquei muito tempo em ONGs contra a luta ao trabalho infantil, mas eu quero é que ela não seja mais necessária daqui a algum tempo, que nós fiquemos como os abolicionistas, um dia ficaram desnecessários. E eu acho que um deles ficou triste com a Lei Áurea, nenhum deles, até porque naquele tempo nenhum deles vivia recebendo remuneração para serem abolicionistas, como muitos de nós em ONGs temos que viver recebendo dinheiro para resolver o problema, o problema resolvido nós vamos ficar desempregados, mas eu acho que deve ficar desempregado contente pela vitória.

Então eu queria era atrair vocês, se é que já não estão, nessa luta mais ampla pela escola, para

que dentro dela ela como escola e não como quase escola que é hoje, e não estou falando 100% delas, mas uma parte substancial das nossas escolas não são escolas, são quase escolas, pseudo escolas, parecem escolas, mas não são escolas. E aí o trabalho de vocês fica muito difícil de ser levado adiante, fica às vezes impossível de ser levado adiante.

E a outra coisa são os pais. Eu gostaria de saber o que é que vocês estão fazendo fora das escolas. Porque não adianta a educação sem os três elementos da santíssima trindade educacional, que são as escolas, as famílias e a mídia, não adianta, a ótima escola e o menino ser jogado na mão da mídia que está aí, pode levar a um fracasso do processo educacional. Uma ótima escola com os pais que não são capazes de se interessar, e aí algumas coisas a gente só vai vencer na próxima geração, quando essas crianças de hoje forem educadas, os seus filhos serão melhor educados, eu queria saber o trabalho de vocês da escola. Na mídia, nas famílias e entre outras entidades, como por exemplo, a que talvez dê mais trabalho a vocês, as igrejas, e queiramos ou não, uma parte da educação é feita nas igrejas. E aí como é que a gente trabalha as igrejas para que elas comecem a não serem elementos de violência contra aqueles que fazem opções diferentes do que é considerado o são, o não pecador? Isso é algo que me preocupa muito, porque é talvez o mais difícil. Agora mesmo, o ensino da religião, que eu sou favorável, estão querendo transformar em vez de dizer ensino de religião, ensino de teologia, se disser que é de teologia já escolheu a religião, porque ninguém ensina teologia a um budista, não cabe o conceito de teologia entre os budistas, apesar... Não cabe entre, mesmo os mulçumanos, eles recusam a ideia de teologia, eles têm outras visões. Se a gente não tiver o ensino da religião correto e também abandonar o ensino de história das religiões, eu acho um erro porque faz parte do mundo a religiosidade, até mesmo entre os ateus a religiosidade faz parte do mundo onde eles vivem, então a História da Religião tem que ser ensinada tanto ou mais do que História da Ciência, tanto mais do que História Geral, História do Brasil, mas como estão tentando colocar o processo, não vai ser ensino das religiões, vai ser um programa de proselitismo para uma ou outra religião.

Então eu deixo aqui a pergunta: como é que vocês estão trabalhando esses três outros atores além da igreja? E como é que vocês estão dispostos a se unirem àqueles que primeiro lutam e eu sei que vocês estão simpáticos, a luta pela escola, mesmo antes da luta contra a homofobia na escola, porque sem escola não há luta contra homofobia na escola.

Isso é o que eu tenho colocar e mais uma vez pedir desculpas de eu ter perdido a fala de vocês, que me interessava profundamente. Mas só para dar mais uma explicação, Presidente, desculpa eu estar demorando, mas eu acho que eu tenho que explicar é que esta Comissão de Educação tem suas reuniões nas terças-feiras e para mim é sagrada, mas a minha Comissão de Direitos Humanos é na quarta e eu tenho que estar lá para abrir e manter os trabalhos. Como foi na quarta e não na terça eu não pude ficar todo o tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Senador Cristovam. Quero indicar aqui e presença de professores do Sindicato Nacional dos Professores das Universidades Brasileiras, da ANDES, que estão aí. Sejam bem-vindos.

Antes, Senador Romeu Tuma, antes de o senhor falar, o senhor pode ver um vídeo de três segundos? Então vamos passar... 30 segundos, desculpe. Três segundos já é demais. Aí já passaram, 30 segundos.

[risos]

[exibição de vídeo]

[música]

NARRADOR: *A homofobia, a transfobia e a lesbofobia geram atos de violência. A violência é sempre um ato criminoso, lutemos por um mundo sem violência, por um mundo diverso, por um mundo sem AIDS. Diga não à homofobia, à transfobia e a lesbofobia.*

[música]

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra o Senador Romeu Tuma, de São Paulo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora Marisa, Senador Cristovam Buarque, eu queria preliminarmente cumprimentá-los pelo Dia Nacional da Leitura, infelizmente não pude acompanhar de perto, sei do sucesso e da importância para o jovem o vício da leitura, tem tantos vícios que fazem tanto mal, o da leitura provavelmente fará bem ao cérebro, o coração, à alma das pessoas, então eu não poderia deixar, e eu queria fazer até um discurso favorável, a Senadora Marisa é minha líder na área de educação e o Senador Cristovam Buarque, então não dá para concorrer com eles, apesar de ter em casa uma professora e diretora de escola que passou por muitos momentos difíceis, porque a questão de vários anos essa homofobia e a rejeição era muito mais intensa, hoje já se discute, se traz até aqui a este Plenário discussões sobre medidas para evitar a homofobia, o que me choca, senador, é se falar ainda disto. O Brasil já não devia ter mais a necessidade de discutir a rejeição das pessoas, do ser humano, o comportamento de cada um é direito individual, são os direitos humanos, discutir a homofobia. Eu quando na polícia tive que combater vários grupos

e agressões de violência, ela gera violência mesmo, o ódio do homofibista, não sei se é homofibista...

SR. CARLOS LAUDARI: Homofóbico.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Homofóbico. É bandido, não tem problema, vale qualquer expressão.

[risos]

Mas era uma coisa terrivelmente desastrosa e continua, esses grupos que se dizem nazistas, que fazem as perseguições, não há mais como existir e tem que começar na escola, no curso básico, na expressão do respeito humano entre as pessoas. Não discutir o aspecto de comportamento, mais sim o comportamento de respeito a cada um de nós. Então a evolução dos do ser humano, em vez de regredir ao tempo das tribos, ela deve evoluir para o bem, buscar sempre um convivência pacífica entre os seres humanos e respeito mútuo.

Então o que me choca é ter que discutir isso. Me choca muito. Nós temos uma legislação pertinente do Código Penal e tudo isso e a lesão corporal, mas devia outra coisa no aspecto social e de cidadania que não se está entrando, a não ser, Senadora Marisa, Senador Cristovam Buarque, trazer essa discussão para fugir um pouco daquilo que é a punição permanente, nós temos que fazer o convencimento e criar uma consciência de respeito entre todos.

Eu quero agradecer a presença dos senhores, não pude assistir, mas prometo ver as notas taquigráficas e a leitura e sempre agradecendo à Senadora Marisa pela constante gentileza com aqueles que com ela trabalham nesse Senado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Romeu Tuma pelas palavras tão gentis. E a gente fica feliz em saber que nós estamos formando aqui um grupo de parlamentares mais engajados com essas questões.

Nós temos cinco pessoas inscritas para que façam as sua considerações ou suas perguntas, eu vou pedir a cada um que sintetize a sua pergunta em dois minutos, para que a Mesa depois possa responder todos juntos . Então vai ser atrás do outro e a Mesa depois já faz as sua considerações, respondendo o Senador Cristovam, ao Senador Tuma e as pessoas que fizerem as sua considerações.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora eu vou pedir licença que o Congresso... Estão chamando lá que tem uma votação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pois é, hoje nós temos ainda mais porque hoje nós estamos com sessão do Congresso agora e está todo mundo...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Suspenderam a reunião na CCJ para ir para o Congresso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sessão do Congresso, Câmara e Senado juntos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, eu peço desculpas a todos e agradeço...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Nós é que agradecemos a participação do senhor aqui.

Júlio Cardia é Presidente da Estruturação Grupo LGBT de Brasília. Há um microfone.

SR. JÚLIO CÁRDIA: Primeiro bom-dia a todos aqui. Toni, os conhecidos. Na verdade, o que me instiga dentro do debate sinteticamente, de acordo com o que a senadora solicitou, é que assim, eu percebo aqui que essas colocações, principalmente do Senador Cristovam Buarque, são colocações que na verdade o movimento é que tem que fazer para o Senado, como é que eu vou dizer... Existem... Vocês são legisladores e enquanto a Casa Legislativa do país, uma parte dela, vocês é que têm que discutir essa questão para trazer para gente. A gente não pode ser cobrado de uma demanda que é uma demanda das instituições públicas do país. E o exemplo disso é o isso aqui, a gente não tem senadores debatendo uma questão que é a educação, que eu acho que seria a questão principal dentro da realidade. Então o que eu percebo é que existe uma ausência dessa discussão dentro da Casa. E o meu convite para a Mesa é: como é que a gente pode trazer essa discussão para o Senado? Como é que a gente pode trazer a discussão para a Câmara, não dessa forma, mas uma discussão para os senadores, uma discussão no qual a gente consiga levar uma ideia de o que é que está fazendo, porque principalmente o que eu percebo enquanto atuante no cenário do Distrito Federal, é essa demanda, a Secretaria de Educação vem cobrar da gente: "Ah, mas o que vocês estão fazendo?" Não, espere aí, a gente está ajudando vocês. Então é um trabalho em conjunto, a gente tem que se perguntar antes para depois se colocar. Só isso. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A palavra com Aldir Marques Souza e Silva, professora de Formosa, Goiás.

SRA. ALDIR MARQUES SOUZA E SILVA: Bomdia a todos e a todas. Eu não sei se infelizmente ou felizmente, venho contrapor o que disse o meu colega, que eu tenho acompanhado o trabalho do Senador Cristovam Buarque e o Cristovam Buarque realmente anda lutando contra gênero e diversidade e também no caso dos direitos humanos. E dizer para a Professora Mirian e para a Professora Marlene, que desculpe não sei se são professoras, desculpe. Nós professoras temos esse caso, de chamar todo mundo de professor. Eu estou fazendo curso de Diversidade em Formosa,

Gênero e Diversidade em Formosa, e é por isso que estou aqui. Trabalhei, fiz o curso de Direitos Humanos, aquele curso de extensão que teve, e estou fazendo agora de Gênero e Diversidade em Formosa, nós somos 53 professoras fazendo. Eu me dispus a vir, a estar aqui para levar algo de melhor para lá, porque contrapondo novamente ao meu colega, eu acho que nós somos uma grande maioria que temos que procurar ir atrás do melhor, e quando a gente sai atrás, a gente consegue mais um, dois, três ou quatro, como a minha colega Andréia que nós estávamos CONSEG, na Confederação Nacional de Segurança Pública e a encontrei aqui. Isso quer dizer o quê? Que um só realmente não consegue, mas com certeza dez, 20, 30, um milhão conseguirá, sim.

E a escola, eu peço novamente o Ministro tanto, a Senadora Marisa, que faça o que o nosso senador disse, procure um pouco mais trabalhar a escola, não é o professor, o professor realmente está aberto a tudo, eu estou falando enquanto professora, professor realmente está aberto a tudo, aberto a novas propostas e é raro dizer um ou outro professor que não está aberto a grandes descobertas. Então nós vemos o quê? O professor está aberto, sim, a grandes descobertas e a grandes aprendizados. E nós em Formosa, como representante de Formosa que sou, nós estamos, sim, abertos a tudo que vier para principalmente no tratar dessa parte dos direitos humanos e direito dos cidadãos em modo geral.

Muito obrigada e bom-dia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Aldir.

A palavra está com Rafaelly Wiest, que é Presidente do Grupo Dignidade.

SRA. RAFAELLY WIEST: Primeiramente, eu agradeço o convite, cumprimento a Mesa na pessoa da Senadora Marisa, o Senador Cristovam Buarque. E aqui nesse momento também eu represento a ANTRA, Articulação Nacional de Travestis E Transexuais, sou Diretora da ANTRA, a nossa Presidente não pode vir, e o que eu quero colocar também como reflexão é, por exemplo, do projeto que a Maria Elisabete colocou, do GDE e no Estado do Paraná o GDE está fazendo formação com 1.500 professores, eu sou docente lá que a gente tem a parceria junto com a UEPG e a Secretaria de Estado e Educação. Então eu acho que é prazer importância de, enquanto o Projeto Escola sem Homofobia da ABGLT Pathfinder, o GDE, que é uma iniciativa que lá a gerência é da UEPG e da SEED, é de que a gente tem que mesmo trabalhar com esses projetos, seja em parceria com a sociedade civil, ou seja, com a academia, por conta de que, por exemplo, no Estado do Paraná a gente tem 2.100 escolas estaduais e a gente trabalha, vai alcançar apenas 1.500, desses 1500 a gente acredita que seja futuros multiplicadores do informação. Mas o ponto principal que eu coloco, porque participei das duas etapas presenciais eu vou participar de uma próxima, em Faxinal do Céu é de que 80% dos professores quando entraram na plataforma, eles não têm propriedade das temáticas de gênero, relações étnico-raciais e diversidade sexual.

Então é para gente ter o reflexo da importância, a gente acredita que desses profissionais de educação do Estado do Paraná quando terminar as 200 horas que aí, sim, tenham um pouco mais de propriedade, mas 80% não entendem da temática, não é que são preconceituosos de fato, mas não têm propriedade. Então eu coloco a importância e parabenizo a Comissão de Educação aqui desta Casa. Em Curitiba e no Estado do Paraná a gente está levando essa temática também da educação esse ano com mais afinco e aproveito para parabenizar a todas e todos, e agradeço muito. E colocar mesmo a importância enquanto uma pessoa transexual, uma mulher transexual, eu sofro isso e de fato, como o Toni colocou e todo mundo, nós sofremos 72 vezes mais preconceitos do que gays, então existem os preconceitos multiplicados se eu for negra, pobre, transexual, travesti, eu sofro por muito mais. Então é um absurdo o que acontece e a gente precisa de fato de política pública, precisa de projeto, mas além de tudo pensar em política de estado, porque Governo muda, e a gente precisa de fato de política de estado nesse país. Obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Rafaelly. Passo a palavra para Renata Mota, Coordenadora Municipal do DST AIDS da Secretaria de Saúde de Fortaleza, Ceará.

SRA. RENATA MOTA: Bom-dia a todas e a todos. Queria agradecer a oportunidade de estar aqui, fazer uma referência positiva ao que foi apresentado pelo Mesa. Acho que é importante a gente ter um reforço positivo sobre essa questão. E queria colocar a importância de a gente discutir isso amplamente na sociedade, que a gente precisa reforçar a necessidade da ideia do estado laico. E a gente já tem muitos, a gente precisa avançar muito no campo dos direitos humanos, principalmente LGBT, mas a gente já tem muitos direitos garantidos e nem esses e nem os mínimos direitos têm sido respeitados. Então eu queria colocar também uma experiência que a gente está tendo em Fortaleza, importante, com 500 profissionais da saúde, partir da Secretaria Municipal de Saúde, transversalizando os temas dos direitos humanos e discutindo a questão das populações mais vulneráveis, incluindo população LGBT e a população de mulheres, dado os planos nacionais de feminilização e enfrentamento da epidemia de AIDS e o plano de enfrentamento à

epidemia de AIDS entre gays, HSH e travestis, tendo a questão da homofobia como estruturante para que a gente combata isso de forma institucional. Eu queria colocar aqui, não... Eu acho que a gente precisa discutir isso amplamente no país, não só como uma questão de militância, eu acho que a gente tem que institucionalizar isso de uma forma como carro chefe, nós já temos coordenadorias da diversidade sexual, nós já temos assessorias, nós já temos vários, mas a gente precisa colocar isso à frente, já que as pesquisas vêm mostrando inclusive das violências, a homofobia vem encampando todas as violências em espaços institucionais. Então isso não é só, não é uma questão moral, é uma questão ética e que a gente precisa... E aí eu coloco a Cidade da Fortaleza à disposição, acho que a Michele está aqui também e concordaria com isso. E a gente queria muito que vários projetos que foram levantados aqui, que a gente pudesse levar para a Cidade de Fortaleza e com certeza nós vamos pautar isso na Secretaria de Saúde, e a gente tem estrutura para estar desenvolvendo, sim, e Fortaleza na pesquisa da UNESCO foi citada como das 14 capitais brasileiras, uma das capitais homofóbica do país. Então acho que é importante levantar essa questão e a gente vem trabalhando isso. Obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradecemos a Renata. E passo a palavra para a última inscrita, a última pessoa inscrita nessa manhã, a Michele Meira Coordenadora de Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza. Com a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora, pela ordem, Senadora Marisa, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só um minutinho, ouvi o Senador Cícero Lucena com outros problemas aqui. Mas Senadora Rosalba, antes de passar à Michele a palavra, esqueci de passar a palavra para a Senadora Rosalba Ciarlini do Rio Grande do Norte, médica, ex-prefeita de Mossoró e grande companheira nossa nessa Casa, e preside a Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Portanto, a palavra com a senhora antes de passar aí depois à Michele.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu vou ser muito rápida, até porque ainda temos bastantes pessoas que vão participar, mas queria aqui dizer que infelizmente não pude estar desde o início, porque como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais estava numa reunião, inclusive a poucos instantes o Senador Cristovam, o senhor faz parte também da comissão, nós votamos algo que eu acho que considero fundamental, que foi a questão do cadastro das crianças desaparecidas que a nossa Comissão aprovou e agora vai para a Comissão de Direitos Humanos que o senhor preside, em caráter terminativo.

Então são essas questões, não me deixaram estar aqui desde o início. Mas eu depois irei, através da gravação, ouvir a todos, ver a todos, conhecer o posicionamento de cada um e dizer só para parabenizar essa Comissão por ter trazido ao debate, a discussão essa Audiência Pública é um assunto que é de extrema importância e relevância na defesa dos direitos humanos.

Então fica aqui o nosso apoio, o nosso compromisso e principalmente o nosso aplauso a todos que estão lutando por um Brasil justo onde todos estão respeitados pela sua igualdade.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Rosalba. Obrigada, Senadora Rosalba Ciarlini do Rio Grande do Norte. Fala agora a Sra. Michele Meira, Coordenadora de Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza.

SRA. MICHELE MEIRA: Bom-dia. Bom-dia, não, boa-tarde, já passa do meio-dia. Queria, primeiro, parabenizar, saudar a Mesa em nome da Senadora Marisa, dizer que é muito importante esses momentos de a gente estar, tanto a sociedade civil como o Poder Público, como o Legislativo, discutindo essas questões que são tão relevantes e que está no cotidiano da gente e nós que somos LGBT, nós que fazemos parte desse setor, dessa população, sentimos muito, principalmente quando jovens, quando estamos nas escolas, toda essa questão. Queria também parabenizar a todos os senadores que assinaram essa Audiência Pública, parabenizar a ABGLT também por estar implementando e implantando essa Escola sem Homofobia nos estados, em alguns estados.

Primeiro eu queria colocar um pouco, a Renata falou um pouco, mas Fortaleza, a gente na pesquisa que a Professora Mirian esteve coordenando, com a pesquisa da UNESCO, realmente teve um destaque Fortaleza como uma cidade mais homofóbica no ambiente escolar. Então a gente traçou uma estratégia no município de trabalhar educação a partir das ações do MEC, junto com a ONG GRAB de colocar, realmente, os educadores, os professores da rede municipal, numa ação de realmente capacitá-los para uma abordagem não sexista, não homofóbica, eu acho que a partir dessa questão e ter que discutir a questão de gênero, porque todo o nosso preconceito sempre perpassa e a gente vê que o machismo no nosso estado é muito grande e o nosso Estado Ceará, e que também ano gente precisa ter ações efetivas nessa questão na escola, na educação.

Queria parabenizar a Assembleia Legislativa no Ceará por ter incluído orientação sexual no seu texto

como uma violência específica e os parlamentares no nosso estado reconhecer que existe, sim, uma discriminação devido a orientações sexual e reconhecendo que existe outra sexualidades e não só a heterossexualidade, isso é importante no desenvolvimento das políticas públicas no nosso estado, importante para que também nas leis orgânicas o município ser incluído esse termo orientação sexual e o nosso municípios de Fortaleza já tem lá que compete ao municípios criar mecanismo que combata a discriminação contra os homossexuais e nós somos muito bem contemplados com isso. E a nossa gestão, a gestão da Prefeita Luizianne também está muito sensível a isso. Queria dizer que no dia 23 nós vamos estar lá com o Toni Reis na Câmara Municipal uma audiência pública chamada pelo líder da Prefeita na Câmara, o Vereador Acrísio Sena, terá uma audiência pública falando também sobre homofobia nas escolas.

Então, como encaminhamento para o Ministério da Educação, eu queria saber qual era a articulação que tem com os gestores públicos os secretários de educação, porque a gente vê a dificuldade da implementação porque são muitos projetos na escola, a escola pega todos os projetos, relacionados a direitos humanos, relacionados à saúde, então a gente saber também traçar uma estratégia que a escola também fique só jogando vários projetos, mas que tenha em todos os projetos garantidos o que está no Parâmetro Curricular a transversalidade do tema, discutindo a capacitação com os educadores, independente de ser só em diversidade sexual, mas qualquer que seja a capacitação para educadores, tenha se incluído o tema diversidade sexual, a orientação sexual, o respeito às orientações sexuais como tema transversal em todas as capacitações independente de ter um projeto específico, porque projeto específico ele vai, ele é pontual e a gente precisa, sim, de políticas efetivas e aí eu concordo com a companheira Presidente do Dignidade, que fala sobre a questão que precisamos de uma política de estado e que se a gente não colocar nos nossos projetos, nos nossos planos e nos nossos programas a questão da violência especifica contra um grupo que historicamente é violentado no nosso país, nós não conseguir ficar fazendo políticas pontuais e sim temos que ter uma política de estado como orientação de todos os outro projetos que venham a trabalhar escola e que esse tema seja, sim, a partir das pesquisas, que são importantes no desenvolvimento das políticas públicas, que venha, sim, todos os programas, todas as capacitações, tenham um recorte no tema diversidade sexual e o respeito às diferenças. E aí não falo só sobre o aluno, e falo também sobre os pais LGBTs que são homossexuais e que também sofrem discriminações por seus filhos estarem na escola e que a orientação do pai deles não é a orientação heterossexual. Então é importante a gente fazer, sim, essa transversalidade, parabenizo, mais uma vez o Congresso Nacional, o Senado, por estar chamando essa audiência e sim para gente poder fazer uma política de estado cada vez mais efetiva. Parabéns e obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Michele. Eu quero agradecer muitíssimo aqui a presença de todos. Vai continuar ainda a sessão. Vou pedir que o Senador Cristovam Buarque que assuma a Mesa a partir de agora e dando os meus agradecimentos, esperando que a gente possa fazer um bom trabalho juntos aqui no Congresso Nacional. E obrigada pela presença de todos.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra a Valesca Leão, Coordenadora da Secretaria de Assuntos Educacionais no Sindicato dos Professores do Distrito Federal, o nosso querido SINPRO.

Não está? Então venha para cá. Sente aqui na frente. Passo a palavra à Valesca Leão.

SRA. VALESCA LEÃO: Boa-tarde a todos e a todas. É uma satisfação estarmos aqui mais uma vez com algumas pessoas e com outras a primeira vez. Penso que a iniciativa da Casa é de extrema importância, o sindicato entende dessa forma e por conta disso, nós temos dentro do nosso sindicato uma secretaria que trata especificamente do tema, que é a Secretaria de Raça e Sexualidade, temos desenvolvido atividades com esse enfoque, inclusive, teremos um seminário agora em novembro sobre DST/AIDS e também teremos um seminário em dezembro tratando da questão da homofobia nas escolas. Entendemos que o papel dos sindicatos dos professores não só no DF, como no Brasil de uma forma geral, é estar cobrando políticas públicas que... Concordo com o colega de Brasília de Estruturação, eu acho que é necessário que a gente tenha políticas públicas que minimizem as dificuldades que a gente encontra nas escolas, entendo também que os professores precisam realmente de formação para que possam abordar o tema. A gente percebe que existe ainda muita desinformação e muito despreparo para estar abordando e tratando um tema tão delicado.

Quero agradecer aqui em nome dos professores e professoras da Secretaria da Educação do DF a presença, e é isso. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora à Viviane... Coordenadora da... Farkas, é assim que pronuncia?

Está escrito com uma letra que mostra como é importante educação nesse país. Parece a minha letra de tão ruim. Farkas. Coordenadora da Secretaria de Raça e Sexualidade do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, mais uma vez nosso SINPRO.

SRA. VIVIANE DE AQUINO FARKAS: Boa-tarde a todas e a todos. É uma satisfação o sindicato estar aqui nesse momento e também só para reforçar o convite, porque a gente vai ter essa discussão, mas também cobrar políticas públicas porque os professores sentem a necessidade de estar trabalhando com a temática para que não haja realmente essa homofobia nas escolas, só que na verdade muitos se sentem prejudicados pela falta da formação. Então eu acho que é reforçar essa questão da formação e agradecer aqui a presença. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com isso nós terminamos aqueles que queriam se pronunciar. E eu vou passar a palavra à Mesa. Primeiro o Toni Reis, que pediu a palavra inicialmente.

SR. TONI REIS: Primeiro, é um prazer estar aqui com o nosso querido Ministro, Senador Cristovam, que para a gente, para mim, pessoalmente como educador é um referência nacional.

E olha, comentando, senador, primeiro a ABGLT tem claro a política, somos favoráveis às cotas e aí na discussão que o senhor tem levado, somos favoráveis à questão da valorização dos profissionais de educação e também a questão contra o analfabetismo. Então, podem contar com essa luta e o seu discurso está perfeito. Nós temos que colocar a questão da discriminação, da homofobia, da lesbofobia, transfobia nesse contexto da escola. E isso senador, conte com a gente. Nós estamos participando e aí também convocando para a Conferência Nacional de Educação que está sendo realizada nos municípios e nos estados, e nós estamos sempre votando com as pessoas para que a questão da valorização profissional e também para a questão das cotas e a [ininteligível] discriminação. Então nós queremos defender a escola e uma escola que seja inclusiva.

Quero colocar o seguinte, pessoal, como já foi colocado aqui, no dia 23 já na sexta-feira estaremos em Fortaleza e a ideia é a gente fazer em todas as Câmaras Municipais das capitais e também das cidades maiores e das Assembleias legislativas. Queremos multiplicar, já estamos falando com todos os pesquisadores e pesquisadoras para gente estar multiplicando, e isso respondendo ao Júlio Cárdia, nós enquanto movimento, nós temos que provocar o Poder Público e é isso que nós queremos fazer e é isso que nós estamos fazendo. Hoje aqui nessa sessão apareceram 19 senadores e senadoras. Isso é muito importante, chegaram, presenciaram, viram o tema, com certeza vão ver na TV Senado, vão ver no Jornal do Senado e isso começa a provocar o tema, que é tão importante.

Quero colocar os dois pedidos dessa sessão. Senador Cristovam que já está muito aliado nosso, é a questão da aprovação do PLC 122. Nós fizemos toda uma discussão com todas as pessoas de pensamento diverso e diferente. Estamos conversando muito com o Senador Marcelo Crivella, e a Senadora Fátima Cleide propôs um substitutivo que vai ser votado na Comissão de Assuntos Sociais e também na Comissão de Direitos Humanos, CCJ e nós gostaríamos da aprovação. Então nós estamos encaminhando para um consenso e esperamos em breve seja aprovado nessa Casa o Projeto de Lei 122. E também, senador, e a última questão é, nós precisamos de recursos para continuar com as nossas ações pela diversidade nas escolas para o Ministério da Educação e também a Secretaria Especial de Direitos Humanos, nós precisamos do orçamento, aprovação da lei e os orçamento para que a gente possa continuar o nosso trabalho.

Gostaria de agradecer novamente aos Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, a nossa querida Ideli Salvatti, Fátima Cleide e o Flávio Arns que foi interessante, quando a ABGLT propôs os ofícios, automaticamente as sua assessorias falaram: "Não, nós queremos e vamos assinar essa audiência".

Então super obrigado e realmente a gente sentiu receptividade nessa Casa por parte dela, é isso que nós queremos. Um grande abraço.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado Toni Reis. E agora passo a palavra agora na ordem, à Rosiléa Maria Rold Wille.

SRA. ROSILÉA MARIA ROLD WILLE: Eu fico feliz de ver que esse tema, que é um tema que para nós, da educação é um tema que nós iniciamos nos últimos anos a discutir. Então todos nós sabemos que a escola sempre reproduziu, a Professora Mirian, as pesquisas que ela tem realizado, inclusive tem nos ajudado muito a pensar que escola é essa, e como Senador Cristovam disse, que a escola às vezes é um lixo, e a pesquisa que nós fizemos mostra muito que nós precisamos realmente enfrentar esse espaço que cada dia mais reproduz a desigualdade em vez de contribuir para a aprendizagem das crianças, às vezes expulsa as crianças da escola. Claro que mudanças não vêm imediatamente, mas quando eu vejo que várias professoras aqui, incrível, foram todas professoras, manifestaram que estão integradas em formação, em projetos já de formação que estão sendo desenvolvidos, isso para nós é muito bom. Porque sabemos que o desafio, nós temos dois milhões de professores para

atingir, sabemos que 50 mil que nós já atingimos é muito pouco, mas é algo que vem sendo feito. Agora, Senador Cristovam, eu acho que é muito importante que a gente pudesse envolver no debate da questão da homofobia, os sistemas de ensino. Então eu fico pensando que nessa audiência seria fundamental que nós tivéssemos, por exemplo, o Conselho Nacional de Secretario de Estado e Educação ou a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, porque quando a gente traz o ministério, não é que eu estou afastando de nós a responsabilidade, pelo contrário, é assumindo essa responsabilidade que é partilhada, que deve ser partilhada com os sistemas de ensino, mas também trazendo esses atores que dependemos deles para poder fazer com que isso migre até, como a gente comumente diz, o chão de escola. Só vai chegar no chão da escola quando a gente tiver esse pacto federativo em todos os sentidos na área de direitos humanos.

Então eu fico pensando que seria muito importante numa audiência como esta ou próximas, Toni, que a gente convidasse esses atores. Agora uma boa noticia também para as professoras que estão aqui e os professores que estão aqui se sintam incluídos, mas para as professoras que se manifestaram e que estão presentes, que por exemplo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação comunicou ontem na reunião do Comitê de Educação e Direitos Humanos que foi criada um Câmara específica para tratar do tema LGBT entre a Confederação Nacional, eu acho que isso é um avanço. Então eu também sinto falta de ter a CNTE envolvida, porque nós só conseguir realizar mudanças profundas, por exemplo, eu queria falar, a Rafaelly trouxe que é a Secretaria de Educação do Paraná. A Secretaria de Educação do Paraná colocou claramente isso como desafio, a própria Secretaria trouxe e nós estamos fazendo a formação de 400... O Paraná disse, nós vamos fazer 1500, então é um estado que está tendo muito claro o compromisso. Não que os demais não tenham, mas isso é uma maneira de mostrar como atitudes como esta do gestor ajudam e contribuem para a enfrentamento da discriminação, do preconceito e da homofobia no espaço da escola.

Por fim eu queria só mencionar o seguinte. Nós temos preocupação quando a gente fala da família, da igreja, de todos os atores que estão no entorno da escola, não é que a escola se exima desse papel, tanto que há programas de envolvimento da comunidade claramente dentro da escola, mas uma coisa é certa. Todo enfrentamento de violações de direito tem que ser feito o enfrentamento intersetorial, tem que ser intersetorial, não dá para pensar, por exemplo, que toda ação de criança e adolescente situada em outras secretarias não esteja, por exemplo, aqui discutindo a questão da homofobia. Então eu penso que cada vez mais, quando a gente coloca responsabilidade na escola, insisto em dizer, nós não estamos nos isentando de assumir a responsabilidade da escola, mas as violações de direitos a gente não vai dar conta delas enquanto a gente não tiver área de assistência social discutindo homofobia, eu acho que todos os setores têm que estar congregados em busca de soluções, porque a família também está reproduzindo o mesmo preconceito em relação às crianças. Então eu acho que esse trabalho todo que tem sido feito e esse é um desafio muito importante, nós temos trabalhado em várias áreas no âmbito federal, quando eu falei, nós estamos fazendo o Gênero e Diversidade na escola com a SPM, com a CEPIR, com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, com o MDS, com o Ministério do Trabalho e Emprego. Mas isso tem que chegar até o município, essa ação tem que ser rebatimento até o município.

Então eu queria dizer também que na CONAE, na Conferência Nacional de Educação, nós temos uma Mesa específica para debater esse tema e nós propusemos também e tem colóquios para tratar desse assunto e tem também Mesas de interesse. Então quem saiu delegado ou quem não saiu tentem se inserir para poder integrar na Conferência que esse tema é um tema central também da Conferência Nacional de Educação. Com isso, eu quero dizer que o ministério tem esse compromisso com essa agenda, esse assunto não é assunto qualquer para o ministério, é um assunto prioritário, amanhã também na Audiência Pública vai estar o Secretário de Educação Continuada, o Prof. André Lázaro, também trazendo para vocês outras reflexões, que por certo, ele como gestor principal do tema, trará para consolidar o debate. Então muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. E eu passo a palavra ao Pedro Chequer.

SR. PEDRO CHEQUER: Eu creio que essa é mais uma etapa que nós estamos vivenciando no sentido de uma construção de uma escola mais ampla, democrática e inclusiva. Eu creio que o Senador Cristovam realmente levantou um ponto muito importante. Nós temos que, a partir desse processo mais setorial buscar também ampliar essa discussão no sentido de construir a escola que seja inclusiva, adequada e democrática. É como o SUS, nós não podemos trabalhar a questão do atendimento adequado com o SUS a partir de abordagem setorial, se a rede como um todo está deficiente e não tem a compreensão dessa amplitude. Eu acho que é uma reflexão importante que o senador traz, que nós podemos também estar

incluindo na nossa prática, no nosso discurso e no nosso processo de estar construindo essa revisão e introduzindo essa perspectiva.

Eu creio que essa reunião, essa sessão poderá estar trazendo perspectiva futura, várias outras vão estar acontecendo, eu creio que a proposta que o Toni está levando para discutir nos estados e nos municípios é fundamental, porque principalmente em relação à escola, o nível federal praticamente é grande em gestão, é mais normativo geral, a coisa acontece efetivamente em nível local, como no SUS, nós não conseguimos implementar nada se não houver realmente o compromisso do estado, do municípios no sentido de estar assumindo o compromisso político e mobilizando as ações em nível local. O UNAIDS se soma a esse processo e está cada vez mais buscando não apenas perspectiva da vulnerabilidade do HIV, que é seu mandado específico, mas também do ponto de vista de estar promovendo ações do sentido da equidade e da promoção de direitos humanos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra agora à Maria Elisabete Pereira.

SRA. MARIA ELISABETE PEREIRA: Primeiro saudar publicamente o Senador Cristovam, por qual eu tenho muito respeito e admiração. Como paulista eu não o conhecia de perto, vim conhecê-lo a partir do momento que vim para Brasília compor o Governo Lula e confesso que se fosse aqui de Brasília você teria uma árdua defensora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado.

SRA. MARIA ELISABETE PEREIRA: Segundo, eu queria me reportar aqui começando pelas questões que o próprio Senador Cristovam levanta, essa ação que a gente está desenvolvendo do Gênero e Diversidade, ele tem estímulos durante o curso para que os professores e professoras, os profissionais de educação que estão fazendo curso, e aqui cabe ressaltar que o curso sempre orienta os parceiros a destinar pelo menos uma porcentagem das vagas para gestores, gestoras e movimento social, que é para também não ficar tão fechada a coisa dentro da escola, mas para a comunidade também participar desse processo de estudo dessas temáticas.

Então ele propicia e estimula você estar chamando a comunidade através de atividades dentro da escola, convocando os pais para poder também estar participando dessas discussões porque a gente sabe que a escola não é e nem vai ser a única a dar conta dessas questões todas, a família e a comunidade têm que estar junto, afinal, somos frutos de um meio e temos que alterar o meio para conseguirmos o que queremos. Confesso que nós temos uma dificuldade e não tivemos ainda uma iniciativa direta com as igrejas. E você tem razão, é fundamental, até porque a gente percebe nos fóruns debate de professores e professoras como a questão da religião incide profundamente nos seus valores e nos conceitos e pré-conceitos. Então tem muita gente que coloca, quer dizer, ou a mulher, ou a criança no foco da criança, quando a gente discute a questão da homossexualidade, diz o seguinte: "Não, está tomada pelo diabo", porque ela está convencida disso, quer dizer, outro diz: "Não, isso é uma doença, tem que tratar, tem que ir para o médico", então quer dizer, são visões que você percebe o quanto que você tem que trabalhar para poder romper esses paradigmas.

Quero fazer uma colocação muito rápida, mas muito profunda em relação com que a Aldir e a Rafaelly colocaram, primeiro eu fico profundamente feliz e me emocionou com a fala de vocês, até porque vocês estão na ponta, exatamente vivenciando aquilo que a gente elaborou, então esse *feedback* para gente é fundamental, e é uma coisa que nos emociona. Segundo, colocar o seguinte, vocês têm plena razão, ou a gente elabora políticas de estado ou enquanto a gente elaborar política de governo, o que vai acontecer infelizmente também por uma cultura errada do que é fazer política, nós vamos continuar jogando dinheiro público fora, porque se investe, se investe, se investe, e depois muda, e para tudo e começa de outra forma ou do zero, ou não se começa. Então a gente fica num eterno ir e vir, e não concluímos nada. E nesse sentido eu acho o seguinte, a escola, para ela deixar de ser essa pseudo escola, senador, ela tem que assumir isso. O Paraná gratifica professores e professoras quando elas fazem mais curso de atualização. Então isso é um grande estímulo que o Estado do Paraná tem, mas isso é um ou outro estado, isto não é uma regra para todos. Segundo, a gente sabe que ônus a gente está impondo nas costa dos professores e das professoras, e diga-se de passagem, a categoria é composta majoritariamente por mulheres. Então, além da dupla e da tripla jornada, nós vamos dar mais outra para ela e mais outra e mais outra. Então a gente detesta ter que realmente fazer, por exemplo, um caderno de atividade, mas nós compreendemos o seguinte, quer dizer, tem aula de manhã, à tarde, à noite vai fazer uma atualização, se é que vai, ou vai dar mais aula, volta para casa, tem a casa, tem o filho, tem a criança, e tem não sei o que. Quer dizer, que condições de vida tem esse profissional, esta profissional da educação de produzir e de criar conhecimento? É zero. É zero. Ele passa a ser ou ela passa a ser mais uma atuação mecânica do que uma questão produtiva de discutir e

promover o conhecimento. Então sem dúvida nenhuma isso é um debate que a gente tem que olhar com muita seriedade, para a gente realmente reformular.

Para finalizar, eu quero dizer que o GDE toma a dimensão que toma após o Piloto, porque o Ministério da Educação incorporou o curso na Universidade Aberta do Brasil e através da Universidade Aberta do Brasil que ele está sendo disseminado. Mas quero fazer coro aqui com a ideia do Toni, mas propor a essa Casa Legislativa que faça uma parceria através da Comissão de Educação, Cultura e Esporte com as demais casas legislativas dos estados para que a gente chame realmente audiências públicas nos 27 estados da federação com a participação dos secretários de educação, dos coordenadores pedagógicos, para que a gente realmente discuta e veja o que é necessário para que a gente transforme isso numa política de estado, para aí sim o Governo Federal poder estar propiciando as condições necessárias para que esses parceiros estaduais e municipais consigam transformar isto que nos é tão caro numa política realmente efetiva. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora a minha amiga Mirian Abramovay.

SRA. MIRIAN ABRAMOVAY: Eu vou falar rápido, porque eu acho que todos já falaram as ideias essenciais. E eu acho que o mais importante do que foi discutido aqui, é que nós consigamos uma política pública, ou seja, por enquanto ações a diferentes políticas. Nós não temos ainda uma política pública que trate desta questão, assim como nós não temos uma política pública que trate da questão das violências nas escolas. Quer dizer, por mais que não é o Ministério da Educação que vai concretizar isso nos estados e nos municípios, evidentemente o Ministério da Educação está tendo uma série de ações, mas o Ministério da Educação dá as linhas, então quando o Senador Cristovam fala que nós temos que ter uma luta pela escola, eu penso que essa é uma parte da luta pela escola que nós estamos tendo.

Ou seja, eu acho que nós não podemos só pensar quando nós pensamos na qualidade da educação, nós temos que pensar no todo, o Brasil tem avançado muito, relacionado à questão de todos os exames, de todos os testes relacionados com a qualidade da educação, como anda escada escola, qual é o nível de cada escola, quer dizer, se está melhor, se está pior, se está ao nível médio e etc. O INEP vem trabalhando nisso e o ministério, de uma maneira muito forte. Mas nós não temos diagnostico do que está acontecendo nas nossas escolas, o diagnóstico da situação do clima escolar e das relações sociais e a questão da homofobia, a questão da diversidade faz parte de um diagnóstico do que está acontecendo nessas escolas. Quem é que sabe o que está acontecendo na sua escola relacionado ao clima escolar, às relações sociais entre professor e aluno e aluno professor, professores e diretores, que também é um problema. Qual é a entrada dos pais na escola? Como é que se fala que os pais, do papel dos pais quando a entrada desses pais para a escola realmente é negada, os muros da escola, como eu digo sempre, não são simbólicos, ele são reais, os pais são chamados à escola para que se reclame sobre notas ou comportamento dos seus filhos, como se vai ter um relação com esses pais? A escola, e eu afirmo e digo novamente, é o único lugar, é a única instituição social onde crianças, adolescentes e jovens passam. É o único, não há outro.

Então essa escola, infelizmente, e fica a cargo, sim, desses professores, diretores, desses orientadores, desses psicólogos da escola, que ela tenha um papel cada vez mais importante na sociedade, porque o papel da escola torna-se cada vez mais importante. Então nós temos que exigir, sim, que nós tenhamos políticas públicas, mas que nós tenhamos também, que nós saibamos muito bem o que está acontecendo, não só relacionado à Matemática, Português, etc. em cada história, mas que nós saibamos efetivamente o que está por detrás dos muros, o que está acontecendo nessas nossas escolas. E é isso que nós esperamos do Governo Federal, estadual e dos municípios. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E, finalmente, eu passo a palavra ao Carlos Laudari.

SR. CARLOS LAUDARI: Muito obrigado. Vou ser super breve. Eu gostaria primeiramente e rapidamente focalizar um assunto que o Senador Cristovam Buarque colocou, e eu talvez tenha deixado de citar na minha fala, mas uma das propostas que nós temos para a continuidade do Projeto Escola sem Homofobia, é sim abordar a necessidade dos pais estarem mais competentes na discussão da orientação sexual no lar, independentemente se o filho é ou não homossexual. A gente acha que todo lar brasileiro deve ter uma visão muito mais aberta em relação à orientação sexual, seja do próprio filho ou do vizinho, ou do primo e vai por aí a fora. Então acho isso muito importante.

Outra coisa que eu queria colocar muito rapidamente é que desde que o Projeto Escola sem Homofobia passou a ter as suas atividades publicizadas pela ABGLT, principalmente, nós temos recebidos um enxurrada de e-mails de dois pontos bem diferentes,

um de uma comunidade internacional de movimento social LBGT de todo mundo, parabenizando o ABGLT e os parceiros do projeto pela implementação do projeto e ao mesmo tempo nós temos recebido e-mails de professores dos menores recantos brasileiros, Fernando de Noronha, "Ah, eu sou um professor aqui, que bom que esse projeto..." então realmente a gente está se sentindo muito prestigiado e realmente a expectativa como outras ações que o Ministério da Educação e parceiros fazem nessa área, a gente tem a certeza que os professores lá fora estão realmente esperando um apoio muito grande.

Eu queria, assim, então terminar agradecendo primeiro o prazer de estar com vocês aqui na Mesa, realmente é um prazer estar aqui com todos vocês. Mirian, Maria... Desculpe o nome, Bete, Dr. Pedro Chequer, que é um grande parceiro nosso, o Senador Cristovam Buarque que eu respeito muito, Toni, um grande amigo e reconhecido liderança brasileira do movimento LBGT e Rosiléa, que tem sido uma parceira e tem me aguentado muito no Ministério da Educação. Eu sou chato, deu para perceber, então realmente eu agradeço muito a Rosiléa, o André Bucari(F), André Lázaro, pela paciência que eles estão tendo com a gente. Eu queria, só para terminar, agradecer inicialmente Igor Martini do Projeto Aliadas pelo trabalho que ele teve em fazer com que essa audiência estivesse toda aqui. Parabéns, Igor.

E queria agradecer particularmente ao Júlio Linhares e toda a sua equipe aqui da comissão pelo carinho e gentileza que nos acolheram. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de encerrar eu quero dizer apenas da minha satisfação em ver uma Mesa com essa qualidade e com esse compromisso. A comissão pode ficar orgulhosa, a Comissão de Educação, de ter organizado esse debate.

Mas vocês que aqui se apresentaram é que podem ficar felizes de estarem demonstrando que tem a competência e o compromisso. E vocês que falaram também.

Eu quero dizer ao Júlio, que ele tem razão, que é a nossa tarefa, mas também a seria a nossa tarefa fazer isso aqui, se nós trabalhássemos bem, não precisava de ONGs, as ONGs surgem do fracasso dos governos.

[palmas]

Então eu fico feliz de ver a maneira como as ONGs aqui elogiaram o governo do Presidente Lula na relação que hoje existe entre governo e as entidades como as de vocês, que não havia no passado. No passado recente havia era uma repulsa a quem fizesse esse trabalho. Mas o fato de vocês existirem é que provocou esse avanço da consciência nacional em defesa da quebra dos preconceitos sexuais no Brasil. Da mesma maneira, a gente precisa que vocês de fora do Congresso ajam para que as escolas melhorem, todas. Sem isso não vai ser possível, primeiro porque os congressos são conservadores, nenhuma revolução brasileira saiu daqui de dentro, já olharam isso? A independência não havia congresso, mas a república, a abolição, a industrialização foi feita até autoritariamente no primeiro momento, foi preciso fechar o Congresso. Quando as diretas vieram, o Congresso recusou, o povo ia lá na frente, eu estava lá na frente na época me manifestando, havia parlamentares que defendiam, mas a conquista da redemocratização veio de fora, precisa de uma mobilização.

Aqui existem centenas de projetos de lei procurando mudar a educação e não avançam na velocidade que deveriam, e quando avançam, um deles como o piso salarial, um minúsculo piso de 950 reais por mês, a Justiça para, está parado lá um ano, eles aumentaram o teto do salário deles, mas não aprovaram o aumento, a criação do piso. E quem está brigando por isso? A Federação Nacional dos Trabalhadores da Educação e alguns de nós, parlamentares. Mas vocês que querem quebrar o preconceito nas escolas têm que lutar para que melhoremos a escola, senão haverá resultados positivos, como tem havendo, 40 mil professores formados, mas não chegaremos à universalização dos dois milhões de professores, não chegaremos às 200 mil escolas, não chegaremos a 5564 cidades, não chegaremos aos 50 milhões de meninos e meninas. Por isso, a briga por uma revolução educacional é a base para que o que vocês defendam possa chegar a todas as partes. Até lá eu espero que vocês continuem trabalhando nos segmentos que vocês trabalham, é fundamental, mas participem também de uma revolução maior, sem a qual os segmentos não chegarão à resposta plena do problema.

Até lá, meus parabéns pelo que vocês estão fazendo e empurrem a gente, para que a gente faça mais do que a gente tem feito.

[palmas]

Pedindo licença a todos que aqui estão, para algo mais burocrático da Comissão, eu quero comunicar que recebemos correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferidos nos autos do Tribunal de Contas 011492/2008. Os senadores que desejarem uma cópia do aviso está no nosso arquivo.

E comunico aos Sras. e Srs. Senadores a realização do 5° Fórum Legislativo nas cidades sedes da Copa 2014 apoiado por esta Comissão e organizado

pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados. Neste fórum será o 5° dos 12 encontros programados pelo Projeto o Poder Legislativo Fazendo Parte do Time da Copa 2014. O evento ocorrerá no dia 26 de outubro do corrente, segunda-feira, às nove horas na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, em Salvador.

Os senadores que desejarem cópia do convite poderão procurar na secretaria da comissão.

Está encerrada essa excelente audiência.

Sessão encerrada às 13h02.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Ata da 32ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 29 de Setembro de 2009, Terça-Feira, às 11:30 Horas.

Às onze horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência em Exercício do Senhor Senador **CÍCERO LUCENA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **MARINA SILVA, JOÃO PEDRO, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER, MARISA SERRANO, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, VALDIR RAUPP e FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência passa à deliberação da pauta. **Item 1**) **REQUERIMENTO Nº 79, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que **"**requer, nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), destinada a conhecer as medidas já adotadas pelo Senado Federal para solucionar os problemas administrativos e de gestão evidenciados no ano de 2009, bem como as medidas em curso e previstas para assegurar a regularidade dos atos e contratos, reestruturar os planos de carreira, de profissionalização e qualificação de recursos humanos, rever a estrutura administrativa e fortalecer os controles internos, com a participação dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Senador Heráclito Fortes, Primeiro-Secretário do Senado Federal e Sr. Haroldo Feitosa Tajra, Diretor-Geral do Senado Federal". Autoria: Senadores RENATO CASAGRANDE e JOÃO PEDRO. Resultado: Aprovado. **Item 2) REQUERIMENTO Nº 80, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos regimentais, que seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT – e com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA – para discutir o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal. Para tanto, solicito serem convidados: Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministro do Meio Ambiente; Ministro da Saúde; Diretor-Presidente da ANVISA; Dr. José Roberto da Ros, Diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – SINDAG; e Dr. José Otávio Machado Menten, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF". Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER. Resultado: Aprovado. **Item 3) REQUERIMENTO Nº 81, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle-CMA, para apresentar as perspectivas e desafios para a implementação do Fundo Amazônia, contando com a participação dos seguintes expositores: representante do **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA;** representante do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT e representante do Ministério das Relações Exteriores – MRE". Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Resultado: Aprovado. **Item 4) ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 73, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que **"**requer, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº. 73 de 2009-CMA, de minha autoria, para que seja convidado um representante da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB". Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Resultado: Aprovado convite também ao Sr. Luiz Fernando Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON e, por sugestão do Senador Gilberto Goellner, ao Ministro das Cidades. **Item 5) ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 56, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que **"**requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 56, de 2009-CMA, que propõe audiência pública com objetivo de 'debater a implementação e o processo de revisão da política ambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES, tendo como enfoque os setores da pecuária e grandes obras de infraestrutura

na região amazônica assim como mecanismos de transparência e participação da sociedade', de minha autoria, para que seja também convidado para a audiência o senhor Gabriel Strautman, da articulação de organizações da sociedade denominada Plataforma BNDES". Autoria: Senadora MARINA SILVA. Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA são deliberados os requerimentos a seguir elencados. **REQUERIMENTO Nº 82, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, por esta Comissão, diligência no município de Tailândia, no estado do Pará, a fim de auxiliar na instrução do PLC Nº 50, de 2006, que 'autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica', localizado naquele município". Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Resultado: Aprovado. **REQUERIMENTO Nº 83, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer nos termos do art. 70 e do art. 71, IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, art. 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), no escopo de fiscalizar os procedimentos na utilização dos recursos recolhidos pela 'contribuição mensal compulsória' bem com o repasse para as entidades estaduais". Autoria: Senador JOÃO PEDRO**.** Resultado: Aprovado. **Item 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2006 (PL Nº 7.074, DE 2002, NA ORIGEM) – NÃO TERMINATIVO**, que "autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica". Autoria: Presidente da República. Relatoria "ad hoc": Senador JEFFERSON PRAIA. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: adiado em virtude da aprovação do RMA nº 82/2009-CMA, de autoria do Relator, para realizar diligência a fim de instruir o Projeto. A Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, DE 2008 (PL Nº 706, DE 2007, NA ORIGEM) – NÃO TERMINATIVO,** que "altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos, e dá outras providências". Autoria: Deputado GERALDO MAGELA. Relatoria: Senador GIM ARGELLO. Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO,** que "autoriza a criação do Ministério da Amazônia". Autoria: Senador VALDIR RAUPP. Relatoria: Senador GIM ARGELLO. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. **Item 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO**, que "altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor". Autoria: Senador VALDIR RAUPP. Relatoria: Senador JOÃO RIBEIRO. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "altera o art. 2º da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, para dispor sobre área de preservação permanente (APP) em áreas urbanas". Autoria: Senador NEUTO DE CONTO. Relatoria: Senadora MARISA SERRANO. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº. 8.987, de 1995, a fim de estabelecer direito do consumidor". Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO. Relatoria: Senadora MARISA SERRANO. Parecer: Pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Adiado. **Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público". Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO**, que "acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato". Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO. Relatoria: Senador ALMEIDA LIMA. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 – TERMINATIVO,** que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente". Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO. Relatoria: Senador VALDIR RAUPP. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007 – TERMINATIVO**, que "dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo". Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE. Parecer: Favorável à matéria

com a Emenda nº 1-CCT e outra emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria: Senador GIM ARGELLO. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014". Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2009 – TERMINATIVO**, que "altera o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar o prazo de cinco dias para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente". Autoria: Senador GIM ARGELLO. Relatoria: Senador JOÃO PEDRO. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Usam da palavra os Senhores Senadores **JEFFERSON PRAIA, GILBERTO GOELLNER, JOÃO PEDRO** e **MARINA SILVA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em Exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Cícero Lucena,** Presidente em Exercício da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 29-9-09

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Havendo número regimental declaro aberta a 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiveram de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos ao Item 1 da Pauta, que é o requerimento de autoria do Senador Casagrande e subscrito também pelo Senador João Pedro, que requer nos seguintes termos: Requer no termo disposto art. 93 do inciso II, Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, destinada a conhecer as medidas já adotadas pelo Senado Federal para solucionar os problemas administrativos e de gestão evidenciados no ano de 2009, bem como, as medidas em curso e previstas para assegurar a regularidade dos atos e contratos, reestruturar os planos de carreira de profissionalização e qualificação de recursos humanos, rever a estrutura administrativa e fortalecer os controles internos com a participação dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Senador Heráclito Fortes, Primeiro Secretário do Senado, e o Sr. Haroldo Feitosa Tarja, Diretor Geral do Senado. Em discussão. Senador Jefferson Praia com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu quero aqui deixar meu voto favorável a essa iniciativa do Senador Renato Casagrande. Entendo que a contribuição que devemos dar ao Senado é dentro do contexto de conhecermos as decisões administrativas que estão sendo tomadas, verificarmos se essas decisões estão indo na direção do Senado que queremos e, assim, possamos participar dentro do contexto de termos um Senado com uma boa aplicação de recursos, com uma gestão melhor do que tivemos no passado.

Portanto, parabenizo ao Senador Renato Casagrande, o Senador João Pedro também como um dos que apoia essa iniciativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu que agradeço. Em discussão. Não tendo quem queira mais discutir. Em votação, Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O Item 2, também um requerimento de autoria do Senador Gilberto Goellner, que requer nos termos regimentais que seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e com a Comissão da Agricultura e Reforma Agrária, para discutir o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal. Para tanto, o mesmo solicita serem convidados: O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Ministro do Meio Ambiente; o Ministro da Saúde, o Diretor Presidente da ANVISA; Dr. José Roberto Da Ros, Diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola, SINDAG e o Dr. José Otávio Machado Menten, Diretor Executivo da Associação Nacional da Defesa Vegetal, ANDEF. Autoria é do Senador Gilberto Goellner. Em discussão, com a palavra o autor.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Senadores, trata-se de uma Audiência Pública proposta inicialmente pelo Sena-

dor Marcelo Crivella, dentro da Comissão de Ciência e Tecnologia, CCT, sobre uma reportagem noticiada, ressaltando alta quantidade de resíduos tóxicos nos alimentos, principalmente, em um produto como o pimentão. É sua iniciativa por fazer a Audiência Pública conjuntamente com a Comissão de Agricultura. Os dois últimos nomes, o Dr. José Otávio Menten e o Dr. Gilberto Da Ros, nós solicitamos a inclusão dos mesmos porque ambos representam a indústria. A indústria de defensivos agrícolas. É importante nós ouvirmos o que tem a dizer a indústria de defensivos agrícolas, sendo que resíduos tóxicos são provenientes, possivelmente, do mau uso desses produtos de defesa vegetal, inseticidas principalmente.

E os quatro primeiros nomes foram indicação do Senador Crivella. Eu só colocaria uma observação, Sr. Presidente, para que esta Comissão solicitasse representantes dos diversos Ministérios, porque quando se trata do Ministério da Saúde não precisaria ser o representante da ANVISA e mais o representante da Saúde, seria um representante da ANVISA, representando o Ministério da Saúde. Um Ministério representando o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura. Então, eu só gostaria também de colocar que cabe hoje à ANVISA a fiscalização e controle de todos os produtos *in natura*, e ela tem feito alguns procedimentos muito parcos que não condizem com a real necessidade que o país tem de fazer testes e avaliações mais precisas em todas as cidades brasileiras.

Então, juntamente com o Ministério da Agricultura, e o MDA, nós teríamos que estar fazendo uma nova política de avaliação de resíduos tóxicos e contaminantes desses produtos, principalmente, produtos que são consumidos *in natura*. Principalmente hortigranjeiros, que necessitam de um maior cuidado. Isso realmente a saúde pública hoje está comprometida quando não se faz uma análise correta de todos esses produtos, que são colocados em oferta hoje e comercializados, sem uma análise prévia, sem um certificado de qualidade quanto a resíduos e contaminantes. Então, nesse sentido, eu vejo que é muito importante essa... E parece que estaria até sendo formulado dia 03 de novembro para essa audiência.

Seria isso, Sr. Presidente, gostaria de ver em votação, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Em discussão.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Gilberto Goellner, pela proposição que faz, esse debate será muito importante, porque percebemos o quanto os alimentos *in natura,* de certo modo, chegam à mesa dos consumidores brasileiros e, é claro, que estamos dentre esses consumidores. Portanto, é importante que possamos discutir, verificarmos como esses alimentos estão chegando para que eles cheguem com o menor índice ou percentual de produtos tóxicos. Eu acredito que muitos devem sofrer problemas sérios quando, por exemplo, compram determinado produto, depois só fazem aquela lavagem muito rápida e, logo em seguida, começam a ter algum problema de alergia, coisas dessa natureza. E, além disso, temos outras complicações que avançam a partir do momento em que você consome um alimento que não está adequado.

Portanto, também, eu quero aqui dizer que o meu voto é favorável, e parabenizo o Senador Gilberto Goellner.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Continua em discussão. Não tendo quem queira discutir. Em votação, senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos ao Item 3, também é um requerimento de autoria do Senador Jefferson Praia, tem como objetivo requer nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal que seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para apresentar as perspectivas e desafios para a implantação do Fundo Amazônia, contando com a participação de seguintes expositores e convidados: Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES; representantes do Ministério do Meio Ambiente; representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia; e representantes do Ministério das Relações Exteriores.

Com a palavra o autor, Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente Cícero Lucena, é muito importante que nós passemos a acompanhar o que está acontecendo dentro do contexto do Fundo Amazônia, é um fundo fundamental para a Amazônia, nós sabemos disso. Está aí dentro de um contexto de receber parcelas de um bilhão de dólares da Noruega para serem aplicados nos mais diversos programas de combate ao desmatamento e, é claro, também que contribuirão para a redução de CO2 por parte da nossa querida região. Portanto, é importante que nós acompanhemos o que está acontecendo com relação ao Fundo Amazônia.

Como é que os projetos estão chegando. Há algum tipo de orientação a esses projetos? Há alguma capacitação? Alguma informação sendo levada a todos os interessados em viabilizarem projetos destinados ao Fundo Amazônia? Se existem projetos, como é que estão tramitando esses projetos? Já existe algum projeto aprovado? Portanto, é importante nós fazermos

essa discussão, porque o que mais nós reclamamos... Nós, como representantes da Amazônia, um dos pontos fundamentais dos nossos pontos de reclamação, são os recursos. E nós temos aí um fundo fundamental, um fundo que precisa ser viabilizado de forma mais urgente possível para que possamos dar uma melhor contribuição naquela região.

Entendo, por exemplo, como fundamental para o fundo trabalharmos áreas degradadas. Então, o fundo tem como um dos objetivos fazer aplicações dentro do contexto das áreas degradadas da Amazônia.

Portanto, eu acredito, Sr. Presidente, que essa primeira discussão vai ser muito produtiva, porque nós, além de percebemos o que está acontecendo em relação ao Fundo Amazônia, iríamos também dar as nossas sugestões e acompanharemos para que o Fundo da Amazônia possa trazer bons resultados para o nosso país, para a nossa Amazônia, é claro, e para o nosso planeta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu que agradeço. Em discussão. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senador Cícero, eu quero concordar com o requerimento e com o mérito do requerimento do Senador Jefferson Praia que quer discutir um fundo que é novo, este Senado aprovou faz pouco tempo, uns dois meses, o Fundo Amazônia, fui relator dessa propositura e está correto. Agora, é evidente que o autor já é um interlocutor e um representante legítimo da região, que é o Senador Jefferson Praia. Mas, nesse debate, com a mesma preocupação, talvez não nesta audiência, mas numa outra, para discutir o Fundo Amazônia, organizações da Amazônia, Associação dos Prefeitos do nosso Estado, presidente das associações dos outros estados poderiam estar presentes numa discussão. Dois, o Conselho Nacional do Seringueiro, porque são eles que vivem na Amazônia, são eles que trabalham, não é? Conselho Nacional dos Seringueiros.

As populações tradicionais da Amazônia conhecerem, que existe um fundo, que tem como foco a preservação da região. Mas, inserir estes setores que compõem a cultura, a dinâmica social, a dinâmica econômica da região.

Então, eu vou votar favoravelmente, mas quero chamar atenção para setores participarem deste processo de discussão, não só de discussão, mas terem acesso a projetos, a recursos que possam, não só, preservar, mas garantir a soberania, a vida, a melhoraria da qualidade de vida das pessoas que trabalham, que moram na Amazônia. Então, a Associação de Pescadores, o Conselho Nacional de Seringueiro, tem vários seguimentos que precisam conhecer esse fundo e terem acesso às suas políticas. Mas eu quero parabenizá-lo pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Palavra...

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu gostaria de dizer ao Senador João Pedro e ele, de forma muito interessante, coloca as questões das instituições que deveremos convidar. Concordo plenamente, Senador, eu acho que nós deveríamos, logo mais a frente, gostaria que eu e V. Exa. pudéssemos fazer o requerimento das instituições para termos um segundo momento, já que nesse momento, nós Parlamentares, ainda não sabemos quase nada do fundo, não é? Então, vamos ver como é que está, o que está acontecendo e, em seguida, convidaremos as instituições da Amazônia, e não serão poucas. Podemos até ver um seminário sobre isso, talvez seja muito mais interessante até, para que todos possam participar, verificando quais são os pontos que estão, de repente, travando para que o Fundo Amazônia comece a deslanchar dentro do propósito para que ele foi viabilizado.

Muito obrigado, Senador João Pedro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Em discussão, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de me juntar a este processo, e dizer da preocupação que nós temos também, porque o Estado de Mato Grosso, parte dele, compõe o bioma amazônico, e sempre nos causou preocupação de saber realmente de que forma serão utilizados esses recursos e como eles vão cumprir realmente a sua finalidade. E, dentro desse contexto, os Ministérios envolvidos na sua gestão, e o BNDES, deverão aqui trazer um plano de planejamento de utilização desses fundos, para que isso aí seja divulgado a todos os estados amazônicos. E, a partir daí, sim, se estabelecer reuniões para que se desenvolvam políticas e ações de utilização desses recursos porque, uma vez mal aplicado esses recursos, sem resultados, esses doadores internacionais possivelmente virão se retrair. E como é uma composição de um fundo gradativo, anual, nós teremos que ter uma preocupação muito grande para o efeito, para o resultado, a política de resultado da utilização desses recursos.

Então, por isso, eu vejo a oportunidade, é muito importante nós tratarmos isso dentro desta comissão de Meio Ambiente e Fiscalização. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Continua em discussão. Não tendo quem queira mais discutir. Em votação. Senadores

que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos ao Item 4. É um aditamento ao Requerimento nº 73/09, desta comissão, de autoria do Senador Jefferson Praia, onde o mesmo requer nos termos do art. 90, inciso II, Regimento Interno do Senado Federal aditamento ao Requerimento nº 73/09, de minha autoria, no caso da própria autoria do Senador Jefferson Praia, para que seja convidado um representante da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base, ABDIB.

Com a palavra o requerente, Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, esse Requerimento nº 73, ele requer que seja aprofundado o conhecimento desta comissão sobre os parâmetros de preços utilizados para obras públicas, que sejam convidados representantes de várias instituições. E aqui, Sr. Presidente, eu estou sugerindo à Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base e, também, Sr. Presidente, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, SINICON, o Sr. Luiz Fernando Reis, para também fazer parte desta discussão. Sr. Presidente, é importante que nós possamos aprofundar a discussão com relação aos preços utilizados em obras públicas.

E eu quero dizer que estão apresentando ainda esta semana um requerimento para que possamos criar uma comissão, uma comissão temporária para discutir essa questão relacionada a preços de obras públicas no Brasil. Eu acredito que dessa forma nós estaremos dando uma grande contribuição ao nosso país, trabalhando esse problema imenso que são preços de obras públicas no nosso país. Nós temos aí divergências entre empresas, Tribunal de Contas, governos, e é importante que nós façamos uma comissão temporária, uma subcomissão temporária, e aprofundemos a discussão. Veja bem, esse é um segundo requerimento que irei dar entrada nele essa semana ainda.

Agora, quanto a esse requerimento, é inclusão de mais duas intuições para que possamos discutir, ter essa primeira conversa sobre obras públicas, preços de obras públicas no nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para que haja o esclarecimento, além do Presidente, o representante da Associação Brasileira da Indústria de Base, ABDIB, e o Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, SINICON, Sr. Luiz Fernando Reis.

Então, na verdade, o requerimento é para inclusão de mais dois debatedores nessa Audiência Pública. Continua em discussão, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de sugerir ao Senador Jefferson Praia a inclusão do Ministério das Cidades, o representante do Ministério das Cidades, já que todas as obras referentes aos programas habitacionais estão relacionadas também àquele ministério e, para nós não tratarmos só das obras públicas, principalmente, de infraestrutura, como está sendo colocado aqui, para que se colocasse também os programas habitacionais, então, a inclusão do representante do Ministério das Cidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a palavra, o autor.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Concordo plenamente, Sr. Presidente, o Senador Gilberto Goellner faz essa observação com relação ao Ministério das Cidades, que irá contribuir junto com a Caixa Econômica, Departamento Nacional de Infraestrutura, Transporte, o DNIT, com o Tribunal de Contas da União, com representantes da Controladoria Geral da União, com CONFEA, com representante da Infraero, com o Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada, e com a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base. O senhor vê, Sr. Presidente, que são muitas instituições que querem participar dessa discussão. Por esta razão, eu acredito que nós deveremos avançar após esta audiência, no sentido de criarmos essa subcomissão para trabalharmos a questão de obras públicas no nosso país.

Eu estou, Sr. Presidente, há mais de seis meses, aproximadamente, oito meses ou mais, reunindo com o Tribunal de Contas da União, com representantes do CONFEA, do CREA, do setor de auditoria de obras públicas no nosso país, trabalhando essa questão relacionada às obras públicas, principalmente, às inacabadas. E aí nós temos percebido muitos problemas que envolvem todo esse mundo relacionado a obras públicas no Brasil.

Portanto, nós estaremos desta forma, ao conseguirmos encontrar o melhor caminho de viabilização de outras públicas, aplicando melhor o dinheiro do nosso povo. Esse é o objetivo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Jefferson Praia, a minha preocupação, ponderação, é que nós temos já convidados nessa audiência: Um representante da Caixa Econômica, um representante do DNIT, um representante do Tribunal de Contas, um representante da CGU, um representante do CONFEA, um representante do Infraero. Um representante da Associação Brasileira da Indústria de Material De Construção, sete, Presidente da ABDIB, oito, da Construção Pesada, nove e, agora, do Ministério das Cidades, dez. A nossa experiência, vivida por todos nós Senadores é que praticamente

fica difícil a realização de uma Audiência Pública com tantos representantes. É uma preocupação grande.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Qual é a proposta de V. Exa.?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Uma sugestão, possivelmente, se nós pudéssemos desdobrar em duas, onde faríamos um misto de representantes de entidades representativas, com representantes de órgãos governamentais ou públicos. Então, daí depois o senhor sentaria com a Secretaria desta comissão para fazer.

Com a palavra, o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para tentar contribuir, primeiro com o espírito do debate que está correto, do Senador Jefferson Praia. Mas é isso, chamar a atenção, do ponto de vista didático acaba sendo prejudicado o debate. Eu tenho observado aí que o melhor debate é feito no máximo com quatro representações para que eles possam aprofundar também, senão o tema é importante, relevante, mas você fala cinco minutos, dez minutos.

Então, eu quero também na mesma direção de V. Exa. ver se pondera e chega a oito. Teria que tirar duas instituições, e fazer duas, quatro/quatro, mas com tempo para que as instituições possam aprofundar, falar, porque você convida a instituição, e chega aqui fala cinco minutos, acaba não contribuindo. E eu penso que todas as instituições são importantes, diz respeito ao tema. Poderia o Senador Jefferson Praia fazer um esforço e chegar a oito e fazer duas boas audiências com tempo, com razoabilidade para se justificar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu faço, então, a sugestão de que quanto ao número máximo seria dez, mas que seja aceita a condição de duas audiências e V. Exa. com a Secretaria faria, inclusive, o agendamento disso, de quem participaria de cada audiência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Em discussão. Não tendo mais quem queira discutir. Em votação. Aprovado. Senadores permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos ao Item 5, que também é um aditamento ao Requerimento nº 56/09, da Comissão de Meio Ambiente, não terminativo, a autora é a Senadora Marina Silva, que requer nos termos regimentais aditamento ao Requerimento nº 56/09 da CMA, que propõe Audiência Pública com o objetivo de debater a implementação e o processo de revisão da política ambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico, BNDES, tendo como enfoque os setores da pecuária e grandes obras de infraestrutura na região amazônica. Assim como o mecanismo de transparência e participação da sociedade. De autoria da Senadora para que sejam também convidados para a audiência o Sr. Gabriel Strautman, da articulação e organizações da sociedade denominada Plataforma BNDES.

Com a palavra Senadora autora Marina da Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sr. Presidente, apenas para esse aditamento, eu sei que desde que o BNDES começou a fazer uma série de investimentos importantes e estratégicos para o desenvolvimento da Amazônia, obviamente que uma série de tomadores vêm fazendo empréstimos junto ao BNDES, eu até escrevi um artigo na Folha de São Paulo fazendo uma observação, uma crítica, pelo fato de que estavam sendo dispensados bilhões de reais para o estabelecimento de frigoríficos na Amazônia, e que não havia condicionalidades ambientais, exigência ambientais. E em se tratando de investimento com dinheiro público, o mínimo que se poderia fazer era, exatamente, trabalhar no sentido de que os tomadores assumissem como parte já do projeto que será aprovado, a questão da sustentabilidade ambiental.

Depois dessa série de críticas que aconteceram não só por mim, mas, por vários setores da sociedade, eu sei que o Ministério do Meio Ambiente encaminhou uma carta ao BNDES, que acolheu essas críticas que vêm sendo feitas, e eles estão fazendo um movimento no sentido de reposicionar os empréstimos que o banco vem fazendo na região. Obviamente que não podemos concordar, em absoluto, que o Banco do Brasil, o BNDES, a Caixa Econômica, os bancos públicos não se comprometam, *a priori,* com a melhoria da qualidade ambiental dos projetos que financiam. Que é uma das formas de fazer essa alavancagem. E eu fiz esse registro que teve essa carta do Ministério do Meio Ambiente, e que houve, me parece, um acolhimento por parte do BNDES. E o que eu estou fazendo aqui é um aditamento para que o Sr. Gabriel Strautman possa também participar dessa Audiência Pública, porque ele é o responsável pela plataforma BNDES e, com certeza, estará acrescentando uma série de informações importantes para esse debate, ainda que reconhecendo aqui que o Dr. Luciano Coutinho é uma pessoa que desde que foi para o BNDES tem manifestado sensibilidade com essas questões que eu estou observando.

Obviamente, que entre a sensibilidade do Presidente e até isso se conformar numa nova prática do banco, tem uma longa trajetória a ser alcançada e essa audiência visa, exatamente, contribuir para que haja um compromisso da instituição BNDES para além daquilo que já são os esforços políticos do Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Em discussão. Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu quero parabenizar a Senadora Marina pela proposição que faz, acredito que nós que lutamos por um planeta melhor, e a Senadora Marina é uma das que está na frente dessa luta, não podemos aceitar que instituições que viabilizam os financiamentos não estejam percebendo todos os cuidados que devemos ter com relação à questão ambiental.

Portanto, a proposição é muito importante e deve ser alvo de nossa atenção para que as instituições que estejam aí dentro do contexto de financiadoras para diversos tipos de projetos, estejam atentas a todas as questões relacionadas ao bom cuidado com relação ao meio ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Continua em discussão. Gostaria só de registrar que o Requerimento nº 56 tem ainda como convidado, além do Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, o Sr. Paulo Adário, Coordenador do Greenpeace Brasil, Sr. Roberto Esmeraldi, Diretor da Organização Não Governamental Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, e o Sr. Roberto Gianetti da Fonseca, presidente da BIEC, Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne. Além desses quatro, o proposto agora pela Senadora Marina Silva. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. E os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Item 6 que o Senador Flexa Ribeiro pediu vista, pediu para que fosse colocado na próxima, porque ele teria algo apresentar.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Questão de ordem, apenas para solicitar de V. Exa., e aos demais Senadores e à Senadora Marina, se pudéssemos aprovar ainda um requerimento extrapauta. É que, na verdade, uma solicitação que me faz o nosso ilustre representante do Estado do Pará, Senador Flexa Ribeiro: O requerimento requer nos termos do art. 90, XIII(F) do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, por esta comissão, diligência no Município de Tailândia, no Estado do Pará, a fim de auxiliar na instrução do PLC nº 50/06 que autoriza o Instituto Nacional de Seguro Social, INSS, a receber em dação em pagamento, o imóvel que especifica, localizado nesse município. A diligência visa verificar *in loco* o grau de ocupação e degradação da referida área e sua compatibilidade com a criação da floresta nacional, destinação, melhor dizendo, pretendida no projeto.

Então esse é o requerimento que eu, junto com o Senador Flexa Ribeiro, estamos encaminhamento neste momento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu gostaria só de aproveitar, dando continuidade, que o Item 7 e o Item 8, não terminativo, mas também a pedido do relator Senador Gim Argello, fica adiado para a próxima reunião desta comissão.

Apresentado à Mesa o requerimento assinado pelo Senador Jefferson Praia, bem como o Senador Flexa Ribeiro, que requer nos termos do art. 90, eu coloco já explicado pelo Senador Jefferson Praia, eu coloco em votação a inclusão desse requerimento em primeiro momento como extrapauta. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada a inclusão.

Agora vamos à discussão do requerimento. Requer nos termos do art. 90, XIII(F) do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada por esta Comissão diligência no Município de Tailândia, no Estado do Pará, afinal de auxiliar a instrução do PLC nº 50/06, que autoriza o Instituto Nacional de Seguro Social, INSS, a receber em dação, em pagamento o imóvel que especifica. Localizado nesse município, a diligência visa verificar *in loco* o grau de ocupação e degradação da referida área e sua compatibilidade com a criação da floresta nacional, destinação pretendida do projeto. Em discussão. Não tendo quem queira discutir. Em votação. Senadores que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. Aprovado.

Com a palavra o Senador João Pedro. Mas ele não tem o extrapauta? Não vai apresentar o extrapauta? Ok. As demais matérias são terminativas.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): É porque tinha um requerimento--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Exatamente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, eu quero apresentar, eu quero garantir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então, por isso que eu estou passando a palavra para o pedido de inclusão extrapauta.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Se a Senadora Marina Silva para... Eu quero defender, Sr. Presidente, no sentido de nós... Na realidade, é solicitar ao Tribunal de Contas da União a realizar uma auditoria

teria no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, no SENAR, no escopo de fiscalizar os procedimentos na utilização dos recursos recolhidos pela contribuição mensal compulsória, bem como, o repasse para as entidades estaduais.

Esse é o mérito do nosso requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Bom, em discussão a inclusão do requerimento do Senador João Pedro, extrapauta, não tendo quem queira discutir. Em votação. Aprovada a inclusão.

Vamos à discussão do requerimento. O Senador João Pedro requer nos termos do art. 70 e do art. 71, IV, da Constituição Federal, bem como, nos termos regimentais do art. 102-A, do Regimento Interno do Senado, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, SENAR, no escopo de fiscalizar os procedimentos na utilização de recursos recolhidos pela contribuição mensal compulsória, bem como, o repasse para as entidades estaduais. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Senadores que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu pediria aos Srs. Senadores, encerrando esta sessão, que permaneçam, suspendendo apenas por um minuto, para que nós possamos, então, instalar a Comissão de Fiscalização da Copa. Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h29.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Ata da 33ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 13 de Outubro de 2009, Terça-Feira, às 11:30 Horas.

Às doze horas do dia treze de outubro de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **MARINA SILVA, JOÃO RIBEIRO, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, JEFFERSON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, VALDIR RAUPP, ADELMIR SANTANA** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência passa à deliberação da pauta. **Item 1) REQUERIMENTO Nº 84, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos das alíneas 'g' e 'h' do inciso I do art 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao Ministério Público do Tribunal de Contas da União manifestação no sentido que seja recorrido o conteúdo do Acórdão nº 2274/2009-Plenário". Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado. **Item 3) OFÍCIO "S" Nº 5, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis referentes ao ano de 2007, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste". Autoria: Banco do Nordeste do Brasil S.A. Relatoria "ad hoc": Senador FLEXA RIBEIRO. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e apresentação de requerimento de informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional. Resultado: Aprovado o parecer. **Item 2) ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 48, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos regimentais, que seja aditado ao Requerimento nº 48, de 2009 – CMA, que criou a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa de 2014, a competência para acompanhar e fiscalizar os gastos com recursos públicos nas Olimpíadas de 2016, que será realizada na cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, requer também que a subcomissão passe a ser denominada Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 e que seja composta de nove membros titulares e nove suplentes". Autoria: Senadora MARINA SILVA e Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado. **Item 4) OFÍCIO "S" Nº 23, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, em CD, Relatórios de Fiscalização contendo os resultados das ações levadas a efeito nas unidades municipais sorteadas na 26ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos". Autoria: Controladoria Geral da União. Relatoria "ad hoc": Senador JEFFERSON PRAIA. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e arquivamento do processado, enviando-se o CD, que contém o resultado das auditorias, à Biblioteca do Senado Federal, para compor seu acervo e tornar disponíveis as informações aos pesquisadores e ao público em geral. Resultado: Aprovado o parecer. **Item 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2007 (PL Nº 2.350, DE 2003, NA ORIGEM) – NÃO TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de registro expresso, na fatura apresentada ao usuário, da inexistência de débitos ante-

riores referentes a serviço público objeto de concessão, alterando as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997". Autoria: Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO. Relatoria "ad hoc": Senador CÉSAR BORGES. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Aprovado o parecer. **Item 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, DE 2008 (PL Nº 706, DE 2007, NA ORIGEM) – NÃO TERMINATIVO,** que "altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos, e dá outras providências". Autoria: Deputado GERALDO MAGELA. Relatoria "ad hoc": Senador CÍCERO LUCENA. Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer com as emendas nºs 1 e 2-CMA. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO,** que "autoriza a criação do Ministério da Amazônia". Autoria: Senador VALDIR RAUPP. Relatoria "ad hoc": Senador JEFFERSON PRAIA. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Durante a discussão o relator "ad hoc" reformula o voto que passa a constituir o parecer da Comissão pela rejeição da matéria. **Item 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO,** que "acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que 'dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências', para tornar imprescritíveis e inafiançáveis crimes contra a flora na Amazônia". Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. Relatoria: Senadora MARINA SILVA. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Retirada de pauta, a pedido da relatora, para reexame. **Item 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "altera o art. 195 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para agravar a pena e prever a aplicação privilegiada da pena de prestação pecuniária, em caso de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos". Autoria: Senador VALDIR RAUPP. Relatoria "ad hoc": Senador CÉSAR BORGES. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Aprovado o parecer. **EXTRA-PAUTA** é apreciado o **REQUERIMENTO Nº 85, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que "requer nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal e do art. 102-A, inc. I, alínea 'e', e inc. III, alíneas 'c' e 'f', do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada pelo Tribunal de Contas da União, no exercício do controle externo da atividade de regulação dos serviços públicos de telecomunicações fundado nos arts. 1º, 2º, inc. IV, 3º, incs. I e IV, e 19, inc. V, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e no art. 1º , inc. II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, auditoria operacional na execução dos contratos de concessão de serviços públicos de telefonia fixa e móvel, especificamente quanto aos mecanismos de cobrança aos usuários". Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado. A Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 10) AVISO Nº 13, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido no processo TC 012.010/2007-7, de caráter sigiloso, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que fundamentaram aquela decisão". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Parecer: A ser apresentado durante reunião secreta. Resultado: Adiado. **Item 11) DIVERSOS Nº 107, DE 1996 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, copia da Decisão nº 806, de 1996, adotada pelo Tribunal de Contas da União, na Sessão Extraordinária Reservada do Plenário, de 04 de dezembro de 1996, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam (TC 003.974/96-0), sobre inspeção realizada no Ministério da Aeronáutica com o objetivo de verificar a legitimidade do processo de seleção e contratação da firma fornecedora de equipamentos para o projeto SIVAM". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador WELLINGTON SALGADO. Parecer: A ser apresentado durante reunião secreta. Resultado: Adiado. **Item 12) DIVERSOS Nº 2, DE 2002 – NÃO TERMINATIVO.** "Ofício do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá dando conhecimento ao Presidente do Senado Federal, que o ex-Governador João Alberto Rodrigues Capiberibe, em conjunto com o Secretário de Estado da Fazenda José Ramalho de Oliveira, sob orientação de João Batista da Silva Plácido, Procurador-Geral do Estado, retirou das Contas Correntes do Governo do Estado do Amapá, mantidas no Banco do Brasil (Agência Macapá – 0261-5) através de Cheque de Ordem de Pagamento nº 008507 (Cheque Administrativo), o valor de R$ 58.033.525,72 (cinqüenta e oito milhões, trinta e três mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos), além da emissão de outros cheques administrativos das contas correntes mantidas pelo Governo do Estado do Amapá na Caixa Econômica Federal – Agência Macapá". Autoria: Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. Relatoria: Senador INÁCIO ARRUDA. Parecer: A ser apresentado durante reunião secreta. Resultado: Adiado. **Item 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, DE 2009 (PL Nº 4.686, DE 2001, NA ORIGEM) – TERMINATIVO,** que "torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de servi-

ços e dá outras providências". Autoria: Deputado LUIZ BITTENCOURT. Relatoria: Senador OSVALDO SOBRINHO. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. **Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO**, que "altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor". Autoria: Senador VALDIR RAUPP. Relatoria: Senador JOÃO RIBEIRO. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2003– TERMINATIVO,** que "acrescenta inciso ao § 2º do artigo 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de estabelecer, em igualdade de condições, a certificação ambiental como critério de desempate em licitações e contratações públicas". Autoria: Senador OSMAR DIAS. Tramitando em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2008– TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.666, de 1993, que 'regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências', para determinar a obrigatoriedade da comprovação de origem da madeira utilizada em obras e serviços financiados com recursos públicos e dá outras providências". Autoria: Senador GERSON CAMATA. Relatoria: Senadora MARISA SERRANO. Parecer: Favorável ao PLS nº 40, de 2003, na forma do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 247, de 2008. Resultado: Adiado. **Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "altera o art. 2º da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, para dispor sobre área de preservação permanente (APP) em áreas urbanas". Autoria: Senador NEUTO DE CONTO. Relatoria: Senadora MARISA SERRANO. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. Resultado: Adiado. **Item 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº. 8.987, de 1995, a fim de estabelecer direito do consumidor". Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO. Relatoria: Senadora MARISA SERRANO. Parecer: Pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Adiado. **Item 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público". Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO**, que "acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato". Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO. Relatoria: Senador ALMEIDA LIMA. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 – TERMINATIVO,** que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente". Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO. Relatoria: Senador VALDIR RAUPP. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007 – TERMINATIVO**, que "dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo". Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCT e outra emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria: Senador GIM ARGELLO. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014". Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 24) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2009 – TERMINATIVO**, que "altera o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar o prazo de cinco dias para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente". Autoria: Senador GIM ARGELLO. Relatoria: Senador JOÃO PEDRO. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para tornar obrigatória a divulgação da composição e da quantidade de poluentes emitidos pelos veículos comercializados

no País". Autoria: Senador SIBÁ MACHADO. Relatoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. A Presidência registra que a Senhora Senadora MARINA SILVA recebeu, em 10 de outubro do corrente ano, o Prêmio Mudanças Climáticas, oferecido pela Fundação Príncipe Albert II, de Mônaco. Usam da palavra os Senhores Senadores FLEXA RIBEIRO, MARINA SILVA, CÉSAR BORGES, CÍCERO LUCENA e JEFFERSON PRAIA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e um minuto, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 13-10-09

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Senadores que forem favoráveis à dispensa da leitura da Ata, permaneçam como se encontram. Aprovada. Nós vamos dar início à nossa pauta.

Item nº 1 da pauta é um Requerimento da minha autoria. Requer nos termos do artigo... Das alíneas g e h, do inciso I, do art. 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao Ministério Público do Tribunal de Contas da União, manifestação no sentido que seja recorrido conteúdo do acórdão 2274 do Plenário. Esse assunto, Senador Jefferson Praia, Senador Flexa Ribeiro, é assunto referente ao pagamento de salário de servidores e de detentores de mandato que extrapolaram o teto. O acórdão do TCU, na última semana, anunciou que enquanto não tiver uma regulamentação da Legislação Previdenciária que foi aprovada por nós em 2004, nós... Ele não tem como fiscalizar, porque ele não tem ainda um sistema integrado de controle como prevê a Legislação. Mas nós, o próprio Ministério Público do TCU, já disse que algumas coisas podem ser exigidas pelo TCU ao invés de apenas liberar os gestores para que não tenham responsabilidade sobre o pagamento com salários acima do teto. Primeiro, o Ministério Público do TCU diz que pode exigir no ato da posse do servidor e anualmente uma declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, ou a percepção de remuneração. E efetuar anualmente atualização cadastral dos ocupantes, então, tem algumas medidas que enquanto o Governo Federal não regulamenta o artigo que trata da implementação do sistema integrado entre os entes da federação com relação à remuneração de servidores, todos servidores, inclusive detentores de mandato, que haja a condição de fazer esse acompanhamento, mesmo que não seja através do sistema integrado. Ao mesmo tempo, meu requerimento solicita que nós possamos mandar ao Ministro da Previdência e ao Ministro do Planejamento, um requerimento para que nós... Um ofício para que a gente peça providências com relação à regulamentação, a implementação dessa rede de controle integrada entre os entes da federação em todos os níveis.

Então, nós tivemos na semana passada um debate sobre esse assunto e eu estou aqui apresentando como proposta, um requerimento para que a gente recorra ao Tribunal de Contas... Ao Ministério Público do Tribunal de Contas da União, da decisão do acórdão publicado pelo pleno do Tribunal de Contas da União e o Ministério Público do Tribunal de Contas da União tem esse poder de fazer o recurso, nós estamos pedindo e provocando para que ele faça o recurso. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

O Item nº 2 da Senadora Marina Silva, não se encontra. Item... Tem um ofício... Tem um ofício... O Item nº 3, ofício... É apenas um relatório de um ofício de matéria não terminativa, vou pedir ao Senador Flexa Ribeiro que seja relator *ad hoc* dessa matéria. Se... Item 3. Eu peço a V. Exa. que faça o relatório.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Senador Renato Casagrande, Srs. Senadores. Vem à análise dessa comissão, Ofício S nº 5, de 2008, ofício nº 274, de 2008 na origem do Banco do Nordeste do Brasil S.A., que encaminhou a esta Casa nos termos do § 4º, do art. 20, da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis referentes ao ano 2007 do fundo constitucional de financiamento do Nordeste. O parecer do Senador Almeida Lima, que tenho a honra de fazer a leitura do seu voto, como relator *ad hoc*, tem o seguinte voto. Tendo em vista o que foi exposto somos pelo conhecimento do Ofício S nº 5, de 2008, de autoria do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil e pela apresentação do seguinte requerimento para que tenhamos acesso às informações que nos possibilite o acompanhamento e a avaliação da gestão do fundo constitucional de financiamento do nordeste. Requerimento do Senador Almeida Lima, no seu parecer. *"Requeiro nos termos do § 2º, do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea A, do Regimento Interno do Senado Fe-*

deral, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Integração Nacional as seguintes informações, acerca da avaliação da execução orçamentária e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, FNE: 1) relatório das atividades desenvolvidas e resultados obtidos com aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, referente ao exercício 2007, elaborado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A; 2) relatório de gestão. Parecer nº 2/CGFCF/DFD, de 18/04/2008, elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor a prestação... Para compor o processo de prestação de contas do FNE, referente ao exercício de 2007".

Esse é o Requerimento e o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

O Item nº 2, eu acenei... É um requerimento da Senadora Marina Silva, que eu assinei em conjunto com a senadora, que trata de um aditamento a um requerimento da minha autoria que criou a Subcomissão Permanente de acompanhamento da Copa do Mundo de 2014. Ela fez um aditamento acrescentando Olimpíadas de 2016. Além da Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas de 2016. Como já foi feito na Câmara dos Deputados, nós estamos trabalhando em conjunto, eu vou colocar em apreciação o requerimento da Senadora Marina Silva, que também foi assinado por mim. Então, em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, V. Exa. E já no requerimento aprovado, já instalou a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa de 2014. E a Senadora Marina Silva propõe que seja extensivo também às Olimpíadas de 2016. Mais do que certo. V. Exa. como subscritor também do requerimento, coloca em votação. É importante que esta Casa, através da Comissão de Fiscalização e Controle, acompanhe os gastos que serão efetuados pelo Governo, de recursos públicos na preparação de dois eventos da maior importância para o nosso país, que é a copa do mundo de 2014 e as olimpíadas de 2016. A mídia tem colocado, inclusive, um programa especial sobre as cidades que já sediaram as Olimpíadas, mostrando o êxito e o desacerto em algumas dessas cidades. Eu acho que temos que acompanhar, para que tenhamos aqui no Brasil o êxito absoluto, sem onerar o contribuinte, e trazendo, como queremos, uma projeção a nível internacional do nosso país, como tendo capacidade, como tem, de sediar dois eventos da magnitude de uma Copa do Mundo e de uma Olimpíada que acontecerão em 2014 e 2016. Parabéns a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Inclusive, só informar aos membros da comissão, depois dessa reunião nossa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Reunião Ordinária, nós temos uma reunião da subcomissão, onde nós teremos a apresentação do portal da Câmara, do Senado, do Tribunal de Contas da União, que vai ser um portal que vai sistematizar todos os dados de investimentos da copa e também agora, a partir de agora, das Olimpíadas de 2016. Então, continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento, Item nº 2.

Item nº 4. Também é um ofício e o relator é o Senador Cristovam Buarque, mas o Senador Cristovam Buarque não está presente, não tem comparecido à comissão e eu vou designar o Senador Jefferson Praia para poder fazer o relatório. Para ser relator *ad hoc* dessa matéria.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Ofício S, nº 23, de 2008, do Ministro do Estado do controle e da transparência que encaminha em CD os relatórios de fiscalização contendo os resultados das ações levadas a cabo pela Controladoria-Geral da União nos Municípios sorteados na 26ª etapa do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos.

Passo ao relatório, Sr. Presidente, ao § 1º. *"É submetida a esta Comissão Ofício S, nº 23, de 2008, do Ministro de Estado do controle da transparência que encaminha CD contendo inteiro teor dos relatórios de fiscalização produzidos pela Controladoria-Geral da União, CGU, na 26ª etapa do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos que avaliou a aplicação de recursos federais em 60 municípios"*.

Passo à análise, Sr. Presidente. *"Os relatórios foram elaborados seguindo um modelo padrão que apresenta a seguinte estrutura: Identificação dos programas federais fiscalizados, divididos por Ministério, supervisor, sumário das constatações da fiscalização, detalhamento de cada ocorrência de irregularidade com resumo das alegações do gestor responsável e análise da equipe de fiscalização conclusiva, a respeito de seu acatamento ou não. Entre as irregularidades mais frequentes constatadas, podemos citar. A: realização de compras e contratação de serviços sem o devido processo licitatório; B: ausência de controle adequado de estoque da merenda escolar e de medicamentos adquiridos com recursos repassados pela União; C:*

divergência entre o número de alunos informados nos censos escolares de 2007 e o constante dos diários de classe das unidades de ensino; D: atuação deficiente ou mesmo inexistente dos diversos conselhos fiscalizadores da correta aplicação dos recursos públicos dos quais a sociedade civil participa, tais como o conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação, FUNDEB. O conselho de alimentação escolar, o Conselho Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Assistência Social e a Comissão municipal de erradicação do trabalho infantil; E: realização de despesas com recursos do FUNDEB não vinculados ao objetivo do fundo; F: cumprimento do limite mínimo, 60% de destinação dos recursos do FUNDEB para a remuneração de profissionais do magistério. G: sobrepreço e pagamentos por serviços não executados no âmbito de convênios envolvendo repasse de recursos federais, caracterizando dano ao erário; H: irregularidades diversas em licitações no âmbito de convênios, envolvendo repasses de recursos federais, tais como fracionamento indevido, restrição ao caráter competitivo do certame, conluio entre licitantes, montagem de processo licitatório 'a posteriori'. E inclusão de benefícios no Programa Erradicação de Trabalho Infantil- PETI, sem que preenchesse os requisitos para recebimento do benefício; J: constatação de agentes comunitários de saúde sem o devido processo seletivo; K: atendimento insatisfatório por parte das equipes do programa de Saúde da Família, seja pela ausência de infraestrutura e Recursos Humanos materiais suficientes, seja pelo descumprimento da jornada de trabalho; L: inconsistências e desatualizações de dados do cadastro único do programa Bolsa Família; M: inexistência de oferta de programas complementares a transferência de renda aos beneficiários do programa Bolsa Família; N: pagamento do benefício do Programa Bolsa Família a quem não se enquadra nas condições de elegibilidade e não cumpre as condicionalidades".

Sr. Presidente, passo portanto aqui ao parágrafo final da... Desta análise. *"No concernente às medidas destinadas a promover a responsabilização dos gestores pelas irregularidades constatadas, cabe reiterar que os relatórios foram traduzidos para encaminhamento aos Ministérios supervisores, ao Tribunal de Contas da União e a diversos outros órgãos com competências fiscalizadoras. Caso os vícios detectados não sejam elididos, competirá ao órgão repassador dos recursos, instaurar tomadas de conta especial em obediência ao disposto no art. 8, da Lei 8443, de 16 de julho de 1992. Omitindo-se a autoridade competente, deverá o próprio Tribunal de Contas determinar a instauração do processo"*.

Passo ao voto, Sr. Presidente. *"Em face do exposto, voto pelo conhecimento da matéria e arquivamento do processado, enviando-se o CD anexo que contém o resultado das auditorias à biblioteca do Senado Federal para compor seu acervo e tornar disponíveis as informações aos pesquisadores e ao público em geral"*.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão. Item 4. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 5. Senador Gilberto Goellner e autoria Deputado... Deputado Marcelo Guimarães Filho, que dispõe sobre a obrigatoriedade de registro expresso na fatura apresentada ao usuário da inexistência de débitos anteriores, referente a serviço público objeto de concessão. Lei 8987/95 e de 9472/97. Eu peço ao Senador César Borges que possa fazer a leitura do relatório e apresentação do relatório em substituição neste momento ao Senador Gilberto Goellner.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois não, Sr. Presidente. Trata-se... V. Exa. já disse, de um projeto de origem da Câmara, Projeto de Lei da Câmara, o Deputado Marcelo Guimarães Filho que é do meu Estado, da Bahia. E eu lamento que o parecer do Senador Gilberto Goellner seja pela rejeição do projeto. Entretanto, apenas como relator *ad hoc*, cumprirei meu dever aqui atendendo ao pedido de V. Exa. para ser relator do projeto.

> "Este Projeto 68, de 2007 tem o objetivo de firmar a obrigatoriedade pelas empresas concessionárias de serviços públicos de registrarem nas faturas apresentadas aos usuários, a inexistência de débitos anteriores quando for esse o caso. Para esse fim, o projeto acrescenta dispositivo à Lei 8.987 e a Lei 9.472 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviço público. A proposição é composta de três artigos. Art. 1º acrescenta inciso IX ao art. 31 da Lei 8.987 para estabelecer como encargo das concessionárias de serviços públicos, o registro da inexistência de débitos anteriores e nas faturas dos usuários, dispensando da guarda e conservação dos comprovantes de quitação anteriormente emitidos. O art. 2º do projeto promove a adição do inciso 7º, art. 96, da Lei 9.472, que determina a obrigação para as concessionárias de serviço de telecomunicações de fazer constar das faturas apresentadas aos usuários, quando pertinente, a inexistência de débito referente a períodos anteriores a 120 dias, quando se tratar de serviços locais ou de longa distância nacional e a 180 dias sendo caso de serviço de longa distância internacional. O art. 3º do projeto fixa a vigência da lei que dele decorre 90 dias após sua publicação. O projeto foi distribuído à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, cujo relator ad

hoc, Senador Lobão Filho, proferiu parecer pela rejeição do projeto ao fundamento de o tema ter sido melhor regulado no substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 170/03. Não foram apresentadas emendas".

A análise. *"A análise deste projeto pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, está em consonância com o art. 102-A do Regimento Interno dessa Casa, segundo o qual compete a essa comissão opinar sobre relações de mercado que envolvam fornecedor e consumidor. A despeito de apresentar padrões adequados de constitucionalidade formal e material e técnica legislativa, o projeto não merece prosperar, por falta de juridicidade já que não inova o ordenamento jurídico. A recente Lei 12.007, de 29 de julho de 2009, em vigor, indica em seu art. 1º que as pessoas jurídicas, prestadoras de serviços públicos ou privados, são obrigadas a emitir e a encaminhar ao consumidor declaração de quitação anual de débitos. Da redação concluiu-se com clareza que todo prestador de serviço público ou de atividade econômica em sentido estrito de trato continuado, é obrigado a prestar declaração de quitação anual de débitos, a qual pelo art. 2º compreenderá os meses de janeiro a dezembro de cada ano, tendo como referência a data de vencimento da respectiva fatura.*

Em suma, a Lei 12.007/09, positiva o objeto do presente Projeto de Lei da Câmara, nº 68/07, e é mais abrangente do que esse projeto, o qual se limita a exigir declaração de quitação de débito nas concessionárias de quaisquer serviços públicos e também das prestadoras de serviços de telecomunicação em regime privado. Do exposto conclui-se que o PLC nº 68/07, no momento atual carece de juridicidade, porque se aprovado em nada inovará o ordenamento jurídico, podendo ainda ser compreendido como revogador da atual Lei 12.007, com prejuízos para o consumidor, porque de âmbito mais restritivo do que a lei atual".

O voto. *"Por todo o exposto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara 68/07"*.

Esse é o relato do Senador Gilberto Goellner, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador César Borges. Em discussão. Na verdade, pelo que eu entendi do relato, ele não está rejeitando... Concorda com a tese, com o princípio, mas tem outro projeto tramitando mais abrangente do que esse.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não, Sr. Presidente. Só uma pequena retificação sobre o que V. Exa. diz. Realmente, ele está rejeitando o projeto, porque já foi aprovado, já existe uma lei, a 12.007, de 2009, que é mais abrangente do que essa e, então, essa perdeu a finalidade de propósito. Mas o mérito é reconhecido como de mérito e eu queria ressaltar aqui que o Deputado Marcelo Guimarães Filho na realidade se preocupa com o consumidor brasileiro, mas que já há uma Legislação que exige a comprovação da quitação dos débitos anualmente pelas concessionárias de serviços públicos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem. Então, em discussão o parecer apresentado pelo Senador César Borges. Quem for favorável ao parecer do Senador César Borges, que é o parecer do Senador Gilberto Goellner, permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer, rejeitada a matéria.

Item nº 6. Projeto de Lei da Câmara, 138, que altera o art. 65, de 12 de fevereiro de 98, dispondo sobre proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol, e a menores de 18 anos, dá outras providências. Eu peço ao Senador Cícero Lucena que faça a apresentação do seu relatório... Apresentação do relatório do Senador Gim Argello.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, Presidente. Vou direto à análise. *"De acordo com o art. 102-A, o Regimento Interno do Senado Federal compete a essa comissão opinar sobre o mérito da proposição legislativa que tratam de temas atinentes ao controle da poluição, como é o caso do PLC 138, de 2008. Como se nota, a proposta do Deputado Magella visa coibir a poluição visual causada pelas pichações que conspurcam edificações públicas e privadas, sobretudo nos grandes centros urbanos. Não obstante, o inegável mérito do PLC, entendemos pertinente apresentar algumas sugestões no sentido de aperfeiçoar a matéria.*

Inicialmente, cabe observar que o PLC trata de objetos distintos, ainda que correlacionados, vedar a comercialização de tintas spray para menores de idade e altera o art. 65 da Lei 9605, de 1998 de modo a promover a diferenciação entre a pichação, que permanece sendo ação criminosa, e o ato de grafitar.

Por consequência, seria conveniente modificar o texto da emenda do projeto, dando-lhe a seguinte redação. 'Altera o art. 65 da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato grafitar e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagem do tipo aerossol a menores de 18 anos'. Ou seja, substituir a expressão 'dispondo' pelo termo 'dispõe', como constava, aliás, no texto original.

Também merece ser aperfeiçoado o inciso II, acrescido do art. 65 da Lei nº 9.605/98, pelo art. 6º do PLC, por esse novo dispositivo, a prática de grafite poderá

ser realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado, desde que consentida na forma da lei. No entanto, tal como proposto, a aplicação do dispositivo supramencionado estaria condicionado a edição de outra lei, o que na prática compromete a eficácia normativa do diploma derivado da iniciativa legislativa em tela. A esse respeito, sugeriríamos liberar a prática de grafite, mediante consentimento do proprietário ou do locatário ou arrendatário do bem, quando couber, e no caso de bem público, mediante autorização do órgão competente e observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional".

O voto, Sr. Presidente. *"Com base no exposto, votamos pela aprovação do projeto na Câmara 138, de 08 com as seguintes emendas. 'Dá-se à emenda PLC 138 a seguinte redação: Altera o art. 65 da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar e dispõe sobre a proibição e comercialização de tintas em embalagem tipo aerossol a menores de 18 anos'. Dá-se a seguinte redação, inciso II, art. 65 da Lei 9000(sic). 'Não constitui crime a prática de grafite realizado com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado, mediante manifestações artísticas, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado. E no caso do bem público, com autorização do órgão competente e observância das posturas municipais nas normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico'"*.

Esse é o voto, Sr. Presidente, com a devida emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Cícero Lucena. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria. Senadores que forem favoráveis à forma como o relatório foi apresentado, permaneçam como se encontram. Aprovado o Item nº 6, que é o Projeto de Lei da Câmara, 138.

Peço então... Vamos então ao Item nº 7. Também é relatoria do Senador Gim Argello e eu vou pedir ao Senador Jefferson Praia que faça a apresentação do relatório, que autoriza a criação do Ministério da Amazônia. A matéria... O parecer é favorável à matéria. Matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo a última a decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Passo ao relatório, Sr. Presidente. *"Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o Projeto de Lei do Senado, PLS 264/05, que autoriza o Poder Executivo a criar o Ministério da Amazônia. Além de conceder a referida autorização, o art. 1º da proposição, estabelece as atribuições do novo Ministério, entre elas: Formular e conduzir a política nacional de desenvolvimento da Amazônia legal e elaborar planos de programas regionais; Articular com os demais Ministérios e órgãos da Administração Federal as ações relacionadas com a política integrada para a Amazônia Legal; Estabelecer as diretrizes e prioridades na aplicação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e as normas para o cumprimento do programa de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte e da programação orçamentária do Fundo de Investimentos da Amazônia; Implementar os acordos internacionais nas áreas de sua competência.*

Com o objetivo de exercer as atribuições acima mencionadas, o art. 2º do projeto autoriza o Poder Executivo a: criar o cargo de Ministro de Estado da Amazônia, dispor sobre a organização, as competências, as funções e o funcionamento do órgão; transferir para o Ministério da Amazônia os cargos efetivos e em comissão dos quadros dos órgãos e entidades, cujas atribuições são transferidas para o Ministério. Ainda de acordo com a proposição legislativa, integram estrutura básica do Ministério, o Conselho Nacional da Amazônia Legal, o conselho deliberativo para o desenvolvimento da Amazônia e até três secretarias. O Ministério poderá requisitar servidores de órgãos e entidades integrantes da administração pública Federal direta, autárquica e fundacional.

A matéria foi distribuída preliminarmente às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa".

Passo à análise, Sr. Presidente. *"Inicialmente cabe observar que, conforme determina o art. 102-A, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, incube a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, manifestar-se sobre o mérito das iniciativas legislativas atinentes a defesa e a proteção do meio ambiente. A criação do Ministério da Amazônia virá, de fato, contribuir para o estabelecimento de políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável de uma das áreas de maior diversidade biológica do planeta, permitindo compatibilizar a conservação dessa riqueza com as políticas de crescimento econômico e geração de emprego e renda de forma a promover o bem estar e a melhoria da qualidade de vida da população da região. As ações do Ministério da Amazônia irão, sem dúvida, se somar àquelas do Ministério do Meio Ambiente, maximizando os resultados de planos,*

programas e projetos governamentais, dirigidos especificamente à proteção desse singular bioma.

Por fim, tendo em vista ser a atuação desta comissão, vinculada ao exame de mérito, caberá à CCJ analisar os aspectos da constitucionalidade e juridicidade da matéria, inclusive quanto à aplicabilidade do Parecer 527, de 1998 do Senador Josafá Marinho, que versa sobre a pertinência de projetos de lei autorizativos".

Passo ao voto, Sr. Presidente. *"Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2005"*.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o relatório feito pelo Senador Gim Argello e apresentado pelo Senador Jefferson Praia. Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Bem, Sr. Presidente, a minha intenção na verdade é pedir vistas da matéria. Mas, antes eu quero argumentar aqui com os meus pares, que eu não sei exatamente como que os senhores pensam sobre essa questão. Mas no meu entendimento a criação de um Ministério da Amazônia não está em concordância com que se pensa para o desenvolvimento da Amazônia. A Amazônia não pode ser pensada como se fosse um país dentro de um país, com um ministério específico para a Amazônia, aonde esse ministério, no meu entendimento, Ministério da Amazônia vai ter que tratar de política de recursos hídricos, política de desenvolvimento econômico, política agrícola, política de infraestrutura, enfim. É um país dentro de um país. A Amazônia tem que ser tratada dentro dos diferentes ministérios, como todas as demais regiões do país. O Ministério dos Transportes tem que cuidar dos problemas da Amazônia, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério do Meio Ambiente cuida do meio ambiente do país inteiro. E não podemos cair nessa lógica de que a gente vai ter um Ministério para a Amazônia com pequenos programas de saúde, de educação, de infraestrutura, que não dá conta da complexidade de uma região que precisa se desenvolver dentro de uma política integrada. Foi por isso que durante a minha gestão nós, a partir de 2006, até acabamos com a Secretaria da Amazônia, que era um ministério dentro do ministério só para a Amazônia, com um pouquinho de política urbana, uma trouxinha de política de turismo sustentável e fizemos com que a questão do turismo fosse tratado na Amazônia pelo Ministério do Turismo. Inclusive repassamos para o Ministério do Turismo para que ele ganhasse força e densidade do tamanho que nós precisamos na Amazônia.

Então, eu tenho uma série de argumentos, eu não sei com todo respeito pela visão daqueles que advogam a criação do ministério, mas no meu entendimento é nós fazermos com que a Amazônia tenha políticas apartada do conjunto das políticas do país e que essas políticas podem muito bem estar contempladas dentro dos diferentes setores do Governo, dentro de uma lógica integrada que prioriza as ações para a Amazônia.

Obviamente que nós já temos o programa Amazônia sustentável, já temos o programa de desenvolvimento sustentável da BR-163, temos uma série de políticas que apontam na direção dessa política integrada. Mas como eu quero dar tempo para que o debate possa acontecer e apresentar mais argumentos, eu vou pedir vista, mas se alguém quiser discutir eu não me oponho que façamos a discussão agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Antes de concessão de vistas passo a palavra ao Senador César Borges e depois Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu fico até em uma posição agora mais confortável depois de ouvir a Senadora Marina, que é uma pessoa da região. Eu realmente a minha tendência é, também, não aceitar esse tipo de política por conta de que temos outras regiões também específicas e que merecem uma atenção muito especial, como é a questão da região Nordeste. Aí vamos criar segmentos dentro do país, Ministérios, quando nós temos superintendências, como temos a SUDAM, tem a SUDENE, foram extintas, mas já foram recriadas, precisam ser prestigiadas, o Ministério de Integração Nacional. Inclusive numa nota acho que da assessoria do Governo, acho que inclusive desatualizada, a Senadora Marina poderia inclusive confirmar, que ela disse que não concerne às questões ambientais, a Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente criada junto com o então Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal em 1993. Isso já foi extinto. Porque até era uma forma muito específica de cuidar da questão.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E fala também do CONAMAZ, que seria atividade da Secretaria Executiva do Conselho Nacional Amazônia Legal, esse conselho continua existindo?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Continua.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois é. Que esse conselho é presidido... É um colegiado inte-

grante da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente. E que também o Poder Executivo Federal trata dessas questões da Amazônia Legal brasileira com plano estratégico para o desenvolvimento a cargo da secretaria de assuntos estratégicos da Presidência da República. Então ela, a Secretaria de Assuntos Estratégicos estaria cuidando de desenvolvimento específicos também da Amazônia e de outras regiões. Eu li aqui que o Presidente da República, na verdade, seria... Assessorar o Presidente da República na política nacional integrada para a Amazônia Legal. Esse é um papel do CONAMAZ.

Por isso, Sr. Presidente, acho que na verdade há uma interação entre vários Ministérios para tratar da Amazônia, para tratar do Nordeste brasileiro, dos problemas de desenvolvimento econômico, há um Ministério também para isso, e criar Ministérios específicos por regiões me parece algo descabido, não acho também a menor lógica para enfrentarmos os problemas da Amazônia ou de qualquer outra região.

Então eu me associo aqui com a Senadora Marina Silva, e ela falou em primeiro lugar com conhecimento de causa por ser da Amazônia, então me conforta que eu tenha uma posição idêntica à dela, me associo à vista coletiva, mas a princípio pela rejeição do projeto. Podemos até rejeitar o projeto, sem pedir vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu me somo à Senadora Marina Silva, bem como ao Senador César Borges no sentido de que seria uma inovação muito perigosa nós estimularmos a criação de Ministérios regionais. Daqui a pouco nós teríamos, como bem disse o Senador, a preocupação de por que não o Ministério do Nordeste. Agora, em termos práticos, em termos objetivos, nós sabemos quem tem a mínima experiência administrativa a nível nacional sabe que isso não funciona. Como bem disse a senadora, quem tem que fazer a ação de transporte em determinada região é o Ministério dos Transportes. Quem tem que fazer ação na saúde é através do Ministério da Saúde, com as parcerias municipais e estaduais, se for o caso. Não será um ministério coordenador mais um cabo cabide de empregos que vai dar as soluções de ações regionais. Então nós entendemos que é por demais... Por melhor que seja a iniciativa do Senador... A intenção do Senador Valdir Raupp, mas nós estaríamos entrando numa faixa de risco muito grande.

Então eu, particularmente, até se for da concordância da autora o pedido de vista, eu dispensaria e botaria em votação. Porque também sou pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu gostaria rapidamente de tecer algumas observações em relação a este projeto. Tenho certeza e todos nós compreendemos a intenção do Senador Valdir Raupp. Chamar atenção para a Amazônia, nós temos uma região que precisa de políticas públicas com muito mais intensidade, mas não é através de um ministério, como argumentou muito bem a Senadora Marina Silva, que temos o maior respeito e carinho e percebemos a experiência que ela tem no tema. Por esta razão também concordo que poderíamos partir para a votação por entendermos que o projeto não deve prosperar, mas continuaremos, é claro, na luta por uma Amazônia com políticas intensas para aquela região dos mais diversos ministérios pois somente assim nós teremos uma região mais preservada e conservada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, de fato se o projeto estivesse pensando nas regiões ou na região da Amazônia, nós teríamos que ter daqui a pouquinho outro Ministério das outras regiões. Se estivesse pensando no bioma, nós teríamos que ter o Ministério do Cerrado, o Ministério das Matas de Araucária, e assim da Mata Atlântica... Então, acho que o intuito do Senador Valdir Raupp é o intuito de chamar de fato a atenção, mas pela exposição de todos isso está claro que nós temos condições de votar a matéria.

Então, retirado o pedido de concessão. A Senadora não pedirá... Retirará o pedido, retirou o pedido de vistas, eu coloco em apreciação; quem for favorável... Vamos colocar em votação o parecer do relator Gim Argello. Quem for favorável ao parecer do Senador Gim Argello permaneçam como se encontram. Rejeitado, por unanimidade, o parecer do Senador Gim Argello.

Item nº. 8 da Senadora Marina Silva, que--

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eu peço para retirar para reanalisar a matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pede para retirar a matéria de pauta. Então está atendido a relatora da matéria.

O Item nº. 9 é relatoria do Senador Valter Pereira. Eu vou solicitar que o Senador César Borges é outro... Autoria também do Senador Valdir Raupp, vou solicitar que o Senador César Borges possa fazer a relatoria desta matéria. Apresentar o relatório dessa matéria.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois não, Sr. Presidente. *"Trata-se de um Projeto de Lei do Senado 171, do Senador Valdir Raupp, que segundo sua ementa no que se refere aos crimes de concorrência desleal visa agravar a pena e prevê a aplicação privilegiada da pena de prestação pecuniária em caso de*

substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. O art. 1º do PLS nº. 171, de 2009 amplia a pena para os crimes de concorrência desleal que passará a ser detenção de um ano a quatro anos e multa. Determina ainda que o juiz privilegiará a aplicação da pena de prestação pecuniária levando-se em consideração dano causado pela conduta criminosa.

O art. 2º encerra a cláusula de vigência que se dará a partir da publicação da lei em proposição em que a proposição se converter. Em sua justificação o autor do projeto argumenta que a iniciativa corrige o anacronismo da pena em vigor para crimes de concorrência desleais, da qual é muito branda a intenção de três meses a um ano ou multa. E não inibe, portanto, a prática criminosa. Outra questão reside no teto em vigor previsto no Código Penal para a pena de prestação pecuniária o qual é muito baixo no valor de 360 salários mínimos. Pelo projeto afasta-se a regra de teto, a fim de autorizar o juiz a fixar pena de prestação pecuniária no valor do dano concreto causado pela criminosa que deverá ser deduzido do apurado e futura ação civil de reparação a ser movida pela vítima contra o autor do crime.

Em conclusão a justificação anota que as mudanças visam evitar percepção de que tais crimes compensam, em especial sobre o aspecto econômico, e Direito Penal de resposta mais eficaz e adequada para o crime de concorrência desleal. O projeto foi distribuído a essa comissão e posteriormente será enviado à Comissão de Constituição e Justiça para decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

O Projeto de Lei analisado versa sobre Direito Penal e processo penal matéria de competência da União, compreendida atribuições do Congresso Nacional. A iniciativa parlamentar é legítima. Trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente constitucional.

Sobre o evoque da constitucionalidade material o projeto não apresenta vícios.

A análise desse projeto pela Comissão de Meio Ambiente está em consonância com o art. 102-A do Regimento Interno dessa Casa.

Quanto à juridicidade observa o projeto aspectos de inovação, dado que altera a pena para o crime de concorrência desleal e afasta o teto legal da pena de prestação pecuniária. Também tem efetividade, porque a coordenação pela prática de crime de concorrência desleal sujeitará o autor a novas sanções. Tem adequação normativa já que o tema combinação de pena deve estar previsto em lei ordinária e, por fim, a coercitividade apresentada pelas sanções indicadas no projeto e a generalidade por conta da aplicam indistintamente a todos os autores de crime de concorrência desleal.

A boa técnica legislativa foi observada. Não há inclusão de matéria diversa objeto da Lei 9.279 e as expressões utilizadas preenchem os requisitos de redação das disposições normativas. Acerca do mérito o projeto incrementa o combate à pirataria e a repressão contra os crimes de concorrência desleal.

O incremento do prazo da pena de detenção que passará a ser de um ano a quatro anos contribui para inibir a conduta criminosa. E a possibilidade de adoção da pena de prestação pecuniária sem limitação legal de valor máximo a fim de permitir a integral e imediata reparação pelo dano material produzido fomenta o combate aos crimes de concorrência desleal bem como o combate a ideia de que tais crimes geram vantagens econômicas substanciais porque antecipa o ressarcimento que a vítima terá direito em futura ação civil de reparação por danos materiais.

Por todo o exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 171".

Esse é o relato, Sr. Presidente, do Senador Valter Pereira sobre o Projeto 171 de autoria do Senador Valdir Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores e Senadora que forem favoráveis à matéria, como foi apresentado o relatório, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Nós temos os três próximos itens, são não terminativos, mas são itens que deveriam e deverão ser feitas em sessão secreta. Como só eu... Só um dos relatores, que só eu, se encontra presente eu vou suspender a votação desses três itens para que a gente possa votar na próxima sessão, não vou conceder *ad hoc* a apresentação de relatório por ser sessão secreta e tem nível de responsabilidade grande na apresentação dessas matérias. Mas, antes de passar para outra parte da reunião eu quero pedir a inclusão extrapauta do requerimento da minha autoria. Senadores que forem favoráveis à inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado.

O requerimento trata de auditoria, uma solicitação ao Tribunal de Contas da União de uma auditoria operacional na execução dos contratos de concessão de serviço público de telefonia fixa e móvel. E solicita que os sistemas informatizados de demais processos de gestão utilizados pelas empresas de serviço público, de telefonia fixa e móvel, respectiva cobrança dos usuários possui fragilidade significativa que facilitam ou induzam a ocorrência de cobranças indevidas. Maior reclamação hoje da telefonia fixa e móvel é a cobrança indevida. E no meio... No ambiente de avanço tecnológico como nós vivemos hoje é... Isso é inaceitável.

Então a operação do sistema informatizado demais processos de gestão utilizada pelas empresas concessionárias constata-se o risco relevante de ensejarem ocorrências específicas sistematizadas pelo órgão de defesa do consumidor. Cobrança de serviços em duplicidade, lançamento de ligações e outros serviços na fatura emitida do consumidor não conhecido indevidamente ao mesmo. E assim por diante.

Então, estamos pedindo auditoria operacional do TCU que poderá pedir ajuda à ANATEL para que o sistema... Para os contratos de concessão de telefonia fixa e móvel sejam... Passem por processo de auditoria e nós possamos de fato avançar um pouco no software, no programa, porque é inconcebível que nós nessa altura dos acontecimentos nós ainda tenhamos esse tipo de preocupação por parte do consumidor brasileiro. Então, por isso que nós achamos importante.

Então, em discussão a matéria. Senadores... Que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Bem, eu quero só fazer mais um registro antes de passarmos à reunião da Subcomissão de Acompanhamento da Copa de 2014 e Olimpíadas 2016 já aprovado aqui o requerimento da autoria da Senadora Marina Silva que eu também subscrevi. Mas quero fazer aqui um registro de um prêmio a mais, um prêmio a mais, que a Senadora Marina Silva recebeu nesses últimos dias, nesse fim de semana, em Mônaco. A senadora recebeu dia 10 de outubro, o prêmio mudanças climáticas oferecida pela Fundação Príncipe Albert II de Mônaco em reconhecimento a sua contribuição para projetos na área de meio ambiente, ações e iniciativas conduzidas sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

Anualmente a fundação premia pessoas, ou instituições, com atuação especial e trabalho reconhecido em favor do meio ambiente e da preservação do planeta nos três domínios de ação considerados prioritários pela instituição internacional: a mudança climática, a preservação da biodiversidade, o acesso à água e a luta contra a desertificação. A fundação criada em 2006 se dedica, sobretudo, ao financiamento de projetos nas áreas de florestas, biodiversidade, água e meio ambiente da região do mediterrâneo. Em 2008, a **Climate Change Award**, foi concedido esse prêmio ao Alain Hubert, explorador belga da Fundação Internacional Polar. E desde a sua criação, em 2006, a fundação apoiou financeiramente mais de 95 projetos, no total de 14,6 milhões de euros. Seu conselho de administração reúne 14 personalidades internacionais, inclusive ganhadores do Prêmio Nobel da Paz. Seu conselho científico e técnico é constituído por 12 especialistas de projeção mundial.

Além de ser agraciada com o troféu especialmente criado para a ocasião a Senadora recebeu da fundação o prêmio de 40 mil euros; 40 mil euros. A entrega do prêmio pelo Príncipe Albert II de Mônaco, foi às 18 horas no Fórum Grimaldi, no dia 10 de outubro.

Parabéns à Senadora Marina Silva, que não é o primeiro prêmio, é o quinto prêmio internacional que a senadora recebe desde a sua volta ao Senado. Então parabéns à V. Exa. E como Presidente da comissão, naturalmente, eu falo não... Não... Não deixando de... Não proibindo que outro senador possa falar, está aberto, Senador Cícero vai falar, mas como Presidente da Comissão de Meio Ambiente quero deixar aqui em nome da comissão o registro e nossas congratulações à V. Exa.

Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Na verdade para parabenizar, e tenho certeza que não apenas em meu nome, mas de muitos que admiram o trabalho, a dedicação e a vida da Senadora numa causa tão justa. Então, com certeza é por demais merecido e honroso para todos nós termos essa escolha da Senadora Marina Silva.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Gostaria de falar rapidamente como também um amazônida aqui nessa comissão e como a senadora não falaria nesse momento pelo povo da Amazônia, gostaria de falar em nome do nosso povo, do povo da Amazônia de quanto ficamos orgulhosos em perceber uma pessoa da Amazônia recebendo uma homenagem muito justa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem. Homenagens feitas... Com a palavra a homenageada, Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Só para agradecer V. Exa por essa... Enfim, essa menção e aos colegas senadores. Mas dizer que essa premiação no meu entendimento, ela vai para um trabalho de equipe que tem duas... Duas... Aliás, três pernas. Tem um tripé muito importante. Porque geralmente as pessoas simbolicamente são homenageadas, mas por trás de uma pessoa, ou de uma organização, existe uma série de outros elementos que é sempre bom também chamá-los à cena num momento como esse.

Eu, primeiro, fico honrada e agradecida a Deus por mais essa oportunidade, mas dizer que a premiação tem a ver com o trabalho realizado no Ministério do Meio Ambiente, e depois do retorno para o Senado, já é o sexto prêmio, e eu advogo isso a um trabalho de equipe, que envolvia a equipe do Ministério do Meio

Ambiente, a relação com a sociedade e a academia, e o Congresso Nacional. Porque os projetos que nós aprovamos nessa Casa, a lei que criou o instituto Chico Mendes, Lei de Gestão de Florestas Públicas, a lei que estabeleceu a limitação administrativa provisória para a proteção de áreas relevantes para a biodiversidade, tudo isso se presentefica nesse prêmio. Então é um trabalho de equipe e é um trabalho, também, pelo que foi feito pelo Congresso.

E eu aqui quero homenagear, também, ao nosso Senador Jefferson Peres, que foi uma pessoa que ajudou muito inclusive para a aprovação da lei de gestão de florestas públicas e do Instituto Chico Mendes, e todos os senhores que, no meu entendimento, fazem parte desse processo. E obviamente que eu quero dedicar a todos aqueles que lutam para que as mudanças climáticas possam ser debelados os efeitos que levam ao aquecimento do sistema climático e também aqueles que lutam pela proteção da biodiversidade, da sociodiversidade que tem conhecimentos associados a ele. De fato, foi uma cerimônia muito bonita, que me deixou muito honrada, mas o mais importante é ver pessoas no mundo inteiro comprometidos com essa agenda. A agenda da sustentabilidade. E perceber que um trabalho institucional pode também ser reconhecido.

Às vezes dentro do país da gente demora algum tempo, mas aqueles que conhecem e acompanham a agenda sabem que criar 24 milhões de hectares de unidades de conservação, fazer um plano de combate ao desmatamento que reduziu dois bilhões de toneladas de CO2, isso é algo muito grandioso que vai levar algum tempo para que nós mesmos possamos ter a dimensão do que nós conseguimos. E ainda ajudarmos a um país como a Noruega a se colocar na proatividade, como está agora, que foi graças a um trabalho que começamos que a Noruega criou o fundo de proteção às florestas tropicais no mundo inteiro e agora assumiu uma posição ousada em Bangcoc, dizendo que vão reduzir 40% das suas emissões até 2020. E eu espero que o Brasil possa dar o exemplo, um país desenvolvido e um país em desenvolvimento. E a proposta que nós defendemos é que os países em desenvolvimento, os emergentes, assumam metade do que assumiram os ricos. Se os ricos assumirem reduzir 40, nós assumimos reduzir 20, e que eles possam se responsabilizar com o financiamento de... Proporcional às emissões históricas que tiveram.

Segundo o Banco Mundial, para financiarmos a mudança do modelo de desenvolvimento até 2050, é preciso... 2020, que tenhamos um orçamento de 400 bilhões de dólares por ano. E os países desenvolvidos bancariam para China, Índia, Brasil, África do Sul e México em torno de 370 bilhões para que façam as mudanças de seus modelos de desenvolvimento. Ou seja, são esforços que às vezes o país da gente faz e que acaba alavancando outros processos que são muito importantes no espaço das relações multilaterais. Eu só quero agradecer aos colegas e dizer que é um trabalho que nós estamos apenas no começo, mas que temos uma bela jornada pela frente e espero que o Brasil possa ir para Copenhagen assumindo metas, e metas que sejam para todos os setores, não apenas para o desmatamento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senadora Marina Silva. Acho que esse debate sobre o Brasil assumir metas de redução das emissões é um debate importante que nós vamos ter que fazê-lo, aqui chamar o Governo, para que o Governo explicite com clareza a sua posição porque não está clara a posição do Brasil com relação ao tema, e também estamos correndo risco com relação ao acordo global. Porque Estados Unidos não tem uma posição clara ainda, quem tem posição mais clara é a Europa, mas ainda aquém da nossa necessidade, e nós não temos ainda posições claras. Acho que o Brasil deveria assumir, acho que nós poderíamos tratar do assunto com relação à percentual menor, mas também poderíamos tratar com relação ao ponto de referência: 1990 era uma referência aos países que já estavam no processo de desenvolvimento há algum tempo. Nós em 1990 estávamos num processo de desenvolvimento muito precário. Acho que esses são temas que a gente pode tratar com o Governo Brasileiro para que leve uma proposta clara não para a reunião de Copenhagen, mas antes. Tem que ter essa definição anterior, para que a gente tenha sucesso no início de dezembro lá em Copenhagen.

Bem, nós vamos encerrar a presente sessão, mas queria pedir para que vocês pudessem ficar, porque teremos aqui uma reunião da Subcomissão da Copa e das Olimpíadas que vai ser presidida pelo Senador Cícero Lucena.

Então, eu quero antes de encerrar convidar para Audiência Pública na terça-feira, às 11h30, em conjunto com a CCT para que a gente possa discutir energia nuclear. Então nós teremos aqui uma reunião na terça-feira, vai ser uma Audiência Pública. Então nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, só uma informação: essa Audiência Pública... Quem é que vai participar como convidado dessa Audiência Pública de energia nuclear?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Essa Audiência Pública de autoria do Senador João Pedro e estarão presentes

o Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silvia, Diretor-Presidente da Eletronuclear, Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento de Energético do Ministério de Minas e Energia; Sr. Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente. São os três convidados.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Talvez fosse interessante fazermos um aditamento que venham representantes também da sociedade. Porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ainda estamos em tempo de aditamento.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eu vou mandar uma...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós vamos aprovar o aditamento feito por V. Exa e depois a gente formaliza.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Porque senão a gente fica sem o contraditório.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Um nome da sociedade. Porque também muitos nomes, a gente não consegue debater nada.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Isso, um nome da sociedade. Talvez um nome da sociedade e um da comunidade científica, da academia.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Da comunidade científica... Já temos... Sr. Othon... Secretário de Planejamento... Não, não temos.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Um da academia, para ficar uma coisa...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok. Então fica aprovado, *a priori*, o requerimento da Senadora Marina Silva que formalizará posteriormente e aprovaremos antes da sessão de terça-feira, aonde nós teremos a Audiência Pública.

Nada mais havendo a tratar encerro a presente sessão, convidando para a próxima, a próxima terça-feira, às 11h30 da manhã.

Sessão encerrada às 13h01.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Ata da 34ª Reunião, Conjunta, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com 40ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 20 de Outubro de 2009, Terça-Feira, às 11:30 Horas.

Às onze horas e quarenta e três minutos do dia vinte de outubro de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER, CÍCERO LUCENA, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, ÁLVARO DIAS, FLEXA RIBEIRO, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI** e **FLÁVIO TORRES.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros das Comissões. Presente também o Senhor Senador **AUGUSTO BOTELHO**, não membro das Comissões. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura das Atas da reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 74 de 2009-CMA, de autoria dos Senadores JOÃO PEDRO, AUGUSTO BOTELHO e FLÁVIO TORRES, e do Requerimento nº 41, de 2009-CCT, de autoria do Senador FLEXA RIBEIRO, destinada a debater a experiência brasileira na utilização de energia nuclear nas usinas de Angra I e Angra II. EXTRA-PAUTA, são apreciados os Requerimentos a seguir elencados. **REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009-CMACOPA – NÃO TERMINATIVO,** que "tendo em vista a visita técnica a ser realizada pela Subcomissão de acompanhamento da Copa de 2014, criada pela Câmara dos Deputados, com a programação em anexo, montada pelo Ministério das Relações Exteriores, visando conhecer e discutir as iniciativas de fiscalização, controle e acompanhamento da Copa do Mundo de 2010, a ser realizada na África do Sul, requer a formação de uma delegação desta Subcomissão para em conjunto com a Câmara dos Deputados, participar da referida visita no período de 26 a 31 de outubro do corrente". Autoria: Senador CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado. **REQUERIMENTO Nº 87, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "solicita seja promovido seminário para discussão da posição do Brasil na COP-15, em Copenhague, de 7 a 18 de dezembro de 2009". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Resultado: Aprovado. Em seguida, inicia-se a explanação dos convidados. Comparecem os seguintes palestrantes: Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletronuclear; Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME; e Ivo Bucaresky, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Meio Ambiente – MMA. Finda explanação,

apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores JOÃO PEDRO, AUGUSTO BOTELHO, FLÁVIO TORRES, GILBERTO GOELLNER e FLEXA RIBEIRO. No transcorrer dos trabalhos assume a Presidência o Senhor Senador FLEXA RIBEIRO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às catorze horas e onze minutos, lavrando nós, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 20-10-09

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Conjunta, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com a 40ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa das leituras das Atas das Reuniões anteriores, permaneçam como se encontram. Aprovada a dispensa das leituras e aprovadas a Atas.

Essa Reunião se destina à realização de Audiência Pública, em conformidade com a aprovação do Requerimento nº 74, de autoria dos Senadores João Pedro, Augusto Botelho e Flávio Torres, e nº 41, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, com o objetivo de "Debater a experiência brasileira na utilização de energia nuclear, nas Usinas de Angra I e Angra II". Portanto, vamos chamar os convidados para que possam vir até à Mesa. O Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletronuclear. Seja muito bem-vindo; o Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; e o Sr. Ivo Bucaresky, Chefe de Gabinete de Ministro do Estado de Meio Ambiente. São os três debatedores e painelistas nossos aqui. Sejam bem-vindos à Comissão.

Antes de passarmos a palavra aos debatedores, tem um requerimento do Senador Cícero Lucena, Presidente da Subcomissão de Acompanhamento da Copa 2014 e Olimpíada 2016, que está com um celular novo [risos]. O requerimento do Senador Cícero Lucena tem uma programação em anexo de visita à África do Sul, com um roteiro junto com a Subcomissão da Câmara, para que possam conhecer todo o trabalho feito de controle de gasto e acompanhamento das obras lá na África do Sul, onde se realizará a Copa de 2010. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, apenas para complementar a informação, de que esse requerimento é fruto de uma decisão aprovada na Subcomissão de Controle e Fiscalização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Apenas isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento. Aprovado o requerimento.

Antes de entrarmos na pauta, eu vou pedir a inclusão extrapauta de um requerimento. Os senadores que forem favoráveis à inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado.

É um requerimento que tem por objetivo uma realização conjunta da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, bem como a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara, Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados e de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Este seminário seria para que a gente pudesse aprofundar uma proposta do Parlamento, do Congresso, a ser encaminhada ao Poder Executivo, frente à posição brasileira na COP-15, em Copenhagen. Então a nossa proposta é um seminário a ser realizado no dia 4 de novembro e nós, depois, faríamos uma discussão dos convidados, mas temos que aprovar um requerimento nas Comissões todas. Dia 4, seria um seminário de um dia inteiro, dia 4 de novembro, numa quarta-feira, para que a gente possa chegar ao desfecho de uma proposta do Congresso referente ao tema e essa proposta ser encaminhada ao Presidente da República, ao Ministro de Relações Exteriores, ao Ministro do Meio Ambiente, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, que são os três Ministros que tratam do tema mudanças climáticas no governo, ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, e os parlamentares que por acaso forem à Copenhagen também levar essa proposta do Parlamento brasileiro. É um assunto que está sendo debatido por muitos ou por todos que tratam e militam na área do desenvolvimento do meio ambiente, da economia, e é fundamental que o Congresso tenha uma posição. Então uma posição do Congresso como instituição vai ser muito importante.

Então em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento. Os senadores, que forem favoráveis à aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Vamos então dar início à nossa Audiência Pública. Vou perguntar se é possível que a gente estabeleça uma referência de tempo de quinze minutos por apresentação. É possível? Nada que seja tão inflexível, se for preciso mais alguns minutos para concluir a apresentação... Só para a gente pode ter uma referência, porque, também, daqui a pouquinho, chega a hora do almoço, e a Reunião acaba sem terminar, se nós não tomarmos cuidado. Então vamos dar uma referência de quinze minutos. Primeiro, por ordem de chamada, eu vou passar a palavra ao Diretor-Presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Sr. Presidente da Mesa, Srs. Senadores, senhoras e senhores, Sr. Secretário-Geral do Ministério de Meio Ambiente. É com prazer que estamos aqui para dizer do papel que Angra I e II tem feito na nossa matriz elétrica nacional e--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um minutinho, Othon. Nós estamos com um problema. Você vai usar a transparência?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está com problema?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está com um problema técnico.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas foi visto agora, não tem jeito de consertar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Foi visto agora, está tentando arrumar.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: A gente começa sem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor quer esperar ou quer continuar enquanto tenta resolver, o que é que o senhor quer fazer?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: A gente continua. Para não travar a discussão, a gente pode continuar sem...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então pode continuar, tem a palavra.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Logo que a tecnologia nos ajude, será mais fácil. Mas, basicamente, a decisão, aqui, do país de incorporar a energia nuclear à sua matriz elétrica foi feita na década de 60, precisamente em 1969, com a encomenda da primeira central nucleoelétrica aqui para o país, que é Angra I.

No que diz respeito, digamos, a acessar aquela tecnologia, foi uma boa decisão, ou seja, nós partimos na direção de incorporar essa fonte primária importante na nossa matriz. Agora aquela decisão, do ponto de vista da necessidade da matriz, ela foi um pouco precoce.

Aqui no Brasil o nosso consumo de eletricidade é muito abaixo da média mundial. Embora nós sejamos o 10º produtor de energia elétrica no mundo, o consumo *per capita* nosso é muito baixo, nós estamos na 90ª posição. E se nós analisarmos, aqui tem um senador médico inclusive, quais são as principais causas de mortes aqui no país, ainda são doenças hídricas, ou seja, nós somos um país que carecemos de saneamento. E em saneamento a gente precisa sempre de energia elétrica para tocar uma bomba de água para colocar água nas torneiras e precisamos também de energia elétrica para bombear o esgoto, tratar o esgoto. Eu ouvi o Senador Casagrande há pouco mencionando a Olimpíada no Rio de Janeiro. Eu pergunto: quais eram as restrições que colocavam com relação à nossa bela cidade do Rio de Janeiro, quais as restrições que os nossos competidores colocavam? Era saneamento, transporte e segurança. Ora, saneamento é um intensivo consumidor de energia elétrica; transporte de massa nas cidades é um intensivo consumidor de energia elétrica, se nós quisermos impor as condições ambientais adequadas na cidade; e segurança, sem a iluminação da noite é difícil ter uma cidade... De modo que as três restrições que os nossos adversários, não é bem adversários, competidores colocavam, é justamente aquelas que são intensivas em consumo de energia elétrica. Significa o seguinte: nós temos uma longa marcha pela frente para prover o nosso povo da energia elétrica, que numa vida moderna é fundamental. Até para o café da manhã fica difícil quando a máquina de café, a torradeira ou qualquer outra não funciona.

Então, dentro desse contexto, todas as formas de energia, as fontes primárias de energia, são necessárias. Nós não podemos abrir mão de nenhuma forma de energia e usá-las. O desafio que o nosso planejador tem, eu não invejo a cadeira do Dr. Altino, é compor as diversas fontes primárias conseguindo o menor preço médio possível e o menor impacto ambiental. O próximo, por favor.

Nesse quadro, nós mostramos a nossa posição em termos de consumo **per capita** no mundo. Nós somos um país privilegiado por trabalhar com a maior parte da nossa energia elétrica de fonte renovável,

mas ainda o consumo **per capita** é muito baixo. O próximo, por favor.

Nós somos o 10º gerador de energia elétrica do mundo, mas ainda com um consumo *per capita* muito baixo. O próximo.

No que diz respeito ao meio ambiente, o nosso sistema elétrico tem uma posição bastante... A maior parte da produção, da geração, é de origem hidroelétrica. Esse quadro mostra uma comparação que já demonstra um pouco a participação da energia nuclear no que diz respeito ao aquecimento global. Nós temos um programa que faz inveja ao mundo, que é o programa do álcool combustível. Nesse estudo feito entre 2000 e 2005, somente com a contribuição de Angra I e II, com essas centrais nós fizemos 40% do que o programa de álcool combustível fez no mesmo período. Olha, 40% de todo o esforço do etanol não é nada desprezível. O próximo.

Um país, ele tem que utilizar para suprir o seu povo o máximo possível das fontes dentro do território nacional. Por razões de ordem prática, ficam livres das oscilações do mercado internacional e essa é a principal razão. No que diz respeito ao urânio, nós somos extremamente felizes, no combustível que nós precisamos para a contribuição nuclear. Sempre me refiro como contribuição, ela não é a solução, mas é uma importante contribuição na direção para a energia. Nós temos que compor as diversas fontes de maneira a garantir o suprimento. O não suprimento de energia tem um impacto econômico na economia, nos empregos e na qualidade de vida da população muito grande. O urânio... A única atividade que nós estamos respeitando até agora é o Tratado de Tordesilhas: os dois nossos aproveitamentos são a leste do Tratado de Tordesilhas e, até agora, a menos de cem metros de profundidade. Recentemente, a ANB(F) vai fazer uma perfuração a quinhentos metros, a gente vai passar a barreira dos quinhentos metros de profundidade. O próximo.

No que diz respeito à tecnologia para a produção do combustível, nós somos um país privilegiado. Têm três países no mundo que têm reservas de urânio e tem a tecnologia do ciclo: Estados Unidos, Rússia e o Brasil. Os demais países ou tem a tecnologia do ciclo ou tem a reserva. Então Austrália, Canadá e Cazaquistão têm reservas, mas não têm tecnologia; França, Inglaterra, Alemanha, Coreia e Japão têm a tecnologia, mas não têm reserva. Somente três países no mundo têm reserva e têm tecnologia. Essa é uma vantagem diferencial que a sociedade brasileira não tem o direito de abrir mão. O próximo.

O sistema elétrico nacional é, sem dúvida, um fato que nós temos que nos orgulhar. A extensão do sistema elétrico é a mesma de Moscou a Lisboa. O brasileiro que toca num interruptor e acende a luz, ele não tem a ideia do esforço dos brasileiros atrás daquilo. É um sistema elétrico que nós todos temos que nos orgulhar. Estou no sistema há pouco tempo, há quatro anos, mas nesses quatro anos uma coisa que eu aprendi é respeitar muito o trabalho de todos aquelas pessoas que trabalharam, como o nosso Dr. Altino que aqui está presente. O próximo.

O que é que ocorreu no sistema elétrico? Aí a gente começa a entender porque a energia nuclear não era tão assim sentida como necessária como hoje começa a ser. O nosso sistema elétrico cresceu, a capacidade instalada cresceu muito. Quando a cidade aqui de Brasília começou a ser feita, nós tínhamos 1800 megawatts aqui nesse país só instalados. O crescimento do nosso sistema de 1950 até hoje é um crescimento espetacular. Aliás, o Brasil é um país espetacular. Só dois países no século passado... O país foi o segundo em crescimento econômico do mundo percentualmente. Então não há razão para a gente não ser alegre com esse país por todas as razões e essa é uma delas. Então o sistema integrado, cresceu a capacidade instalada, mas o estoque de água nos reservatórios... Quem leu o livro de Rachel de Queiroz entende bem qual é o sistema elétrico brasileira, aquele livro "A Muralha". A gente vindo do mar em direção ao continente, tem uma grande muralha, que é a Serra do Mar. Depois dessa Serra do Mar, indo do Nordeste até o norte do Paraná, nós temos uma região em que a topografia era muito favorável à construção de hidrelétricas com reservatórios e os nossos antepassados já tinham desflorestado, os diversos ciclos agrícolas, cana, gado. Então nós construímos um sistema elétrico, o nosso sistema elétrico é construído nessa região. Ocorre que a partir de um determinado ponto nós paramos de construir reservatórios ou hidrelétricas com reservatório, esse é um fato, a partir da década de 80. Até então nós podíamos conviver, todo o sistema integrado, basicamente com hidroelétrica, que é a melhor fonte, é renovável. Agora a energia elétrica é um consumível como qualquer outro. É como o sapato, por exemplo, ou qualquer outro consumível. Qualquer consumível nós temos que produzir, estocar, transportar e distribuir. O que ocorreu no sistema elétrico, somente hidroelétrico como era, é que a capacidade de estocagem, exauriu a capacidade de estocagem. As nossas novas hidrelétricas têm que ser construídas sem reservatório. Então nós temos que ter uma forma de reservação, de estocagem virtual de energia. Aí entra o papel das térmicas de uma maneira geral, que nós temos de agora em diante. O nosso sistema era uma exceção no mundo, era um sistema puramente hidroelétrico. Todos os países são majoritariamente

térmicos e minoritariamente hidroelétricos. O Brasil era uma exceção. De agora em diante, nós vamos continuar majoritariamente hidroelétrico, mas temos que ir aumentando gradativamente a contribuição em térmica, e nelas nós não podemos dispensar de forma alguma a contribuição nuclear, por várias razões, inclusive ambientais. O próximo.

O que ocorreu com relação à Angra I e II é que a decisão foi antes desse grande aumento da estocagem de água, ou seja, de estoque de energia. Então isso é que provocou uma certa trava. No momento da decisão ela foi uma decisão boa sob o aspecto de aporte de tecnologia. No que diz respeito ao momento, ou seja, a parte econômica do momento, ela de certa forma trafegava no início na contramão da economia e agora, muito pelo contrário, o aporte de energia nuclear na rede trafega exatamente na mesma direção das forças econômicas e também das restrições ambientais. O tipo de barragem que nós temos agora em diante é este tipo, ou seja, sem estoque a montante, e a região em que nós vamos construir as nossas hidrelétricas é uma região que nós só podemos construir barragem com esse modelo. São excelentes, mas carecem de estoque. O próximo.

Essa curva, que parece um pouco complicada, ela explica bem o que é que vem ocorrendo com o nosso sistema. Em vermelho nós temos a produção de eletricidade do país, botando as mesmas unidades. Nós realizamos um modelo que transformamos todos os rios nacionais num rio só e aqui nós vemos o seguinte: durante uma parte do ano os rios disponibilizam para as turbinas das hidrelétricas mais água do que as turbinas conseguem engolir e produzir energia. E tem uma parte do ano em que os rios disponibilizam para a turbina menos água do que elas podem engolir e produzir energia. Então o que se faz com os reservatórios é como a gente faz com a poupança: a gente puxa do reservatório e joga para produzir energia. Como o tamanho dos reservatórios, a partir da década de 80, ficou constante, a quantidade de água que nós podemos disponibilizar em anos mais secos, não esse ano, que esse ano é um ano absolutamente diferente dos anos normais, nós não resistimos dois anos secos consecutivos aqui no país e a solução é usar as térmicas. As térmicas é como se nós injetássemos água no rio, a gente levasse as térmicas de base [soa a campainha]. Então aquilo que não era necessário passou a ser necessário. Então a papel da energia nuclear passou a ser importante no país. O próximo.

Isso tem sido a evidência até agora. Em 2006 a energia nuclear já foi a segunda fonte geradora de energia elétrica do país. O próximo, por favor.

Em 2007, ocorreu a mesma coisa. O próximo slide.

Em 2008, só não ocorreu porque nós só tínhamos duas centrais. Se tivéssemos a terceira, Angra III, pronta, continuaríamos em segundo lugar. O próximo.

Ou seja, o nosso sistema, isso é apenas uma simplificação, muito simplificação, para o entendimento público em geral, o sistema é muito mais complexo do que isso. O sistema nosso funciona da seguinte forma: é São Pedro que controla o tempo, logo aquilo que o sistema hidroelétrico pode nos permitir, e o homem, ele [interrupção no áudio] vai compensando. A única forma de a gente compensar o--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor precisa de mais quantos minutos? Mais cinco?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Mais cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mais cinco minutos para o senhor.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Eu queria tocar em dois pontos, eu vou seguir, que são fundamentais. Um é a grande preocupação que todos nós temos, que é o rejeito nuclear. Eu vou pedir que passe alguns slides.

Antes de falar no rejeito, o programa feito pela EPE, ou seja, planejado pela EPE e aceito pelo governo, é um programa bem mais modesto do que os outros BRICs, ou seja, Rússia, Índia e China, ou seja, é na medida e na necessidade para complementar o nosso sistema elétrico. O próximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Era bom falar dessas propostas, dessa perspectiva de crescimento de mais usinas.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Eu vou atender com muito gosto à determinação do nosso Presidente da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É um pedido.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Um pedido do Presidente da Mesa para mim é determinação [risos]. Bem, a Angra III é uma realidade, muito rapidamente vocês viram no slide que nós já estamos trabalhando na construção. Pelo planejamento de governo nós temos que construir de quatro a oito centrais até o ano de 2030. Em energia dez anos é curto prazo, porque uma grande obra para produzir blocos de energia e no nosso país a gente precisa produzir blocos de energia porque a nossa população hoje é 80% nas cidades. Então existe um planejamento de centrais que nós vamos usar, construir uma central com seis usinas no mesmo local. A primeira delas vai

ser na Região Nordeste, entre Recife e Salvador, que são os dois polos de consumo, e, nessa região, digamos, o Sistema Integrado Nacional passa perto, ou seja, ele aduta(F) para o Sistema Integrado Nacional. No momento nós estamos selecionando por estado, cinco locais possíveis por estado. São cinco locais que os nossos amigos de meio ambiente não reclamarão, ou seja, atende a todos os requisitos de meio ambiente e demais requisitos, de segurança, e a ideia é deixar para o Ministério, para o Governo, a escolha do local, que terá que ser apresentada a esta Casa, porque a Constituição prevê que o local das centrais nucleares seja aprovado pelo Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então a primeira usina vai ser entre Salvador e Recife?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Entre Salvador e Recife.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É uma usina?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: É uma central que, inicialmente, será a primeira e a segunda usina. A segunda central, senador, está previsto na Região Sudoeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Cada central tem duas usinas, é isso?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: A longo prazo seis usinas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Cada central são seis usinas?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Seis usinas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então nessa localização entre Recife e Salvador, nós teremos seis usinas próxima uma da outra?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: É, no mesmo local seis usinas, uma central com seis usinas. Aonde vai ser, vai ser em um dos quatro estados, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, e nós estamos selecionando cinco locais possíveis por estado para que haja a decisão, pois essa é uma decisão de alto nível e que sai completamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vai escolher um local só?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: É. Agora a segunda central, aí já começa a estar mais perto da terra do senhor, que é na Região Sudoeste e o Espírito Santo é um forte candidato, evidentemente. A segunda central prevista pelo plano de governo vai ser--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Também com seis usinas?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Também com seis usinas, a longo prazo. É como Itaipu, vai construindo--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): A curto prazo são quantas usinas?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: A curto prazo nós iniciamos a Angra III, aonde o senhor visitou em Angra. Como para energia dez anos é curto prazo, a gente conta essa do Nordeste já como sendo curto prazo; em 2019 está prevista a primeira usina estar em operação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): No Nordeste?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: No Nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E essa de Angra III vai começar a operar quando?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Angra III, em maio de 2015, um ano antes das Olimpíadas. Atualmente Angra I e II fornecem o equivalente a 40% da energia do Estado do Rio de Janeiro e com Angra III nós vamos passar a fornecer cerca de 70% da energia do Estado do Rio de Janeiro.

Numa pincelada muito rápida nós dissemos o que é que se prevê em futuro. Certamente o Dr. Altino vai tocar nesse portanto.

O problema de rejeito, que há sempre uma dúvida que a sociedade tem. A política nossa de rejeito, qual é a grande vantagem do rejeito nuclear e qual é a grande desvantagem? A grande vantagem é que nenhum brasileiro vai conviver com o rejeito nuclear; basta conviver com os outros. Eu acho que nesse aspecto aqui o meu colega aqui vai ficar muito satisfeito, nenhum de nós vai conviver com o rejeito nuclear. A desvantagem é que é um rejeito de longa duração. A política nossa é uma política de estocagem, não resolve, mas protela, ou seja, prorroga por no mínimo quinhentos anos, ou seja, de uma forma extremamente segura, porque aquele combustível queimado dos reatores, na realidade aquilo não é um rejeito, é um produto reciclável e que no caso do Japão eles chamam de o único combustível semiproduzido no Japão. Mas a nossa política do Brasil, como nós temos grandes reservas de urânio, nós vamos estocar o combustível como ele está queimado [soa a campainha] e deixar para o futuro o reprocessamento. Mas ele é guardado de uma forma encapsulada, de uma forma perfeitamente segura e sem contágio com a sociedade. Essa é a grande vantagem. Nós convivemos já com os outros rejeitos, não precisamos e não vamos conviver com rejeitos nucleares.

Em função do tempo, eu gostaria de continuar, mas vamos ser disciplinados.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Dr. Othon, Diretor-Presidente da Eletronuclear. Passo então a palavra ao segundo expositor, Altino Ventura Filho, que é Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia. Com a palavra por quinze minutos e se for necessário--

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Meus cumprimentos ao Senador Casagrande, Presidente da Comissão, meus colegas aqui de Mesa, aos demais senadores, parlamentares, participantes dessa Reunião. É uma satisfação para o Ministério de Minas e Energia, eu fui indicado pelo Ministro Edison Lobão para estar presente neste evento, trazer algumas reflexões sobre a questão nuclear na matriz energética brasileira. O enfoque que eu vou procurar dar é no sentido de mostrar a necessidade que o país e o nosso sistema elétrico energético necessita, quer dizer, necessita de nucleares, e a partir disso, quer dizer, tentar mostrar como a política nuclear para a geração de energia elétrica está estabelecida. Eu pediria que passasse a primeira.

Bom, aqui temos os dados do Brasil, mas antes de falar no caso brasileiro das demandas, eu queria dar uma informação bem rápida sobre o cenário nuclear no mundo. Veja, quando nós olhamos a matriz elétrica mundial, quer dizer, ou seja, as fontes que se produz energia elétrica no mundo, e olhamos assim um histórico, digamos, próximo dos trinta anos, de 1980 para cá, o que a gente observa é o seguinte, quer dizer, o mundo produz energia elétrica a partir do carvão mineral, 40% é do carvão mineral, é a grande fonte para produzir energia elétrica, e é um poluente, tem emissão de CO2 e etc. Quando se olha como evoluiu essa matriz, o carvão mais ou menos manteve esse valor próximo de 40%. Duas fontes energéticas tiveram uma avaliação expressiva: uma é o gás natural, que passou de 12% para 20%, quer dizer, em 1980 era 12% e atualmente está próximo de 20%, por conta tecnológica, que as turbinas a gás natural tiveram um ganho de eficiência e então desenvolveu-se essa fonte; a outra é a nuclear, que em 1980 participava com 9% e atingiu atualmente valores na faixa de 15% e 16%. Então o desenvolvimento da nuclear no mundo foi realmente expressivo e têm vários razões que levam a esse desenvolvimento. Tivemos aqui redução de petróleo para a produção de energia elétrica, a rede elétrica também teve uma redução, mas eu queria destacar que a nuclear é de fato uma opção que o mundo está utilizando de uma maneira muito sistemática, está certo? É uma energia competitiva, é uma energia, digamos, que é uma fonte abundante porque existe bastante urânio no planeta, então é uma fonte abundante, ela é uma fonte que no contexto atual tem uma vantagem ambiental significativa. Quando se considera a emissão de CO2, considerando a fabricação de equipamentos e a operação da usina, a energia nuclear é a mais baixa emissora de CO2; menor do que a solar, menor do que a biomassa, menor do que a hidroelétrica. Em parte esse é um fator que tem resgatado essa opção em termos mundiais.

Bom, vamos então agora entrar no caso brasileiro, em que eu gostaria de falar inicialmente daquele segundo lado aí, que é a parte de energia elétrica, quer dizer, vamos esquecer aquele do balanço de energia total, porque a nuclear é voltada para a produção de energia elétrica. A gente observa ali um consumo de energia no Brasil, numa certa unidade [i terawatts-hora, não importa, o que interessa é a relatividade. Em 2007, nós estávamos com quase 400 terawatts-hora, no valor de 2008 é um pouquinho acima, e o cenário nosso, do nosso planejamento de longo prazo, que é o plano 2030, sinaliza para valores na faixa de 1000. Então nós vamos passar de 400 para cerca de 1000, mais do que dobrar em algo como vinte anos, qualquer coisa dessa ordem mais ou menos. Isso em função do crescimento da população, em função do desenvolvimento da economia, o Produto Interno Bruto. Então nós podemos dizer o seguinte: isso é algo um pouquinho inevitável. Pode não acontecer em 2030, acontecer em 2032, 2028, mas o Brasil vai ter que mais do que dobrar o seu sistema elétrico. Isso é um desafio muito grande para nós viabilizarmos as fontes energéticas para atender essa demanda que a sociedade brasileira vai necessitar.

Eu queria deixar claro o seguinte: se o país não conseguir enfrentar esse desafio e mais do que dobrar o seu sistema elétrico, a nossa economia não poderá crescer; não se faz nada sem energia e, em particular, a energia elétrica, que é o fator multiplicador de tudo, de serviços, indústrias, etc. e etc. Pois bem. Então vamos à próxima, por favor.

Aqui apresenta-se... Eu acho que podemos passar para a outra(F), que essa daqui é oferta de energia geral, e eu queria ir para energia elétrica. Pode passar adiante.

Esse gráfico mostra 2007, uma distribuição de como o país produziu energia elétrica para atender as suas necessidades naquele valor de 400 terawatts-hora. A gente vê que se destaca ali a hidroeletricidade brasileira (77%), parece ali uma parte de importação. Pode parecer estranho, mas essa importação é a parcela paraguaia de Itaipu, que também é hidroelétrica. Então veja: somando aqueles dois valores ali, a gente vê que a predominância hidroelétrica é extraordinária

no Brasil. Olhando aquele item ali (renovável), o Brasil tem 89% de fontes renováveis para produzir energia elétrica. O mundo tem apenas 18%. Veja a diferença, quer dizer, ou seja, é um exemplo para o mundo o setor elétrico brasileiro. A natureza nos deu as fontes renováveis para atender as nossas necessidades e os brasileiros, com a inteligência deles, estão utilizando essas fontes. A gente olha ali e aparece, olha, hidroelétrica, que é hidro mais importação, a biomassa aparece ali como uma fonte, quer dizer, logo em seguida. Isso aqui é o programa da indústria da cana, a cana-de-açúcar e os seus derivados, que é um programa energético que é um exemplo para o mundo: produz o etanol, um combustível líquido não derivado de petróleo, com preços livres de mercado, uma produção com tecnologia brasileira, sem competir com alimentos, sem agredir os nossos ecossistemas, em particular a Região Amazônica. O bagaço de cana, que é um energético, ele é queimado produzindo calor para a indústria do açúcar e do álcool, produz energia elétrica, um excedente que é mandado para a rede numa cogeração, que é um processo altamente eficiente. Então isto é algo que realmente os brasileiros, somente os brasileiros têm uma situação dessa. Um projeto, está certo, ambientalmente viável, tecnologicamente dominado e com um custo competitivo. Depois vêm as fontes de geração térmicas, todas elas complementares.

Quando nós olhamos isso aí, a gente vê que realmente os brasileiros priorizaram a hidroeletricidade. E não podia ser diferente. Por quê? Porque a hidroeletricidade, veja, primeiro, o nosso potencial é enorme, quer dizer, a hidroeletricidade é algo raro no planeta. Não é muito comum os países terem potencial hidroelétrico. Quando se pega os seis, sete países que têm, já atinge quase que a totalidade, porque para ter hidroeletricidade precisa ter uma topografia como nós temos no Brasil, quer dizer, precisa ter queda. A região de Minas Gerais, que é a chamada caixa d'água brasileira, está certo, está a cerca de mil metros mais ou menos do nível do mar. E neste local alto tem que chover. Então a chuva chega lá e o Brasil aproveita na Bacia do São Francisco, na Bacia do Tocantins, na Bacia do Paraná, hidrelétricas extremamente competitivas. Então não tem muitos países no mundo que têm esse recurso.

Pois bem. O potencial hidroelétrico brasileiro é o terceiro do planeta. Nós temos algo como 260 mil megawatts. O maior potencial do mundo é o potencial chinês, que é 350 mil. O nosso está em terceiro lugar, aproximadamente, com 260 mil. Pois bem. E nós aproveitamos intensamente as usinas mais econômicas, o nosso sistema é predominantemente hidroelétrico e a política para atender aqueles 1000 **TeraWatts/hora**, dos 400 hoje, prioriza a hidroeletricidade. Para dar uma ideia, no nosso plano 2030 cerca de 2/3 do atendimento do mercado, inclusive o mercado incremental, está baseado na hidroeletricidade, que é a solução mais adequada do ponto de vista ambiental, do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista de custo. É uma energia limpa, renovável, competitiva, em que os brasileiros estão tendo uma vantagem comparativa com o resto do mundo enorme. Eu quero destacar que essas usinas hidrelétricas, na medida em que os investimentos são quitados, e de fato grande parte do nosso parque já está amortizado, essa energia tem um custo de produção muito baixo, que é o custo de operação da usina, que não tem combustível, é muito baixo, que faz com que o Brasil, a médio e longo prazo, tenha um parque hidroelétrico amortizado, sem investimentos para serem amortizados e, portanto, nós podemos ter uma vantagem comparativa enorme com o resto do mundo.

Pois bem. Agora pode surgir uma pergunta aí. Por que nós não usamos só hidroeletricidade daqui para frente? Então para essa resposta pode ser dito o seguinte: primeiro, porque a política energética brasileira tem que buscar a diversificação da nossa matriz. Nós não podemos usar uma única fonte, devemos usar todas elas e todas elas têm características que permitem uma combinação que resulta em melhor resultado para o Brasil. Então essa é a primeira razão. A segunda razão é que o nosso potencial hidroelétrico não pode ser totalmente aproveitado. Se ele pudesse, se nós pudéssemos aproveitar os 260 mil, provavelmente a gente ia continuar num horizonte priorizando ainda a hidroelétrica e adiando outras soluções, porque a hidroelétrica é a mais conveniente. Por que não podemos aproveitar todo esse potencial? Porque a sociedade brasileira decidiu que alguns locais onde têm hidrelétricas dê uma outra destinação. Então dos 260 mil, 80 mil megawatts, que é quase 1/3, isso não é desprezível, estão em locais que não se pode em alguns casos nem estudar. São terras indígenas, são reservas florestais, está certo, são parques nacionais em que a sociedade brasileira entendeu que este recurso não é prioritário, outros usos são mais prioritários. Inclusive recursos minerais também que estão nessas áreas. Então em função disso, de uma perspectiva do esgotamento do potencial hidroelétrico brasileiro, é que nós precisamos complementar com outras fontes. E essas outras fontes energéticas, elas caem necessariamente em duas categorias: usinas térmicas e o que nós chamamos não hidráulicas, que nem é térmica e nem é hidráulica, como, por exemplo, a usina eólica. A usina eólica, ela não é uma usina térmica e não é

uma usina também hidráulica, digamos assim. Pode passar adiante, por favor.

Então essa complementação de fontes, veja o primeiro destaque aqui, eu não vou entrar em detalhes, que não é o caso, mas essa transparência procura mostrar o potencial energético brasileiro, convertendo os nossos recursos energéticos em milhões de barris equivalente. Então a gente chega a um número aí expressivo, quer dizer, o Brasil não tem escassez de fontes primárias para a produção de energia. Quando se olha o potencial do hidroelétrico, urânio, petróleo, gás, vento, carvão, biomassa, nós temos um excedente. Então o que se precisa fazer é combinar essas fontes da maneira mais interessante para a sociedade brasileira. Pode passar adiante.

E para atender a energia elétrica, veja, aí nós temos aqui uma informação que eu também não vou entrar em detalhe, mostrando a competitividade das diferentes fontes para a produção de energia elétrica no Brasil. Nós temos, primeiro, a hidroeletricidade, que é a mais econômica – aqui está em reais por megawatt/hora. Em seguida, a biomassa, que é o bagaço de cana. Depois vem o carvão mineral nuclear, a eólica e depois os combustíveis fósseis. Então por uma razão de competitividade o Brasil devia priorizar uma combinação entre hidroelétrica/biomassa com as usinas a carvão/nuclear e em seguida a energia eólica. Pode passar adiante.

Aqui mostra também, eu não vou me deter, mostra a emissão de gases de efeito estufa, quer dizer, no caso de carbono equivalente, onde parece a nuclear como a fonte de menor emissão. O mundo hoje busca eleger a energia nuclear por conta da questão das mudanças climáticas e emissão de CO2. É aquela que apresenta as condições mais favoráveis do ponto de vista ambiental no que diz respeito à emissão. Pode passar adiante.

Bom, aqui tem um histórico sobre a energia nuclear, mas eu não vou apresentar todas. Pode parar aqui.

Eu diria o seguinte, quer dizer, a nuclear no Brasil, como foi dito pelo Presidente Othon, ela foi antecipada temporalmente. Quando o Brasil decidiu, na década de 70, desenvolver o programa nuclear de oito nucleares até 1990 com o acordo com a Alemanha, essa decisão foi uma decisão precipitada, antecipada no tempo. Naquela ocasião se imaginava um Brasil potência no ano 2000 [soa a campainha]. Isso não se concretizou em função do menor desenvolvimento que a nossa economia teve. Naquela ocasião não se conhecia o potencial hidroelétrico brasileiro, estimava-se um mercado maior. Em suma, tinha algumas razões técnicas e razões políticas também. Então se antecipou muito o programa nuclear e de fato a realidade veio e ele não se viabilizou de alguma forma. Então, veja, o contexto de hoje é um contexto totalmente diferente daquela época. Hoje se têm estruturas de planejamento que dão uma solidez muito grande, uma firmeza às decisões muito maior do que o que se tinha naquela época porque são conhecidos todos os dados: o potencial hidroelétrico brasileiro é conhecido, se tem uma segurança sobre a evolução da demanda.

E aqui eu procuro responder, em forma bem sintética, as principais razões que justificam a decisão da política nuclear brasileira. Um ponto relevante é o seguinte: o desempenho das usinas de Angra I e II, a exemplo das demais usinas no mundo PWR, é um desempenho [interrupção no áudio]. As usinas, elas têm uma operação que é um tino de tipo de operação da usina térmica que é o que nós chamamos no setor uma operação de base, ou seja, elas operam todos os dias do ano, menos quando está fazendo manutenção, mas operam vinte e quatro horas por dia. Esse tipo de operação, que é típico da nuclear e também do carvão mineral, é o tipo de operação que o sistema hidroelétrico brasileiro necessita. Então essa usina é uma usina que tem um papel muito relevante de estabilizar a situação da produção de energia do nosso sistema. E ela teve um papel importantíssimo, veja, no racionamento de energia e no atendimento da curva de carga, na base da curva de carga junto do Rio e São Paulo. Então em função desse desempenho, que não é só no Brasil, mas em termos internacionais, está certo, e outras razões que aparecem aqui... Eu peço para voltar a primeira, por favor. Aqui aparece aquela que eu já me referi, o esgotamento do potencial hidroelétrico aproveitável no Brasil, aí precisa de complementação térmica. A segunda transparência, pode passar.

Aqui a questão da competitividade, que é outro fator importante. Hoje a nuclear, com a experiência brasileira e as referências internacionais, apresenta custos da energia produzida competitivo com outras soluções que o Brasil pode disponibilizar. Então são valores estimados aí na faixa de R$150,00, pode ser um pouco mais ou um pouco menos, mas compatível com os chamados custos marginais de expansão do sistema. Então é outra opção, é outra razão que justifica a nuclear. Pode passar.

A operação de base, que eu já me referi. É uma usina que tem um investimento alto e um custo de operação baixo pelo combustível. Portanto, é uma usina que vai operar o tempo todo. Então essa usina é adequada para o nosso sistema hidroelétrico. Pode passar a seguinte.

Os aspectos ambientais, que eu já me referi. É a menor emissora de CO2, gás de efeito estufa, existe o rejeito nuclear, mas é a única indústria, como se

referiu o Presidente Othon, de que guarda o seu lixo junto dela e tem uma solução para controlar esse lixo, ao contrário de todas as outras indústrias, que espalham o seu lixo pela sociedade. E, finalmente, o desenvolvimento tecnológico. Está terminando o meu tempo. Pode passar.

O Ministério de Minas e Energia, com base nos nossos estudos e planejamento, o Plano 2030, formulou as políticas de desenvolvimento de todos os energéticos para atendimento das nossas necessidades. E no que diz respeito à geração nuclear, aparece resumidamente aí os principais tópicos do que é que se defende dentro desse horizonte de médio prazo até o ano de 2030. Primeiro, considerar a inserção da geração nuclear no país para uma operação de base conforme aqueles argumentos que foram trazidos favoráveis à usina; construção de Angra III, aqui está para a operação em 2014, foi quando se tomou a decisão no Conselho Nacional de Política Energética, baseado numa decisão econômica. O que faltava investir na usina era competitivo com outras opções que o país tinha. Então em função disso e das necessidades energéticas foi decidido a construção de Angra III, que já está sendo efetivada. Naquela ocasião era para 2014 e hoje o cronograma já prevê para maio de 2015.

Bom, aí vem o que é que nós vamos fazer depois de Angra III: dar continuidade ao programa nuclear, após Angra III, com a implantação de dois sítios, dois locais de usinas nucleares, uma na região Nordeste, como já foi referido, no litoral, entre Salvador e Recife, está certo, e outra na Região Sudeste, neste horizonte até 2030. Veja, esses dois locais terão várias unidades, unidades na faixa de 1000 megawatts, onde se prevê uma alternativa mínima até 2030 de 4000 megawatts, ontem teríamos duas unidades de 1000 neste local, no Nordeste, e mais duas unidades de 1000 na Região Sudeste brasileira. Esse programa é um programa complementar [soa a campainha], a geração de energia nuclear que hoje está numa faixa de 2%, um pouquinho mais do que isso, no atendimento da energia elétrica do Brasil, dobra esse valor, passa a ser algo como 4%, 4,5%, para esse programa de 4000 megawatts, onde isso aí é algo perfeitamente natural na política de diversificar a matriz energética brasileira e ter usinas que operem de base e complementem as nossas necessidades. Foram também estabelecidos outros cenários para diferentes hipóteses do eixo do plano até 2030, que pressupõe também a hipótese de 6000 e 8000 megawatts, mas a nossa referência inicial é de 4000 megawatts.

Bom, para resumir, que o meu tempo esgotou, eu diria o seguinte: a questão da energia nuclear no Brasil é uma questão que tem uma política bem estabelecida, com base na visão estratégica de longo prazo, das necessidades energéticas brasileiras, na questão da confiabilidade da usina, o equacionamento ambiental dela, da competitividade e, portanto, é uma política que está bem estabelecida e que o Ministério de Minas e Energia tem se empenhado, com o apoio da Eletrobrás e da Eletronuclear, de levar à frente essas decisões que estão simplificadamente formuladas aí. Eu passei um pouco do meu tempo, mas eu agradeço a atenção e fico à disposição para os esclarecimentos que foram necessários.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado ao Sr. Altino pela sua participação conosco e contribuição. Registro a presença de Marco Antonio de Oliveira, que é Superintendente Regional do CPRM de Manaus. Muito obrigado pela presença. Com a palavra o Sr. Ivo Bucaresky, que é Chefe de Gabinete do Ministro Carlos Minc.

SR. IVO BUCARESKY: Bom-dia, Sr. Presidente Senador Renato Casagrande, Sras. e Srs. Senadores, meus colegas de Mesa, senhoras e senhores presentes. Quero primeiramente agradecer ao convite ao Ministério do Meio Ambiente para esse debate. O tema de discussão sobre a energia em geral e de energia nuclear, em especial, é um tema de grande interesse nosso.

Nós, do Meio Ambiente, concordamos e consideramos que obviamente o consumo de energia no país é uma coisa necessária, sem energia, não só da energia elétrica, mas todo o consumo de energia é necessário para o desenvolvimento humano, para o consumo humano, isso faz parte da nossa vida. Obviamente um país em desenvolvimento com o nosso tende a aumentar o consumo de energia, nós temos que fazer um grande debate sobre isso em todas as matrizes. Qualquer aumento de energia, qualquer produção de energia gera algum tipo de impacto ambiental, não só na produção de CO2. Mesmo as matrizes mais limpas geram algum tipo de impacto, diversos tipos de impacto. Quando a gente produz energia hidroelétrica, podemos até não produzir quando quantidade de CO2, mas temos outros impactos na biodiversidade, no deslocamento humano, nos usos de hidrovia, na pesca. Portanto, nós sabemos que esse é um debate que é necessário, em qualquer matriz que nós adotarmos haverá algum tipo de impacto ambiental, temos que discutir como mitigá-los, como diminuir, e por isso que nós achamos que inclusive o debate sobre o aumento do uso de energia não tem que ser dado só pelo lado da produção de energia, mas também do consumo. Nós temos que botar no nosso debate como vamos conseguir aumentar a nossa produtividade, a nossa qualidade de vida, sem aumentar proporcionalmente

o consumo de energia, como utilizando eletrodomésticos que usem menos energia, uma matriz de produção industrial menos consumidora. Isso também tem que estar no nosso debate, como é que a gente conseguiria. Obviamente, tem que ter uma projeção, se nós conseguirmos ter um desenvolvimento econômico de 5%, 6% e 7% ao ano nos próximos vinte anos e não precisamos chegarmos ao consumo previsto, seria o ideal. Eu acho que a tecnologia também vai nos permitindo criar novos modelos de uso energético. Um exemplo claro tem sido o nosso projeto, o programa de troca de geladeiras que o setor elétrico está fazendo, que o governo pretende depois implementar, que é um programa de trocar geladeiras antigas por geladeiras novas com um consumo menor. Portanto, podemos manter a qualidade de vida, o uso das geladeiras, consumindo menos energia. Então nós achamos que este é um debate que tem que estar vindo em conjunto com o debate da produção.

Bom, sobre a questão do impacto do CO2, eu quero dizer o seguinte: nós do Meio Ambiente queremos discutir todos os impactos ambientais. O CO2 é um dos impactos, é hoje o impacto mais discutido, mais da moda, é um impacto importante, fundamental, dado a questão das mudanças climáticas, mas não é o único impacto que as matrizes energéticas geram. Como eu volto a falar, hidroelétrica, por exemplo, gera pouco impacto de CO2, mas gera muito impacto em outras áreas.

A nossa preocupação na questão nuclear se dá um pouco nisso. É verdade que o impacto sobre o CO2 é pequeno na energia nuclear, mas nós temos outros impactos que nós achamos preocupantes em toda a cadeia produtiva do combustível nuclear, a começar com a própria usina, é óbvio que hoje cada vez mais as usinas nucleares são mais seguras, melhores, mas a nossa primeira preocupação é que um acidente numa usina nuclear não é a mesma coisa que um acidente numa usina hidroelétrica, numa usina termoelétrica. O impacto que isso terá na sociedade, no meio ambiente, não só no meio ambiente, em tudo, na saúde emana, na economia, é muito maior do que um impacto do que se nós tivermos um acidente em qualquer outro produtor de energia da nossa matriz. Essa é uma preocupação constante na discussão sobre energia nuclear que nós temos que colocar, que é como evitar isso aqui se nós podemos criar outros modelos que evitem esse tipo de acidente.

Segundo, na própria cadeia de produção, antes da produção, nós temos toda a mineração de energia nuclear, a produção do combustível, que também gera seus riscos. Na nossa área de produção hoje nós temos inclusive uma discussão muito forte, eu esqueci o nome da cidade agora, em Caetité, há uma série de estudos que indicam, por exemplo, um aumento forte na radiatividade da região, num aumento de casos de câncer na região por conta da mineração de urânio. Isso está em debate ainda, mas há relatórios sendo feitos, nós estamos investigando isso aqui, mas, por exemplo, é uma preocupação grande como que vamos, por exemplo, se vamos produzir urânio, como vamos produzir sem afetar a população local, sem criar problemas que aparentemente pode estar acontecendo em Caetité. Então a questão da segurança na questão nuclear se passa por todo o ciclo, não é só sobre os rejeitos. O rejeito é o pior problema, é a questão principal, mas todas as outras questões da produção do minério de urânio, da manipulação dele, da produção do combustível e a usina também são preocupantes, a segurança da usina e toda a segurança em torno.

Na questão dos rejeitos nucleares, a nossa preocupação, o Almirante Othon nos coloca muito forte que está mais seguro, que nós vamos colocar... Eu participei bastante das nossas discussões lá no Comitê de Política Nuclear dos modelos de colocar em minas, enterrados, com segurança, mas nós consideramos ainda que há perigo. Nós temos o perigo na manipulação, do acesso, inclusive há uma discussão se devemos fazer com o acesso ou não acesso a isso aqui, é óbvio que com acesso você tem a vantagem de poder utilizar lá na frente para ser reciclado, mas há outros riscos da ordem inclusive de segurança. Há um setor que define, por exemplo, que se na questão dos rejeitos que a gente coloque sem acessão, que haja total bloqueio ao acesso a isso, é porque há sempre o risco de ser manipulado por grupos terroristas, por grupos que podem utilizar aquilo para fazer a bomba suja. O rejeito nuclear é uma das possíveis matrizes para se construir a chamada bomba suja nuclear, que seria a bomba ou o modelo de risco de terrorismo no futuro. Então essa é uma questão que nós temos que também discutir fortemente, que não envolve só a questão do rejeito em si ambiental, mas a questão de usos que podem ser feitos. E isso, inclusive, nos coloca uma outra preocupação, que é quem vai organizar o rejeito nuclear no Brasil, quem vai coordenar. Há uma defesa que seja a ANB ou a Eletronuclear, nós avaliamos que deveria haver uma empresa específica para cuidar de rejeitos nucleares no país, até porque o rejeito nuclear não é só o rejeito das usinas, nós temos outros usos de energia nuclear no país, na medicina, na agricultura, em outras áreas que geram rejeitos. Nós devemos lembrar que um dos maiores acidentes nucleares da história, o grande acidente nuclear que houve na história do Brasil foi feito com um rejeito nuclear na área médica, que foi mal manipulado, que é

o Césio-137, em Goiânia, que é um dos maiores acidentes do mundo na área nuclear, gerado por isso. Então esse é outro debate que nós temos que fazer, é como vamos manipular e utilizar todos os rejeitos nucleares no país, porque quem cuidar de rejeito, não tem que cuidar só do rejeito da usina, tem que cuidar, eu acho que tem que ter uma política para cuidar de todos os rejeitos que nós temos utilizado, até porque vamos precisar aumentar, inegavelmente, o nosso consumo de usos de energia nuclear, de combustíveis nucleares, de materiais radioativos, para a medicina, por exemplo, em que cada vez mais se usa esse tipo de produto, inclusive há uma discussão de a gente construir agora um equipamento para a gente passar a produzir muitos desses equipamentos médicos nucleares. Há o uso na agricultura cada vez mais pesado. Então essa discussão tem que ser para além do uso de como nós vamos pegar os rejeitos na questão da usina, mas para todas as questões de rejeitos. Esse é um outro debate que nós, na área ambiental, consideramos importante.

Então nós achamos que podemos ainda tentar modelos alternativos da produção de energia. Concordamos que estamos chegando no nosso limite do uso hidroelétrico, até porque, como falou muito bem, nós temos a questão das unidades de conservação, as hidrovias que são necessárias no país também, quer dizer, há outras utilizações para o potencial hidroelétrico do país, mas achamos que existem modelos alternativos que não usam só as térmicas nucleares ou as térmicas de outros modelos. Eu acho que o incentivo à energia eólica é um incentivo importante, o incentivo à energia solar, que entra no consumo, porque hoje um dos grandes usos é para colocar para uso doméstico. Conseguimos, por exemplo, no Projeto Minha Casa, Minha Vida, que se colocasse o uso da energia solar, que isso diminuiria muito a necessidade de produção em grandes usinas do consumo de energia. Nós achamos que o modelo de biomassa também é algo que nós temos que discutir fortemente e aí biomassa não é só cana, há outras produções de biomassa interessantes, que inclusive resolve um outro problema nosso, que são dos resíduos sólidos do lixo. Nós temos um exemplo de uma experiência que está ocorrendo agora no Rio Grande do Sul, que é um consórcio de Prefeituras que são suinocultoras, que estão construindo com o apoio de uma agência alemã, com o apoio da Eletrosul, uma pequena usina de biomassa utilizando fezes de suíno, que vai produzir energia suficiente para alimentar uma das cidades do consórcio. Então achamos que a gente incentivar criações de modelos de biomassa, que são modelos que em geral serão pequenas usinas, mas que podem ser um potencial alternativo de aumento hoje, como já foi apresentado depois da hidroelétrica é o segundo fornecedor de energia do país ainda. Eu acho que podemos ampliar muito mais o uso de biomassa. Então nós achamos que temos que tentar ainda, e acho que a tecnologia está desenvolvendo, tentar incentivar mais outros usos das matrizes que não seja matrizes térmicas no país, mesmo sabendo do limite da hidroelétrica, mas a matriz eólica, a matriz solar, a biomassa, que têm potenciais de crescimento muito grande, capazes de nos fornecer um aumento que, talvez, a gente não tenha a necessidade de expandir tanto a nossa produção de energia nuclear, a nossa produção de energia térmica por outros modelos.

Então a gente acha que tem que ter, o governo, a iniciativa privada, tem que ter uma política mais forte de incentivo nesse tipo de tecnologia. São tecnologias mais limpas, menos arriscadas, o impacto geral não é só no CO2, mas se pegarmos todos os impactos ambientais dessas outras tecnologias impactam menos na sociedade, impactam menos no meio ambiente, nos são mais seguras dos riscos que têm do acidente, menos polêmicas, inclusive, que permitem em muitos casos, como o caso da biomassa, ter uma segundo utilidade, que é a gente ter para onde ir os resíduos de outras produções, que seriam utilizados na produção de energia, quer dizer, a gente resolve também parte do problema do lixo brasileiro. Então nós achamos que devia ser prioridade nossa um incentivo à criação dessas políticas de energia alternativa como o principal crescimento da nossa matriz energética para além da hidroelétrica. É isso e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Ivo, pela sua participação, representando aqui a posição do Ministério do Meio Ambiente.

Eu passo, então, aos inscritos. Primeiro aos autores do requerimento. Vamos verificar se a gente pode ficar dentro dos três minutos nos questionamentos. Qualquer questionamento e observação nós vamos ter a participação dos palestrantes ao final. Então com a palavra o Senador João Pedro, o primeiro que assinou o requerimento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Junto com o senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Subscreveu o requerimento junto com o Senador Augusto Botelho, Flávio Torres e Flexa Ribeiro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Começamos pelo mais velho.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente Casagrande, eu considero esta Audiência Pública hoje

aqui no âmbito das duas Comissões de extrema relevância para o nosso país. Nós temos aqui dois Ministérios importantes, considero dois Ministérios estratégicos, que é o Ministério de Minas e Energia e o Ministério do Meio Ambiente, e a Eletronuclear. Considero essa discussão uma discussão ligada ao presente do nosso país, à realidade econômica, social e ambiental do nosso país, mas também ligada profundamente com o futuro do nosso país, da nossa sociedade. Eu tenho três minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Três minutos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Vejo que o país como liderança, você veja que nós estamos saindo da crise e nessa crise o G-7 praticamente sumiu e tem o G-20 com o Brasil sendo um país importante nessa nova rearrumação. E o povo brasileiro melhorando a sua condição de vida, as regiões melhorando.

Quando eu vejo o Luz para Todos, eu acabei de receber um relatório informando a situação lá no Estado do Amazonas, o meu Estado [soa a campainha], do Luz para Todos. Eu fico feliz, mas eu vou ficar mais feliz quando o Brasil todo superar esta dificuldade de milhares de brasileiros que ainda não têm um bico de luz, como se diz popularmente. Nós precisamos de energia doméstica, mas energia para o trem, energia para mover a economia familiar, a micro, a média e a grande empresa, enfim.

Eu não tenho nenhuma discordância na principalidade das exposições, mas eu considero a opinião do Ivo, que representa um grande Ministro, que é Carlos Minc, um grande Ministério, um pouco afastada do foco que está sendo dado pelo Ministério de Minas e Energia, ou seja, foi mostrado aqui que essa [interrupção no áudio]. Nós vamos ter, se eu não me engano, em 2030, 4% apenas da energia nuclear no Brasil, para uma economia desse tamanho. Em 2030 o Brasil vai estar bem melhor, com certeza, todos nós. Não é a economia brasileira, é o povo brasileiro. E aí eu não tenho divergência em nós ampliarmos o apoio, o incentivo, a pesquisa nas energias alternativas. Nenhuma. Eu sempre digo e vou aproveitar em trinta segundos. Itacoatiara, uma cidade no Amazonas, na margem do Rio Amazonas, que tem ali em torno de 80 mil habitantes, tem energia hoje vindo da madeira certificada, um grupo privado, e fornece energia, Senador Flávio Torres, 70% da energia vem justamente da madeira certificada, do resto da madeira. Está lá a cidade. Então, ok, eu acho que isso para a Amazônia, inclusive, ela deva ser incentivada, apoiada, que outras cidades possam ter energia do manejo florestal. O Município de Itacoatiara é um exemplo.

Agora eu não tenho nenhuma dúvida de nós não podemos prescindir da energia nuclear. Eu quero parabenizar Angra I, Angra II, a gestão do Dr. Othon e a sua equipe, porque fazem na realidade um trabalho significativo, extremamente silencioso para a importância da energia. Ele falou muito do Rio de Janeiro, mas na realidade essa energia, ela é interligada ao sistema brasileiro, não fica no Rio, necessariamente no Rio de Janeiro. Eu quero dizer do meu reconhecimento. Eu fiquei como brasileiro, como homem público, muito satisfeito de perceber o zelo da equipe que vem fazendo a gestão de Angra I, Angra II e Angra III. Eu quero parabenizá-los pelo esforço, a forma silenciosa ao longo desses anos todos, tem muita incompreensão, tem muito preconceito com energia nuclear e nós precisamos superar isso.

Quero dizer aqui que nós precisamos ampliar isso, conversar mais com o Ministério do Meio Ambiente e nós cuidarmos desse, vamos dizer assim, desse gargalo. Mas uma economia como a nossa, um país desse tamanho, do ponto de vista social, das diferenças regionais, nós precisamos ampliar a energia nuclear e observando, evidentemente, todos os cuidados que devemos ter. Isso é política de Estado, isso é política de Estado, não é de um Ministro, de ninguém. Não, é uma política de Estado. Mas um país que quer igualdade social, que quer diminuir a pobreza, não pode abrir mão da energia.

Então eu quero parabenizar a gestão da Eletronuclear e me colocar à disposição de nós ampliarmos este debate com o Meio Ambiente, com a sociedade civil, e nós termos no Brasil uma energia nuclear com sustentabilidade, com compromissos, absolutamente com compromissos. Só assim nós vamos ter um país mais justo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem, Senador João Pedro, que foi o primeiro a se pronunciar. Senador Augusto Botelho e depois o Senador Flávio Torres.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de agradecer a presença de todos os palestrantes e dizer assim que havia nessa exposição, talvez, assim, algum preço do custo do quilowatt produzido nas várias alternativas de energia? O senhor tem algum quadro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ele apresentou, ele apresentou aqui para nós.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Posso reproduzir?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pode, é lógico.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu vi o de 150 da energia nuclear.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Veja, aparece aqui uma comparação do quanto custa em reais por megawatt/hora a nível de planejamento.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Isso.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Não é um orçamento de um projeto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Perfeito.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Então é muito--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É a média.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: É, valores de referência de planejamento, quer dizer, muito mais importante do que o valor absoluto é a relatividade entre eles, mostrando a sequência econômica da competitividade do sistema brasileiro. Pode passar adiante aí.

Veja, aqui mostra, digamos, aparecem as diferentes fontes energéticas para a produção de energia elétrica e aqui em reais por megawatt/hora. A gente percebe que a hidroeletricidade, a escala aí não está muito fácil de ler, mas a hidroeletricidade é algo como R$100,00 por megawatt/hora, alguma coisa deste tipo. É um número típico de referência. Por exemplo, as usinas do Madeira custaram R$70,00 para o mercado regulado, mas considerando o mercado livre dá uma média próxima desses R$100,00, ou seja, seriam as hidrelétricas mais econômicas. Em seguida vem a biomassa. A biomassa aí está na faixa de uns R$130,00, qualquer coisa dessa ordem, R$130,00 a R$140,00. Biomassa aqui do bagaço de cana, ou seja, é aquele num processo de cogeração, que é um processo eficiente e onde o investidor, quer dizer, a matéria-prima está ali, na realidade o bagaço de cana aparece por causa da indústria do açúcar e do álcool, então aparece o bagaço de cana e ele queima usando energia para ele e vendendo o excedente na rede. É um processo altamente eficiente de produção de energia. Depois vem a nuclear e o carvão mineral, que está nessa faixa aí, uns R$150,00, R$160,00, etc., quer dizer, ou seja, depois da hidroeletricidade e da biomassa são as duas fontes que se apresentam mais favorável. A eólica ali está apresentando valores que são um pouco acima, talvez, de R$200,00.

A eólica, eu queria fazer um comentário que é o seguinte: a experiência brasileira foi com o PROINFA. Atualmente os consumidores brasileiros estão pagando pela energia eólica, com as correções que foram feitas desde a época que foi implantada através da Eletrobrás, R$270,00 por megawatt/hora. Nós estamos convencidos de que a eólica não vai custar isso e a prioridade do Ministério para a eólica é fazer o leilão de energia neste ano de reserva e estamos numa expectativa que vai custar menos de R$200,00, R$180,00, [soa a campainha] eventualmente caindo para valores menores, o que vai permitir que o Brasil passe a usar a fonte eólica como uma solução adequada para o nosso suprimento. No mundo a experiência está mostrando que a eólica está reduzindo os custos, países como a Alemanha, a Espanha, etc., têm usado intensamente, a China, os Estados Unidos.

Depois vem o gás natural, que ali está numa operação de base. Aqui está supondo que o gás natural está custando US$ 7 por milhão de BTU. Neste nível de custo o gás natural não é uma opção competitiva para produzir energia elétrica no Brasil, porque nós temos outras alternativas mais econômicas. E, depois, vêm os combustíveis fósseis, que tem custos aí totalmente proibitivos. O mais favorável é o óleo combustível e o diesel aí em valores que não deve ser usado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor quer continuar, Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu quero continuar mais um pouquinho. Eu acho que o uso da energia nuclear faz parte do pacote total de equilíbrio de energia do futuro. Principalmente o uso para mim, ele faz parte de uma outra coisa, que é do conhecimento nuclear, que ninguém empresta, ninguém dá e ninguém vende, que nós estamos desenvolvendo através dos trabalhos da Marinha e tudo, principalmente visando a minha área médica. Na área de medicina os rádios-isótopo são muito importantes.

Então eu acho que esse modelo que o país está adotando vai ser uma coisa viável economicamente para o país e vai beneficiar num outro ponto, que na área de rádios-isótopo também nós estamos começando, a medicina está engatinhando em rádios-isótopo. Tem muita coisa para frente ainda, muita coisa para a frente e com a nanotecnologia, com rádios-isótopo, a gente pode crescer e melhorar a qualidade de vida das pessoas, detecção mais precoce das doenças, reduzindo o sofrimento do paciente, reduzindo o custo do tratamento e dando acesso a todas as pessoas. Eu acho que isso que é importante.

Hoje nós temos um tipo de exame chamado pet-scan que poucos brasileiros [soa a campainha] têm acesso a ele, mas eu gostaria que esse exame fosse acessível a todas as populações, a todas as pessoas que tivessem necessidade dele. Eu estou falando só de um, mas têm outras perspectivas, outras coisas pela frente. Têm os tratamentos do câncer de tireóide, que a gente usa rádios-isótopo que resolve, que cura o

câncer de tireóide. Então são coisas que nós podemos evoluir para outras variações. Fora na parte da agricultura, que você melhora a conservação dos alimentos de uma forma totalmente inócua. É lógico que o rádio-isótopo exige cuidados, o rejeito radioativo.

Nós sabemos que na usina nuclear de Angra, nós visitamos lá, nós três estivemos visitando, os rejeitos são guardados de forma segura, não tenha dúvida. É como o Dr. Othon diz: "Nós produzimos o nosso rejeito, mas ele está guardando aqui eternamente"**.** Eu acho inclusive que Angra deveria, e o Ministério de Minas e Energia, levar mais senadores para haver um melhor convencimento e esclarecimento realmente. Então é importante, como eu também acredito que dentro de um futuro muito breve esse rejeito que está guardado lá vai ser um combustível. E fico muito feliz quando o Dr. Othon mostra aquele slide lá que aparece Roraima lá com um monte pontinho de urânio. Então no futuro nós vamos ser, fora o petróleo que está lá embaixo e que ninguém descobriu ainda, porque tem petróleo na Guiana e na Venezuela. Nós estamos bem no meio e lá não tem petróleo. Como é que é essa história? Tem alguma coisa errada. E o urânio que está guardado também a leste da linha de Tordesilhas. Esse urânio está todo lá na Região Amazônica e nós vamos utilizá-lo no futuro, eu não tenho dúvida nenhuma.

Então os meus parabéns e eu acho que a gente tem que investir, tem que fazer essas novas usinas, dezoito usinas que estão projetadas, mais dezoito usinas, porque é esse o caminho. E o petróleo vai acabar, provavelmente, lá para 2050, 2060 o petróleo acaba, apesar do nosso pré-sal. O nosso pré-sal vai valer mais dinheiro ainda porque o petróleo vai estar mais raro quando nós chegarmos lá na exploração econômica dele. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado ao Senador Augusto Botelho. Agora o Senador Flávio Torres.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, pela ordem. A bula, essa bula que determinou o Tratado de Tordesilhas, ela já caiu. É bom lembrar que a igreja liberou essa bula [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flávio Torres com a palavra.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Senador João Pedro, a Rádio Senado hoje de manhã me entrevistou e perguntou se havia preconceito contra a energia nuclear. Eu respondi que não há preconceito, há conceito. O mundo conheceu a energia nuclear através de duas bombas que traumatizou a humanidade até hoje. Agora apesar disso eu acho que a gente não pode, Dr. Ivo, ignorar a energia nuclear pelo conhecimento, pelas outras aplicações e por tudo que a gente pode ganhar com a energia nuclear.

Eu queria fazer perguntas. Primeiro, aproveitar aqui para dizer que o que não disse em Angra, Dr. Othon, eu queria dizer aqui, porque lá aparecia meio piegas dizer, mas eu queria dizer que eu fiquei muito impressionado também com a competência com que a usina, com que a equipe de Angra toca o Projeto.

A primeira pergunta ao Dr. Othon é o seguinte: o ciclo de combustível que o Brasil domina, ainda há uma etapa que a gente precisa mandar para o exterior porque a gente não faz, não é isso, no ciclo. Eu acho importante que o Brasil domine totalmente o ciclo de combustível. Eu queria saber o que é que falta, o que é que falta o Brasil investir para dominar completamente o ciclo da produção do combustível nuclear? A primeira pergunta para o senhor.

A segunda é o resíduo. João, o resíduo não está bem tratado ainda, o resíduo, não está dado a ele a destinação que o senhor mesmo nos disse, que o resíduo, por enquanto, está sendo guardado em Angra, mas não é o local apropriado para ser guardado. A gente vai ter que... Eu acho até que a solução proposta por Angra é uma solução inteligente, porque não é uma solução, é um adiamento de solução, mas é um adiamento que dá à humanidade uma certa... Porque realmente eu não sei como é que a que a gente poderia dar um destino para uma coisa ser guardada cem mil anos, se três mil anos é um tempo que nós já esquecemos onde é que ficava o Farol de Alexandria [soa a campainha] ou o Colosso de Rodes, coisa que tem três mil anos. Imaginem cem mil anos. Então eu acho inteligente que a gente comece a dar esses... Quinhentos anos é um tempo razoável para a gente se planejar. Então eu queria saber o que é que há no sentido daquele plano, aonde é que está aquilo, de escolher o local, de botar aquilo em cápsulas de aço inoxidável, depois concretar, aonde é que está, porque eu acho que é importante que se faça isso, não deixar aquilo em Angra como está.

A outra parte é o que é que falta para fazer o reator que possa produzir os rádios-isótopo para que a gente domine essa tecnologia da área da medicina, da agricultura, que é necessário para a gente. Então eu quero aqui que a gente possa ajudar a esse ciclo todo ser completado.

E, finalmente, a última pergunta. Se a Mesa considera necessária a criação de uma agência reguladora para a energia nuclear. Nós temos três 3500 instalações nucleares no país, que lidam com material radioativo, que precisam de inspeção, que precisam de condições de segurança e isso está na mão de quem executa. Então em 2008 houve uma reunião,

foi criado o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear, constituído por onze Ministros de Estado, que por consenso tomaram a decisão de criar um órgão regulador independente. Isso até agora não foi feito. Então eu queria saber por que é que não foi feito e se há consenso que a gente crie essa agência reguladora do setor. Era só isso, Sr. Presidente.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: O senhor me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se o senhor não se importar, poderia responder na conclusão.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Tá bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Aí a gente já deixa os outros parlamentares também questionarem. Obrigado, Senador Flávio Torres. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação do Senado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Gilberto, eu falo por último.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de colocar que na obtenção, no aprimoramento das energias limpas, como disse o representante do Ministério do Meio Ambiente, realmente a evolução está muito baixa ainda no país e, quem sabe, chegar a um ponto de substituir até a energia térmica, até a programada, mas que o Projeto REINFA, que recentemente está sendo debatido na Casa, de autoria do Senador Fernando Collor, que prevê a desoneração de alguns processos da eólica, da marítima, a biomassa ficou fora, mas principalmente da hidroelétrica até 30 megas, ela vai permitir uma evolução dessas energias, da execução dos investimentos pela desoneração tributária que ela vai auxiliar e também vai ser uma política de fomento que o governo vai dar para dar prioridade a esses projetos. Eu vejo que vai ser uma evolução. Inclusive quem está na energia eólica, Senador Casagrande, que o senhor defende tanto aqui nessa Casa e que nós damos tanta importância, porém é a mais cara nesse processo. Ela hoje só teria uma evolução realmente de novos investimentos, maiores ainda dos que os que já existem no país, em onze estados brasileiros, mas eu vejo que essa evolução vai se dar somente a partir de uma desoneração completa de toda a cadeia e que é o que requer, que precisa ser feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Está muito longe [soa a campainha], mais de R$200,00 para competir com R$70,00 da hidráulica, é difícil.

Mas eu gostaria de perguntar também ao Dr. Othon que a desativação de parte da Alemanha de energias nucleares pela segunda vez agora, como nós herdamos esse sistema que advém aqui da energia nuclear desde o tempo dos Governos Militares, principalmente do Presidente Geisel, que implantou aqui o sistema alemão, eu perguntaria se não vai haver uma desatualização tecnológica o fato de a Alemanha desativar lá o sistema de energia nuclear. Além disso, a gente sabe que na Europa toda a hidroeletricidade, comparativamente à brasileira, aos potenciais que existem no país, é muito deficitária comparando com a brasileira. Por que é que lá, quer dizer, por questão unicamente de segurança, é por segurança que a Alemanha desativa todo o seu sistema, da qual ela é dependente, porque ela não tem um sistema hidroelétrico compatível com as necessidades, com as demandas daquele país. Eu pediria: como é que fica essa situação de tecnologia?

E, também, sobre a privatização dentro do processo de produção brasileira. Existe uma tendência do governo de abrir esse processo para a privatização, principalmente de enriquecimento de urânio?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Renato Casagrande, nossos convidados a essa Audiência Pública da maior importância.

Presidente, por tudo que eu pude assistir e aprender aqui nas exposições dos nossos convidados, eu confirmo a minha linha de raciocínio com relação à questão da geração de energia para o Brasil. Nós somos um país que temos possibilidade de termos geração de energia limpa em abundância. Está provada aí a hidroeletricidade, que hoje gera 80% ou mais de 80% da energia no Brasil, é a mais barata, é uma energia limpa e renovável, fonte renovável de energia. Acho que o Brasil deve investir e retomar o projeto de geração de energia nuclear. O projeto foi interrompido, eu vou fazer alguns questionamentos sobre essa interrupção, retomado agora, acho que de forma correta, como um instrumento de geração complementar para o setor energético brasileiro.

Devemos investir maciçamente em tecnologia na questão da geração eólica, que como Presidente eu defendo e acho que é uma fonte que nós devemos investir. Lamentavelmente o custo da geração ainda é muito elevado em relação à hidroenergia, mas não tanto em relação à energia térmica, não tanto [soa a

campainha]. Mas isso será compensado, evidentemente, com inovação, com ciência e tecnologia e redução de carga tributária, como aqui foi colocado.

E, também, já defendi aqui na Comissão anteriormente, numa Audiência Pública, da retomada do programa que foi feito no Governo Fernando Henrique Cardoso, assim como o Senador João Pedro saudou o Luz para Todos, eu quero dizer realmente do programa exitoso Luz no Campo, que deu sequência com o Luz para Todos. Mas lá nós tínhamos o PROINFA, que dava condição de investimento em energia eólica, Senador Casagrande, com valores definidos no leilão, definidos no leilão. Eu acho que temos que voltar com esse programa para que haja investimentos também nessa energia.

O representante do Ministério de Meio Ambiente, eu não entendo, eu não consigo entender como é que o Ministério de Meio Ambiente, ele busca e todos nós buscamos uma fonte limpa de energia renovável. Nós temos hoje no Brasil, pelo que eu tenho conhecimento, liberado pelo Ministério de Meio Ambiente, eu perguntava aqui ao Dr. Altino o número para não falhar, mas a Vale do Rio Doce está instalando três usinas térmicas e no Maranhão me parece que vai ser instalada uma outra. Deve dar alguma coisa em torno de 3000 megas de geração, 3000 megas de geração [soa a campainha]. Enquanto isso, a gente não avança na geração hídrica. Só o Pará, não estou falando na Amazônia, só o Pará tem uma capacidade de geração, levantada já, levantada, igual ao parque gerador brasileiro hoje. Nós temos em torno de 70000 megas. Só o Pará, já pesquisado e já levantado, nós temos isso. Nós temos dois projetos que estão em fase de início de implantação, que são grandes, fora outros menores, que é Belo Monte, com 11000 megas, e São Luís do Tapajós, com 14000 megas, fora outros. Então só aí são 25000 megas num parque gerador de 70 – acho.

Então, concluindo, temos que avançar na hidroenergia, que está comprovada que é a fonte que é a vocação do Brasil, avançar nas outras, esquecer os combustíveis fósseis, eliminar os combustíveis fósseis, tirar do mapa, tirar do mapa, não permitir geração térmica, aí sim eu acho que o Ministério do Meio Ambiente devia agir de forma contundente, e apoiar a expansão do parque nuclear, apoiar a expansão.

Havia um acordo entre Brasil e Alemanha, lá no Governo dos Militares, para a construção de oito usinas nucleares. Foram construídas duas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Uma, a segunda depois.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, então a informação ainda é mais grave ainda, faltaram sete, faltaram sete. Então a pergunta seria: por que é que esse acordo não foi adiante? E aí: será por que na construção de Angra I tivemos problemas sérios lá atrás em que houve uma suspensão, uma dificuldade, algum tipo de dificuldade operacional de logística que retardou a continuidade do programa? E se isso foi verdadeiro, o fabricante ressarciu a Eletronuclear por esses problemas? Me refiro mais atrás.

A outra preocupação que eu tenho, já foi falado aqui em prospecção de urânio e a informação que eu tinha é próxima da que me foi fornecida agora, de que o Brasil tem uma reserva muito grande de urânio, talvez seja a primeira ou a segunda reserva mundial de urânio, mas que nós só temos prospectado entre 25% e 30% do território brasileiro. E, explorado, muito menos. Então o que é que impede de se avançar na prospecção e se avançar na exploração, não só do urânio, como também do tório, que é um outro elemento físsil, que, como o urânio, também tem, inclusive a informação que eu tenho, é mais seguro e com maior disponibilidade de reservas mundiais. Então também por que é que o Brasil abandonou as pesquisas para o desenvolvimento de um reator movido a tório?

Com relação à qualificação, à qualificação profissional com essa suspensão do programa de geração nuclear no Brasil. Já foi perguntado há pouco se com a suspensão na Alemanha, se não vai haver problema de tecnologia, de perda de tecnologia. Aí eu pergunto a questão da formação do técnico. Nós temos quadros formados lá naquela época, que ainda estão na ativa hoje, se esses quadros, eles são suficientes ou eles precisam ser incentivados para que o Brasil possa avançar realmente no aumento da sua geração nuclear visando não substituir, nunca substituir a geração hídrica pela nuclear, mas sim como um elemento de complementação de um sistema. Eu vi aqui na transparência, inclusive eu acho que foi São Pedro mexendo lá no tempo para que faça chover ou não chover [soa a campainha]. É verdade, mas nós temos capacidade de ter reservatórios suficientes para que possa equilibrar. O Brasil, com a dimensão continental, ele tem climas diferentes. O mal, Senador Casagrande, do executivo brasileiro, do legislador brasileiro, é querer legislar como se o Brasil fosse igual por inteiro. A Amazônia não é igual. A Amazônia, têm várias Amazônias dentro da própria Amazônia. Imaginem o Brasil. Então as gerações aqui são complementares.

Eram essas as perguntas que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Agradeço a V. Exa. Antes de passar a palavra aos nossos expositores, eu vou passar a presidência ao Senador Flexa Ribeiro, porque eu quero fazer uma colocação rápida e depois eu preciso me ausentar para um compromisso já assumido. Senador Flexa Ribeiro com a palavra para presidir a Sessão.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero primeiro agradecer ao Senador Casagrande de transferir a presidência e passo ao Senador Casagrande a palavra para que ele possa fazer os seus questionamentos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Agradecer aos expositores e o tema da energia é um tema que sempre foi muito importante, cada vez mais importante. Nós estamos próximos a um grande debate mundial sobre mudanças climáticas e mudanças climáticas é igual a energia, é sinônimo de energia. Então a forma que a gente consome, se tem eficiência ou não, é a fonte da energia, qual é a fonte que nós estamos usando, então isso está totalmente relacionado, é proporcional, esse debate aqui é um debate que tem a ver com um grande tema mundial, que é o tema das mudanças climáticas, e sem dúvida o Brasil tem um diferencial muito grande pela matriz nossa, que é uma matriz renovável em quase 50% quando usa toda a verificação da matriz energética. A parte elétrica chega aí a oitenta e poucos por cento, como nós vimos.

Mas eu vou colocar a minha posição. Eu já tive a oportunidade de visitar Angra, foi há dois anos atrás, eu estive lá em Angra, ainda não tinha iniciado a obra de Angra III, eu acho que iniciou esse ano, não é isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Começou recentemente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Começou recentemente a obra de Angra III. Eu acho que o Brasil deve consolidar a sua participação e deve aprofundar a tecnologia com relação à energia nuclear. Não deve ter um planejamento para que ela seja de fato uma fonte das preponderantes, mas deve ter um planejamento para que ela seja uma fonte de domínio tecnológico nosso, porque é uma fonte que se mostra e se mostrou nos últimos anos, com o debate de mudanças climáticas, uma fonte que perdeu um pouco do preconceito que se tinha com relação à energia nuclear. Continuamos ainda com um problema, que é um certo fantasma, que é a questão do rejeito. Por mais que a gente explique que vai ser guardado não sei quantos anos, mas ainda é um assunto que nos mete um pouco de medo, vamos ser bastante claros, e a gente tem uma certa preocupação com relação ao urânio. O urânio é mais ou menos um palavrão para nós, não é, pelo perigo na hora da exposição da radioatividade. Mas, de qualquer na maneira, eu acho que o Brasil deve aprofundar a sua participação e o seu conhecimento tecnológico nessa área. Então deve ser um ponto de debate e de inclusão na nossa matriz energética, matriz elétrica, a energia nuclear deve ser um ponto importante.

A segunda questão, nós vamos ter um leilão de eólica em novembro, não é isso? Não é novembro? Está certo o leilão, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está certo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está certo. Então a eólica vai ficar por R$200,00 ou menos de R$200,00, Senador Gilberto Goellner, e ela vai reduzir mais ainda no decorrer dos próximos leilões. Se nós tivermos leilões permanentes, se nós tivermos leilões permanentes ano a ano, leilão de eólica, nós vamos criando um mercado de equipamento de eólica e de estudo com base na geração do vento que vai permitir que a gente reduza mais o preço, além de que nós vamos ter que passar a incorporar o custo ambiental em todas essas fontes de energia. Não tem como você não incorporar o custo ambiental, vai ter que incorporar o custo ambiental. Se a térmica à óleo diesel já é seiscentos e poucos reais a geração de um megawatt, se incorporar o custo ambiental vai passar de mil reais. Então nós vamos ter que incorporar custo ambiental. Então incorporando custo ambiental, ela fica mais competitiva ainda. Eu acho que nós temos um potencial eólico no Brasil que a gente deve explorar muito mais do que nós estamos explorando. Então a gente está discutindo energia nuclear, mas o debate é sobre energia, a matriz brasileira, é aquilo que a gente vai ter para 2030, já que está aqui planejado em termos de geração. E o Ministério do Meio Ambiente vai ter que discutir mesmo um pouco. Aí o Ministério do Meio Ambiente vai ter que perder também um pouco o preconceito de que o licenciamento das usinas hidrelétricas, que já melhorou muito, é bom a gente reconhecer isso, que nós já tivemos um avanço no licenciamento, mas hoje é muito mais fácil você licenciar aquilo que você já sabe [soa a campainha] que é extremamente poluente, que é uma térmica, já sabemos que é extremamente poluente, então o impacto é ali analisado, os estudos são mais simplificados, mas a eficiência da poluição dela é muito superior a uma usina hidráulica, a uma geração hidráulica. Então nós temos ainda esse problema. O Presidente da Empresa de Pesquisa de Energia, o Tolmasquim, na semana passada foi para uma entrevista dizendo que ele não tem nenhum... Eu não sei se foi dessa forma, ele tem poucos projetos licenciados de hidráulica e a

maior parte é de térmica, a maior parte é de térmica. Então a previsão é que nessa projeção que nós temos aqui de geração para 2030, se nós tivéssemos muitos impasses ambientais, nós teremos até uma ampliação de térmica e uma redução de hidráulica. Mas também não é a culpa só do Ministério do Meio Ambiente. O Brasil, que quer ser um Brasil com perspectiva, tem que planejar com antecedência também, está certo? Não ainda querer planejar hoje para amanhã já ter o licenciamento. Tem que planejar com antecedência para dar tempo do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, de fazer todo o trabalho de licenciamento.

Então eu queria só fazer esses registros, pedir permissão para me ausentar e agradecer e parabenizar pela participação de todos vocês que aqui vieram. Senador Flexa Ribeiro, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Renato Casagrande e lamento que V. Exa. tenha que ausentar-se dessa Audiência Pública, face aos compromissos já assumidos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para registrar aqui na nossa Sessão, nesta Audiência Pública das duas Comissões, a presença de uma grande liderança na política no meu estado, que é o Enéas Sobrinho Gonçalves, que está aqui, liderança, membro do PMDB, foi Prefeito em Parintins, ali na extrema com o estado de V. Exa., Deputado Estadual também que foi pelo estado e está prestigiando a nossa Sessão de hoje, essa Audiência Pública. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador João Pedro. Quero saudar o nosso visitante, primeiro, porque nos honra muito com a sua presença aqui. Segundo, por ser de um estado vizinho ao Pará, um Estado irmão. Terceiro, por ser de Parintins, onde ocorre o festival do Caprichoso e do Garantido.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Que é o melhor, o melhor é o Garantido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu como não sou vermelho, torço pelo azul, eu não sei qual dos dois é o azul.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o Caprichoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É o Caprichoso. Então como eu sou oposição ao vermelho, eu estou torcendo sempre pelo azul. Seja bem-vindo.

Com a palavra o Dr. Othon Pinheiro, Diretor-Presidente da Eletronuclear, para responder aos questionamentos dos senadores.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Primeiro vou me permitir começar pelo seu questionamento. Por que o acordo Brasil e Alemanha não foi para frente? Na nossa exposição, senador, nós dissemos que a opção nuclear foi um pouco precoce, quer dizer, naquela época era precoce. Segundo, ele realmente queria ter a tecnologia do ciclo e nós compramos dos alemães uma tecnologia do ciclo que não resolveria o ciclo, ou seja, a parte crucial do ciclo era o enriquecimento e nós queríamos inicialmente comprar a ultracentrifugação. Por pressão dos americanos sobre a Holanda, os alemães não venderam aquela tecnologia que estava, no início das conversas, pactuado que eles venderiam. E venderam um processo chamado de [ininteligível], que era um processo que não resolveria, gastamos um bilhão de dólares naquele processo, mas nós, brasileiros, desenvolvemos com tecnologia nossa a ultracentrifugação, centrífuga de vanguarda, digamos. Então o senhor que é o Presidente da Comissão de Tecnologia, este é um fato, nós desenvolvemos o ciclo do combustível todo, a tecnologia nós temos. Falta-nos fazer todas as fábricas do ciclo.

Então no momento, respondendo a uma outra pergunta, o nosso urânio, o nosso combustível nuclear tira passaporte, quer dizer, tira o concentrado daqui, lá de Caetité. Eu vou abrir um parêntese, senador, se eu posso falar como cidadão e não como Presidente da Eletronuclear. Eu fiquei indignado com a posição do nosso representante do Meio Ambiente, que ele usou a seguinte frase: podendo, quer dizer, o cidadão de lá, pode estar acontecendo contaminação em Caetité. Um representante público não tem o direito nessa Casa de dizer "podendo"; ou está ou não está. É muito fácil saber se está. É pegar um cidadão de lá, colocar num medidor de corpo inteiro e ver se está ou não [soa a campainha]. Então um representante de um Ministério dizer "podendo", quer dizer, espalhar a preocupação e discórdia, é a minha indignação de cidadão a essa colocação.

Continuando agora as respostas, então o acordo nuclear Brasil/Alemanha, ele foi precoce e usamos para o ciclo uma tecnologia que não era adequada. Isso foi corrigido depois no país. Foi desenvolvida aqui a tecnologia e a fábrica para o enriquecimento já está sendo construída nesse governo, para Angra III todas as recargas já serão com combustível nacional, isso é uma grande decisão de governo. O contrato que nós firmamos, já estamos firmando com a ANB, já prevê que as cargas todas serão produzidas aqui no país e, certamente, sem essa contaminação falada. Então o

acordo foi precoce e também para o ciclo baseou numa tecnologia que não era a melhor, por isso que...

Agora com relação à tecnologia das centrais. A Alemanha, ela deu uma parada nas centrais nucleares numa faze em que o combustível fóssil, o carvão, que era o principal componente da Alemanha, estava muito barato, depois da queda do Muro de Berlin. A energia é sempre capital intensivo e recebe um impacto das decisões econômicas. Então naquele momento havia... Então houve uma subida do Partido Verde, houve o lobby da indústria do carvão e uma série de circunstâncias fez com que a Alemanha aparece. Mas logo depois ela estendeu o prazo de funcionamento das centrais e existem fortes indicativos políticos que essa parada não vai haver mais com a mudança do sistema político na Alemanha. Na Suécia já é decisão, vão continuar com o programa nuclear, ou seja, houve uma parada local, em outros setores da Europa houve um crescimento, no mundo todo de uma maneira geral--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente Othon, e a França avançou?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: A França avançou. Houve uma parada por uma razão política na Alemanha.

Quero deixar claro aqui que é muito importante esse conceito que foi colocado. A energia nuclear é apenas uma contribuição. Eu, particularmente, eu tenho duas posições na vida [soa a campainha] como empregado da Eletronuclear e como tinha uma empresa que a minha filha toca em São Paulo, ela trata de hidrelétricas, de pequenas centrais hidrelétricas, nós temos uma patente, e ontem recebi a notícia que ela está fabricando vinte e dois motores para eólica, ou seja, eu não sou um xiita da energia nuclear, muito pelo contrário. Eu acredito piamente na importância da contribuição dela. Eu creio que para o país, por todas as razões, vai ser muito importante apenas como contribuição.

Se eu pudesse focar apenas a parte do resíduo, que é o ponto mais... Existem três resíduos na central: um é de baixa atividade, que é equivalente aos resíduos hospitalares; o de média, que são os filtros do sistema, ou seja, em termos de duração da radioatividade, 50 a 60 anos, ou seja, dentro do previsível da vida de um cidadão; o grande desafio é o rejeito de alta radioatividade, é o combustível que tem esse formato e uma vez irradiado... Então nós temos duas opções: ou fazemos como a França, Coreia e Japão, que têm pouca reserva ou não têm nenhuma reserva, eles reprocessam, reciclam, o melhor termo é reciclam, reciclando uma quantidade de resíduo é bem menor, mas dá um resíduo que dura milhares de ano. A política nacional não é a que o representante de Minas e Energia disse, que era colocar em locais profundos. Não é essa a política, quer dizer, o nosso Secretário, ele não tem conhecimento exatamente de qual é o nosso foco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Não, perdão, do Meio Ambiente, me desculpe. Então há um engano, porque ele não sabe qual é a nossa política. A nossa política é pegar o combustível queimado, é esse combustível, encapsular em cápsulas, inicialmente ele é colocado em tanques que tem dentro da usina para ele perder, digamos, o calor que ele tem residual. Fica cerca de oito anos nesse tanque com água desmineralizada. Isso é técnica mundial, nunca houve em algum local do mundo histórico de algum contágio, então é um processo extremamente seguro. Depois o que é que vai ser feito? Colocado em ampolas de inox e essas ampolas de inox vão ser depois transportadas para um local, que é uma caverna, com tipo um pombal de concreto. O Presidente da Eletronuclear ou quem estiver na época pode encostar as suas costas nessa parede aqui e falar por duas, três horas, que ele não terá um [ininteligível] radioativo muito maior do que tem aqui nessa sala. Então é seguro. E todos sabem aqui nessa Casa que nós podemos ter uma construção civil que dure quinhentos anos. Até o Convento dos Carmelitas de Angra dos Reis tem quinhentos anos de duração e não foi feito para durar quinhentos anos. Então esse processo encapsulado dentro de uma estrutura de concreto com barita é extremamente seguro e qualquer um entende que pode durar quinhentos anos, ou seja, vai estar fora do contágio da sociedade, absolutamente fora. Então é um processo seguro, nós estamos postergando isso. Agora certamente ele pode ser reprocessado, como o Japão faz, a Coreia e a França, mas no nosso caso economicamente não nos interessa fazê-lo agora. Então é um processo extremamente seguro de postergar uma solução e em quinhentos anos nós acreditamos que a humanidade terá soluções para esse resíduo.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Presidente, eu poderia só complementar?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): A minha pergunta foi: aonde vai ser isso?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Sim, aonde, essa é uma pergunta importante. Nós vamos fazer apenas uma célula, um pequeno em Angra para experimentalmente demonstrar para a sociedade, para a comunidade científica, que o processo é seguro. Depois nós vamos fazer um leilão público para aque-

le município que pedir o menor preço, será, mas antes nós vamos demonstrar com uma célula que é um processamento seguro. Se nós não demonstrarmos que é seguro, nenhum município vai querer participar desse leilão. Então o primeiro passo é um experimento federal, cerca de uns vinte anos, para numa célula a gente demonstrar cabalmente, mas com ampla transparência à comunidade, para a nossa sociedade, para a comunidade científica e para a comunidade científica mundial. Nós apresentamos essa solução no DOE, no Departamento de Energia dos Estados Unidos, eles acharam bastante criativa e bastante segura. Não resolve, mas posterga por quinhentos anos de uma forma muito responsável.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Rapidamente. Angra I e II recebem auditorias internacionais para olhar isso?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quais os países que compõem?

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Recebe da agência internacional, que é o Conselho de todos os países que utilizam energia nuclear, e nós temos também pertencemos à WANO, que é a Associação de Operadores Nucleares de Centrais, que um grupo de pessoas de uma central inspeciona as outras. Isso é mais no tocante à operação.

No que diz respeito ao rejeito, nós temos a auditoria da Comissão Nacional de Energia Nuclear e da Agência Internacional de Energia Atômica, sendo que até hoje o combustível produzido é estocado naqueles tanques dentro da central.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Othon, concluiu?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Se o senhor já tiver concluído, o senhor não respondeu sobre o reator.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): A construção do reator, nem sobre a necessidade da criação de uma agência reguladora para o setor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Othon.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: É, a necessidade da agência, é fundamental que se crie uma agência. Foi decidido nesse Comitê, são oito Ministérios, particularmente desde a época que foi criado o modelo atual eu era favorável à criação da agência reguladora, ou seja, tratar da segurança nuclear e não do fomento. Então essa foi uma decisão. No momento o Projeto de Lei já está feito, a Comissão Nacional de Energia fez, e está em processo de ouvir os diversos Ministérios, está ele internet para que todos opinem, para que haja um refinamento do Projeto, mas a Comissão Nacional de Energia Nuclear, que pertence ao Ministério da Ciência e Tecnologia, tomou as providências e disponibilizou na internet uma minuta de Projeto de Lei.

Com relação ao reator, reator de rádios-isótopo, é uma pergunta muito boa, também dentro do escopo do Ministério da Ciência e Tecnologia, está em processo, está sendo projetado e vai ser construído no país um reator de alto fluxo, que serve para produzir rádios-isótopo, essas fontes necessárias ao tratamento, porque não só há parte de produção de rádios-isótopo para exame, que hoje é uma técnica indispensável, quase todos nós já fizemos exame do coração, é indispensável na medicina, como também a aplicação, digamos, não é bem cura, mas da mitigação de câncer. Esse reator está em processo de projeto e breve entrará em construção pela Comissão Nacional de Energia Nuclear ou órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Othon, eu também gostaria que V. Sa. pudesse responder a questão do uso do tório também, por que é que foram suspensas as pesquisas e, também, a questão da exploração de urânio, que está sendo feita ou não sendo feita com a expansão que deveria ser, e a qualificação da mão-de-obra para a tecnologia nuclear no Brasil.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Sobre o tório. O ciclo do urânio é mais barato. O Brasil é feliz que tem urânio e tem tório. A Índia, por exemplo, não tem urânio e tem tório. Então o país no mundo que utiliza mais o tório é Índia, porque não tem urânio. Sempre que a gente tem urânio, há uma certa preferência por duas razões: porque é menos radioativo e é mais barato. Mas sem dúvida o fato de ter tório é outra vantagem diferencial que o Brasil tem.

A segunda pergunta que eu deixei de--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Da prospecção de urânio no Brasil, que está só em 30%.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: É, isso a gente precisa, não há como responder, nós temos que conhecer mais o nosso território. Nós conhecemos pouco o que tem nesse país e uma prova disso é o pré-sal que só recentemente. A gente tem muito para conhecer desse país e ampliar a prospecção. Nós temos o mesmo tipo de formação geológica, a grande parte do território brasileiro, da Austrália. A Austrália é a primeira reserva do mundo. Se nós tivermos no

nosso território, depois de prospectado, os mesmos padrões da Austrália, nós vamos ficar em primeira ou segunda reserva do mundo. É fundamental que continuem o processo de prospecção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A mão-de-obra.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Na década de 70 houve uma formação grande de mão-de-obra dentro do Programa Brasil/Alemanha, mas lá em São Paulo, no chamado programa paralelo da época, nós formamos mais mestres em ciências e doutores do que no acordo Brasil/Alemanha. E o programa nosso agora é de formar de cinquenta a sessenta mestres em ciência daqui a dois anos. O Ministério da Ciência e Tecnologia está nos apoiando e nós devemos implantar três, quer dizer, implantar não, aprimorar, não é bem aprimorar, é instrumentar melhor a Universidade de São Paulo com o IPEA, o Rio de Janeiro, lá com a [ininteligível] de pós-graduação, e Pernambuco. Em Pernambuco, a ideia é colocar um curso. Nós vamos formar no mínimo cinquenta mestres em ciência por ano. Então não temos dúvida de que a gente... Já fizemos isso no passado, de 1982 a 1987 nós formamos quarenta, chegamos a ter novecentos e tantos engenheiros no mesmo teto trabalhando, já fizemos uma vez e podemos fazer de novo, ou seja, temos é que acreditar na possibilidade nossa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletronuclear. Antes de passar ao Dr. Altino Ventura Filho para que dê as respostas aos questionamentos, eu quero só fazer duas observações, Dr. Othon, às respostas que V. Sa. deu.

Primeiro, essa questão que V. Sa. disse de onde, qual o município que vai abrigar, essa área para guardar o resíduo, eu lembro que há décadas atrás era Governador do Estado do Pará o Hélio Gueiros, e houve um movimento do Governo Federal no sentido de levar o lixo atômico para a área de Cachimbo, lá no sul do Pará, e ele se insurgiu como o Governador: "Não, o Pará não é lixeira do Brasil, não vai vir". Então essa dificuldade realmente é o preconceito, é o preconceito que se tem no caso de ter algum risco para o município onde possa vir a abrigar a guarda.

E um outro assunto que não foi tratado aqui, mas V. Sa. falou da Alemanha, a questão da predominância da energia nuclear, que ela recuou agora no carvão mineral, mas é importante se tratar de um assunto que aí sim o Ministério de Meio Ambiente deveria agir, Senador João Pedro. O Ministério de Meio Ambiente, ele fica atento para umas questões e desatento para outras de vital importância para o Brasil. 6% da energia gerada na Alemanha vem da queima de resíduos sólidos, que é um grande problema, é um grande problema no Brasil, principalmente. A Alemanha chega, Dr. Othon, e estivemos lá visitando, a importar lixo de outros países para poder queimar e gerar energia com isso. Então o Brasil hoje, a questão do tratamento dos resíduos sólidos no Brasil, é uma questão de calamidade. São poucas as capitais que têm o tratamento correto. No meu estado, o Estado do Pará, Belém ainda usa hoje de lixão a céu aberto, que é um absurdo. Há pouco tempo, e isso é comum acontecer lá na Região Amazônica, do rio subir e inundar algumas áreas dos municípios, e eu estive em Altamira, que foi um desses municípios atingido, e fiquei impressionado de ver que quando a água do rio subiu, entrou no lixão e o lixo se espraiou pela cidade toda. E o aí o Ministério de Meio Ambiente parece que não está vendo o que está acontecendo no Brasil. Então vamos cuidar do meio ambiente, mas cuidar de uma forma que seja cooperativa para que o Brasil avance. Essa geração de energia também, Dr. Altino, pela queima de resíduos sólidos, acho que deveria também ser estudada aqui em nosso país. Temos exemplos da Alemanha e deve ter outros países já desenvolvendo essa tecnologia.

Com a palavra o Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Eu vou procurar ser sintético em função do horário, eu vou fazer alguns comentários em função das perguntas e das reflexões que foram colocadas.

O primeiro diz respeito à aquelas demandas de energia que foram apresentadas, em particular de energia elétrica, aqueles 1000 **terawatts-hora**. Naquela projeção estão devidamente consideradas a eficiência energética e a conservação. Em valores expressivos, para dar uma ideia, o nosso planejamento de 2030 prevê que a sociedade brasileira vai reduzir em 9% o consumo de energia no ano 2030 daquele que ocorreria, se não forem tomadas atitudes no sentido de aumentar a eficiência no uso da energia. Então são programas, por exemplo, voltados para usar eletrodomésticos mais eficientes, tirar os chuveiros elétricos, em suma, as lâmpadas incandescentes, para atingir esses 9% é preciso um esforço enorme da sociedade. Então isso aí está considerado lá.

Bom, um outro aspecto é o seguinte: a ênfase que foi dada na apresentação foi mais voltado para a questão da hidroeletricidade, que tem uma importância muito grande, a questão da biomassa, que é complementar e importante também, e a nuclear, que é o tema que estamos discutindo aqui. Não fizemos referência às chamadas outras fontes alternativas, quer dizer, fontes renováveis, digamos, como é a eólica, como o lixo e

outras que poderão ser encontradas. Em 2030, veja, nós estamos prevendo uma participação em termos de geração de oferta de energia para a energia elétrica nuclear em torno de 4% da geração total. Essas outras fontes, digamos, que fora a biomassa e etc., são fontes renováveis, nós estamos prevendo valores de 5%, acima da participação nuclear. Eu posso afirmar que este número, se nós fôssemos rever esse planejamento e em algum momento vamos fazer esse planejamento estratégico, este número tende a crescer, porque o planejamento de 2030 foi feito com duas fontes, nós faríamos mudanças em função de evolução do contexto recente. Um é que tem, aparentemente, a parte de gás natural que está um pouquinho exagerada. Outra é a eólica, que está pouco. Na época, veja, a eólica, veja bem, nesses últimos três anos, a evolução da eólica em termos mundiais foi enorme em termos de redução de custos e ganhos de produtividade e de tecnologia. Para dar uma ideia, a eólica no mundo operava com torres de cinquenta metros. Hoje as torres são de cem, cento e vinte metros. Os geradores, quer dizer, eram geradores pequenos, de menos de um quilowatt, uma megawatt cada um, hoje já está na faixa de 2,5, porque na medida em que aumenta a torre fica mais difícil colocar um gerador de maior porte naquela torre, porque exige um esforço muito grande de ventos e coisa desse tipo. Então a tecnologia evoluiu com redução de custos. Nós estamos muito esperançosos que o resultado do leilão que nós vamos fazer agora vai dar uma resposta muito boa e a energia eólica se tornará uma opção concreta e competitiva de uma forma sustentável. Essa é a nossa expectativa e o Brasil tem um potencial enorme disso aí.

Têm também outras energias que não falei aqui, a solar, por exemplo, para baixas temperaturas é utilizada, a solar fotovoltaica, nós estamos também utilizando em sistemas isolados para pequenas cargas, vamos levar à frente um protótipo da termossolar, quer dizer, transformar o sol em energia elétrica através do calor, vamos fazer um protótipo de experiência na Região do São Francisco com o apoio da Eletrobrás e da CHESF, em suma, todas essas opções estão contempladas. Talvez a intensidade pode ser um pouco maior ou um pouco menor em função da evolução do contexto tecnológico e de custos.

Eu queria fazer mais uma referência com relação [soa a campainha] à questão das licenças ambientais. Veja, no Brasil hoje é extremamente complicado licenciar uma hidroelétrica, seja pequena, seja de maior porte, e muito fácil licenciar uma usina térmica a derivado de petróleo. Duas razões estão levando a isso. Primeiro, que a licença da hidroelétrica é feita pela União, é o IBAMA que faz, e a nossa legislação é muito rigorosa, como deve ser. Exige Audiências Públicas, exige discussões com as comunidades locais, se é próximo de terras indígenas exige que até o Congresso Nacional se pronuncie. Veja, devemos ter uma legislação dessa. Então isso faz com que o tempo para licenciar uma hidroelétrica seja um tempo muito longo. Quem licencia a usina térmica é o estado, é o Governo do Estado, e tem interesse de trazer o projeto para o seu estado, entendendo como é algo que é de desenvolvimento daquele estado. E a usina térmica, ela tem um problema ambiental mais localizado: é menos complexo do que a hidroelétrica. Então sai a licença das usinas térmicas num tempo muito menor do que das hidráulicas. Por isso que nos últimos leilões só tem aparecido praticamente geração térmica. E neste Leilão A-5 agora de 2010, 2009, está certo, que devemos fazer porque precisa o mercado para atender 2014, como disse o Senador Casagrande, veja, e que o Presidente da EPE colocou, nós não temos nenhuma hidráulica licenciada até agora. E temos várias térmicas. Então o país pode continuar expandindo geração térmica a derivados de petróleo porque a opção hidroelétrica não está sendo viabilizada. É verdade que houve uma interrupção nos estudos hidroelétricos, que fez com que nós não temos projetos disponíveis, mas isso já está contornado. Com o esforço da EPE e a política do Ministério de Minas e Energia, nós fizemos os estudos de inventário, fizemos estudos de viabilidade e vários projetos hidroelétricos poderiam estar disponíveis, faltando ainda a licença ambiental.

A prioridade, senador, é usar de fato o potencial hidroelétrico que está localizado no Pará, está certo? Nós estamos com todos os movimentos(F) do Tocantins e Araguaia, daquilo que é possível ambientalmente fazer, vamos licitar esse ano o Projeto de Belo Monte com 11000 megawatts, um projeto extraordinário, um projeto extremamente econômico. Já estamos com as usinas do Madeira em implantação e construção e, em seguida, vamos licitar, em função da necessidade energética e da viabilização das licenças ambientais, o Complexo São Luís, no Tapajós. Portanto, o Brasil retornou à opção hidroelétrica para a expansão do seu sistema, prioritariamente. E o que está entrando de térmica em derivado de petróleo é uma situação conjuntural que nós estamos com todo o esforço do Ministério de Minas e Energia para contornar.

O Brasil não deve usar derivado de petróleo para produzir energia elétrica. Isso é um equívoco. O país tem outras opções muito mais adequadas do ponto de vista técnico, do ponto de vista de economicidade e do ponto de vista ambiental.

E como foi discutido aqui amplamente, a solução da nuclear, ela é complementar, extremamente

importante, o Brasil precisa da geração nuclear nesse horizonte de médio e longo prazo. Os números são da ordem de 4, 5% da participação, isso em 2030, que é algo perfeitamente de ser razoável e que vai permitir operar o nosso sistema de uma forma mais adequada com essas usinas de base, competitivas, e com uma série de vantagens.

Um outro aspecto que foi colocado aqui é o seguinte: a questão da emissão do CO2 é uma das questões ambientais, que hoje ela tem uma importância grande porque o mundo continua usando 80% da sua energia a partir dos combustíveis fósseis e continuará assim no horizonte dos próximos vinte, trinta anos. Todos os cenários internacionais que são feitos nas organizações mostram que o mundo continuará mal comportado usando os combustíveis fósseis, que são emissores de CO2. 80% da energia que o mundo usa vem de carvão, gás natural e petróleo, está certo? Continuam emitindo CO2. Essa é uma questão importante. Nós consideramos que essa não é a única questão ambiental. Todo projeto energético tem um impacto ambiental e que precisa ser contornado. E a hidroelétrica tem sim. A hidroelétrica emite CO2, a hidroelétrica inunda áreas, a hidroelétrica atinge o ecossistema, mas ela bem planejada como usinas a fios d'água, com reservatórios muito pequenos, está certo, pode ser uma influência extremamente adequada, como vários exemplos no Brasil nós temos, inclusive o exemplo de Itaipu, exemplos de vários outros reservatórios, e os que nós estamos planejando na Região Amazônica, que são usinas a fio d'água com pequenas áreas, como fizemos no Madeira e como vamos fazer em Belo Monte. As hidrelétricas da Amazônia, planejadas conforme a política do Ministério de Minas e Energia, com reservatórios pequenos, usinas a fio d'água, no conceito de plataforma hidroelétrica, veja, elas são usinas extremamente viáveis e o impacto ambiental é extremamente reduzido. A realidade vai mostrar isso ao longo do tempo. Nós estamos iniciando essa experiência com o Madeira, vamos fazer com Xingu e depois com Tapajós e a sociedade brasileira verá que a hidroeletricidade na Amazônia, que é onde tem grande parte do potencial hidroelétrico, nós devemos aproveitar, é perfeitamente viável sob o ponto de vista técnico, econômico e ambiental.

Então seriam essas reflexões que eu gostaria de colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Altino. Antes de passar ao Dr. Ivo, que representa o Ministério do Meio Ambiente, como Chefe de Gabinete do Ministro Carlos Minc, eu queria também fazer uma rápida observação às respostas do Dr. Altino.

Primeiro, que o Brasil passou nos Governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso por uma "apagão", teve que tomar medidas emergenciais de construir usinas térmicas para suplantar aquele problema que aconteceu, exatamente por São Pedro não ter mandado baixar água suficiente naquele momento. Mas lamentavelmente, como bem disse o Dr. Altino, não foram tomadas as providências para que isso fosse equacionado, que é exatamente a geração hídrica, quer dizer, investir em geração hídrica. Pelo contrário, se fez investimentos e aquilo que era provisório, que era para entrar em funcionamento numa necessidade da energia a nível nacional, ela passou a ser quase que permanente. E se o Brasil, lamentavelmente, por não ter crescido nas taxas que deveria ter crescido ao longo desses seis anos na onda da economia, do *bum* da economia mundial, se tivesse crescido, Dr. Altino, nós teríamos tido problema, não íamos crescer porque não teríamos energia para que pudéssemos crescer. Há um paradoxo, Senador João Pedro, como é que as coisas acontecem--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nós crescemos 5%. V. Exa. não teve isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em média.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É a média, 5% de PIB nos seis anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, PIB não. Se nós tivéssemos crescido--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): 5% de PIB. V. Exa. não acompanha?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A China cresceu a 12%, a Índia a 8%.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, V. Exa., o governo de V. Exa. não cresceu 5%, a média foi 2%. O nosso governo é 5%. São números, estão aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda a razão, só que V. Exa. tem que saber o seguinte: que uma pessoa, a temperatura média não pode ser considerada como de sobrevivência. Se você colocar a cabeça num forno a cem graus e o pé numa geladeira a zero grau, na média você sobreviveria, mas morreria. Os Governos de Fernando Henrique Cardoso... Deixa eu completar o raciocínio.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): 2%.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Os governos cresceram em função de uma conjuntura adversa mundial. Os oito anos... Deixa eu concluir.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [interrupção no áudio] a audiência, porque, se for comparar número, V. Exa. vai perder, vai perder.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): São cenários diferentes, é isso que a Nação brasileira compreende, são cenários diferentes. O que aconteceu lá atrás, de 1995 a 2002, era um cenário a nível mundial da economia recessiva, tivemos crises repetidas, uma após a outra, e o que aconteceu nesses seis anos. Eu concordo que às vezes Deus ajuda. Ajudou demais a todos nós, brasileiros, graças a Deus.

Mas, concluindo, eu queria só complementar aqui, Senador João Pedro, o que o Dr. Altino diz, que é muito difícil conseguir licença ambiental para uma hidroelétrica. As termoelétricas saem fáceis, de uma forma até incompreensível. Eu queria dizer ao Dr. Altino que não é difícil só para a hidroelétrica, não. É difícil também uma licença ambiental para instalar uma panificadora. É muito difícil, fique certo disso.

Com a palavra o Dr. Ivo Bucaresky, Chefe de Gabinete do Ministro Carlos Minc.

SR. IVO BUCARESKY: Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Bom, primeiramente para pegar até a fala do Senador João Pedro, eu quero dizer o seguinte: nós não estamos dizendo no Ministério do Meio Ambiente para não utilizar energia nuclear. A energia nuclear no Brasil já está efetivada, nós já temos Angra I, Angra II, nós demos a licença de Angra III, que foi dada na gestão do Ministro Carlos Minc. Que fique bem claro.

O que nós estamos questionando é a prioridade de expansão do uso de energia nuclear nos próximos vinte anos, que é uma política de governo, mas que o Ministério do Meio Ambiente tem o seu questionamento, nós estamos achando que nós podemos ter outras formas para expandir sem a necessidade de utilizar a energia nuclear. Fora que nós já temos a capacidade instalada, que nós já temos, que é bom que tenhamos, eu concordo que é bom que se tenha uma quantidade de alternativas diferentes, é necessário para um país do nosso tamanho, até por questão de segurança nacional.

Achamos que a questão não é se vai ser 4% ou 2% ou 10% do total da energia produzido no país. Eu acho que a questão é que nós achamos que há as formas alternativas como energia eólica, biomassa, podem se expandir mais, que talvez não haja necessidade de a gente expandir tanto o parque nuclear brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E a hídrica.

SR. IVO BUCARESKY: A hídrica, claro, mas a hídrica já é por natureza, já está colocada, apesar que nós já estamos talvez na metade do nosso limite, segundo o Dr. Altino, mas que obviamente é a nossa prioridade, não estamos em discussão com a questão da prioridade da hídrica, é óbvio que essa é a prioridade da matriz energética brasileira, não tenho a menor sem sombra de dúvida.

E aí eu quero colocar nessa discussão, inclusive sobre o licenciamento das hidrelétricas, e entrar um pouco na questão do preço da eólica, do custo, uma questão que a gente gostaria que fosse colocada, não só na questão de energia, em outras questões também no licenciamento, que, primeiro, uma coisa que é bom esclarecer: o IBAMA não dá na verdade só uma licença ambiental; no fundo nós damos uma licença socioambiental. Na análise da licença, nós temos que fazer análises que vão para além da questão ambiental. A questão social também é analisada, o impacto que isso tem nas populações, deslocamento de população. Tanto é que nas licenças, inclusive as medidas mitigadoras são colocadas na licença ambiental. Cabe ao IBAMA definir quais são as questões mitigadoras, não só ambientais, mas também sociais que são dadas na licença. É na licença que o IBAMA dá ou que os órgãos estaduais dão que vão todas as questões mitigadoras, compensações ambientais e as mitigadoras sociais. E aí nós achamos o seguinte: quando nós vamos fazer o cálculo do custo da energia, nós temos que levar em contas não só... Porque hoje o custo é assim. Construímos a hidroelétrica, teve aquele impacto de deslocar as pessoas, de indenizar, o custo que está tendo da produção, mas existem outros custos para além que, por exemplo, quando você vai fazer uma usina como Belo Monte, que é uma usina importantíssima, que nós estamos no processo de licenciamento para o país, vai deslocar milhares de pessoas. Óbvio, você vai ter num primeiro momento o custo de pagar indenização delas, de restabelecer. Agora isso vai gerar um outro custo ao longo prazo de deslocar pessoas da sua região, de custos que vão ter nas cidades para onde essas pessoas vão ser deslocadas, que vai gerar em segurança, em saúde e infraestrutura que são custos a longo prazo e gerados por aquela usina. Portanto, por exemplo, se nós pegarmos a questão da usina eólica, ela tem um impacto social, além de ambiental, muito mais baixo. Ela pode ter um custo de produção maior hoje, mas se você somasse todos esses outros custos que ela tem em torno, a diferenciação de custo dela com uma hidroelétrica vai cair muito, ou com outras formas de usina. E aí esse, talvez, seja o problema, a situação que nós temos de por que é que a licença de uma hidroelétrica acaba demorando mais do que da termoelétrica, porque se a termoelétrica é um efeito negativo ambiental muito maior para nós, o efeito imediato dela é muito menor. Portanto, infelizmente as populações locais atingidas

não se mobilizam tanto [soa a campainha], como ele falou muito bem. Você aumenta um pouco a poluição numa região em menor escala e outra coisa é quando você faz uma usina, por exemplo, como Belo Monte, que nós temos milhares de moradores, terras indígenas, as ONGs e tudo mais, há uma mobilização social muito mais pesada e que torna muito mais complexo o licenciamento hidroelétrico, infelizmente isso, porque do nosso ponto de vista é óbvio que uma usina hidroelétrica é muito melhor do que uma usina termoelétrica, em todos os aspectos, mas gera uma mobilização social muito maior, o que gera uma demora maior do licenciamento. Cada vez que a gente vai fazer, tem o Ministério Público entrando contra, vai fazer uma Audiência Pública. A Audiência Pública de Belo Monte foi pesadíssima e nós temos agora todo um relatório contrário ao EARRIMA feito por quarenta doutores da universidade e que nós vamos ter que analisar para Belo Monte. Não é uma tarefa fácil para ser feita.

Nós temos ainda um outro problema que tem que ser conhecido e que é o seguinte: quando esse governo, quando a Ministra Marina assumiu, nós tínhamos uma situação em que o Ministério do Meio Ambiente estava extremamente... Como é que eu vou dizer assim? Não desqualificado, mas com a sua estrutura muito prejudicada. Houve toda uma política de reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, quando nós assumimos não havia funcionários do Ministério do Meio Ambiente, só consultores, houve três concursos nos últimos sete anos para estruturar uma equipe técnica no Ministério do Meio Ambiente. Se reestruturou o IBAMA, se criou o Instituto Chico Mendes, toda uma estrutura que demora para ser feita e que também prejudica todo o processo de licenciamento. Nós ainda estamos muito aquém da estrutura necessária para os órgãos ambientais cumprirem todas as suas tarefas, para licenciar a área ambiental, para licenciar hidroelétrica, para licenciar outras licenças, para fiscalizar, para planejar.

A questão que o senador coloca dos resíduos sólidos é um problema seriíssimo, nós concordamos. Felizmente agora o Congresso, depois de dez anos, vai votar a Lei de Resíduos Sólidos no país. Vamos ter uma legislação e uma política nacional para definir. Nós estamos tentando e nós estamos definindo políticas na área de resíduos sólidos pesadas. Na questão dos consórcios públicos, por exemplo, porque o primeiro modelo adotado, que é cada município ter o seu aterro sanitário, se mostrou inviável. Agora só com essa Lei do Consórcio Público que foi feita há dois anos atrás, com a política, é que nós estamos tendo condições de incentivar a criação de consórcios públicos. O problema dos lixões é de dar risada. Na minha cidade, no Rio de Janeiro, nós temos uma questão do lixão lá de Gramacho que está para explodir. E aí nós temos um outro problema que o Dr. Othon, quem tiver na presidência, terá quando for licenciar o local do rejeito. Ninguém quer um aterro, mesmo sendo um aterro sanitário com tudo, ninguém quer um aterro sanitário do lado da sua casa. Nós licenciamos no Rio de Janeiro, quando estávamos lá, o Benfica, Paciência, perdão, e caiu lá pela pressão popular. Estamos tentando arranjar outro lugar para fazer o aterro sanitário do Rio de Janeiro. É uma questão difícil de deslocamento. E o aterro sanitário é importantíssimo para todo mundo, onde é que a gente vai botar o lixo? Assim como a hidroelétrica. Só que isso gera um impacto na população local, no entorno, que gera uma mobilização e que, por exemplo, uma termoelétrica infelizmente não gera. A termoelétrica gera muito mais mobilização dos técnicos, dos doutores, do que da população local. Portanto, é mais fácil licenciar, infelizmente. Eu gostaria muito mais, de licenciar muito mais hidroelétrica, eu gostaria de licenciar muito mais eólicas, eu quero licenciar usinas de biomassa, do que termoelétricas de todos os tipos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nuclear também entra aí nessa lista?

SR. IVO BUCARESKY: Não, nuclear, nós achamos que há alternativas melhores do que a energia nuclear.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas nuclear já é uma alternativa.

SR. IVO BUCARESKY: Sim, ela já existe, mas nós achamos que há na expansão, já licenciamos a Angra III inclusive, mas achamos que na expansão do setor elétrico brasileiro existem outras alternativas na matriz que não a nuclear. Se for uma política de governo fazer, o IBAMA fará nesse próximo governo a discussão e se faz toda a licença, como foi feito, como é feita a termoelétrica, por mais que nós achamos que o ideal é que não tivesse nenhuma termoelétrica mais no país, mas há uma política de governo sendo feita e se discute se se licencia dentro dos padrões que a Lei exige. Cumpriremos a lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Ivo, isso é preconceito?

SR. IVO BUCARESKY: O quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É preconceito?

SR. IVO BUCARESKY: Não, é uma visão do que a gente acha do que é a matriz energética. Nós achamos que podemos investir muito mais em crescimento de hidrelétricas, em eólicas, em biomassa, em energia solar. Pode ser um modelo mais interessante, essa é uma visão da área ambiental sobre--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós temos que respeitar a ciência, tecnologia e inovação.

SR. IVO BUCARESKY: Não estamos desrespeitando, tanto é que quando foi feita Angra III, nós licenciamos, senador, licenciamos totalmente dentro das regras. O Ministério do Meio Ambiente não define qual é a política energética do país, o Ministério do Meio Ambiente faz o licenciamento ambiental. Opinamos sobre isso dentro do governo. Temos opiniões e o governo, o governo e os governos seguintes tomarão as duas definições. E o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente farão as licenças dentro das regras existentes, dentro das condições existentes. É isso que é a discussão. A discussão que está aqui não é se vamos licenciar ou não vamos. A discussão é: quais são os modelos de matrizes? Nós achamos que tínhamos que priorizar muito mais esse modelo, além do hidroelétrico, dos outros modelos alternativos. Achamos que eólica, por exemplo, a própria questão do custo, existe um custo embutido em outras energias que não está embutido na eólica e que na verdade diminuiu a diferença, não o custo da eólica, mas a diferença de custo relativos entre os outros. Achamos que com a melhoria de tecnologia de eólica, a eólica pode, por exemplo, se tornar uma grande alternativa. Obviamente não vai ser o principal da matriz, eu acho que não há no horizonte previsível das próximas gerações que a matriz hidroelétrica seja substituída como principal matriz, mas eu acho que a solar, a eólica, poderão se tornar alternativas potenciais no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Sa., Dr. Ivo. O Dr. Othon pediu para fazer uma observação.

SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA: Eu vou pedir paciência com os ambientalistas, porque a energia nuclear, na realidade, é o filho bastardo dos ambientalistas. Um filho bastardo sempre é uma pessoa que tem uma grande dificuldade de reconhecer. Tem uma parte dos ambientalistas que já reconheceu a nuclear como [ininteligível] e etc. Tem outra parte que somos nós. "Nós quem, cara pálida?". É essa outra parte que ainda não reconheceu. Isso aí é questão de tempo, porque ela provoca um impacto ambiental muito pequeno, a gente não convive com rejeitos, você tem todo o DNA ambientalista. Agora é o bastardo e o bastardo é sempre aquele problema: tem mais as feições da pessoa, mas é a que mais leva. Então nós temos que ter muita paciência, que é meramente uma questão de tempo. Eu estou seguro disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço ao Dr. Othon e não havendo mais nenhum questionamento, quero agradecer a presença do Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletronuclear, Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia, e do Dr. Ivo Bucaresky, Chefe de Gabinete do Ministério do Meio Ambiente.

Dou por encerrada esta Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal.

Sessão encerrada às 14h11.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da 1ª Reunião, de Instalação, da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada Em 29 De Setembro De 2009, Terça-Feira, Após a Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Às doze horas e trinta minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **CÍCERO LUCENA**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, GILBERTO GOELLNER, CÉSAR BORGES e FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. A seguir, passa-se à deliberação da pauta destinada à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão. São eleitos por aclamação os Senadores **CÍCERO LUCENA** e **CÉSAR BORGES**, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Cícero Lucena,** Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 29-9-09

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião de Instalação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo

de 2014, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. A presente Reunião destina-se à eleição do Presidente, do vice- Presidente dessa Comissão. A chapa seria a minha pessoa, como Presidente, e do Senador César Borges, como Vice-Presidente. A eleição é por aclamação, se assim os Senadores concordarem. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Em meu nome e no nome do Senador César, agradecemos a confiança dos companheiros Senadores. Meu muito obrigado.

Estando concluída a eleição, também está encerrada a presente sessão e, em nova data, será marcada, então, a primeira sessão de reunião dessa Comissão de Acompanhamento da Copa. Meu muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h31.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olímpiadas de 2016, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 13 de Outubro de 2009, Terça-Feira, Após a Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Às treze horas e dois minutos do dia treze de outubro de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **CÍCERO LUCENA**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, CÉSAR BORGES, JOÃO RIBEIRO, VALDIR RAUPP e FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 1) REQUERIMENTO Nº 1, DE 2009-CMACOPA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, para discutir as providências relativas à realização de obras e a necessidade de recursos públicos para a organização da Copa do Mundo de 2014, com os seguintes convidados: Governador de Pernambuco, Eduardo Campos; Prefeito de Recife, João da Costa Bezerra Filho; Governador do Ceará, Cid Gomes; Prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins; Governadora do Rio Grande do Norte, Wilma Faria; Prefeita de Natal, Micarla Weber; Governador do Amazonas, Eduardo Braga; Prefeito de Manaus, Amazonino Mendes; Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi; Prefeito de Cuiabá, Wilson Santos; Governador de Minas Gerais, Aécio Neves; Prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda; Governador da Bahia, Jaques Wagner; Prefeito de Salvador, João Henrique Carneiro; Governador do Paraná, Roberto Requião; Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa; Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes; Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda; Governador de São Paulo, José Serra; Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab; Governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius; e Prefeito de Porto Alegre, José Fogaça". Autoria: Senador CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado com sugestão do Senador CÍCERO LUCENA para que sejam realizadas visitas, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, ou audiências públicas nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. **Item 2) REQUERIMENTO Nº 2, DE 2009-CMACOPA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, para discutir as providências relativas à realização de obras e a necessidade de recursos públicos para a organização da Copa do Mundo de 2014, com os seguintes convidados: Orlando Silva, Ministro de Estado do Esporte; Luiz Eduardo Barretto, Ministro de Estado do Turismo; Alfredo Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes; Carlos Langoni, Diretor Financeiro do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014; Solange Vieira, Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional dos Transportes – CNT; José Roberto Bernasconi, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia – SINAENCO; Carlos de La Corte, Supervisor da Infraestutura dos Estádios do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014; Ricardo Brizola Ballestreri; Secretário Nacional de Segurança Pública; Ten. Brig. do Ar Cleonilson Nicácio Silva – Presidente da INFRAERO; e Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base – ABDIB". Autoria: Senador CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado. **Item 3) REQUERIMENTO Nº 3, DE 2009-CMACOPA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Subco-

missão, para debater as providências relativas à organização da Copa do Mundo de 2014, com os seguintes convidados: Álvaro Brito Bezerra de Melo, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH; Ricardo Amaral, Presidente da Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas – ABREMAR; Bismarck Maia, Presidente da Fundação Comissão de Turismo Integrado do Nordeste – CTI Nordeste; Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e Nelson Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur". Autoria: Senador CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado. **Item 4) REQUERIMENTO Nº 4, DE 2009-CMACOPA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, para debater as providências relativas à organização da Copa do Mundo de 2014, com as seguintes autoridades: Paulo Bernardo, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Hélio Costa, Ministro de Estado das Comunicações". Autoria: Senador CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado com aditamento do Senador CÉSAR BORGES convidando também o Ministro de Estado das Cidades. **Item 5) REQUERIMENTO Nº 5, DE 2009-CMACOPA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, para debater as providências relativas à organização da Copa do Mundo de 2014, com os seguintes convidados: Ricardo Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF; Joana Havelange, Secretária Administrativa do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014; Juca Kfouri, Jornalista esportivo; e José Luiz Datena, Jornalista esportivo". Autoria: Senador CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado. **Item 6) REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009-CMACOPA – NÃO TERMINATIVO**, que "requer, tendo em vista a visita técnica a ser realizada pela Subcomissão de acompanhamento da Copa de 2014 criada pela Câmara dos Deputados, com a programação em anexo, montada pelo Ministério das Relações Exteriores, visando conhecer e discutir as iniciativas de fiscalização, controle e acompanhamento da Copa do Mundo de 2010, a ser realizada na África do Sul, a formação de uma delegação desta Subcomissão para em conjunto com a Câmara dos Deputados, participar da referida visita no período de 26 a 31 de outubro do corrente". Autoria: Senador CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado. **Item 7) REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009-CMACOPA – NÃO TERMINATIVO,** que "solicita informações, nos termos do art. 50, parágrafo 2º, da Constituição da República combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, à Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil, sobre o Programa Orçamentário do Poder Executivo relativo às ações e custos para a organização da Copa do Mundo de 2014". Autoria: Senador CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado. **Item 8) REQUERIMENTO Nº 8, DE 2009-CMACOPA – NÃO TERMINATIVO,** que "solicita informações, nos termos do art. 50, parágrafo 2º, da Constituição da República combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministério das Cidades, sobre os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, relacionados à infraestrutura das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014". Autoria: Senador CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado. **Item 9) REQUERIMENTO Nº 9, DE 2009-CMACOPA – NÃO TERMINATIVO**, que "solicita informações, aos governos estaduais e municipais classificados como sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014, sobre o projeto e a programação orçamentária relativos a este evento". Autoria: Senador CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado. **Item 10) REQUERIMENTO Nº 10, DE 2009-CMACOPA – NÃO TERMINATIVO**, que "solicita o envio de Indicação ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sugerindo a elaboração e a inclusão no PPA de uma programação específica que permita a identificação dos gastos com a Copa do Mundo de 2014". Autoria: Senador CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente, Senador CÍCERO LUCENA, passa a palavra ao Senhor Hipólito Gadelha Remígio, Consultor de Orçamentos e Fiscalização do Senado Federal, que apresenta o Portal da Rede de Informações. No transcorrer dos trabalhos, a Presidência registra a presença do Senhor Deputado SILVIO TORRES, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC). Usam da palavra os Senhores Senadores CÉSAR BORGES, MARINA SILVA e RENATO CASAGRANDE, bem como o Senhor Deputado SILVIO TORRES. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Cícero Lucena,** Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 13-10-09

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Havendo número regimental, decla-

ro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os senadores, que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Sras. e Srs. Senadores, temos alguns requerimentos aqui, entre eles nós temos praticamente repetido em alguns instantes requerimentos que a Comissão da Câmara já fez e foi aprovado numa Subcomissão semelhante à nossa que tem na Câmara. Nós estamos procurando fazer um trabalho conjunto com a Câmara, para que a gente possa ter, vamos dizer assim, uma melhor eficiência nos nossos trabalhos.

Então, alguns desses requerimentos nós vamos apresentar aqui, e a minha sugestão é que nós discutíssemos os requerimentos e colocasse em pauta em bloco, se assim os senhores concordarem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu queria apenas também [sobreposição de falas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, vice-Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu faço parte da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. E essa Comissão que hoje tem a Presidência do Senador Neuto de Conto – antes era o Senador Leomar Quintanilha – já vinha também acompanhando o trabalho da Comissão da Câmara dos Deputados, que tem realizado sistematicamente visitas às cidades-sedes, as candidatas a cidade-sede, porque não está definido ainda por inteiro.

Mas já realizou acho que em Manaus, já realizou em Curitiba recentemente. Em breve, vai realizar em Salvador. Tinha uma data marcada, transferiram.

Então, quero só dar ciência a V. Exa., porque acho que temos que, de alguma forma, procurar um trabalho conjunto que represente o Senado como um todo, porque a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo está integrada também nesse trabalho, junto com a Câmara dos Deputados. Acho que essa Comissão vem somar, essa Subcomissão vem se somar a esse trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com certeza. Muito obrigado.

Bom, primeiro requerimento: "*Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública, no âmbito dessa Subcomissão, para debater as providências relativas à organização da Copa, com os seguintes convidados: Sr. Ricardo Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol; Joana Havelange, Secretária Administrativa do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014; Juca Kfouri, jornalista esportivo; e José Luiz Datena, jornalista esportivo*." Para que a gente possa ouvir não só os organizadores, mas os que fazem a imprensa.

Então, esse é o primeiro requerimento que nós estamos apresentando, para que eles possam, na parte dos organizadores, dizer o que estão fazendo, o que estão pensando em relação à Copa, bem como da parte da imprensa para que eles possam emitir opinião no acompanhamento desses trabalhos.

Essa seria uma primeira Audiência Pública aqui.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não. Aqui é só em relação à Copa ainda, 2014.

Então, em discussão.

Bom, o seguinte requerimento, "*Requer nos termos*..." Repito que isso tem um pouco o modelo do que a Câmara fez, então nós estamos praticamente... Só que lá nós não ouvimos, vamos passar a ouvir aqui. "*Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito dessa Subcomissão para discutir também as providências relativas à realização, com os seguintes convidados*."

Nós vamos listar os convidados, a sugestão é que nós listássemos os convidados e, talvez, até dentro dessa sugestão do Senador César Borges, que a Comissão de Desenvolvimento Regional e de Turismo está fazendo, nós fazermos algumas dessas audiências nos locais conforme aqui será listado.

Porque esses nomes listados aqui são de Governadores, são de pessoas... Então, em vez de a gente convidar, nessa proposta do Senador César Borges, nós iríamos, então, em conjunto, se for o caso, uma visita, apenas os convidados estariam autorizados para o objetivo maior.

Então, seria o Governador do Estado do Pernambuco, que é Estado-Sede, Eduardo Campos; o Prefeito do Recife, no caso, João Costa Bezerra Filho; o Governador do Ceará; a Prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins; a Governadora do Rio Grande do Norte, Vilma Farias; a Prefeita de Natal, Micarla Weber; o Governador de Amazonas, Eduardo Braga; o Prefeito de Manaus, Amazonino Mendes; o Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, e o Prefeito de Cuiabá Wilson Santos; Governador de Minas Gerais Aécio Neves e o Prefeito de Belo Horizonte Marcio Lacerda; Governador da Bahia

Jacques Wagner e Prefeito de Salvador João Henrique Carneiro; o Governador do Paraná, Roberto Requião, e o Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa; o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e o Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes; o Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda; o Governador de São Paulo, José Serra, e o Prefeito Gilberto Kassab; a Governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, e o Prefeito de Porto Alegre, José Fogaça.

Acho que a sugestão do Senador César Borges é muito oportuna nesse requerimento, porque possivelmente essas pessoas melhor seria serem ouvidas no próprio Estado, pela conveniência de agenda, e nós faríamos isso em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e de Turismo.

Para discutir, Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): É muito mais uma questão de encaminhamento, Sr. Presidente.

Como no nosso Requerimento, meu e do Senador Casagrande, nós estamos sugerindo ampliar mais dois nomes, e me parece que V. Exa. é quem faz o convite, obviamente que isso não nos impede de dar sugestões. Então, a minha sugestão é de que pudesse ser o Senador Praia, que é do Estado que também vai sediar a Copa, e o Senador Casagrande, que é o nosso Presidente, que está interessado. E eu, obviamente, se tiver a necessidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O Senador já é parte da Comissão.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Ele é parte?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Já.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Já é parte?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Então pronto, então abriu mais uma vaga.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mais uma vaga.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Então, a minha sugestão--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Esta aceita.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): --de titular do Praia que é do Estado-Sede. Está certo?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Esta ok. Aceito o outro nome e indicarei em seguida.

Bom, então, em discussão esse requerimento, citando os Governadores e os Prefeitos das cidades-sede, para que a gente possa fazer uma agenda.

Convidando aqui, Senador Casagrande, ou, então, acompanhar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que está fazendo encontros também nos locais, está certo, e aí a Comissão indicaria membros para participar desses encontros. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, aprovado.

O outro requerimento, "*Solicita informação, nos termos do art. 50 da Constituição da República, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado, à Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil, pedindo informações sobre o programa orçamentário do Poder Executivo relativo às ações e custos para a organização da Copa do Mundo de 2014*."

Não é a presença, é as informações da Ministra-Chefe da Casa Civil sobre a questão orçamentária para a organização da Copa do Mundo de 2014. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, aprovado.

Também um Requerimento, no sentido da realização de audiências públicas, com a mesma intenção de fazer a agenda *a posteriori*, a Subcomissão para discutir as providências relativas à realização das obras e a necessidade de recurso público nas organizações da Copa do Mundo de 2014, com os seguintes convidados.

Senadora Marina, quero dizer que, por ter sido aprovado a Olimpíada de 2016, na próxima reunião, nós tomaremos as providências em relação às Olimpíadas de 2016, que é apenas o Governo Federal, Governo do Estado do Rio e Prefeitura do Rio.

Bom, então, sendo convidados Sr. Orlando Silva, Ministro do Esporte, Luiz Eduardo Barretto, Ministro de Estado de Turismo; Alfredo Nascimento, dos Transportes; Carlos Langoni, Diretor-Financeiro do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014; Solange Vieira, que também é Presidente da Agência Nacional da Aviação; Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional dos Transportes; José Roberto Bernasconi, Presidente do Sindicato Nacional de Empresas de Arquitetura e Engenharia-SINAENCO; Carlos de La Corte; Supervisor de Infraestrutura do Estado do comitê organizador da Copa 2014; Ricardo Brizola, Secretário Nacional de Segurança Pública, Tenente Brigadeiro-do-Ar, Cleonilson Nicácio Silva, Presidente da INFRAERO; e Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base.

Pois não. Para discutir, o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, tendo... E ouvindo aí a relação que V. Exa. acaba de discriminar, com relação às pessoas convi-

dadas para esse tipo de debate, eu queria fazer uma observação.

Foi colocado Ministro dos Transportes. É claro que o Ministro dos Transportes cuida de toda a parte rodoviária, ferroviária, aquaviária do país.

Entretanto, me parece que esse aspecto estaria contemplado pela INFRAERO, que está, na verdade, o transporte aéreo ligado ao Ministério da Defesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Somente aéreo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Tudo bem. Então, o Ministro do Transporte, a meu ver, poderia ser dispensado, já que não é verdade que o transporte rodoviário seja o básico. Nós teremos muito mais a questão aérea. Agora, eu acho que é fundamental, e falta dentro desse requerimento, o Ministro das Cidades, porque a Copa do Mundo vai se dar dentro de cidades.

Essas cidades têm uma perspectiva de mobilidade urbana muito séria. Então, é a questão do transporte urbano. Não é o transporte rodoviário do país.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O transporte muito mais urbano, mobilidade urbana. Metrô, transporte de superfície. As vias das nossas cidades que serão sedes.

Então, os investimentos serão maciços com relação ao Ministério das Cidades. Ele tem que estar presente nesse debate. Quer dizer, eu acho mais importante o Ministério das Cidades com relação à organização das cidades-sedes, do que o próprio Ministério dos Transportes.

Mas, se quiser a convocação do Ministério dos Transportes também, não vejo como não ser algo que possa contribuir. Mas acho mais importante que seja a inclusão do Ministério das Cidades, o Ministro Márcio Fortes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Bastante oportuna a participação de V. Exa., até porque o requerimento seguinte era um pedido de informação ao Ministério das Cidades.

E aí, se V. Exa. me permite, eu queria sugerir que nós, em vez de fazer esse pedido de solicitação, incluísse o Ministério das Cidades para que ele se fizesse presente e aqui apresentasse então...

Registro, com prazer, o nosso Presidente da Comissão na Câmara, correspondente à nossa na Câmara. Então... Deputado Silvio Torres.

Então...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): De informação com a inclusão do Ministério das Cidades nessa lista.

Então, em discussão. Aprovada a inclusão do Ministério dos Transportes, sem a exclusão do Ministério das Cidades, sem necessariamente a inclusão do Ministério porque, por exemplo, o Trem Bala seria uma alternativa de ligação que efetivamente...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim. Mas vamos deixar a discussão a definir.

Então, aprovado o requerimento também de pedido de informação, aprovado.

"*Requer, nos termos do art. 96, inciso II, do Regimento, realização de audiência pública para obter providências relativas à organização da Copa*", também, que seria outro nome, era o Ministro Paulo Bernardo, que vai discutir a questão do orçamento, bem como o Ministro Hélio Costa, das Comunicações, que são investimentos que também fazem parte da discussão da Copa. Em discussão. Em votação. Aprovado.

Eu estou só correndo um pouco, porque, na verdade, nós estamos nem fazendo ainda como será essas audiências. Com tantos nomes aprovados e como normalmente a gente tem uma certa dificuldade na reunião da Comissão, embora, a partir de agora, esse trabalho vá se intensificar. Então, nós já estamos chamando todos, e, a partir daí, fazemos o agendamento.

Também em discussão o Requerimento que pede a providência relativa ao debate com o Sr. Álvaro Brito Bezerra, Presidente da Associação Brasileira de Indústrias de Hotéis, que nós sabemos que é o investimento privado, mas que possivelmente vá demandar um investimento elevadíssimo e se a iniciativa privada arcará com isso ou se nós teremos que também ter participação de financiamentos de entidades públicas para debater nesses investimentos que serão feitos.

Então, o Presidente da ABIH; Ricardo Amaral, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Marítimas; o Bismarck Maia, Presidente da Comissão Turismo Integrado do Nordeste-CTI; Luciano Coutinho, Presidente do BNDES; e o Nelson Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo-CNTUR.

Também são pessoas que não necessariamente irão... Essa audiência será apenas com essa, mas discutindo também com os Ministros.

Em discussão. Não tendo quem queira discutir... Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Solicita o envio, esse requerimento, a indicação ao Ministério do Orçamento a elaboração e a inclusão do

PPA de uma programação específica que permita a identificação dos gastos com a Copa do Mundo de 2014.

Então, acho que essa Comissão, nós temos que estar muito atentos a todo o planejamento orçamentário, para que, no prazo necessário e suficiente, essa Comissão possa estar acompanhando e, consequentemente, cobrando do Governo Federal, após sabermos o que está previsto, se o procedimento orçamentário também está sendo devidamente cumprido.

Então, em discussão. Não tendo quem queira discutir, aprovado.

Da mesma forma, acompanhar dos Estados e dos Municípios que serão sede dos jogos da Copa de 2014, sobre projetos e programas orçamentários relativos a esse evento.

Então, procurarmos o mais cedo possível saber dessas sedes dos Estados correspondentes o que é que eles estão... Então, esse é um pedido de informação a todos os Estados e todas as sedes do Município na questão orçamentária até 2014. Em discussão o Requerimento. Não tendo quem queira discutir, aprovado. Em votação. Aprovado.

Bom, a Comissão da Câmara, já bastante avançada nesse trabalho, ela está programando uma viagem, uma visita técnica a ser realizada pela Subcomissão de Acompanhamento, criada pela Câmara dos Deputados e, no caso, com uma programação montada pelo Ministério das Relações Exteriores, visando conhecer e discutir as iniciativas de fiscalização, controle e acompanhamento da Copa do Mundo de 2010, que será realizada na África do Sul.

Nós requeremos a formação de uma delegação dessa Subcomissão para, em conjunto com a da Câmara dos Deputados, participar da referida visita, no período de 26 a 31 de outubro do corrente ano.

Então, essa é a nossa proposta, para que possamos fazer em conjunto com a Câmara a visita à África do Sul, para vermos todo o planejamento que foi desenvolvido por aquele país, bem como o andamento das obras e, em contatos com as autoridades locais, com o Comitê Organizador da Copa, para que nós já possamos ter um volume de informação bastante interessante dos problemas vivenciados por eles e as soluções possíveis que eles possam dar e, obviamente, ficarmos atentos aqui, nesse planejamento de 2014.

Em discussão o requerimento. Não tendo quem queira discutir, em votação. Os senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Bom, acabaram... Requerimento... A questão da pauta é apresentação de um portal de rede de informação, que nós iremos apresentar, o expositor é o Sr. Hipólito Gadelha Remígio, consultor Do Orçamento e Fiscalização do Senado Federal.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Antes de entrar, propriamente dito, nesse outro assunto, item 02 da pauta, eu notei que não houve um requerimento específico para que nós pudéssemos atuar em parcerias e com a colaboração com o TCU, Tribunal de Contas da União.

Eu acho que o Tribunal de Contas da União terá um papel muito importante nesse acompanhamento, até pela disponibilidade que tem de Recursos Humanos, mão-de-obra altamente qualificada e poder fazer esse acompanhamento e como órgão auxiliar do Poder Legislativo.

Então, eu queria propor aí o requerimento, se é que realmente eu esteja correto de que não houve esse requerimento para pedir a participação do TCU.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Existe, Presidente... Ou vice-Presidente, Senador César Borges, existe um protocolo de intenções já assinado inclusive com a Comissão da Câmara dos Deputados e com o Tribunal de Contas da União e o Senado Federal, nesse sentido.

Inclusive, nessa exposição vai tratar um pouco--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): A de hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Dessa que vai ser agora, do acompanhamento, ela já trata dessa intenção que o senhor registrou como preocupação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois não. Era só isso que eu queria pedir a colaboração do TCU, ouvir talvez um Ministro do TCU.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Ele vai participar, sim.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Que ficasse, que acredito que, no TCU, eles sorteiam áreas específicas, quem seria o Ministro responsável desse acompanhamento, para que ele pudesse também debater conosco aqui as providências que o TCU tomaria com relação com os gastos da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): No acompanhamento já está definido isso.

Convido o Sr. Hipólito Gadelha Remígio, são 20 minutos... 15 minutos, então.

SR. HIPÓLITO GADELHA REMÍGIO: Boa-tarde a todos.

Nós temos trabalhado junto com uma equipe da qual faz parte a Andréia, representando o Deputado, e outros diversos senadores, no sentido de estabelecer

um projeto de página para o acompanhamento das obras da Copa, e, agora, com o acréscimo das Olimpíadas, naturalmente a página ainda está voltada para a Copa, mas entendemos estendido o material a ser examinado como sendo também para as Olimpíadas.

O primeiro ponto... [pronunciamento fora do microfone].

O primeiro ponto é os objetivos. O que a gente pretende com esta página.

Antes de tudo, dar o máximo de informações sobre as atividades financeiras e orçamentárias relativas à aplicação desses recursos destinados à Copa, facilitar o controle, por meio dos órgãos responsáveis, com eventual participação do cidadão.

Por que eventual participação do cidadão? Porque nós temos o interesse de que essa página possa fazer com que o cidadão nos ajude. Falo nos ajude, porque trabalho aqui, na Comissão, que tem a atribuição fundamental de Fiscalização e Controle, que ele nos ajude a apresentar qualquer irregularidade que possa ser vista.

Os pressupostos para essa página funcionar são antes de tudo o apoio dos órgãos executivos no sentido de fornecer informações requeridas, a divulgação deste portal por meio dos órgãos de imprensa da Câmara e do Senado e o apoio dos Tribunais de Contas no sentido de exigir fornecimento, em tempo real, dos documentos que comporão a página.

Qual é a grande preocupação aqui? É que o portal só cumprirá as suas funções na medida em que, de fato, ele seja alimentado por quem terá o dever de alimentar essas informações. Quem terá esses documentos às mãos? Os representantes do Poder Executivo que estarão executando as ações de Governo.

Tudo o que nós vamos trabalhar, de agora em diante, vai estar preso a esse conceito de ações, que é um conceito semelhante ao conceito de ações na Lei Orçamentária. E essas ações terão um responsável. E este responsável, não somente pela gestão dessas ações, será responsável também por alimentar o sistema.

E para que isso dê certo, como muito bem colocou o Senador César Borges, não só em relação ao Tribunal de Contas da União, mas também em relação aos Tribunais de Contas dos Estados, será necessário que esses Tribunais imponham aos administradores dos recursos destinados à Copa imponham a obrigatoriedade do fornecimento das informações e dos documentos necessários ao acompanhamento.

Então, isso está previsto e os Tribunais já decidiram... Nós tivemos uma reunião há uma semana, e os Tribunais já decidiram copiar do TCU uma Instrução Normativa que o TCU está elaborando, obrigando que os dados sejam postos aqui dentro. Próximo.

Essa seria mais ou menos a página inicial do que seria... Desse nosso sítio na Internet. Teríamos o mapa do Brasil e, ao lado, alguns botões em que poderiam ter... O cidadão poderia ter acesso às informações de diversos caminhos.

Eu vou percorrer rapidamente esses caminhos, porque isso não é o fulcro do trabalho, mas o fulcro está no conteúdo do próprio portal. Mas tem caminhos para chegarmos a essas ações. Um desses caminhos seria o mapa do Brasil. O cidadão diz: "Eu quero saber que obra será feita no Distrito Federal". Ele clica no Distrito Federal e apareceria ali a lista de possíveis obras do Distrito Federal. Vamos passar adiante.

Então, teríamos quatro caminhos para chegarmos às diversas ações. Um desses caminhos seria por meio de um botão que acessaria o caderno de encargos, um segundo caminho seria aquele mapa que mostramos, o terceiro seria botões com *links* para as ações agregadas por meio de áreas e um quarto botão um local para que os cidadãos pudessem apresentar suas denúncias e sugestões.

Vejamos o que seria este primeiro botão, *caderno de encargos*. Então, quando o cidadão clicasse no botão caderno de encargos, o sistema lhe apresentaria uma tela, trazendo todo o conteúdo do caderno de encargos e este conteúdo seria desdobrado em ações.

Suponhamos que, no caderno de encargos, tenha que o Brasil se compromete a aperfeiçoar e modernizar os seus aeroportos, um item caderno de encargos; o cidadão clicaria nesse item do caderno de encargos e apareceria, então, a lista de tudo o que tem que ver com... Todas as ações que teriam a ver com este item do caderno de encargos que seria, por exemplo, mobilização de aeroportos.

Outro exemplo, no caderno de encargos estaria, suponhamos, definido que o Brasil iria modernizar todos os seus estádios. Na hora em que o cidadão clicasse nessa frase do caderno de encargos, sugeriria a lista das ações que seriam exatamente as modernizações dos estádios.

A segunda forma de acessar as ações, e eu estou correndo um pouco para nós chegarmos exatamente nas ações, seria por unidade da Federação. O cidadão clicaria numa unidade da federação específica e a tela traria todas as ações que serão desenvolvidas dentro daquela unidade da federação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SR. HIPÓLITO GADELHA REMÍGIO: Sim, por União, Estados e Municípios e Distrito Federal, naturalmente.

Esse portal... É bom ressaltar isso que o Senador Casagrande questionou. Esse portal não se destina apenas a obras federais.

E, por isso mesmo, a comissão de técnicos que está trabalhando neste sentido decidiu chamar todos os Tribunais de Contas Estaduais e os quatro Tribunais de Contas de Municípios dos estados em que existe Tribunais de Contas nos Municípios, para que eles possam exigir dos executivos municipais e executivos estaduais a inserção e a alimentação dos dados neste portal, de modo a que ele... O portal possa contemplar integralmente todas as ações de natureza pública.

É óbvio que aqui nós não podemos exigir as ações de natureza privada que são as referentes, suponhamos, aos hotéis ou, por exemplo, a própria... A própria programação dos dois eventos a cargo dos respectivos comitês organizadores.

Então, a segunda forma seria o acesso por unidade da federação. Eu sou... Eu parto de um princípio que eu, sendo um cidadão do Ceará, como é meu caso, eu quero saber o que está acontecendo no Ceará. Então, clico no mapa, lá, na região do Ceará, e ele vai me dizer, então, todas as ações que serão desenvolvidas, ou que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Estado do Ceará.

A terceira forma de eu selecionar... Até agora são formas de seleção, de selecionar que ações eu quero, seria por área, estabelecendo áreas, como, por exemplo, estádios, seria uma área, transportes rodoviários, seria uma outra área, independente de ser urbano ou interurbano, saúde seria uma área, segurança outra, infraestrutura aeroportuária, turismo, cada área estaria lá a disposição do cidadão interessado em conhecer as ações, daí ele escolhe, por exemplo, a área de saúde, e aí o sistema traria para ele as ações que tem que ver com saúde ligadas à Copa. Por exemplo, aquisição... Copa ou Jogos Olímpicos, por exemplo, aquisição de ambulâncias destinadas ao atendimento dos estádios e assim por diante.

Eu quero saber que ações têm que ver com transporte rodoviário. Ele clicaria em transportes rodoviários e aí surgiriam todas as ações que tem que ver, como, por exemplo, duplicação da avenida tal que liga o setor de hotéis ao setor dos jogos olímpicos. Todas as ações que contemplassem estas áreas de definição, que aí vamos colocar.

Viriam, então, essas ações por área, e aí, agora, seja por qual for a forma de acesso, seja por meio de definição do caderno de encargos, seja por meio da definição da unidade da federação, ou seja por meio da definição das obras, nós vamos agora direto... Nós vamos ter como respostas a esse pedido uma lista de ações. E agora o cidadão pode clicar em uma ação específica, e o sistema lhe apresentaria os dados relativos àquela ação.

E aí nós vamos... Onde nós vamos entrar daqui a pouquinho.

Primeiro de tudo, antes de entrar nesse conteúdo, vamos lembrar que separamos ações em três tipos. Não exatamente os tipos previstos na Lei 4.320, mas de uma forma mais palatável para o cidadão.

O primeiro tipo seriam atividades. Que ações são do tipo atividade? São ações de manutenção de serviço, ações do tipo... Um exemplo que coloquei aqui, acréscimo ao efetivo de força policial. Isto é uma atividade, uma ação do tipo atividade. Então, dado que a pessoa clicou, suponhamos, "Eu quero as ações por grupos", e esse grupo, ele quer segurança. Então, vão aparecer lá todas as ações ligadas a segurança. E aí ele clica em uma ação que diz assim: "Incremento de três mil policiais à Polícia Militar."

Então, agora vai surgir uma tela que vai desdobrar essa ação, vai explicar o que significa a ação, quais são as suas metas e em que momento esta ação se encontra.

Então, que dados traria? A descrição detalhada, a unidade da federação, de quem é a responsabilidade, no caso de polícia seria Governo Estadual, quais as metas, aí o exemplo que eu dei, por exemplo, acrescentar três mil servidores à força policial, qual o custo mensal desta ação, qual o prazo para implementação, prazo para conclusão da aquisição, se fosse o caso de aquisição, item do caderno de encargos que está sendo atendido, o responsável por essa ação.

Este aqui é o indivíduo que será obrigado não apenas a gerenciar a ação, mas também a fornecer os dados para a página, e o nível de desenvolvimento da ação. Ou seja, por exemplo, o Estado já contratou 3.500 soldados a mais, e assim por diante. Aí seria o nível de... Seria o acompanhamento para determinar em que se encontra, em que estágio se encontra o cumprimento daquela ação.

Além dessas informações para o cidadão, aquele que quiser saber mais detalhes sobre o assunto, nós vamos colocar documentos em PDF, como diz o título dessa tela. Esses documentos seriam, por exemplo, o edital de abertura do concurso, edital de convocação para a prova prática, edital de nomeação, edital de convocação para treinamento, relatórios de auditoria sobre esta atividade.

Isso seria, mais ou menos, dados relativos às ações do tipo atividade.

Agora vamos ver o que seriam ações do tipo compras de permanentes. Exemplo, aquisição de ambulâncias. Governo da Bahia se compromete a adquirir dez ambulâncias para cobrir a Copa. Descrição

detalhada seria isso. Unidade da Federação, Bahia; responsabilidade seria Governo Estadual; fornecedor contratado seria a empresa que vai vender as ambulâncias; metas, por exemplo, aquisição de dez ambulâncias; custo unitário e custo total, cada ambulância vai custar tantos mil reais, portanto dez ambulâncias seriam dez vezes isso; desenvolvimento da ação, em que nível se encontra, "Já foram compradas tantas ambulâncias", ou "Já foi contratada a compra de tantas ambulâncias"; prazo para a conclusão dessa aquisição. Da mesma forma, o responsável e da mesma forma o item de caderno de encargos que será atendido em razão daquela compra.

Na compra de materiais permanentes, nós também ofereceríamos para o cidadão determinados documentos que são produzidos pelo Estado, por força da lei de licitações, que são: o edital de licitação, o edital com a proposta vencedora, com planilhas de custos, o contrato e termos aditivos quando houver, relatórios de auditoria sobre a aquisição.

E ainda traria **links** para a listagem das notas de empenho que foram feitas em razão daquela compra e a listagem dos pagamentos efetuados à contratada em razão dos bens que foram entregues.

Esse é o segundo tipo de atividades... Desculpe, de ações. O primeiro é atividade, o segundo compra de materiais permanentes ou bens permanentes e o terceiro e último tipo é a tela de obras públicas, que naturalmente vai ser aquela de maior densidade em termos monetários.

Então, de cada ação que seja requerida, por exemplo, a construção de um estádio. Vai se apresentar para o cidadão ali: descrição detalhada – construção do estádio assim, assim, para tantos mil espectadores, unidade da Federação ou município, vai ser no município tal, responsabilidade, suponhamos que esse estádio seja de responsabilidade do Governo Federal [soa a campanhia], então será indicado aí Governo Federal, custo previsto, custo total previsto, as previsões orçamentárias, que seriam dotações orçamentárias destinadas, o prazo para conclusão da obra; por exemplo, no caso terá que ser para a Copa das Confederações, 2013, responsável pela contratação e condução seria a pessoa que vai se responsabilizar pelo fornecimento das informações, o custo do que já foi implementado, as metas, por exemplo, construção do estádio em tal ano vai ter tanto, em tal ano tanto, em tal tanto, percentuais da obra e item do caderno de encargos que será atendido.

Além dessas informações, será também fornecido para o cidadão o projeto básico, o projeto executivo, edital de licitação, o contrato, os documentos com os aditivos contratuais, o cronograma físico-financeiro, os relatórios de fiscalização, os relatórios de fiscalização do controle interno, relatório de fiscalização do controle externo e, fundamentalmente, os relatórios de medição de obra, que poderão ser avaliados em conjunto com o quê? Com os empenhos que foram efetuados, os pagamentos que foram efetuados.

Recomenda-se, porém não se obriga, naturalmente, que se coloquem também as fotografias da obra ou quem sabe o acompanhamento por meio de circuito fechado de televisão que seja ligado a um IP na Internet, para que se possa, naturalmente, ter a ideia física do que está sendo feito.

Para concluir, será aberta a oportunidade de o cidadão apresentar suas denúncias e sugestões, e estas denúncias e sugestões serão, naturalmente, encaminhadas para os órgãos de controle e Tribunais de Contas respectivos.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu que agradeço ao Dr. Hipólito Gadelha e passo a palavra ao Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem, Senador Cícero Lucena, Presidente dessa Subcomissão, é uma honra termos aqui o Silvio Torres, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): [sobreposição de falas].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E dizer que este instrumento... Hoje a tecnologia pode trazer algumas... Alguns fatos ruins para nós, mas a tecnologia hoje é uma aliada no controle. Uma grande aliada na publicidade e no controle. A publicidade esta relacionada ao controle.

Então, esse Portal do Senado e da Câmara, compondo aí uma rede de controle que envolve o Tribunal de Contas da União, Tribunais de Contas dos Estados, Tribunais de Contas dos Municípios, que envolverá naturalmente outros órgãos que tenham interesse, este portal poderá ser um grande instrumento do Poder Legislativo e da sociedade no controle de gastos públicos.

A Copa de 2014 vai ser um gasto público grande e é importante que se tenha o controle grande sobre esse gasto público, e a Olimpíada de 2016 também.

Lógico que a Copa, um assunto e investimentos mais espalhados por 12 cidades do Brasil, a Olimpíada é mais concentrada, mas o gasto da Olimpíada será um gasto muito grande, público e privado.

Gasto privado a gente não tem como controlar e nem temos essa prerrogativa e não precisamos, mas o gasto público nós temos que controlar. Seja na parceria com a iniciativa privada, temos que fazer o con-

trole, então estabelecermos mecanismos de controle eficientes para a sociedade brasileira ter segurança de que nós teremos dois grandes eventos, de grande repercussão.

E parabéns ao Brasil pelos dois grandes eventos, parabéns a quem articulou, ao Governo, às entidades, à sociedade que apoiou, mas a sociedade vai ficar muito mais feliz se tiver segurança de como esse dinheiro está sendo aplicado.

Isso vai ser transversal a diversos governos, não é... Começa agora planejamento, mas vai ser o próximo Governo que vai ter a grande tarefa de fazer os investimentos.

Então, o que nós estamos fazendo aqui, no Congresso, é uma ação de controle da administração pública e de vigilância sobre administração pública. Então, eu quero aqui saudar... Essa Subcomissão vai ter muita tarefa pela frente, e nós estaremos à disposição para que a gente possa colaborar, é função nossa aqui, da Comissão de Defesa do Consumidor, Fiscalização, Controle e Meio Ambiente, fazermos esse trabalho e tomamos a iniciativa junto com a Comissão da Câmara, e eu parabenizo ao Hipólito pela apresentação do trabalho e agradeço aos consultores, aos técnicos que estão trabalhando nesse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Agradeço a participação do nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Defesa do Consumidor e que nos deu a honra de presidir essa Subcomissão, pela sua participação e com certeza como membro dessa Comissão irá colaborar, como sempre, para que os objetivos sejam atingidos.

E eu pediria, no momento que agradeço ao Dr. Hipólito, para que ele disponibilize aos demais senadores, para que alguém que queira fazer alguma sugestão ao Portal que eventualmente possa ser feito na intenção de aprimorar isso que já foi tão bem apresentado e que já foi tão bem discutido também na Câmara.

E aproveitar para agradecer a presença do nosso Presidente na Câmara, Silvio Torres, que, desde o primeiro instante, tem se comportado, como é a sua característica, na busca de uma parceria, de uma integração, para que juntos, nós, as duas Casas, possamos desenvolver esse trabalho, atendendo a expectativa do povo brasileiro de não só ser informado do que vem sendo feito em favor da Copa de 2014, porque como bem disse o Senador Casagrande, passa a ser uma responsabilidade não apenas das autoridades, mas de todos nós, temos um compromisso para que esse evento seja efetivamente cheio de pleno sucesso para que o Brasil ocupe, de uma forma definitiva, o seu papel na questão do mundo.

Então, eu aproveito e passo com muita satisfação a palavra ao Deputado Silvio Torres, para que ele possa fazer seus comentários.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Senador Cícero Lucena, Presidente da Subcomissão da Copa e da Olimpíada, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela ascensão a esse cargo tão importante, de tanta responsabilidade. Sei que V. Exa. com certeza vai dar conta da tarefa dessa missão, das responsabilidades, que eu espero e o fará com o apoio integral, tenho certeza, de toda Subcomissão especial do Presidente da Comissão, Senador Renato Casagrande, cumprimentar também o Senador Jefferson.

Na Câmara, a Comissão correspondente é apenas de Fiscalização Financeira e Controle, Senador Casagrande.

Então, é dentro desse... Desses limites, que, na verdade, não têm limites, porque a tarefa é tão grande de fiscalizar os recursos federais que são destinados a qualquer ação governamental, é que nós nos concentramos especificamente também através de uma subcomissão para acompanhar os gastos federais com a Copa.

No desenvolvimento dessa idéia, nós achamos que era imprescindível uma parceria com o Senado e tão logo contatamos o Senador Casagrande, ele já acedeu e hoje fazemos junto esse caminho que se corporifica nessa rede de fiscalização, que inclui o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas de Estados e Municípios, convidamos o Ministério Público Federal também para fazer parte, provavelmente vai integrar, podemos ter novos parceiros.

Mas o importante é que é uma iniciativa inédita que já está em desenvolvimento, nós já estamos trabalhando acerca de mais de 30 dias nessa integração da rede, no primeiro *workshop* realizado acerca de 10 dias atrás, que foi apresentado o trabalho da instalação deste Portal, que é uma das iniciativas da rede, a rede tem um amplo leque de trabalho a serem feitos, e esse portal, certamente, vai ser o que vai dar maior visibilidade ao nosso trabalho através do qual nós poderemos estar contribuindo para que a sociedade acompanhe muito de perto o que é que vai ser gasto em nome de eventos importantes, como lembrou o Senador Casagrande, fundamentais para o Brasil, mas que nós esperamos que ele atinja, que eles atinjam seu objetivo dentro do espírito de seriedade, de respeito ao dinheiro público, dentro do espírito, principalmente, daquilo que nos propusemos a fazer, que é mostrar a nossa capacidade de organização, de planejamento, e não apenas festejar eventos.

Nós tivemos um péssimo exemplo com a organização dos Jogos Pan-Americanos, que nos serviu de alerta para todo este trabalho.

Então, eu queria cumprimentar também os Senadores que se engajam nesse trabalho, temos à frente bastante trabalho, neste ano e no ano que vem.

Como lembrou também o Senador, o próximo Governo vai ter uma responsabilidade maior de fazer as obras, que tem prazo para serem feitas, mas nós estamos instalando um modelo permanente de fiscalização, que pode até servir de exemplo para outras ações do Governo.

Eu queria cumprimentar e agradecer ao Hipólito, por esse trabalho, e teria apenas uma pequena contribuição, de imediato, que era sugerir que aqueles eventos que são de responsabilidade do setor privado e que nós não possamos fiscalizar, mas que eles estejam de alguma forma "linkados" para que as pessoas possam procurar neles alguma informação, até para situar dentro de todo o contexto do trabalho do Portal.

E por fim, Senador Lucena, só para dizer que a nossa viagem à África do Sul, eu não sei quais Senadores irão, na Câmara irão... Irei eu, o Presidente da Subcomissão, o Deputado Rômulo Gouveia e o relator, que é o Deputado Paulo Rates.

Já está com um programa sendo finalizado lá pela... Pela Embaixada... Pela Embaixada da África do Sul e eu acho que será importante, nós vamos visitar três estádios, nós vamos ter encontros com as principais autoridades que estão organizando e fiscalizando a Copa de 2010 e eu tenho certeza que será uma viagem muito interessante e produtiva.

Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu que agradeço, Deputado Silvio Torres, pela sua companhia e pela forma com que V. Exa. tem proposto esta parceria com essa Comissão.

Nós estamos aqui, no Senado... O relator não vai poder ir, o Senador Gilberto Goellner estaria indo... Eu estarei acompanhando, convidando também o Presidente Renato Casagrande e o Senador Flexa Ribeiro. *A priori* seriam os três que iriam também compor essa Comissão a partir do próximo dia 26.

Então, não tendo mais o que discutir... Aliás, o Hipólito queria fazer referência sobre a colocação do acompanhamento dos investimentos privados.

SR. HIPÓLITO GADELHA: Só... E agradecer pela sugestão e dizer que o Portal não é um projeto fechado. E que, naturalmente, qualquer sugestão que venha, sem dúvida, vai enriquecer o conteúdo do portal.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então, não tendo mais o que discutir, está encerrada a presente sessão, agradecendo a presença de todos. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h48.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ata da 21ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura Realizada no Dia 15 de Julho de 2009, Quarta-Feira, às 09:00 Horas.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia quinze de julho de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador (**Cristovam Buarque**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Fátima Cleide, Aloízio Mercadante, José Nery, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, João Pedro, Serys Slhessarenko, Marina Silva, Wellington Salgado de Oliveira, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Jayme Campos, Adelmir Santana, Papaléo Paes e Jefferson Praia**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senhor Presidente abre os trabalhos e coloca em votação a seguinte **PAUTA**: **Item 01**. **Requerimento nº 27, de 2009**, que "requer seja realizada audiência pública para debater sobre os conflitos mundiais, solidariedade aos povos e sobre a luta pela paz, com a presença das seguintes autoridades: Socorro Gomes, Presidente do Conselho Mundial da Paz e Presidente do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta Pela Paz – CEBRAPAZ; Embaixador Everton Vieira Vargas, Subsecretário-Geral Político I (SGAP I) do Ministério das Relações Exteriores; Javier Lopez Cifuentes, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil (ACNUR) e; representante do Comitê Nacional para Refugiados – CONARE, do Ministério da Justiça". Autor: Senador Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado**. **Item 02**. **Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 62, de 2009** – complementar – não terminativo – que "Estende a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.". Autora: Deputada Nair Xavier Lobo. Relatoria *ad hoc*: Senadora Marina Silva. Voto: Pela aprovação da matéria. Resulta-

do: **Aprovado**. **Item 03**. **Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado, Nº 314 de 2004** – não terminativo – que "Dispõe sobre adoção; altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.". Autor: Câmara dos Deputados. Relator: Senador Aloízio Mercadante. Voto: pela aprovação do projeto, com ressalvas indicadas. Resultado: **Aprovado**. **Item 04**. **Projeto de Lei do Senado Nº 60, de 2009** – não terminativo – que "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para instituir cotas para idosos no serviço público". Autor: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide. Voto: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado**. **Item 05. Projeto de Lei do Senado Nº 330, de 2008** – não terminativo – que "Dispõe sobre a dispensa de perícias para a requisição dos benefícios gerados por lei aos portadores de deficiências físicas e mentais". Autor: Senador Cristovam Buarque. Relator: Senadoria *ad hoc*: Senadora Marina Silva. Voto: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **Aprovado**. **Item 06**. **Projeto de Lei do Senado Nº 738, de 2007** – terminativo – que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias". Autor: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Flávio Arns. Voto: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado**. **Item 07**. **Projeto de Lei do Senado Nº 361, de 2008** – terminativo – que "Modifica o artigo 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos à garantia de cumprimento da referida determinação e estende às pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias". Autor: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Paulo Paim. Voto: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado**. **Item 08**. **Projeto de Lei do Senado Nº 118, de 2007** – terminativo – que "Altera dispositivos do Livro II, Título III, Capítulo IV da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para ampliar os períodos de prestação de serviços à comunidade e de internação, e estabelecer outras sanções ao adolescente infrator". Autor: Senador Pedro Simon. Relator: Senadora Rosalba Ciarlini. Voto: Pela aprovação da matéria. Resultado: **adiado**. **Item 09**. **Projeto de Lei do Senado Nº 111, de 2008** – terminativo – que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais". Autor: Senador Flávio Arns. Relator: Senador Cícero Lucena. Voto: Pela aprovação da matéria com duas Emendas que apresenta. Resultado: **adiado**. **Item 10**. **Projeto de Lei do Senado Nº 119, de 2008** – terminativo – que "Altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras Providências". Autor: Senador Arthur Virgílio. Relator: Senador Gerson Camata. Voto: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado**. **Item 11**. **Projeto de Lei da Câmara Nº 60, de 2009** – terminativo – que "Cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos". Autora: Deputada Bel Mesquita. Relator: Senador Gilvan Borges. Voto: Pela aprovação da matéria. Resultado: **adiado**. **Item 12**. **Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2009** – terminativo – que "Dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências". Autor: Deputado Pompeo de Mattos. Relator: Senador Magno Malta. Voto: Pela aprovação da matéria. Resultado: **adiado**. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, José Nery, Marina Silva, Aloizio Mercadante, Patrícia Saboya e Fátima Cleide. O Senhor Presidente faz suas considerações finais e não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às onze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra da estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada um e a cada uma. Declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da

53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Nós temos alguns requerimentos. Eu vou começar por eles.

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para debater sobre os conflitos mundiais, solidariedade aos povos e sobre a luta pela paz, com a presença das seguintes autoridades: Socorro Gomes, Presidente do Conselho Mundial da Paz e Presidente do Centro Brasileiro de Solidariedade; Embaixador Everton Vieira Vargas, Subsecretário Político I do Ministério das Relações Exteriores; Javier Lopez Cifuentes, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil e representante do Comitê Nacional para Refugiados". O requerimento é de minha autoria. Eu ponho em discussão. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 62, de 2009 – Complementar, Não Terminativo. Ementa: "Estende a estabilidade provisória, prevista na alínea b, do inciso II, do art. 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda do seu filho". Eu vou repetir porque, ao ler assim, fica difícil entender. "Estende a estabilidade provisória, prevista na alínea b, do inciso II, do art. 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho", ou seja, quem tiver a guarda de seu filho, de uma gestante morte, depois, obviamente, de ela ter dado a luz, terá estabilidade também. É da Deputada Nair Xavier Lobo. A Relatora é a Senadora Fátima Cleide. É pela aprovação. Eu peço à Senadora Marina que faça a leitura *ad-hoc*.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Qual que é a página?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está na pág. 11, pedindo desculpas por não ter avisado antes, Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu vou direto à análise, então, Sr. Presidente. Nos termos do art. 2, incisos I, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa dar Parecer em decisão não terminativa sobre o presente Projeto de Lei Complementar.

A estabilidade provisória no emprego insere-se no direito do campo do trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61, da Constituição Federal. Chegou a Relatora, Sr. Presidente.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não, faça o relatório.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Cabe ao Congresso Nacional competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48, da mesma Carta. Observados esses pressupostos, temos que a apropriação não apresenta vícios de inconstitucionalidade e nem de injuridicidade.

No mérito, como bem advoga a eminente Autora, a proposição vem preencher uma lacuna em nossa legislação. Nossa Constituição tem como princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana. Art. 1º, inciso III: a construção de uma sociedade justa e solidária; art. 3º, inciso I: e a proteção à maternidade, no art. 6º. Estabelece também o art. 227 da nossa Carta Magna: "*É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta propriedade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência e crueldade e opressão"*. Nesse aspecto particular, exsurge o dever do Estado para assegurar à criança, note-se bem, com absoluta propriedade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, enfim, condições de sobrevivência, dignidade e desenvolvimento. Em situação como a descrita na proposição, é fundamental que a criança recém-nascida receba todo o apoio possível e a proteção especial do Estado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, no seu art. 3º, que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. O art. 4º, deste mesmo Diploma Legal, preconiza que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura,

à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Ora, se o Estado não pode, diretamente, assistir a todos os graves problemas que envolvem a criança, pode, assim, ser solidário e atuar de forma eficiente para que o trauma, causado pela perda de sua mãe, seja imediatamente provido com o carinho do pai ou da pessoa que substituirá a genitora nos seus primeiros dias de vida, quando, totalmente frágil, necessita de todos os cuidados que todos nós conhecemos bem.

Sob o aspecto jurídico, a proposição guarda relação com todos os princípios humanos enunciados em nossa Constituição e na legislação infraconstitucional. Louvou-se a iniciativa que ampara não o destinatário de uma estabilidade provisória, mas a criança nascida, que reclama o peito quente da mãe que partiu.

Quem cuida de suas crianças prepara um mundo melhor e é disso que precisamos. Fica aqui nossos versos do Poema Para Sempre, de Carlos Drummond de Andrade, a nossa homenagem à mãe que partiu.

Para sempre.
Por que Deus permite
que as mães vão-se embora?
Mãe não tem limite,
é tempo sem hora,
luz que não apaga
quando sopra o vento
e a chuva desaba,
veludo escondido
na pele enrugada,
água pura,
ar puro,
puro pensamento.
Morrer acontece
com o que é breve e passa
sem deixar vestígio.
Mãe, na sua graça, é eternidade.
Por que Deus se lembra
– mistério profundo –
de tirá-la um dia?
Fosse eu Rei do Mundo,
baixava uma lei:
Mãe não morre nunca,
mãe ficará sempre
junto de seu filho
e ele, velho embora,
será pequenino
feito grão de milho.

Com esta homenagem, encaminhamos a presente proposição. O Voto é pela aprovação. Ainda que eu não tenha lido com a graça e a beleza do poema, é muito tocante. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço à Senadora Marina Silva. No exato momento em que ela começava, a Senadora Fátima estava chegando. Eu quero saber se a Senadora Fátima, que é de fato a Relatora, e parabenizo pelo poema, que trouxe um toque especial a esses relatórios, em geral, tão frios. Deveria acrescentar esse toque humano nos nossos relatórios. Eu passo se quiser usar da palavra.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, apenas para agradecer a relatoria *ad-hoc* da Senadora Marina Silva, que fez de forma brilhante. Dizer que é muito importante que a gente possa garantir para as pessoas que vão cuidar de uma criança, cuja mãe partiu enquanto esta criança está nascendo, também a estabilidade no emprego que é garantida à mãe, à genitora. Então eu acho que é uma matéria muito importante. Logo em seguida, nós teremos outra matéria com relação à adoção, também relatada pelo Senador Aloizio Mercadante, e eu acredito que esta Comissão, hoje, tem uma tarefa muito importante, que é de garantir, principalmente, o direito das crianças que ficam órfãs, das crianças que merecem ter a proteção da família, da sociedade, do Estado, enfim, do Poder Público. Muito obrigada, Senadora Marina. Obrigada, Senador Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, eu coloco em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Presidente. Eu poderia solicitar também a leitura... Eu queria, primeiro, dizer que eu me sinto muito honrado em participar dessa Comissão, gostei tanto que eu acho que não vou sair mais. É um ambiente muito familiar e temas de muito mais interesse social do que outras que eu tenho participado. Mas eu solicitaria se poderíamos votar o Projeto da Adoção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É a hora dele realmente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está ótimo, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É a hora dele e eu quero dizer ao Senador Mercadante que, aqui, nesse Senado, todos são iguais, mas tem uns mais igual que outros. E, pela sua história, pela sua força, pelo número de votos que teve, a sua presença nessa Comissão a engrandece. Eu quero dizer que eu fico muito feliz que esteja e quero que fique aqui mesmo.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente Cristovam, há pouco, eu havia dito ao senhor sobre a necessidade, muito provavelmente, de fazer uma certa recomposição na Comissão, tendo em vista as ausências, um certo esvaziamento e a falta da presença de vários integrantes da Comissão. Essa declaração do Senador Mercadante, eu creio que é muito importante porque é a segurança de que teremos, não só ele, mas toda a bancada do PT, que sempre é muito presente, mas, no conjunto dos outros partidos, é bom que se diga: é preciso, a meu ver, reavaliar a participação aqui, porque deixamos de votar matéria, de encaminhar questões, por contas das ausências. Então, eu creio que essa declaração e essa participação, como sempre, é muito bem-vinda.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Nery, a presença do PT nessa Comissão, hoje, é de 100%. Alguns pela história, outros pelas circunstâncias, mas os ideais são muito comuns. Você veja que todos têm compromisso com essa agenda de direitos humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade, somos todos, eu não tenho a menor dúvida de assinar embaixo, somos petistas, mesmo não estando filiados ao PT.

Eu passo a palavra ao Senador para o relatório do Projeto nº 314, de 2004, que "Dispõe sobre a adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de dezembro de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente; 8.560, de 20 de dezembro de 1992, revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências". É um projeto que eu reputo da maior importância, com implicações extremamente positivas na estrutura familiar e social e no apoio à infância brasileira. E aí, falando nos petistas, eu lembro da frase da Senadora Heloísa Helena, que eu nunca me esqueço, de que, se o Brasil adotasse uma geração, não teria mais problemas no futuro, uma geração completa de crianças. Senador Mercadante com a palavra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu agradeço ao Senador Cristovam Buarque pela confiança, me sinto muito honrado de poder participar e relatar essa matéria, que tem um grande alcance social.

Esse projeto, ele estabelece uma nova Lei Nacional de Adoção, modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código Civil, a CLT e outras legislações referentes ao tema. Ele desenvolve o art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz: "*Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes".* Esse direito de convívio familiar e comunitário está, também, na Política Nacional de Assistência Social, no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária e nas Diretrizes das Nações Unidas sobre emprego e condições adequadas de cuidados alternativos com a criança.

Como o Parecer é muito longo, eu vou tentar fazer um resumo sobre aquilo que é verdadeiramente relevante no nosso ponto de vista.

Primeiro, eu queria ressaltar que eu construí este relatório com o acordo unânime do CONANDA, do Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Ministério da Justiça, da FUNAI, do Ministério de Desenvolvimento Social e do Grupo de Apoio à Adoção, que são os pais que estão no cadastro de adotantes, e, também, os juízes das Varas Criança e do Adolescente e o Ministério Público. Então, há uma ampla adesão e um consenso completo sobre o Parecer.

O que é que nós gostaríamos de destacar? Primeiro, nós estamos procurando estimular, fomentar o princípio da adoção no País. De que forma? Primeiro construindo um conceito de família ampla. Ou seja, nós temos que buscar esgotar ao máximo a possibilidade de permanência da criança no seio da sua família. Se os pais estão incapacitados, os avós, os tios, irmãos, sempre buscando, em primeiro lugar, a família. A criança ficará temporariamente num abrigo ou temporariamente numa família de acolhimento, uma família temporária, ela, necessariamente, terá que ser próxima ao endereço originário da família, sempre buscando preservar a família como unidade prioritário na política de adoção. Esgotada esta possibilidade, nós iremos, então, para o Cadastro Nacional de Adoção. Nós temos, hoje, vinte e dois mil e quinhentos pais, ou que pretendem assumir a paternidade, já identificados pelo Cadastro Nacional. Temos três mil e quinhentas crianças em condições de adoção. No entanto, o que é que nós temos que desenvolver? Primeiro, a preparação e a habilitação dos pais. Então, haverá um conjunto de medidas para preparar, habilitar, motivar os pais. E um problema que nós temos, hoje, é que 90% das adoções são crianças brancas, meninas, com menos de dois anos. Os meninos e os não brancos, especialmente os negros, têm grande dificuldade de serem adotados. Então, nós queremos desenvolver, junto a esse cadastro, uma percepção da relação interracial, de outras possibilidades, que essas famílias poderiam tomar, nesse ato de amor, nesse ato de solidariedade, de generosida-

de humana, que é a adoção. Então, a habilitação e a preparação é a primeira grande diretriz.

No caso das crianças indígenas e quilombolas, mantê-las na comunidade de origem, mesmo que não seja no seio da família, na comunidade, para preservar a identidade e o desenvolvimento.

No caso da adoção internacional, as entidades que pretendam adotar crianças no Brasil terão que se cadastrar, conforme uma série de regras da Convenção de Haia, e é apenas a última hipótese, só quando você esgotou todas as possibilidades no Brasil, e, quando for no exterior, preferencialmente, para famílias de brasileiros residentes no exterior. E, quando houver adoção internacional, que é o último caso, haverá a obrigatoriedade do acompanhamento pós-acolhimento por, no mínimo, dois anos.

A outra diretriz importante é reduzir ao máximo a permanência das crianças nos abrigos. Então, as crianças ficarão no máximo dois anos nos abrigos, e os abrigos terão a obrigatoriedade de representar, através de relatório para o juiz da Vara da Criança e do Adolescente responsável pelo abrigo, a cada seis meses, a situação das crianças, porque, hoje, nós vivemos a seguinte situação: os juízes têm na mesa dele todas as crianças infratoras ou em conflito com a Lei o prazo de permanência em abrigos, as condições de acolhimento, as exigências de acompanhamento, mas, para as crianças que estão no abrigo e não têm conflito com a Lei, não há essa mesma exigência. Agora, passa a ter a mesma exigência. Quer dizer, o juiz tem que assumir a responsabilidade por essas crianças, acompanhar, e a política é retirá-las dos abrigos e estimular ao máximo a adoção.

Uma outra diretriz importante é que 80% das adoções no Brasil estão se fazendo à margem de qualquer medida legal. É uma adolescente com uma gravidez precoce que tem o filho, entrega para a vizinha, para um conhecido, deixa com o porteiro do prédio, na casa de uma família, de forma anônima. A Câmara tinha estabelecido que, nesses casos de adoção direta, as famílias que não tomassem as providências em trinta dias, prisão de dois a quatro anos. Eu acho completamente indevido. Quer dizer, uma família que recebe uma criança nessas condições também está tendo um ato de generosidade. Você tem é que buscar regularizar a situação. Ela será obrigada a comunicar, no prazo de trinta dias, à justiça da Vara da Criança da sua Comarca mais próxima da sua residência e terá que passar pelo processo de habilitação e preparação do cadastro, com todos os outros procedimentos. Quer dizer, nós estamos coibindo a adoção direta, mas não criminalizando, que não me parece um bom caminho. É através da educação, do acompanhamento, da motivação e da regularização que nós vamos construir.

Outro princípio que nós adotamos é que, no caso das crianças que tenham condições de verbalização, eles terão que ser ouvidas em Audiência, tanto na adoção quanto na mudança de nome. Os adolescentes, na mudança de nome, nós aprovamos uma Lei que dá o direito a mudar o nome e adotar o nome da família adotante, eles terão que ser ouvidos em juízo. Então, dar personalidade à criança, para que ela possa definir o seu caminho quando houver condições.

No processo, havia um tema muito sensível, que é o problema do infanticídio, que é uma prática muito reduzida, mas existe em algumas comunidades indígenas. O projeto só tratava dessa matéria na questão das comunidades indígenas. O infanticídio, ele é vedado, porque o art. 5º da Constituição, primeiro item do artigo mais importante, que é uma Cláusula Pétrea, que são os direitos e garantias individuais, estabelece o direito à vida a todo o cidadão. Então, o Estado tem que proteger a vida, o Ministério Público, a FUNAI, as autoridades competentes, que acompanham as comunidades indígenas, têm que proteger a vida, em qualquer cenário. Agora, o que é que as comunidades indígenas mencionaram? Que não há, no Brasil, uma política de tratamento com dignidade, com a identidade cultural, de uma forma integral, das crianças e adolescentes indígenas. Eu apresentei o Estatuto dos Direitos dos Povos Indígenas, em 1991, na Câmara dos Deputados. Dezoito anos e não foi votado. Já passou por uma Comissão Especial, já houve entendimento, mas eu diria que os grupos de madeireiros, mineradores e outros interesses impedem que esse país reconheça, 509 anos depois, direitos dos povos originários, organize, dê prerrogativas, possibilidades, responsabilidades, enfim... Tem sido muito difícil avançar nessa agenda. Nesse projeto, eu fiz o seguinte: sobre a questão da criança e adolescente indígena, eu fiz um projeto próprio, retirei do tema, a não ser preservar que eles fiquem na comunidade indígena ou quilombola, e fiz um projeto integral, em comum acordo com a FUNAI, e encaminhei ao Conselho Nacional de Política Indigenista, para que as comunidades, que lá estão representadas, opinem sobre o projeto, para, depois, formalizar a tramitação na Casa. Então, nós queremos introduzir, no Estatuto da Criança e do Adolescente, um capítulo específico sobre isso, porque não existe até o momento.

Para concluir, o meu Parecer... Do ponto de vista da técnica legislativa, nós tivemos que aprimorar uma série de conceitos, evitar contradições que existiam no texto, eu retirei mecanismos que burocratizavam, que dificultavam o processo de adoções, agilizando, estimulando esse processo, retiramos alguns mecanismos que

eram inconstitucionais, suprimimos exageros, como, basicamente, essa questão da penalização da adoção direta, a criminalização, que é um completo equívoco, como forma de tratar o tema, e, com isso, nós construímos um amplo entendimento, inclusive com o Grupo de Apoio à Adoção, dos pais que estão no cadastro de adoção, há um amplo entendimento em torno do projeto. Por isso, eu gostaria de pedir o apoio de todos. Queria dar como lido o Parecer, que é muito extenso, traz detalhadamente todas as Emendas, substituições, nós não temos muita margem, nós só podemos manter o que o Senado fez, que era um projeto da Senadora Patrícia, até quero aqui parabenizá-la, não só por ser uma mãe adotiva, mas também pela sensibilidade de pautar esse tema, mas era um projeto muito simples o dela, a Câmara aprimorou bastante, e, nós, agora, fizemos uma reconstituição, uma organização do texto, retiramos burocratizações, excessos, mas sempre na linha de fomentar a adoção, que eu acho que é uma grande agenda.

Eu espero amplo apoio dos meios de comunicações para que a gente possa tratar desse tema com a prioridade, com a sensibilidade que exige. Por isso, peço o apoio de todos e agradeço ao Presidente, pela honra de poder relatar essa matéria, com a urgência que eu acho que ela, de fato, ela tem, que, cada dia que a gente atrasa, são mais crianças nos abrigos, menos instrumentos de adoção e mais atraso nessa lista de espera, que é absolutamente irracional.

Portanto, acho que a gente pode dar um passo importante, historicamente, no fomento, no estímulo, na motivação à adoção das crianças. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Aloizio. Esse é o exemplo de um projeto que teve origem na Senadora Patrícia, como foi lembrado pelo Senador, mas que foi sendo aperfeiçoado ao longo desses anos todos, de cinco anos de trabalho sobre ele, inclusive, no final, com as contribuições do Senador Aloizio Mercadante. Eu creio que esse projeto, devemos tentar aprová-lo imediatamente, porque é isso que daria ajuda, mostrar a esse país que, aqui, além de tantos problemas, nós estamos fazendo coisas que podem mudar o Brasil. Esse projeto vai mudar o Brasil, ao mudar a vida de milhares de crianças e milhares de pais adotivos também.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão. Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro, eu quero parabenizar a Senadora Patrícia, pela iniciativa, e o Senador Mercadante, que fez o aperfeiçoamento da proposição inicial, através do seu relatório. Dizer o quanto foi importante essa sensibilidade que ele teve para as questões específicas daquelas pessoas que buscam fazer a adoção direta, para que não sejam criminalizadas, até porque uma pessoa que se depara com uma criança na sua porta, ela cria, imediatamente, uma relação transferencial com aquela criança, e que é muito difícil fazer aquela apartação, e ela se sente, de alguma forma, responsável. Se ela não cuidar da criança, na maioria das vezes, ela se sente como se estivesse repetindo o ato da mãe que deixou na sua porta, levando a criança para uma outra porta.

Então, é um processo delicado, as pessoas não fazem isso por uma ação criminosa; pelo contrário, é uma situação muito complexa, do ponto de vista emocional, em que a pessoa busca ficar com aquela criança. O acompanhamento é necessário porque, passado esse momento de uma relação transferencial muito forte, a pessoa pode se deparar com o peso da responsabilidade de ter uma criança sob os seus cuidados, e, às vezes, você tem uma pessoa que é de idade, que é aposentada, que não teria uma renda para cuidar, ela não tem autonomia em relação aos filhos, que, às vezes, é que diz como é que deve ser o funcionamento da casa, uma série de problemas que o acompanhamento feito por alguém especializado, do ponto de vista da ação do Conselho da Criança e do Adolescente, enfim, dos Conselhos Tutelares, todos os mecanismos que podem ser acionados para que essa adoção seja uma adoção previamente informada e consciente, do ponto de vista das responsabilidades afetivas, sociais, econômicas e de dar à criança o suporte necessário para que, de fato, ela possa se sentir amparada. Mas é fundamental esse processo de não criminalização.

O outro aperfeiçoamento é no sentido do cuidado com as comunidades indígenas, referente ao infanticídio. Realmente, é uma questão polêmica, difícil de ser entendida. Nós devemos ter todo o cuidado para não mostrar as populações indígenas como se eles fossem bárbaros, pessoas cruéis, que, simplesmente, estão matando crianças. Faz parte de um sistema cultural, social e, até mesmo, espiritual muito complexo, dentro da cultura indígena, mas o Senador Aloizio Mercadante tem razão: todos nós somos povos brasileiros, e as populações indígenas também fazem parte da sociedade brasileira, e a nossa Constituição assegura o direito à vida a todos os seres humanos. Como é que se estabelece esse trânsito, essa circularidade, para que, se sentindo acolhidos, na sua impotência de muitas vezes ter uma criança que tem uma limitação física, alguma limitação do ponto de vista psíquico, essas comunida-

des, aos poucos, possam transitar para esse direito, que é universalizante, até porque eles também têm essa capacidade de transitar no universo dos direitos do que é justiça e do que é correto? Recentemente, nós temos um fato que nos deixou a todos muito emocionados, que foi os trigêmeos de uma comunidade Yanomâmi, no Estado do Amazonas, em que houve a decisão da família de não fazer nenhum tipo de sacrifício em relação às crianças. Por quê? Esse acolhimento e essa interação sobre o direito à vida e de que a limitação da criança não é em si mesmo um problema, mas uma questão temporária e que o Estado pode prover o suporte necessário para que a tribo possa manejar a situação de dificuldade, então houve a decisão do pai de que as crianças não seriam sacrificadas. Mas é uma questão complexa e está correto fazermos o debate da melhor forma possível, para evitar uma exposição injusta com as comunidades indígenas. Mas, também, assegurarmos o direito à vida como um direito universal para todos os seres humanos em todas as culturas e em todos os momentos da história.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, também apenas para parabenizar o relatório brilhante do Senador Aloizio Mercadante, com relação a essa questão da adoção. Como V. Exa. frisou, é um projeto que foi sendo aperfeiçoado e ele culmina com este relatório do Senador Mercadante, sendo extremamente aperfeiçoado.

Eu também iria fazer a ressalva que fez a Senadora Marina, com relação à questão do infanticídio. Eu acho que o Senador Mercadante teve, assim, muita lucidez, nesse sentido de separar essa questão que merece um tratamento diferenciado, sim, e o entendimento das diversas culturas existentes no nosso país e dessa necessária transitoridade, como fala a Senadora Marina Silva. Então, isso não é uma questão que nós possamos, daqui, determinar o que devem fazer as diversas etnias indígenas que existem em nosso país.

Parabenizar também ao Senador Mercadante, porque essa informação do Estatuto dos Povos Indígenas, apresentado por ele em 1991, não era do meu conhecimento. Mas devo dizer, Senador Mercadante, que, este ano, o Abril Indígena discutiu, os povos indígenas do país inteiro, reunidos aqui em Brasília, discutiu justamente esse tema, que é o Estatuto dos Povos Indígenas. Então, agora, nós nos sentimos fortalecidos por V. Exa., também, de, no momento em que chegar aqui aquilo que é consenso, porque são muitas culturas e muitas divergências também entre as culturas, as etnias indígenas, a gente possa, enfim, fazer o enfrentamento necessário a todo esses lobbys que a gente sabe que existe na área econômica de madeireiros, de mineradores, etc., Companhias Ilimitadas, para que a gente possa assegurar aquilo que é direito dos povos indígenas. Parabéns pelo brilhante relatório, e eu tenho certeza que ele contribuirá e muito para que a gente possa dar alento, segurança emocional, afetiva e de presença familiar a muitas crianças que hoje estão em abrigos e que, infelizmente, têm dificuldades em ser adotadas.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só queria fazer um agradecimento também, que esse relatório só foi possível pela dedicação da Maia e da Rose. As duas já são mães. E no caso do Marquinhos, eu achei que ele era adotado, não é, mas seguramente será um pai adotante, porque ele se dedicou tanto, se empenhou tanto, e foram tão, eu diria, competentes na construção, nós fizemos tantas reuniões com todas as entidades, o setor público, juiz, Ministério Público, então foi muito prazeroso construir um tema são sensível com a dedicação e a competência da assessoria desses profissionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu pus em votação imediatamente porque, se começar a Ordem do Dia e nós votássemos, poderiam anular. Então já está aprovado. Mas eu quero aproveitar para dizer, Senador Aloizio, da minha satisfação desse projeto, pedir que vá hoje mesmo, e, aprovando hoje, ele já vai à sanção do Presidente. Eu acho que esse é um dos projetos que merece uma sessão festiva e que o Presidente Lula nos convide ao Congresso, a Patrícia e todos, para que mostremos uma contribuição importante do Brasil ao estado da família no nosso País.

Nós temos ainda algumas possibilidades de votação de Não Terminativos.

Eu pediria à Senadora Fátima que assuma o projeto que está na pág. 136, que é o Projeto de Lei nº 60, de 2009, que "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que 'dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências', para instruir cotas para idosas no serviço público". O Autor é o Senador Antonio Carlos Valadares e o Relator é o Senador Jefferson Praia, que esteve conosco ao longo de todo quase o tempo, mas teve que sair. Antes de passar a palavra, eu quero dizer à Senadora Patrícia que acabamos de aprovar um projeto de sua origem, que a meu ver é um projeto marcante, o seu nome foi citado pelo Senador Aloizio Mercadante, que foi o Relator, como a Senadora que deu origem ao projeto.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, se quiser usar a palavra--

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu queria. Presidente, eu queria só agradecer a todos dessa Comissão. Hoje, é um dia muito importante para todos nós, que militamos pela proteção dos direitos da criança, é uma vitória para a Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente. É uma conquista, Senadora Marina, em função de que, há muito tempo, existe uma tremenda confusão, cada Estado age de uma forma, e essa Lei, a partir desse momento, acho que vai facilitar, mesmo que existam ainda algumas brechas ou algo que a gente precisa aperfeiçoar, mas ela vai ajudar muito a um problema que eu considero um dos mais tristes, dos mais graves, que é ver tantas crianças no Brasil em abrigos e tantas famílias, tantos homens e mulheres que desejam adotar e ter um filho.

Portanto, eu agradeço, agradeço ao Senador Mercadante pelo trabalho que realizou, agradeço a todos da Comissão que nos ajudaram a aprovar esse projeto. Sem dúvida alguma estaremos no Plenário lutando por mais essa conquista. Muito obrigada, Presidente Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu é que agradeço, como brasileiro, e sugiro que a Lei chame-se Lei Bia [risos], sua filha adotiva.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada. Eu só queria explicar que eu estava na TV Record, agora, fazendo uma entrevista exatamente sobre a Lei da Adoção, corri muito, mas, infelizmente, não consegui chegar a tempo, mas aqui estou. Muito obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, vou procurar sem bem breve, para que a gente possa aprovar também esse projeto, mas quero, aqui, na presença da Senadora Patrícia Saboya, parabenizá-la também por mais esta luta vencida em prol da criança e do adolescente no nosso país.

Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 60, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, tem por objetivo instituir reserva mínima de 5% das vagas de concurso público às pessoas idosas, ressalvado os casos em que houver incompatibilidade com a natureza do cargo a ser ocupado.

Na análise nós assinalamos, em primeiro lugar, o propósito louvável que anima o PLS nº 60, de 2009. A situação do mercado de trabalho para os cidadãos maiores de sessenta anos é extremamente difícil. O peso desses cidadãos na população como um todo e suas responsabilidades familiares, ainda mais significativas proporcionalmente, demandam, sem dúvida, a interferência protetora da Lei. A oportunidade do projeto é, portanto, incontestável.

Em razão desse exposto breve, Sr. Presidente, o nosso Parecer, o Parecer do Senador Jefferson Praia, que é o Relator da matéria, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº 60, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar, ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Ainda temos um Não Terminativo, cujo Relator é o Senador Flávio Arns. Eu quero pedir à Senadora Marina se aceitaria relatar. Eu pergunto se aceita porque às vezes não está de acordo com o Parecer. O Relator é o Senador Flávio Arns e o projeto decisão minha autoria: "Dispõe sobre a dispensa de perícias para a requisição dos benefícios gerados por Lei aos portadores de deficiências físicas e mentais".

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Qual a página?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pág. 143. É um problema que dificulta muito os portadores terem que, sistematicamente, se submeter às deficiências(F). Eu não quis me manifestar, Senadora Fátima, eu não quis me manifestar sobre o projeto anterior porque podiam dizer que era interesse em causa própria, porque é em benefício dos idosos. Então, eu preferi ficar de fora da minha manifestação [risos]. Mas, aqui, eu passo a palavra à Senadora Marina Silva, em substituição ao Senador Flávio Arns.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu vou direto à análise, Sr. Presidente, para fazer o relato dessa matéria sobre o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2008, que "Dispõe sobre a dispensa de perícias para a requisição dos benefícios gerados por Lei aos portadores de deficiências físicas e mentais".

Ainda que não tenha a profundidade que foi aqui estabelecida pelo Senador Relator, no caso aí o Flávio Arns, eu gostaria de dizer da sensibilidade do autor da matéria, que já é, digamos, um motivo bem significativo vindo de quem vem, que é o Senador Cristovam, para os aspectos que envolvem ao requerente dos benefícios que têm necessidades especiais.

Os três parágrafos desse artigo estabelecem respectivamente que: cabe à autoridade competente para a emissão do registro geral determinar os procedimentos periciais para identificação da deficiência; a junta pericial poderá abster-se de registrar a deficiência

nos casos em que houver a possibilidade de reversão do quadro clínico; e, ainda, a evolução do quadro clínico é motivo para que a junta pericial reveja a decisão tomada nos termos do § 2º. O art. 2º é a cláusula de vigência da Lei, prevista para iniciar na data de sua publicação.

Já na justificação do projeto, o autor cita as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência, principalmente quando demandam benefícios concedidos por Lei e cuja fruição depende da comprovação de sua condição especial mediante a realização de perícias. Aponta, também, o contrassenso que caracteriza a exigência de múltiplos exames em diferentes órgãos burocráticos para identificação de uma condição já consolidada e irreversível.

O PLS nº 330, de 2008, foi distribuído à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que deverá iniciar o exame da matéria, e à Comissão de Assuntos Sociais para decisão em caráter terminativo. Não foram apresentadas Emendas ao projeto.

Eu estou aqui, me referindo apenas. Eu estou confusa porque a campainha está tocando, não sei se ainda podemos votar, mas o alcance da matéria diz respeito àquelas doenças físicas que já estejam visivelmente consolidadas ou fortemente documentadas. Não é isso, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É isso.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): De sorte que o Parecer do Relator é pela aprovação, e nós, aqui, deveremos fazer esse julgamento, já que trata-se de matéria terminativa e de alta relevância social, à medida em que essas pessoas, ao serem portadoras de necessidades especiais, buscam os benefícios para poder minorar, às vezes, as suas situações de penúria, sobretudo para que possam ter alguma dependência no seio de suas famílias.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo discussão, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o projeto.

Os demais são terminativos. Eu agradeço a presença de todos os Senadores. Há apenas um comunicado.

Há o Memorando nº 07-202, de 2009, que vem do meu gabinete, datado de 7 de julho de 2009, encaminhando carta do Sr. Pedro Fistarol(F), que relata tentativa de homicídio, discriminações e ameaças contra a integridade física de sua mãe, Maria de Fátima Almeida Santos, funcionária da Prefeitura de Ijuí, no Rio Grande do Sul. Nós estamos entrando em contato para ver até que ponto podemos colaborar. A Comissão de Investigação concluiu estar perfeitamente comprovada a falta de materialidade das denúncias feitas pela servidora, que imputaram ao servidor. Então levamos em conta e não há o problema.

Também temos o relatório de autoria do Sr. Robert Amsterdam, datado de 19 de junho de 2009. Eu chamo a atenção disso. Eu recebi o relatório, acho importante mostrar e colocar à disposição dos senhores. Está em português, datado de 19 de junho, sobre violações de direitos humanos na Venezuela e a destruição sistemática do sistema judicial daquele País. Com o título "O Estado Bolivariano do não direito", esse relatório descreve casos de interferência do Poder Executivo no Poder Judiciário. A Secretaria de Comunicação disponibiliza cópias às Sras. Senadoras e Senadores interessados, sem emitir qualquer juízo de valor sobre o caso. Chegou a denúncia aqui e nós achamos correto que seja informado aos Srs. Senadores. O documento está aqui à disposição dos que quiserem, é um documento grosso, em português, e os que quiserem podem ter acesso. Senador Nery com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, a propósito dessa denúncia que o senhor vai disponibilizar a todos os Senadores, eu só queria fazer um rápido comentário. Teremos que analisar, avaliar e tomar os encaminhamentos que considerarmos adequados. Depois eu vou, no reinício dos nossos trabalhos, isso é, se houver recesso, porque não há acordo para votar a LDO, eu pretendo abordar essa questão do ingresso da Venezuela no MERCOSUL, tendo em vista que há uma campanha orquestrada por setores conservadores e reacionários da Venezuela e, evidentemente, que obtém eco e obtém apoio não só aqui no Parlamento, mas em alguns setores da sociedade brasileira. Eu creio que toda denúncia que chega aqui devemos avaliar e tratar da forma adequada. A Senadora Marina, há pouco, reclamava dessa campainha ensurdecedora que chama a atenção para votações, para a presença no Plenário. É algo anacrônico, porque o Senado, que gasta tanto dinheiro para coisas dispensáveis, poderia ter um sistema mais moderno para nos chamar, nos convocar para ir ao Plenário e não dispensar atenção, porque realmente esse zumbido atrapalha sem dúvida a concentração, a atenção que devemos ter ao que estamos fazendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Fere os direitos humanos de todos que estão no prédio.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Fere os direitos humanos de todos. Então, como a Senadora Marina fez a crítica e se sentiu incomodada, como nós todos nos sentimos, eu creio que poderíamos fazer uma breve sugestão à Mesa: entre as medidas que o Senado vai tomar para melhorar a sua situação, devia substituir, embora que isso é um detalhe entre as mu-

danças que na verdade nós precisamos aqui. Mas é um detalhe que tem a ver com o combate à poluição sonora que causa surdez e causa muito incômodo à saúde humana.

E por último, Sr. Presidente, infelizmente, não pudemos realizar, no dia de hoje, como era previsto, a Audiência Pública para tratar da questão da Guerrilha do Araguaia, sobretudo do depoimento do Major Curió. A Comissão fez todos os esforços no sentido de contatá-lo, de encontrá-lo, e não foi possível. Eu queria solicitar a V. Exa. que esforços fossem envidados, no sentido de trabalhar para que, no reinício dos nossos trabalhos, em agosto, pudéssemos realizar a Audiência Pública prevista para a data de hoje, tendo em vista que a questão dos desaparecidos e mortos no Araguaia encontra-se na Ordem do Dia, sobretudo porque agora finalmente, depois de muita dificuldade, a Comissão do Governo encarregada de fazer a busca de informações para encontrar os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, que foram assassinados brutalmente, cada vez mais esse tema adquire importância e, nesse sentido, eu solicito a V. Exa. os esforços necessários para que possamos realizar essa Audiência na primeira quinzena de agosto, quando da retomada dos nossos trabalhos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço, Senador Nery. Eu tinha esquecido de prestar contas dessa Audiência Pública. Nós suspendemos a Audiência agora pelo risco que havia de que o recesso tivesse começado na quinta-feira passada, na sexta-feira, na segunda, na terça, e, então, ficaria prejudicado o depoimento do Major Curió e os demais convidados para discutirem a entrevista que ele deu. O fato de não conseguirmos localizá-lo não vai impedir a Audiência. Se nós não conseguirmos, faremos uma Audiência sem ele para discutir o que está naquela entrevista, com pessoas que entendem do assunto, que já escreveram sobre o assunto e que já diziam o que ele disse há muito tempo. A Audiência vai ser mantida para o próximo semestre. Vamos continuar insistindo na presença dele, mas se ele não vier, nós faremos de qualquer maneira a Audiência sobre o que aconteceu no Araguaia. Então eu lhe agradeço e está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h24.

Ata da 22ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 12 de Agosto de 2009, Quarta-Feira, às 9 Horas, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal.

Às nove horas e cinqüenta e sete minutos do dia dezoito de julho do ano de dois mil e nove, na sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Cristovam Buarque)**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH **Flávio Arns, Paulo Paim**, **José Nery, Cristovam Buarque e Serys Slhessarenko.** O Senhor Presidente organiza os trabalhos em duas partes, primeira parte, Audiência Pública e segunda parte, deliberativa: **Primeira Parte:** Pauta. **Item único**. **Audiência Pública** da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em atendimento ao **Requerimento nº 21 de 2009 – CDH, aprovado em 20/05/09, de autoria do Senador José Nery, com vistas a discutir** "o conflito entre as populações atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e os órgãos federais responsáveis pelo gerenciamento da política energética, ambiental e fundiária". O Senhor Presidente abre os trabalhos, faz suas considerações sobre o tema da Audiência e, em seguida, convida para compor à mesa os Senhores convidados. Convidados que comparecem: Antônio Raimundo Santos Coimbra, Superintendente de Meio Ambiente da Eletronorte e Antônio Maria Amorim Barra, Diretor Econômico-Financeiro da Eletronorte, em representação ao Senhor Jorge Nassar Palmeira, Diretor Presidente da Eletronorte; Josias Matos de Araújo, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME), em representação ao Excelentíssimo Senhor Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia; Raimundo de Oliveira Filho, Superintendente Regional do INCRA em Marabá e Gilvan Reis, Chefe da Unidade Avançada de Tucuruí, em representação ao Senhor Rolf Hackbart, Presidente do INCRA; Roquevam Alves Silva, do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Sônia Mara Maranho, Coordenação Nacional do MAB. Encaminhamentos resultantes das exposições feitas pelos Senhores Convidados: (aguardar notas taquigráficas). **Segunda parte** (Deliberativa): **Item 01**. **Requerimento Nº 28, de 2009 – CDH**, que requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de discutir com as Senhoras e os Senhores Senadores a aposentadoria especial para a profissão de vigilante. Solicita-se a participação das seguintes autoridades: José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes; João Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores Vigilantes do Paraná; Vicente Lourenço de Oliveira, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores Vigilantes; Evandro Vargas dos Santos, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Sul e; Fernando Antônio Bandeira, Presidente do Sindicato dos Empregados Autônomos do Rio de Janeiro". Autoria:

Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 02. Requerimento Nº 29, de 2009 – CDH,** que "Requer a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de discutir o processo de Reforma Agrária, na questão da criminalização, educação dos camponeses e seus direitos". Convidados: Rolf Hachabart, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; José Geraldo de Sousa Júnior, Reitor da Universidade de Brasília; Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão e; Representante da Direção Nacional do Movimento Sem Terra. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Resultado:**aprovado**. **EXTRAPAUTA**. **Item 01**. **Requerimento Nº 30, de 2009 – CDH,** que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o Tema "O Negro no mercado de trabalho", devendo ser convidados o Presidente da FEBRABAN e o Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI e Confederação Nacional do Comércio – CNC e Frei Davi, Diretor da Educafro e outros a serem definidos pela própria comissão."Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 02. Requerimento nº 31, de 2009 – CDH**, "Requeiro, nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para exposição sobre a Campanha Nacional Contra a Redução da Maioridade Penal, coordenada pela Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude – ABPM, com os seguintes convidados: Dr. Eduardo Rezende – Presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude –ABPM; Dr. Renato Barão Varalda – Promotoria de Juventude Infracional da Infância e da Juventude e um Representante da CONANDA." Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Resultado: **Aprovado**. **Item 03. Requerimento nº , de 2009**, que Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para o lançamento público do Relatório Analítico das Relatorias Nacionais em DhESCA mandato 2007-2009. Convidados: Darci Frigo, Integrante da Coordenação Colegiada. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Resultado: **Adiada**. Às dez horas e três minutos, o Senhor Presidente passa a presidência ao Senador José Nery. Às doze horas e vinte e cinco minutos o Senhor Presidente, José Nery, passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às doze horas e vinte e sete minutos o Senhor Presidente, Paulo Paim, devolve a presidência ao Senador José Nery. Às treze horas e quinze minutos o Senhor Presidente, José Nery, devolve a presidência ao Senador Cristovam Buarque. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, José Nery, Paulo Paim e Serys Slhessarenko. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão desta Reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Bom dia a todos e a todas. Declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Esta audiência pública é realizada nos termos do Requerimento nº 21/2009 da CDH aprovado em 21 de maio de 2009, de autoria do Senador José Nery com vistas a discutir o conflito entre as populações atingidas pela construção da Hidroelétrica de Tucuruí e os órgãos federais responsáveis pelo gerenciamento da política energética, ambiental e fundiária.

E é com satisfação que registramos aqui a presença, já à mesa, dos ilustres convidados da Eletronorte, do Ministério de Minas e Energia, do INCRA, bem como, registramos a presença dos representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens, estarão conosco aqui à mesa o Sr. Roquevan Alves da Silva e a Sra. Silvia Maranho, da Coordenação Nacional dos Movimentos dos Atingidos por Barragens, e como saudamos a ilustre delegação de trabalhadores e trabalhadoras do Estado do Pará e de outros Estados que aqui vêm a esta Comissão de Direitos Humanos para participar e acompanhar esta reunião, esta audiência pública.

Lamentamos e pedimos desculpa aos trabalhadores que aqui vieram a esta Casa do Congresso Nacional, o Senado Federal e tiveram que esperar por mais de 40 minutos, quase uma hora para que obtivesse a liberação para participar da audiência, tendo em vista, que uma medida autoritária do presidente da Casa determinou a proibição do acesso de pessoas às dependências do Senado com argumento de que se trata de uma medida preventiva para enfrentar todo esse problema da contaminação pelo vírus da Gripe A H1N1, popularmente chamada de Gripe Suína. Mas eu estava dizendo que, na verdade, o problema que contamina o Senado são outras gripes, não exatamente essa.

Mas é com satisfação ao pedir desculpa que registro a presença de todos e todas, esperamos que esta audiência pública possa contribuir, efetivamente, e é o apelo que fazemos aqui, de imediato, aos representantes dos órgãos federais aqui presentes, e do Movimento dos Atingidos por Barragens, no sentido de que ao longo das exposições e nas nossas conclusões possamos encontrar alguns caminhos, proposições, medidas que, efetivamente, contribuam para equacionar os problemas, os conflitos que, historicamente, ocorrem na região de Tucuruí no âmbito da Usina Hidroelétrica de Tucuruí e todos os desdobramentos que nós conhecemos nos últimos 30 anos.

Queria, como há espaço aqui à mesa, solicito mais uma cadeira. Vou convidar também para fazer parte da mesa os representantes do Movimento, o Sr. Roquevan Alves Silva, representando o MAB e a Sra. Sônia Mara Maranho que representa a Coordenação Nacional do MAB.

Vamos ouvir primeiro os órgãos governamentais e, em seguida, a representação do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Concedo, inicialmente, a palavra ao Sr. Antônio Amorim Barra, que aqui representa a diretoria da Eletronorte, o nosso diretor financeiro para que possa, inicialmente, fazer a sua exposição. Teremos, inicialmente, dez minutos, se necessário podemos conceder mais cinco, de modo que todos os expositores terão de 10 a 15 minutos para a exposição. Se for necessário um tempo maior, pode solicitar e nós aqui temos prática, fazer com que os assuntos sejam debatidos exaustivamente e o tempo que nós temos essa manhã é dedicado a esse debate. Portanto, cumprimentando, mais uma vez e desejando que façamos aqui uma boa audiência.

Concedo a palavra a V. Sa. para a sua exposição.

SR. ANTÔNIO AMORIM BARRA: Bom dia a todos e a todas. Exmo. Sr. Senador José Nery, presidindo esta mesa, esta sessão, em nome do qual eu cumprimento os senadores, os parlamentares, autoridades aqui presentes; Sr. Dr. Josias Araújo, secretário de energia do Ministério de Minas e Energia; Sr. Raimundo Oliveira Filho, superintendente regional do INCRA; Dr. Antônio Coimbra, superintendente de meio ambiente; Sra. Sônia Mara e Sr. Roquevan do MAB, senhoras e senhores. Estou aqui na qualidade de representante da presidência da Eletronorte para participar desta audiência requerida pelo Exmo. Senador José Nery e dizer aos senhores que nós iremos discutir e estaremos à disposição para as questões que serão levantadas nesta audiência, dizer aos senhores que a Eletronorte no decurso da existência de Tucuruí vem procurado compensar todos os problemas ambientais que vêm ocorrendo no decurso da sua existência. Gostaria de colocar isso, inclusive, como maiores detalhes na apresentação que o Dr. Antônio Coimbra, que é o nosso superintendente de meio ambiente, efetivamente, fará na exposição, e, posteriormente, estaremos à disposição para discutirmos os assuntos que forem necessários. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Antônio Amorim, Nessa primeira parte da audiência, nós gostaríamos que se pudesse ser explanadas as iniciativas concretas dele e a construção da usina, um panorama mais geral em relação ao tratamento oferecido aos atingidos pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí, relativo aos problemas de reassentamento e indenizações, bem como outros compromissos assumidos ao longo desse período e negociações que foram feitas com a Eletronorte, no sentido de garantir a essa população direitos fundamentais que vão desde a energia elétrica os novos reassentamentos quando da sua retirada de seus locais de moradia, a questão relacionada com alternativas de geração de renda, de trabalho, de regularização fundiária em que em certa medida se pudesse ser feita uma explanação mais geral, nos daria então os elementos para que aqui possamos mediar o debate necessário, visando ao que é o objetivo desta sessão, contribuir no aperfeiçoamento das negociações e do cumprimento dos acordos que foram celebrados ao longo do tempo pelos organismos federais, pelo Ministério de Minas e Energia, pela Eletronorte, por outros órgãos do Governo Federal com os movimentos sociais da região, com o MAB, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí e região, com colônia de pescadores das diversas negociações e diversas manifestações que vêm ocorrendo nos últimos anos, falo mais recentemente, no último mês de maio houve uma manifestação dos trabalhadores rurais, pescadores, do Movimento dos Atingidos por Barragens lá em Tucuruí que resultou na prisão de 18 lideranças e trabalhadores do Movimento pela Polícia Militar do Estado do Pará, entre os quais quatro lideranças do Movimento ficaram quase 50 dias na cadeia em Belém, como se fossem os mais perigosos criminosos, dos quais o Roquevan que está aqui. Eu tive a oportunidade de visitá-los na cadeia, no Presídio Estadual lá em Marituba, e isso é fruto de um conflito que se arrasta há bastante tempo, no nosso entendimento, pelo não cumprimento de acordos e compromissos estabelecidos. Então, aqui é o espaço que nós queremos para que essas questões todas que interessam aos trabalhadores que foram duramente atingidos e esses desdobramento ao longo desses 30 anos que pudéssemos ter aqui uma radiografia dos problemas,

inclusive, das iniciativas, evidentemente, para que possamos aprofundar esse processo de negociação, especialmente, nos interessa os compromissos que garantam o comprimento dos acordos feitos durante esse longo período de mobilizações e de negociações com os trabalhadores e trabalhadoras.

Então, a nossa solicitação é que pudesse ser feito, tanto... É o que eu vou pedir também ao Dr. Josias aqui representando, que é o secretário de energia elétrica do Ministério de Minas e Energia, aqui representando o Dr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, como vou pedir ao INCRA através do Dr. Raimundo, superintendente regional do Sul do Pará sediado lá em Marabá.

Então, é isso que nós queremos, colocar à mesa os problemas e as iniciativas, e ao final ficar bem claro quais os caminhos que vamos trilhar de agora por diante para que os conflitos sejam dirimidos, solucionados e, especialmente, a população atingida tenha a garantia do cumprimento dos compromissos do estado brasileiro para com os milhares de trabalhadores que pagam o preço de um modelo de desenvolvimento que nem sempre é, a meu ver, e aí já vai uma visão de mérito, o mais adequado para o povo brasileiro.

Então, eu queria se possível, nessa primeira parte, que pudesse cumprir essa etapa de uma exposição onde as iniciativas e os problemas identificados sejam relatados pelos órgãos aqui convidados. Pode ser assim? Então, muito obrigado e agradeço. E concedo a palavra ao senhor para que possa fazer ou não sei se...

SR. ANTÔNIO AMORIM BARRA: Na realidade, Senador, como eu falei anteriormente, o nosso técnico da área que é o especialista da área de meio ambiente e superintendente da área, ele fará justamente essa apresentação mostrando o que no decurso da existência de Tucuruí vem sendo feito efetivamente para mitigar essas questões e quais são os nossos projetos daqui para frente. É exatamente como o senhor está solicitando.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu passo a palavra ao senhor responsável da área do meio ambiente da Eletronorte para que possa fazer a exposição. Dez minutos, inicialmente, se o senhor precisar de mais tempo, mais cinco e se precisar de mais terá mais tempo necessário para a exposição. Muito obrigado. V. Sa. tem a palavra.

SR. ANTÔNIO RAIMUNDO COIMBRA: Muito obrigado. Bom dia a todos. Bom dia, Senador José Nery, em nome do qual eu cumprimento os demais membros da mesa, e em especial os principais interessados que são os representantes do MAB aqui nesta reunião.

Nesta breve exposição de 15 minutos que o Senador José Nery me concedeu, eu vou procurar colocar o que a Eletronorte fez e o que a Eletronorte está fazendo e os compromissos que a Eletronorte tem assumido com essas questões sociais. Na realidade, a Eletronorte tem hoje 8.914 megawatts de geração hidroelétrica, isso distribuído nas Usinas de Tucuruí que é o caso que nos interessa hoje, além, da Usina de Tucuruí nós temos a Usina de Balbina que hoje está com a Eletrobrás, além da Usina de Balbina nós temos Samuel com 216, a Usina de Coaracy Nunes com 78 megawatts e a Usina de Curuá-Una com 30 megawatts. E esse é o quadro gerador hoje da Eletronorte em termos de barragens.

Como ocorreu esse processo de desapropriação e reassentamento das populações urbanas no caso de Tucuruí? Esse processo de transformação da região de Tucuruí não veio com a Usina Hidroelétrica de Tucuruí, ou seja, não foi a usina que trouxesse esse processo de transformação, ele, na realidade, começou nos anos 50 com a construção da Rodovia Belém/Brasília, em 67 a descoberta das jazidas minerais da Serra de Carajás intensificou esse processo que já estava em desenvolvimento e, além disso, houve um grande programa que foi o Programa Grande Carajás que envolveu a construção da Rodovia Transamazônica, da PA 150, da PA 332, vários projetos de colonização e incluída nesse programa estava a construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí. Isso aí é apenas para mostrar que não foi a usina, a grande responsável pela transformação que tem ali, o que ocorreu foi uma decisão governamental, na época, de criação desse Programa Grande Carajás que envolvia a Usina de Tucuruí.

Quando a usina estava em projeto, houve um Decreto em 1976 que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação das terras, uma área que envolvia vários municípios que na época eram Bagre, Itupiranga, Jacundá, Marabá, São Domingo do Capim e Tucuruí todos eles no Estado do Pará. A Eletronorte em 1979 criou, fez um convênio, convênio esse com o Interpa e com o Incra para levantar as indenizações sobre as terras de benfeitorias, ou seja, a Eletronorte não foi a responsável direta por essa questão, ela teve a participação, na época, do Incra e do Getat(F). Há um problema que a ocupação da terra naquela região se deu de maneira irregular e uma quantidade muita pequena de terra era legalizada, a maioria das terras eram terras devolutas.

Então, em 1978 o projeto provocou deslocamento de 1.750 famílias que estavam na cota 35, em 82 nós chegamos a 3.152 famílias que corresponde à cota 72 que é a cota de operação da usina. Finalmente, em 84 1.676 famílias foram realocadas, sendo que na quase

totalidade essas famílias correspondiam a emigrantes que ocuparam as terras que já vinham sido desocupadas anteriormente, ou seja, a Eletronorte desocupou as terras e houve um retorno de algumas famílias.

Em 1992 nós tivemos um total de 4.625 famílias reassentadas, sendo 3.625 num espaço rural e mil famílias nos núcleos urbanos que foram criadas pela Eletronorte. Cabe ressaltar que dessas famílias, dessas 4.625 famílias, 3.879 foram reassentadas, 651 optaram por receber a indenização em dinheiro. A Eletronorte não considera essa uma boa solução, porque o dinheiro vem para o bolso e vai embora rapidamente. E 95 famílias não foram atendidas porque elas não compareceram. O reservatório de Tucuruí abrangeu áreas hoje de sete municípios, na época eram quatro municípios, sendo que a sede do município de Jacundá e 12 vilas próximas, repartimento e Breu Branco foram integralmente inundadas.

Cabe ressaltar que a Eletronorte nesses novos assentamentos em que ela fez o realocamento, ela construiu todos os equipamentos comunitários, ela construiu sistemas de água e esgoto, eletrificação, vias de acesso, vias internas e os prédios públicos como prefeituras, mercado, câmara, fórum, matadouro, enfim. E a Eletronorte também durante o processo de indenização garantiu o transporte do pessoal que foi relocado para os novos locais e fez essa remoção. Esses novos loteamentos rurais foram implantados, na época através de um convênio que foi feito com o Incra e com o Interpa e contou com entidades representativas das comunidades, ou seja, não é a nossa especialidade fazer loteamento, fazer reassentamento. Então, para isso, na época nós contamos com a participação do Incra e do Interpa. É certo que os lotes urbanos houve o reassentamento da zona rural e os lotes urbanos foram entregues com casas edificadas em alvenaria e madeira. O custo, na época, com a infraestrutura e construção dos novos núcleos importaram em 85 milhões de dólares e mais 28 milhões de indenizações. Em 1985, e essa é uma questão bastante interessante que eu chamaria atenção para essas duas comissões que foram criadas. O Governo Federal através de uma portaria interministerial instituiu uma comissão que foi integrada pelo Ministério da Reforma Agrária, da Agricultura, Minas e Energia, da Justiça e pela Secretaria de Planejamento do Estado do Pará e mais a Eletronorte, essa comissão interministerial teve como objetivo apresentar um relatório sobre essa questão do realocamento, da relocação do pessoal e ela anexou um orçamento detalhado para a reivindicação das comunidades da área de influência, isso aí, em cruzeiros, remontava na época em 29 bilhões, 776 milhões que equivale a 20 milhões de dólares.

Eu chamo bastante atenção para esta nova, estas duas novas comissões interministeriais. Em 91 uma comissão interministerial foi constituída, não teve continuidade por motivos que a Eletronorte desconhece, ela não era parte integrante dessa comissão. Em junho de 94 o Ministério de Minas e Energia criou uma nova comissão por intermédio dessa Portaria 296, e essa comissão era uma comissão paritária que contou com a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na época representado pela sua diretoria.

O Ministério de Minas e Energia julgou que deveria deixar a Eletronorte fora dessa comissão, e se houvesse necessidade a Eletronorte seria chamada. [soa campainha].

Então, essa comissão, na época, promoveu novas indenizações e ao final, em 5 de novembro de 95 essa comissão paritária interministerial entendeu que as indenizações que faltavam ser feitas, foram feitas naquele ano de 1995, ou seja, essa comissão deu por encerrada a questão das indenizações de Tucuruí, comissão essa da qual a Eletronorte não participou.

Aqui está uma prestação de contas do que a Eletronorte gastou na época em valores de junho de 1991.

A Eletronorte chama a atenção do seguinte, a um aspecto importante, a Eletronorte paga uma compensação financeira pela utilização de recursos hídricos que é um percentual do que a usina gera. Sr. Presidente, a Eletronorte chama bastante atenção desse valor aqui, de 1997 a 2009 a Eletronorte pagou para os municípios 341 milhões de reais a título de compensação financeira, valores esses históricos em até maio de 2009. E a Eletronorte também pagou ao Estado do Pará, ao Governo do Estado do Pará igual quantia, ou seja, o investimento da Eletronorte na região de 1997 a 2009 de caráter legal fora as indenizações atingiu o valor de algo em torno de 700 milhões de reais. O que se observa, entretanto, é que seria natural que esses recursos fossem, de fato, aplicados na região do empreendimento. E eles sendo aplicados na região do empreendimento isso ajudaria a solucionar problemas trazidos pela usina e isso iria potencializar as oportunidades que a usina provoca, entretanto, a legislação ambiental, a legislação de compensação financeira não estabelece em que esses recursos devem ser aplicados. Então, esses recursos vão para o Tesouro municipal e para o Tesouro estadual que destina de acordo com o orçamento anual de cada poder. Então, a Eletronorte não tem essa possibilidade de intervir na alocação desses recursos e recursos substanciais no valor de 700 milhões.

A Eletronorte tem uma política ambiental, essa política ambiental tem sido aplicada, e essas ações da Eletronorte na região de Tucuruí foram sistematizadas

num plano de ações ambientais que não só compensam, mitigam e controlam os impactos ambientais, como também destina recursos para a região. Hoje nós temos na região de Tucuruí a execução e está em andamento esses programas que estão aí listados, Programas de Educação Ambiental, Programa Saúde, Programa Indígena Paracanã, Programa de Pesca Ictiofauna e que tem fornecido resultados expressivos para as questões ambientais da região.

Através de uma Lei Estadual nº 6.451 de 2002 foi criada uma área de proteção ambiental do Lago de Tucuruí e criadas duas reservas de desenvolvimento sustentável que são a Alcobaça e a Pucuruí nas quais existe uma quantidade muito grande de habitantes, de trabalhadores que desenvolvem ali atividades de agricultura familiar.

Então, este é um mosaico das unidades de conservação do Lago de Tucuruí, é um mapa da região, e esse mosaico tem como base, como fundamentos a gestão participativa e, na realidade, essa gestão é feita pela SEMA, pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, não pela Eletronorte, não é a Eletronorte que gera, mas, entretanto, há a garantia de participação dos movimentos sociais, inclusive, o Movimento dos Atingidos por Barragens ele é representado, ou pelo menos era representado nessa gestão. A Eletronorte investiu nessas unidades de conservação, ela está investindo 10 milhões, 877 mil reais. Além disso, nós também investimos na região nas comunidades indígenas, especialmente, no Programa Paracanã. Estamos começando a trabalhar com os índios assurini, já está em andamento também a elaboração de um programa para os índios assurini. Os paracanã eram ocupantes históricos daquela região do médio Tocantins e do médio Xingu, eles tiveram a sua área homologada através de um Decreto de 1991 e hoje eles têm 351 mil hectares.

Nós chamamos a atenção para o fato de que em 1994 eles eram 202 índios, em 1984 202 índios distribuídos em duas aldeias, hoje o Programa Paracanã mostra um substancial aumento da população indígena que será mostrado num gráfico a seguir, esse programa tem uma previsão de duração de 25 anos a partir de 1988 e os principais objetivos é um equilíbrio das relações econômicas e culturais da comunidade paracanã com a sociedade, garantimos o fruto exclusivo dessas terras, melhorar as condições de vida através de programas de saúde e programas de educação e resgatar a independência econômica e cultural dos paracanã. Esse programa sofre uma fiscalização da FUNAI, ele conta hoje com uma estrutura própria, ele é acompanhado pela FUNAI, pela Eletronorte e também pela Eletrobrás, e o que nós vemos hoje é que dos 202 índios de uma população decrescente que havia na época que estava remetendo a uma extinção, hoje nós temos 776 indivíduos em 2008, ou seja, partiu de 136 indivíduos em 76 para 776 em 2008. Então, o povo paracanã ocupante histórico daquela região foi resgatado.

Nós desenvolvemos várias ações socioambientais que tem o diálogo, tem participação popular lá na região de Tucuruí. Os programas que nós temos em andamento lá são o Pirtuc, o Programa de Inserção de Montante do Tucuruí, o Programa da Região de Jusantes, temos o programa social dos expropriados de Tucuruí, ou seja, a Eletronorte com a conclusão das indenizações não pode mais fazer nenhuma indenização sob pena de que o gestor seja responsabilizado e ele arque com recursos pessoais para pagamento de indenizações, tanto que todas as indenizações, ou melhor, todas as ações de indenização que surgiram na justiça eles têm sido negados. Entretanto, mesmo assim a Eletronorte está desenvolvendo ações de caráter de geração de renda, inclusive, com a participação do próprio MAB, do próprio movimento.

Os fundamentos são o planejamento participativo, sustentabilidade, nós buscamos um alinhamento com as diretrizes do Governo Federal, e uma responsabilidade compartilhada, no Pirtuc nós já investimos 82 milhões de reais e a previsão é investir no Pirtuc 200 milhões de reais e no Pijus(F) 160 milhões de reais, além de 32 milhões, 480 mil que já foram investidos anteriormente.

Esse investimento que a Eletronorte faz aqui está distribuído em que? Assistência social, educação, fortalecimento das instituições públicas, fortalecimento econômico, infraestrutura e pavimentação, ordenamento territorial, saneamento e saúde.

Aqui nós temos alguns exemplos, uma escola em Breu Branco, em Cametá a Eletronorte construiu oito escolas nas ilhas de Cametá que era uma região de difícil acesso e que não havia participação, Cametá não teve terras inundadas pela Eletronorte, mas todas as diretorias da Eletronorte tem entendido a necessidade de execução de ações na região.

Nós temos aqui um exemplo de saúde, a construção de posto de saúde, a implantação de um núcleo de vigilância epidemiológica, nós estamos construindo o sistema de capitação, adução e tratamento de água em Novo Repartimento e Tucuruí e também na questão de infraestrutura, esse é um exemplo de uma via de que nós já fizemos, além disso, esse programa também faz o apoio à agricultura familiar, investimentos para colônias de pescadores, temos o caso de Igarapé-Mirim que é a capital mundial do açaí onde nós temos realizado ações com doação de máquinas,

de equipamentos e construímos a rampa do açaí que traz melhor higiene a esse produto que o paraense utiliza, que antes ele era descarregado na lama, ele passava pela lama antes e hoje nós construímos isso. Além disso, a Eletronorte tem feito um fortalecimento econômico com patrulhas meconizadas e recuperação de estradas vicinais, inclusive, agora que o Estado do Pará foi castigado por essas chuvas a Eletronorte está apoiando a recuperação de estradas vicinais. E também apoiamos, aí um exemplo, outras atividades com um grupo adolescente que tem uma escola de música em Igarapé-Mirim.

Na questão de ordenamento territorial a Eletronorte financiou o Plano Diretor de dez municípios, sendo seis a montante e quatro a jusante a um custo total de 3 milhões, 242 mil, e esses planos diretores englobaram a elaboração de ante-projeto, plano-diretor de zoneamento, uso do solo e código de edificações e contou com a realização de várias audiências públicas com a participação da comunidade, municípios em que a Eletronorte está atuando são esses sete municípios aqui a montante, e a Eletronorte aprovou em 2002 o plano de inserção regional de Tucuruí em que a Eletronorte assumiu o compromisso de investir 200 milhões de reais em 20 anos. A Eletronorte, na época, em estudo junto com o Governo do Estado do Pará e com o Governo Federal observou que seriam necessários 2 bilhões de reais para a melhoria daquela região. Desses 2 bilhões de reais a Eletronorte investe 10%, 200 milhões, e ele tem um conselho gestor, esse conselho gestor é constituído por entidades federais e estaduais como a Eletronorte, Incra, Seap, Ibama, Sudam, Sectam, entidades municipais que são os municípios e também com os movimentos sociais. Aqui em Tucuruí, por exemplo, nós tínhamos a representação do MAB em Tucuruí, participando do conselho gestor, nós temos fórum de entidades em Breu Branco, nós temos a Fetagri participando em Nova Ipixuna e assim por diante. Também a jusante a Eletronorte desenvolve várias ações que englobam os municípios que foram afetados indiretamente pela usina, ou em termos de qualidade da água ou pela redução do estoque pesqueiro que são Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajuru e Igarapé-Mirim. Esse plano popular de desenvolvimento sustentável da região de jusante é um modelo de gestão avançado, ele é um modelo que conta com conselhos gestores municipais, regionais, Câmaras Técnicas e que vem funcionando de uma maneira muito eficaz, e muito boa e eu diria até mesmo numa confissão até particular numa visão minha e de uma maneira melhor do que o conselho gestor da região de montante, o conselho de jusante é efetivamente mais efetivo. Em jusante a estimativa para o desenvolvimento de região é de 1,6 milhões, a Eletronorte tem o compromisso de investir 160 bilhões e temos encontrados dificuldade de fazer convênios porque algumas prefeituras se encontram inadimplentes com a CND que é uma questão constitucional para se realizar convênios. E o conselho gestor do plano de jusante tem a participação da Fetagri, da CUT, o movimento de defesa da região tocantina, movimento de Tocantins, representantes do Governo do Estado do Pará, representantes da Universidade Federal do Pará e a Eletronorte tem apenas um representante. É interessante citar que a Eletronorte desenvolve hoje um projeto social voltado aos expropriados da primeira etapa de Tucuruí e participam desse projeto chamado Procede 2 mil, 344 famílias que corresponde a 3.021 processos, ou seja, nós temos no caso de uma família ou de uma pessoa que tinha dois ou três processos de desapropriação na época. A Eletronorte está investindo 9 milhões e 63 mil nesse programa. Esse programa começou com uma mobilização dos expropriados em agosto de 2003 que invadiram, desculpem, invadiram não, acamparam, acamparam a entrada da usina...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Aqui é costume dizer, Dr. Antônio Raimundo Coimbra, que normalmente os trabalhadores ocupam, quem invade são os ricos.

SR. ANTÔNIO RAIMUNDO COIMBRA: Então, eu corrigi há tempo. Muito obrigado.

Então, em novembro de 2004 foi assinado um acordo com os expropriados, os expropriados se organizaram em cooperativas. E por que eles se associaram em cooperativas? Porque a Eletronorte não pode pagar individualmente qualquer compensação porque ela está impedida por lei, mas ela pode fazer programas de desenvolvimento de geração de renda. Então, fizemos uma capacitação desses expropriados, realizamos oficinas, eles criaram as cooperativas, a Eletronorte forneceu a infraestrutura para as cooperativas que consistiam na aquisição de sede própria, equipamento de informática, material de consumo, e com os recursos que foram repassados para as cooperativas, as cooperativas adquiriram terrenos, máquinas, caminhões, barcos, implementos e ferramentas, ou seja, nós proporcionamos que esses projetos tivessem início. E a Cooperativa de Tucuruí fez uma opção de criar peixes em tanques-redes e retirou 6 toneladas de peixe este ano, e isso até gerou algum problema que a gente pode abordar posteriormente.

Nós temos aqui que são fotos reais, nós temos 14 alqueires de mandioca plantados, 32 estufa para cultura de hortaliças, milho, piscicultura em tanques cavados, sendo que desses treze tanques estão sendo preparados para um projeto complementar de piscicul-

tura. Em Ipixuna nós temos a construção de um galpão que vai abrigar uma usina de beneficiamento de arroz. Em Itupiranga eles fizeram uma opção pela cultura em tanques escavados, dez tanques já foram escavados e estão desenvolvendo outros projetos como criação de frango caipira, horta comunitária e fruticultura.

A Eletronorte, Senador, não pode repassar o dinheiro, então individualmente, então ela repassa para a cooperativa que alavanca projetos de geração de renda.

A outra cooperativa é a de Novo Repartimento que é a que está um pouco mais atrasada, que tem um projeto de comercialização de gado, de horta comunitária, de produção de mudas, a de Breu Branco e Goianésia é também com hortas comunitárias, estufas, sementários, sistema de irrigação. E, além disso, nós também temos acordos institucionais visando a implementação de projetos sustentáveis de geração de renda. Estes acordos que nós temos englobam o Movimento dos Atingidos pelas Barragens, o MAB, tivemos, inclusive, reunião até a semana passada com liderança, retomando as ações, porque elas foram interrompidas com o último processo de ocupação, e na semana passada houve uma reunião na Eletronorte em que se acordou a retomada das ações que a Eletronorte já vinha trabalhando com o MAB, ações que tem dificuldade, nós somos uma empresa estatal, nós estamos sujeitas às leis federais, temos realmente bastante dificuldade, mas nós estamos avançando a passos mais curtos do que aqueles que nós desejávamos e que os movimentos sociais também desejam. Além disso, temos outro projeto bastante grande do qual o MAB participa que é um projeto com pescadores atingidos pelas obras das eclusas, e esse projeto é, efetivamente, um projeto de governo, porque ele envolve Eletronorte, o Ministério da Pesca e Aquicultura, a Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura. Com isso nós vamos trabalhar duas cooperativas, cooperativa dos pescadores artesanais e aquicultores de Tucuruí e região, a Coopat, e a cooperativa mista dos pescadores, trabalhadores rurais, urbanos e extrativista do Lago de Tucuruí – Coopab que é liderada pelo MAB.

Aqui nós temos o exemplo da criação da cooperativa do MAB, a assembléia que fundou a cooperativa... Desculpem-me, que fundou a Coopab que é a cooperativa liderada pelo MAB e esse projeto prevê a doação de 2.600 tanques-redes, 2 milhões, 650 mil e 600 quilos de ração, 1 milhão, 430 mil alevinos de Pirapitinga, depósito de ração e transporte para o local do projeto. Dois cursos de capacitação para manejo e alimentação de peixe, ou seja, não adianta a gente criar o projeto se a gente não capacita. Então, nós temos que capacitar não só para manejo e alimentação, mas também práticas de processamento, conservação e comercialização. Os cursos já tiveram início, as cooperativas já começaram a participar e nós teremos 18 meses de assistência técnica, vamos dar sete meses de bolsa capacitação no valor de um salário mínimo, então enquanto pescador estiver sendo capacitado, enquanto pescador estiver aprendendo a cultivar o tanque que ele deixará as outras atividades nós daremos uma bolsa não uma indenização, um salário, mas uma bolsa de um salário mínimo. O valor desse projeto prevê uma receita bruta de algo em torno de 6 milhões de reais, uma despesa de 3 milhões e 800 e uma renda líquida mensal, essa é a nossa expectativa de 943 reais por família.

Então, eu queria agradecer, especialmente, ao Senador José Nery pela extensão do tempo que fez aqui, que proporcionou à Eletronorte. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço ao Dr. Antônio Raimundo Santos Coimbra que é superintendente de meio ambiente da Eletronorte, bem como o Dr. Antônio Maria Amorim Barra, diretor econômico-financeiro. Como o Dr. Antônio Amorim fez apenas uma breve fala, então o tempo da Eletronorte ficou aqui, mais ou menos, equilibrado.

Vamos então passar a palavra ao Dr. Josias Matos de Araújo, secretário de energia elétrica do Ministério de Minas e Energia, e nessa audiência pública representa o Exmo. Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia. V. Sa. Tem a palavra.

SR. JOSIAS MATOS DE ARAUJO: Bom dia a todos e a todas presentes aqui, Senador José Nery, bom dia, Dr. Antônio Barra da Eletronorte, Raimundo de Oliveira do Incra, Coimbra da Eletronorte, Sônia e Roquevan, bom dia também a vocês.

Eu vou fazer aqui alguns comentários, Senador, com relação ao programa de eletrificação rural que vem sendo conduzido pelo Governo Federal através do Ministério de Minas e Energia com a participação da Eletrobrás que é a empresa holding do País e com a participação de todas as empresas dos diversos estados brasileiros.

Fazendo aqui um comentário inicial, a partir de 2003 já no Governo Lula foi tomada a decisão de estabelecer um grande projeto nacional para a questão da eletrificação rural. E naquela oportunidade foi considerado o censo do IBGE do ano de 2000 que previa, estabelecia esse censo que 10 milhões de brasileiros não tinham acesso à energia elétrica em todo o País. Esses 10 milhões de brasileiros distribuídos nas diversas regiões do País. O que fazendo um equivalente em termo de família seria aproximadamente 2 milhões de famílias sem acesso à energia elétrica.

A partir dessa decisão governamental foi estabelecida através de uma resolução normativa da Aneel que é a chamada Resolução nº 175 que foi editada em 28 de novembro de 2005 o plano de metas para atendimento das diversas regiões do País no que se refere à eletrificação rural. Naquela oportunidade foram identificadas para o Estado do Pará um total de 236 mil e 50 ligações, ou seja, 236 mil e 50 famílias domicílios sem energia elétrica. Desses 236 mil e 50 domicílios um total de aproximadamente 20 mil domicílios no entorno, nessa região de Tucuruí que não tinha energia elétrica. Então, foi estabelecido um plano de trabalho para que o Governo Federal atingisse essa meta até dezembro de 2008. Então, essa foi a meta definida, ou seja, atingir esse total de 2 milhões de domicílios no país inteiro, 236 mil e 50 domicílios no Estado do Pará até dezembro de 2008.

Chegamos em dezembro de 2008 e o governo brasileiro conseguiu, a partir de junho deste ano, não em dezembro, mas em junho deste ano, e atingiu o total previsto inicialmente que eram 2 milhões de domicílios ligados. É lógico que ao longo do caminho, ao longo desses anos novas demandas foram surgindo porque energia elétrica é algo essencial, importante e fundamental para a sobrevivência de todo e qualquer cidadão. Então, o governo preocupado com essas novas demanda e consciente da importância de levar energia elétrica para os mais diferentes locais, quer sejam locais próximos das capitais, quer sejam locais totalmente isolados. E aí nós sabemos que a nossa região, eu sou da região também, sou paraense, e sabemos que nós temos diversas localidades, Estado do Pará, Estado do Amazonas, Acre, Rondônia em que existem localidades totalmente isoladas. Então, havia necessidade não só de prorrogar o programa considerando as novas demandas, como também de estabelecer um novo, uma nova modalidade de programa que pudesse atender essas comunidades totalmente isoladas. Então, o Governo Federal tomou a decisão agora em 2009 de fazer uma prorrogação do programa, do Programa Luz para Todos para que nós pudéssemos atender todas essas localidades que foram surgindo à medida que o programa estava evoluindo, essas novas demandas. Então em maio de 2009 a Resolução 365 da Aneel prorrogou o programa até dezembro de 2010, e essa prorrogação já contemplando novas demandas. No caso do Estado do Pará, só para se ter ideia, da demanda inicial de 236 mil, surgiram mais 140 mil ligações a serem feitas, então o programa, essa resolução de revisão que é a 365 contempla mais 140 mil ligações para o Estado do Pará, dividido 70 mil no ano de 2009 e 70 mil no ano de 2010.

Fazendo aí um balanço do programa no Estado do Pará e no entorno de Tucuruí, até julho de 2009 nós já realizamos no Estado do Pará um total de 227 mil, 703 ligações, o que significa um atendimento a 1 milhão, 138 mil, 515 pessoas. Em termos de recursos financeiros para atendimento dessas ligações até o presente momento nós tivemos um total de 1,5 bilhão, sendo 1 bilhão e 100 recursos do Governo Federal, 150 milhões recursos do governo estadual e 233 milhões recursos do agente executor. Porque o programa prevê envolvimento do Governo Federal através do Ministério de Minas e Energia, do governo estadual, o governo estadual tem uma contrapartida no Estado do Pará, o governo estadual a contrapartida é 10% dos recursos envolvidos e o agente executor que são as empresas da região, no caso do Pará, por exemplo, é o Grupo Rede [ininteligível] ela entrou com 15% do recurso previsto. Então, isso totalizou, no final, 1,5 bilhão.

No caso ainda do Estado do Pará nós temos um total de 143 municípios que são os municípios atendidos, e todos esses municípios estão dentro de um cronograma previsto. Eu posso citar alguns aqui dos municípios envolvidos, por exemplo, Barcarena é um município que já atingiu 137% da meta prevista, em outras palavras, nós já ultrapassamos a meta prevista, o caso de Breu Branco que é do montante de Tucuruí, já atingimos 85%, e nós estamos com toda uma programação para chegar aos 100% e nas demandas adicionais, porque nós temos um programa previsto até dezembro de 2010, e assim por diante. Eu tenho cada município detalhado aqui, todos os municípios do Pará e o que foi previsto em termo de ligações e o que já foi realizado até o presente momento.

Vamos agora ao adicional. Em 2008 o Presidente Lula esteve lá um Tucuruí e naquela oportunidade nós havíamos atingido as 20 mil ligações previstas para o entorno de Tucuruí. Evidentemente, como eu comentei, inicialmente, aos senhores, novas demandas surgiram, e aí nós temos já um adicional de demanda em torno de 10 mil novas ligações para o entorno de Tucuruí, além daquelas 20 mil iniciais que já foram atingidas.

Para essas novas demandas para o entorno de Tucuruí nós já estamos hoje com um programa previsto pela empresa executora de compra de material para fazer um total de 990 ligações, isso já é um programa que já está em andamento, já está em fase de compra. Estamos com um programa já estabelecido para mais 2.505 ligações que teria atendimento a Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí. E dessas que eu comentei anteriormente já está na fase de compra seria para atender Novo Repartimento, Tucuruí, Jacundá e Itupiranga. Então, o programa está em andamento e

tem todos os seus desdobramentos previsto para ser concluído até dezembro de 2010.

Considerando esses municípios que eu comentei a montante, por exemplo, Breu Branco, Goianésia, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí nós já tivemos aí um total previsto já dentro dessa demanda adicional de 10 mil, nós já temos um total de 7 mil, 965 ligações já priorizadas, priorizadas e já com recursos previstos e alocados no entorno de 70 milhões para realização dessas 7 mil, 965,7.

Recentemente nós tivemos a Eletrobrás que está em andamento já o quarto contrato da Eletrobrás com a empresa executora local que é exatamente para viabilizar o restante das ligações que estão faltando que aí atingiria o total global do Estado em torno de mais 140 mil ligações, e aí incluindo todo o entorno de Tucuruí previsto. Tenho também aqui comigo o detalhamento de todas as localidades envolvidas o atendimento a cada domicílio que foi feito com relação a esse atendimento que já ultrapassa 20 mil ligações do entorno do Tucuruí e tem essa programação prevista, como eu comentei, para os 10 mil adicionais.

Eu queria concluir aqui a minha fala com relação ao programa de eletrificação rural e dizer da minha satisfação de estar participando desse programa. [soa campainha]. Eu cheguei ao Ministério em outubro de 2008, eu cheguei no ano passado no Ministério de Minas e Energia, e tem sido uma grande alegria, digamos assim, de satisfação de trabalhar nesse projeto, porque a gente percebe no olhar das pessoas o brilho quando chega a energia elétrica, e isso é fantástico, porque energia elétrica significa inclusão social para vocês, energia elétrica significa exatamente a própria... Trazer outras oportunidades de negócio. E eu que vivi também nos meus velhos tempos de criança, vivi à luz de lamparina sei do problema que é não ter energia elétrica, então energia elétrica para gente é um verdadeiro legado, você mesmo disse, e nós vamos estar empenhados em concluir toda essa etapa prevista que é até dezembro de 2010 para esse cronograma que já foi estabelecido.

Deixo também aqui a seguinte observação, novas demandas vão surgindo e isso é natural dentro desse processo de amplificação rural. E para atender essas comunidades totalmente isoladas eu diria para vocês que nós estabelecemos a partir desse ano que nós chamamos de Programa Luz para Todos especial, que prevê a chegada da energia nessas localidades que não tem como fazer a extensão da rede elétrica através de, por exemplo, fontes renováveis de energia, através de projetos específicos para atender essa localidade. Estamos já com alguns projetos em andamento para as diversas regiões, principalmente a região Norte do País com uso, por exemplo, de células fotovoltaicas, com uso, por exemplo, previsto de energia eólica e também com um mix, um híbrido entre as diversas modalidades de energia. Esse é um programa, que, com certeza, só para ter uma ideia, por exemplo, no Estado do Amazonas que é um Estado que nós temos mapeado também, nós já temos identificado em torno de 3.800 domicílios totalmente isolados, e, com certeza, em outros Estados, como o próprio Estado do Pará nós também temos isso, e esse projeto especial é para atender exatamente essas localizadas, para que todos possam se beneficiar desse insumo que é a energia elétrica. Eu agradeço aqui a fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço a exposição do Dr. Josias Matos de Araújo, secretário de energia elétrica do Ministério de Minas e Energia.

E passo a palavra, em seguida, ao Dr. Raimundo Oliveira, superintendente, Antônio Raimundo Oliveira superintende do Incra na região do Marabá no Sul do Pará para que possa fazer a sua exposição. Na oportunidade também aqui registro a presença do Sr. Gilvan Reis que é o chefe da unidade avançada do Incra em Tucuruí.

O Dr. Raimundo Oliveira representa aqui o superintendente do Incra, o Dr. Rolf que por razões de outras agendas não pode comparecer. V. Sa. tem a palavra.

SR. RAIMUNDO OLIVEIRA: Quero, inicialmente, saudar aqui o Senador José Nery, agradecer pelo convite, parabenizar pela iniciativa. O Senador Nery é do Estado do Pará e atua muito naquela nossa região com muitas demandas, principalmente na questão de direitos humanos, já participamos de várias audiências ali juntos, e é uma satisfação estar aqui hoje podendo contribuir nessa audiência. Justificar aqui, Senador, a ausência do presidente do Incra, o Dr. Rolf, não é nem outra agenda, por uma questão de saúde ele teve que se ausentar e designou que eu viesse aqui na qualidade de superintendente, mas também para representá-lo. Saudar aqui a mesa, o Dr. Josias Coimbra, o Antônio, aqui de Minas e Energia, Eletronorte e também a Sônia e o Roquevan. Em nome dos quais eu saúdo todo o movimento social aqui representado MST e MAB.

Eu ouvi aqui atentamente as apresentações da Eletronorte e do secretário. O Incra atua naquela região, como bem falou o Dr. Coimbra, foi feito inicialmente, foi assinado inicialmente um convênio envolvendo, na época ainda não era o INCRA, era o Getat(F) com a Eletronorte para que nós pudéssemos assentar as famílias que tenham sido diretamente afetadas com a implantação do projeto da usina hidroelétrica, e nós fizemos isso em vários municípios ali presentes--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Dr. Raimundo, eu pediria licença para anunciar a presença da Senadora Serys Slhessarenko do Mato Grosso que vai a outra Comissão, mas logo após estará conosco aqui nesse debate, a quem, além, de estar presente, agradeço sempre a participação nesta Comissão da Senadora Serys que tem uma luta invejável no compromisso e defesa dos trabalhadores rurais, dos pescadores, do desenvolvimento realmente sustentável e a ela o nosso cumprimento, e aguardamos o retorno.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): ...Trabalhadores rurais.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu, depois de interrompê-lo, retorno a palavra ao Dr. Raimundo Oliveira, agradecendo pela compreensão.

SR. RAIMUNDO OLIVEIRA: É um prazer também estar aqui com a Senadora Serys. Nós já a conhecemos, sabemos da sua luta, da sua contribuição, principalmente no que diz respeito às políticas sociais, enfim.

Então continuando. Foi feita essa primeira etapa e aí naquele momento este convênio até a Convenção, melhor juízo, 0185 ele veio exatamente proporcionar e propiciar que fosse feito o assentamento dessas famílias, e aí através desse convênio foram dadas as condições de implantação, de infra-estruturas para que essas famílias pudessem fixar nas terras, aonde foram realocadas.

Eu queria chamar atenção aqui é que ouvindo aqui a apresentação da Eletronorte, a gente percebe uma série de políticas que estão sendo executadas, e aí o que a gente percebe, e aí eu falo como governo que às vezes precisamos de uma maior interação entre as políticas públicas, eu até conversava aqui com o Senador, tantas questões ali de iniciativa seja de implantação de infra-estrutura, a questão da produção, e aí o Incra que é o órgão fundiário, o órgão responsável não só para assentar as famílias, mas, sobretudo, para dar condições para que essas famílias se fixem na terra de forma digna, e possa dali tirar subsistência para suas famílias, e aí acaba que, às vezes, a gente não participa diretamente, eu diria, dessas iniciativas.

Eu queria também aproveitar a oportunidade aqui ao Dr. Coimbra sobre o conselho gestor do Pirtuc, Dr. Coimbra, que eu vi ali o Incra tem um assento, eu estou no Incra há três anos e seis meses como superintendente, e a gente não tem muito essa agenda, então já queria em nível de solicitação, mas sugestão também--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O Incra não tem regional, não tem participado do conselho.

SR. RAIMUNDO OLIVEIRA: Isso, perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Na verdade, o senhor diz porque tem havido ou não tem havido comunicação.

SR. RAIMUNDO OLIVEIRA: É. A gente não tem conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Não tem conhecimento dessas reuniões do conselho.

SR. RAIMUNDO OLIVEIRA: Eu consultei ao meu chefe da unidade, poderia ser ignorância minha ou desconhecimento, mas também a gente não... Então assim. Só como esse registro. Queria também aproveitar aqui a presença do Dr. Josias em relação à política muito importante e estruturante, eu acho que ela é pacífica na questão da eletrificação rural, Dr. Josias, a gente vem tambem insistentemente, há mais de três anos reivindicando tanto o Comitê Gestor do Estado do Pará, nós tivemos reunião também do MME aqui. Eu acho que é um dos únicos Estados que o Incra não tem assento no Comitê Gestor. E aí qual é a grande contradição? 80% da demanda da eletrificação rural proveniente dos assentados da reforma agrária, e por conta disso a região do sul do Pará, o senhor, com certeza, tem esses dados, região que é menos assistida nessa política por várias questões, estrutural, por exemplo, município Santana do Araguaia, é um município que ainda a eletrificação é tocada a óleo diesel, então toda a sua extensão que é de 11mil km2 acaba também sendo afetada. Mas se nós tivéssemos um assento no Comitê Gestor, como temos reivindicado insistentemente essas demandas poderiam ser melhor qualificada no Comitê, o Comitê tem assento no movimento social e etc., mas eu acho que o Incra contribuirá muito. Qual é, Dr. Josias a alegação do Comitê Gestor? Que no Estado do Pará tem três Incras e aí talvez não ficaria uma representação paritária. Qual é a nossa proposição? É que o Incra tenha uma cadeira e aí os Incras do Estado do Pará se revesem, participem, mas na hora da votação um só Incra vote, não terá três votos para não desequilibrar o processo, mas a gente reitera aqui, Dr. Josias, a necessidade do Incra ter um assento no Comitê Gestor. Isso tem causado prejuízo muito grande, por exemplo, nós temos uma dificuldade muito grande com a Rede Celpa na questão da implementação das etapas, o movimento social através de sua organização nos procuram para saber: "vem cá, o meu assentamento está..." Todos aqueles problemas operacionais que o senhor conhece, e nós temos que remeter isso ao Comitê Gestor porque o

Incra não tem esse conhecimento, o INCRA não tem essa participação. Então, eu queria deixar registrado isso e essa necessidade de nós estarmos mais efetivamente participando.

Na questão da Eletronorte nós tivemos uma audiência na semana passada em Novo Repartimento, inclusive, com a participação do Ministério Público Federal, e o que foi chamado atenção foi exatamente nisso, a necessidade... E aí eu quero deixar já como sugestão, eu não sei se de repente é nesse conselho que a gente pode nivelar esses procedimentos, mas uma agenda mais institucional entre o Incra e a Eletronorte, logicamente, buscando mais parceria, mais principalmente entre esses dois órgãos para que nós possamos, de fato, implementar de forma conjunta algumas políticas que vai, de fato, atingir de forma positiva as famílias que foram assentadas advindo dessa relocação. Eu vou dar um exemplo concreto. No acordo agora recente da Eletronorte com as prefeituras ali, são recentes prefeituras, a Eletronorte irá repassar para as prefeituras 250 mil litros de óleo diesel, como o Dr. Coimbra disse, este ano no Pará, mas não só no Pará, mas na região Norte, sobretudo, foi um ano de que a chuva castigou muito, principalmente, na questão [soa campainha] de infraestrutura a zona rural está muito, eu diria assim, prejudicada nessa questão. E aí o Incra para o Estado do Pará na região que nós atuamos, nós temos um recurso no valor de 27 milhões para infraestrutura. Só a região de Novo Repartimento são mais de 5kms de estradas vicinais, então esse recurso de longe acaba sendo muito pouco para atender a esta demanda. Então, se nós otimizássemos esses esforços, por exemplo, a Eletronorte entra com uma cota de 250 mil litros de óleo para as prefeituras utilizarem nas estradas vicinais, se a gente conseguir otimizar não só isso mais também esse recurso com o recurso do INCRA, enfim, a gente conseguiria atender muito melhor essas necessidades. Então, já concluindo. E aí também tem a questão de outras iniciativas, sobretudo, a questão da comercialização. Se nós formos olhar os nossos assentamentos nós temos uma carência muito grande não só de infraestrutura, mas, sobretudo, aqui está o Roquevan que conhece a realidade, sobretudo, na questão da produção mesmo e a Eletronorte tem muitas iniciativas ali através de cooperativas, enfim, que a meu ver são soluções para a realidade dos nossos assentamentos. E aí eu não quero, por exemplo, na região de Tucuruí nós temos mais de 15 mil famílias assentadas, então nesse universo totalitário, mas, de repente, nessas 5 mil famílias que foram assentadas dessa questão do realocamento, sobretudo, essas famílias poderiam ser, eu diria assim, as famílias beneficiadas diretamente com a transversalidade dessas políticas. Por exemplo, o Incra tem assistência técnica e aí eu vi que a Eletronorte aqui tem assistência técnica, o Incra tem recursos para a questão, por exemplo, de o crédito associativo, eu vi que a Eletronorte também tem aqui. Se nós otimizarmos, nós tivemos a capacidade de otimizarmos o conjunto dessas políticas públicas, com certeza, o atingimento final, o objetivo final será muito melhor principalmente para as famílias que estão ali e que, logicamente, são as principais merecedoras por direito dessas políticas públicas.

Então, eu deixo aqui a minha sugestão nesse sentido nos colocando à disposição para que possamos, de fato, estarmos fazendo esse debate de forma bastante fraterna e buscando a solução desses problemas aqui colocados.

Agradeço a oportunidade. E nos colocamos aqui à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço ao Dr. Raimundo Oliveira, superintendente regional do Incra em Marabá, pela exposição e sugestões já apresentadas.

Ouvimos até aqui os órgãos governamentais. Vamos agora ouvir a representação do Movimento dos Atingidos por Barragens. Queria também aqui registrar a presença de cinco companheiros do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e do MST que junto aqui ao MAB que participam, nesse momento, em Brasília desde anteontem, uma jornada nacional de luta, de um acampamento nacional, na verdade, que tem mobilização em 23 Estados da Federação e em Brasília reúne desde anteontem mais de 3 mil trabalhadores e trabalhadoras de todo o país numa extensa agenda de negociações com o Governo Federal, garantia do total de recursos previstos para a reforma agrária que foram subtraídos pelo contingenciamento do total 400 milhões, um recurso que já é pouco, ainda é contigenciado no total de 950 milhões previstos no orçamento de 2009. Tem também uma luta relativa a um debate sobre o critério de produtividade para fazer as desapropriações de latifúndio de terras com fins da reforma agrária, além de outras reivindicações dos outros movimentos sociais e a pauta do MAB, também está incluída nesse conjunto de negociações com os órgãos do Governo Federal.

Portanto, esta audiência aqui soma-se nessa perspectiva também de contribuir para o processo de negociação e de compromissos em relação à pauta apresentada pelos trabalhadores.

Queria passar a palavra então ao Sr. Roquevan Alves da Silva que representa aqui o MAB. O Roquevan que foi um dos que sofreu na própria pele o fato de ter sido preso por quase 50 dias em razão dessa luta que vem de muito tempo, luta essa que os companheiros

e companheiras que estão aqui presentes são testemunhas e participam de muitas formas.

Então, Sr. Roquevan, a palavra para a exposição. São 10 minutos, inicialmente, adicionando mais 5, porém, aqui estabelecemos o critério nesta Comissão de que as pessoas possam falar o tempo necessário de modo que nenhuma questão relevante fique fora do debate por conta do tempo.

Então, V. Sa. tem a palavra.

SR. ROQUEVAN ALVES DA SILVA: Obrigado, Senador. E, inicialmente, dizer bom dia ao Exmo. Sr. Senador que neste momento preside esta sessão, em seu nome cumprimentar todos os componentes da mesa, e uma saudação especial a todos os militantes de movimentos sociais aqui presentes.

Senador, sabemos que a Usina de Tucuruí, como foi feito na apresentação da própria Eletronorte, não foi construída para gerar energia para o povo daquela região, e ali foi mostrado em função de um projeto chamado Grande Carajás e empresas que iam se instalar na região, essa usina então foi construída com esta finalidade. Haja vista que os conflitos gerados em torno desta usina atingido sete municípios a gente tem que olhar o que é que foi dado para o povo daquela região e o que as empresas ganharam. A Ubras e a Lunorte recebeu um subsídio de 250 milhões de dólares por ano, enquanto muitos anos depois foi estabelecido aquilo que foi apresentado uma compensação para os sete municípios no valor de 200 milhões de reais para ser investido em 20 anos. A discrepância de valores com aqueles que foram atingidos e os municípios que Tucuruí, por exemplo, que tinha uma população de 8 mil pessoas em dez anos pula para 10 mil, imagina se uma prefeitura que tem um caos na saúde pública, na educação e os problemas todos passaram a ser do prefeito. Então, com todos os benefícios que podem ser trazidos pela energia elétrica e os programas que foram colocados para minimizar os problemas causados pela usina não conseguiram fazer isto. 5.700 famílias, Senador, foram atingidas reconhecido pela Eletronorte, nós somos uma das famílias que foi atingida... Nasci num vilarejo chamado Jatobal, morávamos em Remansão da Beira e nós não recebemos nada até hoje da Eletronorte. Então, nós somos uma das famílias. E, com certeza, nós não estamos enquadrados naquelas 95 que foram chamadas através de edital, não estamos ali representadas.

Neste particular nós queremos chamar atenção para as mazelas que a usina trouxe. Hoje é muito difícil dizer quantas mil pessoas moram nas sobras de terra provocada pelo lago de Tucuruí, isso no município de Tucuruí, porque nos sete municípios tem gente morando nas ilhas sem nenhum documento de terra, não pode fazer financiamento, muitas vezes, foram perseguidos para não produzirem, a única produção, vamos dizer, "legal" era a produção de peixe, mas não poderiam produzir nada na agricultura porque não poderiam desmatar. As ilhas do lago da usina são de responsabilidade da Eletronorte até para que garanta o fornecimento de energia e não provoque nenhum problema na geração, mas quem garantiu isso, eu posso dizer com toda certeza foram os moradores que ali estão, fomos nós que, com muita luta, Senador, fizemos criar duas RDS porque nós queríamos criar uma reserva extrativista, fomos nós na luta dos trabalhadores que garantimos a criação de duas unidade de conservação, a RDS, mais a APA e mais duas que foram criadas por decreto sem discussão com ninguém que são as zonas de preservação da vida silvestre da Eletronorte. Questão essa que hoje também está gerando conflito, porque hoje a ideia era se tirar populações dali e hoje já não é mais esse entendimento, porque vai gerar indenização e aí o número de pessoas que estavam ali cresceu muito, então a ideia é manter, porém, para manter essas populações nessas ZPVS teria que derrubar o decreto, porque as ZPVS não pode ninguém morar dentro, e aí tirando se derrubar o decreto, logicamente, que perde o conceito de mosaico, porque é um mosaico porque são duas RDS, uma APA e as duas ZPVS da Eletronorte.

As condições que essas populações moram nas ilhas, eu sempre falo que as pessoas podem imaginar, mas não chegam nem perto da realidade, porque quem sabe é quem mora lá, nós sabemos a condição de vida que cada um passa, não era para aquelas famílias passarem fome, eles passam fome, quando o lago seca é aí que vem a desgraça maior.

Então, para gente não se alongar, não perder o tempo eu queria me deter no seguinte. O Programa Pirtuc que a Eletronorte apresentou aí são iniciativas, como disse o Raimundo, boas? São, nós não negamos isso, porém, o Pirtuc antes dele ser participativo ele era apenas com os prefeitos, e o que me estranha que depois que passou a ser participativo quase nada saiu, porque os prefeitos querem meter goela abaixo os projetos deles, da forma que eles querem, ou da jusante ele deve ser modelo, inclusive, porque lá quem coordenava era um trabalhador, um representante de movimento social, hoje, inclusive, prefeito de um município lá de Igarapé-Mirim, então tem uma participação mais efetiva da sociedade, logicamente, os projetos sãos aprovados por eles e executados, Tucuruí não sei porque, mas se a gente, eu espero que isso seja de suma importância aqui, a vila residencial da Eletronorte tem saneamento básico, asfaltamento na vila toda, água tratada, no município de Tucuruí nós não

temos água tratada. Então, quem fez aquele município crescer de forma desordenada foi a usina, eram 8 mil a população de Tucuruí, hoje tem mais de 100 mil, então foi a usina que causou esse crescimento desordenado com oferta de emprego, que não tinha emprego para ocupar tanta gente. Então, aqueles quando foi terminada a primeira etapa iam ficando no município e ocupando os bairros e bairros e bairros, hoje são mais de 30 bairros naquele município, deles sem asfalto, sem energia elétrica que tem ali a maior usina genuinamente brasileira sem energia elétrica, então não dá para dizer que a usina trouxe muitos benefícios, trouxe, mas trouxe para uma minoria que não é o povo que foi atingido, para as grandes empresas, para grupos econômicos; mas não para a população da forma que deveria trazer.

Então, Senador, os conflitos gerados em torno disso, a indignação que nos causa para quem perdeu as suas propriedades, o seu meio de vida. Antes da usina chegar nós tínhamos o rio, nós tínhamos a floresta, só biodiversidade, chamam nós de invasores, invasores são quem entrou no nosso território, nos tirou de lá na ditadura militar, lembremos disso, a Usina de Tucuruí foi criada, construída na ditadura militar, isso não quer dizer que hoje num país chamado democrático diga que a barragens estão sendo construídas de forma mais democrática, são projetos que não são discutidos, são metidos goela abaixo do povo de qualquer Estado. Então, é necessário a gente compreender.

Então, na questão desses dois programas que são iniciativas importantes, mas que em Tucuruí o Pirtuc não tem funcionado, e a gente continua no conselho, mas que não está funcionando. Agora mesmo o Raimundo falou dos 250 mil litros de óleo que vai ser entregue. Eu não sei com quem discutiu para demandar esse volume de óleo que vai ter um volume de recursos que ninguém dentro do conselho não se discutiu isso. Então, não existe mais o conselho, então as discussões são diretas com os prefeitos.

Luz para Todos, critério no programa é que atingido por barragem sem-terra tem prioridade, a população das ilhas não teve, não tem, não sei se algum dia vai ter essa prioridade de ter energia. Se há energia para trazer desenvolvimento, ora naquela região a gente não vai conseguir desenvolver porque a energia é um elemento central para isso, e ele não tem acesso. No entorno do lago, e olha, Senador, são dois programas, tem o Luz para Todos, vamos dizer, normal e tem um específico do entorno, e nem assim a gente consegue que ele chegue aos atingidos, populações no entorno do lago ainda sem energia, sem contar os que estão nas ilhas que são isolados, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Roquevan, se você pudesse oferecer algum dado, por exemplo, nas ilhas e no entorno qual seria para o movimento a estimativa de pessoas que não foram ainda contempladas. Se você tiver esse dado seria importante.

SR. ROQUEVAN ALVES DA SILVA: 3.500 famílias, isso no município de Tucuruí e parte de Repartimento onde o movimento está organizado, não é o lago todo, ao todo eu não tenho esse número, mas no Tucuruí, parte de Repartimento com o entorno que cabe a esse município, em torno de 3.500 famílias sem energia elétrica. Lembrando que o Presidente Lula junto com a Governadora disse que vão levar energia para a Ilha do Marajó que é um arquipélago e que tem tecnologia para levar energia para a Ilha do Marajó e não tem tecnologia para levar energia para os povos nas ilhas que fica ao lado da usina. Então, a questão não é tecnológica, a questão é política, é vontade política de levar uma coisa básica ao povo trabalhador.

A compensação ambiental, os royalties. Eu quero só informar, como foi dito, dez, doze anos deu aquele valor de 300 e poucos milhões, as prefeituras recebem, a prefeitura que mais recebe é Repartimento, deve estar com 2 milhões, 2 milhões e 100, não sei o valor mensal, infelizmente, é outra coisa que talvez não seja de responsabilidade da Eletronorte, de fato, talvez dois órgãos fiscalizadores, reguladores, porque são recursos que a prefeitura pegam e, talvez seja por isso que muitos prefeitos são a favor de se construir barragem quando tem uma pretensão de construir no seu município a troco dos royalties que é oferecido pela produção de energia, pelo uso dos recursos hídricos porque são recursos que não são fiscalizados, os caras gastam no que querem. Segundo que eu sei que esse recurso deve ser utilizado em obra de infraestrutura, e caminhão, equipamento não é obra de infraestrutura, são equipamentos, é outra coisa. E lá os prefeitos e os vereadores fazem festa em cima desse e não vai nenhum centavo para os atingidos. Não existe uma política direcionada nesse recurso para atender essa população atingida que poderia ser utilizado. Nós chegamos a discutir até em criação de um fundo desses recursos, mas será que vai passar no Senado ou na Câmara Federal por que vai ter que ser discutido aqui? Porque os caras têm os seus aliados. E aí será que vai passar? É discussão que nós vamos ser derrotado na primeira votação. Então, vamos ter que discutir alternativa para que, de fato, tenha algum fundo que ampare os atingidos, porque na hora de se construir uma barragem tem tudo dito como vai ser tratada as empresas que vão construir, quem vai comprar, mas não tem uma vírgula que diga

como vai ser o tratamento com as famílias atingidas. Não existe, sequer, o conceito, Senador, para dizer quem é atingido, [soa campainha], quem define isso são as empresas, as empresas é que dizem quem é atingido e quem deixa de ser. Então, dessa forma nunca vai estar dentro da realidade quem, de fato, é atingido, porque se tiver 5 mil e a empresa dizer que é só mil, então é mil atingido porque é ela que diz que são mil atingidos. Não existe um conceito para dizer quem, de fato, foi atingido pela obra, o conceito é patrimonial hoje, e para nós não é isso, temos um conceito que diz que foi aprovado pela Consise(F) que é o Conselho dos Presidentes da Estatais, mas nem as estatais estão levando em consideração isso. É necessário se ter um conceito para gente saber quem é atingido e num debate amplo, transparente para que, de fato, a gente faça justiça e dê os benefícios a quem, de fato, merecem receber para que os subsídios da energia não vá para grandes empresas e o povo continue na miséria causada pelo governo, porque barragem para nós é uma fábrica de produzir sem-terra, sem que o governo consiga assentar aqueles que não foram, sequer, expulsos pelas barragens. Então, no Programa Nacional de Reforma Agrária não se consegue assentar aqueles que devem ser assentados, e ainda expulsam mais gente de suas terras, deixando-os aí nos bolsões da miséria no país inteiro.

Tem uma população de 335 que neste momento vai ser 325 atendidos com o projeto em criação de peixe em tanque-redes, mas eu tenho a alegria de dizer que esses pescadores que se não fosse um luta do MAB da qual dela eu saí eu fiquei foragido uma semana, porque foi decretada a minha prisão, esses pescadores estariam abandonados. É um programa de governo porque tem vários entes envolvidos, mas que fomos nós que fizemos resgatar o direito desses pescadores, eles já tinham sido prejudicados na construção da usina e agora com a construção das eclusas, novamente ficarão ao leo e aí a cultura dessas pessoas é pescar, eles vão produzir peixe em tanque-redes, mas naquele momento eles não queriam isso, eles queriam serem indenizados pelas perdas, e não houve as condições, houve relutância, mas até que nós cheguemos num entendimento, mas eu quero dizer que aqui o mérito, eu posso dizer com tranquilidade que esse mérito é do Movimento dos Atingidos por Barragens que fez por onde resgatar e esses companheiros serem reconhecidas a perdas que tinham em função tanto da primeira etapa como agora na construção das eclusas lá de Tucuruí. Então, são 325 pescadores que vão ser atendidos nesse programa, e a gente vai poder estar acompanhando alguns deles dentro da cooperativa que nós constituímos, inclusive, num outro projeto que desde 2005 que a gente vem batalhando, nós estamos em 2009. E nós ainda não conseguimos fazer com que isso avance e são esses fatores que têm gerado esses conflitos naquela região e que culmina com uma criminalização dos movimentos sociais de suas lideranças. O exemplo foi o que o Senador falou, 18 presos, saíram 14 e ficaram 4, se ficaram 4 então demonstra perseguição contra as principais lideranças no movimento.

Então, um pouco encerrando a minha fala, eu queria dizer a todos os presentes, ao Senador que foi importante para gente estar colocando essas problemáticas, Senador, e esperamos de que, de fato, não sei se qual encaminhamento pode sair daqui, mas o que mais nos frustram são os acordos que a gente faz. Em 2005 assinamos um termo de acordo para atender as famílias que fossem indicadas pelo MAB e isso eram 977 famílias, infelizmente até hoje não tem um projeto concluído ou em execução que possa melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Então, se faz necessário sair do papel para a prática, que as coisas, os benefícios cheguem à ponta que os trabalhadores tenham algum resultado. Então, produção é possível se ter, comercializar através de uma cooperativa também é possível, isso que o Raimundo disse, tem que ter um mínimo de estrutura para escoar a produção, para qualificar essa produção para que a gente então possa melhorar a qualidade de vida desse povo. Se não tivesse a usina a cidade talvez pudesse ser até mais atrasada, mas o povo vivia da forma que a gente vinha vivendo há muitos anos.

E eu queria, para encerrar, dizer que bastante um pouco isso que foi apresentado, os setores interessados hoje do agronegócio do minério, as eclusas de Tucuruí que estão sendo construídas, não está sendo construída para pescador passar com barquinho e levar o seu peixe para onde quer que seja, está sendo construída para passar as grandes balsas com minério e soja e aquela riqueza não vai ficar naquele município, nós vamos ver literalmente o navio passar com as riquezas na frente daquele município e o que vai ficar ali é um pouco do que já tem que é a miséria que o povo se encontra.

As eclusas de Tucuruí mesmo com a vontade que eu acho que fica nisso de não deixar nenhum problema social, vai deixar muitos. Eu, além, de ser do MAB sou presidente de um bairro, o bairro que eu moro ao lado das eclusas as casas estão todas comprometidas, Senador, com rachaduras graves. Aí diz o seguinte: "Isso é má construção". Ninguém lá naquele município fez casa esperando detonação de bomba, não esperava uma guerra ali para detonar bomba para tudo enquanto é lado e suas casas começarem a rachar. Então, eu não

sei, o critério que se utiliza agora para dizer isso aqui é má construção e nós não temos responsabilidade. Então, vai deixar, com certeza, as eclusas de Tucuruí ainda resquício daquilo que poderia ser feito e muito bem feito para que a população não tivesse nada a cobrar, mas essa talvez seja o problema que todas as obras, grandes obras, principalmente, barragem vão deixando rabos aí passivos que até hoje a gente tenta através do governo. E para encerrar, definitivamente, nós não queríamos, no caso de Tucuruí é uma estatal, mas nós não queríamos que fosse o governo brasileiro que pagasse a conta de empresas em outras regiões que são privadas, pagasse a conta que elas fazem, mas, infelizmente, o governo por não ter competência de fazer que empresas privadas, de fato, reassentem o povo e paguem a conta, então quem tem que pagar, já que não tem a competência de fazer isso, é o próprio governo, lamentavelmente, vai ter que sair dos cofres públicos todos os recursos necessários para mitigar e resolver os problemas sociais que a barragem tem deixado com os atingido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado ao Sr. Roquevan Alves Silva, representante do MAB que fez a sua exposição, e agradecemos pelos elementos acrescentados ao debate.

Vamos ouvir a Sra. Sônia Mara Maranho, que prometo não me equivocar seu nome, Maranho, que aqui representa a Coordenação Nacional do MAB para a sua exposição. V. Exa. tem a palavra por dez minutos, se necessário acrescento mais 5 com a tolerância necessária.

SRA. SÔNIA MARA MARANHO: Bom dia a todas e todos os presentes aqui, é uma saudação de todos os companheiros e companheiras do Movimento dos Atingidos por Barragens do Brasil inteiro e queremos então agradecer especialmente aí o Senador porque a gente sabe que é difícil, fez um grande esforço para marcar esses momentos, inclusive, quando é, às vezes, para os trabalhadores entrar na nossa própria casa e tratar aqui dos problemas sociais que existem hoje. E, especialmente, também nosso bom dia aos companheiros do MAB que estão aqui, muitos companheiros, o pessoal de Aimorés de Minas Gerais, de Goiás e de Tocantins, também os companheiros e companheiras do MST, do MPA que é Movimento dos Pequenos Agricultores e das Mulheres Camponesas.

Então dizer assim, nós enquanto Movimento dos Atingidos por Barragens temos certeza que a nossa luta é mais legitima do que nunca. Toda a contradição gera uma reação, nesse sentido é até importante a gente falar depois para ver um pouco qual é o pensamento das empresas, e aí a gente pode perceber que o Movimento dos Atingidos por Barragens é uma contradição de um sistema de um modelo energético que não cumpre a sua função, que não tem um projeto de desenvolvimento para a nação, senão não precisava existir o Movimento dos Atingidos por Barragens que é reivindicar os seus direitos. Nós não achamos que é fácil a luta, a perseguição é muito grande, acampar aqui no Mané Garrincha não é tirar férias, não é ir para praia, não é um acampamento nesse sentido, é um acampamento onde os trabalhadores e trabalhadoras vivem nas condições mais precárias nas suas regiões e têm que vir para Brasília para reivindicar. Então, essa luta toda nossa é legítima.

Nesse sentido então nós queremos trazer um pouco presente aqui os dados mais em nível nacional a partir do dado concreto também que nós estamos tratando aqui de Tucuruí. Hoje em nível nacional na experiência que nós temos enquanto Movimento dos Atingidos por Barragens há mais de 30 anos, nós percebemos que o modelo energético não está pensado e voltado para uma soberania, a energia hoje todos os projetos e os próximos pensados que são mais de 1.443 hidroelétricas para o próximo período, é para sacar o restante das matérias-primas que ainda existem no Brasil, e não há desenvolvimento do sistema capitalista e imperialista sem energia elétrica, e sabendo que hoje uma das energias mais baratas é a energia hidráulica que hoje é 80% da energia que nós consumimos, e toda energia produzida no Brasil é para fora do Brasil que vai. Desculpa-me o secretário do Ministério de Minas e Energia, nós acreditamos que a Barragem de Tucuruí e de todo o Brasil não tem nada a ver com Luz para Todos, é outro projeto que existe nesse sistema do modelo energético, aonde nós vamos e nós tivemos agora mês de janeiro em Tucuruí, juntamente com mais 150 entidades internacionais amigas do MAB e da Via Campesina visitando durante o Fórum Social Mundial a Hidroelétrica de Tucuruí, entramos e vimos a base militar federal que está colocada lá, defendendo a empresa Eletronorte e as demais. Sabemos também que a energia que é produzida pela Eletronorte lá não é para as famílias que estão lá, é subsidiada para empresas, para então fazer isso que o Roquevan acabou de falar que é tirar a riqueza, a monocultura, a produção do Brasil para levar para outros países. O modelo energético hoje está voltado nesse sentido. E aí só para nós termos uma ideia, só em Minas Gerais está previsto para os próximos anos, mais de 400 hidroelétricas. E estão aqui os companheiros, as companheiras de Minas Gerais, há já sete, oito anos tentando reconstruir a sua vida causada pelas empresas também lá Vale do Rio Doce, CEMIG em Minas Gerais. Então, o que as empresas vêm trazendo de problemas para o povo brasileiro nós não podemos escrever hoje, de

tantas que são. 500 empresas hoje em nível mundial são as que estão comandando o processo econômico e político, e, muitas vezes, os nossos governos ficam à mercê do comando dessas multinacionais, e aí dentro disso tem todo o processo de criminalização.

Nesse sentido então também tudo isso que foi colocado pela Eletronorte são direitos do atingidos que deveriam ter, são mais de 30 mil pessoas que vivem hoje na miséria por causa da Barragem de Tucuruí e há um processo que não terminou de ser construído ainda, há 25 anos vem trazendo problemas para a nação brasileira, para ter energia para dar para as multinacionais. Essa é a realidade hoje colocada no Brasil, essa é a situação. E quando o movimento se organiza, quando tenta se organizar o que é que acontece? Hoje nós temos enquanto Movimento dos Atingidos por Barragens, acredito que o MST muito mais, os outros movimentos também, mas de 200 lideranças incluídas em processos em andamento. Grande parte dessas lideranças, e nós somos alguns incluídos na lei de segurança máxima do Estado, vocês quer dizer que são perigos para o Estado e para o desenvolvimento. E aí a gente pergunta assim: "Desenvolvimento para que e para quem?" A Eletronorte não trouxe aqui para nós o lucro que teve nesses 25 anos, nós estamos trazendo a miséria que nós estamos vivendo; agora ela não trouxe presente os lucros. As empresas costumam gastar com a questão social nos seus projetos que a quantidade é muito grande 2 a 3% com a questão social, o restante é dado para as empresas que constroem e aí tem muitas tipo Votorantin que vende cimentos, são essas empresas que vão ganhar em cima da construção da hidroelétrica. Então, também a construção, a obra em si ela vira um negócio.

Nessa questão então nós ficamos até constrangidos de ter aqui, ser usado os indígenas como propaganda, porque o que nós percebemos aqui é uma propaganda, porque há 25 anos a Eletronorte tenta construir, não é migalhas, nós não estamos aqui discutindo migalhas nem enquanto nação brasileira, nem enquanto movimento. Nós estamos aqui discutindo um projeto soberano para a nossa população, para a nossa nação, e em 25 anos nós ainda temos um monte de problemas sociais em todo o Brasil. Mais de 1 milhão de pessoas atingidas, 70% da população não recebe nenhum tipo de indenização. O Roquevan já falou, nós estamos aqui tentando fazer com que se cumpra o conceito dos atingidos... Quem são os atingidos hoje? Quem são diretamente e indiretamente? Como os índios são atingidos? Como os quilombolas são atingidos? Como as comunidades, os areieiros, os que tiram... Não existe isso e já está aprovado no Conselho dos Presidentes das Estatais, então nós queremos que isso se cumpra também.

Dentro de todo esse processo nós queríamos também trazer presente um pouco dessa questão de nós estarmos aqui presente hoje enquanto acampamento. Um pouco é essa questão que nós queremos discutir com o governo de que nós precisamos construir outro modelo energético. O governo brasileiro tem uma dívida histórica e as empresas também com os atingidos por barragens, todos os direitos nesse processo de construção foram negados aos atingidos, e é isso mesmo, são as empresas que dizem quem é que eles imaginam que são os atingidos, e aí nós observando isso em muitos Estados, e aí a gente sabe que os planos das construções são históricas, onde apareceu água, onde apareceu rio, montanhas e que se vê possibilidade de construir hidroelétrica, as empresas viam água virar dinheiro, porque hoje grande parte, as maiores multinacionais estão sendo essas distribuidoras e construtoras de hidroelétricas, a energia está dando lucro fenomenal e aí é a água e são os atingidos que pagam, é o meio ambiente e são os atingidos por barragens que pagam isso.

Sabemos que hoje o nosso modelo energético está pensado para um consumo que não é brasileiro, é norte-americano, é japonês, é da Europa. O ritmo de consumo que eles usam de energia é muito maior que o nosso, precisávamos de seis, sete planetas para nós podermos saciar a necessidade de energia que eles têm, agora eles não têm água, não têm montanhas, não têm terra, não têm a riqueza que nós temos no nosso Brasil, e aí por isso é feito todo esse processo de exploração dos brasileiros que a gente vive hoje. E também ganhando a energia subsidiada. Para se ter uma ideia hoje em Minas Gerais, no Brasil nós somos hoje, dá para se dizer o quatro país com a energia mais cara do mundo, onde existe muita hidroelétrica e muito discurso de desenvolvimento, pagamos a quarta energia mais cara do mundo. Então, nós nos perguntamos: alguma coisa está errada. Para onde vai a nossa energia? Se grande parte dos brasileiros ainda não tem energia elétrica, e achamos que o Luz para Todos ainda não resolve. Os atingidos por barragens que pagaram a sua luz dentro do consumo, mais ou menos, quando muda de casa, quando sai para construir hidroelétrica dobra, triplica o preço da energia elétrica.

Minas Gerais é um dos Estados aonde a energia é mais cara, enquanto os atingidos pagam 62 reais por kilowatts a Vale do Rio Doce, outras empresas pagam 3,3 reais. Então, olha a diferença entre o que as empresas pagam para ter energia, para sacar a nossa riqueza, a matéria-prima e nós sabemos que o desenvolvimento e a riqueza se dá na expropriação da

matéria-prima fazê-la virar mercadoria, então é isso. Em Minas Gerais por quê? Está lá a mineração, a pedra sabão, o ferro, o alumínio e aí precisa de muita energia e muita hidroelétrica em Minas Gerais. Esse é um dos exemplos, assim como a Amazônia que está pensada hoje para desenvolver o agronegócio, assim como Tucuruí está pensado hoje tem eclusas dentro das hidroelétricas para elevar os navios para passar com a nossa riqueza, com soja, com milho, com toda produção que está sendo pensada para o agronegócio, e também junto com isso a transposição do rio São Francisco.

Então, nós não concordamos com essa criminalização, com esse desfeito que está sendo feito com os trabalhadores e trabalhadoras atingidos por barragens, e também achamos que nesse sentido talvez a produção de sem-terras, de problemas sociais, de alcoolismo, de prostituição, problemas de saúde aumenta muito mais do que hoje nós conseguimos resolver, e com toda crise colocada hoje dentro do sistema, porque essa crise é um sinal de que o sistema capitalista tem que ser exterminado, tem muitos problemas. O que é que nós estamos sentido? Quem está pagando a conta hoje são os trabalhadores e trabalhadoras, o preço da energia sobe todo ano e muito, o preço da água, o preço do aluguel, dos remédios, então todas as tarifas que o povo brasileiro paga aumenta, enquanto isso os recursos do governo são tirados do nosso esforço, do nosso trabalho para ajudar as empresas que começam a entrar em crise, tipo Aracruz, Odebrecht, outras empresas que saiu dinheiro do governo para subsidiar, enquanto isso nós ficamos com os problemas.

Então, nós não podemos admitir isso, queremos construir um projeto energético soberano, onde a população brasileira esteja em primeiro lugar e não as empresas. Sabemos que hoje, por exemplo, em Minas Gerais 50% da energia usada são empresas livres que usam, livres são as empresas que gastam muita energia e aí elas escolhem também de quem elas vão comprar e como elas vão negociar para ter energia subsidiada. Então, só para se ter uma ideia que eles têm condição de gastar energia, de ter energia para fazer todo esse processo de apropriação enquanto o povo brasileiro paga e é legítimo, todo mês, tirar o dinheirinho do bolso, tirar a comida da boca dos filhos, da família, da educação para pagar as distribuidoras e geradoras de energia elétrica.

E se nós contássemos só um exemplo dos companheiros e companheiras que estão aqui de Itueta na Barragem de Aimorés que foi inaugurada há pouco tempo. Quando nós chegamos lá e percebemos o comércio de fraldas de pessoas adultas, contar para vocês não é de acreditar, é de se arrepiar, é um crime muito forte cometido contra os trabalhadores e trabalhadoras, principalmente, os idosos e os que resistiram estão aqui presentes hoje nesta plenária. É muito grande o comércio de fraldas de adultos de pessoas que entraram em coma porque foram... Os dinamites entraram em suas casas e sem condição nenhuma de resistir tiveram que sair e hoje estão vivendo numa cidade Nova Itueta que se chama que parece um arsenal de novela, gente, parece uma cidade montada que há pouco tempo vai ser desmontada porque já não vai mais acontecer nenhum cenário, nenhum teatro aí. As casas estão caindo, os trabalhadores e as trabalhadoras estão sem os direitos, as casas que a empresa fez que a Vale e a CEMIG, estão rachando, os pescadores estão passando fome, os areieiros que tinham na região estão desempregados, também passando fome, e aí tem quatro municípios que atinge, assim acontece em Tocantins, assim acontece em Goiânia, assim acontece em todos os Estados onde as empresas não têm respeito e é por isso que nós precisamos de uma interferência do governo, sendo que já faz mais de oito anos que nós não estamos conseguindo avançar enquanto o Governo Federal com o problema dos atingidos. A nossa pauta aqui então, primeiro junto nesse acampamento que nós estamos fazendo aqui temos mais de 200 companheiros e companheiras do MAB do Brasil inteiro se juntando na luta pela reforma agrária, achamos que para resolver o problema da crise não existe se não é distribuir a riqueza que existe hoje e ela é, principalmente, a terra e o direito, que aí é saúde, educação, e isso gratuito. Olha, por exemplo, essa questão da tarifa social que nós estamos reivindicando também que é outro ponto. Existe uma lei federal que garante para até quem gasta 200 kilowatts de energia tem um desconto de até 65%. É uma lei, existe, mas o povo brasileiro não sabe. E se souber e for às distribuidoras, as distribuidoras não aceitam, enrolam a população e aí não dão o direito. E nós achamos que a energia deve ser em benefício da população, não deve ser mercadoria, deve ser um bem social. Quem é de nós hoje que se imagina que estamos aqui filmando, falando mais alto do que o normal, conseguimos viver sem energia? Agora existem pessoas aqui dos atingidos por barragem que ainda usam lampião, que ainda não têm energia elétrica nas suas casas e nós falando em muitas hidroelétricas aqui no Brasil, presente para o desenvolvimento, grande parte da população brasileira não tem energia, principalmente, os companheiros e companheiras, trabalhadores e trabalhadoras campesinos que é o nosso povo que vive aí no campo.

Então, isso nós estamos deixando historicamente de viver os direitos humanos brasileiros que nós temos.

Enquanto isso a gente vive a mercê da miséria e de todos esses problemas sociais.

Então, além, de nós reivindicarmos reforma agrária que estamos no acampamento, a tarifa social, nós queremos também então discutir o conceito dos atingidos por barragens, porque precisa ser legitimada a vida desses seres humanos. E depois também dizer assim, esse modelo energético que está colocado nós somos contra, não existe desenvolvimento para a nação. Nós queremos construir um projeto popular soberano, onde a água e a energia não sejam mercadoria, e, sim, esteja a serviço do povo brasileiro. E aí nesse sentido nós queremos que o Governo Federal atenda essa pauta, que monte uma comissão junto com os Ministérios, e aí nós já entregamos aqui ao Senador, ao Raimundo, e depois aos demais também para ter encaminhamento, e nós estamos sugerindo que até a primeira semana, quinzena do mês de setembro a gente consiga começar a sentar e conversar, porque não existe paz e amor, como a Eletronorte colocou aqui entre as empresas e os atingidos por barragens, isso não existe. Entregamos também aqui para o José Nery um relatório dos direitos humanos que foi [soa campainha] feito por uma companheira que veio dos Estados Unidos fazer um processo, uma comissão de direitos humanos, fazer um processo de visita, os companheiros principalmente da região Sul e foi para outros Estados também para ver o que é que está acontecendo com os atingidos por barragens. Teve alguns momentos onde até crianças foram presas junto com os pais, junto com as mães, encarceradas durante alguns dias para poder desse desmobilizar e dar exemplo para a sociedade. No caso dos companheiros que foram presos em Tucuruí eles tiveram a capacidade de prender e passar com os companheiros na cidade, no município de Tucuruí para dizer: "Olha aqui sociedade brasileira, se coloquem no seu lugar, aqui quem manda são as empresas". Então fizeram isso com os nossos companheiros e nós repudiamos isso profundamente, passar com os companheiros e companheiras, os 18 companheiros e companheiras presos, na cidade de Tucuruí mostrando como um troféu de uma cassada que eles fizeram de companheiros que estavam em luta para poder conseguir os seus direitos.

Então, nós achamos que nesse momento que nós falamos em desenvolvimento, que nós falamos em atender a pauta dos atingidos e dessa nossa relação que temos que construir, nós precisamos atender os atingidos por barragens.

E queria dizer junto com os atingidos que estão aqui, água e energia não são mercadorias. Vamos tentar dizer junto: água e energia não são mercadorias. É para a soberania do povo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado à Sônia Mara Maranho da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens pela exposição.

E nesse momento da audiência pública vamos propor o seguinte encaminhamento: houve a exposição do Ministério de Minas e Energia, da Eletronorte e do INCRA e houve a exposição dos representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens.

A nossa ideia é conceder agora 5 minutos a cada um dos membros, dos expositores para que possam fazer comentários, considerações a partir da sua própria exposição ou da exposição, ou dos aspectos que são problemas, contradições e posicionamentos diferenciados, tentando nesses cinco minutos, todos podem também apresentar, como já o fizeram na primeira parte de suas falas, sugestões, proposições que possam ser orientadas como encaminhamento dessa audiência pública. Então, além, de contraditar questões apresentadas aqui entre as partes, seria importante a apresentação de encaminhamentos concretos para a continuidade da luta e o enfrentamento desses problemas aqui apresentados.

Então, serão cinco minutos para cada um dos expositores, e ao final desta exposição teremos a partir das considerações feitas por ambas as partes, pretendemos sugerir aqui em nome da Comissão de Direitos Humanos, tentar encontrar aqui alguns pontos de encaminhamentos que possam se transformar em orientações, em encaminhamentos para o cumprimento de obrigações e do atendimento das reivindicações, do plano de luta dos trabalhadores atingidos por barragens.

Recebi aqui e fica para registrar toda a exposição da Eletronorte, um documento bastante amplo para a nossa consulta aqui na Comissão, e recebemos também do MAB o relatório, um dossiê sobre violação dos direitos humanos dos atingidos por barragens, a pauta de reivindicações do movimento, e também um estudo que trata desse debate relacionado ao conceito dos atingidos por barragem.

Com a palavra, então o nosso primeiro expositor, o Dr. Antônio Maria Amorim Barra, diretor econômico-financeiro da Eletronorte para suas considerações.

SR. ANTÔNIO AMORIM BARRA: Senador, eu queria passar a palavra para o nosso técnico Antônio Coimbra que poderá dissertar melhor sobre as questões que foram levantadas, principalmente, pelo Movimento dos Atingido por Barragens. E só colocar aqui o seguinte: que, na realidade, a gente fez uma exposição colocando todas as questões que a Eletronorte esteve e pode trabalhar junto com a comunidade, com os poderes público municipais, estadual e federal, e

tem o projeto, conforme foi apresentado na exposição, para o encaminhamento futuro. Obviamente, como eu falei logo no início, a gente vai tirar o encaminhamento, aqui como foi colocado, para que realmente a gente possa ver se a gente tem um ponto de convergência e possa caminhar de uma forma mais adequada daqui para frente.

Então, passaria a palavra para o Dr. Antônio Coimbra para fazer, digamos, essas colocações.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Então, passo a palavra ao Sr. Antônio Raimundo dos Santos Coimbra, superintendente de meio ambiente da Eletronorte, a qual concedemos cinco minutos.

SR. RAIMUNDO OLIVEIRA: A Eletronorte reconhece que existem muitos problemas na região, mas também entende que nem todos esses problemas que existem na região são decorrentes ou têm solução na própria Eletronorte, inclusive, pelas pautas que o próprio MAB tem apresentado e pela negociação que a Eletronorte tem intermediado com outros órgãos, por exemplo, nós temos uma pauta aqui de 2007 que traz a questão de saúde, a mudança na política econômica, a questão da reestatização da Vale, asfaltamento a BR 422. Então, a Eletronorte entende que há um problema na região, mas que ela não pode, ela não tem poderes para resolver todas essas questões que têm sido apresentadas nas diversas pautas que têm chegado à Eletronorte. No caso, por exemplo, de asfaltamento nós, inclusive, intermediamos uma conversa do movimento com o DNIT e, assim por diante. A questão da telefonia rural também tentamos junto à Anatel, mas a Eletronorte, infelizmente, não pode substituir o Estado, nós não temos como fazer essa substituição.

Com relação à compensação financeira que o representante do MAB falou, ele se posicionou muito bem e há uma posição convergente. A Eletronorte já tem manifestado através, inclusive, da sua diretoria, do seu diretor que seria bastante interessante que esses 340 milhões investidos que cheguem aos municípios que tenham um destino ou, pelo menos, como tem Jacundá que 30% é destinados a uma região, que os outros municípios sigam a mesma sistemática.

Então, nem todos os assentamentos que estão na região são decorrentes do projeto de Tucuruí, sabe-se que aquela região recebeu um número de assentamentos bastante grande, de outras regiões, já havia um conflito de terra ali, um conflito pela posse da terra, e nem todos os assentamentos são decorrentes da Usina de Tucuruí. O representante do Incra colocou a questão da participação no Congep e que foi reafirmada pelo representante do MAB. Eu gostaria de dizer que a Eletronorte não é a gestora do Conselho Gestor do Pirtuc, mas reconhecendo esse problema que se instalou que foi ausência de reuniões, inclusive, uma total ausência de reuniões, nós convocamos o Conselho e dissemos que haveria necessidade de uma reestruturação do próprio Conselho. Então em março deste ano eles renovaram os mandatos por um prazo curto, por um prazo de seis meses, e a ideia é que a gente faça essa total reestruturação, inclusive, atendendo a uma demanda, a reestruturação dos projetos que vão ser implementados. Não ficará mais na vontade de uma única pessoa, essa é uma decisão até já encaminhada.

Com relação ao óleo ela decorreu de um pedido do próprio Governo do Estado, com a presença da Casa Civil do Governo do Estado do Pará face à questão de calamidade. Mas eu só gostaria de esclarecer que existe uma questão que dificulta essa recuperação das vicinais que elas têm que ser feita pelas prefeituras, mas as várias prefeituras estão, ou melhor, quatro prefeituras estão inadimplentes quanto à CND e não podem ter o repasse de recursos.

A questão do conceito de atingido existe essa decisão, a Eletronorte tem buscado atender a essa decisão do Consise(F) e ela está praticando esse conceito de atingido. Entretanto, sabe-se que não há ainda uma definição e uma tomada de decisão clara quanto a isso. A questão da usina só um esclarecimento. Ela está concluída, a usina, as 23 máquinas previstas estão concluídas, elas estão gerando. A questão das casas que estão com rachaduras eu pediria para que o MAB apresentasse à regional de Tucuruí que realmente havendo isso a Eletronorte já assumiu o compromisso perante todos os movimentos sociais e os moradores da região, que qualquer casa atingida pela dinamitação das obras das eclusas ela será restaurada, a casa, a Eletronorte não deixará ninguém nessa situação. Então, isso é uma coisa que nós realmente faremos.

Por fim, a Eletronorte através de sua diretoria, o Dr. Barra falou isso no início desta sessão, a Eletronorte por sua diretoria, através da sua diretoria, através da área responsável que é a diretoria de engenharia e planejamento reafirma o seu interesse de continuar implementando esses projetos que estão aí. Temos tido dificuldades, avançamos pouco, não avançamos na medida que nós queremos, mas a Eletronorte reafirma esse seu desejo de ter um canal aberto, de nós termos uma interlocução, inclusive, com o AMB. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço ao Dr. Coimbra pela exposição, sugestões.

E passo a palavra, imediatamente, ao Dr. Josias Matos de Araújo para suas considerações.

SR. JOSIAS MATOS DE ARAUJO: Obrigado, Senador. Só voltamos a comentar o assunto. Um dos itens da pauta de reivindicações é o item 4 da pauta, trata do Programa Luz para Todos e se refere na pauta a pente fino nos projetos já concluídos, pendências e apresentar as novas demandas antes de iniciar ou já em execução.

Então, com relação a esse assunto que foi abordado anteriormente na minha fala, eu gostaria só de fazer aqui primeiro com relação à questão levantada pelo superintendente regional do INCRA, o Sr. Raimundo. Eu queria esclarecer o seguinte: nós já conversamos, está presente aqui o nosso diretor nacional do Programa Luz para Todos, Hélio Morito e nós não vemos nenhum problema da participação do INCRA no Comitê Gestor. Nós estamos sugerindo o seguinte, podem até participar os três representantes, sendo dois ou vinte e um titular, por exemplo, sem nenhum problema. Então, nós estamos sugerindo as três participações no processo que eu acho que é construtivo e interessante. Então, essa é uma deliberação com relação a esse assunto.

Com relação à questão do entorno de Tucuruí, lembrando, mais uma vez, que os municípios do entorno com relação ao que nós estabelecemos numa meta inicial de atendimento todas foram atendidas, e nós temos agora a meta adicional, como eu comentei no início, de mais de 10 mil que estão todas programadas para serem atendida, e isso não significa que novas demandas possam surgir, daí porque existe o Comitê Gestor que tem esse papel de receber os novos cadastramentos para atendimento. Outro fato também que eu gostaria de abordar aqui. A gente identificou um fato, e esse fato foi abordado aqui com relação ao Baixa Renda é que o Baixa Renda apresenta um descontem em torno de 65%, existe uma resolução que está em vigor, mas nós estamos trabalhando uma alteração porque foi identificado nesse processo e algo que a gente considera que é pernicioso, foi identificado um número de beneficiários do Programa sem, efetivamente, ter o direito por quê? Porque o Baixa Renda do primeiro momento identificava o seguinte, o consumidor, o domicílio com o consumo na faixa de 0 a 100 kilowatts hora/mês teria o desconto na sua fatura de energia em torno de 65% e nós identificamos um número de pessoas que estavam sendo beneficiadas, porque se uma pessoa tem uma casa de campo, se uma pessoa tem um flat e só permanece nesse flat no horário de dormir ele acaba sendo enquadrado nessa faixa de baixa renda. Então, uma vez identificado isso nós estabelecemos um novo processo, esse processo está em tramitação, ele já passou pelo Senado, e ele está agora na Câmara dos Deputados onde a gente está excluindo dessa relação todos aqueles beneficiários que não têm direito a essa percepção, porque quando foi criado o sistema de baixa renda ele tinha esse objetivo atender exatamente essas pessoas nessa modalidade aí. Então, o objetivo é esse, está em andamento e hoje nós temos no Brasil 18 milhões de pessoas cadastradas no Programa, esse cadastramento é feito via o MDS e esse percentual que foi identificado como não sendo beneficiário existe já todo um processo para descadastrá-los e fazer um novo cadastramento daquelas pessoas que, efetivamente, tenham direito no processo. Essa é uma observação que eu gostaria de fazer com relação a esse assunto.

E lembrando também outro ponto importante...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Chego atrasado e ainda atrapalho. Vou ficar bem quietinho aqui.

SR. JOSIAS MATOS DE ARAUJO: Outra questão também é com relação à taxa, a taxa de crescimento do Brasil. O Brasil, atualmente, tem uma taxa de crescimento no setor energético na ordem de 5%/ano, significa 5% de crescimento/ano em torno de 5 mil megawatts a cada ano que teria que ser efetivamente instalado no Brasil. E aí desses consumidores nós temos os consumidores residenciais, temos os consumidores industriais e os consumidores comerciais e tem, evidentemente, o Projeto Brasil, nesse sentido, busca trabalhar com o atendimento dessa população, população brasileira nesse sentido da energia elétrica. Então, isso é um fato, o crescimento é alto no país, apesar da crise atual, por exemplo, a nossa taxa de crescimento permanece nessa faixa que totaliza em torno de 5 mil megawatts/ano de crescimento de energia elétrica. E essa energia elétrica, como eu comentei, no caso do Pará, esses municípios e o próprio superintendente comentou aqui o sul do Pará, com isso eu acho que essa participação mais efetiva vai fazer esse mapeamento e nós temos, por exemplo, o caso de Marabá aqui que foi identificado, Marabá hoje já está em torno de 85% do atendimento previsto dentro do Programa. Entendemos que até o final do programa que foi prorrogado para dezembro de 2010 nós possamos atingir esses 100%. Como outro município faça até a sua própria localização geográfica, nós já ultrapassamos o previsto inicialmente, é o caso, por exemplo, de Tailândia, Tailândia hoje tem já 226% de atendimento em relação ao programa original. Nós temos em torno de 2.500 pleitos iniciais e nós já chegamos em torno de quase sete mil atendimento e essa variação é em função, às vezes, até da própria organização e dessas próprias identificações como bem você abordou aí, mas a meta é fazer o atendimento pleno desse programa até dezembro de 2010. Essa é a meta do governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço ao Dr. Josias Matos de Araújo, e ao Senador Paulo Paim que assumiu aqui interinamente a presidência dos trabalhos.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Pela ordem, Presidente. Só para lhe pedir escusas que eu acrescentei aqui, eu pensei que o senhor estava me chamando para sentar à mesa. Mil perdões. Eu não entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senadora Serys, o convite que eu fiz ao Senador Paim, eu tinha feito, só sinalizei, mas muito obrigado, sempre.

Vamos então ouvir o Dr. Raimundo Oliveira, superintendente regional no Incra em Marabá no Pará. Cinco minutos V. Sa. dispõe para sua exposição.

SR. RAIMUNDO OLIVEIRA: Obrigado, Senador. Eu queria só deixar claro para os meus colegas da Eletronorte e também ao secretário Josias que a minha fala inicial tem como objetivo a gente enquanto representante do Governo Federal otimizar o máximo que a gente puder dos nossos esforços e convergir as políticas públicas que cada, seja a Eletronorte, seja o Ministério do Desenvolvimento Agrário via Incra está desenvolvendo.

Então, já uma primeira vitória aqui, exatamente essa da participação, secretário, do INCRA no Comitê Gestor. Eu não sei como é que vai ser feito, se vai ser feito comunicar ao Comitê Gestor, enfim, eu já acho que isso é uma grande vitória porque exatamente esse, digamos assim, não seria falha, mas essa lacuna que fica porque acaba que o órgão fundiário que demanda não tem o seu assento e logicamente fica um pouco à deriva do debate, e até da prestação de conta para os trabalhadores. É ruim, por exemplo, quando os trabalhadores procuram o Incra: "E aí a minha etapa está, em que fase está?" e o INCRA não tem essa informação e tem que oficiar o Comitê Gestor, nem sempre nós sabemos que a comunicação, às vezes, não é no tempo que se precisa e a gente acaba tendo uma dificuldade, tão somente de informação, logicamente com a participação agora aqui confirmada pelo senhor, a gente imagina que, com certeza, nós qualificaremos mais esse debate e ajudaremos, sobretudo, na universalização deste programa que, na nossa opinião, é muito importante para a nossa região, principalmente, aquela região mais ao sul do Pará que por várias situações, acaba ficando um pouco prejudicada por este programa.

Eu queria propor, eu não sei, enfim, também aqui eu conversando um pouco com o Roquevan. Nós temos ali na região de Tucuruí cerca 12 mil famílias habitando as ilhas, a pretendência do INCRA em Belém, depois de uma série de debate implementou um programa que foi muito importante que foi regularizar, ou seja, assentar aquelas famílias que estavam nas ilhas do entorno de Belém incluir no Programa Nacional de Reforma Agrária, isso em parceria com o SPU. Nesse sentido foi incluído ali cerca de 85 mil famílias, e quando as famílias são incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária uma série de política são destinada às famílias, habitação, sistema de água, crédito produtivo; enfim. Então, talvez seria, eu não sei o formato, Coimbra, enfim, de nós tentarmos em alguns casos implementarmos na região de Tucuruí, beiras ali que são habitadas por famílias, como falou o Roquevan, essas famílias ficam um pouco alheia às políticas públicas. Então se de repente nós, conjuntamente, criarmos ali, incluirmos essas famílias no Programa Nacional de Reforma Agrária, repito, Belém, as famílias de Belém tem feito isso com muito êxito, com muito sucesso, tem levado, sobretudo, dignidade a essas famílias, talvez podemos repetir isso na região de Tucuruí. Para isso precisaria, talvez Eletronorte e Incra fazer um levantamento, digamos, detalhado, principalmente, levantamento ocupacional da realidade daquelas ilhas para que a gente pudesse talvez proceder a isso, eu não sei, enfim, mas fica aqui como sugestão. Parece que as vias foram passadas ao Governo do Estado, mas podendo, inclusive, ser ampliado e trazer do Governo do Estado para essa parceria. Temos feito isso, repito, na região de Belém com muito sucesso.

Eu também quero aqui, já é fruto dessa audiência e aí ao Coimbra a necessidade, Coimbra, de reestruturar, de fato, esse Conselho, e já me coloco muito à disposição, quero participar das reuniões, das deliberações, porque o que a gente percebe aqui não é só em relação à Eletronorte, ao Incra, mas, sobretudo, em outros Ministérios, por isso que eu quero aqui fazer alusão ao Programa Território da Cidadania que e exatamente a convergência de vários Ministérios, das políticas públicas para que a gente... Acaba que no mesmo raio geográfico uma série de Ministérios, uma série de órgãos trabalham, mas de forma muito separadas, e aí a gente tem dificuldade de otimizar esses recursos. Eu citei o exemplo do óleo diesel, eu sei que nós temos, mais do que nunca o INCRA tem tido essa dificuldade nas parcerias com as prefeituras, porque a questão da inadimplência ali é muito grande, seja INSS, essa coisa toda, o que dificulta e impossibilita a formatação de convênio, mas, por exemplo, não sei, de repente, outras parcerias, se a prefeitura não pode, isso poderia vir via Estado, via Incra, não sei, eu acho que o que deve ser alcançado, e aí acho que nós temos a capacidade de fazer isso, é que esse recurso exatamente possam chegar à ponta, de fato,

de que ele precisa, sendo acompanhado, discutido, e fiscalizado. Eu disse aqui, inicialmente, na audiência que nós participamos na semana retrasada, com a participação do Ministério Público Federal de Altamira, o Dr. Rodrigo estava lá. E uma das reclamações, Senador, é exatamente essa, há os convênios com as prefeituras [soa campainha] estou concluindo, Presidente. Há um convênio com as prefeituras e, às vezes, o acompanhamento os trabalhadores acabam ficando um pouco à mercê, e eu estou colocando o INCRA também junto nisso, e acaba, às vezes, em alguns casos tendo sobreposição de ações, alguém ali talvez um pouco mais esperto sobrepõe uma ação na outra e a gente não sabe, efetivamente, definir isso porque não há um diálogo mais efetivo entre os órgãos.

Então, no caso aí eu acho com a participação nesse conselho e, de repente, uma alternativa no sentido de que já que não pode fazer com a prefeitura, com quem nós podemos fazer? Podemos convergir com o Estado? E aí lógico, aqui não se está buscando que a... Não é reivindicação minha, que a Eletronorte possa atender ali toda a gama de PAs criados, como eu disse anteriormente, nós temos cerca de 15 mil famílias assentadas ali na região, mas as famílias que foram assentadas oriundo da afetação da barragem são cerca de 5 mil famílias, PA Pueri é um que vocês devem conhecer, PA Jacundá. Foi criado esse Jacundá só para esse fim. Então, fica como sugestão. E continuamos nos colocando à disposição. Muito obrigado, Presidente e aos demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado, Dr. Raimundo Oliveira.

Nosso presidente da Comissão de Direitos Humanos, o Senador Cristovam Buarque já está presente.

Vamos então, podia sugerir e o encaminhamento que estamos fazendo aqui, agora ouviremos os representantes do MAB, são 5 minutos. Mas se antes os Srs. Senadores e a Senadora Serys, o Senador Paim, o Senador Cristovam e a Senadora Serys quiserem fazer algum comentário, levantar alguma questão em relação ao que nós estamos discutindo é o momento de fazê-lo porque logo em seguida teremos os encaminhamentos a partir do debate dessa audiência aqui realizada. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Senador Nery que preside, Srs. Senadores aqui presentes, senhores e senhoras que estão aqui nessa plenária que estão aqui na mesa. Infelizmente, Senador, eu não pude permanecer nesta audiência. Eu atribuo que é uma das audiências da mais alta relevância, mas o senhor sabe que quantas estão o correndo nesse exato momento e eu sou titular de outras Comissões que eu tinha que estar lá.

Mas essa questão, eu não assisti todos os debates, sei que a especificidade é de Tucuruí, mas que em Mato Grosso nós também temos problemas ainda, ainda temos, já não era mais para ter, no meu ponto de vista, batalhei muito. Quem acompanhou a história nesse movimento lá em Mato Grosso por ocasião da construção de Manso sabe quantos enfrentamentos nós tivemos, quantos enfrentamentos eu fiz, quantas vezes eu estive presente em audiências e junto dos trabalhadores e mesmo depois da usina pronta, e mesmo agora, a questão de menos de dois meses eu acho que eu ainda estive um companheirada porque ainda tem problema, depois de tanto tempo, ainda temos problemas graves lá. Então, não é só a questão de Tucuruí, são as barragens pelo Brasil a fora.

Então, é deixar o nosso apoio, dizer que as iniciativas que foram tomadas aqui, os encaminhamentos a gente está aí. O Senador José Nery sabe que chamou a gente chega junto, não é Senador, dentro dos nossos limites, a gente chega junto. E contem com o nosso apoio, em Tucuruí ou em Mato Grosso, porque eu sou de Mato Grosso e lá nó temos problemas. E, Senador, dizer que eu tenho os meus requerimentos aí principalmente do balanço da reforma agrária que eu estou preocupada que a gente não pode descuidar na votação porque semana que vem a gente vai ter que fazer essa audiência pública também. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado, Senadora Serys. Logo após a conclusão da audiência, faremos imediatamente à votação dos dois requerimentos que estão na pauta de autoria de V. Exa., bem como, dos Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque com outro requerimento.

Concedo a palavra ao Sr. Roquevan Alves da Silva... Aliás, não sei se o Senador Cristovam Buarque gostaria de fazer, nesse momento uma... Com a palavra, cinco minutos para a exposição.

SR. ROQUEVAN ALVES DA SILVA: Senador, neste momento eu gostaria de passar às suas mãos o relatório síntese de casos da hidroelétrica de Tucuruí e o relatório parcial da Comissão Especial de Conflito e Defesa do Direito da Pessoa Humana porque ainda não é o relatório final, mas já tem o parecer e parte do relatório onde há bastantes recomendações, a Comissão não tem poder de decisão deliberativa de execução, mas recomenda o que deve ser feito. Então, essa Comissão tem representante, inclusive, o Ministério de Minas e Energia, não sei se é paritário, mas tem representante do MAB e, enfim, e a função dela era identificar as violações de direitos humanos em relação àquela usina.

Só a título, não sei se é bem esclarecimento, mas em relação à BR 422 e estava na pauta e o Coimbra

comentou, é que a gente olha, está na PAC a BR 230 conhecida Santarém/Cuiabá, está no PAC as obras da Eclusas de Tucuruí, está no PAC Belo Monte, mas não está no PAC a BR 422. E aí o que nos chama atenção é que a BR 422 não vai atender o agronegócio, as grandes empresas, ela vai atender 25 mil famílias em assentamentos na região de Tucuruí que fica na região de Tucuruí até próximo de Cametá. Então, essa região todo ano de inverno o povo é massacrado, e ela não está no PAC. As obras das eclusas vai passar ali as produções agrícolas, minério e tal, é de interesse nacional que não envolve as populações, os pobres e tal. A Santarém/Cuiabá à mesma coisa que está... Os sojeiros(F) estão chegando à região e a gente que vão asfaltar a Santarém/Cuiabá também para fazer isso. E Belo Monte que é uma usina para gerar energia, como já foi dito aqui, e a gente não vai [ininteligível] para atender as elétricas intensivas o povo fica sempre na necessidade. Então, a gente exigir do governo que não está ainda e não sabe se vai entrar a BR 422 dentro do PAC para que ela tivesses as condições de ser asfaltada e levar dignidade àquele povo e condições de escoar a sua produção que eles perdem.

Vão fazer, para não perder tempo aqui, a nossa recomendação, proposição é que já está havendo um diálogo com a Eletronorte, retomada das conversas, porque estavam cortadas em função das ocupações e ocupações para nós legítima porque há uma necessidade de discutir e desde 2005, 2004 que foi a primeira ocupação, de 2005 para cá uma conversa mais presente com a Eletronorte, mas que é muita conversa, muito café, muita água fria, mas avanço concreto não se teve. Então, nós temos minutas preparadas, temos uma cooperativa que está em dias que pode realizar os convênios e a gente necessita que para sair desse impasse precisa se avançar nesse sentido, se não há avanços aí a população continua indignada, continua revoltada e com as possibilidades claras e fortes de haver ocupações. Então, há meios de evitar isso e a gente... Está sendo iniciada às conversas, mas espero que daqui também traga esse encaminhamento de uma decisão da Eletronorte de assinatura desses convênios o mais rápido possível. Eu não tenho data ainda, mas vai se realizar os convênios com aqueles 325 pescadores através da nossa cooperativa também. Mas há um público de 977 que precisa ser atendido de forma imediata. Então, a outra é que sentasse os outros setores do governo. Por que é que as pautas vão para a Eletronorte? Porque a Eletronorte é um ente federal e termina a gente chamando os demais membros, órgãos do governo para discutir a pauta, e tem pauta em relação à questão do Luz para Todos que eu já disse aqui que tem uma população que ainda não tem acesso, da saúde pública, da telefonia até para problemas de assassinatos nos assentamentos e não tem ninguém, não tem como pedir socorro. São famílias inteiras exterminadas, porque isso é extermínio, não é outra coisa. Então, a gente precisa sentar com outros órgãos e termina, como não tem a representação desses órgãos no município a Eletronorte passa a ser o ente da gente fazer essa ligação. Então, a gente propõe aqui que sejam chamados os outros, não exatamente uma comissão para discutir, mas uma mesa de [soa campainha] negociação a gente possa avançar na pauta concreta.

Lembrar que esses 335 pescadores que a gente tem discutido há quase dois anos, eles não têm um tanque dentro d'água, mas aquilo que o Coimbra apresentou, o pró-sete(F), eles criaram o peixe e tal, mas todos eles dentro da ilegalidade, porque esses não podiam porque não tem licença ambiental, não tem... De nenhum órgão tinha e ainda mais, na área que estavam criando peixe, só pode criar peixe moradores daquela reserva, então esse pessoal não são moradores de lá, e a gente questionou isso, e por causa do nosso questionamento a gente termina sendo tido como criando desafetos, não tem a compreensão e a gente lamenta por isso porque é dinheiro público federal e aí sendo utilizado para uma coisa que não está dentro da legalidade. Mas para fazer esse lembrete e a gente encerra aqui agradecendo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Roquevan da Coordenação do MAB, representante aqui os trabalhadores da região do entorno do lago da hidroelétrica do Tucuruí.

Vamos ouvir a Sra. Sônia Mara Maranho da Coordenação Nacional dos Atingidos por Barragens. Cinco minutos para suas considerações.

SRA. SÔNIA MARA MARANHO: Nós sabemos que em nível nacional o Brasil todo está previsto muitas hidroelétricas para o próximo período. Nós já falamos mais de 1443. Então, nós queremos que, pedimos e queremos construir de uma forma onde as famílias atingidas não sejam tratadas como elas estão sendo tratadas historicamente, e se nós conversamos com as famílias atingidas, com os senadores, com os deputados, com alguns governos que entendem esse processo, eles também vão fazer a defesa, e como a Senadora aqui do Mato Grosso também vem colocando para nós. Serys.

Então, nesse sentido, queremos que talvez dentro de outro modelo energético diminua esse número de hidroelétricas, porque sabemos que esse número está pensado dentro da lógica do desenvolvimento desse sistema que está colocado e que está em crise, e que é uma crise mundial, não é brasileira. Então,

nesse sentido não queremos pagar a conta enquanto povo brasileiro.

E aí eu acho que mais específico dentro dessa questão de Tucuruí que tem uma relação e que se cumpra mesmo tudo isso que o Eletronorte se colocou aqui, porque aos poucos foi ficando transparente que não existe comunicação, que os atingidos participaram de uma reunião que teve a associação, mas foi construída também pelos atingidos e que a partir das lutas teve a abertura de um diálogo que ainda não está concretamente resolvido. Então, historicamente também nós estamos cansados de ser vencidos pelo cansaço e enquanto isso os trabalhadores e trabalhadoras deixam de viver os seus direitos que têm enquanto seres humanos. Então, que se resolva isso e que se tenha relação com o Incra. Eu acho que um pouco nessas propostas que o Raimundo trouxe, e também com todos os Ministérios possíveis para que se resolva o problema lá que já está há mais de 25 anos. Então, eu acho que um pouco nesse sentido.

E aí eu acho também um pedido especial que nós queremos fazer, a Comissão de Direitos Humanos esteve presente em vários Estados olhando a situação dos atingidos por barragens junto com os Ministérios aqui de Brasília. Então, alguns já foram aprovados, outros estão em processo, mas que se olhe com muito carinho que dentro dos problemas que foram vistos e que são muitos, que são milhares para cada problema tem uma proposta, então feita por esta Comissão, então que a partir disso se consiga fazer acontecer os direitos dos atingidos. E aí trazer presente aqui a memória de dois companheiros que foram assassinados durante um processo de luta neste ano já, foi o companheiro da Paraíba e o companheiro lá de Tucuruí dentro desse processo da luta que está se fazendo lideranças de referências dentro desse projeto de morte que vem se construindo nas regiões, os companheiros foram assassinados. E aí a gente se pergunta que direitos humanos a gente vive neste país? Então, precisa ser olhado esse relatório com muito carinho.

E dizer então que nós precisamos retomar as negociações com o Governo Federal, com os Ministérios, Ministério de Minas e Energia que está aqui. Nós vamos entregar a pauta depois o conceito de atingido, porque nós precisamos fazer com que se cumpra o direito dos trabalhadores e trabalhadoras. Então, nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço a exposição da Sônia Mara aqui representando a Coordenação Nacional do...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente José Nery, V. Exa. antes de encerrar, me permite só uma saudação?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agora o Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Uma saudação, Senador José Nery, menos que um minuto. Primeiro pedindo desculpas a todos vocês que se deslocaram de suas regiões para vir para este evento, explicando que tanto eu como o Senador Cristovam e outros senadores, infelizmente, a Senadora Serys, são diversas audiências públicas e votações nas Comissões. Nós estivemos lá e viemos para cá ainda em tempo deste momento.

Senador José Nery, meus cumprimentos por essa iniciativa. Embora, nós não estivéssemos aqui, vocês podem ter toda certeza que nós senadores temos compromisso com essa causa e nós estaremos ao lado de vocês ajudando a buscar soluções que atendam aos interesses do conjunto dos trabalhadores que estão sendo atingidos nesse momento.

Enfim, é um pedido de livre desculpa e, ao mesmo tempo, dizer muito obrigado a vocês, que se vocês não fazem movimento como esse, não se fazem presentes, não se mobilizam, não pressionam, a gente não fica nem sabendo o que é que está acontecendo nesse nosso país querido, mas é continental, e aí as injustiças acabam acontecendo.

Eu pediria uma salva de palmas a todos vocês e ao Senador José Nery pela iniciativa. Muito obrigado e desculpem por ter chegado atrasado.

[aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado ao Senador Paim. Eu também tive que, como era autor do requerimento, acabei não indo nas outras Comissões, mas sei que os encaminhamentos aqui adotados contará com a solidariedade, o apoio do presidente Cristovam Buarque, bem como, de todos os senadores e Senadoras que compõem a Comissão de Direitos Humanos, e o senhor é sempre um exemplo, como todos que estão aqui, a Senadora Serys e o Senador Cristovam da defesa dos movimentos sociais e de suas conquistas. Muito obrigado aos senhores. Não sei se o Senador Cristovam Buarque queria fazer alguma consideração ainda. Essa parte logo em seguida o senhor vai continuar presidindo para tratar dos nossos requerimentos?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente Nery agradeço que tenha convocado esta sessão e que tenha presidido enquanto eu estava em outras duas Comissões.

Eu quero dizer... Comissão de Constituição e Justiça que discutíamos a reforma eleitoral e a Comissão de Educação que discutíamos a carreira do profissional de vigilância das universidades.

Mas veja bem. O que nós estamos hoje fazendo aqui é um encontro que se faz necessário porque tem um Brasil velho morrendo e tem um Brasil novo querendo nascer, e a gente não conseguiu ainda fazer a escolha de um por um, a gente não consegue fazer a escolha, por exemplo, e que não precisa mais de represa, não precisa mais de energia, mas a gente não consegue fazer a escolha, tampouco, e que a gente precisa de um modelo de desenvolvimento que prescinda de grandes represas, seja por uma redução do padrão de consumo, seja pela descoberta de novas técnicas que permitam produzir a mesma energia de outras formas, seja porque não combinamos os dois momentos. Isso se dá com energia, mas se dá com tudo mais. Nós falamos o tempo todo no aquecimento global e comemoramos o aumento na venda de automóveis. São duas coisas contraditórias. Não tem como vender mais automóveis e evitar o aquecimento global, mas nós não conseguimos optar por outro modelo industrial que não seja a indústria automobilística, mas já não satisfaz essa indústria automobilística gerando aquecimento global.

Nós estamos vivendo um momento, e a Sônia tocou nisso, de certa maneira, um momento de mutação de modelos civilizatórios, de modelo econômico. Nós continuamos comemorando exportações de grãos e de ferro, ao mesmo tempo, que a gente compra chips, porque não investimos no desenvolvimento de uma indústria do conhecimento, e comemoramos como uma grande coisa sermos os maiores exportadores de soja, de minério de ferro no mundo. É uma disputa. E a gente hoje ao provocar esse encontro, Senador Nery, está dando a contribuição da gente para pensar. Mas o grande momento para formular o novo é na atividade política, não no debate que, de certa maneira, é social e intelectual até, mesmo que dentro do Senado, é na disputa política. É por isso que eu confesso aqui e vejo com muita simpatia a candidatura da Marina Silva nesse momento para Presidente da República. Ela vai trazer um discurso diferente dos outros que estão aí. O discurso da Ministra Dilma e do Governador Serra são exatamente iguais. Não tem diferença em termos de projeto de nação. Eles vão discutir quem acelera mais e não quem faz uma inflexão, uma mudança de rumo, uma dobra maior, e a gente precisa fazer uma dobra, capaz de entender o problema de energia. Eu entendo quando os dirigentes das empresas de energia, os engenheiros dizem: "Essa é a única maneira de fornecer energia que o modelo industrial precisa". Eu entendo perfeitamente e é verdade. Agora eu não entendo é como na política a gente não pensa outro modelo de crescimento e nem pensa uma nova matriz energética, ou pensa pouco, porque até a matriz energética do biodiesel é para manter a mesma matriz industrial do automóvel, ou seja, não é uma mutação, é um arranjo, e um arranjo que cobra também efeitos ecológicos, e também efeitos sociais e também desflaçamentos(F) como se diz, de população.

Então, eu fico satisfeito que a gente tenha dado a contribuição aqui, pondo lado a lado aqueles que pagam uma parte do preço da nova energia e aqueles que beneficiam o Brasil produzindo mais energia. Veja que contradição. O desafio é como encontrar o caminho certo, e esse vai exigir dobrar uma esquina, não sei entra no caminho certo continuando no caminho errado. Além de que acelerar em direção a abismo não é recomendável, é bom acelerar quando você vai num caminho de um jardim, mas não quando você vai no caminho de um abismo, e nós estamos caminhando para o abismo ecológico, social, urbano, deslocamento de população que deixa de ter onde viver ou até encontra onde viver, porque a empresa compensa, mas fora de onde sempre viveu.

Eu fico satisfeito que a Comissão de Direitos Humanos tenha dado a sua contribuição. No momento que eu sai uma jornalista me perguntou: "O que é que isso tem a ver com direitos humanos?" Tem tudo a ver com direitos humanos, porque direitos humanos é tudo. Por isso que discutimos um dia desses aqui o problema do analfabetismo, a analfabetismo não é um problema só de educação, é de direitos humanos, não ter acesso à alfabetização é como não ter acesso a remédio, é como não ter acesso à liberdade, que não é plenamente livre quem não sabe lê. A gente fala o tempo todo em liberdade de imprensa, que liberdade de imprensa onde 14 milhões não sabem ler e outros 30 sabem ler, mas não entendem a notícia, não têm liberdade de imprensa, tem liberdade para escrever, isso tem, mas nem tem plena liberdade para publicar e nem liberdade para ler.

Então, Senador Nery, parabéns! E fica a contribuição dada por esta Comissão para despertar o Brasil porque a gente tem que estar em uma mudança de rumo, e não pode ser apenas com pequenos arranjos, mas tem que ser de uma forma mais radical, que eu defendo que seja através da educação, outros podem defender de outra maneira. E agradeço muito os que vieram, tanto os que estão de um lado de um Brasil, no lado de outro Brasil, e não é culpa de vocês estarem de um lado ou de outro, mas nossa, dos líderes que não estamos conseguindo fornecer um rumo que seja capaz de empolgar todo o Brasil. Parabéns e muito obrigado a vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu que agradeço, Senador Cristovam Buarque, presidente da Comissão de Direitos Huma-

nos, por essa avaliação sobre o papel que cumpre uma audiência como essa e os temas aqui debatidos na busca de enfrentamento de problemas graves das nossas populações, especialmente, do estabelecimento de um novo rumo e novos rumos para o nosso País.

Eu queria antes de apontar aqui os encaminhamentos que considero a partir do debate adequados para aqui propor e que sejam encaminhamentos a serem seguidos pelas partes, oportunidade também que registro aqui a chegada à Comissão do Deputado José Geraldo do PT do Pará.

Antes dos encaminhamentos, eu queria só fazer uma pergunta ao representante da Eletronorte, pode ser ao Dr. Coimbra. Em relação ao programa desenvolvimento, a jusante de Tucuruí o PPDJUS quais os municípios que hoje são, no baixo Tocantins, que são incluídos no plano de compensação ou de benefício, de convênios por parte da Eletronorte? Essa é a primeira questão. E segundo. Nós gostaríamos de receber aqui na Comissão o resultado do estudo de impacto da Hidroelétrica de Tucuruí na jusante da barragem, tendo em vista, que aqueles estudos foram proferidos no sentido de estabelecer o impacto sobre o ambiente, sobre as populações e que aquelas populações, sobretudo, de Mojur, Barcarena, Abaetetuba reivindicam o direito também de serem contempladas com recursos, tendo em vista, que se consideram absolutamente atingidas pelos efeitos da barragem.

SR. ANTÔNIO RAIMUNDO COIMBRA: Inicialmente, logo após o enchimento do reservatório de Tucuruí foi constatado que havia um problema de qualidade da água a jusante que se estendia até Cametá. Então, inicialmente, havia um entendimento de que os municípios impactados eram Baião, Mocajuba e Cametá. Posteriormente, foram realizados novos estudos, inclusive, seguindo um termo de referência emitido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, e esses estudos foram realizados por uma empresa independente, eles mostraram que havia impactos e os principais impactos eram na parte de pesca que houve uma redução do estoques a jusante e essa redução se configurou maior nos municípios de Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajuru e Igarapé-Mirim, então a Eletronorte submeteu esses estudos à Sema, a Secretaria de Meio Ambiente ainda não se posicionou, mas de posse desses estudos a diretoria de Eletronorte, com base nesse parecer técnico, considerou que para fins de implantação do PPDJUS seriam beneficiados esses cinco municípios, e estamos no aguardo de uma posição da Sema. E com relação ao envio do documento, dos estudos, a Eletronorte o fará de imediato à Comissão ou ao senhor. Não sei como é que o senhor...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado, Dr. Coimbra, pelos esclarecimentos.

A primeira grande constatação da audiência é que, mais uma vez, nós verificamos a desarticulação da atuação dos órgãos federais na Amazônia, especial no Pará, talvez o que aqui foi apresentado, mas não é uma realidade só desse debate relativo à Tucuruí, Eletronorte, na verdade, é uma constatação em relação a todos os órgãos que desenvolvem políticas semelhantes, com superposição de programas, com pouco aproveitamento dos recursos humanos e financeiros que são disponíveis para programas de desenvolvimento regional, porque há, na verdade, uma superposição de atribuições e de realização das políticas.

Então, quando aqui o INCRA apresentou a demanda concreta de participar do Comitê Gestor do Luz para Todos, é uma manifestação bem clara dessa falta de articulação. Portanto, eu creio que a audiência pública aqui colocada a questão e uma vez que o Ministério através da palavra do Dr. Josias, secretário de energia do Ministério, assume o compromisso de que o INCRA no Pará através de suas três superintendências regionais, passarão a compor o conselho gestor do Programa Luz para Todos, inclusive, otimizando as ações dos diversos órgãos no atendimento dessa demanda específica.

Eu diria que... O Roquevan parece que fez a pergunta, não, o próprio Dr. Raimundo. Na verdade, o que vai ser alterada é a proposição do Ministério que trata da composição incluindo o então Incra nas definições do trabalho do Comitê Gestor no Pará.

Em relação às áreas isoladas e novas demandas existentes para o Programa Luz para Todos. Só aqui considerar que, na verdade, muitas das áreas que não foram ainda contempladas, nós entendemos que não são novas demandas, são demandas existentes há bastante tempo, especialmente, na região ribeirinha, nós, além, de Tucuruí, Abaetetuba, Igarapé-Mirim podemos citar dezenas de municípios ribeirinhos em que a região das ilhas não foram atendidas em uma única localidade. Então, eu queria, sobretudo, com a definição da Eletronorte de um programa especial para atendimento de áreas isoladas, gostaríamos de receber posteriormente uma programação para esse atendimento das áreas isoladas, tendo em vista, que até pouco tempo não havia sequer uma regulamentação para o atendimento dessa área por parte do Ministério de Minas e Energia.

Queria como encaminhamento sugerir uma reunião mais específica para a área do Programa de Inserção Regional de Tucuruí, o Pirtuc que é da área a montante, da região a montante, que compreende sete

municípios, sugerir uma reunião entre os movimentos: MAB, sindicato, colônia de pescadores, a Eletronorte, o Ministério de Minas e Energia, o INCRA, o Governo do Estado, inclusive, porque sei que alguns entendimentos bilaterais de alguns desses órgãos ou do movimento estão em andamento, mas a ideia é justamente tentar conjugar os esforços numa mesma direção onde destacar primeiro, essa questão do atendimento às comunidades isoladas, especialmente, da região ribeirinha daqueles municípios da área do Programa de Inserção Regional, do Pirtuc. Envolvendo também essa questão do apoio às iniciativas produtivas organização de cooperativas, programa de piscicultura e outros que foram aqui relacionados para o qual o INCRA chegou aqui e disse claramente: "É possível diante das iniciativas já existentes haver uma colaboração para a otimização dessas ações. Então, a ideia seria independente do conselho que deve funcionar também uma recomendação é que o Conselho Regional funcione a contento, em que a palavra definitiva e decisiva sobre a iniciativa, os programas, os projetos, os recursos não seja dos prefeitos, seja desse ente coletivo, Conselho Regional onde estão presentes todas as instituições e todos os movimentos. Mas a sugestão de reunião eu queria saber se a Eletronorte e o Ministério concordaria e o INCRA, seria uma região mais emergencial, até independente de uma reunião formal do Conselho Regional para ajustar essas reivindicações apresentadas, envolvendo, sobretudo, uma maior celeridade no programa de expansão de energia para áreas isoladas, bem como, para outras áreas em que, sobretudo, de assentamentos em que não foram ainda contempladas.

Em relação ao conjunto dessa iniciativa, sugestão, por exemplo, uma recomendação que fazemos quanto ao funcionamento regular do Conselho para tomar todas as deliberações, bem como essa tentativa de articular as ações entre INCRA e Eletronorte naquilo que for pertinente, sugerir aqui, Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque e Senador Paulo Paim, que nós pudéssemos no início de 2010 promover em Tucuruí uma audiência em continuidade a esta para avaliação dos passos que sejam tomados daqui até lá no sentido de promover essa integração e a resposta efetiva a várias das demandas aqui apresentadas. Então, era a ideia também de a gente ir ao local, ir à região, ver mais de perto tudo que foi aqui explanado, demonstrado tanto pelos órgãos públicos como pelos movimentos a partir da brilhante exposição aqui dos companheiros do MAB.

Essa é uma recomendação, na verdade, eu queria que fosse assumida por todos nós, mas de iniciativa da Comissão de um novo requerimento que faríamos para o início de 2010, podemos depois de seis meses dessa tentativa de articular iniciativas pudesse ter alguns elementos para avaliar essa integração e a tentativa de resposta, assinatura de convênios que estão em andamento para que pudéssemos ter algum elemento concreto para que a população, todos os atingidos, agricultores, quilombolas, ribeirinhos, pescadores pudessem ser, efetivamente, atendidos. O Dr. Raimundo sugere a inclusão das 12 mil famílias das ilhas, e eu acho que seria muito pertinente, vai dar 12 mil famílias da região das ilhas no Programa Nacional de Reforma Agrária. Eu creio que essa é uma questão para nos dirigirmos ao INCRA juntamente com a Eletronorte e essa reunião de emergência poderia fazer consensuar e organizar essa proposta para que o Ministério da Reforma Agrária, em especial, o INCRA, assuma então um compromisso de inclusão das doze mil famílias de trabalhadores da região ribeirinha e das ilhas, sejam incluídos num programa de reforma agrária.

Eu gostaria de perguntar às partes, para concluir exatamente, se essas proposições que depois devidamente formuladas serão oficializadas com os órgãos presentes, se podemos acordar esses encaminhamentos como parte e que não substituem todas as iniciativas já realizadas nessa que virão, inclusive, no âmbito das negociações mais amplas daquelas questões, sobretudo, apresentada pela Sônia Mara em que são discussões no âmbito do acampamento da terra que envolve discussão com os Ministérios e com o Governo Federal. Estamos de acordo com esses encaminhamentos? À reunião de emergência? Ao funcionamento pleno do Conselho, à inclusão do INCRA no conselho gestor, e a tentativa de analisarmos essas iniciativas, esses encaminhamentos no início de 2010.

Eu vou propor ao presidente Cristovam Buarque, ao Senador Paim, e é claro, a toda Comissão, que a reunião de 2010, a reunião emergencial eu sugiro que seja, acho que a Eletronorte e o Ministério delegam representações com o poder de encaminhar as questões. Eu creio que o mais adequado seria se realizar em Tucuruí, se possível, até a primeira semana de setembro, estaria bom, 20 dias, mais ou menos, para organizar essa reunião com esse caráter. Na segunda semana de setembro então? Fica combinada essa reunião de emergência na segunda semana de setembro. De acordo?

Eu creio que cumprimos aqui uma etapa que não esgota a luta do movimento, que não esgota o processo de entendimento e de negociação, porque aqui não podemos querer outra coisa a não ser que possamos avançar nos compromissos e nas respostas às demandas da sociedade e da população do Estado do Pará. Eu creio, Srs. Senadores, senhores representantes dos movimentos, representantes da

Eletronorte, do Ministério, do INCRA e do MAB que aqui cumprimos uma etapa para melhorar esse processo de entendimento e de negociação, mas, sobretudo, da cobrança pelo atendimento dessa pauta tão extensa, necessária de reivindicação dos Movimentos dos Atingidos por Barragens.

Então, da nossa parte era isso. Agora retoma aqui a presidência dos trabalhos o Senador Cristovam Buarque para aprovação de requerimentos. Se vocês todos quiserem permanecer aqui enquanto aprovamos o requerimento, para nós é uma honra continuar tendo-os aqui na nossa sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos.

E um agradecimento especial aos órgãos que compareceram, às entidades que compareceram e deram a sua contribuição para buscar soluções para os problemas dos trabalhadores, não do Brasil, mas especial da região do entorno de Tucuruí. Muito obrigado.

Senador Cristovam Buarque.

[aplausos].

Suspendo a reunião por dois minutinhos, enquanto nos reorganizamos para retomar os trabalhos.

[Reunião suspensa às 13h15]

[Reunião reaberta às 13h20]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Convido os Senadores presentes para darmos continuidade à nossa sessão. Apresentando o Requerimento nº 28 do Senado Paim. Que nos termos do inciso II do art. 92 do regimento interno combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição requer realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, a fim de discutir aposentadoria especial para profissão de vigilante. Solicitando a presença das seguintes pessoas: José Boaventura Santos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes; João Soares, presidente da Federação dos Trabalhadores Vigilantes do Paraná, Vicente Lourenço de Oliveira, presidente da Federação interestadual; Evandro Vargas dos Santos, presidente do Sindicato dos Vigilantes do Rio Grande do Sul; e Fernando Antônio Bandeira, presidente do Sindicato de Empregados Autônomo do Rio de Janeiro. Eu antes de por em votação, pergunto por que não está aqui o nome do Chico vigilante? E ponho também em discussão o Requerimento nº 21/2009 da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa assinado pelo Senador José Nery. Requeiro nos... O requerimento segundo o qual nos termos do art. 90, item 2º com o objetivo de discutir o processo de reforma agrária na questão da criminalização e educação dos componentes de seus direitos. Os convidados são Rolf Hackbart , presidente do INCRA, José Geraldo de Souza; reitor da UNB, Ella Weickert de Castilho, procuradora federal dos direitos do cidadão e um representante da Direção Nacional do Movimento Sem-Terra. Pena que tenha saído a Sônia. A autora é a Senadora Serys Slhessarenko. E mais um requerimento nº 21... Bem, antes de por em votação eu fiz uma pergunta por que é que não colocaram aqui o...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso, porque eu estava atendendo o líder Mercadante aqui, e quero que o presidente não me entenda mal.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se o Senador aceita a minha sugestão de colocar também o ex-deputado Chico vigilante de Brasília?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza absoluta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ponho em votação. Os que estiveram de acordo, permaneçam como estão?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É esse projeto que está votando, presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria só justificar, me permita, até em homenagem à V. Exa. Na verdade, vai ter um congresso nacional dos trabalhadores vigilantes aqui em Brasília nesse período do dia 18, e eles me solicitaram que gostariam muito que nós tivéssemos uma audiência pública para discutir a situação dos trabalhadores vigilantes do nosso País no dia 18, com esses convidados, casualmente o PL 173 V. Exa. foi o relator na CCJ, V. Exa. deu o parecer favorável, o eixo, na verdade, é 173 e V. Exa. deu um parecer favorável, e se nós conseguirmos essa audiência pública dia 18 eu tenho a esperança que na quarta-feira a CCJ, inclusive, daí vote o 173 aprovando o seu parecer que atende integralmente o que querem os trabalhadores vigilantes do País. Então, esses são os convidados, e só V. Exa. lembrou muito bem que quem nos ligou para pedir audiência pública foi o meu amigo, seu amigo Chico Vigilante para o próximo dia 18. Eles pedem o dia 18 porque é o dia do congresso, e estaria aqui prestigiando a nossa Comissão e nós estaríamos prestigiando a eles, inclusive, V. Exa. como relator da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

E quanto ao requerimento da Senadora Serys eu já li, os que estiverem de acordo, permaneçam como estão, está aprovado também.

Tem outro requerimento extra-pauta. Não, esse é o mesmo. Tem outro requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem um de minha autoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem o do Senado Paim que solicita debater o tema: O Negro no Mercado do Trabalho. Devendo ser convidado o presidente da Febraban e o presidente da CNI e da CNC. Nesse caso então não haveria nenhum representante do movimento negro.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Frei David. Foi uma falha que houve aí, é o Frei David que devia estar listado o nome dele, ele que é o... O pedido, inclusive, é dele. Deixar bem claro que o Frei David que nos solicitou esse requerimento, acho até que está avançando esse tema, e ele faz questão de dar publicidade, principalmente, os bancos estão abrindo espaço para a comunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Mais um Requerimento 31 da Senadora Serys para o lançamento público do relatório analítico das relatorias nacionais em Desca mandato 2007/2009, o convidado seria Darci... Eu pergunto: é apenas para ele apresentar?

Bem, eu quero encaminhar no seguinte sentido, é um requerimento de nossa querida Serys Slhessarenko, mas apenas para que seja apresentado um relatório. Eu creio que a gente deveria esperar um pouco para ver como está a agenda, até o fim do semestre, e eu traria na próxima semana, passando a vocês a informação de como é que estão os debates em geral. Terminamos?

E mais um também da Senadora em que requer exposição sobre a campanha nacional contra a redução da maioridade penal coordenado pela Sociedade Brasileira de Magistrado, e sugere o Dr. Eduardo Resende, presidente da Associação Brasileira de Magistrado e o Dr. Renato Barão Varalda. Eu só substituiria a ideia disposição sobre a campanha nacional para um debate sobre a campanha nacional contra a redução da maioridade penal, mas com as mesmas pessoas. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão? Está aprovado.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Perguntar a V. Exa. se entre os convidados está a representação do CONANDA – Conselho Nacional do Direito da Criança e Adolescente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, mas podemos colocar.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senão gostaria--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É o Dr. Eduardo Resende, presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Dr. Renato Barão Varalda da Promotoria de Juventude.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sugiro a inclusão do CONANDA entre os convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O CONANDA. A gente pede alguém do CONANDA que indique.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, me permite ainda só para lembrar. Quando eu falei o Frei David representando a Educafro naquele requerimento que nós já aprovamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está encerrada a sessão.

Senador Nery, meus agradecimentos pela bela audiência pública que tivemos.

Sessão encerrada às 13h27.

Ata da 23ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 18 de Agosto de 2009, Quarta-Feira, às 9 Horas, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal.

Às dez horas e dezenove minutos do dia dezoito de agosto do ano de dois mil e nove, na sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**José Nery)**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH, **Flávio Arns, Paulo Paim e José Nery.** Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. **Item único**. **Audiência Pública** da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em atendimento ao **Requerimento nº 28 de 2009 – CDH, aprovado em 12/08/09, de autoria do Senador Paulo Paim, com vistas a discutir** "a aposentadoria especial para a profissão de vigilante.". O Senhor Presidente abre os trabalhos, convida para compor à mesa os Senhores convidados e, em seguida, faz suas considerações sobre o tema da Audiência. Convidados que comparecem: José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes; João Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores Vigilantes do Paraná; Edilson Silva Pereira, Secretário de Finanças e Patrimônio e Presidente em Exercício da Federação Interestadual dos Trabalhadores Vigilantes, em representação ao senhor Vicente Lourenço de Oliveira, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores Vigilantes; Evandro Vargas dos Santos, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Sul; Fernando Antônio

Bandeira, Presidente do Sindicato dos Empregados Autônomos do Rio de Janeiro; e Chico Vigilante, Diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes. Às dez horas e vinte e seis minutos o Senhor Presidente, José Nery, passa a Presidência ao Senador Paulo Paim. Às onze horas e quarenta e três minutos o Senhor Presidente, Paulo Paim, devolve a presidência ao Senador José Nery. O Senhor Presidente, José Nery, franqueia a palavra a diversas lideranças presentes no Plenário da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão desta Reunião. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Adesão aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 28, de 2009, da CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, aprovada em 12 de agosto de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, com Vistas a discutir "A aposentadoria especial para a profissão de vigilante".

Queremos agradecer a presença dos dirigentes da categoria dos vigilantes de todo o País que se encontram aqui no Plenário da Comissão de Direitos Humanos, agradecendo a presença e a participação nessa Audiência Pública requerida pelo Senador Paim.

Vamos então à composição da Mesa, com a ilustre participação dos representantes da categoria dos vigilantes. Convido para compor a Mesa o Sr. José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes [palmas]; convido o Sr. João Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores Vigilantes do Paraná [palmas]; convido o Sr. Edilson Silva Pereira, Secretário de Finanças e Patrimônio e Presidente em exercício da Federação Interestadual dos Trabalhadores Vigilantes, em representação ao Sr. Vicente Lourenço de Oliveira, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores Vigilantes [palmas]; convido o Sr. Evandro Vargas dos Santos, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Sul [palmas]; convido o Sr. Antônio Fernando Bandeira, Presidente da Federação dos Vigilantes do Rio de Janeiro [palmas]. Sr. Antônio Fernando Bandeira, seja bem-vindo; também quero convidar e pedir mais uma cadeira na Mesa para participar dessa Audiência, como expositor, o companheiro Francisco Vigilante, Diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes, também ex-Deputado Federal por Brasília [palmas].

Bem, a dinâmica que vamos seguir será da exposição por parte dos membros da Mesa. Inicialmente eu queria registrar aqui a minha satisfação de ter a oportunidade de abrir essa Reunião da Comissão de Direitos Humanos para debater um assunto relevante para a categoria dos vigilantes de todo o País, que continuam mobilizados em busca e defesa dos seus direitos e que tem aqui no Congresso Nacional, especialmente aqui no Senado Federal, um baluarte dessa defesa dos interesses dos vigilantes, que é o Senador Paulo Paim.

Vou conceder a palavra ao primeiro expositor e, ao mesmo tempo, convidar o Senador Paulo Paim para assumir a presidência dos trabalhos, tendo em vista a autoria do requerimento, é uma forma também de sua participação tão efetiva e decisiva nos rumos dessa Comissão, trazendo aqui toda semana, todo dia, temas de interesse coletivo, especialmente dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Então eu vou anunciar a exposição do nosso Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes, o Sr. José Boaventura Santos, o senhor dispõe de dez minutos, com mais cinco, se achar conveniente, mas eu convido especialmente para estar aqui presidindo os trabalhos o Senador Paulo Paim [palmas].

Eu vou a uma outra Comissão e espero até o final da Audiência poder retornar e estar com vocês aqui na conclusão dos trabalhos. Eu agradeço a presença de todos e desejo muito êxito nesse debate, nessa Audiência Pública. Muito obrigado.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, primeiro registro a minha alegria de estar aqui com vocês, nós temos uma relação muito grande com os trabalhadores vigilantes do País. Eu digo sempre, meu amigo Chico Vigilante, que bons tempos quando você estava conosco na Câmara dos Deputados e que falta tu está fazendo aqui, viu Chico? É uma grande falta. Então uma salva de palma para o Chico Vigilante [palmas], é uma grande falta para o Congresso Nacional, com certeza absoluta, e digo isso, Chico, porque você me ligou pedindo essa Audiência, falou do congresso de vocês e que queriam debater como eixo praticamente dois Projetos de minha autoria, tanto o 387 como o 173, porque um trata da área do serviço público e o 387 trata da área celetista, que

vão garantir, na verdade, como este, eu estou dizendo somente, a aposentadoria especial para todos os vigilantes e, também, o adicional de periculosidade, consagrado em Lei definitivamente. Por isso eu estou aqui com uma enorme satisfação, não só por ser o autor do requerimento, mas entendo também que tanto o PL 387, como o 173, são de interesse da categoria, de todos aqueles que trabalham em serviço de vigilância, enfim, aqui eu explico detalhadamente, e ouvir nesse momento os líderes da categoria para mim é fundamental, porque isso vai dar mais força para a votação.

Eu estou tentando, Chico, e vou anunciar espero até o final da Audiência, falei com a Senadora Rosalba Ciarlini, porque eu sou Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, para ver se o 387, que é esse que pega diretamente vocês, ver se nós conseguirmos votar amanhã, nessa quarta-feira, eu estou tentando com ela, inclusive o Relator, o Flávio Arns, já fez o relatório, o relatório é favorável e nós vamos dar uma articulada. Se pudermos ainda hoje conversar com ela, aproveitando que vocês estão em Brasília, uma parte eu acho que ficará, para ver se amanhã a gente vota já. E é Terminativo, viu? Votando lá, já vai embora para a Câmara dos Deputados.

Então com alegria eu passo a palavra ao José Boaventura Santos.

SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS: Senador Paulo Paim, eu gostaria de início agradecer a acolhida e a proposição dessa Audiência Pública. Como sempre V. Exa. tem sido um patrono para a nossa categoria e a história dessa convivência, a história dessa relação, ela--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permitam, porque a notícia é boa e, quando a notícia é boa, eu sei que os painelistas aguardam. Me ligou agora aqui a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, ela disse que eu podia anunciar aqui que ela botou na pauta e o 387 vai ser votado amanhã. OK? [palmas] Vai ser votado amanhã. Me permitam que eu diga, isso é fruto do movimento de vocês. Eu disse que vocês estariam aqui, estariam realizando o congresso e uma forma de homenageá-los seria botar na pauta. Ela fez um trabalho gigantesco lá e disse: "Olha, pode avisar aí que vai para a pauta amanhã", e provavelmente vai ser aprovado o Projeto. Volto a palavra ao José Boaventura.

SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS: Obrigado mais uma vez, Senador. Mas eu estava dizendo, Senador, que essa nossa relação e a sua presença na nossa luta é uma presença de muitos anos, desde os congressos que nós fazíamos lá no interior do Rio Grande do Sul com a sua presença, ainda como Deputado, está certo, até os momentos que nós estamos aqui vivendo e, diga-se de passagem, com mais essa informação, com mais essa notícia que o senhor está nos dando, a gente tem uma coisa que precisa ser registrada: toda vez que nós estamos aqui em Brasília, que nós estamos no Congresso Nacional e no Senado Federal, as coisas andam a partir da iniciativa do Senador Paulo Paim. E isso é louvável para a gente, isso cada vez mais nos ajuda a fortalecer a nossa luta, nos ajuda a entender que o senhor não só é patrono da classe trabalhadora brasileira, mas também da nossa categoria em especial [palmas].

Gostaria também de registrar e consignar o nosso agradecimento ao Senador Nery, está certo, porque nessas lutas nossas aqui no Congresso Nacional e, especialmente, no encaminhamento do projeto da Senadora Serys, também que trata da questão do risco de vida, ele, como Relator do Projeto, foi uma pessoa assim fundamental para não só apresentar um Parecer favorável para nós, fazendo justiça, mas, também, trabalhar para que esse Projeto também fosse aprovado, junto com o Senador Paim, junto com a Senadora Serys, ou seja, o Senador Nery também é uma pessoa que merece toda a nossa consideração, todo o nosso respeito.

Senador Paim, dentro desse contexto, a nossa categoria esteve aqui há um ano atrás, há quase um ano atrás, em outubro do ano passado, e nós falávamos mais uma vez dessa questão do risco da atividade. E falávamos do risco exatamente voltado nesses dois contextos: um projeto que reconheça como atividade de risco efetivamente e na condição especial para que esses trabalhadores tenham aposentadoria diferenciada. E é óbvio, nós não estamos falando aqui de privilégios, nós estamos falando de uma condição, porque, Senador Paulo Paim, a sociedade tende a entender que o vigilante é uma categoria onde a partir de certa idade ele não serve mais para exercer a função de vigilância. Segundo a visão das pessoas, que não é de certa forma uma visão correta, mas é o senso comum das pessoas, a partir de 40 anos a mobilidade física, a mobilidade psicológica, a mobilidade por inteiro não é a mesma mobilidade. E muitos dos companheiros que estão aqui, muitos dos companheiros que estão na nossa profissão, o seu maior temor é a partir de 40 anos de idade como vai continuar trabalhando, como vai continuar empregado na nossa profissão, ou seja, somos um pouco parecidos com jogadores de futebol, está certo, que a partir de 40 anos não têm mais condições de continuar trabalhando, continuar empregado. Só que na nossa profissão foi isso que nós aprendemos a fazer, é isso que nós sabemos fazer, é isso que nós queremos continuar fazendo e, obviamente, a gente

sabe que nem sempre o mercado de trabalho tem sido justo com a gente. E esses trabalhadores chegam aos 50, chegam aos 60 numa condição, Senador, onde o trabalho é um trabalho extenuante, durante a toda a sua vida, principalmente o trabalho em pé. Hoje o vigilante, no geral, trabalha 12 horas em pé. No final do dia as pernas não aguentam ficar por mais tempo fazendo mais alguma outra atividade, a sua coluna sofre de forma substancial, está certo, além do que a atividade de segurança privada é uma atividade de um stress psicossocial, de um stress extremamente presente na nossa profissão.

O professor Carlos Vieira, de Minas Gerais, por exemplo, publicou uma obra, está certo, onde relata de forma muito clara, Senador, sobre a condição do vigilante que é vítima de um assalto a um banco. Todos nós sabemos que qualquer cidadão vítima de uma violência carrega transtornos, carrega uma série de demandas, está certo, que às vezes torna essa pessoa para o resto da vida carregador desse tipo de doença, desse tipo de situação. De forma que nós não podemos encarar que a profissão de vigilante seja uma profissão comum, seja uma profissão igual a vender coco na praia, uma profissão igual a qualquer outra profissão onde não haja um risco, não só físico, mas um risco psicológico e, consequentemente, com todas as consequências para a vida do trabalhador, para a sua sobrevivência, para a sua sustentação.

Nós somos hoje, Senador Paim, cerca de 1 milhão e 700 mil pessoas registradas na Polícia Federal, legalizadas, controladas, com curso de formação. E mais: com a obrigação de a cada dois anos, além de fazer uma reciclagem técnica, comprovar que continuamos honestos. Um vigilante que durante o período do seu dia a dia, por exemplo, tiver de responder a um inquérito numa delegacia, às vezes até por problema familiar, está certo, ou às vezes por problema vinculado ao seu trabalho, ele quando chega na reciclagem, se aparecer no prontuário dele esses registros, ele não pode mais fazer a reciclagem e, consequentemente, não pode mais continuar na profissão, ou seja, nós temos a cada dois anos esse compromisso de comprovar que somos honestos.

Nós estamos hoje, Senador Paim, desses 1 milhão e 700 mil legalizados, cerca de 800 mil, segundo as nossas estatísticas, estão efetivamente exercendo a profissão. E aí algo em torno de 700 mil, um pouco mais disso, estão desempregados ou estão em outras atividades. E esses trabalhadores, mesmo desempregados, mesmo em situações que requer às vezes um cuidado social maior, não se colocam na condição do crime, não se envolvem com a criminalidade e, consequentemente, se mantêm honestos, se mantêm coerentes com o seu papel, com o seu compromisso com a sociedade.

Nós somos vítimas também, Senador Paim, do modelo de terceirização. É óbvio que para ser vigilante não somente pode ser empregado de uma empresa prestadora de serviço, mas, também, podemos ser empregados diretos de um tomador de serviço, de uma fábrica que queira contratar um vigilante diretamente, mas no geral o modelo de contratação é um modelo de terceirização. E esse modelo de terceirização, caro Senador, nos coloca numa situação onde o preconceito e a discriminação é o ponto de referência, porque muita gente não sabe que dentro das agências bancárias, desses bancos bonitos, que o vigilante, o lugar que ele tem reservado para almoçar é no banheiro. Muita gente não sabe, Senador, que numa fábrica metalúrgica o trabalhador primeiro, o trabalhador contratado diretamente, é transportado num ônibus zelado, num ônibus novo, e o trabalhador terceirizado, o vigilante, o pessoal de limpeza, muitas vezes é transportado numa Kombi velha, muitas vezes é transportado num carro superlotado, sem nenhuma qualidade e sem nenhuma fiscalização das autoridades. Muita gente não sabe, Senador, ou não observa, melhor dizendo, que esses trabalhadores terceirizados, no contexto do seu ambiente de trabalho, não têm os mesmos direitos e as mesmas condições. Recentemente nós identificamos numa agência da Caixa Econômica Federal, na Bahia, que a própria empresa de segurança fez um laudo pericial do ambiente de trabalho onde as respostas aos quesitos desse laudo, Senador Paim, eram mais ou menos assim: A condição ambiental que o vigilante presta serviço é adequada? Não, é inadequada; a condição que o trabalhador permanece no exercício de sua função durante todo dia é adequada? Não, é inadequada. Mas esse trabalhador está lá prestando o serviço dentro de um banco que vende uma imagem, é estatal, vende uma imagem muito bonita, mas que tem uma preocupação. Aí sim, o laudo do próprio banco diz que o ambiente é bom, diz que o ambiente é perfeito, diz que o ambiente é adequado, mas é adequado possivelmente para os companheiros trabalhadores bancários, para os companheiros trabalhadores contratados diretamente, porque o laudo desses bancos, eles não atingem, não chegam a abranger os trabalhadores terceirizados. Assim, esses trabalhadores, não só na sua condição profissional, mas na sua condição social também, são tratados como trabalhadores de segunda categoria. Em alguns momentos, Senador Paim, nós chegamos até a identificar em jornais de alguns sindicatos, parceiros nossos, matérias, manchetes em jornais desses sindicatos dizendo assim: "Terceirizado agride trabalhador da empresa tal", ou seja, passando

a impressão de que o terceirizado não era trabalhador prestador de serviço daquele local.

De forma que o modelo de contratação do trabalhador terceirizado, o modelo da condição em que nós estamos submetidos, não é uma condição que possa se dizer a mais justa, a mais correta, a mais adequada, a que realmente trate o trabalhador como ser humano. E mais ainda: nós já temos processo que passou por uma Comissão Consultiva do Ministério da Justiça, da qual somos partes, um Colegiado da qual somos parte, um processo contra uma empresa de segurança que prestava serviço para uma dessas grandes empresas de telefonia, onde estava caracterizada a condição de trabalho subumano, a condição de trabalho escravo, está certo, onde o vigilante era colocado numa torre de telefonia tendo como única condição de beber água a água da chuva, tendo como única condição de esquentar um alimento galhos de madeira para sustentar o alimento e tendo como única condição para se proteger da chuva uma lona, está certo, amarrada em alguns toros de madeira daquele local. E essa condição de desumanidade, Senador Paim, não se reporta só dessa forma não. No dia a dia em cada sindicato, em cada Estado, a luta é para que esses trabalhadores recebam os seus salários, porque muitas das vezes o trabalhador está prestando serviço num órgão público aqui de Brasília – e isso os jornais aqui estão cheios de informações nesse sentido -, mas passam um mês ou dois sem receber salário porque a empresa alega que não recebeu a fatura do contratante de serviço. E isso cada companheiro aqui, nós temos companheiros aqui do Rio Grande do Sul, nós temos companheiros do Amazonas, nós temos companheiros do Rio Grande do Norte, nós temos companheiros do Mato Grosso, ou seja, todos convivem com essa realidade. E mais: em Salvador ontem acontecia uma paralisação dos trabalhadores, dos 2.300 trabalhadores que prestam serviço à Prefeitura, de uma empresa que presta serviço à Prefeitura de Salvador, e o Secretário de Finanças, o Secretário de Finanças da Prefeitura dizia para nós e dizia para uma outra autoridade que não podia tirar dinheiro para pagar o salário dos servidores para pagar terceirizados. Acredito que ele entende que o trabalhador terceirizado não seja gente, porque se o trabalhador, o servidor público é gente, é trabalhador, nós também queremos ser tratados como trabalhadores. [palmas]

De forma que em torno desse ambiente é que nós convivemos, é em torno desse ambiente que nós lidamos, onde a questão do risco é colocada não somente, Senador, como uma questão do risco físico, porque a quantidade de trabalhadores que morrem a cada dia resultado de um assalto a um banco, resultado de um assalto em igrejas. Dizem até que as igrejas são lugares sagrados, intocáveis, mas nós temos registros em vários Estados, no Ceará, por exemplo, e em outros Estados, de trabalhadores que foram assassinados dentro das igrejas, de trabalhadores que são assassinados dentro das escolas. “Ah, mas só é arriscado o local onde o trabalhador está armado”. Não é só isso não, porque nas escolas os vigilantes não devem usar arma, nas escolas no nosso Estado, no Estado de São Paulo, no Espírito Santo, onde têm companheiros aqui com registro no Espírito Santo, está certo, os vigilantes são assassinados dentro das escolas.

De forma que, para concluir, nós queríamos aqui, Senador, estar externando essas nossas preocupações, essas nossas denúncias, essa nossa indignação contra todas as formas de discriminação [soa a campainha] e todas as formas de preconceito contra os trabalhadores terceirizados, contra os vigilantes, e que esse preconceito, inclusive, se dá na própria condição da idade do trabalhador, que esse trabalhador a partir de 40 anos já é considerado um trabalhador imprestável para o papel de vigilante, imprestável para proteger a vida de pessoas. E nós dissemos ao contrário. Não, às vezes é a partir de 40 anos que precisa-se de um vigilante numa escola, porque na escola ele entende o papel não só de vigilante, mas o papel de pai também. Agora quando você coloca na escola um menino de 23, 25 anos, está certo, junto com uma coletividade de estudantes adolescentes, você sabe que naquela condição muitas das vezes essa relação não fica muito fácil, não fica muito precisa.

Portanto, a gente precisa valorizar essa nossa profissão, é uma profissão que não está somente para defender patrimônio. Muitas das vezes, Senador, só para concluir, a gente percebe que os contratos de prestação de serviços que são feitos pelos órgãos públicos diz o seguinte: o papel do vigilante lá, o objeto da contratação é proteger o patrimônio. E se preciso, se preciso ou, casualmente, proteger a vida das pessoas, ou seja, a vida das pessoas é colocada num plano secundário, quando nós queremos que a vida das pessoas seja colocada num plano primeiro. E este vigilante que está em todos os espaços, seja bancos, órgãos públicos, etc., tem hoje a consciência de que o primeiro papel dele lá é proteger a vida das pessoas e, consequentemente, ele quer ser respeitado e tratado por essa importância, por esse papel e, como tal, ele consegue exercer esse papel com dignidade, com mister. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu tenho que dar um informe a todos. O Senador Cristovam não se encontra nesse momento aqui, Chico,

porque ele está com problema de doença, inclusive ele está recolhido e vai fazer uma série de exames. Então ele pediu que eu justificasse a vocês. Mas eu quero dizer que ele foi muito atencioso. No momento em que o Chico me ligou, eu falei com ele e ele de pronto autorizou aqui a Comissão a reservar essa data para que vocês tivessem a Audiência Pública, já que estavam realizando o congresso em Brasília. Então saúde para o Senador Cristovam.

Vamos, de imediato, passar a palavra para o Sr. João Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores Vigilantes do Paraná, com dez minutos e mais cinco, se necessário.

SR. JOÃO SOARES: Bom-dia a todos. Senador Paulo Paim, quero parabenizá-lo e cumprimentá-lo pela iniciativa de fazer esse requerimento que vem hoje no sentido de atender os anseios da nossa categoria.

Vigilantes hoje no Brasil têm sido alvos de assaltos, de discriminação, de uma série de coisas que acontecem no nosso País. E, principalmente, nos locais de trabalho, onde ele fica dez, 12 horas sem poder cumprimentar ninguém, sem poder falar com ninguém, em atenção máxima ali no sentido de prevenir o assalto. Isso tem gerado muitos problemas na categoria, problemas de ordem psicológica, aonde os trabalhadores são encostados, são afastados muitas vezes e ficam aí recebendo 70% do INSS como auxílio. Isso tem nos preocupado muito, porque depois que esses trabalhadores saem da categoria, eles se aposentam com um salário muito baixo porque a idade dele não atingiu os 53 anos e aí ele cai no fator previdenciário.

Então tudo isso é preocupante para nós e são inúmeros trabalhadores afastados, principalmente trabalhadores em carro forte, que trabalham dez, 12 horas por dia dentro de um carro forte, aí com dois, três milhões ali dentro, e a tensão--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. João, me permita só um intervalo rápido. Eu faço questão de registrar que vieram aqui dar apoio a esse evento dois Deputados: o Deputado Eduardo da Fonte, Deputado Federal que está aqui conosco, eu peço a ele uma salva de palma [palmas], porque nós vamos precisar desse apoio depois na Câmara, e também o Deputado Márcio Junqueira [palmas]. Ambos estão aqui, já tinham me comunicado que passariam aqui para dar o apoio, eles já estavam saindo e eu não perdoei. Perdoei no bom sentido, eu estou fazendo esses cumprimentos a ambos, porque esse projeto nós vamos aprovar aqui com certeza, depois vamos precisar deles lá na Câmara e eles já tinham me dito que podem contar com eles. OK, moçada?

[palmas]

SR. JOÃO SOARES: Como eu estava dizendo, o trabalhador em carro forte, ele fica dez, 12 horas com dois, três milhões ali dentro de um carro forte, em tensão absoluta máxima, porque a partir do momento em que ele para na frente de uma agência para desembarcar dinheiro ou para fazer coleta de dinheiro, esse trabalhador não sabe o que vai acontecer naquele momento ali. E o trabalho é tão estressante que tem gerado muitos problemas de ordem psicológica nesses trabalhadores, as empresas acabam afastando eles e não dão a mínima atenção para esses pais de família, que ficam afastados aí de suas funções. Da mesma forma aqueles que trabalham em escolta armada, escoltando produtos eletrônicos, remédios, cigarros, etc. A tensão também é máxima. Então é um risco muito grande que esses trabalhadores correm dentro de da sua profissão e não são conhecidos pelas empresas, muitas vezes pelos próprios tomadores de serviços e, às vezes, pela sociedade, que vê eles como trabalhadores terceirizados e parece que o trabalhador terceirizado é um nicho de trabalhador que existe no mercado e que não merece a atenção de ninguém.

Então isso nos preocupa muito e por isso a gente está aqui no Senado Federal, junto com os companheiros do Brasil inteiro, pedindo para que esse Projeto realmente seja aprovado, porque ele vem atender aquilo que os trabalhadores vigilantes do Brasil estão pedindo e estão precisando, principalmente o Projeto dos 30% de periculosidade, porque o trabalho, o risco é iminente dos trabalhadores, e o Projeto, a proposta de 30% de adicional de risco é aquilo que o trabalhador quer. Hoje em nenhum lugar do nosso Brasil, no nosso imenso Brasil, se você falar com um vigilante, a primeira coisa que ele vai dizer: "Como é que fica o nosso adicional de periculosidade?" Foi uma coisa que caiu no meio dos trabalhadores e hoje ele quer. E graças a isso nós temos o Senador Paim aqui, que é um defensor dos trabalhadores, não só dos trabalhadores vigilantes, mas dos trabalhadores de todo o Brasil.

Por isso, eu quero terminar a minha falação aqui cumprimentando o senhor e pedindo para que o senhor continue lutando pelos trabalhadores brasileiros.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço as palavras do nosso líder João Soares, que expôs aqui o seu ponto de vista com muita clareza, a importância da aposentadoria especial e também do risco de vida.

Passamos de imediato ao Edilson Silva, representando a Federação Interestadual dos Trabalhadores Vigilantes.

SR. EDILSON SILVA PEREIRA: Bom-dia Senador, também agradecendo e parabenizando o Senador

que na semana passada esteve lá no Estado fazendo discussão, lá em Minas Gerais, fazendo o debate lá do fator previdenciário, muito bom. Queríamos aqui também justificar a ausência do nosso Presidente, o Vicente. Por motivo de trabalho ele não pode estar aqui, mas deixa aqui para os companheiros a satisfação e o pesar de não poder estar aqui nessa luta.

Bom, companheiros, na verdade a gente coloca aqui e fazemos essa discussão tanto da questão da aposentadoria especial, essa aposentadoria especial que a gente já teve uma vez, que depois foi nos tirado, e que aí para os trabalhadores, muitos fazemos essa questão do debate sobre a volta da questão da aposentadoria especial, que muitos acham, algumas pessoas têm essa visão, que os vigilantes, Senador, muito mais na área bancária, ele está ali meio que parado, sem fazer nada e que muitos criticam: "Mas para que a aposentadoria especial, para que o adicional de risco de vida se o cara fica ali no banco quietinho?" E que, na verdade, o vigilante, ele passa ali um dia muito tenso, porque apesar da porta giratória que, para nós, muitas pessoas não gostam, inclusive eu conversava com o professor que fez essa matéria e também do dia a dia da categoria, de quantas vezes o vigilante é xingado na porta giratória. Passou uma vez, foi barrado, passou a segunda, na terceira ele já começa a xingar e o vigilante tem que assimilar aquilo, porque muitas vezes se for responder a um cliente, o gerente já manda trocar. E ele assimila aquilo, guarda aquilo e depois sai ali do expediente... Foi feito esse relato. O cara o dia inteiro numa porta giratória, sendo xingado o dia inteiro e tendo que engolir aquilo sem muitas vezes poder responder, só segurando essa questão.

Foi também pontuada uma questão muito importante que aconteceu, também é narrado um pouco nesse livro, num assalto que teve na agência bancária, que o gerente virou para o vigilante e falou: "Você não fez nada". Aí o vigilante começou. Aí foi conversar com esse vigilante e o vigilante, naquele momento, falou assim: "Naquele momento eu pensei: o banco está cheio, então se eu reagir aqui, eu posso ferir alguém. O meu companheiro está rendido. Será que se eu conseguir sacar a minha arma, eu vou poder fazer essa defesa? E se eu acertar algum cliente?" Então isso é numa fração de segundos, ele consegue fazer todo um raciocínio e fazer toda uma dimensão. Então isso não é fazer nada? Então é colocado para o trabalhador muitas vezes, a gente sabe que a violência no País vem crescendo, e é colocado para os trabalhadores na área da segurança privada essa condição de inclusive de ter essa pressão no seu dia a dia, haja visto a gente ter acompanhado vários assaltos aí também a carro forte.

Hoje o trabalhador sai de casa, muitas vezes sem saber se vai voltar, porque os assaltantes passaram a usar... Antigamente usavam fuzil, hoje já é Ponto 50, que é uma arma que praticamente atravessa o carro forte. Então hoje os trabalhadores na área da segurança privada, eles ficam muito apreensivos. E essa questão do estado psicológico com o tempo, imagina o vigilante com 15, 20 anos de serviço? Praticamente é o que o Boaventura coloca, praticamente ele não está valendo nada por essa pressão, por essa situação vivida no seu dia a dia, por essa força colocada em cima, essa carga colocada em cima dos vigilantes. Muitas vezes a gente tem acompanhado muito essa questão da vigilância em eventos, que é um outro problema que a gente tem, porque muitas vezes ali são vários jovens que estão ali, que ingeriu bebida alcoólica, que começa o tumulto e a segurança tem que controlar aquilo, muitas vezes sem agredir, na conversa, no diálogo. Tantas vezes também é posto de saúde, que muitas vezes falta medicamento, a pessoa está lá para um atendimento e é o vigilante ali naquele primeiro momento que tem que tentar contornar ali com a comunidade a falta do medicamento, o cara está nervoso, nos prontos-socorros também que muitas vezes o vigilante, chega um familiar, o vigilante é agredido, tanto verbalmente como fisicamente. A gente tem vivido isso no dia a dia. Então nessa demanda de vários anos, isso vem acarretando muito para os trabalhadores. Agora para as empresas é fácil, manda para o INSS e vai buscar outra mão de obra, deixa lá o trabalhador se virar.

Então, assim, eu acho que para os trabalhadores hoje, essa proposta inclusive também do adicional de risco de vida, ela é muito importante, que vem a agregar tudo aquilo que o Boaventura coloca. Hoje nós temos companheiros em Minas Gerais com 15 anos de serviço que nunca teve um acerto rescisório, porque são empresas que são montadas aí e com dois, três anos fecham, sendo que o companheiro tem que tentar buscar na Justiça os seus direitos.

Então, assim, eu acho que a importância da gente poder resgatar a aposentadoria especial não é um privilégio, de fato a situação hoje colocada pelos trabalhadores da segurança privada, a questão da pressão que esses trabalhadores vêm sofrendo, a questão que os trabalhadores no dia a dia, estando num estado físico e psicológico, 12 horas em pé, têm dado vários problemas de coluna, como já foi colocado aqui, e que a gente tem que buscar resgatar aí a volta dessa aposentadoria especial.

Também colocando aqui a importância do adicional de risco de vida, que para nós também é muito importante, eu acho que aí vem suprir também uma necessidade que hoje os trabalhadores têm, muitas

vezes por sermos terceirizados tem essa compreensão que o salário não pode ser equiparado com algumas grandes empresas que são colocadas, porque a terceirização no Brasil veio para reduzir salário, é o que a gente sempre tem visto aí no dia a dia e nunca para a melhoria dos trabalhadores.

Então nós pontuamos aqui, agradecemos aí ao Senador por nos abrir esse espaço e colocando a importância hoje para os trabalhadores da questão tanto do adicional de risco de vida como também a volta da aposentadoria especial.

Eu agradeço, seriam essas as palavras que a gente teria para colocar.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cumprimento o Edilson da Silva Pereira pela sua fala, dizendo que de fato eu estive num evento na segunda-feira da semana passada em Minas, ele estava lá, os vigilantes estavam lá, fizeram um grande ato público em defesa do fim do fator previdenciário, que prejudica a todos vocês na hora do cálculo, principalmente agora que não tem a especial, que ainda não tem, mas vamos ter.

SR. EDILSON SILVA PEREIRA: Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E, também, sobre o reajuste integral para os benefícios dos aposentados e pensionistas, que não recebam somente 1/3, só a metade daquilo que é dado ao salário mínimo. Eu agradeço aqui na tua pessoa ao povo de Minas, a Assembleia estava lotada, todas as galerias e o Plenário, eu recebi uma medalha lá de Honra ao Mérito Legislativo, entregue pela Assembleia Legislativa, e, também, iria receber também uma outra homenagem, entregue pelo Governador, que está lá, mas não deu tempo para eu conseguir ir receber a outra homenagem também que o Governador ia me entregar, mas ficou para uma outra oportunidade, eu voltarei novamente lá.

Então vamos continuando aqui, passando agora a palavra ao Evandro Vargas dos Santos, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Sul, do qual eu já estive em diversos eventos juntos, não é Evandro, e foram eventos muito bons, com debate de alto nível, onde eu saí de lá com mais força para continuar a minha luta aqui no Congresso Nacional pelo carinho que foi demonstrado pelos vigilantes da Região Sul, já que eu sou do Rio Grande do Sul.

Evandro com a palavra.

SR. EVANDRO VARGAS DOS SANTOS: Bomdia, Senador, é um prazer a gente poder ocupar esses espaço aqui para falar um pouco de aposentadoria. Claro que todos nós aqui trouxemos as dificuldades que nós temos no dia a dia na categoria, enfrentamento diário, mas também buscamos algumas melhorias que também não é só a condição de trabalho, mas também a questão de melhorias salariais.

Nessa Audiência de hoje a gente se pautou pelos Projetos que foram colocados, até eu estava perguntando aqui, e nesse Projeto a gente fez um pequeno estudo, que é um Projeto do senhor e outro do Sérgio Zambiasi, também no meu Estado. Claro que ele não é tão atuante quanto o senhor na defesa dos trabalhadores, com certeza, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, pessoal, já que você falou eu vou aproveitar a deixa. O Sérgio Zambiasi é um parlamentar também muito bom, trabalhamos juntos, o dele trata mais do vigilante da universidade e esse nosso é um pouco mais amplo, mas o Zambiasi tem trabalhado sempre junto comigo e como eu estou apoiando aquele dele, ele está apoiando também esse. E digo mais: na última pesquisa no Rio Grande do Sul que saiu, eu e o Zambiasi--

SR. EVANDRO VARGAS DOS SANTOS: Mas queremos contestar, que o senhor está na frente dez vezes mais [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não, , estamos juntos os dois, e veja bem, olha a declaração do Zambiasi, me permitam fazer uma homenagem ao Zambiasi. O Zambiasi disse o seguinte: "Paim, nós estamos os dois". Na espontânea eu estou na frente e ele está na induzida, mas olha a declaração que ele deu para a imprensa: "Eu não sou candidato ao Senado e o meu candidato ao Senado – ele é do PTB – é o do Senador Paim, pela defesa que ele faz lá dos trabalhadores e aposentados [palmas]. Então eu aproveitei a gancho para fazer uma pequena homenagem ao Zambiasi, que ele merece.

SR. EVANDRO VARGAS DOS SANTOS: Está bom, está feito aí, ele é um excelente Senador, eu estou dizendo que ele não tem a ênfase que o senhor tem no movimento sindical, no movimento popular, ele tem uma outra linha de trabalho, defende muito bem o Rio Grande do Sul, assim como outros Senadores do nosso Estado lá também.

Então o objetivo desse Projeto aqui, que eu estava vendo aqui, ele é específico, Senador, e aí depois o outro, que não está na questão da Ordem do Dia hoje, é o 179, que fala da questão específica para o risco de vida para os trabalhadores em atividades de ensino superior federais, não contempla nem sequer a questão dos ensinos também nas faculdades estaduais ou coisa assim parecida.

E o outro seu também, ele altera a questão do regime jurídico da Lei 8.112 e altera os arts. 61, 68 e 70. Mas, também, ele prevê a questão específica dos

trabalhadores em faculdades de ensino superior e não contempla os demais trabalhadores.

Agora já o outro Projeto, que não é o que está na Ordem do Dia dessa Audiência, que é o 387, esse sim é extensivo a todos os trabalhadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse que vai ser votado amanhã.

SR. EVANDRO VARGAS DOS SANTOS: Vai ser votado amanhã, ele é extensivo a todos os trabalhadores que correm risco, não só o vigilante, mas outras categorias também que for inerente a questão do risco de vida.

Então esses são os fatos importantes, que beneficiam a categoria, que traz também a questão do tema de hoje, a questão da aposentadoria especial para os vigilantes. ´

Antigamente nós tínhamos aí a questão do que era posto insalubre, ou corria risco de vida, nós poderíamos se aposentar com a chamada aposentadoria especial. Hoje não é mais reconhecida pelo INSS. Então hoje são os chamados fatores, que nós temos que contemplar o fator 95. Isso hoje no País, qualquer trabalhador hoje tem uma redução na sua aposentadoria de 34,60%. Por exemplo, se você contribui por mil reais durante a sua vida inteira, você vai se aposentar com 53 anos com apenas 60% quase desse valor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): R$ 600,00.

SR. EVANDRO VARGAS DOS SANTOS: R$ 600,00, seiscentos e um pouquinho. E antes, muito embora você tenha trabalhado os 35 anos, porque não atingiu tal fator. Todos nós sabemos muito bem que de onde é que vem esse chamado fator, do ex-Presidente que nós tínhamos aqui que chamava os aposentados brasileiros de vagabundos, só que ele se esquece que ele tem não sei quantas aposentadorias, e com certeza para quem ganha um salário mínimo ser chamado de vagabundo é duro. E isso veio para prejudicar ainda mais. Se você contribuir sobre mil reais e se aposenta com 52 anos, você vai receber R$ 812,00, nunca a aposentadoria integral nesse aspecto.

Então por isso que é importante a questão de nós mantermos essa luta buscando a aposentadoria especial na defesa dos trabalhadores e, também, essa questão do fator, do redutor previdenciário, ele é até ruim e aí incentiva também para que nós não precisamos contribuir mais de 14 anos, porque se você se aposentar por idade com 65 anos de idade, você vai se aposentar com 14 anos de contribuição. Você vai receber, se contribuiu sobre mil reais, vai se aposentar com mil reais. E aí o João Soares, que começou a trabalhar com 18 anos de idade, vai trabalhar quantos anos? 45. 45 – 14 = 31, então ele trabalhou 31 anos de graça pelo Governo, sem nenhum benefício na sua aposentadoria.

Então por que é que o trabalhador vai fazer esse tipo de contribuição se ele não tem retorno na sua aposentadoria, que é o momento que ele mais precisa? Até porque nós também entendemos que nós fizemos uma poupança durante os anos que nós prestamos serviço, nós não devemos nada para o Governo, nós não devemos nada para ninguém, nós contribuímos durante 35 anos para que nós tenhamos, no final desses 35 anos, as nossas aposentadorias. E integral, porque nós contribuímos integral, nós não contribuímos metade do valor que deveríamos contribuir. Nesse aspecto, por exemplo, se você vai se aposentar com 45 anos de serviço, com 63 de idade, então é mais importante você contribuir apenas os 14 de contribuição, os 14 anos, e se aposentar com dois anos a mais por idade, 65 anos.

Então é isso que nós temos que assegurar e aí o Projeto do nosso Senador e amigo dos trabalhadores, gaúchos e brasileiros, que ele tem ido por todo o País aí na defesa desse Projeto, é que nós temos que realmente empunhar cada vez mais bandeiras de luta na defesa do Projeto do Senador Paim, que é um Projeto nosso, ele não é mais do Paim, ele é um Projeto da comunidade agora, da sociedade gaúcha, brasileira, que tem essa obrigação, que vocês são mais jovens do que eu, vocês serão os futuros aposentados. Eu ainda tenho que trabalhar mais dez anos, mas vocês vão ter que trabalhar muito mais e, talvez, se continuar assim, de repente não vão ter nem sequer direito à aposentadoria as pessoas mais jovens.

Então esse trabalho não é só de nós, que estamos nos aposentando, mas sim do conjunto da sociedade que tem que empunhar essa bandeira de defesa dos direitos mínimos que nós já tínhamos assegurado lá, que foi revogado aí com esse chamado fator previdenciário, que nada mais é do que tirar direito dos trabalhadores. E se hoje nós estamos falando em aposentadoria especial, que é a Ordem do Dia, para os trabalhadores de segurança privada, nós temos que levar junto esse fator também nessa luta de defesa dos trabalhadores, porque senão nós não vamos conseguir reverter esse quadro de hoje. De nada nós adiantaríamos criarmos um Projeto se ele vai cair lá no fator de novo, na questão da redução, salvo melhor juízo, se eu estiver errado, mas, a princípio, eu acredito que enquanto não revogar essa questão do fator as aposentadorias vão ser sempre abalizadas por esse chamado fator, que é o tempo de serviço e a tua idade tem que dar 95 anos para homens e 85 para mulheres [soa a campainha]. Afora isso, ninguém se aposenta com a aposentadoria integral, a não ser aquele que se

aposenta por idade, que é apenas dois anos que ele se aposenta mais na frente, que vai se aposentar por idade com 65 e eu tenho que trabalhar até o 63 para fechar o fator 95, para ter esse direito igual àquele que contribui apenas 14 anos.

Então é isso que nós temos que levar em conta e dizer que essa bandeira do Paim desse Projeto, ela é uma bandeira da sociedade para reverter essa distorção que está aí na questão do redutor nas aposentadorias dos trabalhadores de todas as categorias desse País. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Evandro e aproveitando, Evandro, já que você falou do fator e do reajuste integral dos aposentados, também de um Projeto de 2006, também da reposição das perdas, são quatro Projetos que eu aprovei aqui no Senado e estão na Câmara. Nós estabelecemos um processo de negociação com o Governo, mas se vocês puderem votar, que eu botei uma pesquisa na minha página, é só acionar www.senado.gov.br/paulopaim. Lembrar que é Senado e não Senador. Então eu repito: www.senado.gov.br/paulopaim. Lá mostra como que é que está a negociação e as pessoas estão votando se querem que os Projetos sejam votados em Plenário ou que se encontre uma saída negociada. Até o momento é interessante o debate e a negociação ficou para a próxima segunda-feira. Já aproveito porque estava previsto para essa semana, mas ficou para a próxima segunda-feira a discussão desse tema com setores do Governo.

Só lembrar que o Evandro colocou, Evandro, só esclarecendo a fórmula 85/95, que é uma alternativa que está sendo levantada. Significa que a mulher teria que ter 55 anos de idade e 30 de contribuição. Soma os dois, daria 85. A fórmula 95: O homem teria que ter 60 anos de idade e 35 de contribuição. Daí daria o número 95. Essa é uma fórmula que está sendo levantada na mesa de negociação, mas, até o momento, não há nenhum entendimento. E pela pesquisa que eu estou fazendo, eu botei a pesquisa na quinta-feira, já entraram em torno de 11 mil pessoas, até esse momento com certeza já ultrapassou onze mil pessoas que votaram. E dessas 11 mil, todas, todas eu diria, quase todas, 90% pedem que os Projetos sejam votados em Plenário. O fim do fator da forma original como saiu do Senado, o PL nº 1, que também aprovei no Senado, que garante a todos o reajuste integral ao concedido ao mínimo, que o Evandro colocou muito bem, não adianta só conseguir a especial se na hora do reajuste você vai receber 1/3 do percentual que é dado ao mínimo. Por isso tanto o veto, que é o 16.67, como também a recomposição das perdas, que vai fazer com que o aposentado volte em cinco anos a ganhar o número de salários mínimos que ele recebia na época em que se aposentou. Todos os Projetos estão lá na Câmara.

Eu tenho dito o seguinte, deixando bem clara a minha posição: eu sou favorável, como todos vocês são, não é Chico, como ex-sindicalistas, a uma boa negociação. Se for boa a negociação, tudo bem. Se não for boa, vamos para o voto, vai fazer o que, daí vamos decidir no voto no Plenário da Câmara.

Passamos a palavra então agora ao Fernando Antônio Bandeira, Presidente da Federação dos Vigilantes do Estado do Rio de Janeiro.

SR. FERNANDO ANTÔNIO BANDEIRA: Senador Paulo Paim, companheiro Chico Vigilante, sempre Deputado. Saudando o Chico e o nosso Senador eu queria saudar a todos os companheiros da Mesa. Saudando também as companheiras e os companheiros da plenária na pessoa do Presidente do Sindicato dos Vigilantes da Paraíba, minha terra, companheiro Alfeu, eu saúdo todos os demais companheiros aqui presentes.

Eu queria dizer, Senador Paulo Paim, dos elogios que V. Exa. recebeu, eu queria também me associar a eles e dizer que não foi à toa que o Senador Paulo Paim saiu do congresso, realizado em maio, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, seu segundo congresso, da qual tive a honra de ser reeleito para a Direção Nacional, junto com o companheiro José Calixto, saiu saudado como candidato a Presidente da República da Brasil. Os nossos companheiros da Nova Central imaginam ou imaginavam ou estão imaginando que o Brasil poderia fazer igual aos Estados Unidos, eleger pela primeira vez um negro Presidente da República. E nós teríamos um negro realmente de luta, um trabalhista, um companheiro comprometido com os trabalhadores, comprometido com o nosso País e com o nosso povo. Pena que esse caminho não vai ser agora ainda, por enquanto, pelo que me parece.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas a Dilma está aí, vamos eleger uma mulher.

SR. FERNANDO ANTÔNIO BANDEIRA: Pois é. De qualquer maneira, Senador, eu queria dizer, em nome dos companheiros do Rio de Janeiro, do seu trabalho e da importância que foi o senhor na aprovação do Projeto da Senadora Serys. Me lembro que foi aqui mesmo nesta Comissão que, trazido pela Confederação dos Vigilantes, companheiro Boaventura à frente, nós aqui estivemos para discutir a profissão vigilante. E foi exatamente naquele momento que V. Exa. convocou a Senadora, pediu à Senadora Patrícia Saboya para colocar na pauta o Projeto da Senadora Serys, que já tinha parecer do Senador José Nery. A gente já tinha

feito um trabalho muito grande no Senado aqui no ano passado visitando Senadores, o Senador Paulo Paim, outros Senadores também, e foi exatamente essa articulação que foi possível, na semana seguinte, nós termos aqui o Projeto aprovado pelo trabalho brilhante do Senador, da Presidente da Comissão, a Senadora Patrícia Saboya, e, também, os nossos Senadores que integram essa Comissão.

Mas eu queria me reportar ao assunto da pauta, a aposentadoria especial. É importantíssimo esse Projeto ser aprovado e o nosso companheiro Boaventura e os demais que me antecederam já colocaram bem esse assunto.

Mas eu queria trazer um problema muito sério, Senador Paulo Paim, que está rolando no Rio de Janeiro, que está acontecendo no Rio de Janeiro, e tenho certeza absoluta que está acontecendo em todo o Brasil: é a questão da terceirização das empresas de vigilância com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais. É uma vergonha, porque o que existe nesse problema do pregão eletrônico, ganha a empresa que oferecer o preço melhor e com isso a qualidade vai para o espaço. E surge nesse momento os picaretas, aqueles caras que criam a empresa, fecham, abrem outra com laranja e vai vender o serviço. No Rio de Janeiro nós estamos com um problema seriíssimo: o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro emprega 450 vigilantes de uma empresa e nós mostramos à direção da INFRAERO a irresponsabilidade da empresa, que não recolhe os encargos sociais, não recolhe o fundo de garantia, desconta o treinamento do vigilante no curso de reciclagem, enfim, um monte de irregularidades. No entanto, a empresa se mantém lá, eu não sei por que razão. Nós já até estivemos pessoalmente lá com o novo superintendente, nada aconteceu. Lá no Tribunal Eleitoral, a mesma coisa. A ponto de o empresário telefonar para a funcionária responsável, quase que ameaçá-la. Ela teve que botar o telefone na viva-voz para dizer que se continuar falando daquela forma, ela vai processar.

Então eu trouxe aqui um pedido da Federação dos Vigilantes do Rio de Janeiro, que tenho certeza que representa o pensamento de todos os companheiros de todo o País: seria a organização de uma CPI para apurar as irregularidades cometidas pelas empresas de segurança privada e administração pública na contratação do serviço de vigilância privada, que é muito sério o problema. A empresa fecha, abre de novo, aí essa empresa nova, Senador, novinha, não tem problema nenhum, não tem nenhuma certidão contra ela e já passa a funcionar e ganha a concorrência, ganha a licitação.

Então seria muito importante nós acompanharmos, porque a empresa fechando, o vigia fica desempregado, é obrigado a aceitar um outro emprego, perdendo todos os seus direitos. Muitas vezes a gente consegue, como fizemos no Rio de Janeiro, quando fechou a empresa ARC(F), nós conseguimos segurar a fatura de 2 milhões de reais e pagou ainda aos trabalhadores que perderam o emprego na empresa ARC(F). Na SEG(F), também. Outros casos acontecem, mas é pouco comum. Quando se retém a fatura em tempo ainda, é possível se pagar com aquele dinheiro as verbas rescisórias dos trabalhadores. Quando não tem fatura nenhuma para pagar, então o trabalhador fica sem ter Aonde receber os seus direitos, o seu fundo de garantia não é depositado e é uma violência, é uma escravidão total na terceirização do serviço de vigilância. Não é serviço qualquer. O Boaventura dizia para nós agora há pouco que se vende o vigilante como se fosse uma mercadoria qualquer. É um profissional que trabalha armado, é treinado, preparado, trabalha com uma preocupação de ser morto, com a preocupação de ser violentado, assaltado, protegendo o patrimônio e a vida das pessoas. É uma função que merece realmente estar gozando da aposentadoria especial por essa razão.

Mas eu queria passar, Senador, para V. Exa., nós tivemos na ocasião daquele encontro aqui, entregamos uma farta documentação a V. Exa. sobre essas irregularidades que acontecem no Rio de Janeiro e no Brasil todo, e tenho certeza que a CPI, com a colaboração de todos nós, do País inteiro, da nossa Confederação, das Federações aqui presentes, vai ajudar muito V. Exa. a estudar e dar uma solução para que evitemos que os nossos trabalhadores sejam explorados violentamente nessa terceirização.

Lembrando também que eu acompanho essa luta, sou da Paraíba, mas estou no Rio há muitos anos, fui como marinheiro, e lá no Sindicato dos Metalúrgicos eu fui lá conhecer o João Goulart no segundo aniversário da Associação de Marinheiros, eu era marinheiro, e lá participamos da rebelião dos marinheiros. Desde aquela época até hoje são poucos os parlamentares que eu vi no Congresso do seu formato, da sua linha. Então para mim é um orgulho muito grande estar aqui dizendo ao companheiro Paulo Paim, ao nosso grande Senador, como é importante termos Senadores, parlamentares, como foste o Chico Vigilante, faz falta realmente muito. Eu tive a honra também de ser Deputado Estadual duas vezes do Rio de Janeiro, pelo PDT, e eu acho que é importantíssimo nós prestigiarmos e valorizarmos aqueles parlamentares que desempenham esse trabalho como o do Senador Paulo Paim.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus cumprimentos ao líder Fernando Antônio bandeira, Presidente da Federação dos Vigilantes do Rio de Janeiro, pelas suas palavras. Dizer, Fernando, que no dia 10 de setembro eu estarei na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, também vou receber uma medalha lá de Ordem ao Mérito, e vou falar também sobre a questão da Previdência. Eu conto com vocês lá.

Passo a palavra agora ao Diretor da Confederação, Chico Vigilante, ex-Deputado Federal.

SR. FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS (CHICO VIGILANTE): Sr. Presidente dessa Sessão, Senador Paulo Paim, eu quero dizer do nosso orgulho enquanto vigilantes, do nosso respeito que nós temos a V. Exa. por tudo que V. Exa. representa para a classe trabalhadora. Estava aqui a me lembrar, recordando que se hoje os trabalhadores têm um salário mínimo minimamente decente, eles têm que agradecer a uma semente plantada por V. Exa. Quando nós éramos Deputados Federais, me lembro da sua greve de fome no Plenário da Câmara Federal para denunciar a situação do salário mínimo no Brasil. E quando V. Exa. me convidou a participar da greve de fome, eu falei: "Eu vou colaborar de todas as demais, mas não vou fazer a greve de fome porque já passei fome demais".

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas foi lá.

SR. FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS (CHICO VIGILANTE): Mas estive lá o tempo todo ajudando, colaborando e tudo. A dedicação que V. Exa. tem tido aos trabalhadores aqui, ela vem muito da nossa origem. Nós viemos da CUT. V. Exa. foi Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores quando eu era Diretor-Geral, fazia parte da Direção Nacional da CUT. E tive a felicidade de agora estar no 10º Congresso da Central Única dos Trabalhadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi de lá que você me ligou.

SR. FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS (CHICO VIGILANTE): Exatamente, de lá do congresso eu liguei para o Senador Paulo Paim, que estava no interior do Rio Grande do Sul, ele falou: "Não, Chico, asseguro agora de que vai acontecer essa Comissão". E essa Comissão, ela é muito importante e é fundamental, já que nós estamos falando aqui na presença de companheiros dirigentes do Brasil inteiro, creio que a TV Senado vai transmitir, é importante a gente dizer para o País inteiro que o Senador Paulo Paim não está criando nenhuma despesa, que qualquer projeto que beneficie o trabalhador, sempre vem dizer: "Está criando mais uma despesa". Não está criando despesa nenhuma. Na verdade o que o Senador Paulo Paim está fazendo é restituindo, Senador Paulo Paim, um direito nosso, dos vigilantes brasileiros, que foi subtraído de maneira sorrateira pelo Governo do Sr. Fernando Henrique. Até a reforma da previdência feita na parte que atingia a iniciativa privada, feita no governo do Sr. Fernando Henrique, nós tínhamos a aposentadoria especial. E diga-se de passagem: ainda temos quando a gente bate à porta dos Tribunais, mas o que nós não queremos é a cada momento que um vigilante completa 25 anos, um homem ou uma mulher vigilante completa 25 anos de trabalho, ter que abarrotar os Tribunais com pedido de aposentadoria especial. Em todos que nós estamos dando entrada é reconhecido e a gente ganha. Mas o que nós queremos – e o Senador Paulo Paim está fazendo muito bem – é restabelecer através de uma Lei para a gente não ter que ficar o tempo todo batendo na porta dos Tribunais. Portanto, não venham dizer que o Senador Paulo Paim está criando nenhuma despesa. Na verdade ele está é restituindo um direito que nós foi subtraído de maneira desonesta, que é a aposentadoria especial dos vigilantes.

E por que é que o vigilante tem que ter aposentadoria especial? Já teve, que é idêntico ao motorista de ônibus ou de carreta, enfim. É porque é um trabalho altamente desgastante. Eu, que já trabalhei à noite de vigilante, os companheiros que estão aqui, só quem passa uma noite inteira acordado num local deserto sozinho é que sabe o quanto que é desgastante passar uma noite acordado sem ter com quem conversar, sem ter com quem se relacionar, sem ter nada. Tem dados que a gente não divulga, até porque não deve ser divulgado, Senador Paulo Paim, mas infelizmente o índice de suicídio na nossa categoria é alto, no País inteiro, e é uma coisa que a sociedade não sabe. O índice de suicídio de vigilantes no Brasil inteiro é muito grande, é assustador, em função dessa situação que a gente vive, que é agravada em função do tipo de empresa prestadora de serviços. V. Exa. sabe que nós nascemos, na Central Única dos Trabalhadores, combatendo a chamada sublocação de mão de obra, que agora criaram um nome mais palatável, que não querem mais chamar de sublocação, dizem: terceirização. Só que mudou o nome, mas o sofrimento continua o mesmo. Trabalhador sublocado, eu vejo aqui na nossa frente o Dr. Fragoso, nobre Advogado lá do Pernambuco, que dedicou, dedica a sua vida a essa causa, mas o trabalhador sublocado é o trabalhador sem direito. Homens e mulheres que trabalham, quer seja vigilante, de copeira, e por falar em copeiro, essa semana passada, nobre Senador Paulo Paim, eu tive que interceder junto ao Presidente do Senado, o Se-

nador José Sarney, porque as copeiras e copeiros que são sublocados aqui do Senado Federal estavam sem receber salário.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero te dizer que todos vieram me agradecer pelo movimento que você fez.

SR. FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS (CHICO VIGILANTE): Pois é, estavam sem receber o salário. Eu falei com o Presidente Sarney, ele falou: "De pronto eu vou determinar que seja pago". Portanto, é aqui dentro da Casa das Leis que acontece.

V. Exa. se lembra da primeira denúncia que eu fiz, meu primeiro pronunciamento, quando eu mostrei a miséria dos porões da Câmara Federal, como é que viviam as trabalhadoras faxineiras, copeiras dessa Casa. A mesma situação se aplica aos vigilantes. O trabalhador terceirizado, que eu chamo sublocado no Brasil hoje, é trabalhador sem direito. Eu diria, Senador Paulo Paim, sem nenhum exagero, de que a nossa situação se assemelha muito à situação da escravidão, com uma diferença: o escravo, ele até do ponto de vista de alimentos e tudo, ele é até mais bem tratado, porque ele tinha que ficar com muita força, com muita energia para poder desempenhar as atividades deles, que eram duras, e nós, qualquer um que adoece, somos jogados nas filas da Previdência Social.

Trabalhador terceirizado nesse País, sabe Eraldi, a maioria não tira férias. A sociedade precisa tomar conhecimento disso. Porque as empresas estão aí, constantemente estão desaparecendo do mercado, porque é uma modalidade nova de falência fraudulenta. A empresa, Senador Paulo Paim, desaparece da noite para o dia. Eu digo que são empresas de empresários milionários, empresas pobres e trabalhadores miseráveis, porque eles vão acumulando riqueza e passando para o nome deles, de familiares, deixam as empresas praticamente sem nada. E o trabalhador, quando vai cobrar de alguém, muitas vezes a empresa está em nome de laranjas, de motorista. Nós já descobrimos aqui em Brasília, que é a Capital da República, uma empresa que tinha 300 vigilantes e o proprietário era um lavador de carro que ficava lavando carro ali no pátio da Receita Federal. Essa é a realidade do serviço terceirizado no Brasil.

Portanto, Senador Paulo Paim, eu acho que é urgente a questão de uma legislação que discipline a prestação de serviço no Brasil. Já que a gente não consegue acabar com a terceirização, que seria o ideal não ter trabalhador terceirizado, o ideal seria que todos os trabalhadores fossem contratados diretamente através do concurso público no caso do serviço público e através dos métodos de contratação no caso da iniciativa privada, mas já que a gente não consegue isso é urgente que façamos uma legislação para disciplinar a prestação de serviço terceirizado no Brasil. E aí V. Exa. que é uma pessoa, eu diria, um missionário dessa causa nossa, um sacerdote dessa causa nossa, o Senador Paulo Paim, eu quero aqui em nome dos trabalhadores terceirizados do Brasil pedir a V. Exa. para se debruçar mais ainda sobre esse assunto e vamos produzir em conjunto uma legislação para disciplinar a prestação de serviços no Brasil para a gente não continuar nessa situação de horror que a gente vive.

[palmas].

Nós estamos num processo de conversação com o Ministro Paulo Bernardo, medidas vão ser tomadas de retenção, que o Governo pode fazer administrativamente, de algumas parcelas que terão que ser retidas do contrato, ele tem visto isso com muita preocupação e nos assegurou que vai fazer, mas nós precisamos de uma legislação duradoura, porque a coisa feita através de Portaria, enquanto tem um Governo que tem preocupação com o social e tudo, ela prevalece. Quando sair, piora. Nós sabemos, Senador Paulo Paim, V. Exa. que conhece como ninguém [soa a campainha] a situação vivida por esses trabalhadores, aqui mesmo na Explanada dos Ministérios, na época do Governo do Sr. Fernando Henrique, tinha a chamada Cooperativa de Prestação de Serviços que, na verdade, é uma modalidade pior ainda do que a empresa locadora de mão de obra, chega a ser pior do que a empresa locadora de mão de obra, é uma verdadeira escravidão. No nosso meio a gente convencionou chamá-la de "Coopergato" porque ela é uma mistura do gato, que é aquele sujeito intermediador de mão de obra que leva para escravizar no interior do Pará, do Amazonas, do Maranhão, e aqui as pessoas eram praticamente escravizadas na Explanada dos Ministérios através da chamada Cooperativa de Prestação de Serviço.

Portanto, eu quero dizer para V. Exa. da nossa satisfação de ver V. Exa. dedicado efetivamente à questão da nossa aposentadoria especial, de restabelecer esse direito. Amanhã nós teremos uma Audiência às onze horas com o Presidente do Senado, o Senador José Sarney, inclusive quero convidar V. Exa. para nos acompanhar, dizer para ele, Senador José Sarney, da necessidade dele também estar empenhado nisso aqui, com V. Exa., e depois, Senador Paim, nós precisamos fazer um trabalho junto à Câmara Federal. Eu tenho certeza que o Projeto aqui amanhã vai ser aprovado, mas depois quando chega na Câmara Federal, em função de ter vários Deputados que ou são proprietários de empresas prestadoras de serviço ou são subalternos de proprietários de empresas, termina fazendo com que os Projetos não andem.

Então nós precisamos fazer uma articulação muito grande no âmbito da Câmara Federal para que esse Projeto ande. E a mobilização vai ser permanente. Me dizia há pouco o Professor Boaventura, não é Boaventura, que era para estarmos aqui hoje com milhares de vigilantes do Brasil inteiro. Em função da chamada Gripe Suína, diga-se de passagem que o suíno não tem nada a ver com isso, na verdade o suíno está pagando por uma coisa que ele não fez, eu nunca vi nenhum porco com gripe, mas em função dessa chamada Gripe Suína nós suspendemos a nossa atividade de milhares de vigilantes que viriam, trouxemos dirigentes nacionais da categoria de todos os Estados brasileiros, que estão presentes aqui, mas tão logo passe esse pânico que está estabelecido, dessa chamada pandemia, nós retornaremos numa grande marcha à Brasília e aí creio que nesse momento já será uma marcha de luta, mas também de agradecimento a tudo que V. Exa. tem feito pelos trabalhadores vigilantes do Brasil.

E quero, não conversei com o Boaventura, mas quero aproveitar essa oportunidade para dizer, Senador Paulo Paim: por tudo que V. Exa. tem feito pela categoria de vigilantes, de trabalhadores terceirizados e de trabalhadores do Brasil, nós, os vigilantes, vamos assumir um compromisso de tão logo esteja aberta as campanhas lá e tudo, nós vamos deslocar vigilantes para ir ao Rio Grande do Sul, junto com os companheiros do Rio Grande do Sul, para dizer da importância que tem de ter V. Exa. aqui no Senado Federal [palmas]. Vamos percorrer o Estado todo em caravana dizendo da importância de ter V. Exa. aqui no Senado Federal. São Senadores como V. Exa. que muitas vezes fazem esse tipo de trabalho que V. Exa. está fazendo, essa Audiência Pública hoje não dá manchete, porque é muito mais fácil aquela coisa ali da futrica que está ali ao lado, de falar da vida alheia, aí da manchete. Agora esse tipo de trabalho aqui, de quem está preocupado com o bem-estar efetivo dos trabalhadores, quem está preocupado com a sobrevivência de uma categoria, não dá manchete, mas Deus está vendo o trabalho que V. Exa. está fazendo e nós somos reconhecedores do trabalho que V. Exa. faz. Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria agradecer as palavras do nosso querido amigo Chico Vigilante, anos e anos trabalhamos juntos no movimento sindical, depois ele como Deputado e eu também, depois ele foi para Distrital e eu vim aqui para o Senado. Por isso que eu disse, Chico, na abertura, da importância de você assumir de novo uma cadeira de Deputado. Eu acho que é uma questão de honra para nós todos fazer que homens que têm uma história como você tem e que eu tenho a alegria de dizer que tenho uma história semelhante, me permita que eu diga isso. Nós temos que ocupar os nossos espaços, porque se nós não ocuparmos, outros ocupam. Se nós estamos avançando no Senado com uma série de projetos, é porque são projetos que foram acalentados, que foram embalados pelos trabalhadores do nosso País, que vocês encaminham corretamente para nós e nós aqui fizemos a defesa, como estamos fazendo nesse momento, da importância da aposentadoria especial.

Eu queria que vocês entendessem, o Chico tocou num assunto, como está havendo um debate muito duro e muito forte na CCJ e o termo que ele usou é mais ou menos isso, infelizmente o debate de só falar contra alguém acaba tendo muito mais ibope. Agora o debate construtivo de ideias, de propostas, de construção de projetos, infelizmente não tem o mesmo ibope. Mas, enfim, o Chico foi feliz na sua fala. O povo brasileiro há de ver quem está preocupado com a segurança, que é o que nós estamos fazendo aqui, nós estamos preocupados com a segurança e me permitam que eu faça esse gesto, dizer como é bom eu poder dizer que lá no Rio Grande, no meu escritório, o meu escritório, Chico, tinha sido assaltado duas vezes, por quem eu não sei, mas amigo dos trabalhadores não era. Mas depois que eu fiz uma parceria com os vigilantes, nunca mais tocaram lá, nunca mais tocaram no escritório. A minha casa também no Rio Grande do Sul, onde eu moro aqui também, os vigilantes é que cuidam. E cuidam muito bem, graças a Deus. Depois que eles passaram a cuidar, não aconteceu mais nada, nada, nada, nada em matéria de violência. Eu acho que eles botaram: “Olha, nós somos da cumplicidade do bem”. Então o papel que vocês fazem para todo o povo brasileiro, não é só para mim, porque eu sei de inúmeros amigos meus que depois que optaram de ter trabalho com os vigilantes, a sua vida efetivamente em matéria de violência melhorou.

Nós sabemos da violência nas escolas e aqui foi colocado muito bem o papel que o profissional vigilante tem na defesa da nossa gente, das nossas crianças, dos estudantes dentro das universidades e fora das universidades. Enfim, os senhores cumprem um papel fundamental e o respeito que eu tenho com vocês, podem saber, que é o mesmo respeito que eu entendo que aqui vocês expressaram em relação a mim, é um respeito mútuo. O papel de vocês é defender vidas, vidas. Além do patrimônio, vidas, foi muito bem expresso aqui por todos vocês.

Então eu fico feliz de ter encaminhado esse requerimento, fico feliz de ser o autor desse Projeto. Olha que o José Nery é de fé. Eu disse para o Senador José

Nery: "José Nery, eu tenho uma entrevista ao meio-dia para falar exatamente, um debate, para falar da questão dos aposentados e pensionistas. Eu precisaria que você estivesse aqui". Ele disse: "Fique tranquilo que antes do meio-dia eu volto aí para continuar".

Nesse momento, como a gente faz em todas as Audiências Públicas, é o momento que a gente abre para que... Todos não dá, porque nós temos horário para terminar, mas eu acho que pelo menos cinco ou seis pessoas que vocês queiram do Plenário possam usar a palavra e daí a gente remete para as considerações finais aqui dos nossos convidados.

Então nesse momento eu convidaria o Senador José Nery para assumir a presidência, Senador José Nery, eu iria dar essa entrevista e, se der tempo, eu volto naturalmente antes do encerramento. Então daí vocês poderiam aí se organizar para que cinco pessoas ou seis pudessem fazer algum tipo de questionamento à Mesa, o seu ponto de vista, daríamos cinco minutos para cada um, que é praxe mais ou menos aqui, e em seguida o Senador José Nery naturalmente vai remeter à Mesa para as considerações finais e depois, se eu não conseguir, devido à correria, retornar, naturalmente ele fará um grande encerramento, pelo brilhantismo e o trabalho desse Senador. Uma salva de palma a ele, se me permitam.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Vou aceitar as inscrições para que os membros, as pessoas que acompanham e participam dessa Audiência possam fazer também as suas considerações. Vamos considerar um tempo aí de três minutos para as intervenções.

Eu gostaria que cada um que for contribuir no debate dizer, primeiramente, o nome, se possível a entidade que está representando, para que possamos registrar a intervenção de cada participante dessa Audiência Pública.

Primeiro companheiro...

SR. ERALDI: Meu nome é Eraldi, Transporte de Valores do Rio de Janeiro. Nós, em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer aos Senadores que estão imbuídos, envolvidos nessa nossa questão, tanto da aposentadoria especial e também do fator previdenciário, que nós achamos que é algo muito... Até no nosso jornalzinho saiu como algo que é crime contra a classe trabalhadora.

O Senador Paulo Paim se ausentou, mas está o Senador José Nery. Eu gostaria de colocar uma sugestão aqui para V. Exa. Em relação ao fator previdenciário, por que não se criar uma forma de nós, trabalhadores, que vamos se aposentar ainda, criarmos algum tipo de contribuição nossa, seja ela qual for, de salário mínimo e aqueles que ganham mais. Se nós perdermos aproximadamente 40% de nosso salário quando nós vamos aposentar, se caso conseguirmos se aposentar, por que não fazermos uma contribuição pequena de cada trabalhador aposentado nesse País, que vai certamente representar milhões, bilhões para o caixa da Previdência e dar sustentação para que todos não fiquem nessa penúria e nesse medo. Eu vou me aposentar, mas vou perder 40% do meu salário. É injusto que eu que trabalho desde dez anos de idade, desde o interior do Maranhão, e hoje tenho quase 30 anos trabalhando na segurança privada, em especial em carro forte, perca quase 40% do meu salário, como os demais colegas que estão aqui.

Então fica uma sugestão, os senhores poderiam muito bem trabalhar essa questão. Mas vai descontar do aposentado? Nós já pagamos uma série de coisa. Então isso seria um valor mínimo, seja do salário mínimo, seja daquele que ganha mais. É uma coisa para se trabalhar e eu acho que talvez não iria assustar tanto a Presidência da República quando isso fosse colocado em pauta.

Então eu gostaria de finalizar agradecendo aos senhores, principalmente o Senador Paulo Paim, que nós consideramos como nosso patrono, e o senhor que tem se imbuído, tem se envolvido também nessa questão em defesa da nossa classe trabalhadora no Brasil inteiro.

Muito obrigado em nome dos trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado. O próximo inscrito.

SR. SOUZA: Souza, Presidente do Sindicato de Pernambuco. Eu estou aqui em nome dos companheiros aqui do Nordeste. Primeiro, agradecer aos Senadores por esse momento importante da categoria. Agradecer também em especial ao Deputado Eduardo da Fonte, que entrou nesse Plenário também e também já mostrou o apoio em defesa dos Projetos da categoria. E dizer dessa importância, como falou o companheiro Chico Vigilante. A aposentadoria especial, ela é para a gente, para a categoria, para os vigilantes, como se fosse uma emergência, como se fosse uma UTI. E a gente aqui faz um apelo mesmo de verdade: quando chegar a votação do Plenário, que os Deputados, que os Senadores entendam, assistam e vejam de perto o sofrimento dos vigilantes do Brasil, em especial os vigilantes do Nordeste.

Então eu fico muito gratificado, eu fico muito feliz com essa Audiência, que a Confederação tem mostrado a luta, o apoio em nome dos vigilantes de verdade. E

a gente aguarda essa grande conquista: tanto os 30% de periculosidade como a aposentadoria especial. Isso significa redução de vida no posto de serviço. Hoje a gente luta e briga. Muitos companheiros tombaram sem vida, Srs. Senadores, na busca da sua aposentadoria. E se criou, dentro de instituições como o INSS, as burocracias para que o trabalhador pudesse conseguir a sua aposentadoria. São tantos os documentos exigidos por aquela instituição que os trabalhadores não conseguem nem dar entrada na sua aposentadoria. E como bem lembrou alguns companheiros que usaram da palavra, é preciso que muitos trabalhadores entrassem com ação na justiça para poder adquirir essa aposentadoria. Por isso, eu acredito na luta, na confiança dos Deputados, na confiança dos Senadores de que a gente possa conquistar e ter a aposentadoria especial e esses 30% de periculosidade, que é uma grande luta, uma grande conquista dos trabalhadores vigilantes de todo o Brasil. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O próximo? Se não houver mais inscritos, nós passamos à Mesa.

SR. JOSÉ MARIA: Boa-tarde. Eu sou do Sindicato de Vigilante de Brasília, José Maria. Eu quero dizer para os senhores, Senadores, que é a maior satisfação que eu tenho que estar aqui nessa vez aqui na luta da nossa aposentadoria.

Eu, que vivo no INSS sendo testemunha de vigilante para se aposentar por tempo de serviço, isso é um problema. Além de você estar com a sua carteira profissional provando que trabalhou na empresa tal, depois o INSS ainda exige quatro, cinco testemunhas. E quando aposenta, não é especial, não é especial, é por tempo de contribuição. Eu mesmo tenho um processo no INSS desde 2006 e até hoje nunca vi resultado. Eu sei que vai chegar o dia de eu morrer e não vejo o resultado dessa aposentadoria especial. E são muitos trabalhadores.

Esses dias mesmo eu estive no INSS de Sobradinho, por um vigilante que trabalhava na SEG(F), fui ser testemunha. O cara com um monte de ano, com carteira fichada como vigilante e ainda ter quatro ou cinco testemunhas. Isso para mim é uma malvadeza. E a gente ainda fica duas, três horas esperando para ser atendido pelo INSS. E ainda não é atendido. Quando vai ser atendido: "Ah, não tem direito", porque faltou mais uma testemunha. Isso é incrível. Eu acho que esse tal de INSS que a gente paga também é um problema, que você chega no posto de serviço, aonde você está no INSS é mal atendido. Lá em Seleida(F) mesmo é outro problema.

Esses dias mesmo eu fui ser testemunha de um cara lá que trabalhava na fiança, que deu entrada na aposentadoria. Chegou lá, exigiram testemunha. Está lá a carteira do cara como ele é fichado na fiança e entrou na aposentadoria. E até hoje levou todas as testemunhas e ainda não teve, não deu resultado da aposentadoria do nosso companheiro vigilante. Isso eu te digo, porque essa luta dos Deputados é muito importante para a nação aposentada. Eu quero dizer bem claro para vocês que aposentado também é gente, é trabalhador e é também eleitor, tá? Isso a gente tem que botar na cabeça [palmas].

Isso é muito importante e eu agradeço a vocês, como eu sou um dos tal, e eu posso ter o direito de falar, entendeu, que até hoje ainda sou fichado e ainda pago INSS ainda, eu ainda pago o INSS. Ainda pago o INSS e está aí, ainda vivo enrolado com processo na Justiça para poder ser liberada a minha aposentadoria especial. Isso é grave, entendeu? Eu sei que os senhores têm muito o que fazer aqui dentro, porque o problema social é grande.

Mas parabéns para você, Senador, e para o País, que o Paim é a nossa bandeira da luta dos vigilantes, tá bom? Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado, companheiro. Quem mais gostaria de usar da palavra? Ouvimos três depoimentos das pessoas que estão participando da Audiência e estamos abertos a ouvir mais dois ou três, se assim considerarem necessário.

SR. VALDERLI: Bom-dia Senador José Nery. Meu nome é Valderli, eu sou Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Manaus e para a gente do Amazonas poder estar aqui em Brasília, a gente enfrenta aí algumas horas de voo, até por conta da distância do Amazonas até a capital do nosso País. Mas não poderia em nenhum momento deixar de estar participando de um momento importante como esse para a nossa categoria a nível de Brasil por conta da questão não tão-somente do adicional de periculosidade, como também da aposentadoria especial por tempo de serviço, que como já foi dito aqui pelo companheiro Chico Vigilante, foi nos subtraído de uma forma desonesta num Governo passado e que a gente sabe que não tinha e que não teve nenhum compromisso com os trabalhadores do nosso País.

Entretanto, em Manaus, nós travamos e aí eu não consigo entender qual é a dificuldade que se tem em aprovar esse Projeto, que será benéfico para todos os trabalhadores vigilantes brasileiros, porque em Manaus inclusive o próprio INSS já aposentou um companheiro vigilante da **Norsergel** com 25 anos de

prestação de serviço e eu tenho a cópia desta carta de concessão como aposentadoria, foi aposentado com aposentadoria especial por tempo de serviço. E lá na direção do sindicato nós discutimos e estamos promovendo entre a categoria a informação, socializando essa informação e incomodando o INSS com várias ações na Justiça.

Entendo eu que após 25 anos de prestação de serviço, o trabalhador vigilante, acumulando doenças ergonômicas à sua estrutura física por conta da prestação de serviço que muitas das vezes chegam a extrapolar 12 horas de trabalho, não deveríamos estar buscando a Justiça, mas tenho certeza que a partir desse momento será dado um salto amanhã e esse Projeto, com certeza, será aprovado e encaminhado à Câmara Federal. Agora temos que fazer ainda uma outra discussão quanto à questão da Câmara, porque foi criada uma Comissão que todos os Projetos dos vigilantes chegam a esta Comissão para que se sujeitem à aprovação daquelas pessoas que estão ligados ao patronato brasileiro na segurança privada. E quero aqui já deixar, como sugestão, que nós possamos julgar a suspeição desta Comissão por ter lá Deputados membros dessa Comissão que são ligados ao patronato brasileiro.

Muito grande e até a vitória, se Deus quiser.

[palmas]

SR. LUIZ CARLOS: Meu nome é Luiz Carlos, sou de Santa Catarina, Florianópolis. Eu queria agradecer ao Senador José Nery, ao Paulo Paim, que teve que se ausentar, de que em Santa Catarina nós já estávamos mobilizados com dois ônibus, com três, inclusive, para vir para cá, para Brasília, para poder pressionar aqui os Deputados e Senadores para poder que saia, que vote esse projeto, porque lá a nossa categoria, hoje nós temos em torno de 38 mil trabalhadores vigilantes, lá em Santa Catarina, e estamos esperando que seja aprovado esse projeto. Então é importante para nós a nossa vinda para cá e muito mais nós viremos para cá, estamos esperando aí a vinda de todos os companheiros do Brasil inteiro para poder dar um basta nessa situação e continuar lutando por todos os Projetos que nós temos aqui, principalmente aqui a questão do adicional de risco de vida e a questão do fator previdenciário, da aposentadoria, uma conquista que nós tínhamos antes, que estava com nós e foi tirado, que é 25 anos para a aposentadoria para vigilante.

Então estamos aí e vamos trabalhar todos em conjunto para poder que saia, que arranque esse Projeto, que saia votado esse Projeto logo. Portanto, muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado. Aceitamos mais uma inscrição para concluir a participação da plenária. Pois não.

SR. CLÁUDIO: Bom-dia Senador José Nery, bom-dia companheiros da Mesa. O meu nome é Cláudio, eu sou Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Região e Diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes. Para nós é uma imensa satisfação estar aqui hoje, mais uma vez, demonstrando, como o Boaventura falou no início da sua falação, que quando a categoria se une, os objetivos acontecem.

A gente sabe muito bem de que tanto no Senado quanto na Câmara Federal nós temos pessoas ligadas ao setor patronal, mas também sabemos que tanto no Senado quanto na Câmara Federal nós temos pessoas ligadas à classe trabalhadora. E a demonstração é essa, a demonstração é isso que está acontecendo hoje. A informação que nós recebemos que amanhã será votado na Comissão de Seguridade Social, se eu não me engano, o Projeto de Lei que nos dá o direito, retornando o direito à nossa aposentadoria especial. Sabemos que vai para a Câmara dos Deputados e aí nós queremos é que cada um de nós aqui do Brasil inteiro, tenha a certeza, Senador, que nós vamos estar conversando com cada Deputado. Nós vamos estar fazendo aquele trabalho de formiguinha, que a gente sabe fazer e muito bem, principalmente nesse momento que a gente sabe que é um momento mais na frente, é um momento eleitoral, no sentido de mostrar para o Deputado a necessidade que a gente precisa de retornar com a nossa aposentadoria. Bem falou o Chico que nós não estamos criando nenhuma despesa para o Governo, está retornando uma coisa que já era nossa, que foi nos garfado, porque nós perdemos a nossa aposentadoria de uma hora para outra, nós fomos garfados, e isso tudo, nós temos uma visão de que nós podemos alcançar o nosso objetivo.

Então de antemão aqui em relação à nossa base lá, o Rio de Janeiro, os vigilantes hoje, quando a gente chega no posto, a primeira coisa que o vigilante pergunta: "Cadê os 30%? Quando é que vai ser votado os 30%? Será que isso vai acontecer?" Então eu aposto e digo sempre para eles o seguinte: "Nós temos que ter confiança, nós elegemos pessoas para que possam defender a nossa categoria e a sociedade lá na Câmara dos Deputados".

Com essas palavras eu gostaria de dizer que lá no Rio de Janeiro nós estamos apreensivos, estamos preocupados, mas, ao mesmo tempo, estamos conscientes de que nós vamos alcançar o nosso objetivo, que é os 30% de risco de vida e a aposentadoria es-

pecial realmente aprovada na Câmara dos Deputados. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado. Seguindo de certa forma as considerações apresentadas pelos representantes de vários Estados, da organização própria dos trabalhadores vigilantes, nós temos aqui muita clareza de que as conquistas, as Leis que podem beneficiar os trabalhadores, seja o vigilante ou de qualquer outra categoria, só é possível com mobilização, com pressão, com diálogo, com a cobrança, com a participação. E vocês mesmos ao longo da história, do trabalho, da luta, são testemunhas vivas de que as conquistas são fruto da própria luta. Portanto, essa Audiência e as tantas que vocês vão realizar no contato com os Senadores, com Deputados, tem esse significado: alimentar a mobilização, a pressão, o convencimento para que possamos aqui tomar a melhor decisão, aprovando, garantindo e ampliando direitos.

Eu gostaria agora de retornar a palavra para os membros da Mesa para que fossem feitas as considerações finais, orientações que possam ser encaminhadas a partir desta Audiência Pública.

Com a palavra para as suas considerações... Eu creio que de três minutos a cinco, se for necessário, mas seria o tempo que nós vamos dispor para fazer as nossas apreciações finais e, assim, podermos daqui a pouco encerrar a nossa Audiência.

Concedo a palavra ao Sr. José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes.

SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS: Senador Nery, reiterar o nosso agradecimento e as nossas palavras iniciais em relação a V. Exa. V. Exa. é considerado para a nossa categoria também como um baluarte, como um patrono da nossa categoria, face principalmente à forma como o senhor conduziu a relatoria do Projeto da Senadora Serys, a relatoria e o empenho pessoal para que o Projeto fosse aprovado. Portanto, o nosso respeito e as nossas considerações.

Quero aproveitar, Senador, para registrar a ansiedade de todos os vigilantes brasileiros e a vontade de estarmos em Brasília. Como o Chico falou, nós tínhamos a previsão de estar aqui hoje pelo menos com dois mil trabalhadores, mas face à circunstância dessa questão da gripe nós tivemos de por cautela e por responsabilidade suspender temporariamente essa vinda à Brasília, mas não deixamos de forma nenhuma de estarmos aqui com as diversas lideranças. Eu gostaria muito rapidamente de mencionar os companheiros, alguns que já falaram, do Amazonas, do Tocantins, do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Minas Gerais.

E, acima de tudo, reiterar o nosso pedido e a nossa confiança para que esse Senado, na pessoa do senhor, na pessoa do Senador Paulo Paim e de tantos outros Senadores que têm compromisso com os trabalhadores, possam continuar nos enxergando, primeiro, como trabalhadores de primeira categoria ou iguais, como devemos ser tratados, até pela Constituição brasileira, e não como trabalhadores de segunda categoria. Segundo, entender que o nosso objeto, que a nossa função e o nosso compromisso profissional é na defesa da vida das pessoas. Eu gosto de dizer sempre que os vigilantes, a nossa formação hoje, ela tem sido a referência para que a maioria das Guardas Municipais treinem, formem os seus componentes, porque há formação do vigilante, Senador Nery, é uma formação voltada para preservar a vida.

A última conquista nossa, que eu posso dizer como conquista da nossa categoria, foi a Polícia Federal baixar uma Portaria permitindo que o vigilante, ao invés de arma de fogo, também, Senador, possa usar arma não letal, exatamente nessa perspectiva de defesa e de preservação da vida das pessoas.

Com certeza esse nosso compromisso nós queremos aqui renovar, mas, também, a nossa disposição de lutarmos para que nessa Casa e na Câmara dos Deputados, os Deputados Federais que no ano que vem serão candidatos à eleição de Deputados Federais novamente, que tenham claro que a categoria vai cobrar o seu compromisso na aprovação desses Projetos, que são Projetos de justeza para os trabalhadores: o Projeto da aposentadoria especial, de autoria do Senador Paulo Paim, e o Projeto de risco de vida, de autoria da Senadora Serys, um outro Projeto de autoria do Senador Paulo Paim e ainda um outro terceiro Projeto de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin. De forma que esses trabalhadores tenham uma agenda e essa agenda, com certeza, ela será objeto de muita luta, de muito desafio nosso, e essa Audiência Pública aqui no Senado é um espaço fundamental, que pela segunda vez o Senado nos acolhe com esse carinho, com essa atenção especial, e V. Exa. e o Senador Paulo Paim, todos os Senadores componentes dessa Comissão, o Senador Cristovam, merecem o nosso agradecimento e a nossa gratidão por esse momento. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Sr. Boaventura pelas palavras e pelo incentivo, pelo apoio e a luta que nós fazemos aqui em defesa dos trabalhadores brasileiros.

Com a palavra o Sr. João Soares para as suas considerações.

SR. JOÃO SOARES: Senador Nery, a gente quer agradecer pelo empenho que o senhor tem, principalmente no Projeto como o Boaventura falou da Senadora Serys, na relatoria, o Senador Paulo Paim, o compromisso que vocês têm com o povo, com os trabalhadores brasileiros. Os nossos agradecimentos nesse sentido.

Eu também queria agradecer, não podia deixar de falar sobre isso, ao nosso Presidente pelo trabalho que ele tem feito dentro da Confederação, pelo trabalho democrático e pelo poder de mobilização que ele tem e a liderança que ele tem em todo o Brasil, de trazer gente do Brasil inteiro, trazer companheiros e companheiras, trabalhadores do Brasil inteiro para uma Audiência como essa, mesmo porque, como ele já disse, era para ser uma grande manifestação, mas infelizmente a gripe e a responsabilidade que todos nós temos fez com que a gente adiasse isso. Então a gente queria agradecer isso porque são poucos líderes que trabalham de forma democrática e que têm realmente liderança para fazer um trabalho como esse. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado, Sr. João Soares. Eu passo a palavra imediatamente ao Sr. Edilson Silva Pereira.

Dizer aos ilustres convidados que aqui nós temos sempre o costume, nessa Comissão, de usar o tempo sem aquela limitação tão grande como às vezes temos que fazer. Mas em razão de eu ter que participar de uma outra Comissão, que estão me chamando aqui insistentemente, eu pediria se pudesse ser o mais breve, sem tolher a palavra que o senhor tem aqui com toda a garantia, porque é assim que nós tentamos sempre funcionar nessa Comissão.

Sr. Edilson.

SR. EDILSON SILVA PEREIRA: Senador José Nery, a gente queria mais uma vez agradecer. Eu acho que os vigilantes, cada vez que se vê aqui no Senado, sai satisfeito, inclusive conseguimos colocar amanhã em votação.

Então a gente agradece, parabeniza os Senadores, tanto o Senador Nery como o Senador Paulo Paim, por estar aí mais uma vez compreendendo a importância dos vigilantes do Brasil. Mais do que nunca nós vamos ficar vigilantes acompanhando aí esse Projeto de Lei, esperamos que ele seja votado o mais breve possível. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): A seguir vamos ouvir o Sr. Evandro Vargas dos Santos, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Sul.

SR. EVANDRO VARGAS DOS SANTOS: Senador, acredito eu aqui, como o Brasil inteiro está presenciando a atuação de V. Exa., Senador Nery, junto assim com o Senador Paim, a importância que tem dado a essa categoria dos trabalhadores de segurança privada, nas suas lutas de organização.

Também não poderíamos deixar de dizer que aqui temos vários Projetos importantes, do risco de vida, da aposentadoria especial, mas, também, não poderíamos deixar de falar no Projeto que trata da regulamentação da nossa categoria, porque eu acho que hoje no País somos uma das poucas categorias que têm mão de obra sobrando no mercado de trabalho, formada, qualificada e desempregada por conta de falta de uma regulamentação de uma profissão e por conta do "bico" de PMs e de pessoas sem preparo nenhum para o desempenho da função de segurança privada.

Meus parabéns a V. Exa., parabéns ao Senador por esse apoio que tem dado aos trabalhadores desta área. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao senhor. Passo a palavra imediatamente ao Sr. Fernando Antônio Bandeira.

SR. FERNANDO ANTÔNIO BANDEIRA: Senador José Nery, na sua ausência aqui eu destaquei a importância na aprovação do Projeto do risco de vida. V. Exa., como Relator, nos recebeu inúmeras vezes no seu gabinete, como também a Senadora Serys, no sentido de viabilizar, com a articulação muito bem feita pelo Deputado Paulo Paim e também pela Presidente da Comissão na ocasião, a Senadora Patrícia Saboya.

Eu queria parabenizá-lo, agradecer e dizer que realmente Senadores como V. Exa., como o Paim e tantos outros que abrilhantam, que valorizam os trabalhadores, nos honram e nos enaltecem cada vez mais. É um prazer estarmos aqui.

Parabéns a V. Exa. e muito obrigado por essa oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Sr. Fernando bandeira. Vamos ouvir o Diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes, ex-Deputado Federal do Distrito Federal, Chico Vigilante.

SR. FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS (CHICO VIGILANTE): Senador Nery, nós queremos, em nome dos vigilantes do Brasil, dizer da nossa satisfação de poder estarmos aqui debatendo a nossa realidade. Dizer para todos que estão nos assistindo

nesse momento de que os trabalhadores terceirizados são seres humanos, nós não somos invisíveis, nós somos homens e mulheres de carne e osso e que precisamos de um tratamento digno. É impossível a gente continuar sobrevivendo com a carga de stress que a gente tem em função da incerteza que nos ronda. Aqui mesmo eu dizia há pouco e reafirmo nesse momento, os próprios trabalhadores terceirizados de dentro do Congresso Nacional, aqui do Senado Federal, as trabalhadoras da limpeza, os copeiros

e copeiras, as pessoas que amanhece, anoitece o dia e não sabe se amanhecerão amanhã com emprego, não sabem se o salário será pago. Quando são demitidos, que vão verificar o fundo de garantia, nem sempre está depositado, mesmo a Lei determinando que tem que ser depositado. Portanto, é urgente a necessidade de uma legislação disciplinando a prestação de serviços no Brasil.

Eu nasci no movimento sindical, Senador Nery, combatendo a sublocação de mão de obra. Reafirmo aqui: criaram esse nome moderno de terceirização, que soa melhor nos ouvidos da elite brasileira, mas a exploração é a mesma ou, talvez, pior. Empresas de fachadas, empresas que nem sequer deveriam ser chamadas de empresas, que estão aí a explorar esses trabalhadores. Portanto, é fundamental que o Congresso brasileiro se debruce sobre essa realidade. Nós estamos falando de alguns milhões de trabalhadores, não estamos falando de dez, 20, 30 pessoas, estamos falando de milhões de trabalhadores hoje explorados através de Prefeituras, Governos de Estado, que nos consideram como meras peças de reposição. E dizia há pouco o Dr. Fragoso e o nosso companheiro Souza lá de Pernambuco que o próprio Governo do Estado do Pernambuco está a querer tirar três mil vigilantes das escolas e dos hospitais para colocar porteiro. Por quê? Porque o porteiro vai ganhar metade do salário do vigilante, quer dizer, é você fazer economia de palitos, você está num banquete de caviar fazendo economia de palitos, porque são salários miseráveis, Senador Nery, salários miseráveis. E ainda querem precarizar ainda mais. A função do vigilante tem uma organização melhor do que as outras categorias, então querem precarizar ainda mais. A situação do Paraná, que está lá o Governador do Paraná agora com um Projeto na Câmara, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná também para tirar os vigilantes. A situação que nós enfrentamos no Rio de Janeiro, quando queriam legalizar o bico do policial, quer dizer, são incapazes de pagar um salário decente aos policiais e aí querem legalizar o bico para, através do "bico", colocar o policial para ocupar o lugar dos vigilantes. Portanto, são situações absurdas e que o Congresso brasileiro precisa se debruçar sobre elas.

Até para concluir, não é o caso de V. Exa., que eu sei do compromisso de V. Exa. tem com os trabalhadores, mas eu faria um apelo aqui aos 81 Senadores: não custa nada quando passar por uma faxineira aqui no Senado perguntar como que ela vive. Não custa nada, dá um bom dia, aperta a mão e pergunta como é que ela vive. Não custa nada quando a copeira ou o copeiro entrar no seu gabinete, que vai servir o cafezinho, perguntar como é que vive, como que é a sua situação, a sua empresa como é que está? Não custa nada nos Ministérios, onde tem motorista terceirizado, o Ministro, o diretor, quem quer que seja, que senta lá no banco de trás, esticar um pouco o pescoço e conversar com o motorista. "Meu amigo, como que é a situação da sua empresa, como que eles vão fazendo?" Porque aí vão ter um diagnóstico real da realidade que esses trabalhadores vivem, que eu diria, Dr. Fragoso, concluindo, se fala tanto de combate à escravidão no campo brasileiro, V. Exa. é de uma terra onde ainda se pratica esse tipo de coisa, que é o Estado do Pará, no meu Estado do Maranhão também tem isso, mas esse trabalhadores de empresas terceirizadas no Brasil, inclusive aqui na Capital da República, não deixa nada a dever à exploração que é feita no campo brasileiro. Sem falar também de uma outra situação, que é grave, que a nossa Confederação está a combater, que é das milícias do campo, armando milícias ilegais, não são vigilantes, para combater trabalhadores rurais, que é a única coisa que querem é ocupar um pedaço de terra para produzir.

Muito obrigado a V. Exa..

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado, meu caro Chico Vigilante. Chico Vigilante, esse nome não é à toa, porque ele está vigilante todos os dias, todas as horas na defesa dos interesses do povo trabalhador e não apenas dos vigilantes da categoria. Então meus cumprimentos por essa fala tão contundente e adequada para fazê-lo aqui, como todos fizeram na exposição que apresentaram aqui na Comissão de Direitos Humanos, a defesa de direitos.

Em relação a essa questão da terceirização, eu diria que se há uma questão sobre a qual os trabalhadores brasileiros precisam se organizar para conquistar o apoio necessário para evitar essa forma de contratação de mão de obra que se assemelham, em muitos casos, como bem o senhor disse, Chico Vigilante, se assemelham à escravidão, o senhor falava de diversas instituições, de empresas que utilizam esse tipo de mão de obra. O próprio Senado tem mais ou menos

3.500 trabalhadores terceirizados. É algo inaceitável. Nós temos dito isso aqui. É um abuso contra o direito do trabalhador, porque essas empresas de intermediação de mão de obra ganham muito em cima da exploração que eles praticam, porque há contratos para certas funções de trabalhador terceirizado em torno de três, quatro, até cinco mil reais para algumas funções aqui no Senado. Mas o trabalhador que exerce, que trabalha, que luta, recebe às vezes menos da metade do valor contratado pela empresa terceirizada. Então acaba sendo uma forma de acumulação para alguns poucos e de exploração para muitos.

Então creio que as Centrais Sindicais, o movimento sindical brasileiro como um todo, todos os sindicatos, todas as organizações dos trabalhadores, deveríamos, e nós como apoiadores dessa luta em defesa da dignidade do trabalhador, precisaríamos ser mais contundente, mais ousados, mais incisivos no combate a essa prática que leva prejuízo, desrespeito, a milhares e milhares de brasileiros, seja no campo, seja na cidade.

Então entre as grandes bandeiras do movimento sindical brasileiro, creio que essa questão da terceirização precisaria ter um lugar mais efetivo na pauta do movimento, porque isso representa uma violência contra aquele que trabalha e não é devidamente reconhecido porque a intermediação de mão de obra permite que empresas, que empresários acumulem, à custa desse trabalhador, valores vultosos, quando na verdade muitas empresas e mesmo instituições públicas, eu dei há pouco o exemplo do Senado, poderia sim contratar diretamente os trabalhadores através do concurso público, que é a norma para ingressar no serviço público.

Na última semana, por exemplo, aqui no Senado, cerca de 300 trabalhadores tiveram ameaçados a sua sobrevivência, o seu contrato de trabalho com essa empresa terceirizada por falência dessa empresa, que usou de métodos fraudulentos no exercício da sua atribuição, levando ao desespero trabalhadores que até a semana passada... Nós cobramos inclusive da Mesa Diretora do Senado uma providência imediata, até acho que foi resolvido, que não nos procuraram essa semana, mas 300 trabalhadores aqui ameaçados, de empresa terceirizada, porque não haviam recebido até na quinta-feira passada o salário do mês de julho. Então se isso ocorre na chamada Câmara Alta do País, no Senado Federal, vocês imaginem as atrocidades que ocorrem no Brasil afora, especialmente nos lugares mais distantes, especialmente no campo, quando grandes empresas do agronegócio, grandes empresas rurais, estão se habituando a contratar trabalhadores sob essa modalidade e, assim, deixar de garantir aos seus empregados melhores condições de trabalho e, sobretudo, melhores condições de vida.

Então eu acho que essa pauta, além do tema específico da nossa Audiência, que trata da aprovação para garantir a aposentadoria especial aos trabalhadores vigilantes, amanhã o Projeto do Senador Paulo Paim, relatado pelo Senador Flávio Arns, estará sendo apreciado e votado na Comissão de Assuntos Sociais com certeza, também tendo a oportunidade de contar com a presença e participação de todos os trabalhadores vigilantes do País, aqui representados por suas direções dos mais diversos Estados da Federação do nosso País.

Gostaria de registrar e lamentar a ausência dos nossos companheiros do Pará, nós que temos uma proximidade com a categoria, com os seus dirigentes de algumas regiões do Estado, sobretudo, claro que ao não tê-los aqui para nós é uma lacuna, mas sabemos que, como vocês são unidos, a causa é de todos, e eles estão representados por vocês que estão aqui com toda a certeza.

Por último, fazer aqui uma conclamação. Trata-se de uma tarefa que tínhamos discutido com as Centrais Sindicais, com as Federações de Trabalhadores, eu creio que com a própria Federação dos Vigilantes já tratamos desse assunto. Trata-se da luta pela aprovação da PEC do Trabalho Escravo ou contra o Trabalho Escravo, a PEC 438, de 2001, já aprovada no Senado, se encontra na Câmara para votação em segundo turno desde 2004, mas a bancada ruralista, aqueles que exploram a mão de obra dos trabalhadores rurais, que contratam sob forma terceirizada ou através dos gatos trabalhadores por esse País afora, são 33 mil trabalhadores libertados nos últimos 14 anos na condição análoga a escravo. Liberados. Há um esforço para votarmos lá na Câmara a PEC agora no mês de setembro ou começo de outubro.

O que eu queria pedir é um esforço da Confederação, das Federações, dos sindicatos, das diversas organizações dos vigilantes para que vocês levassem essa questão a todos os sindicatos e pudessem incrementar a coleta de assinaturas, que é uma pressão sobre a Câmara exigindo a aprovação da PEC 438, de modo que pudéssemos, antes da votação, entregar ao Presidente da Câmara e a todos os líderes partidários a manifestação da sociedade brasileira, que já reúne em abaixo-assinado mais de 200 mil assinaturas exigindo a aprovação da PEC.

Eu queria que esse pleito, e faço em nome da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, que é parte integrante desta Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, solicitar a vocês, que já estão empenhados, e eu sei que muitos já enviaram abaixo-

assinados, já realizaram atos de coleta de assinatura em Assembleias, em reuniões, em lugares públicos, eu queria pedir um esforço especial, porque sei que vocês são solidários e fazem parte dessa luta, mas nesse mês de agosto até meados de setembro, que vocês pudessem colocar entre as atividades e que nos enviassem, assim que coletassem as assinaturas, enviem ao nosso gabinete aqui no Senado Federal o resultado dessas coletas de assinaturas para que possamos fortalecer essa mobilização social e essa luta do povo brasileiro que não suporta, não aceita as formas contemporâneas de trabalho escravo, que acontece não apenas na zona rural, acontece na cidade e muitas vezes acontece em lugares que você imagina onde as relações de trabalho já estavam em outro patamar.

Então com essas considerações, como vocês podem observar, o motivo da Audiência aqui é a luta pela aprovação do Projeto da aposentadoria especial para os vigilantes, mas nós colocamos aqui, aproveitamos o momento para tratar de outras questões relacionadas com a luta dos trabalhadores, que eu tenho certeza que há sintonia e vontade para que possamos avançar nas diversas frentes para conquistar o respeito e a dignidade num patamar superior para todos os trabalhadores e trabalhadoras do nosso País.

Então vamos amanhã à Comissão de Assuntos Sociais, agradeço a participação de todos os expositores e de todos que vieram a essa Audiência Pública da CDH, esperando que em cada local de trabalho, em cada entidade sindical, em cada Federação e na Confederação dos Trabalhadores Vigilantes do Brasil, todo e qualquer tema relacionado com a ampliação dos direitos, com a garantia de direitos sociais e trabalhistas, sejam a marca que animem a luta de vocês a cada dia.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente Audiência.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h28.

Ata da 24ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura Realizada no Dia dois de Setembro de 2009, Quarta-Feira, Às 09:00 Horas.

Às dez horas e cinqüenta e um minutos do dia dois de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador (Cristovam Buarque), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, José Nery, Gerson Camata, Gilvan Borges, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Marcelo Crivella, Valter Pereira e Adelmir Santana. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, dá início aos trabalhos. PAUTA. Item 01. Requerimento Nº 32, de 2009 – CDH, que requer "a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de instruir as Senhoras e os Senhores Senadores sobre a Sugestão nº 02, de 2009, que tramita nesta Comissão". Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 02. Requerimento Nº 33, de 2009 – CDH, que requer "a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões atinentes ÀS VÍTIMAS DO VÔO 447 – AFVV447 da AIR FRANCE. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados: Ministério Público Federal, Embaixador da França, Representante do Ministério das Relações Exteriores, Associação dos Familiares das Vítimas do Vôo 447 – AFVV 447 da Air France e outros a serem definidos pela própria Comissão". Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 03. Requerimento Nº 34, de 2009 – CDH, que requer a retirada do Requerimento nº 22, de 2009 – CDH, de minha iniciativa, aprovado em reunião realizada em 20 de maio de 2009, no âmbito desta Comissão, cujo propósito era a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei 241/2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo". Autor: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Aprovado. Item 04. Requerimento Nº 35, de 2009 – CDH, que "requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com o objetivo de discutir os direitos trabalhistas de empregados domésticos, a formalização e as implicações para empregadores. Para tanto, sugerimos que sejam convidados os seguintes senhores: Ministro da Previdência Social, José Pimentel; Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Luppi; Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Maria de Assis Calsing; Secretária de Ação Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, Benedita da Silva; Presidente do Portal Doméstica Legal, Mário Avelino; Presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado de São Paulo, Margareth Carbinato; Presidente do Sindicato das Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro, Arinda de Jesus e; Presidente da Associação Tangaraense de Empregadas Domésticas, Maria Edna do Carmo.". Autora: Senadora Serys Slhessarenko. Resultado: Aprovado. Item 05.

Requerimento Nº 36, de 2009 – CDH, que requer "a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa, para debater a produção e distribuição de livros em Braille no Brasil, "Em atenção à programação da V Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, a realizar-se em dezembro de 2009, e que neste ano comemorará o bicentenário de nascimento de Louis Braille, inventor do Sistema Braille de leitura e escrita para cegos. Indicamos como convidados um representante do Ministério da Educação, um representante da Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB), um representante da Fundação Dorina Nowill para Cegos, um representante do Instituto Benjamim Constant e um representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE)". Autor: Senador Flávio Arns e outros. Resultado: Aprovado. Item 06. Projeto de Lei da Câmara Nº 47, de 2009 – terminativo – que "Dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências". Autor: Deputado Pompeo de Mattos Relator: Senador Magno Malta. Voto: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item 07. Projeto de Lei do Senado Nº 738, de 2007 – terminativo – que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias". Autor: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Flávio Arns. Voto: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item 08. Projeto de Lei do Senado Nº 361, de 2008 – terminativo – que "Modifica o artigo 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos à garantia de cumprimento da referida determinação e estende as pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias". Autor: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Paulo Paim. Voto: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item 09. Projeto de Lei do Senado Nº 118, de 2007 – terminativo – que "Altera dispositivos do Livro II, Título III, Capítulo IV da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para ampliar os períodos de prestação de serviços à comunidade e de internação, e estabelecer outras sanções ao adolescente infrator". Autor: Senador Pedro Simon. Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini. Voto: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado Nº 111, de 2008 – terminativo – que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais". Autor: Senador Flávio Arns. Relator: Senador Cícero Lucena. Voto: Pela aprovação da matéria, com a rejeição da Emenda nº 01 – CE, aprovação da Emenda nº 02 – CE e inclusão das duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 11. Projeto De Lei Do Senado Nº 119, de 2008 – terminativo – que "Altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras Providências". Autor: Senador Arthur Virgílio. Relator: Senador Gerson Camata. Voto: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 01, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item 12. Projeto de Lei do Senado Nº 318, de 2003 – não terminativo – que "Acrescenta § 2º ao artigo 928 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Dispõe sobre a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse)". Autora: Senadora Serys Slhessarenko. Relator: Senador Paulo Paim. Voto: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item 13. Projeto de Lei do Senado Nº 24, de 2008 – terminativo – que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual". Autor: Senador Expedito Júnior. Relator: Senador Flávio Arns. Voto: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1 – CAS, e a Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim. O Senhor Presidente faz suas considerações finais e não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra da estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada um e a cada uma. Eu declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Eu quero dizer que hoje é um dia difícil de fazer funcionar a Comissão por conta das outras atividades do Senado. Não apenas solenidade relacionada com a semana da independência, mas uma sessão que neste momento está acontecendo na Comissão de Educação, Senador Paim, sobre um projeto cujo parecer é meu que está ficando muito polêmico e uma audiência pública que eu convoquei e termina acontecendo sem a minha presença, pelo menos, por enquanto, e, além disso, peço desculpas porque tive que comparecer a um evento aqui da minha população do Distrito Federal em defesa de uma escola que está para ser fechada.

Nós vamos então--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Permita-me. Primeiro de cumprimentá-lo. É uma justificativa para mim do mais alto nível de qualificada. V. Exa. não estava aqui porque estava numa caminhada, numa passeata para que uma escola não fosse fechada. Eu esperei aqui com orgulho da caminhada de V. Exa. Meus cumprimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Acho até que deveria vir para esta Comissão

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O caso dessa escola.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Situações como essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, então, vamos por em votação os requerimentos, tendo em vista, que não há quorum para os outros itens que são terminativos.

O primeiro requerimento é do Senador Paulo Paim, Requerimento nº 32. Nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a fim de instruir as Sras. e os Srs. Senadores sobre sugestão nº 02/2009 que tramita nesta Comissão.

Eu ponho em votação este requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, rapidamente. Primeiro dizer que a Comissão de Direitos Humanos do Senado fará a primeira audiência pública no Congresso sobre a questão petróleo e pré-sal, que o debate é esse petróleo e pré-sal, tudo é petróleo, mas é a questão do pré-sal que está em debate nesse momento. Essa iniciativa, Sr. Presidente, é da Federação Única dos Petroleiros. Eles entraram aqui na nossa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com um projeto para regulamentar toda essa questão. É um projeto polêmico, mas é natural, é um projeto que tem a visão dos movimentos sociais, das centrais, enfim, dos movimentos organizados do país, a sua visão do petróleo e consequentemente, do pré-sal. Eu já agradeço muito a V. Exa., uma vez o projeto deu entrada cumprindo todo o rito processual, V. Exa. me indicou como relator, e eu já dialogando com V. Exa., V. Exa. concordou que nós amanhã possamos fazer a primeira audiência pública para debater esse tema, e eu acho que tem que ser aqui mesmo. V. Exa. me disse uma vez que uma das comissões mais importantes é Direitos Humanos e Legislação Participativa, por isso que é bom que a gente comece o debate do pré-sal aqui na Comissão presidida por V. Exa., e eu vou ter muita alegria de relatar porque sei que o meu relatório vai ser feito junto com V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação. Está aprovado.

Eu fico feliz porque estamos saindo na frente, embora, eu seja contra o regime de urgência, sou a favor da urgência do debate.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Do debate. É a mesma posição que eu tenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Temos que começar já esse debate e fazer da forma mais intensa para aprová-lo no mais rápido prazo dentro da seriedade que o assunto exige. Então, nós vamos fazer essa audiência já amanhã. É claro que também eu tenho uma certa atividade local, mas verei como é que faço para estar lá nessa atividade e aqui, porque eu quero estar presente sim. Mas enquanto isso o Senador Paim preside a sessão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dividimos a presidência amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Requerimento nº 33, do Senador Paulo Paim também. Com fundamento no disposto do art. 58, § 2º, e inciso II da Constituição. Requeiro a realização de audiência pública com vista a tratar das questões atinentes às vitimas do voo 447 da Air France. Para tanto gostaríamos que fossem convidados o Ministério Público Federal, o embaixador da França, representando do Ministério das Relações Exteriores, associação dos familiares da Air France e outros a serem definidos. Eu ponho em discussão.

Senador Paim, quer justificar?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Bem rapidamente. Só para eu dizer que eu recebi uma comitiva representando as vítimas do voo 447 da Air France, e eles estão muito preocupados com a forma que está sendo tratada a situação dos familiares que perderam os seus entes queridos nesse voo, e pediram essa audiência pública. E eu entendi que a Comissão de Direitos Humanos é o espaço para esse debate. Por isso apresentei esse requerimento para buscarmos

dentro, no máximo, uma ou duas semanas fazermos essa audiência pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

Requerimento nº 34 que é de minha autoria. Requeiro conforme as normas vigentes uma audiência cujo propósito é instruir o Projeto de Lei 241/2008 de autoria do Senador Expedito Júnior. Esse projeto altera a Lei 11.692 de 10 junho de 2008 para incluir os jovens de 15 a 17 anos em situação de morador de rua entre os beneficiários do Pró-Jovem Adolescente no programa. Eu quero dizer que eu tinha uma posição favorável, mas fui solicitado por representantes do Poder Executivo para que fizéssemos essa audiência e achei perfeitamente justo segurar o parecer enquanto fazemos essa audiência. Eu ponho em discussão. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

Requerimento nº 35. Com o objetivo de discutir os direitos trabalhistas de empregados domésticos a formalização e as implicações disso para os empregadores, é um requerimento da Senadora Serys Slhessarenko. Ela já sugere uma lista grande de convidados que a gente pode discutir depois como reduzir para não ficar uma audiência com um número muito grande de pessoas. Ela propõe o Ministro da Previdência Social, José Pimentel; Ministro do Trabalho, Carlos Lupi; a Ministra Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire; a Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Maria de Assis Calsing; a Secretaria de Ação Social e Direitos Humanos; nossa querida amiga ex-Senadora Benedita da Silva; o Presidente do Portal Doméstica Legal, Mário Avelino; o Presidente do Sindicato e Empregadores Domésticos do Estado de São Paulo, Margareth Carbinato; Presidente do Sindicato de Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro, Arinda de Jesus; e Presidente da Associação Tagaraense de Empregadas Domésticas, Maria Edna do Carmo. Eu creio que os nomes nós podemos depois conversar com a Senadora para ver quais são, entretanto, eu ponho em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu quero dizer que tenho que cumprimentar a Senadora Serys Slhessarenko. Eu tenho recebido, Sr. Presidente, muitos e muitos questionamentos até por esse vínculo que a gente acaba tendo com direito dos trabalhadores, que nós temos que regulamentar definitivamente, Senador, a questão do... Senador Virgílio que chega aqui agora, Senador Virgílio. Que nós temos que achar uma forma de regulamentar o que é que é trabalho doméstico e o que é trabalho eventual. Eu tenho recebido até de setores da classe média que me mandam: "Paim, mas se o cara trabalhou na minha casa um, dois dias por semana, vai lá cortar grama. Como é que fica isso". Como não fica claro cria uma série de contradições. Serviço eventual é eventual e aquilo que é permanente é permanente. Então, nós temos que, efetivamente, regulamentar essa questão. Eu faço questão de participar desse debate que a Senadora Serys Slhessarenko está propondo sobre a regulamentação definitiva dos direitos dos trabalhadores domésticos e do trabalho eventual. O que é eventual é eventual, e o que é permanente é permanente. Então, meus cumprimentos pela iniciativa da Senadora Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

Requerimento nº 36 do Senador Flávio Arns. Para debater a produção e distribuição de livros em braile no Brasil. O Senador lembra que em atenção à programação da Quinta Semana no Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, a se realizar em dezembro de 2009, e que neste ano comemoramos o bicentenário do nascimento de Luiz Braille que foi inventor do sistema braile de leitura e escrita para cegos. O Senador recomenda os convidados do Ministério da Educação, um representante da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, um representante da Fundação Dorina Nowill e um representante do Instituto Benjamin Constant e um representante do Conselho Nacional do Direito da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE. Eu ponho em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só dizer, Sr. Presidente, o Senador Flávio Arns é um especialista, um estudioso nessa área, e, com certeza, teremos uma grande audiência pública nesse dia para discutirmos a questão das pessoas com deficiência, especialmente de pessoas que perderam a visão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

Projeto de Lei da Câmara... Eram esses que nós tínhamos para discutir como requerimentos, os outros projetos são terminativos, não havendo quorum eu dou por encerrada esta sessão. E convido o Senador Paim a esta audiência pública que está sendo realizada na Comissão de Educação para discutir o tratamento aos tesouros subaquáticos no Brasil, que é uma grande polêmica entre os que buscam esses tesouros e a Marinha do Brasil e ao lado da Marinha do Brasil a UNESCO.

Eu agradeço a presença dos que estiveram aqui e dou por encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 11h02.

Ata da 25ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 3 de Setembro de 2009, Quinta-Feira, às 10 Horas, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal.

Às dez horas e dois minutos do dia três de setembro do ano de dois mil e nove, na sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Cristovam Buarque)**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH, **Paulo Paim, José Nery, Gerson Camata, Paulo Duque, Rosalba Ciarlini, Cristovam Buarque e Adelmir Santana** e dos não membros Deputada Federal Iriny Lopes, Vereadores da Câmara Municipal do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, Paulo Renato Gomes, Claudio Costa, Thiago Gonçalves e Giovani Morales. Deixam de comparecer os demais membros. **Pauta**. **Item único**. **Audiência Pública** da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em atendimento ao **Requerimento nº 32, de 2009 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 02/09/09, **"para instruir as Senhoras e os Senhores Senadores sobre a Sugestão nº 2, de 2009"**, que sugere a regulamentação para a Política Energética Nacional, de autoria da Federação Única dos Petroleiros. Convidados que comparecem: João Antônio de Moraes, Coordenador Geral da Federação Única dos Petroleiros – FUP; Emanuel Jorge de Almeida, Coordenador do Sindipetro – RJ e Representante da Associação dos Engenheiros da Petrobrás – AEPET; Francinaldo Alves Correia, Coordenador Nacional do MST e Representante da Via Campesina Brasil; Jose Divanilton P. da Silva, Diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB; e Dary Beck Filho, Diretor da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Às dez horas e vinte e três minutos o Senhor Presidente passa a presidência ao Senador Paulo Paim. **Extrapauta**. **Item 01. Requerimento n° 37, de 2009 – CDH**, que requer a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para ouvir a exposição do Senhor José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobrás, sobre o pré-sal com a finalidade de instruir a SUG N° 02, de 2009, que *sugere regulamentação para a Política Energética Nacional e outras providências* de autoria da Federação Única dos Petroleiros – FUP. Autoria do Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 02**. **Requerimento n° 38, de 2009 – CDH**, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o Tema "**A Saúde do Trabalhador na Industria de Alimentação**", devendo ser convidados as pessoas constantes da lista anexa e outros a serem definidos pela própria comissão**.** Autoria do Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. O Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, franqueia a palavra a diversas lideranças presentes no Plenário da Comissão. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Gerson Camata, José Nery e a não membro Deputada Federal Iriny Lopes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão desta Reunião. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Essa leitura é só para ficar na gravação, para, depois, saber de que é a Ata. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Eu quero dizer a vocês que eu tenho uma satisfação muito grande de saber que nós estamos organizando, nessa Comissão que eu presido, substituindo o Paim, porque não podia ser reeleito, senão era ele, que eu tenho muita satisfação de estar aqui, com vocês, porque nós estamos discutindo algo fundamental. Não apenas do ponto de vista da PETROBRAS, do ponto de vista do Brasil inteiro. Nós já passamos por diversos ciclos nesse país, e pouco ficou para o povo brasileiro. Nós tivemos uma das cidades mais ricas do mundo que foi Olinda, durante o tempo do açúcar. Acabou, nada ficou para o povo, que vive, hoje, numa miséria, em grande parte, igual a 500 anos atrás. Nós tivemos a bonança do café, e não ficou quase nada, até porque os trabalhadores eram escravos. Tivemos o ouro, que também deixou pouca coisa aqui. O ouro foi beneficiar a Inglaterra. A indústria inglesa que vendia Portugal, que comprava com o ouro que saía do Brasil. Depois nos prometeram que a industrialização seria a panaceia que resolveria os problemas do Brasil, que construiria um país avançado e um país justo. Não aconteceu. Nós temos um país com alta produção, com o PIB elevado, mas que não é um país avançado, porque um país que tem corrupção, como nós temos, que tem violência nas ruas, como nós temos, que tem

a educação que nós temos, a saúde que nós temos, a pobreza que nós temos, 50 milhões, para viver, precisam receber ajuda do Poder Público, sob a forma de Bolsa Família, não é um país em alto grau de civilização. É uma potência econômica a serviço de poucos. Agora, surge o pré-sal.

Eu, pessoalmente, temo que o pré-sal tenha o mesmo destino, deixe o mesmo destino para o Brasil que deixou o açúcar, a borracha, o café, o algodão, o cacau, o ouro e a industrialização. Seja um benefício para poucos e no curto prazo. Que não beneficie nem o futuro e nem beneficie o conjunto da nação brasileira como deveria. Por isso, esse projeto do pré-sal tem que ser analisado com muito cuidado. Eu acho que muitas audiências deveríamos ter. Se tivéssemos tido audiências desse tipo, quando houve a industrialização, no seu começo, teria sido diferente. Eu falo mais como nordestino. Prometeram que a SUDENE seria a solução para o Brasil. A SUDENE jogou bilhões de reais nas mãos de empresários privados, muitos dos quais nem construíram suas fábricas, outros construíram suas fábricas sem gerar emprego, outros com emprego e baixíssimos salários. A região continua tão desigual hoje, como antes, apesar de termos ricos lá, mais ricos do que muitos do sul.

Nós temos uma nova chance, desde que se confirme tudo que se fala do pré-sal, que acho que ainda é uma hipótese, uma hipótese com razoável possibilidade, mas ainda não é concreto, até porque o petróleo todos nós sabemos que demora muito a você ter a concretude, a correção dos dados, enquanto não começa a tirá-lo de lá. Então, nós precisamos fazer muitas audiências como essa. Eu fico feliz que tenha partido do Senador Paim ouvir trabalhadores, o que eles têm a dizer. Eu gostaria muito que os trabalhadores olhassem com os olhos dos trabalhadores específicos do setor, mas olhassem também como brasileiros. Às vezes, no Brasil, a gente tem dificuldade de usar o chapéu do Brasil. Nós nos acostumamos a usar o chapéu da nossa categoria. Eu, como professor, termino falando só em professor. É uma penitência que eu faço. Só que eu acho que a educação, de fato, é o caminho, não o professor. E cada um da gente termina muito preso da nossa categoria. Eu acho que a gente não pode abolir a categoria, e é fundamental defendê-la, sem dúvida alguma. Sindicato é uma coisa fundamental, mas, se ficar só na visão da categoria, como estão, atualmente, os Governadores, por exemplo, dos estados produtores, que olham só o próprio estado, não olham o conjunto do Brasil, nós corremos o risco de não pensarmos o pré-sal a serviço do futuro e do país.

Eu temo que ele termine sendo consumido para beneficiar a cada um de nós dessa geração e, sobretudo, aqueles que chegam perto dele, como aconteceu na Venezuela, vem acontecendo. Digam o que disser, mas o Presidente Chávez, nesse sentido, tem tentado mudar o uso do petróleo apenas para o presente e apenas para os usuários e os produtores de petróleo. Tem tentado jogar petróleo, o dinheiro do petróleo, em outras atividades sociais. O projeto que eu vi o Presidente Lula lançar, eu não vou negar que eu tenho simpatia, com muita preocupação, e discordância com um dos pontos, que é a maneira como está proposto o fundo social.

A ideia do fundo social, Paim, para colocar dinheiro numa caixa aonde chegarão os projetos, não vai ficar nada de bom para o país. O dinheiro será pulverizado e não deixará nenhuma marca. Será uma espécie de Lei Rouanet do pré-sal. Eu tenho a impressão que esse dinheiro, essa parte do dinheiro que vai para o fundo, tem que ser concentrado em projetos que visem, de fato, o futuro e que visem, de fato, um país diferente. Pulverizando não vai dar nada. Vai servir para projetinhos nossos, dessa geração, e nada para os projetos das gerações futuras, até porque as crianças, elas não costumam fazer projetos e pegar dinheiro nos fundos que existem por aí. A gente termina pegando para essa geração. Até mesmo uma coisa tão nobre como saúde, eu vi hoje que tem alguém propondo [ininteligível] para saúde, saúde que é fundamental, mas é para a geração atual. Saúde é pra mim e para você que está vivo. A saúde não é um instrumento de transformação; é um instrumento necessário para qualquer coisa, mas não suficiente. Então eu temo. Mesmo o combate à pobreza do presente não transforma o país. É necessário, mas não transforma.

Eu tenho dito, Senador Camata, e fico feliz de vê-lo aqui, que a gente precisa, não apenas de distribuir dinheiro para a população pobre, através do mecanismo do Estado, a gente precisa criar uma estrutura econômica distributiva dentro dela. Uma estrutura econômica que distribua, necessariamente. Hoje, não é assim. Hoje, a estrutura econômica, ela é concentradora, basta ver que a gente reduz IPI pra vender mais carros. O carro já é um bem de classe média até baixa, hoje, mas não é dos pobres. A gente diminui IPI para vender mais carros, que está beneficiando o consumo, o emprego de alguns setores, a indústria de hoje, e não coloca dinheiro em outros setores comprometidos com o futuro. Eu temo muito que o pré-sal seja consumido como foi o ouro. Só que, em vez de ser dourado, é preto. Mas esgota-se da mesma maneira, e, se a gente não souber investir bem, a gente vai jogar fora esse dinheiro, do ponto de vista nacional, mesmo que beneficie a nós, que estamos aqui, e beneficie a outros. Mas dessa geração presente, e não o conjunto da nação brasileira.

Uma coisa é cada um de nós, outra coisa é a nação brasileira. Estão interligadas, mas não são sinônimos. Família não é sinônimo de nação. A gente pode até usar metaforicamente, 'a família brasileira', mas nação é algo que vai além da família de cada um da gente. Então, essa audiência é a primeira de todas. Graças ao Paim. Eu não teria nem tido a ideia de fazer essa audiência, apesar de defender que haja uma, duas, três, muitas audiências. Então, eu fico feliz que essa seja a primeira. E vou lutar para que haja muitas outras audiências, com trabalhadores e com não trabalhadores do setor petrolífero também. O ideal pra mim seria não... Por que não? Só os trabalhadores?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, ótimo. Muito bem. É isso que a gente precisa. Por mim, a gente fazia uma audiência só com criança, para ver o que elas pensam disso. A gente acha que elas não sabem nada, mas elas bem que sabem, sobretudo se a gente as provoca. A gente tende a não provocá-las. Trata como se fosse... Como a gente, no passado, tratava índios, como tratava escravos, como se não tivesse cidadania. Eu creio que tem que aumentar, meu caro Camata, o máximo de audiências para discutir como fazer isso. Mas permita só uma coisa, eu estava falando dos estados produtores, e o senhor representa um deles. Eu fiz as contas--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu fiz as contas, o Espírito Santo não, porque é pequeno. Não, não, o que eu vou dizer agora. Mas o Rio de Janeiro e São Paulo receberiam mais dinheiro se a gente concentrasse no Governo e devolvesse o dinheiro, pelo número de crianças, para a educação delas, quatro mil reais por crianças, por ano, do que os *royalties*. A diferença é que os *royalties* o Governador usa como quer.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): No Espírito Santo, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, né? Como eu proponho, o Governador usaria para o destino de transformar o Brasil inteiro, através daquele estado. Como Rio de Janeiro e São Paulo são estados com uma população muito grande, as contas que eu fiz, eles receberiam mais dinheiro do Governo Federal para investir na educação, dentro desse projeto que eu tenho, do que se ele recebesse os *royalties* diretamente. Mas volto a insistir. O Espírito Santo eu não sabia que não, mas os outros eles usam como querem. Então, de fato, tira a liberdade para gastar. Eu visitei um lugar, não vou citar aqui, que não é produtor de petróleo. Mas tem uma refinaria em que eu visitei. Eu visitei o cemitério da cidade. Não sei. Se tiver algum aqui, já vai saber onde é. O cemitério tem garçom bem vestidinho, servindo bebidas para todos nós que vamos visitar os entes queridos, com dinheiro do petróleo. Eu acho que investir... Manter cemitério limpo é importante, mas não é muito o futuro. Não é muito o futuro. Então, eu vi um cemitério que é uma coisa... É um palácio.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Me diz onde é, que eu vou lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Paulínia. Então, eu tenho a impressão que tem que concentrar esse dinheiro. Não vou dizer que seja no setor que eu estou propondo, que é a educação. Pode ser outro. Mas a gente tem que concentrar num setor que transforme esse país. Pode ser Ciência e Tecnologia. Só que não há Ciência e Tecnologia se não houver educação antes. Pode ser na Defesa Nacional, se a gente achar que o país está ameaçado. Tem que investir em algum setor. Pode ser na rede viária, pode ser nos portos, mas a gente tem que concentrar naquilo que vai dar um efeito de médio e longo prazo no país. Se tivéssemos feito isso com açúcar, com ouro, com café, o Brasil era outro. Não fizemos. 500 anos perdidos. Sem falar o pau-brasil, que é onde tudo começou. Por isso a minha satisfação dessa audiência, que, lamentavelmente, eu não vou poder ficar, que tenho duas audiências e uma atividade local. O fato de ser senador por Brasília tem essa dificuldade. Eu sou senador e vereador ao mesmo tempo. Então, não posso... Já estive de manhã numa escola e, agora, vou estar noutra escola, em que a gente está fazendo um trabalho lá, na implantação de horário integral, o Governo do Distrito Federal, mas tenho que estar lá. E tem duas audiências que eu sou relator, e a outra é um projeto meu que vai ser discutido na Comissão de Constituição e Justiça. Eu vou ter que deixar aqui, com muito prazer, o Paim. Mas eu não quero sair sem ouvir o meu amigo Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria só cumprimentar o Senador Paim por essa audiência, eu acho que ela é muito importante. Eu acho que um fato que tem que ser registrado é tirar o chapéu para o Presidente Lula. Getúlio foi grande na área do petróleo, criou a PETROBRAS. Mas o Lula foi o primeiro Presidente que está querendo destinar uma parte desses recursos brasileiros em favor da população menos favorecida do Brasil. Quer dizer, ele avançou um século na frente daquilo que Getúlio Vargas fez alguns anos atrás. Tem que se tirar o chapéu. Pode ter alguma correção pra fazer, mas a intenção do Presidente é fundamental nesse episódio. Isso aí é um ponto que

tem que ser registrado e apoiado por todos nós, do Governo, oposição, sindicato, CUT, todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A minha discordância é a maneira como está sendo proposta. A dispersão. Mas a ideia, ele colocou ali, entre os quatro itens do projeto, o fundo social. Isso tem que tirar o chapéu.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E a outra é como está se vendo errado o problema de *royalty*. Porque o fundo social, eu acho que ele deveria ser dividido como é dividido o FPE. Por exemplo, o Espírito Santo recebe sete vezes menos FPE do que o Maranhão. São Paulo recebe 140 vezes menos do que o Maranhão. Quando houve a constituinte aqui, o Espírito Santo não reclamou, não. Acho que nós estamos contribuindo, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, para o desenvolvimento do nordeste brasileiro, destinando mais dinheiro ao centro-oeste e nordeste. Tranquilo. Acho que é. Agora, por exemplo, o Espírito Santo, esse ano que está passando, recebeu 140 milhões de *royalties*. A Prefeitura de Vitória e o Governo do Estado, em consequência da exploração do petróleo, estão gastando 209 milhões, mais do que recebeu. Por quê? Novas vias, melhoria de estrada para aeroporto, dez mil bolsas para preparar técnicos para trabalhar na PETROBRAS... Então, é um investimento. Goiânia, Cuiabá, não precisa fazer esse investimento. Lá precisa fazer. E quando o petróleo for embora, o que vai ficar? Ele vai embora uma hora, ele acaba. Teve um economista norueguês que disse o seguinte: "O petróleo, para os economistas, é o ouro negro; para os sociólogos, é o mijo do capeta, porque, quando ele vai embora, só fica poluição, [ininteligível] e desemprego". Então a gente... Aí concordo com o Sr. Presidente, aplicar em coisas que possam, posteriormente, sustentar aquele desenvolvimento econômico que se alcançou.

Veja, por exemplo: no Espírito Santo, 30% do recurso que o Estado recebe – tem uma lei – o Governador destina aos municípios, produzam, ou não, petróleo. Esses municípios só podem aplicar em projetos estruturantes de infraestrutura, educação e saneamento básico. Então... E formação técnica. 30%. Os outros 30% do Estado também não podem ser aplicados, a não ser em projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento do Estado, no dia que o petróleo acabar. Os Estados... Agora... Então, esse fato acontece lá onde está sendo produzido o petróleo. Os estados, por exemplo, no caso do gás, o Presidente Lula inaugurou, ninguém sabe disso, cacimbas no [ininteligível] do Espírito Santo, os petroleiros sabem. É uma das maiores refinarias de gás de cozinha do mundo. Está lá, no meio do mato, mas um monumento que a PETROBRAS fez lá. 50% do gás de cozinha do Brasil, que era importado, está saindo de lá. Vai pagar ICMS em São Paulo, no Ceará, no Maranhão... Não no Espírito Santo. É bom, o Espírito Santo recebe o *royalty*, que é muito menos do que os 25% de ICMS.

Então, eu acho que os estados, quando vendem a gasolina, vendem o óleo diesel, recebem 25%. Eles participam. Agora, esse fundo social, eu acho que tem que ter critério. Quanto mais pobre o estado, menor a renda, mais para ele. Quanto melhor, menos para ele. Eu acho que seria uma maneira criteriosa de se distribuir bem. Porque o *royalty,* lá na Constituição está escrito, é uma indenização pelos danos causados. Não é um prêmio, não é nada. Causou dano, paga uma indenização. Então, esses investimentos que a Prefeitura de Vitória, o Governo do Estado está tendo que fazer, melhoria de estrada, contorno da Ilha de Vitória, por causa dos caminhões que carregam gás pra cima e pra baixo, caminhões carregando petróleo, todos esses investimentos não acontecem... Esses danos não estão sendo feitos em Goiânia, em Brasília. Estão sendo feitos lá. E o Estado está recebendo essa compensação que, por enquanto, é maior o investimento do Estado do que o *royalty* que ele recebe. Um dia poderá ser maior.

Mas eu quero cumprimentar o Sr. Presidente, o Paim, é uma audiência importante, acho que é bom ouvir quem mexe com o assunto, quem está lá lidando com a matéria, lidando com esse ponto de futuro, mas também com aqueles que podem, como V. Exa. disse, fazer com que os recursos sejam destinados a não deixar rastros para trás. Que seja mais ouro negro e menos mijo do capeta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu estou de acordo que, primeiro, tem que compensar investir. Mas eu queria fazer umas contas. Quantos habitantes tem o Espírito Santo? São seis milhões?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Está aqui a Deputada Iriny Lopes, que é a nossa especialista em demografia. Estamos chegando a três milhões e duzentos mil habitantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Três milhões, deve dar mais ou menos um milhão de alunos na escola, ou não? Um pouco menos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): É um pouco menos. 980 mil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pronto. Um milhão. Pelas propostas que eu faço, se põe quatro mil reais por criança, que é o que se precisa para um horário integral razoável, são quatro bilhões. É muito mais do que os 140 que recebe de *royalty*. Entendeu? Então, dá perfeitamente

até para tirar os 140, está tudo bem, e colocar o resto. Então, essas contas que eu acho que os Governadores não tendem a fazer, porque eles precisam consertar as estradas realmente, porque eles precisam manter o porto. Então, eles terminam, por causa desses custos, não aceitando. Mas eles se beneficiariam e o Brasil também.

Bem, antes de passar a palavra ao Paim, eu quero pedir aqui, colocar em votação, pelos senadores, um Requerimento, também do Senador Paim, que eu acho extremamente positivo, a fim de ouvir a exposição do Presidente da PETROBRAS sobre o pré-sal. Para tanto, que seja convidado o Presidente Sr. José Sérgio Gabrielli para vir aqui, fazer uma exposição do ponto de vista do interesse da Comissão de Direitos Humanos sobre o pré-sal. Eu ponho em votação. Os senadores – temos dois aqui -, que estiverem de acordo, permaneçam como se estão. Está aprovado. Aprovado esse Requerimento, então eu passo a palavra ao Senador... Pode ser? Ou espera um pouco mais?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a Presidência e vou tentar voltar aqui. Senão, vocês devem saber, essas audiências são para que os senadores ouçam, mas muito mais para que o povo ouça e assista pela televisão, para que fique registrado, tudo é gravado, para que fique registrado as nossas participações e que, depois, os senadores tenham acesso a tudo isso. Então, não se preocupe se aqui tiverem poucos senadores. Estão perdidos em outras comissões, como eu vou estar também a partir de agora. Então, eu estou muito esperançoso que essa seja uma audiência que abra muitas outras no Senado, nas outras comissões. E agradeço muito a vocês que aqui estão.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Bom, meus amigos, minhas amigas, Senador Cristovam já fez a abertura desse tema que, para nós, é tão caro, tão importante, que interessa, sem sombra de dúvida, aos 191 milhões de brasileiros. Eu, de imediato, vou começar a convidar para a Mesa os nossos companheiros e dizer ao meu amigo Camata... Me permita, já que, de Paim, foi direto para o Camata. O Camata é um senador que está sempre conosco, e, ontem ainda, eu conversava com ele. "Não, estarei lá para prestigiar porque acho o debate fundamental". E claro que tanto eu como o Senador Gerson Camata tem um entendimento que, por nós, aqui, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde deu entrada o projeto da FUP, que tem o apoio do conjunto do movimento social brasileiro, tem uma simbologia especial, os trabalhadores estão fazendo a primeira Audiência Pública no Congresso Nacional para debater esse tema. E a nossa intenção, depois dessa audiência, é fazer outras audiências públicas, com a presença, inclusive, dos senhores. Essa iniciativa de convidar o Presidente da PETROBRAS foi uma sugestão que eu recebi, inclusive, do movimento social. Acho que vai ser um momento importante para que ele venha aqui, coloque também o seu ponto de vista, vamos convidar todos os setores interessados, os empreendedores, empresários, o Governo e, naturalmente, tem uma simbologia o Presidente Gabrielli da nossa PETROBRAS.

Então, para avançarmos no tempo, quero dizer para vocês todos que toda essa Audiência Pública, e quero dizer de novo e faço questão de remarcar isso, a primeira Audiência Pública, para discutir o complexo de petróleo, o pré-sal, está sendo feito aqui, com os trabalhadores. Essa audiência está sendo gravada e toda ela será transmitida em horário nobre para todo o Brasil, porque, hoje, temos quatro, cinco comissões em andamento. Então, todas estão sendo gravadas e todas elas serão, depois, transmitidas para todo o país. Quero dizer também a todos vocês que o Deputado Marroni, que é o autor, na Câmara, desse projeto, encaminhado pela FUP e pelos movimentos sociais, centrais, enfim, todos os movimentos sociais, ele só não está conosco hoje porque ele teve um evento lá, no Rio Grande do Sul, e pediu a mim que eu lesse aqui, na abertura, e vou fazer isso em respeito a esse lutador que tenho o maior carinho, que é o companheiro Marroni, ele pediu que eu lesse essa pequena justificativa. "*Senador Paulo Paim, ao cumprimentá-lo nessa oportunidade, venho, primeiramente, cumprimentar V. Exa. pela proposição de discussão, nessa Comissão, do PL 5891/2009, de nossa autoria* – e ele destaca aqui -*, porém de iniciativa da Federação Única dos Petroleiros* – e, aqui, ele cita -, *FUP, SINDIPETRO – RJ, AEPET e movimentos sociais, que dispõe sobre a política energética nacional e atividades relativas ao monopólio estatal do petróleo, gás natural e derivados sobre o Conselho Nacional de Política Energética e Agência Nacional de Petróleo, sobre a transformação em empresa pública, de sociedade e economia mista, Petróleo Brasileiro S/A, PETROBRAS, sobre a destinação das receitas, geradas pela atividade econômica para o combate às desigualdades sociais e dá outras providências. Ressalto ainda* – diz o companheiro Marroni -, *infelizmente no de hoje, 3/09, no mesmo horário, estarei participando de uma palestra na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, na abertura do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica*". A mesma justificativa que

estou fazendo aqui, o Marroni está fazendo lá, já que eu e o Gerson Camata, meu querido senador, somos muito ligados a essa questão do ensino técnico. Eu sou autor do Fundep, em debate aqui, Senador Gerson Camata deu parecer já favorável sobre esse tema, e ele é o autor dos cem anos, Senador Gerson Camata, do ensino técnico. Que teremos uma grande sessão aqui, no Congresso, das duas casas, para debater o ensino técnico, pela sua importância e relevância.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, é importante registrar uma coisa muito importante: por que que esse ano se comemora os 100 anos, e eu fiz essa lei e foi sancionada pelo Presidente da República?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu tive a alegria de relatar, inclusive.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Exato. V. Exa. foi o relator. É muito importante, porque o Presidente Nilo Peçanha foi o que fundou as primeiras 19 escolas técnicas. Durante 100 anos, fizeram mais 19. O Presidente Lula está fazendo 214, em quatro anos. Acho que é muito importante jogar luz em cima desse fato. E está fazendo não nas capitais, no interior, para propiciar aos mais pobres terem acesso à educação. É um avanço de dois séculos em um século.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero, também, ao mesmo tempo que vou concluir, dizendo a todos que o Deputado Marroni fez questão, também, de dizer que reforça a importância da discussão desse tema, em face do ingresso no Congresso Nacional, também, aqui, na Comissão de Legislação Participativa, da mesma iniciativa que ele entrou lá na Câmara. E para alegria nossa, por indicação da FUP e dos movimentos sociais, o Senador Cristovam concordou, eu serei o relator aqui, nessa Comissão. Então, estarei aqui, presidindo a sessão e, ao mesmo tempo, como relator desse projeto, que foi uma indicação do movimento social. Até quero agradecer muito ao movimento social, a todos os companheiros que estão aqui, que, no primeiro momento, a intenção é entregar um projeto lá, para o Marroni, e um aqui, onde eu serei o autor. Mas, como eu quis prestigiar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e os companheiros da FUP, de imediato, entenderam que o projeto devia entrar como autoria inclusive da entidade. Então, o projeto entra e vai tramitar na Casa, não como autoria do Senador Paulo Paim, entra como projeto da FUP e demais segmentos do movimento social, que são signatários do projeto. Eu apenas vou relatar o projeto, contribuindo para o debate que faremos aqui, com certeza, de forma muito qualificada. Termina ele dizendo, enfim: "O Congresso Nacional, com a discussão desses dois projetos, com certeza, vai avançar muito sobre o novo marco regulatório do pré-sal. Temos a convicção de que a aprovação desse projeto nos dará, com certeza, mais cidadania, com muito mais avanço no campo social...". Aqui ele fala das crianças, da saúde, da habitação, enfim, da responsabilidade social. Termina dizendo: "O monopólio do petróleo, a extração da PETROBRAS representam a erradicação da pobreza no Brasil. Na certeza que V. Exa. conduzirá, com competência, como sempre...". Enfim, aqui ele dá alguns elogios, eu não vou repetir, do Marroni pra mim... É a mesma coisa que eu ficar elogiando o Marroni esqui. Enfim, essa é a justificativa.

Eu quero dizer também que nós convidamos a Deputada Iriny Lopes, Deputada Federal do Espírito Santo, para estar aqui conosco. Ela vai participar também do debate, com direito à palavra. Está em casa, aqui, minha querida deputada. Eu vou formatar a Mesa, e, de pronto, nós vamos começar os debates. Quero dizer que... Fique tranquilo, que nós faremos o debate pelo tempo que for necessário. Eu não estou com nenhuma pressa, até porque esse assunto, pra mim, é um assunto fundamental, que vai nortear grande parte das nossas vidas. Então, de imediato, convidamos para a Mesa João Antônio de Moraes, Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros, FUP.

[palmas]

Também Sr. Dary Beck Filho, Diretor da Central Única dos Trabalhadores, CUT.

[palmas]

José Dinavilton da Silva, Diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil, CTB.

[palmas]

Francinaldo Alves Correia, Coordenador Nacional do MST e representante da Via Campesina.

[palmas]

Joba. Grande Joba. E, por último, Emanuel Jorge de Almeida, coordenador do SINDIPETRO – RJ, e representante da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Composta a Mesa, eu queria cumprimentar o Senador Gerson Camata, que está aqui conosco, Senador José Nery, que chega nesse momento, ambos conhecem bem o tema e, com certeza, vão enriquecer o nosso debate. Eu vou encaminhar o debate da seguinte forma: os nossos convidados usam da palavra, pela sequência que está aqui, na minha frente, enfim, mas os senadores usam a palavra a qualquer momento. Senador Gerson Camata, Senador José Nery e outros senadores que vierem aqui, a qualquer momento, têm direito a usar a palavra. Se quiserem, de preferência, esperar que cada um conclua para

fazer alguma pergunta, terão total liberdade. Se quiserem fazer no fim, os senadores é que vão decidir o momento que vão usar a palavra. Então, vamos iniciar a Audiência Pública--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, apenas para fazer uma colocação(F) que é interessante. V. Exa. lembra, eu apresentei aqui um projeto que tornava facultativo o uso do paletó e a gravata no Senado. Aí meu projeto foi derrubado por unanimidade, disseram que depunha--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Contra o meu voto.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Contra o voto de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E o José Nery, tenho certeza, também, que está com o senhor.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Que depunha... Que poderia perder a dignidade da Casa. Está aqui o Joba cheio de dignidade, está aqui o [ininteligível] cheio de dignidade...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Gostei dessa, gostei.

[palmas]

Não é a gravata que faz.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ninguém perdeu a dignidade porque tirou a gravata. Eu vou continuar batendo para que se torne facultativo, como é, hoje, na ONU, como é, hoje, na maioria dos parlamentos do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, ilustres convidados e convidadas, Senador Gerson Camata e todos que vêm aqui a essa Comissão de Direitos Humanos. Antes mesmo de iniciar essa Audiência Pública, eu queria aqui ressaltar o pioneirismo da Comissão de Direitos Humanos, e, aqui, pelas mãos do Senador Paulo Paim, ao propor a realização desse debate, que é um debate estratégico, necessário, urgente para o país, e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa faz jus às suas atribuições no tocante a essa participação popular, democrática das entidades e movimentos, na definição, na orientação, para que as leis, que aqui votamos, sejam discutidas com a sociedade, e, nesse sentido, parabenizar V. Exa., Senador Paulo Paim, porque a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sai na frente, nesse debate, enquanto muitos estão preocupados com o tempo que vamos ter, se 40, se 90, se 120 ou seis meses para fazer o debate. O fundamental aqui é começar esse debate pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Quero parabenizar inicialmente, independente do que possamos aqui produzir em termos de reflexões, propostas, para melhorar, para adequar, para fazer com que... Pelo menos o que eu defendo, que o patrimônio e os nossos recursos naturais e do petróleo, em especial, seja colocado no patamar que ele tem que estar. É público, portanto, a exploração, a comercialização, e todas as fases da exploração petrolífera deve ser feita, de forma concreta e direta, pelo Estado Brasileiro. Então, sei que, dessa sessão, partirão aqui proposições significativas para orientar a melhoria, a readequação dos quatro projetos que tratam do marco regulatório do pré-sal. Parabéns a V. Exa., a todos os convidados e a certeza de que aqui damos um passo fundamental, nesse grande debate que o Brasil vai acompanhar nos próximos meses. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, de pronto, dando a liberdade para os senadores e para a deputada, que está aqui, também, nos prestigiando, a usar a palavra no momento que achar adequado, passamos a palavra ao Sr. João Antônio de Moraes, Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros, que vai expor o projeto que já está protocolado e que já está sobre a minha relatoria.

SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES Muito bem. Bom-dia a todos os companheiros, às companheiras presentes aqui, no Plenário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal! É para nós, da Federação Única dos Petroleiros, um momento de muito orgulho podermos estar iniciando esse debate, que queremos ressaltar que esperamos que, de fato, seja apenas o início, não só dos debates, mas também de muitas mobilizações que possam nortear esse debate da questão do petróleo no Brasil, e não apenas do pré-sal. O pré-sal é o mais importante, mas, aqui, a gente quer discutir o petróleo como um todo.

Cumprimentaria aqui o meu companheiro Emanuel, do SINDIPETRO – RJ, Deputada Iriny Lopes, do PT do Espírito Santo, meu companheiro da Central Única dos Trabalhadores e Petroleiro, companheiro Dary, meu companheiro Divanilton, do SINDIPETRO – RN e também da direção da FUP, o companheiro Joba Alves, que eu fiquei sabendo aqui, hoje, que se chama Francinaldo, e Senador José Nery, pela presença de prestigiar aqui a nossa audiência, o Senador Gerson Camata e, particularmente, o companheiro, Senador Paim, por ter atendido a FUP nessa questão e os mo-

vimentos sociais brasileiros. Nós queremos travar esse debate, jamais com arrogância de quem acha que são os petroleiros os senhores dessa questão, a presunção de que somos nós que temos a sabedoria, que devemos definir onde será destinado o nosso petróleo, mas sem essa arrogância, mas, também, com a clareza e nenhum sentimento minimalista. Aqueles que produzem, aqueles que trabalham, que morrem nos locais de trabalho, para produzir o ouro negro, como foi referido aqui, tem o direito, e eu diria até que tem o dever de se apresentar para a sociedade e sermos protagonistas desse processo. É essa a nossa visão sobre essa questão e é com essa ordem que queríamos iniciar aqui. Antes ainda de passar para a nossa apresentação, lembrando, esse é um tema muito longo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, para que, depois, eu não faça uma correção na frente, só para que todos saibam, eu vou dar 15 minutos para cada um, e, se necessário, mais cinco.

SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES Ótimo, ótimo. Eu ia falar, senador, porque esse tema... Se deixar livre... Deixar sindicalista livre, a gente fala o dia inteiro, ainda mais com um tema como esse. O tema... Ele é muito quente. Acho que é providencial. Eu vou pedir para que a Mesa me avise quando faltar cinco minutos. Lá no final. Ótimo, ótimo. Pra gente caminhar. Então, bom, a nossa visão de protagonistas desse processo, queremos... Nós também compartilhamos da visão de que o que aconteceu com diversos outros recursos naturais nossos e que, nesse momento, acontece com o nosso ferro, graças à privatização da Vale do Rio Doce, a gente espera que não aconteça com o recurso do pré-sal e lutaremos para isso. Podemos avançar, então. Ali, naquele ponto... Tem um ponto aqui pra gente... Um ponto, só para a gente localizar ali? Não tem? Não tem? Se alguém tiver na mão aí, depois passe para a gente. Mas ali temos, no bloco azul, o que representa a província do pré-sal, se estendendo ali, do litoral de Santa Catarina, até o início do litoral do nosso querido Espírito Santo, com cerca de 800, quase mil quilômetros de comprimento e quase cerca 300 quilômetros de largura, sendo a parte central localizada ali, no bloco de Santos, em frente o litoral de São Paulo, aquela parte mais larga, aquele bloco azul. Lembrando que o pré-sal foi formado há cerca de 130 milhões de anos atrás, quando se separou a pangeia, que era um bloco só que compunha o Planeta Terra, se separou, um lago salgado ali se solidificou e aprisionou recursos orgânicos que estavam presentes. Animais, vegetais, que veio a ficar aprisionado e, depois, dar origem ao petróleo. Graças a essa camada de sal, oriundo desse imenso lago, que aprisionou o petróleo. Obrigado. Então, aquele bloco azul, ali, que representa o pré-sal.

Então, graças a esse aprisionamento da matéria orgânica, o petróleo do pré-sal, ele tem uma condição muito diferenciada dos demais recursos petrolíferos brasileiros. Isto é, é um petróleo de uma qualidade superior ao petróleo que, hoje, a gente produz no Brasil, porque ele não teve contato com bactérias que vieram a corroer as camadas de carbono e tornar o petróleo mais pesado. Portanto, é um petróleo de ótima qualidade. Podemos avançar.

Bom, essa é a estimativa do pré-sal. Lembrando sempre que, quando se fala de petróleo, certeza só se tem quando fura. Mas a estimativa é de 80 a 200 bilhões de barris de petróleo. Hoje, a maior reserva do planeta é a reserva da Arábia Saudita, que se situa no patamar de 240 bilhões de barris. O Brasil tem, hoje, uma reserva da ordem de 11 bilhões, conforme está ali embaixo. Portanto, o Brasil pode ficar entre... Certamente ficará entre os cinco maiores detentores de reserva, mas até pode vir a ser o segundo.

Pode clicar aqui, um pouquinho, no hiperlink, por favor. Se não passar... Aqui é um pouco como está hoje as estimativas das reservas mundiais de petróleo. Então... Está faltando energia aqui, nesse ponto. Mas o petróleo, depois, dará a energia que a gente precisa aqui. Mas, facilmente, ali... Aquela parte marrom é a parte que, hoje, está sob controle da OPEP, a Organização dos Países Exportadores, e a outra parte, em lilás, é a parte que não está, e, ali, tem uma distribuição dos países que são os maiores detentores, como eu disse, a maior detentora, a Arábia Saudita, depois o Iraque, o Kwait. Em suma, o Oriente Médio são os grandes reservatórios petrolíferos. Podemos avançar. Muito bem. Avançando.

Bom, fazemos aqui uma estimativa do quanto a gente pode dizer que vale o pré-sal. Com essa estimativa de 80 a 200 bilhões de dólares, se considerarmos o preço atual, na faixa de 70 dólares o barril, nós teríamos, lá no nosso subsolo, de cinco a 14 trilhões de dólares. Lembrando que o nosso PIB fechado, em 2008, foi da ordem de 1,5 trilhões de dólares. Portanto, podemos ter, debaixo da camada de pré-sal, dez vezes o que se produz no Brasil, em dez anos. Toda a riqueza produzida no Brasil em dez anos. Portanto, quando o Presidente Lula diz que podemos estar por trás de um outro Brasil, não é nenhum exagero. Realmente isso é possível, desde que consigamos travar um bom debate para que esse recurso seja utilizado para o povo. O pré-sal é a maior descoberta de petróleo do planeta nos últimos 30 anos, desde o início dos anos 80. Chegou aqui, agora, um ponto com bastante petróleo, bem forte. Vamos adiante. Próximo. Pode avançar.

Bom, aqui, a gente fala um pouquinho sobre a matriz energética brasileira e do mundo. O Brasil tem uma matriz energética, de fato, muito diferenciada dos demais países. Matriz energética muito mais limpa. Podemos perceber que o Brasil tem 45% da sua matriz energética de energias renováveis, enquanto o mundo tem 13. Agora, uma coisa é certa: com relação ao petróleo, nós somos tão dependentes quanto o resto do mundo. Vejamos aqui. O Brasil tem 48% da sua matriz energética vinculado ao petróleo, enquanto o mundo tem cerca de 55. Portanto, muito parecida. Quer dizer, nós temos... Quando extrapola o petróleo, a nossa matriz, ela é bastante superior ao resto do mundo. Mas, no particular do petróleo, dependemos bastante ainda. Podemos avançar. Podemos avançar. Volta um pouquinho.

Aqui é um comparativo entre as reservas que os países têm e a dependência deles em relação ao consumo que possui. Percebam que os países centrais, todos eles estão aqui, na faixa negativa, quando extrai um do outro. Portanto, o seu consumo bem superior a sua expectativa de reserva e de produção. Notadamente, os Estados Unidos, que tem cerca de 2% da população do planeta e consome 25% do petróleo do planeta. Dá pra ver o peso que vai ter esse debate aqui, no Congresso Nacional, e as influências externas. Não tenhamos nenhuma dúvida disso. Avancemos. Aqui, ainda um pouco o consumo de petróleo no mundo. Vejam vocês que, também da mesma ordem, os países mais pobres, aqui a nossa América do Sul, a África, praticamente não aparece. As áreas escuras são as que consomem mais. América do Norte, Europa, um pouco, aqui, a Austrália, mas vejam bem a diferença em relação aos países mais pobres. Podemos avançar. Esses são os países que detêm as reservas.

Bom, aqui, também, o modelo brasileiro. A gente separou aqui... Aliás, o modelo brasileiro, não; a fase da Legislação de petróleo no mundo. A gente separa em duas fases. Uma fase que vai até a primeira crise do petróleo, nos anos 70, quando as reservas de petróleo no mundo estavam fundamentalmente na mão das grandes empresas petrolíferas. Elas detinham, nessa ocasião, até o início dos anos 70, quando da primeira crise do petróleo, cerca de 85% das reservas. Hoje, o que acontece é o oposto disso. Hoje, a situação atual, os estados nacionais controlam, de uma maneira direta, 83% das reservas petrolíferas do planeta. Se considerarmos os exemplos de economia mista, como a nossa PETROBRAS, esse número passa dos 90%. Agora, aqui, só pra gente não perder o foco, queria pedir para abrir esse hiperlink aqui, pra gente citar dois exemplos de como os estados nacionais atuam... Não está muito fácil ler, mas a gente vai... Está pequeno, mas vamos conversar um pouquinho a respeito disso. O quanto os estados nacionais atuam e atuaram, principalmente depois da crise do petróleo, para controlar essa importante riqueza. Eu sinto aqui o [ininteligível], descoberto no Iraque, em 76, pela nossa PETROBRAS, e que, na ocasião, os iraquianos chamaram para si o seu destino e disseram: "Esse era o maior campo mapeado no planeta até aquela ocasião. Cerca de sete bilhões de barris de petróleo". Portanto, do porte do nosso Campo de Tupi, no pré-sal. O que fez o Iraque? Chamou a PETROBRAS lá, falou: "Muito bem, parabéns, vocês são muito competentes, parabéns aos brasileiros, mas isso pertence ao povo iraquiano". Rediscutiu a questão, não... Esse campo, até hoje, está sem explorar, o Iraque garantiu para o Brasil o abastecimento durante a crise, mas, no entanto, o dono daquele petróleo são os iraquianos. Foi revisto o contrato que tinha com a PETROBRAS para garantir aquela soberania.

Agora, diriam alguns: "Muito bem, o Iraque não nos serve de exemplo, porque é um país de instabilidade política, são os árabes, que é tudo muçulmano, meio louco...". Então, vamos pegar um outro exemplo aqui. Um exemplo da Unocal, que é uma empresa que, recentemente... Uma empresa média americana, uma petrolífera americana, que, recentemente, a China, com todo poderio econômico que tem a China hoje, propôs comprar a Unocal. E a Legislação Americana, tal qual a nossa, é bastante liberal nesse aspecto. O que fizeram? O que que fez o Congresso Americano? Chamou para si a responsabilidade, tomou medidas que proibiu a China de comprar a Unocal e levou a Unocal a ser vendida para uma outra petrolífera, também americana, por dois bilhões de dólares a menos do que a China estaria pagando. E aí é os Estados Unidos, para não dizer que foi o Iraque. Podemos avançar. Avançamos. Bom, podemos avançar. Senão vou ficar muito tempo. Bom, questões...

A evolução do marco regulatório no Brasil. O Brasil... Até 1953, vivíamos sob o Império do Regime de Concessões, colocado pela Constituição Polaca de 1934, até que, em 53, numa grande campanha cívica que varreu as ruas e praças do país durante sete anos, o Brasil conquistou uma nova lei do petróleo, a lei 2004, que criou a PETROBRAS e estabeleceu o monopólio estatal do petróleo, que, para a ocasião, era uma legislação bastante moderna para aquele momento. Vimos o exemplo. O Brasil fez isso em 53. A maior parte dos países fizeram a partir dos anos 70, com a crise do petróleo. Mas o Brasil fez muito antes. Acabou com aquela legislação antiquada, que era a Legislação das Concessões, tal qual a nossa Legislação atual, e criou o monopólio estatal do petróleo.

Depois, em 1995, vem a emenda constitucional nº. 9, colocada no país por aqueles que pregavam a saída do Estado da economia e a liberalização completa, empurraram a emenda constitucional nº. 9, mas o monopólio se manteve na Constituição. Depois, em 97, vem a lei 9478, que, teoricamente, deveria regular o nosso petróleo, e fez justamente o oposto disso, vilipendiou a Constituição Nacional, quando, através de uma Lei Ordinária, acabou com o monopólio estatal do petróleo que a Constituição prevê até hoje. Aqui também merece um parênteses interessante, pra gente avaliar como, de fato, esse é um debate que tem que ser travado nas universidades, no Parlamento, mas, igualmente, nas ruas, pelo povo e pelo povo mais pobre do país, porque são os verdadeiros donos dessa riqueza.

Vejam bem vocês, a Constituição de 46, ela não previa o monopólio. Ela previa o regime de concessão. Mas a mobilização do povo nas ruas, através de uma Lei Ordinária, que era a Lei 2004, criou o monopólio estatal do petróleo. Avançou ao que previa a Constituição. Quando é em 95... Em 97, aconteceu o oposto. Apesar de, hoje, a gente ter o monopólio na Constituição, graças àquela tentativa de calar a voz do povo, através do neoliberalismo, que se consolidou na nossa região a partir dos anos 80, a Lei 9478, ela – quero falar mais uma vez – vilipendiou, estuprou a Constituição Federal, quando tirou o controle do país sobre esse importante setor e coloca o Brasil de uma maneira muito frágil perante as demais nações do planeta. Podemos avançar.

Bom, aqui a gente tem uma coisa um pouco mais voltada para a categoria, que é o quanto a Lei 9478 também sacrificou os trabalhadores petroleiros, na medida em que levou a abertura de redução de efetivos, levou a sucateamento da PETROBRAS, acidentes que vitimou, como a P 36, que matou 11 companheiros no litoral do Rio de Janeiro e por que não dizer o meio ambiente, com os acidentes da Baía da Guanabara, acidentes do Paraná? Penso que, como disse aqui o Senador Cristovam Buarque, no início, nós, trabalhadores petroleiros, não queremos discutir essa questão simplesmente sob a ótica dos trabalhadores petroleiros, queremos discutir enquanto brasileiros e discutir que o petróleo pertence ao conjunto da população e de preferência para a população mais pobre, mas achamos legítimo também colocar o quanto nós pagamos pela onda liberalizante. Acho que defender o direito dos trabalhadores é legítimo. Não deve ser o mote principal na discussão da lei do petróleo, mas a gente vai sempre abordar essa questão também. [soa a campainha]. Podemos avançar. Vai ser difícil. Vamos lá. Bom, aí...

Quero abordar um pouco. A lei atual, a Lei 9478 é das piores legislações de petróleo do planeta, das piores do mundo. Retoma o Brasil à condição do início da industrialização, com o regime de concessão. Agora, a situação do Brasil, ela só não é pior porque o mesmo povo, que tomou as ruas na década de 50, também chamou o destino nas suas mãos, em 2002, e mudou o rumo da história, ao eleger um outro projeto para o país. E aí, nesse sentido, apesar da Lei 9478, a partir de 2003, começou a se retomar os investimentos na PETROBRAS e possibilitou, inclusive, a gente chegar ao pré-sal e ter a PETROBRAS hoje como a quarta maior empresa das Américas e a quarta maior empresa mais admirada do planeta. Então, efetivamente, quem fez essa questão foi o povo. Eu vou pedir só para abrir aqui, um pouco, esse hiperlink aqui. Aqui é um pouco o avanço dos investimentos na PETROBRAS. Vejam vocês a diferença do que era feito em 2000 e o que foi feito em 2007. Olhem a diferença pelo gráfico. De 536... Não, 536 milhões de dólares para, em 2007, três vezes mais. É esse o dado. Podemos voltar. Podemos avançar.

Aqui, um pouco, também, a situação do que nós tínhamos antes, em 97, apesar que esse não é o argumento principal para nós, esse é um argumento estritamente daqueles que veem o petróleo como mercadoria, mas não é o nosso caso. O risco exploratório, antes do pré-sal, era um risco alto, os nossos campos eram campos, no máximo, de tamanho médio, e a capacidade de financiamento da PETROBRAS e do país, nesse setor, era uma capacidade baixa. O petróleo estava situado em 17 dólares o barril. Avancemos. Avancemos. Pode voltar um pouquinho, por favor.

Bom, depois da Lei 9478, o que a gente teve? Nove licitações de petróleo, foram vendidos 691 blocos, arrecadou-se, com todas as nove rodadas, 5,4 bilhões e a média de 7,8 milhões por bloco. Avancemos. Aqui... Podemos avançar. Aqui são os leilões da área do pré-sal. Vejam bem vocês. Toda a área que já foi leiloada do pré-sal, cerca de 28% da área do pré-sal, arrecadou-se, por Estado, 345 milhões de reais. Eu citei, lá no início, que nós podemos estar por trás de cerca de 15 trilhões de dólares. É essa a diferença que o Estado arrecadou com 28% e o que pode corresponder o pré-sal. Avancemos. Avancemos. Muito bem.

Agora, é a situação atual com o pré-sal. O risco exploratório, ele é baixo, nós temos potencial de grandes campos, a nossa capacidade de financiamento, ela é bastante alta, e o petróleo está a 70 dólares o barril. Quero dizer para os companheiros, para as companheiras, para os parlamentares presentes que, lá em 95, nós somos contra as mudanças. Lutamos, batalhamos. A nossa greve, onde foi demitido quase

cem companheiros, os nossos sindicatos foram praticamente fechados, teve uma ligação profunda com essa resistência àquela mudança. Então, para nós, já naquela ocasião, mesmo com o risco alto, com as questões econômicas altas, o petróleo, ele não é uma mercadoria. Petróleo é estratégico para as nações. Por isso, nós resistimos contra aquele projeto. Agora, esses dados aqui, aquilo que já era estratégico em 95, agora se tornou economicamente impensável se manter o regime de concessões e a Lei 9478. E mais do que isso, temos que discutir, sim – o nosso projeto prevê isso -, a revisão das áreas leiloadas. Vamos conversar sobre isso, vamos avançar.

Bom, quais os desafios que tem para a sociedade, nesse debate? Qual será o modelo de exploração desenvolvida e a produção de petróleo e de gás natural no Brasil? Quem vai controlar as gigantescas reservas do país? Como o Estado Brasileiro vai utilizar os trilhões de dólares, originários da exploração das gigantescas reservas de petróleo e gás? Quem ficará com essa riqueza? Avancemos. Aqui, a gente chega, companheiros e companheiras, aqui, no nosso Projeto de Lei. Quero dizer que, para nós, a gente tem a clareza de que o pior que tem para nós, hoje, é, de fato, a Lei 9478. Essa lei, ela tem que mudar. Achamos mais, achamos que tem que ser revisto o que lá foi feito. As futuras gerações não merecem que nós brasileiros, que estamos em transição aqui, como tão bem abordou aqui o Senador Cristovam Buarque, temos que olhar para as futuras gerações, para as crianças e para os mais jovens, não merecem, não nos é permitido que a gente deixe a coisa como está. Cada um de nós, se não tiver uma militância ativa nesse debate, penso que não poderemos encarar nossos filhos e nossos netos de cabeça erguida, porque estaremos vilipendiando a pátria. Nesse sentido, nós propomos, e é o que a gente quer abordar mais, uma lei que não se limita à correlação de forças existentes no Congresso Nacional, tal qual não se limitava em 53, quando nossos antepassados construíram a Lei 2004. Nós acreditamos que temos que construir essa lei sob a ótica da força do povo, do povo mais pobre, que vai se mobilizar para exigir que o petróleo tenha que ser nosso, que ele vá para o que é necessário.

Então, nesse sentido, vamos travar esse debate no Congresso, respeitamos a representatividade do Congresso. Agora, entendemos que esse debate pertence ao povo, e não, simplesmente, às casas legislativas. Nesse sentido, eu queria pedir aqui... A gente está separando aqui a nossa proposta de lei em três grandes blocos: o fundo social soberano, que se assemelha, mas tem pontos importantes, diferentes da proposta do Executivo; o monopólio estatal do petróleo e a executora desse monopólio, a Petróleo Brasileiro S/A. No Fundo Social Soberano, o que a gente propõe? E quero destacar, aqui, a diferença em relação ao projeto do Executivo. O Executivo propõe que seja constituído o Fundo com os recursos do petróleo, que esse Fundo seja utilizado de uma maneira rentável para a infraestrutura do país e que o rendimento desse Fundo seja utilizado para a saúde, para a educação, para as questões sociais. Nós propomos que a totalidade do Fundo seja utilizado para as questões sociais. O que a natureza levou 130 milhões de anos para fazer, tem que ser utilizado para pagar a imensa dívida social com o povo mais pobre do nosso país, mas, também, eliminar os gargalos da nossa economia. Porque a nossa história recente, a maneira com que o Brasil tem encarado essa crise econômica, demonstra claramente que um país que tem um mercado interno fortalecido, que tem o seu povo em melhores condições, está muito melhor preparado para enfrentar as turbulências que possam acontecer.

Então, não é meramente uma visão social da questão. Nós também entendemos que isso interfere na economia, se a gente utilizar o recurso do petróleo para eliminar os gargalos. Vou pedir para abrir aqui, um pouquinho, esse hiperlink aqui. Só esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES Ótimo. Os companheiros estão aqui, me cedendo mais tempo, e eu vou aprofundar um pouquinho mais o nosso Projeto de Lei. Então, a gente propõe essa questão aqui. A afirmação da soberania nacional. Então, o controle ele passa por isso. E a destinação dos recursos para o conjunto da população, como eu dizia. Nós não queremos repetir aqui a situação de países. Muito se fala, companheiros e companheiras, da doença holandesa, que são aqueles países que se utilizam do recurso do petróleo e, por conta de voltar toda a sua economia para o petróleo, a sua moeda é desvalorizada, e o país vai tendo a sua indústria, a sua agricultura destruída, porque passa a viver tudo em função do petróleo. Essa é a chamada doença holandesa, que nós entendemos que o Brasil tem que se proteger dela. Agora, pior que a doença holandesa é a doença que vive em países como a Nigéria, como a Angola ou mesmo a Arábia Saudita, a maior reserva petrolífera, que tem muito dinheiro e que fica para meia dúzia, e o país é um país que tem a maioria da sua população na miséria. Então, para nós, a doença holandesa é grave, mas a doença nigeriana, a doença da Arábia Saudita, de outros países, é muito pior. Por isso, a gente tem que discutir isso com exatidão, porque, senão, aqueles 15 trilhões, que pode estar lá, debaixo do subsolo, pode ir para meia

dúzia ou, pior do que isso, pode simplesmente sair do país para irrigar interesses internacionais.

Bom, aí a gente põe aqui os pontos que a gente propõe que seja investido, como eu dizia aqui. Bom, todo o excedente, todo o excedente da indústria, isto é, tirando lá a parte que vai para os investimentos, reinvestimento, também investimentos em energias limpas, porque a gente sabe que o petróleo é uma energia poluidora e que tem prazo para acabar, mas, tirando tudo isso, todo o restante iria para o investimento, para as questões sociais. Aí, notadamente, os companheiros estão com as camisetas, ali, que têm a nossas quatro gotinhas: saúde, Reforma Agrária, educação, Previdência e moradia. É para cá que tem que ir o recurso do nosso petróleo. Avancemos. Sim, só um minutinho ainda, por favor. Aqui o... Volta um pouquinho. A gente propõe também: para acompanhar esse Fundo, tem que ter um controle social, com representantes da sociedade civil, e controle público sobre a [ininteligível] desses recursos, e elas não podem ser contingenciadas. Isso é, o dinheiro tem que ser carimbado para onde vai. Essa que é a nossa proposta. Avancemos.

Bom, aqui são os artigos. Então, isso está... Todos têm acesso. Podemos avançar. Muito bem. Basicamente, essa é a questão do Fundo. Depois, os outros pontos... Não vou abrir os hiperlinks, mas vamos só conversar um pouquinho a respeito, porque essa também é uma grande polêmica, que é a criação, ou não, da nova empresa e isso tudo. Bom, para nós, trabalhadores, essa questão da empresa... Nenhum país consegue ter o controle, o monopólio estatal do petróleo, se ele não tiver uma empresa forte que possa ser a executora desse monopólio. Lembrando também que... Também, apesar do muro do neoliberalismo ter caído com a crise do *subprime* e com a estatização da General Motors, não a do Brasil, a de lá, o muro do *subprime* caiu na cabeça dos neoliberais. Mas, mesmo assim, aqueles que nos diziam que nós, quando resistíamos ao neoliberalismo, era por pura ideologia, eles ideologizaram muito mais essa questão do que nós, trabalhadores e os progressistas do mundo. Ideologizaram muito mais. Então, portanto, até hoje ainda, palavras como monopólio tenta-se vincular ela aos monopólios privados, como tenta se consolidar no Brasil, no setor petroquímico agora, por exemplo, com a Braskem crescendo enormemente. Que aí, sim, é o temor, o monopólio privado. Agora, o monopólio estatal é o mecanismo que as nações pobres encontram para proteger os seus recursos naturais, particularmente o petróleo. Portanto, aqueles... Já disse uma vez aqui na... Disse no Plenário da Câmara uma vez, não vão nos calar, tentando dizer, tentando nos acanhar com relação ao termo monopólio. Nós vamos usar o termo monopólio estatal do petróleo, porque foi o monopólio estatal do petróleo que possibilitou ao Brasil ter alguma soberania ainda. E ter, sim, um poder de intervenção na conjuntura atual, quando o mundo econômico, em todo o planeta, cai de joelhos. Enquanto você tem uma Vale do Rio Doce, que, graças à privatização, reduziu os seus investimentos e mandou cinco mil trabalhadores embora, você teve uma PETROBRAS que, durante a crise, reforçou em 70% os seus investimentos no país. Inclusive, no Programa de Aceleração do Crescimento, reforçou em 70% e possibilitou o Brasil enfrentar a crise de uma maneira diferenciada que os demais países. E isso só foi possível pelo monopólio estatal do petróleo. Queremos dizer também que todos os avanços que a gente teve nessa área só foi possível graças ao monopólio estatal do petróleo, porque os entes privados não teriam avançado nas pesquisas no mar, que, na época, era muito cara e que, portanto, era mais fácil ir buscar o petróleo nas nações pobres, explorar as nações pobres no Oriente Médio ou mesmo na África, buscando petróleo em terra, do que fazer os investimentos necessários para buscar o petróleo no mar, no nosso território. Isso só foi possível graças ao monopólio estatal do petróleo. A província do pré-sal, um só campo custou 230 milhões. É isso, né, Henrique? 230 milhões o primeiro furo do pré-sal? De dólares. 230 milhões de dólares. Um só furo. Quando você teria um ente privado que aceitaria fazer um investimento dessa monta, com esse risco? Isso só foi possível, a existência da PETROBRAS, que foi criação do monopólio estatal do petróleo. Não vivi a campanha do 'Petróleo é nosso', mas não nos calarão, tentando nos intimidar. Vamos para cima, sim, defender o monopólio estatal do petróleo, sem nenhuma vergonha.

Depois, companheiros e companheiras, agora, defendemos para a execução desse monopólio a nossa PETROBRAS. E aqui um parênteses. Queremos conversar um pouco sobre isso. Por que a PETROBRAS? Quero confessar para os companheiros, para as companheiras, para os parlamentares que, quando se fala em nós propormos, aqui, a retomada, nós propormos uma PETROBRAS 100% estatal e pública, com controle social, retomada das áreas leiloadas, tudo isso. Tudo coisa que custa muito dinheiro. Quando se fala na criação de uma nova empresa, em tese, é realmente uma proposta interessante. Quando você olha assim, cria uma nova empresa, controla o petróleo, o pré-sal, não precisa nenhum investimento de um país pobre como o nosso... Parece uma ideia interessante, em tese. Agora, durante toda essa história que a gente passeou aqui, não foi o Estado Brasileiro que protegeu o nosso petróleo. Infelizmente. Quem protegeu o nosso petróleo foi o nosso povo, foi a nossa gente mobilizada, quando

criou o monopólio estatal do petróleo e quando resistiu bravamente às investidas dos entreguistas de plantão, em todos os momentos da nossa história. Foi assim na criação, foi assim no golpe militar que, depois, veio com os contratos de risco e teve resistência, foi assim na tentativa da revisão constitucional, foi assim quando quebraram, quando criaram a 9478, que a gente não conseguiu impedir a quebra do monopólio, mas arrancamos daqueles que privatizaram tudo, o compromisso que tiveram que pôr na lei que não privatizariam a PETROBRAS. Quem fez isso foi o nosso povo, nas ruas. Então, quando a gente olha para isso, perguntamos assim: "O que representará uma nova empresa para esse povo?". A maior parte do nosso povo sequer sabe que os tucanos entregaram meia PETROBRAS na bacia das almas, sequer sabe que 28% do pré-sal foi leiloado. Agora, o nosso povo todo sabe o que é a PETROBRAS. Então, para nós, o simbolismo e a força política e social que está por trás da PETROBRAS é muito mais importante do que as teses, senador. É esse o receio que temos com a criação da nova empresa. Por isso que a gente propõe a PETROBRAS como executora. Porque a PETROBRAS tem lastro; lastro social, político, de luta. Lastro dos brasileiros que morreram nas praças, nas ruas, na campanha do 'Petróleo é nosso', lastro de um Presidente da República, que deu um tiro no peito, por conta das ameaças que já haviam pela criação da PETROBRAS. Essa é a história. Por que os neoliberais, antes de tentar privatizar, propuseram primeiro a mudança do nome? E isso foi derrotado aqui, nessa Casa, no Congresso Nacional, foi derrotado a mudança do nome de PETROBRAS para Petrobrax. Foram para cima de Fernando Henrique, e ele teve que recuar. Então, queremos dizer para todos que, para nós, o central nesse debate é a mudança da Lei 9478. Temos que jogar essa maldita lei para a vala, acabar com ela e avançar num projeto popular que garanta os nossos recursos. Mas quero compartilhar que, para nós, o importante é a mudança da lei, sim, quero deixar isso muito claro. Mas, também, igualmente claro, quero dizer que a proposta do Executivo avança, mas está longe do que os trabalhadores e os movimentos sociais consideram ideal. Essa proposta foi construída com os debates da sociedade. Avancemos mais um pouquinho só, porque aí a gente tem que apresentar também – isso aqui é resumidamente – o que a gente propõe para chegar a esse ponto.

Mobilização crescente de toda a sociedade. Pensamos que a categoria petroleira não é única, mas ela tem que ser vanguarda nesse debate. Estamos fazendo isso ao propor a lei, ao mobilizar, já fizemos atos em praticamente todos os estados brasileiros, em defesa de uma nova lei do petróleo e também contra a CPI, que é privatista, sim. Unidade de ação das diversas organizações sociais, a gente entende... Como nós estamos fazendo, estamos construindo uma imensa unidade nacional em cima desse tema, não temos o que divergimos, e, sim, é o que nos une. Comitês... Constituição de comitês em todo o país, isso já vem acontecendo. Atos em praças e ruas, isso também já vem acontecendo. Podemos avançar.

E por último, a tarefa não é fácil. Mas as coisas não são difíceis porque nós não ousamos. Elas se tornam difíceis quando nós não ousamos. Um pouco de filosofia dum filósofo romano. Muito obrigado, e, no debate, a gente aprofunda os demais.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência cumprimenta a brilhante exposição feita pelo Moraes, Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros, e, para avançarmos no debate, em seguida, passamos de imediato a palavra para o companheiro Emanuel Jorge de Almeida, coordenador do SINDIPETRO do Rio de Janeiro e representante da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS. Quinze minutos com mais cinco, se necessário.

SR. EMANUEL JORGE DE ALMEIDA: Senador Paulo Paim e demais companheiros. [ininteligível] vendo a possibilidade de a gente disponibilizar um pouco desse tempo para passar o nosso comentário. Eu não sei se ele conseguiu aí...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Conseguiu aí? Conseguiu passar o comentário no tempo dele?

SR. EMANUEL JORGE DE ALMEIDA: Rafael... Acho que não conseguiu, né? Bom, tá bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Enquanto a gente aguarda, você faz a sua introdução, pelo menos, e, se chegar em tempo, passa.

SR. EMANUEL JORGE DE ALMEIDA: Ok. O vídeo está aqui, na minha mão, eu vou presentear tanto uma cópia do vídeo, que é esse aqui, e uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meu amigo, até o momento, me disseram que não chegou nas mãos deles o vídeo. Então, você passa agora, entrega... Aqui é tudo ao vivo, mas é tudo informal.

SR. EMANUEL JORGE DE ALMEIDA: Alguns minutos, passaria o vídeo, pelo menos a introdução. Porque ele é longo, é uma hora. Mas sei lá, uns cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos aproveitar cinco minutos, ok? Vamos lá. Vai falando, enquanto eles vão organizando. Você vai usando teu tempo.

SR. EMANUEL JORGE DE ALMEIDA: Tá legal. Então, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o Senador José Nery, o Deputado Federal... O Senador, também, Gerson Camata. Gostaria que ele estivesse aqui presente. Tanto o Nery como o Camata, pela preocupação, cumprimentar o Deputado Federal Geraldinho, a Deputada Iriny Lopes, que teve que sair, cumprimentar o companheiro Joba, que representa o MST, a Via Campesina, o companheiro Divanilton, petroleiro, companheiro Moraes também, da FUP, petroleiro, companheiro Dary, petroleiro, demais companheiros da FUP que estão aqui presentes e da [ininteligível] também, o Mauro e o Ademir, que estão aqui presentes, e os demais aqui presentes nessa audiência. Bom, dizer que é uma satisfação estar aqui, enquanto representante do SINDIPETRO – RJ e da AEPET, dizer que, primeiro, eu queria até corroborar com o que foi dito aqui, pelo Senador Cristovam Buarque, que ele não queria só debater com os petroleiros, e os petroleiros têm sido vítimas, nesse debate, de muito preconceito. Inclusive o jornal aqui, de Brasília, dedicou uma página inteira dizendo que o petróleo é nosso, o dinheiro é deles, dos petroleiros. Queria dizer que a PETROBRAS gasta cerca de 3% do seu faturamento com a folha de pagamento de seus empregados. Isso representa metade do que gasta as demais concorrentes da PETROBRAS. Então, o dinheiro não é nosso, com certeza. Mas a preocupação social e da soberania, como disse o Moraes, é nosso compromisso e nós vamos continuar à frente dessa luta que sempre tivemos. Depois, eu também queria questionar a grande imprensa, O Globo, Estadão, a Folha de São Paulo, os principais veículos, aí, da mídia, muito preocupado com a proposta que eles chamam de estatizante, e o New York Times diz que a volta dos ventos nacionalizantes, a Revista Newsweek publicou uma foto com o Presidente da PETROBRAS, Sérgio Gabrielli, com o chapeuzinho do Che Guevara. E aí a gente quer dizer para a imprensa que não somos nós que estamos trazendo de volta os ventos estatizantes. O Barack Obama acaba de estatizar grande parte da economia americana, e o mesmo fez vários países europeus.

Então, nós queremos, sim, reforçar o poder do Estado, que é ele que pode suprir as carências públicas do nosso povo. Então, a gente considera a proposta do Governo tímida, do Governo Lula, muito tímida. Estou aqui, como fez o Moraes, fortalecendo a proposta que nós protocolamos, proposta que tem um cunho social, que foi apresentada pelo Deputado Fernando Marroni, que, sim, a gente quer aprofundar, fortalecer o Estado, e nessa questão do petróleo, que a gente acha fundamental. Queria dizer que o nosso projeto, o projeto social que nós protocolamos, assinado por cerca de 22 deputados, que, com certeza, vai ter a adesão de demais senadores e também deputados, com certeza, vai ser uma luta aqui, dentro do Congresso Nacional, mas também corroboro com o Moraes que o grande embate a gente vai dar na rua. O nosso desafio é retomar o movimento 'O Petróleo é nosso'. Então, o nosso projeto fortalece a PETROBRAS. A gente quer a PETROBRAS 100% estatal e pública, a gente quer a volta do monopólio estatal, porque foi ele que propiciou os grandes avanços no setor petróleo no nosso país, inclusive a descoberta do pré-sal. Não é verdade que foi a lei do Fernando Henrique, a 9478, que fez alavancar a indústria do petróleo. O pré-sal está sendo pesquisado e analisado há 30 anos, e o monopólio foi quebrado em 97, até por questão de tempo. Não seria verdade, né? Então, a gente quer a volta do monopólio e a PETROBRAS à frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Emanuel, como você havia solicitado, então nós vamos passar, com a tua concordância, o primeiro capítulo do filme que você propôs.

SR. EMANUEL JORGE DE ALMEIDA: Acho que eu cometi uma grande falha de não ter cumprimentado o Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nada, aqui está tudo em casa, Emanuel. Vamos lá. Eu te chamo de Emanuel e tu me chama de Paim e vamos lá.

SR. EMANUEL JORGE DE ALMEIDA: Senador Paulo Paim, que, além desse mérito de estar trazendo aqui a primeira Audiência Pública, ele também é muito querido pelos aposentados, lá, petroleiro, pela sua luta dos aposentados. Então vamos para o filme, uns cinco minutos. Aí... Pois não, depois a gente retorna.

[exibição de vídeo]

[música]

ENTREVISTADO: *A exploração do pré-sal exige uma mudança da legislação brasileira. Ela foi feita visando atrair investimentos de fora, de outras empresas, num sistema de concessão, em que, em última análise, ainda que questionável, a propriedade do petróleo ou do gás natural extraído é da empresa que tem a concessão. O pré-sal muda. A probabilidade de encontrar o petróleo é muito alta*.

ENTREVISTADO: *Nós vemos os campos de petróleo descobertos no pré-sal, alguns deles têm parcerias importantes. Um deles parece que 40% é de capital estrangeiro, outro tem 60% de capital estrangeiro. Por mais que a PETROBRAS, digamos, opere os campos, uma parte desse petróleo e, portanto, dessa riqueza, já é de capital privado e capital estrangeiro.*

ENTREVISTADO: *Se a PETROBRAS fosse uma empresa autenticamente estatal e não mista, como ela*

é hoje, as parcerias seriam benéficas. Você pode fazer um acordo com uma Shell, por exemplo, para explorar, juntos, um bloco. Mas o petróleo que sai de lá é brasileiro. E a Shell é paga pelo serviço que ela prestou. Mas, quando o Fernando Henrique reformou, criou uma lei, que diz: "O petróleo continua sendo nosso embaixo da terra. Mas, quando é tirado da terra, pode ser de qualquer um. E aí o petróleo vai ser negociado com eles, e eles podem até estar vendendo para nós o nosso petróleo"... Esse é o extremo da aberração a que nós chegamos.

ENTREVISTADO: *Aqui, embaixo da minha casa, eu fico sabendo que existe uma mina de ouro aqui, por alguma razão. Imediatamente, eu vou chamar umas pessoas, outras pessoas para cuidar disso pra mim. Vou falar assim: "Olha, vou vender logo a minha casa porque eu acho que tem um tesouro aqui embaixo". Parece que nós não sabemos cuidar de coisas boas. Parece que não teremos a capacidade, então, já que existe esse pré-sal e já que é um potencial, a gente tem que chamar outra gente para cuidar, porque a gente não dá conta disso, não. Porque nós somos muito ruim, nós somos gente muito despreparada, né?*

[música]

ENTREVISTADO: *Nós podemos passar a pensar num novo plano de metas, ou Plano Nacional de Desenvolvimento, a partir do desenvolvimento do pré-sal. Vários países acertaram. Eu morei na Suécia na década de 70. Não é tão longe assim. Naquela época, os finlandeses eram os trabalhadores da construção civil na Suécia. Os suecos já não queriam mais trabalhar na construção civil, é um frio danado... Hoje, a Finlândia é o país que tomou a ponta nas telecomunicações, tem o melhor sistema educacional do mundo e é um caso de êxito mundial. Melhor qualidade de vida no mundo hoje, se você tirar o frio, está na Finlândia*.

ENTREVISTADOR: *O que eles fizeram?*

ENTREVISTADO: *Porque eles acertaram suas opções. Eles encontraram os nichos e investiram pesadamente na sustentação disso. Investiram pesadamente em educação. O cidadão finlandês hoje, o jovem finlandês é uma pessoa muito culta, tecnicamente muito preparada*.

[música]

ENTREVISTADO: *É a ideia do [ininteligível] é a ideia de que existe um lugar aonde existem riquezas espetaculares. Mas você só pode chegar lá com muito esforço e sorte. Agora, nós batemos no Eldorado que está no alcance, à mão.*

ENTREVISTADA: *Estou com 91 anos e não pretendo parar enquanto me restarem lucidez e vida. É obrigação, não é favor.*

[música]

ENTREVISTADO: *Para que esta pressa, numa época em que todo mundo que precisa de petróleo está pagando barato por ele? Para o produtor, 100 dólares o barril seria ótimo, porque tem mercado e, ao mesmo tempo, ganha muito. Para o comprador, os países dependentes, 50 está ótimo, porque eles podem aumentar o consumo, vender muito, com margens de lucro garantidas pela escala da venda. Para o meio ambiente, é um desastre. O preço seria 300 dólares o barril. Do ponto de vista ambiental. Por quê? Porque é um grande acelerador da emissão de gases em estufa que está sendo o principal responsável do aquecimento global. Para que chegar a esse extremo, se a gente pode planejar o uso dessa energia muito mais racionalmente e de forma mais sustentável?*

[música]

ENTREVISTADO: *Vou adotar as coisas que o Presidente Lula falou a respeito do petróleo, que, pra mim, são extremamente importantes. Primeiro, que o Brasil não deve ser exportador de petróleo cru. Corretíssimo! Citou, em apoio, que a PETROBRAS está fazendo duas refinarias de diesel, para produzir um diesel de alta qualidade, que permita o Brasil suprir mercado brasileiro e mundial de diesel. Excelente! Todos os estímulos, derivados da economia do petróleo, devem ser orientados para dentro da economia brasileira. O que é, no meu ponto de vista, uma decisão absolutamente correta.*

Os países que dão certo são aqueles que compreendem a sua especificidade. Todos os países sempre tiveram, ao longo da sua história, aspectos ruins, fases ruins. Hoje em dia, por exemplo, se diz que o operário japonês é um ótimo trabalhador. É mesmo um ótimo trabalhador. Curiosamente, no início do século XX, o operário japonês era considerado péssimo, beberrão, absenteísta... Em algum momento da sua história, o Japão soube diminuir características negativas e melhorar as características positivas da sua própria cultura, e deu um salto. A Finlândia, Suécia, é o desafio que o Brasil ainda tem diante de si. Com mais dificuldades em certos sentidos e com mais potencial. Porque o que eles já conseguiram lá não é tão difícil de conseguir. Dar três alimentações por dia de boa qualidade para as pessoas não é difícil. Você dá uma casa digna; alvenaria, com água corrente, com esgoto, com luz elétrica, não é difícil. Você construir um sistema educacional decente, não existe uma impossibilidade, não há nada que nós não saibamos fazer. Foi isso que eles fizeram. Agora, existem algumas coisas que eles não conseguem fazer. Por exemplo, eles são povos tristes. O segundo maior índice de suicídio do mundo é na Suécia, com altíssimo padrão de vida. Eu quero dizer o seguinte: no dia que o Brasil fizer o que eles já

fizeram e que não é difícil fazer, o Brasil vai somar isso ao sol, à música, à sensualidade, à alegria, à vontade de viver, à tolerância... Entendeu? Então, o Brasil, no dia que der certo, vai dar muito certo.

[música]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. EMANUEL JORGE DE ALMEIDA: [ininteligível] que a gente sabe, conhece que a PETROBRAS exerceu, com total eficiência, o monopólio estatal do petróleo, nunca deixou faltar gasolina, nenhum derivado de petróleo e nos lugares mais longínquos do país. A gente nem tem consciência disso. Em locais que, por exemplo, não dá lucro. Mas a PETROBRAS, ela colocou lá um posto de gasolina, um posto de venda de gás para cumprir a obrigação monopolista que foi.

Depois, eu queria falar da PETROBRAS que a gente não conhece. Por isso que a gente é contra a nova empresa. Porque a PETROBRAS tem uma memória técnica muito poderosa. E foi essa memória técnica, que se expressa através de seus funcionários, que, na década de 70, quando o Governo Geisel introduziu os contratos de risco, se reuniram com o então Ministro de Minas e Energia, na década de 70, e disseram: "Olha, vocês têm que tirar desse contrato de risco a área da Bacia de Campos". Bacia de Campos... Isso foi na década de 70. Foi desenvolvida na década de 80, a Bacia de Campos, e, hoje, responde por mais de 80% da produção nacional de petróleo. E na questão do pré-sal, quando o Governo Lula retirou os 41 blocos, foi a pedido dos técnicos da PETROBRAS, que se reuniram com o Presidente e disseram: "O senhor tem que retirar dos leilões da ANP os 41 blocos do pré-sal". Então, essa é a importância fundamental da PETROBRAS, é essa memória técnica para poder conduzir a nova política do petróleo. Você não pode entregar a uma nova empresa, uma Petrosal, a 120 burocratas que vão decidir sobre essa grande riqueza natural.

Queria falar sobre a questão do Fundo Soberano, que o Governo propõe. O Governo está propondo um Fundo Soberano. Legal. Só que as políticas sociais só vão ser financiadas pelo rendimento desse fundo. Rendimento? Nós já assistimos no Brasil a política de "vamos deixar o bolo crescer, vamos apertar o cinto". Agora, as políticas sociais vão esperar o rendimento das aplicações do fundo soberano? Acho que isso aqui está errado. Nós defendemos o fundo soberano, mas de aplicação imediata nas políticas sociais. Na questão dos *royalties*, na questão dos *royalties*, acho que é legítima a luta dos Governadores, do Cabral, principalmente do Cabral e do Hartung, em querer manter os *royalties*. É legítimo. Agora, nós não podemos continuar com a mesma política de aplicação dos *royalties*. O que a gente vê lá, no Estado do Rio de Janeiro, é Prefeitura aplicando em porcelanato para calçar as calçadas, financiando shows e pagando folha de pagamento, financiando a folha de pagamento de funcionários. Então, a gente tem que cobrar também do Paulo Hartung e do Cabral uma mudança nesse *royalty*. E que eles também venham a público dizer onde é que eles estão aplicando. Rio de Janeiro tem não sei quantos bilhões, e, lá, o secretário de finanças veio a público, do não sei o que Levi, do Cabral, dizer que, se não tiver o *royalty,* vai ficar sem pagar os aposentados. Então, a gente tem que saber se é para isso mesmo que a gente quer a aplicação do *royalty*. Então, não é só manter o *royalty* que a gente está mantendo no nosso projeto. É mudar, é carimbar essa verba, para que tenham aplicação efetivamente na questão social.

Então, são essas questões que a gente queria colocar, fortalecer a questão do nosso projeto popular, que a gente sabe que nem o projeto do Governo, que a gente considera tímido, que vai ser totalmente deformado no Congresso Nacional, se a gente não tiver uma grande mobilização popular. E o que a gente quer... Até o Senador Cristovam Buarque disse: "Olha, tínhamos que consultar as crianças". A minha filha, quando viu, de 11 anos, a Manuela, quando viu o Governo, me perguntou: "Pai, por que a PETROBRAS só pode ficar com 30%?". A minha filha, de 11 anos, me perguntou, e eu não expliquei. Tem que explicar para ela. Então, realmente, a proposta do Governo, ela é tímida, mas é muito melhor do que a lei anterior, e nós temos que ter a capacidade de mobilizar a sociedade, para garantir que a PETROBRAS seja 100% estatal, para que ela seja pública também, tenha uma gestão pública, para que o monopólio estatal do petróleo volte, que a PETROBRAS seja única, que não tenha só 30%. E somos contra a nova empresa, porque é entregar em mãos de pessoas que não são do ramo, que não conhece, para fazer a partilha da área mais rica de petróleo, que tem que ser dito, senador, que foi descoberta pela PETROBRAS, que teve que desenvolver tecnologia, que levou 30 anos, gastou bilhões de reais para isso, inclusive os 280 milhões do primeiro furo do Tupi. E também dizer que essas mesmas multinacionais, que estão de olho nessa riqueza, elas estiveram aqui, na década de 70. 36 dessas empresas. Não descobriram nada significativo do petróleo. Aí voltam, através dos leilões, e, agora, eles querem se aprofundar, abocanhar mais, através dessa partilha, que a gente espera que não aconteça. Então, o petróleo tem que ser nosso e todo o fortalecimento da PETROBRAS. Muito obrigado.

[palmas]

E eu passo às mãos dos parlamentares cópia do filme, da cartilha, e os companheiros que estão

aqui presentes, se quiserem, o nosso jornalista vai, depois, ver como que a gente faz para passar tanto o filme como a cartilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Quero receber um aqui agora. Esse eu vou levar pra casa, para ver no fim de semana, e no feriadão, inclusive. Sábado, domingo e segunda. E cumprimento o companheiro Emanuel pela exposição e pelo vídeo. O vídeo são, se não me engano, dez capítulos, nós só passamos o sétimo...

SR. EMANUEL JORGE DE ALMEIDA: Não, eu só queria dizer o seguinte: nós, com essa passagem que a gente fez, nós prejudicamos muito o trabalho do diretor do filme. Porque eu tenho certeza que, além de vocês vendo o filme como um todo, que, lógico, tem uma direção, ele colocou um ingrediente que é fundamental. Aí tem que ver o filme todo, que é a questão da emoção. Então, aonde o filme passou, foi interrompido por aplausos... Então, é bom ver como um todo e não ver fatiado, que não é o nosso compromisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu me comprometo com você, nós vamos fazer diversas audiências sobre esse tema. E toda audiência que nós fizermos, nós vamos iniciar passando capítulos do filme. Ok? Estaremos prestigiando também o diretor.

Rapidamente, vamos passar a palavra para o próximo convidado, que é o Francinaldo Alves de Correia e que aqui foi-me orientado, na Mesa, que eu diga o 'Joba', que é Coordenador Nacional do MST. Mas, antes, Joba, de passar a palavra para você, eu quero, com muito carinho... Aqui é meu assessor da Mesa, já, viu? Estou bem assessorado. O Moraes me lembrava aqui, primeiro, que estão representados aqui sete estados. E nós já combinamos que nós vamos, antes de encerrar, permitir que um, por cada estado, possa fazer perguntas à Mesa ou dar a sua visão desse importante projeto. Também dizer que foi com alegria que eu recebi a informação dele que a maioria dos companheiros aqui vieram de Campinas. Companheiros, inclusive, de cabelos brancos aí.

[palmas]

Sabe que nós temos um carinho enorme com essa luta dos idosos. Americana e Cosmópolis também. E também quero, com satisfação, cumprimentar a presença aqui do meu amigo Geraldinho, do PSOL, lá do meu Rio Grande, que substitui a minha querida amiga, também, Luciana Genro, por um período. Então, seja bem-vindo, Geraldinho, já registrei a presença da Iriny Lopes, que é Deputada Federal do Espírito Santo.

Então, nosso amigo Joba com a palavra, com 15, com mais cinco. Está com a palavra, Joba.

SR. FRANCINALDO ALVES DE CORREIA: Obrigado, senador. Bom-dia a todos e a todas! Parabenizar a iniciativa do Senador Paulo Paim e os demais deputados e senadores que abriram a possibilidade, pela primeira vez, das organizações sociais desse país poderem trazer o seu debate sobre o que vem fazendo, discutindo sobre o petróleo brasileiro. A gente já está há algum tempo com praticamente o conjunto de todos os movimentos sociais desse país, que estão discutindo a questão do petróleo em torno da campanha petróleo tem que ser nosso. Então, a gente já conseguiu fazer um bom instrumento que é esse projeto, que, mais do que um projeto, é uma síntese do que a gente pensa para esse país, que a gente entende também que a defesa dele só vai ser feita principalmente quando a gente conseguir estar nas ruas, em todos os espaços que a gente possa conquistar a defesa de um projeto para esse país. A gente entende que esse debate do petróleo, a disputa por ele, ele passa por um momento importante, que é um momento histórico agora, mas que vai ser uma luta prolongada. A gente sabe que vai ser permanente a nossa luta em defesa do petróleo e das riquezas naturais desse país, que, no momento, passa por um ataque feroz nas multinacionais e do grande capital. Então, a gente entende que isso vai se prolongar, mas que é o momento histórico que a gente está vivendo no país e achamos que foi muito ruim esse debate não ter chegado às camadas sociais. Ao invés do Governo centralizar essa construção dessa proposta do petróleo em uma caixa-preta que poucos tinham acesso, até mesmo alguns parlamentares não conheciam o que viria de proposta, então o Governo perdeu uma grande chance de fazer uma discussão com as camadas sociais, que poderiam ajudar muito e podem ajudar muito na defesa do monopólio e do petróleo brasileiro. Mas, ao mesmo tempo, queremos reconhecer de que o projeto, ele traz avanços em relação ao que se tinha anteriormente. Temos que reconhecer isso. Mas sabemos também que ele não contempla o conjunto das organizações sociais que não foram ouvidas, que fique muito bem claro aqui, não foram ouvidas pelo Governo, pela equipe que estava construindo o projeto. Mas também entendemos que esse projeto, mesmo a forma que ele está, ele não passa por essa casa como ele está. Ele não fica. Quando ele entrar aqui, ele vai ter ataque de diversos interesses. Nós estamos falando de petróleo, estamos falando de um dos temas mais importantes do mundo. Então, tem interesses mundiais sobre isso. Altera a geopolítica brasileira. Então, a gente entende que o nosso foco vai ser defender o projeto do conjunto dos movimentos sociais e, a partir dele, desencadear um processo de mobilização permanente e intensiva nes-

se país, que vai ser dessa forma que vamos conseguir garantir que as conquistas reais venham. Nós sabemos que o histórico do Congresso Brasileiro é muito conservador, tem bons companheiros e companheiras que defendem um projeto popular para esse país, mas sabem que, historicamente, nós, quando deixamos as decisões para aqui, para dentro dessa Casa, isolada, sem combinar a luta, com esses companheiros que estão aqui dentro, a gente perdeu muito. E nós aprendemos com a história e não vamos permitir perder dessa vez. Nós vamos mobilizar esse país em defesa do petróleo. É um tema, é um tema muito simpático à sociedade brasileira, todos querem debater, todos querem conhecer, é um tema que atrai o povo. E nós temos dito que isso aqui não é um debate, um projeto que tem que ser feito para a construção, como alguns pensam, que é pelo socialismo. Não. Isso aqui é um projeto popular para o país, que muitos países tiveram a coragem de fazer, e fizeram e saíram e conseguiram superar as mazelas sociais que tinham. E nós entendemos que esse é o caráter dessa mobilização, um caráter cívico, que cabe Sem Terra, que cabe Sem Teto, que cabe petroleiro, que cabe evangélicos, que cabe setores militares nacionalistas, que têm coragem e têm dignidade e caráter para defender esse país. Então, é uma campanha que cabe em todos que têm interesse em defender esse país, e não um interesse de um grupo restrito. Então, é esse povo que a gente quer mobilizar e conscientizar, para que se mobilize e possa defender as riquezas do petróleo brasileiro e que possa garantir que ele fique, de fato, para o povo.

Eu chamo atenção de alguns aspectos, um companheiro nosso [ininteligível], dizia que o Brasil virou ímã de bomba. E ele começou a explicar por quê. Nós temos petróleo. As maiores reservas do mundo foram descobertas agora, no Brasil. Nós temos água. As maiores reservas de água do mundo estão aqui. E os países também estão interessados em discutir isso. Nós temos terra abundante, que, atualmente, sofre uma investida muito grande das empresas multinacionais, comprando inúmeras quantidades de terra nesse país, e a gente fingindo que não está percebendo o que está por trás disso. E enfim, nós temos a possibilidade de gerar uma energia limpa, que ainda não é esse modelo que está sendo discutido, mas outro que estamos querendo pautar também. Mas nós temos as riquezas naturais e as demandas que o mundo estão querendo hoje. E nós não podemos esquecer, porque nós somos o país do carnaval, o país do futebol, nós estamos fora do risco dos interesses dos países que tanto fizeram guerra nesses lugares onde disputaram os recursos naturais. Por que acontecem as guerras no Iraque, no Afeganistão? Por que há o processo, atualmente, na Venezuela, hoje? Então, a gente tem que lembrar que a gente também tem... Sofre desse mesmo interesse e poucos dizem... Eu gostaria muito que os parlamentares que defendem o atual modelo, que dizem que os movimentos sociais interferem na segurança nacional desse país, eu gostaria muito que eles denunciassem e tivessem um pouco de coragem de denunciar o posicionamento da quarta frota americana que está aqui, numa clara intimidação ao Brasil, na disputa dos seus interesses dos seus recursos naturais. Não querem fazer esse debate, das ameaças que nós já estamos tendo, de todo o lobby que a gente sabe que tem das empresas multinacionais para defender os interesses dessas empresas. Nós chegamos a um cálculo, não lembro, acho que foi o Paulo Metri que conseguiu chegar a um cálculo que as empresas multinacionais do petróleo têm um bilhão de dólares para comprar – quem quiser, está à venda – para defender seus interesses. Então, esse lobby já está acontecendo, e muito forte e muito voraz. Nós sabemos quem são aqueles que estarão à venda para vender os interesses do país, em troco de uma ninharia. Então, a gente tem que estar atento ao que está em jogo, o que está em disputa. Isso altera a geopolítica, isso altera a correlação de força no país. Nós estamos falando de um tema que tem que ser debatido por toda a sociedade. Nós não podemos pensar que é só o petróleo que a gente está discutindo. Estamos discutindo muito mais coisa em torno do petróleo. E a gente entende que o debate central... Isso é o que os companheiros já colocaram. Nós temos que garantir que o monopólio do petróleo volte para a União. E nós estamos num momento muito bom. Se nós temos o conjunto dos movimentos sociais que defendem isso. Nós temos um Presidente que coloca uma proposta que realmente traz avanços e que é simpático a essa ideia de que a União tem que dominar mais essa riqueza do petróleo. E se nós temos um Congresso que boa parte dele também vota com o Governo, nós temos uma correlação de força importante, que poderia ajudar a garantir cada vez mais esse avanço para o controle do petróleo brasileiro. Ou seja, nós não podemos pecar. Nós não podemos, enquanto parlamentares, enquanto movimentos sociais, enquanto Executivo, não deixar de reconhecer essa força que está aí e poder usar isso em prol da defesa e de um avanço maior para o controle do petróleo e das riquezas naturais desse país.

Então, a gente acha que esse é o debate central, do controle. Defendemos que o... Já foi colocado, mas é bom reforçar, o fim dos leilões. Os leilões têm mostrado para nós que foi uma tragédia, que não ficamos com nada disso. E temos que reconhecer que o atual Governo também continuou fazendo leilões, e, infeliz-

mente, a atual proposta do Governo mantém o processo de leilões e possibilita as empresas avançarem para dentro do controle. Nós não podemos permitir. A história já nos mostrou isso. É incrível como a empresa deslavada, mentirosa, comprometida com outro setor desse país, tem coragem de fazer algumas defesas que chegam a ser ridículas. O mundo todo que tem petróleo está na outra rota. Está na rota do Estado controlar todo esse petróleo. E eles terem coragem de dizer que a proposta do Governo é uma proposta estatizante, que é uma proposta nacionalista. Claro que traz um pouco desses elementos. Mas é ridículo saber que o mundo avança para outra discussão do controle do monopólio e querer chamar de dinossauro aqueles que querem alinhar-se com a discussão que o mundo todo está fazendo nesse controle de reservas. Então, nós sabemos qual é o papel dessa imprensa, sabemos quais interesses eles atendem. E quanto mais falarem mal de nós, é porque a gente está num caminho certo. A gente vai ter que ter isso como clareza. Acho que o Senador Camata avança numa coisa que a gente ainda não tinha discutido na campanha, de discutir como questão genérica, que era que o fundo social soberano, que a gente acrescenta essa palavra, que as riquezas ficassem para todo o conjunto da sociedade brasileira. É verdade. Mas ele indica uma coisa interessante, que esses recursos, que venham a ser divididos, que comecem a inverter a lógica. Os Estados que são mais pobres, são mais carentes, devem ter mais acesso a tudo isso. E não hoje, a política de *royalties* nesse país é complicada. A gente tem poucos estados se apropriando desse recurso, e eu faria uma provocação: que tivéssemos coragem de fazer uma auditoria no uso dos *royalties*. Não estou generalizando em todos os estados, mas a grande maioria nós sabemos que não está sendo investido em projetos sociais. O que tem por aí de shows, contratação... Eu conheço uma cidade mesmo que tem... Paga folha para times de jogadores de futebol. O ridículo que o Senador Cristovam colocou, um cemitério que tem garçons para servir as pessoas, pago com dinheiro de *royalties*. Não queremos generalizar, mas existe muita coisa de uso desses *royalties* que não trouxe ganho real para o povo, e a gente tem que discutir. Frisar uma coisa de que nós aprendemos com a história também, que nós não podemos ficar refém nessa ideia de exportar o petróleo cru. Ora, o petróleo tem diversas potencialidades que podem ser feitas e potencializar o valor que ele pode ter. Então, a gente não pode permitir que isso continue acontecendo. Muito menos a ideia de que, infelizmente, alguns estão defendendo: "Ah, vamos tirar todo o petróleo de forma mais rápida possível, pra gente vender todo o petróleo". Isso é um erro. A história já mostrou quanto os países já erraram. Então, o petróleo tem que ser tirado de forma gradativa, não temos que ter essa pressa de tirar tudo para vender. E tem que discutir, sim, que a campanha avance, discutir a forma sustentável e a indicação de formas alternativas de energia. É engraçado, as pessoas brincam, a China, a gente brinca, a China descobre petróleo, ela vai lá e tapa. Ela segura o petróleo. Será que é loucura dos chineses? Eles têm um pensamento estratégico, têm um pensamento de quanto é valiosa essa riqueza e de que forma deve ser explorada.

Então, a gente tem que olhar para a história... A história dos países nos dão vários elementos pra gente ter a clareza do rumo que a gente, de fato, quer tomar e que a gente está tomando. E voltar a esse aspecto da soberania. Nós não podemos deixar nosso país ser controlado pelas multinacionais, que elas venham aqui e façam o que querem, e a gente não discutir o papel tão poderoso que elas têm. Então, temos que combater, sim, a entrada dessas multinacionais, da forma que estão explorando nossas riquezas, riquezas naturais. E saber de que elas são as que também insuflam os conflitos regionais para querer fazer as disputas pelos recursos. E nós temos... Nós, da campanha, não discutimos, descolado à campanha, os recursos naturais, do que está acontecendo na Colômbia, das bases militares que estão querendo ser implantada lá. Para nós, nada é mais do que uma preparação para o ataque da apropriação dos recursos naturais de toda a América Latina. Nós não temos nenhuma cerimônia em discutir isso, estamos discutindo e querendo colar a discussão do petróleo, dos recursos naturais, com a soberania do nosso povo, seja no aspecto econômico, social, político e também de segurança.

Por último, já finalizando, meu tempo está acabando ali, nós temos que reafirmar de que essa discussão, ela tem que perpassar por todos os setores da sociedade. E vamos... Existem diversas iniciativas acontecendo nesse país de comitês, de setores se organizando para discutir o petróleo. Então, nossa tarefa agora é integrar essas iniciativas e fazer a disputa principalmente nas ruas. E vamos estar muito casado e colado com os parlamentares que queiram, de fato, discutir essa questão do petróleo como iniciativa de um projeto popular para esse país. Que esse Fundo tenha a garantia de que esses recursos venham para isso. E gostaria de alertar aqueles que sempre venderam esse país, que sempre privatizaram e aqueles que não querem reconhecer o momento histórico que a gente está vivendo do quanto é importante esse debate das riquezas do pré-sal que a gente tem hoje. Esse tema está agregando muita gente. É um dos temas que possibilitou os setores progressistas desse país

como nunca visto. Eu acho que o que a gente lembra do último tema que agregou muito os setores progressistas e nacionalistas foi a discussão da campanha da ALCA. Juntou muito. Mas esse tema traz muito mais facilidade, muito mais simpatia pra gente agregar o povo em torno dele. Onde a gente chega para fazer esse debate da questão do petróleo, do pré-sal, é muito bem recebido. O povo tem um vínculo histórico com a campanha 'O Petróleo é nosso', que foi desencadeada anteriormente. Vocês viram a Maria Augusta Tibiriçá naquele vídeo, ela foi a Secretária-Geral da campanha 'O Petróleo é nosso'. E está aí, viva, contribuindo. Então, aonde você entra com esse tema possibilita agregar. E a gente está querendo dizer que é possível discutir um projeto para esse país em torno disso. É possível aglutinar o povo em torno da discussão desse projeto. Um tema muito simpático.

Então, a gente tem um momento histórico, que a gente pode dar uma virada nesse país para acabar, sanar ou melhorar grande parte da questão das dívidas sociais que nós tivemos nesse país, na educação, saúde, moradia, enfim, Reforma Agrária, mas Reforma Agrária não é a questão de dinheiro, Deputada Iriny, é uma questão ideológica que esse país passa na disputa. Se fosse dinheiro, seria mais fácil resolver. Então, nós não podemos deixar que isso passe pelas nossas mãos e a gente não tenha feito uma discussão e que a gente não tenha feito uma participação nesse processo. E o Brasil vai agradecer muito para aqueles que não têm coragem de defender esse país, aqueles que sempre se colocaram aos interesses dos ricos, das multinacionais, que eles vão mostrar a cara e dizer de que lado estão. Vai ser ótimo pra gente fazer esse debate. E esperamos que o Governo também tenha a consciência e a clareza de que tem um momento histórico e que pode avançar nessa discussão. Mas queremos reafirmar que o nosso projeto dos movimentos sociais, que nós vamos defender, que nós vamos trazer para a sociedade e está ocupando espaço no Congresso ou, senão, no Parlamento, é esse que foi apresentado aqui, pelos companheiros da FUP e dos petroleiros. E fazer um pedido à Casa que esse debate possa, de fato, ser reproduzido pela TV, em outros espaços que sejam possíveis, e que, se esse filme puder ser reproduzido na TV também, na TV Senado, nos espaços públicos, sejam, porque ajuda muito a debater a questão do petróleo. E esse tema, quanto mais debate haver nesse tema do petróleo, ele só fortalece as duas propostas: a dos movimentos sociais e mesmo a do Governo. Então, quanto menos debate na sociedade, nós vamos deixar os interesses das multinacionais, dos setores privatistas desse país serem mais fortalecidos. Nós não podemos deixar que essa Casa discuta, sem que as ruas possam dar o seu tom e a garantia da defesa desse projeto. Por enquanto, muito obrigado. É isso.

DEPUTADA IRINY LOPES (PT-ES): Senador Paim. Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só um minutinho, só para concluir aqui. Eu queria cumprimentar... Eu vou direto no Joba. Parabéns pela sua exposição, você que coordena o nosso MST, que tem uma história bonita de luta, que orgulha todo o povo brasileiro, e tenha certeza que esse filme nós vamos valorizar o filme. Eu já assumi o compromisso, eu repito de novo, toda Audiência Pública... Teremos diversas aqui. E eu estava aqui, conversando com o Moraes, nós íamos tentar fazer esse mesmo debate em alguns estados. Fazer com a Assembléia Legislativa, os movimentos sociais, e levar o debate do projeto lá, para que os Deputados Estaduais também cada vez estejam assumindo mais esse compromisso de debater o tema. Respeitamos os que pensam diferente, isso é legítimo. Nós vamos fazer um amplo debate e, quem sabe, esse filme seja, também, nas assembléias, colocado como carro chefe, quando iniciarmos a discussão do projeto apresentado pela FUP. Passamos... Primeiro a nossa deputada, que já pediu a palavra. Como eu havia dito no início, deputado e senador aqui pede a palavra e fala no momento que achar mais adequado, e, em seguida, vai falar o companheiro José Dinavilton da Silva, Diretor da Central de Trabalhadores do Brasil, CTB. E, por fim, falará o Darcy. Deputada com a palavra.

DEPUTADA IRINY LOPES (PT-ES): Eu peço desculpas aos dois expositores que ainda vão fazer suas intervenções, mas é que a dinâmica aqui, do Congresso, ela é bastante intensa, e eu já tive que sair e estou retornando e, daqui a pouco, tenho que sair novamente. Só para os companheiros e companheiras terem uma ideia, eu saí aqui, falei com o Paim que fui à CPI da Violência Urbana para defender um Requerimento da minha autoria lá, que sou membro da CPI, e acabou que nós não podemos sequer votar os requerimentos, devido à obstrução que a oposição está fazendo na Câmara. Então, assim, nem as CPIs, nem as comissões nós estamos conseguindo fazer funcionar, porque é obstrução para buscar derrubar o pedido de urgência que vem acompanhado dos projetos encaminhados para o início do debate na Câmara. Então, a gente teve que ficar lá, argumentando, mas é regimental, você argumenta, argumenta, mas não tem como sustentar, e a sessão da CPI foi suspensa. Eu voltei, daqui a pouco tenho que retornar lá para uma outra atividade. Então, eu parabenizo aqui a iniciativa do nosso Senador Paim, através da Comissão de Di-

reitos Humanos, de realizar essa audiência, os companheiros e companheiras de todas as organizações sociais que estão juntos aqui, a FUP, o MST, a CTB, os companheiros da CUT e do SINDIPETRO do Rio de Janeiro. Eu queria falar três questões mais para reafirmar a concordância e a convergência que nós temos nessa--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [ininteligível] V. Exa. é coautora do projeto, apresentado pelo Marroni na Câmara. Só para situar a plenária.

DEPUTADA IRINY LOPES (PT-ES): Estou junto com os companheiros lá, nessa discussão, e estou tentando fazer parte de uma das comissões. Estou solicitando a minha indicação, através da liderança do meu partido, o PT, para compor uma das quatro comissões que estão sendo constituídas na Casa para debater os quatro projetos.

Primeiro, assim... A primeira questão é a reprodução desse debate nos estados, que o Senador Paim encaminhou aqui. Eu quero dizer, senador, que nós... Lá no Estado, nós já estamos tomando a iniciativa e seria um prazer se nós pudéssemos trabalhar junto essa questão. Nós estamos já com uma previsão para o dia 24 de setembro fazer um debate na Assembléia Legislativa, por iniciativa minha e do Senador Renato Casagrande e do Deputado Estadual Paulo Roberto, que é ex-dirigente da SINDIPETRO, do SINDIPETRO lá do Estado do Espírito Santo, e, agora, é Deputado Estadual. Porque lá também nós teremos um debate, vamos dizer, um pouco mais apimentado, em função de ser um dos estados produtores e com possibilidades de reserva que nos levariam aos primeiros lugares da produção nacional. Então... E há uma polêmica com o Governo do Estado, e, certamente, se essa polêmica não for bem conduzida, nós não podemos colocar o povo do Estado do Espírito Santo com a falsa visão de que está perdendo em detrimento de outros estados e temos que trazê-los para a compreensão de que estamos defendendo um bem dos brasileiros e brasileiras, e que os capixabas não são nem mais nem menos brasileiros do que qualquer outro cidadão ou cidadã do país. Temos que entrar nessa discussão lá, assim como é no Rio de Janeiro e nos outros estados produtores, São Paulo... Então, seria um prazer que nós pudéssemos conduzir juntos essa audiência lá no Estado.

A segunda questão é a necessidade que nós temos de fazer muita agitação pública em torno deste tema. Nós temos que mexer com corações e mentes, porque a disputa dentro do Congresso, ela não será... Ela vai ser de uma dificuldade muito grande. Eu acho que nós tivemos grandes enfrentamentos ao longo de toda a nossa história política. Os trabalhadores sempre estiveram aqui representados, ora na oposição, atualmente na posição, mesmo que com conflitos e com diferenças, porque isso é parte do processo democrático, é assim que nós vamos construir. Mas com o nível de dificuldades que nós teremos neste tema, eu acho que não vivenciamos, no último período, nenhum outro. Porque, de fato, é a primeira vez que nós estaremos, nos últimos oito anos, tratando de questões estratégicas, de fato. Nós estamos tratando da questão energética, o potencial ainda... Nós podemos mensurar por possibilidades de barril, quanto é que custa o barril... Mas a repercussão na economia e na soberania brasileira... Olha, nem o Governo, nem nós, não temos ainda como mensurar isso. Não temos. A história é que vai mostrando. Na economia, o que significará a repercussão para as próximas gerações da distribuição e nos investimentos de preservação ambiental, nos investimentos em tecnologia, nos investimentos na cultura para a preservação da identidade nacional, sair também dessa ideia de que cultura é evento, para trabalharmos a questão da preservação da identidade regional e das diversas culturas que tem dentro do país. A discussão do fundo... O que isso vai significar daqui a 10, 20, 30 anos, a gente não pode mensurar na quantidade de barril e quanto custa cada barril disso. Então, assim, não terá, por parte dos oponentes, a presença do Estado numa questão estratégica como a energia, nós não teremos... Nós não teremos complacência. A luta será uma luta muito pesada, muito pesada. E valerá, aí, muito mais o perfil ideológico do que aquela visão mais política de como se configura a base de Governo nesse processo. Será um teste, será um teste grande. Porque uma coisa é você organizar a base de Governo para votar algumas questões que, mesmo que tenha uma certa diferença... Mas, agora, nós estamos tratando de tamanho, repercussão e eficiência do Estado Brasileiro. Eu acho que o Governo do Presidente Lula não teve outro teste, nem nós, dos partidos da esquerda, dos partidos democráticos e nem os movimentos sociais. Então, isso pressupõe uma grande capacidade de fazer mobilização, guardando as diferenças que tem. Nem todos os movimentos terão a mesma opinião que o Governo, mas tanto o Governo quanto os movimentos sociais, e nós, aqui dentro, do Congresso, teremos que saber exatamente onde queremos chegar e como poderemos conviver até com eventuais diferenças de opinião sobre pontos, eu acho que específicos, porque temos muito mais convergências do que diferenças. Então, essa é a segunda questão que nós devemos estar atentos.

E terceiro, Senador Paim e demais companheiros e companheiras, é a tramitação, mesmo, dentro

da casa. Então, assim, na Câmara, nós já estaríamos, vamos dizer, num processo das comissões especiais, das quatro comissões especiais, e, aqui, no Congresso e, aqui, no Senado, nós temos a lei, apresentada pelos companheiros dos movimentos, incorporada pela assinatura do Senador Paim, não sei se tem outros senadores no apoiamento já designado relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para explicar, Deputada Iriny, que os movimentos sociais aqui, no Senado, são autores do projeto. Eu sou o relator do projeto. Então, aqui, uma vez que eu dê o parecer, acatando o projeto, ele vira um projeto do Senado, em debate, com autoria dos movimentos sociais. Então, aqui não terá o nome desse ou daquele autor. Só terá o nome dos relatores do debate que acontecerá daqui pra frente. Mas é um projeto dos movimentos sociais que o Senado incorpora. A partir do meu relatório.

DEPUTADA IRINY LOPES (PT-ES): Então, como V. Exa. já está designado relator, pelo Presidente Cristovam, eu acho que uma sintonia fina no debate, entre nós, que temos um compromisso histórico e estratégico com o povo brasileiro, dentro dessa questão, acho que é bastante pertinente que a gente possa estar trocando ideias, informações e acompanhando bem de perto o que ocorre na Câmara e a desenvolvimento do relatório que será conduzido pelo Senador Paim. Eu já peço desculpas, mas daqui a pouco tenho que sair correndo, talvez até tenha que ir na sede do PT, na reunião do Executivo, mas a gente não pode ficar integralmente nas sessões, mas o compromisso é integral.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [ininteligível] sua contribuição, como sempre, importante para a casa e para o debate. Então, de imediato, vamos ao Sr. José Divanilton da Silva, Diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil, a CTB.

SR. JOSÉ DIVANILTON DA SILVA: Boa-tarde, companheiros e companheiras, colegas de trabalho que vieram de vários Estados do Brasil! Cumprimentar o Senador Gerson Camata, que já passou por essa sessão, Deputado Geraldinho, do PSOL, Deputada Iriny Lopes, companheiro Joba, representando o MST, os colegas de gestão Moraes, aqui, da FUP, companheiro Emanuel Cancella, do RJ, representando, também, aqui a AEPET, companheiro Dary Beck, também colega de trabalho, representando, nessa sessão, a Central Única dos Trabalhadores. E gostaria também, desde já, agradecer o convite à CTB, ao mesmo tempo, Senador Paim, parabenizá-lo por essa iniciativa, iniciativa essa que não é uma surpresa. Mas, na verdade, integra já a agenda do Senador. Alguns aqui já anunciaram, relembraram que é do Senador esse... É uma agenda muito forte, de muita proximidade com os movimentos sociais, um enfrentamento que ele desenvolve em relação à queda do fator previdenciário, também é um fator importante, e também uma luta de caráter estratégico e histórico, que é a luta pela redução da jornada de trabalho, que, até então, enquanto deputado, ainda na Câmara dos Deputados, que ainda o Deputado Inácio Arruda também está trazendo e pautando a classe trabalhadora brasileira e a nossa sociedade acerca desse tema tão importante. Então, ao abrir historicamente a 25ª Sessão dessa Comissão, ele integra o tema do pré-sal, da [ininteligível] petrolífera, dentro dessa sua agenda de proximidade com os movimentos sociais. A nossa intenção aqui, nesta sessão inaugural, é de expor o porquê que a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a CTB, defende, integra, ajudou na elaboração desse Projeto de Lei que tramita na Câmara e, ora, aqui, no Senado Federal.

No início da abertura dessa sessão, o Senador Cristovam Buarque fez alguns relatos, resgatou alguns aspectos históricos que nós consideramos importantes para que a gente possa contextualizar esse tema e, a partir disso, fundamentar a nossa opinião. Nós consideramos, portanto, a relevância desse tema, seu caráter estratégico, pela exposição do Moraes, pelas afirmações dos demais expositores, do que se trata. Não se trata apenas aqui de expor uma opinião versus uma outra. Nós estamos aqui, construindo, elaborando uma propositura que diz respeito qual o caminho que o Brasil poderá trilhar. É isso que nós estamos fazendo. Portanto, fazendo história de um tema dessa envergadura. Esse tema, para nós, ele resgata alguns anos de intenso debate em torno disso, dessa temática. Na verdade, ao nosso juízo, da CTB, o que está por trás desse debate é um velho instigante debate sobre a concepção de Estado. A PETROBRAS, como a CSN, como a Vale do Rio Doce, como o BNDES, nasceu da pujança desse debate nos anos 50 e 60. Qual o papel do Estado, qual é a concepção, portanto? Nesse aspecto, dentro dessa linha histórica, nós resgatamos, porque também está sendo uma batalha ideológica, porque, pouco menos de duas décadas, sobretudo nos anos 80 e 90, nós tivemos um grande enfrentamento sobre essa concepção. E a concepção, até então que prevaleceu no mundo, com grandes repercussões no Brasil, foi que a concepção do Estado, que o Estado não deveria jogar um papel, não deveria ser a centralidade política, não deveria ser o indutor. Ao contrário. Deveria ser um estado mínimo, e, por essas razões, mundo afora desenvolveu privatizações, e, no Brasil, privatizou-se importantes patrimônios do povo brasileiro, desmontou a capacidade de investimento, desmontou a infraestrutura do Estado Brasileiro, a partir dessa lógica,

dessa concepção nos anos 90. Alguns se atreveram, até de forma anticientífica, afirmar que a história tinha chegado ao seu fim. Pois bem, nós estamos travando esse debate pouco menos de duas décadas e estamos assistindo o colapso dessa concepção.

Essa tese em que o mercado determina tudo, ao mercado todo o poder, toda, toda a sua premacia sobre a macroeconomia, sobre a política, com regradas repercussões nas atividades, nos direitos sociais sobretudo. Então, por essa razão, isso também é uma grande oportunidade de também denunciar e fazer a nossa opinião histórica, que temos a nossa concepção de Estado, um Estado indutor, fortalecendo seus instrumentos, as suas empresas estatais, o serviço público, como parte integrante dessa concepção. E essa concepção no mundo, hoje, ela está vitoriosa diante daqueles que desmontaram, repito, o estado nacional, com grandes repercussões sobre a soberania e o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras no Brasil. É dentro desse contexto que consideramos importante essa nossa opinião acerca da legislação petrolífera no Brasil. Portanto, quem não está na moda hoje é aqueles que nos acusaram no passado de retrógrados, dinossauros, etc. Eles é que estão na contra-ordem da realidade mundial. Porque, hoje, nós estamos vendo, no berço do pensamento liberal, econômico, Inglaterra, estatização de bancos. Nós estamos vendo em outro berço de um império, com aglomerados históricos, como a GM, sendo estatizadas pelos Estados Unidos. Essa é a nova ordem. Não significa derrotada economicamente, enquanto sua influência política, mas, do ponto de vista ideológico, nós derrubamos... O muro ideológico dessa concepção foi ao chão. Portanto, como alguém já disse, não devemos nos envergonharmos dessa nossa concepção, que tem, na centralidade do Estado Nacional, uma concepção que a gente deva desenvolvê-la.

É por essa razão, portanto, que nós opinamos, concluímos que o que é vitorioso, hoje, é exatamente a presença do Estado. Diante dessa crise que o Brasil, em função de uma nova concepção que, em curso no Brasil a partir de 2003, revelou, concluiu-se, no mundo e no Brasil, que a partir da intervenção dos Estados Nacionais que a gente pode trilhar caminhos novos para o mundo, para o Brasil e, sobretudo, para a nossa classe trabalhadora. É dentro desse contexto, portanto, que o Brasil debate acerca da sua legislação petrolífera, qual é o caminho. E, ao debatermos sobre isso, qual o papel da legislação petrolífera, qual o papel da sua principal empresa, a PETROBRAS, nos remete a um outro debate na opinião da CTB. Não basta, ao nosso juízo, desenvolvermos ou disputarmos apenas uma legislação petrolífera e encerrar em si mesmo. Nós compreendemos que esse debate nos leva a um outro tão quanto importante. Que modelo de desenvolvimento nós defendemos para o Brasil? Porque eu citei o Cristovam Buarque, porque o Brasil já viveu outros ciclos. E nós consideramos, em todas as contradições, em todo o sofrimento do nosso povo, que passaram séculos sob o escravismo, colonialismo, mas o resultado disso é um povo uno, um território imenso, um povo sem contradições, sem guerras étnicas, algo inédito, algo muito raro, penso que, com essas dimensões, só o nosso país. E sobre esse território e sobre esse Estado Nacional constituído o que nós consideramos como Primeiro Ciclo Civilizacional do Brasil imensas riquezas naturais, renováveis e não renováveis. O problema é que, durante esse período, o ciclo da borracha, do pau-brasil, da cana-de-açúcar, como aqui já foi resgatado, eles estavam deslocado de um Projeto Nacional de Desenvolvimento. Todos esses ciclos tinham um projeto, mas era um projeto para uma minoria, uma minoria que trazia para si todas as riquezas subordinadas a interesses internacionais. Uma fração da burguesia brasileira patrocinou um outro ciclo civilizacional, na opinião da CTB, nos anos 30, quando o Brasil entra, diria assim, mais academicamente, vamos dizer, no capitalismo, onde, a partir do Getúlio, desenvolve a introdução da industrialização brasileira. Apesar daquele contraditório projeto, daquele processo, mas não podemos negar que contribuiu – foi lá, naquele calor daquele debate – com o projeto estratégico visualizado e que surgiu a PETROBRAS e BNDES, Vale do Rio Doce, dentre outras empresas.

O problema é que surgiu depois disso Juscelino, João Goulart, e tivemos uma interrupção desses ciclos que o Brasil percorria. Ditadura, Fernando Henrique... Desmontando tudo isso. E, na nossa opinião, o Presidente Lula reencontra com a concepção de Estado, se reencontra com a concepção de desenvolvimento. E é dentro desse contexto que surge o debate e o grande acontecimento que o Moraes aqui resgatou. Não é obra da sorte, do acaso pré-sal. O pré-sal, a tecnologia, o desenvolvimento, a própria PETROBRAS é uma prova inequívoca da concepção que devemos fortalecer o Estado Brasileiro. Que devemos apostar na sabedoria e na capacidade do povo brasileiro. Porque foi assim que tentaram nos enganar ao longo de toda essa disputa. E hoje nós estamos aqui discutindo no Brasil com enormes repercussões no mundo um patrimônio nacional descoberto, constituído a partir da inteligência do povo brasileiro, protagonizados pela ciência e o conhecimento da nossa PETROBRAS.

Por essa razão, companheiros e companheiras, é que nós compreendemos que essa oportunidade, não só a partir do pré-sal, mas é toda essa nova ge-

opolítica mundial, o mundo em transição, o mundo saindo de uma realidade unipolar para uma realidade multipolar, um Brasil, um país com toda essa dimensão geopolítica, as suas riquezas, o seu povo, e, sobretudo orientado sobre nova concepção do Estado que hoje está fortemente influenciando o Governo do Presidente Lula. É essa oportunidade histórica. E ao nosso juízo precisamos dar um passo além. É um passo em busca desse terceiro ciclo civilizacional para o nosso povo. E para que nós torna-se fundamental a elaboração de um planejamento estratégico de desenvolvimento. E a elaboração de um planejamento estratégico de desenvolvimento para colocar o nosso país em um novo ciclo que possa respeitar a soberania nacional, as demandas reprimidas do nosso povo, da nossa classe trabalhadora. O pré-sal é exatamente isso que pode ser o grande lastro para financiar esse novo projeto nacional de desenvolvimento. E aí, apesar de petroleiro no esforço que nós fazemos permanentemente de não olharmos com as paredes da PETROBRAS, mas olharmos como brasileiro e elaborarmos enquanto nação, olhando para o futuro que é que nós defendemos que essa é uma tarefa urgente. Combinar. Fazer com que essa Legislação petrolífera, ela integre e seja subordinada a esse novo projeto nacional de desenvolvimento para que gente possa, de fato, fazer com que essa riqueza imensa, diria nos últimos 30 anos, Moraes aqui citou, essa descoberta, ela não possa passar como passaram outros ciclos. E não sei, Marluzio, se teremos, companheiros e companheiras, um outro patrimônio desse porte que se apresente num contexto político e econômico histórico como esse. E essa é uma oportunidade que nós não podemos ser ingênuos. Aqui não tem isso. E nós estamos numa Casa de intensa disputa política. Esse debate, Moraes citou, que vai suscitar muita presença não só política, mas muita presença econômica, com grande influência política. Alguém denunciou na mídia que tem um Senador desta Casa, financiado, orientado politicamente por empresa petrolífera estrangeira para disputar na CPI, para desmontar, desmoralizar, tentar evitar que a PETROBRAS continue sendo essa indutora. Esse é o tipo de debate que está em curso.

Por isso, nós concluímos companheiros, que dentro desse contexto, desse resgate histórico, dessa perspectiva e dessa possibilidade concreta do Brasil se apoderar em torno desse projeto nacional de desenvolvimento, que o projeto apresentado, protagonizado tendo à frente a federação única dos petroleiros, é um projeto que ele se identifica, ele se integra, se aproxima dessa necessidade histórica. Por essas razões a CTB como partícipe da elaboração desse projeto de tudo fará nessa Casa, todas as Casas do Parlamento, mas também na academia, nos espaços sociais, sobretudo com o conjunto da sociedade brasileira para que a gente possa evitar o que a mídia brasileira está querendo fazer. Aqui nessa Casa não existe apenas dois projetos. Não existe um projeto. Um projeto daqueles que não querem alterar em nada. Esses não têm nenhuma autoridade política para estarem aqui exigindo tempo, exigindo espaço para debater. Porque não só tiveram espaço como tiveram, no Governo, a oportunidade de pensar em elaborar diferente. Mas o caminho que escolheram foi o caminho da destruição do patrimônio brasileiro, a decomposição da capacidade interventora do Estado Brasileiro. Que autoridade tem essas agremiações partidárias estarem exigindo tempo, espaço para debater? No entanto, nós não somos aqueles que estamos olhando apenas uma proposta oriunda do Executivo. Existe um terceiro. E esse terceiro é oriundo das demandas dos movimentos sociais que historicamente aqui, mais uma vez, o Senador Paulo Paim realiza ao colocar um ato inaugural do que o movimento social conseguiu acumular sobre esse tema. E queremos disputar essa propositura desse Projeto de Lei, porque compreendemos estamos convencidos que ele é o que mais se aproxima, é o que mais se identifica com a necessidade histórica de nossa nação por um novo projeto nacional de desenvolvimento. É essa a elaboração e por isso a CTB apoia e disputará esse Projeto de Lei em todas as instâncias, no movimento social, no Parlamento, na academia, em todos os espaços sociais.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus cumprimentos ao companheiro José, Diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil, pela firmeza, passando muita convicção da importância desse projeto apresentado pela federação única dos petroleiros e pelos movimentos sociais e que eu tenho satisfação de ser o relator. Eu falava aqui com a assessoria da própria Comissão, só para vocês terem o cenário, nós vamos fazer quantas audiências forem necessárias. Nós queremos é que a sociedade saiba que projeto é esse. No dia que for votado aqui, o projeto passa a ser da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado da República. Tendo como principal autor a federação única dos petroleiros e os movimentos sociais. Mas ele vai circular na Casa dando, naturalmente, a origem como projeto que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa assumiu. Esse é o debate que vai se dar também na sociedade.

SR. EMANUEL JORGE DE ALMEIDA: Senador Paim, se o senhor permitir uma pequena correção. Pode ser? Breve, brevíssima.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SR. EMANUEL JORGE DE ALMEIDA: Esse projeto ele foi apresentado pela FUP, pelo SINDIPETRO-RJ e pela AEPET. E no dia 10 nós temos uma reunião do operativo, que congrega várias entidades do movimento sindical e social, a gente pede a subscrição de todo esse operativo que fechou com esse projeto, que fecha com essas propostas. Então, essa proposta é muito maior do que da FUP, do SINDIPETRO-RJ e da AEPET, vai ser do movimento social com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não esqueçam o que eu disse, a FUP, Federação Única dos Petroleiros, e todos movimentos sociais. É que se cada vez que eu falar aqui, eu listar cada um, eu fico aqui listando toda a relação que eu tenho aqui. Por exemplo, o Moraes, a todo momento, me fala isso. É que eu estou simbolizando que a FUP e os movimentos sociais. Mas não há problema. Eu faço a leitura aqui. Se isso tranquilizar a nossa unidade absoluta aqui. Vamos lá então. Passo a palavra agora... Disse para ele até que eu não quero dar nenhuma gauchada aqui, para o Darcy... O Dary. O Dary foi, durante um período muito importante da minha vida, Presidente do sindicato dos petroleiros lá do Rio Grande do Sul. Diversas vezes me levou lá para fazer debate e eu vejo com satisfação que nesse momento ele vai representar aqui, como Diretor, a Central Única dos Trabalhadores. Está com a palavra o Dary, e dizer, Dary, que as minhas lembranças das nossas caminhadas lá no Estado, não somente como Deputado, como também como sindicalista foi caminhando ao teu lado e isso me dá muito orgulho. A palavra está com você.

SR. DARY BECK FILHO: Muito obrigado, Senador Paim. Sempre foi uma honra e um prazer votar no Senador, no Deputado Federal Paulo Paim. E essa iniciativa hoje aqui dessa Audiência Pública só torna mais honrado e mais prazeroso esse voto, quero repetir ele mais vezes lá no Rio Grande do Sul, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vai falando que a moda pega. Já tem um monte de gente dizendo que vai votar.

[risos]

SR. DARY BECK FILHO: Queria saudar, primeiramente, os Senadores que estiveram presentes, o Senador Cristovam Buarque, o Gerson Camata, o José Nery, que demonstraram com seu interesse... A gente sabe como é a dinâmica aqui, mas fizeram questão de estar presente e demonstrar o interesse e também os Deputados Federais, a Iriny Lopes e o Geraldinho, que é lá do Rio Grande do Sul, essa é uma demonstração do compromisso que esses Parlamentares têm com o debate que nós estamos fazendo aqui.

Queria saudar aqui o companheiro Emanuel, companheiro antigo de muitas caminhadas e muitos congressos de petroleiros, saudar o companheiro Joba, companheiro que representa aqui a Via Campesina, companheiro Divanilton, outro parceiro de muitos debates, em especial o meu companheiro, coordenador da minha Federação dos Petroleiros, companheiro Moraes e saudar aí a iniciativa que os movimentos petroleiros organizados tiveram de fazer, propor esse debate e trazer a fundo essa discussão, iniciativa de construir um Projeto de Lei e trazer para o Parlamento esse Projeto de Lei, procurar os Senadores e Deputados para que com essa formulação propor o debate nesse momento tão importante no nosso país. Saudar os companheiros... O nome do companheiro Mauro que é Diretor do sindicato de base, todos outros diretores e diretoras dos sindicatos petroleiros aqui presentes de outras categorias; saudar os presentes nessa atividade.

Eu queria dizer, Senador Paim, que nós da CUT acabamos de sair do nosso 10º Congresso. O Senador que foi fundador, teve no primeiro Congresso da CUT, o Congresso fundador, com certeza vai ficar feliz de saber que acabamos de fazer 26 anos e fizemos o nosso 10º Congresso com a presença de 2.500 delegadas e delegados das mais variadas categorias e de todos os Estados do nosso país. Eu costumo brincar que... Fazer a pergunta: Pensa numa categoria de trabalhador. Não precisa me dizer. Tem um sindicato filiado à CUT em algum Estado em nosso país. Vai desde o metalúrgico, do petroleiro, até o artesão, até o trabalhador rural da agricultura familiar. A nossa central tem uma representatividade muito grande. E saímos desse Congresso com essa quantidade de delegados e delegadas, com essa representatividade com todo o apoio ao Projeto de Lei que está aqui agora sendo discutido, iniciando essa discussão dentro do Senado Federal. E trago aqui, então, a palavra da direção nacional da Central Única dos Trabalhadores e apesar de ser petroleiro, falo também em nome de todas outras categorias.

A percepção que a classe trabalhadora organizada pela Central Única dos Trabalhadores tem de que nós estamos num momento decisivo de debate no nosso país. Nosso país já teve muitos momentos de debates importantes, decisivos, mas que influíram nos próximos cinco anos, na próxima década depois daquele momento, nos próximos 20 anos. Agora, eu penso, companheiros e companheiras, que esse debate que nós estamos iniciando hoje aqui no Senado é um momento que vai influir com certeza no próximo

século no nosso país. O resultado desse debate que nós estamos fazendo aqui vai mexer com as próximas três ou quatro gerações no nosso país. E é isso, essa é a importância que nós temos que avaliar as posições que nós vamos ter nesse momento.

Esse é o pensamento que os Parlamentares que vão votar os projetos têm que ter no momento do seu voto. O que eles querem deixar para a posteridade para essas três ou quatro gerações que vão estar mais adiante. Se vão estar do lado de brasileiros e brasileiras aqui como o Senador Paim, como Getúlio Vargas, como **Maria Augusta Tibiriçá que a gente viu ali,** Barbosa Lima sobrinho, podia citar dezenas e centenas de lutadores sociais desse país que ajudaram a construir o pouco desenvolvimento e pouca distribuição que nosso país tem. Ou se vão preferir ficar do lado ou ficar... Ir para o lixo da história. Aqueles que vão querer construir um país ou aqueles que vão querer destruir o nosso país. Como já disseram, o nosso país na verdade existe dois partidos. O do partido do Joaquim Silvério dos Reis e o partido de Tiradentes. Esse é o debate que nós temos aqui. Qual o partido que os Parlamentares desta Casa vão querer se posicionar. O partido da construção do país ou o partido da destruição do país.

Partindo dessa avaliação eu queria colocar que para mim não tem problema dizer que o projeto, apesar da timidez como já foi dito aqui, do Governo Federal, estatizante ou nacionalizante. Eu acho que isso é um elogio. Eu entendo isso como um elogio. Porque uma riqueza como essa ela tem que ser controlada pelo Estado. E ela tem que ter um pensamento para a nação. Nação quando a gente entende povo, o povo brasileiro. Que a nação não é os poucos ricos que conseguem influir na discussão Parlamentar através de seus fundamentos. A nação ela é o povo. A pessoa que a gente cruza na rua, é o camelô, o trabalhador formal, é o trabalhador informal que está nos observando agora, quem sabe, pela TV Senado. Esses adjetivos que a grande imprensa colocou, são elogios. Só querem dizer que nós estamos no caminho certo. Mas, realmente o projeto que o Governo traz, ele é um projeto muito tímido. O nosso entender, essa riqueza, para que ela possa realmente trazer toda essa influência que eu falei as para três, quatro gerações que vierem, ela deve ser conduzida de uma forma planejada, de uma forma centralizada. E isso tem que partir de uma empresa que seja uma empresa pública. E daí nós não precisamos ficar inventando a roda. Nós já temos uma empresa pública que hoje é de sociedade mista, mas que nós podemos transformar ela em empresa pública que é a PETROBRAS. E ela tem *know-how*, ela tem o conhecimento, a tecnologia e a capacidade de cumprir com uma tarefa que ela já cumpriu com extrema galhardia, que é conduzir o monopólio estatal de petróleo no país. Não precisamos ficar inventando outras empresas. Estamos com essa empresa na nossa mão. E esse pensamento de que apesar do custo financeiro que vai ter isso, mas o retorno que nós vamos ter de aproveitamento dessa riqueza, de colocar essa riqueza realmente a serviço do nosso povo tão pobre, com tanta dificuldade, e continuamos tendo um dos índices de desenvolvimento humano mais baixo do mundo, só vai passar se tiver... Só vamos conseguir fazer se tiver um planejamento e um cuidado. Porque tem muitos problemas quando tu descobre uma riqueza dessas. Temos problemas... Já foi falado aqui da tal da doença holandesa. Mas nós podemos... Não podemos acabar, por exemplo, como a Indonésia. A Indonésia era uma grande produtora de petróleo. Ela vendeu o seu petróleo na década de 90 a 10 dólares. Hoje ela importa petróleo a 70 dólares. A Argentina, aqui do lado, que também era uma grande produtora de petróleo, autossuficiente, hoje tem que ficar brigando com as empresas privadas. Teve que criar uma nova empresa pública, estatal, para ver se há investimento para o petróleo. Nós não precisamos mais fazer isso. Nós temos o instrumento na nossa mão. Nós podemos aprender com esses exemplos. Nós temos esse perigo financeiro que nós podemos simplesmente passar por cima dele com a questão do fundo soberano. Claro, que acho, que temos que fazer alguns ajustes de como vai ser feito o investimento, até porque a doença holandesa acontece quando tu coloca essa riqueza de uma forma desordenada para dentro do país e acaba afetando todo o parque industrial e a questão dos outros setores da economia sem o cuidado necessário. Então é importante que a gente faça isso de forma planejada.

Nós temos problemas geopolíticos. Há uns dois, três anos atrás eu vi uma notícia, saiu no rodapé de jornal que São Thomé e Príncipe, que é um pequeno país na costa... Na verdade são duas ilhas na costa da África tinha sofrido um golpe militar. E eu falei: Por que... Aí eu fui olhar na África onde fica São Thomé e Príncipe. Fica no litoral, faz frente do litoral da Nigéria que é onde tem extração de petróleo. Então aí me respondeu por que teve lá o problema do golpe. Quando a gente ouve falar, já foi comentado aqui da quarta frota, da reestruturação da quarta frota, foi exatamente no momento que foi anunciado a descoberta do pré-sal. Que nós tínhamos... Na verdade a descoberta econômica, porque já se sabia que estava lá esse petróleo há muito tempo. Quando nós conseguimos ter a tecnologia necessária para poder explorá-lo. Aí os Estados Unidos anuncia o retorno da quarta frota. A instalação das bases americanas agora na Colômbia. Isso tudo

tem a ver com a geopolítica do petróleo. E nós temos esse risco da geopolítica. Ou nós entendemos isso e percebemos isso, por isso que eu falo que esse é o momento decisivo que vai influir para o próximo século, para as próximas gerações. Eu acho estranho que tem alguns Parlamentares e representantes políticos que acham que quarta frota e as bases americanas não têm problema nenhum. Agora, se aparece um movimento organizado de trabalhadores e pobres, bota polícia para cima deles, vai bala de borracha... E, infelizmente, como que aconteceu no meu Estado, eu não posso deixar de citar isso aqui, a morte de um companheiro, o companheiro Elton Brum que levou tiro pelas costas da Polícia Militar do meu Estado. Para isso eles se preocupam com a segurança. Agora, o Exército imperial norte-americano se organizando para poder influir no nosso país, aí não tem problema.

Então, esse pensamento subalterno e realmente traidor da nossa pátria, da nossa nação, é inaceitável. É inaceitável. Nós temos que combater isso. E é esse debate que está por trás dessa questão do pré-sal, dessa questão dessa riqueza. Nós temos vários outros minerais aqui no nosso país que são... Que poderiam ajudar no nosso desenvolvimento. Temos o nióbio, temos o urânio, temos a sílica. Nós vendemos areia por tonelada e compramos depois como... Como chip. Nós pagamos mais de 100 vezes o preço da areia que a gente vende por um chip. Precisamos vender toneladas de areia para comprar um chip de volta. E esse não é o desenvolvimento que a gente precisa no nosso país.

Então, é importante a iniciativa que o Governo Federal já colocou de que pretende industrializar, refinar o nosso petróleo para vender ele com mais... Com valor agregado do que simplesmente ele como petróleo cru. Mas nós temos que avançar mais nisso. Temos que avançar na questão petroquímica também. E tudo isso, companheiros e companheiras, passa... Vou ficar batendo nessa tecla, por um planejamento, por uma centralização dessa riqueza, do controle dessa riqueza. E isso deve ser feito pela PETROBRAS como empresa pública. Não passa pela minha ideia ou pela ideia da Central Única dos Trabalhadores a necessidade de criar uma outra empresa. Nós temos que fazer ao contrário, nós temos que recuperar toda essa riqueza que já foi entregue, esses 28% que estão na mão de empresas privadas, uma parcela, temos que recuperar para o nosso país, porque eles compraram essas concessões sem ter a ideia do nível de riqueza que estavam sentados em cima. Nós temos que recuperar isso, porque nós vamos responder historicamente às gerações que vem ao nosso papel que nós tivermos nesse momento. E por isso é importante essa unidade dos movimentos sociais, essas unidades das centrais que estão aqui, dos sindicatos de petroleiros como vanguarda desse movimento, mas temos que envolver os outros movimentos mais ainda. A coordenação dos movimentos sociais também está envolvida nessa questão. [soa a campainha]. Porque nós vamos precisar fazer uma mobilização muito grande nesse país. Nós vamos precisar mostrar para aqueles Parlamentares que estão aqui que eles já vão pagar o preço da posição deles na eleição do ano que vem. Nós temos que dizer bem claramente para eles que nós vamos denunciar aqueles e aquelas que votarem contra os interesses da nação brasileira, do povo brasileiro. Eles têm que saber que o povo brasileiro vai estar atento. Mas para isso precisa, sim, que nós façamos essa mobilização, construamos essa discussão, esse debate, acho importante a iniciativa que o Senador Paim colocou aqui de fazer outras Audiências Públicas bancadas pelo Senado, e nos Estados, para que a gente possa levar para a base desses Parlamentares, para aqueles e aquelas que votam nesses parlamentares a possibilidade deles entender a importância do assunto e do debate que nós estamos fazendo. Para que eles saibam olhar para o seu Deputado ou para a sua Deputada e cobrar dele que ele se posicione de uma forma correta, de uma forma de construir um país novo que nós temos, que todos e todas nós, todos e todas aqueles e aquelas que lutam pelo desenvolvimento do nosso país e lutaram pelo desenvolvimento do nosso país merecem.

Então, companheiros e companheiras, quero deixar aqui meus parabéns para a Federação Única dos Petroleiros, pela iniciativa. Meus parabéns meu Senador Paulo Paim pela iniciativa de fazer a Audiência Pública, acho que é... Reforçar aqui... Já que ele pediu para fazer um "lobizinho", vou fazer de novo, que vai ser com muito mais prazer que na próxima eleição vou votar por causa dessa iniciativa desse compromisso que o Senador sempre teve com os movimentos sociais. Agora a tarefa é árdua, companheiros e companheiras. É uma batalha de extrema importância. E o outro lado também sabe disso, e também vai investir muito, investir financeiramente muito para que os interesses econômicos das multinacionais sejam garantidos no nosso debate. Esse é o debate que nós temos, esse é o momento decisivo, momento extremamente decisivo e que nós não podemos esmorecer. Nós temos que fazer esse combate até o fim, até o último momento, até a última votação para que gente possa fazer com que essa riqueza, que nós conseguimos descobrir com a nossa competência, com sorte, por conta da natureza, mas também com a nossa competência, os trabalhadores e trabalhadoras da PETROBRAS, ela

vá para toda a população brasileira e não para apenas alguns e algumas extremamente enriquecidas em nosso país.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Dary Beck filho, que falou pela Central Única dos Trabalhadores. E agora nós vamos, como havíamos combinado, dar oportunidade para que um líder de cada Estado, durante cinco minutos, use a palavra para questionar a Mesa, algum questionamento, ou expresse seu ponto de vista. Sem nenhum bairrismo, eu iria começar pelo Leoni. Mas daí me disseram: "Opa, bairrismo, não. Então começa pelo Dalton da Bahia". Então é o Dalton. Vamos começar pelo Dalton. Dalton, cinco minutos, Dalton. Em seguida o Leoni, então.

SR. DALTON FRANCISCO DOS SANTOS: Bom-dia. Até porque, Senador, o petróleo surgiu na Bahia.

[risos]

Em primeiro lugar bom-dia a todos e todas presentes. Quero saudar a Mesa em nome do Senador Paulo Paim, Deputado Geraldinho, Emanuel Cancella, como nós conhecemos; Emanuel Jorge, Diretor do SINDIPETRO do Rio de Janeiro; companheiro Dary representando aqui a CUT nacional; o companheiro Moraes, nosso Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros o qual o nosso sindicato é filiado; João(sic) Divanilton, companheiro da CTB, companheiro de grandes lutas, grandes batalhas; Joba Alves do Movimento Sem Terra; estivemos juntos na nossa plena FUP lá no acampamento no Paraná, no acampamento de Contestado; a Deputada Iriny Lopes; o Senador Cristovam Buarque que aqui estava, mas que sabemos do compromisso com a nossa nação.

Eu gostaria de citar três pontos, hoje, que estão colocados pela imprensa e que tem sido levado pela oposição dessa Casa, e no decorrer do caminho, das discussões, eu vou dissertar o entendimento e divido isso em alguns blocos. Primeiro, tempo para a discussão dessa questão, dessa matéria que é a mudança da lei do petróleo no Brasil. Capacidade de produção: Se a PETROBRAS tem ou não capacidade técnica e financeira para a produção. Terceiro ponto é a falta de confirmação das reservas do pré-sal. E eu quero discorrer dividindo em quatro etapas. Anos 50, anos 90, anos 2000 e o que eu chamo de o grande momento. Tenho para essa discussão e é bom que fique claro que todo esse debate é um debate que tem claramente, como foi dito aqui pelos companheiros que me antecederam, um debate extremamente ideológico. Se faz na sociedade brasileira um recorte ideológico. E que não vem de hoje, vem dos anos 50 quando a sociedade organizada, os movimentos sociais, os estudantes, os políticos de esquerda, os nacionalistas se uniram nos anos 50 pela criação da PETROBRAS e pela defesa do petróleo tem que ser nosso, "O Petróleo é nosso", quando estabelece o monopólio estatal do petróleo. Naquele momento já havia oposição ideológica colocada contrária a esse perfil que nós apontávamos e construíamos. Nesse momento foi criada a PETROBRAS e foi garantido o monopólio estatal do petróleo que queira ou não queira grandes avanços garantiram para a sociedade brasileira e impulsionou o Brasil para o que é hoje.

Nos anos 90 nós vimos mais uma vez o enfrentamento ideológico que aconteceu em nossa nação quando os liberais estavam no poder, garantiram o sucateamento das empresas públicas, o sucateamento e a venda de algumas, felizmente a PETROBRAS, por força do apelo popular, não foi vendida, mas sofreu uma grande entrega, um grande sucateamento e nós vimos o resultado disso com grandes vazamentos na Baía de Guanabara, na Baía de Todos os Santos, o afundamento da P36, onde 11 companheiros nossos, trabalhadores da PETROBRAS faleceram. Nós vimos também uma empresa que diminuía a cada momento e que o povo brasileiro perdia a relação de amor com ela, e os trabalhadores da empresa sentiam minimizados, fragilizados da mesma forma que se sentiam os trabalhadores do segmento público no nosso país. A PETROBRAS reduz para 23 mil o número de seus funcionários. E reduz todo investimento no setor petróleo na baía no Rio de Janeiro, na baía lá em Campos, no Rio de Janeiro, a maioria das aplicações da PETROBRAS, os investimentos eram feitos meramente naquelas áreas e as outras áreas eram vendidas e leiloadas porque no ano de 97 foi criada uma lei onde quebra o monopólio estatal do petróleo, onde abre e permite os leilões fazendo com que o Poder Público diminuísse em relação essa grande e importante jazida mineral que gera riqueza para o nosso país. E nesse momento estávamos nós lá levantando a bandeira, fazendo uma greve de 31 dias, tentando puxar uma greve nacional em defesa do patrimônio brasileiro.

E aí fomos para os anos 2000. Os anos 2000 nós estivemos lá. Os funcionários da PETROBRAS saltam de 23 mil para 54 mil funcionários. [soa a campainha] São 150 mil trabalhadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O senhor tem mais um minuto.

SR. DALTON FRANCISCO DOS SANTOS: --154 mil trabalhadores de empresas terceirizadas que prestam serviço à PETROBRAS. A PETROBRAS salta de um lucro de seis bilhões para 36 bilhões no ano de 2008.

A indústria náutica é retomada no nosso país. O Brasil consegue crescer nos mais diversos setores impulsionado pela empresa de petróleo. Descobre-se o pré-sal e aí é o que nós chamamos do grande momento brasileiro que esse debate precisa ser colocado tanto aqui na Câmara, na Assembleia, na Câmara Federal, mas em todos os setores, em todas as unidades desse nosso país, porque ideologicamente é lá que nós estaremos dizendo quem defende um Brasil grande e forte para os brasileiros e quem não defende um Brasil grande e forte para todo esse povo brasileiro.

E aí nós do movimento social, dos sindicatos, da Federação Única dos Petroleiros defendemos, sim, uma mudança na lei do petróleo e o retorno, o retorno ao que não deveria ter acontecido, que era a quebra do monopólio estatal do petróleo. O retorno ao poder estatal do petróleo, o poder pelo Estado do petróleo, defendemos o fundo soberano nacional e mais uma vez o fortalecimento da PETROBRAS como a grande empresa nacional para que possa operar, possa produzir, como nós dissemos, que possa ser do poço ao poço para o bem da nossa nação. E é fundamental para finalizarmos [soa a campainha] a nossa intervenção, é fundamental que todos nós estejamos juntos levando claramente o que representa esse projeto que o movimento social traz ao Senado Brasileiro e traz à Câmara Federal brasileira para o povo brasileiro. E o que representam esses que atacam o projeto de poder o qual nós todos juntos defendemos e pagamos um preço muito alto com mortes, com perdas, com prisões de muitos dos nossos que tombaram nessa caminhadas. Mas temos a certeza de que hoje estaremos--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Dalton, tem que concluir.

SR. DALTON FRANCISCO DOS SANTOS: Concluindo, [soa a campainha] de que hoje e sempre estaremos, ideologicamente, dizendo a todas as pessoas desse país qual é o nosso lado. E o nosso lado é o lado do povo brasileiro.

Nosso muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu fazer um apelo para vocês, para que todos fiquem no cinco minutos, que duas horas nós temos que terminar. Que daí começa o Plenário e tem que encerrar. Eu vou levar tranquilamente até as duas. Mas eu tenho que dar cinco minutos para cerca de oito companheiros que vão falar no Plenário, depois a Mesa tem que fazer o fechamento. Então, se cada um não falar durante os cinco minutos propostos, nós vamos embaralhar o meio de campo aqui.

Leoni, Rio Grande do Sul. Eu não dei mais força para o RS aqui, não.

SR. LEONI: Boa-tarde Senador Paim, nosso grande Senador dos gaúcho e de todos os aposentados brasileiros e agora também dos petroleiros desse país, essa nobre classe de trabalhadores. Ao Senador que está aqui do meu lado, do PSOL, também aos colegas de Mesa, da AEPET, [ininteligível], o nosso companheiro Moraes, lutador bravo, Divanilton, companheiro da Via Campesina, Movimento Sem Terra, e aos demais que estão aqui nesse dia que acho que é um divisor de águas nessa história do país, história do petróleo baiano.

Como bem colocou o colega da Bahia, o petróleo começou lá. Mas o primeiro petroleiro do país está lá em Rio Grande, na Praia do Cassino. Sr. Amelito Barbosa, 92 anos, Moraes, lúcido, que navega pela internet. Seria bom os colegas da PETROBRAS, da FUP, consultar o Amelito Barbosa que lá em 38 refinava petróleo à luz de lanterna, porque não podia nem ligar as luzes da refinaria. Eu sou petroleiro há 35 anos, na refinaria riograndense, ex-Ipiranga, e hoje essa lei do petróleo, a 9.478, isso nunca era para ter existido, esse absurdo de lei, que promovia a livre concorrência, livre mercado, a concorrência leal, levou as duas refinarias privadas do país a um processo de liquidação com prejuízos superiores a 100 milhões de reais. Lá o petróleo para nós é vendido a preço internacional. Hoje, 70, 75 dólares o barril. Parece até que a gente está dentro do Uruguai, Senador Paim. Mesmo que a gente esteja ali perto, a 200 km. Mas parece que está mais para o Uruguai do que dentro do Brasil. Hoje temos três donos lá, PETROBRAS, Ultra e Braskem, mas não sabe quem manda lá. A Ultra nos tirou o símbolo, o nome, as cores, a bandeira, até o nosso DNA nos levou. Agora, por último, a colônia de férias que nós queríamos emprestar para os engenheiros da PETROBRAS que estão trabalhando no dique seco lá, que vão fazer 10 plataformas para explorar, para ajudar o petróleo do pré-sal, extrair o petróleo do pré-sal. O maior dique seco da América do Sul. Tem mais de 200 engenheiros da PETROBRAS trabalhando lá. E nós queríamos, Divanilton, ceder aquele espaço na Praia do Cassino para os engenheiros da PETROBRAS. A Ultra mandou vender o patrimônio que é dos trabalhadores. Então, tive que levar para o Ministério Público investigar tudo isso para ver o que vamos fazer. É absurdo em cima de absurdo, Moraes. Quando eu peço uma reunião, o Senador Paim já pediu uma audiência com a Ministra Dilma para nós conversarmos a respeito disso, não tivemos resposta, infelizmente, a gente sabe da situação da Ministra, dificuldade que ela vem passando de saúde, tratamento e tudo mais, mas acho que uma audiência com o Presidente da PETROBRAS, Gabrielli, é bem possível, Moraes, juntamente com o Senador, para nós

tentarmos amenizar o sofrimento daqueles petroleiros daquela refinaria que hoje um servente, um varredor de fábrica, Moraes, está questionando como é que está o preço do petróleo, quanto é que está a cotação do dólar. É ridículo isso. Isso é coisa para bolsa de valores da Bovespa, Nova Iorque, ações da PETROBRAS foram colocadas à venda, não para varredor de fábrica, cortador de grama. Esse aí não tem que se preocupar com isso. É um absurdo. Só indo lá para ver tudo isso. E a gente constata isso lá diariamente.

Senador, um país que carece de educação, saúde, transporte, emprego, habitação, mais de 20 milhões de moradias precisa nesse país, [soa a campainha] segurança e tecnologia. Eu acho que a bacia do pré-sal, as reservas podem chegar a 250 bilhões de barris, é isso Moraes? Pode amenizar o sofrimento dessa gama de brasileiros hoje que praticamente não tem nada. E lá na nossa Bacia de Pelotas, Senador, e mais adiante a Bacia de Punta Del Leste, que o Governo uruguaio já pediu socorro para a PETROBRAS, porque não tem como explorar a bacia petrolífera lá, a nossa Bacia em Pelotas, Moraes, ela é rica em hidrato de gás. Hidrato de gás são cristais de metano congelado. E esse hidrato de gás pode suprir o país de energia elétrica por 200, 300 anos. Então, é hora de nós criarmos essa empresa PETROBRAS mais forte ainda para que ela assuma a minha refinaria como está no Projeto de Lei e para que a gente tenha uma vida melhor para o povo brasileiro, um povo sofrido que tanto merece.

Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Te confesso, Leoni, que eu achei que tu não ia conseguir em cinco minutos. Mas conseguiu. Parabéns. Eu conheço... Parabéns.

Então, o Espírito Santo, Pratini. Cinco minutos. Com a palavra, Pratini.

SR. RENATO SASTRE PRATINI JUNIOR: Bom-dia a todos. Sem muita delonga aqui, vou frisar o que foi colocado pelos companheiros aí da Mesa, muito bem colocado, e queria ressaltar a importância desse projeto voltado para os ideais coletivos e que nós precisamos intensificar as mobilizações junto à sociedade, precisamos fazer as informações, de fato, cheguem à sociedade brasileira, que possa ser discutido dentro das escolas, em todos os âmbitos de formação de opinião.

Então, eu queria primeiramente... Primeiramente, não, porque já passou, agradecer ao Senador aí a oportunidade e parabenizá-lo também pela luta aí que está sendo empreendida. Nós estamos junto dos petroleiros do Espírito Santo, eu sou gaúcho, mas moro lá há cinco anos, estamos integrados a essa luta e vamos continuar, não vamos medir esforço para mudar esse país. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Os cumprimentos aí pela forma sintetizada que fez o seu pronunciamento, e de imediato, Leopoldino, Minas Gerais. Depois do Leopoldino, então, vai ser o nosso Deputado. Leopoldino com a palavra.

SR. LEOPOLDINO FERREIRA DE PAULA MARTINS: Bom-dia Senador Paulo Paim. Boa-tarde, já. E o nosso Coordenador Moraes cumprimento o companheiro Emanuel Cancella, Dary, Divanilton e o companheiro Joba. E o Senador Nery, do Pará, o Deputado pelo Rio Grande do Sul, Geraldinho, do PSOL, e os demais companheiros aqui presentes. Olha, companheiros, esse é um tema de bastante relevância que a gente tem que colocar isso para a sociedade, e o que a gente vê hoje é o que nós víamos no passado. Aqueles que diziam que não existe petróleo e foi o caso de Monteiro Lobato na década de 30 que enfrentou toda essa polêmica que não existia petróleo e hoje é o mesmo discurso. E aí, na década de 40 até 53, o povo organizado nas ruas, foram para as ruas, Getúlio Vargas a princípio queria só criar o monopólio estatal do petróleo pela União, e aí o povo nas ruas é que possibilitou também a criação da PETROBRAS. E depois, nesse período, nós vimos aquilo que passamos na década de 90, que foi o Estado mínimo, o consenso de Washington e aí aqui no nosso país, infelizmente o povo elegeu aquele que infelizmente acabou com o Estado mínimo, quebrou o monopólio da PETROBRAS e facilitou a PETROBRAS a privatização. E aí, em 95 e depois 97 cria essa Lei 9.478/97 e que faz a parceria com as UNs e principalmente no nosso meio, hoje, como o companheiro colocou, do Rio Grande do Sul, a parceria da UN e REFAP, que nosso projeto queremos retomar, a Refinaria Rio Grande, a TBG, a TRANSPETRO, toda essa questão.

Esse projeto nosso que temos que levar para a sociedade e debater com a sociedade o mais breve possível e dizer aqui que nós fomos, sim, os dinossauros, fomos os jurássicos, ousamos e estamos aqui de volta. Essa é a oportunidade ímpar que nós temos, porque em 2003 elegemos um Presidente, querendo ou não ele é de origem sindical e é este o momento que nós estamos vivendo no mundo, de estar colocando isso para a sociedade, pressionando e, ao mesmo tempo, colocando nosso projeto. É o 5.891/09 do companheiro também do Rio Grande, Fernando Marroni, que infelizmente hoje não pôde estar aqui, mas ele está com a gente como o Senador Paim, é colocar o nosso projeto nas ruas e mobilizar a sociedade. E também mobilizar

os petroleiros colocando os petroleiros para também mobilização de greve também. Nós temos que colocar isso para a categoria nossa. Porque este é o momento, nós não podemos perder o momento da história. E nem aqueles também que querem adiar de qualquer forma essa discussão. Achamos que o projeto do Governo traz avanço, mas é muito aquém ainda do que nós queremos. E para isso nós temos que ir para as ruas. Não aceitar de hipótese alguma aqueles que querem adiar e, por trás desse adiamento, eles querem é empurrar com a barriga para que não seja discutida a magnitude de um projeto como esse como já foi dito aqui. Essa é uma discussão ideológica. E essa Casa nós temos que fazer é pressão popular. É colocar a sociedade como foi na década de 40 e também como hoje a gente vê falar que tem poço seco na área do pré-sal. Essa é a maior riqueza que nós encontramos nos últimos anos, que o mundo encontrou [soa a campainha]. E nós não podemos perder esse bonde da história. Porque o Governo Lula manteve também os leilões. E a gente tem que fazer essa crítica pontual. A atual lei do Presidente Lula ainda mantém os leilões e a gente não pode permitir. A questão do Fundo Social soberano nós queremos todo o rendimento para o povo mais pobre, e ainda tem aqueles que dizem que são países autoritários e com baixo índice de IDH é que fez esse sistema de partilha.

Nós queremos é a retomada de uma empresa pública muito mais ainda, mas lembrar a estes que este país tem uma grande dívida social com esse povo, porque o totalitarismo existe ainda no nosso país. Quando o povo ainda não tem total acesso à educação e à saúde, principalmente os povos mais pobres. Então, esse é o momento de a gente estar organizado, e colocar o projeto 5.891/09 para a sociedade e mobilizar também a nossa categoria para uma greve também, se for o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Leopoldino. Ficou dentro do tempo. [palmas]

Eu passo a palavra nesse momento para o Deputado Geraldinho do PSOL lá do Rio Grande do Sul. Depois ainda teremos inscritos o Tavares por São Paulo e o Marluzio, Rio de Janeiro, Nova Friburgo. Norte Fluminense.

DEPUTADO ANTÔNIO GERALDO HENRIQUES FILHO (PSOL-RS): Vou tentar ser breve, Presidente. Em primeiro lugar cumprimentar V. Exa. usando as suas palavras sendo a nossa imprensa local, no Rio Grande do Sul, na questão da Previdência do aposentado e do futuro aposentado, V. Exa. fez barba, cabelo e bigode aqui no Senado. E vejo hoje, cumprimento aqui o Senador do PSOL, José Nery, que no caminho do pré-sal já vislumbro, Nery, que o Paim vai dar uma contribuição muito grande e vai fazer barba, cabelo e bigode de novo. E vamos estar juntos aqui, o PSOL vai estar junto nessa luta. Mas, cumprimentar os demais componentes da Mesa, eu vou... Breve vou ter que sair que chegou a Jeane de Santa Maria e está conosco, o Luís Carlos de Montenegro tem uma audiência agora no Ministério da Cultura e nós vamos ter que acompanhar, mas temos que dizer algumas coisas. Primeiro, dizer com todo carinho para o Darcy da CUT que escutei ontem no Plenário da Câmara dos Deputados essa questão da direita e da esquerda e do líder do Governo e do PSOL, esse que está obstruindo a votação e que não quer discutir o mérito e quer colocar na grande imprensa e só para vocês... Não sei se ater ao detalhe, os dois primeiros dias, inclusive no Jornal Nacional quando dava o tema e falava de partilha, fazia uma confusão com a partilha dos *royalties*. E passaram dois dias a imprensa dizendo que segunda-feira ia ser anunciado o marco regulatório e sempre que se falava de partilha não se falava que era a partilha do óleo. Não sei se prestaram atenção, mas sábado estávamos numa rádio no Rio Grande do Sul e tinha essa confusão ainda, e nós colocamos, e aí cumprimentando o Emanuel do SINDIPETRO e representando a AEPET, da importância de se fazer Audiência Pública e esclarecimento e estive na Câmara de Vereadores em Porto Alegre, Senador Paim, numa Audiência Pública presidida pela Ideli, com a júris, com o Ministério Público e com a AEPET, e o SINDIPETRO, na pessoa do Edson, onde se colocava as questões de esclarecimento.

Então, é muito importante porque essa luta deles contra nós é desigual. E aí nós precisamos ter todos os meios de comunicação e a população sabendo. Tu imagina o que é para a população se o debate dos *royalties* ou do Governo, do povo capixaba, do povo gaúcho, do povo baiano prevalecer sobre essa questão. Então, eu acho até foi importante que esse assunto não está hoje na Câmara, a divisão não está. Mas, tem umas questões que a gente tem que dizer, não é dois, não existe dois partidos que está do lado do povo e que está contra o povo. Nós somos do PSOL, fizemos uma resolução agora no nosso Congresso Nacional há dois fins de semana atrás, que deixa claro a posição do nosso partido. Nós queremos uma PETROBRAS 100% estatal. Então não é o projeto que veio para a Câmara dos Deputados. Então, por consequência, ontem conversávamos com cinco Deputados da base do Governo e dizia para eles com todo carinho: "Me convençam para votar no projeto da PETROSAL". Eu quero que vocês me deem argumento para votar no projeto da PETROSAL. Porque o PSOL vai votar contra.

O nosso líder, Deputado Ivan Valente, se posicionou ontem, muito claro, não tem, e a gente quer fazer essa discussão com o Governo, quais são os argumentos de nós votarmos a favor da PETROSAL. Essa é uma questão. Sobre o fundo social, aí por causa do tempo eu acho que nós temos que abrir bem o debate, mas primeiro, a composição do comitê não pode ficar a cargo do Poder Executivo, já deveria ter preestabelecido em lei [soa a campainha], e a utilização. Não pode ser econômica, tem que ser social.

Então, são essas primeiras questões, não tem só dois partidos, isso que eu queria deixar bem claro, que está a favor do povo e que está contra o povo. E a gente quer e pediu, para finalizar, Presidente, que seja feito acordo com todos os partidos na Câmara que os partidos minoritários, como o PSOL, possam estar emendando sem as questões regimentais. E quero mais uma vez parabenizar e não podia deixar de dizer para o José Divanilton, sabe qual é o problema dessa turma que eles estão com a questão de estatizante, coisa e tal? É que eles, lá nos Estados Unidos, eles estatizaram o prejuízo e privatizaram o lucro. Essa é a nossa diferença, não vamos se iludir com que eles fizeram lá, porque o negócio deles é estatizar prejuízo e privatizar o lucro. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tavares. Tavares, companheiro de São Paulo, está com a palavra. Cinco minutos.

SR. TAVARES: Boa-tarde companheiros e companheiras. Primeiro pedir desculpas aqui ao companheiro Senador Paulo Paim que eu não tenho muito método, não, companheiro. Então aqui vai o que eu anotei aqui. Se for para frente ou para trás, para os companheiros tentem entender o que... Mas, primeiramente, eu quero agradecer aos nossos companheiros de Campinas que estão aqui hoje, foi um... Durante um dia a gente teve só um dia para preparar essa caravana para cá, nós trouxemos companheiros de sete cidades lá da região de Campinas, Mogi Guaçu, Engenheiro Coelho, Artur Nogueira, Cosmópolis, Sumaré, Paulínia, Campinas... Então, o povo todo se mobilizou e veio. E se nós tivéssemos outro ônibus para mandar, teria gente também, que tem 20 companheiros lá que ficou na lista de espera.

[palmas]

E isso... E isso significa, companheiros, que a luta do petróleo ela já está iniciada e ela já está na rua. A gente tem um projeto, hoje a gente tem esse projeto que foi apresentado pelos companheiros da FUP, projeto que foi construído pela maioria petroleira, esse projeto é o projeto que nós estamos defendendo nas ruas, que nós estamos defendendo em todos os comitês de petróleo que está implantado em São Paulo, e nós não admitimos que nenhum outro projeto venha a ser colocado goela abaixo para a categoria e para o povo brasileiro. O projeto é esse. É esse projeto da FUP que o companheiro Moraes mostrou aqui. Esse projeto arrepia, viu, companheiro? Esse projeto arrepia. Porque esse projeto é fruto de mobilização da categoria petroleira e eu tenho absoluta certeza que daqui uns dias o povo brasileiro vai defender esse projeto. Eu tenho certeza absoluta disso.

Companheiros, a gente vê hoje na imprensa um debate extremamente desqualificado. Eu tive a infelicidade de assistir um jornal, o Jornal da Globo, antes de ontem, aonde um cidadão lá que é o economista deles coloca, inclusive, a respeito do preço de exploração do petróleo. Faz uma comparação para os companheiros ver e os companheiros rirem entre Brasil e Arábia Saudita. Arábia Saudita, até brincando com os companheiros, o cidadão vai lá e cava um alicerce e já jorra óleo. Aqui a gente tem que cutucar a casa do capeta para achar óleo. Então, meus companheiros, diante de um debate desqualificado desse, a única coisa que a gente pode mostrar para ele é que a gente sabe o que está falando. A gente tem experiência. A gente tem a nossa mão manchada de óleo porque a gente opera unidade de PETROBRAS. E a gente conhece o povo na rua porque a gente gasta sola de sapato fazendo os movimentos sociais e mobilizando o povo. E é isso que a gente tem que demonstrar.

O projeto do petróleo é um projeto que emana do sangue do povo brasileiro. E é esse projeto que eu tenho absoluta certeza que nossos companheiros que hoje estão no Senado e na Câmara Federal vai suar a camisa e fazer com que esse projeto ande e se Deus quiser lá na frente a gente vai ter orgulho de ter marcado nossa posição e de ter feito dentro do Governo Lula um projeto que atenda a nossa população e o nosso povo.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Tavares. Deixou um minuto, ainda. Ficou redondinho. Falou quatro minutos só. Ele deixou porque São José dos Campos vai falar agora.

Ademir, deixou um minuto para você. Vai lá. Foi combinado.

SR. ADEMIR CEARA: Eu queria deixar registrado que nós temos participado do coletivo nacional, participamos da Plenária de Guararema, onde nós tiramos o ponto em comum que seria o petróleo tem que ser nosso. E ao tomarmos conhecimento do projeto após essas reuniões, nós levamos isso para as bases, principalmente em São José dos Campos, eu sou Presidente do sindicato dos petroleiros em São

José dos Campos, estou na PETROBRAS desde 1983, e os trabalhadores consultados, 98% dos trabalhadores aprovaram o projeto. O litoral paulista está fazendo assembleia hoje para deliberar nesse sentido, Rio Grande do Sul também, Pará, Maranhão e Amazonas. Então, foi uma discussão que com a apresentação do projeto nós não tivemos muito tempo de aprofundar, mas o que nós estamos discutindo é o fim dos leilões, até foi lembrado pelo Leopoldino, que foi começado no Governo passado e continua nesse Governo. Nós entendemos que PETROBRAS tem que acabar com os leilões, a PETROBRAS tem que ser 100% estatal.

Então, essa discussão sobre o Fundo Social [soa a campainha] é muito importante, a base de São José dos Campos e quase todas as bases da frente nacional dos petroleiros das quais pertencem hoje seis sindicatos que é o Rio de Janeiro, São José dos Campos, Rio Grande do Sul, litoral paulista, Pará, Maranhão, Amazonas, Alagoas e Sergipe, a maioria delas estão fazendo essas consultas aos trabalhadores para que as deliberações nossas venha da base, isso está ocorrendo, inclusive temos feito bastante informativos nas nossas regiões para a gente estar trazendo toda a população e todos petroleiros junto nessa campanha.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Ademir ficou dentro do tempo. Mauro, porque o Mauro disse que o Leoni deixou um minuto para ele. Cadê o Mauro? Vamos lá, Mauro.

SR. MAURO MAGALHÃES: Boa-tarde, Senador. Primeiro, satisfação de saber que a nossa bancada gaúcha está bastante bem representada. Olha para um lado, para o outro, tem uma gauchada. Povo chato.

Enfim, defender a questão do retorno do monopólio estatal é muito fácil para qualquer cidadão brasileiro. Para nós, particularmente, petroleiros, vivemos isso na carne e sabemos o quanto mudou a história, a nossa história, até como trabalhador na empresa a partir da quebra desse monopólio. Qual empresa nacional fez tanto pela sociedade brasileira quanto a PETROBRAS? Todos nós andamos pelo Brasil afora, olhamos para qualquer canto, a gente vê um sinal da PETROBRAS na nossa sociedade. Ao inverso disso, quando a quebra do monopólio se instaurou muito rapidamente passamos a perceber os sintomas do que significa isso para a própria sociedade. E um caso muito particularizado lá no sul, nós estamos vivendo isso, acabamos de ter o relato aqui do companheiro do que aconteceu com a Ipiranga, nós estamos num franco processo de entrega de uma das unidades da PETROBRAS, a nossa REFAP, que ela está... Hoje, ela pertence... 30% ela tem entrega à **Repsol**, cujo resultado a partir dessa composição, que se criou uma nova empresa que se chama REFAP S/A e a própria PETROBRAS já a trata de uma forma diferente, passou a ser o patinho feio. Passou a ser deficitária, a tal da REFAP S/A. E a própria direção da PETROBRAS não sinaliza com clareza e interesse na retomada. Porque agora ela olha simplesmente a REFAP como uma empresa privada que dá prejuízo. E claro que dá prejuízo. Ela tratada diferentemente de todo o sistema PETROBRAS e como uma empresa autônoma que compra petróleo da PETROBRAS, ela está auferindo prejuízo. A própria **Repsol**, hoje, quer sair fora disso. Ela quer vender. E é uma das nossas bandeiras hoje a retomada da REFAP para a própria PETROBRAS. Não temos assistido da própria empresa sinalizações muito positivas, porque ela está tratando isso meramente uma questão econômica. A empresa dá prejuízo, nós não vamos botar dinheiro. Muito bem. A REFAP, como tantas outras, já foi a Ipiranga, nesse desenvolvimento da PETROBRAS, ela tem a importância, ela tem sua história escrita. O sangue do petroleiro que trabalha lá é sangue de PETROBRAS, que hoje está contaminado. Não é mais. É um sangue contaminado e nós estamos sendo tratados como um ente contaminado.

Então, trago, aproveito o momento aí da felicidade da abertura dessa Sessão para trazer [soa a campainha] à tona também essa questão que nós igualmente com a retomada da PETROBRAS tem... A TRANSPETRO sofre um processo semelhante. São questões pontuais na estrutura da PETROBRAS que nós vamos ter que, seguramente, mobilizar a população pra gente reverter isso. E os movimentos sociais, esse projeto que está sendo apresentado aí que já não... Ele vem de longe, ele é uma construção que vem de muito tempo, é um debate já antigo, a própria FUP, ele prova que nós vamos ter que trazer a população a participar dele justamente para bater nessa Casa. Porque aqui é que as decisões são tomadas, sabemos disso, todo o movimento que teremos que fazer e mobilizar a sociedade é justamente para trazer a população para dentro dessa Casa. Porque ao mesmo tempo sabemos que o Governo está apresentando seu projeto, um peso que significa isso, o Governo apresentando seu projeto contra um projeto apresentado [soa a campainha] pelas entes sociais.

Enfim, a alegria da... De ver o nosso Senador aí, assumiu aí essa luta em nosso nome, e a felicidade dessa abertura de estarmos presentes aqui na abertura dessa Sessão.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. De imediato, Rio de Janeiro, norte Fluminense, Marluzio.

SR. MARLUZIO FERREIRA DANTAS: Boa-tarde companheiras e companheiros. Cumprimentar o Senador Paulo Paim e em nome dele toda a Mesa e todos demais companheiros. Primeiro, dizer o seguinte: Em 97, Senador, eu não lembro de nenhuma Audiência Pública para a lei de Fernando Henrique nesta Casa. Então, hoje é um dia histórico. Segundo, essa imprensa marrom que nós temos, vendida neste país, não está aqui fazendo a cobertura do projeto apresentado pelos movimentos sociais. E tem uma semana que o movimento social apresentou o seu projeto e hoje está sendo apresentado nessa Casa. Segundo, os que dizem que não tem tempo para discussão não vejo nenhum de oposição aqui ouvindo para pelo menos aprender o que realmente interessa nesse país.

Hoje é um dia histórico e se o Celso Furtado fosse vivo, com certeza ele iria fazer um apêndice ao livro dele que os senhores tão bem conhecem. Porque nós não estamos tratando de uma nova lei do petróleo ou de uma lei do petróleo. Nós estamos tratando, hoje, é de um novo ciclo econômico neste país. E que, como foi dito pelos demais companheiros, nós temos uma única opção, que o próprio Presidente Lula já falou quando do lançamento do projeto do Governo, que é diferente do nosso projeto. E essa mesma imprensa não deu uma linha ao projeto social na mídia até agora. Então, que venham para a discussão e que ela seja salutar e que nós aceitaremos as divergências. Agora, com clareza e verdade. Porque a verdade vai prevalecer. Porque a verdade sempre prevalece. E isto ninguém vai poder tirar do povo brasileiro.

Eu lembro, Senador, sou do Ceará, companheiro Divanilton, trabalhamos junto no Rio Grande do Norte, quando o discurso da década de 1990 era que o petroleiro tinha que garantir a sua empregabilidade porque ele era um estorvo e um custo para esta nação. E a tucanalha que ainda permanece na PETROBRAS, não esqueceu isso. É por isso que tem CPI da PETROBRAS. Quem o senhor acha que está dando munição fraudulenta e para a imprensa fazer factóide todos os dias? É a tucanalha, que como bem disse o Presidente Lula, não aceita. É feito aquele marido traído que aluga o apartamento de frente o apartamento da esposa e vai prestar atenção no que a ex-esposa está fazendo. Não se preocupa em fazer sua própria vida. E é isso que a tucanalha da PETROBRAS faz até hoje. Eles não aceitam que este país seja um país do povo soberano e que este país tenha, na figura de um Presidente, uma pessoa que quando vai aos Estados Unidos vai como estadista. Vai como alguém que tem algo a contribuir não só para o seu país, mas para o mundo. E não como o Presidente anterior que ia levar um bilhete da União Soviética. E a imprensa fazia alarde com este papel ridículo.

Nós temos a consciência e a certeza que esta luta é bem maior. E como bem disse o Presidente, nós podemos ter um país que merecemos ou o país que não queremos. E que eles venham para o nosso discurso. Porque o nosso discurso é claro, é objetivo e pega. Porque 2010 está aí e eles não vão poder fazer palanque com o que este país construiu nos últimos oito anos, como bem disse o companheiro que nos antecedeu, o Senador do Espírito Santo, o que o Governo Federal fez em sete anos, foi mais do que foi feito nesse país pela educação na questão das escolas técnicas durante 200 anos. Então, isto é o que eles não vão poder apagar e é isto que nós vamos passar a debater agora nesta Casa e que venham tantas quantas forem necessárias as próximas.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os cumprimentos à fala do Marluzio. E eu só quero registrar, até porque eles têm que mostrar o comprovante, depois, lá nos Estados, a presença conosco aqui do Vereador Giovani Moralles, do PTB do Rio Grande do Sul; do Vereador Cláudio Costa, também do PT do Rio Grande do Sul; do Vereador Paulo Renato Mattos Gomes, também da bancada do PPS do Rio Grande do Sul e ainda, também do Rio Grande do Sul, o Thiago Pires Gonçalves, que é do PMDB. Registrado? Uma salva de palma aos nossos Vereadores. Vieram de lá só para prestigiar esse evento.

[palmas]

Se tiver Vereador de outro Estado eu também registro, não há problema nenhum. Bom, eu vou dar agora para a Mesa, para o encerramento aqui, vou começar daquele que falou por último para o que falou primeiro. Eu vou pedir aqui um apelo e vamos deixar para o Moraes, já que ele apresentou o projeto, que ele faça o encerramento dessa Audiência Pública, porque aqui nós, Senadores e Parlamentares, falamos todos os dias. Mas vamos dar oportunidade, hoje, para aqueles que nem sempre tem essa tribuna à disposição. Então, além de eu dar cinco minutos para o Dary, para o José, para o Francinaldo e para o Emanuel, eu vou dar um pouquinho mais de tempo para que o Moraes faça o fechamento desse ciclo, eu diria, que é um ciclo de debate sobre esse projeto e que para que ninguém me corrija de novo, aqui meu parceiro da direita aqui, projeto FUP, SINDIPETRO-RJ, a AEPET e movimentos sociais. Está correto agora? Está ali.

Então vamos lá, vamos começar por aquele...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já vou passar para o senhor. Vamos começar por aquele que falou por último no primeiro momento, que foi o Dary. Mas antes do Dary, como eu disse antes, Senadores pedem a palavra no momento que entender mais adequado. E acho que é um momento bom porque a Mesa faz considerações finais e o Moraes, que fez a exposição, faz o encerramento.

Senador José Nery, parceiro de todas as horas aqui no Senado, e na Câmara e nas ruas também.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, companheiros das diversas entidades da federação, dos sindicatos, do movimento dos petroleiros. Eu estava lembrando aqui há pouco que nós vivemos porque acompanhamos de perto o que foi aquele ataque frontal, violento, que não há nome, não há palavra para classificar o que o Governo Fernando Henrique impôs aos petroleiros e impôs ali, eu diria, que foi durante a greve dos petroleiros de 1995. Naquele momento ali o projeto liberal expresso por Fernando Henrique, que eu disse sempre ali, foi uma tentativa da quebra da espinha dorsal da resistência da luta popular por mudanças, por participação, pela soberania do país. Ali foi o ponto, num golpe... Eu dizia, os petroleiros ali naquele enfrentamento com a punição de suas lideranças, com o fechamento de seus sindicatos, com as multas estratosféricas para impedir a livre organização sindical, ali foi a demarcação clara de campos.

Então, quando eu vejo aqui por parte da oposição de direita, quando falar de oposição, eu queria sempre que fizesse aqui uma certa consideração, meu caro Presidente, que há uma oposição direita e há sim uma oposição de esquerda, que tenta manter o sonho e o caminho que sempre tentamos apresentar como alternativa para realizar as transformações que a sociedade brasileira precisa. Então, eu faço aqui para lembrar, lembrar aquele momento de 95, porque acho que os petroleiros, naquela jornada heróica, merecem ser lembrados sempre, porque mesmo diante da imposição desregrada do Governo Fernando Henrique, resistiram. E estavam tão certos naquela resistência que é possível hoje a gente estar vivendo esse momento.

[palmas]

E aí muitos oradores se referiram a vários momentos, inclusive os embates políticos para a afirmação de novos projetos, de novos caminhos para o Brasil. E eu não vou me alongar muito, Presidente Paulo Paim, mas dizer que em suma, primeiro, nós temos que afirmar aqui, e esse é o compromisso do PSOL, tirado por deliberação unânime em nosso Congresso Nacional, de apoiar a luta pela reestatização da PETROBRAS, por inteiro, ou significa a revogação da Lei 9478, como algo fundamental.

Agora, é preciso que entre nós que estamos na mesma trincheira, no mesmo caminho, nós precisaríamos muito claramente dizer que os projetos enviados pelo Presidente Lula, eles mantém o vício privatizante. Na medida em que prevê o regime de exploração compartilhada, ou seja, a continuidade nociva dos leilões que o Presidente... Eu entendo que o Governo Lula com o capital político que conseguiu em 2002, deveria ter como primeira medida anulado essa lei aqui no Congresso. Revogando-a no Congresso essas medidas.

Então queria dizer que estamos juntos, sim. Mas é preciso deixar bem claro que o projeto que vocês estão apresentando marca de forma muito clara e diferente, demarca com aquilo que o público vê [ininteligível]. Mas eu ficaria muito feliz, Senador Paim, vou encerrar com isso, fazer duas propostas bem rápidas. Se nós conseguirmos através da mobilização do povo brasileiro, que é o único instrumento que realmente consegue operar as mudanças neste Parlamento ou em qualquer Governo, se nós conseguirmos fazer com que o projeto de iniciativa de vocês, que tem o nosso apoio, transformar que isso seja... Que seja acolhido para ser o substitutivo oficial do povo brasileiro ao projeto que o Presidente enviou, eu diria que nós teríamos conquistado, talvez, nessa mobilização e afirmado de forma muito significativa a soberania do povo brasileiro.

Então, a campanha, o petróleo tem que ser nosso, pela revogação dos leilões e principalmente pela... Nesse marco regulatório, tornar a PETROBRAS 100% estatal, fim dos leilões. Tenho dúvida sobre essa questão de uma nova empresa, a PETROSAL. Temos que discutir, realmente, profundamente isso. Mas estamos irmanados com vocês e não fica até o final, Senador Paulo Paim, nosso eterno Presidente dessa Comissão de Direitos Humanos, com todo respeito ao nosso querido Senador Cristovam, mas com o Senador Paim, vocês que são do Rio Grande, mas não precisa ser do Rio Grande para saber que nesta Casa eu tenho muito orgulho e muita satisfação de muitas causas da luta do salário mínimo, dos aposentados, do direito dos trabalhadores, não há nesta Casa alguém com tanto compromisso e com tanto desvelo na luta defesa dos Direitos Humanos do que o Senador Paulo Paim. Então, tanto é que essa manifestação aqui hoje que vocês podem fazer livremente na Comissão de Direitos Humanos do Senado, é possível. Porque um trabalhador, um sindicalista, um Senador dos mais honrados que essa Casa tem é capaz de propor e realizar uma audiência inédita, porque olhe só, a primeira reação das pessoas, Senador Paulo Paim, mas o que tem haver

discutir pré-sal, marco regulatório, PETROBRAS, PETROSAL na Comissão de Direitos Humanos? Mas aí tem que lembrar: É Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. E vocês aqui são a demonstração clara de que é isso. É Legislação participativa. E a honra maior é que o primeiro debate, primeiro debate público no Parlamento após o lançamento dos projetos pelo Governo Federal é feito aqui no âmbito dessa Comissão. Então, isso vai ser discutido na Comissão de Assuntos Sociais, de Justiça, de Assuntos Econômicos, aliás, mas a primazia do debate, o protagonismo é aqui e principalmente é de vocês e de todas as organizações dos petroleiros do nosso país.

Muito obrigado por essa possibilidade. Mas obrigado também ao nosso mestre maior, Senador Paulo Paim. Encerro dizendo duas propostas. Acho que essa campanha precisa de instrumentos que popularizem esse debate. Não pode ficar em parte da mídia, inclusive daquela mídia conservadora que é contra qualquer ideia de afirmação do Estado como indutor da economia, especialmente no setor estratégico como é o petróleo.

Sugeri para a Comissão de Direitos Humanos do Senado e em outras comissões que assim o queira, e para as organizações dos petroleiros, a FUP, e todos outros, todos sendo contemplados dos movimentos sociais, a edição de uma cartilha em linguagem popular, que possa ser distribuído nas igrejas, nos sindicatos, na porta das fábricas, nos bairros pobres, em todos os lugares para que as pessoas com conhecimento de causa possam defender o monopólio estatal do petróleo e possam defender aquele marco regulatório que de fato vai garantir a soberania do povo brasileiro sobre os seus recursos e sobre os lucros que advém deles. Aí proponho, depois vamos discutir, devem ser milhões de cartilhas, milhares, para popularizar o debate em todos os cantos desse país.

Segundo, acho que vocês têm muita iniciativa importante, já fizeram manifestações, atos aqui em frente ao Congresso... Mas acho que a gente deveria deflagrar essa campanha o petróleo tem que ser nosso num grande ato nacional, convocado por todos e todas. Não pode haver exclusão de ninguém, para marcar não sei se em Brasília, se em São Paulo, se no Rio Grande do Sul, vamos discutir um local para, a partir daí, a gente popularizar de fato a criação dos comitês municipais, estaduais, para dizer que nessa questão o povo brasileiro, principalmente aquele que tem responsabilidade na direção dos movimentos, não vão permitir que uma minoria gananciosa que só atende aos interesses do capital ser nacional ou internacional, não pode aqui querer impor mais uma vez os seus caprichos e aquilo que eles acham que é melhor para o Brasil. É o povo brasileiro e vocês são o maior exemplo disso, que vai dizer o que nós queremos nesse marco regulatório do pré-sal e do petróleo.

Viva a luta dos trabalhadores, viva os petroleiros, viva a União de todos e nós vamos conseguir, sim, a reestatização da PETROBRAS e com certeza o monopólio estatal do petróleo e sobre as nossas riquezas naturais.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, a Presidência agradece as suas palavras carinhosas com esse humilde metalúrgico do interior do Rio Grande e por obra dessa gauchada fez com que eu chegasse aqui no Congresso desde a constituinte. Desde a constituinte não saí mais. Foi quatro mandatos de Deputado Federal, a gauchada que é a culpada e agora no Senado--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O senhor permite duas palavras ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Para dizer o seguinte, metalúrgico, Deputado, Senador... Como eu disse, dos mais honrados. E acho que o Brasil ganharia muito se eventualmente, e já disse isso ao Paim, ele sabe disso, se a candidata do Presidente Lula não fosse a Ministra Dilma, creio que o Brasil estaria muito bem representado... E aí, eu sou do PSOL, tenho um caminho aqui, no entanto, se fosse representado esse projeto, essa luta toda por Paulo Paim, sem dúvida... Não é por Rio Grande do Sul, é a dignidade de um brasileiro que tem que ser reconhecido a cada dia, porque todos nós sabemos do seu empenho e da sua luta e que sem dúvida seria o primeiro Presidente negro desse país. Por isso, as saudações e dizer que o senhor aqui fala sempre um metalúrgico. Metalúrgico sindicalista. Mas que também pode ser aqui ou mais tarde o Presidente desse país.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Dilma vai bem, a Dilma vai bem. Vamos lá que a Dilma vai bem, graças a Deus, e eu agradeço muito o meu amigo e pelo carinho. Agora, depois dessa sua declaração claro que vai influenciar os meus amigos do PSOL lá no Rio Grande do Sul para o Senado. Eu sou candidato à reeleição no Senado. Desde já eu agradeço muito, viu, parceiro?

Bom, passamos a palavra ao Dary para suas considerações finais. Cinco minutos.

SR. DARY BECK FILHO: Bem, queria começar... Acho que talvez não tenha sido muito feliz na minha

intervenção porque o Deputado Geraldinho ficou... Até aproveitar a presença aqui... Quando eu falei que tem dois partidos, é porque tem dois partidos nessa questão. O principal da questão que nós estamos debatendo aqui é quem vai se apropiar da riqueza. A questão do fundo soberano, como vai ser, tal, aí é... É forma. Agora, quem quer... Tem dois lados nessa questão. Aqueles que querem que a nação, o povo brasileiro se aproprie dessa riqueza e aqueles que querem que os seus patrões se apropriem da riqueza. Isso é para mim muito claro. A forma como vai se dar essa apropriação aí é um debate que tem algumas nuances. Então, acho que não fui claro na minha primeira intervenção quando fiz essa fala. E o Deputado... Eu tenho certeza que o PSOL está do lado certo, do lado do que quer que a nação brasileira, o povo brasileiro se aproprie dessa riqueza o máximo possível. Isso aí eu tenho tranquilidade em relação a isso. Acho que o Deputado não entendeu muito bem, queria esclarecer essa questão.

E queria aproveitar a fala do companheiro Mauro lá do Rio Grande do Sul e dizer que lá no Rio Grande do Sul, na REFAP S/A, na Refinaria Alberto Pasqualini S/A, que tem 30% da participação da Repsol é um exemplo do que aqueles que são contra, os que defendem o povo brasileiro querem para a PETROBRAS, querem... Aquilo lá é o exemplo. Se não fosse a luta que nós tivemos, o combate, a eleição do Presidente Lula, aquilo lá seria o que todas as refinarias do país seriam hoje. Empresas privadas tendo prejuízo, com participação privada, não trazendo desenvolvimento nenhum. Uma dificuldade tremenda de trazer investimento para aquele local por conta dessa questão, então é importante ressaltar e aí puxar um pouco a brasa para a sardinha já que eu sou gaúcho de lá, sou da REFAP, que é importante a FUP e os movimentos tenham sido solidários na questão de colocar no projeto que seja reincorporada a questão da REFAP, e incluindo já as outras empresas que tudo do petróleo seja para a PETROBRAS.

Eu quero afirmar aqui mais uma vez que, acho que nós não precisamos ficar reinventando a roda nessa questão. Nós temos uma empresa que tem conhecimento, que tem pessoal, ela precisa ser mais fortalecida. E para ser mais fortalecida ela tem que ser 100% estatal, 100% pública com o controle social. Com o controle social. E é esse o papel que nós temos aqui. Essa é uma divergência que nós temos com o projeto do Governo Federal. Tem uma divergência séria do projeto por conta disso. Nós não entendemos o melhor processo para a apropriação dessa riqueza pela nação brasileira seja a forma como está colocado lá. Tanto que a primeira fala, eu falei que é um projeto tímido. Ele caminha num sentido, que é o sentido de melhorar a questão da estatização, do controle, mas não vai a fundo. Ainda vai ter apropriação por poucos, das empresas privadas que vão estar no processo de partilha, vão estar nas outras concessões, porque o processo de partilha é apenas para o pré-sal, os outros Estados, as outras regiões ainda vai ser concessão. E aí a concessão vai ser de quem ganhar.

Então, reafirmo aqui a posição da Central Única dos Trabalhadores, nós temos posição de Congresso, 2.500 delegados e delegadas das mais variadas categorias que... E todos os Estados do nosso país aprovaram a nossa proposta de apoio a esse Projeto de Lei [soa a campainha]. Esse é o Projeto de Lei discutido com o povo organizado do nosso país. Esse é o Projeto de Lei que nós temos que trabalhar, mobilizar, construir o processo de debate com toda a população brasileira para fazer passar. Uma boa luta para nós companheiros e companheiras, que essa vai ser uma luta árdua. Mas tenho certeza que nós todos e todas sairemos vitoriosos e vitoriosas dessa luta. E todos e todas nós vamos ter muito orgulho daqui alguns anos dessa luta que nós vamos estar iniciando aqui hoje dentro do Parlamento brasileiro.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A emoção do Dary mostra a importância desse tema que envolve, com certeza, não só a nossa geração como também as gerações futuras. Por isso, Dary, essa tua emoção representa o sentimento do povo brasileiro. Essa lágrima que você deixou escorrer aí é a lágrima, que acho, que todos nós gostaríamos que fosse simbolizada pelas gotinhas que você falou, Moraes, que está ali na camiseta. Então, é um grande momento que a gente passa por essa mobilização que com certeza vai acontecer.

Vamos de imediato para o José. José Divanilton da Silva, Diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil, CTB. Cinco minutinhos.

SR. JOSÉ DIVANILTON DA SILVA: Ok, Senador. Estava observando aqui as intervenções realizadas, Senador Paulo Paim, e que tem uma coisa que no nosso meio sindical, muito mais além dele, existe uma crítica muito grande a uma... Diria a um Estado de espírito político. O chamado corporativismo. Essa é uma contradição, mas que aqui tem muita força da presença petroleira, e essa categoria tem se destacado porque em função até, também, da sua atividade econômica, os debates que ela desenvolve sempre tem haver com os temas nacionais. E aqui estão presentes algumas gerações dentro da própria categoria. E como é impressionante, por aqueles que às vezes nos ativam de corporativos, como é impressionante a

capacidade de uma geração de passar a convicção para uma outra. E aqui nós vimos duas convicções saídas de gerações distintas. Isso, portanto, revela que nós estamos desenvolvendo relativamente bem a nossa tarefa política de ganhar maiores e melhores quadros para essa tarefa.

Um outro aspecto que a gente também fica convicto que esse... Esse marco, essa sessão, ela não expressa ou é apenas um espaço para o registro formal de um Projeto de Lei. Como já foi dito pelo próprio Senador Paulo Paim, ela desencadeia uma nova jornada e um novo patamar. E o que nós teremos de grande desafio é evitar o que a grande mídia tenta desenvolver, e repito, é de uma falsa polarização entre um projeto e um projeto do Executivo. O nosso grande desafio muita visão estratégica, muita amplitude, muita humildade para que a partir dessa Comissão comandada por este Senador, possamos ganhar aliados no Parlamento, aliados na classe trabalhadora, nas organizações da nossa sociedade para gente possa de fato integrar essa temática do pré-sal ao conjunto de necessidades, mas sobretudo, repito, ao novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Então, é com essa convicção que a CTB integra e repito, estaremos fazendo todos os esforços para que esse Projeto de Lei que se integra, que se constitui como pensamento majoritário do pensamento da nossa classe trabalhadora possa ser vitorioso. E como já ocorreu na história, com muitas dificuldades, será uma batalha longa, como disse o companheiro aqui do MST, mas haveremos, com a nossa unidade, com nossa amplitude fazer com que essas convicções, essas nossas opiniões faça um eco necessário nessa Casa, na Câmara dos Deputados, e a pressão necessária também sobre o Executivo para que possa ter uma correlação de força necessária para sancionar, de fato, uma nova lei do petróleo que preserve os interesses nacionais, que possa fazer talvez desse último ciclo que a natureza nos deu ao Brasil e a inteligência do nosso povo permitiu a sua descoberta, trazer à terra, possamos fazê-la bem e fazer com que essas desigualdades, o futuro, as desigualdades regionais.

Aqui estava conversando com o meu companheiro Joba Alves aqui, muitos gaúchos aqui presentes. Mas nós viemos de longe, ele de Pernambuco, eu sou do Rio Grande do Norte, temos aqui do Ceará, mas essas distinções, essas movimentações eu diria assim que as brincadeiras à parte, mas aqui entre nós com certeza não há o espírito regionalista. Aqui temos uma conquista do povo brasileiro. Um povo uno. E essa capacidade desse povo uno e que haverá de fazer com que essa grande batalha nós todos saiamos vitoriosos nessa que é algo inegociável que se trata da soberania nacional. É com essa compreensão que nós saímos daqui mais fortalecidos [soa a campainha] e convictos dessa jornada que haveremos, com certeza, de sairmos vitoriosos desse processo.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Agilizando, passamos de imediato a palavra para o Francinaldo Alves Correia, Coordenador nacional do MST e representante da Via Campesina, companheiro Joba.

SR. FRANCINALDO ALVES DE CORREIA: Obrigado, Senador. A gente... Queria... Acho que tem alguns entendimentos aqui que a Senadora(sic) Iriny faz a gente ficar mais claro esse campo, de que nós vamos travar uma luta ideológica. Então, uma luta ideológica a gente tem que delimitar muito bem quem vai estar de cada lado. E eu acrescentaria uma luta patriótica. E nós temos que taxar como antipatriota, como antipopular e como traidores todos aqueles que fizerem alguma iniciativa de ser contrário aos projetos que os movimentos sociais estão apresentando. Todas aquelas iniciativas que forem consideradas contrárias, nós vamos ter que botar uma marca de antipatriota e de traidor em todos eles. Que a história vai cobrar de todos eles que tiveram esse tipo de atitude.

E queria dizer que essa campanha já é vitoriosa, por alguns instrumentos que se tentaram unificar o campo dos movimentos sociais e que não foram tão exitosas, essa campanha já conseguiu unificar todas as centrais sindicais, todos os movimentos sociais e setores populares. Então ela já é vitoriosa que ela traz a unidade em torno dessa discussão do projeto do petróleo, em torno de um projeto de país. Então por tudo isso ela já é vitoriosa que consegue unificar. E aproximou, Senador, aproximou muito mais os movimentos sociais dos setores petroleiros. A gente tem conseguido fazer grandes lutas juntas e grandes debates e estamos aprofundando a nossa aliança, estamos inaugurando uma escola de formação junto com os petroleiros também e com a Via Campesina, enfim, estamos fazendo uma unidade em torno dessa campanha dos movimentos sociais e setores populares desse país.

E queria louvar... Olha a riqueza do que a gente está fazendo aqui. Nós estamos falando que foi um projeto que nasceu das lutas, dos movimentos sociais, do acúmulo que eles vêm travando em torno da campanha “O Petróleo tem que ser nosso!”, e nesse momento, mesmo momento de eleição dos projetos que estão em discussão, a gente sai com ele com autonomia. Nem nós estamos discutindo a defesa do projeto do Governo que achamos que não nos contempla e

nem estamos também fazendo o jogo da direita de cair em certos vacilos que eles querem empurrar, que às vezes a classe trabalhadora caia. Então, um projeto que sai com autonomia dos movimentos sociais que sabem aonde quer chegar e sabe para onde ir. E tem a clareza que só é possível fazer isso mobilizando as forças dos setores populares. Dos setores organizados até mesmo àqueles... Àquelas pessoas que não estão inseridas em nenhum movimento social. Então, a gente tem que mexer com todos esses, dos sindicatos, dos movimentos sociais, das igrejas, as donas de casa, o camelô, enfim, a gente tem que chegar a todas essas pessoas como chegamos quando fizemos a campanha da ALCA, que iniciou um processo muito importante e que desencadeou em avanços, em países da América Latina que a gente sabe o quanto aquilo acumulou. Naquele momento a gente conseguiu, nem todos sabem, mobilizar 200 mil militantes. Não estou falando dos votos que a gente fez; 200 mil militantes foram arregimentado e formado na campanha da ALCA. Então a gente está passando por um processo muito mais amplo que vai conseguir envolver muito mais pessoas.

Por fim dizer que nós da Via Campesina, vamos jogar todas as nossas energias na construção desse projeto, na defesa desse projeto e na mobilização de todos os setores da sociedade que possam vir, se aglutinar em torno disso e fazer uma defesa em torno de um projeto de nação, em torno de um projeto de Brasil que a gente quer. É um momento histórico que tem muita coisa em jogo que a gente não pode vacilar nesse momento. E dizer que estamos muito felizes, que a categoria dos petroleiros já aponta em fazer greve se necessário para fazer esse projeto. E nós estamos colocando à disposição todas as nossas bases, todos os militantes para fazer todos os tipos de luta que seja necessário. Principalmente em denunciar o setor privatista que tem nesse país e fazer o enfrentamento muito aberto e muito claro com as multinacionais que muito vem usufruindo das riquezas do nosso país e tirando toda possibilidade da gente ser um grande país e de ser uma grande nação. Reafirmamos esse compromisso de que vai ser a nossa grande luta que nós vamos fazer durante muito tempo. Ela se inicia agora. Ela vai ser longa, mas vamos ser vitoriosos como já estamos sendo no processo de unidade da classe trabalhadora e de autonomia dos movimentos sociais em construir o seu próprio projeto.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Parabéns também, como eu disse antes ao José, da CTB, e vamos de imediato agora ao Emanuel, coordenador do SINDIPETRO-RJ e representante da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS. Por fim, o Moraes.

SR. EMANUEL JORGE DE ALMEIDA: Bom, queria em primeiro lugar mais uma vez agradecer essa oportunidade ao Senador Paulo Paim, que repito, é muito querido e aguardado numa visita lá no Rio de Janeiro, os aposentados têm um apreço muito grande--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Estarei lá na próxima sexta-feira. A medalha Tiradentes...

SR. EMANUEL JORGE DE ALMEIDA: Pois não. Sexta-feira. Então, tem que ter uma ida lá no nosso sindicato para ser abraçado lá. Pois não. Depois, eu queria dizer que dia 10 de setembro nós temos uma reunião do operativo, São Paulo, que congrega todo o nosso movimento, que aí eu espero, eu não tenho dúvida que todos vão subscrever esse projeto popular que a gente protocolou na última quinta-feira, não tenho dúvida disso, e vou levar a proposta do Senador José Nery, que é muito importante, da gente fazer um grande ato e tem que ser em Brasília, pode ter atos menores Brasil afora, mas tem que ter um ato grande aqui em Brasília.

Quero dizer também, respondendo ao Deputado Geraldinho que não está aqui. Nós temos que retomar o movimento "O Petróleo é nosso" em todos os sentidos. Na década de 40 e 50 foi assim também. Tínhamos diferenças, mas por final todos ficaram por trás da faixa "O Petróleo é nosso". Tanto os comunistas como os conservadores. E não tenho dúvida que vamos retomar tem e já coloco como proposta. Nós, além de fazer greve, fazer tudo que a gente sabe fazer muito bem, nós fazemos cartazes para divulgarmos os Parlamentares que estiverem do nosso lado e aqueles que estão do outro lado, e isso incomoda muito a burguesia. A gente fazer cartazes e colagens Brasil afora.

Queria dizer que eu tenho 35 anos de PETROBRAS, fiz no dia 10 de julho, sou técnico da companhia, me orgulho de ter participado, inclusive dentro dessa história do pré-sal, porque eu trabalhava numa área que comprava materiais para Bacia de Campos, então eu tenho minhas marcas lá como técnico, e na luta também tenho orgulho, lamento não estar aqui presente o companheiro Spis(F), não sei se mais outros companheiros participaram. Em 96 nós ocupamos o Salão Verde do Congresso Nacional para impedir a quebra do monopólio. Então, a nossa luta vem de longe. E também, em 94 e 95 fizemos a maior greve e tive a honra de participar da greve de 32 dias que não era só para defender a PETROBRAS e os petroleiros, não, era o patrimônio público principalmente.

E queria dizer que nós também realizamos uma jornada de luta. Não, primeiro em 2007 nós ocupamos a sede da ANP. E o Spis(F) estava junto, o Moraes também e acho que mais alguns companheiros que estavam junto quando a gente ocupou, num leilão em 2007, a sede da ANP. E depois, em 2008, entre os meses de novembro e dezembro nós fizemos uma jornada de luta que inclui... Que incluiu a ocupação do Ministério de Minas e Energia aqui em Brasília, ocupamos a sede da PETROBRAS no Rio de Janeiro, os petroleiros realizaram uma greve nacional e por último a gente realizou um ato na porta da ANP e por conta disso vários de nós estamos sendo processados pela Polícia Federal, fomos espancados na rua, espancados, mulheres, crianças, espancadas que pode ser visto neste vídeo que eu convido a todos a assistirem como um todo. Também a cartilha que o Senador falou, nós temos uma cartilha que em meia hora está disponível, pode acertar com o Rafael quem quiser a cartilha. Nós já rodamos 200 mil cartilhas, 100 mil já foi distribuída e agora vamos fazer uma versão em quadrinhos. E a cartilha ela é simplificada, pode ser lida em menos de meia hora, mas a gente vai fazer uma versão em quadrinhos e esse documentário, o filme, nós já rodamos mil cópias que acabaram e estamos rodando mais mil, já passou na TV educativa do Paraná e a gente espera que as outras TVs façam o mesmo também; Educativa. Que os Governadores estão brigando pelo *royalty*, que é legítimo, façam isso também.

Quero dizer, reafirmar aqui que o projeto proposto pelo Lula é bem melhor do que o anterior, mas ainda é tímido. Dentre outros aspectos que não abordei aqui mantém os leilões fora do pré-sal, mantém os leilões, não retoma as áreas que foram entregues criminosamente às multinacionais, então [soa a campainha] a gente tem que saber que no Congresso se a gente não fizer movimento social, não botar o povo na rua, nem esse projeto do Lula vai passar pelo Congresso. Por isso a gente tem que reafirmar, explicar o nosso projeto e... Esse projeto nós vamos aprovar por todo operativo que inclui as principais centrais sindicais, o MST, o movimento de barragem... E vamos denunciar quem estiver do outro lado. Vamos fazer isso. Tenho certeza que nós a nível de Parlamento, com os Parlamentares de esquerda do PSOL e dos outros partidos, do PCdoB, do PT, nós vamos unificar numa proposta, nessa luta, o mesmo vamos fazer no movimento social e vamos partir para o enfrentamento que está sendo convocado pela burguesia. Eles é que estão acirrando os ânimos. Nós não estamos na contramão da história. Haja vista que o império está estatizando [soa a campainha], a Europa. Agora, o Brasil não pode estatizar, não pode fortalecer o seu Estado naquela riqueza que é a mais importante que é o petróleo, que a gente tem para resolver todas as mazelas, todo o *déficit* que a gente tem com o nosso povo, a gente pode cobrir tudo isso com o nosso petróleo que foi descoberto pela PETROBRAS, que está no nosso subsolo, que está dentro de... A maioria do pré-sal está dentro de águas brasileiras e a Constituição brasileira diz que toda riqueza do subsolo pertence à União. Então, encerro com a nossa palavra de ordem: "O Petróleo tem que ser nosso!".

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal, nesse momento, antes de eu passar para o Moraes, é que tem um cidadão, é o...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Prefeito de Paim Filho.

[risos]

Eu estou sabendo agora. Ele quer me entregar um pequeno mimo, deve ser um símbolo da cidade, porque ele tem que pegar o voo. Então, ele me entrega aqui agora e vai para o aeroporto. De pai para filho. Eu recebo aqui rapidamente e nada melhor do que receber numa atividade do movimento social. Prefeito de Paim filho que é o...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Beuren? Recebo aqui com carinho nesse momento.

SR. CESER ADRIANO BEUREN: Senador Paim, meu boa-tarde a todos. É uma honra nós estarmos aqui hoje entregando uma lembrança do Município de Paim, para o Senador Paulo Paim.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado.

SR. CESER ADRIANO BEUREN: Nordeste do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E diz ele que tem um... Diz ele que aqui tem um segredo. Digo: Abre. Quero ver o que é o segredo. Na verdade é um quadro, Prefeito, que mostra a cidade que leva casualmente o nome de Paim. Prefeito, muito obrigado. Um abração enorme [ininteligível].

SR. CESER ADRIANO BEUREN: Eu que agradeço. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De imediato, o Moraes com a palavra para fazer a sua fala e, como eu havia combinado com ele, Moraes, se ficar cinco está bom. Mas se ficar dez está bom

também, se ficar 15 fica bom também, se tiver que ver 20, usa os 20 para fazer o encerramento.

SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES: Não fala mais que a gente usa. Bom, companheiros e companheiras, antes de entrar em qualquer mérito aqui, a gente abriu essa segunda... Esse fechamento aqui com as... As lágrimas aqui do nosso representante da nossa central, da Central Única dos Trabalhadores, do companheiro Dary, e eu queria relatar, companheiro Dary, que a sua emoção é muito bem-vinda. Muito bem-vinda. Porque para essa luta é necessário coragem. Os enfrentamentos serão gigantescos. E coragem é agir com o coração, que foi o que você fez aqui quando iniciou.

[palmas]

Depois, também, imediatamente me dirijo ao meu companheiro Leoni, nosso menor SINDIPETRO filiado à FUP, pequeno, os barris refinados talvez até no número de filiados, mas grande na combatividade, na honestidade e na luta.

[palmas]

Digo isso, companheiro Leoni, porque o nosso projeto, por si só, pela incorporação da nossa Refinaria Ipiranga, da nossa refinaria em Manguinhos, Emanuel, que foi a precursora do SINDIPETRO-RJ, da nossa REFAP, Senador Paim, em Canoas, onde quero fazer um parênteses sobre a situação da REFAP. Porque cometeram o sacrilégio de entregar parte da REFAP, que pertence ao valoroso combativo e nacionalista povo gaúcho, aqueles que defenderam a fronteira quando não tinha Forças Armadas no nosso país, ofereceram o próprio lombo para defender a nossa pátria. E tiveram a ousadia de entregar parte da nossa REFAP para a Repsol, dos espanhóis. No pré-sal, poderíamos ter visto um pouquinho melhor aqui, mas vamos conversar, no pré-sal sabem qual é a origem do nome do Campo de Caramba? Porque durante a divulgação da licitação daquela área do pré-sal, o Diretor da GALP, que nada mais quer do que a PETROGAL presente na apuração do leilão, aliás, não foi do leilão. Quando se divulgou o que a província, o que representa o pré-sal, quando olhou para aquilo e disse assim: "É tudo isso? Caramba!". O que era a PETROGAL há alguns meses atrás? Uma minúscula empresa que nada representava no cenário de petróleo mundial. Hoje, graças ao nosso pré-sal, desponta como uma grande petrolífera. Então, vejam só, Repsol no Rio Grande do Sul, GALP no pré-sal. O que representa esse projeto? Um projeto de recolonização dos nossos países. É simbólico essas duas questões. Por isso, por si só, só pela reincorporação dessas refinarias e eu quero aprofundar um pouco mais o tema da TRANSPETRO, já por si só valeria toda nossa mobilização em cima dessas propostas. Não podemos deixar de fazer isso sem olhar essa é a parte emotiva que nós temos que, sim, ser movido por emoção, como foi o companheiro Leoni e o companheiro Dary aqui.

Agora, também pelo lado econômico temos que olhar para o futuro. Porque infelizmente mesmo com toda essa mudança, o crescimento da PETROBRAS nos últimos anos, Senador Paulo Paim, mas efetivamente o nosso Governo ou não teve correlação de forças no Senado ou faltou-lhe coragem, mudou muito pouco do ponto de vista estrutural no nosso setor, no setor de energia e particularmente no petróleo.

Então, a PETROBRAS transporte, que representa os nossos dutos e terminais e num país continental como o Brasil, a logística é tão importante quanto à pesquisa, a exploração, a produção e o refino, é tão importante quanto. Se você não tiver logística, para onde vai isso? Se for... A Lei 9478 obrigou a criação da TRANSPETRO e ela está lá prontinha para ser privatizada no momento seguinte em que os neoliberais reassumam o nosso país. Então, mudar essa situação também é fundamental para garantir futuro para a nossa gente. Temos que olhar para isso. Assim como muitas coisas foram feitas na PETROBRAS e continua lá, a tucanalha está lá, os demo(F) estão tudo lá e continuam mantendo muita coisa igual.

E depois também lembrar um pouco mais, até porque não aprofundamos, o nosso Projeto de Lei. O pré-sal é a economia, mas um só campo, Dalton, pequenino campo, campo que citam sempre de D. João Maia lá na Bahia, que por menos que saia, que saia um litro de petróleo, aquele litro que sai é estratégico. E não pode ser tratado como mercadoria na Bacia das Almas. Por isso que o nosso projeto ele vai além do pré-sal, ele trabalha todo o território nacional e a nossa plataforma continental como um todo. Por isso que a gente discute dessa forma. Imediatamente abordei aqui um pouco o sangue de um Presidente da República que independente da polêmica, que meu companheiro Divanilton se referia, que foi Getúlio Vargas, independente da polêmica em torno do Governo Vargas, agora, certamente, era um Governo que tinha projeto nacional e na sua carta de atestamento estava lá presente para quem não via veja a criação da PETROBRAS. Estava lá presente. Por isso... E que também era gaúcho. Por que não dizer? Estava lá presente. E, então, sim, os mesmos que levaram Getúlio ao suicídio, suicídio esse que postergou o golpe por dez anos, mas a velha UDN golpista está presente em várias siglas do Congresso Nacional até hoje, e principalmente, talvez, no maior partido e mais forte, o partido presente, que é o PIG, partido da imprensa golpista, que o tempo inteiro está fazendo política aqui e fornecendo as laudas para as intervenções no Congresso, para os discursos. Agora,

hoje, aí, Divanilton, outros companheiros foram muito felizes, estão desmoralizados. Ideologicamente eles não têm condições de nos enfrentar na tribuna hoje, Senador Paim. Não tem. Porque tudo que nós previámos, aconteceu e aconteceu um pouco pior. E se no Brasil só não foi pior, foi graças à resistência desses todos que estão aqui, muitos de cabelos brancos, cansados, que viajaram a noite inteira, mas que estão ensinando para os mais jovens o caminho da mobilização e da luta social.

[palmas]

Imediatamente acho que é importante a gente olhar, porque nós não prometemos, e Joba, você foi muito feliz como disse, temos o nosso guia que é a nossa proposta. Agora, não vamos cometer o erro de sermos utilizados pela direita desavergonhada e pelo PIG. Então, olhando para isso imediatamente eu quero comentar um pouquinho aqui, já que o Senador foi muito gentil com o tempo para nós, Senador, com relação o exemplo da Noruega. Porque quando a gente vem com toda essa proposta, onde é que já se viu, com o petróleo vai ter hospital, vai ter educação, vai ter Previdência... Onde vocês acham que vai arrancar dinheiro para isso tudo? Vamos conversar um pouquinho sobre alguns exemplos.

A Noruega há 40 anos atrás quando começou descobrir as grandes reservas petrolíferas do mar do norte era dos países com menor IDH da Europa, Senador. Menor. Dos mais baixos de toda a Europa. Destinaram os recursos do petróleo para as questões estruturais daquele país. Chegaram em 2002, se eu não estou enganado, com um dos maiores índices de IDH da Europa. Com o dinheiro do petróleo, através da *Statoil* e com projetos parecidos com esses que a gente discute aqui. Chegaram numa situação ímpar, única. Aí, naquele momento, mudaram a lei e destinaram os recursos do petróleo para a Previdência pública, e aí necessariamente olho para o Senador Paulo Paim como um grande lutador e defensor dos aposentados desse país, da Previdência Pública e digna para todos, fizeram isso lá e hoje um norueguês não paga um tostão para ter acesso a uma aposentadoria digna.

[palmas]

Exemplos muito positivos que temos que olhar. A proposta do Executivo em grande parte se mira no modelo norueguês. Agora, aqui nós trabalhadores vamos apontar também onde nós vemos que há falha e o bom exemplo para por aí. Modelo norueguês é de um país que não chega ao tamanho na população do Estado do Rio de Janeiro. Quatro milhões de habitantes, cerca de quase três bilhões de barris produzidos, o modelo francamente exportador. Completamente distinto do que queremos para o nosso país. Completamente distinto. E de uma outra história política também, a história dos Vikings. Tem uma outra cultura, completamente diferente. Então lá eles criaram a nova empresa que lá se chama "PETORO". Mas para nós, os bons exemplos se aplicam à infraestrutura do país, à saúde, à educação, à Reforma Agrária, à Previdência... Mas não se aplica na nova empresa e não se aplica no modelo exportador. Para a gente para por aí. Então, nós, aí é que está a sabedoria, companheiros. Nós vamos ter que saber nesse processo correr, sim, a linha da dialética sem sermos usados pela direita desavergonhada desse país. Ter a sabedoria de saber até onde admirar e até aonde criticar e apontar que o nosso país vai ter que ser diferente.

Dito isso, quero mais um pouco lembrar aqui, companheiros, que quando a Lei 2.004... Às vezes quando a gente fala das Forças Militares, porque o nosso país é um país bem pouco estruturado do ponto de vista Militar, sabemos todos isso, o Brasil já foi a segunda Marinha de guerra do planeta, a segunda esquadra em 1910, quando o grande João Cândido lutou na Revolta da Chibata, naquele momento, o Brasil tinha a segunda esquadra mundial. Hoje, coitado de nós. Então, esse é um momento que sempre nos fragiliza. E quando a gente vê falar nas armas, de fato, é para gente ter medo mesmo.

Pois é, quando a gente também levou... Muita porrada no lombo... Agora, quero lembrar aos companheiros, os estudantes, os comunistas, os militares nacionalistas. Mesmo não tendo grande poderio militar, a Lei 2.004 foi aprovada no Congresso Nacional e sancionada por Getúlio Vargas com a quarta frota passeando aqui no Atlântico Sul. E nem por isso o nosso povo tremeu. Então, eu ainda acredito muito mais na força da mobilização e da organização do que na força das armas. Vamos para frente que a gente vence a quarta frota e quantas mais vierem. Que venha a quinta, que venha a sexta, que venha a décima. A força do nosso povo vai além disso.

Depois, companheiros, quero lembrar só um pouquinho dos enfrentamentos ainda, Senador, nos enfrentamentos que teremos pela frente. De repente nós poderemos contar com alguns deles. Dessa direita desavergonhada, talvez até com o PIG. Porque quando a PETROBRAS, quando o povo boliviano nacionalizou as refinarias, as reservas, o que fizeram muito bem, nós, trabalhadores petroleiros da PETROBRAS, a FUP, nós estivemos lá enquanto o Exército ainda estava nas refinarias para elogiar aquela iniciativa e dizer que o povo boliviano estava certo. E qual era o comportamento do PIG e da direita desavergonhada? Foi para as tribunas desse país e nos jornais para dizer que o Presidente Lula tinha que mandar as Forças Armadas

para defender os direitos da PETROBRAS na Bolívia. Agora nós queremos dizer. Queremos eles na tribuna defendendo os direitos da PETROBRAS para uma PETROBRAS 100% estatal e pública.

[palmas]

Estes mesmos. Então, nós temos a contradição para colocar nas costas deles agora. Por isso, acredito que eles possam, sorrateiramente, não aceitar a mudança e mais uma vez trair a nação, trair o povo e a pátria. Agora, certamente não nos enfrentarão nas tribunas. Porque não tem capacidade nem moral para isso. Não temos dúvida. Depois, companheiros, ainda um pouco de reflexão sobre a realidade que a gente vive em relação ao pré-sal. Quando começaram os leilões logo depois da 9478, Senador, as primeiras empresas vieram aqui e disputaram a primeira, a segunda rodada, separadas da PETROBRAS. Fiasco para elas. Se deram mal. Porque não conheciam o Brasil como também não sabem explorar petróleo com a complexidade que tem no nosso território. No momento seguinte colaram na PETROBRAS, porque a PETROBRAS conhece o nosso território, mas acima de tudo porque a PETROBRAS tem um corpo técnico qualificado e preparado para isso. E vieram e estão aprendendo conosco como é que busca o petróleo aqui. Porque somente o Brasil, os brasileiros e a PETROBRAS que tem capacidade para buscar o petróleo no pré-sal. Isso que é lamentável da manutenção e desse modelo de partilha que vai manter essa transferência de tecnologia e de conhecimento, que é o que nos é mais caro e mais importante no mundo moderno, que é o conhecimento. O mundo moderno é o mundo do conhecimento. Ao manter este modelo, a gente continua incorrendo nesse erro.

Eu li uma reportagem recente que o Brasil está comprando, me parece, quatro submarinos da França. Está pagando nesses submarinos, me parece, cinco ou seis vezes mais o que custa o submarino. Nove bilhões para poder ter a transferência de tecnologia. E nós estamos transferindo tecnologia de petróleo, Senador, para esse pessoal que tem feito as parcerias de graça. Entregamos o petróleo para eles e entregamos o nosso conhecimento que para mim vale mais do que o nosso petróleo. Também não sou tão ufanista assim, Senador. A Amazônia vale mais do que o petróleo e o conhecimento da nossa gente, do nosso povo, vale mais do que o petróleo. Por mais que valha o pré-sal. E nós estamos entregando de graça. Estamos entregando junto com o petróleo o nosso conhecimento. Para nós isso é muito grave, é mais um motivo forte pra gente vender com muita garra o nosso projeto.

Aí fecho, caminho aqui para o fechamento, ainda sobre a questão ambiental. Hoje é o tema mais sério da humanidade. E, certamente, não se discute exploração do petróleo do ponto de vista ambientalmente sustentável se estiver na mão do interesse e do lucro. Somente os Estados nacionais é que tem condição de regrar e controlar isso para não permitir que se faça o que fez a Texaco no Equador, que não vou aprofundar aqui o tempo para não tomar mais tempo. Mas, certamente, só se consegue explorar petróleo de uma maneira ambientalmente sustentável sob o controle e o acompanhamento da sociedade através do Estado e não temos a menor dúvida disso. Depois, por que discutir na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa? Vou ficar nos Direitos Humanos, mesmo.

A Lei 2.004, que é a lei que inspirou o nosso projeto, é a reedição da Lei 2.004, foi muito importante do ponto de vista econômico e da soberania. Mas ela não destinou os recursos para o conjunto da população. Isso a gente corrigiu. E é por isso que a gente tem que discutir aqui, sim, os Direitos Humanos. Porque vai ser o recurso do pré-sal que vai fazer com que toda a nossa gente tenha acesso aos Direitos Humanos mais amplos, não aqueles que tentam nos empurrar. Os Direitos Humanos mais amplos, que é o direito à moradia, direito à saúde, à educação, a Reforma Agrária, a uma casa com dignidade, a Previdência pública... Esse é o verdadeiro direito humano que nós temos condição e vai ser o dinheiro do petróleo. Então, faz todo o sentido esse debate aqui na Comissão de Direitos Humanos.

E por último, quando num seminário que a FUP conjuntamente com a FNU que representa os companheiros eletricitários e a nossa Federação Internacional, ICEM, organizamos um seminário aqui seis meses antes do apagão, um seminário na Câmara Federal, também acompanhei e participei, o Deputado Fernando Ferro fez uma intervenção interessante lá. Ali nós previámos que aconteceria entre seis meses e um ano o apagão. Está registrado. Tem livro e tudo. O Deputado fez uma intervenção que eu achei muito interessante. Ele falou: "Só vai ter apagão no Brasil porque os 'Petroratos', os 'Eletroratos' estão vencendo os 'Petrossauros' e os 'Eletrossauros'". Agora, queremos dizer para os "Petroratos" que podem ter vencido uma batalha, mas nós estamos de volta para acabar com eles de uma vez. Um abraço em nome da Federação dos Petroleiros.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos--

SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES: Faltou uma... Eu tinha formulado aqui uma proposta porque não adianta só falar. Tem que ter proposta, Senador. E a

proposta positiva, né, [ininteligível]? A proposta vai no positivo. Não conversei com o Senador, se não der certo o Senador pode responder para gente aqui. Mas queria fechar com uma proposta que é o seguinte: Que a gente vá no positivo. Que nós formemos aqui no Congresso Nacional uma frente parlamentar em defesa desse projeto. E que passemos a recolher assinaturas e compromisso de aprovação dessa frente. E que nós aqui do movimento, eu sei que talvez não possamos expressar tudo isso aqui agora, até porque todos já falaram, mas que nós do movimento expressemos o nosso compromisso que cada Parlamentar que assinar e firmar esse compromisso terá o nosso... O seu nome divulgado naquela que é a maior imprensa do país, que é a imprensa sindical. Vamos colocar nossos sites, vamos colocar em nossos boletins, como já vamos começar com o nome dos 24 Deputados, 25 Deputados que assinaram lá e com o nome do Senador Paim que está conduzindo esse processo aqui. Vamos começar esse processo já, divulgando nas nossas páginas, nos nossos boletins e nosso jornal. A cada um que for assinando a gente divulga. Que a gente vá no positivo essa construção. Aí o Senador responde se é viável essa proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tranquilamente. Só depois do brilho do pronunciamento, do encerramento aqui do Moraes, eu só quero agradecer aqui ao Dary, ao José, ao meu amigo Joba e também ao Emanuel, todos aqui na Mesa, por esse debate que aqui fizemos.

Quanto à frente parlamentar eu não tenho dúvida nenhuma que a gente avança e vamos ter aqui dezenas de Senadores e centenas de Deputados Federais.

Eu só queria dizer para vocês que eu me sinto contemplado pela forma como a gente encaminhou essa proposta aqui no Senado. No primeiro momento quando eu fui procurado, recebi esse belo projeto prontinho. Fruto do movimento social. E eu tenho o maior orgulho de dizer que sou tipo um filho do movimento social. Pela minha história no movimento sindical, enfim, nos movimentos de base. Eu poderia simplesmente ter pegado o projeto que me foi proposto e apresentado o projeto no Senado e assinado Senador Paulo Paim. Entendi diferente. Entendi diferente. E cumprimento a vocês porque também entenderam. Que lá na Câmara, como são 513, acho que está correto mesmo e está em boas mãos que é o meu querido amigo, o Marroni. E que... O Fernando Marroni que hoje não está aqui. Mas aqui no Senado, que é um bloco maior e alguns dizem que cada Senador é uma instituição, não é que eu pense isso, mas vamos ficar com essa palavra, ele despersonaliza. Aqui no Senado não é o projeto apresentado pelo movimento social para o Senador Paulo Paim. Aqui, para vocês entenderem, e nós vamos aprovar o projeto nessa Comissão, tenho certeza absoluta, passa a ser o projeto do movimento social referendado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado da República. Então, ele passa a ser um projeto do movimento e da Comissão. O meu nome desaparece a partir do momento que eu avalizar o relatório que farei, claro, discutido amplamente com vocês.

Então acho que nós estamos com um grande momento, o projeto na Câmara e o projeto aqui que vamos aprovar no momento que entendermos adequado. Se tivermos que fazer debate nos Estados, faremos. E no dia da aprovação com certeza teremos aqui, espero eu, centenas e centenas de trabalhadores aqui na Comissão para aprovar esse projeto que vocês aqui encaminharam.

Eu alongar aqui o pronunciamento não leva mais a nada. Pelo brilhantismo do trabalho que vocês fizeram no Plenário e aqui na Mesa com o encerramento feito pelo Moraes.

Então eu encerro a presente Audiência Pública, mas numa homenagem aos trabalhadores, eu vou me dirigir ao Plenário ainda e quero aprovar um Requerimento, o Requerimento que eu estou propondo para discutir a saúde do trabalhador na indústria da alimentação. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com esse Requerimento extrapauta, permaneçam como se encontram. Aprovado. Ao mérito. Os senhores e senhoras Senadores e o movimento social aqui presente que concordam com a Audiência Pública para discutir a saúde do trabalhador nos moldes que estou aqui colocando, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu diria só a todos vocês parabéns. Parabéns mesmo por essa iniciativa que leva como principal signatário FUP, SINDIPETRO – Rio de Janeiro, a AEPET e movimentos sociais. É com alegria que eu sou o relator. Mas vou ficar muito, muito alegre mesmo é no dia que essa Comissão aprovar por unanimidade esse projeto, e ele ser a mola que vai criar o grande debate nesse país da visão que nós temos dessa grande marca que significa "O Petróleo é nosso!" É do povo brasileiro.

Está encerrada a Audiência Pública.

Sessão encerrada às 14h29.

Ata da 26ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 10 de Setembro de 2009, Quinta-Feira, às 10 Horas, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia dez de setembro do ano de dois mil e nove, na sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Cristovam Buarque)**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH **Flávio Arns, Cristovam Buarque, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi**. Deixam de comparecer os demais membros. O Senhor Presidente informa que a Reunião será realizada em duas partes, **1ª PARTE** (DELIBERATIVA). **Item 01**. **Requerimento nº 39, de 2009 – CDH**, que requer a realização de **Audiência Pública**, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, **para discutir a Previdência e o Pré-Sal** a luz da propositura apresentada nesta comissão pela Federação Única dos Petroleiros – FUP, SUG 02/2009. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados: Presidente da COBAP, presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores, presidente da ANFIP, presidente da Nova Central e outros a serem definidos pela própria comissão". Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado**. **EXTRAPAUTA**. **Item 01. Requerimento nº 40, de 2009 – CDH**, que requer a realização de Audiência Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em data a ser marcada, para debater **sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a liberdade de expressão e o direito de ir e vir no Brasil, sob a ótica do poder público e da sociedade civil organizada**". Autor: Senador Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado**. **Item 02**. **Requerimento n° 41, de 2009 – CDH**, que requer a realização de **audiência pública** na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa **para instruir a** propositura apresentada nesta comissão pela Federação Única dos Petroleiros – FUP, **SUG 02/2009**, com tema: Educação e o Pré-Sal. Para tanto gostaríamos que fossem convidados: a União Nacional dos Estudantes – UNE, representantes das Escolas, Professores, MEC e outros a serem definidos pela própria comissão". Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **2ª PARTE. Item Único.** Audiência Pública, **nos termos do Requerimento 39, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, para discutir a Previdência Social e o Pré-Sal, tendo como foco principal a** propositura apresentada pela Federação Única dos Petroleiros – FUP, na forma da **Sugestão Legislativa nº 02, de 2009**, *que sugere regulamentação para a Política Energética Nacional e outras providências.* Convidados que comparecem: Warley Martins Gonçalles, Presidente da COBAP; Geraldo Adão Santos, Representante da COBAP no Conselho Nacional de Saúde, CNS, Jorge Cezar Costa, Presidente da ANFIP; José Augusto, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores; José Augusto, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores; José Gabriel Teixeira dos Santos, Diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores, em representação ao Senhor José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central; Joilson Cardoso da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB; e Mario Avelino, Presidente do Instituto FGTS Fácil, "O portal do trabalhador". O Senhor Presidente convida os senhores convidados para tomar lugar à mesa e, em seguida, às dez horas e quarenta e dois minutos Senhor Presidente passa a Presidência para o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente, Paulo Paim, exibe o filme "O Petróleo tem que ser Nosso", direção de Peter Cordenonsi. O Senhor Presidente, Paulo Paim, passa a palavra para os Senhores convidados. O Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, franqueia a palavra a diversas lideranças presentes no Plenário da Comissão. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e do não membro Deputado Federal Wilson Picler. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e um minuto, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão desta Reunião. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia. Bom dia a cada uma e a cada um.

Bem-vindos a essa Audiência de iniciativa do Senador Paulo Paim. Antes mesmo de fazer a Audiência, nós vamos aprovar o requerimento dela, isso mostra como o Senador Paulo Paim consegue agilidade nesse Senado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se não fosse a bondade de V.Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --e que sempre atende aos apelos dos movimentos sociais, essa Audiência não estava acontecendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu acho que é sua iniciativa, seu impuxo e a eficiência dos nossos servidores, na frente o Altair.

Requerimento nº 39, de 2009. "Nos termos dos incisos I e II do art. 93, etc, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para discutir a Previdência e o pré-sal, à luz da propositura apresentada nesta Comissão pela Federação Única dos

Petroleiros, F-U-P, FUP, para tanto gostaríamos que fossem convidados: Presidente da COBAP, Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores, Presidente da ANFIP, Presidente da Nova Central e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Eu peço--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --se alguém quer discutir?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não. É só para dizer que entre os outros que nós tínhamos já acertado e está aqui hoje representando também a CTB, a Central de Trabalhadores do Brasil, o companheiro, o Joilson... E também... Só faltou o Joilson daqueles que estavam propostos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Joilson. Bem, eu ponho em discussão. Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Então, vamos passar já imediatamente à segunda parte da sessão, que é a Audiência Pública.

> "A Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 39 recém-aprovado de autoria do Senador Paulo Paim, para discutir a Previdência Social, o pré-sal, tendo como foco principal a propositura apresentada pela Federação Única dos Petroleiros, na forma da sugestão Legislativa nº 02 de 2009, que sugere regulamentação para a Política Energética Nacional e outras providências".

Eu vou chamar os convidados Geraldo Adão, representante da COBAP na Comissão Nacional de Saúde, em representação ao Sr. Warley Martins Gonçalles.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O José Augusto, Coordenador do Fórum sindical dos Trabalhadores, está chegando. O Jorge Cezar Costa, Presidente da ANFIP. Está chegando também.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O José Gabriel Teixeira dos Santos, Diretor da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, em representação ao Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu convido também o Joilson. Não é isso? Conforme sugestão do Senador Paulo Paim.

Bem, eu quero convidar o Senador Paulo Paim para presidir essa sessão, porque eu acho que ele é a pessoa que teve a iniciativa, ele é a pessoa que está no pleno entendimento do assunto. E eu creio que seria muito melhor ele estar na Presidência, além disso, eu tenho que estar noutra Comissão daqui a pouco. Agora, antes eu queria deixar a seguinte mensagem aqui.

O Brasil está nas vésperas, se confirmamos tudo o que se vem sendo dito, de descobrir um potencial de recursos naturais como já tivemos no passado com ouro, no século XVIII, com a produção do açúcar lá longe, no século XVI, no meu Pernambuco, como tivemos com a industrialização, que foram verdadeiros, como dizem os americanos, verdadeiros booms para a economia. E esses booms deixaram poucos resultados para o povo brasileiro e para o futuro da nação. O que ficou do açúcar no Nordeste? Nada. Salvo a destruição da Mata Atlântica e alguns ricos.

O trabalhador da cana do açúcar hoje não está em condições melhores do que estava há cem anos atrás, e pouco está melhor do que a situação dos escravos. Se a gente exclui o lado da liberdade em alguns casos estão piores do que no tempo Deus escravos. Nível de alimentação não é melhor, porque os escravos tinham que ser bem alimentados para manter o valor que os senhores compravam. O nível de medicina era pior, mas era igual o do patrão porque nós víamos uma medicina moderna. Então, os chazinhos que tomava o patrão, o dono, tomava o escravo, até porque se o escravo morresse era um prejuízo o patrão. Hoje se morre o trabalhador, o patrão nem toma conhecimento. Não ficou para o povo e sem nem serviu para construir um Brasil melhor, não foi investido em coisas que transformasse o Brasil. não foi.

Claro que naquela época ninguém tinha ideia de desenvolvimento, ninguém tinha ideia de futuro, ninguém sabia o que fazer com o dinheiro. Além disso, eram escravos ou camponeses abandonados. Com o ouro, houve em diferença, o ouro deixou grandes resultados de desenvolvimento na Inglaterra, no Brasil não deixou nada, a não ser as igrejas de Ouro Preto.

Porque o dinheiro brasileiro, ouro, ficava uma parte para os ricos brasileiros, donos dos escravos, outra parte ia para Portugal, e Portugal cheio de ouro, ao invés de se começar a industrialização, disse: "Para que fabricar tecidos se a gente pode comprar os ingleses". Então, gastaram ouro comprando e desenvolvendo a Inglaterra. A Inglaterra foi desenvolvida com a compra de produtos fabricados pelas suas indústrias e comprados com o dinheiro português recebido do ouro brasileiro. Não ficou nada.

O café e a borracha a mesma coisa. No rastro deixaram a pobreza e um país estagnado. A industria-

lização foi um pouco melhor, conseguiu trazer alguns trabalhadores do Nordeste, alguns conseguiram ascender, mas se a gente olha as periferias das grandes cidades, dos pólos industriais, nós vamos ver que essas grandes cidades têm hoje uma pobreza com o mesmo nível de cem anos atrás, e com uma diferença para pior, a desigualdade ficou maior.

A prostituição infantil não havia naquela época. A violência não havia naquela época. Não deixou muito. De repente quis Deus que outra fonte energética surgisse, outra fonte de dinheiro surgisse, com o poder quase do ouro de antigamente, do açúcar. É o pré-sal, mas há uma diferença. Agora nós já sabemos, aprendendo as lições do passado, que se usarmos mal esse dinheiro, nada ficará no Brasil, salvo um buraco debaixo da camada de sal. Um buraco.

Além desse buraco, aumentar a temperatura do país e do planeta inteiro, porque o uso do combustível fóssil, a gente sabe que traz o aquecimento o planeta. Além disso, servirá para a destruição de uma área nova que estava surgindo, que era o etanol, a produção do etanol, sobre o que o Presidente Lula falava dia e noite. No gabinete dele tinha uns vidrinhos com óleo diesel tirado de mamona, com álcool tirado do açúcar. Eu nem sei se ele ainda mantém isso no gabinete dele, é provável que sim, mas nunca mais falou nisso.

Agora é o petróleo que vai salvar o Brasil. Se nós não tomarmos cuidado, esse petróleo vai servir para enriquecer algumas pessoas, vai servir para mover os carros dos Estados Unidos e da Europa. Aquecendo o planeta, deixando um buraco no fundo do mar do Brasil, aumentando a desigualdade social, porque isso tem acontecido em algumas áreas onde se criam as petroquímicas e onde são criadas também as centrais de exploração de petróleo.

Nós hoje sabemos que existem dois tipos de desenvolvimento, isso a gente não sabia antes. Existe o bom desenvolvimento e o mau desenvolvimento. O bom desenvolvimento é o que distribui a renda. O mau desenvolvimento é que concentra. O bom é o que mantém a natureza. O mal é o que destrói a natureza. O bom é que faz as ruas pacíficas. O ruim é o que faz a violência nas ruas.

O bom é o que educa a população, criando a inteligência para a gente inventar novas fontes energéticas e gerar aumento na produtividade. O mal é aquele que não educa. O bom desenvolvimento é que faz com que a saúde seja boa para todos. O mau desenvolvimento é o que concentra os benefícios da saúde para poucos. Existe o mau desenvolvimento que é aquele que vem com corrupção e onde tem muito dinheiro tem corrupção. O bom desenvolvimento é aquele que vem com a ética.

Nós não temos o direito de perder outra chance, porque nós sabemos que o futuro pode ser ruim. Então, nós temos que debater o que fazer com essa riqueza. O Presidente Lula pediu que apressassem o Congresso para aprovar logo o que ele mandou. Eu até acho que o ele mandou não está ruim. Não está perfeito, a gente pode melhorar. Agora, eu temo que ele não pediu uma outra coisa, que graças ao país estamos fazendo aqui.

É debatermos em primeiro lugar qual é o desenvolvimento que a gente quer para o futuro do Brasil. Qual é o país que a vento vislumbra para daqui a 30 anos. É o país está aí ou é o país que apenas prorroga, continuando que o está aí? Porque o que está aí não está bom. Eu tenho escutado muito a ideia de que é preciso acelerar, mas acelerar em decisão a abismo, não é inteligente. Quando tem um abismo adiante é melhor você, além de acelerar, dobrar para fugir do abismo.

A gente tem que discutir se vamos ou não fazer uma inflexão, uma mudança de rumo, se vamos dobrar uma esquina na História do Brasil, como dobramos em 30, como dobramos em 55, como dobramos em 1822, com a independência, em 89, em 88, com a Abolição da escravatura, aí foram momentos em que dobramos a História. A gente tem que se perguntar se esse petróleo vai servir para acelerar o que está aí ou, se além de acelerar, dobrar ruma outra direção.

Que as crianças fiquem na escola, que os doentes não fiquem nas filas, que os aposentados não tenham que sofrer para receber seus reajustes. Temos que discutir qual o desenvolvimento. Depois disso, é que a gente deve discutir o que fazer com o pré-álcool. Primeiro saber ser existe reserva realmente. Segundo, se ela virá criando um desastre ecológico ou como evitar isso. Terceiro. Qual vai ser o preço desse petróleo para saber se vale a pena fazer o investimento.

A gente sabe que o petróleo vai tender a descrever o preço por conta das fontes alternativas de energia. Já está surgindo o carro elétrico. Já se começa a ter transporte público com mais quantidade do que o transporte privado. Tudo isso a gente tem que conversar. E, inclusive, o que fazer com esses recursos para a nossa população. E entre a nossa população, merece um tratamento muito especial aqueles que já estão na minha idade, apesar de eu não ser aposentado ainda, mas que são da minha idade, que já tenham de sobra para serem aposentados.

Temos que discutir o que vão fazer conosco, os velhinhos desse país, mas eu gostaria de deixar uma mensagem. Que nós, os velhinhos, não esqueçamos que daqui a 30 anos, vamos ter outros velhinhos que não serão nós, são os que hoje têm 30 anos. E que

se nós não fizermos essa dobra, essa inflexão, daqui a 30 anos, os velhinhos vão estar brigando também, mais uma vez, por fator, vão estar brigando por reajuste, vão estar brigando porque dizem que a Previdência vai quebrar.

A gente não tem direito de esquecer os velhinhos que a gente tem em casa.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A gente não tem direito de esquecer os velhinhos que a gente tem em casa, que são os jovens, filhos da gente e as crianças, netas da gente. A gente tem que procurar um projeto cujo uso dos recursos não seja apenas para nós consumirmos, seja também para investirmos em benefício do futuro. É aí que a meu ver entra a educação.

Para mim, o melhor investimento para deixarmos, para resolvermos o problema da Previdência daqui a 30 anos, não são mais estradas, mais portos, mais energia elétrica, é mais a educação. Esse resto é necessário, mas não vai resolver o problema da Previdência. O problema da Previdência é a educação, porque a hora que tivermos uma população bem educada, a produtividade aumenta. A produtividade aumentando, ao mesmo tempo em que aumenta o salário, que facilita para quem vai se aposentar, aumenta a capacidade de investimento do Estado para atender aos aposentados.

Grande parte dos problemas que nós vivemos da aposentadoria, hoje, da Previdência, vem do descaso com educação ao longo de toda a História do Brasil. Se tivéssemos há 50 anos atrás, colocado como os outros países, escola em horário integral, todo mundo terminando o segundo grau, todos que entraram na universidade bem preparados, a gente não estava com o problema de Previdência no nível que está hoje.

Por isso eu creio que a gente deve pensar a Previdência dentro de uma perspectiva de futuro, não apenas nos velhinhos aposentados de hoje. Nem os aposentados daqui a dez anos, mas os aposentados daqui há 30, 40, 50 anos. É uma responsabilidade que nós todos precisamos ter.

Eu creio que esses debates que o Paim tem promovido podem ser fundamentais para a gente entender, primeiro, qual o desenvolvimento que a gente quer usando o pré-sal, qual a mudança do progresso. Como modernizar o progresso? Como modernizar o desenvolvimento? Qual o retrato do Brasil? Que a gente às vezes foge disso. Eu lamento que o Lula, no 07 de setembro, quando pediu que a gente apressasse a aprovação, ele não tenha feito um discurso para os universitários dizendo: "Olha, para a aula de vocês e discutam qual é o progresso que vocês querem para a gente". É a continuação desse aí, que não deixa os carros andarem em São Paulo. Que quando dá uma chuvinha, inviabiliza tudo ou é o outro progresso com mais cidades de porte médio, ao invés de megalópoles, como nós temos.

Eu queria que ele dissesse aos universitários, às donas de casa, aos meninos do segundo grau e aos aposentados: "Pensem qual é o progresso que o Brasil deve construir". E, depois disso, como usar o petróleo do pré-sal para ajudar a esse outro progresso. Esse progresso progressista, esse progresso moderno. Eu creio que é isso que a gente está esperando que vocês façam aqui, debatam isso, tenham todo o tempo que for necessário, até a hora que for, depois a gente pode contratar outra, convocar outra Audiência, mas eu fico muito curioso disso.

Não se preocupe que aqui não tem Senador, só o Paim e eu, mesmo assim eu vou sair daqui a pouco e volto, mas daqui a pouco chegam alguns. O importante aqui não são os Senadores, o importante aqui é a televisão transmitindo isso. Provavelmente não ao vivo, porque hoje vai ter sessão no Plenário, mas passa de tarde, passa de noite, a sessão anterior passou quase que quatro horas seguidas na tarde do 07 de setembro, com Audiência privilegiada.

Depois ficam registrado tudo o que vocês falam, esses documentos são digitados, reproduzidos e vão para os Senadores, eles vão ler. E a mídia aparece por aqui e circula também as ideias de vocês. A Audiência é feita para o Brasil, não para os Senadores.

Então, é isso que eu tinha para dizer, quero convidar o Senador Paulo Paim. Eu vou ficar fora um pouco, depois volto para substituí-lo, porque ele vai precisar ir na Plenária, temos uma sessão Plenária, você vai precisar ir para dar votos. Aí a gente combina que eu venho aqui e fico aqui o tempo que for preciso, porque eu tenho muito interesse nisso. Esse é um momento que a gente não pode perder.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, primeiro dizer da alegria de recebê-los todos aqui. José Augusto, o pessoal achou melhor que você já viesse para a Mesa.

A Audiência Pública de hoje, que estão aqui os companheiros da CTB, do Fórum dos Trabalhadores, da Nova Central, da COBAP, da ANFIP, enfim, todos que estão aqui têm compromisso com essa causa que moveu para que a gente fizesse essa Audiência Pública.

Vocês todos sabem que nós estamos travando uma batalha aqui no Congresso Nacional, pela apro-

vação do fim do fator previdenciário e também do PL nº 01, não é, Warley? Que visa assegurar a vocês, enfim, a todos os nossos aposentados e pensionistas, o mesmo reajuste concedido ao salário mínimo, o que é mais do justo. Infelizmente, como alguns sempre dizem que a nossa Previdência é deficitária, que não é deficitária, a ANFIP, mais como ninguém, acho que vai distribuir até para vocês, hoje, um pequeno, um livro, um pequeno livrinho, fácil de ler, onde ela mostra o quanto que a nossa Previdência e a nossa seguridade são superavitárias.

Devido a isso, eu que estou aqui como Relator de um projeto que trata desta questão do pré-sal, apresentado pela Federação Única dos Petroleiros e também pelo conjunto do movimento social.

Eu resolvi ouvir a sociedade, para que a sociedade diga o que ela está pensando dessa questão do pré-sal, já que nós estamos tratando de um faturamento de cerca de 15 trilhões de dólares. Como diz o Presidente da FUP, o Moraes, nós estamos falando aí de um faturamento de dez vezes o PIB brasileiro. Ora, se isso tudo é verdadeiro e se no debate do pré-sal, um novo marco, enfim, do petróleo, vai se criar um fundo soberano... Vocês podem ter convicção que eu estou entendendo o projeto que o governo mandou para a Casa, mas no projeto do Governo não fala que nesse fundo vai estar contemplada a seguridade social, enfim a Previdência.

Eu queria retomar para vocês e isso aqui tem que ser dito nesse momento, embora seja algo que todos da Mesa diriam com a maior tranqüilidade: "Foi com o dinheiro da Previdência que foram construídas Brasília, Ponte Rio-Niterói, Transamazônica, Itaipu, Volta Redonda, ora e porque não... Eu tenho a liberdade de dizer e mandei fazer um estudo, com certeza, na época, parte do dinheiro da Previdência ajudou a nossa gloriosa PETROBRAS, tenho certeza que ajudou. Tenho certeza que ajudou. E que bom que ajudou que foi um dinheiro bem investido.

Então, nesse momento que é descoberta a bacia do famoso pré-sal, é mais do que justo que a gente tenha um retorno, que a gente possa ter um percentual do pré-sal para investimento na seguridade social. E aí eu estou dando destaque, nesse momento, aqui para a nossa Previdência Pública.

Então, é esta lógica que nós vamos estabelecer aqui o debate. O fundo soberano com a inclusão da seguridade social.

Lá já está meio ambiente, vocês podem me ajudar aqui, está cultura, educação e ciência e tecnologia, mas não está seguridade social. Seguridade social, leia-se saúde, assistência e previdência. Para aqueles que gostam de dizer que a nossa Previdência é deficitária, mas eles falam o seguinte: "Mas não ainda, Paim, mas daqui há 10, 20, 30, 40, 50, anos vai ser deficitária". A gente responde: "Então, esta é a oportunidade, vamos botar um percentual do pré-sal para a Previdência, que nunca mais será deficitária".

Estamos certos ou estamos errados?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] Certos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ninguém tem dúvida quanto a isso. Por isso que esse debate é fundamental e nós aqui, com os nossos convidados, vamos avançar nesse sentido. É preciso que se inclua não só quatro pontos, que tenha um quinto ponto, que é a seguridade social, que trata, ali na seguridade social, que nós tratamos da Previdência.

Como nós temos um filme aqui, que foi feito pelos petroleiros, pelo pessoal da Engenharia da PETROBRAS, eu vou pedir que passe, pelo menos uma parte do filme, que vai contribuir para o nosso debate.

Então, eu pediria para a gente iniciar. A produção é do SINDIPETRO do Rio de Janeiro, só para dizer que esse projeto contempla a Previdência.

– É exibido o vídeo.

[música]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Trilhões de dólares.

– Continua a exibição do vídeo.

DEPOIMENTO: *O petróleo encontrado em Campos, encontrado em um pouquinho na frente, São Paulo, é um petróleo que escapou pelas dobras da camada de sal. E ao caminhar [interrupção no áudio] ele ficou pesado, ele é um óleo de má qualidade. Porém, aí é a suposição dos geólogos, por baixo deve ter uma quantidade fantástica de óleo de ótima qualidade.*

DEPOIMENTO: *Eu tenho uma noção, pré-sal, eu imagino que seja alguma coisa ligada a petróleo e gás ou alguma coisa do mar assim, de petróleo, alguma coisa assim, não sei bem.*

DEPOIMENTO: *De repente nós descobrimos uma província que representa uma verdadeira Arábia Saudita, em termos de riqueza de petróleo.*

DEPOIMENTO: *Pode-se dizer que é única as grandes reservas dele, porque semelhante a ele, só tem, se não me engano, em Omã uma, mas muito pequena, o nosso ocupa uma área de 160 mil quilômetros quadrados.*

DEPOIMENTO: *Eu acho uma bênção, o nosso petróleo está lá embaixo do pré-sal, por ele ser um petróleo difícil é que nós estamos condenados a constituir uma longa cadeia produtiva, com muita ciência e tecnologia, com muito trabalho qualificado, para poder chegar nele.*

DEPOIMENTO: *Primeiro impacto positivo do pré-sal é gerar empregos, empregos criam a espiral virtuosa. Você tem emprego, você tem ativa indústria, ativa o comércio, gera empregos, então, faz uma espiral que vai num crescendo em favor do país.*

DEPOIMENTO: *A discussão é sobre que modo dele gestão, que modelo regulatório pode ter a confiança de que no meio do processo não haverá retrocesso e nem traição, como tem sido a história das disputas.*

DEPOIMENTO: *Temos que construir uma política de defender o interesse estratégico do Brasil, ter o controle da gestão dessas reservas, não transferir essas reservas para as empresas, porque esta é a disputa real, preservar isso como patrimônio do Brasil e construir uma política que a PETROBRAS se fortaleça como parceiro estratégico.*

DEPOIMENTO: *O primeiro passo é alterar o marco regulatório. Essa lei que nos impede de planejar o uso de um recurso finito e estratégico, porque é isso que a lei brasileira atual faz. Ela nos proíbe de planejar.*

DEPOIMENTO: *É preciso preservar essas reservas para o longo prazo, seria o petróleo no tempo. Quer dizer, não permitir que o nosso petróleo seja explorado predatoriamente em benefício de empresas estrangeiras que vão querer tirar o dinheiro dela. Claro, elas estando aqui para explorar petróleo, elas querem explorar a maior quantidade possível no menor tempo, para poder vender e ganhar dinheiro.*

DEPOIMENTO: *Nós não temos o direito de entregar essa reserva estratégica aos estrangeiros.*

DEPOIMENTO: *Repactuar, essa é a palavra certa. Repactuar as normas vigentes, para dizer para a empresa multinacional: "Olha, o povo brasileiro acordou e abriu os olhos, a parte interesse maior não seja do povo, tem que ser revista, ser recontratada".*

DEPOIMENTO: *É um assunto que tem que ser discutido e tem que ser discutido nas esquinas. As pessoas têm que entender do pré-sal, não é a pessoa entender futebol, não é só entender de carnaval. Maravilha, o nosso país entende para caramba de futebol, entende para camba de carnaval, entende de muitos assuntos, mas esse é um assunto que eu acho que diz respeito a todos nós.*

DEPOIMENTO: *Quando o pré-sal começar a produzir, vai estar pelo menos a cem dólares, são nove trilhões de dólares que pertencem ao país.*

DEPOIMENTO: *Investir na nossa gente, na nossa cultura em si, mas o pessoal prefere deixar a empresa de fora vir, fazer que o quiser e depois está tudo certo.*

MANIFESTAÇÃO DA POPULAÇÃO: *O petróleo é nosso. O petróleo é nosso. O petróleo é nosso.*

DEPOIMENTO: *Não viemos aqui para agredir e nem para sermos agredidos, mas estamos aqui defendendo a soberania nacional.*

DEPOIMENTO: *Os mesmos representantes dos países que levaram o nosso ouro, agora querem levar o nosso petróleo e gás. Esse era o nosso recado do partido.*

[palmas]

[música]

DEPOIMENTO: *O Oriente Médio, que é o berço do petróleo mesmo, ali já fala do óleo do rio, o óleo da montanha. Em línguas mesopotâmicas, eles chamavam de ptum(F); ptum(F), que deu o betume. O Império Persa tem asfaltamento de estradas usando o petróleo, portanto, há cerca de quatro mil anos.*

Quando as máquinas começaram a usar o petróleo, a armada britânica descobriu que o petróleo era mais eficiente do que o carvão, houve a grande revolução política do Oriente Médio, aquela divisão de países e protetorados e colônias, e o Oriente Médio virou uma área de exploração de petróleo sob o comando das grandes empresas petrolíferas.

Então, esse ouro preto, ou ouro negro, como diziam, moveu a política e a economia mundial de uma maneira tão brutal.

[música]

DEPOIMENTO: *O Monteiro Lobato era um jornalista, também escritor e altamente atualizado com o que se passava no mundo. E ele já vinha alertando os brasileiros, primeiro, da importância do petróleo, depois não batia na cabeça dele a informação, sobretudo, dos geólogos americanos, de que o Brasil não teria petróleo.*

DEPOIMENTO: *O poço do Visconde, do Monteiro Lobato, que é escrito em 1937.*

DEPOIMENTO: *O Visconde descobre nos livros da D. Benta um tratado de geologia. Na medida em que ele observa as rochas, ali, do Sítio do Pica-Pau Amarelo, ele imagina ele contratando, aí começa os sonhos, uma empresa americana que venha a descobrir petróleo realmente no sítio da D. Benta.*

Esse foi um momento lindo da História do Brasil, quando Monteiro Lobato escreve esse livro e essa cena se repete quando a descobre petróleo em Lobato por uma ironia do destino. E Getúlio Vargas, quando ele aparece com a mão molhada de óleo e diz: "O petróleo é nosso".

DEPOIMENTO: *Quem anunciou o pré-sal foi o Relatório Link, disse o seguinte: "As melhores chances do Brasil de ter petróleo estão debaixo da água do mar", mas era na época a mesma coisa que dizer que o Brasil não tem petróleo, porque não havia tecnologia de extração de petróleo em águas profundas.*

Então, todos nós fomos para a rua com a hipótese de que o Link era um Cavalo de Tróia, enfiado pela Esso para fazer com que a PETROBRAS desistisse de procurar petróleo no Brasil. E, ao contrário, isso reforçou fantasticamente a PETROBRAS.

Então, para você ter uma ideia depois do Relatório Link, não havia município no Brasil que não tivesse um diretório da Campanha do Petróleo é Nosso. E o Getúlio foi fiel a essa orientação, e na carta testamento, o Getúlio diz, indiretamente, que está se suicidando para consolidar a soberania brasileira.

DEPOIMENTO: *Eu considero o movimento que criou a PETROBRAS, a Campanha o Petróleo é Nosso, a maior página já escrita pelo povo brasileiro. Parecia que haviam jogado fermento. A partir das palestras do Marechal Júlio Caetano Horta Barbosa, no clube militar, ele dizia: "O petróleo pertence à nação que há de dividí-lo igualmente por todos os seus filhos. Qualquer concessão mesmo a particulares pode pegar testas de ferro. Então, única solução patriótica, cívica, para a questão do petróleo é o monopólio estatal".*

[música]

DEPOIMENTO: *A [ininteligível] representa a coisa mais importante que esse Brasil já fez. Durante 44 anos da vigência da PETROBRAS, ela se revelou e provou a capacidade dos brasileiros.*

DEPOIMENTO: *A experiência da PETROBRAS é uma enorme experiência de êxito, que nós tira da posição de zero petróleo e nos coloca na vanguarda mundial da tecnologia do petróleo. E, no entanto, em meados de década de 90, ela é apresentada à opinião pública como uma vilã.*

DEPOIMENTO: *Se tentou até mudar o nome PETROBRAS para PETROBRAX, não conseguiu privatizar a PETROBRAS, mas quebrou com a ideia de que o petróleo é todo nosso.*

DEPOIMENTO: *Lembra aquela propaganda do Estado Brasileiro parecendo um elefante enorme, caminhando lentamente?*

DEPOIMENTO: *A Veja publicou dez páginas só batendo na empresa e a gente tentou o direito de resposta, não conseguiu. A PETROBRAS transformou o direito de resposta dela em matéria paga, ela não aceitou. Enfim, fizeram uma campanha de descrédito perante a opinião pública das empresas estatais, visando à privatização.*

DEPOIMENTO: *Nós privatizamos muita coisa que não sei se deveria ter sido privatizada.*

DEPOIMENTO: *Os maus brasileiros sempre se colocam contra o que é soberania brasileira.*

DEPOIMENTO: *A empresa nacional genuína, ela emprega mais brasileiros, ela desenvolve tecnologia no país.*

MANIFESTAÇÃO: *Esta é a manifestação do povo brasileiro em defesa da PETROBRAS.*

DEPOIMENTO: *A PETROBRAS é uma empresa de altíssima capacidade.*

DEPOIMENTO: *Importantíssima para o Brasil, ela tem que ser protegida.*

MANIFESTAÇÃO: *A PETROBRAS é do povo. É do trabalhador. É do Brasil.*

DEPOIMENTO: *Ou a gente tem o monopólio nosso ou vamos ter o monopólio das multinacionais. Então, o monopólio estatal é um monopólio social.*

DEPOIMENTO: *Nós vivemos 44 anos com o monopólio estatal PETROBRAS. Descobrimos 400 campos de petróleo, com 22 mil furos. Tudo foi aplicado no Brasil e bem intencionado. A PETROBRAS é uma empresa vitoriosa, e agradeça a esses 44 anos de monopólio estatal e esse excelente corpo técnico que ela formou.*

DEPOIMENTO: *Nós trabalhamos para a PETROBRAS pensando em termos que estamos trabalhando para o Brasil.*

[música]

DEPOIMENTO: *O Brasil é um país rico, mas outros usufruem de suas riquezas, temos de inverter isto. E, sobretudo, agora, com o pré-sal, não podemos permitir que isto aconteça, porque já muitas riquezas, a Vale do Rio Doce, meu Deus do céu! Que foi doada.*

DEPOIMENTO: *Eu vi cenas que me emocionam até hoje. Eu vi, eu conversei com o geólogos da Vale, homens muitos calejados. Maduros, nos seu 60 anos ou mais. Está certo? O mais bobo deles tinha 30 malárias. O mais inexperiente ali tinha, entendeu? 25 anos de selva. Entendeu? Eu vi que o eu não esperava ver, eu vi esses homens chorarem. Entendeu? Eu vi esses homens chorarem. Porque eles me diziam: "César, a Vale está pronta para dar o salto". Entendeu? "São 30 anos de trabalho na selva. Nós achamos os veios. Nós encontramos. Nós mapeamos e agora eles vão vender a Vale, calculando o preço pela lucratividade que ela teve antes disso tudo, quando é a fase de investimento, é a fase pesada, é a fase que tem pouco retorno. Agora, ela está pronta". Entendeu? E eles tinham isso no seu corpo*

A PETROBRAS tem isso também. Entendeu? Um corpo técnico que... Sabe? Que dignifica o Brasil. O que é a PETROBRAS, a sua essência? São milhares de brasileiros que dominam os saberes altamente especializados, não é? Desde a geologia até o direito. Com esse nível técnico, com esse conhecimento acumulado, trabalhando juntos de modo sinérgico. Entendeu? Isso é que faz um país.

[música]

DEPOIMENTO: *Há 200 milhões de anos atrás existia um grande continente, a Pangéia, e esse continente, devido a essas forças, primeiramente se abriu em dois, então isso fez com que esse trecho aqui permitiu a invasão do mar. E formou-se um grande lago continental, no qual esses sedimentos foram atrás de rios, foram depositados, sedimentos riquíssimos em matéria orgânica. E a matéria orgânica, vocês sabem, é essencial para formar o petróleo.*

Esse lago, que recebeu essa sedimentação, secou, porque era provavelmente muito árido, de alta salinidade, é que depositou sobre estes sedimentos, da fase continental, uma espessa camada de sal, que é o que veio, vamos dizer assim, preservar não só os reservatórios como a parte dos geradores. O pré-sal começou com essa separação.

DEPOIMENTO: *A África migrou para leste e a América do Sul migra para Oeste. A razão, se não me engano, é de 25 quilômetros por milhão de ano. Como você tem 200 milhões de anos, explica os 5 mil quilômetros que você tem em Dakar e Recife. Enquanto todo mundo, as maiores estruturas do mundo, as maiores reservas do mundo, estão dentro de estruturas formadas por compressão, no Brasil foi por distensão.*

É único. E como único ele deve ser preservado pelo Brasil porque ele não tem outro.

Depoimentos: Se você pegar uma estimativa baixa isso daí passa de dois, três, bilhões, trilhões de dólares. Agora, se você tiver 150 bilhões de barris no pré-sal, que não é nada impossível, existem indícios que pode haver uma quantidade brutal de petróleo nessa camada do pré-sal, mesmo sendo uma quantidade menor de 15, 20, 30 bilhões, é um dinheiro suficiente para ser o redentor de todas as nossas mazelas sociais, tirar o Brasil do atraso. Agora, tudo vai depender como é que o Brasil vai explorar essa riqueza.

DEPOIMENTO: *Normalmente o cobertor é curto, se você puxa para um lado, ele descobre do outro. Com o pré-sal, a imagem que eu tenho é que o cobertor aumentou de tamanho. Então, você pode colocar mais pessoas debaixo desse cobertor porque há espaço.*

DEPOIMENTO: *Começam as reivindicações balcanizadas: "Opa, vai ter um dinheiro aí". Aí o Ministro da Cultura diz assim: "Cultura é muito importante, tem que dar tanto por cento para cultura". Aí o Ministro do outro lugar diz assim: "Mas, espera aí, a minha pasta é muito importante, me dá tanto por cento". Aí o Estado tal diz assim: "Mas muda aqui o ângulo da coordenada do IBGE, que eu quero mais um pouco por cento". Aí o município diz assim: "Eu também quero tanto por cento". E com isso o Brasil entra num debate de balcanizar a renda do petróleo, que é a pior maneira de você utilizá-la.*

DEPOIMENTO: *Nós estamos diante de um desafio, em primeiro lugar para organizar a nossa economia dentro daqueles princípios de garantir o bem estar para todos, que significa também a preservação ambiental.*

[música]

DEPOIMENTO: *É evidente que todo o interesse dos grupos estrangeiros e de seus apaniguados nacionais, é que o Brasil vire exportador de petróleo.*

DEPOIMENTO: *Eu acho que o pré-sal ele pode mudar a cara do Brasil. Quer dizer, ele pode transformar o Brasil num exportador do petróleo, se realmente a gente tivesse as reservas que estão se falando, que variam entre 50 bilhões a 100 bilhões de barris de óleo equivalente, o Brasil passaria a ser um dos dez maiores exportadores do petróleo, mas como toda coisa também vem acompanhada da coisa ruim, a tal na maldição do petróleo.*

DEPOIMENTO: *Se for feita uma concorrência descontrolada, abrir tudo para a produção, em treze anos acaba e a gente fica sem petróleo. Então, é preciso ter um planejamento estratégico e explorar o pré-sal por um período de 30 a 50 anos. E nesses 30 a 50 anos, há mais do que suficiente tempo para se desenvolver o substituto do petróleo, através da biomassa.*

DEPOIMENTO: *O país desenvolvido, ele não tem essa visão, não é que não tem uma visão geopolítica do petróleo, mas tem uma visão menor em termos de... O peso da geopolítica é menor. O cara olha mais o petróleo como uma commodity, como é a soja, como é o trigo. Quem olha muito, quem bota muito peso geopolítico em cima de petróleo é país subdesenvolvido.*

DEPOIMENTO: *O Brasil é o único país do mundo que hoje trata petróleo como mercadoria comum, como chuchu, como abobrinha. Entendeu? É o único país do mundo. Olha para o mundo, os Estados Unidos tem petróleo, pergunta se o Estados Unidos exporta petróleo? Não. Sabe quem é o atual presidente da Rússia é o ex-Presidente da GASPRON, a empresa do petróleo russa. Isso não é casual. Entendeu? Petróleo e poder estão sempre associados. Petróleo e estratégia.*

DEPOIMENTO: *Eu acho, e agora você vai cair para trás, que não tem melhor aplicação financeira do que ter petróleo. Eu e a China. Sabe o que os chineses fazem? Furam, encontram petróleo, tampam. Preferem utilizar do Oriente Médio. Quando você exporta petróleo, você adquire uma receita em dólar. O que você faz com o dólar? Você compra título do tesouro americano. As reservas dos países, inclusive do Brasil, estão aplicados em títulos do tesouro americano. A pergunta é: Vale a pena? Vale a pena?*

Será que não é melhor ter petróleo do que título do tesouro, que está dando juro negativo nesse momento.

DEPOIMENTO: *Poupar petróleo é muito inteligente, porque o petróleo serve para três mil produtos.*

DEPOIMENTO: *A realidade é que o petróleo ainda é a principal matriz energética mundial. O Brasil está diante dessa riqueza, que é uma riqueza que ainda não foi mensurada.*

MANIFESTAÇÃO: *O pré-sal pode dar para nós tudo aquilo que em 60, 70 anos esse país não teve.*

DEPOIMENTO: *Em meados os anos 2005 e 2006, quando a direção da PETROBRAS decide que era hora de fazer a perfuração definitiva, fazer o teste da verdade, mandar perfurar o Poço de Tupi. Um investimento imenso, mais de 200 milhões de dólares, que finalmente em abril de 2007, revela que lá havia petróleo leve.*

DEPOIMENTO: *Só uma empresa como a PETROBRAS poderia ter feito isso, pelo custo, pela tecnologia altamente sofisticada e pelo interesse estratégico do Brasil.*

DEPOIMENTO: *O Diretor de Exploração da PETROBRAS, Guilherme Estrella, previu uma reserva de 80 bilhões de barris nessa área de 160 mil quilômetros quadrados, mapeada pela PETROBRAS já. Para mim é bastante aproximado, bastante verídico isso daí. Se você pegar e notar os jornais, essas estimativas variam de 40 bilhões a 340 bilhões. Vem daí uma importante proposta feita pelo Prof. Ildo Sauer.*

DEPOIMENTO: *Realizar tantos furos e tantos testes de longa duração quantos necessários, para delimitar qual é o volume, qual a quantidade de petróleo explorável e disponível.*

DEPOIMENTO: *Propriamente vai precisar de 100, 200 portos, vamos dizer assim, que a PETROBRAS chegou a um patamar de cerca de 60 a 70 milhões de dólares por poço pioneiro, o que é aceitável. Se você puser 100 poços, dá seis bilhões. Perfeitamente aceitável. 200, 12 bilhões.*

DEPOIMENTO: *Os mesmos recursos, que essas petroleiras privadas dizem que vão trazer, vão ser emprestados pelas mesmas fontes que podem emprestar para o Brasil também. Não tem nenhum problema, querem criar dificuldade para vender a facilidade. O Brasil tem toda a condição de explorar essa área, especialmente por... O maior problema não é financeiro, o maior problema é técnico. E o maior explorador em água profunda é a PETROBRAS.*

DEPOIMENTO: *Apesar da profundidade de lâmina d'água ser de 2200 metros em média e o objetivo abaixo do fundo do mar aí de quatro a sete mil metros, apesar disso, tudo o preço pode ser baixo porque a produção é alta. Tem potencial para produzir, seis, sete milhões de barris por dia, a província do pré-sal todo, não é?*

DEPOIMENTO: *É a maior descoberta petrolífera do mundo. A PETROBRAS e o Brasil será um outro país.*

DEPOIMENTO: *É a esperança da independência do Brasil no uso dos seus combustíveis, de recursos para o seu desenvolvimento no médio e no longo prazo, mas é importante que o pré-sal seja nacional.*

DEPOIMENTO: *O pré-sal não estava previsto na Constituição Brasileira, o marco regulatório [interrupção no áudio]*.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal, essa foi uma introdução para o nosso debate. Esse filme foi feito pela Associação dos Engenheiros do Rio de Janeiro, Sindicato dos Petroleiros. Na verdade, eu passei aqui seis capítulos, os outros quatro capítulos, nós vamos passar no encerramento para poder iniciar o debate. A essência do documentário vocês já assistiram.

Então, nós vamos começar de imediato passando a palavra ao Presidente da COBAP. E por que o Presidente da COBAP que vai iniciar? O Warley Martins, no meu entendimento, a COBAP é a legítima representante dos aposentados brasileiros. Está travando uma batalha, aqui no Congresso Nacional, para assegurar o reajuste integral, conforme o crescimento do PIB, para todos os aposentados e pensionistas, porque se assim não for rapidamente, todos as aposentados brasileiros vão se aposentar recebendo somente um salário mínimo.

Por isso, Warley, meus cumprimentos pela tua resistência, pelo teu poder de articulação. E, Oxalá, Deus nos ajude que a gente consiga ser vitorioso e que o pré-sal seja, como disse o Senador Cristovam Buarque, um instrumento para garantir o superávit da nossa Previdência, também daqui a 20, 30, 40, 50, anos. Já que alguns cálculos que alguns levantam é que se forem atendidas as demandas da COBAP e que o Senado aprovou por unanimidade, teríamos problema na Previdência daqui a 50 anos.

Está aqui um dos caminhos, é só aprovarmos o projeto que garante parte dos recursos, também, para a Previdência que, com certeza, o superávit vai continuar. Parabéns a COBAP, com a palavra o Warley.

[palmas]

SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES: Bom dia a todos os companheiros aqui presentes, em nome do Senador Paulo Paim, eu cumprimento a Mesa.

Eu só... Nós estamos aqui hoje com o Geraldo Adão, que é um dos nossos participantes da COBAP,

onde depois ele vai esclarecer melhor sobre o pré-sal. Nós da COBAP, nós continuamos sempre defendendo os aposentados e essa é a linha nossa de todos os projetos que venham em nome da defesa dos aposentados, a COBAP defende até o fim.

E nós temos aqui o Senador Paulo Paim e outros Deputados e outros Senadores que também defendem os projetos da COBAP e os projetos dos aposentados. Eu só espero, Senador, que dessa vez nós sejamos fortalecidos pelo pré-sal, porque, das outras vezes, eles só tiraram da Previdência para montar várias coisas. Nós esperamos que dessa vez o retorno venha para nós e que não retire mais da Previdência.

Porque a Previdência, ela é só deficitária para o aposentado. Só para o aposentado nós temos déficit, para outras coisas não. Eles tiram dinheiro da Previdência para ir para alguns lugares.

Então, nós esperamos que nós não vamos servir de novo de manobra, de tirar dinheiro da Previdência e levar para o pré-sal. Eu acho que tem que vir para nós agora para fortalecer os aposentados.

Porque nós sabemos, hoje nós temos aqui o pessoal da ANFIP, que sempre defendeu os aposentados, estão sempre conosco, onde sempre defende que a Previdência não tem déficit. Inclusive ontem eu estava conversando com o Presidente da ANFIP, Senador, a Rede Globo fez uma entrevista com o pessoal do IPEA, é governo. IPEA é governo. É claro que eles vão falar um monte de mentira que está enganando o povo novamente, os aposentados, por falar que a Previdência tem déficit. Em momento algum eles ouvem a parte oposta, que são os aposentados.

Eu acho o seguinte, que hoje nós temos que ouvir as duas partes. Eu fico muito preocupado também com as grandes empresas de televisão, que também amanhã os funcionários vão ser aposentados. Que vão também cair do fator previdenciário, que vão também cair na desigualdade que eles fazem conosco, que não ouve a outra parte. Tem que ouvir a importante parte e saber qual é a verdade.

A nossa preocupação é a mesma preocupação do Senador, que estava agora, o Senador Cristovam, que estava falando disso daí virar uma outra... Que vocês sabem melhor do que eu, mas COBAP apóia, a COBAP, ela apóia o pré-sal, que venha a beneficiar os aposentados e os pensionistas, que venha beneficiar a saúde. Que nós, que somos aposentados, sabemos como é que está a nossa saúde do Brasil. Porque nós não estamos tendo, inclusive aqui em Brasília, que tinha que ter uma saúde de primeiro mundo, para você chamar a ambulância, demora mais de três horas para vir socorrer um aposentado ou alguém que precisa da ambulância.

Então, nós precisamos, sim, que esse pré-sal saia o mais rápido possível, que diminua esse prazo que eles estão dando até 2015, 2020, que a gente vê se vai sair alguma coisa.

A COBAP está aí, está junto com o Senador Paulo Paim, esse projeto 2008 foi uma ideia da COBAP, junto com o Senador, que é para ajudar a Previdência, e a gente vai continuar defendendo a nossa Previdência. E nós aposentados temos que falar em toda a imprensa, em todo o jornal: "A nossa Previdência não tem déficit. A Previdência é nossa", e nós temos que defender ela até o [soa a campainha] até o final.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de passar a palavra para o Geraldo Adão, eu quero registrar a presença dos companheiros de São Paulo que estão aqui. Os companheiros da Federação dos Trabalhadores do Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo, sejam Bem-vindos: José Martins dos Santos, Presidente; Maria Antonieta de Lima, Diretora e Presidente do Sindicato de São José dos Campos; e José Eustáquio de Castro, Diretor da Cidade de Belo Horizonte.

Sejam Bem-vindos aqui.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem tudo a ver com o tema. Complementando o tempo da COBAP, eu vou dar 15 minutos para cada um, vai falar o Geraldo Adão, que é quem atua nessa área da Comissão Nacional de Saúde, CNS. E dizer, pessoal, que o documentário que vocês viram aqui, que foi produzido pela Associação dos Engenheiros da PETROBRAS do Rio de Janeiro, é para demonstrar e para que todos tenham conhecimento da importância desse debate. Nós vamos fazer aqui um ciclo de debates.

Hoje são vocês, a semana passada foi um outro setor também dos trabalhadores e aqui estava, inclusive, o Presidente da FUP, o Moraes. Daqui a duas semanas, nós vamos chamar aqui os universitários, depois vamos chamar os professores, depois vamos chamar os empreendedores. Nós queremos que o conjunto da sociedade faça esse debate, porque se nós, do movimento social organizado, não fizermos o debate, só o poder econômico fará o debate e passa a ter o domínio da importância do pré-sal.

O que eu quero nessa Comissão e o Senador Cristovam Buarque está dando todo o apoio, e faremos também o debate lá na Comissão de Assuntos Sociais, onde eu sou vice-Presidente e presido a Comissão de Trabalho e Previdência, com o enfoque muito forte no Fundo Social Soberano. Porque todos estão de olho no

Fundo Social Soberano. E se o fundo é social e soberano ele tem que responder a expectativa da maioria do povo brasileiro, por isso eu quero reafirmar que o foi dito aqui, claro que eu estou preocupado com os aposentados de hoje e os aposentados de amanhã, se não nós não estávamos discutindo aqui o fim do fator. O fim do fator não é para bem está aposentado, é para a nossa juventude. São para os adolescentes, para aqueles que estão na empresa hoje e que estão na expectativa de se aposentar, eles são contemplados com essa luta que a COBAP está liderando junto com as centrais companheiras que estão, inclusive, nessa Mesa. Eu espero que as outras centrais também venham se somar.

Nós queremos uma Previdência universal, igual para todos, todos têm que ter direito de se aposentar por tempo de contribuição e a aposentadoria integral e a paridade, no mínimo, com o salário mínimo, já que o servidor público tem paridade com a aquele que está na ativa. E não estamos inventando a roda, inúmeros países do mundo tem esse mesmo sistema. Inclusive o trabalhador rural, permitam que eu diga isso, eu ainda quero... Eu estou trabalhando num projeto, já dei entrada na Casa, para que ele tenha o mesmo direito, desde que ele contribua, porque se o sistema é contributivo todos aqueles que contribuem, tem o direito de se aposentar pelo número de salários mínimos que estão pagando.

Era isso para ajudar aqui o debate. E passo a palavra, então, ao Geraldo Adão, representando a COBAP, nesse debate.

SR. GERALDO ADÃO: Senador Paulo Paim, gostaríamos em primeiro lugar de, em nome de V.Exa., cumprimentar os membros da Mesa e os dirigentes de entidades e movimentos aqui presentes. E gostaríamos de fazer aqui uma ressalva, pedindo permissão para, em nome da Sra. Dalva do Nascimento, a gente fazer uma saudação a todas as pessoas presentes aqui no Plenário.

O meu nome é Geraldo Adão Santos, eu sou um aposentado da Companhia Energética de Minas Gerais, já venho há muito tempo militando nesses movimentos sociais e fui Presidente da Associação dos Aposentados da CEMIG, por três mandatos, fui vice-Presidente da Federação dos Aposentados de Minas Gerais, sou representante do Conselho Municipal de Saúde de minha terra, Nova Lima, das associações comunitárias, sou representante da COBAP desde 99, no Conselho Nacional de Saúde.

E como representante desse Conselho Nacional de Saúde, naturalmente que nós vamos falar não só da importância do pré-sal para o contexto da seguridade social: a saúde, a previdência e assistência, mas como membro do Conselho Nacional de Saúde, é bom que a gente tenha oportunidade de dizer que eu também sou Coordenador adjunto da Comissão de Saúde do Idoso. Então, vocês imaginam as dificuldades que nós temos para atender as demandas dos idosos, e que o SUS tem uma dificuldade de atender a demanda da população em geral. Por que razão?

O SUS tem um problema de origem, que é o financiamento, financiamento inadequado. Nós estamos com a proposta da Emenda nº 29 aqui no Congresso e estamos fazendo também uma mobilização de toda a população brasileira para que essa emenda venha resolver a questão do financiamento do SUS.

Bem, sou também membro da Comissão de Saúde, da Comissão Intersetorial de Controle da Hanseníase, do Conselho Nacional de Saúde. É bom que num momento desse a gente diga que o Brasil está enfrentando uma situação difícil com essa endemia. E essa realidade é uma realidade que precisamos todos nós, aposentados, pensionistas, idosos, trabalhadores, temos que fazer um mutirão para que consigamos vencer esse desafio.

Bem, gostaríamos também neste momento de dizer da importância de nós estarmos aqui, e agradecer a COBAP de por nós dar essa oportunidade da honra de estarmos aqui nesta Mesa, para dizer que nós temos naturalmente como cidadãos... Eu sou formado em Ciências Sociais, então naturalmente que a dimensão desse pensamento com relação à sociedade, ele é muito abrangente.

Em primeiro lugar, nós gostaríamos de dizer que a gente sempre ouviu dizer que o Brasil é o país do futuro, já ouvimos isso demais. Nós entendemos que agora o futuro já chegou. 509 anos depois da independência, este Brasil está sendo outro Brasil. E isso teve muita participação, muito movimento, muita conquista, muita pretensão adiada, muita pretensão não atendida, mas nós somos os protagonistas desse país do agora e temos o privilégio de sê-lo não só protagonistas, mas somos também beneficiários deste momento. E o Brasil realmente é um país fabuloso.

Então, quando a gente pensa que a situação está tão difícil, aparece logo um potencial de riqueza que nos permite, como já disse o Senador Cristovam Buarque, foi o ouro, foi o café, a madeira e hoje nós temos o petróleo. E já diziam antes que o Brasil não tinha petróleo e se tivesse seria tão pouco não valeria investir, mas o Brasil acreditou, insistiu, pesquisou, descobriu e valeu a pena, e hoje nós estamos diante de uma riqueza incalculável.

E como nós temos uma Constituição vigente, essa Constituição Cidadã que dá a este país e a todos nós a oportunidade de, como cidadãos, termos uma

participação no compartilhamento do poder. Porque só uma Constituição como essa que nós permite estar reunidos aqui, nos permite estar lá no Conselho Nacional, definindo e propondo políticas públicas, isso é muito importante.

Então, a gente agradece à sociedade brasileira de ter tido essa competência de criar essa Constituição, de ter compartilhado o governo com a sociedade. E é justamente nessas organizações, que nós vamos também, o Governo tem uma proposta, nós temos outra, somos complementários, mas vamos trabalhar juntos, porque o Brasil é de todos, mas ainda não é para todos e precisa ser. E nós temos agora essa perspectiva.

Senador, a proposta que nós defendemos lá com a COBAP e já defendemos também porque a gente faz muita reunião pelo interior e por esse Brasil afora. E eu participei, inclusive, no mês passado, de uma conferência Municipal de Assistência Social no meu município. E nós estamos vendo que a situação da Assistência Social também, um dos componentes da seguridade social passa por dificuldades por questão de financiamento. E há uma multidão de pessoas que dependem da seguridade social, porque elas não contribuíram para a Previdência, elas talvez não tiveram condições de trabalho por muitas razões, não vamos nem enumerá-las aqui, mas são assistidas pela Assistência Social e muitas ainda dependem de serem assistidas da Assistência Social. E a Assistência Social, apesar de todo avanço, ela limita esse acesso, exatamente por falta de recursos. Pensando na saúde, onde nós somos testemunhas do dia a dia que vivemos, com a dificuldade do financiamento, nós precisamos ter um financiamento adequado para a saúde.

Se aprovada a emenda constitucional, naturalmente que vai resolver momentaneamente essa demanda do Brasil de atender o cidadão como de direito. Com saúde de qualidade, com atendimento de qualificado, com humanização no entendimento e dando conta de todas as demandas, mas, nós temos que pensar que a saúde também está no contexto da seguridade social e, nesse contexto, nós temos também a Previdência Contributiva, contribuímos, pagamos e hoje na hora de receber os benefícios estamos com eles defasados.

Então, eu acho que é uma luta que o Senador Paulo Paim tem trabalhado junto com a COBAP, com os movimentos sociais, as entidades, e eu espero que nós tenhamos aprovadas essas propostas para resolver pelo menos momentaneamente a nossa defasagem, mas o surgimento do pré-sal trouxe para nós uma perspectiva de pensar mais, pensar grande, pensar em futuro e nós debatemos isso na COBAP com a seguinte proposta. É claro que nós entendemos a importância de uma Audiência Pública acontecer neste momento, quando está para regulamentada a utilização dos recursos do pré-sal.

Mas nós gostaríamos de pensar do que próprio Presidente Lula já disse que parte dos recursos do pré-sal será destinada a desenvolver, reduzir as desigualdades regionais deste país. Quem conhece este Brasil e viaja por mais de um Estado sabe das diferenças. Pega um Estado rico, um Estado mais ou menos e Estados que têm condições de dificuldades de sobrevivência, de dar o mínimo que a sua população precisa, porque o município não tem aquela condição de produzir e gerar as riquezas necessárias para garantir o bem estar de suas populações.

Então, reduzir as desigualdades regionais nesse país é uma necessidade e é uma questão de consciência de todos nós. Continuar mantendo a seguridade social, atendendo a saúde, atendendo a Previdência Social e atendendo a Assistência Social, eu acho que é um compromisso que a Constituição nos permite, que a mobilização vai nos ajudar a caminhar nesse sentido e agora surge oportunidade: De onde virão os recursos? Os recursos vêm do mar. O recurso vem do pré-sal. E a riqueza incalculável.

Então, já que há essa tendência e essa possibilidade real, dessa riqueza ser devidamente calculada, devidamente explorada e devidamente dirigidos os seus resultados para a sociedade, nós gostaríamos, Senador, que nós... É claro que nós entendemos da importância dessa Audiência, mas que todos pensassem na possibilidade de nós pensarmos o aproveitamento da destinação do pré-sal, parte dele, vir para a seguridade social como um conjunto, onde nós podemos, a partir do momento que esse dinheiro estiver disponibilizado... Já foi dito, a Previdência, o Governo Brasileiro tem uma dívida social com a Previdência. Muito dinheiro da Previdência foi tirado, foi aplicado em muitos locais e nunca foi reposto aos cofres da Previdência.

Então, parte desse dinheiro poderia repor esse dinheiro da Previdência, como se diz, pagando essa dívida histórica, para que a Previdência tenha um caixa que posso nos atender principalmente na coisa mais simples, manter os nossos benefícios atualizados, conforme está na Constituição, e isso não vem sendo cumprido há muito tempo. Pessoas que se aposentaram com dez salários mínimos, estão caindo para cinco, para seis

E se nós não tomarmos uma atitude como sociedade, e naturalmente em consenso com o Governo, nós vamos em breve ter uma Previdência de salário mínimo, não é essa Previdência que foi calculada. Não é esta Previdência que está institucionalizada e nós precisamos de recurso para isso.

Então, este recurso, o Governo fazendo um apanhado de quanto ele deve à Previdência, reponha este dinheiro à Previdência, nós vamos ter o caixa para garantir a aposentadoria, em valores reais, enquanto a pessoa viver e estiver aposentada.

Mas nós temos que pensar também que os cálculos da Previdência, isso aí tem que ser com raciocínio bem claro, bem tranquilo. Felizmente o Brasil depois que criou o Sistema Único de Saúde, nós estamos conseguindo ter uma assistência, ainda não a desejável, mas que já esta dando resultado positivo. Nós estamos vivendo mais e vamos viver muito mais. E como a Previdência vai pagar as aposentadorias futuras para quem complementar os 69, 79, 89, 99, quem sabe até 109 anos. Então, vai precisar de fazer um caixa para pagar esses recursos, dentro das condições em que eles foram concedidos. Então, eu acho que a Previdência pode ser beneficiada nesse sentido.

Vem aí saúde. A Saúde, cada dia mais o Brasil vai precisar de melhorar a qualidade da Saúde, seja na prevenção, seja na promoção, seja na própria assistência direta. E o que nós vemos hoje? Filas imensas e intermináveis como se isso fosse normal. Nós temos uma emergência que não é atendido em tempo hábil e nós temos um eletivo que não tem uma avaliação de risco e nem previsão de atendimento, então precisa ter dinheiro para isso. E nós temos que ser solidários também aos brasileiros e brasileiras que não tiveram a oportunidade de trabalho, porque não conseguiram trabalho, porque trabalharam na área rural produzindo por séculos alimento para sustentar a cidade e depois ficaram abandonados, mas veio a amparo para eles. E quantas pessoas não têm condições mesmo de trabalho, então vão ter que ser assistidas pela Assistência Social.

Então, esse conjunto, esse tripé da seguridade social, precisa ser visto nessa dimensão para beneficiar toda a sociedade brasileira. E nós já temos, de comum acordo COBAP, solicitação e entendimento com o Senador Paulo Paim, esse Projeto inicial que é o 362. Se nós entendermos que nós possamos propor formas de regulamentar a utilização do pré-sal, na dimensão da seguridade social como um todo, eu acho que o Congresso unido e a sociedade unida, nós vamos conseguir isso para o bem da sociedade brasileira.

Então, era isso que a gente gostaria de dizer, essa dimensão da seguridade social com essa projeção de futuro, com essa promoção de bem estar que nós desejamos que o pré-sal venha a contribuir, e diante disso nós possamos dizer: “Salve este momento que estamos vivendo, que somos protagonistas dele e que somos vítimas em algumas questões, mas somos protagonistas também”.

Então, nós temos que reconhecer não tanto a nossa condição como vítima, mas a condição do protagonista de mudar isso para nós e para as gerações futuras.

Então, salve o Brasil, salve a PETROBRAS, salve o nosso pré-sal. E que Deus nos ajude e que todos nós trabalhemos juntos para o bem estar da sociedade brasileira como um todo. O Brasil é de todos, para o Brasil ser para todos.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência cumprimenta o Sr. Geraldo Adão, que falou da importância do pré-sal para a seguridade social. E com muita consistência seus argumentos, a importância da Previdência, da Saúde e da Assistência.

Eu vou passar a palavra nesse momento ao Presidente da ANFIP, Jorge Cezar Costa. A ANFIP tem sido uma parceira de todas as horas, subsidiando a todos os setores da sociedade, sobre esse debate da importância da Previdência Pública. Sr. Jorge Cezar Costa, V.Exa. tem 15 minutos, com mais cinco, se necessário.

SR. JORGE CEZAR COSTA: Bom dia. Cumprimentar o Senador Paulo Paim, cujo nome está ligado à história da lutas dos trabalhadores deste país. Cumprimentar os representantes das entidades e a platéia, os nossos queridos aposentados.

A ANFIP se sente bastante à vontade e honrada com o convite de participar desta Audiência Pública, no sentido de oferecermos subsídios e oferecermos dados a respeito da evolução desse processo.

É interessante colocar, mas já tivemos aqui os que me antecederam e falaram sobre a matéria, que a seguridade social, e o próprio Senador já nos colocou, é o constituinte, ele, colocando na Constituição, ele coloca a seguridade social, o sistema de proteção social, como sendo uma coisa universal, como o senhor colocou muito bem aqui, a Previdência, a seguridade social, é universal.

Então, houve uma blindagem por parte do Constituinte, no sentido de proteger o orçamento da seguridade social, de dar essa proteção, definindo quais seriam as fontes de receita para a seguridade.

Então, a gente tem agora essa oportunidade ímpar de resgatar parte desses recursos, que foram retirados da seguridade. Já foi citada aqui também a construção da nossa capital, a construção de Brasília também obteve recursos da seguridade social. Então, foram retirados recursos do fundo de Previdência Social que eram destinados a manter os benefícios dos

nossos aposentados. Então, esses recursos foram retirados e não foram repostos.

Então, nós temos uma oportunidade muito interessante e bastante significativa de prover a seguridade social e a Previdência Social, dos recursos que foram retirados da Previdência para os outros setores, que foram exatamente para a construção desse país. Esses recursos foram retirados para garantirmos o país que nós temos hoje. E até a própria PETROBRAS, também.

Então, nós devemos reconhecer que a reforma tributária, que não saiu ainda, não desenvolveu-se, não saiu do papel, ela prevê a retirada de recursos também da Previdência Social, de fonte de custeio da Previdência Social. E se perdermos recursos lá na reforma tributária da Previdência, nós teremos uma defasagem muito grande desses valores que são necessários para que a gente possa manter o pagamento dos benefícios dos nossos aposentados, para que possamos manter o sistema funcionando.

O sistema de Previdência Social foi colocado também, que funciona como um sistema de repartição, onde existe um compromisso entre as gerações futuras, a geração que está aposentada já e a geração que está no mercado de trabalho.

Então, é esse sistema de repartição, onde essa geração, que está no mercado de trabalho, garante o benefício, garante a aposentadoria daqueles que estão já aposentados, mas, diante dessa discussão dos projetos encaminhados pelo Executivo, em relação à extração do petróleo e a Constituição desse fundo soberano para garantir os recursos da nossa seguridade e garantir os benefícios da Previdência, é bastante salutar que um percentual dessa receita, como já estava colocado aqui no projeto do Senador Paulo Paim, que ele distribui aqui 10% para o Ministério da Previdência Social, para o financiamento da ampliação da Previdência Pública no país.

Então, já é uma iniciativa bastante louvável do Senador que, preocupado com isso, já coloca essa possibilidade.

Então, nós temos que garantir que os recursos desse fundo sejam destinados também à seguridade social e à Previdência Social. Nesse sentido, a gente poder dizer que a própria Constituição no seu art. 250 – eu vou ler para os senhores – ela define o seguinte, ela já define uma fonte e a possibilidade de criação de um fundo para isso.

O art. 250 da Constituição diz o seguinte: "Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de Previdência Social, em adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir fundo integrado por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei, que disporá sobre a natureza e a administração desse fundo". Então, nós temos garantia constitucional de que pode ser criado este fundo.

Então, este é um passo fundamental e é um argumento bastante interessante que pode ser usado para garantir que recursos desse fundo soberano sejam direcionados também para a seguridade social.

Por esse motivo, Sr. Senador, senhoras e senhores, essa Casa agora tem uma grande oportunidade de reparar essas injustiças praticadas contra os trabalhadores brasileiros, quando retiraram recursos da Previdência para outros fins que a gente não voltará a falar sobre isso agora.

Então, é hora de resgatar essa dívida histórica, todos reconhecem isso, essa Mesa aqui, todos já se pronunciaram nesse sentido, de resgatar essa dívida histórica, alocando recursos desse Fundo Social Soberano também para a seguridade social e, mais de perto, para a Previdência Social.

Assim sendo, a ANFIP, que esteve sempre na vanguarda e na luta dos interesses da seguridade e da Previdência Social, se coloca à disposição com dessa comissão, para oferecer subsídios e oferecer os trabalhos dos seus técnicos no sentido de que possamos ter um projeto que venha de interesse dos trabalhadores e da sociedade de modo geral.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Assim, o presidente da ANFIP, o companheiro Jorge Cezar Costa, deixa muito claro que a ANFIP, não é Jorge? Está inteiramente à disposição. E eu elogiava, inclusive, aquele livreto que a ANFIP produziu recentemente, onde demonstra com toda a tranquilidade que a nossa Previdência é superavitária. É esse aqui, eu tive a alegria de receber já alguns exemplares, li todo ele, é um brilhante trabalho. E não é o Paim que inventou, não é a COBAP que inventou, não é o Movimento Sindical que inventou. É um estudo feito pelos técnicos da ANFIP, que demonstra que dados e inúmeros históricos, que a Previdência brasileira sempre foi superavitária. Sempre foi superavitária. E claro que depois da Constituinte está na seguridade social a Previdência.

Então, quem tiver oportunidade, eu falava aqui com o Presidente, ele disse que vai conseguir mais exemplares, seria bom que todos lessem essa análise da seguridade social, feita pelo ANFIP e o seu corpo de técnicos.

É muita clareza, porque eu vejo alguns articulistas, alguns livros, que são lançados aí, dizendo que a Previdência está quebrada, que está falida, que não

tem mais saída, pregando o apocalipse na Previdência, mas claro que o objetivo com isso é fortalecer a Previdência privada. Que daí o camarada se assusta, vai pagar de fato sobre um salário mínimo, não quer mais contribuir com dez, porque diz: "Bom, se eu vou me aposentar com um no futuro, eu estou saindo fora". E vai para a Previdência privada.

Então, meus parabéns a ANFIP pelo seu trabalho. Meus parabéns mesmo.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso aqui é de uma vez por todas acabar com a falácia e a mentira que a Previdência está falida ou é deficitária.

Eu passo a palavra ao José Augusto, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores. O José Augusto vai ter que pegar um voo em seguida, então eu passo a palavra para ele nesse momento, pelo mesmo tempo dado aos outros convidados, 15 minutos com mais cinco.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: [interrupção no áudio]. Obrigado, Senador Paulo Paim, pelo convite. Ao Senador, também, Cristovam Buarque.

Para mim foi uma satisfação muito grande de estar compondo essa Mesa, juntamente com o Geraldo Adão; Warley e o Jorge Cezar Costa, atual Presidente da ANFIP; o Gabriel da CNTI, da Nova Central; o Joilson Cardoso, inclusive com a presença aqui do meu amigo, companheiro, Chaguinha, ambos da CTB, integrantes do FST também; companheiros e companheiras da COBAP e sindicalistas aqui presentes, de vários Estados do país, aqui no Plenário e convidados; o Moraes, não sei se está aqui, Presidente da FUP, telespectadores aqui da agência Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): José Augusto, me permita. Está aqui um parceiro nosso--

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --lutador, sempre com a gente, que é o Senador Zambiasi.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse não quebra a esquina; não, dobra a esquina para desviar dos confrontos para defender o nosso povo. Esse é dos nossos.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: E a palavra de ordem é a sociedade unida e o Congresso unido, não é, Senador Paulo Paim?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita ainda.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu vim cumprir uma missão.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Pois não.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Paulo Paim lança agora em outubro, na feira do livro, de Porto Alegre, mais uma de suas publicações, e ele me deu uma missão, prefaciar o livro. Então, eu vou antecipar aqui para vocês, uma frase. Posso?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quantas quiser.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Um prefácio tem que ter um pouco da trajetória e um pouco da história. E eu começo dizendo que eu sempre fui um grande admirador do Paulo Paim. Do Paulo Paim, não apenas do Senador, mas da pessoa, do metalúrgico, do líder sindical. Dono um dos mais respeitados currículos do Congresso Nacional, traz das suas origens o compromisso de sua luta, negro e pobre.

[palmas]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Dentro da visão preconceituosa que ainda permeia boa parte da sociedade brasileira, Paulo Paim encontrou no chão das fábricas, na poeira das ruas, na defesa dos trabalhadores, sejam da ativa ou aposentados, a energia para superar tantos desafios.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso aqui não foi nada combinado, ele está fazendo uma surpresa para mim, eu confesso para vocês.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Uma bela surpresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Até eu estou ficando aqui, um negócio meio emocionado. Ele vai concluir aqui, porque eu estou empolgado com o que ele escreveu.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Dentro da informalidade que deve caracterizar também a relação dessa Casa com as pessoas, porque às vezes fica tão formal que acaba distanciando alguém que o povo nos vê como seu e que a instituição coloca num pedestal intocável. Então, eu acho que nós temos que tornar a vida mais... Uma relação mais próxima.

Filho de pai metalúrgico e mãe dona de casa, aos oito anos de idade já calejava suas mãos, no barro da fábrica de barros, em Caxias do Sul. Quantos milhões de brasileiros vivem ainda hoje em situação semelhante, daí sua profunda identificação com o cotidiano do povo. É dali que vem sua força e seu poder mobilizador.

É dessa caminhada que Paim extrai a inspiração para escrever mais um capítulo de sua história. Ninguém melhor que este cidadão gaúcho para saber que realmente o poder emana do povo.

[palmas]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Seus projetos, seu trabalho, seus pronunciamentos da tribuna do Senado, não arredam um milímetro de suas convicções. É no convívio diário com seu povo que Paulo Paim recolhe sugestões e argumentos para apresentar projetos que realmente impactam o dia a dia do cidadão. Cito como exemplo o Estatuto do Idoso, com seus 118 artigos que contemplam direitos à saúde, transporte, habitação, dentre outros, sancionado pelo Presidente Lula em 2003.

Também de sua autoria o Estatuto da Igualdade Racial, que reúne propostas de combate ao racismo e alternativas para inserir o negro da sociedade, nos postos de trabalho e em universidades, e o Estatuto do Pessoa com Deficiência. Com seu trabalho, como ele mesmo define, pretende romper as fronteiras da indiferença, fazendo do seu mandato o instrumento para vencer tamanho desafio. Com esta publicação, Paulo Paim mostra um pouco da complexidade das ações que envolvem a rotina do trabalho no Congresso Nacional, às vezes nem sempre bem compreendida pela sociedade, mas de vital importância para o equilíbrio entre os poderes da nação.

No Senado, sempre fiel a seus princípios e a nossa gente, Paim confirma a sua trajetória de liderança e ao mesmo tempo de homem público, marcado pelo destino na defesa das nossas melhores tradições [soa a campainha] de civismo e coerência, fazendo jus à confiança popular, a qual sempre respeitou e é por isso mesmo merecedor.

[palmas]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): A missão vai estar cumprida lá na feira do livro, em Porto Alegre.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Todos vocês estão convidados lá, ele vai assinar junto comigo o livro lá, no dia 13 de novembro. Obrigado.

O Senador Sérgio Zambiasi é um parceiro de todas as horas. Nós temos caminhado juntos em todas as atividades, não há uma matéria aqui que a gente não converse, que não encaminhe juntos, que não vote juntos. Por isso, Senador Sérgio Zambiasi, quando eu te pedi para que você escrevesse a apresentação do meu livro, fiz com muita consciência, de alguém que aprendeu também a te respeitar muito no convívio aqui da Casa.

Para vocês terem uma ideia, o Senador Sérgio Zambiasi se for candidato a Deputado Federal, será o mais votado na história do Rio Grande. Se for candidato a Deputado Estadual, será o maio votado da história do Rio Grande, olhe que o eu estou dizendo aqui. Se for candidato a Senador, mais uma vez, deverá ser o Senador mais votado. Se for candidato a vice-Governador, com certeza, terá, aí eu posso assegurar, Senador Sérgio Zambiasi, terá o apoio total do nosso candidato que V.Exa. conhece, que é o Tarso Genro.

E ainda eu diria que o Senador Sérgio Zambiasi, e eu vou dizer aqui, Senador Sérgio Zambiasi, eu sei que isso aqui a gente grava, e grava porque são palavras que vem do coração, se for candidato a Prefeitura da Porto Alegre, e eu sei que é possível, num grande entendimento com o nosso Partido, com certeza, Porto Alegre terá um grande prefeito.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A palavra volta para o companheiro José Augusto.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Vamos zerar o cronômetro. Parabéns, Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos quebrar o protocolo, o pessoal está pedindo algumas cópias desse prefácio, que o Senador Sérgio Zambiasi escreveu para o nosso trabalho.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, o Warley pediu, eu peço que tire algumas cópias e que seja distribuída aqui.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Bom, então, dando continuidade, a gente só vem reafirmar o que foi dito, não só aqui hoje nessa Audiência Pública, não estive presente na anterior, mas assisti a anterior, com a presença da FUP, que a Previdência é universal, tempo de contribuição, sistema contributivo. A paridade de acordo com o salário mínimo, não é, Senador Paulo Paim? Mas a discussão está aqui é o seguinte, tem até aquele filme o quinto elemento, eu não sei se alguém assistiu.

Nós estamos buscando aqui, Senador, o quinto elemento. Não é? O grande objetivo aqui, não é, Jorge? É a busca do quinto elemento. E o quinto elemento é justamente a questão aí da Previdência, engloba a seguridade social, saúde, a assistência social. E para ser assim, para lembrar brevemente, quando teve aqui o lançamento do marco regulatório do pré-sal, eu estive lá, fui convidado, estive lá representando a minha instituição, a minha entidade, da qual sou Secretário-Geral, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no

Comércio, a CNTC, a qual ocupo o cargo lá de Diretor e Primeiro Secretário.

E aconteceu um fato, Warley, que não é diferente do que nós andamos fazendo aqui dentro do Congresso Nacional, Paulo Paim. E o Greenpeace, ele tem uma chancela internacional, a COBAP por enquanto acho que não tem, eu acho que está na hora da gente começar dar um salto aí, a COBAP, viu, gente? Pegar uns braços internacionais também, nós estamos precisando, viu? Passou da hora, temos que começar a pensar nisso, porque ajuda bastante.

Dá uma repercussão lá fora. O que estão fazendo com os velhinhos aqui no Brasil, com os aposentados e pensionistas? E pegar força política internacional também para fazer justiça social aqui no país. Nós estamos precisando, eu não estou vendo isso. Pode ser que vocês estão pensando, já discutiram isso dentro da confederação, mas se não pensou, tem que começar a pensar. E o Greenpeace, no dia lá, saiu nas capas de jornais, na revista, inclusive, agora, a revista recente, a Carta Capital, uma foto enorme, o pessoal discutindo lá, pré-sal, sim, mas e a questão da poluição, como é que fica?

Eu não sei se vocês sabem, Paulo Paim, o senhor, tenho certeza que sabe, eu sou representante do CONAMA. Eu represento todas as Centrais Sindicais e as Confederações da Área Urbana, no Conselho Nacional do Meio ambiente, é uma responsabilidade muito grande. Inclusive quando eu voto lá eu fico preocupado, com o pessoal fica assim olhando para trás para saber como é que está votando os trabalhadores. Então, eu tenho que ter juízo nas matérias que eu voto lá, não é brincadeira.

E a CONTAG vota para os trabalhadores na área rural, não é, Chaguinha? Inclusive um pessoal muito bom que tem lá, as meninas lá também, as Conselheiras. E no CONAMA também, junto com o Minc, nós reivindicamos a participação e por isso que saiu, Paim. Agora, olha só a dificuldade da Previdência, Jorge. Nós com essa estrutura de Congresso Nacional, um projeto de visão do Paulo Paim, que ele sempre teve essa visibilidade e junto com a COBAP, como o Warley falou, somou, mas a COBAP ajudou Paim, mas o Paim sempre teve essa visão de futuro.

O projeto é de 2008, companheiros, telespectadores. Portanto, bem antes dessa euforia, dessa festa, dessa discussão, dentro do Congresso, antes do... Bem antes, nem se sonhava dessa festa com mais de não sei quantas mil pessoas, que eu estive presente, no Centro de Convenções aqui em Brasília, lançando, onde o Lula levou todos os seus Ministros, praticamente todos os Governadores do país estavam lá no Centro de Convenções, Senadores aqui da Casa, Deputados Federais, vários, Prefeitos, Vereadores de vários municípios, empresários, fortíssimos empresários, principalmente do ramo da construção civil, que vão ter uma participação significativa, confederações nacionais de empresariais, que também com o pré-sal é interessante, que vai mover ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: As metalúrgicas. As minerações, não é Jorge? Vão mover o país, não é só o petroleiro que vai ganhar, não. Isso aí é uma cadeia de produção que vai se movimentar no país com o pré-sal. É um jogo de interesse de todo mundo, de prefeitos, de vereador, das confederações patronais, dos trabalhadores. E nós estamos atrás, Paulo Paim, do quinto elemento.

O Meio Ambiente fez assim "tleck". Nós do CONAMA, porque tem força, o CONAMA tem força, eu me orgulho em fazer como Conselheiro. E o Minc está saindo melhor que a encomenda. Eu tinha algumas restrições, a gente ficou meio desconfiado dele quando ele assumiu lá, mas está indo bem o nosso Ministro, que é o Presidente do CONAMA. Ninguém é perfeito, tem lá os desafios dele, mas ele tem está sendo um cara que está enfrentando. Até pistoleiro no Norte do país, que protesta com os madeireiros. É perigoso, até, mas o Greenpeace somando com a gente. [interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De você lá no fundo...

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: No fundo e não estava--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Lá no fundo...

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Exato. E não estava, companheiros e telespectadores, não estava.

Então, esse movimento, Paim, nós que nos espelhar nesse movimento do meio ambiente, e nós temos que falar assim: "O Meio Ambiente entrou, por que nós não vamos entrar também? Tá?

[palmas]

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: É justo, mais do que justo o quinto elemento entrar. Parabéns ao CONAMA, parabéns ao *Greenpeace* e eu tenho certeza que esses parabéns vai ser voltado para o projeto muito bem elaborado de futuro. De futuro, repito aqui, como tantos outros projetos do Senador Paulo Paim, que já passou aqui nessa Casa, no início da sua elaboração. São projetos de futuro.

Como esse 248 da contribuição assistencial, que na época a gente não sabia dessa perseguição, Jorge, do Ministério Público, que está tendo em cima

dos sindicatos e está acontecendo numa frequência escandalosa e forte. E o Senador Paulo Paim, lá atrás, já previa: Vamos fazer para defender, não é Martins? Não é Antonieta? Lá atrás estava prevendo.

Então, sãos as futuras divisões de um Parlamentar, de um político aqui dessa Casa, que é uma raridade, que tem essa visão de futuro nas suas proposições aqui dentro dessa Casa, gente, e que vocês conhecem. A maioria de quem está nessa Audiência aqui conhece e a maioria dos telespectadores e eleitores desse país conhecem. Então, agora, Paim, a gente tem que ser o outro lado da moeda, por que é esse engodo, Jorge? Por que o meio ambiente saiu rapidinho?

Porque o meio ambiente, hoje, e eu sou de uma área de segurança ao trabalhador, e eu adoro o que eu faço preservar a vida das pessoas e adoro meio ambiente, é a minha praia, não é Gabriel? Eu faço segurança de trabalho desde 75, é uma vida, vários de vocês aqui nesse Plenário acho que tinha nascido ainda, em 75 aqui. Apesar dos idosos têm jovens aqui também. É uma área que eu adoro segurança do trabalhador.

E meio ambiente hoje é o quê? É o que está na moda, não é? Não é o que está na moda? É o que está na imprensa, é o que está no mundo, é o que está nos acordos internacionais. Existe o selo verde, as certificações ambientais, a questão do desmatamento, da questão do carbono. É a questão das fontes renováveis, o próprio Brasil, na justificação do meio ambiente, também falou: "Esse dinheiro aqui tem que ir para quê? Para um fundo Paulo Paim, para as fontes renováveis". Ou nós vamos esquecer? "Ah tem o pré-sal, então vamos esquecer o biocombustível". Pode esquecer? Não. Não pode. Das fontes renováveis de energia? "Então, tem o pré-sal, então esquece, vamos abandonar os outros projetos". De forma alguma.

E outra. E da produção de petróleo, não é Chaguinha? E a poluição? A gente não tem que cuidar da poluição do mar, não? Ou vamos matar as baleias, os golfinhos, os peixes? Hã? Vamos acabar com os peixes, com a... Como é que chama? A flora marítima? A Petrobras não vai ter que cuidar da poluição marítima? De onde vai sair o dinheiro? Do fundo voltado para onde? Para o meio ambiente, gente. O *Greenpeace* está certíssimo e o CONAMA também, ou não?

Se a gente tem problema na Previdência, então existe o lado obscuro da lua, como existe aquela música do *Pink Floyd,* na década de 70. Qual é o lado obscuro da lua? O Jorge, não precisa ser sábio para entender, Jorge. É só pensar um pouco.

Existe um *lobby* de seguradora dentro desse Congresso aqui, que é brincadeira, companheiros e a gente tem que entender essa aritmética. Tem seguradora aí que quer a Previdência privada, ou vocês não sabem disso? Quanto mais ser escandalizada a Previdência Pública é melhor, ou não? Vamos ser claros, Paulo Paim, não é isso?

[palmas]

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Então, pessoal, a gente tem que ficar de olho. Como falava Lima Duarte: "Um olho na outro no cavalinho", não é? Um olho na lição da professora e outro no meu transporte, que é o meu cavalo, que está para o lado de fora da escola. Senão ele some ou roubam, ou sei lá, ou foge de mim, eu não volto para casa. Então, nós temos que prestar atenção nisso, pessoal.

Quando se fala na saúde pública aqui, não é Joilson? Na questão da saúde, quem de vocês aqui não precisa de plano particular, Unimed, Amil essas outras aí? Quem não precisa? Quem que depende exclusivamente do SUS aqui?

E olha gente... E olha gente, olha aqui uma coisa, e para o idoso é muito mais difícil um plano de saúde, ou não é? É mais caro, ou não é? Não é mais difícil?

MANIFESTAÇÃO DA PLATÉIA: É.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Então! O acesso Paulo Paim fica muito mais difícil. Então, gente, esses *lobbys* que defende o quê? Plano de saúde particular, Jorge. Que prefere fazer lá... Olha a Previdência no Brasil é um porcaria, então, tem que fazer o quê? Esses planos privados você paga tanto por mês, então complementa sua aposentaria. Não é? Eu não vou falar nome aqui, porque é perigoso, porque se não pode até me processar aí. É um perigo, como tentaram já fazer isso aí no passado, mas não tenho medo não. Processo como esse aí é uma delícia ter, porque depois a gente se defende até com orgulho e com cidadania, não é Paulo Paim?

Mas inúmeros, tem aí, que bate na porta de vocês, telefona para vocês ou não telefona? Quantos montepios da vida, aqueles antigos lá que o pessoal levou na cabeça! O Mão Santa chegou em mim no Plenário, pode perguntar para ele, o seu companheiro de Senado [soa a campainha]. O Mão Santa chegou e mostrou um holerite de um montepio que ele comprou lá e falou assim: "Vê se isso aqui José Augusto é salário de aposentado?". Pode perguntar para o Mão Santa, que contribuiu não sei quanto tempo, lá um tal de GBOEX, sei lá que... Eu acho que até faliu esse negócio aí. Não sei se era do Exército, era um montepio lá não sei o quê, que é uma vergonha aquilo que ele recebe por mês.

Olha, e se a gente não tomar cuidado e não fizer essa leitura, Jorge, viu Senador Paulo Paim, Warley, Gabriel, Joilson, a gente vai quebrar cara, porque a gente vai nadando contra a maré.

Para o Meio Ambiente foi 'facinho', por que nós estamos com dificuldade, Paulo Paim? Porque da mesma forma que nós reivindicamos para o governo que nós apoiamos, que nós votamos com o governo social, ninguém está aqui para meter o pau no Governo Lula, não. Porque o pessoal às vezes difunde as coisas, quer transformar isso aqui em palanque político. Não é?

Nós não estamos aqui para meter o pau no Governo Federal, não, nós estamos aqui para apoiar o governo e para abrir o olho dele. Porque esse tipo de injustiça, esses *lobbys* capitalistas, encontra o trabalhador quando aposentado aí, nós não admitimos. E é isso que nós temos que falar com o Presidente, e é isso que nós temos que falar com o Ministro Paulo Bernardo, que chega a um ponto de entregar um orçamento para o José Sarney e nesse orçamento já contar com o ovo na galinha. Contando com o acordo que nem foi assassinado, Cristovam Buarque, com meia dúzia.

Nem foi meia dúzia, foi três, Central Sindical, traindo esse companheiro aqui que é Presidente, que é verdadeiro interlocutor dos aposentados do país, que é a COBAP e que descartaram da negociação. Inventando que tem Sindicato Nacional dos Aposentados, que é uma mentira, dizendo que a UGT tem Sindicato Nacional de Aposentados, o que é uma mentira, que não existe. Aquele cara que foi na reunião com vocês, não existe sindicato dos aposentados, ele diz que tem, mas não é. [soa a campainha] Aí o Paulo Bernardo entrega o orçamento, Paulo Paim, dizendo, contando já com esse acordo.

Ou seja, a Previdência e a saúde, Jorge, para o ano que vem, sai debaixo. Tipo assim: "Já firmaram acordo lá eu vou entregar a minha previsão de orçamento aqui já nessa condição", como se aquele acordo lá já estivesse valendo, Warley!

SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES: É, eu sei.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: E o Jornal do Senado, Senador Cristovam Buarque, aquele semanal que saiu ontem, eu recebi ontem, aqui eu acho que sai segunda-feira. Na minha confederação, está lá a noticia, essa fonte não é fictícia, eu peguei no Jornal do Senado, esse semanal que sai inclusive com o papel reciclado. Está a notícia no Jornal do Senado, o semanário que sai lá.

Bom, a grande jogada então foi essa: "Não tem um acordo com três central aí", a CTB está aqui, o Joilson vai falar ainda não concordou, a Nova Central não concordou, não é?

Então, Paulo Paim, para encerrar, dentro dessa Casa, sempre o senhor teve essa visão de futuro, como pessoa e como Parlamentar. Mais uma vez demonstra com isso, com a iniciativa desse projeto PLS 362, de 2008, lá atrás, antes do lançamento do marco regulatório, o senhor já enxergava junto com a COBAP, a necessidade de incluir o quinto elemento. O quinto elemento, Senador Cristovam Buarque, o senhor que chegou agora, é a questão da Previdência que existia--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Chegou agora, mas já abriu a Sessão, fez uma fala, já participou, foi numa atividade e voltou para prestigiar nós aqui.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E ainda pediu que eu ficasse na Previdência, isso é compromisso de trabalho--

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --e fica aí presidindo.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Então, o meio ambiente e cultura, porque quando o senhor estava aqui, não falou no quinto elemento, não é? Então, o quinto elemento é a Previdência, meio ambiente, cultura e educação, nós apelidamos aqui de quinto elemento ciência e tecnologia. Mais uma vez demonstra Senador Paulo Paim, essa visão de futuro, que o senhor sempre teve aqui nessa Casa.

E companheiros aqui e telespectadores da Agência Senado, bem antes dessa euforia, todo esse advento do marco regulatório, feito pelo Governo Federal, nesse mês, ou seja, em 2009, já tinha feito essa previsão através desse projeto, que como eu disse e reafirmo aqui, o Fórum Sindical dos Trabalhadores, que representa 14 confederações nacionais de trabalhadores.

E as centrais que nos restam nessa discussão, que sobrou quem? Sobrou a CTB e a Nova Central, não é Gabriel? Nessa discussão aqui. Eu tenho quatro, mas duas fugiu, só sobrou duas para mim aí, só está a CTB e a Nova Central que está nessa guerra aqui em defesa dos aposentados do país.

E, para finalizar, Senador Paulo Paim, em busca incessante por liderança por parte dos Partidos e do próprio PT para candidato a Presidente da República, a gente vê essa luta aí é Geraldo Alckmin, é Serra, é não sei quem mais e... É candidato a Presidência da República, tudo na base da especulação ainda. Isso aqui, eu falo do fundo do coração é o meu sentimento. Se eu estiver errado, se ninguém concordar aqui, eu quero que pelo menos respeite Senador Cristovam Buarque, o meu sentimento. Porque eu vivo essa Casa aqui, no mínimo eu fico aqui três vezes por semana.

Porque as matérias de interesse dos trabalhadores, eu acompanho através do Fórum e da minha confederação, que é a Nacional dos Trabalhadores do comércio, que eu sou Secretário Geral, que eu venho

aqui acompanhar, que a gente tem uma pauta aqui dentro. Se esquece que bem ao seu lado o próprio Partido e esses que compõe à base do governo, que existe um candidato em potencial, que é o nosso Obama brasileiro, que eu falo aqui, que é o Senador Paulo Paim do PT, do Rio Grande do Sul.

Parlamentar com visão, com honestidade, que sempre teve com esse carisma e com essa popularidade que sempre buscou, não é? Aqui dentro dessa Casa os seus projetos visando às conquistas sociais em defesa dos idosos. Quem lembra os estatutos aí, aquela grande briga dentro dessa Casa, pelos aposentados, criança, adolescente e os trabalhadores do nosso país. Paim, sinceramente é um grande desperdício e uma grande oportunidade, que o próprio Partido e a Coligação estão perdendo.

Eu falo aí, não só acho que em nome do José Augusto, [interrupção no áudio] do Warley, e de outros companheiros aqui da [interrupção no áudio] endossam isso que eu estou colocando aqui, sem nenhum tipo de constrangimento, sem nenhum outro tipo de interesse político, ou de outro tipo de interesse de troca, porque o senhor sabe muito bem que a gente não precisa disso. O único compromisso que nós temos através da nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e do Fórum Sindical dos Trabalhadores é a defesa dos trabalhadores do Brasil e dos aposentados e pensionistas.

Que, nesse momento oportuno, Presidente Paim, eu falei ontem para a Agência Câmara até de uma forma de sátira Cristovam Buarque, que fala tanto em PAC, plano disso e plano daquilo. Eu sugeri um PAA, que é um plano de amparo aos aposentados [soa a campainha], que seria uma bela contribuição social, de um governo que tem característica social. Então, tem um PAC, então vamos fundar um tal de PAA.

Apoiamos repito aqui e reiteramos, Senador Paulo Paim, essa luta em defesa do aposentado e incondicionalmente também o seu projeto, que repito é um projeto de visão e que tem o apoio dessas confederações e dessas duas centrais que estão nessa luta em defesa dos aposentados e pensionistas do país.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para descontrair, deixa eu dizer que o Senador Cristovam Buarque, ele tem toda a autoridade. Primeiro, que vocês sabem que ele me permita que eu digo, deverá ser candidato a Presidente da República pelo PDT, deverá, deverá. Já foi e deverá em 2010, mas o Senador Cristovam Buarque já foi à Tribuna uma duas vezes e fez essa mesma provocação, disse: "Paim, por que tu também não se lança?". Não é Senador Cristovam Buarque? Para fazer esse debate nacional com inúmeros candidatos.

Então, eu fico tranquilo que o Senador Cristovam Buarque já falou duas ou três vezes essa questão e usou até esse exemplo do Barack Obama, mas o Senador Cristovam Buarque sabe que a Ministra Dilma é a candidata já definida pelo Partido dos Trabalhadores e ela está enfrentando um momento difícil devido ao câncer, enfim, essa doença que está acometida, está fazendo as suas, como é que chama? A quimioterapia, mas está se recuperando bem.

E, no meu entendimento, ela tem grandes chances de ser a primeira mulher eleita Presidente da República no nosso país. Como o Senador Cristovam Buarque também tem grande chance de ser Presidente da República, principalmente, pela sua bandeira da educação, que ele sabe, que eu uso às vezes, Senador Cristovam Buarque, uma frase que é sua: "A verdadeira revolução passa pela educação".

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra ao José Gabriel Teixeira dos Santos, Diretor da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, que representa aqui o José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central. O José Augusto vai ter que sair, em seguida depois eu troco com o Cristovam, ele vem presidir, eu vou para o Plenário e nós dois trocamos, não é Senador?

Então, eu libero o nosso amigo e agradeço por ter vindo aqui e passo a palavra ao José Gabriel.

SR. JOSÉ GABRIEL TEIXEIRA DOS SANTOS: Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar ao nosso Senador Paulo Paim, e saudando a ele, eu gostaria de saudar os demais participantes da Mesa. E dizer da grande satisfação da Nova Central poder estar aqui e, principalmente a mim, que vim representando José Calixto Ramos, o Presidente daquela Casa.

Quando eu estava ouvindo aqui, anteriormente, eu tinha preparado algumas coisas para falar e foi interessando quando o Senador Sérgio Zambiasi veio aqui, que falou uma série de coisas importantíssimas do Senador Paulo Paim, mas eu gostaria de também falar algumas coisas sobre o Paim e, principalmente, pelos tempos que nós nos conhecemos.

Nós nos conhecemos, na verdade, desde 78, quando nós passamos muitas noites, não é Senadores? Negociando nas greves, nas primeiras greves que acontecera no Rio Grande do Sul, principalmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Principalmente no pólo-petroquímico e em Candiota.

SR. JOSÉ GABRIEL TEIXEIRA DOS SANTOS: --principalmente no pólo-petroquímico e em Candiota, aonde muitas vezes nós passamos.

E eu tenho dito muitas vezes, que é importante para nós que conhecemos ele há bastante tempo, porque a grande maioria dos brasileiros conhece ele como Deputado e como Senador, e como uma pessoa que está interligado a todos os problemas que diz respeito aos trabalhadores brasileiros e aos aposentados brasileiros.

Nós gostaríamos de aqui dizer e nós defendemos, por exemplo, que o José Augusto vem falou aqui, nós já defendemos isso há muito tempo. E, muitas vezes, eu disse até mesmo para o Senador, pena que tudo não é do PDT, que se tu fosse do PDT, tu seria o candidato automático a Governador do Rio Grande e à Presidente desse país.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E quem sabe dobrar com o Senador Cristovam Buarque um dia, é isso que ele dizendo de nós, viu?

SR. JOSÉ GABRIEL TEIXEIRA DOS SANTOS: Porque veja bem, a satisfação imensa, por exemplo, de ter o Senador Cristovam Buarque, como já foi um candidato à Presidente. A gente fez algumas coisas tentando fazer com que se elegesse, mas foi impossível daquela vez e talvez teremos outras, mas é uma pena que o Paim não faz parte do nosso Partido, não é Senador?

Mas é importante que nós saibamos aqui, que o Paim quando iniciou como sindicalista, ele fez um trabalho extraordinário dentro do seu Sindicato de Canoas. Posteriormente, dentro da CUT e quando chegou à Deputado Estadual, a Deputado Federal, ele se tornou no decorrer do tempo, Deputado do Rio Grande. E hoje, ele posteriormente foi a Senador e se transformou o Senador do Rio Grande.

E hoje, nós poderíamos dizer que o Paulo Paim não é mais o Deputado e não é mais o Senador do Rio Grande, mas é o Senador do Brasil, que defende os interesses dos aposentados, que defende os interesses dos trabalhadores e que está sempre preocupado.

Assim, nós tivéssemos a metade dos Deputados e dos Senadores dessa Casa, que se preocupassem com os trabalhadores brasileiros e com os aposentados brasileiros.

Nós temos certeza absoluta de que tudo que ocorre aqui dentro passa sem dúvida nenhuma pela vontade das pessoas que decidem a nossa vida. E nós como dirigentes sindicais, nós sempre dissemos uma coisa, que não adianta nós ficarmos preocupados dentro das nossas entidades Sindicais em querer resolver os problemas, se não vier resolver deu dentro dessa Casa, que aqui é o lugar definitivo, aonde se aprova projeto a favor ou contra os trabalhadores, embora até hoje eu nunca vi um candidato a Deputado ou um candidato a Senador, ou candidato a qualquer coisa lá na rua, fazer campanha e não pedir voto para os trabalhadores. Eu nunca vi ninguém pedir voto para os empresários, eles sempre se comprometem com os trabalhadores, se comprometem com os aposentados e na hora que chegam aqui, esquecem das suas promessas.

[palmas]

SR. JOSÉ GABRIEL TEIXEIRA DOS SANTOS: Paim, parabéns a ti, porque jamais tu esqueceu um momento por todos os anos que eu e conheço, jamais tu te afastou dos trabalhadores, dos aposentados. E nós soubemos que tu, sem dúvida nenhuma, seria o grande Presidente dessa nação, não como o Obama, não como, vamos supor, o Paim do PT, mas seria sem dúvida nenhuma o Presidente dos brasileiros e das brasileiras, que eu acho que é isso que nós interessa.

[palmas]

SR. JOSÉ GABRIEL TEIXEIRA DOS SANTOS: Nós podemos ver, sem dúvida nenhuma, Paim, o teu projeto, que já fez já em 2008, muito antes das propagandas do pré-sal. Você já procurou desenvolver uma ideia e principalmente teve a capacidade de pensar que a partir do momento em que começa a haver a produção do petróleo aonde venha a ter mais dinheiro, ser investido nas linhas mais importantes que nós temos da nação, ou seja, educação.

Se nós não tivermos educação, nós vamos ficar a vida inteira dependendo de outras pessoas, por quê? Porque há os interesses de alguns grupos, que quanto menos educação nós tivermos mais nós somos aproveitados, principalmente para eleger aquelas pessoas que não têm o mínimo de compromisso para com os trabalhadores, e para com os aposentados. Se nós não tivermos saúde, nós não podemos trabalhar, nós não podemos, mas, a partir do momento em que nós temos educação e nós temos saúde, nós um dia vamos nos aposentar.

E a coisa pior que tem quando se paga uma Previdência, como hoje vem acontecendo. E quando chega na hora da aposentadoria, não é nada daquilo que nós pagamos é aquilo que nos oferecem e nós temos que calar a boca.

Portanto, eu quero parabenizar, Paim, por tudo aquilo que você vem fazendo em favor dos trabalhadores. Dizer que a Nova Central, sem dúvida nenhuma, cerra fileiras com esse Congresso, a partir do momento em que houver a responsabilidade e o compromisso de votar com V. Sa., nesse projeto com a importância que tem por tudo aquilo que vai trazer e na defesa dos aposentados brasileiros, como você sempre fez.

Nós sempre estaremos do lado daquilo que nós entendemos que é o mais importante. E dentro dessa importância estão os aposentados, está a educação, está a saúde, está a nossa Previdência. Porque, sem dúvida nenhuma, quando falam de falência da Previdência e que buscam outros tipos de, vamos supor de Previdência particular, sem dúvida nenhuma, a nossa Previdência é uma das maiores Previdências no mundo. Que fora criada pelos trabalhadores, vem sendo mantida pelos trabalhadores para que nós tenhamos uma vida digna no nosso futuro.

E num futuro que todos os brasileiros vão passar por lá, se Deus quiser, todos nós vamos ficar muito velhos e vamos ficar recebendo da nossa Previdência. E para isso, Senador, mais uma vez, V. Exa. dentro do trabalho que você vem desenvolvendo nós estaremos, sem dúvida nenhuma, junto com V. Exa., para trabalhar nessa direção.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu passar para o Joilson, como o representante da CTB, Diretor de Relações Institucionais, passamos à palavra ao Joilson Cardoso.

SR. JOILSON CARDOSO: Eu quero inicialmente saudar ao Presidente dessa Mesa, o Senador Paulo Paim, saudar também o Senador Cristovam Buarque, Presidente dessa Comissão, que muita oportuna convoca essa Audiência Pública para tratar de um assunto de fundamental importância, que é a questão do marco regulatório para o pré-sal. E dentro dessa discussão do nosso país, a gente discutir a questão da seguridade social.

Inicialmente, eu queria dizer que a CTB, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil tem o compromisso anunciado com os aposentados desse país, na luta que está travando aqui dentro do Congresso Nacional, especificamente contra o fator previdenciário e em defesa do reajuste dos aposentados. Em todos os Fóruns, que temos tido oportunidade de nos pronunciar, temos dito da nossa firmeza, da nossa postura firme em defesa dessa causa.

E quero aqui relatar que não foram poucos os momentos em que a nossa central, junto com as demais, fomos convidados a mudar a nossa opinião em cima dessa questão, desse momento em que está vivendo o Congresso Nacional, quando o Senado aprova por unanimidade o fim do fator previdenciário e essa matéria vai para a Câmara dos Deputados.

Há mais de um ano temos discutido com o Relator da Câmara, o Deputado Pepe Vargas, que nos dizia desde o início, que o governo não concordaria com a iniciativa do Paim e a aprovação que se deu aqui no Senado, com vista a essa matéria do aposentado, em especial a questão do fator previdenciário.

E na semana retrasada tivemos um encontro com o governo e as Centrais Sindicais e a COBAP, quando após mais de seis horas de reuniões colocados todos os argumentos, quatro Centrais Sindicais apresentaram uma proposta ao governo, que nós estamos chamando de um acórdão para criar um substitutivo para a Câmara dos Deputados, que anularia a iniciativa do Senado Federal, que aprovou por unanimidade o fim do fator e o reajuste dos aposentados.

Portanto, Paim, eu quero fazer esse introdução.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Joilson, me permita, chegou aqui o Deputado para prestigiar o nosso evento, numa demonstração que o compromisso é lá também, é o Wilson Picler--

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --que é Deputado Federal do PDT também, ele fez questão de vir aqui apoiar esse momento e demonstrando que ele é favor também de que a gente avance em defesa, de forma permanente dos aposentados e do fim do fator.

Desculpe Joilson, mas eu tinha que fazer o registro pela importância do Deputado Wilson, que veio aqui dar apoio ao movimento.

SR. JOILSON CARDOSO: Portanto, Deputado Paim, eu queria resgatar aqui a introdução feita pelo Senador Cristovam Buarque, quando citou que nesse país nós já vivemos na nossa história vários momentos em que a riqueza desse país se deu inicialmente pelo cultivo do ciclo da cana-de-açúcar.

E o Senador Cristovam Buarque dizia, afirmava categoricamente aqui, como um estudioso do povo brasileiro, que aquela riqueza produzida pelo ciclo da cana-de-açúcar deixou como marca a fome e a divisão, a discriminação na sociedade brasileira, com poucos ricos, coronéis e uma grande população empobrecida, principalmente no Nordeste.

Depois, o Senador Cristovam Buarque, nos fala no ciclo do ouro, também outra grande riqueza que esse país, praticamente foi exaurida nesse país e não resultou em benefício da nossa população.

Por fim, a questão do petróleo, que foi uma grande campanha realizada pelos movimentos sociais está aí a campanha gloriosa da UNE, da União Nacional dos Estudantes, que liderou esse processo, quando foi fundada a Petrobras. E foi convencido, não nos convencemos que esse país tinha petróleo e agora um novo momento, que está sendo anunciado por todos.

O Presidente Lula, no lançamento do marco regulatório dizia que era uma refundação do Brasil, uma nova independência do nosso país, em função do que

significa em termos de riquezas para a nossa nação a exploração do pré-sal.

E nesta Audiência, o que é que nós estamos fazendo? Nós estamos dizendo que concordamos com o Presidente Lula, com a sua iniciativa. Primeiro, nós da CTB e acredito que essa Mesa inteira, concorda que o marco regulatório deva mudar a forma de exploração do petróleo no Brasil, de concessão para uma forma partilhada, nós estamos de acordo quanto a isso.

Nós estamos de acordo com o Presidente Lula, quando ele busca, ele cita no marco regulatório a criação de um fundo social para garantir primeiro, investimentos do pré-sal na educação e o Senador Cristovam Buarque sabe que o isso representa, porque ele é um dos maiores defensores dessa causa. Eu, como professor, me sinto homenageado pela forma, Senador Cristovam Buarque, como V. Exa. aqui defende a educação nesse país, nós sabemos o quanto ela é estratégica e o governo acerta quando inclui nos investimentos do pré-sal a questão da educação.

Em segundo lugar, a questão da ciência e tecnologia, nós sabemos que esse novo momento de desenvolvimento do Brasil passa pela questão da ciência e tecnologia.

Terceiro lugar, sobre a questão da cultura, o investimento em cultura, não a cultura como uma mercadoria, meramente burguesa, mas sim, como as relações que deve se estabelecer no nosso país, na nossa nação.

E, por fim, um fundo de combate à pobreza. Faltou então para os que anunciam que a Previdência é deficitária que nós não acreditamos, faltou incluir nesse fundo a sustentabilidade para frente, para 50 anos, 30 anos o custeio para os aposentados.

[palmas]

SR. JOILSON CARDOSO: E acredito que esta Audiência Pública, deve concluir pela seguinte ideia, nós sabemos que a garantia da Assistência Social, da Saúde e da Previdência, em especial a Previdência, é na verdade o anunciado de um pacto social que não deve ser quebrado. Porque nós estamos falando de uma matéria, de uma questão que versa sobre aqueles que criaram esse país, que desenvolveram esse país, e outros que estão desenvolvendo e que num prazo futuro irão se aposentar.

Portanto, Paim, nós queremos aqui reafirmar a posição da CTB, nós somos contra o acórdão. Nós passamos duramente seis horas, o governo tentou durante seis horas nos convencer que era possível reeditar o fator previdenciário com a Fórmula 85/95, que nada mais é do que a reedição do fator previdenciário. Inclusive, o Presidente Wagner, na Audiência que tivéssemos há dois dias atrás na Câmara fez um desafio, nós desafiamos alguém que traga um trabalhador da construção civil, que construiu com 35 anos e se aposente dentro da Fórmula 95.

É praticamente impossível atingir a Fórmula 85/95, que inclusive atinge apenas oito milhões de aposentados, que sendo estudado as escalas de três a quatro salários, de quatro a cinco, nós veremos que é um percentual, que é um montante de verba irrisória e que a Previdência Social, superavitária, como nós falamos e reafirmamos, pode contemplar.

Mas para aqueles que dizem que há um risco, daqui há 30, 40, 50 anos eis uma grande oportunidade, que é colocarmos no projeto do marco regulatório do pré-sal, a questão e a causa dos aposentados, que é a causa de todo o povo brasileiro, porque aqueles que não se aposentaram irão se aposentar um dia.

E isso passa por um pacto social para que esses recursos do pré-sal sejam aplicados na Previdência, a Previdência Pública, universal e para todos.

Portanto, Paim nós te homenageamos pela iniciativa do desse Projeto de Lei 362, que fala inclusive aqui do FUNDEB, inclui a saúde e a Previdência como um todo.

Queremos aqui alertar para a ameaça que existe com a reforma tributária, no sentido de desvincular os recursos da Previdência Social e nós da CTB, junto com outras instituições nos manifestamos contra a iniciativa de colocar a verba da Assistência Social, da seguridade social no bojo das disputas do Orçamento da União.

Nós não aceitamos isso, queremos manter a vinculação, conforme diz o art. 250 da Constituição Federal e queremos agora sim, colocar no bojo da discussão do marco regulatório do pré-sal, o custeio da Previdência Pública universal para os próximos 50, 100 anos.

E, por fim, como aqui eu acredito que nós estamos de pleno acordo com tudo que o foi dito aqui, nós temos uma divergência. Primeiro, a única divergência que temos aqui na Mesa, é que nós como cidadãos e como pessoas que militamos na luta política sabemos da importância dos Partidos.

Partidos esses que, muitas vezes, são negados a sua importância numa democracia tão recipiente como a nossa. E o que estamos fazendo aqui é colocar a democracia representativa, de forma numa democracia participativa. E nesse parêntese, Paim, eu quero dizer que nós temos uma divergência, porque como dirigente do Partido Socialista Brasileiro, eu quero dizer que nós temos um grande candidato, não desmerecendo os demais, que é o nosso companheiro Ciro Gomes, mas acredito que--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sobrou para você e para a Dilma, porque

eu não sou candidato, então, não é comigo essa divergência.

SR. JOILSON CARDOSO: --mas eu quero dizer que o país, o país e o sistema partidário brasileiro, precisam reconhecer nos homens que acima, acima não, a partir dos seus Partidos conseguem dar à vida pública uma dimensão maior, do que a mera militância partidária. Como estamos fazendo aqui e como expressa o Senador Paulo Paim, como expressa o Senador Cristovam Buarque, que mesmo com os seus Partidos e com a questão... E como está aqui também o Deputado Wilson do PDT, um Partido histórico, que defende a luta do povo trabalhador.

Como o PSB, com mais de 65 anos de existência, como outros, como a CTB tem uma matriz de PSB e PC do B, nós não escondemos isso aos trabalhadores, porque nós sabemos da importância dos Partidos na democracia.

Então, queremos dizer que nessa matéria, nós teremos que esperar até março do ano que vem, para ver se marcharemos no palanque. Temos certeza de uma coisa. Primeiro, que esse palanque da disputa eleitoral do ano que vem, de 2010, não pode ser.

Nós não iremos marchar com aqueles que queriam transformar a luta pelo petróleo, pela soberania nacional e transformar na Petrobrax, naquele nome que a gente nem sabia que o era, mas estava desenhada ali uma forma diferente da nossa de pensar o Brasil, quer dizer, de defender a cidadania, de defender a soberania nacional em cima dessas questões estratégicas para o desenvolvimento do país, como é a questão do pré-sal, a questão do petróleo.

Então, nesse parecer nós estamos divergentes, mas de uma forma solidária, esperamos que o tempo, já dizia o grande pensamento, o pensamento dos antigos que dizia que: "O bom da viagem é a demora, porque se viagem, se a demora da viagem for abreviada é um acidente". Então, março é o tempo da viagem para ver o que iremos fazer em 2010. Muito obrigado, a CTB se sente honrada de estar aqui nessa Audiência.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Joilson, me permita que eu diga que, com certeza, no segundo turno, nós vamos ter Ciro, Cristovam, Marina e Dilma juntos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Paim, Presidente!

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Juntos, juntos.

Eu vou permitir agora que o último panelista nosso convidado, em seguida eu passarei para o Senador Cristovam Buarque e também para o nosso convidado, Deputado Wilson, que é o Mário Avelino, que é Presidente do Instituto FGTS Fácil. Ele veio fazer uma palestra ontem aqui e sabendo desse evento, ele fez questão de vir aqui dar um depoimento, porque a mesma preocupação que ele tem com o Fundo de Garantia, ele demonstrou que tem também com a Previdência Pública.

SR. MÁRIO AVELINO: Boa tarde já. Primeiro, eu quero agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite.

Como ele falou estivemos ontem na Comissão de Assuntos Sociais, discutindo a melhoria do rendimento no FGTS, que é o PLS 301 do Senador César Borges. Então, eu quero primeiro agradecer e cumprimentar o Senador, a quem algum tempo eu já tive a oportunidade e a honra até de sugerir alguns projetos.

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Cristovam Buarque, a quem eu tive a honra de votar em 2006, porque a educação ratifica--

[palmas]

SR. MÁRIO AVELINO: --o senhor sempre falou, a educação é tudo.

A Coréia do Sul é investimento de longo prazo, mas vários países que investiram hoje estão bem aquém, bem acima do que está o país que até hoje não deu olhar necessário à educação, porque educação é cidadania. Então, Senador, eu tive a honra de votar e votarei sempre, quando o senhor for Presidente, ou o cargo ser eu estiver... Eu moro no rio, mas com certeza foi com ciência e convicção, eu tenho a honra de falar isso para o senhor.

Quero cumprimentar também o Deputado Wilson e eu quero em nome da Mesa, cumprimentar o Presidente da COBAP, o Sr. Warley e cumprimentar os demais.

Bem, por que eu pedi ao Senador para poder estar aqui presente? Porque quando a gente fala de Fundo de Garantia e estamos falando de pré-sal é importante a participação do trabalhador nesse grande empreendimento, que é um marco para o país a nível de seu crescimento.

E quando eu pego e falo em aposentadoria, porque, provavelmente, os aposentados de hoje já sacaram o seu Fundo de Garantia, mas os aposentados de amanhã, que são trabalhadores hoje e tem fundo de garantia é importante que eles tenham a oportunidade de investir parte do seu fundo, do seu FGTS no pré-sal, para amanhã quando se aposentar, além da aposentadoria ter um complemento, que é um investimento no desenvolvimento do crescimento do país.

A Petrobras, o país vai precisar de capital para poder investir na prospecção. É um investimento caro. E por que não o dinheiro do trabalhador? Por que não

o trabalhador ser sócio desse grande investimento? Então, é justo que o trabalhador pegue uma pequena parte do seu Fundo de Garantia e invista como sócio desse grande investimento, que invista em ações da Petrobras para o pré-sal.

E qual é a premissa disso? O trabalhador tem hoje, isso dados do balanço do Fundo de Garantia de 2008, 180 bilhões de reais, arredondando.

E o governo recentemente aprovou uma lei, em 2007, que o trabalhador vai poder investir até 10% do seu Fundo de Garantia em projetos do PAC, que eu parabenizo e estou de acordo, é a opinião da ONG que eu presido.

Só que há 15 dias atrás, a Câmara aprovou uma Medida Provisória, onde aprovou de 10 para 30% esse investimento no PAC, em projetos do PAC. E aí nós discordamos, porque 10% já é um valor suficiente. 30 vai criar problemas financeiros ao fundo para cumprir o papel que sempre cumpriu e presumo que muitos desses aposentados aqui conseguiram adquirir sua casa própria, ter uma condição de um saneamento básico mais adequado e uma infraestrutura graças ao Fundo de Garantia.

Então, nós estamos propondo que, ao invés de aumentar de 10 para 30% o saldo de Fundo da Garantia no PAC, o trabalhador possa investir mais 10% em ações do pré-sal. Ou seja, todo o trabalhador tem que ter a oportunidade para amanhã, sim, na aposentadoria dele, ele ter até uma poupança complementar que foi investimento. E ele acreditar nesse país, que foi investimento que vai trazer mais renda e com isso mais trabalho, com isso uma melhor fundo para esse fundo social que objetiva isso. Está aqui no projeto 362 que 10% vá para a área da Previdência, e 10% para a saúde.

Então, esse projeto, e eu estou sendo redundante a esse projeto, Senador, como todos já falaram, é um projeto que antecedeu em quase um ano, já com uma visão de garantir que o aposentado, que hoje quem está e quem vai se aposentar tenha uma real condição, ou seja, ele trabalhou e contribuiu é não justo, naquele momento que ele se aposenta, ter uma diminuição da sua condição econômica. Não só da sua condição econômica, como foi citado anteriormente, com a saúde privatizada, onde a partir de 59 anos é um absurdo o custo.

Então, só beneficia. Só pode ter uma saúde privada, uma pessoa da classe média e vai por aí afora. E a grande maioria dos trabalhadores brasileiros ainda tem uma condição salarial que não permite essa saúde privatizada, que está como foi falado por alguns companheiros, que está havendo uma campanha para cada vez mais desacreditar e piorar os serviços públicos para que todo mundo tenha uma saúde privada.

Eu quero fazer um parêntese aqui, eu tenho uma pequena empresa que é que o me sustenta para manter esse trabalho na ONG. Perguntem a qualquer banco, é impossível, qualquer banco no mundo gostaria de ter uma poupança mensal que é 20% do salário do trabalhador, que a empresa contribui mais oito a 11%. Então, nós estamos falando... Imaginem qualquer banco no mundo brasileiro, receber mensalmente 28% a 31% do salário bruto do trabalhador. O banco estaria dando para vocês uma saúde de primeira linha no mundo, esse banco estaria dando para vocês uma aposentadoria integral. Porque os planos de Previdência propõem isso, pagando muito menos.

Então, a Previdência, como já foi falado por vários companheiros aqui, ela nunca foi deficitária. Ela sim foi sustentáculo, desculpem, até um termo um pouco pesado, foi a vaca que teve as tetas exploradas, mas explorada para sustentar vários projetos.

Agora, não é justo que o trabalhador no momento que vai usufruir daquela aposentadoria tenha a desvalorização daquele seu direito. Então, Previdência Social é justo esse resgate e, principalmente, como nós estamos falando não só para quem está aposentado, para quem vai se aposentar.

E a questão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, nós estamos falando para quem vai se aposentar. Então, o trabalhador, ele tem o direito de fazer esse investimento de uma pequena parcela, sem desestabilizar e sem desequilibrar o FGTS, financeiramente, para suas funções principais, que volto a dizer é habitação principalmente popular, saneamento básico e infraestrutura.

Ontem comentando com o Senador, até ele tem um projeto de 2007, que a gente fez uma campanha de várias mudanças do fundo. E eu falei: “Senador, uma das propostas seria o senhor pegar já entrar com o PSL, antes dessa MP ser votado agora, no Senado, já propondo que 10% do FGTS seja investido, o trabalhador tenha o direito de investir em ações do pré-sal, direcionado”.

E só para os senhores terem a ideia, quem teve a ousadia de em 2000, o trabalhador que comprou ações do fundo, da Petrobras com o FGTS, como posteriormente da Vale do Rio Doce. Aquele trabalhador, como um exemplo, ele tinha 20 mil, investiu 10 mil em ações da Petrobras, hoje aqueles 10 mil valem 90 mil, os mesmos 10 mil que ficou no Fundo de Garantia, hoje valem 15.900. Então, é justo que o trabalhador tenha a oportunidade de usar o seu dinheiro, uma pequena parte, para participar desse grande projeto de desenvolvimento e crescimento do país.

Então, Senador, eu ratifico essa proposta e agradeço mais uma vez a oportunidade. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria só dizer ao Mário Avelino, que eu esse cálculo eu já tinha ouvido também de diversos segmentos e eu também fico com a mesma fala que você fez aí. Qualquer banqueiro no mundo que recolhesse 22% da empresa e de oito a 11% dá mais de 30% do salário de todo o trabalhador brasileiro, não tinha onde colocar esse dinheiro.

SR. MÁRIO AVELINO: Seria o maior banco do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O maior banco do mundo.

E ainda as outras fontes de recursos, que vão também para lá do chamado tributação sobre o lucro, faturamento, jogos lotéricos, enfim. Que a ANFIP coloca muito bem no livro, que nesse momento aqui, o Presidente da ANFIP quer distribuir a nós da forma que ele entender mais adequado.

Então, meus cumprimentos, eu não tenho nenhuma dúvida. Não tenho nenhuma dúvida. Chego a dizer se o nosso dinheiro, que a gente manda para a Previdência, se botasse numa poupança, nós nos aposentaríamos com o salário integral e ainda o dobro do salário que estava recebendo na ativa. É porque o dinheiro é desviado historicamente. Só que agora chegou a hora do retorno, nós queremos que parte do dinheiro que investigam que é da Previdência, volte para a Previdência.

SR. JORGE CEZAR COSTA: Senador, nós trouxemos aqui dez exemplares para o senhor aqui, do livro: "Seguridade Social, Análise da Seguridade" e trouxemos dez também para o Senador Cristovam Buarque. Nós comprometemos com o Deputado de passar em outra oportunidade, porque não tínhamos esse conhecimento da sua presença. Que os senhores façam a distribuição como acho lhe achar mais conveniente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou solicitar que a mesa distribua para os nossos convidados aqui do Plenário os livros, dizendo que foi um cortesia da ANFIP, ela só permitiu para mim para fazer o gesto, porque ela é que ia distribuir.

Nesse momento, se o Deputado Wilson, quiser fazer uso da palavra, essa Comissão se sente prestigiada por V. Exa., que veio aqui participar desse momento tão importante para todos nós. E o Senador Cristovam Buarque, claro, é o Presidente da Comissão, ele fala aí, ou fala aqui no meu lugar, em seguida, a hora que ele mandar aí.

DEPUTADO WILSON PICLER (PDT-PR): Bom dia a todos. Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Exmo. Sr. Senador Cristovam Buarque, as demais autoridades aqui parentes, líderes, os nossos companheiros aposentados.

Eu ouvi atentamente algumas falas, é uma pena que eu cheguei meio atrasado, mas eu acho que a iniciativa é muito válida, vocês precisam realmente aproveitar essas oportunidades e pôr em discussão.

E eu sou solidário com a sua fala, Senador, nós temos que investigar essa Previdência, desde onde começou a surgir o problema.

[palmas]

DEPUTADO WILSON PICLER (PDT-PR): Porque não é natural, a pessoa contribuir duramente tantos anos, para depois receber um golpe da nação, quer dizer a nação é a mãe nossa, a pátria, a nossa mãe. Então, é uma mãe injusta com seus trabalhadores.

Então, nós vamos ter ao meu entender que contratar alguém que entenda de Previdência, para nós mostrar aonde que está o rombo nisso, o que é que tem de errado nesse balaio. E eu sou parceiro no sentido de tentarmos corrigir e resgatar o direito do trabalhador.

O pré-sal pode sim, ser uma saída. Inclusive, sua fala do dinheiro que ficou no Fundo de Garantia, o dinheiro que foi aplicado em ações, ela é um exemplo muito clássico dessa discrepância, do desrespeito com o trato com o dinheiro de vocês, que é uma recontribuição dos senhores. Eu acho que tudo isso tem que ser corrigido, se a gente quer construir um país, justo, um país soberano, um país forte, nós temos que começar a corrigir todas essas falhas, todos são importantes, o trabalhador é a força do nosso país.

O trabalhar sabendo que a nação o acolhe bem, ele trabalha com entusiasmo, ele produz, ele acredita no país. É muito ruim essa onda de descrédito, de desânimo, vamos corrigir isso tudo, eu sou parceiro. Vamos investigar essa Previdência e descobrir o rombo.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Cristovam Buarque, e em seguida falará o representante do Rio Grande do Sul.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Deputado e meu amigo, Picler, de boa caminhadas pelo Paraná e de boas discussões sobre o Brasil. O Picler é uma das pessoas que realmente eu gosto de conversar, porque fala do Brasil. Ele não olha o interesse apenas individual de cada de vocês e da categoria que vocês representam, ele realmen-

te pensa o Brasil e é assim que eu acho que a gente deve refletir.

Defendendo os interesses de cada grupo social, mas tendo a perspectiva nacional. Defendendo o interesse atual, lícito, legítimo de cada um de nós, mas vendo a perspectiva do povo brasileiro, que daqui a 100, 200, 300 anos vai estar nesse território.

E eu creio que ele disse o que é fundamental, nós só vamos resolver problema da Previdência, a meu ver, quando deixar de ser um problema apenas financeiro, como vem sendo tratado. Não é um problema só financeiro, esse é um problema imediato.

Mas tem uma causa como ele disse atrás. A causa de desvio de recursos que deveriam ter ficado reservados, investidos para financiar a Previdência e foram desviados ao longo da história para fazer ponte, represa, em projetos inclusive que não davam rentabilidade.

O fato de que a produtividade do trabalhador brasileiro não cresce na proporção que deveria para termos uma base inferior capaz de apoiar o financiamento dos que estão em cima no topo.

O topo aqui não do ponto de vista de renda, o topo do ponto de vista etário, nós os cabelos brancos e carecas.

É a base é fundamental para financiar, embora a gente tenha e deveríamos receber nossa aposentadoria a partir da rentabilidade da nossa contribuição é preciso ter uma base maior de contribuições no presente, inclusive para cobrir os aposentados que trabalharam no passado. E hoje a gente não tem essa base.

A gente não tem essa base, porque está diminuindo o número de pessoas, não tem essa base, porque está aumentando felizmente a nossa esperança de vida, temos que levar em contas isso, não podemos ignorar isso. E a informalidade e a baixa produtividade. A informalidade é fundamental. Na informalidade temos que reconhecer que o Governo Lula é o Ministro Lupi tem feito um bom esforço e conseguido bons resultados. Tem aumentado bastante, Senador Paulo Paim, o número de trabalhadores com carteira profissional assinada.

Isso é um mérito do atual governo e eu insisto não por ser meu amigo e do meu Partido, mas eu acho que o Lupi tem tido um papel importante em conseguir esse fato. Então, nós temos que ver no conjunto.

E também como eu falei na minha abertura do conjunto dos aposentados de hoje e dos aposentados não futuro. Como é que a gente vai fazer com que a gente resolva o problema conjuntural com a mudança estrutural da relação trabalhadores ativos, trabalhadores não ativos, ou seja, aposentados e os que não são ainda trabalhadores. Ou seja, os que foram trabalhadores, os que são trabalhadores e os que serão trabalhadores.

Essa perspectiva tem que ser trabalhada. E aí é que entra a educação, como um fator importante no processo da Previdência. Gastar dinheiro em educação, não é reduzir os benefícios dos aposentados. É talvez, deixar de aumentar recursos para os aposentados de hoje jogando para os aposentados do futuro. E aí a gente tem que analisar quais são as condições de fazer isso. Quais são as disponibilidades de sacrifício, se isso tiver que ser feito. Qual é a vontade de fazer isso. E por que, sobretudo, de onde tirar o dinheiro, porque há muitos desperdícios nesse país e não há por que, portanto tirar dos aposentados.

Nós temos os ex-trabalhadores, os trabalhadores, os futuros trabalhadores, mas nós temos os que não são trabalhadores e são os que ficam com a maior parte do dinheiro, que são os especuladores nesse país. E que ao especular se apropriam da parcela maior, abocanham a parcela maior da nossa renda.

Encontros como esse são fundamentais. E aí que eu sou grato a esse tal de pré-sal. Eu acho que o pré-sal, não pelo que vai trazer de dinheiro, necessariamente, mas pelo que traz de inquietação, pode ser um momento de mudança do rumo do Brasil.

O pré-sal está trazendo uma inquietação que a gente não tinha. Se fosse há 50 anos atrás, a gente não ia discutir o que fazer com esse dinheiro, era lógico. Porque só havia a ideia de que o desenvolvimento era bom. Hoje, a gente tem a ideia de que o desenvolvimento também tem coisas ruins embutidas nele, que a gente tem que evitar. Por isso, o pré-sal pode ser um momento chave do futuro do Brasil.

Eu tenho um artigo no Globo todo sábado, nesse sábado vai ser o progresso do progresso. Não basta mais querer o progresso, é preciso mudar o progresso.

O progresso que construa, eu tenho dito, parece até que sou candidato a Presidente mesmo, não é? Eu tenho dito que construa um Brasil, por falta de outro nome, eu estou usando o um Brasil limpo, porque Brasil desenvolvido já não quer dizer muita coisa, um Brasil limpo. É um Brasil onde dentro da estrutura da economia esteja o impacto social. Ou seja, a economia não precisa do governo pegar dinheiro para distribuir para os pobres, não. Dentro dela, na estrutura dela, ela só cresce se distribuir a renda, isso a gente não construiu ainda.

A distribuição de renda que o Governo Lula conseguiu não foi dentro da estrutura econômica, foi aproveitando o crescimento, pegando o dinheiro para o governo e tendo a generosidade de transferir para a parcela

pobre sobre a forma de Bolsa Família. E ninguém pode ser contra a generosidade, mas não é estrutural.

Quando ele sair vai depender dos próximos continuarem. É capaz de obviamente não de poderem parar, porque são 50 milhões de pessoas, mas uma economia limpa é a economia que tem na sua característica a distribuição de renda, que tenha as ruas onde a gente possa andar.

Um país limpo tem que ter as ruas pacíficas, não existe país limpo com violência, com guerra. Países limpo é um país que é capaz de manter todos os serviços de aposentadoria com uma carga fiscal menor do que essa, com o número de impostos menor do que esse, eu não chego ao extremo do imposto único, que alguns defendem, mas que seja um número menor de impostos.

Que se for preciso criar outra vez um CPMF, Senador Paulo Paim, e eu estou querendo debater esse assunto, eu sempre fui a favor. Aqui quase todos devem ser contra, mas eu achei que era um imposto limpo, vamos chamar assim, porque não tem como você sonegar, e porque tinha um destino bom, mas hoje eu tenho dúvidas se vou votar nesse novo que está vindo a aí.

A não ser que a gente diga invés de... É 0,1? Invés de ser, vamos supor 0,1, vamos botar 0,2, ou 0,3, mas acaba com o imposto de renda descontado na folha. Acaba com outros impostos. Aí sim, vamos aumentar essa alíquota, uma alíquota que só o Brasil é capaz de fazer, porque só o Brasil é capaz de fazer. Porque só o Brasil tem um sistema financeiro como esse que está aí, eficiente.

E só o Brasil sabe que nenhum outro país tem a quantidade de pessoas usando cheques e cartões de crédito como temos hoje. Porque graças à inflação, nós nos acostumamos a não ficar com o dinheiro no bolso, os outros países usam dinheiro no bolso à vontade.

Então, a gente precisa de um país limpo, e um país limpo obviamente é um país em que aposentado não precise sofrer para conseguir os reajustes necessários. E que aposentado tenha confiança para usar os últimos anos da sua vida. Não é um Brasil limpo, um Brasil em que os aposentados têm que se angustiar para saber ser vão receber quanto e em que momento.

Isso eu creio que, o Senador Paulo Paim, é quem tem tomado a iniciativa desses debates aqui dessa Audiência, isso a gente está fazendo a gente está contribuindo. Por isso, Senador Paulo Paim, eu acho que a gente devia juntar todas essas Audiências e as próximas que você ainda vai pedir e publicarmos juntos um livro, em que a gente ponha debate em torno ao pré-sal.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

DEPUTADO WILSON PICLER (PDT-PR): Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, tem um paradoxo já da primeira página do livro, o paradoxo aqui é o seguinte: "ANFIP, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, os senhores estão convidados a auditar a própria instituição, a Previdência". Só audita as empresas, quem é vai auditar a Previdência?

SR. JORGE CEZAR COSTA: O Tribunal de Contas da União.

DEPUTADO WILSON PICLER (PDT-PR): E é bem feito?

SR. JORGE CEZAR COSTA: Eu acho que tem técnicos preparados para fazer isso, a pedido--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois é.

DEPUTADO WILSON PICLER (PDT-PR): E se a gente perguntar, a ele: Nos explique onde que houve o rombo? Eles sabem dizer: O rombo houve no governo tal, quando construiu isso, construiu aquilo é isso que primeiramente o povo quer saber. Nós Parlamentares queremos saber isso, onde que houve o erro, o rombo que comprometeu tudo.

SR. JORGE CEZAR COSTA: Essas informações estão, podem ser buscadas junto ao Tribunal de Contas da União, que estão disponíveis, ele é que fiscaliza.

DEPUTADO WILSON PICLER (PDT-PR): E tem havido ainda desvios atuais, desmando, irresponsabilidade com o trato essa coisa?

SR. JORGE CEZAR COSTA: Nós temos algumas, muitas informações que estão colocadas nesse livro, são folhas captadas pelos nossos técnicos, enquanto auditores que éramos da Previdência Social e hoje transformados em auditores da Receita Federal do Brasil, mas a nossa origem foi sempre como auditores fiscais da receita previdenciária, ou seja, auditores da Previdência Social.

DEPUTADO WILSON PICLER (PDT-PR): Se eu ler isso aqui atentamente e estudar, eu tenho respostas para isso um pouco?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza que terá.

SR. JORGE CEZAR COSTA: O Senador Paulo Paim, melhor do que eu poderá--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tenho certeza que terá. Esse livro é muito bom.

SR. JORGE CEZAR COSTA: --principiá-lo, nesse sentido um pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eles dão dados aí alarmantes do dinheiro da Previdência.

DEPUTADO WILSON PICLER (PDT-PR): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra nesse momento ao Moacir, que é um dos dirigentes da COBAP, e que têm ajudado muito nessa mobilização. E, depois, como último, e também companheiro de longas jornadas, eu vou passar a palavra para o Pimenta, que é aqui da Associação de Aposentados e Pensionistas de Brasília.

SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA: Boa tarde a todos e a todas. Eu cumprimento o Senador Paulo Paim e cumprimento a todos os componentes da Mesa, uma saudação ao Senador Cristovam Buarque e ao nosso Deputado Wilson. Dizer que é uma grande satisfação estar participando dessa Audiência aqui, Senador Paulo Paim. Parabenizar mais uma vez, por mais um projeto que vem beneficiar essa categoria tão sofrida, que é a categoria de aposentados e pensionistas, principalmente, aqueles que ganham acima de um salário-mínimo.

Também, eu gostaria de cumprimentar o companheiro Gabriel, que é gaúcho também, conterrâneo do Rio Grande do Sul, eu tive umas quantas oportunidades de conversar com ele no Sindicato dos Mineiros, lá na cidade de Butiá, na região carbonífera. Saúdo a D. Dalva e saúdo os demais participantes dessa Audiência Pública.

Não poderia ser diferente, Senador Paulo Paim. Eu sei da sua iniciativa, mais uma oportunidade, embora a gente sabendo a gente tendo conhecimento que a Previdência não é deficitária.

Agora, com mais participando da Mesa aqui, o Presidente da ANFIP e distribuindo esse livro aí, que é do nosso conhecimento. Também, eu tenho andado muito pelo Estado do Rio Grande do Sul, quase sempre em todos aqueles lugares que eu vou acompanhado do Dr. Pedro Antônio Dornelles, a todos aqueles lugares que nós vamos em rádio, em debates, a gente liga para o Senador Paulo Paim, ele está sempre está participando, sempre à disposição.

E eu sempre digo lá, o Senador Paulo Paim, não é o Senador do PT, e nem mais o Senador dos gaúchos, é o Senador dos brasileiros. O Senador dos aposentados. E aquilo que foi falado ainda aqui há pouco, o lançamento do Senador Paulo Paim à Presidência, embora aqui tendo um previdenciário aqui do meu Partido, do PDT, o Senador Cristovam Buarque, lá na cidade de Rio Grande, numa andança, eu tive a oportunidade de lançar ele como a Presidente da República lá por saber do compromisso que ele tem com os trabalhadores, com os aposentados, com os idosos e com toda a nação brasileira.

E agora, você falou aí, mas eu já tinha até aqui para colocar, quem sabe se uma dobradinha à Presidente da República, Senador Cristovam Buarque e o Senador Paulo Paim, seria os defensores dos aposentados--

[palmas]

SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA: --e os defensores da educação, seria um grande avanço para a nação brasileira, essas duas pessoas dirigindo o nosso país com todo o respeito, ao nosso amigo Joilson, também, que falou no candidato dele. E também quer dizer para o Joilson, também já votei no Ciro Gomes também, quando fez uma coligação com o PDT.

E hoje, estamos defendendo a COBAP, defendendo os projetos do Senador Paulo Paim, nós ficamos, Joilson, muito triste com aquelas centrais que ficaram do outro lá, tentando fazer um acordo, passando por cima da representante legítima dos aposentados e pensionistas, idosos, que é a COBAP, mas também ficamos muito alegres com essas centrais que estão junto conosco e com o Fórum Social dos Trabalhadores.

Até pelo adiantar da hora, eu agradeço a oportunidade. Muito obrigado e até uma próxima oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato, então, ao companheiro Pimenta.

SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA: Eu quero saudar o Senador Paulo Paim, saudar o nosso grande líder, Warley Gonçalles, representante único e exclusivo líder dos aposentados brasileiros. Quero saudar também toda a Mesa, Senador Cristovam Buarque e o nosso Deputado do PDT, que chegou recentemente.

Companheiros, a luta é muito árdua, porque ela é muito desgastante e nós temos que nos mobilizar diariamente para poder sensibilizar os Parlamentares, já que o governo, e eu falo de todos os governos, eles são autistas, Senador Paulo Paim.

Os governos são autistas. Os governos que antecederam esse, eles não querem saber, eles já disseram, chamaram os aposentados e pensionistas de preguiçosos, de covardes, que não contribuem para a nação, são peças mortas.

Eu quero dizer que 2010 está chegando e como Presidente de uma associação de base, uma associação que é muito politizada, porque tem seus quadros, pessoas muito articuladas. Então, essas pessoas estão se mobilizando, pessoas com 80, 90, 91 anos, como D. Dalva--

[palmas]

SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA: --elas estão se mobilizando para poder voltar a votar. E até pelas

suas causas, pela sua idade, elas mobilizam muita simpatia, elas agregam muitos votos.

O governo autista, ele se engana quando pensa que ele poderá agradar ao FMI, quer agradar aos governos dos países vizinhos, desagradando uma população, um povo que tanto contribuiu para essa nação. É como se fossemos hoje, cidadãos de segunda classe.

Nós temos um grande representante nesse Congresso Nacional, que o governo também finge que não vê. Quando se refere a ele, é como irresponsável, porque está ajudando uma categoria de excluídos. Excluídos, porque essas pessoas na atividade, elas ganhavam um determinado número de salários, porque investiram na vida para ganhar aquele número de salários. E hoje, estão relegadas a ganhar mísero salário-mínimo.

Quando o governo fala que melhorou o salário-mínimo, quem melhorou o salário-mínimo era o Senador Paulo Paim, que tantos lutou--

[palmas]

SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA: --se salário-mínimo está hoje nesse patamar é esse homem aí, que fez ele chegar nesse valor.

Eu era um cidadão trabalhador, trabalhava na iniciativa privada, Senador Paulo Paim, eu ganhava 50 salários mínimos, construí o meu patrimônio. Hoje, na Previdência, eu ganho três salários mínimos, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que vergonha.

SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA: Então, essa é a história do país.

Quando eu me aposentei, Senador, eu lutei tanto na vida, desde os 12 anos, existem cidadãos, existem cidadãos que são filhos de pobres, são filhos de excluídos, que não puderam estudar, não puderam estudar. Senador, eu cheguei em Brasília aos 12 anos de idade, sozinho, passei fome, me ofereceram drogas, eu não nunca quis. Eu estudei quando não tinha nenhum pai, nenhum irmão, ninguém para me cobrar. Eu era engraxate no meio da rua, morei debaixo de viadutos.

[palmas]

SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA: Nunca parei de estudar. Hoje, a Previdência me trata desse jeito. Por isso que eu luto, mais para um cidadão lutar precisa de um representante e eu quero aqui dizer, que Dilma Roussef não tem história para ser Presidente desse país, Senador Paulo Paim é um homem que nós devemos eleger.

[palmas]

SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, deixa eu estou entendendo a emoção desse momento e claro que cada um coloca o seu ponto de vista. E eu digo a você, meu amigo Pimenta, porque eu sei que você é um lutador. Eu tenho um carinho enorme também e você sabe disso, pela nossa Ministra Dilma, que foi ao longo da sua vida também lutadora, foi torturada e sempre esteve do nosso lado.

Mas eu sinto a sua emoção e a sua fala e por isso que o Plenário bateu palma, quando eu vi que a garganta encrencou, eu diria, e a primeira lágrima caiu. Isso é uma demonstração de que você quer o melhor para os aposentados e pensionistas e nós todos vamos trabalhar nesse sentido. Então, aceite o meu carinho eu sei que a Ministra Dilma estará até me assistindo nesse momento. E eu sei que a tua intenção foi na verdade, fazer um carinho para esse Senador, mas, ao mesmo tempo, eu sei que você valoriza a Ministra Dilma, pela sua história.

Então, parabéns a todos nós e pela unidade desse momento histórico.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só queria... Fica aqui na Comissão, os dois cartazes pela aprovação do PL nº 1, que é o reajuste integral e pelo fim do fator previdenciário.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seu nome é Dalva do Nascimento, com 90?

SRA. DALVA DO NASCIMENTO: 91 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 91 anos.

[palmas]

SRA. DALVA DO NASCIMENTO: Desde os 15 anos, eu tive a satisfação de conhecer o grande Partido, além do ensino, do lar, dentro desse Partido eu aprendi a respeitar e ser respeitada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado.

Por uma questão de justiça, obrigado por dizer, viu? Meu amigo Moacir, quando tu falou da Dilma, ela como representante legítima das mulheres, ela levantou o braço. Eu conheço a Dilma, a Dilma tem história, então quer dizer que a unidade aqui ficou meia dividida também, mas é bonito isso. Isso é bonito. É isso é bonito.

Senador Cristovam Buarque tem aqui dois requerimentos, se V. Exa. permitir eu coloco em votação. Inclusive um é seu. O seu requerimento inclusive

se me permitir ir faço a leitura do resumo. O Senador Cristovam Buarque encaminha à Mesa o seguinte requerimento: "Requeiro nos termos do art. 90, nº II e V, do Senado Federal, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em data a ser marcada, para debater sobre a declaração universal dos direitos humanos, a liberdade de expressão e o direito de ir e vir no Brasil. Sob a ótica do Poder Público e da sociedade civil organizada, com o objetivo específico de obter esclarecimento sobre questões como: O país possui mecanismo eficiente para o cumprimento do artigo da declaração dos direitos humanos". E aqui vão outros considerando, se relacionando também a especificamente a declaração universal dos direitos humanos.

Então, eu proponho ao Plenário se concordam com a inclusão desse requerimento extrapauta--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --aprovada a inclusão do requerimento. Agora vamos à votação do mérito, aí a palavra com o autor do requerimento.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu aproveito à presença de todos aqui para explicar por que disso. Vocês hoje para entrarem aqui no Senado, provavelmente tiveram algumas dificuldades, não? Não é isso? Se estivessem sem paletó, sem gravata, com cara de estudantes, era capaz de não entrarem. Hoje há um cerceamento à entrada aqui de pessoas. É absurdo isso. Eu acho certo que tenha o detector de metais, para evitar que entrem baderneiros, que entrem alguém de revólver, bomba, faca, armas em geral.

Mas, essa Casa, não pode haver proibição, então, o objetivo é direto: É acabar com o esse cerceamento à visitação pública, que o hoje o Senado sofre.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em votação o requerimento do Senador Cristovam Buarque, aqueles que concordam batam palmas.

[palmas]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem que bater.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam Buarque, o outro requerimento é de minha autoria, se os senhores concordarem eu também colocarei extrapauta. Aqueles que concordam. Permaneçam como se encontram. É de minha autoria, eu nem pedi ao Senador Cristovam Buarque, porque tem mais a ver inclusive com a caminhada dele. E é com alegria que a gente conversou de modo informal, e aí eu transformei num requerimento.

Então: "Nos termos do Inciso I e II do art. 93, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão, para instruir o projeto da Federação dos petroleiros, FUP, com o tema educação e pré-sal. Para tanto vamos convidar a UNE, professores, MEC, estudiosos do tema da Universidade, para debater pré-sal e esse momento histórico do novo marco que vai definir a nova Lei do Petróleo".

Primeiro, os Senadores e Senadoras que concordam que entre extrapauta, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em discussão o requerimento, que tem como eixo a educação e o pré-sal. Primeiro, o Deputado está com a palavra, Deputado Wilson e, em seguida, o Senador Cristovam Buarque.

DEPUTADO WILSON PICLER (PDT-PR): [interrupção no áudio] esse requerimento, a UNE é a União Nacional dos Estudantes, não é? Representa mais o Ensino Superior, não é? Mas isso é um erro, um erro muito grande que vem se cometendo ao longo dessas décadas. O maior déficit na educação não está no Ensino Superior está na Educação Básica. E o Senador Cristovam Buarque tem dito que criança não tem sindicato, os pais estão trabalhando para trazer o sustento para as famílias e elas estão aí, quem que representa essas crianças, se não somos nós os Parlamentares, os adultos. Então, eu acho que é necessário incluir um órgão de representação dos secundaristas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já propuseram pela sua proposta à UBES. É UBES?

DEPUTADO WILSON PICLER (PDT-PR): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, incluída a UBES? Completou?

DEPUTADO WILSON PICLER (PDT-PR): Então, os Srs. Senadores e Senadoras que concordem com esse requerimento, que leva a assinatura minha é do Senador Cristovam Buarque, que vai agora discutir a matéria já aderindo a essa proposta da UBES. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A minha pergunta é: A CNTE está incluída?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não. Não está o nome.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu acho importante a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): CNTE e UBES é isso?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu já coloquei aqui à mão. E outros que, porventura o Senador Cristovam Buarque e outros entenderem que deve ser.

SR. JOSÉ GABRIEL TEIXEIRA DOS SANTOS: Paim, o senhor permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois, não.

SR. JOSÉ GABRIEL TEIXEIRA DOS SANTOS: Tem duas instituições são muito importantes que é a ANPEd e ANPAE, que são instituições de pesquisadores da Universidade que tem discutido muito isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seria interessante. Como é o nome?

SR. JOSÉ GABRIEL TEIXEIRA DOS SANTOS: ANPEd e ANPAE.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): ANPEd e?

SR. JOSÉ GABRIEL TEIXEIRA DOS SANTOS: ANPAE.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): ANPAE.

SR. JOSÉ GABRIEL TEIXEIRA DOS SANTOS: Eu converso com você, depois a gente...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está bom, mas já está incluído aqui para efeito de votação. Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento, com os adendos aqui colocados, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu ao encerrar, como é de praxe, eu vou dar um minuto, um minuto para cada um dos convidados e daí nós encerramos a Audiência Pública, que no meu entendimento cumpriu os seus objetivos. Começamos com o Gabriel e cada um vai falando em seguida.

SR. JOSÉ GABRIEL TEIXEIRA DOS SANTOS: Bem, Senador, mais uma vez, nós vamos agradecer essa oportunidade. E dizer da grande satisfação de nós podermos ver as aposentadas e aposentados aqui e nós podermos participar nessa discussão que nós entendemos da importância que tem. E muito mais importante pela Nova Central poder estar presente e principalmente continuar presente daqui para frente nas discussões e nós atingirmos aquilo que V. Exa. pretende através do seu projeto.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Joilson.

SR. JOILSON CARDOSO: Senador, só um pedido à bem da verdade. O Jornal do Senado cometeu um erro nessa semana dizendo que o acordo sobre o Fator 85/95 era das centrais. Nós queremos aqui deixar registrado que não sãos centrais, são quatro centrais que fecharam essa questão, esse acordo. E que existem duas centrais que estão contra o acordo e a favor do projeto do Senador Paulo Paim, pela extinção do fator previdenciário e o aumento dos aposentados, que é a CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil e a Nova Central.

Então, gostaria que nesta Audiência houvesse...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Fórum das confederações também.

SR. JOILSON CARDOSO: Exato. O Fórum Sindical dos Trabalhadores e mais a COBAP. Então, nos somamos a isso, e gostaríamos que o Jornal da Câmara, já que é tão difícil na imprensa privada a gente conseguir uma correção, acredito que o Jornal da Câmara, que é importantíssimo, como é a TV Câmara--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senado.

SR. JOILSON CARDOSO: --TV Senado, e o Jornal do Senado, nós gostaríamos que fizesse essa correção e agradecer.

E agradecer, a CTB se sente imensamente agradecida pelo convite de debate um tema tão importante e gostaríamos de parabenizar mais uma vez o Senador Paulo Paim e o Senador Cristovam Buarque, pela iniciativa da Audiência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Jorge.

SR. JORGE CEZAR COSTA: Eu quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pelo requerimento e alertá-lo para um fato que aconteceu hoje aqui, quando estavam entrando aqui para o Senado. Que a minha jovem jornalista, que está ali atrás foi devidamente impedida de entrar porque estava sem o documento, apesar de já ter cadastro lá com o número de identificação, com fotografia e tudo, mas é porque muito jovem, mas entramos, mas foi pela referência da juventude ser impedida entrar.

Cumprimentar o Senador Paulo Paim, pela iniciativa das Audiências Públicas, as entidades que aqui participaram e dizer também para o Deputado Wilson, que a ANFIP, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, está à sua disposição no sentido de subsidiá-lo com informações, a entidade possui também uma Fundação que trabalha só com informações a respeito da Previdência Social, da seguridade social e agora também com as contribuições e os impostos da União. Muito obrigado e a ANFIP agradece a nossa participação.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Geraldo Adão.

SR. GERALDO ADÃO: Eu agradeço em nome da COBAP, em nome do Conselho Nacional de Saúde,

que também eu sou representante da COBAP, a oportunidade e a honra de estar aqui participando.

Senador, conforme já está aqui no Item A e B, um percentual destinado à saúde e um percentual destinado à Previdência Social. Eu acho que isto ficou muito claro e muito bem debatido aqui. E o que nós pediríamos é que incluísse também a Assistência Social, para nós conjugarmos todo o contexto da seguridade social.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem problemas.

SR. GERALDO ADÃO: E agradeço a COBAP, pela oportunidade também desse convite e a todos.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ok. O seu pedido será com certeza incluído. O Senador Garibaldi Alves é o Relator, ele inclusive perguntou a mim se eu tinha uma contribuição a mais para dar. E eu tinha me lembrado já dessa questão.

SR. GERALDO ADÃO: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, eu vou reafirmado a partir dessa Audiência Pública o pedido a ele e ele vai incluir. Eu passo a palavra ao Mário Avelino.

SR. MÁRIO AVELINO: Bem, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, Deputado Wilson, componentes da Mesa, e principalmente a vocês, aposentados.

Eu talvez daqui há três anos, se Deus quiser, estarei com a condição de aposentado recebendo, como disse o amigo Pimenta, talvez, três salários mínimos. Eu trabalhei muito tempo como trabalhador, hoje contribuo como autônomo, mas eu sei que a minha aposentadoria, infelizmente, mas eu acredito que nós vamos conseguir reverter com o projeto do Senador, para que tenhamos uma condição melhor.

Eu me sinto honrado, orgulhoso, emocionado de estar numa Mesa dessa, onde apesar de muitos cabelos brancos é mais pela preocupação, mas a preocupação de um ideal, de uma luta. Porque a linha luta hoje são duas, é a luta para que o trabalhador receba corretamente seu dinheiro, que deve estar depositado no Fundo da Garantia e, hoje, principalmente, o trabalho em que a condição do empregado doméstico do Brasil, tão excluído, talvez até mais do que o aposentado, melhore para que ele tenha a sua carteira de trabalho assinada, para que ele tenha o direito a sua aposentadoria, porque, infelizmente, de cada cem trabalhadores no país domésticos, somente 27 tem carteira assinada. E isso é média Brasil.

Se a gente for em alguns Estados do Norte, de cada cem domésticas, cinco tem carteira assinada e são pessoas, são trabalhadores. Então, são duas lutas que objetiva, principalmente a da doméstica, ela ter direito a sua Previdência e a sua aposentadoria. Então, é com muita honra e orgulho.

E agradeço mais um vez, Senador, a oportunidade de estar aqui e muito obrigado a vocês.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Presidente da COBAP o Warley.

SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES: Eu queria agradecer a presença de todos os aposentados aqui.

Mas antes de eu terminar a minha fala, eu queria pedir para o nosso Senador Cristovam Buarque e o nosso Deputado Federal, que o companheiros de Partido de vocês, fez uma grandes traição aos aposentados e pensionistas, o Paulinho da Força Sindical, desrespeitando a COBAP, desrespeitando também os aposentados, assinaram, vão assinar um acordo com o governo, aonde a gente não concorda.

Então, nós gostaríamos de pedir a você, principalmente ao Deputado, porque o Senador já votou com os aposentados, que vote com as PL do Senador Paulo Paim, nós não queremos o pacote do governo, nós queremos a PL do Senador Paulo Paim, que essa sim, vai fortalecer os aposentados e pensionistas.

Como vocês são da liderança do PDT, que é um grande Partido, um grande Partido que luta pelos aposentados. Então, eu faço esse pedido em nome dos aposentados, que vocês continuem fazendo o que o Senador Cristovam Buarque fez lá no Senado, que os Deputados votem na PL 001 e no fim do fator.

Muito obrigado, e que vocês estão de parabéns de estar aqui.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ao concluir os trabalhos, nós havíamos Senador Cristovam Buarque, combinado com a Associação dos Engenheiros da Petrobras, que esse filme que foi um trabalho construído com carinho e com muito esforço por todos eles, que nós passaríamos na próxima Audiência Pública.

Nós passamos a maior parte, então, eu agora antes de encerrar, eu pediria para concluir são mais 15 minutos, e assim todos poderão ver o final desse documentário, que é emocionante sobre a luta do petróleo.

– É exibido o vídeo.

DEPOIMENTO: *O Senado não discutiu o pré-sal, então é algo novo, e se é algo novo nós temos que interpretar pensando no novo. E pensando na ideia do Constituinte originário, de que aquela porção ali é brasileira. E em sendo brasileira, a sua exploração e*

viabilidade econômica têm que assegurada pelo monopólio, para mim pré-sal é nosso.

[música]

DEPOIMENTO: *A exploração do pré-sal exige uma mudança da Legislação Brasileira. Ela foi feita visando atrair investimentos de fora de outras empresas, num sistema de concessão, em que em última análise ainda que questionável, a propriedade do petróleo*

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Luiz Pinguelli é um dos que nós gostaríamos de convidar para fazer depoimento, é seu amigo inclusive, não? É um estudioso desse...

– É retomada a exibição do vídeo.

DEPOIMENTO: *--O gás natural extraído é da empresa. Que tem a concessão. O pré-sal muda. A probabilidade de encontrar o petróleo é muito alta.*

DEPOIMENTO: *Nós vemos os campos de petróleo descobertos do pré-sal, alguns deles tem parcerias importantes, um deles parece que 40% é de capital estrangeiro. O outro tem 60% de capital estrangeiro, ou seja, por mais que a Petrobras, opere os campos uma parte desse petróleo importante dessa riqueza já é de capital privado e capital estrangeiro.*

DEPOIMENTO: *Se a Petrobras fosse uma empresa autenticamente estatal e não mista, como ela é hoje, as parcerias seriam benéficas. Você pode fazer um acordo com uma Shell, por exemplo, para explorar juntos um bloco, mas o petróleo que saí de lá é brasileiro e a Shell é paga pelo serviço que ela prestou, mas quando o Fernando Henrique Cardoso reformou, criou uma lei que diz: O petróleo continua sendo nosso embaixo da terra, mas quando é tirado da terra, pode ser de qualquer um e aí o petróleo vai ser negociado com eles e eles podem até--*

[palmas]

DEPOIMENTO: *--estar vendendo para nós o nosso petróleo. Esse é o extremo da aberração a que nós chegamos.*

DEPOIMENTO: *Aqui embaixo da minha casa eu fico sabendo que existe uma mina de ouro aqui, por alguma razão. Imediatamente, eu vou chamar umas pessoas, outras pessoas para cuidar disso para mim, eu vou dizer: "Olha eu vou vender logo a minha casa porque eu acho que tem um tesouro aqui embaixo e...". Parece que nós não sabemos cuidar de coisas, boa, não é?*

Parece que não teremos capacidade então, já que existe esse pré-sal e já que é um potencial, a gente tem que chamar outra gente para cuidar porque a gente não dá conta disso, não. Porque nós somos muito ruim, nós somos gente muito despreparada, não é?"

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tirou um sarro aí.

– É retomada a exibição do vídeo.

DEPOIMENTO: *--se nós mudarmos a lei, para uma lei que garanta a soberania para o nosso povo a discussão da nova empresa é um aspecto. Se não mudar a lei, não adianta criar ou não criar a nova empresa, porque efetivamente a atual lei não garante o controle para o país. A nova empresa ela é baseada no modelo norueguês.*

Ainda hoje pela manha, nós recebemos aqui os companheiros sindicalistas da Noruega, num país que acerca de 40 anos atrás era um dos países mais pobres da Europa...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse é o Moraes que é o Presidente da Federação única dos petroleiros.

– É retomada a exibição do vídeo.

DEPOIMENTO: *--e que com os recursos do petróleo alterou a realidade do seu povo. Criou a infraestrutura, hoje custear a Previdência, através do petróleo e para isso criou uma empresa que é a Petur, uma empresa que praticamente um escritório, que faz esse controle, mas a semelhanças e o bom modelo termina aí. A Noruega é um país de quatro milhões de habitantes. A Noruega, não é um Rio de Janeiro, terá o Brasil que é 170 milhões de habitantes. O Brasil é um país continental.*

Então, você imaginar que do nada você cria uma empresa em que essa empresa vai conseguir controlar um setor de disputa como esse? O principal patrimônio da Petrobras é a história da nossa gente. Ela se mistura com a história do nosso país e ela tem apelo social, coisa que uma nova empresa não teria.

DEPOIMENTO: *Quem descobriu o pré-sal, foram os técnicos da Petrobras. Nós temos que lutar para que a riqueza oriunda do petróleo fique no Brasil e seja distribuído para o povo brasileiro.*

DEPOIMENTO: *Se não houver uma mobilização não vai haver mudança, não nos iludamos, não vão ser os nossos belos argumentos, por mais corretos que sejam, que vão convencer esse Congresso Nacional que está aí ou esse próprio governo de que aí está. Eles já deram demonstrações cabais de que não tem nenhuma preocupação com aquilo que é o melhor para o país.*

DEPOIMENTO: *Tem que esquecer diferença políticas, nessa hora quem é de esquerda, quem é de direita, tem que se pensar em termos de nacionalismo, de soberania nacional, como foi feito no petróleo é nosso.*

MANIFESTAÇÃO: *Nesse momento tem que ter o pré-sal sob o seu domínio e sobre o domínio do povo brasileiro, para que a gente possa desenvolver a nação. Desenvolver o país e trazer cultura e educação,*

e acabar com a fome desse povo brasileiro o petróleo. O pré-sal tem que ser nosso.

DEPOIMENTO: *O minério não dá duas safras, se retirada uma jazida de minério, seja ela liquida, ou seja ela da forma sólida, ela não volta à pátria.*

MANIFESTAÇÃO: *Eu quero conclamar a cada brasileira, a cada brasileiro para somar à luta, para que a Petrobras seja a empresa que produza o pré-sal e que garanta que o lucro do petróleo se reverta para cada brasileira, para cada brasileiro. O petróleo tem que ser nosso.*

DEPOIMENTO: *Ou a gente vê um projeto como um todo, ou são apesar paliativos claro que paliativos, são paliativos, você melhora algum aspecto, mas se você não questiona o conjunto e propõe ou nova, uma lógica diferente com critérios diferentes, você na verdade não mudou de fundo a questão aumentando a tributação, para que você possa... Mudando a forma de distribuição ou você fazendo mais exigência as empresas.*

Tudo isso são medidas que, isoladamente falando, podem ser consideradas medidas progressivas, mas você não pode tomar nenhuma medida de forma isolada. Se você entender: "Isso aqui eu defendo, aquilo eu sou contra". Você nunca vai enxergar o conjunto, então você sempre vai cair na armadilha de acabar defendendo o modelo que está aí.

DEPOIMENTO: *Para o êxito dessa luta, tem que ter uma grande participação popular e para garantir essa participação popular, nós temos que vincular os lucros com a exploração do petróleo a resolução dos graves problemas sociais brasileiros. E temos que levantar bem alto a bandeira: O petróleo tem que ser nosso.*

[música]

DEPOIMENTO: *Diferentemente do grão, do arroz, feijão do milho, que dá uma, duas, até três safras por ano, o petróleo e gás, ele só aparece, precisa de milhões de anos. Então, o Brasil não pode se dar ao luxo de entregar essa riqueza.*

DEPOIMENTO: *Como tivemos o ouro. Como tivemos as pedras preciosas e até o minério e outras coisas, que essa riqueza, então fique aqui. Nós devemos fazer todo o possível para proteger isso e para deixar que isso reverta ao nosso favor.*

[música]

DEPOIMENTO: *Nós tivemos um grande teórico que dizia sempre que: "Qualquer filme brasileiro é melhor do que qualquer filme estrangeiro, por uma única razão. Os profissionais que estão trabalhando naquele filme são brasileiros, porque tudo o que gira em torno daquele filme tem a ver com o nosso país. Todos aqueles cabos que envolvem aquele filme são de um dinheiro que foi utilizado e ficou aqui". E esse aspecto ideológico me coloca imediatamente a favor de que nós não vendamos essa potencial riqueza brasileira e não entreguemos isso, como diz o Nelson Rodrigues: "O óbvio é ululante".*

Parece que não deveriam nem estar discutindo isso. Porque se existe uma grande riqueza que está sendo mapeada, pesquisada pelos nossos pesquisadores, por nossos técnicos e eles estão dizendo que existe ali um tremendo manancial de óleo no pré-sal, não faz sentido a gente leiloar aquilo.

MANIFESTAÇÃO: *Não haverá [ininteligível] para o leilão, nós vamos barrar.*

– Ovação

DEPOIMENTO: *A propriedade do hidrocarboneto tem que ser da União, como diz a Constituição, tem que acabar com esses leilões de petróleo, porque é uma reserva estratégica. Não podemos disponibilizar petróleo e gás através de leilão. A gente fez uma jornada de luta, ocupamos a sede da Petrobras.*

MANIFESTAÇÃO: *Não, não, não a privatização. O petróleo é nosso e não privatização. O petróleo brasileiro foi descoberto por essa empresa e envolvem alguns trilhões de dólares, trilhões de dólares, algo que pode melhorar a saúde, a educação, a segurança, fazer a reforma agrária.*

Na década de 50, heróis lutadores do povo, se mobilizaram, construíram a campanha o petróleo e nosso, que resultou na construção da Petrobras, um patrimônio construído pelo povo brasileiro. E hoje, a juventude está aqui, a juventude do campo e a juventude da cidade, que veio aqui para falar para a construção desse novo mundo que a gente quer, um mundo com justiça social, ela só vai se dar quando a gente romper as nossas relações que existe hoje de exploração.

Nós estamos aqui para defender o patrimônio do povo brasileiro, não é para quebrar nada, nós estamos aqui para que o petróleo não saia para outro país, para que o petróleo seja estabelecido para a saúde, para a educação...

DEPOIMENTO: *E no dia do leilão, nós fizemos um ato na porta da ANP...*

[É executado o Hino Nacional Brasileiro]

DEPOIMENTO: *Eu vejo a mídia muito comprometida com o capital externo, porque é o grande anunciante da mídia. Não?*

DEPOIMENTO: *Ela não se posiciona concretamente, quando se posiciona, se posiciona do lado contrário da sociedade, de quem está se organizando.*

DEPOIMENTO: *Nós temos exemplo recente da história do país, a Campanha Diretas Já foi omitida pelo grande imprensa e pelos grandes meios de comunicação, que são os noticiários da televisão, mas ela adquiria uma força tal que se projetou como um*

assunto obrigatório da pauta dos meios de comunicação, em especial da televisão.

DEPOIMENTO: *Mais do que o MST se envolver na campanha do petróleo, como um movimento social, é obrigação de todo cidadão brasileiro, independente da sua profissão, da sua idade, do Estado onde mora. O fato de ser brasileiro já lhe dá o direito político de defender todas as riquezas naturais que estão no nosso território e que pela Constituição Brasileira, pertence a todo o povo, como a água, os minérios, o petróleo, enfim as riquezas naturais, que não são fruto do trabalho.*

[música]

DEPOIMENTO: *Eu gostaria que a reserva do pré-sal fosse pequena e a gente fosse aos pouquinhos ampliando-as por quê? Para não despertar a chamada cobiça internacional. Eu não gosto dessa ideia de ser quintal dos Estados Unidos, não gosto da ideia de um Estados Unidos, que é bebedor do petróleo, que e só consegue nas américas todas 35% do petróleo que consome. O próprio petróleo americano, o petróleo do Canadá e o petróleo do México, somados, dão um terço do petróleo que os Estados Unidos consome. Por isso está lá no Iraque, por isso está lá no...*

DEPOIMENTO: *Os interesses internacionais são tremendos, com certeza, nós vamos sofrer pressões internacionais, ainda mais quando houver suspeitas de que jazidas se encontrem em águas internacionais e não só dentro do nosso espaço das 200 milhas.*

DEPOIMENTO: *Está na hora da gente entender que um país tem que ter seu poder de persuasão, ou de dissuasão frente ao inimigo. Se nós tivéssemos, por exemplo, algumas dezenas de submarinos com propulsão atômica, a conversa seria diferente hoje. E como, efetivamente, as nossas forças armadas democráticas sintonizada com o povo, com a bem querência total da nossa população. Isso eu acho que nós estamos no caminho, eu acho que a conversa seria diferente.*

DEPOIMENTO: *Nós estamos com as Forças Armadas num esforço muito grande de treinamento interno, mas com equipamentos totalmente antiquados, sem exceção, existe um trabalho de tijolinho, por tijolinho dentro do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, procurando uma recuperação dos equipamentos, mas com coisas bastante antiquadas, não temos dinheiro para comprar avião da nossa indústria de ação. Então, é preciso olhar para esse aspecto.*

E a Marinha em especial por causa do mar, porque o petróleo do pré-sal, particularmente, além de nós termos a plataforma marítima que é essa que está aqui na Bacia de Santos, nós temos o pré-sal a 300 quilômetros da Costa, portanto ele já está além da plataforma da continental, numa zona de mar internacional que tem que ser protegido. Porque ninguém pode duvidar de que no futuro apareça algum pretenso dominador para tomar conta de uma plataforma, tomar conta de uma região, lá, dizendo que é Direito Internacional.

[música]

Depoimento. Cada vez mais nós somos tripulantes de uma nave comum ameaçada, que é a mãe terra. Inclusive, o desastre ambiental vai nos afetar a todos, sem exceção, embora ele comece tirando até a vida dos mais pobres, por causa da nossa desordem injusta, estabelecida. Agora, para ser universal tem que cantar a sua aldeia, como já dizia o poeta.

Para defender os interesses de um governo mundial cooperativo e uma nova ordem internacional, é preciso você ter uma nova ordem nacional. E para ter uma nova ordem nacional justa, com distribuição mais equânime das riquezas e dos bens derivados desse nosso potencial que o pré-sal exalta e revela e entusiasma é preciso também você pensar num local.

DEPOIMENTO: *Nós vamos ter que planejar o uso desses recursos fósseis para servir a outro desenvolvimento. Por quê? Porque nós queremos uma sociedade toda de bem-estar, onde toda ela esteja vivendo qualificativamente bem. Não vai me dizer que as pessoas que moram em São Paulo e não viajam de helicóptero, mas sim de carro e ônibus são felizes, mesmo sendo riquíssimas, elas não pode sem ser felizes no trânsito que existe lá. Aquilo está virando uma loucura total. Outra política energética para um outro desenvolvimento.*

[música]

DEPOIMENTO: *Teoricamente, todo ao cidadão é também consumidor, mas no caso brasileiro específico, você tem 40 milhões de miseráveis, algo em torno disso, esses são consumidores de sobrevivência, eles consomem basicamente comida. Há uma diferença, se você pode dizer que o cidadão, ele é um conjunto maior do que o de consumidores. E nós estávamos falando especificamente da lei do petróleo, a Lei 9.478, ela diz quais sãos objetivos de uma política energética brasileira. E ela cita a satisfação ao consumidor. E não cita em momento algum a satisfação do cidadão.*

É uma lei, portanto do período do auge do neoliberalismo no Brasil e não tínhamos a ideia de trazer essa massa de miseráveis para consumirem.

DEPOIMENTO: *A lei do petróleo foi criada com a seguinte ideia, eu vou ter mais empresas explorando o petróleo e, consequentemente, eu vou abaixar o custo do produto. Quer dizer um sonho que não acontece porque o petróleo é uma commodity com valores internacionais, portanto ela é comandada por uma conjuntura internacional e não pela vontade do Brasil de ter um premente mais barato.*

Não aconteceu isso, o petróleo continua subindo de preço, elas estão participando de um negócio que lhes foi oferecido. E o negócio é o seguinte, você aplica o seu dinheiro, tira o petróleo, colhe o lucro, paga para o governo uma tarifa, uma taxa, um percentual e vai embora. Então, tudo bem, dentro do negocio a empresa não tem culpa nenhuma, a culpa é do Governo Brasileiro. É da lei brasileira.

DEPOIMENTO: *Esse modelo foi um modo dele muito sucesso, por quê? Porque a Petrobras depois da lei 9478 bateu todos os recordes de lucro e produção o Brasil se tornou autossuficiente e foi através de leilões que a ANP realizou, nesse caso o segundo leilão que foi descoberto o Campo de Tupi.*

DEPOIMENTO: *Não é verdade que a mudança da lei é que tenha levado a descoberta das grandes jazidas, esse é o trabalho da Petrobras em 50 anos. As empresas que entram hoje compram bilhetes premiados, inclusive contratam ex-funcionários da Petrobras, que tem a memória, que tenham o conhecimento, que tem 50 anos de trabalho.*

DEPOIMENTO: *Nós tivemos um encontro com um representante da outra facção, ele mostrou um gráfico, onde mostrava a produção de petróleo em 1998, intervalo de dez anos. E ele mostrava, nós passamos de produzir 880 mil barris, para um milhão e 800. Então, veja como isso cresceu, um milhão de barris, mais do que a gente produzia naquela época.*

Era eu cheguei para ele e mostrei para ele e disse: "Olha, professor esse gráfico não demonstra aquilo que ocorreu por quê? A grande maioria desses postos que estão produzindo esse um milhão, eles foram descobertos antes da quebra do monopólio".

DEPOIMENTO: *A nossa auto-suficiência, ela está praticamente todos com campos que a Petrobras tinha antes da quebra do monopólio. Então, essa produção agora que chegou aí, chegaria de qualquer jeito. Depois que o monopólio foi quebrado a gás passa de três reais a barril para trinta e o Estado tem que ser um agente econômico, ele tem que se constituir como empresário também, como é o caso das empresas, tipo Petrobras, Eletrobrás, Furnas, Três Marias, precisamos recobrar a Vale do Rio Doce.*

DEPOIMENTO: *Essa camada do pré-sal, ela estabelece perspectivas de recursos que vão permitir que o Brasil possa resgatar o que nós possamos continuar dizendo: Que o petróleo é nosso.*

DEPOIMENTO: *A Petrobras já descobriu petróleo lá para o Saddam Hussein, ele pagou a gente e mandou a gente para casa. E agora a gente já mostrou que a gente tem petróleo aqui, e que a gente vai continuar descobrindo. O petróleo tem que ser nosso.*

[música]

DEPOIMENTO: *Nós estamos sim, acompanhando com grande interesse e por vezes com preocupação o desenvolvimento das discussões em torno da questão do pré-sal.*

DEPOIMENTO: *O pré-sal tem que ser do país e não do mercado. Afinal, o que o somos nós uma nação ou um mercado? O mercado está aí, explodiu o mundo. Vinculado aos interesses exclusivamente de lucro, a nação tem compromisso com o povo. Tem história, tem cultura. Tem o sangue e o suor da nossa gente no processo de consolidação do território nacional. E a nação tem um compromisso de amor e solidariedade com as pessoas. O mercado só pensa no lucro.*

DEPOIMENTO: *A gente tem que entender que a Petrobras é uma empresa de capital aberto, então a Petrobras, ela tem que procurar o lucro. E aí ela dando lucro, o governo pega os dividendos dele que são os maiores, dado que ele é majoritário e vai gastar esse dinheiro onde ele bem entender, está certo? Agora, a Petrobras, ela tem que responder ao minoritário. Aquele que compra uma ação da Petrobras para ter rentabilidade.*

DEPOIMENTO: *O mercado, como regulador das coisas, como o que vai fazer com que a sociedade seja melhor acabou. Hoje, a intervenção do Estado para garantir o desenvolvimento é fundamental. E para garantir o desenvolvimento social, não apenas o desenvolvimento econômico.*

DEPOIMENTO: *Qual é o modelo que a gente vai ter para poder extrair o mais rápido possível o petróleo pré-sal, ou seja, como é que a gente vai transformar o pré-sal, rapidamente, em riqueza? Depois que a gente estiver produzindo petróleo, a gente começa a discutir com mais profundidade o que o fazer com isso dinheiro.*

DEPOIMENTO: *Por que incorrer com a avaliação desses outros blocos que estão adjacentes?*

DEPOIMENTO: *Eu estou querendo inverter. Eu quero primeiro ter a propriedade da concessão eu sento em cima, e aí começa a pedir prorrogação, não tem equipamento disponível não sei o quê blá, blá, blá, aquela coisa que todo mundo já conhece.*

DEPOIMENTO: *Quanto a gente deve explorar? A gente deve explorar isso em 20 anos? Deve explorar em 30, 40, 50 anos? Ou então explorar como as companhias, muitas companhias querem, que é explorar o máximo possível, enquanto a atual lei permite.*

[música]

DEPOIMENTO: *Nós podemos passar a pensar num novo plano de metas, ou plano nacional de desenvolvimento, a partir do desenvolvimento do pré-sal. Vários países acertaram. Eu morei na Suécia na década de 70, não é tão longe assim. Naquela época os*

finlandeses, eram os trabalhadores da construção civil da Suécia. Os suecos já não queriam mais trabalhar na construção civil é um frio danado, hoje a Finlândia é o país que tomou a ponta nas telecomunicações, tem o melhor sistema educacional do mundo. E é um caso de êxito mundial, melhor qualidade de vida no mundo hoje se você tirar o frio está na Finlândia.

O que eles fizeram? Porque eles acertaram as suas opções, eles encontraram os nichos e investiram pesadamente na sustentação disso, investimento pesadamente em educação. O cidadão finlandês hoje, o jovem finlandês é uma pessoa muito culta, tecnicamente muito preparada.

[música]

***DEPOIMENTO:** A ideia de Eldorado é a ideia de que existe um lugar aonde existem riquezas espetaculares, mas você só pode chegar lá com muito esforço e sorte. Agora, nós já temos em Eldorado ficar no alcance à mão.*

***DEPOIMENTO:** Eu estou com 91 anos e não pretendo parar enquanto me restarem lucidez e vida, é obrigação, não é favor.*

[música]

***DEPOIMENTO:** Para que esta pressa? Numa época que todo mundo que precisa de petróleo está pagando barato por ele. Para o produtor cem dólares o barril seria ótimo, porque tem mercado, e ao mesmo tempo ganha muito. Para o comprador, os países dependentes, 50 está ótimo, porque eles podem aumentar o consumo, vender muito com margens de lucro garantidas pela escala da venda.*

Para o meio ambiente é um desastre, o preço seria 300 dólares o barril, do ponto de vista ambiental, por quê? Porque é um grande acelerador da emissão de gases estufas que está sendo o principal responsável do aquecimento global. Para que chegar a esse extremo, se a gente pode planejar o uso dessa energia muito racionalmente e com forma mais sustentável?

[música]

***DEPOIMENTO:** Vou adotar as coisas que o Presidente Lula falou, a respeito do petróleo, que para mim não extremamente importantes, primeiro que o Brasil não deve ser exportador de petróleo cru, corretíssimo. Citou em apoio que a Petrobras está fazendo duas refinarias de diesel para produzir um diesel de alta qualidade, que permita o Brasil suprir o mercado brasileiro e mundial de diesel, excelente.*

Todos os estímulos derivados da economia do petróleo devem ser orientados para dentro da economia brasileira. O que é do meu ponto de vista, uma decisão absolutamente correta.

***DEPOIMENTO:** Os países que dão certo são aqueles que compreendem a sua especificidade. Todos os países sempre tiveram ao longo da sua história, aspectos ruins, fases ruins, hoje em dia, por exemplo, se diz que o operário japonês é ótimo trabalhador. E é mesmo um ótimo trabalhador.*

Curiosamente, no início do século XX, o operário japonês era considerado péssimo, beberrão, absenteísta, em algum momento da sua história o Japão soube diminuir características negativas e melhorar as características positivas da sua própria cultura e deu um salto. A Finlândia, Suécia, é o desafio que o Brasil ainda tem diante de si. Com mais dificuldades, em certos sentidos e com mais potencial, porque o que eles já conseguiram lá não é tão difícil de conseguir. Dá três alimentações por dias de boa qualidade para as pessoas, não é difícil.

Você dar uma casa digna, o que é alvenaria com água corrente, com esgoto, com luz elétrica, não é difícil, está certo? Você construir um sistema educacional decente, não existe uma impossibilidade, não há nada que nós não saibamos fazer, foi isso que eles fizeram.

Agora, existem algumas coisas que eles não conseguem fazer, por exemplo, eles são povos tristes. O segundo maior índice de suicídio no mundo é da Suécia, com um altíssimo padrão de vida.

O que eu quero dizer é o seguinte, no dia que o Brasil fizer o que eles já fizeram e que não é difícil fazer. O Brasil vai somar isso ao sol, à música, à sensualidade, à alegria, à vontade de viver, à tolerância, entendeu? Então, o Brasil no dia que quer certo, vai dar muito certo.

[música]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, eu queria agradecer todos. Dizer que esse documentário foi patrocinado pelo Sindipetro e pela Associação dos Engenheiros da Petrobras. Com título: "O petróleo tem que ser nosso – Última fronteira".

Então, os nossos cumprimentos a todos, esse documentário informa e alerta sobre a eminente necessidade de se defender um patrimônio genuinamente brasileiro. Revertendo em proveito dos verdadeiros donos, o povo. Que seja esse debate do pré-sal, levado a todo o país, na perspectiva da responsabilidade social, que se pense nas crianças, mas também nos nossos aposentados e pensionistas.

Está encerrada a Audiência Pública.

Muito obrigado.

[palmas]

Sessão encerrada às 14h02.

Ata da 27ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da

53ª Legislatura, Realizada no Dia 17 de Setembro de 2009, Quinta-Feira, às 10 Horas, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia dezessete de setembro do ano de dois mil e nove, na sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Cristovam Buarque)**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH **Flávio Arns, Cristovam Buarque, Paulo Paim, José Nery, Osvaldo Sobrinho e Jefferson Praia.** Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. **Item Único.** Audiência Pública, **nos termos do Requerimento 40, de 2009 – CDH**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 10/09/09, para debater sobre a **"Declaração Universal dos Direitos Humanos, a liberdade de expressão e o direito de ir e vir no Brasil, sob a ótica do poder público e da sociedade civil organizada**.". Convidados que comparecem: Dra. Herilda Balduina de Souza, Membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB em representação ao Senhor Raimundo Aragão, Presidente do Conselho Federal da OAB; André Dutra Silva Magalhães, Estudante de Relações Internacionais do IESB. O Senhor Presidente convida os senhores convidados para tomar lugar à mesa. O Senhor Presidente exibe duas matérias jornalísticas, a primeira, um vídeo da *Globo News* com duração de 40 segundos sobre manifestações ocorridas no dia 13.08.2009 e, o segundo, um vídeo editado por ONGs sobre o mesmo fato. O Senhor Presidente passa a palavra para os Senhores convidados. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque e José Nery. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão desta Reunião. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia, esperar que chegue a nossa tradutora. Bom-dia a cada um. Nós estamos iniciando hoje, agora, uma audiência que o Senado está devendo. Até aqui antes de... Antes, para o registro dos que estão fazendo a taquigrafia... Declaro aberta a 22ª(sic) Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada.

Retomando a minha colocação, essa é uma audiência que o Senado está devendo ao Brasil inteiro. Não se trata de uma audiência para analisar os problemas dos Direitos Humanos cometidos fora do Senado. Mas, sim, discutir se o Senado não está cumprindo plenamente com os Direitos Humanos que nós devemos ter para com os cidadãos brasileiros e, até, de qualquer outro lugar. A motivação desta audiência está nas dificuldades que são apresentadas hoje para as pessoas ingressarem dentro do espaço do Senado. A Casa do povo, hoje, está constrangendo a entrada de pessoas. Se forem... Agora eu não sei, mas durante quase todos os dias, na entrada do Senado, vocês vão ver filas de pessoas se submetendo a um rigor tal para ver se entra, que a gente nem vê, Senador Paim, em aeroportos para entrarem aviões.

Então, a gente precisa prestar contas disso, olhando a necessidade da segurança da Casa, o bom funcionamento da Casa e o direito da sociedade de participar dos trabalhos da Casa, conhecer a Casa, até como turistas o que, aparentemente, hoje está sendo ou impedido ou dificultado, mas, com certeza, mais difícil hoje do que era até alguns meses atrás. Por isso eu fui solicitado por entidades de Direitos Humanos, por entidades da sociedade civil e por um grupo de estudantes para fazer essa audiência, analisando o Senado e o respeito aos Direitos Humanos dos cidadãos que querem penetrar no nosso espaço. Nós temos uma lista de convidados, muitos não puderam vir. O Reitor José Geraldo de Sousa não pôde vir, mas aqui eu tenho, com muita honra, a presença da Dra. Erilda Balduíno de Souza que eu chamo para vir para a Mesa. A Dra.. Erilda é velha conhecida de toda Brasília, é membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB e vem aqui representando o Raimundo Aragão, Presidente do Conselho Federal da OAB, ou seja, a OAB está presente.

Temos aqui também o André Dutra Silva Magalhães que é um estudante de Relações Internacionais do IESB e que vem manifestar a posição dele e, até mesmo, o que aconteceu com ele próprio em um momento, nas relações com o Senado. A Mônica Nogueira deve estar chegando, ela não comunicou que não vinha e, o outro, Pedro Ricardo Araújo Carvalho que é o Diretor da Secretaria de Polícia do Senado Federal, que eu achei importante ouvir, porque ele é o encarregado de zelar pela segurança. Então, ele tem o direito aqui de dizer as dificuldades que ele enfrenta para zelar pela parte correta da segurança e até onde isso é segurança e não ferimento de direitos humanos. Mas também não pôde vir.

Então, eu vou começar com os dois presentes, esperando a chegada da Dra. Mônica Nogueira que é Presidente da ONG Casa Verde que também sofreu constrangimentos na última sexta-feira e eu estive presente na hora e houve constrangimento para entrar no prédio do Congresso inteiro, não só o do Senado.

Eu vou passar a palavra, inicialmente, ao André Dutra e, depois, à Dra. Erilda Balduíno de Souza a quem agradeço muito sua presença sempre constante. O André tem a palavra.

SR. ANDRÉ DUTRA SILVA MAGALHÃES: Obrigado Senador, bom-dia a todos os presentes na Comissão, bom-dia Dra. Erilda. Por favor, gostaria que primeiramente passasse os filmes que eu trouxe.

[exibição de vídeo]

MANIFESTANTES: *"Fora, Sarney! Fora, Sarney!"*

REPÓRTER: *A semana passada terminou em confusão a manifestação promovida por dezenas de jovens no Senado Federal, pedindo a saída do Senador José Sarney. Vários deles eram integrantes da Juventude Socialista do PDT de Brasília.*

MANIFESTANTE: *O Congresso Nacional e Senado não pode ser pizzaria.*

REPÓRTER: *O protesto no Senado acaba com jovens detidos pela segurança.*

MANIFESTANTES: *"Fora, Sarney! Fora, Sarney! Fora, Sarney! Fora, Sarney! Fora, Sarney!"*

REPÓRTER: *A semana passada terminou em confusão a manifestação promovida por dezenas de jovens no Senado Federal pedindo a saída do Senador José Sarney. Vários deles eram integrantes da Juventude Socialista do PDT de Brasília.*

MANIFESTANTE: *O Congresso Nacional e Senado não pode ser pizzaria, pizzaria do Sarney, pizzaria do Renan, pizzaria do Collor. E mais, esses caras que estão contra o Sarney deviam ter vergonha. Sr. Arthur Virgílio, Heráclito Fortes também, a gente não está do lado deles, não, a gente quer que essa Casa limpa.*

REPÓRTER: *Eles chegaram cedo ao Congresso, cada um com um bom motivo para participar do ato.*

DEPOENTE: *Alguém tem que tomar atitude. Não importa se são 100, se são 50, se são 200, se são mil. Cada pessoa é importante.*

DEPOENTE: *Eu levantei da minha cadeirinha em casa para vir para cá para dizer: Fora, Sarney! Porque, além de tudo, sou maranhense, revoltada porque há 55 anos no poder, o Estado é um Estado miserável porque ele nunca fez nada.*

DEPOENTE: *Não aceitamos viver num país aonde você fala que gosta de política, te chamam de malandro, você fala sobre alguma coisa de política e vão falar que você é o cara que quer ganhar dinheiro, que é ladrão, que é pilantra. A gente tem que rever o homem público, rever a sua política e colocar isso de volta.*

REPÓRTER: *Embora tivessem aceitado as ordens dos seguranças e estivessem deixando o Congresso, de repente, veio a ordem para prendê-los e começaram as agressões. Nove deles foram detidos. Com uma câmera oculta, dentro da sala da polícia do Senado, eles gravaram as ameaças dos seguranças.*

SEGURANÇA: *É o seguinte, se manifestar dentro do Senado vem para cá. Entendeu? "Ah, manifestei, agora vou embora..." Manifestou no Senado tem que vir para cá. É o preço pela manifestação.*

REPÓRTER: *Só com a intervenção dos Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, José Nery, Valter Pereira e da Deputada Janete Capiberibe os jovens foram soltos.*

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): *Eu fiz um apelo à Tribuna do Senado ao Presidente José Sarney para liberar logo vocês. Ele não respondeu de pronto, ele pediu informação ao Chefe da Segurança, veio e disse a ele que a ação, não são estudantes, porque eu tinha dito que são estudantes, tal. Ele falou: "Não, são funcionários do Congresso que estão fazendo..."*

MANIFESTANTE: *Eu não sou funcionário do Congresso.*

DEPOENTE: *São manifestantes. Que têm direito.*

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): *São cidadãos. Então nós vamos saber ainda.*

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): *Então nós vamos saber. Sabe o que ele me disse? Disse que quem não for do Senado está livre. Agora, ele disse isso. Ele disse isso. Então nós vamos saber.*

[falas sobrepostas]

REPÓRTER: *Depois de três horas, liberado, o grupo mostrava sua revolta.*

MANIFESTANTE: *Ficamos mais de três horas detidos aqui, no começo foi muito constrangedor. Muita ameaça. Muito ameaçados pela segurança da Casa. Tipo de ameaça: "Vamos ligar para o seu chefe, vocês estão de abono aqui hoje. Vamos ligar para o seu chefe. Vamos... Tem de menor... Tem de menor... Levaram menor... Levaram menor de idade... Intimidação. Me dá seu crachá..."*

MANIFESTANTE: *Apreensão de documento, intimidação a todo instante, vocês agora vão ver, agora vocês vão ver como é que a banda toca. Nós vamos processar vocês todos de todas as formas, nós vamos levar do jeito que fomos.*

MANIFESTANTE: *Foi passado na televisão, por toda a imprensa, imagina dentro da sala sozinhos.*

[interrupção do áudio]

REPÓRTER: *Um grupo de estudantes fez um protesto agora há pouco dentro do Senado pedindo a saída do Presidente da Casa, José Sarney, esse movimento dos estudantes faz lembrar a campanha dos estudantes pedindo o impeachment do Presidente Fernando Collor em setembro de 1992. Agora, os estudantes gritaram palavras de ordem e mostraram cartazes escritos "Fora, Sarney!". E também protestaram contra outros Senadores.*

Os estudantes foram detidos pela Polícia Legislativa com violência. Juntos, de mãos dadas, eles cantaram o Hino Nacional.

MANIFESTANTES: *E o sol da liberdade em raios fúlgidos, brilhou no céu da pátria nesse instante!*

SR. ANDRÉ DUTRA SILVA MAGALHÃES: Bem, para constar, essa manifestação foi ocorrida no dia 13 do mês passado, foi logo aqui na frente, na frente do comitê de imprensa e não estávamos bloqueando a passagem de ninguém, nem atrapalhando o trabalho de ninguém, dentro do Plenário, ou de algum gabinete, estávamos aqui para falar para a imprensa, para falar para quem mais quisesse ouvir a nossa opinião, as nossas ideias e queremos ser ouvidos e, só de entrar, Senador, como o senhor disse, se está difícil agora. No dia foi mais difícil ainda, muitas pessoas tiveram que entrar pela Câmara e não tem mais a visita cívica. Então, para entrar vários foram barrados, não foram só esses estudantes que estão aí que vieram se manifestar. E a gente entende esse tipo de manifestação como direito legitimo.

Se dentro da Casa não pode ser manifestada nenhuma opinião no Plenário eu, inclusive, pessoalmente concordo, atrapalha o trabalho dos Senadores, atrapalha a linha de raciocínio de quem estiver no Plenário discursando, porém, nos corredores para a imprensa, para a população ver a nossa indignação, escutar as nossas ideias... Eu gostaria de saber qual é o problema, se a gente não está quebrando nada, não está agindo como nenhum vândalo, apenas expressando nossa opinião. E eu gostaria de ler aos senhores algumas considerações que eu peguei da Declaração Universal dos Direitos Humanos para mostrar que isso não é um exagero de nossa parte, ao falar que nossos direitos estão sendo violados.

A Declaração é dividida em preâmbulo e artigos. Eu gostaria de pontuar primeiramente duas cláusulas do preâmbulo que dizem o seguinte: *"Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos Direitos Humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que os todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade, foi proclamada com a mais alta aspiração do ser humano comum. Considerando ser essencial que os Direitos Humanos sejam protegidos pelo império da lei para que o ser humano não seja compelido como último recurso à rebelião contra a tirania e a opressão"*, vem mais algumas considerações e os seguintes artigos que, a meu ver, pessoal, e creio que os senhores concordam, foram violados na declaração, nesse dia, dessa chamada detenção, mas que, para a gente foi considerada uma prisão, porque constrangedor é o mínimo, é uma palavra até amena para descrever o que foi para a gente.

O art. 9º diz claramente: *"Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado"*. Como vocês viram não só nas imagens da câmera que acabou entrando escondida com uma das participantes no dia, mas também, na mídia geral, isso foi só um vídeo de uma emissora, mas várias outras emissoras também estavam no dia e gravaram imagens, imagens até mais fortes, de pessoas tendo a mão torcida ou sendo jogadas ao chão. Nós estávamos saindo do recinto que foi uma ordem dada, "vocês têm que sair" e já, pouco mais à frente, de onde tivemos que voltar ao receber a voz de prisão, recebemos a voz de prisão do Diretor de Segurança dessa Casa e fomos. Nós não resistimos. Até para mostrar a boa-fé que não estávamos aqui para fazer nenhum tipo de baderna, apenas para garantir nosso direito e nosso dever. Porque nós não temos apenas o direito de vir reivindicar os nossos interesses aqui. Nós temos o dever de vir fiscalizar, de vir perguntar o que está sendo feito.

Então, o art. 9º da Declaração Universal dos Direitos Humanos diz claramente. *"Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado"*, fomos detidos, tinha água e tinha cafezinho na sala? Tinha. Porém nós estávamos rodeados por vários seguranças e não podíamos, em momento nenhum, sair da pequena sala onde estávamos. O art. 19 diz: *"Todo o ser humano tem direito a liberdade de opinião e expressão. Este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras"*. Ou seja, o ato feito por mim e por todos os estudantes que conseguiram entrar nesta Casa foi totalmente legítimo, tendo em vista a Declaração Universal dos Direitos Humanos porque diz que nós temos, não só o direito a opinar e a nos expressar como nós temos direitos a procurar maneiras de fazer isso.

E a nossa maneira foi ordeira, sem nenhum tipo de vandalismo, novamente, falando aqui. E também o art. 21, Item I, diz: *"Todo o ser humano tem direito de fazer parte no governo do seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos"*. Porém, qual é o acesso que a população tem aos nos-

sos representantes livremente escolhidos? Esse acesso hoje em dia está, a meu ver, pelo menos, quase que 100% bloqueado. Se nós não conseguimos entrar no local de trabalho dos Sr. Senadores, Srs. Deputados, como que a gente vai conseguir, como sociedade civil, como população, pedir ou fiscalizar o trabalho de nossos representantes? Então, nós precisamos ter acesso a eles. E a Casa hoje está fechada, realmente, tem um rigor muito grande. Há a necessidade dos crachás e, se não me engano, até agora, está proibida a visita cívica, que é algo muito importante para as pessoas entrarem no Senado, irem até o Plenário, ver como se procedem as discussões e as votações.

E, por último, eu gostaria de ler o último artigo que fecha na Declaração que é o art. de nº 30, que diz: *"Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos"*. Então, interesses de um certo grupo, seja político ou apolítico não podem violar essa Declaração que é a Declaração que resguarda todo o ser humano. Por último, Senador Cristovam, Senador Paulo Paim, Dra. Erilda e os demais presentes, alguns amigos, inclusive, que foram presos aqui comigo, está ali a Aline, está também o Danilo, que não foi preso, mas que estava aqui no dia, foi impedido outras vezes de se manifestar. Nós entendemos que o direito de ir e vir e se manifestar é um direito humano dos mais elementares, dos mais basilares e essenciais. E que não foi negado apenas no dia da prisão, da detenção, está sendo constantemente negado.

E pode voltar a ser negado futuramente, como vem sendo negado no presente. Além disso, ele está sendo negado aqui dentro. Nada nos garante que isso venha a ser negado fora, no meu trabalho, talvez, eu não possa mais expressar, depois da minha sala de aula, quem me garante que o meu direito de liberdade de opinião, de expressão, será respeitado fora do Congresso, se aqui dentro já não vem sendo respeitado? E essa é uma preocupação, não só do nosso grupo, como de várias outras pessoas que vieram dar apoio a nós, depois dessa detenção. Em um período de uma semana, só em meu *blog* pessoal, onde eu coloquei alguns vídeos e fiz um relato, foram mais de 12 mil acessos, em uma semana, por conta dessa detenção. Inclusive, pessoas da mídia, eu vou citar aqui porque é uma pessoa que realmente ajudou, é o apresentador de televisão Marcelo Tas, jornalista, nos apoiou e ajudou a divulgar essa violação de nossos direitos.

E gostaria de solicitar aos Srs. Senadores e até aos outros que discutam e que vejam, Senador Cristovam, para não coibir esse tipo de manifestação que é ordeira, é pacífica e que tem um intento. Nosso intento era passar uma ideia. A gente estava conseguindo até o momento da segurança chegar. Entendo o trabalho da segurança, é um trabalho importante, eles têm que se preocupar mesmo com a ordem e com a segurança das pessoas da Casa, porém há de se separar o joio do trigo. Então, se está na ordem da Casa que não se pode manifestar em certos locais, maravilha, que sigamos esses preceitos. Porém, que não façamos normas internas que foi, nos foi dito no dia que nós quebramos uma norma interna da Casa, aonde não podíamos nos manifestar. Então, fomos convidados a nos retirar. Porém, ao ser retirados, não sei por que fomos convidados de uma maneira truculenta, violenta, porque eu fiquei sentindo dor, inclusive, dois dias depois, a ir até a sala da Polícia Legislativa. E lá ficamos por mais de três horas. Foram, mais ou menos, três horas e meia até a chegada dos Senadores e aqui fica também registrado meu agradecimento ao Senador Cristovam que foi lá, com muita paciência ficou conosco, a Deputada Capiberibe, ao Senador Valter Pereira, Senador José Nery e ao Senador Suplicy que nos ajudaram não só a sair daquela situação vexatória, mas que nos deram um apoio moral inestimável.

Então, fica esse meu pedido, senador, que se discuta o porquê que não se pode falar dentro da Casa do povo, como o senhor disse, por que a gente não pode se expressar de forma ordeira, de forma pacífica, não esse tipo de manifestação que já vimos aqui algumas vezes, com vidros sendo quebrados, pessoas sendo agredidas, mas manifestação de estudantes do povo que quer ser ouvido pelos senhores e quer escutá-los também, de volta. Fica o meu apelo e esse é o meu relato aos senhores.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora à Dra. Erilda.

SRA. ERILDA BALDUÍNO DE SOUZA: Exmo. Sr. Senador Cristovam, meu companheiro de Mesa e às pessoas que estão presentes a esta Audiência Pública. Eu fui ontem designada para estar aqui presente e não sabia do alcance, da enormidade do assunto que ia ser tratado. Eu estou dizendo enormidade porque isso causa um certo atrito muito grande nas nossas consciências democráticas. Tive hoje também a dificuldade de entrar, porque ali no salão cheio de... Fechado, aqui não tem onde passar. Eu falei: "Olha, mas eu, toda a vida entrei por aqui". "Mas agora..." A moça me falou: "Está difícil". Eu falei, não, eu fui e mostrei o meu convite para poder ter acesso a isso aqui. Então, eu vim já tendo na... Tentando diante dessa perplexidade, de

conduzir, como se pode conduzir, como se pode participar de uma Audiência Pública que tem essa finalidade muitíssimo importante de zelar, de denunciar e de pedir providências contra o arbítrio e contra a violação dos Direitos Humanos e dos direitos inseridos na nossa Constituição Federal.

Se nós ficarmos aqui e eu viesse aqui só para falar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos garante o direito de ir e vir, garante o direito de pensar, de expressar seu pensamento, de comunicar esse pensamento, talvez, tivesse que dar uma aula de Direitos Humanos, porque os estudantes, as pessoas que estão aqui... Nós não vamos admitir que no Senado, os Senadores não saibam disso. Todos eles sabem. Quando é para poder aparecer internacionalmente para fazer marola, desculpe a palavrinha, diante da ONU: "Ah, esse país é o país que está mais trabalhando para a prevalência, para que possamos promover os Direitos Humanos". Mas, talvez, se lá na Comissão de Direitos Humanos, hoje não é Comissão, hoje é Conselho de Direitos Humanos da ONU, chegar de vocês estudantes uma representação do que aconteceu aqui, eles vão ficar: "Ah, mas o quê que há? No Brasil não existe..." Dentro da Casa do povo, no Parlamento, onde os estudantes foram à moda dos estudantes, conforme eles agem, fazer uma manifestação de um fato que estava na rua. Isso é que os Senadores precisam saber. Não foram vocês, não inventaram o "Fora Sarney!". O Fora Sarney estava na rua, no povo.

Então, vocês, representando uma pequena parcela do povo, vieram aqui dizer isto. E benditos os estudantes que ainda venham aqui fazer isso. Porque senão isso aqui será um cemitério das ideias, será o cárcere das liberdades porque ninguém vem, ninguém reclama. Então, para os que fazem essa política reacionária está tudo muito bem. O povo está de acordo, ninguém está falando. Esse "de acordo" do povo que diz que nós todos temos direito de participar do Governo, é alguma coisa que precisa de ficar na reflexão dos jovens e de todas as pessoas. O acordo do povo tem que ser manifestado. Para isso nós temos que ter uma imprensa livre, para isso nós temos que ter os grupos de pressão, democracia é o governo dos grupos de pressão.

Discordar do Governo, discordar das posições, discordar das soluções, discordar das leis, discordar dos governantes, do pessoal que forma o Parlamento, do Poder Judiciário não é nenhuma violação e nenhuma desobediência civil, é o direito de todo o brasileiro. Nós que estamos há quanto tempo trabalhando com essa coisinha tão frágil que é a nossa democracia. Porque a nossa democracia só funciona no sentido de apoiar as coisas erradas que o Governo faz, aí eles dizem: "Mas o Governo é democrático". Eu vejo sempre. E isso é uma discussão que nós temos na Ordem dos Advogados, que eu faço pontuação. Foi o povo se manifestou, fez uma audiência, veio meia dúzia de gente aqui, saiu um pedacinho assim no jornal e diz que o povo manifestou e está de acordo. A questão da manifestação do povo, não é uma questão, não. É um processo educacional, processo político, é aprender a exercer a cidadania plena.

Então, a cada dia tem que aumentar essa intervenção, essa intervenção de liberdade, é o jogo da liberdade. Eu não abro mão de dizer que eu não gosto, não quero que fulano, ciclano, que tem uma determinada parcela de poder, esteja agindo como agiu. O que aconteceu aqui é um ato de responsabilidade, Senador. É um ato de responsabilidade, senhores estudantes. Por quê? Outra coisa que vocês, talvez, ainda não prestaram muita atenção, a questão de segurança. A questão de segurança é invocada só contra o povo. Tínhamos a Segurança Nacional, um monstro que matou, que mutilou, que sumiu, que injuriou, que fez todas as violações contra a pessoa humana para que ficasse justificada uma ditadura medíocre e sanguinária. Isso é o que eu posso dizer. Era Segurança Nacional. Mas no tempo da Segurança Nacional não proibia ninguém de entrar aqui, não. As portas do Congresso eram abertas. Nós, as vezes que saímos daqui, não foi porque os Senadores acionaram a polícia do Senado, não. Era a Polícia do Exército com os auxiliares que eles tinham naquelas noites inesquecíveis para a nossa memória democrática, de que tinha acontecido um ato de exceção, uma coisa qualquer e foi dada ordem pelos ditadores, aqui pertinho, do outro lado, para fechar o Congresso.

E todo mundo saía daqui a pé, até a rodoviária, não era uma, duas, três, quatro ou uma dezenas de estudantes não, eram milhares de pessoas reagindo a essas posições porque a única forma de reação era, exatamente, reclamarem e ocupar a praça e ocupar as ruas. Porque nós não tínhamos força, não tínhamos força militar, não tinha força objetiva para enfrentar o Exército que tinha rodeado isso aqui, que tinha fechado, mas nunca deixou de se fazer, sempre foi feito. Essa questão da segurança do funcionamento dos órgãos se transforma numa histeria. Você não pode tratar de se dirigir ao Gabinete de um Senador. Nós não podemos isolar os Senadores, os Deputados, nós fazemos é muito favor de vir aqui conversar com eles e apresentar ideia, no uso do nosso direito de também participar da formação política, democrática e social do nosso país.

A nossa visita tem que ser recebida como uma participação direita e inviolável do povo, da pessoa

humana. Vamos deixar a pessoa humana porque fica restrito, talvez, a coisa pensar, porque, não, a D. Erilda foi impedida de entrar, não tem problema, é uma pessoa humana, mas na hora que eu vir povo, é diferente. Porque o meu direito sai da minha órbita e passa para a órbita da liberdade, a órbita da cidadania, a órbita de ser povo, de formar uma nação. Então, o que acontece com esses organismos? No Judiciário, nós temos que passar naquilo lá, apresentar a carteirinha de advogado. Aqui a mesmíssima coisa. Gastaram um mundo de dinheiro para botar esse mundo de máquina e contratar gente nesses contratos imorais de terceirização dos serviços, botar um atrás do outro, que nós temos que prestar atenção, porque tanta gente para poder vigiar o quê?

E é passado certamente por quem de direito, essa ordem de segurança. Segurança de você andar nos corredores, segurança de você ir ao Gabinete do Senador, segurança de você procurar um serviço do Senado, a biblioteca, o arquivo, qualquer coisa, isso é direito nosso. Mas isso se transformou num requinte, é uma coisa esquizofrênica de uma divisão do poder daqueles que tudo podem e do povo que não pode nada. O que esse povo vem aqui pedir? O que esse povo quer? Na verdade, o que acontece é uma elitização do poder, Cristovam, impedindo o mais simples, o mais humilde, as camadas organizadas, as pessoas que, na verdade, tenha uma aspiração, uma mensagem para uma discussão. Assistir uma sessão da Câmara ou do Senado é a maior aula que você pode tomar nesse país de como é que não se faz as coisas.

Você vê as coisas mais absurdas, as discussões mais diferentes daquilo. Então, você vai ter uma consciência. Olha, eu acho que agora eu tenho que conversar com esse Deputado que apresentou isso aqui, que falou sobre isso, ou então, eu formo a minha convicção interior, principalmente os jovens, nesses eu não vou votar. Esse é o problema, eis a questão, é o medo de se expor à opinião pública, é o medo de estar dizendo coisas que o mais simples dos eleitores, que é pessoa menos preparada intelectualmente percebe que estão tratando de coisas, de interesses particulares e não tratando dos interesses ditos públicos, direitos do povo. É preciso prestar atenção ou, então, tem que fechar a Casa. A crítica aqui, mais... Para poder ficar mais pontual, a respeito de uma situação que quantos meses duraram? Basta pegar as revistas, a pessoa manda aquelas cartinhas, quantas delas têm? Quantas tiveram? Fora fulano, fora não sei quem. E depois aprender, das coisas mais difíceis do mundo é fazer democracia.

O político tem que ter uma linha de conduta porque aqui ele sabe que ele está continuadamente, diuturnamente vigiado pela opinião pública. E a opinião pública é aquela coisa que nós não temos condição de intervir no âmago dela. Por exemplo, se nós formos fazer uma demonstração com os estudantes, os interesses dos estudantes são interesses muito claros, são interesses muito, até pontuais, mas são interesses de gente jovem que quer participar, que quer ter influência, muitos deles, eles criticam. "Ai, isso é porque tem dedo político, está havendo um grupo de gente que está incitando isso". E pede incitamento. Porque do meio de 200 não será que vai ter um que vai querer ser Senador, não vai querer ser Deputado, que vai querer ser governador? É lá que ele aprende. É nessa escola que ele vai aprender a fazer política. Não é dentro de Universidade decorando, naquela decoreba de não sei quantos livros que ele vai aprender a fazer política.

É assim o processo de se formar a democracia. Mas o que aconteceu? Irritou alguém. Irritou aqueles que estavam sendo criticados dentro da própria Casa, no Plenário do Senado. Eles estavam lá dentro manifestando a vontade do povo que eles tinham ouvido no rádio, na televisão, lido nos jornais, fizeram... E têm todo o direito de fazer isso. O jogo político que se armou foi tão forte que descaracterizou uma coisa que tinha por finalidade, que tinha por finalidade trazer à baila, trazer à discussão, num ambiente maior que não fosse só a Comissão de Ética, por exemplo, para poder se entender o que é que estava acontecendo. E é pior para eles, meus alunos. Alunos, desculpem, porque eu tenho muitos alunos. Pior para eles, porque a história ficou pior. Porque se tivessem as coisas acontecido como alguns Senadores estavam propondo, teria tido a oportunidade até de se defender. Não serem salvos pelo gongo, de serem, de estar, como diz, não aconteceu nada, não é nada, ele não tem nada.

Sem nenhuma explicação ao povo brasileiro. Eu não tive explicação, vocês não tiveram, ninguém teve. Por que aconteceu isso no Senado? Por que está acontecendo essas coisas? O amontoado de justificativas não passou daquele minuto que a televisão nem pega tudo, daquela discussão. Essa discussão não vem para que nós soubéssemos. Não. As coisas são assim, assim, e assim. Mas não é assim, assim e assim. As coisas ali tinham um respaldo constitucional, têm o respaldo do Regimento do Senado, têm o respaldo da opinião pública, o que é importante, e de certa parte da imprensa. O que eu posso dizer em termos de Direitos Humanos que o constrangimento a que foram submetidos de ficarem presos em uma sala, isso é constrangimento. Se eu não estou cometendo nenhum crime eu não posso ser detido, preso ou coisa qualquer, de chamar o Presidente da República de muito bonito ou de chamar o Deputado de muito gaiato,

então, eu estou cometendo crime. E eu tenho direito de expressar isso porque eu tenho direito de pensar. Desse pensamento se transformar em mensagens e de passar essas mensagens para outra pessoa. Ainda mais quando nós queremos transmitir essas ideias para o campo político de contestação.

Não existe democracia da unanimidade, sempre terão os que vão contestar, sempre terão aqueles que formarão grupos de pensamentos diferentes. E é nesse jogo, nesse entrechoque de ideias que se forma o pensamento nacional, mais do que o pensamento nacional, se forma uma coisa que é tão cara e que nesse país é tão mal expressada, que chama formação de uma nacionalidade. Nós estamos atrás, nesses episódios que nós vivemos ultimamente, do tempo do império, do tempo da primeira República, do tempo... Estamos para lá, porque pelo menos naquele tempo tínhamos algumas pessoas que pensavam que estavam construindo a nação brasileira, que é uma questão de história, nós sabemos. Aqui o Estado foi primeiro que a nação, toda essa coisa que fala, mas que ninguém examina para dizer da construção da nação brasileira. Viemos de queda em queda até chegar à ditadura, onde tudo o que não se podia fazer era criar um espírito de uma nação democrática, livre, justa, o que se propunha era o poder pelo poder. Era a força pela força, era o mando e, sobretudo, a opressão e a coação. Foi muito tempo para poder acabar com isso.

Criamos uma Assembleia Nacional Constituinte, foi um exemplo tão bacana para os políticos com todas as dificuldades, nascendo num momento terrível de fraturas, de fraturas legais e constitucionais que tinha acontecido, essa Constituinte conseguiu transformar os anseios da maioria do povo brasileiro em pretensões de se construir a democracia, de se construir a nossa nacionalidade, os princípios que tinha, sobretudo, quando abro a Constituição não precisa ler muita coisa, não, é o Estado Democrático de Direito que ela cria. Ela cria o Estado Democrático de Direito. Ela priorizou liberdade e igualdade. Ela priorizou a participação do povo. E isso tudo é letra morta no jogo de poder, porque o que acontece no Brasil, não é jogo de poder, só que esse jogo de poder, ele se faz sem a participação do povo e contra o povo.

É muito grave a polícia do Senado pegar as pessoas que vêm aqui. Ah, estão fazendo barulho? E daí? Barulho mesmo. Onde é que não tem barulho é no convento. E aqui não tem ninguém com cara de monge e de santo. [risos] Então, é barulho, é o povo se manifestando. Até o Castro Alves dizia, é tão bonito, "A praça é do povo como o céu é do condor", para voar alto, para expandir. Então, uma organização que tem aqui, que é a polícia do Senado recebe ordens e em nome de cumprir as ordens, pisa sobre os direitos daqueles que não são. Aí é que está o jurisdicionado dele, eu não tenho nada contra guarda de Senado, não, o mal que eu faço é pagar imposto para pagar a eles. Não devo a eles nenhuma satisfação. Tem que dizer o que eu quero, aonde é que eu vou, o que eu estou fazendo, que eu sou cidadã.

Agora, é claro que tem certas normas, uma das normas que tem é não entrar armado. Outra das normas que tem é, certamente, saber aonde é que vai, ser conduzido, para também não virar um ambiente de muita confusão, porque quantas mil pessoas passam nesta Casa hoje, Câmara e Senado? Será que já fizeram a conta? Em uma Brasília aonde as coisas são tão distantes, aonde é tão difícil vir de ônibus para cá, mas as pessoas do Brasil inteiro vêm aqui e aqui tem 10 mil, 12 mil pessoas pelo que eu vejo falar, andando aqui todos os dias, vêm tratar dos interesses, vêm fazer os *lobbies* milionários, tem tudo isso. E tem que ter o direito também de quem não está de acordo vir manifestar. Barulho não é sinônimo de periculosidade. Agora sinônimo de opressão, de violência, de abuso de poder é pegar o pessoal, botar numa salinha e fechar lá. Essa salinha o que ela é? Ela não é prisão. Não tinha ninguém preso em nome da lei. Não teve aquela coisa que o povo tanto gosta: "Esteja preso". Não tem.

Eles não podiam dar voz de prisão. Ninguém estava fazendo nada. Não houve nenhuma, como se diz? Agressão física que botasse em risco qualquer das pessoas, deputados, senadores e pessoas que estavam aqui, os participantes, os que estavam, os visitantes... Não teve isso. Era apenas um jogo de palavras. Eu vi ali, escrito aqui, assim, e o cara do Senado... Apreendeu. Que coisa! Eu não fiquei pensando. Mais que coisa mais esdrúxula tomar um pedaço de cartolina escrito duas palavras de ordem. Será que ele estava pensando que aquilo é que ia ser o corpo de delito do crime? Não era, porque escrever não pode, porque eu tenho liberdade de escrever. O que podia ser, era os gritos dos meninos que estavam falando as palavras de ordem.

Essa audiência, eu acho que é muitíssimo importante, Cristovam, porque dar notícia, porque o povo na cidade, não estava sabendo disso, os jornais não botaram isso. Cadê... Nem um jornalzinho marrom, imprensa aqui, não tem para poder dizer: "Olha, os meninos foram presos porque estavam gritando *Fora não sei o quê, Fora não sei o quê*".

A gente grita no campo de futebol, fora fulano, fora o... Agora não pode dizer fora... Eu quero deixar a minha ideia, a minha ideia, não. A minha posição. E eu acho que é a posição da ordem de que, de que a manifestação, ela não vinha criada dentro daqui, ela

veio de fora. Eles vieram dar um recado da sociedade. E tinha muita gente que apoiava eles. Agora, é preciso ser revisto também esses regimentos das Casas feitos no maior... Com a maior força ditatorial, porque todo mundo ainda pensa muito na ditadura, é proibido, é proibido, não pode, não pode e não pode. Lembrar que aqui nesta Casa todo mundo pode entrar. Se disser um palavrão, a questão do palavrão, se eu fosse Deputada ou Senadora e me dissesse um palavrão eu fazia que não escutava, porque eu não podia... A minha educação não ia mandar eu repetir ou brigar por causa dele. Mas, na minha cabeça democrática, estava sabendo. Olha, ou ele não gosta de mim ou ele não apoia as minhas ideias ou está me cobrando alguma coisa. Eu tinha que descobrir o que ele estava... E nessa crise que era muito maior do que uma questão de uma ofensa pessoal é a crise da ofensa ao mais difícil tema que nós temos que enfrentar e que a democracia não pode dormir.

Democracia não pode abrir não, que é exatamente a questão de exercer a vigilância, a fiscalização sobre o poder. E isso é do povo. Esse direito, ninguém vai tirar do povo. Agora, todo mundo sabe até onde amarra o cinto, como se diz. Quem faz os atos de abuso de poder responde por eles. Nós, talvez, nem saibamos cobrar, mas precisamos aprender a cobrar cada dia mais. E ninguém pode me obrigar estar a favor de uma coisa que eu acho que não é por onde deve andar a cidadania e a democracia. Penso que deve tomar um rumo, para tirar... Que diabo... Virou cercado agora, não é? Parece um curral, aqui, ali, tudo, você não pode passar por aqui. Eu passei porque me enfiei aqui debaixo, mas não fica bem para uma madame, não é, ficar abaixando e se enfiando por baixo, quando eu tenho o meu direito de entrar. E depois aquelas áreas ali já são áreas públicas no sentido de onde o povo transita, no direito de ir e vir. Os corredores são áreas públicas. Talvez, essas salas são áreas públicas. Eu só acho que não tem área pública no Gabinete do Senador, essa não é, no Gabinete do Presidente, essas coisas. Mas o resto, quando se fala público, eu entendo: É meu, eu posso usar e abusar e usufruir. Isso é o direito mais antigo dizia disso, da propriedade.

Eu me lembro, o Cristovam está aqui e eu vou contar uma história para vocês porque tem estudantes. E vou lembrar, Cristovam, a nossa mentalidade, como nós trabalhamos nos difíceis tempos da ditadura. Era reitor da universidade uma pessoa que não se comportava de acordo com o que deve ser um reitor democrático. Os alunos da universidade tomaram o corredor ali, botaram livro para vender e invadiram como dizíamos, não é, uma sala daquelas. Nós, na ordem, entramos com uma ação porque tinha botado a polícia para tirar eles lá. Nós ganhamos a liminar, para eles não sair e veio a termos a audiência, que o reitor queria a reintegração de posse. Eu era advogada, tinha outro advogado, eu não me lembro, e o Juiz era um rapaz, acho que era o Pedro Aurélio. E lá vai o reitor para prestar depoimento. Nós estamos lá. Eu, então, vi, ele era muito falante, muito importante, falando muito, e falei, isso pode até achar aí o Juiz e influenciar.

Eu fui e me lembrei do que a gente sempre tem na cabeça alguma coisa: "Escuta, quem é que forma a universidade?" Aí me deu uma aula. É FUB, não sei o quê, era o nome, não é, a Fundação... A faculdade, e os alunos e os servidores. Nessa hora ele virou democrata, botou o servidor, porque ele nunca admitia, o pessoal sabe disso. Falei: Está muito bem. Então, "Alunos fazem parte do grupo do corpo do que é a universidade?" "Sim, senhora." "Pela ordem, Sr. Juiz, estou satisfeita". "A senhora não quer mais nenhuma pergunta?" Veio julgar a ação improcedente porque não há nenhuma ação de invasão do corredor, porque se os alunos compõem a universidade, eles estão dentro do que é deles. Eles podem fazer o que quiser. Ai, o mundo acabou. E o Juiz certamente gostou porque fazer essas audiências é muito chato, não é? Gostou, "julgo improcedente a ação, mandando imediatamente uma ordem para que saia qualquer polícia que estiver lá e os alunos continuarão onde estão e poderão livremente ocupar todos os corredores, todas aquelas adjacências porque têm lá, porque pertence a eles, como o grupo que forma a Universidade de Brasília".

Quer dizer, saí de lá, não é, fui tomar sorvete para poder comemorar. Tinha, ainda, Juízes aqui no Brasil. Porque vocês são incapazes de raciocinar que eles não são donos, que o Brasil não é deles, que o Congresso não é deles, que o Senado não é deles, todos nós fazemos parte desse imenso condomínio que forma essa nação e dentro de organização e coisas jurídicas porque nós temos, isso tudo regulamentado, direito de posses, direito de ir e vir que vocês estão defendendo, o direito de ir e vir, se nós formos examinar isso, como antigamente, muito restrito, porque já não estávamos numa fase de fazer grandes reflexões sobre os direitos que estão inseridos aí na Declaração... O direito de ir e vir hoje, vamos brincar, não é? Você anda a pé? Então, o direito de ir e vir passa para o carro. Eu vou com o meu carro, estaciono ele, boto, porque estou exercendo meu direito de ir e vir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quem não tem carro não tem direito.

SRA. ERILDA BALDUÍNO DE SOUZA: Quem não tem carro não tem direito de ir e vir. Se eu venho para ir a uma solenidade aqui na praça, isso cheio, como costuma ser, qualquer lugar que eu estou andando

aqui é direito de ir e vir, ninguém tem que me interferir de coisa nenhuma porque, às vezes até eu vou andar, passar aqui para cortar o caminho, para chegar mais perto do Supremo. O que falta é que nós consigamos através desses atos, através dessas posturas, sacudir os políticos brasileiros. Quando eu falo político é o Judiciário, Executivo, Legislativo, porque esse é o poder político. Está muito trançadinho agora, viu, não está... Eles não se bicavam. Mas hoje estão muito trançadinhos. Por quê? Porque é muito fácil governar com a força. Dar uma ordem para suspender qualquer ambição ou qualquer ansiedade do povo. Vamos botar esse povo para que ele não tenha direito de vir reclamar e que eles reclamam demais.

Eles podem até pensar assim, mas tem um limite. Que não passe além dos direitos e garantias que a Constituição nos dá, porque se assim o fizer eles são responsáveis. E essa responsabilidade tem que ser chamada. Quem é que pegou o pessoal e botou na sala? Quem é que mandou? Tem que aparecer alguém que mandou. Quem cumpre ordem ilegal comete abuso de poder. Quem cumpre ordem ilegal, comete abuso de poder. E também já acho, estou falando muito para poder dar as minhas... Para finalizar, eu acho que preciso acabar esses pruridos de excelências, de importância. Ninguém é tão importante mais do que eu, do que você, do que os alunos, do que Deputado. Por que não pode ser chamadas às contas? Essa é a grande questão de nós dia a dia caminhando, hora a hora, fazer o nosso exercício de cidadania e o nosso exercício cívico. Todos nós somos responsáveis, dizem, até um refrão muito bom, pelo Governo que temos. E vou encerrar também dizendo para vocês como é que nós, em Direitos Humanos, sempre mostramos a questão do poder opressor. Sempre mostramos o abuso de poder e, sobretudo, sobretudo aquilo que aconteceu e que vai, e que não pode acontecer mais. Eu não quero que aconteça, de discriminação.

Se tivesse vindo uma cavalaria de não sei aonde, representação do Itamaraty, podia bombar [ininteligível], que ninguém ia prender. "Oh, isso aí não pode, isso aí o Direito Internacional não permite". Eu estou falando um exemplo absurdo. Mas como era estudante, era povo, era gente, vamos botar esses meninos na linha, vamos enquadrá-los, não pode falar, o ruído deles está nos ouvidos dos Senadores fazendo mal e, muito mais, falar sobre as versais paridas. Diz que tinha um reino muito grande, um reino importante que era o reino onde reinava o grande senhor que era assistido por centenas de haulicos(F), eram assessores, assessor militar, assessor não de sei o quê mais, aquilo tudo.

E os ministros e todos aqueles que comiam no poder. Estão lá reunidos, numa sala, fazendo uma audiência para saber o que ia fazer, porque tinha dinheiro demais no reino. Voltaram para ele, aqueles mais "puxa sacos", disseram assim: "Grande senhor, hoje tem uma coisa muito importante, o senhor pegue esse dinheiro, bota ele aí numa financeira e de dia, da noite para o dia ele multiplica, o reino vai ficar milionário". "Mas como é isso?" "Não, é só apertar ó um botãozinho". Estava começando a ciranda financeira. O grande senhor malvado, nós chamamos na nossa coisa... Achou muito bonita aquela história. Mas um barulho lá fora, chamou um daqueles "puxa saco", vai ver o que é que é. O cara chegou à janela. "Ih, grande senhor, está assim de gente lá fora", e estão pedindo, querem comida, diz que estão com fome, estão doentes, querem água, querem emprego. E ele conversou com um, com outro, cada um deu um palpite daqueles, não é, "Não, não pode fazer isso não, como é que é, está... E a segurança, cadê a guarda? Onde é que está o pessoal, para esse povo não ficar aqui fazendo esse barulho."

Aí como ele era o grande senhor malvado, mais inteligente, como sempre, sorrizeiro, eles não são burros, não. Disse assim: "Qual é uma saída para a gente poder aquietar esse povo?" "Ah, vamos dar um salário mínimo para esse povo?" "Vamos". Aí fez um decreto, uma lei de salário mínimo lá, chamou todo mundo, saiu buzinando, todas as vilas, "Hoje tem um salário mínimo, todo mundo ganha isso". Senhor malvado, eles não falavam malvado. "Ele é muito bom, ele dá as coisas", e salário mínimo agora vai resolver o problema de vocês. Vocês não vão ter mais fome. Coitado do povo, não é, saíram um atrás do outro cabisbaixo, pensando como é que vai ser salário mínimo, como é que vai ser isso, como é que isso vai chegar para mim? Passado o tempo, novamente eles estavam reunidos já contando a quantidade de dinheiro que tinha ido para as burras do poder, toda a noite aquilo multiplicava. Novamente, "meu Deus do céu, que barulho é esse?" Aí, foi lá, entrou no meio do povo, foi saber o que era: "Nós vamos mandar a polícia, nós vamos mandar a cavalaria, nós vamos tirar vocês aqui, o que vocês estão fazendo? Importunando o grande senhor, não sei o quê..." Então, a corriola dele formada de malvadinhos e malvadões sentaram para resolver como é que iriam fazer. E não chegaram a uma posição de, como nós dissemos, de fazer uma conciliação. E ele, outra vez, chegou lá, quando ele viu aquilo ele ficou abismado de ver que o povo tinha aumentado muito mais, que a grita era muito maior, que todo mundo pedia... Ele foi, certamente, o mais puxa saco, estava mais perto. "Mas o que esse povo quer? Eu não dei a eles um salário mínimo? Oh, povo, mais que coisa, o governo nunca atende o que esse povo quer. Dei um salário mínimo

e eles estão com fome, não souberam administrar o salário mínimo". Então, não estão... Além de querer comer esse povo ainda procria, olha o tanto de gente que tem aí na porta agora.

Então, é essa a filosofia, esse povo quer demais, o povo quer comer, no sentido de que nós queremos muitíssimas coisas e, além de tudo, nós ainda procriamos porque nós começamos a ter mais gente e começamos a ter ideia. Ele tinha medo da procriação das ideias e não do número de nascimentos.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Nery que está presente é um dos que esteve junto com outros, inclusive, eu no momento daqueles eventos, chegou agora porque estava em outra atividade. Eu vou pedir que, se é possível, passar outra vez o filme.

Passa os dois filmes que o André trouxe e, depois, eu vou abrir a palavra ao Senador Nery para fazer o comentário que achar conveniente.

[exibição do filme]

REPÓRTER: ... *Senado pedindo a saída do Presidente da Casa, José Sarney, esse movimento dos estudantes faz lembrar a campanha dos estudantes pedindo o impeachment do Presidente Fernando Collor em setembro de 1992. Agora, os estudantes gritaram palavras de ordem e mostraram cartazes escritos "Fora, Sarney!". E também protestaram contra outros Senadores.*

Os estudantes foram detidos pela Polícia Legislativa com violência. Juntos, de mãos dadas, eles cantaram o Hino Nacional.

MANIFESTANTES: *E o sol da liberdade em raios fúlgidos, brilhou no céu da pátria nesse instante!*

REPÓRTER: *O protesto no Senado acaba com jovens detidos pela segurança.*

MANIFESTANTES: *"Fora, Sarney! Fora, Sarney! Fora, Sarney! Fora, Sarney! Fora, Sarney!"*

REPÓRTER: *A semana passada terminou em confusão a manifestação promovida por dezenas de jovens no Senado Federal pedindo a saída do Senador José Sarney. Vários deles eram integrantes da Juventude Socialista do PDT de Brasília.*

MANIFESTANTE: *O Congresso Nacional e Senado não pode ser pizzaria, pizzaria do Sarney, pizzaria do Renan, pizzaria do Collor. E mais, esses caras que estão contra o Sarney deviam ter vergonha. Sr. Arthur Virgílio, Heráclito Fortes também, a gente não está do lado deles, não, a gente quer que essa Casa limpa.*

REPÓRTER: *Eles chegaram cedo ao Congresso, cada um com um bom motivo para participar do ato.*

DEPOENTE: *Alguém tem que tomar atitude. Não importa se são 100, se são 50, se são 200, se são mil. Cada pessoa é importante.*

DEPOENTE: *Eu levantei da minha cadeirinha em casa para vir para cá para dizer: Fora, Sarney! Porque, além de tudo, sou maranhense, revoltada porque há 55 anos no poder, o Estado é um Estado miserável porque ele nunca fez nada.*

DEPOENTE: *Não aceitamos viver num país aonde você fala que gosta de política, te chamam de malandro, você fala sobre alguma coisa de política e vão falar que você é o cara que quer ganhar dinheiro, que é ladrão, que é pilantra. A gente tem que rever o homem público, rever a sua política e colocar isso de volta.*

REPÓRTER: *Embora tivessem aceitado as ordens dos seguranças e estivessem deixando o Congresso, de repente, veio a ordem para prendê-los e começaram as agressões. Nove deles foram detidos. Com uma câmera oculta, dentro da sala da polícia do Senado, eles gravaram as ameaças dos seguranças.*

SEGURANÇA: *É o seguinte, se manifestar dentro do Senado vem para cá. Entendeu? "Ah, manifestei, agora vou embora..." Manifestou no Senado tem que vir para cá. É o preço pela manifestação.*

REPÓRTER: *Só com a intervenção dos Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, José Nery, Valter Pereira e da Deputada Janete Capiberibe os jovens foram soltos.*

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): *Eu fiz um apelo à Tribuna do Senado ao Presidente José Sarney para liberar logo vocês. Ele não respondeu de pronto, ele pediu informação ao Chefe da Segurança, veio e disse a ele que a ação, não são estudantes, porque eu tinha dito que são estudantes, tal. Ele falou: "Não, são funcionários do Congresso que estão fazendo..."*

MANIFESTANTE: *Eu não sou funcionário do Congresso.*

DEPOENTE: *São manifestantes. Que têm direito.*

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): *São cidadãos. Então nós vamos saber ainda.*

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): *Então nós vamos saber. Sabe o que ele me disse? Disse que quem não for do Senado está livre. Agora, ele disse isso. Ele disse isso. Então nós vamos saber.*

[falas sobrepostas]

REPÓRTER: *Depois de três horas, liberado, o grupo mostrava sua revolta.*

MANIFESTANTE: *Ficamos mais de três horas detidos aqui, no começo foi muito constrangedor. Muita ameaça. Muito ameaçados pela segurança da Casa. Tipo de ameaça: "Vamos ligar para o seu chefe, vocês*

estão de abono aqui hoje. Vamos ligar para o seu chefe. Vamos... Tem de menor... Tem de menor... Levaram menor... Levaram menor de idade... Intimidação. Me dá seu crachá..."

MANIFESTANTE: *Apreensão de documento, intimidação a todo instante, vocês agora vão ver, agora vocês vão ver como é que a banda toca. Nós vamos processar vocês todos de todas as formas, nós vamos levar do jeito que fomos.*

MANIFESTANTE: *Foi passado na televisão, por toda a imprensa, imagina dentro da sala sozinhos.*

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Nery para fazer os comentários que achar convenientes, lembrando que durante a apresentação dos dois, ficou claro, do André e da D. Erilda, ficou claro que esta Casa descumpriu os compromissos com os Direitos Humanos. Não só o direito de ir e vir como o direito da fala e da manifestação.

Passo a palavra ao Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, saúdo com especial entusiasmo a Dra. Erilda, aqui representando a Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, do Conselho Federal da OAB e ao jovem estudante de Relações Internacionais, André Dutra. Primeiro, talvez, nos perguntando aqui, o que une uma experiente advogada da área de Direitos Humanos e um jovem estudante universitário? A resposta, talvez, seja a própria ideia desta audiência, o desejo de ver cumpridas as disposições legais, constitucionais da Casa, não só da nossa Constituição, das nossas leis, mas principalmente dos pressupostos, integrantes da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É lastimável que nesse curto período de experiência democrática após 21 anos de ditadura militar, sem falar aqui nos outros períodos da nossa história que tivemos sobre o abuso do poder político, sem falar do abuso do poder econômico, que se manifesta todos os dias em todas as áreas em nossos 509 anos de história do Brasil. É lastimável que os direitos fundamentais do nosso povo não sejam respeitados, não sejam traduzidos em ações concretas para garantir a todos e todas o bem-estar e a dignidade a que todos e todas têm direito. A Constituição garante, afirma que todo o cidadão tem direito a um salário, tem direito ao bem-estar, tem direito à educação, tem direito a Políticas Públicas. Garante a saúde, a qualidade, que garanta lazer, esporte, cultura, meio ambiente equilibrado. Mas no quesito liberdade de expressão, liberdade do direito ir e vir, eu creio que aí está por vários fatos cotidianos, rotineiros que não acontecem apenas aqui no âmbito do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, ou Congresso Nacional, mas falo dos cidadãos que no dia a dia são impedidos, é dificultada a sua participação nas discussões, nos processos de decisão, de decisões do nosso país.

E por estar aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, nada mais oportuno, Senador Cristovam Buarque, do que o debate deste tema. E me assusta o fato de... É claro, não tenho conhecimento da justificativa dos ilustres convidados para esta audiência. Creio que devem ter enviado ao senhor a justificativa para não estarem aqui presentes, desde o Reitor da Universidade de Brasília, ao Diretor de Polícia, da Secretaria de Polícia do Senado Federal, ou a Presidente da ONG Casa Verde, para que a cobrança não fique apenas em alguns, eu falo aqui de todos, creio que todos devem ter enviado uma boa justificativa. Mas também a presença dos próprios Senadores, dos membros desta Comissão. Eu mesmo cheguei aqui atrasado, mas entendi que tinha que vir, porque o direito à livre manifestação, o direito de ir e vir está ameaçado todo dia nesse país.

Na última terça-feira, em Belém do Pará, acontecia a quarta Audiência Pública promovida pelo Governo Federal, pela Eletronorte para discutir a implantação da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, obra esta que há mais de 20 anos os governos tentam passar goela abaixo. Mas a resistência dos povos ribeirinhos, dos quilombolas e, especialmente, dos índios do Xingu em Altamira, no Estado do Pará, com apoio da igreja liderada por Dom Erwin Klauter, o bispo profeta dos pobres, de defesa da Amazônia, vem resistindo há 20 anos. E anteontem em Belém, na terça-feira, um grupo de índios, de manifestantes, de membros do Movimento Sem-Terra, de outras organizações populares, tiveram enorme dificuldade para participar da audiência. Primeiro marcaram a audiência num ambiente que tinha cadeira apenas para 300 pessoas e muita gente queria participar.

E aí tinha que fazer uma seleção de quem entra e quem não entra. A dificuldade para impedir que as pessoas entrassem no ambiente portando bandeiras dos seus movimentos ou que os índios levassem instrumentos que são parte da sua cultura, do seu dia a dia de luta e de resistência. A muito custo conseguiram entrar, uma parte dos índios e uma parte dos movimentos populares que lá se faziam presentes. Mas naquela audiência negaram assento à Mesa, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Estado do Pará que são as duas instituições que têm, de forma muito decidida, colocado, tratado os elementos fundamentais para que, de questionamento àquele empreendimento hidrelétrico que nada mais serve do que à sanha de acumulação das grandes empreitei-

ras, do destruidor do meio ambiente e de uma política governamental insana que tenta, a todo o custo, nos convencer que o caminho é este para gerar energia para o país, sem em contrapartida apresentar, de forma consistente, um plano que afirme as energias alternativas como possibilidade de produção de geração de energia para garantir desenvolvimento.

Eu conto esse fato, Sr. Presidente, e minha cara Dra. Erilda, meu caro André, os participantes desta Comissão, para ilustrar que não é aqui no Senado apenas, mas são todos os dias. Nos movimentos, quantas comunidades tentam falar com os seus representantes nas Assembleias Legislativas? Quantos tentam falar com seus representantes nas Câmaras de Vereadores? Que tentam falar com os Prefeitos nas municipalidades? E quantas vezes nós verificamos que o direito ao diálogo, ao debate é negado sistematicamente. Então, o que aconteceu aqui no Senado durante a crise, crise que, por sinal, alguns dizem que a crise acabou. A crise está sufocada, está abafada, porque nenhuma das denúncias graves que foram apresentadas até agora foram apuradas. O Senado tenta responder com medidas paliativas, pensando que enganam a tudo e a todos. E para isso eles se armam de todas as formas, de todas as mentiras, de todo o tipo de chantagem barata que é inimaginável pensar que isso ocorre com pessoas que têm o poder de elaborar leis, de fiscalizar o Executivo, os serviços públicos e representar a Federação porque o Senado é a Casa da Federação Brasileira.

Então, o que aconteceu naquele 19 de agosto, se não me engano, 13 de agosto, quando os estudantes foram detidos por aqui manifestar sua opinião sobre a crise que aqui acontecia e todo o país discutia. Aliás, discute. Não há lugar em que a gente vá que as pessoas não perguntem: "E aí, vai acabar tudo em pizza mesmo?" Nada mais oportuno do que o que vocês fizeram, trouxeram pizza, porque aqui não é, não queremos e alguns dizem, vocês falam por vocês, tentam instrumentalizar a crise, colocar elementos. Nós não criamos crise alguma, nós não inventamos denúncia alguma, nós não fabricamos denúncia alguma. Elas apareceram, são fatos, são questões que esta Casa se nega a esclarecer.

E poderia fazer, se não deu certo no Conselho de Ética, onde as representações, as denúncias foram todas arquivadas, por sinal, o Conselho de Ética se reuniu nesta sala por duas vezes para arquivar tudo. Poderia ter feito, poderia fazer ainda através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que isso, sim, passaria a limpo todas as mazelas desses 15 anos do império do Sr. Agaciel Maia e aqueles que lideram apoio e sustentação que estavam nas diretorias, na Mesa do Senado e que, de alguma forma, teve gente que contribuiu para a impunidade, para que as coisas não acontecessem ou para que as coisas fossem feitas sem o menor regramento, sem o menor respeito à legalidade, aos princípios da gestão pública. Gestão pública essa do Senado tão amarrada por ilícitos que, sequer, aqui soubemos eram feitas licitações para aquisição de materiais de expediente para os funcionários dos gabinetes e dos órgãos do Senado Federal. Ou não é verdade que há 20 dias os gabinetes não têm *toner*, não tem tinta porque esperam a licitação necessária, sim, tem que fazer, mas por que não fizeram antes? Só agora que perceberam? Só agora que vem à tona?

Então, a coisa é de uma extensão, é de uma gravidade que nós não temos como mensurar. E aí, impedir a livre manifestação dos cidadãos para vir aqui dizer que há responsáveis que precisam investigar, que é preciso apurar responsabilidades e que vêm fazer isso no mais legitimo cumprimento do seu dever de cidadania é escurraçado? É detido? É humilhado? Não podemos aceitar isso. Por isso entendemos que uma experiente advogada da Comissão de Direitos Humanos, de um jovem estudante, ambos, com certeza, com o mesmo sentimento de luta, de denúncia da impunidade que reina nesse país. Cada um representando aqui, a seu tempo, aqueles que no passado foram responsáveis pela luta para que esse país tivesse, inclusive, as condições que nós temos hoje, de uma democracia representativa com muitos defeitos, mas é claro, não se compara ao período da ditadura. Mas não é por isso também que nós devemos esconder ou deixar de discutir as mazelas que nos aprisionam e que tornam tão frágil a nossa incipiente democracia.

Por isso é também com profunda indignação que eu leio uma matéria dos jornais de ontem, de anteontem, dando conta de que a Mesa do Senado vai decidir se o Senador Eduardo Suplicy do PT, de São Paulo, vai ser punido por ter emprestado seu gabinete para 15 manifestantes que defendem a libertação do ex-militante político italiano Cesare Battisti. Pois bem, diz a matéria. "*Segundo a Polícia Legislativa eles ocuparam irregularmente o escritório do petista durante a noite de 09 de setembro, véspera de julgamento do pedido de extradição do italiano. O 1° Secretário Senador Heráclito Fortes recebeu nessa segunda-feira um comunicado da Polícia Legislativa do Senado informando que os manifestantes desobedeceram a orientação dos policiais e entraram no Senado por volta de 0h15, na véspera do julgamento e pernoitaram, chegando a espalhar colchonetes.Heráclito decidiu encaminhar o caso para a Mesa Diretora para avaliar o que será feito*".

Bem, aí diz que a ocupação, o acampamento no gabinete do petista foi com o conhecimento do Senador

José Nery e João Pedro. Só o fato de a Mesa colocar isso na sua pauta, de discutir se vai punir um Senador que cedeu seu gabinete como ponto de apoio, sim, ele fez e eu o faria, o Cristovam faria, o país faria, muitos aqui fariam isso, porque nós temos a obrigação de ser solidários àqueles que lutam, e àqueles manifestantes. E aí é mais uma denúncia, Senador Cristovam Buarque, naquela noite do dia 08 para 09 de setembro, eu, Senador João Pedro e Senador Suplicy ficamos durante horas convencendo as autoridades do Distrito Federal de que um grupo de 18 a 20 manifestantes, que ali queriam ficar em vigília, em frente ao Supremo Tribunal Federal, para aguardar, para esperar o veredito do Supremo em relação ao pedido de extradição do militante político italiano Cesare Battisti, não foi permitido. Dialogando, tive um diálogo áspero e duro com um Coronel da Polícia Militar de Brasília, quando ele queria, a qualquer custo, retirar os manifestantes. Eu disse a ele: Se o senhor insistir nisso eu vou ficar aqui até o amanhecer com os manifestantes e o senhor decida se o senhor vai nos retirar daqui. Decida. Eu vou ficar.

Conversamos insistentemente com... Tentei falar com o Governador de Brasília, estava em Nova Iorque, como estava o vice-Governador Paulo Octávio, como estava o Presidente da Assembleia do Distrito Federal, da Assembleia Distrital, o vice-governador disse que concordava se os manifestantes, que já tinham concordado em ficar ao relento, eles tinham sete, oito barraquinhas para lá pernoitar como apoio. Eles concordaram em retirar as barracas, retiraram todas as barracas e o vice-governador concordou porque ele disse a mim que orientaria o seu secretário de segurança para que as pessoas pudessem ali permanecer a noite toda em vigília. Já era uma hora da manhã. Conversei mais de uma hora por telefone com o secretário de segurança, tentando convencê-lo de que um ato de cidadania, de direito humano, de solidariedade, não podia ser tratado com a violência da retirada daquelas pessoas que aqui queriam se manifestar. E ele dizia que não tinha como descumprir um Decreto Presidencial do ex-Presidente Fernando Henrique que proíbe qualquer manifestação, presença de pessoas na Praça dos Três Poderes. Isso é o fim de tudo.

Eu dizia para ele, disse para o governador, para o vice-governador, para o secretário de segurança e para o agente da Secretaria de Segurança que lá foi de forma muito, tentando convencer os manifestantes a sair dali e que é o fim, que no coração da República, na Praça dos Três Poderes as pessoas não possam ficar ali desarmadas, apenas com o desejo de fazer uma vigília cívica em prol de uma causa e as pessoas são obrigadas a se retirar. Não tinham uma arma, não tinham qualquer equipamento, não tinha...

Então, Sr. Presidente, eu estou me alongando porque essa é uma oportunidade importante para a gente questionar os limites dessa nossa jovem democracia. Porque esses impedimentos, essas dificuldades estão postas porque naquele fato ali o que aconteceu? O Senador Suplicy concordou em ceder o seu gabinete para que os manifestantes pudessem usar durante a noite, esperar o dia amanhecer, porque eles foram convencidos, eles se convenceram.

Bem, nós não vamos poder ficar aqui. E eu disse a eles: "Mas podemos ficar, sim". Mas eles decidiram aceitar a ideia de se recolher ao gabinete e aí vem a polícia do Senado com esse argumento de que os ocupantes desobedeceram a orientação dos policiais e entraram no Senado. Quem estava responsável pela chave do gabinete, a Sra. Rosa Fonseca, uma professora aposentada do Ceará e uma das mais brilhantes militantes da história por democracia, por justiça, por eleição direta, por anistia, Rosa da Fonseca, professora aposentada. E entre os manifestantes, uma senhora, a tia Lourdes, também de Fortaleza, uma senhora com 85 anos de idade, vem a eles dizer aqui que eles desobedeceram, que ingressaram no Senado, isso é uma disfarçatez, isso é uma mentira, isso é algo inaceitável.

Portanto, tal qual os jovens, tal qual os manifestantes do MST, do MAB e os índios lá em Belém que não puderam entrar para a audiência com a Eletronorte. Entraram alguns, poucos selecionados, porque já botaram a Audiência Pública num ambiente pequeno justamente para criar esse tipo de dificuldade. Os jovens aqui ameaçados, que para sair daqui, sem fazer o termo circunstanciado de ocorrência, foi preciso que nós nos plantássemos lá durante três horas naquele cubículo ali da Delegacia de Polícia do Senado, onde estavam detidos os sete jovens e ali insisti com o secretário, insisti com o Presidente, insistimos juntos que foi eu, o Cristovam, depois o Valter Pereira, que é um jurista, nosso colega, vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e o Suplicy. A Deputada Raquel, Janete Capiberibe, que ali permanecemos mais de três horas para dizer: "Não aceitamos que um direito constitucional seja transgredido, seja desrespeitado aqui no nosso nariz".

E o que esses jovens fizeram foi um ato político, justo e democrático. Nós todos devemos estar submetidos a esses atos, ao protesto, à crítica. E temos que encarar isso como parte da democracia. E nós ficamos ali até que houvesse um consenso de que eles sairiam apenas deixando seu nome e a identidade, mas não sairiam dali com termo circunstanciado para

depois responder na Justiça por ter desobedecido às ordens da Diretoria do Senado Federal e da Polícia do Senado Federal.

Então, Sr. Presidente, minha cara Dra. Erilda, meu caro André, esses fatos todos servem para nos impulsionar na luta que não pode parar e lamentamos que alguns setores estejam tão acomodados para não perceber os absurdos que se cometem e não saiam às ruas, como se saiu no *impeachment* de Collor. Eu sei que vocês ensaiaram várias manifestações aqui em Brasília, mas a adesão foi bem menor do que poderia se esperar numa manifestação cidadã, pela apuração das denúncias no âmbito do Senado Federal, por ética no Senado, por ética na política.

Portanto, que essa manifestação aqui, que essa Audiência Pública se inscreva entre as nossas possibilidades de continuar discutindo, debatendo e construindo a consciência política, cidadã, de transformação, de luta, que não pode se calar, sobretudo, porque hoje temos sim liberdades políticas para nos manifestar. É claro que essa liberdade, muitas vezes, ela tende a ser tolhida, há os impedimentos, como agora mesmo na votação dessa minirreforma eleitoral que está muito longe da Reforma Política que nós queremos, que o Brasil precisa, mas tentaram, aqui no Senado, criar o impedimento para que os partidos que não tivessem dez representantes na Câmara ficassem proibidos de participar dos debates eleitorais na campanha eleitoral de 2010. Felizmente, a Câmara ontem tratou de enterrar o que o Senado deveria ter feito. A Câmara sepultou essa possibilidade. Fica valendo a legislação atual.

Todos podem participar dos debates. Isso é uma entre tantas manifestações dessa visão que tenta atropelar o esforço de construção, de afirmação da democracia representativa. Sabemos que ela tem vários, muitos questionamentos. É bom que tenha, mas se o nosso povo tivesse num outro patamar de organização e de luta para impor, ao conjunto da sociedade, uma organização de forma mais direta, instrumentos de mobilização e de organização, para ditar as regras de como deveriam funcionar a sociedade, estariam evidentemente num outro patamar, não estamos. Por isso, é importante fortalecer as instituições, os partidos políticos, os movimentos sociais, as lutas daqueles que não se conformam com a injustiça, com a violência do Estado sobre os seus cidadãos.

E lembro aqui, também, com muito pesar, que ontem nossos colegas, Deputados Federais e Senadores conseguiram o número de assinaturas suficiente para instalar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar o repasse de dinheiro público e o trabalho do Movimento dos Sem-Terra, do MST. Ontem foi anunciada a instalação dessa CPMI com pompa e circunstâncias pelos representantes do agronegócio, dos fazendeiros, daqueles que, em última instância, são responsáveis pelas mortes de trabalhadores rurais, porque a Reforma Agrária no Brasil é apenas, tem muita propaganda e pouca efetividade, daqueles que destroem o meio ambiente, que desmatam, que matam na Amazônia.

E nesse país vão agora fazer um estardalhaço dizendo que dinheiro público não pode ir para as legítimas organizações da sociedade para desenvolver o seu trabalho e vão tentar encontrar todo o tipo de... Fazer todo o tipo de calúnia, de afirmação, para deslegitimar o que é legitimo, para desqualificar o que é qualificado, para tentar impingir aos movimentos uma afirmação de que eles são financiados pelo Estado. Esse Estado que ao longo da nossa história tem negado a eles as possibilidades real desenvolvimento, dignidade, etc, que agora o MST, mais uma tentativa de amplificar a criminalização dos movimentos sociais, a criminalização daqueles que lutam, a criminalização daqueles que reagem aos abusos de um Estado que está moldado, estruturado para servir aos interesses das elites desse país.

Desculpe, Presidente, estou me alongando e falando aqui de forma tão enfática porque essas coisas todas nos impulsionam para não desistir, para não desanimar, mesmo que os fatos, muitas vezes, nos empurrem na direção contrária. A voz dos que não têm voz, as vozes daqueles que tentam se organizar e manifestar de todas as formas e que são impedidos nesse Brasil a fora: A juventude, os educadores, aqueles mesmos que na luta para implantar e garantir o piso salarial nacional, lei de vossa, de autoria de V. Exa., sancionado pelo Presidente da República há um ano, aqueles que vão às prefeituras, às Câmaras Municipais, muitas vezes, não têm tido oportunidade de ali dizer, mostrar que é preciso valorizar a educação, valorizar o profissional de educação, mas são recebidos, muitas vezes, com ameaças de todo o tipo. Então, é essa a cidadania que precisa manter-se viva, coerente, digna, sem se deixar se amordaçar, sem se deixar curvar por qualquer tipo de interesse.

Então, eu quero dizer aqui um viva ao povo brasileiro que são realmente os protagonistas de toda a resistência dos índios, homens, mulheres do campo e da cidade, que não se deixam ajoelhar, que não se deixam cooptar, que não se deixam, de alguma forma, sujeitar aos interesses dessa elite política e econômica escravagista, preconceituosa, violenta, que tenta utilizar sem fazer aqui, inclusive, fazer leis, como fazem sempre. Ou aqui não estão representados a maioria desses interesses privados menores da classe dominante, ou não é isso? Ou não são eles a maioria dos

que fazem as leis? É claro, muitas vezes, sob o protesto daqueles que representam aqui as classes populares, os trabalhadores e o povo.

Então, resistência, luta, não podemos jamais arrefecer no nosso compromisso. Encerro saudando a juventude, na pessoa do André e a experiência na pessoa da Dra. Erilda, por saber e ao Presidente Cristovam Buarque pela sempre coerência, nitidez nos seus posicionamentos, visão do que é que se pode fazer para que esse país seja um país diferente, transformado em todas as suas estruturas para servir aos interesses dos mais pobres e dos oprimidos.

Então, parabéns Senador Cristovam Buarque por essa iniciativa, desta audiência e aos convidados que aqui responderam ao convite. Fica para nós o desafio e a lição. Não podemos parar. Não podemos arrefecer. Viva o povo brasileiro e a sua resistência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador. Eu queria uma referência à última parte, da CPI do MST. Eu acho que deveríamos também, convido o senhor se quiser junto comigo, convocarmos uma CPI para analisar o repasse de recursos do Governo para a CNA.

Entre 2000 e 2006 foram transferidos 1 bilhão 114 milhões para entidades da CNA e, sob a forma de convênio, 21 milhões. Eu acho que estudem o que houve aí e como funciona o MST, não vejo nenhum problema. Agora, que estudem também os recursos transferidos para o setor patronal. Eu como ministro assinei convênio com o MST e foi o melhor programa para alfabetização de adultos, de todos os que nós tivemos. Por isso, eu acho até bom que haja uma CPI que analise aquele convênio que eu fiz. E os outros também. Agora, é uma entidade que tem aplicado corretamente. Agora, eu quero convidar, já falei com outros Senadores para convocarmos uma CPI para analisar o repasse de recursos públicos para a CNA e para ver como é que eles usam esses recursos.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, proposta absolutamente coerente e necessária. E quando eu estou aqui reclamando da CPI em relação a isso aí, não é pelo sentido da apuração, da aplicação de recursos públicos por essas entidades, a ênfase da minha fala é quanto à natureza do que eles, de fato, querem com isso. Que é mais uma tentativa de criminalizar os movimentos porque, afinal de contas, nós já ouvimos do Ministro, Presidente do STF, algo que se assemelhou na virulência com a mesma, com a mesma ênfase, para não dizer outra coisa, do Presidente da Vale do Rio Doce. O Presidente da Vale do Rio Doce, o Sr. Roger Agnelli e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, isso há algum tempo atrás, no ano passado, quando o movimento ocupou a Rodovia de Carajás para protestar pelo não cumprimento de acordo feito com o Governo Federal, Estadual, ambos disseram: "Esse movimento é uma corja de bandidos, de foras da lei".

Eu falo quanto a essa questão. Mas nenhum problema de investigar, como tudo pode ser investigado nesse país. Então, me associo desde já à ideia. Vamos pedir a CPI, vamos trabalhar para conquistar, se não for mista, vamos fazer no Senado, a CPI para apurar. E eu ampliaria o objeto da CPI. O repasse de recursos públicos não apenas para a área rural, para as entidades ligadas ao campo, entidades patronais, mas para todas as entidades patronais, inclusive, da indústria, do Sistema S, tal, que recebem recursos volumosos do orçamento federal, através de convênios e mais convênios. Por que não investigar tudo isso? Eu acho que seria um bom... Não só um contraponto, mas uma possibilidade de fazermos o encontro dessas duas investigações para mostrar como é que o dinheiro público pode servir à maioria e como é que o dinheiro público pode servir os interesses de grupos privados, seja do campo, seja da cidade.

Essa ideia tem o meu apoio, vamos começar hoje mesmo a coleta de assinaturas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu já conversei com o Senador João Pedro que também está de acordo e creio que muitos estarão de acordo, vamos passar a limpo as coisas.

Bem, não é praxe nessas reuniões, mas eu gostaria de saber se alguém mais aqui presente, eu vejo o Pilha que também participou, esteve no momento, se alguém mais aqui quer fazer uso da palavra?

Diga seu nome para ficar registrado na taquigrafia que está ali dentro, na gravação.

SR. ANDRÉ: Sou estudante, Sr. Presidente, André. Saúdo também aqui a Lillian, Alysson [interrupção no áudio], pessoas que estavam juntas aqui [interrupção no áudio]. Quero ser breve aqui, até por ser uma exceção. Registrar alguns pontos. [interrupção no áudio] Isso. Registrar alguns pontos. Dizer bem claro aqui que nós não éramos nenhum grupo formado para vir aqui manifestar ou por algum fim político, não. Éramos cidadãos que veio até aqui só para dizer: Estamos insatisfeitos com a política do cenário brasileiro. Essa política que está aqui hoje. E fomos reprimidos. Deixo um ponto bem claro aqui, de insatisfação. Cadê o chefe da segurança do Senado que não está aqui nessa Mesa hoje? É triste ver isso. Uma Audiência Pública muito bem elaborada e muito bem, que é [interrupção no áudio] além do que muitos trabalhos de Senadores que vemos por aí e os representantes.

Cadê também José Sarney? Eu não acho não que eles tinham bons argumentos para não estarem aqui

porque poderiam mandar seus representantes, enfim. E não só eles, como muito bem disse José Nery, outros movimentos que deveriam ser contatados e deveriam ser escutados: Causa indígena, movimento cerrado, que veio agora aqui no dia 11 de setembro, que não são escutados, nesse nosso início de democracia.

Outra coisa que deve ser bem registrada aqui é o efeito colateral que veio dessas manifestações. Alysson, que não foi preso, mas tentou vir aqui esses dias para mostrar o Senado para uma pessoa, quase não pôde entrar porque estava como estudante. Foi na portaria ali, foi maltratado. Falou: "Meu Deus, o que você está fazendo aqui? Por que você está entrando aqui?" Enfim, é coisa simples, mas que demonstra isso muito bem.

Questões de até repressão, de querer dizer, maldizer, ligar, porque eu não vou dizer aqui quem foi. Se essa pessoa quiser se expressar que diga, mas que aconteceu, sim, com grupos nossos, por entidades maiores, ligando... Então, assim, questões nos bastidores que atingem essa questão da manifestação. Porém, o Daniel falou e eu queria deixar mais claro aqui, que termina numa pergunta, é simples. Por que ao invés de prender, ao invés de não permitir aqueles ativistas pela libertação do militante italiano, a causa indígena, em vez de reprimir isso, em vez de ir lá e prender, em vez de dizer que não pode, por que não vai a esses representantes perguntar e ouvir o que essas pessoas querem, fazer reuniões, perguntar, debater junto com eles naquele dia.

Pegue uma hora do seu dia, senhores representantes, e vá até com eles conversar. Eu sei que tem muitas tarefas no dia de vocês, mas eu acredito, sim, que em dez minutinhos vocês podem, em vez de reprimir, perguntar. Se naquele dia que os estudantes vieram aqui e foram presos, em vez de ter acontecido essa repressão, fossem lá para uma salinha, na salinha da Polícia Legislativa, fossem para uma sala debater o cenário político. Se eles vieram até aqui, é não só por nós, é essa a pergunta que eu deixo bem claro aqui hoje. Por que em vez de reprimir não se pergunta, não se debate? É claro que essa resposta é fácil, não é, essa resposta ninguém tem dúvida do que é. É o medo, é o medo de ouvir essas pessoas numa real democracia. É isso que eu queria dizer e deixar bem claro aqui hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço a forma como colocou, enfática, positiva e a indignação que transmite, que é a indignação de todos nós aqui. O diretor da segurança foi convidado, mandou um documento dizendo que não podia vir. A Mônica da...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Ele poderia mandar representante, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Poderia. É verdade. A Mônica que é do movimento, que sofreu repressão aqui na sexta-feira não compareceu. O Pilha quer falar. A Aline também? Que também estava no grupo.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra, o André tem uma pergunta à OAB que, na pessoa da Dra. Erilda, vai ser respondida.

SR. ANDRÉ DUTRA SILVA MAGALHÃES: Erilda, só, muito obrigado, Sr. Presidente. Dra. Erilda, é só mais uma questão que eu acho que não poderia passar em branco aqui. Diante de tudo o que foi exposto, diante das imagens, diante dos fatos, diante da sua brilhante explanação à Comissão, ficaria um pedido que é um pedido misturado com uma pergunta. Se nós, juntamente com a OAB, não poderíamos ir atrás justamente dessas respostas que a senhora deu aqui, de uma representação da OAB em respeito ao que aconteceu, ao... Porque nós não cometemos crimes, mas foi visto que ilegalidades foram cometidas dentro desta Casa. E é a primeira vez que eu volto ao Senado desde aquele dia. E eu fico feliz que hoje eu entrei pela porta da frente. Mas mesmo assim, acho que seria importante nós, da sociedade civil e a senhora aqui representando a OAB, se nós não conseguiríamos entrar com uma representação para, não só investigar tudo o que aconteceu, acho que está muito claro, mas se for o caso punir e, assim também, deixar o nosso, não é um precedente, mas deixar marcado que esse tipo de situação não novamente. De forma nenhuma.

Essa é a minha pergunta para a senhora.

SRA. ERILDA BALDUÍNO DE SOUZA: A sua pergunta é cabível. Deixa eu te explicar. Eu venho representar o Presidente da Ordem. Esse assunto você poderá ir lá para discutir porque eu não tenho poder político de abrir qualquer coisa, conversar com ele. O que ele decidir tem condições da ordem tomar providência para fazer. Mas vou... Estou te dizendo que é uma posição política da Ordem entrar para qualquer procedimento, porque se vocês... Eu acho até... O costume é quando a Ordem acha que tem que entrar, ela dá uma assistência de advogado, que é diferente, não é, o advogado vai trabalhar com vocês. Mas não é a Ordem que vai... Se o Brito achar que deve fazer, nós estamos lá para cumprir.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós vamos procurá-lo. Pilha.

SR. RODRIGO PILHA: Boa-tarde a todos, companheiro de luta também, André, Senador Nery, companheiro de luta também, Cristovam e José Nery, companheiro Danilo. Não vou me estender muito. Apenas para... Eu trouxe aqui uma documentação para deixar bem claro que, além da ilegalidade de impedir o direito de ir e vir, além do abuso da força, abuso do poder que foi cometido e é cometido não apenas em relação à manifestação que nós fizemos no dia 13, mas em outros manifestantes, a Casa também adotou a política de perseguição política.

Eu tenho aqui, tiro uma cópia para deixar com o Cristovam, eu acho que a gente tem que entrar, porque tem uma documentação onde a própria Polícia do Senado coloca que não teve tipificação penal, não houve termo circunstanciado ou nenhum procedimento criminal. Mas ainda assim, pelo fato do companheiro Hugo Todd, e de eu, termos sido identificados como servidores públicos, a Polícia do Senado fez questão de enviar um documento para as nossas chefias, relatando que nós estávamos nos manifestando.

No mesmo documento em que eles dizem que não teve nenhuma tipificação criminal, eles enviam... Com qual sentido? Se não a de delatar para nossa chefia. "Olha lá o seu subordinado estava praticando..." O que eles consideram desordem, mas na nossa análise, na nossa análise era apenas uma expressão, uma vontade de nos expressarmos e nos manifestarmos. Porque antes de ser um, de estar servidor público, nós somos cidadãos brasileiros. Antes de sermos servidores ou filiados ou não, nós organizamos um coletivo que é o CIMA, Coletivo Independente Manifestações e Ativismo. Isso nada mais é do que a materialização de todas as ameaças que nós escutamos entre quatro paredes enquanto estávamos a sós com a segurança desta Casa.

Depois... E aí eu vou, depois que os Senadores chegaram aí o tom baixou. Pareciam uns lordes, pareciam uns lordes ingleses. Mas até, então, era tapa na mesa, era dedo na cara. E, Cristovam, tenho cá minhas dúvidas... Se a imprensa não estivesse do outro lado da porta o que a segurança não teria feito com a gente ali naquela masmorra, porque para mim aquilo é uma masmorra. Quando você coloca num subsolo uma sala da polícia... Por que a Polícia do Senado tem que ficar tão escondida? Por que a salinha, que tem uma algema, atrás da sala onde nós estávamos, tem que ficar tão escondida? Qual é o intuito disso aí? Então, é muito bom, fica aqui o encaminhamento também, Cristovam, essa audiência... Que a gente possa replicar, porque... Que a gente possa levar em outros setores da sociedade.

Eu, inclusive, sugiro que a gente possa fazer uma audiência com esse mesmo tema na Universidade de Brasília, que a gente chame, que a gente possa chamar alguém da Câmara Legislativa, que também compõe a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa, que também... Eu não sei como é o Regimento do Senado, na Câmara Legislativa sei que a Audiência Pública pode ser feita em qualquer local de Brasília. Não sei se o Senado pode fazer uma Audiência Pública no Estado, porque aí eu ia encaminhar, também, que a gente fizesse, com esse tema, uma Audiência Pública no Estado do Sr. José Sarney, lá no Maranhão e lá no Amapá, que são os Estados que eu tenho cá minhas dúvidas se ele também não reproduz esse tipo de prática, de perseguição e coação. Então, é só isso.

Fica aqui a minha vergonha de ver que no Senado Federal nós temos uma polícia que agiu como se fosse a GESTAPO, para quem não sabe é a polícia do Hitler. E a tristeza, se por um lado a tristeza de que a gente vê que a polícia está literalmente a serviço de uma pessoa, porque quando fomos à casa do Sarney estava um aparato policial tremendo e a polícia do Distrito Federal e a polícia da Casa, a serviço de uma pessoa... Aonde jovens não estavam nada mais fazendo do que gritando palavras de ordem.

SR. ANDRÉ DUTRA SILVA MAGALHÃES: Fotografando os manifestantes, as placas de carro...

SR. RODRIGO PILHA: É, fotografando, em um tom totalmente ameaçador. Agora, também, Cristovam, que a gente possa reproduzir bastante isso aqui em Brasília, porque não é só o Senado que, salvo alguns Senadores, salvo algumas raras exceções. De 81, talvez, uns dez estejam do lado da população, aqui no Distrito Federal também está tendo uma *Lei da Mordaça*, uma *Lei da Mordaça* na imprensa, *blogs* de determinados jornalistas que quando se opõem ao Governador José Arruda saem do ar, são proibidos, enfim, uma... Nós estamos vivendo, na minha análise, uma ditadura civil, onde o que eles podem... Criminaliza-se movimentos sociais, o que o pode... Proíbe, para evitar a mobilização social.

Por fim, agradeço, desculpe me estender. Vou tirar uma cópia. Vejo que é salutar o que o André colocou, vejo que não apenas o CIMA, mas que a gente possa fazer uma interligação com outros movimentos sociais e que nós possamos estar acionando, não só a OAB, outras entidades, para investigar os abusos de autoridade, as tentativas de coação feitas pela polícia do Senado Federal. É isso.

Muito boa-tarde. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu cumprimento a presença do Senador Osvaldo, que nos poucos dias que tem esta-

do aqui, tem feito pronunciamentos bastante firmes, enfáticos, ainda ontem assisti um, eu o parabenizo bastante.

Por favor, diga o nome para ficar registrado nas Atas.

SR. ROGÉRIO TOMÁS: Boa-tarde, Rogério Tomás, jornalista, integrante da Comissão de Liberdade e Expressão do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF e militante do Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação.

Em primeiro lugar queria lamentar que, infelizmente, por compromissos profissionais não pude acompanhar o início da audiência, mas, de qualquer forma, saúdo a iniciativa do Senador, da Comissão de Direitos Humanos e nos solidarizarmos com o CIMA, com os militantes que pacificamente buscam exercer seu direito de liberdade de expressão, de manifestação política aqui no Senado e foram reprimidos, assim como, são reprimidos os movimentos sociais no Brasil inteiro que ousam questionar a ordem, que ousam, por vezes, até incorrer em atos de desobediência civil que é algo legitimo, consagrado em todos os estatutos de Direitos Humanos no mundo inteiro, na Declaração Universal de Direitos Humanos, na Constituição Brasileira. Inclusive, empresas, jornalistas, por exemplo, a Folha de São Paulo tem lá no manual de redação dela as condições, as situações em que ela pode se declarar em desobediência civil.

Então, só registrar aqui, isso é absolutamente legitimo, não é nenhuma afronta ao Estado de Direito. Mas pegando o gancho do Rodrigo Pilha, vale, eu queria ressaltar realmente que há suspeita, não é ainda exatamente confirmado, mas há uma suspeita forte de que o GDF, o Governador do Distrito Federal do José Roberto Arruda está censurando *sites* que tenham algum conteúdo que de oposição ou de crítica, de monitoramento das ações do Governo. O *blog* da jornalista Paola, por exemplo, que é um dos *blogs* que atua, cobre a Câmara Legislativa do DF, inesperadamente, inexplicavelmente, de quinta-feira da semana passada a noite, para cá, não é mais acessado nos órgãos públicos do GDF. Os funcionários públicos não conseguem mais acessar. O mesmo ocorre com o *site* chamado Orçamento Transparente que monitora a aplicação de recursos públicos no âmbito do Distrito Federal. Também está bloqueado inexplicavelmente, não se sabe o porquê. Então, é algo suspeito. Gostaria que a Comissão, o Senador buscasse investigar isso.

Em segundo lugar, sobre a questão do Sarney, eu que morei 18 anos lá em São Luís do Maranhão, me formei da Universidade Federal do Maranhão, comecei minha militância em Direitos Humanos na comunicação lá no Maranhão também, sei bem o tipo de repressão, muitas vezes, na maior parte das vezes é até sutil. O Senador Sarney é conhecido, assim, como um ser humano, uma pessoa muito amistosa, cortês, só que essa é a face pública e que, por vezes, como aconteceu aqui no Senado, ela é quebrada, desmascarada pela realidade. Só que a face não pública é a repressão, sim, a utilização dos meios de comunicação da família Sarney, como ele mesmo revelou num telefonema que foi vazado pela internet, falando com seu filho para usar os meios de comunicação, a TV Mirante para atacar um adversário político lá. Nas campanhas, lá no Amapá e é até estranho um Senador maranhense ter que se candidatar pelo Amapá, mas, enfim, colocando isso à parte, lá no Amapá é reconhecida a repressão política aos *blogs*, aos *sites*, aos jornalistas independentes, ou de esquerda que se colocam contra o Senador Sarney.

Então, já é bastante pública e notória a repressão política que por vezes, como aconteceu aqui no Senado chega às vias de agressão física mesmo a quem ousa desafiar o Senador Sarney. E, no mais, eu queria, na verdade, por fim deixar uma mensagem, fazer uma convocação para o Senado Cristovam, para os Senadores da Comissão de Direitos Humanos, para a Comissão em si, dos militantes que estão aqui, que se some ao processo da Conferência Nacional de Comunicação que está ocorrendo já, agora, finalmente, de forma acelerada, nós vamos ter a etapa nacional de 1º a 03 de dezembro. E vamos ter as etapas estaduais já começando nesse final de setembro, já estão ocorrendo. E as etapas regionais, municipais também já estão sendo convocadas. Aqui no Distrito Federal vai ocorrer, não me lembro agora a data, mas no início de novembro, na primeira semana de novembro.

Então, a gente gostaria de convidar, convocar os Senadores, enfim, a Comissão e os militantes para se somarem a esse processo que vai discutir a comunicação no Brasil. Pela primeira vez a sociedade brasileira vai poder discutir as políticas de comunicação e no sentido de tornar efetivo o clamor, enfim, o pleito pelo direito humano à comunicação, pela realização do direito humano à comunicação.

E só lembrar, acho que vale uma notícia aqui, para terminar mesmo de fato, vale lembrar que a TV Globo, a Rede Globo de televisão foi condenada judicialmente anteontem, dia 15 de setembro, no Fórum de Trairi, no Ceará, ela foi condenada devido a maus tratos a animais ocorridos no Programa No Limite. Acho que isso é uma notícia alvissareira a quem combate os abusos que são cometidos no meio de comunicação em nome da suposta liberdade de expressão. Na verdade, é em nome dos interesses comerciais, da liberdade de empresa, enfim, da liberdade de fazer

o que quiser em nome de obter lucro pelos meios de comunicação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Osvaldo.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, senhores ouvintes desta reunião, tema importante e principalmente quando é debatido pela geração que nos antecede. E eu fico muito feliz aqui de ver alunos da UNB e o Presidente que foi Reitor da UNB e eu que também que fui aluno da UNB. Portanto, a UNB para mim é uma escola, é uma academia. É, acima de tudo, um farol que nos ilumina para a preservação, para a busca dos Direitos Humanos. Ela tem sido a academia dos Direitos Humanos. E ao longo dos períodos mais difíceis desse Brasil ela esteve sempre presente nas suas manifestações, no seu carinho com o resgate das liberdades individuais.

E, portanto, hoje é o dia em que a gente conversa aqui, nesse observatório dos Direitos Humanos, com as pessoas que, na verdade, têm interesse por isso. E eu diria que a Constituinte de 88, do qual, da qual eu fiz parte, a Constituinte, ela foi enfática ao resumir a Constituição quase toda, no art. 5º. E, na verdade, ali está o resumo do que todos nós pensamos sobre os direitos fundamentais do cidadão e consequentemente sobre os Direitos Humanos. Eu acredito que a cada dia que passa nós temos que construir esse art. 5º. Nós temos que ampliá-lo, nós temos que elastecê-lo, nós temos que buscar em cada artigo da Constituição um resumo ao art. 5º para que se possa, verdadeiramente, entendermos que precisamos velar, a cada momento, para que esses direitos sejam preservados.

Aliás, nós só pensamos em Direitos Humanos, e só pensamos em normatizá-los quando, na verdade, vêm as grandes catástrofes humanas e foi assim que foi feito, logicamente, a grande parte dos estudos sobre ele, porque depois que acontece o inesperado é que nós vamos correr atrás do perdido. É sempre assim a humanidade. Mas eu espero que em conferências como esta aqui, que em reuniões como esta, simpósios como este, sessões como esta, nós tenhamos condições de começar a refletir, pensar. E a gente começar a entender que o amanhã se faz hoje e que nós temos que, na verdade, estar sempre como faróis, pensando, matutando, olhando, preservando, buscando fórmulas para que as catástrofes humanas não imperem mais sobre a humanidade.

E é somente velando por isso é que nós temos condições de prevenir o futuro. Portanto, parabenizo ao Presidente da Comissão, parabenizo estudantes e profissionais que aqui estão e as pessoas que, verdadeiramente, entendem que é necessário ganhar tempo da nossa vida, pensando nas futuras gerações, principalmente, buscando o bem-estar, buscando as condições dos direitos fundamentais e buscando fazer com que o direito positivado possa, verdadeiramente, estar presente na vida de cada um de nós como sempre observando o cumprimento desses deveres e dessas obrigações que a Constituinte de 88 colocou na sua Carta Magna.

Parabéns a todos e parabenizo ao Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, pela luta dos Direitos Humanos, pelo trabalho que tem feito na preservação deles e, também, pela competência, inteligência, seriedade com que conduz os trabalhos desta Comissão e também toda a sua vida aqui no Senado Federal. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. E eu quero dizer que esta sessão, eu faço até com constrangimento, porque estamos analisando Direitos Humanos dentro do Senado. E qualquer dia a gente vai ter que fazer uma para ver uma coisa a mais, como são tratados aqui os terceirizados que são tratados quase que como uma casta inferior a nós outros servidores do Senado. E o pior é que na ideia de reduzir gastos, em vez de tocar nos que ganham muito, estão querendo tocar, exatamente, nos que ganham pouco, aliás, muito pouco.

Eu vou passar a palavra ao André para fazer as considerações finais dele e, depois, eu digo as palavras e encerramos.

SR. ANDRÉ DUTRA SILVA MAGALHÃES: Muito obrigado, Sr. Presidente. Bem, quero finalizar só com algumas reflexões. Primeiro ao Senador Cristovam para analisar aquela frase que foi dita no vídeo, aonde o segurança do Senado, que não era aquele que estava aparecendo na imagem, claro, foi outro segurança, que ele diz: "Se manifestar no Senado vem para cá. É o preço que se paga".

Bem, considero que não se deve haver preço para se manifestar. A gente tem que pagar alguma coisa agora com a nossa liberdade, com a nossa saúde? Já não basta o nosso tempo? A nossa vontade? Como a Dra. Erilda falou, repassar algo que já existia. Então, essa situação... Eu estou aqui, como o Senador José Nery disse, nós já tentamos nos manifestar em várias outras formas, seja de formas menores e organizadas, que a gente chamou de formas inteligentes, manifestações inteligentes, usar os nossos atos secretos... Seja tentando expandir isso para o resto da sociedade.

Nós queremos fazer isso com liberdade, sem ser fotografado, sem escutar bochicho, sem receber telefonemas. É muito importante levar isso até o final. Eu estou aqui hoje, Senador, muito obrigado pelo convite, e eu só estou exprimindo essa nossa vontade de continuar. Para mim isso aqui é parte, mais uma par-

te desse nosso processo de manifestação. Eu estar hoje, aqui dentro, numa Comissão, uma forma legal para poder me exprimir, me expressar com liberdade, valeu a pena passar mais de três horas num cubículo, por mais que tivesse, como eu já falei, água e café, foi uma restrição de liberdade, de constrangimento, que eu espero... Que eu possa contar isso no futuro para meus filhos, para meus netos, como uma vitória de algo maior, como a vitória que os Srs. Senadores têm condição de fazer aqui dentro que é não regularizar manifestações, mas fazer com que elas possam existir dentro do que fala a lei.

A lei fala que não pode ser assim, então, tudo aquilo que não for feito assim é legal. O que fizemos foi legal. Eu espero que nós possamos estender isso até o final, onde o final é uma palavra: A justiça.

Então, fico grato que o Senador Cristovam esteja no intuito de procurar conosco o Presidente da OAB, o Presidente Brito, não é isso? Convoco, convido os outros companheiros que foram presos e os que não foram presos também a continuar, a continuar em busca desse nosso fim. E só para deixar, para constar aqui que fomos acusados, inclusive, senador, acho que o senhor não ficou sabendo disso, de sermos pagos. Saiu no jornal do Amapá que essa manifestação, no dia que fomos presos, foi uma manifestação encomendada pela Deputada Janete Capiberibe, que nos teria pago 40 reais por cabeça para entrarmos aqui e falarmos tudo o que falamos.

Bem, não recebi nada, conheci a Deputada aquele dia, naquela situação, até brinquei com ela no dia da sala. "Que situação para a gente se conhecer, Deputada, que pena que foi assim, não é?" Que pena e que bom, ao mesmo tempo. E saiu na imprensa uma matéria suja como essa, falando que recebemos 40 reais... Nem por 40 reais, nem por 40 mil reais. A nossa liberdade não é só minha, é a liberdade é do meu filho também que eu ainda vou ter um dia, do filho do Pilha, que hoje, que ele já tem o seu filho, eu espero só daqui alguns anos. Mas é a minha liberdade, é a liberdade dos meus colegas de trabalho que não participaram e que, muitas vezes, caçoam, é a liberdade dos colegas de Universidade, é a liberdade de todos nós. Porque aconteceu dentro de uma Casa do Congresso, por que não vai acontecer comigo na minha sala de trabalho? Na minha sala de aula se eu falar alguma coisa contra um coordenador? Então, a liberdade não tem preço, não seria por 40, nem por 40 mil reais.

É pelo preço que a gente está buscando aqui é o preço da liberdade de todos poderem falar o que pensarem, falarem com juízo e com responsabilidade. Só isso e nada mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. Eu quero dizer que a única condição para a gente não deixar que a liberdade seja praticada é quando esse que está usando a liberdade está impedindo a liberdade de outro. Se vocês estivessem impedindo os Senadores de entrarem no Plenário e impedindo outras pessoas de entrarem... Aí, de fato, não poderíamos deixar para proteger a liberdade do outro. Fora isso, não vejo como querer impedir a liberdade de circular aqui, usando o que quiser na camisa, usando até o que quiser, segurando na mão, desde que não tire a liberdade do que vem ao lado de levar uma pancada na cabeça. Aí, sim. Então, a liberdade só deve ser proibida quando ela é usada para tirar a liberdade de outro. Fora isso, ela deve ser usada da maneira mais absoluta possível.

Eu agradeço muito. Nós vamos transcrever. Nós vamos publicar isso. Pelo menos, distribuir a publicação das falas de vocês para que fiquem sabendo que, pelo menos, em uma unidade do Senado, que é esta Comissão, houve uma reação aos fatos lamentáveis que ocorreram naquele dia 13.

Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h42.

Ata da 28ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no dia vinte e três de Setembro de 2009, Quarta-Feira, às 10:00 Horas.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador (Cristovam Buarque), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, José Nery, Paulo Duque, Rosalba Ciarlini, Eliseu Resende, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Osvaldo Sobrinho, Papaléo Paes e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, dá início à apreciação da pauta. PAUTA. **Item 01. Projeto de Lei da Câmara Nº 184, de 2008** – não terminativo – que "Dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências". Autor: Deputado Bernardo Ariston. Relator: Senador Flávio Arns. Voto: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 02. Sugestão Nº 4, de 2008** – não terminativo – que "Sugere a criação de legislação para a criação de áre-

as denominadas 'Espaço Desportivo Comunitário' por meio do tombamento de áreas públicas pertencentes ao Estado e que venham sendo utilizadas para prática do esporte, do lazer e do entretenimento por comunidades periféricas, ribeirinhos ou quilombolas, por período igual ou superior a cinco anos". Autor: Federação de Futebol Não Profissional da Bahia. Relator: Senador Cristovam Buarque. Voto: Pela Admissibilidade da Sugestão nº 4, de 2008, nos termos do PLS que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 03. Projeto de Lei do Senado Nº 81, de 2005** – nâo terminativo – que "Acrescenta inciso ao artigo 240 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente) que dispõe sobre os crimes de constrangimento de menor ou Adolescente praticado nos meios de comunicação visual". Autor: Senador Marcelo Crivella. Relatora: Senadora Fátima Cleide. Voto: Pela aprovação da matéria, nos termos do Substitutivo aprovado pela Comissão de Educação. Resultado: aprovado. **Item 04. Projeto de Lei do Senado Nº 37, de 2008** – não terminativo – que "Acrescenta art. 19-A a Lei 8.212 de 1991, a fim de vincular o montante das multas aplicadas pelas infrações ao art. 93 da Lei 8.213 de 1991, às ações de habilitação e reabilitação profissional e social". Autor: Senador Tião Viana. Relatora: Senadora Fátima Cleide. Voto: Pela aprovação da matéria. Resultado:Aprovado. **Item 05. Projeto de Lei do Senado Nº 405, de 2008** – não terminativo – que "Cria o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares (CPCOA) e dá outras providências". Autor: Senador Eduardo Suplicy. Relator: **ad hoc** José Nery. Voto: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado. **Item 06. Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2009,** – não terminativo – que "Altera os arts. 132, 134 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), relativos aos conselhos tutelares". Autora: Senadora Lúcia Vânia. Relator: Senador Gerson Camata. Voto: Pela aprovação da matéria com as Emendas nº 01 e nº 02, que apresenta. Resultado: Concedida vista a Senadora Fátima Cleide. **Item 07. Projeto de Lei do Senado Nº 234, de 2008** – não terminativo- que "Acrescenta o inciso VI ao art.27 e altera o § 2º do art.45 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir a adoção de programas de promoção de igualdade racial por fornecedores de bens e serviços adquiridos pela Administração Pública, e para admitir tais programas como critério de desempate entre licitantes". Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Flávio Arns. Voto: Pela aprovação da matéria com as Emendas nº 01, nº 02 e nº 03 que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 08. Projeto de Lei do Senado Nº 318, de 2003** – não terminativo – que "Acrescenta § 2º ao artigo 928 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Dispõe sobre a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse)". Autora: Senadora Serys Slhessarenko. Relator *ad hoc*: Senador José Nery. Voto: Pela aprovação da matéria. Resultado: Foi lido o relatório e concedida vista coletiva a Senadora Fátima Cleide e aos Senadores Cícero Lucena e José Nery. **Item 09. Ofício "S" Nº 56, de 2009** – não terminativo – que "Encaminha ao Senado Federal, relatório de exfuncionários da Companhia Siderúrgica Nacional, representados pela Associação de Moradores de Capivari de Baixo/SC". Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH. Relator **ad hoc:** Senador Cícero Lucena. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: Aprovado. **Item 10. Projeto de Lei da Câmara Nº 47, de 2009** – terminativo – que "Dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências". Autor: Deputado Pompeo de Mattos. Relator: Senador Magno Malta. Voto: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. **Item 11. Projeto de Lei do Senado Nº 216, de 2004** – terminativo – que "Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência". Autor: Senador Álvaro Dias. Relator: Senador Flávio Arns. Voto: Pela aprovação da matéria, acatando a Emenda nº 01-CCJ, com alterações, na forma da Emenda nº 02 (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 12. Projeto de Lei do Senado Nº 738, de 2007** – terminativo – que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias".Autor: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Flávio Arns. Voto: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 13. Projeto de Lei do Senado Nº 361, de 2008** – terminativo – que "Modifica o artigo 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos à garantia de cumprimento da referida determinação e estende às pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias". Autor: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Paulo Paim. Voto: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que

apresenta. Resultado: adiado. **Item 14. Projeto de Lei do Senado Nº 111, de 2008** – terminativo – que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais". Autor: Senador Flávio Arns. Relator: Senador Cícero Lucena. Voto: Pela aprovação da matéria, com a rejeição da Emenda nº 01 – CE, aprovação da Emenda nº 02 – CE e inclusão das duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 15. Projeto de Lei do Senado Nº 119, de 2008** – terminativo – que "Altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras Providências". Autor: Senador Arthur Virgílio. Relator: Senador Gerson Camata. Voto: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta, contemplando a Emenda nº 01, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi. Resultado: adiado. **Item 16. Projeto de Lei do Senado Nº 24, de 2008** – terminativo – que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual". Autor: Senador Expedito Júnior. Relator: Senador Flávio Arns.Voto: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1 – CAS, e a Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Cícero Lucena e José Nery. O Senhor Presidente faz suas considerações finais e não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às onze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra da estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada um e a cada um. Declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que estiveram de acordo permaneçam como estão. Está aprovada.

Nós temos **quorum** para os não terminativos.

O primeiro Item, o Senador Flávio Arns pediu que adiassem, porque ele quer estar presente; ele é o relator.

Na página 20 tem um Item não terminativo, o relator seria eu, eu peço ao Senador Nery, se possível, que seja relator *ad hoc*, ou então eu relato e o Senador preside. Ele pode presidir dali?

Então vamos deixar esse para depois, aí o Senador Nery preside já no final. Vamos para o Item 03, da página 38, "*Acrescenta inciso ao art. 240 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes de constrangimento de menor ou Adolescente praticado nos meios de comunicação visual*". O autor é o Senador Marcelo Crivella. Relatora é a Senadora Fátima Cleide, a quem eu passo a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

"O Projeto de Lei nº 81, de 2005, apresentado pelo Senador Marcelo Crivella, acrescenta inciso ao art. 240 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para incluir entre os crimes ali previstos penalidade também para quem exibir ou revelar prova ou documento válido para os procedimentos judiciais de investigação de paternidade ou protegidos por segredo de Justiça, submetendo gestante, criança ou adolescente a situações constrangedoras ou vexatórias face ao suposto pai.

O objetivo da proposição, de acordo com o autor, é proteger a privacidade do nascituro, da criança e do adolescente, diante de exposição indevida, cuja finalidade seria tão-somente a de aumentar a audiência de determinados produtos de comunicação visual, que visam obter lucros com a exploração de conflitos familiares.

A matéria foi aprovada na Comissão de Educação, nos termos do substitutivo apresentado pelo relator, Senador João Ribeiro, e depois de examinada por esta comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, será analisada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a qual deverá caber a decisão terminativa.

O estatuto já se manifesta em sua concepção da terminologia contida no Código... Antigo Código de Menores, a Lei nº 6.697, de 1979, aproximando-se mais de regulamentos como a Convenção Internacional sobre Direitos Da Criança.

Essa convenção adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989, e da qual o Brasil é signatário, consagra a necessidade de os estados partes adotarem esforços para a proteção da infância.

Em consonância com as disposições da Convenção o projeto do Senador Marcelo Crivella contribui para o alcance dos objetivos nela

estabelecidos, pois inova ao tipificar como criminoso aquele que explora os dramas pessoais da família, que muitas vezes não avalia a extensão do dano que pode causar à criança envolvida na exibição de cenas vexatórias de conflitos pelo reconhecimento de paternidade.

Ressalta-se que todo o processo de reconhecimento de paternidade tramita em segredo de Justiça, exatamente para proteger a privacidade da criança envolvida.

Logo, considero o projeto meritório, bem como reconheço a necessidade de que sejam feitas as alterações propostas pela Comissão De Educação, pelo Senador José... João Ribeiro."

O voto. "*Concluo, portanto, Sr. Presidente, o relatório com voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 81, nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Educação*."

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigada, Senadora Fátima. Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir a matéria coloco em votação. Em votação, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada, aprovada a matéria.

Passamos ao Item nº 04, cuja relatora também é a Senadora Fátima Cleide. Projeto de Lei do Senado nº 37, "*Acrescenta art. 19-A a Lei 8.212, de 1991, a fim de vincular o montante das multas aplicadas pelas infrações ao art. 93 da Lei 8.213, de 1991, às ações de habilitação e reabilitação profissional e social*".

O autor é o Senador Tião Viana, relatora Senadora Fátima Cleide, a quem passo a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, "*O Projeto de Lei do Senado, PLS nº 37, de 2008, de autoria do Senador Tião Viana, vincula as multas oriundas do descumprimento de disposto no art. 93 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, ao financiamento das ações de habilitação e reabilitação profissional e social previstas na Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.*

Tais ações, estipuladas nos arts. 89 a 91 da Lei nº 8.213, de 1991, visam proporcionar ao beneficiário capacitado para o trabalho, e à pessoa portadora de deficiência, os meios para a educação e adaptação profissional e social necessários para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vivem.

Assim, compreendem o fornecimento, reparação ou substituição de aparelhos de prótese, órtese, e de instrumentos de auxílio para a locomoção, bem como dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional.

Também é incluído, quando necessário, o transporte do acidentado ao trabalho e o auxílio para o tratamento ou exame fora do domicílio do beneficiário (art. 93 da Lei 8.213, de 1991).

Por seu turno, estabelece que a empresa com pelo menos 100 empregados deve preencher os seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção: empresa com até 200 empregados, 2%; de 201 a 500 empregados, 3%; De 501 a 1.000 empregados, 4%; De 1.001 empregados em diante, 5%.

Além disso, esse artigo dispõe que a despensa de trabalhador reabilitado, ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

As multas são as previstas no art. 133 da Lei nº 8213, de 91, e regulamentadas na Portaria 1.199, de 28 de outubro de 2003. Elas têm por base a multiplicação do número de trabalhadores portadores de deficiência, ou de beneficiários reabilitados que deixaram de ser contratados por um valor mínimo legal."

Da análise, Sr. Presidente. "*O PLS nº 37, de 2008, atende os requisitos constitucionais, jurídicos e apresenta adequada técnica legislativa.*

Quanto ao mérito, há que ressaltar a valorosa preocupação social do Senador Tião Viana. É realmente fundamental garantir recursos para a consecução das ações de habilitação e de reabilitação profissional; em especial, quando os recursos são escassos, e as necessidades previdenciárias quase ilimitadas.

Além disso, é justa a vinculação das multas à habilitação e reabilitação de trabalhadores, afinal, impõe-se convergir à necessária política de inclusão dos trabalhadores portadores de deficiência à progressiva eliminação das barreiras físicas e sociais que ainda os alijam do mundo do trabalho.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 37 de 2008."

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco em votação. Em votação, os que estiveram de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Vamos ao Item nº 05, Projeto do Senador Eduardo Suplicy, relator Senador Sérgio Zambiasi. Eu peço ao Senador José Nery que faça o relatório *ad hoc*. O Projeto nº 405, de 2008, "*Cria o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares e dá outras providências*."

Eu passo a palavra ao Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, "*A Comissão de Direitos Humanos e Legislação*

Participativa vai examinar o Projeto de Lei do Senado 405, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que cria o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares.

Esse cadastro tem por finalidade registrar os devedores inadimplentes de obrigações alimentares. A inscrição inicial ocorre na hipótese de o devedor passar a dever três ou mais prestações de alimentos judiciais.

Após a quitação das prestações atrasadas, o inadimplente pode ser reinscrito caso volte a faltar com o pagamento de quaisquer novas prestações.

As consequências previstas para a inclusão nesse cadastro são a proibição ao inadimplente de ser nomeado para cargos públicos, de participar de licitações, ou de contratar ou receber qualquer tipo de benefício do Poder Público, até a regularização de suas dívidas alimentares.

Justifica-se a proposição com fundamento na necessidade de proteger famílias dependentes do recebimento de prestações alimentícias contra o inadimplemento dos devedores, sendo o cadastro proposto destinado a amenizar esse grave problema.

O Senador Eduardo Suplicy já apresentara o Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2008, que tratava exatamente do mesmo assunto e precedia este, que ora examinamos, mas solicitou a retirada daquela proposição por considerar que esta segunda versão corrige falhas da primeira."

Sr. Presidente, Senadora Fátima Cleide, o projeto que cria, apenas autoriza a criação do Cadastro pelo Presidente da República, também comunica a determinação e a concordância do parlamento com essa iniciativa.

> "Ressalvado o caráter autorizativo da proposição, que não obriga o Poder Executivo a criar o cadastro, porém, nos moldes sugeridos, é recomendável aperfeiçoar alguns desses elementos.
>
> A condição para que o devedor seja inscrito no CPCOA, por exemplo, é demasiado favorável ao inadimplente, dado que as medidas coercitivas já existentes para cobrar essas dívidas podem ser adotadas desde o primeiro dia de atraso.
>
> Tratando-se de créditos alimentares, não é prudente esperar o inadimplemento de três parcelas para que o devedor seja inscrito no Cadastro.
>
> Tendo em consideração que se trata de norma autorizativa, desprovida de cogência, também não convém disciplinar pormenores do funcionamento do Cadastro e de órgãos do Poder Executivo, pois esses aspectos devem ser definidos no ato que criar o Cadastro e no respectivo regulamento, e o respectivo regulamento.
>
> Dado o escopo do PLS nº 405, de 2008, é preferível indicar aspectos mais essenciais do que viria a ser o CPCOA, qual seria sua função e como ele funcionaria, em linhas gerais".

Do voto. Em razão do que foi exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2008, na forma do seguinte substitutivo. Fica autorizado. Substitutivo:

> "Art. 1º. Fica autorizada a criação, pelo Poder Executivo, do Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares, no qual serão inscritos os nomes dos devedores de prestações alimentares inadimplentes com suas obrigações estabelecidas judicial ou extrajudicialmente.
>
> § 1º O suposto devedor de obrigações alimentares será ouvido e terá assegurado seu direito de defesa antes de ser inscrito no CPCOA.
>
> § 2º O devedor permanecerá registrado no CPCOA até que todas as prestações atrasadas sejam quitadas, ou até que o seu programa parcelado seja iniciado, se houver acordo nesse sentido.
>
> § 3º Enquanto estiver registrado como inadimplente, o devedor de alimentos inscrito no CPCOA não poderá ser nomeado para o exercício de cargo, emprego ou função públicos, participar de licitações públicas, contratar com o Poder Público ou dele receber qualquer benefício.
>
> Art. 2º. O devedor terá acesso livre acesso e gratuito às suas informações na base de dados do Cadastro.
>
> § 1º O credor, órgãos fazendários e entidades deproteção ao crédito poderão solicitar informações sobre o devedor de obrigações alimentares do Cadastro.
>
> § 2º As informações registradas no cadastro serão sigilosas e seu uso indevido ou sua divulgação sem autorização constituem violação à intimidade do devedor e, conforme o caso, do credor.
>
> Art. 3º. Esta Lei entra em vigor 180 dias após sua publicação. Sala das comissões."

Esse é o relatório, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado ao Senador Nery. Está em

discussão o assunto. Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco em votação. Os que estiveram de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Passamos ao Item nº 06, Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2009, da Senadora Lúcia Vânia, cujo relator é o Senador Gerson Camata.

Eu solicito ao Senador José Nery que mais uma vez faça o relatório *ad hoc*.

Você fez dois, ele está dois.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento, a Senadora Fátima. Esse assunto a senhora teria interesse em... Perfeito.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu peço licença ao Senador Nery para transferir.

Eu queria dividir dois, dois, assim, mas eu creio que... Está bem, Senadora Fátima, e agradeço até seu interesse.

É o Projeto de Lei nº 278, de 2009, que altera os arts. 132, 134 e 139 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e Adolescente, relativo aos conselhos tutelares.

Eu passo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Qual que é mesmo?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está na página 69, o Item 6.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Mas, justamente, você está pedindo vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, é porque ela vai pedir vistas?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não, Senador, eu só gostaria de pedir vistas sobre esse projeto, porque nós temos um outro que já está tramitando, que é do Senador Artur Virgílio, e o que o Senador Gerson Camata também é relator, apensar, então eu gostaria de pedir vista nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, então... Está concedido vistas à Senadora Fátima Cleide.

O Item nº 07, o Senador Flávio Arns, que é relator, pediu para que não fosse votado hoje.

O Item nº 8 é um projeto também não terminativo, nº 318, de 2003, está na página 133, "*Acrescenta § 2º ao art. 928 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. O assunto dispõe sobre a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse*." A autora é a Senadora Serys Slhessarenko. O relator é o Senador Paulo Paim.

Eu solicito ao Senador José Nery, se estiver de acordo, que faça a leitura do relatório.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, questão de ordem, talvez até para simplificar

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Um Senador, companheiro, me pediu para que eu pedisse vista deste processo, então acho que para a gente avançar em outros, a minha sugestão é que... Registro o pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O pedido de vista, obviamente, está concedido, é um direito, mas eu gostaria que pudéssemos ler o relatório antes, porque assim a gente ganha tempo numa próxima sessão.

Senador José Nery com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora.

> "Vem a essa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para exame, nos termos do que dispõe o Regimento Interno de Senado Federal, art. 91 e 102, "e", o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 318 de 2003, iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta o § 2º ao art. 928 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.
>
> A proposição consiste, conforme seu art. 1º, em acrescentar o § 2º ao art. 928 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 73, que institui o Código de Processo Civil, renumerando-se o atual Parágrafo Único para parágrafo 1º, objetivando estabelecer que, antes da decisão sob pedido liminar de manutenção ou reintegração de posse, relativamente a imóvel rural objeto de invasão coletiva pleiteando a reforma agrária, o Juiz, sempre que possível, ouvirá previamente, num prazo que assinalar, o órgão governamental competente para tratar da questão fundiária, tanto no âmbito da União quanto dos Estados.
>
> A matéria foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Agricultura e Reforma Agrária, e posteriormente estendeu a sua apreciação, por força do Requerimento nº 666, de 2009, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo a primeira a decisão terminativa.

Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLS nº 318 de 2003.

O art. 22 da Constituição Federal estabelece que legislar sob direito processual e direito agrário é competência privativa da União, enquanto o art. 38 da Carta Magna atribuiu ao Congresso Nacional a responsabilidade de dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Assim, o PLS nº 318 de 2003 preenche os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, não configurando vício de iniciativa nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Somos favoráveis ao projeto em análise, porque acreditamos, como autor da iniciativa, que injustiça podem ser cometidas no julgamento dos conflitos agrários, particularmente na concessão de liminar de manutenção ou de reintegração de posse, sem que se proceda, por parte do Poder Judiciário, a oitiva do órgão governamental competente para tratar da questão fundiária, seja no âmbito da União, seja no âmbito dos Estados.

Sobretudo, porque a autora fora prudente em prever a exceção quando se faz constatar no enunciado proposto o termo 'sempre que possível'. Desta forma, não engessa o julgador quando a urgência realmente se fizer necessária.

O PLS nº 318/2003, no nosso seguimento, estabelece mecanismo atenuante dos conflitos agrários na esfera processual, ao permitir ao magistrado colher informações mais abrangentes acerca da realidade sob a qual pretende aplicar a lei."

Antes de afirmar o voto, Sr. Presidente, esse projeto tem, de fato, um sentido e um largo alcance social, porque o que tem se visto muitas vezes é a definição, por parte do Judiciário, de uma liminar de reintegração de posse, ou de desocupação, no caso, e muitas vezes não são ouvidos os órgãos do Poder Executivo encarregados da questão, e em muitas circunstâncias poderia haver uma mediação para um acordo prévio sem a necessidade, de fato, de se estabelecer ali ou aprofundar um conflito.

Nesse sentido, o projeto é altamente meritório, e eu creio que é uma medida salutar para contribuir na resolução dos problemas fundiários graves em nosso país, especialmente no Nordeste e na Amazônia brasileira.

Mas creio que o pedido de vista que faz o Senador Cícero Lucena, seja no sentido de poder aprimorar essa iniciativa, que, conforme o exposto, Sr. Presidente, somos pela... Com a mais absoluta convicção, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2003, por entender relevante a sua contribuição na solução dos problemas agrários.

É o nosso voto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado Senador Nery, fica registrado o parecer.

Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu quero pedir vistas também. Coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Então a concessão de vista para os dois Senadores.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passamos ao Item 09, que é o último, não terminativo. Ofício "S", nº 56 de 2009. "*Encaminha ao Senado Federal o relatório de ex-funcionários da Companhia Siderúrgica Nacional representadas pela associação de moradores de Capivari de Baixo, em Santa Catarina*". O autor é a própria Comissão, o relator é o Senador Marcelo Crivella, que defende o arquivamento.

Eu peço ao Senador Cícero para fazer a leitura *ad hoc* do relatório elaborado pelo Senador Marcelo Crivella, que está na página 140.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Sr. Presidente, vou direto à análise.

"A Companhia Siderúrgica Nacional, na época em que se deu a demissão dos antigos servidores, integrava a Administração Pública Indireta.

Assim, somente uma lei oriunda do Poder Executivo poderia, antes de ter sido a empresa privatizada, reintegrar em seus quadros os funcionários demitidos, tendo em vista o comando contido nas alíneas "a" e "c" do inciso II, do § 3º, do art. 61 da Constituição, que reserva à iniciativa do Presidente da República as leis que disponham sobre servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

Com a privatização da Siderúrgica, não pode o Governo Federal reabrir prazo para pedidos de readmissão ou regular assuntos atinentes à administração interna dessas empresas, agora desvinculada do Poder Público.

Ademais, o Regimento Interno do Senado Federal não permite que seja feita indicações que contenham sugestões ou conselho a qualquer Poder (art. 225, inciso II, do art. 224). O Regimento define indicação como sugestão de Senador ou comissões para que o assunto nela focalizado, seja objeto de providências ou estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade de seu esclarecimento ou formulação de proposição legislativa.

A Lei 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre as concessões de anistia nas condições que menciona, resultou da edição da Medida Provisória 473, de 1994.

Na verdade, embora conste da lei, a própria anistia nela contemplada não seria apropriada ao caso, pois, a rigor, ela incide sobre os crimes políticos, e assim não poderia ter aplicação para a hipótese de reintegração de antigos empregados aos cargos dos quais foram injustamente dispensados".

O voto, Sr. Presidente*. "Assim, ante a impossibilidade legal do atendimento do pleito, votamos pesarosamente pelo arquivamento do Ofício "S", nº 56, de 2009, em referência*."

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo em queira discutir. Está em votação. Aqueles que estão de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

E dou por encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 11h39.

Ata da 29ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 29 de Setembro de 2009, Terça-Feira, às 10 Horas, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e nove de setembro do ano de dois mil e nove, na sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH **Flávio Arns, Paulo Paim, José Nery e Cícero Lucena.** O Senador Cristovam Buarque justificou sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. **Item Único.** Audiência Pública, **nos termos do Requerimento nº 33, de 2009 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 02/09/09, com vistas a tratar das questões atinentes "**ÀS VÍTIMAS DO VÔO 447 – AFVV447 da AIR FRANCE**". Convidados que comparecem: Xavier Lateyre de Cabans, Ministro Conselheiro em representação a sua Excelência M. Antoine Poillieute, Embaixador da França no Brasil; Oto Agripino Maia, Embaixador Subsecretário Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior em representação a Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores; Maarten Van Sluys, Diretor Executivo da Associação dos Familiares das Vítimas do Vôo 447; Júlio Cezar da Cruz Costa, Advogado e Corretor de Seguro, representando Gustavo Lasalvia Besada da *Axa Corporate Solutions*; Isabelle Birem; Diretora-Geral para o Brasil da *Societé Air France*; e Nelson Faria Marinho, Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas do Vôo 447. O Senhor Presidente convida os senhores convidados para tomar lugar à mesa e passa a palavra a todos. O Senhor Presidente passa a palavra para familiares presentes no Plenário nº2. O Senhor Presidente propõe aos presentes a realização de reunião administrativa da Comissão de Direitos Humanos para mediar o entendimento entre os familiares das vítimas e os representantes da *Societé Air France*, da *Axa Corporate Sosutions*, do Governo Francês e a Doutora Mariana Tavares de Araújo, Secretária de Direito Econômico, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça a realizar-se no Ministério da Justiça, o que é acatado prontamente pelos convidados. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e José Nery. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão desta Reunião. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 33, de 2009, da CDH, de autoria desse Senador, aprovado no dia 02/09/2009, com vistas a tratar das questões atinentes "Às vítimas do voo 447 da Air France". Os convidados: Ministro Conselheiro em representação ao Embaixador da França no Brasil, Sr. Xavier Lapeyre de Cabanes. A pronúncia é por minha conta, mas está convidado à Mesa. Convido V. Exa. para vir para a Mesa agora; convidamos também o Embaixador e Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no

Exterior em representação ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Oto Agripino Maia; convidamos também o Diretor-Executivo da Associação dos Familiares das Vítimas do Voo 447, Maarten Van Sluys; Júlio César da Cruz Costa, Advogado e Corretor de Seguros, representando Gustavo Lassalvia Besada, da Axa Corporate Solutions; e, por último, a Sra. Isabelle Birem, Diretora-Geral para o Brasil da Air France.

Nós vamos distribuir a nossa Audiência Pública, a ordem das falas, de acordo com a ordem que eu recebi aqui e que chamei os nossos convidados para a Mesa. Eu vou dar dez minutos para cada um, com mais cinco, se necessário, mas sem nenhuma rigidez absoluta no tempo. Se necessário for, a gente abre um espaço maior.

Então de imediato nós passamos a palavra ao Ministro Conselheiro Xavier Lapeyre de Cabanes, que está com a palavra.

SR. XAVIER LAPEYRE DE CABANES: Muito obrigado, Presidente. O Embaixador Francês não está agora no Rio, então eu vou representá-lo. Muito agradeço pelo convite e pela organização dessa Reunião.

A Embaixada da França já tinha outros contatos com a Associação das Vítimas Brasileiras e o Sr. Maarten Van Sluys, já organizamos encontros das famílias de vítimas em Paris também quando o Ministro Francês dos Transportes veio para Brasília com o Presidente Sarkozy, há três semanas. Já organizamos também uma reunião de informação das famílias e da Associação porque achamos muito importante que as famílias saibam o que também sabemos já sobre esse acidente. Então o Bureau d'Enquêtes et d'Analyses do Ministério Francês dos Transportes, o Ministro das Relações Exteriores e o Ministério dos Transportes da França tentaram já informar ao máximo possível as famílias, tanto da França quanto do Brasil ou da Alemanha ou de todas as Nações, de todos os Estados que foram vítimas no avião.

Agora a nossa obrigação é essa, a nossa obrigação como Estado é que as famílias saibam, que as famílias possam ter informações e ter também uma ajuda.

Uma pesquisa judiciária foi aberta na França no primeiro dia depois do acidente, dia 02 de junho, e a Juíza, a Sra. Sylvie Zimmerman, já mandou uma CRI – Comissão Rogatória Internacional – não sei como se chama em português, desculpa -, e a Sra. Zimmerman deverá vir aqui no Brasil daqui a três ou quatro semanas, ainda não está certo, para assistir nessa Comissão Rogatória Internacional, no processo de pesquisa para que a Justiça francesa faça essa pesquisa, para que a verdade seja descoberta, como se diria em francês.

Então eu estou aqui hoje para dar um testemunho, o Estado Francês está aqui para ajudar a Air France, o [ininteligível], e para também agilizar o relacionamento, se precisar acelerar o relacionamento entre as vítimas de qualquer País e a Air France ou as Companhias de Segurança, o Juiz, etc.

Muito obrigado. Acho que vou passar a palavra para o Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Ministro Xavier. Passamos de imediato a palavra ao Embaixador e Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, o Sr. Oto Agripino Maia.

SR. OTO AGRIPINO MAIA: Bom-dia. Eu acho que seria útil que, de início, eu procurasse explicar um pouco qual é exatamente a delimitação de atuação do Ministério de Relações Exteriores nesse triste episódio do acidente Air France 447 e procurasse também resumir um pouco a evolução dos acontecimentos e em que ponto nós estamos hoje.

Em primeiro lugar, o Ministério de Relações Exteriores nesse episódio todo atuou e atua como facilitador. Na primeira fase, digamos, mais operativa, que esteve a cargo do Ministério da Defesa e de seus órgãos especializados de aviação civil e, em seguida, da Polícia Federal, quando se passou à etapa de coleta de destroços no mar e de identificação dos corpos no Recife, através de técnicos da Polícia Federal e da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, então o episódio entrou numa nova fase, da fase de busca de destroços passou para a da identificação dos corpos. Aí foi constituído um ponto focal no Ministério da Justiça e instaurado na França um inquérito criminal. Os inquéritos na França são instaurados na Justiça, são Juízes de instrução que procedem as investigações, e existe uma Juíza, a Juíza Zimmerman, que tem se ocupado desse caso. Então nós passamos, o Itamaraty passou, através do seu Consulado em Paris, a manter contatos frequentes com a Juíza e com um alto funcionário indicado pelo Ministério das Relações Exteriores da França, o Embaixador Pierre-Jean Vandoorne, que foi designado como também ponto focal, coordenador das relações com as famílias das vítimas. Nessa fase o Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores, continuou, sobretudo, em Paris, através do seu Consulado, a atuar, repito, como facilitador de contatos. Esteve em Paris a Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça, aliás, eu me permito comentar que nesta Mesa falta um protagonista muito importante na etapa atual desse problema, que é a Secretária de Direito Econômico. Eu explicarei a seguir por quê.

Bom, então instaurado o processo criminal em Paris, o tema entrou numa nova fase, encerrou-se a

etapa também de identificação dos corpos, os últimos corpos foram identificados no Recife e no Brasil a autoridade central para a execução do acordo bilateral de cooperação na área penal, que existe entre o Brasil e a França, é o Ministério da Justiça. Portanto, a autoridade central no Brasil para essa questão é o Ministério da Justiça, é ele que é encarregado da interlocução com a Justiça francesa a respeito da questão do processo criminal.

Paralelamente à investigação criminal na França corre também, é claro, uma investigação técnica, a cargo, como eu disse o Ministro Lapeyre de Cabanes, a cargo do Bureau d'Enquêtes et d'Analyses, o Escritório de Investigações e Análises. É um escritório técnico do Governo Francês e em cujas mãos está a investigação técnica desse assunto.

Mais uma vez o Ministério das Relações Exteriores continua buscando colocar em contato as pessoas interessadas, inclusive do lado brasileiro a Secretária de Direito Econômico, que esteve em Paris com assessor, Parlamentares brasileiros que estiveram em Paris e que mantiveram contatos com autoridades francesas e com dirigentes da Air France. Em suma, tem havido nos últimos meses, desde o dia 1º de junho, que foi a data dessa fatalidade, tem havido uma sucessão de contatos dos dois lados.

Na etapa atual, superada a etapa de coleta de destroços e corpos, a identificação de corpos, nós nos encontramos na fase em que as autoridades francesas estão empenhadas na investigação das causas do acidente, por um lado, e paralelamente em outra pista a Justiça francesa está procedendo ao inquérito criminal. O terceiro personagem do lado francês nisso tudo é o já mencionado Embaixador Pierre-Jean Vandoorne, que é no [ininteligível], no Ministério das Relações Exteriores, o encarregado das relações com as famílias das vítimas.

Nós recebemos cópia de toda a correspondência mandada pelo Embaixador Vandoorne às famílias das vítimas. Eu creio que têm mais de 1.500 pessoas cadastradas junto a esse ponto focal que recebem comunicações. Se não me engano, o Embaixador Vandoorne já fez oito cartas, que são cartas circulares com informações sobre o andamento das investigações sobre o sinistro.

Neste momento então nós estamos nessa fase, a fase das investigações e, naturalmente, na fase das negociações sobre indenizações. Creio que aí a Associação de Representantes das Famílias tem a sua palavra a dar, ela não representa a totalidade das famílias, nós sabemos, ela mesma diz, mas é hoje o participante do lado brasileiro, das vítimas da tragédia, o participante mais ativo.

De modo que o Itamaraty continua no seu trabalho de facilitação. Agora mesmo o nosso Consulado em Paris foi instruído a convidar a Juíza Zimmerman, que é a encarregada do inquérito na área criminal na Justiça francesa, o Sr. Arslanian, que é o Diretor do Bureau d'Enquêtes et d'Analyses, que faz a investigação técnica, e o Embaixador Vandoorne, que é o porta-voz do Ministério do Exterior para esse assunto, convidou, está convidando os três a virem ao Brasil fazer uma reunião de informação, eles poderiam dar informações a todos os interessados sobre o andamento do caso, e para manter contato com as famílias das vítimas. Nós acreditamos que essa reunião, essa vinda desses três interlocutores franceses vai se realizar esperamos que antes do fim do ano, a nossa Cônsul em Paris está procurando agendar a luz das disponibilidades de tempo desses três interlocutores franceses, e nós esperamos que essa reunião possa ter lugar o mais rapidamente possível.

Esses eram os comentários iniciais que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado ao Embaixador Oto Agripino Maia.

O Senador José Nery, que já está conosco, depois nós vamos trocar aqui a presidência aos poucos, aí você vai lá, você volta aqui, nós vamos nos entender, com certeza. O Senador José Nery é o Vice-Presidente dessa Comissão e fez questão de vir aqui para acompanhar esse debate, já que outras Comissões na Casa pedem também a presença dele. Senador José Nery, nós estamos aqui discutindo, a pedido dos familiares das vítimas do vou 447 da Air France, essa Audiência Pública para esclarecer o que está acontecendo e o que é que nós podemos avançar com a maior brevidade possível na busca da solução, do atendimento dos familiares que perderam, enfim, seus entes queridos nesse grave acidente.

Eu queria agora passar a palavra e seria bom, Senador José Nery, que V. Exa. pudesse também ouvir, para o representante das famílias, pelo menos da maioria, que é o Diretor-Executivo da Associação dos Familiares das Vítimas do Voo 447. É o Dr. Maarten Van Sluys. Está com a palavra, doutor.

SR. MAARTEN VAN SLUYS: Muito obrigado. Eu queria cumprimentar a todos e agradecer pelas presenças, agradecer também em nome do Presidente da nossa Associação, aqui presente, o Sr. Nelson Faria Marinho, tenho certeza que estarei falando também em nome dele e em nome de todas as pessoas às quais nós representamos. Agradeço ao Presidente da Comissão, o Senador Cristovam Buarque, que prontamente acolheu esse pedido do Senador Paulo

Paim, com quem nós estivemos aqui recentemente trazendo a nossa petição, o nosso pedido de um maior reconhecimento e envolvimento das autoridades brasileiras e de toda a sociedade como um todo nesse drama pessoal, que todos nós, familiares, estamos vivendo desde o dia 1º de junho, data europeia, 31 de maio, data brasileira.

Eu queria dizer para vocês que nós somos hoje representantes de 32 vítimas presentes naquele trágico incidente com aquele avião, não somente brasileiros, temos associados de cinco países, dos 32que estiveram a bordo do avião: Itália, França, Suíça, Alemanha e Brasil. Estamos viajando constantemente estando em contato com famílias, com pessoas no Brasil, temos contato com pessoas em Mossoró, pessoas em Porto Alegre, pessoas no Rio, São Paulo, capitais e etc.

O drama é uníssono, estamos todos passando uma situação pela qual jamais gostaríamos de estar vivendo. Sabemos a complexidade que envolve os esclarecimentos técnicos que levaram a essa tragédia. É de nossa total e plena consciência que trata-se de um fato inédito ocorrido naquele dia. No entanto, os desdobramentos daquele acidente, daquele incidente causado não estão de acordo com as expectativas dos familiares. As famílias se ressentem de comunicação. Gostaria de agradecer as palavras do Embaixador Oto Agripino Maia, que gentilmente nos recebeu juntamente com o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, no Itamaraty, mas de fato a comunicação, se existem 1.500 pessoas cadastradas e recebendo notícias, eu, por exemplo, não sou uma delas, porque não recebi nenhuma das oito cartas e o nosso Presidente, Nelson Marinho, confirma que também não recebeu. Então deveríamos apurar um pouco melhor como está sendo feito o sistema de comunicação das empresas às quais nos devem as devidas explicações e, principalmente, apoio amplo e irrestrito com base nas necessidades médicas, psicológicas.

Falou-se aqui em indenizações, a indenização obviamente é um processo natural, é uma consequência que vai existir, porque como eu pessoalmente disse para o Sr. Vandoorne na nossa gentil recepção, a nós oferecida na Embaixada do Brasil aqui em Brasília, nós ainda não sabemos quem são os culpados desse episódio. Muito fala-se de avião, Airbus ou manutenção, enfim, acoplado com problemas meteorológicos. Agora nós temos uma certeza absoluta: que as 228 pessoas que perderam a sua vida naquele avião não são culpadas, então nós sabemos quem são os inocentes; não sabemos de quem é a culpa. Mas a nós, que representamos a parte inocente, não aceitaremos sermos prejudicados em questões civil e criminal decorrentes desse episódio.

Indenização é algo que as famílias buscam individualmente, cada um tem os seus próprios convencimentos sobre qual é o Fórum legítimo que deve recorrer, se é na França, se é no Brasil. Esse é um caso de extrema complexidade, inclusive jurídica, e nós temos a plena convicção disso. Porém, estivemos acompanhando no dia 24, em Paris, a Sra. Juíza Exma. Zimmerman, que acolheu com grande zelo as famílias francesas e estrangeiras que estiveram lá, inclusive nos abrindo o caminho para que nós recorrêssemos a ela, Juíza francesa. Em seguida, na Alemanha, tive participação na reunião da Associação alemã, que é integrada à nossa, à qual também espera que nós aqui no Brasil consigamos, com algum êxito, obter a criminalização do episódio aqui no nosso País.

Esse avião saiu às 22 horas e alguns minutos do Galeão completamente inteiro e em boas condições, até prova em contrário. Quatro horas e quinze minutos depois se precipitou sobre o Oceano Atlântico em situação ainda não esclarecida. Não sabemos que adventos técnicos levaram esse episódio a acontecer, mas sabemos que o avião saiu do aeroporto brasileiro, do Galeão, do Aeroporto Tom Jobim. Afinal de contas, quais foram as pessoas que tiveram acesso a esse avião, quais foram as manutenções feitas, quais são os manifestantes de cargas existentes a respeito desse avião? Isso é uma coisa que diz respeito à nossa soberania nacional.

Eu queria também abrir um parêntese e agradecer o empenho das Forças Armadas na busca, com milhares de horas de busca em pleno mar aberto, um trabalho magnâmico, fantasticamente desempenhado, manifestei o meu agradecimento pessoalmente em Recife. Agradeço tanto a Chancelaria brasileira, que tem apoiado as famílias binacionais nesse caso, nós temos diversos casos de pessoas com relações de casamento, matrimônio, filhos no exterior, que estão precisando, efetivamente, de apoio na busca de documentos. Para não dizer dos exceto 50 corpos que foram identificados, outros 175 não identificados e que em vários países precisam do certificado de morte presumida, ou seja, está havendo um entrave muito grande envolvendo vários países envolvidos na questão documental, inclusive, a qual também foi objeto do nosso apelo ao vir aqui a Brasília, pedindo que inclusive o Ministério da Justiça possa nos auxiliar na facilitação da obtenção desses documentos.

A seguradora se prontificou a ajudar as famílias na obtenção desses documentos através de expedição de mandatos judiciais. Isso não está se realizando a contento, nós temos inclusive notícias de famílias que sequer foram contatadas até hoje por qualquer uma das empresas que participaram desse episódio, ou

seja, essas passagens foram vendidas aos seus consumidores, o contrato de transporte foi descumprido, as pessoas não chegaram ao seu destino por razões que deverão ser explicadas segundo as explicações do BEA, órgão investigativo, de 12 a 18 meses, nós talvez tenhamos, através de buscas, pesquisas e perícias o esclarecimento do que causou a queda do avião, mas trata-se de uma questão humanitária, não somente técnica ou jurídica.

As pessoas no Brasil e fora do Brasil precisam de ajuda e, quando se fala ajuda, não é somente eventos pontualmente agendados para cada 30, 60, 90 dias, de caráter religioso, na qual se visa buscar uma homenagem ecumênica em celebração à memória das pessoas. Isso não é o suficiente. As pessoas precisam de ajuda muito mais efetiva de acompanhamento. Eu estive falando isso em Munique antes de ontem, o Estado de direito no Brasil não é obviamente igual ao da Europa, onde as pessoas têm a garantia médico-hospitalar garantida pelo Estado. No Brasil as pessoas estão pagando pelo seu atendimento médico, pelo seu atendimento psicológico, e nos mandam e-mails com bastante frequência perguntando o que a Associação, enquanto entidade, podemos fazer para ajudá-las no recurso material para atendimento dessas pessoas. A extensão, obviamente, ela é variável de caso a caso, têm pessoas que estão muito mal. A ausência do corpo, do fechamento do ciclo, é um problema adicional.

Então eu de fato gostaria de dizer que nós, enquanto Associação, estamos abertos a ouvir, não somos especialistas nisso, entramos nisso de uma maneira completamente involuntária, estamos fazendo o que podemos, estamos conseguindo o apoio da sociedade brasileira, tivemos um grande apoio da imprensa, a qual também faço questão de estender os meus agradecimentos, e as famílias que são o nosso maior... Nós somos a parte legitimamente afetada crucialmente nesse caso.

Então gostaríamos de dizer que a nossa luta é uma luta que nós sabemos ser longa, mas que ela vai gerar resultados positivos, com toda certeza, através do nosso empenho e da sociedade brasileira incentivando o nosso trabalho. É uma situação extremamente difícil.

Queria dizer também que recentemente entregamos um documento tanto na Procuradoria-Geral da União [soa a campainha], pedindo que seja criminalizado o assunto, e na Embaixada da França uma carta com nove pedidos.

Agradeço a todos e muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só gostaria de informar a todos que, se necessário for, depois que a campainha toca ainda dispõe de cinco minutos, se necessário for.

Passamos a palavra nesse momento ao Sr. Júlio César da Cruz Costa, Advogado e Corretor de Seguros, representando o Sr. Gustavo Lassalvia Besada.

SR. JÚLIO CÉSAR DA CRUZ COSTA: Obrigado, Senador. Eu gostaria apenas de esclarecer inicialmente que a Axa Corporate Solutions, como foi informado a essa Casa, ela não tem uma representação legal no País. Ela se trata de uma empresa francesa, constituída sob as Leis da Comunidade Europeia, uma empresa que tem atuação em 90 países, incluindo praticamente todos os países europeus, os Estados Unidos e alguns escritórios na China.

A empresa tem a apólice de responsabilidade civil aeronáutica de todas as operações da Air France e está aqui como parceira da empresa o Dr. Gustavo e eu, que somos os Advogados da empresa no Brasil, e obviamente temos instruções da empresa para estar aqui auxiliando no que for necessário.

Eu gostaria de ceder o meu tempo, se possível, Presidente, para a representante da Air França, Isabelle Birem, que vai fazer uma apresentação mais detalhada de toda a assistência que foi fornecida às famílias até o presente momento e também dos próximos passos relativos à questão indenizatória.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem problema, como também se o Presidente, depois, da entidade quiser fazer uso da palavra vai poder falar sem problema nenhum, num segundo momento, depois das apresentações.

Então, de imediato, passamos a palavra a Sra. Isabelle Birem, Diretora-Geral para o Brasil da Air France. Disporá, se necessário for, de dez, mais dez e mais dez, pelo tempo que for lhe cedido.

SR. ISABELLE BIREM: Muito obrigada, Sr. Presidente. Temos aqui umas apresentações que eu não sei se o senhor gostaria de passar para as pessoas presentes.

Antes de proceder à minha apresentação, agradeço à Comissão de Direitos Humanos pelo convite e ao seu Presidente, o Sr. Cristovam Buarque. Também agradeço ao autor do requerimento desta Audiência Pública, o Senador Paulo Paim, que preside a Audiência de hoje.

Agradeço também pela oportunidade de mostrar a solidariedade e preocupação que a Air France está dando ao caso desde seu primeiro momento. O acidente ocorreu somente há quatro meses. Ficamos todos consternados. A partir daí a empresa empenhou muitos esforços na busca de soluções. É o vou mostrar na apresentação que lhes trouxe.

Então, primeiro, teremos uma introdução para lembrar a todos a cronologia dos eventos, depois desenvolver alguns pontos relativos às ações que a Air France tomou para a assistência às famílias, antes de chegar à conclusão.

Então a primeira coisa é que o dever de uma companhia aérea é trazer pessoas de um ponto 'A' para um ponto 'B' em total segurança e que no caso da Air France 447 não cumprimos essa missão. A partir do momento que falhamos nessa missão, nossa prioridade nº 1 é cuidar das famílias e dar assistência para as famílias de forma igualitária a todos e em todos os países do mundo. Temos 32 nacionalidades envolvidas nesse acidente. Quero lembrar também que dos 228 pessoas que estavam a bordo, tínhamos 216 e 12 tripulantes, sendo que a Companhia também, a Companhia Air France e os 60 mil funcionários da Air France também estão de luto.

Os nossos compromissos para a sociedade e para as famílias são, primeiro, a procura da verdade, porque é de suma importância para nós internamente na Air France e para as famílias saber o que se passou e por que esse avião não chegou lá em Paris. Isso é em total transparência, comunicando as informações que temos para o público e para as famílias e procurando também providenciar para as famílias suporte e acompanhamento nos momentos que seguem à tragédia.

Então uma cronologia rápida. Eu coloquei "usuários do Brasil" para que isso seja mais claro. Às 23h14, isso é um fato, foi o último sinal automático emitido pela aeronave, sinais mandados pela aeronave, sinais automáticos que chegam lá na área de manutenção. Às 03h35 foi ativada a célula de crise na Air France e a partir das sete horas, horas do Brasil, começamos a acolher as famílias na sala vip do terminal, que se transformou em centro de assistência para as famílias lá no Aeroporto de Charles de Gaulle. Disponibilizamos também um número de telefone gratuito para o público, para procurar informações, e às 08h30 o nosso Diretor-Geral, o Presidente Mundial da Air France, o Sr. Pierre-Henri Gourgeon, fez uma coletiva à imprensa para efetivamente comunicar o que tinha passado. E às nove horas aqui do Brasil foi aberto lá em Paris um centro de atendimento das famílias no Hotel Pullman, perto do Aeroporto de Charles de Gaulle. Esse padrão, seguimos exatamente o mesmo aqui no Brasil. Às 04h45 ativamos a célula de crise aqui e eu fui a diretora de crise nesse dia. A partir das nove horas começamos a acolher as famílias no Aeroporto do Galeão, com funcionários da Air France, com assistência medical(F), com assistência psicológica. Às 09h10 disponibilizamos também um número de telefone gratuito para o público se informar. Às 11 horas da manhã abrimos um centro de atendimento das famílias lá no Hotel Windsor, na Barra de Tijuca. E às quatro horas da tarde fizemos uma coletiva de imprensa para comunicar para o público brasileiro o que é que tinha se passado.

Nesse dia foi uma mobilização inteira das equipes da Air France no Brasil. A Air France no Brasil possui 230 funcionários. Obviamente, no Rio, as equipes dos aeroportos, as equipes do centro de atendimento telefônico e as equipes que trabalham na cidade estavam todas dedicadas a atender as famílias. Mas também mandamos entre 30 e 40 pessoas de São Paulo apenas para chegarem no escritório, mandamos eles irem para o Rio para prestarem atenção às famílias.

No dia seguinte, 02 de junho, a Diretoria da Air France, o Comitê Executivo, tomou a decisão de criar uma estrutura permanente de 12 pessoas para cuidar do segmento do acidente. Essa célula AF 447 hoje permanece numa estrutura perene. Chegaram ao Rio de Janeiro 20 voluntários vindo de Paris, que pegaram o voo de Paris para o Rio no dia anterior. Todos falavam português e eles prestaram assistência para as famílias lá no centro de atendimento no Hotel Windsor. Foi nesse mesmo dia que também no centro de atendimento recebemos a visita do Ministro da Defesa, o Sr. Nelson Jobim, que falou com as famílias e explicou qual era o estatuto das buscas.

Em 03 de junho, conforme as indicações da ANAC, publicamos a lista das vítimas brasileiras, cujas famílias tinham aceito publicar o nome. Também a Air France organizou uma cerimônia ecumênica em Paris, na Catedral em Notre Dame.

A 04 de junho, as autoridades do Rio de Janeiro organizaram uma cerimônia ecumênica com a presença dos Ministros das Relações Exteriores brasileiro e francês, o Sr. Celso Marino e o Sr. Bernard Kouchner, e o Bernard Kouchner efetivamente nesse mesmo dia visitou também o centro de atendimento das famílias e respondeu às perguntas das famílias.

Em 05 de junho, a FAB organizou uma viagem para esses familiares que queriam ir para Recife para poderem estar em contato com o oficial que estava supervisionando as buscas e responder às perguntas deles.

Em 06 de junho, foi o dia em que foram descobertos os primeiros destroços e os primeiros corpos. Nesse mesmo dia, nós organizamos no centro de atendimento das famílias contatos com os representantes de nossa companhia de seguro. Por quê? Para acelerar os trâmites e a montagem dos dossiês de indenização, porque sabemos que isso é de suma importância. Então quisemos organizar isso no centro de atendimento mesmo para acelerar esse processo.

No dia 10 de junho, como muito bem falou os anteriores porta-vozes, foi nomeado o Embaixador Pierre-Jean Vandoorne, que é um Embaixador especial para mediar as relações entre as famílias e as autoridades, as famílias do mundo inteiro e as autoridades do mundo inteiro, especialmente autoridades francesas. O Sr. Vandoorne imediatamente tomou um avião e visitou o centro de famílias no Rio, antes de seguir a sua viagem pelo Brasil.

Em 15 de junho, foi o dia que chegaram a Recife os primeiros destroços, e esse mesmo dia nós instalamos lá em Recife uma equipe para facilitar as formalidades funerárias. Contratamos uma equipe de embalsamamento, especialistas em embalsamamento para toda essa parte funerária.

Eu não vou continuar com a cronologia, mas isso foi o que se passou durante os 15 primeiros dias.

Em termos de suporte às famílias, isso foi o que a Air France fez. No Brasil, instalamos esse centro de atendimento que funcionou durante duas semanas, com presença dos representantes das seguradoras, em 06 e 07 de junho. Em 08 de junho foi aberto no Rio de Janeiro um escritório exclusivo para cuidar dos dossiês de indenização, esse escritório ainda está aberto, com o nº 0800 para responder a todas as perguntas relativas a esse trâmite. Acompanhamos em Recife, a partir de 22 de junho, concretamente, todas as famílias que desejavam ir para o Recife para fazer os trâmites de liberação dos corpos, estivemos acompanhando e ajudando nesse processo com funcionários da Air France, com assistência psicológica e com assistência jurídica. Colocamos à disposição do público um número gratuito de informações desde o primeiro dia. Depois um número exclusivo [soa a campainha] porque tínhamos muito trote, número exclusivo que funciona ainda hoje, sete dias por semana, e que está à disposição das famílias. E em 1º de julho organizamos uma missa do 30º dia, da qual participou o Sr. Pierre-Henri Gourgeon, o Presidente da Air France, que tomou também efetivamente duas horas para responder às perguntas das famílias.

No resto do mundo, na França e nos outros países, como eu falei anteriormente tem uma equipe de 12 pessoas dedicadas para todo o segmento do acidente que seria o Air France 447, um Vice-Presidente que está a cargo dessa equipe e ele se reporta diretamente ao Comitê Executivo da Air France. Tudo isso para mostrar que estamos tomando isso muito a sério e no mais alto nível da empresa. Colocamos à disposição do público um número gratuito para informações desde o primeiro dia e para as famílias um número gratuito exclusivo. Instalamos também centro de atendimento e também foi organizada uma cerimônia.

Em termos de cooperação com as autoridades, nós temos agido em total cooperação com as autoridades brasileiras e francesas, com a presença da Marinha e da FAB no centro de atendimento das famílias. Era muito importante para as famílias ter as informações divulgadas pelos oficiais da FAB e da Marinha antes das conferências de imprensa, para os jornalistas, porque eles queriam ser informados antes da imprensa. Então isso foi feito durante 15 dias. Também disponibilizamos a Polícia Federal toda uma série de recursos para facilitar o trabalho deles de recolhimento de material a fim de identificação dos corpos, dados morfológicos e DNA. Tudo isso no centro de atendimento das famílias, de 03 a 12 de junho. Também na ANAC esteve presente.

E, por último, a Air France contribuirá na terceira fase das buscas, que o BEA – Bureau d'Enquêtes et d'Analyses vai pedir e lançar para o fim do ano 2009, com o objetivo de encontrar a famosa "caixa-preta".

Em termos de comunicação, em cada País foram designadas pessoas dedicadas e às quais as famílias podem recorrer se elas precisam de informação. Estamos divulgando regularmente boletins de informações, efetivamente através da Air France essas cartas do Embaixador Vandoorne ou do BEA são mandadas para as famílias, até agora foram 11 cartas de informações que foram mandadas. Lançamos um site na internet dedicado para as famílias, com login e senha privados, em inglês, francês, português, alemão, italiano e chinês, para efetivamente que as famílias possam encontrar lá as informações que elas estão buscando. E, de forma geral, as informações completas para o Air France 447 se encontra no site da internet corporativo da Air France com todas as questões chaves, e esse site o público pode consultar.

Em termos de suporte às famílias, também propusemos nossa ajuda em termos de facilitação nos procedimentos administrativos e judiciais. Primeiro, desde 02 de junho, emitimos certificados de presença a bordo para quem estava pedindo. Depois, lá em Recife, quando foram achados os corpos, propusemos o nosso apoio junto com a AXA para todos os trâmites de liberação dos corpos e obtenção das certidões de óbito. E efetivamente para essas famílias que não encontraram, para os quais o familiar não foi encontrado, propusemos apoio para as declarações de morte presumida, que eu passo preliminar antes de ter a certidão de óbito. Como estamos sobre esse tema, dos 228 passageiros, pessoas a bordo, tínhamos 216 passageiros, dos quais 57 brasileiros, e 12 tripulantes do qual um brasileiro. Foram resgatados 50 corpos, sendo 20 de brasileiros. Dos 58 brasileiros, foram emitidas até hoje 29 certidões de óbitos; 20 que correspondem aos

corpos encontrados e identificados, seis para o qual nós propusemos e a família aceitou a ajuda, três para os quais a família fez diretamente o procedimento, ela mesma, e dos demais 29 brasileiros, temos 24 em andamento, para o qual a declaração de morte presumida está em andamento, 14 com o apoio da Air France e da AXA desde(F) diretamente pela família, e temos cinco para as quais as famílias não decidiram ainda entrar nesse processo.

Em termos de indenizações. A Air France está submetida à Convenção de Montreal, da qual o Brasil é signatário, e também estamos submetidos ao regramento europeu sobre aviação. Por isso, pagamos a quantia de 17.600 euros por vítima como adiantamento de indenização. Esse adiantamento tem como objetivo de ajudar as famílias a enfrentar as dificuldades econômicas que podem ocorrer nesse tipo de caso e a aceitação disso não requerer nenhuma contrapartida. Os beneficiários conservam todos os direitos à indenização e todos os direitos a recurso posterior. Das 58 vítimas brasileiras, 45 famílias receberam o adiantamento de 17.600 euros, para duas famílias o adiantamento foi depositado em Juízo e 11 famílias não decidiram se pretendem receber ou não o adiantamento.

Igualmente em termos de indenizações está em estudo, pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, a abertura de um programa de indenização, como foi feito no caso da TAM. Pelo estudo, farão parte do programa a Secretaria de Direito Econômico, um representante do Ministério Público Federal, um representante do PROCOM, além de outras autoridades cuja participação a Secretaria de Direito Econômico julgar importante. O estudo está em fase final, normalmente deverá ser aberto esse programa de indenização. A Air France aceitou, suas seguradoras estão em contato com a Secretaria de Direito Econômico e aceitamos o princípio de participação de um programa de indenização, porque, efetivamente, vimos que no caso do acidente da TAM essa iniciativa da Secretaria de Direito Econômico trouxe muitos benefícios.

Também em respeito à memória das vítimas e de seus familiares e a pedido das autoridades, estamos em curso da devolução dos objetos pessoais que foram identificados como pertencendo a brasileiros. Contratamos especialistas para a limpeza e higienização desses objetos, para cinco famílias os objetos já foram entregues e está em andamento a restituição para quatro outras famílias.

Para fazer um balanço de tudo isso, mais de mil voluntários, todos funcionários da Air France foram mobilizados ao redor do mundo em virtude do acidente. Aqui no Brasil, para prestar assistência às famílias das vítimas, a Air France Brasil, cerca de 100 colaboradores dos 230 participaram da assistência às famílias e recebemos a ajuda de cerca de 150 pessoas que vieram da França, de Portugal, do Canadá, dos Estados Unidos, da Inglaterra, porque um dos requisitos era que eles falassem português para poder se comunicar com as famílias. Não são 1.500 que são cadastrados, são 2.100 parentes próximos que efetivamente estão cadastrados e identificados, 770 na França, 410 aqui no Brasil, 170 na Alemanha e 750 nos outros países, sendo deles 785 parentes diretos, maridos, esposas, filhos, pais, mães, irmãos.

Em termos de assistência, providenciamos a assistência logística necessária para reunir os familiares, bilhetes aéreos, hospedagens, despesas diversas, e dos 40 pedidos de assistência psicológica que recebemos, não recusamos nenhum [soa a campainha].

Para o futuro, estamos trabalhando na preparação de uma cerimônia em memória das vítimas no Rio de Janeiro. Isso foi um pedido que surgiu imediatamente na primeira semana por parte das famílias francesas e então o que fizemos foi uma pesquisa durante o mês de agosto, uma pesquisa que foi enviada a 800 parentes próximos do mundo inteiro, e o resultado dessa pesquisa foi que 75% delas desejam ter um lugar de memória em homenagem às famílias no Rio de Janeiro e uma cerimônia no Rio de Janeiro. Por isso estamos com suporte muito forte da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, estamos trabalhando na organização de uma cerimônia em memória às vítimas e a inauguração de um espaço de recolhimento para as famílias, sendo que essa cerimônia deveria ocorrer no próximo dia 07 de novembro. Deveria reunir as famílias do mundo inteiro, cerca de talvez 600 pessoas.

Para concluir, a Companhia Air France agradece às autoridades brasileiras pela ajuda e o suporte na gestão dessa tragédia, tanto na esfera federal, quanto estadual e municipal, e nos comprometemos a dar sequência à assistência necessária às famílias, a dar total suporte para a instalação e funcionamento, inclusive com o apoio logístico necessário do programa de indenização a ser criado pela Secretaria de Direito Econômico e a contribuir com as investigações, sendo transparente nas informações às autoridades envolvidas, bem como aos familiares e à sociedade.

Agradeço novamente pela oportunidade e o convite e fico à disposição dos senhores para o que for necessário.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mediante a exposição apresentada pela Sra. Isabelle Birem, Diretora-Geral para o Brasil da Air France, eu gostaria, em primeiro lugar, de ler para os senhores a justificativa do Presidente dessa Comissão, o motivo

de ele não estar aqui, já que ele entendeu a importância desse momento, mas me informa ele: *"Meus cumprimentos. Quero informar a V. Exa. que estarei impossibilitado de comparecer aos trabalhos dessa Comissão no período compreendido entre 25/09 e 25/10 do corrente ano, tendo em vista a minha participação no Encontro da Comunidade de Práticas pela Redução da Pobreza – Metas de Desenvolvimento do Milênio e Setor Privado, promovido pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que será realizado na Cidade do Cairo, Egito, conforme cópia de requerimento de desempenho de missão política e cultural de interesse Parlamentar no exterior, que encaminho em anexo"*. Então o Senador Cristovam, que preside a Comissão, justifica que está no Cairo, numa missão representando essa Casa, e por isso que não se encontra nesse momento.

Como aqui falaram diversos convidados, eu acho que não há problema nenhum de nós darmos também a palavra ao Sr. Nelson Faria Marinho, Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas do Voo 447. Quero mais uma vez aqui dizer que o Embaixador Oto Agripino me lembrava aqui que seria fundamental que estivesse aqui conosco a Secretaria-Geral de Direito Econômico do Ministério da Justiça, que é quem está praticamente coordenando também o desenrolar das indenizações. A indicação dela não veio para a Comissão e eu solicito aqui à Secretaria-Geral da Comissão para fazer contato com o Ministério da Justiça. Se ela puder ainda atender ao nosso pedido, eu ficaria muito grato; senão, a minha proposta seria que a gente tivesse uma reunião com a presença dela e quem sabe um representante tanto das famílias como também da Air France para que trocássemos algumas ideias, enfim, ver como é que está o devido encaminhamento.

Mas de pronto passo a palavra ao Presidente Nelson Faria Marinho, da Associação dos Familiares das Vítimas do Voo 447.

SR. NELSON FARIA MARINHO: Bom, antes de mais nada eu quero agradecer ao Senador Cristovam Buarque, embora ausente, e um agradecimento especial a um homem do povo, que é o senhor, porque se estamos aqui agora foi pelas suas mãos, foi pelos seus esforços. Agradecer a presença da Air France, do representante da Embaixada Francesa, e agradecer ao representante do Ministro Celso Amorim, que nos recebeu lá muito bem.

Agora eu gostaria de fazer aqui uma prévia para que não fique dando conotação que eu sou antifrancês. Muito pelo contrário, eu tenho consciência dos laços do Brasil com a França, por sinal a aviação começou lá, eu tenho certeza que não sou antifrancês porque tenho inclusive filhas morando na França, mas existem falhas por parte da Air France, do Governo Francês, que é dono da Air France, e também da AXA, que tem aqui o seu representante.

A AXA foi, para mim isso, para a minha família, foi na minha pele, mas têm outros exemplos de famílias que estão em dificuldades, sim. Para mim, para a minha família, ela limitou em dez sessões de psicólogo, haja visto que têm pessoas que passam a vida inteiro com psicólogo e não ficam curadas. Dez sessões? É um absurdo, isso é inaceitável. Tem uma família também que o pai desse rapaz é congolês, me parece que a AXA descobriu um irmão dele lá e por isso, por esse motivo, não pagou a indenização ao qual foi falado pela D. Isabelle. Eu acho que não é justificativa também para não pagar. E têm outras famílias que eu encontrei na França chorando, nós não estamos aqui só defendendo brasileiros, nós estamos defendendo todos, franceses, alemães, que também estão em dificuldade financeira porque a AXA não cumpriu com o seu dever, nem de médico, nem de psicólogo, nem de indenização.

Por isso eu estou aqui e nós viemos até ao Congresso, até ao Senado pedir ajuda, para que as autoridades brasileiras se envolvam nesse problema nosso.

Eu tenho aqui nove itens que foram levados até a Embaixada da França quando eu fui convidado pelo Ministro, não Ministro, era o Secretário de Transporte, o Sr. Dominique, e não é nada demais, é só pedindo mais atenção por parte da Air France. Nós não fomos atendidos simplesmente, e lá tinha gente falando português, até o Ministro fala muito bem o português. Ele disse que não assinaria porque estava em português. E não assinou.

Então eu peço encarecidamente que nos dê mais atenção às famílias. Com a Sra. Isabelle eu várias vezes comuniquei, mandei carta, e ela fez exigência para me receber, exigência essa que não tem cabimento. O estatuto da Associação é público, está lá no nosso site, qualquer pessoa pode ver, não preciso mandar para a senhora. Outro detalhe que a senhora me pediu é o número de participantes da Associação. Isso faz parte de um controle interno da Associação. Nós temos mais de 32. Se a senhora queria saber, está sabendo agora, e mais de 50 famílias, não só brasileiros, mas também temos franceses, temos alemães.

Nós estamos progredindo, nós estamos nos unindo e vamos conseguir com vocês, com a boa vontade de vocês... Eu entendo todo o esforço que vocês fizeram. Nós não estamos falando ao contrário. O esforço da Air France, do Governo Francês, foi muito grande, mas há falhas e essas falhas, nós estamos aqui para

corrigir essas falhas. Me perdoem, mas eu sou muito franco, a gente tem que falar, não tem jeito.

Quanto ao tratamento da Air France com os brasileiros, tem sido diferenciado também. O Sr. Vandoorne, que é o Embaixador que foi designado para interagir com as familiares, ele fez uma palestra, houve uma palestra na França que eu participei, que foi do BEA dando explicações aos franceses, o que é que tinha acontecido até aquele momento. Foi lá na Alemanha, eu falei com o Sr. Vandoorne pessoalmente sobre também uma palestra aqui no Brasil, para os brasileiros, para que as famílias ficaram confortadas e sabendo o que é que estava acontecendo. Ele me falou que eu tinha que mandar uma comunicação por escrito. Foi mandado e até hoje não aconteceu. Isso aí nos constrange muito, deixa a gente mais penalizado ainda do que já estamos.

Eu perdi um filho, o Diretor-Executivo perdeu a irmã e assim as famílias perderam entes queridos e que nos afetam profundamente. Nós queremos mais atenção da AXA, mais atenção da Air France, mais atenção do Governo Francês, porque o Governo Francês, eu sei disso, é dono da Air France e é o orgulho dos franceses.

SR. MAARTEN VAN SLUYS: Você pode, por favor, perguntar por que é que você não foi aceito com passagens aéreas(F) para que você fosse à França, quando você pediu para ser transportado até lá?

SR. NELSON FARIA MARINHO: Simplesmente porque eu residia no Brasil e não na França. Isso nós estamos pedindo aqui nesses itens, passagem, que isso não é nada demais, a Air France dar passagem para a sua diretoria, para a diretoria... Nós estamos indo à França não é para brincar, não. Nós estamos indo à França para ajudar os franceses, para ajudar os alemães, que da França é um pulo para a Alemanha. Nós temos feito isso. Existem falhas aí que vocês têm que tomar conhecimento. Isso aqui é simples, para famílias que perderam entes queridos. Têm famílias aí, eu fui descobrir uma menina, através da França, lá em Santa Cruz, no Rio de Janeiro, com três filhas em estado de penúria.

SR. MAARTEN VAN SLUYS: A Associação localizou uma família em Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte--

SR. NELSON FARIA MARINHO: Também agora.

SR. MAARTEN VAN SLUYS: --e a pergunta que se faz é: como a empresa não localizou essa família e nós, enquanto entidade, conseguimos localizar?

SR. NELSON FARIA MARINHO: É verdade.

SR. MAARTEN VAN SLUYS: Ninguém até hoje ou até ontem, para ser mais exato, havia entrado em contato com ninguém dessa família.

SR. NELSON FARIA MARINHO: Outro detalhe muito importante--

SR. MAARTEN VAN SLUYS: Então existem algumas perguntas e eu queria colocar em cheque a eficácia das informações que foram apresentadas aqui nessa apresentação. Eu não contesto os números porque esse foi um trabalho feito pela empresa, então eu não tenho dados para contestar as informações aqui apontadas, mas eu tenho dados para apontar a ineficácia dos números aqui apresentados. Eu proponho que seja feita uma consulta, no nosso caso aqui aos brasileiros, às famílias, para que elas possam chancelar a eficácia das informações apresentadas pela empresa.

SR. NELSON FARIA MARINHO: Um outro fato muito importante, Maarten, o um negócio é o seguinte: eu não sou especialista, não, mas procurei especialistas na área da aviação. Já está aprovado por 'a' + 'b' que o problema foi manutenção do avião. Até houve a eminência de uma greve na França dos pilotos franceses que disseram: "Não vamos voar enquanto não trocarem". Foi trocado. Conversei com pilotos, vários, me dizem a mesma coisa. Então como o Maarten falou, as vítimas que estavam no voo são inocentes; sendo inocentes, eles não têm culpa de nada. Eu acho, eu vou mandar um recado aqui para o Governo Francês: o Governo Francês tem que assumir logo essa situação, nos dar o que é de direito para encerrar logo isso aí, porque nós não aguentamos mais.

Quanto ao tratamento da minha esposa, eu peço encarecidamente: dez sessões! O senhor que é o encarregado disso aí? Porque na verdade a Air France diz que é a encargo da AXA, já fui na AXA e disseram: "Não, é a Air France", e fica um jogo de empurro. Eu preciso de tratamento psicológico para a minha esposa.

SR. MAARTEN VAN SLUYS: Na Alemanha, as pessoas que pediram mais tratamento psicológico, foi dada a informação que eles teriam que ser submetidas a uma perícia por médicos indicados pela empresa aérea, e somente após a avaliação talvez poderiam obter a extensão desse tratamento, ou seja, ainda há dúvidas se a morte acidental imediata, acoplada à ausência do corpo, possa ou não causar danos psicológicos de longa extensão a pessoas ligadas diretamente àquela pessoa. Ainda há, em algumas instâncias, em alguns organismos, dúvidas sobre isso.

SR. NELSON FARIA MARINHO: Outra coisa que eu queria achacar a atenção aqui. Essa cerimônia que está sendo programada, não foi consultado a nenhum familiar, nenhum familiar concordou com isso. O que nós concordamos e foi levado à assembleia foi uma ida ao local do acidente, está escrito aqui, o qual o Embaixador se negou a assinar. Eu não quero criar nenhum constrangimento diplomático, mas as coisas

têm que ser claras, tem que ser dado atenção aos familiares.

SR. MAARTEN VAN SLUYS: As 28 famílias alemãs estão enviando uma carta nessa semana de repúdio ao evento dos dias 07 e 08 de novembro, assinado por todas as famílias alemãs, por não concordarem que em um local designado à revelia delas mesmas, no Rio de Janeiro, seja feito qualquer tipo de homenagem, quiçá ainda com um memorial, sem que isso tenha sido passado pelo crivo de aprovação dessas pessoas. Considero isso uma atitude extremamente irrelevante e não aderirão a esse passeio, vamos dizer, intercontinental Europa/Brasil nessa ocasião. Isso eu já posso adiantar aos senhores. Isso vai ser formalizado por escrito e a pedido deles mesmo a Associação Brasileira vai formalmente se solidarizar à participação dos alemães nesse caso.

SR. NELSON FARIA MARINHO: E mais um apelo: Sra. Isabelle, nos receba, por favor, nós temos muita coisa a passar para a senhora dos familiares. Sr. Xavier, não sou antifrancês. Como já disse, tenho filhas morando na França, tenho netos franceses e sei dos nossos laços. Nós temos que resolver essa nossa situação o mais rápido possível, porque têm famílias em verdadeiro desespero.

Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com as palavras do Sr. Nelson Faria Marinho, que é o Presidente da Associação das Famílias das Vítimas do Voo 447, eu nesse momento boto à disposição da Mesa quem quiser responder, enfim, qualquer tipo dos questionamentos levantados ou atender às reivindicações, que algumas ele colocou de forma muito explícita aqui.

A Mesa está com a palavra, plenamente livre para expor o seu ponto de vista.

SR. JÚLIO CÉSAR DA CRUZ COSTA: Eu gostaria primeiro de agradecer e, como o senhor diz, o senhor é muito franco e isso o torna um melhor interlocutor, sem dúvida alguma.

Só alguns pontos atinentes à Seguradora AXA. Eu gostaria de esclarecer realmente a questão das sessões, do tratamento psicológico. A seguradora tomou como providência, após dez sessões de tratamento, aquela pessoa que estaria se submetendo ao tratamento teria uma avaliação por um profissional--

SR. NELSON FARIA MARINHO: Me perdoe, mas isso é só um exemplo, eu lhe dei um exemplo nessa situação.

SR. JÚLIO CÉSAR DA CRUZ COSTA: É, é um procedimento genérico, isso. Após dez sessões haveria uma nova avaliação e, necessitando da continuidade de tratamento, ele seria concedido sem problema algum. Desde já peço ao Gustavo que amanhã a gente entre em contato para verificar a situação particular da sua esposa e, se o senhor também conhecer outros casos, nós temos um ou dois que já estamos submetendo à avaliação.

SR. MAARTEN VAN SLUYS: Nós temos aqui a Valquíria, que está presente, é residente aqui em Brasília, é a única parente de vítima residente em Brasília, perdeu a filha, morava na Alemanha. Ela pediu para comentar alguma coisa e eu queria deixar você, Valquíria, à vontade.

SRA. VALQUÍRIA: Esse tratamento psicológico, realmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Espera um pouquinho, pessoal. Eu entendi a sua boa intenção, mas, primeiro, tem que passar pelo crivo aqui da Presidência.

SR. MAARTEN VAN SLUYS: Desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não dá para você começar a passar--

SR. MAARTEN VAN SLUYS: É que ela levantou o braço, desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então daí indica para mim, me passa o nome dela.

SR. MAARTEN VAN SLUYS: Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu convido a senhora a sentar aqui na primeira fila. Até para que fique... Quem é que vai falar?

SR. NELSON FARIA MARINHO: Eu não sabia do problema dela, ela está com problema também e mora em Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senta aqui, só para manter o protocolo.

SR. MAARTEN VAN SLUYS: Sim, o senhor me desculpe, que eu não conhecia o procedimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu não faço nenhuma restrição, não. Todos que precisarem falar, vão falar. Então é com satisfação que a senhora entra com a palavra agora.

SRA. VALQUÍRIA: Desculpe a Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, fique à vontade, a senhora está em casa aqui.

SRA. VALQUÍRIA: É que diante do que ele falou em relação ao atendimento psicológico, eu me emocionei. O meu nome é Valquíria, eu sou mãe da Juliana de Aquino e é muito triste eu estar aqui hoje, vocês não imaginam o quanto.

Eu quero dizer aqui à Isabelle que realmente todo esse gráfico que vocês mostraram, eu concordo com vocês. Eu vi e sei de pessoas, sim, que tiveram problemas em relação a atendimento psicológico, em

relação somente a essas dez sessões. Eu creio que em virtude do que ocorreu, eu tiro por mim, a Juliana é a minha única filha, eu não vou recuperar nunca. Eu estou em tratamento psicológico, não é assistido pela AXA, mas eu estou em tratamento psicológico, eu estou toda monitorada.

Eu estou aqui porque eu tenho um pacto com a minha filha, de que eu estaria onde ela não esteve. Ela dá força para que eu esteja aqui, para fazer as coisas que eu preciso fazer e dar andamento em tudo que nós tínhamos combinado nesse processo todo.

Então se a AXA realmente, para essas pessoas que estão nessa situação de tratamento, deferido somente pelos primeiros dez dias e depois uma avaliação, se colocarem nos lugares nossos, parentesco, familiares de vítima, vai ver que isso, dez sessões, é muito pouco.

Então acho que esse tratamento deve se prolongar pelo tempo que for necessário para que as pessoas fiquem realmente saudáveis mentalmente. É esse é o meu pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a palavra o representante da companhia de seguro.

SRA. VALQUÍRIA: Obrigada, viu?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que eu, particularmente, quero dizer que eu acho muito, muito procedente. Eu sei que eu estou aqui quase como um magistrado, mas não tem como não se sensibilizar. Eu sei, porque eu tenho gente na minha família que também, claro que não é o caso específico, que fazem tratamento psicológico. Tem uma irmã minha, que eu tenho o maior carinho, já faz três anos que ela faz tratamento psicológico. Num fato como esses relatados, dez sessões, sinceramente, eu acho que não pode atender de jeito nenhum. Então fica para as suas considerações.

SR. JÚLIO CÉSAR DA CRUZ COSTA: O meu compromisso, certamente, é de levar o pleito das famílias e eu gostaria do apoio do Nelson, se possível, fornecer o nome de mais algumas pessoas, nós temos já duas famílias que solicitaram, estão passando por essa avaliação. Isso não quer dizer necessariamente que o atendimento seria apenas de dez sessões, temos casos aí em que os atendimentos já superam inclusive 20 sessões, já estão alguns meses sob tratamento, e achando que havendo necessidade não haveria assim uma relutância da empresa em ofertar esse tipo de tratamento.

Em relação a outros dois tópicos que foram levantados, eles dizem respeito a questões particulares de algumas famílias, eu não vou mencionar os nomes, mas apenas relativo à família do gabonês, de fato houve uma intervenção da própria Embaixada no sentido de que haveria outros beneficiários e nós já passamos, inclusive me parece que o Ministro Celso Amorim, do Ministério das Relações Exteriores, ele já me parece que disponibilizou dois funcionários da Chancelaria para que mantivesse contato com a Embaixada do Gabão em Angola para certificar se esses beneficiários de fato existem para a gente poder proceder ao depósito. Nós havíamos pensado em efetuar esse depósito em conta judicial e aí ponderamos com essa pessoa dessa família que esse depósito em conta judicial traria um problema ainda maior, porque seria necessário a expedição de carta rogatória para Angola ou para o Gabão para que esse beneficiário então... Esse processo demoraria mais de um ano, a carta rogatória. Então esse é um problema mais complicado.

Com relação à família de Mossoró, eu acho que deve haver algum problema aí, porque essa família já recebeu um adiantamento, ela está representada por um Advogado com quem nós temos contato regular. Então eu não sei se as informações estão desconcentradas, talvez seja uma outra parte da família. Existe um momento muito crucial e muito difícil para a Air France, para a seguradora, no sentido de compilar as informações. Eu acho que nesse momento a gente está começando a superar esse momento, a gente já sabe quem são os núcleos familiares--

SR. NELSON FARIA MARINHO: [ininteligível]. Eles não têm Advogado.

SR. JÚLIO CÉSAR DA CRUZ COSTA: Bom, depois eu acho que nós podemos falar mais detidamente sobre o caso. É que eu tenho o nome de um Advogado e eles, inclusive, já receberam o adiantamento, quer dizer, já tiveram realmente contato com a empresa.

SR. MAARTEN VAN SLUYS: Eu queria só fazer um aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SR. MAARTEN VAN SLUYS: Sobre o valor de 17.600 euros, podemos até dizer que para padrões aqui estritamente brasileiros isso possa ser realmente significativo. Agora convenhamos: existem pessoas que estavam a bordo desse avião que são provedores de famílias inteiras, felizmente nem todas, mas várias eram provedoras de suas famílias, ou seja, qual é o espectro de tempo que esse adiantamento dessa indenização poderia permitir que uma família possa assumir as suas responsabilidades financeiras imediatas, escola, plano de saúde, etc., ou seja, por quanto tempo nós estamos falando que esse valor seria realmente significativo a ponto de prestar um apoio efetivo às famílias? Face à expectativa aí de vamos dizer um ano e meio para que a gente possa saber o que aconteceu nesse caso

do acidente. Então me parece não muito expressivo esse montante que foi debitado. Eu sei que isso atende à Convenção de Montreal, que é uma Convenção que rege, que substitui hoje a Convenção de Varsóvia antiga, que substituiu, que delimita alguns padrões para a aviação civil, mas nós queremos crer que para o caso das famílias brasileiras deverá ser necessário um empenho e uma mobilização maior, que um dos caminhos pode ser a Câmara, com quem nós estivemos no Rio de Janeiro conversando com o Diego Faleck, Presidente da Comissão de Direito Econômico, que nos fez uma explanação, ainda que incompleta, do caso da TAM. Estive em reunião com a Associação da TAM, como tenho estado em reunião com Associação de outras vítimas.

Eu queria abrir um aparte aqui que o histórico recente de acidentes aéreos envolvendo famílias e situações no Brasil num passado recente tem sido de muita expressividade, o que nos causa bastante preocupação, não somente falando do passado, do caso desse acidente, mas como será o futuro, como serão os caso daqui para frente na aviação que se viu no Brasil, ou seja, esses aviões tiveram problemas, ainda não soubemos o resultado dos inquéritos, nós continuamos viajando, nossos filhos continuam viajando, os chamados pitôs(F) continuam sendo aí trocados, não obrigatoriamente, em alguns casos, em outros casos sim, e qual é a condição que a aviação hoje encontra de oferecer segurança aos seus passageiros? Essa é uma pergunta que se faz, a Associação não fala só de passado, ela também fala de futuro. Nós queremos, sim, implementos, incrementos na segurança aérea como um todo. Na Europa já há um movimento organizado que visa se tornar mandatório que todo tipo de peça que seja representado problema ou pedido substituição, seja de fato substituído, irrestritamente. Não se trata de um problema que pode ou não causar um dano, mas a aviação é algo muito sério, exige muita, muita dedicação e empenho financeiro das empresas em tecnologia no ganho da segurança do passageiro, que deve estar em primeiro lugar.

Eu queria deixar isso bem claro, que a Associação de vítimas que nós representamos está legitimamente empenhada num acréscimo imediato da segurança aérea como um todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu falava um pouquinho aqui com o Embaixador Oto Agripino Maia, porque a minha intenção, primeiro, quando a gente faz uma Audiência Pública, claro que é para dar visibilidade ao tema em debate, que no caso aqui da Air France são as vítimas do voo 447. Mas além de dar visibilidade ao tema, nós queremos encontrar caminhos. Eu acho que o tema veio para o Congresso Nacional, está aqui no Senado e eu quero agradecer com certeza absoluta tanto a Air France, todos os representados aqui, que estão aqui representando ela, como também o nosso Embaixador Oto Agripino Maia, porque eu cansei de fazer reuniões aqui e a parte que está sendo questionada muitas vezes não vem, simplesmente não aparece e fica só quem provoca a reunião. E aqui todos vieram, todos vieram e isso merece os meus cumprimentos. Ninguém se furtou de vir esclarecer, debater e mostrar o que está acontecendo. Eu digo isso, além da minha satisfação de todos convidados terem vindo eu acho que nós, que provocamos a reunião, deveríamos ter convidado a Dra. Mariana Tavares de Araújo, que é Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça, hoje ela está no Rio, volta amanhã, mas se dispõe também a colaborar, como já vem fazendo sobre essa questão.

O que eu queria propor, antes de nós encerramos essa reunião, é que a gente marcasse uma outra reunião, não Audiência Pública, reunião, uma reunião de trabalho com a presença das partes interessadas para fortalecer o diálogo e o entendimento. Eu percebi aqui que todos querem encontrar uma saída que atenda ao interesse principalmente das famílias, ou seja, das vítimas. Acho que nessa questão das dez sessões de atendimento psicológico, não vejo problema nenhum de que vai ser ampliado, pelo menos eu tenho clareza, eu tenho convicção que vai ser ampliado para tantas sessões quanto forem necessárias, mas além disso eu acho que o diálogo entre as partes é fundamental. E se essa Comissão de Direitos Humanos contribuiu nesse sentido, eu acho que estamos dando um passo à frente. Já fizemos em diversos temas Audiências Públicas como essa, em que o fato foi colocado e aí depois sem televisão, sem a presença de imprensa, porque é reunião de trabalho mesmo, numa reunião de trabalho as partes colocarem as suas preocupações e a construção de um entendimento que atenda ao interesse. Naturalmente eu entendo a situação da Air France, mas naturalmente eu entendo com muito mais emoção a situação das vítimas. Isso é natural de todos nós, tanto que mesmo vocês que representam a Air France aqui comungam desse ponto de vista, que as vidas não têm volta, infelizmente, daqueles que nós perdemos, sejam eles italianos, alemães, brasileiros.

Então o que eu queria propor na verdade de concreto, primeiro, agradecer a todos os que vieram aqui. Ninguém se furtou a vir, ninguém se omitiu, como se tivesse algo a esconder. Isso é bom, é um exemplo para outros que às vezes a gente aqui e não vem. Então aqui desde o representante do nosso Governo, do Governo Francês, os representantes aqui, pelo menos em parte, das famílias, da Air France, do consórcio, inclusive

veio uma tradutora, que não precisou, porque V. Exa. fala muito bem o português, todo mundo entendeu o que foi colocado aqui pela Sra. Isabelle.

Então eu terminaria a reunião, se vocês assim concordarem, de nós marcamos uma reunião, uma reunião entre todas as partes que estão aqui e com a presença da Dra. Mariana junto. Se quiserem pode ser aqui numa sala da Comissão, não aqui no auditório, mas numa sala da Reunião, pode ser no gabinete. Tenho certeza que a própria Dra. Mariana também concordará para que seja de repente lá no próprio Ministério da Justiça, para que se faça essa reunião, se troque informações e se caminhe de forma acelerada para atender a todos que, infelizmente, acabaram sendo envolvidos nesse grave acidente, com tantas vítimas. Se vocês concordarem que pode ser por aí, eu pergunto a todos aqui e--

SR. MAARTEN VAN SLUYS: Pelas famílias das vítimas eu queria colocar aqui que faço coro com as palavras do Exmo. Senador. Nós que provocamos essa reunião, por intermédio dessa Casa, também entendemos a receptividade e a presença dos nossos interlocutores como um sinal de respeito, um sinal de interesse, que nós venhamos a buscar soluções para os problemas práticos que estão acontecendo. Então realmente também vemos dessa forma e essa comissão de trabalho, que possa se formar imediatamente, ela vai totalmente de encontro àquilo que nós gostaríamos que viesse a ocorrer.

Queremos ressaltar que da nossa parte já havíamos envidado alguns esforços no sentido de provocar essa situação de conjugarmos interesses, mas eu entendo que devido a algumas questões aí de colocar em cheque a nossa legitimidade, algumas outras coisas, nós tivemos que encontrar esse caminho através do Senado Federal do Brasil. Mas daqui para frente eu acho que a gente tem que esquecer as rusgas, os problemas do passado, o problema já é grande demais para todos nós, e daqui para frente buscarmos, através de um trabalho em conjunto, soluções e respostas às questões que tantas famílias e pessoas têm feito.

Então da nossa parte é totalmente bem-vinda e bem visto esse trabalho, que seria muito bom que nós já deixássemos agendado o início desse processo.

SR. NELSON FARIA MARINHO: Senador, eu gostaria de agradecer--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SR. NELSON FARIA MARINHO: --de coração a AXA, a Air France, o representante da Embaixada de Relações Exteriores, porque foi muito importante isso aqui, muito importante mesmo. Graças ao senhor, um homem público do povo. Isso a gente tem que reconhecer. Se não fosse Paulo Paim, não estaríamos aqui, essa é a grande verdade. Eu sou franco, não tem jeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu lhe agradeço. Se vocês concordarem, eu faria o seguinte: eu faço contato com a Dra. Mariana e ela, via o Ministério da Justiça, faz o convite a vocês. É um convite. Eu acho até que seria muito bom, eu até me proponho na abertura, eu sem falar com ela, eu acho que essa reunião deveria ser lá no Ministério da Justiça. Sai daqui do Parlamento, vai lá numa reunião no Ministério da Justiça. Segundo o que me disse aqui, que me auxiliou na construção dessa proposta, o Embaixador Oto Agripino Maia, ela está acompanhando passo a passo toda essa questão. Então vamos fazer a reunião lá, se for necessário eu me faço presente, se não for necessário também não me faço presente. Eu sempre digo que o importante é buscarmos soluções e que atendam ao interesse de todos--

SR. NELSON FARIA MARINHO: Mas se o senhor estiver presente, é muito melhor [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --os envolvidos. Se vocês concordam, eu falarei com a Dra. Mariana. Se puderem deixar os cartões aqui comigo, no final, que eu remeto a ela para ela fazer os convites para que a gente possa... Agora se ela entender também que deva ser na minha sala, eu receberei a todos com o maior carinho e o maior respeito, porque sei que ninguém, ninguém poderia imaginar que nós teríamos um acidente como esse. Eu sei que todos aqui são solidários, todos são solidários, todos estão com o sentimento e claro que as emoções ultrapassam às vezes o que a gente pensa e o que a gente fala. Às vezes a gente até é muito incisivo, mas eu sei que a intenção é das melhores, é construir a saída. Por isso, minha querida amiga aqui, que eu fiz questão que viesse aqui na frente e falou, eu acompanhei, eu acompanhei a situação da sua filha pelo jornal, enfim. Há uma família também do meu Estado, do Rio Grande do Sul, onde faleceram três daquela família. Então a intenção é das melhores.

Então eu encerraria essa Audiência Pública sem, primeiro, agradecer muito. Eu queria agradecer. Só não dei muita atenção pela minha pronúncia, porque como eu lhe disse, eu sou um operário metalúrgico que estou há quatro anos como Deputado Federal e agora aqui no Senado, mas quero agradecer aqui e a intenção é que vale. Então eu quero agradecer muito ao Ministro Conselheiro em representação a S. Exa., o Embaixador da França no Brasil, Xavier Lapeyre de Cabanes, agradeço muito aqui ao Embaixador Oto Agripino Maia, Embaixador e Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, em representação ao nosso amigo, e quero muito bem, quero dizer,

sempre que pode ele esteve em Audiências comigo, eu estive lá o visitando já, o Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado de Relações Exteriores, agradeço ao Presidente da Associação de Famílias das Vítimas do Voo 447, Nelson Faria Marinho, e também ao Maarten Van Sluys, Diretor-Executivo da Associação das Famílias. Agradeço muito também ao Advogado e Corretor de Seguros, que de imediato já atendeu em parte a reivindicação solicitada, o Sr. Júlio César da Cruz Costa, representando Gustavo Lassalvia Besada. E, por fim, agradecer aqui a exposição que fez a Sra. Isabelle Birem, Diretora-Geral para o Brasil da Air France.

Então eu agradeço a todos e quero repetir mais uma vez: em situações como essa, eu já fiz convocações, porque eu presidi essa Comissão por dois anos, e a parte que é provocada, e aqui a parte provocada foi pelas famílias, muitas vezes não se fazem presentes e nem justificam a não presença, que eu acho da maior gravidade, e nessa Audiência todos que foram convidados estão aqui. Eu acho que todos nós estamos de parabéns, entenderam o sentimento que permeia as famílias que perderam os familiares, as vítimas, enfim, a própria Associação. Eu sei que aqui foi dito que a Associação pode não representar todas as famílias, mas representa a grande parte das famílias.

SR. MAARTEN VAN SLUYS: A maior parte.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E isso para nós, é fundamental e é importante registrar isso. Então muito obrigado a todos e eu comunicarei da reunião de trabalho interna para avançarmos no grande entendimento, que eu sei que faremos.

Muito obrigado a todos, está encerrada a Audiência Pública.

Sessão encerrada às 11h47.

Ata da 30ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 1 de Outubro de 2009, Quinta-Feira, às 10 Horas, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal.

Às dez horas do dia primeiro de outubro de dois mil e nove, na sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH **Flávio Arns, Paulo Paim, José Nery e Mão Santa**. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. **Item Único.** Audiência Pública, **nos termos do Requerimento nº 30, de 2009 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 12/08/09, com vistas a debater o tema "**O Negro no Mercado de Trabalho**". Convidados que comparecem: **Dr. Otávio Brito Lopes**, Procurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho; **Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos**, Diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN, em representação ao Senhor Fabio Colletti Barbosa, Presidente da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN; **Alberto Borges de Araújo**, Assessor da Diretoria do SENAI em representação ao **Senhor Armando de Queiroz Monteiro Neto**, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; **Frei David Santos**, Coordenador do Educafro, Rede de Pré-vestibulares Comunitários e Educação para Afrodecendentes e Carentes; **Edson Santos**, Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial SEPPIR; **Cida Bento**, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT; **Roberto Lopes**, Advogado, Divisão Sindical da CNC, em representação de **Antônio José Domingues de Oliveira Santos**, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; e **Dr. Mário Lisboa Theodoro**, Diretor de Cooperação e Desenvolvimento do IPEA em representação ao **Senhor Márcio Pochmann**, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. O Senhor Presidente chama à mesa os convidados que compareceram. O Senhor Presidente passa a palavra para os Senhores convidados. Após as apresentações dos Senhores convidados o Senhor Presidente franqueia a palavra para ouvintes presentes no Plenário, para formularem perguntas, ou fazerem depoimentos. Ouvintes que fazem o uso da palavra Maria Cristina da C. R. de Carvalho, João Vítor Moreno dos Santos, Servidor Efetivo do Senado Federal, Técnico Legislativo, lotado na Comissão de Assuntos Sociais; Andréia G. R. Rocha; Celso F. Soares; Vinícius Bol Fasini; e Rosângela Damiana de Lima. **EXTRAPAUTA. Item nº 01. Requerimento nº 42, de 2009 – CDH**, que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater com as Senhoras e os Senhores Senadores o tema "As oportunidades para trabalhadores negros e mulheres no acesso, ascensão e remuneração nos Supermercados". Solicita-se a participação dos seguintes convidados: representantes do setor supermercadista, Ministério Público do Trabalho, Organização dos Estados Americanos – OEA, Organização Internacional do Trabalho – OIT, EDUCAFRO, Instituto de Advocacia, Racismo e Ambiental – IARA, ONG'S, Centro de Estudos das Relações do Trabalho – CEERT, Presidente da UGT – Senhor Ricardo Pata, e demais a serem definidos pela própria comissão". Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e José Nery. Nada

mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão desta Reunião. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 30, de 2009 – CDH, de autoria desse Senador, aprovado em 12/08/2009, com vistas a debater como eixo o tema "O Negro no Mercado de Trabalho". Convidados; a partir do momento que eu for lendo o nome dos convidados, os que já estiverem presentes, eu peço que já se dirijam à Mesa: Ministro da Secretaria Especial dos Direitos da Promoção da Igualdade Social (SEPPIR), Edson Santos; Exmo. Sr. Otávio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho; Sr. Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos, Diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN, em representação ao Sr. Fábio Colletti Barbosa, Presidente da Federação Brasileira dos Bancos. É o primeiro que já chegou na Mesa, então uma salva de palmas para ele aqui.

[palmas]

Os outros não chegaram no horário e eu sou pontual. Quem que chegou? O Dr. Otávio. Então, Dr. Otávio, faz favor.

[palmas]

Os que forem chegando atrasados, a gente bate palma também, é só para dar uma movimentada aqui, no ambiente; Exmo. Sr. Alberto Borges de Araújo, Assessor da Diretoria do SENAI, em representação ao Sr. Armando de Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. Antônio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo; Exmo. Senhor, também Presidente do Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social, Ricardo Young Silva; Exmo. Sr. Frei David Santos, Coordenador da EDUCRAFO [palmas] – Rede de Pré-Vestibulares Comunitários e Educação para Afrodescendentes e Carentes; Sr. Mário Lisboa Teodoro, Diretor de Cooperação de Desenvolvimento do IPEA, que em representação estará ao Sr. Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Então o Mário Lisboa, que a gente conhece há muito tempo.

Eu quero, nesse momento, ao declarar aberta essa Sessão, que foi uma provocação que me foi feita pelo movimento social, dizer que já está presente aqui o nosso Vice-Presidente da Comissão. Eu sou só o autor do requerimento. Senador José Nery, se V. Exa. me permitir, eu só quero fazer aqui a apresentação do requerimento, e passo a presidência para V. Exa. e V. Exa. fará a sua saudação aqui do exercício da presidência. E eu, como autor do requerimento, estarei no Plenário com toda a tranquilidade. Pode ser, meu Presidente? O Senador José Nery é o Presidente que vai assumir aqui, em seguida.

Eu só quero então aqui fazer a justificativa do requerimento. Farei uma leitura rápida, dando a minha visão daquilo que eu tenho trabalhado ao longo da minha vida na luta contra todos os preconceitos. Me permitam, então, que eu faça essa introdução e em seguida assume a presidência o Senador José Nery, que é o Vice-Presidente desta Comissão. Se algum dos convidados que eu já fiz... Muito bem, está aqui, como combinado [palmas], está aqui.

Primeiro, eu quero, como autor do requerimento, o nosso Presidente é que vai falar em seguida, eu quero agradecer a todos os convidados, porque algum que não pode vir – e eu entendo que todos nós temos agendas públicas – fez questão de mandar o representante. Eu tenho certeza que o Ministro Edson Silva, se ele não puder chegar em tempo, o nosso Ministro Edson Santos há de mandar o seu representante, eu tenho certeza disso. Se o Ministro Edson Santos não estiver aqui até a hora da sua fala, ele mandará um representante pela importância desse evento, como os outros convidados também.

Me permitam que eu faça uma rápida leitura desse trabalho que nós estamos fazendo aqui no Congresso Nacional, já digo Congresso, não somente na Comissão de Direitos Humanos, sobre o compete de todo o tipo de preconceito. O tema da Audiência de hoje é "A importância das diferenças sociais e individuais no mercado de trabalho", abordando em especial a situação do negro no mercado de trabalho por ser mais da metade da população brasileira, segundo o IBGE, e segundo as estatísticas, ser o grupo que sofre maior dificuldade no ingresso, ascensão e remuneração nos postos de trabalho. Nós temos a convicção de que ao abordar o tema do negro no mercado de trabalho, estamos abordando todos os demais grupos historicamente discriminados, porque entendemos que essa política de combate à discriminação terá que avançar, afinal, a presença de brancos, negros, orientais, indígenas,

homens e mulheres, jovens e pessoas com mais de 45 anos, pessoas com deficiência, pessoas que têm todo o direito da livre orientação sexual, orientação religiosa, no ambiente de trabalho contribui para aumentar a criatividade, melhorar a qualidade do ambiente interno, humanizar as relações e fortalecer a produtividade das empresas. Nessa linha, gostaria de destacar que são inúmeras iniciativas aqui no Congresso.

Eu tive a alegria de ser o autor do Estatuto do Idoso, que hoje é a Lei 10.741, de 2003. Esse Estatuto foi aprovado em 2003, é Lei, e estabelece uma nova cultura de valorização do idoso na sociedade. Hoje, 1º de outubro, nós completamos sete anos do Estatuto do Idoso, o reconhecimento de seus direitos fundamentais e de seu potencial social, econômico e político. Também dedicamos um capítulo específico para a capacitação e o mercado de trabalho do idoso.

Então não teria como eu, Senador José Nery, deixar de iniciar essa Audiência de hoje sem falar que hoje, 1º de outubro, é o Dia Internacional do Idoso, é a data que nós sancionamos, graças ao Presidente Lula, o Estatuto do Idoso.

Destaco, também, que sou o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, aprovado no Senado Federal há muito tempo e que aguarda a aprovação na Câmara dos Deputados. Foi um entendimento feito com o movimento que lidera esta caminhada das pessoas com deficiência que nós realizaríamos cinco grandes eventos regionais no País. O último será em Canoas, agora no fim desse mês, com o seguinte debate: O Estatuto da Pessoa com Deficiência à Luz da Convenção Internacional. Além de abordar temas como saúde, cultura e educação, dentre outros, existe o capítulo específico da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Eu estou falando tudo isso para deixar muito claro ao Brasil, que vai assistir a essa Audiência, que nós estamos preocupados com todos os setores que são discriminados: negros, brancos, pobres, mulheres, deficientes. Então, esse faz parte de uma escalada, de um debate que nós estamos promovendo dentro do Congresso Nacional.

E eu entro aqui no Estatuto da Igualdade Racional, PL também que aprovamos aqui no Senado por unanimidade, foi aprovado na Comissão Especial da Câmara e agora aguarda prazo regimental para ver se retorna para o Senado ou não. O Estatuto também trata da questão do mercado de trabalho. Eu apenas lamento e tenho que fazer esse registro aqui, Frei David, que o Estatuto, onde lá na Câmara dos Deputados, vejam as nossas dificuldades, mediante um amplo debate, reunindo todos os setores da sociedade, inclusive o setor que estava mais resistindo a esse debate, que eram os Democratas, foi feito um amplo acordo para que o Estatuto, onde no Estatuto foi retirada a questão quilombola, foi tirada a questão de quota, foi tirado o negro na mídia, foi tirado a política das mulheres, lá na Câmara, daqui saiu com tudo isso, foi retirado e foi feito um amplo acordo que pelo menos assim, pelo menos assim, que não é, digamos, não significa cem metros, mas eu diria que significa dez metros, um passo à frente, havia um acordo para que não houvesse recurso para o Plenário. Assim mesmo, 93 ou 95 Deputados fizeram recurso para ele ir para o Plenário, mesmo depois do acordo, para vocês entenderem como é difícil a caminhada do povo negro no combate aos preconceitos, quer dizer, em torno de 95 Deputados, mesmo com o acordo de todos os partidos. Para mim é a essência do conservadorismo absoluto de não querer que nada mude.

Eu quero aproveitar essa Audiência para fazer um apelo a esses 95 Deputados que retirem o nome do requerimento [palmas] e o Projeto venha, pelo menos, ao debate aqui do Senado. É inadmissível que isso aconteça. Eu aprendi na minha vida parlamentar, mesmo quando eu faço um acordo que não seja ideal, o bom, mas um acordo regular, eu respeito. Se eu disser que aquele acordo eu vou cumprir, eu vou cumprir, independente de pressão de 'a', de 'b' ou de 'c'. Isso eu fiz na minha vida desde quando eu era sindicalista. Para dar um exemplo para vocês, acordo firmado em assembléia e assinado com os empregadores e com os trabalhadores não tinha nem ação na justiça; se um trabalhador botasse ação na justiça, eu ia lá e dava o depoimento contra. Isso é decisão da assembléia soberana dos trabalhadores, o acordo é firmado e era cumprido. Enquanto eu estava na direção do sindicato de Canoas, nunca um trabalhador entrou com uma ação contra algo que estava sendo discutido e acordado entre empregado e empregador. Por isso que eu acho que a palavra dada tem que ser a palavra honrada, não pode. Não pode você fazer um acordo onde 95 concorda e um setor resolve então articular e desmontar o acordo firmado. Por isso eu faço esse apelo.

Quero dizer também que está em debate no Congresso um outro programa nosso, o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes, que é o Projeto 6.930, de 2009, que garante e estimula as empresas a contratarem trabalhadores com mais de 45 anos. Então no Dia do Idoso eu tinha que falar também disso, porque é inadmissível que um cidadão com mais de 45, 50 anos, independente de ser branco, negro, deficiente ou não, ou mulher, acabe sendo discriminado no mercado de trabalho. Esse Projeto também está lá na Câmara e já tem o Parecer favorável. Esperamos que ele seja aprovado a partir

de um Substitutivo, para mim bem elaborado, do Deputado Roberto Santiago.

Quero também falar de um outro Projeto, o 224, de 2008, que estabelece na Lei de Licitações critério de desempate, no caso de empate entre duas ou mais propostas, aquela empresa que adote as ações afirmativas, ou seja, que abra espaço para os trabalhadores negros. Então deu empate, aquele que mais adota as políticas afirmativas, aqui no caso é específico dos trabalhadores negros, tenha esse critério de desempate. O Senador Flávio Arns, que é o Relator da matéria, apresentou algumas mudanças e incluiu também a questão da idade e pessoas com deficiência. Eu não tenho nada contra, acho que é critério também, nós temos que combater todo tipo de preconceito.

Enfim, termino dizendo, para passar a palavra ao nosso Presidente, eu tenho certeza que essa Audiência trará grandes exemplos de como é possível criar alternativas para a inclusão, como já existem os selos da diversidade na Cidade de São Paulo e Salvador, bem como o Programa Igualdade de Gênero da Secretária Especial da Política para as Mulheres da UFIFEM. Creio que a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania deva promover, na minha avaliação, a cada seis meses, no mínimo a cada seis meses, audiências amplas para debater a questão do preconceito na sociedade.

Aproveito também para dizer a todos, aí permitam que eu fale de um Projeto que me encanta. Eu não Rio Grande do Sul coordeno, dá para dizer que lidero, um programa chamado Cantando as Diferenças. Nós firmamos acordo já com 300 municípios. É tipo um selo de qualidade: todo aquele município que assinar o protocolo, é um protocolo de intenções, do Cantando a Diferença, ele passa a integrar, na nossa visão, as Prefeituras que têm direito ao selo de qualidade em matéria de direitos humanos [palmas]. Já chegamos a 300. Acho um Projeto tão interessante que não quis ficar como só um Projeto do Paim no Rio Grande do Sul. Encaminhei aqui para o Senado, o Projeto foi aprovado por unanimidade aqui no Senado, se encontra agora lá na Câmara, a Deputada Nice Lobão, do DEM, deu o Parecer favorável, agora ele está na CCJ com o Parecer favorável do Deputado Luiz Couto, que também é uma liderança nacional nessa linha dos direitos humanos, e eu tenho certeza que será aprovado. Termino dizendo que, em síntese, o Cantando a Diferença é como se fosse um selo de qualidade para as Prefeituras, entidades e empresas que adotam políticas públicas com o corte das diferenças. Exemplo: política para negros, para brancos, para índios, mulheres, idosos, deficientes, combate à pobreza, defesa do meio ambiente, respeito à liberdade religiosa e orientação sexual. Em resumo, propostas de inclusão social para todos.

Última frase: que os frutos desta Audiência espalhem sementes para todo o mercado de trabalho, superando a discriminação na contratação, ascensão e remuneração de todo o nosso povo. Muito obrigado.

[palmas]

Nesse momento eu quero passar a presidência para o meu querido Senador José Nery. Eu quero dizer para vocês que durante um longo período aqui fez um excelente trabalho presidindo inclusive a Comissão de Combate ao Trabalho Escravo. Senador José Nery.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Quero cumprimentar não só a V. Exa., como autor do requerimento para a realização dessa Audiência Pública, e saudar a presença dos ilustres convidados, que aqui vêm participar de um debate tão importante como esse proposto por V. Exa. Cumprimentar ao Dr. Otávio Brito Lopes, Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho; o Dr. Mário Sérgio Fernandes, Diretor de Relações Internacionais da FEBRABAN; o Frei David, com um projeto de largo alcance social, porque a EDUCRAFO – Rede de Pré-Vestibulares Comunitários e Educação para Afrodescendentes, então pela própria natureza da instituição percebe-se o seu alcance social; e o Sr. Alberto Borges de Araújo, aqui representando o SENAI. Também acaba de chegar e logo irá à Mesa o Dr. Mário Lisboa Teodoro, Diretor de Cooperação e Desenvolvimento do IPEA, em representação ao Sr. Márcio Pochmann, que é Presidente do IPEA, IPEA que inclusive aqui ontem recebeu--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita que o Mário Lisboa já está aqui, só está esperando ser chamado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então uma salva de palma, que o próprio Presidente já o convocou nesse momento [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exato. Essas palmas também são para os 45 anos de atividade do IPEA, pela sua contribuição à pesquisa, à análise das políticas públicas e as propostas que têm ensejado políticas públicas também de inclusão social.

Mas, Presidente Paim, autor do requerimento dessa Sessão, eu queria dizer que em homenagem ao trabalho de V. Exa., a essa dedicação que eu diria que é mais do que dedicação, é uma determinação permanente para debater, propor, aprovar Leis e promover

debates, que tem como característica fundamental a busca da inclusão social, da igualdade social, e isso bem demonstra o compromisso de um mandato que se notabiliza por essas causas.

Então eu tenho agora outros compromissos, eu vou ao gabinete receber um pessoal, uma equipe de dirigentes lá do Pará, mas retornarei, devo dizer que devo retornar antes de concluir a Audiência e dizer que desejo aqui que o debate seja o mais profícuo possível, de modo que as entidades, movimentos e representações que vêm a essa Comissão de Direitos Humanos, tenhamos aqui todos mais uma oportunidade para discutir e propor mudança significativa para a inclusão social das populações afrodescendentes, dos negros, especialmente numa questão tão importante, que é o acesso, a garantia do direito ao trabalho. Então eu quero cumprimentar a todos os nossos convidados que vêm aqui na condição de expositores, mas também cumprimentar a todos os participantes de entidades e movimentos que aqui comparecem e conosco compartilham desse esforço coletivo para transformar o Brasil mais justo, mais inclusivo, com menos discriminação em todos os setores, em todos os segmentos. É com essa saudação na presença de todos que digo ao Senador Paim que continue presidindo os trabalhos e eu retornarei antes do final da Audiência, desejando aqui o melhor sucesso. Um grande abraço.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permitam, por isso que ele é o Senador José Nery, e é uma liderança incontestável aqui no Congresso Nacional, ao contrário do que muitos pensam, equilibrado, tranquilo e um construtor de políticas públicas para toda a nossa gente. Eu sei por que eu o conheço. Ele até poderia ficar aqui, mas ele quer que eu continue presidindo devido a uma homenagem a essa iniciativa, a esse debate. Então eu agradeço e aguardarei o seu retorno para encerrar, se puder, a Audiência, e uma salva de palma, porque é um grande líder de todo o nosso povo [palmas].

Então, depois das palavras do Presidente José Nery, que vai atender uma delegação do Pará e depois retornará, nós vamos iniciar os nossos debates. Antes chamando para a Mesa, eu posso dizer nosso amigo, porque eu tive a alegria de quando ele era o consultor aqui do Senado, é o top de linha, o que há de primeira linha aqui no Senado, são os chamados consultores do Senado. Então uma salva de palma ao Mário Lisboa Teodoro, Diretor de Cooperação e Desenvolvimento do IPEA [palmas], em representação ao também meu amigo Márcio Pochmann.

Eu pergunto aos convidados se tem alguma prioridade. Alguém? Frei David, alguma prioridade para iniciar os debates?

SR. FREI DAVID SANCHES: Pode seguir o roteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então vamos começar chamando... O Sr. Otávio Brito já chegou ou não? Já, está aqui do nosso lado. Muito bem. Então o Procurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes. Doutor, o senhor tem dez minutos e, se necessário, mais cinco.

SR. OTÁVIO BRITO LOPES: Senador Paulo Paim, em nome de quem eu cumprimento aos demais representantes aqui da Mesa, senhoras e senhores.

O tema dessa Audiência Pública é extremamente importante e caro ao Ministério Público. Eu me recordo bem que com base em algumas informações sobre o mercado de trabalho e ao próprio reconhecimento do Estado brasileiro de que negros e mulheres eram discriminados, nós iniciamos um grande trabalho para tentar resolver, pelo menos judicializar, essa questão.

Nós temos hoje uma Constituição Federal que garante igualdade de tratamento a toda mulher e a todo homem nesse País, mas nós percebíamos e os dados são muito claros com relação a isso, e nesse aspecto o papel do IPEA, IBGE, é de extrema importância, demonstram claramente que existe uma exclusão especificamente em relação a negros em diversos aspectos da vida social, mas em especial no mercado de trabalho, que é o que interessa mais de perto ao Ministério Público do Trabalho.

Nós passamos a observar, a partir desses dados, a partir das pesquisas, que essa exclusão não decorria apenas da escolaridade. Nós tínhamos todos aqueles velhos paradigmas de que o negro não é discriminado, de que existe uma democracia racial no Brasil. Nós percebíamos pelos dados, pelo real, que essa democracia racial era uma grande falácia. Era, na realidade, uma cultura estereotipada que nós fazíamos há muito tempo de que aqui no Brasil todos são iguais, mulheres, homens, negros, brancos e assim por admite. Mas os números estavam ali demonstrando exatamente ao contrário.

Quando nós íamos verificar a questão da escolaridade, que um dos argumentos é de que não há necessidade de ações afirmativas, o que é necessário é melhorar o ensino público. Melhorando o ensino público, os pobres vão ter acesso a um melhor ensino e vão ter, consequentemente, uma melhor condição de competir. Mas nós observamos que se nós fizéssemos cortes por nível de escolaridade, nós víamos que negros com ensino superior tinham um salário, uma

média salarial abaixo dos brancos com nível superior completo também, quer dizer, então a questão não era só de escolaridade. É óbvio que existe uma questão de escolaridade na ponta, nós sabemos que os negros têm menor acesso ao ensino, isso existe, mas quando eles alcançam esse ensino superior, ainda assim as diferenças permanecem.

Esse nosso trabalho foi feito em relação à população negra e em relação às mulheres também, onde nós verificamos uma situação um pouco diferente. Os negros têm uma dificuldade muito grande já no acesso ao mercado formal de trabalho. Verificamos que as mulheres nem sempre tem essa dificuldade, o grupo mulheres. Quando nós separávamos o grupo mulheres negras, nós verificávamos que era uma situação totalmente aparte, pior do que os homens negros e pior também do que o grupo mulheres em geral. Então era um grupo que sofria uma dupla discriminação, no acesso e nem falo na ascensão.

Nós verificamos em algumas investigações que negros já empregados em instituições, em empresas, nós fizemos isso inicialmente no setor bancário, agora estamos com o setor supermercadista, nós verificamos que os negros que integravam aquela população empregada tinham às vezes uma escolaridade até superior na média, o grupo, trabalhadores negros tinham na média uma escolaridade superior à população branca, mas mesmo assim ocupavam sempre cargos no máximo intermediários e com um nível salarial, uma média salarial, abaixo da média de trabalhadores brancos. E que o negro, para chegar num nível um pouco mais elevado de ascensão funcional, normalmente tinha que ter um curso superior completo e nós víamos vários exemplos de trabalhadores brancos que com o segundo grau completo chegavam àquele mesmo patamar. Então é óbvio que existia uma barreira.

E o que nós verificamos que é mais difícil ainda para enfrentar o problema? No Brasil ninguém diz, são raríssimas exceções, raríssimas exceções ocorrem em que alguém declara que fulano não está sendo contratado ou não vai ser promovido ou vai ser demitido porque é negro. Ninguém declara isso abertamente, até porque é crime. Todo mundo sabe que isso é crime, então ninguém faz essa declaração aberta. Então, em princípio, o que é que acontece? Bom, mas todos aqui são tratados em igualdade de condição. Qualquer pessoa pode se candidatar ao emprego. Então a pessoa chega lá, leva o seu curriculum ou preenche uma ficha, depois ele passa por uma entrevista, depois nessa entrevista são selecionados dois, três, vai ao gerente e o gerente ou o chefe local é quem escolhe. Nessa escolha não há uma declaração aberta de por que está sendo escolhido ‘a’, ‘b’ ou ‘c’, ninguém faz essa declaração. Mas quando nós vamos pegar o resultado de todo esse processo seletivo, que não ocorre só no setor bancário, ocorre em todo mercado de trabalho formal no Brasil, nós vamos ver que o resultado é extremamente desfavorável a negros no acesso ao emprego, na ascensão funcional e na média remuneratória.

Em relação às mulheres, é bastante razoável ou em alguns casos o número de mulheres é até superior ao número de homens no ingresso, porque são normalmente empresas onde há um contato muito grande com o público, então nesse contato com o público escolhe-se aquela moça nova, bonitinha, aquilo que rotulou-se como o estereótipo do que é bonito, da mulher bonita. Então ali elas têm acesso. É aquele primeiro contato com o público externo que a empresa apresenta. Mas quando nós formos observar esse mesmo grupo, mulheres, no tocante à ascensão funcional e à média remuneratória, nós verificamos que elas entram, mas ali elas permanecem, enquanto os homens entram às vezes em menor quantidade, mas ocupam os cargos mais elevados com grande facilidade. E como o processo de promoção é uma espécie, uma subespécie do processo seletivo, se as mulheres são maioria em algumas empresas no ingresso, o que é que acontece que elas não são maioria também no processo promocional? Será que elas desaprendem quando entram na empresa ou porque já se estabelece previamente que lugar de mulher é aqui, é nesse local atendendo ao público e chamando essas pessoas para a empresa para comprar o produto, para comprar o serviço e assim por diante.

Então todas essas situações nos levaram à seguinte dificuldade: como judicializar isso aí. Porque não adianta, para o Ministério Público, a nossa função não é política, não é de elaborar Leis. A nossa função é de fazer com que as Leis sejam cumpridas e a Constituição é a Lei Máxima, quer dizer, independente do Estatuto de Igualdade Racial, que no Brasil infelizmente para a Constituição ser cumprida é preciso passar por toda essa odisseia para dizer que a ação afirmativa é uma necessidade. Ação afirmativa, eu não preciso de uma Lei Ordinária dizendo que ação afirmativa tem que ser estabelecida. E o que nós inovamos nessas cinco ações e felizmente paramos nas cinco porque o setor bancário nesse aspecto foi extremamente receptivo, nós defendemos claramente a seguinte tese: primeiro, a discriminação que ocorre no Brasil [soa a campainha] em 90% dos casos, em 90% dos casos não é a discriminação direta, aquele em que diz claramente por que não está sendo contratado, por que não está sendo promovido; é aquela que ocorre sorrateira, muda, silenciosa, traiçoeira. É difícil enfrentar quem

você não vê. Quando a gente não vê essa discriminação claramente, a dificuldade de enfrentar é muito grande. Então nós trouxemos, pela primeira vez para o Judiciário brasileiro, a tese da discriminação indireta, aquela que não decorre de atos concretos, afirmativos, mas aquela que decorre de resultado. Então o que é que nós a analisar? Não a intenção, não me interessa se a intenção foi discriminar ou não foi discriminar, não me interessa o ato praticado, o que me interessa é o resultado produzido pelo processo seletivo de determinada empresa. Se o processo seletivo de determinada empresa resultou numa posição desfavorável para determinados grupos, houve uma discriminação. Eu posso até não saber identificar em que momento ocorreu ou onde ocorreu, mas o resultado produzido foi uma discriminação, foi uma exclusão.

Então, nós trouxemos a tese da discriminação indireta, a tese que já existe na OIT, na Convenção 111 da OIT, mas uma tese que no Brasil não era judicializada. Trouxemos também a estatística como meio de prova, porque a única maneira de demonstrar o resultado desfavorável de uma política de admissão é a estatística, eu não tenho outra forma. Trouxemos a estatística também. E procuramos a negociação, porque a questão da discriminação no Brasil é uma questão cultural, eu não tenho dúvida nenhuma que é cultural. Mas as pessoas costumam dizer, e eu enfrentei isso no Judiciário, a afirmação: "Ah, a questão é cultural". Eu digo: "Sim. E daí?" "Não, é cultural", quer dizer, parece que quando a questão é cultural não se pode fazer nada. É óbvio que deve se fazer, porque toda cultura foi criada pelo homem, não foi Deus que criou uma cultura, não foi uma divindade que criou uma cultura. A cultura foi criada pelo homem e foi criada por grupos dominantes. Então essa cultura tem que ser modificada.

Então a ideia de conclamar, e eu vou encerrar, conclamar as demais empresas, o nosso programa hoje é com o setor supermercadista. Com o setor bancário nós temos avançado, estamos avançando significativamente, então vamos agora iniciar algumas ações judiciais com o setor supermercadista. Aí o ideal seria até fazer como foi feito na Câmara dos Deputados: se a Comissão entender conveniente, chamar o setor supermercadista para nós tentarmos uma mesma negociação como fizemos com o setor bancário para nós não precisamos judicializar. E o setor supermercadista hoje tem uma grande vantagem: o caminho dessas ações afirmativas já foi todo acimentado. A FEBRABAN praticamente, com o CEERT, com o IPEA, com o Ministério Público do Trabalho, com a EDUCRAFO, com a Universidade Zumbi dos Palmares, com o Instituto IARA, com diversas outras entidades, ONGs, construiu um caminho que está muito bem construído. Por quê? Porque parte do seguinte pressuposto: primeiro, reconhecer que existe o problema. Então o grande mérito disso tudo foi primeiro o setor empresarial reconhecer que existe o problema. Reconhecido o problema, agora vamos enfrentá-lo. E um dos pressupostos, a FEBRABAN vai mostrar aqui o projeto, um dos pressupostos o que é que é? É a reeducação do público interno, dos gerentes, daqueles que contratam. Porque o que nós observamos é que praticamente em todos os bancos são apresentados duas ou três opções lá na ponta, para o gerente da agência, e lá ele aponta o dedo: "É esse que eu quero". Em nenhum momento ele diz o porquê é que não está contratando os outros dois. Então ali é que o problema ocorre.

Então, essa mudança de cultura, ela tem que ser feita e ela só vai ocorrer nas empresas se a cúpula empresarial se empenhar verdadeiramente nessa cruzada. Então aí é o meu pedido de chamar o setor supermercadista, que é o setor que nós estamos agora investigando.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu posso dizer que já está acatada a sua sugestão.

SR. OTÁVIO BRITO LOPES: Ótimo. Então nós já estamos investigando, quer dizer, já temos dados concretos sobre esse setor, já poderemos trazer inclusive quando o setor for chamado para uma grande negociação e mostrando já o exemplo aqui da FEBRABAN.

Então eu acho que é importante, mais do que a judicialização, o acordo, a parceria, porque com a parceria eu tenho [soa a campainha] o quê? Eu tenho a reeducação, a mudança de cultura, a cultura empresarial, a cultura da empresa. A empresa agora vai entender o seguinte: que a diversidade é extremamente importante, a diversidade acrescenta, agrega uma série de valores à empresa que são deixados de lado. Até porque o público hoje que utiliza o serviço bancário é o País todo, são negros, brancos, mulheres, índios, quer dizer, então o retrato do banco, quando um correntista vai ao banco, ele tem que ver o retrato da população, é o que ele vê na rua [palmas]. O retrato de uma empresa tem que ser o retrato do País.

Então é isso que nós defendemos, é um negro chegar a uma agência bancária e encontrar trabalhadores negros. É uma mulher chegar numa agência bancária para tratar de um grande empréstimo, uma gerente de uma grande empresa vai ao banco e de repente ela está tratando daquele grande empréstimo com uma gerente, com uma mulher também decidindo, quer dizer, então eu acho que a judicialização é o último caminho, que se tivermos que usar nós vamos usar, mas o exemplo aqui desse acordo com a FE-

BRABAN, para mim, é a melhor maneira de resolver o problema.

Por isso que eu já agradeço de antemão ao Senador Paulo Paim por acolher essa nossa sugestão de chamar aqui o setor supermercadista, onde nós apresentaremos já os números que nós temos já do setor todo, nós já temos esses números mostrando as desigualdades que existem e tentar, a partir daí, usando o paradigma já do setor bancário, tentar construir um caminho próprio para o setor de supermercado [soa a campainha]. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu anunciar aqui, que o Frei David havia me perguntado, mas eu posso agora, Frei David, falar com mais segurança, que pela importância desta Comissão nós fizemos um pequeno movimento e a direção da Casa conseguiu fazer com que essa Audiência Pública esteja sendo, desde a sua abertura, transmitida ao vivo para todo o País [palmas], devido à importância, e eu acho que é quase uma celebração aqui dos direitos humanos.

Que bom ouvi-lo, Dr. Otávio Brito, a sua forma ampla, tranquila, harmoniosa, solidária de colocar essa integração de todo o nosso povo. Isso eu acho que é um exemplo para toda a nossa gente e eu concordo com V. Exa. Eu que tenho diversas iniciativas, que bom seria que a gente não tivesse que encaminhar nenhuma Lei outra, já que a Constituição assegura o direito, mas infelizmente temos que provocar com Leis até que a realidade seja essa que o senhor refletiu aí com muita competência e com muita qualidade nas argumentações.

Então eu passo de imediato agora a palavra ao Sr. Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos, Diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN, em representação ao Sr. Fábio Colletti Barbosa, Presidente da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN. Meus cumprimentos de antemão pelas considerações colocadas aqui pelo Dr. Otávio e também pelo Frei David, que já me informou do trabalho que está sendo feito. Fique à vontade.

SR. MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS: Muito obrigado, Senador. Estão todos me ouvindo? Bom-dia a todos, senhoras e senhores, é um prazer e uma honra estar aqui. Eu quero começar agradecendo a todos vocês, eu estou reconhecendo aqui alguns rostos que já estiveram conosco lá na Câmara dos Deputados, eu estava comentando aqui com o Senador, nós estivemos lá umas seis ou sete vezes, nem lembro mais, onde a gente começou esse trabalho. Esse trabalho começou e já têm uns dois ou três anos que nós começamos a fazer isso, e esse trabalho ele já representa o total convencimento do setor bancário de que a valorização da diversidade é importante, é fundamental para as pessoas, para a sociedade e para os negócios, Senador, é fundamental [palmas]. Nós acreditamos nisso, essa crença já vem sendo desenvolvida e a ideia é de que ela chegue lá na última agência do último rincão desse País e que a gente acredite firmemente nisso e que essa fala seja transformadora, porque assim o Projeto anda, quer dizer, o Projeto só encaminhará quando todos nós estivermos convencidos disso. Nós efetivamente estamos muitos, muitos certos de que negócios bons, bancos sadios, só numa sociedade sadia, não tem jeito. Eu preciso me ver no banco, o cliente de qualquer conatureza, eu preciso me enxergar para me sentir à vontade e poder estar caminhando com isso.

Eu vou sintetizar, Senador, porque realmente é um trabalho enorme.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se precisar de um tempo maior, nós vamos dar.

SR. MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS: Eu vou tentar acelerar um pouco. Vamos à primeira.

O primeiro ponto importante, que é para arredondar o que foi dito aqui na Mesa já, eu só vou dizer assim, mostrar a nossa concordância, que diversidade inclui várias facetas da natureza humana, várias facetas do homem: cultura, idade, orientação sexual, etnia, tudo, tudo isso está dentro da diversidade. Nós escolhemos três capítulos--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita interrompê-lo, que eu havia antes cobrado a presença de todos os convidados, cobrado não, lembrado, o Ministro havia me ligado, ele disse: "Olha, eu atraso, mas chego". E agora chegou aqui informações de que o Ministro já está se deslocando e vem para cá pela importância desse momento histórico. Eu agradeço ao Cintra que trouxe a informação [palmas] de que o Ministro Edson, como havia me informado, está vindo para cá.

SR. MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS: Bom, retomando. Então a diversidade é tudo isso. Nós escolhemos um foco em três características: a questão da etnia ou raça, a questão do gênero e a questão de pessoas com deficiência para focar inicialmente o nosso trabalho. Os nossos objetivos são bastante claros. Pode seguir.

O que nós queremos é que os quadros dos bancos espelhem o brasileiro de forma geral. Então obter a maior diversidade, posicionar o setor, enfim, promover a igualdade, a equidade e a oportunidade, quer dizer, o nosso programa não é um programa de benemerência, é um programa de oferecimento de igualdade

e de oportunidades. Se para isso é necessário ações afirmativas, nós já estamos fazendo e continuaremos fazendo até que esse quadro se modifique.

Eu quero ressaltar que o setor bancário, apesar de ser um setor extremamente organizado e ser um setor bastante visível na mídia por várias razões, o Senador conhece bem isso, ele representa muito pouco da força formal de trabalho do País, da força celetista, vamos dizer assim. O nosso cálculo está em torno de 1,5%, um pouco mais, um pouco menos, mas a força do setor em termos de gerar exemplo, de gerar experiência que pode ser aproveitada pelo resto da sociedade é muito importante e a gente acredita que isso é um ponto fundamental.

Como já foi dito aqui, o nosso credo é exatamente esse, quer dizer, é um processo de transformação cultural, é um processo que mexe com valores, é um processo que mexe com a educação, é um processo que gera necessidade de conscientização, de treinamento, enfim, é um processo que todos precisam acreditar que faz parte do negócio, do dia-a-dia da sociedade. Então isso tem que debater, tem que comunicar, têm dois passos para frente e um para trás, mas sempre avançando, tem que debater e tem que incluir muitos atores nessa sociedade. Então é por aqui que nós estamos caminhando.

Nós temos esses atores sociais, quer dizer, nós estamos conversando com muita gente. A professora Cida Bento está aqui, ela nos ajudou muitíssimo nisso, a Cristina Carvalho do Banco Santander também nos ajudou muito nisso, da Comissão de Diversidade, nós temos falado com muita gente. O Sindicato participou desse trabalho em grande parte. Eu acho que foi a primeira vez, Senador, que a Folha Bancária fez a mesma campanha que a FEBRABAN, primeira vez [palmas]. Então, quer dizer, isso mostra que existem divergências, mas existe muito mais convergência do que divergências. Isso é importante. A OIT está nos ajudando muito, o Sindicato, a CONTRAF, o IBGE, o próprio Ministério Público do Trabalho, a FEBRABAN, a CEERT, enfim, é um grupo enorme praticando o diálogo social e construindo soluções. Está terminado? Não está terminado, mas está bem iniciado e isso eu posso lhes garantir. Vamos seguir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes que ele saia, eu queria... Senador Mão Santa, eu sei que o senhor está sendo chamado em outra atividade, mas V. Exa. veio aqui prestigiar o evento, me disse que viria, veio aqui nos contemplar com a sua assinatura, sei do seu compromisso no combate a todo tipo de preconceito, então antes de V. Exa. ir, eu queria lhe dar uma salva de palma, Senador Mão Santa [palmas], que você é do Piauí e fez questão de vir aqui apoiar esse movimento.

SR. MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS: Muito bem. O nosso projeto de valorização da diversidade, ele tem dois focos. A questão do PCD, que eu vou passar muito rapidamente aqui, pessoas com deficiência, e a questão efetivamente étnica e a questão de gênero, que eu vou me deter um pouco mais.

A questão do PCD, ela é muito simples. Em maio de 2006, quando nós começamos, nós tínhamos uma enorme dificuldade de todas as naturezas: nós não conhecíamos esse tipo de população, nós não entendíamos o comportamento dele, nós não sabíamos da necessidade deles e tínhamos 3.600 pessoas contratadas nos bancos. Era muito pouco. Nós hoje, em maio, o último levantamento que eu tenho, nós hoje temos 7 mil pessoas contratadas e temos 4 mil vagas ainda. Então quem tiver candidatos a indicar, pessoas com deficiência que atenda o Decreto 5.296, nós estamos abertos a receber as inscrições [palmas]. Nós temos um Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público Federal, as nossas agências bancárias estão sendo absolutamente adaptadas à ação, já estão bastante avançadas, não é incomum encontrar agência nossa já perfeitamente adaptada, mas precisamos contratar mais gente. E o nosso desafio--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quantas vagas?

SR. MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS: Temos 4 mil vagas à disposição dentro do setor bancário.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): À disposição das pessoas com deficiência.

SR. MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS: Dentro do setor bancário. O nosso desafio continua sendo onde encontrar essas pessoas num ambiente em que elas, por questões do nosso País, por questão da nossa formação, oferecemos a essas pessoas uma baixa escolaridade. Essa é a questão, quer dizer, pessoas qualificadas não existem no mercado e a gente teve que fazer um processo, dar um passo atrás, que era trazer essas pessoas para o ambiente de trabalho e capacitá-las antes de treiná-las como técnicos bancários. Foi o que nós fizemos construindo uma parceria público-privada com a Prefeitura de São Paulo, com a Universidade UniSant'Anna, o Cursinho da Poli, assistido pela I-Social. Nós criamos um programa que está em plena execução e que pega dois grupos: pessoas com deficiência que têm o ensino médio completo e as pessoas com deficiência que não têm o ensino médio completo ou que tenha pelo menos o fundamental completo. Fizemos um processo

seletivo. Se ela tem o ensino médio completo, ela entra num aprimoramento profissional, vamos recordar português, matemática, ciências sociais, vamos falar com ela de história, vamos falar de geografia, vamos falar de aritmética, matemática, e depois nós levamos para a qualificação técnica, onde ela vai aprender produto bancário, ela vai aprender a ser bancária, vai aprender a entender, vai aprender o que é fundo de investimento, o que é crédito e etc. E, finalmente, ela assume a posição dela no banco.

Então ela leva seis meses na universidade e depois dois meses de acompanhamento no trabalho. Se ela não tem o ensino médio completo, vai para o supletivo de doze meses, findo os quais ela entra na qualificação e aprende a ser bancária e assume o seu posto. Isso acontece quando ela já é contratada, ela é uma bancária, a pessoa é uma bancária, é uma auxiliar bancária com jornada de quatro horas. E por que quatro horas? Porque esse é o horário de aulas dela. Nós fechamos esse acordo, ela entrava ganhando R$ 616,00, passava a R$ 675,00, com todos os direitos da Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários [soa a campainha]. Foram 3 mil inscrições, 529 vagas, e nós não conseguimos preencher por essas razões, porque essas pessoas não tinham qualificação e porque muitas delas, que tem o benefício da Previdência, não se sentiram seguros de abrir mão do benefício da Previdência para arriscar na empresa privada, porque a volta para o benefício da Previdência, se não impossível, é extremamente difícil. Nós advogamos que o benefício da Previdência ou deve ser mantido ou deve ser suspenso temporariamente, com facilidade para ser restabelecido em caso necessário. Vamos adiante.

A campanha de comunicação. Pode passar.

O material de apoio para os alunos. Também foi tudo muito bem feito. A cerimônia de lançamento contou com o Prefeito, contou com o Presidente da FEBRABAN, foi uma cerimônia emocionante de fato, as pessoas ficaram entusiasmadas. Pode passar.

Hoje o que é que nós temos? 349 já terminaram a qualificação técnica, ou seja, já passaram os seis meses e assumiram no dia 14 de setembro os seus postos nos bancos, começaram a trabalhar nos bancos. Agora nós estamos acompanhando assim com muita curiosidade, muito atentos para perceber a integração deles. Nós preparamos os bancos, preparamos as pessoas e agora vamos ver na vida real ele trabalhando, competindo, estando lado a lado, fazendo parte do time, ver se a coisa funciona. E temos 136 que ainda estão cursando o supletivo e que só assumirão no dia 1º de junho. É um projeto piloto e, em dando certo, os resultados sendo positivos, a ideia é estendê-lo a outras capitais e mesmo a São Paulo. Vamos adiante.

Vamos falar rapidamente agora entrando na questão efetivamente étnica e na questão de gênero. Pode passar.

Aí, nesse projeto, nós tivemos a assistência da Cida, da CEERT, nós começamos olhando as práticas e pesquisamos as nossas áreas de RH, o que nós estávamos fazendo, tem um relatório extensíssimo, nós olhamos 18 bancos, levantamos 58 *cases,* é isso, não é Cida? A conclusão, sinteticamente, é que nós já estamos fazendo o que é preciso fazer, não precisamos importar nada. A questão é: o que nós estamos fazendo é localizado, não é disseminado e não está absolutamente, vamos dizer assim, estruturado e disseminado em todas as instituições. Esse é o grande desafio. E dentro das nossas áreas de RH e nos próprios bancos, hoje nós não encontramos resistência ao programa; muito ao contrário, quer dizer, é um programa que está acontecendo. Então, essa pesquisa que abrangeu 18 bancos e 58 *cases*, quer dizer, 18 bancos é pouco? Aqui tem 99% do quadro de funcionários. Se vocês pegarem os 20 maiores bancos do País, você tem, basicamente, todo o corpo de funcionários hoje dos bancos. Então o ambiente é favorável, o ambiente é positivo. Pode passar.

Fizemos o Censo, promovemos o Censo, que o Frei David conhece bem, tivemos algumas preocupações, deu muito trabalho para fazer, tanto do ponto de vista do questionário, que nós precisamos ter uma linguagem que fosse compreensível a todos os bancários em toda a parte do País, precisávamos que ele fosse tecnicamente correto e aí o IPEA e o IBGE foram absolutamente fantásticos com isso, para orientar como fazer isso. Criamos uma base de dados, garantimos a confidencialidade aos funcionários. O banco que quiser saber o que é que o funcionário dele declarou não vai saber, porque a base de dados é da FEBRABAN e nós não abrimos isso. Nós sequer trabalhamos com as bases individuais dos bancos, apenas as bases consolidadas, enfim, isso foi pronto, foi a mercado e nós tivemos uma adesão muito forte. Antes nós fizemos uma campanha publicitária para motivar – pode passar – as pessoas a participarem, motivar os funcionários a confiarem. Fizemos isso em todos os bancos participantes do processo e o mote da nossa campanha é a diversidade e a riqueza brasileira, está certo? [palmas]. O nosso material dizia claramente que a diversidade é a cara do Brasil, ao invés de amarelo, azul e branco, que são as nossas cores e nós temos vários cores no País. Então fizemos essa campanha. Pode passar.

Fizemos um vídeo com atores conhecidos; Aílton Graça, Mara Gabrilli, Vereadora que nos apoia, a gente tem debatido muito com ela, também é um vídeo muito

interessante, foi disseminado na internet, é acessível a todos os bancários. Pode passar.

Os resultados. Foi garantida a qualidade técnica do resultado com o apoio do IPEA, do IBGE, inclusive o DIEESE nos ajudou com os estatísticos. Nós enviamos o questionário de forma eletrônica para 409 MIL bancários. Nós temos ao redor de 440, 450 mil bancários. Nós tivemos uma adesão de 49,9%. Nós recebemos 204 mil questionários, uma base de dados gigantesca, gigantesca. Então a adesão... Isso não é nem uma amostra mais, isso é efetivamente o perfil. E aqui, efetivamente, o Sindicato nos ajudou muito fazendo, ele próprio, a campanha do censo, a campanha de adesão do censo. Vamos passar.

Aqui a população de estudo. Nós tivemos bancos públicos e bancos privados que participaram, responderam ao questionário. Vamos adiante.

Os diversos cargos nos bancos: cargos de direção, cargos de supervisão, cargos de gerência, cargos técnicos, cargos básicos, que responderam também ao questionário. Pode passar.

A primeira estatística que eu acho que é relevante comentar com vocês é a questão da presença do homem e da mulher. Como já o Dr. Otávio falou, os números atestam o que ele falou, quer dizer, dentro dos bancos tem igualmente homens e igualmente mulheres na proporção da PEA, na proporção da população brasileira. Essa não é a questões. A questão começa a aparecer na questão de cargo e na questão de salário, como o Dr. Otávio bem disse. Pode passar.

A questão da raça/cor, nós temos 19% dos nossos quadros representados por pessoas negras. Esse questionário é um questionário em que cada um se autodeclarava, então nós temos 19%. É o ideal? Não, não é o ideal. Eu confesso a vocês que eu pensava até em ser um pouco menos do que isso, isso já mostra uma evolução nos últimos anos, mas há bastante espaço ainda aí para melhorar. Vamos seguir.

Escolaridade. Aqui mostra, Senador, que trabalhar em banco, quer dizer, e por isso os bancos hoje são efetivamente do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista de instituição bastante diferenciados, mesmo comparados com o resto do mundo, porque o seu pessoal é bastante diferenciado. Nós temos 92% do quadro de pessoal, no mínimo, cursando universidade, no mínimo cursando a universidade. Se você tirar os que estão cursando a universidade, 66,5% já fizeram faculdade ou fizeram pós-graduação, enfim. Isso para todo grupo, independente de quem quer que seja. Pode passar.

Não há diferença entre homens e mulheres, tem o mesmo grau de escolaridade, com o mesmo percentual quando você compara curso superior e pós-graduação. Pode passar.

Quando você compara a escolaridade superior [soa a campainha] e pós-graduação com o negro também é idêntico, é a mesma coisa. Quem está dentro do banco, todos têm o mesmo grau escolar, a mesma formação, então todos iguais, não há discriminação com relação a isso. Pode passar.

Mostra aqui um quadro interessante, como o bancário evolui do ponto de vista educacional. O quadro lê assim: de cada cem pessoas que entraram no banco com o ensino fundamental, apenas 7,9 ou 8 pessoas permaneceram com o ensino fundamental, 24 chegaram ao ensino médio, 52 chegaram ao ensino superior e 8 chegaram ao ensino--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita uma leve interrupção. O Ministro está chegando ou não? Então continue até a chegada dele. Eu achei que ia entrar toda a comitiva já.

SR. FREI DAVID SANTOS: Já chegou.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então o alarme não era falso, está aí o Ministro Edson Santos [palmas]. Eu peço, aqui, para colocarem uma cadeira na mesa.

Para ver como o Mário está bem na palestra dele, a sugestão foi dele, eu já devia ter encaminhado, ele disse: "Olha, eu recomendo que você chame a Cida, que vai ter uma mulher aqui na mesa". Então, Cida Diogo, venha aqui para a Mesa, já tínhamos acertado isso antes. Cida Bento [palmas]. A Cida Diogo é uma grande Deputada também, não é isso? Então, Cida Bento, eu convido você a ficar aqui na Mesa com a gente e continue a sua exposição, Dr. Mário.

SR. MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS: Bom, eu estava me referindo à questão da mobilidade educacional. Então os funcionários, os bancários, eles têm de fato uma enorme mobilidade social ou educacional, como os senhores estão vendo. Eles evoluem efetivamente, fazem carreira e têm um nível de estabilidade no emprego bastante superior à média do mercado. Pode passar.

Faixa etária. Pode passar também.

Aqui mostra claramente o seguinte: as pessoas mais jovens, até 34 anos, a predominância é de mulheres. Isso mostra claramente o ingresso mais recente das mulheres, mais fortemente no mercado bancário. Presença de homens brancos comparado no setor e no PEA não há nenhum problema. Pode passar.

Homens negros. Nós temos *gaps* localizados, inclusive, quer dizer, em alguns estados mais do que em outros, mas o nosso problema não está aí. Pode passar.

Mulheres brancas também não é o problema. O nosso grande *gap* – pode passar – é a questão de mulheres negras no PEA. Então o setor bancário se recente, tem efetivamente necessidade, precisa oferecer oportunidades a mulheres negras nos seus quadros. É isso que a gente trata, inclusive, nas nossas ações. Podemos seguir.

Tempo de emprego. Apenas uma observação aqui, quer dizer, o bancário, eu acho que trabalhar em banco não deve ser tão ruim, viu, porque se a gente comparar o pessoal que tem até um ano de casa, ele representa apenas 9% do total dos bancários. Quando você olha no mercado em geral, o dado que a gente tem é da RAIS de 2007, no mercado em geral é de 33%. Então as pessoas nos bancos, elas permanecem mais tempo. Vocês podem notar que entre 5 e 25 anos você tem mais da metade do quadro, quer dizer, são bastante estáveis, quer dizer, eles permanecem, entram, entram normalmente, vamos dizer assim, na base da pirâmide, e vão escalando, está certo? Pode passar.

Um dado importante. Pessoas com deficiência, metade delas, ou seja, a metade das pessoas com deficiência que estão nos bancos foram admitidas nos últimos três anos. Reflexo das ações afirmativas, quer dizer, elas começam a entrar mais massivamente nos bancos. A próxima.

Quando a gente olha a questão do negro, 66,5% das pessoas negras tem até três anos de casa. Aqui é mais forte até na questão das pessoas com deficiência, o ingresso do negro no banco ficou muito mais forte nos últimos três anos, está muito mais acentuado, já representa 66%, quer dizer, e o nosso objetivo é estimular isso mais fortemente. Vamos adiante.

Rendimento médio. Pode passar essa. O próximo é interessante.

Quando a gente compara rendimento médio, também nós fizemos o nosso dever de casa e de fato o negro ganha 84% do banco em qualquer circunstância. É uma diferença, existe uma diferença em torno de 16% [soa a campainha], mas é uma diferença no mercado bancário menor do que no mercado de [ininteligível] ou no mercado formal de trabalho como num todo, onde essa diferença chega a 64%. Não está bom no mercado bancário, mas está melhor no que no resto. Vamos adiante.

Esses dados estatísticos, eles refletem com clareza o que o Dr. Otávio já mencionou. De fato nós temos um problema de encarreramento e um problema de salário no que diz respeito a gênero e no que diz respeito à raça. Nós já temos isso quantificado, identificado e nós começamos a tratar essa questão. Pode passar.

A mesma coisa na questão da raça e cor. Pode seguir adiante.

Movimentação. É a questão da promoção, do encarreramento, nós precisamos acelerar no que diz respeito ao negro. Pode passar.

No que diz respeito à mulher, da mesma forma. Apesar de elas serem 50% do quadro, elas não têm 50% dos cargos de gerência, dos cargos de superintendências, quer dizer, nós estamos avaliando por que é que isso se dá, é por opção, é por que existe algum mecanismo que inibe, é por que é uma divisão doméstica? Eu não sei, quer dizer, a gente precisa aprofundar esse tema. Vamos adiante.

Natureza do conhecimento da vaga. Aqui vale um comentário importante. A maioria dos bancários hoje trabalhando, ou foram indicados por outros bancários, ou foram indicados pela família dos bancários ou por amigos de bancários. Então essa identificação, o Santiago advogou muito isso nas nossas discussões no Ministério Público do Trabalho, nós precisamos abrir o leque de oferta, levar mais longe o conhecimento da vaga para trazer pessoas diferentes daquelas que usualmente já se candidatam. Se a gente não faz essa abertura, como é que a gente vai alterar a composição da entrada? Como é que a gente vai alterar a composição do recrutamento e da seleção? Vamos adiante.

Planos de ações. Então nisso tudo nós, com o apoio da CEERT, ouvimos diversos especialistas, a Cida depois pode até comentar um pouco isso, que recomendou, fizeram dezesseis recomendações que nós, na Comissão de Diversidade, junto com a Comissão de Recursos Humanos, está certo, com o apoio da Diretoria e da Presidência, hierarquizou, daí nós selecionamos cinco e começamos a trabalhar [soa a campainha]. E daqui por diante, nós temos... Pode passar.

Fizemos para cada um desses grupos de ações, criamos grupos de trabalho, eu vou mostrar apenas a composição de um grupo, como é que funciona e o que é que nós estamos fazendo nesse instante. Pode passar.

Então, por exemplo, o Grupo 1, que é a "sensibilização permanente junto aos executivos de média e alta gerência". A coordenação cabe ao HSBC, tem Bradesco, Ibi, Santander, City, Nossa Caixa, Caixa Federal, Mercantil do Brasil. Então são cinco grupos tratando disso. Pode passar adiante agora, vamos lá para o final. Têm todos os detalhes de todos os projetos, eu vou deixar esse material aqui com o Senador Paulo Paim.

Em andamento. O que é que nós estamos fazendo nesse momento? Nós temos discutido com a Secretaria de Direitos Humanos, a SEPPIR, o MEC, a SPM e temos um encontro agendado no dia 7 agora de outubro com a Secretária Nacional de Educação Superior do MEC, que nós vamos discutir, nós estamos discutindo já, nós tivemos reuniões já prévias na FEBRABAN, de

a gente, vamos dizer assim, viabilizar um convênio, um acordo aonde o setor bancário vai oferecer vagas de estágio a alunos do ProUni e de universidades públicas. Nós temos condições de oferecer, nós temos bancos que chegam a oferecer 700 vagas ao ano. Já estão sendo oferecidas. A Maria Cristina está aqui, do Santander, que está oferecendo essas vagas.

[palmas]

Então, nós vamos somar todo esse esforço junto com o Programa Aprendiz, já que está em pleno curso, nós já empregamos 6 mil pessoas nos últimos três ou quatro anos, quer dizer, dentro da lógica natural do banco, dentro da lógica natural do setor, nós vamos começar a agir efetivamente para inverter um pouco o curso normal que vinha até então de composição e recrutamento para os quadros. Nós vamos engajar as pessoas no discurso, nós vamos levar as pessoas para entender e compreender isso, nós vamos levar a cultura, nós vamos sensibilizar, nós vamos criar padrões, nós vamos criar formas de acompanhamento objetivas disso, nós vamos estimular a melhoria dos indicadores, vamos repetir o Censo daqui a dois anos, para ver se a gente avançou. A última.

E efetivamente, quer dizer, para concluir, é longo, é difícil, mexe com cultura, mexe com a cabeça, mexe com as organizações, mas precisa ser feito. É uma questão de sustentabilidade, é uma questão de geração de sociedade sadia e de empresas sadias, é uma questão humana e é uma questão de negócio e nós estamos dentro da solução, quer dizer, nós hoje acreditamos que nós estamos fazendo parte da solução e não mais do problema. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou agilizar aqui as nossas falas devido ao nosso tempo, mas quero registrar aqui também que está conosco o Subsecretário de Ações Afirmativas, que foi um grande líder e continua sendo do meu partido nessa área, inclusive, que é o Martvs das Chagas. É bom te ver aqui, Martvs.

[palmas]

Quero também registrar a presença do Jorge Coutinho. O Jorge Coutinho é Presidente do Sindicato dos Artistas Técnicos em Espetáculos e Diversões do Estado do Rio de Janeiro [palmas]. O Coutinho é um artista conhecido aí, companheiro de longas lutas.

Então primeiro dizer da alegria de ouvir aqui o Sr. Mário Sérgio, para que mim foi marcante aqui ver que essa política do corte da diversidade está em toda a sua exposição. Nós sabemos que o foco aqui é o debate da questão do negro, mas a sociedade tem que perceber que essa luta é uma luta ampla, que nós combatemos todo o tipo de preconceito. Fiquei feliz de ver na visão do ProUni, das mulheres, do negro, do deficiente, enfim, dos idosos, em todas as áreas.

Passamos de imediato a palavra ao Sr. Alberto Borges de Araújo, que representa aqui o SENAI, representando o Sr. Armando de Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria. Eu me dirijo ao senhor com alegria. Sabe que a minha vida, de menino pobre no interior de Caxias do Sul, só começou a melhorar depois que eu me formei no SENAI. Dali para frente alavancou a minha caminhada. Então a minha alegria em recebê-lo aqui.

SR. ALBERTO BORGES DE ARAÚJO: Nós temos grande alegria, Senador, de estarmos aqui, e temos muito orgulho do ex-aluno do SENAI do Rio Grande do Sul e que hoje exerce esta liderança reconhecida por toda sociedade brasileira. E o SENAI, sob a presidência do Deputado Armando Monteiro Neto, no seu Conselho Nacional, determinou às instituições do Sistema Indústria uma atenção especial com ações voltadas para a erradicação da discriminação que pudesse ocorrer com relação a vários públicos. Nós podemos repetir como Conrad Adenauer, quando afirma que vivemos todos sob o mesmo céu, mas nem todos temos o mesmo horizonte. E a situação que ouvimos aqui, apresentada pelo Procurador-Geral do Trabalho e pelo Dr. Mário Sérgio, após também as informações e os dados apresentados pelo Senador Paulo Paim, são informações que nos constrangem e nos responsabilizam.

Por esse motivo, a liderança do Sistema Indústria, na pessoa do Deputado Armando Monteiro Neto e do Diretor-Geral do SENAI, realizou ou determinou a realização de estudos para avaliar a presença de todos os grupos marginalizados ou as minorias que estavam sendo atendidas pelas instituições para que esse quadro se revertesse e pudéssemos contribuir de uma forma muito positiva para a erradicação do atendimento prejudicial para vários cidadãos brasileiros, por uma grande quantidade de cidadãos brasileiros.

Foi assim que realizamos nesses últimos meses, nos últimos anos, um estudo sobre a situação no SENAI, no SESI e nas indústrias brasileiras, de negros, de deficientes, de mulheres, e isso determinou o início imediato de um projeto que passou a ser prioritário para as nossas instituições, que foi depois transformado de um projeto que tinha um tempo determinado para ser um programa da instituição, o Programa SENAI de Ações Inclusivas. Nós concordamos com o nosso grande educador, Paulo Freire, quando afirma que o grande poder da educação profissional é o de transformar, o de transformar. Ouvimos do representante do Ministério Público do Trabalho a situação que existe hoje, no País, e todos temos que contribuir com

ações afirmativas para possibilitar a presença de todos esses segmentos de forma igualitária nas nossas ofertas de educação profissional.

Nós reconhecemos e temos ouvido dos próprios representantes da OIT e a Instituição tem sido convidada para apresentar as suas ações para outros países. Fazemos ainda há pouco, precisamos e desejamos ampliar essa atuação do SENAI, mas vemos com muita alegria os resultados já alcançados.

Nós não estamos apenas desejando que a presença seja de acordo com os dispositivos constitucionais, que dá igualdade de direito a todos nos nossos cursos, nos nosso programas, nas nossas unidades, que são mais de 700 no País, mais de 700 unidades. O SENAI já ultrapassou a marca dos 40 milhões de trabalhadores formados em toda a sua existência no País. Exemplos marcantes desta atuação são o Senador e o Presidente da República [palmas]. Ambos declaram esse poder transformador da educação profissional nas suas vidas, na atividade que desenvolvem e nós temos muito orgulho disso. E temos muita afinidade com os Projetos do Senador Paim porque eles visam conceder às pessoas esse direito de cidadania. As nossas ações com relação à inclusão de deficientes sempre estiveram muito ligadas às ações que o Senador empreende. Nós, hoje, estamos com todas as nossas unidades acessíveis a pessoas deficientes. Temos até recebido prêmios, isso não estávamos buscando, mas prêmios por essas ações afirmativas. O Prêmio e-Learning Brasil 2009/2010 foi conferido ao SENAI por soluções dadas para a inclusão de pessoas cegas nos nossos cursos [palmas]. Portanto, não estamos buscando troféu ou prêmio, mas a inclusão tem sido de fato, tem sido real.

Por isso, na última reunião da Câmara Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, lá na sede do Conselho Nacional de Educação, com a presença do Senador Paim, a CNI, representada naquela Câmara, apresentou lá o voto de apoio às ações empreendidas pelo Senador com relação à expansão da educação profissional exatamente pelo poder transformador que tem a educação profissional, sempre nessas iniciativas que o Senador tem oferecido para a sociedade, mas também com relação aos deficientes e da inclusão das pessoas negras nos nossos programas. Portanto, estamos cuidando não apenas da inclusão, mas de oferecer qualificação para que essas pessoas tenham ascensão profissional.

Os dados apresentados aqui durante as primeiras etapas aqui desta Audiência comprovam isso: muitas vezes com remuneração mais baixa, muitas vezes sem acesso aos níveis mais elevados da gestão da empresa, e o SENAI comparece para oferecer esta oportunidade. Nós estamos buscando ampliar em todas as nossas unidades a presença desses contingentes, desses representantes de segmentos da população que têm sido prejudicados. Há profissões que passam a ser vistas como profissões para homens, quando na verdade não existe nenhum detalhe e nenhum aspecto que determinasse isso, e estamos superando esta situação quando, através de medidas afirmativas, promovemos a inclusão de um número maior de mulheres nesses cursos [palmas]. Hoje vemos, por exemplo, na construção civil, a presença de mulheres e muitas vezes até em melhores condições com relação ao acabamento das construções, da aplicação de placas cerâmicas, onde o detalhe e o cuidado feminino muitas vezes até superam as características masculinas. A presença de deficientes e a presença dos negros. Nós, hoje, no SENAI, realizamos quarenta projetos de uma intervenção junto a comunidades quilombolas em muitos Estados da Federação. E o programa que foi introduzido recentemente pela Confederação Nacional da Indústria, o Programa Educação para a Nova Indústria, o Programa Educação para a Nova Indústria estabelece metas com relação às parcerias e é assim que o SENAI vem desenvolvendo parceria com muitas ONGs, com muitas instituições, para atendimentos específicos, para demandas emergentes para determinados grupos.
E isso se dá com comunidades quilombolas.

Eu teria muito prazer em fornecer a todos os senhores que aqui estão [soa a campainha], aqueles que desejarem, até por meio eletrônico, esta publicação da Confederação Nacional da Indústria sobre o atendimento que está sendo feito e as propostas e recomendações para as nossas mais de 700 unidades do País, para que a sua intervenção seja de uma forma cidadã, igualitária, democrática, oferecendo essas oportunidades para todas as pessoas, procurando promover a erradicação de qualquer discriminação que por ventura ainda exista em algum setor.

Portanto, quando se trata de políticas afirmativas, de procedimentos afirmativos, o SENAI quer continuar na vanguarda, quer estar ao lado da iniciativa do Ministério, de políticas voltadas para a inserção e inclusão dos negros em todas as atividades e em todos os setores, as ações do Poder Público do Senado Federal, da Câmara Federal, do Governo da Presidente da República, ações que reduzam ou que erradiquem qualquer procedimento discriminatório.

E se não fosse também por isso, numa economia globalizada, quando os produtos brasileiros são oferecidos, mostrando que são produzidos num ambiente em que se respeita a diversidade, eles são muito mais aceitos. O Instituto ETHOS, convidado também para participar desta Audiência, tem publicações a respeito

disso, sobre a competitividade para os produtos brasileiros, desde que preservem o meio ambiente, desde que deem oportunidade para uma participação de todos os segmentos, tenham representações de todas as diversidades. O representante da FEBRABAN acabou de dizer isso, que os clientes recebem muito melhor ao serem atendidos por pessoas representativas de todos os segmentos. Nós mesmos, quando encontramos nos aeroportos as pessoas deficientes lá, ditas deficientes, ditas deficientes, nos atendendo, nós temos maior simpatia pela empresa que nos oferece o serviço.

[palmas]

Portanto, Senador Paulo Paim, com muito orgulho por vê-lo como um ex-aluno do SENAI, nós temos muita alegria nisso, somos muito orgulhosos pelo fato de o senhor ter sido aluno de uma escola do SENAI.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em Caxias.

SR. ALBERTO BORGES DE ARAÚJO: Em Caxias do Sul, eu ouvi isso recentemente do Senador Paulo Paim num pronunciamento público e ficamos muito orgulhosos disso. Isso é prova do resultado dessa atuação de uma instituição que pertence ao País. O SENAI é uma iniciativa da indústria, mas, antes de mais nada, é uma instituição do País, o SENAI pertence ao Brasil, e quando os nossos candidatos que estiveram no Canadá, no último mês, trouxeram para o Brasil quatro medalhas de ouro, quatro medalhas de prata, quatro medalhas de bronze, muitos diplomas de excelência, como o terceiro País em educação profissional no mundo, medalhas concedidas aos alunos do SENAI, nós ficamos muito orgulhosos, mas ficamos também orgulhosos de vermos pessoas como o Senador Paim, como o Presidente da República, que, ao início da sua preparação, compareceram aos ambientes do SENAI.

Portanto, o SENAI, o Sistema Indústria está solidário, está desejando participar, querendo contribuir e desejando ouvir as sugestões da sociedade aqui representadas, como atuar melhor junto a grupos específicos, como são as atuações nas comunidades quilombolas, mas também nos ambientes todos das 700 unidades recebendo todas as pessoas e promovendo a ascensão profissional. O nosso compromisso agora é esse, de promover a ascensão profissional, porque as pessoas precisam galgar postos melhores na gestão das empresas e para tanto o SENAI está aberto a qualquer iniciativa nesse sentido.

Muito obrigado, Senador Paim, e aos demais, Sr. Ministro, pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu só agradecer ao Dr. Alberto Borges de Araújo, que aqui representa o SENAI, dizendo que nessa exposição que eu fiz para todos os reitores das universidades do País sobre o ensino técnico e também lá no Conselho de Educação, que V. Exa. estava lá, na verdade eu falei do FUNDEP. O que é que é o FUNDEP? É um fundo de investimento no ensino técnico profissionalizante, que também vai dar o corte da diversidade, que vai gerar 9 bilhões de reais para o investimento no ensino técnico. E tem todo o apoio do Sistema "S", porque não interfere no Sistema "S", pelo contrário, acaba sendo parceiro do Sistema "S" na formação da nossa juventude. Tem o apoio do MEC e tem, com certeza, a simpatia do Presidente Lula. Por isso, fiz aquela exposição um pouco emocionado, até lembrando a minha infância, e esse Projeto, que já aprovamos aqui na CCJ, o Senador Demóstenes Torres foi o Relator, está pronto para o Plenário agora e, se aprovado, eu dizia lá e repito aqui, talvez aquele sonho de termos pelo menos uma escola técnica em cada cidade desse País, gratuita, para a formação da nossa gente, pode se tornar realidade. Eu espero que esses 9 bilhões se tornem de fato uma proposta aprovada pelo Congresso Nacional e aplicada para o bem de toda a sociedade brasileira.

SR. ALBERTO BORGES DE ARAÚJO: Se o Senador me permite, eu gostaria de transmitir que logo após aquela reunião levei a conhecimento do Diretor-Geral do SENAI a situação do Projeto e ele deseja dirigir-se pessoalmente ao Senador para parabenizá-lo pelo aperfeiçoamento que houve no texto do Projeto e a situação hoje que esse Projeto tem de unanimidade na opinião pública com relação ao FUNDEP, desde o ponto em que o sistema existente de educação profissional é preservado e mantido com todo o respeito, com toda a consideração do Senador, no seu funcionamento. Eu trago essa palavra com recomendação da direção geral do SENAI, no sentido do apoio da instituição ao seu Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. De imediato vamos aqui pela sequência ao nosso, me permita, Frei David Santos, Coordenador da EDUCRAFO, Rede de Pré-Vestibulares Comunitários e Educação para Afrodescendentes e Carentes. O Frei David não precisa falar, todos os senhores sabem da nossa ligação histórica e esse trabalho brilhante que ele vem fazendo. Me permita, Frei David. O Frei David, nessa formação da nossa juventude, ele me apresentou um menino desses aí, que é o Thiago, e o Thiago fala comigo lá meia hora, deixa eu dar aqui um depoimento na Mesa, o Thiago fala comigo meia hora: "Ô Thiago, tu não quer abandonar o David?" Ele diz: "Não, Senador, como assim?" "Deixa o Frei David e vem trabalhar comigo". Resultado: o

Thiago está comigo, trabalhou aqui, agora está lá no Sul, trabalhando no Sul, fortalecendo lá esse trabalho de todos nós. Então o Thiago, eu falo como exemplo, porque ele é fruto dessa moçada e eu percebi o potencial do Thiagão, [palmas], ele está lá no Sul, funcionário do gabinete, fazendo parte da coordenação, do nosso trabalho a nível estadual e nacional. Frei David com a palavra.

SR. FREI DAVID SANTOS: Senador Paim, para nós é uma honra poder saber que a entidade EDUCRAFO, que para quem não sabe é uma rede de 200 cursinhos pré-vestibulares para negros e outros pobres que há no Brasil, saber que um dos nossos membros está agora servindo ao seu gabinete com muita qualidade, com muita dedicação.

Nesta introdução eu quero saudar a todos os presentes aqui na Mesa, bem como a equipe de pessoas da EDUCRAFO. Saudando a vocês eu saúdo a todos os presentes, dizendo que essa equipe que pegou o ônibus ontem, viajou a noite inteira e está aqui agora firme [palmas]. Portanto, saudando a vocês eu saúdo a todos da Mesa e os demais presentes. Dizendo que essa equipe, além dessa atividade de agora, essa Audiência Pública com referência às quinhentas... A Audiência nasceu com o seguinte título: "As quinhentas maiores empresas do Brasil e a questão da inclusão étnica racial". Nasceu assim com o título, depois mudou e tem o título atual, que para nós está adequado. Dizendo que essa Audiência nasceu a partir desse livro aqui do Instituto ETHOS [palmas]. A gente passa então para a Mesa, quem não tem aqui na mesa pode pegar um, por favor, quem não tem na mesa pode pegar um exemplar desse, e esse livro, lançado já há dois anos atrás, ele trabalha com muita firmeza a questão das empresas e a questão do negro. Com certeza a FEBRABAN avançou nessa discussão e agora na fala do Dr. Alberto estamos percebendo também a Confederação Nacional das Indústrias, que com certeza farão um excelente trabalho para fazer um Brasil diverso e um Brasil mais qualificado. Então eu estou muito feliz com esse momento aí.

Promovendo a igualdade racial no mercado de trabalho. O preço do racismo e os talentos que o Brasil perde. Aí estamos usando o mapa do Brasil, marcadamente negro, e todas as empresas, algumas dessas já estão com um trabalho bonito de inclusão racial e outras ainda não descobriram essa importância. Eu quero dizer a vocês e parabenizar às mulheres negras de São Paulo que invadiram a Loja Boticário depois da tentativa de negociação. A loja não negociou, um grupo de mulheres negras invadiu a Boticário exigindo a contratação de mulheres negras. Dr. Alberto, nós temos certeza que o senhor, representando aqui a Confederação Nacional das Indústrias, vai mostrar para a comunidade negra brasileira que há, sim, uma abertura da Confederação Nacional das Indústrias e com certeza, assim como a FEBRABAN, vamos ter grandes avanços, sem precisar de invadir outras empresas. Eu parabenizo às mulheres que invadiram, mas digo não que não é o melhor caminho, não. Portanto, entendemos que é possível agora no novo Brasil fazer esse trabalho no diálogo a partir da inclusão.

Direito ao trabalho. As desigualdades raciais no Brasil moderno. Negros e negras são os últimos a ser empregados e os primeiros a ser demitidos quando há crise. Se vocês observarem todos os dados do desemprego na crise, vocês vão ver que aumentou muito o desemprego na comunidade negra em todos os setores empresariais.

A taxa de desemprego dos negros e negras é de 24% da população economicamente ativa. Entre os empregados e empregadas, a maioria está no chão das fábricas ou no emprego doméstico, ou seja, ainda temos dificuldade de ver o negro empregado nos altos cargos. O rendimento mensal médio das mulheres negras é de R$ 340,80. Homens negros recebem R$ 583,30. Homens e mulheres brancos recebem, respectivamente, R$ 1.181,10 e R$ 742,10, ou seja, se vocês compararem o salário ganho do homem negro com o homem branco, vocês vão perceber ali que é quase quatro meses superior a renda salarial média nacional. E se vocês compararem a renda do homem branco com a mulher negra, vocês vão ver que há quase que um escândalo nessa questão, e para nós é fundamental que as empresas todas no Brasil percebam que temos que combater esse problema que eu não falo que foi assim intencional, mas é o vício estrutural de um País que se acostumou em explorar a comunidade negra como escravo por 338 anos e agora não percebeu que o Brasil mudou. E, graças a Deus, a FEBRABAN já está com um trabalho bonito, várias empresas estão com um trabalho bonito e percebo que nós, militantes da causa do povo negro, teremos dias melhores daqui para frente.

A participação negra nas quinhentas maiores empresas afrodescendentes são 3,4% no cargo de executivos. Então eu volto a dizer que, segundo esse livro, pesquisa do ETHOS, nos cargos de executivos, nas quinhentas maiores empresas do Brasil, apenas 3,4% são afrobrasileiros. Se você trabalha o cargo de gerência, pula para 9%. Se você trabalha a questão de coordenação e chefia, 13,5%. Ora, isso eu estou falando em um País que o IBGE acaba de dizer que nós, afrobrasileiros, somos 50,6% da Nação. São 26% dos funcionários em geral nas empresas, nas quinhentas maiores empresas, mesmo dizendo que somos no

Brasil 50,6%, ou seja, as quinhentas maiores empresas estão com um problema grave de inclusão da comunidade negra e temos certeza que nesse novo momento a Confederação Nacional das Empresas está sim já trabalhando e revendo, e quando mandam para cá o SENAI para essa Mesa, que é talvez do grupo o que mais avançou nessa questão, pode ser talvez um bonito sinal de querer mudanças.

A inclusão étnica nas empresas, uma exigência e compromisso de responsabilidade social. O que os números da exclusão têm a nos dizer sobre a discriminação ocupacional? O que as empresas têm feito para reverter essa situação? Estamos tendo já respostas concretas aqui na Mesa. Como ajudá-las a valorizar a diversidade étnica como instrumento estratégico de competição e lucratividade? Gente, instrumento estratégico de competição e lucratividade. É bom dizer que o site da ONU está provando e mostrando com artigos que todas as grandes empresas mundiais que fizeram trabalho de inclusão do negro, do indígena e de outros setores, essas empresas estão tendo maior lucratividade e maiores competições.

Também é bom dizer para vocês com alegria, e aí eu dirijo especialmente ao coração dos Deputados do DEM, do PSDB e demais Deputados dessa Casa, por favor, parem, olhem com carinho e se desmontem, se desarmem. Olhem com carinho os números. Já estamos com quase cem universidades e instituições públicas brasileiras adotando quotas no Brasil [palmas]. Então, Senador Demóstenes Torres e demais Senadores desta Casa, parem de brecar o Projeto contra as quotas, isso é um erro grave de vocês. Olhem só: as dez maiores universidades do Brasil, as dez maiores em qualidade acadêmica, segundo o MEC na prova do ENADE, das dez maiores, sete tem plano de inclusão de negro e estão com qualidade garantida e comprovada. Portanto, não tem sentido, não tem sentido, Senador Demóstenes Torres, que está engavetando o Projeto de quotas, o DEM, PSDB. Demais irmãos, parem com essa atitude, não marque postura contra negro. Vocês são o Brasil, nós somos o Brasil. Por que não fazer um Brasil mais diverso?

[palmas]

Um momento novo. A promoção da diversidade étnica no mercado de trabalho está mobilizando o Brasil. Graças à luta histórica do movimento negro, cresce de Norte a Sul do País modelos de ações afirmativas que visam corrigir as desigualdades de oportunidades e valorizar a pluralidade étnica racial brasileira como instrumento de ganhos competitivos no mercado de trabalho. Vejamos alguns exemplos.

A INTEGRARE foi convidada para compor essa Mesa, mas houve um pequeno desencontro. Eu tenho certeza que numa segunda etapa a INTEGRARE vai compor essa Mesa. É uma entidade ligada a algumas empresas do Brasil, promove a sustentabilidade de microempresas de afrobrasileiros, indígenas e pessoas portadoras de necessidades especiais. Olha só que interessante. Portanto, a INTEGRARE, que é formada pela DuPont e o Banco Santander também que está aqui, o Banco Santander, é verdade, a DuPont, Santander, organizaram essa entidade, que é a INTEGRARE, e tem mais de 260 empresas, cuja preocupação é: onde tem microempresários negros para contratá-los nos serviços terceirizados e nos fornecimentos de matérias para as grandes empresas. Porque nós sabemos que o microempresário tem dificuldade. Paulo Paim, eu proponho até um debate com os microempresários negros aqui uma vez, uma Audiência especial, porque com certeza isso daí tem um trabalho bom a ser feito.

O Banco Itaú, a exemplo do Banco Real e outros bancos, estão com um trabalho de inclusão que com certeza é modelo para o Brasil, reconheceu a exclusão e adota um plano de metas visando a inclusão social de negros, indígenas, mulheres e portadores de necessidades especiais; a FEBRABAN, que acabou agora de apresentar o seu trabalho;a DuPont, que já acabei também de dizer;a NEXTEL está com um trabalho, tivemos reunião recentemente na NEXTEL, onde eles estão com um trabalho de ampliar a partir de 2010 esta questão da inclusão; a CPFL, um censo interno da empresa constatou a exclusão de negros e negras em 2002. No ano seguinte foi adotado o Programa CPFL de Valorização da Diversidade, com um plano de metas de diversidade étnico-raciais, ou seja, várias empresas estão seguindo o modelos bons [soa a campainha] e levando adiante este o trabalho.

E aqui também foi convidado para essa Mesa, mas houve um probleminha, a Camisaria Colombo. Foi a primeira empresa comercial a adotar uma meta de inclusão. É considerado um modelo a ser seguido, apesar de ter ainda o que avançar. Está ramificada pelo Brasil em 21 Estados a Camisaria Colombo. Em 2003 tinha só 12% de negros contratados; depois de um grande trabalho nosso e da empresa, de funcionários, a Camisaria Colombo hoje já chegou a 30% de contratados em todo o Brasil [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Camisaria Colombo tem raízes no Rio Grande do Sul forte.

SR. FREI DAVID SANTOS: Sim, também no Rio Grande Sul? Que interessante isso, que interessante, para mim merece sim, para nós é questão de honra destacar as empresas que estão saindo na frente com qualidade e seriedade, porque nós entendemos, gen-

te, e aí eu faço aqui um apelo ao movimento negro do Brasil. No final do ano passado houve um momento de tensão com referência ao movimento negro e a FEBRABAN e nós falamos: Vamos confiar de que há um trabalho bonito que está vindo aí pela frente, e nessa reunião o movimento negro decidiu, Dr. Alberto, ao longo de 2009 e 2010, fazer a ocupação de algumas empresas. Eu quero dizer para a comunidade negra brasileira que vamos adiar essa proposta. Tenho certeza, sim, que nós vamos ter inclusão bem trabalhada, sem precisar de ocupações.

O nosso objetivo. E aí, Senador Paim, nós queremos enquanto entidade dizer que reduzimos a nossa apresentação para dar mais espaço para o debate com a FEBRABAN, com a CNI e demais entidades aqui presentes, porque nós entendemos que esse é um momento de mudanças de situação. No entanto, Senador, para nós, seria fundamental que essa Audiência Pública terminasse criando um Comitê Nacional de Diversidade Corporativa, com a participação colegiadas de entidades de movimento social, empresas, Governo, Senado, para acompanhar essas metas de inclusão étnica da CNI e demais metas, porque nós percebemos que esse momento é bonito, é um momento de diálogo, é de trabalhar e construir juntos.

Diversidade corporativa. Sua empresa cresce e o Brasil cresce junto com todos nós. Portanto, para as empresas que estão no trabalho bonito e dizendo para a comunidade negra que vale a pena fazer um trabalho de parceria, uma salva de palmas.

[palmas]

Lembrando a vocês que hoje à tarde essa comunidade que está aqui, da EDUCRAFO, vai estar em frente ao Supremo Tribunal Federal. Por quê? Porque em 2008 nós, negros brasileiros e sociedade branca em geral, comemoramos os 120 anos da Lei Áurea. E em 2010 o Supremo Tribunal Federal celebra 120 anos. Então nós estamos ousando, popularmente, abrir a celebração dos 120 anos do Supremo Tribunal Federal oferecendo um bolo ao Supremo, um bolo mesmo confeitado com o mapa do Brasil, com o rosto dos negros. Será feito esse trabalho de entrega do bolo hoje à tarde, às três horas, e vocês estão convidados. Por que esse gesto? Porque nós estamos acreditando que o Supremo Tribunal Federal vai entender que os dois processos que o DEM abriu... E aqui, DEM, mais uma vez, Partido DEM, seja amigo do povo negro, Partido DEM. O Partido DEM abriu no Supremo Tribunal Federal um processo contra as quotas da UnB. Olha que absurdo. Os negros na UnB estão tendo notas superiores aos demais irmãos brancos. Por que o DEM tem medo que o negro cresça no Brasil? E, portanto, o DEM abriu um processo contra os negros no Supremo Tribunal e nós vamos levar um hoje um bolo do mapa do Brasil, abrindo a celebração dos 120 anos do Supremo, e pedindo ao Supremo para ser justo na avaliação desse processo. E, para nossa surpresa, fomos comunicados que um outro processo aberto contra as quotas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi anexado ao processo da UnB. Por isso, agora são dois processos contra as quotas, o do Rio Grande do Sul e da UnB que estão no Supremo e serão julgados pelo Supremo brevemente. Então hoje vamos estar lá às três horas fazendo um ato de abraço ao Supremo, um abraço para dizer que queremos sim que o Supremo faça o que fez a FEBRABAN, o que faz a CNI, de querer ver um Brasil diversificado, onde negro e negra têm direitos iguais.

E eu peço a quem tem um livrinho aí das quotas, que distribua com os presentes esse livrinho agora. Obrigado, Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Frei David. Me permita, Frei David, fazer só a título de esclarecimento duas considerações. Primeiro, lá na articulação do Projeto do Estatuto da Igualdade, claro que nós gostaríamos de muito mais, mas dentro da correlação de forças, a construção coletiva feita, foi aquilo que nós consideramos um passo à frente. O Ministro Edson foi fundamental e posso dizer que um gaúcho, que não é do meu partido, não é do meu partido, é meu adversário político lá, acabou contribuindo, pelo menos, para que aquele primeiro passo fosse dado, que foi o Onyx Lorenzoni, que é do DEM. Gostaria também de dizer à luz da verdade, com a maior transparência, porque eu sei a caminhada como se dá aqui dentro. O Senador Demóstenes Torres, eu já conversei com ele sobre o Estatuto da Igualdade Racial. Eu tomei essa liberdade, Edson, e ele disse que ele não tem nada contra, que o Estatuto venha e que seja aprovado com rapidez, já que houve esse entendimento lá na Câmara. Isso foi o que ele me falou.

Quanto à questão do Projeto de Quotas, pessoal, só para situar, é importante situar. Eu conversei também com o Senador Demóstenes Torres, porque aqui dentro nós temos uma relação de muita conversa com todos os parlamentares. Eu confesso a vocês que não foi votado ainda o Projeto porque eu pedi para que não fosse votado, Frei, porque se fosse votado, eu tinha os números e dados que nós perderíamos. Aí o Demóstenes Torres concordou em acatar que não fosse votado. Então existe um diálogo muito grande aqui na Casa com a Senadora Relatora, que é a Serys Slhessarenko, e um grupo de Senadores para que a gente construa um caminho para que o Projeto seja efetiva-

mente aprovado. Eu falo isso de forma respeitosa e carinhosa, eu sei do seu papel aqui nesse momento histórico, para que a gente saia dessa reunião dando mais passos inclusive na construção de que o Projeto seja aprovado lá na CCJ. Então permita que eu faça só esse esclarecimento, que eu não tinha passado ainda ao Frei David.

De pronto, vamos ao nosso querido Ministro Edson Santos, que têm outros compromissos, mas fez questão de estar aqui nesse momento histórico. Está com a palavra pelo tempo que entender necessário, meu Ministro [palmas].

SR. EDSON SANTOS: Eu sou péssimo de guardar nome, eu conheço todo mundo que está aqui na Mesa, mas eu vou esquecer o nome.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Logo quando eu digo Edson Silva, o Plenário todo fala Edson Santos.

SR. EDSON SANTOS: Eu vou esquecer o nome de alguém, então eu prefiro cumprimentar a Mesa como um todo, vejo a Cida Bento, que é a mulher que está aqui na Mesa, e em nome dela cumprimentar a todos os parceiros aqui presentes a esse evento.

Dizer que eu tenho um sentimento assim bastante otimista em relação à evolução do debate da questão racial no Brasil. Hoje pela manhã eu estive em um evento no Ministério do Planejamento tratando da discriminação e preconceito na administração pública. Há um fórum convocado pelo Ministério do Planejamento envolvendo um conjunto de Ministérios, a área de recursos humanos dos Ministérios e, também, gestores desses Ministérios discutindo a questão da presença do negro na administração pública federal e, também, discutindo a consequência das políticas públicas formuladas em função da promoção da igualdade racial. É um fato que houve avanço, fruto da Constituição da República, que fixou o concurso público como forma de ingresso no serviço público, e isso possibilitou um acesso maior de negros e negras na administração pública. Mas, também, é fato que estamos ainda muito distantes do peso que tem a população negra na sociedade brasileira, apontado para o censo do IBGE que a população negra, entendendo-se aí pretos e pardos, será maioria no Brasil, esse número ainda está muito distante de ser reproduzido ou replicado no âmbito da presença do negro na administração pública federal. Mas o mais importante de tudo isso é que está se discutindo. Estamos refletindo sobre a temática racial. E hoje à tarde, quer dizer, à tarde não, ainda na manhã, eu venho aqui para estar a convite do Senador Paim e do Frei David nesse evento que trata da presença do negro no mercado de trabalho, tendo como referência mais o setor privado.

Eu diria que há alguns anos atrás seria impossível a gente ter esse debate, e se tivéssemos um encontro dessa natureza seria um lado colocando o problema e o outro lado negando o problema, a existência do problema. Hoje há uma convergência no sentido do entendimento que o Estado brasileiro padece de do mal da exclusão dos negros no mercado de trabalho de uma forma qualificada e que isso tem origem na história da formação do Estado brasileiro, de 350 anos de trabalho escravo, onde apoiou-se a nossa economia, e 121 anos de abolição sem a observância de políticas públicas voltadas à inclusão do negro. Aqui não cabe discorrer do por que foi isso, mas o fato é que o acesso à terra, o Brasil é um País agrário, não foi observado quando da abolição da escravidão, o acesso ao trabalho e o acesso à educação. Isso acabou gerando esse verdadeiro abismo social entre negros e brancos. Isso os críticos das políticas públicas de ação afirmativa devem ter um olhar ao longo da história do Brasil, porque aí não tem como negar-se a necessidade do Estado brasileiro prover a sociedade brasileira em primeiro lugar, em decorrência disso a população negra, com mecanismos de inclusão nos processos, nas atividades econômicas qualificadas da nossa economia. Por isso eu fico feliz de estar aqui.

Quero dar um testemunho no que se refere à FEBRABAN, que sempre que solicitado nós tivemos a acolhida, não só a acolhida de receber para conversar, tomar um cafezinho, mas da consequência disso, da consequência de tomar-se medidas no sentido da correção dessa distorção que afeta o setor financeiro brasileiro, assim como afeta outros setores, os setores da indústria, que já colocado pelo representante do SENAI.

Então eu acho que a gente vive um outro momento no Brasil. Embora haja muito grito contrário de setores que não são majoritários, mas como tem um peso grande em órgão de informação, acaba o seu grito repercutindo em toda a sociedade brasileira. É na televisão, é um livro que é lançado e que têm páginas revistas, debates em televisões, em rede de televisão e em horários privilegiados, o que acaba levando a uma falsa impressão de que as políticas de promoção da igualdade racial não têm tido amparo na sociedade brasileira. Isso não é verdade, não só do ponto de vista da sociedade civil, mas também do ponto de vista das empresas privadas brasileiras e empresas públicas brasileiras que vêm avançando no sentido de, primeiro, conhecer o seu quadro funcional, como se encontra, como se dá a presença do negro dentro das empresas. Está aqui, alguém falou do censo feito, do estudo feito pela FEBRABAN, eu não sei se foi um

censo, mas de um estudo feito e a constatação de um quadro que não reproduz a diversidade da sociedade brasileira nos quadros funcionais do sistema financeiro. Eu sei de outras empresas, a PETROBRAS também fez um estudo, um censo com essa característica, que é evidente que, mais do que para propaganda, serve para a correção de rumo, para a adoção de medidas que possibilitem a mudança desse quadro. Por isso que eu digo que eu estou otimista.

Eu acho que a gente está vivendo um momento daquele que o Miguel de Cervantes falava na história de Dom Quixote, que os cães ladravam, o Sancho indagava por que eles ladravam e Dom Quixote dizia de que era um sinal de que eles estavam avançando. Eu acho que os gritos que se têm, os espirros que se têm na sociedade, são por conta de que paulatinamente a gente tem caminhado num ambiente de diálogo. Aqui o Frei David já colocou a questão das universidades, não é arrombar a porta e forçar a um trauma na sociedade, mas no âmbito do convencimento, de levar à reforma das instituições é que nós vemos consolidando as políticas de promoção da igualdade racial.

É importante realçar aqui o papel que uma instituição, que é o IPEA, tem desempenhado nessa questão, que o debate da questão da temática racial, para além da emoção que toma conta de todos nós, do otimismo da vontade de mudar, é preciso ter a razão ao nosso lado, é preciso que tenhamos para que se produza dados, números que deem solidez à pregação que temos feito no Brasil no sentido do Estado brasileiro sofrer uma reforma no sentido da inclusão, da maioria da sua população, em patamares mais elevados de nossa pirâmide social. Eu quero dizer aqui, Mário, que o IPEA tem sido assim um instrumento fundamental e essencial na formulação, na análise do quadro social do Brasil, tendo em vista o recorte racial, e com isso alimentado a sociedade e eu quero dizer também o Governo, a SEPPIR, nos orientado na nossa atuação cotidiana.

Eu quero finalizar dizendo o seguinte: nada será como a gente idealiza, as coisas acontecerão de acordo com a realidade, com a correlação de forças estabelecidas no Brasil [palmas]. Então o Estatuto da Igualdade Racial, não é o Estatuto dos meus sonhos e nem do Senador Paulo Paim, que foi o idealizador do Estatuto, mas é um produto de uma negociação ampla e transparente que está ocorrendo no Congresso Nacional, na Câmara Federal foi aprovado por unanimidade na Comissão, inclusive segmentos que eram contrários ao Estatuto votaram a favor e declararam o voto a favor, estão trabalhando no sentido da consolidação daquela votação. Vocês sabem que no Congresso e na Câmara são 513 cabeças. Então é um problema ajeitar as 513 cabeças num caminho único.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu estive lá quatro mandatos, eu sei o que é isso.

SR. EDSON SANTOS: Essa construção não tem o ritmo que nós gostaríamos, mas certamente quando dali sair, do Congresso sair uma Lei, ela consolida uma relação em nosso País e consolida uma obrigação do Estado brasileiro para com o segmento da população brasileira. Eu quero dizer que eu vejo o Estatuto da Igualdade Racial como um ponto de partida, um ponto de partido onde os antirracistas, o movimento social, poderão se referenciar no sentido da aplicação de políticas públicas e no sentido também, não podemos deixar de dizer, de constranger administradores públicos a observar os princípios e as diretrizes estabelecidas no Estatuto da Igualdade Racial, no sentido de desenvolvimento de políticas públicas que possibilitem a redução das desigualdades raciais no nosso País.

Então eu quero aqui dizer que tenho um prazer imenso em estar aqui com as senhoras e com os senhores. O Frei David, do Movimento EDUCRAFO, quero dizer que o movimento social é importantíssimo nesse processo e tem que ser isso mesmo, o movimento social tem que querer sempre mais, tem que estar sempre à frente da gente, tem que estar sempre buscando nos pressionar, não são o Poder Executivo, mas o Poder Legislativo e até mesmo o setor privado num diálogo positivo que se desenvolve. Esse é o papel do movimento social, que se não fosse isso, não seria movimento social e não seria benéfico para a sociedade brasileira [palmas].

Creio que não somatório, no somatório disso ou na convergência da ação desses segmentos, nós iremos num futuro muito próximo, eu acho que ainda esse ano, ter resultados assim muito concretos no que se refere a condições de oportunidade para que o homem e a mulher negra tenham resgatado os seus direitos na sociedade brasileira. Eu sou um crente nesse aspecto, eu sou extremamente otimista em relação a isso e não é algo para a gente sentar nos louros, mas finalizando mesmo, dizer que é algo para a gente pegar, olhar para a frente, utilizar enquanto um instrumento para avançarmos no caminho do Brasil ser um País, efetivamente, um País de todos.

É o que eu tinha a colocar, infelizmente eu vou ter que sair, hoje eu vim num avião com a Cida Bento, saímos seis horas da manhã de São Paulo, hoje ainda tenho que ir na Câmara e tenho um compromisso aqui com o Senador Paim hoje à tarde, de maneiras que eu vou ter que me ausentar e eu peço desculpas às senhoras e aos senhores [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Além de ele estar comigo, ele nem sabe, mas já consegui acertar com o Demóstenes uma conversa. Vamos lá conversar com ele também para agilizar lá a votação. O Ministro vai ter que sair e eu só posso dizer, Ministro, o meu carinho pelo seu trabalho, sem sombra de dúvidas se o Estatuto avançou, esse passo que ele deu foi porque o poder de articulação do Ministro dentro da Casa foi fundamental. E, Ministro, eu puxei palmas aqui quando você disse essa frase que para mim é simbólica a todo o movimento social brasileiro e não somente ao movimento negro: o movimento social tem a obrigação de nos pressionar cada vez mais, cada vez mais, cada vez mais. E se tiver que alguém recuar, que a gente recue, mas vocês não são aqueles que têm que recuar, seja sindicalista, enfim, qualquer segmento. Nós, parlamentares, é que teremos que recuar e assumir, quem sabe, muitas vezes, o desgaste. Mas vocês têm que impressionar, vocês têm que pedir o ideal [palmas], vocês têm que cumprir o papel de vocês e nós é que temos que assumir esse momento histórico. Então uma salva de palma para o Ministro, uma salva de palma para o Ministro, que vai ter que se retirar [palmas].

Nesse momento eu passo a palavra à Cida Bento, Diretora Executiva do Centro de Estudos das Relações do Trabalho. E, ao mesmo tempo, eu convido já para assumir o lugar também à Mesa o Dr. Roberto Lopes, representando o Sr. Antônio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo, que tem a ver um pouco com o requerimento que nós queremos aprovar aqui no final desta Sessão. Passo a palavra, então, para a Dra. Cida.

SRA. CIDA BENTO: Bom-dia a todas e a todos aqui presentes. Quero cumprimentar a Mesa também na pessoa do Senador Paim e dizer quão importante é essa iniciativa sua, Senador, que tem uma história, uma trajetória na luta pela inclusão social e, em particular, no mercado de trabalho, quer dizer, a gente que conhece a sua trajetória sabe dessa marca forte. Eu penso quão importante está sendo neste momento essa Audiência, porque se a gente está vendo algumas coisas avançar com muita luta, como, por exemplo, na área da educação por conta da Lei 10.639, então tem uma pressão crescente em todo o setor, o MEC está se movimentando, estamos vendo alguma coisa na área da saúde, uma forte pressão na área de segurança, na área do trabalho eu tenho sentado uma necessidade de um empurrão.

Nesse sentido eu quero começar a minha fala dizendo, Senador, que eu acho que seria importante que momentos como esse pudessem estar se repetindo daqui para frente até quando for possível, de maneira que a gente pudesse ativar novamente essa discussão, porque essa área é fundamental, quer dizer, tendo trabalho se consegue assegurar educação, saúde, moradia, então o trabalho é um núcleo poderoso e o senhor sabe disso.

As pessoas me conhecem de muito tempo trabalhando no movimento social, particularmente no movimento sindical, e assumir esse trabalho com a FEBRABAN foi um grande desafio. E hoje eu acho, quando eu me refiro a esse desafio, eu me refiro como um desafio que é uma proposta que precisa estar na vitrine para outros setores sociais poderem acompanhar, quer dizer, nasce com uma iniciativa do movimento social e aí a EDUCRAFO jogou um papel fundamental, como a IARA. Eu destaco o EDUCRAFO também porque eu acho que dentre todas essas mudanças que todos estamos discutindo, o EDUCRAFO tanto tensionou quanto trouxe um posicionamento, uma proposição, uma ação de negociação, então nos convidou a sentar, eu e o Mário Sérgio fomos à EDUCRAFO, eu não sei se você se lembra, Mário Sérgio, que o ProUni entrou assim, o EDUCRAFO nos chamou, eu fui com o Mário Sérgio, o EDUCRAFO propôs: "Olha, pense nas vagas de executivo júnior, pense em buscar pessoas no ProUni, nas universidades que têm quotas, e isto o Mário Sérgio já trouxe na semana seguinte para a reunião da Comissão de Diversidade, que é a Comissão que coordenou todo o processo.

SR. MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS: E foi aprovado isso?

SRA. CIDA BENTO: Imediatamente.

SR. MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS: Opa.

[palmas]

SRA. CIDA BENTO: Então eu sempre digo que essa questão da igualdade, ela é revolucionária num País como o nosso, que tem tanta concentração de renda e poder, se discutir dentro da instituição a igualdade. Então quando as pessoas disseram o Executivo, que sempre as instituições brasileiras vão atrás da Getúlio Vargas ou da USP, de repente ir no ProUni, de repente ir nos quotistas, isso é uma mudança de paradigma e isso é uma coisa, por exemplo, o Mário Sérgio falou, ele teve que passar um pouco rápido porque realmente é um projeto muito consistente, mas nós já estamos em adiantadas negociações envolvendo a SEPPIR, MEC, UFIFEM, Secretaria de Direitos Humanos, no sentido de ver como é que vamos estabelecer esses convênios para divulgar e buscar profissionais, futuros profissionais jovens dentro desses espaços.

Eu acho que quando a gente fez essa licitação, o CEERT participou da licitação que a FEBRABAN

fez para coordenar esse projeto, a gente tinha essa ideia na metodologia de que fosse uma metodologia o tempo inteiro compartilhada. Só que a gente também aprendeu, porque nós não esperávamos tanto. Então durante todo o processo nós tivemos o momento sindical sentado, nós tivemos os órgãos de pesquisa como IPEA e o IBGE, nós tivemos a CONTRAF, que é a Confederação dos Trabalhadores, acompanhando trimestralmente, opinando. Então este é um projeto que foi parido no coletivo e por isso que ele tem essa força, ele é uma corresponsabilização de todos nós.

Eu acho importante no Congresso a Comissão de Direitos Humanos acompanhando e sempre de maneira respeitosa, sempre fortalecendo. Eu destaco o papel digno, decente e digno que o Estado, através do Ministério Público fez, que não foi só a questão do Judiciário, mas a questão do fortalecimento, o Ministério reconhecendo [palmas] os avanços que estava tendo o projeto. Então a presença do Dr. Otávio nos momentos fundamentais, então ele vem pessoalmente mostrando, empoderando o processo, o Santiago. Então esse lugar que o Ministério Público ocupou é fundamental, que de um lado tem uma coisa do Judiciário e do outro lado tem outra coisa: "Olha, o projeto está andando bem, estamos fortalecendo". Isso nos fortaleceu.

Eu esperava e espero que o movimento sindical avance nisso também. O Ministro que acabou de sair foi sindicalista, o Senador foi sindicalista. O Sindicato tem um papel importante para olhar para si próprio e fazer uma relação com esse projeto que seja uma relação também de reconhecimento. De tensão? OK, mas de reconhecimento do avanço e de levar isso para os fóruns de discussão. A CUT se reúne com dois mil sindicalistas no País inteiro. Tem que levar esse projeto para discutir. A Força se reúne, a CGT se reúne, os empresários se reúnem. Vamos levar, é um projeto que está em ampla negociação, nós queremos uma outra sociedade, todos nós queremos [palmas].

Então como é que a gente pode fazer isso? Eu acho que esse projeto teve uma característica fundamental, o censo que foi para todos, o Mário Sérgio destacou isso, 400 mil funcionários receberam o questionário e 204 mil funcionários no Brasil inteiro responderam. Chegou a eles também um site, que não deu tempo de mostrar, maravilhoso, que ele podia ir lá, entender o que é que era racismo, o que era raça, o que era gênero, assistir um vídeo, enfim, qualquer funcionário de banco, e os bancos são extremamente pulverizados no País inteiro, poderia ter acesso a essa informação, que ia ajudá-los a compreender a questão da diversidade.

Então eu percebo nesse projeto uma metodologia que pode ser, e eu gostaria tanto de ver com tantas mudanças, mas que ela pode ser inspiradora de ação de outros setores sociais. Há momentos da história em que se combinam, eu não sei se é uma força que está aí no ar, a ideia vem aqui, o outro pega ali, o outro se junta e vamos caminhando. Eu acho que esse é um momento especial.

Eu tive a honra de poder coordenar esse projeto da FEBRABAN, com a coordenação da Comissão de Diversidade da FEBRABAN, e ao longo desse um ano e meio foi muito emocionante. Hoje eu estou emocionada, percebo esse [palmas] auditório cheio, percebo tanta esperança, setores tão poderosos aqui na Mesa, dizendo: "Vamos mudar". Eu acredito e eu sei que a gente pode avançar. Peço ao Senador Paim que continue, Senador, chamando uma vez por mês, uma vez a cada dois meses, enfim, essa área do trabalho está precisando da sua liderança. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como diria alguém, são muitas emoções. Mas são mesmo, viu? O beijinho que eu dei na mão dela aqui foi de...

Vamos direto, então, para o Sr. Roberto Lopes, representando o Sr. Antônio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Por favor, doutor.

SR. ROBERTO LOPES: Obrigado. Primeiramente, eu gostaria de agradecer a presença nesta Comissão, em nome do Presidente Antonio Oliveira Santos, da CNC. É uma honra muito grande compor esta Mesa e todos aqueles que já me antecederam deram contribuições importantíssimas para o tema. A CNC, de pronto, é favorável a toda e qualquer ação política pública legislativa não governamental que combata a discriminação e a inserção social dos negros e das demais minorias na sociedade, elogia o Projeto do Estatuto, a abrangência, um trabalho muito complexo do Senador Paulo Paim e ressalto o aspecto da isenção fiscal dada às empresas que abrigarem quotistas, 20%, se eu não me engano, isso é uma forma de tornar voluntária o respeito às quotas, e aí eu faço um gancho na questão da negociação coletiva, porque hoje a CNC tem uma filosofia de estimular os atores sociais e estimular a negociação coletiva, que inclusive ela é constitucionalmente reconhecida como um importante elemento de aproximação entre as partes e o sindicatos nesse sentido têm contribuído sobremaneira para torná-la efetiva. Dizer que na seara da negociação é possível também inserir cláusulas que previnem a necessidade da inclusão e da instituição de quotas nas empresas.

O Dr. Otávio falou aqui há pouco da questão do comércio supermercadista e eu inclusive, coincidentemente, eu trouxe aqui para ler os senhores, já existem cláusulas nesse sentido, inclusive do Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo com o Sindicato dos Empregados do Comércio de Osasco, no sentido de que... Eu vou ler a cláusula: "As empresas com mais de cinquenta empregados se comprometem a destinar 30% dos seus postos de trabalho para não brancos". Existem outras cláusulas também impedindo, que não haverá desigualdade por questões de raça, religião, convicções políticas, religiosas e etc. Então já há um movimento no comércio no sentido de incluir na mesa da negociação, da negociação coletiva, cláusulas voluntárias para que as empresas cumpram uma porcentagem de quotas para negros [palmas].

Esse trabalho realmente, como já foi dito aqui, perpassa pela modificação da cultura da sociedade como um todo e esse engajamento que nós estamos vendo aqui é importante para trazer a questão menos do aspecto filosófico e mais na prática propriamente dita. O comércio, se eu não me engano o Frei sabe muito bem em que em Salvador já há um projeto de Shopping Center de fazer essa inserção. O setor do comércio varejista, o comércio de bens e serviços em geral, são grandes empregadores de mão-de-obra negra, e nesse ponto também eu destaco o que foi dito aqui pelo representante do SENAI, o Sistema "S", como um todo, tem uma participação muito grande na modificação do perfil do trabalhador brasileiro de uma forma geral, minorias negras também, e eu faço um link sempre com relação à política de quotas do qual somos favoráveis e, como já foi colocado, são políticas que não são eternas, são temporárias, num primeiro momento são cabíveis para que sejam consertados anos de discriminação, mas eu faço sempre um link com relação à questão da formação profissional do indivíduo. Há que se fazer em conjunto com a política de quotas essa questão da profissionalização. O Sistema "S", nesse ponto, participa de forma brilhante, inclusive recentemente nós fizemos um acordo com o Ministério da Educação em que foram abertas vagas para pessoas carentes e isso mostra o engajamento do empresariado com essa questão.

Eu falo dessa questão da educação, da formação profissional, porque recentemente nós tivemos notícia de uma decisão judicial do TRT de São Paulo em que uma empresa foi autuada pela fiscalização do trabalho por não ter cumprido a meta de quotas para pessoas portadoras de deficiência que a Lei determina. Foi alegado pela empresa de que a questão da quota não poderia se resumir a questões numéricas: se temos que ter 20%, vamos colocar 20%, mas que há que se ter também a formação profissional daquele indivíduo que vai ocupar aquela quota. A justiça, em primeiro grau, manteve o auto de infração, mas em segunda instância a juíza reformou a sentença e realmente afirmou de que é necessário que, conjuntamente com o sistema de quotas, venha a reboque também a formação profissional, seja a nível superior, seja a nível fundamental, porque antes de mais nada o negro, quando ingressa numa empresa, ele vai precisar ter uma boa formação, inclusive para galgar a sua ascensão horizontal ou vertical, e tendo uma boa formação profissional ele vai estar apto também a concorrer em igualdade de condições com todos daquela empresa. Então eu acho importante destacar esse aspecto da educação profissional e dizer que a CNC está realmente... Nós fazemos parte de uma Comissão no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a Comissão de Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho, eu faço parte como suplente, nós lá fazemos várias reuniões, inclusive fizemos agora um plano de ação com várias ações afirmativas veiculado para essa parte de gênero e raça, de fazer uma inserção, uma igualdade no mercado de trabalho, há essa preocupação. A OIT é nossa parceira nessa Comissão, nos assessora, fazemos muitas reuniões e pesquisas, e nós estamos, com relação ao empresariado do comércio, engajados nessa luta, estamos começando a mudar, através dos sindicatos patronais, a mudança de cultura para que efetivamente o Estatuto saia do papel e se torne uma realidade.

Eu gostaria de agradecer mais uma vez a presença, não quero tomar mais o tempo, e fico muito feliz e honrado de comparecer a esta Casa e participar de tão eminentes expositores de um tema que merece a nossa, o nosso respeito e, principalmente, que a prática seja efetivamente um mote para que todos nós possamos levar o Brasil a uma posição de destaque no mundo. Obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dr. Roberto, deixa eu dar um testemunho, que eu fui convidado pelo Ricardo Patah, que é o Presidente da UGT, que a sua base é principalmente às entidades ligadas aos trabalhadores do comércio, onde ele com muito orgulho me mostrou que o primeiro acordo coletivo foi feito lá em São Paulo exatamente com o setor do comércio nessa política de oportunidade para negros. Eu fui lá inclusive naquele dia falar do Estatuto e recebi aquela bela surpresa. Então é um fato que nós podemos ampliar, com certeza absoluta. Nós vamos encaminhar depois o requerimento para fazermos um debate especificamente sobre essa área. Eu tomei a liberdade de botar aqui no requerimento inclusive o Ri-

cardo Patah, da UGT, para que ele dê esse depoimento de como é possível nós avançarmos nesses postos de trabalho que têm mais visibilidade do cidadão, seja negro, branco, deficiente, mulheres.

Passamos a palavra para o nosso painelista que vai fazer o encerramento em matéria de Mesa, que é o Mário Lisboa Teodoro, Diretor de Cooperação e Desenvolvimento do IPEA, representando aqui o também meu amigo Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Eu fiz questão, Mário, que você fizesse essa última fala, até porque que você estava lá na sessão de homenagem ao IPEA, que foi ontem, foi ontem pela manhã, em que foi dito pelo Presidente Márcio Pochmann, eu tive a alegria de ter sido o autor do requerimento, mas eu não sabia que era a primeira vez na história do Senado da República que se fazia uma sessão de homenagem para o Instituto IPEA, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, tão importante para o desenvolvimento do nosso País. Então, com a tua fala, eu quero também dar uma salva de palmas ao IPEA.

[palmas]

SR. MÁRIO LISBOA TEODORO: Bom, boa-tarde já a todos, passamos do meio-dia. Eu queria iniciar agradecendo, Senador, não só o convite de hoje, mas também a oportunidade ontem de homenagem ao IPEA, nos sentimos muito honrados com a homenagem que foi feita à nossa instituição pelo Senado e o Senador Paim foi o mentor dessa homenagem e eu queria aqui de público fazer, mais uma vez, um agradecimento em meu nome e em nome do Presidente Márcio Pochmann, que infelizmente não pode comparecer, ele teve compromissos fora de Brasília, e eu estou aqui também representando o Presidente. Eu queria saudar também a Mesa, aproveitar para saudar a minha grande amiga Cida Bento, em nome de quem eu saúdo a todos os colegas de Mesa. E, também, saudar ao público presente que até essa hora está aqui atento à discussão e eu vou, na verdade, eu trouxe um PowerPoint com uma série de dados sobre a questão de mercado de trabalho no Brasil, sobre a questão do negro no mercado de trabalho, mas eu confesso que eu vou abrir mão desse PowerPoint, primeiro pelo adiantado da hora e, segundo, porque eu acho que na sua grande maioria as coisas que eu ia falar aqui já são intuitivamente conhecidas de todos. Falar de desemprego entre negros e brancos e falar que os negros têm um índice de desemprego maior é alguma coisa que intuitivamente a gente já percebe. Falar do nível de renda menor do negro em relação ao branco, quase a metade, é outra coisa que a gente intuitivamente percebe. E na medida em que nós vamos abrindo as variáveis, todas elas, sobre emprego, informalidade, nós vamos vendo que a população negra sempre está numa situação pior do que a população branca. Isso é o que eu traria para vocês e mostraria os quadros aqui, com certeza a gente iria concordar que é o que a gente vê no dia-a-dia. Então, nós não vamos fazer isso, eu não vou colocar para vocês aqueles monte de quadros, o IPEA faz isso, tem um papel importante, mas não é o caso aqui. Eu vou falar um pouco é do que esses dados significam.

Eu me lembro que no começo da década de 2000, quando o IPEA se debruçou sobre os dados para ajudar ao Governo a organizar a nossa participação em Durban, eu pensei: "Bom, agora com esses dados não tem como a sociedade não se levantar e não tomar pé da situação da questão racial no Brasil". E, na verdade, o que aconteceu na primeira metade dos anos 2000 foi um grande silêncio, apesar dos dados. E a gente percebe que os dados em si não são suficientes para movimentar e para mudar essa sociedade. O que a gente precisa é de atuação de setores, de segmentos, e são esses setores e segmentos que fazem a coisa mudar; o dado em si, ele só simplesmente é um combustível para isso. E aí, nesse sentido, a gente destaca o papel, por exemplo, do Ministério Público, muito importante a partir dos dados, o papel de entidades do movimento negro e entidades como CEERT, enfim, de conscientizar as pessoas de que o que aquele dado está mostrando é uma realidade nossa que tem que ser mudada. E a partir só desses movimentos das instituições, da sociedade civil organizada, é que a sociedade começa a olhar e a tentar mudar. Então os dados são importantes, mas eles, por si só, eles não mudam, não movimentam nada. Então eu queria começar falando isso, quer dizer, os nossos dados mostram uma realidade que todo mundo mais ou menos conhece.

Eu vou arriscar falar uma palavra aqui que não foi dita ainda, que é uma palavra que está subentendida em todas as falas, mas que não foi explicitada e que eu acho que ela merece ser explicitada: a palavra é racismo. Falamos em discriminação, falamos em desigualdade, mas no fundo, no fundo, o que nós temos como processo fundamental que gera a discriminação, que gera a desigualdade, é um processo de racismo histórico que existe na sociedade e que tem que ser combatido. E aí eu vou me reportar ao grande jurista negro, um dos maiores juristas do Brasil, que é o Dr. Hélio Silva Santos, que também é do CEERT, onde ele faz a distinção entre racismo, preconceito e discriminação. A discriminação é o ato de discriminar, chamar a pessoa de negro, não deixar a pessoa sentar em tal lugar por conta de ser negro ou não e etc. Isso é discriminação. O preconceito é a interiorização do racis-

mo. O racismo é uma grande ideologia que fala que, dependendo do fenótipo da pessoa, ela é superior ou inferior. E esse racismo, ele é introjetado na forma de preconceito. Cada pessoa introjeta o seu racismo e a partir dele vai discriminar.

Bom, a discriminação no Brasil, e já foi dito aqui anteriormente por um dos palestrantes, é um caso de polícia. Quem discriminar, tem uma Lei, embora nós tenhamos problemas com o cumprimento dessa Lei em muitos casos, mas quem discriminar, a Lei prevê uma pena. O preconceito e o racismo são casos de políticas, políticas de ação afirmativa. Só com políticas de ação afirmativa nós vamos ultrapassar essa ideia de racismo e de preconceito no Brasil. Daí a importância das políticas, daí a importância de políticas como as políticas de sensibilização que é feito no Ministério Público, as políticas de quotas, muitas vezes importantes, e na universidade. Esse eu acho que é o grande combate que se tem que fazer. Por quê? Se a nossa sociedade é desigual, e ela é desigual, se o Brasil consegue ser a sociedade mais desigual dessas Américas, apesar de ser a segunda Nação ou o segundo PIB das Américas só, tirando os Estados Unidos nós somos o maior PIB dessas Américas, a nossa desigualdade, ela tem que ter uma razão, ela não é um acaso. E a nossa desigualdade, por tudo que nós vemos, por tudo que nós temos estudado e por tudo que nós temos verificado em termos de dados históricos, ela está galgada basicamente no racismo. A questão racial no Brasil não é uma coisa adicional ao problema social; a questão racial no Brasil é o centro de um problema que vai se desaguar numa desigualdade, numa desigualdade de oportunidade. Então não é que a questão racial seja uma questão para agradar a população negra; a questão racial é uma questão à qual o país tem que enfrentar, sob pena de continuar desigual, sob pena de não ultrapassar as barreiras da desigualdade, sob pena de fazer com que pessoas nascidas no mesmo dia, por terem a cor da pele diferente, vão chegar cinquenta anos depois com oportunidades distintas e com qualidade de vida distintas. Isso é inaceitável num país que quer ser uma democracia. Então eu volto a falar: o racismo, ele está no centro do problema da desigualdade no Brasil e enquanto nós não enfrentarmos isso nós vamos continuar como um País desigual.

Como é que nós vamos enfrentar isso? Quebrando mecanismos que repetem a ideia de que uns podem e outros não. Que mecanismos são esses? São vários. Um é o mercado de trabalho. O mercado de trabalho é onde as pessoas vão ganhar o seu sustento, ele abre mais portas para um conjunto de pessoas e abre menos porta para outro conjunto. Isso tem que acabar. O mercado de trabalho, então, é uma área onde a gente tem que trabalhar a questão do racismo.

Outra área é a própria universidade, a própria educação. As quotas, eu sempre falo isso, eu acho que é importante nós fixarmos isso, as quotas são para entrar na universidade, mas não tem quota para sair. Só sai da universidade quem conseguir cumprir todos os requisitos [palmas]. E aí, independente de ter entrado por quotas ou não [soa a campainha], nós vamos ter profissionais, bons profissionais que vão trabalhar, negros ou brancos. As quotas vêm por quê? Porque nós temos um mecanismo desigual de entrada na universidade. Esse mecanismo desigual vem do fato de que a maioria da população branca e mais rica estuda nas melhores escolas, aprende nos cursinhos as dicas para fazer o bom vestibular e naturalmente vai passar em maior número, o que não significa que chegando na universidade seja a pessoa mais apta; pode ser e pode não ser. O que ela teve a mais foi um conjunto de informações e às vezes de dicas que fizeram com que ela passasse no vestibular. E isso a gente pode abrir, a gente pode quebrar esse mecanismo, e quebrando esse mecanismo a gente consegue fazer uma coisa importante nesse País, que é mostrar para a população, principalmente para a população negra, população negra pobre, que é possível ter médicos negros, engenheiros negros, profissionais negros, como têm em qualquer outro País do mundo e nós não temos hoje aqui.

Então é fundamental para que esse país se torne, de fato, uma democracia com igualdade que nós tenhamos mecanismos hoje que façam com que se quebre esse velho ciclo de que alguns podem e outros não podem nunca. As pessoas têm que perceber que todos têm que poder. E se para isso a gente precisa de quotas, pelo menos para os próximos anos, eu concordo que é uma coisa transitória, tem que ser, porque eu acredito que somos todos iguais em capacidade, só não temos as mesmas oportunidades, então se a quota é uma coisa transitória, ela tem que vir e tem que ser transitória enquanto nós não conseguirmos que todos os brasileiros tenham acesso à educação de qualidade e possam competir igualmente na universidade e depois no mercado de trabalho.

Então basicamente a minha fala aqui é uma fala de quem durante algum tempo no IPEA entrou na questão racial para discutir dados como se fosse uma questão a parte, uma questão a mais dentro da questão social, e cada vez que os dados se apresentavam e cada vez que os estudos se apresentavam a gente ia percebendo que não, não é uma coisa a parte, não é um apêndice da questão social. A questão racial brasileira é o fulcro, a questão racial brasileira é o cerne,

a questão racial brasileira é o centro de todo o problema da desigualdade no Brasil. Enquanto não enfrentarmos isso o Brasil vai continuar sendo o campeão da desigualdade. Muito obrigado a todos, era isso que eu tinha a falar.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Permitam que eu diga rapidamente que o Dr. Mário Lisboa Teodoro, ele é concursado aqui do Senado. É um dos concursos, na minha avaliação, que eu conheço muitos amigos que tentaram, dos mais difíceis do País. Por isso que eu falei top de linha. E pela sua competência, pela sua qualidade, pela forma simples, mas com muita, eu diria, com muita qualidade que ele fez aqui a exposição, ele foi requisitado pelo IPEA, para que fosse para o IPEA para contribuir para esse grande Projeto nacional. Por isso, Dr. Mário, para mim é uma alegria enorme estar aqui ao seu lado, porque eu noto a forma como você expressa a importância de abrir as portas para aqueles que nunca tiveram a oportunidade. Eu lamento que alguns que chegaram no patamar que o senhor está, até que eu estou, às vezes dizem: "Mas, nosso eu não tive quota e eu cheguei". Totalmente equivocado. E a sua fala demonstrou isso. Nós queremos oportunidades para todos e por isso é que eu também concordo com tudo que foi dito. Oxalá, queira Deus e todos os Santos, toda a energia do universo, que a gente possa talvez ter que dizer daqui a um ano, dois anos, eu chego a dizer um ano, dois anos, três quatro, quatro cinco, cinco anos, seis anos, não queremos saber de quota. Que bom seria que não precisaríamos. Mas frente à realidade nós estamos discutindo o Estatuto e aí no Estatuto, me permitam, eu recebi agora aqui uma informação, e eu acho que essa Audiência, o Frei David está aqui, Frei David, avança pela sua amplitude e a forma eu diria universal como todos aqui se posicionaram, sem nenhum sectarismo, mas olhando para o País.

Eu recebi aqui um comunicado que veio dos Democratas e também da CNA, que participaram do acordo do Estatuto lá na Câmara, eles mandaram informar que eles estão exigindo que os Deputados retirem a assinatura [palmas] e que o Estatuto venha conforme foi firmado aqui para o Congresso. Eu acho que isso é bom. Podemos ter posições divergentes, mas os acordos sendo respeitados. Então eu agradeço essa informação que recebi aqui de parte da CNA e também dos Democratas.

Todos aqui na Mesa usaram a palavra, nós estamos agora com duas e trinta e três, mas é comum nessa Comissão eu sempre abrir para que duas ou três pessoas do Plenário usem a palavra, com o espírito que foi os painelistas. Então eu faria isso nesse momento. Eu sei que há representante do Santander. Você a havia provocado, como é o nome? A Cristina, se ela quiser fazer o depoimento, e pediríamos que a moçada aí escolhesse mais três para fazer um depoimento ou alguma pergunta à Mesa. Eu tenho certeza que será nesse espírito construtivo que nós estamos aqui encaminhando essa nossa bela Audiência Pública. Eu achei tão importante que eu confesso para vocês que é um dia histórico, Frei David, que eu recebi esse livro aqui, eu pedi que todos os membros da Mesa assinassem para mim e todos assinaram e fizeram uma dedicatória. Então muito obrigado a todos vocês. Vamos dar uma salva de palma para a Mesa. Eu estou na mesa também e aí eu estou contemplado [palmas]. Cinco minutos, por favor. A pessoa diz o seu nome e faz a sua fala.

SRA. MARIA CRISTINA CARVALHO: Bom, o meu nome é Maria Cristina Carvalho, eu represento aqui o Grupo Santander Brasil e também a Subcomissão de Diversidade da FEBRABAN.

Eu realmente estou emocionada porque, sim, é um momento histórico de ao olharmos para trás, provocados por debates extremamente positivos, por um processo que iniciou por provocações do Ministério Público e a sociedade civil organizada que os bancos privados e também bancos públicos tivessem se unido para avançar as suas barreiras e também as suas fronteiras de organização, porque hoje, quando falamos de um Projeto e de um programa corporativo de valorização da diversidade, num segmento financeiro que pode inspirar numa sociedade, não é uma reação, é uma ação natural e progressiva de algo que nós estamos corrigindo de anos de história, de vulnerabilidade e desvantagem que só precisam de oportunidades [palmas]. Então ter tido o prazer de participar do início desse debate na Câmara, como o Mário falou, de várias reuniões, e olharmos os olhares que trocávamos no início e os olhares que nós estamos vendo agora, eu acho que a gente consegue afirmar que muitos segmentos da sociedade, o nosso desejo é de que a imagem dos próprios segmentos da sociedade revele o quão diverso nós somos e o quanto ganhamos com isso na medida em que temos um olhar que se converge na direção de um Brasil mais justo, mais igualitário e, por que não dizer, mais sustentável.

É um prazer enorme estar aqui e ter, pela palavra do Senador Paim, conseguido expressar a minha emoção em estar junto desse movimento tão virtuoso e num País tão rico como o nosso. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu sei que a moçada se organiza rápido, então os três que já foram escalados aí, eu peço que cada um

deles, ao ligar o microfone que está na frente, diga o nome e faça a sua fala. Cinco minutos para cada um.

SRA. ROSÂNGELA: Boa-tarde a todos. O meu nome é Rosângela. A minha fala é com relação a trinta e cinco anos. Eu já tenho trinta e sete. Eu gostaria de ter a oportunidade de trabalhar no banco. Isso é possível?

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Depois nas considerações finais a Mesa responde. Quem é o próximo?

SR. JOÃO VÍTOR: Senador Paulo Paim e organizações aqui do movimento. Eu queria fazer um depoimento para mostrar efetivamente, acho que é só dar um exemplo de caso de racismo para mostrar como ele ainda está presente na nossa sociedade e também fazer uma reflexão em cima disso.

O meu nome é João Vitor, mais uma vez eu repito, eu sou estudante universitário, eu também trabalho na Casa, sou servidor, e eu faço parte do movimento negro lá na UnB, o coletivo em defesa de quotas, e pretendo estudar e trabalhar com essa temática.

O caso que eu queria falar é que eu mesmo sofri um caso de racismo aqui no Senado, para mostrar como essas situações estão presentes em toda a sociedade. Justamente no Senado, ninguém poderia esperar isso, mas é efetivo. Em primeiro lugar, a gente vê uma nítida presença minoritária dos negros, ou melhor, a gente vê negros, mas em que posições? Terceirizados, em geral servidores da limpeza. Eu sou concursado recente aqui e percebi que eu fui o único do cargo pelo qual eu fui chamado; dos dez que entraram eu era o único negro, me autodeclaro como negro.

[palmas]

Mas indo direto ao caso e também não queria tomar muito tempo, o caso de racismo que eu sofri aqui foi nas minhas relações com os meus colegas de trabalho. Eu fui falar com a minha chefe a respeito de uma demanda que eu tinha, eu estava aguardando a chefe ter um tempo disponível. Nesse intervalo estava eu lá com a minha toquinha, que aliás eu até perguntei depois, não é proibido usar essa toquinha aqui no Senado, coisa que eu uso no dia-a-dia, sem nem pensar que haja algum problema nisso ou qualquer coisa. Só que foi até um dia que eu não preciso usar terno, eu preciso usar terno de terça e quinta-feira. Isso foi numa sexta-feira. E estava eu, como todo mundo nesses dias, pelo menos onde eu trabalho, com a roupa informal. Só que essa toquinha parece que chamou muito a atenção, essa toquinha e talvez a minha fisionomia. Chamou a atenção de uma servidora que me disse basicamente o seguinte: que eu não poderia entrar lá com aquele tipo de roupa e muito menos se eu resolvesse usar um *dread*, que, aliás, é uma coisa que eu pretendia usar. E sem mais e nem menos ela disse que se eu usasse um *dread* e viesse daquele jeito, eu não entraria naquela sala e que ela não falaria comigo. E aí, de pronto, eu não queria confusão, mas ela realmente me pôs numa situação muito delicada. Eu simplesmente resolvi abrir o jogo e dizer que aquilo ali era racismo, que eu atendia aquilo ali como um crime, mas que num ato de generosidade ou até de compreensão eu daria uma chance a ela [palmas]. Ela se silenciou. As pessoas ao redor, também brancas, eu até joguei para elas um sentimento de responsabilidade por aquilo, no sentido de que eu joguei a seguinte ideia: "Vocês veem isso acontecer e não falam nada. O silêncio estava e o silêncio continuou". E ficou por isso mesmo.

Então eu acho que isso mostra como a abertura da diversidade é muito restrita, inclusive aqui no Senado e com a imposição de vários padrões, padrões comportamentais, padrões de pensamento também, que são impostos e visto como algo natural, que visam apenas uniformizar. Mas não são algo natural. A própria questão do terno seria uma imposição que a gente poderia questionar, porque está na base da discussão da diversidade.

Mas, para encerrar, eu não queria tomar muito tempo, era esse o depoimento que eu queria fazer. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu vou passar para o último inscrito.

SRA. ANDRÉIA: Aqui, por último. O meu nome é Andréia.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eram três. Quem é o último?

SR. CELSO FRANCISCO: É que, Senador, eram cinco minutos para cada um e nós só estamos usando dois minutos cada um.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vocês são rápidos na argumentação, hein? Mas vamos lá, vamos ampliar, então. Essa argumentação me convenceu. Vamos lá.

SRA. ANDRÉIA: Boa-tarde, o meu nome é Andréia, eu sou da EDUCRAFO. O Dr. Otávio fez um comentário no início a respeito de que algumas coisas já estavam sendo feitas, já foram feitas com relação aos bancários, dados foram levantados, e agora estão sendo feitos com os comerciários com relação a incluir no mercado de trabalho pessoas que tenham essa dificuldade de inclusão histórica. E aí um pouco depois o Sr. Paulo Paim falou contribuindo de que os movimentos têm mesmo que ter essa posição, têm que cobrar, nós temos que querer sempre mais, porque

afinal de contas vocês nos representam e nós devemos gritar aquilo que queremos, assim como fazemos quando votamos. E aí eu pergunto para a Mesa: o que mais é possível fazer? Assim como o ProUni que veio para tentar colocar nas universidades as pessoas que não poderiam esperar por uma reforma do ensino fundamental, do ensino médio, do ensino público, assim como o ProUni veio para recuperar isso, será que nós teremos [soa a campainha] que esperar mais um ano para que mais uma rede seja fomentada, para que mais uma área de trabalhadores seja pesquisado e sejam levantados dados para que nós possamos ser inclusos? Essa é a minha pergunta [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

SR. CELSO FRANCISCO: Boa-tarde. Eu queria perguntar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O seu nome, diz o nome para registro.

SR. CELSO FRANCISCO: Celso Francisco, eu sou morador de Jabaquara. Eu queria fazer uma pergunta no seguinte: a FEBRABAN, é fácil pedir para o cliente abrir uma conta no banco, por R$ 250,00, R$ 300,00, depois a gente tem o mercado. Eu queria saber nessa questão dos negros, quantos desses têm conta no banco, quantos desses têm que passar na roleta, na catraca, para poder ser viajado, para tirar a roupa, para ser humilhado, como acontece na Zona Sul e outras regiões do Brasil?

E uma outra questão, Paulo Paim: muita gente que está aqui, está trabalhando e não tem direito a atestado de presença aqui. Eu quero atestado de que estou presente para mostrar no meu trabalho, como muita gente está aqui, eu perguntei para a moça e a moça falou assim: “Não tem direito a atestado”.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou dar uma justificativa para cada um de vocês que quiserem com a minha assinatura que vocês estiveram aqui. Está bem, pessoal? [palmas] Todo mundo que precisar, só para ajudar já, eu me comprometo, porque eu sei que vocês estão aqui.

SR. CELSO FRANCISCO: E uma simples pergunta só que eu gostaria de saber: por que é que eu, como eleitor desse país, tenho que entrar na Casa de povo como visitante? Eu tenho que entrar como visitante nessa Casa? Eu tenho que entrar como eleitor, tenho que entrar como cidadão, não entrar com carimbo, ser vigiado, ser passado pelo imã como se fosse um bandido de uma prisão, de um Carandiru da vida ou ser olhado como um marginal. Assim como ele olhou com dredi, eu quero ser olhado como cidadão. Eu não preciso entrar aqui dentro com roupa social. Eu quero entrar com a minha bermuda, quero entrar com o meu boné, eu quero entrar como representante do povo. Só isso [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Depois, na questão do Senado, eu respondo. As perguntas relacionadas ao Senado eu respondo com a maior tranquilidade. Falta só mais um. Quem é esse? Fale agora o último.

SR. VINÍCIUS: Meu nome é Vinícius, eu sou participante da EDUCRAFO também. Eu queria começar e terminar com uma pergunta só, direcionada à Mesa e também a nós: Até quando? O que mais a gente precisa mostrar, o povo negro, o povo branco, o povo pobre, o que mais precisa mostrar que tem... Para mostrar que tem capacidade. A gente trabalha quarenta horas semanais, a gente trabalha quarenta e duas, tantas quantas forem preciso. Saindo do trabalho a gente vai estudar para ter um futuro. Então capacidade, temos. Força de vontade, nós temos. Temos o poder do voto, é direito nosso e é poder. Então, a força de vontade, temos; capacidade, temos. Poder também temos. Até quando isso vai continuar? Isso é para nós e para eles também [soa a campainha], mas mais para nós. Até quando a gente vai deixar isso acontecer? Eles já disseram que a gente tem que pressionar. Se alguém tem que recuar, são eles. Está sendo sufocante? Está sendo sufocante. A sala está cheia? Não está cheia, está meio cheia. A gente precisa encher a sala, encher Brasília e convocar todos que temos próximos, os pais, os irmãos, os amigos, todos. A gente não pode deixar isso continuar.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós vamos nesse momento para as considerações finais da Mesa e, repito, no final eu respondo quanto às questões aqui do Senado. Então vamos começar da minha direita para a esquerda. Então, por favor, o Sr. Alberto Borges de Araújo, que aqui representa o SENAI. Eu pediria a cada um, se der para ficar em torno de cinco minutos, para a gente ir para o finalmente.

SR. ALBERTO BORGES DE ARAÚJO: Eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim a oportunidade que dá ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de estar aqui nesse momento histórico, como já foi afirmado por vários dos que se manifestaram.

Nós temos o compromisso de promover a inclusão do cidadão brasileiro na atividade produtiva e, por isso, o SENAI abre as suas portas para todas as pessoas, com todas as características pessoais, físicas, de qualquer natureza, sem qualquer discriminação, promovendo, inclusive, a compensação para aqueles que hoje são vítimas da situação histórica por que passaram.

Nós, a Instituição SENAI, tem procurado oferecer inclusive compensação nos aspectos de pré-requisitos

de escolaridade para suprir esse déficit que alguns candidatos apresentam. Estamos indo a todas as comunidades, nos pontos mais afastados, levando kits, levando caminhões ou até levando embarcações lá na Região Amazônica para chegar a todas as comunidades, inclusive nas comunidades indígenas.

Portanto, esse é o compromisso da instituição, já com quase setenta anos, dispondo-se a ampliar, fazer mais e fazer melhor pela população brasileira, porque pertence ao Brasil, pertence à sociedade brasileira. Muito obrigado, Senador, e os demais [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Frei David.

SR. FREI DAVID SANTOS: Eu concluo, nesses minutos finais, parabenizando a todos e a todas que estão investindo esse tempo da manhã nesse debate.

Eu gostaria de registrar e parabenizar o Partido DEM, que ouvindo ao vivo os nossos apelos e frente a outras pressões que ao longo desses dias têm acontecido, está pressionando os Deputados do DEM e do PSDB, que abriram requerimento contra o Estatuto e vão voltar atrás. Queremos concretizar este ato, queremos inclusive saindo daqui ir visitar o coordenador, o Deputado Aníbal, que é o líder do partido lá na Câmara, onde um subordinado dele foi insubordinado ao fazer esse requerimento. Queremos convocá-lo e dizer que ele consiga manter firme essa ideia de voltar atrás.

O segundo ponto, quero parabenizar a todos os alunos quotistas do Brasil inteiro do ProUni e das faculdades pública, porque nas 94 instituições superiores de ensino que adotaram quotas, mais de 30 instituições já fecharam pesquisa comparando o aluno negro quotista com o aluno de classe média que entrou com a ajuda de escolas particulares, cursinhos caros. E em todas as 30, o aluno quotista negro está com média acadêmica superior aos demais. Então eu quero agradecer e parabenizar aos quotistas por estar fazendo o trabalho deles [palmas].

Também fazer um apelo à Universidade UNESP, lá em São Paulo. Tivemos reunião com o reitor há dez dias atrás e a UNESP está com dificuldade de adotar quotas para negro. A UNESP definiu, em sua última reunião, que vai ter quota só para aluno de rede pública. Nós entendemos que o problema da rede pública não botar aluno nas universidades públicas é a irresponsabilidade dos administradores com a educação. Agora a questão da ausência do negro da universidade, além dessa irresponsabilidade, tem outro fator histórico, pelo qual a FEBRABAN e as demais entidades estão refletindo, é consequência dos 388 anos de escravidão em cima de um povo. Portanto, que a UNESP entenda que as quotas para o negro é uma reparação e as quotas para a rede pública pode ser um comodismo e um apoio a administradores e prefeitos irresponsáveis que não fazem o trabalho certo na educação fundamental e média.

E concluo [soa a campainha] pedindo ao Senador Paim se a proposta feita no começo da palestra nossa, da nossa fala, de criação de uma Comissão de Trabalho, plural, para acompanhar a evolução nas indústrias, assim como foi feito na FEBRABAN, se é viável e, se for viável, se não tiver uma data anterior, estamos propondo o dia 26 novembro, que é uma quinta-feira também, para a sua Comissão poder legitimar a segunda fase dessa Reunião que aqui começamos hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu responder já, eu já peço à assessoria, não vejo problema algum. Dia 26 eu estou na Paraíba.

SR. FREI DAVID SANTOS: Paraíba. Então qual seria a data anterior que você tem na agenda?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 25.

SR. FREI DAVID SANTOS: 25, Ok, 25.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu estou na Paraíba para debater o Estatuto, 40 Horas, aposentados, pensionistas, toda essa questão. Então dia 25 de novembro a gente marca essa Reunião.

SR. FREI DAVID SANTOS: Ótimo. A assessoria confirma, está livre a agenda nesse dia?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 25 de novembro, Ok? Vamos em frente.

SR. FREI DAVID SANTOS: Opa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Encerrou? Então palmas para você também aqui [palmas]. Vamos aqui ao nosso Teodoro.

SR. MÁRIO LISBOA TEODORO: Eu gostaria muito de agradecer a oportunidade de tratar aqui desse tema, um tema que nós temos tratado insistentemente, mas que precisa cada vez mais ser discutido, ser debatido.

Alguns problemas que a gente vê com relação ao tema, o próprio Frei David levantou aqui a questão, por exemplo, da confusão entre a questão racial e a questão social, quotas sociais e quotas raciais. Eu sempre digo que outros países mostraram para a gente como é que a gente acaba com pobreza. Pobreza se acaba com políticas públicas, pobreza se acaba com redistribuição de renda, redistribuição de riqueza, de ativos, e um sistema educacional abrangente. Assim é que se acaba com pobreza. Mas nós temos, além disso, um outro problema, que é o que justifica em grande parte essa pobreza, que é um problema racial. E esse problema racial não se acaba com essas medidas de, vamos dizer, estado social clássico. O problema ra-

cial vai acabar na medida em que nós enfrentemos a questão do racismo com políticas de ação afirmativa, com políticas de quotas, com políticas de valorização. Então são questões diferentes e a gente tem que levar muito em consideração isso. Pobreza se acaba com redistribuição da renda; a questão racial se acaba com políticas de ação afirmativa. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A nossa querida Cida, por favor.

SRA. CIDA BENTO: Só agradecer também pela oportunidade. Eu gosto muito de ver tantos rostos jovens e que os jovens continuem tensionando, mas também percebam que as coisas estão mudando. Peguem isso como uma força mesmo que nos leve para frente. E aí nesse sentido trazer o servidor público, o serviço público para cumprir o seu papel, sim, e aí são as secretarias, os órgãos públicos, trazer os movimentos sindicais, estando falando da área de trabalho, e se eles têm esse papel, que entrem nessa discussão com seriedade na questão da mulher, do negro, da pessoa com deficiência, enfim, trazer as forças sociais para discutir, cobrar, e quem sabe a gente possa também com frequência vir aqui e solicitar ao gabinete, a esse gabinete que acolheu tão fortemente e de maneira tão qualificada essa demanda, que ele possa continuar nos acompanhando nessa luta. Obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Cida. Por favor, Mário Sérgio. Eu estou bem na informalidade, pode me chamar de Paim, não precisa me chamar de Senador.

SR. MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS: Muito obrigado, Senador. Os nossos agradecimentos; e eu quero ressaltar que o Presidente Fábio Barbosa, ele é um defensor de todas essas bandeiras, como isso já é bastante público e notório. Nós temos o apoio de todos os bancos e de todas as presidências para seguir com o Projeto e nós vamos seguir com o Projeto. Então vamos acertar bastante, vamos cometer alguns erros por ali, vai acontecer. Não é uma coisa muito fácil, não é uma coisa que vai ser tão rápido quantos muitos desejam, mas certamente já não será tão lento quanto era há algum tempo atrás. Essa é a mensagem positiva.

Quanto às questões que foram colocados pela Audiência, as pessoas podem trabalhar em banco sim, se inscrevem e devem se inscrever nos sites dos bancos, enviar os seus curriculuns, podem enviá-los para a FEBRABAN também, a gente faz o encaminhamento, desde que estão dispostos para o processo de seleção, para as entrevistas e aquelas coisas todas. Está aberto, não tem nenhuma restrição. Nós fizemos agora nessa questão das pessoas com deficiências, nós admitimos pessoas até de cinquenta anos, então o fato de você ter trinta e cinco anos não é exatamente um obstáculo, está certo? Então deixo isso em aberto.

Quanto à questão, alguém sempre menciona a questão de entrar ou sair nos bancos, eu quero dizer que aquelas famosas ou famigeradas portas giratórias, elas são controladas eletronicamente, não existe uma pessoa olhando e dizendo "Esse entra, esse não entra". É tudo muito eletrônico, é uma coisa muito complicada. Têm projetos de Segurança Pública envolvido, Polícia Federal, Polícia Militar, então não é um debate para esse fórum.

E quero ressaltar, Senador, finalmente o seguinte: em nosso entendimento a Comissão de Direitos Humanos, tanto do Senado como da Câmara, tem se revelado os fóruns absolutamente ideais e absolutamente enriquecedores para o avanço dessas questões. Então nós vamos nos colocar novamente à disposição e contar com todos vocês nessa caminhada, que eu espero que a gente consiga muito rapidamente começar a apresentar bons resultados. Obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar para o Sr. Roberto Lopes, que representa aqui a Confederação Nacional do Comércio, para permitir que o Procurador-Geral do Trabalho, o Otávio Brito Lopes, encerre a fala, então, em nome da Mesa.

SR. ROBERTO LOPES: Obrigado, Senador. A CNC mais uma vez reitera o que foi dito aqui e deseja destacar que essa Audiência é um marco, porque é muito difícil você numa seara de discussões obter assim quase que uma unanimidade das esferas patronais e de empregados. E nós estamos aqui, reunidos, falando uma língua só, que é no sentido de acabar com a discriminação que graça em nosso País, através de ações afirmativas, projetos, conscientização das sociedade nos diferentes segmentos do comércio, da indústria, dos transportes, nas diversas ações foram aqui divulgadas.

Eu levarei para a Comissão Tripartite de Igualdade, de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho, da qual a CNC tem assento, eu sou suplente, o que aqui foi debatido para que lá possamos fazer um link entre essas questões e com as questões que lá são debatidas, inclusive com relação ao combate a toda e qualquer discriminação.

Parabenizo esta Comissão pela oportunidade que nos dá de ter conhecimento, de olhar para vocês, verificar os seus pleitos e levar para as bases o que aqui é discutido.

E, para finalizar, eu gostaria só de dar uma informação, que eu acho que é importante. O crime de injúria qualificada, ele tinha a ação penal privada e agora

foi alterado o Código Penal e ela passou a ser pública condicionada. Então qualquer pessoa que for acometida de um crime de injúria qualificada pela utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, basta apenas provocar ao Ministério Público, que vai processar penalmente o indivíduo. Antes precisava fazer uma ação penal privada, tinha que ter um advogado, ir lá, protocolar o pedido e instaurar a ação penal. Agora facilitou, porque basta apenas a vítima representar contra o ofendido que o Ministério Público passa a ser o autor da ação penal. Isso vem a facilitar ainda mais a luta contra o preconceito. São diversos elementos que somados vão auxiliar nessa luta. Eu agradeço, mais uma vez, a oportunidade [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Antes de passar para o Dr. Otávio Brito Lopes, que encerra esse painel, que é o Procurador-Geral do Trabalho, enquanto eu estava aqui alguém me disse: "Pô, você falou do Thiago, mas não falou de uma outra pessoa que também era da EDUCRAFO", que também está trabalhando comigo, que é a Isabel. Eu esqueci da Isabel. Então a Isabel também veio da EDUCRAFO e trabalha comigo, também, no meu gabinete. Já que tivemos palmas para o Thiago, que é homem, palmas para Isabel [palmas]. Por que é que não falou a Isabel que veio também e que é mulher? Aí, sim, aí vai sobrar para mim. Por favor.

SR. OTÁVIO BRITO LOPES: Senador, o Ministério Público faz sempre o papel do chato, do que cobra. Mas tem que ser assim.

Eu tinha feito aqui inicialmente aquele requerimento, volto a insistir, com o setor supermercadista, porque é muito difícil tratar da questão da discriminação de forma generalizada, de todas as formas de discriminação, porque a gente termina ouvindo muitos discursos e poucas ações concretas. No nosso caso nós temos, aliás, ações específicas com relação à discriminação contra a pessoa com deficiência, gênero, raça, em questões religiosas nós temos ações também, e por que é que nós separamos esse programa do Ministério Público do Trabalho por setor? Exatamente porque quando a gente trata do mercado de trabalho como um todo, é como se ninguém fosse responsável. Quando a gente traz o debate para um determinado setor, para determinadas empresas, o debate fica muito mais fácil, a discussão fica mais concreta. Uma coisa é eu dizer, por exemplo, que o setor bancário discrimina. Mas aí os diversos bancos falam: "Mas está falando de quem, qual banco? É esse ou aquele?" A mesma coisa é o setor supermercadista. "Mas qual supermercado?" Nós temos, por exemplo, situação que nós pesquisamos em alguns bancos em que havia um percentual de trabalhadores negros e até de mulheres maior, dentro do que seria razoável, quer dizer, e em outros muito aquém. A questão mesmo do por que é que a discussão tem que ser empresa por empresa? Porque nós pegamos, por exemplo, aqui o exemplo da Convenção Coletiva 30% em São Paulo. Eu acho ótima ideia. Mas, por exemplo, 30% na Bahia, em Salvador, seria uma discriminação, porque 70% da população é negra.

[palmas]

Então a gente tem que ver cada situação concreta, a PEA específica daquela localidade, para saber realmente se está havendo ou não uma exclusão, e não taxar de uma única forma, porque se eu taxar de uma forma só eu posso criar um constrangimento em regiões como, por exemplo, Paraná, Rio Grande do Sul, onde a população negra a PEA aponta mais ou menos 17%, 15%.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 15% no máximo.

SR. OTÁVIO BRITO LOPES: Mais ou menos isso, e quando eu vou passar para a Bahia, setenta e tantos por cento, quando eu vou para o Rio de Janeiro quarenta e tantos por cento, quer dizer, por isso que eu acho que o ideal é a gente pegar setor por setor, chamar as empresas daquele setor e ver a situação concreta de cada um deles.

Me chamou muito a atenção a jovem da EDUCRAFO falando: "Nós vamos ter que esperar mais um ano?" Quer dizer, esperar realmente é complicado, eu sempre detestei esperar, uma das piores coisas que existe é a gente ter que esperar. Mas a correlação de forças que existe dentro de uma sociedade nos impõe esperar, quer dizer, esperar não parados, esperar agindo, esperar trabalhando, esperar negociando, esperar reivindicando. E dentro da sociedade cada segmento tem o seu papel. O Ministério Público tem um papel. Vocês, o Senador falou muito bem, tem um papel que é reivindicar. Em alguns casos, até na época que nós começamos com o setor bancário, que ainda estava naquela fase de tensionamento, eu falava: "Olha, eu vou sugerir às ONGs que então não abram conta com determinados bancos que não querem negociar" [palmas], quer dizer, e hoje nós vimos aqui que o setor bancário é um parceiro. Eu sempre disse desde o início: "Eu quero o setor bancário como parceiro". E por que o setor bancário especificamente? Eles questionam: "Mas por que nós, o setor bancário?" Eu digo: "Pelo que vocês representam para o País em termos de economia, em termos de importância". O que o setor bancário fizer nesse País todos os outros segmentos vão olhar e falar: "Opa, se o setor bancário fez, vamos nos adequar também" [soa a campainha]. E eu disse:

"Pela competência que existe no setor bancário, eu tenho certeza que vocês, como parceiros..." Eu lembro que na época eu falei: "Com vocês, como parceiros, vai ser muito mais fácil para a gente criar um caminho apropriado do que qualquer outro setor". E a escolha se mostrou acertada.

O setor supermercadista, nós vamos trabalhar também, nós já temos ali o setor mapeado praticamente em todo o Brasil, então seria importante essa reunião porque nós vamos trazer esses dados, supermercado por supermercado, e discutir. O que é que nós podemos fazer para mudar isso aí? Se for o caso até do próprio setor resolver fazer um censo, como fez o setor bancário, falar: "Não queremos os dados do Ministério Público". Então vamos fazer um censo também, quer dizer, nós trabalhamos dessa forma. Ametodologia foi a mesma, quer dizer, desde o início eu acreditei no trabalho, principalmente pela parceria com o CEERT, quando houve a parceria da FEBRABAN com o CEERT eu digo: "Aqui eu estou tranquilo", quer dizer, tanto é que nós participamos também das discussões, quer dizer, dando sugestões para a metodologia.

E aí é um pedido que eu faço aqui de público à FEBRABAN, que é a divulgação do resultado desse censo. A divulgação por quê? Não questões individuais, dados individuais de cada trabalhador, mas o resultado, até porque as pessoas poderão, daqui a dois anos, verificar o que mudou, verificar o resultado desse trabalho. Para mim, eu vou mandar oficial, quer dizer, para o Ministério Público é oficial, eu vou pedir Estado por Estado e banco por banco porque nós temos procedimentos e eu tenho que arquivar, quer dizer, e a forma que eu tenho arquivar é pegar esses dados aqui e dizer que esses dados são confiáveis e nós vamos arquivar por causa disso. Mas eu acho que é importante trazer esses dados aqui para a Comissão para daqui a dois anos, as pessoas que aqui estiveram hoje, possam chegar e falar: "Realmente alguma coisa mudou". Então eu acho que é isso, eu desde o início digo: "Olha, eu quero o setor bancário como parceiro" e tive essa parceria. Hoje eu quero o setor supermercadista como parceiro e tenho certeza que nós vamos alcançar esse objetivo também. Obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Deixa eu fazer o lado mais difícil, que o bom mesmo é falar bonito e vocês baterem palmas. O problema é quando temos que falar outras coisas.

Deixa eu falar que, primeiro, eu entendo a rebeldia natural de todos vocês. Eu fui, quando jovem, sempre fui presidente de grêmio, presidente de ginásio [ininteligível] para trabalhador, presidente de um outro ginásio de Santa Catarina, enfim, depois virei jogador de futebol, era capitão do time, aí a bolinha começou a encolher e eu virei mesmo era técnico do time, daí me botaram de técnico. Então eu entendo a indignação, a insegurança e a vontade de que as coisas aconteçam já amanhã de cada um de vocês. Mas eu tenho que também dizer que essa rebeldia natural, ela é positiva e é isso que pressiona nós. Às vezes eu digo, quando eu faço palestra para o movimento sindical, que não é para achar porque elegeram o Presidente Lula como Presidente da República achar que está tudo resolvido. Não está. Tem que mobilizar se quiser avançar mais na própria relação capital e trabalho, enfim, e numa política construtiva que seja o bem para todos. Mas eu tenho que também dizer isso para vocês: quando eu estava no SENAI, por exemplo, eu não podia ir para o SENAI de bermuda. E aquilo me fez bem, me fez bem. Tinha uma disciplina no SENAI e essa disciplina para mim, me educou. Eu não passei pelo quartel; quem passou diz que o quartel também educa ou pelo menos dá uma linha. Mas o SENAI, naquele período, me balizou: "Olha, isso pode e isso não pode". Para mim foi importante. Eu queria que vocês entendessem que, queiramos ou não, o Congresso Nacional é o coração da democracia e aqui também tem um certo ritual. Não dá para acharmos que eu, Senador da República, posso aqui sentar, só como exemplo, não é o caso de vocês, de bermuda. Tem aqui um ritual, eu tenho, sim, que vir de terno e de gravata. Quando eu concorri, eu sabia disso, eu sabia disso, que isso é um ritual do cargo que eu vou exercer.

Então, mesmo aqui os concursados, mesmo os funcionários do gabinete, todos sabem que de terça, quarta e quinta, e você foi feliz, que você foi fiel ao que falou, tem que vir de gravata. Então, quando eles começam a trabalhar, ficam sabendo disso. Então essa disciplina nós temos que manter, eu acho que para o bem do próprio País e da evolução de cada um de nós. Claro que eu entendo, não vejo problema nenhum de usar, quero te dizer ali, a boina que você falou. Não é essa a questão. Mas ter que usar a gravata terça, quarta e quinta, no meu gabinete tem. Eu digo sim que todo mundo tem que aqui trabalhar como se fosse uma empresa inclusive da área privada: tem horário para começar e horário para sair, como todo mundo faz lá fora, que quem paga os impostos aqui cumpre horário e tem disciplina na vida. Então no meu gabinete, no meu gabinete eu tenho negros, tenho brancos e não tenho problema nenhum de dizer que lá eu acho que tem a metade e a metade, não porque eu cuidei que tinha que ser 50% de branco e 50% de negro, é que é o natural e lá tem com toda a tranquilidade. Têm dois cegos, e cegos mesmo, quando falam: "Não, você tem deficiência visual", eles dizem: "Não, deficiência visual não. Pode dizer, Senador, que nós somos é cegos

mesmo". Têm mulheres, enfim, têm jovens, têm idosos, tem um índio trabalhando comigo. Está ouvindo, Jorge, você sempre disse que é índio, agora assume essa. É bonito isso, porque o Jorge é um companheiro meu, de anos comigo, é índio mesmo e é muito competente, sendo que nos ajuda, inclusive, a formular. Não pensem que quando alguém vem trabalhar no meu gabinete eu pergunto a ele qual é a orientação sexual, não pergunto, não pergunto. Não pergunto a religião, se é evangélica, se é de matriz africana, se é católico, também não pergunto. E por incrível que pareça, podem até não acreditar, não pergunto nem a que partido que ele é filiado, não pergunto. Para mim é pela competência. É competente, é preparado? Tem espaço no meu gabinete. Foi assim que a Isabel entrou, foi assim que o Thiago entrou, foi assim que a Ivanete entrou. Eu acho que até a maioria são mulheres, viu, o pior é isso [risos], porque elas tomam conta lá. Todos entraram pela competência.

Tive uma, para vocês terem uma ideia, eu vou contar aqui, não vou citar o nome dela, que a mãe dela, de oitenta anos, calculo eu na época, veio ao meu gabinete e disse: "Olha, contrata a minha filha. A minha filha trabalhava lá no Executivo e foi demitida. Ela é muito competente. Contrata ela e se daqui a um mês ela não provar que é competente, o senhor pode botar para a rua". Contratei, aceitei o desafio. A mulher está dando um show, está até hoje comigo, está já não sei há quantos anos comigo e de fato é competente.

Eu explico isso porque vocês têm que entender que essa Audiência não resolveu todo o problema de preconceito do Brasil. Vocês que não pensem assim. O preconceito existe, ele está aí. Esse foi um grande momento, eu acho que o EDUCRAFO foi, me permita dizer, Frei David, V. Exa. foi o grande articulador desse momento histórico. Acho que estamos avançando, lento ainda, mas estamos avançando. Mas eu sou daqueles homens que acredita muito nesse País. Acredito que um dia nós poderemos dizer que aqui brancos, negros, índios, homens, mulheres, portadores de deficiência, não importa se a pessoa é italiana, alemã, africana, descendência polaca, japonesa, se é procedente da Nação Judaica ou Palestina, todos aqui podem caminhar juntos. Claro que isso é um sonho, mas eu persigo o sonho, como vocês também perseguem os seus sonhos. Eu sei que é lento ainda e nós todos temos o dever de avançar mais.

Por isso, Frei David, eu posso lhe assegurar que nós vamos nos reunir, sim, no dia 25 [palmas], conheço o Senador Cristovam, ele está no Cairo, mas eu tenho certeza que ele vai reservar essa data, quando eu falar com ele, para que a gente possa aqui avançar nesse encaminhamento.

Enfim, meus amigos, eu me sinto aqui gratificado. Eu confesso a vocês que eu mostrei antes rapidamente e mostro agora de novo que o livro que eu recebi aqui, eu pedi a assinatura de todos os membros da Mesa. Se tivéssemos tempo, eu pediria a assinatura de cada um de vocês. Eu acho que foi um momento histórico, respeitando a rebeldia e a impaciência de vocês, legítima, legítima, e eu repito de novo: a pressão tem que continuar. Se alguém tiver que recuar, que recuem os parlamentares. "Olha, deu para ir até aqui, não podemos ir até onde vocês queriam". Talvez no andar da carruagem a gente vá dizer: "Mas foi um passo. Daremos mais um passo até construir a sociedade dos nossos sonhos". Muito obrigado a todos vocês.

SR. FREI DAVID SANTOS: Senador, só fala para nós aí o nome da pessoa que mandou esse bilhete dizendo que vai recuar com a questão do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, está aqui, está aqui, está aqui presente, isso que é bom, que eu pedi para ele... Ele falou: "Não cita o meu nome", não precisa citar. Isso eu achei bonito da parte dele, de forma anônima ele trouxe uma notícia que ele poderia ali citar, mas ele disse: "Olha, Senador, pode dizer aí que eu fui informado nesse momento que tanto a CNA, como os Democratas, estão articulando para extrair(F) as assinaturas.

SR. FREI DAVID SANTOS: Pois não, fala para nós.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu obtive a informação na liderança dos Democratas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha aí, viu?

[palmas]

SR. FREI DAVID SANTOS: No Senado ou na Câmara?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na Câmara, na Câmara. Meus amigos, me permitam, então, mantendo aqui o nosso encaminhamento, que eu aprove também o seu requerimento, que foi a proposta do nosso Otávio.

Requerimento: "Nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislativa Participativa, para debater com a sociedade e os Srs. Senadores e Senadoras 'Oportunidades para trabalhadores negros e mulheres no acesso, ascensão e remuneração nos supermercados', que é o setor do comércio. Solicite-se a participação dos seguintes convidados: representando do setor do Ministério Público do Trabalho; Organização dos Estados Americanos –

a OEA; Organização Internacional do Trabalho – OIT; EDUCRAFO; Instituto de Advocacia Racial e Ambiental – IARA; ONG Centro de Estudos de Relações de Trabalho – CEERT; e demais a serem definidas". Eu coloquei por minha conta e risco o Presidente do UGT, que quando bota uma Central, eu tenho uma relação, posso dizer, muito boa, digo isso com todos os partidos, como tenho com todas as Centrais Sindicais, mas coloquei o Ricardo Patah pela experiência que ele me mostrou de acordos coletivos com o setor do comércio em matéria de inclusão do povo negro e também de pessoas com deficiência. Se os senhores concordarem, a gente aprova o requerimento, sem prejuízo se tiver outras entidades que quiserem ser inseridas aqui. Eu acho que o próprio Adelmir Santana, que é Senador aqui e é Presidente da FECOMERCIO, se eu não me engano, de Brasília, quem sabe ele mesmo também possa ser convidado, eu tenho certeza que ele vai nos prestigiar, ele que era do DEM e agora passou para o PSB. Mas é um Senador muito respeitado na Casa também, que ele possa também participar aqui e dar o seu depoimento. Se os senhores concordam, eu coloco em votação esse requerimento. Os Senadores e Senadoras que concordam permanecem como se encontram. Aprovado [palmas]. Teremos também então esse evento.

E agora, meus amigos, eu quero também dizer que aqueles que precisarem de uma justificativa, eu me proponho, a moçada aqui faz, para que possam chegar em São Paulo e dizer que aqui estiveram nesse dia histórico. Não é pelo meu autógrafo, é pela justificativa.

Ok, moçada, está encerrada a Audiência Pública. Um abraço e uma salva de palma a vocês que vieram do Brasil para esse evento.

[palmas]

Sessão encerrada às 13h18.

Ata da 31ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 08 de Outubro de 2009, Quinta-Feira, às 10 Horas, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal.

Às dez horas e dezoito minutos do dia oito de outubro de dois mil e nove, na sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Cristovam Buarque)**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH **Flávio Arns, Paulo Paim, José Nery, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque e Osvaldo Sobrinho**. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. **Item Único.** Audiência Pública, **nos termos do Requerimento nº 41, de 2009 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 10/09/09, "para instruir a propositura apresentada nesta comissão pela Federação Única dos Petroleiros – FUP, SUG 02/2009, com tema: **Educação e o Pré-Sal**". O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e convida à mesa os Senhores convidados. Convidados que comparecem: Tatiane Gomes, Vice-Regional do DF da União Nacional dos Estudantes – UNE, em representação ao Senhor Augusto Chagas, Presidente da UNE; José Vicente, Reitor da Unipalmares; e João Antonio de Moraes, Presidente da Federação Única dos Petroleiros – FUP. O Senhor Presidente chama à mesa os convidados que compareceram. O Senhor Presidente passa a palavra para os Senhores convidados. Após as apresentações dos Senhores convidados, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores para suas colocações acerca do tema. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Osvaldo Sobrinho e Arthur Virgílio. Após as colocações dos Senhores Senadores membros da CDH, o Senhor Presidente passa a palavra novamente aos Senhores convidados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão desta Reunião. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada um e cada uma de vocês. Desculpe esse pequeno atraso, enquanto tentamos resolver o problema do vídeo. Eu declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. O Senador Paim está aprovando. Está aprovada.

Como sabem, essa é uma Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 41 de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, que foi aprovada no dia 10/09 para instruir a propositura apresentada nessa Comissão, pela Federação Única dos Petroleiros, com o tema Educação e o Pré-sal. Eu fico muito feliz que o Senador Paim, nosso Presidente contínuo dessa Comissão--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim, mas tem que ser... É como se fosse, pelo trabalho que ele fez no período anterior. Que tenha pedido essa audiência, e não é a primeira sobre o tema. Nós estamos diante da possibilidade de termos um imenso patrimônio incorporado à nação brasileira. Um patrimônio que estava escondido há 200 milhões de anos e que, de repente, graças à competência da PETROBRAS, aparece.

Agora, temos diante de nós o desafio de transformar o que está lá debaixo do mar e do subsolo em uma fonte energética. O desafio de transportar essa fonte energética, o desafio de transformar a fonte em energia, porque o petróleo bruto, ele não é o instrumento energético, tem que se transformar na gasolina, nos outros combustíveis e nos outros produtos da petroquímica.

Mas temos um desafio a mais, porque o fato de o petróleo existir, nós já passamos no passado, com outros produtos. Nós já tivemos o açúcar, já tivemos a borracha, já tivemos o café, já tivemos o ouro – que é um produto igual ao petróleo, com uma diferença que já vem pronto da natureza, quase, não necessita os investimentos que o petróleo exige. E tudo isso deixou pouco resultado no Brasil. Seja do ponto de vista de nação, na sua soberania, seja do ponto de vista da qualidade de vida do seu povo. O Brasil continuou tão desigual antes quanto depois do ouro, antes quanto de depois do café, antes quanto de depois do açúcar, antes quanto de depois da borracha. Mas, naquela época, ninguém tinha a capacidade de se antecipar ao que ia acontecer e definir uma forma correta de usar o recurso. Agora nós temos. Agora, nós estamos despertos. Além de estarmos hábeis para explorar o petróleo, nós estamos despertos a que esse recurso não seja desperdiçado como foram os outros. Então, temos que fazer um grande debate de como, depois de terminada a exploração desses reservas – que vão terminar, pode ser dez, 20, 30, 50 anos, mas vai acabar -, como, depois que isso acabe, podemos deixar marcos permanentes na vida social brasileira. Como é que esse recurso não vai ser todo queimado nos tanques de gasolina, desculpe, nos tanques de álcool e de gasolina – de fato, de gasolina – dos carros.

Como é que a gente faz para que esses recursos não sejam transformados em sacos de plástico que a gente usa e joga fora? Como ele se transformará em um recurso permanente e não recurso provisório? Como a gente faz com que o petróleo, um recurso totalmente esgotável, se transforme em uma fonte inesgotável de recursos de todos os tipos, inclusive energéticos.

Pessoalmente, eu venho defendendo já há uns dois anos, quando se começou a falar nisso, que todos esses recursos fossem para a educação, porque a educação é o único recurso que, realmente, é inesgotável. Até a saúde é esgotável, porque, depois que aquele morre, acabou a saúde dele. Ele não transfere a saúde dele para o vizinho. O único recurso realmente permanente é a inteligência, não tem outro recurso permanente. Mesmo a estrada, mesmo a ponte, ela tem uma duração de vida, ela acaba. Agora, a inteligência que fez aquela ponte, ela se renova e faz outras pontes.

Do ponto de vista energético, a gente fala muito em energia hidrelétrica, a gente fala muito em energia fóssil, mas a única energia para valer é a energia cinzenta da energia, sem a qual a gente não descobria o pré-sal, não explorava o pré-sal, não transportava o petróleo e não transformava o petróleo. Tudo é produto da inteligência. Por isso, eu venho defendendo que esses recursos todos sejam usados para a construção de um imenso parque energético brasileiro permanente, sob a forma de inteligência, sendo aplicado na educação. É uma grande chance que a gente não pode perder.

Ao mesmo tempo, a gente não pode esperar por ela. É um crime o Brasil adiar os investimentos na educação em nome do pré-sal. Primeiro porque ninguém tem absoluta certeza do que vai encontrar ali, na quantidade e nem na qualidade; segundo, ninguém tem absoluta certeza de quanto tempo vai durar, ainda, o petróleo como uma fonte competitiva capaz de dar um bom preço ao petróleo. O preço do petróleo pode desabar daqui há dez ou 20 anos; antes disso, não. Com carros elétricos, por exemplo, e com outras fontes alternativas: energia solar movendo carros... O petróleo pode virar um recurso obsoleto dentro de algum tempo mais, ou até não por descobrir outra fonte, mas porque ela fique tão custosa do ponto de vista ecológico que passe a haver uma proibição no uso dela.

Do jeito que hoje é proibido fumar aqui dentro, não é impossível que seja proibido você vir aqui em carro movido à gasolina daqui a dez, ou 15, ou 20 anos, por uma questão da sobrevivência da espécie humana, diante da crise do aquecimento global. Supondo que todos esses problemas desapareçam, nós temos que descobrir como usar bem os recursos. E é para isso que nós vamos fazer essa Audiência, para o que o eu quero convidar os presentes e citar os que não vieram.

O primeiro nome convidado é o Ministro Fernando Haddad, que não pode vir e não enviou, também, nenhum representante que eu saiba, a não ser que esteja anonimamente. A segunda é a Tatiane Gomes, que eu creio que está presente e eu convido à Mesa. A Tatiane é Vice Regional do DF da UNE, em repre-

sentação ao estudante Augusto Chagas, que é o Presidente da UNE, a quem eu agradeço de ter vindo. Eu creio que a UNE está em uma posição boa, mas está defendendo só 50%, eu defendo 100%.

O Ismael Cardoso não pôde estar presente, que é o Presidente da UBES. O Luiz Antônio Barbagli, Presidente do Sindicato dos Professores de São Paulo, também não compareceu. O companheiro, o engenheiro, Professor Luiz Pinguelli Rosa, Diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia na COPPE, também não veio.

A Márcia Ângela da Silva Aguiar, Presidente da ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação -, também não veio. A Maria Helena Alcântara Oliveira, Presidente da APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais do Brasil -, também não veio. O Roberto Franklin de Leão, Presidente da CNTE, eu creio que ainda não compareceu, mas ele nunca falta às audiências que nós fazemos, então eu acredito que ainda virá.

O Reitor José Vicente, da UNIPALMARES, está presente e muito nos orgulha, e eu o convido para vir à Mesa. O Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo não veio; provavelmente, pelo que eu li hoje no jornal, que ele está fazendo 70 anos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exato, Sr. Presidente. No caso do Haroldo, ele me ligou e eu fiquei de justificar à V. Exa. que ele vai ter uma grande atividade na Bahia hoje, e ele faria questão de estar aqui. Então ele pediu que, em uma outra oportunidade, que os debates vão continuar, ele com certeza estará aqui com V. Exa. e com nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E, finalmente, está presente o João Antônio de Moraes, Presidente da Federação Única dos Petroleiros, a quem eu chamo para vir para aqui. Eu quero agradecer muito aos que compareceram pelos esforços que fizeram para estarem aqui e vou passar a palavra. Eu vou continuar aqui, na Presidência, mas, em um certo momento, eu gostaria de passar a Presidência ao Paim. Em geral, eu passo porque tem outras atividades. Dessa vez, eu não tenho nenhuma outra atividade e eu vou sentar aí depois e quero passar uma parte da Presidência para o Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É porque V. Exa. vai defender, naturalmente, aqui, o seu ponto de vista.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Até porque fica mais fácil eu defender o meu ponto de vista. Bem, eu vou passar a palavra à estudante Tatiane Gomes, que é Vice Regional do DF da UNE.

SRA. TATIANE GOMES DOS SANTOS: Bom-dia a todos os presentes. Eu queria fazer uma saudação à Mesa, na pessoa do seu Presidente, Senador Cristovam Buarque. E dizer que a UNE sempre fica muito satisfeita em espaços de discussão como esse, porque os grandes temas de relevo para a construção de uma nação soberana, de um novo projeto de desenvolvimento nacional, tem que ser pautados em todos os espaços e, principalmente, nesses espaços institucionais. E a sociedade civil participar desse debate aqui, nessa Casa, é muito significativo para que a gente possa contribuir na formulação de um novo projeto.

A UNE tem um histórico reconhecido de defesa dos interesses do povo brasileiro, e, nessa questão do petróleo, a gente já deixou a nossa marca da campanha de 47 a 53 pela criação da PETROBRAS. E, hoje, nós, estudantes, somos chamados novamente a fazer essa defesa da PETROBRAS, a fazer essa defesa do investimento dos recursos das matrizes energéticas no avanço do nosso povo. Porque, como o Senador já disse, a gente estuda nos nossos bancos, nas escolas e universidades, uma série de riquezas que já foram de posse do povo brasileiro, mas que foram vilipendiadas e utilizadas para interesses que não a emancipação do povo.

E quando a gente se coloca na discussão da destinação dos recursos do pré-sal, encampando a bandeira dos 50% para a educação, é exatamente para que esses recursos não sejam dispensados para outros aportes financeiros que não aqueles que vão contribuir para outra construção de nação.

Com relação ao porquê dos 50%, a gente tem um entendimento que essa é uma disputa que a gente está travando na sociedade que ela é muito grande. A PETROBRAS, hoje, tem... O Estado tem cerca de 39% das ações da PETROBRAS e se nós não... E a gente tem que ter consciência do enfrentamento que a gente vai ter para um novo marco regulatório e para garantir qual vai ser o espaço de gerência pública desses recursos, para que a gente possa se posicionar nessa disputa de correlação de forças, e a gente possa sair com um ganho concreto para o povo brasileiro.

Falar de educação não é simplesmente dizer de novas universidades, novas escolas, contratação de professores, mas pensar na forma como a gente vai garantir que esses recursos sirvam para que a gente possa pensar o desenvolvimento tecnológico, a diversificação das matrizes energéticas. Matrizes renováveis, como a gente pode, a partir desse recurso que a gente descobriu, pensar outras formas de apro-

veitamento que sejam menos predatórias, que sejam menos poluidoras.

Porque, hoje, o pré-sal nos dá a segurança material para que a gente possa fazer um investimento mais substancial nessa diversificação de matrizes energéticas. O significativo nessa possibilidade é que a gente possa fazer, de fato, o enfrentamento dessa desigualdade regional que é a realidade. Pensar em um novo marco é também pensar uma nova forma da distribuição dos *royalties*, é pensar uma nova forma de organização dessa distribuição de recursos e da forma como esses recursos são pensados.

A UNE defende, também, que seja criada uma nova empresa, completamente estatal, para fazer a gerência desses recursos, e a PETROBRAS tenha o monopólio do manejo da extração, enfim, dessa parte técnica. E que o Estado, à medida que esses recursos forem aparecendo, que ele vá, cada vez mais, retomando o controle acionário da PETROBRAS, porque é uma empresa que sempre trouxe grandes dividendos para o nosso país. É uma das empresas que mais se desenvolve, que mais tem potencial tecnológico. E não é justo para o povo brasileiro que os lucros advindos dessa empresa que é tão significativa para o nosso país, hoje sejam apropriados pela iniciativa privada, por grupos estrangeiros, como a gente tem acompanhado. Essa é a nossa preocupação. Esse fundo social, ele tem que ser utilizado para pensar meio ambiente, ciência e tecnologia, educação, cultura; mas parte substancial desse fundo tem que ser pensado exclusivamente para a educação. Por isso nós defendemos 50% exclusivos para pensar o desenvolvimento de uma educação emancipatória, de uma educação para uma construção social, e não uma educação nos marcos que a gente vê hoje, na maior parte das vezes. Mas para nos ajudar a construir um novo conceito de educação e uma educação que sirva para que a gente possa, de fato, emancipar o povo e dar outra condição de cidadania, de consciência, que é o que seria, de fato, o papel da educação no nosso país.

Outra preocupação que nós temos, outra necessidade que tem que ser levada em consideração, é o papel que o pré-sal pode trazer para o desenvolvimento do nosso parque industrial, enfim, navios, equipamentos de prospecção, plataformas, refinarias... Esse investimento e a preocupação com uma parte substancial desses recursos para aportar nesse tipo de iniciativa é muito importante, porque, como antes a gente exportava a borracha bruta ou enfim... O Brasil tem, historicamente, sempre colocado as suas riquezas para que outras nações agreguem valor em cima do que nós produzimos.

E, nessa questão do petróleo, nós não podemos repetir um erro que é histórico, como o Senador também disse aqui, no início da fala, que hoje nós temos consciência para não cometer os mesmos erros. Então é significativo que a gente aproveite dessa situação, para também dar um salto qualificativo na capacidade do nosso parque industrial e nas possibilidades de produção que o nosso país tem. Porque a gente não pode entender a possibilidade do pré-sal, quando se coloca que existe... Que nós poderemos chegar, por exemplo, a quintuplicar as nossas reservas, elevar por seis o peso do nosso PIB, se a gente não... Toda essa possibilidade, ela tem que servir, também, para outras áreas da produção. O pré-sal, ele é um agente mobilizador para que a gente possa fazer todo um conjunto de transformações e de reformas estruturais na sociedade para que a gente possa, de fato, fazer o enfrentamento para essa questão da desigualdade, fazer o enfrentamento para essa questão de uma educação que não é uma educação emancipatória, enfim, e todas as outras questões que a gente vive, cotidianamente, no nosso país e que a gente procura fazer frente.

Eu acho que a gente tem que aproveitar essas oportunidades. O Brasil está muito bem situado no cenário internacional, hoje. Eu acho que nós temos uma expressividade para além das nossas possibilidades materiais, mas eu digo de condições políticas mesmo. Então, é importante que a gente aproveite essa situação para que nós possamos, de fato, consolidar o nosso papel no mundo não só como exportador de matéria-prima ou produtor de alimentos, mas como produtor de tecnologia, como produtor da grande massa crítica que em um próximo período pode ser a ponta para um maior desenvolvimento não só do país, mas do mundo.

É importante que a gente dê dimensão para o nosso papel e é importante, também, que todo mundo possa participar desse processo. E que a gente construa cada vez mais espaços como esse, para que a sociedade civil, para que o povo participe, e o povo tenha a dimensão da riqueza que nós temos. Que, normalmente, essa é uma grande limitação que nós temos nesses grandes temas, porque a população brasileira participa muito pouco da decisão dos rumos do nosso país.

Fica o chamado para os Srs. Senadores, para as categorias organizadas em torno dessa pauta, para que nós façamos esse chamado. Para que a gente leve esse debate para os nossos bairros, para as nossas cidades, para as nossas associações, sindicatos, escolas e universidades, para que a gente possa, cada vez mais, aprimorar essa proposta que hoje está sendo apresentada do fundo social e de um novo marco

regulatório, para que, de fato, a gente possa construir um projeto que contemple as necessidades do povo brasileiro e que possa ser emancipatória nesse sentido que eu coloquei.

Eu acho que são essas as primeiras contribuições que a UNE traz. Eu gostaria aqui, de novo, de agradecer a oportunidade e justificar que o Augusto não pôde estar presente porque ele também está em outra agenda, também para discutir pré-sal. Esta é a pauta central da União Nacional dos Estudantes no próximo período. Agora, no mês de novembro, nós vamos fazer uma grande mobilização em Brasília, uma atividade de massa. A perspectiva é colocar 10 mil estudantes aqui na Esplanada, para deixar claro para o Brasil que nós estamos atentos e nós estamos preocupados com o futuro desses recursos e da forma como a gente vai aproveitar esses recursos.

E fica, também, o convite para que todos possam participar do conjunto dos debates e das mobilizações populares que vão acontecer em torno dessa questão do pré-sal. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Reitor José Vicente, que prestigia essa Comissão ao estar aqui conosco hoje.

SR. JOSÉ VICENTE: Muito obrigado. Bom-dia a todos, bom-dia a todas. Meu caro Senador Cristovam Buarque, receba as homenagens da nossa comunidade acadêmica, a Universidade Zumbi dos Palmares. Na pessoa de V. Exa., eu estendo as homenagem também aos meus colegas da Mesa: à Tatiane, da UNE e ao João Antônio de Moraes. Transmito o abraço sempre afetivo do nosso grande comandante, Senador Paulo Paim. Na pessoa do nosso Senador Paulo Paim, eu também estendo os nossos cumprimentos e as nossas homenagens a todos os demais que integram a Sessão dessa manhã.

Eu fico muito feliz e honrado pela deferência de poder dirigir poucas palavras nesta audiência, mas digo, também, da importância e do alto significado de poder trazer uma pequena contribuição para essa discussão que, seguramente, é uma das discussões mais importantes que se coloca à frente da sociedade brasileira.

E, logicamente, que falar de educação e falar de possibilidades no nosso país, obrigatoriamente significa refletir sobre o que é, como está e o que tem sido a trajetória, não só da educação, mas, fundamentalmente, daqueles que são os sem-educação, daqueles que não tem tido, ainda, uma compreensão significativa no sentido de ter uma condução de política educacional que privilegie e que destaque essa necessidade especial. Nós temos, ao longo desses últimos anos, conversado, debatido e tentado criar caminhos e possibilidades de responder a algumas demandas estruturantes desse tema educação. E, especialmente, Sr. Senador – e o senhor sabe disso -, no que diz respeito ao acesso e à qualificação dos jovens negros da cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo e, seguramente, também do nosso país. E, nesse momento em que os céus conspiram a favor do povo brasileiro e colocam à disposição de todos nós essa grande dádiva, imagino que seja o momento de, a par de todas as demais conduções que tem sido feita nesse tema, também nos debruçarmos sobre de que maneira a perspectiva que se apresenta a partir do pré-sal pode ser compreendida e pode ser tratada como uma ferramenta e uma ação importante para, definitivamente, se fazer uma intervenção em um dos temas e um num dos eixos que são estruturais no que diz respeito ao conserto da sociedade brasileira. E eu falo isso do alto de um trabalho que, ao longo desses últimos dez anos, tem, além de se ampliar e além de se consolidar como um trabalho de muita importância, mas também ser um espaço qualificado, onde significativos dados do que tem sido essa trajetória têm se colocado permanentemente como um grande desafio. De modo que pensar essas possibilidades e essas perspectivas que se coloca via pré-sal, mas, fundamentalmente, via esse novo Brasil que emerge de todas essas novas conquistas do povo brasileiro significa pensar uma educação que responda aos anseios e às demandas da grande maioria dos brasileiros. E que a grande maioria do brasileiro, como está atestando o nosso IBGE, é a grande maioria dos brasileiros negros.

O pré-sal coloca a perspectiva de ser uma fonte de financiamento dessa educação, e essa fonte de financiamento dessa educação precisaria se debruçar, então, sobre de que maneira nós poderíamos utilizá-la para fazer que fosse uma ferramenta de convergência de encontro, mas, fundamentalmente, de reestruturação disso que tem sido o mote do nosso trabalho, que é a desigualdade que impera no que diz respeito à participação dos negros na sociedade brasileira.

Mas também, e além da sociedade brasileira, no mercado de trabalho – como o Senador Paim já teve possibilidade de debater e discutir em outra Audiência Pública com essa característica -, mas, fundamentalmente, o acesso dessa parte dos brasileiros aos bancos escolares. Nós ainda apresentamos estatísticas que são 'envergonhantes' para todos nós, no que diz respeito aos níveis de representação desse Brasil real, que é um Brasil miscigenado, em todos os espaços de prestígio e de educação, mas, fundamentalmente, no banco escolar.

Ainda hoje, quando nós debatemos sobre esse tema, e quando ainda se coloca os obstáculos dos mais variados para as medidas, poucas, que construímos no sentido de combater esse tipo de coisa, nós vemos que ainda assim os números da presença dessa parcela de brasileiros no ensino superiores são insignificantes. Mais do que os números desses jovens negros no ensino superiores, nós temos, ainda, um espaço de ensino, no seu conjunto, em que esse tema é um tema se não invisível, um tema que não é tratado.

Porque a gente debate e a gente procura meios e ferramentas para fazer a inclusão de minorias, em especial do negro, no ensino superior, em especial. Mas o encaminhamento desse tema, enquanto uma intervenção ampla e uma intervenção estruturante, ela não está posta no discurso, de modo que nós continuamos tendo dificuldades extraordinárias de termos a presença do negro no quadro docente.

Eu sempre disse para o senhor, repito e esse é um dado entristecedor na minha cidade, no meu Estado, mas também em todo o nosso país, que a Universidade de São Paulo, que é a maior Universidade da América Latina e que possui 5.400 professores, apenas quatro são professores negros. E que não é diferente em todas as demais universidades públicas estaduais e muito menos nas federais.

De modo que, quando nós colocamos debates dessa necessidade de fazer esse encontro das águas, encontro dos brasileiros, o máximo que a gente chega é talvez: "Olha, uma cota para negros no ensino no superior", quando não é de cotas para negros no Ensino Superior que o nosso país tem que se debruçar e tem que discutir. O que nós precisamos é criar possibilidades de que esse Brasil real, do lado de fora, possa ser o Brasil que também participe e esteja presente do lado de dentro.

Então, se nós somos um país miscigenado para fora, nós precisamos ser o mesmo país miscigenado para dentro. E, nesse sentido, a gente imagina que a educação que precisamos desenhar para o futuro do nosso país é uma educação que passe por dentro desse cenário. Então, é uma educação que tem que pensar a inclusão em todos os seus aspectos. É uma educação que tem que pensar a possibilidade de que essa temática da igualdade, essa temática da integração entre todos os brasileiros e essa temática do respeito a esses direitos humanos ou a essas diferenças, seja o norte e seja o centro da ação educacional.

Então, nós não podemos falar de negros ou de inclusão, se, na nossa escola pública, nós não temos nem professores negros – e veja o disparate – e nem mesmo livros didáticos que trabalhem com esse tema, apesar de termos uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação que determina isso há mais de sete anos. E nós ainda encontramos todos os desafios e todos os obstáculos para fazer com que esse Brasil real e Brasil de todos seja um Brasil aprendido e ensinado nos bancos escolares.

Então, a educação é uma educação que tem que passar por essa perspectiva. E a educação, também, é uma educação que precisa estar presente para atuar nos desequilíbrios regionais, mas, fundamentalmente, como produtora de soluções locais para problemas que afetam indistintamente os brasileiros, mas que afeta com grande intensidade muito mais os mais pobres. E essa educação, produzida nesses espaços educacionais, infelizmente ainda não tem se colocado como uma possibilidade fundamentalmente para essas minorias, fundamentalmente para esses que mais precisam.

A nossa universidade, a universidade pública e a universidade privada brasileira, é uma universidade, é um ensino que está desgarrado das necessidades sociais, que está desgarrado da indispensabilidade de ser a fonte de produção, de caminhos, de processos e mesmo de soluções socioeconômica local e, fundamentalmente, para esses temas muito mais sensíveis, e, dentre eles, também esse tema negros.

É um disparate que a nossa Universidade, que consome milhões e milhões de recursos, não tenha, ao longo de todo esse tempo, debatido e pensado e produzido um plano para sair dessa crise que é a não presença do negro, por exemplo, em todos os espaços sociais. E é um disparate que, mesmo hoje, essa Universidade e esse ensino continuem tratando esse caso e essa necessidade brasileira de uma forma não tão intensa, de uma forma que não cumpra, integralmente, os seus fundamentos e os seus objetivos. Esse é um aspecto.

O outro aspecto é o de que uma educação que se pretenda cumpridora desses fundamentos, sejam os constitucionais, mas aqueles no médio senso de qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, é uma educação que precisa privilegiar, fundamentalmente, aqueles que são os atores centrais da transmissão do conhecimento. É impossível pensar educação com o mínimo de possibilidades, se nós imaginarmos que os nossos professores continuarão sendo aqueles professores sem qualquer possibilidade de ter uma qualificação adequada. Um professor sem qualquer possibilidade de ter um espaço e um ambiente de trabalhado adequados. E um professor que não tenha qualquer possibilidade de fazer, seja uma qualificação, seja permitir-se o acesso ao conhecimento como um todo, com o salário de vergonha que nós sabemos que está instalado em nosso país. E que mesmo o pouco que V. Exa., inclusive, teve a grandeza, a sensibilidade

de encabeçar no seu Projeto de Lei que institui o piso nacional da educação, mesmo o pouco que significa isso, ainda está sendo combatido em várias partes do nosso país, inclusive pelos governantes. De modo que uma educação que não perpasse por esse que é um dos centros do problema da construção e da qualificação e da produção de conhecimento no nosso país, seguramente, estará fadada ao fracasso ou estará fadada a repetir os números que nós conhecemos na historiografia da educação brasileira.

E o terceiro aspecto que, a meu ver, precisa ser pensado e conduzido em uma discussão dessa natureza, Sr. Senador, senhoras e senhores, é de que, efetivamente, a perspectiva e a possibilidade que se coloca fundamentalmente com o pré-sal. É lógico que nós não precisamos do pré-sal para continuar fazendo as transformações e melhorias que a educação brasileira necessita. Mas do alto do que representa essa possibilidade do pré-sal, não restam dúvidas de que nós não podemos permitir que os erros do passado se repitam novamente. E não permitir que os erros do passado se repitam novamente é poder estar à frente de debates dessa natureza e começar a poder fazer o desenho daquela educação efetiva e eficiente que nós precisamos para corrigir uma série de distorções no nosso país, na trajetória nessa própria educação e na implementação dessa educação.

E, outra vez, chamo-nos a atenção à necessidade de que esses recursos definidos para a educação, seja uma educação que minimamente esteja compartimentada dentro desses fundamentos, que é o fundamento de combate a essa desigualdade, inclusive, racial, o combate à ineficiência e a falta de produção, seja científica, seja produção de resultados da Academia para o nosso país e a possibilidade de que, de fato, os recursos desse pré-sal sejam o início de uma nova virada, no sentido de fazer com que todos os brasileiros possam auferir do que ele representa, enquanto esperança, enquanto possibilidade de qualificação e encaminhamento.

É e nesse sentido que eu já trago não só a preocupação, porque nós temos acompanhado o que tem sido o tratamento dessa parcela de brasileiros na história do nosso país, e por isso, e sabedor disso, que eu já trago para essa Comissão essa preocupação de que a educação que se proponha, ainda que, com o financiamento do pré-sal, seja uma educação inclusiva, seja uma educação que permita a participação vertical de todos os brasileiros e, fundamentalmente, do brasileiro negro. Seja uma educação que saia não só com o foco central carimbado, mas também saia com esses recursos carimbados, para que eles não fiquem no meio do caminho. E seja uma educação em que a discussão e mesmo as escolhas dos caminhos, das ferramentas para fazê-la se tornar realidade permitam a participação de todos os brasileiros. Então, eu imagino que o fundo social que se propõe para gerenciar e para definir e decidir que educação e que quantidades de recursos para a educação é um espaço em que a presença das representações de todos os brasileiros tem que ser garantida.

É um espaço em que parte dos encaminhamentos que se propõe, ele já tem que ser delimitado, seja pela lei, seja pelo decreto, seja por qualquer medida, de modo que não se perca a possibilidade desses recursos não cumprirem os seus objetivos. E também que os negros brasileiros possam ter a oportunidade e a possibilidade e mesmo o justo lugar de participar nesse fundo social. Eu acho que, se ele é um fundo social para atender as demandas da educação de todos os brasileiros, é um espaço em que o negro brasileiro também precisa e deve estar presente.

De modo que, com esse conjunto de arrazoados, Sr. Presidente, eu quero, outra vez, dizer que esse é um momento importante e que o senhor, que já conduziu tantas discussões que mudaram o cenário do nosso país, pode, na discussão desse tema e na discussão dessas implementações, zelar pela inclusão, pela valorização da diversidade e para que o negro brasileiro esteja presente, verticalmente, de A a Z, no que significa o pré-sal, enquanto mudança e transformação, via educação, do nosso país. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Reitor José Vicente e passo a palavra ao João Antonio de Moraes, Presidente da FUP, Federação Única dos Petroleiros, uma entidade que está espalhada, hoje, pelo Brasil, em diversos Estados, como ele tinha me colocado, com o Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Pará, Bahia, Rio de Janeiro, Amapá e o Paraná.

SR. JOÃO ANTONIO DE MORAES: Senador Cristovam Buarque, os cumprimentos nossos pela iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cumprimentar a nossa estudante, a Tatiane Gomes, o nosso Reitor da UNIPALMARES, José Vicente, Senador Paulo Paim, que é o Relator da iniciativa dos movimentos sociais brasileiros, aos quais a FUP teve o prazer de redigir uma proposta de lei para esta Casa, que possibilite que o nosso país utilize esse recurso com essa magnitude, com essas destinações as quais se referiram José Vicente, a Tatiane.

Importante, antes de iniciarmos e olharmos um pouco o que representa o pré-sal para a nossa gente, para o nosso país, a reflexão sobre o momento histórico. A Tatiane se referiu sobre o papel da UNE na

campanha do 'Petróleo é nosso', que durou sete anos entre o final dos anos 40 e o início dos anos 50, na qual a nossa gente, o nosso povo se mobilizou para, naquela ocasião, um momento em que o mundo dizia que o Brasil não tinha petróleo, que o Brasil não tinha esse recurso, mas os nossos antepassados souberam se mobilizar e exigir que essa riqueza fosse nacional, fosse nossa.

Hoje, nós ampliamos esse debate. É importante que ela não só seja nossa, mas que ela seja destinada para a imensa dívida social que temos para com o nosso povo. E na visão dos trabalhadores petroleiros, importante ressaltar que a FUP representa 11 dos 17 sindicatos de petroleiros de todo o país, na nossa visão dos trabalhadores petroleiros, que seja utilizado prioritariamente para o povo e para os Estados mais pobres da nossa nação.

Importante olharmos para essa questão, porque a gente vai, daqui a pouco, se debruçar um pouco sobre o que representa o pré-sal, e que para isso foi necessário, primeiro, a campanha à luta social em defesa do recurso, depois o desenvolvimento dessa imensa riqueza, Reitor, em que uma questão foi fundamental. A PETROBRAS, logo nos primeiros anos de sua Fundação, uma das primeiras iniciativas foi formar, ter um grande centro de formação de trabalhadores nessa área, o que hoje representa a Universidade PETROBRAS.

Então, o investimento de educação para os trabalhadores desse setor, de formação para os trabalhadores desse setor, foi fundamental para que nós chegássemos ao pré-sal. Eu tenho dito, e depois vamos tratar nos projetos de lei, onde a gente específica essa questão, que possivelmente só há uma coisa que vale mais do que toda a riqueza do pré-sal: é o conhecimento da nossa gente sobre esse tema.

Portanto, debater, hoje, aqui, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a importância da destinação dos recursos do pré-sal para a educação, reforça essa nossa visão dessa questão. Daí que os nossos cartazes especificam extremamente importante a PETROBRAS como operadora única. Nós defendemos, inclusive, como monopólio.

[palmas]

Porque é só assim que conseguiremos preservar o nosso conhecimento nessa área. Porque hoje temos o orgulho de dizer: o povo brasileiro é o povo mais capacitado para prospectar petróleo no mundo. Vamos iniciar aqui a nossa apresentação, eu vou pedir para os companheiros passarem.

Aqui nós estamos... Essa área azul que se estende do litoral do Espírito Santo até o litoral de Santa Catarina – essa parte azul –, é a área que a gente considera mapeada a área do pré-sal, uma região de cerca de 300 quilômetros de largura por quase mil quilômetros de cumprimento. Essa área só foi descoberta pela capacidade do nosso povo, na mobilização lá atrás, pelo desenvolvimento do conhecimento que eu me referia.

Nesse ponto aqui, nós vamos passar... Vou pedir para os companheiros, daqui a pouco, passarem aqui um filminho, só para a gente ilustrar um pouco o que é o pré-sal e também um pouco dessa luta que possibilitou a gente a chegar nessa imensa riqueza, é um filme produzido pela PETROBRAS. Podemos clicar lá.

[exibição de vídeo]

NARRADOR: *A recente descoberta realizada na Bacia de Santos, na área de Tupi, na camada conhecida como pré-sal, é mais um desafio ao qual a PETROBRAS vai aplicar a sua tecnologia e o empenho de seus profissionais para inserir o Brasil no rol dos maiores produtores de petróleo do mundo.*

Nos blocos exploratórios da Bacia de Santos, operados pela PETROBRAS, o trabalho será feito junto com seus parceiros: Pattex, Galp Energia, Repsol YPF, Shell e BG. O volume recuperável para a área de Tupi, em avaliação, é estimado entre cinco e oito bilhões de barris de óleo 28 graus API, de boa qualidade.

As reservas do campo fazem parte de uma área gigantesca, confinada sob uma camada de sal de mais de 2.000 metros de espessura é mais de 1.000 quilômetros quadrados. E estão localizadas a uma profundidade de mais de 5.000 metros abaixo da superfície do mar, em lâmina d'água de 2.200 metros. Ter acesso as reservas de óleo, sob espessas camadas de sal, é mais um grande desafios para a PETROBRAS.

Devido à consistência da camada salina e a ação da alta temperatura e da pressão, as rochas se movimentam, com o tempo, em velocidades muito superiores às formações não salinas. Com base nas informações obtidas, serão desenvolvidos e instalados, nos postos, revestimentos que resistam ao movimento destas rochas e garantam a sua integridade, principalmente para configurações com grandes desvios iniciados dentro da camada de sal.

O objetivo da PETROBRAS é extrair o petróleo de forma economicamente viável, minimizando a quantidade de poços que serão perfurados e completados em condições tão críticas e, consequentemente, de alto custo. A evolução das técnicas de coleta e processamento dos dados sísmicos permitiu a visualização correta das camadas subsal, com a introdução de métodos que utilizam dados específicos do campo para a análise e interpretação dos dados e imagens nas formações do pré-sal.

Ao longo de sua história, a PETROBRAS desenvolveu tecnologias inovadoras e preparou profissionais para desafios cada vez maiores. Em 1939, o primeiro poço de petróleo brasileiro foi perfurado no Município de Lobato, na Bahia. Em 1969, o primeiro poço marítimo brasileiro começou sua produção em Guaricema, Sergipe, numa lamina d'água com 60 metros de profundidade.

Em 1974, a descoberta de petróleo na Bacia de Campos deu origem à era da exploração em águas profundas. Dali para a frente, a PETROBRAS passou a quebrar sucessivos recordes mundiais de profundidade e a produção petróleo iniciou uma curva de crescimento. Em 1987, no Campo da Albacora, na Bacia de Campos, a PETROBRAS venceu a barreira de 500 metros de profundidade para chegar ao fundo do mar.

Em 1997, com o início da operação do Campo de Marlim Sul, a PETROBRAS dá início à produção em larga escala, em alta profundidade, com mais de 1700 metros. Em 2000, a PETROBRAS atinge a marca de produção a 1887 metros de profundidade, no Campo de Roncador, na Bacia de Campos. Em 2005, um novo território para a expansão da produção de petróleo no Brasil se abre com a descoberta de óleo leve, 33 graus API, no Campo da Uruguá, na Bacia de Santos, a 300 quilômetros da costa, em lâmina d'água de 1.322 metros.

Em Santos, naquele mesmo ano, a PETROBRAS perfura um de seu poços mais profundos, ao atingir 6.915 metros a partir do nível do mar, chegando pela primeira vez à camada de pré-sal. No ano seguinte, em 2006, a PETROBRAS confirmou a presença de petróleo no pré-sal, na Bacia de Santos. Era a descoberta de uma nova e promissora fronteira na produção de petróleo.

Em 2007, começa o trabalho de estudos e pesquisas necessários para avaliar o potencial das reservas da área, na Bacia de Santos.

SR. JOÃO ANTONIO DE MORAES: Só para a gente dar uma dimensão do que é preciso de desenvolvimento tecnológico para poder ter chegado a essa área. Podemos passar adiante. Bom, o impacto da reserva do pré-sal, nas reservas brasileiras de petróleo: é uma expectativa de uma reserva de 80 a 200 bilhões de barris de petróleo. Para que tenhamos uma ideia: todo o petróleo produzido no Brasil, nos 56 anos da PETROBRAS, completados no último dia 03 de outubro, somam-se, somando as reservas e mais toda a produção produzida, são 22 bilhões de barris.

Portanto, na menor expectativa, são quatro vezes tudo o que já se produziu e mais as reservas atuais. As reservas atuais, elas variam de 11 a 14 bilhões de barris, dependendo do tipo de observação que se faça com relação ao tamanho delas. Bom, confirmando essas reservas, o Brasil será o 5º detentor de reservas do mundo ou o 2º, aí, em função dos 80 a 200 bilhões de barris, o que representará de 6 a 14% a mais das nas reservas mundiais. Podemos clicar aqui um pouquinho.

Essas aqui são as reservas mundiais hoje, cerca de 33% em países fora da OPEP, que é a Organização dos Países Produtores, e quase 70% na mão da OPEP, conforme vemos aqui. Aqui tem uma distribuição por país. A maior reserva, que é essa verde aqui, é da Arábia Saudita, cerca de 240 bilhões de barris. Portanto, aí que vemos que o Brasil pode quase que se equiparar à Arábia Saudita, dependendo do que se confirme no pré-sal, uma vez que a sísmica que se faz para mapear as reservas, elas são cada vez mais precisas, precisos os estudos. Porém, a confirmação, de fato, é só na hora que o poço é furado.

Podemos passar adiante. Adiante.

Bom, aqui a gente estima um pouco, em termos numéricos. Colocando o petróleo a 70 dólares o barril, que é o que está custando, aproximadamente, hoje, essas reservas equivaleriam de 5,6 a 14 trilhões de dólares. O nosso PIB, somado de 2008, é 1,5 trilhão. Portanto, pode ser quase dez vezes o nosso PIB, em uma expectativa mais alta, a reserva do pré-sal. Podemos avançar.

Aqui, para que tenhamos uma ideia da riqueza e que o vai ser possível fazer com esses valores, se nosso povo, efetivamente, agora, nessa discussão da Lei do Petróleo souber chamar para si a responsabilidade e garantir que esses recursos fiquem, efetivamente, no nosso país. Nós pegamos aqui, fizemos uma simulação com o ser humano e o que representaria colocando 10 mil dólares em uma caixa. Representa, em relação ao tamanho do ser humano, representaria isso aqui.

Podemos passar para a seguinte. Isso aqui seria, se considerarmos na menor expectativa do que vale, aqueles 80 bilhões de reservas equivaleriam a cinco trilhões de dólares. Considerando aquela mesma referência de uma caixinha com 10 mil dólares, representaria isso aqui. Onde estaria o ser humano aqui? Está vendo essa marquinha aqui? Olha o tamanho que teria ficado o ser humano.

Então, é desse montante que nós estamos falando e é esse montante que se discute no Congresso Nacional, hoje. Hoje, na Câmara e, em breve, aqui, no Senado Federal. Para que tenhamos dimensão em cima do estamos tratando e que pode representar de educação, de reforma agrária, de saúde e de Previdência, como tão bem defende, aqui, o nosso Senador Paulo Paim, e a educação, aqui, pelo nosso Senador Cristovam Buarque. Essa magnitude tem, de fato, que

fazer com que o povo brasileiro não permita que isso seja discutido meramente sob os interesses dos lobbies das empresas multinacionais de petróleo

[palmas]

Efetivamente, nós temos transitado aqui, no Congresso, esses dias, os lobistas estão jogando pesado na Câmara, já estão lá, defendendo pesadamente os interesses das empresas multinacionais e dos países que dependem imensamente dessa fonte energética, conforme veremos mais à frente. Podemos adiantar.

Aqui é o peso geopolítico dessa reserva. Estima-se que, por volta de 2040, mais ou menos, se atinja completamente o pico do petróleo e o petróleo comece a declinar de uma maneira bastante acentuada. Vejamos que aqui seria a pior expectativa e aqui seria a melhor, mas em todas elas, a melhor seria em 2040. A pior, aí em 2020, 2015, 2020 começariam a declinar as reservas mundiais. Podemos avançar.

Aqui nós tratamos um pouco como se comporta, como é a matriz energética do mundo, hoje. E aí também temos a dimensão do quanto é importante, ainda, essa discussão. Bom, no mundo, as energias renováveis representam cerca de 13% do consumo mundial de energia. O petróleo representa 55%. No Brasil, que tem uma matriz energética mais diversificada e mais limpa, as energias renováveis, 45%. O petróleo, 48%. Mesmo com a diversificação da nossa matriz energética, o Brasil ainda é um país bastante dependente de petróleo. Vejamos aqui.

Ainda a olhar essa matriz energética mundial, eu gostaria de chamar a atenção aqui, para os presentes, nessa audiência, inclusive manifestar também que essa apresentação, senadores, está disponível já aqui, na Comissão, e também está na página do pré-sal, que a FUP adquiriu o domínio: www.presal.org.br.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível]

SR. JOÃO ANTONIO DE MORAES: Não, é porque aqui são as renováveis. As não renováveis, 87%. Então esse aqui não pode incluir. Esses dois números aqui não se incluem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Entendi, é a soma.

SR. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES: É a soma. Ali é a soma. A soma das renováveis e aqui a soma das não renováveis. Então, para que a gente tenha o que representa, eu queria chamar aqui a atenção de todos para o quanto o carvão ainda está presente na matriz energética mundial, ainda representa 26% da matriz energética mundial. O carvão que é o primo que antecedeu o petróleo na matriz energética do mundo, ainda 26%. No Brasil, 5,6%. No Brasil, muito pouco.

Mas vejam bem, esse primo do petróleo, o carvão, ele é uma fonte energética. Ele não uma fonte de matéria-prima como é o petróleo. O petróleo, além da principal matriz energética do planeta, ele está presente em mais de três mil produtos. Possivelmente, não conseguiríamos dar um passo, nessa sala, sem tropicar por algum produto do petróleo.

Então, qual o destaque disso? Aquele ponto que a gente mostrou na curva anterior, quando o petróleo começar a declinar, ele começará a declinar enquanto matriz energética. Enquanto, aliás, as reservas começarão a declinar, mas ele perderá a importância enquanto matriz energética. Enquanto fonte de matéria-prima, seguramente ele permanecerá importante por muitos e muitos anos, ainda. No médio e longo prazo, o petróleo não deixará de ser importante enquanto matéria-prima.

Portanto, dominar essa fonte e controlar a sua utilização é fundamental para qualquer nação que queira ter futuro. Não tenhamos dúvida disso. Podemos ir adiante. Aqui a gente tem a demanda dos principais países, vejamos como a maior parte das países desenvolvidos, principalmente os desenvolvidos são dependentes e são carentes no petróleo. Avancemos.

Aqui, ainda é uma referência de como se comporta o mundo em relação ao consumo de energia. Os países do Norte... Aqui o que está mais escuro são que consomem mais energia. Vejam que, predominantemente, os países do Norte, os países mais ricos. Podemos ir adiante. Bom, aqui a gente faz uma referência sobre o controle do petróleo durante a história da humanidade.

Majoritariamente, nós tínhamos até o início dos anos 70 o controle, por parte das grandes petrolíferas mundiais, das reservas. Vejam aqui. Até os anos 70, as chamadas sete irmãs do petróleo dominavam 85% das reservas mundiais, isso acontecia até 1970. E como que está hoje? Hoje, os estados nacionais controlam 83% das reservas mundiais de petróleo, uma inversão completa em relação ao que a gente vivia lá nos anos 70.

Isto é, quando vem a crise do petróleo, as nações do mundo tomaram consciência que era preciso controlar isso através dos estados. E isso não se inverteu, como a gente vai ver mais à frente, mesmo no auge do neoliberalismo. Mesmo durante o neoliberalismo se privatizou muita coisa, mas as reservas petrolíferas continuaram sendo estatizadas. Só para ilustrar um pouco isso, nos anos... Em 1995, quando começou a entrega do nosso petróleo, no Brasil, esse número que a gente se refere aqui, em 83%, ele estava na ordem de 70%.

Então, mesmo de 95 para cá, aumentou o controle do Estado no auge do neoliberalismo, tamanha é a importância dessa riqueza. Os países foram as-

sumindo o controle. Aqui a gente tem dois exemplos que eu gostaria de citar, o quanto a história dessa indústria é uma história de disputa, de guerra, dada a importância dela. Podemos clicar aqui. Queremos pegar aqui dois exemplos. Até a descoberta do nosso pré-sal, o maior campo de petrolífero descoberto no mundo era o Campo de Majnun, no Iraque, e quem descobriu esse campo, no Iraque, foi a PETROBRAS. Nos anos... Em 76, não, aqui tem a data, em 77 foi descoberto esse campo.

Naquela ocasião, o que fez o povo iraquiano através do Saddam Hussein? Chamou a PETROBRAS lá, cumprimentou o povo brasileiro pela capacidade de investimento, pela capacidade tecnológica, mas efetivamente: "Chegou esse petróleo, vocês estão de parabéns, mas esse petróleo pertence ao povo árabe".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O petróleo é nosso.

SR. JOÃO ANTONIO DE MORAES: Esse petróleo é nosso. Exatamente. Foi isso que fez o Saddam Hussein, na época, e nacionalizou aquele campo, indenizou a PETROBRAS e os investimentos, garantiu o abastecimento de petróleo para o Brasil durante a crise do petróleo. Naquela época, o Brasil importava petróleo mais da Arábia, se inverteu aquilo e passou a importar mais do Iraque. Mas, efetivamente, nacionalizou aquela reserva. E esse campo está fechado até hoje, o campo de Majnun até hoje não foi explorado.

Aí dirão alguns, Senador Cristovam Buarque: "Mas aquilo foi coisa do Saddam Hussein, que era um maluco, por isso foi enforcado, tinha lá armas de destruição em massa. Esse exemplo não vale", dirão isso para nós. O Oriente Médio, uma área de muitos conflitos políticos, mas muito bem. Então, peguemos aqui um exemplo daquela nação que determinou, que deu a ordem para o tucanato, no Brasil, entregar as nossas riquezas: os Estados Unidos.

Em 2002, aproximadamente, já sob o início da crise financeira naquele país, se colocou à venda uma empresa mediana de petróleo, a empresa Unocal. A China, bombando na economia, fez uma proposta de compra daquela empresa no valor de 18,5 bilhões de dólares. O que fez o Congresso americano? Chamou para si a responsabilidade, tomou medidas no Parlamento dos Estados Unidos, que proibiu a China de comprar a Unocal.

Tomou medidas, nesse sentido, e aí a Unocal foi vendida por uma empresa americana, a Chevron que está aqui, foi vendida para a Chevron por 17,5 bilhões, por um bilhão a menos do que iriam pagar os chineses. Então, é assim que eles tratam. Por isso que a gente diz: nessa questão, o Brasil precisa fazer mais o que eles fazem do que os eles mandam a gente fazer. Bom, podemos passar a adiante.

Bom, adiante. Podemos passar essa também. Bom, aqui a gente trata um pouco da evolução institucional, o Brasil, graças à luta do nosso povo na década de 50, efetivamente o Brasil constitui uma lei moderna, a Constituição previa, a Constituição de 46 previa o Contrato de Partilha de Concessão, mas o Brasil estabeleceu o monopólio através de uma Lei Ordinária, a Lei 2004, de 53. Depois, em 95, vem a Emenda 9 e remete a questão para uma Lei Ordinária e vem, em 97, a 9478 e, efetivamente, flexibilizou o monopólio constitucional e possibilitou a realização dos leilões dos nosso petróleo. Podemos ir adiante.

Bom, temos aqui um pouco o que aconteceu no Brasil graças aquela imposição do projeto neoliberal em 95 e 97, foram reduzidos em 40%, até 2002, o número de trabalhadores da PETROBRAS. Foi desmembrada a empresa, criando uma empresa de logística a Transpetro, que uma empresa 100%, PETROBRAS, mas foi criada claramente com o objetivo de privatizar esse setor. E num país continental como o Brasil a logística é tão importante quanto a riqueza, a distribuição dele.

Então foi criado para privatizar, e, só com a mudança política no país a partir de 2002 é que isso se reverteu. Eu queria dar um destaque qual foi a consequência dessas medidas. Então, reduziu-se investimentos. Os primeiros leilões a PETROBRAS foi praticamente proibida pelo governo de disputar os leilões, foi tirada e foi priorizada as empresas estrangeiras.

Lembremos bem de medidas que existiam no BNDES que proibiam as empresas estatais de se financiarem. Agora, qual a consequência disso? Não só o Brasil perdeu a atuação enquanto país naquele setor, com entradas de multinacionais, mas também a questão ambiental... Eu queria pedir para clicar um pouquinho – isso aqui é um outro filminho, é bem rapidinho, porque a gente já está se estendendo. Mas vamos observar o que aconteceu.

[exibição de vídeo]

NARRADORA: *Em março, a plataforma P 36, da PETROBRAS, foi atingida por três explosões, 11 pessoas morreram e todas as tentativas para salvar a maior plataforma de produção de petróleo do mundo fracassaram. Cinco dias depois das explosões, a P 36 foi à pique. A plataforma da PETROBRAS tinha equipamentos avaliados em 1 bilhão de reais e produzia 80 mil barris de petróleo por dia.*

Por causa do acidente, 1 milhão e 500 mil litros de óleo vazaram no mar. O episódio abriu uma crise na PETROBRAS que tinha um imagem internacional de grande eficiência na área de prospecção marítima

a grandes profundidades. Em março, a plataforma P 36...

SR. JOÃO ANTONIO DE MORAES: Então essa foi a consequência... Nós passamos o filminho da P 36, mas teve ainda o vazamento do Bahia da Guanabara e teve o vazamento do Rio Iguaçu, que afetaram em muito o meio ambiente e a imagem da PETROBRAS. Naquela ocasião se criou um sentimento no país de que tínhamos uma empresa pequena, que não tinha futuro e que dependia dos investimentos privados. Podemos ir adiante.

A partir de 2003, com a mudança política no país, a PETROBRAS começou, de fato, a ter uma mudança, bastante que propiciou a gente chegar ao pré-sal, efetivamente, passou a investir e disputar os leilões e dominar as áreas. E hoje a gente chega a PETROBRAS como a quarta maior empresa das Américas, e a quarta empresa mais admirada do mundo, seguramente a empresa aqui hoje que tem as maiores perspectivas de reservas e descobertas no mundo todo. Podemos ir adiante.

Aqui a gente aborda um pouco qual a situação que tínhamos no Brasil, naquela ocasião, em termos de risco exploratório, antes do pré-sal, era um risco exploratório alto. Os nossos campos eram campos de tamanho no máximo, médio, não... É considerado um Campo Grande, um campo gigante a partir de 500 milhões de barris e os nossos eram todos pequenos. E a capacidade de financiamento, graças a essas ações que foram tomadas pelo governo anterior, a nossa capacidade de financiamento, de fato, era baixo por aquele sentimento de empresa pequena e tínhamos um preço de barril de petróleo a cerca de 17 dólares o barril. Podemos avançar.

Foram realizadas, depois, pela Lei 9478, foram nove rodadas de licitações, a oitavo foi suspensa, por uma ação judicial, porque tentaram, tinha uma determinação clara de tirar a PETROBRAS daquele leilão. Arrecadamos, com as nove rodadas de licitações, 5,4 bilhões de reais. Cada bloco foi vendido a cerca de 7,8 milhões de reais. Podemos avançar. Aqui é um pouco os blocos do pré-sal, que já foram licitados, foram arrecadados em todos os blocos do pré-sal já licitados 345 milhões de reais.

Clique aqui um pouquinho, por favor. Aqui nós pegamos só para ver o quanto o Brasil, as futuras gerações foram literalmente assaltadas naquele processo. Foram como eu mostrei ali, foram, olha, os campos de já mapeados do pré-sal de Tupi e Júpiter, a pior, a menor estimativa em barris, eles equivalem, Tupi a 5 bilhões de barris e Júpiter, 3 bilhões. Foram com o preço do petróleo, com o preço de custo estimado na prospecção do petróleo em 30 dólares e a um preço do barril, como está hoje, a 70 dólares, equivale Tupi a 350 bilhões de dólares e Júpiter, 210 bilhões de dólares.

O Brasil recebeu no leilão 7,4 milhões por Tupi e 163 mil reais por Júpiter foi isso que aconteceu com a nossa pátria, só nesses dois casos que a gente de um exemplo. Aqui, sim, aqui a gente passou para dólares, é 7,90 milhões de dólares. Lá na transparência anterior que estava em reais, podemos passar adiante. Adiante.

Aqui... Bom, qual é a situação do Brasil hoje, após a de coberta do pré-sal? Risco exploratório baixo, porque, no pré-sal, até agora, a PETROBRAS tem 100% de êxito em todos os furos que fez. As outras empresas têm cerca de 75% de êxito, porque não conhecem tanto quanto a PETROBRAS a nossa Costa.

Os campos são campos gigantes, eu falei que um campo gigante é considerado a partir de 500, 600 milhões de barris, já vimos lá o exemplo de Tupi que pode ser até 8 bilhões de barris. A PETROBRAS tem hoje uma capacidade de financiamento alto e o preço do petróleo está a 70 dólares o barril. Podemos avançar.

Bom, questões estratégicas para a nossa gente e para o nosso povo decidir. Qual será o modelo de exploração e desenvolvimento de produção no petróleo?

Aí a gente entra um pouco no exemplo que a Tatiane abordou aqui, se essa riqueza vai ser usada para a nossa gente ou se nós vamos exportar o petróleo para alimentar aqueles gigantes do Norte, que têm uma sede que consume esse recurso de uma maneira absolutamente inaceitável. Me lembro aqui... O Senador abriu aqui essa Casa, citando que, no futuro, pode ser que a gente seja proibido de usar automóvel, senador. Eu acho que tem que ser mesmo. Daqui a pouco vai chegar uma época que, para você sair com o carro de casa, vai ter que pôr uma placa e explicar por que você está pegando o carro, porque o consumo que se estabelece no mundo, hoje, infelizmente, China, Índia e o Brasil, também segue no mesmo ritmo, na forma de consumir o petróleo... Não existe planeta para sustentar esse consumo efetivamente. A gente não tem a menor dúvida disso. Portanto, vai ter que ser necessariamente revisto e que, portanto, utilizar isso para resolver os problemas estruturais é centrais nesse momento.

Como o Estado Brasileiro vai utilizar aqueles trilhões de dólares que a gente citou para explorar... Esse é o desafio que está para a gente hoje. Podemos avançar.

Bom, aqui... Os movimentos sociais brasileiros, através da FUP, estão fazendo uma proposta de emenda de lei que está transitando nessa Comissão, onde nós propomos, a nossa proposta, ela avança, ela estabelece o controle total do Estado sobre esse setor

importante. Queremos registrar que a proposta do Executivo avança com a presença do Estado, mas nós entendemos ela como tímida ainda. Entendemos que o ideal é, de fato, o monopólio estatal do petróleo e o controle total. Vou pedir aqui um pouquinho para clicar aqui só no fundo social, que é o tema da nossa reunião. Rendimentos do petróleo em favor da população, nós achamos imprescindível que o Brasil... Não aconteça com o Brasil o que tem acontecido com a Arábia Saudita, com a Nigéria e muitas outras nações. Que têm esse recurso, e esse recurso não se traduz em desenvolvimento humano para sua gente e para o seu povo. Isso tem que mudar e tem que mudar através de uma nova Lei do Petróleo.

Propomos, efetivamente, que seja especificado aonde vai ser aplicado esses recursos e que também seja na lei. A nossa proposta de lei contempla isso, proibido o contingenciamento, porque não ainda pôr o recurso do petróleo e tirar os outros. Então, efetivamente, tem que se carimbar o dinheiro e exigir que o Estado Brasileiro não tire os recursos atualmente existentes. Propomos ainda o controle da sociedade civil sobre a utilização desses recursos. É preciso que o povo brasileiro, os verdadeiros donos dessa riqueza, estejam presentes, ficar fiscalizando e acompanhando onde serão aplicados esses recursos.

Podemos avançar. Voltemos para a anterior. Aqui... Bom, avancemos.

Bom, para essa tarefa, o que propomos? Mobilização crescente da sociedade. A gente tem certeza que essa é uma questão que não se resolve simplesmente no Parlamento. Estamos nos propondo, enquanto categoria, sermos a vanguarda desse processo, no sentido de que é a nossa obrigação, enquanto trabalhadores desse setor, discutir essa questão e abastecer o povo brasileiro das informações que a gente possa fazer para ajudar nesse debate. Extremamente importante que tenhamos uma tomada de consciência, caro Reitor, de que esse é um debate que certamente a academia tem muito a contribuir. Os intelectuais brasileiros, os religiosos, os políticos... Todos têm a contribuir, mas, efetivamente, nós não podemos permitir que esta seja uma questão elitizada. O povo pobre dessa nação, que são os donos da riqueza, tem condições e capacidade para debater essa questão, como fez o povo boliviano, na guerra do gás, aonde derrubaram três Presidentes da República, mataram, assassinaram quase 40 bolivianos, nas ruas e nas praças, mas efetivamente o povo boliviano assumiu o controle dessa riqueza e estão discutindo o que fazer com ela.

Por isso propomos diversos... Estamos construindo um campo de unidade muito grande. A gente quer deixar claro: estão todas, praticamente todas as Centrais Sindicais Brasileiras unidas em torno desse projeto da FUP, os diversos movimentos sociais, a UNE está conosco, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vários... Dessa forma que a gente acha que vai fazer isso, assim como fizeram na campanha do Petróleo é Nosso.

E propondo Constituição de comitês em todo o país, hoje já temos praticamente Comitê em todos os Estados. Na campanha do Petróleo é Nosso, praticamente não passava um município que não estivesse um Comitê discutindo essa questão. Estamos colocando à disposição os nossos sindicatos para ajudar nesse processo e ser o local para as reuniões. E propondo atos, em praças, em ruas, para, efetivamente, assumir esse controle.

Podemos adiantar. A tarefa não é pequena, sabemos que as disputas são gigantescas, mas por que não dizer: "Não é porque as coisas são difíceis que nós não ousamos, é porque nós não ousamos que as coisas tornam-se difíceis", conforme previu aqui o filósofo romano Séneca.

Adiante, muito obrigado a todos e a gente continua na construção do debate.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Depois essas três exposições, cada uma com a sua qualidade, elas complementaram, eu passo à palavra ao Senador Paulo Paim, que foi o autor da convocação dessa audiência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, me permita dizer, nossa colega, companheira Tatiane Gomes, vice-Regional da UNE, o nosso amigo Moraes, me permita, Moraes, que eu diga diretamente Moraes, porque é assim que te identifico nessa longa caminhada nossa, que é o presidente da FUP, e que me procurou com outras dirigentes, não só das centrais, mas do movimento social, para que eu, depois, claro, de combinado com o meu Presidente, Senador Cristovam, fosse indicado para relatar o projeto que aqui foi apresentado. E procurei o Senador Cristovam. De pronto, ele me indicou. Então, é com uma alegria muito grande... Amigo José Vicente, da nossa UNIPALMARES. Estive lá na UNIPALMARES, vi o belo trabalho que você faz lá e fiz questão de te convidar, também, para esse momento. E lamento infelizmente que nem todos os convidados se fizeram presente. Permita, Senador Cristovam, que eu acho até... Eu ia dizer surpreendente, mas eu acho uma certa desconsideração com a figura do Congresso Nacional.

Quando eu fiz aqui, há uma semana, duas semanas atrás, uma Audiência Pública para discutir aquela questão do acidente da França, da Air France, estavam aqui os representantes da Air France, estavam aqui

o representante da Embaixada na França do Brasil, fez questão de vir aqui. Estava aqui o Itamaraty. Estavam aqui os representantes das famílias, enfim, que perderam vidas, estava aqui o consórcio que tem que indenizar, não teve um representante... Inclusive veio da França para o evento. E aqui, no Brasil, num tema como esse, que é o pré-sal, a gente faz um convite a uma série de personagens importantes nesse debate... Eu noto que alguns, além de não vir, nem sequer justificam ou não mandam representante. Eu faço esse pequeno protesto, mas, como disse muito bem você, Moraes e o Vicente, também a Tatiane, esse é um debate que nós temos que levar para o país e nós temos que levar para os Estados. Eu queria, como Relator – e, como Relator, eu tenho que ouvir muito, Moraes -, propor que a gente comece efetivamente a levar esse debate para os Estados, mesmo antes daquela proposta que você apresentou, que eu achei muito boa, de nós realizarmos em uma data a ser marcada, com muita tranquilidade no mês de novembro, e que seja uma audiência no Petrônio Portela. Lá cabem em torno de 600 convidados, que a gente faça uma Audiência Pública e, quem sabe, nesse dia, a gente convoque... E claro, Senador Cristovam, eu estou apenas encaminhando como proposta de encaminhamento que seja uma reunião da Comissão para votar o projeto.

Eu acho que até lá a gente já pode, já fizemos mais de seis Audiências Públicas, sete... Eu queria fazer uma no meu Estado. Eu queria propor, Moraes, que a gente faça uma parceria com a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, e, lá no Dante Barone, que cabe, mais ou menos, 500, 600 pessoas, nós fazermos o debate lá, em Porto Alegre, num certo momento, antes dessa data ainda que você sugeriu no mês de novembro, para que se faça um debate também lá, sem prejuízos, claro, do debate nos outros Estados.

Mas eu gostaria muito que fizéssemos um debate lá, convidando todos os segmentos: Movimento Sindical, estudantes, a Academia, Universidade, empresários, representante de Governo. Lá existe uma Frente Parlamentar, em defesa também... na linha do Petróleo é Nosso e que poderia nos somar e fazermos lá esse grande evento.

Eu quero dizer... Permitam aqui que, como Relator, eu tenho a tendência, confesso... Confesso aqui, de público, à FUP e a todos os nossos parceiros que elaboraram esse projeto, eu tenho a tendência de aprovar o projeto da forma com que a FUP apresentou e que tem o amparo do conjunto do movimento social brasileiro. Eu quero dizer a minha tendência, mas claro que eu digo tendência porque, se eu sou Relator, realizo uma série de audiências e proponho inclusive ir aos Estados... Mas eu tenho uma simpatia muito grande pelo projeto no seu conjunto. É um projeto muito bem formulado, um projeto que se sustenta com tranquilidade pelos argumentos na sociedade. Eu diria que é um projeto que ele avança além do projeto que o governo apresentou, além. Mas sei também que a vida... Como a gente fala, a vida é dura. Nem sempre o ideal é o que passa. Eu sempre digo que, às vezes, o projeto bom é o projeto que a gente avançou tudo aquilo dentro do possível, mas o possível nós vamos construir junto de uma grande mobilização. Essa mobilização da sociedade é que vai fazer que, quando os dois projetos estiverem aqui, no Senado... Porque o projeto, apresentado na Câmara, ele virá para o Senado, aí nós vamos querer fazer o debate dos dois projetos, sem nenhum problema, e vamos convidar os parceiros que estiverem conosco aqui.

E dizer, meu amigo José Vicente, que eu entendi muito quando eu conversei com você, e você me fazia uma visita, e você dizia que fazia questão de estar nesse evento do dia do hoje, para discutir toda essa questão da própria formação da mão de obra, dos técnicos, engenheiros, os profissionais, que, com certeza, nós vamos ampliar, a partir dessa caminhada do pré-sal, o número de empregos em nosso país, nesse momento tão importante para todos nós. E nós queremos que, de fato, se dê o corte das diferenças.

Quando eu digo cortes das diferenças... E isso, claro, nós vamos trabalhar em linhas auxiliares ao projeto original. Nós estamos pensando – eu penso muito nisso – nas pessoas com deficiência e que nós temos que cumprir o que manda a legislação, que é 5% das vagas. Eu sempre digo que as pessoas com deficiências, elas têm as suas deficiências, como eu tenho as minhas, mas elas são muito eficientes em outras áreas. Nós queremos saber qual é que vai ser a participação dos negros, dos pobres, dos índios, enfim, dos nossos estudantes, por exemplo, na própria UNIPALMARES.

Então é um debate que nós temos que fazer, é um debate amplo. Aqui, o Senador Arthur Virgílio... Eu quero... Me permitam a vocês cumprimentar com uma salva de palmas [palmas], que está sempre disposto a todo o debate. A todo debate está conosco, não se nega e é bom de debate, viu? É bom de debate. Senador Arthur Virgílio, eu faço essa colocação na linha da contribuição que V. Exa. tem dado, independente da posição de cada um de nós. Senador Arthur Virgílio é um bom companheiro de debate e gosta do debate, não é, Senador? Estou certo ou estou errado?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, senador. Estamos juntos. Eu acho que esse deba-

te do pré-sal vai fazer com que a gente, com certeza, avance na construção de uma redação que seja o melhor para todo o povo brasileiro.

Eu queria só, ainda, José Vicente, encaminhar, nesse momento, duas, três perguntas para os senhores da Mesa. Primeiro para o José Vicente: José Vicente, com esse debate que está tendo e sei o papel que está fazendo hoje, a nossa Universidade Zumbi dos Palmares, você entende que é possível, dentro da própria Universidade, abrir espaço para a preparação desses técnicos que vão estar num segundo momento participando desse grande momento da história? Eu queria que você falasse nesse sentido, mediante aquela linha que você conversou comigo já e que eu convidei o nosso Diretor da PETROBRAS, que está de aniversário hoje, que infelizmente está na Bahia e que não pôde estar aqui conosco. Não, não é o Gabrielli, o Haroldo. O Haroldo que foi Deputado Federal comigo, é um grande quadro do nosso país, eu tenho certeza que ele vai estar conosco num outro momento.

E ao Moraes, Moraes, eu queria insistir muito nessa linha da mobilização. Eu queria saber se a FUP também já está articulando alguns eventos nos Estados. Eu me disponho a participar de alguns para ouvir, para ouvir e que naturalmente vai ser importante para a construção do meu parecer, no terceiro momento, eu diria. E à Tatiane. Tatiane, eu não teria nenhuma dúvida que a UNE foi fundamental em toda a sua vida, na sua história, na caminhada do Petróleo é Nosso. Eu gostaria muito que a gente pudesse articular com a UNE esses movimentos nos Estados, inclusive no Rio Grande do Sul, independentemente se vai passar os 50% que você propõe, que eu entendo justa a reivindicação, ou os 100%, que eu sei que o Senador Cristovam vai falar de novo da proposta da educação. E falo o que ele sabe do respeito que eu tenho, que eu sempre digo que há um frase do Senador Cristovam e do Florestan Fernandes, que vão na mesma linha, que a revolução nesse país vai se dar pela educação. O Reitor pode confirmar, não é, Senador Cristovam?

Eu entendo o seu ponto de vista e a sustentação que V. Exa. Faz, e quero, de público, também dizer – Senador Cristovam – me permita que eu faça essa referência à V. Exa. – que, às vezes, quem é especialista na área, Senador Cristovam... Eu quero fazer um elogio para V. Exa. aqui. Não tinha combinado, não. Quem é especialista na área, quando vê alguém colocando algum projeto que atua naquela área, nem sempre a pessoa vai lá e defende. Às vezes, diz: "É, o projeto é bom, mas eu vou dar uma olhada, quem sabe", e vai ver como é que encaminha.

Eu queria dizer que, ontem, eu apresentei um projeto de cultura de paz nas escolas e só passou porque o Senador Cristovam, do alto da autoridade dele, fez uma brilhante defesa do projeto, defendeu o projeto, demonstrando a grandeza política daqueles que sabem que o melhor é para o país, independente de onde venha a proposta original.

Então essa é a minha fala e me permita, então, que eu quero fazer coro nessa salva de palmas, para o nosso Senador Cristovam, pela defesa que fez ontem desse projeto. Era isso, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pois não, Presidente Cristovam, prezada Tatiane Gomes, vice-Presidente Regional da União Nacional dos Estudantes, se não me engano aqui do Distrito Federal, não é isso? José Antonio de Moraes, Reitor José Vicente. Eu não podia deixar passar em branco algumas coisas.

A primeira, Presidente Cristovam, é ressaltar que sua cruzada começa a dar frutos, e a sua cruzada tem sito obsessiva, pregando algo que deveria ser uma obviedade e que não me parece uma obviedade tão óbvia aos olhos de todos os que dirigem há tanto tempo o país. Eu não me refiro fulano e nem beltrano, eu me refiro a uma cultura que faz com que o Brasil não tenha ainda realizado a sua revolução educacional.

Primeiro, V. Exa. não é monotemático, é um economista de mão cheia, é uma figura com toda a capacidade de universalização da problemática brasileira, a partir, inclusive, do exercício da Reitoria, tão exitosa da Universidade de Brasília e do exercício do Governo do Estado do Distrito Federal. E exerce um mandato que eu considero irrepreensível. E se eu tivesse que acrescentar alguma coisa às suas qualidades intelectuais, talvez tivesse pouco a dizer. Mas devo dizer que, nos últimos momentos, momentos lamentáveis, de crise aqui, na Casa, V. Exa. me passou a ideia de um dos companheiros mais solidários e mais corajosos. E Churchill dizia que o homem público pode ter todas as qualidades. Se falecer da coragem, não adianta ter as demais. Uma reunião muito feliz esta, porque eu quero tecer um pequeno comentário sobre educação e sobre pré-sal, mas não posso deixar de, ao lado, aqui, de uma figura, aqui, tão admirada, e tão admirável, como o Senador Eduardo Suplicy, não posso também deixar passar em branco a relação fraterna que mantenho, e que meu Partido mantém, com o Senador Paulo Paim.

Convergências aqui, divergências acolá, mas o Parlamento é uma grande Universidade, José Vicente, porque o Parlamento ensina... E eu sou dessa corrente. Ensina primeiro o convívio e, segundo, ensina

o respeito aos adversários valorosos, aos adversários frontais, aqueles adversários que são absolutamente nítidos e previsíveis. E o Paim é nítido e previsível, além de ser uma das figuras mais generosas do ponto de vista humano com que conta está Casa. Competente ao extremo em todos os trabalhos a que se dedica, é figura de enorme coerência, e nós temos uma convivência que vem de muito longe, que vem da Câmara dos Deputados, uma convivência muito construtiva, o tempo todo construtiva, com as discordâncias que jamais deixaram de ser explicitadas, mas com o respeito pessoal que jamais deixou de ser marcado, jamais deixou de ser crescente. Eu, portanto, tenho por ele o mesmo sentimento, e eu diria que uma das coisas boas que eu tenho na Casa é o convívio com o Paulo. Aliás, isso é dito por todos. Se tem uma figura com trânsito na Casa, essa figura se chama Paulo Paim, porque consegue ser fiel ao seu Estado, acima de cores partidárias, consegue ser fiel as suas teses, sem desrespeitar as teses dos demais, eu tenho por ele o mesmo carinho e o mesmo apreço fraterno. Eu entendo que eu caí(F) num lugar comum, sobretudo diante de um especialista como o Senador Cristovam Buarque, ao repisar que o Brasil precisa ler com atenção os números do PNUD sobre educação. São números que mostram que nós precisamos mais do que a quantidade, precisamos brigar pela qualidade.

E nós precisamos dar esse grande salto, sem o que nós não teríamos sequer como manejar as máquinas cada vez mais sofisticadas que vêm por aí. Não saberíamos apresentar o cabedal de conhecimento para desenvolver o país e explorar as suas inúmeras riquezas. Eu quero assim, sem ser provinciano, mas sendo universal como Tolstoy falava do que canta a sua aldeia. Dizer que eu fico impressionado quando a gente vê institutos de pesquisa da qualidade de INPA, de um Museu Goeldi, INPA no Amazonas e o Museu Goeldi no Pará, tendo a diversos governos, dezenas de milhões de reais por ano para fazer os milagres que operam, quando nós talvez tivéssemos que estar falando em bilhões. A USP tem mais doutores em PhD do que a Amazônia Legal toda, e eu sempre piso e repiso que, para mim, soberania nacional é presença militar nas fronteiras maciças, é presença civil nas fronteiras, mas é também o conhecimento. É difícil você defender uma coisa que você não conhece que não conhece profundamente. Nós precisamos de mais dinheiro para laboratórios, para pesquisa, para tecnologia, para investigação científica.

E no meu Estado, na minha região, eu, oferecendo uma grande parceria ao Brasil, eu vejo que a grande porta da riqueza, a riqueza sustentável está na exploração conveniente da biodiversidade. Isso não se faz sem recurso, não se faz sem priorização nítida, clara. Nós que temos uma grande massa de pessoas que se alfabetizam para votar meramente, então acabam virando massa de manobra, pessoas que são analfabetos funcionais, pessoas que, ao se alfabetizarem e ao prosseguirem um pouco, estancam no ensino secundário, no ensino médio, não conseguem avançar. E nós que temos visto seguidas reprovações a inúmeras universidades, quando o Ministério da Educação faz os seus testes. Nós que sabemos que o Brasil tem uma estrutura que é uma estrutura... Eu repito uma frase que é antiga, mas não é uma estrutura de país pobre, é uma estrutura de país injusto, com fatos que têm a ver com educação, sim. Outro dia eu relatei, eu não sei se Cristovam, Suplicy e Paim estavam presentes, mas relatei que, na minha terra, no interior do Estado, um cidadão foi preso por um pequeno delito, por oito meses, ficou cinco anos preso, não aguentou mais, fugiu. Que não havia grande vigilância, e ele fugiu. Aí o Juiz manda capturá-lo, como se ele estivesse devendo, e não o Estado Brasileiro devendo a ele a satisfação por ele ter estado lá, ameaçado de estupro, de assassinato e até de envolvimento em outros delitos mais graves. Oito meses que não deveria ter cumprido, talvez, inteiros, um ano, oito meses, algo assim, deveria ter cumprido muito menos... Bom comportamento. Ele disse: "Que adiantou o meu bom comportamento, enfim?". Isso tem a ver com educação? Obviamente que tem. Tem a ver com Defensoria Pública que nós armarmos agora, se Deus quiser, para que ela possa operar em favor dos menos favorecidos? Tem. Porque não havia figura de Defensor Público lá, ele não tinha a quem recorrer. Então, eu diria que a realidade no interior do meu Estado é o mais pobre não ter como demandar, primeiro por falta até de consciência dos seus direitos, segundo, por, tendo ele consciência dos seus direitos, não ter quem o defenda na prática, diga: "Olha, eu vou demandar por você". Você não consegue nada na Justiça, sem começar pela demanda, começar pela petição. Isso é um fato.

Então, eu considero que é extremamente positiva essa cruzada que é comandada pelo Senador Cristovam, e a qual aderem tantos brasileiros, e eu estou plenamente de acordo com a faixa que aqui levantaram, mais recursos para a educação pública, gratuita e que a gente invista na qualidade.

Com relação ao pré-sal, eu tenho, eu tenho... Sabendo que nós temos uns dez ou 12 países que... Nós temos dez ou 12 países que descobriram o pré-sal, o Brasil tem que andar rápido, porque eu não sei qual será o valor do petróleo daqui a 40 anos. A gente supõe que possa ter valor. Mas nós sabemos que a grande preocupação dos países mais desenvolvidos está

sendo no sentido de desenvolver fontes alternativas de energia para a humanidade enfrentar melhor o drama do aquecimento global que está posto, porque é uma era de aquecimento global. De dez em dez milhões de anos acontece algo parecido, como já houve época de resfriamento. Agora, cumpre a nós não agravarmos aquilo que é uma determinação da natureza, cumpre a nós fazermos a nossa espécie sobreviver.

Agora, o que eu tenho certeza é que o petróleo não atravessará todo o Século XXI como o combustível nobre, porque as forças alternativas terão que suplantá-lo, em benefício do clima, em benefício da vida de todos os seres humanos. Então, nós temos que ter pressa nisso, explorar com muita rapidez, colocar isso, e eu digo mais, que se tivesse... Eu tenho visto o Governo falar em fundo social e é até como missão da saúde, não falou na saúde. Mas eu, antes de qualquer outra coisa, eu queria dizer que, para mim, o papel mais nobre que poderá cumprir o pré-sal, entre outros papéis nobres, alavancando desenvolvimento do país, como fonte de crescimento inegável, será, mas o mais nobre, o primeiro, se eu pudesse elencar, o primeiro seria o de fornecer recursos para o Brasil trocar, Tatiane, as sua matrizes energéticas. Seria dizer: "Olha, nós vamos pegar a energia que movimentou a economia até o Século XX para nós fazermos o desenvolvimento, aprendermos a construir riquezas de modo a nós preservamos a humanidade". Ou seja, o mundo inteiro precisa aprender a produzir riquezas de maneiras mais consentânea com a questão ambiental, com o meio ambiente. Eu não consigo dissociar a ecologia de economia. A economia sem ecologia, ela vira o egoísmo e a racionalidade que não interessa a todos. Já a ecologia sem a economia, obviamente vira algo estéril. Eu prego a união dessas duas coisas. Quando as pessoas falam assim: "Vamos desenvolver a Amazônia de maneira racional", e havia umas madeireiras coreanas que em alguma época queriam se instalar por lá. Eu dizia: "Poxa vida, eu não tenho nenhuma dúvida de que vocês são racionais, primeiro que vocês são seres humanos, e ser humano é racional por definição. Eu quero saber é se a racionalidade de vocês interessa a nós, se a racionalidade de vocês é extrair o máximo de madeira, no mais curto espaço de tempo, de qualquer jeito, enriquecendo o seu grupo econômico e empobrecendo a minha região, destruindo a biodiversidade, destruindo ecossistemas". Eu não sei se isso é bom para nós... Aliás, sei que não é bom para nós. Então eu não discuto quando alguém fala assim: "Ah, eu quero uma exploração racional". Eu não discuto se é racional ou se não é racional. Eu quero saber é se essa racionalidade interessa ao Brasil, interessa ao povo brasileiro, interessa a região Amazônica, enfim.

Então, eu entendo que nós temos que olhar esse tema com enorme acuidade, com enorme cuidado, com enorme preocupação, porque, para mim, o Brasil precisa se transplantar da economia e do combustível do Século XX, para a economia e o combustível do Século XXI. Isso usando a própria economia e o próprio combustível do Século XX. Nós temos que... E já tem o projeto brasileiro que está sendo desenvolvido de carro, a energia elétrica, carro elétrico, uma energia limpa, enfim. Nós temos o gás natural que fornece uma energia limpa, nós temos a perspectiva da energia eólica, o Nordeste se presta muito a isso, ainda não se descobriu a formula de fazê-la econômica para grandes unidades, ela é muito econômica para pequenas unidades, mas o fato é que nós temos que trabalhar as alternativas, inclusive, as hidrelétricas são energias limpas, elas no começo causam algum dano à natureza, mas é uma vez só e depois nunca mais.

Então, eu entendo que nós estamos diante de uma grande oportunidade. Isso aí tem que virar um projeto de Brasil. Um projeto de Brasil que case a opinião de governo, sociedade, Congresso, com a ideia de nós chegarmos a um marco regulatório que seja capaz de realizar essa destinação de possibilitar recursos para, entre outras coisas, e não a única, entre outras coisas, nós financiarmos a troca de matriz energética, sem prejuízos de qualquer outra destinação nobre que se possa dar aos recursos do pré-sal. Agora, alertando que nós temos concorrência muito clara, nós temos outros países que descobriram reservas e nós temos que precisar deles e precisar as nossas e correr antes deles, para nós não chegarmos atrasados numa guerra que tem muito a ver com o nosso futuro. Mas eu anseio muito e vejo isso muito ligado a noção de segurança nacional, que a gente saiba desenvolver a Amazônia de maneira sustentável e competente, até para não darmos um menor motivo para algumas intenções ruins, se apresentarem diante de nós. As pessoas dizem: "Poxa, mas o maior poluidor *per capita* são os Estados Unidos". É verdade, agora não há possibilidade de alguém intervir militarmente nos Estados Unidos. O maior poluidor no atacado é a China, é verdade, mas igualmente é impensável alguém intervir militarmente sobre a China. O Brasil produz o melhor soldado de selva do mundo, isso é verdade, não é uma tarefa fácil para nenhuma nação estrangeira ocupar a Amazônia, eu sei, eu conheço profundamente o trabalho do Exército e sei que é assim. Agora, é preciso mais, é preciso o Brasil, do ponto de vista militar, se tornar uma potência militar defensiva, efetiva. É preciso presença civil maciça nas fronteiras e com infraestrutura

para prosperarem aquelas famílias, e é preciso investimento profundo em conhecimento da região, para nós podermos dizer que nós sabemos o que estamos defendendo, e, quando soubermos o quão precioso é aquilo que estamos defendendo, nós vamos defender com muito mais garra, com muito mais... Eu vejo, então, que o pré-sal tem um papel a cumprir nesse campo e por isso são as intervenções que eu queria fazer, agradecendo, Senador Cristovam, a V. Exa., a generosidade e a tolerância em relação ao tempo e agradecendo ao Paim as manifestações seguidas de fraternidade, que fazem dele essa figura tão estimada e tão respeitada que ele é no Congresso Nacional. Meu muito obrigado, então, por tudo.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Eu consulto o Senador Suplicy se quer usar da palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, por estar na Comissão de Relações Exteriores com decisões importantes ali, não pude ouvir a exposição inicial, mas queria saldar a presença da vice-Regional da UNE do Distrito Federal, Tatiane Gomes. Ao João Antonio Moraes, da Federação Única dos Petroleiros e ao Reitor José Vicente, da Universidade de Palmares. E queria aqui transmitir a preocupação de que possamos, com respeito ao pré-sal, assegurar, sobretudo, que as boas oportunidades de educação sejam providas a todos os brasileiros. Acho importante que tenha-se assinalado isto como uma das prioridades, assim como a expansão das oportunidades de desenvolvimento cultural, preocupação com o meio ambiente e com o desenvolvimento científico e tecnológico e com a erradicação da pobreza absoluta. Avalio que, no exame das oportunidades do que fazer com o pré-sal, com os recursos do petróleo, deve ser considerada a proposição de que, dentro desses objetivos, mas em especial no que diz respeito a erradicação da pobreza absoluta, ao lado de se prover as boas oportunidades de educação, se considere a destinação dos recursos para uma renda básica como um direito universal para toda a população brasileira e de todos os Estados. E acho que todos conhecem essa proposição, já objeto de lei, mas sobre a forma como será financiada, justamente os royalties decorrentes da exploração de recursos naturais, poderão significar uma das principais fontes de se prover uma renda como um direito à cidadania para toda e qualquer pessoa, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica. Se os convidados aqui quiserem comentar a respeito dessa proposição, será muito bem vindo, obrigado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, me permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É que eu já recebi um telefonema, aqui, dizendo: "Paim, mas tu não falou da Previdência". É que no projeto da FUP, eu estou falando porque estão assistindo, já está contemplada a Previdência. Então, é claro que eu, como relator, vou priorizar o projeto da FUP. Só um esclarecimento, o pessoal está assistindo, mas tu não falou da Previdência, nós estamos discutindo a educação, e no projeto da FUP está contemplada a previdência. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Podia acrescentar algo mais, investir em educação é investir em Previdência do futuro. Nós tendemos a pensar apenas nos aposentados de hoje, esquecemos os aposentados no futuro. E os aposentados do futuro vão ter condições muito superiores se hoje receberem uma boa educação, porque vão ter condições de um trabalho melhor remunerado, vão fazer maiores contribuições.

Então, eu gosto sempre de dizer, vamos tratar os aposentados no bloco completo, os de hoje e os do futuro, e educação entra na aposentadoria do futuro. Senador Osvaldo, o senhor gostaria de falar antes de passar a palavra aos expositores?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Senador Buarque, Srs. Senadores, na verdade, eu fui prejudicado, porque aqui, nessa Casa, nós temos várias Comissões funcionando ao mesmo tempo e a gente tem que, onde é titular, estar mais presente. De repente eu gostaria de ter participado desde o início aqui, mas já cheguei um pouco atrasado.

Mas eu quero congratular os Senadores que tiveram a iniciativa para esse trabalho de hoje com esta Audiência tão importante para o futuro do país. Em que se aqui se busca buscar uma legislação de vanguarda para que se possa determinar o que se fará no futuro com aqueles recursos que são conseguidos através das nossas riquezas naturais e, consequentemente, aproveitar o máximo no sentido de que a gente possa colocar os ingredientes necessários para que eles sejam da melhor forma aproveitados e distribuídos.

Portanto, eu quero somente dizer que estou ávido por conhecimento nessa área, onde eu possa participar com a grandeza do meu país, onde eu possa participar com aquilo que se poderá construir para o futuro, mesmo sabendo que este Congresso, ele sempre está correndo atrás do que as ruas já falaram e já fizeram. E que nessa linha é que nós estamos aqui para tentar

normatizar aquilo que já acontece, portanto correndo atrás do perdido.

O que poderia fazer pensar mais no futuro seria através de um processo Constituinte exclusivo, onde se poderia pensar e analisar uma política para os próximos 100, 200 anos desse país. Mas logicamente que nós não temos esse poderio todo e nem temos também condições de parar nesse sentido a não ser que haja um consenso nacional nesse sentido.

Portanto, eu quero parabenizar a todos aqueles que estão aqui para trazer suas contribuições. Dizer que é muito importante para o Congresso Nacional e para o Senado Federal essas manifestações que vêm das ruas, que vem das manifestações da sociedade organizada e que evidentemente com essa explanação aqui, todos nós poderemos sair daqui com um cabedal a mais, com condições de refletir, pensar, analisar e consequentemente influir para que o futuro desse país seja melhorado em todas as camadas da pirâmide social.

Portanto, eu agradeço, Sr. Presidente, e estou aqui só ouvidos para também aprender e, evidentemente, dentro do poder que o povo nos deu das novas unidades federativas, aqui tentar fazer o melhor para o nosso país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar a palavra e, no final, eu faço uma pequena fala para concluir a sessão. Eu passo a palavra, primeiro, para a Tatiane, se quiser fazer algum comentário adicional depois dos comentários dos quatro Senadores.

SRA. TATIANE GOMES DOS SANTOS: Enfim, enquanto contribuições finais, não é? O Senador Paim colocou a questão da mobilização social, que é o centro da campanha que a União Nacional dos Estudantes tem feito, e vai intensificar agora, num crescente, até que nós consigamos definir, de fato, o marco regulatório, garantir que o fundo social seja uma realidade e que a gente possa também assegurar essa destinação de pelo menos 50%, mas, Senador Cristovam, dizer que, se for 100%, para nós, não tem problema nenhum, acho que nós ficaremos ainda mais satisfeitos.

Mas, pensando nesse sentido da fala do Senador, de procurar construir um projeto que tenha, que possa ser consensualisado, que tenha viabilidade real de ser aprovado, então, nós margeamos essa percentagem nessa perspectiva, né, de fazer um enfrentamento. E apresentar uma primeira agenda, nós vamos fazer uma intensificação a partir da segunda-feira, aqui, na Câmara, cerca de cem militantes do Movimento Estudantil do Brasil inteiro estarão aqui em Brasília, numa blitz, dialogando com os Parlamentares, apresentando as propostas, discutindo o que está em voga.

Para depois fazer esse grande assalto aqui a Esplanada dos Ministérios, com mais de 10 mil estudantes para deixar claro que os estudantes brasileiros estão se posicionando nesse sentido. Além de toda uma rodada de debates que vão acontecer na Universidade de Brasília, no próximo período.

A FUP já foi convidada, enfim, a ideia é levar todos aqueles que estão encampando essa bandeira e que estão discutindo conosco essa necessidade de dar uma destinação justa para esses recursos, para que nós possamos sair com a fundamentação, um arrazoado de ideias e de argumentos, para que a gente pombas cada vez mais melhorar essa proposta e de fato conseguir aprovar um projeto que contemple as necessidades aí da população brasileira e as reivindicações do movimento social.

E reafirmar novamente que pensar um novo projeto nacional de desenvolvo, pensar o papel que esses recursos do pré-sal podem jogar para o financiamento da educação, vai no sentido do desenvolvimento de tecnologias para novas matrizes energéticas de caráter renovável, energias limpas. O papel que o pré-sal pode jogar para o nosso país, eu acho que para além de recursos e para além das possibilidades de desenvolvimento tecnológico. Dar essa segurança para que os nossos técnicos, os nossos cientistas e acadêmicos tenham condições de pensar essa questão e desenvolver maiores possibilidades.

Nós já temos a PETROBRAS que é uma empresa de ponta nesse tipo de tecnologia, mas a gente tem que avançar cada vez mais, nós temos que fortalecer a PETROBRAS, enquanto uma empresa que vai ser a vanguarda nesse debate e pensar como o Estado pode cada vez mais assumir responsabilidades a esse respeito. Inclusive, com relação a questão acionária, garantir que a PETROBRAS volte a ser uma empresa estatal ou criarmos uma estatal para fazer essa gerência até que nós possamos ter a PETROBRAS de volta para o povo brasileiro.

São essas as contribuições, eu queria agradecer a presença dos Senadores, Sr. Osvaldo Sobrinho, Senador Suplicy, que também vieram prestigiar aqui a atividade. E colocar que a União Nacional dos Estudantes está se dispondo à parceria com todos aqueles que estão dispostos a construir um novo projeto de nação e que querem utilizar esses recursos do pré-sal, para fundamentar uma educação que seja referenciada na qualidade social e democrática e, enquanto ferramenta para a gente garantir a antecipação social, que é o mais significativo.

Quando a gente fala em qualidade, a gente tem que referenciar em quais marcos a gente está colocando essa qualidade, e a gente quer referenciar essa

qualidade no povo e nas necessidades que o povo brasileiro tem. E essas sãos as contribuições, agradecer presença de todos, obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Professor José Vicente.

SR. JOSÉ VICENTE: Caríssimo Presidente Senador Cristovam Buarque, queria na presença e na pessoa de V.Exa., estender os cumprimentos e as homenagens ao nosso Senador Eduardo Suplicy, grande amigo, um grande parceiro, um paulista ilustre, da mesma maneira ao nosso Senador Arthur Virgílio, que já se retirou e consequentemente estender também os nossos cumprimentos ao Senador Osvaldo Sobrinho. É muito importante saber que o Parlamento do Senado está de braços dados com essa causa, que é uma causa de todos os brasileiros, logicamente.

Senador Cristovam Buarque, o senhor sabe tanto quanto eu e tanto quanto todos os brasileiros, e eu me recordo muito de uma frase que sempre me marcou dentre tantas outras, que não só marcou a nós, brasileiros, mas também serviu como lema e como norte para as nossas condições. E o senhor dizia em tantas outras oportunidades, que a verdadeira abolição se faria com a educação, e nós não temos dúvida disso.

A abolição de todos, mas fundamentalmente dos negros brasileiros, poderia ser compreendida como concluída a abolição inconclusa seria concluída no dia em que a educação fosse uma educação inclusiva e no dia em que na educação estivessem todos os brasileiros, mas fundamentalmente os negros. E o pré-sal se coloca como essa perspectiva, eu acho que o pré-sal é essa possibilidade de um Brasil novo.

E nesse Brasil novo que se desenha, obrigatoriamente, como eu disse, nós precisaríamos corrigir os erros e os equívocos do passado e permitir que o presente e o futuro, fosse um futuro e presente que prestigiasse, privilegiasse e garantisse a Justiça fundamentalmente a essa parcela de brasileiros que sempre ficou de lado em todas as questões.

É claro que nós estamos falando de pré-sal, mas nós já tivemos o milagre brasileiro, nós já tivemos *investment grade*, nós já tivemos Brasil potência, nós já somos hoje uma nação com multinacionais espalhadas para todo o canto do mundo, mas o negro continua onde sempre esteve, Sr. Senador, no porão. E pensar um Brasil novo e pensar uma possibilidade de fazer um ajuste onde todos os brasileiros tenham a possibilidade de participação, tenham a possibilidade de qualificação e tenha a possibilidade de estar na direção das coisas do nosso país, significa obrigatoriamente pensar na perspectiva do que representa o pré-sal para essas respostas. E o que nós tivemos ao longo dos 400 anos, nós sabemos, foram 400 anos de escravidão em que o negro não teve direito a nada. Chegamos aos 122 anos da abolição da escravatura, em que a democracia brasileira, a República brasileira, e a igualdade de oportunidades, colocou um sistema em o Brasil racialmente ficou distribuído entre brasileiros negros e brasileiros brancos.

E aqui mesmo nesta Casa, parte da legislação que criou, que permitiu isso, está posta. E eu vou trazer dois exemplos para que entendam que o eu estou dizendo, 122 anos depois, as poucas atividades, ou as poucas ações do Estado que pudesse caracterizar nessa inclusão e nessa valorização do negro, ainda hoje estão sendo contestadas.

Nós estamos com o Supremo Tribunal Federal, fazendo uma Audiência Pública para discutir se ações afirmativas é constitucional ou é ilegal ou... Parte da sociedade brasileira, depois de 121 anos, está questionando se os negros podem ter direito de participar da vida nacional e parte da sociedade brasileira está truncando a votação do estatuto da igualdade racial, dizendo dentre tantas outras coisas, aquelas tolices e aqueles absurdos de sempre que nós acostumamos ver: “Olha, nós somos uma democracia racial, raça não existe, racismo também não existe e negro também não existe”.

Não existe, não existe racismo, não existe raça, não existe racismo, não existe negro, porque somos todos miscigenados, meu Deus do céu! Aí o Senador Paulo Paim convoca e conduz uma Audiência Pública, para ver a situação do negro no mercado corporativo, no ambiente de trabalho. E ele diz o que nós já sabemos de cor e saltado: “Olha, das 500 maiores empresas que praticam responsabilidade social nesse país, responsabilidade social significa incluir minorias, inclusive, significa prestigiar diversidade racial, das 500 empresas, 3% delas possuem negros”.

Nós temos no nosso país um absurdo de ter empresas nacionais e multinacionais que não tem negro de A a Z, num país miscigenado, num país em que os negros são a maioria numérica. Então é disso que nós estamos falando. Se nós não aproveitarmos essa possibilidade para fazer esse encontro de águas, permitir que o Brasil seja, efetivamente, um Brasil em que a participação, a presença e o usufruto seja de todos os brasileiros, nós vamos cometer os erros do passado, e não vamos permitir que mesmo o pré-sal, e tudo que significa, possa servir como uma ferramenta de transformação dessa natureza que nós precisamos.

Então, eu imagino que a primeira coisa que qualquer ferramenta dessa natureza tem que se debruçar é como fazer com que esses dois Brasis se juntem. Nós não podemos permitir que um Brasil de

miscigenados tenha estradas paralelas, em que o negro e branco não se encontre em lugar nenhum. Nós temos situações em que negro e branco não se encontram em lugar nenhum, desde o berço maternal até a pós-graduação, negro não se encontra e negros e brancos não se falam.

Então, se queremos efetivamente que isso aconteça, nós temos que ter um instrumento de pressão, e instrumento de pressão tem que chamar pré-sal. Disso demanda o seguinte, olha, se nós estamos falando de educação, a educação é uma educação que o negro não está presente. A educação é uma educação, como eu bem disse para vocês, dos 5400 professores, Eduardo Suplicy, que o senhor o sabe tanto quanto eu, 5400 dos professores da maior Universidade da América Latina, USP, quatro são negros, e não é diferente no resto do país.

Não, mas também não é diferente o número de professores nas escolas públicas e não é diferente a falta de negros, inclusive, nesse Ensino Superior pago e no Ensino Superior também público. De modo que é o seguinte, a contribuição que nós viemos trazer é de que, olha, a educação que se propõe é uma educação que parte pela perspectiva de ser inclusiva e a ferramenta de pressionar isso é a ferramenta do pré-sal.

Então, o fundo social vai ter investir em educação, essa educação tem que ser transversal e essa educação tem que ter verba carimbada. E mas ainda, se no desenvolvimento do pré-sal, nós vamos ter que dinheiro público, esse dinheiro público tem que incentivar de que a diversidade, inclusive, corporativa esteja presente. Então eu acho que o BNDES.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Inclusive, na formação de todos aqueles que vão atuar--

SR. JOSÉ VICENTE: Não restam dúvidas. Se nós temos o BNDES que vai financiar uma série de multinacionais, grandes empresas, nós temos que ter uma canalização para financiar também as pequenas empresas. E pequenas empresas que sejam, inclusive, de minorias, seja negro, seja deficiente, seja quem quer que seja. Mas olha, as compras do pré-sal é uma compra que vai prestigiar essas minorias, isso é muito simples de se prever na lei.

Outra coisa. Olha, nós vamos ter em muitas das perspectivas, seja licitação pública ou seja aprovação de financiamento de toda a natureza, então, esses que requererem com dinheiro público, tem que garantir que essa diversidade, tem que garantir que essa totalidade dos negros estejam presentes na sua ação. Puxa, você vai construir 50 navios, quantos negros vai ter aí para ajudar a construir esse navio? O BNDES tem que ter uma linha dizer, pelo menos para incentivar isso, pode não determinar, mas tem que incentivar.

E mais, nós estamos no momento, Senador Paulo Paim, que a Agência Nacional do Petróleo, está gastando, gastando, está investindo milhões, milhões na qualificação de mão de obra qualificada para atuar nesse âmbito do petróleo e do gás. Agora, se nós não tivermos como sensibilizá-la de que tem que passar por essa perspectiva, que só temos 3% de negros nas empresas, ou que temos 10% de negros no ensino superior, os negros irão ficar de fora.

Então, eu acho que se a ANP e a CNPQ está qualificando profissionais para atuar no mercado de petróleo e gás, então tem que ter um recorte para considerar essa perspectiva. Trago mais um exemplo, Sr. Senador Cristovam Buarque e Senador Paulo Paim, a partir desse ano, o ProUni começa a jogar 25 mil jovens negros formados, traz um número significativo de formados, mas dentre dos formados, 25 mil jovens negros, é a maior abolição da história da República, e do país brasileiro.

[palmas]

Agora, se essa Casa não permitir que essa terceira abolição se faça a partir do momento que esses 25 mil jovens anuais seja canalizada para a educação do pré-sal, nós vamos fazer com que eles voltem para o Capão Redondo, lá em São Paulo, não é, Suplicy, ou que eles voltem para os morros carioca. Então nós não podemos permitir isso.

Então, se tem pré-sal, essa educação tem que prestigiar, ampliar o acesso de todos à escola pública, ampliar a escola pública, mas dentro dessa perspectiva nós já temos 25 mil jovens negros formados. Se nós colocarmos todos dentro do CNPQ, da ANP e prepará-los para atuar no mercado de petróleo e gás, nós aumentamos a presença do negro em 1000% nessa área. De modo que eu imagino que

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Permita.

SR. JOSÉ VICENTE: Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP): Caro Reitor José Vicente, pode até o jovem voltar para Capão Redondo, mas vamos fazer de Capão Redondo o bairro do Mano Brown, do Ferreci e de tantos amigos, um lugar onde todos ali tenham a dignidade e a possibilidade completa, conforme o seu sonho.

SR. JOSÉ VICENTE: Não tenha dúvida eu quero o melhor Capão Redondo possível; e o pré-sal pode ajudar a intervir no combate à pobreza, na melhoria do saneamento básico, nos equipamentos culturais e etc. e tal; mas, como metáfora, eu estou dizendo: "Olha, nós não podemos, pela primeira vez na história, colocar 25 mil jovens negros formados no PROUNI e agora não dar a possibilidades para eles; ou permitir que o ambiente corporativo mantenha só 3% de jo-

vens negros nos cargos de direção". Então, eu acho que essa Educação é uma Educação que tem que ser inclusiva, essa Educação é que tem ser pressionada. Olha, você quer recursos do pré-sal? Pois você vai ter que incluir negros e minorias. Você quer recursos do pré-sal? Você vai ter que cumprir a lei da história de negro e a história da África.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Negros, mulheres.

SR. JOSÉ VICENTE: Sim, sim. Minorias em geral.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu estou colocando, porque eu acho que esse corte da diversidade é fundamental.

SR. JOSÉ VICENTE: Sim, é fundamental.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso é inclusão.

SR. JOSÉ VICENTE: Não restam dúvidas. Então, eu imagino que, se agirmos dessa maneira, esse Brasil que todos nós queremos está muito mais próximo. Esse será um país muito mais justo e esse está será um país que não vai cometer a suicídio de jogar na lata do lixo metade do seu talento. Porque, se o negro brasileiro tem capacidade de fazer que o fez, nesse país, ao longo dos 500 anos, se nós incluirmos ele na produção, na ciência, na tecnologia, no pré-sal, não tenham dúvidas de que o Brasil, aí, sim, será a grande nação que nós queremos, obrigado.

[palmas]

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Sr. Presidente, só para um comentário? Na verdade, eu gostaria só de não concordar com o início da sua fala, quando o senhor falou que o negro ele está no porão. Não, ele já saiu, está saindo bem do porão, tanto é que tudo o que o senhor falou aqui, é uma prova de que ele evoluiu, saiu, está crescendo, o Brasil está crescendo com ele e, também, está conquistando seu espaço. É lógico que é uma luta; isso não vem de graça é o que o senhor está fazendo aqui. É o que o Senador Paulo Paim está fazendo ali, é o que os outros estão fazendo aí. Agora, na verdade, já caminhou bastante. Essas coisas não se conseguem num dia, numa noite, é ao longo de um processo histórico. Eu acredito que está caminhando e caminhando a passos largos: os 25 mil que formaram aí, que estão no mercado de trabalho, já é um avanço. Esses foram conquistando ao longo do tempo. Portanto, eu queria só fazer uma Justiça com a história e, principalmente, com os últimos anos desse país que tem procurado fazer tudo aquilo que é possível, dentro até das discriminações que existe na cabeça de cada um ter tentado avançar e evoluir. Eu acho que caminhamos bastante, vamos caminhar muito mais, mas, logicamente, que nós não podemos falar. Não. Jogar no fundo e depois... Na verdade estamos avançando e vamos avançar muito mais, essa política, também, do pré-sal para fazer a inclusão social do negro e das minorias todas é importante, é necessário e eu estou aqui e quero ajudar nesse sentido; mas eu só quero fazer que não seja tão assim, quer dizer nós não fomos nulos esse tempo todo. Foi crescendo, foi crescendo, foi crescendo e vai crescer muito mais. Então, quando eu vejo um Ministro negro no Supremo Tribunal Federal, quando eu vejo o senhor Reitor da Universidade aqui, quando eu vejo Senador Paulo Paim há mais de 30 anos lutando por todas as minorias, fazendo um trabalho excelente foi meu colega Constituinte. É uma pessoa que apesar das nossas diferenças ideológicas, mas eu tenho o maior carinho e o maior respeito porque só levanta tese que, realmente, vai ao encontro daquelas pessoas, do caudal social que, na verdade, às vezes, não tem amparo. É um trabalho lindo que você faz e a história vai reconhecer. E olha que eu sou, ideologicamente, nós não pensamos igual, desde a Constituinte, mas nessa área, ninguém faz melhor que V. Exa. aqui. Portanto, eu tenho o maior respeito por isso.

Então, eu acho, eu sou um otimista por natureza, eu falava para a minha mulher esses dias, ela veio reclamar alguma coisa, eu falei assim: "Olha, eu não vejo essas coisas que você está falando. Eu só vejo as coisas boas nesse negócio; as coisas ruins eu esqueço. Vamos construir o que é novo o que é bom o horizonte melhor, um paraíso melhor". Eu sou homem de utopias também. Eu acho que quem não tem utopia, não avança.

Eu quero sempre o melhor, mas eu, também, eu quero falar que olha... Treze de Maio, de lá para cá estamos construindo... É devagar? É devagar. É lento? É lento. Agora, um pouco mais avançado? Um pouco mais, depende da política que se faz nesse país. Mas nós estamos avançando e agora eu acredito que a passos largos. Portanto, eu quero, mesmo colaborando, dizendo que eu concordo com o senhor, mas eu quero só discordar de que não voltou ao porão; ele está saindo do porão, ele está avançando e daqui a pouco ele vai estar na proeminência, porque é um direito que ele tem. E a sociedade brasileira não quer discriminação, ela quer avançar. Tem aqueles atrasados, mas aqueles que, também, já pensam alto, pensam grande e pensam com um Brasil novo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me permite, Senador, para eu tentar por aqui a minha contribuição nesse debate, que é que faz com que essas reuniões fiquem ricas. Eu creio que o sentido de negros pode ter dois significados. Pode ser o plural de negro e, nesse sentido, o senhor tem razão: alguns negros chegaram ao convés, mas ne-

gros pode significar não o plural de negros, mas, sim, o conjunto dos negros: a raça. E aí ela está ainda no porão no Brasil.

[palmas]

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Mas já avançamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Entendeu?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Avançou.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Como raça, tanto o senhor tem razão, perfeitamente, eu diria: não um, mas alguns, mas diversos negros já saíram do porão. Ele próprio, apesar do compromisso dele radical com a raça, agora a raça como tal ela ainda é tratada de uma maneira diferente. Não é mais lá porão lá do fundo, já não é mais o porão do fundo, mas ainda não foi aceita como a raça igual às outras raças como a branca raça brasileira ou a branca raça dos imigrantes que moram do Brasil que, também, tem uma maneira diferente. Então, só para dizer que eu acho que o senhor tem razão: foi boa a sua lembrança de que não estamos parados no pré Treze de Maio, mas, ao mesmo tempo, eu entendo a posição do professor no sentido de como raça ainda temos que dar um salto qualificativo e aí que o estamos, absolutamente, de acordo. Eu sei os dois que a Educação é o verdadeiro caminho para isso. Bem, eu passo a palavra ao Dr. João Antonio de Moraes.

SR. JOÃO ANTONIO DE MORAES: Obrigado, Senador Cristovam Buarque. Eu quero cumprimentar aqui o Senador Osvaldo Sobrinho, cumprimentar aqui o nosso Senador dos trabalhadores paulistas o Senador Eduardo Suplicy. E confesso que fiquei emocionado com o tema, digo sempre para os meus companheiros nas assembléias, nas setoriais, nas nossas conversas com os trabalhadores que nós trabalhadores somos herdeiros dos escravos. Portanto, somos, assumimos essa negritude, Reitor, enquanto classe. Temos a convicção disso, porque já trabalhamos a troco de um pão. Quero registrar aqui a presença do companheiro Joceli(F), os companheiros do movimento dos atingidos por barragens ao qual eu peço uma salva de palmas.

[palmas]

Companheiros que estão conosco e que, também, são partes desse projeto, Senador Paulo Paim, estão conosco nessa luta do projeto. É o projeto dos movimentos sociais brasileiros ao qual a FUP deu a letra. Registrar que o Senador Cristovam Buarque abriu aqui citando outras riquezas naturais que o Brasil teve, além do petróleo, ouvi não faz muito tempo, de Don Geraldo Lírio, Presidente da CNBB, uma comparativa interessante, Senador Cristovam Buarque. Eu dizia para ele em alguns estudos que fizemos, o Brasil teve um ano que o Brasil produziu sozinho três vezes todo o ouro produzido no planeta e esse ouro hoje está lá compondo o coroa da rainha da Inglaterra, mas e o que ficou para a nossa gente? O que eu ficou para o nosso povo? Do ciclo do Pau-Brasil, também, aprendi essas dias que nós só ficamos com o nome. Aí me lembrava do Dom Geraldo. Hoje, nós estamos em pleno ciclo do ferro no Brasil e do ferro está ficando só o quê? Só o buraco. Por quê? Porque a nossa Companhia Vale do Rio Doce foi entregue na bacia das almas, por três milhões reais, uma empresa que hoje vale muito mais de 100 milhões. Os 40% das ações da PETROBRAS que foram vendidas no auge do neoliberalismo no nosso Brasil foi vendido por cinco bilhões; hoje vale mais de cem. Queremos cobrar essa dívida daqueles que entregaram, queremos fazer esses registros. Dito isto, olho, imediatamente, para a atual situação da PETROBRAS e dialogo com a minha companheira Tatiane com relação à PETROBRAS. Porque a PETROBRAS tem sido alvo de alguns que fazem a análise correta por patriotismo, por defesa do nosso povo e da nossa gente, que olham para as 60% de ações privadas, 40% estrangeiras e com preocupação na defesa da nacionalidade, mas, às vezes, essa comparação é utilizada por aqueles que querem entregar mais um pouco.

Então, eu quero dialogar um pouquinho com essa situação. Por quê? Porque, efetivamente, apesar dessa composição acionária, complicada, que nós trabalhadores defendemos que o Estado Brasileiro assuma uma PETROBRAS 100% pública. Apesar disso, o controle efetivo da PETROBRAS nas suas ações ordinárias está 55% na mão do Estado Brasileiro, quer seja da União ou através da BNDES e a PETROBRAS nomeia toda a direção dessa empresa. Digo isso porque a PETROBRAS é hoje, sim, uma empresa estatal e é importante que nós tenhamos noção dessa realidade. E, basta para isso, olharmos para a atuação crise econômica do mundo que Brasil foi, sim, e está sendo, sim, só uma marolinha como disse o Presidente Lula. Agora, por que está sendo só uma marolinha? Porque o nosso povo, mesmo diante o auge do neoliberalismo, chamou para si a responsabilidade mobilizados nas ruas. E os petroleiros têm um quinhãozinho disso, porque realizamos uma greve de 33 dias, em 1995, para resistir ao projeto neoliberal no nosso país que queria privatizar, totalmente, a PETROBRAS. E, se o governo de então teve que assumir o compromisso de não privatizar, foi porque o nosso lutou, senão: o nosso país estaria numa situação muito pior em relação à crise. E, para isso, olhe, imediatamente, qual foi o comportamento da Vale do Rio Doce: essa, sim, privatizada, e qual foi o comportamento da PETROBRAS. A Vale do Rio Doce,

quando vem a crise, que só ameaçava chegar ao Brasil demitiu mais de três mil trabalhadores e reduziu em 50% seus investimentos. O que fez PETROBRAS? Parou. Foi reanalisar seus investimentos. E todos olharam: será que a PETROBRAS vai fazer como a Vale? Por determinação do Estado Brasileiro, que tem controle da empresa, a PETROBRAS, dois meses depois, sai, novamente, apresenta à sociedade seu planejamento estratégico por cinco anos e aumentou, em 70%, os seus investimentos.

[palmas]

Foi uma mudança de qualidade em nosso país significativa, que não teria sido possível se o nosso povo não tivesse lutado e mantido o controle do Estado sobre a PETROBRAS. Então, é preciso que a gente olhe para isso, porque nós vemos, já citei aqui, quero repetir, nós vemos a proposta do Executivo como uma proposta que avança em relação à presença do Estado, mas enxergamos ela como uma proposta ainda tímida, porque nós defendemos a PETROBRAS 100% pública. E nós temos alguns temores com relação à questão da nova empresa. Eu quero citar a PETROBRAS tem lastro social. Foi o nosso povo, nas ruas, mobilizado, que criou a PETROBRAS e sustentou ela e impediu a privatização dela. Não foi à toa que, quando quiseram privatizar, primeiro mudaram a nome da empresa. Então, eu tenho alguns receios que a criação de uma empresa que não tenha esse lastro social. Não só esse lastro social, mas registro, também, que a PETROBRAS estava presente no sangue de um Presidente da República, que deu um tiro do peito e deixou na sua carta testamento a criação da PETROBRAS como um dos motivos dos ataques que sofria, então, ataques muito semelhantes ao que a gente vive hoje em relação ao PIG – o Partido da Imprensa Golpista – que não se conforma do nosso país avançar. Bom, dizendo isso, eu queria tratar um pouco aqui da abordagem que fez o Senador Arthur Virgílio, era bom que estivesse presente, que nós temos divergências profundas com relação à maneira que será explorado o petróleo. Para nós, o petróleo, eu citei aqui, eu quero quiser, companheiros e companheiras, que, nós trabalhadores, eu costumo dizer, às vezes, que nós temos, sim, a mão suja de trabalhar numa indústria que polui. Uma fonte de energia poluidora, concentradora de renda e poder. Por isso, não defendemos o petróleo como fonte de energia para os finais dos tempos. Entendemos, e, no nosso projeto prevê isso, um dos pilares, também, de investimento é o investimento do fundo social em energias limpas. Prevemos, também, 5% do todo o excedente da indústria do petróleo para aplicar nas compensações ambientais. Então, nós temos muito essa preocupação sim. Agora, efetivamente, eu citei e quero reiterar aqueles que pensam que o petróleo perderá, o petróleo deixará de ser importante nos próximos cem anos, estão enganadas. Basta ver a matriz energética o que o aconteceu com o carvão. E o carvão, perto do petróleo, o carvão é muito pouco, ainda é a segunda matriz energética. Então, o petróleo, possivelmente, quando deixar de ser a primeira, será a segunda; e como fonte de matéria prima, não há expectativa de perder importância.

Então, portanto, controlar essa riqueza é fundamental para uma sociedade. A sociedade que abrir mão desse controle e nós, efetivamente, abrimos. Abrirmos mãos, em 95, 97, com as mudanças só não está pior porque tem ainda a PETROBRAS, mas, efetivamente, o povo brasileiro, o Estado, hoje, não tem controle dessa riqueza. Então, é preciso controlar e dosar como será a sua exploração é fundamental isso. Temos que dosar para as necessidades da nossa gente, para a nossa capacidade de desenvolvimento na indústria, porque não podemos exportar o óleo cru de forma alguma. Questiono até se devemos exportar o derivado de petróleo. Tem que se dosar ao nosso desenvolvimento, mas, principalmente, à produção do Brasil, não pode se submeter aos interesses das nações do Norte que esbanjam petróleo

[palmas]

Gastam petróleo onde não tinha que gastar. Um americano consome quase vinte vezes o petróleo que um brasileiro; um alemão consome sete vezes. Aí dirão alguns: "A questão climática, a Alemanha é um país que vive... Temperado precisa do petróleo para aquecimento..." É verdade. Então, vamos olhar a nossa situação aqui dos nossos irmãos argentinos, que tem lá a Patagônia; os chilenos, porque um argentino consome só duas vezes mais que um brasileiro em média? E um chileno duas vezes e meia? Porque eles não esbanjam como esbanjam os alemães e lá, também, é frio. E aí que o aconteceu com os argentinos que aí, sim, se submeteu aos interesses desses do Norte que eu citava, promoveu a privatização da sua IPF, exportou petróleo a cinco dólares o barril, Senador Eduardo Suplicy, e hoje está tendo que importar a 70 dólares o barril. Adiantou explorar, rapidamente, o petróleo da Argentina? Ao contrário: subjugou nos nossos irmãos que estão numa situação muito complicada. Nós não podemos permitir que isso aconteça no Brasil. Porque se perder a importância da energia, não vai poder enquanto fonte de matéria prima. Então, o controle é fundamental. Nós temos ojeriza de quem fala em explorar, rapidamente, de uma maneira desesperada. Tem que explorar de uma maneira controlava, sob o jugo dos interesses da nossa gente, e não sob o jugo daqueles que esbanjam energia. Esse

é um raciocínio importante que eu gostaria muito que o Senador Arthur Virgílio estivesse presente para estar escutando. Depois, também, eu citei aqui o caso da Argentina eu poderia citar, também, a situação da Holanda que, também, exportou, rapidamente, e fragilizou todos os outros setores da sua economia, graças à entrada de dólar, mas cito ainda pior a situação da nossa querida, na África, a nossa querida Nigéria que tem uma produção importante de petróleo e não tem consumo nenhum porque o povo africano vive numa situação complicadíssima do ponto de vista econômico de desenvolvimento e não gasta petróleo. Só exporta e qual é a situação de desenvolvimento daquele país? E aí, imediatamente, a gente olha, assim, para os bons exemplos, também, para não falar que os trabalhadores só têm o que criticar Senador. O exemplo da Noruega, a Noruega que foi um país que há cerca de 40 anos tinha um dos menores índices de desenvolvimento humano da Europa. O que fez quando começou a mapear as imensas reservas petrolíferas no mar do Norte? Chamou para si o controle da sociedade através do Estado, criou uma empresa estatal forte: a Statoil e foi regular e destinar os recursos do petróleo lá, sim, para a exportação. Porque o país é muito pequeno não consumiria toda aquela riqueza. O nosso país, não. Tem uma população importante passou a destinar, sim, para exportação, mas investir em infraestrutura do país e o país está todo, em 40 anos, a Noruega passou a ser um dos primeiros IDHs do mundo graças ao investimento da indústria petrolífera. E, hoje, investe nos recurso do petróleo na Previdência, tão cara e tão defendida pelo Senador Paulo Paim.

Então, no Brasil, nós podemos trilhar alguns caminhos sem maiores... É possível, não tem só o exemplo nigeriano. Tem, também, o exemplo norueguês que nós podemos seguir, mas, efetivamente, só sobre controle porque não tem como essa destinação ir para [soa a campainha] o povo se não for sobre um controle rígido. Bom, depois, eu passo aqui as propostas de mobilização, Senador, que é muito importante. Bom, nós já, como eu mencionei, temos hoje comitês constituídos em, praticamente, em todos os Estados; realizamos muitos atos pelo país, naquele momento da CPI onde nós dizíamos: "É um ato em defesa da PETROBRAS e por uma nova lei do petróleo". Em São Paulo, realizamos um ato com mais de três mil pessoas; no Rio de Janeiro, com mais de cinco mil pessoas, aconteceram atos, em Manaus, em Minas Gerais, no Paraná, vários, vários atos já aconteceram. Então, a gente vem, sim, nessa campanha, que estamos nos somando, certamente, com a nossa querida UNE que é muito importante nesse papel, mas ainda é pouco, tem que ser muito mais. Eu acho que a gente tem que, realmente, se mirar para a campanha do Petróleo É Nosso. Esse é o caminho. E nós temos, também, mais de cem mil assinaturas apoiando o projeto que nós estamos avaliando o melhor momento de dar entrada aqui no Congresso Nacional. Bom, depois, com relação a destino para a gente caminhar aqui para o encerramento. Nós, já falei, quero repetir, nós, trabalhadores, nós defendemos a utilização do petróleo [soa a campainha] para o pagamento da dívida social e, certamente, a questão da erradicação da miséria, a eliminação das desigualdades tem o total nosso apoio. Só tenho uma preocupação que eu quero manifestar aqui no encerramento: temos que garantir que a riqueza tenha o controle e que fique para a nossa gente e nesse momento, no trânsito da Câmara Federal, tem ataques fortíssimos lá, mencionei a presença dos *lobbies*, estão atacando, fortemente, o fortalecimento da PETROBRAS têm muitos *lobbies* atuando para que isso não aconteça. E estão atuando, também, atacando a PETROBRAS como operadora única do pré-sal e são duas questões centrais. Uma: para que o Estado tenha esse controle que a UNE mencionou aqui que nós defendemos; e outra: na defesa conhecimento da nossa gente. Caminhando aqui para o encerramento. Nas primeiras rodadas de leilões que mostramos ali, as empresas multinacionais chegaram aqui e não conseguiam desenvolver porque só quem tem conhecimento foi a PETROBRAS. Depois, elas vieram se associando com a PETROBRAS e, nessa associação, adquiriram conhecimento e agora em algumas áreas do pré-sal já leiloadas, elas estão sozinhas, porque aprenderam com nós. O que garante para a gente o domínio dessa indústria que exige muito conhecimento, tecnologia, investimentos é a operação única da PETROBRAS.

Então, o Congresso Nacional tem que ter uma ação e nós vamos para as ruas ajudar nisso e contribuir. Não podemos permitir que deixe de ser a PETROBRAS a operadora única do pré-sal. É isso, muito obrigado, desculpe a demora.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu vou encerrar falando algumas considerações: primeiro eu queria perguntar ao João Antonio, quando ele compara a Alemanha com o Brasil, um brasileiro com o alemão, se ele falou o brasileiro médio ou o brasileiro de classe média e alta. Porque a minha impressão é que o brasileiro de classe média alta gasta mais do que o médio alemão.

SR. JOÃO ANTONIO DE MORAES: Com certeza o consumo de energia em regiões como São Paulo, Rio de Janeiro, nas grandes cidades desenvolvidas se assemelha ao consumo alemão. O Senador tem razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não falo nem em São Paulo, eu falo os ricos do Brasil.

SR. JOÃO ANTONIO DE MORAES: Ah, sim, os ricos, é.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É. Porque São Paulo tem muitos pobres.

SR. JOÃO ANTONIO DE MORAES: Isso é o mal do automóvel.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu acho que a média da classe média alta brasileira, comparada com a Europa, a nossa média é maior, porque nós usamos transporte privado de uma maneira muito mais intensa do que os europeus. Bem, eu quero dizer o seguinte: se nós tivéssemos, Senador Paulo Paim, ainda com escravidão, e descobríssemos o petróleo, o pré-sal, eu ia defender aqui que os 100% fossem usados para comprar os escravos e emancipá-los, embora eu prefira a emancipação sem pagar, como foi feita no Brasil, mas se não fosse possível por razões políticas eu defenderia comprar todos os escravos e emancipá-los com o dinheiro do pré-sal. Eu contínuo mantendo a mesma ideia. Só que hoje a emancipação é a Educação de qualidade para todos. Nós tivemos o zumbi dos grilhões. Nós precisamos de um zumbi do lápis, um zumbi que lute pelo lápis e aí não pode ser só para os negros; tem que ser tratando o negro igual ao branco ao nascer. Porque, depois de uma certa idade, já ficaram diferente pela pobreza, pelos preconceitos que deu Educação mais aos brancos do que aos negros, mas se a gente começa desde a primeira infância tratando igual, não tenha dúvida, que a gente vai quebrar o preconceito, o racismo que esse país tem ainda debaixo do tapete e que não querem mostrar explicitamente. Isso daí é para a lei nisso(F). Agora, por que eu defendo a educação? Porque o compromisso do pré-sal deve ser com duas coisas: o país, não os Estados, e algumas classes, algumas empresas e o futuro. Nós temos que transformar essa reserva no futuro do Brasil inteiro. Por isso que não podemos distribuir os royalties com base nos Estados que são donos.

Agora, quando a gente distribuir, como eu defendo, Senador Eduardo Suplicy, os royalties, pelos números de crianças na escola, São Paulo vai ser o maior beneficiado. Porque é o maior estado. O Rio de Janeiro vai ser o segundo maior beneficiado, porque é o segundo estado. O Espírito Santo não vai ser o maior porque é o terceiro produtor, mas a gente pode beneficiar mais os Estados por coincidência, mais os Estados que são onde estão as bacias, simplesmente, se a gente distribuir esses recursos com base no número de crianças na escola. Com base no número de qualidade educacional. Eu não vejo outra saída, mas pode ser, mas tem outros problemas no Brasil, claro tem outros problemas. Esses recursos dos outros problemas nós temos que buscar nos outros problemas. Eu estou falando, obviamente, os royalties porque tem que ter o dinheiro da PETROBRAS para explorar. Senão, não haverá exploração e aí não funciona. Eu estou falando os recursos que sobrarão, tem que pagar um lucro aos investidores, eu estou falando aquele dinheiro que a gente reserva para o Estado sob a forma do royalty. Estado, não do ponto de vista da unidade, mas de Estado do ponto de vista da representação da nação brasileira. Então, eu insisto e quero agradecer ao Senador Paulo Paim por ter feito essa audiência em que muitos me perguntam: "O que isso tem a ver com Direitos Humanos?" Tudo a ver com direitos humanos. E, talvez, a melhorar maneira de dizer seja como essa: eu usaria todo esse dinheiro para libertar os escravos na primeira Abolição. Ela foi feita de uma maneira até muito melhor pelo fato de que não se pagou nada, como os ingleses pagaram aos donos dos escravos, mas, em compensação, ela não foi completada ainda. A gente precisa completar a Abolição e a maneira é usar esses recursos.

Entretanto, eu temo, hoje, demais que estejam vendendo a ilusão no sentido de dizer: "Vamos esperar o pré-sal para a gente começar a investir na Educação". Hoje, está havendo isso. Houve uma redução no gastos com educação nesse ano. Vai haver uma redução quando chegar o fim do ano, por conta da redução nos impostos devido à crise. Então, a gente não pode deixar que espere. Tem que investir desde já o que for necessário e esse país tem condições e tem recursos. Essa sessão ajuda nisso; eu fico muito contente de ver a unidade com os pequenos detalhes à parte dos jovens negros formados que tem que ser levado em conta; a preocupação da UNE de fazer viável o projeto e a proposta, mas eu vejo aqui uma unidade, sobretudo dos cartazes que foram levantados de que o melhor investimento é transformar a lama em cérebros. É transformar um recurso provisório num grande recurso permanente que é a inteligência do povo brasileiro. Então, eu vou concluir lembrando que o está escrito naquele cartaz: "Pré-sal 100% Brasil significa verbas para Educação pública de qualidade...". E eu acrescentaria: "... igual para cada criança brasileira, independente da cidade onde ela vive e de renda dos pais, da cor da pele e do gênero".

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E da idade. Os idosos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E da idade. Um grande abraço.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h45.

Ata da 32ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 14 de Outubro de 2009, Quarta-Feira, às 10 Horas.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador (Cristovam Buarque), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, José Nery, Paulo Duque, Flávio Arns, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, João Pedro, Serys Slhessarenko, Marcelo Crivella, Wellington Salgado de Oliveira, Adelmir Santana, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, dá início à apreciação da pauta. PAUTA. Item 01. PAUTA. (REUNIÃO DELIBERATIVA). Item 01. Requerimento nº 43, de 2009, que requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões referentes "ao corte das diferenças no Brasil". Para tanto, gostaríamos que fossem convidados: representantes: da juventude; das mulheres; dos idosos; dos negros; dos índios; das pessoas com deficiências; dos trabalhadores; dos GLBT; da CNBB; dos evangélicos; do meio ambiente e outros a serem definidos pela própria comissão". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado: Item 02. Sugestão nº 4, de 2008, que "Sugere a criação de legislação para a criação de áreas denominadas "Espaço Desportivo Comunitário" por meio do tombamento de áreas públicas pertencentes ao Estado e que venham sendo utilizadas para prática do esporte, do lazer e do entretenimento por comunidades periféricas, ribeirinhos ou quilombolas, por período igual ou superior a cinco anos". Autoria: Federação de Futebol Não Profissional da Bahia. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Parecer: Pela Admissibilidade da Sugestão nº 4, de 2008, nos termos do PLS que apresenta. Resultado: Aprovado. Item 03. Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 – nao terminativo – que "Dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências". Autoria: Deputado Bernardo Ariston. Relatoria ad hoc: Senador Paulo Paim. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado. Item 04. Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2008 – não terminativo – que "Acrescenta o inciso VI ao art. 27 e altera o § 2º do art. 45 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir a adoção de programas de promoção de igualdade racial por fornecedores de bens e serviços adquiridos pela Administração Pública, e para admitir tais programas como critério de desempate entre licitantes". Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria ad hoc: Senador Cristovam Buarque. Parecer: Pela aprovação da matéria com as emendas nº 01, nº 02 e nº 03, que apresenta. Resultado: Aprovado. Item 05. Projeto de Lei do Senado Nº 318, de 2003 – não terminativo – que "Acrescenta § 2º ao artigo 928 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Dispõe sobre a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse)". Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatoria "ad hoc" Senador José Nery. Parecer: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item 06. Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2009 – não terminativo – que "Dispõe sobre a doação de bens apreendidos pelos órgãos públicos federais aos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente". Autoria: Senador Romero Jucá. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Parecer: Pela aprovação da matéria. Resultado: Concedido vista ao Senador Paulo Paim. Item 07. Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2007 – não terminativo – que "Altera a Lei nº 10. 559, de 13 de novembro de 2002, regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências, para tratar sobre o cálculo do valor dos danos morais e materiais devidos ao anistiado político e determinar forma de fiscalização das decisões da Comissão de Anistia". Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Gerson Camata. Parecer: Pela aprovação da matéria. Resultado: Vista coletiva concedida. Item 08. Oficio "S" nº 57, de 2009 – não terminativo – que "Encaminha ao Senado Federal Ofício S/N do Pastor Marcos Aurélio de Souza, em favor do brasileiro Oscar Fernando Ruiz Torres, que estaria injustamente encarcerado na Espanha". Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF). Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Parecer: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: aprovado. Item 09. Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2009 – terminativo – que "dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências". Autoria: Deputado Pompeo de Mattos. Relatoria: Senador Magno Malta. Parecer: Pela aprovação da matéria. Resultado: adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004 – terminativo – que "Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas

judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência". Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria, acatando a Emenda nº 01-CCJ, com alterações, na forma da Emenda nº 02 (Substitutivo) que apresenta. Resultado: adiado. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 738, de 2007 – terminativo – que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias". Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: adiado. Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2008 – terminativo – que "Modifica o artigo 41 da Lei nº 10. 741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos à garantia de cumprimento da referida determinação e estende às pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias". Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Paulo Paim. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: adiado. Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008 – terminativo – que "Dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos". Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: adiado. Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2009 – terminativo – que "Altera a lei nº 10. 741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para tornar obrigatório a disponibilização de cadeiras de rodas para idosos com dificuldade locomotora nas áreas destinadas ao atendimento e movimentação de passageiros e bagagens dos aeroportos". Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Parecer: Pela aprovação da matéria com as emendas nº 01 e nº 02, que apresenta. Resultado: adiado. EXTRAPAUTA. Item 01. Requerimento nº 44, de 2009 – CDH, que requer realização de Audiência Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, a ser realizada no dia 11 de novembro de 2009, com Videoconferência com as Assembléias Legislativas no Interlegis, com o fim de debater com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios uma ação pioneira com vistas à implementação das Metas estabelecidas pela Lei 11.645, de 2008, que estabelece a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática 'História e Cultura Indígena e Afro-brasileira". Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: aprovado. Às dez horas e trinta e quatro minutos o Senhor Presidente passa a Presidência ao Senador Paulo Paim. Às dez horas e quarenta e dois minutos o Senhor Presidente, Paulo Paim, devolve a Presidência. Às dez horas e cinqüenta e dois minutos o Senhor Presidente passa a Presidência ao Senador Paulo Paim. Às dez horas e cinqüenta e sete minutos o Senhor Presidente, Paulo Paim, devolve a Presidência. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Cícero Lucena e Adelmir Santana. O Senhor Presidente, não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às onze horas e três minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra da estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos da Legislação Participava da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Nós temos uma série de projetos não terminativos e alguns terminativos. Enquanto esperamos o quorum, vamos tentar levar adiante os não terminativos. E temos também o requerimento do Senador Paulo Paim, que eu vou deixar para o final. Sugestão: eu vou deixar também para depois a sugestão número 4, que eu sou o Relator.

Então, vamos direto ao Item n° 3, que dispõe sobre a criação de áreas específicas de instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências. Autoria do Deputado Bernardo Ariston, a Relatoria do Senador Flávio Arns, que está, neste momento, presidindo a Comissão de Educação.

Eu vou pedir, então, ao Senador Paulo Paim que faça a leitura do parecer, que é pela aprovação da matéria, na forma do substitutivo que apresenta. Com a palavra o Relator, para leitura do relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam Buarque, é com satisfação que assumo a Relatoria ad hoc no trabalho feito pelo Senador Flávio Arns.

Eu vou diretamente à análise, Sr. Presidente. Diversos estudos realizados ao longo das últimas décadas

indicam o aumento contínuo do consumo calórico per capita e absoluto no Brasil, associado ao incremento da proporção de pessoas obesas na população brasileira. O aumento da renda e a mudança da dieta associada ao banco de vidas nas grandes cidades contribuem para este quadro, sendo necessárias políticas públicas na área de educação e saúde, para lidar com o problema da obesidade e reverter o seu avanço.

Sr. Presidente, diz, ainda, aqui, o relatório que é recomendável que o beneficiário seja responsável por informar o estabelecimento sobre a necessidade de acomodação especial, de preferência quando for adquirir o seu bilhete ou ingressar nas dependências, para que o local seja preparado e indicado. Isso deverá evitar que pessoas aparentemente obesas sejam inquiridas pelos funcionários dessas casas, o que pode causar constrangimento, e contribuirá, com certeza, para que não haja improviso e nem tumulto, durante a acomodação dos frequentadores.

Então, o projeto, ele combate todo tipo de discriminação e exige que os espaços sejam adequados. Julgamos importante lembrar que a abrangência dessa proposição deveria ser ampliada para salas de espera, salas de convenção, instituições de ensino e edifícios públicos. Não vemos razão para excluir esses ambientes do alcance da proposição.

Ressalvamos, por fim, que a proposição merece reparos de técnica legislativa e de redação, tais como a supressão da expressão e dá outras providências na ementa; a falta de necessidade de dispositivo que indique o objetivo da norma, por ser pouco extensa; e a substituição da expressão pessoa portadora de deficiência por pessoa com deficiência,Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do PLC 84/2008, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

Eu vou ler, aí, a emenda, Sr. Presidente, já que eu reduzi bem, aqui, o relatório, e a emenda, ela é bem ilustrativa, e fica bem claro no que nós estamos votando.

Emenda n° 1 da CDH, substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara 184/2008, dispõe sobre a criação das áreas específicas e a instalação de assentos para as pessoas com deficiência e pessoas obesas, em casas de diversão pública e outros estabelecimentos. Art. 1º. As casas de diversão pública, as salas de convenção, as instituições de ensino, os edifícios públicos e as salas de espera instalarão assentos para as pessoas obesas e terão áreas específicas para as pessoas com dependência, para facilitar a sua locomoção e a sua permanência nesse estabelecimento. Parágrafo Único. Para efeito dessa lei, considera-se casa de diversão pública aquela que apresente espetáculos culturais e artísticos, desportivos ou qualquer outro entretenimento de caráter permanente ou transitório. As poltronas e caldeiras para as pessoas obesas devem atender às dimensões e aos parâmetros de resistência e ergonomia, fixados em regulamento,

Art. 3°. Os parâmetros para dimensionamento das áreas específicas para as pessoas com deficiência que utilizem cadeiras de rodas serão fixados em regulamento e poderão contemplar a instalação de assentos removíveis nessas áreas. Parágrafo Único. Além da reserva de área específica para pessoas com deficiência que utilizem cadeiras de rodas, as casas de diversão pública deverão instalar tablados nivelados, quando isso for necessário, para proporcionar boas condições de segurança e visibilidade.

Art. 4º. A quantidade de assentos e áreas específicas nessa lei não poderá ser inferior a 2% da capacidade de lotação do estabelecimento, em todos os seus ambientes de frequência coletiva.

Art. 5°. A infração ao disposto nessa lei sujeitará ao estabelecimento a multa de 2% do faturamento médio mensal no exercício. § 1º. Caso não seja possível aferir o faturamento médio mensal ou caso ou não haja tal faturamento, o valor da multa será estabelecido pela autoridade administrativa responsável pela fiscalização ou pela autoridade judiciária competente. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro. As multas de que trata este artigo poderão ser aplicadas a partir 180 dias após a publicação dessa lei. Essa lei entra em vigor 180 dias após a sua publicação.

É esse o substitutivo, é esse o relatório, Sr. Presidente, e adendo que haja um tratamento adequado para que as pessoas deficientes e os idosos possam transitar, principalmente nas casas de espetáculo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. E faltando a votação do substitutivo na próxima Sessão, em turno suplementar.

Passamos ao Item n° 4, Projeto de Lei do Senado n° 234. Acrescenta o inciso VI ao art. 27 e altera o §2º do art. 45 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir a adoção de programas de promoção de igualdade racial por fornecedores de bens e serviços adquiridos pela administração pública e para admitir tais programas como critério de desempate entre os licitantes. O Autor é o Senador Paulo Paim, o Relator é o Senador Flávio Arns, que não está aqui, porque está presidindo uma Sessão da Comissão de Educação.

E eu, não podendo passar ao Senador Paim, para que seja o próprio Relator, porque ele é Autor, eu serei o Relator, e o Senador Paulo Paim fica como Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu já estou na Presidência.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, eu peço a palavra ao Senador Paim.

É com prazer que eu leio o relatório do Senador Flávio Arns, ao projeto do Senador Paulo Paim, da maior importância. Leio, Senador Paim, como se fosse de minha autoria, por estar totalmente de acordo com ele.

O projeto, de autoria do Senador Paulo Paim, tem o objetivo de alterar a Lei 8.666, de 21 de julho de 1993, estando [ininteligível] pela exigência de que as empresas brasileiras participantes das licitações, além das obrigações já estabelecidas nessa lei, apresentem também documentação relativa à noção de programas de promoção de igualdade social. Eu não tenho a menor dúvida de que, se o governo vai comprar produtos dessa empresa, ele deve ter essa condição de proteger aqueles que são portadores de deficiência.

Em seu art. 2º, por meio da alteração do §2º, art. 45 da Lei 8.666, de 1993, a proposição estabelece ainda que, no caso de empate entre duas ou mais propostas e observados os ditames legais, a classificação se dará com precedência para a empresa licitante que mantiver o programa de promoção de igualdade mais avançado. De acordo com a proposição legislativa sobre exame, persistiu empate, a classificação se fará por sorteio em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

O articulado da proposição se completa com a cláusula de vigência, estabelecendo a entrada em vigor da nova lei, 60 dias após sua publicação, dando, portanto, um tempo para que algumas empresas, que desejarem, possam se sintonizar com o espírito da nova lei. O autor do Projeto de Lei afirma que a administração pública não pode se furtar à participação do esforço da solidariedade brasileira pelo resgate da dívida com a igualdade racial. Ao lutar pela superação de preconceitos e da desigualdade racial, segundo o autor, pugnamos pela construção de uma sociedade democrática, plural, rica em diversidade humana e respeito.

Eu peço desculpa que, ao falar, em parte, fora do texto, eu citei os portadores de desigualdade, em vez do assunto racial de que trata essa lei. O problema de deficiência poderá gerar uma nova lei inspirada nessa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Até porque o Senador Flávio Arns trabalha muito com essa questão das pessoas com deficiência, e tem tudo ver com o relatório, no fim.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Dessa forma, a medida ora proposta, afirma-se o autor, contribuirá para que a administração pública busque mais do que fornecedores, busque parceiros na luta contra o preconceito racial. Afirma ainda que não se pode falar em aumento de custo para as empresas interessadas em participar de licitações, em virtude da gestão do projeto, uma vez que programas de igualdade racial podem ser desenvolvidos a custo praticamente zero, eu diria zero, sobretudo se forem considerados os benefícios a serem produzidos.

O projeto foi apresentado no dia 12 de junho de 2008, foi distribuído às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e à de Constituição, Justiça e Cidadania, que deverá ainda se pronunciar em caráter terminativo. A proposição não recebeu emenda no prazo regimental. Da análise, Srs. Senadores, a proposição e análise preenchem os requisitos de constitucionalidade e juridicidade, não edificando os reparos a serem feitos no que se concede à técnica legislativa. Em relação ao mérito, é importante salientar que o mercado de trabalho consiste em uma das mais importantes barreiras para a efetiva inclusão social da população negra no Brasil, ao lado, obviamente, da desigualdade na educação.

Registra-se de fato o crescimento da participação dos negros no mundo do trabalho, no Brasil, porque indica, em uma primeira observação, uma trajetória, ainda que lenta, de superação da desigualdade. O relatório da OIT sobre direitos fundamentais do trabalho, divulgado em 2007, mostra que houve crescimento na participação dos negros, sobretudo das mulheres, no mercado de trabalho. Entretanto, a minha pesquisa relata uma grande disparidade. De acordo com o relatório, as mulheres negras recebem 50% dos rendimentos dos homens não negros.

É oportuno observar que o crescimento da participação das mulheres ocorreu principalmente em ocupações pouco qualificadas, como serviço doméstico. É evidente, portanto, que é necessário adotar um conjunto de medidas para enfrentar o problema da distribuição racial no mundo do trabalho. A proposta sobre análise poderá ser um passo importante para a ampliação da participação da população negra em ocupações mais qualificadas. Outro aspecto da proposta que importa destacar consiste no fato de que, apesar de a justificação mencionar o preconceito contra a população afro-brasileira, não há dúvida de que os programas de promoção e de igualdade racial mencionados poderão compreender iniciativa destinada à inclusão social e profissional, e valorização cultural dos povos indígenas, inclusive de outros grupos étnicos integrantes do processo civilizatório brasileiro.

Entendemos que a iniciativa do Senador Paulo Paim configura-se como oportunidade ímpar para atender não apenas a comunidade negra, mas também as pessoas com deficiência e os trabalhadores com mais de 40 anos que são sabidamente grupos com maiores dificuldades em inserção do mercado formal de trabalho e emprego. Dessa forma, são apresentadas emendas modificadas que alargam o mérito de matéria, originariamente afeta promoção social e que passa a identificar-se com política pública de promoção social.

Em decorrência do exposto, Srs. Senadores, em relação ao voto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 234/2008, com a emenda apresentada pelo Senador Flávio Arns, que traz a seguinte redação: Acrescenta um inciso VI ao art. 27, e altera o §2º do art. 45 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir a adoção de programas de promoção de igualdade social para fornecedores de bens e serviços adquiridos pela administração pública e para admitir transprogramas como critério de desempate entre os licitantes.

À emenda n° 2 de seu art. 1º, do Projeto de Lei do Senado 234/2008, ora em discussão, a seguinte redação: O inciso VI do art. 27. Adoção de programas de promoção social para empresas públicas interessadas em fornecimento de bens e serviços à administração pública,Ainda emenda n° 3, de seu art. 2º, do Projeto de Lei do Senado nº 234 a seguinte redação: Art. 45, §2º. No caso de empate entre duas ou mais propostas e, após obedecido o exposto no art. 2º e art. 3º dessa lei, a classificação dará precedência ao licitante que estiver em seus quadros o maior número somado de trabalhadores negros, com deficiência, ou maiores de 40 anos, e persistindo o empate, a classificação se fará por sorteio em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

Então, são esses os acréscimos que o Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E V.Exa. tinha razão, quando leu lá na frente. Era bem mais amplo, é o corte de todas as diferenças, de acordo com o relatório.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É, de todas as diferenças e da soma dos que queremos beneficiar. Senador Paim, que é o Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só uma consideração rápida, senhores e senhoras, já que estou presidindo neste momento, e o Senador está relatando. O BNDES praticamente adota este sistema aqui, foi espelhado, inclusive, em uma Audiência Pública que fizemos, o BNDES explicou como está aplicando essas normas, e nós acabamos apresentando esse projeto. Seria só esse comentário.

Em votação a matéria. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Volto a Presidência ao Senador Cristovam.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senador Paim. Parabéns pelo seu projeto.

Passamos ao Item n° 5. Projeto de Lei do Senado n° 318/2003, que acrescenta parágrafo seguinte ao art. 928 da Lei 5.069, de 11 de janeiro de 1993, que institui o Código de Processo Civil. Dispõe sobre a expedição de mandato liminar de manutenção do poder de reintegração de posse.

Eu peço ao Senador Adelmir Santana que faça o relatório ad hoc. É possível?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, eu queria ponderar. Esse é um projeto que trata de reintegração de posse. Nós temos, aqui, foi... Houve um pedido de vistas coletivo, é verdade, solicitados pelo Senador Cícero Lucena, Fátima Cleide, e houve a apresentação inclusive do voto em separado do Senador Cícero Lucena. Como ele não se faz presente, dada essa matéria me parecer de grande importância, porque se trata de questão de reintegração, inclusive, e há esse parecer contrário, vamos dizer assim, um a favor, outro a contrário, eu poderia ponderar a V.Exa. no sentido de a gente se obstar a essa votação, desse Item 5.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É uma sugestão extremamente correta, mostra um bom senso muito grande. Eu estou de acordo, a Mesa está de acordo.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Agradeço a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, suspendemos a discussão desse projeto até o momento em que o Senador Cícero Lucena esteja presente. Corretíssimo.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Adelmir Santana.

Passamos ao Item nº 6. Projeto de Lei n° 330/2009, dispõe sobre doação de bens apreendidos pelos órgãos públicos federais aos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Autoria é do Senador Romero Jucá, o Relator é o Senador Cícero Lucena, que é pela aprovação.

Na ausência do Senador Cícero Lucena, eu peço ao Senador Adelmir Santana que faça a leitura do relatório, se, obviamente, estiver de acordo. Item 6, pág. 61. Parece um projeto sem contradições, porque oferece a doação de bens apreendidos por órgãos públicos federais aos Conselhos Tutelares.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Na verdade, o voto do Relator Cícero Lucena é pela aprovação do projeto. Ele faz algumas considerações e, na análise, ele faz referência à questão dos Conselhos Tutelares e Conselhos da Criança e do Adolescente, que são peças-chave do sistema de proteção da Constituição de 88. A escassez, diz aqui, de recursos fundamentais para o bom funcionamento desses Conselhos, que vão de papel a computadores, e de bobilha a combustível, pode ser atenuada mediante a doação de bens apreendidos em caráter definitivo por órgãos federais, como prevê o próprio projeto de número 330, que é o que nós estamos relatando, de 2009,

A medida é, pois, auspiciosa para os Conselhos e pode favorecer a implementação mais efetiva e abrangente do ECA, com reflexos positivos para toda a sociedade, e não apenas para as crianças e os adolescentes,O voto do Relator, e que eu endosso em razão do exposto, é pela aprovação do Projeto nº 330/2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu estava aqui conversando com a Assessoria do Governo e, veja bem, o projeto é do líder Romero Jucá, e segundo as informações que eu recebi, seria muito importante se nós tivermos um parecer, também, principalmente, do Conanda, Direito da Criança e do Adolescente, que pediram se nós pudéssemos dar uma semana para eles poderem se manifestar. Então, devido a isso, eu pediria vista e eu mesmo explico depois, para o Senador Romero Jucá, da importância de nós votarmos a semana que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Fica concedida a vista, apesar de eu achar que o Conanda não pode ter nenhum argumento contrário a um projeto como este, a não ser que queira incluir o Conanda também como um dos beneficiados, mas está concedida a licença.

Passamos agora ao Item n° 7, página 68. Projeto de Lei do Senado nº 517, altera a Lei nº 10.559 de 13 de novembro de 2002, regulamenta o art. 8º do Ato da Disposição Constitucional Transitória e dá outras providências, para tratar sobre o cálculo do valor dos danos morais e materiais devidos ao anistiado político e determina forma de fiscalização das decisões da Comissão de Anistia. A autoria é do Senador Expedito Júnior, o Relator é o Senador Gerson Camata, que não está presente, e é pela aprovação da matéria.

Eu peço ao Senador Cícero Lucena, se estiver de acordo com a aprovação e com o relatório, é a pág. 68, nº 7. A lei regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências para tratar sobre o cálculo do valor dos danos morais e materiais devido ao anistiado político e determina forma de fiscalização das decisões da Comissão de Anistia. É um tema que eu reconheço extremamente polêmico, que eu não sei se vale a pena, embora não seja não terminativo, votar. Não sei se vale a pena votar com uma presença tão pequena.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, mais uma vez, eu... Concordando com V.Exa., nós pediríamos vista pra que o Ministério da Justiça pudesse, então, dar um parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que é uma posição sábia. Vamos ao Item n° 8, que encaminha ao Senado Federal um ofício em nome do Pastor Marcos Aurélio de Souza, em favor do brasileiro Oscar Fernando Rui Torres, que estaria justamente encarcerado na Espanha. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, mas a Relatora, a Senadora Rosalba Ciarlini, apresentou um parecer pelo arquivamento da matéria. Eu peço ao Senador Cícero Lucena que olhe o relatório, o parecer.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, eu vou direto à análise. O art. 58, Incisos II e IV da Comissão Federal, Constituição Federal, e o art. 94 do Regimento Interno do Senado conferem competência à Comissão para receber petições, reclamações e apresentação ou queixa de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades e entidades. Por sua vez, o art. 409 do RIS determina que documentos desse tipo enviados ao Senado serão recebidos pelo Serviço de Protocolo e, segundo sua natureza, despachados às Comissões competentes ou arquivados, depois de lidos em Plenário.

Quando merecerem, a juízo da Presidência, adicionalmente, o art. 410 exige que as petições e a representação sejam datadas e firmadas. O ofício S nº 57/2009 cumpriu com tais formalidades, e pode tramitar perante à CDH. Quanto à natureza de seu objeto, cumpro sublinhar, refere-se à administração da Justiça e ao seu acesso, bem como os direitos à assistência de estrangeiro, inclusive, a consular. Estes temas são afins e competência da CH, de acordo com o art. 102-E do RIS. Contudo, não cabe à CDH, no Senado, investigar denúncia relativa a ameaça ou violação de direitos humanos, nos moldes de sua homologa na Câmara dos Deputados, art. 328-A do Regimento In-

terno da Câmara dos Deputados. Tão pouco pode o Senado encaminhar denúncia recebida à Câmara ou a outro órgão do Poder Público.

Art. 411. Assim, o procedimento tipo do ofício S nº 57/2009 não combina com o mecanismo investigatório, cumpre-se tão somente a dar ciência sobre o seu conteúdo a esta Comissão. Esse é o voto, em face do exposto, concluindo no sentido que esta Comissão tome conhecimento da matéria, procedendo-se, em seguida, ao arquivamento do processo,Esse é o voto, Sr. Presidente, da Senadora Rosalba.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acompanhei o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho, então, em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado, pelo arquivamento.

Eu quero apenas dizer que não há nenhuma contradição em um projeto de autoria da Comissão ser arquivado. Na verdade, o projeto é de autoria de um cidadão, a Comissão de Direitos Humanos apenas encaminha, como é a nossa obrigação fazer com qualquer sugestão que chega aqui.

Agora, temos apenas mais um, que eu deixei para o final, tendo em vista que eu sou o Relator. Eu peço ao Senador Paim que, outra vez, assuma a Presidência.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra ao Relator da matéria, Senador Cristovam Buarque. Sobre o Item nº 4.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, o projeto em discussão é de iniciativa da população. Chegou aqui pela Federação de Futebol não Profissional da Bahia, e requer a apresentação de projeto com vista à criação de áreas denominadas Passos Desportivos Comunitários.

Eu quero, pela análise, dizer que a Constituição de 1988 mostra significativamente o reconhecimento de que cabe ao Poder Público um apoio da comunidade à preservação do nosso patrimônio cultural, e a Carta Magna tratou também de ampliar a definição do patrimônio cultural e passou a considerar os bens de natureza material e também em material tomadas individualmente ou em conjunto. De outra parte, no plano esportivo, a Carta de 1988 configurou o primeiro referencial de um novo paradigma no processo desportivo nacional, já que todas as constituições anteriores silenciavam acerca da matéria desportiva.

A regulamentação desses princípios, por meio da Lei nº 9.615 de 24 de maio de 1988, incluiu o reconhecimento da organização desportiva do país como componente do patrimônio cultural. Além disso, a Constituição inaugurou nova abordagem com relação ao fenômeno esportivo. Essa nova concepção passou a tratar o esporte além da perspectiva de auto-rendimento, também na perspectiva de tempo livre de trabalho e da escola, e sugere noções do esporte educação, esporte participação, esporte performance, no entendimento do esporte como atividade de relação individual e coletiva.

Até a poucas décadas entendidos como temas de relevância institucional questionável, o esporte e o lazer têm ocupado um espaço político e social crescente nas últimas décadas. Até meados do século XX, o modo como a sociedade tratava o tempo destinado ao trabalho sobre proteção e remuneração era um indicador fundamental para análise e a classificação das organizações humanas. No entanto, a partir da metade subsequente do referido século, as atividades destinadas ao tempo livre tornaram-se parâmetros importantes para a avaliação das condições de vida das populações.

Como se vê, a sugestão encaminhada reverte ao inegável mérito de ponto de vista constitucional, de modo a evitar possíveis alegações de vistas em iniciativa. O Projeto de Lei que apresentamos possui caráter autorizativo, é bem de vence que tal procedimento encontra respaldo no parecer 527/1998 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dessa Casa Legislativa, da lavra do eminente Senador saudoso – Josafá Marinho, que entende ser o efeito jurídico de uma lei autorizativa, onde sugeriu o Poder Executivo como forma de colaboração à prática de sua competência.

Dessa maneira, em obediência ao que dispõe o art. 10, Inciso II, do citado Ato nº 1/2006 da Comissão de Direitos Humanos, concluindo referente relatório com a apresentação de Projeto de Lei do Senado que consiste em versão aprimorada da sugestão apresentada pela Federação de Futebol não Profissional da Bahia, sem mudar o espírito daquela proposta.

Em vista do exposto, o nosso voto é pela admissibilidade da Sugestão Legislativa nº 4/2008, nos termos do seguinte Projeto de Lei do Senado: Projeto de Lei: Autoriza o tombamento de áreas públicas que venham sendo utilizadas para a prática de esporte e lazer em comunidades periféricas, ribeirinhas e quilombolas por período igual ou superior a cinco anos, para a criação de espaço desportivo comunitário.

Art. 1. As áreas públicas que venham sendo utilizadas para a prática de esporte e lazer para comunidades periféricas, ribeirinhas e quilombolas por período igual ou superior a cinco anos, são consideradas bem

culturais nos termos do Art. 1 do Decreto de Lei nº 25, de 30 de junho de 1937. Parágrafo único. As áreas referidas no caput serão tombadas e passarão a integrar o patrimônio cultural da união, sob denominação de Espaço Desportivo Comunitário.

Art. 2. Fica autorizada a criação de Comissão no âmbito do Poder Executivo, com a atribuição de efetuar levantamento das áreas que atendam requisitos formulados nos termos desta lei e sejam submetidos ao tombamento. A justificativa, Srs. Senadores, repete em grande parte o que eu coloquei no início da análise. E, por estas razões, eu me submeto, o presente Projeto de Lei, à consideração dos ilustres pares, para exame e aperfeiçoamento considerados. Presidente Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria, o relatório apresentado pelo Senador Cristovam Buarque, que aprimore inclusive o projeto, garantindo, inclusive, o tombamento das áreas públicas que venham sendo utilizadas para a prática de esporte que envolve ribeirinhas, quilombolas, por um período igual ou maior a cinco anos.

Eu, particularmente, como Presidente, sou totalmente a favor. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado. Obrigado, Senador Paim. Eu assumo outra vez a Presidência para o último item, que é o Item n° 1, que é a página nove. É um requerimento de autoria do Senador Paulo Paim. Eu vou ler e depois passo a palavra para justificar. Com fundamento no disposto no art. 58, §2º, Inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, Inciso II do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública com vista a tratar das questões referentes ao corte das diferenças no Brasil. Para tanto, gostaria que fossem convidados representantes da juventude, da mulher, dos idosos, dos negros, dos índios, das pessoas com deficiência, dos trabalhadores, do GLBD, da CNBB, dos evangélicos, do meio ambiente e outros, a serem definidos pela própria Comissão,Com a palavra, está com o Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu propus, inclusive, uma data, em comum acordo com V.Exa., para que seja no próximo dia 28, porque nós estamos encerrando o mês do idoso e, como a gente tem trabalhado muito aqui na Comissão de Direitos Humanos, sob orientação de V.Exa., não só com o idoso, com todos aqueles que de uma forma ou de outra são discriminados.

Então, foi esse o espírito, para nós concluirmos esse mês, chamado do Estatuto do Idoso, que a gente fizesse uma Audiência Pública com o corte da diferença no Brasil. E não tem como, Sr. Presidente, eu também não lembrar a todos, que nesse dia, além desse Debate, Sr. Presidente, além desse Debate eu queria só uma atençãozinha de V.Exa. – nós também, conforme entendimento feito, V.Exa. vai me dar a honra de nesse dia ser colocada ali, ao lado da sua foto, a foto desse humilde Senador. Então, para mim, vai ser um dia que terá uma simbologia muito grande, principalmente por estar ao seu lado, quero deixar claro isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. E a minha posição vai melhorar também ficando ao seu lado, mas, SENADOR Paim, eu quero dizer que esse seu requerimento é de extrema importância. Isso mereceria um ano de trabalho, talvez, mas façamos pelo menos uma Audiência sobre isso, cortes das diferenças no Brasil, para entendermos como este país é dividido em quadradinhos, que separam os brancos dos negros, os pobres dos que não são pobres, os educados dos que não são educados, os portadores de deficiência dos que não são portadores de deficiência. Nós não conseguimos transformar os quadradinhos em uma espécie de tapete, que pudesse fazer com que todos se sentissem parte do mesmo.

Então, eu quero dizer que fico feliz de estar aqui presidindo a Sessão que recebe esse seu requerimento. Eu ponho em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar, eu ponho em votação. Estando de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

E eu dou por encerrada a Sessão. Eu vou querer incluir mais um requerimento de minha autoria, peço permissão aos senhores, que é o requerimento nos termos do art. 90, todos aqueles itens [ininteligível] a ser realizada, o requerimento, uma Audiência, no dia 11 de novembro de 2009, com videoconferência com as Assembléias Legislativas do Interlegis, com o fim de debater com a Secretaria da Educação do Estado e Município uma ação pioneira, com vista à implementação das metas estabelecidas na Lei 11.655/2008, que estabelece a obrigatoriedade... Incluindo no currículo oficial da rede de ensino história e cultura indígena. E eu gostaria de sugerir que fosse também indígena e negra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Porque a lei já trata dos dois temas, a própria lei já trata dos dois temas, eu achei interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E foi um projeto que eu tive a honra

de assinar ao lado do Presidente Lula. Trata-se de iniciativa de lideranças indígenas, mas eu creio que eles não se incomodarão de colocarmos também a cultura negra, que, com o apoio do Ministério da Cultura e o Ministério da FUNAI, Fundação Darci Ribeiro, conseguiram realizar, em parceria com a Secretaria de Educação e a Secretaria de Cultura do DF, um trabalho de inclusão da cultura indígena no currículo oficial da rede de ensino.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para discutir, Sr. Presidente. Só porque nós temos compromisso nas outras Comissões, só cumprimentar V.Exa. por esta videoconferência, porque está comprovado que, infelizmente, a lei, Sr. Presidente, não é cumprida nem em 20% das prefeituras do país, tanto... Porque a lei é a mesma, nem da cultura relacionada à história da comunidade negra e muito menos da comunidade indígena. Só esse comentário, eu faço questão de estar com V.Exa. nessa videoconferência que, com certeza, vai ter uma repercussão nacional. Meus cumprimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ainda em discussão. Eu ponho em votação. Os que estão de acordo permaneçam como estão. Está aprovado, com este aditivo. Será história e cultura indígena e afro-brasileira. Senador Cícero Lucena tem um voto em separado, mas este foi retirado. O senhor pode ler na próxima, não tem problema.

Então, está encerrada esta Sessão. Quanto aos nomes a serem convidados, nós podemos fazer um remanejamento, para ter nomes que incluam as duas comunidades.

Sessão encerrada às 11h03.

Ata da 33ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 21 de Outubro de 2009, Quarta-Feira, Às 10 Horas.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador (Cristovam Buarque), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Fátima Cleide, José Nery, Gerson Camata, Paulo Duque, Flávio Arns, Cristovam Buarque, João Pedro, Valter Pereira, Osvaldo Sobrinho, Expedito Júnior e Papaléo Paes. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, dá início à apreciação da pauta. PAUTA. (REUNIÃO DELIBERATIVA). Item 1. Requerimento nº 45, de 2009, que requer a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional destinada a discutir a situação atual dos direitos humanos e do sistema judicial na Venezuela, com a presença dos seguintes convidados: Dr. Robert Amsterdam – advogado canadense do escritório Amsterdam & Peroff (Toronto & Londres); Dr. Paulo Vannucchi – da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Dr. Sérgio Fausto – Secretário-Executivo do Instituto Fernando Henrique Cardoso – IFHC. Autoria: Valter Pereira. Resultado: Aprovado. Item 2 – não terminativo – Aviso (SF) Nº 53, DE 2009, encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 003.815, de 2009-4, sobre o relatório de monitoramento de auditoria, tendo como objeto o Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, a cargo da Subsecretaria de Promoção dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente – SPDCA, unidade vinculada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Presidência da República. Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União. Relatoria: Rosalba Ciarlini. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: Adiado. Item 3 – não terminativo – Projeto de Lei do Senado Nº 318, de 2003, que "acrescenta § 2º ao artigo 928 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Dispõe sobre a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse)". Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: José Nery. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item 4 – não terminativo – Projeto de Lei do Senado Nº 330, de 2009, que "dispõe sobre a doação de bens apreendidos pelos órgãos públicos federais aos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Autoria: Senador Romero Jucá. Relatoria ad hoc: Senador Adelmir Santana. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Aprovado. Item 5 – não terminativo – Projeto de Lei do Senado Nº 517, de 2007, que "altera a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências, para tratar sobre o cálculo do valor dos danos morais e materiais devidos ao anistiado político e determinar forma de fiscalização das decisões da Comissão de Anistia.". Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Gerson Camata. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004 – terminativo – que "Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência". Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela

aprovação da matéria, acatando a Emenda nº 01-CCJ, com alterações, na forma da Emenda nº 02 (Substitutivo) que apresenta. Resultado: adiado. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 738, de 2007 – terminativo – que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias". Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: adiado. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2008 – terminativo – que "Modifica o artigo 41 da Lei nº 10. 741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos à garantia de cumprimento da referida determinação e estende às pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias". Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Paulo Paim. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: adiado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008 – terminativo – que "Dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos". Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: adiado. Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2009 – terminativo – que "Altera a lei nº 10. 741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para tornar obrigatória a disponibilização de cadeiras de rodas para idosos com dificuldade locomotora nas áreas destinadas ao atendimento e movimentação de passageiros e bagagens dos aeroportos". Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Parecer: Pela aprovação da matéria com as emendas nº 01 e nº 02, que apresenta. Resultado: Adiado. Item 11. Projeto de Lei do Senado Nº 123, de 2006, que "dispõe sobre incentivos tributários a linhas de crédito especiais para o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria: Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas: nº 01-CAE, nº 03-CAE, nº 04-CAE, e da Emenda nº 01 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 02-CAE, que apresenta. EXTRAPAUTA. Item 1. Requerimento nº 34-CE/CDH, de 2009, que requer a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir o tema "Primeira Infância e Cultura da Paz". Autoria: Senadora Rosalba Ciarnini e outros. Resultado: De acordo. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, José Nery, Valter Pereira e Gerson Camata. O Senhor Presidente, não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às onze horas e quinze minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra da estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada um dos presentes. Declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovada. Nós temos hoje um conjunto de requerimentos e de leis não terminativas, projetos de lei e temos, também, alguns projetos terminativos. Por falta de *quorum* até esse momento para os terminativos, vamos começar pelos não terminativos.

E antes mesmo pelo requerimento que é o Item nº. 1 que está na página 10, do Senador Valter Pereira: *"Requeiro nos termos do disposto do Art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização da Audiência Pública conjunta desta Comissão de Diretos Humanos e Legislação Participativa com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinados a discutir a situação atual dos direitos humanos e do sistema judicial na Venezuela, com a presença dos seguintes convidados: Dr. Robert Amsterdam que é advogado canadense do escritório em Amsterdam & Peroff; Dr. Paulo Vannucchi, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Dr. Sérgio Fausto Secretário-Executivo do Instituto Fernando Henrique Cardoso".* Eu quero dizer que também há uma sugestão de um nome a mais, da Professora Ana Maria San Juan, que é Diretora do Centro para a Paz e Direitos Humanos da Universidade Central da Venezuela. Eu creio que com quatro nomes nós podemos fazer uma audiência satisfatória.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que sim, Sr. Presidente. Eu acho que uma Audiência Pública com muitos nomes pode trazer dificuldades de tempo e etc. Agora, com quatro nomes, eu acho que está dentro de um padrão razoável. Na Comissão de Agricultura nós até adotamos um postura nesse sentido, para que não se ultrapassasse os quatro, mas que esteja sempre nessa faixa porque é

uma faixa que dá uma boa margem de discussão. Eu acolho a sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Acolhe a sugestão? Eu quero saber se o senador quer fazer alguma justificativa do requerimento ou já ponho em votação?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, eu acho que pode colocar em votação, até porque o assunto é sobejamente conhecido. As dificuldades que existem lá precisam ser exauridas aqui, precisam ser discutidas, debatidas. Nós precisamos conhecer em profundidade o que está acontecendo, se é só um brasileiro que está vitimado, se tem mais brasileiros que estão sofrendo qualquer tipo de constrangimento. Por que é que a OEA não está conseguindo fazer a investigação que já foi proposta nesse sentido… Então, acho que é importante a gente estabelecer esse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Nery quer falar.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Senador Valter Pereira, para nós que nos dedicamos à causa da luta em defesa dos direitos humanos, temos que ter a perspectiva permanente de tratar de investigar, de acompanhar qualquer situação em que os direitos humanos estejam sendo transgredidos, afetados. Seja em nosso país, seja em outros países, a depender da importância que possamos dar a esses fatos, circunstâncias. Portanto, examinar a questão dos direitos humanos e do sistema judicial na Venezuela com a presença de convidados. Claro que, em relação aos convidados, depois, eu até gostaria de ter uma exata noção sobre o perfil de cada um dos ilustres convidados, em razão de que sempre um tema dessa importância deverá, como tem que ser, uma comissão como a nossa e em todas as comissões… Os diversos pontos de vista, de análise possam ser colocados à consideração desta comissão.

Nós temos uma visão do que ocorre na Venezuela, sobretudo, em relação aos progressos e avanços, no que diz respeito às políticas de inclusão social, que têm sido levadas a cabo na Venezuela que, no momento, sobretudo, nos últimos dez anos, têm provocado a reação, muitas vezes, em descompasso com os próprios fatos e o que lá ocorrem. E num momento importante, em que o Senado Brasileiro deverá se posicionar sobre o ingresso ou não da Venezuela no Mercosul, definição essa, pelo menos, ao nível da Comissão de Relações Exteriores, está programada para o dia 29 de outubro, creio que temos, sempre que estar abertos a um amplo debate. E creio que esses fatos que motivam a audiência sugerida pelo Senador Valter Pereira, com certeza, contribuirá para que a gente compreenda melhor o que ocorre na Venezuela, sobretudo, Sr. Presidente, porque acho que essas diversas iniciativas podiam dar lugar a ter uma observação mais direta, porque sem o contato, a convivência, a visita mais direta que possamos ter do que ocorre na Venezuela, hoje… Sobretudo, eu tive a oportunidade, em dois momentos, de acompanhar e presenciar como os setores populares se reorganizam e passam a ter uma participação mais decisiva como sujeito da construção e do processo de transformações que ocorrem naquele país, a despeito das diversas visões que existem sobre o que se passa hoje na Venezuela.

Mas eu dizia outro dia que é impossível, com o padrão de análise e da visão, eu diria que, em certa medida, as forças conservadoras na América Latina e no mundo se posicionam para, de alguma forma, não aceitar ou todo dia ter o que dizer sobre os avanços, sobretudo, do ponto de vista social, do ponto de vista da inclusão em larga escala de setores populares com as políticas de bem-estar, de educação. Eu fico muito contente, Senador Cristovam Buarque, o senhor que é o maior entusiasta da causa da educação em nosso país e no mundo, o fato da Venezuela ter sido o país, ao lado da Bolívia, também, igualmente combatida, que declarou, há quase três anos, a Venezuela, país livre, território livre do analfabetismo, coisa que nós, no Brasil, não conseguimos fazer, vergonhosamente. E eu tenho acompanhado o esforço de V. Exª para colocar a educação na prioridade única, exclusiva do Estado Brasileiro.

Então, eu creio que a audiência proposta pelo Senador Valter Pereira será um momento importante para avaliarmos o que ocorre evidentemente na Venezuela e, sem dúvida, ajudar a que, não só o Congresso Nacional, mas também a sociedade brasileira tomem conhecimento e, cada vez mais, aprofunde o seu entendimento sobre os processos de mudança e transformações que ocorrem naquele país que, evidentemente, tem uma realidade e circunstância que difere muito do que acontece, não só do Brasil, mas nos demais países da América Latina. Então, creio que esta audiência é muito importante e, sem duvida, será um debate interessante para que as diversas visões sejam expostas. Esta Comissão, o Senado Federal, o Congresso Nacional e o país, cada vez mais, aproximem os nossos conhecimentos dessas questões. Aquilo que é grave, que é difícil, tem que ser encarado, bem como, será uma oportunidade também para gente conhecer avanços que existam, sobretudo, na área de direitos humanos, sobretudo, a garantia de direitos fundamentais básicos que são hoje largamente garantidos à maioria do povo venezuelano.

Então, saúdo essa iniciativa do Senador Valter Pereira. Inclusive, Sr. Presidente, aproveito agora discutindo o requerimento do Senador Valter Pereira, aproveitar para fazer aqui um chamamento ou uma observação aos diversos membros da Comissão de Direitos Humanos do Senado que têm, é bom a gente registrar, talvez, um levantamento aqui na Secretaria possa dar ideia do nível de participação, compareci-

mento nesta comissão para votar projetos da mais larga importância que, inclusive, com um fato aqui que é grave, existem seis cargos vacantes na titularidade das diversas representações partidárias de blocos, o que é um sinal… Não posso julgar, mas, nos diz que isso pode significar a pouca importância que vem sendo dada à discussão de tema tão importante que fazemos aqui nesta comissão.

E ao mesmo tempo, Sr. Presidente, talvez, fazermos um esforço, não sei se para a próxima semana, para um chamamento no Plenário aos líderes de todos os partidos e blocos para que possamos ter aqui esta comissão com ampla participação votando e decidindo projeto da mais alta importância para a cidadania brasileira. É um apelo que faço a todos os membros e creio que V. Exª como nosso líder, como nosso Presidente, poderíamos juntos, aqui me coloco também à disposição para fazermos um esforço, não só para votarmos e dar conta dessa enorme pauta, bem como, chamar a atenção de todos os parlamentares, de todos os partidos sobre a atuação, a participação de todos os membros desta Comissão de Direitos Humanos. Muito obrigado por ter, desculpa por ter me alongado, mas creio que são observações que eu considero importante, inclusive, no âmbito da discussão do importante requerimento apresentado pelo Senador Valter Pereira. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Nery, quero dizer que eu tenho estado em conversa com os líderes para ver se eles indicam esses nomes, pois são importantes e eu peço que colaborem. Eu ponho em votação o requerimento do Senador Valter Pereira. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado, senador. E vamos marcar o mais rápido possível essa audiência.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, pela ordem. O Senador José Nery faz uma ponderação relevante, quanto às deficiências com que esta comissão tem conseguido caminhar. Um dos problemas que eu acho que nós enfrentamentos aqui é quanto ao horário e ao dia da nossa reunião. Essa reunião concorre em dia e hora com a Comissão de Constituição e Justiça, que é uma comissão que tem uma relevância muito grande porque converge para ela, praticamente, todos os projetos ou quase todos os projetos que transferem nas mudanças da legislação brasileira. E isso atrai para este órgão um ponderável contingente. Eu mesmo sou titular daquela comissão, então, tenho a dificuldade para comparecer aqui na CDH. Talvez, se a gente, depois de pesquisar, pudesse transferir essas reuniões para segunda-feira à tarde ou para quinta-feira de manhã, um horário que desse condição para que todos os membros participassem.

Existem muitas questões relativas a direitos humanos, eu mesmo tenho um problema que quero trazer para esta comissão, relativo à inércia da FUNAI com relação às questões indígenas, mas, precisaria fazê-lo numa reunião onde tivesse condição efetiva de tratar do assunto, sem me preocupar com outra comissão que me chama a toda hora e que, realmente, preciso estar presente que é a CCJ. Então, eu coloco, aproveitando essa deixa no Senador José Nery, essa sugestão para que V. Exª examine a possibilidade da calibrar melhor o dia e hora dessas reuniões.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que essa sugestão merece ser consultada com os outros senadores, pode ser realmente esse fato, tanto que, eu tenho aí parados projetos meus que estão na CCJ, mesmo sem ser membro, já alguns projetos deixaram de ser votados porque eu não estava presente e precisava naquele caso específico, pelos menos, sempre, da minha presença. Eu vou conversar com outros senadores da comissão para ver se isso é viável. Passamos ao Item nº. 2 que é não terminativo... Me desculpem, eu não coloquei em votação. Precisava… Ok? Sugere esse Aviso nº. 53/09 a criação de legislação...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente não só V. Exª colocou em votação, como foi aprovado por unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu acho que o que faltou foi isso, faltou eu dizer que estava aprovado. Então, fica dito para que esteja no registro que ele foi aprovado. Sugere a criação de legislação para criação de áreas envolvendo espaço desportivo comunitário por meio do tombamento de áreas públicas pertencentes ao Estado e que vêm sendo utilizadas para a prática do esporte, lazer ou entretenimento por comunidades periféricas ribeirinhas ou quilombolas, por período igual ou superior a cinco anos. Esse é o projeto de autoria sugerido pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, a relatora é a Senadora Rosalba Ciarlini. Eu vou pedir a um dos senadores presentes que faça a leitura. Senador, o Vice-Presidente poderia fazer a leitura de uma proposta que vem pelo arquivamento da matéria. Eu quero dizer que a ideia do projeto parece muito interessante, mas a Senadora Rosalba encontrou argumentos que propõem o arquivamento. Eu só ponho em discussão a leitura se o senador estiver de acordo, se nosso senador estiver de acordo.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, eu creio que, pela relevância da questão, talvez, merecesse uma análise melhor e sugerir a V. Exª para transferir para a pauta da reunião seguinte, em razão de uma observância e aí, se não presente a Senadora Rosalba, posso me comprometer a ler o relatório, mas eu precisaria observar melhor as conclusões a que ela chegou para sugerir o arquivamento da matéria. É o que solicito a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É um pedido de vista que eu até comparto porque a ideia que está apresentada é simpática, é interessante, pegar as áreas, Senador Valter Pereira, em que haja, por exemplo, quadras de futebol,

há pelo menos há cinco anos e que estão em áreas públicas e transformá-las em espaço desportivo comunitário. Dar o direito de que fiquem praticando essas atividades. Não quer dizer que serão donos, mas poderão praticar. Então, está concedida a vista. No Item nº 3, há um pedido da Secretária Geral da Mesa para que seja retirado para análise em conjunto com outro projeto. É o que dispõe sobre a expedição de mandato liminar de manutenção de reintegração de posse.

É um projeto da Senadora Serys e que a Mesa está pedindo para ser retirado para discutir em conjunto com outros projetos afins. O Item nº. 4, também vou pedir a leitura pelo Senador Valter Pereira, porque o Senador Cícero Lucena não está presente, vou pedir que leia o parecer. É o projeto que está na página 107. O Projeto de Lei do Senado nº. 330, não terminativo, que dispõe sobre a doação de bens apreendidos pelos órgãos públicos federais, aos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Autoria do Senador Romero Jucá. O relator é o Senador Cícero Lucena, pela aprovação. No dia 14 de outubro, foi concedida vista ao Senador Paulo Paim e o parecer continua valendo. Eu quero, então, por a palavra para a leitura do relatório. Senador Valter Pereira em caráter *ad hoc*, a quem eu agradeço.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto de lei que dispõe sobre a doação de bens apreendidos pelos órgãos públicos federais aos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais e Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, enseja a seguinte análise: Os Conselhos Tutelares e os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente são peças-chaves do sistema de proteção instituído na Constituição de 88 e aprofundado pelo ECA. Em muitas localidades os Conselhos não funcionam adequadamente por profunda carência de recursos, a despeito da colaboração de voluntários e da abnegação de muitos conselheiros. Essa situação favorece o descrédito das políticas públicas para as crianças e adolescentes, pois os fracos resultados oriundos da falta de recursos são percebidos como evidências de uma suposta inadequação do ECA.

A escassez de recursos fundamentais para o bom funcionamento desses conselhos, que vão de papel a computador e de mobília a combustível, pode ser atenuada, mediante a doação de bens apreendidos em caráter definitivo por órgãos federais, como prevê o PLS nº 330/09, a medida é, pois, auspiciosa para os Conselhos e podem favorecer à implementação mais efetiva e abrangente do ECA, com reflexos positivos para toda a sociedade e, não apenas, para as crianças e os adolescentes. Sr. Presidente, a análise está correta. Se não tiver recursos, aqueles recursos mínimos para que funcione essa pequena máquina administrativa, é difícil uma operacionalização eficaz desses órgãos. Todavia, eu gostaria de aproveitar essa discussão para suscitar e provocar junto a V. Exªs, outro questionamento.

Em minhas andanças pelo Estado e procurando sempre acompanhar quais as atividades que estão funcionando bem e quais que estão deficientes, eu constatei outra deficiência que até me levou a preparar um projeto de lei que, certamente, virá parar aqui nesta comissão. É com relação à capacitação dos quadros de dirigentes dos conselhos. Não há nenhum critério hoje, senão o da eleição para se definir quem dirige os Conselhos Tutelares. E isso daí faz com que, em muitos lugares, principalmente, naquelas comunidades mais carentes, as pessoas que são escolhidas para dirigir os Conselhos Tutelares não tenham preparo suficiente, não tenham conhecimento capaz de lidar com problemas tão entrincados como são aqueles produzidos nas relações de menores com a sociedade. E entendo que deva ser incluído, além do processo eleitoral, além do processo de participação na comunidade, um requisito relacionado à escolaridade e, preferencialmente, a formação acadêmica, se isso é possível, para que esses conselhos possam ter uma gestão mais competente.

Eu tenho recebido inúmeras queixas de falhas desses conselhos, exatamente pela falta de conhecimento. Às vezes há a boa vontade, há a dedicação, mas falta o conhecimento. Então, futuramente, nós vamos discutir essa questão, eu acho que é fundamental. Mas, de qualquer forma, o meu voto aqui é favorável porque essas deficiências apontadas no relatório são inteiramente procedentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço, Senador Valter por ter falado sobre esse assunto. Por favor, está com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, creio que a… Srs. Senadores, creio que a iniciativa dessa proposição do Senador Romero Jucá, sobre a doação de bens apreendidos por órgãos públicos federais, aos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais e Estaduais e Nacional do Direito da Criança e do Adolescente, tem evidentemente um grau de importância, sobretudo, porque os conselhos, que são criados ao nível de cada município, cumprindo disposição do Estatuto da Criança e do Adolescente, em muitos municípios brasileiros, têm funcionado à míngua, sem as mínimas condições de infraestrutura e, às vezes, até há ausência de capacitação para realização daquela importante tarefa de representar os interesses da comunidade, da sociedade no zelo e na proteção do direito da criança e adolescente.

Essa é uma questão a qual tenho me dedicado na busca de, cada vez mais, contribuir para a melhoria da atuação dos Conselhos Tutelares. Eu, com muito orgulho, fui Conselheiro Municipal de Direito das Crianças e Adolescentes no Pará, fui Conselheiro Estadual no Conselho Estadual e acompanho com muito entusiasmo, inclusive, a nossa própria atuação na CPI de Pedofilia ajudou a que eu tivesse um contato maior, no atual

momento, com a realidade da situação dos Conselhos Tutelares pelo Brasil a fora. Creio que a vitalidade e a importância dos conselhos nascem, principalmente, daqueles pressupostos que estão expressos no ECA… Porque os conselhos são… Eles não são da Prefeitura, não são do governo do Estado, não são do Governo Federal, são conselhos da sociedade, são conselhos autônomos aos quais o Poder Executivo Municipal deve garantir as mínimas condições de funcionamento.

Nós temos belos exemplos de conselhos que funcionam adequadamente. E temos exemplo de conselhos que não funcionam adequadamente. Creio que para continuar oferecendo à sociedade esse instrumento autônomo de representação, para dar conta dessa importante tarefa, nós deveríamos talvez atuar e, aí senador, quero dialogar com V. Exª, Senador Valter Pereira e outros senadores… Talvez trabalharmos uma questão que envolveria um compromisso maior da própria União no fortalecimento desses conselhos. Porque a própria atuação deles depende muito do compromisso social e da trajetória de vinculação aos movimentos sociais, movimentos da criança e adolescente e outros movimentos da sociedade, para que eles tenham um bom desempenho. Estou convencido e, cada vez mais, de que quando os conselhos são formados por pessoas que tenham a trajetória nos movimentos, nas lutas populares de qualquer natureza, comunitária, social, sindical ou coisa parecida, sempre há uma atuação mais condizente com o que especifica e determina o próprio ECA.

Nesse sentido, eu creio que nós poderíamos, além da iniciativa, aprovando aqui o projeto do Senador Romero Jucá, nós poderíamos sugerir ou apresentar ao Orçamento Geral da União… E até cheguei a conversar, outro dia, com o Senador Cristovam Buarque. Tenho conversado isso no âmbito da CPI de Pedofilia, da possibilidade de nós apresentarmos uma emenda de comissão e, creio que seja adequado nesta Comissão de Direitos Humanos, porque eu soube que está em questionamento se teremos esse ano, no orçamento, as emendas de comissão, as emendas de bancada e, me parece também, as emendas individuais. Há um questionamento no âmbito da Comissão do Orçamento sobre essa questão.

No entanto, se confirmada a apresentação de emendas de comissão, o pleito que eu quero apresentar aqui à nossa Comissão de Direitos Humanos, era de que apresentássemos uma emenda global de comissão com duas finalidades, que não é para resolver o problema, porque ele é grave e é amplo demais para que a gente queira resolver apenas através de uma emenda parlamentar no âmbito das nossas comissões. Seria uma emenda para apoiar a reestruturação dos conselhos, porque muitos deles não têm, sequer, um computador para fazer o registro e, com isso, participar, inclusive, do Sistema Nacional de Informações dos Direitos da Criança e Adolescente, porque não há esse equipamento lá no Conselho Tutelar. Uma emenda prevendo estruturação dos conselhos e também o apoiamento para a realização de atividades de capacitação, de formação dos conselheiros em todo o país.

Eu creio que essa seria uma iniciativa na qual nos somaríamos, Senador Camata, aos municípios brasileiros, que têm a obrigatoriedade de garantir o funcionamento daqueles Conselhos Tutelares. Mas eu creio que o Congresso Nacional e a União poderiam, sim, contribuir fortalecendo esse papel nesses dois aspectos, o recurso para melhorar a infraestrutura dos conselhos e garantir, também, a formação continuada de seus membros para que eles possam, sim, melhor prestar esse serviço de grande relevância para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Eu creio que essa é uma tarefa que nós podemos cumprir salvaguardando a eles… Se, evidentemente, tivermos a oportunidade de ter emenda de comissão para o orçamento em 2010. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O projeto, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Passamos ao Item nº. 5 que altera a Lei nº. 10.559, de 13 de novembro de 2002 e regulamenta o Art. 8º do Ato das Disposições Transitórias e dá outras providências para tratar sobre o cálculo do valor dos danos morais e materiais devidos aos anistiados políticos e que determina a forma de fiscalização das decisões na Comissão de Anistia.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, esse é um tema que eu gostaria, evidentemente, de me manifestar e não o fiz no momento adequado… Ah, está presente conosco o Senador Gerson Camata, que é relator desse projeto e, como eu teria apreciações e tinha registrado aqui, tinha marcado aqui para olhar a Pauta, para que pudesse também oferecer alguma contribuição. Como há pedido de vista coletiva, eu queria, com anuência do Presidente, é claro, do nosso relator, de que pudesse prorrogar um pouco esse pedido de vista para que eu pudesse me manifestar se, evidentemente, V. Exª assim concordar. É o pedido que faço para continuidade de vista.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): A liderança do governo também me pediu que desse mais uma semana porque o Ministério da Justiça queria aportar algumas sugestões ao projeto de lei do Senador Expedido Júnior, de modo que eu solicitaria a V. Exª que concedesse esse prazo para que a gente aportasse sugestões a serem encaminhadas pelo Ministério da Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então adiamos para a próxima ...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E agradeço a V. Exª a apreciação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bom, está atendido. Os próximos projetos são terminativos. Portanto, não temos como votar. Eu quero reafirmar o pedido feito pelo Senador Nery, Senador Camata, de tentarmos atrair os nossos colegas da comissão para que compareçam às sessões porque os projetos terminativos estão se acumulando. Mais um item apenas, que é um requerimento de Audiência conjunta, de acordo com o que preceitua o Art. 90, Inciso II e V, Art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requerendo a realização da Audiência Pública no âmbito desta comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir o tema *Primeira Infância e Cultura da Paz*.

Esta comissão, em justificativa eu ponho, porque eu sou um dos que subscreveu; *"Esta comissão vem realizando, nos últimos três anos, debates sobre a primeira infância, que tiveram como objetivo sensibilizar e conscientizar a sociedade, no sentido de que a maior atenção à primeira infância, tendo em vista que essa é uma fase primordial na construção do ser humano para a formação de um indivíduo apto à convivência social e cultura da paz. Esta Audiência Pública está inserida na programação da 2ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, organizada pelo Senado e que se realizará entre 27 e 30 de outubro vindouro".* É assinada pela Senadora Rosalba, eu próprio, o Senador Flávio Arns. E coloco em discussão. Os que tiveram de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o requerimento. Outro Requerimento, nº. 83, diz respeito ao mesmo assunto, para que seja feita a audiência em conjunto. Eu, tendo aprovado isso, dou por encerrada a sessão. Muito obrigado ao Senador Camata, Senador Nery, Senadora Valter Pereira que estiveram presentes nesta sessão.

Sessão encerrada às 11h15.

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	**GESTÃO – 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru–simples.asp Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX–61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.
Contato internet: 3311-4107

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA–DF
CNPJ: 00.530.279/0005–49 CEP 70 165–900



Edição de hoje: 1072 páginas
OS: 2009/18129